REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. AO Nº 51 QUARTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2016

SENADO FEDERAL COMO ÓRGÃO JUDICIÁRIO

## DENÚNCIA Nº 1/2016

(Denúncia nº 1/2015, na Câmara dos Deputados)

AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DILMA VANA ROUSSEFF

PARTE V/VI

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)**
Presidente

**Senador Jorge Viana (PT-AC)**
1º Vice-Presidente

**Senador Romero Jucá (PMDB-RR)**
2º Vice-Presidente

**Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**
1º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PDT-MG)**
2º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**
3º Secretário

**Senadora Angela Portela (PT-RR)**
4ª Secretária

---

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Ilana Trombka**
Diretora-Geral do Senado Federal

**Rogério de Castro Pastori**
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

**Florian Augusto Coutinho Madruga**
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

**Roberta Lys de Moura Rochael**
Coordenadora de Elaboração de Diários

**José Farias Maranhão**
Coordenador Industrial

**Deraldo Ruas Guimarães**
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Quésia de Farias Cunha**
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Câmara dos Deputados
Fl. 7752
Comissões Especiais

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JÚNIOR E JANAÍNA CONCEIÇÃO PASCHOAL**

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015**

**Volume 22**

# AUTUAÇÃO

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, na Secretaria da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, autuo os documentos que se seguem, referentes à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, **em continuação ao volume número 21**. E, para constar, eu, .....,
Claudia Maria Borges Matias, Secretária-Executiva da Comissão Especial, lavro e subscrevo a presente autuação.

Câmara dos Deputados
Fl. 7753
Comissões Especiais

# ANEXO IV

# Pedidos de abertura de crédito suplementar

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Câmara dos Deputados
Fl. 7755
Comissões Especiais

035oo.200753/2015-65

INTERESSADO:

ASSUNTO: CÓDIGO:

OUTROS DADOS:
Decreto de 27.07.2015
Crédito suplementar de R$ 29.922.832,00

## MOVIMENTAÇÕES

| SEQ | SIGLA | CÓDIGO | DATA | SEQ | SIGLA | CÓDIGO | DATA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | | | / / | 15 | | | / / |
| 02 | | | / / | 16 | | | / / |
| 03 | | | / / | 17 | | | / / |
| 04 | | | / / | 18 | | | / / |
| 05 | | | / / | 19 | | | / / |
| 06 | | | / / | 20 | | | / / |
| 07 | | | / / | 21 | | | / / |
| 08 | | | / / | 22 | | | / / |
| 09 | | | / / | 23 | | | / / |
| 10 | | | / / | 24 | | | / / |
| 11 | | | / / | 25 | | | / / |
| 12 | | | / / | 26 | | | / / |
| 13 | | | / / | 27 | | | / / |
| 14 | | | / / | 28 | | | / / |

**AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO**

ANEXOS:

SEDAP/PR - IMPRESSO Nº 47

Câmara dos Deputados
Fl. 7756
Comissões Especiais

# Decreto R$ 29.922.842

Câmara dos Deputados
Fl. 7757
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**ıdidos:** 43634

**po de Crédito:** 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios

**po Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**' Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 30/06/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| ática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **rgão:** | **53000- Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | | | | **9.038.678.914** | **5.563.783.268** | **365.726** |
| **nidade:** | **53201- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF** | | | | | | | | | | **1.104.284.171** | **702.445.810** | **365.726** |
| **52** | **Pesca e Aquicultura** | | | | | | | | | | 5.465.724 | 2.609.330 | 365.726 |
| **52 2819** | **Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura** | **20- 608** | *10* | | | | | | | | **5.065.726** | **2.579.498** | **365.726** |
| 52 2819 0031 | Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 1.782.813 | 1.192.681 | 365.726 |
| 52 2819 0031 0000 | Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura | | | | *3.3.90* | *281* | *0* | *9999* | *2* | *2* | 912.426 | 900.094 | 365.726 |
| | | | | | | | | | | | *912.426* | *900.094* | *365.726* |
| **tal Geral** | | | | | | | | | | | 9.038.678.914 | 5.563.783.268 | 365.726 |

**stificativas Pedido: 43634**

**dique a necessidade da alteração orçamentária**

O convênio nº 4.020.00/0357 (Processo 59510.000708/2010-33), firmado entre a CEMIG Geração e Transmissão S/A e a Codevasf, objetivando o incremento das ações de pesquisa e produção em piscicultura, limnologia e biologia pesqueira na região do Alto-Médio São Francisco, bacia do rio São Francisco, no Estado de Minas Gerais, por meio da conjugação de esforços entre as partes conveniadas, foi celebrado em 02 de agosto de 2010, com a CEMIG comprometida a desembolsar R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para a Codevasf dentro da ação 20.608.2052.2819.0031 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aqüicultura - No Estado de Minas Gerais - CV. CEMIG FONTE 281 - 124870. Esse recurso é alocado para os Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Três Marias (1ª/CIT) e de Gorutuba (1ª/CIG).
Atendendo ao previsto no Parágrafo Único da Cláusula Quinta, anualmente o valor do Convênio é reajustado utilizando o IGP-M. A partir de 2012, com o reajustamento, o valor do repasse pela Cemig passou à R$ 693.525,67 (seiscentos e noventa e três mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos).
A Diretoria Executiva da Codevasf, por meio da Resolução 1274/2013 (de 04/11/2013) autorizou a celebração do 3º Termo Aditivo ao Convênio Cemig GT/ Codevasf visando: a) redução em 25% do valor do Convênio em decorrência do novo cenário criado pela Medida Provisória nº 579 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12783/2013); e b) o reajuste financeiro anual do convênio, com base no Índice de Geral de Preços no Mercado - IGP-M calculado para o período de agosto de 2012 a julho de 2013, correspondendo a um percentual de 5,18%. Em 05/11/2014, por meio da Resolução nº 658, a Diretoria Executiva da Codevasf, resolveu rerratificar os valores apresentados nos itens II – a) e II – b) da Resolução 1274/2013 (de 04/11/2013), que autorizou a celebração do Terceiro Termo Aditivo.
A previsão orçamentária prevista no Pano Anual de Trabalho 2013/2014 previu, após redução em 25% e reajuste em 5,18% no valor do Convênio Cemig GT, a liberação anual para o quarto ano de vigência o valor de R$ 547.087,72 (quinhentos e quarenta e sete mil oitenta e sete reais e setenta e dois centavos).
A Cemig não concordou em liberar as parcelas referentes ao Plano Anual de Trabalho 2013/2014 (período de agosto de 2013 a julho de 2014), enquanto não ocorresse a celebração do Terceiro Termo Aditivo, pois se tratava também de redução no valor do convênio a partir de agosto de 2013. Embora com data de celebração de 09/04/2014, o mesmo foi consolidado e encaminhado para a Cemig com assinaturas em novembro de 2014. A primeira parcela do quarto ano de vigência do convênio, Terceiro Termo Aditivo (2013/2014) prevista para liberação em outubro de 2013 foi liberada apenas em 05/12/2014.

Durante o ano de 2015, a CEMIG:

a) Repassou:
R$ 364.725,14 (trezentos e sessenta e quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos), referente a duas parcelas do quarto ano de vigência do convênio (segunda e terceira parcelas do Terceiro Termo Aditivo); e
b) Repassará:
R$ 547.087,72 (quinhentos e quarenta e sete mil e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos), referente a três parcelas do quinto ano de vigência do convênio (primeira, segunda e terceira parcelas do Plano Anual de Trabalho 2014/2015, Terceiro Termo Aditivo).

ais valores somados totalizam R$ 911.812,86 (novecentos e onze mil e oitocentos e doze reais e oitenta e seis centavos).
Além dos valores descritos acima, ainda existe a previsão de R$ 1.000,00 (mil reais) referente a rendimentos de aplicações financeiras.
Portanto, o valor a ser disponibilizado pela Cemig para o corrente ano perfaz R$ 912.812,86 (novecentos e doze mil e oitocentos e doze reais e oitenta e seis centavos).
Entretanto, a Lei Orçamentária Anual 2015 foi aprovada com o limite de R$ 547.087,00 (quinhentos e quarenta e sete mil, e oitenta e sete reais) na Fonte 281, gerando um déficit orçamentário de R$ 364.725,86 (trezentos e sessenta e quatro mil e setecentos e vinte e cinto reais e oitenta e seis centavos) mais aplicação financeira no valor de 1.000,00 (mil reais), totalizando um valor de R$ 365.725,86 (trezentos e sessenta e cinco mil e setecentos e vinte e cinto reais e oitenta e seis centavos), indispensáveis à conclusão das atividades acordadas no referido Convênio.
Com esse incremento, os Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Três Marias e Gorutuba poderão dar continuidade às ações previstas no Plano Anual de Trabalho 2014/2015 do convênio, cumprindo assim o acordado entre as partes no instrumento.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 43634

**Usuário:** CARMEN SILVIA LIMA LUCCAS

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não se aplica

**Usuário:** CARMEN SILVIA LIMA LUCCAS

**...s as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento ao pleito poderá prejudicar os trabalhos dos Centros Integrados de Três Marias e Gorutuba que têm obrigações a cumprir dentro do convênio com a Cemig GT, gerando inadimplência por parte da Codevasf.
Conforme Cláusula Sexta, Parágrafo Sexto do Convênio, a Codevasf compromete-se a restituir à Cemig GT o eventual saldo de recursos na data da conclusão ou extinção do presente convênio.

**Usuário:** CARMEN SILVIA LIMA LUCCAS

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há reflexos

**Usuário:** CARMEN SILVIA LIMA LUCCAS

**Outras informações consideradas relevantes**

O Convênio Cemig GT/Codevasf vence em 01/08/2015
Valor conveniado: R$ 600.000,00
Valor anual reajustado no 3º termo aditivo: R$ 547.087,72
Valor estimado de aplicações financeiras do convênio: R$ 1.000,00
Valor de 2 parcelas do Termo Aditivo 2014/2015: R$ R$ 364.725,14
Valor das 1ª + 2ª + 3ª parcelas do Plano Anual de Trabalho 2014/2015 (quinto ano de vigência): R$ 547.087,72

Valor real para 2015 Convênio nº 4.020.00/0357:
R$ 364.725,14 + R$ 547.087,72 + R$ 1.000,00 = R$ 912.812,86
Valor aprovado em LOA 2015 = R$ 547.087,00
Crédito suplementar necessário para corrigir a distorção:
R$ 912.812,86 – R$ 547.087,00 = R$ 365.725,86

**Usuário:** PAULA REJANE NUNES VIDAL

**Acompanhamentos Pedido: 43634**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 09/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | CESAR PEIXOTO LEMOS |
| 13/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | PEDRO HENRIQUE DA COSTA LEITE |
| ...05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ADALBERTO FERREIRA DA SILVA |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 43634**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **53000 Ministério da Integração Nacional** | **365.726** | **0** | **365.726** |
| 53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 281 - Recursos de Convênios | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF** | **365.726** | **0** | **365.726** |
| 281 Recursos de Convênios | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20 - Agricultura | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 608 - Promoção da Produção Agropecuária | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **20 Agricultura** | **365.726** | **0** | **365.726** |
| 608 Promoção da Produção Agropecuária | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2052 - Pesca e Aquicultura | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 43634**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43634 - Convênio CEMIG(Tipo 152) | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 365.726 | 0 | 365.726 |
| **TOTAL-GERAL** | **365.726** | **0** | **365.726** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44056

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 30/06/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **53000- Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | | | | **9.038.678.914** | **5.563.783.268** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |
| **Unidade:** | **53207- Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO** | | | | | | | | | | **236.816.782** | **60.255.115** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |
| **2111** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | | | | 33.802.180 | 24.040.931 | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **2111 2000** | **Administração da Unidade** | **04 122** | **10** | | | | | | | | **20.676.000** | **11.643.275** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |
| 2111 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 20.676.000 | 11.643.275 | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| 2111 2000 0001 0001 | Administração da Unidade | | | | | | | | | | 20.114.536 | 11.435.375 | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *19.674.536* | *11.356.428* | *5.000.000* | *0* | *5.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *440.000* | *78.947* | *0* | *5.000.000* | *-5.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 9.038.678.914 | 5.563.783.268 | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44056**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A SUDECO, recriada em 2011, tem se esforçado para conquistar sua autonomia administrativa e funcional. Antes operando sob o amparo do Ministério da Integração Nacional, esta Autarquia tem realizado diversos Pregões e Adesões de Ata para substituir contratos antes sob o encargo do MI. Nesse contexto, foi realizada recentemente a sua mudança de sede, a qual demandou gastos elevados com Despesas de Capital como aquisição de móveis, divisórias, equipamentos de TI, licenças de softwares corporativos, entre outros.

Ocorre que essas contratações foram realizadas após o período de elaboração do PLOA 2015, ou seja, à época da concepção do Orçamento de 2015 não havia certeza se haveria tempo hábil para execução dessas despesas ainda em 2014. Essa indefinição impôs que fosse reservado na LOA 2015 o montante exigido de Despesas de Capital para fazer frente a esses gastos.

No momento atual, tendo sido verificado que a mudança de sede foi realizada com relativa rapidez e sucesso, com as Despesas de Capital em sua grande maioria executadas ainda em 2014, faz-se necessário solicitar esta Alteração Orçamentária: troca de R$ 5 milhões do GND 4 para o GND 3. Constata-se, conforme Memória de Cálculo em anexo, que as Despesas Correntes estão crescendo rapidamente, havendo necessidade de cobertura para fazer face a previsões de contratação.

Vale lembrar que em 2014 foi feita Alteração Orçamentária oposta a essa: houve troca de R$ 6 milhões do GND 3 para o 4.

**Usuário:** ELIEL DE SOUSA MENDES

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Há apenas adequação de GND.

**Usuário:** ELIEL DE SOUSA MENDES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

A SUDECO ficará impossibilitada de fazer novas contratações de custeio e possivelmente terá de rescindir alguns contratos. Em último caso terá de ser socorrida pelo Ministério da Integração Nacional. É importante salientar que a Autarquia está em um momento de estruturação administrativa, ou seja, de expansão inevitável de gastos. Estão sendo assinados contratos indispensáveis, despesas essenciais ao funcionamento da administração (ver Memória de Cálculo em anexo).

**Usuário:** ELIEL DE SOUSA MENDES

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Como se trata de uma Suplementação por Cancelamento, não há aumento do nível de gastos em comparação ao projeto da LOA 2015. Além disso, vários contratos que estão sendo executados e são previstos a ser assinados pela SUDECO estavam sendo suportados pelo Ministério da Integração Nacional. Assim, o aumento de gasto na SUDECO está sendo compensado por redução de despesas no MI.

**Usuário:** ELIEL DE SOUSA MENDES

**Outras informações consideradas relevantes**

A memória de cálculo encontra-se na planilha em anexo. Como a aprovação da LOA 2015 atrasou e encontramo-nos quase na metade do ano, iremos lançar desde já no SIAFI os R$ 5.000.000,00 na conta de bloqueio para agilizar o processo. Qualsquer dúvidas podem ser respondidas pelo telefone: (61) 3251-8583.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44056**

**Usuário:** ELIEL DE SOUSA MENDES

**Acompanhamentos Pedido: 44056**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 09/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | CESAR PEIXOTO LEMOS |
| 13/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | PEDRO HENRIQUE DA COSTA LEITE |
| 12/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ELIEL DE SOUSA MENDES |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44056**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **53000 Ministério da Integração Nacional** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |
| 53207 Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 5.000.000 | 0 | 5.000.000 |
| 4 - Investimentos | 0 | 5.000.000 | -5.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **53207 Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 04 - Administração | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **04 Administração** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |
| 122 Administração Geral | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |

Câmara dos Deputados
Fl. 7764

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44056**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44056 - Alteração de Grupo de Natureza de Despesa(Tipo 110) | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.000.000** | **5.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44101

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 30/06/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel | Cancel | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **39000- Ministério dos Transportes** | | | | | | | | | | 19.083.215.035 | 13.647.853.858 | 296.000 | 296.000 | 0 |
| **Unidade:** | **39101- Ministério dos Transportes** | | | | | | | | | | 3.300.433.073 | 3.235.974.404 | 296.000 | 296.000 | 0 |
| 2075 | Transporte Rodoviário | | | | | | | | | | 16.566.000 | 15.274.750 | 296.000 | 0 | 296.000 |
| **2075 2907** | **Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária** | **26-128** | *10* | | | | | | | | 3.066.000 | 1.774.750 | 296.000 | 0 | 296.000 |
| 2075 2907 0001 | Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 3.066.000 | 1.774.750 | 296.000 | 0 | 296.000 |
| 2075 2907 0001 0001 | Ponte Internacional São Borja - Santo Tomé (Brasil-Argentina) | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.066.000* | *1.774.750* | *296.000* | *0* | *296.000* |
| 2126 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes | | | | | | | | | | 320.381.944 | 274.735.265 | 0 | 296.000 | -296.000 |
| **2126 0713** | **Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER** | **28-846** | *10* | | | | | | | | 4.414.000 | 0 | 0 | 296.000 | -296.000 |
| 2126 0713 0001 | Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 4.414.000 | 0 | 0 | 296.000 | -296.000 |
| 2126 0713 0001 0000 | Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *4.414.000* | *0* | *0* | *296.000* | *-296.000* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 19.083.215.035 | 13.647.853.858 | 296.000 | 296.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44101**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Os Recursos solicitados se fazem necessários para honrar despesas relacionadas à ação de Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura Rodoviária - Ponte Internacional São Borja - Santo Tomé (Brasil - Argentina).
Para o exercício de 2015 a uma dotação de R$ 1.460.000,00, no entanto o Brasil deixou de aportar recursos em exercícios anteriores, o que ocasionou até 30/12/2014 uma diferença a menor para o Governo Brasileiro de (US$ 414.668,58), convertido à Real na cotação do dólar à R$ 3,20, equivalente a R$ 1.328.000,00. Esses atrasos nos repasses estão trazendo sérios problemas, inclusive diplomáticos, entre Brasil e Argentina, uma vez que inviabiliza o pagamento de salários e benefícios dos empregados.
As tratativas quanto à solução do problema estão em fase adiantada, por meio das autoridades competentes, no sentido de equacionar os pagamentos pendentes.
Do valor total de 1.328.000,00 está sendo solicitado via Decreto o valor de R$ 296.000,00 e a diferença no valor de R$ 1.032.000,00 está sendo solicitada por Projeto de Lei.

**Usuário:** CLAUDIA FERNANDA ROSA LOURENÇO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

O cancelamento oferecido não causará impacto no exercício.

**Usuário:** CLAUDIA FERNANDA ROSA LOURENÇO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Impossibilidade de honrar despesas de exercícios anteriores, descumprindo acordo internacional, trazendo sérios problemas, inclusive diplomáticos, entre Brasil e Argentina.

**Usuário:** CLAUDIA FERNANDA ROSA LOURENÇO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não haverá reflexos uma vez que trata de despesas de exercício anteriores.

**Usuário:** CLAUDIA FERNANDA ROSA LOURENÇO

**Outras informações consideradas relevantes**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias **Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA** **Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44101**

Não há

**Usuário:** CLAUDIA FERNANDA ROSA LOURENÇO

**panhamentos Pedido: 44101**

| a | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 25/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO FONSECA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | CLAUDIA FERNANDA ROSA LOURENÇO |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44101**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 296.000 | 296.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **39000 Ministério dos Transportes** | **296.000** | **296.000** | **0** |
| 39101 Ministério dos Transportes | 296.000 | 296.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 296.000 | 296.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 296.000 | 296.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **39101 Ministério dos Transportes** | **296.000** | **296.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 296.000 | 296.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 80 - Transferências ao Exterior | 296.000 | 0 | 296.000 |
| 90 - Aplicações Diretas | 0 | 296.000 | -296.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 296.000 | 296.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 296.000 | 296.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 296.000 | 296.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 296.000 | 296.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 26 - Transporte | 296.000 | 0 | 296.000 |
| 28 - Encargos Especiais | 0 | 296.000 | -296.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 125 - Normatização e Fiscalização | 296.000 | 0 | 296.000 |
| 846 - Outros Encargos Especiais | 0 | 296.000 | -296.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26 Transporte** | **296.000** | **0** | **296.000** |
| 125 Normatização e Fiscalização | 296.000 | 0 | 296.000 |
| **28 Encargos Especiais** | **0** | **296.000** | **-296.000** |
| 846 Outros Encargos Especiais | 0 | 296.000 | -296.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 296.000 | 296.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 296.000 | 296.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2075 - Transporte Rodoviário | 296.000 | 0 | 296.000 |
| 2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes | 0 | 296.000 | -296.000 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44101**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 296.000 | 0 | 296.000 |
| - Gestão e Manutenção | 0 | 296.000 | -296.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0713 - Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER | 0 | 296.000 | -296.000 |
| 2907 - Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária | 296.000 | 0 | 296.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 296.000 | 0 | 296.000 |
| - Operações Especiais | 0 | 296.000 | -296.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44101 - Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária (Tipo 100) | 296.000 | 296.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 296.000 | 296.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **296.000** | **296.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44293

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 30/06/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Dinâmica / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | 56000- Ministério das Cidades | | | | | | | | | | 37.258.179.368 | 22.050.010.594 | 5.401.174 | 5.401.174 | 0 |
| **Unidade:** | 56101- Ministério das Cidades | | | | | | | | | | 34.561.378.954 | 20.608.231.303 | 5.401.174 | 5.401.174 | 0 |
| 2048 | Mobilidade Urbana e Trânsito | | | | | | | | | | 2.897.791.441 | 1.039.484.805 | 0 | 856.000 | -856.000 |
| **2048 10SR** | **Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano** | 15-453 | 10 | | | | | | | | 128.000 | 0 | 0 | 32.000 | -32.000 |
| 2048 10SR 0001 | Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 128.000 | 0 | 0 | 32.000 | -32.000 |
| 2048 10SR 0001 0000 | Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano | | | | | | | | | | 128.000 | 0 | 0 | 32.000 | -32.000 |
| | | | | | 4.4.40 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 128.000 | 0 | 0 | 32.000 | -32.000 |
| **2048 10ST** | **Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados** | 15-451 | 10 | | | | | | | | 4.428.000 | 1.938.603 | 0 | 32.000 | -32.000 |
| 2048 10ST 0001 | Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 128.000 | 0 | 0 | 32.000 | -32.000 |
| 2048 10ST 0001 0000 | Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados | | | | | | | | | | 128.000 | 0 | 0 | 32.000 | -32.000 |
| | | | | | 4.4.40 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 128.000 | 0 | 0 | 32.000 | -32.000 |
| **2048 2D47** | **Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego** | 15-451 | 10 | | | | | | | | 128.000 | 0 | 0 | 32.000 | -32.000 |
| 2048 2D47 0001 | Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 128.000 | 0 | 0 | 32.000 | -32.000 |
| 2048 2D47 0001 0000 | Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego | | | | | | | | | | 128.000 | 0 | 0 | 32.000 | -32.000 |
| | | | | | 4.4.40 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 128.000 | 0 | 0 | 32.000 | -32.000 |
| **2048 2D49** | **Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana** | 15-453 | 10 | | | | | | | | 3.040.000 | 0 | 0 | 760.000 | -760.000 |
| 2048 2D49 0001 | Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 3.040.000 | 0 | 0 | 760.000 | -760.000 |
| 2048 2D49 0001 0002 | Apoio a Sistema de Informações sobre mobilidade urbana | | | | | | | | | | 3.040.000 | 0 | 0 | 760.000 | -760.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 3.040.000 | 0 | 0 | 760.000 | -760.000 |
| 2054 | Planejamento Urbano | | | | | | | | | | 4.001.698.564 | 1.494.657.326 | 0 | 3.830.916 | -3.830.916 |
| **2054 10T2** | **Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência** | 15-451 | 10 | | | | | | | | 8.267.043 | 1.177.914 | 0 | 1.554.260 | -1.554.260 |
| 2054 10T2 0001 | Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 6.217.043 | 927.914 | 0 | 1.554.260 | -1.554.260 |
| 2054 10T2 0001 0000 | Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência | | | | | | | | | | 3.266.[illegible] | 0 | 0 | 1.554.260 | -1.554.260 |
| | | | | | 4.4.30 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 3.266.043 | 0 | 0 | 1.554.260 | -1.554.260 |
| **2054 20NP** | **Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades** | 15-128 | 10 | | | | | | | | 1.040.000 | 0 | 0 | 260.000 | -260.000 |
| 2054 20NP 0001 | Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 1.040.000 | 0 | 0 | 260.000 | -260.000 |
| 2054 20NP 0001 0000 | Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades | | | | | | | | | | 1.040.000 | 0 | 0 | 260.000 | -260.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.040.000 | 0 | 0 | 260.000 | -260.000 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44293

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 30/06/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Dinâmica / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem por Cancel | Cancel | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2054 20NR** | **Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas** | **15-451** | *10* | | | | | | | | **130.852.300** | **11.019.652** | **0** | **50.000** | **-50.000** |
| 2054 20NR 0001 | Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 30.200.000 | 0 | 0 | 50.000 | -50.000 |
| 2054 20NR 0001 0000 | Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas | | | | | | | | | | 200.000 | 0 | 0 | 50.000 | -50.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *200.000* | *0* | *0* | *50.000* | *-50.000* |
| **2054 4055** | **Fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano** | **15-452** | *10* | | | | | | | | **340.000** | **189.296** | **0** | **85.000** | **-85.000** |
| 2054 4055 0001 | Fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 340.000 | 189.296 | 0 | 85.000 | -85.000 |
| 2054 4055 0001 0000 | Fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano | | | | | | | | | | 340.000 | 189.296 | 0 | 85.000 | -85.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *340.000* | *189.296* | *0* | *85.000* | *-85.000* |
| **2054 8866** | **Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado)** | **15-452** | *10* | | | | | | | | **8.344.316** | **2.528.823** | **0** | **1.525.503** | **-1.525.503** |
| 2054 8866 0001 | Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado) - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 6.102.016 | 1.678.054 | 0 | 1.525.503 | -1.525.503 |
| 2054 8866 0001 0000 | Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado) | | | | | | | | | | 5.922.902 | 1.498.940 | 0 | 1.525.503 | -1.525.503 |
| | | | | | *3.3.40* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.288.257* | *0* | *0* | *525.503* | *-525.503* |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.634.645* | *1.498.940* | *0* | *1.000.000* | *-1.000.000* |
| **2054 8872** | **Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades** | **15-452** | *10* | | | | | | | | **407.880** | **137.306** | **0** | **101.920** | **-101.920** |
| 2054 8872 0001 | Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 407.880 | 137.306 | 0 | 101.920 | -101.920 |
| 2054 8872 0001 0000 | Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades | | | | | | | | | | 366.080 | 137.306 | 0 | 101.920 | -101.920 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *366.080* | *137.306* | *0* | *101.920* | *-101.920* |
| **2054 8874** | **Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa** | **15-121** | *10* | | | | | | | | **1.016.943** | **60.123** | **0** | **254.235** | **-254.235** |
| 2054 8874 0001 | Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 1.016.943 | 60.123 | 0 | 254.235 | -254.235 |
| 2054 8874 0001 0000 | Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativ | | | | | | | | | | 729.958 | 0 | 0 | 254.235 | -254.235 |
| | | | | | *3.3.40* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *729.958* | *0* | *0* | *254.235* | *-254.235* |
| **2054** | **Promoção e Defesa dos Direitos Humanos** | | | | | | | | | | 384.000 | 0 | 0 | 96.000 | -96.000 |
| **2054 20NU** | **Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano** | **15-422** | *10* | | | | | | | | **384.000** | **0** | **0** | **96.000** | **-96.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44293

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 30/06/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem por Cancel | Cancel | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2064 20NU 0001 | Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 384.000 | 0 | 0 | 96.000 | -96.000 |
| 2064 20NU 0001 0000 | Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano | | | | | | | | | | 384.000 | 0 | 0 | 96.000 | -96.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 384.000 | 0 | 0 | 96.000 | -96.000 |
| **2068** | **Saneamento Básico** | | | | | | | | | | 1.663.730.473 | 697.617.851 | 0 | 58.256 | -58.256 |
| **2068 2025** | **Apoio à Gestão e à Capacitação aplicados ao Saneamento** | 17- 512 | 20 | | | | | | | | 233.024 | 0 | 0 | 58.256 | -58.256 |
| 2068 2025 0001 | Apoio à Gestão e à Capacitação aplicados ao Saneamento - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 233.024 | 0 | 0 | 58.256 | -58.256 |
| 2068 2025 0001 0000 | Apoio à Gestão e à Capacitação aplicados ao Saneamento | | | | | | | | | | 226.144 | 0 | 0 | 58.256 | -58.256 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 226.144 | 0 | 0 | 58.256 | -58.256 |
| **2116** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades** | | | | | | | | | | 148.058.667 | 116.696.331 | 5.401.174 | 560.000 | 4.841.174 |
| **2116 2000** | **Administração da Unidade** | 15- 122 | 10 | | | | | | | | 48.673.130 | 44.768.523 | 5.401.174 | 0 | 5.401.174 |
| 2116 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 48.673.130 | 44.768.523 | 5.401.174 | 0 | 5.401.174 |
| 2116 2000 0001 0000 | Administração da Unidade | | | | | | | | | | 44.534.275 | 43.608.674 | 5.401.174 | 0 | 5.401.174 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 44.534.275 | 43.608.674 | 5.401.174 | 0 | 5.401.174 |
| **2116 4641** | **Publicidade de Utilidade Pública** | 15- 131 | 10 | | | | | | | | 2.240.000 | 1.150.000 | 0 | 560.000 | -560.000 |
| 2116 4641 0001 | Publicidade de Utilidade Pública - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 2.240.000 | 1.150.000 | 0 | 560.000 | -560.000 |
| 2116 4641 0001 0000 | Publicidade de Utilidade Pública | | | | | | | | | | 2.240.000 | 1.150.000 | 0 | 560.000 | -560.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.240.000 | 1.150.000 | 0 | 560.000 | -560.000 |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 37.258.179.368 | 22.050.010.594 | 5.401.174 | 5.401.174 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44293**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A proposta orçamentária do Ministério das Cidades na ação Administração da Unidade foi de R$ 41,6 milhões. Durante a sua tramitação no Congresso Nacional, este valor foi reduzido para R$ 39,3 milhões. A suplementação ora pretendida, além de repor o cancelamento efetuado pelo Congresso Nacional, visa adequar o orçamento às reais necessidades do Ministério relacionadas às despesas administrativas, cujos contratos administrativos sofreram reajustes em função de acordos coletivos e reajustes de tarifas públicas. Ademais, o Ministério das Cidades não possui contrato para realização de eventos, serviços gráficos e manutenção predial.

**Usuário:** MARCIO OLIVEIRA CAVALCANTE

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não haverá.

**Usuário:** MARCIO OLIVEIRA CAVALCANTE

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Impedimento do Ministério em cumprir obrigações contratuais, relacionados às despesas administrativas.

**Usuário:** MARCIO OLIVEIRA CAVALCANTE

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44293**

Não se aplica.

**Usuário:** MARCIO OLIVEIRA CAVALCANTE

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** MARCIO OLIVEIRA CAVALCANTE

**Acompanhamentos Pedido: 44293**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 12/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 12/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Ajustar programação ao valor do crédito atendido. | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 12/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | MARCIO OLIVEIRA CAVALCANTE |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44293**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 5.401.174 | 5.342.918 | 58.256 |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 0 | 58.256 | -58.256 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **56000 Ministério das Cidades** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |
| 56101 Ministério das Cidades | 5.401.174 | 5.401.174 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 5.401.174 | 3.750.914 | 1.650.260 |
| 4 - Investimentos | 0 | 1.650.260 | -1.650.260 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 5.401.174 | 5.401.174 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **56101 Ministério das Cidades** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 5.401.174 | 5.401.174 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 0 | 1.554.260 | -1.554.260 |
| 40 - Transferências a Municípios | 0 | 875.738 | -875.738 |
| 90 - Aplicações Diretas | 5.401.174 | 2.971.176 | 2.429.998 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 5.401.174 | 5.401.174 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 5.401.174 | 5.401.174 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 5.401.174 | 5.401.174 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 5.401.174 | 5.401.174 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 15 - Urbanismo | 5.401.174 | 5.342.918 | 58.256 |
| 17 - Saneamento | 0 | 58.256 | -58.256 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 121 - Planejamento e Orçamento | 0 | 254.235 | -254.235 |
| 122 - Administração Geral | 5.401.174 | 0 | 5.401.174 |
| 126 - Tecnologia da Informação | 0 | 260.000 | -260.000 |
| 131 - Comunicação Social | 0 | 560.000 | -560.000 |
| 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 0 | 96.000 | -96.000 |
| 451 - Infra-Estrutura Urbana | 0 | 1.668.260 | -1.668.260 |
| 452 - Serviços Urbanos | 0 | 1.712.423 | -1.712.423 |
| 453 - Transportes Coletivos Urbanos | 0 | 792.000 | -792.000 |
| 512 - Saneamento Básico Urbano | 0 | 58.256 | -58.256 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **15 Urbanismo** | **5.401.174** | **5.342.918** | **58.256** |
| 121 Planejamento e Orçamento | 0 | 254.235 | -254.235 |
| 122 Administração Geral | 5.401.174 | 0 | 5.401.174 |
| 126 Tecnologia da Informação | 0 | 260.000 | -260.000 |
| 131 Comunicação Social | 0 | 560.000 | -560.000 |
| 422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 0 | 96.000 | -96.000 |
| 451 Infra-Estrutura Urbana | 0 | 1.668.260 | -1.668.260 |
| 452 Serviços Urbanos | 0 | 1.712.423 | -1.712.423 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária: Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44293**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 453 Transportes Coletivos Urbanos | 0 | 792.000 | -792.000 |
| **17 Saneamento** | **0** | **58.256** | **-58.256** |
| 512 Saneamento Básico Urbano | 0 | 58.256 | -58.256 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 5.401.174 | 5.401.174 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 5.401.174 | 5.401.174 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito | 0 | 856.000 | -856.000 |
| 2054 - Planejamento Urbano | 0 | 3.830.918 | -3.830.918 |
| 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos | 0 | 96.000 | -96.000 |
| 2068 - Saneamento Básico | 0 | 58.256 | -58.256 |
| 2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | 5.401.174 | 560.000 | 4.841.174 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 0 | 4.841.174 | -4.841.174 |
| - Gestão e Manutenção | 5.401.174 | 560.000 | 4.841.174 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10SR - Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano | 0 | 32.000 | -32.000 |
| 10ST - Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados | 0 | 32.000 | -32.000 |
| 10T2 - Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência | 0 | 1.554.260 | -1.554.260 |
| 2000 - Administração da Unidade | 5.401.174 | 0 | 5.401.174 |
| 20NP - Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades | 0 | 260.000 | -260.000 |
| 20NR - Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas | 0 | 50.000 | -50.000 |
| 20NU - Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano | 0 | 96.000 | -96.000 |
| 20Z5 - Apoio à Gestão e à Capacitação aplicados ao Saneamento | 0 | 58.256 | -58.256 |
| 2D47 - Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego | 0 | 32.000 | -32.000 |
| 2D49 - Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana | 0 | 760.000 | -760.000 |
| 4055 - Fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano | 0 | 85.000 | -85.000 |
| 4641 - Publicidade de Utilidade Pública | 0 | 560.000 | -560.000 |
| 8866 - Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado) | 0 | 1.525.503 | -1.525.503 |
| 8872 - Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades | 0 | 101.920 | -101.920 |
| 8874 - Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa | 0 | 254.235 | -254.235 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 0 | 1.618.260 | -1.618.260 |
| - Atividade | 5.401.174 | 3.782.914 | 1.618.260 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44293 - Suplementação - Administração da Unidade(Tipo 100) | 5.401.174 | 5.401.174 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 5.401.174 | 5.401.174 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.401.174** | **5.401.174** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44316

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 30/06/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem por Cancel | Cancel | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **44000- Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | **3.331.061.237** | **2.779.691.621** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |
| **Unidade:** | **44101- Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | **537.976.247** | **313.576.542** | **2.100.000** | **2.100.000** | **0** |
| **2018** | **Biodiversidade** | | | | | | | | | | 122.417.880 | 96.811.046 | 2.100.000 | 2.100.000 | 0 |
| **2018 20VP** | **Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE** | **18- 541** | *10* | | | | | | | | **101.202.880** | **95.530.340** | **2.100.000** | **2.100.000** | **0** |
| 2018 20VP 0001 | Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 101.202.880 | 95.530.340 | 2.100.000 | 2.100.000 | 0 |
| 2018 20VP 0001 0002 | Cadastramento, Operacionalização e Monitoramento da Transferência de Renda no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Lei nº12.512, de 14 de outubro de 2011)- Plano Brasil sem Miséria | | | | | | | | | | 10.807.680 | 7.417.852 | 2.100.000 | 2.100.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *8.707.680* | *5.403.999* | *0* | *2.100.000* | *-2.100.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.100.000* | *2.013.853* | *2.100.000* | *0* | *2.100.000* |
| **Unidade:** | **44102- Serviço Florestal Brasileiro - SFB** | | | | | | | | | | **105.456.041** | **43.219.274** | **2.748.932** | **2.748.932** | **0** |
| **2036** | **Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios** | | | | | | | | | | 65.980.287 | 7.680.453 | 2.748.932 | 2.748.932 | 0 |
| **2036 20WD** | **Inventário Florestal Nacional** | **18- 541** | *10* | | | | | | | | **52.215.534** | **1.735.021** | **2.748.932** | **2.748.932** | **0** |
| 2036 20WD 0001 | Inventário Florestal Nacional - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 52.215.534 | 1.735.021 | 2.748.932 | 2.748.932 | 0 |
| 2036 20WD 0001 0001 | Elaboração e Implantação do Inventário Florestal Nacional | | | | | | | | | | 29.110.706 | 1.726.058 | 2.748.932 | 2.748.932 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *196* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *26.328.450* | *1.191.326* | *0* | *2.748.932* | *-2.748.932* |
| | | | | | *4.4.90* | *196* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.791.256* | *534.732* | *2.748.932* | *0* | *2.748.932* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 3.331.061.237 | 2.779.691.621 | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44316**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Justificativa do Pedido 43294:
Alteração de Categoria Econômica de parte da dotação da Ação 20VP, inicialmente reservada em Despesas Correntes (ND: 3390), para Despesas de Capital (ND: 4490), visando a aquisição de equipamento de armazenamento de dados em rede do tipo "Storage", para garantir o devido funcionamento do SisBolsaVerde, sistema de computação que atenderá as necessidades de automação do Programa Bolsa Verde (Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Plano Brasil sem Miséria) , controlando e gerenciando as atividades que estão sob a competência do Ministério do Meio Ambiente, processo hoje que é executado em grande parte de forma manual. A principal função do SisBolsaVerde é controlar e gerenciar a concessão da Bolsa Verde aos beneficiários do programa. Para o devido funcionamento do Sistema, é necessário o armazenamento de dados em rede para o processamento e a guarda das informações, que serão utilizadas de acordo com a necessidade do projeto, para a obtenção de relatórios ou outras transações de uso do sistema ou de outros sistemas que forem integrados, estes dados são armazenados em equipamento projetados especificamente para este fim, visando desempenho e alta disponibilidade. O SisBolsaVerde terá integração com outros entes da administração direta e indireta para a operacionalização do sistema, tais como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à forme – MDS, para o cruzamento de informações com o Cadastro Único Social e com a Caixa Econômica Federal que é a entidade encarregada de efetuar o pagamento do benefício.
Justificativa do Pedido 43316:
O objetivo do Inventário Florestal Nacional (IFN) é gerar informações sobre os recursos florestais a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas de uso e conservação das florestas brasileiras. O IFN produzirá informações sobre os estoques, a composição de espécies, a saúde e a vitalidade das florestas, assim como sobre as mudanças ao longo do tempo, a partir de comparações das estimativas feitas a cada cinco anos. É necessário, para a realização dessa atividade, um conjunto de ações e articulações institucionais. Os trabalhos de campo são precedidos de acordos com governos estaduais, acordos com instituições para apoio nas identificações botânicas (em herbários) e análise de solos, além de consultores para controle de qualidade e análise de dados. Na elaboração do projeto de realização do IFN no Bioma Amazônia, que conta com recursos do Fundo Amazônia, foi planejado para o exercício 2015 despesas de investimento no montante de R$ 2.791.255,60, em função das atividades previstas. São ações que envolvem os herbários, com adequação das capacidades instaladas, para que possam receber o volume de amostras botânicas coletado. Também, serão construídos três laboratórios e comprados equipamentos para os cursos de treinamento e metodologia do IFN.

**Usuário:** ALINE VASCONCELOS ZEYMER

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44316

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 43294:
O cancelamento de dotação sugerido para suprir a suplementação pleiteada não irá gerar impactos negativos à execução e consequente atingimento das metas prevista para Ação no exercício de 2015. Ou seja, boa parte das atividades de monitoramento feitas de forma manual, as quais demandam gastos de custeio, deixarão de existir com o SisBolsaVerde implementado e em funcionamento. Em suma, infere-se que o investimento realizado com a aquisição do equipamento em tela trará uma maior eficiência ao Programa Bolsa Verde.
Justificativa do Pedido 43316:
Não haverá impacto pois trata de um remanejamento e o montante restante em custeio será suficiente para cobrir os gastos com os trabalhos previstos no âmbito do projeto para o ano de 2015.

**Usuário:** ALINE VASCONCELOS ZEYMER

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 43294:
Caso não haja dotação de capital para a aquisição do equipamento do tipo "Storage", o SisBolsVerde não poderá funcionar de maneira adequada, e os recursos já empregado com a parceria firmada em 2014 com a Universidade Federal de Lavras - UFLA, para o desenvolvimento do Sistema, terão sua finalidade comprometida. Vale ressaltar ainda que diferentemente do armazenamento tradicional, o armazenamento em rede para ser mais adequado a necessidade e importância das informações tratadas no SisbolsaVerde, o armazenamento de dados em rede deve provê vários benefícios, tais como: Grande capacidade de armazenamento e compartilhamento por vários servidores visando alta disponibilidade; Capacidade de prover o armazenamento "magro" de dados, conhecido como "Thin Provisioning", ou seja, permite a utilização eficiente do armazenamento, prevenindo ou corrigindo falhas de provisão de alocação de espaços, com a alocação exata do que está sendo usado por cada servidor e à medida que está sendo necessário, evitando assim que recursos sejam alocados e não utilizados; dentre outros.
Justificativa do Pedido 43316:
Os investimentos não realizados inviabilizarão os trabalhos do Inventário Florestal Nacional - IFN no bioma Amazônia. O objetivo principal é a construção dos três laboratórios e o fortalecimento dos herbários para o recebimento, identificação e armazenamento adequado das amostras botânicas coletadas, e hoje os herbários ainda não possuem capacidade instalada para uma tarefa desta envergadura.
Portanto, sem os investimentos previstos, milhares de amostras de material botânico, que já estão sendo coletadas, poderão se perder sem o devido recebimento e tratamento que será dado por parte dos herbários e as análises do resultado do IFN na Amazônia serão inviabilizadas.

**Usuário:** ALINE VASCONCELOS ZEYMER

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Justificativa do Pedido 43294:
Caso a demanda seja atendida, os gastos com custeio irão diminuir no âmbito da unidade orçamentária.
Justificativa do Pedido 43316:
Não há

**Usuário:** ALINE VASCONCELOS ZEYMER

**Outras informações consideradas relevantes**

Justificativa do Pedido 43294:
O equipamento será adquirido diretamente pelo Ministério do Meio Ambiente, e será instalado nas dependências do MMA. Desse modo, além de atender aos requisitos iniciais do sistema SisBolsaVerde, a aquisição de uma solução de armazenamento de dados se faz essencialmente necessária para o programa Bolsa verde, uma vez que a capacidade atual de armazenamento de dados atual do MMA já está esgotada. A aquisição de uma solução de armazenamento de dados para o MMA, torna-se a solução mais vantajosa para a Administração, uma vez que o Ministério já investiu cerca de 6 milhões para a aquisição de uma Sala-cofre com todo um sistema de alta disponibilidade e segurança do ambiente, onde estão alocados todos os sistemas do Ministério do Meio Ambiente, desta forma com a aquisição da solução de armazenamento de dados o Programa Bolsa Verde poderá ter os benefícios a seguir: Economicidade ao se comparar com a opção de alocar o sistema em um site de terceiro o que atribuiria custos mensais de aluguel de ambiente, fato que não ocorrerá caso seja adquirida uma solução de armazenamento para o Ministério uma vez que os custos de manutenção da sala-cofre já constam do orçamento do MMA para a sustentação de todos os outros sistemas corporativos. Com a informatização dos processos constantes do programa Bolsa Verde por meio do desenvolvimento do sistema SisBolsaVerde, será possível efetuar a substituição do Termo de Adesão (documento físico) por documentos eletrônicos, reduzindo ou até eliminando o uso de papel, uma vez os Termos de Adesões digitalizados e armazenados eletronicamente no datacenter do MMA proporcionará ao programa Bolsa Verde maior transparência e segurança.
Justificativa do Pedido 43316:
Não há

**Usuário:** ALINE VASCONCELOS ZEYMER

**Acompanhamentos Pedido: 44316**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44316**

| | | |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 03/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | RAUL MARTINS SODOMA DA FONSECA |
| 05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ALINE VASCONCELOS ZEYMER |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44316**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **44000 Ministério do Meio Ambiente** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |
| 44101 Ministério do Meio Ambiente | 2.100.000 | 2.100.000 | 0 |
| 44102 Serviço Florestal Brasileiro - SFB | 2.748.932 | 2.748.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 0 | 4.848.932 | -4.848.932 |
| 4 - Investimentos | 4.848.932 | 0 | 4.848.932 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 2.100.000 | 2.100.000 | 0 |
| 196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 2.748.932 | 2.748.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **44101 Ministério do Meio Ambiente** | **2.100.000** | **2.100.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.100.000 | 2.100.000 | 0 |
| **44102 Serviço Florestal Brasileiro - SFB** | **2.748.932** | **2.748.932** | **0** |
| 196 Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 2.748.932 | 2.748.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 18 - Gestão Ambiental | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 541 - Preservação e Conservação Ambiental | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **18 Gestão Ambiental** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |
| 541 Preservação e Conservação Ambiental | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2018 - Biodiversidade | 2.100.000 | 2.100.000 | 0 |
| 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios | 2.748.932 | 2.748.932 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44316**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20VP - Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE | 2.100.000 | 2.100.000 | 0 |
| 20WD - Inventário Florestal Nacional | 2.748.932 | 2.748.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44316 - Pedido Agregador - Tipo 110(Tipo 110) | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 4.848.932 | 4.848.932 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.848.932** | **4.848.932** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44326

**Tipo de Crédito:** 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 30/06/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Dinâmica / P. O | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot Atual | Empenhado | Suplem por Cancel | Cancel | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | 53000- Ministério da Integração Nacional | | | | | | | | | | 9.038.678.914 | 5.563.783.268 | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **Unidade:** | 53204- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS | | | | | | | | | | 1.240.161.772 | 954.521.538 | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| 2111 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional | | | | | | | | | | 257.763.796 | 245.584.280 | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **2111 1M49** | **Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação** | **04- 122** | **10** | | | | | | | | 7.150.000 | 7.119.919 | 1.650.000 | 0 | 1.650.000 |
| 2111 1M49 0020 | Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Na Região Nordeste | | | PLOA | | | | | | | 7.150.000 | 7.119.919 | 1.650.000 | 0 | 1.650.000 |
| 2111 1M49 0020 0000 | Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação | | | | | | | | | | 1.650.000 | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 | 1.650.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 250 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.650.000 | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 | 1.650.000 |
| **2111 1M51** | **Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais** | **04- 122** | **10** | | | | | | | | 1.400.000 | 1.397.782 | 0 | 600.000 | -600.000 |
| 2111 1M51 0001 | Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 1.400.000 | 1.397.782 | 0 | 600.000 | -600.000 |
| 2111 1M51 0001 0000 | Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais | | | | | | | | | | 900.000 | 899.662 | 0 | 600.000 | -600.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 250 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 900.000 | 899.662 | 0 | 600.000 | -600.000 |
| **2111 2000** | **Administração da Unidade** | **04- 122** | **10** | | | | | | | | 44.837.724 | 44.494.798 | 0 | 1.050.000 | -1.050.000 |
| 2111 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 44.837.724 | 44.494.798 | 0 | 1.050.000 | -1.050.000 |
| 2111 2000 0001 0003 | Administração da Unidade | | | | | | | | | | 1.450.000 | 1.449.869 | 0 | 1.050.000 | -1.050.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 250 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.450.000 | 1.449.869 | 0 | 1.050.000 | -1.050.000 |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 9.038.678.914 | 5.563.783.268 | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44326**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Para atender obrigações de pagamento com a Contratada encarregada na execução do Projeto de Gestão Eletrônica de Documentos Administrativos (GED) propõe-se uma suplementação por Decreto no valor de R$1.650.000,00

**Usuário:** OCTAVIA LISBOA ALVES BATISTA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não haverá impacto do cancelamento das dotações oferecidas no presente pleito

**Usuário:** OCTAVIA LISBOA ALVES BATISTA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

As obrigações de pagamento deixarão de ser cumpridas com a contratada.

**Usuário:** OCTAVIA LISBOA ALVES BATISTA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não haverá

**Usuário:** OCTAVIA LISBOA ALVES BATISTA

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44326**

**Acompanhamentos Pedido: 44326**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 1/07/2015 | Pedido Efetivado | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 0/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 09/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | CESAR PEIXOTO LEMOS |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | PEDRO HENRIQUE DA COSTA LEITE |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | OCTAVIA LISBOA ALVES BATISTA |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44326**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **53000 Ministério da Integração Nacional** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |
| 53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 1.650.000 | 0 | 1.650.000 |
| 4 - Investimentos | 0 | 1.650.000 | -1.650.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 04 - Administração | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **04 Administração** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |
| 122 Administração Geral | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44326**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1M49 - Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação | 1.650.000 | 0 | 1.650.000 |
| 1M51 - Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais | 0 | 600.000 | -600.000 |
| 2000 - Administração da Unidade | 0 | 1.050.000 | -1.050.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 1.650.000 | 600.000 | 1.050.000 |
| - Atividade | 0 | 1.050.000 | -1.050.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44326 - 1M49 Moderniz. Recurs. TI -DNOCS 53204 Decreto(Tipo 107) | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 1.650.000 | 1.650.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.650.000** | **1.650.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44334

**Tipo de Crédito:** 111 - Atendimento de despesas com o serviço da divida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da divida e amortização)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN Data Efetivação: 28/07/2015 Data Assinatura: 30/06/2015 Data Publicação: 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E s F | Origem Loc | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot Atual | Empenhado | Suplem per Cancel | Cancel | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **44000- Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | **3.331.061.237** | **2.779.691.621** | **120.000** | **120.000** | **0** |
| **Unidade:** | **44101- Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | **537.976.247** | **313.576.542** | **0** | **120.000** | **-120.000** |
| 0906 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) | | | | | | | | | | 349.745 | 202.743 | 0 | 120.000 | -120.000 |
| **0906 0284** | **Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa** | **28** | **844** | **10** | | | | | | | **349.745** | **202.743** | **0** | **120.000** | **-120.000** |
| 0906 0284 0001 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 349.745 | 202.743 | 0 | 120.000 | -120.000 |
| 0906 0284 0001 0000 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa | | | | 4.6.90 | 143 | 0 | 2880 | 0 | 0 | 180.589 | 0 | 0 | 120.000 | -120.000 |
| | | | | | | | | | | | *180.589* | *0* | *0* | *120.000* | *-120.000* |
| **Unidade:** | **44205- Agência Nacional de Águas - ANA** | | | | | | | | | | **452.643.350** | **411.049.494** | **120.000** | **0** | **120.000** |
| 0906 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) | | | | | | | | | | 95.473 | 95.473 | 120.000 | 0 | 120.000 |
| **0906 0284** | **Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa** | **28** | **844** | **10** | | | | | | | **95.473** | **95.473** | **120.000** | **0** | **120.000** |
| 0906 0284 0001 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 95.473 | 95.473 | 120.000 | 0 | 120.000 |
| 0906 0284 0001 0000 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa | | | | 3.2.90 | 344 | 0 | 2918 | 0 | 0 | 0 | 0 | 120.000 | 0 | 120.000 |
| | | | | | | | | | | | *0* | *0* | *120.000* | *0* | *120.000* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 3.331.061.237 | 2.779.691.621 | 120.000 | 120.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44334**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

INTERÁGUAS

A complementação orçamentária se faz necessária pois é insuficiente o saldo existente para o pagamento da 2ª parcela dos juros, com vencimento em 1º de dezembro de 2015, do Acordo de Empréstimo AE 8074-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. O Acordo de Empréstimo é no valor de US$ 107.332.500,00 (cento e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil e quinhentos dólares americanos).

**Usuário:** CLAUDIA ILHA GATTAI

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não haverá cancelamento.

**Usuário:** CLAUDIA ILHA GATTAI

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

INTERÁGUAS

Conforme previsto no Acordo de Empréstimo AE 8074, caso a inadimplência do pagamento dos juros perdure por um período de 30 dias, serão aplicadas sanções previstas no AE, fato esse não desejado pelo Governo Brasileiro, em especial à ANA, e aos demais executores do Programa, a saber Ministério da Integração Nacional, Ministério das Cidades e Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA.

**Usuário:** CLAUDIA ILHA GATTAI

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Câmara dos Deputados
Fl. 7785
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44334**

Não se aplica.

**Usuário:** CLAUDIA ILHA GATTAI

**Informações consideradas relevantes**

VERÁGUAS
Como já informado, o Acordo de Empréstimo AE 8074-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD contempla 4 executores nacionais: Agência Nacional de Águas, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério das Cidades e a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA. Estima-se que durante o segundo semestre de 2015 haverá um incremento na execução do Programa, o que implicará maiores desembolsos junto ao Banco Mundial, o que refletirá no aumento do valor dos juros a serem pagos na 2ª parcela que vencerá em 1º dezembro de 2015. Sendo assim, propomos um reforço no valor de R$ 120.000,00

Memória de Cálculo:

Valor a pagar em dólar x dólar PLOA 2015 = Valor PLOA 2015
US$60.000 x 2,45 = R$147.000,00

1ª fatura a pagar em 1º de junho de 2015: US$ 30.098,63
previsão de valor para 2ª fatura a vencer em 1º dezembro de 2015: US$52.000,00
Total a pagar em 2015: US$82.098,63

Valor em dólar x dólar estimado = Valor pretendido
US$82.098 x 3,25 = R$266.818,00

Valor da necessidade de crédito: R$266.818,00 - R$ 147.000,00 = R$ 120.000,00

**Usuário:** CLAUDIA ILHA GATTAI

**Acompanhamentos Pedido: 44334**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | RAUL MARTINS SODOMA DA FONSECA |
| 25/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Troca no cancelamento para superávit | RAUL MARTINS SODOMA DA FONSECA |
| 08/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: Alterar a coluna da suplementação para excesso | RAUL MARTINS SODOMA DA FONSECA |
| 08/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Alterar a coluna da suplementação para excesso | RAUL MARTINS SODOMA DA FONSECA |
| 05/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | RAUL MARTINS SODOMA DA FONSECA |
| 28/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ANNE PASCALE DE OLIVEIRA MOTA AYRES |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44334**

**Tipo: 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **44000 Ministério do Meio Ambiente** | **120.000** | **120.000** | **0** |
| 44101 Ministério do Meio Ambiente | 0 | 120.000 | -120.000 |
| 44205 Agência Nacional de Águas - ANA | 120.000 | 0 | 120.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Juros e Encargos da Dívida | 120.000 | 0 | 120.000 |
| 6 - Amortização da Dívida | 0 | 120.000 | -120.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal | 0 | 120.000 | -120.000 |
| 344 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações | 120.000 | 0 | 120.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **44101 Ministério do Meio Ambiente** | **0** | **120.000** | **-120.000** |
| 143 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal | 0 | 120.000 | -120.000 |
| **44205 Agência Nacional de Águas - ANA** | **120.000** | **0** | **120.000** |
| 344 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações | 120.000 | 0 | 120.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2880 - Projeto Programa Nacional do Meio Ambiente II - PNMA II (Fase - II) | 0 | 120.000 | -120.000 |
| 2918 - Fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água - Interáguas | 120.000 | 0 | 120.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 28 - Encargos Especiais | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 844 - Serviço da Dívida Externa | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **28 Encargos Especiais** | **120.000** | **120.000** | **0** |
| 844 Serviço da Dívida Externa | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização) | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44334**

**Tipo: 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)**

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0284 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44334 - Dívida(Tipo 111) | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 120.000 | 120.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **120.000** | **120.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44473

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação do GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 30/06/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Ler | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. per Cancel. | Cancel | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **44000- Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | 3.331.061.237 | 2.779.691.621 | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **Unidade:** | **44101- Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | 537.976.247 | 313.576.542 | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| 2045 | Licenciamento e Qualidade Ambiental | | | | | | | | | | 7.999.076 | 3.758.165 | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **2045 8499** | **Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II)** | **18- 541** | **10** | | | | | | | | **4.219.504** | **2.507.891** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |
| 2045 8499 0001 | Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 4.219.504 | 2.507.891 | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| 2045 8499 0001 0000 | Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) | | | | 3.3.90 | 148 | 0 | 2880 | 2 | 2 | 2.853.653 | 2.369.131 | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| | | | | | 4.4.90 | 148 | 0 | 2880 | 2 | 2 | 567.857 | 17.881 | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| | | | | | | | | | | | 2.386.096 | 2.371.250 | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 3.331.061.237 | 2.779.691.621 | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44473**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A carteira de projetos para 2015 foi analisada pela nova Coordenação do Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA, que definiu como prioridade a "aquisição de novos servidores para ampliação e modernização do parque de servidores do Data Center do edifício Sede do MMA". Essa linha de atuação já foi apresentada ao BIRD, o houve a sinalização de "não-objeção", que será formalizada nos próximos dias. O referido projeto teve seus valores atualizados e apresenta custo estimado de R$ 2,7 milhões, a serem custeados com recursos do empréstimo e de contrapartida. Sendo assim, faz-se necessário o remanejamento entre custeio e investimento para viabilizar o projeto.

**Usuário:** RENATO SPINDOLA FIDELIS

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não haverá pois a priorização para o exercício já foi definida como sendo o investimento acima descrito.

**Usuário:** RENATO SPINDOLA FIDELIS

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Inviabilidade de promover o projeto de "aquisição de novos servidores para ampliação e modernização do parque de servidores do Data Center do edifício Sede do MMA", constante do acordo de empréstimo.

**Usuário:** RENATO SPINDOLA FIDELIS

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não haverá.

**Usuário:** RENATO SPINDOLA FIDELIS

**Acompanhamentos Pedido: 44473**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| /07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| /07/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 03/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | RAUL MARTINS SODOMA DA FONSECA |
| 25/05/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: conforme autorização do DEINF | RAUL MARTINS SODOMA DA FONSECA |

Câmara dos Deputados
Fl. 7789
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44473**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **44000 Ministério do Meio Ambiente** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |
| 44101 Ministério do Meio Ambiente | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| 4 - Investimentos | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **44101 Ministério do Meio Ambiente** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |
| 148 Operações de Crédito Externas - em Moeda | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2880 - Projeto Programa Nacional do Meio Ambiente II - PNMA II (Fase - II) | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 18 - Gestão Ambiental | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 541 - Preservação e Conservação Ambiental | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **18 Gestão Ambiental** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |
| 541 Preservação e Conservação Ambiental | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44473**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 8499 - Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44473 - Troca GND para o PNMA II(Tipo 110) | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44681

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 30/06/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E. S. F. | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem por Cancel | Cancel | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **44000- Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | **3.331.061.237** | **2.779.691.621** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |
| **Unidade:** | **44101- Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | **537.976.247** | **313.576.542** | **0** | **1.492.198** | **-1.492.198** |
| 2124 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente | | | | | | | | | | 183.199.921 | 172.663.449 | 0 | 1.492.198 | -1.492.198 |
| **2124 2B34** | **Gestão de Políticas de Meio Ambiente** | **18- 541** | **10** | | | | | | | | **5.968.792** | **3.348.202** | **0** | **1.492.198** | **-1.492.198** |
| 2124 2B34 0001 | Gestão de Políticas de Meio Ambiente - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 5.968.792 | 3.348.202 | 0 | 1.492.198 | -1.492.198 |
| 2124 2B34 0001 0001 | Gestão de Políticas de Meio Ambiente | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 5.404.752 | 3.297.805 | 0 | 1.492.198 | -1.492.198 |
| | | | | | | | | | | | 5.404.752 | 3.297.805 | 0 | 1.492.198 | -1.492.198 |
| **Unidade:** | **44102- Serviço Florestal Brasileiro - SFB** | | | | | | | | | | **105.456.041** | **43.219.274** | **2.351.000** | **858.802** | **1.492.198** |
| 2036 | Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios | | | | | | | | | | 65.980.287 | 7.680.453 | 1.951.000 | 858.802 | 1.092.198 |
| **2036 20WA** | **Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar** | **18- 541** | **10** | | | | | | | | **4.960.458** | **2.845.673** | **0** | **400.000** | **-400.000** |
| 2036 20WA 0001 | Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 4.960.458 | 2.845.673 | 0 | 400.000 | -400.000 |
| 2036 20WA 0001 0002 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável | | | | | | | | | | 483.480 | 0 | 0 | 400.000 | -400.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 483.480 | 0 | 0 | 400.000 | -400.000 |
| **2036 20WB** | **Pesquisa e Informações Florestais** | **18- 573** | **10** | | | | | | | | **4.579.549** | **735.629** | **0** | **315.000** | **-315.000** |
| 2036 20WB 0001 | Pesquisa e Informações Florestais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 4.579.549 | 735.629 | 0 | 315.000 | -315.000 |
| 2036 20WB 0001 0004 | Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Informações Florestais | | | | | | | | | | 97.605 | 85.345 | 0 | 315.000 | -315.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 97.605 | 85.345 | 0 | 315.000 | -315.000 |
| **2036 20WC** | **Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais** | **18- 541** | **10** | | | | | | | | **4.146.746** | **2.343.008** | **0** | **143.802** | **-143.802** |
| 2036 20WC 0001 | Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 4.146.746 | 2.343.008 | 0 | 143.802 | -143.802 |
| 2036 20WC 0001 0002 | Planejamento e Gestão das Concessões Florestais | | | | | | | | | | 1.077.339 | 1.054.368 | 0 | 143.802 | -143.802 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.077.339 | 1.054.368 | 0 | 143.802 | -143.802 |
| **2036 20WD** | **Inventário Florestal Nacional** | **18- 541** | **10** | | | | | | | | **52.215.534** | **1.735.021** | **1.951.000** | **0** | **1.951.000** |
| 2036 20WD 0001 | Inventário Florestal Nacional - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 52.215.534 | 1.735.021 | 1.951.000 | 0 | 1.951.000 |
| 2036 20WD 0001 0001 | Elaboração e Implantação do Inventário Florestal Nacional | | | | | | | | | | 2.136.000 | 0 | 1.951.000 | 0 | 1.951.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 5 | 3000 | 2 | 2 | 2.136.000 | 0 | 1.951.000 | 0 | 1.951.000 |
| | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente | | | | | | | | | | 38.086.889 | 34.186.653 | 400.000 | 0 | 400.000 |
| **2000** | **Administração da Unidade** | **18- 122** | **10** | | | | | | | | **12.189.656** | **8.688.883** | **400.000** | **0** | **400.000** |
| 2124 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 12.189.656 | 8.688.883 | 400.000 | 0 | 400.000 |
| 2124 2000 0001 0001 | Administração da Sede | | | | | | | | | | 201.000 | 98.519 | 400.000 | 0 | 400.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 201.000 | 98.519 | 400.000 | 0 | 400.000 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44681

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Total Geral** | 3.331.961.237 | 2.779.691.921 | 2.351.000 | 2.351.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44681**

**...o a necessidade da alteração orçamentária**

...ONTROLE 44681 CÓPIA DO CONTROLE 44317 COM EXCLUSÃO DAS SUPLEMENTAÇÕES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO. MANUTENÇÃO DOS PEDIDOS ANTERIORES AGREGADOS Nº 43317 E 43291, CONSIDERANDO SEUS DETALHAMENTOS, SUAS JUSTIFICATIVAS E MEMÓRIAS.

Justificativa do Pedido 43609:
O recurso destinado às despesas de custeio do ICMBio têm sofrido uma série histórica de redução desde o ano de 2012, sendo insuficiente, em 2015, para custear despesas básicas referentes à gestão, proteção e manejo das unidades de conservação federais sob sua responsabilidade, o que tem resultado em cortes de serviços e atividades afetando a qualidade da gestão e a proteção dessas unidades.
Essas restrições impossibilitam atuar na estruturação dos Parques priorizados comprometendo substancialmente disponibilidade de serviços destinados à visitação pública, bem como às operações de fiscalização programadas. E sem o aporte dos recursos adicionais pleiteados não será possível atender à demanda prevista, comprometendo inclusive, a capacidade de arrecadação de recursos próprios estimados.
A implementação dos serviços contratados prevê o aporte de recursos adicionais na ação 20WM de 15,8 milhões para cobrir todas suas despesas.
Outro fator que impacta na necessidade de ampliação de recursos é o enfrentamento dos desafios na REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL, decorrentes principalmente DA IMPLANTAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS NA BACIA DO TAPAJÓS, que exige uma maior estruturação e presença institucional na região. Nesse sentido, foi realizado concurso público para suprimento de pessoal na região, e em decorrência existe a necessidade de manutenção mínima das condições de fixação dessa equipe, bem como a estruturação do monitoramento do impacto ambiental sobre a conservação da biodiversidade na região, que é desenvolvido com o apoio dos Centros de Pesquisa. É necessário ainda assegurar a as despesas das unidades atendidas pelo PROJETO ARPA no sentido de garantir a continuidade do aporte de recursos dos doadores para 56 unidades na Amazônia Legal. Para fazer face às estas demandas prioritárias direcionadas para a Região da Amazônia é necessária a ampliação do orçamento na ação 20WN no valor de 3 milhões, bem como na ação 20WM no montante de 5 milhões, sendo destes, 4 milhões destinados à atender as unidades do ARPA.
O valor orçamentário destinado para atender às demandas de Fiscalização apresentadas pelas unidades de conservação já se mostra insuficiente, sem considerar a necessidade da manutenção das chamadas operações permanentes ou seja, ações especiais desenvolvidas nas regiões onde é mais severa a perda de cobertura florestal das unidades de conservação, notadamente a região da BR 163/PA. Mesmo com os esforços para rever as estratégias de operação das ações de proteção e fiscalização nas unidades de conservação, com vistas à redução dos seus custos, será necessário para assegurar a atuação básica das operações a ampliação dos recursos consignados na ação 20WO em 1,2 milhões.
Observa-se, por outro lado, que a arrecadação própria do Instituto Chico Mendes, na fonte 50, vem crescendo gradativamente ao longo dos anos, sendo que o impacto desse incremento não tem refletido em ampliação do orçamento. No primeiro quadrimestre do corrente ano, a arrecadação própria do Instituto já ultrapassa 47 milhões. Foi apurado no balanço patrimonial de 2014, conforme Portaria STN nº 176 de 30 de março de 2015, superávit financeiro na referida fonte no valor acumulado de 60,1 milhões, o qual comprova o acumulo de recursos arrecadados e sem autorização de crédito orçamentário para viabilizar sua utilização.
Diante dos dados mostrados acima, torna-se imperioso a aprovação do presente crédito, tendo em vista que será suportado por receitas próprias efetivamente asseguradas.

Justificativa do Pedido 43529:
Solicitação por excesso de arrecadação, tendo em vista o aumento do valor do ingresso de R$ 7,00 para R$ 9,00. O valor arrecadado decorrente da venda de ingressos para visitação ao arboreto do JBRJ é o item que compõe esta receita.

Com base na série histórica de visitação, o público pagante estimado para o exercício de 2015 é de 700.000 visitantes.

Estima-se, de maio a dezembro de 2015, um número 466.664 visitantes. Considerando a diferença de R$ 2,00 para maior no valor do ingresso, a projeção de excesso de arrecadação para o período se apresenta da seguinte forma: 466.664(Visitantes) * R$2,00 = R$ R$ 933.328,00

A visitação foi estimada com base na série histórica. Apurou-se o quantitativo de visitantes de maio a dezembro de 2015, período que abrange o aumento do ingresso de R$ 7,00 para R$ 9,00. Em seguida, o quantitativo de visitantes foi multiplicado por R$ 2,00, que é a diferença a maior do valor do ingresso.

Número de visitante ao ano: 700.000
Visitantes por mês: 700.000 /12 = 58.333
Visitantes de maio a dezembro = 8 * 58.333 = 466.664
Aumento de arrecadação: 466.664 * R$ 2,00 = R$ 933.328,00

Justificativa do Pedido 43317:
Trata-se de reserva de recurso a fim de suprir parte do valor de contrapartida para suprir o acordo celebrado com o banco BID por meio do Projeto FIP.
O Programa de Investimento Florestal (FIP) está voltado a apoiar os esforços dos países para a redução do desmatamento e da degradação florestal e para a promoção do manejo florestal sustentável, que leva a reduções de emissões e ao aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+).
O plano de Investimentos do Brasil articula ações de três ministérios (Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) com foco na construção de sinergias que potencializam os impactos e um conjunto de políticas setoriais voltadas à redução do desmatamento mediante o aprimoramento da gestão ambiental em áreas já antropizadas e a geração e disponibilização de informações ambientais na escala do bioma.
. Carta-Convênio celebrada com o FIP, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não-reembolsável (doação) no montante de US$ 16.450.000,00 para execução do Projeto "Informações Florestais para uma Gestão Orientada à Conservação e Valorização dos Recursos Florestais do Cerrado pelos Setores Público e Privado", que visa à implementação do Inventário Florestal Nacional - IFN no bioma Cerrado.
A contribuição tem como objetivo financiar a aquisição de bens e serviços diferentes de consultoria, bem como a seleção e contratação de consultores necessários para a realização de um projeto de cooperação técnica.
Como parte do Programa do Governo Federal, a realização do Inventário Florestal Nacional-IFN é parte integrante de suas ações. Neste momento, estamos realizando o IFN do bioma Amazônia também com recurso de doação. No bioma Mata Atlântica está sendo finalizado a análise do levantamento dos dados coletados. Sendo assim, o recurso do FIP se faz necessário para a conclusão dos trabalhos de levantamento de dados das florestas brasileiras.
O objetivo do Inventário Florestal Nacional (IFN) é gerar informações sobre os recursos florestais, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas de uso e conservação das florestas brasileiras. O IFN produzirá informações sobre os estoques, a composição de

Câmara dos Deputados
Fl. 7793
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias **Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA** **Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44681**

espécies, a saúde e a vitalidade das florestas, assim como sobre as mudanças ao longo do tempo, a partir de comparações das estimativas feitas a cada cinco anos. É necessário, para a realização dessa atividade, um conjunto de ações e articulações institucionais. Para aprovação do Projeto e por exigência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, é necessário que o Serviço Florestal Brasileiro disponibilize em seu orçamento o valor da contrapartida firmado entre o SFB e o BID, no montante de R$ 2.136.000,00. Desse total, R$ 643.802 sairá da dotação do SFB e o restante (R$ 1.492.198) será remanejado do MMA, conforme orientação do Senhor Secretário Executivo.

Justificativa do Pedido 43291:
Após elaboração do PLOA 2015 solicitamos expansão orçamentária no valor de R$ 2.000.000,00 para implantação do CAR e de infraestrutura de TI para hospedar os sistemas do Sicar. Dentre estas ações será criada uma sala de situação para monitoramento do SICAR.
A dotação solicitada foi contemplada na ação 20WA (Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar), Plano Orçamentário 0002 (Apoio a projetos de desenvolvimento florestal).
No início de 2015, verificamos a necessidade de reforma dessas salas que irão abrigar o monitoramento do SICAR. Essas despesas são estritamente de natureza administrativa. Portanto, solicitamos a alteração orçamentária da ação finalística 20WA para a ação 2000 (Administração da Unidade).

Justificativa do Pedido 43180:
A suplementação irá ampliar os projetos em andamento e atender à demanda reprimida de novos projetos. Destaque-se que o Fundo Clima tem demonstrado ótimo desempenho em quesitos como execução, transparência e governança. Quanto à execução dos recursos, o Fundo apresenta taxas de execução acima de 99% dos valores disponíveis, com acompanhamento permanente dos órgãos de controle e de seu Comitê Gestor. Está publicando um Atlas sobre todos os projetos não-reembolsáveis apoiados e passa por uma avaliação externa de organismos independentes.

Dos projetos em andamento, que necessitam de recursos cabe mencionar:

a) O fortalecimento do Programa Nacional de Bóias da Marinha Brasileira, voltado para coleta de informações oceanográficas;

b) A implantação do Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira – SIMCosta;

c) A recuperação de dados meteorológicos históricos do INMET; e

d) O laboratório de monitoramento de gases de efeito estufa na agricultura e o monitoramento de emissões por fermentação entérica em sistemas integrados lavoura – pecuária - floresta, ambos da Embr

**Usuário:** JOSE EDUARDO FERREIRA COSTA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 43609:
Não haverá.
Justificativa do Pedido 43529:
Não há cancelamentos a serem oferecidos.
Justificativa do Pedido 43317:
Não haverá impacto na ação 20WD (Inventário Florestal Nacional), uma vez que o recurso é para subsidiar sua finalidade. Para o PO 4 da Ação 20WB (Pesquisa e Informações Florestais) e para a ação 20WC (Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais) também não haverá impacto, uma vez que parte delas está sendo subsidiada, também, por recursos de doação externa.
Justificativa do Pedido 43291:
Não haverá impacto uma vez que o repasse de parte do recurso será voltado para sua finalidade.
Justificativa do Pedido 43180:
Não haverá reflexos nos gastos de custeio.

**Usuário:** JOSE EDUARDO FERREIRA COSTA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 43609:
Muitos dos contratos existentes serão rescindidos, a fim de adequar a demanda ao orçamento disponível, reduzindo a capacidade da instituição oferecer os serviços adequados no atendimento ao público e na gestão das unidades de conservação.
Justificativa do Pedido 43529:
Descontinuidade de atividades essenciais ao funcionamento da Instituição.
Justificativa do Pedido 43317:
Caso não haja sucesso na solicitação, não será possível realizar o IFN no bioma Cerrado. Haverá um impacto de aproximadamente U$ 16 milhões de dólares doados para a realização de um projeto que está sendo realizado pela primeira vez no país, e ainda, um grande impacto na instituição no esforço para a realização deste projeto.
Justificativa do Pedido 43291:
As despesas que serão enquadradas no montante solicitado para alteração são estritamente de natureza administrativa.
Justificativa do Pedido 43180:
Muitos projetos, em andamento e em lista de espera, deixarão de ser apoiados, uma vez que a dotação aprovada na LOA 2015 é insuficiente, tais como:

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44681**

a) Proposta do Colegiado BC 27 - Secretários Municipais de Meio Ambiente – para elaboração de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa nas Capitais Brasileiras;
b) Projeto de micro e mini geração Fotovoltaica em parceria com o Instituto Ideal;
c) Projeto de restauração ecológica – Cana mais sustentável, em parceria com o Banco do Brasil;
Projeto de eficiência energética e incorporação de biomassa no polo gesseiro de Araripina, em parceria com o Banco do Nordeste; e
Projeto do "Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa – SMMARE"

Tais projetos permitirão maior capilaridade da Política Nacional sobre Mudança do Clima, uma vez que envolverá maior participação de entes federados e de instituições locais e regionais, com impacto significativo e potencializador de políticas públicas como restauração ambiental, em atenção ao Código Florestal, eficiência energética e incorporação de produtores e empresários ao mercado formal da produção de gesso, maior envolvimento das capitais brasileiras no monitoramento de emissões.

**Usuário:** JOSE EDUARDO FERREIRA COSTA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Justificativa do Pedido 43609:
O atendimento à demanda ampliará significativamente o potencial de arrecadação de receitas dos Parques Nacionais, em níveis muito superiores aos reflexos sobre o nível de custeio futuros.
Justificativa do Pedido 43529:
Não há.
Justificativa do Pedido 43317:
Não há
Justificativa do Pedido 43291:
Não há
Justificativa do Pedido 43180:
Não haverá reflexos nos gastos de custeio.

**Usuário:** JOSE EDUARDO FERREIRA COSTA

**Outras informações consideradas relevantes**

Justificativa do Pedido 43609:
As despesas do ICMBio referem-se predominantemente ao custeio de ações para garantir a proteção, fiscalização e a gestão das Unidades de Conservação e a manutenção de suas estruturas.
Os contratos administrativos que atendem as unidades do ICMBio sofrem repactuações anuais da ordem de 5 a 10% em média, o que demanda ampliação orçamentária para atender determinação legal.
Também cabe destacar que as repactuações em contratos de vigilância impactaram significativamente no orçamento do instituto, pois atendem à proteção das Unidades de Conservação, e em decorrência os postos terem sido drasticamente reduzidos, colocando em risco o patrimônio pertencentes às UC's, refletindo na vulnerabilidade da segurança do patrimônio ambiental.

Justificativa do Pedido 43529:
Os referenciais monetários propostos para o exercício já se apresentam insuficientes frente às despesas programadas para o período. O contingenciamento anunciado para 2015 gera impacto direto na manutenção de atividades fundamentais ao funcionamento da instituição. Medidas de economia vêm sendo tomadas, como a redução de contingente em contratos com alocação de mão de obra, no entanto, trata-se de atividades básicas, tais como limpeza, manutenção predial, jardinagem, segurança, etc.; não sendo possível um redimensionamento abrupto.
Justificativa do Pedido 43317:
Não há
Justificativa do Pedido 43291:
Não há.

**Usuário:** JOSE EDUARDO FERREIRA COSTA

**Acompanhamentos Pedido: 44681**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 26/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: retirar troca de iduso constante no controle | RAUL MARTINS SODOMA DA FONSECA |
| 26/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: retirar troca de iduso constante no controle | RAUL MARTINS SODOMA DA FONSECA |
| 03/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | RAUL MARTINS SODOMA DA FONSECA |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44681**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 2.351.000 | 2.351.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **44000 Ministério do Meio Ambiente** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |
| 44101 Ministério do Meio Ambiente | 0 | 1.492.198 | -1.492.198 |
| 44102 Serviço Florestal Brasileiro - SFB | 2.351.000 | 858.802 | 1.492.198 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 1.951.000 | 1.951.000 | 0 |
| 4 - Investimentos | 400.000 | 400.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 2.351.000 | 2.351.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **44101 Ministério do Meio Ambiente** | **0** | **1.492.198** | **-1.492.198** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 1.492.198 | -1.492.198 |
| **44102 Serviço Florestal Brasileiro - SFB** | **2.351.000** | **858.802** | **1.492.198** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.351.000 | 858.802 | 1.492.198 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 2.351.000 | 2.351.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 400.000 | 2.351.000 | -1.951.000 |
| 5 - Contrapartida de doações | 1.951.000 | 0 | 1.951.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3000 - Inventário Florestas Nacionais - IFN - Bioma Cerrado | 1.951.000 | 0 | 1.951.000 |
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 400.000 | 2.351.000 | -1.951.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 2.351.000 | 2.351.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 2.351.000 | 2.351.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 18 - Gestão Ambiental | 2.351.000 | 2.351.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 400.000 | 0 | 400.000 |
| 541 - Preservação e Conservação Ambiental | 1.951.000 | 2.036.000 | -85.000 |
| 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | 0 | 315.000 | -315.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **18 Gestão Ambiental** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |
| 122 Administração Geral | 400.000 | 0 | 400.000 |
| 541 Preservação e Conservação Ambiental | 1.951.000 | 2.036.000 | -85.000 |
| 573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | 0 | 315.000 | -315.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 2.351.000 | 2.351.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Formalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44681**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 2.351.000 | 2.351.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios | 1.951.000 | 858.802 | 1.092.198 |
| 2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente | 400.000 | 1.492.198 | -1.092.198 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 1.951.000 | 858.802 | 1.092.198 |
| - Gestão e Manutenção | 400.000 | 1.492.198 | -1.092.198 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 400.000 | 0 | 400.000 |
| 20WA - Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar | 0 | 400.000 | -400.000 |
| 20WB - Pesquisa e Informações Florestais | 0 | 315.000 | -315.000 |
| 20WC - Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais | 0 | 143.802 | -143.802 |
| 20WD - Inventário Florestal Nacional | 1.951.000 | 0 | 1.951.000 |
| 2B34 - Gestão de Políticas de Meio Ambiente | 0 | 1.492.198 | -1.492.198 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 2.351.000 | 2.351.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44681 - Copiado a partir de: Pedido Agregador - Tipo 100(Tipo 100) | 2.351.000 | 2.351.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 2.351.000 | 2.351.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.351.000** | **2.351.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44915

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**[illegible]c:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 30/06/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P O | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem per Cancel. | Cancel | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **56000- Ministério das Cidades** | | | | | | | | | | **37.258.179.368** | **22.050.010.594** | **400.000** | **400.000** | **0** |
| **Unidade:** | **56202- Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU** | | | | | | | | | | **1.262.275.006** | **991.199.066** | **400.000** | **400.000** | **0** |
| **2048** | **Mobilidade Urbana e Trânsito** | | | | | | | | | | 268.679.367 | 34.156.805 | 0 | 400.000 | -400.000 |
| **2048 14TT** | **Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos** | **15- 453** | *10* | | | | | | | | **1.600.000** | **556.284** | **0** | **400.000** | **-400.000** |
| 2048 14TT 0001 | Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 1.600.000 | 556.284 | 0 | 400.000 | -400.000 |
| 2048 14TT 0001 0000 | Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 400.000 | -400.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *400.000* | *-400.000* |
| **2116** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades** | | | | | | | | | | 732.206.563 | 724.701.539 | 400.000 | 0 | 400.000 |
| **2116 2000** | **Administração da Unidade** | **15- 122** | *10* | | | | | | | | **18.051.000** | **17.369.363** | **400.000** | **0** | **400.000** |
| 2116 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 18.051.000 | 17.369.363 | 400.000 | 0 | 400.000 |
| 2116 2000 0001 0000 | Administração da Unidade - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 18.118.032 | 15.529.577 | 400.000 | 0 | 400.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *18.118.032* | *15.529.577* | *400.000* | *0* | *400.000* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 37.258.179.368 | 22.050.010.594 | 400.000 | 400.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44915**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Reduzir PTRES 091459 - PO 000 – Grupo de Despesa 449000 (400.000)
Ação de Governo: 15 453 2048 14TT – Modernização e Recuperação do sistema de Trens Urbanos – Despesas Diversas

Acrescer PTRES 091460 – PO 0000 - Grupo de Despesa 339000 (400.000)
Ação de Governo: 15 453 2116 2000 0001 – Administração da Unidade

Este remanejamento visa compor parte do valor necessário apresentado no Acordo Coletivo Trabalhista 2014/2015, vigência de 12 meses, a partir de 01/05/2014, não atendido à época do Referencial Monetário no Projeto de Lei 2015, especificamente na "Cláusula 11ª – Vale Cultura – A CBTU, nos termos da Lei nº 12761/2012, fornecerá o benefício Vale-Cultura a todos os empregados que optarem pelo benefício.

Parágrafo Único: A CBTU iniciará a distribuição do cartão Vale-Cultura aos empregados após o término do processo licitatório, para contratar a empresa com essa finalidade específica."

Efetuar estas despesas - concessão vale cultura, no programa apresentado no Plano Orçamentário 000 na Lei Orçamentária do Exercício de 2015 nº 13.115, de 20 abr 2015

Readequar a LOA 2015 na Ação Administração da Unidade – Plano Orçamentário 000.

**Usuário:** ESTHER LOBO DOS REIS MELO

**[illegible]ava o Impacto do cancelamento de dotações**

Não há

**Usuário:** ESTHER LOBO DOS REIS MELO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito por parte da CBTU implicara no descumprimento da clausula 11ª do ACT 2014 - 2015

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44915**

**Usuário:** ESTHER LOBO DOS REIS MELO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há

**Usuário:** ESTHER LOBO DOS REIS MELO

**Acompanhamentos Pedido: 44915**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 22/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: Ajuste de valores Vale-Cultura/CBTU. | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 22/06/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Ajuste de valores Vale-Cultura/CBTU. | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 22/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ESTHER LOBO DOS REIS MELO |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44915**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 400.000 | 400.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **56000 Ministério das Cidades** | **400.000** | **400.000** | **0** |
| 56202 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU | 400.000 | 400.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 400.000 | 0 | 400.000 |
| 4 - Investimentos | 0 | 400.000 | -400.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 400.000 | 400.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **56202 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU** | **400.000** | **400.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 400.000 | 400.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 400.000 | 400.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 400.000 | 400.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 400.000 | 400.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 400.000 | 400.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 400.000 | 400.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 15 - Urbanismo | 400.000 | 400.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 400.000 | 0 | 400.000 |
| 453 - Transportes Coletivos Urbanos | 0 | 400.000 | -400.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **15 Urbanismo** | **400.000** | **400.000** | **0** |
| 122 Administração Geral | 400.000 | 0 | 400.000 |
| 453 Transportes Coletivos Urbanos | 0 | 400.000 | -400.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 400.000 | 400.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 400.000 | 400.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito | 0 | 400.000 | -400.000 |
| 2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | 400.000 | 0 | 400.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 44915**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 0 | 400.000 | -400.000 |
| - Gestão e Manutenção | 400.000 | 0 | 400.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 14TT - Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos | 0 | 400.000 | -400.000 |
| 2000 - Administração da Unidade | 400.000 | 0 | 400.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 0 | 400.000 | -400.000 |
| - Atividade | 400.000 | 0 | 400.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44915 - Crt 100 - Vale Cultura (Tipo 100) | 400.000 | 400.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 400.000 | 400.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **400.000** | **400.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43522

**Tipo de Crédito:** 152 - Suplementação de subtitulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**N[illegible]:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 30/06/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem por Cancel | Cancel | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **44000- Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | **3.331.061.237** | **2.779.691.621** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |
| **Unidade:** | **44207- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade** | | | | | | | | | | **688.009.082** | **592.978.306** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |
| **2018** | **Biodiversidade** | | | | | | | | | | 240.185.464 | 158.802.077 | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **2018 20WM** | **Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais** | **18- 541** | *10* | | | | | | | | **198.695.464** | **137.330.184** | **6.750.000** | **1.390.000** | **5.360.000** |
| 2018 20WM 0001 | Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 180.083.184 | 135.432.259 | 6.750.000 | 1.390.000 | 5.360.000 |
| 2018 20WM 0001 000A | Implementação da Gestão Florestal em Unidades de Conservação na Região de Influência da BR-163 e na Região Purus-Madeira | | | | | | | | | | 9.705.056 | 539.415 | 6.750.000 | 1.390.000 | 5.360.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *195* | *0* | *2940* | *2* | *2* | *2.955.056* | *319.415* | *0* | *1.390.000* | *-1.390.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *195* | *0* | *2940* | *2* | *2* | *6.750.000* | *220.000* | *6.750.000* | *0* | *6.750.000* |
| **2018 6381** | **Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais** | **18- 541** | *10* | | | | | | | | **16.090.000** | **382.037** | **0** | **5.360.000** | **-5.360.000** |
| 2018 6381 0001 | Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 16.090.000 | 382.037 | 0 | 5.360.000 | -5.360.000 |
| 2018 6381 0001 0001 | Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 3.450.000 | -3.450.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *195* | *0* | *2940* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *3.450.000* | *-3.450.000* |
| 2018 6381 0001 0002 | Demarcação de Unidades de Conservação na Região de Influência da BR-16 e na Região Purus-Madeira | | | | | | | | | | 1.090.000 | 69.580 | 0 | 1.910.000 | -1.910.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *195* | *0* | *2940* | *2* | *2* | *1.090.000* | *69.580* | *0* | *1.910.000* | *-1.910.000* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 3.331.061.237 | 2.779.691.621 | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43522**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A alteração orçamentária solicitada se deve à necessidade de adequação ao POA (Plano Operativo Anual) aprovado pelo Doador para o ano de 2015, que prevê a execução de despesas do Grupo Investimento. Em momento anterior, na elaboração da proposta orçamentária, não foram previstos recursos para esse Grupo, fazendo-se necessário, nesta oportunidade, os ajustes solicitados.

**Usuário:** CELSO RICARDO STECANELA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não haverá impacto

**Usuário:** CELSO RICARDO STECANELA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito impossibilitará a aquisição de equipamentos importantes para a estruturação das UCs e a execução de obras previstas para o ano, prejudicando também o atingimento de metas e objetivos do Projeto.

**Usuário:** CELSO RICARDO STECANELA

**Os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

O atendimento do pleito não acarretará reflexos sobre o nível dos gastos de custeio do órgão, pois trata-se de recurso de doação internacional (fonte 0195).

**Usuário:** CELSO RICARDO STECANELA

**Acompanhamentos Pedido: 43522**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43522**

| | | |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| [illegible]/07/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| [illegible]/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 03/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | RAUL MARTINS SODOMA DA FONSECA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: ajuste | CLAUDIA ILHA GATTAI |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | CELSO RICARDO STECANELA |
| 15/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária. Justificativa: ajuste | CLAUDIA ILHA GATTAI |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | CELSO RICARDO STECANELA |
| 15/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária. Justificativa: ajuste nos créditos | CLAUDIA ILHA GATTAI |
| 12/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | MICHELLE FERREIRA VIEIRA BEZERRA PACHECO |
| 12/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária. Justificativa: Devolução por solicitação da Unidade. | CLAUDIA ILHA GATTAI |
| 08/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | CELSO RICARDO STECANELA |

Câmara dos Deputados 7803 Fl. Comissões Es

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 43522**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **44000 Ministério do Meio Ambiente** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |
| 44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 0 | 6.750.000 | -6.750.000 |
| 4 - Investimentos | 6.750.000 | 0 | 6.750.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 195 - Doações de Entidades Internacionais | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |
| 195 Doações de Entidades Internacionais | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2940 - Projeto "Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia" (Gestão Florestal) | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 18 - Gestão Ambiental | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 541 - Preservação e Conservação Ambiental | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **18 Gestão Ambiental** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |
| 541 Preservação e Conservação Ambiental | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2018 - Biodiversidade | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 43522**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais | 6.750.000 | 1.390.000 | 5.360.000 |
| 6381 - Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais | 0 | 5.360.000 | -5.360.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43522 - Troca de Grupo de Despesa KFW(Tipo 152) | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 6.750.000 | 6.750.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.750.000** | **6.750.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 43546

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**N°:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 30/06/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | Est | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **39000- Ministério dos Transportes** | | | | | | | | | | 19.083.215.035 | 13.647.853.858 | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **Unidade:** | **39252- Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT** | | | | | | | | | | 11.605.125.902 | 7.388.422.665 | 700.000 | 700.000 | 0 |
| 2072 | Transporte Ferroviário | | | | | | | | | | 352.890.913 | 12.799.230 | 0 | 700.000 | -700.000 |
| **2072 14TL** | **Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG** | 26- 783 | 10 | | | | | | | | 8.768.000 | 2.000.000 | 0 | 700.000 | -700.000 |
| 2072 14TL 2762 | Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG - No Município de Juiz de Fora - MG | | | PLOA | | | | | | | 8.768.000 | 2.000.000 | 0 | 700.000 | -700.000 |
| 2072 14TL 2762 0000 | Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG | | | | 4.4.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 70.000<br>70.000 | 0<br>0 | 0<br>0 | 700.000<br>700.000 | -700.000<br>-700.000 |
| 2126 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes | | | | | | | | | | 1.280.272.778 | 1.283.106.858 | 700.000 | 0 | 700.000 |
| **2126 869V** | **Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários** | 26- 783 | 10 | | | | | | | | 9.200.000 | 5.459.931 | 700.000 | 0 | 700.000 |
| 2126 869V 0001 | Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 9.200.000 | 5.459.931 | 700.000 | 0 | 700.000 |
| 2126 869V 0001 0000 | Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 9.200.000<br>9.200.000 | 5.459.931<br>5.459.931 | 700.000<br>700.000 | 0<br>0 | 700.000<br>700.000 |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 19.083.215.035 | 13.647.853.858 | 700.000 | 700.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43546**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Atender a Contratos já firmados com Empresas especializadas para prestação de serviços contínuos de vigilância e segurança patrimonial (móveis e imóveis da extinta RFFSA).

**Usuário:** LIVIA ARAUJO MONTE

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Os valores a serem cancelados não impactarão nos empreendimentos.

**Usuário:** LIVIA ARAUJO MONTE

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Vulnerabilidade dos bens patrimoniais podendo ocasionar perdas e danos ao erário.

**Usuário:** LIVIA ARAUJO MONTE

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há.

**Usuário:** LIVIA ARAUJO MONTE

**Informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** LIVIA ARAUJO MONTE

**Acompanhamentos Pedido: 43546**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43546

| | | |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentána - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 7/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 7/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 27/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | LUIZ ROMEU SILVA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ALEXANDRE RIBEIRO MURAD |
| 12/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | LIVIA ARAUJO MONTE |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 43546**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **39000 Ministério dos Transportes** | **700.000** | **700.000** | **0** |
| 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 700.000 | 0 | 700.000 |
| 4 - Investimentos | 0 | 700.000 | -700.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT** | **700.000** | **700.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 26 - Transporte | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 783 - Transporte Ferroviário | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26 Transporte** | **700.000** | **700.000** | **0** |
| 783 Transporte Ferroviário | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2072 - Transporte Ferroviário | 0 | 700.000 | -700.000 |
| 2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes | 700.000 | 0 | 700.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 43546**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 0 | 700.000 | -700.000 |
| - Gestão e Manutenção | 700.000 | 0 | 700.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 14TL - Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG | 0 | 700.000 | -700.000 |
| 869V - Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários | 700.000 | 0 | 700.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 0 | 700.000 | -700.000 |
| - Atividade | 700.000 | 0 | 700.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43546 - DNIT-TIPO 100(Tipo 100) | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 700.000 | 700.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **700.000** | **700.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43619

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtitulo objeto da anulação

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Número:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 30/06/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | Est | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **56000- Ministério das Cidades** | | | | | | | | | | **37.258.179.368** | **22.050.010.594** | **540.000** | **540.000** | **0** |
| **Unidade:** | **56202- Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU** | | | | | | | | | | **1.262.275.006** | **991.199.066** | **540.000** | **540.000** | **0** |
| 2116 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | | | | | | | | | | 732.206.563 | 724.791.538 | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **2116 2000** | **Administração da Unidade** | **15 122** | **10** | | | | | | | | **18.051.000** | **17.369.363** | **540.000** | **540.000** | **0** |
| 2116 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 18.051.000 | 17.369.363 | 540.000 | 540.000 | 0 |
| 2116 2000 0001 0000 | Administração da Unidade - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 18.125.032 | 15.535.757 | 540.000 | 540.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *18.118.032* | *15.529.577* | *540.000* | *0* | *540.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *7.000* | *6.180* | *0* | *540.000* | *-540.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 37.258.179.368 | 22.050.010.594 | 540.000 | 540.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43619**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Ação de Governo: 15 453 2116 2000 0001 - Administração da Unidade

Reduzir PTRES 091456 - PO 0000 – Grupo de Despesa 449000 (540.000)
Acrescer PTRES 091460 – PO 0000 - Grupo de Despesa 339000 (540.000)

Este remanejamento visa compor parte do valor necessário apresentado no Acordo Coletivo Trabalhista 2014/2015, vigência de 12 meses, a partir de 01/05/2014, não atendido à época do Referencial Monetário no Projeto de Lei 2015, especificamente na "Cláusula 11ª – Vale Cultura – A CBTU, nos termos da Lei nº 12761/2012, fornecerá o benefício Vale-Cultura a todos os empregados que optarem pelo benefício.
Parágrafo Único: A CBTU iniciará a distribuição do cartão Vale-Cultura aos empregados após o término do processo licitatório, para contratar a empresa com essa finalidade específica."

Efetuar estas despesas - concessão vale cultura, no programa apresentado no Plano Orçamentário 000 na Lei Orçamentária do Exercício de 2015 nº 13.115, de 20 abr 2015

Readequar a LOA 2015 na Ação Administração da Unidade – Plano Orçamentário 000.

**Usuário:** ELCIO GOULART PINTO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há

**Usuário:** ELCIO GOULART PINTO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito implica no descumprimento por parte da CBTU a cláusula 11ª do ACT 2014/2015

**Usuário:** ELCIO GOULART PINTO

**os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há

**Usuário:** ELCIO GOULART PINTO

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43619**

| **Acompanhamentos Pedido: 43619** | | |
|---|---|---|
| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
| 7/2015 | Pedido Efetivado | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 7/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 12/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AGOSTINHO AFONSO DE MIRANDA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | MARCIO OLIVEIRA CAVALCANTE |
| 14/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | Valéria Maranhão Barreto Pereira |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 43619**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **56000 Ministério das Cidades** | **540.000** | **540.000** | **0** |
| 56202 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 540.000 | 0 | 540.000 |
| 4 - Investimentos | 0 | 540.000 | -540.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **56202 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU** | **540.000** | **540.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 15 - Urbanismo | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **15 Urbanismo** | **540.000** | **540.000** | **0** |
| 122 Administração Geral | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 540.000 | 540.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2175**

**Pedido(s): 43619**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43619 - Crd 110- Vale Cultura (Tipo 110) | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 540.000 | 540.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **540.000** | **540.000** | **0** |

Câmara dos Deputados
7813
Comissões Especiais

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Orçamento Federal
SEPN 516, Lote 8, Bloco D, 4º Andar, 70770-524, Brasília - DF
Telefone: 2020-2000 – E-mail: sof@planejamento.gov.br

Memorando nº 44/SOF/MP

Em 30 de junho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Assunto: **Projeto de Decreto que abre crédito suplementar em favor de diversos órgãos do Poder Executivo.**

1. Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, Projeto de Decreto que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015) crédito suplementar no valor de R$ 29.922.832,00 (vinte e nove milhões, novecentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo.

2. Cabe ressaltar que o crédito será viabilizado à conta de excesso de arrecadação de Recursos de Convênios e de anulação parcial de dotações orçamentárias, tendo em vista as autorizações contidas no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", II, V, alínea "b", item 1, e VIII, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, e no art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Em face do exposto, submeto à apreciação de Vossa Excelência o referido Projeto de Decreto, acompanhado de Exposição de Motivos, e respectivos Anexos.

Respeitosamente,

**ESTHER DWECK**
Secretária de Orçamento Federal

Documento assinado eletronicamente por **ESTHER DWECK, Secretária**, em 07/07/2015, às 11:31.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seimp.planejamento.gov.br/conferir], informando o código verificador **0419173** e o código CRC **A0551125**.

Câmara dos Deputados
Fl. 7814
Comissões Especiais

Criado por 11600381120, versão 3 por 11600381120 em 30/06/2015 10:16:13.

Câmara dos Deputados
Fl. 7815
Comissões Especiais

EM nº /2015-MP

Brasília, de de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor de R$ 29.922.832,00 (vinte e nove milhões, novecentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais), conforme a seguir demonstrado:

R$ 1,00

| Discriminação | Suplementação | Origem dos Recursos |
|---|---|---|
| Ministério dos Transportes – MT | 996.000 | 996.000 |
| Ministério dos Transportes (Administração direta) | 296.000 | 296.000 |
| Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT | 700.000 | 700.000 |
| Ministério do Meio Ambiente – MMA | 15.569.932 | 15.569.932 |
| Ministério do Meio Ambiente (Administração direta) | 3.600.000 | 5.212.198 |
| Serviço Florestal Brasileiro – SFB | 5.099.932 | 3.607.734 |
| Agência Nacional de Águas – ANA | 120.000 | 0 |
| Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio | 6.750.000 | 6.750.000 |
| Ministério da Integração Nacional – MI | 7.015.726 | 6.650.000 |
| Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF | 365.726 | 0 |
| Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS | 1.650.000 | 1.650.000 |

| | | |
|---|---|---|
| Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO | 5.000.000 | 5.000.000 |
| Ministério das Cidades – MCidades | 6.341.174 | 6.341.174 |
| Ministério das Cidades (Administração direta) | 5.401.174 | 5.401.174 |
| Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU | 940.000 | 940.000 |
| Excesso de arrecadação de Recursos de Convênios | 0 | 365.726 |
| **Total** | **29.922.832** | **29.922.832** |

2. No âmbito do MT, os recursos possibilitarão à Administração direta honrar despesas de fiscalização da exploração da infraestrutura rodoviária da Ponte Internacional São Borja – Santo Tomé (Brasil-Argentina). No DNIT, permitirão o atendimento de despesas referentes a vigilância e segurança patrimonial de bens recebidos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.

3. No que se refere ao MMA, no âmbito da Administração direta, relativamente ao Programa Bolsa Verde, o crédito viabilizará a atualização e a ampliação da capacidade dos sistemas informatizados, com aquisição de equipamento de armazenamento de dados e, para os projetos de gestão integrada do Plano Nacional do Meio Ambiente – PNMA II, a aquisição de novos equipamentos para ampliação e modernização do parque de servidores do Data Center do Edifício-Sede do órgão. Já no SFB, os recursos propiciarão ampliar e melhorar os herbários, permitindo a recepção de maior volume de amostras botânicas, por meio da aquisição de bens e serviços, além de adquirir equipamentos de TI e realizar reformas para a sala de situação do SiCar (Sistema do Cadastro Ambiental Rural).

4. Ainda no MMA, os recursos adicionais destinados à ANA permitirão o pagamento integral dos juros da operação de crédito Projeto de Desenvolvimento do Setor Água - INTERÁGUAS e, ao ICMBio, a aquisição de equipamentos para a gestão das Unidades de Conservação Federais.

5. No âmbito do MI, o crédito permitirá à CODEVASF incrementar a atuação dos Centros Integrados de Três Marias e Gorutuba, no Estado de Minas Gerais, em ações de pesquisa e produção em piscicultura, limnologia e biologia pesqueira. No DNOCS, contribuirá para atender despesas com a implantação de Projeto de Gestão Eletrônica de Documentos Administrativos. Na SUDECO, assegurará o custeio de despesas administrativas essenciais à fase atual de expansão da Superintendência.

6. No que se refere à Administração direta do Ministério das Cidades, possibilitará atender despesas administrativas em função de acordos coletivos e aumento de tarifas públicas, realização de eventos, serviços gráficos e manutenção predial e, no âmbito da CBTU, realizar despesas com Vale-Cultura, conforme estabelecido em Acordo Coletivo Trabalhista, celebrado para o biênio 2014/2015.

7. Cabe ressaltar que o crédito em referência será efetivado mediante Decreto, à conta de excesso de arrecadação de Recursos de Convênios e de anulação parcial de dotações orçamentárias, tendo em vista as autorizações contidas no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", II, V, alínea "b", item 1, VIII, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, e no art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 – LDO-2015, em

3. conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Esclareço, a propósito do que dispõe o *caput* do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, pois:

a) R$ 19.938.174,00 (dezenove milhões, novecentos e trinta e oito mil, cento e setenta e quatro reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização das programações e/ou dotações suplementadas;

b) R$ 365.726,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais) referem-se a despesas financiadas com excesso de arrecadação de Recursos de Convênios, que serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

c) R$ 9.498.932,00 (nove milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, novecentos e trinta e dois reais) referem-se a remanejamento de dotações orçamentárias financiadas com recursos de doações;

d) R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) não são considerados no cálculo do referido resultado, constante do Anexo XI do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, por serem de natureza financeira;

e) as despesas relacionadas na alínea "a" serão executadas de acordo com os limites do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto; e

f) as constantes das alíneas "b" e "c" não terão suas execuções sujeitas aos limites estabelecidos no Anexo I do referido Decreto, de acordo com o seu art. 1º, § 1º, inciso III.

9. Cumpre informar que a presente abertura de crédito envolve, concomitantemente, modificação de identificador de uso e de fonte de recursos constantes da Lei Orçamentária Anual de 2015. No caso do identificador de uso, a modificação decorre da necessidade de o MMA alocar recursos de contrapartida nacional para viabilizar ingresso de doação de entidade internacional, utilizando o cancelamento de recursos não destinados à contrapartida, constantes de outras ações orçamentárias do órgão, pelo montante de R$ 1.951.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e um mil reais). Para a fonte de recursos, a modificação decorre da impossibilidade de utilização da fonte *43 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal,* da programação objeto de cancelamento, na programação suplementada em favor da ANA, no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). A substituição far-se-á pelo superávit financeiro da fonte *44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Outras Aplicações*.

10. Em atendimento ao disposto no art. 40, *caput*, da LDO-2015, demonstra-se, em quadro anexo à presente Exposição de Motivos, o excesso de arrecadação utilizado neste crédito.

11. Finalmente, vale salientar que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as dotações orçamentárias objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram

decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

12. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Decreto, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

**NELSON BARBOSA**
Ministro de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº , DE / /2015.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências

Necessidade de reforçar dotações orçamentárias de diversos órgãos do Poder Executivo que se mostram insuficientes para o atendimento de despesas estabelecidas segundo suas prioridades.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta

Abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União, mediante Decreto, de acordo com o disposto no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", II, V, alínea "b", item 1, e VIII, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, e no art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos

Esta é a melhor alternativa existente, no momento, para a solução do problema.

4. Custos

R$ 29.922.832,00 (vinte e nove milhões, novecentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais), sendo: R$ 365.726,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais) de excesso de arrecadação de Recursos de Convênios; e R$ 29.557.106,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e seis reais) de anulação parcial de dotações orçamentárias.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência)

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo)

7. Alterações Propostas

| Texto atual | Texto proposto |
|---|---|
| | |

8. Síntese do parecer do órgão jurídico

DECRETO DE DE DE 2015.

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 29.922.832,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista as autorizações constantes do art. 4º, **caput**, incisos I, alínea "a", II, V, alínea "b", item 1, e VIII, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, e do art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 29.922.832,00 (vinte e nove milhões, novecentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

II - excesso de arrecadação de Recursos de Convênios, no valor de R$ 365.726,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais); e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 29.557.106,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e seis reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, *caput*, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

Fonte: 81 – Recursos de Convênios
UO: 53.201 – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

R$ 1,00

| NATUREZA | | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|---|
| | | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 17620000 | Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades | 547.087 | 912.813 | 365.726 |
| **Total** | | **547.087** | **912.813** | **365.726** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | | 0 |
| | Abertos | | | 0 |
| | Em tramitação | | | 0 |
| | Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | | 365.726 |
| | Abertos | | | 0 |
| | Em tramitação | | | 0 |
| | Valor deste crédito | | | 365.726 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 7822
Comissões Especiais

**Pleito:** **1454/2015** **Cadastrado** 22/06/15 19:16 **Chancelado:** Sim

**Departamento:** DEINF **Proposto** 29.922.832
**Autorizado** 29.922.832

**Órgão/Unidade:** 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

39000 - Ministério dos Transportes

44000 - Ministério do Meio Ambiente

56000 - Ministério das Cidades

1 - Síntese do Problema

Necessidade de assegurar aos Ministérios dos Transportes - MT, do Meio Ambiente - MMA, da Integração Nacional - MI e das Cidades - MCIDADES, condições de executar despesas diversas priorizadas em suas programações.

2 - Causas do Problema

Insuficiência de dotação orçamentária constante da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária de 2015 – LOA-2015.

3 - Alternativas Existentes

1 - Atendimento ao pleito de abertura de crédito suplementar por meio de Decreto do Poder Executivo;
2 - não atendimento ao pleito.

4 - Alternativa Proposta

1 - Atendimento ao pleito de abertura de crédito suplementar por meio de Decreto do Poder Executivo.

5 - Justificativa da Alternativa Proposta

No que diz respeito à Administração direta do MT, os recursos permitirão o aporte necessário ao pagamento de passivos de exercícios anteriores relacionados à fiscalização da exploração da infraestrutura rodoviária da ponte internacional sobre o Rio Uruguai que liga as cidades de São Borja, no Brasil, e de Santo Tomé, na Argentina. Essa atividade é realizada pela Delegação de Controle – DELCON, da Comissão Mista Brasil- Argentina – COMAB, organismo binacional responsável pela fiscalização da exploração e manutenção da ponte.

Segundo o Ministério dos Transportes – MT, o Brasil deixou de aportar em exercícios anteriores valores que somam US$ 414.668,58 até 30/12/2014, os quais, se convertidos em reais à cotação de R$ 3,20, perfazem R$ 1.328.000,00. Desse montante, R$ 296.000,00 foram solicitados a título de crédito suplementar via Decreto e o restante, R$ 1.032.000,00, via Projeto de Lei (pedido SIOP nº 44.177). Esses atrasos, segundo a mesma fonte, estão trazendo sérios problemas ao Brasil, inclusive de ordem diplomática, uma vez que salários de membros brasileiros da comissão chegaram a ser custeados com recursos oriundos da Argentina. Fazem parte dos gastos com a manutenção/fiscalização da ponte as despesas com pessoal, com manutenção (combustível, peças/material de reposição de carros, material de expediente/cópias e encadernação e material de limpeza e higiene) e com serviços (aluguel de garagem, telefonia, seguro acidentes, benefícios, serviços de informática e manutenção de equipamentos e escritório).

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
7823
Comissões Especiais

Com relação ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, o crédito possibilitará a realização de estudos e projetos para ampliação e modernização da infraestrutura de transportes, além do pagamento de contratos já firmados com empresas especializadas para prestação de serviços contínuos de vigilância e segurança patrimonial de bens móveis e imóveis recebidos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.

No que se refere à Administração direta do MMA, no âmbito do Programa Bolsa Verde, o crédito viabilizará à Administração direta a atualização e a ampliação da capacidade dos sistemas informatizados, com aquisição de equipamento de armazenamento de dados e para os projetos de gestão integrada do Plano Nacional do Meio Ambiente - PNMA II, a aquisição de novos equipamentos para ampliação e modernização do parque de servidores do Data Center do Edifício-Sede do órgão. Já no SFB, os recursos propiciarão ampliar e melhorar os herbários, permitindo a recepção de maior volume de amostras botânicas, por meio da aquisição de bens e serviços, além de adquirir equipamentos de TI e realizar reformas para a sala de situação do SiCar (sistema do Cadastro Ambiental Rural).

Ainda no MMA, os recursos adicionais solicitados pela ANA permitirão o pagamento integral dos juros a pagar para a operação de crédito Projeto de Desenvolvimento do Setor Água - INTERÁGUAS e, ao ICMBio, a aquisição de equipamentos para a gestão das Unidades de Conservação Federais - UCs.

No âmbito do MI, o crédito permitirá à CODEVASF incrementar a atuação dos Centros Integrados de Três Marias e Gorutuba, no Estado de Minas Gerais, em ações de pesquisa e produção em piscicultura, limnologia e biologia pesqueira para atender demanda da Companhia Energética de Minas Gerais Geração e Transmissão S/A – CEMIG GT, conforme aditivo aos termos do convênio vigente. No DNOCS, contribuirá para atender despesas com a implantação de Projeto de Gestão Eletrônica de Documentos Administrativos. Na SUDECO, assegurará a execução de despesas administrativas essenciais à fase atual de expansão da Superintendência.

No que se refere à Administração direta do Ministério das Cidades, a presente proposta possibilitará atender reajustes contratuais administrativos em função de acordos coletivos e aumento de tarifas públicas, contratar empresa para realização de eventos, serviços gráficos e manutenção predial e, no âmbito da CBTU, realizar despesas com o pagamento de Vale-Cultura, conforme estabelecido em Acordo Coletivo Trabalhista, celebrado para o biênio 2014/2015.

Cabe ressaltar que o crédito em referência será efetivado mediante Decreto, à conta de excesso de arrecadação de Recursos de Convênios e de anulação parcial de dotações orçamentárias, tendo em vista as autorizações contidas no art. 4º, caput, incisos I, alínea "a", II, V, alínea "b", item 1, e VIII, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, e no art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 – LDO-2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Esclareço, a propósito do que dispõe o caput do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R$ 19.938.174,00 (dezenove milhões, novecentos e trinta e oito mil, cento e setenta e quatro reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização das programações e/ou dotações suplementadas;

b) R$ 365.726,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais ) a suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, relativo a Recursos de Convênios;

c) R$ 9.498.932,00 (nove milhões, quatrocentos e noventa e oito milhões, novecentos e trinta e dois mil reais) referem-se a remanejamento de dotações orçamentárias financiadas com recursos de doações;

d) R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) não são consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Anexo XI do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, por serem de natureza financeira;

e) as despesas relacionadas na alínea "a" serão executadas de acordo com os limites do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto; e

f) as constantes das alíneas "b" e "c" não terão suas execuções sujeitas aos limites estabelecidos no

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 7824
Comissões Especiais

Anexo I do referido Decreto, de acordo com o seu art. 1º, § 1º, inciso III.

Cumpre informar que a presente abertura de crédito envolve, concomitantemente, modificação de identificador de uso e de fonte de recursos constantes da Lei Orçamentária Anual de 2015. No caso do identificador de uso, a modificação decorre da necessidade de o MMA alocar recursos de contrapartida nacional para viabilizar ingresso de doação de entidade internacional, utilizando o cancelamento de recursos não destinados à contrapartida, constantes de outras ações orçamentárias do órgão, pelo montante de R$ 1.951.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e um mil reais). Para a fonte de recursos, a modificação decorre da impossibilidade de utilização da fonte 43 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal, da programação objeto de cancelamento, na programação suplementada em favor da ANA, no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). A substituição far-se-á pelo superávit financeiro da fonte 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Outras Aplicações.

O valor do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2014, relativo à fonte de recurso 344 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Outras Aplicações acima mencionada, considerados os créditos adicionais em tramitação, está em conformidade com o montante constante da Tabela 4 a que se refere a Portaria SUCON/STN nº 176, de 30 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 1º de abril de 2015, sendo o saldo atual suficiente para atender o crédito suplementar em questão.

Em atendimento ao disposto no art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2015, demonstra-se, em quadro anexo à Exposição de Motivos, o excesso de arrecadação utilizado neste crédito.

Finalmente, vale salientar que o crédito em questão decorre de solicitação formalizada pelos órgãos envolvidos, por meio dos pedidos nºs 43.546, 44.101, 43.522, 44.316, 44.681, 44.334, 44.473, 43.634, 44.056, 44.326, 44.293, 43.619 e 44.915 encaminhados via Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, em junho de 2015, segundo os quais, as programações e/ou dotações orçamentárias objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

6 - Encaminhamento

Encaminhar, ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Projeto de Decreto que efetive a abertura de crédito suplementar, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente, da Integração Nacional e das Cidades, no valor de R$ 29.922.832,00 (vinte e nove milhões, novecentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais).

José Eduardo Gonçalves
Gerente de Projeto
Deptº. de Programas de Infraestrutura
DEINF/SOF/MP

Zarak de Oliveira Ferreira
Diretor
Deptº de Programas de Infra-Estrutura
DEINF/SOF/MP

**ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes**
**UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2075** | **Transporte Rodoviário** | | | | | | | **296.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **26 125** | **2075 2907** | **Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária** | | | | | | | **296.000** |
| 26 125 | 2075 2907 0001 | Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária - Nacional | | | | | | | 296.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 296.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **296.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **296.000** |

**ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes**
**UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2126** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes** | | | | | | | **700.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **26 783** | **2126 869V** | **Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários** | | | | | | | **700.000** |
| 26 783 | 2126 869V 0001 | Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários - Nacional | | | | | | | 700.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 700.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **700.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **700.000** |

**ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente**
**UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2018** | **Biodiversidade** | | | | | | | **2.100.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **18 541** | **2018 20VP** | **Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE** | | | | | | | **2.100.000** |
| 18 541 | 2018 20VP 0001 | Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE - Nacional | | | | | | | 2.100.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.100.000 |

Câmara dos Deputados Comissões Técnicas 1735 Visto

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2036** | **Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios** | | | | | | | **4.699.932** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **18 541** | **2036 20WD** | **Inventário Florestal Nacional** | | | | | | | **4.699.932** |
| 18 541 | 2036 20WD 0001 | Inventário Florestal Nacional - Nacional | | | | | | | 4.699.932 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 5 | 100 | 1.951.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 196 | 2.748.932 |
| | **2124** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | **400.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **18 122** | **2124 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **400.000** |
| 18 122 | 2124 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 400.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.099.932** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.099.932** |

**ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente**
**UNIDADE: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0906** | **Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)** | | | | | | | **120.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 844** | **0906 0284** | **Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa** | | | | | | | **120.000** |
| 28 844 | 0906 0284 0001 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional | | | | | | | 120.000 |
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 344 | 120.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **120.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **120.000** |

**ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente**
**UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2018** | **Biodiversidade** | | | | | | | **6.750.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **18 541** | **2018 20WM** | **Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais** | | | | | | | **6.750.000** |
| 18 541 | 2018 20WM 0001 | Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional | | | | | | | 6.750.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 195 | 6.750.000 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais 0926 Fls. 40 Secretaria

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | **365.726** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | **365.726** |

**ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2111** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | **1.650.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **04 122** | **2111 1M49** | **Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação** | | | | | | | **1.650.000** |
| 04 122 | 2111 1M49 0020 | Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Na Região Nordeste | | | | | | | 1.650.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 1.650.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.650.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.650.000** |

**ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2111** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | **5.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 122** | **2111 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **5.000.000** |
| 04 122 | 2111 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 5.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.000.000** |

**ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades**
**UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2116** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades** | | | | | | | **5.401.1[illegible]** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |

Câmara dos Deputados 7927 Protocolo Estação

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15 122 | 2116 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 940.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 940.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **940.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **940.000** |

**ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes**
**UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2126** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes** | | | | | | | **296.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **2126 0713** | **Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER** | | | | | | | **296.000** |
| 28 846 | 2126 0713 0001 | Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER - Nacional | | | | | | | 296.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 296.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **296.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **296.000** |

**ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes**
**UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2072** | **Transporte Ferroviário** | | | | | | | **700.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **26 783** | **2072 14TL** | **Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG** | | | | | | | **700.000** |
| 26 783 | 2072 14TL 2762 | Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG - No Município de Juiz de Fora - MG | | | | | | | 700.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 700.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **700.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **700.000** |

**ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente**
**UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ES | GN | R | MO | I | FT | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 7428

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18 541 | 2045 8499 0001 | Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) - Nacional | | | | | | | 1.500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 148 | 1.500.000 |
| | **2124** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | **1.492.198** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **18 541** | **2124 2B34** | **Gestão de Políticas de Meio Ambiente** | | | | | | | **1.492.198** |
| 18 541 | 2124 2B34 0001 | Gestão de Políticas de Meio Ambiente - Nacional | | | | | | | 1.492.198 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.492.198 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.212.198** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.212.198** |

**ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente**
**UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB**

**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2036** | **Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios** | | | | | | | **3.607.734** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **18 541** | **2036 20WA** | **Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar** | | | | | | | **400.000** |
| 18 541 | 2036 20WA 0001 | Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar - Nacional | | | | | | | 400.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| **18 573** | **2036 20WB** | **Pesquisa e Informações Florestais** | | | | | | | **315.000** |
| 18 573 | 2036 20WB 0001 | Pesquisa e Informações Florestais - Nacional | | | | | | | 315.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 315.000 |
| **18 541** | **2036 20WC** | **Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais** | | | | | | | **143.802** |
| 18 541 | 2036 20WC 0001 | Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais - Nacional | | | | | | | 143.802 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 143.802 |
| **18 541** | **2036 20WD** | **Inventário Florestal Nacional** | | | | | | | **2.748.932** |
| 18 541 | 2036 20WD 0001 | Inventário Florestal Nacional - Nacional | | | | | | | 2.748.932 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 196 | 2.748.932 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.607.734** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.607.734** |

**ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente**
**UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**

**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ES | GN | RP | MO | IU | FT | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 1179

**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2111** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | **1.650.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 122** | **2111 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **1.050.000** |
| 04 122 | 2111 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 1.050.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 1.050.000 |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **04 122** | **2111 1M51** | **Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais** | | | | | | | **600.000** |
| 04 122 | 2111 1M51 0001 | Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais - Nacional | | | | | | | 600.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 600.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.650.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.650.000** |

**ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO**

**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2111** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | **5.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 122** | **2111 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **5.000.000** |
| 04 122 | 2111 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 5.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.000.000** |

**ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades**
**UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades**

**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2048** | **Mobilidade Urbana e Trânsito** | | | | | | | **856.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **15 451** | **2048 2D47** | **Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego** | | | | | | | **32.000** |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais 7830

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **15 126** | **2054 20NP** | **Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades** | | | | | | | **260.000** |
| 15 126 | 2054 20NP 0001 | Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades - Nacional | | | | | | | 260.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 260.000 |
| **15 451** | **2054 20NR** | **Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas** | | | | | | | **50.000** |
| 15 451 | 2054 20NR 0001 | Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas - Nacional | | | | | | | 50.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 50.000 |
| **15 452** | **2054 4055** | **Fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano** | | | | | | | **85.000** |
| 15 452 | 2054 4055 0001 | Fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional | | | | | | | 85.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 85.000 |
| **15 452** | **2054 8866** | **Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado)** | | | | | | | **1.525.503** |
| 15 452 | 2054 8866 0001 | Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado) - Nacional | | | | | | | 1.525.503 |
| | | | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 525.503 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| **15 452** | **2054 8872** | **Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades** | | | | | | | **101.920** |
| 15 452 | 2054 8872 0001 | Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - Nacional | | | | | | | 101.920 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 101.920 |
| **15 121** | **2054 8874** | **Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa** | | | | | | | **254.235** |
| 15 121 | 2054 8874 0001 | Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa - Nacional | | | | | | | 254.235 |
| | | | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 254.235 |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **15 451** | **2054 10T2** | **Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência** | | | | | | | **1.554.260** |
| 15 451 | 2054 10T2 0001 | Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência - Nacional | | | | | | | 1.554.260 |
| | | | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 100 | 1.554.260 |
| | **2064** | **Promoção e Defesa dos Direitos Humanos** | | | | | | | **96.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **15 422** | **2064 20NU** | **Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano** | | | | | | | **96.000** |
| 15 422 | 2064 20NU 0001 | Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano - Nacional | | | | | | | 96.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 96.000 |
| | **2068** | **Saneamento Básico** | | | | | | | **58.256** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **17 512** | **2068 20Z5** | **Apoio à Gestão e à Capacitação aplicados ao Saneamento** | | | | | | | **58.256** |
| 17 512 | 2068 20Z5 0001 | Apoio à Gestão e à Capacitação aplicados ao Saneamento - Nacional | | | | | | | 58.256 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 58.256 |
| | **2116** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades** | | | | | | | **560.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |

Comissões Temporais 1831 Fls. Sopeamento

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **15 453** | **2048 14TT** | **Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos** | | | | | | | **400.000** |
| 15 453 | 2048 14TT 0001 | Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos - Nacional | | | | | | | 400.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| **2116** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades** | | | | | | | **540.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **15 122** | **2116 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **540.000** |
| 15 122 | 2116 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 540.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 540.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **940.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **940.000** |

EM nº 00101/2015 MP

Brasília, 9 de Julho de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor de R$ 29.922.832,00 (vinte e nove milhões, novecentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais), conforme a seguir demonstrado:

R$ 1,00

| **Discriminação** | **Suplementação** | **Origem dos Recursos** |
|---|---|---|
| Ministério dos Transportes – MT | 996.000 | 996.000 |
| Ministério dos Transportes (Administração direta) | 296.000 | 296.000 |
| Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT | 700.000 | 700.000 |
| Ministério do Meio Ambiente – MMA | 15.569.932 | 15.569.932 |
| Ministério do Meio Ambiente (Administração direta) | 3.600.000 | 5.212.198 |
| Serviço Florestal Brasileiro – SFB | 5.099.932 | 3.607.734 |
| Agência Nacional de Águas – ANA | 120.000 | 0 |
| Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio | 6.750.000 | 6.750.000 |
| Ministério da Integração Nacional – MI | 7.015.726 | 6.650.000 |

| | | |
|---|---|---|
| Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF | 365.726 | 0 |
| Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS | 1.650.000 | 1.650.000 |
| Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO | 5.000.000 | 5.000.000 |
| Ministério das Cidades – MCidades | 6.341.174 | 6.341.174 |
| Ministério das Cidades (Administração direta) | 5.401.174 | 5.401.174 |
| Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU | 940.000 | 940.000 |
| Excesso de arrecadação de Recursos de Convênios | 0 | 365.726 |
| **Total** | **29.922.832** | **29.922.832** |

2. No âmbito do MT, os recursos possibilitarão à Administração direta honrar despesas de fiscalização da exploração da infraestrutura rodoviária da Ponte Internacional São Borja – Santo Tomé (Brasil-Argentina). No DNIT, permitirão o atendimento de despesas referentes a vigilância e segurança patrimonial de bens recebidos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.

3. No que se refere ao MMA, no âmbito da Administração direta, relativamente ao Programa Bolsa Verde, o crédito viabilizará a atualização e a ampliação da capacidade dos sistemas informatizados, com aquisição de equipamento de armazenamento de dados e, para os projetos de gestão integrada do Plano Nacional do Meio Ambiente – PNMA II, a aquisição de novos equipamentos para ampliação e modernização do parque de servidores do Data Center do Edifício-Sede do órgão. Já no SFB, os recursos propiciarão ampliar e melhorar os herbários, permitindo a recepção de maior volume de amostras botânicas, por meio da aquisição de bens e serviços, além de adquirir equipamentos de TI e realizar reformas para a sala de situação do SiCar (Sistema do Cadastro Ambiental Rural).

4. Ainda no MMA, os recursos adicionais destinados à ANA permitirão o pagamento integral dos juros da operação de crédito Projeto de Desenvolvimento do Setor Água - INTERÁGUAS e, ao ICMBio, a aquisição de equipamentos para a gestão das Unidades de Conservação Federais.

5. No âmbito do MI, o crédito permitirá à CODEVASF incrementar a atuação dos Centros Integrados de Três Marias e Gorutuba, no Estado de Minas Gerais, em ações de pesquisa e produção em piscicultura, limnologia e biologia pesqueira. No DNOCS, contribuirá para atender despesas com a implantação de Projeto de Gestão Eletrônica de Documentos Administrativos. Na SUDECO, assegurará o custeio de despesas administrativas essenciais à fase atual de expansão da Superintendência.

6. No que se refere à Administração direta do Ministério das Cidades, possibilitará atender despesas administrativas em função de acordos coletivos e aumento de tarifas públicas, realização de eventos, serviços gráficos e manutenção predial e, no âmbito da CBTU, realizar despesas com Vale-Cultura, conforme estabelecido em Acordo Coletivo Trabalhista, celebrado para o biênio 2014/2015.

Câmara dos Deputados
Fl. 7834
Comissões Especiais

7. Cabe ressaltar que o crédito em referência será efetivado mediante Decreto, à conta de excesso de arrecadação de Recursos de Convênios e de anulação parcial de dotações orçamentárias, tendo em vista as autorizações contidas no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", II, V, alínea "b", item 1, VIII, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, e no art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 – LDO-2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Esclareço, a propósito do que dispõe o *caput* do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, pois:

a) R$ 19.938.174,00 (dezenove milhões, novecentos e trinta e oito mil, cento e setenta e quatro reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização das programações e/ou dotações suplementadas;

b) R$ 365.726,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais) referem-se a despesas financiadas com excesso de arrecadação de Recursos de Convênios, que serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

c) R$ 9.498.932,00 (nove milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, novecentos e trinta e dois reais) referem-se a remanejamento de dotações orçamentárias financiadas com recursos de doações;

d) R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) não são considerados no cálculo do referido resultado, constante do Anexo XI do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, por serem de natureza financeira;

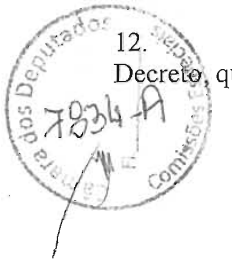
e) as despesas relacionadas na alínea "a" serão executadas de acordo com os limites do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto; e

f) as constantes das alíneas "b" e "c" não terão suas execuções sujeitas aos limites estabelecidos no Anexo I do referido Decreto, de acordo com o seu art. 1º, § 1º, inciso III.

9. Cumpre informar que a presente abertura de crédito envolve, concomitantemente, modificação de identificador de uso e de fonte de recursos constantes da Lei Orçamentária Anual de 2015. No caso do identificador de uso, a modificação decorre da necessidade de o MMA alocar recursos de contrapartida nacional para viabilizar ingresso de doação de entidade internacional, utilizando o cancelamento de recursos não destinados à contrapartida, constantes de outras ações orçamentárias do órgão, pelo montante de R$ 1.951.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e um mil reais). Para a fonte de recursos, a modificação decorre da impossibilidade de utilização da fonte *43 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal,* da programação objeto de cancelamento, na programação suplementada em favor da ANA, no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). A substituição far-se-á pelo superávit financeiro da fonte *44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Outras Aplicações.*

10. Em atendimento ao disposto no art. 40, *caput*, da LDO-2015, demonstra-se, em quadro anexo à presente Exposição de Motivos, o excesso de arrecadação utilizado neste crédito.

11. Finalmente, vale salientar que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as dotações orçamentárias objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.




12. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Decreto, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho*

Câmara dos Deputados
Fl. 7835
Comissões Especiais

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de reforçar dotações orçamentárias de diversos órgãos do Poder Executivo que se mostram insuficientes para o atendimento de despesas estabelecidas segundo suas prioridades.

**2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União, mediante Decreto, de acordo com o disposto no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", II, V, alínea "b", item 1, e VIII, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, e no art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

**3. Alternativas existentes às medidas propostas:**

Esta é a melhor alternativa existente, no momento, para a solução do problema.

**4. Custos:**

R$ 29.922.832,00 (vinte e nove milhões, novecentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais), sendo: R$ 365.726,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais) de excesso de arrecadação de Recursos de Convênios; e R$ 29.557.106,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e seis reais) de anulação parcial de dotações orçamentárias.

**5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):**

Não há.

**6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):**

Não há.

**7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

**Texto Atual**

Não se aplica.

**Texto Proposto**

Não se aplica.

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

De acordo com o prosseguimento da proposta.

*Assinado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho*

Câmara dos Deputados
Fl. 7835
Comissões Especiais

DECRETO DE DE DE 2015

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 29.922.832,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista as autorizações constantes do art. 4º, **caput**, incisos I, alínea "a", II, V, alínea "b", item 1, e VIII, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, e do art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 29.922.832,00 (vinte e nove milhões, novecentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

II - excesso de arrecadação de Recursos de Convênios, no valor de R$ 365.726,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais); e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 29.557.106,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e seis reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

***Referendado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho***

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 8º ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

**PARECER n. 00794/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU**

NUP: 03500.200753/2015-65

INTERESSADOS: Diversos órgãos do Poder Executivo.

ASSUNTO: Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

EMENTA: I – Ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. II – Conformidade com: (a) as competências constitucionais do Presidente da República; (b) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares; e (c) as hipóteses de autorização para a abertura de créditos suplementares previstas na Lei Orçamentária Anual em vigor. III – Pelo encaminhamento à ASTEC/GM.

A Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM submeteu à análise e manifestação desta Consultoria Jurídica Projeto de Decreto que: "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 29.922.832,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ".

De acordo com a Exposição de Motivos: (i) o objetivo da proposta é o de reforçar as dotações orçamentárias dos órgãos envolvidos (item 1 do Anexo à EM); (ii) os recursos necessários à abertura do crédito serão obtidos por meio de excesso de arrecadação, bem como de anulação parcial de dotações orçamentárias (item 7 da EM); e (iii) a proposta não afetará a meta de resultado primário para o presente exercício (item 8 da EM).

No âmbito deste Ministério, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento da proposta.

Em relação ao conteúdo, esta Consultoria Jurídica não identificou qualquer óbice ou risco de natureza jurídica capaz de interferir na efetivação dos objetivos da proposta. O Projeto de Decreto está em conformidade com: (i) a competência constitucional da Presidente da República para expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis (art. 84, IV,

Câmara dos Deputados
7936-A
Fl.
Comissões Especiais

da Constituição Federal); (ii) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares (art. 167, V, da Constituição Federal, arts. 40 a 46 da Lei nº 4.320/1964 e art. 4º, incisos I, alínea "a", II, V, alínea "b", item 1, e VIII, e § 1º, da Lei no 13.115, de 20 de abril de 2015).

No tocante aos aspectos formais, o Projeto de Decreto está em conformidade com as normas que regulam a elaboração de atos normativos no âmbito da administração pública federal (Lei Complementar nº 95/1998 e Decreto nº 4.176/2002).

Do exposto, opina-se pela ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. Pelo encaminhamento à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

À consideração superior.

PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES JÚNIOR

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS

ADVOGADO DA UNIÃO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 8° ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

DESPACHO DE APROVAÇÃO DO CONSULTOR JURÍDICO

PROCESSO: 03500.200753/2015-65

INTERESSADOS: Diversos órgãos do Poder Executivo.

ASSUNTO: Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

1. Aprovo o PARECER n. 00794/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU.

2. Enviem-se os autos à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

WALTER BAERE DE ARAÚJO FILHO

Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 03500200753201565 e da chave de acesso c07ccc51

Documento assinado eletronicamente por PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3460626 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR. Data e Hora: 07-07-2015 16:53. Número de Série: 7160455948378289969. Emissor: AC CAIXA PF v2.

Documento assinado eletronicamente por WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3460626 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO. Data e Hora: 07-07-2015 21:53. Número de Série: 215034179864168805 3. Emissor: AC CAIXA PF v2.

*Assinado eletronicamente por: Walter Baere de Araújo Filho*

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, *caput*, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

Fonte: 81 – Recursos de Convênios
UO: 53.201 – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

R$ 1,00

| NATUREZA | | 2015 | | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| | | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | (C) = (B) - (A) |
| 17620000 | Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades | 547.087 | 912.813 | 365.726 |
| **Total** | | **547.087** | **912.813** | **365.726** |

| | |
|---|---|
| (D) Créditos Extraordinários | 0 |
| Abertos | 0 |
| Em tramitação | 0 |
| Valor deste crédito | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | 365.726 |
| Abertos | 0 |
| Em tramitação | 0 |
| Valor deste crédito | 365.726 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | 0 |

Câmara dos Deputados
7938-A
Fl.
Comissões

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2075 | Transporte Rodoviário | | | | | | | 296.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 125 | 2075 2907 | Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária | | | | | | | 296.000 |
| 26 125 | 2075 2907 0001 | Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária - Nacional | | | | | | | 296.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 296.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 296.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 296.000 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2126 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes | | | | | | | 700.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 783 | 2126 869V | Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários | | | | | | | 700.000 |
| 26 783 | 2126 869V 0001 | Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários - Nacional | | | | | | | 700.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 700.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 700.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 700.000 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2018 | Biodiversidade | | | | | | | 2.100.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 541 | 2018 20VP | Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE | | | | | | | 2.100.000 |
| 18 541 | 2018 20VP 0001 | Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE - Nacional | | | | | | | 2.100.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.100.000 |
| | 2045 | Licenciamento e Qualidade Ambiental | | | | | | | 1.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 541 | 2045 8499 | Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) | | | | | | | 1.500.000 |
| 18 541 | 2045 8499 0001 | Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) - Nacional | | | | | | | 1.500.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 148 | 1.500.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.600.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.600.000 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2036 | Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios | | | | | | | 4.699.932 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 541 | 2036 20WD | Inventário Florestal Nacional | | | | | | | 4.699.932 |
| 18 541 | 2036 20WD 0001 | Inventário Florestal Nacional - Nacional | | | | | | | 4.699.932 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 5 | 100 | 1.951.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 196 | 2.748.932 |
| | 2124 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente | | | | | | | 400.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 122 | 2124 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 400.000 |
| 18 122 | 2124 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 400.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 5.099.932 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.099.932 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0906 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) | | | | | | | 120.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 844 | 0906 0284 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa | | | | | | | 120.000 |
| 28 844 | 0906 0284 0001 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional | | | | | | | 120.000 |
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 344 | 120.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 120.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 120.000 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2018 | Biodiversidade | | | | | | | 6.750.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 541 | 2018 20WM | Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais | | | | | | | 6.750.000 |
| 18 541 | 2018 20WM 0001 | Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional | | | | | | | 6.750.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 195 | 6.750.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 6.750.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.750.000 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2052 | Pesca e Aquicultura | | | | | | | 365.726 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 608 | 2052 2819 | Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura | | | | | | | 365.726 |
| 20 608 | 2052 2819 0031 | Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 365.726 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 365.726 |

| | |
|---|---|
| TOTAL – FISCAL | 365.726 |
| TOTAL – SEGURIDADE | 0 |
| TOTAL - GERAL | 365.726 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2111 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional | | | | | | | 1.650.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04 122 | 2111 1M49 | Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação | | | | | | | 1.650.000 |
| 04 122 | 2111 1M49 0020 | Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Na Região Nordeste | | | | | | | 1.650.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 1.650.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.650.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.650.000 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2111 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional | | | | | | | 5.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 2111 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 5.000.000 |
| 04 122 | 2111 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 5.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 5.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.000.000 |

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2116 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | | | | | | | 5.401.174 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 15 122 | 2116 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 5.401.174 |
| 15 122 | 2116 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 5.401.174 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.401.174 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 5.401.174 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.401.174 |

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2116 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | | | | | | | 940.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 15 122 | 2116 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 940.000 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15 122 | 2116 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 940.000 |
| | | | | | | | | | 940.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 940.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 940.000 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2126 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes | | | | | | | 296.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 2126 0713 | Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER | | | | | | | 296.000 |
| 28 846 | 2126 0713 0001 | Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 296.000 |
| | | | | | | | | | 296.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 296.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 296.000 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2072 | Transporte Ferroviário | | | | | | | 700.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 26 783 | 2072 14TL | Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG | | | | | | | 700.000 |
| 26 783 | 2072 14TL 2762 | Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG - No Município de Juiz de Fora - MG | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 700.000 |
| | | | | | | | | | 700.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 700.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 700.000 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0906 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) | | | | | | | 120.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 844 | 0906 0284 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa | | | | | | | 120.000 |
| 28 844 | 0906 0284 0001 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 143 | 120.000 |
| | | | | | | | | | 120.000 |
| | 2018 | Biodiversidade | | | | | | | 2.100.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 541 | 2018 20VP | Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE | | | | | | | 2.100.000 |
| 18 541 | 2018 20VP 0001 | Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.100.000 |
| | | | | | | | | | 2.100.000 |
| | 2045 | Licenciamento e Qualidade Ambiental | | | | | | | 1.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 541 | 2045 8499 | Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) | | | | | | | 1.500.000 |

Câmara dos Deputados
Fl. 3840, PP
Comissões Especiais

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18 541 | 2045 8499 0001 | Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 148 | 1.500.000 |
| | | | | | | | | | 1.500.000 |
| | 2124 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente | | | | | | | 1.492.198 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 541 | 2124 2B34 | Gestão de Políticas de Meio Ambiente | | | | | | | 1.492.198 |
| 18 541 | 2124 2B34 0001 | Gestão de Políticas de Meio Ambiente - Nacional | | | | | | | 1.492.198 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.492.198 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 5.212.198 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.212.198 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2036 | Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios | | | | | | | 3.607.734 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 541 | 2036 20WA | Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar | | | | | | | 400.000 |
| 18 541 | 2036 20WA 0001 | Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar - Nacional | | | | | | | 400.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| 18 573 | 2036 20WB | Pesquisa e Informações Florestais | | | | | | | 315.000 |
| 18 573 | 2036 20WB 0001 | Pesquisa e Informações Florestais - Nacional | | | | | | | 315.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 315.000 |
| 18 541 | 2036 20WC | Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais | | | | | | | 143.802 |
| 18 541 | 2036 20WC 0001 | Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais - Nacional | | | | | | | 143.802 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 143.802 |
| 18 541 | 2036 20WD | Inventário Florestal Nacional | | | | | | | 2.748.932 |
| 18 541 | 2036 20WD 0001 | Inventário Florestal Nacional - Nacional | | | | | | | 2.748.932 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 196 | 2.748.932 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.607.734 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.607.734 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2018 | Biodiversidade | | | | | | | 6.750.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 541 | 2018 20WM | Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais | | | | | | | 1.390.000 |
| 18 541 | 2018 20WM 0001 | Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional | | | | | | | 1.390.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 195 | 1.390.000 |
| 18 541 | 2018 6381 | Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais | | | | | | | 5.360.000 |
| 18 541 | 2018 6381 0001 | Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais - Nacional | | | | | | | 5.360.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 195 | 5.360.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 6.750.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.750.000 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2111 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional | | | | | | | 1.650.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 2111 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 1.050.000 |
| 04 122 | 2111 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 1.050.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 1.050.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04 122 | 2111 1M51 | Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais | | | | | | | 600.000 |
| 04 122 | 2111 1M51 0001 | Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais - Nacional | | | | | | | 600.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 600.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.650.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.650.000 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2111 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional | | | | | | | 5.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 2111 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 5.000.000 |
| 04 122 | 2111 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 5.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 5.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.000.000 |

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2048 | Mobilidade Urbana e Trânsito | | | | | | | 856.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 15 451 | 2048 2D47 | Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego | | | | | | | 32.000 |
| 15 451 | 2048 2D47 0001 | Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego - Nacional | | | | | | | 32.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 32.000 |
| 15 453 | 2048 2D49 | Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana | | | | | | | 760.000 |
| 15 453 | 2048 2D49 0001 | Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana - Nacional | | | | | | | 760.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 760.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 15 453 | 2048 10SR | Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano | | | | | | | 32.000 |
| 15 453 | 2048 10SR 0001 | Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - Nacional | | | | | | | 32.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 32.000 |
| 15 451 | 2048 10ST | Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados | | | | | | | 32.000 |
| 15 451 | 2048 10ST 0001 | Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados - Nacional | | | | | | | 32.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 32.000 |
| | 2054 | Planejamento Urbano | | | | | | | 3.830.918 |

Câmara dos Deputados
7841
Fl. 126
Comissões Especiais

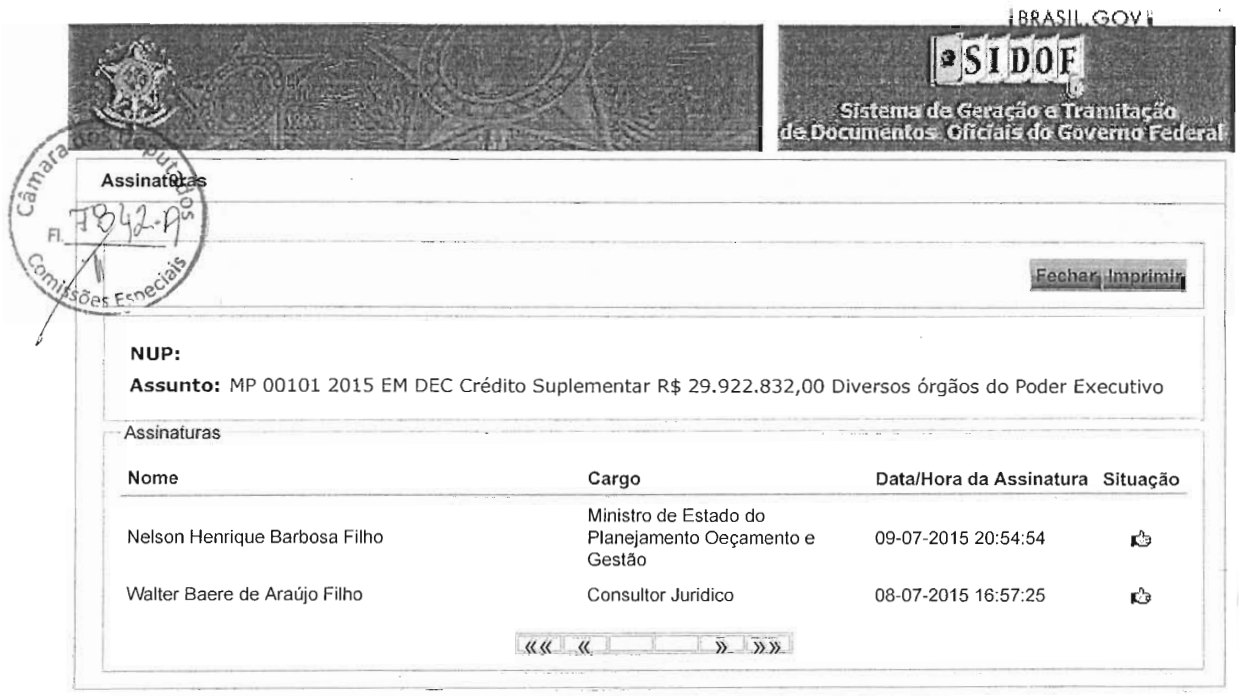
| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 15 126 | 2054 20NP | **Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades** | | | | | | | **260.000** |
| 15 126 | 2054 20NP 0001 | Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades - Nacional | | | | | | | 260.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 260.000 |
| 15 451 | 2054 20NR | **Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas** | | | | | | | **50.000** |
| 15 451 | 2054 20NR 0001 | Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas - Nacional | | | | | | | 50.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 50.000 |
| 15 452 | 2054 4055 | **Fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano** | | | | | | | **85.000** |
| 15 452 | 2054 4055 0001 | Fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional | | | | | | | 85.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 85.000 |
| 15 452 | 2054 8866 | **Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado)** | | | | | | | **1.525.503** |
| 15 452 | 2054 8866 0001 | Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado) - Nacional | | | | | | | 1.525.503 |
| | | | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 525.503 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| 15 452 | 2054 8872 | **Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades** | | | | | | | **101.920** |
| 15 452 | 2054 8872 0001 | Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - Nacional | | | | | | | 101.920 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 101.920 |
| 15 121 | 2054 8874 | **Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa** | | | | | | | **254.235** |
| 15 121 | 2054 8874 0001 | Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa - Nacional | | | | | | | 254.235 |
| | | | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 254.235 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 15 451 | 2054 10T2 | **Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência** | | | | | | | **1.554.260** |
| 15 451 | 2054 10T2 0001 | Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência - Nacional | | | | | | | 1.554.260 |
| | | | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 100 | 1.554.260 |
| | 2064 | **Promoção e Defesa dos Direitos Humanos** | | | | | | | **96.000** |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 15 422 | 2064 20NU | **Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano** | | | | | | | **96.000** |
| 15 422 | 2064 20NU 0001 | Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano - Nacional | | | | | | | 96.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 96.000 |
| | 2068 | **Saneamento Básico** | | | | | | | **58.256** |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 17 512 | 2068 20Z5 | **Apoio à Gestão e à Capacitação aplicados ao Saneamento** | | | | | | | **58.256** |
| 17 512 | 2068 20Z5 0001 | Apoio à Gestão e à Capacitação aplicados ao Saneamento - Nacional | | | | | | | 58.256 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 58.256 |
| | 2116 | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades** | | | | | | | **560.000** |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 15 131 | 2116 4641 | **Publicidade de Utilidade Pública** | | | | | | | **560.000** |
| 15 131 | 2116 4641 0001 | Publicidade de Utilidade Pública - Nacional | | | | | | | 560.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 560.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.342.918** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **58.256** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.401.174** |

**ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades**
**UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2048 | **Mobilidade Urbana e Trânsito** | | | | | | | **400.000** |
| | | PROJETOS | | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15 453 | 2048 14TT | Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos | | | | | | | 400.000 |
| 15 453 | 2048 14TT 0001 | Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos - Nacional | | | | | | | 400.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| | 2116 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | | | | | | | 540.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 15 122 | 2116 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 540.000 |
| 15 122 | 2116 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 540.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 540.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 940.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 940.000 |


BRASIL.GOV
SIDOF
Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal
Câmara dos Deputados
Fl. 7842-A
Comissões Especiais
Assinaturas
Fechar Imprimir
NUP:
Assunto: MP 00101 2015 EM DEC Crédito Suplementar R$ 29.922.832,00 Diversos órgãos do Poder Executivo
Assinaturas
Nome
Cargo
Data/Hora da Assinatura
Situação
Nelson Henrique Barbosa Filho
Ministro de Estado do Planejamento Oeçamento e Gestão
09-07-2015 20:54:54
Walter Baere de Araújo Filho
Consultor Juridico
08-07-2015 16:57:25

Histórico de Documentos

Câmara dos Deputados
Fl. 7843
Comissões Especiais

Histórico

| Responsável | Destinatário | Ação | Data da Ação | Hora da Ação | Etapa Original | Órgão |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Luanne Dias Costa | | Abrir Documento | 10/07/2015 | 13:17 | Trâmite na PR | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 10/07/2015 | 21:00 | Disponibilizar para a PR | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 10/07/2015 | 21:00 | Disponibilizar para a PR | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Abrir Documento | 10/07/2015 | 21:00 | Disponibilizar para a PR | MP |
| Nelson Henrique Barbosa Filho | | Assinar e Encaminhar | 09/07/2015 | 20:55 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 17:04 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Abrir Documento | 08/07/2015 | 17:04 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 17:02 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 16:57 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Assinar e Encaminhar | 08/07/2015 | 16:57 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Abrir Documento | 08/07/2015 | 16:57 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Abrir Documento | 08/07/2015 | 16:52 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Encaminhar | 08/07/2015 | 16:52 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 16:52 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 16:52 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Editar Documento | 08/07/2015 | 16:52 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Devolver para Trâmite | 08/07/2015 | 16:51 | Intervenção | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Intervir | 08/07/2015 | 16:51 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Abrir Documento | 08/07/2015 | 16:50 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Luanne Dias Costa | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 16:50 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Luanne Dias Costa | | Abrir Documento | 08/07/2015 | 16:50 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Luanne Dias Costa | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 16:49 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Luanne Dias Costa | | Abrir Documento | 08/07/2015 | 16:48 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 16:01 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Assinar e Encaminhar | 08/07/2015 | 16:01 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 16:01 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Editar Documento | 08/07/2015 | 15:59 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Abrir Documento | 08/07/2015 | 15:59 | Inserir Parecer Jurídico | MP |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Walter Baere de Araújo Filho | Editar Documento | 08/07/2015 | 15:59 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | Abrir Documento | 08/07/2015 | 15:59 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | Encaminhar | 08/07/2015 | 13:07 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:07 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |

Visualizar impressão https://expressov3.planejamento.gov.br/index.p

**Assunto:** Notificação de NUP (SIDOF)
**De:** Sidof@planalto.gov.br <Sidof@planalto.gov.br> [+] [x]
**Data:** 10/07/2015 08:53:07
**Destinatário:** djaci.sousa@planejamento.gov.br, luanne.costa@planejamento.gov.br, sandra.cunha@planejamento.gov.br, ubiratan.Lucena@planejamento.gov.br, chica.carvalho@planejamento.gov.br, nilvani.abreu@planejamento.gov.br [...]

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
PROTOCOLO DE ENCAMINHAMENTO
PROTOCOLO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/PRT

Autor do Documento: Ubiratan Nunes de Lucena
Data de Encaminhamento: 10/07/2015
Nup: 03500.200753/2015-65
Assunto: MP 00101 2015 EM DEC Crédito Suplementar R$ 29.922.832,00 Diversos órgãos do Poder Executivo

https://sidof2.planalto.gov.br/sidof/telaEspera.js

Câmara dos Deputados Fl. 7344 Comissões Especiais

BRASIL.GOV

Sexta-feira, 10 de Julho de 2015. Boa Tarde, Sra. Luanne Dias Costa Orgão: MP Perfil: Preposto Versão: 1.11.4

SIDOF Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal

Relacionar Documentos | Criar Documento | Pesquisar | Ajuda | Logout

Decreto Sem Número

Log | Fechar Documento | Fluxo

**Ministério Autor:** MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

**Prioridade:** Normal

**Data:** 08/07/2015 **Existe processo físico sendo encaminhado?** Não

**Assunto:** MP 001( 201! EM DEC Crédito Suplementar R$ 29.922.832,00 Diversos órgãos do Poder Execu

**Detalhamento:** Projeto de Decreto que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 29.922.832,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

★ Exposição de Motivos ✓ Anexos: 0 arquivo(s)
★ Anexo da Exposição de Motivos ✓ Anexos: 0 arquivo(s)
★ Texto da Proposição ✓ Anexos: 0 arquivo(s)
★ Parecer Jurídico ✓ Anexos: 0 arquivo(s)

★ = Itens obrigatórios.

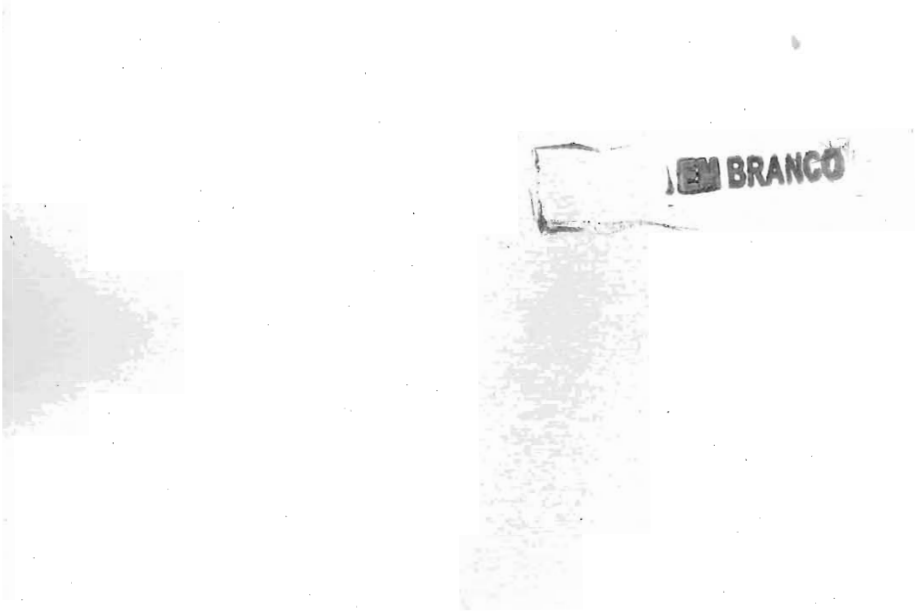
+ Anexos: 2 arquivo(s)
Assinaturas
Documento Formatado

Referendantes

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

1 10/07/2015 13:17

Câmara dos Deputados
Fl. 7845
Comissões Especiais


BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Câmara dos Deputados 7846 Coordenação de Comissões Especiais

03500.200789/2015-49

INTERESSADO:

ASSUNTO: CÓDIGO:

OUTROS DADOS:
Decreto de 27.07.2015
Crédito Suplementar R$ 36.759.382.520,00

## MOVIMENTAÇÕES

| SEQ | SIGLA | CÓDIGO | DATA | SEQ | SIGLA | CÓDIGO | DATA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | | | / / | 15 | | | / / |
| 02 | | | / / | 16 | | | / / |
| 03 | | | / / | 17 | | | / / |
| 04 | | | / / | 18 | | | / / |
| 05 | | | / / | 19 | | | / / |
| 06 | | | / / | 20 | | | / / |
| 07 | | | / / | 21 | | | / / |
| 08 | | | / / | 22 | | | / / |
| 09 | | | / / | 23 | | | / / |
| 10 | | | / / | 24 | | | / / |
| 11 | | | / / | 25 | | | / / |
| 12 | | | / / | 26 | | | / / |
| 13 | | | / / | 27 | | | / / |
| 14 | | | / / | 28 | | | / / |

**AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO**

ANEXOS:

Câmara dos Deputados
Fl. 7847
Comissões Especiais

# Decreto R$ 36.759.382.520

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 43237

**Tipo de Crédito:** 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Le | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **25000- Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **32.543.619.556** | **22.849.759.379** | **7.000.000** |
| **Unidade:** | **25201- Banco Central do Brasil** | | | | | | | | | | **3.126.475.404** | **2.976.966.912** | **7.000.000** |
| 2039 | Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional | | | | | | | | | | 210.515.536 | 146.707.806 | 7.000.000 |
| **2039 20ZA** | **Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária** | **04- 122** | *10* | | | | | | | | **123.882.640** | **89.964.269** | **7.000.000** |
| 2039 20ZA 0001 | Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 123.882.640 | 89.964.269 | 7.000.000 |
| 2039 20ZA 0001 0001 | Projetos Corporativos Voltados ao Aprimoramento do Negócio do Banco Central | | | | | | | | | | 6.856.710 | 2.947.107 | 3.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *296* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *6.856.710* | *2.947.107* | *3.000.000* |
| 2039 20ZA 0001 0002 | Projetos Corporativos Voltados ao Fortalecimento Institucional do Banco Central | | | | | | | | | | 4.550.213 | 1.536.074 | 1.500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *296* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *4.550.213* | *1.536.074* | *1.500.000* |
| 2039 20ZA 0001 0003 | Projetos Corportativos Voltados ao Aprimoramento da Governança, da Estrutura e da Gestão do Banco Central | | | | | | | | | | 7.254.893 | 4.448.333 | 2.500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *296* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *7.254.893* | *4.448.333* | *2.500.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 32.543.619.556 | 22.849.759.379 | 7.000.000 |

**Justificativas Pedido: 43237**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

O valor de R$7.000.000,00 de suplementação orçamentária é justificado pelo orçamento mais preciso de projetos que entraram em execução, bem como a proposição de projetos não previstos no PLOA 2015, alguns dos quais já entraram em execução.
Importante destacar que a PLOA 2015 foi consolidada em junho de 2014 e depois desta data ocorreu a aprovação de vários projetos corporativos.
Dentre os projetos que entraram em execução e passaram a ter um orçamento mais preciso destacam-se: Fortalecimento da Educação Corporativa, PSBC-Diagnóstico, Gestão do Desempenho 2015, EF Cidadã, Grandes Devedores e Taxas Referenciais.
Entre os novos projetos aprovados destacam-se: Reunião do G-30, BMA, BC 50 anos, Memória BCB, Media Training, BCJUR-III, Seminário IFC/BCB 2015, Avaliação do Arcabouço Brasileiro para Estabilidade Financeira, Grupo de BCs da América do Sul e IntegraBC.
Destaca-se, ainda, a aprovação pela Diretoria Colegiada do Programa Modelo de Supervisão, que contempla os seguintes projetos: Análise do Modelo de Negócios, Teste de Estresse, Integração das Informações de Monitoramento, Processo de Resolução das Instituições Financeiras do Segmento não Bancário, Competências para o Modelo de Supervisão, Estrutura e Segurança de Tecnologia da Informação e Comunicações na Fiscalização, Estrutura de Planejamento e Acompanhamento da Difis e Gestão do Programa Modelo de Supervisão.

**Usuário:** FERNANDA BEATRIZ DUARTE DE ALMEIDA VASCONCELOS DE ARAUJ

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há.

**Usuário:** FERNANDA BEATRIZ DUARTE DE ALMEIDA VASCONCELOS DE ARAUJ

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Contratos de consultoria não serão pagos, com risco legal e de imagem para o Banco Central, acordos internacionais de adequação de estatísticas financeiras não serão cumpridos, eventos acordados com organismos multilaterais não serão realizados, discussões com a sociedade sobre regulação do Sistema Financeiro não serão realizadas, aprimoramentos e melhorias no processo de supervisão bancária serão postergados, desenvolvimento de importantes sistemas de controle serão adiados e a recuperação judicial de créditos será afetada

**Usuário:** FERNANDA BEATRIZ DUARTE DE ALMEIDA VASCONCELOS DE ARAUJ

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há, pois se trata de doação.

**Usuário:** FERNANDA BEATRIZ DUARTE DE ALMEIDA VASCONCELOS DE ARAUJ

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Plenário Apensado

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43237**

| **Acompanhamentos Pedido: 43237** | | |
|---|---|---|
| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | JOSE RICARDO DE SOUZA GALDINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | PAULO FRANÇA DE OLIVEIRA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | CLAUDIA DE SALLES CARVALHO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | FERNANDA BEATRIZ DUARTE DE ALMEIDA VASCONCELOS DE ARAUJ |
| 15/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária. Justificativa: Retorno para acertos pela Unidade. | CLAUDIA DE SALLES CARVALHO |
| 05/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | FERNANDA BEATRIZ DUARTE DE ALMEIDA VASCONCELOS DE ARAUJ |

Câmara dos Deputados
Coordenação de Comissões Especiais
Fls. 240
SSCEI

Câmara dos Deputados
Fl. 7850
Comissão Especial

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 43237**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **25000 Ministério da Fazenda** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |
| 25201 Banco Central do Brasil | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **25201 Banco Central do Brasil** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |
| 296 Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 04 - Administração | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **04 Administração** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |
| 122 Administração Geral | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

Câmara dos Deputados
Fl. 7851
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 43237**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20ZA - Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43237 - 20ZA Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária(Tipo 152) | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.000.000** | **0** | **7.000.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 43240

**Tipo de Crédito:** 176 - Suplementação de subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas constantes dos programas 0910 e 0913

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **25000- Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **32.543.619.556** | **22.849.759.379** | **3.000** | **3.000** | **0** |
| **Unidade:** | **25201- Banco Central do Brasil** | | | | | | | | | | **3.126.475.404** | **2.976.966.912** | **3.000** | **3.000** | **0** |
| 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | | | | 2.476.419 | 2.385.475 | 3.000 | 0 | 3.000 |
| **0910 00OL** | **Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **127.000** | **117.232** | **3.000** | **0** | **3.000** |
| 0910 00OL 0001 | Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 127.000 | 117.232 | 3.000 | 0 | 3.000 |
| 0910 00OL 0001 0002 | Contribuição à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS | | | | | | | | | | 64.738 | 64.692 | 3.000 | 0 | 3.000 |
| | | | | | *3.3.50* | *250* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *64.738* | *64.692* | *3.000* | *0* | *3.000* |
| 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | | | | 1.577.619.787 | 1.496.276.725 | 0 | 3.000 | -3.000 |
| **2110 2000** | **Administração da Unidade** | **04- 122** | *10* | | | | | | | | **126.190.685** | **123.348.356** | **0** | **3.000** | **-3.000** |
| 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 126.190.685 | 123.348.356 | 0 | 3.000 | -3.000 |
| 2110 2000 0001 0001 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | | | | | | | | | | 1.317.391 | 1.287.929 | 0 | 3.000 | -3.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *1.317.391* | *1.287.929* | *0* | *3.000* | *-3.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 32.543.619.556 | 22.849.759.379 | 3.000 | 3.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43240**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

O valor original da dotação orçamentária para atender a contribuição do Banco Central para a UNIDAS no exercício de 2015, é de R$ 62.000,00.
No entanto, o aumento do somatório das mensalidades definido pela UNIDAS, com base no IPCA foi de R$ 64.692,00 para o exercício de 2015.
Assim, a dotação para as contribuições do Banco Central devem ser acrescidas de R$ 2.692,00 para atender a contribuição para a UNIDAS.
A quantia proposta destina-se a atender ao reajuste da mensalidade definido pela UNIDAS, com base no IPCA.

**Usuário:** FERNANDA BEATRIZ DUARTE DE ALMEIDA VASCONCELOS DE ARAUJ

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há.

**Usuário:** FERNANDA BEATRIZ DUARTE DE ALMEIDA VASCONCELOS DE ARAUJ

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

A falta de pagamento coloca o Banco Central em situação de inadimplência frente à UNIDAS, o que poderá levar a sua desfiliação da entidade, conforme prevê o estatuto da própria Unidas. As vantagens de se manter filiado a uma instituição como a UNIDAS são, dentre outras, o fortalecimento das entidades de autogestão nos processos de negociação com prestadores de serviço, a possibilidade de intercâmbio de informações e experiências entres os participantes, a representação dos interesses das entidades de autogestão em saúde junto aos órgãos de controle governamentais e a realização de processos de capacitação dos servidores do Banco Central em assuntos relacionados a saúde suplementar. Exclusão da filiação do Banco Central do Brasil junto a UNIDAS por falta de pagamento.

**Usuário:** FERNANDA BEATRIZ DUARTE DE ALMEIDA VASCONCELOS DE ARAUJ

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há.

**Usuário:** FERNANDA BEATRIZ DUARTE DE ALMEIDA VASCONCELOS DE ARAUJ

Câmara dos Deputados Comissões Especiais FL 1352

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43240**

**Outras informações consideradas relevantes**

Os recursos solicitados serão utilizados para permitir atender ao aumento de mensalidade definido pela própria Unidas, com base na variação do IPCA.

**Usuário:** FERNANDA BEATRIZ DUARTE DE ALMEIDA VASCONCELOS DE ARAUJ

**Acompanhamentos Pedido: 43240**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | JOSE RICARDO DE SOUZA GALDINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | PAULO FRANÇA DE OLIVEIRA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | CLAUDIA DE SALLES CARVALHO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | FERNANDA BEATRIZ DUARTE DE ALMEIDA VASCONCELOS DE ARAUJ |
| 15/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária. Justificativa: Retorno para acertos pela Unidade. | CLAUDIA DE SALLES CARVALHO |
| 07/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | FERNANDA BEATRIZ DUARTE DE ALMEIDA VASCONCELOS DE ARAUJ |
| 06/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária. Justificativa: Retorno do pedido de crédito nº 43240, solicitado pela Fernanda, via telefone. | JOSE DE OLIVEIRA SILVA |
| 05/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | FERNANDA BEATRIZ DUARTE DE ALMEIDA VASCONCELOS DE ARAUJ |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 1753

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 43240**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 3.000 | 3.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **25000 Ministério da Fazenda** | **3.000** | **3.000** | **0** |
| 25201 Banco Central do Brasil | 3.000 | 3.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 3.000 | 3.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 3.000 | 3.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **25201 Banco Central do Brasil** | **3.000** | **3.000** | **0** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 3.000 | 3.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 3.000 | 0 | 3.000 |
| 90 - Aplicações Diretas | 0 | 3.000 | -3.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 3.000 | 3.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 3.000 | 3.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 3.000 | 3.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 3.000 | 3.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 04 - Administração | 0 | 3.000 | -3.000 |
| 28 - Encargos Especiais | 3.000 | 0 | 3.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 0 | 3.000 | -3.000 |
| 846 - Outros Encargos Especiais | 3.000 | 0 | 3.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **04 Administração** | **0** | **3.000** | **-3.000** |
| 122 Administração Geral | 0 | 3.000 | -3.000 |
| **28 Encargos Especiais** | **3.000** | **0** | **3.000** |
| 846 Outros Encargos Especiais | 3.000 | 0 | 3.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 176 - Suplementação de subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas constantes dos programas 0910 e 0913 | 3.000 | 3.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 3.000 | 3.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Anáiise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 43240**

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | 3.000 | 0 | 3.000 |
| 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | 0 | 3.000 | -3.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 0 | 3.000 | -3.000 |
| - Operações Especiais | 3.000 | 0 | 3.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 00OL - Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica | 3.000 | 0 | 3.000 |
| 2000 - Administração da Unidade | 0 | 3.000 | -3.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 0 | 3.000 | -3.000 |
| - Operações Especiais | 3.000 | 0 | 3.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43240 - 00OL Contribuições e Anuidades - Unidas(Tipo 176) | 3.000 | 3.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 3.000 | 3.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.000** | **3.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 43438

**Tipo de Crédito:** 176 - Suplementação de subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas constantes dos programas 0910 e 0913

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Órgão: | 71000- Encargos Financeiros da União | | | | | | | | | | 686.689.328.041 | 450.476.521.479 | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| Unidade: | 71102- Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | | | | | | | | | | 840.244.414 | 136.504.156 | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | | | | 840.244.414 | 136.504.156 | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **0910 0004** | **Contribuição à Organização Internacional do Açúcar - OIA (MAPA)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | 488.508 | 0 | 62.255 | 0 | 62.255 |
| 0910 0004 0002 | Contribuição à Organização Internacional do Açúcar - OIA (MAPA) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 488.508 | 0 | 62.255 | 0 | 62.255 |
| 0910 0004 0002 0000 | Contribuição à Organização Internacional do Açúcar - OIA (MAPA) | | | | | | | | | | 488.508 | 0 | 62.255 | 0 | 62.255 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *488.508* | *0* | *62.255* | *0* | *62.255* |
| **0910 0017** | **Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | 1.774.041 | 1.774.041 | 104.385 | 0 | 104.385 |
| 0910 0017 0002 | Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 1.774.041 | 1.774.041 | 104.385 | 0 | 104.385 |
| 0910 0017 0002 0000 | Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA) | | | | | | | | | | 1.774.041 | 1.774.041 | 104.385 | 0 | 104.385 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.774.041* | *1.774.041* | *104.385* | *0* | *104.385* |
| **0910 0074** | **Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | 37.286.631 | 18.729.779 | 17.590.345 | 0 | 17.590.345 |
| 0910 0074 0002 | Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 37.286.631 | 18.729.779 | 17.590.345 | 0 | 17.590.345 |
| 0910 0074 0002 0000 | Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE) | | | | | | | | | | 37.286.631 | 18.729.779 | 17.590.345 | 0 | 17.590.345 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *37.286.631* | *18.729.779* | *17.590.345* | *0* | *17.590.345* |
| **0910 0077** | **Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau - APPC (MAPA)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 394.338 | -394.338 |
| 0910 0077 0002 | Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau - APPC (MAPA) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 394.338 | -394.338 |
| 0910 0077 0002 0000 | Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau - APPC (MAPA) | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 394.338 | -394.338 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *394.338* | *-394.338* |
| **0910 0085** | **Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (MME)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | 696.039 | 696.039 | 164.729 | 0 | 164.729 |
| 0910 0085 0002 | Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (MME) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 696.039 | 696.039 | 164.729 | 0 | 164.729 |
| 0910 0085 0002 0000 | Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (MME) | | | | | | | | | | 696.039 | 696.039 | 164.729 | 0 | 164.729 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *696.039* | *696.039* | *164.729* | *0* | *164.729* |
| **0910 0087** | **Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | 2.027.766 | 2.027.766 | 270.772 | 0 | 270.772 |
| 0910 0087 0002 | Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 2.027.766 | 2.027.766 | 270.772 | 0 | 270.772 |
| 0910 0087 0002 0000 | Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC) | | | | | | | | | | 2.027.766 | 2.027.766 | 270.772 | 0 | 270.772 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.027.766* | *2.027.766* | *270.772* | *0* | *270.772* |



Comissões Especiais Câmara dos Deputados

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43438

**Tipo de Crédito:** 176 - Suplementação de subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas constantes dos programas 0910 e 0913

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0910 00AQ** | **Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PR)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **450.000** | **0** | **72.150** | **0** | **72.150** |
| 0910 00AQ 0002 | Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PR) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 450.000 | 0 | 72.150 | 0 | 72.150 |
| 0910 00AQ 0002 0000 | Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PR) | | | | | | | | | | 450.000 | 0 | 72.150 | 0 | 72.150 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *450.000* | *0* | *72.150* | *0* | *72.150* |
| **0910 00BB** | **Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA (MEC)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **0** | **0** | **0** | **700.000** | **-700.000** |
| 0910 00BB 0001 | Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA (MEC) - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 700.000 | -700.000 |
| 0910 00BB 0001 0000 | Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA (MEC) | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 700.000 | -700.000 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *0* | *0* | *0* | *700.000* | *-700.000* |
| **0910 00BK** | **Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **300.000** | **0** | **71.000** | **0** | **71.000** |
| 0910 00BK 0002 | Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 300.000 | 0 | 71.000 | 0 | 71.000 |
| 0910 00BK 0002 0000 | Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE) | | | | | | | | | | 300.000 | 0 | 71.000 | 0 | 71.000 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *300.000* | *0* | *71.000* | *0* | *71.000* |
| **0910 00BR** | **Contribuição à Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL (MRE)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **293.441** | **67.336** | **91.428** | **0** | **91.428** |
| 0910 00BR 0002 | Contribuição à Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL (MRE) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 293.441 | 67.336 | 91.428 | 0 | 91.428 |
| 0910 00BR 0002 0000 | Contribuição à Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL (MRE) | | | | | | | | | | 293.441 | 67.336 | 91.428 | 0 | 91.428 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *293.441* | *67.336* | *91.428* | *0* | *91.428* |
| **0910 00BS** | **Contribuição ao Sistema Econômico Latino-Americano - SELA (MRE)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **699.455** | **533.917** | **165.538** | **0** | **165.538** |
| 0910 00BS 0002 | Contribuição ao Sistema Econômico Latino-Americano - SELA (MRE) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 699.455 | 533.917 | 165.538 | 0 | 165.538 |
| 0910 00BS 0002 0000 | Contribuição ao Sistema Econômico Latino-Americano - SELA (MRE) | | | | | | | | | | 699.455 | 533.917 | 165.538 | 0 | 165.538 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *699.455* | *533.917* | *165.538* | *0* | *165.538* |
| **0910 00C0** | **Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **543.981** | **543.981** | **87.218** | **0** | **87.218** |
| 0910 00C0 0002 | Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 543.981 | 543.981 | 87.218 | 0 | 87.218 |
| 0910 00C0 0002 0000 | Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA) | | | | | | | | | | 543.981 | 543.981 | 87.218 | 0 | 87.218 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *543.981* | *543.981* | *87.218* | *0* | *87.218* |



Comissões Especiais 4757 Secretaria dos Órgãos

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 43438

**Tipo de Crédito:** 176 - Suplementação de subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas constantes dos programas 0910 e 0913

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0910 00DZ** | **Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **329.403** | **0** | **171.338** | **0** | **171.338** |
| 0910 00DZ 0002 | Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 329.403 | 0 | 171.338 | 0 | 171.338 |
| 0910 00DZ 0002 0000 | Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE) | | | | | | | | | | 329.403 | 0 | 171.338 | 0 | 171.338 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *329.403* | *0* | *171.338* | *0* | *171.338* |
| **0910 00IW** | **Contribuição ao Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **287.385** | **0** | **142.711** | **0** | **142.711** |
| 0910 00IW 0002 | Contribuição ao Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 287.385 | 0 | 142.711 | 0 | 142.711 |
| 0910 00IW 0002 0000 | Contribuição ao Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC) | | | | | | | | | | 287.385 | 0 | 142.711 | 0 | 142.711 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *287.385* | *0* | *142.711* | *0* | *142.711* |
| **0910 00LL** | **Contribuição ao Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CAE CPLP (MD)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **0** | **0** | **0** | **9.618.000** | **-9.618.000** |
| 0910 00LL 0002 | Contribuição ao Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CAE CPLP (MD) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 9.618.000 | -9.618.000 |
| 0910 00LL 0002 0000 | Contribuição ao Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CAE CPLP (MD) | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 9.618.000 | -9.618.000 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *9.618.000* | *-9.618.000* |
| **0910 0123** | **Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **77.098** | **77.098** | **0** | **700.000** | **-700.000** |
| 0910 0123 0002 | Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 77.098 | 77.098 | 0 | 700.000 | -700.000 |
| 0910 0123 0002 0000 | Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD) | | | | | | | | | | 77.098 | 77.098 | 0 | 700.000 | -700.000 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *77.098* | *77.098* | *0* | *700.000* | *-700.000* |
| **0910 0148** | **Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINC)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **366.297** | **0** | **180.222** | **0** | **180.222** |
| 0910 0148 0002 | Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINC) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 366.297 | 0 | 180.222 | 0 | 180.222 |
| 0910 0148 0002 0000 | Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINC) | | | | | | | | | | 366.297 | 0 | 180.222 | 0 | 180.222 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *366.297* | *0* | *180.222* | *0* | *180.222* |
| **0910 0188** | **Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB (MCTI)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **433.800** | **0** | **102.666** | **0** | **102.666** |
| 0910 0188 0002 | Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB (MCTI) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 433.800 | 0 | 102.666 | 0 | 102.666 |
| 0910 0188 0002 0000 | Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia CIEGB (MCTI) | | | | | | | | | | 433.800 | 0 | 102.666 | 0 | 102.666 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *433.800* | *0* | *102.666* | *0* | *102.666* |
| **0910 0189** | **Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências** | **28-** | *10* | | | | | | | | **300.000** | **0** | **71.000** | **0** | **71.000** |



Comissões Especiais Fl. 1758 Senado Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43438

**Tipo de Crédito:** 176 - Suplementação de subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas constantes dos programas 0910 e 0913

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | F S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Sociais - FLACSO (MCTI)** | **846** | | | | | | | | | | | | | |
| 0910 0189 0001 | Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MCTI) - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 300.000 | 0 | 71.000 | 0 | 71.000 |
| 0910 0189 0001 0000 | Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MCTI) | | | | | | | | | | 300.000 | 0 | 71.000 | 0 | 71.000 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *300.000* | *0* | *71.000* | *0* | *71.000* |
| **0910 0196** | **Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (MCTI)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **180.000** | **0** | **42.600** | **0** | **42.600** |
| 0910 0196 0002 | Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (MCTI) - No Exterior | | | PLOA | | | | | | | 180.000 | 0 | 42.600 | 0 | 42.600 |
| 0910 0196 0002 0000 | Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (MCTI) | | | | | | | | | | 180.000 | 0 | 42.600 | 0 | 42.600 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *180.000* | *0* | *42.600* | *0* | *42.600* |
| **0910 0218** | **Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **12.101.192** | **7.505.682** | **0** | **8.800.000** | **-8.800.000** |
| 0910 0218 0002 | Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS) - No Exterior | | | PLOA | | | | | | | 12.101.192 | 7.505.682 | 0 | 8.800.000 | -8.800.000 |
| 0910 0218 0002 0000 | Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS) | | | | | | | | | | 12.101.192 | 7.505.682 | 0 | 8.800.000 | -8.800.000 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *12.101.192* | *7.505.682* | *0* | *8.800.000* | *-8.800.000* |
| **0910 0348** | **Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MP)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **226.800** | **0** | **72.912** | **0** | **72.912** |
| 0910 0348 0002 | Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MP) - No Exterior | | | PLOA | | | | | | | 226.800 | 0 | 72.912 | 0 | 72.912 |
| 0910 0348 0002 0000 | Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MP) | | | | | | | | | | 226.800 | 0 | 72.912 | 0 | 72.912 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *226.800* | *0* | *72.912* | *0* | *72.912* |
| **0910 0370** | **Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT (MF)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **229.809** | **0** | **36.846** | **0** | **36.846** |
| 0910 0370 0002 | Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT (MF) - No Exterior | | | PLOA | | | | | | | 229.809 | 0 | 36.846 | 0 | 36.846 |
| 0910 0370 0002 0000 | Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT (MF) | | | | | | | | | | 229.809 | 0 | 36.846 | 0 | 36.846 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *229.809* | *0* | *36.846* | *0* | *36.846* |
| **0910 0979** | **Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (MINC)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **180.000** | **0** | **76.950** | **0** | **76.950** |
| 0910 0979 0033 | Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (MINC) - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 180.000 | 0 | 76.950 | 0 | 76.950 |
| 0910 0979 0033 0000 | Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (MINC) | | | | | | | | | | 180.000 | 0 | 76.950 | 0 | 76.950 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *180.000* | *0* | *76.950* | *0* | *76.950* |
| **0910 09BC** | **Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **791.934** | **179.814** | **72.672** | **0** | **72.672** |



Comissão de Orçamento dos Deputados Fl. 1759 Especiais . sopeatados

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 43438

**Tipo de Crédito:** 176 - Suplementação de subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas constantes dos programas 0910 e 0913

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0910 09BC 0002 | Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA) - No Exterior | | | PLOA | | | | | | | 791.934 | 179.814 | 72.672 | 0 | 72.672 |
| 0910 09BC 0002 0000 | Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA) | | | | | | | | | | 791.934 | 179.814 | 72.672 | 0 | 72.672 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *791.934* | *179.814* | *72.672* | *0* | *72.672* |
| **0910 0B69** | **Contribuição à Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIC (MRE)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **230.348** | **0** | **54.515** | **0** | **54.515** |
| 0910 0B69 0002 | Contribuição à Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIC (MRE) - No Exterior | | | PLOA | | | | | | | 230.348 | 0 | 54.515 | 0 | 54.515 |
| 0910 0B69 0002 0000 | Contribuição à Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIC (MRE) | | | | | | | | | | 230.348 | 0 | 54.515 | 0 | 54.515 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *230.348* | *0* | *54.515* | *0* | *54.515* |
| **0910 0B72** | **Contribuição à Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI (MRE)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **295.024** | **0** | **62.634** | **0** | **62.634** |
| 0910 0B72 0002 | Contribuição à Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI (MRE) - No Exterior | | | PLOA | | | | | | | 295.024 | 0 | 62.634 | 0 | 62.634 |
| 0910 0B72 0002 0000 | Contribuição à Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI (MRE | | | | | | | | | | 295.024 | 0 | 62.634 | 0 | 62.634 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *295.024* | *0* | *62.634* | *0* | *62.634* |
| **0910 0C38** | **Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos -Convenção de Roterdã (MRE)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **291.351** | **0** | **171.673** | **0** | **171.673** |
| 0910 0C38 0002 | Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos -Convenção de Roterdã (MRE) - No Exterior | | | PLOA | | | | | | | 291.351 | 0 | 171.673 | 0 | 171.673 |
| 0910 0C38 0002 0000 | Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos -Convenção de Roterdã (MRE) | | | | | | | | | | 291.351 | 0 | 171.673 | 0 | 171.673 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *291.351* | *0* | *171.673* | *0* | *171.673* |
| **0910 0C39** | **Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT ITTO (MMA)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **2.134.143** | **2.134.143** | **273.779** | **0** | **273.779** |
| 0910 0C39 0002 | Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT ITTO (MMA) - No Exterior | | | PLOA | | | | | | | 2.134.143 | 2.134.143 | 273.779 | 0 | 273.779 |
| 0910 0C39 0002 0000 | Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT ITTO (MMA) | | | | | | | | | | 2.134.143 | 2.134.143 | 273.779 | 0 | 273.779 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *2.134.143* | *2.134.143* | *273.779* | *0* | *273.779* |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 1260

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43438**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Total Geral | 686.689.328.041 | 450.476.521.479 | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43438**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

1. A solicitação é decorrente em parte do aumento da contribuição do Brasil ao Orçamento Regular da Organização das Nações Unidas – ONU, a qual passou de 1,611% para 2,934% do orçamento total da ONU, gerando um efeito cascata em todas as contribuições atreladas ao sistema ONU. Esse aumento repercutiu não somente no Orçamento Regular, mas em outros órgãos do Sistema das Nações Unidas (Órgãos Subsidiários do Conselho de Segurança, Programas e Fundos, Agências Especializadas, Organizações Relacionadas) além de alguns outros organismos que não estão ligados ao Sistema das Nações Unidas, mas aproveitam a escala utilizada na divisão de valores da ONU em seus próprios orçamentos. Ainda, a solicitação é decorrente da variação cambial entre a cotação R$/USD utilizada na elaboração da proposta orçamentária 2015 – R$/USD 2,29 – e a cotação R$/USD atual – R$/USD 3,04. Foi utilizado o câmbio de R$ 3,10 nesta solicitação de crédito adicional.

**Usuário:** RONALD FERREIRA DE MELO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

2. Não há impacto no cancelamento de dotações, pois eles referem-se a ações em que houve comunicação de inexistência de pagamento ou que o pagamento foi realizado pelo próprio órgão de enlace.

**Usuário:** RONALD FERREIRA DE MELO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

3. O não atendimento deste pleito causará a inadimplência parcial do Brasil junto aos organismos internacionais discriminados neste crédito. Esta inadimplência poderá ter consequências negativas tais como cobranças de juros e multas, perda de poder de voto, bem como sanções políticas e outros constrangimentos ao Brasil na esfera internacional.

**Usuário:** RONALD FERREIRA DE MELO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

4. O atendimento possibilitará a execução do pagamento das contribuições devidas de um número considerável de organismos internacionais pertencentes ao Programa 0910.

**Usuário:** RONALD FERREIRA DE MELO

**Outras informações consideradas relevantes**

5. Os Programas 0910 e 0913 possuem uma necessidade orçamentária muito maior do que é possível atender por meio do oferecimento de cancelamento de recursos em razão da desvalorização cambial e dos passivos existentes de 2013 e de 2014.

**Usuário:** RONALD FERREIRA DE MELO

**Acompanhamentos Pedido: 43438**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | JOSE RICARDO DE SOUZA GALDINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | PAULO FRANÇA DE OLIVEIRA |
| 18/05/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: CONFORME AUTORIZADO. | ALTEMAR DE PAULA OLIVEIRA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | RONALD FERREIRA DE MELO |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 761 apensados

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 43438**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **71000 Encargos Financeiros da União** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |
| 71102 Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **71102 Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 80 - Transferências ao Exterior | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 28 - Encargos Especiais | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 846 - Outros Encargos Especiais | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **28 Encargos Especiais** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |
| 846 Outros Encargos Especiais | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 176 - Suplementação de subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas constantes dos programas 0910 e 0913 | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |

Câmara dos Deputados
7863
Fl.
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 43438**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0004 - Contribuição à Organização Internacional do Açúcar - OIA (MAPA) | 62.255 | 0 | 62.255 |
| 0017 - Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA) | 104.385 | 0 | 104.385 |
| 0074 - Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE) | 17.590.345 | 0 | 17.590.345 |
| 0077 - Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau - APPC (MAPA) | 0 | 394.338 | -394.338 |
| 0085 - Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (MME) | 164.729 | 0 | 164.729 |
| 0087 - Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC) | 270.772 | 0 | 270.772 |
| 00AQ - Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PR) | 72.150 | 0 | 72.150 |
| 00BB - Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA (MEC) | 0 | 700.000 | -700.000 |
| 00BK - Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE) | 71.000 | 0 | 71.000 |
| 00BR - Contribuição à Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL (MRE) | 91.428 | 0 | 91.428 |
| 00BS - Contribuição ao Sistema Económico Latino-Americano - SELA (MRE) | 165.538 | 0 | 165.538 |
| 00C0 - Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA) | 87.218 | 0 | 87.218 |
| 00DZ - Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE) | 171.338 | 0 | 171.338 |
| 00IW - Contribuição ao Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC) | 142.711 | 0 | 142.711 |
| 00LL - Contribuição ao Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CAE CPLP (MD) | 0 | 9.618.000 | -9.618.000 |
| 0123 - Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD) | 0 | 700.000 | -700.000 |
| 0148 - Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINC) | 180.222 | 0 | 180.222 |
| 0188 - Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB (MCTI) | 102.666 | 0 | 102.666 |
| 0189 - Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MCTI) | 71.000 | 0 | 71.000 |
| 0196 - Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (MCTI) | 42.600 | 0 | 42.600 |
| 0218 - Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS) | 0 | 8.800.000 | -8.800.000 |
| 0348 - Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MP) | 72.912 | 0 | 72.912 |
| 0370 - Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT (MF) | 36.846 | 0 | 36.846 |
| 0979 - Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (MINC) | 76.950 | 0 | 76.950 |
| 09BC - Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA) | 72.672 | 0 | 72.672 |
| 0B69 - Contribuição à Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIC (MRE) | 54.515 | 0 | 54.515 |
| 0B72 - Contribuição à Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI (MRE) | 62.634 | 0 | 62.634 |
| 0C38 - Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos -Convenção de Roterdã (MRE) | 171.673 | 0 | 171.673 |
| 0C39 - Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT ITTO (MMA) | 273.779 | 0 | 273.779 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43438 - Crédito de R$ 20.212.338,00(Tipo 176) | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 20.212.338 | 20.212.338 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.212.338** | **20.212.338** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43547

**Tipo de Crédito:** 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **71000- Encargos Financeiros da União** | | | | | | | | | | **686.689.328.041** | **450.476.521.479** | **0** | **35.983.776.538** | **-35.983.776.538** |
| **Unidade:** | **71101- Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **659.882.751.982** | **438.358.807.625** | **0** | **35.983.776.538** | **-35.983.776.538** |
| 0905 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | | | | | | | | | | 545.782.657.047 | 381.991.650.914 | 0 | 35.983.776.538 | -35.983.776.538 |
| **0905 0455** | **Serviços da Dívida Pública Federal Interna** | **28- 843** | *10* | | | | | | | | **543.264.501.103** | **380.611.485.626** | **0** | **35.983.776.538** | **-35.983.776.538** |
| 0905 0455 0001 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 543.264.501.103 | 380.611.485.626 | 0 | 35.983.776.538 | -35.983.776.538 |
| 0905 0455 0001 0000 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 35.983.776.538 | -35.983.776.538 |
| | | | | | *4.6.90* | *143* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *0* | *0* | *0* | *35.983.776.538* | *-35.983.776.538* |
| **Órgão:** | **75000- Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal** | | | | | | | | | | **743.097.161.454** | **569.374.792.010** | **35.983.776.538** | **0** | **35.983.776.538** |
| **Unidade:** | **75101- Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **743.097.161.454** | **569.374.792.010** | **35.983.776.538** | **0** | **35.983.776.538** |
| 0907 | Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | | | | | | 724.958.620.551 | 558.794.266.104 | 35.983.776.538 | 0 | 35.983.776.538 |
| **0907 0365** | **Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna** | **28- 841** | *10* | | | | | | | | **724.958.620.551** | **558.794.266.104** | **35.983.776.538** | **0** | **35.983.776.538** |
| 0907 0365 0001 | Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 724.958.620.551 | 558.794.266.104 | 35.983.776.538 | 0 | 35.983.776.538 |
| 0907 0365 0001 0001 | Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFI) | | | | | | | | | | 346.670.871.868 | 0 | 35.983.776.538 | 0 | 35.983.776.538 |
| | | | | | *4.6.90* | *143* | *0* | *2741* | *0* | 0 | *346.670.871.868* | *0* | *35.983.776.538* | *0* | *35.983.776.538* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 1.429.786.489.495 | 1.019.851.313.489 | 35.983.776.538 | 35.983.776.538 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43547**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A alteração se faz necessária para corrigir inconsistências verificadas na Lei nº 13.115, de 20.4.2015 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2015.

**Usuário:** GLAUCIA MARIA GONCALVES DE CASTRO NUNES

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não se aplica.

**Usuário:** GLAUCIA MARIA GONCALVES DE CASTRO NUNES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito acarretará impacto desfavorável no gerenciamento da dívida pública federal externa.

**Usuário:** GLAUCIA MARIA GONCALVES DE CASTRO NUNES

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não se aplica.

**Usuário:** GLAUCIA MARIA GONCALVES DE CASTRO NUNES

**Acompanhamentos Pedido: 43547**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | JOSE RICARDO DE SOUZA GALDINO |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43547**

| | | |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | PAULO FRANÇA DE OLIVEIRA |
| 19/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | GLAUCIA MARIA GONCALVES DE CASTRO NUNES |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 765

Câmara dos Deputados 7866 Fl. Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 43547**

**Tipo: 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 35.983.776.538 | 35.983.776.538 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **71000 Encargos Financeiros da União** | **0** | **35.983.776.538** | **-35.983.776.538** |
| 71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | 0 | 35.983.776.538 | -35.983.776.538 |
| **75000 Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal** | **35.983.776.538** | **0** | **35.983.776.538** |
| 75101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | 35.983.776.538 | 0 | 35.983.776.538 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 6 - Amortização da Dívida | 35.983.776.538 | 35.983.776.538 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal | 35.983.776.538 | 35.983.776.538 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | **0** | **35.983.776.538** | **-35.983.776.538** |
| 143 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal | 0 | 35.983.776.538 | -35.983.776.538 |
| **75101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | **35.983.776.538** | **0** | **35.983.776.538** |
| 143 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal | 35.983.776.538 | 0 | 35.983.776.538 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 35.983.776.538 | 35.983.776.538 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 35.983.776.538 | 35.983.776.538 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2741 - Títulos do Tesouro Nacional (Lei n. 10179) | 35.983.776.538 | 0 | 35.983.776.538 |
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 0 | 35.983.776.538 | -35.983.776.538 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 35.983.776.538 | 35.983.776.538 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 35.983.776.538 | 35.983.776.538 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 28 - Encargos Especiais | 35.983.776.538 | 35.983.776.538 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 841 - Refinanciamento da Dívida Interna | 35.983.776.538 | 0 | 35.983.776.538 |
| 843 - Serviço da Dívida Interna | 0 | 35.983.776.538 | -35.983.776.538 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **28 Encargos Especiais** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |
| 841 Refinanciamento da Dívida Interna | 35.983.776.538 | 0 | 35.983.776.538 |
| 843 Serviço da Dívida Interna | 0 | 35.983.776.538 | -35.983.776.538 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização) | 35.983.776.538 | 35.983.776.538 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 35.983.776.538 | 35.983.776.538 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 43547**

**Tipo: 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)**

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0905 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | 0 | 35.983.776.538 | -35.983.776.538 |
| 0907 - Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna | 35.983.776.538 | 0 | 35.983.776.538 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 35.983.776.538 | 35.983.776.538 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0365 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna | 35.983.776.538 | 0 | 35.983.776.538 |
| 0455 - Serviços da Dívida Pública Federal Interna | 0 | 35.983.776.538 | -35.983.776.538 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 35.983.776.538 | 35.983.776.538 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43547 - Crédito Suplementar(Tipo 111) | 35.983.776.538 | 35.983.776.538 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 35.983.776.538 | 35.983.776.538 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **35.983.776.538** | **35.983.776.538** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 43631

**Tipo de Crédito:** 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **28000- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | | | | | | | | | | **3.352.701.600** | **1.945.913.005** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |
| **Unidade:** | **28233- Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA** | | | | | | | | | | **823.768.830** | **428.685.024** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |
| 2029 | Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | | | | | | | | | | 47.250.000 | 15.017.710 | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **2029 13DM** | **Conclusão da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA** | **22- 661** | *10* | | | | | | | | **7.455.000** | **0** | **0** | **3.195.000** | **-3.195.000** |
| 2029 13DM 0010 | Conclusão da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA - Na Região Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 7.455.000 | 0 | 0 | 3.195.000 | -3.195.000 |
| 2029 13DM 0010 0001 | Projeto de Segurança | | | | | | | | | | 3.805.000 | 0 | 0 | 3.195.000 | -3.195.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *174* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.805.000* | *0* | *0* | *3.195.000* | *-3.195.000* |
| **2029 210L** | **Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP)** | **22- 661** | *10* | | | | | | | | **36.795.000** | **15.017.710** | **3.195.000** | **0** | **3.195.000** |
| 2029 210L 0010 | Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP) - Na Região Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 18.795.000 | 15.017.710 | 3.195.000 | 0 | 3.195.000 |
| 2029 210L 0010 000B | Concessão de Bolsas para Pesquisa no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) | | | | | | | | | | 0 | 0 | 1.407.395 | 0 | 1.407.395 |
| | | | | | *3.3.90* | *174* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *1.407.395* | *0* | *1.407.395* |
| 2029 210L 0010 000C | Aquisição de Insumos para Pesquisa no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) | | | | | | | | | | 0 | 0 | 1.787.605 | 0 | 1.787.605 |
| | | | | | *3.3.90* | *174* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *1.787.605* | *0* | *1.787.605* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 3.352.701.600 | 1.945.913.005 | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43631**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A alteração se faz necessária para manter as atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos a partir da biodiversidade amazônica, realizadas pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA. Esses recursos serão direcionados para a concessão de bolsas de pesquisa e compra de insumos necessários às atividades supramencionadas.

**Usuário:** Anderson Ferreira dos Santos

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Haverá impacto na implementação da ação durante o exercício vigente, pois o remanejamento causará atrasos nas etapas previstas para a ação 13DM - Conclusão da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, PO 001 - Projeto de Segurança.

**Usuário:** Anderson Ferreira dos Santos

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Sem essas dotações as atividades do CBA sofrerão solução de continuidade. A possível paralização do Centro causaria grandes prejuízos, principalmente, no que se refere às pesquisas que estão em processo de desenvolvimento no CBA e não podem ser suspensas.

**Usuário:** Anderson Ferreira dos Santos

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não haverá impacto significativo sob o nível de gasto de custeio da SUFRAMA, considerando que em breve o CBA terá personalidade jurídica própria. Dessa maneira, será responsável pela obtenção dos recursos necessários à manutenção de suas atividades.

**Usuário:** Anderson Ferreira dos Santos

**Outras informações consideradas relevantes**

Ajuste da Modalidade de Aplicação da Ação 210L/PO 000C efetivada nesta Setorial Orçamentária/MDIC.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais FL. 1276

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43631

**Usuário:** MARCIO FERREIRA VENTURINI

**Acompanhamentos Pedido: 43631**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | JOSE RICARDO DE SOUZA GALDINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | PAULO FRANÇA DE OLIVEIRA |
| 20/05/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Pedido capturado após a realização dos ajustes solicitados. | ANDREIA RODRIGUES DOS SANTOS |
| 18/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial. Justificativa: Devolvido para ajustes. | MICHELLE FEVERSANI PROLO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | MARCIO FERREIRA VENTURINI |
| 11/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | Anderson Ferreira dos Santos |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 43631**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |
| 28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 3.195.000 | 0 | 3.195.000 |
| 4 - Investimentos | 0 | 3.195.000 | -3.195.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |
| 174 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 22 - Indústria | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 661 - Promoção Industrial | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **22 Indústria** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |
| 661 Promoção Industrial | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 43631**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 13DM - Conclusão da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA | 0 | 3.195.000 | -3.195.000 |
| 210L - Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP) | 3.195.000 | 0 | 3.195.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 0 | 3.195.000 | -3.195.000 |
| - Atividade | 3.195.000 | 0 | 3.195.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43631 - Remanejamento de dotações entre Ações do Mesmo Programa 13DM/210L(Tipo 107) | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 3.195.000 | 3.195.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.195.000** | **3.195.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43704

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **25000- Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **32.543.619.556** | **22.849.759.379** | **727.101** | **727.101** | **0** |
| **Unidade:** | **25104- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional** | | | | | | | | | | **1.624.518.585** | **1.162.093.160** | **727.101** | **727.101** | **0** |
| 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | | | | 1.226.239.374 | 1.162.064.010 | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **2110 2244** | **Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional** | **04- 092** | *10* | | | | | | | | **290.361.210** | **281.702.388** | **727.101** | **727.101** | **0** |
| 2110 2244 0001 | Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 290.361.210 | 281.702.388 | 727.101 | 727.101 | 0 |
| 2110 2244 0001 0001 | Adequação do Ambiente de Tecnologia da Informação | | | | | | | | | | 865.221 | 865.221 | 727.101 | 409.360 | 317.741 |
| | | | | | *3.3.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *865.221* | *865.221* | *727.101* | *0* | *727.101* |
| | | | | | *4.4.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *409.360* | *-409.360* |
| 2110 2244 0001 0003 | Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional | | | | | | | | | | 6.518.659 | 6.007.649 | 0 | 317.741 | -317.741 |
| | | | | | *3.3.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *6.518.659* | *6.007.649* | *0* | *317.741* | *-317.741* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 32.543.619.556 | 22.849.759.379 | 727.101 | 727.101 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43704**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Na época da elaboração da proposta alocou-se R$ 138.120,00 (Cento e trinta e oito mil e cento e vinte reais) em custeio e R$ 409.360,00 (Quatrocentos e nove mil e trezentos e sessenta reais) em investimento. Porém, na fase de elaboração da proposta ainda não estavam definidos os valores e as rubricas que a PGFN receberia da CAIXA, conforme o convênio estabelecido entre CAIXA e PGFN, haja vista as datas das reuniões estabelecidas pelo cronograma do Conselho Curador do FGTS - CCFGTS.

Todavia, no final do exercício de 2014, definiu-se que haveria a necessidade de atender o serviço de produção do módulo de FGTS do Sistema de Informações Gerenciais - SIG DW do FGTS; a proporcionalidade de registros de processos de execução de débitos do FGTS no Sistema de Acompanhamento Judicial – SAJ; e a proporcionalidade de registros de Contribuintes com Débitos no Sistema Lista de Devedores, sendo todas essas despesas enquadradas como despesas de custeio, não havendo necessidade sol valor alocado em investimento.

**Usuário:** MAURICIO ALMEIDA RIBEIRO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Haverá redução de dotação do grupo de despesa "outras despesas correntes", do plano orçamentário Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional, e acréscimo no grupo de despesa "outras despesas correntes", do plano orçamentário Adequação do Ambiente de Tecnologia da PGFN, ambos da ação Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional, no valor de R$ 317.741,00 (Trezentos e dezessete mil e setecentos e quarenta e um reais).

Além disso, haverá redução de dotação do grupo de despesa "investimento", do plano orçamentário Adequação do Ambiente de Tecnologia da PGFN e acréscimo no grupo de despesa "outras despesas correntes", do mesmo plano orçamentário, no valor de R$ 409.360,00 (Quatrocentos e nove mil e trezentos e sessenta reais).

O valor total aprovado na LOA/2014, na ação orçamentária acima mencionada, não será alterado, haja vista que somente haverá troca de recursos de um grupo de despesa para outro e de um plano orçamentário para outro, na mesma ação orçamentária.

**Usuário:** MAURICIO ALMEIDA RIBEIRO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do crédito adicional implica na não implantação do módulo do FGTS do Sistema de Informações Gerenciais da PGFN, com prejuízos ao acompanhamento gerencial estratégico da dívida do FGTS, bem como na sustentação, com recursos do orçamento próprio da PGFN, do serviço de produção e hospedagem dos Módulo de FGTS do SIG DW, dos sistemas SAJ e Lista de Devedores, no que tange à processos de execução e contribuintes do FGTS, contrariando a legislação vigente, que determina o ressarcimento à PGFN pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de todas as despesas relacionadas ao registro e recuperação da Dívida daquele fundo.

**Usuário:** MAURICIO ALMEIDA RIBEIRO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Com a suplementação atendida, será possível arcar com as despesas de produção acima elencadas, conforme os valores projetados, e aumentará a dotação no do plano orçamentário adequação do ambiente de tecnologia da PGFN, em 0,48%, bem como reduzirá em 1,39% a dotação do plano orçamentário Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional.



Secretaria dos Deputados Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43704**

**Usuário:** MAURICIO ALMEIDA RIBEIRO

**Acompanhamentos Pedido: 43704**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | JOSE RICARDO DE SOUZA GALDINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | PAULO FRANÇA DE OLIVEIRA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | CLAUDIA DE SALLES CARVALHO |
| 11/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | MAURICIO ALMEIDA RIBEIRO |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 1873

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 43704**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **25000 Ministério da Fazenda** | **727.101** | **727.101** | **0** |
| 25104 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 727.101 | 317.741 | 409.360 |
| 4 - Investimentos | 0 | 409.360 | -409.360 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 181 - Recursos de Convênios | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **25104 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional** | **727.101** | **727.101** | **0** |
| 181 Recursos de Convênios | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 04 - Administração | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 092 - Representação Judicial e Extrajudicial | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **04 Administração** | **727.101** | **727.101** | **0** |
| 092 Representação Judicial e Extrajudicial | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 727.101 | 727.101 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 43704**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2244 - Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43704 - Crédito FGTS I(Tipo 110) | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 727.101 | 727.101 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **727.101** | **727.101** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44022

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **28000- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | | | | | | | | | | **3.352.701.600** | **1.945.913.005** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |
| **Unidade:** | **28203- Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI** | | | | | | | | | | **401.570.984** | **333.185.779** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |
| 2121 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | | | | | | | | | | 305.266.462 | 255.057.202 | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **2121 2000** | **Administração da Unidade** | **22- 122** | **10** | | | | | | | | **124.300.083** | **82.631.477** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |
| 2121 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 124.300.083 | 82.631.477 | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| 2121 2000 0001 0002 | Gestão da Tecnologia da Informação | | | | | | | | | | 32.398.835 | 15.581.573 | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *19.692.835* | *14.452.591* | *0* | *6.000.000* | *-6.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *12.706.000* | *1.128.982* | *6.000.000* | *0* | *6.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 3.352.701.600 | 1.945.913.005 | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44022**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Em decorrência do referencial monetário estabelecido para elaboração da proposta orçamentária do INPI para 2015 ter sido abaixo das necessidades do Instituto, a despesa de transferência da sala cofre do INPI do Edifício "A Noite" para outro edifício cedido ao INPI não foi incluída no PLOA. O Edifício "A Noite" está em processo de desocupação, aguardando uma decisão de Governo, para passar por uma reforma ou outra possibilidade de destinação final. Qualquer que seja a decisão tomada sobre a destinação do Edifício, a saída da sala cofre do INPI da edificação atual se faz necessária. Além do que, a sala cofre atingirá 99% da sua capacidade no mês de julho de 2015, necessitando de uma expansão.

**Usuário:** PATRICIA RIBEIRO SOARES

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

A dotação que será utilizada como contrapartida da suplementação solicitada será oriunda do:
- cancelamento parcial de dotação de custeio da ação "Administração da Unidade" : não haverá impacto no cancelamento da dotação de custeio que foi gerada por economia na contratação do serviço de "digitação e digitalização de documentos", tendo apresentado na pesquisa de mercado um valor bem acima da proposta final do pregão.

**Usuário:** PATRICIA RIBEIRO SOARES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito traria riscos à segurança do centro de dados do INPI.

**Usuário:** PATRICIA RIBEIRO SOARES

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

O crédito solicitado reduzirá em 4,81% a dotação de custeio estabelecida na LOA 2015.

**Usuário:** PATRICIA RIBEIRO SOARES

**Acompanhamentos Pedido: 44022**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | JOSE RICARDO DE SOUZA GALDINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | PAULO FRANÇA DE OLIVEIRA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | MARCIO FERREIRA VENTURINI |
| 12/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | PATRICIA RIBEIRO SOARES |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 44022**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |
| 28203 Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 0 | 6.000.000 | -6.000.000 |
| 4 - Investimentos | 6.000.000 | 0 | 6.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **28203 Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 22 - Indústria | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **22 Indústria** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |
| 122 Administração Geral | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2016**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Formalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 44022**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44022 - Remanejamento Sala-Cofre INPI - Decreto(Tipo 110) | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44150

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **58000- Ministério da Pesca e Aquicultura** | | | | | | | | | | **774.623.177** | **160.342.706** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |
| **Unidade:** | **58101- Ministério da Pesca e Aquicultura** | | | | | | | | | | **774.623.177** | **160.342.706** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |
| 2028 | Defesa Agropecuária | | | | | | | | | | 15.172.400 | 0 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| **2028 20XZ** | **Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola** | **20- 609** | *10* | | | | | | | | **15.172.400** | **0** | **0** | **2.000.000** | **-2.000.000** |
| 2028 20XZ 0001 | Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 15.172.400 | 0 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| 2028 20XZ 0001 0002 | Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais Aquáticos | | | | | | | | | | 1.130.000 | 0 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.130.000* | *0* | *0* | *2.000.000* | *-2.000.000* |
| 2052 | Pesca e Aquicultura | | | | | | | | | | 638.848.034 | 47.000.862 | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| **2052 20Y2** | **Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas** | **20- 125** | *10* | | | | | | | | **12.325.239** | **631.098** | **2.000.000** | **0** | **2.000.000** |
| 2052 20Y2 0001 | Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 12.325.239 | 631.098 | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| 2052 20Y2 0001 0002 | Monitoramento da Atividade Aquícola e Pesqueira Nacional - Plano Safra da Pesca e Aquicultura | | | | | | | | | | 2.000.000 | 50.000 | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.000.000* | *50.000* | *2.000.000* | *0* | *2.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 774.623.177 | 160.342.706 | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44150**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

São necessárias para atendimento ao Projeto de Monitoramento Estatístico da Pesca, prioridade do MPA, que tem como objetivo produzir informações e indicadores sobre a produção e o esforço de pesca no país, que permitam avaliar as flutuações e tendências a médio e longo prazo, dos estoques pesqueiros alvos de exploração e do mercado nacional. Esse tipo de levantamento visa ainda fornecer elementos relevantes para a avaliação sobre o efeito da pesca para os recursos naturais por ela impactados e, assim, subsidiar a formulação e condução de políticas públicas sustentáveis, tanto do ponto de vista ecológico quanto econômico.

**Usuário:** Marysol Zagari Melo Forte

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não haverá impacto no cancelamento da dotação, uma vez que não há previsão e execução de projetos com os recursos a serem repassados.

**Usuário:** Marysol Zagari Melo Forte

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito comprometerá a coleta dos dados estatísticos, inviabilizando a disposição anual dos dados da produção pesqueira nacional.

**Usuário:** Marysol Zagari Melo Forte

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não acarretará reflexo sobre o nível dos gastos de custeio do órgão.

**Usuário:** Marysol Zagari Melo Forte

**Acompanhamentos Pedido: 44150**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | JOSE RICARDO DE SOUZA GALDINO |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 1279

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44150**

| | | |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |
| 11/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | JANUARIO DELLA MEA ESPINDOLA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | Marysol Zagari Melo Forte |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | Marysol Zagari Melo Forte |

Câmara dos Deputados 7781 Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Formalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 44150**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **58000 Ministério da Pesca e Aquicultura** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |
| 58101 Ministério da Pesca e Aquicultura | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **58101 Ministério da Pesca e Aquicultura** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20 - Agricultura | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 125 - Normatização e Fiscalização | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| 609 - Defesa Agropecuária | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **20 Agricultura** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |
| 125 Normatização e Fiscalização | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| 609 Defesa Agropecuária | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2028 - Defesa Agropecuária | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| 2052 - Pesca e Aquicultura | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 44150**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20XZ - Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| 20Y2 - Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44150 - Suplementação(Tipo 100) | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44174

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **25000- Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **32.543.619.556** | **22.849.759.379** | **0** | **31.000.000** | **-31.000.000** |
| **Unidade:** | **25103- Secretaria da Receita Federal do Brasil** | | | | | | | | | | **14.016.028.481** | **8.251.060.751** | **0** | **31.000.000** | **-31.000.000** |
| 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | | | | 8.899.899.786 | 8.249.904.161 | 0 | 31.000.000 | -31.000.000 |
| **2110 20VG** | **Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** | **04- 126** | *10* | | | | | | | | **1.369.000.000** | **1.192.521.214** | **0** | **31.000.000** | **-31.000.000** |
| 2110 20VG 0001 | Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 1.369.000.000 | 1.192.521.214 | 0 | 31.000.000 | -31.000.000 |
| 2110 20VG 0001 0000 | Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 31.000.000 | -31.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *0* | *0* | *0* | *31.000.000* | *-31.000.000* |
| **Órgão:** | **71000- Encargos Financeiros da União** | | | | | | | | | | **686.689.328.041** | **450.476.521.479** | **31.000.000** | **0** | **31.000.000** |
| **Unidade:** | **71104- Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **797.469.255** | **293.769.593** | **31.000.000** | **0** | **31.000.000** |
| 0911 | Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros | | | | | | | | | | 797.469.255 | 293.769.593 | 31.000.000 | 0 | 31.000.000 |
| **0911 00M4** | **Remuneração a Agentes Financeiros** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **797.469.255** | **293.769.593** | **31.000.000** | **0** | **31.000.000** |
| 0911 00M4 0001 | Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 797.469.255 | 293.769.593 | 31.000.000 | 0 | 31.000.000 |
| 0911 00M4 0001 0003 | Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP | | | | | | | | | | 63.307.796 | 59.590.909 | 31.000.000 | 0 | 31.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *63.307.796* | *59.590.909* | *31.000.000* | *0* | *31.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 719.232.947.597 | 473.326.280.858 | 31.000.000 | 31.000.000 | 0 |

Justificativas Pedido: 44174

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Alteração orçamentária entre os seguintes Panos Orçamentários: Cancelamento da Dotação na Ação 20VG - Gestão dos Sistemas Informatizados da Receita Federal do Brasil e do CARF, PO - 0001. Suplementação da Dotação do PO - 0003 - Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços Pelo Recolhimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço no valor de R$ 31.000.000,00 (ND-339039).

**Usuário:** MANOEL MESSIAS DE JESUS

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Diante do cenário econômico restritivo e de ajustes realizados junto aos provedores de serviço de desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados da RFB, não haverá impacto orçamentário com o cancelamento das dotações ora apresentadas.

**Usuário:** MANOEL MESSIAS DE JESUS

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Atualmente, o contrato vigente dispõe de cobertura orçamentária no órgão 25103 - Receita Federal do Brasil, havendo, porém, Órgão, Ação e PO específicos para execução de suas despesas (Unidade Orçamentária 71104 - Remuneração de Agentes Financeiros, Programa 0911 - Operações Especiais - Agentes Financeiros, PO - 0003 - Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços Pelo Recolhimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). A migração corrige tal desvio, pois garante a execução da despesa conforme planejamento original.

**Usuário:** MANOEL MESSIAS DE JESUS

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não haverá aumento do custeio do órgão, pois a despesa já estava prevista, tendo sido informada oportuna e tempestivamente ao Ministério da Fazenda. Trata-se de despesa de custeio regular e que não irá aumentar com a migração.

Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais Fl. 1793 sopesp

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44174**

**Usuário:** MANOEL MESSIAS DE JESUS

**Outras informações consideradas relevantes**

Não haverá. As informações quanto às metas físicas estão corretas. Apenas a dotação orçamentária é que foi registrada em desacordo com o solicitado pela RFB.

**Usuário:** MANOEL MESSIAS DE JESUS

**Acompanhamentos Pedido: 44174**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | JOSE RICARDO DE SOUZA GALDINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |
| 23/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MARCONDES DA SILVA BOMFIM |
| 29/05/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Conforme acertado por email. | Lívia de Resende Andrade |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 44174**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 31.000.000 | 31.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **25000 Ministério da Fazenda** | **0** | **31.000.000** | **-31.000.000** |
| 25103 Secretaria da Receita Federal do Brasil | 0 | 31.000.000 | -31.000.000 |
| **71000 Encargos Financeiros da União** | **31.000.000** | **0** | **31.000.000** |
| 71104 Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | 31.000.000 | 0 | 31.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 31.000.000 | 31.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 31.000.000 | 31.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **25103 Secretaria da Receita Federal do Brasil** | **0** | **31.000.000** | **-31.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 31.000.000 | -31.000.000 |
| **71104 Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | **31.000.000** | **0** | **31.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 31.000.000 | 0 | 31.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 31.000.000 | 31.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 31.000.000 | 31.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 31.000.000 | 31.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 31.000.000 | 31.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 31.000.000 | 31.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 04 - Administração | 0 | 31.000.000 | -31.000.000 |
| 28 - Encargos Especiais | 31.000.000 | 0 | 31.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 126 - Tecnologia da Informação | 0 | 31.000.000 | -31.000.000 |
| 846 - Outros Encargos Especiais | 31.000.000 | 0 | 31.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **04 Administração** | **0** | **31.000.000** | **-31.000.000** |
| 126 Tecnologia da Informação | 0 | 31.000.000 | -31.000.000 |
| **28 Encargos Especiais** | **31.000.000** | **0** | **31.000.000** |
| 846 Outros Encargos Especiais | 31.000.000 | 0 | 31.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 31.000.000 | 31.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 31.000.000 | 31.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2016**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 44174**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0911 - Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros | 31.000.000 | 0 | 31.000.000 |
| 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | 0 | 31.000.000 | -31.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 0 | 31.000.000 | -31.000.000 |
| - Operações Especiais | 31.000.000 | 0 | 31.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 00M4 - Remuneração a Agentes Financeiros | 31.000.000 | 0 | 31.000.000 |
| 20VG - Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais | 0 | 31.000.000 | -31.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 0 | 31.000.000 | -31.000.000 |
| - Operações Especiais | 31.000.000 | 0 | 31.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44174 - Suplementação do PO - 0003 - Remuneração dos Agentes Pretadores de Serviços.(Tipo 100) | 31.000.000 | 31.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 31.000.000 | 31.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **31.000.000** | **31.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44175

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **58000- Ministério da Pesca e Aquicultura** | | | | | | | | | | **774.623.177** | **160.342.706** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |
| **Unidade:** | **58101- Ministério da Pesca e Aquicultura** | | | | | | | | | | **774.623.177** | **160.342.706** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |
| **2052** | **Pesca e Aquicultura** | | | | | | | | | | 638.848.034 | 47.830.582 | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **2052 20Y2** | **Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas** | **20- 125** | *10* | | | | | | | | **12.325.239** | **631.098** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |
| 2052 20Y2 0001 | Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 12.325.239 | 631.098 | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| 2052 20Y2 0001 0001 | Fiscalização das Atividades de Aquicultura e Pesca | | | | | | | | | | 66.914 | 0 | 0 | 403.486 | -403.486 |
| | | | | | *4.4.90* | *174* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *66.914* | *0* | *0* | *403.486* | *-403.486* |
| 2052 20Y2 0001 0002 | Monitoramento da Atividade Aquícola e Pesqueira Nacional - Plano Safra da Pesca e Aquicultura | | | | | | | | | | 8.900.000 | 581.098 | 1.903.486 | 1.500.000 | 403.486 |
| | | | | | *3.3.90* | *174* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *8.900.000* | *581.098* | *1.903.486* | *0* | *1.903.486* |
| | | | | | *4.4.90* | *174* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *0* | *0* | *0* | *1.500.000* | *-1.500.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 774.623.177 | 160.342.706 | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44175**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

São necessárias para atendimento ao Projeto de Monitoramento Estatístico da Pesca, prioridade do MPA, que tem como objetivo produzir informações e indicadores sobre a produção e o esforço de pesca no país, que permitam avaliar as flutuações e tendências a médio e longo prazo, dos estoques pesqueiros alvos de exploração e do mercado nacional. Esse tipo de levantamento visa ainda fornecer elementos relevantes para a avaliação sobre o efeito da pesca para os recursos naturais por ela impactados e, assim, subsidiar a formulação e condução de políticas públicas sustentáveis, tanto do ponto de vista ecológico quanto econômico.

**Usuário:** Marysol Zagari Melo Forte

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não haverá impacto no cancelamento da dotação, uma vez que não há previsão e execução de projetos com os recursos a serem repassados.

**Usuário:** Marysol Zagari Melo Forte

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito comprometerá a coleta dos dados estatísticos, inviabilizando a disposição anual dos dados da produção pesqueira nacional.

**Usuário:** Marysol Zagari Melo Forte

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não acarretará reflexo sobre o nível dos gastos de custeio do órgão.

**Usuário:** Marysol Zagari Melo Forte

**Acompanhamentos Pedido: 44175**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | JOSE RICARDO DE SOUZA GALDINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Livia de Resende Andrade |
| 11/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | JANUARIO DELLA MEA ESPINDOLA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | Marysol Zagari Melo Forte |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 1787 sopentra

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44175**

| | | |
|---|---|---|
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | Marysol Zagari Melo Forte |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
7888

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 44175**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **58000 Ministério da Pesca e Aquicultura** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |
| 58101 Ministério da Pesca e Aquicultura | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 1.903.486 | 0 | 1.903.486 |
| 4 - Investimentos | 0 | 1.903.486 | -1.903.486 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **58101 Ministério da Pesca e Aquicultura** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |
| 174 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primaria discricionária, não PAC, considerada no calculo do RP | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primaria discricionária, não PAC, considerada no calculo do RP | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20 - Agricultura | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 125 - Normatização e Fiscalização | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **20 Agricultura** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |
| 125 Normatização e Fiscalização | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2052 - Pesca e Aquicultura | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 44175**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20Y2 - Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44175 - Suplementação por GND's(Tipo 110) | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 1.903.486 | 1.903.486 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.903.486** | **1.903.486** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44313

**Tipo de Crédito:** 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **47000- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | **5.545.657.045** | **4.965.809.741** | **3.465.057** |
| **Unidade:** | **47101- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | **3.329.840.656** | **2.793.764.535** | **3.465.057** |
| **0906** | **Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)** | | | | | | | | | | 24.481.466 | 22.422.194 | 3.465.057 |
| **0906 0284** | **Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa** | **28- 844** | *10* | | | | | | | | **24.481.466** | **22.422.194** | **3.465.057** |
| 0906 0284 0001 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 24.481.466 | 22.422.194 | 3.465.057 |
| 0906 0284 0001 0000 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa | | | | | | | | | | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| | | | | | *3.2.90* | *344* | *0* | *2826* | *0* | 0 | *228.031* | *0* | *228.031* |
| | | | | | *3.2.90* | *344* | *0* | *2851* | *0* | 0 | *470.400* | *0* | *470.400* |
| | | | | | *4.6.90* | *343* | *0* | *2826* | *0* | 0 | *929.109* | *0* | *929.109* |
| | | | | | *4.6.90* | *343* | *0* | *2851* | *0* | 0 | *1.837.517* | *0* | *1.837.517* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 5.545.657.045 | 4.965.809.741 | 3.465.057 |

**Justificativas Pedido: 44313**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Dotação insuficiente para atender despesas com o PNAGE e PROMOEX após a conversão da taxa de câmbio no valor de R$ 3,50.

**Usuário:** TANIA FATIMA GONCALVES

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não prejudicará a programação prevista na ação.

**Usuário:** TANIA FATIMA GONCALVES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Inviabilizará o pagamento das despesas do PNAGE e PROMOEX.

**Usuário:** TANIA FATIMA GONCALVES

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há.

**Usuário:** TANIA FATIMA GONCALVES

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** TANIA FATIMA GONCALVES

**Acompanhamentos Pedido: 44313**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | JOSE RICARDO DE SOUZA GALDINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |



Secretaria dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 14:00

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44313**

| | | |
|---|---|---|
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | PAULO FRANÇA DE OLIVEIRA |
| 19/05/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: CONFORME AUTORIZADO. | ALTEMAR DE PAULA OLIVEIRA |
| 18/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial. Justificativa: Ajuste de tipo. | MICHELLE FEVERSANI PROLO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | TANIA FATIMA GONCALVES |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais 1792 31/03/2016 14:00

Câmara dos Deputados 7793 Comissão Mista

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 44313**

**Tipo: 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |
| 47101 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Juros e Encargos da Dívida | 698.431 | 0 | 698.431 |
| 6 - Amortização da Dívida | 2.766.626 | 0 | 2.766.626 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 343 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal | 2.766.626 | 0 | 2.766.626 |
| 344 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações | 698.431 | 0 | 698.431 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **47101 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |
| 343 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal | 2.766.626 | 0 | 2.766.626 |
| 344 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações | 698.431 | 0 | 698.431 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2826 - Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - PROMOEX | 1.157.140 | 0 | 1.157.140 |
| 2851 - Programa de Assistência Técnica para Modernização da Gestão e Planejamento dos Estados e Distrito Federal | 2.307.917 | 0 | 2.307.917 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 28 - Encargos Especiais | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 844 - Serviço da Dívida Externa | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **28 Encargos Especiais** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |
| 844 Serviço da Dívida Externa | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização) | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 44313**

**Tipo: 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0284 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44313 - SERVIÇO DA DÍVIDA(Tipo 111) | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Superávit financeiro | 3.465.057 | 0 | 3.465.057 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.465.057** | **0** | **3.465.057** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44530

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** 270715 **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **25000- Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **32.543.619.556** | **22.849.759.379** | **100.000** | **100.000** | **0** |
| **Unidade:** | **25101- Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **9.527.341.328** | **9.140.893.237** | **100.000** | **100.000** | **0** |
| 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | | | | 1.341.862.188 | 1.217.090.682 | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **2110 2000** | **Administração da Unidade** | **04- 122** | *10* | | | | | | | | **335.612.160** | **252.476.790** | **100.000** | **100.000** | **0** |
| 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 335.612.160 | 252.476.790 | 100.000 | 100.000 | 0 |
| 2110 2000 0001 0004 | Inteligência Financeira para a Prevenção da Lavagem de Dinheiro e do Financiamento do Terrorismo | | | | | | | | | | 3.487.099 | 3.278.377 | 100.000 | 100.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.487.099* | *3.278.377* | *100.000* | *0* | *100.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *100.000* | *-100.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 32.543.619.556 | 22.849.759.379 | 100.000 | 100.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44530**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A alteração se faz necessária em razão dos ajustes/cortes na proposta orçamentária 2015 deste Conselho.

**Usuário:** Brunna Hisla da Silva Sena

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Os recursos alocados na GND 4 (Despesas de Capital) do Plano Orçamentário 0004 seriam utilizados em compra de equipamentos de informática, entretanto, essa compra poderá ocorrer dentro do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, não havendo, a princípio, impacto no cancelamento da dotação.

**Usuário:** Brunna Hisla da Silva Sena

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento da referida solicitação impossibilitaria que o COAF cumprisse com os pagamentos de despesas de custeio (locação de imóvel, manutenção e conservação de bens imóveis, vigilância ostensiva/monitorada, serviço de apoio administrativo, dentre outras)

**Usuário:** Brunna Hisla da Silva Sena

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

O remanejamento pleiteado aumentará possibilidades de realização de pagamentos de despesas de custeio.

**Usuário:** Brunna Hisla da Silva Sena

**Outras informações consideradas relevantes**

É relevante destacar que em razão dos ajustes ocorridos na Proposta Orçamentária do COAF, os recursos disponibilizados são insuficientes para atender as despesas obrigatórias assumidas por este Conselho.

**Usuário:** Brunna Hisla da Silva Sena

**Acompanhamentos Pedido: 44530**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | JOSE RICARDO DE SOUZA GALDINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | PAULO FRANÇA DE OLIVEIRA |



Câmara dos Deputados 1895

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44530**

| | | |
|---|---|---|
| 26/05/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Em atendimento a solicitação da Fazenda. | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |

Câmara dos Deputados Comissão Mista 1896 Fls. 15

Câmara dos Deputados 7897 Fl. 10

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 44530**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **25000 Ministério da Fazenda** | **100.000** | **100.000** | **0** |
| 25101 Ministerio da Fazenda | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 100.000 | 0 | 100.000 |
| 4 - Investimentos | 0 | 100.000 | -100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **25101 Ministério da Fazenda** | **100.000** | **100.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 04 - Administração | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **04 Administração** | **100.000** | **100.000** | **0** |
| 122 Administração Geral | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 100.000 | 100.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2201**

**Pedido(s): 44530**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtitulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44530 - Alteração orçamentária - COAF(Tipo 110) | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **100.000** | **100.000** | **0** |

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Orçamento Federal
SEPN 516, Lote 8, Bloco D, 4º Andar, 70770-524, Brasília - DF
Telefone: 2020-2000 - E-mail: sof@planejamento.gov.br

Câmara dos Deputados
Fl. 1799
Comissões Especiais

Memorando nº 48/SOF/MP

Em 2 de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Assunto: **Projeto de Decreto que abre crédito suplementar em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.**

1. Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, Projeto de Decreto que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015) crédito suplementar, no valor de R$ 36.759.382.520,00 (trinta e seis bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte reais), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.

2. Cabe ressaltar que a solicitação em referência será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal e Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações; de excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e de anulação de dotações orçamentárias, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", II, V, alíneas "a" e "b", itens 1 e 2, VIII e XIX, alínea "b", itens 1 e 2, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 13.115, de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Em face do exposto, submeto à apreciação de Vossa Excelência o referido Projeto de Decreto, acompanhado de Exposição de Motivos, e respectivos Anexos.

Respeitosamente,

**ESTHER DWECK**

Secretária de Orçamento Federal

Documento assinado eletronicamente por **ESTHER DWECK**, **Secretária**, em 07/07/2015, às 11:12.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seimp.planejamento.gov.br/conferir], informando o código verificador **0437665** e o código CRC **A53A931D**.

EM nº /2015-MP

Brasília, de de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), no valor de R$ 36.759.382.520,00 (trinta e seis bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte reais), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.

2. O quadro a seguir demonstra a distribuição do referido crédito por órgão e unidade orçamentária, bem como a origem dos recursos:

R$ 1,00

| Discriminação | Suplementação | Origem dos Recursos |
|---|---|---|
| Ministério da Fazenda | 7.830.101 | 31.830.101 |
| Ministério da Fazenda (Administração direta) | 100.000 | 100.000 |
| Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB | | 31.000.000 |
| Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN | 727.101 | 727.101 |
| Banco Central do Brasil - BACEN | 7.003.000 | 3.000 |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 9.195.000 | 9.195.000 |
| Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI | 6.000.000 | 6.000.000 |
| Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA | 3.195.000 | 3.195.000 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 3.465.057 | |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Administração direta) | 3.465.057 | |
| Ministério da Pesca e Aquicultura | 3.903.486 | 3.903.486 |
| Ministério da Pesca e Aquicultura (Administração direta) | 3.903.486 | 3.903.486 |

| | | |
|---|---|---|
| Encargos Financeiros da União | 751.212.338 | 36.003.988.876 |
| Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | 700.000.000 | 35.983.776.538 |
| Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 20.212.338 | 20.212.338 |
| Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | 31.000.000 | |
| Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal | 35.983.776.538 | |
| Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | 35.983.776.538 | |
| Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a: | | 703.465.057 |
| Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal | | 2.766.626 |
| Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações | | 700.698.431 |
| Excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | | 7.000.000 |
| **TOTAL** | **36.759.382.520** | **36.759.382.520** |

3. No que tange ao Ministério da Fazenda, possibilitará honrar despesas de custeio do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, adequar o ambiente de tecnologia da informação da PGFN, bem como custear projetos corporativos e reajuste da mensalidade devida à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS do Banco Central do Brasil.

4. No que diz respeito ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, viabilizará a conclusão da transferência da sala-cofre do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI para novo prédio, bem como o custeio de bolsas de pesquisa e a compra de insumos para o desenvolvimento de produtos pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, vinculado à SUFRAMA.

5. Em relação ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, possibilitará o pagamento integral de despesas com Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa, tendo em vista a insuficiência da dotação orçamentária, decorrente da variação cambial verificada no exercício.

6. No que concerne ao Ministério da Pesca e Aquicultura, viabilizará o atendimento de levantamento de dados estatísticos do setor, cujo objetivo é produzir informações e indicadores sobre a produção da pesca no País, o qual servirá de subsídio para a formulação e condução de políticas públicas sustentáveis para a pesca e aquicultura no Brasil.

7. No âmbito de Encargos Financeiros da União, permitirá o pagamento dos juros da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna decorrente da Novação de Dívidas do Fundo de

Câmara dos Deputados
n. 7903
Comissões Especiais

Compensação de Variações Salariais - FCVS, por força de determinação judicial, e de contribuições a organismos internacionais, tendo em vista, principalmente, o efeito da variação cambial no exercício, evitando-se, assim, consequências negativas como a cobrança de juros e multas, perda de poder de voto, sanções políticas e outros constrangimentos ao Brasil na esfera internacional. O crédito ainda possibilitará o pagamento da remuneração dos agentes financeiros prestadores de serviços pelo recolhimento da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e informações à Previdência Social - GFIP.

8. No que se refere a Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, viabilizará a correção de inconsistência de utilização da fonte 43 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal, indevidamente alocada para amortização dos Serviços da Dívida Pública Federal Interna, no âmbito de Encargos Financeiros da União.

9. Cumpre ressaltar que a solicitação em referência será viabilizada, mediante Decreto, à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal e Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações; de excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e de anulação de dotações orçamentárias, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", II, V, alíneas "a" e "b", itens 1 e 2, VIII e XIX, alínea "b", itens 1 e 2, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 13.115, de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

10. Esclareço, a propósito do que dispõe o *caput* do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, pois:

a) R$ 703.465.057,00 (setecentos e três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil e cinquenta e sete reais) se referem à suplementação de despesas financeiras à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, sendo:

1) R$ 2.766.626,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal; e

2) R$ 700.698.431,00 (setecentos milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, e

b) R$ 35.983.776.538,00 (trinta e cinco bilhões, novecentos e oitenta e três milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e trinta e oito reais) ao remanejamento entre despesas financeiras, as quais, assim como as apresentadas na alínea "a", não são consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Anexo XI do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015;

c) R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) à suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, que serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, cuja execução não estará

sujeita aos limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, de acordo com o seu art. 1º, § 1º, inciso III; e

d) R$ 65.140.925,00 (sessenta e cinco milhões, cento e quarenta mil, novecentos e vinte e cinco reais) ao remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da programação e/ou das dotações suplementadas, cuja execução será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

11. Finalmente, cabe destacar que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações e dotações orçamentárias objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

12. Em atendimento ao disposto no *caput* do art. 40 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, LDO-2015, demonstra-se, em quadro anexo, o excesso de arrecadação da receita utilizado no presente crédito.

13. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Decreto, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

**NELSON BARBOSA**
Ministro de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº , DE DE DE 2015.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências

Necessidade de recursos, no âmbito de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, para cumprimento de seus programas de trabalho.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta

Abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), mediante Decreto, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", II, V, alíneas "a" e "b", itens 1 e 2, VIII e XIX, alínea "b", itens 1 e 2, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 13.115, de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos

Tecnicamente é a alternativa viável.

4. Custos

R$ 36.759.382.520,00 (trinta e seis bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte reais), sendo: R$ 703.465.057,00 (setecentos e três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, cinquenta e sete reais) provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, dos quais R$ 2.766.626,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais) são relativos a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal e R$ 700.698.431,00 (setecentos milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais) a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações; R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) de excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e R$ 36.048.917.463,00 (trinta e seis bilhões, quarenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta e três reais) de anulação de dotações orçamentárias.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência)

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo)

7. Alterações Propostas

| Texto atual | Texto proposto |
|---|---|
| | |

8. Síntese do parecer do órgão jurídico

DECRETO DE DE DE 2015.

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R$ 36.759.382.520,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, incisos I, alínea "a", II, V, alíneas "a" e "b", itens 1 e 2, VIII e XIX, alínea "b", itens 1 e 2, §§ 1º e 4º da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar, no valor de R$ 36.759.382.520,00 (trinta e seis bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, no valor de R$ 703.465.057,00 (setecentos e três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, cinquenta e sete reais), sendo:

a) R$ 2.766.626,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal; e

b) R$ 700.698.431,00 (setecentos milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações;

II - excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, no valor de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais); e

III - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R$ 36.048.917.463,00 (trinta e seis bilhões, quarenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta e três reais, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 100.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 2110 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 100.000 |
| 04 122 | 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 100.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 100.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 100.000 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 727.101 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 092 | 2110 2244 | Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional | | | | | | | 727.101 |
| 04 092 | 2110 2244 0001 | Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional | | | | | | | 727.101 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 727.101 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 727.101 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 727.101 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | 3.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 00OL | Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica | | | | | | | 3.000 |
| 28 846 | 0910 00OL 0001 | Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional | | | | | | | 3.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 250 | 3.000 |
| | 2039 | Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional | | | | | | | 7.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 2039 20ZA | Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária | | | | | | | 7.000.000 |
| 04 122 | 2039 20ZA 0001 | Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária - Nacional | | | | | | | 7.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 296 | 7.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 7.003.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.003.000 |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ES | GN | RP | MO | IU | FT | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | F | D | | D | | E | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2121 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | | | | | | | 6.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 122 | 2121 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 6.000.000 |
| 22 122 | 2121 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 6.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 6.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 6.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.000.000 |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2029 | Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | | | | | | | 3.195.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 661 | 2029 210L | Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP) | | | | | | | 3.195.000 |
| 22 661 | 2029 210L 0010 | Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP) - Na Região Norte | | | | | | | 3.195.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 3.195.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.195.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.195.000 |

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0906 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) | | | | | | | 3.465.057 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 844 | 0906 0284 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa | | | | | | | 3.465.057 |
| 28 844 | 0906 0284 0001 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional | | | | | | | 3.465.057 |
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 344 | 698.431 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 343 | 2.766.626 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.465.057 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.465.057 |

ÓRGÃO: 58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura
UNIDADE: 58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2052 | Pesca e Aquicultura | | | | | | | 3.903.486 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 125 | 2052 20Y2 | Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas | | | | | | | 3.903.486 |
| 20 125 | 2052 20Y2 0001 | Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas - Nacional | | | | | | | 3.903.486 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 1.903.486 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.903.486 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.903.486 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0905 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | | | | | | | 700.000.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 843 | 0905 0455 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna | | | | | | | 700.000.000 |
| 28 843 | 0905 0455 0001 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional | | | | | | | 700.000.000 |
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 344 | 700.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 700.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 700.000.000 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | 20.212.338 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 0004 | Contribuição à Organização Internacional do Açúcar - OIA (MAPA) | | | | | | | 62.255 |
| 28 846 | 0910 0004 0002 | Contribuição à Organização Internacional do Açúcar - OIA (MAPA) - No Exterior | | | | | | | 62.255 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 62.255 |
| 28 846 | 0910 0017 | Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA) | | | | | | | 104.385 |
| 28 846 | 0910 0017 0002 | Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA) - No Exterior | | | | | | | 104.385 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 104.385 |
| 28 846 | 0910 0074 | Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE) | | | | | | | 17.590.345 |
| 28 846 | 0910 0074 0002 | Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE) - No Exterior | | | | | | | 17.590.345 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 17.590.345 |
| 28 846 | 0910 0085 | Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (MME) | | | | | | | 164.729 |
| 28 846 | 0910 0085 0002 | Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (MME) - No Exterior | | | | | | | 164.729 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 164.729 |
| 28 846 | 0910 0087 | Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC) | | | | | | | 270.772 |
| 28 846 | 0910 0087 0002 | Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC) - No Exterior | | | | | | | 270.772 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 270.772 |
| 28 846 | 0910 00AQ | Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PR) | | | | | | | 72.150 |
| 28 846 | 0910 00AQ 0002 | Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PR) - No Exterior | | | | | | | 72.150 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 72.150 |
| 28 846 | 0910 00BK | Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE) | | | | | | | 71.000 |
| 28 846 | 0910 00BK 0002 | Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE) - No Exterior | | | | | | | 71.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 71.000 |
| 28 846 | 0910 00BR | Contribuição à Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL (MRE) | | | | | | | 91.428 |
| 28 846 | 0910 00BR 0002 | Contribuição à Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL (MRE) - No Exterior | | | | | | | 91.428 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 91.428 |
| 28 846 | 0910 00BS | Contribuição ao Sistema Econômico Latino-Americano - SELA (MRE) | | | | | | | 165.538 |
| 28 846 | 0910 00BS 0002 | Contribuição ao Sistema Econômico Latino-Americano - SELA (MRE) - No Exterior | | | | | | | 165.538 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 165.538 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **28 846** | **0910 00C0** | **Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA)** | | | | | | | **87.218** |
| 28 846 | 0910 00C0 0002 | Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 87.218 |
| **28 846** | **0910 00DZ** | **Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE)** | | | | | | | **171.338** |
| 28 846 | 0910 00DZ 0002 | Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 171.338 |
| **28 846** | **0910 00IW** | **Contribuição ao Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC)** | | | | | | | **142.711** |
| 28 846 | 0910 00IW 0002 | Contribuição ao Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 142.711 |
| **28 846** | **0910 0148** | **Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINC)** | | | | | | | **180.222** |
| 28 846 | 0910 0148 0002 | Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINC) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 180.222 |
| **28 846** | **0910 0188** | **Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB (MCTI)** | | | | | | | **102.666** |
| 28 846 | 0910 0188 0002 | Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB (MCTI) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 102.666 |
| **28 846** | **0910 0189** | **Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MCTI)** | | | | | | | **71.000** |
| 28 846 | 0910 0189 0001 | Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MCTI) - Nacional | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 71.000 |
| **28 846** | **0910 0196** | **Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (MCTI)** | | | | | | | **42.600** |
| 28 846 | 0910 0196 0002 | Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (MCTI) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 42.600 |
| **28 846** | **0910 0348** | **Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MP)** | | | | | | | **72.912** |
| 28 846 | 0910 0348 0002 | Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MP) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 72.912 |
| **28 846** | **0910 0370** | **Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT (MF)** | | | | | | | **36.846** |
| 28 846 | 0910 0370 0002 | Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT (MF) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 36.846 |
| **28 846** | **0910 0979** | **Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (MINC)** | | | | | | | **76.950** |
| 28 846 | 0910 0979 0033 | Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (MINC) - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 76.950 |
| **28 846** | **0910 09BC** | **Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA)** | | | | | | | **72.672** |
| 28 846 | 0910 09BC 0002 | Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 72.672 |
| **28 846** | **0910 0B69** | **Contribuição à Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIC (MRE)** | | | | | | | **54.515** |
| 28 846 | 0910 0B69 0002 | Contribuição à Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIC (MRE) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 54.515 |
| **28 846** | **0910 0B72** | **Contribuição à Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI (MRE)** | | | | | | | **62.634** |
| 28 846 | 0910 0B72 0002 | Contribuição à Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI (MRE) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 62.634 |
| **28 846** | **0910 0C38** | **Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos -Convenção de Roterdã (MRE)** | | | | | | | **171.673** |
| 28 846 | 0910 0C38 0002 | Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos -Convenção de Roterdã (MRE) - No Exterior | | | | | | | 171.673 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 171.673 |
| 28 846 | 0910 0C39 | Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT ITTO (MMA) | | | | | | | 273.779 |
| 28 846 | 0910 0C39 0002 | Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT ITTO (MMA) - No Exterior | | | | | | | 273.779 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 273.779 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 20.212.338 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.212.338 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0911 | Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros | | | | | | | 31.000.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0911 00M4 | Remuneração a Agentes Financeiros | | | | | | | 31.000.000 |
| 28 846 | 0911 00M4 0001 | Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional | | | | | | | 31.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 31.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 31.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.000.000 |

ÓRGÃO: 75000 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal
UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0907 | Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | | | 35.983.776.538 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 841 | 0907 0365 | Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna | | | | | | | 35.983.776.538 |
| 28 841 | 0907 0365 0001 | Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional | | | | | | | 35.983.776.538 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 143 | 35.983.776.538 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 35.983.776.538 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.983.776.538 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 100.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 2110 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 100.000 |
| 04 122 | 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 100.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 100.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 100.000 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 31.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 126 | 2110 20VG | Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais | | | | | | | 31.000.000 |
| 04 126 | 2110 20VG 0001 | Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional | | | | | | | 31.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 31.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 31.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.000.000 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 727.101 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 092 | 2110 2244 | Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional | | | | | | | 727.101 |
| 04 092 | 2110 2244 0001 | Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional | | | | | | | 727.101 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 317.741 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 409.360 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 727.101 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 727.101 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 3.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 2110 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 3.000 |
| 04 122 | 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 3.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 3.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.000 |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2121 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | | | | | | | 6.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 122 | 2121 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 6.000.000 |
| 22 122 | 2121 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 6.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 6.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 6.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.000.000 |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2029 | Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | | | | | | | 3.195.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 22 661 | 2029 13DM | Conclusão da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA | | | | | | | 3.195.000 |
| 22 661 | 2029 13DM 0010 | Conclusão da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA - Na Região Norte | | | | | | | 3.195.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 3.195.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.195.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.195.000 |

ÓRGÃO: 58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura
UNIDADE: 58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2028 | Defesa Agropecuária | | | | | | | 2.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 609 | 2028 20XZ | Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola | | | | | | | 2.000.000 |
| 20 609 | 2028 20XZ 0001 | Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola - Nacional | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | 2052 | Pesca e Aquicultura | | | | | | | 1.903.486 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 125 | 2052 20Y2 | Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas | | | | | | | 1.903.486 |
| 20 125 | 2052 20Y2 0001 | Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas - Nacional | | | | | | | 1.903.486 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 1.903.486 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.903.486 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.903.486 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0905 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | | | | | | | 35.983.776.538 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 843 | 0905 0455 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna | | | | | | | 35.983.776.538 |
| 28 843 | 0905 0455 0001 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional | | | | | | | 35.983.776.538 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 143 | 35.983.776.538 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 35.983.776.538 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.983.776.538 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | SF | ND | P | OD | U | TE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | 20.212.338 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 0077 | **Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau - APPC (MAPA)** | | | | | | | **394.338** |
| 28 846 | 0910 0077 0002 | Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau - APPC (MAPA) - No Exterior | | | | | | | 394.338 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 394.338 |
| 28 846 | 0910 00BB | **Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA (MEC)** | | | | | | | **700.000** |
| 28 846 | 0910 00BB 0001 | Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA (MEC) - Nacional | | | | | | | 700.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 700.000 |
| 28 846 | 0910 00LL | **Contribuição ao Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CAE CPLP (MD)** | | | | | | | **9.618.000** |
| 28 846 | 0910 00LL 0002 | Contribuição ao Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CAE CPLP (MD) - No Exterior | | | | | | | 9.618.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 9.618.000 |
| 28 846 | 0910 0123 | **Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD)** | | | | | | | **700.000** |
| 28 846 | 0910 0123 0002 | Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD) - No Exterior | | | | | | | 700.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 700.000 |
| 28 846 | 0910 0218 | **Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS)** | | | | | | | **8.800.000** |
| 28 846 | 0910 0218 0002 | Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS) - No Exterior | | | | | | | 8.800.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 8.800.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 20.212.338 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.212.338 |

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, *caput*, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

**Unidade: 25.201 - Banco Central do Brasil**

| **Fonte 96: Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais** | | | **R$ 1,00** |
|---|---|---|---|
| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | |
| 2430.00.00 Transferência de Instituições Privadas | 116.882.640 | 123.882.640 | 7.000.000 |
| **Total** | **116.882.640** | **123.882.640** | **7.000.000** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 7.000.000 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 7.000.000 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

Câmara dos Deputados
Fl. 79/5
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Pleito:** | **1444/2015** | **Cadastrado** | 16/06/15 17:15 | **Chancelado:** | Sim |
| **Departamento:** | DECON | | | **Proposto** | 36.759.382.520 |
| | | | | **Autorizado** | 36.759.382.520 |

**Órgão/Unidade:** 25000 - Ministério da Fazenda

25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

25201 - Banco Central do Brasil

28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura

71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

75000 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal

71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

1 - Síntese do Problema

Necessidade de reforçar as dotações orçamentárias de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.

2 - Causas do Problema

Insuficiência de dotações orçamentárias na Lei Orçamentária de 2015 para atender os Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Pesca e Aquicultura, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.

3 - Alternativas Existentes

a) Atendimento integral ao pleito;
b) atendimento parcial ao pleito; e
c) não atendimento ao pleito.

4 - Alternativa Proposta

a) Atendimento integral ao pleito.

5 - Justificativa da Alternativa Proposta

No que tange ao Ministério da Fazenda, possibilitará honrar despesas de custeio do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, adequar o ambiente de tecnologia da informação da PGFN, bem como custear projetos corporativos e reajuste da mensalidade devida à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS do Banco Central do Brasil.

No que diz respeito ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, viabilizará a conclusão da transferência da sala-cofre do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI para novo prédio, bem como o custeio de bolsas de pesquisa e a compra de insumos para o desenvolvimento de produtos pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, vinculado à SUFRAMA

Em relação ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, possibilitará o pagamento integral de despesas com Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa, tendo em vista a insuficiência da dotação orçamentária, decorrente da variação cambial verificada no exercício.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 79 16
Comissões Especiais

No que concerne ao Ministério da Pesca e Aquicultura, viabilizará o atendimento de levantamento de dados estatísticos do setor, cujo objetivo produzir informações e indicadores sobre a produção da pesca no País, o qual servirá de subsídio para a formulação e condução de políticas públicas sustentáveis para a pesca e aquicultura no Brasil.

No âmbito de Encargos Financeiros da União, permitirá o pagamento dos juros da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna decorrente da Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, por força de determinação judicial, e de contribuições a organismos internacionais, tendo em vista, principalmente, o efeito da variação cambial no exercício, evitando-se, assim, consequências negativas como a cobrança de juros e multas, perda de poder de voto, sanções políticas e outros constrangimentos ao Brasil na esfera internacional. O crédito ainda possibilitará o pagamento da remuneração dos agentes financeiros prestadores de serviços pelo recolhimento da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e informações à Previdência Social - GFIP.

No que se refere a Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, viabilizará a correção de inconsistência de utilização da fonte 43 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal, indevidamente alocada para amortização dos Serviços da Dívida Pública Federal Interna, no âmbito de Encargos Financeiros da União.

Cumpre ressaltar que a solicitação em referência será viabilizada, mediante Decreto, à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal e Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações; de excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e de anulação de dotações orçamentárias, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, incisos I, alínea "a", II, V, alíneas "a" e "b", itens 1 e 2, VIII e XIX, alínea "b", itens 1 e 2, e §§ 1º e 4º da Lei nº 13.115, de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Cumpre informar que os valores do superávit financeiro apurados no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2014, relativos às fontes de recursos acima mencionadas, considerados os créditos adicionais em tramitação, estão em conformidade com os montantes constantes da Tabela 4 a que se refere a Portaria SUCON/STN nº 176, de 30 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 1º de abril de 2015, sendo os saldos atuais suficientes para atender o crédito suplementar em questão.

Esclareço, a propósito do que dispõe o caput do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, pois:

a) R$ 703.465.057,00 (setecentos e três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil e cinquenta e sete reais) se referem à suplementação de despesas financeiras à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, sendo:

1) R$ 2.766.626,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal; e

2) R$ 700.698.431,00 (setecentos milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações.

b) R$ 35.983.776.538,00 (trinta e cinco bilhões, novecentos e oitenta e três milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e trinta e oito reais) ao remanejamento entre despesas financeiras, as quais, assim como as apresentadas na alínea "a", não são consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Anexo XI do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015;

c) R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) à suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, que serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, cuja execução não estará sujeita aos limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, de acordo com o seu art. 1º, § 1º, inciso III; e

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 79/17
Comissões Especiais

d) R$ 65.140.925,00 (sessenta e cinco milhões, cento e quarenta mil, novecentos e vinte e cinco reais) ao remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da programação e/ou das dotações suplementadas, cuja execução será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

Finalmente, cabe destacar que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações e dotações orçamentárias objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

6 - Encaminhamento

Encaminhar a proposta de Decreto do Poder Executivo de crédito suplementar em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor global de R$ 36.759.382.520,00 ( trinta e seis bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte reais), à consideração superior.

Paulo [illegible]
DECON/SOF/MP

Clayton Luiz Montes
Diretor
Deptº de Programas da Área Econômica
DECON/SOF/MP

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SOF

# Resumo do Decreto - R$ 36.759,4 milhões

em R$ milhões

| Órgãos | Parcela (R$ mi) | | Descrição Sucinta da Suplementação | Observações |
|---|---|---|---|---|
| | Compensada | Não Compesada | | |
| Fazenda | 0.8 | 7.0 | Despesas de custeio do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF (R$ 0,1), tecnologia da informação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN (R$ 0,7 mi), projetos corporativos e reajuste da mensalidade devida à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS do Banco Central do Brasil (R$ 7,0 mi) | Utilização de excesso de arrecadação - doação (R$ 7,0 mi) |
| Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 9.2 | | Conclusão da transferência da sala-cofre do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI para um novo prédio (R$ 6,0 mi), custeio de bolsas de pesquisa e a compra de insumos para o desenvolvimento de produtos pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, vinculado à Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA (R$ 3,2 mi) | |
| Planejamento, Orçamento e Gestão | | 3.5 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa, tendo em vista variação cambial | Superávit financeiro relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional |
| Pesca e Aquicultura | 3.9 | | Levantamento de dados estatísticos para produção de informações e indicadores da pesca no País | |
| Encargos Financeiros da União - EFU | 51.2 | 700.0 | Pagamento dos juros da Dívida Mobiliária interna decorrente da Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (R$ 700,0 mi), de contribuições a organismos internacionais (R$ 20,2 mi) , da remuneração dos agentes financeiros prestadores de serviços pelo recolhimento da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e informações à Previdência Social - GFIP (R$ 31,0 mi) | Superávit financeiro relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional |
| Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal | 35,983.8 | | Correção de inconsistência de utilização da fonte 43 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal, indevidamente alocada para amortização dos Serviços da Dívida Pública Federal Interna | |
| TOTAL | 36,048.9 | 710.5 | | |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 711
03/30/2016

Anexo (0452860) SEI 03500.200789/2015-49 / pg. 21

Câmara dos Deputados
Fl. 7919
Comissões Especiais

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 8º ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

**PARECER n. 00796/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU**

**NUP: 03500.200789/2015-49**
**INTERESSADOS:** Diversos órgãos do Poder Executivo.
**ASSUNTO:** Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

EMENTA: I – Ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. II – Conformidade com: (a) as competências constitucionais do Presidente da República; (b) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares; e (c) as hipóteses de autorização para a abertura de créditos suplementares previstas na Lei Orçamentária Anual em vigor. III – Pelo encaminhamento à ASTEC/GM.

1. A Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM submeteu à análise e manifestação desta Consultoria Jurídica Projeto de Decreto que: "*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R$ 36.759.382.520,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*".

2. De acordo com a Exposição de Motivos: (i) o objetivo da proposta é o de reforçar as dotações orçamentárias dos órgãos envolvidos (item 1 do Anexo à EM); (ii) os recursos necessários à abertura do crédito serão obtidos por meio de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, de excesso de arrecadação, bem como de anulação de dotações orçamentárias (item 9 da EM); e (iii) a proposta não afetará a meta de resultado primário para o presente exercício (item 10 da EM).

3. No âmbito deste Ministério, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF manifestou-

Câmara dos Deputados
Fl. 7920
Comissões Especiais

se favoravelmente ao prosseguimento da proposta.

4. Em relação ao conteúdo, esta Consultoria Jurídica não identificou qualquer óbice ou risco de natureza jurídica capaz de interferir na efetivação dos objetivos da proposta. O Projeto de Decreto está em conformidade com: (i) a competência constitucional da Presidente da República para expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis (art. 84, IV, da Constituição Federal); (ii) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares (art. 167, V, da Constituição Federal, arts. 40 a 46 da Lei nº 4.320/1964 e art. 4º, incisos I, alínea "a", II, V, alíneas "a" e "b", itens 1 e 2, VIII e XIX, alínea "b", itens 1 e 2, §§ 1º e 4º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015).

5. No tocante aos aspectos formais, o Projeto de Decreto está em conformidade com as normas que regulam a elaboração de atos normativos no âmbito da administração pública federal (Lei Complementar nº 95/1998 e Decreto nº 4.176/2002).

6. Do exposto, opina-se pela ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. Pelo encaminhamento à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

À consideração superior.

PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES JÚNIOR
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ADVOGADO DA UNIÃO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 8º ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

Câmara dos Deputados
Fl. 7921
Comissões/Plenário

**DESPACHO DE APROVAÇÃO DO CONSULTOR JURÍDICO**

PROCESSO: 03500.200789/2015-49

INTERESSADO: Diversos órgãos do Poder Executivo.

ASSUNTO: Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

1. Aprovo o PARECER n. 00796/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU.

2. Enviem-se os autos à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

**WALTER BAERE DE ARAÚJO FILHO**

Consultor Jurídico

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 03500200789201549 e da chave de acesso ca2a4ba3

---

Documento assinado eletronicamente por PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3463471 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR. Data e Hora: 07-07-2015 17:34. Número de Série: 7160455948378289969. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---

Documento assinado eletronicamente por WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3463471 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do

acesso. Informações adicionais: Signatário (a): WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO. Data e Hora: 07-07-2015 21:53. Número de Série: 2150341798641688053. Emissor: AC CAIXA PF v2.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
**Nota Informativa Nº s/n**

Brasília/DF, 8 de julho de 2015.

**Assunto:**

Abertura de crédito suplementar em favor em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.

**Questões Relevantes:**

- Abertura de crédito autorizada no art 4º da Lei nº 13.115 de 20 de abril de 2015 (LOA 2015).
- Os créditos desta proposta de crédito suplementar perfazem um total de R$ 36.759.382.520,00 (Trinta e seis bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte reais).
- Órgãos Orçamentários, objetivos e valores da suplementação orçamentária.
  - Ministério da Fazenda - honrar despesas de custeio do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, adequar o ambiente de tecnologia da informação da PGFN, bem como custear projetos corporativos e reajuste da mensalidade devida à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS do Banco Central do Brasil. R$ 7.830.101 (sete milhões, oitocentos e trinta mil, cento e um reais).
  - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - viabilizar a conclusão da transferência da sala-cofre do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI para novo prédio, o custeio de bolsas de pesquisa e a compra de insumos para o desenvolvimento de produtos pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, vinculado à SUFRAMA. R$ 9.195.000 (nove milhões, cento e noventa e cinco reais).
  - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão- pagamento integral de despesas com Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa, por insuficiência da dotação orçamentária, decorrente da variação cambial verificada no exercício. R$ 3.465.057 (três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil e cinquenta e sete reais).
  - Ministério da Pesca e Aquicultura - viabilizar o levantamento de dados estatísticos do setor destinados a subsidiar a formulação e condução de políticas públicas sustentáveis para a pesca e aquicultura no Brasil. R$ 3.903.486 (três milhões, novecentos e três mil, quatrocentos e oitenta e seis reais).
  - Encargos Financeiros da União - permitir o pagamento dos juros da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna decorrente da Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, por força de determinação judicial, e de contribuições a organismos internacionais, tendo em vista, o efeito da variação cambial no exercício, evitando-se, assim, consequências negativas como a cobrança de juros e multas, perda de poder de voto, sanções políticas e outros constrangimentos ao Brasil na esfera internacional. O crédito ainda possibilitará o pagamento da remuneração dos agentes financeiros prestadores de serviços pelo recolhimento da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e informações à Previdência Social - GFIP. R$ 751.212.338 (setecentos e cinquenta e um milhões, duzentos e doze mil, trezentos e trinta e oito reais).
  - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - viabilizar a correção de inconsistência de utilização da fonte 43 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal, indevidamente alocada para amortização dos Serviços da Dívida Pública Federal Interna, no âmbito de Encargos Financeiros da União. R$ 35.983.776.538 (trinta e cinco bilhões, novecentos e oitenta e três milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos trinta e oito reais).

Câmara dos Deputados 7924

- As alterações orçamentárias ora propostas, não alteram o alcance das metas de superávit previstas para o exercício vigente, pois têm os seguintes valores, destinos e origens:
  - R$ 703.465.057,00 (setecentos e três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil e cinquenta e sete reais) se referem à suplementação de despesas financeiras à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, sendo:
    - R$ 2.766.626,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal;
    - R$ 700.698.431,00 (setecentos milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Outras.
  - R$ 35.983.776.538,00 (trinta e cinco bilhões, novecentos e oitenta e três milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e trinta e oito reais) ao remanejamento entre despesas financeiras, as quais não são consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Anexo XI do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015.
  - R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) à suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, que serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, cuja execução não estará sujeita aos limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, de acordo com o seu art. 1º, § 1º, inciso III.
  - R$ 65.140.925,00 (sessenta e cinco milhões, cento e quarenta mil, novecentos e vinte e cinco reais) ao remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da programação e/ou das dotações suplementadas, cuja execução será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

**Interessado:**

Secretaria de Orçamento Federal

**Notas Técnicas e Pareceres:**

Parecer nº 00796/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU, não vislumbra qualquer óbice ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto.

Demonstrativo do resumo do decreto.

Demonstrativo do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 96 – Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais.

À consideração do Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva.

ANTÔNIO JOSÉ CHATACK CARMELO
Assessor

De acordo. Encaminhe-se à consideração do Secretário-Executivo.

Câmara dos Deputados
Fl. 7925
Comissões Especiais

**CLEITON DOS SANTOS ARAÚJO**
Chefe de Gabinete

De acordo. Encaminhe-se à consideração do Exmo. Sr. Ministro, com recomendação de aprovação.

**DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA**
**Secretário-Executivo**

Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO JOSE CHATACK CARMELO**, **Assessor**, em 08/07/2015, às 16:23.

Documento assinado eletronicamente por **CLEITON DOS SANTOS ARAUJO**, **Chefe de Gabinete**, em 08/07/2015, às 20:54.

Documento assinado eletronicamente por **DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA**, **Secretário-Executivo**, em 08/07/2015, às 22:08.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seimp.planejamento.gov.br/conferir], informando o código verificador **0461722** e o código CRC **204CFEE0**.

EM nº 00100/2015 MP

Brasília, 9 de Julho de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), no valor de R$ 36.759.382.520,00 (trinta e seis bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte reais), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.

2. O quadro a seguir demonstra a distribuição do referido crédito por órgão e unidade orçamentária, bem como a origem dos recursos:

R$ 1,00

| **Discriminação** | **Suplementação** | **Origem dos Recursos** |
|---|---|---|
| Ministério da Fazenda | 7.830.101 | 31.830.101 |
| Ministério da Fazenda (Administração direta) | 100.000 | 100.000 |
| Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB | | 31.000.000 |
| Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN | 727.101 | 727.101 |
| Banco Central do Brasil - BACEN | 7.003.000 | 3.000 |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 9.195.000 | 9.195.000 |
| Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI | 6.000.000 | 6.000.000 |
| Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA | 3.195.000 | 3.195.000 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 3.465.057 | |

Câmara dos Deputados 7927 Fl. Comissões Especiais

| | | |
|---|---|---|
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Administração direta) | 3.465.057 | |
| Ministério da Pesca e Aquicultura | 3.903.486 | 3.903.486 |
| Ministério da Pesca e Aquicultura (Administração direta) | 3.903.486 | 3.903.486 |
| Encargos Financeiros da União | 751.212.338 | 36.003.988.876 |
| Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | 700.000.000 | 35.983.776.538 |
| Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 20.212.338 | 20.212.338 |
| Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | 31.000.000 | |
| Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal | 35.983.776.538 | |
| Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | 35.983.776.538 | |
| Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a: | | 703.465.057 |
| Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal | | 2.766.626 |
| Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações | | 700.698.431 |
| Excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | | 7.000.000 |
| TOTAL | 36.759.382.520 | 36.759.382.520 |

3. No que tange ao Ministério da Fazenda, possibilitará honrar despesas de custeio do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, adequar o ambiente de tecnologia da informação da PGFN, bem como custear projetos corporativos e reajuste da mensalidade devida à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS do Banco Central do Brasil.

4. No que diz respeito ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, viabilizará a conclusão da transferência da sala-cofre do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI para novo prédio, bem como o custeio de bolsas de pesquisa e a compra de insumos para o desenvolvimento de produtos pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, vinculado à SUFRAMA.

5. Em relação ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, possibilitará o pagamento integral de despesas com Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa, tendo em vista a insuficiência da dotação orçamentária, decorrente da variação cambial verificada no exercício.

6. No que concerne ao Ministério da Pesca e Aquicultura, viabilizará o atendimento de

Câmara dos Deputados
Fl. 7928
Comissões Especiais

levantamento de dados estatísticos do setor, cujo objetivo é produzir informações e indicadores sobre a produção da pesca no País, o qual servirá de subsídio para a formulação e condução de políticas públicas sustentáveis para a pesca e aquicultura no Brasil.

7. No âmbito de Encargos Financeiros da União, permitirá o pagamento dos juros da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna decorrente da Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, por força de determinação judicial, e de contribuições a organismos internacionais, tendo em vista, principalmente, o efeito da variação cambial no exercício, evitando-se, assim, consequências negativas como a cobrança de juros e multas, perda de poder de voto, sanções políticas e outros constrangimentos ao Brasil na esfera internacional. O crédito ainda possibilitará o pagamento da remuneração dos agentes financeiros prestadores de serviços pelo recolhimento da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e informações à Previdência Social - GFIP.

8. No que se refere a Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, viabilizará a correção de inconsistência de utilização da fonte 43 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal, indevidamente alocada para amortização dos Serviços da Dívida Pública Federal Interna, no âmbito de Encargos Financeiros da União.

9. Cumpre ressaltar que a solicitação em referência será viabilizada, mediante Decreto, à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal e Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações; de excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e de anulação de dotações orçamentárias, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, incisos I, alínea "a", II, V, alíneas "a" e "b", itens 1 e 2, VIII e XIX, alínea "b", itens 1 e 2, e §§ 1º e 4º, da Lei no 13.115, de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

10. Esclareço, a propósito do que dispõe o caput do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, pois:

a) R$ 703.465.057,00 (setecentos e três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil e cinquenta e sete reais) se referem à suplementação de despesas financeiras à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, sendo:

1) R$ 2.766.626,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais) de Título de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal; e

2) R$ 700.698.431,00 (setecentos milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Outras Aplicações; e

b) R$ 35.983.776.538,00 (trinta e cinco bilhões, novecentos e oitenta e três milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e trinta e oito reais) ao remanejamento entre despesas financeiras, as quais, assim como as apresentadas na alínea "a", não são consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Anexo XI do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015;

c) R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) à suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, que serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, cuja execução

não estará sujeita aos limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, de acordo com o seu art. 1º, § 1º, inciso III; e

d) R$ 65.140.925,00 (sessenta e cinco milhões, cento e quarenta mil, novecentos e vinte e cinco reais) ao remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da programação e/ou das dotações suplementadas, cuja execução será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

11. Finalmente, cabe destacar que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações e dotações orçamentárias objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

12. Em atendimento ao disposto no caput do art. 40 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, LDO-2015, demonstra-se, em quadro anexo, o excesso de arrecadação da receita utilizado no presente crédito.

13. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Decreto, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho*

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de recursos, no âmbito de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, para cumprimento de seus programas de trabalho.

**2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), mediante Decreto, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, incisos I, alínea "a", II, V, alíneas "a" e "b", itens 1 e 2, VIII e XIX, alínea "b", itens 1 e 2, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 13.115, de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

**3. Alternativas existentes às medidas propostas:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

**4. Custos:**

R$ 36.759.382.520,00 (trinta e seis bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte reais), sendo: R$ 703.465.057,00 (setecentos e três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, cinquenta e sete reais) provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, dos quais R$ 2.766.626,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais) são relativos a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal e R$ 700.698.431,00 (setecentos milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais) a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações; R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) de excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e R$ 36.048.917.463,00 (trinta e seis bilhões, quarenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta e três reais) de anulação de dotações orçamentárias.

**5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):**

Não há.

**6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):**

Não há.

**7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

**Texto Atual**

Não se aplica.

**Texto Proposto**

Não se aplica.

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

De acordo com o prosseguimento da proposta.

*Assinado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho*

Câmara dos Deputados
7932
Fl.
Comissões Especiais

DECRETO DE DE DE 2015.

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R$ 36.759.382.520,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, incisos I, alínea "a", II, V, alíneas "a" e "b", itens 1 e 2, VIII e XIX, alínea "b", itens 1 e 2, §§ 1º e 4º da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar, no valor de R$ 36.759.382.520,00 (trinta e seis bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, no valor de R$ 703.465.057,00 (setecentos e três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, cinquenta e sete reais), sendo:

a) R$ 2.766.626,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal; e

b) R$ 700.698.431,00 (setecentos milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações;

II - excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, no valor de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais); e

III - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R$ 36.048.917.463,00 (trinta e seis bilhões, quarenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta e três reais, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

*Referendado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho*

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 8º ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

**PARECER n. 00796/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU**

NUP: 03500.200789/2015-49

INTERESSADOS: Diversos órgãos do Poder Executivo.

ASSUNTO: Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

EMENTA: I – Ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. II – Conformidade com: (a) as competências constitucionais do Presidente da República; (b) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares; e (c) as hipóteses de autorização para a abertura de créditos suplementares previstas na Lei Orçamentária Anual em vigor. III – Pelo encaminhamento à ASTEC/GM.

A Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM submeteu à análise e manifestação desta Consultoria Jurídica Projeto de Decreto que: "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R$ 36.759.382.520,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.".

De acordo com a Exposição de Motivos: (i) o objetivo da proposta é o de reforçar as dotações orçamentárias dos órgãos envolvidos (item 1 do Anexo à EM); (ii) os recursos necessários à abertura do crédito serão obtidos por meio de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, de excesso de arrecadação, bem como de anulação de dotações orçamentárias (item 9 da EM); e (iii) a proposta não afetará a meta de resultado primário para o presente exercício (item 10 da EM).

No âmbito deste Ministério, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento da proposta.

Em relação ao conteúdo, esta Consultoria Jurídica não identificou qualquer óbice ou risco de natureza jurídica capaz de

interferir na efetivação dos objetivos da proposta. O Projeto de Decreto está em conformidade com: (i) a competência constitucional da Presidente da República para expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis (art. 84, IV, da Constituição Federal); (ii) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares (art. 167, V, da Constituição Federal, arts. 40 a 46 da Lei nº 4.320/1964 e art. 4º, incisos I, alínea "a", II, V, alíneas "a" e "b", itens 1 e 2, VIII e XIX, alínea "b", itens 1 e 2, §§ 1º e 4º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015).

No tocante aos aspectos formais, o Projeto de Decreto está em conformidade com as normas que regulam a elaboração de atos normativos no âmbito da administração pública federal (Lei Complementar nº 95/1998 e Decreto nº 4.176/2002).

Do exposto, opina-se pela ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. Pelo encaminhamento à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

À consideração superior.

PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES JÚNIOR

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS

ADVOGADO DA UNIÃO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 8º ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

DESPACHO DE APROVAÇÃO DO CONSULTOR JURÍDICO

PROCESSO: 03500.200789/2015-49

INTERESSADO: Diversos órgãos do Poder Executivo.

ASSUNTO: Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

1. Aprovo o PARECER n. 00796/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU.

2. Enviem-se os autos à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

WALTER BAERE DE ARAÚJO FILHO

Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 03500200789201549 e da chave de acesso ca2a4ba3

Documento assinado eletronicamente por PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR, de acordo com os

normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3463471 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR. Data e Hora: 07-07-2015 17:34. Número de Série: 7160455948378289969. Emissor: AC CAIXA PF v2.

Documento assinado eletronicamente por WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3463471 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO. Data e Hora: 07-07-2015 21:53. Número de Série: 2150341798641688053. Emissor: AC CAIXA PF v2.

***Assinado eletronicamente por: Walter Baere de Araújo Filho***

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, *caput*, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

**Unidade: 25.201 - Banco Central do Brasil**

| **Fonte 96: Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais** | | | **R$ 1,00** |
|---|---|---|---|
| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO |
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | (C) = (B) - (A) |
| 2430.00.00 Transferência de Instituições Privadas | 116.882.640 | 123.882.640 | 7.000.000 |
| **Total** | **116.882.640** | **123.882.640** | **7.000.000** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 7.000.000 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 7.000.000 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 100.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 2110 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 100.000 |
| 04 122 | 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 100.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 100.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 100.000 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 727.101 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 092 | 2110 2244 | Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional | | | | | | | 727.101 |
| 04 092 | 2110 2244 0001 | Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional | | | | | | | 727.101 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 727.101 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 727.101 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 727.101 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | 3.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 00OL | Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica | | | | | | | 3.000 |
| 28 846 | 0910 00OL 0001 | Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional | | | | | | | 3.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 250 | 3.000 |
| | 2039 | Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional | | | | | | | 7.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 2039 20ZA | Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária | | | | | | | 7.000.000 |
| 04 122 | 2039 20ZA 0001 | Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária - Nacional | | | | | | | 7.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 296 | 7.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 7.003.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.003.000 |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ES | GN | RP | MO | IU | FT | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | F | D | | D | | E | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2121 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | | | | | | | 6.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 122 | 2121 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 6.000.000 |
| 22 122 | 2121 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 6.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 6.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 6.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.000.000 |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2029 | Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | | | | | | | 3.195.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 661 | 2029 210L | Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP) | | | | | | | 3.195.000 |
| 22 661 | 2029 210L 0010 | Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP) - Na Região Norte | | | | | | | 3.195.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 3.195.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.195.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.195.000 |

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0906 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) | | | | | | | 3.465.057 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 844 | 0906 0284 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa | | | | | | | 3.465.057 |
| 28 844 | 0906 0284 0001 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional | | | | | | | 3.465.057 |
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 344 | 698.431 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 343 | 2.766.626 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.465.057 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.465.057 |

ÓRGÃO: 58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura
UNIDADE: 58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2052 | Pesca e Aquicultura | | | | | | | 3.903.486 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 125 | 2052 20Y2 | Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas | | | | | | | 3.903.486 |
| 20 125 | 2052 20Y2 0001 | Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas - Nacional | | | | | | | 3.903.486 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 1.903.486 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.903.486 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.903.486 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0905 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | | | | | | | 700.000.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 843 | 0905 0455 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna | | | | | | | 700.000.000 |
| 28 843 | 0905 0455 0001 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional | | | | | | | 700.000.000 |
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 344 | 700.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 700.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 700.000.000 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | 20.212.338 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 0004 | Contribuição à Organização Internacional do Açúcar - OIA (MAPA) | | | | | | | 62.255 |
| 28 846 | 0910 0004 0002 | Contribuição à Organização Internacional do Açúcar - OIA (MAPA) - No Exterior | | | | | | | 62.255 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 62.255 |
| 28 846 | 0910 0017 | Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA) | | | | | | | 104.385 |
| 28 846 | 0910 0017 0002 | Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA) - No Exterior | | | | | | | 104.385 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 104.385 |
| 28 846 | 0910 0074 | Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE) | | | | | | | 17.590.345 |
| 28 846 | 0910 0074 0002 | Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE) - No Exterior | | | | | | | 17.590.345 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 17.590.345 |
| 28 846 | 0910 0085 | Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (MME) | | | | | | | 164.729 |
| 28 846 | 0910 0085 0002 | Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (MME) - No Exterior | | | | | | | 164.729 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 164.729 |
| 28 846 | 0910 0087 | Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC) | | | | | | | 270.772 |
| 28 846 | 0910 0087 0002 | Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC) - No Exterior | | | | | | | 270.772 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 270.772 |
| 28 846 | 0910 00AQ | Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PR) | | | | | | | 72.150 |
| 28 846 | 0910 00AQ 0002 | Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PR) - No Exterior | | | | | | | 72.150 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 72.150 |
| 28 846 | 0910 00BK | Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE) | | | | | | | 71.000 |
| 28 846 | 0910 00BK 0002 | Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE) - No Exterior | | | | | | | 71.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 71.000 |
| 28 846 | 0910 00BR | Contribuição à Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL (MRE) | | | | | | | 91.428 |
| 28 846 | 0910 00BR 0002 | Contribuição à Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL (MRE) - No Exterior | | | | | | | 91.428 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 91.428 |
| 28 846 | 0910 00BS | Contribuição ao Sistema Econômico Latino-Americano - SELA (MRE) | | | | | | | 165.538 |
| 28 846 | 0910 00BS 0002 | Contribuição ao Sistema Econômico Latino-Americano - SELA (MRE) - No Exterior | | | | | | | 165.538 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 165.538 |

Ivos - EM Nº 00100/2015 MP-ASSINADO SIDOF-CC/PR (CONCLUIDO) (0471625) SEI 03500.200789/2015-49 / pg

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **28 846** | **0910 00C0** | **Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA)** | | | | | | | **87.218** |
| 28 846 | 0910 00C0 0002 | Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 87.218 |
| **28 846** | **0910 00DZ** | **Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE)** | | | | | | | **171.338** |
| 28 846 | 0910 00DZ 0002 | Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 171.338 |
| **28 846** | **0910 00IW** | **Contribuição ao Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC)** | | | | | | | **142.711** |
| 28 846 | 0910 00IW 0002 | Contribuição ao Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 142.711 |
| **28 846** | **0910 0148** | **Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINC)** | | | | | | | **180.222** |
| 28 846 | 0910 0148 0002 | Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINC) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 180.222 |
| **28 846** | **0910 0188** | **Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB (MCTI)** | | | | | | | **102.666** |
| 28 846 | 0910 0188 0002 | Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB (MCTI) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 102.666 |
| **28 846** | **0910 0189** | **Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MCTI)** | | | | | | | **71.000** |
| 28 846 | 0910 0189 0001 | Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MCTI) - Nacional | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 71.000 |
| **28 846** | **0910 0196** | **Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (MCTI)** | | | | | | | **42.600** |
| 28 846 | 0910 0196 0002 | Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (MCTI) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 42.600 |
| **28 846** | **0910 0348** | **Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MP)** | | | | | | | **72.912** |
| 28 846 | 0910 0348 0002 | Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MP) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 72.912 |
| **28 846** | **0910 0370** | **Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT (MF)** | | | | | | | **36.846** |
| 28 846 | 0910 0370 0002 | Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT (MF) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 36.846 |
| **28 846** | **0910 0979** | **Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (MINC)** | | | | | | | **76.950** |
| 28 846 | 0910 0979 0033 | Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (MINC) - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 76.950 |
| **28 846** | **0910 09BC** | **Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA)** | | | | | | | **72.672** |
| 28 846 | 0910 09BC 0002 | Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 72.672 |
| **28 846** | **0910 0B69** | **Contribuição à Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIC (MRE)** | | | | | | | **54.515** |
| 28 846 | 0910 0B69 0002 | Contribuição à Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIC (MRE) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 54.515 |
| **28 846** | **0910 0B72** | **Contribuição à Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI (MRE)** | | | | | | | **62.634** |
| 28 846 | 0910 0B72 0002 | Contribuição à Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI (MRE) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 62.634 |
| **28 846** | **0910 0C38** | **Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos -Convenção de Roterdã (MRE)** | | | | | | | **171.673** |
| 28 846 | 0910 0C38 0002 | Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos -Convenção de Roterdã (MRE) - No Exterior | | | | | | | 171.673 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 171.673 |
| 28 846 | 0910 0C39 | Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT ITTO (MMA) | | | | | | | 273.779 |
| 28 846 | 0910 0C39 0002 | Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT ITTO (MMA) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 273.779 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 20.212.338 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.212.338 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0911 | Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros | | | | | | | 31.000.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0911 00M4 | Remuneração a Agentes Financeiros | | | | | | | 31.000.000 |
| 28 846 | 0911 00M4 0001 | Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional | | | | | | | 31.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 31.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 31.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.000.000 |

ÓRGÃO: 75000 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal
UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0907 | Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | | | 35.983.776.538 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 841 | 0907 0365 | Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna | | | | | | | 35.983.776.538 |
| 28 841 | 0907 0365 0001 | Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional | | | | | | | 35.983.776.538 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 143 | 35.983.776.538 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 35.983.776.538 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.983.776.538 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 100.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 2110 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 100.000 |
| 04 122 | 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 100.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 100.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 100.000 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | **31.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 126** | **2110 20VG** | **Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** | | | | | | | **31.000.000** |
| 04 126 | 2110 20VG 0001 | Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 31.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **31.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **31.000.000** |

**ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda**
**UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | **727.101** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 092** | **2110 2244** | **Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional** | | | | | | | **727.101** |
| 04 092 | 2110 2244 0001 | Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional | | | | | | | 727.101 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 317.741 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 409.360 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **727.101** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **727.101** |

**ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda**
**UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | **3.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 122** | **2110 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **3.000** |
| 04 122 | 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 3.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 3.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.000** |

**ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
**UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2121** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | | | | | | | **6.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **22 122** | **2121 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **6.000.000** |
| 22 122 | 2121 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 6.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 6.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **6.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.000.000** |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2029 | Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | | | | | | | 3.195.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 22 661 | 2029 13DM | Conclusão da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA | | | | | | | 3.195.000 |
| 22 661 | 2029 13DM 0010 | Conclusão da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA - Na Região Norte | | | | | | | 3.195.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 3.195.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.195.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.195.000 |

ÓRGÃO: 58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura
UNIDADE: 58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2028 | Defesa Agropecuária | | | | | | | 2.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 609 | 2028 20XZ | Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola | | | | | | | 2.000.000 |
| 20 609 | 2028 20XZ 0001 | Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola - Nacional | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | 2052 | Pesca e Aquicultura | | | | | | | 1.903.486 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 125 | 2052 20Y2 | Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas | | | | | | | 1.903.486 |
| 20 125 | 2052 20Y2 0001 | Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas - Nacional | | | | | | | 1.903.486 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 1.903.486 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.903.486 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.903.486 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0905 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | | | | | | | 35.983.776.538 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 843 | 0905 0455 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna | | | | | | | 35.983.776.538 |
| 28 843 | 0905 0455 0001 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional | | | | | | | 35.983.776.538 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 143 | 35.983.776.538 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 35.983.776.538 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.983.776.538 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | SF | ND | P | OD | U | TE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | 20.212.338 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 0077 | Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau - APPC (MAPA) | | | | | | | 394.338 |
| 28 846 | 0910 0077 0002 | Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau - APPC (MAPA) - No Exterior | | | | | | | 394.338 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 394.338 |
| 28 846 | 0910 00BB | Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA (MEC) | | | | | | | 700.000 |
| 28 846 | 0910 00BB 0001 | Contribuição à Rede de Infonnação Tecnológica Latino-Americana - RITLA (MEC) - Nacional | | | | | | | 700.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 700.000 |
| 28 846 | 0910 00LL | Contribuição ao Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CAE CPLP (MD) | | | | | | | 9.618.000 |
| 28 846 | 0910 00LL 0002 | Contribuição ao Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CAE CPLP (MD) - No Exterior | | | | | | | 9.618.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 9.618.000 |
| 28 846 | 0910 0123 | Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD) | | | | | | | 700.000 |
| 28 846 | 0910 0123 0002 | Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD) - No Exterior | | | | | | | 700.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 700.000 |
| 28 846 | 0910 0218 | Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS) | | | | | | | 8.800.000 |
| 28 846 | 0910 0218 0002 | Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS) - No Exterior | | | | | | | 8.800.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 8.800.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 20.212.338 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.212.338 |

7947

BRASIL.GOV.BR

SIDOF
Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal

Assinaturas

Fechar Imprimir

**NUP:**

**Assunto:** MP 00100 2015 EM DEC Crédito Suplementar R$ 36.759.382.520,00 Diversos Órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal

Assinaturas

| Nome | Cargo | Data/Hora da Assinatura | Situação |
|---|---|---|---|
| Nelson Henrique Barbosa Filho | Ministro de Estado do Planejamento Oeçamento e Gestão | 09-07-2015 20:54:54 | |
| Walter Baere de Araújo Filho | Consultor Juridico | 08-07-2015 15:58:50 | |

«« « » »»

Histórico de Documentos

Câmara dos Deputados Fl. 7948 Comissões Especiais

Histórico



| Responsável | Destinatário | Ação | Data da Ação | Hora da Ação | Etapa Original | Órgão |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Luanne Dias Costa | | Abrir Documento | 10/07/2015 | 13:05 | Trâmite na PR | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 10/07/2015 | 21:01 | Disponibilizar para a PR | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 10/07/2015 | 21:01 | Disponibilizar para a PR | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Abrir Documento | 10/07/2015 | 21:01 | Disponibilizar para a PR | MP |
| Nelson Henrique Barbosa Filho | | Assinar e Encaminhar | 09/07/2015 | 20:55 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 17:07 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Abrir Documento | 08/07/2015 | 17:05 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Luanne Dias Costa | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 16:50 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Luanne Dias Costa | | Abrir Documento | 08/07/2015 | 16:50 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Luanne Dias Costa | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 16:48 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Luanne Dias Costa | | Abrir Documento | 08/07/2015 | 16:47 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 15:59 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Assinar e Encaminhar | 08/07/2015 | 15:59 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 15:58 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Editar Documento | 08/07/2015 | 15:58 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Abrir Documento | 08/07/2015 | 15:57 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Luanne Dias Costa | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 14:33 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:33 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Luanne Dias Costa | | Editar Documento | 08/07/2015 | 14:32 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Luanne Dias Costa | | Encaminhar | 08/07/2015 | 14:30 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:30 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:29 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:28 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:28 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:27 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:26 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:25 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Documento | | | Documento | |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:25 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:24 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:24 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:23 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:23 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:22 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:21 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:20 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:19 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:17 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:16 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:14 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:13 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:10 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |

«« « 1 2 » »»

Câmara dos Deputados Fl. 7950 Comissões Especiais

Histórico de Documentos

Histórico

Página 2 de 2

« « 1 2 » »

| Responsável | Destinatário | Ação | Data da Ação | Hora da Ação | Etapa Original | Órgão |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:04 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 14:01 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:59 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:55 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:54 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:52 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:49 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:49 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Editar Documento | 08/07/2015 | 13:48 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 13:44 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:44 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:43 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:39 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:31 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:24 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:16 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:13 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Editar Documento | 08/07/2015 | 13:11 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 13:10 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:10 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:10 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:10 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:09 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:07 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:05 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | | Salvar | 08/07/2015 | 13:02 | Inserir/Alterar Projeto de | MP |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:05 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:02 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:01 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Luanne Dias Costa | Salvar Documento | 08/07/2015 | 13:00 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |

« « « 1 2 » » »

Câmara dos Dep... Fl. 1951 Comissões Espe...

/isualizar impressão https://expressov3.planejamento.gov.br/index.php

**Assunto:** Notificação de NUP (SIDOF)
**De:** Sidof@planalto.gov.br <Sidof@planalto.gov.br> [+] [x]
**Data:** 10/07/2015 09:43:07
**Destinatário:** djaci.sousa@planejamento.gov.br, luanne.costa@planejamento.gov.br, sandra.cunha@planejamento.gov.br, ubiratan.Lucena@planejamento.gov.br, chica.carvalho@planejamento.gov.br, nilvani.abreu@planejamento.gov.br [+]

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
PROTOCOLO DE ENCAMINHAMENTO
PROTOCOLO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/PRT

Autor do Documento: Luanne Dias Costa
Data de Encaminhamento: 10/07/2015
Nup: 03500.200789/2015-49
Assunto: MP 00100 2015 BR DEC Crédito Suplementar R$ 36.759.382.520,00 Diversos Órgãos do Poder Executivo, do Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal

https://sidof2.planalto.gov.br/sidof/telaEspera.jsf

Câmara dos Deputados 7953 Fl.

BRASIL.GOV.BR

Sexta-feira, 10 de Julho de 2015. Boa Tarde, Sra. Luanne Dias Costa Orgão: MP Perfil: Preposto Versão: 1.11.4

SIDOF Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal

Relacionar Documentos | Criar Documento | Pesquisar | Ajuda | Logout

Decreto Sem Número

Log | Fechar Documento | Fluxo

**Ministério Autor:** MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

**Prioridade:** Normal

**Data:** 08/07/2015 **Existe processo físico sendo encaminhado?** Não

**Assunto:** MP 0010 2015 EM DEC Crédito Suplementar R$ 36.759.382.520,00 Diversos Órgãos do Poder

**Detalhamento:** Projeto de Decreto que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R$ 36.759.382.520,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

★ Exposição de Motivos ✓ Anexos: 0 arquivo(s)
★ Anexo da Exposição de Motivos ✓ Anexos: 0 arquivo(s)
★ Texto da Proposição ✓ Anexos: 0 arquivo(s)
★ Parecer Jurídico ✓ Anexos: 0 arquivo(s)

★ = Itens obrigatórios.

+ Anexos: 2 arquivo(s)
Assinaturas
Documento Formatado

Referendantes

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

e Motivos - EM Nº 00100/2015/MP-ASSINADO SIDOF-CC/PR (CONCLUIDO) (0471625) SEI 03500.200789/2015-49 / pg
10/07/2015 13:06

Câmara dos Deputados
Fl. 7954
Comissões Especiais



| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 09 183 | 2061 20HR | **Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social** | | | | | | | **630.000** |
| 09 183 | 2061 20HR 0001 | Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social - Nacional | | | | | | | 630.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 630.000 |
| **09 183** | **2061 20HT** | **Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC** | | | | | | | **600.000** |
| 09 183 | 2061 20HT 0001 | Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC - Nacional | | | | | | | 600.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 600.000 |
| **09 665** | **2061 2562** | **Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos** | | | | | | | **3.300.000** |
| 09 665 | 2061 2562 0001 | Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos - Nacional | | | | | | | 3.300.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 3.300.000 |
| **09 271** | **2061 2585** | **Serviço de Reabilitação Profissional** | | | | | | | **8.016.960** |
| 09 271 | 2061 2585 0001 | Serviço de Reabilitação Profissional - Nacional | | | | | | | 8.016.960 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 8.016.960 |
| **09 271** | **2061 8426** | **Desimobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS** | | | | | | | **300.000** |
| 09 271 | 2061 8426 0001 | Desimobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS - Nacional | | | | | | | 300.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 300.000 |
| **09 271** | **2061 8869** | **Reformas e Adaptações das Unidades do INSS** | | | | | | | **11.589.600** |
| 09 271 | 2061 8869 0001 | Reformas e Adaptações das Unidades do INSS - Nacional | | | | | | | 11.589.600 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 8.589.600 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 151 | 3.000.000 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| **09 271** | **2061 116V** | **Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS** | | | | | | | **12.000.000** |
| 09 271 | 2061 116V 0001 | Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS - Nacional | | | | | | | 12.000.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 151 | 12.000.000 |
| | 2114 | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social** | | | | | | | **3.970.304** |
| | | Atividades | | | | | | | |
| **09 128** | **2114 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | | | | | | | **3.970.304** |
| 09 128 | 2114 4572 0001 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional | | | | | | | 3.970.304 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 3.970.304 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **40.826.864** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **40.826.864** |

**ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde**
**UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde**
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2015 | **Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)** | | | | | | | **300.000** |
| | | Atividades | | | | | | | |
| **10 422** | **2015 20YM** | **Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade** | | | | | | | **300.000** |
| 10 422 | 2015 20YM 0001 | Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade - Nacional | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 100 | 300.000 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **300.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **300.000** |

**ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego**
**UNIDADE: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego**
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2127 | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | **106.500** |
| | | Atividades | | | | | | | |
| **11 661** | **2127 2374** | **Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte** | | | | | | | **106.500** |
| 11 661 | 2127 2374 0001 | Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 106.500 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **106.500** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **106.500** |

**ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego**
**UNIDADE: 38901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador**
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2071 | **Trabalho, Emprego e Renda** | | | | | | | **6.300.000** |
| | | Atividades | | | | | | | |
| **11 333** | **2071 20JT** | **Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine** | | | | | | | **4.800.000** |
| 11 333 | 2071 20JT 0001 | Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine - Nacional | S | 3 | 2 | 30 | 0 | 100 | 4.800.000 |
| **11 332** | **2071 2553** | **Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS** | | | | | | | **1.000.000** |
| 11 332 | 2071 2553 0001 | Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - Nacional | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| **11 334** | **2071 2C43** | **Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT** | | | | | | | **500.000** |
| 11 334 | 2071 2C43 0001 | Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - Nacional | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **6.300.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.300.000** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura**
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2027 | **Cultura: Preservação, Promoção e Acesso** | | | | | | | **3.351.958** |
| | | Atividades | | | | | | | |
| **13 392** | **2027 20ZF** | **Promoção e Fomento à Cultura Brasileira** | | | | | | | **3.351.958** |
| 13 392 | 2027 20ZF 0001 | Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional | F | 3 | 2 | 30 | 0 | 100 | 1.192.999 |
| | | | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 1.300.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 858.959 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **3.351.958** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.351.958** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa**
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2027 | **Cultura: Preservação, Promoção e Acesso** | | | | | | | **90.000** |
| | | Atividades | | | | | | | |
| **13 392** | **2027 20ZM** | **Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural** | | | | | | | **90.000** |
| 13 392 | 2027 20ZM 0001 | Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural - Nacional | F | 5 | 7 | 90 | 0 | 100 | 90.000 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **90.000** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **90.000** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2027 | **Cultura: Preservação, Promoção e Acesso** | | | | | | | **7.370.600** |
| | | Atividades | | | | | | | |
| **13 391** | **2027 20ZH** | **Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro** | | | | | | | **7.370.600** |
| 13 391 | 2027 20ZH 0001 | Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.370.600 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **7.370.600** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **7.370.600** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42206 - Agência Nacional do Cinema**
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2107 | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | **1.198.395** |
| | | Atividades | | | | | | | |
| **13 122** | **2107 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **1.198.395** |
| 13 122 | 2107 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.198.395 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **1.198.395** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.198.395** |

## DECRETO DE 27 DE JULHO DE 2015

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R$ 36.759.382.520,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alínea "a", inciso II, inciso V, alíneas "a" e "b", itens 1 e 2, inciso VIII e inciso XIX, alínea "b", itens 1 e 2, § 1º e § 4º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

66 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar, no valor de R$ 36.759.382.520,00 (trinta e seis bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, no valor de R$ 703.465.057,00 (setecentos e três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, cinquenta e sete reais), sendo:

a) R$ 2.766.626,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal; e

b) R$ 700.698.431,00 (setecentos milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações;

II - excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, no valor de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais); e

III - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R$ 36.048.917.463,00 (trinta e seis bilhões, quarenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta e três reais, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
*Nelson Barbosa*

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 100.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 122 | 2110 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 100.000 |
| 04 122 | 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 100.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | (6) | (6.000) |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 100.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 100.000 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 727.101 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 092 | 2110 2244 | Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional | | | | | | | 727.101 |
| 04 092 | 2110 2244 0001 | Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional | | | | | | | 727.101 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 727.101 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 727.101 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 727.101 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | 3.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 00OL | Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica | | | | | | | 3.000 |
| 28 846 | 0910 00OL 0001 | Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional | | | | | | | 3.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 250 | 3.000 |
| | 2039 | Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional | | | | | | | 7.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 122 | 2039 20ZA | Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária | | | | | | | 7.000.000 |
| 04 122 | 2039 20ZA 0001 | Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária - Nacional | | | | | | | 7.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 296 | 7.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.000.000 |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2121 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | | | | | | | 6.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 22 122 | 2121 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 6.000.000 |
| 22 122 | 2121 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 6.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 6.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.000.000 |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2029 | Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | | | | | | | 3.195.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 22 661 | 2029 210L | Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP) | | | | | | | 3.195.000 |
| 22 661 | 2029 210L 0010 | Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP) - Na Região Norte | | | | | | | 3.195.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 3.195.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.195.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.195.000 |

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0906 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) | | | | | | | 3.465.057 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 844 | 0906 0284 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa | | | | | | | 3.465.057 |
| 28 844 | 0906 0284 0001 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional | | | | | | | 3.465.057 |
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 344 | 698.431 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 343 | 2.766.626 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.465.057 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.465.057 |

ÓRGÃO: 58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura
UNIDADE: 58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2052 | Pesca e Aquicultura | | | | | | | 3.903.486 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 20 125 | 2052 20Y2 | Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas | | | | | | | 3.903.486 |
| 20 125 | 2052 20Y2 0001 | Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas - Nacional | | | | | | | 3.903.486 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 1.903.486 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.903.486 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.903.486 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0905 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | | | | | | | 700.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 843 | 0905 0455 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna | | | | | | | 700.000.000 |
| 28 843 | 0905 0455 0001 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional | | | | | | | 700.000.000 |
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 344 | 700.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 700.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 700.000.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(DOU de 28/7/15 seção 1 p.65 a 68 (0549902)) (SEI 03500.200789/2015-49 / pg. 60)

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | 20.212.338 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 0004 | Contribuição à Organização Internacional do Açúcar - OIA (MAPA) | | | | | | | 62.255 |
| 28 846 | 0910 0004 0002 | Contribuição à Organização Internacional do Açúcar - OIA (MAPA) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 62.255 |
| 28 846 | 0910 0017 | Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA) | | | | | | | 104.385 |
| 28 846 | 0910 0017 0002 | Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 104.385 |
| 28 846 | 0910 0074 | Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE) | | | | | | | 17.590.345 |
| 28 846 | 0910 0074 0002 | Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 17.590.345 |
| 28 846 | 0910 0085 | Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (MME) | | | | | | | 164.729 |
| 28 846 | 0910 0085 0002 | Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (MME) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 164.729 |
| 28 846 | 0910 0087 | Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC) | | | | | | | 270.772 |
| 28 846 | 0910 0087 0002 | Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 270.772 |
| 28 846 | 0910 00AQ | Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PR) | | | | | | | 72.150 |
| 28 846 | 0910 00AQ 0002 | Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PR) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 72.150 |
| 28 846 | 0910 00BK | Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE) | | | | | | | 71.000 |
| 28 846 | 0910 00BK 0002 | Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 71.000 |
| 28 846 | 0910 00BR | Contribuição à Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL (MRE) | | | | | | | 91.428 |
| 28 846 | 0910 00BR 0002 | Contribuição à Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL (MRE) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 91.428 |
| 28 846 | 0910 00BS | Contribuição ao Sistema Econômico Latino-Americano - SELA (MRE) | | | | | | | 165.538 |
| 28 846 | 0910 00BS 0002 | Contribuição ao Sistema Econômico Latino-Americano - SELA (MRE) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 165.538 |
| 28 846 | 0910 00C0 | Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA) | | | | | | | 87.218 |
| 28 846 | 0910 00C0 0002 | Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 87.218 |
| 28 846 | 0910 00DZ | Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE) | | | | | | | 171.338 |
| 28 846 | 0910 00DZ 0002 | Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 171.338 |
| 28 846 | 0910 001W | Contribuição ao Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC) | | | | | | | 142.711 |
| 28 846 | 0910 001W 0002 | Contribuição ao Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 142.711 |
| 28 846 | 0910 0148 | Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINC) | | | | | | | 180.222 |
| 28 846 | 0910 0148 0002 | Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINC) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 180.222 |
| 28 846 | 0910 0188 | Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB (MCTI) | | | | | | | 102.666 |
| 28 846 | 0910 0188 0002 | Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB (MCTI) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 102.666 |
| 28 846 | 0910 0189 | Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MCTI) | | | | | | | 71.000 |
| 28 846 | 0910 0189 0001 | Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MCTI) - Nacional | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 71.000 |
| 28 846 | 0910 0196 | Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (MCTI) | | | | | | | 42.600 |
| 28 846 | 0910 0196 0002 | Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (MCTI) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 42.600 |
| 28 846 | 0910 0348 | Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MP) | | | | | | | 72.912 |
| 28 846 | 0910 0348 0002 | Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MP) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 72.912 |
| 28 846 | 0910 0370 | Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT (MF) | | | | | | | 36.846 |
| 28 846 | 0910 0370 0002 | Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT (MF) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 36.846 |
| 28 846 | 0910 0979 | Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (MINC) | | | | | | | 76.950 |
| 28 846 | 0910 0979 0033 | Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (MINC) - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 76.950 |
| 28 846 | 0910 09BC | Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA) | | | | | | | 72.672 |
| 28 846 | 0910 09BC 0002 | Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 72.672 |
| 28 846 | 0910 0B69 | Contribuição à Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIC (MRE) | | | | | | | 54.515 |
| 28 846 | 0910 0B69 0002 | Contribuição à Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIC (MRE) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 54.515 |
| 28 846 | 0910 0B72 | Contribuição à Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI (MRE) | | | | | | | 62.634 |
| 28 846 | 0910 0B72 0002 | Contribuição à Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI (MRE) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 62.634 |
| 28 846 | 0910 0C38 | Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos - Convenção de Roterdã (MRE) | | | | | | | 171.673 |
| 28 846 | 0910 0C38 0002 | Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos -Convenção de Roterdã (MRE) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 171.673 |
| 28 846 | 0910 0C39 | Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT ITTO (MMA) | | | | | | | 273.779 |
| 28 846 | 0910 0C39 0002 | Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT ITTO (MMA) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 273.779 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.212.338 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.212.338 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0911 | Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros | | | | | | | 31.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0911 00M4 | Remuneração a Agentes Financeiros | | | | | | | 31.000.000 |
| 28 846 | 0911 00M4 0001 | Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 31.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 31.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.000.000 |

ÓRGÃO: 75000 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal
UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0907 | Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | | | 35.983.776.538 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 841 | 0907 0365 | Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna | | | | | | | 35.983.776.538 |
| 28 841 | 0907 0365 0001 | Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 143 | 35.983.776.538 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 35.983.776.538 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.983.776.538 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 100.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 122 | 2110 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 100.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

68 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 04 122 | 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | | 100.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 100.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 100.000 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 31.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 126 | 2110 20VG | Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais | | | | | | | 31.000.000 |
| 04 126 | 2110 20VG 0001 | Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 31.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 31.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.000.000 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 727.101 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 092 | 2110 2244 | Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional | | | | | | | 727.101 |
| 04 092 | 2110 2244 0001 | Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 317.741 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 409.360 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 727.101 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 727.101 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 3.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 122 | 2110 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 3.000 |
| 04 122 | 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 3.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.000 |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2121 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | | | | | | | 6.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 22 122 | 2121 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 6.000.000 |
| 22 122 | 2121 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 6.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.000.000 |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2029 | Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária | | | | | | | 3.195.000 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 22 661 | 2029 13DM | Conclusão da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA | | | | | | | 3.195.000 |
| 22 661 | 2029 13DM 0010 | Conclusão da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA - Na Região Norte | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 3.195.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.195.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.195.000 |

ÓRGÃO: 58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura
UNIDADE: 58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2028 | Defesa Agropecuária | | | | | | | 2.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 20 609 | 2028 20XZ | Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola | | | | | | | 2.000.000 |
| 20 609 | 2028 20XZ 0001 | Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | 2052 | Pesca e Aquicultura | | | | | | | 1.903.486 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 20 125 | 2052 20Y2 | Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas | | | | | | | 1.903.486 |
| 20 125 | 2052 20Y2 0001 | Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 1.903.486 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.903.486 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.903.486 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0905 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | | | | | | | 35.983.776.538 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 843 | 0905 0455 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna | | | | | | | 35.983.776.538 |
| 28 843 | 0905 0455 0001 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 143 | 35.983.776.538 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 35.983.776.538 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.983.776.538 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | 20.212.338 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 0077 | Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau - APPC (MAPA) | | | | | | | 394.338 |
| 28 846 | 0910 0077 0002 | Contribuição a Aliança dos Países Produtores de Cacau - APPC (MAPA) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 394.338 |
| 28 846 | 0910 00BB | Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA (MEC) | | | | | | | 700.000 |
| 28 846 | 0910 00BB 0001 | Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA (MEC) - Nacional | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 700.000 |
| 28 846 | 0910 00LL | Contribuição ao Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CAE CPLP (MD) | | | | | | | 9.618.000 |
| 28 846 | 0910 00LL 0002 | Contribuição ao Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CAE CPLP (MD) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 9.618.000 |
| 28 846 | 0910 0123 | Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD) | | | | | | | 700.000 |
| 28 846 | 0910 0123 0002 | Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 700.000 |
| 28 846 | 0910 0218 | Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS) | | | | | | | 8.800.000 |
| 28 846 | 0910 0218 0002 | Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS) - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 8.800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.212.338 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.212.338 |

## DECRETO DE 27 DE JULHO DE 2015

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 29.922.832,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista as autorizações constantes do art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "a", inciso II, inciso V, alínea "b", item 1, e inciso VIII, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, e do art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 29.922.832,00 (vinte e nove milhões, novecentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

II - excesso de arrecadação de Recursos de Convênios, no valor de R$ 365.726,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais); e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOU de 28/7/15 seção 1 p.65 a 68 (0549902) SEI 03500.200789/2015-49 / pg. 62

DECRETO DE 27 DE JULHO DE 2015

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R$ 36.759.382.520,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "a", inciso II, inciso V, alíneas "a" e "b", itens 1 e 2, inciso VIII e inciso XIX, alínea "b", itens 1 e 2, § 1º e § 4º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar, no valor de R$ 36.759.382.520,00 (trinta e seis bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, no valor de R$ 703.465.057,00 (setecentos e três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, cinquenta e sete reais), sendo:

a) R$ 2.766.626,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal; e

b) R$ 700.698.431,00 (setecentos milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações;

II - excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, no valor de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais); e

III - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R$ 36.048.917.463,00 (trinta e seis bilhões, quarenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta e três reais, conforme indicado no Anexo II.

Câmara dos Deputados
Fl. 7959
Comissões Especiais

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

EM 100/MP de 8/7/2015
CABINETE DO MINISTRO - MP
PUBLICAÇÃO: DOU de 28/7/15
SEÇÃO: 1 PÁGINA: 65
ABS:
p. 65 a 68

D-EM 100 MP CRÉD SUPLEM DIVERSOS ÓRGÃOS PODER EXEC E OUTROS R$ 36.759.382.520,00 (L5)
03500.200789/2015-49

Câmara dos Deputados
Fl. 7960
Comissões Especiais

EM BRANCO

Câmara dos Deputados
Fl. 7961
Comissões Especiais

EM BRANCO

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Câmara dos Deputados 7962 Comissões Especiais

03500.201094/2015-84

INTERESSADO:

ASSUNTO: CÓDIGO:

OUTROS DADOS:
Decreto de 20.08.2015
Crédito Suplementar R$55.237.582.569,00

## MOVIMENTAÇÕES

| SEQ | SIGLA | CÓDIGO | DATA | SEQ | SIGLA | CÓDIGO | DATA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | | | / / | 15 | | | / / |
| 02 | | | / / | 16 | | | / / |
| 03 | | | / / | 17 | | | / / |
| 04 | | | / / | 18 | | | / / |
| 05 | | | / / | 19 | | | / / |
| 06 | | | / / | 20 | | | / / |
| 07 | | | / / | 21 | | | / / |
| 08 | | | / / | 22 | | | / / |
| 09 | | | / / | 23 | | | / / |
| 10 | | | / / | 24 | | | / / |
| 11 | | | / / | 25 | | | / / |
| 12 | | | / / | 26 | | | / / |
| 13 | | | / / | 27 | | | / / |
| 14 | | | / / | 28 | | | / / |

**AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO**

ANEXOS:

# PEDIDOS DE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

Câmara dos Deputados
Fl. 7964
Comissões Especiais

# Decreto R$ 55.237.582.569

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44504

**Tipo de Crédito:** 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** 20 **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **56000- Ministério das Cidades** | | | | | | | | | | **37.258.179.368** | **22.050.010.594** | **1.370.419** |
| **Unidade:** | **56202- Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU** | | | | | | | | | | **1.262.275.006** | **991.199.066** | **1.370.419** |
| 0905 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | | | | | | | | | | 8.970.045 | 8.095.167 | 1.370.419 |
| **0905 0283** | **Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna** | **28- 843** | *10* | | | | | | | | **8.970.045** | **8.095.167** | **1.370.419** |
| 0905 0283 0001 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 8.970.045 | 8.095.167 | 1.370.419 |
| 0905 0283 0001 0000 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna | | | | | | | | | | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| | | | | | *3.2.90* | *344* | *0* | *2445* | *0* | 0 | *1.370.419* | *0* | *1.370.419* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 37.258.179.368 | 22.050.010.594 | 1.370.419 |

**Justificativas Pedido: 44504**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA

LOA 2015 (a) R$ 6.196.376
Realizado até abril/2015 R$ 3.642.146 (US$=R$2,9936)
Previsão da 2ª parcela Out/2015 : R$ 3.924.649 (US$=R$3,3148)
TOTAL 2015 (b) R$ 7.566.795
NECESSIDADE (b – a) R$ 1.370.419

| PROGRAMA DE TRABALHO | ND | FONTE | RP | VALOR EM R$1,00 |
|---|---|---|---|---|
| 28.843.0905.0283.0001 | 3290.00 | 144 | 0 | 1.370.419 |

O pedido de crédito em questão visa complementar o valor aprovado na LOA 2015 destinado ao pagamento dos juros e encargos contratuais da operação de crédito OC 2445 – Banco do Brasil – Dívida de Médio e Longo prazo –DMLP.

O valor previsto para pagamento desta OC, originária da Divida Externa, é calculado utilizando a moeda de origem em USD (dólar americano).

Em abril de 2014, no momento do preenchimento do SAOC2015, utilizou-se como referência de valores, a cotação da moeda dólar americano US$=R$2,30. Porém, a taxa de câmbio no vencimento da primeira parcela – em abril de 2015 – foi US$=R$2,9936. E a prevista para o vencimento da segunda parcela – em outubro de 2015 - é de US$=R$3,3148.

Neste momento, faz-se, portanto, necessária à suplementação orçamentária, no valor em R$1.370.419,00, com base na cotação do dólar americano em US$=R$3,3148.

Importante considerar que, havendo uma eventual elevação da cotação da moeda americana, acima do valor previsto nesta data para o mês de outubro de 2015 (R$3,3148), implicará, consequentemente, na necessidade de ajuste do valor solicitado neste pedido de crédito, para amparar integralmente o pagamento desta Operação de Crédito no exercício de 2015.

**Usuário:** ELCIO GOULART PINTO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há cancelamentos indicados no pedido de crédito.

**Usuário:** ELCIO GOULART PINTO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 596

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44504**

O não atendimento do pleito impossibilitará o pagamento da segunda parcela desta OC com vencimento em outubro de 2015.

**Usuário:** ELCIO GOULART PINTO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não informado

**Usuário:** ELCIO GOULART PINTO

**Outras informações consideradas relevantes**

Não informado

**Usuário:** ELCIO GOULART PINTO

**Acompanhamentos Pedido: 44504**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | Lívia de Resende Andrade |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | Lívia de Resende Andrade |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |
| 03/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | Lívia de Resende Andrade |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | MARCIO OLIVEIRA CAVALCANTE |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ELCIO GOULART PINTO |
| 20/07/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária. Justificativa: Retorno de pedido, conforme solicitação da Unidade. | MARCIO OLIVEIRA CAVALCANTE |
| 17/07/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial. Justificativa: Conforme solicitado em 17 de julho de 2015. | LEILA KUHNERT CAMPOS |
| 22/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | MARCIO OLIVEIRA CAVALCANTE |
| 22/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ELCIO GOULART PINTO |

Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais Fl. 1961

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2232**

**Pedido(s): 44504**

**Tipo: 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **58000 Ministério das Cidades** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |
| 56202 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Juros e Encargos da Dívida | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 344 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **56202 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |
| 344 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2445 - BANCO DO BRASIL S/A - DMLP | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 28 - Encargos Especiais | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 843 - Serviço da Dívida Interna | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **28 Encargos Especiais** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |
| 843 Serviço da Dívida Interna | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização) | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0905 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

Câmara dos Deputados 7967 Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2232**

**Pedido(s): 44504**

**Tipo: 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0283 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44504 - Cred 111 Dívida Interna OC 2445 DMLP(Tipo 111) | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Superávit financeiro | 1.370.419 | 0 | 1.370.419 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.370.419** | **0** | **1.370.419** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 45099

**Tipo de Crédito:** 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** 20 **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **71000- Encargos Financeiros da União** | | | | | | | | | | **686.689.328.041** | **450.476.521.479** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |
| **Unidade:** | **71101- Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **659.882.751.982** | **438.358.807.625** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |
| 0906 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) | | | | | | | | | | 10.823.497.112 | 8.724.755.132 | 2.000.000.000 | 0 | 2.000.000.000 |
| **0906 0425** | **Serviços da Dívida Pública Federal Externa** | **28- 844** | *10* | | | | | | | | **10.823.497.112** | **8.724.755.132** | **2.000.000.000** | **0** | **2.000.000.000** |
| 0906 0425 0001 | Serviços da Dívida Pública Federal Externa - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 10.823.497.112 | 8.724.755.132 | 2.000.000.000 | 0 | 2.000.000.000 |
| 0906 0425 0001 0001 | Serviços da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa | | | | | | | | | | 9.249.158.628 | 0 | 2.000.000.000 | 0 | 2.000.000.000 |
| | | | | | *3.2.90* | *144* | *0* | *2855* | *0* | 0 | *9.249.158.628* | *0* | *2.000.000.000* | *0* | *2.000.000.000* |
| 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | | | | 102.676.447.823 | 47.642.401.579 | 0 | 2.000.000.000 | -2.000.000.000 |
| **0909 0669** | **Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **54.500.000.000** | **0** | **0** | **2.000.000.000** | **-2.000.000.000** |
| 0909 0669 0001 | Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000) - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 54.500.000.000 | 0 | 0 | 2.000.000.000 | -2.000.000.000 |
| 0909 0669 0001 0000 | Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000) | | | | | | | | | | 3.000.000.000 | 0 | 0 | 2.000.000.000 | -2.000.000.000 |
| | | | | | *3.2.90* | *144* | *0* | *2907* | *0* | 0 | *3.000.000.000* | *0* | *0* | *2.000.000.000* | *-2.000.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 686.689.328.041 | 450.476.521.479 | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 45099**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Necessidade de suplementar em R$ 2.000.000.000,00 a dotação do IDOC-2855, pertencente ao Plano Orçamentário 01 do Programa de Trabalho 28,844.0906.425.0001, para que haja suficiente de recursos para honrar os compromissos previstos até o final de 2015.

**Usuário:** MANOEL MESSIAS DE JESUS

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Para efetuar a suplementação solicitada, será oferecido um cancelamento de dotação orçamentária do IDOC-2907, pertencente ao Programa de Trabalho 28.846.0909.0669, no montante de R$ 2.000.000.000,00 (juros - fonte 144).
O cancelamento de dotação orçamentária acima específico decorre do fato de não haver expectativa de utilização de dotação orçamentária no IDOC que será objeto de cancelamento.

**Usuário:** MANOEL MESSIAS DE JESUS

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito acarretará impacto desfavorável no gerenciamento da dívida pública federal externa.

**Usuário:** MANOEL MESSIAS DE JESUS

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não aplicável.

**Usuário:** MANOEL MESSIAS DE JESUS

**Outras informações consideradas relevantes**

A solicitação decorre da valorização do Dólar frente ao Real, verificada desde a elaboração da proposta orçamentária até o presente.

**Usuário:** MANOEL MESSIAS DE JESUS



Câmara dos Deputados Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **45099**

| **Acompanhamentos Pedido: 45099** | | |
|---|---|---|
| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | Lívia de Resende Andrade |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | Lívia de Resende Andrade |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |
| 29/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | Lívia de Resende Andrade |
| 28/07/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Para efetivação do crédito | Lívia de Resende Andrade |



Câmara Comissões Especiais Supervisão

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2232**

**Pedido(s): 45099**

**Tipo: 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **71000 Encargos Financeiros da União** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |
| 71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Juros e Encargos da Dívida | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |
| 144 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2855 - DPMFex | 2.000.000.000 | 0 | 2.000.000.000 |
| 2907 - Resultado Negativo do Banco Central - Variações Cambiais | 0 | 2.000.000.000 | -2.000.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 28 - Encargos Especiais | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 844 - Serviço da Dívida Externa | 2.000.000.000 | 0 | 2.000.000.000 |
| 846 - Outros Encargos Especiais | 0 | 2.000.000.000 | -2.000.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **28 Encargos Especiais** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |
| 844 Serviço da Dívida Externa | 2.000.000.000 | 0 | 2.000.000.000 |
| 846 Outros Encargos Especiais | 0 | 2.000.000.000 | -2.000.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização) | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) | 2.000.000.000 | 0 | 2.000.000.000 |
| 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 0 | 2.000.000.000 | -2.000.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

Câmara dos Deputados
n. 7972
Fl.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2232**

**Pedido(s): 45099**

**Tipo: 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0425 - Serviços da Dívida Pública Federal Externa | 2.000.000.000 | 0 | 2.000.000.000 |
| 0669 - Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000) | 0 | 2.000.000.000 | -2.000.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 45099 - Remanejamento de recursos entre ações(Tipo 111) | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.000.000.000** | **2.000.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 45167

**Tipo de Crédito:** 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** 43 **Data Efetivação:** 24/08/2015 **Data Assinatura:** 11/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | F S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **71000- Encargos Financeiros da União** | | | | | | | | | | **686.689.328.041** | **450.476.521.479** | **53.199.212.150** | **0** | **53.199.212.150** |
| **Unidade:** | **71101- Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **659.882.751.982** | **438.358.807.625** | **53.199.212.150** | **0** | **53.199.212.150** |
| 0905 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | | | | | | | | | | 545.782.657.047 | 381.991.650.914 | 53.199.212.150 | 0 | 53.199.212.150 |
| **0905 0455** | **Serviços da Dívida Pública Federal Interna** | **28- 843** | *10* | | | | | | | | **543.264.501.103** | **380.611.485.626** | **53.199.212.150** | **0** | **53.199.212.150** |
| 0905 0455 0001 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 543.264.501.103 | 380.611.485.626 | 53.199.212.150 | 0 | 53.199.212.150 |
| 0905 0455 0001 0001 | Serviços da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFI) | | | | | | | | | | 10.244.973.288 | 0 | 53.199.212.150 | 0 | 53.199.212.150 |
| | | | | | *3.2.90* | *344* | *0* | *2741* | *0* | *0* | *8.441.857.288* | *0* | *51.396.096.150* | *0* | *51.396.096.150* |
| | | | | | *4.6.90* | *329* | *0* | *2741* | *0* | *0* | *600.238.000* | *0* | *600.238.000* | *0* | *600.238.000* |
| | | | | | *4.6.90* | *359* | *0* | *2741* | *0* | *0* | *166.097.000* | *0* | *166.097.000* | *0* | *166.097.000* |
| | | | | | *4.6.90* | *371* | *0* | *2741* | *0* | *0* | *92.137.000* | *0* | *92.137.000* | *0* | *92.137.000* |
| | | | | | *4.6.90* | *397* | *0* | *2741* | *0* | *0* | *944.644.000* | *0* | *944.644.000* | *0* | *944.644.000* |
| **Órgão:** | **75000- Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal** | | | | | | | | | | **743.097.161.454** | **569.374.792.010** | **0** | **53.199.212.150** | **-53.199.212.150** |
| **Unidade:** | **75101- Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **743.097.161.454** | **569.374.792.010** | **0** | **53.199.212.150** | **-53.199.212.150** |
| 0907 | Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | | | | | | 724.958.620.551 | 558.794.266.104 | 0 | 53.199.212.150 | -53.199.212.150 |
| **0907 0365** | **Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna** | **28- 841** | *10* | | | | | | | | **724.958.620.551** | **558.794.266.104** | **0** | **53.199.212.150** | **-53.199.212.150** |
| 0907 0365 0001 | Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 724.958.620.551 | 558.794.266.104 | 0 | 53.199.212.150 | -53.199.212.150 |
| 0907 0365 0001 0001 | Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFI) | | | | | | | | | | 213.495.725.476 | 0 | 0 | 53.199.212.150 | -53.199.212.150 |
| | | | | | *4.6.90* | *143* | *0* | *2852* | *0* | *0* | *213.495.725.476* | *0* | *0* | *53.199.212.150* | *-53.199.212.150* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 1.429.786.489.495 | 1.019.851.313.489 | 53.199.212.150 | 53.199.212.150 | 0 |

**Justificativas Pedido: 45167**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Necessidade de utilização do superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, fontes de recursos 29, 43, 44, 59, 71, 73, 87 e 97, para amortização da dívida pública federal interna, conforme previsto no art. 4º, inciso V, item a, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015.

O valor total do superávit apurado é de R$ 210.704.901.000,00, especificado conforme abaixo:

| Fonte | Valor |
|---|---|
| 29 | R$ 2.143.188.000,00 |
| 43 | R$ 153.307.829.000,00 |
| 44 | R$ 52.098.285.000,00 |
| 59 | R$ 166.097.000,00 |
| 71 | R$ 92.137.000,00 |
| 73 | R$ 1.952.714.000,00 |
| 87 | R$ 7.000,00 |
| 97 | R$ 944.644.000,00 |

Câmara dos Deputados Secretaria Especial

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **45167**

É oportuno lembrar que, dos R$ 52.098.285.000,00 de superávit em fonte 44, a utilização de R$ 700.000.000,00 já foi solicitada à SOF mediante o pedido SIOP nº 43234, e que em 24.6.2015, atendendo a uma solicitação feita pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, via email, a Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (CODIV/STN/MF) indicou fontes compensatórias para atender aos IDOCs 2826 e 2851, nos montantes de R$ 698.431 em fonte 343 e R$ 2.766.626 em fonte 344.

Agora, aquela CODIV solicita a utilização do superávit financeiro para suplementar as ações:

- 28.843.0905.0455.0001.0001 - Serviços da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, órgão 71101, IDOC/PI 2741DPMFI1, naturezas da despesa "Principal", no montante de R$ 56.694.298.374,00, distribuído para as fontes de recursos 329 (R$ 2.143.188.000,00), 359 (R$ 166.097.000,00), 371 (R$ 92.137.000,00), 373 (R$ 1.952.714.000,00) e 397 (R$ 944.644.000,00), e natureza da despesa "Juros", no montante de R$ 51.395.518.374,00, fonte 344; e

- 28.841.0907.0365.0001.0001 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, órgão 75101, IDOC/PI 2741RDPMFI1, natureza da despesa "Principal", no valor de R$ 153.307.130.569,00, fonte 343.

Cabe acrescentar que esta solicitação de suplementação não decorre da variação de parâmetros utilizados na elaboração da proposta orçamentária de 2015.

**Usuário:** FRANCISCA CARLA ILORCA LOPES

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Em contrapartida, é oferecido o cancelamento de dotação na ação 28.841.0907.0365.0001.0001 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, fonte 143, Plano Orçamentário 0001, natureza da despesa "Principal", no valor de R$ 210.000.000.000,00.

**Usuário:** FRANCISCA CARLA ILORCA LOPES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito acarretará impacto desfavorável para a gestão da dívida pública federal interna, pela necessidade de novas emissões, indicando elevação nos custos de captação.

**Usuário:** FRANCISCA CARLA ILORCA LOPES

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não aplicável.

**Usuário:** FRANCISCA CARLA ILORCA LOPES

**Outras informações consideradas relevantes**

Não aplicável..

**Usuário:** FRANCISCA CARLA ILORCA LOPES

**Acompanhamentos Pedido: 45167**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 24/08/2015 | Pedido Efetivado | JOSE RICARDO DE SOUZA GALDINO |
| 24/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |
| 24/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | Lívia de Resende Andrade |
| 24/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | JOSE RICARDO DE SOUZA GALDINO |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | Lívia de Resende Andrade |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |
| 04/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: O pedido foi retornado ao momento OC e foi enviada pelo DECON nova solicitação de envio forçado, conforme e-mail a seguir:<br>.....<br>Prezado Karlei,<br><br>Solicitamos, por obséquio, mais uma vez , o envio do Pedido 45167 para o momento formalização. | KARLEI SCARDUA RODRIGUES |



Câmara dos Deputados

**Pedidos:** **45167**

Convém esclarecer que a modificação de fonte existente no supracitado pedido, concomitante à suplementação, origina-se da impossibilidade de utilização de fonte 43 na ação 0455.

Dessa forma, entendemos que a regra imposta no sistema vai de encontro à legislação que versa sobre a utilização da fonte 43, uma vez que não poderíamos publicar o Decreto com uma fonte inadequada.

Desde já agradeço.

Att,

--
Marcondes da Silva Bomfim
Coordenador da CODEF/SOF/MP
Tel: 61 - 2020-2109

| | | |
|---|---|---|
| 04/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | MARCONDES DA SILVA BOMFIM |
| 03/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: Atendendo a solicitação do DECON, conforme e-mail enviado em 03/08/2015:<br>'''''''''''''''''<br>Caro Karlei,<br><br>Conforme combinado, solicito o envio para "Formalização" do Pedido nº 45167, tendo em vista a utilização, ao mesmo tempo, de cancelamento e superávit das fontes 143 e 343, respectivamente, o que impede o envio normal.<br><br>Qualquer dúvida me avise.<br><br>Um abraço<br><br>--<br>José Ricardo de Souza Galdino<br>Gerente de Projeto<br>Departamento de Programas da Área Econômica - DECON<br>Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP | KARLEI SCARDUA RODRIGUES |
| 28/07/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Para efetivação do crédito | Lívia de Resende Andrade |



Câmara dos Deputados
Secretaria das Comissões
SOF

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2240**

**Pedido(s): 45167**

**Tipo: 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 53.199.212.150 | 53.199.212.150 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **71000 Encargos Financeiros da União** | **53.199.212.150** | **0** | **53.199.212.150** |
| 71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | 53.199.212.150 | 0 | 53.199.212.150 |
| **75000 Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal** | **0** | **53.199.212.150** | **-53.199.212.150** |
| 75101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | 0 | 53.199.212.150 | -53.199.212.150 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Juros e Encargos da Dívida | 51.396.096.150 | 0 | 51.396.096.150 |
| 6 - Amortização da Dívida | 1.803.116.000 | 53.199.212.150 | -51.396.096.150 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal | 0 | 53.199.212.150 | -53.199.212.150 |
| 329 - Recursos de Concessões e Permissões | 600.238.000 | 0 | 600.238.000 |
| 344 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações | 51.396.096.150 | 0 | 51.396.096.150 |
| 359 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos | 166.097.000 | 0 | 166.097.000 |
| 371 - Recursos das Operações Oficiais de Credito - Retorno de Operações de Credito Bea/bib | 92.137.000 | 0 | 92.137.000 |
| 397 - Dividendos da União | 944.644.000 | 0 | 944.644.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | **53.199.212.150** | **0** | **53.199.212.150** |
| 329 Recursos de Concessões e Permissões | 600.238.000 | 0 | 600.238.000 |
| 344 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações | 51.396.096.150 | 0 | 51.396.096.150 |
| 359 Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos | 166.097.000 | 0 | 166.097.000 |
| 371 Recursos das Operações Oficiais de Credito - Retorno de Operações de Credito Bea/bib | 92.137.000 | 0 | 92.137.000 |
| 397 Dividendos da União | 944.644.000 | 0 | 944.644.000 |
| **75101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | **0** | **53.199.212.150** | **-53.199.212.150** |
| 143 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal | 0 | 53.199.212.150 | -53.199.212.150 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 53.199.212.150 | 53.199.212.150 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 53.199.212.150 | 53.199.212.150 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *dentificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2741 - Títulos do Tesouro Nacional (Lei n. 10179) | 53.199.212.150 | 0 | 53.199.212.150 |
| 2852 - DPMFi BACEN | 0 | 53.199.212.150 | -53.199.212.150 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 53.199.212.150 | 53.199.212.150 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 53.199.212.150 | 53.199.212.150 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 28 - Encargos Especiais | 53.199.212.150 | 53.199.212.150 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 841 - Refinanciamento da Dívida Interna | 0 | 53.199.212.150 | -53.199.212.150 |
| 843 - Serviço da Dívida Interna | 53.199.212.150 | 0 | 53.199.212.150 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **28 Encargos Especiais** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |
| 841 Refinanciamento da Dívida Interna | 0 | 53.199.212.150 | -53.199.212.150 |
| 843 Serviço da Dívida Interna | 53.199.212.150 | 0 | 53.199.212.150 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2240**

**Pedido(s): 45167**

**Tipo: 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização)**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 111 - Atendimento de despesas com o serviço da dívida, inclusive refinanciamento (juros, encargos da dívida e amortização) | 53.199.212.150 | 53.199.212.150 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 53.199.212.150 | 53.199.212.150 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0905 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | 53.199.212.150 | 0 | 53.199.212.150 |
| 0907 - Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna | 0 | 53.199.212.150 | -53.199.212.150 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 53.199.212.150 | 53.199.212.150 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0365 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna | 0 | 53.199.212.150 | -53.199.212.150 |
| 0455 - Serviços da Dívida Pública Federal Interna | 53.199.212.150 | 0 | 53.199.212.150 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 53.199.212.150 | 53.199.212.150 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 45167 - Solicitação de crédito suplementar por Incorporação de Superávit Financeiro(Tipo 111) | 53.199.212.150 | 53.199.212.150 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 53.199.212.150 | 53.199.212.150 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **53.199.212.150** | **53.199.212.150** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 45502

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** 20 **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | F. S F. | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **22000- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | | | | | | | | | | **12.489.910.095** | **9.124.566.737** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |
| **Unidade:** | **22101- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | | | | | | | | | | **6.059.712.336** | **4.792.258.965** | **19.000.000** | **0** | **19.000.000** |
| 2014 | Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização | | | | | | | | | | 1.895.204.094 | 965.497.575 | 19.000.000 | 0 | 19.000.000 |
| **2014 20ZV** | **Fomento ao Setor Agropecuário** | **20- 608** | *10* | | | | | | | | **1.104.440.264** | **313.016.188** | **19.000.000** | **0** | **19.000.000** |
| 2014 20ZV 0001 | Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 332.435.790 | 91.904.896 | 19.000.000 | 0 | 19.000.000 |
| 2014 20ZV 0001 000E | Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário | | | | | | | | | | 31.371.213 | 30.690.425 | 19.000.000 | 0 | 19.000.000 |
| | | | | | *3.3.40* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.948.711* | *1.948.711* | *9.500.000* | *0* | *9.500.000* |
| | | | | | *4.4.40* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *29.422.502* | *28.741.714* | *9.500.000* | *0* | *9.500.000* |
| **Unidade:** | **22211- Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB** | | | | | | | | | | **3.176.599.768** | **1.309.735.935** | **0** | **19.000.000** | **-19.000.000** |
| 2014 | Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização | | | | | | | | | | 1.942.765.757 | 346.446.064 | 0 | 19.000.000 | -19.000.000 |
| **2014 151O** | **Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB** | **20- 605** | *10* | | | | | | | | **153.226.992** | **11.287.423** | **0** | **19.000.000** | **-19.000.000** |
| 2014 151O 0001 | Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 129.554.056 | 11.287.423 | 0 | 19.000.000 | -19.000.000 |
| 2014 151O 0001 0001 | Construção de Unidades Armazenadoras | | | | | | | | | | 45.798.053 | 0 | 0 | 19.000.000 | -19.000.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *45.798.053* | *0* | *0* | *19.000.000* | *-19.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 12.489.910.095 | 9.124.566.737 | 19.000.000 | 19.000.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 45502**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Justificativa do Pedido 45497:
Cancelamento de R$ 19,0 milhões na ação AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA CAPACIDADE ARMAZENADORA DA CONAB, PO 01 Construção da Unidade Armazenadora, para atender necessidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Justificativa do Pedido 45488:
O crédito permitirá o fomento ao setor agropecuário mediante a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção e manutenção de vias de escoamento, objetivando a elevação da produtividade, redução de custos e aumento da renda no campo, apoiando o desenvolvimento dos pequenos e médios produtores rurais.

**Usuário:** ISA CONCEIÇÃO GONÇALVES ARAGAO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 45497:
Não haverá impacto.

**Usuário:** ISA CONCEIÇÃO GONÇALVES ARAGAO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 45488:
O não atendimento do pleito impossibilitará ações de promoção da agropecuária nacional.

**Usuário:** ISA CONCEIÇÃO GONÇALVES ARAGAO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Justificativa do Pedido 45497:
Não haverão reflexos.



Câmara dos Deputados

**Pedidos:** **45502**

Justificativa do Pedido 45488:
Não acarretará em prejuízos para o nível de gastos de custeio do órgão.

**Usuário:** ISA CONCEIÇÃO GONÇALVES ARAGAO

**Acompanhamentos Pedido: 45502**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | Lívia de Resende Andrade |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | Livia de Resende Andrade |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |
| 03/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: Para Ajuste no título | DEUSELES ROSA DA SILVA |
| 03/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Para Ajuste no título | DEUSELES ROSA DA SILVA |
| 03/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | DEUSELES ROSA DA SILVA |
| 03/08/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Decisão pela abertura do crédito de imediato, todavia fora dos prazo de envio pelo Setorial. | DEUSELES ROSA DA SILVA |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2016**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2232**

**Pedido(s): 45502**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 19.000.000 | 19.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |
| 22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 19.000.000 | 0 | 19.000.000 |
| 22211 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB | 0 | 19.000.000 | -19.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 9.500.000 | 0 | 9.500.000 |
| 4 - Investimentos | 9.500.000 | 19.000.000 | -9.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinarios | 19.000.000 | 19.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | **19.000.000** | **0** | **19.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 19.000.000 | 0 | 19.000.000 |
| **22211 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB** | **0** | **19.000.000** | **-19.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 19.000.000 | -19.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 40 - Transferências a Municípios | 19.000.000 | 0 | 19.000.000 |
| 90 - Aplicações Diretas | 0 | 19.000.000 | -19.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 19.000.000 | 19.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 19.000.000 | 19.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 19.000.000 | 19.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 19.000.000 | 19.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20 - Agricultura | 19.000.000 | 19.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 605 - Abastecimento | 0 | 19.000.000 | -19.000.000 |
| 608 - Promoção da Produção Agropecuária | 19.000.000 | 0 | 19.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **20 Agricultura** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |
| 605 Abastecimento | 0 | 19.000.000 | -19.000.000 |
| 608 Promoção da Produção Agropecuária | 19.000.000 | 0 | 19.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 19.000.000 | 19.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 19.000.000 | 19.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2232**

**Pedido(s): 45502**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização | 19.000.000 | 19.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 19.000.000 | 19.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 151O - Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB | 0 | 19.000.000 | -19.000.000 |
| 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário | 19.000.000 | 0 | 19.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 0 | 19.000.000 | -19.000.000 |
| - Atividade | 19.000.000 | 0 | 19.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 45502 - Crédito Suplementar - Fomento - R$ 19 mi(Tipo 100) | 19.000.000 | 19.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 19.000.000 | 19.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **19.000.000** | **19.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 45528

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** 20 **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | F S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **25000- Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **32.543.619.556** | **22.849.759.379** | **18.000.000** | **15.000.000** | **3.000.000** |
| **Unidade:** | **25101- Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **9.527.341.328** | **9.140.893.237** | **0** | **15.000.000** | **-15.000.000** |
| 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | | | | 1.341.862.188 | 1.217.090.682 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| **2110 2000** | **Administração da Unidade** | **04- 122** | *10* | | | | | | | | **335.612.160** | **252.476.790** | **0** | **15.000.000** | **-15.000.000** |
| 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 335.612.160 | 252.476.790 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| 2110 2000 0001 0005 | Administração da Unidade | | | | | | | | | | 278.005.870 | 235.872.455 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *278.005.870* | *235.872.455* | *0* | *15.000.000* | *-15.000.000* |
| **Unidade:** | **25914- Fundo de Garantia à Exportação - FGE** | | | | | | | | | | **2.638.023.357** | **113.000.000** | **18.000.000** | **0** | **18.000.000** |
| 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | | | | 113.000.000 | 113.000.000 | 18.000.000 | 0 | 18.000.000 |
| **0909 008G** | **Devolução de Prêmio de Seguro de Crédito à Exportação** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **113.000.000** | **113.000.000** | **18.000.000** | **0** | **18.000.000** |
| 0909 008G 0001 | Devolução de Prêmio de Seguro de Crédito à Exportação - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 113.000.000 | 113.000.000 | 18.000.000 | 0 | 18.000.000 |
| 0909 008G 0001 0000 | Devolução de Prêmio de Seguro de Crédito à Exportação | | | | | | | | | | 108.000.000 | 108.000.000 | 18.000.000 | 0 | 18.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *108.000.000* | *108.000.000* | *18.000.000* | *0* | *18.000.000* |
| **Órgão:** | **71000- Encargos Financeiros da União** | | | | | | | | | | **686.689.328.041** | **450.476.521.479** | **0** | **3.000.000** | **-3.000.000** |
| **Unidade:** | **71104- Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **797.469.255** | **293.769.593** | **0** | **3.000.000** | **-3.000.000** |
| 0911 | Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros | | | | | | | | | | 797.469.255 | 293.769.593 | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| **0911 00M4** | **Remuneração a Agentes Financeiros** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **797.469.255** | **293.769.593** | **0** | **3.000.000** | **-3.000.000** |
| 0911 00M4 0001 | Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 797.469.255 | 293.769.593 | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| 0911 00M4 0001 0005 | Remuneração de Agentes pela Recuperação de Haveres e Operacionalização do Seguro de Crédito à Exportação | | | | | | | | | | 15.206.516 | 13.501.600 | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *15.206.516* | *13.501.600* | *0* | *3.000.000* | *-3.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 719.232.947.597 | 473.326.280.858 | 18.000.000 | 18.000.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 45528**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Em 09.02.2015, esta SAIN recebeu os documentos Carta AEX 2015/0039 e Carta AEX 2015/0040, ambos datados de 30.01.2015, enviados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por meio dos quais o Banco, no papel de financiador da exportação de aeronaves fabricadas pela Embraer S.A. e beneficiário do Seguro de Crédito à Exportação lastreado no Fundo de Garantia à Exportação – SCE/FGE, informa acerca do pagamento antecipado de 15 (quinze) aeronaves objeto dos Certificados de Garantia de Cobertura nº 466/2009 e nº 514/2009. Em 22.04.2015, esta SAIN recebeu a Carta AEX 2015/0152, datada de 13.04.2015, também enviada pelo BNDES, comunicando o pagamento antecipado de uma aeronave objeto do Certificado de Garantia de Cobertura nº 466/2009.
Em razão do disposto na Cláusula Quarta das Condições Especiais dos Certificados de Garantia de Cobertura em epígrafe, esta SAIN está obrigada a devolver proporcionalmente o preço da cobertura das aeronaves cujo financiamento teve seu saldo devedor liquidado antecipadamente tendo em vista o risco não incorrido. Assim, os valores a serem devolvidos totalizam US$ 31.609.057,20 (trinta e um milhões, seiscentos e nove mil e cinquenta e sete dólares e vinte centavos), que equivale a cerca de R$ 104,3 milhões de reais, superando a disponibilidade orçamentária da Ação 008G – Devolução de Prêmio de Seguro de Crédito à Exportação. O



Câmara dos Deputados Comissões Especiais

**Pedidos:** **45528**

prazo estabelecido em contrato para que a devolução ocorra, segundo a Cláusula supramencionada, é de 180 (cento e oitenta) dias contados da data em que o Garantidor (esta SAIN) tenha sido notificado por escrito pelo Garantido (o BNDES) quanto à ocorrência da liquidação antecipada do saldo devedor.
Desta feita, esta SAIN estimou o valor a devolver em cerca de R$ 104,3 milhões até o dia 19.10.2015, sendo R$ cerca de R$ 100 milhões até o dia 08.08.2015. Esses valores foram calculados com base em um câmbio de R$ 3,30 por Dólar e com base neles foi feito o pedido de suplementação nº 45431.
Tendo em vista a desvalorização cambial havida os últimos dias, o valor a se devolver está sendo calculado em cerca de R$ 109 milhões, sendo cerca de R$ 104 milhões até o dia 08/08/2015 (calculado a uma taxa de R$ 3,45 por Dólar).

**Usuário:** FLAVIO DANIEL BARAN

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Pede-se a suplementação de R$ 3.000.000 por cancelamento de igual valor da ação 71104.0911.00M4.0005, utilizada para efetuar pagamentos à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF. os pagamentos à Agência, por possuirem parcela variável, totalizaram, no primeiro semestre de 2015, cerca R$ 6,1 milhões e estima-se que para o segundo semestre será necessário um valor semelhante para efetuar os demais pagamentos à Agência, totalizando para 2015 um valor inferior ao determinado pela LOA (R$ 18,2 milhões). Desse modo, o cancelamento de R$ 3.000.000 nessa ação não deve ter grande impacto no pagamento à Agência até o final do ano. A ABGF já foi comunicada acerca do cancelamento.

**Usuário:** FLAVIO DANIEL BARAN

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

A não devolução de prêmio ou o não pagamento de sinistros cobertos pelo SCE por falta de orçamento certamente comprometerá todo o esforço que tem sido feito pela SAIN/MF no sentido de divulgar a cobertura da União no financiamento às exportações, que tem contado com crescente participação de bancos privados, reduzindo a necessidade de financiamento com recursos federais.

**Usuário:** FLAVIO DANIEL BARAN

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

A demanda é para atendimento a uma obrigação legal/contratual, não sendo para gastos de custeio.

**Usuário:** FLAVIO DANIEL BARAN

**Outras informações consideradas relevantes**

Cumpre destacar que nos cinco primeiros meses de 2015 o total arrecadado pelo FGE foi de R$ 1,26 bilhões, sendo R$ 90,7 milhões em prêmios. Durante o exercício de 2014 a arrecadação total foi de R$ 2,5 bilhões, sendo R$ 328 milhões em prêmios. Historicamente o FGE recebeu US$ 1,1 bilhão em prêmios e pagou US$ 36,5 milhões, de modo que o Fundo é superavitário e favorável à União.
O pagamento antecipado dos referidos financiamentos é positivo para o FGE, pois reduz a exposição do Fundo no mesmo montante. Além disso, tendo em vista que estes financiamentos foram concedidos pelo BNDES, o pagamento proporciona a imediata entrada de divisas no País.

**Usuário:** FLAVIO DANIEL BARAN

**Acompanhamentos Pedido: 45528**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | Lívia de Resende Andrade |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | Lívia de Resende Andrade |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | Lívia de Resende Andrade |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGE FERREIRA DE ALMEIDA |
| 06/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: Para efetivação do crédito | Lívia de Resende Andrade |
| 06/08/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Para efetivação do crédito | Lívia de Resende Andrade |
| 05/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | FLAVIO DANIEL BARAN |



Câmara dos Deputados
Fls. 1993
Coordenação de Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2232**

**Pedido(s): 45528**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 18.000.000 | 18.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **25000 Ministério da Fazenda** | **18.000.000** | **15.000.000** | **3.000.000** |
| 25101 Ministério da Fazenda | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| 25914 Fundo de Garantia à Exportação - FGE | 18.000.000 | 0 | 18.000.000 |
| **71000 Encargos Financeiros da União** | **0** | **3.000.000** | **-3.000.000** |
| 71104 Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 18.000.000 | 18.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 18.000.000 | 18.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **25101 Ministério da Fazenda** | **0** | **15.000.000** | **-15.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| **25914 Fundo de Garantia à Exportação - FGE** | **18.000.000** | **0** | **18.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 18.000.000 | 0 | 18.000.000 |
| **71104 Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | **0** | **3.000.000** | **-3.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 18.000.000 | 18.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 18.000.000 | 18.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 18.000.000 | 18.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 18.000.000 | 18.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 18.000.000 | 18.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 04 - Administração | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| 28 - Encargos Especiais | 18.000.000 | 3.000.000 | 15.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| 846 - Outros Encargos Especiais | 18.000.000 | 3.000.000 | 15.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **04 Administração** | **0** | **15.000.000** | **-15.000.000** |
| 122 Administração Geral | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| **28 Encargos Especiais** | **18.000.000** | **3.000.000** | **15.000.000** |
| 846 Outros Encargos Especiais | 18.000.000 | 3.000.000 | 15.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 18.000.000 | 18.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2232**

**Pedido(s): 45528**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 18.000.000 | 18.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 18.000.000 | 0 | 18.000.000 |
| 0911 - Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| - Operações Especiais | 18.000.000 | 3.000.000 | 15.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 008G - Devolução de Prêmio de Seguro de Crédito à Exportação | 18.000.000 | 0 | 18.000.000 |
| 00M4 - Remuneração a Agentes Financeiros | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| 2000 - Administração da Unidade | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| - Operações Especiais | 18.000.000 | 3.000.000 | 15.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 45528 - Nova suplementação - devolução de prêmio(Tipo 100) | 18.000.000 | 18.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 18.000.000 | 18.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.000.000** | **18.000.000** | **0** |

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Orçamento Federal
SEPN 516, Lote 8, Bloco D, 4º Andar, 70770-524, Brasília - DF
Telefone: 2020-2000 - E-mail: sof@planejamento.gov.br

Câmara dos Deputados 7986 Comissões Especiais

**Memorando SEI nº 308/2015-MP**

Em 06 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Assunto: **Projeto de Decreto que abre crédito suplementar em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e das Cidades e de Encargos Financeiros da União.**

1. Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, Projeto de Decreto que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015) crédito suplementar, no valor de R$ 55.237.582.569,00 (cinquenta e cinco bilhões, duzentos e trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e nove reais), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e das Cidades e de Encargos Financeiros da União.

2. Cabe ressaltar que a solicitação em referência será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Outras Aplicações, e de anulação de dotações orçamentárias, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", e V, alíneas "a" e "b", item 1, da Lei nº 13.115, de 2015, e no art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Em face do exposto, submeto à apreciação de Vossa Excelência o referido Projeto de Decreto, acompanhado de Exposição de Motivos, e respectivos Anexos.

Respeitosamente,

**CILAIR RODRIGUES DE ABREU**
Secretário-Adjunto de Orçamento Federal

Documento assinado eletronicamente por **CILAIR RODRIGUES DE ABREU, Secretário-Adjunto**, em 07/08/2015, às 10:17.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seimp.planejamento.gov.br/conferir], informando o código verificador **0590211** e o código CRC **D1B1EA76**.

Câmara dos Deputados
Fl. 7987
Comissões Especiais

Criado por 01649920148, versão 3 por 01649920148 em 06/08/2015 20:04:32.

EM nº /2015-MP

Brasília, de de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), no valor de R$ 55.237.582.569,00 (cinquenta e cinco bilhões, duzentos e trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e nove reais), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e das Cidades e de Encargos Financeiros da União.

2. O quadro a seguir demonstra a distribuição do referido crédito por órgão e unidade orçamentária, bem como a origem dos recursos:

R$ 1,00

| Discriminação | Suplementação | Origem dos Recursos |
|---|---|---|
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 19.000.000 | 19.000.000 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Administração direta) | 19.000.000 | |
| Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB | | 19.000.000 |
| Ministério da Fazenda | 18.000.000 | 15.000.000 |
| Ministério da Fazenda (Administração direta) | | 15.000.000 |
| Fundo de Garantia à Exportação – FGE | 18.000.000 | |
| Ministério das Cidades | 1.370.419 | |
| Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU | 1.370.419 | |
| Encargos Financeiros da União | 55.199.212.150 | 2.003.000.000 |
| Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | 55.199.212.150 | 2.000.000.000 |
| Remuneração de Agentes Financeiros – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | | 3.000.000 |
| Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal | | 53.199.212.150 |
| Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | | 53.199.212.150 |

| | | |
|---|---|---|
| Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Outras Aplicações | | 1.370.419 |
| **TOTAL** | 55.237.582.569 | 55.237.582.569 |

3. Em relação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o crédito permitirá a implantação e modernização de infraestrutura de apoio à produção agropecuária e a manutenção de vias locais de escoamento, com vistas à elevação da produtividade, à redução dos custos e ao aumento da renda no campo, beneficiando principalmente os pequenos e médios produtores rurais.

4. No que tange ao Ministério da Fazenda, a suplementação possibilitará a devolução da cobertura realizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no papel de financiador da exportação de aeronaves fabricadas pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A – EMBRAER S.A. e beneficiário do Seguro de Crédito à Exportação – SCE, em decorrência do pagamento antecipado de uma aeronave objeto do Certificado de Garantia de Cobertura nº 466/2009.

5. No âmbito do Ministério das Cidades, permitirá complementar o pagamento dos juros e encargos contratuais de operação de crédito feita em dólar, tendo em vista que o valor previsto se tornou insuficiente em razão da elevação da cotação da moeda americana.

6. No que se refere a Encargos Financeiros da União – EFU, viabilizará o pagamento de principal e de juros e outros encargos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, reduzindo a necessidade de emissão de novos títulos públicos, e de juros e outros encargos da Dívida Pública Federal Externa.

7. Cumpre destacar que o presente crédito suplementar, no âmbito do EFU, envolve concomitante modificação de fonte de recursos, haja vista a inadequação da utilização da fonte "43 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal" na programação suplementada, a qual será substituída por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo às fontes "29 – Recursos de Concessões e Permissões, "44 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Outras Aplicações", "59 – Recursos das Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos", "71 – Recursos das Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB" e "97 – Dividendos da União".

8. Ressalte-se, ainda, que a solicitação em referência será viabilizada, mediante Decreto, à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, e de anulação de dotações orçamentárias, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", e V, alíneas "a" e "b", item 1, da Lei nº 13.115, de 2015, e no art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Câmara dos Deputados
Fl. 7990
Comissões Especiais

9. Esclareço, a propósito do que dispõe o *caput* do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, pois:

a) R$ 55.199.212.150,00 (cinquenta e cinco bilhões, cento e noventa e nove milhões, duzentos e doze mil, cento e cinquenta reais) se referem a remanejamento entre despesas financeiras;

b) R$ 1.370.419,00 (um milhão, trezentos e setenta mil, quatrocentos e dezenove reais) atendimento de despesas financeiras à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, não consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Anexo XI do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, por serem de natureza financeira; e

c) R$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais) se referem ao remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da programação e/ou das dotações suplementadas, cuja execução será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

10. Finalmente, cabe destacar que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações orçamentárias objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

11. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Decreto, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

**NELSON BARBOSA**
Ministro de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão

Câmara dos Deputados
Fl. 7991
Comissões Especiais

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº , DE DE DE 2015.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências

Necessidade de recursos, no âmbito dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, para cumprimento de seus programas de trabalho.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta

Abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), mediante Decreto, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", e V, alíneas "a" e "b", item 1, da Lei nº 13.115, de 2015, e no art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos

Tecnicamente é a alternativa viável.

4. Custos

R$ 55.237.582.569,00 (cinquenta e cinco bilhões, duzentos e trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e nove reais), sendo: R$ 1.370.419,00 (um milhão, trezentos e setenta mil, quatrocentos e dezenove reais) provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, e R$ 55.236.212.150,00 (cinquenta e cinco bilhões, duzentos e trinta e seis milhões, duzentos e doze mil, cento e cinquenta reais) de anulação de dotações orçamentárias.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência)

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo)

7. Alterações Propostas

| Texto atual | Texto proposto |
|---|---|
| | |

8. Síntese do parecer do órgão jurídico

DECRETO DE DE DE 2015.

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 55.237.582.569,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", e V, alíneas "a" e "b", item 1, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, e no art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar, no valor de R$ 55.237.582.569,00 (cinquenta e cinco bilhões, duzentos e trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, no valor de R$ 1.370.419,00 (um milhão, trezentos e setenta mil, quatrocentos e dezenove reais); e

II - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R$ 55.236.212.150,00 (cinquenta e cinco bilhões, duzentos e trinta e seis milhões, duzentos e doze mil, cento e cinquenta reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

**ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
**UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização | | | | | | | 19.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 608 | 2014 20ZV | Fomento ao Setor Agropecuário | | | | | | | 19.000.000 |
| 20 608 | 2014 20ZV 0001 | Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional | | | | | | | 19.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 9.500.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 9.500.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 19.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 19.000.000 |

**ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda**
**UNIDADE: 25914 - Fundo de Garantia à Exportação - FGE**

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 18.000.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0909 008G | Devolução de Prêmio de Seguro de Crédito à Exportação | | | | | | | 18.000.000 |
| 28 846 | 0909 008G 0001 | Devolução de Prêmio de Seguro de Crédito à Exportação - Nacional | | | | | | | 18.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 18.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 18.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.000.000 |

**ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades**
**UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU**

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0905 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | | | | | | | 1.370.419 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 843 | 0905 0283 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna | | | | | | | 1.370.419 |
| 28 843 | 0905 0283 0001 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional | | | | | | | 1.370.419 |
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 344 | 1.370.419 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.370.419 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.370.419 |

**ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União**
**UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda**

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0905 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | | | | | | | 53.199.212.150 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 843 | 0905 0455 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna | | | | | | | 53.199.212.150 |
| 28 843 | 0905 0455 0001 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional | | | | | | | 53.199.212.150 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 344 | 51.396.096.150 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 329 | 600.238.000 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 359 | 166.097.000 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 371 | 92.137.000 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 397 | 944.644.000 |
| | 0906 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) | | | | | | | 2.000.000.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 844 | 0906 0425 | Serviços da Dívida Pública Federal Externa | | | | | | | 2.000.000.000 |
| 28 844 | 0906 0425 0001 | Serviços da Dívida Pública Federal Externa - Nacional | | | | | | | 2.000.000.000 |
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 144 | 2.000.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 55.199.212.150 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 55.199.212.150 |

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização | | | | | | | 19.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 20 605 | 2014 151O | Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB | | | | | | | 19.000.000 |
| 20 605 | 2014 151O 0001 | Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB - Nacional | | | | | | | 19.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 19.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 19.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 19.000.000 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 15.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 2110 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 15.000.000 |
| 04 122 | 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 15.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 15.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 15.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.000.000 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 2.000.000.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0909 0669 | Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000) | | | | | | | 2.000.000.000 |
| 28 846 | 0909 0669 0001 | Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000) - Nacional | | | | | | | 2.000.000.000 |
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 144 | 2.000.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.000.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |

| | |
|---|---|
| **TOTAL - GERAL** | **2.000.000.000** |

**ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União**
**UNIDADE: 71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda**

**ANEXO II**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**
**Crédito Suplementar**
**Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0911** | **Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros** | | | | | | | **3.000.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0911 00M4** | **Remuneração a Agentes Financeiros** | | | | | | | **3.000.000** |
| 28 846 | 0911 00M4 0001 | Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional | | | | | | | 3.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 3.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.000.000** |

**ÓRGÃO: 75000 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal**
**UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda**

**ANEXO II**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**
**Crédito Suplementar**
**Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0907** | **Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna** | | | | | | | **53.199.212.150** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 841** | **0907 0365** | **Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna** | | | | | | | **53.199.212.150** |
| 28 841 | 0907 0365 0001 | Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional | | | | | | | 53.199.212.150 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 143 | 53.199.212.150 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **53.199.212.150** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **53.199.212.150** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SOF Orçamento Federal

# Resumo do Decreto - R$ 55.237,6 milhões

em R$ milhões

| Órgãos | Parcela (R$ mi) | | Descrição Sucinta da Suplementação | Observações |
|---|---|---|---|---|
| | Compensadas | Não Compesadas | | |
| Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 19,0 | | Implantação e modernização de infraestrutura de apoio à produção agropecuária e manutenção de vias locais de escoamento. | |
| Fazenda | 18,0 | | Devolução da cobertura realizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em decorrência do pagamento antecipado de uma aeronave fabricada pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - EMBRAER S.A. | |
| Cidades | | 1,4 | Pagamento de juros e outros encargos de Dívida Contratual Externa, tendo em vista variação cambial. | Superávit financeiro relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações. |
| EFU | 55.199,2 | | Pagamento de principal e juros e outros encargos da Dívida Pública Mobiliária Federa Interna, e de juros e outros encargos da Dívida Pública Federal Externa. | |
| **TOTAL** | **55.236,2** | **1,4** | | |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 7996

07/08/2015

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS. ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K. - 8º ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

PARECER n. 00905/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU

NUP: 03500.201094/2015-84

INTERESSADOS: Diversos órgãos do Poder Executivo.

ASSUNTOS: Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

EMENTA: I – Ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. II – Conformidade com: (a) as competências constitucionais da Presidente da República; (b) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares; e (c) as hipóteses de autorização para a abertura de créditos suplementares previstas na Lei Orçamentária Anual em vigor. III – Pelo encaminhamento à ASTEC/GM.

A Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM submeteu à análise e manifestação desta Consultoria Jurídica Projeto de Decreto que: "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 55.237.582.569,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.".

De acordo com a Exposição de Motivos: (i) o objetivo da proposta é o de reforçar as dotações orçamentárias dos órgãos envolvidos (item 1 do Anexo à EM); (ii) os recursos necessários à abertura do crédito serão obtidos por meio de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, bem como de anulação de dotações orçamentárias (item 8 da EM); e (iii) a proposta não afetará a meta de resultado primário para o presente exercício (item 9 da EM).

No âmbito deste Ministério, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento da proposta.

Câmara dos Deputados 7995 Comissões Especiais

Em relação ao conteúdo, esta Consultoria Jurídica não identificou qualquer óbice ou risco de natureza jurídica capaz de interferir na efetivação dos objetivos da proposta. O Projeto de Decreto está em conformidade com: (i) a competência constitucional da Presidente da República para expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis (art. 84, IV, da Constituição Federal); (ii) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares (art. 167, V, da Constituição Federal, arts. 40 a 46 da Lei nº 4.320/1964 e art. 4º, incisos I, alínea "a" e V, alíneas "a" e "b", item 1, da Lei no 13.115, de 20 de abril de 2015).

No tocante aos aspectos formais, o Projeto de Decreto está em conformidade com as normas que regulam a elaboração de atos normativos no âmbito da administração pública federal (Lei Complementar nº 95/1998 e Decreto nº 4.176/2002).

Do exposto, opina-se pela ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. Pelo encaminhamento à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

À consideração superior.

PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES JÚNIOR

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS

ADVOGADO DA UNIÃO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 8º ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

DESPACHO DE APROVAÇÃO DO CONSULTOR JURÍDICO

PROCESSO: 03500.201094/2015-84

INTERESSADO: Diversos órgãos do Poder Executivo.

ASSUNTO: Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

1. Aprovo o PARECER n. 00905/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU.

2. Enviem-se os autos à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

WALTER BAERE DE ARAÚJO FILHO

Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 03500201094201584 e da chave de acesso 7cbbe26b

Documento assinado eletronicamente por WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3858576 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO. Data e Hora: 07-08-2015 16:14. Número de Série: 2150341798641688053. Emissor: AC CAIXA PF v2.

Documento assinado eletronicamente por PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3858576 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR. Data e Hora: 07-08-2015 14:52. Número de Série: 7160455948378289969. Emissor: AC CAIXA PF v2.

*Assinado eletronicamente por: Walter Baere de Araújo Filho*

14 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 160, sexta-feira, 21 de agosto de 2015

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 20.000.000 |
| 26 782 | 2075 7T97 | **Construção de Trecho Rodoviário - Castanheira - Colniza - na BR-174/MT** | | | | | | | **900.000** |
| 26 782 | 2075 7T97 0051 | Construção de Trecho Rodoviário - Castanheira - Colniza - na BR-174/MT - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 900.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 900.000 |
| 26 782 | 2075 7U29 | **Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Paranaguá (Av. Ayrton Senna) - na BR-277/PR** | | | | | | | **17.000.000** |
| 26 782 | 2075 7U29 0041 | Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Paranaguá (Av. Ayrton Senna) - na BR-277/PR - No Estado do Paraná | | | | | | | 17.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 17.000.000 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **1.070.086.214** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.070.086.214** |

**ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional**

**UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2013** | **Agricultura Irrigada** | | | | | | | **14.273.496** |
| | | **Projetos** | | | | | | | |
| **20 607** | **2013 140C** | **Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano no Estado de Alagoas** | | | | | | | **4.887.000** |
| 20 607 | 2013 140C 0027 | Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano no Estado de Alagoas - No Estado de Alagoas | | | | | | | 4.887.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 4.887.000 |
| **20 607** | **2013 1692** | **Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 24.504,90 ha no Estado da Bahia** | | | | | | | **4.725.000** |
| 20 607 | 2013 1692 0029 | Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 24.504,90 ha no Estado da Bahia - No Estado da Bahia | | | | | | | 4.725.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 4.725.000 |
| **20 607** | **2013 5260** | **Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.811,91 ha no Estado de Pernambuco** | | | | | | | **1.000.000** |
| 20 607 | 2013 5260 0026 | Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.811,91 ha no Estado de Pernambuco - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| **20 607** | **2013 5314** | **Implantação do Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê com 47.924,50 ha no Estado da Bahia** | | | | | | | **1.944.000** |
| 20 607 | 2013 5314 0029 | Implantação do Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê com 47.924,50 ha no Estado da Bahia - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.944.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 1.944.000 |
| **20 607** | **2013 5322** | **Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba no Estado de Minas Gerais** | | | | | | | **131.288** |
| 20 607 | 2013 5322 0031 | Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 131.288 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 131.288 |
| **20 607** | **2013 5330** | **Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro com 2.091 ha no Estado de Pernambuco** | | | | | | | **572.501** |
| 20 607 | 2013 5330 0026 | Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro com 2.091 ha no Estado de Pernambuco - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 572.501 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 572.501 |
| **20 607** | **2013 5368** | **Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Formoso com 12.048 ha no Estado da Bahia** | | | | | | | **655.986** |
| 20 607 | 2013 5368 0029 | Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Formoso com 12.048 ha no Estado da Bahia - No Estado da Bahia | | | | | | | 655.986 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 655.986 |
| **20 607** | **2013 5378** | **Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá com 4.350 ha no Estado da Bahia** | | | | | | | **234.041** |
| 20 607 | 2013 5378 0029 | Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá com 4.350 ha no Estado da Bahia - No Estado da Bahia | | | | | | | 234.041 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 234.041 |
| **20 607** | **2013 5442** | **Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Manicoba com 4.293 ha no Estado da Bahia** | | | | | | | **123.680** |
| 20 607 | 2013 5442 0029 | Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Manicoba com 4.293 ha no Estado da Bahia - No Estado da Bahia | | | | | | | 123.680 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 123.680 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **14.273.496** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **14.273.496** |

**ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades**

**UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2049** | **Moradia Digna** | | | | | | | **35.702.800** |
| | | **Operações Especiais** | | | | | | | |
| **28 846** | **2049 0E64** | **Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei n 11.977, de 2009)** | | | | | | | **35.702.800** |
| 28 846 | 2049 0E64 0001 | Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei n 11.977, de 2009) - Nacional | | | | | | | 35.702.800 |
| | | | F | 3 | 3 | 90 | 0 | 100 | 35.702.800 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **35.702.800** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **35.702.800** |

**ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil**

**UNIDADE: 62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2017** | **Aviação Civil** | | | | | | | **28.578.775** |
| | | **Projetos** | | | | | | | |
| **26 781** | **2017 14UR** | **Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional** | | | | | | | **28.578.775** |
| 26 781 | 2017 14UB 0010 | Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Região Norte | | | | | | | 28.578.775 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 186 | 28.578.775 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **28.578.775** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **28.578.775** |

**ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos**

**UNIDADE: 68101 - Secretaria de Portos**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **7.000.000** |
| | | **Operações Especiais** | | | | | | | |
| **28 846** | **0909 00OY** | **Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Expansão do Molhe de Proteção do Porto de Fortaleza (CE)** | | | | | | | **7.000.000** |
| 28 846 | 0909 00OY 1048 | Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Expansão do Molhe de Proteção do Porto de Fortaleza (CE) - No Município de Fortaleza - CE | | | | | | | 7.000.000 |
| | | | F | 5 | 3 | 90 | 0 | 100 | 7.000.000 |
| | **2073** | **Transporte Hidroviário** | | | | | | | **17.000.000** |
| | | **Projetos** | | | | | | | |
| **26 784** | **2073 131F** | **Adequação de Infraestrutura Portuária - no Porto de Manaus - no Estado do Amazonas** | | | | | | | **17.000.000** |
| 26 784 | 2073 131F 0211 | Adequação de Infraestrutura Portuária - no Porto de Manaus - no Estado do Amazonas - No Município de Manaus - AM | | | | | | | 17.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 17.000.000 |
| | **2074** | **Transporte Marítimo** | | | | | | | **29.000.000** |
| | | **Projetos** | | | | | | | |
| **26 784** | **2074 11XC** | **Recuperação do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba (SC)** | | | | | | | **4.000.000** |
| 26 784 | 2074 11XC 4521 | Recuperação do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba (SC) - No Município de Imbituba - SC | | | | | | | 4.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 4.000.000 |
| **26 784** | **2074 156V** | **Readequação dos Molhes da Barra do Porto de Itajaí (SC)** | | | | | | | **9.000.000** |
| 26 784 | 2074 156V 4535 | Readequação dos Molhes da Barra do Porto de Itajaí (SC) - No Município de Itajaí - SC | | | | | | | 9.000.000 |
| | | | F | 5 | 3 | 90 | 0 | 100 | 9.000.000 |
| **26 784** | **2074 7Q62** | **Adequação de Instalações de Acostagem e Movimentação e Armazenagem de Cargas no Porto de Recife (PE)** | | | | | | | **16.000.000** |
| 26 784 | 2074 7Q62 1695 | Adequação de Instalações de Acostagem e Movimentação e Armazenagem de Cargas no Porto de Recife (PE) - No Município de Recife - PE | | | | | | | 16.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 16.000.000 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **53.000.000** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **53.000.000** |

## DECRETO DE 20 DE AGOSTO DE 2015

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 55.237.582.569,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "a", e inciso V, alíneas "a" e "b", item 1, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, e no art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar, no valor de R$ 55.237.582.569,00 (cinquenta e cinco bilhões, duzentos e trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015082100014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 160, sexta-feira, 21 de agosto de 2015 **Diário Oficial da União - Seção 1** *ISSN 1677-7042* 15

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, no valor de R$ 1.370.419,00 (um milhão, trezentos e setenta mil, quatrocentos e dezenove reais); e

II - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R$ 55.236.212.150,00 (cinquenta e cinco bilhões, duzentos e trinta e seis milhões, duzentos e doze mil, cento e cinquenta reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
*Nelson Barbosa*

**ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
**UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização | | | | | | | 19.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 20 608 | 2014 202V | Fomento ao Setor Agropecuário | | | | | | | 19.000.000 |
| 20 608 | 2014 202V 0001 | Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional | | | | | | | 19.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 9.500.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 9.500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 19.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 19.000.000 |

**ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda**
**UNIDADE: 25914 - Fundo de Garantia à Exportação - FGE**
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 18.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0909 008G | Devolução de Prêmio de Seguro de Crédito à Exportação | | | | | | | 18.000.000 |
| 28 846 | 0909 008G 0001 | Devolução de Prêmio de Seguro de Crédito à Exportação - Nacional | | | | | | | 18.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 18.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.000.000 |

**ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades**
**UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU**
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0905 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | | | | | | | 1.370.419 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 843 | 0905 02R3 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna | | | | | | | 1.370.419 |
| 28 843 | 0905 02R3 0001 | Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional | | | | | | | 1.370.419 |
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 344 | 1.370.419 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.370.419 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.370.419 |

**ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União**
**UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda**
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0905 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | | | | | | | 53.199.212.150 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 843 | 0905 0455 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna | | | | | | | 53.199.212.150 |
| 28 843 | 0905 0455 0001 | Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional | | | | | | | 53.199.212.150 |
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 344 | 51.396.096.150 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 329 | 600.238.000 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 359 | 156.097.000 |
| | | | F | A | 0 | 90 | 0 | 371 | 92.137.000 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 397 | 944.644.000 |
| | 0906 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) | | | | | | | 2.000.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 844 | 0906 0425 | Serviços da Dívida Pública Federal Externa | | | | | | | 2.000.000.000 |
| 28 844 | 0906 0425 0001 | Serviços da Dívida Pública Federal Externa - Nacional | | | | | | | 2.000.000.000 |
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 144 | 2.000.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 55.199.212.150 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 55.199.212.150 |

**ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
**UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização | | | | | | | 19.000.000 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 20 605 | 2014 151O | Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB | | | | | | | 19.000.000 |
| 20 605 | 2014 151O 0001 | Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB - Nacional | | | | | | | 19.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 19.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 19.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 19.000.000 |

**ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda**
**UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda**
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 15.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 122 | 2110 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 15.000.000 |
| 04 122 | 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 15.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 15.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 15.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.000.000 |

**ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União**
**UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda**
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 2.000.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0909 0669 | Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000) | | | | | | | 2.000.000.000 |
| 28 846 | 0909 0669 0001 | Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000) - Nacional | | | | | | | 2.000.000.000 |
| | | | F | 2 | 0 | 90 | 0 | 144 | 2.000.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.000.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.000.000.000 |

**ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União**
**UNIDADE: 71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda**
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0911 | Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros | | | | | | | 3.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0911 00M4 | Remuneração a Agentes Financeiros | | | | | | | 3.000.000 |
| 28 846 | 0911 00M4 0001 | Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional | | | | | | | 3.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 3.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.000.000 |

**ÓRGÃO: 75000 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal**
**UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda**
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0907 | Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | | | 53.199.212.150 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 841 | 0907 0365 | Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna | | | | | | | 53.199.212.150 |
| 28 841 | 0907 0365 0001 | Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional | | | | | | | 53.199.212.150 |
| | | | F | 6 | 0 | 90 | 0 | 143 | 53.199.212.150 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 53.199.212.150 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 53.199.212.150 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015082100015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 1003
Comissões Especiais

EM BRANCO

Câmara dos Deputados
Fl. 8004
Comissões Especiais

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JÚNIOR E JANAÍNA CONCEIÇÃO PASCHOAL**

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015**

**Volume 22**

# TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, na Secretaria das Comissões Especiais da Câmara dos Deputados, certifico, para os devidos fins, que este volume de número **22 (vinte e dois)**, com folhas numeradas de 7752 a 8004, pertencente à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Roussef, foi encerrado nesta data. Certifico, também, que foram incluídas as folhas número 7833-A, 7834-A, 7835-A, 7836-A, 7837-A, 7838-A, 7839-A, 7840-A, 7841-A, 7842-A, 7843-A, 7844-A e 7903-A. E, para constar, eu, .....Claudia Maria Borges Matias, Secretária-Executiva da Comissão Especial, lavro e subscrevo a presente autuação.

Neste volume, constam as páginas. 7833-A, 7834-A, 7835-A, 7836-A, 7837-A, 7838-A, 7839-A, 7840-A, 7841-A, 7842-A, 7843-A, 7844-A e 7903-A

Câmara dos Deputados
Fl. 8005
Comissões Especiais

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JÚNIOR E JANAÍNA CONCEIÇÃO PASCHOAL**

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015**

**Volume 23**

# AUTUAÇÃO

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, na Secretaria da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, autuo os documentos que se seguem, referentes à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, **em continuação ao volume número 22**. E, para constar, eu, .....,
Claudia Maria Borges Matias, Secretária-Executiva da Comissão Especial, lavro e subscrevo a presente autuação.

Câmara dos Deputados
Fl. 9006
Comissões Especiais

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

03500.200853/2015-91

INTERESSADO:

ASSUNTO: Decreto de 20.08.2015

CÓDIGO:

OUTROS DADOS: Crédito suplementar de R$ 600.268.845,00

## MOVIMENTAÇÕES

| SEQ | SIGLA | CÓDIGO | DATA | SEQ | SIGLA | CÓDIGO | DATA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | | | / / | 15 | | | / / |
| 02 | | | / / | 16 | | | / / |
| 03 | | | / / | 17 | | | / / |
| 04 | | | / / | 18 | | | / / |
| 05 | | | / / | 19 | | | / / |
| 06 | | | / / | 20 | | | / / |
| 07 | | | / / | 21 | | | / / |
| 08 | | | / / | 22 | | | / / |
| 09 | | | / / | 23 | | | / / |
| 10 | | | / / | 24 | | | / / |
| 11 | | | / / | 25 | | | / / |
| 12 | | | / / | 26 | | | / / |
| 13 | | | / / | 27 | | | / / |
| 14 | | | / / | 28 | | | / / |

**AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO**

ANEXOS:

SEDAP/PR - IMPRESSO Nº 47

Câmara dos Deputados
Fl. 8007
Comissões Especiais

# Decreto R$ 600.268.845

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 43127

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **24000- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | | | | **10.084.697.771** | **8.174.033.205** | **15.900.000** |
| **Unidade:** | **24207- Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP** | | | | | | | | | | **388.279.828** | **369.741.172** | **15.900.000** |
| 2055 | Desenvolvimento Produtivo | | | | | | | | | | 95.480.610 | 80.669.015 | 15.900.000 |
| **2055 20V1** | **Desenvolvimento e Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia** | **19- 572** | *10* | | | | | | | | **95.480.610** | **80.669.015** | **15.900.000** |
| 2055 20V1 0001 | Desenvolvimento e Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 95.480.610 | 80.669.015 | 15.900.000 |
| 2055 20V1 0001 0003 | Desenvolvimento e Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia | | | | | | | | | | 15.900.000 | 7.249.182 | 15.900.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *15.900.000* | *7.249.182* | *15.900.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 10.084.697.771 | 8.174.033.205 | 15.900.000 |

**Justificativas Pedido: 43127**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

O saldo de caixa hoje da NUCLEP deve-se ao pagamento efetuado pela Marinha, por conta da negociação dos terrenos de Mangaratiba, e corresponde ao sinal e princípio de pagamento, no valor de R$ 9.290.205,12, em 19/03/2015, complementado posteriormente por outro pagamento de R$ 5.608.953,22, em 08/04/2015, totalizando R$ 14.899.158,34, restando ainda uma parcela em torno de R$ 5 milhões.

Esses recursos, conforme preconiza a legislação aplicável, somente poderão ser utilizados para a aquisição de bens patrimoniais para a empresa, vedada a sua utilização para despesas de custeio.
Resumindo historicamente:
1. Os terrenos foram adquiridos em 1978, na localidade de Itacuruçá, Mangaratiba, para a construção de vila operária. O projeto foi descontinuado, a partir da desaceleração do Programa Nuclear, desde 1980;
2. A partir de 2010 a Marinha demonstrou interesse na compra do terreno, para instalação de um hospital e uma vila residencial para abrigar os militares e familiares, dada a sua proximidade tendo em vista atender às necessidades da Base Naval que está sendo construída na Ilha da Madeira, em Itaguaí;
3. Entre 2010 e 2014 prosseguiram as negociações com a Marinha;
4. Em 19 de março de 2015, fechado preliminarmente o negócio, foi feito pela Marinha o primeiro pagamento, conforme acima relatado.

A Administração está estudando as alternativas de aplicação desses recursos, na compra de máquinas, equipamentos e seus complementos, para atender ao programa de modernização das instalações fabris e administrativas. Esse estudo está ainda em fase de finalização, para aprovação pela Diretoria Executiva e, em seguida, para encaminharmos ao MCTI, com vistas à ratificação da proposta de uso dos recursos, em 2015.

**Usuário:** RENATO ESTOLANO DE GOUVEA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

NÃO SE APLICA

**Usuário:** RENATO ESTOLANO DE GOUVEA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

A NUCLEP VAI SE VER NA OBRIGAÇÃO DE SOLICITAR CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FONTE TESOURO, PARA PODER SUSTENTAR OS PROJETOS DE AQUISIÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE MAQUINAS E INSTALAÇÕES, PARA ATENDER DEMANDAS FABRIS, PRINCIPALMENTE AQUISIÇÃO DE MAQUINAS QUE SERÃO UTILIZADAS NA FABRICAÇÃO DO 1º SUBMARINO NUCLEAR BRASILEIRO.

**Usuário:** RENATO ESTOLANO DE GOUVEA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

NÃO SE APLICA

**Usuário:** RENATO ESTOLANO DE GOUVEA

**Outras informações consideradas relevantes**

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 803 01/04/2016 09:21

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43127**

A Nuclep tem contrato com a Marinha do Brasil para fabricação de 4 submarinos de propulsão a Diesel, e 1 de propulsão Nuclear.
Esse projeto, atualmente é considerado de suma importância para defesa do país; Devido o envolvimento de outras empresas no processo de fabricação e montagem, qualquer atraso implica grandes prejuízos econômicos e financeiros, sendo assim é imprescindível a liberação orçamentária solicitada, para que
possamos fazer uso dos recursos existentes na compra de maquinas e modernização de equipamentos para atender principalmente o contrato citado.

**Usuário:** RENATO ESTOLANO DE GOUVEA

**Acompanhamentos Pedido: 43127**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 12/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AUGUSTA AIKO UMEDA KUHN |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | LUANA MICHELE COATIO DA CRUZ |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | RENATO ESTOLANO DE GOUVEA |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
01/04/2016 09:21

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2016**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43127**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |
| 24207 Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 4 - Investimentos | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **24207 Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 19 - Ciência e Tecnologia | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **19 Ciência e Tecnologia** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |
| 572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2055 - Desenvolvimento Produtivo | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43127**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20V1 - Desenvolvimento e Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43127 - ATENDER INVESTIMENTOS(Tipo 100) | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 15.900.000 | 0 | 15.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **15.900.000** | **0** | **15.900.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43171

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **30000- Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | **13.484.627.648** | **11.285.684.946** | **12.687.001** |
| **Unidade:** | **30108- Departamento de Polícia Federal** | | | | | | | | | | **5.846.891.128** | **5.623.256.954** | **12.687.001** |
| 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | | | | 3.662.783.568 | 3.621.036.860 | 12.687.001 |
| **2112 2000** | **Administração da Unidade** | **06- 122** | *10* | | | | | | | | **502.686.298** | **468.215.551** | **12.687.001** |
| 2112 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 502.686.298 | 468.215.551 | 12.687.001 |
| 2112 2000 0001 0001 | Outras Despesas Administrativas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 12.687.001 |
| | | | | | *4.4.90* | *374* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *0* | *0* | *12.687.001* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 13.484.627.648 | 11.285.684.946 | 12.687.001 |

**Justificativas Pedido: 43171**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Necessário acréscimos de dotações de investimento na fonte 100 para financiar aquisições estruturantes na área administrativa e de informática, inclusive para a implementação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI).
Efetivada a presente alteração mediante superávit da fonte 374, posteriormente será necessária a troca de fonte com a obra do Maranhão (emenda - ação 155I.7002) para disponibilização da fonte 100.

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Há a necessidade de contrapartida pelo MJ e/ou SOF do montante do excesso de arrecadação da ação 2000.

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Impossibilidade de implantar o SEI e de viabilizar a aquisição/reposição de equipamentos, veículos, móveis

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

reduzirá gastos com manutenção

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Acompanhamentos Pedido: 43171**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AUGUSTA AIKO UMEDA KUHN |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ANTONIA KEYLA GOMES LACERDA |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl.
01/04/2016 09:23

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43171**

| | | |
|---|---|---|
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | RAFAEL GERHARDT |
| 15/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária. Justificativa: erro | ANTONIA KEYLA GOMES LACERDA |
| 14/05/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial. Justificativa: erro | ANTONIA KEYLA GOMES LACERDA |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 0013
01/04/2016 09:23

Câmara dos Deputados
8014
Fl.
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43171**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30000 Ministério da Justiça** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |
| 30108 Departamento de Polícia Federal | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 4 - Investimentos | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 374 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30108 Departamento de Polícia Federal** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |
| 374 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 06 - Segurança Pública | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **06 Segurança Pública** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |
| 122 Administração Geral | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43171**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43171 - Investimentos para ação 2000(Tipo 100) | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Superávit financeiro | 12.687.001 | 0 | 12.687.001 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.687.001** | **0** | **12.687.001** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43172

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **30000- Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | **13.484.627.648** | **11.285.684.946** | **7.100.000** |
| **Unidade:** | **30108- Departamento de Polícia Federal** | | | | | | | | | | **5.846.891.128** | **5.623.256.954** | **7.100.000** |
| 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | | | | 3.662.783.568 | 3.621.036.860 | 7.100.000 |
| **2112 2000** | **Administração da Unidade** | **06- 122** | *10* | | | | | | | | **502.686.298** | **468.215.551** | **7.100.000** |
| 2112 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 502.686.298 | 468.215.551 | 7.100.000 |
| 2112 2000 0001 0004 | Formação de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal | | | | | | | | | | 7.100.000 | 3.602.880 | 7.100.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *374* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.600.000* | *3.600.000* | *3.600.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *374* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.500.000* | *2.880* | *3.500.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 13.484.627.648 | 11.285.684.946 | 7.100.000 |

**Justificativas Pedido: 43172**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

ANP necessita incremento em seu custeio no montante de R$ 3.600.000,00 para suprir aumento nos gastos necessários à formação dos 600 Policiais no segundo semestre de 2015

Além disso, são necessários R$ 3.500.000,00 para compra de armamento específico para treinamento na ANP 150 Unidades Fuzil,150 unidades de Calibre 12 e 150 unidades de submetralhadora.

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

não há por ser utilizado o superávit publicado na PORTARIA Nº 176 DE 31 DE MARÇO DE 2015 DO SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Inviabilidade de realização do curso de formação

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Impacto somente no exercício financeiro das despesas de custeio.
Quanto aos gastos com investimentos, estes reduzirão os gastos com manutenção dos armamentos mais antigos.

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Acompanhamentos Pedido: 43172**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 16

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43172**

| | | |
|---|---|---|
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AUGUSTA AIKO UMEDA KUHN |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ANTONIA KEYLA GOMES LACERDA |
| 14/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | RAFAEL GERHARDT |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 80

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2016**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43172**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30000 Ministério da Justiça** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |
| 30108 Departamento de Polícia Federal | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 3.600.000 | 0 | 3.600.000 |
| 4 - Investimentos | 3.500.000 | 0 | 3.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 374 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30108 Departamento de Polícia Federal** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |
| 374 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 06 - Segurança Pública | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **06 Segurança Pública** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |
| 122 Administração Geral | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária / Análise da Formalização

Exercício: 2015

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43172**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43172 - Complementação cota ANP (custeio e investimento) por superávit(Tipo 100) | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Superávit financeiro | 7.100.000 | 0 | 7.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.100.000** | **0** | **7.100.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43173

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **30000- Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | **13.484.627.648** | **11.285.684.946** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| **Unidade:** | **30108- Departamento de Polícia Federal** | | | | | | | | | | **5.846.891.128** | **5.623.256.954** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 2070 | Segurança Pública com Cidadania | | | | | | | | | | 583.375.795 | 454.576.589 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **2070 20V2** | **Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL** | **06- 183** | *10* | | | | | | | | **30.000.000** | **29.991.183** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 2070 20V2 0001 | Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 30.000.000 | 29.991.183 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| 2070 20V2 0001 0000 | Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL | | | | | | | | | | 30.000.000 | 29.991.183 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *174* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *30.000.000* | *29.991.183* | *1.000.000* | *0* | *1.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *174* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *1.000.000* | *-1.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 13.484.627.648 | 11.285.684.946 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43173**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

a dotação de custeio originária não será suficiente para atender curso de capacitação de pilotos do VANT, sendo necessário o remanejamento

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

não haverá, pois tais dotações não tem mais previsão de serem utilizadas na sua integralidade.

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

impossibilidade de capacitar os policiais na atuação como pilotos do VANT, impossibilitanto, gradativamente, seu uso.

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

despesa pontual no exercício

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Acompanhamentos Pedido: 43173**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 02/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | LUCIANA RODRIGUES RIBEIRO |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 8020 2/2 SOPEP

**Pedidos:** **43173**

| | | |
|---|---|---|
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ANTONIA KEYLA GOMES LACERDA |
| 14/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | RAFAEL GERHARDT |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8021

Câmara dos Deputados
8022
Coordenação de Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43173**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30000 Ministério da Justiça** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 30108 Departamento de Polícia Federal | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 1.000.000 | 0 | 1.000.000 |
| 4 - Investimentos | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30108 Departamento de Polícia Federal** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 174 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 06 - Segurança Pública | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 183 - Informação e Inteligência | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **06 Segurança Pública** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 183 Informação e Inteligência | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2070 - Segurança Pública com Cidadania | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Fl.Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43173**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20V2 - Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43173 - Alteração GD (4>3) CINTEPOL (curso pilotos)(Tipo 110) | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43174

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **30000- Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | **13.484.627.648** | **11.285.684.946** | **4.500.000** |
| **Unidade:** | **30108- Departamento de Polícia Federal** | | | | | | | | | | **5.846.891.128** | **5.623.256.954** | **4.500.000** |
| **2070** | **Segurança Pública com Cidadania** | | | | | | | | | | 583.575.795 | 454.576.589 | 4.500.000 |
| **2070 2586** | **Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros** | **06- 181** | *10* | | | | | | | | **204.431.805** | **203.050.908** | **4.500.000** |
| 2070 2586 0001 | Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 204.431.805 | 203.050.908 | 4.500.000 |
| 2070 2586 0001 0000 | Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros | | | | | | | | | | 4.500.000 | 4.236.974 | 4.500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *374* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *4.000.000* | *4.000.000* | *4.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *374* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *500.000* | *236.974* | *500.000* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 13.484.627.648 | 11.285.684.946 | 4.500.000 |

**Justificativas Pedido: 43174**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Incremento no contrato de manutenção do sistema automatizado de identificação de impressões digitais AFIS
Investimento - necessidade de aquisição de equipamentos (substituição) para controle migratório

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

não há por ser utilizado o superávit publicado na PORTARIA Nº 176 DE 31 DE MARÇO DE 2015 DO SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Restrições severas na contratação dos serviços de manutenção do AFIS, podendo causar sua completa impossibilidade de utilização.

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Quanto ao custeio, trata-se de adequação dos valores contratuais ao atual nível de atividade

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Acompanhamentos Pedido: 43174**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 610

**Pedidos:** 43174

| | | |
|---|---|---|
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AUGUSTA AIKO UMEDA KUHN |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ANTONIA KEYLA GOMES LACERDA |
| 14/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | RAFAEL GERHARDT |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 95
21/04/2016 09:27

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43174**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30000 Ministério da Justiça** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |
| 30108 Departamento de Polícia Federal | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 4.000.000 | 0 | 4.000.000 |
| 4 - Investimentos | 500.000 | 0 | 500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 374 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30108 Departamento de Polícia Federal** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |
| 374 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 06 - Segurança Pública | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 181 - Policiamento | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **06 Segurança Pública** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |
| 181 Policiamento | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2070 - Segurança Pública com Cidadania | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43174**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2586 - Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43174 - Suplementação da ação 2586 (AFIS e equipamentos) por superávit(Tipo 100) | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Superávit financeiro | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.500.000** | **0** | **4.500.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43305

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **259.287** | **259.287** | **0** |
| **Unidade:** | **52233- Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL** | | | | | | | | | | **255.421.119** | **250.787.926** | **259.287** | **259.287** | **0** |
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | | | | 7.560.000 | 5.560.979 | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **2058 211D** | **Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares** | **05- 152** | *10* | | | | | | | | **7.560.000** | **5.560.979** | **259.287** | **259.287** | **0** |
| 2058 211D 0001 | Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 7.560.000 | 5.560.979 | 259.287 | 259.287 | 0 |
| 2058 211D 0001 0000 | Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares | | | | | | | | | | 7.323.062 | 5.324.039 | 259.287 | 259.287 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *6.230.375* | *4.559.158* | *0* | *259.287* | *-259.287* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.092.687* | *764.881* | *259.287* | *0* | *259.287* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 259.287 | 259.287 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43305**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Está alteração Orçamentária visa a continuação do desenvolvimento de programas de capacitação que permitam realizar e manter a habilitação técnica do pessoal, implementação de processos tecnológicos relacionados às atividades nucleares da Marinha, ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e ao Programa Nuclear Brasileiro (PNB), bem como a obtenção de bens necessários à gestão da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, a fim de promover o desenvolvimento, a absorção, a transferência e a manutenção de tecnologias sensíveis às atividades nucleares da Marinha.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há impacto.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito acarretará na quebra de contratos em vigor e na impossibilidade adquirir os materiais necessários ao bom desempenho das atividades, gerando comprometimento do adequado funcionamento e manutenção das Organizações militares (OM) e o cumprimento de suas missões.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não a reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Acompanhamentos Pedido: 43305**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 2027

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43305**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ADRIANA RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | JASON RAMOS |
| 11/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | MARCO ANTÔNIO SANTOS |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8029

Câmara dos Deputados
Fl. 8030
Coordenação de Documentação

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Formalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43305**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **259.287** | **259.287** | **0** |
| 52233 Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 0 | 259.287 | -259.287 |
| 4 - Investimentos | 259.287 | 0 | 259.287 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinarios | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52233 Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL** | **259.287** | **259.287** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Defesa Naval | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **259.287** | **259.287** | **0** |
| 152 Defesa Naval | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2058 - Política Nacional de Defesa | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 259.287 | 259.287 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2016**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43305**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 211D - Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43305 - Troca de GND - Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares(Tipo 110) | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 259.287 | 259.287 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **259.287** | **259.287** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43312

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |
| **Unidade:** | **52931- Fundo Naval** | | | | | | | | | | **737.060.948** | **607.458.631** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | | | | 260.423.297 | 156.072.262 | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **2058 20XX** | **Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária** | **05- 125** | *10* | | | | | | | | **69.100.000** | **27.023.363** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |
| 2058 20XX 0001 | Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 69.100.000 | 27.023.363 | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| 2058 20XX 0001 0001 | Produção de Auxílios à Navegação | | | | | | | | | | 18.892.929 | 18.707.930 | 4.656.397 | 4.656.397 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *18.049.326* | *17.661.215* | *4.656.397* | *0* | *4.656.397* |
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *843.603* | *1.046.715* | *0* | *4.656.397* | *-4.656.397* |
| 2058 20XX 0001 0002 | Registro e Fiscalização de Embarcações | | | | | | | | | | 8.594.417 | 8.302.777 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *7.594.417* | *7.354.408* | *1.000.000* | *0* | *1.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.000.000* | *948.369* | *0* | *1.000.000* | *-1.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43312**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A presente alteração Orçamentária visa a aquisição de materiais de Sinalização Náutica no Brasil e no Exterior que nos últimos anos apesar dos esforços envidados no sentido de manter o estado de conservação e de funcionamento dos sinais náuticos em níveis aceitáveis, a insuficiência dos recursos provisionados tem acarretado uma degradação gradual na qualidade da manutenção das atividades de Sinalização Náutica. Outro fato relevante é o reparo dos meios Navais que são de suma importância para as fainas de levantamento hidrográfico; a fim de manter a segurança da navegação na Bacia Amazônica, proporcionando redução do frete de mercadorias pelo modal marítimo/fluvial, promoção da sustentabilidade ambiental e redução das desigualdades regionais.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há impacto.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito acarretará o mau funcionamento da rede de sinalização náutica e também comprometerá a fiscalização náutica, podendo comprometer a segurança da navegação e a salvaguarda da vida humana no mar. Nos últimos anos, esta Organização Militar de Sinalização Náutica, tem enfrentado grandes dificuldades para realizar diversas fainas relativas a manutenção/ reparo da rede de sinalização.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Acompanhamentos Pedido: 43312**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|

Câmara dos Deputados – Comissões Especiais – Fl. 823

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43312**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ADRIANA RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | JASON RAMOS |
| 11/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | MARCO ANTÔNIO SANTOS |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8033

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

Exercício: 2015

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43312**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |
| 52931 Fundo Naval | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 5.656.397 | 0 | 5.656.397 |
| 4 - Investimentos | 0 | 5.656.397 | -5.656.397 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52931 Fundo Naval** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 125 - Normatização e Fiscalização | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |
| 125 Normatização e Fiscalização | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2058 - Política Nacional de Defesa | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43312**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20XX - Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43312 - Troca de GND - Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária(Tipo 110) | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 5.656.397 | 5.656.397 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.656.397** | **5.656.397** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43313

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |
| **Unidade:** | **52131- Comando da Marinha** | | | | | | | | | | **22.728.434.778** | **20.804.085.486** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |
| **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **6.823.005.700** | **6.802.868.650** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |
| **2108 2000** | **Administração da Unidade** | **06- 122** | *10* | | | | | | | | **51.354.520** | **18.050.409** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |
| 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 19.054.520 | 17.750.409 | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| 2108 2000 0001 0001 | Manutenção Geral | | | | | | | | | | 15.532.482 | 16.093.360 | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *14.064.423* | *13.702.338* | *0* | *1.468.059* | *-1.468.059* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.468.059* | *2.391.022* | *1.468.059* | *0* | *1.468.059* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43313**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A presente alteração orçamentária visa o atendimento de despesas relativas a: serviços administrativos diversos; manutenção e uso de frota veicular, manutenção e conservação de imóveis da União; equipamentos, insumos e contratação de serviços de Tecnologia da Informação (TI) sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); operação de sistemas de informações gerenciais internos; realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de conhecimentos das áreas das Ciências Navais e Marítimas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre as atividades da Marinha do Brasil e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há impacto.

**Usuário:** WELLINGTON CASSIMIRO DE LUCENA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento dificultará o custeio dos contratos em vigor e a aquisição de material necessário para o desempenho das atividades administrativas, comprometendo o funcionamento e a manutenção da Organizações Militares e inviabilizando suas atividades e o cumprimento dos seus propósitos.

**Usuário:** WELLINGTON CASSIMIRO DE LUCENA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária.

**Usuário:** WELLINGTON CASSIMIRO DE LUCENA

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** WELLINGTON CASSIMIRO DE LUCENA

**Acompanhamentos Pedido: 43313**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 30036

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43313**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ADRIANA RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | JASON RAMOS |
| 11/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | MARCO ANTÔNIO SANTOS |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8037

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Interpelação

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43313**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |
| 52131 Comando da Marinha | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 0 | 1.468.059 | -1.468.059 |
| 4 - Investimentos | 1.468.059 | 0 | 1.468.059 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52131 Comando da Marinha** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |
| 122 Administração Geral | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise e Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43313**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43313 - Troca de GND - Administração da Unidade(Tipo 110) | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 1.468.059 | 1.468.059 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.468.059** | **1.468.059** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43314

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **37.085** | **37.085** | **0** |
| **Unidade:** | **52931- Fundo Naval** | | | | | | | | | | **737.060.948** | **607.458.631** | **37.085** | **37.085** | **0** |
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | | | | 260.423.297 | 156.072.262 | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **2058 20XR** | **Capacitação Profissional da Marinha** | **05- 128** | *10* | | | | | | | | **35.723.000** | **25.688.302** | **37.085** | **37.085** | **0** |
| 2058 20XR 0001 | Capacitação Profissional da Marinha - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 35.723.000 | 25.688.302 | 37.085 | 37.085 | 0 |
| 2058 20XR 0001 0001 | Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Militares e Civis da Marinha | | | | | | | | | | 21.811.517 | 13.786.276 | 37.085 | 37.085 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *21.178.602* | *13.279.647* | *37.085* | *0* | *37.085* |
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *632.915* | *506.629* | *0* | *37.085* | *-37.085* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 37.085 | 37.085 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43314**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A presente alteração orçamentária visa à habilitação de profissionais para o exercício de funções de Estado-Maior, cargos de Comando, Direção, Chefia e Assessorias da alta administração militar; assim como o ao custeio dos recursos instrucionais e da estrutura necessária à realização das atividades afetas ao Sistema de Ensino Naval contratação de serviços de assessoria técnica e de apoio ao ensino; abastecimento e manutenção de material de ensino, material desportivo e uniformes de competições)

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há impacto.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito acarretará a deficiência na qualificação dos recursos humanos, inviabilizando a atuação da Marinha no novo processo de capacitação, crescentemente, globalizado e intensivo em conhecimento, onde a dinâmica de obsolescência é cada vez mais acelerada, impossibilidade de adoção de práticas pedagógicas modernas, materiais didáticos atualizados, infra-estrutura física e instrumental necessárias ao aprendizado, impossibilitando a capacitação de profissionais em alto nível, e diminuindo a produção científica e tecnológica na geração de conhecimentos em projetos de relevância para a sociedade, como o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa, que segue as diretrizes do Programa "Política de Nacional de Defesa". Inviabilidade do crescimento da Força, uma vez que a habilitação profissional, a aquisição dos recursos instrucionais e captação de mão-de-obra são fatores críticos para o sucesso do processo de ampliação do contingente da Marinha (Oficiais e Praças), aprovada pela Lei nº 12.216/2010, de 11MAR2010, cuja capacidade para 2015 a ser considerada deverá ser: - Escola Naval - 890 Aspirantes, com uma formação anual planejada de 196 Guardas-Marinha; - Colégio Naval - 690 Alunos, com uma preparação planejada de 192 alunos a serem matriculados na Escola Naval; - Centro de Instrução Almirante Wandenkolk - 380 Oficiais no Curso de Formação de Oficiais e 370 dos demais Cursos; - Escola de Aprendizes-Marinheiro – formação de 2.200 Aprendizes-Marinheiros; e - Centro de Instrução Almirante Alexandrino - 8.000 Praças-Alunos.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Acompanhamentos Pedido: 43314**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 840

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43314**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ADRIANA RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | JASON RAMOS |
| 11/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | MARCO ANTÔNIO SANTOS |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8041

Câmara dos Deputados
8092
Fl.
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43314**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **37.085** | **37.085** | **0** |
| 52931 Fundo Naval | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 37.085 | 0 | 37.085 |
| 4 - Investimentos | 0 | 37.085 | -37.085 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52931 Fundo Naval** | **37.085** | **37.085** | **0** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 128 - Formação de Recursos Humanos | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **37.085** | **37.085** | **0** |
| 128 Formação de Recursos Humanos | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2058 - Política Nacional de Defesa | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 37.085 | 37.085 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2016**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43314**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20XR - Capacitação Profissional da Marinha | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43314 - Troca de GND - Capacitação Profissional da Marinha(Tipo 110) | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 37.085 | 37.085 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **37.085** | **37.085** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43325

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programatica / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |
| **Unidade:** | **52131- Comando da Marinha** | | | | | | | | | | **22.728.434.778** | **20.804.085.486** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | | | | 3.964.893.945 | 2.567.828.843 | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **2058 20XN** | **Aprestamento da Marinha** | **05- 152** | *10* | | | | | | | | **766.965.583** | **498.264.112** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |
| 2058 20XN 0001 | Aprestamento da Marinha - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 766.965.583 | 498.264.112 | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| 2058 20XN 0001 0004 | Manutenção de Meios Operativos da Marinha | | | | | | | | | | 207.798.187 | 210.248.987 | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *199.245.575* | *200.144.898* | *0* | *9.192.612* | *-9.192.612* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *8.552.612* | *10.104.089* | *9.192.612* | *0* | *9.192.612* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43325**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Obtenção de materiais permanentes e equipamentos necessários à manutenções preventiva, preditiva, corretiva e modificadora dos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais subordinados ao Comando de Operações Navais. Os recursos solicitados permitirão que a Marinha do Brasil empregue esses meios para o patrulhamento dos mares brasileiros, podendo ser utilizado tanto em situação de conflito como em situação de paz, visando ao resguardo dos recursos naturais e estratégicos existentes ao longo dos 8.500 km de litoral e 3,5 milhões de km quadrados de Zona Econômica Exclusiva.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há impacto.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento dos recursos solicitados ocasionará o comprometimento da segurança do pessoal e material dos meios subordinados envolvidos em atividades de controle de avarias, tarefas de salvatagem e segurança nas operações com helicópteros nos Navios subordinados. Reduzirá com isto a capacidade da Marinha do Brasil em prestar o apoio necessário às localidades mais distantes, comprometendo desta forma as atividades voltadas para a salvaguarda da vida humana no mar.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Acompanhamentos Pedido: 43325**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8049

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43325**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ADRIANA RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | JASON RAMOS |
| 11/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | MARCO ANTÔNIO SANTOS |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8045

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise de Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43325**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |
| 52131 Comando da Marinha | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 0 | 9.192.612 | -9.192.612 |
| 4 - Investimentos | 9.192.612 | 0 | 9.192.612 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52131 Comando da Marinha** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Defesa Naval | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |
| 152 Defesa Naval | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2058 - Política Nacional de Defesa | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43325**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20XN - Aprestamento da Marinha | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43325 - Troca de GND - Aprestameto da Marinha(Tipo 110) | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 9.192.612 | 9.192.612 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.192.612** | **9.192.612** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43330

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localizaçao/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **424.062** | **424.062** | **0** |
| **Unidade:** | **52131- Comando da Marinha** | | | | | | | | | | **22.728.434.778** | **20.804.085.486** | **424.062** | **424.062** | **0** |
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | | | | 3.964.893.945 | 2.567.828.843 | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **2058 20SE** | **Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha** | **05- 152** | *10* | | | | | | | | **118.223.960** | **7.277.556** | **424.062** | **424.062** | **0** |
| 2058 20SE 0001 | Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 117.723.960 | 7.027.557 | 424.062 | 424.062 | 0 |
| 2058 20SE 0001 0008 | Adequação de Instalações destinadas às Atividades Administrativas e Logísticas da Marinha | | | | | | | | | | 8.529.160 | 2.432.135 | 424.062 | 424.062 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *6.273.222* | *252.197* | *424.062* | *0* | *424.062* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.255.938* | *2.179.938* | *0* | *424.062* | *-424.062* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 424.062 | 424.062 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43330**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A presente alteração orçamentária visa a reforma, ampliação e modernização de imóveis destinados às atividades de administração orçamentária, financeira, de abastecimento e de patrimônio histórico e cultural, abrangendo, se necessária, a contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos básicos e executivos.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há impacto.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito acarretará a não adequação das instalações das organizações militares terrestres da Marinha às novas demandas e tecnologias desenvolvidas. Além disso, não permitirá que sejam mantidas as condições mínimas de segurança das instalações, tanto no que diz respeito ao aspecto estrutural, quanto da prevenção de avarias como incêndio etc.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Acompanhamentos Pedido: 43330**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43330**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ADRIANA RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | JASON RAMOS |
| 11/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | MARCO ANTÔNIO SANTOS |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8090

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43330**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **424.062** | **424.062** | **0** |
| 52131 Comando da Marinha | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 424.062 | 0 | 424.062 |
| 4 - Investimentos | 0 | 424.062 | -424.062 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52131 Comando da Marinha** | **424.062** | **424.062** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Defesa Naval | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **424.062** | **424.062** | **0** |
| 152 Defesa Naval | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

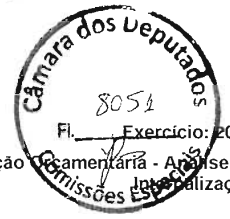
| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2058 - Política Nacional de Defesa | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 424.062 | 424.062 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**




**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43330**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43330 - Troca de GND - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha(Tipo 110) | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 424.062 | 424.062 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **424.062** | **424.062** | **0** |

Câmara dos Deputados
Fl. 8052
Comissões Especiais

# Decreto R$ 36.759.382.520

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43331

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **255.708** | **255.708** | **0** |
| **Unidade:** | **52932- Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo** | | | | | | | | | | **259.261.649** | **95.376.840** | **255.708** | **255.708** | **0** |
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | | | | 151.938.724 | 95.376.840 | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **2058 2510** | **Ensino Profissional Marítimo** | **05- 363** | *10* | | | | | | | | **132.826.000** | **81.306.268** | **255.708** | **255.708** | **0** |
| 2058 2510 0001 | Ensino Profissional Marítimo - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 132.826.000 | 81.306.268 | 255.708 | 255.708 | 0 |
| 2058 2510 0001 0000 | Ensino Profissional Marítimo | | | | | | | | | | 112.507.828 | 80.987.156 | 255.708 | 255.708 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *176* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *107.525.128* | *80.007.854* | *0* | *255.708* | *-255.708* |
| | | | | | *4.4.90* | *176* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *4.982.700* | *979.302* | *255.708* | *0* | *255.708* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 255.708 | 255.708 | 0 |

Justificativas Pedido: 43331

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

O Ensino Profissional Marítimo (EPM) tem por propósito habilitar e qualificar pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, bem como desenvolver o conhecimento no domínio da Tecnologia e das Ciências Náuticas.
O EPM é uma atribuição exclusiva da Marinha do Brasil, cabendo ressaltar, além da sua importância para a economia do país, contribuindo para a geração de emprego e renda, os aspectos voltados à Defesa Nacional. A Diretoria de Portos e Costas (DPC), como Órgão Central do Sistema de Ensino Profissional Marítimo (SEPM), possui responsabilidade direta para com a Comunidade Marítima e com a sociedade brasileira. Cabe lembrar que os elementos da Comunidade Marítima, para o exercício da profissão, necessitam obter certificados emitidos pela DPC, em decorrência da realização dos cursos ministrados no âmbito do EPM.
Nos últimos anos a atividade de Marinha Mercante vem apresentando crescimento significativo, entretanto em virtude das restrições orçamentárias as condições das instalações destinadas a essa atividade encontram-se bastante degradadas.
Assim, a presente troca de GND contribuirá para o investimento em equipamentos e outros materiais permanentes necessários à estruturação das instalações destinadas ao EPM, permitindo principalmente, promover cursos para as comunidades locais. Esse fato proporciona à sociedade:
- redução das desigualdades sociais e da pobreza regional, oferecendo à população um ambiente macroeconômico estável;
- incremento da participação social com a valorização da diversidade cultural e identidade nacional; e
- fomento a inovação e excelência na gestão para garantir o adequado provimento de bens e serviços, contribuindo para a erradicação da pobreza extrema, a elevação da qualidade dos serviços públicos, fortalecendo a cidadania.

**Usuário:** ALEXANDRE MAEDA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento ao pleito poderá contribuir na formação inadequada dos marítimos e portuários, disponibilizando às Empresas de Navegação, uma mão-de-obra carente, além do ingresso precário no mercado de trabalho, podendo ocasionar reclamações dos representantes dessas Comunidades que fazem parte do Fundo e conhecem o movimento financeiro do mesmo, além de prejudicar a imagem da MB.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8053

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43331**

**Acompanhamentos Pedido: 43331**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ADRIANA RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | JASON RAMOS |
| 11/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | MARCO ANTÔNIO SANTOS |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 805

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43331**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **255.708** | **255.708** | **0** |
| 52932 Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 0 | 255.708 | -255.708 |
| 4 - Investimentos | 255.708 | 0 | 255.708 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 176 - Outras Contribuições Sociais | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52932 Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo** | **255.708** | **255.708** | **0** |
| 176 Outras Contribuições Sociais | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 363 - Ensino Profissional | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **255.708** | **255.708** | **0** |
| 363 Ensino Profissional | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2058 - Política Nacional de Defesa | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 255.708 | 255.708 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2016**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43331**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2510 - Ensino Profissional Marítimo | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43331 - Troca de GND - AO 2510(Tipo 110) | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 255.708 | 255.708 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **255.708** | **255.708** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 43334

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **180.000** | **180.000** | **0** |
| **Unidade:** | **52131- Comando da Marinha** | | | | | | | | | | **22.728.434.778** | **20.804.085.486** | **180.000** | **180.000** | **0** |
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | | | | 3.964.893.945 | 2.567.828.843 | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **2058 157N** | **Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF** | **05- 152** | *10* | | | | | | | | **23.129.090** | **18.125.895** | **180.000** | **180.000** | **0** |
| 2058 157N 0001 | Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 23.129.090 | 18.125.895 | 180.000 | 180.000 | 0 |
| 2058 157N 0001 000D | Aquisição de Equipagens Operativas | | | | | | | | | | 2.000.000 | 499.053 | 180.000 | 180.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.500.000* | *439.189* | *0* | *180.000* | *-180.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *500.000* | *59.864* | *180.000* | *0* | *180.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 180.000 | 180.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43334**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A presente alteração orçamentária tem como objetivo atender às necessidades de Aquisição de Equipagens Operativas, visando o recompletamento das dotações existentes e das que estão sendo atualizada, a reposição do material gasto ou danificado, e ainda a introdução de novas equipagens no acervo do Corpo de Fuzileiros Navais, que tem como propósito substituir o material obsoleto em uso de modo a manter no "Estado da Arte" a prontificação operativa das Organizações Militares da Marinha do Brasil.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há impacto.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito poderá comprometer o recompletamento das dotações atuais e das novas propostas de dotação, bem como a reposição de parcela de materiais gastos, danificados ou em precário estado de conservação de equipagens operativas das Organizações Militares da Marinha do Brasil e Destacamentos de Segurança de Embaixadas e dotações das novas Organizações Militares de Fuzileiros Navais, durante sua ativação. Isso comprometerá a atuação da Marinha do Brasil em atividades como a presença de contingente de militares do Corpo de Fuzileiros Navais no Haiti e na Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** ANDERSON SATURNINO ALVES

**Acompanhamentos Pedido: 43334**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 30 57

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43334**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ADRIANA RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | JASON RAMOS |
| 11/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | MARCO ANTÔNIO SANTOS |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 123
8038

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43334**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **180.000** | **180.000** | **0** |
| 52131 Comando da Marinha | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 0 | 180.000 | -180.000 |
| 4 - Investimentos | 180.000 | 0 | 180.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52131 Comando da Marinha** | **180.000** | **180.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primaria discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primaria discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Defesa Naval | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **180.000** | **180.000** | **0** |
| 152 Defesa Naval | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2058 - Política Nacional de Defesa | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 180.000 | 180.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43334**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtitulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 157N - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43334 - Troca de GND - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF(Tipo 110) | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 180.000 | 180.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **180.000** | **180.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 43337

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **20.000.000** |
| **Unidade:** | **52932- Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo** | | | | | | | | | | **259.261.649** | **95.376.840** | **20.000.000** |
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | | | | 151.938.724 | 95.376.840 | 20.000.000 |
| **2058 2510** | **Ensino Profissional Marítimo** | **05- 363** | *10* | | | | | | | | **132.826.000** | **81.306.268** | **20.000.000** |
| 2058 2510 0001 | Ensino Profissional Marítimo - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 132.826.000 | 81.306.268 | 20.000.000 |
| 2058 2510 0001 0000 | Ensino Profissional Marítimo | | | | | | | | | | 20.000.000 | 940 | 20.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *280* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *20.000.000* | *940* | *20.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 20.000.000 |

**Justificativas Pedido: 43337**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

O Ensino Profissional Marítimo (EPM) tem por propósito habilitar e qualificar pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, bem como desenvolver o conhecimento no domínio da Tecnologia e das Ciências Náuticas.
O EPM é uma atribuição exclusiva da Marinha do Brasil, cabendo ressaltar, além da sua importância para a economia do país, contribuindo para a geração de emprego e renda, os aspectos voltados à Defesa Nacional. A Diretoria de Portos e Costas (DPC), como Órgão Central do Sistema de Ensino Profissional Marítimo (SEPM), possui responsabilidade direta para com a Comunidade Marítima e com a sociedade brasileira. Cabe lembrar que os elementos da Comunidade Marítima, para o exercício da profissão, necessitam obter certificados emitidos pela DPC, em decorrência da realização dos cursos ministrados no âmbito do EPM.
Nos últimos anos a atividade de Marinha Mercante vem apresentando crescimento significativo, entretanto em virtude das restrições orçamentárias as condições das instalações destinadas a essa atividade encontram-se bastante degradadas. Assim, a previsão de excesso de arrecadação atende a necessidade de aumentar os valores investidos no EPM, atendendo, assim, aos cursos aprovados no Programa de Ensino Profissional Marítimo (PREPOM-2015).

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há.

**Usuário:** MARCO ANTONIO SANTOS

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento ao pleito poderá contribuir na formação inadequada dos marítimos e portuários, disponibilizando às Empresas de Navegação, uma mão-de-obra carente, além do ingresso precário no mercado de trabalho, podendo ocasionar reclamações dos representantes dessas Comunidades que fazem parte do Fundo e conhecem o movimento financeiro do mesmo, além de prejudicar a imagem da Marinha do Brasil.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 80
21/04/2016 09:29

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43337**

**Acompanhamentos Pedido: 43337**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ADRIANA RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | JASON RAMOS |
| 11/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | MARCO ANTÔNIO SANTOS |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8062
01/04/2016 09:2

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43337**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |
| 52932 Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 280 - Recursos Próprios Financeiros | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52932 Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |
| 280 Recursos Próprios Financeiros | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 363 - Ensino Profissional | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |
| 363 Ensino Profissional | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2058 - Política Nacional de Defesa | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43337**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2510 - Ensino Profissional Marítimo | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43337 - Excesso de Arrecadação - FDEPM(Tipo 100) | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43357

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **61000- Secretaria de Assuntos Estratégicos** | | | | | | | | | | **359.657.989** | **345.485.703** | **800.000** | **800.000** | **0** |
| **Unidade:** | **61201- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** | | | | | | | | | | **342.246.493** | **330.055.326** | **800.000** | **800.000** | **0** |
| 2038 | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | | | | 53.989.052 | 48.291.466 | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **2038 4727** | **Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro** | **04- 571** | *10* | | | | | | | | **46.989.052** | **41.291.466** | **800.000** | **800.000** | **0** |
| 2038 4727 0001 | Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 46.989.052 | 41.291.466 | 800.000 | 800.000 | 0 |
| 2038 4727 0001 2000 | Despesas Administrativas | | | | | | | | | | 34.394.289 | 34.113.416 | 800.000 | 800.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *33.544.289* | *33.540.684* | *0* | *800.000* | *-800.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *850.000* | *572.732* | *800.000* | *0* | *800.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 359.657.989 | 345.485.703 | 800.000 | 800.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43357**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A presente solicitação objetiva atender contrato de aquisição de licenças de softwares estatísticos imprescindíveis ao Ipea, bem como a modernização do auditório do Ipea.

**Usuário:** CARLOS GILBERTO MOREIRA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não haverá impacto.

**Usuário:** CARLOS GILBERTO MOREIRA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

A não formalização do contrato das aquisições de licenças de softwares estatísticos, imprescindíveis as atividades do Ipea.

**Usuário:** CARLOS GILBERTO MOREIRA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não haverá, visa apenas ajustar a programação.

**Usuário:** CARLOS GILBERTO MOREIRA

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** CARLOS GILBERTO MOREIRA

**Acompanhamentos Pedido: 43357**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8065

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43357**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | CINTIA BEATRIZ FONSECA |
| 13/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | OSWALDO COGAN JUNIOR |
| 08/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | CARLOS GILBERTO MOREIRA |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8066

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Interatividade**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43357**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos** | **800.000** | **800.000** | **0** |
| 61201 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 0 | 800.000 | -800.000 |
| 4 - Investimentos | 800.000 | 0 | 800.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **61201 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** | **800.000** | **800.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 04 - Administração | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 571 - Desenvolvimento Científico | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **04 Administração** | **800.000** | **800.000** | **0** |
| 571 Desenvolvimento Científico | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 800.000 | 800.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Interessalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43357**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 4727 - Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43357 - Remanejamento GND 3 para 4(Tipo 110) | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 800.000 | 800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **800.000** | **800.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43403

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |
| **Unidade:** | **52911- Fundo Aeronáutico** | | | | | | | | | | **2.339.222.755** | **2.202.254.076** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |
| 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | | | | 625.567.397 | 623.451.830 | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **2108 2000** | **Administração da Unidade** | **05- 122** | *10* | | | | | | | | **396.634.929** | **392.585.340** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |
| 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 396.634.929 | 392.585.340 | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| 2108 2000 0001 0002 | Manutenção Geral | | | | | | | | | | 393.553.514 | 389.726.860 | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *252.992.784* | *252.045.485* | *2.000.000* | *0* | *2.000.000* |
| | | | | | *3.3.90* | *280* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *127.429.956* | *129.196.743* | *2.000.000* | *0* | *2.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *8.880.666* | *7.025.877* | *0* | *2.000.000* | *-2.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *280* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *4.250.108* | *1.458.756* | *0* | *2.000.000* | *-2.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43403**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

AÇÃO 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
A troca do GND 4 - Investimento para o GND 3 - Custeio na Ação 2000/PO 0002 - Manutenção Geral decorre da necessidade de complementar a dotação existente para a aquisição de combustíveis/lubrificantes automotivos para a frota de veículos das diversas Organizações Militares do Comando da Aeronáutica, não ocasionando alteração da dotação inicial consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o Exercício de 2015.

**Usuário:** BRENO GANDOUR SILVA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não se aplica, tendo em vista que as trocas de GND solicitadas não impactarão na dotação inicial consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o Exercício de 2015.

**Usuário:** BRENO GANDOUR SILVA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito acarretará na insuficiência de recursos creditícios necessários ao pleno funcionamento das Organizações Militares do Comando da Aeronáutica.

**Usuário:** BRENO GANDOUR SILVA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não se aplica.

**Usuário:** BRENO GANDOUR SILVA

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** BRENO GANDOUR SILVA

**Acompanhamentos Pedido: 43403**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 3069

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43403**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ADRIANA RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | JASON RAMOS |
| 07/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | BRENO GANDOUR SILVA |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8038

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43403**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |
| 52911 Fundo Aeronáutico | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 4.000.000 | 0 | 4.000.000 |
| 4 - Investimentos | 0 | 4.000.000 | -4.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| 280 - Recursos Próprios Financeiros | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52911 Fundo Aeronáutico** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |
| 250 Recursos Proprios Não-Financeiros | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| 280 Recursos Proprios Financeiros | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no calculo do RP | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no calculo do RP | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |
| 122 Administração Geral | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Interlegislação**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43403**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43403 - Ação 2000 - Remanejamento de GND(Tipo 110) | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43466

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **12000- Justiça Federal** | | | | | | | | | | **10.222.727.135** | **9.909.286.722** | **1.462.586** |
| **Unidade:** | **12101- Justiça Federal de Primeiro Grau** | | | | | | | | | | **8.108.199.979** | **7.904.336.272** | **91.476** |
| 0569 | Prestação Jurisdicional na Justiça Federal | | | | | | | | | | 7.307.058.982 | 7.103.277.499 | 91.476 |
| **0569 4257** | **Julgamento de Causas na Justiça Federal** | **02- 061** | *10* | | | | | | | | **1.090.090.435** | **1.079.355.126** | **91.476** |
| 0569 4257 0001 | Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 1.089.390.435 | 1.078.658.835 | 91.476 |
| 0569 4257 0001 0001 | Julgamento de Causas na Justiça Federal | | | | | | | | | | 91.476 | 81.126 | 91.476 |
| | | | | | *3.3.90* | *150* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *91.476* | *81.126* | *91.476* |
| **Unidade:** | **12102- Tribunal Regional Federal da 1a. Região** | | | | | | | | | | **476.977.413** | **428.137.929** | **1.151.110** |
| 0569 | Prestação Jurisdicional na Justiça Federal | | | | | | | | | | 429.746.319 | 380.944.496 | 1.151.110 |
| **0569 4257** | **Julgamento de Causas na Justiça Federal** | **02- 061** | *10* | | | | | | | | **89.689.848** | **88.961.721** | **1.151.110** |
| 0569 4257 6012 | Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO | | | *PLOA* | | | | | | | 89.689.848 | 88.961.721 | 1.151.110 |
| 0569 4257 6012 0001 | Julgamento de Causas na Justiça Federal | | | | | | | | | | 2.702.309 | 2.568.349 | 1.151.110 |
| | | | | | *3.3.90* | *150* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *2.702.309* | *2.568.349* | *1.151.110* |
| **Unidade:** | **12104- Tribunal Regional Federal da 3a. Região** | | | | | | | | | | **606.412.757** | **574.844.341** | **220.000** |
| 0569 | Prestação Jurisdicional na Justiça Federal | | | | | | | | | | 528.780.259 | 497.211.843 | 220.000 |
| **0569 4257** | **Julgamento de Causas na Justiça Federal** | **02- 061** | *10* | | | | | | | | **70.711.075** | **64.598.695** | **220.000** |
| 0569 4257 6014 | Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP | | | *PLOA* | | | | | | | 70.711.075 | 64.598.695 | 220.000 |
| 0569 4257 6014 0001 | Julgamento de Causas na Justiça Federal | | | | | | | | | | 2.668.000 | 0 | 220.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *150* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *2.668.000* | *0* | *220.000* |
| *Total Geral* | | | | | | | | | | | *10.222.727.135* | *9.909.286.722* | *1.462.586* |

**Justificativas Pedido: 43466**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO
- Solicitação de Crédito suplementar destinado à realização do concurso público de Juiz Federal Substituto à conta de recursos próprios por excesso de arrecadação de receitas provenientes de inscrição em concurso público.
- Ressarcimento da indenização para reforço de dotação das despesas com manutenção da unidade.

JUSTIÇA FEDERAL DE 2º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 3ª REGIÃO
- Solicitação de crédito suplementar destinado à realização do XVIII Concurso Público para Ingresso no cargo de Juiz Federal Substituto.

**Usuário:** Selma Suzana Laranjal

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43466**

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO
- Não haverá cancelamento de dotações.

JUSTIÇA FEDERAL DE 2º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 3ª REGIÃO
- Não se aplica ao solicitado.

**Usuário:** MARINA ALBUQUERQUE DE ANDRADE FLEURY

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO
-Inviabilizará a realização do concurso público de servidores e de Juiz Federal Substituto da 1ª Região, tendo em vista os gastos que serão realizados pelo certame.
- Inviabilizará da substituição do veículo oficial da Seccional de Rondônia.

JUSTIÇA FEDERAL DE 2º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 3ª REGIÃO
- Comprometimento da realização de todas as etapas do concurso público.

**Usuário:** MARINA ALBUQUERQUE DE ANDRADE FLEURY

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO
- Não haverá reflexo no nível de gastos.

JUSTIÇA FEDERAL DE 2º GRAU - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - 3ª REGIÃO
- Não haverá reflexo no nível de gastos.

**Usuário:** MARINA ALBUQUERQUE DE ANDRADE FLEURY

**Outras informações consideradas relevantes**

**Usuário:** MARINA ALBUQUERQUE DE ANDRADE FLEURY

**Acompanhamentos Pedido: 43466**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 24/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | VALERIA LUCIMAR SOUSA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | MARCELO BARROS MARQUES |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8074
sopesp

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2016

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43466**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **12000 Justiça Federal** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |
| 12101 Justiça Federal de Primeiro Grau | 91.476 | 0 | 91.476 |
| 12102 Tribunal Regional Federal da 1a. Região | 1.151.110 | 0 | 1.151.110 |
| 12104 Tribunal Regional Federal da 3a. Região | 220.000 | 0 | 220.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 150 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **12101 Justiça Federal de Primeiro Grau** | **91.476** | **0** | **91.476** |
| 150 Recursos Próprios Não-Financeiros | 91.476 | 0 | 91.476 |
| **12102 Tribunal Regional Federal da 1a. Região** | **1.151.110** | **0** | **1.151.110** |
| 150 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.151.110 | 0 | 1.151.110 |
| **12104 Tribunal Regional Federal da 3a. Região** | **220.000** | **0** | **220.000** |
| 150 Recursos Próprios Não-Financeiros | 220.000 | 0 | 220.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 02 - Judiciária | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 061 - Ação Judiciária | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **02 Judiciária** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |
| 061 Ação Judiciária | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

Câmara dos Deputados
8076
Fl.
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Formalização

Exercício: 2015

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43466**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43466 - TIPO 100 - FONTE 50(Tipo 100) | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 1.462.586 | 0 | 1.462.586 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.462.586** | **0** | **1.462.586** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43490

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **24000- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | | | | **10.084.697.771** | **8.174.033.205** | **7.544.061** |
| **Unidade:** | **24204- Comissão Nacional de Energia Nuclear** | | | | | | | | | | **946.550.515** | **920.002.626** | **7.544.061** |
| 2059 | Política Nuclear | | | | | | | | | | 180.682.164 | 170.603.950 | 7.544.061 |
| **2059 2478** | **Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País** | **19- 662** | *10* | | | | | | | | **132.444.061** | **132.407.642** | **7.544.061** |
| 2059 2478 0001 | Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 132.444.061 | 132.407.642 | 7.544.061 |
| 2059 2478 0001 0000 | Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País | | | | | | | | | | 89.424.061 | 89.398.479 | 7.544.061 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *89.424.061* | *89.398.479* | *7.544.061* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 10.084.697.771 | 8.174.033.205 | 7.544.061 |

**Justificativas Pedido: 43490**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Deve-se ao reajuste de preços dos produtos comercializados pela CNEN, aplicado em função principalmente da atualização de contratos de fornecimento de matéria prima importada para produção de radioisótopos e radiofármacos, bem como ao acréscimo ocorrido na taxa de câmbio.

**Usuário:** ANGELA CRISTINA ALEXIM PECANHA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não se Aplica.

**Usuário:** LUANA MICHELE COATIO DA CRUZ

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Terá impacto na produção de radioisótopos e radiofármacos diminuindo a capacidade de atendimento da demanda efetiva. A CNEN não produzirá radioisótopos suficientes para a realização de determinados exames para diagnósticos de doenças.

**Usuário:** ANGELA CRISTINA ALEXIM PECANHA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

O nível de gastos de custeio do órgão será acrescido do montante solicitado para atender a necessidade de demanda da produção de radioisótopos e radiofármacos.

**Usuário:** ANGELA CRISTINA ALEXIM PECANHA

**Acompanhamentos Pedido: 43490**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MILTON LUIZ TORRES PINHEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | LUANA MICHELE COATIO DA CRUZ |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 22 01/04/2016 09:29

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43490**

| | | |
|---|---|---|
| 08/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ANGELA CRISTINA ALEXIM PECANHA |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8078
01/04/2016 09:29

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária – Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43490**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |
| 24204 Comissão Nacional de Energia Nuclear | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **24204 Comissão Nacional de Energia Nuclear** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 19 - Ciência e Tecnologia | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 662 - Produção Industrial | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **19 Ciência e Tecnologia** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |
| 662 Produção Industrial | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2059 - Política Nuclear | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43490**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2478 - Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43490 - excesso de arrecadação(Tipo 100) | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 7.544.061 | 0 | 7.544.061 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.544.061** | **0** | **7.544.061** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43579

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **30000- Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | **13.484.627.648** | **11.285.684.946** | **12.952** | **12.952** | **0** |
| **Unidade:** | **30103- Arquivo Nacional** | | | | | | | | | | **99.276.220** | **95.792.903** | **12.952** | **12.952** | **0** |
| 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | | | | 77.716 | 74.261 | 12.952 | 0 | 12.952 |
| **0910 00OL** | **Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **77.716** | **74.261** | **12.952** | **0** | **12.952** |
| 0910 00OL 0002 | Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 77.716 | 74.261 | 12.952 | 0 | 12.952 |
| 0910 00OL 0002 0001 | Contribuição à Associação Latino-Americana de Arquivos - ALA | | | | | | | | | | 1.335 | 672 | 663 | 0 | 663 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.335* | *672* | *663* | *0* | *663* |
| 0910 00OL 0002 0002 | Contribuição ao Conselho Internacional de Arquivos - CIA | | | | | | | | | | 65.363 | 65.363 | 10.558 | 0 | 10.558 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *65.363* | *65.363* | *10.558* | *0* | *10.558* |
| 0910 00OL 0002 0003 | Contribuição à Federação Internacional dos Arquivos de Filmes - FIAF | | | | | | | | | | 11.018 | 8.226 | 1.731 | 0 | 1.731 |
| | | | | | *3.3.80* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *11.018* | *8.226* | *1.731* | *0* | *1.731* |
| 2020 | Cidadania e Justiça | | | | | | | | | | 26.782.880 | 24.301.256 | 0 | 12.952 | -12.952 |
| **2020 2810** | **Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional** | **04- 391** | *10* | | | | | | | | **26.782.880** | **24.301.256** | **0** | **12.952** | **-12.952** |
| 2020 2810 0001 | Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 26.782.880 | 24.301.256 | 0 | 12.952 | -12.952 |
| 2020 2810 0001 2000 | Despesas Administrativas | | | | | | | | | | 15.845.475 | 15.493.836 | 0 | 12.952 | -12.952 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *15.845.475* | *15.493.836* | *0* | *12.952* | *-12.952* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 13.484.627.648 | 11.285.684.946 | 12.952 | 12.952 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43579**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Existe a necessidade de suplementação orçamentária para que o Arquivo Nacional possa pagar as anuidades com os Organismos Internacionais aos quais é filiado, para que possa manter permanente intercambio com os mesmos sobre normalização,padronização e métodos de sistemas arquivísticos e viabilizar, sob os auspícios dessas Organizações, programas de cooperação técnica com os demais países a elas filiados.

**Usuário:** ANA LUCIA BAPTISTA DE LA VEGA SILVA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há

**Usuário:** ANA LUCIA BAPTISTA DE LA VEGA SILVA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O isolamento da principal Instituição Arquivística do país, inviabilizando a sua efetiva participação nas reuniões executivas e dos comitês técnicos internacionais, prejudicando, assim, a inserção de todos os arquivos públicos do país, por meio do Arquivo Nacional, nos avanços empreendidos nos padrões e normas da arquivística contemporânea.

**Usuário:** ANA LUCIA BAPTISTA DE LA VEGA SILVA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há.

**Usuário:** ANA LUCIA BAPTISTA DE LA VEGA SILVA

Câmara dos Deputados Comissão de Orçamento Especiais Fl. 8081

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43579**

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há

**Usuário:** ANA LUCIA BAPTISTA DE LA VEGA SILVA

**Acompanhamentos Pedido: 43579**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 02/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | LUCIANA RODRIGUES RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | Deborah Nunes Lyra |
| 11/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ANA LUCIA BAPTISTA DE LA VEGA SILVA |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8808

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Anterior da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43579**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 12.952 | 12.952 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30000 Ministério da Justiça** | **12.952** | **12.952** | **0** |
| 30103 Arquivo Nacional | 12.952 | 12.952 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 12.952 | 12.952 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 12.952 | 12.952 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30103 Arquivo Nacional** | **12.952** | **12.952** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 12.952 | 12.952 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 80 - Transferências ao Exterior | 12.952 | 0 | 12.952 |
| 90 - Aplicações Diretas | 0 | 12.952 | -12.952 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 12.952 | 12.952 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 12.952 | 12.952 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 12.952 | 12.952 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 12.952 | 12.952 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 04 - Administração | 0 | 12.952 | -12.952 |
| 28 - Encargos Especiais | 12.952 | 0 | 12.952 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 0 | 12.952 | -12.952 |
| 846 - Outros Encargos Especiais | 12.952 | 0 | 12.952 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **04 Administração** | **0** | **12.952** | **-12.952** |
| 391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 0 | 12.952 | -12.952 |
| **28 Encargos Especiais** | **12.952** | **0** | **12.952** |
| 846 Outros Encargos Especiais | 12.952 | 0 | 12.952 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 12.952 | 12.952 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 12.952 | 12.952 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | 12.952 | 0 | 12.952 |
| 2020 - Cidadania e Justiça | 0 | 12.952 | -12.952 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43579**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 0 | 12.952 | -12.952 |
| - Operações Especiais | 12.952 | 0 | 12.952 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 00OL - Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica | 12.952 | 0 | 12.952 |
| 2810 - Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional | 0 | 12.952 | -12.952 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 0 | 12.952 | -12.952 |
| - Operações Especiais | 12.952 | 0 | 12.952 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43579 - Credito Suplementar para Organismos Internacionais(Tipo 100) | 12.952 | 12.952 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 12.952 | 12.952 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **12.952** | **12.952** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43588

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **331.694** |
| **Unidade:** | **52931- Fundo Naval** | | | | | | | | | | **737.060.948** | **607.458.631** | **331.694** |
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | | | | 260.423.297 | 156.072.262 | 331.694 |
| **2058 20XN** | **Aprestamento da Marinha** | **05- 152** | *10* | | | | | | | | **133.493.297** | **102.360.748** | **331.694** |
| 2058 20XN 0001 | Aprestamento da Marinha - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 133.493.297 | 102.360.748 | 331.694 |
| 2058 20XN 0001 0003 | Aprestamento das Forças Navais | | | | | | | | | | 468.560 | 297.046 | 331.694 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *468.560* | *297.046* | *331.694* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 331.694 |

**Justificativas Pedido: 43588**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Obtenção de materiais e serviços necessários à manutenções preventiva, preditiva, corretiva e modificadora dos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais subordinados ao Comando de Operações Navais. Os recursos solicitados permitirão que a Marinha do Brasil empregue esses meios para o patrulhamento dos mares brasileiros, podendo ser utilizado tanto em situação de conflito como em situação de paz, visando ao resguardo dos recursos naturais e estratégicos existentes ao longo dos 8.500 km de litoral e 3,5 milhões de km quadrados de Zona Econômica Exclusiva.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Não há.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

não atendimento dos recursos solicitados ocasionará o comprometimento da segurança do pessoal e material dos meios subordinados envolvidos em atividades de controle de avarias, tarefas de salvatagem e segurança nas operações com helicópteros nos Navios subordinados. Reduzirá com isto a capacidade da Marinha do Brasil em prestar o apoio necessário às localidades mais distantes, comprometendo desta forma as atividades voltadas para a salvaguarda da vida humana no mar.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** MARCO ANTÔNIO SANTOS

**Acompanhamentos Pedido: 43588**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 8cas 01/04/2016 09:3

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43588**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ADRIANA RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | JASON RAMOS |
| 11/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | MARCO ANTÔNIO SANTOS |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 808
21/04/2016 09:36

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2016

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43588**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **331.694** | **0** | **331.694** |
| 52931 Fundo Naval | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52931 Fundo Naval** | **331.694** | **0** | **331.694** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Defesa Naval | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **331.694** | **0** | **331.694** |
| 152 Defesa Naval | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2058 - Política Nacional de Defesa | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise e Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43588**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20XN - Aprestamento da Marinha | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43588 - Excesso de Arrecadação - AO 20XN PO 0003(Tipo 100) | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 331.694 | 0 | 331.694 |
| **TOTAL-GERAL** | **331.694** | **0** | **331.694** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43717

**Tipo de Crédito:** 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **24000- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | | | | **10.084.697.771** | **8.174.033.205** | **30.241.014** |
| **Unidade:** | **24201- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** | | | | | | | | | | **2.021.326.406** | **2.010.637.153** | **30.241.014** |
| 2021 | Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | | | | 1.744.770.757 | 1.734.316.664 | 30.241.014 |
| **2021 00LV** | **Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I** | **19- 571** | *10* | | | | | | | | **1.629.738.323** | **1.682.042.526** | **30.241.014** |
| 2021 00LV 0001 | Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 1.629.336.023 | 1.682.042.526 | 30.241.014 |
| 2021 00LV 0001 0002 | Ciência sem Fronteiras | | | | | | | | | | 103.242.005 | 108.894.787 | 30.241.014 |
| | | | | | *3.3.90* | *281* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *12.201.014* | *12.519.049* | *12.201.014* |
| | | | | | *3.3.90* | *296* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *91.040.991* | *96.375.738* | *18.040.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 10.084.697.771 | 8.174.033.205 | 30.241.014 |

**Justificativas Pedido: 43717**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Trata-se de acordo entre o Programa Ciência sem Fronteiras e diversas empresas para financiamento de bolsistas no exterior. Abaixo seguem os valores a serem repassados por cada empresa em 2015, os quais foram acrescidos e/ou assinados após a elaboração de proposta da LOA 2015:

- HYUNDAI: R$ 3.040.000,00
- PETROGAL: R$ 2.736.000,00
- BG: R$ 9.465.014,00 (Já repassados ao Tesouro via GRU em 12/2014).
- PETROBRAS: R$ 15.000.000,00

Total: R$ 30.241.014,00
Taxa dólar R$ 3,04

**Usuário:** ERMELINDA A. L. BASTOS DE NAZARE

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não se aplica

**Usuário:** ERMELINDA A. L. BASTOS DE NAZARE

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Além do aspecto político de se fazer um acordo e depois não poder cumpri-lo, bolsistas poderão ficar sem receber suas bolsas, acordos com instituições brasileiras e estrangeiras poderão ser descumpridos, gerando prejuízos ao bom andamento do Programa Ciência sem Fronteiras.

**Usuário:** ERMELINDA A. L. BASTOS DE NAZARE

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

O impacto é positivo, pois não serão utilizados somente recursos do CNPq e sim de empresas parceiras que estão acreditando em um Programa Governamental que implica na qualificação de recursos humanos para setores prioritários do País

**Usuário:** ERMELINDA A. L. BASTOS DE NAZARE

**Outras informações consideradas relevantes**

A queda nos números de concessão de bolsas reflete diretamente no insucesso do programa e na desconfiança de sua manutenção pelo governo brasileiro. Isso provoca a desarticulação e impossibilita a manutenção da mobilidade como instrumento de internacionalização e aperfeiçoamento da educação brasileira, além restringir a ampliação de colaborações com pesquisadores estrangeiros.
OBS: Petrogal e BG FR 0281/Convênio, conforme determinado pelo relatório de Auditoria Interna PAINT/2014 nota 09/2014, os demais continuarão com a FR 0296 tendo em vista serem continuidade de acordos vigentes

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 0109 01/04/2016 09:28

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43717**

**Usuário:** ERMELINDA A. L. BASTOS DE NAZARE

**Acompanhamentos Pedido: 43717**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 11/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AUGUSTA AIKO UMEDA KUHN |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | LAURO ANTÔNIO CAMPOS CORRÊA |
| 11/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ERMELINDA A. L. BASTOS DE NAZARE |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 01/04/2016 09:28

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Interealização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43717**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |
| 24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 281 - Recursos de Convênios | 12.201.014 | 0 | 12.201.014 |
| 296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 18.040.000 | 0 | 18.040.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |
| 281 Recursos de Convênios | 12.201.014 | 0 | 12.201.014 |
| 296 Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 18.040.000 | 0 | 18.040.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 19 - Ciência e Tecnologia | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 571 - Desenvolvimento Científico | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **19 Ciência e Tecnologia** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |
| 571 Desenvolvimento Científico | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

Câmara dos Deputados
8092
Fl.
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Interrelização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43717**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 00LV - Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43717 - BOLSAS CsF OUTRAS FONTES(Tipo 152) | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 30.241.014 | 0 | 30.241.014 |
| **TOTAL-GERAL** | **30.241.014** | **0** | **30.241.014** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43724

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** snum **Data Efetivação:** 24/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **15000- Justiça do Trabalho** | | | | | | | | | | **17.558.075.233** | **17.201.981.430** | **11.852.609** | **6.204.000** |
| **Unidade:** | **15102- Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **1.718.017.003** | **1.712.006.015** | **556.114** | **0** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 1.226.134.285 | 1.220.187.031 | 556.114 | 0 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **154.031.389** | **148.590.283** | **556.114** | **0** |
| 0571 4256 0033 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 154.031.389 | 148.590.283 | 556.114 | 0 |
| 0571 4256 0033 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 556.114 | 550.668 | 556.114 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *150* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *511.500* | *510.508* | *511.500* | *0* |
| | | | | | *4.4.90* | *150* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *44.614* | *40.161* | *44.614* | *0* |
| **Unidade:** | **15105- Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul** | | | | | | | | | | **1.429.827.641** | **1.426.609.986** | **3.609.000** | **0** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 1.048.493.173 | 1.045.288.549 | 3.609.000 | 0 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **104.542.231** | **104.353.511** | **3.609.000** | **0** |
| 0571 4256 0043 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 104.542.231 | 104.353.511 | 3.609.000 | 0 |
| 0571 4256 0043 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 4.708.650 | 4.708.650 | 3.609.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *150* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *4.708.650* | *4.708.650* | *3.609.000* | *0* |
| **Unidade:** | **15110- Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná** | | | | | | | | | | **929.926.890** | **908.405.329** | **5.336.495** | **0** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 784.200.809 | 762.679.248 | 5.336.495 | 0 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **102.855.800** | **85.487.076** | **5.336.495** | **0** |
| 0571 4256 0041 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 102.855.800 | 85.487.076 | 5.336.495 | 0 |
| 0571 4256 0041 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 6.785.220 | 6.671.067 | 5.336.495 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *150* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *6.785.220* | *6.671.067* | *5.336.495* | *0* |
| **Unidade:** | **15116- Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP** | | | | | | | | | | **1.426.132.288** | **1.410.376.837** | **0** | **6.000.000** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 1.189.882.482 | 1.174.127.031 | 0 | 6.000.000 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **156.081.804** | **143.712.098** | **0** | **6.000.000** |
| 0571 4256 3474 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Município de Campinas - SP | | | *PLOA* | | | | | | | 156.081.804 | 143.712.098 | 0 | 6.000.000 |
| 0571 4256 3474 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 | 6.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *350* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *6.000.000* | *6.000.000* | *0* | *6.000.000* |
| **Unidade:** | **15119- Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás** | | | | | | | | | | **437.330.449** | **416.458.527** | **0** | **204.000** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 398.733.009 | 377.873.621 | 0 | 0 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **42.240.440** | **42.130.038** | **0** | **204.000** |
| 0571 4256 0052 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás | | | *PLOA* | | | | | | | 42.240.440 | 42.130.038 | 0 | 204.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8853

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43724

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** snum **Data Efetivação:** 24/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0571 4256 0052 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 204.000 | 204.000 | 0 | 204.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 350 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 204.000 | 204.000 | 0 | 204.000 |
| **Unidade:** | **15124- Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso** | | | | | | | | | | **269.547.460** | **269.082.933** | **2.351.000** | **0** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 249.229.022 | 248.764.495 | 2.351.000 | 0 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | **10** | | | | | | | | **31.738.290** | **31.413.965** | **2.351.000** | **0** |
| 0571 4256 0051 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso | | | PLOA | | | | | | | 31.738.290 | 31.413.965 | 2.351.000 | 0 |
| 0571 4256 0051 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 2.616.500 | 2.436.641 | 2.351.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 150 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.616.500 | 2.436.641 | 2.351.000 | 0 |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 17.558.075.233 | 17.201.981.430 | 11.852.609 | 6.204.000 |

**Justificativas Pedido: 43724**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Justificativa do Pedido 43477:
UO 15114 - TRT 13ª REGIÃO O credito suplementar visa atender excepcionalmente o pagamento parcial de decisão judicial referente ao auxilio moradia dos magistrados
Justificativa do Pedido 43452:
U.O 15111 – TRT da 10ª Região - A necessidade orçamentária no grupo "Outras Despesas Correntes" da ordem de R$ 181.000,00 visa atender parte da programação atual correspondente às despesas correlatas ao grupo ora mencionado, como por exemplo, aquisição de material de consumo para o Almoxarifado, aquisição de suprimentos de informática, e cobertura das despesas de natureza continuada, tais como locação de imóveis para abrigar as Varas Trabalhistas, despesas com energia elétrica, saneamento de água e esgoto, telefonia, correios, entre outras.
Justificativa do Pedido 43448:
U.O.: 15.119 - TRT da 18ª Reg.

Necessidade orçamentária, da ordem de R$ 204.158,00 (duzentos e quatro mil e cento e cinquenta e oito reais), em virtude de despesas contratualmente assumidas por este Tribunal, considerando que neste exercício foram executadas despesas relativas a 2014, no valor total de R$ 1.280.642,02, concernentes a indenizações e serviços de terceiros, para as quais não houve inscrição de valores em restos a pagar, em razão de insuficiência orçamentária em 2014.
Justificativa do Pedido 43446:
U.O: 15.112 - TRT da 11ª Reg. A alteração orçamentária se faz necessária para que seja adquirido o mobiliário do prédio da sede administrativa no qual está sendo reformado, com o intuito de obedecer os padrões vigentes.
Justificativa do Pedido 43390:
U.O.: 15105 - TRT da 4ª Região: A dotação 2015 do GND3 de Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho é insuficiente para o atendimento das despesas essenciais ao funcionamento do TRT da 4ª Região. Este pedido de crédito tem como objetivo reduzir o déficit.
Justificativa do Pedido 43382:
U.O: 15.124 - TRT da 23ª Reg. - A necessidade de alteração orçamentária se faz para reforçar dotação com despesas continuadas e contratos prejudicados (energia,, segurança, limpeza, correios, contratação de links, serviços de condução de veículos e outras) com a liberação dos recursos para pagamento do Auxílio Moradia, que totalizará até ao final do exercício o montante de R$4.620.000,00 . Solicitação efetuada com base no Ofício Circular CSJT.GP.CFIN nº 10/20015, que orienta a liberação dos recursos nas fontes do orçamento fiscal para cumprimento da Resolução CNJ nº 199/2014. Em complemento do pedido da Fonte 0100.
Aquisição de 01 veículo tipo caminhonete para atender o Gabinete da Presidência.
Justificativa do Pedido 43339:
U.O: 15.124 - TRT da 23ª Reg. - Este Tribunal tem a necessidade da realização do Concurso para preenchimento dos Cargos de Técnico e Analista Judiciário, em razão da vigência do Concurso atual que se findará em 1º/08/2015, e também da realização do Concurso para preenchimento de 5 cargos vagos de Juiz Substituto. Os Contratos com a Fundação Carlos Chagas já estão no estágio de homologação.

Justificativa do Pedido 43329:
U.O: 15102 – TRT da 1ª Reg. – SUPERÁVIT DE RECURSOS PRÓPRIOS - Trata-se de crédito adicional com a finalidade de utilizar o superávit financeiro apurado em 2014, proveniente da fonte 150 (recursos próprios), para atualização do parque tecnológico deste Regional, necessária a uma melhor prestação jurisdicional.

Os recursos serão utilizados na aquisição dos itens abaixo relacionados:

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8054 01/04/2016 09:20

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 43724**

AQUISIÇÃO DE MICRO-COMPUTADORES.....321.116,00
AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS.....340.676,00
TOTAL.....661.792,00

Justificativa do Pedido 43263:
U.O:15.108 TRT 7ª. Região - Solicitação de suplementação de crédito decorrente de arrecadação de recursos, provenientes de taxas de ocupação de imóveis, cessão de uso/convênios e outros ressarcimentos pagos a este Regional, na ação de Apreciação de causas na Justiça do Trabalho (ACJT – GND 3), especificamente atender despesas que seriam atendidas com dotações contempladas nas fontes do orçamento fiscal, que agora serão utilizada para assegurar o pagamento do auxílio-moradia de magistrados (Resolução CNJ n 199/2014), de acordo com o Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN no. 10/2015.
Solicitação deste crédito para complementar a despesa: R$ 276.696,00.

Justificativa do Pedido 43212:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - A implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT) ocasionou a emissão dos Avisos de Recebimentos Digitais (AR) em forma eletrônica, aumentando significativamente os custos dos serviços com correios. A despesa cresceu em 2013 e 2014 em relação aos anos anteriores em 15% anuais, para este ano estima-se novamente um aumento de 15% em relação ao ano de 2014 devido à implantação de novas VT decorrentes da Lei 12.617/2012 e a migração de novas varas para o PJe/JT. Mantendo-se esta tendência prevê-se um déficit, em relação ao montante inicialmente estimado para o exercício em R$ 1.000.000,00.

Justificativa do Pedido 43186:
UO 15104 - TRT 3ª REGIÃO A presente solicitação de crédito orçamentário decorre da existência de superavit financeiro na fonte 150 e visa atender ao pagamento de despesas contratuais e serviços continuados deste Tribunal no presente exercício.
Justificativa do Pedido 43154:
U.O: 15102 – TRT da 1ª Reg. – RECURSOS PRÓPRIOS

TAXA DE CONCURSO / CUSTEIO - Trata-se de crédito adicional face à obtenção de receitas provenientes da previsão de arrecadação de taxa de concurso de magistrados a ser realizado em 2015.

A solicitação proposta no valor de R$ 511.500,00 (Quinhentos e onze mil e quinhentos reais) tem por base a estimativa de inscritos para o concurso de juiz, adotando-se como parâmetro as inscrições efetivadas em edições anteriores e será destinada ao pagamento à contratada responsável pela realização do certame.

CESSÃO DE USO / INVESTIMENTO – Trata-se de crédito adicional face à obtenção de receitas provenientes de cessão de uso no âmbito deste Regional em atendimento ao disposto na Resolução CSJT Nº 087/2011. Dessa forma, a necessidade orçamentária em investimento será atendida com recursos de cessão de uso, possibilitando, por outro lado, a liberação de orçamento fiscal para suprir, ainda que de forma parcial, a necessidade orçamentária deste Tribunal para pagamento do auxílio-moradia aos magistrados, estabelecido pela Resolução CNJ nº 199/2014.

Os recursos serão utilizados na aquisição dos itens abaixo relacionados:
AQUISIÇÃO DE LICENÇAS WINDOWS SERVER 2012 COM SUPORTE .....28.949,76
BEBEDOUROS DE PRESSÃO.....15.664,24
Justificativa do Pedido 43140:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - Inicialmente não estava previsto a realização de concurso público para servidores no exercício de 2015. Por autorização da Presidência do Regional foi iniciado os trabalhos para a realização de concurso público para o provimento de cargos no TRT da 9ª Região, o qual está previsto para o mês de agosto/2015.
Na LOA foi previsto a despesa para realização de concurso público para magistrados, mas os recursos são insuficientes para a contratação de empresa para a realização do concurso para os servidores. Os recursos indicados nesta solicitação será empregados exclusivamente na contratação de empresa especializada para a realização do processo seletivo neste exercício.

Justificativa do Pedido 43086:
UO: 15.116 – TRT da 15ª Região - O Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região com sede em Campinas, São Paulo, vem por este meio encaminhar solicitação de abertura de suplementação orçamentária com oferecimento de recursos compensatórios. Os recursos são originários de arrecadação própria na fonte 150, caracterizando superavit financeiro.
Tem por objetivo reforçar o orçamento consignado a Outros Custeios face à elevação de custos que tem se verificado, especialmente em tarifas públicas, mormente Energia Elétrica e Àgua. Os contratos de terceirizados também tem sofrido majoração considerável face a necessidade de expansão dos serviços contratados, vigilância ostensiva é um item que tem onerado muito a grade de despesas e outros com necessidades de repactuação de contratos em razão de sucesso das categorias em dissídio coletivo, que necesseriamente tem que ser absorvido pelo Regional.

Em resumo o crédito ficará assim constituído:
CANCELA
Com oferecimento de recurso financeiro
(FONTE 350): R$ 6.000.000,00
SUPLEMENTA
02.122.0571.4256 – APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO
GND 3 (FONTE 350): R$ 6.000.000,00

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 3055
01/04/2016 09:20

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43724**

**Usuário:** LUCIANO CARLOS DE ALMEIDA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 43477:
UO 15114 - TRT 13ª REGIÃO Como não ha oferecimento de recursos orçamentarios em compensação não havera reflexos de cancelamento da programação prevista
Justificativa do Pedido 43452:
U.O 15111 – TRT da 10ª Região - Não haverá impacto, tendo em vista que tais créditos são decorrentes de Superávit Financeiro, conforme divulgado no Relatório Resumido da Execução.
Justificativa do Pedido 43448:
U.O.: 15.119 - TRT da 18ª Reg.

Tal impacto não será verificado, tendo em vista que o crédito solicitado é proveniente de receita própria relativa à cessão de espaço físico, decorrente de superávit financeiro de 2014.
Justificativa do Pedido 43446:
U.O: 15.112 - TRT da 11ª Reg. Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43390:
U.O.: 15105 - TRT da 4ª Região: Não há cancelamento de dotações. Os recursos são provenientes de arrecadação na fonte 0150 de taxa de inscrição em concurso público.
Justificativa do Pedido 43382:
U.O: 15.124 - TRT da 23ª Reg. - Não há impacto do cancelamento de dotações.
Justificativa do Pedido 43339:
U.O: 15.124 - TRT da 23ª Reg. - Não há impacto do cancelamento de dotações.
Justificativa do Pedido 43329:
U.O: 15102 – TRT da 1ª Reg. – SUPERÁVIT DE RECURSOS PRÓPRIOS – Não há cancelamento de dotação.
Justificativa do Pedido 43263:
U.O:15.108 TRT 7ª. Região - Não se aplica
Justificativa do Pedido 43212:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - Por se tratar de utilização de recursos provenientes de arrecadação de receitas próprias, não haverá cancelamento de dotações, nem impacto no PPA 2012-2015.
Justificativa do Pedido 43186:
UO 15104 - TRT 3ª REGIÃO Não há impacto nas dotações orçamentárias, uma vez que não são oferecidos recursos em cancelamento.
Justificativa do Pedido 43154:
U.O: 15102 – TRT da 1ª Reg. – RECURSOS PRÓPRIOS

TAXA DE CONCURSO - CUSTEIO - Não haverá impacto, uma vez que se trata de pedido de crédito sem oferecimento.

CESSÃO DE USO – INVESTIMENTO - Não haverá impacto, uma vez que se trata de pedido de crédito sem oferecimento.
Justificativa do Pedido 43140:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - Por se tratar de utilização de recursos provenientes de arrecadação de receitas próprias, não haverá cancelamento de dotações, nem impacto no PPA 2012-2015.
Justificativa do Pedido 43086:
Não haverá compensação com cancelamento de recursos orçamentários, somente compensação com recursos finanaceiros já arrecadados.

**Usuário:** LUCIANO CARLOS DE ALMEIDA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 43477:
UO 15114 - TRT 13ª REGIÃO Com o não atendimento ao pleito deixaremos decomplementar o pagamento de uma decisão judicial referente ao auxilio moradia dos magistrados.
Justificativa do Pedido 43452:
U.O 15111 – TRT da 10ª Região - O TRT não poderá concretizar as demandas necessárias, onerando de forma significativa o orçamento de 2016, tendo em vista que deixará de cumprir a programação atual, frustrando as áreas que dependem de tais demandas.
Justificativa do Pedido 43448:
U.O.: 15.119 - TRT da 18ª Reg.

Não cumprimento das obrigações contratuais assumidas, com possibilidade, inclusive, de paralisação das atividades básicas necessárias à manutenção desta Justiça Especializada.
Justificativa do Pedido 43446:
U.O: 15.112 - TRT da 11ª Reg. O orçamento deste regional para o presente exercício demonstrou insuficiência de crédito para atender as necessidades de es
Justificativa do Pedido 43390:
U.O.: 15105 - TRT da 4ª Região: Insuficiência orçamentária na ação orçamentária Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.
Justificativa do Pedido 43382:

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 01/04/2016 09:2
3096

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43724**

U.O: 15.124 - TRT da 23ª Reg. - Ficarão prejudicados os pagamentos dos contratos de despesas continuadas e contratos.
Justificativa do Pedido 43339:
U.O: 15.124 - TRT da 23ª Reg. - Ficarão prejudicadas as realizações dos concursos que é de grande importância para este Tribunal, em razão da rotatividade de servidores e magistrados neste Regional e prejudicará diretamente a prestação jurisdicional desta Região.
Justificativa do Pedido 43329:
U.O: 15102 – TRT da 1ª Reg. – SUPERÁVIT DE RECURSOS PRÓPRIOS – A não efetivação da suplementação impossibilitará a aquisição de equipamentos de informática cuja necessidade foi percebida por este Egrégio para atualização de seu parque tecnológico.
Justificativa do Pedido 43263:
U.O:15.108 TRT 7ª. Região - Não realização de metas administrativas desta Regional, especificamente complementar despesas contratadas por este regional, de acordo com Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN no. 10/2015
Justificativa do Pedido 43212:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - O não atendimento do pedido ocasionará o não pagamento dos serviços prestados pelos correios, gerando multas contratuais, interrupção dos serviços, com graves consequências na prestação jurisdicional com qualidade e celeridade ao cidadão.
Justificativa do Pedido 43186:
UO 15104 - TRT 3ª REGIÃO O não atendimento do pedido comprometerá a realização de despesas continuadas e contratualmente previstas, necessárias à manutenção das atividades do TRT da Terceira Região.
Justificativa do Pedido 43154:
U.O: 15102 – TRT da 1ª Reg. – RECURSOS PRÓPRIOS

TAXA DE CONCURSO - CUSTEIO – A não efetivação da suplementação inviabilizará o pagamento integral pelo serviço prestado pela contratada para realização de concurso público para juiz do trabalho substituto.

CESSÃO DE USO - INVESTIMENTO - A não efetivação da suplementação requerida implicará na não utilização dos recursos arrecadados pela cessão de uso para atender demanda em investimento e inviabilizará a liberação de recursos do orçamento fiscal para atender parcialmente o pagamento de auxílio-moradia aos magistrados.
Justificativa do Pedido 43140:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - O não atendimento do pedido ocasionará a não realização do concurso público neste exercício, proporcionado graves consequências na prestação jurisdicional com qualidade e celeridade ao cidadão por falta de servidores.
Justificativa do Pedido 43086:
O não atendimento deste pleito acarretará a impossibilidade da continuidade da prestação jurisdicional em níveis adequados. Trará inúmeros prejuízos à sociedade, cliente desta Justiça Especializada.

**Usuário:** LUCIANO CARLOS DE ALMEIDA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Justificativa do Pedido 43477:
UO 15114 - TRT 13ª REGIÃO demonstramos a seguir o reflexo dos gastos em relação ao custeio do Orgão
1- dotação inicial.....R$ 20.475.219,00
2- solicitação de credito.....R$ 762.500,00
3- Reflexo..... 3,72%
Justificativa do Pedido 43452:
U.O 15111 – TRT da 10ª Região - O acréscimo corresponderá a um reflexo da ordem de 0,41% sobre o nível de gastos do grupo Outras Despesas Correntes da ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, conforme pode ser observado na planilha abaixo:

A) Dotação atual para o exercício de 2015 (LOA/2015) - GND: 3 PO 001...44.426.254,00
B) Valor deste pedido de crédito suplementar..... 181.000,00
C) Dotação total para o exercício de 2015 (A + B)..... 44.607.254,00
D) Acréscimo em percentual em relação à dotação inicial de 2014..... 0,41%

Justificativa do Pedido 43448:
U.O.: 15.119 - TRT da 18ª Reg.

O pagamento das obrigações contratuais assumidas, dentro do exercício financeiro de sua competência.
Justificativa do Pedido 43446:
U.O: 15.112 - TRT da 11ª Reg. Não se aplica por se tratar de crédito por compensação financeira.
Justificativa do Pedido 43390:
U.O.: 15105 - TRT da 4ª Região: O crédito suplementar visa recompor a dotação orçamentária da ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho para corrigir o desequilíbrio orçamentário.
Justificativa do Pedido 43382:
U.O: 15.124 - TRT da 23ª Reg. - Não há reflexos haja vista que o atendimento proporcionará a readequação das dotações orçamentárias consignadas no planejamento deste Tribunal.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 01/04/2016 09:20

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43724**

Justificativa do Pedido 43339:
U.O: 15.124 - TRT da 23ª Reg. - Realização dos concursos e atendimento das demandas de provimento de servidores e magistrados.
Justificativa do Pedido 43329:
U.O: 15102 – TRT da 1ª Reg. – SUPERÁVIT DE RECURSOS PRÓPRIOS – O atendimento desta demanda não traz reflexo sobre os gastos de custeio, uma vez que a suplementação no GND 4 servirá para atender necessidade do Órgão utilizando fonte de recursos próprios.
Justificativa do Pedido 43263:
U.O:15.108 TRT 7ª. Região - Haverá na dotação da ação ACJT-GND3-fonte 0150, um aporte inicial de R$ 276.696,00.
Justificativa do Pedido 43212:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - Não haverá repercussão no nível de gastos fixos ou de custeio uma vez que os recursos serão utilizados em demandas com necessidades pontuais.

Justificativa do Pedido 43186:
UO 15104 - TRT 3ª REGIÃO Haverá reflexos positivos no atendimento da demanda em relação à execução orçamentária do Órgão, no presente exercício, haja vista que se evitará o pagamento no exercício futuro dívidas de exercícios anteriores.
Justificativa do Pedido 43154:
U.O: 15102 – TRT da 1ª Reg. – RECURSOS PRÓPRIOS

TAXA DE CONCURSO - CUSTEIO – A suplementação no GND 3 – custeio não refletirá nos gastos de manutenção deste Órgão, uma vez que se trata de pagamento por serviço específico de realização de concurso público para juiz do trabalho substituto.

CESSÃO DE USO - INVESTIMENTO
Não há reflexo, uma vez que a suplementação é proveniente de arrecadação de recursos próprios e se destina a aquisição em investimento.
Justificativa do Pedido 43140:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - Não haverá repercussão no nível de gastos fixos ou de custeio uma vez que os recursos serão utilizados em demandas com necessidades pontuais.

Justificativa do Pedido 43086:
O nível de gastos se elevará em 4,31% sobre os níveis atuais de gastos com Outros Custeios.

**Usuário:** LUCIANO CARLOS DE ALMEIDA

**Outras informações consideradas relevantes**

Justificativa do Pedido 43452:
U.O 15111 – TRT da 10ª Região –

Memória de cálculo da projeção da despesa em 2015:

1. Outras despesas correntes (Fontes 100- 127-150-181)- PO 001 PTRES 85113
A) Dotação Autorizada Atual para o exercício de 2015 ..... 44.426.254,00
B) Despesa empenhada até 06/05/2015 - SIAFI..... 14.083.715,67
C) Saldo Orçamentário (A - B)..... 30.342.538,33
D) Projeção da despesa até o final do exercício (7/5 a 31/12/2015)..... 41.668.952,33
E) Necessidade Orçamentária até o final do exercício (C - D)..... -10.936.414,00
F) Valor deste pedido de crédito suplementar s/ compensação tipo 100..... 181.000,00
G) Saldo orçamentário condicionado a liberação deste pedido de crédito s/ compensação (F - E)..... -10.755.414,00
H) Valor do Pedido de crédito s/ compensação tipo 152 - SIOP 43456..... 10.449.000,00
I) Valor do Pedido de crédito c/ compensação tipo 407 - SIOP 43443..... 306.414,00
J) Valor do pedido de crédito c/ compensação tipo 407 SIOP 43470..... 130.000,00
k) Valor do pedido de crédito c/ compensação tipo 407 SIOP 43472..... 78.000,00
L) Valor do pedido de crédito c/ compensação tipo 120 SIOP 43474..... 182.000,00
M) Saldo Orçamentário Condicionado a liberação dos pedidos de créditos..... 0,00

Justificativa do Pedido 43446:
U.O: 15.112 - TRT da 11ª Reg.
Justificativa do Pedido 43390:



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 01/04/2016 09:20

**Pedidos:** **43724**

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO
ANALISTA: 17.000 candidatos x R$ 107,97 = R$ 1.835.490,00
TÉCNICO: 24.650 candidatos x R$ 87,97 = R$ 2.168.460,50

MEMÓRIA DE CÁCLCULO DO VALOR DA SUPLEMENTAÇÃO:
ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO NO CONCURSO: [A] R$ 4.000.000,00
ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO POR CESSÃO DE USO: [B] R$ 708.650,00
TOTAL CONSIGNADO NA LOA 2015 NA FONTE 0150: [C] R$ 1.099.650,00
VALOR DA SUPLEMENTAÇÃO: [A]+[B]-[C] R$ 3.609.000,00
Justificativa do Pedido 43382:
U.O: 15.124 - TRT da 23ª Reg. - São despesas mensais fixas, o não pagamento prejudicará o atendimento a atividade de prestação jurisdicional.
Justificativa do Pedido 43339:
U.O: 15.124 - TRT da 23ª Reg. - Preenchimento dos cargos já vagos de magistrados e das vacâncias que ocorrerão por conta da rotatividade no decorrer da vigência do concurso a ser realizado.
Justificativa do Pedido 43329:
U.O: 15102 – TRT da 1ª Reg. – SUPERÁVIT DE RECURSOS PRÓPRIOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO
SUPERÁVIT 2014 – RECURSOS PRÓPRIOS
SUPERÁVIT 2015 RECURSOS PRÓPRIOS.....661.792,00
AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES..... 321.115,98
AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS.....340.676,02
SUPLEMENTAÇÃO PROPOSTA GND 4..... 661.792,00

Justificativa do Pedido 43263:
...
Justificativa do Pedido 43212:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - Superávit: Receita arrecadada em 2014
Fonte de Recursos (Código/Descrição): 150-RECURSOS PRÓPRIOS NÃO FINANCEIROS
1) Total arrecadado em 2014: R$ 1.032.503,05
2) DESPESA EXECUTADA EM 2014: R$ 418.560,00
3) Saldo anterior a 2014: R$ 30.806,04
4) Total do Superávit apurado em balanço patrimonial de 31/12/2014(1-2+3): R$ 644.749,09

Memória de cálculo: Despesas com Comunicação em Geral (correios)
a) Despesa executada até abr/2015: R$ 1.254.893,93
b) Despesa prevista até dez: 8 x R$ 530.000,00 = R$ 4.240.000,00
c) Despesa inicial estimada: R$ 4.500.000,00
d) Déficit até o final do exercício de 2015: R$ 994.893,93

SUPLEMENTAÇÃO:
Ação: 4256- APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO (GND 3):
Dotação Orçamentária autorizada na LOA/2015 + créditos adicionais: ..... R$ 55.777.707,00
(-) Despesas executadas (empenhadas) até 30/abril/2015:..... (R$ 30.987.686,20)
Percentual de execução orçamentária: ..... 55,6%
(+) Previsão de créditos adicionais fonte 181-convênios..... R$ 23.090.000,00)
(-) Previsão de despesas até dezembro/2015: ..... (R$ 48.524.720,80)
(=) Presente pedido de crédito ..... R$ 644.700,00

Justificativa do Pedido 43186:
UO 15104 - TRT 3ª REGIÃO O aporte orçamentário será necessário para propiciar a realização de despesas que foram preteridas em razão do pagamento do auxílio moradia.
Justificativa do Pedido 43154:
U.O: 15102 – TRT da 1ª Reg. – RECURSOS PRÓPRIOS



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 01/04/2016 09:20

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43724**

TAXA DE CONCURSO - CUSTEIO
TOTAL ESTIMADO COM TAXA DE CONCURSO MAGISTRADOS 2015
VALORES A SEREM ARRECADADOS/2015

CONCURSO MAGISTRADOS
Nº ESTIMADO DE INSCRIÇÕES.....3.100
VALOR TAXA DE CONCURSO.....165,00
VALOR TOTAL ESTIMADO .....511.500,00
SOLICITAÇÃO PROPOSTA.....511.500,00

CESSÃO DE USO – INVESTIMENTO
PREVISÃO/ARRECADAÇÃO DE RECEITAS – CESSÃO DE USO

VALOR MENSAL CESSÃO DE USO - REPROGRAFIA..... .22.307,04
VALOR TOTAL ( VLR MENSAL x 02).....44.614,08
VALOR DA AQUISIÇÃO (INVESTIMENTO)..... 44.614,00
SUPLEMENTAÇÃO REQUERIDA GND 4..... 44.614,00
Justificativa do Pedido 43140:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - Receita arrecadada e arrecadar – Demonstrativo de Excesso de Arrecadação
Fonte de Recursos (Código/Descrição): 150-RECURSOS PRÓPRIOS NÃO FINANCEIROS
1) Natureza de Receita (Código/Descrição):16005000-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS.
1.1. Valor previsto na LOA 2015: R$ 400.000,00
1.2. Valor da reestimativa para 2015: R$ 6.029.800,00
1.3. Valor do Excesso de Arrecadação para 2015 (1.2 – 1.1): R$ 5.629.800,00
1.4. TOTAL ARRECADADO ATÉ ABRIL/2015: R$ 00,00
1.5. Total Estimativa de Excesso de Arrecadação em 2015 (1+2): R$ 5.629.800,00

Memória de cálculo: Despesas com contratação de empresa especializada para realização de concurso público:

| | | |
|---|---|---|
| a) SERVIDORES: | Analista Judiciário | Técnico Judiciário |
| b) Estimativa nº inscritos: | 26.400 | 49.500 |
| c) Valor médio da taxa de inscrição: | R$ 82,00 | R$ 70,00 |
| d) = Estimativa de Arrecadação (b x c): | R$ 2.164.800,00 | R$ 3.465.000,00 |
| e) = Valor total estimado da contratação: | R$ 5.629.800,00 | |

SUPLEMENTAÇÃO:
Ação: 4256- APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO (GND 3):
Dotação Orçamentária autorizada na LOA/2015 + créditos adicionais: ... R$ 55.777.707,00
(-) Despesas executadas (empenhadas) até 30/abril/2015:..... (R$ 30.987.686,20)
Percentual de execução orçamentária: ..... 55,6%
(-) Previsão de despesas até dezembro/2015: ..... (R$ 30.419.820,80)
(=) Presente pedido de crédito ..... R$ 5.629.800,00

Justificativa do Pedido 43086:
Os recursos são originários de arrecadação própria na fonte 150, caracterizando superavit financeiro.

**Usuário:** LUCIANO CARLOS DE ALMEIDA

**Acompanhamentos Pedido: 43724**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 24/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 81 01/04/2016 09:20

**Pedidos:** **43724**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 24/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | VALERIA LUCIMAR SOUSA |
| 11/06/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Pedido capturado porque foi devolvido ao órgão para ajustar valores a pedido da SOF. | VALERIA LUCIMAR SOUSA |
| 11/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial. Justificativa: Retornado para ajuste nos valores. | VALERIA LUCIMAR SOUSA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ANA CAROLINA MOTA CANTANHEDE |

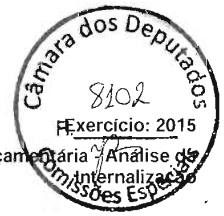


Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 810
21/04/2016 09:20

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**




**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2238**

**Pedido(s): 43724**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **15000 Justiça do Trabalho** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |
| 15102 Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro | 556.114 | 0 | 556.114 |
| 15105 Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul | 3.609.000 | 0 | 3.609.000 |
| 15110 Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná | 5.336.495 | 0 | 5.336.495 |
| 15116 Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP | 6.000.000 | 0 | 6.000.000 |
| 15119 Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás | 204.000 | 0 | 204.000 |
| 15124 Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso | 2.351.000 | 0 | 2.351.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 18.011.995 | 0 | 18.011.995 |
| 4 - Investimentos | 44.614 | 0 | 44.614 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 150 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 11.852.609 | 0 | 11.852.609 |
| 350 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 6.204.000 | 0 | 6.204.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **15102 Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro** | **556.114** | **0** | **556.114** |
| 150 Recursos Próprios Não-Financeiros | 556.114 | 0 | 556.114 |
| **15105 Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul** | **3.609.000** | **0** | **3.609.000** |
| 150 Recursos Próprios Não-Financeiros | 3.609.000 | 0 | 3.609.000 |
| **15110 Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná** | **5.336.495** | **0** | **5.336.495** |
| 150 Recursos Próprios Não-Financeiros | 5.336.495 | 0 | 5.336.495 |
| **15116 Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP** | **6.000.000** | **0** | **6.000.000** |
| 350 Recursos Próprios Não-Financeiros | 6.000.000 | 0 | 6.000.000 |
| **15119 Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás** | **204.000** | **0** | **204.000** |
| 350 Recursos Próprios Não-Financeiros | 204.000 | 0 | 204.000 |
| **15124 Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso** | **2.351.000** | **0** | **2.351.000** |
| 150 Recursos Próprios Não-Financeiros | 2.351.000 | 0 | 2.351.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 02 - Judiciária | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **02 Judiciária** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |
| 122 Administração Geral | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2238**

**Pedido(s): 43724**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43724 - TIPO 100 - FONTES 150 E 350(Tipo 100) | 18.056.609 | 0 | 18.056.609 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 11.852.609 | 0 | 11.852.609 |
| - Superávit financeiro | 6.204.000 | 0 | 6.204.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **18.056.609** | **0** | **18.056.609** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43725

**Tipo de Crédito:** 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **24000- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | | | | **10.084.697.771** | **8.174.033.205** | **9.000.000** |
| **Unidade:** | **24201- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** | | | | | | | | | | **2.021.326.406** | **2.010.637.153** | **9.000.000** |
| 2021 | Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | | | | 1.744.770.757 | 1.734.316.664 | 9.000.000 |
| **2021 00LV** | **Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I** | **19- 571** | *10* | | | | | | | | **1.629.738.323** | **1.682.042.526** | **9.000.000** |
| 2021 00LV 0001 | Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 1.629.336.023 | 1.682.042.526 | 9.000.000 |
| 2021 00LV 0001 0005 | Concessão de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico, de Extensão e de Inovação | | | | | | | | | | 128.091.129 | 128.211.457 | 9.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *281* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *128.091.129* | *128.211.457* | *9.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 10.084.697.771 | 8.174.033.205 | 9.000.000 |

**Justificativas Pedido: 43725**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Para atender o disposto em Acordo de Cooperação celebrado entre o CNPq e o IEL, cujo objeto prevê a promoção e o desenvolvimento de ações que visam o fomento ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovação no país, por meio da concessão de bolsas nacionais e internacionais, para formação de recursos humanos nos temas de interesse da Indústria Brasileira.

**Usuário:** ERMELINDA A. L. BASTOS DE NAZARE

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não se aplica

**Usuário:** ERMELINDA A. L. BASTOS DE NAZARE

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Não repasse dos recursos do IEL ao CNPq, inviabilizando a execução da ação.

**Usuário:** ERMELINDA A. L. BASTOS DE NAZARE

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

O reflexo será mínimo, uma vez que os gastos com as concessões das bolsas serão custeados com recursos repassados do IEL ao CNPq.

**Usuário:** ERMELINDA A. L. BASTOS DE NAZARE

**Outras informações consideradas relevantes**

Para exercício de 2015 o valor de R$ 9.000.000,00

**Usuário:** ERMELINDA A. L. BASTOS DE NAZARE

**Acompanhamentos Pedido: 43725**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 84
01/04/2016 09:37

**Pedidos:** **43725**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 11/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AUGUSTA AIKO UMEDA KUHN |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | LAURO ANTÔNIO CAMPOS CORRÊA |
| 11/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ERMELINDA A. L. BASTOS DE NAZARE |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8105
01/04/2016 09:37

Câmara dos Deputados
8106
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43725**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |
| 24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 281 - Recursos de Convênios | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |
| 281 Recursos de Convênios | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 19 - Ciência e Tecnologia | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 571 - Desenvolvimento Científico | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **19 Ciência e Tecnologia** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |
| 571 Desenvolvimento Científico | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Interlocução**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43725**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| Ação | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0LV - Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **OTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| Tipo de Ação | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Operações Especiais | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **OTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| Pedido de Alteração | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3725 - BOLSAS IEL (Tipo 152) | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **OTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

| Tipo de Financiamento | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Excesso de arrecadação | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **OTAL-GERAL** | **9.000.000** | **0** | **9.000.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43814

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **30000- Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | **13.484.627.648** | **11.285.684.946** | **27.308.000** |
| **Unidade:** | **30107- Departamento de Polícia Rodoviária Federal** | | | | | | | | | | **3.541.442.839** | **3.465.975.419** | **27.308.000** |
| 2070 | Segurança Pública com Cidadania | | | | | | | | | | 372.275.292 | 323.248.703 | 3.000.000 |
| **2070 86A1** | **Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal** | **06- 181** | *10* | | | | | | | | **75.821.162** | **75.314.651** | **3.000.000** |
| 2070 86A1 0001 | Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 75.821.162 | 75.314.651 | 3.000.000 |
| 2070 86A1 0001 0002 | Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal | | | | | | | | | | 3.000.000 | 3.000.000 | 3.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *374* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *3.000.000* | *3.000.000* | *3.000.000* |
| 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | | | | 2.046.873.873 | 2.032.544.681 | 24.308.000 |
| **2112 2000** | **Administração da Unidade** | **06- 122** | *10* | | | | | | | | **154.586.844** | **150.646.743** | **24.308.000** |
| 2112 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 154.586.844 | 150.646.743 | 24.308.000 |
| 2112 2000 0001 0001 | Outras Despesas Administrativas | | | | | | | | | | 24.002.817 | 23.757.276 | 24.308.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *374* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *24.002.817* | *23.757.276* | *24.308.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 13.484.627.648 | 11.285.684.946 | 27.308.000 |

**Justificativas Pedido: 43814**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

86A1 - Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

A realização de convênio entre a PRF e a ANTT proporcionou a instalação de Radares Fotográficos em rodovias concessionadas. Apesar de apenas uma parte dos equipamentos previstos terem entrado em funcionamento, já é possível verificar o aumento da quantidade de autuações nestes trechos. Para que não haja o comprometimento da capacidade de processamento das notificações, faz-se necessário um aporte maior de recursos para a contratação de profissionais para a validação das imagens geradas. R$ 3.000.000

2000 - Administração da Unidade

Realização de escoltas de cargas super dimensionadas. R$ 14.730.839
Recomposição dos valores disponibilizados a menor que o previsto no PLOA. R$ 3.954.907
Atendimento da determinação Judicial de realização de Curso de Formação Profissional. R$ 6.762.062

**Usuário:** ALISSON NAVA NUNES

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há. Suplementação por Superavit de Arrecadação.

**Usuário:** ALISSON NAVA NUNES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

86A1 - Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

A quantidade de profissionais contratados é incompatível com o volume de dados produzidos pelos novos radares, o que tem gerado o acúmulo de imagens pendentes de validação. Em um curto período não será mais possível cumprir os prazos legais

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8

para o processamento das imagens, ocasionando a perda dos autos de infração e da eficácia das ações de fiscalização, além da responsabilização da autoridade de trânsito que a deu causa.

2000 - Administração da Unidade

- Em reunião realizada com o Sr. Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, foi apresentada a necessidade de realização de escoltas pela PRF a fim de viabilizar a movimentação de cargas fundamentais à estruturação do parque energético nacional. As ações fazem parte de projetos com abrangência em todo o país.
Projetos como a extração de minério de ferro em Canaã dos Carajás/PA e a implantação de parques eólicos em demais regiões, exigirão o apoio da PRF para a movimentação de cargas superdimensionadas nas rodovias federais. As escoltas não constavam nos planos de ação da PRF para 2015, portanto, se faz faz necessário um maior aporte orçamentário, para que não haja o comprometimento das operações de fiscalização de trânsito, transportes e temáticas previamente estabelecidas.

- Sem a recomposição dos valores que foram reduzidos em relação ao PLOA, não será possível manter os serviços destinados à manutenção das unidades da PRF. Os valores atuais são insuficientes para manter as despesas com energia elétrica, água e esgoto, locação de imóveis, correios, limpeza e vigilância até o final do ano. Com o orçamento atualmente previsto, as despesas poderão ser atendidas apenas até o mês de agosto de 2015. A interrupção dos serviços impactam sobremaneira as atividades administrativas, produzindo reflexos diretos na execução das ações finalísticas do Órgão.

- Impossibilidade de cumprir a determinação judicial para a realização de Curso de Formação Profissional para novos Policiais Rodoviários Federais.

**Usuário:** ALISSON NAVA NUNES

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

-

**Usuário:** ALISSON NAVA NUNES

**Outras informações consideradas relevantes**

O limite será concedido pelo Ministério da Justiça.

**Usuário:** ALISSON NAVA NUNES

**Acompanhamentos Pedido: 43814**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 03/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | LUCIANA RODRIGUES RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | Deborah Nunes Lyra |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ALISSON NAVA NUNES |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 9109
01/04/2016 09:33

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária / Análise e Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43814**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30000 Ministério da Justiça** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |
| 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 374 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |
| 374 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 06 - Segurança Pública | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 24.308.000 | 0 | 24.308.000 |
| 181 - Policiamento | 3.000.000 | 0 | 3.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **06 Segurança Pública** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |
| 122 Administração Geral | 24.308.000 | 0 | 24.308.000 |
| 181 Policiamento | 3.000.000 | 0 | 3.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2070 - Segurança Pública com Cidadania | 3.000.000 | 0 | 3.000.000 |
| 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | 24.308.000 | 0 | 24.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados
8111
Comissões Especiais

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43814**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 3.000.000 | 0 | 3.000.000 |
| - Gestão e Manutenção | 24.308.000 | 0 | 24.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 24.308.000 | 0 | 24.308.000 |
| 86A1 - Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal | 3.000.000 | 0 | 3.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43814 - DPRF - 1º Crédito (SC) - DEC. 100(Tipo 100) | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Superávit financeiro | 27.308.000 | 0 | 27.308.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **27.308.000** | **0** | **27.308.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43865

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **20000- Presidência da República** | | | | | | | | | | **2.509.946.649** | **2.035.839.689** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| **Unidade:** | **20204- Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI** | | | | | | | | | | **20.884.657** | **19.004.972** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 2038 | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | | | | 5.214.000 | 3.947.600 | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **2038 4917** | **Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil** | 04- 125 | 10 | | | | | | | | **4.854.000** | **3.682.441** | **500.000** | **500.000** | **0** |
| 2038 4917 0001 | Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 4.854.000 | 3.682.441 | 500.000 | 500.000 | 0 |
| 2038 4917 0001 0000 | Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil | | | | | | | | | | 3.753.540 | 3.632.101 | 500.000 | 500.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 3.740.240 | 3.632.101 | 500.000 | 0 | 500.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 13.300 | 0 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | | | | 35.670.857 | 15.057.372 | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **2101 2000** | **Administração da Unidade** | 04- 122 | 10 | | | | | | | | **9.286.000** | **8.735.329** | **500.000** | **500.000** | **0** |
| 2101 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 9.286.000 | 8.735.329 | 500.000 | 500.000 | 0 |
| 2101 2000 0001 0000 | Administração da Unidade | | | | | | | | | | 9.185.374 | 8.634.705 | 500.000 | 500.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 9.185.374 | 8.634.705 | 500.000 | 0 | 500.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 2.509.946.649 | 2.035.839.689 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43865**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Ação 2000 - A suplementação do custeio faz-se necessária tendo em vista que o ITI não dispõe de quadro de funcionários próprio, o que o obriga a valer-se de mão de obra terceirizada para apoio administrativo, cujos contratos deve ser corrigido de acordo com a Convenção Coletiva da categoria. Ocorre que a LOA 2015 não contemplou a correção desses contratos, nem tampouco das demais categorias de despesas essenciais ao funcionamento do Órgão, como vigilância, limpeza, copa, recepção, serviços especializados de TI (Manutenção de redes, Help-desk, Internet, Infovia), água, luz, telefonia, deslocamentos, etc.. O Instituto foi obrigado a reduzir em 30% a contratação de terceirizados, de forma a se adequar aos limites orçamentários impostos e vem operando no limite de sua capacidade. Além disso, o ITI não dispõe de sede própria, estando sujeito a reajustes de aluguel, segundo parâmetros de mercado. Dessa forma, como tais reajustes não foram previstos na LOA-2015, a única forma de garantir o funcionamento do Órgão, ainda que em um patamar mínimo, será o cancelamento de investimentos para cobertura das despesas essenciais.
Ação 4917 - O ITI tem como missão institucional operacionalizar, manter e modernizar a Infraestrutura de Chaves Públicas ICP - Brasil, o que exige a contratação de serviços especializados continuados para garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Certificação Digital, cuja disponibilidade deve ser de 99,99%: 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano. Em virtude da alta disponibilidade exigida por esse Ambiente Seguro é necessário manter contrato com empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva dos sistemas que compõem o Centro de Certificação Digital, cujo contrato representa parcela importante do orçamento - aproximadamente R$ 2 milhões/ano, com cláusulas de correção anual, conforme índices de mercado. Outros contratos da mesma categoria e importância (Manutenção do Sistema de Carimbo de Tempo, Aperfeiçoamento do Sistema de Certificação Digital, etc) estão sujeitos a correção anual, sem possibilidade de dispensa por serem essenciais ao negócio. Além disso, o Instituto é obrigado, por norma, a contratar Auditoria Externa para avaliação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP - Brasil, cuja estimativa de custo por evento é da ordem R$ 500 mil. Assim, como não houve previsão dessas despesas essenciais na LOA-2015, será necessário cancelar investimentos, alocando recursos em custeio para o atendimento dessas demandas críticas.

**Usuário:** MARIA IZILDA FERREIRA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

A suplementação é advinda do cancelamento de dotação em investimentos nas ações 2000 e 4917, com efeitos sobre a modernização do Sistema Nacional de Certificação Digital que exige a constante atualização do parque tecnológico.

**Usuário:** MARIA IZILDA FERREIRA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Com relação à Ação 2000, o não atendimento do pleito implicará na inviabilização do ITI, pois o Instituto já opera no limite de sua capacidade, haja vista que seu orçamento, há anos, não tem contemplado a correção de contratos essenciais.
Com relação à Ação Finalística - 4917, o não atendimento do pleito implicará em riscos para a segurança e operacionalização do Sistema Nacional de Certificação e o descumprimento de norma de segurança que exige a contratação de Auditoria Externa para avaliação

Câmara dos Deputados Comissões Especiais 8112

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43865**

da AC-Raiz da ICP - Brasil. Registre-se que a Certificação Digital ICP - Brasil confere segurança e validade jurídica a documentos e transações eletrônicas realizadas com o uso de certificado digital. É importante esclarecer que a Certificação Digital ICP - Brasil está presente em sistemas críticos da economia nacional, tais como: Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB do Banco Central do Brasil, que dá suporte a toda a movimentação de recursos no sistema financeiro nacional, Sistema de Compensação de Cheques por Imagem da FEBRABAN, Peticionamento e Processo Eletrônico do Sistema Judiciário, SISCOMEX - Sistema de Comércio Exterior, SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, Sistema de Conectividade Social - FGTS, Sistemas da Receita Federal, Sistema de Nota Fiscal Eletrônica, dentre outros sistemas relevantes para o País.

**Usuário:** MARIA IZILDA FERREIRA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há.

**Usuário:** MARIA IZILDA FERREIRA

**Outras informações consideradas relevantes**

A correção de contratos de mão de obra terceirizada deve respeitar as Convenções Coletivas das categorias e os contratos de serviços especializados ou não têm suas cláusulas de reajuste pactuadas por Índices de mercado, portanto devem ser considerados como despesas continuadas essenciais ao negócio, independentemente de seus reflexos sobre o nível de custeio, mesmo porque não há como um Órgão com um orçamento tão reduzido sobreviver com um valor orçamentário que tomou por base suas despesas executadas de três exercícios anteriores!

Ressalte-se que em órgãos que dispõem de quadro próprio de funcionários as despesas com pessoal são obrigatórias e, no caso do ITI, são discricionárias, do ponto de vista orçamentário, porém obrigatórias do ponto de vista funcional.

**Usuário:** MARIA IZILDA FERREIRA

**Acompanhamentos Pedido: 43865**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | CINTIA BEATRIZ FONSECA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | HERICA RIBEIRO OLIVEIRA |
| 14/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | JOSENI BELMIR DE ASSUMPCAO SILVA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 813

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados 8119 Comissões Especiais

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43865**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **20000 Presidência da República** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 20204 Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 1.000.000 | 0 | 1.000.000 |
| 4 - Investimentos | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinarios | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **20204 Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 04 - Administração | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 500.000 | 500.000 | 0 |
| 125 - Normatização e Fiscalização | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **04 Administração** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 122 Administração Geral | 500.000 | 500.000 | 0 |
| 125 Normatização e Fiscalização | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | 500.000 | 500.000 | 0 |
| 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43865**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 500.000 | 500.000 | 0 |
| - Gestão e Manutenção | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 500.000 | 500.000 | 0 |
| 4917 - Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43865 - SUPLEMENTAÇÃO EM CUSTEIO AÇÕES 4917 E 2000(Tipo 110) | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43875

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |
| **Unidade:** | **52121- Comando do Exército** | | | | | | | | | | **35.870.074.962** | **34.748.330.672** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |
| 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | | | | 13.587.175.587 | 13.546.091.710 | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **2108 2000** | **Administração da Unidade** | **05- 122** | **10** | | | | | | | | **402.330.143** | **373.525.702** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |
| 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 401.380.143 | 372.978.690 | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| 2108 2000 0001 0001 | Manutenção Geral | | | | | | | | | | 393.163.975 | 365.423.964 | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *378.223.903* | *361.296.304* | *20.000.000* | *0* | *20.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *14.940.072* | *4.127.660* | *0* | *20.000.000* | *-20.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43875**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Atender ao aumento das despesas com concessionárias de serviços públicos em função dos reajustes tarifários ocorridos desde o início de 2015.

**Usuário:** RITA DE CASSIA GOUVEIA DE SANTANA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

O cancelamento da dotação no GND 4 terá impacto no atendimento de despesas com investimento, porém com menor prioridade que o não atendimento de despesas com concessionárias.

**Usuário:** RITA DE CASSIA GOUVEIA DE SANTANA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Caso o pleito não seja atendido, haverá inadimplência na execução das despesas com concessionárias e consequente suspensão da prestação desses serviços nas Unidades do Exército Brasileiro.

**Usuário:** RITA DE CASSIA GOUVEIA DE SANTANA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não haverá reflexo no nível dos gastos de custeio do Órgão, haja vista a dotação da LOA estar menor do que o necessário para o atendimento das despesas.

**Usuário:** RITA DE CASSIA GOUVEIA DE SANTANA

**Acompanhamentos Pedido: 43875**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteraçao Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ADRIANA RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Orgão Central | JASON RAMOS |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 816

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43875**

| | | |
|---|---|---|
| 12/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | RITA DE CASSIA GOUVEIA DE SANTANA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8117

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária / Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43875**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |
| 52121 Comando do Exército | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| 4 - Investimentos | 0 | 20.000.000 | -20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52121 Comando do Exército** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |
| 122 Administração Geral | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43875**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43875 - Transposição de GND 4 para 3(Tipo 110) | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43890

**Tipo de Crédito:** 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** snum **Data Efetivação:** 24/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **15000- Justiça do Trabalho** | | | | | | | | | | **17.558.075.233** | **17.201.981.430** | **54.385.011** | **98.495.212** |
| **Unidade:** | **15102- Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **1.718.017.003** | **1.712.006.015** | **0** | **940.908** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 1.226.134.285 | 1.220.187.031 | 0 | 940.908 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **154.031.389** | **148.590.283** | **0** | **940.908** |
| 0571 4256 0033 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 154.031.389 | 148.590.283 | 0 | 940.908 |
| 0571 4256 0033 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 940.908 | 938.049 | 0 | 940.908 |
| | | | | | *4.4.90* | *381* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *940.908* | *938.049* | *0* | *940.908* |
| **Unidade:** | **15103- Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo** | | | | | | | | | | **2.263.866.539** | **2.234.283.993** | **4.820.616** | **60.900.000** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 1.774.924.640 | 1.745.342.094 | 4.820.616 | 60.900.000 |
| **0571 2549** | **Comunicação e Divulgação Institucional** | **02- 131** | *10* | | | | | | | | **517.000** | **508.476** | **71.000** | **0** |
| 0571 2549 0035 | Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 517.000 | 508.476 | 71.000 | 0 |
| 0571 2549 0035 0001 | Comunicação e Divulgação Institucional | | | | | | | | | | 71.000 | 71.000 | 71.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *71.000* | *71.000* | *71.000* | *0* |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **264.989.434** | **235.500.014** | **4.749.616** | **60.900.000** |
| 0571 4256 0035 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 264.989.434 | 235.500.014 | 4.749.616 | 60.900.000 |
| 0571 4256 0035 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 70.987.409 | 45.790.176 | 4.749.616 | 60.900.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *381* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *41.933.519* | *27.191.793* | *0* | *41.933.519* |
| | | | | | *4.4.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *10.087.409* | *2.828.873* | *4.749.616* | *0* |
| | | | | | *4.4.90* | *381* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *18.966.481* | *15.769.509* | *0* | *18.966.481* |
| **Unidade:** | **15104- Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais** | | | | | | | | | | **1.659.645.136** | **1.635.251.655** | **2.793.819** | **4.758.596** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 1.254.029.603 | 1.229.636.122 | 2.793.819 | 4.758.596 |
| **0571 133Q** | **Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **317.417** | **317.417** | **50.000** | **0** |
| 0571 133Q 2918 | Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG - No Município de Pedro Leopoldo - MG | | | *PLOA* | | | | | | | 317.417 | 317.417 | 50.000 | 0 |
| 0571 133Q 2918 0000 | Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG | | | | | | | | | | 317.417 | 317.417 | 50.000 | 0 |
| | | | | | *4.4.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *317.417* | *317.417* | *50.000* | *0* |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **136.908.630** | **128.124.709** | **2.743.819** | **4.758.596** |
| 0571 4256 0031 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 136.908.630 | 128.124.709 | 2.743.819 | 4.758.596 |
| 0571 4256 0031 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 21.199.971 | 12.477.095 | 2.743.819 | 4.758.596 |
| | | | | | *3.3.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *16.441.375* | *8.000.257* | *2.743.819* | *0* |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8
01/04/2016 09:19

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 43890

**Tipo de Crédito:** 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** snum **Data Efetivação:** 24/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 381 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 4.758.596 | 4.476.838 | 0 | 4.758.596 |
| **Unidade:** | **15105- Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul** | | | | | | | | | | **1.429.827.641** | **1.426.609.986** | **4.542.450** | **0** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 1.048.493.173 | 1.045.288.549 | 4.542.450 | 0 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | **10** | | | | | | | | **104.542.231** | **104.353.511** | **4.542.450** | **0** |
| 0571 4256 0043 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 104.542.231 | 104.353.511 | 4.542.450 | 0 |
| 0571 4256 0043 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 21.606.766 | 21.606.766 | 4.542.450 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 181 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 21.606.766 | 21.606.766 | 4.542.450 | 0 |
| **Unidade:** | **15107- Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco** | | | | | | | | | | **708.913.771** | **705.150.584** | **0** | **849.000** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 553.399.651 | 549.636.464 | 0 | 849.000 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | **10** | | | | | | | | **56.865.382** | **53.144.158** | **0** | **849.000** |
| 0571 4256 0026 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco | | | PLOA | | | | | | | 56.865.382 | 53.144.158 | 0 | 849.000 |
| 0571 4256 0026 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 849.000 | 849.000 | 0 | 849.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 381 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 849.000 | 849.000 | 0 | 849.000 |
| **Unidade:** | **15108- Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará** | | | | | | | | | | **364.257.479** | **360.415.925** | **921.828** | **3.416.983** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 286.535.198 | 282.693.641 | 921.828 | 3.416.983 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | **10** | | | | | | | | **34.509.525** | **32.062.116** | **921.828** | **3.416.983** |
| 0571 4256 0023 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará | | | PLOA | | | | | | | 34.509.525 | 32.062.116 | 921.828 | 3.416.983 |
| 0571 4256 0023 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 8.317.200 | 6.736.118 | 921.828 | 3.416.983 |
| | | | | | 3.3.90 | 181 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 4.920.217 | 4.178.449 | 921.828 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 381 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 3.396.983 | 2.557.669 | 0 | 3.416.983 |
| **Unidade:** | **15110- Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná** | | | | | | | | | | **929.926.890** | **908.405.329** | **23.084.786** | **1.800.000** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 784.200.809 | 762.679.248 | 23.084.786 | 1.800.000 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | **10** | | | | | | | | **102.855.800** | **85.487.076** | **23.084.786** | **1.800.000** |
| 0571 4256 0041 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná | | | PLOA | | | | | | | 102.855.800 | 85.487.076 | 23.084.786 | 1.800.000 |
| 0571 4256 0041 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 35.419.761 | 18.406.842 | 23.084.786 | 1.800.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 181 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 20.016.975 | 7.696.861 | 20.000.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 381 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.800.000 | 929.577 | 0 | 1.800.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 181 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 13.602.786 | 9.780.403 | 3.084.786 | 0 |
| **Unidade:** | **15111- Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins** | | | | | | | | | | **530.144.363** | **521.880.349** | **0** | **10.449.000** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 403.986.563 | 395.722.549 | 0 | 10.449.000 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02-** | **10** | | | | | | | | **64.501.942** | **57.849.734** | **0** | **10.449.000** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 01/04/2016 09:19

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 43890

**Tipo de Crédito:** 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** snum **Data Efetivação:** 24/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 122 | | | | | | | | | | | | |
| 0571 4256 6018 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO | | | PLOA | | | | | | | 64.501.942 | 57.849.734 | 0 | 10.449.000 |
| 0571 4256 6018 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 10.070.590 | 7.690.318 | 0 | 10.449.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *381* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *10.070.590* | *7.690.318* | *0* | *10.449.000* |
| **Unidade:** | **15112- Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima** | | | | | | | | | | **412.195.431** | **406.665.351** | **506.917** | **2.171.796** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 317.023.513 | 311.498.259 | 506.917 | 2.171.796 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **38.875.562** | **38.015.482** | **506.917** | **2.171.796** |
| 0571 4256 6019 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR | | | PLOA | | | | | | | 38.875.562 | 38.015.482 | 506.917 | 2.171.796 |
| 0571 4256 6019 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 7.017.379 | 6.192.249 | 506.917 | 2.171.796 |
| | | | | | *3.3.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *4.845.583* | *4.103.139* | *506.917* | *0* |
| | | | | | *3.3.90* | *381* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.171.796* | *2.089.109* | *0* | *2.171.796* |
| **Unidade:** | **15113- Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina** | | | | | | | | | | **648.590.503** | **642.081.101** | **5.714.967** | **2.821.655** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 502.139.934 | 495.630.532 | 5.714.967 | 2.821.655 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **49.898.279** | **44.697.556** | **5.714.967** | **2.821.655** |
| 0571 4256 0042 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina | | | PLOA | | | | | | | 49.898.279 | 44.697.556 | 5.714.967 | 2.821.655 |
| 0571 4256 0042 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 10.877.606 | 6.972.143 | 5.498.979 | 2.821.655 |
| | | | | | *3.3.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *8.055.951* | *4.150.488* | *5.498.979* | *0* |
| | | | | | *3.3.90* | *381* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.821.655* | *2.821.655* | *0* | *2.821.655* |
| 0571 4256 0042 0005 | Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados | | | | | | | | | | 215.658 | 149.355 | 215.988 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *215.658* | *149.355* | *215.988* | *0* |
| **Unidade:** | **15114- Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba** | | | | | | | | | | **373.467.469** | **372.800.468** | **0** | **1.906.000** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 318.028.860 | 317.361.859 | 0 | 1.906.000 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **25.144.747** | **24.634.072** | **0** | **1.906.000** |
| 0571 4256 0025 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba | | | PLOA | | | | | | | 25.144.747 | 24.634.072 | 0 | 1.906.000 |
| 0571 4256 0025 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 1.906.000 | 1.853.737 | 0 | 1.906.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *381* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.906.000* | *1.853.737* | *0* | *1.906.000* |
| **Unidade:** | **15115- Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre** | | | | | | | | | | **299.615.362** | **297.764.593** | **3.305.995** | **0** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 251.944.452 | 250.093.683 | 3.305.995 | 0 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **30.519.813** | **28.954.981** | **3.305.995** | **0** |
| 0571 4256 6020 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO | | | PLOA | | | | | | | 30.519.813 | 28.954.981 | 3.305.995 | 0 |
| 0571 4256 6020 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 4.571.195 | 4.436.208 | 3.305.995 | 0 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 81 01/04/2016 09:19

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 43890

**Tipo de Crédito:** 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** snum **Data Efetivação:** 24/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | *3.3.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *4.571.195* | *4.436.208* | *3.305.995* | *0* |
| **Unidade:** | **15117- Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão** | | | | | | | | | | **192.629.742** | **189.910.126** | **138.504** | **704.000** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 175.880.597 | 173.163.174 | 138.504 | 704.000 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **23.073.649** | **22.511.034** | **138.504** | **704.000** |
| 0571 4256 0021 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão | | | *PLOA* | | | | | | | 23.073.649 | 22.511.034 | 138.504 | 704.000 |
| 0571 4256 0021 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 842.504 | 785.921 | 138.504 | 704.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *138.504* | *81.921* | *138.504* | *0* |
| | | | | | *3.3.90* | *381* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *704.000* | *704.000* | *0* | *704.000* |
| **Unidade:** | **15119- Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás** | | | | | | | | | | **437.330.449** | **416.458.527** | **0** | **141.874** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 398.733.009 | 377.873.621 | 0 | 141.874 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **42.240.440** | **42.130.038** | **0** | **141.874** |
| 0571 4256 0052 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás | | | *PLOA* | | | | | | | 42.240.440 | 42.130.038 | 0 | 141.874 |
| 0571 4256 0052 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 141.874 | 141.874 | 0 | 141.874 |
| | | | | | *3.3.90* | *381* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *141.874* | *141.874* | *0* | *141.874* |
| **Unidade:** | **15121- Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe** | | | | | | | | | | **161.948.100** | **158.251.598** | **0** | **3.964.000** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 146.133.886 | 142.437.384 | 0 | 3.964.000 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **19.246.070** | **16.870.229** | **0** | **3.964.000** |
| 0571 4256 0028 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Sergipe | | | *PLOA* | | | | | | | 19.246.070 | 16.870.229 | 0 | 3.964.000 |
| 0571 4256 0028 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 3.959.000 | 2.145.233 | 0 | 3.964.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *381* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.039.000* | *1.593.849* | *0* | *2.644.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *381* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.920.000* | *551.384* | *0* | *1.320.000* |
| **Unidade:** | **15122- Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte** | | | | | | | | | | **244.597.242** | **237.806.804** | **7.881.834** | **3.016.836** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 215.430.206 | 208.639.768 | 7.881.834 | 3.016.836 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **28.969.483** | **23.557.877** | **7.881.834** | **3.016.836** |
| 0571 4256 0024 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 28.969.483 | 23.557.877 | 7.881.834 | 3.016.836 |
| 0571 4256 0024 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 13.383.972 | 8.216.232 | 7.637.127 | 3.016.836 |
| | | | | | *3.3.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *8.793.734* | *7.584.094* | *6.063.725* | *0* |
| | | | | | *3.3.90* | *381* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.016.836* | *0* | *0* | *3.016.836* |
| | | | | | *4.4.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.573.402* | *632.138* | *1.573.402* | *0* |
| 0571 4256 0024 0002 | Capacitação de Recursos Humanos | | | | | | | | | | 221.502 | 96.462 | 221.502 | |
| | | | | | *3.3.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *221.502* | *96.462* | *221.502* | |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8143 21/04/2016 09:19

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43890

**Tipo de Crédito:** 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** snum **Data Efetivação:** 24/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0571 4256 0024 0005 | Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados | | | | | | | | | | 23.205 | 15.768 | 23.205 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 181 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 23.205 | 15.768 | 23.205 | 0 |
| **Unidade:** | **15124- Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso** | | | | | | | | | | **269.547.460** | **269.082.933** | **171.830** | **654.564** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 249.229.022 | 248.764.495 | 171.830 | 654.564 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | **10** | | | | | | | | **31.738.290** | **31.413.965** | **171.830** | **654.564** |
| 0571 4256 0051 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso | | | PLOA | | | | | | | 31.738.290 | 31.413.965 | 171.830 | 654.564 |
| 0571 4256 0051 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 2.230.394 | 2.228.561 | 171.830 | 654.564 |
| | | | | | 3.3.90 | 181 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.575.830 | 1.573.997 | 171.830 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 381 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 654.564 | 654.564 | 0 | 654.564 |
| **Unidade:** | **15125- Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul** | | | | | | | | | | **224.982.736** | **220.353.464** | **501.465** | **0** |
| 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | | | | 206.440.305 | 201.811.033 | 501.465 | 0 |
| **0571 4256** | **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho** | **02- 122** | **10** | | | | | | | | **23.839.723** | **20.363.990** | **501.465** | **0** |
| 0571 4256 0054 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | PLOA | | | | | | | 23.839.723 | 20.363.990 | 501.465 | 0 |
| 0571 4256 0054 0001 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | | | | 1.220.421 | 969.943 | 501.465 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 181 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.220.421 | 969.943 | 501.465 | 0 |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 17.558.075.233 | 17.201.981.430 | 54.385.011 | 98.495.212 |

**Justificativas Pedido: 43890**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Justificativa do Pedido 43456:
U.O 15111 – TRT da 10ª Região - A necessidade orçamentária no grupo "Outras Despesas Correntes" da ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, plano Orçamentário 001 da ordem de R$ 10.449.000,00 visa atender parte da programação atual correspondente às despesas correlatas ao grupo ora mencionado, em especial a cobertura das despesas de natureza continuada, tais como locação de imóveis para abrigar as Varas Trabalhistas, despesas com energia elétrica, saneamento de água e esgoto, telefonia, correios, manutenção predial, entre outras.
Justificativa do Pedido 43440:
U.O.: 15.119 - TRT da 18ª Reg.

Necessidade orçamentária da ordem de R$ 141.874,00 (cento e quarenta e um mil oitocentos e setenta e quatro reais), em virtude de despesas contratualmente assumidas por este Tribunal, considerando que neste exercício foram executadas despesas relativas a 2014, no valor total de R$ 1.280.642,02, concernentes a indenizações e serviços de terceiros, para as quais não houve inscrição de valores em restos a pagar, em razão de insuficiência orçamentária em 2014.
Justificativa do Pedido 43421:
U.O: 15.112-TRT da 11ª. Reg. A necessidade faz-se necessária para cobertura da estrutura do serviço de revestimento da sede administrativa deste Egrégio. Salienta-se que a reforma já se encontra em andamento, mesmo que já tenha sido licitado parte do material de revestimento em 2013, deverá ser reajustado o valor, bem como será adquirido o restante do material para que seja concluída a supracitada reforma.
Justificativa do Pedido 43417:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - Conforme noticiado por meio do Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 010 de 29/4/2015, não haverá possibilidade daquele Colendo Conselho suplementar este Regional com recursos orçamentários para atender a ajuda de custo para moradia (auxílio-moradia) dos Magistrados, aprovado pela Resolução CNJ nº 199/2014.
Assim, para que este regional possa dar efetividade aos pagamentos determinados pela Resolução CNJ nº 199/2014, terá que liberar recursos do orçamento fiscal, fonte tesouro, gerando um déficit orçamentário no exercício para atendimentos das demandas de custeio do Regional e para as aquisições de materiais permanentes que será atendida com a suplementação dos recursos de convênios (termos de cooperação técnica) firmados entre este Tribunal e o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, originados por excesso de arrecadação na fonte 0181 - convênios.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 01/04/2016 09:19

**Pedidos:** **43890**

Justificativa do Pedido 43414:
U.O: 15.108 – TRT da 7º Região – Esta solicitação de crédito suplementar, destina-se a custear atividades administrativas deste Órgão na ação de Apreciação de causas na Justiça do Trabalho (ACJT – GND 3).
Justificativa do Pedido 43393:
U.O: 15.107 - TRT da 6ª Reg. - A presente solicitação tem fundamento na projeção de déficit orçamentário para o cumprimento de diversas obrigações contratuais, tais como energia elétrica e serviços postais, em virtude de majoração das tarifas, limpeza e conservação e vigilância armada em decorrência de acréscimo de postos e repactuação dos contratos e auxiliar de portaria em função da negociação em convenção coletiva que estipulou o pagamento de cesta básica no valor de R$ 100,00 por empregado, gerando aumento na fatura.
Justificativa do Pedido 43372:
U.O: 15.117 - TRT da 16ª Região - O SIAFI apresentou na conta Limite de Saque, dia 31/12/2014, um saldo expressi-vo, resultado de entradas de recursos proveniente de Convênio entre este TRT e a Caixa Econômica Federal, pela remu-neração do Saldo Médio Mensal da conta referente aos Depósitos Judiciais, no percentual de 0,073%, e os pagamentos atrelados aos projetos consignados na LOA na fonte 0181. Considerando os valores pendentes de pagamento nesta fonte, referente ao exercício passado, apurou-se um Superávit no importe de R$ 704.429,00 (conforme descrito no item 5). Desta forma solicitamos a sua incorporação orçamentária para aplicação no Custeio da Unidade (cobrir despesas contratuais).
Justificativa do Pedido 43371:
U.O: 15.117 - TRT da 16ª Região - Feita a reavaliação dos contratos de convênio existentes nesta Unidade Orçamentá-ria, considerando o saldo médio dos depósitos judiciais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, remunerados a uma taxa de 0,073 e 0,05, respectivamente, verificamos que o valor total, até o fim do exercício de 2015 apresentou-se com uma variação maior do que o anteriormente previsto e consignado na LOA2015, em torno de 9,5%. Desta forma so-licitamos a sua incorporação orçamentária para aplicação no Custeio da Unidade (cobrir despesas contratuais).
Justificativa do Pedido 43340:
U.O: 15.124 - TRT da 23ª Reg. - A necessidade de alteração orçamentária se faz para reforçar dotação com despesas continuadas e contratos prejudicados (energia,, segurança, limpeza, correios, contratação de links, serviços de condução de veículos e outras) com a liberação dos recursos para pagamento do Auxílio Moradia, que totalizará até ao final do exercício o montante de R$4.620.000,00 . Solicitação efetuada com base no Ofício Circular CSJT.GP.CFIN n° 10/20015, que orienta a liberação dos recursos nas fontes do orçamento fiscal para cumprimento da Resolução CNJ n° 199/2014. Em complemento do pedido da Fonte 0100.
Justificativa do Pedido 43335:
U.O.: 15.113 - TRT-12ª Região
085046 - A.C.J.T. - Complementação ao orçamento fiscal do valor necessário para a manutenção geral do Tribunal, como locação de imóveis, serviços de limpeza e vigilância, energia elétrica, entre outros; reformas em imóveis, inclusive de Termos Aditivos de contratos de reformas já em andamento.

085049 - Complementação do orçamento fiscal para custear os eventos realizados na formação e aperfeiçoamento de Magistrados.

Justificativa do Pedido 43299:
U.O.: 15105 - TRT da 4ª Região: A dotação 2014 do GND3 de Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho é insuficiente para o atendimento das despesas essenciais ao funcionamento do TRT da 4ª Região. Este pedido de crédito tem como objetivo reduzir o desequilíbrio. O valor a ser suplementado decorre de ampliação da arrecadação de receitas proveniente de acordos de cooperação técnica e financeira (fonte 181) com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal devido ao aumento do volume de depósitos judiciais.
Justificativa do Pedido 43289:
U.O: 15.121 – TRT da 20ª Região

A presente solicitação de crédito suplementar destina-se à complementação de dotação destinada ao custeio de ações do subtítulo de Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, no Plano Orçamentário 0001, de mesmo nome, cujas projeções de despesas revelam-se insuficientes, conforme levantamento realizado no âmbito das unidades administrativas deste Regional no mês de maio, quando da revisão do planejamento das necessidades até o final do exercício financeiro de 2015, em decorrência da necessidade de contratações de serviços de manutenção de imóveis, modernização do sistema de CFTV objetivando maior segurança institucional, renovação da frota de veículos - 06(seis) ao todo, aquisição e instalação de sistema de controle veicular por meio de cancelas eletrônicas, aquisição de controle de acesso de pessoas por catracas eletrônicas e fechaduras biométricas, de investimento na aquisição de bens de informática (software e hardware), mobiliário, etc.

O custeio da demanda será realizada com recursos oriundos de acordos de cooperação firmados entre o TRT da 20ª Região com o Banco do Brasil S/A. e a Caixa Econômica Federal.

Justificativa do Pedido 43270:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - Conforme noticiado por meio do Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 010 de 29/4/2015, não haverá possibilidade daquele Colendo Conselho suplementar este Regional com recursos orçamentários para atender a ajuda de custo para moradia (auxílio-moradia) dos Magistrados, aprovado pela Resolução CNJ nº 199/2014.
Assim, para que este regional possa dar efetividade aos pagamentos determinados pela Resolução CNJ nº 199/2014, terá que liberar recursos do orçamento fiscal, fontes tesouro, gerando um déficit orçamentário no exercício para atendimentos das demandas de custeio do Regional que será atendida com a suplementação dos recursos de convênios (termos de cooperação técnica) firmados entre este Tribunal e o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, originados por excesso de arrecadação e pelo superávit apurado no balanço patrimonial de 2014, ambos na fonte 0181 - convênios.

Justificativa do Pedido 43262:
U.O:15.108- TRT 7ª. Região - Refere-se a suplementação de crédito decorrente de arrecadação de recursos provenientes de convênios firmados por este Regional com O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, destinando-se a custear atividades administrativas deste Órgão na ação de Apreciação de causas na Justiça do Trabalho (ACJT – GND 3), especificamente atender despesas que seriam atendidas com dotações contempladas nas fontes do orçamento fiscal, que agora serão utilizada para assegurar o pagamento do auxílio-moradia de magistrados (Resolução CNJ n 199/2014), de acordo com o Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN no. 10/2015.
Solicitação deste crédito para complementar a despesa: R$ 921.829,00

Justificativa do Pedido 43200:
A presente solicitação de crédito orçamentário decorre da reestimativa de receitas referente aos contratos firmados com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil, relativos à remuneração sobre o saldo médio mensal dos depósitos judiciais e visa atender ao pagamento de despesas contratuais e serviços continuados deste Tribunal no presente exercício, bem assim o complemento para pagamento de reajuste contratual e despesas adicionais da obra de Ampliação do Fórum da Justiça do



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fls. 8125

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 43890**

Trabalho de Pedro Leopoldo.
Justificativa do Pedido 43191:
A presente solicitação de crédito orçamentário decorre da existência de superavit financeiro na fonte 181 e visa atender ao pagamento de despesas contratuais e serviços continuados deste Tribunal no presente exercício.
Justificativa do Pedido 43167:
U.O: 15122 - TRT da 21ª Região - Se justifica a necessidade da alteração orçament. p/lastreio das desp.relativas à Reforma do Fórum Desembargador Silvério Soares em Mossoró - FDSS (R$ 900.000,00), Ampliação do FDSS (R$ 1.600.000,00), Novo contrato de manut.predial (1.305.684,00), Auxilio Moradia de Servidores (R$ 172.656,00), Contr. de Vigilância (R$ 460.720,00), Contr.de manu.da sala-cofre (R$ 170.400,00), Cosern (R$ 720.000,00), Rede de Comunic.(R$ 162.381,00), Suporte de TI (R$ 329.925,00), Aquis.e instal.de geradores em 07 VT no interior (R$ 530.167,00), Aquis.e Instalação de Ar Condic.Tipo Split p/as VT do Interior (R$ 868.235,00), Aquis.de Mobiliário/SEARQ (R$ 175.000,00), Capacit.de Servidores da STI (R$ 103.502,00), Reestr. do CJTMFF (R$ 3.100.000,00), Diárias Administr. (R$ 158.795,00), Diárias/Capacit.de Servid. (R$ 118.000,00), Diárias/Capacit.Magist. (23.205,00).
Justificativa do Pedido 43155:
U.O: 15102 – TRT da 1ª Reg. – SUPERÁVIT DE RECURSOS DE CONVÊNIO - Trata-se de crédito adicional com a finalidade de utilizar o superávit financeiro apurado em 2014, proveniente da fonte 181 (recursos de convênio), para atendimento de necessidade em investimento com vistas à melhor prestação jurisdicional neste Tribunal.

O atendimento possibilitará, por outro lado, a liberação de orçamento fiscal para atender, ainda que de forma parcial, a necessidade orçamentária deste Órgão para pagamento do auxílio-moradia aos magistrados estabelecido pela Resolução CNJ nº 199/2014.

Os recursos serão utilizados na aquisição dos itens abaixo relacionados:
ARMÁRIO ALTO 2 PORTAS.....242.296,00
GAVETEIRO VOLANTE.....323.711,50
MESA 3 GAVETAS.....151.995,20
ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS.....222.905,30
TOTAL.....940.908,00

Justificativa do Pedido 43144:
U.O: 15.121 – TRT da 20ª Região

A presente solicitação de crédito suplementar visa a recomposição da dotação utilizada em todo o exercício financeiro para cumprir a liminar proferida pelo STF nos autos da ação civil originária nº 2.511-DF, que determinou o pagamento de Ajuda de Custo para Moradia aos Magistrados, nos termos da Resolução CNJ 199, de 07/10/2014, e Resolução CSJT 144, de 31/10/2014, bem como na orientação constante no OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GP.SG.CFIN Nº 010, de 29/04/2015.
Ante o exposto há necessidade de complementação de dotação destinada ao custeio de ações do subtítulo de Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, no Plano Orçamentário 0001, de mesmo nome, cujas projeções de despesas revelam-se insuficientes, conforme levantamento realizado no âmbito das unidades administrativas deste Regional no mês de maio, quando da revisão do planejamento das necessidades até o final do exercício financeiro de 2015.

O custeio da demanda será realizada com recursos oriundos de acordos de cooperação firmados entre o TRT da 20ª Região com o Banco do Brasil S/A. e a Caixa Econômica Federal.

Justificativa do Pedido 43129:
U.O: 15.1XX – TRT da XXª Reg.. - Manutenção e modernização dos elevadores do Forum Trabalhistas de Rio Branco.
Justificativa do Pedido 43124:
U.O: 15.115 – TRT da 14ª Reg. - Recompor o Orçamento Fiscal tendo em vista o cumprimento da Resolução 199/2014-CNJ para o pagamento do Auxílio Moradia aos Magistrados.
Justificativa do Pedido 43076:
UO: 15.103 – TRT 2ª Região

O crédito suplementar solicitado, no valor total de R$ 65.720.616,00, tem como objetivo sanar a insuficiência orçamentária decorrente do surgimento de despesas não contempladas na Programação Inicial para 2015, no âmbito deste Tribunal. Compreende as Ações "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho", sendo R$ 41.933.519,00 (Despesas Correntes) e R$ 23.716.097,00 (Despesas de Capital) e "Comunicação e Divulgação Institucional" no valor de R$ 71.000,00 (Despesas Correntes).

Tais despesas referem-se especialmente a:

1) equipamentos de informática relativos às demandas do Plano de Contratações de Tecnologia da Informação para 2015 aprovadas pelo Comitê de Tecnologia da Informação em reunião realizada em 15/04/2015, conforme Ata nº 05/2015;

2) adequação dos Fóruns de Santo André e Mogi das Cruzes, para a implantação do PJ-e e novas Varas do Trabalho; reforma de todos os sanitários do Edifício Sede; substituição/instalação do sistema de ar condicionado do Edifício Sede, dos Fóruns de Mogi das Cruzes e Santo André; implantação do sistema de segurança - Circuito Fechado de TV (CFTV) em todas as unidades do Órgão;

3) cumprimento de obrigações já contratadas: serviços de vigilância, de limpeza, locações de imóveis, serviços postais e de telecomunicações, água, manutenção predial, energia elétrica e manutenção da TV Corporativa, já considerados os elevados índices de reajuste nas tarifas e nos contratos;

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl.
8126

**Pedidos:** **43890**

4) outras contratações e aquisições, como: bombeiros civis, digitalização dos autos para implantação do PJ-e, serviços de pronto atendimento e remoção, aquisição de estantes de aço para o arquivo judicial e complementação de mobiliário.

Justificativa do Pedido 43654:
U.O: 15.112 - TRT da 11ª Reg. A suplementação de crédito com compensação financeira refere-se a arrecadação dos convênios celebrados com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Ressalta-se que o Convênio com a CEF irá até 15/07/2015, no entanto, já está em fase de negociação um novo Convênio, mas com estimativa de repasse para o Egrégio Tribunal de 0,06% (seis centésimos) sobre a Média de Saldos Diários (MSD) dos Depósitos Judiciais dos valores em estoque das Comarcas de Manaus-AM e Boa Vista RR, em moeda corrente nacional, até o final do mês subsequente ao que se referir, com base em percentual incidente sobre a (MSD) supramencionada, ocorridas no mês sob apuração.
Justificativa do Pedido 43476:
A solicitaçãod e credito decorre do superavit financeiro do exercicíode 2014
Justificativa do Pedido 43463:
U.O: 15.125 – TRT da 24ª Região
Consoante a tabela auxiliar de reestimativa da fonte 181 passível de crédito, é possível vislumbrar um incremento no valor de R$ 501.465,00 em relação à previsão feita por ocasião da elaboração da proposta orçamentária do Tribunal para o ano fluente, montante esse que ora se solicita em crédito suplementar para aplicação na contratação de serviços de manutenção predial e de brigadistas para o Tribunal.

Justificativa do Pedido 43476:
UO. 15114- TRT 13ª REGIÃO A solicitaçãod e credito decorre do superavit financeiro do exercicíode 2014
Justificativa do Pedido 43200:
UO. 15104- TRT 03ª REGIÃO A presente solicitação de crédito orçamentário decorre da reestimativa de receitas referente aos contratos firmados com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil, relativos à remuneração sobre o saldo médio mensal dos depósitos judiciais e visa atender ao pagamento de despesas contratuais e serviços continuados deste Tribunal no presente exercício, bem assim o complemento para pagamento de reajuste contratual e despesas adicionais da obra de Ampliação do Forum da Justiça do Trabalho de Pedro Leopoldo.
Justificativa do Pedido 43191:
UO. 15104 - TRT 3ª REGIÃO A presente solicitação de crédito orçamentário decorre da existência de superavit financeiro na fonte 181 e visa atender ao pagamento de despesas contratuais e serviços continuados deste Tribunal no presente exercício.

**Usuário:** JOSENIRA SANTOS VIEIRA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 43456:
U.O 15111 – TRT da 10ª Região - Não haverá impacto, tendo em vista que tais créditos são decorrentes de Superávit Financeiro conforme divulgado no Relatório Resumido da Execução advindos de receitas extraorçamentárias oriundas dos convênios firmados com a Caixa Econômica Federal (Registro 12/2013) e o Banco do Brasil (Registro 17/2013).
Justificativa do Pedido 43440:
U.O.: 15.119 - TRT da 18ª Reg.

Tal impacto não será verificado, tendo em vista que o crédito solicitado é proveniente da arrecadação de recursos do Acordo de Cooperação DSMP/SEC nº 01/2010, celebrado entre este Tribunal e a Caixa Econômica Federal, e do Acordo de Cooperação DSMP/SEC nº 002/2010, celebrado entre este Tribunal e o Banco do Brasil, e provém de superávit financeiro de 2014.
Justificativa do Pedido 43421:
U.O: 15.112-TRT da 11ª. Reg. Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43417:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - Por se tratar de utilização de recursos provenientes de arrecadação de receitas de convênios, não haverá cancelamento de dotações, nem impacto no PPA 2012-2015.

II

Justificativa do Pedido 43414:
15.108- TRT 7ª. Região - Não se aplica
Justificativa do Pedido 43393:
U.O: 15.107 - TRT da 6ª Reg. - Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43372:
U.O: 15.117 - TRT da 16ª Região - Não há cancelamento de dotação.
Justificativa do Pedido 43371:
U.O: 15.117 - TRT da 16ª Região - Não há cancelamento de dotação.
Justificativa do Pedido 43340:
U.O: 15.124 - TRT da 23ª Reg. - Não há impacto do cancelamento de dotações.
Justificativa do Pedido 43335:
U.O.: 15.113 - TRT-12ª Região
085046 - A.C.J.T. - Não há cancelamento.

085049 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8/127
21/04/2016 09:19

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43890**

Não há cancelamento.
Justificativa do Pedido 43299:
U.O.: 15105 - TRT da 4ª Região: A programação prevista será atendida, tendo em vista que a fonte dos recursos é proveniente de contratos com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Outras ações não serão afetadas.
Justificativa do Pedido 43289:
U.O: 15.121 – TRT da 20ª Região

Como não há o oferecimento de valores em compensação, não haverá reflexos de cancelamento sobre a programação prevista.

Justificativa do Pedido 43270:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - Não haverá cancelamento de dotações orçamentárias, nem impacto no PPA 2012-2015, em virtude de que os recursos necessários ao atendimento da demanda estão garantidos por superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, provenientes da fonte 181 relativos aos convênios de Cooperação Técnica e Financeira nº 16 e 17/2010, celebrado entre este TRT, o Banco do Brasil S/A e a Caixa Econômica Federal, respectivamente.

Justificativa do Pedido 43262:
U.O:15.108- TRT 7ª. Região - Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43200:
Não há impacto nas dotações orçamentárias deste Tribunal, uma vez que não são oferecidos recursos em cancelamento.
Justificativa do Pedido 43191:
Não há impacto nas dotações orçamentárias, uma vez que não são oferecidos recursos em cancelamento.
Justificativa do Pedido 43167:
U.O: 15122 - TRT da 21ª Região - Não há cancelamento de dotações.
Justificativa do Pedido 43155:
U.O: 15102 – TRT da 1ª Reg. – SUPERÁVIT DE RECURSOS DE CONVÊNIO – A despeito de não haver cancelamento de dotação, a utilização do superávit da fonte 181 (R$ 940.908,00) com o objetivo de liberar recursos em custeio para pagar auxílio-moradia acarretará a postergação das aquisições/contratações planejadas para execução em 2015.
Justificativa do Pedido 43144:
U.O: 15.121 – TRT da 20ª Região

Como não há o oferecimento de valores em compensação, não haverá reflexos de cancelamento sobre a programação prevista.
Justificativa do Pedido 43129:
U.O: 15.1XX – TRT da XXª Reg. - Não haverá.
Justificativa do Pedido 43124:
U.O: 15.115 – TRT da 14ª Reg. - Não haverá.
Justificativa do Pedido 43076:
UO: 15.103 – TRT 2ª Região

Não haverá cancelamento de dotações, tendo em vista que os recursos próprios são provenientes dos Acordos de Cooperação Técnica e Financeira firmados com o Banco do Brasil S/A e com a Caixa Econômica Federal – CEF. Ressalte-se que este Pedido de Crédito Suplementar abrange tanto Superávit Financeiro, no montante de R$ 60.900.000,00 (Fonte 381) quanto Receita Própria do exercício, no valor de R$ 4.820.616,00 (Fonte 181).

Justificativa do Pedido 43654:
U.O: 15.112 - TRT da 11ª Reg. - Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43476:
Como não ha oferecimento de recursos orçamentarios em compensação não havera reflexos de cancelamento da programação prevista
Justificativa do Pedido 43463:
U.O: 15.125 – TRT da 24ª Região
Não há impacto, em virtude do não cancelamento de dotação.

Justificativa do Pedido 43476:
UO. 15114- TRT 13ª REGIÃO Como não ha oferecimento de recursos orçamentarios em compensação não havera reflexos de cancelamento da programação prevista
Justificativa do Pedido 43200:



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8
31/04/2016 09:19

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 43890**

UO. 15104- TRT 03ª REGIÃO Não há impacto nas dotações orçamentárias deste Tribunal, uma vez que não são oferecidos recursos em cancelamento.
Justificativa do Pedido 43191:
UO. 15104 - TRT 3ª REGIÃO Não há impacto nas dotações orçamentárias, uma vez que não são oferecidos recursos em cancelamento.

**Usuário:** JOSENIRA SANTOS VIEIRA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 43456:
U.O 15111 – TRT da 10ª Região - O TRT não poderá concretizar as demandas necessárias, onerando de forma significativa o orçamento de 2016, tendo em vista que deixará de cumprir a programação atual, frustrando as áreas que dependem de tais demandas e não honrando os compromissos contratuais assumidos com fornecedores e prestadores de serviços.
Justificativa do Pedido 43440:
U.O.: 15.119 - TRT da 18ª Reg.

Não cumprimento das obrigações contratuais assumidas, com possibilidade, inclusive, de paralisação das atividades básicas necessárias à manutenção desta Justiça Especializada.
Justificativa do Pedido 43421:
U.O: 15.112-TRT da 11ª. Reg. O orçamento deste regional para o presente exercício, demonstrou insuficiência de crédito para atender a conclusão do serviço de revestimento do supramencionado prédio.
Justificativa do Pedido 43417:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - O não atendimento do pedido ocasionará interrupção dos serviços relacionados à manutenção dos imóveis, serviços de correios, falta de pagamento de locação de imóveis e de serviços relacionados à tecnologia da informação, impossibilidade de aquisição de materiais de consumo e permanente necessários à manutenção e funcionamento das atividades do TRT, trazendo graves consequências na prestação jurisdicional com qualidade e celeridade ao cidadão.
Justificativa do Pedido 43414:
15.108- TRT 7ª. Região Não realização de metas administrativas desta Regional, como despesas com manutenção e conservação dos imóveis, manutenção e conservação de veículos, reparos e reformas prediais, ; locação de mão-de-obra para vigilância e limpeza, aquisição de bens de consumo, fornecimento de energia elétrica, água, etc.

Justificativa do Pedido 43393:
U.O: 15.107 - TRT da 6ª Reg. - Impossibilitará que este Regional cumpra integralmente com as obrigações contratuais supracitadas.
Justificativa do Pedido 43372:
U.O: 15.117 - TRT da 16ª Região - Impossibilidade de manter as nossas despesas contratuais até o final do exercício fi-nanceiro.
Justificativa do Pedido 43371:
U.O: 15.117 - TRT da 16ª Região - Impossibilidade de manter as nossas despesas contratuais até o final do exercício fi-nanceiro.
Justificativa do Pedido 43340:
U.O: 15.124 - TRT da 23ª Reg. - Ficarão prejudicados os pagamentos dos contratos de despesas continuadas e contratos.
Justificativa do Pedido 43335:
U.O.: 15.113 - TRT-12ª Região
085046 - A.C.J.T. - Impossibilidade de pagamento de todas as despesas de manutenção geral do Tribunal e conclusão de reformas em andamento.

085049 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.
Impossibilidade de pagamento de todas as despesas inerentes à formação e aperfeiçoamento de Magistrados, conforme planejado.
Justificativa do Pedido 43299:
U.O.: 15105 - TRT da 4ª Região: Falta de recursos para pagamentos de serviços essenciais ao funcionamento do Tribunal.
Justificativa do Pedido 43289:
U.O: 15.121 – TRT da 20ª Região

O não atendimento do presente pleito inviabilizará o atendimento pleno das demandas administrativas do exercício financeiro, podendo trazer implicações para o bom andamento dos serviços e consequentes repercussões negativas perante a sociedade e para os usuários desta Especializada.
Justificativa do Pedido 43270:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - O não atendimento do pedido ocasionará interrupção dos serviços relacionados à manutenção dos imóveis, serviços de correios, falta de pagamento de locação de imóveis e de serviços relacionados à tecnologia da informação, impossibilidade de aquisição de materiais de consumo necessários à manutenção das atividades do TRT, trazendo graves consequências na prestação jurisdicional com qualidade e celeridade ao cidadão.
Justificativa do Pedido 43262:
U.O:15.108- TRT 7ª. Região - Não realização de metas administrativas desta Regional, especificamente complementar despesas contratadas por este regional, de acordo com Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN no. 10/2015.
Justificativa do Pedido 43200:
O não atendimento do pedido comprometerá a realização de despesas continuadas e contratualmente previstas, necessárias à manutenção das atividades do TRT da Terceira Região bem como a conclusão da obra de Ampliação do Forum da Justiça do Trabalho de Pedro Leopoldo.
Justificativa do Pedido 43191:
O não atendimento do pedido comprometerá a realização de despesas continuadas e contratualmente previstas, necessárias à manutenção das atividades do TRT da Terceira Região.

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8129
31/04/2016 09:19

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43890**

Justificativa do Pedido 43167:
U.O: 15122 - TRT da 21ª Região - O não atendimento do pleito terá como consequência o déficit orçamentário para liquidação da despesa relativas as demandas acima identificadas, sendo que os valores relativos aos diversos contratos continuados foram necessários em decorrência do pagamento efetuado por este Tribunal do Auxilio Moradia dos Magistrados com recursos próprios já alocados na LOA/2015, bem como a necessidade de bloqueio de crédito no valor de R$ 1.600.000,00 do orçamento fiscal deste Tribunal para oferecimento ao CSJT como contrapartida de descentralização no mesmo valor para ampliação do Fórum Desembargador Silvério Soares, para acomodar a 4ª Vara do Trabalho de Mossoró/RN.
Justificativa do Pedido 43155:
U.O: 15102 – TRT da 1ª Reg. – SUPERÁVIT DE RECURSOS DE CONVÊNIO – A não efetivação da suplementação inviabilizará as aquisições descritas no item 1 e o pagamento do auxílio-moradia aos magistrados deste Tribunal.
Justificativa do Pedido 43144:
U.O: 15.121 – TRT da 20ª Região

O não atendimento do presente pleito inviabilizará o atendimento pleno das demandas administrativas do exercício financeiro, podendo trazer implicações para o bom andamento dos serviços e consequentes repercussões negativas perante a sociedade e para os usuários desta Especializada.
Justificativa do Pedido 43129:
U.O: 15.1XX – TRT da XXª Reg. - Transtornos no atendimento aos jurisdicionados, caso ocorra uma pane nos elevadores. Dificultando o acesso as pessoas com necessidades especiais.
Justificativa do Pedido 43124:
U.O: 15.115 – TRT da 14 Reg. - A não realização de atividades planejadas e atraso no pagamento de contratos e despesas já realizadas e consequentemente pagamento de multas e juros.
Justificativa do Pedido 43076:
UO: 15.103 – TRT 2ª Região

O não atendimento da presente solicitação implicará no descumprimento de obrigações contratuais já assumidas, a partir do mês de setembro de 2015, bem como prejudicará o avanço na implementação do PJ-e e a execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI deste Tribunal. Também irá interferir nas condições de uso dos imóveis, inclusive quanto à sua segurança. Por fim, todas essas demandas não levadas a efeito resultarão na paralisação nas atividades desta Justiça Laboral.

Justificativa do Pedido 43654:
U.O: 15.112 - TRT da 11ª Reg. - O orçamento deste Regional para o presente exercício demonstrou insuficiência de crédito para atender as demandas oriundas de contratos/locações e demais valores contratados.
Justificativa do Pedido 43476:
Com o não atendimento ao pleito deixaremos de cumprir uma decisão judicial bem como de pagar diversos contratos essenciais ao funcioanmento deste Tribunal, acarretando com isto serios problemas de ordem social..
Justificativa do Pedido 43463:
U.O: 15.125 – TRT da 24ª Região
O não atendimento deste pedido de crédito suplementar impossibilitará a contratação dos serviços de manutenção predial com o fornecimento de materiais, inclusive com a extensão às unidades situadas no interior do Estado, bem como a complementação do valor necessário à contratação dos serviços de brigadista para atuar na área de segurança contra incêndio, pânico e primeiros socorros, imprescindível para a segurança dos magistrados, servidores e de todos aqueles que frequentam as instalações do prédio sede do Tribunal e do Fórum Trabalhista de Campo Grande.

Justificativa do Pedido 43476:
UO. 15114- TRT 13ª REGIÃO Com o não atendimento ao pleito deixaremos de cumprir uma decisão judicial bem como de pagar diversos contratos essenciais ao funcioanmento deste Tribunal, acarretando com isto serios problemas de ordem social..
Justificativa do Pedido 43200:
UO. 15104- TRT 03ª REGIÃO O não atendimento do pedido comprometerá a realização de despesas continuadas e contratualmente previstas, necessárias à manutenção das atividades do TRT da Terceira Região bem como a conclusão da obra de Ampliação do Forum da Justiça do Trabalho de Pedro Leopoldo.
Justificativa do Pedido 43191:
UO. 15104 - TRT 3ª REGIÃO O não atendimento do pedido comprometerá a realização de despesas continuadas e contratualmente previstas, necessárias à manutenção das atividades do TRT da Terceira Região.

**Usuário:** JOSENIRA SANTOS VIEIRA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Justificativa do Pedido 43456:
U.O 15111 – TRT da 10ª Região - O acréscimo corresponderá a um reflexo da ordem de 23,52% na ação Apreciação de Causa na Justiça do Trabalho PO 001, conforme pode ser observado na planilha abaixo:

A) Dotação atual para o exercício de 2015 (LOA/2015) - GND: 3 PO 001.. 44.426.254,00
B) Valor deste pedido de crédito suplementar..... 10.449.000,00
C) Dotação total para o exercício de 2015 (A + B)..... 54.875.254,00
D) Acréscimo em percentual em relação à dotação inicial de 2015..... 23,52%

Justificativa do Pedido 43440:
U.O.: 15.119 - TRT da 18ª Reg.

O cumprimento das obrigações contratuais assumidas, dentro do exercício financeiro de sua competência.
Justificativa do Pedido 43421:

Câmara dos Deputados Comissões Especiais 01/04/2016 09:13 8130

**Pedidos:** **43890**

U.O: 15.112-TRT da 11ª. Reg. Não se aplica por tratar de crédito por compensação financeira.
Justificativa do Pedido 43417:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - Não haverá repercussão no nível de gastos fixos ou de custeio uma vez que os recursos serão utilizados em demandas com necessidades pontuais.
Justificativa do Pedido 43414:
15.108- TRT 7ª. Região A suplementação solicitada gera um aporte inicial na dotação da ação ACJT-GND3-fonte 01381 de R$ 3.416.983,00.

Justificativa do Pedido 43393:
U.O: 15.107 - TRT da 6ª Reg. - O montante solicitado decorre de aumento nos valores dos referidos contratos, dessa forma, representa um acréscimo no nível de gasto de custeio do órgão.
Justificativa do Pedido 43372:
U.O: 15.117 - TRT da 16ª Região - Produzirá reflexos positivos na ordem de 4,4%.
Justificativa do Pedido 43371:
U.O: 15.117 - TRT da 16ª Região - Produzirá reflexos positivos na ordem de 0,87%.
Justificativa do Pedido 43340:
U.O: 15.124 - TRT da 23ª Reg. - Não há reflexos haja vista que o atendimento proporcionará a readequação das dotações orçamentárias consignadas no planejamento deste Tribunal.
Justificativa do Pedido 43335:
U.O.: 15.113 - TRT-12ª Região
085046 - A.C.J.T. - Não há reflexos.

085049 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.
Não há reflexos.
Justificativa do Pedido 43299:
U.O.: 15105 - TRT da 4ª Região: O crédito suplementar visa recompor a dotação orçamentária da ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho para corrigir o desequilíbrio existente.
Justificativa do Pedido 43289:
U.O: 15.121 – TRT da 20ª Região

O impacto da aprovação da presente solicitação sobre o nível de gastos de custeio da unidade orçamentária será de 14,78%, considerando-se a dotação inicial deste exercício para o programa de trabalho apreciação de causas na justiça do trabalho.
Justificativa do Pedido 43270:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - Não haverá repercussão no nível de gastos fixos ou de custeio uma vez que os recursos serão utilizados em demandas com necessidades pontuais.
Justificativa do Pedido 43262:
U.O:15.108- TRT 7ª. Região - A suplementação solicitada gera um acréscimo na dotação da ação ACJT-GND3-fonte 0181, em relação a dotação inicial de 19,17%
Justificativa do Pedido 43200:
Haverá reflexos positivos pelo atendimento da demanda em relação à execução orçamentária do Órgão no presente exercício, haja vista que se evitará o pagamento no exercício futuro de dívidas de exercício anteriores.
Justificativa do Pedido 43191:
O atendimento da demanda repercutirá positivamente sobre o nível de gastos de custeios da Terceira Região, pois evitará a inscrição de dívidas em passivos anteriores para pagamentos futuros e não comprometerá o funcionamento normal desta Justiça especializada.
Justificativa do Pedido 43167:
U.O: 15122 - TRT da 21ª Região - Não há reflexo sobre o nível de gastos de custeio da UO.
Justificativa do Pedido 43155:
U.O: 15102 – TRT da 1ª Reg. – SUPERÁVIT DE RECURSOS DE CONVÊNIO – O atendimento desta demanda não traz reflexo sobre os gastos de custeio, uma vez que a suplementação no GND 4 servirá para atender necessidade do Órgão utilizando fonte recursos de convênio.
Justificativa do Pedido 43144:
U.O: 15.121 – TRT da 20ª Região

O impacto da aprovação da presente solicitação sobre o nível de gastos de custeio da unidade orçamentária será de 14,23%, considerando-se a dotação inicial deste exercício para o programa de trabalho Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.
Justificativa do Pedido 43129:
U.O: 15.1XX – TRT da XXª Reg. - Não haverá.
Justificativa do Pedido 43124:
U.O: 15.115 – TRT da 14 Reg. - Não haverá aumento relacionados com outros gastos de custeio.
Justificativa do Pedido 43076:
UO: 15.103 – TRT 2ª Região

Não há que se falar em reflexos da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do Órgão, tendo em vista tratar-se de pedido de crédito com oferecimento de recursos compensatórios.



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8131
01/04/2016 09:19

Abril de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL – SUP Quarta-feira 20 8876

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43890**

Justificativa do Pedido 43654:
U.O: 15.112 - TRT da 11ª Reg. Não se aplica por se tratar de crédito por compensação financeira.
Justificativa do Pedido 43476:
reflexo do nivel de gasto em relação ao cuisteio do orgão
1- dotação inicial.....R$ 20.475.219,00
2- solicitação de credito.....R$ 1.906123,00
3- reflexo.....9,30%
Justificativa do Pedido 43463:
U.O: 15.125 – TRT da 24ª Região
(a) Dotação para 2015 (LOA/2015) ..... R$ 16.821.109,00
(b) Crédito suplementar solicitado .....R$ 501.465,00
(c) Dotação inicial + crédito suplementar solicitado .....R$ 17.322.574,00
Como se vê pelo cálculo acima, o valor do presente pedido de crédito suplementar na ação "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho" representa um acréscimo de 2,98% em relação à dotação autorizada na LOA para 2015.

Justificativa do Pedido 43476:
UO. 15114- TRT 13ª REGIÃO reflexo do nivel de gasto em relação ao cuisteio do orgão
1- dotação inicial.....R$ 20.475.219,00
2- solicitação de credito.....R$ 1.906123,00
3- reflexo.....9,30%
Justificativa do Pedido 43200:
UO. 15104- TRT 03ª REGIÃO Haverá reflexos positivos pelo atendimento da demanda em relação à execução orçamentária do Órgão no presente exercício, haja vista que se evitará o pagamento no exercício futuro de dívidas de exercício anteriores.
Justificativa do Pedido 43191:
UO. 15104 - TRT 3ª REGIÃO O atendimento da demanda repercutirá positivamente sobre o nível de gastos de custeios da Terceira Região, pois evitará a inscrição de dívidas em passivos anteriores para pagamentos futuros e não comprometerá o funcionamento normal desta Justiça especializada.

**Usuário:** JOSENIRA SANTOS VIEIRA

**Outras informações consideradas relevantes**

Justificativa do Pedido 43456:
U.O 15111 – TRT da 10ª Região – Memória de cálculo da projeção da despesa em 2015:

Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – PO 001

1. Outras despesas correntes (Fontes 100- 127-150-181)- PO 001 PTRES 85113
A) Dotação Autorizada Atual para o exercício de 2015..... 44.426.254,00
B) Despesa empenhada até 06/05/2015 - SIAFI..... 14.083.715,67
C) Saldo Orçamentário (A - B)..... 30.342.538,33
D) Projeção da despesa até o final do exercício (7/5 a 31/12/2015)..... 41.668.952,33
E) Necessidade Orçamentária até o final do exercício (C - D)..... -11.326.414,00
F) Valor deste pedido de crédito suplementar s/ compensação tipo 152 SIOP 43456..... 10.449.000,00
G) Saldo orçamentário condicionado a liberação deste pedido de crédito s/ compensação (F - E)..... -877.414,00
H) Valor do Pedido de crédito s/ compensação tipo 100 - SIOP 43452..... 181.000,00
i) Valor do Pedido de crédito com compensação tipo 407 SIOP 43443..... 306.414,00
J) Valor do pedido de crédito c/ compensação tipo 452 SIOP 43470..... 130.000,00
k) Valor do pedido de crédito c/ compensação tipo 407 SIOP 43472..... 78.000,00
L) Valor do pedido de crédito c/ compensação tipo 120 SIOP 43474..... 182.000,00
M) Saldo Orçamentário Condicionado a liberação dos pedidos de créditos..... 0,00

Justificativa do Pedido 43440:

Justificativa do Pedido 43417:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - Demonstrativo de Excesso de Arrecadação
Fonte de Recursos (Código/Descrição): 181-RECURSOS DE CONVÊNIOS
1) Natureza de Receita (Código/Descrição):17610000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES*.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 81832

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 43890**

1.1. Valor previsto na LOA 2015: R$ 17.299.500,00
1.2. Valor da reestimativa para 2015: R$ 40.390.236,00
1.3. Valor do Excesso de Arrecadação para 2015 (1.2 – 1.1): R$ 23.090.736,00

SUPLEMENTAÇÃO:
Ação: 4256- APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO (GND 3 e 4):
Dotação Orçamentária autorizada na LOA/2015: ..... R$ 73.786.942,00
(-) Despesas executadas (empenhadas) até 30/abril/2015:..... (R$ 32.610.697,26)
Percentual de execução orçamentária: ..... 44,2%
(-) Previsão de despesas e aquisições até dezembro/2015: ..... (R$ 64.266.244,74)
(=) Presente pedido de crédito ..... R$ 23.090.000,00

Justificativa do Pedido 43393:
U.O: 15.107 - TRT da 6ª Reg. -

| | (R$) |
|---|---|
| - auxiliar de portaria..... | 382.400 |
| - serviços postais..... | 375.500 |
| - energia elétrica..... | 406.000 |
| - limpeza e conservação..... | 455.000 |
| - vigilância armada..... | 348.371 |
| - Total do déficit .....1.967.271 | |

- valor solicitado neste pedido..... 849.000
- valor solicitado no pedido nº 43391..... 335.481
- valor solicitado no pedido nº 43392..... 782.790
- valor total solicitado ..... 1.967.271

Justificativa do Pedido 43372:
SALDO EM 31/12/2014 - R$ 1.954.207,10
EXEC. A LIQUIDAR REF. 2014 - R$ 1.249.778,00
SUPERÁVIT - R$ 704.429,10
Justificativa do Pedido 43371:
VIDE TABELA AUXILIAR
Justificativa do Pedido 43340:
U.O: 15.124 - TRT da 23ª Reg. - São despesas mensais fixas, o não pagamento prejudicará o atendimento a atividade de prestação jurisdicional.
Justificativa do Pedido 43335:

Justificativa do Pedido 43299:
U.O.: 15105 - TRT da 4ª Região: APLICAÇÃO DOS RECURSOS SOLICITADOS

| Item | Valor (R$) |
|---|---|
| vigilância..... | 2.596.000,00 |
| Limpeza..... | 2.000.000,00 |
| Total..... | 4.596.000,00 |

Justificativa do Pedido 43289:
U.O: 15.121 – TRT da 20ª Região

MEMÓRIA DE CÁLCULO:
(A) DOTAÇÃO ACJT (02.061.0571.4256.0028 - PO – 0001) ..... R$13.664.914,00
(B) DESPESA EMPENHADA ATÉ 06/05/2015..... R$ 8.569.938,20
(C) PRORROGAÇÕES CONTRATUAIS/AJUSTE DE EMPENHOS ESTIMATIVOS E GLOBAIS..... R$ 3.329.675,16
(D) DESPESA ADEQUADA (PRE-EMPENHADA) ATÉ 06/05/2015..... R$ 343.474,13
(E) LEVANTAMENTO DAS NOVAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS ATE 31/12/2015..... R$ 5.386.289,67
(F) DÉFICIT ESTIAMADO PARA 2015 (A-B-C-D-E)..... R$(3.964.463,16)



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
01/04/2016 09:19
Fl. 8133

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 43890**

(G) CRÉDITO EM PROCESSAMENTO POR MEIO DO PEDIDO Nº 43.144..... R$ 1.944.000,00
FONTE DE FINANCIAMENTO DO DÉFICIT:
SUPERÁVIT FINANCEIRO PROVENIENTE DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO EM 2015.(F-G)..... R$(2.020.000,00)
Justificativa do Pedido 43270:
UO 15110 – TRT DA 9ª REGIÃO - Superávit: Receita arrecadada em 2014
Fonte de Recursos (Código/Descrição): 181-RECURSOS DE CONVÊNIOS
1) Total arrecadado em 2014: R$ 8.719.734,15
2) DESPESA EXECUTADA EM 2014: R$ 8.768.030,08
3) RAP CANCELADO EM 2014: 44.084,21
4) Saldo anterior a 2014: R$ 3.456.702,06
5) Total do Superávit apurado em balanço patrimonial de 31/12/2014(1-2+3+4): R$ 3.452.490,34

Memória de cálculo: Despesas com Comunicação em Geral (correios)
a) Despesa executada até abr/2015: R$ 1.254.893,93
b) Despesa prevista até dez: 8 x R$ 530.000,00 = R$ 4.240.000,00
c) Despesa inicial estimada: R$ 4.500.000,00
d) Déficit até o final do exercício de 2015: R$ 994.893,93

SUPLEMENTAÇÃO:
Ação: 4256- APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO (GND 3):
Dotação Orçamentária autorizada na LOA/2015 + créditos adicionais: ..... R$ 55.777.707,00
(-) Despesas executadas (empenhadas) até 30/abril/2015:..... (R$ 30.987.686,20)
Percentual de execução orçamentária: ..... 55,6%
(+) Previsão de créditos adicionais fonte 181-convênios..... R$ 23.090.000,00
(+) Previsão de créditos adicionais fonte 150-Recursos próprios..... R$ 644.700,00
(-) Previsão de despesas até dezembro/2015: ..... (R$ 50.324.720,80)
(=) Presente pedido de crédito ..... R$ 1.800.000,00

Justificativa do Pedido 43262:
...
Justificativa do Pedido 43200:
A reestimativa da receita contempla a alteração do percentual de remuneração pago pela Caixa Econômica Federal, passando de 0,071 para 0,080, incidente sobre o saldo médio mensal dos depósitos judiciais, bem assim o crescimento vegetativo da despesa nesta instituição financeira e no Banco do Brasil.
Justificativa do Pedido 43191:
O aporte orçamentário será necessário para propiciar a realização de despesas que foram preteridas em razão do pagamento do auxílio moradia e aquelas para funcionamento normal da Terceira Região.
Justificativa do Pedido 43167:
U.O: - 15.122 - TRT da 21ª Região - Vale destacar que quando da liberação do crédito solicitado, este Tribunal providenciará o bloqueio de crédito no valor de R$ 1.600.000,00, para oferecer ao CSJT como contrapartida da descentralização do mesmo valor, por meio do Projeto "IMPLANTAÇÃO DE VARAS DO TRABALHO, conforme combinado com o Coordenador de Orçamento e Finanças desse CSJT. ANEXAMOS COPIA DO CONTRATO TRT/CAD Nº 029/2014, CELEBRADO COM A CEF, O QUE JUSTIFICA O AUMENTO DE RECEITA QUANDO DA REESTIMATIVA DA RECEITA.
Justificativa do Pedido 43155:
U.O: 15102 – TRT da 1ª Reg. – SUPERÁVIT DE RECURSOS DE CONVÊNIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO
SUPERÁVIT 2014 – RECURSOS DE CONVÊNIO

SUPERÁVIT 2014 RECURSOS DE CONVÊNIO.....940.908,09
SUPLEMENTAÇÃO PROPOSTA GND 4..... 940.908,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO INVESTIMENTO
DOTAÇÃO 2015.....4.275.000,00
EMPENHADO ATÉ MAIO/2015.....(35.789,58)
SALDO.....4.239.210,42

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 81
04/2016 09:19

Pedidos: 43890

PROJEÇÃO ATÉ DEZ/15.....(5.180.118,42)
NECESSIDADE.....(940.908,00)
SUPLEMENTAÇÃO PROPOSTA.....940.908,00

Justificativa do Pedido 43144:
U.O: 15.121 – TRT da 20ª Região

MEMÓRIA DE CÁLCULO:
(A) DOTAÇÃO ACJT (02.061.0571.4256.0028 - PO – 0001) ..... R$13.664.914,00
(B) DESPESA EMPENHADA ATÉ 06/05/2015..... R$ 8.569.938,20
(C) PRORROGAÇÕES CONTRATUAIS/AJUSTE DE EMPENHOS ESTIMATIVOS E GLOBAIS..... R$ 3.329.675,16
(D) DESPESA ADEQUADA (PRE-EMPENHADA) ATÉ 06/05/2015..... R$ 343.474,13
(E) LEVANTAMENTO DAS NOVAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS ATE 31/12/2015..... R$ 5.386.289,67
(F) DÉFICIT ESTIAMADO PARA 2015 (A-B-C-D-E)..... R$(3.964.463,16)
(G) CRÉDITO EM PROCESSAMENTO POR MEIO DO PEDIDO Nº 43.289..... R$ 2.020.000,00
FONTE DE FINANCIAMENTO DO DÉFICIT:
SUPERÁVIT FINANCEIRO PROVENIENTE DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO EM 2015.(F-G)..... R$(1.944.463,16)

Justificativa do Pedido 43076:
UO: 15.103 – TRT 2ª Região

.....R$ 1,00

APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Despesas Correntes

Adequação dos Fóruns; inst./subst.ar condicionado; CFTV.....8.038.189,00
Cumprimento de obrigações já contratadas.....30.179.393,90
Outras contratações.....3.715.936,10
Total.....41.933.519,00

Despesas de Capital

Equipamentos de informática.....7.587.116,00
Adequação dos Fóruns; inst./subst.ar condicionado; CFTV.....7.089.695,00
Outras aquisições: mobiliário, estantes de aço.....9.039.286,00
Total ..... 23.716.097,00

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Despesas Correntes

Manutenção e gerenciamento da TV Corporativa.....71.000,00
Total.....71.000,00

Justificativa do Pedido 43654:
U.O: 15.112 - TRT da 11ª Reg.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Banco do Brasil S/A de janeiro a março R$728.292.58 e de abril a dezembro foi estimado o valor de R$2.194.848,27 (tomando como base o mês de março no valor de R$243.872,03); Caixa Econômica Federal de janeiro a 15 de julho R$1.120.000,00 bem a estimativa do novo Convênio em que a Instituição Bancária repassará ao TRT11, a princípio, tomando como base 0,06% MSD, nos meses de agosto a dezembro R$1.219.360,15, perfazendo um total de arrecadação de R$5.262.501,00 para o exercício de 2015.

Justificativa do Pedido 43463:
U.O: 15.125 – TRT da 24ª Região



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 813

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43890**

O valor de R$ 501.465,00, ora solicitado em crédito suplementar, será aplicado na contratação dos serviços de manutenção predial para as unidades situadas na capital e nas situadas no interior do Estado, sendo R$ 342.000,00 em serviços e R$ 138.000,00 em materiais, bem como no complemento do valor destinado à contratação dos serviços de brigadistas para atuar no edifício-sede do Tribunal e no Fórum Trabalhista de Campo Grande (R$ 21.465,00).

Justificativa do Pedido 43200:
UO. 15104- TRT 03ª REGIÃO A reestimativa da receita contempla a alteração do percentual de remuneração pago pela Caixa Econômica Federal, passando de 0,071 para 0,080, incidente sobre o saldo médio mensal dos depósitos judiciais, bem assim o crescimento vegetativo da despesa nesta instituição financeira e no Banco do Brasil.
Justificativa do Pedido 43191:
UO. 15104 - TRT 3ª REGIÃO O aporte orçamentário será necessário para propiciar a realização de despesas que foram preteridas em razão do pagamento do auxílio moradia e aquelas para funcionamento normal da Terceira Região.

**Usuário:** JOSENIRA SANTOS VIEIRA

**Acompanhamentos Pedido: 43890**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 24/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 01/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | VALERIA LUCIMAR SOUSA |
| 01/07/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Retornado para ajustar reduzir os valores referente aos empenhos da MP 667. | VALERIA LUCIMAR SOUSA |
| 24/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | VALERIA LUCIMAR SOUSA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ANA CAROLINA MOTA CANTANHEDE |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 84
01/04/2016 09:19

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Descentralização

Exercício: 2015

**Número(s) Formalização: 2238**

**Pedido(s): 43890**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 152.880.223 | 0 | 152.880.223 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **15000 Justiça do Trabalho** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |
| 15102 Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro | 940.908 | 0 | 940.908 |
| 15103 Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo | 65.720.616 | 0 | 65.720.616 |
| 15104 Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais | 7.552.415 | 0 | 7.552.415 |
| 15105 Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul | 4.542.450 | 0 | 4.542.450 |
| 15107 Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco | 849.000 | 0 | 849.000 |
| 15108 Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará | 4.338.811 | 0 | 4.338.811 |
| 15110 Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná | 24.884.786 | 0 | 24.884.786 |
| 15111 Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins | 10.449.000 | 0 | 10.449.000 |
| 15112 Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima | 2.678.713 | 0 | 2.678.713 |
| 15113 Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina | 8.536.622 | 0 | 8.536.622 |
| 15114 Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba | 1.906.000 | 0 | 1.906.000 |
| 15115 Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre | 3.305.995 | 0 | 3.305.995 |
| 15117 Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão | 842.504 | 0 | 842.504 |
| 15119 Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás | 141.874 | 0 | 141.874 |
| 15121 Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe | 3.964.000 | 0 | 3.964.000 |
| 15122 Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte | 10.898.670 | 0 | 10.898.670 |
| 15124 Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso | 826.394 | 0 | 826.394 |
| 15125 Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul | 501.465 | 0 | 501.465 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 122.195.030 | 0 | 122.195.030 |
| 4 - Investimentos | 30.685.193 | 0 | 30.685.193 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 181 - Recursos de Convênios | 54.385.011 | 0 | 54.385.011 |
| 381 - Recursos de Convenios | 98.495.212 | 0 | 98.495.212 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **15102 Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro** | **940.908** | **0** | **940.908** |
| 381 Recursos de Convenios | 940.908 | 0 | 940.908 |
| **15103 Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo** | **65.720.616** | **0** | **65.720.616** |
| 181 Recursos de Convênios | 4.820.616 | 0 | 4.820.616 |
| 381 Recursos de Convenios | 60.900.000 | 0 | 60.900.000 |
| **15104 Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais** | **7.552.415** | **0** | **7.552.415** |
| 181 Recursos de Convênios | 2.793.819 | 0 | 2.793.819 |
| 381 Recursos de Convenios | 4.758.596 | 0 | 4.758.596 |
| **15105 Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul** | **4.542.450** | **0** | **4.542.450** |
| 181 Recursos de Convênios | 4.542.450 | 0 | 4.542.450 |
| **15107 Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco** | **849.000** | **0** | **849.000** |
| 381 Recursos de Convenios | 849.000 | 0 | 849.000 |
| **15108 Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará** | **4.338.811** | **0** | **4.338.811** |
| 181 Recursos de Convênios | 921.828 | 0 | 921.828 |
| 381 Recursos de Convenios | 3.416.983 | 0 | 3.416.983 |
| **15110 Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná** | **24.884.786** | **0** | **24.884.786** |
| 181 Recursos de Convênios | 23.084.786 | 0 | 23.084.786 |
| 381 Recursos de Convenios | 1.800.000 | 0 | 1.800.000 |
| **15111 Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins** | **10.449.000** | **0** | **10.449.000** |
| 381 Recursos de Convenios | 10.449.000 | 0 | 10.449.000 |
| **15112 Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima** | **2.678.713** | **0** | **2.678.713** |
| 181 Recursos de Convênios | 506.917 | 0 | 506.917 |
| 381 Recursos de Convenios | 2.171.796 | 0 | 2.171.796 |
| **15113 Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina** | **8.536.622** | **0** | **8.536.622** |
| 181 Recursos de Convênios | 5.714.967 | 0 | 5.714.967 |
| 381 Recursos de Convenios | 2.821.655 | 0 | 2.821.655 |
| **15114 Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba** | **1.906.000** | **0** | **1.906.000** |
| 381 Recursos de Convenios | 1.906.000 | 0 | 1.906.000 |
| **15115 Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre** | **3.305.995** | **0** | **3.305.995** |
| 181 Recursos de Convênios | 3.305.995 | 0 | 3.305.995 |
| **15117 Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão** | **842.504** | **0** | **842.504** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2238**

**Pedido(s): 43890**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 181 Recursos de Convênios | 138.504 | 0 | 138.504 |
| 381 Recursos de Convenios | 704.000 | 0 | 704.000 |
| **15119 Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás** | **141.874** | **0** | **141.874** |
| 381 Recursos de Convenios | 141.874 | 0 | 141.874 |
| **15121 Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe** | **3.964.000** | **0** | **3.964.000** |
| 381 Recursos de Convenios | 3.964.000 | 0 | 3.964.000 |
| **15122 Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte** | **10.898.670** | **0** | **10.898.670** |
| 181 Recursos de Convênios | 7.881.834 | 0 | 7.881.834 |
| 381 Recursos de Convenios | 3.016.836 | 0 | 3.016.836 |
| **15124 Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso** | **826.394** | **0** | **826.394** |
| 181 Recursos de Convênios | 171.830 | 0 | 171.830 |
| 381 Recursos de Convenios | 654.564 | 0 | 654.564 |
| **15125 Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul** | **501.465** | **0** | **501.465** |
| 181 Recursos de Convênios | 501.465 | 0 | 501.465 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 152.880.223 | 0 | 152.880.223 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 152.880.223 | 0 | 152.880.223 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 152.880.223 | 0 | 152.880.223 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primaria discricionária, não PAC, considerada no calculo do RP | 152.880.223 | 0 | 152.880.223 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 152.880.223 | 0 | 152.880.223 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 02 - Judiciária | 152.880.223 | 0 | 152.880.223 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 152.809.223 | 0 | 152.809.223 |
| 131 - Comunicação Social | 71.000 | 0 | 71.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

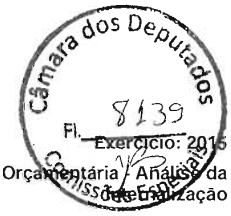
| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **02 Judiciária** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |
| 122 Administração Geral | 152.809.223 | 0 | 152.809.223 |
| 131 Comunicação Social | 71.000 | 0 | 71.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios | 152.880.223 | 0 | 152.880.223 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 152.880.223 | 0 | 152.880.223 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista | 152.880.223 | 0 | 152.880.223 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 152.880.223 | 0 | 152.880.223 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |




Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2016

Momento: Alteração Orçamentária / Análise da Formalização

**Número(s) Formalização: 2238**

**Pedido(s): 43890**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 133Q - Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG | 50.000 | 0 | 50.000 |
| 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional | 71.000 | 0 | 71.000 |
| 4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | 152.759.223 | 0 | 152.759.223 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 50.000 | 0 | 50.000 |
| - Atividade | 152.830.223 | 0 | 152.830.223 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43890 - TIPO 152 - Fontes 181 e 381(Tipo 152) | 152.880.223 | 0 | 152.880.223 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 54.385.011 | 0 | 54.385.011 |
| - Superávit financeiro | 98.495.212 | 0 | 98.495.212 |
| **TOTAL-GERAL** | **152.880.223** | **0** | **152.880.223** |

Câmara dos Deputados
Fl. 8140
Comissões Especiais

# Decreto R$ 600.268.845

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43929

**Tipo de Crédito:** 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **55.221.734** |
| **Unidade:** | **52121- Comando do Exército** | | | | | | | | | | **35.870.074.962** | **34.748.330.672** | **55.221.734** |
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | | | | 3.161.770.578 | 2.083.019.679 | 55.221.734 |
| **2058 20XH** | **Ações de Cooperação do Exército** | **05- 244** | **10** | | | | | | | | **118.221.734** | **30.968.525** | **55.221.734** |
| 2058 20XH 0001 | Ações de Cooperação do Exército - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 118.221.734 | 30.968.525 | 55.221.734 |
| 2058 20XH 0001 0002 | Serviços e Obras de Pequena Monta | | | | | | | | | | 91.815.508 | 25.162.716 | 55.221.734 |
| | | | | | 4.4.90 | 181 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *91.815.508* | *25.162.716* | *55.221.734* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 55.221.734 |

**Justificativas Pedido: 43929**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Reconstruir as instalações militares atingidas pelas obras da transolímpica na Vila Militar, no município do Rio de Janeiro.

**Usuário:** IEDA RODRIGUES MARQUES

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não é o caso.

**Usuário:** IEDA RODRIGUES MARQUES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Impossibilidade de reconstruir as instalações militares atingidas pelas obras da transolímpica.

**Usuário:** IEDA RODRIGUES MARQUES

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não é o caso

**Usuário:** IEDA RODRIGUES MARQUES

**Outras informações consideradas relevantes**

Não é o caso

**Usuário:** IEDA RODRIGUES MARQUES

**Acompanhamentos Pedido: 43929**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8914 01/04/2016 09:36

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43929**

| | | |
|---|---|---|
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ALEX GONÇALVES BARBOSA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | JASON RAMOS |
| 13/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | Madson Euzébio Freitas Barbosa |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 11/04/2016 09:36

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Implementação

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43929**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |
| 52121 Comando do Exército | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 4 - Investimentos | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 181 - Recursos de Convênios | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52121 Comando do Exército** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |
| 181 Recursos de Convênios | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 244 - Assistência Comunitária | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |
| 244 Assistência Comunitária | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2058 - Política Nacional de Defesa | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Formalização

Exercício: 2015

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 43929**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20XH - Ações de Cooperação do Exército | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43929 - Crédito para atender Transolímpica - convênio firmado com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro(Tipo 152) | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 55.221.734 | 0 | 55.221.734 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.221.734** | **0** | **55.221.734** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44051

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **30000- Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | **13.484.627.648** | **11.285.684.946** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |
| **Unidade:** | **30107- Departamento de Polícia Rodoviária Federal** | | | | | | | | | | **3.541.442.839** | **3.465.975.419** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |
| 2070 | Segurança Pública com Cidadania | | | | | | | | | | 372.275.292 | 323.248.703 | 9.221.011 | 9.221.011 | 0 |
| **2070 2723** | **Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais** | **06- 181** | *10* | | | | | | | | **150.141.129** | **145.275.203** | **9.221.011** | **9.221.011** | **0** |
| 2070 2723 0001 | Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 149.054.529 | 145.203.703 | 9.221.011 | 9.221.011 | 0 |
| 2070 2723 0001 000A | Enfrentamento à Violência no Trânsito - Atendimento Pré-hospitalar | | | | | | | | | | 8.270 | 8.264 | 0 | 9.221.011 | -9.221.011 |
| | | | | | *3.3.90* | *174* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *8.270* | *8.264* | *0* | *9.221.011* | *-9.221.011* |
| 2070 2723 0001 000D | Enfrentamento à Violência no Trânsito - Inovações Tecnológicas | | | | | | | | | | 12.524.764 | 12.524.764 | 9.221.011 | 0 | 9.221.011 |
| | | | | | *4.4.90* | *174* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *12.524.764* | *12.524.764* | *9.221.011* | *0* | *9.221.011* |
| 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | | | | 2.046.873.873 | 2.032.544.681 | 5.252.306 | 5.252.306 | 0 |
| **2112 2000** | **Administração da Unidade** | **06- 122** | *10* | | | | | | | | **154.586.844** | **150.646.743** | **5.252.306** | **5.252.306** | **0** |
| 2112 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 154.586.844 | 150.646.743 | 5.252.306 | 5.252.306 | 0 |
| 2112 2000 0001 0001 | Outras Despesas Administrativas | | | | | | | | | | 106.466.057 | 105.559.948 | 5.252.306 | 2.947.410 | 2.304.896 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *85.023.608* | *84.677.064* | *2.947.410* | *0* | *2.947.410* |
| | | | | | *3.3.90* | *174* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *15.405.695* | *15.259.259* | *2.304.896* | *0* | *2.304.896* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *6.036.754* | *5.623.625* | *0* | *2.947.410* | *-2.947.410* |
| 2112 2000 0001 0003 | Tecnologia da Informação e Comunicação | | | | | | | | | | 3.549.870 | 3.304.702 | 0 | 2.304.896 | -2.304.896 |
| | | | | | *4.4.90* | *174* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.549.870* | *3.304.702* | *0* | *2.304.896* | *-2.304.896* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 13.484.627.648 | 11.285.684.946 | 14.473.317 | 14.473.317 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44051**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Alteração de GND para adequação da LOA ao planejamento orçamentário do Órgão.

2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Permitir a continuidade dos Projetos de Rádio Digital (Landell), e manutenção do sistema analógico de comunicação da PRF.

2000 - Administração da Unidade

Alteração orçamentária para atender despesa com os contratos destinados à manutenção das unidades da PRF.

**Usuário:** ALISSON NAVA NUNES

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

-

**Usuário:** ALISSON NAVA NUNES

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8145

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44051**

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Impossibilidade de cumprir os contratos e efetuar as aquisições planejadas para o exercício.

2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Comprometimento dos projetos que visam a estruturação dos sistemas de comunicação da PRF, prejudicando o tráfego de informações entre unidades operacionais e viaturas, fundamentais ao exercício da atividade policial.

2000 - Administração da Unidade

- Sem a alteração proposta não será possível manter os serviços destinados à manutenção das unidades da PRF. Os valores atuais são insuficientes para manter as despesas com energia elétrica, água e esgoto, locação de imóveis, correios, limpeza e vigilância até o final do ano. Com o orçamento atualmente previsto, as despesas poderão ser atendidas apenas até o mês de agosto de 2015. A interrupção dos serviços impactam sobremaneira as atividades administrativas, produzindo reflexos diretos na execução das ações finalísticas do Órgão.

**Usuário:** ALISSON NAVA NUNES

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

-

**Usuário:** ALISSON NAVA NUNES

**Outras informações consideradas relevantes**

-

**Usuário:** ALISSON NAVA NUNES

**Acompanhamentos Pedido: 44051**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 02/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | LUCIANA RODRIGUES RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | Deborah Nunes Lyra |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ALISSON NAVA NUNES |
| 15/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária. Justificativa: Pedido da unidade | Deborah Nunes Lyra |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ALISSON NAVA NUNES |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8146

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise e Internalização

Exercício: 2015

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44051**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 14.473.317 | 14.473.317 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30000 Ministério da Justiça** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |
| 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 14.473.317 | 14.473.317 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 5.252.306 | 9.221.011 | -3.968.705 |
| 4 - Investimentos | 9.221.011 | 5.252.306 | 3.968.705 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 2.947.410 | 2.947.410 | 0 |
| 174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 11.525.907 | 11.525.907 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.947.410 | 2.947.410 | 0 |
| 174 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 11.525.907 | 11.525.907 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 14.473.317 | 14.473.317 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 14.473.317 | 14.473.317 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 14.473.317 | 14.473.317 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 14.473.317 | 14.473.317 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 14.473.317 | 14.473.317 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 06 - Segurança Pública | 14.473.317 | 14.473.317 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 5.252.306 | 5.252.306 | 0 |
| 181 - Policiamento | 9.221.011 | 9.221.011 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **06 Segurança Pública** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |
| 122 Administração Geral | 5.252.306 | 5.252.306 | 0 |
| 181 Policiamento | 9.221.011 | 9.221.011 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 14.473.317 | 14.473.317 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 14.473.317 | 14.473.317 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2070 - Segurança Pública com Cidadania | 9.221.011 | 9.221.011 | 0 |
| 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | 5.252.306 | 5.252.306 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44051**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 9.221.011 | 9.221.011 | 0 |
| - Gestão e Manutenção | 5.252.306 | 5.252.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 5.252.306 | 5.252.306 | 0 |
| 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais | 9.221.011 | 9.221.011 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 14.473.317 | 14.473.317 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44051 - DPRF - 1º Crédito (CC) - DEC. 110(Tipo 110) | 14.473.317 | 14.473.317 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 14.473.317 | 14.473.317 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **14.473.317** | **14.473.317** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44058

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |
| **Unidade:** | **52921- Fundo do Exército** | | | | | | | | | | **1.383.179.667** | **1.240.052.362** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | | | | 294.740.945 | 192.299.819 | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **2058 4450** | **Aprestamento do Exército** | **05- 153** | *10* | | | | | | | | **270.736.846** | **187.756.761** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |
| 2058 4450 0001 | Aprestamento do Exército - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 270.736.846 | 187.756.761 | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| 2058 4450 0001 0000 | Aprestamento do Exército | | | | | | | | | | 228.355.561 | 158.260.829 | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *133.977.401* | *122.570.579* | *10.000.000* | *0* | *10.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *94.378.160* | *35.690.250* | *0* | *10.000.000* | *-10.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44058**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A mudança de GND é importante porque as dotações de custeio existentes são insuficientes.

**Usuário:** IEDA RODRIGUES MARQUES

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Os investimentos serão postergados para garantir as despesas de custeio do aprestamento das 654 Organizações Militares do Exército.

**Usuário:** IEDA RODRIGUES MARQUES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Dificuldades na execução do planejamento inicial pela insuficiência de dotação.

**Usuário:** IEDA RODRIGUES MARQUES

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

não é o caso

**Usuário:** Almyr Costa dos Santos

**Outras informações consideradas relevantes**

não é o caso

**Usuário:** Almyr Costa dos Santos

**Acompanhamentos Pedido: 44058**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8149

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44058**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ADRIANA RIBEIRO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | JASON RAMOS |
| 13/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | Madson Euzébio Freitas Barbosa |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais FL. 150

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Interlegislativa

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44058**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |
| 52921 Fundo do Exército | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 10.000.000 | 0 | 10.000.000 |
| 4 - Investimentos | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52921 Fundo do Exército** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 153 - Defesa Terrestre | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |
| 153 Defesa Terrestre | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2058 - Política Nacional de Defesa | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44058**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 4450 - Aprestamento do Exército | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44058 - transposição de limites do GND 4 para o GND 3 na ação 4450 do Fundo do Exército(Tipo 110) | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44075

**Tipo de Crédito:** 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn Data Efetivação: 21/08/2015 Data Assinatura: 20/08/2015 Data Publicação: 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **66000- Controladoria-Geral da União** | | | | | | | | | | **904.573.152** | **899.207.870** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |
| **Unidade:** | **66101- Controladoria-Geral da União** | | | | | | | | | | **904.573.152** | **899.207.870** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |
| 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | | | | 777.581.329 | 772.793.797 | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **2101 14UP** | **Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco** | **04- 122** | *10* | | | | | | | | **2.140.000** | **2.140.000** | **0** | **240.000** | **-240.000** |
| 2101 14UP 1695 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco - No Município de Recife - PE | | | *PLOA* | | | | | | | 2.140.000 | 2.140.000 | 0 | 240.000 | -240.000 |
| 2101 14UP 1695 0000 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco | | | | | | | | | | 2.140.000 | 2.140.000 | 0 | 240.000 | -240.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.140.000* | *2.140.000* | *0* | *240.000* | *-240.000* |
| **2101 14UQ** | **Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão** | **04- 122** | *10* | | | | | | | | **100.000** | **0** | **0** | **240.000** | **-240.000** |
| 2101 14UQ 0734 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão - No Município de São Luís - MA | | | *PLOA* | | | | | | | 100.000 | 0 | 0 | 240.000 | -240.000 |
| 2101 14UQ 0734 0000 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão | | | | | | | | | | 100.000 | 0 | 0 | 240.000 | -240.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *100.000* | *0* | *0* | *240.000* | *-240.000* |
| **2101 14UR** | **Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas** | **04- 122** | *10* | | | | | | | | **0** | **0** | **0** | **60.000** | **-60.000** |
| 2101 14UR 0211 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas - No Município de Manaus - AM | | | *PLOA* | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 60.000 | -60.000 |
| 2101 14UR 0211 0000 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 60.000 | -60.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *60.000* | *-60.000* |
| **2101 14US** | **Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba** | **04- 122** | *10* | | | | | | | | **0** | **0** | **0** | **60.000** | **-60.000** |
| 2101 14US 1436 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba - No Município de João Pessoa - PB | | | *PLOA* | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 60.000 | -60.000 |
| 2101 14US 1436 0000 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 60.000 | -60.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *60.000* | *-60.000* |
| **2101 14UT** | **Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte** | **04- 122** | *10* | | | | | | | | **2.213.050** | **2.213.050** | **0** | **676.306** | **-676.306** |
| 2101 14UT 1262 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte - No Município de Natal - RN | | | *PLOA* | | | | | | | 2.213.050 | 2.213.050 | 0 | 676.306 | -676.306 |
| 2101 14UT 1262 0000 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | | | | 2.213.050 | 2.213.050 | 0 | 676.306 | -676.306 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.213.050* | *2.213.050* | *0* | *676.306* | *-676.306* |
| **2101 14UU** | **Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí** | **04- 122** | *10* | | | | | | | | **260.000** | **260.000** | **0** | **240.000** | **-240.000** |
| 2101 14UU 0981 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí - No Município de Teresina - PI | | | *PLOA* | | | | | | | 260.000 | 260.000 | 0 | 240.000 | -240.000 |



Comissões Especiais Fl. 453 Câmara dos Deputados

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44075

**Tipo de Crédito:** 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2101 14UU 0981 0000 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado d Piauí | | | | | | | | | | 260.000 | 260.000 | 0 | 240.000 | -240.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *260.000* | *260.000* | *0* | *240.000* | *-240.000* |
| **2101 156S** | **Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins** | **04- 122** | *10* | | | | | | | | **0** | **0** | **0** | **15.000** | **-15.000** |
| 2101 156S 0542 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins - No Município de Palmas - TO | | | *PLOA* | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 15.000 | -15.000 |
| 2101 156S 0542 0000 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado d Tocantins | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 15.000 | -15.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *15.000* | *-15.000* |
| **2101 156T** | **Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo** | **04- 122** | *10* | | | | | | | | **0** | **0** | **0** | **60.000** | **-60.000** |
| 2101 156T 3273 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo - No Município de Vitória - ES | | | *PLOA* | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 60.000 | -60.000 |
| 2101 156T 3273 0000 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado d Espírito Santo | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 60.000 | -60.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *60.000* | *-60.000* |
| **2101 2D58** | **Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição** | **04- 124** | *10* | | | | | | | | **86.594.004** | **85.975.910** | **1.591.306** | **0** | **1.591.306** |
| 2101 2D58 0001 | Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 86.594.004 | 85.975.910 | 1.591.306 | 0 | 1.591.306 |
| 2101 2D58 0001 2000 | Despesas Administrativas | | | | | | | | | | 63.444.548 | 63.282.750 | 1.591.306 | 0 | 1.591.306 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *63.444.548* | *63.282.750* | *1.591.306* | *0* | *1.591.306* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 904.573.152 | 899.207.870 | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44075**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Para a elaboração da Proposta Orçamentária de 2015, foi concedido a esta Controladoria-Geral da União - CGU um limite de R$ 84,6 milhões, valor inferior ao executado em 2014 e que, portanto, já se mostraria insuficiente pela simples necessidade de repactuação dos contratos administrativos para 2015. A situação, porém, se agravou ainda mais com a constatação de que a LOA sofreu um corte no Congresso Nacional da ordem de R$ 2.895.106,00, o que deixou a CGU com um orçamento de R$ 81,7 milhões, quase 10% inferior ao executado no exercício anterior.

Diante desse cenário, a CGU realizou os devidos levantamentos para previsão de despesas já assumidas e foi detectado um déficit de R$ 17,8 milhões no custeio do Plano Orçamentário de Manutenção Administrativa (PO-2000). Deve-se destacar que essa previsão de gastos não inclui nenhuma nova contratação para o exercício mantendo-se apenas aquelas despesas já comprometidas.

Visando a manutenção do Órgão em funcionamento até o final do exercício, foram elaborados cenários para remanejamentos de dotações de outras ações e grupos de natureza de despesa. Assim, diante dos cenários de insuficiência orçamentária, faz necessário que as construções de Unidades Regionais da CGU sejam postergadas para que a CGU possa preservar minimamente as suas atividades finalísticas.

O presente remanejamento visa alteração orçamentária dos créditos destinados às obras das Controladorias-Regionais da União nos Estados, com o objetivo de suplementação da Ação 2D58. Abaixo informamos brevemente em que estágio as obras se encontram.

Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco- CGU/R-PE: a obra já possui terreno de 4.208,02 m2 e o projeto já foi aprovado pela PM Recife. Em 26/11/2014, a CGU-R/PE informou que foi realizada a licitação para a Construção da Sede, no entanto esta restou deserta, razão pela qual se fará necessária nova publicação do edital no corrente ano.

Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão -CGU/R-MA: a Regional já possui terreno de 2.578,21 m2. A contratação de elaboração dos Projetos Básico e Executivo, conforme Termo de Referência, para a construção da sede da CGU-R/MA foi empenhada em 06/02/2014. Após a conclusão desta etapa e aprovação pela área de engenharia do Órgão Central, se dará início à elaboração do edital para a contração da obra.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 81 54

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44075**

Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas-CGU/R-AM: a construção se encontra na fase de elaboração do projeto executivo, todavia o terreno está sob litígio entre a CGU-Regional/AM e a Justiça Federal no Amazonas.

Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba - CGU/R-PB: o processo de doação do terreno, por parte da prefeitura municipal, está em trâmite, bem como o estudo preliminar do projeto básico.

Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte - CGU/R-RN: foi celebrado o contrato de empresa especializada para a execução da obra. O projeto já possui autorização do Corpo de Bombeiros e da Secretaria de Mobilidade Urbana. O início da construção ocorreu em 17/11/14 e já está na quinta medição. A construtora, por meio de expediente encaminhado à CGU-R/RN, sinalizou a necessidade de efetuar um levantamento sobre as divergências apuradas entre o orçamento apresentado na licitação e o que está sendo executado pela empresa. Por consequência, haverá uma reprogramação para aumentar o prazo de execução da obra. Assim, entendemos que a alteração orçamentária é oportuna e não compromete o andamento da obra.

Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí - CGU/R-PI: o terreno já foi cedido pela SPU, restando apenas a elaboração de um termo aditivo ao termo de doação por conta de metragem a menor identificada na documentação. Os projetos básico e executivo já foram contratados, entregues e pagos.

Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Tocantins - CGU/R-TO: o Termo de Doação por parte do Incra-Sede teve de ser submetido a apreciação da SPU, desta feita aguardamos a aprovação para darmos início à licitação do Projeto (que será uma readequação do Projeto da nova sede da CGU/AC).

Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo - CGU/R-ES: Aa CGU-Regional/ES tomou posse do terreno para construção de sua sede própria juntamente com a AGU. Há intenção de se realizar procedimento licitatório para contratar empresa para execução de projeto da nova sede.

Considerando o cenário apresentado, bem como o andamento das construções, não nos resta alternativa a não ser solicitar a referida alteração orçamentária para suplementar nossa dotação inicial de despesas administrativas, possibilitando a esta CGU honrar grande parte dos seus compromissos assumidos.

**Usuário:** FRANCISCO HELIO DE SOUSA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

O cancelamento dos supramencionados créditos se faz pertinente tendo em vista a necessidade de suplementação orçamentária para atender as despesas de manutenção e funcionamento do órgão. Considerando que algumas construções se encontram com as execuções prejudicadas em função de atrasos, problemas no projeto executivo, rescisão contratual ou necessidade de nova contratação/licitação, conforme esclarecimentos apresentados. Reforçamos que não haverá impacto uma vez que a recomposição dos créditos cancelados se dará através do PLOA/2016.

**Usuário:** RENATA TEREZA LIVRAMENTO FREITAS

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento ao pleito impactará negativamente o pagamento das despesas de custeio do Plano Orçamentário de Manutenção Administrativa (PO-2000), podendo vir a comprometer o funcionamento do órgão.

**Usuário:** RENATA TEREZA LIVRAMENTO FREITAS

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

O atendimento da demanda servirá para recompor a insuficiência orçamentária e os cortes promovidos pelo Congresso Nacional na principal ação da CGU, qual seja, Ação 2D58.

**Usuário:** RENATA TEREZA LIVRAMENTO FREITAS

**Outras informações consideradas relevantes**

**Usuário:** FRANCISCO HELIO DE SOUSA

**Acompanhamentos Pedido: 44075**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | CINTIA BEATRIZ FONSECA |



Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais Fl. 8155

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44075**

| | | |
|---|---|---|
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Necessidade de acerto no pedido | OSWALDO COGAN JUNIOR |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | FRANCISCO HELIO DE SOUSA |
| 15/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária. Justificativa: Necessidade de acertos e melhoria da justificativa do pedido | OSWALDO COGAN JUNIOR |
| 14/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | RENATA TEREZA LIVRAMENTO FREITAS |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8156
01/04/2016 09:36

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Formalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44075**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **66000 Controladoria-Geral da União** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |
| 66101 Controladoria-Geral da União | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 1.591.306 | 0 | 1.591.306 |
| 4 - Investimentos | 0 | 1.591.306 | -1.591.306 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **66101 Controladoria-Geral da União** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 04 - Administração | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 0 | 1.591.306 | -1.591.306 |
| 124 - Controle Interno | 1.591.306 | 0 | 1.591.306 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **04 Administração** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |
| 122 Administração Geral | 0 | 1.591.306 | -1.591.306 |
| 124 Controle Interno | 1.591.306 | 0 | 1.591.306 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Interlocução

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44075**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 14UP - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco | 0 | 240.000 | -240.000 |
| 14UQ - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão | 0 | 240.000 | -240.000 |
| 14UR - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas | 0 | 60.000 | -60.000 |
| 14US - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba | 0 | 60.000 | -60.000 |
| 14UT - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte | 0 | 676.306 | -676.306 |
| 14UU - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí | 0 | 240.000 | -240.000 |
| 156S - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins | 0 | 15.000 | -15.000 |
| 156T - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo | 0 | 60.000 | -60.000 |
| 2D58 - Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição | 1.591.306 | 0 | 1.591.306 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 0 | 1.591.306 | -1.591.306 |
| - Atividade | 1.591.306 | 0 | 1.591.306 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44075 - Crédito TP 107 - Remanej Construções para GAP(Tipo 107) | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 1.591.306 | 1.591.306 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.591.306** | **1.591.306** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44084

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **66000- Controladoria-Geral da União** | | | | | | | | | | **904.573.152** | **899.207.870** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |
| **Unidade:** | **66101- Controladoria-Geral da União** | | | | | | | | | | **904.573.152** | **899.207.870** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |
| 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | | | | 777.581.329 | 772.793.797 | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **2101 2D58** | **Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição** | **04- 124** | *10* | | | | | | | | **86.594.004** | **85.975.910** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |
| 2101 2D58 0001 | Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 86.594.004 | 85.975.910 | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| 2101 2D58 0001 2000 | Despesas Administrativas | | | | | | | | | | 66.609.917 | 66.443.405 | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *63.444.548* | *63.282.750* | *2.565.369* | *0* | *-2.565.369* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.165.369* | *3.160.655* | *0* | *2.565.369* | *-2.565.369* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 904.573.152 | 899.207.870 | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44084**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Por meio do Ofício-Circular nº 04/SOF/MP da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi estabelecido que o referencial monetário para as Despesas Discricionárias da Proposta Orçamentária 2015, para este órgão, seria de R$ 77.302.000,00 (setenta e sete milhões e trezentos e dois mil reais), excluindo-se os benefícios obrigatórios e assistenciais da folha de pessoal e as receitas de doações. Este valor era correspondente ao mesmo referencial monetário fixado para a elaboração do PLOA/2014, que ao final do exercício se mostrou insuficiente, tendo em vista que recebemos uma suplementação de crédito na ordem de R$11,5 milhões. Foi necessário, assim, solicitarmos a expansão do limite através do Aviso nº 324/2014/GM/CGU-PR, de 18/07/2014, sendo concedidos R$ 7 milhões, o que nos permitiu chegarmos ao limite de R$84,6 milhões para o PLOA/2015.

Desta forma, o limite autorizado no PLOA/2015 a esta Controladoria-Geral da União – CGU foi inferior ao executado em 2014. A situação, porém, se agravou com a constatação de que na LOA/2015 a dotação sofreu um corte de R$ 2.895.106,00, o que deixou a CGU com um orçamento de R$ 81,7 milhões, quase 10% inferior ao executado no exercício anterior. Cabe destacar ainda que, mesmo se houvesse sido utilizada como dotação a execução financeira de 2014, esta seria insuficiente, pela simples necessidade de repactuação dos contratos administrativos para 2015.
Diante desse cenário, a CGU realizou os levantamentos para previsão de despesas já assumidas e foi detectado um déficit de R$ 17,8 milhões no custeio do Plano Orçamentário de Manutenção Administrativa (PO-2000). Deve-se destacar que essa previsão de gastos não inclui nenhuma nova contratação para o exercício mantendo-se apenas aquelas despesas já comprometidas.

Visando a manutenção do Órgão em funcionamento até o final do exercício, foram elaborados cenários para remanejamentos de dotações de outras ações e grupos de natureza de despesa. Em uma primeira linha de ação, todas as construções de Unidades Regionais da CGU estão sendo postergadas, sofrendo cortes de até 80% (Pedidos SIOP 44075 e 44082).

Entretanto, tais remanejamentos não serão suficientes para cobrir todo o déficit, fazendo-se necessária uma segunda linha de ação com proposta de remanejamento de dotação de Planos Orçamentários de atividades finalísticas, consignados na Ação 2D58, para suplementação do PO-2000 (Pedido SIOP 43595). Tais remanejamentos, por sua vez, também são limitados, pela necessidade de preservar minimamente as atribuições legais e constitucionais da CGU.

Considerando-se o cenário de restrição orçamentária apresentado, não nos resta alternativa a não ser solicitar a alteração orçamentária objeto deste pedido, que consiste no corte de quase 70% do investimento do PO de manutenção administrativa, que também previa despesas com reformas das regionais. Este pedido objetiva assegurar a execução das despesas administrativas, para possibilitar a esta CGU honrar grande parte dos seus compromissos assumidos.

**Usuário:** RENATA TEREZA LIVRAMENTO FREITAS

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Com o cancelamento das dotações serão postergadas algumas aquisições que estavam previstas para ocorrer no presente ano. Todavia, não impactará negativamente no cumprimento das atividades institucionais e constitucionais da CGU.

**Usuário:** RENATA TEREZA LIVRAMENTO FREITAS

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento ao pleito impactará negativamente o pagamento das despesas de custeio do Plano Orçamentário de Manutenção Administrativa (PO-2000), podendo vir a comprometer o funcionamento do órgão.

**Usuário:** RENATA TEREZA LIVRAMENTO FREITAS

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 22 8155

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44084**

O atendimento da demanda servirá para recompor a insuficiência orçamentária e os cortes promovidos pelo Congresso Nacional na principal ação da CGU, qual seja, Ação 2D58.

**Usuário:** RENATA TEREZA LIVRAMENTO FREITAS

**Outras informações consideradas relevantes**

**Usuário:** FRANCISCO HELIO DE SOUSA

**Acompanhamentos Pedido: 44084**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | CINTIA BEATRIZ FONSECA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: A unidade não conseque enviar o pedido ao momento setorial | OSWALDO COGAN JUNIOR |
| 14/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | RENATA TEREZA LIVRAMENTO FREITAS |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 816

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44084**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **66000 Controladoria-Geral da União** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |
| 66101 Controladoria-Geral da União | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 2.565.369 | 0 | 2.565.369 |
| 4 - Investimentos | 0 | 2.565.369 | -2.565.369 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **66101 Controladoria-Geral da União** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 04 - Administração | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 124 - Controle Interno | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **04 Administração** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |
| 124 Controle Interno | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44084**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2D58 - Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44084 - Crédito TP 110 - Entre Grupos no GAP(Tipo 110) | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 2.565.369 | 2.565.369 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.565.369** | **2.565.369** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44104

**Tipo de Crédito:** 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **30000- Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | **13.484.627.648** | **11.285.684.946** | **595.515** | **595.515** | **0** |
| **Unidade:** | **30101- Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | **1.395.465.808** | **731.652.753** | **595.515** | **595.515** | **0** |
| 2020 | Cidadania e Justiça | | | | | | | | | | 138.405.557 | 31.284.734 | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **2020 13FC** | **Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil** | **14- 422** | *10* | | | | | | | | **6.736.380** | **6.100.433** | **0** | **595.515** | **-595.515** |
| 2020 13FC 0001 | Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 6.736.380 | 6.100.433 | 0 | 595.515 | -595.515 |
| 2020 13FC 0001 0000 | Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil | | | | | | | | | | 6.636.380 | 6.100.433 | 0 | 595.515 | -595.515 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *6.636.380* | *6.100.433* | *0* | *595.515* | *-595.515* |
| **2020 8946** | **Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política** | **14- 422** | *10* | | | | | | | | **2.580.566** | **1.926.278** | **595.515** | **0** | **595.515** |
| 2020 8946 0001 | Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 2.580.566 | 1.926.278 | 595.515 | 0 | 595.515 |
| 2020 8946 0001 0000 | Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política | | | | | | | | | | 1.068.760 | 414.473 | 595.515 | 0 | 595.515 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.068.760* | *414.473* | *595.515* | *0* | *595.515* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 13.484.627.648 | 11.285.684.946 | 595.515 | 595.515 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44104**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Situação Atual: O Ministério da Justiça firmou em 2009 o Termo de Cooperação com a UFMG visando à implantação do projeto do Memorial da Anistia Política no Brasil, conforme previsto nas Portarias do Ministro de Estado da Justiça GM n.º 858 de 13 de maio de 2008 e GM n.º 203 de 09 de fevereiro de 2010 e previsto no artigo 2º, inciso VI do Decreto n.º 7.037, de 21 de Dezembro de 2009 – PNDH-3. As obras vêm sendo executadas desde 2012.
Necessidade: Os recursos para investimento para a implantação do Memorial da Anistia Política foram previstos na LOA 2015 na ação 13 FC do Programa 2020. Ocorre que, em razão da liberação de limite orçamentário em dezembro de 2014, foi possível viabilizar um repasse adicional à UFMG no exercício anterior, o que reduz a necessidade de recursos do orçamento de 2015. Pretende-se destinar os recursos excedentes ao custeio dos projetos Marcas da Memória, Clínicas do Testemunho, Caravanas da Anistia e Revista da Anistia, previstos na ação 8946 do Programa 2020.

**Usuário:** ISABELA SABINO DE FREITAS ALVES

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não aplicável, pois o cancelamento incide sobre parte do orçamento destinado à ação 13 FC que não será executada este ano.

**Usuário:** ISABELA SABINO DE FREITAS ALVES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito impactará na efetividade da utilização de recursos públicos, uma vez que parte do orçamento destinado à ação não será utilizada este ano. O remanejamento de tal recurso para a ação 8946 contribuirá para o fortalecimento de importantes projetos de promoção da Justiça de Transição no país, como o Projeto Marcas da Memória, o Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia. Cabe ressaltar que estes projetos vêm sofrendo com restrições orçamentárias nos últimos exercícios, e se beneficiarão da suplementação orçamentária.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44104**

**Usuário:** ISABELA SABINO DE FREITAS ALVES

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

O cancelamento incidirá sobre a ação 13FC. Os recursos serão remanejados para ação 8946 a fim de suplementar, em custeio, os recursos destinados à implantação de projetos prioritários para o órgão, gerando um melhor aproveitamento de recursos públicos, otimizando a execução orçamentária e qualidade dos gastos da Comissão de Anistia.

**Usuário:** ISABELA SABINO DE FREITAS ALVES

**Outras informações consideradas relevantes**

AÇÃO: 14 422 2020 8946 0001 "Preservação do acervo e divulgação da Comissão de Anistia"
O atendimento da solicitação permitirá o remanejamento do montante de R$ 2.269.569,00 da seguinte forma:
- R$ 900.000,00 serão destinados aos convênios firmados entre a Comissão de Anistia e entidades da sociedade civil no âmbito do projeto Clínicas do Testemunho;
- R$ 700.000,00 serão destinados aos convênios firmados entre a Comissão de Anistia e entidades da sociedade civil no âmbito do projeto Marcas da Memória;
- R$ 519.569,00 serão destinados a parcerias com órgãos federais para implementação de projetos no âmbito do Marcas da Memória;
- R$ 150.000,00 serão destinados à produção e divulgação da Revista da Anistia.
O Projeto Clínicas do Testemunho atua em parceria com a sociedade civil para formação de núcleos e dispositivos de apoio e atenção psicológica aos afetados por violência de Estado entre os anos de 1946 e 1988, que contemplem dimensões de atenção à vítima, capacitação de profissionais e formulação de insumos de referência para aproveitamento profissional múltiplo. Depois de um projeto piloto bem sucedido, iniciado em 2012, será divulgado novo edital de chamamento público em 2015.
O Projeto Marcas da Memória, por sua vez, tem como objetivo a preservação da memória e de acervos materiais e imateriais, públicos e privados acessíveis ao público em geral, ligados a perseguições políticas ocorridas no Brasil no período compreendido pela Lei nº 10.559/2002, bem como a divulgação e difusão de informações relacionadas às perseguições políticas e aos processos de justiça transicional referentes à democratização no Brasil, com especial ênfase no trabalho da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, além da formação científica, acadêmica e social acerca dos temas da Anistia Política e Justiça de Transição no Brasil.
A Revista da Anistia é um periódico científico, que se dedica, exclusivamente, ao tema das transições políticas, e tem por objetivo trazer o que há de mais recente nos estudos sobre o tema, publicando pesquisas, relatórios e documentos sobre as configurações que assumem as políticas de verdade e memória, de reparação, de justiça e de reformas das instituições nos mais diversos locais, como forma de, a um só tempo, cotejar a experiência brasileira, ensejando seu aprofundamento democrático, e contribuir para a divulgação de práticas exitosas empreendidas no país. Em 2015, pretende-se lançar a 11ª edição da Revista.

**Usuário:** ISABELA SABINO DE FREITAS ALVES

**Acompanhamentos Pedido: 44104**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 02/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | LUCIANA RODRIGUES RIBEIRO |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 184

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44104**

| | | |
|---|---|---|
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ISABELA SABINO DE FREITAS ALVES |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8165

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

Exercício: 2015

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44104**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30000 Ministério da Justiça** | **595.515** | **595.515** | **0** |
| 30101 Ministério da Justiça | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 595.515 | 0 | 595.515 |
| 4 - Investimentos | 0 | 595.515 | -595.515 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30101 Ministério da Justiça** | **595.515** | **595.515** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 14 - Direitos da Cidadania | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **14 Direitos da Cidadania** | **595.515** | **595.515** | **0** |
| 422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2020 - Cidadania e Justiça | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 595.515 | 595.515 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44104**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 13FC - Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil | 0 | 595.515 | -595.515 |
| 8946 - Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política | 595.515 | 0 | 595.515 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 0 | 595.515 | -595.515 |
| - Atividade | 595.515 | 0 | 595.515 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44104 - Comissão de Anistia(Tipo 107) | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 595.515 | 595.515 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **595.515** | **595.515** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44113

**Tipo de Crédito:** 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **64000- Secretaria de Direitos Humanos** | | | | | | | | | | **407.373.624** | **172.754.470** | **3.337.300** |
| **Unidade:** | **64902- Fundo Nacional do Idoso - FNI** | | | | | | | | | | **15.531.000** | **2.567.954** | **3.337.300** |
| 2064 | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos | | | | | | | | | | 15.531.000 | 2.567.954 | 3.337.300 |
| **2064 8819** | **Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa** | **14- 241** | *20* | | | | | | | | **15.531.000** | **2.567.954** | **3.337.300** |
| 2064 8819 0001 | Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 15.531.000 | 2.567.954 | 3.337.300 |
| 2064 8819 0001 0000 | Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 3.946.985 | 0 | 3.337.300 |
| | | | | | *3.3.30* | *396* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *3.946.985* | *0* | *3.337.300* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 407.373.624 | 172.754.470 | 3.337.300 |

**Justificativas Pedido: 44113**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

O Fundo Nacional do Idoso - FNI registrou um superávit financeiro de R$ 14.131.000,00 (quatorze milhões, cento e trinta e um mil reais) na Fonte 96 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS, conforme Portaria nº 716 de 30 de março de 2015, publicada no DOU de 01 de abril de 2015. Parte desse superávit foi utilizado para remanejamento de fonte no valor total de R$ 10.793.700,00 (dez milhões, setecentos e noventa e três mil e setecentos reais). A diferença está sendo apresentada para embasar o presente pedido de crédito suplementar. O presente crédito visa viabilizar a disponibilização orçamentária em 2015 desse superávit financeiro apurado em 2014.

Esses recursos financiarão projetos voltados para a formalização de convênios com entidades públicas e da sociedade civil, oriundos de projetos apresentados após publicação de edital de chamamento público. A finalidade desse projetos são de promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, de combate a violência contra a pessoa idosa e de incentivo a protagonismo da pessoa idosa enquanto cidadã.

**Usuário:** NADJA NUNES BANDEIRA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há.

**Usuário:** ALEXANDRE AVELINO PEREIRA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Inviabilidade de utilização do recursos arrecadados por doações e rendimentos de aplicação ocorridas em 2014 no FNI.

**Usuário:** NADJA NUNES BANDEIRA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há.

**Usuário:** ALEXANDRE AVELINO PEREIRA

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** ALEXANDRE AVELINO PEREIRA

**Acompanhamentos Pedido: 44113**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 01/04/2016 09:35

**Pedidos:** **44113**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: Ajuste da justificativa do pedido. | CINTIA BEATRIZ FONSECA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: A unidade não consegue enviar o pedido ao momento setorial | OSWALDO COGAN JUNIOR |
| 14/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ALEXANDRE AVELINO PEREIRA |
| 14/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária. Justificativa: Necessidade de acertos no pedido e melhoria da justificativa | OSWALDO COGAN JUNIOR |
| 13/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ALEXANDRE AVELINO PEREIRA |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
FL
01/04/2016 09:35
8965

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44113**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **64000 Secretaria de Direitos Humanos** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |
| 64902 Fundo Nacional do Idoso - FNI | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 396 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **64902 Fundo Nacional do Idoso - FNI** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |
| 396 Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 14 - Direitos da Cidadania | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 241 - Assistência ao Idoso | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **14 Direitos da Cidadania** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |
| 241 Assistência ao Idoso | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44113**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 8819 - Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44113 - Crédito Suplementar por superávit excedente(Tipo 152) | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Superávit financeiro | 3.337.300 | 0 | 3.337.300 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.337.300** | **0** | **3.337.300** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44114

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |
| **Unidade:** | **52911- Fundo Aeronáutico** | | | | | | | | | | **2.339.222.755** | **2.202.254.076** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |
| 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | | | | 625.567.297 | 622.451.830 | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **2108 2000** | **Administração da Unidade** | **05- 122** | **10** | | | | | | | | **396.634.929** | **392.585.340** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |
| 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 396.634.929 | 392.585.340 | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| 2108 2000 0001 0002 | Manutenção Geral | | | | | | | | | | 261.873.450 | 259.071.362 | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *252.992.784* | *252.045.485* | *2.500.000* | *0* | *2.500.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *8.880.666* | *7.025.877* | *0* | *2.500.000* | *-2.500.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44114**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A presente alteração de GND no âmbito da ação 2000 - Administração da Unidade se faz necessária para adequar os montantes previstos na LOA 2015 às demandas apresentadas pelas Unidades Gestoras do COMAER. Desta forma, este remanejamento tem como objetivo a manutenção das atividades das Unidades, sendo imprescindível para o cumprimento do planejamento das diversas UGs do COMAER.

**Usuário:** CARLOS JOSE DE SOUZA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

O cancelamento de dotação na Ação 2000 (Administração da Unidade) GND 4 não causará impacto na execução das atividades previstas, bem como não implicará em demandas adicionais.

**Usuário:** CARLOS JOSE DE SOUZA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito acarretará excesso de recursos em determinado GND e a falta de recursos em outro, provocando a redução das atividades previstas pelo COMAER.

**Usuário:** CARLOS JOSE DE SOUZA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há, tendo em vista que a alteração solicitada será de GND no âmbito de uma mesma Ação.

**Usuário:** CARLOS JOSE DE SOUZA

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** CARLOS JOSE DE SOUZA

**Acompanhamentos Pedido: 44114**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8172

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44114**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ALEX GONÇALVES BARBOSA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | JASON RAMOS |
| 13/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | CARLOS JOSE DE SOUZA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8173

Câmara dos Deputados
8174
Fl. Exercício: 2015
Comissões Especiais
Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44114**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |
| 52911 Fundo Aeronáutico | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 2.500.000 | 0 | 2.500.000 |
| 4 - Investimentos | 0 | 2.500.000 | -2.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52911 Fundo Aeronáutico** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |
| 122 Administração Geral | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise de Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44114**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44114 - Ação 2000 - Alteração entre Grupos da Natureza da Despesa(Tipo 110) | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44119

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **65000- Secretaria de Políticas para as Mulheres** | | | | | | | | | | **266.413.888** | **144.962.097** | **808.949** | **808.949** | **0** |
| **Unidade:** | **65101- Secretaria de Políticas para as Mulheres** | | | | | | | | | | **266.413.888** | **144.962.097** | **808.949** | **808.949** | **0** |
| 2016 | Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência | | | | | | | | | | 239.270.750 | 120.043.526 | 558.949 | 558.949 | 0 |
| **2016 8831** | **Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180** | **14- 422** | *10* | | | | | | | | **13.414.486** | **13.414.470** | **558.949** | **558.949** | **0** |
| 2016 8831 0001 | Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 13.414.486 | 13.414.470 | 558.949 | 558.949 | 0 |
| 2016 8831 0001 0004 | Programa Mulher Viver sem Violência - Central de Atendimento à Mulher | | | | | | | | | | 13.414.486 | 13.414.470 | 558.949 | 558.949 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *13.414.486* | *13.414.470* | *558.949* | *0* | *558.949* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *558.949* | *-558.949* |
| 2104 | Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres | | | | | | | | | | 27.143.138 | 24.918.571 | 250.000 | 250.000 | 0 |
| **2104 2000** | **Administração da Unidade** | **14- 122** | *10* | | | | | | | | **9.989.599** | **7.860.120** | **250.000** | **250.000** | **0** |
| 2104 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 9.989.599 | 7.860.120 | 250.000 | 250.000 | 0 |
| 2104 2000 0001 0000 | Administração da Unidade - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 9.217.331 | 7.551.001 | 250.000 | 250.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *8.897.331* | *7.545.441* | *0* | *250.000* | *-250.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *320.000* | *5.560* | *250.000* | *0* | *250.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 266.413.888 | 144.962.097 | 808.949 | 808.949 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44119**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Suplementação relativa à ação 8831:
A alteração orçamentária é necessária para dar continuidade a implementação do Programa Mulher: Viver sem Violência.
O Pregão Eletrônico nº 001/2014 teve como objeto a implementação de serviços de implantação, operação, manutenção e gestão de infraestrutura de telecomunicações com a empresa Call Tecnologia e Serviços LTDA. O contrato (17/2014) foi firmado para a expansão da Central 180, que é um eixo do Programa. Após o pregão, o valor projetado elevou-se para R$ 19 milhões durante o exercício de 2015.

Suplementação relativa à ação 2000:
O pedido de remanejamento objetiva suplementar investimento para Administração da Unidade na aquisição de computadores para a própria SPM/PR, recompondo, assim, os equipamentos da Unidade que foram deslocados para a CMB/Campo Grande.

**Usuário:** CINTIA BEATRIZ FONSECA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

O cancelamento das dotações não será prejudicial para a execução dos projetos e atividades estratégicos da SPM.

**Usuário:** DANILO MELO GONÇALVES ALVES DA SILVA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito será prejudicial para a continuidade da implementação do Programa Mulher: Viver sem Violência, por dois fatores: primeiro, com relação à suplementação da ação 8831 acarretará a suspensão do atendimento às mulheres em situação de violência que recorrem aos serviços da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, segundo, quanto à suplementação relativa a ação 2000, o não atendimento impactará no funcionamento das Casas da Mulher Brasileira a serem entregues no decorrer de 2015.

**Usuário:** DANILO MELO GONÇALVES ALVES DA SILVA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais FL. 8176

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44119**

**Usuário:** DANILO MELO GONÇALVES ALVES DA SILVA

**Acompanhamentos Pedido: 44119**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: Ajuste da justificativa do pedido. | CINTIA BEATRIZ FONSECA |
| 16/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Ajuste da justificativa do pedido. | CINTIA BEATRIZ FONSECA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | CINTIA BEATRIZ FONSECA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: A pedido do Órgão. | CARLOS CESAR ROCHA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | DANILO MELO GONÇALVES ALVES DA SILVA |
| 15/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária. Justificativa: Aperfeiçoamento da justificativa da necessidade do Crédito, conforme combinado com o Orgão. | CARLOS CESAR ROCHA |
| 14/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | DANILO MELO GONÇALVES ALVES DA SILVA |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 818

Câmara dos Deputados
8178
Fl.
Comissão Mista

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise de Adequação**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44119**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 808.949 | 808.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres** | **808.949** | **808.949** | **0** |
| 65101 Secretaria de Políticas para as Mulheres | 808.949 | 808.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 558.949 | 250.000 | 308.949 |
| 4 - Investimentos | 250.000 | 558.949 | -308.949 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 808.949 | 808.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **65101 Secretaria de Políticas para as Mulheres** | **808.949** | **808.949** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 808.949 | 808.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 808.949 | 808.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 808.949 | 808.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 808.949 | 808.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 808.949 | 808.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 808.949 | 808.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 14 - Direitos da Cidadania | 808.949 | 808.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 250.000 | 250.000 | 0 |
| 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 558.949 | 558.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **14 Direitos da Cidadania** | **808.949** | **808.949** | **0** |
| 122 Administração Geral | 250.000 | 250.000 | 0 |
| 422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 558.949 | 558.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 808.949 | 808.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 808.949 | 808.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência | 558.949 | 558.949 | 0 |
| 2104 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres | 250.000 | 250.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44119**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 558.949 | 558.949 | 0 |
| - Gestão e Manutenção | 250.000 | 250.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 250.000 | 250.000 | 0 |
| 8831 - Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 | 558.949 | 558.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 808.949 | 808.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44119 - Suplementação de GND(Tipo 110) | 808.949 | 808.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 808.949 | 808.949 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **808.949** | **808.949** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44121

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **65000- Secretaria de Políticas para as Mulheres** | | | | | | | | | | **266.413.888** | **144.962.097** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |
| **Unidade:** | **65101- Secretaria de Políticas para as Mulheres** | | | | | | | | | | **266.413.888** | **144.962.097** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |
| 2016 | Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência | | | | | | | | | | 239.270.750 | 120.043.526 | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **2016 210B** | **Atendimento às Mulheres em Situação de Violência** | **14- 422** | *10* | | | | | | | | **62.855.701** | **42.614.929** | **0** | **2.235.500** | **-2.235.500** |
| 2016 210B 0001 | Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 61.105.701 | 42.064.929 | 0 | 2.235.500 | -2.235.500 |
| 2016 210B 0001 0006 | Fortalecimento dos Serviços Especializados em Atendimento a Mulheres em Situação de Violência | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 2.235.500 | -2.235.500 |
| | | | | | *4.4.30* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *2.235.500* | *-2.235.500* |
| **2016 8831** | **Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180** | **14- 422** | *10* | | | | | | | | **13.414.486** | **13.414.470** | **2.235.500** | **0** | **2.235.500** |
| 2016 8831 0001 | Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 13.414.486 | 13.414.470 | 2.235.500 | 0 | 2.235.500 |
| 2016 8831 0001 0004 | Programa Mulher Viver sem Violência - Central de Atendimento à Mulher | | | | | | | | | | 13.414.486 | 13.414.470 | 2.235.500 | 0 | 2.235.500 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *13.414.486* | *13.414.470* | *2.235.500* | *0* | *2.235.500* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 266.413.888 | 144.962.097 | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44121**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Insuficiência de recursos de custeio para viabilizar a implementação da Central de Atendimento à Mulher.- 180.

A alteração orçamentária é necessária para dar continuidade a implementação do Programa Mulher: Viver sem Violência.
O Pregão eletrônico nº 001/2014 teve como objeto a implementação de serviços de implantação, operação, manutenção e gestão de infraestrutura de telecomunicações com a empresa Call Tecnologia e Serviços LTDA. O contrato (17/2014) foi firmado para a expansão da Central 180, que é um eixo do Programa. O valor total projetado para o exercício de 2015 é de, aproximadamente, R$ 19 milhões. Portanto, para alcançar este valor, é necessário realizar alteração orçamentária que suplemente a Ação 8831.

**Usuário:** DANILO MELO GONÇALVES ALVES DA SILVA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

O cancelamento das dotações não trará impactos negativos para a execução dos projetos e atividades prioritários da SPM.

**Usuário:** DANILO MELO GONÇALVES ALVES DA SILVA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito acarretará a suspensão do atendimento às mulheres em situação de violência que recorrem aos serviços da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180

**Usuário:** DANILO MELO GONÇALVES ALVES DA SILVA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não haverá ampliação dos gastos de custeio do órgão.

**Usuário:** DANILO MELO GONÇALVES ALVES DA SILVA

**Acompanhamentos Pedido: 44121**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 180

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44121**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | CINTIA BEATRIZ FONSECA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: A pedido do Órgão. | CARLOS CESAR ROCHA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | DANILO MELO GONÇALVES ALVES DA SILVA |
| 15/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária. Justificativa: Aperfeiçoamento da justificativa da necessidade do Crédito, conforme combinado com o Orgão. | CARLOS CESAR ROCHA |
| 14/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | DANILO MELO GONÇALVES ALVES DA SILVA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8181

Câmara dos Deputados
8182
Fl. Exercício: 2015
Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44121**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |
| 65101 Secretaria de Políticas para as Mulheres | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 2.235.500 | 0 | 2.235.500 |
| 4 - Investimentos | 0 | 2.235.500 | -2.235.500 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **65101 Secretaria de Políticas para as Mulheres** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 0 | 2.235.500 | -2.235.500 |
| 90 - Aplicações Diretas | 2.235.500 | 0 | 2.235.500 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 14 - Direitos da Cidadania | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **14 Direitos da Cidadania** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |
| 422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44121**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 210B - Atendimento às Mulheres em Situação de Violência | 0 | 2.235.500 | -2.235.500 |
| 8831 - Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 | 2.235.500 | 0 | 2.235.500 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44121 - Suplementação de subtítulos(Tipo 100) | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 2.235.500 | 2.235.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.235.500** | **2.235.500** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44221

**Tipo de Crédito:** 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **16000- Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** | | | | | | | | | | **2.319.178.335** | **2.291.466.294** | **8.918.731** |
| **Unidade:** | **16101- Tribunal de Justiça do Distrito Federal** | | | | | | | | | | **2.306.157.155** | **2.278.446.179** | **8.918.731** |
| 0567 | Prestação Jurisdicional no Distrito Federal | | | | | | | | | | 1.957.522.912 | 1.929.812.936 | 8.918.731 |
| **0567 4234** | **Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal** | **02- 061** | *10* | | | | | | | | **279.331.995** | **266.562.083** | **8.918.731** |
| 0567 4234 0053 | Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 279.331.995 | 266.562.083 | 8.918.731 |
| 0567 4234 0053 0006 | Manutenção de Sistemas de Tecnologia da Informação | | | | | | | | | | 16.778.283 | 10.797.564 | 8.918.731 |
| | | | | | *4.4.90* | *181* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *16.778.283* | *10.797.564* | *8.918.731* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 2.319.178.335 | 2.291.466.294 | 8.918.731 |

**Justificativas Pedido: 44221**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Os valores solicitados serão utilizados na aquisição para ampliação e atualização da solução storage.

**Usuário:** FLAVIA BARROS DA SILVEIRA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não haverá cancelamentos, pois se trata de excesso de arrecadação de recursos próprios.

**Usuário:** FLAVIA BARROS DA SILVEIRA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Não será possível a implantação do Processo Judicial eletrônico - PJe

**Usuário:** FLAVIA BARROS DA SILVEIRA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

As despesas com gastos de custeio serão absorvidas pela ação de manutenção do Órgão.

**Usuário:** FLAVIA BARROS DA SILVEIRA

**Acompanhamentos Pedido: 44221**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 24/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | VALERIA LUCIMAR SOUSA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | FLAVIA BARROS DA SILVEIRA |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
01/04/2016 09:23
Fls. 818

Câmara dos Deputados
8185
Fl.
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Interpretação**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44221**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |
| 16101 Tribunal de Justiça do Distrito Federal | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 4 - Investimentos | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 181 - Recursos de Convênios | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **16101 Tribunal de Justiça do Distrito Federal** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |
| 181 Recursos de Convênios | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 02 - Judiciária | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 061 - Ação Judiciária | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **02 Judiciária** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |
| 061 Ação Judiciária | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

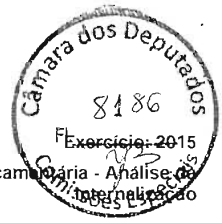
| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**




Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise de Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44221**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 4234 - Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44221 - Crédito PROJUS(Tipo 152) | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44221**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 4234 - Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44221 - Crédito PROJUS(Tipo 152) | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 8.918.731 | 0 | 8.918.731 |
| **TOTAL-GERAL** | **8.918.731** | **0** | **8.918.731** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44224

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Órgão: | 30000- Ministério da Justiça | | | | | | | | | | 13.484.627.648 | 11.285.684.946 | 21.000.000 |
| Unidade: | 30108- Departamento de Polícia Federal | | | | | | | | | | 5.846.891.128 | 5.623.256.954 | 21.000.000 |
| 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | | | | 3.662.783.568 | 3.621.036.860 | 21.000.000 |
| **2112 2000** | **Administração da Unidade** | **06- 122** | *10* | | | | | | | | **502.686.298** | **468.215.551** | **21.000.000** |
| 2112 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 502.686.298 | 468.215.551 | 21.000.000 |
| 2112 2000 0001 0001 | Outras Despesas Administrativas | | | | | | | | | | 20.999.852 | 19.501.690 | 21.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *374* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *20.999.852* | *19.501.690* | *21.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 13.484.627.648 | 11.285.684.946 | 21.000.000 |

**Justificativas Pedido: 44224**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Recomposição de R$ 21.000.000,00 de dotações de custeio destinadas a administração da unidade, haja vista que financia os contratos administrativos das UGs do DPF. Esse montante foi suprimido pelo Congresso Nacional, no momento da aprovação da LOA 2015, sendo parcela remanejada como investimentos para obra no Maranhão (localizador 155I.7002).

Dessa forma, o DPF necessita de crédito suplementar na ação 2000 no valor mencionado, tendo como fonte o superávit financeiro da fonte 74 – Arrecadação de Taxas do Funapol.
A abertura na ação 2000 se justifica em virtude de não haver possibilidade de acrescer valores na ação 2726, uma vez que os limites foram totalmente consumidos para a continuidade da atividade operacional.
A dotação visa atender as seguintes demandas de custeio:
1) R$ 6.000.000,00 - custeio da aviação operacional do DPF
2) R$ 7.000.000,00 - custeio do contrato de manutenção do sistema GUARDIÃO (interceptação de sinais - escuta telefônica)
3) R$ 8.000.000,00 - custeio de combustível para a frota operacional de veículos de transporte aquático, terrestre e aéreo.

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

não há por ser utilizado o superávit publicado na PORTARIA Nº 176 DE 31 DE MARÇO DE 2015 DO SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

deixar de suprir as unidades com recursos suficientes para operação logística operacional

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

trata-se de adequação dos valores contratuais ao atual nível de atividade

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Outras informações consideradas relevantes**

**Usuário:** RAFAEL GERHARDT

**Acompanhamentos Pedido: 44224**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 01/04/2016 09:23 8188

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44224**

| | | |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AUGUSTA AIKO UMEDA KUHN |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ANTONIA KEYLA GOMES LACERDA |
| 14/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | RAFAEL GERHARDT |

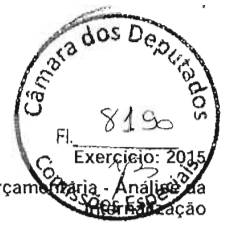


Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8189
/04/2016 09:23

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**




Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Informação

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44224**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30000 Ministério da Justiça** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |
| 30108 Departamento de Polícia Federal | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 374 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30108 Departamento de Polícia Federal** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |
| 374 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 06 - Segurança Pública | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **06 Segurança Pública** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |
| 122 Administração Geral | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

Câmara dos Deputados
Fl. 8191
Coordenação de Ações Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2016

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44224**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44224 - Recomposição de custeio suprimido pelo CN(Tipo 100) | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Superávit financeiro | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

Câmara dos Deputados
Fl. 8192
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Quadro Resumo do(s) Pedido(s)

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44224**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0000 - Administração da Unidade | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44224 - Recomposição de custeio suprimido pelo CN(Tipo 100) | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Superávit financeiro | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **21.000.000** | **0** | **21.000.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44308

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Órgão: | 14000- Justiça Eleitoral | | | | | | | | | | 6.606.911.986 | 6.311.260.581 | 2.315.677 |
| Unidade: | 14108- Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo | | | | | | | | | | 107.779.517 | 100.006.850 | 234.800 |
| 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | | | | 95.992.162 | 88.293.822 | 234.800 |
| **0570 20GP** | **Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **18.523.276** | **13.966.865** | **234.800** |
| 0570 20GP 0032 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo | | | *PLOA* | | | | | | | 18.523.276 | 13.966.865 | 234.800 |
| 0570 20GP 0032 0001 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa | | | | | | | | | | 2.063.025 | 0 | 234.800 |
| | | | | | *3.3.90* | *150* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *2.063.025* | *0* | *234.800* |
| Unidade: | 14111- Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso | | | | | | | | | | 130.856.015 | 115.230.193 | 1.813.377 |
| 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | | | | 119.755.688 | 104.301.122 | 1.813.377 |
| **0570 20GP** | **Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **44.701.569** | **33.378.744** | **1.813.377** |
| 0570 20GP 0051 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso | | | *PLOA* | | | | | | | 24.386.053 | 19.110.776 | 1.813.377 |
| 0570 20GP 0051 0001 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa | | | | | | | | | | 4.744.289 | 1.199.289 | 1.813.377 |
| | | | | | *3.3.90* | *150* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *4.744.289* | *1.199.289* | *1.813.377* |
| Unidade: | 14117- Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco | | | | | | | | | | 228.028.713 | 219.473.438 | 187.500 |
| 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | | | | 196.659.569 | 188.270.156 | 187.500 |
| **0570 20GP** | **Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **29.936.068** | **26.298.536** | **187.500** |
| 0570 20GP 0026 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 29.936.068 | 26.298.536 | 187.500 |
| 0570 20GP 0026 0001 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa | | | | | | | | | | 187.500 | 156.910 | 187.500 |
| | | | | | *3.3.90* | *150* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *187.500* | *156.910* | *187.500* |
| Unidade: | 14123- Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina | | | | | | | | | | 166.451.212 | 164.690.345 | 80.000 |
| 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | | | | 139.918.141 | 138.544.770 | 80.000 |
| **0570 20GP** | **Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **26.034.365** | **25.994.731** | **80.000** |
| 0570 20GP 0042 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Santa Catarina | | | *PLOA* | | | | | | | 26.034.365 | 25.994.731 | 80.000 |
| 0570 20GP 0042 0001 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa | | | | | | | | | | 68.000 | 30.300 | 80.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *150* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *68.000* | *30.300* | *80.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 6.606.911.986 | 6.311.260.581 | 2.315.677 |

Justificativas Pedido: 44308

Indique a necessidade da alteração orçamentária

Justificativa do Pedido 43569:

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 829 01/04/2016 09:33

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44308**

Ocorreu uma Reestimativa de Receita para exercício em vista a reavaliação nas quantidades de cargos e valores de inscrição.
Justificativa do Pedido 43214:
Não há alteração orçamentária, a solicitação visa a abertura de crédito orçamentário na fonte 0150, sendo que os custos da contratação da empresa para a realização do concurso será custeado com os valores arrecadados com as inscrições.
Justificativa do Pedido 43143:
Realização de concurso público para provimento de cargos vagos de técnico judiciário - Área de apoio especializado - Especialidade: Programação de Sistemas, bem como de vaga decorrente de transformação a ser feita posteriormente para o cargo de técnico judiciário - Área de apoio especializado - Especialidade: Operação de computadores, em face da inexistência de concurso vigente para tais cargos, cuja necessidade de repor tais cargos se faz premente, a fim de que tenhamos profissionais para realizar as atividades de tecnologia da Informação e da Comunicação, objetivando não apenas atender as demandas atuais notadamente àquelas que envolvem recadastramento biométrico, mas também visando as Eleições 2016.
Justificativa do Pedido 43131:
A Comissão responsável pela realização do Concurso Público para o preenchimento de vagas deste TRE/MT reestimou a previsão de arrecadação de receita com base na média da quantidade de inscritos nos concursos do Judiciário Federal: TRE-MG/2014; TRE-GO/2014 e TRT23/2011, com margem de segurança de 20%.

**Usuário:** MILTON DIAS FURTADO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 43569:
Nao haverá impacto do cancelamento de dotações.
Justificativa do Pedido 43214:
Não há cancelamento de dotações.
Justificativa do Pedido 43143:
Não haverá cancelamento.
Justificativa do Pedido 43131:
Não há.

**Usuário:** MILTON DIAS FURTADO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 43569:
Impossibilidade de realização do concurso para provimento de cargos.
Justificativa do Pedido 43214:
O não atendimento inviabilizará a realização de concurso público para o cargo vago de Analista Judiciário - Especialidade Arquitetura.
Justificativa do Pedido 43143:
Impossibilidade de preenchimento de cargos vagos na área de TI, causando prejuízo na prestação de serviços institucionais.
Justificativa do Pedido 43131:
Orçamento insuficiente para a realização do concurso público planejado para este exercício de 2015.

**Usuário:** MILTON DIAS FURTADO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Justificativa do Pedido 43569:
Não haverá reflexo.
Justificativa do Pedido 43214:
Não haverá acréscimo nos gastos de custeio do TRESC.
Justificativa do Pedido 43143:
Não haverá.
Justificativa do Pedido 43131:
Não há.

**Usuário:** MILTON DIAS FURTADO

**Outras informações consideradas relevantes**

Justificativa do Pedido 43214:
Realização de concurso público para preenchimento de 1 (uma) vaga e cadastro de reserva para o cargo existente no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina de Analista Judiciário - Especialidade Arquitetura, com previsão de inscrição de 800 (oitocentos) candidatos e o valor de inscrição por candidato de R$ 100,00 (cem reais).

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8194
21/04/2016 09:33

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44308**

Base de cálculo: 800 candidatos x R$ 100,00 = R$ 80.000,00.
Justificativa do Pedido 43143:
Base de cálculo: Arrecadação prevista - 2.500 x R$ 75,00 = 187.500,00 (estimativa de inscritos x valor médio da inscrição).
Justificativa do Pedido 43131:
Concurso Público 2015

Quantidade de Inscritos
Quantidade de Inscritos concurso TRE-MG 62.031
Quantidade de Inscritos concurso TRE-GO- 44.113
Quantidade de Inscritos concurso TRT/23 40.870
Média de Inscritos 49.004,67
Margem de segurança (20%) 9.800,93
Previsão de inscrições 58.805,60

Quantidade de Inscrições Isentas
Previsão de Inscrições 58.805,60
Percentual de Isenções (7%) 4.116,39
Previsão total de Inscrições (pagantes) 54.689,21

Quantidades de Analistas e Técnicos
Previsão total de inscrições 54.689,21
Previsão de Analistas Judiciários (45%) 24.610,14
Previsão de Técnicos Judiciários (55%) 30.079,06

Valor da Inscrição
Valor Médio de inscrições Analista (2015) 95,00
Valor Médio de inscrições Técnico (2015) 80,00

Valor estimativo de arrecadação

Arrecadação de Inscrições de Analistas 2.337.963,64
Arrecadação de Inscrições de Técnicos 2.406.325,15

Total de Arrecadação com Inscrições 4.744.288,79

Estimativa de Datas de Arrecadação
Arrecadação em Setembro/2015 1.897.715,52
Arrecadação em Outubro/2015 2.846.573,28

**Usuário:** MILTON DIAS FURTADO

**Acompanhamentos Pedido: 44308**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 24/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | VALERIA LUCIMAR SOUSA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ANDREA MARQUES PORTO |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8495 21/04/2016 09:33

Câmara dos Deputados
8196
Fl. Exercício: 2015
Comissões Legislativas

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44308**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **14000 Justiça Eleitoral** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |
| 14108 Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo | 234.800 | 0 | 234.800 |
| 14111 Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso | 1.813.377 | 0 | 1.813.377 |
| 14117 Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco | 187.500 | 0 | 187.500 |
| 14123 Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina | 80.000 | 0 | 80.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 150 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **14108 Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo** | **234.800** | **0** | **234.800** |
| 150 Recursos Próprios Não-Financeiros | 234.800 | 0 | 234.800 |
| **14111 Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso** | **1.813.377** | **0** | **1.813.377** |
| 150 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.813.377 | 0 | 1.813.377 |
| **14117 Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco** | **187.500** | **0** | **187.500** |
| 150 Recursos Próprios Não-Financeiros | 187.500 | 0 | 187.500 |
| **14123 Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina** | **80.000** | **0** | **80.000** |
| 150 Recursos Próprios Não-Financeiros | 80.000 | 0 | 80.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 02 - Judiciária | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **02 Judiciária** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |
| 122 Administração Geral | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44308**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0570 - Gestão do Processo Eleitoral | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44308 - Agregado Concurso Publico 1ª Fase(Tipo 100) | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 2.315.677 | 0 | 2.315.677 |
| **TOTAL-GERAL** | **2.315.677** | **0** | **2.315.677** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44387

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **30000- Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | **13.484.627.648** | **11.285.684.946** | **39.000.000** |
| **Unidade:** | **30108- Departamento de Polícia Federal** | | | | | | | | | | **5.846.891.128** | **5.623.256.954** | **39.000.000** |
| **2070** | **Segurança Pública com Cidadania** | | | | | | | | | | 583.575.795 | 454.576.589 | 39.000.000 |
| **2070 2726** | **Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União** | **06- 181** | *10* | | | | | | | | **237.247.239** | **200.081.076** | **39.000.000** |
| 2070 2726 0001 | Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 237.247.239 | 200.081.076 | 39.000.000 |
| 2070 2726 0001 0002 | Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | | | | | | | | | | 38.996.500 | 32.567.571 | 39.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *374* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *13.496.500* | *7.168.932* | *21.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *374* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *25.500.000* | *25.398.639* | *18.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 13.484.627.648 | 11.285.684.946 | 39.000.000 |

**Justificativas Pedido: 44387**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Justificativa do Pedido 43175:
CAOP - Demanda de Aviação Operacional - contratos de manutenção do AW (helicóptero) e King Air, bem como de curso de pilotos para as novas aeronaves e para substituição de pilotos que estão se aposentando
Aditivos contratuais relacionados à atividade fim (GESP II)
Aquisição de materiais de uso operacional (espargidores, bastões retráteis, munição)
Justificativa do Pedido 44214:
Necessidade de aquisição de equipamentos operacionais da atividade policial.

**Usuário:** LUCIANA RODRIGUES RIBEIRO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 43175:
não há por ser utilizado o superávit publicado na PORTARIA Nº 176 DE 31 DE MARÇO DE 2015 DO SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Justificativa do Pedido 44214:
não há por ser utilizado o superávit publicado na PORTARIA Nº 176 DE 31 DE MARÇO DE 2015 DO SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

**Usuário:** LUCIANA RODRIGUES RIBEIRO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 43175:
Impossibilidade de custear a manutenção e uso das aeronaves adquiridas.
Prejudicará a execução contratual dos sistemas GESP II (segurança privada) e AFIS (sistema automatizado de identificação de impressões digitais)
Falta de equipamentos não letais e munições para enfrentamento na atividade policial.
Justificativa do Pedido 44214:
deterioração dos equipamentos operacionais aumentando o risco da atividade

**Usuário:** LUCIANA RODRIGUES RIBEIRO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 21/04/2016 09:25 Fl. 8198

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44387**

Justificativa do Pedido 43175:
Exceto pelas aquisições e pela capacitação dos novos pilotos, tratam-se de adequação dos valores contratuais ao atual nível de atividade
Justificativa do Pedido 44214:
redução dos gastos de manutenção de equipamentos depreciados

**Usuário:** LUCIANA RODRIGUES RIBEIRO

**Acompanhamentos Pedido: 44387**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | AUGUSTA AIKO UMEDA KUHN |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais
Fl. 8299
31/04/2016 09:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44387**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30000 Ministério da Justiça** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |
| 30108 Departamento de Polícia Federal | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 21.000.000 | 0 | 21.000.000 |
| 4 - Investimentos | 18.000.000 | 0 | 18.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 374 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **30108 Departamento de Polícia Federal** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |
| 374 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 06 - Segurança Pública | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 181 - Policiamento | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **06 Segurança Pública** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |
| 181 Policiamento | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2070 - Segurança Pública com Cidadania | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44387**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44387 - Decreto T-100 DPF - ação 2726(Tipo 100) | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Superávit financeiro | 39.000.000 | 0 | 39.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **39.000.000** | **0** | **39.000.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44812

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **51000- Ministério do Esporte** | | | | | | | | | | **3.473.526.867** | **2.051.232.506** | **0** | **20.439.053** | **-20.439.053** |
| **Unidade:** | **51101- Ministério do Esporte** | | | | | | | | | | **3.472.043.600** | **2.049.757.541** | **0** | **20.439.053** | **-20.439.053** |
| 2035 | Esporte e Grandes Eventos Esportivos | | | | | | | | | | 3.250.924.330 | 1.875.065.151 | 0 | 20.439.053 | -20.439.053 |
| **2035 14TQ** | **Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016** | **27- 811** | *10* | | | | | | | | **1.451.575.905** | **882.047.661** | **0** | **20.439.053** | **-20.439.053** |
| 2035 14TQ 0001 | Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 1.345.575.905 | 882.047.661 | 0 | 20.439.053 | -20.439.053 |
| 2035 14TQ 0001 000C | Instalações de Treinamento | | | | | | | | | | 253.499.918 | 108.940.407 | 0 | 20.439.053 | -20.439.053 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *3* | 3 | *253.499.918* | *108.940.407* | *0* | *20.439.053* | *-20.439.053* |
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **20.439.053** | **0** | **20.439.053** |
| **Unidade:** | **52121- Comando do Exército** | | | | | | | | | | **35.870.074.962** | **34.748.330.672** | **20.439.053** | **0** | **20.439.053** |
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | | | | 3.161.770.578 | 2.083.019.679 | 20.439.053 | 0 | 20.439.053 |
| **2058 156M** | **Modernização Operacional do Exército Brasileiro** | **05- 153** | *10* | | | | | | | | **171.096.235** | **71.742.030** | **8.439.053** | **0** | **8.439.053** |
| 2058 156M 0001 | Modernização Operacional do Exército Brasileiro - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 83.064.053 | 71.742.030 | 8.439.053 | 0 | 8.439.053 |
| 2058 156M 0001 0004 | Projeto Estratégico Estruturante Sentinela da Pátria | | | | | | | | | | 67.933.037 | 67.716.139 | 8.439.053 | 0 | 8.439.053 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *67.933.037* | *67.716.139* | *8.439.053* | *0* | *8.439.053* |
| **2058 20PY** | **Adequação de Organizações Militares do Exército** | **05- 153** | *10* | | | | | | | | **121.862.300** | **70.426.462** | **12.000.000** | **0** | **12.000.000** |
| 2058 20PY 0001 | Adequação de Organizações Militares do Exército - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 72.000.000 | 68.860.171 | 12.000.000 | 0 | 12.000.000 |
| 2058 20PY 0001 0003 | Infraestrutura na Área de Engenharia e Construção | | | | | | | | | | 12.000.000 | 12.000.000 | 12.000.000 | 0 | 12.000.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *12.000.000* | *12.000.000* | *12.000.000* | *0* | *12.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 91.423.962.306 | 83.924.722.033 | 20.439.053 | 20.439.053 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44812**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Justificativa do Pedido 44367:
O Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte - ME/Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR, concluiu o levantamento de terrenos para a construção dos complexos esportivos que atenderiam as multi arenas, onde seriam realizados os eventos esportivos. Uma das conclusões desse estudo é transferência do Autódromo de Jacarepaguá (Barra) para uma área jurisdicionada ao EB, em Deodoro.

Em razão desta transferência e de demais manobras que exigiriam adequações das estruturas Militares, em 2012 foi apresentado pelo EB, o montante de R$ 65.953.951,56, e deste valor o ME repassou, em 2012, o valor de R$ 2.939.095,76 e, em 2014, o valor de R$ 42.575.802,77.

Portanto a transferência de R$ 20.439.053,03 deve acontecer em 2015, para que o ME cumpra com o acordado, e o EB possa executar as obras de adequações do CIOpEsp.
Justificativa do Pedido 44351:
O presente crédito é referente às negociações patrimoniais entre o Exército e o Ministério do Esporte para atender aos grandes eventos esportivos no Rio Janeiro (Camboatá; limpeza de área; saneamento; Maracanã e locais de treinamentos).

Permanecem pendências que serão resolvidas ao longo do exercício e uma primeira parcela será efetivada com a concessão de crédito adicional para o Exército tendo como compensação dotações orçamentárias a serem oferecidas pelo Ministério do Esporte na Ação 14TQ - Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8202

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44812

**Usuário:** JORGE LUIZ MARONI DIAS

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 44367:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 44351:
Não é o caso

**Usuário:** JORGE LUIZ MARONI DIAS

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 44367:
O Ministério do Esporte não conseguirá cumprir o acordado, no que se refere à transferência de orçamento para de garantir a execução das obras do ClOpEsp.
Justificativa do Pedido 44351:
Descumprimento das negociações patrimoniais entre o Exército e o Ministério do Esporte para atender aos grandes eventos esportivos no Rio Janeiro, particularmente os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

**Usuário:** JORGE LUIZ MARONI DIAS

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Justificativa do Pedido 44367:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 44351:
Não é o caso

**Usuário:** JORGE LUIZ MARONI DIAS

**Outras informações consideradas relevantes**

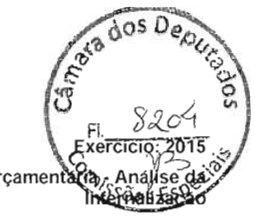
Justificativa do Pedido 44351:
Não é o caso

**Usuário:** JORGE LUIZ MARONI DIAS

**Acompanhamentos Pedido: 44812**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 30/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 30/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Ajuste | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ADRIANA RIBEIRO |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8203




Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

Exercício: 2015

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44812**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 20.439.053 | 20.439.053 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **51000 Ministério do Esporte** | **0** | **20.439.053** | **-20.439.053** |
| 51101 Ministério do Esporte | 0 | 20.439.053 | -20.439.053 |
| **52000 Ministério da Defesa** | **20.439.053** | **0** | **20.439.053** |
| 52121 Comando do Exército | 20.439.053 | 0 | 20.439.053 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 4 - Investimentos | 20.439.053 | 20.439.053 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 20.439.053 | 20.439.053 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **51101 Ministério do Esporte** | **0** | **20.439.053** | **-20.439.053** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 20.439.053 | -20.439.053 |
| **52121 Comando do Exército** | **20.439.053** | **0** | **20.439.053** |
| 100 Recursos Ordinários | 20.439.053 | 0 | 20.439.053 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 20.439.053 | 20.439.053 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 20.439.053 | 20.439.053 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 20.439.053 | 20.439.053 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 20.439.053 | 0 | 20.439.053 |
| 3 - Primária discricionária, PAC, considerada no cálculo do RP | 0 | 20.439.053 | -20.439.053 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 20.439.053 | 0 | 20.439.053 |
| 3 - Primária discricionária, PAC, considerada no cálculo do RP | 0 | 20.439.053 | -20.439.053 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 20.439.053 | 0 | 20.439.053 |
| 27 - Desporto e Lazer | 0 | 20.439.053 | -20.439.053 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 153 - Defesa Terrestre | 20.439.053 | 0 | 20.439.053 |
| 811 - Desporto de Rendimento | 0 | 20.439.053 | -20.439.053 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **20.439.053** | **0** | **20.439.053** |
| 153 Defesa Terrestre | 20.439.053 | 0 | 20.439.053 |
| **27 Desporto e Lazer** | **0** | **20.439.053** | **-20.439.053** |
| 811 Desporto de Rendimento | 0 | 20.439.053 | -20.439.053 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 20.439.053 | 20.439.053 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44812**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 20.439.053 | 20.439.053 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos | 0 | 20.439.053 | -20.439.053 |
| 2058 - Política Nacional de Defesa | 20.439.053 | 0 | 20.439.053 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 20.439.053 | 20.439.053 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 14TQ - Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 | 0 | 20.439.053 | -20.439.053 |
| 156M - Modernização Operacional do Exército Brasileiro | 8.439.053 | 0 | 8.439.053 |
| 20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército | 12.000.000 | 0 | 12.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 8.439.053 | 20.439.053 | -12.000.000 |
| - Atividade | 12.000.000 | 0 | 12.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44812 - MD ME - Grandes Eventos(Tipo 100) | 20.439.053 | 20.439.053 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 20.439.053 | 20.439.053 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **20.439.053** | **20.439.053** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44841

**Tipo de Crédito:** 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **64000- Secretaria de Direitos Humanos** | | | | | | | | | | **407.373.624** | **172.754.470** | **11.781.172** |
| **Unidade:** | **64901- Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA** | | | | | | | | | | **34.525.662** | **16.893.971** | **11.781.172** |
| 2062 | Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes | | | | | | | | | | 32.431.172 | 16.893.971 | 11.781.172 |
| **2062 210M** | **Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente** | **14- 243** | *20* | | | | | | | | **32.431.172** | **16.893.971** | **11.781.172** |
| 2062 210M 0001 | Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 32.131.172 | 16.893.971 | 11.781.172 |
| 2062 210M 0001 0000 | Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 1.769.647 | 0 | 1.750.309 |
| | | | | | *3.3.30* | *396* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *1.769.647* | *0* | *1.750.309* |
| 2062 210M 0001 0001 | Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente | | | | | | | | | | 694.583 | 694.581 | 1.750.000 |
| | | | | | *3.3.30* | *396* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *694.583* | *694.581* | *1.750.000* |
| 2062 210M 0001 0002 | Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo | | | | | | | | | | 1.750.000 | 0 | 1.750.000 |
| | | | | | *3.3.30* | *396* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *1.750.000* | *0* | *1.750.000* |
| 2062 210M 0001 0003 | Enfrentamento da Violência Sexual a Criança e ao Adolescente | | | | | | | | | | 2.850.000 | 0 | 1.750.000 |
| | | | | | *3.3.30* | *396* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *2.850.000* | *0* | *1.750.000* |
| 2062 210M 0001 0004 | Sistemas de Informação para Infância e Adolescência | | | | | | | | | | 1.750.000 | 0 | 1.750.000 |
| | | | | | *3.3.30* | *396* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *1.750.000* | *0* | *1.750.000* |
| 2062 210M 0001 0005 | Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes | | | | | | | | | | 0 | 0 | 1.750.000 |
| | | | | | *3.3.30* | *396* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *0* | *0* | *1.750.000* |
| 2062 210M 0001 0006 | Desenvolvimento e Difusão de Metodologias de Empoderamento e Participação Cidadã de Crianças e Adolescentes | | | | | | | | | | 3 | 0 | 1.280.863 |
| | | | | | *3.3.30* | *396* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *3* | *0* | *1.280.863* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 407.373.624 | 172.754.470 | 11.781.172 |

**Justificativas Pedido: 44841**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

O Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA registrou um superávit financeiro de R$ 22.745.000,00 (vinte e dois milhões, setecentos e quarenta e cinco mil reais) na Fonte 96 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS, conforme Portaria nº 716 de 30 de março de 2015, publicada no DOU de 01 de abril de 2015. Parte desse superávit foi utilizado para remanejamento de fonte no valor total de R$ 10.944.490,00 . A diferença está sendo apresentada para embasar o presente pedido de crédito suplementar. O presente crédito visa viabilizar a disponibilização orçamentária em 2015 desse superávit financeiro apurado em 2014.

Esses recursos financiarão projetos voltados para o Sistema de Garantia de Direitos das crianças e adolescentes, Sistema Nacional Socioeducativo, enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, dentre outros. Tais projetos, em sua maioria, serão objeto de análise após publicação de edital de chamamento público e serão objeto de formalização de convênios com entidades públicas ou da sociedade civil.

**Usuário:** NADJA NUNES BANDEIRA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há.

**Usuário:** ALEXANDRE AVELINO PEREIRA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Inviabilidade de utilização do recursos arrecadados por doações e rendimentos de aplicação ocorridas em 2014 no FNCA.

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 21/04/2016 09:30
8206

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44841**

**Usuário:** NADJA NUNES BANDEIRA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há.

**Usuário:** ALEXANDRE AVELINO PEREIRA

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** ALEXANDRE AVELINO PEREIRA

**Acompanhamentos Pedido: 44841**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: Ajuste da justificativa do pedido. | CINTIA BEATRIZ FONSECA |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
FL. 807
21/04/2016 09:30

Câmara dos Deputados
8208
Exercício: 2015

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44841**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **64000 Secretaria de Direitos Humanos** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |
| 64901 Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 396 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **64901 Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |
| 396 Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 14 - Direitos da Cidadania | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **14 Direitos da Cidadania** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |
| 243 Assistência à Criança e ao Adolescente | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

Câmara dos Deputados
Fl. 8209
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44841**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 210M - Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44841 - Copiado a partir de: Suplementação por excesso de superávit financeiro(Tipo 152) | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Superávit financeiro | 11.781.172 | 0 | 11.781.172 |
| **TOTAL-GERAL** | **11.781.172** | **0** | **11.781.172** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44891

**Tipo de Crédito:** 102b - Remanejamento de dotações do MCT de GND 3,4,5

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | F S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **24000- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | | | | **10.084.697.771** | **8.174.033.205** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |
| **Unidade:** | **24901- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** | | | | | | | | | | **3.010.212.229** | **1.803.392.717** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |
| 2021 | Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | | | | 3.010.212.229 | 1.803.392.717 | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **2021 4947** | **Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia** | **19- 571** | *10* | | | | | | | | **15.000.000** | **7.458.933** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |
| 2021 4947 0001 | Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 15.000.000 | 7.458.933 | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| 2021 4947 0001 0000 | Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia | | | | | | | | | | 12.982.038 | 6.133.512 | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.50* | *180* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *6.924.996* | *1.112.391* | *0* | *1.800.000* | *-1.800.000* |
| | | | | | *4.4.50* | *180* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *6.057.042* | *5.021.121* | *1.800.000* | *0* | *1.800.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 10.084.697.771 | 8.174.033.205 | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44891**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

O REMANEJAMENTO PROPOSTO BASEIA-SE NA NECESSIDADE DE ATENDIMENTO A SEGUNDA PARCELA DO CONVENIO 01.09.0612.04 DA FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISA E ESTUDOS TECNOLÓGICOS REFERENTE AO LABORATÓRIO OLÍMPICO

**Usuário:** Breno Rocha Gomes de Abreu

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

NENHUMA - VISTO HAVER MARGEM PARA O ATENDIMENTO AO REMANEJAMENTO PROPOSTO.

**Usuário:** Breno Rocha Gomes de Abreu

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

ATRASO DA IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO OLÍMPICO NO RIO DE JANEIRO

**Usuário:** Breno Rocha Gomes de Abreu

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

NENHUM

**Usuário:** Breno Rocha Gomes de Abreu

**Acompanhamentos Pedido: 44891**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 18/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MILTON LUIZ TORRES PINHEIRO |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais FL 82 10

**Pedidos:** **44891**

| | | |
|---|---|---|
| 18/06/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | MILTON LUIZ TORRES PINHEIRO |
| 18/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | Breno Rocha Gomes de Abreu |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8211

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44891**

**Tipo: 102b - Remanejamento de dotações do MCT de GND 3,4,5**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |
| 24901 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 0 | 1.800.000 | -1.800.000 |
| 4 - Investimentos | 1.800.000 | 0 | 1.800.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 180 - Recursos Próprios Financeiros | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **24901 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |
| 180 Recursos Próprios Financeiros | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 19 - Ciência e Tecnologia | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 571 - Desenvolvimento Científico | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **19 Ciência e Tecnologia** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |
| 571 Desenvolvimento Científico | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 102b - Remanejamento de dotações do MCT de GND 3,4,5 | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

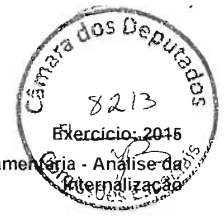
| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**




Exercício: 2016

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44891**

**Tipo: 102b - Remanejamento de dotações do MCT de GND 3,4,5**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 4947 - Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44891 - REMANEJAMENTO DEMAIS AÇÕES(Tipo 102b) | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44921

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 21/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |
| **Unidade:** | **52111- Comando da Aeronáutica** | | | | | | | | | | **20.288.042.452** | **19.264.735.996** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | | | | 4.116.464.441 | 3.548.688.414 | 5.387.872 | 0 | 5.387.872 |
| **2058 156K** | **Aquisição de Aeronaves** | **05- 151** | *10* | | | | | | | | **195.426.870** | **46.181.321** | **5.387.872** | **0** | **5.387.872** |
| 2058 156K 0001 | Aquisição de Aeronaves - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 195.426.870 | 46.181.321 | 5.387.872 | 0 | 5.387.872 |
| 2058 156K 0001 0005 | Projeto AH-2 - Helicópteros Russos (MI-35) | | | | | | | | | | 32.800.000 | 33.089.012 | 5.387.872 | 0 | 5.387.872 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *32.800.000* | *33.089.012* | *5.387.872* | *0* | *5.387.872* |
| 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | | | | 6.166.551.395 | 6.146.083.229 | 0 | 5.387.872 | -5.387.872 |
| **2108 13D8** | **Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica** | **05- 482** | *10* | | | | | | | | **37.633.291** | **37.384.127** | **0** | **4.750.836** | **-4.750.836** |
| 2108 13D8 0001 | Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 37.633.291 | 37.384.127 | 0 | 4.750.836 | -4.750.836 |
| 2108 13D8 0001 0000 | Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica | | | | | | | | | | 37.633.291 | 37.384.127 | 0 | 4.750.836 | -4.750.836 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *37.633.291* | *37.384.127* | *0* | *4.750.836* | *-4.750.836* |
| **2108 2000** | **Administração da Unidade** | **05- 122** | *10* | | | | | | | | **45.015.845** | **43.076.759** | **0** | **637.036** | **-637.036** |
| 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 44.553.545 | 42.776.759 | 0 | 637.036 | -637.036 |
| 2108 2000 0001 0002 | Manutenção Geral | | | | | | | | | | 2.566.650 | 2.246.798 | 0 | 637.036 | -637.036 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *2.566.650* | *2.246.798* | *0* | *637.036* | *-637.036* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |

Justificativas Pedido: 44921

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A presente solicitação implica na suplementação da Ação 156K - AQUISIÇÃO DE AERONAVES, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação parcial de dotações nas Ações: 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE e 13D8 - OBTENÇÃO DE PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA A AERONÁUTICA, observando o disposto na letra "a", Inciso I e § 1º, ambos do Art. 4º da Lei nº 13.115, de 20 abr. 2015 (LOA-2015), e o Inciso II do Art. 5º da Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015.
Essa suplementação visa permitir que o Projeto AH-2 - Helicópteros Russos (MI35) seja concluído no corrente exercício.

**Usuário:** BRENO GANDOUR SILVA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não se aplica, tendo em vista que os recursos cancelados não seriam utilizados.

**Usuário:** BRENO GANDOUR SILVA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito acarretará atraso na conclusão do Projeto AH-2 - Helicópteros Russos (MI35), gerando encargos de mora para a União.

**Usuário:** BRENO GANDOUR SILVA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não se aplica, tendo em vista que os recursos cancelados não seriam utilizados.

**Usuário:** BRENO GANDOUR SILVA



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 72 8214

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44921**

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** BRENO GANDOUR SILVA

**Acompanhamentos Pedido: 44921**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 21/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 23/06/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Remanejamento | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 19/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | BRENO GANDOUR SILVA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8215

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44921**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtitulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |
| 52111 Comando da Aeronáutica | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 4 - Investimentos | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52111 Comando da Aeronáutica** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 0 | 637.036 | -637.036 |
| 151 - Defesa Aérea | 5.387.872 | 0 | 5.387.872 |
| 482 - Habitação Urbana | 0 | 4.750.836 | -4.750.836 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |
| 122 Administração Geral | 0 | 637.036 | -637.036 |
| 151 Defesa Aérea | 5.387.872 | 0 | 5.387.872 |
| 482 Habitação Urbana | 0 | 4.750.836 | -4.750.836 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2058 - Política Nacional de Defesa | 5.387.872 | 0 | 5.387.872 |
| 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | 0 | 5.387.872 | -5.387.872 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

Exercício: 2015

**Número(s) Formalização: 2185**

**Pedido(s): 44921**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 5.387.872 | 0 | 5.387.872 |
| - Gestão e Manutenção | 0 | 5.387.872 | -5.387.872 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 13D8 - Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica | 0 | 4.750.836 | -4.750.836 |
| 156K - Aquisição de Aeronaves | 5.387.872 | 0 | 5.387.872 |
| 2000 - Administração da Unidade | 0 | 637.036 | -637.036 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 5.387.872 | 4.750.836 | 637.036 |
| - Atividade | 0 | 637.036 | -637.036 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44921 - REMANEJAMENTO AÇÕES (20XB E 2000 PARA 156K)(Tipo 100) | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 5.387.872 | 5.387.872 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **5.387.872** | **5.387.872** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 45086

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** snum **Data Efetivação:** 24/08/2015 **Data Assinatura:** 20/08/2015 **Data Publicação:** 21/08/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **45.000.000** |
| **Unidade:** | **52921- Fundo do Exército** | | | | | | | | | | **1.383.179.667** | **1.240.052.362** | **45.000.000** |
| 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | | | | 294.740.945 | 192.299.819 | 45.000.000 |
| **2058 4450** | **Aprestamento do Exército** | **05- 153** | *10* | | | | | | | | **270.736.846** | **187.756.761** | **45.000.000** |
| 2058 4450 0001 | Aprestamento do Exército - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 270.736.846 | 187.756.761 | 45.000.000 |
| 2058 4450 0001 0000 | Aprestamento do Exército | | | | | | | | | | 94.378.160 | 35.690.250 | 45.000.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *94.378.160* | *35.690.250* | *45.000.000* |
| Total Geral | | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 45.000.000 |

**Justificativas Pedido: 45086**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Permitir o emprego de recursos oriundos de alienação de bens imóveis atingidos pela construção da transolímpica na Vila Militar, no município do Rio de Janeiro, reconstruindo instalações imprescindíveis para o funcionamento das Organizações Militares da Vila Militar no Rio de Janeiro.

**Usuário:** MANOEL MENDES DE SOUSA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não é o caso.

**Usuário:** MANOEL MENDES DE SOUSA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Impossibilidade de executar os recursos repassados pelo município do Rio de Janeiro.

**Usuário:** MANOEL MENDES DE SOUSA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não é o caso.

**Usuário:** MANOEL MENDES DE SOUSA

**Outras informações consideradas relevantes**

Não é o caso.

**Usuário:** MANOEL MENDES DE SOUSA

**Acompanhamentos Pedido: 45086**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 24/08/2015 | Pedido Efetivado | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | GEORGIMAR MARTINIANO DE SOUSA |
| 21/08/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 01/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | ALEX GONÇALVES BARBOSA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 01/04/2016 09:19 Fl. 8218

**Pedidos:** **45086**

| | | |
|---|---|---|
| 30/06/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Ajuste do Setorial. | MARCELO VAZ JUNQUEIRA |
| 30/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | MANOEL MENDES DE SOUSA |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8219
21/04/2016 09:19

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Formalização

**Número(s) Formalização: 2238**

**Pedido(s): 45086**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52000 Ministério da Defesa** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |
| 52921 Fundo do Exército | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 4 - Investimentos | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52921 Fundo do Exército** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 05 - Defesa Nacional | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 153 - Defesa Terrestre | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **05 Defesa Nacional** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |
| 153 Defesa Terrestre | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2058 - Política Nacional de Defesa | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2238**

**Pedido(s): 45086**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 4450 - Aprestamento do Exército | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 45086 - Supl Ação 4450 FEx R$ 45 milhoes(Tipo 100) | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 45.000.000 | 0 | 45.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **45.000.000** | **0** | **45.000.000** |

Câmara dos Deputados
Fl. 8222
Comissões Especiais

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Orçamento Federal
SEPN 516, Lote 8, Bloco D, 4º Andar, 70.770-524, Brasília - DF
Telefone: 2020-2000 - E-mail: sof@planejamento.gov.br

Memorando nº 50/SOF/MP

Em 10 de Julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Assunto: **Projeto de Decreto que abre crédito suplementar em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo.**

1. Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, Projeto de Decreto que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 600.268.845,00 (seiscentos milhões, duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais).

2. Cabe ressaltar que a proposição será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, referente a Recursos Próprios Não Financeiros, Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais, Recursos de Convênios e Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, Recursos Próprios Financeiros, Recursos de Convênios e Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alíneas "a", "c" e "e", II, VIII, XII, alínea "b", item "1", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, e o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Em face do exposto, submeto à apreciação de Vossa Excelência o referido Projeto de Decreto, acompanhado de Exposição de Motivos, e respectivos Anexos.

Respeitosamente,

**ESTHER DWECK**
Secretária de Orçamento Federal

---

Documento assinado eletronicamente por **ESTHER DWECK**, **Secretária**, em 10/07/2015, às

assinatura eletrônica 17:22.

Câmara dos Deputados
Fl. 8223
Comissões Especiais

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seimp.planejamento.gov.br/conferir], informando o código verificador **0466457** e o código CRC **286C2E9C**.

Criado por 47379421115, versão 9 por 47379421115 em 09/07/2015 15:35:34.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Orçamento Federal
SEPN 516, Lote 8, Bloco D, 4º Andar, 70.770-524, Brasília - DF
Telefone: 2020-2000 - E-mail: sof@planejamento.gov.br

Câmara dos Deputados
Fl. 8224
Comissões Especiais

Memorando nº /SOF/MP

Em de de 2015.

A Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Assunto: **Projeto de Decreto que abre crédito suplementar em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo.**

1. Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, Projeto de Decreto que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 600.268.845,00 (seiscentos milhões, duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais).

2. Cabe ressaltar que a proposição será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, referente a Recursos Próprios Não Financeiros, Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais, Recursos de Convênios e Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, Recursos Próprios Financeiros, Recursos de Convênios e Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alíneas "a", "c" e "e", II, VIII, XII, alínea "b", item "1", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, e o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Em face do exposto, submeto à apreciação de Vossa Excelência o referido Projeto de Decreto, acompanhado de Exposição de Motivos, e respectivos Anexos.

Respeitosamente,

**ESTHER DWECK**
Secretária de Orçamento Federal

Documento assinado eletronicamente por **ESTHER DWECK**, **Secretária**, em 10/07/2015, às

Memorando nº 00044570 SEI 03500.200853/2015-91 / pg.

assinatura eletrônica 17:22.

Câmara dos Deputados
Fl. 8225
Comissões Especiais

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seimp.planejamento.gov.br/conferir], informando o código verificador **0466457** e o código CRC **286C2E9C**.

Criado por 47379421115, versão 9 por 47379421115 em 09/07/2015 15:35:34.

Câmara dos Deputados
Fl. 8226
Comissões Especiais

EM nº /2015-MP

Brasília, de de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Decreto que abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, no valor de
R$ 600.268.845,00 (seiscentos milhões, duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), conforme discriminado a seguir:

R$ 1,00

| Discriminação | Aplicação | Origem dos Recursos |
|---|---|---|
| **Poder Judiciário** | **183.633.826** | |
| **Justiça Federal** | **1.462.586** | |
| - Justiça Federal de Primeiro Grau | 91.476 | |
| - Tribunal Regional Federal Federal da 1ª Região | 1.151.110 | |
| - Tribunal Regional Federal Federal da 3ª Região | 220.000 | |
| **Justiça Eleitoral** | **2.315.677** | |
| - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo | 234.800 | |
| - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso | 1.813.377 | |
| - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco | 187.500 | |
| - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina | 80.000 | |
| **Justiça do Trabalho** | **170.936.832** | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro | 1.497.022 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - São Paulo | 65.720.616 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Minas Gerais | 7.552.415 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - Rio Grande do Sul | 8.151.450 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Pernambuco | 849.000 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - Ceará | 4.338.811 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - Paraná | 30.221.281 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - Distrito Federal/Tocantins | 10.449.000 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - Amazonas/Roraima | 2.678.713 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Santa Catarina | 8.536.622 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região - Paraíba | 1.906.000 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – Rondônia/Acre | 3.305.995 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Campinas/SP | 6.000.000 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão | 842.504 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - Goiás | 345.874 | |

Exposição de Motivos - EM (0048665[illegible]) SEI 03500.[illegible] / pg

Câmara dos Deputados
2.
Fl. 8227
Comissões Especiais

| Discriminação | Aplicação | Origem dos Recursos |
|---|---|---|
| - Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região - Sergipe | 3.964.000 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região - Rio Grande do Norte | 10.898.670 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - Mato Grosso | 3.177.394 | |
| - Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região - Mato Grosso do Sul | 501.465 | |
| **Justiça do Distrito Federal e Territórios** | **8.918.731** | |
| - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios | 8.918.731 | |
| **Poder Executivo** | **416.635.019** | **106.683.043** |
| **Presidência da República** | **1.000.000** | **1.000.000** |
| - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI | 1.000.000 | 1.000.000 |
| **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | **64.485.075** | **1.800.000** |
| - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | 39.241.014 | |
| - Comissão Nacional de Energia Nuclear | 7.544.061 | |
| - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A - NUCLEP | 15.900.000 | |
| - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | 1.800.000 | 1.800.000 |
| **Ministério da Justiça** | **127.676.785** | **16.081.784** |
| - Ministério da Justiça (Administração direta) | 595.515 | 595.515 |
| - Arquivo Nacional | 12.952 | 12.952 |
| - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 41.781.317 | 14.473.317 |
| - Departamento de Polícia Federal | 85.287.001 | 1.000.000 |
| **Ministério do Esporte** | | **20.439.053** |
| - Ministério do Esporte (Administração direta) | | 20.439.053 |
| **Ministério da Defesa** | **200.353.563** | **59.361.082** |
| - Comando da Aeronáutica | 5.387.872 | 5.387.872 |
| - Comando do Exército | 95.660.787 | 20.000.000 |
| - Comando da Marinha | 11.264.733 | 11.264.733 |
| - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A - AMAZUL | 259.287 | 259.287 |
| - Fundo Aeronáutico | 6.500.000 | 6.500.000 |
| - Fundo do Exército | 55.000.000 | 10.000.000 |
| - Fundo Naval | 6.025.176 | 5.693.482 |
| - Fundo do Desenvolvimento de Ensino Profissional Marítimo | 20.255.708 | 255.708 |
| **Secretaria de Assuntos Estratégicos** | **800.000** | **800.000** |
| - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada | 800.000 | 800.000 |
| **Secretaria de Direitos Humanos** | **15.118.472** | |
| - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA | 11.781.172 | |
| - Fundo Nacional do Idoso - FNI | 3.337.300 | |

...ão de Motivos - EM ... SEI 00000.000000/2016-00 / pg. 4

Câmara dos Deputados
Fl. 228
Comissão Especiais

| Discriminação | Aplicação | Origem dos Recursos |
|---|---|---|
| **Secretaria de Políticas para as Mulheres** | **3.044.449** | **3.044.449** |
| - Secretaria de Políticas para as Mulheres | 3.044.449 | 3.044.449 |
| **Controladoria-Geral da União** | **4.156.675** | **4.156.675** |
| - Controladoria-Geral da União | 4.156.675 | 4.156.675 |
| **Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a:** | | **231.412.685** |
| - Recursos Próprios Não Financeiros | | 6.204.000 |
| - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | | 111.595.001 |
| - Recursos de Convênios | | 98.495.212 |
| - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | | 15.118.472 |
| **Excesso de arrecadação de:** | | **262.173.117** |
| - Recursos Próprios Não Financeiros | | 84.406.627 |
| - Recursos Próprios Financeiros | | 20.000.000 |
| - Recursos de Convênios | | 139.726.490 |
| - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | | 18.040.000 |
| **Total Geral** | **600.268.845** | **600.268.845** |

2. A suplementação ora proposta, segundo informações apresentadas pelos órgãos envolvidos, permitirá:

- na Justiça Federal: a realização de concursos públicos para servidores e Juiz Federal Substituto, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, e a substituição do veículo oficial da Seccional de Rondônia, com receita decorrente de indenização por seguro contra sinistro;

- na Justiça Eleitoral: a realização de concursos públicos para servidores no âmbito dos Tribunais Regionais Eleitorais do Espírito Santo – TRE/ES, de Mato Grosso – TRE/MT, Pernambuco – TRE/PE e Santa Catarina – TRE/SC;

- na Justiça do Trabalho: a contratação de empresa para realização de concursos públicos nos TRTs da 1ª Região – Rio de Janeiro, da 4ª Região – Rio Grande do Sul e da 23ª Região – Mato Grosso; a aquisição de licenças de softwares e material permanente de informática no TRT da 1ª Região – Rio de Janeiro; a aquisição de equipamento de informática, a adequação de instalações, a implantação de sistemas de segurança com circuito Fechado de TV (CFTV), o cumprimento de obrigações contratuais diversas e a aquisição de mobiliários no TRT da 2ª Região – São Paulo, o pagamento de despesas e reajustes contratuais de serviços continuados e ampliação de obra no âmbito do TRT da 3ª Região – Minas Gerais, a manutenção dos contratos de serviços continuados nos TRTs da 4ª Região – Rio Grande do Sul, 6ª Região – Pernambuco, 7ª Região – Ceará, 10ª Região – Distrito Federal e Tocantins, 13ª Região – Paraíba, 15ª Região – Campinas, 16ª Região – Maranhão e 23ª Região – Mato Grosso, o atendimento de serviços diversos e a aquisição de materiais de consumo e permanente no TRT da 9ª Região – Paraná, o andamento da obra de revestimento da sede administrativa do TRT da 11ª Região – Amazonas e Roraima, o atendimento de despesas de natureza continuada, o

Exposição de Motivos - EM 00406(MP) SEI 03500.000453/2016-91 / pg. 5

Câmara dos Deputados
Fl. 8224
Comissões Especiais

andamento da reforma de imóveis e o custeio dos eventos realizados na formação e aperfeiçoamento de Magistrados no TRT da 12ª Região – Santa Catarina, o atendimento de despesas de manutenção e modernização de elevadores no TRT da 14ª Região – Rondônia e Acre, o atendimento de despesas contratuais e de indenizações, no TRT da 18ª Região – Goiás, a contratação de serviços de manutenção de imóveis, a modernização do sistema de CFTV, a renovação da frota de veículos, a implantação de sistema de controle de acesso e a aquisição de bens de informática e mobiliários, no âmbito do TRT da 20ª Região – Sergipe, a continuidade da reforma do Fórum de Mossoró, de contratos de vigilância, a manutenção da rede de comunicação e suporte de TI, a aquisição de geradores, ar condicionado e mobiliário, a capacitação de servidores e o pagamento de diárias no TRT da 21ª Região – Rio Grande do Norte e o atendimento de despesas com manutenção predial e contratação de brigadistas no TRT da 24ª Região – Mato Grosso do Sul;

- na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios: a realização de despesas de manutenção dos sistemas de tecnologia da informação, com a aquisição e atualização da solução de *"storage"* do Tribunal;

- na Presidência da República: o atendimento de compromissos contratuais de manutenção e mão de obra terceirizada para apoio administrativo e a manutenção da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP – Brasil, no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação;

- no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: o pagamento de bolsas de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, inclusive do Programa Ciência sem Fronteiras, por meio de incorporação de recursos de doação e de convênios, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; a aquisição de matéria-prima para fabricação de radioisótopos e radiofármacos, na Comissão Nacional de Energia Nuclear; a aquisição de máquinas, equipamentos e componentes para atender ao programa de modernização das instalações fabris e administrativas, na NUCLEP; e a continuidade da implantação do Laboratório Olímpico no Rio de Janeiro em convênio com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisa e Estudos Tecnológicos, no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

- no Ministério da Justiça: a continuidade dos projetos Marcas da Memória, Clínicas do Testemunho, Caravanas da Anistia e Revista da Anistia, firmados entre a Comissão da Anistia, Entidades da Sociedade Civil e Órgãos Federais, na Administração direta; o pagamento da contribuição à Associação Latino-Americana de Arquivos - ALA, ao Conselho Internacional de Arquivos - CIA e à Federação Internacional dos Arquivos de Filmes - FIAF, no Arquivo Nacional; a manutenção de despesas administrativas, a continuidade do Projeto de Rádio Digital, a manutenção do sistema analógico de comunicação do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF, o convênio com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT para validação das imagens geradas de radares instalados em rodovias concessionadas, a realização de escoltas de cargas super dimensionadas e o custeio do curso de formação para novos policiais rodoviários federais, no DPRF; e a manutenção e substituição de equipamentos do Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais - AFIS, a realização do curso de capacitação para pilotos do Veículo Aéreo não Tripulado - VANT, a manutenção de aeronaves, a aquisição de armamentos e equipamentos, a implementação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI e a realização de curso de formação de policiais, no Departamento de Polícia Federal;

- no Ministério da Defesa: atender despesas administrativas das unidades gestoras, a aquisição de combustíveis e lubrificantes automotivos, além da conclusão do projeto AH-2 - Helicópteros Russos (MI-35) no corrente exercício, em relação à Aeronáutica; a execução de obras de adequações para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, o atendimento de despesas com concessionárias de serviços públicos para manutenção dos aquartelamentos, a

Câmara dos Deputados
5.
Fl. 823
Comissões Especiais

implantação, adequação e modernização destes aquartelamentos, e a reconstrução das instalações militares atingidas pelas obras da Transolímpica na Vila Militar, no Rio de Janeiro, no Exército; o atendimento de despesas administrativas, a obtenção de materiais permanentes, equipamentos e equipagens operativas necessários à manutenção preventiva, corretiva, preditiva e modificadora dos meios, a reforma, ampliação e modernização de imóveis destinados a diversas atividades, a aquisição de materiais de sinalização náutica no Brasil e no exterior, e a habilitação de profissionais para o exercício de funções de Estado-Maior, no âmbito da Marinha, a aquisição de materiais necessários ao funcionamento e capacitação da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, e a habilitação e qualificação do pessoal da Marinha Mercante, no que diz respeito ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo;

- na Secretaria de Assuntos Estratégicos: a aquisição de licenças de softwares estatísticos e a modernização do auditório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea;

- na Secretaria de Direitos Humanos: a realização de projetos relacionados à educação, ao enfrentamento da violência sexual e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, no âmbito do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente; e a realização de projetos visando o combate à violência, defesa dos direitos e o incentivo a protagonismo da pessoa idosa, no âmbito do Fundo Nacional do Idoso;

- na Secretaria de Políticas para as Mulheres: a expansão dos serviços da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 e a aquisição de equipamentos de informática; e

- na Controladoria-Geral da União: atender contratos administrativos necessários ao funcionamento do órgão.

3. A presente proposição decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos e será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, referente a Recursos Próprios Não Financeiros, Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais, Recursos de Convênios e Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, Recursos Próprios Financeiros, Recursos de Convênios e Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alíneas "a", "c" e "e", II, VIII, XII, alínea "b", item "1", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, e o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. De acordo com informações dos órgãos envolvidos, os remanejamentos ora propostos não trarão prejuízo à execução das programações/dotações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

5. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o *caput* do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

I - no Poder Judiciário:

a) R$ 78.934.614,00 (setenta e oito milhões, novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quatorze reais) atendem despesas primárias discricionárias, à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, sendo:

Espaço de Votos - FM 00866559 SEI 03500.000390/2016-17 / pg

Câmara dos Deputados
6.
Fl. 8231
Comissões Especiais

a1) R$ 15.630.872,00 (quinze milhões, seiscentos e trinta mil e oitocentos e setenta e dois reais) de Recursos Próprios Não Financeiros; e

a2) R$ 63.303.742,00 (sessenta e três milhões, trezentos e três mil, setecentos e quarenta e dois reais) de Recursos de Convênios;

b) R$ 104.699.212,00 (cento e quatro milhões, seiscentos e noventa e nove mil, duzentos e doze reais) suplementam despesas primárias discricionárias à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, dos quais:

b1) R$ 6.204.000,00 (seis milhões, duzentos e quatro mil reais) de Recursos Próprios Não Financeiros; e

b2) R$ 98.495.212,00 (noventa e oito milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil e duzentos e doze reais) de Recursos de Convênios.

c) As despesas do item "a" serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, relativa ao terceiro bimestre de 2015.

II - no Poder Executivo:

a) R$ 106.683.043,00 (cento e seis milhões, seiscentos e oitenta e três mil, quarenta e três reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização das programações e/ou dotações suplementadas;

b) R$ 163.238.503,00 (cento e sessenta e três milhões, duzentos e trinta e oito mil mil, quinhentos e três reais) suplementam despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, sendo:

b1) R$ 68.775.755,00 (sessenta e oito milhões, setecentos e setenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e cinco reais) de Recursos Próprios Não Financeiros; e

b2) R$ 76.422.748,00 (setenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e quarenta e oito reais) de Recursos de Convênios; e

b3) R$ 18.040.000,00 (dezoito milhões e quarenta mil reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais;

c) R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) suplementam despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Financeiros;

d) R$ 126.713.473,00 (cento e vinte e seis milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e setenta e três reais) suplementam despesas primárias discricionárias à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, sendo:

d1) R$ 111.595.001,00 (cento e onze milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e um real) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais; e

d2) R$ 15.118.472,00 (quinze milhões, cento e dezoito mil, quatrocentos e setenta e dois reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais;

Câmara dos Deputados
7.
Fl. 8232
Comissões/Especiais

e) em relação ao item "b2", o montante de R$ 55.221.734,00 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e vinte e um mil, setecentos e trinta e quatro reais), relativo ao Ministério da Defesa, foi considerado na avaliação de receitas e despesas, conforme Relatório de que trata o § 4º do art. 52 da LDO-2015, do 2º bimestre, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 152, de 21 de maio de 2015;

f) as despesas constantes dos itens "b3", "d2" e o valor de R$ 21.201.014,00 (vinte e um milhões, duzentos e um mil e catorze reais) do item "b2" serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da LRF, relativa ao 3º bimestre.

g) a execução dos itens "e" e "f" não estará sujeita aos limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, de acordo com seu art. 1º, § 1º, inciso III;

h) as demais despesas "a", "b1", "c" e "d1" serão executadas de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, conforme estabelece o § 2º, do art. 1º, do referido Decreto.

6. São demonstrados nos quadros anexos à esta Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no *caput* do art. 40, da LDO-2015, os excessos de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, Recursos Próprios Financeiros, Recursos de Convênios e Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, utilizados no presente crédito.

7. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Decreto, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

**NELSON BARBOSA**
Ministro de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão

Câmara dos Deputados
Fl. 8233
Comissões Especiais

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº DE / /2015.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de reforçar dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo.

2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), mediante Decreto, em conformidade com o disposto no art. 4º, *caput*, incisos I, alíneas "a", "c" e "e", II, VIII, XII, alínea "b", item "1", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, e o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Alternativa existente às medidas propostas:

Tecnicamente, é a alternativa mais adequada para solução da questão.

4. Custos:

R$ 600.268.845,00 (seiscentos milhões, duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), sendo R$ R$ 231.412.685,00 (duzentos e trinta e um milhões, quatrocentos e doze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais) de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, dos quais R$ 6.204.000,00 (seis milhões, duzentos e quatro mil reais) de Recursos Próprios Não Financeiros, R$ 111.595.001,00 (cento e onze milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e um real) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais, R$ 98.495.212,00 (noventa e oito milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, duzentos e doze reais) de Recursos de Convênios e R$ 15.118.472,00 (quinze milhões, cento e dezoito mil, quatrocentos e setenta e dois reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; R$ 262.173.117,00 (duzentos e sessenta e dois milhões, cento e setenta e três mil, cento e dezessete reais) de excesso de arrecadação, dos quais R$ 84.406.627,00 (oitenta e quatro milhões, quatrocentos e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais) de Recursos Próprios Não Financeiros, R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) de Recursos Próprios Financeiros, R$ 139.726.490,00 (cento e trinta e nove milhões, setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa reais) de Recursos de Convênios e R$ 18.040.000,00 (dezoito milhões e quarenta mil reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e

R$ 106.683.043,00 (cento e seis milhões, seiscentos e oitenta e três mil, quarenta e três reais) de anulação parcial de dotações orçamentárias.

5. Razões que justificam a urgência:

Não há.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):

Não há.

7. Alterações propostas:

| Texto atual | Texto proposto |
|---|---|
| | |

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

Apoio de Motivos - EM nº 00060/2015 SEI 00000.000050/2015-81 / pg. 10

Câmara dos Deputados
Fl. 8234
Comissões Especiais

DECRETO DE DE DE 2015.

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 600.268.845,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, incisos I, alíneas "a", "c" e "e", II, VIII, XII, alínea "b", item "1", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 600.268.845,00 (seiscentos milhões, duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, no valor de R$ 231.412.685,00 (duzentos e trinta e um milhões, quatrocentos e doze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais), sendo:

a) R$ 6.204.000,00 (seis milhões, duzentos e quatro mil reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R$ 111.595.001,00 (cento e onze milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e um reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais;

c) R$ 98.495.212,00 (noventa e oito milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, duzentos e doze reais) de Recursos de Convênios; e

d) R$ 15.118.472,00 (quinze milhões, cento e dezoito mil, quatrocentos e setenta e dois reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais;

II - excesso de arrecadação, no valor de R$ 262.173.117,00 (duzentos e sessenta e dois milhões, cento e setenta e três mil, cento e dezessete reais), sendo:

a) R$ 84.406.627,00 (oitenta e quatro milhões, quatrocentos e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) de Recursos Próprios Financeiros;

c) R$ 139.726.490,00 (cento e trinta e nove milhões, setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa reais) de Recursos de convênios; e

d) R$ 18.040.000,00 (dezoito milhões e quarenta mil reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e

Despesa de Multivig - Ext. V0466680 SEI 0s500.200053/2015-91 / pg

Câmara dos Deputados
8235
Fl.
Comissões Especiais

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 106.683.043,00 ~~(cento e~~ seis milhões, seiscentos e oitenta e três mil, quarenta e três reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

Câmara dos Deputados
Fl. 8236
Comissões Especiais

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

| 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau | | | |
|---|---|---|---|
| Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros | | | R$ 1,00 |
| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO |
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | (C) = (B) - (A) |
| 16000000 Receita de Serviços | 0 | 500.000 | 500.000 |
| 19900000 Receitas Diversas | 0 | 91.476 | 91.476 |
| **Total** | **0** | **591.476** | **591.476** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 91.476 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 91.476 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **500.000** |

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

| 12102 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região | | | |
|---|---|---|---|
| Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros | | | R$ 1,00 |
| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO |
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | (C) = (B) - (A) |
| 16000000 Receita de Serviços | 1.562.598 | 30.841.098 | 29.278.500 |
| **Total** | **1.562.598** | **30.841.098** | **29.278.500** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 1.151.110 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 1.151.110 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **28.127.390** |

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

12104 - Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros — R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | (C) = (B) - (A) |
| 16000000 Receita de Serviços | 480.000 | 978.500 | 498.500 |
| **Total** | **480.000** | **978.500** | **498.500** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 220.000 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 220.000 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **278.500** |

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 16000000 Receita de Serviços | 1.828.225 | 2.063.025 | 234.800 |
| **Total** | **1.828.225** | **2.063.025** | **234.800** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 234.800 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 234.800 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

| 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso | | | |
|---|---|---|---|
| Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros | | | R$ 1,00 |
| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO |
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | (C) = (B) - (A) |
| 16000000 Receita de Serviços | 2.930.912 | 4.744.289 | 1.813.377 |
| **Total** | **2.930.912** | **4.744.289** | **1.813.377** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 1.813.377 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 1.813.377 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 16000000 Receita de Serviços | 0 | 187.500 | 187.500 |
| **Total** | **0** | **187.500** | **187.500** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 187.500 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 187.500 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

Demonstrativos de Excesso de Arrecadação 1000000781 SEI 03500.205053/2015-9

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

| 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina | | | |
|---|---|---|---|
| Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros | | | R$ 1,00 |
| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 16000000 Receita de Serviços | 0 | 80.000 | 80.000 |
| **Total** | **0** | **80.000** | **80.000** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 80.000 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 80.000 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 13100000 Receitas Imobiliárias | 0 | 44.614 | 44.614 |
| 16000000 Receita de Serviços | 0 | 511.500 | 511.500 |
| 19200000 Indenizações e Restituições | 0 | 1.146 | 1.146 |
| **Total** | **0** | **557.260** | **557.260** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 556.114 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 556.114 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **1.146** |

Anexo Demonstrativo de Excesso de Arrecadação (0666730) SEI 03500.000030/2015-40 / pg

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - Rio Grande do Sul

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros — R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 LEI (A) | 2015 REESTIMATIVA (B) | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
|---|---|---|---|
| 13100000 Receitas Imobiliárias | 690.079 | 708.649 | 18.570 |
| 16000000 Receita de Serviços | 0 | 4.000.000 | 4.000.000 |
| 19200000 Indenizações e Restituições | 409.571 | 264.984 | -144.587 |
| **Total** | **1.099.650** | **4.973.633** | **3.873.983** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 3.609.000 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 3.609.000 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **264.983** |

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - Paraná

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 13100000 Receitas Imobiliárias | 463.658 | 463.658 | 0 |
| 16000000 Receita de Serviços | 400.000 | 6.029.800 | 5.629.800 |
| 19200000 Indenizações e Restituições | 585.067 | 291.762 | -293.305 |
| **Total** | **1.448.725** | **6.785.220** | **5.336.495** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 5.336.495 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 5.336.495 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

Anexo Demonstrativo de Excesso de Arrecadação (0469667) SEI 0350020005370-45

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - Mato Grosso

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros — R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 LEI (A) | 2015 REESTIMATIVA (B) | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
|---|---|---|---|
| 13100000 Receitas Imobiliárias | 145.980 | 145.979 | -1 |
| 16000000 Receita de Serviços | 0 | 2.351.000 | 2.351.000 |
| 19200000 Indenizações e Restituições | 119.520 | 345.948 | 226.428 |
| **Total** | **265.500** | **2.842.927** | **2.577.427** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 2.351.000 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 2.351.000 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **226.427** |

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | (C) = (B) - (A) |
| 13100000 Receitas Imobiliárias | 1.441.582 | 1.411.921 | -29.661 |
| 13900000 Outras Receitas Patrimoniais | 77.260 | 0 | -77.260 |
| 15200000 Receita da Indústria de Transformação | 95.056.101 | 109.973.883 | 14.917.782 |
| 16000000 Receita de Serviços | 2.118.993 | 2.331.293 | 212.300 |
| 19100000 Multas e Juros de Mora | 471.037 | 703.954 | 232.917 |
| 19200000 Indenizações e Restituições | 4.879 | 15.349 | 10.470 |
| 75200000 Receita da Indústria de Transformação_OI | 6.159.096 | 7.401.484 | 1.242.388 |
| 76000000 Receita de Serviços Intraorçamentária | 69.494 | 50.951 | -18.543 |
| **Total** | **105.398.442** | **121.888.835** | **16.490.393** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 7.544.061 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 7.544.061 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **8.946.332** |

Câmara dos Deputados
Fl. 8248
Comissões Especiais

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros — R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 15200000 Receita da Indústria de Transformação | 47.755.091 | 73.026.683 | 25.271.592 |
| **Total** | **47.755.091** | **73.026.683** | **25.271.592** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 15.900.000 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 15.900.000 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **9.371.592** |

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, *caput*, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

52921 - Fundo do Exército

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | (C) = (B) - (A) |
| 13110000 Aluguéis | 4.962.484 | 3.217.367 | -1.745.117 |
| 13120000 Arrendamentos | 17.698.513 | 24.904.156 | 7.205.643 |
| 13152000 Taxa de Ocupação de Imóveis Funcionais e Próprios Nacionais Residenciais | 16.517.392 | 15.077.215 | -1.440.177 |
| 13153000 Taxa de Ocupação de Outros Imóveis | 73.398.934 | 69.532.542 | -3.866.392 |
| 13610100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal | 82.326.354 | 80.865.800 | -1.460.554 |
| 16000102 Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade | 482.378 | 420.176 | -62.202 |
| 16000110 Receita de Comercialização de Fardamentos | 27.960 | 58.504 | 30.544 |
| 16000301 Serviços de Transporte Rodoviário | 483.840 | 517.010 | 33.170 |
| 16000303 Serviços de Transporte Hidroviário | 23.094 | 23.449 | 355 |
| 16000800 Serviços de Processamento de Dados | 16.637.895 | 12.636.607 | -4.001.288 |
| 16001200 Serviços Tecnológicos | 1.198.564 | 710.206 | -488.358 |
| 16001300 Serviços Administrativos | 6.383.840 | 7.788.715 | 1.404.875 |
| 16001600 Serviços Educacionais | 27.013.243 | 23.901.027 | -3.112.216 |
| 16001800 Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação | 1.632 | 2.489 | 857 |
| 16001900 Serviços Recreativos e Culturais | 6.288.233 | 5.448.059 | -840.174 |
| 16002100 Serviços de Hospedagem e Alimentação | 9.647.509 | 9.655.275 | 7.766 |
| 16005000 Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos | 8.704.657 | 7.230.550 | -1.474.107 |
| 16009900 Outros Serviços | 163.535 | 218.696 | 55.161 |
| 19180100 Multas e Juros de Mora de Aluguel | 1.211 | 0 | -1.211 |
| 19180200 Multas e Juros de Mora de Arrendamentos | 3.008 | 1.694 | -1.314 |
| 19189900 Outras Multas e Juros de Mora | 52.778 | 41.465 | -11.313 |
| 19199900 Outras Multas | 2.720 | 0 | -2.720 |
| 19210600 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público | 536.868 | 537.843 | 975 |

Anexo Demonstrativo de Excesso e Arrecadação (0028079) SEI 60500.240653/2015-61

Câmara dos Deputados
Fl. 8250
Comissões Especiais

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 19219900 | Outras Indenizações | 17.857.064 | 96.549.118 | 78.692.054 |
| 19220700 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores | 0 | 0 | 0 |
| 19229900 | Outras Restituições | 2.620.328 | 2.145.646 | -474.682 |
| 19909900 | Outras Receitas | 2.398.408 | 2.239.492 | -158.916 |
| 22150000 | Alienação de Veículos | 16.334.224 | 18.420.704 | 2.086.480 |
| 22170000 | Alienação de Equipamentos | 2.609.900 | 3.134.094 | 524.194 |
| 22190000 | Alienação de Outros Bens Móveis | 0 | 45.000.000 | 45.000.000 |
| 22250000 | Alienação de Imóveis Urbanos | 26.679.446 | 0 | -26.679.446 |
| 76002100 | Serviços de Hospedagem e Alimentação - Operações Intraorçamentárias | 1.390 | 1.148 | -242 |
| 79219900 | Outras Indenizações | 1.901 | 1.403 | -498 |
| 79909900 | Outras Receitas - Operações Intra-Orçamentárias | 306.030 | 71.736 | -234.294 |
| **Total** | | **341.365.333** | **430.352.186** | **88.986.853** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | | 0 |
| | Abertos | | | 0 |
| | Em tramitação | | | 0 |
| | Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | | 45.000.000 |
| | Abertos | | | 0 |
| | Em tramitação | | | 0 |
| | Valor deste crédito | | | 45.000.000 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | | **43.986.853** |

OBS: Exclui as naturezas de receita da Esfera 20 - Seguridade Social por conta de destinação específica.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

52931 - Fundo Naval

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 LEI (A) | 2015 REESTIMATIVA (B) | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
|---|---|---|---|
| 13100000 Receitas Imobiliárias | 27.449.643 | 27.561.667 | 112.024 |
| 13600000 Receita de Cessão de Direitos | 41.400.000 | 41.400.000 | 0 |
| 13900000 Outras Receitas Patrimoniais | 44.949 | 0 | -44.949 |
| 15200000 Receita da Indústria de Transformação | 2.710.000 | 2.000.000 | -710.000 |
| 16000000 Receita de Serviços | 166.121.052 | 167.722.960 | 1.601.908 |
| 19100000 Multas e Juros de Mora | 136.866 | 78.918 | -57.948 |
| 19200000 Indenizações e Restituições | 5.170.267 | 11.661.015 | 6.490.748 |
| 19900000 Receitas Diversas | 210.976.013 | 211.560.658 | 584.645 |
| 22100000 Alienação de Bens Móveis | 1.136.818 | 641.399 | -495.419 |
| 22200000 Alienação de Bens Imóveis | 54.612 | 63.750 | 9.138 |
| 75200000 Receita da Indústria de Transformação_OI | 790.000 | 414.000 | -376.000 |
| 76000000 Receita de Serviços Intraorçamentária | 11.262 | 0 | -11.262 |
| **Total** | **456.001.482** | **463.104.367** | **7.102.885** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 331.694 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 331.694 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **6.771.191** |

Anexo Demonstrativo de Excesso de Arrecadação (0468678) SEI 53500.001955/2015-11 / pg

Câmara dos Deputados
Fl. 8252
Comissões Especiais

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

Fonte 80: Recursos Próprios Financeiros R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 13200000 Receitas de Valores Mobiliários | 55.659.766 | 78.531.386 | 22.871.620 |
| **Total** | **55.659.766** | **78.531.386** | **22.871.620** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 20.000.000 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 20.000.000 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **2.871.620** |

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - São Paulo

Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 17600000 Transferências de Convênios | 46.435.848 | 77.873.238 | 31.437.390 |
| **Total** | **46.435.848** | **77.873.238** | **31.437.390** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 4.260 |
| Abertos | | | 1.779.264 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| Estorno (*) | | | -1.775.004 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 4.820.616 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 4.820.616 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **26.612.514** |

(*) Estorno decorrente da perda de eficácia da Medida Provisória nº 667, de 2 de janeiro de 2015.

Anexo Demonstrativos co Excesso de Arrecadacao (0466677) SEI 0350...

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Minas Gerais

Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 17600000 Transferências de Convênios | 17.863.701 | 21.490.854 | 3.627.153 |
| **Total** | **17.863.701** | **21.490.854** | **3.627.153** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 833.334 |
| Abertos | | | 1.782.486 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| Estorno (*) | | | -949.152 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 2.793.819 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 2.793.819 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

(*) Estorno decorrente da perda de eficácia da Medida Provisória nº 667, de 2 de janeiro de 2015.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - Rio Grande do Sul

Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 17600000 Transferências de Convênios | 26.400.000 | 30.996.000 | 4.596.000 |
| **Total** | **26.400.000** | **30.996.000** | **4.596.000** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 53.550 |
| Abertos | | | 8.799.998 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| Estorno (*) | | | -8.746.448 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 4.542.450 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 4.542.450 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

(*) Estorno decorrente da perda de eficácia da Medida Provisória nº 667, de 2 de janeiro de 2015.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

| 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - Ceará | | | |
|---|---|---|---|
| Fonte 81: Recursos de Convênios | | | R$ 1,00 |
| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 17600000 Transferências de Convênios | 4.807.992 | 5.729.820 | 921.828 |
| **Total** | **4.807.992** | **5.729.820** | **921.828** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 921.828 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 921.828 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - Paraná

Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 17600000 Transferências de Convênios | 17.299.500 | 40.390.236 | 23.090.736 |
| **Total** | **17.299.500** | **40.390.236** | **23.090.736** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 5.950 |
| Abertos | | | 5.376.668 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| Estorno (*) | | | -5.370.718 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 23.084.786 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 23.084.786 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

(*) Estorno decorrente da perda de eficácia da Medida Provisória nº 667, de 2 de janeiro de 2015.

Câmara dos Deputados
Fl. 8258
Comissões Especiais

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - Amazonas/Roraima

Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 17600000 Transferências de Convênios | 4.755.584 | 5.262.501 | 506.917 |
| **Total** | **4.755.584** | **5.262.501** | **506.917** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 333.332 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| Estorno (*) | | | -333.332 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 506.917 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 506.917 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

(*) Estorno decorrente da perda de eficácia da Medida Provisória nº 667, de 2 de janeiro de 2015.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Santa Catarina

Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 17600000 Transferências de Convênios | 5.471.972 | 11.936.939 | 6.464.967 |
| **Total** | **5.471.972** | **11.936.939** | **6.464.967** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 1.823.991 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| Estorno (*) | | | -1.823.991 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 5.714.967 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 5.714.967 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **750.000** |

(*) Estorno decorrente da perda de eficácia da Medida Provisória nº 667, de 2 de janeiro de 2015.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Rondônia/Acre

Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 17600000 Transferências de Convênios | 5.683.200 | 9.302.400 | 3.619.200 |
| **Total** | **5.683.200** | **9.302.400** | **3.619.200** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 259.656 |
| Abertos | | | 1.472.667 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| Estorno (*) | | | -1.213.011 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 3.305.995 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 3.305.995 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **53.549** |

(*) Estorno decorrente da perda de eficácia da Medida Provisória nº 667, de 2 de janeiro de 2015.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão

Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 24700000 Transferências de Convênios | 1.350.352 | 1.488.856 | 138.504 |
| **Total** | **1.350.352** | **1.488.856** | **138.504** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 450.117 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| Estorno (*) | | | -450.117 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 138.504 |
| Abertos | | | |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 138.504 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

(*) Estorno decorrente da perda de eficácia da Medida Provisória nº 667, de 2 de janeiro de 2015.

Câmara dos Deputados
Fl. 8262
Comissões Especiais

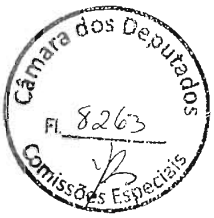
DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região - Rio Grande do Norte

Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | (C) = (B) - (A) |
| 17600000 Transferências de Convênios | 2.760.000 | 15.280.516 | 12.520.516 |
| **Total** | **2.760.000** | **15.280.516** | **12.520.516** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 920.000 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| Estorno (*) | | | -920.000 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 7.881.834 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 7.881.834 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **4.638.682** |

(*) Estorno decorrente da perda de eficácia da Medida Provisória nº 667, de 2 de janeiro de 2015.




DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - Mato Grosso

Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 17600000 Transferências de Convênios | 2.094.000 | 2.280.000 | 186.000 |
| **Total** | **2.094.000** | **2.280.000** | **186.000** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 14.170 |
| Abertos | | | 40.000 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| Estorno (*) | | | -25.830 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 171.830 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 171.830 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

(*) Estorno decorrente da perda de eficácia da Medida Provisória nº 667, de 2 de janeiro de 2015.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região - Mato Grosso do Sul

Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 17600000 Transferências de Convênios | 920.000 | 1.421.465 | 501.465 |
| **Total** | **920.000** | **1.421.465** | **501.465** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 66.667 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| Estorno (*) | | | -66.667 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 501.465 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 501.465 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

(*) Estorno decorrente da perda de eficácia da Medida Provisória nº 667, de 2 de janeiro de 2015.

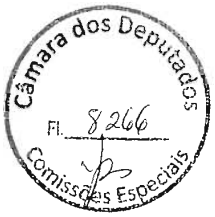
DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 17600000 Transferências de Convênios | 0 | 40.622.913 | 40.622.913 |
| 24700000 Transferências de Convênios | 31.209.840 | 31.709.840 | 500.000 |
| **Total** | **31.209.840** | **72.332.753** | **41.122.913** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 4.096.249 |
| Abertos | | | 10.403.280 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| Estorno (*) | | | -6.307.031 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 8.918.731 |
| Abertos | | | |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 8.918.731 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **28.107.933** |

(*) Estorno decorrente da perda de eficácia da Medida Provisória nº 667, de 2 de janeiro de 2015.




DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

| 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | | | |
|---|---|---|---|
| Fonte 81: Recursos de Convênios | | | R$ 1,00 |
| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO |
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | (C) = (B) - (A) |
| 17600000 Transferências de Convênios | 112.591.129 | 133.792.143 | 21.201.014 |
| **Total** | **112.591.129** | **133.792.143** | **21.201.014** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 21.201.014 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 21.201.014 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

52121 - Comando do Exército

Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
| 17600000 Transferências de Convênios | 96.890.500 | 146.151.869 | 49.261.369 |
| 24700000 Transferências de Convênios | 5.256.000 | 67.601.877 | 62.345.877 |
| **Total** | **102.146.500** | **213.753.746** | **111.607.246** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 55.221.734 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 55.221.734 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **56.385.512** |

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Fonte 96: Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais — R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 LEI (A) | 2015 REESTIMATIVA (B) | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
|---|---|---|---|
| 17300000 Transferências de Instituições Privadas | 73.000.991 | 91.040.991 | 18.040.000 |
| **Total** | **73.000.991** | **91.040.991** | **18.040.000** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 18.040.000 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 18.040.000 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **0** |

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0569 | Prestação Jurisdicional na Justiça Federal | | | | | | | 91.476 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 4257 | Julgamento de Causas na Justiça Federal | | | | | | | 91.476 |
| 02 061 | 0569 4257 0001 | Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional | | | | | | | 91.476 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 91.476 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 91.476 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 91.476 |

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0569 | Prestação Jurisdicional na Justiça Federal | | | | | | | 1.151.110 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 4257 | Julgamento de Causas na Justiça Federal | | | | | | | 1.151.110 |
| 02 061 | 0569 4257 6012 | Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO | | | | | | | 1.151.110 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 1.151.110 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.151.110 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.151.110 |

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0569 | Prestação Jurisdicional na Justiça Federal | | | | | | | 220.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 4257 | Julgamento de Causas na Justiça Federal | | | | | | | 220.000 |
| 02 061 | 0569 4257 6014 | Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP | | | | | | | 220.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 220.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 220.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 220.000 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 234.800 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 234.800 |
| 02 122 | 0570 20GP 0032 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 234.800 |

Sendo Publicado SICOP W04667/W SEI 03500.200652/2015-91 / pg. ...

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 234.800 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 234.800 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 234.800 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.813.377 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 1.813.377 |
| 02 122 | 0570 20GP 0051 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 1.813.377 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 1.813.377 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.813.377 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.813.377 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 187.500 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 187.500 |
| 02 122 | 0570 20GP 0026 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 187.500 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 187.500 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 187.500 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 187.500 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 80.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 80.000 |
| 02 122 | 0570 20GP 0042 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 80.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 80.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 80.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 80.000 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 1.497.022 |

| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 1.497.022 |
| 02 122 | 0571 4256 0033 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.497.022 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 511.500 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 150 | 44.614 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 381 | 940.908 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.497.022 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.497.022 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 65.720.616 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 131 | 0571 2549 | Comunicação e Divulgação Institucional | | | | | | | 71.000 |
| 02 131 | 0571 2549 0035 | Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de São Paulo | | | | | | | 71.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 71.000 |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 65.649.616 |
| 02 122 | 0571 4256 0035 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo | | | | | | | 65.649.616 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 41.933.519 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 4.749.616 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 381 | 18.966.481 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 65.720.616 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 65.720.616 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 7.552.415 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 7.502.415 |
| 02 122 | 0571 4256 0031 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 7.502.415 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 2.743.819 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 4.758.596 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 133Q | Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG | | | | | | | 50.000 |
| 02 122 | 0571 133Q 2918 | Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG - No Município de Pedro Leopoldo - MG | | | | | | | 50.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 50.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 7.552.415 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.552.415 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ES | GN | RP | MO | IU | FT | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Anexo Publicação SIOP (04867191) SEI 03500.200653/2015-81 / pg. 48

| | | | F | D | | D | | E | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 8.151.450 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 8.151.450 |
| 02 122 | 0571 4256 0043 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 8.151.450 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 3.609.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 4.542.450 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 8.151.450 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.151.450 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 849.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 849.000 |
| 02 122 | 0571 4256 0026 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 849.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 849.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 849.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 849.000 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 4.338.811 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 4.338.811 |
| 02 122 | 0571 4256 0023 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará | | | | | | | 4.338.811 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 921.828 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 3.416.983 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 4.338.811 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.338.811 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 30.221.281 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 30.221.281 |
| 02 122 | 0571 4256 0041 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná | | | | | | | 30.221.281 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 5.336.495 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 20.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 1.800.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 3.084.786 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 30.221.281 |

| | |
|---|---|
| TOTAL – SEGURIDADE | 0 |
| TOTAL - GERAL | 30.221.281 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 10.449.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 10.449.000 |
| 02 122 | 0571 4256 6018 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO | | | | | | | 10.449.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 10.449.000 |

| | |
|---|---|
| TOTAL – FISCAL | 10.449.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | 0 |
| TOTAL - GERAL | 10.449.000 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 2.678.713 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 2.678.713 |
| 02 122 | 0571 4256 6019 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR | | | | | | | 2.678.713 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 506.917 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 2.171.796 |

| | |
|---|---|
| TOTAL – FISCAL | 2.678.713 |
| TOTAL – SEGURIDADE | 0 |
| TOTAL - GERAL | 2.678.713 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 8.536.622 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 8.536.622 |
| 02 122 | 0571 4256 0042 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 8.536.622 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 5.714.967 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 2.821.655 |

| | |
|---|---|
| TOTAL – FISCAL | 8.536.622 |
| TOTAL – SEGURIDADE | 0 |
| TOTAL - GERAL | 8.536.622 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 1.906.000 |

Anexo Publicado SIOP (0466719V) SEI 03500.200853/2015-91 / pg. 50

| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 1.906.000 |
| 02 122 | 0571 4256 0025 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba | | | | | | | 1.906.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 1.906.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.906.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.906.000 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 3.305.995 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 3.305.995 |
| 02 122 | 0571 4256 6020 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO | | | | | | | 3.305.995 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 3.305.995 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.305.995 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.305.995 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 6.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 6.000.000 |
| 02 122 | 0571 4256 3474 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Município de Campinas - SP | | | | | | | 6.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 350 | 6.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 6.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.000.000 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 842.504 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 842.504 |
| 02 122 | 0571 4256 0021 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão | | | | | | | 842.504 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 138.504 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 704.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 842.504 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 842.504 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I

Crédito Suplementar

Anexo Publicado SIOP (04667190) SEI 03500.203853/2015-91 / pg. 51

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 345.874 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 345.874 |
| 02 122 | 0571 4256 0052 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás | | | | | | | 345.874 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 350 | 204.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 141.874 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 345.874 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 345.874 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 3.964.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 3.964.000 |
| 02 122 | 0571 4256 0028 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Sergipe | | | | | | | 3.964.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 2.644.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 381 | 1.320.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.964.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.964.000 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 10.898.670 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 10.898.670 |
| 02 122 | 0571 4256 0024 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 10.898.670 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 6.308.432 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 3.016.836 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 1.573.402 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 10.898.670 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.898.670 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 3.177.394 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 3.177.394 |
| 02 122 | 0571 4256 0051 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 3.177.394 |

Anexo Publicado SIDP 1(04867120) SEI 03500.200053/2015-81 / pg. 52

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 2.351.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 171.830 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 654.564 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.177.394 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.177.394 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 501.465 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 501.465 |
| 02 122 | 0571 4256 0054 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 501.465 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 501.465 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 501.465 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 501.465 |

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0567 | Prestação Jurisdicional no Distrito Federal | | | | | | | 8.918.731 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0567 4234 | Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal | | | | | | | 8.918.731 |
| 02 061 | 0567 4234 0053 | Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal | | | | | | | 8.918.731 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 8.918.731 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 8.918.731 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.918.731 |

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2038 | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | 500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 125 | 2038 4917 | Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil | | | | | | | 500.000 |
| 04 125 | 2038 4917 0001 | Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil - Nacional | | | | | | | 500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| | 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | 500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 2101 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 500.000 |
| 04 122 | 2101 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 |

Anexo Publicado SIOP 1(046917 19) SEI 03600.200853/2015-91 / pg. 53

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | 39.241.014 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 19 571 | 2021 00LV | Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I | | | | | | | 39.241.014 |
| 19 571 | 2021 00LV 0001 | Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I - Nacional | | | | | | | 39.241.014 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 21.201.014 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 296 | 18.040.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 39.241.014 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 39.241.014 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2059 | Política Nuclear | | | | | | | 7.544.061 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 662 | 2059 2478 | Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País | | | | | | | 7.544.061 |
| 19 662 | 2059 2478 0001 | Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País - Nacional | | | | | | | 7.544.061 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 7.544.061 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 7.544.061 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.544.061 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2055 | Desenvolvimento Produtivo | | | | | | | 15.900.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 572 | 2055 20V1 | Desenvolvimento e Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia | | | | | | | 15.900.000 |
| 19 572 | 2055 20V1 0001 | Desenvolvimento e Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia - Nacional | | | | | | | 15.900.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 15.900.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 15.900.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.900.000 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | 1.800.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |

Anexo Publicado SIOP (048677191) SEI 01580.200653/2016-81 / pg. 84

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **19 571** | **2021 4947** | **Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia** | | | | | | | **1.800.000** |
| 19 571 | 2021 4947 0001 | Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Nacional | F | 4 | 2 | 50 | 0 | 180 | 1.800.000 |
| | | | | | | | | | 1.800.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.800.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.800.000** |

**ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça**
**UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2020** | **Cidadania e Justiça** | | | | | | | **595.515** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **14 422** | **2020 8946** | **Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política** | | | | | | | **595.515** |
| 14 422 | 2020 8946 0001 | Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 595.515 |
| | | | | | | | | | 595.515 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **595.515** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **595.515** |

**ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça**
**UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0910** | **Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais** | | | | | | | **12.952** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0910 00OL** | **Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica** | | | | | | | **12.952** |
| 28 846 | 0910 00OL 0002 | Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 12.952 |
| | | | | | | | | | 12.952 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **12.952** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **12.952** |

**ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça**
**UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2070** | **Segurança Pública com Cidadania** | | | | | | | **12.221.011** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **06 181** | **2070 2723** | **Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais** | | | | | | | **9.221.011** |
| 06 181 | 2070 2723 0001 | Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 9.221.011 |
| **06 181** | **2070 86A1** | **Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal** | | | | | | | **3.000.000** |
| 06 181 | 2070 86A1 0001 | Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 374 | 3.000.000 |
| | **2112** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça** | | | | | | | **29.560.306** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **06 122** | **2112 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **29.560.306** |
| 06 122 | 2112 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 29.560.306 |

Câmara dos Deputados
Fl. 8279
Comissões Especiais

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.947.410 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 2.304.896 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 374 | 24.308.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **41.781.317** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **41.781.317** |

**ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça**
**UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2070** | **Segurança Pública com Cidadania** | | | | | | | **44.500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **06 183** | **2070 20V2** | **Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL** | | | | | | | **1.000.000** |
| 06 183 | 2070 20V2 0001 | Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL - Nacional | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 1.000.000 |
| **06 181** | **2070 2586** | **Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros** | | | | | | | **4.500.000** |
| 06 181 | 2070 2586 0001 | Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros - Nacional | | | | | | | 4.500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 374 | 4.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 374 | 500.000 |
| **06 181** | **2070 2726** | **Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União** | | | | | | | **39.000.000** |
| 06 181 | 2070 2726 0001 | Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional | | | | | | | 39.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 374 | 21.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 374 | 18.000.000 |
| | **2112** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça** | | | | | | | **40.787.001** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **06 122** | **2112 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **40.787.001** |
| 06 122 | 2112 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 40.787.001 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 374 | 24.600.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 374 | 16.187.001 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **85.287.001** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **85.287.001** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2058** | **Política Nacional de Defesa** | | | | | | | **5.387.872** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **05 151** | **2058 156K** | **Aquisição de Aeronaves** | | | | | | | **5.387.872** |
| 05 151 | 2058 156K 0001 | Aquisição de Aeronaves - Nacional | | | | | | | 5.387.872 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.387.872 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.387.872** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.387.872** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52121 - Comando do Exército**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**

Anexo Publicado SIOP 1(0466719) SEI 03500.200853/2015-81 / pg. 56

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 75.660.787 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 153 | 2058 20PY | Adequação de Organizações Militares do Exército | | | | | | | 12.000.000 |
| 05 153 | 2058 20PY 0001 | Adequação de Organizações Militares do Exército - Nacional | | | | | | | 12.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 12.000.000 |
| 05 244 | 2058 20XH | Ações de Cooperação do Exército | | | | | | | 55.221.734 |
| 05 244 | 2058 20XH 0001 | Ações de Cooperação do Exército - Nacional | | | | | | | 55.221.734 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 55.221.734 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 05 153 | 2058 156M | Modernização Operacional do Exército Brasileiro | | | | | | | 8.439.053 |
| 05 153 | 2058 156M 0001 | Modernização Operacional do Exército Brasileiro - Nacional | | | | | | | 8.439.053 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 8.439.053 |
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 20.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 20.000.000 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 20.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 20.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 95.660.787 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 95.660.787 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 9.796.674 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 152 | 2058 20SE | Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha | | | | | | | 424.062 |
| 05 152 | 2058 20SE 0001 | Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha - Nacional | | | | | | | 424.062 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 424.062 |
| 05 152 | 2058 20XN | Aprestamento da Marinha | | | | | | | 9.192.612 |
| 05 152 | 2058 20XN 0001 | Aprestamento da Marinha - Nacional | | | | | | | 9.192.612 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 9.192.612 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 05 152 | 2058 157N | Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF | | | | | | | 180.000 |
| 05 152 | 2058 157N 0001 | Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF - Nacional | | | | | | | 180.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 180.000 |
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 1.468.059 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 1.468.059 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 1.468.059 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.468.059 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 11.264.733 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.264.733 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Anexo Publicado SIOP (0467191) SEI 03500.200053/2015-81 / pg. ...

| | | | SF | ND | P | OD | U | TE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 259.287 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 152 | 2058 211D | Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares | | | | | | | 259.287 |
| 05 152 | 2058 211D 0001 | Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares - Nacional | | | | | | | 259.287 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 259.287 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 259.287 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 259.287 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 6.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 6.500.000 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 6.500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 4.500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 2.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 6.500.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.500.000 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52921 - Fundo do Exército

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 55.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 153 | 2058 4450 | Aprestamento do Exército | | | | | | | 55.000.000 |
| 05 153 | 2058 4450 0001 | Aprestamento do Exército - Nacional | | | | | | | 55.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 10.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 45.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 55.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 55.000.000 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 6.025.176 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 152 | 2058 20XN | Aprestamento da Marinha | | | | | | | 331.694 |
| 05 152 | 2058 20XN 0001 | Aprestamento da Marinha - Nacional | | | | | | | 331.694 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 331.694 |
| 05 128 | 2058 20XR | Capacitação Profissional da Marinha | | | | | | | 37.085 |
| 05 128 | 2058 20XR 0001 | Capacitação Profissional da Marinha - Nacional | | | | | | | 37.085 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 37.085 |

Anexo Publicado SIOP V(04867 [illegible]) SEI 03500.200653/2015-91 / pg. 38

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 05 125 | 2058 20XX | Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária | | | | | | | 5.656.397 |
| 05 125 | 2058 20XX 0001 | Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária - Nacional | | | | | | | 5.656.397 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 5.656.397 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 6.025.176 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.025.176 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 20.255.708 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 363 | 2058 2510 | Ensino Profissional Marítimo | | | | | | | 20.255.708 |
| 05 363 | 2058 2510 0001 | Ensino Profissional Marítimo - Nacional | | | | | | | 20.255.708 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 20.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 176 | 255.708 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 20.255.708 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.255.708 |

ÓRGÃO: 61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos
UNIDADE: 61201 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2038 | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | 800.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 571 | 2038 4727 | Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro | | | | | | | 800.000 |
| 04 571 | 2038 4727 0001 | Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro - Nacional | | | | | | | 800.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 800.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 800.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 800.000 |

ÓRGÃO: 64000 - Secretaria de Direitos Humanos
UNIDADE: 64901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2062 | Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes | | | | | | | 11.781.172 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 243 | 2062 210M | Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente | | | | | | | 11.781.172 |
| 14 243 | 2062 210M 0001 | Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente - Nacional | | | | | | | 11.781.172 |
| | | | S | 3 | 2 | 30 | 0 | 396 | 11.781.172 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.781.172 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.781.172 |

ÓRGÃO: 64000 - Secretaria de Direitos Humanos
UNIDADE: 64902 - Fundo Nacional do Idoso - FNI

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

Anexo Publicado SIOP 004687191 SEI 0.3500.200353/2015-91 / pg. 59

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2064 | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos | | | | | | | 3.337.300 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 241 | 2064 8819 | Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa | | | | | | | 3.337.300 |
| 14 241 | 2064 8819 0001 | Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - Nacional | | | | | | | 3.337.300 |
| | | | S | 3 | 2 | 30 | 0 | 396 | 3.337.300 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.337.300 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.337.300 |

ÓRGÃO: 65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
UNIDADE: 65101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2016 | Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência | | | | | | | 2.794.449 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 422 | 2016 8831 | Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 | | | | | | | 2.794.449 |
| 14 422 | 2016 8831 0001 | Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - Nacional | | | | | | | 2.794.449 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.794.449 |
| | 2104 | Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres | | | | | | | 250.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 122 | 2104 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 250.000 |
| 14 122 | 2104 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 250.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 250.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.044.449 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.044.449 |

ÓRGÃO: 66000 - Controladoria-Geral da União
UNIDADE: 66101 - Controladoria-Geral da União

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | 4.156.675 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 124 | 2101 2D58 | Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição | | | | | | | 4.156.675 |
| 04 124 | 2101 2D58 0001 | Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional | | | | | | | 4.156.675 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.156.675 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 4.156.675 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.156.675 |

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2038 | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | 500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 125 | 2038 4917 | Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil | | | | | | | 500.000 |
| 04 125 | 2038 4917 0001 | Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil - Nacional | | | | | | | 500.000 |

Anexo Publicado SIOP (04607198) SEI 03500.200553/2015-91 / pg. 69

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | | 500.000 |
| 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | | 500.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 04 122 | 2101 2000 Administração da Unidade | | | | | | | | 500.000 |
| 04 122 | 2101 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | | 500.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | | 500.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2021 | | Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | 1.800.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 571 | 2021 4947 | Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia | | | | | | | 1.800.000 |
| 19 571 | 2021 4947 0001 | Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Nacional | | | | | | | 1.800.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 180 | 1.800.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.800.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.800.000 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2020 | | Cidadania e Justiça | | | | | | | 595.515 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 14 422 | 2020 13FC | Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil | | | | | | | 595.515 |
| 14 422 | 2020 13FC 0001 | Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil - Nacional | | | | | | | 595.515 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 595.515 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 595.515 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 595.515 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2020 | | Cidadania e Justiça | | | | | | | 12.952 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 391 | 2020 2810 | Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional | | | | | | | 12.952 |
| 04 391 | 2020 2810 0001 | Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional - Nacional | | | | | | | 12.952 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 12.952 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 12.952 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.952 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Anexo Publicado SIOP (0466719) SEI 08500.001653/2015-91 / pg. 61

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2070 | Segurança Pública com Cidadania | | | | | | | 9.221.011 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06 181 | 2070 2723 | Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais | | | | | | | 9.221.011 |
| 06 181 | 2070 2723 0001 | Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional | | | | | | | 9.221.011 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 9.221.011 |
| | 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | 5.252.306 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06 122 | 2112 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 5.252.306 |
| 06 122 | 2112 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 5.252.306 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.947.410 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 2.304.896 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 14.473.317 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.473.317 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2070 | Segurança Pública com Cidadania | | | | | | | 1.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06 183 | 2070 20V2 | Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL | | | | | | | 1.000.000 |
| 06 183 | 2070 20V2 0001 | Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL - Nacional | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 1.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 |

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2035 | Esporte e Grandes Eventos Esportivos | | | | | | | 20.439.053 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 27 811 | 2035 14TQ | Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 | | | | | | | 20.439.053 |
| 27 811 | 2035 14TQ 0001 | Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 - Nacional | | | | | | | 20.439.053 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 20.439.053 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 20.439.053 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.439.053 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 5.387.872 |

Anexo Publicado SIOP 1046671/[illegible] SEI 03500.200853/2015-81 / pg. 62

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 637.036 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 637.036 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 637.036 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 05 482 | 2108 13D8 | Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica | | | | | | | 4.750.836 |
| 05 482 | 2108 13D8 0001 | Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica - Nacional | | | | | | | 4.750.836 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.750.836 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 5.387.872 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.387.872 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 20.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 20.000.000 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 20.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 20.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 20.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.000.000 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 9.796.674 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 152 | 2058 20SE | Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha | | | | | | | 424.062 |
| 05 152 | 2058 20SE 0001 | Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha - Nacional | | | | | | | 424.062 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 424.062 |
| 05 152 | 2058 20XN | Aprestamento da Marinha | | | | | | | 9.192.612 |
| 05 152 | 2058 20XN 0001 | Aprestamento da Marinha - Nacional | | | | | | | 9.192.612 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 9.192.612 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 05 152 | 2058 157N | Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF | | | | | | | 180.000 |
| 05 152 | 2058 157N 0001 | Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF - Nacional | | | | | | | 180.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 180.000 |
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 1.468.059 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 1.468.059 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 1.468.059 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.468.059 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 11.264.733 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.264.733 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

Anexo Publicação SIOP (004607 '21 SEI 03500.200053/2015-81 / pg. 53

UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 259.287 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 152 | 2058 211D | Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares | | | | | | | 259.287 |
| 05 152 | 2058 211D 0001 | Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares - Nacional | | | | | | | 259.287 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 259.287 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 259.287 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 259.287 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 6.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 6.500.000 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 6.500.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 4.500.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 280 | 2.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 6.500.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.500.000 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52921 - Fundo do Exército

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 10.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 153 | 2058 4450 | Aprestamento do Exército | | | | | | | 10.000.000 |
| 05 153 | 2058 4450 0001 | Aprestamento do Exército - Nacional | | | | | | | 10.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 10.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 10.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.000.000 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 5.693.482 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 128 | 2058 20XR | Capacitação Profissional da Marinha | | | | | | | 37.085 |
| 05 128 | 2058 20XR 0001 | Capacitação Profissional da Marinha - Nacional | | | | | | | 37.085 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 37.085 |
| 05 125 | 2058 20XX | Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária | | | | | | | 5.656.397 |

Anexo Publicado SIOP (04867159) SEI 53500.200853/2015-91 / pg. 64

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 05 125 | 2058 20XX 0001 | Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária - Nacional | | | | | | | 5.656.397 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 5.656.397 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 5.693.482 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.693.482 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 255.708 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 363 | 2058 2510 | Ensino Profissional Marítimo | | | | | | | 255.708 |
| 05 363 | 2058 2510 0001 | Ensino Profissional Marítimo - Nacional | | | | | | | 255.708 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 176 | 255.708 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 255.708 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 255.708 |

ÓRGÃO: 61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos
UNIDADE: 61201 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2038 | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | 800.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 571 | 2038 4727 | Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro | | | | | | | 800.000 |
| 04 571 | 2038 4727 0001 | Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro - Nacional | | | | | | | 800.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 800.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 800.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 800.000 |

ÓRGÃO: 65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
UNIDADE: 65101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2016 | Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência | | | | | | | 2.794.449 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 422 | 2016 210B | Atendimento às Mulheres em Situação de Violência | | | | | | | 2.235.500 |
| 14 422 | 2016 210B 0001 | Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - Nacional | | | | | | | 2.235.500 |
| | | | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 100 | 2.235.500 |
| 14 422 | 2016 8831 | Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 | | | | | | | 558.949 |
| 14 422 | 2016 8831 0001 | Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - Nacional | | | | | | | 558.949 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 558.949 |
| | 2104 | Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres | | | | | | | 250.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 122 | 2104 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 250.000 |
| 14 122 | 2104 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 250.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 250.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.044.449 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |

Anexo Publicado SIOP (0458719) SEI 03500.200851/2016-91 / pg 65

| | |
|---|---|
| TOTAL - GERAL | 3.044.449 |

ÓRGÃO: 66000 - Controladoria-Geral da União
UNIDADE: 66101 - Controladoria-Geral da União

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | 4.156.675 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 124 | 2101 2D58 | Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição | | | | | | | 2.565.369 |
| 04 124 | 2101 2D58 0001 | Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional | | | | | | | 2.565.369 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.565.369 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04 122 | 2101 14UP | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco | | | | | | | 240.000 |
| 04 122 | 2101 14UP 1695 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco - No Município de Recife - PE | | | | | | | 240.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 240.000 |
| 04 122 | 2101 14UQ | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão | | | | | | | 240.000 |
| 04 122 | 2101 14UQ 0734 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão - No Município de São Luís - MA | | | | | | | 240.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 240.000 |
| 04 122 | 2101 14UR | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas | | | | | | | 60.000 |
| 04 122 | 2101 14UR 0211 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas - No Município de Manaus - AM | | | | | | | 60.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 60.000 |
| 04 122 | 2101 14US | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba | | | | | | | 60.000 |
| 04 122 | 2101 14US 1436 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba - No Município de João Pessoa - PB | | | | | | | 60.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 60.000 |
| 04 122 | 2101 14UT | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 676.306 |
| 04 122 | 2101 14UT 1262 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte - No Município de Natal - RN | | | | | | | 676.306 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 676.306 |
| 04 122 | 2101 14UU | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí | | | | | | | 240.000 |
| 04 122 | 2101 14UU 0981 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí - No Município de Teresina - PI | | | | | | | 240.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 240.000 |
| 04 122 | 2101 156S | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins | | | | | | | 15.000 |
| 04 122 | 2101 156S 0542 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins - No Município de Palmas - TO | | | | | | | 15.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 15.000 |
| 04 122 | 2101 156T | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo | | | | | | | 60.000 |
| 04 122 | 2101 156T 3273 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo - No Município de Vitória - ES | | | | | | | 60.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 60.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 4.156.675 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.156.675 |

Anexo Publicado SIOP (04607199) SEI 03500.200853/2015-91 / pg. 60

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SOF

## Resumo do Decreto - R$ 600,3 milhões

em R$ milhões

| Órgãos | Parcela (R$ mi) Compensada | Parcela (R$ mi) Não Compensad | Descrição Sucinta da Suplementação | Observações |
|---|---|---|---|---|
| Justiça Federal | | 1.5 | Realização de concurso público para servidores e juizes. | Crédito totalmente financiado com excesso de recursos próprios não financeiros -fonte 150, a serem consideradas na avaliação bimestral - 3º bimestre e não sujeito aos limites do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015. |
| Justiça Eleitoral | | 2.3 | Realização de concurso público para provimento de cargos de analistas e técnicos. | Crédito totalmente financiado com excesso de recursos próprios não financeiros -fonte 150, a serem consideradas na avaliação bimestral - 3º bimestre e não sujeito aos limites do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015. |
| Justiça do Trabalho | | 170.9 | No TRT da 1ª Região – RJ, concurso público e despesas de TI (R$ 1,0 mi); no TRT da 2ª Região -SP, equipamento de informática, adequação de fóruns , obrigações contratuais, tarifas públicas, locações de imóveis, aquisição de mobiliários (R$ 65,7 mi); no TRT da 3ª Região – MG, reajustes contratuais, adicionais de obras (R$ 7,5 mi); no TRT da 4ª Região – RS, concurso público e contratos (R$ 8,1 mi); no TRT da 6ª Região – PE, obrigações contratuais e tarifas públicas (R$ 0,8 mi); no TRT da 7ª Região – CE, obrigações contratuais e despesas administrativas (R$ 4,3 mi); no TRT da 9ª Região – PR, manutenção de imóveis, correios, locações de imóveis, aquisição de materiais (R$ 30,2 mi); no TRT da 10ª Região – DF e TO, locação de imóveis, tarifas públicas, correios e manutenção predial (R$ 10,5 mil); no TRT da 11ª Região – AM e RR, reforma da sede do Tribunal (R$ 2.7 mi); no TRT da 12ª Região – SC, despesas continuada, reformas e eventos de aperfeiçoamento de Magistrados (R$ 8,5 mi); no TRT da 13ª Região –PB, despesas contratuais (R$ 1,9 mi); no TRT da 14ª Região – RO e AC, manutenção de elevadores (R$ 3,3 mi); no TRT da 15ª Região – Campinas/SP, tarifas públicas e despesas contratuais (R$ 6,0 mi); no TRT da 16ª Região – MA, despesas contratuais (R$ 0,8 mi); no TRT da 18ª Região – GO, despesas contratuais e indenizações de terceiros (R$ 0,3 mi); no TRT da 20ª Região – SE, manutenção de imóveis, sistema CFTV, renovação da frota de veículos, aquisição de bens de TI e mobiliários (R$ 3,9 mi); no TRT da 21ª Região – RN, reforma de imóveis, manutenção predial, despesas contratuais, suporte de TI, aquisição de mobiliário, capacitação e diárias (R$ 10,9 mi); no TRT da 23ª Região – MT, concurso público, despesas continuadas e tarifas públicas (R$ 3,2 mi); no TRT da 24ª Região – MS, manutenção predial e contratação de brigadistas (R$ 0,5 mi). | R$ 12,1 mi excesso de arrecadação recursos próprios; R$ 6,2 mi superávit recursos próprios; ; R$ 56,5 mi excesso de recursos de convênio; e R$ 98,5 mi superávit de recursos de convênio, a serem consideradas na avaliação bimestral - 3º bimestre e não sujeito aos limites do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015. |
| Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | | 8.9 | Ampliação e atualização da solução storage, necessária para implantação do PJ-e. | Crédito totalmente financiado com excesso de recursos de convênio -fonte 181, , a serem consideradas na avaliação bimestral - 3º bimestre e não sujeito aos limites do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015. |
| Presidência da República | 1.0 | | Correção de contrato de mão de obra terceirizada e contratação de auditoria externa. | Remanejamento de investimento para custeio em duas ações: Administração da unidade (R$ 500 mil) e ICP - Brasil (R$ 500 mil). |
| Ciência, Tecnologia e Inovação | 1.8 | 62.7 | Aquisição de matéria-prima para produção de radiofármacos (R$ 7,5 mi), concessão de bolsas de estudo do CNPq e do Ciência sem Fronteiras - CsF, recursos de doação e convênio (R$ 39,3 mi), aquisição de equipamentos para NUCLEP (R$ 15,9 mi) e continuidade à implantação do Laboratório Olímpico no Rio de Janeiro (R$ 1,8 mi). | Excesso de arrecadação: de convênio - R$ 21,2 mi e de doação - R$ 18,0 mi, não sujeito aos limites do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015; e de recursos próprios - R$ 23,4 mi, sem necesidade de limite adicional, pois se adequarão aos limites estabelecidos do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015. |
| Justiça | 16.1 | 111.6 | Continuidade dos projetos Marcas da Memória, Clínicas do Testemunho e Caravanas da Anistia (R$ 0,6 mi), pagamento de contribuições a organismos internacionais (R$ 12 mil), manutenção administrativa, aquisição de equipamentos e realização de curso de formação para as Polícias Federa (R$ 85,3 mi) e Rodoviária Federal (R$ 41,8 mi). | Superávit Financeiro da Fte 174 - R$ 111,6 mi, em atendimento às despesas ddo DPF e DPRF, sem necesidade de limite adicional, pois se adequarão aos limites estabelecidos do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015. |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 829

| Órgãos | Parcela (R$ mi) | | Descrição Sucinta da Suplementação | Observações |
|---|---|---|---|---|
| | Compensada | ão Compensad | | |
| Defesa | 79.8 | 120.5 | Atender despesas administrativas das unidades gestoras (R$ 2,5 mi), a aquisição de combustíveis e lubrificantes automotivos (R$ 4,0 mi), além da conclusão do projeto AH-2 - Helicópteros Russos (MI-35) no corrente exercício, em relação à Aeronáutica (R$ 5,4 mi); a execução de obras de adequações para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 (R$ 20,4 mi), o pagamento de despesas com concessionárias de serviços públicos para manutenção dos aquartelamentos (R$ 30,4 mi) e a reconstrução das instalações militares atingidas pelas obras da Transolímpica na Vila Militar, no Rio de Janeiro (R$ 100,2 mi), no Exército; o pagamento de despesas administrativas (R$ 1,5 mi), a obtenção de materiais permanentes (R$ 9,2 mi), equipamentos e equipagens operativas necessários à manutenção preventiva, corretiva, preditiva e modificadora dos meios (R$ 0,2 mi), a reforma, ampliação e modernização de imóveis destinados a diversas atividades (R$ 0,4 mi), a aquisição de materiais de sinalização náutica no Brasil e no exterior (R$ 5,7 mi) e e a habilitação e qualificação do pessoal da Marinha Mercante (R$ 20,3 mi), no âmbito da Marinha, a aquisição de materiais necessários ao funcionamento e capacitação da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL (R$ 0,3 mi) | R$ 20,4 mi oriundos de cancelamento do Min. do Esporte; R$ 120,5 mi excesso de arrecadação, sendo R$ 45,3 mi de recursos próprios não-financeiros e R$ 20,0 mi de recursos próprios financeiros, sem necesidade de limite adicional, pois se adequarão aos limites estabelecidos do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015; e R$ 55,2 mi de recursos de convênios, não sujeito aos limites do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015. |
| Secretaria de Assuntos Estratégicos | 0.8 | | Aquisição de licenças de softwares estatísticos e modernização do auditório do IPEA. | Ajuste de GND de 3 para 4. |
| Secretaria de Direitos Humanos | | 15.1 | FNCA - Projetos no âmbito do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente selecionados por chamamento público (R$ 11,8 mi) e FNI - Também para projetos direcionados aos idosos selecionados por meio de chamamento público (R$ 3,3 mi). | Superávit de doações de pessoas físicas e instituições públicas e privadas nacionais, não sujeito aos limites do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015. |
| Secretaria de Políticas para as Mulheres | 3.0 | | Aquisição de computadores em substituição aos doados para a Casa da Mulher( R$ 0,8 mi) e aperfeiçoamento dos serviços do Ligue 180 (R$ 2,2 mi) | Remanejamento GND 4 para 3 no ligue 180 e GND 3 para 4 na Administração da Unidade. |
| Controladoria-Geral da União | 4.2 | | Despesas de funcionamento do órgão. | Cancelamento de diversas obras. |
| **TOTAL** | **106.7** | **493.5** | | |
| | **600.3** | | | |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8891

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 8292
Comissões Especiais

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Pleito:** | **1419/2015** | **Cadastrado** | 02/06/15 15:18 | **Chancelado:** | Sim |
| **Departamento:** | DEPES | | | **Proposto** | 64.485.075 |
| | | | | **Autorizado** | 64.485.075 |

**Órgão/Unidade:** 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

1 - Síntese do Problema

Necessidade de o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ajustar o seu programa de trabalho, constante da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária de 2015 - LOA-2015, à realidade da execução orçamentária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, da empresa Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

2 - Causas do Problema

Segundo o órgão, a causa do problema está na alocação insuficiente de recursos entre programações/dotações, quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, em face da inexistência, à época, de informações que permitissem avaliar o real dimensionamento dos gastos com as finalidades descritas no item 5 deste pleito.

3 - Alternativas Existentes

1. Atendimento ao pleito apresentado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação de abertura de crédito suplementar por meio de decreto; e

2. não atendimento ao pleito.

4 - Alternativa Proposta

1. Atendimento ao pleito apresentado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação de abertura de crédito suplementar por meio de decreto.

Justificativa da Alternativa Proposta

A aprovação da proposição reforçará dotações destinadas:

- no Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, ao pagamento de bolsas de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, inclusive do Programa Ciência sem Fronteiras, por meio de incorporação de recursos de doação de empresas (Hyundai e Petrobrás) e de convênios (Petrogal, BG e Instituto Euvaldo Lodi - IEL);

- na Comissão Nacional de Energia Nuclear, à aquisição de matéria-prima para fabricação de radioisótopos e radiofármacos;

- na NUCLEP, aquisição de máquinas que serão utilizadas na fabricação do 1º submarino nuclear brasileiro, além de equipamentos e componentes, para atender ao programa de modernização das suas instalações fabris e administrativas; e

- no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, à continuidade da implantação do Laboratório Olímpico no Rio de Janeiro.

O crédito decorre de solicitação formalizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio dos Pedidos SIOP nºs 43127, 43490, 43717, 43725 e 44891 e viabilizar-se-á à conta de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, de Recursos de Convênios e de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com a autorização contida no art. 4º, caput, incisos I, alínea "c", VIII e XII, alínea "b", item "1", da Lei nº 13.115, de 2015, o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 8293
Comissões Especiais

de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Segundo o órgão, os remanejamentos ora propostos não trarão prejuízo à execução das programações/dotações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Esclarece-se a propósito do que dispõe o caput do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização das programações/dotações suplementadas;

b) R$ 23.444.061,00 (vinte e três milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil e sessenta e um reais) suplementam despesas primárias discricionárias atendidas com excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros;

c) R$ 39.241.014,00 (trinta e nove milhões, duzentos e quarenta e um mil e quatorze reais) suplementam despesas primárias discricionárias atendidas com excesso de arrecadação de Recursos de Convênios e de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, as quais serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, cuja execução não estará sujeita aos limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, de acordo com o seu art. 1º, § 1º, inciso III; e

d) a execução das despesas a que se referem os ítens "a" e "b" ocorrerá de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, conforme estabelece o § 2º, do art. 1º, do referido Decreto.

Adicionalmente, são demonstrados, nos quadros anexos à Exposição de Motivos que acompanha o presente crédito, em atendimento ao disposto no art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 - da LDO-2015, os excessos de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, de Recursos de Convênios e de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais apropriados neste crédito.

6 - Encaminhamento

Encaminhar à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Projeto de Decreto que efetive a abertura de crédito suplementar, em favor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no valor de R$ 64.485.075,00 (sessenta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil e setenta e cinco reais).

Milton Luiz Torres Pinheiro
Analista de Planejamento e Orçamento
DEPES/SOF/MP

Jorge Luiz Maroni Dias
Gerente de Projeto
DEPES/SOF/MP

Câmara dos Deputados
Fl. 8294
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Pleito:** | **1434/2015** | **Cadastrado** | 12/06/15 11:39 | **Chancelado:** | Sim |
| **Departamento:** | DEPES | | | **Proposto** | 200.353.563 |
| | | | | **Autorizado** | 200.353.563 |

**Órgão/Unidade:** 99999 - SOF

52111 - Comando da Aeronáutica

52131 - Comando da Marinha

52911 - Fundo Aeronáutico

52921 - Fundo do Exército

52931 - Fundo Naval

52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

1 - Síntese do Problema

Necessidade de o Ministério da Defesa ajustar o seu programa de trabalho, constante da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária de 2015 - LOA-2015, à realidade da execução orçamentária.

2 - Causas do Problema

Segundo o órgão, a causa do problema está na alocação insuficiente de recursos quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, em face da inexistência, à época, de informações que permitissem avaliar o real dimensionamento dos gastos das programações afetas à suplementação em questão.

3 - Alternativas Existentes

1. Atendimento ao pleito apresentado pelo Ministério da Defesa de abertura de crédito suplementar por meio de decreto; e

2. não atendimento ao pleito.

4 - Alternativa Proposta

1. Atendimento ao pleito apresentado pelo Ministério da Defesa de abertura de crédito suplementar por meio de decreto.

5 - Justificativa da Alternativa Proposta

A aprovação da proposição possibilitará:

- no Comando da Aeronáutica, a conclusão do projeto AH-2 - Helicópteros Russos (MI-35) no corrente exercício;

- no Comando do Exército, a execução de obras de adequações para diversas localidades destinadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, o pagamento de despesas com concessionárias de serviços públicos (água, energia elétrica, esgoto), a realização, em todas as regiões do País, da implantação, modernização e adequação de aquartelamentos e das demais instalações operacionais e de apoio ao pessoal, e a reconstrução das instalações militares atingidas pelas obras da Transolímpica na Vila Militar, no Rio de Janeiro;

- no Comando da Marinha, o atendimento de despesas relativas a serviços administrativos diversos, a aquisição de equipamentos e insumos para o desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, a obtenção de materiais permanentes e equipamentos necessários à manutenção preventiva, corretiva, preditiva e modificadora dos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais, a aquisição de equipagens operativas para o acervo do Corpo de Fuzileiros Navais, e a reforma, ampliação e modernização de imóveis destinados a diversas atividades da Marinha;

Câmara dos Deputados
8295
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

- na Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, a aquisição de materiais necessários ao bom desempenho das atividades da AMAZUL e ao desenvolvimento de programas de capacitação que permitam realizar e manter a habilitação técnica do pessoal;

- no Fundo Aeronáutico, o pagamento de despesas administrativas das unidades gestores do Comando da Aeronáutica, bem como a aquisição de combustíveis/lubrificantes automotivos para a frota de veículos das diversas organizações militares da Aeronáutica;

- no Fundo do Exército, a reconstrução das instalações militares atingidas pelas obras da Transolímpica na Vila Militar, no Rio de Janeiro, e a manutenção dos aquartelamentos para garantir a operacionalidade da Força;

- no Fundo Naval, a obtenção de materiais permanentes e equipamentos necessários à manutenção preventiva, corretiva, preditiva e modificadora dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, a aquisição de materiais de sinalização náutica a fim de garantir a segurança da navegação aquaviária, e a habilitação de profissionais para o exercício de funções de Estado-maior, cargos de Comando, Direção, Chefia e Assessoria da Alta Administração Militar; e

- no Fundo do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, a habilitação e qualificação do pessoal da Marinha Mercante, com o intuito de desenvolver o conhecimento da tecnologia e das ciências náuticas.

O crédito decorre de solicitação formalizada pelo Ministério da Defesa, por meio dos Pedidos SIOP nºs 43305, 43312, 43313, 43314, 43325, 43330, 43331, 43334, 43337, 43403, 43588, 43875, 43929, 44058, 44114, 44812, 44921 e 45086 e viabilizar-se-á à conta de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros, Recursos Próprios Financeiros e Recursos de Convênios; e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com a autorização contida no art. 4º, incisos I, alíneas "a" e "c", II e VIII, da Lei nº 13.115, de 2015, e com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Segundo o órgão, os remanejamentos ora propostos não trarão prejuízo à execução das dotações objeto de cancelamento, tendo em vista que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício corrente.

Esclarece-se a propósito do que dispõe o caput do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R$ 79.800.135,00 (setenta e nove milhões,oitocentos mil, cento e trinta e cinco reais) se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização das programações/dotações suplementadas;

b) R$ 55.221.734,00 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e vinte e um mil, setecentos e trinta e quatro reais) referem-se a despesas financiadas com excesso de arrecadação de Recursos de Convênios, e foram consideradas na avaliação de receitas e despesas, conforme Relatório de que trata o § 4º do art. 52 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 - LDO-2015, relativo ao 2º bimestre, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 152, de 21 de maio de 2015, cuja execução não estará sujeita aos limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, de acordo com seu art. 1º, § 1º, inciso III;

c) R$ 45.331.694,00 tratam de suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, relativo a Recursos Próprios Não Financeiros;

d) R$ 20.000.000,00 tratam de suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas financeiras, relativo à Recursos Próprios Financeiros; e

e) as despesas dos itens "a", "c" e "d" serão realizadas de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, conforme dispõe o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

Adicionalmente, é demonstrado no quadro anexo à Exposição de Motivos que acompanha o presente crédito, em atendimento ao disposto no art. 40, caput, da Lei nº 13.080, de 2015, o excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros, de Recursos Próprios Financeiros e de Recursos de Convênios, apropriados parcialmente, neste crédito.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 8296
Comissões Especiais

6 - Encaminhamento

Encaminhar ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Projeto de Decreto que efetive a abertura de crédito suplementar, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R$ 200.353.563,00 (duzentos milhões, trezentos e cinquenta e três mil, quinhentos e sessenta e três reais).

Marcelo Vaz Junqueira
Analista de Planejamento e Orçamento
Dept°. de Programas Especiais
DEPES/SOF/MP

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 8297
Comissões Especiais

**Pleito:** 1422/2015 **Cadastrado** 03/06/15 15:04 **Chancelado:** Sim

**Departamento:** DEPES **Proposto** 127.676.785
**Autorizado** 127.676.785

**Órgão/Unidade:** 30103 - Arquivo Nacional

30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

30108 - Departamento de Polícia Federal

30000 - Ministério da Justiça

1 - Síntese do Problema

Necessidade de o Ministério da Justiça ajustar o seu programa de trabalho, constante da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária de 2015 - LOA-2015, para atender à realidade atual da execução de despesas da Administração direta, do Arquivo Nacional, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento de Polícia Federal.

2 - Causas do Problema

A causa do problema, segundo o órgão, está na alocação insuficiente de dotações em parte de sua programação, quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2015, tendo em vista a ausência, à época, de informações sobre o real dimensionamento dos gastos detalhados no ítem 5 deste Pleito.

3 - Alternativas Existentes

1. Atendimento ao pleito apresentado pelo Ministério da Justiça de abertura de crédito suplementar por meio de Decreto; e

2. não atendimento ao pleito.

4 - Alternativa Proposta

1. Atendimento ao pleito apresentado pelo Ministério da Justiça de abertura de crédito suplementar por meio de Decreto.

5 - Justificativa da Alternativa Proposta

A suplementação ora proposta, conforme justificativas apresentadas pelo Ministério da Justiça, permitirá:

- na Administração direta, o custeio dos projetos Marcas da Memória, Clínicas do Testemunho, Caravanas da Anistia e Revista da Anistia, firmados entre a Comissão da Anistia, Entidades da Sociedade Civil e Órgãos Federais;

- no Arquivo Nacional, o pagamento da contribuição à Associação Latino-Americana de Arquivos - ALA, ao Conselho Internacional de Arquivos - CIA e à Federação Internacional dos Arquivos de Filmes - FIAF;

- no Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a manutenção de despesas administrativas, a continuidade do Projeto de Rádio Digital (Landell), a manutenção do sistema analógico de comunicação da PRF, o convênio com a ANTT com vistas à contratação de profissionais para validação das imagens geradas de radares instalados em rodovias concessionadas, a realização de escoltas de cargas super dimensionadas e o custeio do curso de formação para novos policias rodoviários federais; e

- no Departamento de Polícia Federal, a manutenção e substituição de equipamentos do Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais - AFIS, a realização do curso de capacitação para pilotos do VANT, a manutenção de aeronaves, a aquisição de armamentos para atividade policial, a aquisição de equipamentos para as áreas administrativas e de informática, a implementação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI e a realização de curso de formação de policiais, bem como aquisição de armamento e munição para treinamento.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 8298
Comissões Especiais

A proposição em pauta decorre de solicitações formalizadas pelo órgão, por meio dos Pedidos SIOP nºs 43171, 43172, 43173, 43174, 43579, 43814, 44051, 44104, 44224 e 44387, e será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais, de excesso de arrecadação de recursos ordinários e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com a autorização contida no art. 4º, caput, incisos I, alíneas "a" e "e", II, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, e o disposto no art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Segundo o Ministério da Justiça, os remanejamentos ora propostos não comprometerão a execução das programações/dotações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Esclarece-se, a propósito do que dispõe o caput do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R$ 16.801.784,00 (dezesseis milhões, oitocentos e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada;

b) R$ 111.595.001,00 (cento e onze milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e um reais) atendem a despesas primárias discricionárias à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais; e

c) a execução das despesas será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

Cumpre informar que o valor do superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, referente a Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais, considerados os créditos adicionais já abertos, reabertos e em tramitação, está de acordo com os montantes constantes da Tabela 4-A da Portaria nº 176, de 30 de março de 2015, da Secretaria do Tesouro Nacional, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2015, sendo o saldo atual suficiente para atender ao mencionado crédito suplementar.

6 - Encaminhamento

Encaminhar ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Projeto de Decreto que efetive a abertura do crédito suplementar, em favor do Ministério da Justiça, no valor de R$ 127.676.785,00 (cento e vinte e sete milhões, seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta e cinco reais).

Luciana Rodrigues Ribeiro Cabral
Analista de Planejamento e Orçamento
DEPES/SOF/MP

Milton Luiz Torres Pinheiro
Analista de Planejamento e Orçamento
DEPES/SOF/MP

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 8299
Comissões Especiais

**Pleito:** **1430/2015** **Cadastrado** 10/06/15 16:12 **Chancelado:** Sim

**Departamento:** DEPES **Proposto** 24.119.596
**Autorizado** 24.119.596

**Órgão/Unidade:** 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
61201 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
64000 - Secretaria de Direitos Humanos
65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
66000 - Controladoria-Geral da União

1 - Síntese do Problema

Necessidade de ajustar os programas de trabalho dos órgãos a seguir, constantes da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária de 2015 - LOA-2015, à realidade da execução orçamentária:

Em R$ 1,00

| | Aplicação | Origem dos Recursos |
|---|---|---|
| - Presidência da República | 1.000.000 | 1.000.000 |
| - Secretaria de Assuntos Estratégicos | 800.000 | 800.000 |
| - Secretaria de Direitos Humanos | 15.118.472 | |
| - Secretaria de Políticas para as Mulheres | 3.044.449 | 3.044.449 |
| - Controladoria-Geral da União | 4.156.675 | 4.156.675 |
| - Superávit financeiro apurado no balanço Patrimonial de 2014 de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | | 15.118.472 |
| Total | 24.119.596 | 24.119.596 |

2 - Causas do Problema

A causa do problema, segundo os órgãos, está na alocação insuficiente de dotações quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2015, tendo em vista a ausência, à época, de informações sobre o real dimensionamento dos gastos descritos no item 5 deste Pleito.

3 - Alternativas Existentes

1. Atendimento aos pleitos apresentados pelos órgãos de abertura de crédito suplementar por meio de decreto; e

2. não atendimento aos pleitos.

4 - Alternativa Proposta

1. Atendimento aos pleitos apresentados pelos órgãos de abertura de crédito suplementar por meio de decreto.

5 - Justificativa da Alternativa Proposta

A suplementação ora proposta, conforme justificativas apresentadas pelos órgãos, permitirá:

- na Presidência da República, o atendimento de compromissos contratuais de manutenção e mão de obra terceirizada para apoio administrativo e a manutenção da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP – Brasil, no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação;

- na Secretaria de Assuntos Estratégicos, a aquisição de licenças de softwares estatísticos e a modernização do auditório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea;

- na Secretaria de Direitos Humanos, a realização de projetos relacionados à educação, ao enfrentamento

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 83 06
Comissões Especiais

da violência sexual e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, no âmbito do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e a realização de projetos visando o combate a violência, defesa dos direitos e o incentivo a protagonismo da pessoa idosa, no âmbito do Fundo Nacional do Idoso;

- na Secretaria de Políticas para as Mulheres, a expansão dos serviços da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 e a aquisição de equipamentos de informática; e

- na Controladoria-Geral da União, o pagamento de contratos administrativos necessários para o funcionamento do órgão.

A proposição em pauta decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos, por meio dos Pedidos SIOP nºs 43357, 43865, 44075, 44084, 44841, copiado do 44093, 44113, 44119, 44121 e será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, referente a Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com a autorização contida no art. 4º, caput, incisos I, alínea "a" e § 1º, II, e VIII da Lei nº 13.115, de 2015, e o disposto no art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

Segundo os órgãos, os remanejamentos ora propostos não comprometerão a execução das programações/dotações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Cumpre informar que o valor do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2014, referente a Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, considerados os créditos adicionais já abertos, reabertos e em tramitação, está em conformidade com o montante constante da Tabela 4-A da Portaria STN nº 176, de 30 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2015, sendo o saldo atual suficiente para atender ao mencionado crédito suplementar.

Esclareça-se, a propósito do que dispõe o caput do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R$ 9.001.124,00 (nove milhões, um mil, cento e vinte e quatro reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização das programações/dotações suplementadas, cuja execução fica condicionada aos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

b) R$ 15.118.472,00 (quinze milhões, cento e dezoito mil, quatrocentos e setenta e dois reais) referem-se a despesas financiadas com superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, referente a doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, que serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, cuja execução não estará sujeita aos limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, de acordo com o seu art. 1º, § 1º, inciso III.

6 - Encaminhamento

Encaminhar ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão os atos necessários à abertura de crédito suplementar, por decreto, em favor da Presidência da República, das Secretarias de Assuntos Estratégicos, Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres e da Controladoria-Geral da União, no valor global de R$ 24.119.596,00 (vinte e quatro milhões, cento dezenove mil, quinhentos e noventa e seis reais).

Bernardo Bofill
Analista de Planejamento
DEPES/SOF/MP

Jorge Luiz Maroni Dias
Gerente de Projeto
DEPES/SOF/MP

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 8301
Comissões Especiais

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Pleito:** | **1436/2015** | **Cadastrado** | 15/06/15 11:28 | **Chancelado:** | Sim |
| **Departamento:** | DEPES | | | **Proposto** | 1.462.58€ |
| | | | | **Autorizado** | 1.462.58€ |
| **Órgão/Unidade:** | 12000 - Justiça Federal | | | | |

1 - Síntese do Problema

Necessidade de a Justiça Federal ajustar o seu programa de trabalho, constante da Lei nº 13.115, de 2C de abril de 2015, Lei Orçamentária de 2015 - LOA-2015, para atender à realidade atual da execução de suas despesas.

2 - Causas do Problema

A causa do problema, segundo o órgão, está na alocação insuficiente de dotações em parte de sua programação, quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2015, tendo em vista a ausência, à época, de informações sobre o real dimensionamento dos gastos detalhados no ítem 5 deste Pleito.

3 - Alternativas Existentes

1. Atendimento ao pleito apresentado pela Justiça Federal de abertura de crédito suplementar por meio de Decreto; e

2. não atendimento ao pleito.

4 - Alternativa Proposta

1. Atendimento ao pleito apresentado pela Justiça Federal de abertura de crédito suplementar por meio de Decreto.

5 - Justificativa da Alternativa Proposta

A suplementação ora proposta, conforme justificativas apresentadas pela Justiça Federal, permitirá a realização de concursos públicos para servidores e Juiz Federal Substituto, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2 º Graus e a substituição do veículo oficial da Seccional de Rondônia, com receita decorrente de indenização por seguro contra sinistro.

A proposição em pauta decorre de solicitação formalizada pelo órgão, por meio do Pedido SIOP nº 43466, conforme dispõe o art. 41 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 - LDO-2015, e viabilizar-se-á mediante decreto, à conta de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros, em conformidade com a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alínea "c" da LOA - 2015, e o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

O Parecer de Mérito do Conselho Nacional de Justiça, conforme dispõe o art. 41 da Lei no 13.080, de 2 de janeiro 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 - LDO 2015, não foi encaminhado a esta Secretaria de Orçamento Federal, até o presente momento, como forma de subsídio à análise das referidas solicitações.

Esclarece-se, a propósito do que dispõe o caput do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que referem-se à suplementação de despesas discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, referente a Recursos Próprios Não-Financeiros, as quais serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, relativa ao 3º bimestre.

É demonstrado no quadro anexo à Exposição de Motivos que acompanha o presente crédito, em atendimento ao disposto no art. 40, caput, da LDO-2015, o excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros apropriado neste crédito.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 8302
Comissões Especiais

6 - Encaminhamento

Encaminhar ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Projeto de Decreto que efetive a abertura do crédito suplementar, em favor da Justiça Federal, no valor de R$ 1.462.586,00 (um milhão quatrocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais).

Valéria L. Sousa
Analista de Planejamento e Orçamento
DEPES/SOF/MP

Josenira Santos Vieira
Analista de Planejamento e Orçamento
DEPES/SOF/MP

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 8303
Comissões Especiais

**Pleito:** 1437/2015 **Cadastrado** 15/06/15 15:31 **Chancelado:** Sim

**Departamento:** DEPES **Proposto** 2.315.677
**Autorizado** 2.315.677

**Órgão/Unidade:** 14000 - Justiça Eleitoral

1 - Síntese do Problema

Necessidade de a Justiça Eleitoral ajustar o seu programa de trabalho, constante da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária de 2015 - LOA-2015, para atender à realidade atual da execução de suas despesas.

2 - Causas do Problema

A causa do problema, segundo o órgão, está na alocação insuficiente de dotações em parte de sua programação, quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2015, tendo em vista a ausência, à época, de informações sobre o real dimensionamento dos gastos detalhados no ítem 5 deste Pleito.

3 - Alternativas Existentes

1. Atendimento ao pleito apresentado pela Justiça Eleitoral de abertura de crédito suplementar por meio de Decreto; e

2. não atendimento ao pleito.

4 - Alternativa Proposta

1. Atendimento ao pleito apresentado pela Justiça Eleitoral de abertura de crédito suplementar por meio de Decreto.

5 - Justificativa da Alternativa Proposta

A suplementação ora proposta, conforme justificativas apresentadas pela Justiça Eleitoral, permitirá a realização de concursos públicos para servidores no âmbito dos Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados do Espírito Santo -TRE - ES, Mato Grosso - TRE - MT, Pernambuco - TRE - PE e Santa Catarina – TRE – SC.

A proposição em pauta decorre de solicitação formalizada pelo órgão, por meio do Pedido SIOP nº 44308, e viabilizar-se-á mediante decreto, conta de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros, em conformidade com a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alínea "c" da LOA 2015, e o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

O Parecer de Mérito do Conselho Nacional de Justiça, conforme dispõe o art. 41 da Lei no 13.080, de 2 de janeiro 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 - LDO 2015, não foi encaminhado a esta Secretaria de Orçamento Federal, até o presente momento, como forma de subsídio à análise das referidas solicitações.

Esclarece-se, a propósito do que dispõe o caput do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que referem-se à suplementação de despesas discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, referente a Recursos Próprios Não-Financeiros, as quais serão consideradas na avaliação bimestral de receitas e despesas, de que trata a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, no que concerne ao terceiro bimestre.

É demonstrado no quadro anexo à Exposição de Motivos que acompanha o presente crédito, em atendimento ao disposto no caput do art. 40, da LDO - 2015, o excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros apropriado neste crédito.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 8304
Comissões Especiais

6 - Encaminhamento

Encaminhar ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Projeto de Decreto que efetive a abertura do crédito suplementar, em favor da Justiça Eleitoral, no valor de R$ 2.315.677 (dois milhões trezentos e quinze mil, seiscentos e setenta e sete reais).

Valéria L. Sousa
Analista de Planejamento e Orçamento
DEPES/SOF/MP

Josenira Santos Vieira
Analista de Planejamento e Orçamento
DEPES/SOF/MP

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 8305
Comissões Especiais

**Pleito:** **1442/2015** **Cadastrado** 16/06/15 09:38 **Chancelado:**

**Departamento:** DEPES

| | |
|---|---|
| **Proposto** | 170.936.832 |
| **Autorizado** | 170.936.832 |

**Órgão/Unidade:** 15000 - Justiça do Trabalho

1 - Síntese do Problema

Necessidade de a Justiça do Trabalho ajustar o seu programa de trabalho, constante da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária de 2015 - LOA-2015, para atender à realidade atual da execução de suas despesas.

2 - Causas do Problema

A causa do problema, segundo o órgão, está na alocação insuficiente de dotações em parte de sua programação, quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2015, tendo em vista a ausência, à época, de informações sobre o real dimensionamento dos gastos detalhados no item 5 deste Pleito.

3 - Alternativas Existentes

1. Atendimento ao pleito apresentado pela Justiça do Trabalho de abertura de crédito suplementar por meio de Decreto; e

2. não atendimento ao pleito.

4 - Alternativa Proposta

1. Atendimento ao pleito apresentado pela Justiça do Trabalho de abertura de crédito suplementar por meio de Decreto.

5 - Justificativa da Alternativa Proposta

A aprovação da presente proposição, segundo justificativas apresentadas pela Justiça do Trabalho, possibilitará:

- no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – Rio de Janeiro/RJ, a contratação de empresa responsável pela realização do concurso público para juiz e a aquisição de licenças de softwares e material permanente de informática (R$ 1.497.022,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – São Paulo/SP, a aquisição de equipamento de informática, a adequação dos Fóruns de Santo André e Mogi das Cruzes, para implantação do PJ-e e novas Varas do Trabalho, a implantação do sistema de segurança com circuito Fechado de TV (CFTV) em todas as unidades do TRT – SP, o cumprimento obrigações contratuais de serviços de vigilância, limpeza, serviços postais, tarifas públicas, locações de imóveis, manutenção da TV Corporativa, aquisição de mobiliários e serviços de digitalização dos autos para implementação do PJ-e (R$ 65.720.616,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – Minas Gerais/MG, o pagamento de despesas e reajustes contratuais de serviços continuados, além das despesas adicionais da obra de ampliação do Fórum da Justiça do Trabalho de Pedro Leopoldo (R$ 7.552.415,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – Rio Grande do Sul/RS, o pagamento de despesas com a realização de concurso para contratação de servidores e a manutenção dos contratos de serviços continuados (R$ 8.151.450,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – Pernambuco/PE, o cumprimento de obrigações contratuais como limpeza e conservação, vigilância armada, serviços postais e tarifas públicas (R$ 849.000,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região – Ceará/CE, o cumprimento de obrigações contratuais e demais despesas administrativas da Unidade (R$ 4.338.811,00);

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 8306
Comissões Especiais

- no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – Paraná/PR, o atendimento de serviços de manutenção de imóveis, serviços de correios, locações de imóveis, aquisição de materiais de consumo e permanente necessários à manutenção e funcionamento das atividades do Tribunal (R$ 30.221.281,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região – Distrito Federal e Tocantins, o atendimento de despesas de natureza continuada como locação de imóveis para abrigar as Varas Trabalhistas, despesas com energia elétrica, saneamento de água e esgoto, telefonia, correios e manutenção predial (R$ 10.449.000,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região – Amazonas e Roraima, o andamento da obra de revestimento da sede administrativa do Tribunal (R$ 2.678.713,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – Santa Catarina/SC, o atendimento de despesas de natureza continuada como locações de imóveis, serviços de limpeza e vigilância, energia elétrica e reforma de imóveis já em andamento além de custear os eventos realizados na formação e aperfeiçoamento de Magistrados (R$ 8.536.622,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – Paraíba/PB, o atendimento de despesas contratuais essenciais ao funcionamento do Tribunal (R$ 1.906.000,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – Rondônia e Acre, o atendimento de despesas de manutenção e modernização dos elevadores do Fórum Trabalhistas de Rio Branco (R$ 3.305.995,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Campinas/SP, o pagamento de tarifas pública e despesas contratuais como vigilância ostensiva (R$ 6.000.000,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região – Maranhão/MA, o pagamento de despesas contratuais (R$ 842.504,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região – Goiás/GO, o pagamento de despesas contratuais e indenizações e serviços de terceiros (R$ 345.874,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região – Sergipe/SE, a contratação de serviços de manutenção de imóveis, modernização do sistema CFTV, renovação da frota de veículos, aquisição e instalação de sistema de controle veicular por meio de cancelas eletrônicas e de acesso de pessoas por catracas eletrônicas e fechaduras biométricas, além da aquisição de bens de informática e mobiliários (R$ 3.964.000,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região – Rio Grande do Norte/RN, a continuidade da reforma do Fórum Desembargador Silvério Soares em Mossoró, o pagamento de despesas com manutenção predial, despesas contratuais de vigilância, manutenção da rede de comunicação e suporte de TI, aquisição e instalação de geradores e ar condicionado, aquisição de mobiliário, capacitação de servidores e pagamento de diárias (R$ 10.898.670,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região – Mato Grosso/MT, a realização de concurso público para cargos de servidores e juízes substitutos, o pagamento de despesas continuadas e tarifas públicas (energia, segurança, limpeza, correios, contratação de links, serviços de condução de veículos e outras) (R$ 3.177.394,00);

- no Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região – Mato Grosso do Sul/MS, o pagamento de despesas com manutenção predial e contratação de brigadistas (R$ 501.465,00).

A proposição em pauta decorre de solicitações formalizadas pelo órgão, por meio dos Pedidos SIOP nºs 43724 e 43890, e viabilizar-se-á mediante decreto, conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Recursos Próprios Não-Financeiros e Recursos de Convênios e de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros e Convênios, em conformidade com a autorização contida no art. 4º, caput, incisos I, alíneas "c" e "e" e VIII, e o disposto no art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

O Parecer de Mérito do Conselho Nacional de Justiça, conforme dispõe o art. 41 da Lei no 13.080, de 2 de

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 9307
Comissões Especiais

janeiro 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 - LDO 2015, não foi encaminhado a esta Secretaria de Orçamento Federal, até o presente momento, como forma de subsídio à análise das referidas solicitações.

Esclarece-se, a propósito do que dispõe o caput do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R$ 66.237.620,00 (sessenta e seis milhões, duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e vinte reais) referem-se à suplementação de despesas discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, referente a Recursos Próprios Não-Financeiros e recursos de convênios; e

b) R$ 104.699.212,00 (cento e quatro milhões, seiscentos e noventa e nove mil, duzentos e doze reais) atendem a despesas primárias discricionárias à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Recursos Próprios Não-Financeiros e recursos de convênios.

Cumpre informar que as despesas referentes constantes deste crédito serão consideradas na avaliação bimestral de receitas e despesas, de que trata a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, no que concerne ao terceiro bimestre.

O valor do superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, referente a Recursos Próprios Não-Financeiros e Recursos de Convênios, considerados os créditos adicionais já abertos, reabertos e em tramitação, está de acordo com os montantes constantes da Tabela 4-A da Portaria nº 176, de 30 de março de 2015, da Secretaria do Tesouro Nacional, publicada no Diário Oficial da União de 1 de abril de 2015, sendo o saldo atual suficiente para atender ao mencionado crédito suplementar.

6 - Encaminhamento

Encaminhar ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Projeto de Decreto que efetive a abertura do crédito suplementar, em favor da Justiça do Trabalho no valor de R$ 170.936.832,00 (cento e setenta milhões, novecentos e trinta e seis mil, oitocentos e trinta e dois reais).

Valéria L. Sousa
Analista de Planejamento e Orçamento
DEPES/SOF/MP

Josenira Santos Vieira
Analista de Planejamento e Orçamento
DEPES/SOF/MP

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 8308
Comissões Especiais

**Pleito:** **1440/2015** **Cadastrado** 15/06/15 17:27 **Chancelado:** Sim

**Departamento:** DEPES **Proposto** 8.918.731
**Autorizado** 8.918.731

**Órgão/Unidade:** 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1 - Síntese do Problema

Necessidade de a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios ajustar o seu programa de trabalho constante da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária de 2015 - LOA-2015, para atender à realidade atual da execução de suas despesas.

2 - Causas do Problema

A causa do problema, segundo o órgão, está na alocação insuficiente de dotações em parte de sua programação, quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2015, tendo em vista a ausência, à época, de informações sobre o real dimensionamento dos gastos detalhados no ítem 5 deste Pleito.

3 - Alternativas Existentes

1. Atendimento ao pleito apresentado pela Justiça do Distrito Federal e dos Territórios de abertura de crédito suplementar por meio de Decreto; e

2. não atendimento ao pleito.

4 - Alternativa Proposta

1. Atendimento ao pleito apresentado pela Justiça do Distrito Federal e dos Territórios de abertura de crédito suplementar por meio de Decreto.

5 - Justificativa da Alternativa Proposta

A suplementação ora proposta, conforme justificativas apresentadas pela Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, permitirá realização de despesas de manutenção dos sistemas de tecnologia da informação, com a aquisição e atualização da solução "storage" do Tribunal.

A proposição em pauta decorre de solicitação formalizada pelo órgão, por meio do Pedido SIOP nº 44221, e viabilizar-se-á mediante decreto, conta de excesso de arrecadação de Recursos de Convênio, em conformidade com a autorização contida no art. 4º, caput, inciso VIII, e o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

O Parecer de Mérito do Conselho Nacional de Justiça, conforme dispõe o art. 41 da Lei no 13.080, de 2 de janeiro 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 - LDO 2015, não foi encaminhado a esta Secretaria de Orçamento Federal, até o presente momento, como forma de subsídio à análise das referidas solicitações.

Esclarece-se, a propósito do que dispõe o caput do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que referem-se à suplementação de despesas discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, referente a Recursos de Convênio e serão consideradas na avaliação bimestral de receitas e despesas, de que trata a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, no que concerne ao terceiro bimestre.

É demonstrado no quadro anexo à Exposição de Motivos que acompanha o presente crédito, em atendimento ao disposto no caput do art. 40, da LDO - 2015, o excesso de arrecadação referente a Recursos de Convênio apropriado neste crédito.

6 - Encaminhamento

Encaminhar ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Projeto de Decreto que efetive

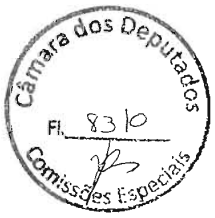
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 8309
Comissões Especiais

a abertura do crédito suplementar, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no valor de R$ 8.918.731,00 (oito milhões, novecentos e dezoito mil, setecentos e trinta e um reais).

Valéria L. Sousa
Analista de Planejamento e Orçamento
DEPES/SOF/MP

Josenira Santos Vieira
Analista de Planejamento e Orçamento
DEPES/SOF/MP




ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 8º ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

**PARECER n. 00817/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU**

NUP: 03500.200853/2015-91

INTERESSADOS: Diversos órgãos do Poder Executivo e do Poder Judiciário.

ASSUNTOS: Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

EMENTA: I – Ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. II – Conformidade com: (a) as competências constitucionais do Presidente da República; (b) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares; e (c) as hipóteses de autorização para a abertura de créditos suplementares previstas na Lei Orçamentária Anual em vigor. III – Pelo encaminhamento à ASTEC/GM.

A Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM submeteu à análise e manifestação desta Consultoria Jurídica Projeto de Decreto que: "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 600.268.845.00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.".

De acordo com a Exposição de Motivos: (i) o objetivo da proposta é o de reforçar as dotações orçamentárias dos órgãos envolvidos (item 1 do Anexo à EM); (ii) os recursos necessários à abertura do crédito serão obtidos por meio de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2014, de excesso de arrecadação, bem como de anulação parcial de dotações orçamentárias (item 3 da EM); e (iii) a proposta não afetará a meta de resultado primário para o presente exercício (item 5 da EM).

No âmbito deste Ministério, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento da proposta.

Em relação ao conteúdo, esta Consultoria Jurídica não identificou qualquer óbice ou risco de natureza jurídica capaz de interferir na efetivação dos objetivos da proposta. O Projeto de Decreto está em conformidade com: (i) a competência

Câmara dos Deputados
Fl. 8311
Comissões Especiais

constitucional da Presidente da República para expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis (art. 84, IV, da Constituição Federal): (ii) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares (art. 167, V, da Constituição Federal, arts. 40 a 46 da Lei nº 4.320/1964 e art. 4º, caput, incisos I, alíneas "a", "c" e "e", II, VIII, XII, alínea "b", item "1", e § 1º, da Lei no 13.115, de 20 de abril de 2015).

No tocante aos aspectos formais, o Projeto de Decreto está em conformidade com as normas que regulam a elaboração de atos normativos no âmbito da administração pública federal (Lei Complementar nº 95/1998 e Decreto nº 4.176/2002).

Do exposto, opina-se pela ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. Pelo encaminhamento à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

À consideração superior.

PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES JÚNIOR

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS

ADVOGADO DA UNIÃO

Câmara dos Deputados
Fl. 8312
Comissões Especiais

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 8º ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

DESPACHO DE APROVAÇÃO DO CONSULTOR JURÍDICO

PROCESSO: 03500.200853/2015-91

INTERESSADO: Diversos órgãos do Poder Executivo e do Poder Judiciário.

ASSUNTO: Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

1. Aprovo o PARECER n. 00817/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU.

2. Enviem-se os autos à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

WALTER BAERE DE ARAÚJO FILHO

Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 03500200853201591 e da chave de acesso 85a5f6e7

Documento assinado eletronicamente por PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3529919 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário

(a): PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR. Data e Hora: 13-07-2015 15:19. Número de Série: 7160455948378289969. Emissor: AC CAIXA PF v2.

Documento assinado eletronicamente por WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3529919 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO. Data e Hora: 13-07-2015 20:29. Número de Série: 215034179864168805 3. Emissor: AC CAIXA PF v2.

*Assinado eletronicamente por: Walter Baere de Araújo Filho*

Câmara dos Deputados
Fl. 8314
Comissões Especiais

4 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 160, sexta-feira, 21 de agosto de 2015

## DECRETO DE 20 DE AGOSTO DE 2015

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 600.268.845,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, inciso I, alíneas "a", "c" e "e", inciso II, inciso VIII, inciso XII, alínea "b", item "1", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 600.268.845,00 (seiscentos milhões, duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, no valor de R$ 231.412.685,00 (duzentos e trinta e um milhões, quatrocentos e doze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais), sendo:

a) R$ 6.204.000,00 (seis milhões, duzentos e quatro mil reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R$ 111.595.001,00 (cento e onze milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e um reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais;

c) R$ 98.495.212,00 (noventa e oito milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, duzentos e doze reais) de Recursos de Convênios; e

d) R$ 15.118.472,00 (quinze milhões, cento e dezoito mil, quatrocentos e setenta e dois reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais;

II - excesso de arrecadação, no valor de R$ 262.173.117,00 (duzentos e sessenta e dois milhões, cento e setenta e três mil, cento e dezessete reais), sendo:

a) R$ 84.406.627,00 (oitenta e quatro milhões, quatrocentos e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) de Recursos Próprios Financeiros;

c) R$ 139.726.490,00 (cento e trinta e nove milhões, setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa reais) de Recursos de Convênios; e

d) R$ 18.040.000,00 (dezoito milhões e quarenta mil reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 106.683.043,00 (cento e seis milhões, seiscentos e oitenta e três mil, quarenta e três reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
*Nelson Barbosa*

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0569 | Prestação Jurisdicional na Justiça Federal | | | | | | | 91.476 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 4257 | Julgamento de Causas na Justiça Federal | | | | | | | 91.476 |
| 02 061 | 0569 4257 0001 | Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 91.476 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 91.476 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 91.476 |

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0569 | Prestação Jurisdicional na Justiça Federal | | | | | | | 1.151.110 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 4257 | Julgamento de Causas na Justiça Federal | | | | | | | 1.151.110 |
| 02 061 | 0569 4257 6012 | Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 1.151.110 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.151.110 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.151.110 |

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0569 | Prestação Jurisdicional na Justiça Federal | | | | | | | 220.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 4257 | Julgamento de Causas na Justiça Federal | | | | | | | 220.000 |
| 02 061 | 0569 4257 6014 | Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 220.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 220.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 220.000 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 234.800 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 234.800 |
| 02 122 | 0570 20GP 0032 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 234.800 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 234.800 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 234.800 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.813.377 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 1.813.377 |
| 02 122 | 0570 20GP 0051 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 1.813.377 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.813.377 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.813.377 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 187.500 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 187.500 |
| 02 122 | 0570 20GP 0026 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 187.500 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 187.500 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 187.500 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 80.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 80.000 |
| 02 122 | 0570 20GP 0042 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Santa Catarina | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 80.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 80.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 80.000 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 1.497.022 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 1.497.022 |
| 02 122 | 0571 4256 0033 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.497.022 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015082100004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 8315
Comissões Especiais



| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 511.500 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 150 | 44.614 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 381 | 940.908 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.497.022 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.497.022 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 65.720.616 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 131 | 0571 2549 | Comunicação e Divulgação Institucional | | | | | | | 71.000 |
| 02 131 | 0571 2549 0035 | Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de São Paulo | | | | | | | 71.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 71.000 |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 65.649.616 |
| 02 122 | 0571 4256 0035 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo | | | | | | | 65.649.616 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 41.933.519 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 4.749.616 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 381 | 18.966.481 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 65.720.616 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 65.720.616 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 7.552.415 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 7.502.415 |
| 02 122 | 0571 4256 0031 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 7.502.415 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 2.743.819 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 4.758.596 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 133Q | Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG | | | | | | | 50.000 |
| 02 122 | 0571 133Q 2918 | Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG - No Município de Pedro Leopoldo - MG | | | | | | | 50.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 50.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.552.415 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.552.415 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 8.151.450 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 8.151.450 |
| 02 122 | 0571 4256 0043 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 8.151.450 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 3.609.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 4.542.450 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.151.450 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.151.450 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 849.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 849.000 |
| 02 122 | 0571 4256 002b | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 849.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 849.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 849.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 849.000 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 4.338.811 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 4.338.811 |
| 02 122 | 0571 4256 0023 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará | | | | | | | 4.338.811 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 921.828 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 3.416.983 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.338.811 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.338.811 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 30.221.281 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 30.221.281 |
| 02 122 | 0571 4256 0041 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná | | | | | | | 30.221.281 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 5.336.495 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 20.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 1.800.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 3.084.786 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 30.221.281 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 30.221.281 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 10.449.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 10.449.000 |
| 02 122 | 0571 4256 6038 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO | | | | | | | 10.449.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 10.449.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.449.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.449.000 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 2.678.713 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 2.678.713 |
| 02 122 | 0571 4256 6039 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR | | | | | | | 2.678.713 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 506.917 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 2.171.796 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.678.713 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.678.713 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 8.536.622 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 8.536.622 |
| 02 122 | 0571 4256 0042 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 8.536.622 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 5.714.967 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 2.821.655 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.536.622 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.536.622 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 1.906.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 1.906.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015082100005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 8316
Comissões Especiais

6 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 160, sexta-feira, 21 de agosto de 2015

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 122 | 0571 4256 0025 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 1.906.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.906.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.906.000 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 3.305.995 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 3.305.995 |
| 02 122 | 0571 4256 6020 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO | | | | | | | 3.305.995 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 3.305.995 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.305.995 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.305.995 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 6.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 6.000.000 |
| 02 122 | 0571 4256 3474 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Município de Campinas - SP | | | | | | | 6.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 350 | 6.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.000.000 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 842.504 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 842.504 |
| 02 122 | 0571 4256 0021 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão | | | | | | | 842.504 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 138.504 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 704.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 842.504 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 842.504 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 345.874 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 345.874 |
| 02 122 | 0571 4256 0052 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás | | | | | | | 345.874 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 350 | 204.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 141.874 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 345.874 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 345.874 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 3.964.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 3.964.000 |
| 02 122 | 0571 4256 0028 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Sergipe | | | | | | | 3.964.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 2.644.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 381 | 1.320.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.964.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.964.000 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 10.898.670 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 10.898.670 |
| 02 122 | 0571 4256 0024 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 10.898.670 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 6.308.432 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 3.016.836 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 1.573.402 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.898.670 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.898.670 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 3.177.394 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 3.177.394 |
| 02 122 | 0571 4256 0051 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 3.177.394 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 2.351.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 171.830 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 381 | 654.564 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.177.394 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.177.394 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 501.465 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | | | | | | | 501.465 |
| 02 122 | 0571 4256 0054 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 501.465 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 181 | 501.465 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 501.465 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 501.465 |

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0567 | Prestação Jurisdicional no Distrito Federal | | | | | | | 8.918.731 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 061 | 0567 4234 | Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal | | | | | | | 8.918.731 |
| 02 061 | 0567 4234 0053 | Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal | | | | | | | 8.918.731 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 8.918.731 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.918.731 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.918.731 |

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2038 | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | 500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 125 | 2038 4917 | Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil | | | | | | | 500.000 |
| 04 125 | 2038 4917 0001 | Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil - Nacional | | | | | | | 500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| | 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | 500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 122 | 2101 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 500.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015082100006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 04 122 | 2101 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| | | | | | | | | | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | 39.241.014 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 19 571 | 2021 001V | Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I | | | | | | | 39.241.014 |
| 19 571 | 2021 001V 0001 | Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 21.201.014 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 296 | 18.040.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 39.241.014 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 39.241.014 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2059 | Política Nuclear | | | | | | | 7.544.061 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 19 662 | 2059 2478 | Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País | | | | | | | 7.544.061 |
| 19 662 | 2059 2478 0001 | Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 7.544.061 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.544.061 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.544.061 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2055 | Desenvolvimento Produtivo | | | | | | | 15.900.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 19 572 | 2055 20V1 | Desenvolvimento e Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia | | | | | | | 15.900.000 |
| 19 572 | 2055 20V1 0001 | Desenvolvimento e Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 15.900.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 15.900.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.900.000 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | 1.800.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 19 571 | 2021 4947 | Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia | | | | | | | 1.800.000 |
| 19 571 | 2021 4947 0001 | Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Nacional | F | 4 | 2 | 50 | 0 | 180 | 1.800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.800.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.800.000 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | Cidadania e Justiça | | | | | | | 595.515 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 14 422 | 2020 8946 | Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política | | | | | | | 595.515 |
| 14 422 | 2020 8946 0001 | Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 595.515 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 595.515 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 595.515 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | 12.952 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 00O1. | Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica | | | | | | | 12.952 |
| 28 846 | 0910 00O1. 0002 | Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 12.952 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.952 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.952 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2070 | Segurança Pública com Cidadania | | | | | | | 12.221.011 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 06 181 | 2070 2723 | Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais | | | | | | | 9.221.011 |
| 06 181 | 2070 2723 0001 | Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 9.221.011 |
| 06 181 | 2070 86A1 | Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal | | | | | | | 3.000.000 |
| 06 181 | 2070 86A1 0001 | Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 374 | 3.000.000 |
| | 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | 29.560.306 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 06 122 | 2112 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 29.560.306 |
| 06 122 | 2112 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.947.410 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 2.304.896 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 374 | 24.308.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 41.781.317 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 41.781.317 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2070 | Segurança Pública com Cidadania | | | | | | | 44.500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 06 183 | 2070 20V2 | Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL | | | | | | | 1.000.000 |
| 06 183 | 2070 20V2 0001 | Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 1.000.000 |
| 06 181 | 2070 2586 | Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros | | | | | | | 4.500.000 |
| 06 181 | 2070 2586 0001 | Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 374 | 4.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 374 | 500.000 |
| 06 181 | 2070 2726 | Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | | | | | | | 39.000.000 |
| 06 181 | 2070 2726 0001 | Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 374 | 21.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 374 | 18.000.000 |
| | 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | 40.787.001 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 06 122 | 2112 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 40.787.001 |
| 06 122 | 2112 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 374 | 24.600.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 374 | 16.187.001 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 85.287.001 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 85.287.001 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 5.387.872 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 05 151 | 2058 156K | Aquisição de Aeronaves | | | | | | | 5.387.872 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015082100007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 8318
Comissões Especiais

8 ISSN 1677-7042 **Diário Oficial da União** - Seção 1 Nº 160, sexta-feira, 21 de agosto de 2015

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 05 153 | 2058 156K 0001 | Aquisição de Aeronaves - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.387.872 |
| | | | | | | | | | 5.387.872 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **5.387.872** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.387.872** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52121 - Comando do Exército**
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2058** | **Política Nacional de Defesa** | | | | | | | **75.660.787** |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 05 153 | 2058 20PY | Adequação de Organizações Militares do Exército | | | | | | | 12.000.000 |
| 05 153 | 2058 20PY 0001 | Adequação de Organizações Militares do Exército - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 12.000.000 |
| 05 244 | 2058 20XH | Ações de Cooperação do Exército | | | | | | | 55.221.734 |
| 05 244 | 2058 20XH 0001 | Ações de Cooperação do Exército - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 55.221.734 |
| | | **Projetos** | | | | | | | |
| 05 153 | 2058 156M | Modernização Operacional do Exército Brasileiro | | | | | | | 8.439.053 |
| 05 153 | 2058 156M 0001 | Modernização Operacional do Exército Brasileiro - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 8.439.053 |
| | **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | **20.000.000** |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 20.000.000 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 20.000.000 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **95.660.787** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **95.660.787** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha**
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2058** | **Política Nacional de Defesa** | | | | | | | **9.796.674** |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 05 152 | 2058 20SF | Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha | | | | | | | 424.062 |
| 05 152 | 2058 20SF 0001 | Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 424.062 |
| 05 152 | 2058 20XN | Aprestamento da Marinha | | | | | | | 9.192.612 |
| 05 152 | 2058 20XN 0001 | Aprestamento da Marinha - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 9.192.612 |
| | | **Projetos** | | | | | | | |
| 05 152 | 2058 157N | Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PRORANF | | | | | | | 180.000 |
| 05 152 | 2058 157N 0001 | Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PRORANF - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 180.000 |
| | **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | **1.468.059** |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 1.468.059 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.468.059 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **11.264.733** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **11.264.733** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL**
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2058** | **Política Nacional de Defesa** | | | | | | | **259.287** |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 05 152 | 2058 211D | Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares | | | | | | | 259.287 |
| 05 152 | 2058 211D 0001 | Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 259.287 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **259.287** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **259.287** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico**
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | **6.500.000** |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 6.500.000 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 4.500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 2.000.000 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **6.500.000** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.500.000** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52921 - Fundo do Exército**
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2058** | **Política Nacional de Defesa** | | | | | | | **55.000.000** |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 05 153 | 2058 4450 | Aprestamento do Exército | | | | | | | 55.000.000 |
| 05 153 | 2058 4450 0001 | Aprestamento do Exército - Nacional | | | | | | | 55.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 10.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 45.000.000 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **55.000.000** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **55.000.000** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52931 - Fundo Naval**
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2058** | **Política Nacional de Defesa** | | | | | | | **6.025.176** |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 05 152 | 2058 20XN | Aprestamento da Marinha | | | | | | | 331.694 |
| 05 152 | 2058 20XN 0001 | Aprestamento da Marinha - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 331.694 |
| 05 128 | 2058 20XR | Capacitação Profissional da Marinha | | | | | | | 37.085 |
| 05 128 | 2058 20XR 0001 | Capacitação Profissional da Marinha - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 37.085 |
| 05 125 | 2058 20XX | Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária | | | | | | | 5.656.397 |
| 05 125 | 2058 20XX 0001 | Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 5.656.397 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **6.025.176** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.025.176** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo**
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2058** | **Política Nacional de Defesa** | | | | | | | **20.255.708** |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 05 363 | 2058 2510 | Ensino Profissional Marítimo | | | | | | | 20.255.708 |
| 05 363 | 2058 2510 0001 | Ensino Profissional Marítimo - Nacional | | | | | | | 20.255.708 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 20.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 176 | 255.708 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **20.255.708** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **20.255.708** |

**ÓRGÃO: 61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos**
**UNIDADE: 61201 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2038** | **Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública** | | | | | | | **800.000** |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 04 571 | 2038 4727 | Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro | | | | | | | 800.000 |
| 04 571 | 2038 4727 0001 | Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 800.000 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **800.000** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **800.000** |

**ÓRGÃO: 64000 - Secretaria de Direitos Humanos**
**UNIDADE: 64901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA**
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2062** | **Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes** | | | | | | | **11.781.172** |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 14 243 | 2062 210M | Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente | | | | | | | 11.781.172 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015082100008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 8319
Comissões Especiais

Nº 160, sexta-feira, 21 de agosto de 2015 **Diário Oficial da União - Seção 1** *ISSN 1677-7042* 9

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 14 243 | 2062 210M 0001 | Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente - Nacional | S | 3 | 2 | 30 | 0 | 396 | 11.781.172 |
| | | | | | | | | | 11.781.172 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.781.172 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.781.172 |

ÓRGÃO: 64000 - Secretaria de Direitos Humanos
UNIDADE: 64902 - Fundo Nacional do Idoso - FNI
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2064 | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos | | | | | | | 3.337.300 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 14 241 | 2064 8819 | Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa | | | | | | | 3.337.300 |
| 14 241 | 2064 8819 0001 | Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - Nacional | S | 3 | 2 | 30 | 0 | 396 | 3.337.300 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.337.300 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.337.300 |

ÓRGÃO: 65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
UNIDADE: 65101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2016 | Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência | | | | | | | 2.794.449 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 14 422 | 2016 8831 | Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 | | | | | | | 2.794.449 |
| 14 422 | 2016 8831 0001 | Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.794.449 |
| | 2104 | Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres | | | | | | | 250.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 14 122 | 2104 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 250.000 |
| 14 122 | 2104 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 250.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.044.449 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.044.449 |

ÓRGÃO: 66000 - Controladoria-Geral da União
UNIDADE: 66101 - Controladoria-Geral da União
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | 4.156.675 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 124 | 2101 2D58 | Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição | | | | | | | 4.156.675 |
| 04 124 | 2101 2D58 0001 | Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.156.675 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.156.675 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.156.675 |

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2038 | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | 500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 125 | 2038 4917 | Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil | | | | | | | 500.000 |
| 04 125 | 2038 4917 0001 | Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| | 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | 500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 122 | 2101 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 500.000 |
| 04 122 | 2101 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | 1.800.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 19 571 | 2021 4947 | Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia | | | | | | | 1.800.000 |
| 19 571 | 2021 4947 0001 | Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Nacional | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 180 | 1.800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.800.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.800.000 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | Cidadania e Justiça | | | | | | | 595.515 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 14 422 | 2020 13FC | Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil | | | | | | | 595.515 |
| 14 422 | 2020 13FC 0001 | Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 595.515 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 595.515 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 595.515 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | Cidadania e Justiça | | | | | | | 12.952 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 391 | 2020 2810 | Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional | | | | | | | 12.952 |
| 04 391 | 2020 2810 0001 | Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 12.952 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.952 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.952 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2070 | Segurança Pública com Cidadania | | | | | | | 9.221.011 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 06 181 | 2070 2723 | Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais | | | | | | | 9.221.011 |
| 06 181 | 2070 2723 0001 | Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 9.221.011 |
| | 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | 5.252.306 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 06 122 | 2112 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 5.252.306 |
| 06 122 | 2112 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 5.252.306 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.947.410 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 2.304.896 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.473.317 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.473.317 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2070 | Segurança Pública com Cidadania | | | | | | | 1.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 06 183 | 2070 20V2 | Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL | | | | | | | 1.000.000 |
| 06 183 | 2070 20V2 0001 | Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 1.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 |

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2035 | Esporte e Grandes Eventos Esportivos | | | | | | | 20.439.053 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 27 813 | 2035 14TQ | Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 | | | | | | | 20.439.053 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015082100009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 832
Comissões Especiais

10 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 160, sexta-feira, 21 de agosto de 2015

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 27 811 | 2038 14TQ 0001 | Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 - Nacional | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 20.439.053 |
| | | | | | | | | | 20.439.053 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.439.053 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.439.053 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 5.387.872 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 637.036 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 637.036 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 05 482 | 2108 13D8 | Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica | | | | | | | 4.750.836 |
| 05 482 | 2108 13D8 0001 | Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.750.836 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.387.872 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.387.872 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 20.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 20.000.000 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 20.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.000.000 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 9.796.674 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 152 | 2058 20SE | Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha | | | | | | | 424.062 |
| 05 152 | 2058 20SE 0001 | Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 424.062 |
| 05 152 | 2058 20XN | Aprestamento da Marinha | | | | | | | 9.192.612 |
| 05 152 | 2058 20XN 0001 | Aprestamento da Marinha - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 9.192.612 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 05 152 | 2058 157N | Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF | | | | | | | 180.000 |
| 05 152 | 2058 157N 0001 | Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 180.000 |
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 1.468.059 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 1.468.059 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.468.059 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 11.264.733 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.264.733 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 259.287 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 152 | 2058 211D | Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares | | | | | | | 259.287 |
| 05 152 | 2058 211D 0001 | Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 259.287 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 259.287 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 259.287 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 6.500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 122 | 2108 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 6.500.000 |
| 05 122 | 2108 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 4.500.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 280 | 2.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.500.000 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52921 - Fundo do Exército
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 10.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 153 | 2058 4450 | Aprestamento do Exército | | | | | | | 10.000.000 |
| 05 153 | 2058 4450 0001 | Aprestamento do Exército - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 10.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.000.000 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 5.693.482 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 128 | 2058 20XR | Capacitação Profissional da Marinha | | | | | | | 37.085 |
| 05 128 | 2058 20XR 0001 | Capacitação Profissional da Marinha - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 37.085 |
| 05 125 | 2058 20XX | Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária | | | | | | | 5.656.397 |
| 05 125 | 2058 20XX 0001 | Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 5.656.397 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.693.482 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.693.482 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2058 | Política Nacional de Defesa | | | | | | | 255.708 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 363 | 2058 2510 | Ensino Profissional Marítimo | | | | | | | 255.708 |
| 05 363 | 2058 2510 0001 | Ensino Profissional Marítimo - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 176 | 255.708 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 255.708 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 255.708 |

ÓRGÃO: 61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos
UNIDADE: 61201 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2038 | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | 800.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 571 | 2038 4727 | Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro | | | | | | | 800.000 |
| 04 571 | 2038 4727 0001 | Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 800.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 800.000 |

ÓRGÃO: 65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
UNIDADE: 65101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2016 | Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência | | | | | | | 2.794.449 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 14 422 | 2016 210B | Atendimento às Mulheres em Situação de Violência | | | | | | | 2.235.500 |
| 14 422 | 2016 210B 0001 | Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - Nacional | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 100 | 2.235.500 |
| 14 422 | 2016 8831 | Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 | | | | | | | 558.949 |
| 14 422 | 2016 8831 0001 | Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 558.949 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015082100010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2104 | Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres | | | | | | | 250.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 14 122 | 2104 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 250.000 |
| 14 122 | 2104 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 250.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.044.449 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.044.449 |

ÓRGÃO: 66000 - Controladoria-Geral da União
UNIDADE: 66101 - Controladoria-Geral da União
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | 4.156.675 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 124 | 2101 2D58 | Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição | | | | | | | 2.565.369 |
| 04 124 | 2101 2D58 0001 | Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.565.369 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 04 122 | 2101 14UP | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco | | | | | | | 240.000 |
| 04 122 | 2101 14UP 1695 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco - No Município de Recife - PE | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 240.000 |
| 04 122 | 2101 14UQ | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão | | | | | | | 240.000 |
| 04 122 | 2101 14UQ 0734 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão - No Município de São Luís - MA | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 240.000 |
| 04 122 | 2101 14UR | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas | | | | | | | 60.000 |
| 04 122 | 2101 14UR 0211 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas - No Município de Manaus - AM | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 60.000 |
| 04 122 | 2101 14US | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba | | | | | | | 60.000 |
| 04 122 | 2101 14US 1436 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba - No Município de João Pessoa - PB | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 60.000 |
| 04 122 | 2101 14UT | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 676.306 |
| 04 122 | 2101 14UT 1262 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte - No Município de Natal - RN | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 676.306 |
| 04 122 | 2101 14UU | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí | | | | | | | 240.000 |
| 04 122 | 2101 14UU 0981 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí - No Município de Teresina - PI | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 240.000 |
| 04 122 | 2101 156S | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins | | | | | | | 15.000 |
| 04 122 | 2101 156S 0542 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins - No Município de Palmas - TO | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 15.000 |
| 04 122 | 2101 156T | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo | | | | | | | 60.000 |
| 04 122 | 2101 156T 3273 | Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo - No Município de Vitória - ES | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 60.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.156.675 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.156.675 |

## DECRETO DE 20 DE AGOSTO DE 2015

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades e das Secretarias de Aviação Civil e de Portos, crédito suplementar no valor de R$ 1.201.641.285,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "a", inciso II e inciso XVII, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades e das Secretarias de Aviação Civil e de Portos, crédito suplementar no valor de R$ 1.201.641.285,00 (um bilhão, duzentos e um milhões, seiscentos e quarenta e um mil, duzentos e oitenta e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
*Nelson Barbosa*

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2072 | Transporte Ferroviário | | | | | | | 2.570.000 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 26 783 | 2072 11H1 | Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - EF-222/RJ | | | | | | | 2.570.000 |
| 26 783 | 2072 11H1 3281 | Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - EF-222/RJ - No Município de Barra Mansa - RJ | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 2.570.000 |
| | 2073 | Transporte Hidroviário | | | | | | | 890.000 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 26 784 | 2073 127G | Construção de Terminais Fluviais na Região Norte | | | | | | | 890.000 |
| 26 784 | 2073 127G 0190 | Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Carauari - AM | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 402.000 |
| 26 784 | 2073 127G 0203 | Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Itamarati - AM | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 488.000 |
| | 2075 | Transporte Rodoviário | | | | | | | 1.066.626.214 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 26 782 | 2075 20VI | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste | | | | | | | 133.780.000 |
| 26 782 | 2075 20VI 0051 | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste - No Estado de Mato Grosso | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 133.780.000 |
| 26 782 | 2075 20VJ | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste | | | | | | | 178.139.615 |
| 26 782 | 2075 20VJ 0026 | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado de Pernambuco | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 65.650.000 |
| 26 782 | 2075 20VJ 0028 | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado de Sergipe | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 12.489.615 |
| 26 782 | 2075 20VJ 0029 | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado da Bahia | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 100.000.000 |
| 26 782 | 2075 20VK | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte | | | | | | | 165.718.056 |
| 26 782 | 2075 20VK 0013 | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte - No Estado do Amazonas | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 62.551.418 |
| 26 782 | 2075 20VK 0015 | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte - No Estado do Pará | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 85.000.000 |
| 26 782 | 2075 20VK 0017 | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte - No Estado do Tocantins | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 18.166.638 |
| 26 782 | 2075 20VL | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sudeste | | | | | | | 74.800.000 |
| 26 782 | 2075 20VL 0031 | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sudeste - No Estado de Minas Gerais | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 74.800.000 |
| 26 782 | 2075 20VM | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul | | | | | | | 205.229.000 |
| 26 782 | 2075 20VM 0041 | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul - No Estado do Paraná | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 61.000.000 |
| 26 782 | 2075 20VM 0042 | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul - No Estado de Santa Catarina | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 81.779.000 |
| 26 782 | 2075 20VM 0043 | Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 62.450.000 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 26 782 | 2075 10JQ | Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC | | | | | | | 20.000.000 |
| 26 782 | 2075 10JQ 0042 | Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC - No Estado de Santa Catarina | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 20.000.000 |
| 26 782 | 2075 10M9 | Adequação de Trecho Rodoviário - Tabaí - Estrela - na BR-386/RS | | | | | | | 16.000.000 |
| 26 782 | 2075 10M9 0043 | Adequação de Trecho Rodoviário - Tabaí - Estrela - na BR-386/RS - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 16.000.000 |
| 26 782 | 2075 11ZC | Adequação de Travessia Urbana em Uberaba - na BR-262/MG | | | | | | | 15.000.000 |
| 26 782 | 2075 11ZC 3165 | Adequação de Travessia Urbana em Uberaba - na BR-262/MG - No Município de Uberaba - MG | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 15.000.000 |
| 26 782 | 2075 127H | Adequação de Trecho Rodoviário - Estiva - Entroncamento BR-402/MA (Bacabeira) - na BR-135/MA | | | | | | | 55.000.000 |
| 26 782 | 2075 127H 0021 | Adequação de Trecho Rodoviário - Estiva - Entroncamento BR-402/MA (Bacabeira) - na BR-135/MA - No Estado do Maranhão | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 55.000.000 |
| 26 782 | 2075 13NC | Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - Paraíso - na BR-282/SC | | | | | | | 7.171.000 |
| 26 782 | 2075 13NC 0042 | Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - Paraíso - na BR-282/SC - No Estado de Santa Catarina | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 7.171.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015082100011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 8322
Comissões Especiais

BRANCO

Câmara dos Deputados
Fl. 8323
Comissões Especiais

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JÚNIOR E JANAÍNA CONCEIÇÃO PASCHOAL**

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015**

**Volume 23**

# TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, na Secretaria das Comissões Especiais da Câmara dos Deputados, certifico, para os devidos fins, que este volume de número **23** (**vinte e três**), com folhas numeradas de 8005 a 8323, pertencente à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Roussef, tem seguimento no volume de número 24 (vinte e quatro). E, para constar, eu, .....,
Claudia Maria Borges Matias, Secretária-Executiva da Comissão Especial, lavro e subscrevo a presente autuação.

Câmara dos Deputados
Fl. 8324
Comissões Especiais

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JÚNIOR E JANAÍNA CONCEIÇÃO PASCHOAL**

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015**

**Volume 24**

# AUTUAÇÃO

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, na Secretaria da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, autuo os documentos que se seguem, referentes à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, **em continuação ao volume número 23**. E, para constar, eu, .....,
Claudia Maria Borges Matias, Secretária-Executiva da Comissão Especial, lavro e subscrevo a presente autuação.

Câmara dos Deputados
Fl. 8325
Comissões Especiais

# ANEXO V

Câmara dos Deputados
Fl. 93 26
Comissões Especiais

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

03500.200803/2015-12

INTERESSADO:

ASSUNTO: CÓDIGO:

OUTROS DADOS:
Decreto de 27/07/2015
Crédito suplementar de R$ 1.701.389.028,00

## MOVIMENTAÇÕES

| SEQ | SIGLA | CÓDIGO | DATA | SEQ | SIGLA | CÓDIGO | DATA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | | | / / | 15 | | | / / |
| 02 | | | / / | 16 | | | / / |
| 03 | | | / / | 17 | | | / / |
| 04 | | | / / | 18 | | | / / |
| 05 | | | / / | 19 | | | / / |
| 06 | | | / / | 20 | | | / / |
| 07 | | | / / | 21 | | | / / |
| 08 | | | / / | 22 | | | / / |
| 09 | | | / / | 23 | | | / / |
| 10 | | | / / | 24 | | | / / |
| 11 | | | / / | 25 | | | / / |
| 12 | | | / / | 26 | | | / / |
| 13 | | | / / | 27 | | | / / |
| 14 | | | / / | 28 | | | / / |

**AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO**

ANEXOS:

SEDAP/PR - IMPRESSO Nº 47

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44303

**Tipo de Crédito:** 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **42000- Ministério da Cultura** | | | | | | | | | | **3.364.096.163** | **1.921.558.980** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |
| **Unidade:** | **42206- Agência Nacional do Cinema** | | | | | | | | | | **144.552.159** | **142.357.156** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |
| **2107** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | | | | 127.202.159 | 125.654.320 | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **2107 155V** | **Aquisição de edifício sede da Agência Nacional do Cinema - ANCINE** | **13- 122** | *10* | | | | | | | | **5.193.045** | **5.193.045** | **1.198.395** | **0** | 1.198.395 |
| 2107 155V 3341 | Aquisição de edifício sede da Agência Nacional do Cinema - ANCINE - No Município do Rio de Janeiro - RJ | | | *PLOA* | | | | | | | 5.193.045 | 5.193.045 | 1.198.395 | 0 | 1.198.395 |
| 2107 155V 3341 0000 | Aquisição de edifício sede da Agência Nacional do Cinema - ANCINE | | | | | | | | | | 5.193.045 | 5.193.045 | 1.198.395 | 0 | 1.198.395 |
| | | | | | *4.5.91* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *5.193.045* | *5.193.045* | *1.198.395* | *0* | *1.198.395* |
| **2107 2000** | **Administração da Unidade** | **13- 122** | *10* | | | | | | | | **38.072.484** | **38.069.925** | **0** | **1.198.395** | **-1.198.395** |
| 2107 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 38.072.484 | 38.069.925 | 0 | 1.198.395 | -1.198.395 |
| 2107 2000 0001 0001 | Administração da Unidade | | | | | | | | | | 29.453.337 | 29.453.336 | 0 | 1.198.395 | -1.198.395 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *29.453.337* | *29.453.336* | *0* | *1.198.395* | *-1.198.395* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 3.364.096.163 | 1.921.558.980 | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44303**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Complementação que viabilizará a aquisição do Edifício Sede da Ancine.

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não haverá

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Caso o pleito não seja atendido, não será possível a aquisição do Edifício Sede .

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não haverá.

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Outras informações consideradas relevantes**

Será dada como fonte de recursos a anulação parcial de dotação orçamentária da ação 2000 - Administração da Unidade (GND 3).

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Acompanhamentos Pedido: 44303**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 327

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44303**

| | | |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: Crédito ajustado. | MELISSA MEDEIROS MACHADO |
| 25/06/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Crédito ajustado. | MELISSA MEDEIROS MACHADO |
| 25/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial. Justificativa: Pedido retornado para ajuste no texto. | MELISSA MEDEIROS MACHADO |
| 25/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Pedido retornado para ajuste no texto. | MELISSA MEDEIROS MACHADO |
| 17/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | EVERALDO VIDIGAL SANT'ANNA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO |



Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações
31/03/2016 18:59
Fl. 328

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados
Exercício: 2015
Fl. 43 29
Comissões Especiais

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44303**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **42000 Ministério da Cultura** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |
| 42206 Agência Nacional do Cinema | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 0 | 1.198.395 | -1.198.395 |
| 5 - Inversões Financeiras | 1.198.395 | 0 | 1.198.395 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **42206 Agência Nacional do Cinema** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 0 | 1.198.395 | -1.198.395 |
| 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 1.198.395 | 0 | 1.198.395 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 13 - Cultura | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **13 Cultura** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |
| 122 Administração Geral | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados
833
Comissões Especiais

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44303**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 155V - Aquisição de edifício sede da Agência Nacional do Cinema - ANCINE | 1.198.395 | 0 | 1.198.395 |
| 2000 - Administração da Unidade | 0 | 1.198.395 | -1.198.395 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 1.198.395 | 0 | 1.198.395 |
| - Atividade | 0 | 1.198.395 | -1.198.395 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44303 - Remanejamento de Dotação(Tipo 107) | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 1.198.395 | 1.198.395 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.198.395** | **1.198.395** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44329

**Tipo de Crédito:** 176 - Suplementação de subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas constantes dos programas 0910 e 0913

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **33000- Ministério da Previdência Social** | | | | | | | | | | **455.320.787.501** | **455.049.432.370** | **10.772** | **10.772** | **0** |
| **Unidade:** | **33201- Instituto Nacional do Seguro Social** | | | | | | | | | | **14.426.782.953** | **14.221.207.895** | **10.772** | **10.772** | **0** |
| **0910** | **Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais** | | | | | | | | | | 406.000 | 366.506 | 10.772 | 0 | 10.772 |
| **0910 0129** | **Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS)** | **28- 846** | *20* | | | | | | | | **390.000** | **351.665** | **9.613** | **0** | **9.613** |
| 0910 0129 0002 | Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 390.000 | 351.665 | 9.613 | 0 | 9.613 |
| 0910 0129 0002 0000 | Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS) | | | | | | | | | | 390.000 | 351.665 | 9.613 | 0 | 9.613 |
| | | | | | *3.3.80* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *390.000* | *351.665* | *9.613* | *0* | *9.613* |
| **0910 0131** | **Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS)** | **28- 846** | *20* | | | | | | | | **16.000** | **14.841** | **1.159** | **0** | **1.159** |
| 0910 0131 0002 | Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 16.000 | 14.841 | 1.159 | 0 | 1.159 |
| 0910 0131 0002 0000 | Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS) | | | | | | | | | | 16.000 | 14.841 | 1.159 | 0 | 1.159 |
| | | | | | *3.3.80* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *16.000* | *14.841* | *1.159* | *0* | *1.159* |
| **2061** | **Previdência Social** | | | | | | | | | | 1.720.125.034 | 1.641.696.348 | 0 | 10.772 | -10.772 |
| **2061 8869** | **Reformas e Adaptações das Unidades do INSS** | **09- 271** | *20* | | | | | | | | **17.000.000** | **9.052.580** | **0** | **10.772** | **-10.772** |
| 2061 8869 0001 | Reformas e Adaptações das Unidades do INSS - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 17.000.000 | 9.052.580 | 0 | 10.772 | -10.772 |
| 2061 8869 0001 0000 | Reformas e Adaptações das Unidades do INSS | | | | | | | | | | 15.000.000 | 8.896.370 | 0 | 10.772 | -10.772 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *15.000.000* | *8.896.370* | *0* | *10.772* | *-10.772* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 455.320.787.501 | 455.049.432.370 | 10.772 | 10.772 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44329**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A necessidade de suplementação deve-se ao aumento do dólar. A contribuição à OISS é de 5 mil dólares. Fizemos uma projeção para uma cotação de R$ 3,20 e estimamos que a contribuição seja de R$ 16 mil. Para tanto, estamos solicitando a presente complementação,
A necessidade de suplementação deve-se ao aumento do dólar. A contribuição à AISS é de 45 mil dólares. Fizemos uma projeção para uma cotação de R$ 3,20 e estimamos que a contribuição seja de R$ 144 mil. Para tanto, estamos solicitando a presente complementação,

**Usuário:** ANGELICA PONTES DE LIMA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

O cancelamento na Ação 8869 / Reforma e Adaptações nas Unidades do INSS não irá prejudicar a programação do Órgão por ser um valor muito irrelevante.

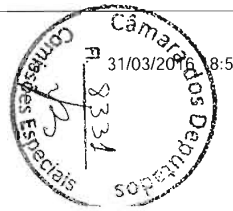
**Usuário:** ANGELICA PONTES DE LIMA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito inviabilizará o pagamento da contribuição do INSS ao OISS e a AISS.

**Usuário:** ANGELICA PONTES DE LIMA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44329**

Não há reflexo.

**Usuário:** ANGELICA PONTES DE LIMA

**Acompanhamentos Pedido: 44329**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | EUGENIO GUILHERME HIMMEN |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ELI MARIA MARQUES DE LARA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ANGELICA PONTES DE LIMA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais FI: 8332 31/[illegible]2016 18:57

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados
8333
Fl.
Comissões Especiais

Momento: Alteração Orçamentária - Exercício: 2015 - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2186**
**Pedido(s): 44329**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 10.772 | 10.772 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **33000 Ministério da Previdência Social** | **10.772** | **10.772** | **0** |
| 33201 Instituto Nacional do Seguro Social | 10.772 | 10.772 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 10.772 | 10.772 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 10.772 | 10.772 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **33201 Instituto Nacional do Seguro Social** | **10.772** | **10.772** | **0** |
| 151 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 10.772 | 10.772 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 80 - Transferências ao Exterior | 10.772 | 0 | 10.772 |
| 90 - Aplicações Diretas | 0 | 10.772 | -10.772 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 10.772 | 10.772 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 10.772 | 10.772 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 10.772 | 10.772 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primaria discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 10.772 | 10.772 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 09 - Previdência Social | 0 | 10.772 | -10.772 |
| 28 - Encargos Especiais | 10.772 | 0 | 10.772 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 271 - Previdência Básica | 0 | 10.772 | -10.772 |
| 846 - Outros Encargos Especiais | 10.772 | 0 | 10.772 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **09 Previdência Social** | **0** | **10.772** | **-10.772** |
| 271 Previdência Básica | 0 | 10.772 | -10.772 |
| **28 Encargos Especiais** | **10.772** | **0** | **10.772** |
| 846 Outros Encargos Especiais | 10.772 | 0 | 10.772 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 176 - Suplementação de subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas constantes dos programas 0910 e 0913 | 10.772 | 10.772 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 10.772 | 10.772 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados
8339
Comissões Especiais

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44329**

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | 10.772 | 0 | 10.772 |
| 2061 - Previdência Social | 0 | 10.772 | -10.772 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 0 | 10.772 | -10.772 |
| - Operações Especiais | 10.772 | 0 | 10.772 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0129 - Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS) | 9.613 | 0 | 9.613 |
| 0131 - Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS) | 1.159 | 0 | 1.159 |
| 8869 - Reformas e Adaptações das Unidades do INSS | 0 | 10.772 | -10.772 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 0 | 10.772 | -10.772 |
| - Operações Especiais | 10.772 | 0 | 10.772 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44329 - OISS e AISS diferença do dólar(Tipo 176) | 10.772 | 10.772 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 10.772 | 10.772 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **10.772** | **10.772** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44336

**Tipo de Crédito:** 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **33000- Ministério da Previdência Social** | | | | | | | | | | **455.320.787.501** | **455.049.432.370** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |
| **Unidade:** | **33201- Instituto Nacional do Seguro Social** | | | | | | | | | | **14.426.782.953** | **14.221.207.895** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |
| **2061** | **Previdência Social** | | | | | | | | | | 1.720.125.034 | 1.641.696.348 | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **2061 116V** | **Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS** | **09- 271** | *20* | | | | | | | | **25.150.000** | **14.753.169** | **0** | **12.000.000** | **-12.000.000** |
| 2061 116V 0001 | Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 20.000.000 | 14.753.169 | 0 | 12.000.000 | -12.000.000 |
| 2061 116V 0001 0000 | Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS | | | | | | | | | | 19.773.000 | 14.526.169 | 0 | 12.000.000 | -12.000.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *19.773.000* | *14.526.169* | *0* | *12.000.000* | *-12.000.000* |
| **2061 20GN** | **Educação Previdenciária e Financeira** | **09- 128** | *20* | | | | | | | | **700.000** | **137.798** | **0** | **420.000** | **-420.000** |
| 2061 20GN 0001 | Educação Previdenciária e Financeira - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 700.000 | 137.798 | 0 | 420.000 | -420.000 |
| 2061 20GN 0001 0000 | Educação Previdenciária e Financeira | | | | | | | | | | 700.000 | 137.798 | 0 | 420.000 | -420.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *700.000* | *137.798* | *0* | *420.000* | *-420.000* |
| **2061 20HR** | **Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social** | **09- 183** | *20* | | | | | | | | **1.000.000** | **759.953** | **0** | **630.000** | **-630.000** |
| 2061 20HR 0001 | Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 1.000.000 | 759.953 | 0 | 630.000 | -630.000 |
| 2061 20HR 0001 0000 | Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social | | | | | | | | | | 1.000.000 | 759.953 | 0 | 630.000 | -630.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.000.000* | *759.953* | *0* | *630.000* | *-630.000* |
| **2061 20HT** | **Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC** | **09- 183** | *20* | | | | | | | | **1.000.000** | **304.895** | **0** | **600.000** | **-600.000** |
| 2061 20HT 0001 | Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 1.000.000 | 304.895 | 0 | 600.000 | -600.000 |
| 2061 20HT 0001 0000 | Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC | | | | | | | | | | 1.000.000 | 304.895 | 0 | 600.000 | -600.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.000.000* | *304.895* | *0* | *600.000* | *-600.000* |
| **2061 2292** | **Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários** | **09- 126** | *20* | | | | | | | | **362.420.090** | **362.032.820** | **36.845.788** | **0** | **36.845.788** |
| 2061 2292 0001 | Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 362.420.090 | 362.032.820 | 36.845.788 | 0 | 36.845.788 |
| 2061 2292 0001 0003 | Serviço de Processamento de Dados de Benefícios do FRGPS | | | | | | | | | | 94.675.243 | 94.675.243 | 36.845.788 | 0 | 36.845.788 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *94.675.243* | *94.675.243* | *36.845.788* | *0* | *36.845.788* |
| **2061 2562** | **Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos** | **09- 665** | *20* | | | | | | | | **6.000.000** | **3.444.327** | **0** | **3.300.000** | **-3.300.000** |
| 2061 2562 0001 | Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 6.000.000 | 3.444.327 | 0 | 3.300.000 | -3.300.000 |
| 2061 2562 0001 0000 | Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos | | | | | | | | | | 6.000.000 | 3.444.327 | 0 | 3.300.000 | -3.300.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *6.000.000* | *3.444.327* | *0* | *3.300.000* | *-3.300.000* |
| **2061 2585** | **Serviço de Reabilitação Profissional** | **09- 271** | *20* | | | | | | | | **18.706.240** | **16.753.429** | **0** | **8.016.960** | **-8.016.960** |
| 2061 2585 0001 | Serviço de Reabilitação Profissional - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 18.706.240 | 16.753.429 | 0 | 8.016.960 | -8.016.960 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8335

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44336

**Tipo de Crédito:** 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2061 2585 0001 0000 | Serviço de Reabilitação Profissional | | | | | | | | | | 18.706.240 | 16.753.429 | 0 | 8.016.960 | -8.016.960 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *18.706.240* | *16.753.429* | *0* | *8.016.960* | *-8.016.960* |
| **2061 8426** | **Desimobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS** | **09- 271** | *20* | | | | | | | | **500.000** | **20.754** | **0** | **300.000** | **-300.000** |
| 2061 8426 0001 | Desimobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 500.000 | 20.754 | 0 | 300.000 | -300.000 |
| 2061 8426 0001 0000 | Desimobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS | | | | | | | | | | 499.917 | 20.670 | 0 | 300.000 | -300.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *499.917* | *20.670* | *0* | *300.000* | *-300.000* |
| **2061 8869** | **Reformas e Adaptações das Unidades do INSS** | **09- 271** | *20* | | | | | | | | **17.000.000** | **9.052.580** | **0** | **11.578.828** | **-11.578.828** |
| 2061 8869 0001 | Reformas e Adaptações das Unidades do INSS - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 17.000.000 | 9.052.580 | 0 | 11.578.828 | -11.578.828 |
| 2061 8869 0001 0000 | Reformas e Adaptações das Unidades do INSS | | | | | | | | | | 17.000.000 | 9.052.580 | 0 | 11.578.828 | -11.578.828 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *15.000.000* | *8.896.370* | *0* | *8.578.828* | *-8.578.828* |
| | | | | | *4.4.90* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.000.000* | *156.210* | *0* | *3.000.000* | *-3.000.000* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 455.320.787.501 | 455.049.432.370 | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44336**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A presente proposta de alteração orçamentária visa recompor parte do valor necessário para atendimento das despesas contratuais do INSS com o processamento de benefícios previdenciários para o presente exercício, visto que o valor aprovado na LOA é insuficiente.

**Usuário:** ANGELICA PONTES DE LIMA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Os valores oferecidos para cancelamento não trarão impacto para as Ações que estão sendo oferecidas, pois não temos limite de movimentação e empenho para sua execução na integralidade.

**Usuário:** ANGELICA PONTES DE LIMA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do presente pleito inviabilizará parte dos pagamentos dos serviços de processamento de dados prestados pela DATAPREV ao INSS.

**Usuário:** ANGELICA PONTES DE LIMA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há reflexo.

**Usuário:** ANGELICA PONTES DE LIMA

**Acompanhamentos Pedido: 44336**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | EUGENIO GUILHERME HIMMEN |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ELI MARIA MARQUES DE LARA |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8336

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44336**

| | | |
|---|---|---|
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ANGELICA PONTES DE LIMA |

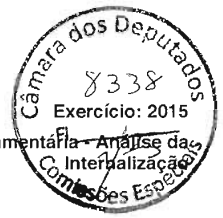


Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 337
31/03/2016 18:53

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**




**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Interalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44336**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **33000 Ministério da Previdência Social** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |
| 33201 Instituto Nacional do Seguro Social | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 36.845.788 | 21.845.788 | 15.000.000 |
| 4 - Investimentos | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **33201 Instituto Nacional do Seguro Social** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |
| 151 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados a contrapartida | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 09 - Previdência Social | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 126 - Tecnologia da Informação | 36.845.788 | 0 | 36.845.788 |
| 128 - Formação de Recursos Humanos | 0 | 420.000 | -420.000 |
| 183 - Informação e Inteligência | 0 | 1.230.000 | -1.230.000 |
| 271 - Previdência Básica | 0 | 31.895.788 | -31.895.788 |
| 665 - Normalização e Qualidade | 0 | 3.300.000 | -3.300.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **09 Previdência Social** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |
| 126 Tecnologia da Informação | 36.845.788 | 0 | 36.845.788 |
| 128 Formação de Recursos Humanos | 0 | 420.000 | -420.000 |
| 183 Informação e Inteligência | 0 | 1.230.000 | -1.230.000 |
| 271 Previdência Básica | 0 | 31.895.788 | -31.895.788 |
| 665 Normalização e Qualidade | 0 | 3.300.000 | -3.300.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados 8339 Comissões Especiais

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44336**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2061 - Previdência Social | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 116V - Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS | 0 | 12.000.000 | -12.000.000 |
| 20GN - Educação Previdenciária e Financeira | 0 | 420.000 | -420.000 |
| 20HR - Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social | 0 | 630.000 | -630.000 |
| 20HT - Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC | 0 | 600.000 | -600.000 |
| 2292 - Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários | 36.845.788 | 0 | 36.845.788 |
| 2562 - Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos | 0 | 3.300.000 | -3.300.000 |
| 2585 - Serviço de Reabilitação Profissional | 0 | 8.016.960 | -8.016.960 |
| 8426 - Desimobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS | 0 | 300.000 | -300.000 |
| 8869 - Reformas e Adaptações das Unidades do INSS | 0 | 11.578.828 | -11.578.828 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Projeto | 0 | 12.000.000 | -12.000.000 |
| Atividade | 36.845.788 | 24.845.788 | 12.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44336 - 41,3 milhões DATAPREV 2292(Tipo 107) | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 36.845.788 | 36.845.788 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **36.845.788** | **36.845.788** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44340

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **33000- Ministério da Previdência Social** | | | | | | | | | | **455.320.787.501** | **455.049.432.370** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |
| **Unidade:** | **33201- Instituto Nacional do Seguro Social** | | | | | | | | | | **14.426.782.953** | **14.221.207.895** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |
| **2061** | **Previdência Social** | | | | | | | | | | 1.720.125.034 | 1.641.696.348 | 3.970.304 | 0 | 3.970.304 |
| **2061 2292** | **Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários** | **09- 126** | *20* | | | | | | | | **362.420.090** | **362.032.820** | **3.970.304** | **0** | **3.970.304** |
| 2061 2292 0001 | Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 362.420.090 | 362.032.820 | 3.970.304 | 0 | 3.970.304 |
| 2061 2292 0001 0003 | Serviço de Processamento de Dados de Benefícios do FRGPS | | | | | | | | | | 94.675.243 | 94.675.243 | 3.970.304 | 0 | 3.970.304 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *94.675.243* | *94.675.243* | *3.970.304* | *0* | *3.970.304* |
| **2114** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social** | | | | | | | | | | 5.798.215.805 | 5.735.120.348 | 0 | 3.970.304 | -3.970.304 |
| **2114 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | **09- 128** | *20* | | | | | | | | **12.000.000** | **3.935.810** | **0** | **3.970.304** | **-3.970.304** |
| 2114 4572 0001 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 12.000.000 | 3.935.810 | 0 | 3.970.304 | -3.970.304 |
| 2114 4572 0001 0000 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | | | | | | | | | | 12.000.000 | 3.935.810 | 0 | 3.970.304 | -3.970.304 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *12.000.000* | *3.935.810* | *0* | *3.970.304* | *-3.970.304* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 455.320.787.501 | 455.049.432.370 | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44340**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A apresente suplementação visa recompor o valor aprovado na LOA para o atendimento das despesas com o contrato de prestação de serviços de processamento de dados de benefícios previdenciários.

**Usuário:** ANGELICA PONTES DE LIMA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

O cancelamento proposto visa atender a priorização das ações do INSS em face das restrições orçamentárias atuais, onde deixaremos de capacitar servidores num quantitativo proporcional ao cancelamento proposto.

**Usuário:** ANGELICA PONTES DE LIMA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito inviabilizará as despesas com o contrato da DATAPREV, referente ao processamento de benefícios previdenciários.

**Usuário:** ANGELICA PONTES DE LIMA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há reflexo.

**Usuário:** ANGELICA PONTES DE LIMA

**Acompanhamentos Pedido: 44340**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |

Câmara dos Deputados – Comissões Especiais – Fl. 83

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44340**

| | | |
|---|---|---|
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | EUGENIO GUILHERME HIMMEN |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ELI MARIA MARQUES DE LARA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial | ANGELICA PONTES DE LIMA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8341 31/05/2016 18:51

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44340**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **33000 Ministério da Previdência Social** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |
| 33201 Instituto Nacional do Seguro Social | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **33201 Instituto Nacional do Seguro Social** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |
| 151 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 09 - Previdência Social | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 126 - Tecnologia da Informação | 3.970.304 | 0 | 3.970.304 |
| 128 - Formação de Recursos Humanos | 0 | 3.970.304 | -3.970.304 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **09 Previdência Social** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |
| 126 Tecnologia da Informação | 3.970.304 | 0 | 3.970.304 |
| 128 Formação de Recursos Humanos | 0 | 3.970.304 | -3.970.304 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2061 - Previdência Social | 3.970.304 | 0 | 3.970.304 |
| 2114 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social | 0 | 3.970.304 | -3.970.304 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

Câmara dos Deputados
8343
Fl.
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44340**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 3.970.304 | 0 | 3.970.304 |
| - Gestão e Manutenção | 0 | 3.970.304 | -3.970.304 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2292 - Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários | 3.970.304 | 0 | 3.970.304 |
| 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | 0 | 3.970.304 | -3.970.304 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44340 - 3,9 milhões DATAPREV 2292(Tipo 100) | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 3.970.304 | 3.970.304 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.970.304** | **3.970.304** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44500

**Tipo de Crédito:** 102a - Remanejamento de dotações do MEC de GND 3,4,5

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **26000- Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **109.643.591.255** | **97.861.628.611** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |
| **Unidade:** | **26235- Universidade Federal de Goiás** | | | | | | | | | | **1.091.481.719** | **1.012.828.727** | **2.900.000** | **2.900.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 224.674.734 | 157.776.430 | 2.900.000 | 2.900.000 | 0 |
| **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **28.762.303** | **21.476.152** | **2.900.000** | **2.900.000** | **0** |
| 2032 4002 0052 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Goiás | | | *PLOA* | | | | | | | 28.762.303 | 21.476.152 | 2.900.000 | 2.900.000 | 0 |
| 2032 4002 0052 0000 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 28.487.138 | 21.395.006 | 2.900.000 | 2.900.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *23.487.138* | *17.740.336* | *2.900.000* | *0* | *2.900.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *5.000.000* | *3.654.670* | *0* | *2.900.000* | *-2.900.000* |
| **Unidade:** | **26245- Universidade Federal do Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **2.876.540.264** | **2.782.854.808** | **5.500.000** | **5.500.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 477.519.601 | 387.897.164 | 5.500.000 | 5.500.000 | 0 |
| **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **46.179.754** | **39.791.410** | **2.500.000** | **2.500.000** | **0** |
| 2032 4002 0033 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 46.179.754 | 39.791.410 | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| 2032 4002 0033 0000 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 45.721.879 | 39.622.217 | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *45.721.879* | *39.622.217* | *2.500.000* | *0* | *2.500.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *2.500.000* | *-2.500.000* |
| **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **166.270.868** | **143.252.543** | **3.000.000** | **3.000.000** | **0** |
| 2032 8282 0033 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 151.270.868 | 143.252.543 | 3.000.000 | 3.000.000 | 0 |
| 2032 8282 0033 0000 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 149.017.466 | 143.249.141 | 3.000.000 | 3.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *123.574.475* | *123.497.289* | *3.000.000* | *0* | *3.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *25.442.991* | *19.751.852* | *0* | *3.000.000* | *-3.000.000* |
| **Unidade:** | **26249- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **565.586.654** | **549.783.021** | **15.000.000** | **15.000.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 74.862.258 | 65.515.919 | 15.000.000 | 15.000.000 | 0 |
| **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **23.939.773** | **23.823.523** | **0** | **15.000.000** | **-15.000.000** |
| 2032 20GK 0033 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 23.939.773 | 23.823.523 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| 2032 20GK 0033 0000 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 23.518.534 | 23.518.535 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *23.518.534* | *23.518.535* | *0* | *15.000.000* | *-15.000.000* |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **20.058.800** | **18.904.393** | **15.000.000** | **0** | **15.000.000** |
| 2032 20RK 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 20.058.800 | 18.904.393 | 15.000.000 | 0 | 15.000.000 |
| 2032 20RK 0033 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 14.939.088 | 14.939.086 | 15.000.000 | 0 | 15.000.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8344

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44500

**Tipo de Crédito:** 102a - Remanejamento de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *14.939.088* | *14.939.086* | *15.000.000* | *0* | *15.000.000* |
| **Unidade:** | **26251- Fundação Universidade Federal do Tocantins** | | | | | | | | | | **308.332.287** | **281.359.976** | **3.000.000** | **3.000.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 100.881.779 | 81.291.698 | 3.000.000 | 3.000.000 | 0 |
| **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **13.626.650** | **9.654.278** | **0** | **3.000.000** | **-3.000.000** |
| 2032 4002 0017 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Tocantins | | | *PLOA* | | | | | | | 13.626.650 | 9.654.278 | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| 2032 4002 0017 0000 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 3.000.000 | 872.019 | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.000.000* | *872.019* | *0* | *3.000.000* | *-3.000.000* |
| **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **27.080.540** | **26.643.378** | **3.000.000** | **0** | **3.000.000** |
| 2032 8282 0017 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins | | | *PLOA* | | | | | | | 26.830.540 | 26.643.378 | 3.000.000 | 0 | 3.000.000 |
| 2032 8282 0017 0000 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 3.000.000 | 2.999.253 | 3.000.000 | 0 | 3.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.000.000* | *1.000.000* | *1.000.000* | *0* | *1.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.000.000* | *1.999.253* | *2.000.000* | *0* | *2.000.000* |
| **Unidade:** | **26260- Universidade Federal de Alfenas** | | | | | | | | | | **195.570.642** | **184.454.008** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 51.144.083 | 43.254.143 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **1.901.930** | **1.555.378** | **1.000.000** | **0** | **1.000.000** |
| 2032 20GK 0031 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Minas Gerais<br>*- Iniciativa apoiada (unidade): 1 (Acréscimo)* | | | *PLOA* | | | | | | | 1.901.930 | 1.555.378 | 1.000.000 | 0 | 1.000.000 |
| 2032 20GK 0031 0000 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 1.016.200 | 1.002.273 | 1.000.000 | 0 | 1.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.016.200* | *1.002.273* | *1.000.000* | *0* | *1.000.000* |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **27.952.986** | **23.634.712** | **0** | **1.000.000** | **-1.000.000** |
| 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 27.952.986 | 23.634.712 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| 2032 20RK 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 2.824.107 | 1.491.606 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.824.107* | *1.491.606* | *0* | *1.000.000* | *-1.000.000* |
| **Unidade:** | **26269- Fundação Universidade do Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **352.389.751** | **333.842.907** | **6.509.000** | **6.509.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 69.002.497 | 54.608.061 | 6.509.000 | 6.509.000 | 0 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **37.622.670** | **25.956.943** | **6.509.000** | **0** | **6.509.000** |
| 2032 20RK 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 36.160.370 | 25.956.943 | 6.509.000 | 0 | 6.509.000 |
| 2032 20RK 0033 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 24.894.888 | 21.153.331 | 6.509.000 | 0 | 6.509.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8345

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44500

**Tipo de Crédito:** 102a - Remanejamento de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 24.894.888 | 21.153.331 | 6.509.000 | 0 | 6.509.000 |
| **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | 10 | | | | | | | | **20.100.146** | **19.021.613** | **0** | **6.509.000** | **-6.509.000** |
| 2032 8282 0033 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 20.100.146 | 19.021.613 | 0 | 6.509.000 | -6.509.000 |
| 2032 8282 0033 0000 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 1.963.781 | 1.962.887 | 0 | 6.509.000 | -6.509.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.963.781 | 1.962.887 | 0 | 6.509.000 | -6.509.000 |
| **Unidade:** | **26271- Fundação Universidade de Brasília** | | | | | | | | | | **1.822.218.875** | **1.518.522.486** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 600.875.710 | 306.223.548 | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | 10 | | | | | | | | **473.439.147** | **244.192.532** | **10.000.000** | **0** | **10.000.000** |
| 2032 20RK 0053 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 473.439.147 | 244.192.532 | 10.000.000 | 0 | 10.000.000 |
| 2032 20RK 0053 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 84.466.033 | 82.406.431 | 10.000.000 | 0 | 10.000.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 84.466.033 | 82.406.431 | 10.000.000 | 0 | 10.000.000 |
| **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | 10 | | | | | | | | **89.956.161** | **28.831.683** | **0** | **10.000.000** | **-10.000.000** |
| 2032 8282 0053 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 88.956.161 | 27.931.683 | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 |
| 2032 8282 0053 0000 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 29.158.697 | 8.939.854 | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 29.158.697 | 8.939.854 | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 |
| **Unidade:** | **26285- Fundação Universidade Federal de São João Del Rei** | | | | | | | | | | **283.038.546** | **265.199.271** | **75.031** | **75.031** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 78.716.827 | 64.047.560 | 75.031 | 75.031 | 0 |
| **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | **12- 364** | 10 | | | | | | | | **12.751.433** | **7.652.876** | **75.031** | **75.031** | **0** |
| 2032 4002 0031 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 12.751.433 | 7.652.876 | 75.031 | 75.031 | 0 |
| 2032 4002 0031 0001 | Viver sem limite – PROGRAMA INCLUIR | | | | | | | | | | 133.231 | 84.774 | 75.031 | 75.031 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 75.031 | 26.574 | 75.031 | 0 | 75.031 |
| | | | | | 4.4.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 58.200 | 58.200 | 0 | 75.031 | -75.031 |
| **Unidade:** | **26294- Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA** | | | | | | | | | | **1.019.161.453** | **1.012.292.614** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 136.879.911 | 133.370.990 | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | 20 | | | | | | | | **9.262.300** | **7.000.000** | **0** | **20.000.000** | **-20.000.000** |
| 2032 20RX 0043 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 8.662.300 | 7.000.000 | 0 | 20.000.000 | -20.000.000 |
| 2032 20RX 0043 0000 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 | 20.000.000 | -20.000.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8346 SOP

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44500

**Tipo de Crédito:** 102a - Remanejamento de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *5.000.000* | *5.000.000* | *0* | *20.000.000* | *-20.000.000* |
| **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **64.117.611** | **63.439.490** | **20.000.000** | **0** | **20.000.000** |
| 2032 4086 0043 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 64.117.611 | 63.439.490 | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| 2032 4086 0043 0000 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 40.560.515 | 40.368.050 | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *40.560.515* | *40.368.050* | *20.000.000* | *0* | *20.000.000* |
| **Unidade:** | **26351- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia** | | | | | | | | | | **227.102.093** | **209.000.164** | **2.006.573** | **2.006.573** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 66.563.008 | 53.630.238 | 2.006.573 | 1.806.573 | 200.000 |
| **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **2.797.857** | **2.149.073** | **0** | **1.000.000** | **-1.000.000** |
| 2032 20GK 0029 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 2.797.857 | 2.149.073 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| 2032 20GK 0029 0000 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 1.734.305 | 1.680.861 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.734.305* | *1.680.861* | *0* | *1.000.000* | *-1.000.000* |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **30.732.927** | **28.872.140** | **2.006.493** | **806.493** | **1.200.000** |
| 2032 20RK 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 30.732.927 | 28.872.140 | 2.006.493 | 806.493 | 1.200.000 |
| 2032 20RK 0029 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 28.209.257 | 27.904.922 | 2.006.493 | 806.493 | 1.200.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *27.211.350* | *27.208.918* | *1.200.000* | *0* | *1.200.000* |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *997.907* | *696.004* | *806.493* | *0* | *806.493* |
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *806.493* | *-806.493* |
| **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **7.523.204** | **7.218.922** | **80** | **80** | **0** |
| 2032 4002 0029 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 7.523.204 | 7.218.922 | 80 | 80 | 0 |
| 2032 4002 0029 0000 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 7.224.258 | 7.019.346 | 80 | 80 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *7.144.178* | *7.019.346* | *0* | *80* | *-80* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *80.080* | *0* | *80* | *0* | *80* |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 153.063.095 | 150.195.963 | 0 | 200.000 | -200.000 |
| **2109 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | **12- 128** | *10* | | | | | | | | **500.000** | **357.569** | **0** | **200.000** | **-200.000** |
| 2109 4572 0029 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 500.000 | 357.569 | 0 | 200.000 | -200.000 |
| 2109 4572 0029 0000 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | | | | | | | | | | 499.100 | 356.669 | 0 | 200.000 | -200.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *499.100* | *356.669* | *0* | *200.000* | *-200.000* |
| **Unidade:** | **26365- Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás** | | | | | | | | | | **168.385.908** | **128.540.958** | **11.000.000** | **11.000.000** | **0** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8347

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44500

**Tipo de Crédito:** 102a - Remanejamento de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 50.772.932 | 14.140.553 | 11.000.000 | 11.000.000 | 0 |
| **2032 157D** | **Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **4.100.000** | **4.100.000** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 2032 157D 0052 | Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás - No Estado de Goiás | | | *PLOA* | | | | | | | 4.100.000 | 4.100.000 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| 2032 157D 0052 0001 | Mais Médicos | | | | | | | | | | 4.100.000 | 4.100.000 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *1.000.000* | *0* | *1.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *4.100.000* | *4.100.000* | *0* | *1.000.000* | *-1.000.000* |
| **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **46.300.000** | **10.000.000** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |
| 2032 20RX 0052 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Goiás | | | *PLOA* | | | | | | | 46.300.000 | 10.000.000 | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| 2032 20RX 0052 0001 | Mais Médicos | | | | | | | | | | 10.000.000 | 10.000.000 | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *10.000.000* | *10.000.000* | *10.000.000* | *0* | *10.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *10.000.000* | *-10.000.000* |
| **Unidade:** | **26398- Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas** | | | | | | | | | | **54.436.793** | **52.884.512** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 10.327.131 | 10.327.120 | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **10.000.000** | **9.999.988** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |
| 2032 20RX 0043 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 10.000.000 | 9.999.988 | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| 2032 20RX 0043 0001 | Mais Médicos | | | | | | | | | | 10.000.000 | 9.999.988 | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *6.000.000* | *5.999.988* | *6.000.000* | *0* | *6.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *4.000.000* | *4.000.000* | *0* | *6.000.000* | *-6.000.000* |
| **Unidade:** | **26404- Instituto Federal Baiano** | | | | | | | | | | **243.242.746** | **222.909.291** | **1.300.000** | **1.300.000** | **0** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 88.902.839 | 70.160.008 | 1.300.000 | 1.300.000 | 0 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **64.260.685** | **50.610.589** | **1.215.000** | **1.215.000** | **0** |
| 2031 20RL 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 64.260.685 | 50.610.589 | 1.215.000 | 1.215.000 | 0 |
| 2031 20RL 0029 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 60.451.246 | 47.599.268 | 1.215.000 | 1.215.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *50.970.366* | *45.285.154* | *1.215.000* | *0* | *1.215.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *9.480.880* | *2.314.114* | *0* | *1.215.000* | *-1.215.000* |
| **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **9.542.154** | **9.502.191** | **85.000** | **85.000** | **0** |
| 2031 2994 0029 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 9.542.154 | 9.502.191 | 85.000 | 85.000 | 0 |
| 2031 2994 0029 0000 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 9.515.754 | 9.475.791 | 85.000 | 85.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *8.440.535* | *8.440.451* | *85.000* | *85.000* | *0* |



Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais Fl. 8346

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44500

**Tipo de Crédito:** 102a - Remanejamento de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 4.4.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.075.219 | 1.035.340 | 0 | 85.000 | -85.000 |
| **Unidade:** | **26409- Instituto Federal de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **319.678.404** | **292.893.713** | **534.655** | **534.655** | **0** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 99.992.439 | 73.859.120 | 534.655 | 484.655 | 50.000 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | 10 | | | | | | | | **57.142.167** | **44.966.498** | **50.000** | **0** | **50.000** |
| 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 57.142.167 | 44.966.498 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| 2031 20RL 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 34.646.500 | 33.163.692 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 34.646.500 | 33.163.692 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | 10 | | | | | | | | **10.486.850** | **9.459.312** | **484.655** | **484.655** | **0** |
| 2031 2994 0031 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 10.486.850 | 9.459.312 | 484.655 | 484.655 | 0 |
| 2031 2994 0031 0000 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 10.183.229 | 9.421.359 | 484.655 | 484.655 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 9.675.574 | 9.095.721 | 0 | 484.655 | -484.655 |
| | | | | | 4.4.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 507.655 | 325.638 | 484.655 | 0 | 484.655 |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 193.839.109 | 193.316.177 | 0 | 50.000 | -50.000 |
| **2109 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | **12- 128** | 10 | | | | | | | | **876.550** | **713.178** | **0** | **50.000** | **-50.000** |
| 2109 4572 0031 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 876.550 | 713.178 | 0 | 50.000 | -50.000 |
| 2109 4572 0031 0000 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | | | | | | | | | | 867.480 | 704.108 | 0 | 50.000 | -50.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 867.480 | 704.108 | 0 | 50.000 | -50.000 |
| **Unidade:** | **26410- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **253.052.146** | **188.080.843** | **10.000** | **10.000** | **0** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 113.465.346 | 50.865.341 | 10.000 | 10.000 | 0 |
| **2031 6380** | **Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | 10 | | | | | | | | **1.187.923** | **679.869** | **10.000** | **10.000** | **0** |
| 2031 6380 0031 | Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 1.187.923 | 679.869 | 10.000 | 10.000 | 0 |
| 2031 6380 0031 0000 | Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 997.187 | 638.982 | 10.000 | 10.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 877.766 | 610.110 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 119.421 | 39.872 | 0 | 10.000 | 10.000 |
| **Unidade:** | **26417- Instituto Federal da Paraíba** | | | | | | | | | | **442.824.813** | **403.357.222** | **62.000** | **62.000** | **0** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 106.402.076 | 80.665.156 | 62.000 | 0 | 62.000 |
| **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | 10 | | | | | | | | 12.502.934 | 12.177.065 | 62.000 | 0 | 62.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 836

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44500

**Tipo de Crédito:** 102a - Remanejamento de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2031 2994 0025 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba | | | PLOA | | | | | | | 12.502.934 | 12.177.065 | 62.000 | 0 | 62.000 |
| 2031 2994 0025 0000 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 12.488.765 | 12.177.065 | 62.000 | 0 | 62.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *12.488.765* | *12.177.065* | *62.000* | *0* | *62.000* |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **290.468.487** | **277.038.597** | **0** | **62.000** | **-62.000** |
| **2109 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | **12- 128** | *10* | | | | | | | | **3.680.871** | **2.324.158** | **0** | **62.000** | **-62.000** |
| 2109 4572 0025 | Capacitação de Servidores Publicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Paraíba | | | PLOA | | | | | | | 3.680.871 | 2.324.158 | 0 | 62.000 | -62.000 |
| 2109 4572 0025 0000 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 62.000 | -62.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *62.000* | *-62.000* |
| **Unidade:** | **26420- Instituto Federal Farroupilha** | | | | | | | | | | **236.101.140** | **218.059.631** | **500.000** | **500.000** | **0** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 71.940.902 | 57.338.941 | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **45.919.035** | **38.384.442** | **500.000** | **500.000** | **0** |
| 2031 20RL 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 45.919.035 | 38.384.442 | 500.000 | 500.000 | 0 |
| 2031 20RL 0043 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 41.411.904 | 36.715.604 | 500.000 | 500.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *36.890.131* | *32.750.107* | *500.000* | *0* | *500.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *4.521.773* | *3.965.497* | *0* | *500.000* | *-500.000* |
| **Unidade:** | **26438- Instituto Federal de Santa Catarina** | | | | | | | | | | **448.867.003** | **405.685.238** | **2.359.300** | **2.359.300** | **0** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 116.297.480 | 78.698.113 | 2.359.300 | 2.359.300 | 0 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **74.641.046** | **57.037.434** | **2.359.300** | **2.359.300** | **0** |
| 2031 20RL 0042 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina | | | PLOA | | | | | | | 74.641.046 | 57.037.434 | 2.359.300 | 2.359.300 | 0 |
| 2031 20RL 0042 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 71.485.194 | 55.597.438 | 2.359.300 | 2.359.300 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *51.355.359* | *44.840.086* | *2.359.300* | *0* | *2.359.300* |
| | | | | | *4.4.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *20.129.835* | *10.757.352* | *0* | *2.359.300* | *-2.359.300* |
| **Unidade:** | **26440- Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS** | | | | | | | | | | **254.267.919** | **207.042.298** | **10.015.000** | **10.015.000** | **0** |
| **0910** | **Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais** | | | | | | | | | | 45.000 | 27.000 | 15.000 | 0 | 15.000 |
| **0910 00IE** | **Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **25.000** | **20.957** | **15.000** | **0** | **15.000** |
| 0910 00IE 0040 | Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES - Na Região Sul | | | PLOA | | | | | | | 25.000 | 20.957 | 15.000 | 0 | 15.000 |
| 0910 00IE 0040 0000 | Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES | | | | | | | | | | 10.957 | 10.957 | 15.000 | 0 | 15.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *10.957* | *10.957* | *15.000* | | |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8350

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44500

**Tipo de Crédito:** 102a - Remanejamento de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 106.300.784 | 64.601.797 | 10.000.000 | 10.015.000 | -15.000 |
| **2032 125C** | **Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **40.000.000** | **22.881.429** | **0** | **10.000.000** | **-10.000.000** |
| 2032 125C 0040 | Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - Na Região Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 40.000.000 | 22.881.429 | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 |
| 2032 125C 0040 0000 | Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS | | | | | | | | | | 40.000.000 | 22.881.429 | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *40.000.000* | *22.881.429* | *0* | *10.000.000* | *-10.000.000* |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **33.977.952** | **28.178.697** | **10.000.000** | **15.000** | **9.985.000** |
| 2032 20RK 0040 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 33.977.952 | 28.178.697 | 10.000.000 | 15.000 | 9.985.000 |
| 2032 20RK 0040 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 31.556.805 | 27.103.045 | 10.000.000 | 15.000 | 9.985.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *28.562.233* | *27.015.130* | *10.000.000* | *0* | *10.000.000* |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.994.572* | *87.915* | *0* | *15.000* | *-15.000* |
| **Unidade:** | **26442- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira** | | | | | | | | | | **135.728.411** | **101.878.802** | **4.481.050** | **4.481.050** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 82.501.290 | 49.995.780 | 4.481.050 | 4.481.050 | 0 |
| **2032 125B** | **Implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **12.723.660** | **3.100.646** | **0** | **4.300.000** | **-4.300.000** |
| 2032 125B 0020 | Implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB - Na Região Nordeste | | | *PLOA* | | | | | | | 12.723.660 | 3.100.646 | 0 | 4.300.000 | -4.300.000 |
| 2032 125B 0020 0000 | Implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 4.300.000 | -4.300.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *4.300.000* | *-4.300.000* |
| **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **1.309.436** | **665.923** | **181.050** | **181.050** | **0** |
| 2032 20GK 0020 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste | | | *PLOA* | | | | | | | 1.309.436 | 665.923 | 181.050 | 181.050 | 0 |
| 2032 20GK 0020 0000 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 1.027.250 | 589.079 | 31.050 | 31.050 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.027.250* | *589.079* | *31.050* | *0* | *31.050* |
| | | | | | *4.4.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *31.050* | *-31.050* |
| 2032 20GK 0020 0003 | Mais Médicos | | | | | | | | | | 200.000 | 0 | 150.000 | 150.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *200.000* | *0* | *150.000* | *0* | *150.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *150.000* | *-150.000* |
| **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **12.317.445** | **11.415.794** | **4.300.000** | **0** | **4.300.000** |
| 2032 4002 0020 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Na Região Nordeste | | | *PLOA* | | | | | | | 12.317.445 | 11.415.794 | 4.300.000 | 0 | 4.300.000 |
| 2032 4002 0020 0000 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 12.300.000 | 11.415.794 | 4.300.000 | 0 | 4.300.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *12.300.000* | *11.415.794* | *4.300.000* | *0* | *4.300.000* |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8357

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44500**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Total Geral** | 109.643.591.255 | 97.861.628.611 | 102.252.609 | 102.252.609 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44500**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Justificativa do Pedido 43860:
No momento de elaboração da proposta orçamentária havia a previsão de construção de um centro de convivência e casas de estudantes nas regionais fora de sede, porém em análise esse ano, houve mudanças de prioridades em função de novas demandas. Portanto a Administração Superior definiu que as construções deverão ser postergadas e tentaremos atingir maior número de beneficiários nos programas de assistência estudantil, além de corrigir os valores praticados hoje na instituição, que estão defasados.

Com a entrega dos restaurantes universitários nas regionais, teremos que atender as demandas de subsídio da alimentação fornecida aos discentes.
Justificativa do Pedido 43841:
ATENDER AS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS COM OS NOSSOS CONTRATOS DE FORNECEDORES DE SERVIÇOS ESSENCIAIS NECESSÁRIAS PARA FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS DA UFRB EM SUAS ESFERAS DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO..
Justificativa do Pedido 43834:
Capital - A necessidade de alteração orçamentária tem origem na insuficiencia de dotação orçamentária com a finalidade Complementação parcial dos recursos de capital para retomadas das obras com sala de aula, biblioteca e laboratório que estão suspensas na UFT. Tal suspensão das obras se deu em função de pactuação realizada em 2013 entre o Ministério da Educação e a Universidade Federal do Tocantins, com a finalidade de consolidação do Programa Reuni com vistas a garantir a infraestrutura adequada para os cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins.
Custeio- Para viabilizar a contratação de empresa especializada em manutenção e reforma predial.

Justificativa do Pedido 43822:
Devido a classificação de receita indevida em Serviços Radiológicos e Laboratoriais 16000503, o crédito da LOA 2015 foi alocada na Ação Assistência Médica 2004, pois era única ação disponível na esfera 20 - Seguridade Social. Após acerto para a natureza de receita 16001300 - Serviços Administrativos se faz necessário acerto da Ação Orçamentária.
Justificativa do Pedido 43806:
Desenvolver um sistema para elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Esse sistema se classifica como um Sistema de Informação Executivo e encontra-se no nível estratégico da pirâmide de desenvolvimento de sistemas. Ele permitirá além da integração do Planejamento com a Gestão Orçamentária, o acompanhamento da execução das ações planejadas por todos os atores do sistema e também por parte da Comunidade Acadêmica e de toda a sociedade, de tal modo que permitirá maior transparência no processo de gestão. Nesta demanda haverá o desenvolvimento de software e capacitações.

Justificativa do Pedido 43777:
Atender despesas com pagamento de serviços terceirizados do campus São João Evangelista, em complementação à dotação orçamentária existente e atender também a aquisição de mobiliários para os alojamentos dos campi Ouro Preto, Bambuí e São João Evangelista.
Justificativa do Pedido 43760:
A necessidade de alteração orçamentária baseia - se no atendimento das despesas de manutenção hospitalares, com enfoque nas despesas com medicamentos, serviços profissionais (banco de sangue, hemodialises, radioterapia, lavanderia, refeições) e serviços terceirizados.
Justificativa do Pedido 43747:
Faz-se necessário o remanejamento de 4.300.000 ( quatro milhões e trezentos mil reais) da ação 125B Implantação (capital) para a ação 4002 Assistência ao Estudante (custeio) , pois no momento a universidade encontra-se com dificuldades para pagar os auxílios assistenciais a novos estudantes , ingressantes em 2015 e atender estudantes que já fazem parte do programa PNAES.
Faz-se necessário o remanejamento de 181.050,00 na ação de Fomento 20GK de capital para custeio , com o intuito de atender a crescente demanda por bolsas estudantis.
Justificativa do Pedido 43720:
Após análise detalhada da Proposta Orçamentária (PLOA 2015), verificou-se que foram lançados nas Ações 20GK e 20RK, montantes que não suprem as distribuições orçamentárias praticadas por esta Unidade Orçamentária, considerando o histórico de anos anteriores. Ressalta-se, portanto, ter ocorrido uma inversão de montantes nas dotações lançadas para as referidas Ações.
Justificativa do Pedido 43713:
A alteração visa subsidiar as ações relacionadas ao programa institucional de bolsas para discentes (PIBED) e ao programa Bolsa Monitoria cujos recursos se encontram insuficientes para o ano de 2015.
Justificativa do Pedido 43697:
O remanejamento de crédito orçamentário do Grupo 4 - Investimento para o Grupo 3 - ODC da Ação 8282 para a Ação 20RK é fundamental para o pagamento de despesas de funcionamento existentes, tais como, serviços prestados por empresas terceirizadas e contratações com Pessoa Jurídica.
Justificativa do Pedido 43682:
O Campus Guarabira apresenta insuficiência de recursos orçamentários na Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional para o exercício 2015, levando em consideração o aumento no número de alunos que ainda não foram computados para fins de orçamento bem como a necessidade de se adequar os valores dos benefícios assistenciais em face das atuais pressões inflacionárias, desta forma solicitamos o remanejamento de R$ 62.000,00 da Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação para a Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional.

Depende da troca de fonte - PEDIDO 44144
Justificativa do Pedido 43674:
O primeiro aspecto refere-se ao planejamento das ações orçamentárias que deu-se com uma defasagem temporal significativa;
Segundo, todo o planejamento fora realizado baseado em uma projeção orçamentária que provavelmente não se confirmará, em função dos ajustes fiscais que estão sendo realizados, devido a trajetória da economia brasileira, bem como do equilíbrio das contas

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8352

públicas para o exercício de 2015;

Justificativa do Pedido 43647:
Conforme reavaliação do planejamento IFSC, estamos solicitando a troca de investimento para custeio, afim de atender as demandas da Rede IFSC que incorporou mais duas Unidades do Governo Estadual, em Joinville e São Lourenço do Oeste, além do piso dos campus Tubarão e São Carlos ser inferior às demandas dos contratos terceirizados dos mesmos; além disto, dos quase 370 contratos de que dispomos tivemos repactuações além do planejado para este ano; o que acarretou no acréscimo de 5% sobre o Custeio atual.

Justificativa do Pedido 43637:
Transferência necessária para cumprimento do Plano de Trabalho, onde consta a necessidade de recursos de custeio.
Objetivos:
- Assegurar a execução das rotinas e procedimentos do SINAC.
- Acessibilidade via automotiva e móvel.
- Manter o pleno funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais (bibliotecas CTAN e CDB) para utilização das pessoas com deficiência da UFSJ e da comunidade.
- Atendimento a demandas de adequação do espaço físico da UFSJ a partir das demandas do SINAC e do NACE ao LAPP (Laboratório de Planos e Projetos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ).
- Realizar atividades de pesquisa e extensão voltadas para o tema da acessibilidade.
- Realizar ações de ensino que visem capacitar/sensibilizar professores, funcionários, estudantes da UFSJ, professores do ensino fundamental e médio e comunidade para trabalho com pessoas com deficiência.
- Promover a acessibilidade do site da UFSJ.

Justificativa do Pedido 43571:
SOLICITAMOS REMANEJAMENTO DE CAPITAL PARA CUSTEIO POIS O VALOR ESTIMADO PARA CUSTEIO NÃO É SUFICIENTE PARA O MÍNIMO DE MANUTENÇÃO DOS CAMPI O MESMOS PRECISARIAM DE MAIS R$ 1.300.000,00 DE CUSTEIO PARA MANTER OS COMPROMISSOS JÁ FIRMADOS CONTRATUALMENTE POIS HOUVE EXPANSÃO E AINDA HAVERÁ.COMO EXEMPLO A INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS EM URUÇUCA O QUE AUMENTARÁ O CUSTEIO DO CAMPUS POR ISSO SOLICITA REMANEJAMENTO.

Justificativa do Pedido 43560:
Necessidade de abertura de crédito suplementar para reforçar a programação de Outras Despesas Correntes constante da Lei Orçamentária em vigor. Justifica-se pelo elevado nível de comprometimento do orçamento da Universidade com despesas necessárias ao funcionamento das atividades da instituição. Desta forma, o orçamento aprovado para o exercício de 2015 não se mostra suficiente para atender as despesas com (a) Guarda e Vigilância; (b) limpeza e conservação; (c) Manutenção predial; (d) Telefonia; (e) pessoal de apoio e (f) energia elétrica.;

Justificativa do Pedido 43520:
Trata-se de uma solicitação de remanejamento de Grupo de Natureza de Despesa (de Investimento para Custeio). Tal solicitação tem como base a necessidade de suplementação dos créditos orçamentários alocação da ação orçamentária do Plano Nacional de Assistência Estudantil/PNAES, pois, o saldo disponível nessa ação não será suficiente para realizarmos os pagamentos das bolsas estudantis aos alunos contemplados nos diversos programas instituidos por nossa IFES para assistência aos alunos que necessitam de bolsas para que tenham condições de se materem na condição de estudante.
Outra necessidade é a suplementação dos créditos disponíveis para atender à equipe técnica necessária ao acompanhamento das obras de construção do Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico/LADETEC/UFRJ em processo de preparação para atuar como o laboratório oficial de controle de dopagem dos jogos olímpicos e paralímpicos que ocorrerão na cidade do Rio de Janeiro em 2016.

Justificativa do Pedido 43418:
Inclusão de crédito suplementar ao Orçamento do Hospital de Clinicas de Porto Alegre - HCPA, pela realocação de créditos projetados para a arrecadação da fonte 0250, do GND 4, Ação 20RX, para o GND 3, Ação 4086, a fim de utilizar-se esta disponibilidade no complemento das despesas necessárias para o exercício de 2015, referentes a aquisição de materiais de consumo destinados a reposição dos estoques e a cobertura das despesas decorrentes do pagamento de serviços de terceiros já contratados para a execução de atividades meio e inerentes ao funcionamento do hospital.

Justificativa do Pedido 43282:
O remanejamento orçamentário desta ação será utilizado com a finalidade de assegurar as despesas para a manutenção e o funcionamento da instituição, exercício 2015, conforme planejamento institucional da UFFS. Nos últimos três exercícios financeiros a dotação orçamentária inicial tem sido insuficiente para atender as despesas da UFFS, obrigando a instituição a solicitar alterações orçamentárias de recursos de investimento para outras despesas correntes.

A UFFS está em processo de implantação e expansão e registra aumento das despesas de custeio, sobretudo, em virtude do acréscimo de campus, elevação do número de discentes, implantação dos RUs, e transição dos prédios alugados para as instalações definitivas. Que por sua vez elevam as despesas de: aquisição de material de consumo, locação de mão de obra, contratação de serviços de pessoas jurídicas em geral, entre outros.

Diante disso, a projeção de despesas de custeio, para o exercício 2015, é de aproximadamente R$ 29 milhões, sendo indispensável, portanto, a suplementação na ordem de R$ 10.000.000,00.

Em relação a suplementação para pagamento da anuidade a Andifes, esta é justificada pela impossibilidade da utilização da Fonte 112 para tal fim conforme determinação do art 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Em 2014, a anuidade foi dividida em duas parcelas, com valor aproximado de R$ 11 mil cada.

Justificativa do Pedido 43236:
Solicito remanejamento de R$ 11.000.000,00 da ND 449000 para a ND 339000. Tal solicitação faz-se necessária em função da necessidade de manutenção e reforma das dependências do Hospital, em Goiás somos a única instituição a prestar atendimento de alta complexidade e oncológico pelo SUS à população carente. No momento a necessidade de recursos de custeio é mais importante que recursos de investimento, pois, passamos por uma situação crítica, tendo em vista que em virtude da falta de reposição de pessoal por parte do Governo Federal por meio de concurso público, os recursos da produção assistencial são utilizados para pagamento de despesas com pessoal terceirizado, comprometendo em 70% a receita e assim inviabilizando a manutenção dos demais serviços



Secretaria dos Órgãos Especiais 3353 Câmara dos Deputados

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44500**

necessários para o funcionamento deste hospital.
Justificativa do Pedido 43747:
Faz-se necessário o remanejamento de 4.300.000 ( quatro milhões e trezentos mil reais) da ação 125B Implantação (capital) para a ação 4002 Assistência ao Estudante (custeio) , pois no momento a universidade encontra-se com dificuldades para pagar os auxílios assistenciais a novos estudantes , ingressantes em 2015 e atender estudantes que já fazem parte do programa PNAES.
Faz-se necessário o remanejamento de 181.050,00 na ação de Fomento 20GK de capital para custeio , com o intuito de atender a crescente demanda por bolsas estudantis.
Justificativa do Pedido 43682:
O Campus Guarabira apresenta insuficiência de recursos orçamentários na Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional para o exercício 2015, levando em consideração o aumento no número de alunos que ainda não foram computados para fins de orçamento bem como a necessidade de se adequar os valores dos benefícios assistenciais em face das atuais pressões inflacionárias, desta forma solicitamos o remanejamento de R$ 62.000,00 da Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação para a Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional.

Depende da troca de fonte - PEDIDO 44144

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 43860:

Não haverá impacto
Justificativa do Pedido 43841:
COM O CANCELAMENTO DOS RECURSOS,TEREMOS QUE ADEQUAR AS CAPACITAÇÕES DOS SERVIDORES BEM COMO OS PROJETOS, REPROGRAMAR PARA O 2º SEMESTRE AS ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO, DE FORMA ATENDER O QUE ESTÁ PREVISTO NA PLOA SEM PREJUDICAR O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O EXERCÍCIO 2015.
Justificativa do Pedido 43834:
Não haverá. Já que os projetos em licitação que serão executados com recursos do PNAES previstos para o exercício 2015 serão custeados com o respectivo saldo remanescente .Portanto não será necessário o uso do recurso total previsto na dotação inicial para essa ação no exercício vigente.
Justificativa do Pedido 43822:
Haverá suplementação da dotação de assistência médica ao longo do exercício de 2015.
Justificativa do Pedido 43806:
Haverá anulação parcial da dotação na ação 20RK - oriundo de uma previsão de menos equipamentos do que o previsto inicialmente para os cursos de graduação da UNIFAL-MG.

Justificativa do Pedido 43777:
O campus São João Evangelista superestimou as despesas com capacitação de servidores do campus em 2015. No caso da assistência estudantil, o crédito cancelado também será revertido em benefício do aluno, objetivando a melhoria das instalações dos alojamentos estudantis.
Justificativa do Pedido 43760:
Não haverá impacto.
Justificativa do Pedido 43747:
Constatou-se que mesmo tratando-se de um valor considerável, o cancelamento deste crédito não irá causar um grande impacto no andamento das obras da universidade e assegura-se que não haverá solicitações de recursos adicionais para atender despesas com capital.
Justificativa do Pedido 43720:
Salienta-se que o atendimento ao cancelamento das dotações inicialmente propostas, não causará nenhum impacto negativo, visto que, o montante cancelado na Ação 20GK será integralmente suplementado na Ação 20RK, deste modo não serão necessários pedidos de recursos adicionais para a dotação cancelada.
Justificativa do Pedido 43713:
Com o cancelamento o IFNMG deixará de adquirir equipamentos e materiais permanente para aplicar o recurso diretamente nos alunos na forma de pagamento de bolsas.
Justificativa do Pedido 43697:
O cancelamento parcial na dotação de investimento, não prejudicará a programação de obras previstas para o exercício.
Justificativa do Pedido 43682:
Os recursos orçamentários retirados da Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação não vão afetar o desenvolvimento do processo de capacitação dos servidores lotados no referido Campus, pois foram dimensionados em valores superiores ao necessário para desenvolver a política de capacitação, uma vez que o Campus Guarabira ainda é uma unidade em consolidação e com poucos servidores.
Justificativa do Pedido 43674:
Não haverá impactos significativos no âmbito dos valores cancelados, pois a instituição priorizou a manutenção das atividades de funcionamento e a readequação dos gastos com investimentos institucionais. Observa-se que o valor que se está solicitando no remanejamento refere-se a 10% do valor previsto em Capital, o que não acarretará impactos significativos. Observa-se, que se os cortes previstos forem executados a instituição terá dificuldades em atender todas as despesas fixas, o que acarretará problemas na manutenção das atividades.
Justificativa do Pedido 43647:
Não há impactos no processo orçamentário.
Justificativa do Pedido 43637:

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
FL. 8354

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44500**

Não haverá impacto significativo causado pelo cancelamento da dotação, uma vez que, se refere a remanejamento de recursos de capital para custeio.
Justificativa do Pedido 43571:
OS CANCELAMENTOS VÃO IMPACTAR NEGATIVAMENTE NOS INVESTIMENTOS PLANEJADOS DOS CAMPI MAS SERÁ NECESSÁRIO PARA MANTER O CAMPUS FUNCIONANDO POIS AFINAL HOUVE EXPANSÃO AUMENTANDO AS DESPESAS DE CUSTEIO.
Justificativa do Pedido 43560:
O impacto do cancelamento de dotação se mostra compatível com a programação das despesas de Investimentos previstas para o exercício.
Justificativa do Pedido 43520:
Acreditamos que não haverá impacto nas contas da nossa IFES, pois, trata-se de um remanejamento de GND, ou seja, cancelamento e suplementação no mesmo valor.
Justificativa do Pedido 43418:
Não haverá impactos de cancelamento de programações do PPA, visto que se trata de crédito de remanejamento de recursos da mesma fonte, por restrição de liberação de limite para empenho no último bimestre de 2014, para o GND 3. Ressalta-se ainda, que as alocações anteriormente previstas para a Ação 20RX dariam cobertura as necessidade de aquisições para a reposição do parque instalado da Instituição (equipamentos, instalações e adequações internas). No entanto, as mesmas serão transferidas para o exercício de 2016.
Justificativa do Pedido 43282:
O cancelamento da dotação de investimento (Ação 125C) exigirá da UFFS uma readequação das despesas de capital para o exercício financeiro de 2015. Já para o custeio (Ação 20RK), o cancelamento da dotação da ação 125C, possibilitará que as despesas essenciais para a manutenção das atividades administrativas e acadêmicas sejam asseguradas até o final do exercício financeiro de 2015. Bem como a suplementação da ANDIFES ação 00IE.

Justificativa do Pedido 43236:
Não haverá devido a uma reprogramação das prioridades.
Justificativa do Pedido 43747:
Constatou-se que mesmo tratando-se de um valor considerável, o cancelamento deste crédito não irá causar um grande impacto no andamento das obras da universidade e assegura-se que não haverá solicitações de recursos adicionais para atender despesas com capital.
Justificativa do Pedido 43682:
Os recursos orçamentários retirados da Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação não vão afetar o desenvolvimento do processo de capacitação dos servidores lotados no referido Campus, pois foram dimensionados em valores superiores ao necessário para desenvolver a política de capacitação, uma vez que o Campus Guarabira ainda é uma unidade em consolidação e com poucos servidores.

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 43860:
Caso o pleito não seja atendido, não teremos condições de ampliar o quantitativo e a correção dos valores das bolsas (moradia e alimentação) dos diversos programas de assistência estudantil e o crédito previsto em investimento não terá como ser executado.
Justificativa do Pedido 43841:
O NÃO ATENDIMENTO, COMPROMETERÁ NA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS DE OPERACIONALIDADE COM OS NOSSOS CONTRATOS DE SERVIÇOS PRESTADOS, PARA BOM FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO PARA DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS, NA GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO, COM OS AUXÍLIOS FINANCEIROS POR MEIO DE BOLSAS VINCULADAS AOS NOSSOS EDITAIS..
Justificativa do Pedido 43834:
Custeio - o não atendimento incorreria em deixar de promover reformas nos banheiros, coberturas e passarelas, reforma de pavimentação, reformas em salas de aula, bibliotecas, laboratórios, reformas nas instalações elétricas e hidráulicas, dentre outras essenciais ao funcionamento das atividades finalísticas da universidade.
Capital - As obras se encontram paralisadas desde 10 de março do corrente ano, refletindo negativamente na imagem institucional perante a sociedade.Dessa forma é necessário a suplementação de dotação afim de não incorrer em improbidade administrativa, já que o recurso disponível mesmo totalmente liberado não será suficiente para quitar o débito com as empresas que estão executando as obras na UFT.

Justificativa do Pedido 43822:
Prejuízo na execução dos contratos vigentes.
Justificativa do Pedido 43806:
Caso o pleito não seja atendido, deixará de ser desenvolvido um projeto de suma importância para o planejamento das UNIFAL-MG e também das demais Universidades Federais.
Justificativa do Pedido 43777:
O não atendimento do pleito inviabilizará o pagamento das despesas com serviços terceirizados do campus São João Evangelista e a aquisição de mobiliário para alojamentos estudantis.
Justificativa do Pedido 43760:
O não atendimento destas despesas terá como conseqüências a suspensão desses serviços, com prejuízo às atividades hospitalares em virtude da grande restrição orçamentária no exercício.
Justificativa do Pedido 43747:
O não atendimento do pleito trará consequencias graves para a Universidade, considerando que já houve uma longa crise entre Gestão Superior e estudantes por conta do corte temporário dos auxílios estudantis. A medida encontrada para solucionar o impasse foi o remanejamento dos referidos recursos.
Justificativa do Pedido 43720:
Ressalta-se que o não atendimento ao pleito interromperá a série histórica na alocação de recursos orçamentários, por possuírem as Ações 20GK e 20RK, quantitativos unitários muito distintos. Nota-se fundamental que o orçamento reflita a realidade institucional, que demanda um aporte expressivo de recursos para que se garanta o funcionamento das atividades fins. Reitera-se que a Ação 20RK tem maior relação com o funcionamento e a sua manutenção, se aproximando dos valores da Matriz Andifes.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8355

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44500**

Justificativa do Pedido 43713:
Caso o recurso não seja remanejado o IFNMG não terá condições de arcar com as despesas relacionadas, sendo que isso poderá comprometer o processo de ensino aprendizagem e ter reflexo nas atividades de extensão deste órgão.
Justificativa do Pedido 43697:
Se o pedido não for atendido, a Universidade não conseguirá realizar os pagamentos para as empresas terceirizadas e poderá haver interrupção no fornecimento de água e energia elétrica.
Justificativa do Pedido 43682:
O não atendimento ao pleito irá gerar grave prejuízo ao andamento das ações de assistência estudantil tais como: redução do número de alunos assistidos pelos programas de assistência estudantil, como: auxílios com alimentação, moradia e transporte; redução nos valores das bolsas; redução do número de viagens de campo e visitas técnicas; redução no número de eventos voltados para os estudantes; e aumento da taxa de evasão escolar.
Justificativa do Pedido 43674:
O não atendimento acarretará principalmente na impossibilidade de garantir 100% das ações de ensino, pesquisa e extensão na instituição. Destacam-se impossibilidade de manutenção de atividades relacionadas a intercâmbio de estudantes; redução das atividades complementares ao ensino técnico e profissional; dificuldades de garantir a execução de contratos com segurança e limpeza para o Câmpus Avançado de Uruguaiana e Câmpus de Jaguari.
Justificativa do Pedido 43647:
Haverá problemas com a falta do custeio e manutenção da estrutura dos campus novos e os que foram incorporados pela Rede IFSC (21 campus dos quais 04 sem valores definidos de Custeio ou abaixo da demanda dos serviços continuados).
Justificativa do Pedido 43637:
Não será possível dar andamento a execução das metas definidas no Plano de Trabalho.
Justificativa do Pedido 43571:
OS CAMPI PODEM PARAR AS ATIVIDADES DEVIDO A FALTA DE ORÇAMENTO DE CUSTEIO PARA HONRAR COM COMPROMISSOS CONTRATUAIS.
Justificativa do Pedido 43560:
Impossibilidade de pagamento das despesas com (a) Guarda e Vigilância; (b) limpeza e conservação; (c) Manutenção predial; (d) Telefonia; (e) pessoal de apoio e (f) energia elétrica até o término do exercício de 2015 o que poderá motivar a interrupção de tais serviços.
Justificativa do Pedido 43520:
O não atendimento do pleito ora solicitado implicará em sérios problemas na continuidade dos programas de assistência estudantil, pois, o crédito é destinado basicamente ao pagamento de bolsas estudantis, trazendo assim dificuldades para que os alunos se mantenham matriculados em nossas instituição.
Outro sério problema seria a paralisação das obras da construção do LADETEC/UFRJ, uma vez que o laboratório em questão é fundamental para a realização dos jogos olímpicos e paralímpicos na cidade do Rio de Janeiro em 2016, pois, todos os exames de dopagem serão realizados nesse laboratório.
Justificativa do Pedido 43418:
Na restrição de aprovação e liberação do pleito solicitado o HCPA ficará inviabilizado de executar a programação das despesas de custeio previstas para o exercício de 2015, ocasionando a falta de estoques de materiais indispensáveis para a manutenção do atendimento médico e hospitalar ao pacientes em tratamento nesta Instituição. Assim como a geração de rompimentos de contratos de serviços firmados por atraso de pagamento de parcelas dos contratos. Ressalta-se ainda, que desde o mês de novembro de 2014, o HCPA tem mantido em atraso a dívida com fornecedores por um prazo superior a 60 (sessenta) dias, e por restrição de liberação de limite para empenho para utilizar-se a arrecadação do último trimestre de 2014, da fonte 0250, também ficamos com um valor de aproximadamente R$ 17 milhões em despesas efetivadas no exercício sem a cobertura de empenho prévio. Situação que tem se mantido até o encerramento do 1º quadrimestre de 2015, a qual o HCPA pretende atenuar com a liberação desta suplementação, acrescida da suplementação do superávit apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, para o GND 3, também provenientes da arrecadação da fonte 0250.
Justificativa do Pedido 43282:
A UFFS no decorrer do exercício financeiro de 2015, em caso de não atendimento do pleito, apresentará dificuldades no andamento das suas atividades acadêmicas e administrativas, geradas por déficit orçamentário em custeio.

Em relação a Andifes, o não atendimento do pleito, impossibilitará o pagamento da anuidade.
Justificativa do Pedido 43236:
Caso não seja atendida essa solicitação diversos pacientes ficarão sem tratamentos especializados no estado de Goiás, pois, somos a única instituição a prestar tratamentos oncológicos e de alta complexidade. Situação aflige não só os pacientes como os gestores da área de saúde.
Justificativa do Pedido 43747:
O não atendimento do pleito trará consequencias graves para a Universidade, considerando que já houve uma longa crise entre Gestão Superior e estudantes por conta do corte temporário dos auxílios estudantis. A medida encontrada para solucionar o impasse foi o remanejamento dos referidos recursos.
Justificativa do Pedido 43682:
O não atendimento ao pleito irá gerar grave prejuízo ao andamento das ações de assistência estudantil tais como: redução do número de alunos assistidos pelos programas de assistência estudantil, como: auxílios com alimentação, moradia e transporte; redução nos valores das bolsas; redução do número de viagens de campo e visitas técnicas; redução no número de eventos voltados para os estudantes; e aumento da taxa de evasão escolar.

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Justificativa do Pedido 43860:
Os gastos de custeio na ação de Assistência Estudantil permanecerão inalterados dentro da previsão pleiteada.
Justificativa do Pedido 43841:
ATENDERÁ NA VIABILIDADE DA CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES FUNDAMENTAIS E ESSENCIAIS NO PROCESSO DE FUNCIONAMENTO DO ADMINISTRATIVO E ACADÊMICO, POSSIBILITANDO FOMENTAR AS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO PARA O EXERCÍCIO 2015.
Justificativa do Pedido 43834:
Não haverá.
Justificativa do Pedido 43822:

Câmara dos Deputados Comissão Especiais Fl. 3356

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 44500**

Não há. Trata-se de um remanejamento.
Justificativa do Pedido 43806:
Não haverá impacto de outros custeios referente ao projeto, uma vez que, trata-se de suplementação para despesas de custeio.
Justificativa do Pedido 43777:
Não haverá aumento dos gastos fixos da instituição.
Justificativa do Pedido 43760:
Não haverá aumento da demanda sobre o nível do gasto de custeio do hospital.
Justificativa do Pedido 43747:
Em relação ao nível de gasto fixo de custeio não haverá consideráveis reflexos.
Justificativa do Pedido 43720:
Não haverá aumento de gastos na unidade.
Justificativa do Pedido 43713:
Não haverá nenhum reflexo sobre o custeios do órgão.
Justificativa do Pedido 43697:
O recurso atenderá despesas de manutenção previstas e existentes no ano de 2015, não havendo expansão de despesas e reflexos nos exercícios seguintes.
Justificativa do Pedido 43682:
Nomenclatura da Ação Orçamentária
2994 - ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DA EPT

| Natureza da Despesa | Descrição da Natureza da Despesa | Fonte de Recursos | Dotação Atualizada 2015 |
|---|---|---|---|
| 339000 | APLICACOES DIRETAS | 100 | 12.426.765,00 |

Valor a Suplementar na Dotação Orçamentária
62.000,00

Dotação Atualizada (Após consolidação da Alteração)
12.488.765,00

Justificativa do Pedido 43674:
Em termos percentuais o impacto será de 10% no que tange o cancelamento das despesas com capital e de aproximadamente 1,3% no que refere-se a suplementação em custeio.
Com o atendimento da solicitação possibilitará a manutenção dos contratos de segurança e limpeza, nos moldes atuais e ideais, nos campi de Jaguari e Uruguaiana. Além de garantir as atividades de extensão e pesquisa para os mesmos campi e a ação de internacionalização com intercâmbio para aproximadamente 30 estudantes e servidores para o exercício de 2015.
Justificativa do Pedido 43647:
Não haverá demanda.
Justificativa do Pedido 43637:
Não haverá impacto significativo sobre o nível dos gastos de custeio do órgão.
Justificativa do Pedido 43571:
O CAMPUS URUÇUCA SOLICITOU R$ 300.000,00 PARA CUSTEIO E O CAMPUS GUANAMBI SOLICITOU R$ 1.000.000,00 PARA CUSTEIO PARA QUÊ MESMO COM CONTINGENCIAMENTO MANTENHA-SE AS ATIVIDADES DOS CAMPI ELENCADOS.
Justificativa do Pedido 43560:
Considerando que o pleito visa a realização de despesas de manutenção da Instituição, o pagamento de tais despesas representam o próprio incremento no gastos fixos da Universidade.
Justificativa do Pedido 43520:
Acreditamos que não haverá reflexo nos gastos de Custeio, pois, trata-se de um remanejamento de GND que visa justamente reforçar o orçamento da nossa IFES em Custeio, para que assim possamos dar continuidade com os programas assistenciais (pagamento de bolsas) e andamento das obras do LADETEC/UFRJ.
Justificativa do Pedido 43418:
Não há previsão de reflexos no nível dos gastos de custeio do HCPA, visto que não há projeção de aumentar-se os quantitativos e valores de materiais de consumo e de serviços de terceiros, em função da liberação deste crédito, já que trata-se de uma necessidade para cobrir os gastos já projetados no Fluxo Orçamentário da Instituição, para o GND 3, por outro lado a não liberação do crédito solicitado, também não ocasionará uma possibilidade de qualquer redução no nível dos gastos de custeio, apenas aumentará o valor da dívida sem cobertura de empenho prévio.
Justificativa do Pedido 43282:
Caso a alteração orçamentária seja atendida, o nível dos gastos em 2015 ficará no mesmo patamar dos gastos fixos registrados em 2013 e 2014. Cabe salientar, que a UFFS é uma instituição em período de implantação e expansão, fato que justifica as despesas de gasto fixo.

Em relação a Andifes, não há reflexos.
Justificativa do Pedido 43236:
Somos uma Instituição de referência no Centro oeste na prestação de serviço de média e alta complexidade, inclusive transplantes. Enfrentamos uma crise em virtude do comprometimento dos recursos de custeio com folha de pagamento de pessoal. Estamos sem concurso público há mais de uma década, temos perspectivas de melhoras com a EBSERH, porém a médio e longo prazo.
Justificativa do Pedido 43747:



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8357

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44500**

Em relação ao nível de gasto fixo de custeio não haverá consideráveis reflexos.
Justificativa do Pedido 43682:
Nomenclatura da Ação Orçamentária
2994 - ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DA EPT

| Natureza da Despesa | Descrição da Natureza da Despesa | Fonte de Recursos | Dotação Atualizada 2015 |
|---|---|---|---|
| 339000 | APLICACOES DIRETAS | 100 | 12.426.765,00 |

Valor a Suplementar na Dotação Orçamentária
62.000,00

Dotação Atualizada (Após consolidação da Alteração)
12.488.765,00

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Outras informações consideradas relevantes**

Justificativa do Pedido 43860:
PAGAMENTO DE BOLSAS R$ 2.900.000,00
|72050772149 - CÁSSIA SOARES DUARTE|
Justificativa do Pedido 43841:
(CANCELAMENTO DA AÇÃO 4572 - PTRES 88172 R$ 200.000,00 - SUPLEMENTAÇÃO AÇÃO 20RK, PTRES - 88174) -( CANCELAMENTO DA AÇÃO 20GK - PTRES 88173 - SUPLEMENTAÇÃO - AÇÃO 20RK - PTRES 88174) - (CANCELAMENTO DA AÇÃO 20RK, PTRES 88174, FONTE 250 - NAT.DESP. 449000 - SUPLEMENTAÇÃO - AÇÃO 20RK, PTRES 8817, FONTE 250 - NAT.DESP. 339000) - (CANCELAMENTO AÇÃO 4002, PTRES 88175, NAT.DESP. 339000 - SUPLEMENTAÇÃO - NAT.DESP. 449000).
|88057356553 - WELISON SILVA DE LIMA|
Justificativa do Pedido 43834:
Apresenta-se abaixo a Síntese da execução orçamentária das despesas realizadas com obras na UFT que devido ao pouco recurso disponibilizado na LOA percebe-se a necessidade dessa suplementação para amenizar o problema com a falta de recursos de capital

| Valor licitado em 2013 | Valor liquidado em 2014 | Necessidade de orçamento para 2015 | Medições realizadas e não empenhadas | LOA (-) valor desbloqueado por força do decreto |
|---|---|---|---|---|
| 92.000.000,00 | 33.445.874,01 | 58.554.126,00 | 16.782.498,20 | 15.740.694,61 |

Apresenta-se abaixo a Síntese da execução orçamentária das despesas realizadas com custeio na UFT que devido ao pouco recurso disponibilizado na LOA percebe-se a necessidade dessa suplementação para amenizar o problema com a falta de recursos para custear despesas com manutenção e programas finalísticos.

| Matriz Andifes + Reuni | Despesas Previstas 2015 | Empenhado | Dívida acumulada | Crédito suplementar para fechar o ano 2015 |
|---|---|---|---|---|
| 40.140.381,00 | 55.000.000,00 | 13.200.555,27 | 3.556.530,00 | 18.416.149,00 |

|03259012605 - ALCIMAR LARA DINIZ|
Justificativa do Pedido 43822:
Não há.
|51583275134 - EDUARDO AUGUSTO DE ABREU COSTA|
Justificativa do Pedido 43806:
Desenvolvimento de Software: R$ 800.000,00.
Capacitações: R$ 200.000,00
|04971749608 - LUCAS CEZAR MENDONÇA|
Justificativa do Pedido 43777:
Despesas com serviços de vigilância do campus São João Evangelista: R$ 50.000,00
Despesas com aquisição de mobiliário: Campus Bambuí: R$ 140.000,00 - Campus Ouro Preto: R$ 140.000,00 - Campus São João Evangelista: R$ 204.655,00

|60698551672 - ROBERTO DE OLIVEIRA BEZERRA|
Justificativa do Pedido 43760:
33.90.30 - Medicamentos - R$ 2.500.000,00
33.90.37 - Serviços terceirizados (limpeza, portaria, vigilância...) - R$ 2.000.000,00
33.90.39 - Serviços (banco de sangue, hemodialise, radioterapia, lavanderia, refeições...) - R$ 1.500.000,00
Total - R$ 6.000.000,00

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 358

**Pedidos:** 44500

|26999684049 - FERNANDO LUIZ CAMPELO CALDAS|
Justificativa do Pedido 43747:
3.000.000,00 - Para o atendimento a estudantes ingressantes em 2015
1.300.000,00 - Estudantes veteranos
|65741439349 - ADRIANA GUIMARÃES PORTELA|
Justificativa do Pedido 43720:
A apresentação das distribuições orçamentárias da UO 26249 existentes nas últimas 3 LOAs (2012, 2013 e 2014), confirma-se na LOA 2015 a interrupção da séria histórica de alocação de recursos orçamentários nas referidas Ações:

LOA 2012
Programática 2032.20GK.0033 - R$ 385.442,00
Programática 2032.20RK.0033 - R$ 33.090.743,00

LOA 2013
Programática 2032.20GK.0033 - R$ 328.714,00
Programática 2032.20RK.0033 - R$ 34.934.002,00

LOA 2014
Programática 2032.20GK.0033 - R$ 2.146.847,00
Programática 2032.20RK.0033 - R$ 35.722.500,00

LOA 2015
Programática 2032.20GK.0033 - R$ 38.939.773,00
Programática 2032.20RK.0033 - R$ 3.429.800,00

|80811116700 - NILSON BRITO DE CARVALHO|
Justificativa do Pedido 43713:
Com o remanejamento o IFNMG poderá contar com mais recursos para o atendimento dos projetos de extensão, podendo inclusive aumentar o numero de pessoas que serão atendidas.
|84996889691 - RUI MARTINS DA ROCHA|
Justificativa do Pedido 43697:
Redução de R$ 10 milhões na fonte 0112 do GND 4 da Ação 8282 para o GND 3 da Ação 20RK. Este remanejamento não causará impacto nos investimentos da FUB. Por outro lado, serão essenciais para o pagamento das despesas de funcionamento da FUB dadas as dificuldades de créditos de ODC que esta UO vem enfrentando. Aplicação dos recursos voltados para: CEB - R$ 2 milhões; CAESB - R$ 2 milhões; e Empresas terceirizadas - R$ 6 milhões.

|96753021515 - OLAVO NERY COIMBRA BENEVELLO FILHO|
Justificativa do Pedido 43682:
DESCRIÇÃO DO BENEFÍCIO - DESPESAS ANUAIS COM AUXÍLIOS/BOLSAS - VALOR NECESSÁRIO PARA COMPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| | | |
|---|---|---|
| ALIMENTAÇÃO | R$ 100.500,00 | R$ 14.000,00 |
| TRANSPORTE | R$ 88.200,00 | R$ 12.000,00 |
| AUXILIO MORADIA | R$ 903,70 | R$ 12.000,00 |
| BOLSAS DE MONITORIA | R$ 3.750,00 | R$ 12.000,00 |
| AÇÕES DE INCENTIVO AO ENSINO (AULAS DE CAMPO E VISITAS DE CAMPO) | R$0,00 | R$ 12.000,00 |

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2015: R$ 235.237,00 DESPESAS ANUAIS COM AUXÍLIOS/BOLSAS: R$ 297.237,00

|01050432495 - THACIANA MARIA FARIAS CUNHA ALMEIDA|
Justificativa do Pedido 43674:
Não há outras informações relevantes.
|61567868053 - VANDERLEI JOSÉ PETTENON|
Justificativa do Pedido 43647:
Retirada de 2.359.300,00 de investimento e suplementação de 2.359.300,00 em custeio.
|65680626934 - AMILTON LUIZ RABELLO|
Justificativa do Pedido 43637:
Custeio: R$ 75.031,00
Capital: R$ 58.200,00
Total: R$ 133.231,00



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8358

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44500**

|05342346665 - CRISTINA DANIELA PORTELA|
Justificativa do Pedido 43571:
O CAMPUS URUÇUCA SOLICITOU R$ 300.000,00 PARA CUSTEIO E O CAMPUS GUANAMBI SOLICITOU R$ 1.000.000,00 PARA CUSTEIO.
|01768694508 - DIOGO SOARES DE MELO MAGALHAES|
Justificativa do Pedido 43560:
Memória de cálculo. (a) Guarda e Vigilância: Valor mensal R$ 820.000,00 x 3 meses = R$ 2.460.000,00 + (b) limpeza e conservação: Valor mensal R$ 510.000,00 x 3 meses = R$ 1.530.000,00 + (c) Manutenção predial: Valor mensal R$ 203.500,00 x 2 meses = R$ 407.000,00 + (d) Telefonia: Valor mensal R$ 176.000,00 x 2 meses = R$ 352.000,00 + (e) pessoal de apoio: Valor mensal R$ 682.000,00 x 2 meses = R$ 1.364.000,00 + (f) energia elétrica: Valor mensal R$ 198.000,00 x 2 meses = R$ 396.000,00. Total R$ 6.509.000,00.
|71106898753 - JAIR CLÁUDIO FRANCO DE ARAÚJO|
Justificativa do Pedido 43520:
Como informado nos itens anteriores, o remanejamento ora solicitado é de extrema importância para a manutenção das atividades desenvolvidas por nossa IFES.
|00491862725 - GEORGE PEREIRA DA GAMA JÚNIOR|
Justificativa do Pedido 43418:
Realocação do GND 4 para o GND 3, referente a aplicação da receita já prevista no PLDO e LOA do exercício de 2015, para a fonte 0250.
|76349969049 - CLAUDETE OLIVEIRA SILVEIRA|
Justificativa do Pedido 43282:
Dotação Inicial LOA 2014 - Ação 20RK (Fonte 0112): R$ 19.047.098
Planejamento/Necessidade de Dotação Orçamentária UFFS: R$ 29.032.098
Valor a suplementar: R$ 10.000.000,00

Ação 001E - Andifes
Dotação inicial: R$ 10.000,00
Previsão de necessidade para pagamento de anuidade da ANDIFES: R$ 25.000,00
Valor a suplementar: R$ 15.000,00

|75799413920 - LIANDRO PEDRO LUFT|
Justificativa do Pedido 43236:
Assinamos Contrato com a EBSERH no final do ano de 2014, existem perspectivas de melhoras com concurso público e mudanças no modelo de gestão. No entanto as necessidades descritas acimas são emergenciais. Somos referência em diversos tratamentos de alto custo e não conseguimos atender satisfatoriamente a população.
|69686203168 - PATRICIA DE ARAUJO COSTA CAETANO|
Justificativa do Pedido 43747:
3.000.000,00 - Para o atendimento a estudantes ingressantes em 2015
1.300.000,00 - Estudantes veteranos
|65741439349 - ADRIANA GUIMARÃES PORTELA|
Justificativa do Pedido 43682:
DESCRIÇÃO DO BENEFÍCIO - DESPESAS ANUAIS COM AUXÍLIOS/BOLSAS - VALOR NECESSÁRIO PARA COMPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| | | |
|---|---|---|
| ALIMENTAÇÃO | R$ 100.500,00 | R$ 14.000,00 |
| TRANSPORTE | R$ 88.200,00 | R$ 12.000,00 |
| AUXILIO MORADIA | R$ 903,70 | R$ 12.000,00 |
| BOLSAS DE MONITORIA | R$ 3.750,00 | R$ 12.000,00 |
| AÇÕES DE INCENTIVO AO ENSINO (AULAS DE CAMPO E VISITAS DE CAMPO) | R$0,00 | R$ 12.000,00 |

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2015: R$ 235.237,00 DESPESAS ANUAIS COM AUXÍLIOS/BOLSAS: R$ 297.237,00

|01050432495 - THACIANA MARIA FARIAS CUNHA ALMEIDA|

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Acompanhamentos Pedido: 44500**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 836

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Pedidos:** **44500**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**



31/03/2016 18:43

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 361

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44500**

**Tipo: 102a - Remanejamento de dotações do MEC de GND 3,4,5**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 65.252.609 | 65.252.609 | 0 |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 37.000.000 | 37.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26000 Ministério da Educação** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |
| 26235 Universidade Federal de Goiás | 2.900.000 | 2.900.000 | 0 |
| 26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro | 5.500.000 | 5.500.000 | 0 |
| 26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | 15.000.000 | 15.000.000 | 0 |
| 26251 Fundação Universidade Federal do Tocantins | 3.000.000 | 3.000.000 | 0 |
| 26260 Universidade Federal de Alfenas | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| 26269 Fundação Universidade do Rio de Janeiro | 6.509.000 | 6.509.000 | 0 |
| 26271 Fundação Universidade de Brasília | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| 26285 Fundação Universidade Federal de São João Del Rei | 75.031 | 75.031 | 0 |
| 26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| 26351 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia | 2.006.573 | 2.006.573 | 0 |
| 26365 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás | 11.000.000 | 11.000.000 | 0 |
| 26398 Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| 26404 Instituto Federal Baiano | 1.300.000 | 1.300.000 | 0 |
| 26409 Instituto Federal de Minas Gerais | 534.655 | 534.655 | 0 |
| 26410 Instituto Federal do Norte de Minas Gerais | 10.000 | 10.000 | 0 |
| 26417 Instituto Federal da Paraíba | 62.000 | 62.000 | 0 |
| 26420 Instituto Federal Farroupilha | 500.000 | 500.000 | 0 |
| 26438 Instituto Federal de Santa Catarina | 2.359.300 | 2.359.300 | 0 |
| 26440 Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS | 10.015.000 | 10.015.000 | 0 |
| 26442 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira | 4.481.050 | 4.481.050 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 99.767.874 | 16.811.735 | 82.956.139 |
| 4 - Investimentos | 2.484.735 | 85.440.874 | -82.956.139 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 30.406.766 | 30.406.766 | 0 |
| 112 - Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 51.024.350 | 51.024.350 | 0 |
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 20.821.493 | 20.821.493 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26235 Universidade Federal de Goiás** | **2.900.000** | **2.900.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.900.000 | 2.900.000 | 0 |
| **26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro** | **5.500.000** | **5.500.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 3.000.000 | 3.000.000 | 0 |
| **26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro** | **15.000.000** | **15.000.000** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 15.000.000 | 15.000.000 | 0 |
| **26251 Fundação Universidade Federal do Tocantins** | **3.000.000** | **3.000.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 3.000.000 | 3.000.000 | 0 |
| **26260 Universidade Federal de Alfenas** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **26269 Fundação Universidade do Rio de Janeiro** | **6.509.000** | **6.509.000** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 6.509.000 | 6.509.000 | 0 |
| **26271 Fundação Universidade de Brasília** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **26285 Fundação Universidade Federal de São João Del Rei** | **75.031** | **75.031** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 75.031 | 75.031 | 0 |
| **26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA** | **20.000.000** | **20.000.000** | **0** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 20.000.000 | 20.000.000 | 0 |
| **26351 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia** | **2.006.573** | **2.006.573** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 80 | 80 | 0 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.200.000 | 1.200.000 | 0 |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 806.493 | 806.493 | 0 |
| **26365 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás** | **11.000.000** | **11.000.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 11.000.000 | 11.000.000 | 0 |
| **26398 Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas** | **6.000.000** | **6.000.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44500**

**Tipo: 102a - Remanejamento de dotações do MEC de GND 3,4,5**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26404 Instituto Federal Baiano** | **1.300.000** | **1.300.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 85.000 | 85.000 | 0 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.215.000 | 1.215.000 | 0 |
| **26409 Instituto Federal de Minas Gerais** | **534.655** | **534.655** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 484.655 | 484.655 | 0 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 50.000 | 50.000 | 0 |
| **26410 Instituto Federal do Norte de Minas Gerais** | **10.000** | **10.000** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 10.000 | 10.000 | 0 |
| **26417 Instituto Federal da Paraíba** | **62.000** | **62.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 62.000 | 62.000 | 0 |
| **26420 Instituto Federal Farroupilha** | **500.000** | **500.000** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **26438 Instituto Federal de Santa Catarina** | **2.359.300** | **2.359.300** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 2.359.300 | 2.359.300 | 0 |
| **26440 Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS** | **10.015.000** | **10.015.000** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 15.000 | 15.000 | 0 |
| **26442 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira** | **4.481.050** | **4.481.050** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 4.300.000 | 4.300.000 | 0 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 181.050 | 181.050 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 102.252.609 | 102.252.609 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 102.252.609 | 102.252.609 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 102.252.609 | 102.252.609 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 102.252.609 | 102.252.609 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 102.252.609 | 102.252.609 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 12 - Educação | 102.237.609 | 102.252.609 | -15.000 |
| 28 - Encargos Especiais | 15.000 | 0 | 15.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 128 - Formação de Recursos Humanos | 0 | 312.000 | -312.000 |
| 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 37.000.000 | 37.000.000 | 0 |
| 363 - Ensino Profissional | 4.765.955 | 4.653.955 | 112.000 |
| 364 - Ensino Superior | 60.471.654 | 60.286.654 | 185.000 |
| 846 - Outros Encargos Especiais | 15.000 | 0 | 15.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **12 Educação** | **102.237.609** | **102.252.609** | **-15.000** |
| 128 Formacao de Recursos Humanos | 0 | 312.000 | -312.000 |
| 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 37.000.000 | 37.000.000 | 0 |
| 363 Ensino Profissional | 4.765.955 | 4.653.955 | 112.000 |
| 364 Ensino Superior | 60.471.654 | 60.286.654 | 185.000 |
| **28 Encargos Especiais** | **15.000** | **0** | **15.000** |
| 846 Outros Encargos Especiais | 15.000 | 0 | 15.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 102a - Remanejamento de dotações do MEC de GND 3,4,5 | 102.252.609 | 102.252.609 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44500**

**Tipo: 102a - Remanejamento de dotações do MEC de GND 3,4,5**

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 102.252.609 | 102.252.609 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | 15.000 | 0 | 15.000 |
| 2031 - Educação Profissional e Tecnológica | 4.765.955 | 4.653.955 | 112.000 |
| 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | 97.471.654 | 97.286.654 | 185.000 |
| 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | 0 | 312.000 | -312.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 102.237.609 | 101.940.609 | 297.000 |
| - Gestão e Manutenção | 0 | 312.000 | -312.000 |
| - Operações Especiais | 15.000 | 0 | 15.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 00IE - Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES | 15.000 | 0 | 15.000 |
| 125B - Implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB | 0 | 4.300.000 | -4.300.000 |
| 125C - Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 |
| 157D - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | 1.181.050 | 16.181.050 | -15.000.000 |
| 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | 43.515.493 | 1.821.493 | 41.694.000 |
| 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | 4.124.300 | 4.074.300 | 50.000 |
| 20RX - Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais | 16.000.000 | 36.000.000 | -20.000.000 |
| 2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica | 631.655 | 569.655 | 62.000 |
| 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior | 9.775.111 | 8.475.111 | 1.300.000 |
| 4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | 0 | 312.000 | -312.000 |
| 6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica | 10.000 | 10.000 | 0 |
| 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | 6.000.000 | 19.509.000 | -13.509.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 1.000.000 | 15.300.000 | -14.300.000 |
| - Atividade | 101.237.609 | 86.952.609 | 14.285.000 |
| - Operações Especiais | 15.000 | 0 | 15.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44500 - MEC 1ª Fase(Tipo 102a) | 102.252.609 | 102.252.609 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 102.252.609 | 102.252.609 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **102.252.609** | **102.252.609** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44501

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **26000- Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **109.643.591.255** | **97.861.628.611** | **162.652.549** | **162.652.549** | **0** | **35.851** | **7.466.000** |
| **Unidade:** | **26101- Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **2.068.903.628** | **1.511.695.875** | **0** | **2.500.000** | **-2.500.000** | **0** | **0** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 885.000.637 | 678.004.430 | 0 | 2.500.000 | -2.500.000 | 0 | 0 |
| **2109 20RH** | **Gerenciamento das Políticas de Educação** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **167.981.012** | **115.907.037** | **0** | **2.500.000** | **-2.500.000** | **0** | **0** |
| 2109 20RH 0001 | Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 165 981 012 | 115.907 037 | 0 | 2.500.000 | -2 500 000 | 0 | 0 |
| 2109 20RH 0001 000C | Gerenciamento de Políticas de Educação | | | | | | | | | | 7.285.000 | 837.896 | 0 | 2.500.000 | -2 500 000 | 0 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *7 285 000* | *837.896* | *0* | *2.500.000* | *-2.500.000* | *0* | *0* |
| **Unidade:** | **26260- Universidade Federal de Alfenas** | | | | | | | | | | **195.570.642** | **184.454.008** | **1.000.000** | **0** | **1.000.000** | **0** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 51.144.083 | 43.254.143 | 1.000.000 | 0 | 1.000.000 | 0 | 0 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **27.952.986** | **23.634.712** | **1.000.000** | **0** | **1.000.000** | **0** | **0** |
| 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 27 952 986 | 23.634.712 | 1 000.000 | 0 | 1.000 000 | 0 | 0 |
| 2032 20RK 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 22.759.275 | 20.564.372 | 1.000 000 | 0 | 1.000 000 | 0 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *22.759.275* | *20.564.372* | *1.000.000* | *0* | *1.000.000* | *0* | *0* |
| **Unidade:** | **26262- Universidade Federal de São Paulo** | | | | | | | | | | **843.592.201** | **819.978.491** | **5.500.000** | **0** | **5.500.000** | **0** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 150.067.290 | 139.912.863 | 5.500.000 | 0 | 5.500.000 | 0 | 0 |
| **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **65.352.947** | **62.008.123** | **5.500.000** | **0** | **5.500.000** | **0** | **0** |
| 2032 8282 0035 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 64.742.947 | 61 610 174 | 5.500 000 | 0 | 5 500 000 | 0 | 0 |
| 2032 8282 0035 0000 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 5 500 000 | 5.500 000 | 5.500 000 | 0 | 5 500 000 | 0 | 0 |
| | | | | | *4.5.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *5.500.000* | *5.500.000* | *5.500.000* | *0* | *5.500.000* | *0* | *0* |
| **Unidade:** | **26290- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** | | | | | | | | | | **1.420.744.977** | **1.312.504.932** | **81.252.549** | **0** | **81.252.549** | **35.851** | **7.466.000** |
| **2030** | **Educação Básica** | | | | | | | | | | 893.746.227 | 863.470.608 | 32.149.533 | 0 | 32.149.533 | 35.851 | 7.466.000 |
| **2030 20RM** | **Exames e Avaliações da Educação Básica** | **12- 368** | *10* | | | | | | | | **867.746.227** | **848.435.294** | **28.149.533** | **0** | **28.149.533** | **35.851** | **7.466.000** |
| 2030 20RM 0001 | Exames e Avaliações da Educação Básica - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 867 746.227 | 848 435.294 | 28.149 533 | 0 | 28 149 533 | 35.851 | 7 466 000 |
| 2030 20RM 0001 0001 | Exames e Avaliações da Educação Básica - ENEM | | | | | | | | | | 90 607 346 | 89 882.305 | 28 149 533 | 0 | 28 149 533 | 35 851 | 7.466 000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *81 881.346* | *81 593..135* | *28.149 533* | *0* | *28 149.533* | *0* | *0* |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *7 466 000* | *7.028.970* | *0* | *0* | *0* | *0* | *7.466.000* |
| | | | | | *3.3.91* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1 260 000* | *1.260.000* | *0* | *0* | *0* | *35.851* | *0* |
| **2030 4014** | **Censo Escolar da Educação Básica** | **12- 368** | *10* | | | | | | | | **26.000.000** | **15.035.314** | **4.000.000** | **0** | **4.000.000** | **0** | **0** |
| 2030 4014 0001 | Censo Escolar da Educação Básica - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 26.000.000 | 15 035.314 | 4 000 000 | 0 | 4 000 000 | 0 | 0 |
| 2030 4014 0001 0000 | Censo Escolar da Educação Básica | | | | | | | | | | 6 000.000 | 3 285 600 | 4 000 000 | 0 | 4 000 000 | 0 | 0 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8365

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44501

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença | Suplem. por Excesso | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 6.000.000 | 3.285.600 | 4.000.000 | 0 | 4.000.000 | 0 | 0 |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 118.865.528 | 96.341.841 | 13.084.742 | 0 | 13.084.742 | 0 | 0 |
| **2032 20RN** | **Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação** | 12- 364 | 10 | | | | | | | | 116.635.028 | 95.244.545 | 13.084.742 | 0 | 13.084.742 | 0 | 0 |
| 2032 20RN 0001 | Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional<br>*- Avaliação realizada (unidade): 1.592 (Acréscimo)* | | | PLOA | | | | | | | 80.772.453 | 69.009.030 | 13.084.742 | 0 | 13.084.742 | 0 | 0 |
| 2032 20RN 0001 0000 | Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação | | | | | | | | | | 13.084.742 | 8.673.600 | 13.084.742 | 0 | 13.084.742 | 0 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 13.084.742 | 8.673.600 | 13.084.742 | 0 | 13.084.742 | 0 | 0 |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 404.487.183 | 349.122.510 | 36.018.274 | 0 | 36.018.274 | 0 | 0 |
| **2109 2000** | **Administração da Unidade** | 12- 122 | 10 | | | | | | | | 137.471.370 | 133.394.588 | 22.911.895 | 0 | 22.911.895 | 0 | 0 |
| 2109 2000 0053 | Administração da Unidade - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 137.471.370 | 133.394.588 | 22.911.895 | 0 | 22.911.895 | 0 | 0 |
| 2109 2000 0053 0000 | Administração da Unidade | | | | | | | | | | 22.911.895 | 21.253.415 | 22.911.895 | 0 | 22.911.895 | 0 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 22.911.895 | 21.253.415 | 22.911.895 | 0 | 22.911.895 | 0 | 0 |
| **2109 20RH** | **Gerenciamento das Políticas de Educação** | 12- 122 | 10 | | | | | | | | 27.405.621 | 24.137.659 | 4.567.603 | 0 | 4.567.603 | 0 | 0 |
| 2109 20RH 0053 | Gerenciamento das Políticas de Educação - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 27.405.621 | 24.137.659 | 4.567.603 | 0 | 4.567.603 | 0 | 0 |
| 2109 20RH 0053 0005 | Gerenciamento da Política de Educação Básica | | | | | | | | | | 4.567.603 | 4.567.603 | 4.567.603 | 0 | 4.567.603 | 0 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 4.567.603 | 4.567.603 | 4.567.603 | 0 | 4.567.603 | 0 | 0 |
| **2109 212H** | **Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais** | 12- 571 | 10 | | | | | | | | 157.000.000 | 115.081.897 | 8.538.776 | 0 | 8.538.776 | 0 | 0 |
| 2109 212H 0001 | Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 157.000.000 | 115.081.897 | 8.538.776 | 0 | 8.538.776 | 0 | 0 |
| 2109 212H 0001 0009 | Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE | | | | | | | | | | 8.538.776 | 0 | 8.538.776 | 0 | 8.538.776 | 0 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 8.538.776 | 0 | 8.538.776 | 0 | 8.538.776 | 0 | 0 |
| Unidade: | 26291- Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES | | | | | | | | | | 7.433.665.299 | 7.768.096.784 | 55.000.000 | 0 | 55.000.000 | 0 | 0 |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 6.055.391.637 | 6.541.746.198 | 55.000.000 | 0 | 55.000.000 | 0 | 0 |
| **2032 0487** | **Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior** | 12- 364 | 10 | | | | | | | | 5.589.364.145 | 6.114.125.871 | 55.000.000 | 0 | 55.000.000 | 0 | 0 |
| 2032 0487 0001 | Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 5.589.364.145 | 6.114.125.871 | 55.000.000 | 0 | 55.000.000 | 0 | 0 |
| 2032 0487 0001 0001 | Ciência sem Fronteiras | | | | | | | | | | 775.596.668 | 907.634.108 | 55.000.000 | 0 | 55.000.000 | 0 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 775.596.668 | 907.634.108 | 55.000.000 | 0 | 55.000.000 | 0 | 0 |
| Unidade: | 26298- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação | | | | | | | | | | 35.277.637.858 | 28.519.140.289 | 18.400.000 | 160.152.549 | -141.752.549 | 0 | 0 |
| **2030** | **Educação Básica** | | | | | | | | | | 30.546.408.584 | 24.459.745.956 | 0 | 160.152.549 | -160.152.549 | 0 | 0 |
| **2030 0515** | **Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica** | 12- 847 | 10 | | | | | | | | 2.051.000.000 | 2.000.175.162 | 0 | 136.252.549 | -136.252.549 | 0 | 0 |
| 2030 0515 0001 | Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 2.051.000.000 | 2.000.175.162 | 0 | 136.252.549 | -136.252.549 | 0 | 0 |
| 2030 0515 0001 0000 | Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Despesas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 136.252.549 | -136.252.549 | 0 | 0 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 83/66

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44501

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Diversas | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | 3.3.40 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 136.252.549 | -136.252.549 | 0 | 0 |
| **2030 12KU** | **Implantação de Escolas para Educação Infantil** | **12- 365** | *10* | | | | | | | | **3.771.283.588** | **403.003.628** | **0** | **18.400.000** | **-18.400.000** | **0** | **0** |
| 2030 12KU 0001 | Implantação de Escolas para Educação Infantil - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 3.771.283.586 | 403.003.628 | 0 | 18.400.000 | -18.400.000 | 0 | 0 |
| 2030 12KU 0001 0000 | Implantação de Escolas para Educação Infantil - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 18.400.000 | -18.400.000 | 0 | 0 |
| | | | | | 4.4.40 | 100 | 0 | 9999 | 3 | 3 | 0 | 0 | 0 | 18.400.000 | -18.400.000 | 0 | 0 |
| **2030 12KV** | **Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares** | **12- 368** | *10* | | | | | | | | **533.248.883** | **254.300.000** | **0** | **5.500.000** | **-5.500.000** | **0** | **0** |
| 2030 12KV 0001 | Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 533.248.883 | 254.300.000 | 0 | 5.500.000 | -5.500.000 | 0 | 0 |
| 2030 12KV 0001 0000 | Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 5.500.000 | -5.500.000 | 0 | 0 |
| | | | | | 4.4.30 | 100 | 0 | 9999 | 3 | 3 | 0 | 0 | 0 | 5.500.000 | -5.500.000 | 0 | 0 |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 447.335.113 | 222.442.849 | 18.400.000 | 0 | 18.400.000 | 0 | 0 |
| **2032 0A12** | **Concessão de Bolsa-Permanência no Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **132.289.100** | **132.289.100** | **18.400.000** | **0** | **18.400.000** | **0** | **0** |
| 2032 0A12 0001 | Concessão de Bolsa-Permanência no Ensino Superior - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 132.289.100 | 132.289.100 | 18.400.000 | 0 | 18.400.000 | 0 | 0 |
| 2032 0A12 0001 0000 | Concessão de Bolsa-Permanência no Ensino Superior | | | | | | | | | | 23.100.000 | 23.100.000 | 18.400.000 | 0 | 18.400.000 | 0 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 23.100.000 | 23.100.000 | 18.400.000 | 0 | 18.400.000 | 0 | 0 |
| **Unidade:** | **26417- Instituto Federal da Paraíba** | | | | | | | | | | **442.824.813** | **403.357.222** | **1.500.000** | **0** | **1.500.000** | **0** | **0** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 106.402.076 | 80.665.156 | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 | 0 | 0 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **72.599.142** | **52.895.490** | **1.500.000** | **0** | **1.500.000** | **0** | **0** |
| 2031 20RL 0025 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba | | | *PLOA* | | | | | | | 72.599.142 | 52.895.490 | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 | 0 | 0 |
| 2031 20RL 0025 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 64.680.726 | 46.932.612 | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 | 0 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 44.334.036 | 39.558.550 | 1.350.000 | 0 | 1.350.000 | 0 | 0 |
| | | | | | 4.4.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 20.346.690 | 7.374.062 | 150.000 | 0 | 150.000 | 0 | 0 |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 109.643.591.255 | 97.861.628.611 | 162.652.549 | 162.652.549 | 0 | 35.851 | 7.465.000 |

**Justificativas Pedido: 44501**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Justificativa do Pedido 44281:
Recursos para complementação de despesas com mão-de-obra terceirizada, energia elétrica, telefonia e água e esgoto, tendo em vista que os recursos são insuficiente para o pagamento das mesmas.

Justificativa do Pedido 43821:
A ação 0A12 Concessão de Bolsa-Permanência no Ensino Superior prevê, conjuntamente para o Programa Bolsa Permanência - PBP e para a concessão de Bolsa Permanência a estudantes do PROUNI, o montante de R$ 92.000.000,00. Deste montante R$ 30.000.000 está previsto para a concessão de bolsa permanência a estudantes PROUNI.



Câmara dos Deputados Comissões Especiais FL. 8367

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44501**

Tendo em vista o histórico dos últimos desembolsos mensais por parte do FNDE, é necessário a suplementação do valor de R$ 18.400.000.

Justificativa do Pedido 43794:
Solicitamos remanejamento de crédito no valor de R$ 5.500.000,00 do grupo de despesas investimentos para o grupo inversões financeiras, tendo em vista o pagamento da segunda parcela referente à aquisição de imóvel na cidade de Santos, no qual será instalado o Instituto do Mar, que atualmente funciona em imóvel alugado. Este instituto tem como missão alcançar a excelência nacional e internacional em pesquisa e desenvolvimento voltados principalmente a assuntos portuários, energéticos e ambientais, atuando também na formação de pessoal especializado, a partir da criação de novos cursos de graduação, pós-graduação (lato e stricto sensu) e extensão universitária.
Justificativa do Pedido 43733:
A suplementação solicitada visa recompor o orçamento do Inep, tendo em vista o limite insuficiente definido pelo MEC à época da elaboração do PLOA 2015. Com a proposta, que será complementada com outros créditos, o orçamento total solicitado permitirá a aplicação do Enem a cerca de 9,2 milhões de participantes e ao Enade a cerca de 500 mil participantes, que junto com os demais exames alcançarão um público total aproximado de 18 milhões de participantes.
Justificativa do Pedido 43733:
A suplementação solicitada visa recompor o orçamento do Inep, tendo em vista que o limite definido pelo MEC à época da elaboração do PLOA 2015 (R$ 1,096 bilhão) foi 30% inferior ao solicitado (R$ 1,577 bilhão). Com a proposta, que será complementada com outros créditos, o orçamento total solicitado permitirá a aplicação do Enem a cerca de 9,2 milhões de participantes e ao Enade a cerca de 500 mil participantes, que junto com os demais exames alcançarão um público total aproximado de 18 milhões de participantes.
Justificativa do Pedido 43733:
A suplementação solicitada visa recompor o orçamento do Inep, tendo em vista que o limite definido pelo MEC à época da elaboração do PLOA 2015 (R$ 1,096 bilhão) foi 30% inferior ao solicitado (R$ 1,577 bilhão). Com a proposta, que será complementada com outros créditos, o orçamento total solicitado permitirá a aplicação do Enem a cerca de 9,2 milhões de participantes e ao Enade a cerca de 500 mil participantes, que junto com os demais exames alcançarão um público total aproximado de 18 milhões de participantes.
Justificativa do Pedido 43733:
A suplementação solicitada visa recompor o orçamento do Inep, tendo em vista que o limite definido pelo MEC à época da elaboração do PLOA 2015 (R$ 1,096 bilhão) foi 30% inferior ao solicitado (R$ 1,577 bilhão). Com a proposta, que será complementada com outros créditos, o orçamento total solicitado permitirá a aplicação do Enem a cerca de 9,2 milhões de participantes e ao Enade a cerca de 500 mil participantes, que junto com os demais exames alcançarão um público total aproximado de 18 milhões de participantes.
Justificativa do Pedido 43733:
A suplementação solicitada visa recompor o orçamento do Inep, tendo em vista que o limite definido pelo MEC à época da elaboração do PLOA 2015 (R$ 1,096 bilhão) foi 30% inferior ao solicitado (R$ 1,577 bilhão). Com a proposta, que será complementada com outros créditos, o orçamento total solicitado permitirá a aplicação do Enem a cerca de 9,2 milhões de participantes e ao Enade a cerca de 500 mil participantes, que junto com os demais exames alcançarão um público total aproximado de 18 milhões de participantes.
Justificativa do Pedido 43671:
Para fins de execução da parceria com o setor privado, com vistas à manutenção e concessão de bolsas e realização de estágios no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, bem como do Programas Prêmio Vale/CAPES.
Justificativa do Pedido 43794:
Solicitamos remanejamento de crédito no valor de R$ 5.500.000,00 do grupo de despesas investimentos para o grupo inversões financeiras, tendo em vista o pagamento da segunda parcela referente à aquisição de imóvel na cidade de Santos, no qual será instalado o Instituto do Mar, que atualmente funciona em imóvel alugado. Este instituto tem como missão alcançar a excelência nacional e internacional em pesquisa e desenvolvimento voltados principalmente a assuntos portuários, energéticos e ambientais, atuando também na formação de pessoal especializado, a partir da criação de novos cursos de graduação, pós-graduação (lato e stricto sensu) e extensão universitária.
Justificativa do Pedido 43733:
A suplementação solicitada visa recompor o orçamento do Inep, tendo em vista que o limite definido pelo MEC à época da elaboração do PLOA 2015 (R$ 1,096 bilhão) foi 30% inferior ao solicitado (R$ 1,577 bilhão). Com a proposta, que será complementada com outros créditos, o orçamento total solicitado permitirá a aplicação do Enem a cerca de 9,2 milhões de participantes e ao Enade a cerca de 500 mil participantes, que junto com os demais exames alcançarão um público total aproximado de 18 milhões de participantes.
Justificativa do Pedido 43671:
Para fins de execução da parceria com o setor privado, com vistas à manutenção e concessão de bolsas e realização de estágios no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, bem como do Programas Prêmio Vale/CAPES.

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 44281:
Os impactos serão absorvidos pelo MEC.
Justificativa do Pedido 43821:
Não se aplica
Justificativa do Pedido 43794:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem demais problemas.
Justificativa do Pedido 43733:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.
Justificativa do Pedido 43733:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.
Justificativa do Pedido 43733:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.
Justificativa do Pedido 43733:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.
Justificativa do Pedido 43733:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.
Justificativa do Pedido 43671:



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 836

O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.
Justificativa do Pedido 43794:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem demais problemas.
Justificativa do Pedido 43733:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.
Justificativa do Pedido 43671:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 44281:
Os créditos orçamentários serão insuficientes para o pagamento das despesas de manutenção do funcionamento da Universidade, comprometendo assim a continuidade das atividades da unidade.

Justificativa do Pedido 43821:
0A12 - Estimamos que a atual dotação será suficiente para execução do Programa Bolsa Permanência até o mês de setembro de 2015. Neste cenário, caso a solicitação de crédito não seja atendida, o Programa Bolsa Permanência deverá ter suas atividades suspensas, o que acarretará em prejuízos de difícil mensuração em relação à permanência de estudantes de graduação em seus respectivos cursos. Ressaltamos que os estudantes beneficiários do Programa Bolsa Permanência são dependentes deste auxílio para a conclusão de seus estudos, portanto a suspensão do programa acarretará a evasão de boa parte dos discentes integrantes do Programa Bolsa Permanência.
Justificativa do Pedido 43794:
O não atendimento da solicitação implicará em infraestrutura inadequada ao desenvolvimento das atividades do Instituto do Mar, com prejuízos nas áreas de pesquisa, ensino e extensão.
Justificativa do Pedido 43733:
Caso o pleito não seja atendido, hão haverá orçamento suficiente para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Graduação - ENADE.
Justificativa do Pedido 43733:
Caso o pleito não seja atendido, hão haverá orçamento suficiente para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Graduação - ENADE. Importante ressaltar que o Enem é utilizado como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, sendo utilizado por algumas universidades como único processo de acesso. O Enem também é utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos – ProUni .
Justificativa do Pedido 43733:
Caso o pleito não seja atendido, hão haverá orçamento suficiente para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Graduação - ENADE. Importante ressaltar que o Enem é utilizado como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, sendo utilizado por algumas universidades como único processo de acesso. O Enem também é utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos – ProUni .
Justificativa do Pedido 43733:
Caso o pleito não seja atendido, hão haverá orçamento suficiente para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Graduação - ENADE. Importante ressaltar que o Enem é utilizado como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, sendo utilizado por algumas universidades como único processo de acesso. O Enem também é utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos – ProUni .
Justificativa do Pedido 43733:
Caso o pleito não seja atendido, hão haverá orçamento suficiente para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Graduação - ENADE. Importante ressaltar que o Enem é utilizado como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, sendo utilizado por algumas universidades como único processo de acesso. O Enem também é utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos – ProUni .
Justificativa do Pedido 43671:
Caso a solicitação não seja atendida será inviável o pagamento das bolsas e estágios referentes ao Programa Ciência sem Fronteiras e Prêmio Vale/CAPES dos acordos assinados com o Setor Produtivo, devido a conta de crédito orçamentário ser menor que o recurso a ser disponibilizado pelas empresas parceiras.
Justificativa do Pedido 43794:
O não atendimento da solicitação implicará em infraestrutura inadequada ao desenvolvimento das atividades do Instituto do Mar, com prejuízos nas áreas de pesquisa, ensino e extensão.
Justificativa do Pedido 43733:
Caso o pleito não seja atendido, hão haverá orçamento suficiente para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Graduação - ENADE. Importante ressaltar que o Enem é utilizado como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, sendo utilizado por algumas universidades como único processo de acesso. O Enem também é utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos – ProUni .
Justificativa do Pedido 43671:
Caso a solicitação não seja atendida será inviável o pagamento das bolsas e estágios referentes ao Programa Ciência sem Fronteiras e Prêmio Vale/CAPES dos acordos assinados com o Setor Produtivo, devido a conta de crédito orçamentário ser menor que o recurso a ser disponibilizado pelas empresas parceiras.

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Justificativa do Pedido 44281:
Não haverá impacto nos gastos de custeio, uma vez que a complementação já se refere a despesas de custeio da Universidade. Assim não haverá aumento no nível geral de gastos de custeio da unidade.

Justificativa do Pedido 43821:
Não se aplica



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8365

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 44501**

Justificativa do Pedido 43794:
O atendimento da solicitação acarretará em redução do nível de gastos fixos da instituição, uma vez que, com a aquisição do imóvel, a Universidade terá menos gastos relacionados a despesas com aluguéis.
Justificativa do Pedido 43733:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43733:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43733:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43733:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43733:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43671:
Não se Aplica.
Justificativa do Pedido 43794:
O atendimento da solicitação acarretará em redução do nível de gastos fixos da instituição, uma vez que, com a aquisição do imóvel, a Universidade terá menos gastos relacionados a despesas com aluguéis.
Justificativa do Pedido 43733:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43671:
Não se Aplica.

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Outras informações consideradas relevantes**

Justificativa do Pedido 44281:
|04971749608 - LUCAS CEZAR MENDONÇA|
Justificativa do Pedido 43821:
Informações acima.
Justificativa do Pedido 43794:
Esperando a troca de fonte, Pedido SIOP nº 43596.
Pagamento da segunda parcela de imóvel localizado na cidade de Santos = R$ 5.500.000,00
|16490284820 - NANCI ANDRADE SANTANA|
Justificativa do Pedido 43733:
Pedido esperando a aprovação do Pedido SIOP nº 43596 (troca de fonte).
LOA 2015 das Ações 20RM + 212H + 20RN: R$ 922.699.723,00
Valor estimado para aplicação de todos os exames e avaliações sob a responsabilidade do Inep: R$ 1.310.543.821,00
Necessidade de Complementação: R$ 387.844.098,00
Cabe lembrar que a necessidade acima será atendida pelos créditos tipo 100, tipo 110, tipo 107 e tipo 120.
|77455142153 - RENATO CARVALHO DA CRUZ|
Justificativa do Pedido 43733:
Não há necessidade de alteração nas metas físicas da Ação 20RM, tendo em vista que o aumento da meta para o Enem está sendo compensado pela não aplicação do Exame Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Pedido esperando a aprovação do Pedido SIOP nº 43596 (troca de fonte). LOA 2015 das Ações 20RM + 212H + 20RN: R$ 922.699.723,00 Valor estimado para aplicação de todos os exames e avaliações sob a responsabilidade do Inep: R$ 1.310.543.821,00 Necessidade de Complementação: R$ 387.844.098,00
Cabe lembrar que a necessidade acima será atendida pelos créditos tipo 100, tipo 110, tipo 107 e tipo 120.

|77455142153 - RENATO CARVALHO DA CRUZ|
Justificativa do Pedido 43733:
Não há necessidade de alteração nas metas físicas da Ação 20RM, tendo em vista que o aumento da meta para o Enem está sendo compensado pela não aplicação do Exame Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Pedido esperando a aprovação do Pedido SIOP nº 43596 (troca de fonte). LOA 2015 das Ações 20RM + 212H + 20RN: R$ 922.699.723,00 Valor estimado para aplicação de todos os exames e avaliações sob a responsabilidade do Inep: R$ 1.310.543.821,00 Necessidade de Complementação: R$ 387.844.098,00
Cabe lembrar que a necessidade acima será atendida pelos créditos tipo 100, tipo 110, tipo 107 e tipo 120.

|77455142153 - RENATO CARVALHO DA CRUZ|
Justificativa do Pedido 43733:



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 837

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44501**

Não há necessidade de alteração nas metas físicas da Ação 20RM, tendo em vista que o aumento da meta para o Enem está sendo compensado pela não aplicação do Exame Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Pedido esperando a aprovação do Pedido SIOP nº 43596 (troca de fonte). LOA 2015 das Ações 20RM + 212H + 20RN: R$ 922.699.723,00 Valor estimado para aplicação de todos os exames e avaliações sob a responsabilidade do Inep: R$ 1.310.543.821,00 Necessidade de Complementação: R$ 387.844.098,00
Cabe lembrar que a necessidade acima será atendida pelos créditos tipo 100, tipo 110, tipo 107 e tipo 120.

|77455142153 - RENATO CARVALHO DA CRUZ|
Justificativa do Pedido 43733:
Não há necessidade de alteração nas metas físicas da Ação 20RM, tendo em vista que o aumento da meta para o Enem está sendo compensado pela não aplicação do Exame Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Pedido esperando a aprovação do Pedido SIOP nº 43596 (troca de fonte). LOA 2015 das Ações 20RM + 212H + 20RN: R$ 922.699.723,00 Valor estimado para aplicação de todos os exames e avaliações sob a responsabilidade do Inep: R$ 1.310.543.821,00 Necessidade de Complementação: R$ 387.844.098,00
Cabe lembrar que a necessidade acima será atendida pelos créditos tipo 100, tipo 110, tipo 107 e tipo 120.

|77455142153 - RENATO CARVALHO DA CRUZ|
Justificativa do Pedido 43671:
SHELL 1.582.500
FEBRABAN 214.169.683
VALE 13.668.484
ELETROBRÁS* 15.072.155
STATOIL* 3.461.777
PETROBRÁS** 256.500.000
BB* 56.800.000
total 561.254.598

Justificativa do Pedido 43794:
Esperando a troca de fonte, Pedido SIOP nº 43596.
Pagamento da segunda parcela de imóvel localizado na cidade de Santos = R$ 5.500.000,00
|16490284820 - NANCI ANDRADE SANTANA|
Justificativa do Pedido 43733:
Não há necessidade de alteração nas metas físicas da Ação 20RM, tendo em vista que o aumento da meta para o Enem está sendo compensado pela não aplicação do Exame Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Pedido esperando a aprovação do Pedido SIOP nº 43596 (troca de fonte). LOA 2015 das Ações 20RM + 212H + 20RN: R$ 922.699.723,00 Valor estimado para aplicação de todos os exames e avaliações sob a responsabilidade do Inep: R$ 1.310.543.821,00 Necessidade de Complementação: R$ 387.844.098,00
Cabe lembrar que a necessidade acima será atendida pelos créditos tipo 100, tipo 110, tipo 107 e tipo 120.

|77455142153 - RENATO CARVALHO DA CRUZ|
Justificativa do Pedido 43671:
SHELL 1.582.500
FEBRABAN 214.169.683
VALE 13.668.484
ELETROBRÁS* 15.072.155
STATOIL* 3.461.777
PETROBRÁS** 256.500.000
BB* 56.800.000
total 561.254.598

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Acompanhamentos Pedido: 44501**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 30/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 30/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Inclusão de pedido novo. | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 3374

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44501**

| | | |
|---|---|---|
| 17/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 16/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Ajuste do Pedido | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8312

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44501**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 170.154.400 | 162.652.549 | 7.501.851 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26000 Ministério da Educação** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |
| 26101 Ministério da Educação | 0 | 2.500.000 | -2.500.000 |
| 26260 Universidade Federal de Alfenas | 1.000.000 | 0 | 1.000.000 |
| 26262 Universidade Federal de São Paulo | 5.500.000 | 0 | 5.500.000 |
| 26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira | 88.754.400 | 0 | 88.754.400 |
| 26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES | 55.000.000 | 0 | 55.000.000 |
| 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação | 18.400.000 | 160.152.549 | -141.752.549 |
| 26417 Instituto Federal da Paraíba | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 164.504.400 | 138.752.549 | 25.751.851 |
| 4 - Investimentos | 150.000 | 23.900.000 | -23.750.000 |
| 5 - Inversões Financeiras | 5.500.000 | 0 | 5.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 160.152.549 | 160.152.549 | 0 |
| 112 - Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 2.500.000 | 2.500.000 | 0 |
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 35.851 | 0 | 35.851 |
| 650 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 7.466.000 | 0 | 7.466.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26101 Ministério da Educação** | **0** | **2.500.000** | **-2.500.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 2.500.000 | -2.500.000 |
| **26260 Universidade Federal de Alfenas** | **1.000.000** | **0** | **1.000.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.000.000 | 0 | 1.000.000 |
| **26262 Universidade Federal de São Paulo** | **5.500.000** | **0** | **5.500.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 5.500.000 | 0 | 5.500.000 |
| **26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** | **88.754.400** | **0** | **88.754.400** |
| 100 Recursos Ordinários | 81.252.549 | 0 | 81.252.549 |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 35.851 | 0 | 35.851 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 7.466.000 | 0 | 7.466.000 |
| **26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES** | **55.000.000** | **0** | **55.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 55.000.000 | 0 | 55.000.000 |
| **26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** | **18.400.000** | **160.152.549** | **-141.752.549** |
| 100 Recursos Ordinários | 18.400.000 | 160.152.549 | -141.752.549 |
| **26417 Instituto Federal da Paraíba** | **1.500.000** | **0** | **1.500.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 0 | 5.500.000 | -5.500.000 |
| 40 - Transferências a Municípios | 0 | 154.652.549 | -154.652.549 |
| 90 - Aplicações Diretas | 170.118.549 | 2.500.000 | 167.618.549 |
| 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 35.851 | 0 | 35.851 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 170.154.400 | 162.652.549 | 7.501.851 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 170.154.400 | 162.652.549 | 7.501.851 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 0 | 136.252.549 | -136.252.549 |
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 170.154.400 | 2.500.000 | 167.654.400 |
| 3 - Primária discricionária, PAC, considerada no cálculo do RP | 0 | 23.900.000 | -23.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44501**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 0 | 136.252.549 | -136.252.549 |
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 170.154.400 | 2.500.000 | 167.654.400 |
| 3 - Primária discricionária, PAC, considerada no cálculo do RP | 0 | 23.900.000 | -23.900.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 12 - Educação | 170.154.400 | 162.652.549 | 7.501.851 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 27.479.498 | 2.500.000 | 24.979.498 |
| 363 - Ensino Profissional | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| 364 - Ensino Superior | 92.984.742 | 0 | 92.984.742 |
| 365 - Educação Infantil | 0 | 18.400.000 | -18.400.000 |
| 368 - Educação Básica | 39.651.384 | 5.500.000 | 34.151.384 |
| 571 - Desenvolvimento Científico | 8.538.776 | 0 | 8.538.776 |
| 847 - Transferências para a Educação Básica | 0 | 136.252.549 | -136.252.549 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **12 Educação** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |
| 122 Administração Geral | 27.479.498 | 2.500.000 | 24.979.498 |
| 363 Ensino Profissional | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| 364 Ensino Superior | 92.984.742 | 0 | 92.984.742 |
| 365 Educação Infantil | 0 | 18.400.000 | -18.400.000 |
| 368 Educação Básica | 39.651.384 | 5.500.000 | 34.151.384 |
| 571 Desenvolvimento Científico | 8.538.776 | 0 | 8.538.776 |
| 847 Transferências para a Educação Básica | 0 | 136.252.549 | -136.252.549 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 170.154.400 | 162.652.549 | 7.501.851 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 170.154.400 | 162.652.549 | 7.501.851 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2030 - Educação Básica | 39.651.384 | 160.152.549 | -120.501.165 |
| 2031 - Educação Profissional e Tecnológica | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | 92.984.742 | 0 | 92.984.742 |
| 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | 36.018.274 | 2.500.000 | 33.518.274 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 134.136.126 | 160.152.549 | -26.016.423 |
| - Gestão e Manutenção | 36.018.274 | 2.500.000 | 33.518.274 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0487 - Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior | 55.000.000 | 0 | 55.000.000 |
| 0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica | 0 | 136.252.549 | -136.252.549 |
| 0A12 - Concessão de Bolsa-Permanência no Ensino Superior | 18.400.000 | 0 | 18.400.000 |
| 12KU - Implantação de Escolas para Educação Infantil | 0 | 18.400.000 | -18.400.000 |
| 12KV - Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares | 0 | 5.500.000 | -5.500.000 |
| 2000 - Administração da Unidade | 22.911.895 | 0 | 22.911.895 |
| 20RH - Gerenciamento das Políticas de Educação | 4.567.603 | 2.500.000 | 2.067.603 |
| 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | 1.000.000 | 0 | 1.000.000 |
| 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| 20RM - Exames e Avaliações da Educação Básica | 35.651.384 | 0 | 35.651.384 |
| 20RN - Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação | 13.084.742 | 0 | 13.084.742 |
| 212H - Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais | 8.538.776 | 0 | 8.538.776 |
| 4014 - Censo Escolar da Educação Básica | 4.000.000 | 0 | 4.000.000 |
| 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | 5.500.000 | 0 | 5.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 0 | 23.900.000 | -23.900.000 |
| - Atividade | 96.754.400 | 2.500.000 | 94.254.400 |
| - Operações Especiais | 73.400.000 | 136.252.549 | -62.852.549 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44501**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44501 - MEC 1ª Fase(Tipo 100) | 170.154.400 | 162.652.549 | 7.501.851 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 162.652.549 | 162.652.549 | 0 |
| - Excesso de arrecadação | 35.851 | 0 | 35.851 |
| - Superávit financeiro | 7.466.000 | 0 | 7.466.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **170.154.400** | **162.652.549** | **7.501.851** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **26000- Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **109.643.591.255** | **97.861.628.611** | **32.663.217** | **310.481.022** |
| **Unidade:** | **26230- Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco** | | | | | | | | | | **160.001.629** | **149.396.227** | **222.000** | **433.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 55.494.137 | 47.868.279 | 222.000 | 433.000 |
| **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **2.224.122** | **1.317.082** | **222.000** | **0** |
| 2032 20GK 0020 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste | | | *PLOA* | | | | | | | 1.724.122 | 1.317.082 | 222.000 | 0 |
| 2032 20GK 0020 0000 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 222.000 | 140.869 | 222.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *281* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *222.000* | *140.869* | *222.000* | *0* |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **26.529.319** | **25.691.692** | **0** | **433.000** |
| 2032 20RK 0020 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste | | | *PLOA* | | | | | | | 26.179.319 | 25.691.692 | 0 | 433.000 |
| 2032 20RK 0020 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 433.000 | 433.000 | 0 | 433.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *433.000* | *433.000* | *0* | *433.000* |
| **Unidade:** | **26232- Universidade Federal da Bahia** | | | | | | | | | | **1.375.074.713** | **1.284.248.070** | **167.731** | **9.500.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 269.320.450 | 195.275.042 | 167.731 | 9.500.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **138.272.111** | **114.467.469** | **167.731** | **9.500.000** |
| 2032 20RK 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 136.872.111 | 114.077.866 | 167.731 | 9.500.000 |
| 2032 20RK 0029 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 11.488.233 | 9.453.965 | 167.731 | 9.500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *280* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.988.233* | *1.145.283* | *167.731* | *0* |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *7.185.000* | *6.508.291* | *0* | *7.185.000* |
| | | | | | *3.3.90* | *680* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.926.000* | *1.800.391* | *0* | *926.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *389.000* | *0* | *0* | *389.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *680* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *1.000.000* |
| **Unidade:** | **26233- Universidade Federal do Ceará** | | | | | | | | | | **1.311.209.327** | **1.173.792.204** | **0** | **13.475.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 278.575.435 | 159.425.818 | 0 | 13.475.000 |
| **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **4.481.840** | **1.407.591** | **0** | **1.204.300** |
| 2032 20GK 0023 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará | | | *PLOA* | | | | | | | 4.481.840 | 1.407.591 | 0 | 1.204.300 |
| 2032 20GK 0023 0000 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 1.204.300 | 0 | 0 | 1.204.300 |
| | | | | | *4.4.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.204.300* | *0* | *0* | *1.204.300* |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **102.747.729** | **75.647.932** | **0** | **12.270.300** |

Câmara dos Deputados Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Fl. 31/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2032 20RK 0023 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará | | | PLOA | | | | | | | 102.747.729 | 75.647.932 | 0 | 12.270.700 |
| 2032 20RK 0023 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 12.089.500 | 8.057.859 | 0 | 12.270.700 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 6.539.278 | 6.413.599 | 0 | 6.720.478 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 865.000 | 638.783 | 0 | 865.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 4.685.222 | 1.005.477 | 0 | 4.685.222 |
| **Unidade:** | **26234- Universidade Federal do Espírito Santo** | | | | | | | | | | **878.171.456** | **798.033.779** | **1.327.672** | **17.426.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 225.973.227 | 150.592.811 | 1.327.672 | 17.426.000 |
| **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **15.327.972** | **11.003.102** | **0** | **700.000** |
| 2032 20GK 0032 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo | | | PLOA | | | | | | | 15.327.972 | 11.003.102 | 0 | 700.000 |
| 2032 20GK 0032 0000 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 700.000 | 0 | 0 | 700.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 700.000 | 0 | 0 | 700.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **161.526.036** | **96.888.758** | **1.327.672** | **16.086.000** |
| 2032 20RK 0032 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo | | | PLOA | | | | | | | 161.526.036 | 96.888.758 | 1.327.672 | 16.086.000 |
| 2032 20RK 0032 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 19.714.707 | 4.474.131 | 1.327.672 | 16.086.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 280 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.253.605 | 2.202.561 | 1.000.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 8.660.000 | 0 | 0 | 8.660.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.000.000 | 1.606.870 | 0 | 2.000.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.200.000 | 0 | 0 | 1.200.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 280 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.375.102 | 664.700 | 327.672 | 0 |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 3.433.000 | 0 | 0 | 3.433.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 793.000 | 0 | 0 | 793.000 |
| **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **21.263.971** | **16.237.783** | **0** | **640.000** |
| 2032 4002 0032 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Espirito Santo | | | PLOA | | | | | | | 21.263.971 | 16.237.783 | 0 | 640.000 |
| 2032 4002 0032 0000 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 640.000 | 0 | 0 | 640.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 640.000 | 0 | 0 | 640.000 |
| **Unidade:** | **26236- Universidade Federal Fluminense** | | | | | | | | | | **1.658.782.532** | **1.597.970.707** | **0** | **1.994.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 235.988.416 | 190.096.317 | 0 | 1.994.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **117.129.492** | **103.060.468** | **0** | **1.994.000** |
| 2032 20RK 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 117.129.492 | 103.060.468 | 0 | 1.994.000 |
| 2032 20RK 0033 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 1.994.000 | 0 | 0 | 1.994.000 |



Comissões Especiais Câmara dos Deputados
Fl. 474
31/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.875.000 | 0 | 0 | 1.875.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 49.000 | 0 | 0 | 49.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 70.000 | 0 | 0 | 70.000 |
| **Unidade:** | **26237- Universidade Federal de Juiz de Fora** | | | | | | | | | | **893.375.568** | **756.905.461** | **0** | **40.956.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 350.314.098 | 222.820.705 | 0 | 35.556.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **197.033.049** | **122.152.194** | **0** | **35.556.000** |
| 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 197.033.049 | 122.152.194 | 0 | 35.556.000 |
| 2032 20RK 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 37.923.042 | 36.182.587 | 0 | 35.556.000 |
| | | | | | 3.3.50 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 20.066.602 | 20.066.603 | 0 | 15.000.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 15.566.299 | 15.471.687 | 0 | 18.137.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.637.000 | 0 | 0 | 1.637.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 653.141 | 644.297 | 0 | 782.000 |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 388.367.752 | 381.333.289 | 0 | 5.400.000 |
| **2109 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | **12- 128** | *10* | | | | | | | | **1.776.900** | **500.000** | **0** | **5.400.000** |
| 2109 4572 0031 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 1.776.900 | 500.000 | 0 | 5.400.000 |
| 2109 4572 0031 0000 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | | | | | | | | | | 1.276.900 | 0 | 0 | 5.400.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.276.900 | 0 | 0 | 5.400.000 |
| **Unidade:** | **26238- Universidade Federal de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **1.772.089.602** | **1.695.511.089** | **0** | **3.317.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 322.241.987 | 261.990.054 | 0 | 3.317.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **198.444.398** | **163.571.655** | **0** | **3.317.000** |
| 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 197.794.398 | 163.471.655 | 0 | 3.317.000 |
| 2032 20RK 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 3.317.000 | 2.988.333 | 0 | 3.317.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 3.317.000 | 2.988.333 | 0 | 3.317.000 |
| **Unidade:** | **26239- Universidade Federal do Pará** | | | | | | | | | | **1.138.603.948** | **1.075.715.632** | **829.446** | **2.356.800** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 244.816.974 | 188.430.383 | 829.446 | 2.356.800 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **130.025.083** | **104.731.367** | **829.446** | **2.356.800** |
| 2032 20RK 0015 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 130.025.083 | 104.731.367 | 829.446 | 2.356.800 |
| 2032 20RK 0015 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 3.228.861 | 745.000 | 829.446 | 2.356.800 |
| | | | | | 3.3.90 | 280 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 872.061 | 745.000 | 829.446 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.842.000 | 0 | 0 | 1.842.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 878 31/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 196.200 | 0 | 0 | 196.200 |
| | | | | | 3.3.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 318.600 | 0 | 0 | 318.600 |
| **Unidade:** | **26240- Universidade Federal da Paraíba** | | | | | | | | | | **1.377.499.102** | **1.303.102.610** | **0** | **2.296.262** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 195.177.072 | 137.282.142 | 0 | 2.296.262 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **83.602.352** | **71.011.260** | **0** | **2.296.262** |
| 2032 20RK 0025 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba | | | *PLOA* | | | | | | | 83.602.352 | 71.011.260 | 0 | 2.296.262 |
| 2032 20RK 0025 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 2.296.262 | 0 | 0 | 2.296.262 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *493.391* | *0* | *0* | *493.391* |
| | | | | | *4.4.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.802.871* | *0* | *0* | *1.802.871* |
| **Unidade:** | **26241- Universidade Federal do Paraná** | | | | | | | | | | **1.360.030.972** | **1.254.621.474** | **5.333.388** | **9.000.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 301.868.160 | 207.545.377 | 5.333.388 | 9.000.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **194.296.511** | **137.255.839** | **5.333.388** | **9.000.000** |
| 2032 20RK 0041 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 194.296.511 | 137.255.839 | 5.333.388 | 9.000.000 |
| 2032 20RK 0041 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 9.493.649 | 4.798.179 | 5.333.388 | 9.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *281* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *4.529.685* | *3.433.900* | *4.533.388* | *0* |
| | | | | | *3.3.90* | *681* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.163.964* | *857.652* | *0* | *6.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *281* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *800.000* | *385.962* | *800.000* | *0* |
| | | | | | *4.4.90* | *681* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.000.000* | *120.665* | *0* | *3.000.000* |
| **Unidade:** | **26242- Universidade Federal de Pernambuco** | | | | | | | | | | **1.350.050.139** | **1.282.895.973** | **0** | **13.974.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 244.997.746 | 182.248.869 | 0 | 13.974.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **158.166.654** | **114.355.890** | **0** | **13.974.000** |
| 2032 20RK 0026 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 157.966.654 | 114.355.890 | 0 | 13.974.000 |
| 2032 20RK 0026 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 13.974.000 | 0 | 0 | 13.974.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *5.016.000* | *0* | *0* | *5.016.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *680* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *8.958.000* | *0* | *0* | *8.958.000* |
| **Unidade:** | **26244- Universidade Federal do Rio Grande do Sul** | | | | | | | | | | **1.641.817.632** | **1.557.818.432** | **0** | **36.111.971** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 279.149.168 | 211.217.808 | 0 | 36.111.971 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **168.177.319** | **132.655.850** | **0** | **34.011.971** |
| 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 167.927.319 | 132.655.850 | 0 | 34.011.971 |
| 2032 20RK 0043 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 34.011.971 | 19.465.240 | 0 | 34.011.971 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *5.000.000* | *140.256* | | *5.000.000* |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 18:37 879

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 29.011.971 | 19.324.984 | 0 | 29.011.971 |
| **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **80.356.168** | **55.562.591** | **0** | **2.100.000** |
| 2032 8282 0043 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 80.206.168 | 55.562.591 | 0 | 2.100.000 |
| 2032 8282 0043 0000 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 2.100.000 | 0 | 0 | 2.100.000 |
| | | | | | 4.5.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.100.000 | 0 | 0 | 2.100.000 |
| **Unidade:** | **26245- Universidade Federal do Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **2.876.540.264** | **2.782.854.808** | **0** | **19.313.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 477.519.601 | 387.897.164 | 0 | 19.313.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **246.544.796** | **190.251.075** | **0** | **19.313.000** |
| 2032 20RK 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 241.394.796 | 188.814.884 | 0 | 19.313.000 |
| 2032 20RK 0033 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 19.313.000 | 0 | 0 | 19.313.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 19.313.000 | 0 | 0 | 19.313.000 |
| **Unidade:** | **26246- Universidade Federal de Santa Catarina** | | | | | | | | | | **1.300.078.498** | **1.228.468.759** | **1.041.538** | **3.369.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 233.528.805 | 175.964.612 | 1.041.538 | 3.369.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **95.082.858** | **75.248.610** | **1.041.538** | **3.369.000** |
| 2032 20RK 0042 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina | | | *PLOA* | | | | | | | 94.782.858 | 75.248.610 | 1.041.538 | 3.369.000 |
| 2032 20RK 0042 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 17.235.588 | 5.979.879 | 1.041.538 | 3.369.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 250 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 9.328.572 | 3.789.194 | 657.018 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 280 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.501.128 | 968.528 | 206.832 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 3.031.000 | 0 | 0 | 3.031.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 338.000 | 337.990 | 0 | 338.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 250 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 3.036.888 | 884.167 | 177.688 | 0 |
| **Unidade:** | **26247- Universidade Federal de Santa Maria** | | | | | | | | | | **1.004.335.083** | **959.906.716** | **154.067** | **8.034.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 162.383.072 | 128.653.622 | 154.067 | 8.034.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **86.627.588** | **60.542.603** | **154.067** | **8.034.000** |
| 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 86.377.588 | 60.542.603 | 154.067 | 8.034.000 |
| 2032 20RK 0043 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 9.358.154 | 4.525.627 | 154.067 | 8.034.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 280 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.324.154 | 893.753 | 154.067 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 4.000.000 | 3.631.874 | 0 | 650.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 650.000 | 0 | 0 | 3.384.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 3.384.000 | 0 | 0 | |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **26248- Universidade Federal Rural de Pernambuco** | | | | | | | | | | **546.433.822** | **521.713.963** | **0** | **5.324.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 101.315.409 | 82.911.567 | 0 | 5.324.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **54.645.594** | **44.791.557** | **0** | **5.324.000** |
| 2032 20RK 0026 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 54.645.594 | 44.791.557 | 0 | 5.324.000 |
| 2032 20RK 0026 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 5.324.000 | 0 | 0 | 5.324.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *3.759.000* | *0* | *0* | *3.759.000* |
| | | | | | *3.3.90* | *680* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *65.000* | *0* | *0* | *65.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *1.500.000* | *0* | *0* | *1.500.000* |
| **Unidade:** | **26249- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **565.586.654** | **549.783.021** | **0** | **1.629.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 74.862.258 | 65.515.919 | 0 | 1.629.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **20.058.800** | **18.904.393** | **0** | **1.629.000** |
| 2032 20RK 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 20.058.800 | 18.904.393 | 0 | 1.629.000 |
| 2032 20RK 0033 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 1.629.000 | 880.000 | 0 | 1.629.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *880.000* | *880.000* | *0* | *880.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *680* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *749.000* | *0* | *0* | *749.000* |
| **Unidade:** | **26250- Fundação Universidade Federal de Roraima** | | | | | | | | | | **200.560.463** | **175.623.901** | **0** | **257.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 59.819.911 | 38.856.351 | 0 | 257.000 |
| **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **26.691.179** | **18.776.616** | **0** | **257.000** |
| 2032 8282 0014 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima | | | *PLOA* | | | | | | | 26.691.179 | 18.776.616 | 0 | 257.000 |
| 2032 8282 0014 0000 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 257.000 | 232.000 | 0 | 257.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *257.000* | *232.000* | *0* | *257.000* |
| **Unidade:** | **26251- Fundação Universidade Federal do Tocantins** | | | | | | | | | | **308.332.287** | **281.359.976** | **0** | **961.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 100.881.779 | 81.291.698 | 0 | 961.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **48.279.369** | **43.634.034** | **0** | **961.000** |
| 2032 20RK 0017 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins | | | *PLOA* | | | | | | | 48.279.369 | 43.634.034 | 0 | 961.000 |
| 2032 20RK 0017 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 961.000 | 0 | 0 | 961.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *961.000* | *0* | *0* | *961.000* |
| **Unidade:** | **26254- Universidade Federal do Triângulo Mineiro** | | | | | | | | | | **307.633.610** | **273.313.252** | **489.444** | **921.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 75.135.770 | 44.808.629 | 489.444 | 921.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12-** | *10* | | | | | | | | 24.503.718 | 20.224.450 | 489.444 | 921.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 364 | | | | | | | | | | | | |
| 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 24.503.718 | 20.224.450 | 489.444 | 921.000 |
| 2032 20RK 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 2.993.283 | 1.185.412 | 489.444 | 921.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 250 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.148.916 | 958.539 | 489.444 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 227.367 | 226.874 | 0 | 304.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 354.000 | 0 | 0 | 354.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 263.000 | 0 | 0 | 263.000 |
| **Unidade:** | **26255- Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri** | | | | | | | | | | **215.683.977** | **196.979.871** | **0** | **139.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 61.305.621 | 45.024.528 | 0 | 139.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | **10** | | | | | | | | **25.929.259** | **14.537.693** | **0** | **139.000** |
| 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 25.929.259 | 14.537.693 | 0 | 139.000 |
| 2032 20RK 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 138.894 | 138.894 | 0 | 139.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 138.894 | 138.894 | 0 | 139.000 |
| **Unidade:** | **26258- Universidade Tecnológica Federal do Paraná** | | | | | | | | | | **848.166.865** | **767.063.659** | **0** | **9.958.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 206.836.113 | 131.765.699 | 0 | 9.958.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | **10** | | | | | | | | **90.199.056** | **72.833.804** | **0** | **9.958.000** |
| 2032 20RK 0041 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná | | | PLOA | | | | | | | 90.199.056 | 72.833.804 | 0 | 9.958.000 |
| 2032 20RK 0041 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 9.958.000 | 1.736.840 | 0 | 9.958.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.626.677 | 717.394 | 0 | 1.628.663 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 62.917 | 0 | 0 | 62.917 |
| | | | | | 3.3.91 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 21.986 | 1.986 | 0 | 20.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 6.599.337 | 1.017.459 | 0 | 6.599.337 |
| | | | | | 4.4.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.647.083 | 0 | 0 | 1.647.083 |
| **Unidade:** | **26260- Universidade Federal de Alfenas** | | | | | | | | | | **195.570.642** | **184.454.008** | **0** | **170.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 51.144.083 | 43.254.143 | 0 | 170.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | **10** | | | | | | | | **27.952.986** | **23.634.712** | **0** | **170.000** |
| 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 27.952.986 | 23.634.712 | 0 | 170.000 |
| 2032 20RK 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 170.000 | 16.776 | 0 | 170.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 170.000 | 16.776 | 0 | 170.000 |
| **Unidade:** | **26261- Universidade Federal de Itajubá** | | | | | | | | | | **188.908.883** | **176.928.115** | **0** | **2.084.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 36.151.171 | 26.714.395 | 0 | 2.084.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais FI 31/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **21.143.622** | **15.233.088** | **0** | **2.084.000** |
| 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 21.143.622 | 15.233.088 | 0 | 2.084.000 |
| 2032 20RK 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 2.084.000 | 1.926.813 | 0 | 2.084.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *501.250* | *344.063* | *0* | *501.250* |
| | | | | | *3.3.90* | *696* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *79.000* | *79.000* | *0* | *79.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *1.503.750* | *1.503.750* | *0* | *1.503.750* |
| **Unidade:** | **26262- Universidade Federal de São Paulo** | | | | | | | | | | **843.592.201** | **819.978.491** | **0** | **1.260.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 150.067.290 | 139.912.863 | 0 | 1.260.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **74.741.465** | **68.037.452** | **0** | **1.260.000** |
| 2032 20RK 0035 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 70.741.465 | 67.262.689 | 0 | 1.260.000 |
| 2032 20RK 0035 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 1.260.000 | 907.158 | 0 | 1.260.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *1.227.800* | *879.773* | *0* | *882.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *32.200* | *27.385* | *0* | *378.000* |
| **Unidade:** | **26263- Universidade Federal de Lavras** | | | | | | | | | | **352.109.020** | **295.335.131** | **0** | **2.226.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 118.821.600 | 65.301.724 | 0 | 2.226.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **38.587.946** | **34.875.644** | **0** | **2.226.000** |
| 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 38.587.946 | 34.875.644 | 0 | 2.226.000 |
| 2032 20RK 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 2.226.000 | 2.226.000 | 0 | 2.226.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *2.226.000* | *2.226.000* | *0* | *2.226.000* |
| **Unidade:** | **26264- Universidade Federal Rural do Semi-Árido** | | | | | | | | | | **257.760.019** | **227.438.048** | **0** | **1.195.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 75.407.952 | 47.775.892 | 0 | 1.195.000 |
| **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **26.049.615** | **15.955.328** | **0** | **1.195.000** |
| 2032 8282 0024 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 26.049.615 | 15.955.328 | 0 | 1.195.000 |
| 2032 8282 0024 0000 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 1.195.000 | 0 | 0 | 1.195.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *1.195.000* | *0* | *0* | *1.195.000* |
| **Unidade:** | **26266- Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA** | | | | | | | | | | **267.783.754** | **247.995.108** | **2.133.723** | **1.995.999** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 76.362.188 | 58.178.679 | 2.133.723 | 1.995.999 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **41.478.112** | **35.624.921** | **2.133.723** | **1.995.999** |
| 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 41.478.112 | 35.624.921 | 2.133.723 | 1.995.999 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 18:37 8383

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2032 20RK 0043 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 4.129.722 | 1.810.467 | 2.133.723 | 1.995.999 |
| | | | | | 3.3.90 | 281 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 210.000 | 0 | 210.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 88.279 | 0 | 0 | 88.279 |
| | | | | | 4.4.90 | 281 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.565.613 | 329.669 | 1.565.613 | 0 |
| | | | | | 4.4.90 | 296 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 358.110 | 118.884 | 358.110 | 0 |
| | | | | | 4.4.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.907.720 | 1.361.914 | 0 | 1.907.720 |
| **Unidade:** | **26267- Universidade Federal da Integração Latino Americana** | | | | | | | | | | **145.920.656** | **124.920.295** | **25.145** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 63.036.458 | 43.923.125 | 25.145 | 0 |
| **2032 11G1** | **Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **45.379.416** | **30.274.107** | **25.145** | **0** |
| 2032 11G1 0041 | Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 45.379.416 | 30.274.107 | 25.145 | 0 |
| 2032 11G1 0041 0000 | Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNIL | | | | | | | | | | 42.998 | 0 | 25.145 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 280 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 42.998 | 0 | 25.145 | 0 |
| **Unidade:** | **26269- Fundação Universidade do Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **352.389.751** | **333.842.907** | **0** | **300.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 69.002.497 | 54.608.061 | 0 | 300.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **37.622.670** | **25.956.943** | **0** | **300.000** |
| 2032 20RK 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 36.160.370 | 25.956.943 | 0 | 300.000 |
| 2032 20RK 0033 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 300.000 | 0 | 0 | 300.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 300.000 | 0 | 0 | 300.000 |
| **Unidade:** | **26270- Fundação Universidade do Amazonas** | | | | | | | | | | **625.248.609** | **577.617.456** | **0** | **4.565.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 164.320.083 | 120.311.090 | 0 | 4.565.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **87.270.324** | **65.021.911** | **0** | **4.565.000** |
| 2032 20RK 0013 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas | | | *PLOA* | | | | | | | 87.270.324 | 65.021.911 | 0 | 4.565.000 |
| 2032 20RK 0013 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 4.565.000 | 0 | 0 | 4.565.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.671.000 | 0 | 0 | 2.671.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.744.000 | 0 | 0 | 1.744.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 150.000 | 0 | 0 | 150.000 |
| **Unidade:** | **26271- Fundação Universidade de Brasília** | | | | | | | | | | **1.822.218.875** | **1.518.522.486** | **3.366.831** | **570.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 600.875.710 | 306.223.548 | 3.366.831 | 570.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **473.439.147** | **244.192.532** | **3.366.831** | **570.000** |
| 2032 20RK 0053 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 473.439.147 | 244.192.532 | 3.366.831 | 570.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 2384 31/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2032 20RK 0053 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 15.552.920 | 13.210.114 | 3.366.831 | 570.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 280 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 14.982.920 | 13.210.114 | 3.366.831 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 570.000 | 0 | 0 | 570.000 |
| **Unidade:** | **26272- Fundação Universidade Federal do Maranhão** | | | | | | | | | | **678.649.786** | **626.815.359** | **0** | **7.524.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 160.217.522 | 112.104.456 | 0 | 7.524.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | 10 | | | | | | | | 72.028.115 | 61.116.842 | 0 | 7.524.000 |
| 2032 20RK 0021 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão | | | PLOA | | | | | | | 72.028.115 | 61.116.842 | 0 | 7.524.000 |
| 2032 20RK 0021 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 7.374.000 | 6.530.962 | 0 | 7.524.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 6.058.000 | 5.734.084 | 0 | 6.208.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.316.000 | 796.878 | 0 | 1.316.000 |
| **Unidade:** | **26273- Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS** | | | | | | | | | | **443.882.486** | **402.220.487** | **678.862** | **10.521.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 112.692.725 | 76.079.804 | 678.862 | 10.521.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | 10 | | | | | | | | 65.681.450 | 39.671.498 | 678.862 | 10.521.000 |
| 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 65.681.450 | 39.671.498 | 678.862 | 10.521.000 |
| 2032 20RK 0043 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 12.186.429 | 3.505.067 | 678.862 | 10.521.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.516.498 | 1.514.563 | 0 | 1.521.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 280 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.669.931 | 1.451.050 | 678.862 | 0 |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 9.000.000 | 539.454 | 0 | 9.000.000 |
| **Unidade:** | **26274- Universidade Federal de Uberlândia** | | | | | | | | | | **892.970.786** | **856.972.029** | **0** | **2.783.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 167.742.410 | 138.014.175 | 0 | 2.783.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | 10 | | | | | | | | 91.877.080 | 77.916.218 | 0 | 2.783.000 |
| 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 91.177.080 | 77.216.218 | 0 | 2.783.000 |
| 2032 20RK 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 2.783.000 | 335.121 | 0 | 2.783.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.479.000 | 303.121 | 0 | 1.479.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.272.000 | 0 | 0 | 1.272.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 32.000 | 32.000 | 0 | 32.000 |
| **Unidade:** | **26275- Fundação Universidade Federal do Acre** | | | | | | | | | | **338.445.632** | **278.375.425** | **2.166.999** | **8.767.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 112.237.760 | 56.374.849 | 2.166.999 | 8.767.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | 10 | | | | | | | | 29.870.089 | 17.660.414 | 0 | 8.553.000 |
| 2032 20RK 0012 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre | | | PLOA | | | | | | | 29.870.089 | 17.660.414 | 0 | 8.553.000 |
| 2032 20RK 0012 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 8.553.000 | 0 | 0 | 8.553.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/08/2016 18:37 8385

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.539.400 | 0 | 0 | 1.539.400 |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 7.013.600 | 0 | 0 | 7.013.600 |
| **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **10.289.992** | **9.708.834** | **0** | **214.000** |
| 2032 4002 0012 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Acre | | | *PLOA* | | | | | | | 10.289.992 | 9.708.834 | 0 | 214.000 |
| 2032 4002 0012 0000 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 214.000 | 0 | 0 | 214.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 214.000 | 0 | 0 | 214.000 |
| **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **59.905.519** | **21.739.672** | **2.166.999** | **0** |
| 2032 8282 0012 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre | | | *PLOA* | | | | | | | 31.105.519 | 21.027.897 | 2.166.999 | 0 |
| 2032 8282 0012 0000 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 2.166.999 | 950.000 | 2.166.999 | 0 |
| | | | | | 4.4.90 | 281 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.166.999 | 950.000 | 2.166.999 | 0 |
| **Unidade:** | **26278- Fundação Universidade Federal de Pelotas** | | | | | | | | | | **629.116.349** | **600.848.886** | **0** | **4.558.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 111.675.689 | 90.923.435 | 0 | 4.558.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **67.648.274** | **56.414.074** | **0** | **4.558.000** |
| 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 67.648.274 | 56.414.074 | 0 | 4.558.000 |
| 2032 20RK 0043 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 4.558.000 | 2.043.565 | 0 | 4.558.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.073.000 | 1.026.014 | 0 | 1.073.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 485.000 | 160.289 | 0 | 485.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 3.000.000 | 857.262 | 0 | 3.000.000 |
| **Unidade:** | **26279- Fundação Universidade Federal do Piauí** | | | | | | | | | | **716.704.702** | **670.035.796** | **0** | **1.883.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 169.589.860 | 134.056.753 | 0 | 1.883.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **83.273.119** | **75.088.690** | **0** | **1.883.000** |
| 2032 20RK 0022 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí | | | *PLOA* | | | | | | | 83.273.119 | 75.088.690 | 0 | 1.883.000 |
| 2032 20RK 0022 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 1.883.000 | 0 | 0 | 1.883.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.881.000 | 0 | 0 | 1.881.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.000 | 0 | 0 | 2.000 |
| **Unidade:** | **26280- Fundação Universidade Federal de São Carlos** | | | | | | | | | | **561.095.185** | **515.667.778** | **0** | **733.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 116.533.911 | 80.112.641 | 0 | 733.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **55.697.421** | **51.955.355** | **0** | **733.000** |
| 2032 20RK 0035 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 55.697.421 | 51.955.355 | 0 | 733.000 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais FL 31/08/2016 18:37 3384

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2032 20RK 0035 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 733.000 | 0 | 0 | 733.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 733.000 | 0 | 0 | 733.000 |
| **Unidade:** | **26282- Fundação Universidade Federal de Viçosa** | | | | | | | | | | **795.433.660** | **769.691.850** | **0** | **4.204.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 118.044.132 | 98.411.142 | 0 | 4.204.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **71.961.953** | **57.370.591** | **0** | **4.204.000** |
| 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 71.961.953 | 57.370.591 | 0 | 4.204.000 |
| 2032 20RK 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 4.204.000 | 3.204.000 | 0 | 4.204.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.204.000 | 1.204.000 | 0 | 1.204.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.000.000 | 0 | 0 | 1.000.000 |
| **Unidade:** | **26283- Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul** | | | | | | | | | | **632.366.850** | **578.317.760** | **89.788** | **2.795.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 129.494.229 | 82.665.146 | 89.788 | 2.795.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **62.167.628** | **46.239.808** | **89.788** | **2.795.000** |
| 2032 20RK 0054 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul<br>*- Estudante matriculado (unidade): 24.441 (Acréscimo)* | | | *PLOA* | | | | | | | 62.167.628 | 46.239.808 | 89.788 | 2.795.000 |
| 2032 20RK 0054 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 2.994.999 | 0 | 89.788 | 2.795.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 280 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 145.558 | 0 | 65.347 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.688.000 | 0 | 0 | 2.688.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 96.000 | 0 | 0 | 96.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 696 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 11.000 | 0 | 0 | 11.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 280 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 54.441 | 0 | 24.441 | 0 |
| **Unidade:** | **26284- Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre** | | | | | | | | | | **123.479.587** | **106.756.699** | **0** | **5.209.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 44.684.488 | 29.419.073 | 0 | 5.209.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **23.353.885** | **15.794.281** | **0** | **5.209.000** |
| 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 23.353.885 | 15.794.281 | 0 | 5.209.000 |
| 2032 20RK 0043 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 5.209.000 | 0 | 0 | 5.209.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 3.111.000 | 0 | 0 | 3.111.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.098.000 | 0 | 0 | 2.098.000 |
| **Unidade:** | **26286- Fundação Universidade Federal do Amapá** | | | | | | | | | | **190.986.532** | **146.107.608** | **0** | **1.366.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 81.689.818 | 40.514.248 | 0 | 1.366.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **20.424.268** | **17.399.488** | **0** | **1.366.000** |

Comissões Especiais Fl. 83387 31/03/2016 18:37 Câmara dos Deputados

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2032 20RK 0016 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá | | | PLOA | | | | | | | 20.424.268 | 17.399.488 | 0 | 1.366.000 |
| 2032 20RK 0016 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 1.366.000 | 0 | 0 | 1.366.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *602.000* | *0* | *0* | *602.000* |
| | | | | | 4.4.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *764.000* | *0* | *0* | *764.000* |
| **Unidade:** | **26294- Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA** | | | | | | | | | | **1.019.161.453** | **1.012.292.614** | **0** | **9.686.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 136.879.911 | 133.370.990 | 0 | 9.686.000 |
| **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **64.117.611** | **63.439.490** | **0** | **9.686.000** |
| 2032 4086 0043 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 64.117.611 | 63.439.490 | 0 | 9.686.000 |
| 2032 4086 0043 0000 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 9.686.000 | 9.685.620 | 0 | 9.686.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *9.654.000* | *9.654.000* | *0* | *9.654.000* |
| | | | | | 3.3.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *32.000* | *31.620* | *0* | *32.000* |
| **Unidade:** | **26352- Fundação Universidade Federal do ABC** | | | | | | | | | | **264.230.419** | **242.425.850** | **983.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 98.594.740 | 81.517.419 | 983.000 | 0 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **48.202.567** | **46.581.852** | **983.000** | **0** |
| 2032 20RK 0035 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo | | | PLOA | | | | | | | 48.202.567 | 46.581.852 | 983.000 | 0 |
| 2032 20RK 0035 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 1.504.269 | 228.543 | 983.000 | 0 |
| | | | | | 4.4.90 | 250 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *1.504.269* | *228.543* | *983.000* | *0* |
| **Unidade:** | **26359- Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia** | | | | | | | | | | **158.132.970** | **129.038.386** | **0** | **1.199.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 26.401.562 | 1.792.870 | 0 | 1.199.000 |
| **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **4.251.562** | **1.792.870** | **0** | **1.199.000** |
| 2032 4086 0029 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado da Bahia | | | PLOA | | | | | | | 4.061.562 | 1.602.870 | 0 | 1.199.000 |
| 2032 4086 0029 0000 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 1.199.000 | 1.176.397 | 0 | 1.199.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *1.199.000* | *1.176.397* | *0* | *1.199.000* |
| **Unidade:** | **26367- Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora** | | | | | | | | | | **88.872.799** | **67.355.777** | **0** | **204.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 32.801.153 | 13.073.200 | 0 | 204.000 |
| **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **10.051.153** | **6.573.200** | **0** | **204.000** |
| 2032 4086 0031 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais<br>*- Instituição beneficiada (unidade): 23.000 (Acréscimo)* | | | PLOA | | | | | | | 10.051.153 | 6.573.200 | 0 | 204.000 |
| 2032 4086 0031 0000 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 204.000 | 0 | 0 | 204.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *204.000* | *0* | *0* | *204.000* |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **26368- Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **254.450.824** | **243.550.006** | **4.974.538** | **138.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 25.334.006 | 19.021.336 | 4.974.538 | 138.000 |
| **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **25.334.006** | **19.021.336** | **4.974.538** | **138.000** |
| 2032 4086 0031 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 25.334.006 | 19.021.336 | 4.974.538 | 138.000 |
| 2032 4086 0031 0000 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 13.220.888 | 8.722.667 | 4.974.538 | 138.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *13.082.888* | *8.584.667* | *4.974.538* | *0* |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *125.000* | *125.000* | *0* | *125.000* |
| | | | | | *3.3.90* | *680* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *13.000* | *13.000* | *0* | *13.000* |
| **Unidade:** | **26369- Hospital Universitário João de Barros Barreto** | | | | | | | | | | **83.109.640** | **81.183.477** | **99.140** | **66.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 384.333 | 52.195 | 99.140 | 66.000 |
| **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **384.333** | **52.195** | **99.140** | **66.000** |
| 2032 4086 0015 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 384.333 | 52.195 | 99.140 | 66.000 |
| 2032 4086 0015 0000 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 305.173 | 49.150 | 99.140 | 66.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *171.733* | *49.150* | *68.000* | *0* |
| | | | | | *3.3.90* | *680* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *15.500* | *0* | *0* | *15.500* |
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *67.440* | *0* | *31.140* | *0* |
| | | | | | *4.4.90* | *680* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *15.500* | *0* | *0* | *15.500* |
| | | | | | *4.4.90* | *681* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *32.000* | *0* | *0* | *32.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *696* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.000* | *0* | *0* | *3.000* |
| **Unidade:** | **26373- Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco** | | | | | | | | | | **207.581.248** | **202.850.746** | **3.786.538** | **354.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 4.713.838 | 4.175.368 | 3.786.538 | 354.000 |
| **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **4.213.838** | **4.175.368** | **3.786.538** | **354.000** |
| 2032 4086 0026 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 4.213.838 | 4.175.368 | 3.786.538 | 354.000 |
| 2032 4086 0026 0000 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 4.212.934 | 4.175.368 | 3.786.538 | 354.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.773.715* | *2.736.570* | *1.788.538* | *0* |
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.085.219* | *1.085.219* | *1.998.000* | *0* |
| | | | | | *4.4.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *354.000* | *353.579* | *0* | *354.000* |
| **Unidade:** | **26386- Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago** | | | | | | | | | | **207.456.085** | **195.138.456** | **0** | **1.022.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 13.101.049 | 3.541.661 | 0 | 1.022.000 |
| **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **13.101.049** | **3.541.661** | **0** | **1.022.000** |
| 2032 4086 0042 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Santa Catarina | | | *PLOA* | | | | | | | 13.101.049 | 3.541.661 | 0 | 1.022.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8389 31/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2032 4086 0042 0000 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 1.022.000 | 1.022.000 | 0 | 1.022.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.022.000 | 1.022.000 | 0 | 1.022.000 |
| **Unidade:** | **26389- Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro** | | | | | | | | | | **143.430.468** | **135.067.804** | **0** | **2.284.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 13.563.550 | 7.789.608 | 0 | 2.284.000 |
| **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | 11.063.550 | 7.789.608 | 0 | 2.284.000 |
| 2032 4086 0031 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 11.063.550 | 7.789.608 | 0 | 2.284.000 |
| 2032 4086 0031 0000 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 2.284.000 | 2.218.652 | 0 | 2.284.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.284.000 | 2.218.652 | 0 | 2.284.000 |
| **Unidade:** | **26392- Hospital Getúlio Vargas** | | | | | | | | | | **87.862.370** | **84.584.663** | **9.950** | **42.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 12.038.937 | 10.464.872 | 9.950 | 42.000 |
| **2032 00P1** | **Apoio à Residência em Saúde** | **12- 364** | *20* | | | | | | | | 65.521 | 9.917 | 9.950 | 33.571 |
| 2032 00P1 0001 | Apoio à Residência em Saúde - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 65.521 | 9.917 | 9.950 | 33.571 |
| 2032 00P1 0001 0000 | Apoio à Residência em Saúde | | | | | | | | | | 65.521 | 9.917 | 9.950 | 33.571 |
| | | | | | 3.3.90 | 250 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 21.950 | 9.917 | 4.950 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 15.000 | 0 | 0 | 15.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 250 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 10.000 | 0 | 5.000 | 0 |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 18.571 | 0 | 0 | 18.571 |
| **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | 473.416 | 454.955 | 0 | 8.429 |
| 2032 4086 0013 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Amazonas | | | *PLOA* | | | | | | | 473.416 | 454.955 | 0 | 8.429 |
| 2032 4086 0013 0000 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 8.429 | 8.018 | 0 | 8.429 |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 8.429 | 8.018 | 0 | 8.429 |
| **Unidade:** | **26396- Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia** | | | | | | | | | | **268.315.773** | **261.627.955** | **0** | **682.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 31.478.757 | 29.252.500 | 0 | 682.000 |
| **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | 18.374.757 | 16.265.996 | 0 | 682.000 |
| 2032 4086 0031 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 18.374.757 | 16.265.996 | 0 | 682.000 |
| 2032 4086 0031 0000 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 682.000 | 649.535 | 0 | 682.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 221.000 | 220.936 | 0 | 221.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 461.000 | 428.599 | 0 | 461.000 |
| **Unidade:** | **26400- Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe** | | | | | | | | | | **56.858.590** | **52.754.374** | **0** | **466.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 2.480.915 | 1.078.311 | | 466.000 |
| **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | **12-** | *20* | | | | | | | | 2.480.915 | 1.078.311 | 0 | 466.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8336

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 302 | | | | | | | | | | | | |
| 2032 4086 0028 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Sergipe | | | PLOA | | | | | | | 2.480.915 | 1.078.311 | 0 | 466.000 |
| 2032 4086 0028 0000 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 466.000 | 463.770 | 0 | 466.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 466.000 | 463.770 | 0 | 466.000 |
| **Unidade:** | **26402- Instituto Federal de Alagoas** | | | | | | | | | | **375.822.394** | **315.896.233** | **1.415.400** | **1.117.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 132.169.181 | 73.225.970 | 1.415.400 | 1.117.000 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **72.441.304** | **53.843.896** | **1.415.400** | **1.117.000** |
| 2031 20RL 0027 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Alagoas | | | PLOA | | | | | | | 72.441.304 | 53.843.896 | 1.415.400 | 1.117.000 |
| 2031 20RL 0027 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 5.363.200 | 2.028.595 | 1.415.400 | 1.117.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 281 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.641.940 | 681.091 | 880.647 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 276.000 | 269.979 | 0 | 276.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 281 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.604.260 | 256.907 | 534.753 | 0 |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 841.000 | 820.618 | 0 | 841.000 |
| **Unidade:** | **26404- Instituto Federal Baiano** | | | | | | | | | | **243.242.746** | **222.909.291** | **0** | **250.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 88.902.839 | 70.160.008 | 0 | 250.000 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **64.260.685** | **50.610.589** | **0** | **250.000** |
| 2031 20RL 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia | | | PLOA | | | | | | | 64.260.685 | 50.610.589 | 0 | 250.000 |
| 2031 20RL 0029 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 250.000 | 73.094 | 0 | 250.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 250.000 | 73.094 | 0 | 250.000 |
| **Unidade:** | **26405- Instituto Federal do Ceará** | | | | | | | | | | **523.978.408** | **484.940.264** | **60.000** | **46.990** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 150.627.471 | 115.403.889 | 60.000 | 46.990 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **105.739.461** | **84.065.458** | **60.000** | **46.990** |
| 2031 20RL 0023 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Ceará | | | PLOA | | | | | | | 105.739.461 | 84.065.458 | 60.000 | 46.990 |
| 2031 20RL 0023 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 106.990 | 106.990 | 60.000 | 46.990 |
| | | | | | 3.3.90 | 281 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 60.000 | 60.000 | 60.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 681 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 46.990 | 46.990 | 0 | 46.990 |
| **Unidade:** | **26407- Instituto Federal Goiano** | | | | | | | | | | **267.794.431** | **243.050.963** | **0** | **298.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 96.875.515 | 73.700.976 | | 298.000 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | 55.532.417 | 50.041.698 | 0 | 298.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 833

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2031 20RL 0052 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás | | | PLOA | | | | | | | 55.532.417 | 50.041.698 | 0 | 298.000 |
| 2031 20RL 0052 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 298.000 | 297.259 | 0 | 298.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 298.000 | 297.259 | 0 | 298.000 |
| **Unidade:** | **26409- Instituto Federal de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **319.678.404** | **292.893.713** | **535.415** | **2.072.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 99.992.439 | 73.859.120 | 535.415 | 2.072.000 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **57.142.167** | **44.966.498** | **535.415** | **2.072.000** |
| 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 57.142.167 | 44.966.498 | 535.415 | 2.072.000 |
| 2031 20RL 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 4.672.008 | 3.970.235 | 535.415 | 2.072.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 250 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.219.731 | 1.712.978 | 447.590 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 280 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 380.277 | 185.257 | 87.825 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.974.000 | 1.974.000 | 0 | 1.974.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 98.000 | 98.000 | 0 | 98.000 |
| **Unidade:** | **26410- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **253.052.146** | **188.080.843** | **338.987** | **756.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 113.465.346 | 50.865.341 | 338.987 | 548.253 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **39.521.337** | **26.357.735** | **338.987** | **437.508** |
| 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 39.521.337 | 26.357.735 | 338.987 | 437.508 |
| 2031 20RL 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 1.548.085 | 1.176.804 | 338.987 | 437.508 |
| | | | | | 3.3.90 | 250 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 1.110.577 | 1.040.675 | 338.987 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 390.084 | 96.873 | 0 | 390.084 |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 47.424 | 39.256 | 0 | 47.424 |
| **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **10.244.086** | **6.340.347** | **0** | **19.745** |
| 2031 2994 0031 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais<br>*- Benefício concedido (unidade): 56 (Acréscimo)* | | | PLOA | | | | | | | 10.244.086 | 6.340.347 | 0 | 19.745 |
| 2031 2994 0031 0000 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 19.745 | 10.124 | 0 | 19.745 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 19.745 | 10.124 | 0 | 19.745 |
| **2031 6380** | **Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **1.187.923** | **679.869** | **0** | **91.000** |
| 2031 6380 0031 | Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais<br>*- Unidade apoiada (unidade): 4 (Acréscimo)* | | | PLOA | | | | | | | 1.187.923 | 679.869 | 0 | 91.000 |
| 2031 6380 0031 0000 | Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 91.000 | 2.631 | 0 | 91.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8392 Apensados

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | - Despesas Diversas | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 91.000 | 2.631 | 0 | 91.000 |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 129.242.883 | 127.478.372 | 0 | 207.747 |
| **2109 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | **12- 128** | *10* | | | | | | | | **2.134.883** | **1.407.703** | **0** | **207.747** |
| 2109 4572 0031 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais<br>*- Servidor capacitado (unidade): 28 (Acréscimo)* | | | *PLOA* | | | | | | | 2.134.883 | 1.407.703 | 0 | 207.747 |
| 2109 4572 0031 0000 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | | | | | | | | | | 207.747 | 0 | 0 | 207.747 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *207.747* | *0* | *0* | *207.747* |
| **Unidade:** | **26412- Instituto Federal do Sul de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **255.697.705** | **229.761.814** | **0** | **1.750.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 97.673.050 | 73.386.048 | 0 | 1.750.000 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **60.242.053** | **54.610.652** | **0** | **1.750.000** |
| 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 60.242.053 | 54.610.652 | 0 | 1.750.000 |
| 2031 20RL 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 1.750.000 | 1.230.532 | 0 | 1.750.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *650.000* | *639.014* | *0* | *650.000* |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *225.000* | *206.538* | *0* | *225.000* |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *650.000* | *300.428* | *0* | *650.000* |
| | | | | | 4.4.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *225.000* | *84.551* | *0* | *225.000* |
| **Unidade:** | **26413- Instituto Federal do Triangulo Mineiro** | | | | | | | | | | **205.486.186** | **183.410.995** | **0** | **1.816.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 57.443.246 | 39.798.620 | 0 | 1.816.000 |
| **2031 20RG** | **Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **23.847.317** | **13.049.297** | **0** | **150.000** |
| 2031 20RG 0031 | Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 23.847.317 | 13.049.297 | 0 | 150.000 |
| 2031 20RG 0031 0002 | PRONATEC | | | | | | | | | | 150.000 | 149.924 | 0 | 150.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *150.000* | *149.924* | *0* | *150.000* |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **29.156.200** | **22.961.128** | **0** | **1.666.000** |
| 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 29.156.200 | 22.961.128 | 0 | 1.666.000 |
| 2031 20RL 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 1.666.000 | 1.547.627 | 0 | 1.666.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 650 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *1.219.000* | *1.111.356* | *0* | *1.219.000* |
| | | | | | 3.3.90 | 680 | 0 | 9999 | 2 | 2 | *447.000* | *436.271* | *0* | *447.000* |
| **Unidade:** | **26417- Instituto Federal da Paraíba** | | | | | | | | | | **442.824.813** | **403.357.222** | **0** | **3.721.000** |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 5393

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 106.402.076 | 80.665.156 | 0 | 3.721.000 |
| **2031 20RG** | **Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **21.300.000** | **15.592.600** | **0** | **2.000.000** |
| 2031 20RG 0025 | Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba | | | *PLOA* | | | | | | | 20.300.000 | 14.892.801 | 0 | 2.000.000 |
| 2031 20RG 0025 0002 | PRONATEC | | | | | | | | | | 2.000.000 | 1.995.696 | 0 | 2.000.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.000.000* | *1.995.696* | *0* | *2.000.000* |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **72.599.142** | **52.895.490** | **0** | **1.721.000** |
| 2031 20RL 0025 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba | | | *PLOA* | | | | | | | 72.599.142 | 52.895.490 | 0 | 1.721.000 |
| 2031 20RL 0025 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 1.639.698 | 1.506.471 | 0 | 1.721.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.540.698* | *1.506.471* | *0* | *1.622.000* |
| | | | | | *3.3.90* | *680* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *99.000* | *0* | *0* | *99.000* |
| **Unidade:** | **26419- Instituto Federal do Rio Grande do Sul** | | | | | | | | | | **329.118.764** | **305.014.548** | **83.649** | **311.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 88.372.283 | 68.555.978 | 83.649 | 311.000 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **59.789.708** | **43.249.012** | **83.649** | **311.000** |
| 2031 20RL 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 59.789.708 | 43.249.012 | 83.649 | 311.000 |
| 2031 20RL 0043 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 442.549 | 284.404 | 83.649 | 311.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *311.000* | *218.299* | *0* | *311.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *131.549* | *66.105* | *83.649* | *0* |
| **Unidade:** | **26421- Instituto Federal de Rondônia** | | | | | | | | | | **173.544.983** | **138.211.141** | **0** | **1.068.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 81.782.566 | 48.326.943 | 0 | 1.068.000 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **49.389.642** | **37.786.090** | **0** | **568.000** |
| 2031 20RL 0011 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Rondônia | | | *PLOA* | | | | | | | 49.389.642 | 37.786.090 | 0 | 568.000 |
| 2031 20RL 0011 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 568.000 | 564.615 | 0 | 568.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *568.000* | *564.615* | *0* | *568.000* |
| **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **7.392.924** | **7.018.626** | **0** | **500.000** |
| 2031 2994 0011 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Rondônia | | | *PLOA* | | | | | | | 7.392.924 | 7.018.626 | 0 | 500.000 |
| 2031 2994 0011 0000 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 500.000 | 404.141 | 0 | 500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *500.000* | *404.141* | *0* | *500.000* |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8334

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **26422- Instituto Federal Catarinense** | | | | | | | | | | **283.593.937** | **260.065.103** | **76.000** | **677.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 90.097.001 | 67.260.823 | 76.000 | 677.000 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **62.415.628** | **45.155.910** | **76.000** | **677.000** |
| 2031 20RL 0042 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina | | | *PLOA* | | | | | | | 62.415.628 | 45.155.910 | 76.000 | 677.000 |
| 2031 20RL 0042 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 753.000 | 135.823 | 76.000 | 677.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *281* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *76.000* | *20.000* | *76.000* | *0* |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *677.000* | *115.823* | *0* | *677.000* |
| **Unidade:** | **26427- Instituto Federal da Bahia** | | | | | | | | | | **488.264.250** | **449.785.466** | **90.370** | **2.422.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 130.410.130 | 99.770.412 | 90.370 | 2.322.000 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **100.289.183** | **72.709.631** | **90.370** | **2.322.000** |
| 2031 20RL 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 100.289.183 | 72.709.631 | 90.370 | 2.322.000 |
| 2031 20RL 0029 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 2.364.917 | 1.387.798 | 90.370 | 2.322.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *281* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *98.900* | *45.825* | *77.900* | *0* |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.749.547* | *1.332.213* | *0* | *1.818.000* |
| | | | | | *3.3.90* | *680* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *361.000* | *0* | *0* | *361.000* |
| | | | | | *3.3.90* | *681* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *143.000* | *0* | *0* | *143.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *281* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *12.470* | *9.760* | *12.470* | *0* |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 318.023.528 | 310.459.914 | 0 | 100.000 |
| **2109 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | **12- 128** | *10* | | | | | | | | **835.000** | **331.806** | **0** | **100.000** |
| 2109 4572 0029 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 835.000 | 331.806 | 0 | 100.000 |
| 2109 4572 0029 0000 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | | | | | | | | | | 100.000 | 0 | 0 | 100.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *100.000* | *0* | *0* | *100.000* |
| **Unidade:** | **26431- Instituto Federal do Piauí** | | | | | | | | | | **337.514.272** | **301.865.721** | **0** | **1.636.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 99.118.842 | 67.395.261 | 0 | 1.636.000 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **60.449.324** | **52.830.215** | **0** | **1.636.000** |
| 2031 20RL 0022 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí | | | *PLOA* | | | | | | | 60.449.324 | 52.830.215 | 0 | 1.636.000 |
| 2031 20RL 0022 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 1.636.000 | 0 | 0 | 1.636.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.000.000* | *0* | *0* | *1.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *636.000* | *0* | *0* | *636.000* |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8395 Suprimido

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **26432- Instituto Federal do Paraná** | | | | | | | | | | **277.116.773** | **253.198.401** | **0** | **2.756.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 91.198.436 | 70.060.008 | 0 | 2.756.000 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **62.866.070** | **41.927.582** | **0** | **2.756.000** |
| 2031 20RL 0041 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 62.866.070 | 41.927.582 | 0 | 2.756.000 |
| 2031 20RL 0041 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 2.756.000 | 0 | 0 | 2.756.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *943.000* | *0* | *0* | *943.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *680* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.813.000* | *0* | *0* | *1.813.000* |
| **Unidade:** | **26435- Instituto Federal do Rio Grande do Norte** | | | | | | | | | | **511.774.967** | **467.262.335** | **0** | **3.448.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 145.758.437 | 105.711.650 | 0 | 3.448.000 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **98.095.645** | **84.397.845** | **0** | **3.448.000** |
| 2031 20RL 0024 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 98.095.645 | 84.397.845 | 0 | 3.448.000 |
| 2031 20RL 0024 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 3.397.600 | 3.292.458 | 0 | 3.448.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *733.600* | *683.908* | *0* | *784.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.664.000* | *2.608.550* | *0* | *2.664.000* |
| **Unidade:** | **26436- Instituto Federal Sul-rio-grandense** | | | | | | | | | | **357.482.997** | **338.752.212** | **50.100** | **551.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 81.397.614 | 66.243.350 | 50.100 | 551.000 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **54.427.903** | **44.517.272** | **50.100** | **551.000** |
| 2031 20RL 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 54.427.903 | 44.517.272 | 50.100 | 551.000 |
| 2031 20RL 0043 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 1.568.953 | 1.021.392 | 50.100 | 551.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.017.953* | *470.396* | *50.100* | *0* |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *551.000* | *550.995* | *0* | *551.000* |
| **Unidade:** | **26439- Instituto Federal de São Paulo** | | | | | | | | | | **629.612.135** | **586.420.074** | **788.252** | **911.000** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 176.404.581 | 136.554.745 | 788.252 | 911.000 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **120.658.163** | **100.195.714** | **788.252** | **911.000** |
| 2031 20RL 0035 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 119.358.163 | 99.973.626 | 788.252 | 911.000 |
| 2031 20RL 0035 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 3.454.167 | 2.408.630 | 788.252 | 911.000 |
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.281.663* | *1.461.015* | *688.340* | *0* |
| | | | | | *4.4.90* | *280* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *261.504* | *231.860* | *99.912* | *0* |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 31/03/2016 18:3
336

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | *4.4.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *911.000* | *715.755* | *0* | *911.000* |
| **Unidade:** | **26441- Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA** | | | | | | | | | | **170.546.662** | **144.218.797** | **0** | **2.112.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 68.735.933 | 48.955.868 | 0 | 2.112.000 |
| **2032 11G0** | **Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | 49.172.141 | 37.606.046 | 0 | 2.112.000 |
| 2032 11G0 0015 | Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 49.172.141 | 37.606.046 | 0 | 2.112.000 |
| 2032 11G0 0015 0000 | Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA | | | | | | | | | | 2.112.000 | 1.237.950 | 0 | 2.112.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.112.000* | *1.237.950* | *0* | *2.112.000* |
| **Unidade:** | **26442- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira** | | | | | | | | | | **135.728.411** | **101.878.802** | **32.186** | **1.016.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 82.501.290 | 49.995.780 | 32.186 | 1.016.000 |
| **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | 1.309.436 | 665.923 | 32.186 | 0 |
| 2032 20GK 0020 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste | | | *PLOA* | | | | | | | 1.309.436 | 665.923 | 32.186 | 0 |
| 2032 20GK 0020 0000 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 82.186 | 76.844 | 32.186 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *82.186* | *76.844* | *32.186* | *0* |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | 18.889.584 | 18.565.678 | 0 | 1.016.000 |
| 2032 20RK 0020 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste | | | *PLOA* | | | | | | | 18.889.584 | 18.565.678 | 0 | 1.016.000 |
| 2032 20RK 0020 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 1.001.953 | 981.143 | 0 | 1.016.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.001.953* | *981.143* | *0* | *1.016.000* |
| **Unidade:** | **26448- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará** | | | | | | | | | | **96.887.783** | **78.313.100** | **313.058** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 50.225.494 | 33.365.809 | 313.058 | 0 |
| **2032 14XO** | **Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | 2.133.682 | 1.993.684 | 58.658 | 0 |
| 2032 14XO 0015 | Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 2.133.682 | 1.993.684 | 58.658 | 0 |
| 2032 14XO 0015 0000 | Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSP | | | | | | | | | | 81.746 | 58.648 | 58.658 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *69.475* | *55.458* | *55.458* | *0* |
| | | | | | *3.3.90* | *280* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *12.271* | *3.190* | *3.200* | *0* |
| **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | 2.328.000 | 2.207.200 | 254.400 | 0 |
| 2032 20GK 0015 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará | | | *Emenda* | | | | | | | 2.328.000 | 2.207.200 | 254.400 | 0 |
| 2032 20GK 0015 0000 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | | | | 328.000 | 207.200 | 254.400 | 0 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais FL 328 31/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44503

**Tipo de Crédito:** 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | *3.3.90* | *281* | *0* | *9999* | *2* | 6 | *328.000* | *207.200* | *254.400* | *0* |
| **Unidade:** | **26449- Universidade Federal do Cariri** | | | | | | | | | | **91.488.808** | **72.878.124** | **0** | **149.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 41.214.355 | 24.136.639 | 0 | 149.000 |
| **2032 14XP** | **Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **31.519.378** | **21.519.336** | **0** | **149.000** |
| 2032 14XP 0023 | Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA - No Estado do Ceará | | | *PLOA* | | | | | | | 31.519.378 | 21.519.336 | 0 | 149.000 |
| 2032 14XP 0023 0000 | Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA | | | | | | | | | | 149.000 | 0 | 0 | 149.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *650* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *149.000* | *0* | *0* | *149.000* |
| **Unidade:** | **26451- Hospital de Ensino Dr. Washington Antonio de Barros** | | | | | | | | | | **3.432.282** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 1.000.600 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **1.000.600** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 2032 4086 0026 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 1.000.600 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| 2032 4086 0026 0000 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 1.000.000 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *281* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *900.000* | *900.000* | *900.000* | *0* |
| | | | | | *4.4.90* | *281* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *100.000* | *100.000* | *100.000* | *0* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 109.643.591.255 | 97.861.628.611 | 32.663.217 | 310.481.022 |

**Justificativas Pedido: 44503**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Justificativa do Pedido 44469:
O HU de Sergipe, dentro da política de organização dos seus espaços, necessita montar os setores da Unidade de Fisioterapia. Para tanto, faz-se necessário a aquisição equipamentos médico-hospitalares que permitam o seu funcionamento a fim de equipar a Unidade de Reabilitação da Unidade mencionada, tendo em vista a ampliação de serviços prestados pelo HU de Sergipe no cumprimento de seus objetivos acadêmicos e sociais. Essa solicitação de abertura de crédito orçamentário se procede para sanar problemas emergenciais aqui existentes e tem por objetivo produzir uma melhor qualidade no atendimento aos usuários SUS que utilizam os serviços deste HU.

RESUTADOS:

Atender às necessidades de expansão os serviços além do programado previamente; modernizar o atendimento prestado à clientela SUS, que utiliza esses serviços;
Emitir resultados precisos e eficientes, proporcionado qualidade nos variados serviços médico-hospitalares prestados pelo HU.

Justificativa do Pedido 44314:

Justificativa do Pedido 43838:
Necessidade de reforçar empenhos 2015, cujos recursos são insuficientes para atender serviços de Terceiros Pessoa jurídica como (energia elétrica, água e imprensa nacional), isto se dá devido aos reajustes autorizados pelo governo destes serviços que são essenciais para o funcionamento da instituição. Estes recursos apurados no balanço patrimonial 2014 é primordial para que a instituição consiga amenizar o impacto destes aumentos no orçamento.
Justificativa do Pedido 43837:
A instituição necessita adquirir materiais de escritório, de informática e material de consumo, mas ainda não tem orçamento suficiente para atender a demanda.
Justificativa do Pedido 43836:
O Hospital Universitário João de Barros Barreto solicita crédito suplementar de R$ 165.140,00 na Ação 4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais:

Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 18:37 338

**Pedidos:** **44503**

1) Decorrente de Superávit Financeiro do exercício de 2014, conforme Portaria STN nº. 176 de 30/03/2015, no montante de R$ 66.000,00 distribuídos da seguinte forma:
a. Fonte 696 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas no valor de R$ 3.000,00 que serão utilizados para a aquisição de materiais permanentes para os consultórios de fibrose cística;
b. Fonte 681 Recursos de Convênios no valor de R$ 32.000,00 que serão utilizados para a aquisição de materiais permanentes para a implementação do serviço de neurologia e neurocirurgia deste HU;
c. Fonte 680 Recursos Próprios Financeiros no valor de R$ 31.000,00 utilizados no custeio geral e aquisição de material permanente deste HU;
2) Decorrente de Excesso de Arrecadação:
a. Fonte 250 Recursos Próprios Não Financeiros no valor de R$ 99.140,00 que serão utilizados no custeio geral e investimento deste HU, tais como: material hospitalar, farmacológico, material de expediente, material permanente e outros.
A presente solicitação de crédito decorre da insuficiência e/ou inexistência de orçamento nas fontes supracitadas, por onde deverá correr a despesa.
Justificativa do Pedido 43828:
Para custear despesas com manutenção geral e programas finalísticos já que os recursos da Ação 20RK não são suficientes para cobrirem todos os gastos da UFT. Verificou-se que temos um montante autorizado na LOA referente a Matriz Andifes mais o Reuni Custeio que juntos não comportam o pagamento de todas as despesas prevista para o exercício 2015, devido à expansão da UFT nos últimos as despesas com manutenção estão crescendo e superando o valor disponibilizado para os seus custos em geral. Por isso é de suma importância a suplementação desse superávit afim de amenizar essa insuficiência de dotação orçamentária.
Justificativa do Pedido 43826:
Os recursos são oriundos das aplicações financeiras das receitas próprias da Universidade, e serão utilizadas no pagamento de despesas administrativas da Instituição, não relacionadas à manutenção.
Justificativa do Pedido 43819:
A alteração orçamentária se faz necessária para cobertura de despesas voltadas à manutenção e funcionamento dos Câmpus / Reitoria do IFRO.
Justificativa do Pedido 43817:
EM RAZÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, O IFBA SOLICITA CRÉDITO NAS FONTES 650 / 680 / 681 PARA APOIAR AS DESPESAS DE CUSTEIO INSTITUCIONAL, PESQUISA E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES.

O IFBA FIRMOU CONVÊNIO COM A FAPESB Nº 0005/2014, E COM A FANEM, COM A FINALIDADE DE APOIAR O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

Justificativa do Pedido 43812:
O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, objetivando dar continuidade às atividades previstas no Termo do Convênio de nº 055/2012, firmado com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará - SEBRAE, solicita abertura de créditos adicionais para fazer face à alocação dos recursos financeiros recebidos neste exercício, cujo atraso na programação de desembolso financeiro pelo órgão concedente, resultou no atraso da execução do objeto pactuado e na prorrogação da vigência conforme 4º Termo Aditivo, contudo o IFCE não dispõe de dotações na LOA/2015 para atender tal finalidade, bem como atender a devolução de recursos não utilizados na execução do convênio nº 03/2009 celebrado com a SECITECE, exigida na Prestação de Contas Final.
Justificativa do Pedido 43811:
CONVÊNIOS 2015: Com RS - Polos Regionais de Desenvolvimento de esporte e do Lazer; Com RS - Convênio de Intensificação da Ovinocultura na fronteira Oeste; Com RS - Convênio Desenvolvimento Tecnológico e Inovação aplicado aos Olivais da Região da Campanha. DOAÇÕES 2015: Com CNPQ - O Planetário na Região da Campanha. CONVÊNIOS 2014 - Com RS: Convênio Instalação de Vinhedos experimentais no campus Dom Pedrito da UNIPAMPA, Com RS: Convênio Desenvolvimento de Tecnologia em energia e carboquímica na região da campanha, Com RS - Convênio Aumento da Produtividade do Mel na Região da Fronteira Oeste.
Justificativa do Pedido 43808:
Considerando que a Dotação inicial prevista na LOA 2015 é insuficiente para atendimento às demandas da UFMS, informamos que as suplementações por excesso de arrecadação e por superávit se fazem necessárias para o desenvolvimento de atividades de projetos de extensão, programas de pós-graduação, realizações de concursos para docentes e técnico-administrativos, bem como a implementação de diversas ações que demandam a arrecadação própria dessa Instituição
Justificativa do Pedido 43807:
A alteração é devido à liberação de recursos referente ao Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS/MG conforme Termos de Compromissos celebrados com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde e o Município de Uberaba.
1) Liberação de recursos financeiros por parte do Estado de Minas Gerais referente ao convênio PRÓ-HOSP visando a aquisição de equipamentos, de acordo com a Resolução SES/MG nº 4746 de 16/04/2015.
2) Liberação de recursos financeiros por parte do Estado de Minas gerais referente ao Convênio 1447/2014 no valor de 2.001.463,50 para a realização de projetos de pesquisa da Cirurgia Bariátrica.
3) Liberação de recursos financeiros por parte do Estado de Minas gerais referente à Resolução SES/MG nº 4289 de 16/04/2014 referente a incentivo estadual para a execução de Cirurgias Cardiovasculares Pediátricas no valor de 1.000.000,00.
Justificativa do Pedido 43803:
Ação 20GK - A universidade, no momento, encontra-se com grandes demandas de bolsas para estudantes (monitoria, iniciação científica e programas de graduação). Sendo assim faz-se necessário esse acréscimo na dotação já existente.
Ação 20RK - A universidade encontra-se em fase de expansão e está com dificuldades para dar continuidade aos seus contratos referentes às despesas com custeio. O valor de 1.016.000,00 diminuiria essa necessidade, mas ainda não seria suficiente para garantir o bom funcionamento da instituição até o fim do ano.
Contratos a serem atendidos com o referido recursos: Vigilância Parimonial, Manutenção Predial e Fornecimento de refeições.
Justificativa do Pedido 43792:
Os recursos referentes a custeio (R$ 882.000,00) são necessários à complementação de despesas de manutenção da Universidade (energia elétrica). O crédito relativo a investimento (R$ 378.000,00) será utilizado para a importação de equipamentos para pesquisa.
Justificativa do Pedido 43780:
superavit financeiro conforme prortaria 176 de 30 de março de 2015 para atender as despesas de mão de obra de áreas verdes na UFMG devido a extensão de novas áreas no campus da UFMG e pagamento de parte das faturas e água de luz em atraso na UFMG desde out-2014 até maio/2015.
Justificativa do Pedido 43764:
Considerando a expansão da Rede Federal e que os Câmpus Gravataí, Lajeado, Avançado Jaguarão e Avançado Novo Hamburgo entraram em funcionamento no segundo semestre de 2014, os mesmos já demandam despesas para seu funcionamento. Desta forma, considerando a disponibilidade de valores com excesso de arrecadação e superávit financeiro, faz-se necessário o aumento da dotação a fim de complementar despesas de funcionamento.
Justificativa do Pedido 43763:



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 839
31/03/2016 18:3

Abril de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL – SUP Quarta-feira 20 9144

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

Atender despesas com o processo seletivo do IFMG, que objetiva atrai o maior número de candidatos, considerando que os recursos financeiros aplicados são provenientes do pagamento de taxa de inscrição ao processo seletivo, e também com despesas com serviços terceirizados dos novos campi do IFMG: Ponte Nova, Itabirito e Conselheiro Lafaiete.
Justificativa do Pedido 43755:
Foram previstas despesas no total de R$ 521.269,00 de créditos de investimento para utilização de recursos próprios para utilização, porém, surgiram novas despesas referentes a:

1) Aquisição de materiais didáticos para viabilização de parceria da UFABC com a empresa Brasken, no valor de R$ 370.000,00;

2) Aquisição de equipamentos para laboratórios de pesquisa, conforme relação abaixo:
- Microscópio Óptico Trinocular com Platina de Aquecimento - 7.800,00 (aprox. R$ 26.500,00) - Proc. 23006.000138/2015-49;
- Platina de Aquecimento para utilização em Microscópio Trinocular - GBP 10.441,00 (aprox. R$ 50.200,00) - Proc. 23006.000289/2015-05;
- Espectômetro/Espectro Fluorímetro de Fluorescência aprovado pelo MCTI/CNPJ - R$ 329.901,17 - Proc. 23006.002101/2014-74;
- Dinamômetro para Cadeira de Rodas - R$ 66.021,02 - Proc. 23006.000445/2015-20;
- Plataforma de força tridimensional - R$ 137.925,85 - Proc. 23006.000125/2015-70.

Desta forma UFABC necessita de R$ 983.000,00 a mais de créditos de investimentos na fonte 250, para execução destas despesas.
Justificativa do Pedido 43751:
Garantir a continuidade da prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais através do Hospital Professor Edgard Santos, Maternidade Climério de Oliveira, e do laboratório do Instituto de Ciências da Saúde.
Justificativa do Pedido 43748:
GARANTIR, NO CORRENTE EXERCÍCIO, A CONTINUIDADE DOS CURSOS, PROJETOS DE PESQUISA E ATIVIDADES DE EXTENSÃO, DESENVOLVIDAS DESDE 2014, NAS DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. CUSTEAR, PARCIALMENTE, AS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO.
Justificativa do Pedido 43740:
Os recursos necessários ao apoio à expansão da UNIFEI são oriundos do seu próprio orçamento anual, do programa REUNI, além de outros recursos obtidos com parcerias estratégicas. Entretanto, mostram-se insuficientes para atender todas as demandas e viabilizar a execução de ações tais como a construção de ambientes de convivência e suporte às atividades acadêmicas e a aquisição de equipamentos para os cursos em implantação.
Justificativa do Pedido 43734:
Os câmpus do Instituto Federal de São Paulo necessitam de aquisição de diversos itens para oferecer o mínimo de qualidade na execução dos cursos. Os créditos serão direcionados para aquisição de materiais permanentes e equipamentos de laboratórios.
Justificativa do Pedido 43726:
Em decorrência do aumento dos cursos de pós-graduação stricto sensu no ano de 2014 sendo (História Ibérica, Administração Pública - PROFIAP, Ensino de Física) e o curso de Mestrado em Educação iniciado em 2015, além do cursos de graduação em Medicina, aumentou -se consideravelmente a demanda da Universidade por materiais de consumo para o funcionamento dos cursos de graduação.
Justificativa do Pedido 43721:
Devido a demanda crescente em atendimentos e foco na melhoria da qualidade e inovação, o HC gerou gastos em investimentos e custeio básico, seja na aquisição de materiais médico hospitalar, medicamentos ou na contratação de serviços, a fim de manter-se a continuidade dos serviços prestados à comunidade. A situação acarretou em necessidade de aumento no valor orçamentário da fonte de recursos 250 com percentual de variação de 62,18%, porém mantendo-se a mesma participação relativa do total distribuido entre custeio (83,49%) e investimento (16,51).
Destaca-se o percentual gasto em custeio com material médico hospitalar e medicamentos que permanecerá de 33,94% cada qual e na contratação de serviços de 15,60%.

Justificativa do Pedido 43719:
A alteração orçamentária solicitada é necessária para ampliar os recursos para dar provimento às demandas por equipamentos em laboratórios de diversas áreas do conhecimento, ampliação de espaços físicos para alocação de professores, assim como ao atendimento das demandas contínuas com manutenção e funcionamento da instituição.
Justificativa do Pedido 43716:
CONSIDERANDO QUE ESTA UNIVERSIDADE ENCONTRA-SE EM FASE DE EXPANSÃO, O EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PROVENIENTE DO SUPERÁVIT FINANCEIRO, CONTRIBUIRÁ NO PAGAMENTO DE DESPESAS BÁSICAS DE FUNCIONAMENTO COMO DESPESAS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, MANTENDO ASSIM, O NÍVEL MÍNIMO DE OPERACIONALIDADE DAS ATIVIDADES MEIO DA UNIVERSIDADE.
Justificativa do Pedido 43707:
O orçamento referente ao superavit será necessário para complementar os recursos destinados a manutenção da Universidade Federal de Roraima, principalmente com despesas referentes a serviços terceirizados.
Justificativa do Pedido 43706:
a)Excesso de arrecadação previsto para o exercício de 2015, conforme sinaliza planilha da SPO/MEC.
b) Superavit financeiro apurado no exercício de 2014.
Necessidade de atender professores e alunos no desenvolvimento de projetos de pesquisa desenvolvidos em diversos centros acadêmicos desta Instituição com o apoio financeiro dos recursos de arrecadação própria ; e reforço de dotação para atender gastos com a manutenção geral da Instituição..

Justificativa do Pedido 43699:
Excesso de Arrecadação da Fonte 0280: Excesso de arrecadação com base na reestimativa da receita proposta pela SOF e confirmada no SIMEC. A arrecadação será utilizada para atender o cumprimento de despesas institucionais para a manutenção da Universidade.

Superávit Financeiro da Fonte 0680: Superávit financeiro no valor de R$ 570 mil, apurado na Portaria STN nº 176, para atender o cumprimento de despesas institucionais para a manutenção da Universidade.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 18:47 Senado Federal

Superávit Financeiro da Fonte 0650: A solicitação de Superávit no valor de R$98.648 mil, conforme Ofício STN nº 4 de 08.05.2015, visa atender o cumprimento de despesas institucionais para a manutenção da Universidade, relacionadas, principalmente, às obrigações contratuais com empresas prestadoras de serviços necessários ao desenvolvimento das atividades finalísticas nos Campi Darcy Ribeiro, Planaltina, Ceilândia e Gama. Além disso, as Unidades Arrecadadoras contam com esse recurso para a continuidade dos seus projetos acadêmicos.

Justificativa do Pedido 43694:
Fonte 281 - Conforme projeção da SPO de excesso de arrecadação - O Campus Araquari tem convênio com o ITTRAN, Prefeitura de Campo Alegre, ISSENM e a empresa Conta Azul.
Fonte 650 - Devido a previsão de contingenciamento orçamentário e reajuste em despesas funcionais (luz, água, terceirizados, entre outros), é necessária a Suplementação por superavit para manter os compromissos de funcionamento e atividades fins do Campus. Os valores solicitados conferem com a Portaria STN 176 de 30 de março de 2015 - superavit financeiro.
Justificativa do Pedido 43691:
Há necessidade de crédito adicional na fonte 650 para atender a ação 11G0 - Implantação da UFOPA. O valor suplementado será utilizado para a execução de serviços prestados por pessoas jurídicas nas ações de manutenção da instituição.
Justificativa do Pedido 43690:
Se trata de superavit financeira apurado no balanço patrimonial, e o IFSULDEMINAS necessita deste reforço, uma vez que em 2014 não recebeu limites para emissão de empenhos o que vem impactando anualmente no superavit e na execução das nossas despesas.
Justificativa do Pedido 43689:
Conforme Portaria 176/2015-STN, solicitamos suplementação por créditos de superávit financeiro afim de atender a demanda de aquisições e serviços para os novos Campus do IFPR, como complemento aos recursos já disponíveis, uma vez que estes não são suficientes.
Os recursos do Superávit (0650 e 0680) atenderão as demandas de aquisição de mobiliários e equipamentos, no que diz respeito aos recursos de capital, para as unidades Avançadas e para os Campus Fase III, que não foram contempladas na LOA 2015, bem como para atendimento aos serviços essenciais e despesas continuadas, necessárias ao funcionamento destas unidades.
Justificativa do Pedido 43685:
A presente solicitação de credito adicional tem sua origem do superávit Financeiro do exercício 2014 Fonte 50 R$ 2.296.262,00 , com sua aplicação em obras e adequações nas instalações acadêmicas e administrativas nos diversos Campi (I, II, III e IV) da UFPB.
Justificativa do Pedido 43684:
A necessidade de suplementação de recursos da ação 20RL/0250 decorre do aumento de unidades integrantes do órgão 26410 que passa a contar agora com mais quatro Campus, sendo um em Diamantina, um em Teófilo Otoni, um campus avançado em Porteirinha e um campus avançado em Janaúba. Para a ação 20RL/ fonte 0650 a necessidade de suporte de despesas de custeio, uma vez que houve autorização de mais quatro unidades para integrar o IFNMG, na ação 4572/fonte 0650 temos a necessidade de capacitação para novos servidores o que será feito através de contratação, na ação 6380/fonte 0650 há a necessidade de pagamento de bolsas aos alunos para atender as monitorias e aquisição de equipamentos e na ação 2994/fonte 0650 há a necessidade de suporte financeiro para atender o pagamento de auxilio financeiros para os alunos que irão participar de jogos internos, feiras e outros eventos que ocorrerão durante todo o ano de 2015.
Justificativa do Pedido 43683:
O Instituto Federal da Paraíba iniciou em 2015 as atividades de 11 (onze) Campi Avançados e destes apenas 05 (cinco) tem orçamento previsto na LOA 2015. Significa que temos 06 (seis) Campi Avançados necessitando de aporte de recursos orçamentários para proporcionar o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas, seja para as despesas de custeio como para as de investimento. Diante do exposto, solicitamos a liberação de parte do superávit no valor de R$ 1.721.000,00 na ação orçamentária 20RL Funcionamento das IFEPT em custeio e parte do superávit no valor de R$ 2.000.000,00 na ação orçamentária 20RG Expansão e Reestruturação da EPT em investimento para a reestruturação dos Campi no concernente a aquisição de mobiliário e equipamentos, para suprir as necessidades de instalação dos restaurantes estudantis nos Campi de Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel e Cabedelo, além da reestruturação dos Blocos Administrativos e Acadêmicos dos Campi de Patos e Cabedelo.
Justificativa do Pedido 43680:
Necessidade de recursos orçamentários nas fontes 0650, 680 e 0681 devido ao custeio de despesas com projetos de extensão (Projeto Fertilidade do Solo no Amazonas, Avaliação Física Funcional para Praticantes de Atividades Físicas e convênio celebrado com o Consórcio Rio Amazonas, Ministério Público Federal e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAM/AM;
Justificativa do Pedido 43677:
GRUPO 1 FONTE 281 : A necessidade de solicitação de suplementação é motivada na conjugação de esforços e recursos para contribuir com o desenvolvimento sócio-econômico com a Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do Estado do RS sendo 2 convênios: 1º) que tem como Objeto, promover o desenvolvimento de novos negócios voltados a área de Tecnologia da Informação e Comunicaçao através da implantação de um Laboratório Avançado de Tecnologia da Informação e Comunicação, além de permitir que as empresas startups da Incubadora do Centro de Empreendimentos em Informática (CEI) tenham à sua disposição um ambiente de qualidade para pesquisa tecnológica para o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores; 2º) que tem como Objeto, promover o desenvolvimento científico e tecnológico a partir da criação de um espaço de empreendedorismo e pré-incubação, voltados ao setor metal-mecânica, soldagem mecânica, ambiental e energias renováveis, siderurgia e processamento mineral, materiais e geociências, microeletrônica, petroquímica e química, no qual os empreendedores poderão elaborar simulações, modelagens e protótipos para, validar idéias de novos produtos e serviços, proporcionando um ambiente propício à inovação e de novos negócios.

GRUPO 2 - CUSTEIO / SUPERÁVIT : Restauração do antigo prédio de nº 12.109 do Instituto de Química Industrial com área de 2.977, m2, situado no campus Centro. Este prédio faz parte do acervo edificado da Universidade, constituindo inclusive, parte do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul. A intervenção na edificação, justifica-se devido ao adiantado estado de deterioração do prédio, inclusive com risco estrutural. O valor solicitado é parcial (R$ 5.000.000,00), considerando que o contrato nº 63/2015 está em fase de assinatura, que monta o total de R$ 9.633.233,00, conforme consta no processo de licitação nº23078.019328/2014-13.

GRUPO 2.1 - CAPITAL / SUPERÁVIT : AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS : Considerando a necessidade de realocação do Arquivo Central da Ufrgs, com vistas a desocupação do prédio 12.109 - Anexo II para reforma, pretende-se adquirir um Prédio que será destinado ao Arquivo Central. O prédio tem área de terreno de 323,02 m2, área construida de 996,00 m2, situado na rua General Vitorino, nº 322/324, centro de Porto Alegre, que fica próximo ao campus Central. Valor: R$ 2.100.000,00 ;

OBRAS :
1. ICBS - A universidade está em processo e expansão. Esta nova realidade trouxe a Universidade a ampliação de cursos com o aumento de vagas. Sendo assim, há necessidade de aumento de epaço físico através da aquisição e contrução de imóveis. O Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS), Bloco Sul, que está em construção, situa-se na Rua Ramiro Barcelos, 2350, Bairro Santana, Porto Alegre/RS, com área de 19.801,72 m2. O valor do contrato nº 227/2014 monta R$ 35.[illegible]52,46. Valor solicitado: R$ 10.000.000,00.



Câmara dos Deputados
Coordenação de Comissões Especiais
Fl. 8401

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

2. SUBESTAÇÃO CAMPUS DO VALE : Construção de subestação de 69Kv/13,8Kv é essencial para a manutenção do fornecimento de energia do campus do Vale. Novas edificações estão sendo construídas, como por exemplo o RU 6 e o Centro Tecnológico, considerando também, reformas de antigos laboratórios e salas de aula, que demandam novas cargas energéticas em virtude de novas aquisições de equipamentos para o avanço da pesquisa na Universidade. Enfatizamos que, quando o Campus do vale for abastecido na nova faixa de tensão de energia (69Kv), uma tensão no atacado de energia elétrica onde o custo por megawatt de energia é menor (R$/W), haverá uma redução no custo de energia elétrica para a Universidade, resultando em economia de custos. Valor solictado: R$ 8.000.000,00.

3. DEPATAMENTO DE PATRIMONIO : Contrução no Campus do Vale da Universidade, para o Departamento de Patrimônio, tendo em vista o volume de equipamentos que a Universidade vem adquirindo com a expansão. Àrea: 1.097 m2 - Valor : R$ 5.120.475,00

4. EQUIPAMENTOS : Tendo em vista a construção do Hospital Odontológico que está sendo finalizada, há necessidade em adquirir equipamentos. Processos licitatórios já formalizados. R$ 5.891.496,00

Justificativa do Pedido 43670:
Os créditos serão utilizados para atender as despesas de custeio e investimento. Os créditos para investimento constantes na LOA/2015 são insuficientes para atender as demandas institucionais, uma vez que a elaboração do orçamento do IFTM está fundamentada no pressuposto de garantir os recursos necessários às despesas correntes, sendo o valor excedente alocado para atender as despesas de capital. Ainda, em função da redução do orçamento da LOA para custeio e, também, a majoração dos preços gerais do mercado, os créditos são insuficientes para atendimento das despesas obrigatórias de manutenção e funcionamento da instituição. Sendo assim, os valores solicitados serão utilizados para atender a manutenção dos aceiros para evitar que os focos de incêndio possam se alastrar e causar maiores danos patrimoniais no Câmpus Ituiutaba; para aquisição de computadores a fim de substituir os equipamentos do laboratório do curso técnico em manutenção e suporte em informática do Câmpus Uberlândia e também para atender as demandas necessárias de materiais de consumo e prestação de serviços dos demais câmpus e reitoria.
Justificativa do Pedido 43669:
NECESSIDADE EM ATENDER A DEMANDA DE MATERIAL DE CONSUMO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL/HIDRÁULICO/ELÉTRICO; VARIADOS TIPOS DE RAÇÕES PARA OS ANIMAIS PERTENCENTES AOS DEPARTAMENTOS DE ZOOTECNIA, VETERINÁRIA, QUÍMICA E BIOLOGIA DAS UNIDADES SEDE, UAG E UAST, COMO TAMBÉM MATERIAL PERMANENTE PARA O HOSPITAL VETERINÁRIO DE DEPARTAMENTO DE MEDICINA VETERINÁRIA/SEDE UFRPE.
Justificativa do Pedido 43652:
Superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior em função da não liberação de limite orçamentário do ano de 2014. Com isto, não foi possível empenhar e pagar as despesas de energia elétrica, telefonia, correios e contratos de prestação de serviço terceirizados dos meses de novembro e dezembro dentro do exercício de 2014.
Justificativa do Pedido 43651:
Lei subsidiada no 3º termo aditivo ao convênio nº 001/2013 GR/UNIVASF
Receita referente a transferência de recurso, conforme Lei 2.666 de 31 de Dezembro de 2014 que autorizou o município de Petrolina/PE, através da Secretaria Municipal de Saúde (SECSAU) a transferir auxílio financeiro para aquisição de insumos e equipamentos para o Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Justificativa do Pedido 43648:
Em face da crescente expansão da UFMA, estimulada pelo Governo Federal, que desencadeou várias ações que resultaram no aumento do número de novos alunos e docentes, na ampliação e multiplicação dos espaços e no incremento das atividades, o orçamento de custeio da UFMA, estabelecido na LOA, revela-se insuficiente para acompanhar esse crescimento e projetam um déficit quanto ao comprometimento das obrigações desta instituição com despesas não somente de funcionamento básico, mas também as de manutenção predial (reparos e adaptações) e outras inerentes ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição. Ademais, a UFMA mantém atualmente em funcionamento oito Campi no continente e um na Capital, multiplicando-se ainda mais as despesas com a interiorização e de manutenção. Desta forma, justifica-se a necessidade de solicitação de crédito suplementar decorrente de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de 2014, das receitas próprias, no valor de R$ 6.208.000,00 (seis milhões, duzentos e oito mil reais), e de rendimentos, no valor de R$ 1.316.000,00 (um milhão, trezentos e dezesseis mil reais), totalizando R$ 7.524.000,00 (sete milhões, quinhentos e vinte e quatro mil reais), que possibilite o cumprimento dessas obrigações até o fim do presente exercício, sem prejuízo do pleno funcionamento e o desenvolvimento da Instituição.
Justificativa do Pedido 43645:
Em virtude da expansão física desta IFES, existe a necessidade de implementar algumas ações voltadas para acessibilidade, combate a incêndio, pavimentação e urbanização dos Campus, bem como a aquisição de material permanente, complementando as ações previstas na LOA 2015.
Justificativa do Pedido 43639:
Os valores ora disponíveis são insuficientes para a execução do primeiro prédio do novo Campus fora de sede, a ser instalado no município de Canoas, e que remonta à ordem de 30 milhões.
A utilização do superávit financeiro irá complementar os valores necessários para a obra.
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, CONFORME PORTARIA STN Nº 176, PUBLICADO NO DOU EM 01/04/2015, SEÇÃO I, PÁGINAS 52 (FONTE 50) E 53 (FONTE 80).
Justificativa do Pedido 43577:
As atividades desenvolvidas no Hospital das Clínicas da UFPE têm progressivamente se tornado mais diversificadas e complexas, requerendo o redimensionamento do seu espaço físico, como também a renovação e incorporação de novas tecnologias. A contratualização exige que o hospital execute as suas metas físicas, assegurando a adequada funcionalidade dos diversos setores e serviços que o compõem, garantindo o acolhimento dos pacientes e o tratamento humanizado para todos, de acordo com as políticas em desenvolvimento do Ministério das Saúde que supõem iniciativas que assegurem o conforto e o bem-estar da clientela que utiliza os serviços de saúde. Os recursos permitirão um incremento de equipamentos e nos estoques de materiais visando a manutenção e melhoria dos serviços, para a execução destas ações.
Justificativa do Pedido 43567:
Excesso de Arrecadação: É necessário para o envio de orçamento para os campi que tem o recurso financeiro mas não tem orçamento.
Justificativa do Pedido 43562:
Existência de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, proveniente de receitas orçamentárias previstas e efetivamente arrecadadas em exercícios anteriores. Assim, faz-se necessária a abertura de crédito suplementar para reforçar a programação constante da Lei Orçamentária em vigor. Os recursos serão aplicados no pagamento das despesas com serviço de guarda e vigilância.
Justificativa do Pedido 43550:

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
84112

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 44503**

Suplementação de crédito orçamentário por superávit financeiro e excesso de arrecadação
Justificativa do Pedido 43548:
AÇÃO 20GK FONTE 281
Esta IFES necessita executar despesa com concessão de bolsas de doutorado, mestrado e de iniciação científica, de acordo com programação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica, a qual já tem público de alunos definido para o recebimento de bolsas em função de edital com essa previsão, no qual esta IFES teve seu projeto aceito por ente estadual com o objetivo de execução de bolsas para fomento à pesquisa.
AÇÃO 14XO FONTE 250 e FONTE 280
Há a necessidade de custeio de despesas com manutenção de edificações desta IFES em implantação no Sul e Sudeste do Pará, o valor pedido de orçamento será utilizado para execução de despesas em serviços de manutenção predial de natureza frequente.

Justificativa do Pedido 43516:
Trata-se de uma solicitação de suplementação com base no Superávit Financeiro apurado no Balanço da nossa instituição no final do exercício anterior (2014). Tal suplementação será aplicada no pagamento de faturas de empresas que possuem contrato com nossa instituição para a manutenção básica do todos os campi da UFRJ, em especial com energia elétrica, água e esgoto, limpeza, vigilância, telefonia, bem como o pagamento de bolsas estudantis aos diversos alunos da nossa instituição.
Justificativa do Pedido 43514:
A entidade utilizará o credito orçamentário nas despesas de custeio, mais precisamente no pagamento de energia elétrica, tendo em vista a finalização da construção de um prédio de 5 andares e um auditório no campus Juazeiro do Norte.
Justificativa do Pedido 43503:
O presente crédito suplementar, no valor de R$ 13.475.000,00, tem como finalidade a dar suporte às atividades fins e meios da Universidade Federal do Ceará, como forma de proporcionar a melhoria do nível da qualidade do processo ensino/aprendizagem, notadamente as voltadas para o ensino de graduação, além de buscar a equalização das demandas de bens e serviços com as disponibilidades orçamentárias, face ao elevado e crescente grau de utilização dos recursos em despesas fixas, resultando na compressão das disponibilidades orçamentárias para utilização nas demais atividades institucionais.
Os recursos adicionais objetivam fazer face aos dispêndios com a contratação de serviços de terceiros - pessoa jurídica (energia elétrica, água e esgoto, manutenção e conservação de imóveis), locação de mão-de-obra , assessoria e consultoria técnica ou jurídica, aquisição de material de consumo (material químico e material laboratorial) e à aquisição de equipamentos e material permanente.

Justificativa do Pedido 43494:
Em cumprimento a portaria STN n°. 176 de 30 de março de 2015 referente ao superávit 2014 das fontes 0250, 0280 e 0281. Para as fontes 0680 e 0681, necessárias ao atendimento de projetos e convênios firmados entre a UFPel, os municípios e o governo do Rio Grande do Sul.
Justificativa do Pedido 43492:
Este recurso é oriundo de arrecadação do Convênio firmado entre o IFAL e a Petrobras, nº 6000.0081865.13.4 - Programa de Formação de Recursos Humanos Nível Técnico, visando fomentar a formação e estimular o desempenho dos alunos dos cursos técnicos, reduzir a evasão escolar e despertar o interesse da mão-de-obra técnica para o setor de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis, por meio da aplicação dos recursos previstos em pesquisa e desenvolvimento. O valor não foi totalmente utilizado em 2014 e gerou Superávit Financeiro, conforme demonstrado pela Portaria nº 176, de 30 de março de 2015, Secretaria do Tesouro Nacional.
Justificativa do Pedido 43450:
A Universidade Federal de Santa Catarina necessita efetuar o pagamento das despesas com a terceirização de mão de obra tendo em vista a crescente contratação de empresas especializadas, prestadoras de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, que elevam o nível de comprometimento dos recursos de custeio, aquisição de materiais de consumo, pagamento de bolsas e aquisição de equipamentos, indispensáveis ao cumprimento das metas estabelecidas bem como promover o desenvolvimento institucional.
Justificativa do Pedido 43441:
Nos termos da Portaria STN nº 176, de 30 de março de 2015, solicitamos a alteração orçamentária para suplementar nossa dotação em decorrência da apuração de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de 2014.
Justificativa do Pedido 43429:
Observamos que os créditos estabelecidos na PLOA 2015, são insuficientes para viabilizar on Laboratórios de Ensino , substituir os equipamentos da secretaria de informática que estão obsoletos e garantir o mobiliário para servidores que estão em péssimas condições. Portanto, torna-se necessária a suplementação dos créditos supra-citados.
Justificativa do Pedido 43416:
Inclusão de crédito suplementar ao Orçamento do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, pela incorporação do valor do superávit financeiro do exercício anterior, apurado no Balanço Patrimonial, fontes 0250 e 0281, a fim de utilizar-se esta disponibilidade no complemento das despesas necessárias para o exercício de 2015, referentes a aquisição de materiais de consumo destinados a reposição dos estoques e a cobertura das despesas decorrentes do pagamento de serviços de terceiros já contratados para a execução de atividades meio e inerentes ao funcionamento do hospital.
Justificativa do Pedido 43397:
Há a necessidade de crédito adicional no valor de R$ 829.446,00 na Fonte 280, que corresponde a previsão de ampliação da receita oriunda dos rendimentos da aplicação dos recursos próprios desta IFES. Ademais, será necessária suplementação de crédito orçamentário na ordem de R$ 1.842.000,00 na fonte 650, de R$ 196.200,00 na fonte 680 e R$ 318.600,00 na fonte 681, para atender a Ação 20RK. Os referidos valores serão utilizados para serviços prestados por pessoa jurídica necessários à manutenção da Universidade e execução de projetos.
Justificativa do Pedido 43386:
Informamos que o recurso orçamentário solicitado é necessário para atender o repasse a ser efetuado pela Eletrobras proveniente do Convênio nº ECV-PR 001/2011 , celebrado com a Universidade Federal do Acre, que tem como objeto a Implantação do Centro de Excelência em Energia do Acre - CEEAC.
Os créditos orçamentários solicitados na fonte 650 destinam-se ao atendimento das demandas de custeio e capital originários das ações de manutenção , ensino, pesquisa e extensão, priorizadas no Planejamento Estratégico da Instituição. O presente recurso contribuirá sobremaneira para a continuidade do plano de desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão, da revitalização , ampliação e construção da infraestrutura adequada para atender a comunidade universitária.
Projetos em fase de execução/ a executar:
Modernização dos Laboratórios de Ensino, Implantação/revitalização da rede lógica, implantação da rede Wi FI, serviços de manutenção e revitalização dos espaços físicos, processos licitatórios para construção de blocos destinados aos mestrados e



Câmara dos Deputados Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

doutorados, bloco destinado as ações de ensino de graduação e pós-graduação no campus de Cruzeiro do Sul.
Justificativa do Pedido 43384:
De acordo com o Decreto nº 176, de 30-03-2015, foi apurado o superavit da Universidade no valores solicitados, sendo os mesmos necessários, tendo em vista que os recursos liberados para 2015 não cobrem as despesas correntes.
Justificativa do Pedido 43349:
Atendimento dos convênios celebrados pela UFPR. Os convênios são realizados entre a UFPR e a Fundação Araucária/Estado do Paraná. Até a presente data a UFPR conta com 295 convênios ativos registrados no tribunal de contas do estado, visando a promoção da pesquisa básica e aplicada, capacitação docente, apoios à formação de mestrado e doutorado, organização de eventos e compra de equipamentos,
Justificativa do Pedido 43322:
O Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina para manter o funcionamento da instituição com suprimento de materiais e serviços terceirizados continuados, necessita efetuar o pagamento das despesas com aquisição desses materiais, bem como, contratos terceirizados de mão de obra continuada, tendo em vista a crescente necessidade de contratação de empresas especializadas, prestadoras de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, que elevam o nível de comprometimento dos recursos de custeio, indispensáveis ao cumprimento das metas estabelecidas, bem como, na promoção do desenvolvimento institucional.
Justificativa do Pedido 43321:
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN - IFRN em 2014, ficou com processos licitatórios concluídos que não foi possível empenhar, mesmo tendo dotação orçamentária disponível, em função de não ter conseguido liberação de quota limites que tinha direito, agora é preciso honrar esses compromissos, considerando que o IFRN conta com o Superavit Financeiro apurado no balanço de 2014, no valor de R$ 3.448.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil reais), conforme publicação na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 176, de 30 de março de 2015 no DOU.,
Esse Superavit Financeiro se deu em função do excesso de arrecadação própria na fonte 0250026435 em 2014, receitas essas já devidamente contabilizadas. Considerando que a Instituição precisa de mais recursos orçamentário em 2015 tando em dotação de Custeio e Capital, é por essa razão que vem solicitar esse pedido de Crédito Adicional na modalidade de Crédito Suplementar, para atender as várias demandas de despesas institucionais, com objetivo de cumprir a sua função Institucional de oferecer ensino público, gratuito e de qualidade no estado do Rio Grande do Norte. Considerando que os recursos orçamentário previsto na LOA de 2015, oriundo do Tesouro Nacional são insuficiente é que estamos melhorando a nosso orçamento via arrecadação própria.

Justificativa do Pedido 43295:
Necessidades de serviços de reformas em diversos setores do Campus Universitário.DE Teresina.
Justificativa do Pedido 43293:
Solicitamos alteração orçamentária para possibilitar aquisição de diárias, passagens, serviços e materiais de consumo e equipamentos e materiais permanentes para execução de projetos executados com recursos próprios, bem como obras executadas com recursos de convenios com orgão estaduais, como a construção do parque tecnologico OCEANTEC, que está em andamento com parceria entre o governo do estado e a Universidade.
Justificativa do Pedido 43253:
Tal solicitação se dá devido a um aumento considerável das despesas de custeio no âmbito do IF Goiano, pelo aumento no número de alunos matriculados o que fez com que houvesse um aumento considerável nas despesas de custeio especialmente serviços continuados.
Justificativa do Pedido 43192:
1 - Prorrogação do Convênio firmado com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB para execução dos projetos dos cursos de idiomas espanhol, francês, inglês e alemão para estudantes pretendentes ao ingresso no Programa Ciência sem Fronteiras.
2 - Constatamos que os créditos advindos da LOA 2015 são insuficientes para custear as diversas despesas correntes para o exercício, e considerando um superávit financeiro apurado no balanço de 2014, torna-se imprescindível a suplementação dos créditos supracitados. Os recursos serão utilizados para pagamento de despesas de apoio administrativo dos campi da UNIVASF, situados na cidade de Petrolina-PE, contrato nº 376/2012.
Justificativa do Pedido 43185:
Necessitamos dos valores solicitados de nosso Superávit Financeiro, conforme Portaria STN 173 de 27 de março/2015, estes valores serão utilizados para realização de concurso público.
Justificativa do Pedido 44134:
POR PROBLEMAS SISTÊMICOS E OPERACIONAIS DEIXAMOS DE EMPENHAR NO EXERCÍCIO DE 2014 OS RECURSOS DOS CONVÊNIOS JUNTO A UFRB. RESSALTAMOS A EXISTÊNCIA DO RECURSO NO EXERCÍCIO ACIMA INFORMADO, SE FAZENDO NECESSÁRIO A EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2015.
Justificativa do Pedido 44071:
A expansão da rede de EPT no estado do Piauí imprime reflexos nos gastos correntes de implantação e manutenção das unidades recém concluídas, especialmente aqueles gastos relativos à manutenção da infraestrutura, como locação de mão-de-obra, adequações das edificações às necessidades de novos cursos, aquisição de equipamentos para ampliação de acervo material bem como de insumos para laboratórios. Também, há necessidade de aquisição de material permanente e de consumo no suprimento das atividades administrativas, notadamente os de informática.
Justificativa do Pedido 44061:
Para pagamento das despesas de manutenção, como também aquisições de materiais para a universidade. Exemplo como : Energia eletrica, despesas com terceirização, despesas água,telefonia,auxilio financeiro à estudantes, aquisição de materiais de expediente e laboratorios, entre outros.
Justificativa do Pedido 44045:
Suplementação por superávit financeiro apurados no BP 2014, conforme portaria STN/SUCON DE 30/03/2015.
Justificativa do Pedido 43907:
Atender ao Programa de Qualificação - PROQUALI da UFJF
Atender projeto de pesquisa do CAED - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Despesas de manutenção da Instituição
Justificativa do Pedido 43900:
Atendimento de necessidades de manutenção do hospital: compra de material de consumo - hospitalares e laboratoriais
Justificativa do Pedido 43852:
A alteração orçamentária visa dar suporte às ações de melhoria e expansão da infraestrutura física da instituição. Os recursos irão consolidar os avanços das atividades acadêmicas. A nova proposta irá beneficiar melhorias na utilização dos espaços

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 18:37 Sdad

acadêmicos, bem como, promover a ampliação dos benefícios à comunidade externa.
Justificativa do Pedido 43850:
A dotação orçamentária disponível e prevista na LOA 2014 não atende às demandas institucionais represadas de ano anterior, por conta do contingenciamento dos limites orçamentários
Justificativa do Pedido 43716:
CONSIDERANDO QUE ESTA UNIVERSIDADE ENCONTRA-SE EM FASE DE EXPANSÃO, O EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PROVENIENTE DO SUPERÁVIT FINANCEIRO, CONTRIBUIRÁ NO PAGAMENTO DE DESPESAS BÁSICAS DE FUNCIONAMENTO COMO DESPESAS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, MANTENDO ASSIM, O NÍVEL MÍNIMO DE OPERACIONALIDADE DAS ATIVIDADES MEIO DA UNIVERSIDADE.
Justificativa do Pedido 43192:
1 - Prorrogação do Convênio firmado com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB para execução dos projetos dos cursos de idiomas espanhol, francês, inglês e alemão para estudantes pretendentes ao ingresso no Programa Ciência sem Fronteiras.
2 - Constatamos que os créditos advindos da LOA 2015 são insuficientes para custear as diversas despesas correntes para o exercício, e considerando um superávit financeiro apurado no balanço de 2014, torna-se imprescindível a suplementação dos créditos supracitados. Os recursos serão utilizados para pagamento de despesas de apoio administrativo dos campi da UNIVASF, situados na cidade de Petrolina-PE, contrato nº 376/2012.
Justificativa do Pedido 43670:
Os créditos serão utilizados para atender as despesas de custeio e investimento. Os créditos para investimento constantes na LOA/2015 são insuficientes para atender as demandas institucionais, uma vez que a elaboração do orçamento do IFTM está fundamentada no pressuposto de garantir os recursos necessários às despesas correntes, sendo o valor excedente alocado para atender as despesas de capital. Ainda, em função da redução do orçamento da LOA para custeio e, também, a majoração dos preços gerais do mercado, os créditos são insuficientes para atendimento das despesas obrigatórias de manutenção e funcionamento da instituição. Sendo assim, os valores solicitados serão utilizados para atender a manutenção dos aceiros para evitar que os focos de incêndio possam se alastrar e causar maiores danos patrimoniais no Câmpus Ituiutaba; para aquisição de computadores a fim de substituir os equipamentos do laboratório do curso técnico em manutenção e suporte em informática do Câmpus Uberlândia e também para atender as demandas necessárias de materiais de consumo e prestação de serviços dos demais câmpus e reitoria.
Justificativa do Pedido 43819:
A alteração orçamentária se faz necessária para cobertura de despesas voltadas à manutenção e funcionamento dos Câmpus / Reitoria do IFRO.
Justificativa do Pedido 43819:
A alteração orçamentária se faz necessária para cobertura de despesas voltadas à manutenção e funcionamento dos Câmpus / Reitoria do IFRO.
Justificativa do Pedido 43492:
Este recurso é oriundo de arrecadação do Convênio firmado entre o IFAL e a Petrobras, nº 6000.0081865.13.4 - Programa de Formação de Recursos Humanos Nível Técnico, visando fomentar a formação e estimular o desempenho dos alunos dos cursos técnicos, reduzir a evasão escolar e despertar o interesse da mão-de-obra técnica para o setor de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis, por meio da aplicação dos recursos previstos em pesquisa e desenvolvimento. O valor não foi totalmente utilizado em 2014 e gerou Superávit Financeiro, conforme demonstrado pela Portaria nº 176, de 30 de março de 2015, Secretaria do Tesouro Nacional.
Justificativa do Pedido 44134:
POR PROBLEMAS SISTÊMICOS E OPERACIONAIS DEIXAMOS DE EMPENHAR NO EXERCÍCIO DE 2014 OS RECURSOS DOS CONVÊNIOS JUNTO A UFRB. RESSALTAMOS A EXISTÊNCIA DO RECURSO NO EXERCÍCIO ACIMA INFORMADO, SE FAZENDO NECESSÁRIO A EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2015.
Justificativa do Pedido 44071:
A expansão da rede de EPT no estado do Piauí imprime reflexos nos gastos correntes de implantação e manutenção das unidades recém concluídas, especialmente aqueles gastos relativos à manutenção da infraestrutura, como locação de mão-de-obra, adequações das edificações às necessidades de novos cursos, aquisição de equipamentos para ampliação de acervo material bem como de insumos para laboratórios. Também, há necessidade de aquisição de material permanente e de consumo no suprimento das atividades administrativas, notadamente os de informática.
Justificativa do Pedido 44061:
Para pagamento das despesas de manutenção, como também aquisições de materiais para a universidade. Exemplo como : Energia eletrica, despesas com terceirização, despesas água,telefonia,auxilio financeiro à estudantes, aquisição de materiais de expediente e laboratorios, entre outros.
Justificativa do Pedido 44045:
Suplementação por superávit financeiro apurados no BP 2014, conforme portaria STN/SUCON DE 30/03/2015.
Justificativa do Pedido 43907:
Atender ao Programa de Qualificação - PROQUALI da UFJF
Atender projeto de pesquisa do CAED - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Despesas de manutenção da Instituição
Justificativa do Pedido 43900:
Atendimento de necessidades de manutenção do hospital: compra de material de consumo - hospitalares e laboratoriais
Justificativa do Pedido 43852:
A alteração orçamentária visa dar suporte às ações de melhoria e expansão da infraestrutura física da instituição. Os recursos irão consolidar os avanços das atividades acadêmicas. A nova proposta irá beneficiar melhorias na utilização dos espaços acadêmicos, bem como, promover a ampliação dos benefícios à comunidade externa.
Justificativa do Pedido 43850:
A dotação orçamentária disponível e prevista na LOA 2014 não atende às demandas institucionais represadas de ano anterior, por conta do contingenciamento dos limites orçamentários
Justificativa do Pedido 43838:
Necessidade de reforçar empenhos 2015, cujos recursos são insuficientes para atender serviços de Terceiros Pessoa jurídica como (energia elétrica, água e imprensa nacional), isto se dá devido aos reajustes autorizados pelo governo destes serviços que são essenciais para o funcionamento da instituição. Estes recursos apurados no balanço patrimonial 2014 é primordial para que a instituição consiga amenizar o impacto destes aumentos no orçamento.
Justificativa do Pedido 43837:
A instituição necessita adquirir materiais de escritório, de informática e material de consumo, mas ainda não tem orçamento suficiente para atender a demanda.
Justificativa do Pedido 43836:
O Hospital Universitário João de Barros Barreto solicita crédito suplementar de R$ 165.140,00 na Ação 4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais:

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl.
31/03/2016 18:3

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

1) Decorrente de Superávit Financeiro do exercício de 2014, conforme Portaria STN nº. 176 de 30/03/2015, no montante de R$ 66.000,00 distribuídos da seguinte forma:
a. Fonte 696 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas no valor de R$ 3.000,00 que serão utilizados para a aquisição de materiais permanentes para os consultórios de fibrose cística;
b. Fonte 681 Recursos de Convênios no valor de R$ 32.000,00 que serão utilizados para a aquisição de materiais permanentes para a implementação do serviço de neurologia e neurocirurgia deste HU;
c. Fonte 680 Recursos Próprios Financeiros no valor de R$ 31.000,00 utilizados no custeio geral e aquisição de material permanente deste HU;
2) Decorrente de Excesso de Arrecadação:
a. Fonte 250 Recursos Próprios Não Financeiros no valor de R$ 99.140,00 que serão utilizados no custeio geral e investimento deste HU, tais como: material hospitalar, farmacológico, material de expediente, material permanente e outros.
A presente solicitação de crédito decorre da insuficiência e/ou inexistência de orçamento nas fontes supracitadas, por onde deverá correr a despesa.

Justificativa do Pedido 43828:
Para custear despesas com manutenção geral e programas finalísticos já que os recursos da Ação 20RK não são suficientes para cobrirem todos os gastos da UFT. Verificou-se que temos um montante autorizado na LOA referente a Matriz Andifes mais o Reuni Custeio que juntos não comportam o pagamento de todas as despesas prevista para o exercício 2015, devido à expansão da UFT nos últimos as despesas com manutenção estão crescendo e superando o valor disponibilizado para os seus custos em geral. Por isso é de suma importância a suplementação desse superávit afim de amenizar essa insuficiência de dotação orçamentária.

Justificativa do Pedido 43826:
Os recursos são oriundos das aplicações financeiras das receitas próprias da Universidade, e serão utilizadas no pagamento de despesas administrativas da Instituição, não relacionadas à manutenção.

Justificativa do Pedido 43819:
A alteração orçamentária se faz necessária para cobertura de despesas voltadas à manutenção e funcionamento dos Câmpus / Reitoria do IFRO.

Justificativa do Pedido 43817:
EM RAZÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, O IFBA SOLICITA CRÉDITO NAS FONTES 650 / 680 / 681 PARA APOIAR AS DESPESAS DE CUSTEIO INSTITUCIONAL, PESQUISA E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES.

O IFBA FIRMOU CONVÊNIO COM A FAPESB Nº 0005/2014, E COM A FANEM, COM A FINALIDADE DE APOIAR O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

Justificativa do Pedido 43812:
O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, objetivando dar continuidade às atividades previstas no Termo do Convênio de nº 055/2012, firmado com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará - SEBRAE, solicita abertura de créditos adicionais para fazer face à alocação dos recursos financeiros recebidos neste exercício, cujo atraso na programação de desembolso financeiro pelo órgão concedente, resultou no atraso da execução do objeto pactuado e na prorrogação da vigência conforme 4º Termo Aditivo, contudo o IFCE não dispõe de dotações na LOA/2015 para atender tal finalidade, bem como atender a devolução de recursos não utilizados na execução do convênio nº 03/2009 celebrado com a SECITECE, exigida na Prestação de Contas Final.

Justificativa do Pedido 43811:
CONVÊNIOS 2015: Com RS - Polos Regionais de Desenvolvimento de esporte e do Lazer; Com RS - Convênio de Intensificação da Ovinocultura na fronteira Oeste; Com RS - Convênio Desenvolvimento Tecnológico e Inovação aplicado aos Olivais da Região da Campanha. DOAÇÕES 2015: Com CNPQ - O Planetário na Região da Campanha. CONVÊNIOS 2014 - Com RS: Convênio Instalação de Vinhedos experimentais no campus Dom Pedrito da UNIPAMPA, Com RS: Convênio Desenvolvimento de Tecnologia em energia e carboquímica na região da campanha, Com RS - Convênio Aumento da Produtividade do Mel na Região da Fronteira Oeste.

Justificativa do Pedido 43808:
Considerando que a Dotação inicial prevista na LOA 2015 é insuficiente para atendimento às demandas da UFMS, informamos que as suplementações por excesso de arrecadação e por superávit se fazem necessárias para o desenvolvimento de atividades de projetos de extensão, programas de pós-graduação, realizações de concursos para docentes e técnico-administrativos, bem como a implementação de diversas ações que demandam a arrecadação própria dessa Instituição

Justificativa do Pedido 43807:
A alteração é devido à liberação de recursos referente ao Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS/MG conforme Termos de Compromissos celebrados com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde e o Município de Uberaba.
1) Liberação de recursos financeiros por parte do Estado de Minas Gerais referente ao convênio PRÓ-HOSP visando a aquisição de equipamentos, de acordo com a Resolução SES/MG nº 4746 de 16/04/2015.
2) Liberação de recursos financeiros por parte do Estado de Minas gerais referente ao Convênio 1447/2014 no valor de 2.001.463,50 para a realização de projetos de pesquisa da Cirurgia Bariátrica.
3) Liberação de recursos financeiros por parte do Estado de Minas gerais referente à Resolução SES/MG nº 4289 de 16/04/2014 referente a incentivo estadual para a execução de Cirurgias Cardiovasculares Pediátricas no valor de 1.000.000,00.

Justificativa do Pedido 43803:
Ação 20GK - A universidade, no momento, encontra-se com grandes demandas de bolsas para estudantes (monitoria, iniciação científica e programas de graduação). Sendo assim faz-se necessário esse acréscimo na dotação já existente.
Ação 20RK - A universidade encontra-se em fase de expansão e está com dificuldades para dar continuidade aos seus contratos referentes às despesas com custeio. O valor de 1.016.000,00 diminuiria essa necessidade, mas ainda não seria suficiente para garantir o bom funcionamento da instituição até o fim do ano.
Contratos a serem atendidos com o referido recursos: Vigilância Patrimonial, Manutenção Predial e Fornecimento de refeições.

Justificativa do Pedido 43792:
Os recursos referentes a custeio (R$ 882.000,00) são necessários à complementação de despesas de manutenção da Universidade (energia elétrica). O crédito relativo a investimento (R$ 378.000,00) será utilizado para a importação de equipamentos para pesquisa.

Justificativa do Pedido 43780:
superavit financeiro conforme prortaria 176 de 30 de março de 2015 para atender as despesas de mão de obra de áreas verdes na UFMG devido a extensão de novas áreas no campus da UFMG e pagamento de parte das faturas e água de luz em atraso na UFMG desde out-2014 até maio/2015.

Justificativa do Pedido 43764:
Considerando a expansão da Rede Federal e que os Câmpus Gravataí, Lajeado, Avançado Jaguarão e Avançado Novo Hamburgo entraram em funcionamento no segundo semestre de 2014, os mesmos já demandam despesas para seu funcionamento. Desta forma, considerando a disponibilidade de valores com excesso de arrecadação e superávit financeiro, faz-se necessário o aumento da dotação a fim de complementar despesas de funcionamento.

Justificativa do Pedido 43763:

Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

Atender despesas com o processo seletivo do IFMG, que objetiva atrai o maior número de candidatos, considerando que os recursos financeiros aplicados são provenientes do pagamento de taxa de inscrição ao processo seletivo, e também com despesas com serviços terceirizados dos novos campi do IFMG: Ponte Nova, Itabirito e Conselheiro Lafaieite.
Justificativa do Pedido 43755:
Foram previstas despesas no total de R$ 521.269,00 de créditos de investimento para utilização de recursos próprios para utilização, porém, surgiram novas despesas referentes a:

1) Aquisição de materiais didáticos para viabilização de parceria da UFABC com a empresa Brasken, no valor de R$ 370.000,00;

2) Aquisição de equipamentos para laboratórios de pesquisa, conforme relação abaixo:
- Microscópio Óptico Trinocular com Platina de Aquecimento - 7.800,00 (aprox. R$ 26.500,00) - Proc. 23006.000138/2015-49;
- Platina de Aquecimento para utilização em Microscópio Trinocular - GBP 10.441,00 (aprox. R$ 50.200,00) - Proc. 23006.000289/2015-05;
- Espectômetro/Espectro Fluorímetro de Fluorescência aprovado pelo MCTI/CNPJ - R$ 329.901,17 - Proc. 23006.002101/2014-74;
- Dinamômetro para Cadeira de Rodas - R$ 66.021,02 - Proc. 23006.000445/2015-20;
- Plataforma de força tridimensional - R$ 137.925,85 - Proc. 23006.000125/2015-70.

Desta forma UFABC necessita de R$ 983.000,00 a mais de créditos de investimentos na fonte 250, para execução destas despesas.
Justificativa do Pedido 43751:
Garantir a continuidade da prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais através do Hospital Professor Edgard Santos, Maternidade Climério de Oliveira, e do laboratório do Instituto de Ciências da Saúde.
Justificativa do Pedido 43748:
GARANTIR, NO CORRENTE EXERCÍCIO, A CONTINUIDADE DOS CURSOS, PROJETOS DE PESQUISA E ATIVIDADES DE EXTENSÃO, DESENVOLVIDAS DESDE 2014, NAS DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. CUSTEAR, PARCIALMENTE, AS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO.
Justificativa do Pedido 43740:
Os recursos necessários ao apoio à expansão da UNIFEI são oriundos do seu próprio orçamento anual, do programa REUNI, além de outros recursos obtidos com parcerias estratégicas. Entretanto, mostram-se insuficientes para atender todas as demandas e viabilizar a execução de ações tais como a construção de ambientes de convivência e suporte às atividades acadêmicas e a aquisição de equipamentos para os cursos em implantação.
Justificativa do Pedido 43734:
Os câmpus do Instituto Federal de São Paulo necessitam de aquisição de diversos itens para oferecer o mínimo de qualidade na execução dos cursos. Os créditos serão direcionados para aquisição de materiais permanentes e equipamentos de laboratórios.
Justificativa do Pedido 43726:
Em decorrência do aumento dos cursos de pós-graduação stricto sensu no ano de 2014 sendo (História Ibérica, Administração Pública - PROFIAP, Ensino de Física) e o curso de Mestrado em Educação iniciado em 2015, além do cursos de graduação em Medicina, aumentou -se consideravelmente a demanda da Universidade por materiais de consumo para o funcionamento dos cursos de graduação.
Justificativa do Pedido 43721:
Devido a demanda crescente em atendimentos e foco na melhoria da qualidade e inovação, o HC gerou gastos em investimentos e custeio básico, seja na aquisição de materiais médico hospitalar, medicamentos ou na contratação de serviços, a fim de manter-se a continuidade dos serviços prestados à comunidade. A situação acarretou em necessidade de aumento no valor orçamentário da fonte de recursos 250 com percentual de variação de 62,18%, porém mantendo-se a mesma participação relativa do total distribuido entre custeio (83,49%) e investimento (16,51).
Destaca-se o percentual gasto em custeio com material médico hospitalar e medicamentos que permanecerá de 33,94% cada qual e na contratação de serviços de 15,60%.

Justificativa do Pedido 43719:
A alteração orçamentária solicitada é necessária para ampliar os recursos para dar provimento às demandas por equipamentos em laboratórios de diversas áreas do conhecimento, ampliação de espaços físicos para alocação de professores, assim como ao atendimento das demandas contínuas com manutenção e funcionamento da instituição.
Justificativa do Pedido 43716:
CONSIDERANDO QUE ESTA UNIVERSIDADE ENCONTRA-SE EM FASE DE EXPANSÃO, O EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PROVENIENTE DO SUPERÁVIT FINANCEIRO, CONTRIBUIRÁ NO PAGAMENTO DE DESPESAS BÁSICAS DE FUNCIONAMENTO COMO DESPESAS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, MANTENDO ASSIM, O NÍVEL MÍNIMO DE OPERACIONALIDADE DAS ATIVIDADES MEIO DA UNIVERSIDADE.
Justificativa do Pedido 43707:
O orçamento referente ao superavit será necessário para complementar os recursos destinados a manutenção da Universidade Federal de Roraima, principalmente com despesas referentes a serviços terceirizados.
Justificativa do Pedido 43706:
a)Excesso de arrecadação previsto para o exercício de 2015, conforme sinaliza planilha da SPO/MEC.
b) Superavit financeiro apurado no exercício de 2014.
Necessidade de atender professores e alunos no desenvolvimento de projetos de pesquisa desenvolvidos em diversos centros acadêmicos desta Instituição com o apoio financeiro dos recursos de arrecadação própria ; e reforço de dotação para atender gastos com a manutenção geral da Instituição..

Justificativa do Pedido 43699:
Excesso de Arrecadação da Fonte 0280: Excesso de arrecadação com base na reestimativa da receita proposta pela SOF e confirmada no SIMEC. A arrecadação será utilizada para atender o cumprimento de despesas institucionais para a manutenção da Universidade.

Superávit Financeiro da Fonte 0680: Superávit financeiro no valor de R$ 570 mil, apurado na Portaria STN nº 176, para atender o cumprimento de despesas institucionais para a manutenção da Universidade.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 18:3

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

Superávit Financeiro da Fonte 0650: A solicitação de Superávit no valor de R$98.648 mil, conforme Ofício STN nº 4 de 08.05.2015, visa atender o cumprimento de despesas institucionais para a manutenção da Universidade, relacionadas, principalmente, às obrigações contratuais com empresas prestadoras de serviços necessários ao desenvolvimento das atividades finalísticas nos Campi Darcy Ribeiro, Planaltina, Ceilândia e Gama. Além disso, as Unidades Arrecadadoras contam com esse recurso para a continuidade dos seus projetos acadêmicos.

Justificativa do Pedido 43694:
Fonte 281 - Conforme projeção da SPO de excesso de arrecadação - O Campus Araquari tem convênio com o ITTRAN, Prefeitura de Campo Alegre, ISSENM e a empresa Conta Azul.
Fonte 650 - Devido a previsão de contingenciamento orçamentário e reajuste em despesas funcionais (luz, água, terceirizados, entre outros), é necessária a Suplementação por superavit para manter os compromissos de funcionamento e atividades fins do Campus. Os valores solicitados conferem com a Portaria STN 176 de 30 de março de 2015 - superavit financeiro.
Justificativa do Pedido 43691:
Há necessidade de crédito adicional na fonte 650 para atender a ação 11G0 - Implantação da UFOPA. O valor suplementado será utilizado para a execução de serviços prestados por pessoas jurídicas nas ações de manutenção da instituição.
Justificativa do Pedido 43690:
Se trata de superavit financeira apurado no balanço patrimonial, e o IFSULDEMINAS necessita deste reforço, uma vez que em 2014 não recebeu limites para emissão de empenhos o que vem impactando anualmente no superavit e na execução das nossas despesas.
Justificativa do Pedido 43689:
Conforme Portaria 176/2015-STN, solicitamos suplementação por créditos de superávit financeiro afim de atender a demanda de aquisições e serviços para os novos Campus do IFPR, como complemento aos recursos já disponíveis, uma vez que estes não são suficientes.
Os recursos do Superávit (0650 e 0680) atenderão as demandas de aquisição de mobiliários e equipamentos, no que diz respeito aos recursos de capital, para as unidades Avançadas e para os Campus Fase III, que não foram contempladas na LOA 2015, bem como para atendimento aos serviços essenciais e despesas continuadas, necessárias ao funcionamento destas unidades.
Justificativa do Pedido 43685:
A presente solicitação de credito adicional tem sua origem do superávit Financeiro do exercício 2014 Fonte 50 R$ 2.296.262,00 , com sua aplicação em obras e adequações nas instalações acadêmicas e administrativas nos diversos Campi (I, II, III e IV) da UFPB.
Justificativa do Pedido 43684:
A necessidade de suplementação de recursos da ação 20RL/0250 decorre do aumento de unidades integrantes do órgão 26410 que passa a contar agora com mais quatro Campus, sendo um em Diamantina, um em Teófilo Otoni, um campus avançado em Porteirinha e um campus avançado em Janaúba. Para a ação 20RL/ fonte 0650 a necessidade de suporte de despesas de custeio, uma vez que houve autorização de mais quatro unidades para integrar o IFNMG, na ação 4572/fonte 0650 temos a necessidade de capacitação para novos servidores o que será feito através de contratação, na ação 6380/fonte 0650 há a necessidade de pagamento de bolsas aos alunos para atender as monitorias e aquisição de equipamentos e na ação 2994/fonte 0650 há a necessidade de suporte financeiro para atender o pagamento de auxilio financeiros para os alunos que irão participar de jogos internos, feiras e outros eventos que ocorrerão durante todo o ano de 2015.
Justificativa do Pedido 43683:
O Instituto Federal da Paraíba iniciou em 2015 as atividades de 11 (onze) Campi Avançados e destes apenas 05 (cinco) tem orçamento previsto na LOA 2015. Significa que temos 06 (seis) Campi Avançados necessitando de aporte de recursos orçamentários para proporcionar o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas, seja para as despesas de custeio como para as de investimento. Diante do exposto, solicitamos a liberação de parte do superávit no valor de R$ 1.721.000,00 na ação orçamentária 20RL Funcionamento das IFEPT em custeio e parte do superávit no valor de R$ 2.000.000,00 na ação orçamentária 20RG Expansão e Reestruturação da EPT em investimento para a reestruturação dos Campi no concernente a aquisição de mobiliário e equipamentos, para suprir as necessidades de instalação dos restaurantes estudantis nos Campi de Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel e Cabedelo, além da reestruturação dos Blocos Administrativos e Acadêmicos dos Campi de Patos e Cabedelo.
Justificativa do Pedido 43680:
Necessidade de recursos orçamentários nas fontes 0650, 680 e 0681 devido ao custeio de despesas com projetos de extensão (Projeto Fertilidade do Solo no Amazonas, Avaliação Física Funcional para Praticantes de Atividades Físicas e convênio celebrado com o Consórcio Rio Amazonas, Ministério Público Federal e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAM/AM;
Justificativa do Pedido 43677:
GRUPO 1 FONTE 281 : A necessidade de solicitação de suplementação é motivada na conjugação de esforços e recursos para contribuir com o desenvolvimento sócio-econômico com a Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do Estado do RS sendo 2 convênios: 1º) que tem como Objeto, promover o desenvolvimento de novos negócios voltados a área de Tecnologia da Informação e Comunicaçao através da implantação de um Laboratório Avançado de Tecnologia da Informação e Comunicação, além de permitir que as empresas startups da Incubadora do Centro de Empreendimentos em Informática (CEI) tenham à sua disposição um ambiente de qualidade para pesquisa tecnológica para o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores; 2º) que tem como Objeto, promover o desenvolvimento científico e tecnológico a partir da criação de um espaço de empreendedorismo e pré-incubação, voltados ao setor metal-mecânica, soldagem mecânica, ambiental e energias renováveis, siderurgia e processamento mineral, materiais e geociências, microeletrônica, petroquímica e química, no qual os empreendedores poderão elaborar simulações, modelagens e protótipos para, validar idéias de novos produtos e serviços, proporcionando um ambiente propício à inovação e de novos negócios.

GRUPO 2 - CUSTEIO / SUPERÁVIT : Restauração do antigo prédio de nº 12.109 do Instituto de Química Industrial com área de 2.977, m2, situado no campus Centro. Este prédio faz parte do acervo edificado da Universidade, constituindo inclusive, parte do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul. A intervenção na edificação, justifica-se devido ao adiantado estado de deterioração do prédio, inclusive com risco estrutural. O valor solicitado é parcial (R$ 5.000.000,00), considerando que o contrato nº 63/2015 está em fase de assinatura, que monta o total de R$ 9.633.233,00, conforme consta no processo de licitação nº23078.019328/2014-13.

GRUPO 2.1 - CAPITAL / SUPERÁVIT : AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS : Considerando a necessidade de realocação do Arquivo Central da Ufrgs, com vistas a desocupação do prédio 12.109 - Anexo II para reforma, pretende-se adquirir um Prédio que será destinado ao Arquivo Central. O prédio tem área de terreno de 323,02 m2, área construída de 996,00 m2, situado na rua General Vitorino, nº 322/324, centro de Porto Alegre, que fica próximo ao campus Central. Valor: R$ 2.100.000,00 ;

OBRAS :
1. ICBS - A universidade está em processo e expansão. Esta nova realidade trouxe a Universidade a ampliação de cursos com o aumento de vagas. Sendo assim, há necessidade de aumento de epaço físico através da aquisição e contrução de imóveis. O Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS), Bloco Sul, que está em construção, situa-se na Rua Ramiro Barcelos, 2350, Bairro Santana, Porto Alegre/RS, com área de 19.801,72 m2. O valor do contrato nº 227/2014 monta R$ 35.225.052,46. Valor solicitado: R$ 10.000.000,00.



Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais

**Pedidos:** **44503**

2. SUBESTAÇÃO CAMPUS DO VALE : Construção de subestação de 69Kv/13,8Kv é essencial para a manutenção do fornecimento de energia do campus do Vale. Novas edificações estão sendo construídas, como por exemplo o RU 6 e o Centro Tecnológico, considerando também, reformas de antigos laboratórios e salas de aula, que demandam novas cargas energéticas em virtude de novas aquisições de equipamentos para o avanço da pesquisa na Universidade. Enfatizamos que, quando o Campus do vale for abastecido na nova faixa de tensão de energia (69Kv), uma tensão no atacado de energia elétrica onde o custo por megawatt de energia é menor (R$/W), haverá uma redução no custo de energia elétrica para a Universidade, resultando em economia de custos. Valor solictado: R$ 8.000.000,00.

3. DEPATAMENTO DE PATRIMONIO : Contrução no Campus do Vale da Universidade, para o Departamento de Patrimônio, tendo em vista o volume de equipamentos que a Universidade vem adquirindo com a expansão. Área: 1.097 m2 - Valor : R$ 5.120.475,00

4. EQUIPAMENTOS : Tendo em vista a construção do Hospital Odontológico que está sendo finalizada, há necessidade em adquirir equipamentos. Processos licitatórios já formalizados. R$ 5.891.496,00

Justificativa do Pedido 43670:
Os créditos serão utilizados para atender as despesas de custeio e investimento. Os créditos para investimento constantes na LOA/2015 são insuficientes para atender as demandas institucionais, uma vez que a elaboração do orçamento do IFTM está fundamentada no pressuposto de garantir os recursos necessários às despesas correntes, sendo o valor excedente alocado para atender as despesas de capital. Ainda, em função da redução do orçamento da LOA para custeio e, também, a majoração dos preços gerais do mercado, os créditos são insuficientes para atendimento das despesas obrigatórias de manutenção e funcionamento da instituição. Sendo assim, os valores solicitados serão utilizados para atender a manutenção dos aceiros para evitar que os focos de incêndio possam se alastrar e causar maiores danos patrimoniais no Câmpus Ituiutaba; para aquisição de computadores a fim de substituir os equipamentos do laboratório do curso técnico em manutenção e suporte em informática do Câmpus Uberlândia e também para atender as demandas necessárias de materiais de consumo e prestação de serviços dos demais câmpus e reitoria.
Justificativa do Pedido 43669:
NECESSIDADE EM ATENDER A DEMANDA DE MATERIAL DE CONSUMO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL/HIDRÁULICO/ELÉTRICO; VARIADOS TIPOS DE RAÇÕES PARA OS ANIMAIS PERTENCENTES AOS DEPARTAMENTOS DE ZOOTECNIA, VETERINÁRIA, QUÍMICA E BIOLOGIA DAS UNIDADES SEDE, UAG E UAST, COMO TAMBÉM MATERIAL PERMANENTE PARA O HOSPITAL VETERINÁRIO DE DEPARTAMENTO DE MEDICINA VETERINÁRIA/SEDE UFRPE.
Justificativa do Pedido 43652:
Superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior em função da não liberação de limite orçamentário do ano de 2014. Com isto, não foi possível empenhar e pagar as despesas de energia elétrica, telefonia, correios e contratos de prestação de serviço terceirizados dos meses de novembro e dezembro dentro do exercício de 2014.
Justificativa do Pedido 43651:
Lei subsidiada no 3º termo aditivo ao convênio nº 001/2013 GR/UNIVASF
Receita referente a transferência de recurso, conforme Lei 2.666 de 31 de Dezembro de 2014 que autorizou o município de Petrolina/PE, através da Secretaria Municipal de Saúde (SECSAU) a transferir auxílio financeiro para aquisição de insumos e equipamentos para o Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Justificativa do Pedido 43648:
Em face da crescente expansão da UFMA, estimulada pelo Governo Federal, que desencadeou várias ações que resultaram no aumento do número de novos alunos e docentes, na ampliação e multiplicação dos espaços e no incremento das atividades, o orçamento de custeio da UFMA, estabelecido na LOA, revela-se insuficiente para acompanhar esse crescimento e projetam um déficit quanto ao comprometimento das obrigações desta instituição com despesas não somente de funcionamento básico, mas também as de manutenção predial (reparos e adaptações) e outras inerentes ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição. Ademais, a UFMA mantém atualmente em funcionamento oito Campi no continente e um na Capital, multiplicando-se ainda mais as despesas com a interiorização e de manutenção. Desta forma, justifica-se a necessidade de solicitação de crédito suplementar decorrente de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de 2014, das receitas próprias, no valor de R$ 6.208.000,00 (seis milhões, duzentos e oito mil reais), e de rendimentos, no valor de R$ 1.316.000,00 (um milhão, trezentos e dezesseis mil reais), totalizando R$ 7.524.000,00 (sete milhões, quinhentos e vinte e quatro mil reais), que possibilite o cumprimento dessas obrigações até o fim do presente exercício, sem prejuízo do pleno funcionamento e o desenvolvimento da Instituição.
Justificativa do Pedido 43645:
Em virtude da expansão física desta IFES, existe a necessidade de implementar algumas ações voltadas para acessibilidade, combate a incêndio, pavimentação e urbanização dos Campus, bem como a aquisição de material permanente, complementando as ações previstas na LOA 2015.
Justificativa do Pedido 43639:
Os valores ora disponíveis são insuficientes para a execução do primeiro prédio do novo Campus fora de sede, a ser instalado no município de Canoas, e que remonta à ordem de 30 milhões.
A utilização do superávit financeiro irá complementar os valores necessários para a obra.
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, CONFORME PORTARIA STN Nº 176, PUBLICADO NO DOU EM 01/04/2015, SEÇÃO I, PÁGINAS 52 (FONTE 50) E 53 (FONTE 80).
Justificativa do Pedido 43577:
As atividades desenvolvidas no Hospital das Clínicas da UFPE têm progressivamente se tornado mais diversificadas e complexas, requerendo o redimensionamento do seu espaço físico, como também a renovação e incorporação de novas tecnologias. A contratualização exige que o hospital execute as suas metas físicas, assegurando a adequada funcionalidade dos diversos setores e serviços que o compõem, garantindo o acolhimento dos pacientes e o tratamento humanizado para todos, de acordo com as políticas em desenvolvimento do Ministério das Saúde que supõem iniciativas que assegurem o conforto e o bem-estar da clientela que utiliza os serviços de saúde. Os recursos permitirão um incremento de equipamentos e nos estoques de materiais visando a manutenção e melhoria dos serviços, para a execução destas ações.
Justificativa do Pedido 43567:
Excesso de Arrecadação: É necessário para o envio de orçamento para os campi que tem o recurso financeiro mas não tem orçamento.
Justificativa do Pedido 43562:
Existência de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, proveniente de receitas orçamentárias previstas e efetivamente arrecadadas em exercícios anteriores. Assim, faz-se necessária a abertura de crédito suplementar para reforçar a programação constante da Lei Orçamentária em vigor. Os recursos serão aplicados no pagamento das despesas com serviço de guarda e vigilância.
Justificativa do Pedido 43550:

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
31/03/2016 18:31

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 44503**

Suplementação de crédito orçamentário por superávit financeiro e excesso de arrecadação
Justificativa do Pedido 43548:
AÇÃO 20GK FONTE 281
Esta IFES necessita executar despesa com concessão de bolsas de doutorado, mestrado e de iniciação científica, de acordo com programação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica, a qual já tem público de alunos definido para o recebimento de bolsas em função de edital com essa previsão, no qual esta IFES teve seu projeto aceito por ente estadual com o objetivo de execução de bolsas para fomento à pesquisa.
AÇÃO 14XO FONTE 250 e FONTE 280
Há a necessidade de custeio de despesas com manutenção de edificações desta IFES em implantação no Sul e Sudeste do Pará, o valor pedido de orçamento será utilizado para execução de despesas em serviços de manutenção predial de natureza frequente.

Justificativa do Pedido 43516:
Trata-se de uma solicitação de suplementação com base no Superávit Financeiro apurado no Balanço da nossa instituição no final do exercício anterior (2014). Tal suplementação será aplicada no pagamento de faturas de empresas que possuem contrato com nossa instituição para a manutenção básica do todos os campi da UFRJ, em especial com energia elétrica, água e esgoto, limpeza, vigilância, telefonia, bem como o pagamento de bolsas estudantis aos diversos alunos da nossa instituição.
Justificativa do Pedido 43514:
A entidade utilizará o credito orçamentário nas despesas de custeio, mais precisamente no pagamento de energia elétrica, tendo em vista a finalização da construção de um prédio de 5 andares e um auditório no campus Juazeiro do Norte.
Justificativa do Pedido 43503:
O presente crédito suplementar, no valor de R$ 13.475.000,00, tem como finalidade a dar suporte às atividades fins e meios da Universidade Federal do Ceará, como forma de proporcionar a melhoria do nível da qualidade do processo ensino/aprendizagem, notadamente as voltadas para o ensino de graduação, além de buscar a equalização das demandas de bens e serviços com as disponibilidades orçamentárias, face ao elevado e crescente grau de utilização dos recursos em despesas fixas, resultando na compressão das disponibilidades orçamentárias para utilização nas demais atividades institucionais.
Os recursos adicionais objetivam fazer face aos dispêndios com a contratação de serviços de terceiros - pessoa jurídica (energia elétrica, água e esgoto, manutenção e conservação de imóveis), locação de mão-de-obra , assessoria e consultoria técnica ou jurídica, aquisição de material de consumo (material químico e material laboratorial) e à aquisição de equipamentos e material permanente.

Justificativa do Pedido 43494:
Em cumprimento a portaria STN n°. 176 de 30 de março de 2015 referente ao superávit 2014 das fontes 0250, 0280 e 0281. Para as fontes 0680 e 0681, necessárias ao atendimento de projetos e convênios firmados entre a UFPel, os municípios e o governo do Rio Grande do Sul.
Justificativa do Pedido 43492:
São três solicitações de créditos adicionais distintas.
A primeira, no valor de R$ 276.000,00, trata de recurso oriundo de arrecadação do Convênio firmado entre o IFAL e a Petrobras, nº 6000.0081865.13.4 - Programa de Formação de Recursos Humanos – Nível Técnico, visando fomentar a formação e estimular o desempenho dos alunos dos cursos técnicos, reduzir a evasão escolar e despertar o interesse da mão-de-obra técnica para o setor de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis, por meio da aplicação dos recursos previstos em pesquisa e desenvolvimento. O valor não foi totalmente utilizado em 2014 e gerou Superávit Financeiro, conforme demonstrado pela Portaria nº 176, de 30 de março de 2015, Secretaria do Tesouro Nacional.
A segunda, no valor de R$ 4.246.200,00, se refere aos recursos que serão liberados pela Petrobras em 2015, referente aos anos de 2014 e 2015, com base no Convênio firmado entre o IFAL e a Petrobras, nº 6000.0081865.13.4 - Programa de Formação de Recursos Humanos – Nível Técnico. O convênio tem vigência de 3 anos. Os recursos referentes ao ano de 2014 serão liberados este ano, junto com os recursos de 2015, e ambos não foram contemplados na LOA do IFAL.
A terceira, no valor de R$ 841.000,00, se refere a Superávit Financeiro, conforme demonstrado pela Portaria nº 176, de 30 de março de 2015, Secretaria do Tesouro Nacional. Este valor será necessário para aquisição de equipamentos e mobiliários para os câmpus em fase de implantação, uma vez que os créditos constantes da LOA são insuficientes para atender a necessidade da Instituição.
Justificativa do Pedido 43450:
A Universidade Federal de Santa Catarina necessita efetuar o pagamento das despesas com a terceirização de mão de obra tendo em vista a crescente contratação de empresas especializadas, prestadoras de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, que elevam o nível de comprometimento dos recursos de custeio, aquisição de materiais de consumo, pagamento de bolsas e aquisição de equipamentos, indispensáveis ao cumprimento das metas estabelecidas bem como promover o desenvolvimento institucional.
Justificativa do Pedido 43441:
Nos termos da Portaria STN nº 176, de 30 de março de 2015, solicitamos a alteração orçamentária para suplementar nossa dotação em decorrência da apuração de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de 2014.
Justificativa do Pedido 43429:
Observamos que os créditos estabelecidos na PLOA 2015, são insuficientes para viabilizar on Laboratórios de Ensino , substituir os equipamentos da secretaria de informática que estão obsoletos e garantir o mobiliário para servidores que estão em péssimas condições. Portanto, torna-se necessária a suplementação dos créditos supra-citados.
Justificativa do Pedido 43416:
Inclusão de crédito suplementar ao Orçamento do Hospital de Clinicas de Porto Alegre - HCPA, pela incorporação do valor do superávit financeiro do exercício anterior, apurado no Balanço Patrimonial, fontes 0250 e 0281, a fim de utilizar-se esta disponibilidade no complemento das despesas necessárias para o exercício de 2015, referentes a aquisição de materiais de consumo destinados a reposição dos estoques e a cobertura das despesas decorrentes do pagamento de serviços de terceiros já contratados para a execução de atividades meio e inerentes ao funcionamento do hospital.
Justificativa do Pedido 43397:
Há a necessidade de crédito adicional no valor de R$ 829.446,00 na Fonte 280, que corresponde a previsão de ampliação da receita oriunda dos rendimentos da aplicação dos recursos próprios desta IFES. Ademais, será necessária suplementação de crédito orçamentário na ordem de R$ 1.842.000,00 na fonte 650, de R$ 196.200,00 na fonte 680 e R$ 318.600,00 na fonte 681, para atender a Ação 20RK. Os referidos valores serão utilizados para serviços prestados por pessoa jurídica necessários à manutenção da Universidade e execução de projetos.
Justificativa do Pedido 43386:
Informamos que o recurso orçamentário solicitado é necessário para atender o repasse a ser efetuado pela Eletrobras proveniente do Convênio nº ECV-PR 001/2011 , celebrado com a Universidade Federal do Acre, que tem como objeto a implantação



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 21

do Centro de Excelência em Energia do Acre - CEEAC.
Os créditos orçamentários solicitados na fonte 650 destinam-se ao atendimento das demandas de custeio e capital originários das ações de manutenção , ensino, pesquisa e extensão, priorizadas no Planejamento Estratégico da Instituição. O presente recurso contribuirá sobremaneira para a continuidade do plano de desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão, da revitalização , ampliação e construção da infraestrutura adequada para atender a comunidade universitária.
Projetos em fase de execução/ a executar:
Modernização dos Laboratórios de Ensino, Implantação/revitalização da rede lógica, implantação da rede Wi FI, serviços de manutenção e revitalização dos espaços físicos, processos licitatórios para construção de blocos destinados aos mestrados e doutorados, bloco destinado as ações de ensino de graduação e pós-graduação no campus de Cruzeiro do Sul.
Justificativa do Pedido 43384:
De acordo com o Decreto nº 176, de 30-03-2015, foi apurado o superavit da Universidade no valores solicitados, sendo os mesmos necessários, tendo em vista que os recursos liberados para 2015 não cobrem as despesas correntes.
Justificativa do Pedido 43349:
Atendimento dos convênios celebrados pela UFPR. Os convênios são realizados entre a UFPR e a Fundação Araucária/Estado do Paraná. Até a presente data a UFPR conta com 295 convênios ativos registrados no tribunal de contas do estado, visando a promoção da pesquisa básica e aplicada, capacitação docente, apoios à formação de mestrado e doutorado, organização de eventos e compra de equipamentos,
Justificativa do Pedido 43322:
O Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina para manter o funcionamento da instituição com suprimento de materiais e serviços terceirizados continuados, necessita efetuar o pagamento das despesas com aquisição desses materiais, bem como, contratos terceirizados de mão de obra continuada, tendo em vista a crescente necessidade de contratação de empresas especializadas, prestadoras de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, que elevam o nível de comprometimento dos recursos de custeio, indispensáveis ao cumprimento das metas estabelecidas, bem como, na promoção do desenvolvimento institucional.
Justificativa do Pedido 43321:
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN - IFRN em 2014, ficou com processos licitatórios concluídos que não foi possível empenhar, mesmo tendo dotação orçamentária disponivel, em função de não ter conseguido liberação de quota limites que tinha direito, agora é preciso honrar esses compromissos, considerando que o IFRN conta com o Superavit Financeiro apurado no balanço de 2014, no valor de R$ 3.448.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil reais), conforme publicação na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 176, de 30 de março de 2015 no DOU.,
Esse Superavit Financeiro se deu em função do excesso de arrecadação própria na fonte 0250026435 em 2014, receitas essas já devidamente contabilizadas. Considerando que a Instituição precisa de mais recursos orçamentário em 2015 tando em dotação de Custeio e Capital, é por essa razão que vem solicitar esse pedido de Crédito Adicional na modalidade de Crédito Suplementar, para atender as várias demandas de despesas institucionais, com objetivo de cumprir a sua função Institucional de oferecer ensino público, gratuito e de qualidade no estado do Rio Grande do Norte. Considerando que os recursos orçamentário previsto na LOA de 2015, oriundo do Tesouro Nacional são insuficiente é que estamos melhorando a nosso orçamento via arrecadação própria.

Justificativa do Pedido 43295:
Necessidades de serviços de reformas em diversos setores do Campus Universitário.DE Teresina.
Justificativa do Pedido 43293:
Solicitamos alteração orçamentária para possibilitar aquisição de diárias, passagens, serviços e materiais de consumo e equipamentos e materiais permanentes para execução de projetos executados com recursos próprios, bem como obras executadas com recursos de convenios com orgão estaduais, como a construção do parque tecnologico OCEANTEC, que está em andamento com parceria entre o governo do estado e a Universidade.
Justificativa do Pedido 43253:
Tal solicitação se dá devido a um aumento considerável das despesas de custeio no âmbito do IF Goiano, pelo aumento no número de alunos matriculados o que fez com que houvesse um aumento considerável nas despesas de custeio especialmente serviços continuados.
Justificativa do Pedido 43192:
1 - Prorrogação do Convênio firmado com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB para execução dos projetos dos cursos de idiomas espanhol, francês, inglês e alemão para estudantes pretendentes ao ingresso no Programa Ciência sem Fronteiras.
2 - Constatamos que os créditos advindos da LOA 2015 são insuficientes para custear as diversas despesas correntes para o exercício, e considerando um superávit financeiro apurado no balanço de 2014, torna-se imprescindível a suplementação dos créditos supracitados. Os recursos serão utilizados para pagamento de despesas de apoio administrativo dos campi da UNIVASF, situados na cidade de Petrolina-PE, contrato nº 376/2012.
Justificativa do Pedido 43185:
Necessitamos dos valores solicitados de nosso Superávit Financeiro, conforme Portaria STN 173 de 27 de março/2015, estes valores serão utilizados para realização de concurso público.
Justificativa do Pedido 44337:
As unidades Orçamentárias 26362, 26363 e 26444 precisam executar convênios e não possuem ações próprias para tal.
A UO 26362 Hospital Universitário Walter Cantídio, a UO 26363 Maternidade Escola Assis Chateaubriand e a UO 26444 Hospital e Maternidade Vitor Ferreira do Amaral só possuem ações de pessoal e benefícios e estão solicitando crédito na ação de Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais para a alocação de crédito de convênio.

1) UO 26362 Hospital Universitário Walter Cantídio, crédito suplementar no valor total de R$ 2.160.000,00, referente à execução do convênio da UO 26362 com a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Fortaleza, especificamente, Hospital Polo, na fonte 0281263620.
Por ser uma politica pública nova, o valor do convênio não foi previamente inserido na Ação orçamentária (20RX Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais) destinada a UO 26362 (Hospital Universitário Walter Cantídio), e conforme informação do SIAFI, ND 800005, constatou-se um valor bloqueado de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) vinculado a ação 20RX, advindo de emenda parlamentar. No entanto, o recurso é insuficiente para a execução do objeto do convênio, que possui uma estimativa de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) mensais, totalizando o valor de R$ 2.160.000,00 (Dois milhões e cento e sessenta mil reais) no tocante ao período de jul/2015 a dez/2015. Desta forma, solicitamos a suplementação do valor para que possa ser realizada a execução do convênio supracitado.

2) UO 26363 - Maternidade Escola Assis Chateaubriand MEAC, crédito suplementar no valor total de R$ 6.790.534,20, referente à execução dos dois convênios da UO 26363 com a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Fortaleza, na fonte 0281263630, a saber:
Para o Programa Rede Cegonha o valor será aplicado integralmente em despesas de custeio, haja vista tratar-se de um incentivo conforme Portaria nº 1.459/2011 - R$ 5.710.534,20 (33.90.00).

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
31/03/2016 18:37



Abril de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL – SUP Quarta-feira 20 9156

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

No que se refere ao Hospital Polo, o recurso será alocado conforme especificado abaixo:
33.90.00: R$ 720.000,00 (total) / R$ 120.000,00 mensais (custeio)
44.90.00: R$ 360.000,00 (total)/ R$ 60.000,00 mensais (capital)
Os montantes visam custear as despesas de custeio e investimento no que tange ao período de jul/2015 a dez/2015. Ressaltamos que esses valores eram recebidos e executados diretamente por intermédio da fundação de apoio vinculada ao complexo hospitalar.
Salientamos que a Universidade Federal do Ceará possui contrato firmado com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH (Contrato nº 1/2013). Com a assinatura deste contrato iniciou-se o processo de desligamento da fundação de apoio. Portanto, os convênios estão em processo de transição da fundação para a Unidade Orçamentária 26363 (MEAC).

3) UO 26444 - Hospital e Maternidade Vitor Ferreira do Amaral, crédito suplementar no valor de R$ 1.560.000,00. Trata-se de Recursos de Convênios 281 (Recurso Outras Fontes), para atendimento do convênio nº 18.736, realizado entre o Município de Curitiba e a Maternidade Vitor Ferreira do Amaral, para a execução de serviços de atenção à saúde, a nível ambulatorial e hospitalar, à população de Curitiba; sendo a natureza da receita 17630000 - Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades.
Cabe salientar que o referido hospital possui convênio com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH.
Justificativa do Pedido 44636:
Cumprimento de obrigações pactuadas em convênios de pesquisa celebrados pela UTFPR.

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 44469:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 44314:

Justificativa do Pedido 43838:
Não haverá impacto, uma vez que não haverá cancelamentos.
Justificativa do Pedido 43837:
Não há oferta de cancelamento
Justificativa do Pedido 43836:
Não há cancelamento.
Justificativa do Pedido 43828:
Não haverá
Justificativa do Pedido 43826:
Não haverá impacto, pois não estão sendo ofertados créditos em contrapartida.
Justificativa do Pedido 43819:
Não será realizado cancelamentos em razão de se tratar de abertura de créditos por superávit financeiro.
Justificativa do Pedido 43817:
NÃO SE APLICA, UMA VEZ QUE NÃO HAVERÁ CANCELAMENTO E SIM SUPLEMENTAÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.
Justificativa do Pedido 43812:
Não haverá cancelamento ou anulação de dotação orçamentária no atendimento ao pleito solicitado, haja vista a falta de previsão na LOA/2015.
Justificativa do Pedido 43811:
Não irá impactar o PPA.
Justificativa do Pedido 43808:
Não se aplica
Justificativa do Pedido 43807:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43803:
Não houve cancelamentos de dotações.
Justificativa do Pedido 43792:
Não se aplica
Justificativa do Pedido 43780:
não há impacto no PPA
Justificativa do Pedido 43764:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43763:
Não haverá cancelamento de dotação orçamentária.

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 848

**Pedidos:** **44503**

Justificativa do Pedido 43755:
Não há proposta para cancelamento de dotações.
Justificativa do Pedido 43751:
Não haverá cancelamento de dotações
Justificativa do Pedido 43748:
NÃO HAVERÁ IMPACTO, UMA VEZ QUE NÃO SE TRATA DE CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES.
Justificativa do Pedido 43740:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43734:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43726:
Não haverá cancelamento de dotações.
Justificativa do Pedido 43721:
Não se aplica
Justificativa do Pedido 43719:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43716:
TENDO EM VISTA O NÃO OFERECIMENTO DE DOTAÇÕES DO PRÓPRIO ÓRGÃO, TAIS REFLEXOS NÃO SERÃO VERIFICADOS.
Justificativa do Pedido 43707:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43706:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43699:
Excesso de Arrecadação da Fonte 0280: O pedido trata de suplementação de crédito orçamentário por Excesso de Arrecadação na Ação 20RK - Funcionamento de IFEs, sem impacto no cancelamento de dotações orçamentárias.

Superávit Financeiro da Fonte 0680: O pedido trata de suplementação de crédito orçamentário por Superávit Financeiro na Ação 20RK - Funcionamento de IFEs, sem impacto no cancelamento de dotações orçamentárias.

Superávit Financeiro da Fonte 0650: O pedido trata de suplementação de crédito orçamentário por Superávit Financeiro na Ação 20RK - Funcionamento de IFEs, sem impacto no cancelamento de dotações orçamentárias.
Justificativa do Pedido 43694:
Fonte 281 - Não haverá cancelamento de dotação.
Fonte 650 - Não haverá cancelamento de dotação.
Justificativa do Pedido 43691:
Não haverá cancelamento de dotações visto que a suplementação decorre de superávit financeiro apurando no balanço patrimonial do exercício anterior.
Justificativa do Pedido 43690:
Não se aplica
Justificativa do Pedido 43689:
não há.
Justificativa do Pedido 43685:
Não se aplica
Justificativa do Pedido 43684:
não se aplica pois não houve cancelamento de credito no momento.
Justificativa do Pedido 43683:
Neste caso, estamos solicitando a destinação dos recursos do superávit, que precisam ser liberados para atender os Campi Avançados do Instituto, e também para a reestruturação dos Campi. Logo não haverá efeito, já que não teremos cancelamentos de qualquer dotação.
Justificativa do Pedido 43680:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43677:
Não haverá reflexos de cancelamento, pois trata-se de suplementação.
Justificativa do Pedido 43670:
Considerando que os câmpus não oferecerão dotação para cancelamento, não haverá reflexos nas contas
Justificativa do Pedido 43669:
NÃO SE APLICA POR SE TRATAR DE RECURSOS DE SUPERÁVIT FINANCEIRO 2014/2015 - UFRPE, APURADOS NO BALANÇO DESTA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR (PORTARIA NR.176, DE 30 DE MARÇO DE 2015) E MEMO 05/2015-DC/GCF/UFRPE - OS RECURSOS ESTÃO DISPONÍVEIS NA CONTA LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO.
FONTE RESULTADO FINANCEIRO
250 R$ 5.259.000,00

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 843
31/03/2016 18:

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 44503**

280 R$ 65.000,00
TOTAL R$ 5.324.000,00
Justificativa do Pedido 43652:
Não se aplica pois não utilizaremos o cancelamento de dotações como forma de obtenção de recursos, e sim, o superávit financeiro apurado.
Justificativa do Pedido 43651:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43648:
O crédito não provocará impacto negativo na programação orçamentária da Instituição, em decorrência de alteração estratégica de objetivos definida pela Universidade e por não haver cancelamento de dotação no orçamento da Instituição.
Justificativa do Pedido 43645:
Não se aplica. Crédito proveniente de superávit financeiro.
Justificativa do Pedido 43639:
NÃO HAVERÁ IMPACTO CONSIDERANDO QUE A SOLICITAÇÃO SE TRATA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DE RECURSOSW PRÓPRIOS DE 2014.
Justificativa do Pedido 43577:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43567:
Não houve cancelamentos.
Justificativa do Pedido 43562:
Tendo em vista o não oferecimento de dotações do próprio Órgão, tais impactos não são passíveis de análise.
Justificativa do Pedido 43550:
Não haverá cancelamento de dotação
Justificativa do Pedido 43548:
AÇÃO 20GK FONTE 281
Está previsto para o exercício a execução da despesa, o cancelamento da dotação afetará o cumprimento do objeto do termo de cooperação entre a Unifesspa e a FAPESPA para concessão de bolsa.

AÇÃO 14XO FONTE 250 e FONTE 280
Devido à estrutura física das instalações da Unifesspa, a qual possui instalações prediais de grande porte em sua sede, e de menor porte nos campi fora de sede( no total 5 campi), esta IFES tem contratado serviços para o funcionamento da infraestrutura e das atividades acadêmicas. Um cancelamento nas dotações teria impacto na continuidade dessas ações.

Justificativa do Pedido 43516:
Acreditamos que não haverá impacto nas contas da nossa IFES, pois, não haverá cancelamento de dotação, e sim, suplementação por Superáviti Financeiro.
Justificativa do Pedido 43514:
NÃO SE APLICA.
Justificativa do Pedido 43503:
Não haverá reflexos sobre a programação prevista, em razão do não oferecimento de dotações por esta Unidade Orçamentária para fins de cancelamento.
Justificativa do Pedido 43494:
Não haverá impacto, pois não haverá cancelamento de dotação.
Justificativa do Pedido 43492:
Não haverá cancelamento das dotações propostas na LOA do IFAL.
Justificativa do Pedido 43450:
Não há cancelamentos, em virtude que os recursos são oriundos do superávit financeiro apurado no balanço de 2014, conforme portaria 176/STN de 30/03/2015 e excesso de arrecadação da fonte 0280 e fonte 0250, conforme reestimativa .
Justificativa do Pedido 43441:
não se aplica
Justificativa do Pedido 43429:
Não haverá impacto pois a solicitação se trata de Superavit Financeiro.
Justificativa do Pedido 43416:
Não haverá impactos de cancelamento de programações do PPA, visto que trata-se de crédito suplementar para incorporar uma arrecadação efetiva de receita, não aplicada no exercício anterior, por restrição de liberação de limite para empenho no último bimestre de 2014.
Justificativa do Pedido 43397:
Não haverá cancelamento de dotação tanto em relação a solicitação na fonte 280, tendo em vista a ampliação da receita oriunda dos rendimentos da aplicação dos recursos próprios desta IFES, bem como em relação às fontes 650, 680 e 681 uma vez que há necessidade de dotação orçamentária para a execução do superávit financeiro referente a exercícios anteriores.
Justificativa do Pedido 43386:
Não se aplica, pois refere-se a excesso de arrecadação.
Justificativa do Pedido 43384:
Não haverá impacto, pois não haverá cancelamento.

Justificativa do Pedido 43349:
não há solicitação de cancelamento
Justificativa do Pedido 43322:
Não há cancelamentos, em virtude que os recursos são oriundos do superávit financeiro apurado no balanço de 2014, conforme portaria 176/STN de 30/03/2015.
Justificativa do Pedido 43321:
Não se aplica.

1º - Considerando que esse pedido de crédito orçamentário está embasado em recursos financeiros proveniente de SUPERAVIT FINANCEIRO apurado no Balanço Patrimonial de 2014, no valor de R$ 3.448.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil reais), conforme publicação na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 176, de 30 de março de 2015 no DOU, na sua parte que trata do demonstrativo do superavit financeiro de receitas vinculadas no orçamento da seguridade social de janeiro a dezembro de 2014, divulgada na tabela 4-A, conforme a Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015.- LDO.
Justificativa do Pedido 43295:
Não haverá cancelamento de dotação.
Justificativa do Pedido 43293:
Não há dotação cancelada no caso em questão.
Justificativa do Pedido 43253:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43192:
1 - Não se aplica.
2 - Não haverá impacto considerando que a solicitação se trata de superávit financeiro.
Justificativa do Pedido 43185:
Nossa solicitação tem por base o Superávit Financeiro verificado nas contas da universidade e temos necessidades de recebimento deste créditos para que possamos complementar as despesas com elaboração do concurso público já descrito acima.
Justificativa do Pedido 44134:
NÃO SE APLICA
Justificativa do Pedido 44071:
O pedido se refere à inclusão de superávit financeiro, portanto não acarretará cancelamento no âmbito orçamentário desta unidade. Já em relação ao impacto no PPA 2016/2019, o pedido não afetará os gastos correntes com a manutenção nos exercícios ulteriores, uma vez que tais despesas estão consideradas nas projeções do plano estratégico da instituição. Acrescente-se que a instituição, motivada pelas iniciativas do Esplanada Sustentável, vem implementando políticas de conscientização junto à comunidade discente quanto ao uso racional de energia e água, além de proceder à adequações pontuais de instalações prediais no sentido de promover conforto termo-acústico, substituição de equipamentos com o fito de evitar desperdícios e revisões periódicas de instalações de modo a reduzir o tempo de correção de fugas elétricas e vazamentos de fluidos.
Justificativa do Pedido 44061:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 44045:
Não haverá impacto, uma vez que não haverá cancelamentos.
Justificativa do Pedido 43907:
Não há
Justificativa do Pedido 43900:
Não haverá impactos.
Justificativa do Pedido 43852:
Não se Aplica.
Justificativa do Pedido 43850:
Não haverão impactos, pois as fontes de financiamento deste crédito são os excessos de arrecadação das fontes próprias e convênios, bem como, o superavit financeiro do exercício anterior.

Justificativa do Pedido 43716:
TENDO EM VISTA O NÃO OFERECIMENTO DE DOTAÇÕES DO PRÓPRIO ÓRGÃO, TAIS REFLEXOS NÃO SERÃO VERIFICADOS.
Justificativa do Pedido 43192:
1 - Não se aplica.
2 - Não haverá impacto considerando que a solicitação se trata de superávit financeiro.
Justificativa do Pedido 43670:
Considerando que os câmpus não oferecerão dotação para cancelamento, não haverá reflexos nas contas
Justificativa do Pedido 43819:
Não será realizado cancelamentos em razão de se tratar de abertura de créditos por superávit financeiro.
Justificativa do Pedido 43819:
Não será realizado cancelamentos em razão de se tratar de abertura de créditos por superávit financeiro.
Justificativa do Pedido 43492:
Não haverá cancelamento das dotações propostas na LOA do IFAL.
Justificativa do Pedido 44134:



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 845
31/03/2016 18:37

Abril de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL – SUP Quarta-feira 20 9160

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

NÃO SE APLICA
Justificativa do Pedido 44071:
O pedido se refere à inclusão de superávit financeiro, portanto não acarretará cancelamento no âmbito orçamentário desta unidade. Já em relação ao impacto no PPA 2016/2019, o pedido não afetará os gastos correntes com a manutenção nos exercícios ulteriores, uma vez que tais despesas estão consideradas nas projeções do plano estratégico da instituição. Acrescente-se que a instituição, motivada pelas iniciativas do Esplanada Sustentável, vem implementando políticas de conscientização junto à comunidade discente quanto ao uso racional de energia e água, além de proceder à adequações pontuais de instalações prediais no sentido de promover conforto termo-acústico, substituição de equipamentos com o fito de evitar desperdícios e revisões periódicas de instalações de modo a reduzir o tempo de correção de fugas elétricas e vazamentos de fluidos.
Justificativa do Pedido 44061:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 44045:
Não haverá impacto, uma vez que não haverá cancelamentos.
Justificativa do Pedido 43907:
Não há
Justificativa do Pedido 43900:
Não haverá impactos.
Justificativa do Pedido 43852:
Não se Aplica.
Justificativa do Pedido 43850:
Não haverão impactos, pois as fontes de financiamento deste crédito são os excessos de arrecadação das fontes próprias e convênios, bem como, o superavit financeiro do exercício anterior.

Justificativa do Pedido 43838:
Não haverá impacto, uma vez que não haverá cancelamentos.
Justificativa do Pedido 43837:
Não há oferta de cancelamento
Justificativa do Pedido 43836:
Não há cancelamento.
Justificativa do Pedido 43828:
Não haverá
Justificativa do Pedido 43826:
Não haverá impacto, pois não estão sendo ofertados créditos em contrapartida.
Justificativa do Pedido 43819:
Não será realizado cancelamentos em razão de se tratar de abertura de créditos por superávit financeiro.
Justificativa do Pedido 43817:
NÃO SE APLICA, UMA VEZ QUE NÃO HAVERÁ CANCELAMENTO E SIM SUPLEMENTAÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.
Justificativa do Pedido 43812:
Não haverá cancelamento ou anulação de dotação orçamentária no atendimento ao pleito solicitado, haja vista a falta de previsão na LOA/2015.
Justificativa do Pedido 43811:
Não irá impactar o PPA.
Justificativa do Pedido 43808:
Não se aplica
Justificativa do Pedido 43807:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43803:
Não houve cancelamentos de dotações.
Justificativa do Pedido 43792:
Não se aplica
Justificativa do Pedido 43780:
não há impacto no PPA
Justificativa do Pedido 43764:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43763:
Não haverá cancelamento de dotação orçamentária.
Justificativa do Pedido 43755:
Não há proposta para cancelamento de dotações.
Justificativa do Pedido 43751:
Não haverá cancelamento de dotações

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 876
31/03/2016 15:47

**Pedidos:** **44503**

Justificativa do Pedido 43748:
NÃO HAVERÁ IMPACTO, UMA VEZ QUE NÃO SE TRATA DE CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES.
Justificativa do Pedido 43740:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43734:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43726:
Não haverá cancelamento de dotações.
Justificativa do Pedido 43721:
Não se aplica
Justificativa do Pedido 43719:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43716:
TENDO EM VISTA O NÃO OFERECIMENTO DE DOTAÇÕES DO PRÓPRIO ÓRGÃO, TAIS REFLEXOS NÃO SERÃO VERIFICADOS.
Justificativa do Pedido 43707:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43706:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43699:
Excesso de Arrecadação da Fonte 0280: O pedido trata de suplementação de crédito orçamentário por Excesso de Arrecadação na Ação 20RK - Funcionamento de IFEs, sem impacto no cancelamento de dotações orçamentárias.

Superávit Financeiro da Fonte 0680: O pedido trata de suplementação de crédito orçamentário por Superávit Financeiro na Ação 20RK - Funcionamento de IFEs, sem impacto no cancelamento de dotações orçamentárias.

Superávit Financeiro da Fonte 0650: O pedido trata de suplementação de crédito orçamentário por Superávit Financeiro na Ação 20RK - Funcionamento de IFEs, sem impacto no cancelamento de dotações orçamentárias.
Justificativa do Pedido 43694:
Fonte 281 - Não haverá cancelamento de dotação.
Fonte 650 - Não haverá cancelamento de dotação.
Justificativa do Pedido 43691:
Não haverá cancelamento de dotações visto que a suplementação decorre de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.
Justificativa do Pedido 43690:
Não se aplica
Justificativa do Pedido 43689:
não há.
Justificativa do Pedido 43685:
Não se aplica
Justificativa do Pedido 43684:
não se aplica pois não houve cancelamento de credito no momento.
Justificativa do Pedido 43683:
Neste caso, estamos solicitando a destinação dos recursos do superávit, que precisam ser liberados para atender os Campi Avançados do Instituto, e também para a reestruturação dos Campi. Logo não haverá efeito, já que não teremos cancelamentos de qualquer dotação.
Justificativa do Pedido 43680:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43677:
Não haverá reflexos de cancelamento, pois trata-se de suplementação.
Justificativa do Pedido 43670:
Considerando que os câmpus não oferecerão dotação para cancelamento, não haverá reflexos nas contas
Justificativa do Pedido 43669:
NÃO SE APLICA POR SE TRATAR DE RECURSOS DE SUPERÁVIT FINANCEIRO 2014/2015 - UFRPE, APURADOS NO BALANÇO DESTA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR (PORTARIA NR.176, DE 30 DE MARÇO DE 2015) E MEMO 05/2015-DC/GCF/UFRPE - OS RECURSOS ESTÃO DISPONÍVEIS NA CONTA LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO.
FONTE RESULTADO FINANCEIRO
250 R$ 5.259.000,00
280 R$ 65.000,00
TOTAL R$ 5.324.000,00
Justificativa do Pedido 43652:
Não se aplica pois não utilizaremos o cancelamento de dotações como forma de obtenção de recursos, e sim, o superávit financeiro apurado.

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8477

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

Justificativa do Pedido 43651:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43648:
O crédito não provocará impacto negativo na programação orçamentária da Instituição, em decorrência de alteração estratégica de objetivos definida pela Universidade e por não haver cancelamento de dotação no orçamento da Instituição.
Justificativa do Pedido 43645:
Não se aplica. Crédito proveniente de superávit financeiro.
Justificativa do Pedido 43639:
NÃO HAVERÁ IMPACTO CONSIDERANDO QUE A SOLICITAÇÃO SE TRATA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DE RECURSOSW PRÓPRIOS DE 2014.
Justificativa do Pedido 43577:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43567:
Não houve cancelamentos.
Justificativa do Pedido 43562:
Tendo em vista o não oferecimento de dotações do próprio Órgão, tais impactos não são passíveis de análise.
Justificativa do Pedido 43550:
Não haverá cancelamento de dotação
Justificativa do Pedido 43548:
AÇÃO 20GK FONTE 281
Está previsto para o exercício a execução da despesa, o cancelamento da dotação afetará o cumprimento do objeto do termo de cooperação entre a Unifesspa e a FAPESPA para concessão de bolsa.

AÇÃO 14XO FONTE 250 e FONTE 280
Devido à estrutura física das instalações da Unifesspa, a qual possui instalações prediais de grande porte em sua sede, e de menor porte nos campi fora de sede( no total 5 campi), esta IFES tem contratado serviços para o funcionamento da infraestrutura e das atividades acadêmicas. Um cancelamento nas dotações teria impacto na continuidade dessas ações.

Justificativa do Pedido 43516:
Acreditamos que não haverá impacto nas contas da nossa IFES, pois, não haverá cancelamento de dotação, e sim, suplementação por Superáviti Financeiro.
Justificativa do Pedido 43514:
NÃO SE APLICA.
Justificativa do Pedido 43503:
Não haverá reflexos sobre a programação prevista, em razão do não oferecimento de dotações por esta Unidade Orçamentária para fins de cancelamento.
Justificativa do Pedido 43494:
Não haverá impacto, pois não haverá cancelamento de dotação.
Justificativa do Pedido 43492:
Não haverá cancelamento das dotações propostas na LOA do IFAL.
Justificativa do Pedido 43450:
Não há cancelamentos, em virtude que os recursos são oriundos do superávit financeiro apurado no balanço de 2014, conforme portaria 176/STN de 30/03/2015 e excesso de arrecadação da fonte 0280 e fonte 0250, conforme reestimativa .
Justificativa do Pedido 43441:
não se aplica
Justificativa do Pedido 43429:
Não haverá impacto pois a solicitação se trata de Superavit Financeiro.
Justificativa do Pedido 43416:
Não haverá impactos de cancelamento de programações do PPA, visto que trata-se de crédito suplementar para incorporar uma arrecadação efetiva de receita, não aplicada no exercício anterior, por restrição de liberação de limite para empenho no último bimestre de 2014.
Justificativa do Pedido 43397:
Não haverá cancelamento de dotação tanto em relação a solicitação na fonte 280, tendo em vista a ampliação da receita oriunda dos rendimentos da aplicação dos recursos próprios desta IFES, bem como em relação às fontes 650, 680 e 681 uma vez que há necessidade de dotação orçamentária para a execução do superávit financeiro referente a exercícios anteriores.
Justificativa do Pedido 43386:
Não se aplica, pois refere-se a excesso de arrecadação.
Justificativa do Pedido 43384:
Não haverá impacto, pois não haverá cancelamento.
Justificativa do Pedido 43349:
não há solicitação de cancelamento
Justificativa do Pedido 43322:
Não há cancelamentos, em virtude que os recursos são oriundos do superávit financeiro apurado no balanço de 2014, conforme portaria 176/STN de 30/03/2015.

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 548

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

Justificativa do Pedido 43321:
Não se aplica.

1° - Considerando que esse pedido de crédito orçamentário está embasado em recursos financeiros proveniente de SUPERAVIT FINANCEIRO apurado no Balanço Patrimonial de 2014, no valor de R$ 3.448.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil reais), conforme publicação na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 176, de 30 de março de 2015 no DOU, na sua parte que trata do demonstrativo do superavit financeiro de receitas vinculadas no orçamento da seguridade social de janeiro a dezembro de 2014, divulgada na tabela 4-A, conforme a Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015.- i.DO.
Justificativa do Pedido 43295:
Não haverá cancelamento de dotação.
Justificativa do Pedido 43293:
Não há dotação cancelada no caso em questão.
Justificativa do Pedido 43253:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43192:
1 - Não se aplica.
2 - Não haverá impacto considerando que a solicitação se trata de superávit financeiro.
Justificativa do Pedido 43185:
Nossa solicitação tem por base o Superávit Financeiro verificado nas contas da universidade e temos necessidades de recebimento deste créditos para que possamos complementar as despesas com elaboração do concurso público já descrito acima.
Justificativa do Pedido 44337:
Não haverá cancelamentos.
Justificativa do Pedido 44636:
Não se aplica.

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 44469:
Prejudica o atendimento aos usuários e aos pacientes internados podendo provocar caos na prestação dos serviços; inviabiliza o funcionamento da Unidade de Fisioterapia que passa por um processo de readequação dos equipamentos disponíveis.
Justificativa do Pedido 44314:

Justificativa do Pedido 43838:
Em caso de não utilização do superávit financeiro, haverá a necessidade de captação de outras fontes de financiamento para reforço de empenhos. Uma vez que estes serviços são essenciais para o funcionamento da Instituição
Justificativa do Pedido 43837:
Serviços executados de forma precária por falta de orçamento para aquisição das necessidades de equipamentos, material de consumo, material de escritório.
Justificativa do Pedido 43836:
O não atendimento do pleito impossibilitará que este HU adquira os insumos necessários para sua a manutenção (material farmacológico, material de expediente, material hospitalar entre outros) além da aquisição de materiais permanentes, cuja a finalidade é de dar suporte à área assistencial e acadêmica, no que diz respeito à qualificação de profissionais para atuarem na assistência e proporcionar maior comodidade aos pacientes oriundos do Sistema Único de Saúde (SUS).
Justificativa do Pedido 43828:
Devido ao aumento nas despesas com manutenção devido à expansão nos últimos anos da UFT o recurso de custeio não é suficiente para custear todas as demandas, o não atendimento do pleito acarretará em cortes drásticos nos contratos de manutenção o que poderia causar problemas na limpeza dos prédios, problemas na segurança com a demissão de vigilantes e problemas com os programas institucionais como diminuição no número de bolsas aos estudantes nos diversos programas finalísticos administrados por esta instituição.
Justificativa do Pedido 43826:
Impossibilidade de realização de ações para capacitação de servidores.
Justificativa do Pedido 43819:
Como consequências ao não atendimento teremos o não atingimento dos quantitativos físicos propostos na ações a serem executadas.
Justificativa do Pedido 43817:
O NÃO ATENDIMENTO CAUSARÁ DIFICULDADES NAS AÇÕES PLANEJADAS, OCASIONANDO UM IMPACTO NEGATIVO NA INSTITUIÇÃO, TANTO AQUELAS RELACIONADAS AS DESPESAS DE CUSTEIO, PESQUISA E CAPACITAÇÃO,QUANTO AOS TERMOS FIRMADOS DE CONVÊNIOS.
Justificativa do Pedido 43812:
Haverá a descontinuidade das ações iniciadas que inviabilizarão o cumprimento do objeto do Termo do Convênio SEBRAE, bem como acarretará no descumprimento da obrigação legal de devolver os saldos não utilizados relativo ao Convênio SECITECE nº003/2009.
Justificativa do Pedido 43811:
O não atendimento ou o atendimento parcial deste pedido impedirá a implantação de projetos de extrema relevância para o desenvolvimento socioeconômico da região.
Justificativa do Pedido 43808:
Dificuldade para desenvolver ações tais como: projetos de extensão, programas de pós-graduação, realização de concursos, formalização de contratos, convênios e similares, que demandam a arrecadação própria da UFMS.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 849 31/03/2016 16:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

Justificativa do Pedido 43807:
O não atendimento do pleito prejudicará a execução dos Termos de Compromissos e Convênios celebrados prejudicando à Assistência à Saúde aos pacientes do HC/UFTM.
Justificativa do Pedido 43803:
Ação 20 GK e Ação 20RK - Se o pleito não for atendido a universidade poderá encontrar dificuldades para pagar as bolsas e manter no segundo semestre a razoável prestação de serviços de vigilância patrimonial e manutenção predial da instituição.

Justificativa do Pedido 43792:
O não atendimento da solicitação causará dificuldades relacionadas ao pagamento de despesas de manutenção da Universidade e reflexos negativos na execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Unifesp.
Justificativa do Pedido 43780:
O Campus da UFMG ficará sem limpeza nas áreas verdes que demandam a poda de grama e parte do pagamento de luz e água de 2014 e 2015.
Justificativa do Pedido 43764:
O não atendimento da demanda prejudicará o funcionamento dos Câmpus e da Reitoria até o final do exercício, uma vez que, os valores disponíveis serão insuficientes para manutenção das despesas com contratos terceirizados, materiais de consumo e diárias.
Justificativa do Pedido 43763:
Não atendimento do pleito impossibilitará o pagamento de despesas relativas ao processo seletivo do IFMG e também o pagamento às empresas terceirizadas dos novos campi.

Justificativa do Pedido 43755:
A parceria mencionada não será viabilizada, algumas pesquisas serão inviabilizadas pela ausência dos equipamentos listados acima e haverá excesso de arrecadação por conta dos registro de diploma sem que o excedente possa ser utilizado.
Justificativa do Pedido 43751:
Não atendimento das demandas das unidades de saúde (hospitais e laboratórios universitários), comprometendo os serviços prestados a população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).
Justificativa do Pedido 43748:
DESCONTINUIDADE NA REALIZAÇÃO DOS CURSOS E NO DESENVOLVIMENTOS DE PROJETOS, COMPROMETENDO A OBTENÇÃO DE RESULTADOS E A MELHORIA QUALITATIVA DAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. INVIABILIZAR O PAGAMENTO DE PARTE DAS DESPESAS COM TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA APOIO OPERACIONAL, LIMPEZA, VIGILÂNCIA, ETC.
Justificativa do Pedido 43740:
Caso o pleito não seja atendido, a instituição terá que renunciar à realização de ações relevantes definidas como prioritárias em seu planejamento.
Justificativa do Pedido 43734:
Os laboratórios dos campi ficarão aquém do adequado, além, da defasagem nos materiais permanentes.
Justificativa do Pedido 43726:
O não atendimento poderá comprometer as atividades acadêmicas dos cursos de graduação e pós-graduação da UNIFAL-MG.
Justificativa do Pedido 43721:
O hospital não poderá honrar o compromisso da compra de medicamentos e materiais hospitalares indispensáveis ao bom atendimento a comunidade carente em geral
O não atendimento à solicitação acarretará a retenção de demanda assistencial, interrupção das rotinas de ensino, pesquisa e assistência realizadas no Complexo Hospitalar, com prejuízo aos pacientes atendidos ambulatorialmente e internados.
Justificativa do Pedido 43719:
O não atendimento do pleito da suplementação de créditos na GND 4 impossibilitará fornecer as condições necessárias para o pleno funcionamento de cursos na área de Engenharia e Ciências Exatas, assim como a melhoria das condições de trabalho docente. Com relação à suplementação de créditos na GND 3, o não atendimento do pleito também impossibilitará o cumprimento de pagamentos de contratos existentes com empresas terceirizadas, que prestam serviços de manutenção e conservação da instituição.
Justificativa do Pedido 43716:
O NÃO ATENDIMENTO DO PLEITO PREJUDICARÁ O FUNCIONAMENTO OPERACIONAL E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES MEIO DA UNIVERSIDADE.
Justificativa do Pedido 43707:
Poderá comprometer o atendimento das despesas com a manutenção da Universidade Federal de Roraima.
Justificativa do Pedido 43706:
O não atendimento do pleito compromete o desenvolvimento das atividades de pesquisa, dificultando o avanço do conhecimento e desenvolvimento de novas metodologias, através das parcerias entre a UFEs e empresas locais e comprometimento da Instituição em honrar seus compromissos, impossibilitando o pagamento das despesas de manutenção geral dos campi.
Justificativa do Pedido 43699:
Excesso de Arrecadação da Fonte 0280: Em caso de não atendimento do pedido, não será possível honrar os compromissos Institucionais, tais como pagamentos de serviços terceirizados.

Superávit Financeiro da Fonte 0680: Em caso de não atendimento do pedido, não será possível honrar os compromissos Institucionais, tais como pagamentos de serviços terceirizados.

Superávit Financeiro da Fonte 0650: Em caso de não atendimento do pedido, não será possível honrar os compromissos firmados com empresas prestadoras de serviço terceirizado, prejudicando também as atividades acadêmicas gerando impossibilidade de fornecimento de material laboratorial e de consumo. Além disso, não haverá o cumprimento dos contratos e convênios previamente acertados pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas Arrecadadoras.
Justificativa do Pedido 43694:
Fonte 281 - Os convênios terão que ser cancelados trazendo sérios problemas para o Campus além de ocasionar a inviabilização de vários projetos de pesquisa técnico cientifico.
Fonte 650 - Com a possibilidade de contingenciamento a não liberação deste orçamento ocasionará a impossibilidade de utilizar o superavit financeiro de 2014. Isto poderá causar dificuldade de manutenção das atividades escolares inviabilizado a atividade fim podendo interromper as atividades em alguns Campus do IFC.
Justificativa do Pedido 43691:
Caso o pleito não seja atendido haverá insuficiência de dotação para cobrir despesas contratuais de manutenção da IFES.

Câmara dos Deputados
31/08/2016 18:

**Pedidos:** 44503

Justificativa do Pedido 43690:
Não utilização do superavit financeiro apurado no balanço patrimonial, cujos valores irão reforçar o orçamento e é necessário para execução de despesas que estão pendentes desde 2014 por falta de limite para emissão de empenho, comprometendo nossos cursos e a execução do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSULDEMINAS.
Justificativa do Pedido 43689:
Caso não seja possível a liberação/atendimento, impactará nas demandas necessárias ao funcionamento e atendimento aos Campus Avançados e Fase III, uma vez que estas unidades já encontram-se em funcionamento.
Justificativa do Pedido 43685:
O não atendimento da solicitação impedirá a contratação e a conclusão das obras programadas, inviabilizando as ações de melhoramento e expansão das instalações físicas da Instituição.
Justificativa do Pedido 43684:
Caso o credito não seja liberado, teremos problemas em saldar as dividas de custeio, de modo especial nas unidades novas que passaram a integrar o IFNMG, sem o correspondente e necessário aporte financeiro na LOA 2015. Não teremos ainda condições do capacitar novos servidores que recentemente ingressaram no órgão , bem como teremos como impacto negativo também por não termo condições de atender os nossos alunos no que diz respeito ao pagamento de auxilio financeiro, bolsas monitoria, bem como a não aquisição de de equipamentos necessários ao funcionamento de novos cursos e laboratórios.
Justificativa do Pedido 43683:
Neste caso, estaremos inviabilizando o funcionamento dos Campi Avançados, o que seria desastroso, pois já temos estudantes frequentando os cursos ofertados pela instituição e, em uma condição precária, pois estamos fazendo a manutenção através da Reitoria do instituto, que conta com um orçamento reduzido e algumas ações não estão sendo concretizadas. E também estaremos inviabilizando a reestruturação dos restaurantes estudantis e dos blocos administrativos e acadêmicos dos Campi, prejudicando o serviço de apoio a alimentação dos estudantes prevista na Política Estudantil.
Justificativa do Pedido 43680:
Inviabilizará a execução de projetos da Fundação Universidade do Amazonas.
Justificativa do Pedido 43677:
GRUPO 1 FONTE 281 : O não atendimento ao pleito acarretará em prejuízo ao Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos-RS Tecnópole, que contribui para o desenvolvimento do Estado a partir da atração e manutenção de investimentos em atividades intensivas em conhecimento e inovação tecnológica, a serem alocados em áreas específicas para criação ou consolidação de Parques Científicos e Tecnológicos, que promoverá a integração entre Instituições governamentais, empresas e universidades, como também deixar de promover a competitividade das cadeias produtivas regionais, que cria ambientes de inovação alinhados com as vocações regionais que contribui para a redução das desigualdades.

GRUPO 2 : Aquisição/Construção de Imóveis - o não atendimento impossibilitará a aquisição e construção de imóvel e, por consequencia, agravará o problema de espaço físico porque passa a Universidade.
Equipamentos odontológicos: o não atendimento acarretará grandes prejuizos no atendimento das diversas demandas da comunidade universitária, como também a população local que faz uso do serviço.
Justificativa do Pedido 43670:
O não atendimento do pleito prejudicará o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas e administrativas do IFTM, além de danos patrimoniais.
Justificativa do Pedido 43669:
O NÃO ATENDIMENTO DO PLEITO INVIABILIZARÁ: 1. O ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS/RAÇÕES PARA OS ANIMAIS DESTA IFES (BOVINOS, CAPRINOS, EQUINOS, FELINOS, CANINOS, ROEDORES - PARA LABORATÓRIOS, DENTRE OUTROS);
2. ATENDIMENTO NO HOSPITAL VETERINÁRIO, TRAZENDO PREJUÍZO, PRINCIPALMENTE, AS COMUNIDADES CIRCUNVIZINHAS CARENTES E GRANDE PARTE DA POPULAÇÃO DO RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA, E
3. A MANUTENÇÃO DOS IMÓVEIS EM SUAS ÁREAS DE HIDRÁULICA, ELÉTRICA, PINTURA, DENTRE OUTRAS.

Justificativa do Pedido 43652:
Não atendimento deste pleito acarretará sérios problemas para a unidade no que se refere à manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão gerando uma dificuldade no fluxo de pagamento dos compromissos assumidos, pois despesas referentes ao ano de 2014 foram empenhadas no orçamento de 2015 em função da não liberação de limite orçamentário. Provocará também problemas na continuidade e conclusão de edificações que também foram prejudicadas pelo contingenciamento de 2014.
Justificativa do Pedido 43651:
O não atendimento do pedido de crédito poderá acarretar em caos no atendimento hospitalar, tendo em vista que os equipamentos e materiais que serão adquiridos são essenciais para o bom funcionamento do Hospital e para um melhor atendimento aos pacientes que chegam no Hospital já em casos de urgência. Por ser um Hospital de atendimento de média e alta complexidade.
Justificativa do Pedido 43648:
No caso do não atendimento do pleito do superávit financeiro, esta Universidade ficará com insuficiência de crédito para pagamento dos serviços de manutenção predial e de serviços terceirizados para o último trimestre de 2015, causando a descontinuidade e posterior paralização dos referidos serviços nesta Instituição.
Justificativa do Pedido 43645:
Pode comprometer a avaliação dos cursos de graduação, e o cumprimento de termo de ajuste de conduta assinado com o Ministério Público Federal.
Justificativa do Pedido 43639:
PARALIZAÇÃO DE OBRA DESTINADA A SALAS DE AULA E LABORATÓRIOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, PERTENCENTE AO NOVO CAMPUS IGARA, NA CIDADE DE CANOAS - RS.
Justificativa do Pedido 43577:
Comprometimento das melhorias previstas nos atendimentos ambulatoriais e de internação, bem como dos serviços administrativos prestados como apoio a assistência à saúde.
Justificativa do Pedido 43567:
O excesso de arrecadação não atendido vai gerar um pedido de orçamento com superávit no próximo período.E o superávit não atendido vai impactar nas despesas dos campi.
Justificativa do Pedido 43562:
Impossibilidade de pagamento das despesas com serviço de guarda e vigilância até o término do exercício de 2015 o que poderá motivar a interrupção do serviço.
Justificativa do Pedido 43550:
Caso o orçamento do superávit financeiro não seja aprovado os Câmpus/Reitoria ficarão impedidos de utilizar o financeiro já arrecadado em anos anteriores. Em relação ao excesso de arrecadação, o valor já arrecadado, referente a passagem de linha de transmissão pelo terreno do Câmpus Vacaria, deixará de ser utilizado pelo Câmpus, que necessita de veículo para poder realizar as atividades da Instituição, tendo em vista que o funcionamento do mesmo iniciou em 2015

Câmara dos Deputados
Comissão
Fl. 8421
Doc.
31/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 44503**

Justificativa do Pedido 43548:
AÇÃO 20GK FONTE 281
Se o pleito não for atendido, principalmente a respeito da execução das bolsas, ocasionará um prejuízo no planejamento da PROPIT, pró-reitoria que submeteu os projetos à FAPESPA, entidade apoiadora, para as concessões de bolsas de mestrado e de iniciação científica, pois já há um público-alvo contemplado com esta ação, o que condiz com o objeto do convênio. Os alunos participantes do programa de pós-graduação deixarão de receber a bolsa.

AÇÃO 14XO FONTE 250 e FONTE 280

Os contratos para a manutenção predial de natureza constante, são de grande vulto e consomem parcela considerável do orçamento de custeio dessa IFES, sendo assim sem o atendimento do pleito esta IFES limitará sua capacidade de reforçar o seu orçamento.

Justificativa do Pedido 43516:
O não atendimento do pleito ora solicitado implicará em sérios problemas para honrarmos os compromissos assumidos com as empresas contratadas para a prestação ou fornecimento de diversos serviços nos campi da UFRJ, podem com isso trazer atrasos nesses serviços ou nos fornecimentos, o que inviabilizariam as atividades desenvolvidas pelas unidades acadêmicas e administrativas.
Justificativa do Pedido 43514:
Vai impactar na execução das despesas correntes, em virtude do contingenciamento, pois esse valor irá suplementar os créditos orçamentários previstos para o custeio da entidade.
Justificativa do Pedido 43503:
O não atendimento do pleito implicará em prejuízos para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas desta Instituição de Ensino, impactando negativamente quantitativa e qualitativamente no nível das atividades da Instituição.
Justificativa do Pedido 43494:
O não atendimento do pleito impossibilitará a continuidade dos convênios firmados com execução e vigência em 2015 e ainda a incidência de juros e multas contratuais.
Justificativa do Pedido 43492:
Caso o pleito não seja atendido o IFAL não poderá efetuar o pagamento das bolsas de pesquisa, de 566 alunos que estão desenvolvendo trabalhos desde 2014, trazendo prejuízos para o processo de ensino aprendizagem, bem como o cumprimento do objeto do Convênio firmado com a Petrobras.
Justificativa do Pedido 43450:
O Não atendimento do pleito inviabilizara a manutenção da infra-estrutura da Universidade e de seus Campi e o desenvolvimento institucional, Prejudicando assim o atingimento da meta preestabelecida de 45.000 alunos matriculados na graduação e pós-graduação, proporcionando melhor qualidade das aulas aos alunos.
Justificativa do Pedido 43441:
O não atendimento do pedido impactará negativamente na execução da ação orçamentária, implicando em dificuldades para cobertura das despesas relativas à aditivos de obras decorrentes de serviços complementares e extraordinários nas construções para consolidação dos novos câmpus.
Justificativa do Pedido 43429:
Considerando que os créditos serão para modernização de laboratórios de ensino, da secretaria de informática e para atender a aquisição de mobiliário para servidores, a consequência será a obsolência de equipamentos e a falta de mobiliário para os servidores da instituição .
Justificativa do Pedido 43416:
Na restrição de aprovação e liberação do pleito solicitado o HCPA ficará inviabilizado de executar a programação das despesas de custeio previstas para o exercício de 2015, ocasionando a falta de estoques de materiais indispensáveis para a manutenção do atendimento médico e hospitalar ao pacientes em tratamento nesta Instituição. Assim como a geração de rompimentos de contratos de serviços firmados por atraso de pagamento de parcelas dos contratos. Ressalta-se ainda, que desde o mês de novembro de 2014, o HCPA tem mantido em atraso a dívida com fornecedores por um prazo superior a 60 (sessenta) dias, e por restrição de liberação de limite para empenho para utilizar-se a arrecadação do último trimestre de 2014, da fonte 0250, também ficamos com um valor de aproximadamente R$ 17 milhões em despesas efetivadas no exercício sem a cobertura de empenho prévio. Situação que tem se mantido até o encerramento do 1º quadrimestre de 2015, a qual o HCPA pretende atenuar com a liberação desta suplementação, acrescida e outro remanejamento do GND 4 para o GND 3, também provenientes da arrecadação da fonte 0250.
Justificativa do Pedido 43397:
Não teremos como realizar projetos essenciais para o alcance dos objetivos institucionais, bem como não haverá orçamento para a execução de serviços necessários à manutenção da Instituição, podendo afetar a qualidade dos produtos e serviços entregues à sociedade.
Justificativa do Pedido 43386:
Informamos que a não liberação solicitada inviabilizará a conclusão da obra referente a 1ª etapa de construção do Centro de Excelência em Energia do Acre - CEEAC, referente à Licitação RDC 05/2014. (Contrato 19/2014), em execução por esta unidade. (Fonte 281)
Não cumprimento de contrato assinado com a empresa executora da obra.
A não liberação do crédito solicitado implicará na descontinuidade das ações de modernização, revitalização e manutenção da infraestrutura já programados para o exercício 2015. (Fonte 650)
Justificativa do Pedido 43384:
Poderá prejudicar a Universidade no funcionamento das suas atividades fins.
Justificativa do Pedido 43349:
Não cumprimento dos convênios pela UFPR. Prejuízo nas pesquisas e desenvolvimento científico da instituição.
Justificativa do Pedido 43322:
O Não atendimento do pleito torna inexequivel a manutenção de alguns serviços essenciais do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, inviabilizando a continuidade de contratos de prestação de serviços e fornecimentos de alguns materiais, prejudicando especialmente o atendimento de pacientes do Sistema Único de Saude.
Justificativa do Pedido 43321:

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 01/03/2016 18:3 sopesp

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

O não atendimento a esse pleito impactará a Instituição de forma muito negativa, principalmente com as penalidades possíveis prevista na legislação que trata Lei nº 8.666/86, quando as empresas que participaram e foram vencedoras do certame licitatórios tiverem a certeza que o IFRN não fará a sua contratação, isso é, apenas com relação as aquisições de materiais permanentes.
Com relação a despesas de custeio, que trata de contratos de despesas continuadas, esses poderão sofrerem atrasos no seus respectivos pagamentos correndo o risco corte o paralisação dos serviços.

Justificativa do Pedido 43295:
Algumas áreas de Ensino ficarão prejudicadas pela precariedade das suas instalações.
Justificativa do Pedido 43293:
Caso não seja atendido nosso pleito, não poderemos adquirir os materiais que são necessários para desenvolvimento de projetos executados com recursos próprios e de convenios com estado.
Justificativa do Pedido 43253:
O não atendimento afetará significativamente o desenvolvimento das atividades de funcionamento do IF Goiano, haja vista que espera-se com a liberação desse recurso proporcionar um incremento no número de matrículas na instituição.
Justificativa do Pedido 43192:
1 - O não atendimento do pedido impossibilitará o acesso de diversos estudantes nos projetos dos cursos de idiomas espanhol, francês, inglês e alemão pretendentes ao ingresso no programa Ciência sem Fronteiras.
2 - Considerando que os créditos serão para custear parte das despesas de apoio administrativo dos campi da UNIVASF, situados ma cidade de Petrolina-PE, o não atendimento do pedido poderá comprometer a execução do contrato nº 376/2012.
Justificativa do Pedido 43185:
Caso não sejamos atendidos em nossa solicitação pelo valor total, teremos sérias dificuldades para pagamento das provas do referido concurso público, evidentemente causando sérios transtornos irreparáveis à instituição.

Justificativa do Pedido 44134:
O NÃO ATENDIMENTO IMPLICARÁ NA DESCONTINUIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO SISAL DE BASE TECNOLOGICA E INOVAÇÃO E NA IMPLATAÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA EM RESTAURAÇÃO FLORESTAL, VEZ QUE OS RECURSOS É DESTINADOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE BEM COMO CUSTEIO.
Justificativa do Pedido 44071:
O não atendimento do pedido afetará o adequado e tempestivo suprimento das atividades institucionais do IFPI, considerando que o ano de 2015 começou marcado pela contenção de gastos pelo governo central com base em previsão de redução da atividade econômica. Já na tramitação do processo legislativo da LOA2015, a instituição suportou um corte de 30% de seus recursos projetados por força do Decreto nº 8389/2015 que reduziu o tradicional duodécimo de custeio para 1/18 do PLOA2015. Tal circunstância, tem provocado redução e mora no suprimento das atividades institucionais, bem como, atrasos em seus compromissos financeiros. Os recursos advindos do superávit de 2014 constitui aporte capital na mitigação dos efeitos decorrentes dos cortes mencionados.
Justificativa do Pedido 44061:
Grande parte das despesas para manutenção não serem pagas.
Justificativa do Pedido 44045:
Em caso de não utilização do superávit financeiro, haverá a necessidade de captação de outras fontes de financiamento para reforço de empenhos.
Justificativa do Pedido 43907:
Enorme prejuízo para qualificação dos servidores
Justificativa do Pedido 43900:
Prejuízo ao funcionamento do Hospital Unversitario
Justificativa do Pedido 43852:
A postergação da execução dessas demandas prejudicará uma melhor utilização dos espaços acadêmicos, a qual pretende aumentar a satisfação dos alunos, professores e servidores, gerando adequadas instalações e melhorias no ambiente de trabalho. Espera-se também que haja melhores condições para o acesso de portadores de necessidades especiais.
Justificativa do Pedido 43850:
As demandas emergentes não serão atendidas, com isso, poderão ser afetados os objetivos institucionais, visto que estão interligados os planos, ações, objetivos e disponibilidade de recursos.
Justificativa do Pedido 43716:
O NÃO ATENDIMENTO DO PLEITO PREJUDICARÁ O FUNCIONAMENTO OPERACIONAL E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES MEIO DA UNIVERSIDADE.
Justificativa do Pedido 43192:
1 - O não atendimento do pedido impossibilitará o acesso de diversos estudantes nos projetos dos cursos de idiomas espanhol, francês, inglês e alemão pretendentes ao ingresso no programa Ciência sem Fronteiras.
2 - Considerando que os créditos serão para custear parte das despesas de apoio administrativo dos campi da UNIVASF, situados ma cidade de Petrolina-PE, o não atendimento do pedido poderá comprometer a execução do contrato nº 376/2012.
Justificativa do Pedido 43670:
O não atendimento do pleito prejudicará o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas e administrativas do IFTM, além de danos patrimoniais.
Justificativa do Pedido 43819:
Como consequências ao não atendimento teremos o não atingimento dos quantitativos físicos propostos na ações a serem executadas.
Justificativa do Pedido 43819:
Como consequências ao não atendimento teremos o não atingimento dos quantitativos físicos propostos na ações a serem executadas.
Justificativa do Pedido 43492:
Caso o pleito não seja atendido o IFAL não poderá efetuar o pagamento das bolsas de pesquisa, de 566 alunos que estão desenvolvendo trabalhos desde 2014, trazendo prejuízos para o processo de ensino aprendizagem, bem como o cumprimento do objeto do Convênio firmado com a Petrobras.
Justificativa do Pedido 44134:
O NÃO ATENDIMENTO IMPLICARÁ NA DESCONTINUIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO SISAL DE BASE TECNOLOGICA E INOVAÇÃO E NA IMPLATAÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA EM RESTAURAÇÃO FLORESTAL, VEZ QUE OS RECURSOS É DESTINADOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE BEM COMO CUSTEIO.
Justificativa do Pedido 44071:

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
31/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

O não atendimento do pedido afetará o adequado e tempestivo suprimento das atividades institucionais do IFPI, considerando que o ano de 2015 começou marcado pela contenção de gastos pelo governo central com base em previsão de redução da atividade econômica. Já na tramitação do processo legislativo da LOA2015, a instituição suportou um corte de 30% de seus recursos projetados por força do Decreto nº 8389/2015 que reduziu o tradicional duodécimo de custeio para 1/18 do PLOA2015. Tal circunstância, tem provocado redução e mora no suprimento das atividades institucionais, bem como, atrasos em seus compromissos financeiros. Os recursos advindos do superávit de 2014 constitui aporte capital na mitigação dos efeitos decorrentes dos cortes mencionados.
Justificativa do Pedido 44061:
Grande parte das despesas para manutenção não serem pagas.
Justificativa do Pedido 44045:
Em caso de não utilização do superávit financeiro, haverá a necessidade de captação de outras fontes de financiamento para reforço de empenhos.
Justificativa do Pedido 43907:
Enorme prejuízo para qualificação dos servidores
Justificativa do Pedido 43900:
Prejuízo ao funcionamento do Hospital Unversitario
Justificativa do Pedido 43852:
A postergação da execução dessas demandas prejudicará uma melhor utilização dos espaços acadêmicos, a qual pretende aumentar a satisfação dos alunos, professores e servidores, gerando adequadas instalações e melhorias no ambiente de trabalho. Espera-se também que haja melhores condições para o acesso de portadores de necessidades especiais.
Justificativa do Pedido 43850:
As demandas emergentes não serão atendidas, com isso, poderão ser afetados os objetivos institucionais, visto que estão interligados os planos, ações, objetivos e disponibilidade de recursos.
Justificativa do Pedido 43838:
Em caso de não utilização do superávit financeiro, haverá a necessidade de captação de outras fontes de financiamento para reforço de empenhos. Uma vez que estes serviços são essenciais para o funcionamento da Instituição
Justificativa do Pedido 43837:
Serviços executados de forma precária por falta de orçamento para aquisição das necessidades de equipamentos, material de consumo, material de escritório.
Justificativa do Pedido 43836:
O não atendimento do pleito impossibilitará que este HU adquira os insumos necessários para sua a manutenção (material farmacológico, material de expediente, material hospitalar entre outros) além da aquisição de materiais permanentes, cuja a finalidade é de dar suporte à área assistencial e acadêmica, no que diz respeito à qualificação de profissionais para atuarem na assistência e proporcionar maior comodidade aos pacientes oriundos do Sistema Único de Saúde (SUS).
Justificativa do Pedido 43828:
Devido ao aumento nas despesas com manutenção devido à expansão nos últimos anos da UFT o recurso de custeio não é suficiente para custear todas as demandas, o não atendimento do pleito acarretará em cortes drásticos nos contratos de manutenção o que poderia causar problemas na limpeza dos prédios, problemas na segurança com a demissão de vigilantes e problemas com os programas institucionais como diminuição no número de bolsas aos estudantes nos diversos programas finalísticos administrados por esta instituição.
Justificativa do Pedido 43826:
Impossibilidade de realização de ações para capacitação de servidores.
Justificativa do Pedido 43819:
Como consequências ao não atendimento teremos o não atingimento dos quantitativos físicos propostos na ações a serem executadas.
Justificativa do Pedido 43817:
O NÃO ATENDIMENTO CAUSARÁ DIFICULDADES NAS AÇÕES PLANEJADAS, OCASIONANDO UM IMPACTO NEGATIVO NA INSTITUIÇÃO, TANTO AQUELAS RELACIONADAS AS DESPESAS DE CUSTEIO, PESQUISA E CAPACITAÇÃO,QUANTO AOS TERMOS FIRMADOS DE CONVÊNIOS.
Justificativa do Pedido 43812:
Haverá a descontinuidade das ações iniciadas que inviabilizarão o cumprimento do objeto do Termo do Convênio SEBRAE, bem como acarretará no descumprimento da obrigação legal de devolver os saldos não utilizados relativo ao Convênio SECITECE nº003/2009.
Justificativa do Pedido 43811:
O não atendimento ou o atendimento parcial deste pedido impedirá a implantação de projetos de extrema relevância para o desenvolvimento socioeconômico da região.
Justificativa do Pedido 43808:
Dificuldade para desenvolver ações tais como: projetos de extensão, programas de pós-graduação, realização de concursos, formalização de contratos, convênios e similares, que demandam a arrecadação própria da UFMS.
Justificativa do Pedido 43807:
O não atendimento do pleito prejudicará a execução dos Termos de Compromissos e Convênios celebrados prejudicando à Assistência à Saúde aos pacientes do HC/UFTM.
Justificativa do Pedido 43803:
Ação 20 GK e Ação 20RK - Se o pleito não for atendido a universidade poderá encontrar dificuldades para pagar as bolsas e manter no segundo semestre a razoável prestação de serviços de vigilância patrimonial e manutenção predial da instituição.

Justificativa do Pedido 43792:
O não atendimento da solicitação causará dificuldades relacionadas ao pagamento de despesas de manutenção da Universidade e reflexos negativos na execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Unifesp.
Justificativa do Pedido 43780:
O Campus da UFMG ficará sem limpeza nas áreas verdes que demandam a poda de grama e parte do pagamento de luz e água de 2014 e 2015.
Justificativa do Pedido 43764:
O não atendimento da demanda prejudicará o funcionamento dos Câmpus e da Reitoria até o final do exercício, uma vez que, os valores disponíveis serão insuficientes para manutenção das despesas com contratos terceirizados, materiais de consumo e diárias.
Justificativa do Pedido 43763:

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fls. 824
21/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

Não atendimento do pleito impossibilitará o pagamento de despesas relativas ao processo seletivo do IFMG e também o pagamento às empresas terceirizadas dos novos campi.

Justificativa do Pedido 43755:
A parceria mencionada não será viabilizada, algumas pesquisas serão inviabilizadas pela ausência dos equipamentos listados acima e haverá excesso de arrecadação por conta dos registro de diploma sem que o excedente possa ser utilizado.
Justificativa do Pedido 43751:
Não atendimento das demandas das unidades de saúde (hospitais e laboratórios universitários), comprometendo os serviços prestados a população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).
Justificativa do Pedido 43748:
DESCONTINUIDADE NA REALIZAÇÃO DOS CURSOS E NO DESENVOLVIMENTOS DE PROJETOS, COMPROMETENDO A OBTENÇÃO DE RESULTADOS E A MELHORIA QUALITATIVA DAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. INVIABILIZAR O PAGAMENTO DE PARTE DAS DESPESAS COM TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA APOIO OPERACIONAL, LIMPEZA, VIGILÂNCIA, ETC.
Justificativa do Pedido 43740:
Caso o pleito não seja atendido, a instituição terá que renunciar à realização de ações relevantes definidas como prioritárias em seu planejamento.
Justificativa do Pedido 43734:
Os laboratórios dos campi ficarão aquém do adequado, além, da defasagem nos materiais permanentes.
Justificativa do Pedido 43726:
O não atendimento poderá comprometer as atividades acadêmicas dos cursos de graduação e pós-graduação da UNIFAL-MG.
Justificativa do Pedido 43721:
O hospital não poderá honrar o compromisso da compra de medicamentos e materiais hospitalares indispensáveis ao bom atendimento a comunidade carente em geral
O não atendimento à solicitação acarretará a retenção de demanda assistencial, interrupção das rotinas de ensino, pesquisa e assistência realizadas no Complexo Hospitalar, com prejuízo aos pacientes atendidos ambulatorialmente e internados.
Justificativa do Pedido 43719:
O não atendimento do pleito da suplementação de créditos na GND 4 impossibilitará fornecer as condições necessárias para o pleno funcionamento de cursos na área de Engenharia e Ciências Exatas, assim como a melhoria das condições de trabalho docente. Com relação à suplementação de créditos na GND 3, o não atendimento do pleito também impossibilitará o cumprimento de pagamentos de contratos existentes com empresas terceirizadas, que prestam serviços de manutenção e conservação da instituição.
Justificativa do Pedido 43716:
O NÃO ATENDIMENTO DO PLEITO PREJUDICARÁ O FUNCIONAMENTO OPERACIONAL E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES MEIO DA UNIVERSIDADE.
Justificativa do Pedido 43707:
Poderá comprometer o atendimento das despesas com a manutenção da Universidade Federal de Roraima.
Justificativa do Pedido 43706:
O não atendimento do pleito compromete o desenvolvimento das atividades de pesquisa, dificultando o avanço do conhecimento e desenvolvimento de novas metodologias, através das parcerias entre a UFEs e empresas locais e comprometimento da Instituição em honrar seus compromissos, impossibilitando o pagamento das despesas de manutenção geral dos campi.
Justificativa do Pedido 43699:
Excesso de Arrecadação da Fonte 0280: Em caso de não atendimento do pedido, não será possível honrar os compromissos Institucionais, tais como pagamentos de serviços terceirizados.

Superávit Financeiro da Fonte 0680: Em caso de não atendimento do pedido, não será possível honrar os compromissos Institucionais, tais como pagamentos de serviços terceirizados.

Superávit Financeiro da Fonte 0650: Em caso de não atendimento do pedido, não será possível honrar os compromissos firmados com empresas prestadoras de serviço terceirizado, prejudicando também as atividades acadêmicas gerando impossibilidade de fornecimento de material laboratorial e de consumo. Além disso, não haverá o cumprimento dos contratos e convênios previamente acertados pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas Arrecadadoras.
Justificativa do Pedido 43694:
Fonte 281 - Os convênios terão que ser cancelados trazendo sérios problemas para o Campus além de ocasionar a inviabilização de vários projetos de pesquisa técnico científico.
Fonte 650 - Com a possibilidade de contingenciamento a não liberação deste orçamento ocasionará a impossibilidade de utilizar o superavit financeiro de 2014. Isto poderá causar dificuldade de manutenção das atividades escolares inviabilizado a atividade fim podendo interromper as atividades em alguns Campus do IFC.
Justificativa do Pedido 43691:
Caso o pleito não seja atendido haverá insuficiência de dotação para cobrir despesas contratuais de manutenção da IFES.
Justificativa do Pedido 43690:
Não utilização do superavit financeiro apurado no balanço patrimonial, cujos valores irão reforçar o orçamento e é necessário para execução de despesas que estão pendentes desde 2014 por falta de limite para emissão de empenho, comprometendo nossos cursos e a execução do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSULDEMINAS.
Justificativa do Pedido 43689:
Caso não seja possível a liberação/atendimento, impactará nas demandas necessárias ao funcionamento e atendimento aos Campus Avançados e Fase !!!, uma vez que estas unidades já encontram-se em funcionamento.
Justificativa do Pedido 43685:
O não atendimento da solicitação impedirá a contratação e a conclusão das obras programadas, inviabilizando as ações de melhoramento e expansão das instalações físicas da Instituição.
Justificativa do Pedido 43684:
Caso o credito não seja liberado, teremos problemas em saldar as dividas de custeio, de modo especial nas unidades novas que passaram a integrar o IFNMG, sem o correspondente e necessário aporte financeiro na LOA 2015. Não teremos ainda condições do capacitar novos servidores que recentemente ingressaram no órgão , bem como teremos como impacto negativo também por não termo condições de atender os nossos alunos no que diz respeito ao pagamento de auxílio financeiro, bolsas monitoria, bem como a não aquisição de de equipamentos necessários ao funcionamento de novos cursos e laboratórios.
Justificativa do Pedido 43683:
Neste caso, estaremos inviabilizando o funcionamento dos Campi Avançados, o que seria desastroso, pois já temos estudantes frequentando os cursos ofertados pela instituição e, em uma condição precária, pois estamos fazendo a manutenção através [illegible]

Câmara dos Deputados Coordenação de Documentação Especial

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

da Reitoria do instituto, que conta com um orçamento reduzido e algumas ações não estão sendo concretizadas. E também estaremos inviabilizando a reestruturação dos restaurantes estudantis e dos blocos administrativos e acadêmicos dos Campi, prejudicando o serviço de apoio a alimentação dos estudantes prevista na Política Estudantil.
Justificativa do Pedido 43680:
Inviabilizará a execução de projetos da Fundação Universidade do Amazonas.
Justificativa do Pedido 43677:
GRUPO 1 FONTE 281 : O não atendimento ao pleito acarretará em prejuízo ao Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos-RS Tecnópole, que contribui para o desenvolvimento do Estado a partir da atração e manutenção de investimentos em atividades intensivas em conhecimento e inovação tecnológica, a serem alocados em áreas específicas para criação ou consolidação de Parques Científicos e Tecnológicos, que promoverá a integração entre Instituições governamentais, empresas e universidades, como também deixar de promover a competitividade das cadeias produtivas regionais, que cria ambientes de inovação alinhados com as vocações regionais que contribui para a redução das desigualdades.

GRUPO 2 : Aquisição/Construção de Imóveis - o não atendimento impossibilitará a aquisição e construção de imóvel e, por consequencia, agravará o problema de espaço físico porque passa a Universidade.
Equipamentos odontológicos: o não atendimento acarretará grandes prejuizos no atendimento das diversas demandas da comunidade universitária, como também a população local que faz uso do serviço.
Justificativa do Pedido 43670:
O não atendimento do pleito prejudicará o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas e administrativas do IFTM, além de danos patrimoniais.
Justificativa do Pedido 43669:
O NÃO ATENDIMENTO DO PLEITO INVIABILIZARÁ: 1. O ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS/RAÇÕES PARA OS ANIMAIS DESTA IFES (BOVINOS, CAPRINOS, EQUINOS, FELINOS, CANINOS, ROEDORES - PARA LABORATÓRIOS, DENTRE OUTROS);
2. ATENDIMENTO NO HOSPITAL VETERINÁRIO, TRAZENDO PREJUÍZO, PRINCIPALMENTE, AS COMUNIDADES CIRCUNVIZINHAS CARENTES E GRANDE PARTE DA POPULAÇÃO DO RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA, E
3. A MANUTENÇÃO DOS IMÓVEIS EM SUAS ÁREAS DE HIDRÁULICA, ELÉTRICA, PINTURA, DENTRE OUTRAS.

Justificativa do Pedido 43652:
Não atendimento deste pleito acarretará sérios problemas para a unidade no que se refere à manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão gerando uma dificuldade no fluxo de pagamento dos compromissos assumidos, pois despesas referentes ao ano de 2014 foram empenhadas no orçamento de 2015 em função da não liberação de limite orçamentário. Provocará também problemas na continuidade e conclusão de edificações que também foram prejudicadas pelo contingenciamento de 2014.
Justificativa do Pedido 43651:
O não atendimento do pedido de crédito poderá acarretar em caos no atendimento hospitalar, tendo em vista que os equipamentos e materiais que serão adquiridos são essenciais para o bom funcionamento do Hospital e para um melhor atendimento aos pacientes que chegam no Hospital já em casos de urgência. Por ser um Hospital de atendimento de média e alta complexidade.
Justificativa do Pedido 43648:
No caso do não atendimento do pleito do superávit financeiro, esta Universidade ficará com insuficiência de crédito para pagamento dos serviços de manutenção predial e de serviços terceirizados para o último trimestre de 2015, causando a descontinuidade e posterior paralização dos referidos serviços nesta Instituição.
Justificativa do Pedido 43645:
Pode comprometer a avaliação dos cursos de graduação, e o cumprimento de termo de ajuste de conduta assinado com o Ministério Público Federal.
Justificativa do Pedido 43639:
PARALIZAÇÃO DE OBRA DESTINADA A SALAS DE AULA E LABORATÓRIOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, PERTENCENTE AO NOVO CAMPUS IGARA, NA CIDADE DE CANOAS - RS.
Justificativa do Pedido 43577:
Comprometimento das melhorias previstas nos atendimentos ambulatoriais e de internação, bem como dos serviços administrativos prestados como apoio a assistência à saúde.
Justificativa do Pedido 43567:
O excesso de arrecadação não atendido vai gerar um pedido de orçamento com superávit no próximo período.E o superávit não atendido vai impactar nas despesas dos campi.
Justificativa do Pedido 43562:
Impossibilidade de pagamento das despesas com serviço de guarda e vigilância até o término do exercício de 2015 o que poderá motivar a interrupção do serviço.
Justificativa do Pedido 43550:
Caso o orçamento do superávit financeiro não seja aprovado os Câmpus/Reitoria ficarão impedidos de utilizar o financeiro já arrecadado em anos anteriores. Em relação ao excesso de arrecadação, o valor já arrecadado, referente a passagem de linha de transmissão pelo terreno do Câmpus Vacaria, deixará de ser utilizado pelo Câmpus, que necessita de veículo para poder realizar as atividades da Instituição, tendo em vista que o funcionamento do mesmo iniciou em 2015
Justificativa do Pedido 43548:
AÇÃO 20GK FONTE 281
Se o pleito não for atendido, principalmente a respeito da execução das bolsas, ocasionará um prejuízo no planejamento da PROPIT, pró-reitoria que submeteu os projetos à FAPESPA, entidade apoiadora, para as concessões de bolsas de mestrado e de iniciação científica, pois já há um público-alvo contemplado com esta ação, o que condiz com o objeto do convênio. Os alunos participantes do programa de pós-graduação deixarão de receber a bolsa.

AÇÃO 14XO FONTE 250 e FONTE 280

Os contratos para a manutenção predial de natureza constante, são de grande vulto e consomem parcela considerável do orçamento de custeio dessa IFES, sendo assim sem o atendimento do pleito esta IFES limitará sua capacidade de reforçar o seu orçamento.

Justificativa do Pedido 43516:

Câmara dos Deputados Comissões Especiais FL. 8496 31/08/2016 18:3

**Pedidos:** **44503**

O não atendimento do pleito ora solicitado implicará em sérios problemas para honrarmos os compromissos assumidos com as empresas contratadas para a prestação ou fornecimento de diversos serviços nos campi da UFRJ, podem com isso trazer atrasos nesses serviços ou nos fornecimentos, o que inviabilizariam as atividades desenvolvidas pelas unidades acadêmicas e administrativas.
Justificativa do Pedido 43514:
Vai impactar na execução das despesas correntes, em virtude do contingenciamento, pois esse valor irá suplementar os créditos orçamentários previstos para o custeio da entidade.
Justificativa do Pedido 43503:
O não atendimento do pleito implicará em prejuízos para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas desta Instituição de Ensino, impactando negativamente quantitativa e qualitativamente no nível das atividades da Instituição.
Justificativa do Pedido 43494:
O não atendimento do pleito impossibilitará a continuidade dos convênios firmados com execução e vigência em 2015 e ainda a incidência de juros e multas contratuais.
Justificativa do Pedido 43492:
Caso o pleito não seja atendido o IFAL não poderá efetuar o pagamento das bolsas de pesquisa, de 566 alunos que estão desenvolvendo trabalhos desde 2014, trazendo prejuízos para o processo de ensino aprendizagem, bem como o cumprimento do objeto do Convênio firmado com a Petrobras, no caso da solicitação de crédito por Superávit Financeiro na Fonte 681.
Para a solicitação de crédito para a Fonte 281, não sendo atendido, o IFAL não terá condições de cumprir as obrigações assumidas no convênio firmado com a Petrobras, trazendo prejuízos irreparáveis para a Instituição, impossibilitando a aquisição de bens e serviços, a realização de estudos e pesquisas, prejudicando alunos e servidores.
No pedido de crédito referente ao Superávit Financeiro na Fonte 650, o não atendimento trará prejuízos à implementação das atividades e de novas turmas dos câmpus da expansão no interior, reduzindo tanto a capacidade de matrículas, quanto a qualidade das aulas.
Justificativa do Pedido 43450:
O Não atendimento do pleito inviabilizara a manutenção da infra-estrutura da Universidade e de seus Campi e o desenvolvimento institucional, Prejudicando assim o atingimento da meta preestabelecida de 45.000 alunos matriculados na graduação e pós-graduação, proporcionando melhor qualidade das aulas aos alunos.
Justificativa do Pedido 43441:
O não atendimento do pedido impactará negativamente na execução da ação orçamentária, implicando em dificuldades para cobertura das despesas relativas à aditivos de obras decorrentes de serviços complementares e extraordinários nas construções para consolidação dos novos câmpus.
Justificativa do Pedido 43429:
Considerando que os créditos serão para modernização de laboratórios de ensino, da secretaria de informática e para atender a aquisição de mobiliário para servidores, a consequência será a obsolência de equipamentos e a falta de mobiliário para os servidores da instituição .
Justificativa do Pedido 43416:
Na restrição de aprovação e liberação do pleito solicitado o HCPA ficará inviabilizado de executar a programação das despesas de custeio previstas para o exercício de 2015, ocasionando a falta de estoques de materiais indispensáveis para a manutenção do atendimento médico e hospitalar ao pacientes em tratamento nesta Instituição. Assim como a geração de rompimentos de contratos de serviços firmados por atraso de pagamento de parcelas dos contratos. Ressalta-se ainda, que desde o mês de novembro de 2014, o HCPA tem mantido em atraso a dívida com fornecedores por um prazo superior a 60 (sessenta) dias, e por restrição de liberação de limite para empenho para utilizar-se a arrecadação do último trimestre de 2014, da fonte 0250, também ficamos com um valor de aproximadamente R$ 17 milhões em despesas efetivadas no exercício sem a cobertura de empenho prévio. Situação que tem se mantido até o encerramento do 1º quadrimestre de 2015, a qual o HCPA pretende atenuar com a liberação desta suplementação, acrescida e outro remanejamento do GND 4 para o GND 3, também provenientes da arrecadação da fonte 0250.
Justificativa do Pedido 43397:
Não teremos como realizar projetos essenciais para o alcance dos objetivos institucionais, bem como não haverá orçamento para a execução de serviços necessários à manutenção da Instituição, podendo afetar a qualidade dos produtos e serviços entregues à sociedade.
Justificativa do Pedido 43386:
Informamos que a não liberação solicitada inviabilizará a conclusão da obra referente a 1ª etapa de construção do Centro de Excelência em Energia do Acre - CEEAC, referente à Licitação RDC 05/2014. (Contrato 19/2014), em execução por esta unidade. (Fonte 281)
Não cumprimento de contrato assinado com a empresa executora da obra.
A não liberação do crédito solicitado implicará na descontinuidade das ações de modernização, revitalização e manutenção da infraestrutura já programados para o exercício 2015. (Fonte 650)
Justificativa do Pedido 43384:
Poderá prejudicar a Universidade no funcionamento das suas atividades fins.
Justificativa do Pedido 43349:
Não cumprimento dos convênios pela UFPR. Prejuízo nas pesquisas e desenvolvimento científico da instituição.
Justificativa do Pedido 43322:
O Não atendimento do pleito torna inexequível a manutenção de alguns serviços essenciais do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, inviabilizando a continuidade de contratos de prestação de serviços e o fornecimentos de alguns materiais, prejudicando especialmente o atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde.
Justificativa do Pedido 43321:
O não atendimento a esse pleito impactará a Instituição de forma muito negativa, principalmente com as penalidades possíveis prevista na legislação que trata Lei nº 8.666/86, quando as empresas que participaram e foram vencedoras do certame licitatórios tiverem a certeza que o IFRN não fará a sua contratação, isso é, apenas com relação as aquisições de materiais permanentes.
Com relação a despesas de custeio, que trata de contratos de despesas continuadas, esses poderão sofrerem atrasos no seus respectivos pagamentos correndo o risco corte o paralisação dos serviços.

Justificativa do Pedido 43295:
Algumas áreas de Ensino ficarão prejudicadas pela precariedade das suas instalações.
Justificativa do Pedido 43293:
Caso não seja atendido nosso pleito, não poderemos adquirir os materiais que são necessários para desenvolvimento de projetos executados com recursos próprios e de convenios com estado.
Justificativa do Pedido 43253:

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl.
31/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

O não atendimento afetará significativamente o desenvolvimento das atividades de funcionamento do IF Goiano, haja vista que espera-se com a liberação desse recurso proporcionar um incremento no número de matrículas na instituição.
Justificativa do Pedido 43192:
1 - O não atendimento do pedido impossibilitará o acesso de diversos estudantes nos projetos dos cursos de idiomas espanhol, francês, inglês e alemão pretendentes ao ingresso no programa Ciência sem Fronteiras.
2 - Considerando que os créditos serão para custear parte das despesas de apoio administrativo dos campi da UNIVASF, situados ma cidade de Petrolina-PE, o não atendimento do pedido poderá comprometer a execução do contrato nº 376/2012.
Justificativa do Pedido 43185:
Caso não sejamos atendidos em nossa solicitação pelo valor total, teremos sérias dificuldades para pagamento das provas do referido concurso público, evidentemente causando sérios transtornos irreparáveis à instituição.

Justificativa do Pedido 44337:
1) UO 26362 - O não atendimento do pleito compromete a prestação de serviços especializados de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial nas clínicas de oftalmologia (cirurgia de retina), urologia (cirurgia de próstata), otorrinolaringologia e hematologia.

2) UO 26363 - Em relação ao Hospital Polo, haverá comprometimento da prestação de serviços de saúde especializados de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial referentes às clínicas de ginecologia, obstetrícia, mastologia e neonatologia. No que tange ao Programa Rede Cegonha, o não atendimento do pleito prejudica o cuidado à gestante e ao recém-nascido, pois compromete o acesso e acolhimento na maternidade.

3) UO 26444 - O não atendimento do pleito prejudicará a execução de serviços de atenção à saúde, a nível ambulatorial e hospitalar, à população de Curitiba.

Justificativa do Pedido 44636:
Impossibilidade de cumprimento das obrigações pactuadas em convênios.

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Justificativa do Pedido 44469:
Não haverá reflexo.
Justificativa do Pedido 44314:

Justificativa do Pedido 43838:
Não haverá reflexo sobre o nível dos gastos fixos.
Justificativa do Pedido 43837:
Não há reflexo.
Justificativa do Pedido 43836:
Não haverá aumento nos gasto de custeio.
Justificativa do Pedido 43828:
Não haverá.
Justificativa do Pedido 43826:
Não haverá reflexo.
Justificativa do Pedido 43819:
Possibilitará reduzir, por menor que seja, o impacto do contingenciamento do orçamento do exercício de 2015.
Justificativa do Pedido 43817:
CONSIDERANDO QUE O PLEITO VISA ATENDER DESPESAS PREVISTAS NA LOA/2015 QUE SÃO INSUFICIENTES, ESTE CRÉDITO VISA COMPLEMENTAR AS DOTAÇÕES DE CUSTEIO PARA APOIAR AS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO, PESQUISA E CAPACITAÇÃO.
NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA NÃO ESTAVA PREVISTA AS DESPESAS COM CONVÊNIOS NA FONTE 281. NÃO OCASIONARÁ REFLEXO NOS GASTOS DE CUSTEIO DO ÓRGÃO, VISTO QUE TRATA-SE DE FONTE ESPECÍFICA DE CONVÊNIO.

Justificativa do Pedido 43812:
Os gastos previstos para conclusão do convênios, não elevarão significativamente os gastos totais previstos da programação orçamentária/2015.
Justificativa do Pedido 43811:
Não haverá reflexo nos gastos fixos de custeio deste órgão.
Justificativa do Pedido 43808:
Não haverá reflexo sobre o nível dos gastos de custeio da unidade
Justificativa do Pedido 43807:
O atendimento da demanda terá reflexos pouco significativos nos gastos de custeio.
Justificativa do Pedido 43803:

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 84 24/03/2016 13:

**Pedidos:** **44503**

Não há reflexos consideráveis.
Justificativa do Pedido 43792:
Não haverá impactos sobre as despesas de custeio, pois os recursos para o pagamento de energia elétrica servirão para complementar o pagamento de despesas já previstas no orçamento. Os equipamentos importados serão instalados em salas de aulas/laboratórios de pesquisas já instalados e não causarão impactos relevantes sobre o nível de gastos fixos.
Justificativa do Pedido 43780:
não há alterações nos gastos fixos da unidade
Justificativa do Pedido 43764:
Com o atendimento da demanda não haverá acréscimos de despesas de custeio além do previsto para manutenção dos câmpus e Reitoria.
Justificativa do Pedido 43763:
O aumento dos gastos fixos não será significativo para a instituição.
Justificativa do Pedido 43755:
Não haverá reflexos efetivos sobre os gastos fixos da Universidade, uma vez que trata-se de créditos de investimento a serem executados de forma pontual em 2015. De outra forma, a suplementação solicitada auxiliará a minimizar os efeitos do preeminente contingenciamento no Orçamento da UFABC a ser anunciado dentro de poucos dias por meio de Decreto de Programação Orçamentária e Financeira.
Justificativa do Pedido 43751:
Não haverá aumento no sobre o nível dos gastos de custeio, pois os serviços prestados serão financiados com superavit dos recursos diretamente arrecadados.
Justificativa do Pedido 43748:
NÃO HAVERÁ REFLEXOS SOBRE O NÍVEL DOS GASTOS DE CUSTEIO, POIS OS CURSOS E PROJETOS SERÃO FINANCIADOS COM O SUPERAVIT DOS RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS COM A REALIZAÇÃO DESSAS AÇÕES. ADEMAIS, PARTE DO CRÉDITO ATENDERÁ ÀS DESPESAS CENTRALIZADAS, NECESSÁRIAS AO FUNCIONAMENTO DA UFBA.
Justificativa do Pedido 43740:
Sendo disponibilizado, o montante será utilizado prioritariamente na obra do prédio da reitoria, que já foi contemplada pelo PPA vigente. Contudo, vale ressaltar que a entrega da obra implicará na ampliação do contrato de limpeza e da carga de energia elétrica, acarretando em um aumento de cerca de 6,5% desses contratos e 1% do custeio da UNIFEI.
Justificativa do Pedido 43734:
O atendimento da solicitação não afetará os gastos de custeio neste exercício.
Justificativa do Pedido 43726:
O atendimento da demanda não gerará outros gastos de custeio para a Universidade.
Justificativa do Pedido 43721:
não há alterações nos gastos fixos do hospital
Justificativa do Pedido 43719:
Os investimentos que ocorrerão com o atendimento do pleito da suplementação de créditos na GND 4 fornecerá equipamentos e novos espaços físicos para os docentes, que hoje ocupam salas improvisadas, e, portanto, não haverá grande impacto sobre o atual nível dos gastos em custeio da instituição.
Justificativa do Pedido 43716:
CONSIDERANDO QUE O PLEITO VISA A MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO, O ITEM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA REPRESENTA O PRÓPRIO INCREMENTO NO GASTO FIXO.
Justificativa do Pedido 43707:
Representará um reforço positivo no orçamento da Instituição.
Justificativa do Pedido 43706:
O pleito visa gastos com o desenvolvimento de pesquisas, aquisição de equipamentos de laboratório, manutenção geral dos campi e restaurantes. Neste caso específico, estes itens representam o próprio incremento no gasto fixo da Instituição.

Justificativa do Pedido 43699:
Excesso de Arrecadação da Fonte 0280: O recurso atenderá despesas de manutenção previstas e existentes no ano de 2015, não havendo expansão de despesas e reflexos nos exercícios seguintes.

Superávit Financeiro da Fonte 0680: O recurso atenderá despesas de manutenção previstas e existentes no ano de 2015, não havendo expansão de despesas e reflexos nos exercícios seguintes.

Superávit Financeiro da Fonte 0650: O recurso atenderá despesas de manutenção previstas e existentes no ano de 2015, não havendo expansão de despesas e reflexos nos exercícios seguintes.
Justificativa do Pedido 43694:
Fonte 281 - haverá aumento pelo pagamento de bolsas aos respectivos bolsistas.
Fonte 650 - Não haverá aumento significativo nos níveis dos gastos de custeio uma vez que este crédito orçamentário vai ser utilizado para bancar os gastos que seriam suportados pelo orçamento da Matriz do Instituto que tem previsão de ser contingenciado.
Justificativa do Pedido 43691:
Não haverá impacto nos gastos fixos da instituição.
Justificativa do Pedido 43690:
Não há.
Justificativa do Pedido 43689:
Os recursos visam o atendimento a serviços e despesas de caráter continuado, necessárias ao desenvolvimento e continuidade das atividades nas novas unidades deste Instituto.
Justificativa do Pedido 43685:
Tendo em vista que a conclusão das construções/reformas/ampliações nas instalações das unidades acadêmicas e administrativas somente ocorrerão no final de 2015, não haverá acréscimo nos gasto de custeio neste exercício. Os gastos em custeio

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fls. 829



Abril de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL – SUP Quarta-feira 20 9174

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

para a manutenção em 2016, serão objeto de programação e inclusão no orçamento do exercício de 2016.
Justificativa do Pedido 43684:
o único gasto que trará algum impacto no custeio será as aquisições de equipamentos que na sua maioria utilizam energia elétrica , porém de maneira insignificante pois se tratam de maquinas novas e com baixa capacidade de consumo.
Justificativa do Pedido 43683:
A implantação dos Campi Avançados atende a política de Expansão da Educação Profissional proposta pelo Governo Federal e certamente com estas Unidades em funcionamento haverá um crescimento no nível dos gastos de custeio deste órgão. São 06 (seis) unidades em funcionamento e sem previsão orçamentária para sua manutenção, as despesas com água, luz, telefone, internet, material de consumo, apoio aos estudantes, provocarão um aumento das despesas de custeio.
Justificativa do Pedido 43680:
Tendo em vista o não-oferecimento de dotações do próprio Órgão, tais reflexos não serão verificados.

Justificativa do Pedido 43677:
O atendimento da demanda não causará reflexos no nível de gastos fixos, tendo em vista que trata-se de aquisição de equipamentos, aquisição de imóvel, restauração de prédio, obras, que, quando da necessidade de manutenção, os recursos serão disponibilizados através de recursos próprios da Universidade, não havendo necessidade de captação em outras fontes de financiamento.
Justificativa do Pedido 43670:
A solicitação visa aquisição de materiais de consumo sendo estes itens a representação do próprio incremento no gasto de custeio. E a aquisição de equipamentos visa à substituição dos existentes não provocando aumento no gasto de custeio. Dessa forma, não haverá aumento sobre os gastos de custeio ligados ao funcionamento do IFTM.
Justificativa do Pedido 43669:
NÃO SE APLICA.
Justificativa do Pedido 43652:
O atendimento não aumentará o nível de gastos de custeio, pois estes recursos serão utilizados na quitação de compromissos atrasados em função dos recursos não liberados em 2014 e da demora da aprovação da lei orçamentária de 2015, e também das consequência do ajuste fiscal que provocará redução do orçamento de 2015.

Justificativa do Pedido 43651:
Não haverá reflexos por se tratar de despesa custeada com recursos provenientes da Secretaria Municipal de Saúde (SECSAU), do município de Petrolina/PE, por conta do Convênio firmado com o Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.
Justificativa do Pedido 43648:
Também não haverá aumento nos gastos com custeio da unidade, considerando que todos os recursos são para cobrir despesas de funcionamento contratados.
Justificativa do Pedido 43645:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43639:
COM O TÉRMINO DA OBRA, DE DURAÇÃO PREVISTA DE 04 ANOS, O FUNCIONAMENTO DO PRÉDIC EXIGIRÃO MÃO-DE-OBRA DE LIMPEZA,VIGILÂNCIA E DESPESAS DE MANUTENÇÃO.
Justificativa do Pedido 43577:
Será mínima. Considerando-se que o montante de recursos que serão aplicados e os tipos de equipamentos, alguns para reposição, não causarão grandes alterações nos gastos fixos.

Justificativa do Pedido 43567:
Vamos continuar exercendo o planejamento sobre execução de despesa.
Justificativa do Pedido 43562:
Considerando que o pleito visa a realização de despesa de manutenção da Instituição, o pagamento de tal despesas representa o próprio incremento no gastos fixos da Universidade.
Justificativa do Pedido 43550:
Com a aquisição do veículo, haverá acréscimo nos gastos fixos do câmpus, porém, o valor do combustível a ser utilizado no veículo que se pretende adquirir com o valor já arrecadado pode-se considerar irrisório para o ano de 2015, em torno de R$ 1.700,00, eis que ainda precisamos fazer o processo licitatório e depois aguardar o prazo de entrega. Em relação ao valor do superávit, os mesmos serão utilizados para custear despesas com alimentos para animais, nos Câmpus que possuem ensino agrícola e na Reitoria o valor será utilizado para custear despesas de cursos de concursos de servidores que trabalham nos processos seletivos para ingresso na Instituição, que serão realizados em 2015
Justificativa do Pedido 43548:
AÇÃO 20GK FONTE 281
Não ocorrerão reflexos significativos, tendo em vista que o orçamento da fonte 281 é de vinculação obrigatória e já há um planejamento para essa despesa, levando em conta a sua finalidade, a qual não comprometerá a execução de outras despesas.

AÇÃO 14XO FONTE 250 e FONTE 280

Os valores a serem creditados permitirão reforços nos empenhos existentes para a devida manutenção.

Justificativa do Pedido 43516:
Acreditamos que não haverá reflexo nos gastos de Custeio, pois, trata-se justamente de uma solicitação de suplementação para reforçar a saldo de créditos orçamentários de Custeio de modo que possamos realizar os pagamentos às empresas prestadoras de serviços diversas.
Justificativa do Pedido 43514:

Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais 31/03/2016 18:32 842

**Pedidos:** **44503**

NÃO SE APLICA
Justificativa do Pedido 43503:
A repercussão sobre o nível de gastos fixos, no corrente exercício, será equivalente ao próprio incremento do custeio, a partir dos serviços contratados.
Justificativa do Pedido 43494:
Não haverá aumento da demanda no nível de gasto da UFPel.
Justificativa do Pedido 43492:
Não haverá reflexo em relação ao nível de gasto fixo.
Justificativa do Pedido 43450:
Não há repercussão nos gastos fixos, porque a maioria dos recursos sérá para atender despesas correntes/Custeio. As aquisições de equipamentos de informatica serão para substituição de equipamentos antigos e em muitos casos irá reduzir as despesas com manutenção.
Justificativa do Pedido 43441:
Não há reflexo no nível dos gastos de custeio.
Justificativa do Pedido 43429:
Redução dos custos de manutenção e vibialização das atividades de servidores e para atender os diversos laboratórios de ensino e secretaria de informática.
Justificativa do Pedido 43416:
Não há previsão de reflexos no nível dos gastos de custeio do HCPA, visto que não há projeção de aumentarem-se os quantitativos e valores de materiais de consumo e de serviços de terceiros, em função da liberação deste crédito, já que se trata de uma necessidade para cobrir os gastos já projetados no Fluxo Orçamentário da Instituição, para o GND 3, por outro lado a não liberação do crédito solicitado, também não ocasionará uma possibilidade de qualquer redução no nível dos gastos de custeio, apenas aumentará o valor da dívida sem cobertura de empenho prévio.
Justificativa do Pedido 43397:
Não haverá impacto no custo fixo da Universidade.
Justificativa do Pedido 43386:
Informamos que os gastos com despesas de custeio estão previstos no planejamento da instituição, não causando grande impacto nas suas despesas.
Justificativa do Pedido 43384:
Com o atendimento haverá complementação no pagamento dos gastos.
Justificativa do Pedido 43349:
O atendimento desta demanda não gera gastos fixos futuros. Ela contribui para a manutenção das pesquisas em andamento, aliviando as despesas por parte do tesouro nacional.
Justificativa do Pedido 43322:
Não há repercussão nos gastos fixos, por se tratar de despesas correntes/Custeio.
Justificativa do Pedido 43321:
O Atendimento de pleito implicara em redução dos gastos correntes da Instituição, considerando o o maior volume dos recursos solicitados, será destinado a aquisição material permanente com Projeto de Instalação de Micro Gerador Fotovoltaico, para demanda de geração de 25 kWp(+10), que totaliza o montante de R$ 2.664.000,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil), na aquisição de 12 unidades para os diversos campi.
Considerando que parte dos recursos solicitado será destinado ao custeio da Instituição, esse alocação é para garantir os pagamentos de todos os contratos vigente na Instituição.
Justificativa do Pedido 43295:
Trata-se de despesas correntes com um impacto pequeno no custeio da Instituição.
Justificativa do Pedido 43293:
Os gastos de custeio não sofrerão impactos significativos com o resultado desta operação.
Justificativa do Pedido 43253:
O Atendimento da solicitação proporcionará o aumento de pelo menos mais 300 matriculas na instituição, o incremento do funcionamento dos laboratórios da Instituição e também a oferta de cursos FIC para a comunidade em Geral.
Justificativa do Pedido 43192:
1 - Não haverá reflexos por se tratar de despesa custeada com recursos da prorrogação do Convênio firmado com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.
2 - Não haverá aumento sobre gastos de custeio, considerando que os valores do contrato nº 376/2012 - Apoio Administrativo já estavam previstos no planejamento da instituição.
Justificativa do Pedido 43185:
O nível o gasto fixo não será de grande volume, tendo em vista que o concurso será único no presente exercício.
Justificativa do Pedido 44134:
O ATENDIMENTO DESTA SOLICITAÇÃO NÃO APRESENTARÁ REFLEXOS SOBRE OS GASTOS DE CUSTEIO FIXO NO QUE DIZ RESPEITO AO FUNCIONAMENTO EM NOSSA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA.
Justificativa do Pedido 44071:
Os recursos de custeio pleiteados serão destinados ao aporte orçamentário para cumprimento de obrigações contratuais de locação de mão-de-obra, despesa fixa, serviços de publicação legal e aquisição de material de consumo para laboratório e suprimento de informática.
339000 1.000.000,00
Aporte para cumprimento de contratação de limpeza, vigilância, copeiragem, condução veicular para os campi Cocal, Oeiras, Valença, São João, Campo Maior 339037 548.000,00
Aporte para aquisição de insumos para laboratório e material elétrico e hidráulico, de expediente e suprimento de informática todos os campi 339030 137.000,00
Aporte para cumprimento de despesas com energia, água, telefonia, internet, imprensa nacional, locação de equipamento, manutenção frota, todos os campi 339039 315.000,00

Os recursos de capital serão empregados na substituição de equipamentos laboratoriais e administrativos que apresentem desempenho de funcionamento e de consumo incompatível com os critérios do plano de combate ao desperdício "De zero ao Desperdício".

Câmara dos Deputados
Coordenação de Comissões Especiais
Fl. 83
31/03/2016 18:37

**Pedidos: 44503**

449000 636.000,00
449052 636.000,00

449000 636.000,00
Justificativa do Pedido 44061:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 44045:
Não haverá reflexo sobre o nível dos gastos fixos.
Justificativa do Pedido 43907:
Não há
Justificativa do Pedido 43900:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43852:
As obras propostas repercutirão nos gastos fixos, aumentando-os, e serão suportados através dos recursos que são autorizados na LOA a título de custeio.
Justificativa do Pedido 43850:
O reflexo do atendimento impactará sobre o nível de gastos, no entanto, o mesmo já tem previsão na fonte própria, sendo que, com o incremento, estima-se o crescimento de sua arrecadação, auto-sustentando esse investimento.
Justificativa do Pedido 43716:
CONSIDERANDO QUE O PLEITO VISA A MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO, O ITEM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA REPRESENTA O PRÓPRIO INCREMENTO NO GASTO FIXO.
Justificativa do Pedido 43192:
1 - Não haverá reflexos por se tratar de despesa custeada com recursos da prorrogação do Convênio firmado com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.
2 - Não haverá aumento sobre gastos de custeio, considerando que os valores do contrato nº 376/2012 - Apoio Administrativo já estavam previstos no planejamento da instituição.
Justificativa do Pedido 43670:
A solicitação visa aquisição de materiais de consumo sendo estes itens a representação do próprio incremento no gasto de custeio. E a aquisição de equipamentos visa à substituição dos existentes não provocando aumento no gasto de custeio. Dessa forma, não haverá aumento sobre os gastos de custeio ligados ao funcionamento do IFTM.
Justificativa do Pedido 43819:
Possibilitará reduzir, por menor que seja, o impacto do contingenciamento do orçamento do exercício de 2015.
Justificativa do Pedido 43819:
Possibilitará reduzir, por menor que seja, o impacto do contingenciamento do orçamento do exercício de 2015.
Justificativa do Pedido 43492:
Não haverá reflexo em relação ao nível de gasto fixo.
Justificativa do Pedido 44134:
O ATENDIMENTO DESTA SOLICITAÇÃO NÃO APRESENTARÁ REFLEXOS SOBRE OS GASTOS DE CUSTEIO FIXO NO QUE DIZ RESPEITO AO FUNCIONAMENTO EM NOSSA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA.
Justificativa do Pedido 44071:
Os recursos de custeio pleiteados serão destinados ao aporte orçamentário para cumprimento de obrigações contratuais de locação de mão-de-obra, despesa fixa, serviços de publicação legal e aquisição de material de consumo para laboratório e suprimento de informática.
339000 1.000.000,00
Aporte para cumprimento de contratação de limpeza, vigilância, copeiragem, condução veicular para os campi Cocal, Oeiras, Valença, São João, Campo Maior 339037 548.000,00
Aporte para aquisição de insumos para laboratório e material elétrico e hidráulico, de expediente e suprimento de informática todos os campi 339030 137.000,00
Aporte para cumprimento de despesas com energia, água, telefonia, internet, imprensa nacional, locação de equipamento, manutenção frota, todos os campi 339039 315.000,00

Os recursos de capital serão empregados na substituição de equipamentos laboratoriais e administrativos que apresentem desempenho de funcionamento e de consumo incompatível com os critérios do plano de combate ao desperdício "Dê Zero ao Desperdício".
449000 636.000,00
449052 636.000,00

449000 636.000,00
Justificativa do Pedido 44061:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 44045:
Não haverá reflexo sobre o nível dos gastos fixos.
Justificativa do Pedido 43907:
Não há
Justificativa do Pedido 43900:

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 94
22/03/2016 18:3

Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43852:
As obras propostas repercutirão nos gastos fixos, aumentando-os, e serão suportados através dos recursos que são autorizados na LOA a título de custeio.
Justificativa do Pedido 43850:
O reflexo do atendimento impactará sobre o nível de gastos, no entanto, o mesmo já tem previsão na fonte própria, sendo que, com o incremento, estima-se o crescimento de sua arrecadação, auto-sustentando esse investimento.
Justificativa do Pedido 43838:
Não haverá reflexo sobre o nível dos gastos fixos.
Justificativa do Pedido 43837:
Não há reflexo.
Justificativa do Pedido 43836:
Não haverá aumento nos gasto de custeio.
Justificativa do Pedido 43828:
Não haverá.
Justificativa do Pedido 43826:
Não haverá reflexo.
Justificativa do Pedido 43819:
Possibilitará reduzir, por menor que seja, o impacto do contingenciamento do orçamento do exercício de 2015.
Justificativa do Pedido 43817:
CONSIDERANDO QUE O PLEITO VISA ATENDER DESPESAS PREVISTAS NA LOA/2015 QUE SÃO INSUFICIENTES, ESTE CRÉDITO VISA COMPLEMENTAR AS DOTAÇÕES DE CUSTEIO PARA APOIAR AS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO, PESQUISA E CAPACITAÇÃO.
NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA NÃO ESTAVA PREVISTA AS DESPESAS COM CONVÊNIOS NA FONTE 281. NÃO OCASIONARÁ REFLEXO NOS GASTOS DE CUSTEIO DO ÓRGÃO, VISTO QUE TRATA-SE DE FONTE ESPECÍFICA DE CONVÊNIO.

Justificativa do Pedido 43812:
Os gastos previstos para conclusão do convênios, não elevarão significativamente os gastos totais previstos da programação orçamentária/2015.
Justificativa do Pedido 43811:
Não haverá reflexo nos gastos fixos de custeio deste órgão.
Justificativa do Pedido 43808:
Não haverá reflexo sobre o nível dos gastos de custeio da unidade
Justificativa do Pedido 43807:
O atendimento da demanda terá reflexos pouco significativos nos gastos de custeio.
Justificativa do Pedido 43803:
Não há reflexos consideráveis.
Justificativa do Pedido 43792:
Não haverá impactos sobre as despesas de custeio, pois os recursos para o pagamento de energia elétrica servirão para complementar o pagamento de despesas já previstas no orçamento. Os equipamentos importados serão instalados em salas de aulas/laboratórios de pesquisas já instalados e não causarão impactos relevantes sobre o nível de gastos fixos.
Justificativa do Pedido 43780:
não há alterações nos gastos fixos da unidade
Justificativa do Pedido 43764:
Com o atendimento da demanda não haverá acréscimos de despesas de custeio além do previsto para manutenção dos câmpus e Reitoria.
Justificativa do Pedido 43763:
O aumento dos gastos fixos não será significativo para a instituição.
Justificativa do Pedido 43755:
Não haverá reflexos efetivos sobre os gastos fixos da Universidade, uma vez que trata-se de créditos de investimento a serem executados de forma pontual em 2015. De outra forma, a suplementação solicitada auxiliará a minimizar os efeitos do preeminente contingenciamento no Orçamento da UFABC a ser anunciado dentro de poucos dias por meio de Decreto de Programação Orçamentária e Financeira.
Justificativa do Pedido 43751:
Não haverá aumento no sobre o nível dos gastos de custeio, pois os serviços prestados serão financiados com superavit dos recursos diretamente arrecadados.
Justificativa do Pedido 43748:
NÃO HAVERÁ REFLEXOS SOBRE O NÍVEL DOS GASTOS DE CUSTEIO, POIS OS CURSOS E PROJETOS SERÃO FINANCIADOS COM O SUPERAVIT DOS RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS COM A REALIZAÇÃO DESSAS AÇÕES. ADEMAIS, PARTE DO CRÉDITO ATENDERÁ AS DESPESAS CENTRALIZADAS, NECESSÁRIAS AO FUNCIONAMENTO DA UFBA.
Justificativa do Pedido 43740:
Sendo disponibilizado, o montante será utilizado prioritariamente na obra do prédio da reitoria, que já foi contemplada pelo PPA vigente. Contudo, vale ressaltar que a entrega da obra implicará na ampliação do contrato de limpeza e da carga de energia elétrica, acarretando em um aumento de cerca de 6,5% desses contratos e 1% do custeio da UNIFEI.
Justificativa do Pedido 43734:



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 94

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44503**

O atendimento da solicitação não afetará os gastos de custeio neste exercício.
Justificativa do Pedido 43726:
O atendimento da demanda não gerará outros gastos de custeio para a Universidade.
Justificativa do Pedido 43721:
não há alterações nos gastos fixos do hospital
Justificativa do Pedido 43719:
Os investimentos que ocorrerão com o atendimento do pleito da suplementação de créditos na GND 4 fornecerá equipamentos e novos espaços físicos para os docentes, que hoje ocupam salas improvisadas, e, portanto, não haverá grande impacto sobre o atual nível dos gastos em custeio da instituição.
Justificativa do Pedido 43716:
CONSIDERANDO QUE O PLEITO VISA A MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO, O ITEM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA REPRESENTA O PRÓPRIO INCREMENTO NO GASTO FIXO.
Justificativa do Pedido 43707:
Representará um reforço positivo no orçamento da Instituição.
Justificativa do Pedido 43706:
O pleito visa gastos com o desenvolvimento de pesquisas, aquisição de equipamentos de laboratório, manutenção geral dos campi e restaurantes. Neste caso específico, estes itens representam o próprio incremento no gasto fixo da Instituição.

Justificativa do Pedido 43699:
Excesso de Arrecadação da Fonte 0280: O recurso atenderá despesas de manutenção previstas e existentes no ano de 2015, não havendo expansão de despesas e reflexos nos exercícios seguintes.

Superávit Financeiro da Fonte 0680: O recurso atenderá despesas de manutenção previstas e existentes no ano de 2015, não havendo expansão de despesas e reflexos nos exercícios seguintes.

Superávit Financeiro da Fonte 0650: O recurso atenderá despesas de manutenção previstas e existentes no ano de 2015, não havendo expansão de despesas e reflexos nos exercícios seguintes.
Justificativa do Pedido 43694:
Fonte 281 - haverá aumento pelo pagamento de bolsas aos respectivos bolsistas.
Fonte 650 - Não haverá aumento significativo nos níveis dos gastos de custeio uma vez que este crédito orçamentário vai ser utilizado para bancar os gastos que seriam suportados pelo orçamento da Matriz do Instituto que tem previsão de ser contingenciado.
Justificativa do Pedido 43691:
Não haverá impacto nos gastos fixos da instituição.
Justificativa do Pedido 43690:
Não há.
Justificativa do Pedido 43689:
Os recursos visam o atendimento a serviços e despesas de caráter continuado, necessárias ao desenvolvimento e continuidade das atividades nas novas unidades deste Instituto.
Justificativa do Pedido 43685:
Tendo em vista que a conclusão das construções/reformas/ampliações nas instalações das unidades acadêmicas e administrativas somente ocorrerão no final de 2015, não haverá acréscimo nos gasto de custeio neste exercício. Os gastos em custeio para a manutenção em 2016, serão objeto de programação e inclusão no orçamento do exercício de 2016.
Justificativa do Pedido 43684:
o único gasto que trará algum impacto no custeio será as aquisições de equipamentos que na sua maioria utilizam energia elétrica , porém de maneira insignificante pois se tratam de maquinas novas e com baixa capacidade de consumo.
Justificativa do Pedido 43683:
A implantação dos Campi Avançados atende a política de Expansão da Educação Profissional proposta pelo Governo Federal e certamente com estas Unidades em funcionamento haverá um crescimento no nível dos gastos de custeio deste órgão. São 06 (seis) unidades em funcionamento e sem previsão orçamentária para sua manutenção, as despesas com água, luz, telefone, internet, material de consumo, apoio aos estudantes, provocarão um aumento das despesas de custeio.
Justificativa do Pedido 43680:
Tendo em vista o não-oferecimento de dotações do próprio Órgão, tais reflexos não serão verificados.

Justificativa do Pedido 43677:
O atendimento da demanda não causará reflexos no nível de gastos fixos, tendo em vista que trata-se de aquisição de equipamentos, aquisição de imóvel, restauração de prédio, obras, que, quando da necessidade de manutenção, os recursos serão disponibilizados através de recursos próprios da Universidade, não havendo necessidade de captação em outras fontes de financiamento.
Justificativa do Pedido 43670:
A solicitação visa aquisição de materiais de consumo sendo estes itens a representação do próprio incremento no gasto de custeio. E a aquisição de equipamentos visa à substituição dos existentes não provocando aumento no gasto de custeio. Dessa forma, não haverá aumento sobre os gastos de custeio ligados ao funcionamento do IFTM.
Justificativa do Pedido 43669:
NÃO SE APLICA.
Justificativa do Pedido 43652:
O atendimento não aumentará o nível de gastos de custeio, pois estes recursos serão utilizados na quitação de compromissos atrasados em função dos recursos não liberados em 2014 e da demora da aprovação da lei orçamentária de 2015 e também das consequência do ajuste fiscal que provocará redução do orçamento de 2015.

Câmara dos Deputados
Coordenação de Edições
FL. 31/03/2016 18:

**Pedidos:** **44503**

Justificativa do Pedido 43651:
Não haverá reflexos por se tratar de despesa custeada com recursos provenientes da Secretaria Municipal de Saúde (SECSAU), do município de Petrolina/PE, por conta do Convênio firmado com o Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.
Justificativa do Pedido 43648:
Também não haverá aumento nos gastos com custeio da unidade, considerando que todos os recursos são para cobrir despesas de funcionamento contratados.
Justificativa do Pedido 43645:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43639:
COM O TÉRMINO DA OBRA, DE DURAÇÃO PREVISTA DE 04 ANOS, O FUNCIONAMENTO DO PRÉDIO EXIGIRÃO MÃO-DE-OBRA DE LIMPEZA,VIGILÂNCIA E DESPESAS DE MANUTENÇÃO.
Justificativa do Pedido 43577:
Será mínima. Considerando-se que o montante de recursos que serão aplicados e os tipos de equipamentos, alguns para reposição, não causarão grandes alterações nos gastos fixos.

Justificativa do Pedido 43567:
Vamos continuar exercendo o planejamento sobre execução de despesa.
Justificativa do Pedido 43562:
Considerando que o pleito visa a realização de despesa de manutenção da Instituição, o pagamento de tal despesas representa o próprio incremento no gastos fixos da Universidade.
Justificativa do Pedido 43550:
Com a aquisição do veículo, haverá acréscimo nos gastos fixos do câmpus, porém, o valor do combustível a ser utilizado no veículo que se pretende adquirir com o valor já arrecadado pode-se considerar irrisório para o ano de 2015, em torno de R$ 1.700,00, eis que ainda precisamos fazer o processo licitatório e depois aguardar o prazo de entrega. Em relação ao valor do superávit, os mesmos serão utilizados para custear despesas com alimentos para animais, nos Câmpus que possuem ensino agrícola e na Reitoria o valor será utilizado para custear despesas de cursos de concursos de servidores que trabalham nos processos seletivos para ingresso na Instituição, que serão realizados em 2015
Justificativa do Pedido 43548:
AÇÃO 20GK FONTE 281
Não ocorrerão reflexos significativos, tendo em vista que o orçamento da fonte 281 é de vinculação obrigatória e já há um planejamento para essa despesa, levando em conta a sua finalidade, a qual não comprometerá a execução de outras despesas.

AÇÃO 14XO FONTE 250 e FONTE 280

Os valores a serem creditados permitirão reforços nos empenhos existentes para a devida manutenção.

Justificativa do Pedido 43516:
Acreditamos que não haverá reflexo nos gastos de Custeio, pois, trata-se justamente de uma solicitação de suplementação para reforçar a saldo de créditos orçamentários de Custeio de modo que possamos realizar os pagamentos às empresas prestadoras de serviços diversas.
Justificativa do Pedido 43514:
NÃO SE APLICA
Justificativa do Pedido 43503:
A repercussão sobre o nível de gastos fixos, no corrente exercício, será equivalente ao próprio incremento do custeio, a partir dos serviços contratados.
Justificativa do Pedido 43494:
Não haverá aumento da demanda no nível de gasto da UFPel.
Justificativa do Pedido 43492:
Não haverá reflexo em relação ao nível de gasto fixo.
Justificativa do Pedido 43450:
Não há repercussão nos gastos fixos, porque a maioria dos recursos sérá para atender despesas correntes/Custeio. As aquisições de equipamentos de informatica serão para substituição de equipamentos antigos e em muitos casos irá reduzir as despesas com manutenção.
Justificativa do Pedido 43441:
Não há reflexo no nível dos gastos de custeio.
Justificativa do Pedido 43429:
Redução dos custos de manutenção e vibialização das atividades de servidores e para atender os diversos laboratórios de ensino e secretaria de informática.
Justificativa do Pedido 43416:
Não há previsão de reflexos no nível dos gastos de custeio do HCPA, visto que não há projeção de aumentarem-se os quantitativos e valores de materiais de consumo e de serviços de terceiros, em função da liberação deste crédito, já que se trata de uma necessidade para cobrir os gastos já projetados no Fluxo Orçamentário da Instituição, para o GND 3, por outro lado a não liberação do crédito solicitado, também não ocasionará uma possibilidade de qualquer redução no nível dos gastos de custeio, apenas aumentará o valor da dívida sem cobertura de empenho prévio.
Justificativa do Pedido 43397:
Não haverá impacto no custo fixo da Universidade.
Justificativa do Pedido 43386:
Informamos que os gastos com despesas de custeio estão previstos no planejamento da instituição, não causando grande impacto nas suas despesas.

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 825
31/03/2016 18:37



Abril de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL – SUP Quarta-feira 20 9180

**Pedidos:** **44503**

Justificativa do Pedido 43384:
Com o atendimento haverá complementação no pagamento dos gastos.
Justificativa do Pedido 43349:
O atendimento desta demanda não gera gastos fixos futuros. Ela contribui para a manutenção das pesquisas em andamento, aliviando as despesas por parte do tesouro nacional.
Justificativa do Pedido 43322:
Não há repercussão nos gastos fixos, por se tratar de despesas correntes/Custeio.
Justificativa do Pedido 43321:
O Atendimento de pleito implicara em redução dos gastos correntes da Instituição, considerando o o maior volume dos recursos solicitados, será destinado a aquisição material permanente com Projeto de Instalação de Micro Gerador Fotovoltaico, para demanda de geração de 25 kWp(+10), que totaliza o montante de R$ 2.664.000,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil), na aquisição de 12 unidades para os diversos campi.
Considerando que parte dos recursos solicitado será destinado ao custeio da Instituição, esse alocação é para garantir os pagamentos de todos os contratos vigente na Instituição.
Justificativa do Pedido 43295:
Trata-se de despesas correntes com um impacto pequeno no custeio da Instituição.
Justificativa do Pedido 43293:
Os gastos de custeio não sofrerão impactos significativos com o resultado desta operação.
Justificativa do Pedido 43253:
O Atendimento da solicitação proporcionará o aumento de pelo menos mais 300 matriculas na instituição, o incremento do funcionamento dos laboratórios da Instituição e também a oferta de cursos FIC para a comunidade em Geral.
Justificativa do Pedido 43192:
1 - Não haverá reflexos por se tratar de despesa custeada com recursos da prorrogação do Convênio firmado com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.
2 - Não haverá aumento sobre gastos de custeio, considerando que os valores do contrato nº 376/2012 - Apoio Administrativo já estavam previstos no planejamento da instituição.
Justificativa do Pedido 43185:
O nível o gasto fixo não será de grande volume, tendo em vista que o concurso será único no presente exercício.
Justificativa do Pedido 44337:
Não há.
Justificativa do Pedido 44636:
Não se aplica.

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Outras informações consideradas relevantes**

Justificativa do Pedido 44469:
Os recursos serão utilizados para atender às seguintes necessidades de equipamentos e material permanente. Para compor a Unidade de Fisioterapia: 6 Ventiladores BIPAP X R$ 17.000,00 = R$ 102.000,00; 3 Ventiladores CPAP X R$ 44.200,00 = R$ 132.600,00; 5 Sistemas de Compressão de Membros (Antibióticos) X R$ 8.500,00 = R$ 42.500,00; 5 Aspiradores Cirúrgicos Portáteis X R$ 2.315,52= R$ 11.577,60; 5 Espirômetros X R$ 20.000,00=R$ 100.000,00; 3 Cuffômetros X R$ 2.075,00 = R$ 6.225,00; 2 Ventilômetros X R$ 17.780,00= R$35.560,00; 4 Manovacuômetros X R$ 1.738,75 = R$ 6.955,00; 35 Oximetros de Pulso Portáteis X R$ 816,64 = R$ 28.282,40, objetivando agilizar o processo de atendimento junto à clientela atendida.
|51583275134 - EDUARDO AUGUSTO DE ABREU COSTA|
Justificativa do Pedido 44314:

Justificativa do Pedido 43838:
Os recursos serão aplicados em despesas com serviços de energia elétrica, água e imprensa nacional.
Energia elétrica: R$ 2.000.000,00
Água: R$ 500.000,00
Imprensa Nacional: R$ 283.000,00
|23471123687 - ALFREDO ALEXANDRE ALMEIDA SANTOS FERRÃO|
Justificativa do Pedido 43837:
Excesso de Arrecadação - Fonte 0250000000 - R$ 10.000,00
Aquisição de material de consumo (339030) - R$ 5.000,00
Aquisição de material de escritório (449052) - R$ 5.000,00

Superávit Financeiro - Fonte 650000000 - R$ 42.000,00
Aquisição de material de consumo (339030) - 15.000,00
Aquisição de material de escritório (449052) - 8.570,61
Aquisição de equipamentos de processamento de dados (449052) - 18.429,39

33591334200 - EDNA MARIA PESSOA VASQUES|
Justificativa do Pedido 43836:

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 836
31/03/2016 18:37



9181 Quarta-feira 20 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL – SUP Abril de 2016

1. Fonte: 696: R$ 3.000,00 (três mil reais).
 1. Natureza de despesa 449000.
  i. Material Permanente: R$ 3.000,00.
2. Fonte 681: R$ 32.000,00 (trinta e dois mil).
 1. Natureza de despesa 449000.
  i. Material Permanente: 32.000,00
3. Fonte 680: R$ 31.000,00 (trinta e um mil).
 1. Natureza de despesa 339000
  i. Custeio Geral: R$ 15.500,00
 2. Natureza de despesa 449000
  i. Material Permanente: 15.500,00
4. Fonte: 250: R$ 99.140,00 (noventa e nove mil cento e quarenta reais).
 1. Natureza de despesa 339000.
  i. Custeio Geral: R$ 68.000,00
 2. Natureza de despesa 449000.
  i. Material Permanente: R$ 31.140,00

|41043251200 - FABIO MENEZES DE SOUZA|
Justificativa do Pedido 43828:
Devido ao aumento nas despesas de custeio para o ano de 2015, principalmente devido ao contigenciamento de recursos da LOA 2014 o que impossibilitou o empenho de despesas referentes aos meses de novembro e dezembro de 2014 sendo necessário empenhá-las com os recursos de 2015. Causando um déficit maior para o exercício atual.
Segue abaixo o gasto previsto para 2015 com a real necessidade para ano e a importância de ser suplementando esse superávit afim de amenizar essa insuficiência de dotação orçamentária para o ano.
Matriz Andifes + Reuni Despesas Previstas 2015 Empenhado Dívida acumulada Crédito suplementar para fechar o ano 2015
40.140.381,00 55.000.000,00 13.200.555,27 3.556.530,00 18.416.149,00

|00639202128 - DENISE PINHO PEREIRA|
Justificativa do Pedido 43826:
A suplementação será utilizada no pagamento de despesas administrativas, não relacionadas à manutenção da universidade, tendo em vista o crescimento da universidade e a diminuição de 2,08% do orçamento de 2015 em relação ao de 2014. As despesas serão direcionadas às atividades da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, considerando o fato de ter sido a unidade geradora da Receita.

Complementar teto de diárias e passagens capacitação - R$ 15.000,00
Pagamento de inscrições de capacitação - R$ 10.000,00
Pagamento de gratificação por encargo de curso e concurso - R$ 6.646,00

|00658923994 - FABIANA MIRANDA REIS DE CARVALHO|
Justificativa do Pedido 43819:
A abertura de crédito no montante de R$ 568.000,00 (Ação 20RL) se destina à complementação da cobertura das despesas com a contratação de empresas terceirizadas (limpeza, vigilância e mão-de-obra) e energia elétrica das unidades do IFRO. Os créditos no montante de 500.000,00 (Ação 2994) se destinam à complementação dos créditos destinados a cobertura dos programas de Assistência ao Educando no âmbito do IFRO.

|47048557249 - ARIJOAN CAVALCANTE DOS SANTOS| (69) 2182-9672
|47048557249 - ARIJOAN CAVALCANTE DOS SANTOS|
Justificativa do Pedido 43817:
CONSIDERAMOS QUE O ORÇAMENTO ATUAL CONSTANTE DA LOA/2015 É INSUFICIENTE PARA COBRIR AS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA.
OS CONVÊNIOS SÃO RELEVANTES PARA O INSTITUTO NO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E INOVAÇÃO. ESTABELECENDO COOPERAÇÕES RECÍPROCAS ENTRE O IFBA E EMPRESAS IMPACTANDO NO RETORNO À COMUNIDADE.
|05320704534 - MARGARIDA ANGELICA BISPO MAGALHAES|
Justificativa do Pedido 43812:
Com vistas a concluir a programação prevista, os recursos solicitados serão aplicados na contratação de consultoria (43.000) e despesas com diárias (17.000), conforme Plano de Trabalho, parte integrante do Convênio 055/2012 e despesas com ressarcimento de recursos não utilizados no convenio 003/2009/SECITECE.

22970053349 - JEANGELA RAMOS SILVA|
Justificativa do Pedido 43811:
CONVÊNIOS 2015 - Polos Regionais de Desenvolvimento de esporte e do Lazer: Custeio R$ 210.000,00/Capital R$ 20.000,00, Convênio de Intensificação da Ovinocultura na fronteira Oeste: R$ 545.675,49, Convênio Desenvolvimento Tecnológico e Inovação aplicado aos Olivais da Região da Campanha: R$ 999.937,59. DOAÇÕES 2015 - O Planetário na Região da Campanha: R$ 358.110,00 (Conforme informado na 1ª Reestimativa de Receitas Próprias 2015). CONVÊNIOS 2014 - Conforme saldos balancete Dez/14.



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fls. 8437

|97030244087 - JAQUELINE MOTA PIRES|
Justificativa do Pedido 43808:
Ação 20RK: Realização de concursos para técnico-administrativos e docentes, formalização de contratos, convênios e congêneres, manutenção da fazenda escola, etc.
|91029090149 - MARCO JOSÉ SANTOS SILVA|
Justificativa do Pedido 43807:
Não há outras informações relevantes a serem consideradas.
|04190663654 - SANDRO LUCIANO FERNANDES DA COSTA|
Justificativa do Pedido 43803:
Contratos a serem atendidos com o referido recursos: Vigilância Patrimonial, Manutenção Predial e Fornecimento de refeições.
|65741439349 - ADRIANA GUIMARÃES PORTELA|
Justificativa do Pedido 43792:
Recursos de custeio:
Energia elétrica = R$ 882.000,00
Recursos de investimento
Aquisição de equipamentos para pesquisas = R$ 378.000,00
Total = R$ 882.000,00+R$ 378.000,00 = R$ 1.260.000,00

|16490284820 - NANCI ANDRADE SANTANA|
Justificativa do Pedido 43780:
Os valores estão especificados na portaria STN número 176 de 30-3-2015
|57495769653 - MÔNICA GONÇALVES AZEREDO TORRES|
Justificativa do Pedido 43764:
Os valores solicitados serão utilizados para complementação de despesas com contratos terceirizados e diárias, além dos custos previstos para os processos seletivos de ingresso.
|00027660001 - FABIANE KONRAD REDIESS|
Justificativa do Pedido 43763:
Projeção de despesas:
Fonte 0650: pagamento de gratificação de encargos de cursos e concursos para servidores efetivos - R$ 900.000,00; pagamento para colaboradores externos (vigilantes e limpeza) - R$ 600.000,00; aquisição de material de expediente - R$ 474.000,00;
Fonte 0680: despesas com publicidade - R$ 98.000,00.
Fonte 0250: despesas com serviços terceirizados - R$ 447.590,00
Fonte 0281: despesas com publicidade - R$ 87.825,00

|60698551672 - ROBERTO DE OLIVEIRA BEZERRA|
Justificativa do Pedido 43755:
(+) Aquisição de materiais didáticos para a parceria com a Brasken - R$ 370.000,00.
(+) Aquisição de equipamentos de pesquisa - aprox. R$ 613.000,00
(=) R$ 983.000,00

|25986445813 - VANESSA ELENA BOMFIM|
Justificativa do Pedido 43751:
O valor do superavit, R$ 1.199.000,00, será utilizado na aquisição de material hospitalar.
|27871819534 - DEBORAH LANDULFO MEDRADO DE VINHAES TORRES|
Justificativa do Pedido 43748:
O SUPERAVIT DA FONTE 0250, R$7.574.000,00, SERÁ ASSIM DISTRIBUÍDO: a)R$3.598.000,00-CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÕES DE APOIO CREDENCIADAS PARA DAR CONTINUIDADE AO GERENCIAMENTO DE PROJETOS, NA FORMA DA RESOLUÇÃO 06/2013 DA UFBA; b)R$3.587.000,00-PAGAMENTO DE APOIO OPERACIONAL,LIMPEZA E VIGILÂNCIA; c)R$389.000,00-AQUISIÇÃO DE 100 COMPUTADORES (R$305.000,00) E 50 PROJETORES MULTIMÍDIA (R$84.000,00), PARA CURSOS E PROJETOS. O SUPERAVIT DA FONTE 0280, R$1.926.000,00, SERÁ ASSIM APLICADO: a) R$926.000,00-PARTE DA DESPESA MENSAL COM SERVIÇOS DE PORTARIA E RECEPÇÃO E b)R$1.000.000,00 EM EQUIPAMENTOS, SENDO: R$300.000,00 - LABORATÓRIOS, R$200.000,00 - INSTRUMENTOS MUSICAIS E R$500.000,00 PARA MOBILIÁRIO EM GERAL. O EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 0280, R$167.731,00, COMPLEMENTARÁ DESPESAS COM PORTARIA E RECEPÇÃO.
|13297546549 - VANIA GESTEIRA MARTINS DE ALMEIDA|
Justificativa do Pedido 43740:
Obras e equipamentos - 1.503.750,00
Custeio - 580.250

Aplicações previstas - Programa de Recuperação da Infraestrutura e de Consolidação da Expansão da UNIFEI (com destaque para o prédio da Reitoria e aquisição de equipamentos para os novos cursos)

|06692774608 - BRÁULIO MARTINS BUENO|
Justificativa do Pedido 43734:
Projetos em elaboração.
|22042159883 - CARLOS ROBERTO CAVALCANTE|
Justificativa do Pedido 43726:
De acordo com o histórico da Universidade serão necessários R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) para aquisição de reagentes, outros materiais de consumo de laboratório e materiais relacionados ao ensino.
|04971749608 - LUCAS CEZAR MENDONÇA|
Justificativa do Pedido 43721:
Total estimado em gastos com suplementação =5.112.538
Valor total estimado com gasto em custeio:
Material médico hospitalar: R$2.138.000,00
Medicamentos: R$2.000.000,00
Serviços: R$974.538

|57495769653 - MÔNICA GONÇALVES AZEREDO TORRES|
Justificativa do Pedido 43719:
As licitações para as ampliações dos espaços físicos descritos, assim como os equipamentos demandados, já se encontram em processos licitados e em fase de finalização dos respectivos certames no de 2015.
|80811116700 - NILSON BRITO DE CARVALHO|
Justificativa do Pedido 43716:
GASTO MÉDIO MENSAL COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA: R$ 1.500.371,69.
|09651479671 - LIDIANE CASSIANO GASPAR|
Justificativa do Pedido 43707:
Queremos garantir recursos orçamentários para arcar com as despesas com a manutenção da Instituição.
|70483892220 - DANILO MARTINS DO NASCIMENTO|
Justificativa do Pedido 43706:
1)Os recursos solicitados, no crédito por excesso de arrecadação Fonte 280, devem ser utilizados para a implementação das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação da Instituição. Aquisição de equipamentos de laboratório para atender aso projetos, material bibliográfico, despesas com passagens e diárias para deslocamentos de pesquisadores, pagamento de pessoal sem vínculo envolvidos nos projetos.Total do crédito F:280 = R$ 1.327.672,00
Natureza a ser suplementada = 3.3.90.39 = R$ 1.000.000,00
4.4.90.52= R$ 327.672,00
2)Os recursos solicitados, no crédito do superavit financeiro/14, devem ser utilizados para serviços de manutenção geral dos campi da ufes: Serviços de Vigilância,Coleta de Resíduos, Varrição e Limpeza de áreas verdes, Manutenção Predial , Manutenção dos Restaurantes Universitários e aquisição de equipamentos diversos.
Despesas de custeio = R$ 13.200.000,00
Despesas de Capital = R$ 4.226.000,00
|69123888768 - LUCIANA LOURENÇO PEREIRA MIRANDA|
Justificativa do Pedido 43699:
Excesso de Arrecadação da Fonte 0280: Excesso de arrecadação conforme reestimativa da receita realizada pela SOF no valor de R$ 3.366 mil, registrada pela FUB no SIMEC.

Superávit Financeiro da Fonte 0680: Superávit financeiro no valor de R$ 570 mil, conforme publicado na Portaria da STN nº 176 tabela 4-A.

Superávit Financeiro da Fonte 0650: Por meio do Ofício nº 4/2015/GENEF/COFIN/SUPOF/STN/MF-DFO, a STN comunicou a FUB que verificou a existência de ativos financeiros disponíveis nessa UO e que retificou o valor publicado na Tabela 4-A da Potaria nº 176 da STN, passando de um déficit de R$ 32.502 mil para um superávit de R$98.648 mil.
|96753021515 - OLAVO NERY COIMBRA BENEVELLO FILHO|
Justificativa do Pedido 43694:
Fonte 281 - Conforme projeção da SPO de excesso de arrecadação
Fonte 0650 - Conforme Portaria STN 176 de 30 de março de 2015 - superavit financeiro.
|01056969008 - PATRIC DOUGLAS GRISELI|
Justificativa do Pedido 43691:
Locação de imóvel ( valor mensal x nº de meses) : R$69.000 x 7 = R$483.000
Limpeza e conservação (valor mensal x nº de meses): R$215.921,67 x 7 = R$1.511.451,69
Energia elétrica ( valor mensal estimado x nº de meses) R$117.548,31 x 1 = 117.548,31
|61592560253 - OCICLEY MACIEL VIDAL|
Justificativa do Pedido 43690:
449000 - Conclusão de Construção de 10 salas de aulas Câmpus Passos - 875.000,00 ( Obras já iniciadas, necessitam de aporte para conclusão), sendo 650.000,00 da fonte 0650 e R$ 225.000,00 da Fonte 0680.
339000 - Contratação de serviços de limpeza e conservação - R$ 650.000,00, contratação de vigilância armada - R$ 225.000,00 para os Câmpus Avançados Três Corações e Carmo de Minas, cujas atividades já iniciaram e o orçamento disponibilizado na LOA para a manutenção é insuficiente.

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
24/3
2016
39

**Pedidos:** **44503**

|53212924691 - ANA LÚCIA SILVESTRE|
Justificativa do Pedido 43689:
|03851144945 - ELVIRA ALESSANDRA MARIQUITO|
Justificativa do Pedido 43685:
Conclusão da construção do Bloco de Morfologia do Centro de Ciencias da Saúde -CCS -Campus I , no valor de R$ 381.116,00.
Conclusão da urbanização do entorno do auditório do Centro de Ciencias Humanas e Sociais e Agrárias CCHSA - Campus III, no valor de R$218.250,00.
Construção do Núcleo de Biotecnologia do Semi-arido NUBASA NO Cenro de ciências Agrarias Campus II, no valor de R$1.203.505,00.
Atendimento de aquisição de material de consumo as diversas Uidades da UFPB, cuja receita foi auferida nos meses de novembro e dezembro de 2014. No valor de R$ 493.391,00.

Conclusão da construção do Bloco de Morfologia do Centro de Ciencias da Saúde -CCS -Campus I , no valor de R$ 381.116,00.
Conclusão da urbanização do entorno do auditório do Centro de Ciencias Humanas e Sociais e Agrárias CCHSA - Campus III, no valor de R$218.250,00.
Construção do Núcleo de Biotecnologia do Semi-arido NUBASA NO Cenro de ciências Agrarias Campus II, no valor de R$1.203.505,00.
Atendimento de aquisição de material de consumo as diversas Uidades da UFPB, cuja receita foi auferida nos meses de novembro e dezembro de 2014. No valor de R$ 493.391,00.

|04629248404 - LEOCADIA FELICIO DA SILVA|
Justificativa do Pedido 43684:
Os recursos solicitados serão aplicados como suporte aos recursos da LOA 2015 uma vez que o IFNMG passou a contar com mais 04 unidades em sua estrutura. Haverá ainda a aquisição de equipamentos para funcionamento de cursos e laboratórios, pagamentos de auxilio financeiro a alunos bem como bolsa monitoria para os mesmos.
|84996889691 - RUI MARTINS DA ROCHA|
Justificativa do Pedido 43683:
O funcionamento dos (06) seis Campi Avançados deverão proporcionar uma despesa adicional de aproximadamente R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) anuais por Campus, pois além dos gastos já referidos teremos despesas com serviços terceirizados (segurança patrimonial, limpeza e conservação), além das despesas com a capacitação de servidores. Os valores para instalação dos Restaurantes Estudantis dos Campi terão o custo na aquisição de equipamentos de R$ 1.400.000,00 e mobiliário R$ 600.000,00.

|01050432495 - THACIANA MARIA FARIAS CUNHA ALMEIDA|
Justificativa do Pedido 43680:
Para a execução dos Projetos de Extensão, calculamos as seguintes necessidades orçamentárias:
a) Fertilidade do Solo no Amazonas - R$ 127.260,00
b) Avaliação Física Funcional para Praticantes de Atividades Físicas - R$ 13.000,00

Para manutenção:
a) Despesas com Energia elétrica: 2.530.740
b) Despesas com material de consumo: 1.744.000

Para a execução do Convênio celebrado entre a UFAM e o Consórcio Rio Amazonas, Ministério Público Federal e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAM/AM: R$ 150.000,00.

|40726061204 - SILVIA ELAINE MOREIRA|
Justificativa do Pedido 43677:
GRUPO 1 - Equipamentos: 13 microcomputadores desktop intel I7 X 4.980 = 64.740 ; 1 microcomputador desktop com alto poder de processamento = 12.850 ; 1 sistema de armazenagem W-Storage = 19.900 ; 13 nobreaks X 750 = 9.750 ; 10 mesas de madeira MDF X 1.012,60 = 10.126 ; 30 cadeiras giratórias X 835 = 25.050 ; 10 armários com 2 portas X 469,50 = 4.695 ; 2 impressoras jato de tinta X 4.850 = 9.700 ; 3 impressoras 3D tipo CL 1 X 5.730 = 17.190 ; 1 scanner 3D portátil = 66.378 ; 1 mesa digitalizadora = 15.839 ; 1 impressora colorida = 8.000 ; 2 impressoras lasr monocromática X 3.500 = 7.000 ; 1 projetor resolução XGA= 3.500 ; 5 microcomputadores macbook PRO X 5.299 = 26.495 ; 1 servidor de armazenamento com 24 discos = 80.000 ; 1 servidor com 192 GB ram = 35.000 ; 2 switch com 24 portas X 7.000 = 14.000 ; 8 switch 48 portas X 4.000 = 32.000 ; 1 unidade de armazenamento PS4100X = 69.900 ; 1 fonte de alimentação com sistema de 100W = 7.144 ; 1 carga eletrônica de 300W = 7.703 ; 1 osciloscópio portátil = 8.909 ; 1 multímetro de bancada digital = 2.972 ; 2 unidades de aquisição de dados X 4.472 = 8.944 ; 1 frequencímetro universal = 8.132 ; 2 geradores de forma de onda de 20 Mhz X 6.375 = 7.870 ; 1 impressora 3 D = 9.653 ; Total Geral = 593.441,00

Equipamentos Hospital Odontológico : 36 equipos odontológicos X 36.611 = 5.345.206,00 ; 2 autoclaves de esterilização X 273.145,00 = 546.290,00
|
Justificativa do Pedido 43670:

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl.



9185 Quarta-feira 20 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL – SUP Abril de 2016

Câmpus Ituiutaba: serviço de aceiro, capina, rastelagem e retirada de entulho na área do câmpus = 27.212,27

Câmpus Paracatu: aquisição material de expediente e informática = 3.357,02

Câmpus Uberlândia: Aquisição de equipamento de informática = R$ 150.000,00; material de expediente = 10.265,87; gêneros alimentícios = 41.063,47; sementes, mudas e insumos = 17.109,78

Câmpus Avançado Campina Verde: Serviço de energia elétrica = 15.000,00; vigilância = 160.000,00; Limpeza e manutenção = 72.000,00; serviços agropecuários = 130.000,00; internet e telefonia = 35.000,00; serviços diversos de manutenção do câmpus = 300.000,00; aquisição de material de expediente e informática = 30.000,00; material elétrico e manutenção de imóveis = 50.000,00.

Câmpus Avançado Uberaba Parque Tecnológico: serviço de terceirização de mão de obra = 383.321,55

Reitoria: Serviço de contratação de empresa para realização de concurso público = 200.000,00

Câmpus Uberaba: aquisição de combustível = 20.000,00; gêneros alimentícios = 82.867,41; material de manutenção de bens imóveis = 20.000,00; serviço de terceirização de mão-de-obra = 40.000,00; serviço de manutenção de equipamentos = 28.802,63

TOTAL = 1.816.000,00

|03119560685 - MARCOS CESAR EUGENIO BOTTA|
Justificativa do Pedido 43669:
AS AQUISIÇÕES DAR-SE-ÃO POR MEIO DE LICITAÇÃO E ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
SEGUE ABAIXO OS BENS E EQUIPAMENTOS QUE PRETENDEMOS ADQUIRIR E SEUS RESPECTIVOS VALORES (APROXIMADOS):
1.APARELHO ANESTESIA, TIPO COMPACTO,1000ML, USO PEQUENOS ANIMAIS - SUBTOTAL(A): R$ 45.000,00 X 3=135.000,00;
2.RAÇÕES DIVERSAS: BOVINO, EQUINO, CAPRINO, OVINO, SUÍNOS (TODOS EM ESTADO INICIAL, GESTAÇÃO E LACTAÇÃO), RAÇÃO PARA PEIXE, FENO E FARELO DE SOJA, MILHO MOÍDO, FARELO DE TRIGO, SAL MINERAL PROTEICO, ETC.-SUBTOTAL(B): R$ 1.000.000,00;
3.MATERIAIS PERMANENTES E CONSUMO PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA E PREDIAL: CONECTOR CABO PAR TRANÇADO, TIPOS DE CONECTORES TELEFÔNICOS, TIPOS DE ABRAÇADEIRAS, ALÇAS METAL NÃO FERROSO, TIPOS DE ARRUELAS, BRAÇADEIRAS ELETRODUTO, BUCHAS ELETRODUTO, CABOS ELÉTRICOS FLEXÍVEIS, CANALETAS, CHAVES DE TESTES ELÉTRICO, CURVAS ELETRODUTOS, FIOS ELÉTRICOS, ISOLADORES PINOS, LUVAS ELETRODUTOS, PARAFUSOS MÁQUINAS, PARAFUSOS, TERMINAIS CABO, TOMADAS, ARAMES, ARGAMASSAS, BARRAS DE AÇO, CONEXÕES HIDRÁULICAS, DOBRADIÇAS DE PORTAS, FITAS VEDA ROSCA, LIXAS VARIADAS, MASSA CALAFETAR, MOLAS PORTAS, PARAFUSOS COM PORCAS, PONTEIROS, REGISTROS ESFERA, TARUGOS DE FERRO, TUBOS DE PVC, ALICATES, CORRENTE SOLDADA, ESCOVAS PINTURAS, GABARITOS ALFABÉTICOS, LUVAS DE BORRACHA, JOGOS DE CHAVES DE FENDA, JOGOS DE CHAVES, TELHAS, ISOLADORES EPOXI, FITAS SINALIZAÇÕES, PINCEIS PINTURA PREDIAL, ROLOS PINTURA PREDIAL, REATORES E LÂMPADAS VAPOR, QUADROS ELÉTRICOS, RELES FOTOELÉTRICOS, CABOS TELEFÔNICOS, DISJUNTORES DE BAIXA TENSÃO, LUVAS ISOLANTES, CARRINHOS DE MÃO, CONJUNTOS DE FERRAMENTAS, ESCADAS EXTENSÍVEIS, ESCADAS FIBRA DE VIDRO, MORSA DE BANCADA, RISCADORES, TRENAS, QUADROS ELÉTRICOS, GRADES DE PROTEÇÃO, POSTES DE CONCRETO DUPLO, ALICATES PARA CLIMPAR, CHAVES ELÉTRICAS, FURADEIRAS, BOMBAS SUBMERSAS, PARAFUSADEIRAS, ARMÁRIOS, ESTANTES METÁLICAS, PALETES, MALETAS, ESTANTES RACK, ARMÁRIO DISTRIBUIÇÃO TELEFONIA, DENTRE OUTROS.-SUBTOTAL(C): R$ 4.189.000,00

TOTAL GERAL(A+B+C)=R$ 5.324.000,00

|27880362487 - PEDRO JORGE COSTA COUCEIRO|
Justificativa do Pedido 43652:
A metodologia utilizada baseou-se na verificação das contas da Universidade que se encontram com o pagamento em atraso. Segue a relação das principais contas com o prazo de pagamento vencido:
- O contrato de Energia Elétrica possui contas atrasadas referente aos meses de março e abril no valor de R$1.200.000,00
- O contrato de Telefonia possui contas atrasadas referente aos meses de março e abril no valor de R$270.000,00
- O Contrato dos Correios possui contas atrasadas referente aos meses de março e abril no valor de R$90.000,00
- Contratos de serviços terceirizados possuem contas atrasadas referente a abril no valor de R$1.300.000,00
- Contratos de fornecimento de alimentação estudantil possuem contas atrasadas referente a abril no valor de R$450.000,00
- Contratos de manutenção de equipamentos (área acadêmica e administrativa) possuem contas atrasadas referente a abril no valor de R$300.000,00
- Contratos Locação de Veículos (Passeio, Van e ônibus) possuem contas atrasadas referente a abril no valor de R$144.000,00
- Contratos de fornecimento de materiais de consumo (combustível, alimentos, materiais de expediente, mat. de limpeza, etc) possuem contas atrasadas referente aos meses de fevereiro, março e abril no valor de R$450.000,00.
Todas as contas em atraso citadas totalizam R$4.204.000,00
|02915291608 - DEMOSTENES FERNANDES|
Justificativa do Pedido 43651:
Conforme lei 2.666, de 31 de dezembro de 2014, da Prefeitura Municipal de Petrolina/PE.
Art. 1º, parágrafo único: O valor do auxílio financeiro, destina-se exclusivamente à aquisição de insumos e equipamentos, para o Hospital Universitário da UNIVASF, sendo:
R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) para aquisição de INSUMOS.
R$ 100.000,00 (cem mil reais) para aquisição de MACAS.
|04985963461 - ILÂNIA FONSECA DOS SANTOS|

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 874
Apenso

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 44503**

Justificativa do Pedido 43648:
- Prestação de serviços de reparos e adaptações nos Campi de Bacabal, Chapadinha, Codó, Grajaú, Imperatriz, Pinheiro, São Bernardo, Balsas e São Luís nº de serviços x valor médio = 9 x 538.545,66 = R$ 4.846.911,00.
- Prestação de serviços terceirizados, através de Locação de mão-de-obra especializada nesta UFMA nº de meses x valor mês = 3 x 892.363,00 = R$ 2.677.089,00.
TOTAL GERAL = 7.524.000,00.

|45976830382 - KELCIO JOSÉ PONTES DA SILVA|
Justificativa do Pedido 43645:
Material permanente (bicicletário/persianas) - R$ 100.000,00
Instalações Contra Incêndios (extintores/sinalizações) - R$ 300.000,00
Instalação de elevadores - R$ 240.000,00
Instalação de Piso tátil - R$ 49.200,00
Instalação de Guarda Corpo - R$ 40.000,00
Estacionamento PNE - R$ 54.000,00
Obra de urbanização - R$ 582.800,00
Total - R$ 1.366.000,00

|32482728215 - ALDERY DA SILVA MENDONÇA|
Justificativa do Pedido 43639:
A OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, NESTE CAMPUS, REPRESENTARÁ A PRIMEIRA OFERTA DE ENSINO SUPERIOR DE UNIVERSIDADE PÚBLICA NA CIDADE DE CANOAS - RS. A ABRANGÊNCIA DE BENEFÍCIOS SE ESTENDE DO ALUNADO, AÍ COMPREENDIDO A INCLUSÃO SOCIAL, ATÉ O DESENVOLVIMENTO LOCAL, REPRESENTANDO PELO AUMENTO DE MORADORES E INSTÂNCIAS COMERCIAIS NECESSÁRIAS A SUA MANUTENÇÃO.
O valor estimado para o primeiro prédio do campus em Canoas é da ordem de 30 milhões, considerando a metragem do prédio em relação ao custo da obra. Tal valor consta do projeto arquitetônico elaborado pela empresa vencedora do concurso público realizado para tal.

O prédio visa o atendimento, inicial, dos cursos de graduação que serão implantados no Campus, dentro do projeto de expansão da universidade.

|18341241072 - BRUNO HEERDT|
Justificativa do Pedido 43577:
Os recursos serão aplicados para aquisição de equipamentos para as áreas assistenciais e de apoio e para manutenção dos serviços do Hospital das Clínicas.
A disponibilização destes recursos possibilitará a aquisição de equipamentos voltados para a melhoria das atividades assistenciais, tanto para pacientes internados como ambulatoriais, com melhoria dos estoques e da infraestrutura, dentro do contexto de um ambiente humanizado.
|45590338468 - GUSTAVO JOSÉ RAMOS DE ARAÚJO|
Justificativa do Pedido 43567:
R$ 100.000,00 DO CAMPUS GUANAMBI UG 158442 E R$ 150.000,00 DO CAMPUS CATU UG 158443
|01768694508 - DIOGO SOARES DE MELO MAGALHAES|
Justificativa do Pedido 43562:
Memória de cálculo. Serviço de guarda e vigilância ... Valor R$ 300.000,00.
|71106898753 - JAIR CLÁUDIO FRANCO DE ARAÚJO|
Justificativa do Pedido 43550:
1 veículos = R$ 96.335,00; alimentos para animais - R$ 100.000,00 e e pagamento de encargos de cursos e concursos R$ 211.000,00
|52218856034 - ROSANE FABRIS|
Justificativa do Pedido 43548:
AÇÃO 20GK FONTE 281
Descrevemos os valores, os quais detalharemos quando disponível em nossa UO:
-Quota 2015, edital 01/2014, acordo 04/2014, tipo: bolsa de mestrado, total do exercício: 6 beneficiários da bolsa x 12 meses (de acordo com o convênio) x 1500 = 108.000,00
-Quota 2015, edital 02/2014, acordo 015/2014, tipo: bolsa de iniciação científica, total do exercício: 36 beneficiários de bolsas x 06 meses(de acordo com o convênio) x 400 = 86.400,00
-Quota 2015, edital 18/2014, com resultado publicado, tipo: bolsa apoio mobilidade doutorado, total do exercício: 04 beneficiários x 1 mês x 15.000 = 60.000

Total para quotas de bolsas - fonte 281: 254.400,00

AÇÃO 14XO FONTE 250 e FONTE 280

O montante de orçamento previsto para esse pedido é de R$ 58.658,00.

62526863287 - ALDSON AGUIAR DE CARVALHO|
Justificativa do Pedido 43516:



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8

Como informado nos itens anteriores, o remanajamento ora solicitado é de extrema importância para a manutenção básica em todos os campi da nossa IFES.
|00491862725 - GEORGE PEREIRA DA GAMA JÚNIOR|
Justificativa do Pedido 43514:
Despesas previstas para o consumo de energia elétrica- Exercício 2015. R$ 694.458,69.
Créditos orçamentário previstos para execução dessa despesa:
LOA- 2015 - R$ 545.458,69
Superavit - R$ 149.000,00

|08706725767 - SILVERIO DE PAIVA FREITAS JUNIOR|
Justificativa do Pedido 43503:
DETALHAMENTO DA DESPESA

DISCRIMINAÇÃO TOTAL
Outras Despesas Correntes (650) 6.720.478,00
I) Material de Consumo 700.000,00
a) Material Químico 300.000,00
b) Material Laboratorial 400.000,00
II) Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica 720.478,00
III) Locação de Mão de Obra 3390.37.03 Vigilância Ostensiva
II) Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 7.585.478,00
a) 3390.39.16 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 600.000,00
b) 3390.43 Serviços de Energia Elétrica 2.000.000,00
c) Serviços de Água e Esgoto 200.000,00

Investimentos - Equipamentos e Material Permanente 5.889.522,00
Total da Fonte 650 12.610.000,00

FONTE 680 3390.37.02 - Apoio Administrativo 865.000,00
Total geral 13.475.000,00

|11755555334 - FRANCISCO ÁLCIMO DE ANDRADE|
Justificativa do Pedido 43494:
Fonte 0681: 339030 - R$ 300.000,00
339039 - R$ 185.000,00
449052 - R$ 3.000.000,00
Fonte 0680: 339039 - R$ 1.073.000,00
Total - R$ 4.558.000,00
|26999684049 - FERNANDO LUIZ CAMPELO CALDAS|
Justificativa do Pedido 43492:
De acordo com o Item 2.12 do Plano de Trabalho, anexado ao Convênio, os valores referentes ao Cronograma de desembolso são:
Total de desembolso para os três anos:
R$ 7.077.000,00 (R$ 4.583.600,00 em Bolsas de Formação + R$ 100.800,00 em Bolsa de Coordenação + R$ 100.800,00 em Bolsa de Subcoordenação + R$ 2.291.800,00 em Taxa de Bancada).
Sendo:
R$ 2.830.8000,00, para o 1º ano;
R$ 2.830.8000,00, para o 2º ano; e
R$ 1.415.400,00, para o 3º ano
|86139819415 - MAURICIO FERREIRA MENEZES|
Justificativa do Pedido 43450:
A solicitação do credito suplementar no valor de R$ 5.481.501,00, é decorrente de: superavit financeiro de 2014, conforme portaria da STN 176/15 no valor de R$ 3.369.000,00 sendo, R$ 338.000,00 da fonte 80 e R$ 3.031.000,00 da fonte 50. Excesso de arrecadação com base na reestimativa no valor de R$ 2.112.501,00, sendo R$ 206.832,00 da fonte 0280 e R$ 1.905.669,00 da fonte 0250. Os recursos Serão aplicados no pagamento dos serviços manutenção em geral(Atas de manutenção), no Elemento 339039-Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica- R$ 4.000,000,00, Aquisição de diversos materiais de consumo, no elemento 339030-Material de consumo-R$ 206.832,00, no pagamento de bolsas de graduação, do elemento 339018-Auxilio Financeiros a Estudantes(bolsas)- R$ 869.000,00 e Aquisição de equipamentos de informática, no elemento 449052-Material Permanente - R$ 405.669,00. totalizando assim o valor de R$ 5.481.501,00.
|50168894904 - OTAVIO VANDERLEI BERLANDORLAND|

Câmara dos Deputados
Coordenação de Comissões Especiais
Fls. 31/03/2016 18:37

**Pedidos:** **44503**

Justificativa do Pedido 43441:
O valor da suplementação será aplicado na cobertura das despesas relativas à aditivos de obras decorrentes de serviços complementares, extraordinários e reajustes nos contratos das construções em andamento para consolidação dos novos câmpus. O recurso será utilizado para complementação dos seguintes contratos: Nº 60/2015 Construção de Salas de Professores I Campus Pau dos Ferros - Valor R$ 442.289,00; Nº 77/2013 Construção de Bloco de Salas de Aulas II 2 Pav. Campus Pau dos Ferros - valor R$ 384.577,00; Nº 53/2013 Construção de Salas de Professores II Campus Angicos - Valor R$ 300.000,00; Nº 123/2013 Construção de Bloco de Salas de Aulas II 2 pav. Campus Caraúbas - Valor R$ 68.134,00
|03070745440 - DAIANE FERREIRA DA COSTA|
Justificativa do Pedido 43429:
Os recursos deste Superavit Financeiro será destinado para atender os laboratórios de ensino no valor aproximado de R$ 350.000,00 para substituir equipamentos da secretária de informática no valor aproximado R$ 300.000,00 e para adquirir mobiliário para acomodar melhor os servidores no valor aproximado de R$ 83.000,00. Essas despesas ficarão em torno de R$ 733.000,00
|19048203872 - ADEMIR DORICCI|
Justificativa do Pedido 43416:
Valores positivos e constantes na Tabela 4-A - Demonstrativo do Superávit Financeiro de Receitas Vinculadas, Portaria STN/SUCON nº 173 de 27/03/2015.
|76349969049 - CLAUDETE OLIVEIRA SILVEIRA|
Justificativa do Pedido 43397:
Fonte 280: Previsão de arrecadação 2015 = (Arrecadação até mar / 3 meses) x 12 meses = R$ (220.678,42/3) x 12 = 73.559,47 x 12 = R$ 882.714,00, sendo R$ 872.061,00 em custeio e R$ 10.653,00 em capital.
Solicitação já aprovada no 1º momento de reestimativa da receita de 2015.
|75165368220 - CRISTINA KAZUMI NAKATA|
Justificativa do Pedido 43386:
|09573623234 - AUTON PERES DE FARIAS FILHO|
Justificativa do Pedido 43384:
Necessidade de complementação de pagamento das despesas de manutenção e serviços para o funcionamento da Universidade.
|68790970730 - ELIANA NEVES BOTELHO|
Justificativa do Pedido 43349:
Valores obtidos a partir de levantamento de convênios a serem executados pela UFPR em 2015, descritos no primeiro item, com valores previstos para arrecadação (fonte 281 - R$ 5.333.389,00) e arrecadados em anos anteriores (fonte 681 - Superavit de R$ 29,6 milhões)
|13211002804 - ORLANDO CESAR DEVAI|
Justificativa do Pedido 43322:
Serão aplicados no pagamento a contratos terceirizados continuados de limpeza e asseio hospitalar, vigilância, recepcionistas, cozinheiros/copeiros, lavadeiros, telefonistas, entre outros. Os recursos serão classificados no Elemento de Despesa 339039-Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. R$ 1.022.000,00, sendo, 7 meses x 146.000,00 = R$ 1.022.000,00.
|50168894904 - OTAVIO VANDERLEI BERLANDORLAND|
Justificativa do Pedido 43321:
Informamos que temos todas as condições para executar 100% de toda a dotação orçamentária, considerando que:

1º - Em relação a dotação de CAPITAL, no valor total de R$ 2.664.000,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil reais), o recurso será destinada para aquisições de Instalação de Micro Gerador Fotovoltaico, para demanda de geração de 25 kWp(+10), prevista no processo nº 34421.032195/2014-13, que trata da realização do certame licitatório já devidamente concluído em 2014, na modalidade de Ata de Registro do Pregão Eletrônico SRP nº 00028/2014, UASG nº 158155, com 02 (dois) itens, para o primeiro item foi realizada a previsão miníma de aquisição de 03(três) unidades ao valor unitário de R$ 191.750,00 (cento e noventa um mil, setecentos e cinquenta reais); e para o segundo item foi realizada a previsão minima de 02(duas) unidades ao valor unitário de R$ 252.250,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos e cinquenta reais). Isto posto, pretendemos fazer a contratação de 12 (doze) unidades, sendo 06 de cada item, que totaliza o montante de R$ 2.664.000,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil reais)

2º - Com relação a dotação de CUSTEIO, no valor total de R$ 784.000,00 (setecentos e oitenta e quatro mil reais), será destinado aos contratos de prestação de serviços continuados, em que é preciso apenas reforçar as notas de empenhos existentes.
|28306694449 - JUSCELINO CARDOSO DE MEDEIROS|
Justificativa do Pedido 43295:
Estimamos uma área física recuperada de 800 M² a um custo médio de R$ 2.353,00.
|08435693104 - JOSÉ PIRES DE OLIVEIRA JÚNIOR|
Justificativa do Pedido 43293:
Despesas de custeio para projetos diversos fonte 650 R$ 1.521.000,00
Despesas de capital para projetos diversos fonte 650 R$ 9.000.000,00
Despesas de capital para funcionamento da IFES fonte 680 R$ 723.000,00
Despesas de capital para funcionamento da IFES fonte 280 R$ 678.862,00
Despesas de obras para convenios com estado e municipio R$ 1.166.000,00
|31530150078 - JOEL PEDROSO DA SILVEIRA|
Justificativa do Pedido 43253:
Pagamento de despesas com contratos (limpeza/conservação, apoio adm., vigilância, etc) R$ 200.000,00
Pagamento de despesas com serviços (energia, agua, telefonia, cópia, etc.) R$ 98.000,00.
Despesas de pelo menos 03 meses.

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
31/03/2016 18:3

|45099278191 - VAILSON BATISTA DE FREITAS|
Justificativa do Pedido 43192:
1 - Portaria Nº 114/2014-FAPESB prorroga "de ofício" o Convênio 46/2013 - R$ 52.000,00 - valor será utilizado na contratação de empresa especializada em ministrar o curso do idioma espanhol;
2 - Portaria Nº 112/2014-FAPESB prorroga "de ofício" o Convênio 47/2013 - R$ 59.000,00 - valor será utilizado na contratação de empresa especializada em ministrar o curso do idioma francês;
3 - Portaria Nº 111/2014-FAPESB prorroga "de ofício" o Convênio 48/2013 - R$ 59.000,00 - valor será utilizado na contratação de empresa especializada em ministrar o curso do idioma inglês;
4 - Portaria Nº 113/2014-FAPESB prorroga "de ofício" o Convênio 49/2013 - R$ 52.000,00 - valor será utilizado na contratação de empresa especializada em ministrar o curso do idioma alemão.
Os valores do crédito do superávit financeiro serão para custear parte das despesas de apoio administrativo dos campi da UNIVASF, situados ma cidade de Petrolina-PE. Contrato nº 376/2012. Valor total do contrato: R$ 2.761.497,00. Valor solicitado em virtude do superávit R$ 433.000,00.
|04104082716 - ANTÔNIO PIRES CRISÓSTOMO|
Justificativa do Pedido 43185:
Todos os gastos, devidamente licitados ou adquiridos por inexigibilidade de licitação, estão previstos em torno de R$ 420.000,00 (Quatrocentos e vinte mil reais), motivo este que necessitamos de tais valores solicitados para que possamos complementar tais despesas.
|83446648887 - JOSÉ GERALDO DAS GRAÇAS|
Justificativa do Pedido 44134:
VALORES DA SUPLEMENTAÇÃO NAT. DESPESA 339000 681.000,00 E NA 449000 R$ 1.000.141,00.

|88057356553 - WELISON SILVA DE LIMA|
Justificativa do Pedido 44071:

|80693415720 - RICARDO DE SOUZA OLIVEIRA|
Justificativa do Pedido 44061:
Não se aplica.
|28663969600 - CÁRMEN APARECIDA DE PAULA POMÁRICO|
Justificativa do Pedido 44045:
Os recursos serão aplicados na aquisição de medicamentos já licitados em atas de registro de preços para atender a demanda do Hospital de Clínicas.

|23471123687 - ALFREDO ALEXANDRE ALMEIDA SANTOS FERRÃO|
Justificativa do Pedido 43907:
Pagamento de bolsas aos servidores:
339018 - R$ 5.400.000,00
335000 - R$ 15.000.000,00
339000 - R$ 20.556.000,00
|33371393615 - JUCILENE MELANDRE DA SILVA|
Justificativa do Pedido 43900:
Excesso proveniente do recebimento de alugueis - R$ 23.000,00 - Material de Consumo
Superavit Financeiro - R$ 204.000,00 - Material de Consumo

|19389191653 - JOZÉLIA LIMA|
Justificativa do Pedido 43852:
(1) Ampliação do Departamento de Nutrição R$ 4.800.000,00 Construção do novo prédio da Nutrição-CCS, dentro das normas de segurança, acessibilidade e qualidade em área física, com a criação de salas de aula, laboratório e clínica escola. (1291,48m²).
(2) Ampliação do CCSA R$ 8.291.000,00 Construção e ampliação da infraestrutura de salas de professores, grupo de pesquisa, laboratórios, secretarias de apoio acadêmico e administrativo e espaço de convivência. O CCSA vem aumentando significativamente nos últimos anos suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em 2005 o número de alunos matriculados na graduação era de 3740 e em 2013 atingiu aproximadamente 4205 (+14%), já no stricto sensu éramos 144 alunos matriculados em 1999 e passamos para cerca 500 no ano de 2014 (+247%). As atividades de extensão (projetos, eventos e cursos) aumentaram de 191% no período de 2006 (23 atividades) a 2012 (67 atividades). Em 2008 tínhamos 125 docentes esse número, passou para 170 docentes em 2014, um crescimento de 36%. Temos 54 GP. Destaca-se que a última obra realizada no CCSA, que teve a finalidade de expansão de salas de professores, de pesquisa e apoio, data de 2002. Esses fatos levam a situações tais como: vários grupos de pesquisas desenvolvendo suas atividades nas salas dos seus professores líderes, e outros sem salas; e casos não raros em que dois ou mais professores dividem uma única sala de pequena dimensão. Nesse contexto, a finalidade dessa ação é atender a demanda já existente por espaço físico, decorrente do crescimento do CCSA, além da expansão das atividades planejadas para os próximos períodos. Essas atividades compreendem: Diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação e expansão de cursos de graduação (Criação do Departamento de Secretariado, criação do curso de Administração Pública, oferta de vagas noturnas do curso de serviço social); Além da consolidação e desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa no CCSA. A obra consiste na ampliação dos blocos D e E e na construção do bloco F. A área construída equivale a 3600 m2.
(3) Acessibilidade, contenções e drenagem do Centro Acadêmico de Vitória - CAV R$ 883.000,00 Atualmente no CAV nem todos os espaços físicos internos são acessíveis aos Portadores de Necessidades Especiais (PNEs). Nesse sentido, torna-se necessária a construção de rampas, adequação de espaços físicos e aquisição e instalação de plataformas em locais específicos para acesso de portadores de necessidades especiais.
|00787719439 - ISAURA LIMA DE SANTANA MELO|



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 44503**

Justificativa do Pedido 43850:
Fonte 650 - 449052
TOTAL DE EQUIPAMENTOS 3.384.000,00
1 Caminhão para brigada de incêndio 500.000,00
Aquisição de 3 veículos para recomposição de frota 210.000,00
Aquisição de extintores (PPCI) 50.000,00
Aquisição de mobiliário para salas didáticas 1.000.000,00
Equipamentos para portadores de necessidades especiais (acessibilidade) 1.624.000,00

Fonte 650 - 339039
TOTAL DE REFORMAS 4.000.000,00
Reforma - Pintura e Revitalização dos Prédios Básicos e Adequação do PPCI 2.500.000,00
Reforma e Revitalização de Salas da Reitoria e Adequação do PPCI 1.500.000,00

Fonte 680 - 339037
TOTAL DA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA 650.000,00
Pagamento de dissídio 2015 do contrato de vigilância 650.000,00

Fonte 280 - 339037
TOTAL DA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA 154.067,00
Pagamento de dissídio 2015 do contrato de vigilância 154.067,00

FONTE 281 - 449052
TOTAL DE EQUIPAMENTOS 1.967.630,00
Equipamentos de laboratório necessários ao desenvolvimento do projeto "adaptação de motores para geração de energia em pequenas propriedades rurais com etanos de baixo custo" - R$ 997.786,84
Equipamentos de laboratório necessários ao desenvolvimento do projeto "desenvolvimento de processos sustentáveis em biorrefinaria" - R$ 969.842,35
|00060026090 - JOEDER CAMPOS SOARES|
Justificativa do Pedido 43716:
GASTO MÉDIO MENSAL COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA: R$ 1.500.371,69.
|09651479671 - LIDIANE CASSIANO GASPAR|
Justificativa do Pedido 43192:
1 - Portaria Nº 114/2014-FAPESB prorroga "de ofício" o Convênio 46/2013 - R$ 52.000,00 - valor será utilizado na contratação de empresa especializada em ministrar o curso do idioma espanhol;
2 - Portaria Nº 112/2014-FAPESB prorroga "de ofício" o Convênio 47/2013 - R$ 59.000,00 - valor será utilizado na contratação de empresa especializada em ministrar o curso do idioma francês;
3 - Portaria Nº 111/2014-FAPESB prorroga "de ofício" o Convênio 48/2013 - R$ 59.000,00 - valor será utilizado na contratação de empresa especializada em ministrar o curso do idioma inglês;
4 - Portaria Nº 113/2014-FAPESB prorroga "de ofício" o Convênio 49/2013 - R$ 52.000,00 - valor será utilizado na contratação de empresa especializada em ministrar o curso do idioma alemão.
Os valores do crédito do superávit financeiro serão para custear parte das despesas de apoio administrativo dos campi da UNIVASF, situados ma cidade de Petrolina-PE. Contrato nº 376/2012. Valor total do contrato: R$ 2.761.497,00. Valor solicitado em virtude do superávit R$ 433.000,00.
|04104082716 - ANTÔNIO PIRES CRISÓSTOMO|
Justificativa do Pedido 43670:
Câmpus Ituiutaba: serviço de aceiro, capina, rastelagem e retirada de entulho na área do câmpus = 27.212,27

Câmpus Paracatu: aquisição material de expediente e informática = 3.357,02

Câmpus Uberlândia: Aquisição de equipamento de informática = R$ 150.000,00; material de expediente = 10.265,87; gêneros alimentícios = 41.063,47; sementes, mudas e insumos = 17.109,78

Câmpus Avançado Campina Verde: Serviço de energia elétrica = 15.000,00; vigilância = 160.000,00; Limpeza e manutenção = 72.000,00; serviços agropecuários = 130.000,00; internet e telefonia = 35.000,00; serviços diversos de manutenção do câmpus = 300.000,00; aquisição de material de expediente e informática = 30.000,00; material elétrico e manutenção de imóveis = 50.000,00.

Câmpus Avançado Uberaba Parque Tecnológico: serviço de terceirização de mão de obra = 383.321,55

Reitoria: Serviço de contratação de empresa para realização de concurso público = 200.000,00

Câmpus Uberaba: aquisição de combustível = 20.000,00; gêneros alimentícios = 82.867,41; material de manutenção de bens imóveis = 20.000,00; serviço de terceirização de mão-de-obra = 40.000,00; serviço de manutenção de equipamentos = 28.802,63

TOTAL = 1.816.000,00

|03119560685 - MARCOS CESAR EUGENIO BOTTA|
Justificativa do Pedido 43819:
A abertura de crédito no montante de R$ 568.000,00 (Ação 20RL) se destina à complementação da cobertura das despesas com a contratação de empresas terceirizadas (limpeza, vigilância e mão-de-obra) e energia elétrica das unidades do IFRO. Os créditos no montante de 500.000,00 (Ação 2994) se destinam à complementação dos créditos destinados a cobertura dos programas de Assistência ao Educando no âmbito do IFRO.

|47048557249 - ARIJOAN CAVALCANTE DOS SANTOS| (69) 2182-9672
|47048557249 - ARIJOAN CAVALCANTE DOS SANTOS|
Justificativa do Pedido 43819:
A abertura de crédito no montante de R$ 568.000,00 (Ação 20RL) se destina à complementação da cobertura das despesas com a contratação de empresas terceirizadas (limpeza, vigilância e mão-de-obra) e energia elétrica das unidades do IFRO. Os créditos no montante de 500.000,00 (Ação 2994) se destinam à complementação dos créditos destinados a cobertura dos programas de Assistência ao Educando no âmbito do IFRO.

|47048557249 - ARIJOAN CAVALCANTE DOS SANTOS| (69) 2182-9672
|47048557249 - ARIJOAN CAVALCANTE DOS SANTOS|
Justificativa do Pedido 43492:
De acordo com o Item 2.12 do Plano de Trabalho, anexado ao Convênio, os valores referentes ao Cronograma de desembolso são:
Total de desembolso para os três anos:
R$ 7.077.000,00 (R$ 4.583.600,00 em Bolsas de Formação + R$ 100.800,00 em Bolsa de Coordenação + R$ 100.800,00 em Bolsa de Subcoordenação + R$ 2.291.800,00 em Taxa de Bancada).
Sendo:
R$ 2.830.8000,00, para o 1º ano;
R$ 2.830.8000,00, para o 2º ano; e
R$ 1.415.400,00, para o 3º ano
|86139819415 - MAURICIO FERREIRA MENEZES|
Justificativa do Pedido 44134:
VALORES DA SUPLEMENTAÇÃO NAT. DESPESA 339000 681.000,00 E NA 449000 R$ 1.000.141,00.

|88057356553 - WELISON SILVA DE LIMA|
Justificativa do Pedido 44071:

|80693415720 - RICARDO DE SOUZA OLIVEIRA|
Justificativa do Pedido 44061:
Não se aplica.
|28663969600 - CÁRMEN APARECIDA DE PAULA POMÁRICO|
Justificativa do Pedido 44045:
Os recursos serão aplicados na aquisição de medicamentos já licitados em atas de registro de preços para atender a demanda do Hospital de Clínicas.

|23471123687 - ALFREDO ALEXANDRE ALMEIDA SANTOS FERRÃO|
Justificativa do Pedido 43907:
Pagamento de bolsas aos servidores:
339018 - R$ 5.400.000,00
335000 - R$ 15.000.000,00
339000 - R$ 20.556.000,00
|33371393615 - JUCILENE MELANDRE DA SILVA|
Justificativa do Pedido 43900:
Excesso proveniente do recebimento de alugueis - R$ 23.000,00 - Material de Consumo
Superavit Financeiro - R$ 204.000,00 - Material de Consumo

|19389191653 - JOZÉLIA LIMA|
Justificativa do Pedido 43852:
(1) Ampliação do Departamento de Nutrição R$ 4.800.000,00 Construção do novo prédio da Nutrição-CCS, dentro das normas de segurança, acessibilidade e qualidade em área física, com a criação de salas de aula, laboratório e clínica escola. (1291,48m²).
(2) Ampliação do CCSA R$ 8.291.000,00 Construção e ampliação da infraestrutura de salas de professores, grupo de pesquisa, laboratórios, secretarias de apoio acadêmico e administrativo e espaço de convivência. O CCSA vem aumentando



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl.

significativamente nos últimos anos suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em 2005 o número de alunos matriculados na graduação era de 3740 e em 2013 atingiu aproximadamente 4205 (+14%), já no stricto sensu éramos 144 alunos matriculados em 1999 e passamos para cerca 500 no ano de 2014 (+247%). As atividades de extensão (projetos, eventos e cursos) aumentaram de 191% no período de 2006 (23 atividades) a 2012 (67 atividades). Em 2008 tínhamos 125 docentes esse número, passou para 170 docentes em 2014, um crescimento de 36%. Temos 54 GP. Destaca-se que a última obra realizada no CCSA, que teve a finalidade de expansão de salas de professores, de pesquisa e apoio, data de 2002. Esses fatos levam a situações tais como: vários grupos de pesquisas desenvolvendo suas atividades nas salas dos seus professores líderes, e outros sem salas; e casos não raros em que dois ou mais professores dividem uma única sala de pequena dimensão. Nesse contexto, a finalidade dessa ação é atender a demanda já existente por espaço físico, decorrente do crescimento do CCSA, além da expansão das atividades planejadas para os próximos períodos. Essas atividades compreendem: Diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação e expansão de cursos de graduação (Criação do Departamento de Secretariado, criação do curso de Administração Pública, oferta de vagas noturnas do curso de serviço social); Além da consolidação e desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa no CCSA. A obra consiste na ampliação dos blocos D e E e na construção do bloco F. A área construída equivale a 3600 m2.
(3) Acessibilidade, contenções e drenagem do Centro Acadêmico de Vitória - CAV R$ 883.000,00 Atualmente no CAV nem todos os espaços físicos internos são acessíveis aos Portadores de Necessidades Especiais (PNEs). Nesse sentido, torna-se necessária a construção de rampas, adequação de espaços físicos e aquisição e instalação de plataformas em locais específicos para acesso de portadores de necessidades especiais.
|00787719439 - ISAURA LIMA DE SANTANA MELO|
Justificativa do Pedido 43850:
Fonte 650 - 449052
TOTAL DE EQUIPAMENTOS 3.384.000,00
1 Caminhão para brigada de incêndio 500.000,00
Aquisição de 3 veículos para recomposição de frota 210.000,00
Aquisição de extintores (PPCI) 50.000,00
Aquisição de mobiliário para salas didáticas 1.000.000,00
Equipamentos para portadores de necessidades especiais (acessibilidade) 1.624.000,00

Fonte 650 - 339039
TOTAL DE REFORMAS 4.000.000,00
Reforma - Pintura e Revitalização dos Prédios Básicos e Adequação do PPCI 2.500.000,00
Reforma e Revitalização de Salas da Reitoria e Adequação do PPCI 1.500.000,00

Fonte 680 - 339037
TOTAL DA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA 650.000,00
Pagamento de dissídio 2015 do contrato de vigilância 650.000,00

Fonte 280 - 339037
TOTAL DA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA 154.067,00
Pagamento de dissídio 2015 do contrato de vigilância 154.067,00

FONTE 281 - 449052
TOTAL DE EQUIPAMENTOS 1.967.630,00
Equipamentos de laboratório necessários ao desenvolvimento do projeto "adaptação de motores para geração de energia em pequenas propriedades rurais com etanos de baixo custo" - R$ 997.786,84
Equipamentos de laboratório necessários ao desenvolvimento do projeto "desenvolvimento de processos sustentáveis em biorrefinaria" - R$ 969.842,35
|00060026090 - JOEDER CAMPOS SOARES|
Justificativa do Pedido 43838:
Os recursos serão aplicados em despesas com serviços de energia elétrica, água e imprensa nacional.
Energia elétrica: R$ 2.000.000,00
Água: R$ 500.000,00
Imprensa Nacional: R$ 283.000,00
|23471123687 - ALFREDO ALEXANDRE ALMEIDA SANTOS FERRÃO|
Justificativa do Pedido 43837:
Excesso de Arrecadação - Fonte 0250000000 - R$ 10.000,00
Aquisição de material de consumo (339030) - R$ 5.000,00
Aquisição de material de escritório (449052) - R$ 5.000,00

Superávit Financeiro - Fonte 650000000 - R$ 42.000,00
Aquisição de material de consumo (339030) - 15.000,00
Aquisição de material de escritório (449052) - 8.570,61
Aquisição de equipamentos de processamento de dados (449052) - 18.429,39

33591334200 - EDNA MARIA PESSOA VASQUES|
Justificativa do Pedido 43836:



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl.

9193 Quarta-feira 20 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL – SUP Abril de 2016

1. Fonte: 696: R$ 3.000,00 (três mil reais).
 1. Natureza de despesa 449000.
  i. Material Permanente: R$ 3.000,00.
2. Fonte 681: R$ 32.000,00 (trinta e dois mil).
 1. Natureza de despesa 449000.
  i. Material Permanente: 32.000,00
3. Fonte 680: R$ 31.000,00 (trinta e um mil).
 1. Natureza de despesa 339000
  i. Custeio Geral: R$ 15.500,00
 2. Natureza de despesa 449000
  i. Material Permanente: 15.500,00
4. Fonte: 250: R$ 99.140,00 (noventa e nove mil cento e quarenta reais).
 1. Natureza de despesa 339000.
  i. Custeio Geral: R$ 68.000,00
 2. Natureza de despesa 449000.
  i. Material Permanente: R$ 31.140,00

|41043251200 - FABIO MENEZES DE SOUZA|
Justificativa do Pedido 43828:
Devido ao aumento nas despesas de custeio para o ano de 2015, principalmente devido ao contigenciamento de recursos da LOA 2014 o que impossibilitou o empenho de despesas referentes aos meses de novembro e dezembro de 2014 sendo necessário empenhá-las com os recursos de 2015. Causando um déficit maior para o exercício atual.
Segue abaixo o gasto previsto para 2015 com a real necessidade para ano e a importância de ser suplementando esse superávit afim de amenizar essa insuficiência de dotação orçamentária para o ano.
Matriz Andifes + Reuni Despesas Previstas 2015 Empenhado Dívida acumulada Crédito suplementar para fechar o ano 2015
40.140.381,00 55.000.000,00 13.200.555,27 3.556.530,00 18.416.149,00

|00639202128 - DENISE PINHO PEREIRA|
Justificativa do Pedido 43826:
A suplementação será utilizada no pagamento de despesas administrativas, não relacionadas à manutenção da universidade, tendo em vista o crescimento da universidade e a diminuição de 2,08% do orçamento de 2015 em relação ao de 2014. As despesas serão direcionadas às atividades da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, considerando o fato de ter sido a unidade geradora da Receita.

Complementar teto de diárias e passagens capacitação - R$ 15.000,00
Pagamento de inscrições de capacitação - R$ 10.000,00
Pagamento de gratificação por encargo de curso e concurso - R$ 6.646,00

|00658923994 - FABIANA MIRANDA REIS DE CARVALHO|
Justificativa do Pedido 43819:
A abertura de crédito no montante de R$ 568.000,00 (Ação 20RL) se destina à complementação da cobertura das despesas com a contratação de empresas terceirizadas (limpeza, vigilância e mão-de-obra) e energia elétrica das unidades do IFRO. Os créditos no montante de 500.000,00 (Ação 2994) se destinam à complementação dos créditos destinados a cobertura dos programas de Assistência ao Educando no âmbito do IFRO.

|47048557249 - ARIJOAN CAVALCANTE DOS SANTOS| (69) 2182-9672
|47048557249 - ARIJOAN CAVALCANTE DOS SANTOS|
Justificativa do Pedido 43817:
CONSIDERAMOS QUE O ORÇAMENTO ATUAL CONSTANTE DA LOA/2015 É INSUFICIENTE PARA COBRIR AS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA.
OS CONVÊNIOS SÃO RELEVANTES PARA O INSTITUTO NO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E INOVAÇÃO. ESTABELECENDO COOPERAÇÕES RECÍPROCAS ENTRE O IFBA E EMPRESAS IMPACTANDO NO RETORNO À COMUNIDADE.
|05320704534 - MARGARIDA ANGELICA BISPO MAGALHAES|
Justificativa do Pedido 43812:
Com vistas a concluir a programação prevista, os recursos solicitados serão aplicados na contratação de consultoria (43.000) e despesas com diárias (17.000), conforme Plano de Trabalho, parte integrante do Convênio 055/2012 e despesas com ressarcimento de recursos não utilizados no convenio 003/2009/SECITECE.

22970053349 - JEANGELA RAMOS SILVA|
Justificativa do Pedido 43811:
CONVÊNIOS 2015 - Polos Regionais de Desenvolvimento de esporte e do Lazer: Custeio R$ 210.000,00/Capital R$ 20.000,00, Convênio de Intensificação da Ovinocultura na fronteira Oeste: R$ 545.675,49, Convênio Desenvolvimento Tecnológico e Inovação aplicado aos Olivais da Região da Campanha: R$ 999.937,59. DOAÇÕES 2015 - O Planetário na Região da Campanha: R$ 358.110,00 (Conforme informado na 1ª Reestimativa de Receitas Próprias 2015). CONVÊNIOS 2014 - Conforme saldos balancete Dez/14.



Câmara dos Deputados
Coordenação de Comissões Especiais
Fls. 278

|97030244087 - JAQUELINE MOTA PIRES|
Justificativa do Pedido 43808:
Ação 20RK: Realização de concursos para técnico-administrativos e docentes, formalização de contratos, convênios e congêneres, manutenção da fazenda escola, etc.
|91029090149 - MARCO JOSÉ SANTOS SILVA|
Justificativa do Pedido 43807:
Não há outras informações relevantes a serem consideradas.
|04190663654 - SANDRO LUCIANO FERNANDES DA COSTA|
Justificativa do Pedido 43803:
Contratos a serem atendidos com o referido recursos: Vigilância Patrimonial, Manutenção Predial e Fornecimento de refeições.
|65741439349 - ADRIANA GUIMARÃES PORTELA|
Justificativa do Pedido 43792:
Recursos de custeio:
Energia elétrica = R$ 882.000,00
Recursos de investimento
Aquisição de equipamentos para pesquisas = R$ 378.000,00
Total = R$ 882.000,00+R$ 378.000,00 = R$ 1.260.000,00

|16490284820 - NANCI ANDRADE SANTANA|
Justificativa do Pedido 43780:
Os valores estão especificados na portaria STN número 176 de 30-3-2015
|57495769653 - MÔNICA GONÇALVES AZEREDO TORRES|
Justificativa do Pedido 43764:
Os valores solicitados serão utilizados para complementação de despesas com contratos terceirizados e diárias, além dos custos previstos para os processos seletivos de ingresso.
|00027660001 - FABIANE KONRAD REDIESS|
Justificativa do Pedido 43763:
Projeção de despesas:
Fonte 0650: pagamento de gratificação de encargos de cursos e concursos para servidores efetivos - R$ 900.000,00; pagamento para colaboradores externos (vigilantes e limpeza) - R$ 600.000,00; aquisição de material de expediente - R$ 474.000,00;
Fonte 0680: despesas com publicidade - R$ 98.000,00.
Fonte 0250: despesas com serviços terceirizados - R$ 447.590,00
Fonte 0281: despesas com publicidade - R$ 87.825,00

|60698551672 - ROBERTO DE OLIVEIRA BEZERRA|
Justificativa do Pedido 43755:
(+) Aquisição de materiais didáticos para a parceria com a Brasken - R$ 370.000,00.
(+) Aquisição de equipamentos de pesquisa - aprox. R$ 613.000,00
(=) R$ 983.000,00

|25986445813 - VANESSA ELENA BOMFIM|
Justificativa do Pedido 43751:
O valor do superavit, R$ 1.199.000,00, será utilizado na aquisição de material hospitalar.
|27871819534 - DEBORAH LANDULFO MEDRADO DE VINHAES TORRES|
Justificativa do Pedido 43748:
O SUPERAVIT DA FONTE 0250, R$7.574.000,00, SERÁ ASSIM DISTRIBUÍDO: a)R$3.598.000,00-CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÕES DE APOIO CREDENCIADAS PARA DAR CONTINUIDADE AO GERENCIAMENTO DE PROJETOS, NA FORMA DA RESOLUÇÃO 06/2013 DA UFBA; b)R$3.587.000,00-PAGAMENTO DE APOIO OPERACIONAL,LIMPEZA E VIGILÂNCIA; c)R$389.000,00-AQUISIÇÃO DE 100 COMPUTADORES (R$305.000,00) E 50 PROJETORES MULTIMÍDIA (R$84.000,00), PARA CURSOS E PROJETOS. O SUPERAVIT DA FONTE 0280, R$1.926.000,00, SERÁ ASSIM APLICADO: a) R$926.000,00-PARTE DA DESPESA MENSAL COM SERVIÇOS DE PORTARIA E RECEPÇÃO E b)R$1.000.000,00 EM EQUIPAMENTOS, SENDO: R$300.000,00 - LABORATÓRIOS, R$200.000,00 - INSTRUMENTOS MUSICAIS E R$500.000,00 PARA MOBILIÁRIO EM GERAL. O EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA FONTE 0280, R$167.731,00, COMPLEMENTARÁ DESPESAS COM PORTARIA E RECEPÇÃO.
|13297546549 - VANIA GESTEIRA MARTINS DE ALMEIDA|
Justificativa do Pedido 43740:
Obras e equipamentos - 1.503.750,00
Custeio - 580.250

Aplicações previstas - Programa de Recuperação da Infraestrutura e de Consolidação da Expansão da UNIFEI (com destaque para o prédio da Reitoria e aquisição de equipamentos para os novos cursos)

Câmara dos Deputados
Coordenação de Comissões Especiais
RECEBIDO
31/03/2016 16:37

**Pedidos:** **44503**

|06692774608 - BRÁULIO MARTINS BUENO|
Justificativa do Pedido 43734:
Projetos em elaboração.
|22042159883 - CARLOS ROBERTO CAVALCANTE|
Justificativa do Pedido 43726:
De acordo com o histórico da Universidade serão necessários R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) para aquisição de reagentes, outros materiais de consumo de laboratório e materiais relacionados ao ensino.
|04971749608 - LUCAS CEZAR MENDONÇA|
Justificativa do Pedido 43721:
Total estimado em gastos com suplementação =5.112.538
Valor total estimado com gasto em custeio:
Material médico hospitalar: R$2.138.000,00
Medicamentos: R$2.000.000,00
Serviços: R$974.538

|57495769653 - MÔNICA GONÇALVES AZEREDO TORRES|
Justificativa do Pedido 43719:
As licitações para as ampliações dos espaços físicos descritos, assim como os equipamentos demandados, já se encontram em processos licitados e em fase de finalização dos respectivos certames no de 2015.
|80811116700 - NILSON BRITO DE CARVALHO|
Justificativa do Pedido 43716:
GASTO MÉDIO MENSAL COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA: R$ 1.500.371,69.
|09651479671 - LIDIANE CASSIANO GASPAR|
Justificativa do Pedido 43707:
Queremos garantir recursos orçamentários para arcar com as despesas com a manutenção da Instituição.
|70483892220 - DANILO MARTINS DO NASCIMENTO|
Justificativa do Pedido 43706:
1)Os recursos solicitados, no crédito por excesso de arrecadação Fonte 280, devem ser utilizados para a implementação das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação da Instituição. Aquisição de equipamentos de laboratório para atender aso projetos, material bibliográfico, despesas com passagens e diárias para deslocamentos de pesquisadores, pagamento de pessoal sem vinculo envolvidos nos projetos.Total do crédito F:280 = R$ 1.327.672,00
Natureza a ser suplementada = 3.3.90.39 = R$ 1.000.000,00
4.4.90.52= R$ 327.672,00
2)Os recursos solicitados, no crédito do superavit financeiro/14, devem ser utilizados para serviços de manutenção geral dos campi da ufes: Serviços de Vigilância,Coleta de Resíduos, Varrição e Limpeza de áreas verdes, Manutenção Predial , Manutenção dos Restaurantes Universitários e aquisição de equipamentos diversos.
Despesas de custeio = R$ 13.200.000,00
Despesas de Capital = R$ 4.226.000,00
|69123888768 - LUCIANA LOURENÇO PEREIRA MIRANDA|
Justificativa do Pedido 43699:
Excesso de Arrecadação da Fonte 0280: Excesso de arrecadação conforme reestimativa da receita realizada pela SOF no valor de R$ 3.366 mil, registrada pela FUB no SIMEC.

Superávit Financeiro da Fonte 0680: Superávit financeiro no valor de R$ 570 mil, conforme publicado na Portaria da STN nº 176 tabela 4-A.

Superávit Financeiro da Fonte 0650: Por meio do Ofício nº 4/2015/GENEF/COFIN/SUPOF/STN/MF-DFO, a STN comunicou a FUB que verificou a existência de ativos financeiros disponíveis nessa UO e que retificou o valor publicado na Tabela 4-A da Potaria nº 176 da STN, passando de um déficit de R$ 32.502 mil para um superávit de R$98.648 mil.
|96753021515 - OLAVO NERY COIMBRA BENEVELLO FILHO|
Justificativa do Pedido 43694:
Fonte 281 - Conforme projeção da SPO de excesso de arrecadação
Fonte 0650 - Conforme Portaria STN 176 de 30 de março de 2015 - superavit financeiro.
|01056969008 - PATRIC DOUGLAS GRISELI|
Justificativa do Pedido 43691:
Locação de imóvel ( valor mensal x nº de meses) : R$69.000 x 7 = R$483.000
Limpeza e conservação (valor mensal x nº de meses): R$215.921,67 x 7 = R$1.511.451,69
Energia elétrica ( valor mensal estimado x nº de meses) R$117.548,31 x 1 = 117.548,31
|61592560253 - OCICLEY MACIEL VIDAL|
Justificativa do Pedido 43690:
449000 - Conclusão de Construção de 10 salas de aulas Câmpus Passos - 875.000,00 ( Obras já iniciadas, necessitam de aporte para conclusão), sendo 650.000,00 da fonte 0650 e R$ 225.000,00 da Fonte 0680.
339000 - Contratação de serviços de limpeza e conservação - R$ 650.000,00, contratação de vigilância armada - R$ 225.000,00 para os Câmpus Avançados Três Corações e Carmo de Minas, cujas atividades já iniciaram e o orçamento disponibilizado na LOA para a manutenção é insuficiente.



Câmara dos Deputados Comissões Especiais

|53212924691 - ANA LÚCIA SILVESTRE|
Justificativa do Pedido 43689:
|03851144945 - ELVIRA ALESSANDRA MARIQUITO|
Justificativa do Pedido 43685:
Conclusão da construção do Bloco de Morfologia do Centro de Ciencias da Saúde -CCS -Campus I , no valor de R$ 381.116,00.
Conclusão da urbanização do entorno do auditório do Centro de Ciencias Humanas e Sociais e Agrárias CCHSA - Campus III, no valor de R$218.250,00.
Construção do Núcleo de Biotecnologia do Semi-arido NUBASA NO Cenro de ciências Agrarias Campus II, no valor de R$1.203.505,00.
Atendimento de aquisição de material de consumo as diversas Uidades da UFPB, cuja receita foi auferida nos meses de novembro e dezembro de 2014. No valor de R$ 493.391,00.

Conclusão da construção do Bloco de Morfologia do Centro de Ciencias da Saúde -CCS -Campus I , no valor de R$ 381.116,00.
Conclusão da urbanização do entorno do auditório do Centro de Ciencias Humanas e Sociais e Agrárias CCHSA - Campus III, no valor de R$218.250,00.
Construção do Núcleo de Biotecnologia do Semi-arido NUBASA NO Cenro de ciências Agrarias Campus II, no valor de R$1.203.505,00.
Atendimento de aquisição de material de consumo as diversas Uidades da UFPB, cuja receita foi auferida nos meses de novembro e dezembro de 2014. No valor de R$ 493.391,00.

|04629248404 - LEOCADIA FELICIO DA SILVA|
Justificativa do Pedido 43684:
Os recursos solicitados serão aplicados como suporte aos recursos da LOA 2015 uma vez que o IFNMG passou a contar com mais 04 unidades em sua estrutura. Haverá ainda a aquisição de equipamentos para funcionamento de cursos e laboratórios, pagamentos de auxilio financeiro a alunos bem como bolsa monitoria para os mesmos.
|84996889691 - RUI MARTINS DA ROCHA|
Justificativa do Pedido 43683:
O funcionamento dos (06) seis Campi Avançados deverão proporcionar uma despesa adicional de aproximadamente R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) anuais por Campus, pois além dos gastos já referidos teremos despesas com serviços terceirizados (segurança patrimonial, limpeza e conservação), além das despesas com a capacitação de servidores. Os valores para instalação dos Restaurantes Estudantis dos Campi terão o custo na aquisição de equipamentos de R$ 1.400.000,00 e mobiliário R$ 600.000,00.

|01050432495 - THACIANA MARIA FARIAS CUNHA ALMEIDA|
Justificativa do Pedido 43680:
Para a execução dos Projetos de Extensão, calculamos as seguintes necessidades orçamentárias:
a) Fertilidade do Solo no Amazonas - R$ 127.260,00
b) Avaliação Física Funcional para Praticantes de Atividades Físicas - R$ 13.000,00

Para manutenção:
a) Despesas com Energia elétrica: 2.530.740
b) Despesas com material de consumo: 1.744.000

Para a execução do Convênio celebrado entre a UFAM e o Consórcio Rio Amazonas, Ministério Público Federal e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAM/AM: R$ 150.000,00.

|40726061204 - SILVIA ELAINE MOREIRA|
Justificativa do Pedido 43677:
GRUPO 1 - Equipamentos: 13 microcomputadores desktop intel I7 X 4.980 = 64.740 ; 1 microcomputador desktop com alto poder de processamento = 12.850 ; 1 sistema de armazenagem W-Storage = 19.900 ; 13 nobreaks X 750 = 9.750 ; 10 mesas de madeira MDF X 1.012,60 = 10.126 ; 30 cadeiras giratórias X 835 = 25.050 ; 10 armários com 2 portas X 469,50 = 4.695 ; 2 impressoras jato de tinta X 4.850 = 9.700 ; 3 impressoras 3D tipo CL 1 X 5.730 = 17.190 ; 1 scanner 3D portátil = 66.378 ; 1 mesa digitalizadora = 15.839 ; 1 impressora colorida = 8.000 ; 2 impressoras lasr monocromática X 3.500 = 7.000 ; 1 projetor resolução XGA= 3.500 ; 5 microcomputadores macbook PRO X 5.299 = 26.495 ; 1 servidor de armazenamento com 24 discos = 80.000 ; 1 servidor com 192 GB ram = 35.000 ; 2 switch com 24 portas X 7.000 = 14.000 ; 8 switch 48 portas X 4.000 = 32.000 ; 1 unidade de armazenamento PS4100X = 69.900 ; 1 fonte de alimentação com sistema de 100W = 7.144 ; 1 carga eletrônica de 300W = 7.703 ; 1 osciloscópio portátil = 8.909 ; 1 multímetro de bancada digital = 2.972 ; 2 unidades de aquisição de dados X 4.472 = 8.944 ; 1 frequencímetro universal = 8.132 ; 2 geradores de forma de onda de 20 Mhz X 6.375 = 7.870 ; 1 impressora 3 D = 9.653 ; Total Geral = 593.441,00

Equipamentos Hospital Odontológico : 36 equipos odontológicos X 36.611 = 5.345.206,00 ; 2 autoclaves de esterilização X 273.145,00 = 546.290,00
|
Justificativa do Pedido 43670:

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fls. 2457

**Pedidos:** 44503

Câmpus Ituiutaba: serviço de aceiro, capina, rastelagem e retirada de entulho na área do câmpus = 27.212,27

Câmpus Paracatu: aquisição material de expediente e informática = 3.357,02

Câmpus Uberlândia: Aquisição de equipamento de informática = R$ 150.000,00; material de expediente = 10.265,87; gêneros alimentícios = 41.063,47; sementes, mudas e insumos = 17.109,78

Câmpus Avançado Campina Verde: Serviço de energia elétrica = 15.000,00; vigilância = 160.000,00; Limpeza e manutenção = 72.000,00; serviços agropecuários = 130.000,00; internet e telefonia = 35.000,00; serviços diversos de manutenção do câmpus = 300.000,00; aquisição de material de expediente e informática = 30.000,00; material elétrico e manutenção de imóveis = 50.000,00.

Câmpus Avançado Uberaba Parque Tecnológico: serviço de terceirização de mão de obra = 383.321,55

Reitoria: Serviço de contratação de empresa para realização de concurso público = 200.000,00

Câmpus Uberaba: aquisição de combustível = 20.000,00; gêneros alimentícios = 82.867,41; material de manutenção de bens imóveis = 20.000,00; serviço de terceirização de mão-de-obra = 40.000,00; serviço de manutenção de equipamentos = 28.802,63

TOTAL = 1.816.000,00

|03119560685 - MARCOS CESAR EUGENIO BOTTA|
Justificativa do Pedido 43669:
AS AQUISIÇÕES DAR-SE-ÃO POR MEIO DE LICITAÇÃO E ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
SEGUE ABAIXO OS BENS E EQUIPAMENTOS QUE PRETENDEMOS ADQUIRIR E SEUS RESPECTIVOS VALORES (APROXIMADOS):
1.APARELHO ANESTESIA, TIPO COMPACTO,1000ML, USO PEQUENOS ANIMAIS - SUBTOTAL(A): R$ 45.000,00 X 3=135.000,00;
2.RAÇÕES DIVERSAS: BOVINO, EQUINO, CAPRINO, OVINO, SUÍNOS (TODOS EM ESTADO INICIAL, GESTAÇÃO E LACTAÇÃO), RAÇÃO PARA PEIXE, FENO E FARELO DE SOJA, MILHO MOÍDO, FARELO DE TRIGO, SAL MINERAL PROTEICO, ETC.-SUBTOTAL(B): R$ 1.000.000,00;
3.MATERIAIS PERMANENTES E CONSUMO PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA E PREDIAL: CONECTOR CABO PAR TRANÇADO, TIPOS DE CONECTORES TELEFÔNICOS, TIPOS DE ABRAÇADEIRAS, ALÇAS METAL NÃO FERROSO, TIPOS DE ARRUELAS, BRAÇADEIRAS ELETRODUTO, BUCHAS ELETRODUTO, CABOS ELÉTRICOS FLEXÍVEIS, CANALETAS, CHAVES DE TESTES ELÉTRICO, CURVAS ELETRODUTOS, FIOS ELÉTRICOS, ISOLADORES PINOS, LUVAS ELETRODUTOS, PARAFUSOS MÁQUINAS, PARAFUSOS, TERMINAIS CABO, TOMADAS, ARAMES, ARGAMASSAS, BARRAS DE AÇO, CONEXÕES HIDRÁULICAS, DOBRADIÇAS DE PORTAS, FITAS VEDA ROSCA, LIXAS VARIADAS, MASSA CALAFETAR, MOLAS PORTAS, PARAFUSOS COM PORCAS, PONTEIROS, REGISTROS ESFERA, TARUGOS DE FERRO, TUBOS DE PVC, ALICATES, CORRENTE SOLDADA, ESCOVAS PINTURAS, GABARITOS ALFABÉTICOS, LUVAS DE BORRACHA, JOGOS DE CHAVES DE FENDA, JOGOS DE CHAVES, TELHAS, ISOLADORES EPOXI, FITAS SINALIZAÇÕES, PINCEIS PINTURA PREDIAL, ROLOS PINTURA PREDIAL, REATORES E LÂMPADAS VAPOR, QUADROS ELÉTRICOS, RELES FOTOELÉTRICOS, CABOS TELEFÔNICOS, DISJUNTORES DE BAIXA TENSÃO, LUVAS ISOLANTES, CARRINHOS DE MÃO, CONJUNTOS DE FERRAMENTAS, ESCADAS EXTENSÍVEIS, ESCADAS FIBRA DE VIDRO, MORSA DE BANCADA, RISCADORES, TRENAS, QUADROS ELÉTRICOS, GRADES DE PROTEÇÃO, POSTES DE CONCRETO DUPLO, ALICATES PARA CLIMPAR, CHAVES ELÉTRICAS, FURADEIRAS, BOMBAS SUBMERSAS, PARAFUSADEIRAS, ARMÁRIOS, ESTANTES METÁLICAS, PALETES, MALETAS, ESTANTES RACK, ARMÁRIO DISTRIBUIÇÃO TELEFONIA, DENTRE OUTROS.-SUBTOTAL(C): R$ 4.189.000,00

TOTAL GERAL(A+B+C)=R$ 5.324.000,00

|27880362487 - PEDRO JORGE COSTA COUCEIRO|
Justificativa do Pedido 43652:
A metodologia utilizada baseou-se na verificação das contas da Universidade que se encontram com o pagamento em atraso. Segue a relação das principais contas com o prazo de pagamento vencido:
- O contrato de Energia Elétrica possui contas atrasadas referente aos meses de março e abril no valor de R$1.200.000,00
- O contrato de Telefonia possui contas atrasadas referente aos meses de março e abril no valor de R$270.000,00
- O Contrato dos Correios possui contas atrasadas referente aos meses de março e abril no valor de R$90.000,00
- Contratos de serviços terceirizados possuem contas atrasadas referente a abril no valor de R$1.300.000,00
- Contratos de fornecimento de alimentação estudantil possuem contas atrasadas referente a abril no valor de R$450.000,00
- Contratos de manutenção de equipamentos (área acadêmica e administrativa) possuem contas atrasadas referente a abril no valor de R$300.000,00
- Contratos Locação de Veículos (Passeio, Van e ônibus) possuem contas atrasadas referente a abril no valor de R$144.000,00
- Contratos de fornecimento de materiais de consumo (combustível, alimentos, materiais de expediente, mat. de limpeza, etc) possuem contas atrasadas referente aos meses de fevereiro, março e abril no valor de R$450.000,00.
Todas as contas em atraso citadas totalizam R$4.204.000,00
|02915291608 - DEMOSTENES FERNANDES|
Justificativa do Pedido 43651:
Conforme lei 2.666, de 31 de dezembro de 2014, da Prefeitura Municipal de Petrolina/PE.
Art. 1º, parágrafo único: O valor do auxílio financeiro, destina-se exclusivamente à aquisição de insumos e equipamentos, para o Hospital Universitário da UNIVASF, sendo:
R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) para aquisição de INSUMOS.
R$ 100.000,00 (cem mil reais) para aquisicão de MACAS.
|04985963461 - ILÂNIA FONSECA DOS SANTOS|

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl.



Abril de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL – SUP Quarta-feira 20 9198

Justificativa do Pedido 43648:
- Prestação de serviços de reparos e adaptações nos Campi de Bacabal, Chapadinha, Codó, Grajaú, Imperatriz, Pinheiro, São Bernardo, Balsas e São Luís nº de serviços x valor médio = 9 x 538.545,66 = R$ 4.846.911,00.
- Prestação de serviços terceirizados, através de Locação de mão-de-obra especializada nesta UFMA nº de meses x valor mês = 3 x 892.363,00 = R$ 2.677.089,00.
TOTAL GERAL = 7.524.000,00.

|45976830382 - KELCIO JOSÉ PONTES DA SILVA|
Justificativa do Pedido 43645:
Material permanente (bicicletário/persianas) - R$ 100.000,00
Instalações Contra Incêndios (extintores/sinalizações) - R$ 300.000,00
Instalação de elevadores - R$ 240.000,00
Instalação de Piso tátil - R$ 49.200,00
Instalação de Guarda Corpo - R$ 40.000,00
Estacionamento PNE - R$ 54.000,00
Obra de urbanização - R$ 582.800,00
Total - R$ 1.366.000,00

|32482728215 - ALDERY DA SILVA MENDONÇA|
Justificativa do Pedido 43639:
A OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, NESTE CAMPUS, REPRESENTARÁ A PRIMEIRA OFERTA DE ENSINO SUPERIOR DE UNIVERSIDADE PÚBLICA NA CIDADE DE CANOAS - RS. A ABRANGÊNCIA DE BENEFÍCIOS SE ESTENDE DO ALUNADO, AÍ COMPREENDIDO A INCLUSÃO SOCIAL, ATÉ O DESENVOLVIMENTO LOCAL, REPRESENTANDO PELO AUMENTO DE MORADORES E INSTÂNCIAS COMERCIAIS NECESSÁRIAS A SUA MANUTENÇÃO.
O valor estimado para o primeiro prédio do campus em Canoas é da ordem de 30 milhões, considerando a metragem do prédio em relação ao custo da obra. Tal valor consta do projeto arquitetônico elaborado pela empresa vencedora do concurso público realizado para tal.

O prédio visa o atendimento, inicial, dos cursos de graduação que serão implantados no Campus, dentro do projeto de expansão da universidade.

|18341241072 - BRUNO HEERDT|
Justificativa do Pedido 43577:
Os recursos serão aplicados para aquisição de equipamentos para as áreas assistenciais e de apoio e para manutenção dos serviços do Hospital das Clínicas.
A disponibilização destes recursos possibilitará a aquisição de equipamentos voltados para a melhoria das atividades assistenciais, tanto para pacientes internados como ambulatoriais, com melhoria dos estoques e da infraestrutura, dentro do contexto de um ambiente humanizado.
|45590338468 - GUSTAVO JOSÉ RAMOS DE ARAÚJO|
Justificativa do Pedido 43567:
R$ 100.000,00 DO CAMPUS GUANAMBI UG 158442 E R$ 150.000,00 DO CAMPUS CATU UG 158443
|01768694508 - DIOGO SOARES DE MELO MAGALHAES|
Justificativa do Pedido 43562:
Memória de cálculo. Serviço de guarda e vigilância ... Valor R$ 300.000,00.
|71106898753 - JAIR CLÁUDIO FRANCO DE ARAÚJO|
Justificativa do Pedido 43550:
1 veículos = R$ 96.335,00; alimentos para animais - R$ 100.000,00 e e pagamento de encargos de cursos e concursos R$ 211.000,00
|52218856034 - ROSANE FABRIS|
Justificativa do Pedido 43548:
AÇÃO 20GK FONTE 281
Descrevemos os valores, os quais detalharemos quando disponivel em nossa UO:
-Quota 2015, edital 01/2014, acordo 04/2014, tipo: bolsa de mestrado, total do exercício: 6 beneficiários da bolsa x 12 meses (de acordo com o convênio) x 1500 = 108.000,00
-Quota 2015, edital 02/2014, acordo 015/2014, tipo: bolsa de iniciação científica, total do exercício: 36 beneficiários de bolsas x 06 meses(de acordo com o convênio) x 400 = 86.400,00
-Quota 2015, edital 18/2014, com resultado publicado, tipo: bolsa apoio mobilidade doutorado, total do exercício: 04 beneficiários x 1 mês x 15.000 = 60.000

Total para quotas de bolsas - fonte 281: 254.400,00

AÇÃO 14XO FONTE 250 e FONTE 280

O montante de orçamento previsto para esse pedido é de R$ 58.658,00.

62526863287 - ALDSON AGUIAR DE CARVALHO|
Justificativa do Pedido 43516:

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação
Arquivos Especiais
Fl. 9951
31/03/2016 18:37

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 44503**

Como informado nos itens anteriores, o remanajamento ora solicitado é de extrema importância para a manutenção básica em todos os campi da nossa IFES.
|00491862725 - GEORGE PEREIRA DA GAMA JÚNIOR|
Justificativa do Pedido 43514:
Despesas previstas para o consumo de energia elétrica- Exercício 2015. R$ 694.458,69.
Créditos orçamentário previstos para execução dessa despesa:
LOA- 2015 - R$ 545.458,69
Superavit - R$ 149.000,00

|08706725767 - SILVERIO DE PAIVA FREITAS JUNIOR|
Justificativa do Pedido 43503:
DETALHAMENTO DA DESPESA

DISCRIMINAÇÃO TOTAL
Outras Despesas Correntes (650) 6.720.478,00
I) Material de Consumo 700.000,00
a) Material Químico 300.000,00
b) Material Laboratorial 400.000,00
II) Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica 720.478,00
III) Locação de Mão de Obra 3390.37.03 Vigilância Ostensiva
II) Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 7.585.478,00
a) 3390.39.16 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 600.000,00
b) 3390.43 Serviços de Energia Elétrica 2.000.000,00
c) Serviços de Água e Esgoto 200.000,00

Investimentos - Equipamentos e Material Permanente 5.889.522,00
Total da Fonte 650 12.610.000,00

FONTE 680 3390.37.02 - Apoio Administrativo 865.000,00
Total geral 13.475.000,00

|11755555334 - FRANCISCO ÁLCIMO DE ANDRADE|
Justificativa do Pedido 43494:
Fonte 0681: 339030 - R$ 300.000,00
339039 - R$ 185.000,00
449052 - R$ 3.000.000,00
Fonte 0680: 339039 - R$ 1.073.000,00
Total - R$ 4.558.000,00
|26999684049 - FERNANDO LUIZ CAMPELO CALDAS|
Justificativa do Pedido 43492:
Para os crédito solicitados com base no convênio firmado com a Petrobras:
De acordo com o Item 2.12 do Plano de Trabalho, anexado ao Convênio, os valores referentes ao Cronograma de desembolso são:
Total de desembolso para os três anos:
R$ 7.077.000,00 (R$ 4.583.600,00 em Bolsas de Formação + R$ 100.800,00 em Bolsa de Coordenação + R$ 100.800,00 em Bolsa de Subcoordenação + R$ 2.291.800,00 em Taxa de Bancada).
Sendo:
R$ 2.830.8000,00, para o 1º ano 2013;
R$ 2.830.8000,00, para o 2º ano 2014, porém será liberado em 2015; e
R$ 1.415.400,00, para o 3º ano 2015, ainda não liberado.
|86139819415 - MAURICIO FERREIRA MENEZES|
Justificativa do Pedido 43450:
A solicitação do credito suplementar no valor de R$ 5.481.501,00, é decorrente de: superavit financeiro de 2014, conforme portaria da STN 176/15 no valor de R$ 3.369.000,00 sendo, R$ 338.000,00 da fonte 80 e R$ 3.031.000,00 da fonte 50. Excesso de arrecadação com base na reestimativa no valor de R$ 2.112.501,00, sendo R$ 206.832,00 da fonte 0280 e R$ 1.905.669,00 da fonte 0250. Os recursos Serão aplicados no pagamento dos serviços manutenção em geral(Atas de Manutenção), no Elemento 339039-Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica- R$ 4.000,000,00, Aquisição de diversos materiais de consumo, no elemento 339030-Material de consumo-R$ 206.832,00, no pagamento de bolsas de graduação, no elemento 33901 Auxilio Financeiros a Estudantes(bolsas)- R$ 869.000,00 e Aquisição de equipamentos de informática, no elemento 449052-Material Permanente - R$ 405.669,00. totalizando assim o valor de R$ 5.481.501,00.



Coordenação de Comissões Especiais Secretaria Geral da Mesa Câmara dos Deputados

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 44503**

|50168894904 - OTAVIO VANDERLEI BERLANDORLAND|
Justificativa do Pedido 43441:
O valor da suplementação será aplicado na cobertura das despesas relativas à aditivos de obras decorrentes de serviços complementares, extraordinários e reajustes nos contratos das construções em andamento para consolidação dos novos câmpus. O recurso será utilizado para complementação dos seguintes contratos: Nº 60/2015 Construção de Salas de Professores I Campus Pau dos Ferros - Valor R$ 442.289,00; Nº 77/2013 Construção de Bloco de Salas de Aulas II 2 Pav. Campus Pau dos Ferros - valor R$ 384.577,00; Nº 53/2013 Construção de Salas de Professores II Campus Angicos - Valor R$ 300.000,00; Nº 123/2013 Construção de Bloco de Salas de Aulas II 2 pav. Campus Caraúbas - Valor R$ 68.134,00
|03070745440 - DAIANE FERREIRA DA COSTA|
Justificativa do Pedido 43429:
Os recursos deste Superavit Financeiro será destinado para atender os laboratórios de ensino no valor aproximado de R$ 350.000,00 para substituir equipamentos da secretária de informática no valor aproximado R$ 300.000,00 e para adquirir mobiliário para acomodar melhor os servidores no valor aproximado de R$ 83.000,00. Essas despesas ficarão em torno de R$ 733.000,00
|19048203872 - ADEMIR DORICCI|
Justificativa do Pedido 43416:
Valores positivos e constantes na Tabela 4-A - Demonstrativo do Superávit Financeiro de Receitas Vinculadas, Portaria STN/SUCON nº 173 de 27/03/2015.
|76349969049 - CLAUDETE OLIVEIRA SILVEIRA|
Justificativa do Pedido 43397:
Fonte 280: Previsão de arrecadação 2015 = (Arrecadação até mar / 3 meses) x 12 meses = R$ (220.678,42/3) x 12 = 73.559,47 x 12 = R$ 882.714,00, sendo R$ 872.061,00 em custeio e R$ 10.653,00 em capital.
Solicitação já aprovada no 1º momento de reestimativa da receita de 2015.
|75165368220 - CRISTINA KAZUMI NAKATA|
Justificativa do Pedido 43386:
|09573623234 - AUTON PERES DE FARIAS FILHO|
Justificativa do Pedido 43384:
Necessidade de complementação de pagamento das despesas de manutenção e serviços para o funcionamento da Universidade.
|68790970730 - ELIANA NEVES BOTELHO|
Justificativa do Pedido 43349:
Valores obtidos a partir de levantamento de convênios a serem executados pela UFPR em 2015, descritos no primeiro item, com valores previstos para arrecadação (fonte 281 - R$ 5.333.389,00) e arrecadados em anos anteriores (fonte 681 - Superavit de R$ 29,6 milhões)
|13211002804 - ORLANDO CESAR DEVAI|
Justificativa do Pedido 43322:
Serão aplicados no pagamento a contratos terceirizados continuados de limpeza e asseio hospitalar, vigilância, recepcionistas, cozinheiros/copeiros, lavadeiros, telefonistas, entre outros. Os recursos serão classificados no Elemento de Despesa 339039-Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. R$ 1.022.000,00, sendo, 7 meses x 146.000,00 = R$ 1.022.000,00.
|50168894904 - OTAVIO VANDERLEI BERLANDORLAND|
Justificativa do Pedido 43321:
Informamos que temos todas as condições para executar 100% de toda a dotação orçamentária, considerando que:

1º - Em relação a dotação de CAPITAL, no valor total de R$ 2.664.000,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil reais), o recurso será destinada para aquisições de Instalação de Micro Gerador Fotovoltaico, para demanda de geração de 25 kWp(+10), prevista no processo nº 34421.032195/2014-13, que trata da realização do certame licitatório já devidamente concluído em 2014, na modalidade de Ata de Registro do Pregão Eletrônico SRP nº 00028/2014, UASG nº 158155, com 02 (dois) itens, para o primeiro item foi realizada a previsão mínima de aquisição de 03(três) unidades ao valor unitário de R$ 191.750,00 (cento e noventa um mil, setecentos e cinquenta reais); e para o segundo item foi realizada a previsão mínima de 02(duas) unidades ao valor unitário de R$ 252.250,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos e cinquenta reais). Isto posto, pretendemos fazer a contratação de 12 (doze) unidades, sendo 06 de cada item, que totaliza o montante de R$ 2.664.000,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil reais)

2º - Com relação a dotação de CUSTEIO, no valor total de R$ 784.000,00 (setecentos e oitenta e quatro mil reais), será destinado aos contratos de prestação de serviços continuados, em que é preciso apenas reforçar as notas de empenhos existentes.
|28306694449 - JUSCELINO CARDOSO DE MEDEIROS|
Justificativa do Pedido 43295:
Estimamos uma área física recuperada de 800 M² a um custo médio de R$ 2.353,00.
|08435693104 - JOSÉ PIRES DE OLIVEIRA JÚNIOR|
Justificativa do Pedido 43293:
Despesas de custeio para projetos diversos fonte 650 R$ 1.521.000,00
Despesas de capital para projetos diversos fonte 650 R$ 9.000.000,00
Despesas de capital para funcionamento da IFES fonte 680 R$ 723.000,00
Despesas de capital para funcionamento da IFES fonte 280 R$ 678.862,00
Despesas de obras para convenios com estado e municipio R$ 1.166.000,00
|31530150078 - JOEL PEDROSO DA SILVEIRA|
Justificativa do Pedido 43253:
Pagamento de despesas com contratos (limpeza/conservação, apoio adm., vigilância, etc) R$ 200.000,00
Pagamento de despesas com serviços (energia, agua, telefonia, cópia, etc.) R$ 98.000,00.

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
31/03/2016 18:37
Apensados

**Pedidos:** **44503**

Despesas de pelo menos 03 meses.

|45099278191 - VAILSON BATISTA DE FREITAS|
Justificativa do Pedido 43192:
1 - Portaria Nº 114/2014-FAPESB prorroga "de ofício" o Convênio 46/2013 - R$ 52.000,00 - valor será utilizado na contratação de empresa especializada em ministrar o curso do idioma espanhol;
2 - Portaria Nº 112/2014-FAPESB prorroga "de ofício" o Convênio 47/2013 - R$ 59.000,00 - valor será utilizado na contratação de empresa especializada em ministrar o curso do idioma francês;
3 - Portaria Nº 111/2014-FAPESB prorroga "de ofício" o Convênio 48/2013 - R$ 59.000,00 - valor será utilizado na contratação de empresa especializada em ministrar o curso do idioma inglês;
4 - Portaria Nº 113/2014-FAPESB prorroga "de ofício" o Convênio 49/2013 - R$ 52.000,00 - valor será utilizado na contratação de empresa especializada em ministrar o curso do idioma alemão.
Os valores do crédito do superávit financeiro serão para custear parte das despesas de apoio administrativo dos campi da UNIVASF, situados ma cidade de Petrolina-PE. Contrato nº 376/2012. Valor total do contrato: R$ 2.761.497,00. Valor solicitado em virtude do superávit R$ 433.000,00.
|04104082716 - ANTÔNIO PIRES CRISÓSTOMO|
Justificativa do Pedido 43185:
Todos os gastos, devidamente licitados ou adquiridos por inexigibilidade de licitação, estão previstos em torno de R$ 420.000,00 (Quatrocentos e vinte mil reais), motivo este que necessitamos de tais valores solicitados para que possamos complementar tais despesas.
|83446648887 - JOSÉ GERALDO DAS GRAÇAS|
Justificativa do Pedido 44337:
1) UO 26362 - Hospital Universitário Walter Cantídio:
Oftalmologia (cirurgia de retina) - R$ 90.000,00
Urologia (cirurgia de próstata) - R$ 90.000,00
Otorrinolaringologia - R$ 90.000,00
Hematologia - R$ 90.000,00
Total mensal - R$ 360.000,00
Valor anual - Hospital Polo - R$ 2.160.000,00 (referente ao período de jul/2015 a dez/2015)
Sendo:
33.90.00: R$ 260.000,00 mensais/R$ 1.560.000,00 (total)
44.90.00: R$ 100.000,00 mensais/ R$ 600.000,00 (total)

2) UO 26363 - Maternidade Escola Assis Chateaubriand MEAC:
Valor Total: R$ 6.790.534,20, sendo:
Programa Rede Cegonha - R$ 5.710.534,20 (33.90.00)
Hospital Polo - R$ 1.080.000,00, o recurso será alocado conforme especificado abaixo:
33.90.00: R$ 720.000,00 (total) / R$ 120.000,00 mensais (custeio)
44.90.00: R$ 360.000,00 (total)/ R$ 60.000,00 mensais (capital)

3) UO 26444 - Hospital e Maternidade Vitor Ferreira do Amaral
Valor total - R$ 1.560.000,00 (custeio)

|51583275134 - EDUARDO AUGUSTO DE ABREU COSTA|
Justificativa do Pedido 44636:
Não há.

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Acompanhamentos Pedido: 44503**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 26/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: Ajuste do Crédito. | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 26/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Ajuste do Crédito. | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 17/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | EULER ALBERGARIA DE MELO |
| 16/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Ajuste do Pedido | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 847

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Pedidos:** **44503**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2016**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44503**

**Tipo: 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 317.131.073 | 0 | 317.131.073 |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 26.013.166 | 0 | 26.013.166 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26000 Ministério da Educação** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |
| 26230 Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco | 655.000 | 0 | 655.000 |
| 26232 Universidade Federal da Bahia | 9.667.731 | 0 | 9.667.731 |
| 26233 Universidade Federal do Ceará | 13.475.000 | 0 | 13.475.000 |
| 26234 Universidade Federal do Espírito Santo | 18.753.672 | 0 | 18.753.672 |
| 26236 Universidade Federal Fluminense | 1.994.000 | 0 | 1.994.000 |
| 26237 Universidade Federal de Juiz de Fora | 40.956.000 | 0 | 40.956.000 |
| 26238 Universidade Federal de Minas Gerais | 3.317.000 | 0 | 3.317.000 |
| 26239 Universidade Federal do Pará | 3.186.246 | 0 | 3.186.246 |
| 26240 Universidade Federal da Paraíba | 2.296.262 | 0 | 2.296.262 |
| 26241 Universidade Federal do Paraná | 14.333.388 | 0 | 14.333.388 |
| 26242 Universidade Federal de Pernambuco | 13.974.000 | 0 | 13.974.000 |
| 26244 Universidade Federal do Rio Grande do Sul | 36.111.971 | 0 | 36.111.971 |
| 26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro | 19.313.000 | 0 | 19.313.000 |
| 26246 Universidade Federal de Santa Catarina | 4.410.538 | 0 | 4.410.538 |
| 26247 Universidade Federal de Santa Maria | 8.188.067 | 0 | 8.188.067 |
| 26248 Universidade Federal Rural de Pernambuco | 5.324.000 | 0 | 5.324.000 |
| 26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | 1.629.000 | 0 | 1.629.000 |
| 26250 Fundação Universidade Federal de Roraima | 257.000 | 0 | 257.000 |
| 26251 Fundação Universidade Federal do Tocantins | 961.000 | 0 | 961.000 |
| 26254 Universidade Federal do Triângulo Mineiro | 1.410.444 | 0 | 1.410.444 |
| 26255 Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri | 139.000 | 0 | 139.000 |
| 26258 Universidade Tecnológica Federal do Paraná | 9.958.000 | 0 | 9.958.000 |
| 26260 Universidade Federal de Alfenas | 170.000 | 0 | 170.000 |
| 26261 Universidade Federal de Itajubá | 2.084.000 | 0 | 2.084.000 |
| 26262 Universidade Federal de São Paulo | 1.260.000 | 0 | 1.260.000 |
| 26263 Universidade Federal de Lavras | 2.226.000 | 0 | 2.226.000 |
| 26264 Universidade Federal Rural do Semi-Árido | 1.195.000 | 0 | 1.195.000 |
| 26266 Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA | 4.129.722 | 0 | 4.129.722 |
| 26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana | 25.145 | 0 | 25.145 |
| 26269 Fundação Universidade do Rio de Janeiro | 300.000 | 0 | 300.000 |
| 26270 Fundação Universidade do Amazonas | 4.565.000 | 0 | 4.565.000 |
| 26271 Fundação Universidade de Brasília | 3.936.831 | 0 | 3.936.831 |
| 26272 Fundação Universidade Federal do Maranhão | 7.524.000 | 0 | 7.524.000 |
| 26273 Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS | 11.199.862 | 0 | 11.199.862 |
| 26274 Universidade Federal de Uberlândia | 2.783.000 | 0 | 2.783.000 |
| 26275 Fundação Universidade Federal do Acre | 10.933.999 | 0 | 10.933.999 |
| 26278 Fundação Universidade Federal de Pelotas | 4.558.000 | 0 | 4.558.000 |
| 26279 Fundação Universidade Federal do Piauí | 1.883.000 | 0 | 1.883.000 |
| 26280 Fundação Universidade Federal de São Carlos | 733.000 | 0 | 733.000 |
| 26282 Fundação Universidade Federal de Viçosa | 4.204.000 | 0 | 4.204.000 |
| 26283 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | 2.884.788 | 0 | 2.884.788 |
| 26284 Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre | 5.209.000 | 0 | 5.209.000 |
| 26286 Fundação Universidade Federal do Amapá | 1.366.000 | 0 | 1.366.000 |
| 26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA | 9.686.000 | 0 | 9.686.000 |
| 26352 Fundação Universidade Federal do ABC | 983.000 | 0 | 983.000 |
| 26359 Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia | 1.199.000 | 0 | 1.199.000 |
| 26367 Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora | 204.000 | 0 | 204.000 |
| 26368 Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais | 5.112.538 | 0 | 5.112.538 |
| 26369 Hospital Universitário João de Barros Barreto | 165.140 | 0 | 165.140 |
| 26373 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco | 4.140.538 | 0 | 4.140.538 |
| 26386 Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago | 1.022.000 | 0 | 1.022.000 |
| 26389 Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro | 2.284.000 | 0 | 2.284.000 |
| 26392 Hospital Getúlio Vargas | 51.950 | 0 | 51.950 |
| 26396 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia | 682.000 | 0 | 682.000 |
| 26400 Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe | 466.000 | 0 | 466.000 |
| 26402 Instituto Federal de Alagoas | 2.532.400 | 0 | 2.532.400 |
| 26404 Instituto Federal Baiano | 250.000 | 0 | 250.000 |
| 26405 Instituto Federal do Ceará | 106.990 | 0 | 106.990 |
| 26407 Instituto Federal Goiano | 298.000 | 0 | 298.000 |
| 26409 Instituto Federal de Minas Gerais | 2.607.415 | 0 | 2.607.415 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44503**

**Tipo: 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5**

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 26410 Instituto Federal do Norte de Minas Gerais | 1.094.987 | 0 | 1.094.987 |
| 26412 Instituto Federal do Sul de Minas Gerais | 1.750.000 | 0 | 1.750.000 |
| 26413 Instituto Federal do Triangulo Mineiro | 1.816.000 | 0 | 1.816.000 |
| 26417 Instituto Federal da Paraíba | 3.721.000 | 0 | 3.721.000 |
| 26419 Instituto Federal do Rio Grande do Sul | 394.649 | 0 | 394.649 |
| 26421 Instituto Federal de Rondônia | 1.068.000 | 0 | 1.068.000 |
| 26422 Instituto Federal Catarinense | 753.000 | 0 | 753.000 |
| 26427 Instituto Federal da Bahia | 2.512.370 | 0 | 2.512.370 |
| 26431 Instituto Federal do Piauí | 1.636.000 | 0 | 1.636.000 |
| 26432 Instituto Federal do Paraná | 2.756.000 | 0 | 2.756.000 |
| 26435 Instituto Federal do Rio Grande do Norte | 3.448.000 | 0 | 3.448.000 |
| 26436 Instituto Federal Sul-rio-grandense | 601.100 | 0 | 601.100 |
| 26439 Instituto Federal de São Paulo | 1.699.252 | 0 | 1.699.252 |
| 26441 Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA | 2.112.000 | 0 | 2.112.000 |
| 26442 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira | 1.048.186 | 0 | 1.048.186 |
| 26448 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará | 313.058 | 0 | 313.058 |
| 26449 Universidade Federal do Cariri | 149.000 | 0 | 149.000 |
| 26451 Hospital de Ensino Dr. Washington Antonio de Barros | 1.000.000 | 0 | 1.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 211.810.812 | 0 | 211.810.812 |
| 4 - Investimentos | 129.233.427 | 0 | 129.233.427 |
| 5 - Inversões Financeiras | 2.100.000 | 0 | 2.100.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 12.873.626 | 0 | 12.873.626 |
| 280 - Recursos Próprios Financeiros | 7.037.311 | 0 | 7.037.311 |
| 281 - Recursos de Convênios | 12.394.170 | 0 | 12.394.170 |
| 296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 358.110 | 0 | 358.110 |
| 650 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 254.854.233 | 0 | 254.854.233 |
| 680 - Recursos Próprios Financeiros | 34.962.200 | 0 | 34.962.200 |
| 681 - Recursos de Convenios | 20.571.589 | 0 | 20.571.589 |
| 696 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 93.000 | 0 | 93.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26230 Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco** | **655.000** | **0** | **655.000** |
| 281 Recursos de Convênios | 222.000 | 0 | 222.000 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 433.000 | 0 | 433.000 |
| **26232 Universidade Federal da Bahia** | **9.667.731** | **0** | **9.667.731** |
| 280 Recursos Próprios Financeiros | 167.731 | 0 | 167.731 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 7.574.000 | 0 | 7.574.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 1.926.000 | 0 | 1.926.000 |
| **26233 Universidade Federal do Ceará** | **13.475.000** | **0** | **13.475.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 12.610.000 | 0 | 12.610.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 865.000 | 0 | 865.000 |
| **26234 Universidade Federal do Espírito Santo** | **18.753.672** | **0** | **18.753.672** |
| 280 Recursos Próprios Financeiros | 1.327.672 | 0 | 1.327.672 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 13.433.000 | 0 | 13.433.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 2.793.000 | 0 | 2.793.000 |
| 681 Recursos de Convênios | 1.200.000 | 0 | 1.200.000 |
| **26236 Universidade Federal Fluminense** | **1.994.000** | **0** | **1.994.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.875.000 | 0 | 1.875.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 49.000 | 0 | 49.000 |
| 681 Recursos de Convênios | 70.000 | 0 | 70.000 |
| **26237 Universidade Federal de Juiz de Fora** | **40.956.000** | **0** | **40.956.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 38.537.000 | 0 | 38.537.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 1.637.000 | 0 | 1.637.000 |
| 681 Recursos de Convenios | 782.000 | 0 | 782.000 |
| **26238 Universidade Federal de Minas Gerais** | **3.317.000** | **0** | **3.317.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 3.317.000 | 0 | 3.317.000 |
| **26239 Universidade Federal do Pará** | **3.186.246** | **0** | **3.186.246** |
| 280 Recursos Próprios Financeiros | 829.446 | 0 | 829.446 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.842.000 | 0 | 1.842.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 196.200 | 0 | 196.200 |
| 681 Recursos de Convênios | 318.600 | 0 | 318.600 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44503**

**Tipo: 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26240 Universidade Federal da Paraíba** | **2.296.262** | **0** | **2.296.262** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 2.296.262 | 0 | 2.296.262 |
| **26241 Universidade Federal do Paraná** | **14.333.388** | **0** | **14.333.388** |
| 281 Recursos de Convênios | 5.333.388 | 0 | 5.333.388 |
| 681 Recursos de Convênios | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| **26242 Universidade Federal de Pernambuco** | **13.974.000** | **0** | **13.974.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 5.016.000 | 0 | 5.016.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 8.958.000 | 0 | 8.958.000 |
| **26244 Universidade Federal do Rio Grande do Sul** | **36.111.971** | **0** | **36.111.971** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 36.111.971 | 0 | 36.111.971 |
| **26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro** | **19.313.000** | **0** | **19.313.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 19.313.000 | 0 | 19.313.000 |
| **26246 Universidade Federal de Santa Catarina** | **4.410.538** | **0** | **4.410.538** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 834.706 | 0 | 834.706 |
| 280 Recursos Próprios Financeiros | 206.832 | 0 | 206.832 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 3.031.000 | 0 | 3.031.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 338.000 | 0 | 338.000 |
| **26247 Universidade Federal de Santa Maria** | **8.188.067** | **0** | **8.188.067** |
| 280 Recursos Próprios Financeiros | 154.067 | 0 | 154.067 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 7.384.000 | 0 | 7.384.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 650.000 | 0 | 650.000 |
| **26248 Universidade Federal Rural de Pernambuco** | **5.324.000** | **0** | **5.324.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 5.259.000 | 0 | 5.259.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 65.000 | 0 | 65.000 |
| **26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro** | **1.629.000** | **0** | **1.629.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 880.000 | 0 | 880.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 749.000 | 0 | 749.000 |
| **26250 Fundação Universidade Federal de Roraima** | **257.000** | **0** | **257.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 257.000 | 0 | 257.000 |
| **26251 Fundação Universidade Federal do Tocantins** | **961.000** | **0** | **961.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 961.000 | 0 | 961.000 |
| **26254 Universidade Federal do Triângulo Mineiro** | **1.410.444** | **0** | **1.410.444** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 489.444 | 0 | 489.444 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 304.000 | 0 | 304.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 354.000 | 0 | 354.000 |
| 681 Recursos de Convênios | 263.000 | 0 | 263.000 |
| **26255 Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri** | **139.000** | **0** | **139.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 139.000 | 0 | 139.000 |
| **26258 Universidade Tecnológica Federal do Paraná** | **9.958.000** | **0** | **9.958.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 8.248.000 | 0 | 8.248.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 1.710.000 | 0 | 1.710.000 |
| **26260 Universidade Federal de Alfenas** | **170.000** | **0** | **170.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 170.000 | 0 | 170.000 |
| **26261 Universidade Federal de Itajubá** | **2.084.000** | **0** | **2.084.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 2.005.000 | 0 | 2.005.000 |
| 696 Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 79.000 | 0 | 79.000 |
| **26262 Universidade Federal de São Paulo** | **1.260.000** | **0** | **1.260.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.260.000 | 0 | 1.260.000 |
| **26263 Universidade Federal de Lavras** | **2.226.000** | **0** | **2.226.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 2.226.000 | 0 | 2.226.000 |
| **26264 Universidade Federal Rural do Semi-Árido** | **1.195.000** | **0** | **1.195.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.195.000 | 0 | 1.195.000 |
| **26266 Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA** | **4.129.722** | **0** | **4.129.722** |
| 281 Recursos de Convênios | 1.775.613 | 0 | 1.775.613 |
| 296 Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 358.110 | 0 | 358.110 |
| 681 Recursos de Convênios | 1.995.999 | 0 | 1.995.999 |
| **26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana** | **25.145** | **0** | **25.145** |
| 280 Recursos Próprios Financeiros | 25.145 | 0 | 25.145 |
| **26269 Fundação Universidade do Rio de Janeiro** | **300.000** | **0** | **300.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 300.000 | 0 | 300.000 |
| **26270 Fundação Universidade do Amazonas** | **4.565.000** | **0** | **4.565.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 2.671.000 | 0 | 2.671.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 1.744.000 | 0 | 1.744.000 |
| 681 Recursos de Convênios | 150.000 | 0 | 150.000 |
| **26271 Fundação Universidade de Brasília** | **3.936.831** | **0** | **3.936.831** |

Câmara dos Deputados
3462
Fl. Exercício: 2015
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44503**

**Tipo: 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 280 Recursos Próprios Financeiros | 3.366.831 | 0 | 3.366.831 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 570.000 | 0 | 570.000 |
| **26272 Fundação Universidade Federal do Maranhão** | **7.524.000** | **0** | **7.524.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 6.208.000 | 0 | 6.208.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 1.316.000 | 0 | 1.316.000 |
| **26273 Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS** | **11.199.862** | **0** | **11.199.862** |
| 280 Recursos Próprios Financeiros | 678.862 | 0 | 678.862 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 10.521.000 | 0 | 10.521.000 |
| **26274 Universidade Federal de Uberlândia** | **2.783.000** | **0** | **2.783.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.479.000 | 0 | 1.479.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 1.272.000 | 0 | 1.272.000 |
| 681 Recursos de Convênios | 32.000 | 0 | 32.000 |
| **26275 Fundação Universidade Federal do Acre** | **10.933.999** | **0** | **10.933.999** |
| 281 Recursos de Convênios | 2.166.999 | 0 | 2.166.999 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 8.767.000 | 0 | 8.767.000 |
| **26278 Fundação Universidade Federal de Pelotas** | **4.558.000** | **0** | **4.558.000** |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 1.073.000 | 0 | 1.073.000 |
| 681 Recursos de Convênios | 3.485.000 | 0 | 3.485.000 |
| **26279 Fundação Universidade Federal do Piauí** | **1.883.000** | **0** | **1.883.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.881.000 | 0 | 1.881.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 2.000 | 0 | 2.000 |
| **26280 Fundação Universidade Federal de São Carlos** | **733.000** | **0** | **733.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 733.000 | 0 | 733.000 |
| **26282 Fundação Universidade Federal de Viçosa** | **4.204.000** | **0** | **4.204.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 2.204.000 | 0 | 2.204.000 |
| **26283 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul** | **2.884.788** | **0** | **2.884.788** |
| 280 Recursos Próprios Financeiros | 89.788 | 0 | 89.788 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 2.688.000 | 0 | 2.688.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 96.000 | 0 | 96.000 |
| 696 Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 11.000 | 0 | 11.000 |
| **26284 Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre** | **5.209.000** | **0** | **5.209.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 3.111.000 | 0 | 3.111.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 2.098.000 | 0 | 2.098.000 |
| **26286 Fundação Universidade Federal do Amapá** | **1.366.000** | **0** | **1.366.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 602.000 | 0 | 602.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 764.000 | 0 | 764.000 |
| **26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA** | **9.686.000** | **0** | **9.686.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 9.654.000 | 0 | 9.654.000 |
| 681 Recursos de Convênios | 32.000 | 0 | 32.000 |
| **26352 Fundação Universidade Federal do ABC** | **983.000** | **0** | **983.000** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 983.000 | 0 | 983.000 |
| **26359 Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia** | **1.199.000** | **0** | **1.199.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.199.000 | 0 | 1.199.000 |
| **26367 Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora** | **204.000** | **0** | **204.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 204.000 | 0 | 204.000 |
| **26368 Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais** | **5.112.538** | **0** | **5.112.538** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 4.974.538 | 0 | 4.974.538 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 125.000 | 0 | 125.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 13.000 | 0 | 13.000 |
| **26369 Hospital Universitário João de Barros Barreto** | **165.140** | **0** | **165.140** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 99.140 | 0 | 99.140 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 31.000 | 0 | 31.000 |
| 681 Recursos de Convenios | 32.000 | 0 | 32.000 |
| 696 Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 3.000 | 0 | 3.000 |
| **26373 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco** | **4.140.538** | **0** | **4.140.538** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 3.786.538 | 0 | 3.786.538 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 354.000 | 0 | 354.000 |
| **26386 Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago** | **1.022.000** | **0** | **1.022.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.022.000 | 0 | 1.022.000 |
| **26389 Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro** | **2.284.000** | **0** | **2.284.000** |
| 681 Recursos de Convênios | 2.284.000 | 0 | 2.284.000 |
| **26392 Hospital Getúlio Vargas** | **51.950** | **0** | **51.950** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 9.950 | 0 | 9.950 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 42.000 | 0 | 42.000 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Antes da Internalização

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44503**

**Tipo: 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26396 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia** | **682.000** | **0** | **682.000** |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 221.000 | 0 | 221.000 |
| 681 Recursos de Convênios | 461.000 | 0 | 461.000 |
| **26400 Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe** | **466.000** | **0** | **466.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 466.000 | 0 | 466.000 |
| **26402 Instituto Federal de Alagoas** | **2.532.400** | **0** | **2.532.400** |
| 281 Recursos de Convênios | 1.415.400 | 0 | 1.415.400 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 841.000 | 0 | 841.000 |
| 681 Recursos de Convênios | 276.000 | 0 | 276.000 |
| **26404 Instituto Federal Baiano** | **250.000** | **0** | **250.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 250.000 | 0 | 250.000 |
| **26405 Instituto Federal do Ceará** | **106.990** | **0** | **106.990** |
| 281 Recursos de Convênios | 60.000 | 0 | 60.000 |
| 681 Recursos de Convênios | 46.990 | 0 | 46.990 |
| **26407 Instituto Federal Goiano** | **298.000** | **0** | **298.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 298.000 | 0 | 298.000 |
| **26409 Instituto Federal de Minas Gerais** | **2.607.415** | **0** | **2.607.415** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 447.590 | 0 | 447.590 |
| 280 Recursos Próprios Financeiros | 87.825 | 0 | 87.825 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.974.000 | 0 | 1.974.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 98.000 | 0 | 98.000 |
| **26410 Instituto Federal do Norte de Minas Gerais** | **1.094.987** | **0** | **1.094.987** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 338.987 | 0 | 338.987 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 756.000 | 0 | 756.000 |
| **26412 Instituto Federal do Sul de Minas Gerais** | **1.750.000** | **0** | **1.750.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.300.000 | 0 | 1.300.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 450.000 | 0 | 450.000 |
| **26413 Instituto Federal do Triangulo Mineiro** | **1.816.000** | **0** | **1.816.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.369.000 | 0 | 1.369.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 447.000 | 0 | 447.000 |
| **26417 Instituto Federal da Paraíba** | **3.721.000** | **0** | **3.721.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 3.622.000 | 0 | 3.622.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 99.000 | 0 | 99.000 |
| **26419 Instituto Federal do Rio Grande do Sul** | **394.649** | **0** | **394.649** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 83.649 | 0 | 83.649 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 311.000 | 0 | 311.000 |
| **26421 Instituto Federal de Rondônia** | **1.068.000** | **0** | **1.068.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.068.000 | 0 | 1.068.000 |
| **26422 Instituto Federal Catarinense** | **753.000** | **0** | **753.000** |
| 281 Recursos de Convênios | 76.000 | 0 | 76.000 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 677.000 | 0 | 677.000 |
| **26427 Instituto Federal da Bahia** | **2.512.370** | **0** | **2.512.370** |
| 281 Recursos de Convênios | 90.370 | 0 | 90.370 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.918.000 | 0 | 1.918.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 361.000 | 0 | 361.000 |
| 681 Recursos de Convênios | 143.000 | 0 | 143.000 |
| **26431 Instituto Federal do Piauí** | **1.636.000** | **0** | **1.636.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.636.000 | 0 | 1.636.000 |
| **26432 Instituto Federal do Paraná** | **2.756.000** | **0** | **2.756.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 943.000 | 0 | 943.000 |
| 680 Recursos Próprios Financeiros | 1.813.000 | 0 | 1.813.000 |
| **26435 Instituto Federal do Rio Grande do Norte** | **3.448.000** | **0** | **3.448.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 3.448.000 | 0 | 3.448.000 |
| **26436 Instituto Federal Sul-rio-grandense** | **601.100** | **0** | **601.100** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 50.100 | 0 | 50.100 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 551.000 | 0 | 551.000 |
| **26439 Instituto Federal de São Paulo** | **1.699.252** | **0** | **1.699.252** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 688.340 | 0 | 688.340 |
| 280 Recursos Próprios Financeiros | 99.912 | 0 | 99.912 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 911.000 | 0 | 911.000 |
| **26441 Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA** | **2.112.000** | **0** | **2.112.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 2.112.000 | 0 | 2.112.000 |
| **26442 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira** | **1.048.186** | **0** | **1.048.186** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 32.186 | 0 | 32.186 |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.016.000 | 0 | 1.016.000 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados 84 Comissões Especiais

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise de Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44503**

**Tipo: 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26448 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará** | **313.058** | **0** | **313.058** |
| 250 Recursos Proprios Não-Financeiros | 55.458 | 0 | 55.458 |
| 280 Recursos Próprios Financeiros | 3.200 | 0 | 3.200 |
| 281 Recursos de Convênios | 254.400 | 0 | 254.400 |
| **26449 Universidade Federal do Cariri** | **149.000** | **0** | **149.000** |
| 650 Recursos Próprios Não-Financeiros | 149.000 | 0 | 149.000 |
| **26451 Hospital de Ensino Dr. Washington Antonio de Barros** | **1.000.000** | **0** | **1.000.000** |
| 281 Recursos de Convênios | 1.000.000 | 0 | 1.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 15.000.000 | 0 | 15.000.000 |
| 90 - Aplicações Diretas | 328.124.239 | 0 | 328.124.239 |
| 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 20.000 | 0 | 20.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 343.144.239 | 0 | 343.144.239 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 343.144.239 | 0 | 343.144.239 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 342.889.839 | 0 | 342.889.839 |
| 6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP | 254.400 | 0 | 254.400 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 343.144.239 | 0 | 343.144.239 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 12 - Educação | 343.144.239 | 0 | 343.144.239 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 128 - Formação de Recursos Humanos | 5.707.747 | 0 | 5.707.747 |
| 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 25.969.645 | 0 | 25.969.645 |
| 363 - Ensino Profissional | 28.737.416 | 0 | 28.737.416 |
| 364 - Ensino Superior | 282.729.431 | 0 | 282.729.431 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **12 Educação** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |
| 128 Formação de Recursos Humanos | 5.707.747 | 0 | 5.707.747 |
| 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 25.969.645 | 0 | 25.969.645 |
| 363 Ensino Profissional | 28.737.416 | 0 | 28.737.416 |
| 364 Ensino Superior | 282.729.431 | 0 | 282.729.431 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5 | 343.144.239 | 0 | 343.144.239 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 343.144.239 | 0 | 343.144.239 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2031 - Educação Profissional e Tecnológica | 28.737.416 | 0 | 28.737.416 |
| 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | 308.699.076 | 0 | 308.699.076 |
| 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | 5.707.747 | 0 | 5.707.747 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 337.436.492 | 0 | 337.436.492 |
| - Gestão e Manutenção | 5.707.747 | 0 | 5.707.747 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2016**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44503**

**Tipo: 103a - Suplementação de dotações do MEC de GND 3,4,5**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 00P1 - Apoio à Residência em Saúde | 43.521 | 0 | 43.521 |
| 11G0 - Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA | 2.112.000 | 0 | 2.112.000 |
| 11G1 - Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA | 25.145 | 0 | 25.145 |
| 14XO - Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA | 58.658 | 0 | 58.658 |
| 14XP - Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA | 149.000 | 0 | 149.000 |
| 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | 2.412.886 | 0 | 2.412.886 |
| 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | 2.150.000 | 0 | 2.150.000 |
| 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | 271.355.222 | 0 | 271.355.222 |
| 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | 25.976.671 | 0 | 25.976.671 |
| 2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica | 519.745 | 0 | 519.745 |
| 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior | 854.000 | 0 | 854.000 |
| 4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | 25.969.645 | 0 | 25.969.645 |
| 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | 5.707.747 | 0 | 5.707.747 |
| 6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica | 91.000 | 0 | 91.000 |
| 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | 5.718.999 | 0 | 5.718.999 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 2.344.803 | 0 | 2.344.803 |
| - Atividade | 340.755.915 | 0 | 340.755.915 |
| - Operações Especiais | 43.521 | 0 | 43.521 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44503 - MEC 1ª Fase(Tipo 103a) | 343.144.239 | 0 | 343.144.239 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 32.663.217 | 0 | 32.663.217 |
| - Superávit financeiro | 310.481.022 | 0 | 310.481.022 |
| **TOTAL-GERAL** | **343.144.239** | **0** | **343.144.239** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44505

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **26000- Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **109.643.591.255** | **97.861.628.611** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |
| **Unidade:** | **26101- Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **2.068.903.628** | **1.511.695.875** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 885.000.637 | 678.004.430 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **2109 2000** | **Administração da Unidade** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **210.500.000** | **189.465.642** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 2109 2000 0053 | Administração da Unidade - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 210.500.000 | 189.465.642 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| 2109 2000 0053 0003 | Projeto Desafio da Sustentabilidade | | | | | | | | | | 7.005.000 | 6.628.433 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *1.000.000* | *625.871* | *1.000.000* | *0* | *1.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *6.005.000* | *6.002.562* | *0* | *1.000.000* | *-1.000.000* |
| **Unidade:** | **26234- Universidade Federal do Espírito Santo** | | | | | | | | | | **878.171.456** | **798.033.779** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 225.973.227 | 150.592.811 | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **27.855.248** | **26.463.168** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |
| 2032 8282 0032 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo | | | *PLOA* | | | | | | | 26.655.248 | 26.263.210 | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| 2032 8282 0032 0000 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 25.911.997 | 25.882.261 | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *22.581.208* | *22.581.205* | *10.000.000* | *0* | *10.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.330.789* | *3.301.056* | *0* | *10.000.000* | *-10.000.000* |
| **Unidade:** | **26235- Universidade Federal de Goiás** | | | | | | | | | | **1.091.481.719** | **1.012.828.727** | **9.900.000** | **9.900.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 224.674.734 | 157.776.430 | 9.900.000 | 9.900.000 | 0 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **137.858.683** | **92.794.931** | **9.900.000** | **9.900.000** | **0** |
| 2032 20RK 0052 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás | | | *PLOA* | | | | | | | 136.858.683 | 92.794.931 | 9.900.000 | 9.900.000 | 0 |
| 2032 20RK 0052 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 76.964.051 | 76.647.141 | 9.900.000 | 9.900.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *76.950.288* | *76.634.743* | *9.900.000* | *0* | *9.900.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *13.763* | *12.398* | *0* | *9.900.000* | *-9.900.000* |
| **Unidade:** | **26253- Universidade Federal Rural da Amazônia** | | | | | | | | | | **175.262.175** | **167.202.123** | **102.807** | **102.807** | **0** |
| **2030** | **Educação Básica** | | | | | | | | | | 636.494 | 0 | 82.807 | 82.807 | 0 |
| **2030 20RJ** | **Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica** | **12- 368** | *10* | | | | | | | | **636.494** | **0** | **82.807** | **82.807** | **0** |
| 2030 20RJ 0015 | Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 636.494 | 0 | 82.807 | 82.807 | 0 |
| 2030 20RJ 0015 0004 | Plano Estratégico de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica | | | | | | | | | | 636.494 | 0 | 82.807 | 82.807 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *108* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *636.494* | *0* | *82.807* | *0* | *82.807* |
| | | | | | *4.4.90* | *108* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *82.807* | *-82.807* |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 40.376.338 | 35.304.489 | 20.000 | 20.000 | |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 9216

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44505

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **4.014.221** | **3.140.579** | **20.000** | **20.000** | **0** |
| 2032 4002 0015 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 4.014.221 | 3.140.579 | 20.000 | 20.000 | 0 |
| 2032 4002 0015 0001 | Viver sem limite – PROGRAMA INCLUIR | | | | | | | | | | 44.924 | 0 | 20.000 | 20.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *24.924* | *0* | *0* | *20.000* | *-20.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *20.000* | *0* | *20.000* | *0* | *20.000* |
| **Unidade:** | **26255- Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri** | | | | | | | | | | **215.683.977** | **196.979.871** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 61.305.621 | 45.024.528 | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **25.929.259** | **14.537.693** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |
| 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 25.929.259 | 14.537.693 | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| 2032 20RK 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 24.221.131 | 12.829.564 | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *12.509.406* | *12.508.343* | *4.000.000* | *0* | *4.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *11.711.725* | *321.220* | *0* | *4.000.000* | *-4.000.000* |
| **Unidade:** | **26256- Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca** | | | | | | | | | | **337.184.271** | **321.264.578** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 61.679.006 | 47.707.404 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **42.763.983** | **32.882.805** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 2031 20RL 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 42.763.983 | 32.882.805 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| 2031 20RL 0033 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 41.317.908 | 32.038.430 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *27.517.908* | *26.552.191* | *1.000.000* | *0* | *1.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *13.800.000* | *5.486.239* | *0* | *1.000.000* | *-1.000.000* |
| **Unidade:** | **26267- Universidade Federal da Integração Latino Americana** | | | | | | | | | | **145.920.656** | **124.920.295** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 63.036.458 | 43.923.125 | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **2032 11G1** | **Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **45.379.416** | **30.274.107** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |
| 2032 11G1 0041 | Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 45.379.416 | 30.274.107 | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| 2032 11G1 0041 0000 | Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNIL | | | | | | | | | | 44.456.082 | 29.973.451 | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *20.462.482* | *16.904.172* | *2.000.000* | *0* | *2.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *112* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *23.993.600* | *13.069.279* | *0* | *2.000.000* | *-2.000.000* |
| **Unidade:** | **26290- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** | | | | | | | | | | **1.420.744.977** | **1.312.504.932** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 404.487.183 | 349.122.510 | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **2109 2000** | **Administração da Unidade** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | 137.471.370 | 133.394.588 | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 9267

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44505

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2000 0053 | Administração da Unidade - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 137.471.370 | 133.394.588 | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| 2109 2000 0053 0000 | Administração da Unidade | | | | | | | | | | 113.899.299 | 111.485.502 | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 97.142.717 | 94.965.127 | 4.000.000 | 0 | 4.000.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 16.756.582 | 16.520.375 | 0 | 4.000.000 | -4.000.000 |
| **Unidade:** | **26364- Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais** | | | | | | | | | | **112.039.150** | **109.298.618** | **144.548** | **144.548** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 9.510.897 | 8.990.001 | 144.548 | 144.548 | 0 |
| **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **9.119.700** | **8.990.001** | **144.548** | **144.548** | **0** |
| 2032 20RX 0032 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Espírito Santo | | | PLOA | | | | | | | 9.119.700 | 8.990.001 | 144.548 | 144.548 | 0 |
| 2032 20RX 0032 0000 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 148.548 | 148.405 | 144.548 | 144.548 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 280 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 4.000 | 4.000 | 0 | 144.548 | -144.548 |
| | | | | | 4.4.90 | 280 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 144.548 | 144.405 | 144.548 | 0 | 144.548 |
| **Unidade:** | **26389- Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro** | | | | | | | | | | **143.430.468** | **135.067.804** | **352.461** | **352.461** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 13.563.550 | 7.789.608 | 352.461 | 352.461 | 0 |
| **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **11.063.550** | **7.789.608** | **352.461** | **352.461** | **0** |
| 2032 4086 0031 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 11.063.550 | 7.789.608 | 352.461 | 352.461 | 0 |
| 2032 4086 0031 0000 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | | | | 7.231.788 | 4.544.933 | 352.461 | 352.461 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 281 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 4.853.924 | 2.174.290 | 352.461 | 0 | 352.461 |
| | | | | | 4.4.90 | 281 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 2.377.864 | 2.370.644 | 0 | 352.461 | -352.461 |
| **Unidade:** | **26396- Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia** | | | | | | | | | | **268.315.773** | **261.627.955** | **7.000.000** | **7.000.000** | **0** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 31.478.757 | 29.252.500 | 7.000.000 | 7.000.000 | 0 |
| **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **10.104.000** | **10.003.814** | **7.000.000** | **7.000.000** | **0** |
| 2032 20RX 0031 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 8.500.000 | 8.399.994 | 7.000.000 | 7.000.000 | 0 |
| 2032 20RX 0031 0001 | Mais Médicos | | | | | | | | | | 7.000.000 | 7.000.000 | 7.000.000 | 7.000.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 7.000.000 | 7.000.000 | 7.000.000 | 0 | 7.000.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 7.000.000 | -7.000.000 |
| **Unidade:** | **26411- Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **248.713.948** | **228.950.994** | **673.220** | **673.220** | **0** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 69.570.325 | 53.986.036 | 673.220 | 673.220 | 0 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **43.341.664** | **36.969.659** | **100.000** | **100.000** | **0** |
| 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 43.341.664 | 36.969.659 | 100.000 | 100.000 | 0 |
| 2031 20RL 0031 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnologica | | | | | | | | | | 39.979.863 | 34.680.267 | 100.000 | 100.000 | |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 8748

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44505

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 35.197.980 | 31.811.215 | 100.000 | 0 | 100.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 4.781.883 | 2.869.052 | 0 | 100.000 | -100.000 |
| **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **7.228.661** | **7.140.025** | **573.220** | **573.220** | **0** |
| 2031 2994 0031 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 7.228.661 | 7.140.025 | 573.220 | 573.220 | 0 |
| 2031 2994 0031 0000 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 7.008.661 | 6.943.593 | 573.220 | 573.220 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 6.195.441 | 6.130.373 | 0 | 573.220 | -573.220 |
| | | | | | 4.4.90 | 100 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 813.220 | 813.220 | 573.220 | 0 | 573.220 |
| **Unidade:** | **26422- Instituto Federal Catarinense** | | | | | | | | | | **283.593.937** | **260.065.103** | **2.928.122** | **2.928.122** | **0** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 90.097.001 | 67.260.823 | 2.928.122 | 2.928.122 | 0 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **62.415.628** | **45.155.910** | **2.928.122** | **2.928.122** | **0** |
| 2031 20RL 0042 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina | | | *PLOA* | | | | | | | 62.415.628 | 45.155.910 | 2.928.122 | 2.928.122 | 0 |
| 2031 20RL 0042 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 59.478.878 | 43.527.984 | 2.928.122 | 2.928.122 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 42.249.815 | 35.570.634 | 2.928.122 | 0 | 2.928.122 |
| | | | | | 4.4.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 17.229.063 | 7.957.350 | 0 | 2.928.122 | -2.928.122 |
| **Unidade:** | **26436- Instituto Federal Sul-rio-grandense** | | | | | | | | | | **357.482.997** | **338.752.212** | **2.213.595** | **2.213.595** | **0** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 81.397.614 | 66.243.350 | 2.213.595 | 2.213.595 | 0 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **54.427.903** | **44.517.272** | **2.213.595** | **2.213.595** | **0** |
| 2031 20RL 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 54.427.903 | 44.517.272 | 2.213.595 | 2.213.595 | 0 |
| 2031 20RL 0043 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 51.799.339 | 42.545.317 | 2.213.595 | 2.213.595 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 45.671.836 | 39.695.913 | 2.213.595 | 0 | 2.213.595 |
| | | | | | 4.4.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 6.127.503 | 2.849.404 | 0 | 2.213.595 | -2.213.595 |
| **Unidade:** | **26439- Instituto Federal de São Paulo** | | | | | | | | | | **629.612.135** | **586.420.074** | **15.500.000** | **15.500.000** | **0** |
| **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | | | | 176.404.581 | 136.554.745 | 15.500.000 | 15.500.000 | 0 |
| **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **120.658.163** | **100.195.714** | **15.500.000** | **15.500.000** | **0** |
| 2031 20RL 0035 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 119.358.163 | 99.973.626 | 15.500.000 | 15.500.000 | 0 |
| 2031 20RL 0035 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | | | | 105.588.818 | 96.748.431 | 15.500.000 | 15.500.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 65.173.906 | 62.055.783 | 0 | 15.500.000 | -15.500.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 112 | 0 | 9999 | 2 | 2 | 40.414.912 | 34.692.648 | 15.500.000 | 0 | 15.500.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 18:35 8469

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44505**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Total Geral** | 109.643.591.255 | 97.861.628.611 | 60.814.753 | 60.814.753 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44505**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Justificativa do Pedido 44342:
PARA PRÊMIO DO DESAFIO DE SUSTENTABILIDADE, TENDO EM VISTA OS PROJETOS INCLUÍREM DESPESAS CORRENTES.
Justificativa do Pedido 44044:
O hospital de Clinicas necessita de recursos para atender a demanda de manutenção e reforma, uma vez que se encontra com os atendimentos eletivos precários por falta destes.
Justificativa do Pedido 43881:
Necessidade de recursos de capital para aquisição de equipamentos médicos hospitalares, monitores, camas, etc. Para continuidade na manutenção dos serviços hospitalares.
Justificativa do Pedido 43853:
No exercício corrente temos a previsão de entrega de diversas obras, o que acarretará um acréscimo considerável nas despesas básicas de manutenção da instituição.
Além disso, algumas dívidas relativas ao mês de novembro e dezembro passaram como reconhecimento de dívidas em 2015. Essa diferença não realizada causou todo um desajuste na proposta orçamentária encaminhada anteriormente.
Justificativa do Pedido 43827:
A alteração visa atender o aumento dos gastos com outras despesas correntes, em função do crescimento da universidade, que, no primeiro semestre de 2015, iniciou doze novos cursos.
Por não dispor de Campus próprio, a UNILA está obrigada a recorrer ao aluguel de espaços acadêmicos e administrativos, o que eleva, consideravelmente, o gasto com outras despesas correntes, principalmente com aluguéis e manutenção dos espaços com terceirizados, água, luz etc.
Mesmo com o acréscimo de 12 novos cursos em 2015, o orçamento da Universidade para o exercício é 2,08% inferior ao de 2014, quando também foi necessário realizar o pedido de remanejamento de créditos de investimento para outras despesas correntes.
Justificativa do Pedido 43810:
Valores necessários para atendimento das reformas de banheiro dos alunos de Nova Iguaçu e das salas de Nova Friburgo, sendo necessária realização licitação em razão de tratarem-se de reformas que estavam em andamento, mas cuja as empresas contratadas não cumpriram com as clausulas contratuais abandonando os serviços sem sua finalização.
Justificativa do Pedido 43787:
NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE CRÉDITOS DE CAPITAL PARA CUSTEIO DA FONTE 0281, REFERENTE AO CONVÊNIO PRÓ-HOSP CELEBRADO ENTRE O HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UFTM E O ESTADO DE MINAS GERAIS. TODOS OS CRÉDITOS FORAM INICIALMENTE APROVADOS EM CAPITAL, ENTRETANTO, CONFORME PREVISTO NO CONVÊNIO, AS DESPESAS DE CUSTEIO PODERÃO OCORRER. PORTANTO, PARA A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS COM OS RECURSOS DO CONVÊNIO SÃO NECESSÁRIOS CRÉDITOS DE CUSTEIO.
Justificativa do Pedido 43773:
Considerando a expansão da Rede Federal e que os Câmpus Gravataí, Lajeado, Avançado Jaguarão e Avançado Novo Hamburgo entraram em funcionamento no segundo semestre de 2014, os mesmos já demandam despesas para seu funcionamento. Além disso, houve um aumento dos custos com contratos, como o de fornecimento de energia elétrica e combustíveis e de terceirizados. Desta forma, há necessidade de remanejar parte dos recursos de investimento para custeio a fim de manter o funcionamento dos Câmpus e da Reitoria.
Justificativa do Pedido 43736:
A estrutura atual limita a oferta de cursos técnicos integrados devido a falta de um ginásio e também de um refeitório adequado. O crédito será utilizado para licitar a construção de ginásios para os câmpus de São Roque, Barretos e São Paulo e a construção de um ginásio e um refeitório para o câmpus de Suzano.
Justificativa do Pedido 43729:
Ajustar a composição do orçamento da ação 2000 às necessidades atuais do Inep, frente a insuficiência de dotações oriunda do limite insuficiente definido pelo MEC à época da elaboração do PLOA 2015.
Justificativa do Pedido 43708:
A eficiência na alocação dos recursos públicos ganha status de prioridade, principalmente a partir da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), o que corresponde ao sentimento e necessidade de se ter uma gestão pública mais eficiente e voltada para a obtenção de melhores resultados, com uma utilização cada vez mais planejada dos seus recursos . Neste sentido, com a expansão desta IFES no Programa do REUNI, demandou-se mais recursos para atender aos serviços de manutenção dos campi. Isso gerou um impacto no custeio da Instituição, necessitando de um reforço de dotação no corrente exercício.
Justificativa do Pedido 43705:
Devido ao reajuste em despesas funcionais (luz, água, terceirizados, entre outros), é necessária a troca para manter os compromissos de funcionamento e atividades fins do Campus.
Justificativa do Pedido 43585:
Ação 2994 - Comparado com o exercício de 2014, o Orçamento para o exercício de 2015 teve uma redução de aproximadamente R$ 1.000.0000,00 (Um milhão de reais). No final de 2014, o Campus Rio Pomba realizou a licitação para reforma do Alojamento dos Alunos e tínhamos a disponibilidade orçamentária para empenho da obra; porém houve um corte no limite orçamentário de Investimentos que impossibilitou garantir o empenho de parte da despesa. A obra de Reforma do Alojamento precisa ser concluída e no exercício de 2015 não temos a previsão orçamentária.
Ação 20RL - Com o contingenciamento orçamentário promovido até maio de 2015 e a possibilidade de sua extensão até o final do exercício vigente, faz-se necessário o total remanejamento da dotação inicialmente planejada para aquisição de equipamentos pelo Núcleo de Educação à Distância do IFSUDESTEMG/JF NEAD/JF. O valor deverá ser destinado às despesas com diárias e passagens dos servidores e colaboradores eventuais a serviço do referido setor.
Justificativa do Pedido 43481:
Em relação á ação 4002, faz-se necessário o remanejamento da dotação de custeio para dotação de capital, em razão da necessidade de aquisição de equipamentos para atender discentes portadores de necessidades especiais, atendendo aos objetivos do Programa INCLUIR.

Já em relação á ação 20RJ, faz-se necessário o remanejamento em razão de ter ocorrido um erro no momento da elaboração do PLOA 2015, onde esta ação em seu detalhamento permite apenas despesas com dotação de custeio. Por isso, necessitamos tal remanejamento.
Justificativa do Pedido 43190:



Câmara dos Deputados Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44505**

Nossa necessidade tem por finalidade o atendimento com nossos fornecedores a que se refere a serviços de vigilância, conservação e limpeza, água, luz e telefone bem como serviços de fiscalização de obras para os campi de Unaí-MG, Janaúba-MG, Teófilo Otoni-MG e Campus JK em Diamantina-MG, serviços estes essenciais para o bom funcionamento da universidade.

**Usuário:** EULER ALBERGARIA DE MELO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 44342:
Não há.
Justificativa do Pedido 44044:
O cancelamento de dotações na programação original incidirá na reprogramação do cronograma da execução de ações de modernização.
Justificativa do Pedido 43881:
Não haverá, devido um replanejamento das despesas.
Justificativa do Pedido 43853:
Os impactos serão absorvidos pela unidade.
Justificativa do Pedido 43827:
Não haverá impacto. A Unila opta por reduzir as despesas de capital para atendimento das atividades básicas.

Justificativa do Pedido 43810:
Fazem-se necessárias o atendimento a esses serviços para que seja possível a disponibilizar as salas para que sejam ministradas as aulas nas referidas unidades, sendo que tais valores encontram-se já internamente destinados para atendimento aguardando apenas o remanejamento de 44.90.00 para 33.90.00.
Justificativa do Pedido 43787:
NÃO SE APLICA
Justificativa do Pedido 43773:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43736:
O cancelamento das dotações não comprometerão a programação para o exercício.
Justificativa do Pedido 43729:
Não haverá impacto, tendo em vista o replanejamento das aquisições relacionadas à área administrativa e de tecnologia da informação.
Justificativa do Pedido 43708:
As dotações oferecidas para o remanejamento não sofrerão impactos em decorrência de uma adequação na demanda desta Instituição.
Justificativa do Pedido 43705:
Não haverá impacto significativo no cancelamento da dotação de investimento pois fora realizado uma replanejamento dos investimentos com móveis, obras e equipamentos nos Campus que necessitaram alteração orçamentária.
Justificativa do Pedido 43585:
Ação 2994 - Mesmo com a redução do valor nas despesas de custeio, o Campus Rio Pomba tem condições de garantir o número de benefícios anteriormente concedidos aos alunos do Programa de Assistência Estudantil. Não teremos impactos negativos porque foram reduzidos os números de alguns benefícios e acrescidos em outros.
Ex.: Redução no Auxílio-Manutenção e Aumento do Auxílio-Transporte.
Ação 20RL - O Núcleo de Educação à Distância do Câmpus JF NEAD/JF ficará impossibilitado de adquirir equipamentos em 2015. Porém, será baixo o impacto em relação ao total planejado para a referida Natureza da Despesa/Ação no Câmpus, uma vez que foi inicialmente planejado o gasto de R$ 1.800.000,00 com equipamentos para a nossa Instituição. O valor ora remanejado corresponde a 5% do total orçado.
Justificativa do Pedido 43481:
Não há impacto do cancelamento de dotações de custeio em razão do recurso que ficará disponibilizado ser suficiente para o atendimento das despesas previstas.

Não há.
Justificativa do Pedido 43190:
Entendemos que não haverá um impacto relevante para aquisições de material permanente, até porque muitos processos licitatórios ainda se encontram em andamento, entretanto como já foi descrito anteriormente necessitamos dos custeios para que possamos manter serviços de limpeza, vigilância, água, luz, telefone, etc.

**Usuário:** EULER ALBERGARIA DE MELO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 44342:
A EXECUÇÃO DO PROJETO, REFERENTE AO PRÊMIO DO DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE, FICARÁ COMPROMETIDO.
Justificativa do Pedido 44044:
A carência do atendimento do Hospital de Clínicas se acentuará ainda mais na assistência à saúde da população de Uberlândia e região juntamente com episódios de cancelamento de atendimento de serviços que já estão ocorrendo, com repercussões imprevisíveis.
Justificativa do Pedido 43881:



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 8471

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44505**

Não havendo a disponibilidade da demanda solicitada estaremos com escassez de recursos de capital para aquisição de equipamentos para melhoria dos atendimentos do público hospitalar.
Justificativa do Pedido 43853:
Caso o pleito não seja atendido, a UFG não terá condições de quitar seus compromissos contratuais no segundo semestre.
Justificativa do Pedido 43827:
Comprometimento das atividades meio e fim da instituição, uma vez que o remanejamento tem por finalidade atender o aumento das despesas correntes oriundas do crescimento da Universidade em 2015.
Justificativa do Pedido 43810:
Os alunos terão prejudicados suas aulas em razão de inexistência de espaço físico adequado, além disso caso não haja autorização para o remanejamento será necessário o corte nos atendimentos de outras despesas como materiais de laboratório, visto que este CEFET/RJ já efetivou cortes em áreas não essenciais como diárias e passagens, não havendo mais possibilidade sem afetar atendimento a áreas fins.
Justificativa do Pedido 43787:
O NÃO ATENDIMENTO DO PLEITO IMPOSSIBILITARÁ A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS COM OS RECURSOS DO PRÓ-HOSP PREJUDICANDO A EXECUÇÃO DO CONVÊNIO E A ASSISTÊNCIA AOS PACIENTES DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UFTM.
Justificativa do Pedido 43773:
O não atendimento da demanda prejudicará o funcionamento dos Câmpus e da Reitoria até o final do exercício, uma vez que, os valores disponíveis serão insuficientes para manutenção das despesas com contratos terceirizados, materiais de consumo e diárias.
Justificativa do Pedido 43736:
O não atendimento do pleito colocará a instituição em dificuldades de oferecer cursos técnicos integrados devido a falta de estrutura mínima adequada.
Justificativa do Pedido 43729:
O não atendimento prejudicará as estimativas realizadas para atender a demanda de aplicação dos exames Enem e Enade.
Justificativa do Pedido 43708:
O não atendimento do pleito geraria um comprometimento da Instituição em honrar com seus compromissos, impossibilitando o pagamento das despesas de manutenção geral dos campi.
Justificativa do Pedido 43705:
Não conseguir honrar os compromissos assumidos e não dar andamento a atividades planejadas para o exercício de 2015 inviabilizado sua atividade fim podendo interromper suas atividades por falta de recursos de custeio.
Justificativa do Pedido 43585:
Ação 2994 - Não poderemos concluir a obra de reforma do Alojamento dos Alunos, o que impossibilita manter o regime de internato pleno. Outra conseqüência é o acréscimo na despesa de custeio com concessão de Bolsas Moradia no período que o Campus não pode oferecer Alojamento para os alunos de baixa-renda. Tal situação também não permite um acréscimo ou estender os benefícios para novos alunos.
aÇÃO 20RL - Em caso de não atendimento da presente solicitação, o Núcleo de Educação à Distância terá seu funcionamento comprometido, visto que com o contingenciamento promovido até o momento e a possibilidade de sua extensão até o final do exercício de 2015, o valor que nos será destinado para cobrir despesas de custeio (composto basicamente por diárias e passagens) desse setor será insuficiente.
Justificativa do Pedido 43481:
Em relação á ação 4002, o não atendimento do pleito ocasionará a não consecução dos objetivos do programa INCLUIR.

No que tange a ação 20RJ, o não atendimento do pleito ocasionará a não consecução dos objetivos do programa de apoio a capacitação e formação de profissionais da educação básica - RENAFOR.
Justificativa do Pedido 43190:
O não atendimento em nossa solicitação acarretará sérios prejuízos para com nossos fornecedores, ou seja, continuidade dos serviços essenciais que prestamos para toda nossa comunidade acadêmica.

**Usuário:** EULER ALBERGARIA DE MELO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Justificativa do Pedido 44342:
O GASTO É RELATIVO A EXECUÇÃO DE UM PROJETO, O QUAL APÓS EFETUADO PROMOVERÁ DIMINUIÇÃO DE DESPESAS CORRENTES JÁ EXISTENTES.
Justificativa do Pedido 44044:
Não haverá impacto nos gastos fixos.
Justificativa do Pedido 43881:
Não haverá.
Justificativa do Pedido 43853:
Não haverá acréscimo nos gastos de custeio da instituição, uma vez que o crédito pleiteado visa honrar os compromissos já assumidos anteriormente.
Justificativa do Pedido 43827:
O remanejamento visa atender o reflexo decorrente da paralisação da obra de construção do campus definitivo da Universidade, obrigando-a a recorrer ao aluguel de espaços físicos terceirizados.
Justificativa do Pedido 43810:
As reformas atenderão a toda a comunidade discente de Nova Iguaçu cerca de 1.500 (mil e quinhentos alunos matriculados), sendo que as salas de Nova Friburgo destinam-se ao atendimento de aproximadamente 370 alunos, em 5 cursos distribuídos em diferentes turnos.
Justificativa do Pedido 43787:
O ATENDIMENTO DA DEMANDA TERÁ REFLEXOS POUCOS SIGNIFICATIVOS NOS GASTOS DE CUSTEIO.
Justificativa do Pedido 43773:
Com o atendimento da demanda não haverá acréscimos de despesas de custeio além do previsto para manutenção dos câmpus e Reitoria.
Justificativa do Pedido 43736:



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 8472

Essas obras não causarão impacto no nível de custeio neste exercício, pois, não entrarão em atividade até sua conclusão. Não há estudos sobre o impacto após o início de funcionamento das referidas obras.
Justificativa do Pedido 43729:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43708:
Considerando que o pleito visa às atividades de custeio, estes itens representam o próprio incremento no gasto fixo. Assim, o valor do presente pleito representa a repercussão questionada.
Justificativa do Pedido 43705:
A demanda é justamente para atender o nível crescente dos gastos de custeio, devido ao aumento dos preços administrados.
Justificativa do Pedido 43585:
Ação 2994 - Não haverá reflexos negativos uma vez que estamos tendo um aumento na arrecadação das receitas próprias que tem previsão para despesas de custeio da Ação 2994 - Assistência Estudantil.
aÇÃO 20RL - O valor a ser remanejado (R$ 100.000,00) representa 5% do total inicialmente planejado para gastos com equipamentos do IFSUDESTEMG/JF (R$ 1.800.000,00). Não haverá muito impacto dessa redistribuição de valores para o Câmpus. É necessário esse remanejamento para atender as futuras despesas com deslocamento de servidores e colaboradores eventuais a serviço do NEAD/JF. Inicialmente, foi planejado o gasto de R$ 50.000,00 de diárias para servidores à serviço do NEAD/JF em 2015. Com o acréscimo de R$ 100.000,00, a dotação fica suplementada em 200%. Em valores não contingenciados, o total será de R$ 150.000,00. Esse é o valor necessário para atender a referida despesa no Exercício de 2015.
Justificativa do Pedido 43481:
Não há.
Justificativa do Pedido 43190:
Com o atendimento esperamos manter o nível mínimo de operacionalidade de nossos custeios no que se refere aos serviços de natureza continuada mencionados acima.

**Usuário:** EULER ALBERGARIA DE MELO

**Outras informações consideradas relevantes**

Justificativa do Pedido 44342:
ALTERAÇÃO DE R$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO) DE REAIS, POIS OS PROJETOS DE SUSTENTABILIDADE (ENERGIA E/OU ÁGUA) INCLUEM DESPESAS CORRENTES.
|18077999808 - FRANCISCO WAYNE MOREIRA|
Justificativa do Pedido 44044:
Serviços já licitados em atas de registros de preços : R$ 7.000.000,00

|23471123687 - ALFREDO ALEXANDRE ALMEIDA SANTOS FERRÃO|
Justificativa do Pedido 43881:
Aumento de R$ 144.548,00 nos recursos próprios de capital oriundos da natureza de custeio.
|09535612751 - MARCELO LOURIVAL KIEFER|
Justificativa do Pedido 43853:
DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA R$ 5.000.000,00
DESPESAS COM VIGILÂNCIA R$ 2.000.000,00
DESPESAS COM LIMPEZA R$ 2.900.000,00
|72050772149 - CÁSSIA SOARES DUARTE|
Justificativa do Pedido 43827:
Novo Aluguel - R$ 158.000,00 (Mensal) X 9 meses (abril-dez) = 1.422.000,00
Manutenção (Água, Luz, Telefone, terceirizados) = 578.000,00

|00658923994 - FABIANA MIRANDA REIS DE CARVALHO|
Justificativa do Pedido 43810:
Serviço de Reforma de Nova Iguaçu valor estimado de R$ 462.209,50, e a reforma com valor estimado de cerca de R$ 540.000,00.
|02602760730 - SERGIO KAZUYOSHI SARUWATARU|
Justificativa do Pedido 43787:
NÃO HÁ OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES A SEREM CONSIDERADAS.
|04190663654 - SANDRO LUCIANO FERNANDES DA COSTA|
Justificativa do Pedido 43773:
Estima-se um aumento de despesas de contratos de terceiros pessoa jurídica (339039) em torno de R$300.000, com serviços terceirizados como limpeza, vigilância e apoio administrativo, em torno de R$1.400.000, com material de consumo de R$413.595 e com diárias em torno de R$100.000.
|00027660001 - FABIANE KONRAD REDIESS|
Justificativa do Pedido 43736:
Essas quadras serão construídas para atender as necessidades de estrutura mínima para a oferta dos cursos técnicos integrados.
|22042159883 - CARLOS ROBERTO CAVALCANTE|
Justificativa do Pedido 43729:



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fls. 9773
PEC
suprimida

**Pedidos:** 44505

Não há.
|77455142153 - RENATO CARVALHO DA CRUZ|
Justificativa do Pedido 43708:
Os recursos serão utilizados para pagamento das faturas dos serviços discriminados a seguir: 1) Contrato nº.10.966/2012-18- Vigilância Ostensiva = R$ 904.200,00 2) Contrato nº.17.003/09-40 - Limpeza Externa = R$ 1.173.076,41 3) Contrato nº.7163/14-48 - Limpeza Interna = R$ 563.150,00 4) Contrato nº.011376/12-11 - Manutenção Elétrica = R$ 676.234,06 5) Contrato nº.22.579/14-96 - energia Elétrica = R$ 1.789.208,46 6) Contrato nº.015929/14-68- Apoio Administrativo = R$ 732.500,00 7) Contrato nº.023509/13-74 - Correios = R$ 166.586,10 8) Contrato nº.12015/13-64 - Manutenção de Computadores = R$ 945.200,00 9) Programa de Bolsas da Graduação PIB = R$ 1.550.000,00 10) Contrato nº.14428/12-01 - Cancelas eletrônicas = 380.000,00 11) Contrato de Manutenção Predial = R$ 1.119.844,97

|69123888768 - LUCIANA LOURENÇO PEREIRA MIRANDA|
Justificativa do Pedido 43705:
Solicitação de cancelamento de orçamento de investimento no valor de R$2.828.122,00 e suplementação de orçamento de custeio no valor de R$2.828.122,00.
|01056969008 - PATRIC DOUGLAS GRISELI|
Justificativa do Pedido 43585:
Ação 2994 - A conclusão da reforma no Alojamento dos Alunos é importante para a infra-estrutura do Campus Rio pomba que terá condições de oferecer melhores acomodações para os alunos, o que anteriormente não estava sendo possível. A quantidade da meta física a ser acrescida consta 01 porque se trata de uma reforma, mas irá beneficiar cerca de 200 (duzentos) alunos.
20RL - Não há informação relevante a destacar.
|03835027646 - ALEXANDRE DA FONSECA BOTELHO|
Justificativa do Pedido 43481:
Em razão da unidade responsável pela dotação se encontrar ainda na fase de elaboração do termo de referência para aquisição dos equipamentos mencionados não há como demonstrar a memoria de cálculo para esse pedido.
|03282422253 - DONATO DE JESUS SARMENTO FILHO|
Justificativa do Pedido 43190:
Consideramos relevantes os serviços continuados citados acima, motivo pelo qual esperamos que sejamos atendidos e evitarmos desta forma transtornos para com nossos fornecedores de tais serviços.
|83446648887 - JOSÉ GERALDO DAS GRAÇAS|

**Usuário:** EULER ALBERGARIA DE MELO

**Acompanhamentos Pedido: 44505**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |



Câmara dos Deputados
Comissão de Finanças e Tributação
Fl. 24-14

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44505**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 53.317.744 | 53.317.744 | 0 |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 7.497.009 | 7.497.009 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26000 Ministério da Educação** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |
| 26101 Ministério da Educação | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| 26234 Universidade Federal do Espírito Santo | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| 26235 Universidade Federal de Goiás | 9.900.000 | 9.900.000 | 0 |
| 26253 Universidade Federal Rural da Amazônia | 102.807 | 102.807 | 0 |
| 26255 Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| 26256 Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| 26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| 26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| 26364 Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais | 144.548 | 144.548 | 0 |
| 26389 Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro | 352.461 | 352.461 | 0 |
| 26396 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia | 7.000.000 | 7.000.000 | 0 |
| 26411 Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais | 673.220 | 673.220 | 0 |
| 26422 Instituto Federal Catarinense | 2.928.122 | 2.928.122 | 0 |
| 26436 Instituto Federal Sul-rio-grandense | 2.213.595 | 2.213.595 | 0 |
| 26439 Instituto Federal de São Paulo | 15.500.000 | 15.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 44.576.985 | 16.237.768 | 28.339.217 |
| 4 - Investimentos | 16.237.768 | 44.576.985 | -28.339.217 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 7.593.220 | 7.593.220 | 0 |
| 108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde | 82.807 | 82.807 | 0 |
| 112 - Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 52.641.717 | 52.641.717 | 0 |
| 280 - Recursos Próprios Financeiros | 144.548 | 144.548 | 0 |
| 281 - Recursos de Convênios | 352.461 | 352.461 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26101 Ministério da Educação** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **26234 Universidade Federal do Espírito Santo** | **10.000.000** | **10.000.000** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **26235 Universidade Federal de Goiás** | **9.900.000** | **9.900.000** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 9.900.000 | 9.900.000 | 0 |
| **26253 Universidade Federal Rural da Amazônia** | **102.807** | **102.807** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 20.000 | 20.000 | 0 |
| 108 Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde | 82.807 | 82.807 | 0 |
| **26255 Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **26256 Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana** | **2.000.000** | **2.000.000** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| **26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| **26364 Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais** | **144.548** | **144.548** | **0** |
| 280 Recursos Próprios Financeiros | 144.548 | 144.548 | 0 |
| **26389 Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro** | **352.461** | **352.461** | **0** |
| 281 Recursos de Convênios | 352.461 | 352.461 | 0 |
| **26396 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia** | **7.000.000** | **7.000.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 7.000.000 | 7.000.000 | 0 |
| **26411 Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais** | **673.220** | **673.220** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 573.220 | 573.220 | 0 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 100.000 | 100.000 | 0 |
| **26422 Instituto Federal Catarinense** | **2.928.122** | **2.928.122** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 2.928.122 | 2.928.122 | 0 |
| **26436 Instituto Federal Sul-rio-grandense** | **2.213.595** | **2.213.595** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 2.213.595 | 2.213.595 | 0 |

Câmara dos Deputados 8476 Fl. Comissão de Finanças

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Interiorização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44505**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26439 Instituto Federal de São Paulo** | **15.500.000** | **15.500.000** | **0** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 15.500.000 | 15.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 60.814.753 | 60.814.753 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 60.814.753 | 60.814.753 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 60.814.753 | 60.814.753 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 60.814.753 | 60.814.753 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 60.814.753 | 60.814.753 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 12 - Educação | 60.814.753 | 60.814.753 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 7.497.009 | 7.497.009 | 0 |
| 363 - Ensino Profissional | 22.314.937 | 22.314.937 | 0 |
| 364 - Ensino Superior | 25.920.000 | 25.920.000 | 0 |
| 368 - Educação Básica | 82.807 | 82.807 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **12 Educação** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |
| 122 Administração Geral | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 7.497.009 | 7.497.009 | 0 |
| 363 Ensino Profissional | 22.314.937 | 22.314.937 | 0 |
| 364 Ensino Superior | 25.920.000 | 25.920.000 | 0 |
| 368 Educação Básica | 82.807 | 82.807 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 60.814.753 | 60.814.753 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 60.814.753 | 60.814.753 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2030 - Educação Básica | 82.807 | 82.807 | 0 |
| 2031 - Educação Profissional e Tecnológica | 22.314.937 | 22.314.937 | 0 |
| 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | 33.417.009 | 33.417.009 | 0 |
| 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 55.814.753 | 55.814.753 | 0 |
| - Gestão e Manutenção | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 11G1 - Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| 2000 - Administração da Unidade | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 |
| 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica | 82.807 | 82.807 | 0 |
| 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | 13.900.000 | 13.900.000 | 0 |
| 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | 21.741.717 | 21.741.717 | 0 |
| 20RX - Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais | 7.144.548 | 7.144.548 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2016**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44505**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica | 573.220 | 573.220 | 0 |
| 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior | 20.000 | 20.000 | 0 |
| 4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | 352.461 | 352.461 | 0 |
| 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Tipo de Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Projeto | 2.000.000 | 2.000.000 | 0 |
| - Atividade | 58.814.753 | 58.814.753 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 44505 - MEC 1ª Fase(Tipo 110) | 60.814.753 | 60.814.753 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 60.814.753 | 60.814.753 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **60.814.753** | **60.814.753** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44741

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **38000- Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | | | | **86.683.256.512** | **84.043.335.746** | **3.359.418** |
| **Unidade:** | **38901- Fundo de Amparo ao Trabalhador** | | | | | | | | | | **67.915.215.561** | **65.742.911.963** | **3.359.418** |
| **0902** | **Operações Especiais: Financiamentos com Retorno** | | | | | | | | | | 18.634.935.438 | 17.056.477.748 | 3.359.418 |
| **0902 0158** | **Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES** | **11- 334** | *10* | | | | | | | | **18.634.935.438** | **17.056.477.748** | **3.359.418** |
| 0902 0158 0001 | Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 18.634.935.438 | 17.056.477.748 | 3.359.418 |
| 0902 0158 0001 0000 | Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES | | | | | | | | | | 3.359.418 | 3.359.418 | 3.359.418 |
| | | | | | *4.5.90* | *340* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *3.359.418* | *3.359.418* | *3.359.418* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 86.683.256.512 | 84.043.335.746 | 3.359.418 |

**Justificativas Pedido: 44741**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

No exercício de 2013, por restrições orçamentárias, o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT deixou de repassar ao BNDES o montante de R$ 3.359.418,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e dezoito reais) relativo à complementação do total de 40% da receita da arrecadação PIS/PASEP devida ao banco. Cabe ressaltar que o BNDES enviou correspondência ao MTE em 12/12/2014 solicitando o repasse desses recursos. A referida solicitação foi encaminhada para a Secretaria de Orçamento Federal - SOF, em 17/12/2014, mas não foi possível atender o pedido no exercício de 2014.
Neste contexto e visando possibilitar ao FAT efetuar o repasse dos recursos pleiteados ao BNDES, solicitamos a suplementação orçamentária no Programa 28.334.0902.0158.0001 – Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES, no montante de R$ 3.359.417,68.

**Usuário:** DORALICE MACHADO RAMOS VENTURINI

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não está sendo oferecido cancelamento. Trata-se de Superávit.

**Usuário:** DORALICE MACHADO RAMOS VENTURINI

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Descumprimento do que determina o parágrafo 1º do artigo 239 da Constituição Federal de 1988, quanto ao repasse de 40% da receita da arrecadação PIS/PASEP ao BNDES.

**Usuário:** DORALICE MACHADO RAMOS VENTURINI

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não haverá nenhum impacto no nível de gastos de custeio do FAT, visto que a despesa ora informada está classificada como despesa de capital (inversão financeira).

**Usuário:** DORALICE MACHADO RAMOS VENTURINI

**Outras informações consideradas relevantes**

Por meio da Carta BNDES AF/DECAP nº 050/2015, o BNDES reiterou solicitação de transferência de recursos do FAT Constitucional referente o exercício de 2013.

**Usuário:** DORALICE MACHADO RAMOS VENTURINI

**Acompanhamentos Pedido: 44741**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 18:

**Pedidos:** **44741**

| | | |
|---|---|---|
| 17/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: para ajuste | José Fernandes Pontes Junior |
| 10/06/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Crédito elaborado fora do prazo. | MELISSA MEDEIROS MACHADO |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 9224
17/08/2016 18:33

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44741**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **38000 Ministério do Trabalho e Emprego** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |
| 38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 5 - Inversões Financeiras | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 340 - Contribuições para os Programas PIS/Pasep | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |
| 340 Contribuições para os Programas PIS/Pasep | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 11 - Trabalho | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 334 - Fomento ao Trabalho | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **11 Trabalho** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |
| 334 Fomento ao Trabalho | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0902 - Operações Especiais: Financiamentos com Retorno | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44741**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 0158 - Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Tipo de Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Pedido de Alteração* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 44741 - Repasse - BDNES(Tipo 100) | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

| *Tipo de Financiamento* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Superávit financeiro | 3.359.418 | 0 | 3.359.418 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.359.418** | **0** | **3.359.418** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44838

**Tipo de Crédito:** 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Excesso. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **26000- Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **109.643.591.255** | **97.861.628.611** | **561.414.598** |
| **Unidade:** | **26291- Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES** | | | | | | | | | | **7.433.665.299** | **7.768.096.784** | **561.414.598** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 6.055.391.637 | 6.541.746.198 | 561.414.598 |
| **2032 0487** | **Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **5.589.364.145** | **6.114.125.871** | **561.414.598** |
| 2032 0487 0001 | Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 5.589.364.145 | 6.114.125.871 | 561.414.598 |
| 2032 0487 0001 0001 | Ciência sem Fronteiras | | | | | | | | | | 329.782.400 | 299.293.420 | 561.254.598 |
| | | | | | *3.3.90* | *296* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *329.782.400* | *299.293.420* | *561.254.598* |
| 2032 0487 0001 0002 | Concessão de bolsas de Estudos no País | | | | | | | | | | 2.026.000 | 2.026.000 | 160.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *296* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *2.026.000* | *2.026.000* | *160.000* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 109.643.591.255 | 97.861.628.611 | 561.414.598 |

**Justificativas Pedido: 44838**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Para fins de execução da parceria com o setor privado, com vistas à manutenção e concessão de bolsas e realização de estágios no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, bem como do Programas Prêmio Vale/CAPES.

**Usuário:** EDUARDO AUGUSTO DE ABREU COSTA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.

**Usuário:** EDUARDO AUGUSTO DE ABREU COSTA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Caso a solicitação não seja atendida será inviável o pagamento das bolsas e estágios referentes ao Programa Ciência sem Fronteiras e Prêmio Vale/CAPES dos acordos assinados com o Setor Produtivo, devido a conta de crédito orçamentário ser menor que o recurso a ser disponibilizado pelas empresas parceiras.

**Usuário:** Luciane Tisbierek de Carvalho

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não se Aplica.

**Usuário:** Luciane Tisbierek de Carvalho

**Outras informações consideradas relevantes**

SHELL 1.582.500
FEBRABAN 214.169.683
VALE 13.668.484
ELETROBRÁS* 15.072.155
STATOIL* 3.461.777
PETROBRÁS** 256.500.000
BB* 56.800.000
total 561.254.598

**Usuário:** EDUARDO AUGUSTO DE ABREU COSTA

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fls. 0002
31/03/2016 18:31

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44838**

| **Acompanhamentos Pedido: 44838** | | |
|---|---|---|
| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44838**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26000 Ministério da Educação** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |
| 26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |
| 296 Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 12 - Educação | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 364 - Ensino Superior | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **12 Educação** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |
| 364 Ensino Superior | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44838**

**Tipo: 152 - Suplementação de subtítulos aos quais possam ser alocados recursos de doações e convênios**

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0487 - Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44838 - Excesso Fonte 296 - Bolsas - Decreto 1ª Fase(Tipo 152) | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Excesso de arrecadação | 561.414.598 | 0 | 561.414.598 |
| **TOTAL-GERAL** | **561.414.598** | **0** | **561.414.598** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 45079

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **26000- Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **109.643.591.255** | **97.861.628.611** | **300.000** | **0** | **300.000** |
| **Unidade:** | **26235- Universidade Federal de Goiás** | | | | | | | | | | **1.091.481.719** | **1.012.828.727** | **300.000** | **0** | **300.000** |
| **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | | | | 224.674.734 | 157.776.430 | 300.000 | 0 | 300.000 |
| **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **137.858.683** | **92.794.931** | **300.000** | **0** | **300.000** |
| 2032 20RK 0052 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás | | | *PLOA* | | | | | | | 136.858.683 | 92.794.931 | 300.000 | 0 | 300.000 |
| 2032 20RK 0052 0000 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | | | 0 | 0 | 300.000 | 0 | 300.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *300.000* | *0* | *300.000* |
| **Órgão:** | **36000- Ministério da Saúde** | | | | | | | | | | **121.141.035.789** | **110.221.893.068** | **0** | **300.000** | **-300.000** |
| **Unidade:** | **36901- Fundo Nacional de Saúde** | | | | | | | | | | **112.663.430.094** | **102.885.375.348** | **0** | **300.000** | **-300.000** |
| **2015** | **Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)** | | | | | | | | | | 97.012.675.462 | 87.635.499.895 | 0 | 300.000 | -300.000 |
| **2015 20YM** | **Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade** | **10- 422** | *20* | | | | | | | | **44.700.000** | **15.706.516** | **0** | **300.000** | **-300.000** |
| 2015 20YM 0001 | Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 44.700.000 | 15.706.516 | 0 | 300.000 | -300.000 |
| 2015 20YM 0001 0002 | Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, Educaçã Popular em Saúde e de Mobilização Social | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 300.000 | -300.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *6* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *300.000* | *-300.000* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 230.784.627.044 | 208.083.521.678 | 300.000 | 300.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 45079**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Justificativa do Pedido 44792:
Financiar despesas de custeio para funcionamento e manutenção da instituição.
Justificativa do Pedido 44758:
O Ministério da Saúde está oferecendo cancelamento no valor de R$ 300.000,00 para atender crédito junto ao Ministério da Educação.
Justificativa do Pedido 44501:

Justificativa do Pedido 44281:
Recursos para complementação de despesas com mão-de-obra terceirizada, energia elétrica, telefonia e água e esgoto, tendo em vista que os recursos são insuficiente para o pagamento das mesmas.

Justificativa do Pedido 43821:
A ação 0A12 Concessão de Bolsa-Permanência no Ensino Superior prevê, conjuntamente para o Programa Bolsa Permanência - PBP e para a concessão de Bolsa Permanência a estudantes do PROUNI, o montante de R$ 92.000.000,00. Deste montante R$ 30.000.000 está previsto para a concessão de bolsa permanência a estudantes PROUNI.
Tendo em vista o histórico dos últimos desembolsos mensais por parte do FNDE, é necessário a suplementação do valor de R$ 18.400.000.

Justificativa do Pedido 43794:
Solicitamos remanejamento de crédito no valor de R$ 5.500.000,00 do grupo de despesas investimentos para o grupo inversões financeiras, tendo em vista o pagamento da segunda parcela referente à aquisição de imóvel na cidade de Santos, no qual será instalado o

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **45079**

Instituto do Mar, que atualmente funciona em imóvel alugado. Este instituto tem como missão alcançar a excelência nacional e internacional em pesquisa e desenvolvimento voltados principalmente a assuntos portuários, energéticos e ambientais, atuando também na formação de pessoal especializado, a partir da criação de novos cursos de graduação, pós-graduação (lato e stricto sensu) e extensão universitária.
Justificativa do Pedido 43733:
A suplementação solicitada visa recompor o orçamento do Inep, tendo em vista o limite insuficiente definido pelo MEC à época da elaboração do PLOA 2015. Com a proposta, que será complementada com outros créditos, o orçamento total solicitado permitirá a aplicação do Enem a cerca de 9,2 milhões de participantes e ao Enade a cerca de 500 mil participantes, que junto com os demais exames alcançarão um público total aproximado de 18 milhões de participantes.
Justificativa do Pedido 43733:
A suplementação solicitada visa recompor o orçamento do Inep, tendo em vista que o limite definido pelo MEC à época da elaboração do PLOA 2015 (R$ 1,096 bilhão) foi 30% inferior ao solicitado (R$ 1,577 bilhão). Com a proposta, que será complementada com outros créditos, o orçamento total solicitado permitirá a aplicação do Enem a cerca de 9,2 milhões de participantes e ao Enade a cerca de 500 mil participantes, que junto com os demais exames alcançarão um público total aproximado de 18 milhões de participantes.
Justificativa do Pedido 43733:
A suplementação solicitada visa recompor o orçamento do Inep, tendo em vista que o limite definido pelo MEC à época da elaboração do PLOA 2015 (R$ 1,096 bilhão) foi 30% inferior ao solicitado (R$ 1,577 bilhão). Com a proposta, que será complementada com outros créditos, o orçamento total solicitado permitirá a aplicação do Enem a cerca de 9,2 milhões de participantes e ao Enade a cerca de 500 mil participantes, que junto com os demais exames alcançarão um público total aproximado de 18 milhões de participantes.
Justificativa do Pedido 43733:
A suplementação solicitada visa recompor o orçamento do Inep, tendo em vista que o limite definido pelo MEC à época da elaboração do PLOA 2015 (R$ 1,096 bilhão) foi 30% inferior ao solicitado (R$ 1,577 bilhão). Com a proposta, que será complementada com outros créditos, o orçamento total solicitado permitirá a aplicação do Enem a cerca de 9,2 milhões de participantes e ao Enade a cerca de 500 mil participantes, que junto com os demais exames alcançarão um público total aproximado de 18 milhões de participantes.
Justificativa do Pedido 43733:
A suplementação solicitada visa recompor o orçamento do Inep, tendo em vista que o limite definido pelo MEC à época da elaboração do PLOA 2015 (R$ 1,096 bilhão) foi 30% inferior ao solicitado (R$ 1,577 bilhão). Com a proposta, que será complementada com outros créditos, o orçamento total solicitado permitirá a aplicação do Enem a cerca de 9,2 milhões de participantes e ao Enade a cerca de 500 mil participantes, que junto com os demais exames alcançarão um público total aproximado de 18 milhões de participantes.
Justificativa do Pedido 43671:
Para fins de execução da parceria com o setor privado, com vistas à manutenção e concessão de bolsas e realização de estágios no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, bem como do Programas Prêmio Vale/CAPES.
Justificativa do Pedido 43794:
Solicitamos remanejamento de crédito no valor de R$ 5.500.000,00 do grupo de despesas investimentos para o grupo inversões financeiras, tendo em vista o pagamento da segunda parcela referente à aquisição de imóvel na cidade de Santos, no qual será instalado o Instituto do Mar, que atualmente funciona em imóvel alugado. Este instituto tem como missão alcançar a excelência nacional e internacional em pesquisa e desenvolvimento voltados principalmente a assuntos portuários, energéticos e ambientais, atuando também na formação de pessoal especializado, a partir da criação de novos cursos de graduação, pós-graduação (lato e stricto sensu) e extensão universitária.
Justificativa do Pedido 43733:
A suplementação solicitada visa recompor o orçamento do Inep, tendo em vista que o limite definido pelo MEC à época da elaboração do PLOA 2015 (R$ 1,096 bilhão) foi 30% inferior ao solicitado (R$ 1,577 bilhão). Com a proposta, que será complementada com outros créditos, o orçamento total solicitado permitirá a aplicação do Enem a cerca de 9,2 milhões de participantes e ao Enade a cerca de 500 mil participantes, que junto com os demais exames alcançarão um público total aproximado de 18 milhões de participantes.
Justificativa do Pedido 43671:
Para fins de execução da parceria com o setor privado, com vistas à manutenção e concessão de bolsas e realização de estágios no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, bem como do Programas Prêmio Vale/CAPES.

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 44792:
Não há.
Justificativa do Pedido 44758:
Não há.
Justificativa do Pedido 44501:

Justificativa do Pedido 44281:
Os impactos serão absorvidos pelo MEC.
Justificativa do Pedido 43821:
Não se aplica
Justificativa do Pedido 43794:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem demais problemas.
Justificativa do Pedido 43733:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.
Justificativa do Pedido 43733:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.
Justificativa do Pedido 43733:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.
Justificativa do Pedido 43733:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.
Justificativa do Pedido 43733:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.

Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação Coordenação de Arquivo FL. 1878

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 45079**

Justificativa do Pedido 43671:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.
Justificativa do Pedido 43794:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem demais problemas.
Justificativa do Pedido 43733:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.
Justificativa do Pedido 43671:
O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 44792:
Impossibilidade de execução de atividades essenciais da instituição.
Justificativa do Pedido 44758:
Não atendimento do crédito junto ao Ministério da Educação.
Justificativa do Pedido 44501:

Justificativa do Pedido 44281:
Os créditos orçamentários serão insuficientes para o pagamento das despesas de manutenção do funcionamento da Universidade, comprometendo assim a continuidade das atividades da unidade.

Justificativa do Pedido 43821:
0A12 - Estimamos que a atual dotação será suficiente para execução do Programa Bolsa Permanência até o mês de setembro de 2015. Neste cenário, caso a solicitação de crédito não seja atendida, o Programa Bolsa Permanência deverá ter suas atividades suspensas, o que acarretará em prejuízos de difícil mensuração em relação à permanência de estudantes de graduação em seus respectivos cursos. Ressaltamos que os estudantes beneficiários do Programa Bolsa Permanência são dependentes deste auxílio para a conclusão de seus estudos, portanto a suspensão do programa acarretará a evasão de boa parte dos discentes integrantes do Programa Bolsa Permanência.
Justificativa do Pedido 43794:
O não atendimento da solicitação implicará em infraestrutura inadequada ao desenvolvimento das atividades do Instituto do Mar, com prejuízos nas áreas de pesquisa, ensino e extensão.
Justificativa do Pedido 43733:
Caso o pleito não seja atendido, hão haverá orçamento suficiente para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Graduação - ENADE.
Justificativa do Pedido 43733:
Caso o pleito não seja atendido, hão haverá orçamento suficiente para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Graduação - ENADE. Importante ressaltar que o Enem é utilizado como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, sendo utilizado por algumas universidades como único processo de acesso. O Enem também é utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos – ProUni .
Justificativa do Pedido 43733:
Caso o pleito não seja atendido, hão haverá orçamento suficiente para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Graduação - ENADE. Importante ressaltar que o Enem é utilizado como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, sendo utilizado por algumas universidades como único processo de acesso. O Enem também é utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos – ProUni .
Justificativa do Pedido 43733:
Caso o pleito não seja atendido, hão haverá orçamento suficiente para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Graduação - ENADE. Importante ressaltar que o Enem é utilizado como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, sendo utilizado por algumas universidades como único processo de acesso. O Enem também é utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos – ProUni .
Justificativa do Pedido 43733:
Caso o pleito não seja atendido, hão haverá orçamento suficiente para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Graduação - ENADE. Importante ressaltar que o Enem é utilizado como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, sendo utilizado por algumas universidades como único processo de acesso. O Enem também é utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos – ProUni .
Justificativa do Pedido 43671:
Caso a solicitação não seja atendida será inviável o pagamento das bolsas e estágios referentes ao Programa Ciência sem Fronteiras e Prêmio Vale/CAPES dos acordos assinados com o Setor Produtivo, devido a conta de crédito orçamentário ser menor que o recurso a ser disponibilizado pelas empresas parceiras.
Justificativa do Pedido 43794:
O não atendimento da solicitação implicará em infraestrutura inadequada ao desenvolvimento das atividades do Instituto do Mar, com prejuízos nas áreas de pesquisa, ensino e extensão.
Justificativa do Pedido 43733:
Caso o pleito não seja atendido, hão haverá orçamento suficiente para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Graduação - ENADE. Importante ressaltar que o Enem é utilizado como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, sendo utilizado por algumas universidades como único processo de acesso. O Enem também é utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos – ProUni .

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 3489

**Pedidos:** **45079**

Justificativa do Pedido 43671:
Caso a solicitação não seja atendida será inviável o pagamento das bolsas e estágios referentes ao Programa Ciência sem Fronteiras e Prêmio Vale/CAPES dos acordos assinados com o Setor Produtivo, devido a conta de crédito orçamentário ser menor que o recurso a ser disponibilizado pelas empresas parceiras.

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Justificativa do Pedido 44792:
Não há.
Justificativa do Pedido 44758:
Não há.
Justificativa do Pedido 44501:

Justificativa do Pedido 44281:
Não haverá impacto nos gastos de custeio, uma vez que a complementação já se refere a despesas de custeio da Universidade. Assim não haverá aumento no nível geral de gastos de custeio da unidade.

Justificativa do Pedido 43821:
Não se aplica
Justificativa do Pedido 43794:
O atendimento da solicitação acarretará em redução do nível de gastos fixos da instituição, uma vez que, com a aquisição do imóvel, a Universidade terá menos gastos relacionados a despesas com aluguéis.
Justificativa do Pedido 43733:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43733:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43733:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43733:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43733:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43671:
Não se Aplica.
Justificativa do Pedido 43794:
O atendimento da solicitação acarretará em redução do nível de gastos fixos da instituição, uma vez que, com a aquisição do imóvel, a Universidade terá menos gastos relacionados a despesas com aluguéis.
Justificativa do Pedido 43733:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43671:
Não se Aplica.

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Outras informações consideradas relevantes**

Justificativa do Pedido 44792:
A suplementação é fruto de negociação da Universidade com o Ministério de Saúde que oferecerá recursos para cancelamento, viabilizando o crédito.
Justificativa do Pedido 44758:
Não há.
Justificativa do Pedido 44501:

Justificativa do Pedido 44281:
|04971749608 - LUCAS CEZAR MENDONÇA|
Justificativa do Pedido 43821:
Informações acima.
Justificativa do Pedido 43794:
Esperando a troca de fonte, Pedido SIOP nº 43596.



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
8489

Abril de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL – SUP Quarta-feira 20 9234

**Pedidos: 45079**

Pagamento da segunda parcela de imóvel localizado na cidade de Santos = R$ 5.500.000,00
|16490284820 - NANCI ANDRADE SANTANA|
Justificativa do Pedido 43733:
Pedido esperando a aprovação do Pedido SIOP nº 43596 (troca de fonte).
LOA 2015 das Ações 20RM + 212H + 20RN: R$ 922.699.723,00
Valor estimado para aplicação de todos os exames e avaliações sob a responsabilidade do Inep: R$ 1.310.543.821,00
Necessidade de Complementação: R$ 387.844.098,00
Cabe lembrar que a necessidade acima será atendida pelos créditos tipo 100, tipo 110, tipo 107 e tipo 120.
|77455142153 - RENATO CARVALHO DA CRUZ|
Justificativa do Pedido 43733:
Não há necessidade de alteração nas metas físicas da Ação 20RM, tendo em vista que o aumento da meta para o Enem está sendo compensado pela não aplicação do Exame Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Pedido esperando a aprovação do Pedido SIOP nº 43596 (troca de fonte). LOA 2015 das Ações 20RM + 212H + 20RN: R$ 922.699.723,00 Valor estimado para aplicação de todos os exames e avaliações sob a responsabilidade do Inep: R$ 1.310.543.821,00 Necessidade de Complementação: R$ 387.844.098,00 Cabe lembrar que a necessidade acima será atendida pelos créditos tipo 100, tipo 110, tipo 107 e tipo 120.

|77455142153 - RENATO CARVALHO DA CRUZ|
Justificativa do Pedido 43733:
Não há necessidade de alteração nas metas físicas da Ação 20RM, tendo em vista que o aumento da meta para o Enem está sendo compensado pela não aplicação do Exame Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Pedido esperando a aprovação do Pedido SIOP nº 43596 (troca de fonte). LOA 2015 das Ações 20RM + 212H + 20RN: R$ 922.699.723,00 Valor estimado para aplicação de todos os exames e avaliações sob a responsabilidade do Inep: R$ 1.310.543.821,00 Necessidade de Complementação: R$ 387.844.098,00 Cabe lembrar que a necessidade acima será atendida pelos créditos tipo 100, tipo 110, tipo 107 e tipo 120.

|77455142153 - RENATO CARVALHO DA CRUZ|
Justificativa do Pedido 43733:
Não há necessidade de alteração nas metas físicas da Ação 20RM, tendo em vista que o aumento da meta para o Enem está sendo compensado pela não aplicação do Exame Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Pedido esperando a aprovação do Pedido SIOP nº 43596 (troca de fonte). LOA 2015 das Ações 20RM + 212H + 20RN: R$ 922.699.723,00 Valor estimado para aplicação de todos os exames e avaliações sob a responsabilidade do Inep: R$ 1.310.543.821,00 Necessidade de Complementação: R$ 387.844.098,00 Cabe lembrar que a necessidade acima será atendida pelos créditos tipo 100, tipo 110, tipo 107 e tipo 120.

|77455142153 - RENATO CARVALHO DA CRUZ|
Justificativa do Pedido 43733:
Não há necessidade de alteração nas metas físicas da Ação 20RM, tendo em vista que o aumento da meta para o Enem está sendo compensado pela não aplicação do Exame Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Pedido esperando a aprovação do Pedido SIOP nº 43596 (troca de fonte). LOA 2015 das Ações 20RM + 212H + 20RN: R$ 922.699.723,00 Valor estimado para aplicação de todos os exames e avaliações sob a responsabilidade do Inep: R$ 1.310.543.821,00 Necessidade de Complementação: R$ 387.844.098,00 Cabe lembrar que a necessidade acima será atendida pelos créditos tipo 100, tipo 110, tipo 107 e tipo 120.

|77455142153 - RENATO CARVALHO DA CRUZ|
Justificativa do Pedido 43671:
SHELL 1.582.500
FEBRABAN 214.169.683
VALE 13.668.484
ELETROBRÁS* 15.072.155
STATOIL* 3.461.777
PETROBRÁS** 256.500.000
BB* 56.800.000
total 561.254.598

Justificativa do Pedido 43794:
Esperando a troca de fonte, Pedido SIOP nº 43596.
Pagamento da segunda parcela de imóvel localizado na cidade de Santos = R$ 5.500.000,00
|16490284820 - NANCI ANDRADE SANTANA|
Justificativa do Pedido 43733:
Não há necessidade de alteração nas metas físicas da Ação 20RM, tendo em vista que o aumento da meta para o Enem está sendo compensado pela não aplicação do Exame Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Pedido esperando a aprovação do Pedido SIOP nº 43596 (troca de fonte). LOA 2015 das Ações 20RM + 212H + 20RN: R$ 922.699.723,00 Valor estimado para aplicação de todos os exames e avaliações sob a responsabilidade do Inep: R$ 1.310.543.821,00



Câmara dos Deputados
Coordenação de Comissões Especiais

**Pedidos:** **45079**

Necessidade de Complementação: R$ 387.844.098,00 Cabe lembrar que a necessidade acima será atendida pelos créditos tipo 100, tipo 110, tipo 107 e tipo 120.

|77455142153 - RENATO CARVALHO DA CRUZ|
Justificativa do Pedido 43671:
SHELL 1.582.500
FEBRABAN 214.169.683
VALE 13.668.484
ELETROBRÁS* 15.072.155
STATOIL* 3.461.777
PETROBRÁS** 256.500.000
BB* 56.800.000
total 561.254.598

**Usuário:** MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**Acompanhamentos Pedido: 45079**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 30/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fls. 849

Câmara dos Deputados 8492 Fl. Comissões

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 45079**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 300.000 | 0 | 300.000 |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 0 | 300.000 | -300.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26000 Ministério da Educação** | **300.000** | **0** | **300.000** |
| 26235 Universidade Federal de Goiás | 300.000 | 0 | 300.000 |
| **36000 Ministério da Saúde** | **0** | **300.000** | **-300.000** |
| 36901 Fundo Nacional de Saúde | 0 | 300.000 | -300.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 300.000 | 300.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 300.000 | 300.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26235 Universidade Federal de Goiás** | **300.000** | **0** | **300.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 300.000 | 0 | 300.000 |
| **36901 Fundo Nacional de Saúde** | **0** | **300.000** | **-300.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 300.000 | -300.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 300.000 | 300.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 300.000 | 0 | 300.000 |
| 6 - Recursos não destinados à contrapartida, para identificação dos recursos destinados à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde | 0 | 300.000 | -300.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 300.000 | 300.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 300.000 | 300.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 300.000 | 300.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Saúde | 0 | 300.000 | -300.000 |
| 12 - Educação | 300.000 | 0 | 300.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 364 - Ensino Superior | 300.000 | 0 | 300.000 |
| 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 0 | 300.000 | -300.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **10 Saúde** | **0** | **300.000** | **-300.000** |
| 422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 0 | 300.000 | -300.000 |
| **12 Educação** | **300.000** | **0** | **300.000** |
| 364 Ensino Superior | 300.000 | 0 | 300.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 300.000 | 300.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2016**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 45079**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 300.000 | 300.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Unico de Saúde (SUS) | 0 | 300.000 | -300.000 |
| 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | 300.000 | 0 | 300.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 300.000 | 300.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | 300.000 | 0 | 300.000 |
| 20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade | 0 | 300.000 | -300.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 300.000 | 300.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 45079 - Suplementação UFG/MEC - R$ 300 MIL(Tipo 100) | 300.000 | 300.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 300.000 | 300.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **300.000** | **300.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43626

**Tipo de Crédito:** 176 - Suplementação de subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas constantes dos programas 0910 e 0913

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **33000- Ministério da Previdência Social** | | | | | | | | | | **455.320.787.501** | **455.049.432.370** | **92.881** | **92.881** | **0** |
| **Unidade:** | **33101- Ministério da Previdência Social** | | | | | | | | | | **739.619.625** | **689.107.711** | **92.881** | **92.881** | **0** |
| **0910** | **Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais** | | | | | | | | | | 542.025 | 498.266 | 92.881 | 0 | 92.881 |
| **0910 0129** | **Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS)** | **28- 846** | *20* | | | | | | | | **50.625** | **41.828** | **5.000** | **0** | **5.000** |
| 0910 0129 0002 | Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 50.625 | 41.828 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| 0910 0129 0002 0000 | Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS) | | | | | | | | | | 50.625 | 41.828 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| | | | | | *3.3.80* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *50.625* | *41.828* | *5.000* | *0* | *5.000* |
| **0910 0130** | **Contribuição à Conferência Interamericana de Seguridade Social - CISS (MPS)** | **28- 846** | *20* | | | | | | | | **176.400** | **156.954** | **30.000** | **0** | **30.000** |
| 0910 0130 0002 | Contribuição à Conferencia Interamericana de Seguridade Social - CISS (MPS) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 176.400 | 156.954 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 0910 0130 0002 0000 | Contribuição à Conferência Interamericana de Seguridade Social - CISS (MPS) | | | | | | | | | | 176.400 | 156.954 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| | | | | | *3.3.80* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *176.400* | *156.954* | *30.000* | *0* | *30.000* |
| **0910 0131** | **Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS)** | **28- 846** | *20* | | | | | | | | **315.000** | **299.485** | **57.881** | **0** | **57.881** |
| 0910 0131 0002 | Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS) - No Exterior | | | *PLOA* | | | | | | | 315.000 | 299.485 | 57.881 | 0 | 57.881 |
| 0910 0131 0002 0000 | Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS) | | | | | | | | | | 315.000 | 299.485 | 57.881 | 0 | 57.881 |
| | | | | | *3.3.80* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *315.000* | *299.485* | *57.881* | *0* | *57.881* |
| **2114** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social** | | | | | | | | | | 142.467.043 | 127.761.788 | 0 | 92.881 | -92.881 |
| **2114 2000** | **Administração da Unidade** | **09- 122** | *20* | | | | | | | | **58.829.993** | **46.940.885** | **0** | **92.881** | **-92.881** |
| 2114 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 58.829.993 | 46.940.885 | 0 | 92.881 | -92.881 |
| 2114 2000 0001 0000 | Administração da Unidade - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 25.758.477 | 21.982.912 | 0 | 92.881 | -92.881 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *25.758.477* | *21.982.912* | *0* | *92.881* | *-92.881* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 455.320.787.501 | 455.049.432.370 | 92.881 | 92.881 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43626**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Pagamentos de contribuições aos Organismos Internacionais, relativas aos exercícios de 2014 e 2015. O crédito é necessário em decorrência da variação do cambial, conforme planilha anexa.

**Usuário:** ELI MARIA MARQUES DE LARA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

O impacto orçamentário nas ações cuja dotação será cancelada é inexpressivo.

**Usuário:** ELI MARIA MARQUES DE LARA



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 94

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43626**

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Impossibilidade de pagamento das contribuições com possíveis consequências para a participação em atividades desenvolvidas pelos organismos internacionais.

**Usuário:** ELI MARIA MARQUES DE LARA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há reflexos sobre o nível de gastos do MPS.

**Usuário:** ELI MARIA MARQUES DE LARA

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** ELI MARIA MARQUES DE LARA

**Acompanhamentos Pedido: 43626**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 19/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | EUGENIO GUILHERME HIMMEN |
| 19/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Necessidade de ajustes | EUGENIO GUILHERME HIMMEN |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | EUGENIO GUILHERME HIMMEN |
| 19/05/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Captura solicitada após ajustes feitos pelo setorial. | AMARILDO SALDANHA DE OLIVEIRA |
| 19/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial. Justificativa: Para ajustes. | AMARILDO SALDANHA DE OLIVEIRA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ELI MARIA MARQUES DE LARA |
| 15/05/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial. Justificativa: complementação | ELI MARIA MARQUES DE LARA |
| 14/05/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária. Justificativa: AJUSTE | ELI MARIA MARQUES DE LARA |
| 14/05/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Unidade Orçamentária para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial. Justificativa: ajuste | ELI MARIA MARQUES DE LARA |



Câmara dos Deputados Coord. Comissões Especiais Fls. 848 sioped

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados
8496
Fl.
Comissões Especiais

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 43626**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 92.881 | 92.881 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **33000 Ministério da Previdência Social** | **92.881** | **92.881** | **0** |
| 33101 Ministério da Previdência Social | 92.881 | 92.881 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 92.881 | 92.881 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 92.881 | 92.881 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **33101 Ministério da Previdência Social** | **92.881** | **92.881** | **0** |
| 151 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 92.881 | 92.881 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 80 - Transferências ao Exterior | 92.881 | 0 | 92.881 |
| 90 - Aplicações Diretas | 0 | 92.881 | -92.881 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 92.881 | 92.881 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 92.881 | 92.881 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 92.881 | 92.881 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 92.881 | 92.881 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 09 - Previdência Social | 0 | 92.881 | -92.881 |
| 28 - Encargos Especiais | 92.881 | 0 | 92.881 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 0 | 92.881 | -92.881 |
| 846 - Outros Encargos Especiais | 92.881 | 0 | 92.881 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **09 Previdência Social** | **0** | **92.881** | **-92.881** |
| 122 Administração Geral | 0 | 92.881 | -92.881 |
| **28 Encargos Especiais** | **92.881** | **0** | **92.881** |
| 846 Outros Encargos Especiais | 92.881 | 0 | 92.881 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 176 - Suplementação de subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas constantes dos programas 0910 e 0913 | 92.881 | 92.881 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 92.881 | 92.881 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados
2497
Fl.
Comissões Especiais

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 43626**

| *Programa* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | 92.881 | 0 | 92.881 |
| 2114 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social | 0 | 92.881 | -92.881 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Tipo de Programa* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 0 | 92.881 | -92.881 |
| - Operações Especiais | 92.881 | 0 | 92.881 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 0129 - Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS) | 5.000 | 0 | 5.000 |
| 0130 - Contribuição à Conferência Interamericana de Seguridade Social - CISS (MPS) | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 0131 - Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS) | 57.881 | 0 | 57.881 |
| 2000 - Administração da Unidade | 0 | 92.881 | -92.881 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Tipo de Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 0 | 92.881 | -92.881 |
| - Operações Especiais | 92.881 | 0 | 92.881 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 43626 - Remanejamento para pagamento da Contribuições(Tipo 176) | 92.881 | 92.881 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 92.881 | 92.881 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **92.881** | **92.881** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43732

**Tipo de Crédito:** 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **26000- Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **109.643.591.255** | **97.861.628.611** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |
| **Unidade:** | **26290- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** | | | | | | | | | | **1.420.744.977** | **1.312.504.932** | **55.731.813** | **0** | **55.731.813** |
| **2030** | **Educação Básica** | | | | | | | | | | 893.746.227 | 863.470.608 | 55.731.813 | 0 | 55.731.813 |
| **2030 20RM** | **Exames e Avaliações da Educação Básica** | **12- 368** | *10* | | | | | | | | **867.746.227** | **848.435.294** | **53.731.813** | **0** | **53.731.813** |
| 2030 20RM 0001 | Exames e Avaliações da Educação Básica - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 867.746.227 | 848.435.294 | 53.731.813 | 0 | 53.731.813 |
| 2030 20RM 0001 0001 | Exames e Avaliações da Educação Básica - ENEM | | | | | | | | | | 81.881.346 | 81.593.335 | 53.731.813 | 0 | 53.731.813 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *81.881.346* | *81.593.335* | *53.731.813* | *0* | *53.731.813* |
| **2030 4014** | **Censo Escolar da Educação Básica** | **12- 368** | *10* | | | | | | | | **26.000.000** | **15.035.314** | **2.000.000** | **0** | **2.000.000** |
| 2030 4014 0001 | Censo Escolar da Educação Básica - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 26.000.000 | 15.035.314 | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| 2030 4014 0001 0000 | Censo Escolar da Educação Básica | | | | | | | | | | 6.000.000 | 3.285.600 | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *6.000.000* | *3.285.600* | *2.000.000* | *0* | *2.000.000* |
| **Unidade:** | **26298- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** | | | | | | | | | | **35.277.637.898** | **28.519.140.289** | **0** | **55.731.813** | **-55.731.813** |
| **2030** | **Educação Básica** | | | | | | | | | | 30.546.408.584 | 24.459.745.956 | 0 | 55.731.813 | -55.731.813 |
| **2030 0515** | **Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica** | **12- 847** | *10* | | | | | | | | **2.051.000.000** | **2.000.175.162** | **0** | **55.731.813** | **-55.731.813** |
| 2030 0515 0001 | Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 2.051.000.000 | 2.000.175.162 | 0 | 55.731.813 | -55.731.813 |
| 2030 0515 0001 0000 | Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 55.731.813 | -55.731.813 |
| | | | | | *3.3.40* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *55.731.813* | *-55.731.813* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 109.643.591.255 | 97.861.628.611 | 55.731.813 | 55.731.813 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43732**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A suplementação solicitada visa recompor o orçamento do Inep, tendo em vista que o limite definido pelo MEC à época da elaboração do PLOA 2015 (R$ 1,096 bilhão) foi 30% inferior ao solicitado (R$ 1,577 bilhão). Com a proposta, que será complementada com outros créditos, o orçamento total solicitado permitirá a aplicação do Enem a cerca de 9,2 milhões de participantes e ao Enade a cerca de 500 mil participantes, que junto com os demais exames alcançarão um publico total aproximado de 18 milhões de participantes.

**Usuário:** EDUARDO AUGUSTO DE ABREU COSTA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

O cancelamento será absorvido pelas unidades relacionadas sem maiores problemas.

**Usuário:** ADALTON ROCHA DE MATOS

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Caso o pleito não seja atendido, hão haverá orçamento suficiente para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Graduação - ENADE. Importante ressaltar que o Enem é utilizado como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, sendo utilizado por algumas universidades como único processo de acesso. O Enem também é utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos – ProUni

**Usuário:** EDUARDO AUGUSTO DE ABREU COSTA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**



Câmara dos Deputados Comissões Especiais

**Pedidos:** 43732

Não se aplica.

**Usuário:** Luciane Tisbierek de Carvalho

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há necessidade de alteração nas metas físicas da Ação 20RM, tendo em vista que o aumento da meta para o Enem está sendo compensado pela não aplicação do Exame Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Pedido esperando a aprovação do Pedido SIOP nº 43596 (troca de fonte). LOA 2015 das Ações 20RM + 212H + 20RN: R$ 922.699.723,00 Valor estimado para aplicação de todos os exames e avaliações sob a responsabilidade do Inep: R$ 1.310.543.821,00 Necessidade de Complementação: R$ 387.844.098,00 Cabe lembrar que a necessidade acima será atendida pelos créditos tipo 100, tipo 110, tipo 107 e tipo 120.

|77455142153 - RENATO CARVALHO DA CRUZ|

**Usuário:** EDUARDO AUGUSTO DE ABREU COSTA

**Acompanhamentos Pedido: 43732**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 11/06/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Captura após novos ajustes do MEC. | EULER ALBERGARIA DE MELO |
| 11/06/2015 | Pedido Ativado | EDUARDO AUGUSTO DE ABREU COSTA |
| 11/06/2015 | Pedido Suspenso. Justificativa: O valor desse pedido não será mais considerado. | EDUARDO AUGUSTO DE ABREU COSTA |
| 11/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial. Justificativa: Capturado indevidamente. | EULER ALBERGARIA DE MELO |
| 11/06/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Captura após novos ajustes do MEC. | EULER ALBERGARIA DE MELO |
| 10/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial. Justificativa: Nova devolução para ajustes do MEC. | EULER ALBERGARIA DE MELO |
| 10/06/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Captura após ajustes solicitados pela Direção do DESOC. | EULER ALBERGARIA DE MELO |
| 09/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial. Justificativa: Conforme solicitação contida na mensagem eletrônica de Eduardo Augusto de Abreu Costa em 08/06/2015. | EULER ALBERGARIA DE MELO |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ANA MARTA GODINHO DOS ANJOS |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 84

Câmara dos Deputados
3500
Fl.
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 43732**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 55.731.813 | 55.731.813 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26000 Ministério da Educação** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |
| 26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | 55.731.813 | 0 | 55.731.813 |
| 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação | 0 | 55.731.813 | -55.731.813 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 55.731.813 | 55.731.813 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 55.731.813 | 55.731.813 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** | **55.731.813** | **0** | **55.731.813** |
| 100 Recursos Ordinários | 55.731.813 | 0 | 55.731.813 |
| **26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** | **0** | **55.731.813** | **-55.731.813** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 55.731.813 | -55.731.813 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 40 - Transferências a Municípios | 0 | 55.731.813 | -55.731.813 |
| 90 - Aplicações Diretas | 55.731.813 | 0 | 55.731.813 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 55.731.813 | 55.731.813 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 55.731.813 | 55.731.813 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 0 | 55.731.813 | -55.731.813 |
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 55.731.813 | 0 | 55.731.813 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 0 | 55.731.813 | -55.731.813 |
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 55.731.813 | 0 | 55.731.813 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 12 - Educação | 55.731.813 | 55.731.813 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 368 - Educação Básica | 55.731.813 | 0 | 55.731.813 |
| 847 - Transferências para a Educação Básica | 0 | 55.731.813 | -55.731.813 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **12 Educação** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |
| 368 Educação Básica | 55.731.813 | 0 | 55.731.813 |
| 847 Transferências para a Educação Básica | 0 | 55.731.813 | -55.731.813 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa | 55.731.813 | 55.731.813 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 55.731.813 | 55.731.813 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 43732**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| *Programa* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 2030 - Educação Básica | 55.731.813 | 55.731.813 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Tipo de Programa* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Temático | 55.731.813 | 55.731.813 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica | 0 | 55.731.813 | -55.731.813 |
| 20RM - Exames e Avaliações da Educação Básica | 53.731.813 | 0 | 53.731.813 |
| 4014 - Censo Escolar da Educação Básica | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Tipo de Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 55.731.813 | 0 | 55.731.813 |
| - Operações Especiais | 0 | 55.731.813 | -55.731.813 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 43732 - 26290/107/2015,1(Tipo 107) | 55.731.813 | 55.731.813 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 55.731.813 | 55.731.813 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **55.731.813** | **55.731.813** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43910

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **42000- Ministério da Cultura** | | | | | | | | | | **3.364.096.163** | **1.921.558.980** | **90.000** | **90.000** | **0** |
| **Unidade:** | **42201- Fundação Casa de Rui Barbosa** | | | | | | | | | | **43.935.599** | **42.285.168** | **90.000** | **90.000** | **0** |
| **2027** | **Cultura: Preservação, Promoção e Acesso** | | | | | | | | | | 1.682.850 | 1.454.769 | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **2027 20ZM** | **Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural** | **13- 392** | *10* | | | | | | | | **1.394.250** | **1.254.703** | **90.000** | **90.000** | **0** |
| 2027 20ZM 0001 | Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 1.394.250 | 1.254.703 | 90.000 | 90.000 | 0 |
| 2027 20ZM 0001 0004 | Apoio à Produção e Difusão na Área do Conhecimento Científico e Cultural | | | | | | | | | | 178.974 | 144.897 | 90.000 | 90.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *178.974* | *144.897* | *90.000* | *0* | *90.000* |
| | | | | | *4.5.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *90.000* | *-90.000* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 3.364.096.163 | 1.921.558.980 | 90.000 | 90.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43910**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Nos últimos anos o Serviço de Editoração vem trabalhando com a seguinte divisão orçamentária: 50% capital (revenda) e 50% custeio (distribuição gratuita). Porém, no final de 2014, elaborou-se um projeto de coedição de todas as publicações impressas da Fundação Casa de Rui Barbosa, cujo propósito é produzir e disseminar amplamente o conteúdo intelectual originado nos Centros de Memória e de Pesquisa desta instituição. A solução surgiu da percepção de que a FCRB não estava conseguindo cumprir a sua missão fundamental de promover o desenvolvimento da cultura, devido à imensa dificuldade em se proceder à revenda de livros, em especial quando se pensa em todo o território nacional. Por isso, pretendemos licitar a contratação de uma coedição no qual todo o orçamento virá todo da conta de custeio.

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não havaerá

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Sem o atendimento do pedido de remanejamento de crédito-- somados aos 50% já previstos --, não teremos condições de realizar a licitação de coedição, como planejado. Desse modo, continuaremos muito aquém do cumprimento de nossa missão essencial: difundir o conteúdo intelectual gerado nesta Fundação. Além do que, com a dificuldades em levar a cabo a atividade de revenda, teríamos de devolver integralmente os 50% do orçamento de capital.

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não haaverá

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Outras informações consideradas relevantes**

Nosso orçamento é de 90.000,00 para custeio. Com o atendimento deste pleito teremos R$ 180.000,00

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Acompanhamentos Pedido: 43910**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |



Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais

**Pedidos:** **43910**

| | | |
|---|---|---|
| 17/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | EVERALDO VIDIGAL SANT'ANNA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 43910**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **42000 Ministério da Cultura** | **90.000** | **90.000** | **0** |
| 42201 Fundação Casa de Rui Barbosa | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 90.000 | 0 | 90.000 |
| 5 - Inversões Financeiras | 0 | 90.000 | -90.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **42201 Fundação Casa de Rui Barbosa** | **90.000** | **90.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 13 - Cultura | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 392 - Difusão Cultural | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **13 Cultura** | **90.000** | **90.000** | **0** |
| 392 Difusão Cultural | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 90.000 | 90.000 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 43910**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 20ZM - Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 43910 - remanejamento entre GND(Tipo 110) | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 90.000 | 90.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **90.000** | **90.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44183

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **42000- Ministério da Cultura** | | | | | | | | | | **3.364.096.163** | **1.921.558.980** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |
| **Unidade:** | **42204- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** | | | | | | | | | | **452.621.031** | **360.721.866** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |
| **2027** | **Cultura: Preservação, Promoção e Acesso** | | | | | | | | | | 211.035.939 | 122.945.363 | 0 | 7.370.600 | -7.370.600 |
| **2027 20ZH** | **Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro** | **13- 391** | *10* | | | | | | | | **32.483.558** | **29.867.983** | **0** | **7.370.600** | **-7.370.600** |
| 2027 20ZH 0001 | Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 27.508.958 | 27.304.814 | 0 | 7.370.600 | -7.370.600 |
| 2027 20ZH 0001 0004 | Preservação de Acervos Culturais | | | | | | | | | | 11.088.078 | 11.080.572 | 0 | 7.370.600 | -7.370.600 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *8.689.107* | *8.681.601* | *0* | *5.370.600* | *-5.370.600* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *2.398.971* | *2.398.970* | *0* | *2.000.000* | *-2.000.000* |
| **2107** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | | | | 176.706.760 | 173.959.825 | 7.370.600 | 0 | 7.370.600 |
| **2107 2000** | **Administração da Unidade** | **13- 122** | *10* | | | | | | | | **61.442.433** | **61.193.972** | **7.370.600** | **0** | **7.370.600** |
| 2107 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 61.442.433 | 61.193.972 | 7.370.600 | 0 | 7.370.600 |
| 2107 2000 0001 0001 | Administração da Unidade | | | | | | | | | | 58.128.316 | 57.888.223 | 7.370.600 | 0 | 7.370.600 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *58.128.316* | *57.888.223* | *7.370.600* | *0* | *7.370.600* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 3.364.096.163 | 1.921.558.980 | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44183**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, os referenciais monetários destinados ao IPHAN foram consideravelmente inferiores ao nível de gasto necessário, razão pela qual foram alocados R$ 50,2 milhões para a ação 2000 - Administração da Unidade, sendo que ao final do exercício de 2014 foram empenhados R$ 71,2 milhões nessa ação. No atual exercício, o custo médio mensal de manutenção das unidades gira em torno de R$ 5,8 milhões, resultando em gastos anuais da ordem de R$ 69,6 milhões. Ainda que este Instituto esteja envidando esforços no sentido de reduzir esse nível de gasto, mediante revisão/redução dos contratos de terceirização e ações de economicidade dos gastos com energia, água e telefonia, os custos mensais tendem a aumentar, tendo em vista as repactuações contratuais. De forma a possibilitar a recomposição dos valores mínimos de execução da ação 2000, faz-se necessário o encaminhamento de créditos suplementares conforme detalhado abaixo, todavia o IPHAN somente pode oferecer cancelamento de recursos da ação finalística 20ZH no valor de R$ 7.618.800,00, razão pela qual é solicitado ao MINC que viabilize recursos compensatórios para atendimento do pleito.

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Sim, uma vez que que cancelamento oferecido se dará em detrimento do desenvolvimento de ações/projetos finalísticos desse Instituto, cuja execução estava prevista para o atual exercício.

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O atual saldo orçamentário da ação 2000 é de aproximadamente R$ 30,8 milhões e, uma vez considerado o gasto mensal médio de R$ 5,8 milhões, o saldo seria suficiente para cobrir cinco meses de gastos administrativos, a saber de abril (cujas despesas ainda não foram apropriadas) até agosto. Portanto, restará interrompido o funcionamento de todas as unidades do IPHAN a partir de setembro/outubro.

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não haverá

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Outras informações consideradas relevantes**

Os recursos pleiteados serão utilizados no pagamento de despesas de funcionamento das trinta e quatro unidades do IPHAN, localizadas em todo o território nacional, tais como abastecimento de água, energia elétrica, telefonia fixa e móvel, contratos de terceirização,



Câmara dos Deputados Coordenação de Documentação Estenotipia 8506 Fl.

**Pedidos:** **44183**

vigilância, conservação e copeiragem, manutenção predial, entre outros. Dotação atual: R$ 50.201.343,00 Suplementação solicitada por decreto: R$ 10.040.200,00 Suplementação solicitada por projeto de lei: R$ 9.758.500,00 Dotação proposta: R$ 70.000.043,00

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Acompanhamentos Pedido: 44183**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 17/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | EVERALDO VIDIGAL SANT'ANNA |
| 19/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8507

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44183**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **42000 Ministério da Cultura** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |
| 42204 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 7.370.600 | 5.370.600 | 2.000.000 |
| 4 - Investimentos | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **42204 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 13 - Cultura | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 7.370.600 | 0 | 7.370.600 |
| 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 0 | 7.370.600 | -7.370.600 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **13 Cultura** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |
| 122 Administração Geral | 7.370.600 | 0 | 7.370.600 |
| 391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 0 | 7.370.600 | -7.370.600 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso | 0 | 7.370.600 | -7.370.600 |
| 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura | 7.370.600 | 0 | 7.370.600 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44183**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 0 | 7.370.600 | -7.370.600 |
| - Gestão e Manutenção | 7.370.600 | 0 | 7.370.600 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 7.370.600 | 0 | 7.370.600 |
| 20ZH - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro | 0 | 7.370.600 | -7.370.600 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44183 - Crédito suplementar -parte sem compensação(Tipo 100) | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 7.370.600 | 7.370.600 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **7.370.600** | **7.370.600** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44201

**Tipo de Crédito:** 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **38000- Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | | | | **86.683.256.512** | **84.043.335.746** | **500.000** | **500.000** | **0** |
| **Unidade:** | **38901- Fundo de Amparo ao Trabalhador** | | | | | | | | | | **67.915.215.561** | **65.742.911.963** | **500.000** | **500.000** | **0** |
| 2071 | **Trabalho, Emprego e Renda** | | | | | | | | | | 48.992.159.621 | 48.421.800.143 | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **2071 20YY** | **Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda** | **11- 571** | *20* | | | | | | | | **8.028.975** | **4.416.505** | **500.000** | **0** | **500.000** |
| 2071 20YY 0001 | Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 7.228.975 | 4.166.505 | 500.000 | 0 | 500.000 |
| 2071 20YY 0001 0001 | Pesquisas sobre Emprego e Desemprego - PED | | | | | | | | | | 3.852.610 | 2.583.333 | 500.000 | 0 | 500.000 |
| | | | | | *3.3.30* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.852.610* | *2.583.333* | *500.000* | *0* | *500.000* |
| **2071 2C43** | **Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT** | **11- 334** | *20* | | | | | | | | **10.608.205** | **9.258.756** | **0** | **500.000** | **-500.000** |
| 2071 2C43 0001 | Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 10.608.205 | 9.258.756 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2071 2C43 0001 0000 | Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT | | | | | | | | | | 6.758.054 | 5.745.257 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *6.758.054* | *5.745.257* | *0* | *500.000* | *-500.000* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 86.683.256.512 | 84.043.335.746 | 500.000 | 500.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44201**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A unidade informa que a dotação autorizada para atender as despesas orçamentárias da .Ação 20YY - Estudos Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda - Plano Orçamentário 0001 - Pesquisas sobre Emprego e Desemprego PED não será suficiente, necessitando de 500.000,00 (quinhentos mil reais) para custear os estudos no referido plano orçamentário a fim de atender o previsto na 2º etapa dos convênios Plurianuais CP-SINE pactuado no SICONV.

**Usuário:** HERMANDO FERRREIRA DE NORONHA JUNIOR

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não haverá impacto negativo.

**Usuário:** HERMANDO FERRREIRA DE NORONHA JUNIOR

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Prejudicará a realização mensal dos estudos da PED - Pesquisas sobre Emprego e Desemprego nos estados.

**Usuário:** HERMANDO FERRREIRA DE NORONHA JUNIOR

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não haverá reflexos.

**Usuário:** HERMANDO FERRREIRA DE NORONHA JUNIOR

**Outras informações consideradas relevantes**

O cancelamento está sendo oferecido na Ação 2C43 - Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

**Usuário:** HERMANDO FERRREIRA DE NORONHA JUNIOR

**Acompanhamentos Pedido: 44201**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|

Câmara dos Deputados Comissões Especiais 3570

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44201**

| | | |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 17/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: para ajuste | José Fernandes Pontes Júnior |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | GABRIEL FRANCISCO DA MOTA |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 851

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44201**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **38000 Ministério do Trabalho e Emprego** | **500.000** | **500.000** | **0** |
| 38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador** | **500.000** | **500.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 500.000 | 0 | 500.000 |
| 90 - Aplicações Diretas | 0 | 500.000 | -500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 11 - Trabalho | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 334 - Fomento ao Trabalho | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 571 - Desenvolvimento Científico | 500.000 | 0 | 500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **11 Trabalho** | **500.000** | **500.000** | **0** |
| 334 Fomento ao Trabalho | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 571 Desenvolvimento Científico | 500.000 | 0 | 500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2071 - Trabalho, Emprego e Renda | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44201**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| *Tipo de Programa* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Temático | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 20YY - Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda | 500.000 | 0 | 500.000 |
| 2C43 - Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT | 0 | 500.000 | -500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 44201 - SPPE tipo 107_14_05_15(Tipo 107) | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 500.000 | 500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.000** | **500.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44206

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **38000- Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | | | | **86.683.256.512** | **84.043.335.746** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |
| **Unidade:** | **38101- Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | | | | **18.654.665.343** | **18.192.674.702** | **4.800.000** | **0** | **4.800.000** |
| **2127** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | | | | 1.484.742.981 | 1.428.073.955 | 4.800.000 | 0 | 4.800.000 |
| **2127 2000** | **Administração da Unidade** | **11- 122** | *10* | | | | | | | | **48.257.533** | **40.113.741** | **4.800.000** | **0** | **4.800.000** |
| 2127 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 48.257.533 | 40.113.741 | 4.800.000 | 0 | 4.800.000 |
| 2127 2000 0001 0004 | Administração da Unidade | | | | | | | | | | 4.580.000 | 2.953.125 | 4.800.000 | 0 | 4.800.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *4.580.000* | *2.953.125* | *4.800.000* | *0* | *4.800.000* |
| **Unidade:** | **38901- Fundo de Amparo ao Trabalhador** | | | | | | | | | | **67.915.215.561** | **65.742.911.963** | **0** | **4.800.000** | **-4.800.000** |
| **2071** | **Trabalho, Emprego e Renda** | | | | | | | | | | 48.992.159.621 | 48.421.800.143 | 0 | 4.800.000 | -4.800.000 |
| **2071 20JT** | **Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine** | **11- 333** | *20* | | | | | | | | **121.787.307** | **68.491.716** | **0** | **4.800.000** | **-4.800.000** |
| 2071 20JT 0001 | Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 121.787.307 | 68.491.716 | 0 | 4.800.000 | -4.800.000 |
| 2071 20JT 0001 0000 | Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine | | | | | | | | | | 2.000.000 | 0 | 0 | 4.800.000 | -4.800.000 |
| | | | | | *3.3.30* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.000.000* | *0* | *0* | *4.800.000* | *-4.800.000* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 86.683.256.512 | 84.043.335.746 | 4.800.000 | 4.800.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44206**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A suplementação na ação 2000 – Administração da Unidade tem por finalidade dotar o Departamento de Programas para a Juventude - DPJ com disponibilidade orçamentária para realizar eventos de caráter administrativo (Seminários e audiências públicas) visando fomentar, auxiliar a elaboração e implementação de políticas visando a inserção social, especialmente da juventude brasileira, no mundo do trabalho.

O cancelamento de dotações compensatórias ocorrerá na Ação 20JT - Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego – Sine, após avaliação da secretaria responsável, segundo a qual o planejamento para execução orçamentária dessa ação em 2015 permitiu decidir dar prioridade na elaboração de arcos ocupacionais para cultura e práticas esportivas visando potencializar a contratação de jovens através da lei de aprendizagem, contribuindo na elevação da qualificação de mão de obra juvenil e minimizando os aspectos negativos na qual a juventude está exposta. Também elaborarão diagnósticos avaliativos da aplicabilidade das leis, da aprendizagem e do estágio, para subsidiar novas ações e superar as dificuldades existentes.
Atuarão em parceira com Governos Estaduais e conjuntamente com demais representações governamentais e sociedade civil, promovendo Seminários de Políticas Públicas para Juventude em todas as capitais do país além de fortalecer demais ações de políticas públicas para juventude.

**Usuário:** GABRIEL FRANCISCO DA MOTA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

O cancelamento não trará nenhum reflexo negativo para a programação prevista.

**Usuário:** HERMANDO FERRREIRA DE NORONHA JUNIOR

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Câmara dos Deputados – Comissões Especiais – 854

**Pedidos:** **44206**

não será possível a realização dos eventos voltados para fomentação e subsídio no desenvolvimento de políticas para a ampliação do trabalho decente para juventude brasileira provocando o aumento da violência, uso de drogas, prostituição, genocídio da juventude negra e a demais situações de exposições possíveis a um jovem sem um trabalho decente.

**Usuário:** GABRIEL FRANCISCO DA MOTA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

O atendimento do pleito não trará efeitos ao nível dos gastos de custeio.

**Usuário:** Almino José de Souza

**Outras informações consideradas relevantes**

A juventude brasileira representa 25% da população brasileira e um dos seus maiores desafios é a inserção digna e decente no mundo do trabalho, necessitando de políticas públicas voltadas a esse desafio.

**Usuário:** Almino José de Souza

**Acompanhamentos Pedido: 44206**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 17/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | José Fernandes Pontes Júnior |
| 17/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: para ajuste | José Fernandes Pontes Júnior |
| 17/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | José Fernandes Pontes Júnior |
| 03/06/2015 | Captura do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Janela de envio fechada | José Fernandes Pontes Júnior |
| 02/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial. Justificativa: Para ajuste pelo OS. | José Fernandes Pontes Júnior |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | GABRIEL FRANCISCO DA MOTA |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 3515

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados 8516

**Exercício: 2016**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44206**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 4.800.000 | 0 | 4.800.000 |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 0 | 4.800.000 | -4.800.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **38000 Ministério do Trabalho e Emprego** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |
| 38101 Ministério do Trabalho e Emprego | 4.800.000 | 0 | 4.800.000 |
| 38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador | 0 | 4.800.000 | -4.800.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 4.800.000 | 4.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 4.800.000 | 4.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **38101 Ministério do Trabalho e Emprego** | **4.800.000** | **0** | **4.800.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 4.800.000 | 0 | 4.800.000 |
| **38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador** | **0** | **4.800.000** | **-4.800.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 4.800.000 | -4.800.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 0 | 4.800.000 | -4.800.000 |
| 90 - Aplicações Diretas | 4.800.000 | 0 | 4.800.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 4.800.000 | 4.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 4.800.000 | 4.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 4.800.000 | 4.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 4.800.000 | 4.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 11 - Trabalho | 4.800.000 | 4.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 4.800.000 | 0 | 4.800.000 |
| 333 - Empregabilidade | 0 | 4.800.000 | -4.800.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **11 Trabalho** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |
| 122 Administração Geral | 4.800.000 | 0 | 4.800.000 |
| 333 Empregabilidade | 0 | 4.800.000 | -4.800.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 4.800.000 | 4.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 4.800.000 | 4.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

Câmara dos Deputados
8517
Fl.
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44206**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2071 - Trabalho, Emprego e Renda | 0 | 4.800.000 | -4.800.000 |
| 2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego | 4.800.000 | 0 | 4.800.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 0 | 4.800.000 | -4.800.000 |
| - Gestão e Manutenção | 4.800.000 | 0 | 4.800.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2000 - Administração da Unidade | 4.800.000 | 0 | 4.800.000 |
| 20JT - Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine | 0 | 4.800.000 | -4.800.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 4.800.000 | 4.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44206 - 100_SPPE_14_05_15(Tipo 100) | 4.800.000 | 4.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 4.800.000 | 4.800.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.800.000** | **4.800.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44208

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **38000- Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | | | | **86.683.256.512** | **84.043.335.746** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |
| **Unidade:** | **38101- Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | | | | **18.654.665.343** | **18.192.674.702** | **106.500** | **106.500** | **0** |
| **2127** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | | | | 1.484.742.981 | 1.428.073.955 | 106.500 | 106.500 | 0 |
| **2127 2374** | **Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte** | **11- 661** | *10* | | | | | | | | **25.260.000** | **106.500** | **106.500** | **106.500** | **0** |
| 2127 2374 0001 | Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 24.260.000 | 106.500 | 106.500 | 106.500 | 0 |
| 2127 2374 0001 0000 | Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Por | | | | | | | | | | 4.260.000 | 106.500 | 106.500 | 106.500 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *174* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *106.500* | *106.500* | *106.500* | *0* | *106.500* |
| | | | | | *4.4.90* | *174* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *4.153.500* | *0* | *0* | *106.500* | *-106.500* |
| **Unidade:** | **38901- Fundo de Amparo ao Trabalhador** | | | | | | | | | | **67.915.215.561** | **65.742.911.963** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| **2071** | **Trabalho, Emprego e Renda** | | | | | | | | | | 48.992.159.621 | 48.421.800.143 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **2071 2553** | **Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS** | **11- 332** | *20* | | | | | | | | **25.644.807** | **13.038.581** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 2071 2553 0001 | Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 25.644.807 | 13.038.581 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| 2071 2553 0001 0000 | Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS | | | | | | | | | | 5.844.807 | 2.904.791 | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.344.807* | *648.071* | *0* | *1.000.000* | *-1.000.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.500.000* | *2.256.720* | *1.000.000* | *0* | *1.000.000* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 86.683.256.512 | 84.043.335.746 | 1.106.500 | 1.106.500 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44208**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Trata-se de pedido de remanejamento de dotação entre Grupos de Natureza de Despesas (GND 3 e 4); Outras Despesas Correntes – GND 3 e Investimentos GND 4 no Âmbito das Ações 2553 - Identificação da População por Meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e 2374 - Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte, conforme a seguir discriminado:

Ação 2553 – Remanejamento de R$ 1.000.000,00 de O. D C. GND 3 para Investimentos GND 4 pelos seguinte motivos: A CIRP encontra-se com duas licitações em andamento para a aquisição de equipamentos que serão utilizados na emissão da CTPS informatizada. A primeira refere-se a aquisição de 1.500 (um mil e quinhentos) kits para utilização na emissão do documento. A licitação encontra-se em fase final com estimativa de custo em torno de R$ 3.000.000,00. Outra licitação em andamento refere-se a aquisição de impressoras para distribuição a todas as SRTE, Gerências e Agências de atendimento com custo estimado de R$ 500.000,00.deata fora as despesas totais com invetimentos soma-se R$ 3.500.000,00 e a dotação aprovada na LOA 2015 para esta Ação e de R$ 2.500.000,00. Portanto necessidade de remanejamento de R$ 1.000.000,00 conforme proposto.

Ação 2374 – Todo o orçamento aprovado na Loa 2015 para essa ação (R$ 4.260.000,00) está detalhado no grupo de despesas 4 – Investimentos. Ocorre que o pagamento dos serviços prestados pelo agente financeiro (CAIXA), pela operacionalização dos contratos de repasses serão realizados em outras despesas correntes GND 3. Desta forma faz-se necessário o remanejamento proposto para viabilizar o pagamento ao agente financeiro pelos serviços administrativos.

**Usuário:** GABRIEL FRANCISCO DA MOTA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

trata-se de remanejamento entre GND dentro da própria ação orçamentária

**Usuário:** GABRIEL FRANCISCO DA MOTA



Câmara dos Deputados Comissões Especiais

**Pedidos:** **44208**

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

A impossibilidade de atendimento ao programa de aparelhamento dos pontos de emissão de CTPS informatizada causará enormes transtornos à continuidade da implantação do documento em razão da situação de penúria em que se encontram a quase totalidade dos pontos de emissão, já que os equipamentos hoje existentes são todos obsoletos e necessitam de urgente renovação, pois não há possibilidade de recuperação dos mesmos.

**Usuário:** HERMANDO FERRREIRA DE NORONHA JUNIOR

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Ação 2553 - não será possível realizar os investimentos na aquisição de equipamentos para confecção e impressão de CTPS;

Ação 2374 – não será possível realizar os pagamentos ao agente financeiro (CAIXA) pelos serviços de operacionalização dos contratos de repasse firmados com orçamento da referida ação.

**Usuário:** GABRIEL FRANCISCO DA MOTA

**Outras informações consideradas relevantes**

não se aplica

**Usuário:** GABRIEL FRANCISCO DA MOTA

**Acompanhamentos Pedido: 44208**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 17/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | José Fernandes Pontes Júnior |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | GABRIEL FRANCISCO DA MOTA |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8519

Câmara dos Deputados
8520
Fl.
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44208**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 106.500 | 106.500 | 0 |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **38000 Ministério do Trabalho e Emprego** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |
| 38101 Ministério do Trabalho e Emprego | 106.500 | 106.500 | 0 |
| 38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 106.500 | 1.000.000 | -893.500 |
| 4 - Investimentos | 1.000.000 | 106.500 | 893.500 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| 174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 106.500 | 106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **38101 Ministério do Trabalho e Emprego** | **106.500** | **106.500** | **0** |
| 174 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 106.500 | 106.500 | 0 |
| **38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador** | **1.000.000** | **1.000.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 1.106.500 | 1.106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 1.106.500 | 1.106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 1.106.500 | 1.106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.106.500 | 1.106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 1.106.500 | 1.106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 11 - Trabalho | 1.106.500 | 1.106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 332 - Relações de Trabalho | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| 661 - Promoção Industrial | 106.500 | 106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **11 Trabalho** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |
| 332 Relações de Trabalho | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| 661 Promoção Industrial | 106.500 | 106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 1.106.500 | 1.106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 1.106.500 | 1.106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44208**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2071 - Trabalho, Emprego e Renda | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| 2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego | 106.500 | 106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| - Gestão e Manutenção | 106.500 | 106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2374 - Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte | 106.500 | 106.500 | 0 |
| 2553 - Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 1.106.500 | 1.106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 14208 - SPPE tipo 110_14_05_15(Tipo 110) | 1.106.500 | 1.106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 1.106.500 | 1.106.500 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.106.500** | **1.106.500** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44241

**Tipo de Crédito:** 175a - Suplementação de dotações do MEC nos GNDs 3, 4 e 5 nas subfunções 361, 362, 363, 364, 847

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **26000- Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **109.643.591.255** | **97.861.628.611** | **344.880.000** |
| **Unidade:** | **26298- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** | | | | | | | | | | **35.277.637.898** | **28.519.140.289** | **344.880.000** |
| **2030** | **Educação Básica** | | | | | | | | | | 30.546.408.584 | 24.459.745.956 | 344.880.000 |
| **2030 00OW** | **Apoio à Manutenção da Educação Infantil** | **12- 365** | *10* | | | | | | | | **54.000.000** | **39.503.008** | **30.000.000** |
| 2030 00OW 0001 | Apoio à Manutenção da Educação Infantil - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 54.000.000 | 39.503.008 | 30.000.000 |
| 2030 00OW 0001 0000 | Apoio à Manutenção da Educação Infantil | | | | | | | | | | 0 | 0 | 30.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *313* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *0* | *0* | *30.000.000* |
| **2030 0509** | **Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica** | **12- 847** | *10* | | | | | | | | **800.154.307** | **341.590.571** | **294.880.000** |
| 2030 0509 0001 | Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 710.212.707 | 329.230.765 | 294.880.000 |
| 2030 0509 0001 0000 | Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica | | | | | | | | | | 169.941.871 | 43.851.523 | 294.880.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *313* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *162.950.608* | *36.997.894* | *244.880.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *313* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *6.991.263* | *6.853.630* | *50.000.000* |
| **2030 0A26** | **Concessão de Auxílio-Financeiro - ProJovem** | **12- 366** | *10* | | | | | | | | **60.000.000** | **30.800.000** | **20.000.000** |
| 2030 0A26 0001 | Concessão de Auxílio-Financeiro - ProJovem - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 60.000.000 | 30.800.000 | 20.000.000 |
| 2030 0A26 0001 0000 | Concessão de Auxílio-Financeiro - ProJovem | | | | | | | | | | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *313* | *0* | *9999* | *2* | 2 | *20.000.000* | *0* | *20.000.000* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 109.643.591.255 | 97.861.628.611 | 344.880.000 |

**Justificativas Pedido: 44241**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Reabertura de créditos a partir dos saldos orçamentários de 2014, com base no Art. 4º, Inciso XIV, Letra A, da LOA/2015, visando a continuidade das atividades iniciadas em 2015 e não executadas por motivos adversos à unidade, bem como o não comprometimento do orçamento de 2015.

**Usuário:** SANDRA DE ARAUJO JORGE

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não haverá.

**Usuário:** SANDRA DE ARAUJO JORGE

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Descontinuidade das atividades iniciadas no exercício de 2014 e comprometimento do orçamento de 2015, inviabilizando parcialmente a implementação das Ações ora suplementadas, com o consequente comprometimento da melhoria qualitativa da Educação nacional.Não mensurável.

**Usuário:** SANDRA DE ARAUJO JORGE

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não mensurável.

Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais Fl. 852 Sopesa

**Pedidos:** **44241**

**Usuário:** SANDRA DE ARAUJO JORGE

**Outras informações consideradas relevantes**

Não há.

**Usuário:** SANDRA DE ARAUJO JORGE

**Acompanhamentos Pedido: 44241**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 17/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 16/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Ajuste do Pedido | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 16/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | ANA MARTA GODINHO DOS ANJOS |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 83-22

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44241**

**Tipo: 175a - Suplementação de dotações do MEC nos GNDs 3, 4 e 5 nas subfunções 361, 362, 363, 364, 847**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26000 Ministério da Educação** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |
| 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 294.880.000 | 0 | 294.880.000 |
| 4 - Investimentos | 50.000.000 | 0 | 50.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 313 - Contribuição do Salario-Educação | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |
| 313 Contribuição do Salario-Educação | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 12 - Educação | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 365 - Educação Infantil | 30.000.000 | 0 | 30.000.000 |
| 366 - Educação de Jovens e Adultos | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| 847 - Transferências para a Educação Básica | 294.880.000 | 0 | 294.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **12 Educação** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |
| 365 Educação Infantil | 30.000.000 | 0 | 30.000.000 |
| 366 Educação de Jovens e Adultos | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| 847 Transferências para a Educação Básica | 294.880.000 | 0 | 294.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 175a - Suplementação de dotações do MEC nos GNDs 3, 4 e 5 nas subfunções 361, 362, 363, 364, 847 | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2030 - Educação Básica | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44241**

**Tipo: 175a - Suplementação de dotações do MEC nos GNDs 3, 4 e 5 nas subfunções 361, 362, 363, 364, 847**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Tipo de Programa* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Temático | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 00OW - Apoio à Manutenção da Educação Infantil | 30.000.000 | 0 | 30.000.000 |
| 0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica | 294.880.000 | 0 | 294.880.000 |
| 0A26 - Concessão de Auxílio-Financeiro - ProJovem | 20.000.000 | 0 | 20.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Tipo de Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Pedido de Alteração* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 44241 - REABERTURA(Tipo 175a) | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

| *Tipo de Financiamento* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Superávit financeiro | 344.880.000 | 0 | 344.880.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **344.880.000** | **0** | **344.880.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44291

**Tipo de Crédito:** 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** sn **Data Efetivação:** 29/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **42000- Ministério da Cultura** | | | | | | | | | | **3.364.096.163** | **1.921.558.980** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |
| **Unidade:** | **42101- Ministério da Cultura** | | | | | | | | | | **536.755.200** | **346.721.131** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |
| **2027** | **Cultura: Preservação, Promoção e Acesso** | | | | | | | | | | 307.189.789 | 148.858.573 | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **2027 20ZF** | **Promoção e Fomento à Cultura Brasileira** | **13- 392** | *10* | | | | | | | | **126.336.263** | **92.492.055** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |
| 2027 20ZF 0001 | Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 91.193.363 | 83.185.870 | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| 2027 20ZF 0001 000H | Estímulo e Fomento ao Desenvolvimento e Inovação de Atividades Audiovisuais | | | | | | | | | | 6.257.811 | 6.255.416 | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| | | | | | *3.3.30* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *1.192.999* | *-1.192.999* |
| | | | | | *3.3.40* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *0* | *1.300.000* | *-1.300.000* |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *2.905.853* | *2.905.853* | *0* | *858.959* | *-858.959* |
| | | | | | *4.4.30* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *100.000* | *100.000* | *1.192.999* | *0* | *1.192.999* |
| | | | | | *4.4.40* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *0* | *0* | *1.300.000* | *0* | *1.300.000* |
| | | | | | *4.4.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *3.251.958* | *3.249.563* | *858.959* | *0* | *858.959* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 3.364.096.163 | 1.921.558.980 | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44291**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

A totalidade dos recursos disponibilizados à unidade na Ação 20ZF, Plano Orçamenário 000H (PTRS 092704) deveria ser de despesas de capital. No momento do cadastro da proposta, porém, os recursos foram registrados erroneamente como sendo de despesas correntes, em sua totalidade. Tal erro inviabilizaria a Secretaria do Audiovisual de executar projetos prioritários de implantação de cineclubes e núcleos de produção digital, que são inclusive metas do PPA e do Plano Nacional de Cultura. Dessa forma, se faz imprescindível as alterações de Natureza da Despesa.

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não havaerá

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Se o pleito não for atendido, a Secretaria do Audiovisual não terá recursos disponíveis para a realização de projetos prioritários de implantação de cineclubes e núcleos de produção digital, inviabilizando o alcance de metas do PPA e do Plano Nacional de Cultura.

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não haverá

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Outras informações consideradas relevantes**

Os recursos serão utilizados para a implantação ou atualização de 9 Núcleos de Produção Digital (custo unitário R$ 300.000,00, totalizando R$ 2.700.000,00), além de 50 cineclubes (custo unitário de R$ 15.000,00 cada, totalizando R% 750.000,00)

**Usuário:** FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO

**Acompanhamentos Pedido: 44291**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|



Câmara dos Deputados Coordenação de Documentação Especializada SOP Fl. 8526

**Pedidos:** **44291**

| | | |
|---|---|---|
| 29/07/2015 | Pedido Efetivado | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA |
| 17/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | EVERALDO VIDIGAL SANT'ANNA |
| 15/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | FRANCISCA JANUARIA OLIVEIRA CASTRO |

Câmara dos Deputados
Comissões Externas
Fl. 8527
sdpdados

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44291**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **42000 Ministério da Cultura** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |
| 42101 Ministério da Cultura | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 0 | 3.351.958 | -3.351.958 |
| 4 - Investimentos | 3.351.958 | 0 | 3.351.958 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **42101 Ministério da Cultura** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 1.192.999 | 1.192.999 | 0 |
| 40 - Transferências a Municípios | 1.300.000 | 1.300.000 | 0 |
| 90 - Aplicações Diretas | 858.959 | 858.959 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 13 - Cultura | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 392 - Difusão Cultural | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **13 Cultura** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |
| 392 Difusão Cultural | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2186**

**Pedido(s): 44291**

**Tipo: 110 - Suplementação de GND 3, 4, 5 no âmbito do mesmo subtítulo objeto da anulação**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 20ZF - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44291 - Remanejamento entre GND(Tipo 110) | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 3.351.958 | 3.351.958 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **3.351.958** | **3.351.958** | **0** |

Câmara dos Deputados 3530 Fl. 910 Comissões Especiais

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Orçamento Federal
SEPN 516, Lote 8, Bloco D, 4º Andar, 70770-524, Brasília – DF
Telefone: 2020-2000 - E-mail: sof@planejamento.gov.br

Memorando nº 49/SOF/MP

Em 6 de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Assunto: **Projeto de Decreto que abre crédito suplementar em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura.**

1. Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, Projeto de Decreto que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, crédito suplementar no valor de R$ 1.701.389.028,00 (um bilhão, setecentos e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil, vinte e oito reais).

2. Esclareço, por oportuno, que o referido crédito será atendido à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, referente à Contribuição do Salário-Educação, a Contribuições para os Programas PIS/PASEP, a Recursos Próprios Não Financeiros e Financeiros, a Recursos de Convênios e a Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros e Financeiros, de Recursos de Convênios e de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e de anulação parcial de dotações orçamentárias, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", "c" e "e", II, VIII, XII, alínea "a", itens "1", "2" e "3", XIV, alínea "a", e XIX, alínea "b", item 2, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Em face do exposto, submeto à apreciação de Vossa Excelência o citado Projeto de Decreto, acompanhado de Exposição de Motivos, e respectivos Anexos.

Respeitosamente,

**ESTHER DWECK**
Secretária de Orçamento Federal

sei! Documento assinado eletronicamente por **ESTHER DWECK**, **Secretária**, em 07/07/2015, às

assinatura eletrônica 10:59.

Câmara dos Deputados 3531 Fl. Comissões Especiais

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seimp.planejamento.gov.br/conferir], informando o código verificador **0447622** e o código CRC **0A81E9CE**.

Criado por 47379421115, versão 10 por 47379421115 em 06/07/2015 15:19:11.

Câmara dos Deputados 8532 Fl. Comissões Especiais

EM nº /2015-MP

Brasília, de de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015) no valor de R$ 1.701.389.028,00 (um bilhão, setecentos e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil, vinte e oito reais), em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente desses órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

R$ 1,00

| Discriminação | Suplementação | Origem dos Recursos |
|---|---|---|
| Ministério da Educação | 1.638.692.412 | 381.451.724 |
| Ministério da Educação (Administração direta) | 1.000.000 | 3.500.000 |
| Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | 148.486.213 | 4.000.000 |
| Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES | 616.414.598 | 0 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação | 363.280.000 | 215.884.362 |
| Instituições Federais de Ensino Superior | 381.375.371 | 86.489.461 |
| Instituições Federais de Educação Profissional | 57.626.055 | 27.080.892 |
| Hospitais Universitários Federais | 70.510.175 | 44.497.009 |
| Ministério da Previdência Social | 40.919.745 | 40.919.745 |
| Ministério da Previdência Social(Administração direta) | 92.881 | 92.881 |
| Instituto Nacional do Seguro Social | 40.826.864 | 40.826.864 |
| Ministério da Saúde | 0 | 300.000 |
| Fundo Nacional de Saúde | 0 | 300.000 |
| Ministério do Trabalho e Emprego | 9.765.918 | 6.406.500 |
| Ministério do Trabalho e Emprego (Administração direta) | 4.906.500 | 106.500 |
| Fundo de Amparo ao Trabalhador | 4.859.418 | 6.300.000 |
| Ministério da Cultura | 12.010.953 | 12.010.953 |
| Ministério da Cultura (Administração direta) | 3.351.958 | 3.351.958 |
| Fundação Casa de Rui Barbosa | 90.000 | 90.000 |

Câmara dos Deputados 3533 Fl. Comissões Especiais



| | | |
|---|---|---|
| Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional | 7.370.600 | 7.370.600 |
| Agência Nacional do Cinema | 1.198.395 | 1.198.395 |
| Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a: | 0 | 666.186.440 |
| Contribuição do Salário-Educação | 0 | 344.880.000 |
| Contribuições para os Programas PIS/PASEP | 0 | 3.359.418 |
| Recursos Próprios Não Financeiros | 0 | 262.320.233 |
| Recursos Próprios Financeiros | 0 | 34.962.200 |
| Recursos de Convênios | 0 | 20.571.589 |
| Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 0 | 93.000 |
| Excesso de arrecadação de: | 0 | 594.113.666 |
| Recursos Próprios Não Financeiros | 0 | 12.909.477 |
| Recursos Próprios Financeiros | 0 | 7.037.311 |
| Recursos de Convênios | 0 | 12.394.170 |
| Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 0 | 561.772.708 |
| **Total** | **1.701.389.028** | **1.701.389.028** |

3. No âmbito do Ministério da Educação, o crédito possibilitará:

a) à sua Administração direta, o pagamento de despesas com custeio do prêmio Projeto Desafio da Sustentabilidade;

b) ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o reforço em custeio para despesas com manutenção da unidade, a realização do censo escolar da educação básica, a pesquisa e o desenvolvimento nas Organizações Sociais, a realização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, e de demais exames, cujo público total atingirá cerca de 18 milhões de participantes;

c) à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, a execução da parceria com o setor privado com vistas à manutenção e concessão de bolsas e à realização de estágios no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, bem como concessão do prêmio Vale/CAPES;

d) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a continuidade da concessão da bolsa-permanência a estudantes de graduação, o apoio ao desenvolvimento da educação básica e à manutenção da educação infantil, bem como o pagamento de auxílio financeiro aos beneficiários da iniciativa ProJovem;

e) às Instituições Federais de Ensino Superior, a continuidade da implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA e da Universidade Federal do Cariri - UFCA; o pagamento da Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES; o fomento às ações de

Câmara dos Deputados 8534 Fl. Comissão Especial



graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão; o funcionamento, bem como a reestruturação e expansão dessas instituições; o pagamento de despesas com a capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação; o apoio à capacitação e formação inicial e continuada para a Educação Básica e a assistência ao estudante de ensino superior;

f) às Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, o funcionamento, a expansão e a reestruturação dessas instituições; a assistência ao educando desse nível de ensino; a capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação; e o fomento ao desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica; e

g) aos Hospitais Universitários Federais, o funcionamento, a reestruturação, a modernização e a gestão dos hospitais federais, o reforço ao pagamento de bolsas de residência médica do Hospital Getúlio Vargas, bem como a continuidade da implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás.

4. No tocante ao Ministério da Previdência Social, o presente crédito permitirá à Administração direta e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS o atendimento de despesas com contribuições a Organismos Internacionais, relativas aos exercícios de 2014 e 2015, bem como a continuidade dos serviços de processamento de dados de benefícios previdenciários, no âmbito do INSS.

5. O crédito em favor do Ministério do Trabalho e Emprego garantirá, em sua Administração direta, a realização de eventos de caráter administrativo, como seminários e audiências públicas, com vistas a fomentar e auxiliar a elaboração e implementação de políticas de inserção social no mundo do trabalho, especialmente da juventude brasileira; bem como o atendimento de serviços a serem prestados pela Caixa Econômica Federal pela operacionalização dos contratos referentes ao fomento ao desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte. Possibilitará, também, no Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, o atendimento de despesas com pesquisas sobre Emprego e Desemprego; a aquisição de equipamentos que serão utilizados na emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social informatizada; e o repasse do FAT ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, relativo à complementação do total de 40% (quarenta por cento) da receita da arrecadação do PIS e PASEP devida ao Banco, referente ao exercício de 2013.

6. No âmbito da Administração direta do Ministério da Cultura, a suplementação permitirá o estímulo e fomento ao desenvolvimento e inovação de atividades audiovisuais, por meio da implantação de cineclubes e núcleos de produção digital. Para a Fundação Casa de Rui Barbosa, atenderá o projeto de coedição das publicações impressas daquela Fundação, cujo propósito é produzir e disseminar o conteúdo intelectual originado nos seus Centros de Memória e de Pesquisa. No Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, serão realizados pagamentos de despesas de funcionamento das 34 unidades do Instituto, localizadas em todo o território nacional. Além disso, para a Agência Nacional do Cinema, o crédito possibilitará a aquisição do edifício sede da Agência.

7. Cabe ressaltar que a solicitação em referência será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, referente a Contribuição do Salário-Educação, a Contribuições para os Programas PIS/PASEP, a Recursos Próprios Não Financeiros e Financeiros, a Recursos de Convênios e a Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não

Financeiros e Financeiros, de Recursos de Convênios e de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e de anulação parcial de dotações orçamentárias, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alíneas "a", "c" e "e", II, VIII, XII, alínea "a", itens "1", "2" e "3", XIV, alínea "a", e XIX, alínea "b", item 2, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Esclareço, a propósito do que dispõe o *caput* do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, pois:

a) R$ 441.088.922,00 (quatrocentos e quarenta e um milhões, oitenta e oito mil, novecentos e vinte e dois reais) se referem a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação e/ou dotação suplementada;

b) R$ 642.162.433,00 (seiscentos e quarenta e dois milhões, cento e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais) à suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de recursos de origem financeira;

c) R$ 12.909.477,00 (doze milhões, novecentos e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais) ao atendimento de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias;

d) R$ 7.037.311,00 (sete milhões, trinta e sete mil, trezentos e onze reais) ao atendimento de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas financeiras;

e) R$ 594.831.467,00 (quinhentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e sete reais) são despesas atendidas com recursos de doações e de convênios, dos quais R$ 574.166.878,00 (quinhentos e setenta e quatro milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais) referem-se a excesso de arrecadação dos referidos recursos e R$ 20.664.589,00 (vinte milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e nove reais) a superávit financeiro dessas fontes, que serão considerados na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

f) R$ 3.359.418,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e dezoito reais) não são considerados no cálculo do referido resultado, constante do Anexo XI do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, conforme dispõe seu art. 1º, § 1º, inciso II, por tratar-se de despesas financeiras; e

g) a execução das despesas descritas nos itens "a", "b", "c" e "d" será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, conforme estabelecido no art. 1º, § 2º, do referido Decreto.

9. Em atendimento ao disposto no *caput* do art. 40 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, LDO-2015, demonstra-se, nos quadros anexos a esta Exposição de Motivos, o excesso de arrecadação das receitas, utilizado parcialmente no presente crédito.

10. Finalmente, vale salientar que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais a programação e/ou dotação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, pois os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

11. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Decreto, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

**NELSON BARBOSA**
Ministro de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão

Câmara dos Deputados 8537 Fl. Comissões Especiais

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº , DE DE DE 2015.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de adequar a programação de diversas unidades, no âmbito dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, às suas reais necessidades de execução.

2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), mediante Decreto, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alíneas "a", "c" e "e", II, VIII, XII, alínea "a", itens "1", "2" e "3", XIV, alínea "a", e XIX, alínea "b", item 2, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Alternativas existentes às medidas propostas:

Esta é a única alternativa existente, neste momento, para a solução do problema.

4. Custos:

R$ 1.701.389.028,00 (um bilhão, setecentos e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil, vinte e oito reais), sendo R$ 666.186.440,00 (seiscentos e sessenta e seis milhões, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e quarenta reais) à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, dos quais R$ 344.880.000,00 (trezentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil reais) de Contribuição do Salário-Educação, R$ 3.359.418,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e dezoito reais) de Contribuições para os Programas PIS/PASEP, R$ 262.320.233,00 (duzentos e sessenta e dois milhões, trezentos e vinte mil, duzentos e trinta e três reais) de Recursos Próprios Não Financeiros, R$ 34.962.200,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e sessenta e dois mil e duzentos reais) de Recursos Próprios Financeiros, R$ 20.571.589,00 (vinte milhões, quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais) de Recursos de Convênios, e R$ 93.000,00 (noventa e três mil reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; R$ 594.113.666,00 (quinhentos e noventa e quatro milhões, cento e treze mil, seiscentos e sessenta e seis reais) de excesso de arrecadação, dos quais R$ 12.909.477,00 (doze milhões, novecentos e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais) de Recursos Próprios Não Financeiros, R$ 7.037.311,00 (sete milhões, trinta e sete mil, trezentos e onze reais) de Recursos Próprios Financeiros, R$ 12.394.170,00 (doze milhões, trezentos e noventa e quatro mil, cento e setenta reais) de Recursos de Convênios, e R$ 561.772.708,00 (quinhentos e sessenta e um milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e oito reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e R$ 441.088.922,00 (quatrocentos e quarenta e um milhões, oitenta e oito mil, novecentos e vinte e dois reais) de anulação parcial de dotações orçamentárias.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):

Não há.

7. Alterações propostas

| Texto atual | Texto proposto |
|---|---|

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

| |
|---|
| |

DECRETO DE DE DE 2015.

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, crédito suplementar no valor de R$ 1.701.389.028,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida art. 4º, **caput**, incisos I, alíneas "a", "c" e "e", II, VIII, XII, alínea "a", itens "1", "2" e "3", XIV, alínea "a", e XIX, alínea "b", item 2, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, crédito suplementar no valor de R$ 1.701.389.028,00 (um bilhão, setecentos e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil, vinte e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, no valor de R$ 666.186.440,00 (seiscentos e sessenta e seis milhões, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e quarenta reais), sendo:

a) R$ 344.880.000,00 (trezentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil reais) de Contribuição do Salário-Educação;

b) R$ 3.359.418,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e dezoito mil reais) de Contribuições para os Programas PIS/PASEP;

c) R$ 262.320.233,00 (duzentos e sessenta e dois milhões, trezentos e vinte mil, duzentos e trinta e três reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

d) R$ 34.962.200,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e sessenta e dois mil e duzentos reais) de Recursos Próprios Financeiros;

e) R$ 20.571.589,00 (vinte milhões, quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais) de Recursos de Convênios; e

f) R$ 93.000,00 (noventa e três mil reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais;

II – excesso de arrecadação, no valor de R$ 594.113.666,00 (quinhentos e noventa e quatro milhões, cento e treze mil, seiscentos e sessenta e seis reais), sendo:

a) R$ 12.909.477,00 (doze milhões, novecentos e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R$ 7.037.311,00 (sete milhões, trinta e sete mil, trezentos e onze reais) de Recursos Próprios Financeiros;

c) R$ 12.394.170,00 (doze milhões, trezentos e noventa e quatro mil, cento e setenta reais) de Recursos de Convênios; e

d) R$ 561.772.708,00 (quinhentos e sessenta e um milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e oito reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 441.088.922,00 (quatrocentos e quarenta e um milhões, oitenta e oito mil, novecentos e vinte e dois reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, *caput*, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros R$ 1,00

| NATUREZA | | 2015 LEI (A) | 2015 REESTIMATIVA (B) | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
|---|---|---|---|---|
| 13100000 | Receitas Imobiliárias | 2.550.395 | 3.751.792 | 1.201.397 |
| 13300000 | Receita de Concessões e Permissões | 189.266 | 227.445 | 38.179 |
| 14100000 | Receita da Produção Vegetal | 420.486 | 385.596 | -34.890 |
| 14200000 | Receita da Produção Animal e Derivados | 1.128.187 | 1.317.403 | 189.216 |
| 14900000 | Outras Receitas Agropecuárias | 4.397 | 0 | -4.397 |
| 15200000 | Receita da Indústria de Transformação | 1.439.902 | 1.342.669 | -97.233 |
| 16000000 | Receita de Serviços | 124.357.443 | 135.283.062 | 10.925.619 |
| 19100000 | Multas e Juros de Mora | 626.797 | 655.876 | 29.079 |
| 19200000 | Indenizações e Restituições | 767.761 | 1.762.774 | 995.013 |
| 22100000 | Alienação de Bens Móveis | 57.608 | 320.368 | 262.760 |
| 73100000 | Receitas Imobiliárias - Op. Intra | 12.547 | 0 | -12.547 |
| 76000000 | Receita de Serviços Intra-orçamentária | 8.545 | 15.989 | 7.444 |
| **Total** | | **131.563.334** | **145.062.974** | **13.499.640** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | | 0 |
| | Abertos | | | 0 |
| | Em tramitação | | | 0 |
| | Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | | 12.909.477 |
| | Abertos | | | 0 |
| | Em tramitação | | | 0 |
| | Valor deste crédito | | | 12.909.477 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | | **0** |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | | **590.163** |

**Unidades:**

26246 - Universidade Federal de Santa Catarina
26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
26352 - Fundação Universidade Federal do ABC
26368 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais
26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto
26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco
26392 - Hospital Getúlio Vargas
26409 - Instituto Federal de Minas Gerais
26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense
26439 - Instituto Federal de São Paulo
26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, *caput*, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

Fonte 80 – Recursos Próprios Financeiros R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO / FRUSTRAÇÃO |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | (C) = (B) - (A) |
| 13200000 Receitas de Valores Mobiliários | 21.193.601 | 29.026.351 | 7.832.750 |
| **Total** | **21.193.601** | **29.026.351** | **7.832.750** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 7.037.311 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 7.037.311 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **795.439** |

**Unidades:**
26232 - Universidade Federal da Bahia
26234 - Universidade Federal do Espírito Santo
26239 - Universidade Federal do Pará
26246 - Universidade Federal de Santa Catarina
26247 - Universidade Federal de Santa Maria
26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana
26271 - Fundação Universidade de Brasília
26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS
26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
26409 - Instituto Federal de Minas Gerais
26439 - Instituto Federal de São Paulo
26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, *caput*, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 LEI (A) | 2015 REESTIMATIVA (B) | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
|---|---|---|---|
| 17600000 Transferências de Convênios | 0 | 13.394.170 | 13.394.170 |
| **Total** | **0** | **13.394.170** | **13.394.170** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 12.394.170 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 12.394.170 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **1.000.000** |

**Unidades:**
26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
26241 - Universidade Federal do Paraná
26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
26275 - Fundação Universidade Federal do Acre
26402 - Instituto Federal de Alagoas
26405 - Instituto Federal do Ceará
26422 - Instituto Federal Catarinense
26427 - Instituto Federal da Bahia
26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
26451 - Hospital de Ensino Dr. Washington Antonio de Barros

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, *caput*, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

Fonte 96: Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais R$ 1,00

| NATUREZA | | 2015 LEI (A) | 2015 REESTIMATIVA (B) | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
|---|---|---|---|---|
| 17300000 | Transferências de Instituições Privadas | 0 | 957.292.811 | 957.292.811 |
| 17500000 | Transferências de Pessoas | 0 | 358.110 | 358.110 |
| **Total** | | **0** | **957.650.921** | **957.650.921** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | | 0 |
| Abertos | | | | 0 |
| Em tramitação | | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | | 561.772.708 |
| Abertos | | | | 0 |
| Em tramitação | | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | | 561.772.708 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | | **395.878.213** |

**Unidades:**
26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SOF Orçamento Federal

# Resumo do Decreto - R$ 1.701,3 milhões

em R$ milhões

| Órgãos | Parcela (R$ mi) | | Descrição Sucinta da Suplementação | Observações |
|---|---|---|---|---|
| | Compensada | Não Compensada | | |
| Educação | 381,6 | 1.257,1 | Ajuste da programação da LOA 2015, destacando-se:<br>- a incorporação de recursos de doação para o Ciência sem Fronteiras (R$ 561,2 mi); e<br>- a reabertura de saldos oçamentários de 2014 relativos à concessão de auxílio-financeiro do Projovem, ao apoio à manutenção da educação infantil e ao apoio ao desenvolvimento da educação básica. | - Excessos: Receitas Próprias (R$ 20,0 mi); Convênios ( R$ 12,4 mi) e Doações (R$ 561,8 mi)<br><br>- Superávit: Vinculadas (R$ 344,9 mi); Receitas Próprias (R$ 297,3 mi); Convênios (R$ 20,6 mi) e Doações (R$ 0,1 mi) |
| Previdência Social | 40,9 | 0,0 | Ajuste da programação da LOA 2015. | Remanejamento de dotações. |
| Trabalho e Emprego | 6,4 | 3,3 | - Ajuste da programação da LOA 2015; e<br>- valor residual referente a repasse do FAT ao BNDES (40% da receita da arrecadação do PIS e PASEP), relativo ao exercício de 2013. | Remanejamento de dotações; e<br>Superávit da fonte 40 (R$ 3,3 mi) |
| Cultura | 12,0 | 0,0 | Ajuste da programação da LOA 2015. | Remanejamento de dotações. |
| | | | | |
| **TOTAL** | **440,9** | **1.260,4** | | |
| | **1.701,3** | | | |

07/07/2015

Câmara dos Deputados
3546
Fl.
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Pleito:** | **1464/2015** | **Cadastrado** | 01/07/15 10:06 | **Chancelado:** | Sim |
| **Departamento:** | DESOC | | | **Proposto** | 1.701.389.028 |
| | | | | **Autorizado** | 1.701.389.028 |

**Órgão/Unidade:** 99999 - SOF

26000 - Ministério da Educação

33201 - Instituto Nacional do Seguro Social

33206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

33000 - Ministério da Previdência Social

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

42000 - Ministério da Cultura

1 - Síntese do Problema

Solicitação de crédito suplementar, no valor de R$ 1.701.389.028,00 (um bilhão, setecentos e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil, vinte e oito reais) , em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura.

2 - Causas do Problema

Necessidade de adequar a programação de diversas unidades, no âmbito dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, às suas reais necessidades de execução.

3 - Alternativas Existentes

1 - atender o pleito;
2 - atender parcialmente o pleito; ou
3 - não atender o pleito.

4 - Alternativa Proposta

1 - atender o pleito.

5 - Justificativa da Alternativa Proposta

A suplementação, no valor de R$ 1.701.389.028,00 (um bilhão, setecentos e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil, vinte e oito reais), em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, apresenta a seguinte justificativa:

Ministério da Educação
---
O crédito possibilitará:

a) à sua Administração direta, o pagamento de despesas com custeio do prêmio Projeto Desafio da Sustentabilidade;

b) ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o reforço em custeio para despesas com manutenção da unidade, a realização do censo escolar da educação básica, a pesquisa e o desenvolvimento nas Organizações Sociais, a realização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, e de demais exames, cujo público total atingirá cerca de 18 milhões de participantes;

c) à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, a execução da parceria com o setor privado com vistas à manutenção e concessão de bolsas e à realização de estágios no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, bem como concessão do prêmio Vale/CAPES;

d) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a continuidade da concessão da bolsa-

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

permanência a estudantes de graduação, o apoio ao desenvolvimento da educação básica e à manutenção da educação infantil, bem como o pagamento de auxílio financeiro aos beneficiários da iniciativa ProJovem;

e) às Instituições Federais de Ensino Superior, a continuidade da implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA e da Universidade Federal do Cariri - UFCA; o pagamento da Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES; o fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão; o funcionamento, bem como a reestruturação e expansão dessas instituições; o pagamento de despesas com a capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação; o apoio à capacitação e formação inicial e continuada para a Educação Básica e a assistência ao estudante de ensino superior;

f) às Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, o funcionamento, a expansão e a reestruturação dessas instituições; a assistência ao educando desse nível de ensino; a capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação; e o fomento ao desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica; e

g) aos Hospitais Universitários Federais, o funcionamento, a reestruturação, a modernização e a gestão dos hospitais federais, o reforço ao pagamento de bolsas de residência médica do Hospital Getúlio Vargas, bem como a continuidade da implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás.

Ministério da Previdência Social
---
O presente crédito permitirá à Administração direta e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS o atendimento de despesas com contribuições a Organismos Internacionais, relativas aos exercícios de 2014 e 2015, bem como a continuidade dos serviços de processamento de dados de benefícios previdenciários, no âmbito do INSS.

Ministério do Trabalho e Emprego
---
O crédito garantirá, em sua Administração direta, a realização de eventos de caráter administrativo, como seminários e audiências públicas, com vistas a fomentar e auxiliar a elaboração e implementação de políticas de inserção social no mundo do trabalho, especialmente da juventude brasileira; bem como o atendimento de serviços a serem prestados pela Caixa Econômica Federal pela operacionalização dos contratos referentes ao fomento ao desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte. Possibilitará, também, no Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, o atendimento de despesas com pesquisas sobre Emprego e Desemprego; a aquisição de equipamentos que serão utilizados na emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social informatizada; e o repasse do FAT ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, relativo à complementação do total de 40% (quarenta por cento) da receita da arrecadação do PIS e PASEP devida ao Banco, referente ao exercício de 2013.

Ministério da Cultura
---
No âmbito de sua Administração direta, a suplementação permitirá o estímulo e fomento ao desenvolvimento e inovação de atividades audiovisuais, por meio da implantação de cineclubes e núcleos de produção digital. Para a Fundação Casa de Rui Barbosa, atenderá o projeto de coedição das publicações impressas daquela Fundação, cujo propósito é produzir e disseminar o conteúdo intelectual originado nos seus Centros de Memória e de Pesquisa. No Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, serão realizados pagamentos de despesas de funcionamento das 34 unidades do Instituto, localizadas em todo o território nacional. Além disso, para a Agência Nacional do Cinema, o crédito possibilitará a aquisição do edifício sede da Agência.

Cabe ressaltar que a solicitação em referência será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, referente a Contribuição do Salário-Educação, a Contribuições para os Programas PIS/PASEP, a Recursos Próprios Não Financeiros e Financeiros, a Recursos de Convênios e a Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros e Financeiros, de Recursos de Convênios e de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e de anulação parcial de dotações orçamentárias, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, "caput", incisos I, alíneas "a", "c"

Câmara dos Deputados
3548
Fl.
Comissões Especiais

e "e", II, VIII, XII, alínea "a", itens "1", "2" e "3", XIV, alínea "a", e XIX, alínea "b", item 2, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária de 2015, LOA-2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Esclarece-se, a propósito do que dispõe o "caput" do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, LOA-2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, pois:

a) R$ 441.088.922,00 (quatrocentos e quarenta e um milhões, oitenta e oito mil, novecentos e vinte e dois reais) a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação e/ou dotação suplementada;

b) R$ 642.162.433,00 (seiscentos e quarenta e dois milhões, cento e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais) referem-se à suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de recursos de origem financeira;

c) R$ 12.909.477,00 (doze milhões, novecentos e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais) ao atendimento de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias;

d) R$ 7.037.311,00 (sete milhões, trinta e sete mil, trezentos e onze reais) ao atendimento de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas financeiras;

e) R$ 594.831.467,00 (quinhentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e sete reais) são despesas atendidas com recursos de doações e de convênios, dos quais R$ 574.166.878,00 (quinhentos e setenta e quatro milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais) referem-se a excesso de arrecadação dos referidos recursos e R$ 20.664.589,00 (vinte milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e nove reais) a superávit financeiro dessas fontes, que serão considerados na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

f) R$ 3.359.418,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e dezoito reais) não são considerados no cálculo do referido resultado, constante do Anexo XI do Decreto nº 8.456, de 22 de maio 2015, conforme dispõe seu art. 1º, § 1º, inciso II, por tratar-se de despesa financeira; e

g) a execução das despesas descritas nos itens "a", "b", "c" e "d" será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, conforme estabelecido no art. 1º, § 2º, do referido Decreto.

Em atendimento ao disposto no "caput" do art. 40 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, LDO-2015, demonstra-se, nos quadros anexos à Exposição de Motivos, o excesso de arrecadação das receitas, utilizado parcialmente no presente crédito.

Cumpre informar que os valores do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2014, relativos às fontes de recursos acima mencionadas, considerados os créditos adicionais já abertos e/ou reabertos (e/ou em tramitação), estão em conformidade com os montantes constantes das Tabelas 4 e 4-A a que se refere a Portaria SUCON/STN nº 176, de 30 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 1º de abril de 2015, sendo os saldos atuais suficientes para atender o crédito suplementar em questão.

Finalmente, vale salientar que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais a programação e/ou dotação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, pois os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

6 - Encaminhamento

Elaborar e encaminhar à consideração superior proposta de Decreto de abertura de crédito suplementar, no valor de R$ 1.701.389.028,00 (um bilhão, setecentos e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil, vinte e oito reais) , em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura.

Marco Antonio de Oliveira
Analista de Planejamento e Orçamento
SOF/MP

Felipe Daruich Neto
Diretor
Deptº de Programas Sociais
DEPROG/SOF/MP

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **1.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **1.000.000** |
| 12 122 | 2109 2000 0053 | Administração da Unidade - No Distrito Federal | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **655.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **222.000** |
| 12 364 | 2032 20GK 0020 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste | | | | | | | 222.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 222.000 |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **433.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0020 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste | | | | | | | 433.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 433.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **655.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **655.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **9.667.731** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **9.667.731** |
| 12 364 | 2032 20RK 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia | | | | | | | 9.667.731 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 167.731 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 7.185.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 926.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 389.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **9.667.731** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **9.667.731** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**

**Formalização: 2186**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **13.475.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.204.300** |
| 12 364 | 2032 20GK 0023 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará | | | | | | | 1.204.300 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.204.300 |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **12.270.700** |
| 12 364 | 2032 20RK 0023 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará | | | | | | | 12.270.700 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 6.720.478 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 865.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 4.685.222 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **13.475.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **13.475.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **28.753.672** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **700.000** |
| 12 364 | 2032 20GK 0032 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 700.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 700.000 |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **17.413.672** |
| 12 364 | 2032 20RK 0032 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 17.413.672 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 1.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 8.660.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 1.200.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 280 | 327.672 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 3.433.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 793.000 |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **640.000** |
| 12 364 | 2032 4002 0032 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 640.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 640.000 |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **10.000.000** |
| 12 364 | 2032 8282 0032 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 10.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **28.753.672** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **28.753.672** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2186**

| | | | SF | ND | P | OD | U | TE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **13.100.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **10.200.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0052 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás | | | | | | | 10.200.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 300.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 9.900.000 |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **2.900.000** |
| 12 364 | 2032 4002 0052 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Goiás | | | | | | | 2.900.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.900.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **13.100.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **13.100.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.994.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **1.994.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.994.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.875.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 49.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 70.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.994.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.994.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **35.556.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **35.556.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 35.556.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 650 | 15.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 18.137.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.637.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 782.000 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **5.400.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 128** | **2109 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | | | | | | | **5.400.000** |
| 12 128 | 2109 4572 0031 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 5.400.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 5.400.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **40.956.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **40.956.000** |

**Formalização: 2186**

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **3.317.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **3.317.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 3.317.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 3.317.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.317.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.317.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **3.186.246** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **3.186.246** |
| 12 364 | 2032 20RK 0015 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará | | | | | | | 3.186.246 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 829.446 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.842.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 196.200 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 318.600 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.186.246** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.186.246** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **2.296.262** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **2.296.262** |
| 12 364 | 2032 20RK 0025 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba | | | | | | | 2.296.262 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 493.391 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.802.871 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.296.262** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.296.262** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **14.333.388** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **14.333.388** |
| 12 364 | 2032 20RK 0041 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná | | | | | | | 14.333.388 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 4.533.388 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 6.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 281 | 800.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 681 | 3.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **14.333.388** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **14.333.388** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **13.974.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **13.974.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0026 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 13.974.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 5.016.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 8.958.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **13.974.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **13.974.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **36.111.971** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **34.011.971** |
| 12 364 | 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 34.011.971 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 5.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 29.011.971 |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **2.100.000** |
| 12 364 | 2032 8282 0043 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 2.100.000 |
| | | | F | 5 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.100.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **36.111.971** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **36.111.971** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **24.813.000** |

**Formalização: 2186**

| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **19.313.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 19.313.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 19.313.000 |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **2.500.000** |
| 12 364 | 2032 4002 0033 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.500.000 |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **3.000.000** |
| 12 364 | 2032 8282 0033 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 3.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 3.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **24.813.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **24.813.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **4.410.538** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **4.410.538** |
| 12 364 | 2032 20RK 0042 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 4.410.538 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 657.018 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 206.832 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 3.031.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 338.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 177.688 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.410.538** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.410.538** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **8.188.067** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **8.188.067** |
| 12 364 | 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 8.188.067 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 154.067 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 4.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 650.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 3.384.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **8.188.067** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **8.188.067** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco**

**Formalização: 2186**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **5.324.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **5.324.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0026 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 5.324.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 3.759.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 65.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.324.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.324.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **16.629.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **16.629.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 16.629.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 15.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 880.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 749.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **16.629.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **16.629.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **257.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **257.000** |
| 12 364 | 2032 8282 0014 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima | | | | | | | 257.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 257.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **257.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **257.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **3.961.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **961.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0017 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins | | | | | | | 961.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 961.000 |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **3.000.000** |
| 12 364 | 2032 8282 0017 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins | | | | | | | 3.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.961.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.961.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2030** | **Educação Básica** | | | | | | | **82.807** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 368** | **2030 20RJ** | **Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica** | | | | | | | **82.807** |
| 12 368 | 2030 20RJ 0015 | Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - No Estado do Pará | | | | | | | 82.807 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 108 | 82.807 |
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **20.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **20.000** |
| 12 364 | 2032 4002 0015 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Pará | | | | | | | 20.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **102.807** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **102.807** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.410.444** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **1.410.444** |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.410.444 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 489.444 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 304.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 354.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 263.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.410.444** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.410.444** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26255 - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ES | GN | RP | MO | IU | FT | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2186**

| | | | F | D | | D | | E | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **4.139.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **4.139.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 4.139.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 4.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 139.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.139.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.139.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.000.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **9.958.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **9.958.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0041 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná | | | | | | | 9.958.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.628.663 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 62.917 |
| | | | F | 3 | 2 | 91 | 0 | 650 | 20.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 6.599.337 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.647.083 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **9.958.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **9.958.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **2.170.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.000.000** |
| 12 364 | 2032 20GK 0031 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e | | | | | | | 1.000.000 |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Extensão - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **1.170.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.170.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 170.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.170.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.170.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **2.084.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **2.084.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 2.084.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 501.250 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 696 | 79.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.503.750 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.084.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.084.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **6.760.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **1.260.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0035 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo | | | | | | | 1.260.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 882.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 378.000 |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **5.500.000** |
| 12 364 | 2032 8282 0035 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo | | | | | | | 5.500.000 |
| | | | F | 5 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **6.760.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.760.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **2.226.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **2.226.000** |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.226.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.226.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.226.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.195.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **1.195.000** |
| 12 364 | 2032 8282 0024 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 1.195.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.195.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.195.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.195.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **4.129.722** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **4.129.722** |
| 12 364 | 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 4.129.722 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 210.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 88.279 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 281 | 1.565.613 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 296 | 358.110 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 681 | 1.907.720 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.129.722** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.129.722** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **2.025.145** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 11G1** | **Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA** | | | | | | | **2.025.145** |
| 12 364 | 2032 11G1 0041 | Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA - No Estado do Paraná | | | | | | | 2.025.145 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 25.145 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.025.145** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.025.145** |

**Formalização: 2186**

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **6.809.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **6.809.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 6.809.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 6.509.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 300.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **6.809.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.809.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **4.565.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **4.565.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0013 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas | | | | | | | 4.565.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.671.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.744.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 150.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.565.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.565.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **13.936.831** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **13.936.831** |
| 12 364 | 2032 20RK 0053 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal | | | | | | | 13.936.831 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 3.366.831 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 570.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **13.936.831** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **13.936.831** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2186**

| | | | SF | ND | P | OD | U | TE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 7.524.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 7.524.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0021 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão | | | | | | | 7.524.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 6.208.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.316.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 7.524.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.524.000 |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 11.199.862 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 11.199.862 |
| 12 364 | 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 11.199.862 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.521.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 280 | 678.862 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 9.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 11.199.862 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.199.862 |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 2.783.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 2.783.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 2.783.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.479.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.272.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 32.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.783.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.783.000 |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 10.933.999 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 8.553.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0012 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No | | | | | | | 8.553.000 |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Estado do Acre | | | | | | | |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.539.400 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 7.013.600 |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **214.000** |
| 12 364 | 2032 4002 0012 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Acre | | | | | | | 214.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 214.000 |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **2.166.999** |
| 12 364 | 2032 8282 0012 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre | | | | | | | 2.166.999 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 281 | 2.166.999 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **10.933.999** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.933.999** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **4.558.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **4.558.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 4.558.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.073.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 485.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 681 | 3.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.558.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.558.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.883.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **1.883.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0022 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí | | | | | | | 1.883.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.881.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 2.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.883.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.883.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **733.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **733.000** |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 364 | 2032 20RK 0035 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo | | | | | | | 733.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 733.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **733.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **733.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **4.204.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **4.204.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 4.204.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.204.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.204.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.204.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **2.884.788** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **2.884.788** |
| 12 364 | 2032 20RK 0054 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 2.884.788 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 65.347 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.688.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 96.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 696 | 11.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 280 | 24.441 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.884.788** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.884.788** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **5.209.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **5.209.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 5.209.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 3.111.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 2.098.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.209.000** |

**Formalização: 2186**

| | |
|---|---|
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | **5.209.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João Del Rei**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **75.031** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **75.031** |
| 12 364 | 2032 4002 0031 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 75.031 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 75.031 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **75.031** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **75.031** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.366.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **1.366.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0016 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá | | | | | | | 1.366.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 602.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 764.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.366.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.366.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2030** | | **Educação Básica** | | | | | | | **95.383.197** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 368** | **2030 20RM** | **Exames e Avaliações da Educação Básica** | | | | | | | **89.383.197** |
| 12 368 | 2030 20RM 0001 | Exames e Avaliações da Educação Básica - Nacional | | | | | | | 89.383.197 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 81.881.346 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 7.466.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 91 | 0 | 250 | 35.851 |
| **12 368** | **2030 4014** | **Censo Escolar da Educação Básica** | | | | | | | **6.000.000** |
| 12 368 | 2030 4014 0001 | Censo Escolar da Educação Básica - Nacional | | | | | | | 6.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 6.000.000 |
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **13.084.742** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RN** | **Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação** | | | | | | | **13.084.742** |
| 12 364 | 2032 20RN 0001 | Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional | | | | | | | 13.084.742 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 13.084.742 |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **40.018.274** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **26.911.895** |
| 12 122 | 2109 2000 0053 | Administração da Unidade - No Distrito Federal | | | | | | | 26.911.895 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 22.911.895 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 4.000.000 |
| **12 122** | **2109 20RH** | **Gerenciamento das Políticas de Educação** | | | | | | | **4.567.603** |
| 12 122 | 2109 20RH 0053 | Gerenciamento das Políticas de Educação - No Distrito Federal | | | | | | | 4.567.603 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.567.603 |
| **12 571** | **2109 212H** | **Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais** | | | | | | | **8.538.776** |
| 12 571 | 2109 212H 0001 | Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais - Nacional | | | | | | | 8.538.776 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 8.538.776 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **148.486.213** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **148.486.213** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **616.414.598** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 0487** | **Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior** | | | | | | | **616.414.598** |
| 12 364 | 2032 0487 0001 | Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior - Nacional | | | | | | | 616.414.598 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 55.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 296 | 561.414.598 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **616.414.598** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **616.414.598** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **29.686.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **29.686.000** |
| 12 302 | 2032 4086 0043 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 29.686.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 20.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 9.654.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 32.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **29.686.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **29.686.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2030** | **Educação Básica** | | | | | | | **344.880.000** |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 365** | **2030 00OW** | **Apoio à Manutenção da Educação Infantil** | | | | | | | **30.000.000** |
| 12 365 | 2030 00OW 0001 | Apoio à Manutenção da Educação Infantil - Nacional | | | | | | | 30.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 313 | 30.000.000 |
| **12 847** | **2030 0509** | **Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica** | | | | | | | **294.880.000** |
| 12 847 | 2030 0509 0001 | Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional | | | | | | | 294.880.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 313 | 244.880.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 313 | 50.000.000 |
| **12 366** | **2030 0A26** | **Concessão de Auxílio-Financeiro - ProJovem** | | | | | | | **20.000.000** |
| 12 366 | 2030 0A26 0001 | Concessão de Auxílio-Financeiro - ProJovem - Nacional | | | | | | | 20.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 313 | 20.000.000 |
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **18.400.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 0A12** | **Concessão de Bolsa-Permanência no Ensino Superior** | | | | | | | **18.400.000** |
| 12 364 | 2032 0A12 0001 | Concessão de Bolsa-Permanência no Ensino Superior - Nacional | | | | | | | 18.400.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 18.400.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **363.280.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **363.280.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **2.006.573** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **2.006.493** |
| 12 364 | 2032 20RK 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia | | | | | | | 2.006.493 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.200.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 806.493 |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **80** |
| 12 364 | 2032 4002 0029 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado da Bahia | | | | | | | 80 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 80 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.006.573** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.006.573** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **983.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **983.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0035 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo | | | | | | | 983.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 983.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **983.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **983.000** |

**Formalização: 2186**

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.199.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **1.199.000** |
| 12 302 | 2032 4086 0029 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.199.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.199.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.199.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.199.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **144.548** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **144.548** |
| 12 302 | 2032 20RX 0032 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 144.548 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 280 | 144.548 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **144.548** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **144.548** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **11.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **10.000.000** |
| 12 302 | 2032 20RX 0052 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Goiás | | | | | | | 10.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 157D** | **Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás** | | | | | | | **1.000.000** |
| 12 302 | 2032 157D 0052 | Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás - No Estado de Goiás | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **11.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **11.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **204.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **204.000** |
| 12 302 | 2032 4086 0031 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 204.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 204.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **204.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **204.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26368 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **5.112.538** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **5.112.538** |
| 12 302 | 2032 4086 0031 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 5.112.538 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 4.974.538 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 125.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 13.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **5.112.538** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.112.538** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **165.140** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **165.140** |
| 12 302 | 2032 4086 0015 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Pará | | | | | | | 165.140 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 68.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 15.500 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 31.140 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 15.500 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 681 | 32.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 696 | 3.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **165.140** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **165.140** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **4.140.538** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **4.140.538** |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 302 | 2032 4086 0026 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 4.140.538 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 1.788.538 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 1.998.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 354.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **4.140.538** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.140.538** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.022.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **1.022.000** |
| 12 302 | 2032 4086 0042 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 1.022.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.022.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.022.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.022.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26389 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **2.636.461** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **2.636.461** |
| 12 302 | 2032 4086 0031 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 2.636.461 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 352.461 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 681 | 2.284.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **2.636.461** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.636.461** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26392 - Hospital Getúlio Vargas**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **51.950** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **8.429** |
| 12 302 | 2032 4086 0013 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Amazonas | | | | | | | 8.429 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 8.429 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 00P1** | **Apoio à Residência em Saúde** | | | | | | | **43.521** |
| 12 364 | 2032 00P1 0001 | Apoio à Residência em Saúde - Nacional | | | | | | | 43.521 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 4.950 |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 15.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 5.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 18.571 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **51.950** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **51.950** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26396 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **7.682.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **7.000.000** |
| 12 302 | 2032 20RX 0031 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 7.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 7.000.000 |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **682.000** |
| 12 302 | 2032 4086 0031 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 682.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 221.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 461.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **7.682.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **7.682.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **6.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **6.000.000** |
| 12 302 | 2032 20RX 0043 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 6.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 6.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **6.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **466.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **466.000** |
| 12 302 | 2032 4086 0028 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Sergipe | | | | | | | 466.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 466.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **466.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **466.000** |

**Formalização: 2186**

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.532.400** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.532.400** |
| 12 363 | 2031 20RL 0027 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Alagoas | | | | | | | 2.532.400 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 880.647 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 276.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 281 | 534.753 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 841.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.532.400** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.532.400** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.550.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.465.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.465.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.215.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 250.000 |
| **12 363** | **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **85.000** |
| 12 363 | 2031 2994 0029 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia | | | | | | | 85.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 85.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.550.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.550.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **106.990** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **106.990** |
| 12 363 | 2031 20RL 0023 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Ceará | | | | | | | 106.990 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 60.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 46.990 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **106.990** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **106.990** |

**Formalização: 2186**

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **298.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **298.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0052 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás | | | | | | | 298.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 298.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **298.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **298.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **3.142.070** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.657.415** |
| 12 363 | 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 2.657.415 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 50.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 447.590 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 87.825 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.974.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 98.000 |
| **12 363** | **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **484.655** |
| 12 363 | 2031 2994 0031 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 484.655 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 484.655 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.142.070** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.142.070** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **897.240** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **776.495** |
| 12 363 | 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 776.495 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 338.987 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 390.084 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 47.424 |
| **12 363** | **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **19.745** |
| 12 363 | 2031 2994 0031 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 19.745 |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 19.747 |
| **12 363** | **2031 6380** | **Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **101.000** |
| 12 363 | 2031 6380 0031 | Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 101.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 91.000 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **207.747** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 128** | **2109 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | | | | | | | **207.747** |
| 12 128 | 2109 4572 0031 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 207.747 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 207.747 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.104.987** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.104.987** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **673.220** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **100.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 100.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 100.000 |
| **12 363** | **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **573.220** |
| 12 363 | 2031 2994 0031 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 573.220 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 573.220 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **673.220** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **673.220** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.750.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.750.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.750.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 650.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 225.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 650.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 225.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.750.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.750.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triangulo Mineiro**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**

**Formalização: 2186**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.816.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RG** | **Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **150.000** |
| 12 363 | 2031 20RG 0031 | Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 150.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 150.000 |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.666.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.666.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.219.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 447.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.816.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.816.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **5.283.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RG** | **Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.000.000** |
| 12 363 | 2031 20RG 0025 | Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.000.000 |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **3.221.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0025 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba | | | | | | | 3.221.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.350.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.622.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 99.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 150.000 |
| **12 363** | **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **62.000** |
| 12 363 | 2031 2994 0025 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba | | | | | | | 62.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 62.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.283.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.283.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **394.649** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **394.649** |
| 12 363 | 2031 20RL 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 394.649 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 311.000 |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 83.649 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **394.649** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **394.649** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **500.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **500.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **500.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.068.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **568.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0011 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Rondônia | | | | | | | 568.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 568.000 |
| **12 363** | **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **500.000** |
| 12 363 | 2031 2994 0011 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Rondônia | | | | | | | 500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.068.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.068.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **3.681.122** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **3.681.122** |
| 12 363 | 2031 20RL 0042 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 3.681.122 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.928.122 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 76.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 677.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.681.122** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.681.122** |

**Formalização: 2186**

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.412.370** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.412.370** |
| 12 363 | 2031 20RL 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia | | | | | | | 2.412.370 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 77.900 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.818.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 361.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 143.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 281 | 12.470 |
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **100.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 128** | **2109 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | | | | | | | **100.000** |
| 12 128 | 2109 4572 0029 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia | | | | | | | 100.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 100.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.512.370** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.512.370** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.636.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.636.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0022 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí | | | | | | | 1.636.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 636.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.636.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.636.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.756.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.756.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0041 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Paraná | | | | | | | 2.756.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 943.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.813.000 |

**Formalização: 2186**

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | **2.756.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | **2.756.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **3.448.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **3.448.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0024 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 3.448.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 784.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.664.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.448.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.448.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.814.695** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.814.695** |
| 12 363 | 2031 20RL 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 2.814.695 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.213.595 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 50.100 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 551.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.814.695** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.814.695** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.359.300** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.359.300** |
| 12 363 | 2031 20RL 0042 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 2.359.300 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.359.300 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.359.300** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.359.300** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**

**Formalização: 2186**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **17.199.252** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **17.199.252** |
| 12 363 | 2031 20RL 0035 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo | | | | | | | 17.199.252 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 15.500.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 688.340 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 280 | 99.912 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 911.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **17.199.252** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **17.199.252** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0910** | | **Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais** | | | | | | | **15.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0910 00IE** | **Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES** | | | | | | | **15.000** |
| 28 846 | 0910 00IE 0040 | Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES - Na Região Sul | | | | | | | 15.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 15.000 |
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **10.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **10.000.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0040 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul | | | | | | | 10.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **10.015.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.015.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **2.112.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 11G0** | **Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA** | | | | | | | **2.112.000** |
| 12 364 | 2032 11G0 0015 | Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA - No Estado do Pará | | | | | | | 2.112.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.112.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.112.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.112.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**

**Formalização: 2186**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **5.529.236** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **213.236** |
| 12 364 | 2032 20GK 0020 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste | | | | | | | 213.236 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 181.050 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 32.186 |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **1.016.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0020 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste | | | | | | | 1.016.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.016.000 |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **4.300.000** |
| 12 364 | 2032 4002 0020 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Na Região Nordeste | | | | | | | 4.300.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.300.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.529.236** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.529.236** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **313.058** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **254.400** |
| 12 364 | 2032 20GK 0015 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará | | | | | | | 254.400 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 254.400 |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 14XO** | **Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA** | | | | | | | **58.658** |
| 12 364 | 2032 14XO 0015 | Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA - No Estado do Pará | | | | | | | 58.658 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 55.458 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 3.200 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **313.058** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **313.058** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **149.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 14XP** | **Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA** | | | | | | | **149.000** |
| 12 364 | 2032 14XP 0023 | Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA - No Estado do Ceará | | | | | | | 149.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 149.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **149.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **149.000** |

**Formalização: 2186**

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26451 - Hospital de Ensino Dr. Washington Antonio de Barros**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **1.000.000** |
| 12 302 | 2032 4086 0026 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 900.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 281 | 100.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |

**ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social**
**UNIDADE: 33101 - Ministério da Previdência Social**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0910** | | **Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais** | | | | | | | **92.881** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0910 0129** | **Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS)** | | | | | | | **5.000** |
| 28 846 | 0910 0129 0002 | Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS) - No Exterior | | | | | | | 5.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 80 | 0 | 151 | 5.000 |
| **28 846** | **0910 0130** | **Contribuição à Conferência Interamericana de Seguridade Social - CISS (MPS)** | | | | | | | **30.000** |
| 28 846 | 0910 0130 0002 | Contribuição à Conferência Interamericana de Seguridade Social - CISS (MPS) - No Exterior | | | | | | | 30.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 80 | 0 | 151 | 30.000 |
| **28 846** | **0910 0131** | **Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS)** | | | | | | | **57.881** |
| 28 846 | 0910 0131 0002 | Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS) - No Exterior | | | | | | | 57.881 |
| | | | S | 3 | 2 | 80 | 0 | 151 | 57.881 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **92.881** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **92.881** |

**ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social**
**UNIDADE: 33201 - Instituto Nacional do Seguro Social**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0910** | | **Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais** | | | | | | | **10.772** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0910 0129** | **Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS)** | | | | | | | **9.613** |
| 28 846 | 0910 0129 0002 | Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS) - No Exterior | | | | | | | 9.613 |
| | | | S | 3 | 2 | 80 | 0 | 151 | 9.613 |
| **28 846** | **0910 0131** | **Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS)** | | | | | | | **1.159** |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 28 846 | 0910 0131 0002 | Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS) - No Exterior | S | 3 | 2 | 80 | 0 | 151 | 1.159 |
| | **2061** | **Previdência Social** | | | | | | | **40.816.092** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **09 126** | **2061 2292** | **Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários** | | | | | | | **40.816.092** |
| 09 126 | 2061 2292 0001 | Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - Nacional | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 40.816.092 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **40.826.864** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **40.826.864** |

**ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego**
**UNIDADE: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2127** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | **4.906.500** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **11 122** | **2127 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **4.800.000** |
| 11 122 | 2127 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.800.000 |
| **11 661** | **2127 2374** | **Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte** | | | | | | | **106.500** |
| 11 661 | 2127 2374 0001 | Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 106.500 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.906.500** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.906.500** |

**ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego**
**UNIDADE: 38901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0902** | **Operações Especiais: Financiamentos com Retorno** | | | | | | | **3.359.418** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **11 334** | **0902 0158** | **Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES** | | | | | | | **3.359.418** |
| 11 334 | 0902 0158 0001 | Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES - Nacional | F | 5 | 0 | 90 | 0 | 340 | 3.359.418 |
| | **2071** | **Trabalho, Emprego e Renda** | | | | | | | **1.500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **11 571** | **2071 20YY** | **Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda** | | | | | | | **500.000** |
| 11 571 | 2071 20YY 0001 | Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda - Nacional | S | 3 | 2 | 30 | 0 | 100 | 500.000 |
| **11 332** | **2071 2553** | **Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS** | | | | | | | **1.000.000** |
| 11 332 | 2071 2553 0001 | Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - Nacional | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.359.418** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.500.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.859.418** |

**Formalização: 2186**

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2027** | **Cultura: Preservação, Promoção e Acesso** | | | | | | | **3.351.958** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **13 392** | **2027 20ZF** | **Promoção e Fomento à Cultura Brasileira** | | | | | | | **3.351.958** |
| 13 392 | 2027 20ZF 0001 | Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional | | | | | | | 3.351.958 |
| | | | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 100 | 1.192.999 |
| | | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 1.300.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 858.959 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.351.958** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.351.958** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2027** | **Cultura: Preservação, Promoção e Acesso** | | | | | | | **90.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **13 392** | **2027 20ZM** | **Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural** | | | | | | | **90.000** |
| 13 392 | 2027 20ZM 0001 | Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural - Nacional | | | | | | | 90.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 90.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **90.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **90.000** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2107** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | **7.370.600** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **13 122** | **2107 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **7.370.600** |
| 13 122 | 2107 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 7.370.600 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 7.370.600 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **7.370.600** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **7.370.600** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42206 - Agência Nacional do Cinema**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2107** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | **1.198.395** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **13 122** | **2107 155V** | **Aquisição de edifício sede da Agência Nacional do Cinema - ANCINE** | | | | | | | **1.198.395** |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 13 122 | 2107 155V 3341 | Aquisição de edifício sede da Agência Nacional do Cinema - ANCINE - No Município do Rio de Janeiro - RJ | F | 5 | 2 | 91 | 0 | 100 | 1.198.395 |
| | | | | | | | | | 1.198.395 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.198.395** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.198.395** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **3.500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **1.000.000** |
| 12 122 | 2109 2000 0053 | Administração da Unidade - No Distrito Federal | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| **12 122** | **2109 20RH** | **Gerenciamento das Políticas de Educação** | | | | | | | **2.500.000** |
| 12 122 | 2109 20RH 0001 | Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional | | | | | | | 2.500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.500.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.500.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **10.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **10.000.000** |
| 12 364 | 2032 8282 0032 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 10.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **10.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **12.800.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **9.900.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0052 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás | | | | | | | 9.900.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 9.900.000 |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **2.900.000** |
| 12 364 | 2032 4002 0052 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Goiás | | | | | | | 2.900.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.900.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **12.800.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |

**Formalização: 2186**

| | |
|---|---|
| **TOTAL - GERAL** | **12.800.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **5.500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **2.500.000** |
| 12 364 | 2032 4002 0033 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.500.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.500.000 |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **3.000.000** |
| 12 364 | 2032 8282 0033 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 3.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 3.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.500.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.500.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **15.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **15.000.000** |
| 12 364 | 2032 20GK 0033 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 15.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 15.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **15.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **15.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **3.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **3.000.000** |
| 12 364 | 2032 4002 0017 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Tocantins | | | | | | | 3.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 3.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2186**

| | | | SF | ND | P | OD | U | TE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2030** | **Educação Básica** | | | | | | | **82.807** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 368** | **2030 20RJ** | **Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica** | | | | | | | **82.807** |
| 12 368 | 2030 20RJ 0015 | Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - No Estado do Pará | | | | | | | 82.807 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 108 | 82.807 |
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **20.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **20.000** |
| 12 364 | 2032 4002 0015 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Pará | | | | | | | 20.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **102.807** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **102.807** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26255 - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **4.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **4.000.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 4.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 4.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.000.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **1.000.000** |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000<br>1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **2.000.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 11G1** | **Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA** | | | | | | | **2.000.000** |
| 12 364 | 2032 11G1 0041 | Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA - No Estado do Paraná | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.000.000<br>2.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **6.509.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **6.509.000** |
| 12 364 | 2032 8282 0033 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 6.509.000<br>6.509.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **6.509.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.509.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **10.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **10.000.000** |
| 12 364 | 2032 8282 0053 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000.000<br>10.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **10.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João Del Rei**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**Formalização: 2186**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **75.031** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **75.031** |
| 12 364 | 2032 4002 0031 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 75.031 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 75.031 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **75.031** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **75.031** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **4.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **4.000.000** |
| 12 122 | 2109 2000 0053 | Administração da Unidade - No Distrito Federal | | | | | | | 4.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 4.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **20.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **20.000.000** |
| 12 302 | 2032 20RX 0043 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 20.000.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 20.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **20.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **20.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2030** | **Educação Básica** | | | | | | | **215.884.362** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **12 365** | **2030 12KU** | **Implantação de Escolas para Educação Infantil** | | | | | | | **18.400.000** |
| 12 365 | 2030 12KU 0001 | Implantação de Escolas para Educação Infantil - Nacional | | | | | | | 18.400.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 40 | 0 | 100 | 18.400.000 |
| **12 368** | **2030 12KV** | **Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares** | | | | | | | **5.500.000** |
| 12 368 | 2030 12KV 0001 | Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares - Nacional | | | | | | | 5.500.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 30 | 0 | 100 | 5.500.000 |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 847** | **2030 0515** | **Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica** | | | | | | | **191.984.362** |
| 12 847 | 2030 0515 0001 | Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Nacional | | | | | | | 191.984.362 |
| | | | F | 3 | 1 | 40 | 0 | 100 | 191.984.362 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **215.884.362** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **215.884.362** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.806.573** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.000.000** |
| 12 364 | 2032 20GK 0029 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **806.493** |
| 12 364 | 2032 20RK 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia | | | | | | | 806.493 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 806.493 |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **80** |
| 12 364 | 2032 4002 0029 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado da Bahia | | | | | | | 80 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 80 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **200.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 128** | **2109 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | | | | | | | **200.000** |
| 12 128 | 2109 4572 0029 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia | | | | | | | 200.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 200.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.006.573** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.006.573** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **144.548** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **144.548** |
| 12 302 | 2032 20RX 0032 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 144.548 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 144.548 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **144.548** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **144.548** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2186**

| | | | SF | ND | P | OD | U | TE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **11.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **10.000.000** |
| 12 302 | 2032 20RX 0052 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Goiás | | | | | | | 10.000.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 157D** | **Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás** | | | | | | | **1.000.000** |
| 12 302 | 2032 157D 0052 | Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás - No Estado de Goiás | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **11.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **11.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26389 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **352.461** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **352.461** |
| 12 302 | 2032 4086 0031 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 352.461 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 281 | 352.461 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **352.461** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **352.461** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26396 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **7.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **7.000.000** |
| 12 302 | 2032 20RX 0031 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 7.000.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 7.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **7.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **7.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **6.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **6.000.000** |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 302 | 2032 20RX 0043 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 6.000.000<br>6.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **6.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.300.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.215.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.215.000<br>1.215.000 |
| **12 363** | **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **85.000** |
| 12 363 | 2031 2994 0029 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 85.000<br>85.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.300.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.300.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **484.655** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **484.655** |
| 12 363 | 2031 2994 0031 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 484.655<br>484.655 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **50.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 128** | **2109 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | | | | | | | **50.000** |
| 12 128 | 2109 4572 0031 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 50.000<br>50.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **534.655** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **534.655** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **10.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 6380** | **Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **10.000** |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 363 | 2031 6380 0031 | Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000<br>10.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **10.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **673.220** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **100.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 100.000<br>100.000 |
| **12 363** | **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **573.220** |
| 12 363 | 2031 2994 0031 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 573.220<br>573.220 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **673.220** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **673.220** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **62.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 128** | **2109 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | | | | | | | **62.000** |
| 12 128 | 2109 4572 0025 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Paraíba | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 62.000<br>62.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **62.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **62.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **500.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 500.000<br>500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **500.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **500.000** |

**Formalização: 2186**

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.928.122** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.928.122** |
| 12 363 | 2031 20RL 0042 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 2.928.122 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.928.122 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.928.122** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.928.122** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.213.595** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.213.595** |
| 12 363 | 2031 20RL 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 2.213.595 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.213.595 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.213.595** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.213.595** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.359.300** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.359.300** |
| 12 363 | 2031 20RL 0042 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 2.359.300 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.359.300 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.359.300** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.359.300** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2031** | | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **15.500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **15.500.000** |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 363 | 2031 20RL 0035 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo | | | | | | | 15.500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 15.500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **15.500.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **15.500.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **10.015.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **15.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0040 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul | | | | | | | 15.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 15.000 |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 125C** | **Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS** | | | | | | | **10.000.000** |
| 12 364 | 2032 125C 0040 | Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - Na Região Sul | | | | | | | 10.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **10.015.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.015.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2032** | | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **4.481.050** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **181.050** |
| 12 364 | 2032 20GK 0020 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste | | | | | | | 181.050 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 181.050 |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 125B** | **Implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB** | | | | | | | **4.300.000** |
| 12 364 | 2032 125B 0020 | Implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB - Na Região Nordeste | | | | | | | 4.300.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.300.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.481.050** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.481.050** |

**ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social**
**UNIDADE: 33101 - Ministério da Previdência Social**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2114** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social** | | | | | | | **92.881** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **09 122** | **2114 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **92.881** |

**Formalização: 2186**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 09 122 | 2114 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 92.881 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 92.881 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **92.881** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **92.881** |

**ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social**
**UNIDADE: 33201 - Instituto Nacional do Seguro Social**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2061** | **Previdência Social** | | | | | | | **36.856.560** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **09 128** | **2061 20GN** | **Educação Previdenciária e Financeira** | | | | | | | **420.000** |
| 09 128 | 2061 20GN 0001 | Educação Previdenciária e Financeira - Nacional | | | | | | | 420.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 420.000 |
| **09 183** | **2061 20HR** | **Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social** | | | | | | | **630.000** |
| 09 183 | 2061 20HR 0001 | Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social - Nacional | | | | | | | 630.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 630.000 |
| **09 183** | **2061 20HT** | **Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC** | | | | | | | **600.000** |
| 09 183 | 2061 20HT 0001 | Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC - Nacional | | | | | | | 600.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 600.000 |
| **09 665** | **2061 2562** | **Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos** | | | | | | | **3.300.000** |
| 09 665 | 2061 2562 0001 | Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos - Nacional | | | | | | | 3.300.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 3.300.000 |
| **09 271** | **2061 2585** | **Serviço de Reabilitação Profissional** | | | | | | | **8.016.960** |
| 09 271 | 2061 2585 0001 | Serviço de Reabilitação Profissional - Nacional | | | | | | | 8.016.960 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 8.016.960 |
| **09 271** | **2061 8426** | **Desimobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS** | | | | | | | **300.000** |
| 09 271 | 2061 8426 0001 | Desimobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS - Nacional | | | | | | | 300.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 300.000 |
| **09 271** | **2061 8869** | **Reformas e Adaptações das Unidades do INSS** | | | | | | | **11.589.600** |
| 09 271 | 2061 8869 0001 | Reformas e Adaptações das Unidades do INSS - Nacional | | | | | | | 11.589.600 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 8.589.600 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 151 | 3.000.000 |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **09 271** | **2061 116V** | **Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS** | | | | | | | **12.000.000** |
| 09 271 | 2061 116V 0001 | Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS - Nacional | | | | | | | 12.000.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 151 | 12.000.000 |
| | **2114** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social** | | | | | | | **3.970.304** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **09 128** | **2114 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | | | | | | | **3.970.304** |
| 09 128 | 2114 4572 0001 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional | | | | | | | 3.970.304 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 3.970.304 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **40.826.864** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **40.826.864** |

**ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde**
**UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**

**Formalização: 2186**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2015** | **Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)** | | | | | | | **300.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **10 422** | **2015 20YM** | **Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade** | | | | | | | **300.000** |
| 10 422 | 2015 20YM 0001 | Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade - Nacional | | | | | | | 300.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 100 | 300.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **300.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **300.000** |

**ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego**
**UNIDADE: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2127** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | **106.500** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **11 661** | **2127 2374** | **Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte** | | | | | | | **106.500** |
| 11 661 | 2127 2374 0001 | Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte - Nacional | | | | | | | 106.500 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 106.500 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **106.500** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **106.500** |

**ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego**
**UNIDADE: 38901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2071** | **Trabalho, Emprego e Renda** | | | | | | | **6.300.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **11 333** | **2071 20JT** | **Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine** | | | | | | | **4.800.000** |
| 11 333 | 2071 20JT 0001 | Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine - Nacional | | | | | | | 4.800.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 30 | 0 | 100 | 4.800.000 |
| **11 332** | **2071 2553** | **Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS** | | | | | | | **1.000.000** |
| 11 332 | 2071 2553 0001 | Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - Nacional | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| **11 334** | **2071 2C43** | **Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT** | | | | | | | **500.000** |
| 11 334 | 2071 2C43 0001 | Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - Nacional | | | | | | | 500.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **6.300.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.300.000** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura**

**Formalização: 2186**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2027** | **Cultura: Preservação, Promoção e Acesso** | | | | | | | **3.351.958** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **13 392** | **2027 20ZF** | **Promoção e Fomento à Cultura Brasileira** | | | | | | | **3.351.958** |
| 13 392 | 2027 20ZF 0001 | Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional | | | | | | | 3.351.958 |
| | | | F | 3 | 2 | 30 | 0 | 100 | 1.192.999 |
| | | | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 1.300.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 858.959 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.351.958** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.351.958** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2027** | **Cultura: Preservação, Promoção e Acesso** | | | | | | | **90.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **13 392** | **2027 20ZM** | **Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural** | | | | | | | **90.000** |
| 13 392 | 2027 20ZM 0001 | Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural - Nacional | | | | | | | 90.000 |
| | | | F | 5 | 2 | 90 | 0 | 100 | 90.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **90.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **90.000** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2027** | **Cultura: Preservação, Promoção e Acesso** | | | | | | | **7.370.600** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **13 391** | **2027 20ZH** | **Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro** | | | | | | | **7.370.600** |
| 13 391 | 2027 20ZH 0001 | Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro - Nacional | | | | | | | 7.370.600 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.370.600 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **7.370.600** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **7.370.600** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42206 - Agência Nacional do Cinema**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2107** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | **1.198.395** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **13 122** | **2107 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **1.198.395** |
| 13 122 | 2107 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 1.198.395 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.198.395 |

**Formalização: 2186**

Câmara dos Deputados
Fl. 9598
Comissões Especiais

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | **1.198.395** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | **1.198.395** |

**Formalização: 2186**

Câmara dos Deputados
Fl. 8599
Comissões Especiais

EM nº 00099/2015 MP

Brasília, 9 de Julho de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015) no valor de R$ 1.701.389.028,00 (um bilhão, setecentos e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil, vinte e oito reais), em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente desses órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

R$ 1,00

| **Discriminação** | **Suplementação** | Origem dos Recursos |
|---|---|---|
| Ministério da Educação | 1.638.692.412 | 381.451.724 |
| Ministério da Educação (Administração direta) | 1.000.000 | 3.500.000 |
| stituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais ıísio Teixeira | 148.486.213 | 4.000.000 |
| Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES | 616.414.598 | 0 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação | 363.280.000 | 215.884.362 |
| Instituições Federais de Ensino Superior | 381.375.371 | 86.489.461 |
| Instituições Federais de Educação Profissional | 57.626.055 | 27.080.892 |
| Hospitais Universitários Federais | 70.510.175 | 44.497.009 |
| Ministério da Previdência Social | 40.919.745 | 40.919.745 |
| Ministério da Previdência Social(Administração direta) | 92.881 | 92.881 |

Câmara dos Deputados Fl. 9600 Comissões Especiais

| | | |
|---|---|---|
| Instituto Nacional do Seguro Social | 40.826.864 | 40.826.864 |
| Ministério da Saúde | 0 | 300.000 |
| Fundo Nacional de Saúde | 0 | 300.000 |
| Ministério do Trabalho e Emprego | 9.765.918 | 6.406.500 |
| Ministério do Trabalho e Emprego (Administração direta) | 4.906.500 | 106.500 |
| Fundo de Amparo ao Trabalhador | 4.859.418 | 6.300.000 |
| Ministério da Cultura | 12.010.953 | 12.010.953 |
| Ministério da Cultura (Administração direta) | 3.351.958 | 3.351.958 |
| Fundação Casa de Rui Barbosa | 90.000 | 90.000 |
| nstituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional | 7.370.600 | 7.370.600 |
| Agência Nacional do Cinema | 1.198.395 | 1.198.395 |
| Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a: | 0 | 666.186.440 |
| Contribuição do Salário-Educação | 0 | 344.880.000 |
| Contribuições para os Programas PIS/PASEP | 0 | 3.359.418 |
| Recursos Próprios Não Financeiros | 0 | 262.320.233 |
| Recursos Próprios Financeiros | 0 | 34.962.200 |
| Recursos de Convênios | 0 | 20.571.589 |
| )oações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 0 | 93.000 |
| Excesso de arrecadação de: | 0 | 594.113.666 |
| Recursos Próprios Não Financeiros | 0 | 12.909.477 |
| Recursos Próprios Financeiros | 0 | 7.037.311 |
| Recursos de Convênios | 0 | 12.394.170 |
| Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais | 0 | 561.772.708 |
| **Total** | **1.701.389.028** | **1.701.389.028** |

Câmara dos Deputados Fl. 2601 Comissões Mistas

3. No âmbito do Ministério da Educação, o crédito possibilitará:

a) à sua Administração direta, o pagamento de despesas com custeio do prêmio Projeto Desafio da Sustentabilidade;

b) ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o reforço em custeio para despesas com manutenção da unidade, a realização do censo escolar da educação básica, a pesquisa e o desenvolvimento nas Organizações Sociais, a realização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, e de demais exames, cujo público total atingirá cerca de 18 milhões de participantes;

c) à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, a execução da parceria com o setor privado com vistas à manutenção e concessão de bolsas e à realização de estágios no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, bem como concessão do prêmio Vale/CAPES;

d) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a continuidade da concessão da bolsa-permanência a estudantes de graduação, o apoio ao desenvolvimento da educação básica e à manutenção da educação infantil, bem como o pagamento de auxílio financeiro aos beneficiários da iniciativa ProJovem;

e) às Instituições Federais de Ensino Superior, a continuidade da implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA e da Universidade Federal do Cariri - UFCA; o pagamento da Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES; o fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão; o funcionamento, bem como a reestruturação e expansão dessas instituições; o pagamento de despesas com a capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação; o apoio à capacitação e formação inicial e continuada para a Educação Básica e a assistência ao estudante de ensino superior;

f) às Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, o funcionamento, a expansão e a reestruturação dessas instituições; a assistência ao educando desse nível de ensino; a capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação; e o fomento ao desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica; e

g) aos Hospitais Universitários Federais, o funcionamento, a reestruturação, a modernização e a gestão dos hospitais federais, o reforço ao pagamento de bolsas de residência médica do Hospital Getúlio Vargas, bem como a continuidade da implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás.

4. No tocante ao Ministério da Previdência Social, o presente crédito permitirá à Administração direta e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS o atendimento de despesas com contribuições a Organismos Internacionais, relativas aos exercícios de 2014 e 2015, bem como a continuidade dos serviços de processamento de dados de benefícios previdenciários, no âmbito do INSS.

5. O crédito em favor do Ministério do Trabalho e Emprego garantirá, em sua Administração direta, a realização de eventos de caráter administrativo, como seminários e audiências públicas, com vistas a fomentar e auxiliar a elaboração e implementação de políticas de inserção social no mundo do trabalho, especialmente da juventude brasileira; bem como o atendimento de serviços a serem prestados pela Caixa Econômica Federal pela operacionalização dos contratos referentes ao fomento ao desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte. Possibilitará, também, no Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, o atendimento de despesas

Câmara dos Deputados
Fl. 3602
Comissões Especiais

com pesquisas sobre Emprego e Desemprego; a aquisição de equipamentos que serão utilizados na emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social informatizada; e o repasse do FAT ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, relativo à complementação do total de 40% (quarenta por cento) da receita da arrecadação do PIS e PASEP devida ao Banco, referente ao exercício de 2013.

6. No âmbito da Administração direta do Ministério da Cultura, a suplementação permitirá o estímulo e fomento ao desenvolvimento e inovação de atividades audiovisuais, por meio da implantação de cineclubes e núcleos de produção digital. Para a Fundação Casa de Rui Barbosa, atenderá o projeto de coedição das publicações impressas daquela Fundação, cujo propósito é produzir e disseminar o conteúdo intelectual originado nos seus Centros de Memória e de Pesquisa. No Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, serão realizados pagamentos de despesas de funcionamento das 34 unidades do Instituto, localizadas em todo o território nacional. Além disso, para a Agência Nacional do Cinema, o crédito possibilitará a aquisição do edifício sede da Agência.

7. Cabe ressaltar que a solicitação em referência será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, referente a Contribuição do Salário-Educação, a Contribuições para os Programas PIS/PASEP, a Recursos Próprios Não Financeiros e Financeiros, a Recursos de Convênios e a Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros e Financeiros, de Recursos de Convênios e de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e de anulação parcial de dotações orçamentárias, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alíneas "a", "c" e "e", II, VIII, XII, alínea "a", itens "1", "2" e "3", XIV, alínea "a", e XIX, alínea "b", item 2, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Esclareço, a propósito do que dispõe o *caput* do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, pois:

a) R$ 441.088.922,00 (quatrocentos e quarenta e um milhões, oitenta e oito mil, novecentos e vinte e dois reais) se referem a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação e/ou dotação suplementada;

b) R$ 642.162.433,00 (seiscentos e quarenta e dois milhões, cento e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais) à suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de recursos de origem financeira;

c) R$ 12.909.477,00 (doze milhões, novecentos e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais) ao atendimento de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias;

d) R$ 7.037.311,00 (sete milhões, trinta e sete mil, trezentos e onze reais) ao atendimento de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas financeiras;

e) R$ 594.831.467,00 (quinhentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e sete reais) são despesas atendidas com recursos de doações e de convênios, dos quais R$ 574.166.878,00 (quinhentos e setenta e quatro milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais) referem-se a excesso de arrecadação dos referidos recursos e R$ 20.664.589,00 (vinte milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e nove reais) a superávit financeiro dessas fontes, que serão considerados na avaliação de receitas e

Câmara dos Deputados
Fl. 3603
Comissões Especiais

despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

f) R$ 3.359.418,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e dezoito reais) não são considerados no cálculo do referido resultado, constante do Anexo XI do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, conforme dispõe seu art. 1º, § 1º, inciso II, por tratar-se de despesas financeiras; e

g) a execução das despesas descritas nos itens "a", "b", "c" e "d" será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.456, de 2015, conforme estabelecido no art. 1º, § 2º, do referido Decreto.-

9. Em atendimento ao disposto no *caput* do art. 40 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, LDO-2015, demonstra-se, nos quadros anexos a esta Exposição de Motivos, o excesso de arrecadação das receitas, utilizado parcialmente no presente crédito.

10. Finalmente, vale salientar que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais a programação e/ou dotação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, pois os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

11. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Decreto, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho*

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de adequar a programação de diversas unidades, no âmbito dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, às suas reais necessidades de execução.

**2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), mediante Decreto, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alíneas "a", "c" e "e", II, VIII, XII, alínea "a", itens "1", "2" e "3", XIV, alínea "a", e XIX, alínea "b", item 2, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

**3. Alternativas existentes às medidas propostas:**

Esta é a única alternativa existente, neste momento, para a solução do problema.

**4. Custos:**

R$ 1.701.389.028,00 (um bilhão, setecentos e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil, vinte e oito reais), sendo R$ 666.186.440,00 (seiscentos e sessenta e seis milhões, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e quarenta reais) à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, dos quais R$ 344.880.000,00 (trezentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil reais) de Contribuição do Salário-Educação, R$ 3.359.418,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e dezoito reais) de Contribuições para os Programas PIS/PASEP, R$ 262.320.233,00 (duzentos e sessenta e dois milhões, trezentos e vinte mil, duzentos e trinta e três reais) de Recursos Próprios Não Financeiros, R$ 34.962.200,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e sessenta e dois mil e duzentos reais) de Recursos Próprios Financeiros, R$ 20.571.589,00 (vinte milhões, quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais) de Recursos de Convênios, e R$ 93.000,00 (noventa e três mil reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; R$ 594.113.666,00 (quinhentos e noventa e quatro milhões, cento e treze mil, seiscentos e sessenta e seis reais) de excesso de arrecadação, dos quais R$ 12.909.477,00 (doze milhões, novecentos e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais) de Recursos Próprios Não Financeiros, R$ 7.037.311,00 (sete milhões, trinta e sete mil, trezentos e onze reais) de Recursos Próprios Financeiros, R$ 12.394.170,00 (doze milhões, trezentos e noventa e quatro mil, cento e setenta reais) de Recursos de Convênios, e R$ 561.772.708,00 (quinhentos e sessenta e um milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e oito reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e R$ 441.088.922,00 (quatrocentos e quarenta e um milhões, oitenta e oito mil, novecentos e vinte e dois reais) de anulação parcial de dotações orçamentárias.

**5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):**

Não há.

**6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):**

Não há.

**7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

**Texto Atual**

Não se aplica.

Câmara dos Deputados
Fl. 3606
Comissões Especiais

**Texto Proposto**

Não se aplica.

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

De acordo com o prosseguimento da proposta.

*Assinado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho*

DECRETO DE DE DE 2015

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, crédito suplementar no valor de R$ 1.701.389.028,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida art. 4º, **caput**, incisos I, alíneas "a", "c" e "e", II, VIII, XII, alínea "a", itens "1", "2" e "3", XIV, alínea "a", e XIX, alínea "b", item 2, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, crédito suplementar no valor de R$ 1.701.389.028,00 (um bilhão, setecentos e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil, vinte e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, no valor de R$ 666.186.440,00 (seiscentos e sessenta e seis milhões, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e quarenta reais), sendo:

a) R$ 344.880.000,00 (trezentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil reais) de Contribuição do Salário-Educação;

b) R$ 3.359.418,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e dezoito mil reais) de Contribuições para os Programas PIS/PASEP;

c) R$ 262.320.233,00 (duzentos e sessenta e dois milhões, trezentos e vinte mil, duzentos e trinta e três reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

d) R$ 34.962.200,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e sessenta e dois mil e duzentos reais) de Recursos Próprios Financeiros;

e) R$ 20.571.589,00 (vinte milhões, quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais) de Recursos de Convênios; e

f) R$ 93.000,00 (noventa e três mil reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições

Câmara dos Deputados
Fl. 8608
Comissões Especiais

Públicas e Privadas Nacionais;

II – excesso de arrecadação, no valor de R$ 594.113.666,00 (quinhentos e noventa e quatro milhões, cento e treze mil, seiscentos e sessenta e seis reais), sendo:

a) R$ 12.909.477,00 (doze milhões, novecentos e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R$ 7.037.311,00 (sete milhões, trinta e sete mil, trezentos e onze reais) de Recursos Próprios Financeiros;

c) R$ 12.394.170,00 (doze milhões, trezentos e noventa e quatro mil, cento e setenta reais) de Recursos de Convênios; e

d) R$ 561.772.708,00 (quinhentos e sessenta e um milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e oito reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 441.088.922,00 (quatrocentos e quarenta e um milhões, oitenta e oito mil, novecentos e vinte e dois reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

***Referendado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho***

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 8º ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

**PARECER n. 00797/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU**

NUP: 03500.200803/2015-12

INTERESSADOS: Diversos órgãos do Poder Executivo.

ASSUNTO: Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

EMENTA: I – Ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. II – Conformidade com: (a) as competências constitucionais do Presidente da República; (b) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares; e (c) as hipóteses de autorização para a abertura de créditos suplementares previstas na Lei Orçamentária Anual em vigor. III – Pelo encaminhamento à ASTEC/GM.

A Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM submeteu à análise e manifestação desta Consultoria Jurídica Projeto de Decreto que: "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, crédito suplementar no valor de R$ 1.701.389.028,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.".

De acordo com a Exposição de Motivos: (i) o objetivo da proposta é o de reforçar as dotações orçamentárias dos órgãos envolvidos (item 1 do Anexo à EM); (ii) os recursos necessários à abertura do crédito serão obtidos por meio de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, de excesso de arrecadação, bem como de anulação parcial de dotações orçamentárias (item 7 da EM); e (iii) a proposta não afetará a meta de resultado primário para o presente exercício (item 8 da EM).

No âmbito deste Ministério, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento da proposta.

Em relação ao conteúdo, esta Consultoria Jurídica não identificou qualquer óbice ou risco de natureza jurídica capaz de interferir na efetivação dos objetivos da proposta. O Projeto de Decreto está em conformidade com: (i) a competência

Câmara dos Deputados
Fl. 3610
Comissões Especiais

constitucional da Presidente da República para expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis (art. 84, IV, da Constituição Federal); (ii) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares (art. 167, V, da Constituição Federal, arts. 40 a 46 da Lei nº 4.320/1964 e art. 4º, incisos I, alíneas "a", "c" e "e", II, VIII, XII, alínea "a", itens "1", "2" e "3", XIV, alínea "a", e XIX, alínea "b", item 2, e § 1 °, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015).

No tocante aos aspectos formais, o Projeto de Decreto está em conformidade com as normas que regulam a elaboração de atos normativos no âmbito da administração pública federal (Lei Complementar nº 95/1998 e Decreto nº 4.176/2002).

Do exposto, opina-se pela ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. Pelo encaminhamento à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

À consideração superior.

PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES JÚNIOR

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS

ADVOGADO DA UNIÃO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 8º ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

DESPACHO DE APROVAÇÃO DO CONSULTOR JURÍDICO

PROCESSO: 03500.200803/2015-12

INTERESSADO: Diversos órgãos do Poder Executivo.

ASSUNTO: Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

1. Aprovo o PARECER n. 00797/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU.

2. Enviem-se os autos à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

WALTER BAERE DE ARAÚJO FILHO

Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 03500200803201512 e da chave de acesso f0528b51

Documento assinado eletronicamente por PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR, de acordo com os

normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3463781 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR. Data e Hora: 07-07-2015 17:50. Número de Série: 7160455948378289969. Emissor: AC CAIXA PF v2.

Documento assinado eletronicamente por WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3463781 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO. Data e Hora: 07-07-2015 21:53. Número de Série: 2150341798641688053. Emissor: AC CAIXA PF v2.

***Assinado eletronicamente por: Walter Baere de Araújo Filho***

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, *caput*, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros R$ 1,00

| NATUREZA | | 2015 LEI (A) | 2015 REESTIMATIVA (B) | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
|---|---|---|---|---|
| 13100000 | Receitas Imobiliárias | 2.550.395 | 3.751.792 | 1.201.397 |
| 13300000 | Receita de Concessões e Permissões | 189.266 | 227.445 | 38.179 |
| 14100000 | Receita da Produção Vegetal | 420.486 | 385.596 | -34.890 |
| 14200000 | Receita da Produção Animal e Derivados | 1.128.187 | 1.317.403 | 189.216 |
| 14900000 | Outras Receitas Agropecuárias | 4.397 | 0 | -4.397 |
| 15200000 | Receita da Indústria de Transformação | 1.439.902 | 1.342.669 | -97.233 |
| 16000000 | Receita de Serviços | 124.357.443 | 135.283.062 | 10.925.619 |
| 19100000 | Multas e Juros de Mora | 626.797 | 655.876 | 29.079 |
| 19200000 | Indenizações e Restituições | 767.761 | 1.762.774 | 995.013 |
| 22100000 | Alienação de Bens Móveis | 57.608 | 320.368 | 262.760 |
| 73100000 | Receitas Imobiliárias - Op. Intra | 12.547 | 0 | -12.547 |
| 76000000 | Receita de Serviços Intra-orçamentária | 8.545 | 15.989 | 7.444 |
| **Total** | | **131.563.334** | **145.062.974** | **13.499.640** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | | 0 |
| | Abertos | | | 0 |
| | Em tramitação | | | 0 |
| | Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | | 12.909.477 |
| | Abertos | | | 0 |
| | Em tramitação | | | 0 |
| | Valor deste crédito | | | 12.909.477 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | | **0** |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | | **590.163** |

**Unidades:**

26246 - Universidade Federal de Santa Catarina
26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
26352 - Fundação Universidade Federal do ABC
26368 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais
26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto
26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco
26392 - Hospital Getúlio Vargas
26409 - Instituto Federal de Minas Gerais
26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense
26439 - Instituto Federal de São Paulo
26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, *caput*, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

Fonte 80 – Recursos Próprios Financeiros R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO / FRUSTRAÇÃO |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | (C) = (B) - (A) |
| 13200000 Receitas de Valores Mobiliários | 21.193.601 | 29.026.351 | 7.832.750 |
| **Total** | **21.193.601** | **29.026.351** | **7.832.750** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 7.037.311 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 7.037.311 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **795.439** |

**Unidades:**
26232 - Universidade Federal da Bahia
26234 - Universidade Federal do Espírito Santo
26239 - Universidade Federal do Pará
26246 - Universidade Federal de Santa Catarina
26247 - Universidade Federal de Santa Maria
26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana
26271 - Fundação Universidade de Brasília
26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS
26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
26409 - Instituto Federal de Minas Gerais
26439 - Instituto Federal de São Paulo
26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, *caput*, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

Fonte 81: Recursos de Convênios R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 LEI (A) | 2015 REESTIMATIVA (B) | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A) |
|---|---|---|---|
| 17600000 Transferências de Convênios | 0 | 13.394.170 | 13.394.170 |
| **Total** | **0** | **13.394.170** | **13.394.170** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 12.394.170 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 12.394.170 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **1.000.000** |

**Unidades:**
26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
26241 - Universidade Federal do Paraná
26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
26275 - Fundação Universidade Federal do Acre
26402 - Instituto Federal de Alagoas
26405 - Instituto Federal do Ceará
26422 - Instituto Federal Catarinense
26427 - Instituto Federal da Bahia
26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
26451 - Hospital de Ensino Dr. Washington Antonio de Barros

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 40, *caput*, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015)

Fonte 96: Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais R$ 1,00

| NATUREZA | 2015 | | EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO |
|---|---|---|---|
| | LEI (A) | REESTIMATIVA (B) | (C) = (B) - (A) |
| 17300000 Transferências de Instituições Privadas | 0 | 957.292.811 | 957.292.811 |
| 17500000 Transferências de Pessoas | 0 | 358.110 | 358.110 |
| **Total** | **0** | **957.650.921** | **957.650.921** |
| (D) Créditos Extraordinários | | | 0 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | | | 561.772.708 |
| Abertos | | | 0 |
| Em tramitação | | | 0 |
| Valor deste crédito | | | 561.772.708 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | | | 0 |
| **(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)** | | | **395.878.213** |

**Unidades:**
26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Câmara dos Deputados
Fl. 8617
Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **1.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **1.000.000** |
| 12 122 | 2109 2000 0053 | Administração da Unidade - No Distrito Federal | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **655.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **222.000** |
| 12 364 | 2032 20GK 0020 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste | | | | | | | 222.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 222.000 |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **433.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0020 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste | | | | | | | 433.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 433.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **655.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **655.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **9.667.731** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **9.667.731** |
| 12 364 | 2032 20RK 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia | | | | | | | 9.667.731 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 167.731 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 7.185.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 926.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 389.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **9.667.731** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **9.667.731** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 13.475.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20GK | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 1.204.300 |
| 12 364 | 2032 20GK 0023 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará | | | | | | | 1.204.300 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.204.300 |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 12.270.700 |
| 12 364 | 2032 20RK 0023 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará | | | | | | | 12.270.700 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 6.720.478 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 865.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 4.685.222 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 13.475.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 13.475.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 28.753.672 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20GK | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 700.000 |
| 12 364 | 2032 20GK 0032 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 700.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 700.000 |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 17.413.672 |
| 12 364 | 2032 20RK 0032 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 17.413.672 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 1.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 8.660.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 1.200.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 280 | 327.672 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 3.433.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 793.000 |
| 12 364 | 2032 4002 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior | | | | | | | 640.000 |
| 12 364 | 2032 4002 0032 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 640.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 640.000 |
| 12 364 | 2032 8282 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 10.000.000 |
| 12 364 | 2032 8282 0032 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 10.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 28.753.672 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 28.753.672 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | FI 13.100.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 10.200.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0052 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás | | | | | | | 10.200.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 300.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 9.900.000 |
| 12 364 | 2032 4002 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior | | | | | | | 2.900.000 |
| 12 364 | 2032 4002 0052 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Goiás | | | | | | | 2.900.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.900.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 13.100.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 13.100.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 1.994.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 1.994.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.994.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.875.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 49.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 70.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.994.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.994.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 35.556.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 35.556.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 35.556.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 650 | 15.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 18.137.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.637.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 782.000 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 5.400.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 128 | 2109 4572 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | | | | | | | 5.400.000 |
| 12 128 | 2109 4572 0031 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 5.400.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 5.400.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 40.956.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 40.956.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 3.317.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 3.317.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 3.317.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 3.317.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.317.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.317.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 3.186.246 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 3.186.246 |
| 12 364 | 2032 20RK 0015 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará | | | | | | | 3.186.246 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 829.446 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.842.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 196.200 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 318.600 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.186.246 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.186.246 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 2.296.262 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 2.296.262 |
| 12 364 | 2032 20RK 0025 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba | | | | | | | 2.296.262 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 493.391 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.802.871 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.296.262 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.296.262 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 14.333.388 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 14.333.388 |
| 12 364 | 2032 20RK 0041 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do | | | | | | | 14.333.388 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Paraná | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 4.533.388 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 6.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 281 | 800.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 681 | 4.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **14.333.388** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **14.333.388** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco**

**ANEXO I**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**Crédito Suplementar**
**Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **13.974.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **13.974.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0026 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 13.974.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 5.016.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 8.958.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **13.974.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **13.974.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

**ANEXO I**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**Crédito Suplementar**
**Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **36.111.971** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **34.011.971** |
| 12 364 | 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 34.011.971 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 5.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 29.011.971 |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **2.100.000** |
| 12 364 | 2032 8282 0043 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 2.100.000 |
| | | | F | 5 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.100.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **36.111.971** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **36.111.971** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**ANEXO I**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**Crédito Suplementar**
**Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **24.813.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **19.313.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 19.313.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 19.313.000 |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **2.500.000** |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 364 | 2032 4002 0033 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.500.000 |
| 12 364 | 2032 8282 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 3.000.000 |
| 12 364 | 2032 8282 0033 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 3.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 24.813.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 24.813.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 4.410.538 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 4.410.538 |
| 12 364 | 2032 20RK 0042 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 4.410.538 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 657.018 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 206.832 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 3.031.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 338.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 177.688 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 4.410.538 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.410.538 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 8.188.067 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 8.188.067 |
| 12 364 | 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 8.188.067 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 154.067 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 4.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 650.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 3.384.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 8.188.067 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.188.067 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 5.324.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 5.324.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0026 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de | | | | | | | 5.324.000 |

| | | Pernambuco | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 3.759.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 65.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | 5.324.000 |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | 0 |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | 5.324.000 |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **16.629.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **16.629.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 16.629.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 15.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 880.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 749.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **16.629.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **16.629.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **257.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **257.000** |
| 12 364 | 2032 8282 0014 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima | | | | | | | 257.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 257.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **257.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **257.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **3.961.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **961.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0017 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins | | | | | | | 961.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 961.000 |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **3.000.000** |
| 12 364 | 2032 8282 0017 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins | | | | | | | 3.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.961.000** |

| | |
|---|---|
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | **3.061.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2030** | **Educação Básica** | | | | | | | **82.807** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 368** | **2030 20RJ** | **Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica** | | | | | | | **82.807** |
| 12 368 | 2030 20RJ 0015 | Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - No Estado do Pará | | | | | | | 82.807 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 108 | 82.807 |
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **20.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **20.000** |
| 12 364 | 2032 4002 0015 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Pará | | | | | | | 20.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **102.807** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **102.807** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.410.444** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **1.410.444** |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.410.444 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 489.444 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 304.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 354.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 263.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.410.444** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.410.444** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26255 - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **4.139.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **4.139.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 4.139.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 4.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 139.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.139.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.139.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.000.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **9.958.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **9.958.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0041 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná | | | | | | | 9.958.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.628.663 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 62.917 |
| | | | F | 3 | 2 | 91 | 0 | 650 | 20.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 6.599.337 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.647.083 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **9.958.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **9.958.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **2.170.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.000.000** |
| 12 364 | 2032 20GK 0031 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **1.170.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.170.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 170.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.170.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.170.000** |

Câmara dos Deputados
FL. 8626
Comissões Especiais

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 2.084.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 2.084.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 2.084.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 501.250 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 696 | 79.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.503.750 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.084.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.084.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 6.760.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 1.260.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0035 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo | | | | | | | 1.260.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 882.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 378.000 |
| 12 364 | 2032 8282 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 5.500.000 |
| 12 364 | 2032 8282 0035 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo | | | | | | | 5.500.000 |
| | | | F | 5 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.500.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 6.760.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.760.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 2.226.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 2.226.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 2.226.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.226.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.226.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.226.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ES | GN | RP | MO | IU | FT | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | F | D | | D | | E | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 1.195.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 8282 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 1.195.000 |
| 12 364 | 2032 8282 0024 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 1.195.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.195.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.195.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.195.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 4.129.722 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 4.129.722 |
| 12 364 | 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 4.129.722 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 210.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 88.279 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 281 | 1.565.613 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 296 | 358.110 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 681 | 1.907.720 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 4.129.722 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.129.722 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 2.025.145 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 11G1 | Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA | | | | | | | 2.025.145 |
| 12 364 | 2032 11G1 0041 | Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA - No Estado do Paraná | | | | | | | 2.025.145 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 25.145 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.025.145 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.025.145 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 6.809.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 6.809.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 6.809.000 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 6.509.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 300.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 6.809.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.809.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 4.565.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 4.565.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0013 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas | | | | | | | 4.565.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.671.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.744.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 150.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 4.565.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.565.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 13.936.831 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 13.936.831 |
| 12 364 | 2032 20RK 0053 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal | | | | | | | 13.936.831 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 3.366.831 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 570.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 13.936.831 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 13.936.831 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 7.524.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 7.524.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0021 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão | | | | | | | 7.524.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 6.208.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.316.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 7.524.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.524.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 11.199.862 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 11.199.862 |
| 12 364 | 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 11.199.862 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.521.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 280 | 678.862 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 9.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 11.199.862 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.199.862 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 2.783.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 2.783.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 2.783.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.479.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.272.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 32.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.783.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.783.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 10.933.999 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 8.553.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0012 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre | | | | | | | 8.553.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.539.400 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 7.013.600 |
| 12 364 | 2032 4002 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior | | | | | | | 214.000 |
| 12 364 | 2032 4002 0012 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Acre | | | | | | | 214.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 214.000 |
| 12 364 | 2032 8282 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 2.166.999 |
| 12 364 | 2032 8282 0012 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre | | | | | | | 2.166.999 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 281 | 2.166.999 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 10.933.999 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.933.999 |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 4.558.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 4.558.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 4.558.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.073.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 485.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 681 | 3.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.558.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.558.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 1.883.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 1.883.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0022 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí | | | | | | | 1.883.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.881.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 2.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.883.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.883.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 733.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 733.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0035 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo | | | | | | | 733.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 733.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **733.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **733.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 4.204.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 4.204.000 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 4.204.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.900.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.204.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 100.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 4.204.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.204.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 2.884.788 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 2.884.788 |
| 12 364 | 2032 20RK 0054 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 2.884.788 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 65.347 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.688.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 96.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 696 | 11.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 280 | 24.441 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.884.788 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.884.788 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 5.209.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 5.209.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 5.209.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 3.111.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 2.098.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 5.209.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.209.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João Del Rei

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 75.031 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 4002 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior | | | | | | | 75.031 |
| 12 364 | 2032 4002 0031 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 75.031 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 75.031 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 75.031 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 75.031 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.366.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **1.366.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0016 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá | | | | | | | 1.366.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 602.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 764.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.366.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.366.000** |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2030** | **Educação Básica** | | | | | | | **95.383.197** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 368** | **2030 20RM** | **Exames e Avaliações da Educação Básica** | | | | | | | **89.383.197** |
| 12 368 | 2030 20RM 0001 | Exames e Avaliações da Educação Básica - Nacional | | | | | | | 89.383.197 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 81.881.346 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 7.466.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 91 | 0 | 250 | 35.851 |
| **12 368** | **2030 4014** | **Censo Escolar da Educação Básica** | | | | | | | **6.000.000** |
| 12 368 | 2030 4014 0001 | Censo Escolar da Educação Básica - Nacional | | | | | | | 6.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 6.000.000 |
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **13.084.742** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RN** | **Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação** | | | | | | | **13.084.742** |
| 12 364 | 2032 20RN 0001 | Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional | | | | | | | 13.084.742 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 13.084.742 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **40.018.274** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 2000** | **Administração da Unidade** | | | | | | | **26.911.895** |
| 12 122 | 2109 2000 0053 | Administração da Unidade - No Distrito Federal | | | | | | | 26.911.895 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 22.911.895 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 4.000.000 |
| **12 122** | **2109 20RH** | **Gerenciamento das Políticas de Educação** | | | | | | | **4.567.603** |
| 12 122 | 2109 20RH 0053 | Gerenciamento das Políticas de Educação - No Distrito Federal | | | | | | | 4.567.603 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.567.603 |
| **12 571** | **2109 212H** | **Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais** | | | | | | | **8.538.776** |
| 12 571 | 2109 212H 0001 | Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais - Nacional | | | | | | | 8.538.776 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 8.538.776 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **148.486.213** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **148.486.213** |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

**UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**

**ANEXO I**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**Crédito Suplementar**
**Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **616.414.598** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 0487** | **Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior** | | | | | | | **616.414.598** |
| 12 364 | 2032 0487 0001 | Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior - Nacional | | | | | | | 616.414.598 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 55.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 296 | 561.414.598 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **616.414.598** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **616.414.598** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA**

**ANEXO I**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**Crédito Suplementar**
**Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **29.686.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **29.686.000** |
| 12 302 | 2032 4086 0043 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 29.686.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 20.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 9.654.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 32.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **29.686.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **29.686.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**

**ANEXO I**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**Crédito Suplementar**
**Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2030** | **Educação Básica** | | | | | | | **344.880.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 365** | **2030 00OW** | **Apoio à Manutenção da Educação Infantil** | | | | | | | **30.000.000** |
| 12 365 | 2030 00OW 0001 | Apoio à Manutenção da Educação Infantil - Nacional | | | | | | | 30.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 313 | 30.000.000 |
| **12 847** | **2030 0509** | **Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica** | | | | | | | **294.880.000** |
| 12 847 | 2030 0509 0001 | Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional | | | | | | | 294.880.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 313 | 244.880.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 313 | 50.000.000 |
| **12 366** | **2030 0A26** | **Concessão de Auxílio-Financeiro - ProJovem** | | | | | | | **20.000.000** |
| 12 366 | 2030 0A26 0001 | Concessão de Auxílio-Financeiro - ProJovem - Nacional | | | | | | | 20.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 313 | 20.000.000 |
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **18.400.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 0A12** | **Concessão de Bolsa-Permanência no Ensino Superior** | | | | | | | **18.400.000** |
| 12 364 | 2032 0A12 0001 | Concessão de Bolsa-Permanência no Ensino Superior - Nacional | | | | | | | 18.400.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 18.400.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **363.280.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |

| | |
|---|---|
| **TOTAL - GERAL** | **363.280.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **2.006.573** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **2.006.493** |
| 12 364 | 2032 20RK 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia | | | | | | | 2.006.493 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.200.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 806.493 |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **80** |
| 12 364 | 2032 4002 0029 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado da Bahia | | | | | | | 80 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 80 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.006.573** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.006.573** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **983.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **983.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0035 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo | | | | | | | 983.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 983.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **983.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **983.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.199.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **1.199.000** |
| 12 302 | 2032 4086 0029 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.199.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.199.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.199.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.199.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ES | GN | RP | MO | IU | FT | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | F | D | | D | | E | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 144.548 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 302 | 2032 20RX | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | 144.548 |
| 12 302 | 2032 20RX 0032 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Espírito Santo | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 280 | 144.548 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 144.548 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 144.548 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 11.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 302 | 2032 20RX | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | 10.000.000 |
| 12 302 | 2032 20RX 0052 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Goiás | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 302 | 2032 157D | Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás | | | | | | | 1.000.000 |
| 12 302 | 2032 157D 0052 | Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás - No Estado de Goiás | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 204.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 302 | 2032 4086 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | 204.000 |
| 12 302 | 2032 4086 0031 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 204.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 204.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 204.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26368 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 5.112.538 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 302 | 2032 4086 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | 5.112.538 |
| 12 302 | 2032 4086 0031 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 4.974.538 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 125.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 15.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.112.538 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.112.538 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 165.140 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 302 | 2032 4086 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | 165.140 |
| 12 302 | 2032 4086 0015 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Pará | | | | | | | 165.140 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 68.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 15.500 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 31.140 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 15.500 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 681 | 32.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 696 | 3.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 165.140 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 165.140 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 4.140.538 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 302 | 2032 4086 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | 4.140.538 |
| 12 302 | 2032 4086 0026 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 4.140.538 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 1.788.538 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 1.998.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 354.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.140.538 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.140.538 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 1.022.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 302 | 2032 4086 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | 1.022.000 |
| 12 302 | 2032 4086 0042 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 1.022.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.022.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.022.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.022.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26389 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 2.636.461 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 302 | 2032 4086 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | 2.636.461 |
| 12 302 | 2032 4086 0031 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 2.636.461 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 352.461 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 681 | 2.284.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.636.461 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.636.461 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26392 - Hospital Getúlio Vargas

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 51.950 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 302 | 2032 4086 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | 8.429 |
| 12 302 | 2032 4086 0013 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Amazonas | | | | | | | 8.429 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 8.429 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 00P1 | Apoio à Residência em Saúde | | | | | | | 43.521 |
| 12 364 | 2032 00P1 0001 | Apoio à Residência em Saúde - Nacional | | | | | | | 43.521 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 4.950 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 15.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 5.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 18.571 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 51.950 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 51.950 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26396 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 7.682.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 302 | 2032 20RX | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | 7.000.000 |
| 12 302 | 2032 20RX 0031 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 7.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 7.000.000 |
| 12 302 | 2032 4086 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | 682.000 |
| 12 302 | 2032 4086 0031 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 682.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 221.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 461.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |

| | |
|---|---|
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **7.682.000** |
| **TOTAL - GERAL** | **7.682.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **6.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **6.000.000** |
| 12 302 | 2032 20RX 0043 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 6.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 6.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **6.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **466.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **466.000** |
| 12 302 | 2032 4086 0028 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Sergipe | | | | | | | 466.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 466.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **466.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **466.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.532.400** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.532.400** |
| 12 363 | 2031 20RL 0027 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Alagoas | | | | | | | 2.532.400 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 880.647 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 276.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 281 | 534.753 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 841.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.532.400** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.532.400** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ES | GN | RP | MO | IU | FT | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | F | D | | D | | E | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 1.550.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 1.465.000 |
| 12 363 | 2031 20RL 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.465.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.215.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 250.000 |
| 12 363 | 2031 2994 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 85.000 |
| 12 363 | 2031 2994 0029 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia | | | | | | | 85.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 85.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.550.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.550.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 106.990 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 106.990 |
| 12 363 | 2031 20RL 0023 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Ceará | | | | | | | 106.990 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 60.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 46.990 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 106.990 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 106.990 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 298.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 298.000 |
| 12 363 | 2031 20RL 0052 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás | | | | | | | 298.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 298.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 298.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 298.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 3.142.070 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 2.657.415 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 363 | 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 2.657.415 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 50.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 447.590 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 87.825 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.994.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 98.000 |
| **12 363** | **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **484.655** |
| 12 363 | 2031 2994 0031 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 484.655 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 484.655 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.142.070** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.142.070** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **897.240** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **776.495** |
| 12 363 | 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 776.495 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 338.987 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 390.084 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 47.424 |
| **12 363** | **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **19.745** |
| 12 363 | 2031 2994 0031 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 19.745 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 19.745 |
| **12 363** | **2031 6380** | **Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **101.000** |
| 12 363 | 2031 6380 0031 | Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 101.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 91.000 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **207.747** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 128** | **2109 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | | | | | | | **207.747** |
| 12 128 | 2109 4572 0031 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 207.747 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 207.747 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.104.987** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.104.987** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **673.220** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **100.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 100.000 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 100.000 |
| 12 363 | 2031 2994 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 573.220 |
| 12 363 | 2031 2994 0031 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 573.220 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 573.220 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 673.220 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 673.220 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 1.750.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 1.750.000 |
| 12 363 | 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.750.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 650.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 225.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 650.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 225.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.750.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.750.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triangulo Mineiro

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 1.816.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RG | Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 150.000 |
| 12 363 | 2031 20RG 0031 | Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 150.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 150.000 |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 1.666.000 |
| 12 363 | 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.666.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.219.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 447.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.816.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.816.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 5.283.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RG | Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 2.000.000 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 363 | 2031 20RG 0025 | Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.000.000 |
| | | | | | | | | | 2.000.000 |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **3.221.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0025 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba | | | | | | | 3.221.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 350.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.622.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 99.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 150.000 |
| **12 363** | **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **62.000** |
| 12 363 | 2031 2994 0025 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba | | | | | | | 62.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 62.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.283.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.283.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **394.649** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **394.649** |
| 12 363 | 2031 20RL 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 394.649 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 311.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 83.649 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **394.649** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **394.649** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **500.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **500.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **500.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **1.068.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **568.000** |
| 12 363 | 2031 20RL 0011 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Rondônia | | | | | | | 568.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 568.000 |
| **12 363** | **2031 2994** | **Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **500.000** |
| 12 363 | 2031 2994 0011 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Rondônia | | | | | | | 500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.068.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.068.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **3.681.122** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **3.681.122** |
| 12 363 | 2031 20RL 0042 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 3.681.122 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.928.122 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 76.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 677.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.681.122** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.681.122** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2031** | **Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.412.370** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 363** | **2031 20RL** | **Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** | | | | | | | **2.412.370** |
| 12 363 | 2031 20RL 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia | | | | | | | 2.412.370 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 77.900 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.818.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 680 | 361.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 681 | 143.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 281 | 12.470 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **100.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 128** | **2109 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | | | | | | | **100.000** |
| 12 128 | 2109 4572 0029 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia | | | | | | | 100.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 100.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.512.370** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.512.370** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí**

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 1.636.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 1.636.000 |
| 12 363 | 2031 20RL 0022 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí | | | | | | | 1.636.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 636.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.636.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.636.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 2.756.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 2.756.000 |
| 12 363 | 2031 20RL 0041 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Paraná | | | | | | | 2.756.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 943.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 680 | 1.813.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.756.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.756.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 3.448.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 3.448.000 |
| 12 363 | 2031 20RL 0024 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 3.448.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 784.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.664.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.448.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.448.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 2.814.695 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 2.814.695 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 363 | 2031 20RL 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 2.814.695 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.213.695 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 50.100 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 551.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.814.695 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.814.695 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 2.359.300 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 2.359.300 |
| 12 363 | 2031 20RL 0042 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 2.359.300 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.359.300 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.359.300 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.359.300 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 17.199.252 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 17.199.252 |
| 12 363 | 2031 20RL 0035 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo | | | | | | | 17.199.252 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 15.500.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 688.340 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 280 | 99.912 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 911.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 17.199.252 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 17.199.252 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | 15.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 001E | Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES | | | | | | | 15.000 |
| 28 846 | 0910 001E 0040 | Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES - Na Região Sul | | | | | | | 15.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 15.000 |
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 10.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **10.000.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0040 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **10.015.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.015.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **2.112.000** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 11G0** | **Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA** | | | | | | | **2.112.000** |
| 12 364 | 2032 11G0 0015 | Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA - No Estado do Pará | | | | | | | 2.112.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 2.112.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.112.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.112.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **5.529.236** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **213.236** |
| 12 364 | 2032 20GK 0020 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste | | | | | | | 213.236 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 181.050 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 32.186 |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **1.016.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0020 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste | | | | | | | 1.016.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 1.016.000 |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **4.300.000** |
| 12 364 | 2032 4002 0020 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Na Região Nordeste | | | | | | | 4.300.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.300.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.529.236** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.529.236** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**

**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **313.058** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **254.400** |
| 12 364 | 2032 20GK 0015 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará | | | | | | | 254.400 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 254.400 |

| | | PROJETOS | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 364 | 2032 14XO | Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA | | | | | | | 58.658 |
| 12 364 | 2032 14XO 0015 | Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA - No Estado do Pará | | | | | | | 58.658 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 58.458 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 200 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 313.858 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 313.058 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 149.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 14XP | Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA | | | | | | | 149.000 |
| 12 364 | 2032 14XP 0023 | Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA - No Estado do Ceará | | | | | | | 149.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 149.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 149.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 149.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26451 - Hospital de Ensino Dr. Washington Antonio de Barros

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 1.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 302 | 2032 4086 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | 1.000.000 |
| 12 302 | 2032 4086 0026 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 281 | 900.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 281 | 100.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 |

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social
UNIDADE: 33101 - Ministério da Previdência Social

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | 92.881 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 0129 | Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS) | | | | | | | 5.000 |
| 28 846 | 0910 0129 0002 | Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS) - No Exterior | | | | | | | 5.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 80 | 0 | 151 | 5.000 |
| 28 846 | 0910 0130 | Contribuição à Conferência Interamericana de Seguridade Social - CISS (MPS) | | | | | | | 30.000 |
| 28 846 | 0910 0130 0002 | Contribuição à Conferência Interamericana de Seguridade Social - CISS (MPS) - No Exterior | | | | | | | 30.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 80 | 0 | 151 | 30.000 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 28 846 | 0910 0131 | Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS) | | | | | | | 57.881 |
| 28 846 | 0910 0131 0002 | Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS) - No Exterior | S | 3 | 2 | 80 | 0 | 151 | 57.881 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 92.881 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 92.881 |

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social
UNIDADE: 33201 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | 10.772 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 0129 | Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS) | | | | | | | 9.613 |
| 28 846 | 0910 0129 0002 | Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS) - No Exterior | S | 3 | 2 | 80 | 0 | 151 | 9.613 |
| 28 846 | 0910 0131 | Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS) | | | | | | | 1.159 |
| 28 846 | 0910 0131 0002 | Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (MPS) - No Exterior | S | 3 | 2 | 80 | 0 | 151 | 1.159 |
| | 2061 | Previdência Social | | | | | | | 40.816.092 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 09 126 | 2061 2292 | Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários | | | | | | | 40.816.092 |
| 09 126 | 2061 2292 0001 | Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - Nacional | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 40.816.092 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 40.826.864 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 40.826.864 |

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego
UNIDADE: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2127 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego | | | | | | | 4.906.500 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 11 122 | 2127 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 4.800.000 |
| 11 122 | 2127 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.800.000 |
| 11 661 | 2127 2374 | Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte | | | | | | | 106.500 |
| 11 661 | 2127 2374 0001 | Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 106.500 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 4.906.500 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.906.500 |

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego
UNIDADE: 38901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0902 | Operações Especiais: Financiamentos com Retorno | | | | | | | 3.359.418 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 11 334 | 0902 0158 | Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES | | | | | | | 3.359.418 |
| 11 334 | 0902 0158 0001 | Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES - Nacional | F | 5 | 0 | 90 | 0 | 340 | 3.359.418 |
| | 2071 | Trabalho, Emprego e Renda | | | | | | | 1.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 11 571 | 2071 20YY | Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda | | | | | | | 500.000 |
| 11 571 | 2071 20YY 0001 | Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda - Nacional | S | 3 | 2 | 30 | 0 | 100 | 500.000 |
| 11 332 | 2071 2553 | Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS | | | | | | | 1.000.000 |
| 11 332 | 2071 2553 0001 | Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - Nacional | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.359.418 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.859.418 |

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2027 | Cultura: Preservação, Promoção e Acesso | | | | | | | 3.351.958 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 392 | 2027 20ZF | Promoção e Fomento à Cultura Brasileira | | | | | | | 3.351.958 |
| 13 392 | 2027 20ZF 0001 | Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional | | | | | | | 3.351.958 |
| | | | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 100 | 1.192.999 |
| | | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 1.300.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 858.959 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.351.958 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.351.958 |

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2027 | Cultura: Preservação, Promoção e Acesso | | | | | | | 90.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 392 | 2027 20ZM | Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural | | | | | | | 90.000 |
| 13 392 | 2027 20ZM 0001 | Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural - Nacional | | | | | | | 90.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 90.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 90.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 90.000 |

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2107 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura | | | | | | | 7.370.600 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 2107 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 7.370.600 |
| 13 122 | 2107 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 7.370.600 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 7.370.600 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 7.370.600 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.370.600 |

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42206 - Agência Nacional do Cinema

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2107 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura | | | | | | | 1.198.395 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 13 122 | 2107 155V | Aquisição de edifício sede da Agência Nacional do Cinema - ANCINE | | | | | | | 1.198.395 |
| 13 122 | 2107 155V 3341 | Aquisição de edifício sede da Agência Nacional do Cinema - ANCINE - No Município do Rio de Janeiro - RJ | | | | | | | 1.198.395 |
| | | | F | 5 | 2 | 91 | 0 | 100 | 1.198.395 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.198.395 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.198.395 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 3.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 1.000.000 |
| 12 122 | 2109 2000 0053 | Administração da Unidade - No Distrito Federal | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| 12 122 | 2109 20RH | Gerenciamento das Políticas de Educação | | | | | | | 2.500.000 |
| 12 122 | 2109 20RH 0001 | Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional | | | | | | | 2.500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.500.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.500.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.500.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 10.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 8282 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 10.000.000 |
| 12 364 | 2032 8282 0032 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 10.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 10.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.000.000 |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás**

**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **12.800.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **9.900.000** |
| 12 364 | 2032 20RK 0052 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás | | | | | | | 9.900.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 9.900.000 |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **2.900.000** |
| 12 364 | 2032 4002 0052 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Goiás | | | | | | | 2.900.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.900.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **12.800.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **12.800.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **5.500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **2.500.000** |
| 12 364 | 2032 4002 0033 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.500.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.500.000 |
| **12 364** | **2032 8282** | **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **3.000.000** |
| 12 364 | 2032 8282 0033 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 3.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 3.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.500.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.500.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **15.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 364** | **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **15.000.000** |
| 12 364 | 2032 20GK 0033 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 15.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 15.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **15.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **15.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins**

**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 3.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 4002 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior | | | | | | | 3.000.000 |
| 12 364 | 2032 4002 0017 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Tocantins | | | | | | | 3.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 3.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2030 | Educação Básica | | | | | | | 82.807 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 368 | 2030 20RJ | Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica | | | | | | | 82.807 |
| 12 368 | 2030 20RJ 0015 | Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - No Estado do Pará | | | | | | | 82.807 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 108 | 82.807 |
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 20.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 4002 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior | | | | | | | 20.000 |
| 12 364 | 2032 4002 0015 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Pará | | | | | | | 20.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 102.807 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 102.807 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 4.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 4.000.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 4.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 4.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 4.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 1.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 1.000.000 |
| 12 363 | 2031 20RL 0033 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 1.000.000 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | - No Estado do Rio de Janeiro | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 1.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 1.000.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 2.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 11GI | Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA | | | | | | | 2.000.000 |
| 12 364 | 2032 11GI 0041 | Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA - No Estado do Paraná | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 6.509.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 8282 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 6.509.000 |
| 12 364 | 2032 8282 0033 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 6.509.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 6.509.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.509.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 10.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 8282 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 10.000.000 |
| 12 364 | 2032 8282 0053 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal | | | | | | | 10.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 10.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João Del Rei

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 75.031 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 4002 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior | | | | | | | 75.031 |
| 12 364 | 2032 4002 0031 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 75.031 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 75.031 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 75.031 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 75.031 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 4.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 4.000.000 |
| 12 122 | 2109 2000 0053 | Administração da Unidade - No Distrito Federal | | | | | | | 4.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 4.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 4.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 20.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 302 | 2032 20RX | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | 20.000.000 |
| 12 302 | 2032 20RX 0043 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 20.000.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 20.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 20.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II

Crédito Suplementar

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2030** | **Educação Básica** | | | | | | | **215.884.362** |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| 12 365 | **2030 12KU** | **Implantação de Escolas para Educação Infantil** | | | | | | | **18.400.000** |
| 12 365 | 2030 12KU 0001 | Implantação de Escolas para Educação Infantil - Nacional | | | | | | | 18.400.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 40 | 0 | 100 | 18.400.000 |
| 12 368 | **2030 12KV** | **Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares** | | | | | | | **5.500.000** |
| 12 368 | 2030 12KV 0001 | Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares - Nacional | | | | | | | 5.500.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 30 | 0 | 100 | 5.500.000 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| 12 847 | **2030 0515** | **Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica** | | | | | | | **191.984.362** |
| 12 847 | 2030 0515 0001 | Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Nacional | | | | | | | 191.984.362 |
| | | | F | 3 | 1 | 40 | 0 | 100 | 191.984.362 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **215.884.362** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **215.884.362** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.806.573** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| 12 364 | **2032 20GK** | **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **1.000.000** |
| 12 364 | 2032 20GK 0029 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| 12 364 | **2032 20RK** | **Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** | | | | | | | **806.493** |
| 12 364 | 2032 20RK 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia | | | | | | | 806.493 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 806.493 |
| 12 364 | **2032 4002** | **Assistência ao Estudante de Ensino Superior** | | | | | | | **80** |
| 12 364 | 2032 4002 0029 | Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado da Bahia | | | | | | | 80 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 80 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **200.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| 12 128 | **2109 4572** | **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** | | | | | | | **200.000** |
| 12 128 | 2109 4572 0029 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia | | | | | | | 200.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 200.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.006.573** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.006.573** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais**

**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **144.548** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| 12 302 | **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **144.548** |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 302 | 2032 20RX 0032 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Espírito Santo | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 280 | 144.548 |
| | | | | | | | | | 144.548 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **144.548** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **144.548** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás**

**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **11.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **10.000.000** |
| 12 302 | 2032 20RX 0052 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Goiás | | | | | | | 10.000.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| | | **PROJETOS** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 157D** | **Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás** | | | | | | | **1.000.000** |
| 12 302 | 2032 157D 0052 | Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás - No Estado de Goiás | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **11.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **11.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26389 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro**

**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **352.461** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 4086** | **Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **352.461** |
| 12 302 | 2032 4086 0031 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 352.461 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 281 | 352.461 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **352.461** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **352.461** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26396 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia**

**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2032** | **Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** | | | | | | | **7.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2032 20RX** | **Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais** | | | | | | | **7.000.000** |
| 12 302 | 2032 20RX 0031 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 7.000.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 7.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **7.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **7.000.000** |

Câmara dos Deputados
Fl. 3637
Comissões Especiais

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 6.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 302 | 2032 20RX | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | 6.000.000 |
| 12 302 | 2032 20RX 0043 | Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 6.000.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 6.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 1.300.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 1.215.000 |
| 12 363 | 2031 20RL 0029 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.215.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 1.215.000 |
| 12 363 | 2031 2994 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 85.000 |
| 12 363 | 2031 2994 0029 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia | | | | | | | 85.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 85.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.300.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.300.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 484.655 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 2994 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 484.655 |
| 12 363 | 2031 2994 0031 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 484.655 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 484.655 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 50.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 128 | 2109 4572 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | | | | | | | 50.000 |
| 12 128 | 2109 4572 0031 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 50.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 50.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 534.655 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 534.655 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

EM BRANCO

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 363 | 2031 20RL 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 500.000 |
| | | | | | | | | | 500.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 500.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 500.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 2.928.122 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 2.928.122 |
| 12 363 | 2031 20RL 0042 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.928.122 |
| | | | | | | | | | 2.928.122 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.928.122 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.928.122 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 2.213.595 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 2.213.595 |
| 12 363 | 2031 20RL 0043 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.213.595 |
| | | | | | | | | | 2.213.595 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.213.595 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.213.595 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 2.359.300 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 2.359.300 |
| 12 363 | 2031 20RL 0042 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 2.359.300 |
| | | | | | | | | | 2.359.300 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.359.300 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.359.300 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 10.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 6380 | Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 10.000 |
| 12 363 | 2031 6380 0031 | Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 10.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 10.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 673.220 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 100.000 |
| 12 363 | 2031 20RL 0031 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 100.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 100.000 |
| 12 363 | 2031 2994 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 573.220 |
| 12 363 | 2031 2994 0031 | Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 573.220 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 573.220 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 673.220 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 673.220 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 62.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 128 | 2109 4572 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | | | | | | | 62.000 |
| 12 128 | 2109 4572 0025 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Paraíba | | | | | | | 62.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 62.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 62.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 62.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 500.000 |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8660

| | | | SF | ND | P | OD | U | TE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2031 | Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 15.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 2031 20RL | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica | | | | | | | 15.500.000 |
| 12 363 | 2031 20RL 0035 | Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 112 | 15.500.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 15.500.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.500.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 10.015.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 15.000 |
| 12 364 | 2032 20RK 0040 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 15.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 125C | Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS | | | | | | | 10.000.000 |
| 12 364 | 2032 125C 0040 | Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - Na Região Sul | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 10.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 10.015.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.015.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2032 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 4.481.050 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 20GK | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 181.050 |
| 12 364 | 2032 20GK 0020 | Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 112 | 181.050 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 364 | 2032 125B | Implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB | | | | | | | 4.300.000 |
| 12 364 | 2032 125B 0020 | Implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB - Na Região Nordeste | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.300.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 4.481.050 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.481.050 |

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social
UNIDADE: 33101 - Ministério da Previdência Social

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2114 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social | | | | | | | 92.881 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 09 122 | 2114 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 92.881 |
| 09 122 | 2114 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 92.881 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 92.881 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 92.881 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 92.881 |

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social
UNIDADE: 33201 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2061 | Previdência Social | | | | | | | 36.856.560 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 09 128 | 2061 20GN | Educação Previdenciária e Financeira | | | | | | | 420.000 |
| 09 128 | 2061 20GN 0001 | Educação Previdenciária e Financeira - Nacional | | | | | | | 420.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 420.000 |
| 09 183 | 2061 20HR | Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social | | | | | | | 630.000 |
| 09 183 | 2061 20HR 0001 | Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social - Nacional | | | | | | | 630.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 630.000 |
| 09 183 | 2061 20HT | Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC | | | | | | | 600.000 |
| 09 183 | 2061 20HT 0001 | Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC - Nacional | | | | | | | 600.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 600.000 |
| 09 665 | 2061 2562 | Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos | | | | | | | 3.300.000 |
| 09 665 | 2061 2562 0001 | Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos - Nacional | | | | | | | 3.300.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 3.300.000 |
| 09 271 | 2061 2585 | Serviço de Reabilitação Profissional | | | | | | | 8.016.960 |
| 09 271 | 2061 2585 0001 | Serviço de Reabilitação Profissional - Nacional | | | | | | | 8.016.960 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 8.016.960 |
| 09 271 | 2061 8426 | Desimobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS | | | | | | | 300.000 |
| 09 271 | 2061 8426 0001 | Desimobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS - Nacional | | | | | | | 300.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 300.000 |
| 09 271 | 2061 8869 | Reformas e Adaptações das Unidades do INSS | | | | | | | 11.589.600 |
| 09 271 | 2061 8869 0001 | Reformas e Adaptações das Unidades do INSS - Nacional | | | | | | | 11.589.600 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 8.589.600 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 151 | 3.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 09 271 | 2061 116V | Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS | | | | | | | 12.000.000 |
| 09 271 | 2061 116V 0001 | Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS - Nacional | | | | | | | 12.000.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 151 | 12.000.000 |
| | 2114 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social | | | | | | | 3.970.304 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 09 128 | 2114 4572 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | | | | | | | 3.970.304 |
| 09 128 | 2114 4572 0001 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional | | | | | | | 3.970.304 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 3.970.304 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 40.826.864 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 40.826.864 |

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2015 | Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) | | | | | | | 300.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10 422 | 2015 20YM | Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade | | | | | | | 300.000 |
| 10 422 | 2015 20YM 0001 | Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade - Nacional | | | | | | | 300.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 100 | 300.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 300.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 300.000 |

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego
UNIDADE: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2127 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego | | | | | | | 106.500 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 11 661 | 2127 2374 | Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte | | | | | | | 106.500 |
| 11 661 | 2127 2374 0001 | Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte - Nacional | | | | | | | 106.500 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 106.500 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 106.500 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 106.500 |

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego
UNIDADE: 38901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2071 | Trabalho, Emprego e Renda | | | | | | | 6.300.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 11 333 | 2071 20JT | Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine | | | | | | | 4.800.000 |
| 11 333 | 2071 20JT 0001 | Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine - Nacional | | | | | | | 4.800.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 30 | 0 | 100 | 4.800.000 |
| 11 332 | 2071 2553 | Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS | | | | | | | 1.000.000 |
| 11 332 | 2071 2553 0001 | Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - Nacional | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| 11 334 | 2071 2C43 | Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT | | | | | | | 500.000 |
| 11 334 | 2071 2C43 0001 | Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - Nacional | | | | | | | 500.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.300.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.300.000 |

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2027 | Cultura: Preservação, Promoção e Acesso | | | | | | | 3.351.958 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 392 | 2027 20ZF | Promoção e Fomento à Cultura Brasileira | | | | | | | 3.351.958 |
| 13 392 | 2027 20ZF 0001 | Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional | | | | | | | 3.351.958 |
| | | | F | 3 | 2 | 30 | 0 | 100 | 1.192.999 |
| | | | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 1.300.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 858.959 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 3.351.958 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.351.958 |

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa

ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2027 | Cultura: Preservação, Promoção e Acesso | | | | | | | 90.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 392 | 2027 20ZM | Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural | | | | | | | 90.000 |
| 13 392 | 2027 20ZM 0001 | Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural - Nacional | | | | | | | 90.000 |
| | | | F | 5 | 2 | 90 | 0 | 100 | 90.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 90.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 90.000 |

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2027 | Cultura: Preservação, Promoção e Acesso | | | | | | | 7.370.600 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 391 | 2027 20ZH | Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro | | | | | | | 7.370.600 |
| 13 391 | 2027 20ZH 0001 | Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro - Nacional | | | | | | | 7.370.600 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.370.600 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 7.370.600 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.370.600 |

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42206 - Agência Nacional do Cinema

ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2107 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura | | | | | | | 1.198.395 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 2107 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 1.198.395 |
| 13 122 | 2107 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 1.198.395 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.198.395 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.198.395 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |

EM BRANCO

EM BRANCO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 8º ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

**PARECER n. 00797/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU**

NUP: 03500.200803/2015-12

INTERESSADOS: Diversos órgãos do Poder Executivo.

ASSUNTO: Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

EMENTA: I – Ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. II – Conformidade com: (a) as competências constitucionais do Presidente da República; (b) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares; e (c) as hipóteses de autorização para a abertura de créditos suplementares previstas na Lei Orçamentária Anual em vigor. III – Pelo encaminhamento à ASTEC/GM.

A Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM submeteu à análise e manifestação desta Consultoria Jurídica Projeto de Decreto que: "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, crédito suplementar no valor de R$ 1.701.389.028,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.".

De acordo com a Exposição de Motivos: (i) o objetivo da proposta é o de reforçar as dotações orçamentárias dos órgãos envolvidos (item 1 do Anexo à EM); (ii) os recursos necessários à abertura do crédito serão obtidos por meio de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, de excesso de arrecadação, bem como de anulação parcial de dotações orçamentárias (item 7 da EM); e (iii) a proposta não afetará a meta de resultado primário para o presente exercício (item 8 da EM).

No âmbito deste Ministério, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento da proposta.

Em relação ao conteúdo, esta Consultoria Jurídica não identificou qualquer óbice ou risco de natureza jurídica capaz de interferir na efetivação dos objetivos da proposta. O Projeto de Decreto está em conformidade com: (i) a competência

Câmara dos Deputados
Fl. 3667
Comissões Especiais

constitucional da Presidente da República para expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis (art. 84, IV, da Constituição Federal); (ii) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares (art. 167, V, da Constituição Federal, arts. 40 a 46 da Lei nº 4.320/1964 e art. 4º, incisos I, alíneas "a", "c" e "e", II, VIII, XII, alínea "a", itens "1", "2" e "3", XIV, alínea "a", e XIX, alínea "b", item 2, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015).

No tocante aos aspectos formais, o Projeto de Decreto está em conformidade com as normas que regulam a elaboração de atos normativos no âmbito da administração pública federal (Lei Complementar nº 95/1998 e Decreto nº 4.176/2002).

Do exposto, opina-se pela ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. Pelo encaminhamento à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

À consideração superior.

PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES JÚNIOR

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS

ADVOGADO DA UNIÃO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 8º ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

DESPACHO DE APROVAÇÃO DO CONSULTOR JURÍDICO

PROCESSO: 03500.200803/2015-12

INTERESSADO: Diversos órgãos do Poder Executivo.

ASSUNTO: Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

1. Aprovo o PARECER n. 00797/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU.

2. Enviem-se os autos à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

WALTER BAERE DE ARAÚJO FILHO

Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 03500200803201512 e da chave de acesso f0528b51

Documento assinado eletronicamente por PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR, de acordo com os

normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3463781 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação de acesso. Informações adicionais: Signatário (a): PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR. Data e Hora: 07-07-2015 17:50. Número de Série: 7160455948378289969. Emissor: AC CAIXA PF v2.

Documento assinado eletronicamente por WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3463781 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO. Data e Hora: 07-07-2015 21:53. Número de Série: 215034179864168805 3. Emissor: AC CAIXA PF v2.

*Assinado eletronicamente por: Walter Baere de Araújo Filho*

Câmara dos Deputados Especiais

BRASIL GOV

SIDOF

Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal

**Assinaturas**

Fechar Imprimir

**NUP:**

**Assunto:** MP 00099 2015 EM DEC Crédito Suplementar R$ 1.701.389.028,00 MEC MPS MTE MinC

Assinaturas

| Nome | Cargo | Data/Hora da Assinatura | Situação |
|---|---|---|---|
| Nelson Henrique Barbosa Filho | Ministro de Estado do Planejamento Oeçamento e Gestão | 09-07-2015 20:54:54 | |
| Walter Baere de Araújo Filho | Consultor Juridico | 08-07-2015 15:56:47 | |

«« « » »»

**Histórico de Documentos**

Câmara dos Deputados
Fl. 3671
Comissões Especiais

Histórico

| Responsável | Destinatário | Ação | Data da Ação | Hora da Ação | Etapa Original | Órgão |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Luanne Dias Costa | | Abrir Documento | 10/07/2015 | 12:55 | Trâmite na PR | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 10/07/2015 | 21:02 | Disponibilizar para a PR | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 10/07/2015 | 21:02 | Disponibilizar para a PR | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Abrir Documento | 10/07/2015 | 21:02 | Disponibilizar para a PR | MP |
| Nelson Henrique Barbosa Filho | | Assinar e Encaminhar | 09/07/2015 | 20:55 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 17:09 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Abrir Documento | 08/07/2015 | 17:08 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Luanne Dias Costa | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 16:51 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Luanne Dias Costa | | Abrir Documento | 08/07/2015 | 16:51 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Luanne Dias Costa | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 16:46 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Luanne Dias Costa | | Abrir Documento | 08/07/2015 | 16:44 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Fechar Documento | 08/07/2015 | 15:57 | Assinar Documento Oficial | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Assinar e Encaminhar | 08/07/2015 | 15:57 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 15:56 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Editar Documento | 08/07/2015 | 15:56 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Walter Baere de Araújo Filho | | Abrir Documento | 08/07/2015 | 15:55 | Inserir Parecer Jurídico | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Encaminhar | 08/07/2015 | 12:49 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |
| Ubiratan Nunes de Lucena | | Salvar Documento | 08/07/2015 | 12:49 | Inserir/Alterar Projeto de Documento | MP |

**Assunto:** Notificação de NUP (SIDOF)
**De:** Sidof@planalto.gov.br <Sidof@planalto.gov.br> [+] [x]
**Data:** 10/07/2015 09:23:07
**Destinatário:** djaci.sousa@planejamento.gov.br, luanne.costa@planejamento.gov.br, sandra.cunha@planejamento.gov.br, ubiratan.Lucena@planejamento.gov.br, chica.carvalho@planejamento.gov.br, nilvani.abreu@planejamento.gov.br [...]

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
PROTOCOLO DE ENCAMINHAMENTO
PROTOCOLO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/PRT

Autor do Documento: Ubiratan Nunes de Lucena
Data de Encaminhamento: 10/07/2015
Nup: 03500.200803/2015-12
Assunto: MP 00099 2015 EM DEC Crédito Suplementar R$ 1.701.389.028,00 MEC MPS MTE MinC

https://sidof2.planalto.gov.br/sidof/telaEspera.js

BRASIL.GOV.BR

Câmara dos Deputados Fl. 8673

Sexta-feira, 10 de Julho de 2015. Boa Tarde, Sra. Luanne Dias Costa Orgão: MP Perfil: Preposto Versão: 1.11.4

SIDOF Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal

Relacionar Documentos | Criar Documento | Pesquisar | Ajuda | Logout

**Decreto Sem Número**

Log | Fechar Documento | Fluxo

**Ministério Autor:** MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

**Prioridade:** Normal

**Data:** 08/07/2015 **Existe processo físico sendo encaminhado?** Não

**Assunto:** MP 0009 2015 EM DEC Crédito Suplementar R$ 1.701.389.028,00 MEC MPS MTE MinC

**Detalhamento:** Projeto de Decreto que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, crédito suplementar no valor de R$ 1.701.389.028,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

| | | |
|---|---|---|
| ★ Exposição de Motivos | ✓ | Anexos: 0 arquivo(s) |
| ★ Anexo da Exposição de Motivos | ✓ | Anexos: 0 arquivo(s) |
| ★ Texto da Proposição | ✓ | Anexos: 0 arquivo(s) |
| ★ Parecer Jurídico | ✓ | Anexos: 0 arquivo(s) |

★ = Itens obrigatórios.

+ Anexos: 5 arquivo(s)

Assinaturas

Documento Formatado

**Referendantes**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

Câmara dos Deputados
Fl. 367-A
Comissões Especiais

EM BRANCO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JÚNIOR E JANAÍNA CONCEIÇÃO PASCHOAL

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015**

**Volume 24**

# TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, na Secretaria das Comissões Especiais da Câmara dos Deputados, certifico, para os devidos fins, que este volume de número **24 (vinte e quatro)**, com folhas numeradas de 8324 a 8674, pertencente à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Roussef, tem seguimento no volume 25 (vinte e cinco). E, para constar, eu, ....., Claudia Maria Borges Matias, Secretária-Executiva da Comissão Especial, lavro e subscrevo a presente autuação.

Neste volume, constam as páginas. 8673-A.

Câmara dos Deputados
Fl. 8675
Comissões Especiais

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JÚNIOR E JANAÍNA CONCEIÇÃO PASCHOAL**

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015**

**Volume 25**

# AUTUAÇÃO

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, na Secretaria da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, autuo os documentos que se seguem, referentes à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, **em continuação ao volume número 24**. E, para constar, eu, .....,
Claudia Maria Borges Matias, Secretária-Executiva da Comissão Especial, lavro e subscrevo a presente autuação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Câmara dos Deputados
Fl. 8676
Comissões Especiais

03500.200762/2015-56

INTERESSADO:

ASSUNTO: CÓDIGO:

OUTROS DADOS:
Decreto de 27/07/2015
Crédito suplementar de R$ 1.629.519.495,00

## MOVIMENTAÇÕES

| SEQ | SIGLA | CÓDIGO | DATA | SEQ | SIGLA | CÓDIGO | DATA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | | | / / | 15 | | | / / |
| 02 | | | / / | 16 | | | / / |
| 03 | | | / / | 17 | | | / / |
| 04 | | | / / | 18 | | | / / |
| 05 | | | / / | 19 | | | / / |
| 06 | | | / / | 20 | | | / / |
| 07 | | | / / | 21 | | | / / |
| 08 | | | / / | 22 | | | / / |
| 09 | | | / / | 23 | | | / / |
| 10 | | | / / | 24 | | | / / |
| 11 | | | / / | 25 | | | / / |
| 12 | | | / / | 26 | | | / / |
| 13 | | | / / | 27 | | | / / |
| 14 | | | / / | 28 | | | / / |

**AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO**

ANEXOS:

SEDAP/PR - IMPRESSO Nº 47

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44645

**Tipo de Crédito:** 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **02000- Senado Federal** | | | | | | | | | | **3.916.658.698** | **3.816.510.496** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |
| **Unidade:** | **02101- Senado Federal** | | | | | | | | | | **3.916.658.698** | **3.816.510.496** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |
| **0551** | **Atuação Legislativa do Senado Federal** | | | | | | | | | | 2.331.606.042 | 2.246.960.792 | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **0551 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **01- 301** | *20* | | | | | | | | 115.100.000 | 115.031.560 | 1.500.000 | **0** | 1.500.000 |
| 0551 2004 5664 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF | | | *PLOA* | | | | | | | 115.100.000 | 115.031.560 | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| 0551 2004 5664 0001 | Assistência Médica e Odontologica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 1.500.000 | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *150* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *1.500.000* | *1.500.000* | *1.500.000* | *0* | *1.500.000* |
| **0551 4061** | **Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política** | **01- 031** | *10* | | | | | | | | **370.929.533** | **315.736.232** | **0** | **1.500.000** | **-1.500.000** |
| 0551 4061 5664 | Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF | | | *PLOA* | | | | | | | 370.929.533 | 315.736.232 | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| 0551 4061 5664 0001 | Administração Legislativa | | | | | | | | | | 157.845 | 0 | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *150* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *157.845* | *0* | *0* | *1.500.000* | *-1.500.000* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 3.916.658.698 | 3.816.510.496 | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44645**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Incorporar os recursos da segunda parcela da venda da folha de pagamento, recebidos da Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 16.052.327,13, os quais serão aplicados em despesas de investimentos do Senado Federal, especialmente com equipamentos para modernização tecnológica da TV Senado (migração da tecnologia analógica para digital). Citam-se as aquisições do Sistema redundante e integrado de ingest, edição e exibição de conteúdos digitais; do Sistema de Multimonitoração para receber sinais de vídeo e do Sistema de Captação de Áudio e Vídeo de Externas. Essas despesas não foram previstas quando da elaboração do PLOA/2015, pois considerou-se à época que as respectivas contratações seriam concluídas ainda em 2014, o que acabou não ocorrendo. Assim, essa nova receita será incorporada mediante crédito adicional, por excesso de arrecadação, a fim de acrescer o orçamento autorizado do Senado Federal e não comprometer outras aquisições já programadas para o corrente exercício e constante do Plano de Contratações da Casa; 2) Incorporar os recursos oriundos das contribuições para custeio da assistência à saúde. Nesse caso, não haverá excesso de arrecadação, pois o ingresso dessa nova receita irá apenas compensar a frustração verificada em outras naturezas de receitas próprias (fonte "150") previstas na LOA/2015. Assim, será cancelado R$ 1,5 milhão na ação "4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política", e suplementado igual valor na ação "2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores", programação em que se deve dar a aplicação desses recursos.

**Usuário:** MAXWELL PERONA RIBEIRO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

A quase totalidade do crédito refere-se a suplementação por excesso de arrecadação, sendo apenas R$ 1,5 milhão de cancelamento de dotação. O impacto é inexpressivo, pois o valor cancelado representa apenas 0,39% do montante autorizado da programação objeto de cancelamento (ação "4061"). Aliás, o remanejamento proposto objetiva justamente viabilizar a execução desses recursos, os quais devem ser aplicados na ação "2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores".

**Usuário:** MAXWELL PERONA RIBEIRO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento do pleito impossibilitará a incorporação ao orçamento, e consequente execução, dos recursos oriundos da segunda parcela da venda da folha de pagamento junto à Caixa Econômica Federal, os quais não foram previstos quando da elaboração do PLOA/2015. Mais do que isso, comprometerá a continuidade de diversas contratações em andamento destinadas à digitalização do parque tecnológico da TV Senado, as quais seriam financiadas com esses recursos, conforme determinado pela Comissão Diretora do Senado Federal, em deliberação tomada na 3ª Reunião deste Colegiado, realizada em 26/2/2014, oportunidade em que se decidiu que os recursos oriundos da venda da folha "serão despendidos, preferencialmente, na modernização tecnológica do Senado Federal, em especial no que se refere aos equipamentos do Prodasen e da Secretaria de Comunicação Social, nos projetos relativos à centralização administrativa da Casa e na modernização das Comissões".

**Usuário:** MAXWELL PERONA RIBEIRO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não haverá reflexo no nível de gastos de custeio (GND "3") do Órgão, que permanecerá inalterado. Haverá elevação nas dotações autorizadas de investimentos (GND "4"), no montante de R$ 16.052.327,13, que representa acréscimo de 0,41% no orçamento autorizado



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 8677

**Pedidos:** **44645**

do Órgão (todas GNDs).

**Usuário:** MAXWELL PERONA RIBEIRO

**Outras informações consideradas relevantes**

O bloqueio dos recursos orçamentários oferecidos para cancelamento foi efetuado por meio da Nota de Dotação nº 2015ND000917, de 15/05/2015.

**Usuário:** MAXWELL PERONA RIBEIRO

**Acompanhamentos Pedido: 44645**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | NANCI QUIRINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | NANCI QUIRINO |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | NANCI QUIRINO |

Câmara dos Deputados
Comissão Especial
8678

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44645**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **02000 Senado Federal** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |
| 02101 Senado Federal | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 150 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **02101 Senado Federal** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |
| 150 Recursos Próprios Não-Financeiros | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 01 - Legislativa | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 031 - Ação Legislativa | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| 301 - Atenção Básica | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **01 Legislativa** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |
| 031 Ação Legislativa | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| 301 Atenção Básica | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Formalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44645**

**Tipo: 100 - Suplementação de subtítulos até o limite de 20% da LOA**

| *Tipo de Programa* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| 4061 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Tipo de Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 44645 - Cópia do pedido 44289 - Assistencia Médica(Tipo 100) | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 1.500.000 | 1.500.000 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.500.000** | **1.500.000** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44659

**Tipo de Crédito:** 192 - Atendimento de despesas com benefícios de legislação especial

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **11000- Superior Tribunal de Justiça** | | | | | | | | | | **1.340.808.280** | **1.261.981.179** | **500** | **0** | **500** | **0** |
| **Unidade:** | **11101- Superior Tribunal de Justiça** | | | | | | | | | | **1.340.808.280** | **1.261.981.179** | **500** | **0** | **500** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 35.592 | 35.460 | 500 | 0 | 500 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | 09- 274 | 20 | | | | | | | | 35.592 | 35.460 | 500 | 0 | 500 | 0 |
| 0909 0536 5664 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Em Brasília - DF | | | PLOA | | | | | | | 35.592 | 35.460 | 500 | 0 | 500 | 0 |
| 0909 0536 5664 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 35.592 | 35.460 | 500 | 0 | 500 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *35.592* | *35.460* | *500* | *0* | *500* | *0* |
| **Órgão:** | **22000- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | | | | | | | | | | **12.489.910.095** | **9.124.566.737** | **15.000** | **0** | **15.000** | **0** |
| **Unidade:** | **22202- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA** | | | | | | | | | | **3.208.366.410** | **3.014.489.640** | **15.000** | **0** | **15.000** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 318.696 | 318.696 | 15.000 | 0 | 15.000 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | 09- 274 | 20 | | | | | | | | 318.696 | 318.696 | 15.000 | 0 | 15.000 | 0 |
| 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 318.696 | 318.696 | 15.000 | 0 | 15.000 | 0 |
| 0909 0536 0001 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 318.696 | 318.696 | 15.000 | 0 | 15.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *318.696* | *318.696* | *15.000* | *0* | *15.000* | *0* |
| **Órgão:** | **24000- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | | | | **10.084.697.771** | **8.174.033.205** | **6.000** | **0** | **6.000** | **0** |
| **Unidade:** | **24204- Comissão Nacional de Energia Nuclear** | | | | | | | | | | **946.550.515** | **920.002.626** | **6.000** | **0** | **6.000** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 46.529 | 46.040 | 6.000 | 0 | 6.000 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | 09- 274 | 20 | | | | | | | | 46.529 | 46.040 | 6.000 | 0 | 6.000 | 0 |
| 0909 0536 0033 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 46.529 | 46.040 | 6.000 | 0 | 6.000 | 0 |
| 0909 0536 0033 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 46.529 | 46.040 | 6.000 | 0 | 6.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *46.529* | *46.040* | *6.000* | *0* | *6.000* | *0* |
| **Órgão:** | **25000- Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **32.543.619.556** | **22.849.759.379** | **45.000** | **15.000.000** | **-14.955.000** | **0** |
| **Unidade:** | **25101- Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **9.527.341.328** | **9.140.893.237** | **30.000** | **0** | **30.000** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 212.670.787 | 43.528.792 | 30.000 | 0 | 30.000 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | 09- 274 | 20 | | | | | | | | 46.030.787 | 43.528.792 | 30.000 | 0 | 30.000 | 0 |
| 0909 0536 0053 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 46.030.787 | 43.528.792 | 30.000 | 0 | 30.000 | 0 |
| 0909 0536 0053 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 5.023.887 | 4.108.045 | 30.000 | 0 | 30.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *5.023.887* | *4.108.045* | *30.000* | *0* | *30.000* | *0* |



Comissões Especiais Fl. 8681 Secretaria dos Órgãos

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44659

**Tipo de Crédito:** 192 - Atendimento de despesas com benefícios de legislação especial
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **25103- Secretaria da Receita Federal do Brasil** | | | | | | | | | | **14.016.028.481** | **8.251.060.751** | **0** | **15.000.000** | **-15.000.000** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 18.779.196 | 0 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 | 0 |
| **0909 00OM** | **Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **18.779.196** | **0** | **0** | **15.000.000** | **-15.000.000** | **0** |
| 0909 00OM 0001 | Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 18.779.196 | 0 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 | 0 |
| 0909 00OM 0001 0000 | Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) | | | | | | | | | | 18.779.196 | 0 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *18.779.196* | *0* | *0* | *15.000.000* | *-15.000.000* | *0* |
| **Unidade:** | **25201- Banco Central do Brasil** | | | | | | | | | | **3.126.475.404** | **2.976.966.912** | **15.000** | **0** | **15.000** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 71.354 | 51.736 | 15.000 | 0 | 15.000 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **09- 274** | *20* | | | | | | | | **71.354** | **51.736** | **15.000** | **0** | **15.000** | **0** |
| 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 71.354 | 51.736 | 15.000 | 0 | 15.000 | 0 |
| 0909 0536 0001 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 15.000 | 0 | 15.000 | 0 | 15.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *15.000* | *0* | *15.000* | *0* | *15.000* | *0* |
| **Órgão:** | **26000- Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **109.643.591.255** | **97.861.628.611** | **169.100** | **0** | **169.100** | **0** |
| **Unidade:** | **26232- Universidade Federal da Bahia** | | | | | | | | | | **1.375.074.713** | **1.284.248.070** | **3.600** | **0** | **3.600** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 16.894 | 13.066 | 3.600 | 0 | 3.600 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **09- 274** | *20* | | | | | | | | **16.894** | **13.066** | **3.600** | **0** | **3.600** | **0** |
| 0909 0536 0029 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 16.894 | 13.066 | 3.600 | 0 | 3.600 | 0 |
| 0909 0536 0029 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 16.894 | 13.066 | 3.600 | 0 | 3.600 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *16.894* | *13.066* | *3.600* | *0* | *3.600* | *0* |
| **Unidade:** | **26234- Universidade Federal do Espírito Santo** | | | | | | | | | | **878.171.456** | **798.033.779** | **500** | **0** | **500** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 5.031 | 3.415 | 500 | 0 | 500 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **09- 274** | *20* | | | | | | | | **5.031** | **3.415** | **500** | **0** | **500** | **0** |
| 0909 0536 0032 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Espírito Santo | | | *PLOA* | | | | | | | 5.031 | 3.415 | 500 | 0 | 500 | 0 |
| 0909 0536 0032 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 5.031 | 3.415 | 500 | 0 | 500 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *5.031* | *3.415* | *500* | *0* | *500* | *0* |
| **Unidade:** | **26235- Universidade Federal de Goiás** | | | | | | | | | | **1.091.481.719** | **1.012.828.727** | **100** | **0** | **100** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 57.571 | 53.114 | 100 | 0 | 100 | 0 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 56

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44659

**Tipo de Crédito:** 192 - Atendimento de despesas com benefícios de legislação especial

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | 09- 274 | 20 | | | | | | | | 57.571 | 53.114 | 100 | 0 | 100 | 0 |
| 0909 0536 0052 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Goiás | | | PLOA | | | | | | | 57.571 | 53.114 | 100 | 0 | 100 | 0 |
| 0909 0536 0052 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 57.571 | 53.114 | 100 | 0 | 100 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *57.571* | *53.114* | *100* | *0* | *100* | *0* |
| **Unidade:** | **26236- Universidade Federal Fluminense** | | | | | | | | | | **1.658.782.532** | **1.597.970.707** | **28.000** | **0** | **28.000** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 149.074 | 120.523 | 28.000 | 0 | 28.000 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | 09- 274 | 20 | | | | | | | | **149.074** | **120.523** | **28.000** | **0** | **28.000** | **0** |
| 0909 0536 0033 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 149.074 | 120.523 | 28.000 | 0 | 28.000 | 0 |
| 0909 0536 0033 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 149.074 | 120.523 | 28.000 | 0 | 28.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *149.074* | *120.523* | *28.000* | *0* | *28.000* | *0* |
| **Unidade:** | **26241- Universidade Federal do Paraná** | | | | | | | | | | **1.360.030.972** | **1.254.621.474** | **24.800** | **0** | **24.800** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 176.913 | 151.296 | 24.800 | 0 | 24.800 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | 09- 274 | 20 | | | | | | | | **176.913** | **151.296** | **24.800** | **0** | **24.800** | **0** |
| 0909 0536 0041 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Paraná | | | PLOA | | | | | | | 176.913 | 151.296 | 24.800 | 0 | 24.800 | 0 |
| 0909 0536 0041 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 176.913 | 151.296 | 24.800 | 0 | 24.800 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *176.913* | *151.296* | *24.800* | *0* | *24.800* | *0* |
| **Unidade:** | **26242- Universidade Federal de Pernambuco** | | | | | | | | | | **1.350.050.139** | **1.282.895.973** | **400** | **0** | **400** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 19.624 | 17.428 | 400 | 0 | 400 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | 09- 274 | 20 | | | | | | | | **19.624** | **17.428** | **400** | **0** | **400** | **0** |
| 0909 0536 0026 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Pernambuco | | | PLOA | | | | | | | 19.624 | 17.428 | 400 | 0 | 400 | 0 |
| 0909 0536 0026 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 19.624 | 17.428 | 400 | 0 | 400 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *19.624* | *17.428* | *400* | *0* | *400* | *0* |
| **Unidade:** | **26255- Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri** | | | | | | | | | | **215.683.977** | **196.979.871** | **1.300** | **0** | **1.300** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 7.169 | 5.570 | 1.300 | 0 | 1.300 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | 09- 274 | 20 | | | | | | | | **7.169** | **5.570** | **1.300** | **0** | **1.300** | **0** |
| 0909 0536 0031 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 7.169 | 5.570 | 1.300 | 0 | 1.300 | 0 |
| 0909 0536 0031 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação | | | | | | | | | | 7.169 | 5.570 | 1.300 | 0 | 1.300 | 0 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8683

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44659

**Tipo de Crédito:** 192 - Atendimento de despesas com benefícios de legislação especial
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func. | E. S. F. | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 7.169 | 5.570 | 1.300 | 0 | 1.300 | 0 |
| **Unidade:** | **26276- Fundação Universidade Federal de Mato Grosso** | | | | | | | | | | **793.528.313** | **734.632.350** | **3.000** | **0** | **3.000** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 46.688 | 21.808 | 3.000 | 0 | 3.000 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **09- 274** | **20** | | | | | | | | **46.688** | **21.808** | **3.000** | **0** | **3.000** | **0** |
| 0909 0536 0051 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Mato Grosso | | | PLOA | | | | | | | 46.688 | 21.808 | 3.000 | 0 | 3.000 | 0 |
| 0909 0536 0051 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 46.688 | 21.808 | 3.000 | 0 | 3.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 46.688 | 21.808 | 3.000 | 0 | 3.000 | 0 |
| **Unidade:** | **26278- Fundação Universidade Federal de Pelotas** | | | | | | | | | | **629.116.349** | **600.848.886** | **74.700** | **0** | **74.700** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 911.987 | 711.031 | 74.700 | 0 | 74.700 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **09- 274** | **20** | | | | | | | | **911.987** | **711.031** | **74.700** | **0** | **74.700** | **0** |
| 0909 0536 0043 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 911.987 | 711.031 | 74.700 | 0 | 74.700 | 0 |
| 0909 0536 0043 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 911.987 | 711.031 | 74.700 | 0 | 74.700 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 911.987 | 711.031 | 74.700 | 0 | 74.700 | 0 |
| **Unidade:** | **26279- Fundação Universidade Federal do Piauí** | | | | | | | | | | **716.704.702** | **670.035.796** | **20.000** | **0** | **20.000** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 79.874 | 47.280 | 20.000 | 0 | 20.000 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **09- 274** | **20** | | | | | | | | **79.874** | **47.280** | **20.000** | **0** | **20.000** | **0** |
| 0909 0536 0022 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Piauí | | | PLOA | | | | | | | 79.874 | 47.280 | 20.000 | 0 | 20.000 | 0 |
| 0909 0536 0022 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 79.874 | 47.280 | 20.000 | 0 | 20.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 79.874 | 47.280 | 20.000 | 0 | 20.000 | 0 |
| **Unidade:** | **26294- Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA** | | | | | | | | | | **1.019.161.453** | **1.012.292.614** | **5.700** | **0** | **5.700** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 125.452 | 119.853 | 5.700 | 0 | 5.700 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **09- 274** | **20** | | | | | | | | **125.452** | **119.853** | **5.700** | **0** | **5.700** | **0** |
| 0909 0536 0043 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 125.452 | 119.853 | 5.700 | 0 | 5.700 | 0 |
| 0909 0536 0043 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 125.452 | 119.853 | 5.700 | 0 | 5.700 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 125.452 | 119.853 | 5.700 | 0 | 5.700 | 0 |
| **Unidade:** | **26365- Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás** | | | | | | | | | | **168.385.908** | **128.540.958** | **7.000** | **0** | **7.000** | **0** |



Câmara dos Deputados Comissões Fl. 8684

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44659

**Tipo de Crédito:** 192 - Atendimento de despesas com benefícios de legislação especial
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 92.306 | 85.104 | 7.000 | 0 | 7.000 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **09- 274** | *20* | | | | | | | | **92.306** | **85.104** | **7.000** | **0** | **7.000** | **0** |
| 0909 0536 0052 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Goiás | | | *PLOA* | | | | | | | 92.306 | 85.104 | 7.000 | 0 | 7.000 | 0 |
| 0909 0536 0052 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 92.306 | 85.104 | 7.000 | 0 | 7.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *92.306* | *85.104* | *7.000* | *0* | *7.000* | *0* |
| **Órgão:** | **30000- Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | **13.484.627.648** | **11.285.684.946** | **16.405** | **25.000.000** | **-24.983.595** | **0** |
| **Unidade:** | **30107- Departamento de Polícia Rodoviária Federal** | | | | | | | | | | **3.541.442.839** | **3.465.975.419** | **0** | **10.000.000** | **-10.000.000** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 12.219.352 | 341.105 | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 | 0 |
| **0909 00OM** | **Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **11.828.494** | **0** | **0** | **10.000.000** | **-10.000.000** | **0** |
| 0909 00OM 0001 | Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 11.828.494 | 0 | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 | 0 |
| 0909 00OM 0001 0000 | Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) | | | | | | | | | | 11.828.494 | 0 | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *11.828.494* | *0* | *0* | *10.000.000* | *-10.000.000* | *0* |
| **Unidade:** | **30108- Departamento de Polícia Federal** | | | | | | | | | | **5.846.891.128** | **5.623.256.954** | **0** | **15.000.000** | **-15.000.000** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 19.982.346 | 279.860 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 | 0 |
| **0909 00OM** | **Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **19.695.846** | **0** | **0** | **15.000.000** | **-15.000.000** | **0** |
| 0909 00OM 0001 | Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 19.695.846 | 0 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 | 0 |
| 0909 00OM 0001 0000 | Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) | | | | | | | | | | 19.695.846 | 0 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *19.695.846* | *0* | *0* | *15.000.000* | *-15.000.000* | *0* |
| **Unidade:** | **30202- Fundação Nacional do Índio - FUNAI** | | | | | | | | | | **653.323.371** | **539.834.180** | **16.405** | **0** | **16.405** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 134.024 | 134.024 | 16.405 | 0 | 16.405 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **09- 274** | *20* | | | | | | | | **134.024** | **134.024** | **16.405** | **0** | **16.405** | **0** |
| 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 134.024 | 134.024 | 16.405 | 0 | 16.405 | 0 |
| 0909 0536 0001 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 134.024 | 134.024 | 16.405 | 0 | 16.405 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *134.024* | *134.024* | *16.405* | *0* | *16.405* | *0* |
| **Órgão:** | **32000- Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | | | | **4.532.093.237** | **2.810.575.753** | **4.000** | **0** | **4.000** | **0** |
| **Unidade:** | **32202- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM** | | | | | | | | | | **552.799.130** | **508.848.925** | **4.000** | **0** | **4.000** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 232.000 | 139.846 | 4.000 | 0 | 4.000 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de** | **09-** | *20* | | | | | | | | 232.000 | 139.846 | 4.000 | 0 | 4.000 | 0 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8685

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44659

**Tipo de Crédito:** 192 - Atendimento de despesas com benefícios de legislação especial
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **274** | | | | | | | | | | | | | | |
| 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 232.000 | 139.846 | 4.000 | 0 | 4.000 | 0 |
| 0909 0536 0001 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/o Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 232.000 | 139.846 | 4.000 | 0 | 4.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *232.000* | *139.846* | *4.000* | *0* | *4.000* | *0* |
| **Órgão:** | **33000- Ministério da Previdência Social** | | | | | | | | | | **455.320.787.501** | **455.049.432.370** | **59.449.900** | **0** | **59.449.900** | **56.550.100** |
| **Unidade:** | **33201- Instituto Nacional do Seguro Social** | | | | | | | | | | **14.426.782.953** | **14.221.207.895** | **59.449.900** | **0** | **59.449.900** | **56.550.100** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 1.108.466.930 | 1.068.798.938 | 59.449.900 | 0 | 59.449.900 | 56.550.100 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **09- 274** | *20* | | | | | | | | 1.108.466.930 | 1.068.798.938 | 59.449.900 | 0 | 59.449.900 | 56.550.100 |
| 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 1.108.466.930 | 1.068.798.938 | 59.449.900 | 0 | 59.449.900 | 56.550.100 |
| 0909 0536 0001 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/o Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 31.000.000 | 0 | 59.449.900 | 0 | 59.449.900 | 56.550.100 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *19.449.900* | *0* | *59.449.900* | *0* | *59.449.900* | *0* |
| | | | | | *3.3.90* | *353* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *11.550.100* | *0* | *0* | *0* | *0* | *56.550.100* |
| **Órgão:** | **36000- Ministério da Saúde** | | | | | | | | | | **121.141.035.789** | **110.221.893.068** | **80.000** | **0** | **80.000** | **0** |
| **Unidade:** | **36211- Fundação Nacional de Saúde** | | | | | | | | | | **3.716.208.212** | **2.902.239.563** | **80.000** | **0** | **80.000** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 549.500 | 532.500 | 80.000 | 0 | 80.000 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **09- 274** | *20* | | | | | | | | 549.500 | 532.500 | 80.000 | 0 | 80.000 | 0 |
| 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 549.500 | 532.500 | 80.000 | 0 | 80.000 | 0 |
| 0909 0536 0001 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/o Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 549.500 | 532.500 | 80.000 | 0 | 80.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *549.500* | *532.500* | *80.000* | *0* | *80.000* | *0* |
| **Órgão:** | **39000- Ministério dos Transportes** | | | | | | | | | | **19.083.215.035** | **13.647.853.858** | **151.000** | **0** | **151.000** | **0** |
| **Unidade:** | **39252- Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT** | | | | | | | | | | **11.605.125.902** | **7.388.422.666** | **151.000** | **0** | **151.000** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 1.530.118 | 1.530.118 | 151.000 | 0 | 151.000 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **09- 274** | *20* | | | | | | | | 1.530.118 | 1.530.118 | 151.000 | 0 | 151.000 | 0 |
| 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 1.530.118 | 1.530.118 | 151.000 | 0 | 151.000 | 0 |
| 0909 0536 0001 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/o Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 1.530.118 | 1.530.118 | 151.000 | 0 | 151.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *1.530.118* | *1.530.118* | *151.000* | *0* | *151.000* | *0* |
| **Órgão:** | **47000- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | **5.545.657.045** | **4.965.809.741** | **0** | **14.980.000** | **-14.980.000** | **0** |
| **Unidade:** | **47101- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | **3.329.840.656** | **2.793.764.535** | **0** | **14.980.000** | **-14.980.000** | **0** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 868

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44659

**Tipo de Crédito:** 192 - Atendimento de despesas com benefícios de legislação especial
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func. | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2125** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | 2.485.313.853 | 2.090.272.670 | 0 | 14.980.000 | -14.980.000 | 0 |
| **2125 0739** | **Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002** | 09- 274 | 20 | | | | | | | | 504.814.631 | 496.834.578 | 0 | 4.980.000 | -4.980.000 | 0 |
| 2125 0739 0001 | Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 504.814.631 | 496.834.578 | 0 | 4.980.000 | -4.980.000 | 0 |
| 2125 0739 0001 0000 | Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 | | | | | | | | | | 146.245.300 | 144.088.670 | 0 | 4.980.000 | 4.980.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *146.245.300* | *144.088.670* | *0* | *4.980.000* | *-4.980.000* | *0* |
| **2125 0C01** | **Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006** | 09- 274 | 20 | | | | | | | | 152.675.004 | 147.506.249 | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 | 0 |
| 2125 0C01 0001 | Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 152.675.004 | 147.506.249 | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 | 0 |
| 2125 0C01 0001 0000 | Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 | | | | | | | | | | 69.013.800 | 66.393.248 | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *69.013.800* | *66.393.248* | *0* | *10.000.000* | *-10.000.000* | *0* |
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | 87.950.435.439 | 81.873.489.528 | 41.000 | 0 | 41.000 | 0 |
| **Unidade:** | **52121- Comando do Exército** | | | | | | | | | | 35.870.074.962 | 34.748.330.672 | 17.000 | 0 | 17.000 | 0 |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 473.157 | 468.615 | 17.000 | 0 | 17.000 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | 09- 274 | 20 | | | | | | | | 473.157 | 468.615 | 17.000 | 0 | 17.000 | 0 |
| 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 473.157 | 468.615 | 17.000 | 0 | 17.000 | 0 |
| 0909 0536 0001 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 473.157 | 468.615 | 17.000 | 0 | 17.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *473.157* | *468.615* | *17.000* | *0* | *17.000* | *0* |
| **Unidade:** | **52131- Comando da Marinha** | | | | | | | | | | 22.728.434.778 | 20.804.085.486 | 13.000 | 0 | 13.000 | 0 |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 1.579.158 | 1.578.442 | 13.000 | 0 | 13.000 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | 09- 274 | 20 | | | | | | | | 1.579.158 | 1.578.442 | 13.000 | 0 | 13.000 | 0 |
| 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 1.579.158 | 1.578.442 | 13.000 | 0 | 13.000 | 0 |
| 0909 0536 0001 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 1.579.158 | 1.578.442 | 13.000 | 0 | 13.000 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *1.579.158* | *1.578.442* | *13.000* | *0* | *13.000* | *0* |
| **Unidade:** | **52221- Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL** | | | | | | | | | | 245.896.445 | 212.553.002 | 11.000 | 0 | 11.000 | 0 |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 140.752 | 140.752 | 11.000 | 0 | 11.000 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | 09- 274 | 20 | | | | | | | | 140.752 | 140.752 | 11.000 | 0 | 11.000 | 0 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8687

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44659

**Tipo de Crédito:** 192 - Atendimento de despesas com benefícios de legislação especial

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença | Suplem. por Superavit |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 140.752 | 140.752 | 11.000 | 0 | 11.000 | 0 |
| 0909 0536 0001 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 140.752 | 140.752 | 11.000 | 0 | 11.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 140.752 | 140.752 | 11.000 | 0 | 11.000 | 0 |
| **Órgão:** | **53000- Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | | | | **9.038.678.914** | **5.563.783.268** | **0** | **5.009.405** | **-5.009.405** | **0** |
| **Unidade:** | **53204- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS** | | | | | | | | | | **1.240.161.772** | **954.521.538** | **0** | **5.009.405** | **-5.009.405** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 4.155.072 | 9.775 | 0 | 5.009.405 | -5.009.405 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **09- 274** | 20 | | | | | | | | **4.155.072** | **9.775** | **0** | **5.009.405** | **-5.009.405** | **0** |
| 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | Emenda | | | | | | | 4.155.072 | 9.775 | 0 | 5.009.405 | -5.009.405 | 0 |
| 0909 0536 0001 0000 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/o Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 4.155.072 | 9.775 | 0 | 5.009.405 | -5.009.405 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 4.155.072 | 9.775 | 0 | 5.009.405 | -5.009.405 | 0 |
| **Órgão:** | **56000- Ministério das Cidades** | | | | | | | | | | **37.258.179.368** | **22.050.010.594** | **500** | **0** | **500** | **0** |
| **Unidade:** | **56201- Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB** | | | | | | | | | | **269.313.967** | **264.004.995** | **500** | **0** | **500** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 80.636 | 80.160 | 500 | 0 | 500 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **09- 274** | 20 | | | | | | | | **80.636** | **80.160** | **500** | **0** | **500** | **0** |
| 0909 0536 0043 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 80.636 | 80.160 | 500 | 0 | 500 | 0 |
| 0909 0536 0043 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/o Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 80.636 | 80.160 | 500 | 0 | 500 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 80.636 | 80.160 | 500 | 0 | 500 | 0 |
| **Órgão:** | **73000- Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios** | | | | | | | | | | **243.684.156.450** | **217.794.928.676** | **11.000** | **0** | **11.000** | **0** |
| **Unidade:** | **73113- Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | **2.955.389.226** | **2.944.114.609** | **11.000** | **0** | **11.000** | **0** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 46.555 | 13.200 | 11.000 | 0 | 11.000 | 0 |
| **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | **09- 274** | 20 | | | | | | | | **46.555** | **13.200** | **11.000** | **0** | **11.000** | **0** |
| 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 46.555 | 13.200 | 11.000 | 0 | 11.000 | 0 |
| 0909 0536 0001 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/o Decisões Judiciais | | | | | | | | | | 46.555 | 13.200 | 11.000 | 0 | 11.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 46.555 | 13.200 | 11.000 | 0 | 11.000 | 0 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8657

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44659**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total Geral** | 1.163.141.493.383 | 1.064.535.430.911 | 59.989.405 | 59.989.405 | 0 | 56.550.100 |

**Justificativas Pedido: 44659**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Déficit apurado em razão do perfil de execução do período de jan a abr/15.

**Usuário:** NANCI QUIRINO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não se aplica.

**Usuário:** NANCI QUIRINO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Impossibilidade de atendimento de despesas de natureza obrigatória.

**Usuário:** NANCI QUIRINO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não se aplica.

**Usuário:** NANCI QUIRINO

**Acompanhamentos Pedido: 44659**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | NANCI QUIRINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | NANCI QUIRINO |
| 29/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | NANCI QUIRINO |
| 29/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Retornado para ajustes. | NANCI QUIRINO |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | NANCI QUIRINO |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8689

Câmara dos Deputados
Fl. 869
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44659**

**Tipo: 192 - Atendimento de despesas com benefícios de legislação especial**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 0 | 40.000.000 | -40.000.000 |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 116.539.505 | 19.989.405 | 96.550.100 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **11000 Superior Tribunal de Justiça** | **500** | **0** | **500** |
| 11101 Superior Tribunal de Justiça | 500 | 0 | 500 |
| **22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | **15.000** | **0** | **15.000** |
| 22202 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA | 15.000 | 0 | 15.000 |
| **24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | **6.000** | **0** | **6.000** |
| 24204 Comissão Nacional de Energia Nuclear | 6.000 | 0 | 6.000 |
| **25000 Ministério da Fazenda** | **45.000** | **15.000.000** | **-14.955.000** |
| 25101 Ministério da Fazenda | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 25103 Secretaria da Receita Federal do Brasil | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| 25201 Banco Central do Brasil | 15.000 | 0 | 15.000 |
| **26000 Ministério da Educação** | **169.100** | **0** | **169.100** |
| 26232 Universidade Federal da Bahia | 3.600 | 0 | 3.600 |
| 26234 Universidade Federal do Espírito Santo | 500 | 0 | 500 |
| 26235 Universidade Federal de Goiás | 100 | 0 | 100 |
| 26236 Universidade Federal Fluminense | 28.000 | 0 | 28.000 |
| 26241 Universidade Federal do Paraná | 24.800 | 0 | 24.800 |
| 26242 Universidade Federal de Pernambuco | 400 | 0 | 400 |
| 26255 Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri | 1.300 | 0 | 1.300 |
| 26276 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso | 3.000 | 0 | 3.000 |
| 26278 Fundação Universidade Federal de Pelotas | 74.700 | 0 | 74.700 |
| 26279 Fundação Universidade Federal do Piauí | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA | 5.700 | 0 | 5.700 |
| 26365 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás | 7.000 | 0 | 7.000 |
| **30000 Ministério da Justiça** | **16.405** | **25.000.000** | **-24.983.595** |
| 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 |
| 30108 Departamento de Polícia Federal | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| 30202 Fundação Nacional do Índio - FUNAI | 16.405 | 0 | 16.405 |
| **32000 Ministério de Minas e Energia** | **4.000** | **0** | **4.000** |
| 32202 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM | 4.000 | 0 | 4.000 |
| **33000 Ministério da Previdência Social** | **116.000.000** | **0** | **116.000.000** |
| 33201 Instituto Nacional do Seguro Social | 116.000.000 | 0 | 116.000.000 |
| **36000 Ministério da Saúde** | **80.000** | **0** | **80.000** |
| 36211 Fundação Nacional de Saúde | 80.000 | 0 | 80.000 |
| **39000 Ministério dos Transportes** | **151.000** | **0** | **151.000** |
| 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT | 151.000 | 0 | 151.000 |
| **47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **0** | **14.980.000** | **-14.980.000** |
| 47101 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 0 | 14.980.000 | -14.980.000 |
| **52000 Ministério da Defesa** | **41.000** | **0** | **41.000** |
| 52121 Comando do Exército | 17.000 | 0 | 17.000 |
| 52131 Comando da Marinha | 13.000 | 0 | 13.000 |
| 52221 Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL | 11.000 | 0 | 11.000 |
| **53000 Ministério da Integração Nacional** | **0** | **5.009.405** | **-5.009.405** |
| 53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS | 0 | 5.009.405 | -5.009.405 |
| **56000 Ministério das Cidades** | **500** | **0** | **500** |
| 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB | 500 | 0 | 500 |
| **73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios** | **11.000** | **0** | **11.000** |
| 73113 Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 11.000 | 0 | 11.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 116.539.505 | 59.989.405 | 56.550.100 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 59.989.405 | 59.989.405 | 0 |
| 353 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 56.550.100 | 0 | 56.550.100 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **11101 Superior Tribunal de Justiça** | **500** | **0** | **500** |
| 100 Recursos Ordinários | 500 | 0 | 500 |
| **22202 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA** | **15.000** | **0** | **15.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44659**

**Tipo: 192 - Atendimento de despesas com benefícios de legislação especial**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 Recursos Ordinários | 15.000 | 0 | 15.000 |
| **24204 Comissão Nacional de Energia Nuclear** | **6.000** | **0** | **6.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 6.000 | 0 | 6.000 |
| **25101 Ministério da Fazenda** | **30.000** | **0** | **30.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 30.000 | 0 | 30.000 |
| **25103 Secretaria da Receita Federal do Brasil** | **0** | **15.000.000** | **-15.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| **25201 Banco Central do Brasil** | **15.000** | **0** | **15.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 15.000 | 0 | 15.000 |
| **26232 Universidade Federal da Bahia** | **3.600** | **0** | **3.600** |
| 100 Recursos Ordinários | 3.600 | 0 | 3.600 |
| **26234 Universidade Federal do Espírito Santo** | **500** | **0** | **500** |
| 100 Recursos Ordinários | 500 | 0 | 500 |
| **26235 Universidade Federal de Goiás** | **100** | **0** | **100** |
| 100 Recursos Ordinários | 100 | 0 | 100 |
| **26236 Universidade Federal Fluminense** | **28.000** | **0** | **28.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 28.000 | 0 | 28.000 |
| **26241 Universidade Federal do Paraná** | **24.800** | **0** | **24.800** |
| 100 Recursos Ordinários | 24.800 | 0 | 24.800 |
| **26242 Universidade Federal de Pernambuco** | **400** | **0** | **400** |
| 100 Recursos Ordinários | 400 | 0 | 400 |
| **26255 Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri** | **1.300** | **0** | **1.300** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.300 | 0 | 1.300 |
| **26276 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso** | **3.000** | **0** | **3.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 3.000 | 0 | 3.000 |
| **26278 Fundação Universidade Federal de Pelotas** | **74.700** | **0** | **74.700** |
| 100 Recursos Ordinários | 74.700 | 0 | 74.700 |
| **26279 Fundação Universidade Federal do Piauí** | **20.000** | **0** | **20.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 20.000 | 0 | 20.000 |
| **26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA** | **5.700** | **0** | **5.700** |
| 100 Recursos Ordinários | 5.700 | 0 | 5.700 |
| **26365 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás** | **7.000** | **0** | **7.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 7.000 | 0 | 7.000 |
| **30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal** | **0** | **10.000.000** | **-10.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 |
| **30108 Departamento de Polícia Federal** | **0** | **15.000.000** | **-15.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| **30202 Fundação Nacional do Índio - FUNAI** | **16.405** | **0** | **16.405** |
| 100 Recursos Ordinários | 16.405 | 0 | 16.405 |
| **32202 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM** | **4.000** | **0** | **4.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 4.000 | 0 | 4.000 |
| **33201 Instituto Nacional do Seguro Social** | **116.000.000** | **0** | **116.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 59.449.900 | 0 | 59.449.900 |
| 353 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 56.550.100 | 0 | 56.550.100 |
| **36211 Fundação Nacional de Saúde** | **80.000** | **0** | **80.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 80.000 | 0 | 80.000 |
| **39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT** | **151.000** | **0** | **151.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 151.000 | 0 | 151.000 |
| **47101 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **0** | **14.980.000** | **-14.980.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 14.980.000 | -14.980.000 |
| **52121 Comando do Exército** | **17.000** | **0** | **17.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 17.000 | 0 | 17.000 |
| **52131 Comando da Marinha** | **13.000** | **0** | **13.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 13.000 | 0 | 13.000 |
| **52221 Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL** | **11.000** | **0** | **11.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 11.000 | 0 | 11.000 |
| **53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS** | **0** | **5.009.405** | **-5.009.405** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 5.009.405 | -5.009.405 |
| **56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB** | **500** | **0** | **500** |
| 100 Recursos Ordinários | 500 | 0 | 500 |
| **73113 Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **11.000** | **0** | **11.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 11.000 | 0 | 11.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44659**

**Tipo: 192 - Atendimento de despesas com benefícios de legislação especial**

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 116.539.505 | 59.989.405 | 56.550.100 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 116.539.505 | 59.989.405 | 56.550.100 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 116.539.505 | 59.989.405 | 56.550.100 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 116.539.505 | 59.989.405 | 56.550.100 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 116.539.505 | 59.989.405 | 56.550.100 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 09 - Previdência Social | 116.539.505 | 19.989.405 | 96.550.100 |
| 28 - Encargos Especiais | 0 | 40.000.000 | -40.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 274 - Previdência Especial | 116.539.505 | 19.989.405 | 96.550.100 |
| 846 - Outros Encargos Especiais | 0 | 40.000.000 | -40.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **09 Previdência Social** | **116.539.505** | **19.989.405** | **96.550.100** |
| 274 Previdência Especial | 116.539.505 | 19.989.405 | 96.550.100 |
| **28 Encargos Especiais** | **0** | **40.000.000** | **-40.000.000** |
| 846 Outros Encargos Especiais | 0 | 40.000.000 | -40.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 192 - Atendimento de despesas com benefícios de legislação especial | 116.539.505 | 59.989.405 | 56.550.100 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 116.539.505 | 59.989.405 | 56.550.100 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 116.539.505 | 45.009.405 | 71.530.100 |
| 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 0 | 14.980.000 | -14.980.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 0 | 14.980.000 | -14.980.000 |
| - Operações Especiais | 116.539.505 | 45.009.405 | 71.530.100 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 00OM - Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) | 0 | 40.000.000 | -40.000.000 |
| 0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | 116.539.505 | 5.009.405 | 111.530.100 |
| 0739 - Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 | 0 | 4.980.000 | -4.980.000 |
| 0C01 - Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 | 0 | 10.000.000 | -10.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 116.539.505 | 59.989.405 | 56.550.100 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44659 - Crédito Pensões Especiais INSS(Tipo 192) | 116.539.505 | 59.989.405 | 56.550.100 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44659**

**Tipo: 192 - Atendimento de despesas com benefícios de legislação especial**

| *Tipo de Financiamento* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 59.989.405 | 59.989.405 | 0 |
| - Superávit financeiro | 56.550.100 | 0 | 56.550.100 |
| **TOTAL-GERAL** | **116.539.505** | **59.989.405** | **56.550.100** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44829

**Tipo de Crédito:** 112 - Atendimento de despesas com sentenças judiciais
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **20000- Presidência da República** | | | | | | | | | | **2.509.946.649** | **2.035.839.689** | **2.500.000** | **0** | **2.500.000** |
| **Unidade:** | **20415- Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC** | | | | | | | | | | **732.183.844** | **558.271.609** | **2.500.000** | **0** | **2.500.000** |
| **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | 9.660.000 | 7.775.759 | 2.500.000 | 0 | 2.500.000 |
| **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **9.660.000** | **7.775.759** | **2.500.000** | **0** | **2.500.000** |
| 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 9.660.000 | 7.775.759 | 2.500.000 | 0 | 2.500.000 |
| 0901 0022 0001 0000 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 2.500.000 | 0 | 2.500.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *2.000.000* | *0* | *2.000.000* |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *500.000* | *0* | *500.000* |
| **Órgão:** | **24000- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | | | | **10.084.697.771** | **8.174.033.205** | **2.000.000** | **0** | **2.000.000** |
| **Unidade:** | **24206- Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB** | | | | | | | | | | **845.612.646** | **717.196.635** | **2.000.000** | **0** | **2.000.000** |
| **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | 17.568.153 | 16.523.953 | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **17.568.153** | **16.523.953** | **2.000.000** | **0** | **2.000.000** |
| 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 17.568.153 | 16.523.953 | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| 0901 0022 0001 0000 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *2.000.000* | *0* | *2.000.000* |
| **Órgão:** | **26000- Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **109.643.591.255** | **97.861.628.611** | **3.160.000** | **3.000.000** | **160.000** |
| **Unidade:** | **26294- Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA** | | | | | | | | | | **1.019.161.453** | **1.012.292.614** | **3.000.000** | **3.000.000** | **0** |
| **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | 5.721.496 | 4.490.840 | 3.000.000 | 3.000.000 | 0 |
| **0901 0005** | **Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)** | **28- 846** | *20* | | | | | | | | **4.814.501** | **3.970.624** | **0** | **3.000.000** | **-3.000.000** |
| 0901 0005 0043 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 4.814.501 | 3.970.624 | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| 0901 0005 0043 0001 | Precatórios | | | | | | | | | | 4.551.447 | 3.708.651 | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *4.551.447* | *3.708.651* | *0* | *3.000.000* | *-3.000.000* |
| **0901 0625** | **Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor** | **28- 846** | *20* | | | | | | | | **806.995** | **520.216** | **3.000.000** | **0** | **3.000.000** |
| 0901 0625 0043 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 806.995 | 520.216 | 3.000.000 | 0 | 3.000.000 |
| 0901 0625 0043 0001 | Requisições de Pequeno Valor | | | | | | | | | | 533.612 | 517.064 | 3.000.000 | 0 | 3.000.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *533.612* | *517.064* | *3.000.000* | *0* | *3.000.000* |
| **Unidade:** | **26443- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH** | | | | | | | | | | **2.284.875.196** | **2.180.651.122** | **160.000** | **0** | **160.000** |
| **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | 161.000 | 0 | 160.000 | 0 | 160.000 |
| **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas** | **28-** | *20* | | | | | | | | 161.000 | 0 | 160.000 | 0 | 160.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 19:28 Fl. 9654

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44829

**Tipo de Crédito:** 112 - Atendimento de despesas com sentenças judiciais
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Estatais** | **846** | | | | | | | | | | | | | |
| 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 161.000 | 0 | 160.000 | 0 | 160.000 |
| 0901 0022 0001 0000 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 100.000 | 0 | 100.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *100.000* | *0* | *100.000* |
| 0901 0022 0001 0001 | Sentenças Judiciais de Empresas Estatais Dependentes | | | | | | | | | | 161.000 | 0 | 60.000 | 0 | 60.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *161.000* | *0* | *60.000* | *0* | *60.000* |
| **Órgão:** | **32000- Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | | | | **4.532.093.237** | **2.810.575.753** | **1.050.000** | **0** | **1.050.000** |
| **Unidade:** | **32202- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM** | | | | | | | | | | **552.799.130** | **508.848.925** | **1.000.000** | **0** | **1.000.000** |
| **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | 3.550.000 | 3.420.767 | 1.000.000 | 0 | 1.000.000 |
| **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **3.550.000** | **3.420.767** | **1.000.000** | **0** | **1.000.000** |
| 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 3.550.000 | 3.420.767 | 1.000.000 | 0 | 1.000.000 |
| 0901 0022 0001 0000 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 1.000.000 | 0 | 1.000.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *1.000.000* | *0* | *1.000.000* |
| **Unidade:** | **32314- Empresa de Pesquisa Energética - EPE** | | | | | | | | | | **119.456.900** | **97.269.480** | **50.000** | **0** | **50.000** |
| **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | 85.000 | 22.941 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **85.000** | **22.941** | **50.000** | **0** | **50.000** |
| 0901 0022 0033 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 85.000 | 22.941 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| 0901 0022 0033 0000 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *50.000* | *0* | *50.000* |
| **Órgão:** | **33000- Ministério da Previdência Social** | | | | | | | | | | **455.320.787.501** | **455.049.432.370** | **65.000.000** | **0** | **65.000.000** |
| **Unidade:** | **33904- Fundo do Regime Geral de Previdência Social** | | | | | | | | | | **440.090.564.912** | **440.084.549.879** | **65.000.000** | **0** | **65.000.000** |
| **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | 9.506.456.695 | 9.501.794.257 | 65.000.000 | 0 | 65.000.000 |
| **0901 0625** | **Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor** | **28- 846** | *20* | | | | | | | | **5.211.600.550** | **5.211.591.215** | **65.000.000** | **0** | **65.000.000** |
| 0901 0625 0001 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 5.211.600.550 | 5.211.591.215 | 65.000.000 | 0 | 65.000.000 |
| 0901 0625 0001 0001 | Requisições de Pequeno Valor | | | | | | | | | | 4.936.600.550 | 4.936.600.550 | 65.000.000 | 0 | 65.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *4.936.600.550* | *4.936.600.550* | *65.000.000* | *0* | *65.000.000* |
| **Órgão:** | **39000- Ministério dos Transportes** | | | | | | | | | | **19.083.215.035** | **13.647.853.858** | **6.465.000** | **0** | **6.465.000** |
| **Unidade:** | **39207- VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.** | | | | | | | | | | **2.368.735.590** | **1.949.047.113** | **6.465.000** | **0** | **6.465.000** |
| **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | 21.652.000 | 19.176.762 | 6.465.000 | 0 | 6.465.000 |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
31/03/2016 19:
Fl. 8695

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44829

**Tipo de Crédito:** 112 - Atendimento de despesas com sentenças judiciais
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **21.652.000** | **19.176.762** | **6.465.000** | **0** | **6.465.000** |
| 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 21.652.000 | 19.176.762 | 6.465.000 | 0 | 6.465.000 |
| 0901 0022 0001 0000 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 89.500 | 0 | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *89.500* | *0* | *1.000.000* | *0* | *1.000.000* |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *1.000.000* | *0* | *1.000.000* |
| 0901 0022 0001 0002 | Depósitos Recursais Devidos por Empresas Estatais Dependentes | | | | | | | | | | 4.147.000 | 3.047.000 | 4.465.000 | 0 | 4.465.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *2.882.000* | *2.882.000* | *1.650.000* | *0* | *1.650.000* |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *1.265.000* | *165.000* | *2.815.000* | *0* | *2.815.000* |
| **Órgão:** | **47000- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | **5.545.657.045** | **4.965.809.741** | **0** | **120.189.568** | **-120.189.568** |
| **Unidade:** | **47101- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | **3.329.840.656** | **2.793.764.535** | **0** | **120.189.568** | **-120.189.568** |
| **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 120.189.568 | -120.189.568 |
| **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **0** | **0** | **0** | **120.189.568** | **-120.189.568** |
| 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 120.189.568 | -120.189.568 |
| 0901 0022 0001 0000 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 120.189.568 | -120.189.568 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *50.189.568* | *-50.189.568* |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *70.000.000* | *-70.000.000* |
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **1.600.000** | **0** | **1.600.000** |
| **Unidade:** | **52221- Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL** | | | | | | | | | | **245.896.445** | **212.553.002** | **1.600.000** | **0** | **1.600.000** |
| **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | 3.779.537 | 3.755.659 | 1.600.000 | 0 | 1.600.000 |
| **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **3.779.537** | **3.755.659** | **1.600.000** | **0** | **1.600.000** |
| 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 3.779.537 | 3.755.659 | 1.600.000 | 0 | 1.600.000 |
| 0901 0022 0001 0000 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 1.100.000 | 0 | 1.100.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *1.000.000* | *0* | *1.000.000* |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *100.000* | *0* | *100.000* |
| 0901 0022 0001 0001 | Sentenças Judiciais de Empresas Estatais Dependentes | | | | | | | | | | 2.064.522 | 2.064.520 | 500.000 | 0 | 500.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *2.064.522* | *2.064.520* | *500.000* | *0* | *500.000* |
| **Órgão:** | **53000- Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | | | | **9.038.678.914** | **5.563.783.268** | **1.500.000** | **0** | **1.500.000** |
| **Unidade:** | **53201- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF** | | | | | | | | | | **1.104.284.171** | **702.445.810** | **1.500.000** | **0** | **1.500.000** |
| **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | 7.500.000 | 5.365.499 | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas** | **28-** | *10* | | | | | | | | **7.500.000** | **5.365.499** | **1.500.000** | **0** | **1.500.000** |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 19:22 86 96

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44829

**Tipo de Crédito:** 112 - Atendimento de despesas com sentenças judiciais
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Estatais** | **846** | | | | | | | | | | | | | |
| 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 7.500.000 | 5.365.499 | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| 0901 0022 0001 0000 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *1.500.000* | *0* | *1.500.000* |
| **Órgão:** | **55000- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** | | | | | | | | | | **75.418.639.201** | **74.107.189.321** | **159.000.000** | **0** | **159.000.000** |
| **Unidade:** | **55901- Fundo Nacional de Assistência Social** | | | | | | | | | | **45.419.705.779** | **45.081.443.106** | **159.000.000** | **0** | **159.000.000** |
| **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | 879.744.737 | 879.628.226 | 159.000.000 | 0 | 159.000.000 |
| **0901 0625** | **Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor** | **28- 846** | *20* | | | | | | | | **760.194.700** | **760.194.700** | **159.000.000** | **0** | **159.000.000** |
| 0901 0625 0001 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 760.194.700 | 760.194.700 | 159.000.000 | 0 | 159.000.000 |
| 0901 0625 0001 0001 | Requisições de Pequeno Valor | | | | | | | | | | 760.194.700 | 760.194.700 | 159.000.000 | 0 | 159.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *760.194.700* | *760.194.700* | *159.000.000* | *0* | *159.000.000* |
| **Órgão:** | **56000- Ministério das Cidades** | | | | | | | | | | **37.258.179.368** | **22.050.010.594** | **96.914.568** | **0** | **96.914.568** |
| **Unidade:** | **56202- Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU** | | | | | | | | | | **1.262.275.006** | **991.199.066** | **96.914.568** | **0** | **96.914.568** |
| **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | 230.995.512 | 203.970.022 | 96.914.568 | 0 | 96.914.568 |
| **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **230.995.512** | **203.970.022** | **96.914.568** | **0** | **96.914.568** |
| 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 230.995.512 | 203.970.022 | 96.914.568 | 0 | 96.914.568 |
| 0901 0022 0001 0000 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 26.144.147 | 0 | 40.000.000 | 0 | 40.000.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *25.643.047* | *0* | *30.000.000* | *0* | *30.000.000* |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *501.100* | *0* | *10.000.000* | *0* | *10.000.000* |
| 0901 0022 0001 0001 | Sentenças Judiciais de Empresas Estatais Dependentes | | | | | | | | | | 191.925.130 | 192.233.966 | 56.914.568 | 0 | 56.914.568 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *150.246.797* | *150.556.369* | *54.572.289* | *0* | *54.572.289* |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *41.678.333* | *41.677.597* | *2.342.279* | *0* | *2.342.279* |
| **Órgão:** | **71000- Encargos Financeiros da União** | | | | | | | | | | **686.689.328.041** | **450.476.521.479** | **161.657.651** | **377.657.651** | **-216.000.000** |
| **Unidade:** | **71103- Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | **11.506.639.257** | **11.342.231.169** | **153.657.651** | **377.657.651** | **-224.000.000** |
| **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | 11.506.639.257 | 11.342.231.169 | 153.657.651 | 377.657.651 | -224.000.000 |
| **0901 0625** | **Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **2.008.183.107** | **1.993.487.249** | **153.657.651** | **377.657.651** | **-224.000.000** |
| 0901 0625 0001 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 2.008.183.107 | 1.993.487.249 | 153.657.651 | 377.657.651 | -224.000.000 |
| 0901 0625 0001 0001 | Requisições de Pequeno Valor | | | | | | | | | | 2.005.166.804 | 1.990.471.170 | 153.657.651 | 377.657.651 | -224.000.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *1.262.002.665* | *1.249.610.890* | *0* | *377.657.651* | *-377.657.651* |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *743.164.139* | *740.860.279* | *153.657.651* | *0* | *153.657.651* |



Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais 8697

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44829

**Tipo de Crédito:** 112 - Atendimento de despesas com sentenças judiciais
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **71901- Fundo Contingente da Extinta RFFSA - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **121.193.365** | **54.902.485** | **8.000.000** | **0** | **8.000.000** |
| **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | | | | 54.902.485 | 51.902.485 | 8.000.000 | 0 | 8.000.000 |
| **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **54.902.485** | **51.902.485** | **8.000.000** | **0** | **8.000.000** |
| 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 54.902.485 | 51.902.485 | 8.000.000 | 0 | 8.000.000 |
| 0901 0022 0001 0000 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Despesas Diversas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 8.000.000 | 0 | 8.000.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *8.000.000* | *0* | *8.000.000* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 1.503.075.249.456 | 1.218.616.167.416 | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44829**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Justificativa do Pedido 44704:
Atendimento da sentença judicial.
Justificativa do Pedido 44204:
No início de fevereiro de 2015, ao ser instada a se manifestar em relação à avaliação de contingências passivas, a Consultoria Jurídica da EBSERH constatou a existência de 1234 ações cíveis em geral e 149 ações trabalhistas. Dessa forma, considerando o pedido de cada ação e sua repercussão econômica, e tomando como base o Pronunciamento Técnico CPC 25, chegou-se aos valores de expectativa de condenação: R$ 197.514,80 para o passivo trabalhista e R$ 159.000,00 para o passivo geral.
No final de março de 2015 fez-se uma atualização desses valores junto aos Setores Jurídicos dos Hospitais Universitários Federais, chegando-se à expectativa de condenação de R$430.440,00 para o passivo geral e R$247.692,15 para o passivo trabalhista.
Dessa forma, considerando os valores de expectativa de condenação e os valores até então consolidados em sentenças judiciais transitadas em julgado, e considerando o número de ações até então existentes e pendentes de julgamento, a EBSERH informa que o valor da dotação atual, R$ 1.000,00, na ação orçamentária 0022, não será suficiente para cumprir as sentenças já em fase de pagamento e as que estão em andamento. Pela análise dos dados até então disponibilizados sugere-se, com o endosso da área técnica competente, que crédito para o ano de 2015 seja de R$60.000,00 (sessenta mil reais).

Justificativa do Pedido 43537:
A VALEC executou até 13/05/2015 o valor de R$ 1.033.857,87 em pagamentos de depósitos/recursos judiciais e R$ 20.500,30 em serviços judiciários (custas cartoriais). Considerando que a dotação total disponível para 2015 era de R$ 1.150.000,00, o saldo para utilização é de R$ 95.641,83.
Conforme planilhas em anexo, elaboradas pela Assessoria Jurídica da VALEC, há uma estimativa de que em 2015 a necessidade orçamentária da VALEC para cobrir despesas judiciais com depósitos recursais e serviços judiciários é de R$ 2.815.000,00 na ND 3390 e de R$ 1.650.000,00 na ND 3190.
Totalizando R$ 4.465.000,00 para 2015, conforme quadro resumo em anexo.
Justificativa do Pedido 43877:
A Suplementação orçamentária em questão faz-se necessária conforme os termos da CRT 069-2015/GAJUR, de 11 de Maio de 2015, encaminhada a CGORF/SPOA/SE do Ministério das Cidades, em cumprimento a determinação contida no Ofício-Circular nº 01/DEAFI/SOF/MP, de 15 jan 2009, do Ilmo. Sr. Diretor de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para aprovação do crédito orçamentário, sendo este pedido, no montante de R$ 122.178,88 para fazer face ao pagamento da sentença constante abaixo:
NOME DO MINISTÉRIO: MINISTÉRIO DAS CIDADES
NOME DA EMPRESA: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
Atesto para fins de abertura de crédito adicional que as ações enumeradas abaixo encontram-se perfeitamente documentadas, estando esgotados os recursos judiciais cabíveis, nada restando senão o imediato cumprimento da respectiva sentença e o conseqüente pagamento dos montantes mencionados.
Nº da Ação - Reclamante - Vara de Execução - Finalidade da Sentença - Trânsito em Julgado - Data do Trânsito em Julgado - Valor Devido (R$ 1,00)

003786112.2003.8260100 RICARDO MAIA FERREIRA 17VC/SP SALDO REMANESCENTE Não 07/11/2012 26.117,89
000003117.1990.8260278 JOSE MARIA DUARTE 3 VC/SP SALDO REMANESCENTE Não 29/02/2000 R$ 7.944,33

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 858

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 44829**

103614887.2000.8260100 IVANI COSTA DOS SANTOS 34 VC/SP SALDO REMANESCENTE Não 01/04/2005 50.789,06
000690871.2005.8190203 ALCIR DOS SANTOS MENDES 4 VC/RJ HONORÁRIOS PERICIAIS Não 07/02/2011 3.940,00
002817674.2006.8190001 MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA DA SILVA 6 VC/RJ PAGAMENTO DE CONDENAÇÃO Não 03/03/2009 390,62
005415458.2003.8190001 LUIS CESAR DELGADO DA SILVA 42 VC/RJ HONORARIOS PERICIAIS Não 28/05/2010 5.882,22
010868819.2008.8260053 COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO 14 VFP/SP PAGAMENTO DE CONDENAÇÃO Não 09/02/2015 27.114,76
TOTAL 122.178,88

Justificativa do Pedido 44462:
A Suplementação orçamentária em questão faz-se necessária conforme os termos da CRT 085-2015/GAJUR, de 20 de Maio de 2015, encaminhada a CGORF/SPOA/SE do Ministério das Cidades, em cumprimento a determinação contida no Ofício-Circular nº 01/DEAFI/SOF/MP, de 15 jan 2009, do Ilmo. Sr. Diretor de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para aprovação do crédito orçamentário, sendo este pedido, no montante de R$ 53.120.556,27 para fazer face ao pagamento da sentença constante abaixo:

NOME DO MINISTÉRIO: MINISTÉRIO DAS CIDADES
NOME DA EMPRESA: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

Atesto para fins de abertura de crédito adicional que as ações enumeradas abaixo encontram-se perfeitamente documentadas, estando esgotados os recursos judiciais cabíveis, nada restando senão o imediato cumprimento da respectiva sentença e o conseqüente pagamento dos montantes mencionados.

Nº da Ação - Reclamante - Vara de Execução - Finalidade da Sentença - Trânsito em Julgado (Sim / Não) - Data do Trânsito em Julgado - Valor Devido (R$ 1,00)

4652007008 Antonio Claret Chaves Alvarez - 8ª VT/BH Reposição de Receita SIM 01/07/2012 486.343,23
4652007008 Antonio Claret Chaves Alvarez 8ª VT/BH Condenação SIM 01/07/2012 7.688,61
1253004920125130000 Wladme Macedo de Medeiros 6ª VT/JOP Condenação SIM 12/03/2013 554.584,70
1416007219945010000 José Correia da Silva e Outros 64ª VT/RJ Condenação SIM 02/05/1997 52.071.939,73
TOTAL 53.120.556,27

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2015.

FERNANDO DURÃO SCHLEDER
Gerente Geral Jurídico

CRT/ 085 -2015/ GAJUR

Justificativa do Pedido 44517:
A Suplementação orçamentária em questão faz-se necessária conforme os termos da CRT 089-2015/GAJUR, de 22 de Maio de 2015, encaminhada a CGORF/SPOA/SE do Ministério das Cidades, em cumprimento a determinação contida no Ofício-Circular nº 01/DEAFI/SOF/MP, de 15 jan 2009, do Ilmo. Sr. Diretor de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para aprovação do crédito orçamentário, sendo este pedido, no montante de R$222.782,48 para fazer face ao pagamento da sentença constante abaixo:
NOME DO MINISTÉRIO: MINISTÉRIO DAS CIDADES
NOME DA EMPRESA: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
Atesto para fins de abertura de crédito adicional que as ações enumeradas abaixo encontram-se perfeitamente documentadas, estando esgotados os recursos judiciais cabíveis, nada restando senão o imediato cumprimento da respectiva sentença e o conseqüente pagamento dos montantes mencionados.
Nº da Ação - Reclamante - Vara de Execução - Finalidade da Sentença - Trânsito em Julgado - Data do Trânsito em Julgado - Valor Devido (R$ 1,00)

020631509.2010.8.19.0001 JORGE DAVID SILVA DE SOUZA 45ª VC/RJ GARANTIA DO JUÍZO S 27/06/2013 1.558,42

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 869

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos: 44829**

004233997.2002.8.26.0100 MANOEL LUCAS MENDES 3ª VC/SP GARANTIA DO JUÍZO S 22/08/2014 62.591,24
022118245.2006.8.26.0100 ANTONIO CARLOS DOS SANTOS SOUSA 20ª VC/SP PAGAMENTO DE CONDENAÇÃO S 30/09/2014 76.525,54
0006268621.2003.8.19.0001 ROBERTO DE OLIVEIRA 33ª VC/RJ PAGAMENTO HONORÁRIOS PERICIAIS S 10/05/2012 5.516,00
002480728.2000.8.26.0053 RAIMUNDO DOS SANTOS SOUZA 3ª VC/SP PAGAMENTO DE CONDENAÇÃO S 20/04/2013 52.805,00
011047394.2013.8.19.0001 TEREZINHA MARIA DE LIMA SILVA 15ª VC/RJ PAGAMENTO DE CONDENAÇÃO S 07/04/2015 1.407,38
020151484.2009.8.19.0001 JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA 35ª VC/RJ SALDO REMANESCENTE S 15/07/2013 4.144,95
006311806.2004.8.19.0001 IZAURA ESTEVES CORREA 7ª VC/RJ SALDO REMANESCENTE N 18.233,95
TOTAL 222.782,48

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2015.

FERNANDO DURÃO SCHLEDER
Gerente Geral Jurídico CRT/ 089 -2015/ GAJUR

Justificativa do Pedido 43537:
A VALEC executou até 13/05/2015 o valor de R$ 1.033.857,87 em pagamentos de depósitos/recursos judiciais e R$ 20.500,30 em serviços judiciários (custas cartoriais). Considerando que a dotação total disponível para 2015 era de R$ 1.150.000,00, o saldo para utilização é de R$ 95.641,83.
Conforme planilhas em anexo, elaboradas pela Assessoria Jurídica da VALEC, há uma estimativa de que em 2015 a necessidade orçamentária da VALEC para cobrir despesas judiciais com depósitos recursais e serviços judiciários é de R$ 2.815.000,00 na ND 3390 e de R$ 1.650.000,00 na ND 3190.
Totalizando R$ 4.465.000,00 para 2015, conforme quadro resumo em anexo.
Justificativa do Pedido 44704:
Atendimento da sentença judicial.
Justificativa do Pedido 43537:
A VALEC executou até 13/05/2015 o valor de R$ 1.033.857,87 em pagamentos de depósitos/recursos judiciais e R$ 20.500,30 em serviços judiciários (custas cartoriais). Considerando que a dotação total disponível para 2015 era de R$ 1.150.000,00, o saldo para utilização é de R$ 95.641,83.
Conforme planilhas em anexo, elaboradas pela Assessoria Jurídica da VALEC, há uma estimativa de que em 2015 a necessidade orçamentária da VALEC para cobrir despesas judiciais com depósitos recursais e serviços judiciários é de R$ 2.815.000,00 na ND 3390 e de R$ 1.650.000,00 na ND 3190.
Totalizando R$ 4.465.000,00 para 2015, conforme quadro resumo em anexo.
Justificativa do Pedido 44519:
A Suplementação orçamentária em questão faz-se necessária conforme os termos da CRT 090-2015/GAJUR, de 22 de Maio de 2015, encaminhada a CGORF/SPOA/SE do Ministério das Cidades, em cumprimento a determinação contida no Ofício-Circular nº 01/DEAFI/SOF/MP, de 15 jan 2009, do Ilmo. Sr. Diretor de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para aprovação do crédito orçamentário, sendo este pedido, no montante de R$18.782,65 para fazer face ao pagamento da sentença constante abaixo:
NOME DO MINISTÉRIO: MINISTÉRIO DAS CIDADES
NOME DA EMPRESA: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
Atesto para fins de abertura de crédito adicional que as ações enumeradas abaixo encontram-se perfeitamente documentadas, estando esgotados os recursos judiciais cabíveis, nada restando senão o imediato cumprimento da respectiva sentença e o conseqüente pagamento dos montantes mencionados.
Nº da Ação - Reclamante - Vara de Execução - Finalidade da Sentença - Trânsito em Julgado - Data do Trânsito em Julgado - Valor Devido (R$ 1,00)

000240531.2005.8.19.0001 ALEXANDER FERREIRA MAURA 15ª VC/RJ GARANTIA DO JUÍZO SIM 04/05/2010 6.199,28
000467708.2013.8.19.0004 CARLOS DOS SANTOS 3ª VC/ São Gonçalo – RJ PAGAMENTO DE CONDENAÇÃO SIM 02/10/2014 9.519,71
002643298.2006.8.17.0001 SERGIO BATISTA DA SILVA 03ª V FAZENDA-REC PAGAMENTO DE SENTENÇA SIM 27/10/2010 1.637,00
004386457.2011.8.17.0001 SERGIO PAES DE LIRA NETO 31ª VC-REC PAGAMENTO DE SENTENÇA SIM 06/06/2014 1.426,66



Câmara dos Deputados Comissão de Fiscalização Financeira

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44829**

TOTAL 18.782,65

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2015.

FERNANDO DURÃO SCHLEDER
Gerente Geral Jurídico CRT/ 090 -2015/ GAJUR

Justificativa do Pedido 43889:
Solicitamos o remanejamento do valor de R$ 1.451.731,45 do saldo disponível na conta contábil 622120105 - crédito bloqueado pela SOF) para amparar o pagamento de sentenças trabalhistas, constantes na CARTA /072-2015 - GAJUR, de 12/05/2015.

O retardamento do pagamento das ações judiciais, implicam em acréscimos prejudiciais a CBTU tais como: juros, mora, e demais penalizações. Sendo a penhora da receita própria com efeito ainda mais agravante, pois a impossibilidade de utilização da fonte 250, impõe a Companhia severas restrições para amparar minimamente despesas fundamentais e extremamente necessárias para manutenção regular da Ação: Funcionamento dos Sistemas de Transportes de Passageiros.

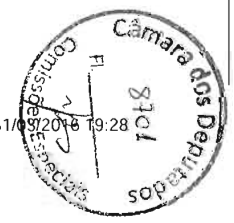
Complementando as informações acima dispostas, ressaltamos a importância da suplementação ao item com recursos orçamentários disponíveis e suficientes que possibilitem a CBTU efetuar, de imediato, os pagamentos destas demandas, considerando a tipificação desta despesa e os prazos estabelecidos para efetivação dos pagamento destas Ações.

Justificativa do Pedido 43419:
Inclusão de crédito suplementar ao Orçamento do Hospital de Clinicas de Porto Alegre - HCPA, pela realocação de créditos do GND 1, entre a Ação Orçamentária 0005, Precatórios e a Ação Orçamentária 0625, Requisições de Pequeno Valor tendo-se por objetivo realizar o pagamento das despesas necessárias para o exercício de 2015.
Justificativa do Pedido 44872:
Insuficiência de dotação orçamentária para o atendimento de despesas com Requisições de Pequeno Valor - RPV no âmbito de Encargos Financeiros da União.

**Usuário:** ALEXANDRE AUGUSTO MENDES HATADANI

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 44704:
Não haverá impacto em cancelamento de dotações.
Justificativa do Pedido 44204:
Não haverá cancelamentos.
Justificativa do Pedido 43537:
Não há dotação a ser cancelada.
Justificativa do Pedido 43877:
Não há.
Justificativa do Pedido 44462:
Não há.
Justificativa do Pedido 44517:
Não há.
Justificativa do Pedido 43537:
Não há dotação a ser cancelada.
Justificativa do Pedido 44704:
Não haverá impacto em cancelamento de dotações.



Justificativa do Pedido 43537:
Não há dotação a ser cancelada.
Justificativa do Pedido 44519:
Não há.
Justificativa do Pedido 43889:
Não há.
Justificativa do Pedido 43419:
Não haverá efeitos de cancelamento sobre a programação prevista para o PPA, visto que trata-se de realocação entre ações orçamentárias de mesmo objetivo, referentes a precatórios e requisições de pequeno valor devidas pelo HCPA para pagamento de forma direta junto ao TRT da 4ª Região.
Justificativa do Pedido 44872:
O cancelamento foi decidido com base na projeção de despesas de Requisições de Pequeno Valor até o final do exercício e não trará prejuízos a sua execução.

**Usuário:** ALEXANDRE AUGUSTO MENDES HATADANI

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 44704:
Não pagamento de sentenças judiciais por parte da IMBEL implicará em negativação da certidão da Justiça do trabalho impendido de contratação pela Administração Direta. Descumprimento de sentença judicial. E possibilidade de penhora de bens da IMBEL.
Justificativa do Pedido 44204:
Impossibilidade de cumprimento da sentenças judiciais no âmbito da EBSERH.
Justificativa do Pedido 43537:
A falta de dotação impedirá que a VALEC recorra judicialmente em muitos processos judiciais, o que aumentará a probabilidade de condenações, cujo montante será superior àquele necessário para a entrada com pedidos de recursos judiciais.
Justificativa do Pedido 43877:
O retardamento do pagamento das Ações implicam em acréscimos prejudiciais a CBTU tais como: juros, mora, penalizações,
penhora de receita. E demais efeitos negativos informações na justificativa 1.
Justificativa do Pedido 44462:
O retardamento do pagamento das Ações implicam em acréscimos prejudiciais a CBTU tais como: juros, mora, penalizações,
penhora de receita. E demais efeitos negativos informações na justificativa 1.
Justificativa do Pedido 44517:
O retardamento do pagamento das Ações implicam em acréscimos prejudiciais a CBTU tais como: juros, mora, penalizações,
penhora de receita. E demais efeitos negativos informações na justificativa 1.
Justificativa do Pedido 43537:
A falta de dotação impedirá que a VALEC recorra judicialmente em muitos processos judiciais, o que aumentará a probabilidade de condenações, cujo montante será superior àquele necessário para a entrada com pedidos de recursos judiciais.
Justificativa do Pedido 44704:
Não pagamento de sentenças judiciais por parte da IMBEL implicará em negativação da certidão da Justiça do trabalho impendido de contratação pela Administração Direta. Descumprimento de sentença judicial. E possibilidade de penhora de bens da IMBEL.
Justificativa do Pedido 43537:
A falta de dotação impedirá que a VALEC recorra judicialmente em muitos processos judiciais, o que aumentará a probabilidade de condenações, cujo montante será superior àquele necessário para a entrada com pedidos de recursos judiciais.
Justificativa do Pedido 44519:
O retardamento do pagamento das Ações implicam em acréscimos prejudiciais a CBTU tais como: juros, mora, penalizações,
penhora de receita. E demais efeitos negativos informações na justificativa 1.
Justificativa do Pedido 43889:
O retardamento do pagamento das Ações implicam em acréscimos prejudiciais a CBTU tais como: juros, mora, penalizações, penhora de receita. E demais efeitos negativos informações na justificativa 1.
Justificativa do Pedido 43419:
Na restrição de liberação do pleito solicitado, o HCPA terá que efetuar os pagamentos das Requisições de Pequeno Valor, através da Ação Orçamentária 0005, Precatórios, visto que a disponibilidade de crédito existente na Ação Orçamentária 0625 será insuficiente para atender as despesas previstas para as RPV's que atualmente estão sendo pagas nesta ação.
Justificativa do Pedido 44872:
Impossibilidade de atendimento de despesas com Requisições de Pequeno V alora cargo da Justiça Federal.

**Usuário:** ALEXANDRE AUGUSTO MENDES HATADANI

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Justificativa do Pedido 44704:
Os reflexos serãO de aumento nos gastos de custeio obrigatórios da IMBEL
Justificativa do Pedido 44204:
Trata-se de aumento de despesa no grupo de despesa de Pessoal e Encargos Sociais.
Justificativa do Pedido 43537:
Não haverá reflexo financeiro sobre o custeio da VALEC.



Câmara dos Deputados
Comissão Mista
Fl. 872

**Pedidos:** **44829**

Justificativa do Pedido 43877:
não há
Justificativa do Pedido 44462:
não há
Justificativa do Pedido 44517:
não há
Justificativa do Pedido 43537:
Não haverá reflexo financeiro sobre o custeio da VALEC.
Justificativa do Pedido 44704:
Os reflexos serãO de aumento nos gastos de custeio obrigatórios da IMBEL
Justificativa do Pedido 43537:
Não haverá reflexo financeiro sobre o custeio da VALEC.
Justificativa do Pedido 44519:
não há
Justificativa do Pedido 43889:
não há
Justificativa do Pedido 43419:
Não há previsão de reflexos no nível dos gastos de custeio do HCPA.
Justificativa do Pedido 44872:
Nenhum.

**Usuário:** ALEXANDRE AUGUSTO MENDES HATADANI

**Outras informações consideradas relevantes**

Justificativa do Pedido 44704:
A IMBEL tem um risco fiscal estimado em vinte milhões de reais.
As ações trabalhista da IMBEL distribuídos nos estados MG, SP e RJ e o DF, sendo que alguns tribunais reconhecem a IMBEL como precatório fosse, porém, outros não com prazos reduzidos para o seu pagamento.
Foi realizado uma transposição de 165.000 do PO 0002 - depósitos recursais para o PO0001, para atendimento de uma única sentença.

Justificativa do Pedido 44204:
Para se chegar a um valor de expectativa de condenação vários fatores devem ser levados em consideração, como tempo de tramitação do processo, prognóstico da ação, tendência jurisprudencial.
|00336744188 - NATALIE DIETER MANCINI|
Justificativa do Pedido 43537:

Justificativa do Pedido 43877:
não há
Justificativa do Pedido 44462:
não há
Justificativa do Pedido 44517:
não há
Justificativa do Pedido 43537:

Justificativa do Pedido 44704:
A IMBEL tem um risco fiscal estimado em vinte milhões de reais.
As ações trabalhista da IMBEL distribuídos nos estados MG, SP e RJ e o DF, sendo que alguns tribunais reconhecem a IMBEL como precatório fosse, porém, outros não com prazos reduzidos para o seu pagamento.
Foi realizado uma transposição de 165.000 do PO 0002 - depósitos recursais para o PO0001, para atendimento de uma única sentença.

Justificativa do Pedido 43537:

Justificativa do Pedido 44519:
não há
Justificativa do Pedido 43889:
não há

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
FL. 8703

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44829**

Justificativa do Pedido 43419:
Realocação do GND 1, entre ações orçamentárias, referente a aplicação da receita já prevista no PLDO e LOA do exercício de 2015, para a fonte 0100.
|76349969049 - CLAUDETE OLIVEIRA SILVEIRA|

**Usuário:** ALEXANDRE AUGUSTO MENDES HATADANI

**Acompanhamentos Pedido: 44829**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | NANCI QUIRINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | NANCI QUIRINO |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | NANCI QUIRINO |
| 25/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Retornado para ajustes. | NANCI QUIRINO |
| 22/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | NANCI QUIRINO |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8704

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

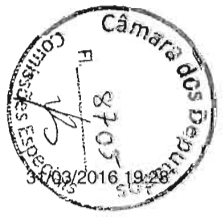
**Descentralização de Créditos**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedido(s): 44829**

**Tipo de Crédito: 112 - Atendimento de despesas com sentenças judiciais**

| Origem | | | | | | | Destino | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Classificação Natureza | Fonte | IDOC | IDUSO | RP | Suplementação | Cancelamento | Tribunal Exequente | Suplementação | Cancelamento |
| 20.55901.28.846.0901.0625.0001 | | | | | | | | | |
| *33900000* | *100* | *9999* | *0* | *1* | *159.000.000* | *0* | | | |
| | | | | | | | 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau | 159.000.000 | 0 |
| **Total** | | | | | **159.000.000** | **0** | | **159.000.000** | **0** |
| **Total Geral** | | | | | **159.000.000** | **0** | | **159.000.000** | **0** |



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44829**

**Tipo: 112 - Atendimento de despesas com sentenças judiciais**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 273.687.219 | 497.847.219 | -224.160.000 |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 227.160.000 | 3.000.000 | 224.160.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **20000 Presidência da República** | **2.500.000** | **0** | **2.500.000** |
| 20415 Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC | 2.500.000 | 0 | 2.500.000 |
| **24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | **2.000.000** | **0** | **2.000.000** |
| 24206 Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| **26000 Ministério da Educação** | **3.160.000** | **3.000.000** | **160.000** |
| 26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA | 3.000.000 | 3.000.000 | 0 |
| 26443 Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH | 160.000 | 0 | 160.000 |
| **32000 Ministério de Minas e Energia** | **1.050.000** | **0** | **1.050.000** |
| 32202 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM | 1.000.000 | 0 | 1.000.000 |
| 32314 Empresa de Pesquisa Energética - EPE | 50.000 | 0 | 50.000 |
| **33000 Ministério da Previdência Social** | **65.000.000** | **0** | **65.000.000** |
| 33904 Fundo do Regime Geral de Previdência Social | 65.000.000 | 0 | 65.000.000 |
| **39000 Ministério dos Transportes** | **6.465.000** | **0** | **6.465.000** |
| 39207 VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. | 6.465.000 | 0 | 6.465.000 |
| **47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **0** | **120.189.568** | **-120.189.568** |
| 47101 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 0 | 120.189.568 | -120.189.568 |
| **52000 Ministério da Defesa** | **1.600.000** | **0** | **1.600.000** |
| 52221 Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL | 1.600.000 | 0 | 1.600.000 |
| **53000 Ministério da Integração Nacional** | **1.500.000** | **0** | **1.500.000** |
| 53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| **55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** | **159.000.000** | **0** | **159.000.000** |
| 55901 Fundo Nacional de Assistência Social | 159.000.000 | 0 | 159.000.000 |
| **56000 Ministério das Cidades** | **96.914.568** | **0** | **96.914.568** |
| 56202 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU | 96.914.568 | 0 | 96.914.568 |
| **71000 Encargos Financeiros da União** | **161.657.651** | **377.657.651** | **-216.000.000** |
| 71103 Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais | 153.657.651 | 377.657.651 | -224.000.000 |
| 71901 Fundo Contingente da Extinta RFFSA - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda | 8.000.000 | 0 | 8.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Pessoal e Encargos Sociais | 106.432.289 | 430.847.219 | -324.414.930 |
| 3 - Outras Despesas Correntes | 394.414.930 | 70.000.000 | 324.414.930 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **20415 Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC** | **2.500.000** | **0** | **2.500.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.500.000 | 0 | 2.500.000 |
| **24206 Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB** | **2.000.000** | **0** | **2.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.000.000 | 0 | 2.000.000 |
| **26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA** | **3.000.000** | **3.000.000** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 3.000.000 | 3.000.000 | 0 |
| **26443 Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH** | **160.000** | **0** | **160.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 160.000 | 0 | 160.000 |
| **32202 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM** | **1.000.000** | **0** | **1.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.000.000 | 0 | 1.000.000 |
| **32314 Empresa de Pesquisa Energética - EPE** | **50.000** | **0** | **50.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 50.000 | 0 | 50.000 |
| **33904 Fundo do Regime Geral de Previdência Social** | **65.000.000** | **0** | **65.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 65.000.000 | 0 | 65.000.000 |
| **39207 VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.** | **6.465.000** | **0** | **6.465.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 6.465.000 | 0 | 6.465.000 |
| **47101 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **0** | **120.189.568** | **-120.189.568** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 120.189.568 | -120.189.568 |
| **52221 Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL** | **1.600.000** | **0** | **1.600.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.600.000 | 0 | 1.600.000 |
| **53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF** | **1.500.000** | **0** | **1.500.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.500.000 | 0 | 1.500.000 |
| **55901 Fundo Nacional de Assistência Social** | **159.000.000** | **0** | **159.000.000** |

Câmara dos Deputados
8707
Comissões Externas

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44829**

**Tipo: 112 - Atendimento de despesas com sentenças judiciais**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 Recursos Ordinários | 159.000.000 | 0 | 159.000.000 |
| **56202 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU** | **96.914.568** | **0** | **96.914.568** |
| 100 Recursos Ordinários | 96.914.568 | 0 | 96.914.568 |
| **71103 Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais** | **153.657.651** | **377.657.651** | **-224.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 153.657.651 | 377.657.651 | -224.000.000 |
| **71901 Fundo Contingente da Extinta RFFSA - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda** | **8.000.000** | **0** | **8.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 8.000.000 | 0 | 8.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 28 - Encargos Especiais | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 846 - Outros Encargos Especiais | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **28 Encargos Especiais** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |
| 846 Outros Encargos Especiais | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 112 - Atendimento de despesas com sentenças judiciais | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| 0022 - Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | 120.189.568 | 120.189.568 | 0 |
| 0625 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor | 380.657.651 | 377.657.651 | 3.000.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Operações Especiais | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44829**

**Tipo: 112 - Atendimento de despesas com sentenças judiciais**

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44829 - Sentenças Judiciais Estatais - junho 2015 - agregador(Tipo 112) | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 500.847.219 | 500.847.219 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **500.847.219** | **500.847.219** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **12000- Justiça Federal** | | | | | | | | | | **10.222.727.135** | **9.909.286.722** | **905.090** | **0** | **905.090** |
| **Unidade:** | **12101- Justiça Federal de Primeiro Grau** | | | | | | | | | | **8.108.199.979** | **7.904.336.272** | **905.090** | **0** | **905.090** |
| **0569** | **Prestação Jurisdicional na Justiça Federal** | | | | | | | | | | 7.307.058.312 | 7.103.277.499 | 905.090 | 0 | 905.090 |
| **0569 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **827.681.080** | **808.118.931** | **87.083** | **0** | **87.083** |
| 0569 09HB 0001 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 827.681.080 | 808.118.931 | 87.083 | 0 | 87.083 |
| 0569 09HB 0001 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 827.681.080 | 808.118.931 | 87.083 | 0 | 87.083 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *827.681.080* | *808.118.931* | *87.083* | *0* | *87.083* |
| **0569 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **4.480.729.246** | **4.480.482.141** | **818.007** | **0** | **818.007** |
| 0569 20TP 0001 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 4.480.729.246 | 4.480.482.141 | 818.007 | 0 | 818.007 |
| 0569 20TP 0001 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 4.318.849.626 | 4.318.611.691 | 818.007 | 0 | 818.007 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *4.318.849.626* | *4.318.611.691* | *818.007* | *0* | *818.007* |
| **Órgão:** | **16000- Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** | | | | | | | | | | **2.319.178.335** | **2.291.466.294** | **6.404.625** | **0** | **6.404.625** |
| **Unidade:** | **16101- Tribunal de Justiça do Distrito Federal** | | | | | | | | | | **2.306.157.155** | **2.278.446.179** | **6.404.625** | **0** | **6.404.625** |
| **0567** | **Prestação Jurisdicional no Distrito Federal** | | | | | | | | | | 1.957.523.912 | 1.929.812.936 | 6.404.625 | 0 | 6.404.625 |
| **0567 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **229.597.707** | **229.597.707** | **759.151** | **0** | **759.151** |
| 0567 09HB 0053 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 229.597.707 | 229.597.707 | 759.151 | 0 | 759.151 |
| 0567 09HB 0053 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 229.597.707 | 229.597.707 | 759.151 | 0 | 759.151 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *229.597.707* | *229.597.707* | *759.151* | *0* | *759.151* |
| **0567 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **02- 122** | *10* | | | | | | | | **1.241.503.277** | **1.241.503.277** | **5.645.474** | **0** | **5.645.474** |
| 0567 20TP 0053 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 1.241.503.277 | 1.241.503.277 | 5.645.474 | 0 | 5.645.474 |
| 0567 20TP 0053 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 1.240.529.235 | 1.240.529.234 | 5.645.474 | 0 | 5.645.474 |
| | | | | | *3.1.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *1.240.529.235* | *1.240.529.234* | *5.645.474* | *0* | *5.645.474* |
| **Órgão:** | **20000- Presidência da República** | | | | | | | | | | **2.509.946.649** | **2.035.839.689** | **2.453.577** | **0** | **2.453.577** |
| **Unidade:** | **20101- Presidência da República** | | | | | | | | | | **780.668.788** | **730.533.428** | **1.076** | **0** | **1.076** |
| **2101** | **Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República** | | | | | | | | | | 718.434.786 | 698.658.430 | 1.076 | 0 | 1.076 |
| **2101 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **04- 122** | *10* | | | | | | | | 146.076 | 144.699 | 1.076 | 0 | 1.076 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8203 31/03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2101 09HB 0001 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Publicos Federais - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 146.076 | 144.699 | 1.076 | 0 | 1.076 |
| 2101 09HB 0001 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Publicos Federais | | | | | | | | | | 144.699 | 144.699 | 1.076 | 0 | 1.076 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 144.699 | 144.699 | 1.076 | 0 | 1.076 |
| **Unidade:** | **20118- Agência Brasileira de Inteligência - ABIN** | | | | | | | | | | **562.329.407** | **544.674.894** | **2.452.501** | **0** | **2.452.501** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 193.681.101 | 192.774.783 | 2.452.501 | 0 | 2.452.501 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **193.681.101** | **192.774.783** | **2.452.501** | **0** | **2.452.501** |
| 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 193.681.101 | 192.774.783 | 2.452.501 | 0 | 2.452.501 |
| 0089 0181 0001 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 23.552.501 | 23.552.501 | 2.452.501 | 0 | 2.452.501 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 23.552.501 | 23.552.501 | 2.452.501 | 0 | 2.452.501 |
| **Órgão:** | **24000- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | | | | **10.084.697.771** | **8.174.033.205** | **251.452** | **0** | **251.452** |
| **Unidade:** | **24204- Comissão Nacional de Energia Nuclear** | | | | | | | | | | **946.550.515** | **920.002.626** | **251.452** | **0** | **251.452** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 231.871.850 | 228.979.362 | 251.452 | 0 | 251.452 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **231.871.850** | **228.979.362** | **251.452** | **0** | **251.452** |
| 0089 0181 0033 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 231.871.850 | 228.979.362 | 251.452 | 0 | 251.452 |
| 0089 0181 0033 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 27.448.850 | 27.445.610 | 251.452 | 0 | 251.452 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 27.448.850 | 27.445.610 | 251.452 | 0 | 251.452 |
| **Órgão:** | **25000- Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **32.543.619.556** | **22.849.759.379** | **14.767.838** | **0** | **14.767.838** |
| **Unidade:** | **25101- Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **9.527.341.328** | **9.140.893.237** | **10.531.258** | **0** | **10.531.258** |
| **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | 1.341.862.188 | 1.217.090.682 | 10.531.258 | 0 | 10.531.258 |
| **2110 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **04- 122** | *10* | | | | | | | | **111.785.391** | **111.048.011** | **10.531.258** | **0** | **10.531.258** |
| 2110 09HB 0053 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 111.785.391 | 111.048.011 | 10.531.258 | 0 | 10.531.258 |
| 2110 09HB 0053 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Publicos Federais | | | | | | | | | | 111.785.391 | 111.048.011 | 10.531.258 | 0 | 10.531.258 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 111.785.391 | 111.048.011 | 10.531.258 | 0 | 10.531.258 |
| **Unidade:** | **25103- Secretaria da Receita Federal do Brasil** | | | | | | | | | | **14.016.028.481** | **8.251.060.751** | **3.934.000** | **0** | **3.934.000** |
| **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | 8.899.899.786 | 8.249.904.161 | 3.934.000 | 0 | 3.934.000 |
| **2110 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **04- 122** | *10* | | | | | | | | **5.095.824.784** | **5.076.782.488** | **3.934.000** | **0** | **3.934.000** |
| 2110 20TP 0001 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 5.095.824.784 | 5.076.782.488 | 3.934.000 | 0 | 3.934.000 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 19:

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2110 20TP 0001 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 2.149.624.480 | 2.149.188.016 | 3.934.000 | 0 | 3.934.000 |
| | | | | | 3.1.90 | 132 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *2.149.624.480* | *2.149.188.016* | *3.934.000* | *0* | *3.934.000* |
| **Unidade:** | **25203- Comissão de Valores Mobiliários** | | | | | | | | | | **334.749.091** | **213.420.217** | **302.580** | **0** | **302.580** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 46.695.831 | 46.695.831 | 302.580 | 0 | 302.580 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **46.695.831** | **46.695.831** | **302.580** | **0** | **302.580** |
| 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 46.695.831 | 46.695.831 | 302.580 | 0 | 302.580 |
| 0089 0181 0001 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 5.266.281 | 5.266.281 | 302.580 | 0 | 302.580 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *5.266.281* | *5.266.281* | *302.580* | *0* | *302.580* |
| **Órgão:** | **26000- Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **109.643.591.255** | **97.861.628.611** | **326.259.898** | **0** | **326.259.898** |
| **Unidade:** | **26105- Instituto Benjamin Constant** | | | | | | | | | | **83.056.878** | **76.973.013** | **692.835** | **0** | **692.835** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 27.016.358 | 26.265.356 | 692.835 | 0 | 692.835 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 368** | *10* | | | | | | | | **20.004.063** | **19.828.377** | **692.835** | **0** | **692.835** |
| 2109 20TP 0033 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 20.004.063 | 19.828.377 | 692.835 | 0 | 692.835 |
| 2109 20TP 0033 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 4.375.725 | 4.362.256 | 692.835 | 0 | 692.835 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *4.375.725* | *4.362.256* | *692.835* | *0* | *692.835* |
| **Unidade:** | **26230- Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco** | | | | | | | | | | **160.001.629** | **149.396.227** | **46.643** | **0** | **46.643** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 101.761.531 | 100.066.915 | 46.643 | 0 | 46.643 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **15.086.239** | **14.738.599** | **46.643** | **0** | **46.643** |
| 2109 09HB 0020 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste | | | *PLOA* | | | | | | | 15.086.239 | 14.738.599 | 46.643 | 0 | 46.643 |
| 2109 09HB 0020 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 14.146.643 | 14.146.643 | 46.643 | 0 | 46.643 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | *14.146.643* | *14.146.643* | *46.643* | *0* | *46.643* |
| **Unidade:** | **26244- Universidade Federal do Rio Grande do Sul** | | | | | | | | | | **1.641.817.632** | **1.557.818.432** | **86.241** | **0** | **86.241** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 840.286.319 | 830.480.964 | 86.241 | 0 | 86.241 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | 133.096.170 | 129.807.938 | 86.241 | 0 | 86.241 |
| 2109 09HB 0043 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 133.096.170 | 129.807.938 | 86.241 | 0 | 86.241 |
| 2109 09HB 0043 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 123.103.439 | 119.815.207 | 86.241 | 0 | 86.241 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | *123.103.439* | *119.815.207* | *86.241* | *0* | *86.241* |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 871
31/08/2016 19:26

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **26245- Universidade Federal do Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **2.876.540.264** | **2.782.854.808** | **1.906.884** | **0** | **1.906.884** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 1.479.912.457 | 1.477.757.822 | 1.906.884 | 0 | 1.906.884 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **223.295.767** | **223.295.767** | **1.906.884** | **0** | **1.906.884** |
| 2109 09HB 0033 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 223.295.767 | 223.295.767 | 1.906.884 | 0 | 1.906.884 |
| 2109 09HB 0033 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Publicos Federais | | | | | | | | | | 205.606.884 | 205.606.884 | 1.906.884 | 0 | 1.906.884 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *205.606.884* | *205.606.884* | *1.906.884* | *0* | *1.906.884* |
| **Unidade:** | **26246- Universidade Federal de Santa Catarina** | | | | | | | | | | **1.300.078.498** | **1.228.468.759** | **759.087** | **0** | **759.087** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 360.104.976 | 359.153.477 | 759.087 | 0 | 759.087 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **360.104.976** | **359.153.477** | **759.087** | **0** | **759.087** |
| 0089 0181 0042 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina | | | *PLOA* | | | | | | | 360.104.976 | 359.153.477 | 759.087 | 0 | 759.087 |
| 0089 0181 0042 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 44.960.028 | 44.900.000 | 759.087 | 0 | 759.087 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *44.960.028* | *44.900.000* | *759.087* | *0* | *759.087* |
| **Unidade:** | **26250- Fundação Universidade Federal de Roraima** | | | | | | | | | | **200.560.463** | **175.623.901** | **78.431** | **0** | **78.431** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 11.273.050 | 10.910.590 | 78.431 | 0 | 78.431 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **11.273.050** | **10.910.590** | **78.431** | **0** | **78.431** |
| 0089 0181 0014 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Roraima | | | *PLOA* | | | | | | | 11.273.050 | 10.910.590 | 78.431 | 0 | 78.431 |
| 0089 0181 0014 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 1.469.900 | 1.301.128 | 78.431 | 0 | 78.431 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *1.469.900* | *1.301.128* | *78.431* | *0* | *78.431* |
| **Unidade:** | **26251- Fundação Universidade Federal do Tocantins** | | | | | | | | | | **308.332.287** | **281.359.976** | **156.027** | **0** | **156.027** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 1.793.933 | 1.652.298 | 156.027 | 0 | 156.027 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **1.793.933** | **1.652.298** | **156.027** | **0** | **156.027** |
| 0089 0181 0017 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Tocantins | | | *PLOA* | | | | | | | 1.793.933 | 1.652.298 | 156.027 | 0 | 156.027 |
| 0089 0181 0017 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 306.027 | 266.715 | 156.027 | 0 | 156.027 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *306.027* | *266.715* | *156.027* | *0* | *156.027* |
| **Unidade:** | **26252- Universidade Federal de Campina Grande** | | | | | | | | | | **589.485.421** | **559.589.065** | **2.389.284** | **0** | **2.389.284** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 363.768.576 | 355.942.760 | 2.389.284 | 0 | 2.389.284 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | 62.695.277 | 57.874.462 | 2.389.284 | 0 | 2.389.284 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8712 31/03/2016 19:26

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Federais** | | | | | | | | | | | | | | |
| 2109 09HB 0025 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba | | | PLOA | | | | | | | 62.695.277 | 57.874.462 | 2.389.284 | 0 | 2.389.284 |
| 2109 09HB 0025 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 58.839.284 | 57.874.462 | 2.389.284 | 0 | 2.389.284 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | *0* | *58.839.284* | *57.874.462* | *2.389.284* | *0* | *2.389.284* |
| **Unidade:** | **26254- Universidade Federal do Triângulo Mineiro** | | | | | | | | | | **307.633.610** | **273.313.252** | **1.238.984** | **0** | **1.238.984** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 72.190.744 | 71.918.841 | 1.238.984 | 0 | 1.238.984 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **72.190.744** | **71.918.841** | **1.238.984** | **0** | **1.238.984** |
| 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 72.190.744 | 71.918.841 | 1.238.984 | 0 | 1.238.984 |
| 0089 0181 0031 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 10.566.611 | 10.507.840 | 1.238.984 | 0 | 1.238.984 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *10.566.611* | *10.507.840* | *1.238.984* | *0* | *1.238.984* |
| **Unidade:** | **26256- Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca** | | | | | | | | | | **337.184.271** | **321.264.578** | **324.972** | **0** | **324.972** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 194.751.341 | 193.200.485 | 324.972 | 0 | 324.972 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **29.608.921** | **29.057.438** | **324.972** | **0** | **324.972** |
| 2109 09HB 0033 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 29.608.921 | 29.057.438 | 324.972 | 0 | 324.972 |
| 2109 09HB 0033 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 29.010.888 | 29.010.888 | 324.972 | 0 | 324.972 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | *0* | *29.010.888* | *29.010.888* | *324.972* | *0* | *324.972* |
| **Unidade:** | **26257- Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **400.043.310** | **379.838.535** | **2.285.694** | **0** | **2.285.694** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 58.833.153 | 58.707.415 | 2.285.694 | 0 | 2.285.694 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **58.833.153** | **58.707.415** | **2.285.694** | **0** | **2.285.694** |
| 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 58.833.153 | 58.707.415 | 2.285.694 | 0 | 2.285.694 |
| 0089 0181 0031 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 8.710.817 | 8.710.817 | 2.285.694 | 0 | 2.285.694 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *8.710.817* | *8.710.817* | *2.285.694* | *0* | *2.285.694* |
| **Unidade:** | **26258- Universidade Tecnológica Federal do Paraná** | | | | | | | | | | **848.166.865** | **767.063.659** | **828.643** | **0** | **828.643** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 62.029.954 | 61.902.721 | 828.643 | 0 | 828.643 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **62.029.954** | **61.902.721** | **828.643** | **0** | **828.643** |
| 0089 0181 0041 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná | | | PLOA | | | | | | | 62.029.954 | 61.902.721 | 828.643 | 0 | 828.643 |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
31/03/2016 19:2
Fl. 8713

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0089 0181 0041 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 9.687.392 | 9.680.500 | 828.643 | 0 | 828.643 |
| | | | | | | | | | | | *9.687.392* | *9.680.500* | *828.643* | *0* | *828.643* |
| **Unidade:** | **26262- Universidade Federal de São Paulo** | | | | | | | | | | **843.592.201** | **819.978.491** | **3.819.726** | **0** | **3.819.726** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 190.515.220 | 190.016.978 | 3.819.726 | 0 | 3.819.726 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **190.515.220** | **190.016.978** | **3.819.726** | **0** | **3.819.726** |
| 0089 0181 0035 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 190.515.220 | 190.016.978 | 3.819.726 | 0 | 3.819.726 |
| 0089 0181 0035 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 30.646.288 | 30.630.507 | 3.819.726 | 0 | 3.819.726 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *30.646.288* | *30.630.507* | *3.819.726* | *0* | *3.819.726* |
| **Unidade:** | **26263- Universidade Federal de Lavras** | | | | | | | | | | **352.109.020** | **295.335.131** | **1.107.822** | **0** | **1.107.822** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 47.821.189 | 47.634.652 | 1.107.822 | 0 | 1.107.822 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **47.821.189** | **47.634.652** | **1.107.822** | **0** | **1.107.822** |
| 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 47.821.189 | 47.634.652 | 1.107.822 | 0 | 1.107.822 |
| 0089 0181 0031 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 7.783.308 | 7.600.110 | 1.107.822 | 0 | 1.107.822 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *7.783.308* | *7.600.110* | *1.107.822* | *0* | *1.107.822* |
| **Unidade:** | **26267- Universidade Federal da Integração Latino Americana** | | | | | | | | | | **145.920.656** | **124.920.295** | **7.314.996** | **0** | **7.314.996** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 81.976.807 | 80.912.527 | 7.314.996 | 0 | 7.314.996 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **12.250.718** | **12.090.101** | **1.379.975** | **0** | **1.379.975** |
| 2109 09HB 0041 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Publicos Federais - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 12.250.718 | 12.090.101 | 1.379.975 | 0 | 1.379.975 |
| 2109 09HB 0041 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Publicos Federais | | | | | | | | | | 11.225.745 | 11.065.128 | 1.379.975 | 0 | 1.379.975 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | *11.225.745* | *11.065.128* | *1.379.975* | *0* | *1.379.975* |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **64.815.452** | **63.983.897** | **5.935.021** | **0** | **5.935.021** |
| 2109 20TP 0041 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 64.815.452 | 63.983.897 | 5.935.021 | 0 | 5.935.021 |
| 2109 20TP 0041 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 20.093.201 | 19.364.088 | 5.935.021 | 0 | 5.935.021 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *20.093.201* | *19.364.088* | *5.935.021* | *0* | *5.935.021* |
| **Unidade:** | **26268- Fundação Universidade Federal de Rondônia** | | | | | | | | | | **256.768.329** | **230.378.749** | **1.088.472** | **0** | **1.088.472** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 29.971.412 | 29.856.964 | 1.088.472 | 0 | 1.088.472 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **29.971.412** | **29.856.964** | **1.088.472** | **0** | **1.088.472** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 19:26 Fl. 87

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0089 0181 0011 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Rondônia | | | PLOA | | | | | | | 29.971.412 | 29.856.964 | 1.088.472 | 0 | 1.088.472 |
| 0089 0181 0011 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 5.588.114 | 5.579.754 | 1.088.472 | 0 | 1.088.472 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 5.588.114 | 5.579.754 | 1.088.472 | 0 | 1.088.472 |
| **Unidade:** | **26274- Universidade Federal de Uberlândia** | | | | | | | | | | **892.970.786** | **856.972.029** | **962.999** | **0** | **962.999** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 189.105.030 | 188.588.480 | 962.999 | 0 | 962.999 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **189.105.030** | **188.588.480** | **962.999** | **0** | **962.999** |
| 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 189.105.030 | 188.588.480 | 962.999 | 0 | 962.999 |
| 0089 0181 0031 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 25.437.695 | 25.426.410 | 962.999 | 0 | 962.999 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 25.437.695 | 25.426.410 | 962.999 | 0 | 962.999 |
| **Unidade:** | **26279- Fundação Universidade Federal do Piauí** | | | | | | | | | | **716.704.702** | **670.035.796** | **2.659.714** | **0** | **2.659.714** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 394.921.516 | 392.265.665 | 2.659.714 | 0 | 2.659.714 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **64.200.763** | **62.385.042** | **2.659.714** | **0** | **2.659.714** |
| 2109 09HB 0022 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí | | | PLOA | | | | | | | 64.200.763 | 62.385.042 | 2.659.714 | 0 | 2.659.714 |
| 2109 09HB 0022 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 64.200.763 | 62.385.042 | 2.659.714 | 0 | 2.659.714 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 64.200.763 | 62.385.042 | 2.659.714 | 0 | 2.659.714 |
| **Unidade:** | **26280- Fundação Universidade Federal de São Carlos** | | | | | | | | | | **561.095.185** | **515.667.778** | **4.196.847** | **0** | **4.196.847** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 91.857.995 | 91.190.702 | 4.196.847 | 0 | 4.196.847 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **91.857.995** | **91.190.702** | **4.196.847** | **0** | **4.196.847** |
| 0089 0181 0035 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo | | | PLOA | | | | | | | 91.857.995 | 91.190.702 | 4.196.847 | 0 | 4.196.847 |
| 0089 0181 0035 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 13.076.123 | 12.466.508 | 4.196.847 | 0 | 4.196.847 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 13.076.123 | 12.466.508 | 4.196.847 | 0 | 4.196.847 |
| **Unidade:** | **26285- Fundação Universidade Federal de São João Del Rei** | | | | | | | | | | **283.038.546** | **265.199.271** | **2.088.657** | **0** | **2.088.657** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 183.011.002 | 180.888.494 | 2.088.657 | 0 | 2.088.657 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **31.879.215** | **30.837.385** | **2.088.657** | **0** | **2.088.657** |
| 2109 09HB 0031 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 31.879.215 | 30.837.385 | 2.088.657 | 0 | 2.088.657 |
| 2109 09HB 0031 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o | | | | | | | | | | 29.738.657 | 28.720.588 | 2.088.657 | 0 | 2.088.657 |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl.
31/03/2016 19:2

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 29.738.657 | 28.720.588 | 2.088.657 | 0 | 2.088.657 |
| **Unidade:** | **26291- Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES** | | | | | | | | | | **7.433.665.299** | **7.768.096.784** | **523.851** | **0** | **523.851** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 17.608.208 | 17.503.149 | 523.851 | 0 | 523.851 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **17.608.208** | **17.503.149** | **523.851** | **0** | **523.851** |
| 0089 0181 0053 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 17.608.208 | 17.503.149 | 523.851 | 0 | 523.851 |
| 0089 0181 0053 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 2.978.000 | 2.976.983 | 523.851 | 0 | 523.851 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.978.000 | 2.976.983 | 523.851 | 0 | 523.851 |
| **Unidade:** | **26350- Fundação Universidade Federal da Grande Dourados** | | | | | | | | | | **193.997.928** | **179.333.723** | **196.805** | **0** | **196.805** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 6.338.058 | 6.246.043 | 69.496 | 0 | 69.496 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **6.338.058** | **6.246.043** | **69.496** | **0** | **69.496** |
| 0089 0181 0054 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 6.338.058 | 6.246.043 | 69.496 | 0 | 69.496 |
| 0089 0181 0054 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 2.063.567 | 1.972.414 | 69.496 | 0 | 69.496 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.063.567 | 1.972.414 | 69.496 | 0 | 69.496 |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 131.692.584 | 130.389.451 | 127.309 | 0 | 127.309 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **20.121.824** | **19.768.286** | **127.309** | **0** | **127.309** |
| 2109 09HB 0054 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 20.121.824 | 19.768.286 | 127.309 | 0 | 127.309 |
| 2109 09HB 0054 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 18.716.182 | 18.362.644 | 127.309 | 0 | 127.309 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 18.716.182 | 18.362.644 | 127.309 | 0 | 127.309 |
| **Unidade:** | **26358- Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes** | | | | | | | | | | **108.943.809** | **99.981.395** | **2.009.929** | **0** | **2.009.929** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 20.084.846 | 19.729.512 | 2.009.929 | 0 | 2.009.929 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **20.084.846** | **19.729.512** | **2.009.929** | **0** | **2.009.929** |
| 0089 0181 0027 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Alagoas | | | *PLOA* | | | | | | | 20.084.846 | 19.729.512 | 2.009.929 | 0 | 2.009.929 |
| 0089 0181 0027 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 5.918.409 | 5.889.350 | 2.009.929 | 0 | 2.009.929 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 5.918.409 | 5.889.350 | 2.009.929 | 0 | 2.009.929 |
| **Unidade:** | **26362- Hospital Universitário Valter Cantídio** | | | | | | | | | | **128.213.398** | **125.743.313** | **1.198.957** | **0** | **1.198.957** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 23.405.009 | 23.376.810 | 1.198.957 | 0 | 1.198.957 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09-** | *20* | | | | | | | | **23.405.009** | **23.376.810** | **1.198.957** | **0** | **1.198.957** |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 19:2

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 272 | | | | | | | | | | | | | |
| 0089 0181 0023 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará | | | PLOA | | | | | | | 23.405.009 | 23.376.810 | 1.198.957 | 0 | 1.198.957 |
| 0089 0181 0023 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 4.595.760 | 4.567.561 | 1.198.957 | 0 | 1.198.957 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 4.595.760 | 4.567.561 | 1.198.957 | 0 | 1.198.957 |
| **Unidade:** | **26363- Maternidade Assis Chateaubrian** | | | | | | | | | | **71.512.346** | **68.810.054** | **1.225.660** | **0** | **1.225.660** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 12.781.302 | 12.696.340 | 1.225.660 | 0 | 1.225.660 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | 20 | | | | | | | | **12.781.302** | **12.696.340** | **1.225.660** | **0** | **1.225.660** |
| 0089 0181 0023 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará | | | PLOA | | | | | | | 12.781.302 | 12.696.340 | 1.225.660 | 0 | 1.225.660 |
| 0089 0181 0023 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 3.503.016 | 3.480.871 | 1.225.660 | 0 | 1.225.660 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 3.503.016 | 3.480.871 | 1.225.660 | 0 | 1.225.660 |
| **Unidade:** | **26364- Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais** | | | | | | | | | | **112.039.150** | **109.298.618** | **1.325.422** | **0** | **1.325.422** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 24.202.273 | 24.157.322 | 1.325.422 | 0 | 1.325.422 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | 20 | | | | | | | | **24.202.273** | **24.157.322** | **1.325.422** | **0** | **1.325.422** |
| 0089 0181 0032 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Espírito Santo | | | PLOA | | | | | | | 24.202.273 | 24.157.322 | 1.325.422 | 0 | 1.325.422 |
| 0089 0181 0032 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 5.593.250 | 5.548.495 | 1.325.422 | 0 | 1.325.422 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 5.593.250 | 5.548.495 | 1.325.422 | 0 | 1.325.422 |
| **Unidade:** | **26367- Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora** | | | | | | | | | | **88.872.799** | **67.355.777** | **863.942** | **0** | **863.942** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 7.337.370 | 7.232.770 | 863.942 | 0 | 863.942 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | 20 | | | | | | | | **7.337.370** | **7.232.770** | **863.942** | **0** | **863.942** |
| 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 7.337.370 | 7.232.770 | 863.942 | 0 | 863.942 |
| 0089 0181 0031 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 2.458.518 | 2.455.918 | 863.942 | 0 | 863.942 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.458.518 | 2.455.918 | 863.942 | 0 | 863.942 |
| **Unidade:** | **26368- Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **254.450.824** | **243.550.006** | **687.911** | **0** | **687.911** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 67.814.885 | 67.618.772 | 687.911 | 0 | 687.911 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | 20 | | | | | | | | **67.814.885** | **67.618.772** | **687.911** | **0** | **687.911** |
| 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 67.814.885 | 67.618.772 | 687.911 | 0 | 687.911 |
| 0089 0181 0031 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 8.745.901 | 8.655.147 | 687.911 | 0 | 687.911 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 8.745.901 | 8.655.147 | 687.911 | 0 | 687.911 |
| **Unidade:** | **26369- Hospital Universitário João de Barros Barreto** | | | | | | | | | | **83.109.640** | **81.183.477** | **712.947** | **0** | **712.947** |

Câmara dos Deputados (Comissões Especiais) 31/03/2016 19:26 Fl. 278

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 4.402.920 | 4.316.070 | 712.947 | 0 | 712.947 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **4.402.920** | **4.316.070** | **712.947** | **0** | **712.947** |
| 0089 0181 0015 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 4.402.920 | 4.316.070 | 712.947 | 0 | 712.947 |
| 0089 0181 0015 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 1.527.758 | 1.520.904 | 712.947 | 0 | 712.947 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *1.527.758* | *1.520.904* | *712.947* | *0* | *712.947* |
| **Unidade:** | **26371- Hospital Universitário Lauro Wanderley** | | | | | | | | | | **182.153.861** | **177.708.202** | **1.437.205** | **0** | **1.437.205** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 45.727.981 | 45.298.961 | 1.437.205 | 0 | 1.437.205 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **45.727.981** | **45.298.961** | **1.437.205** | **0** | **1.437.205** |
| 0089 0181 0025 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba | | | *PLOA* | | | | | | | 45.727.981 | 45.298.961 | 1.437.205 | 0 | 1.437.205 |
| 0089 0181 0025 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 9.165.803 | 9.103.896 | 1.437.205 | 0 | 1.437.205 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *9.165.803* | *9.103.896* | *1.437.205* | *0* | *1.437.205* |
| **Unidade:** | **26373- Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco** | | | | | | | | | | **207.581.248** | **202.850.746** | **2.520.541** | **0** | **2.520.541** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 62.098.229 | 61.862.446 | 2.520.541 | 0 | 2.520.541 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **62.098.229** | **61.862.446** | **2.520.541** | **0** | **2.520.541** |
| 0089 0181 0026 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 62.098.229 | 61.862.446 | 2.520.541 | 0 | 2.520.541 |
| 0089 0181 0026 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 10.915.292 | 10.715.851 | 2.520.541 | 0 | 2.520.541 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *10.915.292* | *10.715.851* | *2.520.541* | *0* | *2.520.541* |
| **Unidade:** | **26374- Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte** | | | | | | | | | | **137.165.545** | **125.485.326** | **1.333.861** | **0** | **1.333.861** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 133.072.808 | 124.769.908 | 1.333.861 | 0 | 1.333.861 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *20* | | | | | | | | **22.133.861** | **19.493.733** | **1.333.861** | **0** | **1.333.861** |
| 2109 09HB 0024 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Publicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 22.133.861 | 19.493.733 | 1.333.861 | 0 | 1.333.861 |
| 2109 09HB 0024 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Publicos Federais | | | | | | | | | | 22.133.861 | 19.493.733 | 1.333.861 | 0 | 1.333.861 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *22.133.861* | *19.493.733* | *1.333.861* | *0* | *1.333.861* |
| **Unidade:** | **26386- Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago** | | | | | | | | | | **207.456.085** | **195.138.456** | **2.564.485** | | **2.564.485** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 27.873.193 | 27.803.366 | 1.590.656 | 0 | 1.590.656 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **27.873.193** | **27.803.366** | **1.590.656** | **0** | **1.590.656** |
| 0089 0181 0042 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina | | | *PLOA* | | | | | | | 27.873.193 | 27.803.366 | 1.590.656 | 0 | 1.590.656 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8718 21/03/2016 19:2 sopesa

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0089 0181 0042 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 6.309.986 | 6.307.832 | 1.590.656 | 0 | 1.590.656 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *6.309.986* | *6.307.832* | *1.590.656* | *0* | *1.590.656* |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 166.481.843 | 163.793.428 | 973.829 | 0 | 973.829 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *20* | | | | | | | | **25.241.455** | **24.273.224** | **973.829** | **0** | **973.829** |
| 2109 09HB 0042 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina | | | *PLOA* | | | | | | | 25.241.455 | 24.273.224 | 973.829 | 0 | 973.829 |
| 2109 09HB 0042 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 23.773.829 | 23.600.000 | 973.829 | 0 | 973.829 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *23.773.829* | *23.600.000* | *973.829* | *0* | *973.829* |
| **Unidade:** | **26387- Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria** | | | | | | | | | | **168.527.254** | **164.077.317** | **3.772.452** | **0** | **3.772.452** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 21.055.291 | 21.008.745 | 3.772.452 | 0 | 3.772.452 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **21.055.291** | **21.008.745** | **3.772.452** | **0** | **3.772.452** |
| 0089 0181 0043 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 21.055.291 | 21.008.745 | 3.772.452 | 0 | 3.772.452 |
| 0089 0181 0043 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 8.321.072 | 8.274.526 | 3.772.452 | 0 | 3.772.452 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *8.321.072* | *8.274.526* | *3.772.452* | *0* | *3.772.452* |
| **Unidade:** | **26388- Hospital Universitário Alcides Carneiro** | | | | | | | | | | **68.996.332** | **67.258.168** | **2.333.230** | **0** | **2.333.230** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 66.065.245 | 64.420.966 | 2.333.230 | 0 | 2.333.230 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **53.597.053** | **52.822.168** | **2.333.230** | **0** | **2.333.230** |
| 2109 20TP 0025 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba | | | *PLOA* | | | | | | | 53.597.053 | 52.822.168 | 2.333.230 | 0 | 2.333.230 |
| 2109 20TP 0025 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 11.547.052 | 10.787.707 | 2.333.230 | 0 | 2.333.230 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *11.547.052* | *10.787.707* | *2.333.230* | *0* | *2.333.230* |
| **Unidade:** | **26391- Hospital Universitário Gaffree e Guinle** | | | | | | | | | | **79.149.935** | **77.066.399** | **176.598** | **0** | **176.598** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 6.029.117 | 6.029.117 | 176.598 | 0 | 176.598 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **6.029.117** | **6.029.117** | **176.598** | **0** | **176.598** |
| 0089 0181 0033 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 6.029.117 | 6.029.117 | 176.598 | 0 | 176.598 |
| 0089 0181 0033 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 905.083 | 905.083 | 176.598 | 0 | 176.598 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *905.083* | *905.083* | *176.598* | *0* | *176.598* |
| **Unidade:** | **26395- Hospital Universitário Miguel Riet Junior** | | | | | | | | | | **64.756.774** | **61.938.166** | **1.217.717** | **0** | **1.217.717** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 6.691.928 | 6.690.182 | 1.217.717 | 0 | 1.217.717 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **6.691.928** | **6.690.182** | **1.217.717** | **0** | **1.217.717** |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 870 31/03/2016 19:26 soperdes

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0089 0181 0043 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 6.691.928 | 6.690.182 | 1.217.717 | 0 | 1.217.717 |
| 0089 0181 0043 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 2.464.692 | 2.463.495 | 1.217.717 | 0 | 1.217.717 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *2.464.692* | *2.463.495* | *1.217.717* | *0* | *1.217.717* |
| **Unidade:** | **26396- Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia** | | | | | | | | | | **268.315.773** | **261.627.955** | **1.574** | **0** | **1.574** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 52.543.824 | 52.345.329 | 1.574 | 0 | 1.574 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **52.543.824** | **52.345.329** | **1.574** | **0** | **1.574** |
| 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 52.543.824 | 52.345.329 | 1.574 | 0 | 1.574 |
| 0089 0181 0031 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 5.877.374 | 5.877.374 | 1.574 | 0 | 1.574 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *5.877.374* | *5.877.374* | *1.574* | *0* | *1.574* |
| **Unidade:** | **26402- Instituto Federal de Alagoas** | | | | | | | | | | **375.822.394** | **315.896.233** | **11.048.663** | **0** | **11.048.663** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 201.012.463 | 200.516.090 | 11.048.663 | 0 | 11.048.663 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **29.638.013** | **29.198.013** | **1.289.812** | **0** | **1.289.812** |
| 2109 09HB 0027 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas | | | PLOA | | | | | | | 29.638.013 | 29.198.013 | 1.289.812 | 0 | 1.289.812 |
| 2109 09HB 0027 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 27.089.812 | 27.089.812 | 1.289.812 | 0 | 1.289.812 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *27.089.812* | *27.089.812* | *1.289.812* | *0* | *1.289.812* |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **160.822.506** | **160.807.937** | **9.758.851** | **0** | **9.758.851** |
| 2109 20TP 0027 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Alagoas | | | PLOA | | | | | | | 160.822.506 | 160.807.937 | 9.758.851 | 0 | 9.758.851 |
| 2109 20TP 0027 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 49.853.687 | 49.839.457 | 9.758.851 | 0 | 9.758.851 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *49.853.687* | *49.839.457* | *9.758.851* | *0* | *9.758.851* |
| **Unidade:** | **26403- Instituto Federal do Amazonas** | | | | | | | | | | **311.907.903** | **283.603.284** | **17.325.048** | **0** | **17.325.048** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 174.712.425 | 172.209.278 | 17.325.048 | 0 | 17.325.048 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **25.646.387** | **23.381.553** | **3.517.588** | **0** | **3.517.588** |
| 2109 09HB 0013 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas | | | PLOA | | | | | | | 25.646.387 | 23.381.553 | 3.517.588 | 0 | 3.517.588 |
| 2109 09HB 0013 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 23.298.621 | 21.898.621 | 3.517.588 | 0 | 3.517.588 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *23.298.621* | *21.898.621* | *3.517.588* | *0* | *3.517.588* |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12-** | *10* | | | | | | | | **138.008.581** | **138.008.215** | **13.807.460** | **0** | **13.807.460** |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 0129 31/03/2016 19:

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **363** | | | | | | | | | | | | | |
| 2109 20TP 0013 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amazonas | | | PLOA | | | | | | | 138.008.581 | 138.008.215 | 13.807.460 | 0 | 13.807.460 |
| 2109 20TP 0013 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 45.270.849 | 45.270.848 | 13.807.460 | 0 | 13.807.460 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 45.270.849 | 45.270.848 | 13.807.460 | 0 | 13.807.460 |
| **Unidade:** | **26405- Instituto Federal do Ceará** | | | | | | | | | | **523.978.408** | **484.940.264** | **20.475.114** | **0** | **20.475.114** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 331.816.932 | 328.970.626 | 20.475.114 | 0 | 20.475.114 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | 10 | | | | | | | | **49.892.015** | **49.265.651** | **836.631** | **0** | **836.631** |
| 2109 09HB 0023 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará | | | PLOA | | | | | | | 49.892.015 | 49.265.651 | 836.631 | 0 | 836.631 |
| 2109 09HB 0023 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 44.195.303 | 43.638.939 | 836.631 | 0 | 836.631 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 44.195.303 | 43.638.939 | 836.631 | 0 | 836.631 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | 10 | | | | | | | | **261.505.842** | **260.961.575** | **19.638.483** | **0** | **19.638.483** |
| 2109 20TP 0023 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará | | | PLOA | | | | | | | 261.505.842 | 260.961.575 | 19.638.483 | 0 | 19.638.483 |
| 2109 20TP 0023 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 82.734.738 | 82.272.944 | 19.638.483 | 0 | 19.638.483 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 82.734.738 | 82.272.944 | 19.638.483 | 0 | 19.638.483 |
| **Unidade:** | **26406- Instituto Federal do Espírito Santo** | | | | | | | | | | **534.146.182** | **510.735.880** | **4.472.922** | **0** | **4.472.922** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 341.556.244 | 340.429.175 | 4.472.922 | 0 | 4.472.922 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | 10 | | | | | | | | **270.250.055** | **270.105.848** | **4.472.922** | **0** | **4.472.922** |
| 2109 20TP 0032 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo | | | PLOA | | | | | | | 270.250.055 | 270.105.848 | 4.472.922 | 0 | 4.472.922 |
| 2109 20TP 0032 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 65.574.384 | 65.463.836 | 4.472.922 | 0 | 4.472.922 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 65.574.384 | 65.463.836 | 4.472.922 | 0 | 4.472.922 |
| **Unidade:** | **26407- Instituto Federal Goiano** | | | | | | | | | | **267.794.431** | **243.050.963** | **9.762.453** | **0** | **9.762.453** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 156.557.617 | 155.283.956 | 9.762.453 | 0 | 9.762.453 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | 10 | | | | | | | | **23.638.453** | **23.438.453** | **2.362.789** | **0** | **2.362.789** |
| 2109 09HB 0052 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás | | | PLOA | | | | | | | 23.638.453 | 23.438.453 | 2.362.789 | 0 | 2.362.789 |
| 2109 09HB 0052 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 20.862.789 | 20.662.789 | 2.362.789 | 0 | 2.362.789 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 20.862.789 | 20.662.789 | 2.362.789 | 0 | 2.362.789 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | 10 | | | | | | | | **122.657.699** | **121.893.477** | **7.399.664** | **0** | **7.399.664** |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 822 31/03/2016 19:2

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 20TP 0052 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Goias | | | PLOA | | | | | | | 122.657.699 | 121.893.477 | 7.399.664 | 0 | 7.399.664 |
| 2109 20TP 0052 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 43.004.284 | 42.403.584 | 7.399.664 | 0 | 7.399.664 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 43.004.284 | 42.403.584 | 7.399.664 | 0 | 7.399.664 |
| **Unidade:** | **26408- Instituto Federal do Maranhão** | | | | | | | | | | **453.535.948** | **413.372.744** | **1.523.965** | **0** | **1.523.965** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 253.870.322 | 252.085.142 | 1.523.965 | 0 | 1.523.965 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | 10 | | | | | | | | **36.751.368** | **36.452.981** | **763.063** | **0** | **763.063** |
| 2109 09HB 0021 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão | | | PLOA | | | | | | | 36.751.368 | 36.452.981 | 763.063 | 0 | 763.063 |
| 2109 09HB 0021 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 32.963.063 | 32.763.063 | 763.063 | 0 | 763.063 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 32.963.063 | 32.763.063 | 763.063 | 0 | 763.063 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | 10 | | | | | | | | **197.025.923** | **196.859.135** | **760.902** | **0** | **760.902** |
| 2109 20TP 0021 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Maranhão | | | PLOA | | | | | | | 197.025.923 | 196.859.135 | 760.902 | 0 | 760.902 |
| 2109 20TP 0021 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 59.523.828 | 59.421.117 | 760.902 | 0 | 760.902 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 59.523.828 | 59.421.117 | 760.902 | 0 | 760.902 |
| **Unidade:** | **26409- Instituto Federal de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **319.678.404** | **292.893.713** | **4.988.941** | **0** | **4.988.941** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 25.246.972 | 25.231.032 | 172.475 | 0 | 172.475 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | 20 | | | | | | | | **25.246.972** | **25.231.032** | **172.475** | **0** | **172.475** |
| 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 25.246.972 | 25.231.032 | 172.475 | 0 | 172.475 |
| 0089 0181 0031 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 3.359.288 | 3.343.617 | 172.475 | 0 | 172.475 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 3.359.288 | 3.343.617 | 172.475 | 0 | 172.475 |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 193.839.109 | 193.316.177 | 4.816.466 | 0 | 4.816.466 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | 10 | | | | | | | | **29.397.955** | **29.397.955** | **387.380** | **0** | **387.380** |
| 2109 09HB 0031 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 29.397.955 | 29.397.955 | 387.380 | 0 | 387.380 |
| 2109 09HB 0031 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 26.828.262 | 26.828.262 | 387.380 | 0 | 387.380 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 26.828.262 | 26.828.262 | 387.380 | 0 | 387.380 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | 10 | | | | | | | | **149.531.940** | **149.494.953** | **4.429.086** | **0** | **4.429.086** |
| 2109 20TP 0031 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 149.531.940 | 149.494.953 | 4.429.086 | 0 | 4.429.086 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 21/03/2016

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 20TP 0031 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 43.356.288 | 43.355.320 | 4.429.086 | 0 | 4.429.086 |
| | | | | | | | | | | | *43.356.288* | *43.355.320* | *4.429.086* | *0* | *4.429.086* |
| **Unidade:** | **26411- Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **248.713.948** | **228.950.994** | **504.972** | **0** | **504.972** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 151.670.105 | 147.591.124 | 504.972 | 0 | 504.972 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | 118.968.679 | 115.913.656 | 504.972 | 0 | 504.972 |
| 2109 20TP 0031 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 118.968.679 | 115.913.656 | 504.972 | 0 | 504.972 |
| 2109 20TP 0031 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 30.689.194 | 28.239.564 | 504.972 | 0 | 504.972 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *30.689.194* | *28.239.564* | *504.972* | *0* | *504.972* |
| **Unidade:** | **26412- Instituto Federal do Sul de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **255.697.705** | **229.761.814** | **839.634** | **0** | **839.634** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 133.017.550 | 131.480.514 | 839.634 | 0 | 839.634 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | 19.857.496 | 19.602.781 | 141.133 | 0 | 141.133 |
| 2109 09HB 0031 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 19.857.496 | 19.602.781 | 141.133 | 0 | 141.133 |
| 2109 09HB 0031 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 17.575.692 | 17.375.692 | 141.133 | 0 | 141.133 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | *17.575.692* | *17.375.692* | *141.133* | *0* | *141.133* |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | 104.819.434 | 103.820.778 | 698.501 | 0 | 698.501 |
| 2109 20TP 0031 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 104.819.434 | 103.820.778 | 698.501 | 0 | 698.501 |
| 2109 20TP 0031 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 30.848.161 | 30.188.240 | 698.501 | 0 | 698.501 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *30.848.161* | *30.188.240* | *698.501* | *0* | *698.501* |
| **Unidade:** | **26414- Instituto Federal do Mato Grosso** | | | | | | | | | | **360.915.146** | **329.651.674** | **7.698.765** | **0** | **7.698.765** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 29.589.672 | 29.478.613 | 262.396 | 0 | 262.396 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | 29.589.672 | 29.478.613 | 262.396 | 0 | 262.396 |
| 0089 0181 0051 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso | | | PLOA | | | | | | | 29.589.672 | 29.478.613 | 262.396 | 0 | 262.396 |
| 0089 0181 0051 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 4.489.151 | 4.475.651 | 262.396 | 0 | 262.396 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *4.489.151* | *4.475.651* | *262.396* | *0* | *262.396* |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 219.630.153 | 213.825.149 | 7.436.369 | 0 | 7.436.369 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | 36.097.646 | 32.800.000 | 4.987.006 | 0 | 4.987.006 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8723

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func. | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 09HB 0051 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Publicos Federais - No Estado de Mato Grosso | | | PLOA | | | | | | | 36.097.646 | 32.800.000 | 4.987.006 | 0 | 4.987.006 |
| 2109 09HB 0051 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Publicos Federais | | | | | | | | | | 36.097.646 | 32.800.000 | 4.987.006 | 0 | 4.987.006 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | *0* | *36.097.646* | *32.800.000* | *4.987.006* | *0* | *4.987.006* |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **167.574.539** | **167.222.069** | **2.449.363** | **0** | **2.449.363** |
| 2109 20TP 0051 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso | | | PLOA | | | | | | | 167.574.539 | 167.222.069 | 2.449.363 | 0 | 2.449.363 |
| 2109 20TP 0051 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 39.022.552 | 38.740.200 | 2.449.363 | 0 | 2.449.363 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *39.022.552* | *38.740.200* | *2.449.363* | *0* | *2.449.363* |
| **Unidade:** | **26415- Instituto Federal do Mato Grosso do Sul** | | | | | | | | | | **112.038.236** | **100.602.955** | **3.876.162** | **0** | **3.876.162** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 69.410.597 | 69.065.149 | 3.876.162 | 0 | 3.876.162 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **10.180.344** | **10.180.344** | **359.240** | **0** | **359.240** |
| 2109 09HB 0054 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Publicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | PLOA | | | | | | | 10.180.344 | 10.180.344 | 359.240 | 0 | 359.240 |
| 2109 09HB 0054 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Publicos Federais | | | | | | | | | | 8.509.240 | 8.509.240 | 359.240 | 0 | 359.240 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | *0* | *8.509.240* | *8.509.240* | *359.240* | *0* | *359.240* |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **54.530.971** | **54.496.091** | **3.516.922** | **0** | **3.516.922** |
| 2109 20TP 0054 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | PLOA | | | | | | | 54.530.971 | 54.496.091 | 3.516.922 | 0 | 3.516.922 |
| 2109 20TP 0054 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 17.918.352 | 17.883.468 | 3.516.922 | 0 | 3.516.922 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *17.918.352* | *17.883.468* | *3.516.922* | *0* | *3.516.922* |
| **Unidade:** | **26416- Instituto Federal do Pará** | | | | | | | | | | **312.269.716** | **287.269.051** | **542.326** | **0** | **542.326** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 172.108.393 | 170.817.404 | 542.326 | 0 | 542.326 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **135.532.334** | **135.416.114** | **542.326** | **0** | **542.326** |
| 2109 20TP 0015 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará | | | PLOA | | | | | | | 135.532.334 | 135.416.114 | 542.326 | 0 | 542.326 |
| 2109 20TP 0015 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 35.042.163 | 34.925.943 | 542.326 | 0 | 542.326 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *35.042.163* | *34.925.943* | *542.326* | *0* | *542.326* |
| **Unidade:** | **26417- Instituto Federal da Paraíba** | | | | | | | | | | **442.824.813** | **403.357.222** | **2.809.231** | **0** | **2.809.231** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 290.468.487 | 277.038.597 | 2.809.231 | 0 | 2.809.231 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **44.134.909** | **40.913.325** | **826.854** | | **826.854** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais FL. 87 31/03/2016 19:26

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 09HB 0025 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba | | | PLOA | | | | | | | 44.134.909 | 40.913.325 | 826.854 | 0 | 826.854 |
| 2109 09HB 0025 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 40.089.931 | 40.089.931 | 826.854 | 0 | 826.854 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *40.089.931* | *40.089.931* | *826.854* | *0* | *826.854* |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **228.593.867** | **220.054.781** | **1.982.377** | **0** | **1.982.377** |
| 2109 20TP 0025 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba | | | PLOA | | | | | | | 228.593.867 | 220.054.781 | 1.982.377 | 0 | 1.982.377 |
| 2109 20TP 0025 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 70.357.311 | 64.912.869 | 1.982.377 | 0 | 1.982.377 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *70.357.311* | *64.912.869* | *1.982.377* | *0* | *1.982.377* |
| **Unidade:** | **26418- Instituto Federal de Pernambuco** | | | | | | | | | | **444.148.854** | **422.881.603** | **8.703.674** | **0** | **8.703.674** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 270.869.783 | 269.108.192 | 8.703.674 | 0 | 8.703.674 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | 40.941.827 | 40.743.103 | 2.344.775 | 0 | 2.344.775 |
| 2109 09HB 0026 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco | | | PLOA | | | | | | | 40.941.827 | 40.743.103 | 2.344.775 | 0 | 2.344.775 |
| 2109 09HB 0026 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 36.729.161 | 36.530.437 | 2.344.775 | 0 | 2.344.775 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *36.729.161* | *36.530.437* | *2.344.775* | *0* | *2.344.775* |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **213.224.488** | **213.004.680** | **6.358.899** | **0** | **6.358.899** |
| 2109 20TP 0026 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco | | | PLOA | | | | | | | 213.224.488 | 213.004.680 | 6.358.899 | 0 | 6.358.899 |
| 2109 20TP 0026 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 60.197.278 | 60.012.020 | 6.358.899 | 0 | 6.358.899 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *60.197.278* | *60.012.020* | *6.358.899* | *0* | *6.358.899* |
| **Unidade:** | **26420- Instituto Federal Farroupilha** | | | | | | | | | | **236.101.140** | **218.059.631** | **9.261.105** | **0** | **9.261.105** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 156.454.072 | 153.958.437 | 9.261.105 | 0 | 9.261.105 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | 122.742.570 | 122.612.862 | 9.261.105 | 0 | 9.261.105 |
| 2109 20TP 0043 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 122.742.570 | 122.612.862 | 9.261.105 | 0 | 9.261.105 |
| 2109 20TP 0043 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 39.874.201 | 39.752.749 | 9.261.105 | 0 | 9.261.105 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *39.874.201* | *39.752.749* | *9.261.105* | *0* | *9.261.105* |
| **Unidade:** | **26422- Instituto Federal Catarinense** | | | | | | | | | | **283.593.937** | **260.065.103** | **1.223.929** | **0** | **1.223.929** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 10.691.257 | 10.591.257 | 547.319 | 0 | 547.319 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | 10.691.257 | 10.591.257 | 547.319 | 0 | 547.319 |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl.
31/03/2016 19:26

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0089 0181 0042 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina | | | PLOA | | | | | | | 10.691.257 | 10.591.257 | 547.319 | 0 | 547.319 |
| 0089 0181 0042 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 2.217.316 | 2.217.316 | 547.319 | 0 | 547.319 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.217.316 | 2.217.316 | 547.319 | 0 | 547.319 |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 181.840.140 | 181.302.223 | 676.610 | 0 | 676.610 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | 10 | | | | | | | | 26.974.300 | 26.673.961 | 550.851 | 0 | 550.851 |
| 2109 09HB 0042 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina | | | PLOA | | | | | | | 26.974.300 | 26.673.961 | 550.851 | 0 | 550.851 |
| 2109 09HB 0042 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 24.888.073 | 24.587.734 | 550.851 | 0 | 550.851 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 24.888.073 | 24.587.734 | 550.851 | 0 | 550.851 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | 10 | | | | | | | | 143.771.279 | 143.610.168 | 125.759 | 0 | 125.759 |
| 2109 20TP 0042 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina | | | PLOA | | | | | | | 143.771.279 | 143.610.168 | 125.759 | 0 | 125.759 |
| 2109 20TP 0042 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 31.773.065 | 31.634.587 | 125.759 | 0 | 125.759 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 31.773.065 | 31.634.587 | 125.759 | 0 | 125.759 |
| **Unidade:** | **26423- Instituto Federal de Sergipe** | | | | | | | | | | **242.854.926** | **213.706.336** | **10.541.304** | **0** | **10.541.304** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 137.041.161 | 133.836.648 | 10.541.304 | 0 | 10.541.304 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | 10 | | | | | | | | 20.600.992 | 20.318.377 | 853.666 | 0 | 853.666 |
| 2109 09HB 0028 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe | | | PLOA | | | | | | | 20.600.992 | 20.318.377 | 853.666 | 0 | 853.666 |
| 2109 09HB 0028 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 19.075.952 | 19.075.616 | 853.666 | 0 | 853.666 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 19.075.952 | 19.075.616 | 853.666 | 0 | 853.666 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | 10 | | | | | | | | 106.730.230 | 104.763.642 | 9.687.638 | 0 | 9.687.638 |
| 2109 20TP 0028 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Sergipe | | | PLOA | | | | | | | 106.730.230 | 104.763.642 | 9.687.638 | 0 | 9.687.638 |
| 2109 20TP 0028 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 29.704.251 | 29.701.806 | 9.687.638 | 0 | 9.687.638 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 29.704.251 | 29.701.806 | 9.687.638 | 0 | 9.687.638 |
| **Unidade:** | **26424- Instituto Federal do Tocantins** | | | | | | | | | | **205.844.229** | **186.775.337** | **9.746.346** | **0** | **9.746.346** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 125.748.074 | 124.760.565 | 9.746.346 | 0 | 9.746.346 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | 10 | | | | | | | | 18.514.149 | 18.247.833 | 866.444 | 0 | 866.444 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais FL. 31/03/2016 19:26

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 09HB 0017 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins | | | PLOA | | | | | | | 18.514.149 | 18.247.833 | 866.444 | 0 | 866.444 |
| 2109 09HB 0017 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 17.066.444 | 16.800.128 | 866.444 | 0 | 866.444 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *17.066.444* | *16.800.128* | *866.444* | *0* | *866.444* |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **97.943.270** | **97.736.043** | **8.879.902** | **0** | **8.879.902** |
| 2109 20TP 0017 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Tocantins | | | PLOA | | | | | | | 97.943.270 | 97.736.043 | 8.879.902 | 0 | 8.879.902 |
| 2109 20TP 0017 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 29.162.818 | 28.983.541 | 8.879.902 | 0 | 8.879.902 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *29.162.818* | *28.983.541* | *8.879.902* | *0* | *8.879.902* |
| **Unidade:** | **26425- Instituto Federal do Acre** | | | | | | | | | | **96.744.356** | **80.531.298** | **2.806** | **0** | **2.806** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 260.683 | 165.265 | 2.806 | 0 | 2.806 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **260.683** | **165.265** | **2.806** | **0** | **2.806** |
| 0089 0181 0012 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Acre | | | PLOA | | | | | | | 260.683 | 165.265 | 2.806 | 0 | 2.806 |
| 0089 0181 0012 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 147.683 | 138.666 | 2.806 | 0 | 2.806 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *147.683* | *138.666* | *2.806* | *0* | *2.806* |
| **Unidade:** | **26426- Instituto Federal do Amapá** | | | | | | | | | | **75.503.104** | **54.371.379** | **2.414.943** | **0** | **2.414.943** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 36.098.439 | 34.784.625 | 2.414.943 | 0 | 2.414.943 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **27.259.700** | **26.764.312** | **2.414.943** | **0** | **2.414.943** |
| 2109 20TP 0016 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá | | | PLOA | | | | | | | 27.259.700 | 26.764.312 | 2.414.943 | 0 | 2.414.943 |
| 2109 20TP 0016 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 8.353.695 | 7.935.829 | 2.414.943 | 0 | 2.414.943 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *8.353.695* | *7.935.829* | *2.414.943* | *0* | *2.414.943* |
| **Unidade:** | **26431- Instituto Federal do Piauí** | | | | | | | | | | **337.514.272** | **301.865.721** | **21.894.661** | **0** | **21.894.661** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 210.086.178 | 206.519.099 | 21.894.661 | 0 | 21.894.661 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **30.456.716** | **27.858.990** | **1.222.891** | **0** | **1.222.891** |
| 2109 09HB 0022 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí | | | PLOA | | | | | | | 30.456.716 | 27.858.990 | 1.222.891 | 0 | 1.222.891 |
| 2109 09HB 0022 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 27.972.891 | 27.858.990 | 1.222.891 | 0 | 1.222.891 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *27.972.891* | *27.858.990* | *1.222.891* | *0* | *1.222.891* |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **164.483.031** | **164.269.122** | **20.671.770** | | **20.671.770** |
| 2109 20TP 0022 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Piauí | | | PLOA | | | | | | | 164.483.031 | 164.269.122 | 20.671.770 | 0 | 20.671.770 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 19:26

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 20TP 0022 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 60.169.764 | 60.117.558 | 20.671.770 | 0 | 20.671.770 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 60.169.764 | 60.117.558 | 20.671.770 | 0 | 20.671.770 |
| **Unidade:** | **26432- Instituto Federal do Paraná** | | | | | | | | | | **277.116.773** | **253.198.401** | **15.857.514** | **0** | **15.857.514** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 184.801.113 | 182.073.323 | 15.857.514 | 0 | 15.857.514 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **26.206.836** | **24.549.757** | **361.572** | **0** | **361.572** |
| 2109 09HB 0041 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná | | | PLOA | | | | | | | 26.206.836 | 24.549.757 | 361.572 | 0 | 361.572 |
| 2109 09HB 0041 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 23.265.496 | 22.214.781 | 361.572 | 0 | 361.572 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 23.265.496 | 22.214.781 | 361.572 | 0 | 361.572 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **147.225.498** | **146.426.231** | **15.495.942** | **0** | **15.495.942** |
| 2109 20TP 0041 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná | | | PLOA | | | | | | | 147.225.498 | 146.426.231 | 15.495.942 | 0 | 15.495.942 |
| 2109 20TP 0041 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 52.676.277 | 51.879.641 | 15.495.942 | 0 | 15.495.942 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 52.676.277 | 51.879.641 | 15.495.942 | 0 | 15.495.942 |
| **Unidade:** | **26433- Instituto Federal do Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **323.513.785** | **292.213.571** | **669.333** | **0** | **669.333** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 208.036.285 | 200.504.152 | 669.333 | 0 | 669.333 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **31.513.396** | **31.213.396** | **298.888** | **0** | **298.888** |
| 2109 09HB 0033 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 31.513.396 | 31.213.396 | 298.888 | 0 | 298.888 |
| 2109 09HB 0033 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 26.698.888 | 26.398.888 | 298.888 | 0 | 298.888 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 26.698.888 | 26.398.888 | 298.888 | 0 | 298.888 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **163.013.376** | **156.527.511** | **370.445** | **0** | **370.445** |
| 2109 20TP 0033 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 163.013.376 | 156.527.511 | 370.445 | 0 | 370.445 |
| 2109 20TP 0033 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 43.376.295 | 37.943.800 | 370.445 | 0 | 370.445 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 43.376.295 | 37.943.800 | 370.445 | 0 | 370.445 |
| **Unidade:** | **26434- Instituto Federal Fluminense** | | | | | | | | | | **356.062.247** | **326.761.316** | **9.591.890** | **0** | **9.591.890** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 212.254.979 | 209.586.510 | 9.591.890 | 0 | 9.591.890 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **163.951.235** | **163.791.877** | **9.591.890** | **0** | **9.591.890** |
| 2109 20TP 0033 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 163.951.235 | 163.791.877 | 9.591.890 | 0 | 9.591.890 |
| 2109 20TP 0033 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 53.509.525 | 53.350.167 | 9.591.890 | 0 | 9.591.890 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/08/2016 19:26

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *53.509.525* | *53.350.167* | *9.591.890* | *0* | *9.591.890* |
| **Unidade:** | **26435- Instituto Federal do Rio Grande do Norte** | | | | | | | | | | **511.774.967** | **467.262.335** | **17.962.603** | **0** | **17.962.603** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 326.864.793 | 322.460.637 | 17.962.603 | 0 | 17.962.603 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **47.438.847** | **46.651.432** | **2.600.112** | **0** | **2.600.112** |
| 2109 09HB 0024 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 47.438.847 | 46.651.432 | 2.600.112 | 0 | 2.600.112 |
| 2109 09HB 0024 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 42.500.112 | 41.800.112 | 2.600.112 | 0 | 2.600.112 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *42.500.112* | *41.800.112* | *2.600.112* | *0* | *2.600.112* |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **254.238.044** | **254.044.953** | **15.362.491** | **0** | **15.362.491** |
| 2109 20TP 0024 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 254.238.044 | 254.044.953 | 15.362.491 | 0 | 15.362.491 |
| 2109 20TP 0024 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 79.718.386 | 79.629.488 | 15.362.491 | 0 | 15.362.491 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *79.718.386* | *79.629.488* | *15.362.491* | *0* | *15.362.491* |
| **Unidade:** | **26436- Instituto Federal Sul-rio-grandense** | | | | | | | | | | **357.482.997** | **338.752.212** | **1.670.476** | **0** | **1.670.476** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 236.393.331 | 232.907.738 | 1.670.476 | 0 | 1.670.476 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **37.770.661** | **34.563.641** | **1.566.131** | **0** | **1.566.131** |
| 2109 09HB 0043 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 37.770.661 | 34.563.641 | 1.566.131 | 0 | 1.566.131 |
| 2109 09HB 0043 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 31.514.354 | 31.257.012 | 1.566.131 | 0 | 1.566.131 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *31.514.354* | *31.257.012* | *1.566.131* | *0* | *1.566.131* |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **185.499.024** | **185.450.647** | **104.345** | **0** | **104.345** |
| 2109 20TP 0043 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 185.499.024 | 185.450.647 | 104.345 | 0 | 104.345 |
| 2109 20TP 0043 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 47.759.148 | 47.733.338 | 104.345 | 0 | 104.345 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *47.759.148* | *47.733.338* | *104.345* | *0* | *104.345* |
| **Unidade:** | **26438- Instituto Federal de Santa Catarina** | | | | | | | | | | **448.867.003** | **405.685.238** | **115.382** | **0** | **115.382** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 36.105.274 | 36.019.556 | 115.382 | 0 | 115.382 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **36.105.274** | **36.019.556** | **115.382** | **0** | **115.382** |
| 0089 0181 0042 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina | | | *PLOA* | | | | | | | 36.105.274 | 36.019.556 | 115.382 | 0 | 115.382 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 2929 31/03/2016 19:26

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0089 0181 0042 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 5.208.274 | 5.207.726 | 115.382 | 0 | 115.382 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *5.208.274* | *5.207.726* | *115.382* | *0* | *115.382* |
| **Unidade:** | **26439- Instituto Federal de São Paulo** | | | | | | | | | | **629.612.135** | **586.420.074** | **46.007.131** | **0** | **46.007.131** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 411.291.456 | 408.236.391 | 46.007.131 | 0 | 46.007.131 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *10* | | | | | | | | **61.133.895** | **60.422.989** | **5.633.222** | **0** | **5.633.222** |
| 2109 09HB 0035 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 61.133.895 | 60.422.989 | 5.633.222 | 0 | 5.633.222 |
| 2109 09HB 0035 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 56.033.222 | 55.324.220 | 5.633.222 | 0 | 5.633.222 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *56.033.222* | *55.324.220* | *5.633.222* | *0* | *5.633.222* |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 363** | *10* | | | | | | | | **320.254.929** | **320.032.899** | **40.373.909** | **0** | **40.373.909** |
| 2109 20TP 0035 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 320.254.929 | 320.032.899 | 40.373.909 | 0 | 40.373.909 |
| 2109 20TP 0035 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 121.920.967 | 121.812.889 | 40.373.909 | 0 | 40.373.909 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *121.920.967* | *121.812.889* | *40.373.909* | *0* | *40.373.909* |
| **Unidade:** | **26442- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira** | | | | | | | | | | **135.728.411** | **101.878.802** | **1.203.311** | **0** | **1.203.311** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 504.611 | 438.470 | 400.000 | 0 | 400.000 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **504.611** | **438.470** | **400.000** | **0** | **400.000** |
| 0089 0181 0020 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Nordeste | | | *PLOA* | | | | | | | 504.611 | 438.470 | 400.000 | 0 | 400.000 |
| 0089 0181 0020 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 491.611 | 428.863 | 400.000 | 0 | 400.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *491.611* | *428.863* | *400.000* | *0* | *400.000* |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 52.689.657 | 51.444.552 | 803.311 | 0 | 803.311 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **42.066.984** | **41.195.782** | **803.311** | **0** | **803.311** |
| 2109 20TP 0020 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Na Região Nordeste | | | *PLOA* | | | | | | | 42.066.984 | 41.195.782 | 803.311 | 0 | 803.311 |
| 2109 20TP 0020 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 9.522.324 | 9.131.043 | 803.311 | 0 | 803.311 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *9.522.324* | *9.131.043* | *803.311* | *0* | *803.311* |
| **Unidade:** | **26445- Hospital Universitário da UNIFESP** | | | | | | | | | | **265.090.021** | **258.156.007** | **19.122.411** | **0** | **19.122.411** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 260.087.021 | 255.158.069 | 19.122.411 | 0 | 19.122.411 |
| **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **12- 122** | *20* | | | | | | | | 40.234.109 | 39.395.108 | 440.333 | 0 | 440.333 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 233 31/08/2016 19:26

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 09HB 0035 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo | | | PLOA | | | | | | | 40.234.109 | 39.395.108 | 440.333 | 0 | 440.333 |
| 2109 09HB 0035 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 37.340.333 | 37.040.333 | 440.333 | 0 | 440.333 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *37.340.333* | *37.040.333* | *440.333* | *0* | *440.333* |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **204.527.968** | **201.061.486** | **18.682.078** | **0** | **18.682.078** |
| 2109 20TP 0035 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo | | | PLOA | | | | | | | 204.527.968 | 201.061.486 | 18.682.078 | 0 | 18.682.078 |
| 2109 20TP 0035 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 59.851.726 | 56.550.224 | 18.682.078 | 0 | 18.682.078 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *59.851.726* | *56.550.224* | *18.682.078* | *0* | *18.682.078* |
| **Unidade:** | **26449- Universidade Federal do Cariri** | | | | | | | | | | **91.488.808** | **72.878.124** | **5.947.838** | **0** | **5.947.838** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 50.111.453 | 48.635.141 | 5.947.838 | 0 | 5.947.838 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 364** | *10* | | | | | | | | **40.160.174** | **39.147.634** | **5.947.838** | **0** | **5.947.838** |
| 2109 20TP 0023 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará | | | PLOA | | | | | | | 40.160.174 | 39.147.634 | 5.947.838 | 0 | 5.947.838 |
| 2109 20TP 0023 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 15.520.630 | 15.150.394 | 5.947.838 | 0 | 5.947.838 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *15.520.630* | *15.150.394* | *5.947.838* | *0* | *5.947.838* |
| **Unidade:** | **26451- Hospital de Ensino Dr. Washington Antonio de Barros** | | | | | | | | | | **3.432.282** | **1.000.000** | **319.000** | **0** | **319.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 2.328.682 | 0 | 319.000 | 0 | 319.000 |
| **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **12- 302** | *20* | | | | | | | | **729.000** | **0** | **319.000** | **0** | **319.000** |
| 2109 20TP 0026 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco | | | PLOA | | | | | | | 729.000 | 0 | 319.000 | 0 | 319.000 |
| 2109 20TP 0026 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 669.000 | 0 | 319.000 | 0 | 319.000 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *669.000* | *0* | *319.000* | *0* | *319.000* |
| **Órgão:** | **28000- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | | | | | | | | | | **3.352.701.600** | **1.945.913.005** | **1.707.092** | **0** | **1.707.092** |
| **Unidade:** | **28203- Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI** | | | | | | | | | | **401.570.984** | **333.185.779** | **692.680** | **0** | **692.680** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 64.429.239 | 64.134.116 | 692.680 | 0 | 692.680 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | 64.429.239 | 64.134.116 | 692.680 | 0 | 692.680 |
| 0089 0181 0033 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 64.429.239 | 64.134.116 | 692.680 | 0 | 692.680 |
| 0089 0181 0033 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 9.814.939 | 9.554.550 | 692.680 | 0 | 692.680 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *9.814.939* | *9.554.550* | *692.680* | *0* | *692.680* |
| **Unidade:** | **28233- Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA** | | | | | | | | | | **823.768.830** | **428.685.024** | **1.014.412** | **0** | **1.014.412** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 21.183.692 | 21.099.846 | 1.014.412 | 0 | 1.014.412 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | 21.183.692 | 21.099.846 | 1.014.412 | 0 | 1.014.412 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 121 31/03/2016 19:26

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0089 0181 0010 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Norte | | | PLOA | | | | | | | 21.183.692 | 21.099.846 | 1.014.412 | 0 | 1.014.412 |
| 0089 0181 0010 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 4.088.692 | 4.051.561 | 1.014.412 | 0 | 1.014.412 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 4.088.692 | 4.051.561 | 1.014.412 | 0 | 1.014.412 |
| **Órgão:** | **30000- Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | **13.484.627.648** | **11.285.684.946** | **252.222** | **0** | **252.222** |
| **Unidade:** | **30211- Conselho Administrativo de Defesa Econômica** | | | | | | | | | | **36.248.219** | **32.706.056** | **252.222** | **0** | **252.222** |
| **2112** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | 10.736.281 | 9.783.514 | 252.222 | 0 | 252.222 |
| **2112 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **14- 122** | *10* | | | | | | | | **10.065.281** | **9.193.636** | **252.222** | **0** | **252.222** |
| 2112 20TP 0053 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 10.065.281 | 9.193.636 | 252.222 | 0 | 252.222 |
| 2112 20TP 0053 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 1.002.222 | 305.259 | 252.222 | 0 | 252.222 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 1.002.222 | 305.259 | 252.222 | 0 | 252.222 |
| **Órgão:** | **32000- Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | | | | **4.532.093.237** | **2.810.575.753** | **1.386.456** | **0** | **1.386.456** |
| **Unidade:** | **32263- Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM** | | | | | | | | | | **489.354.657** | **305.832.313** | **1.178.829** | **0** | **1.178.829** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 38.198.898 | 38.193.109 | 1.178.829 | 0 | 1.178.829 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | 38.198.898 | 38.193.109 | 1.178.829 | 0 | 1.178.829 |
| 0089 0181 0053 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 38.198.898 | 38.193.109 | 1.178.829 | 0 | 1.178.829 |
| 0089 0181 0053 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 6.753.298 | 6.753.298 | 1.178.829 | 0 | 1.178.829 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 6.753.298 | 6.753.298 | 1.178.829 | 0 | 1.178.829 |
| **Unidade:** | **32265- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP** | | | | | | | | | | **736.668.733** | **487.876.077** | **207.627** | **0** | **207.627** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 7.455.704 | 7.395.257 | 207.627 | 0 | 207.627 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **7.455.704** | **7.395.257** | **207.627** | **0** | **207.627** |
| 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 7.455.704 | 7.395.257 | 207.627 | 0 | 207.627 |
| 0089 0181 0001 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 1.605.704 | 1.583.257 | 207.627 | 0 | 207.627 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 1.605.704 | 1.583.257 | 207.627 | 0 | 207.627 |
| **Órgão:** | **33000- Ministério da Previdência Social** | | | | | | | | | | **455.320.787.501** | **455.049.432.370** | **94.045.871** | **0** | **94.045.871** |
| **Unidade:** | **33201- Instituto Nacional do Seguro Social** | | | | | | | | | | **14.426.782.953** | **14.221.207.895** | **94.045.871** | **0** | **94.045.871** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 5.187.144.365 | 5.183.227.861 | 94.045.871 | 0 | 94.045.871 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **4.529.044.365** | **4.525.127.861** | **94.045.871** | **0** | **94.045.871** |
| 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 4.529.044.365 | 4.525.127.861 | 94.045.871 | 0 | 94.045.871 |
| 0089 0181 0001 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 911.758.777 | 909.386.424 | 94.045.871 | 0 | 94.045.871 |
| | | | | | 3.1.90 | 151 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 911.758.777 | 909.386.424 | 94.045.871 | 0 | 94.045.871 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 0 21/03/2016 19:26

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **35000- Ministério das Relações Exteriores** | | | | | | | | | | **3.375.592.276** | **3.456.212.315** | **31.156.197** | **0** | **31.156.197** |
| **Unidade:** | **35101- Ministério das Relações Exteriores** | | | | | | | | | | **3.357.069.628** | **3.443.113.820** | **31.156.197** | **0** | **31.156.197** |
| **2118** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores** | | | | | | | | | | 1.809.159.564 | 1.909.897.377 | 31.156.197 | 0 | 31.156.197 |
| **2118 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **07- 122** | *10* | | | | | | | | 1.242.212.313 | 1.359.945.445 | 31.156.197 | **0** | 31.156.197 |
| 2118 20TP 0001 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 1.242.212.313 | 1.359.945.445 | 31.156.197 | 0 | 31.156.197 |
| 2118 20TP 0001 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 1.111.491.683 | 1.230.108.307 | 31.156.197 | 0 | 31.156.197 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *1.111.491.683* | *1.230.108.307* | *31.156.197* | *0* | *31.156.197* |
| **Órgão:** | **36000- Ministério da Saúde** | | | | | | | | | | **121.141.035.789** | **110.221.893.068** | **2.787.651** | **0** | **2.787.651** |
| **Unidade:** | **36212- Agência Nacional de Vigilância Sanitária** | | | | | | | | | | **842.328.348** | **758.448.106** | **2.787.651** | **0** | **2.787.651** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 74.087.155 | 73.631.624 | 2.787.651 | 0 | 2.787.651 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | 74.087.155 | 73.631.624 | 2.787.651 | **0** | 2.787.651 |
| 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 74.087.155 | 73.631.624 | 2.787.651 | 0 | 2.787.651 |
| 0089 0181 0001 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 6.687.651 | 6.687.651 | 2.787.651 | 0 | 2.787.651 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *6.687.651* | *6.687.651* | *2.787.651* | *0* | *2.787.651* |
| **Órgão:** | **38000- Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | | | | **86.683.256.512** | **84.043.335.746** | **4.221.646** | **0** | **4.221.646** |
| **Unidade:** | **38101- Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | | | | **18.654.665.343** | **18.192.674.702** | **4.212.800** | **0** | **4.212.800** |
| **2127** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | | | | 1.484.742.981 | 1.428.073.955 | 4.212.800 | 0 | 4.212.800 |
| **2127 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **11- 122** | *10* | | | | | | | | 1.105.399.615 | 1.098.299.339 | 4.212.800 | **0** | 4.212.800 |
| 2127 20TP 0001 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 1.105.399.615 | 1.098.299.339 | 4.212.800 | 0 | 4.212.800 |
| 2127 20TP 0001 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 3.080.800 | 2.639.531 | 4.212.800 | 0 | 4.212.800 |
| | | | | | *3.1.90* | *174* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *3.080.800* | *2.639.531* | *4.212.800* | *0* | *4.212.800* |
| **Unidade:** | **38201- Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho** | | | | | | | | | | **113.375.608** | **107.749.081** | **8.846** | **0** | **8.846** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 26.537.777 | 26.507.802 | 8.846 | 0 | 8.846 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | 26.537.777 | 26.507.802 | 8.846 | **0** | 8.846 |
| 0089 0181 0035 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 26.537.777 | 26.507.802 | 8.846 | 0 | 8.846 |
| 0089 0181 0035 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 2.947.777 | 2.947.287 | 8.846 | 0 | 8.846 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *2.947.777* | *2.947.287* | *8.846* | *0* | *8.846* |
| **Órgão:** | **39000- Ministério dos Transportes** | | | | | | | | | | **19.083.215.035** | **13.647.853.858** | **11.642.758** | **0** | **11.642.758** |
| **Unidade:** | **39252- Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT** | | | | | | | | | | **11.605.125.902** | **7.388.422.666** | **11.642.758** | **0** | **11.642.758** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 102.701.104 | 102.411.660 | 11.642.758 | 0 | 11.642.758 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09-** | *20* | | | | | | | | 102.701.104 | 102.411.660 | 11.642.758 | 0 | 11.642.758 |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl.
31/03/2016 19:26

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 272 | | | | | | | | | | | | | |
| 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 102.701.104 | 102.411.660 | 11.642.758 | 0 | 11.642.758 |
| 0089 0181 0001 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 32.317.704 | 32.317.704 | 11.642.758 | 0 | 11.642.758 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 32.317.704 | 32.317.704 | 11.642.758 | 0 | 11.642.758 |
| **Órgão:** | **44000- Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | **3.331.061.237** | **2.779.691.621** | **5.619.964** | **0** | **5.619.964** |
| **Unidade:** | **44101- Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | **537.976.247** | **313.576.542** | **424.518** | **0** | **424.518** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 4.881.953 | 4.818.202 | 424.518 | 0 | 424.518 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | 20 | | | | | | | | 4.881.953 | 4.818.202 | 424.518 | 0 | 424.518 |
| 0089 0181 0053 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 4.881.953 | 4.818.202 | 424.518 | 0 | 424.518 |
| 0089 0181 0053 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 924.518 | 861.008 | 424.518 | 0 | 424.518 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 924.518 | 861.008 | 424.518 | 0 | 424.518 |
| **Unidade:** | **44102- Serviço Florestal Brasileiro - SFB** | | | | | | | | | | **105.456.041** | **43.219.274** | **1.093.932** | **0** | **1.093.932** |
| **2124** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | 38.088.899 | 34.186.653 | 1.093.932 | 0 | 1.093.932 |
| **2124 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **18- 122** | 10 | | | | | | | | 21.351.295 | 21.262.078 | 1.093.932 | 0 | 1.093.932 |
| 2124 20TP 0001 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 21.351.295 | 21.262.078 | 1.093.932 | 0 | 1.093.932 |
| 2124 20TP 0001 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 2.793.932 | 2.793.128 | 1.093.932 | 0 | 1.093.932 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.793.932 | 2.793.128 | 1.093.932 | 0 | 1.093.932 |
| **Unidade:** | **44206- Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ** | | | | | | | | | | **66.176.277** | **63.676.920** | **198.922** | **0** | **198.922** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 9.703.348 | 9.530.074 | 198.922 | 0 | 198.922 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | 20 | | | | | | | | 9.703.348 | 9.530.074 | 198.922 | 0 | 198.922 |
| 0089 0181 0033 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 9.703.348 | 9.530.074 | 198.922 | 0 | 198.922 |
| 0089 0181 0033 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 2.137.348 | 1.977.348 | 198.922 | 0 | 198.922 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.137.348 | 1.977.348 | 198.922 | 0 | 198.922 |
| **Unidade:** | **44207- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade** | | | | | | | | | | **688.009.082** | **592.978.306** | **3.902.592** | **0** | **3.902.592** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 34.886.598 | 34.831.260 | 3.902.592 | 0 | 3.902.592 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | 20 | | | | | | | | 34.886.598 | 34.831.260 | 3.902.592 | 0 | 3.902.592 |
| 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 34.886.598 | 34.831.260 | 3.902.592 | 0 | 3.902.592 |
| 0089 0181 0001 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 9.761.598 | 9.760.950 | 3.902.592 | 0 | 3.902.592 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 9.761.598 | 9.760.950 | 3.902.592 | 0 | 3.902.592 |
| **Órgão:** | **47000- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | **5.545.657.045** | **4.965.809.741** | **0** | **783.584.786** | **783.584.786** |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 19:26

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **47101- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | **3.329.840.656** | **2.793.764.535** | **0** | **783.584.786** | **-783.584.786** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 532.489 | 395.744 | 0 | 783.584.786 | -783.584.786 |
| **0909 00H7** | **Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 60.829.701 | -60.829.701 |
| 0909 00H7 0001 | Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 60.829.701 | -60.829.701 |
| 0909 00H7 0001 0000 | Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 60.829.701 | -60.829.701 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *0* | *0* | *0* | *60.829.701* | *-60.829.701* |
| **0909 0C04** | **Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 722.755.085 | -722.755.085 |
| 0909 0C04 0001 | Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 722.755.085 | -722.755.085 |
| 0909 0C04 0001 0000 | Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 722.755.085 | -722.755.085 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *722.755.085* | *-722.755.085* |
| **Órgão:** | **56000- Ministério das Cidades** | | | | | | | | | | **37.258.179.368** | **22.050.010.594** | **2.915.886** | **0** | **2.915.886** |
| **Unidade:** | **56101- Ministério das Cidades** | | | | | | | | | | **34.561.378.954** | **20.608.231.303** | **1.015.348** | **0** | **1.015.348** |
| **2116** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades** | | | | | | | | | | 148.059.667 | 116.696.331 | 1.015.348 | 0 | 1.015.348 |
| **2116 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **15- 122** | *10* | | | | | | | | 4.988.348 | 3.387.796 | 1.015.348 | 0 | 1.015.348 |
| 2116 09HB 0053 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 4.988.348 | 3.387.796 | 1.015.348 | 0 | 1.015.348 |
| 2116 09HB 0053 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 4.988.348 | 3.387.796 | 1.015.348 | 0 | 1.015.348 |
| | | | | | *3.1.91* | *100* | *0* | *9999* | *0* | 0 | *4.988.348* | *3.387.796* | *1.015.348* | *0* | *1.015.348* |
| **Unidade:** | **56201- Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB** | | | | | | | | | | **269.313.967** | **264.004.995** | **1.900.538** | **0** | **1.900.538** |
| ~~2116~~ | ~~Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades~~ | | | | | | | | | | 236.286.659 | 234.403.951 | 1.900.538 | 0 | 1.900.538 |
| **2116 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **15- 122** | *10* | | | | | | | | 124.184.188 | 121.813.675 | 1.900.538 | 0 | 1.900.538 |
| 2116 20TP 0043 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 124.184.188 | 121.813.675 | 1.900.538 | 0 | 1.900.538 |
| 2116 20TP 0043 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 21.238.504 | 21.238.504 | 1.900.538 | 0 | 1.900.538 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *21.238.504* | *21.238.504* | *1.900.538* | *0* | *1.900.538* |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
31/03/2016 19:26
Fl. 0735

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **63000- Advocacia-Geral da União** | | | | | | | | | | **3.250.639.541** | **3.137.078.296** | **18.270.923** | **0** | **18.270.923** |
| **Unidade:** | **63101- Advocacia-Geral da União** | | | | | | | | | | **3.250.639.541** | **3.137.078.296** | **18.270.923** | **0** | **18.270.923** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 831.854.536 | 831.474.536 | 18.270.923 | 0 | 18.270.923 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **469.755.916** | **469.492.528** | **18.270.923** | **0** | **18.270.923** |
| 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 469.755.916 | 469.492.528 | 18.270.923 | 0 | 18.270.923 |
| 0089 0181 0001 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 87.374.916 | 87.174.916 | 18.270.923 | 0 | 18.270.923 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *87.374.916* | *87.174.916* | *18.270.923* | *0* | *18.270.923* |
| **Órgão:** | **65000- Secretaria de Políticas para as Mulheres** | | | | | | | | | | **266.413.888** | **144.962.097** | **2.296.482** | **0** | **2.296.482** |
| **Unidade:** | **65101- Secretaria de Políticas para as Mulheres** | | | | | | | | | | **266.413.888** | **144.962.097** | **2.296.482** | **0** | **2.296.482** |
| **2104** | **Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres** | | | | | | | | | | 27.143.138 | 24.918.571 | 2.296.482 | 0 | 2.296.482 |
| **2104 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **14- 122** | *10* | | | | | | | | **16.522.229** | **16.518.097** | **2.296.482** | **0** | **2.296.482** |
| 2104 20TP 0053 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 16.522.229 | 16.518.097 | 2.296.482 | 0 | 2.296.482 |
| 2104 20TP 0053 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 3.996.482 | 3.995.892 | 2.296.482 | 0 | 2.296.482 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *3.996.482* | *3.995.892* | *2.296.482* | *0* | *2.296.482* |
| **Órgão:** | **66000- Controladoria-Geral da União** | | | | | | | | | | **904.573.152** | **899.207.870** | **5.012.197** | **0** | **5.012.197** |
| **Unidade:** | **66101- Controladoria-Geral da União** | | | | | | | | | | **904.573.152** | **899.207.870** | **5.012.197** | **0** | **5.012.197** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 126.620.097 | 126.042.348 | 5.012.197 | 0 | 5.012.197 |
| **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **126.620.097** | **126.042.348** | **5.012.197** | **0** | **5.012.197** |
| 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 126.620.097 | 126.042.348 | 5.012.197 | 0 | 5.012.197 |
| 0089 0181 0001 0000 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | | | | 24.218.097 | 24.207.778 | 5.012.197 | 0 | 5.012.197 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *24.218.097* | *24.207.778* | *5.012.197* | *0* | *5.012.197* |
| **Órgão:** | **73000- Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios** | | | | | | | | | | **243.684.156.450** | **217.794.928.676** | **258.536.676** | **0** | **258.536.676** |
| **Unidade:** | **73113- Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | **2.955.389.226** | **2.944.114.609** | **258.536.676** | **0** | **258.536.676** |
| **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | | | | 1.936.816.130 | 1.935.563.871 | 246.799.870 | 0 | 246.799.870 |
| **0089 0053** | **Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios** | **09- 272** | *20* | | | | | | | | **1.936.816.130** | **1.935.563.871** | **246.799.870** | **0** | **246.799.870** |
| 0089 0053 0011 | Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado de Rondônia | | | *PLOA* | | | | | | | 569.545.146 | 569.374.345 | 135.118.932 | 0 | 135.118.932 |
| 0089 0053 0011 0000 | Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios | | | | | | | | | | 166.613.480 | 166.442.681 | 135.118.932 | 0 | 135.118.932 |
| | | | | | *3.1.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *166.613.480* | *166.442.681* | *135.118.932* | *0* | *135.118.932* |
| 0089 0053 0014 | Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado de Roraima | | | *PLOA* | | | | | | | 201.580.537 | 201.236.111 | 10.688.611 | 0 | 10.688.611 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 19:26

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0089 0053 0014 0000 | Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios | | | | | | | | | | 37.603.870 | 37.314.628 | 10.688.611 | 0 | 10.688.611 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 37.603.870 | 37.314.628 | 10.688.611 | 0 | 10.688.611 |
| 0089 0053 0033 | Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 649.427.838 | 649.427.642 | 100.992.327 | 0 | 100.992.327 |
| 0089 0053 0033 0000 | Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios | | | | | | | | | | 145.061.171 | 145.061.168 | 100.992.327 | 0 | 100.992.327 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 145.061.171 | 145.061.168 | 100.992.327 | 0 | 100.992.327 |
| **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | 1.018.526.541 | 1.008.537.538 | 11.736.806 | 0 | 11.736.806 |
| **2110 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | **04- 122** | 10 | | | | | | | | 137.318.950 | 135.758.203 | 3.754.269 | 0 | 3.754.269 |
| 2110 09HB 0011 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia | | | PLOA | | | | | | | 22.900.723 | 22.199.281 | 3.150.723 | 0 | 3.150.723 |
| 2110 09HB 0011 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 22.900.723 | 22.199.281 | 3.150.723 | 0 | 3.150.723 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 22.900.723 | 22.199.281 | 3.150.723 | 0 | 3.150.723 |
| 2110 09HB 0014 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima | | | PLOA | | | | | | | 48.474.404 | 48.293.569 | 603.546 | 0 | 603.546 |
| 2110 09HB 0014 0000 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | | | | 48.474.404 | 48.293.569 | 603.546 | 0 | 603.546 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 48.474.404 | 48.293.569 | 603.546 | 0 | 603.546 |
| **2110 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | **04- 122** | 10 | | | | | | | | 814.136.563 | 810.104.148 | 7.982.537 | 0 | 7.982.537 |
| 2110 20TP 0011 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Rondônia | | | PLOA | | | | | | | 136.294.859 | 135.439.651 | 7.982.537 | 0 | 7.982.537 |
| 2110 20TP 0011 0000 | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | | | 20.326.492 | 19.471.289 | 7.982.537 | 0 | 7.982.537 |
| | | | | | 3.1.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 20.326.492 | 19.471.289 | 7.982.537 | 0 | 7.982.537 |
| **Órgão:** | **90000- Reserva de Contingência** | | | | | | | | | | **11.570.066.499** | **0** | **0** | **7.309.715** | **-7.309.715** |
| **Unidade:** | **90000- Reserva de Contingência** | | | | | | | | | | **11.570.066.499** | **0** | **0** | **7.309.715** | **-7.309.715** |
| **0999** | **Reserva de Contingência** | | | | | | | | | | 11.570.066.499 | 0 | 0 | 7.309.715 | -7.309.715 |
| **0999 0Z00** | **Reserva de Contingência - Financeira** | **99- 999** | 10 | | | | | | | | **8.079.063.245** | **0** | **0** | **846.234** | **-846.234** |
| 0999 0Z00 6499 | Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal | | | PLOA | | | | | | | 303.796 | 0 | 0 | 846.234 | -846.234 |
| 0999 0Z00 6499 0000 | Reserva de Contingência - Financeira | | | | | | | | | | 303.796 | 0 | 0 | 846.234 | -846.234 |
| | | | | | 3.1.91 | 100 | 0 | 9999 | 0 | 0 | 303.796 | 0 | 0 | 846.234 | -846.234 |
| **0999 0Z01** | **Reserva de Contingência Fiscal - Primária** | **99- 999** | 10 | | | | | | | | **6.715.236** | **0** | **0** | **6.463.481** | **-6.463.481** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 19:2

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44842

**Tipo de Crédito:** 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0999 0Z01 6499 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Reserva de Contingência - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal | | | PLOA | | | | | | | 5.715.236 | 0 | 0 | 6.463.481 | -6.463.481 |
| 0999 0Z01 6499 0000 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária | | | | | | | | | | 5.715.236 | 0 | 0 | 6.463.481 | -6.463.481 |
| | | | | | 3.1.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 5.715.236 | 0 | 0 | 6.463.481 | -6.463.481 |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 1.180.107.817.479 | 1.077.354.603.856 | 790.894.501 | 790.894.501 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44842**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Justificativa do Pedido 44808:
Insuficiência de dotações orçamentárias para o atendimento de despesas projetadas para pessoal e encargos sociais até o mês de novembro, no âmbito de diversas unidades do Poder Executivo e reversão de reserva de contigência prevista para a aprovação de Projetos de Lei de criação de cargos na Justiça Federal e no TJDFT.

Justificativa do Pedido 43542:
Solicitação de crédito adicional por remanejamento de saldo existente na reserva de contingência (item I, subitem 2.3.3 do Anexo V da LOA 2015), tendo em vista a aprovação da Lei n. 13.088, de 12 de janeiro de 2015, que criou 1 vara federal no Estado do Paraná, no município de Pitanga.

**Usuário:** NANCI QUIRINO

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Justificativa do Pedido 44808:
Não há por tratar-se de remanejamento de dotações reservadas para essa finalidade no âmbito do Min do Planejamento.
Justificativa do Pedido 43542:
Não haverá.

**Usuário:** NANCI QUIRINO

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Justificativa do Pedido 44808:
Impossibilidade de atendimento dessas despesas.
Justificativa do Pedido 43542:
Impossibilidade de funcionamento da vara federal criada.

**Usuário:** NANCI QUIRINO

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Justificativa do Pedido 44808:
Não se aplica.
Justificativa do Pedido 43542:
Impacto anual de R$ 1.789.897,00 nas despesas com pessoal da Justiça Federal.

**Usuário:** NANCI QUIRINO

**Acompanhamentos Pedido: 44842**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 237

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44842**

| | | |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | NANCI QUIRINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | NANCI QUIRINO |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Orgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: Envio forçado devido aos pedidos 44989,44842 possuírem desbalanceamento de fontes, porém os mesmos vão compor uma mesma formalização. Solicitado pela Nanci por e-mail. | FERNANDO CASTRO DE MESQUITA |
| 25/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Retornado para ajustes | NANCI QUIRINO |
| 15/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | NANCI QUIRINO |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8220

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2016**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44842**

**Tipo: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 340.259.973 | 790.894.501 | -450.634.528 |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 450.634.528 | 0 | 450.634.528 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **12000 Justiça Federal** | **905.090** | **0** | **905.090** |
| 12101 Justiça Federal de Primeiro Grau | 905.090 | 0 | 905.090 |
| **16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** | **6.404.625** | **0** | **6.404.625** |
| 16101 Tribunal de Justiça do Distrito Federal | 6.404.625 | 0 | 6.404.625 |
| **20000 Presidência da República** | **2.453.577** | **0** | **2.453.577** |
| 20101 Presidência da República | 1.076 | 0 | 1.076 |
| 20118 Agência Brasileira de Inteligência - ABIN | 2.452.501 | 0 | 2.452.501 |
| **24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | **251.452** | **0** | **251.452** |
| 24204 Comissão Nacional de Energia Nuclear | 251.452 | 0 | 251.452 |
| **25000 Ministério da Fazenda** | **14.767.838** | **0** | **14.767.838** |
| 25101 Ministério da Fazenda | 10.531.258 | 0 | 10.531.258 |
| 25103 Secretaria da Receita Federal do Brasil | 3.934.000 | 0 | 3.934.000 |
| 25203 Comissão de Valores Mobiliários | 302.580 | 0 | 302.580 |
| **26000 Ministério da Educação** | **326.259.898** | **0** | **326.259.898** |
| 26105 Instituto Benjamin Constant | 692.835 | 0 | 692.835 |
| 26230 Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco | 46.643 | 0 | 46.643 |
| 26244 Universidade Federal do Rio Grande do Sul | 86.241 | 0 | 86.241 |
| 26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro | 1.906.884 | 0 | 1.906.884 |
| 26246 Universidade Federal de Santa Catarina | 759.087 | 0 | 759.087 |
| 26250 Fundação Universidade Federal de Roraima | 78.431 | 0 | 78.431 |
| 26251 Fundação Universidade Federal do Tocantins | 156.027 | 0 | 156.027 |
| 26252 Universidade Federal de Campina Grande | 2.389.284 | 0 | 2.389.284 |
| 26254 Universidade Federal do Triângulo Mineiro | 1.238.984 | 0 | 1.238.984 |
| 26256 Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca | 324.972 | 0 | 324.972 |
| 26257 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais | 2.285.694 | 0 | 2.285.694 |
| 26258 Universidade Tecnológica Federal do Paraná | 828.643 | 0 | 828.643 |
| 26262 Universidade Federal de São Paulo | 3.819.726 | 0 | 3.819.726 |
| 26263 Universidade Federal de Lavras | 1.107.822 | 0 | 1.107.822 |
| 26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana | 7.314.996 | 0 | 7.314.996 |
| 26268 Fundação Universidade Federal de Rondônia | 1.088.472 | 0 | 1.088.472 |
| 26274 Universidade Federal de Uberlândia | 962.999 | 0 | 962.999 |
| 26279 Fundação Universidade Federal do Piauí | 2.659.714 | 0 | 2.659.714 |
| 26280 Fundação Universidade Federal de São Carlos | 4.196.847 | 0 | 4.196.847 |
| 26285 Fundação Universidade Federal de São João Del Rei | 2.088.657 | 0 | 2.088.657 |
| 26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES | 523.851 | 0 | 523.851 |
| 26350 Fundação Universidade Federal da Grande Dourados | 196.805 | 0 | 196.805 |
| 26358 Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes | 2.009.929 | 0 | 2.009.929 |
| 26362 Hospital Universitário Valter Cantídio | 1.198.957 | 0 | 1.198.957 |
| 26363 Maternidade Assis Chateaubrian | 1.225.660 | 0 | 1.225.660 |
| 26364 Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais | 1.325.422 | 0 | 1.325.422 |
| 26367 Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora | 863.942 | 0 | 863.942 |
| 26368 Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais | 687.911 | 0 | 687.911 |
| 26369 Hospital Universitário João de Barros Barreto | 712.947 | 0 | 712.947 |
| 26371 Hospital Universitário Lauro Wanderley | 1.437.205 | 0 | 1.437.205 |
| 26373 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco | 2.520.541 | 0 | 2.520.541 |
| 26374 Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte | 1.333.861 | 0 | 1.333.861 |
| 26386 Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago | 2.564.485 | 0 | 2.564.485 |
| 26387 Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria | 3.772.452 | 0 | 3.772.452 |
| 26388 Hospital Universitário Alcides Carneiro | 2.333.230 | 0 | 2.333.230 |
| 26391 Hospital Universitário Gaffree e Guinle | 176.598 | 0 | 176.598 |
| 26395 Hospital Universitário Miguel Riet Junior | 1.217.717 | 0 | 1.217.717 |
| 26396 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia | 1.574 | 0 | 1.574 |
| 26402 Instituto Federal de Alagoas | 11.048.663 | 0 | 11.048.663 |
| 26403 Instituto Federal do Amazonas | 17.325.048 | 0 | 17.325.048 |
| 26405 Instituto Federal do Ceará | 20.475.114 | 0 | 20.475.114 |
| 26406 Instituto Federal do Espírito Santo | 4.472.922 | 0 | 4.472.922 |
| 26407 Instituto Federal Goiano | 9.762.453 | 0 | 9.762.453 |
| 26408 Instituto Federal do Maranhão | 1.523.965 | 0 | 1.523.965 |
| 26409 Instituto Federal de Minas Gerais | 4.988.941 | 0 | 4.988.941 |
| 26411 Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais | 504.972 | 0 | 504.972 |
| 26412 Instituto Federal do Sul de Minas Gerais | 839.634 | 0 | 839.634 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44842**

**Tipo: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1**

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 26414 Instituto Federal do Mato Grosso | 7.698.765 | 0 | 7.698.765 |
| 26415 Instituto Federal do Mato Grosso do Sul | 3.876.162 | 0 | 3.876.162 |
| 26416 Instituto Federal do Pará | 542.326 | 0 | 542.326 |
| 26417 Instituto Federal da Paraíba | 2.809.231 | 0 | 2.809.231 |
| 26418 Instituto Federal de Pernambuco | 8.703.674 | 0 | 8.703.674 |
| 26420 Instituto Federal Farroupilha | 9.261.105 | 0 | 9.261.105 |
| 26422 Instituto Federal Catarinense | 1.223.929 | 0 | 1.223.929 |
| 26423 Instituto Federal de Sergipe | 10.541.304 | 0 | 10.541.304 |
| 26424 Instituto Federal do Tocantins | 9.746.346 | 0 | 9.746.346 |
| 26425 Instituto Federal do Acre | 2.806 | 0 | 2.806 |
| 26426 Instituto Federal do Amapá | 2.414.943 | 0 | 2.414.943 |
| 26431 Instituto Federal do Piauí | 21.894.661 | 0 | 21.894.661 |
| 26432 Instituto Federal do Paraná | 15.857.514 | 0 | 15.857.514 |
| 26433 Instituto Federal do Rio de Janeiro | 669.333 | 0 | 669.333 |
| 26434 Instituto Federal Fluminense | 9.591.890 | 0 | 9.591.890 |
| 26435 Instituto Federal do Rio Grande do Norte | 17.962.603 | 0 | 17.962.603 |
| 26436 Instituto Federal Sul-rio-grandense | 1.670.476 | 0 | 1.670.476 |
| 26438 Instituto Federal de Santa Catarina | 115.382 | 0 | 115.382 |
| 26439 Instituto Federal de São Paulo | 46.007.131 | 0 | 46.007.131 |
| 26442 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira | 1.203.311 | 0 | 1.203.311 |
| 26445 Hospital Universitário da UNIFESP | 19.122.411 | 0 | 19.122.411 |
| 26449 Universidade Federal do Cariri | 5.947.838 | 0 | 5.947.838 |
| 26451 Hospital de Ensino Dr. Washington Antonio de Barros | 319.000 | 0 | 319.000 |
| **28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | **1.707.092** | **0** | **1.707.092** |
| 28203 Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI | 692.680 | 0 | 692.680 |
| 28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA | 1.014.412 | 0 | 1.014.412 |
| **30000 Ministério da Justiça** | **252.222** | **0** | **252.222** |
| 30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica | 252.222 | 0 | 252.222 |
| **32000 Ministério de Minas e Energia** | **1.386.456** | **0** | **1.386.456** |
| 32263 Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM | 1.178.829 | 0 | 1.178.829 |
| 32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP | 207.627 | 0 | 207.627 |
| **33000 Ministério da Previdência Social** | **94.045.871** | **0** | **94.045.871** |
| 33201 Instituto Nacional do Seguro Social | 94.045.871 | 0 | 94.045.871 |
| **35000 Ministério das Relações Exteriores** | **31.156.197** | **0** | **31.156.197** |
| 35101 Ministério das Relações Exteriores | 31.156.197 | 0 | 31.156.197 |
| **36000 Ministério da Saúde** | **2.787.651** | **0** | **2.787.651** |
| 36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária | 2.787.651 | 0 | 2.787.651 |
| **38000 Ministério do Trabalho e Emprego** | **4.221.646** | **0** | **4.221.646** |
| 38101 Ministério do Trabalho e Emprego | 4.212.800 | 0 | 4.212.800 |
| 38201 Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho | 8.846 | 0 | 8.846 |
| **39000 Ministério dos Transportes** | **11.642.758** | **0** | **11.642.758** |
| 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT | 11.642.758 | 0 | 11.642.758 |
| **44000 Ministério do Meio Ambiente** | **5.619.964** | **0** | **5.619.964** |
| 44101 Ministério do Meio Ambiente | 424.518 | 0 | 424.518 |
| 44102 Serviço Florestal Brasileiro - SFB | 1.093.932 | 0 | 1.093.932 |
| 44206 Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ | 198.922 | 0 | 198.922 |
| 44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade | 3.902.592 | 0 | 3.902.592 |
| **47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **0** | **783.584.786** | **-783.584.786** |
| 47101 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 0 | 783.584.786 | -783.584.786 |
| **56000 Ministério das Cidades** | **2.915.886** | **0** | **2.915.886** |
| 56101 Ministério das Cidades | 1.015.348 | 0 | 1.015.348 |
| 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB | 1.900.538 | 0 | 1.900.538 |
| **63000 Advocacia-Geral da União** | **18.270.923** | **0** | **18.270.923** |
| 63101 Advocacia-Geral da União | 18.270.923 | 0 | 18.270.923 |
| **65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres** | **2.296.482** | **0** | **2.296.482** |
| 65101 Secretaria de Políticas para as Mulheres | 2.296.482 | 0 | 2.296.482 |
| **66000 Controladoria-Geral da União** | **5.012.197** | **0** | **5.012.197** |
| 66101 Controladoria-Geral da União | 5.012.197 | 0 | 5.012.197 |
| **73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios** | **258.536.676** | **0** | **258.536.676** |
| 73113 Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 258.536.676 | 0 | 258.536.676 |
| **90000 Reserva de Contingência** | **0** | **7.309.715** | **-7.309.715** |
| 90000 Reserva de Contingência | 0 | 7.309.715 | -7.309.715 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados
Exercício: 2015
Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização
Comissões Especiais

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44842**

**Tipo: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1**

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Pessoal e Encargos Sociais | 790.894.501 | 790.894.501 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 68.139.416 | 68.139.416 | 0 |
| 132 - Juros de Mora da Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF | 3.934.000 | 0 | 3.934.000 |
| 151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 94.045.871 | 0 | 94.045.871 |
| 174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 4.212.800 | 0 | 4.212.800 |
| 188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 620.562.414 | 722.755.085 | -102.192.671 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **12101 Justiça Federal de Primeiro Grau** | **905.090** | **0** | **905.090** |
| 100 Recursos Ordinários | 905.090 | 0 | 905.090 |
| **16101 Tribunal de Justiça do Distrito Federal** | **6.404.625** | **0** | **6.404.625** |
| 100 Recursos Ordinários | 6.404.625 | 0 | 6.404.625 |
| **20101 Presidência da República** | **1.076** | **0** | **1.076** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.076 | 0 | 1.076 |
| **20118 Agência Brasileira de Inteligência - ABIN** | **2.452.501** | **0** | **2.452.501** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 2.452.501 | 0 | 2.452.501 |
| **24204 Comissão Nacional de Energia Nuclear** | **251.452** | **0** | **251.452** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 251.452 | 0 | 251.452 |
| **25101 Ministério da Fazenda** | **10.531.258** | **0** | **10.531.258** |
| 100 Recursos Ordinários | 10.531.258 | 0 | 10.531.258 |
| **25103 Secretaria da Receita Federal do Brasil** | **3.934.000** | **0** | **3.934.000** |
| 132 Juros de Mora da Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF | 3.934.000 | 0 | 3.934.000 |
| **25203 Comissão de Valores Mobiliários** | **302.580** | **0** | **302.580** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 302.580 | 0 | 302.580 |
| **26105 Instituto Benjamin Constant** | **692.835** | **0** | **692.835** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 692.835 | 0 | 692.835 |
| **26230 Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco** | **46.643** | **0** | **46.643** |
| 100 Recursos Ordinários | 46.643 | 0 | 46.643 |
| **26244 Universidade Federal do Rio Grande do Sul** | **86.241** | **0** | **86.241** |
| 100 Recursos Ordinários | 86.241 | 0 | 86.241 |
| **26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro** | **1.906.884** | **0** | **1.906.884** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.906.884 | 0 | 1.906.884 |
| **26246 Universidade Federal de Santa Catarina** | **759.087** | **0** | **759.087** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 759.087 | 0 | 759.087 |
| **26250 Fundação Universidade Federal de Roraima** | **78.431** | **0** | **78.431** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 78.431 | 0 | 78.431 |
| **26251 Fundação Universidade Federal do Tocantins** | **156.027** | **0** | **156.027** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 156.027 | 0 | 156.027 |
| **26252 Universidade Federal de Campina Grande** | **2.389.284** | **0** | **2.389.284** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.389.284 | 0 | 2.389.284 |
| **26254 Universidade Federal do Triângulo Mineiro** | **1.238.984** | **0** | **1.238.984** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.238.984 | 0 | 1.238.984 |
| **26256 Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca** | **324.972** | **0** | **324.972** |
| 100 Recursos Ordinários | 324.972 | 0 | 324.972 |
| **26257 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais** | **2.285.694** | **0** | **2.285.694** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 2.285.694 | 0 | 2.285.694 |
| **26258 Universidade Tecnológica Federal do Paraná** | **828.643** | **0** | **828.643** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 828.643 | 0 | 828.643 |
| **26262 Universidade Federal de São Paulo** | **3.819.726** | **0** | **3.819.726** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 3.819.726 | 0 | 3.819.726 |
| **26263 Universidade Federal de Lavras** | **1.107.822** | **0** | **1.107.822** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.107.822 | 0 | 1.107.822 |
| **26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana** | **7.314.996** | **0** | **7.314.996** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.379.975 | 0 | 1.379.975 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 5.935.021 | 0 | 5.935.021 |
| **26268 Fundação Universidade Federal de Rondônia** | **1.088.472** | **0** | **1.088.472** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.088.472 | 0 | 1.088.472 |
| **26274 Universidade Federal de Uberlândia** | **962.999** | **0** | **962.999** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 962.999 | 0 | 962.999 |
| **26279 Fundação Universidade Federal do Piauí** | **2.659.714** | **0** | **2.659.714** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.659.714 | 0 | 2.659.714 |
| **26280 Fundação Universidade Federal de São Carlos** | **4.196.847** | **0** | **4.196.847** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 4.196.847 | 0 | 4.196.847 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44842**

**Tipo: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26285 Fundação Universidade Federal de São João Del Rei** | **2.088.657** | **0** | **2.088.657** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.088.657 | 0 | 2.088.657 |
| **26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES** | **523.851** | **0** | **523.851** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 523.851 | 0 | 523.851 |
| **26350 Fundação Universidade Federal da Grande Dourados** | **196.805** | **0** | **196.805** |
| 100 Recursos Ordinários | 127.309 | 0 | 127.309 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 69.496 | 0 | 69.496 |
| **26358 Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes** | **2.009.929** | **0** | **2.009.929** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 2.009.929 | 0 | 2.009.929 |
| **26362 Hospital Universitário Valter Cantídio** | **1.198.957** | **0** | **1.198.957** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.198.957 | 0 | 1.198.957 |
| **26363 Maternidade Assis Chateaubrian** | **1.225.660** | **0** | **1.225.660** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.225.660 | 0 | 1.225.660 |
| **26364 Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais** | **1.325.422** | **0** | **1.325.422** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.325.422 | 0 | 1.325.422 |
| **26367 Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora** | **863.942** | **0** | **863.942** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 863.942 | 0 | 863.942 |
| **26368 Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais** | **687.911** | **0** | **687.911** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 687.911 | 0 | 687.911 |
| **26369 Hospital Universitário João de Barros Barreto** | **712.947** | **0** | **712.947** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 712.947 | 0 | 712.947 |
| **26371 Hospital Universitário Lauro Wanderley** | **1.437.205** | **0** | **1.437.205** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.437.205 | 0 | 1.437.205 |
| **26373 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco** | **2.520.541** | **0** | **2.520.541** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 2.520.541 | 0 | 2.520.541 |
| **26374 Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte** | **1.333.861** | **0** | **1.333.861** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.333.861 | 0 | 1.333.861 |
| **26386 Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago** | **2.564.485** | **0** | **2.564.485** |
| 100 Recursos Ordinários | 973.829 | 0 | 973.829 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.590.656 | 0 | 1.590.656 |
| **26387 Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria** | **3.772.452** | **0** | **3.772.452** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 3.772.452 | 0 | 3.772.452 |
| **26388 Hospital Universitário Alcides Carneiro** | **2.333.230** | **0** | **2.333.230** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 2.333.230 | 0 | 2.333.230 |
| **26391 Hospital Universitário Gaffree e Guinle** | **176.598** | **0** | **176.598** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 176.598 | 0 | 176.598 |
| **26395 Hospital Universitário Miguel Riet Junior** | **1.217.717** | **0** | **1.217.717** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.217.717 | 0 | 1.217.717 |
| **26396 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia** | **1.574** | **0** | **1.574** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.574 | 0 | 1.574 |
| **26402 Instituto Federal de Alagoas** | **11.048.663** | **0** | **11.048.663** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.289.812 | 0 | 1.289.812 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 9.758.851 | 0 | 9.758.851 |
| **26403 Instituto Federal do Amazonas** | **17.325.048** | **0** | **17.325.048** |
| 100 Recursos Ordinários | 3.517.588 | 0 | 3.517.588 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 13.807.460 | 0 | 13.807.460 |
| **26405 Instituto Federal do Ceará** | **20.475.114** | **0** | **20.475.114** |
| 100 Recursos Ordinários | 836.631 | 0 | 836.631 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 19.638.483 | 0 | 19.638.483 |
| **26406 Instituto Federal do Espírito Santo** | **4.472.922** | **0** | **4.472.922** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 4.472.922 | 0 | 4.472.922 |
| **26407 Instituto Federal Goiano** | **9.762.453** | **0** | **9.762.453** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.362.789 | 0 | 2.362.789 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 7.399.664 | 0 | 7.399.664 |
| **26408 Instituto Federal do Maranhão** | **1.523.965** | **0** | **1.523.965** |
| 100 Recursos Ordinários | 763.063 | 0 | 763.063 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 760.902 | 0 | 760.902 |
| **26409 Instituto Federal de Minas Gerais** | **4.988.941** | **0** | **4.988.941** |
| 100 Recursos Ordinários | 387.380 | 0 | 387.380 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 4.601.561 | 0 | 4.601.561 |
| **26411 Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais** | **504.972** | **0** | **504.972** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 504.972 | 0 | 504.972 |
| **26412 Instituto Federal do Sul de Minas Gerais** | **839.634** | **0** | **839.634** |
| 100 Recursos Ordinários | 141.133 | 0 | 141.133 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 698.501 | 0 | 698.501 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados Comissões Especiais

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44842**

**Tipo: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26414 Instituto Federal do Mato Grosso** | **7.698.765** | **0** | **7.698.765** |
| 100 Recursos Ordinários | 4.987.006 | 0 | 4.987.006 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 2.711.759 | 0 | 2.711.759 |
| **26415 Instituto Federal do Mato Grosso do Sul** | **3.876.162** | **0** | **3.876.162** |
| 100 Recursos Ordinários | 359.240 | 0 | 359.240 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 3.516.922 | 0 | 3.516.922 |
| **26416 Instituto Federal do Pará** | **542.326** | **0** | **542.326** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 542.326 | 0 | 542.326 |
| **26417 Instituto Federal da Paraíba** | **2.809.231** | **0** | **2.809.231** |
| 100 Recursos Ordinários | 826.854 | 0 | 826.854 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.982.377 | 0 | 1.982.377 |
| **26418 Instituto Federal de Pernambuco** | **8.703.674** | **0** | **8.703.674** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.344.775 | 0 | 2.344.775 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 6.358.899 | 0 | 6.358.899 |
| **26420 Instituto Federal Farroupilha** | **9.261.105** | **0** | **9.261.105** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 9.261.105 | 0 | 9.261.105 |
| **26422 Instituto Federal Catarinense** | **1.223.929** | **0** | **1.223.929** |
| 100 Recursos Ordinários | 550.851 | 0 | 550.851 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 673.078 | 0 | 673.078 |
| **26423 Instituto Federal de Sergipe** | **10.541.304** | **0** | **10.541.304** |
| 100 Recursos Ordinários | 853.666 | 0 | 853.666 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 9.687.638 | 0 | 9.687.638 |
| **26424 Instituto Federal do Tocantins** | **9.746.346** | **0** | **9.746.346** |
| 100 Recursos Ordinários | 866.444 | 0 | 866.444 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 8.879.902 | 0 | 8.879.902 |
| **26425 Instituto Federal do Acre** | **2.806** | **0** | **2.806** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 2.806 | 0 | 2.806 |
| **26426 Instituto Federal do Amapá** | **2.414.943** | **0** | **2.414.943** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 2.414.943 | 0 | 2.414.943 |
| **26431 Instituto Federal do Piauí** | **21.894.661** | **0** | **21.894.661** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.222.891 | 0 | 1.222.891 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 20.671.770 | 0 | 20.671.770 |
| **26432 Instituto Federal do Paraná** | **15.857.514** | **0** | **15.857.514** |
| 100 Recursos Ordinários | 361.572 | 0 | 361.572 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 15.495.942 | 0 | 15.495.942 |
| **26433 Instituto Federal do Rio de Janeiro** | **669.333** | **0** | **669.333** |
| 100 Recursos Ordinários | 298.888 | 0 | 298.888 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 370.445 | 0 | 370.445 |
| **26434 Instituto Federal Fluminense** | **9.591.890** | **0** | **9.591.890** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 9.591.890 | 0 | 9.591.890 |
| **26435 Instituto Federal do Rio Grande do Norte** | **17.962.603** | **0** | **17.962.603** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.600.112 | 0 | 2.600.112 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 15.362.491 | 0 | 15.362.491 |
| **26436 Instituto Federal Sul-rio-grandense** | **1.670.476** | **0** | **1.670.476** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.566.131 | 0 | 1.566.131 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 104.345 | 0 | 104.345 |
| **26438 Instituto Federal de Santa Catarina** | **115.382** | **0** | **115.382** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 115.382 | 0 | 115.382 |
| **26439 Instituto Federal de São Paulo** | **46.007.131** | **0** | **46.007.131** |
| 100 Recursos Ordinários | 5.633.222 | 0 | 5.633.222 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 40.373.909 | 0 | 40.373.909 |
| **26442 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira** | **1.203.311** | **0** | **1.203.311** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.203.311 | 0 | 1.203.311 |
| **26445 Hospital Universitário da UNIFESP** | **19.122.411** | **0** | **19.122.411** |
| 100 Recursos Ordinários | 440.333 | 0 | 440.333 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 18.682.078 | 0 | 18.682.078 |
| **26449 Universidade Federal do Cariri** | **5.947.838** | **0** | **5.947.838** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 5.947.838 | 0 | 5.947.838 |
| **26451 Hospital de Ensino Dr. Washington Antonio de Barros** | **319.000** | **0** | **319.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 319.000 | 0 | 319.000 |
| **28203 Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI** | **692.680** | **0** | **692.680** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 692.680 | 0 | 692.680 |
| **28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA** | **1.014.412** | **0** | **1.014.412** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.014.412 | 0 | 1.014.412 |
| **30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica** | **252.222** | **0** | **252.222** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44842**

**Tipo: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 252.222 | 0 | 252.222 |
| **32263 Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM** | **1.178.829** | **0** | **1.178.829** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.178.829 | 0 | 1.178.829 |
| **32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP** | **207.627** | **0** | **207.627** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 207.627 | 0 | 207.627 |
| **33201 Instituto Nacional do Seguro Social** | **94.045.871** | **0** | **94.045.871** |
| 151 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 94.045.871 | 0 | 94.045.871 |
| **35101 Ministério das Relações Exteriores** | **31.156.197** | **0** | **31.156.197** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 31.156.197 | 0 | 31.156.197 |
| **36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária** | **2.787.651** | **0** | **2.787.651** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 2.787.651 | 0 | 2.787.651 |
| **38101 Ministério do Trabalho e Emprego** | **4.212.800** | **0** | **4.212.800** |
| 174 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 4.212.800 | 0 | 4.212.800 |
| **38201 Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho** | **8.846** | **0** | **8.846** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 8.846 | 0 | 8.846 |
| **39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT** | **11.642.758** | **0** | **11.642.758** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 11.642.758 | 0 | 11.642.758 |
| **44101 Ministério do Meio Ambiente** | **424.518** | **0** | **424.518** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 424.518 | 0 | 424.518 |
| **44102 Serviço Florestal Brasileiro - SFB** | **1.093.932** | **0** | **1.093.932** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.093.932 | 0 | 1.093.932 |
| **44206 Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ** | **198.922** | **0** | **198.922** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 198.922 | 0 | 198.922 |
| **44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade** | **3.902.592** | **0** | **3.902.592** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 3.902.592 | 0 | 3.902.592 |
| **47101 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **0** | **783.584.786** | **-783.584.786** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 60.829.701 | -60.829.701 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 0 | 722.755.085 | -722.755.085 |
| **56101 Ministério das Cidades** | **1.015.348** | **0** | **1.015.348** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.015.348 | 0 | 1.015.348 |
| **56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB** | **1.900.538** | **0** | **1.900.538** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.900.538 | 0 | 1.900.538 |
| **63101 Advocacia-Geral da União** | **18.270.923** | **0** | **18.270.923** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 18.270.923 | 0 | 18.270.923 |
| **65101 Secretaria de Políticas para as Mulheres** | **2.296.482** | **0** | **2.296.482** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 2.296.482 | 0 | 2.296.482 |
| **66101 Controladoria-Geral da União** | **5.012.197** | **0** | **5.012.197** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 5.012.197 | 0 | 5.012.197 |
| **73113 Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **258.536.676** | **0** | **258.536.676** |
| 100 Recursos Ordinarios | 3.754.269 | 0 | 3.754.269 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 254.782.407 | 0 | 254.782.407 |
| **90000 Reserva de Contingência** | **0** | **7.309.715** | **-7.309.715** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 7.309.715 | -7.309.715 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 729.218.566 | 729.218.566 | 0 |
| 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 61.675.935 | 61.675.935 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 790.894.501 | 790.894.501 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 790.894.501 | 790.894.501 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 61.675.935 | 61.675.935 | 0 |
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 729.218.566 | 729.218.566 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Financeira | 61.675.935 | 61.675.935 | 0 |
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 729.218.566 | 729.218.566 | 0 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária / Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44842**

**Tipo: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 02 - Judiciária | 7.309.715 | 0 | 7.309.715 |
| 04 - Administração | 26.203.140 | 0 | 26.203.140 |
| 07 - Relações Exteriores | 31.156.197 | 0 | 31.156.197 |
| 09 - Previdência Social | 426.552.197 | 0 | 426.552.197 |
| 11 - Trabalho | 4.212.800 | 0 | 4.212.800 |
| 12 - Educação | 288.901.930 | 0 | 288.901.930 |
| 14 - Direitos da Cidadania | 2.548.704 | 0 | 2.548.704 |
| 15 - Urbanismo | 2.915.886 | 0 | 2.915.886 |
| 18 - Gestão Ambiental | 1.093.932 | 0 | 1.093.932 |
| 28 - Encargos Especiais | 0 | 783.584.786 | -783.584.786 |
| 99 - Reserva de Contingência | 0 | 7.309.715 | -7.309.715 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 122 - Administração Geral | 120.968.124 | 0 | 120.968.124 |
| 272 - Previdência do Regime Estatutário | 426.552.197 | 0 | 426.552.197 |
| 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 21.334.308 | 0 | 21.334.308 |
| 363 - Ensino Profissional | 208.660.867 | 0 | 208.660.867 |
| 364 - Ensino Superior | 12.686.170 | 0 | 12.686.170 |
| 368 - Educação Básica | 692.835 | 0 | 692.835 |
| 846 - Outros Encargos Especiais | 0 | 783.584.786 | -783.584.786 |
| 999 - Reserva de Contingência | 0 | 7.309.715 | -7.309.715 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **02 Judiciária** | **7.309.715** | **0** | **7.309.715** |
| 122 Administração Geral | 7.309.715 | 0 | 7.309.715 |
| **04 Administração** | **26.203.140** | **0** | **26.203.140** |
| 122 Administração Geral | 26.203.140 | 0 | 26.203.140 |
| **07 Relações Exteriores** | **31.156.197** | **0** | **31.156.197** |
| 122 Administração Geral | 31.156.197 | 0 | 31.156.197 |
| **09 Previdência Social** | **426.552.197** | **0** | **426.552.197** |
| 272 Previdência do Regime Estatutário | 426.552.197 | 0 | 426.552.197 |
| **11 Trabalho** | **4.212.800** | **0** | **4.212.800** |
| 122 Administração Geral | 4.212.800 | 0 | 4.212.800 |
| **12 Educação** | **288.901.930** | **0** | **288.901.930** |
| 122 Administração Geral | 45.527.750 | 0 | 45.527.750 |
| 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 21.334.308 | 0 | 21.334.308 |
| 363 Ensino Profissional | 208.660.867 | 0 | 208.660.867 |
| 364 Ensino Superior | 12.686.170 | 0 | 12.686.170 |
| 368 Educação Básica | 692.835 | 0 | 692.835 |
| **14 Direitos da Cidadania** | **2.548.704** | **0** | **2.548.704** |
| 122 Administração Geral | 2.548.704 | 0 | 2.548.704 |
| **15 Urbanismo** | **2.915.886** | **0** | **2.915.886** |
| 122 Administração Geral | 2.915.886 | 0 | 2.915.886 |
| **18 Gestão Ambiental** | **1.093.932** | **0** | **1.093.932** |
| 122 Administração Geral | 1.093.932 | 0 | 1.093.932 |
| **28 Encargos Especiais** | **0** | **783.584.786** | **-783.584.786** |
| 846 Outros Encargos Especiais | 0 | 783.584.786 | -783.584.786 |
| **99 Reserva de Contingência** | **0** | **7.309.715** | **-7.309.715** |
| 999 Reserva de Contingência | 0 | 7.309.715 | -7.309.715 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1 | 790.894.501 | 790.894.501 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 790.894.501 | 790.894.501 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União | 426.552.197 | 0 | 426.552.197 |
| 0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal | 6.404.625 | 0 | 6.404.625 |
| 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal | 905.090 | 0 | 905.090 |
| 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 0 | 783.584.786 | -783.584.786 |
| 0999 - Reserva de Contingência | 0 | 7.309.715 | -7.309.715 |
| 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | 1.076 | 0 | 1.076 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44842**

**Tipo: 101 - Reforço de dotações destinadas ao atendimento de pessoal e encargos sociais - GND 1**

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2104 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres | 2.296.482 | 0 | 2.296.482 |
| 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | 288.901.930 | 0 | 288.901.930 |
| 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | 26.202.064 | 0 | 26.202.064 |
| 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | 252.222 | 0 | 252.222 |
| 2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | 2.915.886 | 0 | 2.915.886 |
| 2118 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores | 31.156.197 | 0 | 31.156.197 |
| 2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente | 1.093.932 | 0 | 1.093.932 |
| 2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego | 4.212.800 | 0 | 4.212.800 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 790.894.501 | 0 | 790.894.501 |
| - Operações Especiais | 0 | 790.894.501 | -790.894.501 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0053 - Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios | 246.799.870 | 0 | 246.799.870 |
| 00H7 - Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações | 0 | 60.829.701 | -60.829.701 |
| 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | 179.752.327 | 0 | 179.752.327 |
| 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | 61.675.935 | 0 | 61.675.935 |
| 0C04 - Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações | 0 | 722.755.085 | -722.755.085 |
| 0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira | 0 | 846.234 | -846.234 |
| 0Z01 - Reserva de Contingência Fiscal - Primária | 0 | 6.463.481 | -6.463.481 |
| 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União | 302.666.369 | 0 | 302.666.369 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 302.666.369 | 0 | 302.666.369 |
| - Operações Especiais | 488.228.132 | 783.584.786 | -295.356.654 |
| - Reserva de Contingencia | 0 | 7.309.715 | -7.309.715 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44842 - Pessoal 2ª Leva - Agregado Pessoal(Tipo 101) | 790.894.501 | 790.894.501 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 790.894.501 | 790.894.501 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **790.894.501** | **790.894.501** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **12000- Justiça Federal** | | | | | | | | | | **10.222.727.135** | **9.909.286.722** | **7.060.399** | **0** | **7.060.399** |
| **Unidade:** | **12101- Justiça Federal de Primeiro Grau** | | | | | | | | | | **8.108.199.979** | **7.904.336.272** | **7.060.399** | **0** | **7.060.399** |
| **0569** | **Prestação Jurisdicional na Justiça Federal** | | | | | | | | | | 7.307.058.312 | 7.103.277.499 | 7.060.399 | 0 | 7.060.399 |
| **0569 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **268.691.651** | **268.491.237** | **7.060.399** | **0** | **7.060.399** |
| 0569 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 268.691.651 | 268.491.237 | 7.060.399 | 0 | 7.060.399 |
| 0569 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 268.691.651 | 268.491.237 | 7.060.399 | 0 | 7.060.399 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *268.691.651* | *268.491.237* | *7.060.399* | *0* | *7.060.399* |
| **Órgão:** | **14000- Justiça Eleitoral** | | | | | | | | | | **6.606.911.986** | **6.311.260.581** | **2.234.205** | **0** | **2.234.205** |
| **Unidade:** | **14101- Tribunal Superior Eleitoral** | | | | | | | | | | **857.188.340** | **734.011.925** | **215.300** | **0** | **215.300** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 811.663.889 | 688.945.504 | 215.300 | 0 | 215.300 |
| **0570 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **02- 301** | *20* | | | | | | | | **9.768.730** | **9.768.730** | **175.743** | **0** | **175.743** |
| 0570 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 9.768.730 | 9.768.730 | 175.743 | 0 | 175.743 |
| 0570 2004 0053 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 9.768.730 | 9.768.730 | 175.743 | 0 | 175.743 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *9.768.730* | *9.768.730* | *175.743* | *0* | *175.743* |
| **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **7.601.309** | **7.601.309** | **39.557** | **0** | **39.557** |
| 0570 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 7.601.309 | 7.601.309 | 39.557 | 0 | 39.557 |
| 0570 2012 0053 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 7.601.309 | 7.601.309 | 39.557 | 0 | 39.557 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *7.601.309* | *7.601.309* | *39.557* | *0* | *39.557* |
| **Unidade:** | **14104- Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas** | | | | | | | | | | **118.077.134** | **115.583.681** | **434.044** | **0** | **434.044** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 110.069.099 | 107.670.486 | 434.044 | 0 | 434.044 |
| **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **3.322.952** | **3.267.084** | **434.044** | **0** | **434.044** |
| 0570 2012 0013 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas | | | *PLOA* | | | | | | | 3.322.952 | 3.267.084 | 434.044 | 0 | 434.044 |
| 0570 2012 0013 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 3.322.952 | 3.267.084 | 434.044 | 0 | 434.044 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *3.322.952* | *3.267.084* | *434.044* | *0* | *434.044* |
| **Unidade:** | **14105- Tribunal Regional Eleitoral da Bahia** | | | | | | | | | | **287.158.561** | **276.255.079** | **189.157** | **0** | **189.157** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 244.677.075 | 234.687.179 | 189.157 | 0 | 189.157 |
| **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **1.759.662** | **1.753.023** | **128.730** | **0** | **128.730** |
| 0570 2010 0029 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 1.759.662 | 1.753.023 | 128.730 | 0 | 128.730 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 2748

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0570 2010 0029 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 1.759.662 | 1.753.023 | 128.730 | 0 | 128.730 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *1.759.662* | *1.753.023* | *128.730* | *0* | *128.730* |
| **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **8.576.663** | **8.545.493** | **60.427** | **0** | **60.427** |
| 0570 2012 0029 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 8.576.663 | 8.545.493 | 60.427 | 0 | 60.427 |
| 0570 2012 0029 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 8.576.663 | 8.545.493 | 60.427 | 0 | 60.427 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *8.576.663* | *8.545.493* | *60.427* | *0* | *60.427* |
| **Unidade:** | **14108- Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo** | | | | | | | | | | **107.779.517** | **100.006.850** | **10.785** | **0** | **10.785** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 95.992.162 | 88.293.822 | 10.785 | 0 | 10.785 |
| **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **3.170.615** | **3.168.315** | **10.785** | **0** | **10.785** |
| 0570 2012 0032 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo | | | *PLOA* | | | | | | | 3.170.615 | 3.168.315 | 10.785 | 0 | 10.785 |
| 0570 2012 0032 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 3.170.615 | 3.168.315 | 10.785 | 0 | 10.785 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *3.170.615* | *3.168.315* | *10.785* | *0* | *10.785* |
| **Unidade:** | **14109- Tribunal Regional Eleitoral de Goiás** | | | | | | | | | | **162.663.279** | **160.236.641** | **146.363** | **0** | **146.363** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 146.280.978 | 143.900.374 | 146.363 | 0 | 146.363 |
| **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **1.276.066** | **1.276.066** | **50.227** | **0** | **50.227** |
| 0570 2010 0052 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | | | *PLOA* | | | | | | | 1.276.066 | 1.276.066 | 50.227 | 0 | 50.227 |
| 0570 2010 0052 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 1.276.066 | 1.276.066 | 50.227 | 0 | 50.227 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *1.276.066* | *1.276.066* | *50.227* | *0* | *50.227* |
| **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **5.014.490** | **4.983.425** | **96.136** | **0** | **96.136** |
| 0570 2012 0052 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | | | *PLOA* | | | | | | | 5.014.490 | 4.983.425 | 96.136 | 0 | 96.136 |
| 0570 2012 0052 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 5.014.490 | 4.983.425 | 96.136 | 0 | 96.136 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *5.014.490* | *4.983.425* | *96.136* | *0* | *96.136* |
| **Unidade:** | **14110- Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão** | | | | | | | | | | **155.072.653** | **145.074.210** | **13.434** | **0** | **13.434** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 138.209.964 | 128.501.378 | 13.434 | 0 | 13.434 |
| **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **1.212.066** | **1.168.042** | **7.434** | **0** | **7.434** |
| 0570 2010 0021 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão | | | *PLOA* | | | | | | | 1.212.066 | 1.168.042 | 7.434 | 0 | 7.434 |
| 0570 2010 0021 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 1.212.066 | 1.168.042 | 7.434 | 0 | 7.434 |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
28/03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 1.212.066 | 1.168.042 | 7.434 | 0 | 7.434 |
| **0570 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | 10 | | | | | | | | **43.146** | **32.953** | **6.000** | **0** | **6.000** |
| 0570 2011 0021 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão | | | PLOA | | | | | | | 43.146 | 32.953 | 6.000 | 0 | 6.000 |
| 0570 2011 0021 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 43.146 | 32.953 | 6.000 | 0 | 6.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 43.146 | 32.953 | 6.000 | 0 | 6.000 |
| **Unidade:** | **14111- Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso** | | | | | | | | | | **130.856.015** | **115.230.193** | **112.267** | **0** | **112.267** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 119.755.688 | 104.301.122 | 112.267 | 0 | 112.267 |
| **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | 10 | | | | | | | | **648.331** | **640.259** | **35.811** | **0** | **35.811** |
| 0570 2010 0051 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso | | | PLOA | | | | | | | 648.331 | 640.259 | 35.811 | 0 | 35.811 |
| 0570 2010 0051 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 648.331 | 640.259 | 35.811 | 0 | 35.811 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 648.331 | 640.259 | 35.811 | 0 | 35.811 |
| **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | 10 | | | | | | | | **2.973.775** | **2.973.775** | **76.456** | **0** | **76.456** |
| 0570 2012 0051 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso | | | PLOA | | | | | | | 2.973.775 | 2.973.775 | 76.456 | 0 | 76.456 |
| 0570 2012 0051 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 2.973.775 | 2.973.775 | 76.456 | 0 | 76.456 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.973.775 | 2.973.775 | 76.456 | 0 | 76.456 |
| **Unidade:** | **14112- Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul** | | | | | | | | | | **91.645.548** | **90.554.227** | **14.405** | **0** | **14.405** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 80.831.255 | 79.821.383 | 14.405 | 0 | 14.405 |
| **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | 10 | | | | | | | | **580.473** | **566.290** | **14.405** | **0** | **14.405** |
| 0570 2010 0054 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | PLOA | | | | | | | 580.473 | 566.290 | 14.405 | 0 | 14.405 |
| 0570 2010 0054 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 580.473 | 566.290 | 14.405 | 0 | 14.405 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 580.473 | 566.290 | 14.405 | 0 | 14.405 |
| **Unidade:** | **14113- Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **481.270.158** | **476.765.546** | **193.384** | **0** | **193.384** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 407.169.166 | 402.772.176 | 193.384 | 0 | 193.384 |
| **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | 10 | | | | | | | | **16.282.020** | **16.252.222** | **193.384** | **0** | **193.384** |
| 0570 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 16.282.020 | 16.252.222 | 193.384 | 0 | 193.384 |
| 0570 2012 0031 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 16.282.020 | 16.252.222 | 193.384 | 0 | 193.384 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 16.282.020 | 16.252.222 | 193.384 | 0 | 193.384 |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl.
31/03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **14114- Tribunal Regional Eleitoral do Pará** | | | | | | | | | | **160.411.686** | **157.611.514** | **176.407** | **0** | **176.407** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 141.309.329 | 138.509.157 | 176.407 | 0 | 176.407 |
| **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **4.649.130** | **4.649.130** | **176.407** | **0** | **176.407** |
| 0570 2012 0015 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 4.649.130 | 4.649.130 | 176.407 | 0 | 176.407 |
| 0570 2012 0015 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 4.649.130 | 4.649.130 | 176.407 | 0 | 176.407 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *4.649.130* | *4.649.130* | *176.407* | *0* | *176.407* |
| **Unidade:** | **14115- Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba** | | | | | | | | | | **130.615.841** | **124.527.784** | **21.594** | **0** | **21.594** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 118.501.251 | 112.515.592 | 21.594 | 0 | 21.594 |
| **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **812.999** | **798.472** | **21.594** | **0** | **21.594** |
| 0570 2010 0025 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba | | | *PLOA* | | | | | | | 812.999 | 798.472 | 21.594 | 0 | 21.594 |
| 0570 2010 0025 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 812.999 | 798.472 | 21.594 | 0 | 21.594 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *812.999* | *798.472* | *21.594* | *0* | *21.594* |
| **Unidade:** | **14116- Tribunal Regional Eleitoral do Paraná** | | | | | | | | | | **261.534.985** | **257.909.662** | **15.000** | **0** | **15.000** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 228.841.628 | 225.287.109 | 15.000 | 0 | 15.000 |
| **0570 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **103.000** | **101.315** | **15.000** | **0** | **15.000** |
| 0570 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 103.000 | 101.315 | 15.000 | 0 | 15.000 |
| 0570 2011 0041 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 103.000 | 101.315 | 15.000 | 0 | 15.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *103.000* | *101.315* | *15.000* | *0* | *15.000* |
| **Unidade:** | **14117- Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco** | | | | | | | | | | **228.028.713** | **219.473.438** | **2.084** | **0** | **2.084** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 196.659.569 | 188.270.156 | 2.084 | 0 | 2.084 |
| **0570 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **96.116** | **96.116** | **2.084** | **0** | **2.084** |
| 0570 2011 0026 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 96.116 | 96.116 | 2.084 | 0 | 2.084 |
| 0570 2011 0026 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 96.116 | 96.116 | 2.084 | 0 | 2.084 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *96.116* | *96.116* | *2.084* | *0* | *2.084* |
| **Unidade:** | **14119- Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **440.868.430** | **430.295.908** | **30.000** | **0** | **30.000** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 315.354.555 | 305.447.445 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| **0570 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **1.251.000** | **1.235.178** | **30.000** | **0** | **30.000** |
| 0570 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 1.251.000 | 1.235.178 | 30.000 | 0 | 30.000 |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 875
31/03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0570 2011 0033 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 1.251.000<br>*1.251.000* | 1.235.178<br>*1.235.178* | 30.000<br>*30.000* | 0<br>*0* | 30.000<br>*30.000* |
| **Unidade:** | **14120- Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte** | | | | | | | | | | **132.865.015** | **127.345.375** | **74.817** | **0** | **74.817** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 113.654.525 | 108.172.317 | 74.817 | 0 | 74.817 |
| **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **833.859** | **816.583** | **14.472** | **0** | **14.472** |
| 0570 2010 0024 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 833.859 | 816.583 | 14.472 | 0 | 14.472 |
| 0570 2010 0024 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 833.859 | 816.583 | 14.472 | 0 | 14.472 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *833.859* | *816.583* | *14.472* | *0* | *14.472* |
| **0570 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **19.825** | **16.801** | **2.655** | **0** | **2.655** |
| 0570 2011 0024 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 19.825 | 16.801 | 2.655 | 0 | 2.655 |
| 0570 2011 0024 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 19.825 | 16.801 | 2.655 | 0 | 2.655 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *19.825* | *16.801* | *2.655* | *0* | *2.655* |
| **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **4.059.862** | **4.042.577** | **57.690** | **0** | **57.690** |
| 0570 2012 0024 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 4.059.862 | 4.042.577 | 57.690 | 0 | 57.690 |
| 0570 2012 0024 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 4.059.862 | 4.042.577 | 57.690 | 0 | 57.690 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *4.059.862* | *4.042.577* | *57.690* | *0* | *57.690* |
| **Unidade:** | **14121- Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul** | | | | | | | | | | **250.504.000** | **247.362.789** | **14.588** | **0** | **14.588** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 211.057.497 | 208.037.185 | 14.588 | 0 | 14.588 |
| **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **1.315.512** | **1.307.834** | **14.588** | **0** | **14.588** |
| 0570 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 1.315.512 | 1.307.834 | 14.588 | 0 | 14.588 |
| 0570 2010 0043 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 1.315.512 | 1.307.834 | 14.588 | 0 | 14.588 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *1.315.512* | *1.307.834* | *14.588* | *0* | *14.588* |
| **Unidade:** | **14122- Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia** | | | | | | | | | | **78.811.311** | **68.734.879** | **197.833** | **0** | **197.833** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 74.958.528 | 64.893.458 | 197.833 | 0 | 197.833 |
| **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **2.330.610** | **2.328.314** | **197.833** | **0** | **197.833** |
| 0570 2012 0011 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | | | *PLOA* | | | | | | | 2.330.610 | 2.328.314 | 197.833 | 0 | 197.833 |
| 0570 2012 0011 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 2.330.610 | 2.328.314 | 197.833 | 0 | 197.833 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *2.330.610* | *2.328.314* | *197.833* | *0* | *197.833* |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **14123- Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina** | | | | | | | | | | **166.451.212** | **164.690.345** | **196.099** | **0** | **196.099** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 139.918.141 | 138.544.770 | 196.099 | 0 | 196.099 |
| **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **778.667** | **761.315** | **28.715** | **0** | **28.715** |
| 0570 2010 0042 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | | | *PLOA* | | | | | | | 778.667 | 761.315 | 28.715 | 0 | 28.715 |
| 0570 2010 0042 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 778.667 | 761.315 | 28.715 | 0 | 28.715 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *778.667* | *761.315* | *28.715* | *0* | *28.715* |
| **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **4.548.903** | **4.531.088** | **167.384** | **0** | **167.384** |
| 0570 2012 0042 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | | | *PLOA* | | | | | | | 4.548.903 | 4.531.088 | 167.384 | 0 | 167.384 |
| 0570 2012 0042 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 4.548.903 | 4.531.088 | 167.384 | 0 | 167.384 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *4.548.903* | *4.531.088* | *167.384* | *0* | *167.384* |
| **Unidade:** | **14124- Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo** | | | | | | | | | | **624.394.931** | **611.536.110** | **104.140** | **0** | **104.140** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 506.700.410 | 494.023.578 | 104.140 | 0 | 104.140 |
| **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **2.897.828** | **2.858.512** | **79.140** | **0** | **79.140** |
| 0570 2010 0035 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 2.897.828 | 2.858.512 | 79.140 | 0 | 79.140 |
| 0570 2010 0035 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 2.897.828 | 2.858.512 | 79.140 | 0 | 79.140 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *2.897.828* | *2.858.512* | *79.140* | *0* | *79.140* |
| **0570 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **622.000** | **598.219** | **25.000** | **0** | **25.000** |
| 0570 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 622.000 | 598.219 | 25.000 | 0 | 25.000 |
| 0570 2011 0035 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 622.000 | 598.219 | 25.000 | 0 | 25.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *622.000* | *598.219* | *25.000* | *0* | *25.000* |
| **Unidade:** | **14128- Tribunal Regional Eleitoral do Amapá** | | | | | | | | | | **54.592.727** | **49.437.012** | **72.504** | **0** | **72.504** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 53.351.354 | 48.198.098 | 72.504 | 0 | 72.504 |
| **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **1.401.330** | **1.357.586** | **72.504** | **0** | **72.504** |
| 0570 2012 0016 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá | | | *PLOA* | | | | | | | 1.401.330 | 1.357.586 | 72.504 | 0 | 72.504 |
| 0570 2012 0016 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 1.401.330 | 1.357.586 | 72.504 | 0 | 72.504 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *1.401.330* | *1.357.586* | *72.504* | | *72.504* |
| **Órgão:** | **15000- Justiça do Trabalho** | | | | | | | | | | **17.558.075.233** | **17.201.981.430** | **7.127.063** | **0** | **7.127.063** |
| **Unidade:** | **15102- Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **1.718.017.003** | **1.712.006.015** | **1.200.729** | **0** | **1.200.729** |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
31/03/2016 19:2

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 1.226.134.285 | 1.220.187.031 | 1.200.729 | 0 | 1.200.729 |
| **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **5.647.446** | **5.647.446** | **376.161** | **0** | **376.161** |
| 0571 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 5.647.446 | 5.647.446 | 376.161 | 0 | 376.161 |
| 0571 2010 0033 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 5.283.661 | 5.283.661 | 376.161 | 0 | 376.161 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *5.283.661* | *5.283.661* | *376.161* | *0* | *376.161* |
| **0571 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **51.987.026** | **51.987.026** | **824.568** | **0** | **824.568** |
| 0571 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 51.987.026 | 51.987.026 | 824.568 | 0 | 824.568 |
| 0571 2012 0033 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 48.881.662 | 48.881.662 | 824.568 | 0 | 824.568 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *48.881.662* | *48.881.662* | *824.568* | *0* | *824.568* |
| **Unidade:** | **15103- Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo** | | | | | | | | | | **2.263.866.539** | **2.234.283.993** | **3.097.441** | **0** | **3.097.441** |
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 1.774.924.640 | 1.745.342.094 | 3.097.441 | 0 | 3.097.441 |
| **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **7.490.777** | **7.480.866** | **130.741** | **0** | **130.741** |
| 0571 2010 0035 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 7.490.777 | 7.480.866 | 130.741 | 0 | 130.741 |
| 0571 2010 0035 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 6.860.741 | 6.850.830 | 130.741 | 0 | 130.741 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *6.860.741* | *6.850.830* | *130.741* | *0* | *130.741* |
| **0571 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **4.485.000** | **4.483.795** | **330.000** | **0** | **330.000** |
| 0571 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 4.485.000 | 4.483.795 | 330.000 | 0 | 330.000 |
| 0571 2011 0035 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 4.485.000 | 4.483.795 | 330.000 | 0 | 330.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *4.485.000* | *4.483.795* | *330.000* | *0* | *330.000* |
| **0571 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **61.543.593** | **61.527.099** | **2.636.700** | **0** | **2.636.700** |
| 0571 2012 0035 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 61.543.593 | 61.527.099 | 2.636.700 | 0 | 2.636.700 |
| 0571 2012 0035 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 58.301.559 | 58.285.065 | 2.636.700 | 0 | 2.636.700 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *58.301.559* | *58.285.065* | *2.636.700* | *0* | *2.636.700* |
| **Unidade:** | **15104- Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais** | | | | | | | | | | **1.659.645.136** | **1.635.251.655** | **280.608** | **0** | **280.608** |
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 1.254.029.603 | 1.229.636.122 | 280.608 | 0 | 280.608 |
| **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **5.995.565** | **5.995.565** | **280.608** | **0** | **280.608** |
| 0571 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 5.995.565 | 5.995.565 | 280.608 | 0 | 280.608 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0571 2010 0031 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 5.473.491 | 5.473.491 | 280.608 | 0 | 280.608 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *5.473.491* | *5.473.491* | *280.608* | *0* | *280.608* |
| **Unidade:** | **15105- Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul** | | | | | | | | | | **1.429.827.641** | **1.426.609.986** | **320.477** | **0** | **320.477** |
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 1.048.493.173 | 1.045.288.549 | 320.477 | 0 | 320.477 |
| **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **5.072.926** | **5.052.299** | **151.680** | **0** | **151.680** |
| 0571 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 5.072.926 | 5.052.299 | 151.680 | 0 | 151.680 |
| 0571 2010 0043 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 4.936.738 | 4.916.111 | 151.680 | 0 | 151.680 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *4.936.738* | *4.916.111* | *151.680* | *0* | *151.680* |
| **0571 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **716.387** | **673.454** | **48.029** | **0** | **48.029** |
| 0571 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 716.387 | 673.454 | 48.029 | 0 | 48.029 |
| 0571 2011 0043 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 716.387 | 673.454 | 48.029 | 0 | 48.029 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *716.387* | *673.454* | *48.029* | *0* | *48.029* |
| **0571 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **44.450.161** | **44.357.479** | **120.768** | **0** | **120.768** |
| 0571 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 44.450.161 | 44.357.479 | 120.768 | 0 | 120.768 |
| 0571 2012 0043 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 41.844.346 | 41.804.602 | 120.768 | 0 | 120.768 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *41.844.346* | *41.804.602* | *120.768* | *0* | *120.768* |
| **Unidade:** | **15106- Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia** | | | | | | | | | | **1.020.042.603** | **948.181.425** | **287.640** | **0** | **287.640** |
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 806.361.016 | 734.499.838 | 287.640 | 0 | 287.640 |
| **0571 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **31.546.459** | **31.546.459** | **287.640** | **0** | **287.640** |
| 0571 2012 0029 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 31.546.459 | 31.546.459 | 287.640 | 0 | 287.640 |
| 0571 2012 0029 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 30.444.391 | 30.444.391 | 287.640 | 0 | 287.640 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *30.444.391* | *30.444.391* | *287.640* | *0* | *287.640* |
| **Unidade:** | **15110- Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná** | | | | | | | | | | **929.926.890** | **908.405.329** | **742.856** | **0** | **742.856** |
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 784.200.809 | 762.679.248 | 742.856 | 0 | 742.856 |
| **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **4.187.711** | **4.187.711** | **289.060** | **0** | **289.060** |
| 0571 2010 0041 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 4.187.711 | 4.187.711 | 289.060 | 0 | 289.060 |
| 0571 2010 0041 0001 | Assistência Pre-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 4.034.832 | 4.034.832 | 289.060 | 0 | 289.060 |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8755
31/03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *4.034.832* | *4.034.832* | *289.060* | *0* | *289.060* |
| **0571 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **193.008** | **193.008** | **32.740** | **0** | **32.740** |
| 0571 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 193.008 | 193.008 | 32.740 | 0 | 32.740 |
| 0571 2011 0041 0001 | Auxilio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 193.008 | 193.008 | 32.740 | 0 | 32.740 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *193.008* | *193.008* | *32.740* | *0* | *32.740* |
| **0571 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **30.261.616** | **30.261.616** | **421.056** | **0** | **421.056** |
| 0571 2012 0041 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 30.261.616 | 30.261.616 | 421.056 | 0 | 421.056 |
| 0571 2012 0041 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 28.723.159 | 28.723.159 | 421.056 | 0 | 421.056 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *28.723.159* | *28.723.159* | *421.056* | *0* | *421.056* |
| **Unidade:** | **15116- Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP** | | | | | | | | | | **1.426.132.288** | **1.410.376.837** | **575.280** | **0** | **575.280** |
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 1.189.882.482 | 1.174.127.031 | 575.280 | 0 | 575.280 |
| **0571 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **45.420.673** | **45.420.673** | **575.280** | **0** | **575.280** |
| 0571 2012 0035 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 45.420.673 | 45.420.673 | 575.280 | 0 | 575.280 |
| 0571 2012 0035 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 45.420.673 | 45.420.673 | 575.280 | 0 | 575.280 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *45.420.673* | *45.420.673* | *575.280* | *0* | *575.280* |
| **Unidade:** | **15117- Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão** | | | | | | | | | | **192.629.742** | **189.910.126** | **255.000** | **0** | **255.000** |
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 175.880.597 | 173.163.174 | 255.000 | 0 | 255.000 |
| **0571 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **02- 301** | *20* | | | | | | | | **4.272.930** | **4.272.930** | **255.000** | **0** | **255.000** |
| 0571 2004 0021 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão | | | *PLOA* | | | | | | | 4.272.930 | 4.272.930 | 255.000 | 0 | 255.000 |
| 0571 2004 0021 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 4.272.930 | 4.272.930 | 255.000 | 0 | 255.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *4.272.930* | *4.272.930* | *255.000* | *0* | *255.000* |
| **Unidade:** | **15118- Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo** | | | | | | | | | | **279.253.614** | **267.496.163** | **40.920** | **0** | **40.920** |
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 254.162.244 | 242.404.793 | 40.920 | 0 | 40.920 |
| **0571 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **02- 301** | *20* | | | | | | | | **6.094.780** | **6.084.414** | **3.000** | **0** | **3.000** |
| 0571 2004 0032 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo | | | *PLOA* | | | | | | | 6.094.780 | 6.084.414 | 3.000 | 0 | 3.000 |
| 0571 2004 0032 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 6.094.780 | 6.084.414 | 3.000 | 0 | 3.000 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 0256 31/03/2016 19:25 sapendado

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 6.084.780 | 6.084.414 | 3.000 | 0 | 3.000 |
| **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | 10 | | | | | | | | **1.357.446** | **1.356.004** | **37.920** | **0** | **37.920** |
| 0571 2010 0032 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo | | | PLOA | | | | | | | 1.357.446 | 1.356.004 | 37.920 | 0 | 37.920 |
| 0571 2010 0032 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 1.357.446 | 1.356.004 | 37.920 | 0 | 37.920 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 1.357.446 | 1.356.004 | 37.920 | 0 | 37.920 |
| **Unidade:** | **15119- Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás** | | | | | | | | | | **437.330.449** | **416.458.527** | **219.936** | **0** | **219.936** |
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 398.733.009 | 377.873.621 | 219.936 | 0 | 219.936 |
| **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | 10 | | | | | | | | **2.791.645** | **2.745.316** | **219.936** | **0** | **219.936** |
| 0571 2010 0052 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | | | PLOA | | | | | | | 2.791.645 | 2.745.316 | 219.936 | 0 | 219.936 |
| 0571 2010 0052 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 2.791.645 | 2.745.316 | 219.936 | 0 | 219.936 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.791.645 | 2.745.316 | 219.936 | 0 | 219.936 |
| **Unidade:** | **15124- Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso** | | | | | | | | | | **269.547.460** | **269.082.933** | **106.176** | **0** | **106.176** |
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 249.229.022 | 248.764.495 | 106.176 | 0 | 106.176 |
| **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | 10 | | | | | | | | **1.312.247** | **1.312.247** | **106.176** | **0** | **106.176** |
| 0571 2010 0051 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso | | | PLOA | | | | | | | 1.312.247 | 1.312.247 | 106.176 | 0 | 106.176 |
| 0571 2010 0051 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 1.312.247 | 1.312.247 | 106.176 | 0 | 106.176 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 1.312.247 | 1.312.247 | 106.176 | 0 | 106.176 |
| **Órgão:** | **17000- Conselho Nacional de Justiça** | | | | | | | | | | **283.317.325** | **151.233.960** | **726.960** | **0** | **726.960** |
| **Unidade:** | **17101- Conselho Nacional de Justiça** | | | | | | | | | | **283.317.325** | **151.233.960** | **726.960** | **0** | **726.960** |
| **1389** | **Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário** | | | | | | | | | | 282.935.782 | 151.233.960 | 726.960 | 0 | 726.960 |
| **1389 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | 10 | | | | | | | | **523.800** | **523.800** | **151.680** | **0** | **151.680** |
| 1389 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 523.800 | 523.800 | 151.680 | 0 | 151.680 |
| 1389 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 523.800 | 523.800 | 151.680 | 0 | 151.680 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 523.800 | 523.800 | 151.680 | 0 | 151.680 |
| **1389 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | 10 | | | | | | | | **2.876.896** | **2.876.896** | **575.280** | **0** | **575.280** |
| 1389 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 2.876.896 | 2.876.896 | 575.280 | 0 | 575.280 |
| 1389 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 2.876.896 | 2.876.896 | 575.280 | 0 | 575.280 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 157 03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.876.896 | 2.876.896 | 575.280 | 0 | 575.280 |
| Órgão: | 20000- Presidência da República | | | | | | | | | | 2.509.946.649 | 2.035.839.689 | 6.691.000 | 136.248 | 6.554.752 |
| Unidade: | 20101- Presidência da República | | | | | | | | | | 780.668.788 | 730.533.428 | 0 | 132.708 | -132.708 |
| 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | | | | 718.434.786 | 698.658.430 | 0 | 132.708 | -132.708 |
| 2101 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 04- 301 | 20 | | | | | | | | 1.160.000 | 1.076.226 | 0 | 132.708 | -132.708 |
| 2101 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 1.160.000 | 1.076.226 | 0 | 132.708 | -132.708 |
| 2101 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 200.000 | 200.000 | 0 | 132.708 | -132.708 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 200.000 | 200.000 | 0 | 132.708 | -132.708 |
| Unidade: | 20204- Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI | | | | | | | | | | 20.884.657 | 19.004.972 | 0 | 3.540 | -3.540 |
| 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | | | | 15.670.657 | 15.057.372 | 0 | 3.540 | -3.540 |
| 2101 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 04- 301 | 20 | | | | | | | | 13.200 | 11.318 | 0 | 3.540 | -3.540 |
| 2101 2004 5664 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF | | | PLOA | | | | | | | 13.200 | 11.318 | 0 | 3.540 | -3.540 |
| 2101 2004 5664 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 3.540 | -3.540 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 3.540 | -3.540 |
| Unidade: | 20415- Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC | | | | | | | | | | 732.183.844 | 558.271.609 | 6.691.000 | 0 | 6.691.000 |
| 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | | | | 491.252.305 | 448.119.506 | 6.691.000 | 0 | 6.691.000 |
| 2101 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 04- 301 | 20 | | | | | | | | 12.249.130 | 12.154.951 | 951.000 | 0 | 951.000 |
| 2101 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 12.249.130 | 12.154.951 | 951.000 | 0 | 951.000 |
| 2101 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 1.117.000 | 1.117.000 | 951.000 | 0 | 951.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 1.117.000 | 1.117.000 | 951.000 | 0 | 951.000 |
| 2101 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | 04- 331 | 10 | | | | | | | | 3.438.000 | 3.241.083 | 690.000 | 0 | 690.000 |
| 2101 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 3.438.000 | 3.241.083 | 690.000 | 0 | 690.000 |
| 2101 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 3.436.955 | 3.240.038 | 690.000 | 0 | 690.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 3.436.955 | 3.240.038 | 690.000 | 0 | 690.000 |
| 2101 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | 04- 331 | 10 | | | | | | | | 2.498.000 | 2.453.700 | 490.000 | 0 | 490.000 |
| 2101 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 2.498.000 | 2.453.700 | 490.000 | 0 | 490.000 |
| 2101 2011 0001 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 2.498.000 | 2.453.700 | 490.000 | 0 | 490.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.498.000 | 2.453.700 | 490.000 | 0 | 490.000 |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 0
31/03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2101 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | *10* | | | | | | | | 32.650.000 | 32.628.819 | 4.560.000 | 0 | 4.560.000 |
| 2101 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 32.650.000 | 32.628.819 | 4.560.000 | 0 | 4.560.000 |
| 2101 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 32.645.897 | 32.624.716 | 4.560.000 | 0 | 4.560.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *32.645.897* | *32.624.716* | *4.560.000* | *0* | *4.560.000* |
| **Órgão:** | **22000- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | | | | | | | | | | **12.489.910.095** | **9.124.566.737** | **31.853.000** | **0** | **31.853.000** |
| **Unidade:** | **22101- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | | | | | | | | | | **6.059.712.336** | **4.792.258.965** | **1.153.000** | **0** | **1.153.000** |
| **2105** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | | | | | | | | | | 2.044.466.043 | 1.964.954.277 | 1.153.000 | 0 | 1.153.000 |
| **2105 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **20- 331** | *10* | | | | | | | | **943.000** | **921.787** | **23.000** | **0** | **23.000** |
| 2105 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 943.000 | 921.787 | 23.000 | 0 | 23.000 |
| 2105 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 943.000 | 921.787 | 23.000 | 0 | 23.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *943.000* | *921.787* | *23.000* | *0* | *23.000* |
| **2105 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **20- 331** | *10* | | | | | | | | **5.895.000** | **5.783.938** | **45.000** | **0** | **45.000** |
| 2105 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 5.895.000 | 5.783.938 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| 2105 2011 0001 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 5.895.000 | 5.783.938 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *5.895.000* | *5.783.938* | *45.000* | *0* | *45.000* |
| **2105 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **20- 331** | *10* | | | | | | | | **48.125.000** | **47.490.172** | **1.085.000** | **0** | **1.085.000** |
| 2105 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 48.125.000 | 47.490.172 | 1.085.000 | 0 | 1.085.000 |
| 2105 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 48.125.000 | 47.490.172 | 1.085.000 | 0 | 1.085.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *47.397.367* | *47.396.674* | *357.367* | *0* | *357.367* |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *727.633* | *93.499* | *727.633* | *0* | *727.633* |
| **Unidade:** | **22202- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA** | | | | | | | | | | **3.208.366.410** | **3.014.489.640** | **15.270.000** | **0** | **15.270.000** |
| **2105** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | | | | | | | | | | 2.658.352.683 | 2.653.443.082 | 15.270.000 | 0 | 15.270.000 |
| **2105 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **20- 301** | *20* | | | | | | | | **49.688.285** | **49.688.285** | **6.270.000** | **0** | **6.270.000** |
| 2105 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 49.688.285 | 49.688.285 | 6.270.000 | 0 | 6.270.000 |
| 2105 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 6.992.053 | 6.992.053 | 6.270.000 | 0 | 6.270.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *6.992.053* | *6.992.053* | *6.270.000* | *0* | *6.270.000* |
| **2105 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **20- 331** | *10* | | | | | | | | **10.004.000** | **9.604.000** | **1.950.000** | **0** | **1.950.000** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 19:25 8759

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2105 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 10.004.000 | 9.604.000 | 1.950.000 | 0 | 1.950.000 |
| 2105 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 1.950.000 | 1.550.000 | 1.950.000 | 0 | 1.950.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 1.950.000 | 1.550.000 | 1.950.000 | 0 | 1.950.000 |
| **2105 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **20- 331** | 10 | | | | | | | | **101.926.198** | **101.326.198** | **7.050.000** | **0** | **7.050.000** |
| 2105 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 101.926.198 | 101.326.198 | 7.050.000 | 0 | 7.050.000 |
| 2105 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 8.492.005 | 8.115.807 | 7.050.000 | 0 | 7.050.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 8.492.005 | 8.115.807 | 7.050.000 | 0 | 7.050.000 |
| **Unidade:** | **22211- Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB** | | | | | | | | | | **3.176.599.768** | **1.309.735.935** | **15.430.000** | **0** | **15.430.000** |
| **2105** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | | | | | | | | | | 939.358.509 | 909.038.859 | 15.430.000 | 0 | 15.430.000 |
| **2105 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **20- 301** | 20 | | | | | | | | **42.149.655** | **42.147.718** | **4.260.000** | **0** | **4.260.000** |
| 2105 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 42.149.655 | 42.147.718 | 4.260.000 | 0 | 4.260.000 |
| 2105 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 5.934.049 | 5.932.987 | 4.260.000 | 0 | 4.260.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 5.934.049 | 5.932.987 | 4.260.000 | 0 | 4.260.000 |
| **2105 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **20- 331** | 10 | | | | | | | | **5.148.662** | **5.148.662** | **1.560.000** | **0** | **1.560.000** |
| 2105 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 5.148.662 | 5.148.662 | 1.560.000 | 0 | 1.560.000 |
| 2105 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 951.890 | 951.890 | 1.560.000 | 0 | 1.560.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 951.890 | 951.890 | 1.560.000 | 0 | 1.560.000 |
| **2105 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **20- 331** | 10 | | | | | | | | **9.540.736** | **9.531.191** | **1.970.000** | **0** | **1.970.000** |
| 2105 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 9.540.736 | 9.531.191 | 1.970.000 | 0 | 1.970.000 |
| 2105 2011 0001 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 1.247.645 | 1.239.577 | 1.970.000 | 0 | 1.970.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 1.247.645 | 1.239.577 | 1.970.000 | 0 | 1.970.000 |
| **2105 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **20- 331** | 10 | | | | | | | | **34.747.543** | **34.747.542** | **7.640.000** | **0** | **7.640.000** |
| 2105 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 34.747.543 | 34.747.542 | 7.640.000 | 0 | 7.640.000 |
| 2105 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 3.243.543 | 3.243.542 | 7.640.000 | 0 | 7.640.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 3.243.543 | 3.243.542 | 7.640.000 | 0 | 7.640.000 |
| **Órgão:** | **24000- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | | | | **10.084.697.771** | **8.174.033.205** | **4.817.000** | **373.636** | **4.443.364** |
| **Unidade:** | **24101- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | | | | **2.508.251.226** | **2.040.484.031** | **26.000** | **226.180** | **200.180** |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2106** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | | | | 956.426.867 | 928.515.162 | 26.000 | 226.180 | -200.180 |
| **2106 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **19- 301** | *20* | | | | | | | | **11.608.028** | **11.071.810** | **0** | **226.180** | **-226.180** |
| 2106 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 11.608.028 | 11.071.810 | 0 | 226.180 | -226.180 |
| 2106 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 300.000 | 151.912 | 0 | 226.180 | -226.180 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *300.000* | *151.912* | *0* | *226.180* | *-226.180* |
| **2106 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **19- 331** | *10* | | | | | | | | **446.000** | **446.000** | **26.000** | **0** | **26.000** |
| 2106 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 446.000 | 446.000 | 26.000 | 0 | 26.000 |
| 2106 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 26.000 | 26.000 | 26.000 | 0 | 26.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *26.000* | *26.000* | *26.000* | *0* | *26.000* |
| **Unidade:** | **24201- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** | | | | | | | | | | **2.021.326.406** | **2.010.637.153** | **0** | **147.456** | **-147.456** |
| **2106** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | | | | 179.693.720 | 179.692.008 | 0 | 147.456 | -147.456 |
| **2106 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **19- 301** | *20* | | | | | | | | **1.800.000** | **1.800.000** | **0** | **147.456** | **-147.456** |
| 2106 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 1.800.000 | 1.800.000 | 0 | 147.456 | -147.456 |
| 2106 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 9.484 | 9.484 | 0 | 147.456 | -147.456 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *9.484* | *9.484* | *0* | *147.456* | *-147.456* |
| **Unidade:** | **24206- Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB** | | | | | | | | | | **845.612.646** | **717.196.635** | **2.541.000** | **0** | **2.541.000** |
| **2106** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | | | | 317.860.026 | 311.631.333 | 2.541.000 | 0 | 2.541.000 |
| **2106 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **19- 301** | *20* | | | | | | | | **10.388.946** | **10.388.946** | **2.220.000** | **0** | **2.220.000** |
| 2106 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 10.388.946 | 10.388.946 | 2.220.000 | 0 | 2.220.000 |
| 2106 2004 0033 0001 | Assistência Médica e Odontologica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 2.220.000 | 2.220.000 | 2.220.000 | 0 | 2.220.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *2.220.000* | *2.220.000* | *2.220.000* | *0* | *2.220.000* |
| **2106 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **19- 331** | *10* | | | | | | | | **1.833.000** | **1.833.000** | **321.000** | **0** | **321.000** |
| 2106 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 1.833.000 | 1.833.000 | 321.000 | 0 | 321.000 |
| 2106 2010 0033 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 321.000 | 321.000 | 321.000 | 0 | 321.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *321.000* | *321.000* | *321.000* | *0* | *321.000* |
| **Unidade:** | **24207- Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP** | | | | | | | | | | **388.279.828** | **369.741.172** | **2.232.000** | **0** | **2.232.000** |
| **2106** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | | | | 268.219.218 | 268.219.152 | 2.232.000 | 0 | 2.232.000 |



Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação Coordenação de Comissões Especiais 31/03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2106 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **19- 301** | *20* | | | | | | | | **8.088.372** | **8.088.372** | **72.000** | **0** | **72.000** |
| 2106 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 8.088.372 | 8.088.372 | 72.000 | 0 | 72.000 |
| 2106 2004 0033 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 72.000 | 72.000 | 72.000 | 0 | 72.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *72.000* | *72.000* | *72.000* | *0* | *72.000* |
| **2106 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **19- 331** | *10* | | | | | | | | **850.000** | **850.000** | **110.000** | **0** | **110.000** |
| 2106 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 850.000 | 850.000 | 110.000 | 0 | 110.000 |
| 2106 2010 0033 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 110.000 | 110.000 | 110.000 | 0 | 110.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *110.000* | *110.000* | *110.000* | *0* | *110.000* |
| **2106 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **19- 331** | *10* | | | | | | | | **7.948.420** | **7.948.420** | **2.050.000** | **0** | **2.050.000** |
| 2106 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 7.948.420 | 7.948.420 | 2.050.000 | 0 | 2.050.000 |
| 2106 2012 0033 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 2.050.000 | 2.050.000 | 2.050.000 | 0 | 2.050.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *2.050.000* | *2.050.000* | *2.050.000* | *0* | *2.050.000* |
| **Unidade:** | **24209- Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC** | | | | | | | | | | **115.036.725** | **91.481.177** | **18.000** | **0** | **18.000** |
| **2106** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | | | | 39.238.771 | 38.324.757 | 18.000 | 0 | 18.000 |
| **2106 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **19- 331** | *10* | | | | | | | | **119.360** | **98.063** | **18.000** | **0** | **18.000** |
| 2106 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 119.360 | 98.063 | 18.000 | 0 | 18.000 |
| 2106 2010 0043 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 18.000 | 0 | 18.000 | 0 | 18.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *18.000* | *0* | *18.000* | *0* | *18.000* |
| **Órgão:** | **25000- Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **32.543.619.556** | **22.849.759.379** | **6.202.000** | **5.500.000** | **702.000** |
| **Unidade:** | **25101- Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | **9.527.341.328** | **9.140.893.237** | **368.000** | **1.000.000** | **-632.000** |
| **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | 1.341.862.188 | 1.217.090.682 | 368.000 | 1.000.000 | -632.000 |
| **2110 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **04- 301** | *20* | | | | | | | | **45.651.476** | **42.104.713** | **0** | **1.000.000** | **-1.000.000** |
| 2110 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 45.651.476 | 42.104.713 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| 2110 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *1.000.000* | *-1.000.000* |
| **2110 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | *10* | | | | | | | | **993.000** | **889.202** | **53.000** | **0** | **53.000** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 09/03/2016 19:25 Fls. 87

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2110 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 993.000 | 889.202 | 53.000 | 0 | 53.000 |
| 2110 2010 0053 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 53.000 | 0 | 53.000 | 0 | 53.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *53.000* | *0* | *53.000* | *0* | *53.000* |
| **2110 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | *10* | | | | | | | | **5.135.000** | **4.386.835** | **315.000** | **0** | **315.000** |
| 2110 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 5.135.000 | 4.386.835 | 315.000 | 0 | 315.000 |
| 2110 2011 0053 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 315.000 | 41.713 | 315.000 | 0 | 315.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *315.000* | *41.713* | *315.000* | *0* | *315.000* |
| **Unidade:** | **25103- Secretaria da Receita Federal do Brasil** | | | | | | | | | | **14.016.028.481** | **8.251.060.751** | **66.000** | **4.000.000** | **-3.934.000** |
| **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | 8.899.899.786 | 8.249.904.161 | 66.000 | 4.000.000 | -3.934.000 |
| **2110 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **04- 301** | *20* | | | | | | | | **43.808.308** | **40.451.527** | **0** | **3.500.000** | **-3.500.000** |
| 2110 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 43.808.308 | 40.451.527 | 0 | 3.500.000 | -3.500.000 |
| 2110 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 3.500.000 | -3.500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *132* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *3.500.000* | *-3.500.000* |
| **2110 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | *10* | | | | | | | | **2.786.000** | **2.750.414** | **66.000** | **0** | **66.000** |
| 2110 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 2.786.000 | 2.750.414 | 66.000 | 0 | 66.000 |
| 2110 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 2.586.000 | 2.550.414 | 66.000 | 0 | 66.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *132* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *2.586.000* | *2.550.414* | *66.000* | *0* | *66.000* |
| **2110 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | *10* | | | | | | | | **109.900.000** | **109.895.000** | **0** | **500.000** | **-500.000** |
| 2110 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 109.900.000 | 109.895.000 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2110 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 109.900.000 | 109.895.000 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *132* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *109.900.000* | *109.895.000* | *0* | *500.000* | *-500.000* |
| **Unidade:** | **25201- Banco Central do Brasil** | | | | | | | | | | **3.126.475.404** | **2.976.966.912** | **5.736.000** | **500.000** | **5.236.000** |
| **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | 1.577.619.787 | 1.496.276.725 | 5.736.000 | 500.000 | 5.236.000 |
| **2110 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **04- 301** | *20* | | | | | | | | **92.480.000** | **91.903.497** | **5.736.000** | **0** | **5.736.000** |
| 2110 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 92.480.000 | 91.903.497 | 5.736.000 | 0 | 5.736.000 |
| 2110 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 4.650.000 | 4.650.000 | 4.650.000 | 0 | 4.650.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *4.650.000* | *4.650.000* | *4.650.000* | | *4.650.000* |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 19:25 963

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2110 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 1.086.000 | 510.271 | 1.086.000 | 0 | 1.086.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *1.086.000* | *510.271* | *1.086.000* | *0* | *1.086.000* |
| **2110 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | *10* | | | | | | | | **18.724.420** | **18.336.750** | **0** | **500.000** | **-500.000** |
| 2110 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 18.724.420 | 18.336.750 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2110 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 13.093.692 | 13.092.305 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *13.093.692* | *13.092.305* | *0* | *500.000* | *-500.000* |
| **Unidade:** | **25203- Comissão de Valores Mobiliários** | | | | | | | | | | **334.749.091** | **213.420.217** | **32.000** | **0** | **32.000** |
| **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | 160.612.827 | 154.135.713 | 32.000 | 0 | 32.000 |
| **2110 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | *10* | | | | | | | | **2.432.000** | **2.422.000** | **32.000** | **0** | **32.000** |
| 2110 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 2.432.000 | 2.422.000 | 32.000 | 0 | 32.000 |
| 2110 2012 0033 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 2.432.000 | 2.422.000 | 32.000 | 0 | 32.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *174* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *2.432.000* | *2.422.000* | *32.000* | *0* | *32.000* |
| **Órgão:** | **26000- Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **109.643.591.255** | **97.861.628.611** | **74.390.000** | **32.345.931** | **42.044.069** |
| **Unidade:** | **26101- Ministério da Educação** | | | | | | | | | | **2.068.903.628** | **1.511.695.875** | **0** | **200.804** | **-200.804** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 885.000.637 | 678.004.430 | 0 | 200.804 | -200.804 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **4.742.931** | **4.583.967** | **0** | **200.804** | **-200.804** |
| 2109 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 4.742.931 | 4.583.967 | 0 | 200.804 | -200.804 |
| 2109 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 301.000 | 280.497 | 0 | 200.804 | -200.804 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *301.000* | *280.497* | *0* | *200.804* | *-200.804* |
| **Unidade:** | **26104- Instituto Nacional de Educação de Surdos** | | | | | | | | | | **132.347.169** | **117.853.779** | **530.000** | **66.948** | **463.052** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 49.011.417 | 47.464.162 | 530.000 | 66.948 | 463.052 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **992.670** | **921.679** | **0** | **66.948** | **-66.948** |
| 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontologica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 992.670 | 921.679 | 0 | 66.948 | -66.948 |
| 2109 2004 0033 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 66.948 | 66.948 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *66.948* | *-66.948* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **67.225** | **61.564** | **30.000** | **0** | **30.000** |
| 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 67.225 | 61.564 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 2109 2010 0033 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 30.000 | 24.339 | 30.000 | 0 | 30.000 |



Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais Fl. 876

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 30.000 | 24.339 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **795.720** | **766.861** | **210.000** | **0** | **210.000** |
| 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 795.720 | 766.861 | 210.000 | 0 | 210.000 |
| 2109 2011 0033 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 210.000 | 210.000 | 210.000 | 0 | 210.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 210.000 | 210.000 | 210.000 | 0 | 210.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **2.020.131** | **2.004.363** | **290.000** | **0** | **290.000** |
| 2109 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 2.020.131 | 2.004.363 | 290.000 | 0 | 290.000 |
| 2109 2012 0033 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 290.000 | 290.000 | 290.000 | 0 | 290.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 290.000 | 290.000 | 290.000 | 0 | 290.000 |
| **Unidade:** | **26105- Instituto Benjamin Constant** | | | | | | | | | | **83.056.878** | **76.973.013** | **342.000** | **0** | **342.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 27.016.358 | 26.265.356 | 342.000 | 0 | 342.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **611.509** | **549.032** | **32.000** | **0** | **32.000** |
| 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 611.509 | 549.032 | 32.000 | 0 | 32.000 |
| 2109 2004 0033 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 32.000 | 29.523 | 32.000 | 0 | 32.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 32.000 | 29.523 | 32.000 | 0 | 32.000 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **28.613** | **23.723** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 28.613 | 23.723 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2010 0033 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 10.000 | 5.110 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 10.000 | 5.110 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **427.434** | **417.709** | **80.000** | **0** | **80.000** |
| 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 427.434 | 417.709 | 80.000 | 0 | 80.000 |
| 2109 2011 0033 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 80.000 | 72.026 | 80.000 | 0 | 80.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 80.000 | 72.026 | 80.000 | 0 | 80.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **1.312.303** | **1.245.482** | **220.000** | **0** | **220.000** |
| 2109 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 1.312.303 | 1.245.482 | 220.000 | 0 | 220.000 |
| 2109 2012 0033 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 220.000 | 167.468 | 220.000 | 0 | 220.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 220.000 | 167.468 | 220.000 | 0 | 220.000 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 3/23/2016 19:25 Assinatura

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **26201- Colégio Pedro II** | | | | | | | | | | **584.753.990** | **567.625.136** | **360.000** | **330.560** | **29.440** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 287.630.793 | 286.208.483 | 360.000 | 330.560 | 29.440 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **4.318.847** | **4.191.092** | **0** | **330.560** | **-330.560** |
| 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 4.318.847 | 4.191.092 | 0 | 330.560 | -330.560 |
| 2109 2004 0033 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 330.560 | -330.560 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *330.560* | *-330.560* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **216.126** | **202.094** | **20.000** | **0** | **20.000** |
| 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 216.126 | 202.094 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2010 0033 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 20.000 | 10.700 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *20.000* | *10.700* | *20.000* | *0* | *20.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **10.626.909** | **10.608.164** | **340.000** | **0** | **340.000** |
| 2109 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 10.626.909 | 10.608.164 | 340.000 | 0 | 340.000 |
| 2109 2012 0033 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 340.000 | 340.000 | 340.000 | 0 | 340.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *340.000* | *340.000* | *340.000* | *0* | *340.000* |
| **Unidade:** | **26230- Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco** | | | | | | | | | | **160.001.629** | **149.396.227** | **0** | **29.756** | **-29.756** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 101.761.531 | 100.066.915 | 0 | 29.756 | -29.756 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.556.963** | **1.463.970** | **0** | **29.756** | **-29.756** |
| 2109 2004 0020 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste | | | *PLOA* | | | | | | | 1.556.963 | 1.463.970 | 0 | 29.756 | -29.756 |
| 2109 2004 0020 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 29.756 | -29.756 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *29.756* | *-29.756* |
| **Unidade:** | **26231- Universidade Federal de Alagoas** | | | | | | | | | | **720.846.612** | **680.943.799** | **395.000** | **540.240** | **-145.240** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 377.446.608 | 375.260.502 | 395.000 | 540.240 | -145.240 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **5.507.852** | **5.507.852** | **0** | **540.240** | **-540.240** |
| 2109 2004 0027 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas | | | *PLOA* | | | | | | | 5.507.852 | 5.507.852 | 0 | 540.240 | -540.240 |
| 2109 2004 0027 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 540.240 | -540.240 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *540.240* | *-540.240* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **322.984** | **315.737** | **50.000** | **0** | **50.000** |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8866 31/03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2010 0027 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | | | PLOA | | | | | | | 322.984 | 315.737 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| 2109 2010 0027 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 50.000 | 42.753 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *50.000* | *42.753* | *50.000* | *0* | *50.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **897.461** | **838.667** | **215.000** | **0** | **215.000** |
| 2109 2011 0027 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | | | PLOA | | | | | | | 897.461 | 838.667 | 215.000 | 0 | 215.000 |
| 2109 2011 0027 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 215.000 | 156.206 | 215.000 | 0 | 215.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *215.000* | *156.206* | *215.000* | *0* | *215.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **12.186.123** | **12.163.136** | **130.000** | **0** | **130.000** |
| 2109 2012 0027 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | | | PLOA | | | | | | | 12.186.123 | 12.163.136 | 130.000 | 0 | 130.000 |
| 2109 2012 0027 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 130.000 | 107.013 | 130.000 | 0 | 130.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *130.000* | *107.013* | *130.000* | *0* | *130.000* |
| **Unidade:** | **26232- Universidade Federal da Bahia** | | | | | | | | | | **1.375.074.713** | **1.284.248.070** | **0** | **800.000** | **-800.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 631.376.957 | 619.953.444 | 0 | 800.000 | -800.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **9.268.921** | **8.897.788** | **0** | **800.000** | **-800.000** |
| 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | | | PLOA | | | | | | | 9.268.921 | 8.897.788 | 0 | 800.000 | -800.000 |
| 2109 2004 0029 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 800.000 | -800.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *800.000* | *-800.000* |
| **Unidade:** | **26233- Universidade Federal do Ceará** | | | | | | | | | | **1.311.209.327** | **1.173.792.204** | **6.000** | **700.000** | **-694.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 596.533.959 | 580.233.540 | 6.000 | 700.000 | -694.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **9.220.533** | **9.034.486** | **0** | **700.000** | **-700.000** |
| 2109 2004 0023 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará | | | PLOA | | | | | | | 9.220.533 | 9.034.486 | 0 | 700.000 | -700.000 |
| 2109 2004 0023 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 188.336 | 160.887 | 0 | 700.000 | -700.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *188.336* | *160.887* | *0* | *700.000* | *-700.000* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 450.293 | 445.703 | 6.000 | 0 | 6.000 |
| 2109 2010 0023 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará | | | PLOA | | | | | | | 450.293 | 445.703 | 6.000 | 0 | 6.000 |
| 2109 2010 0023 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 6.000 | 1.562 | 6.000 | 0 | 6.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *6.000* | *1.562* | *6.000* | *0* | *6.000* |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 0104 31/03/2016 19:

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **26234- Universidade Federal do Espírito Santo** | | | | | | | | | | **878.171.456** | **798.033.779** | **165.000** | **492.000** | **-327.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 446.155.675 | 444.806.850 | 165.000 | 492.000 | -327.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **7.087.794** | **7.072.793** | **0** | **492.000** | **-492.000** |
| 2109 2004 0032 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo | | | *PLOA* | | | | | | | 7.087.794 | 7.072.793 | 0 | 492.000 | -492.000 |
| 2109 2004 0032 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 139.104 | 124.103 | 0 | 492.000 | -492.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *139.104* | *124.103* | *0* | *492.000* | *-492.000* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **474.660** | **436.182** | **90.000** | **0** | **90.000** |
| 2109 2010 0032 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo | | | *PLOA* | | | | | | | 474.660 | 436.182 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| 2109 2010 0032 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 90.000 | 89.679 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *90.000* | *89.679* | *90.000* | *0* | *90.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **14.134.421** | **14.020.421** | **75.000** | **0** | **75.000** |
| 2109 2012 0032 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo | | | *PLOA* | | | | | | | 14.134.421 | 14.020.421 | 75.000 | 0 | 75.000 |
| 2109 2012 0032 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 75.000 | 75.000 | 75.000 | 0 | 75.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *75.000* | *75.000* | *75.000* | *0* | *75.000* |
| **Unidade:** | **26235- Universidade Federal de Goiás** | | | | | | | | | | **1.091.481.719** | **1.012.828.727** | **140.000** | **608.016** | **-468.016** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 576.760.248 | 569.748.021 | 140.000 | 608.016 | -468.016 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **9.351.281** | **9.146.750** | **0** | **608.016** | **-608.016** |
| 2109 2004 0052 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás | | | *PLOA* | | | | | | | 9.351.281 | 9.146.750 | 0 | 608.016 | -608.016 |
| 2109 2004 0052 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 608.016 | -608.016 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *608.016* | *-608.016* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **536.335** | **519.799** | **40.000** | **0** | **40.000** |
| 2109 2010 0052 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | | | *PLOA* | | | | | | | 536.335 | 519.799 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| 2109 2010 0052 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 40.000 | 40.000 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *40.000* | *40.000* | *40.000* | *0* | *40.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **1.117.487** | **1.078.698** | **100.000** | **0** | **100.000** |
| 2109 2011 0052 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | | | *PLOA* | | | | | | | 1.117.487 | 1.078.698 | 100.000 | | |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 828

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2011 0052 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 100.000 | 81.806 | 100.000 | 0 | 100.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 100.000 | 81.806 | 100.000 | 0 | 100.000 |
| **Unidade:** | **26236- Universidade Federal Fluminense** | | | | | | | | | | **1.658.782.532** | **1.597.970.707** | **640.000** | **0** | **640.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 886.504.015 | 872.950.501 | 640.000 | 0 | 640.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | 20 | | | | | | | | **8.529.019** | **7.985.607** | **120.000** | **0** | **120.000** |
| 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 8.529.019 | 7.985.607 | 120.000 | 0 | 120.000 |
| 2109 2004 0033 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 120.000 | 120.000 | 120.000 | 0 | 120.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 120.000 | 120.000 | 120.000 | 0 | 120.000 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **578.377** | **568.334** | **20.000** | **0** | **20.000** |
| 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 578.377 | 568.334 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2010 0033 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 20.000 | 17.312 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 20.000 | 17.312 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **7.362.564** | **7.317.671** | **500.000** | **0** | **500.000** |
| 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 7.362.564 | 7.317.671 | 500.000 | 0 | 500.000 |
| 2109 2011 0033 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 500.000 | 500.000 | 500.000 | 0 | 500.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 500.000 | 500.000 | 500.000 | 0 | 500.000 |
| **Unidade:** | **26237- Universidade Federal de Juiz de Fora** | | | | | | | | | | **893.375.568** | **756.905.461** | **1.620.000** | **0** | **1.620.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 388.367.752 | 381.333.289 | 1.620.000 | 0 | 1.620.000 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **380.209** | **376.857** | **70.000** | **0** | **70.000** |
| 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 380.209 | 376.857 | 70.000 | 0 | 70.000 |
| 2109 2010 0031 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 70.000 | 68.519 | 70.000 | 0 | 70.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 70.000 | 68.519 | 70.000 | 0 | 70.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **12.469.369** | **12.460.068** | **1.550.000** | **0** | **1.550.000** |
| 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 12.469.369 | 12.460.068 | 1.550.000 | 0 | 1.550.000 |
| 2109 2012 0031 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 1.550.000 | 1.540.699 | 1.550.000 | 0 | 1.550.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 1.550.000 | 1.540.699 | 1.550.000 | 0 | 1.550.000 |
| **Unidade:** | **26238- Universidade Federal de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **1.772.089.602** | **1.695.511.089** | **155.000** | **[illegible].000** | **-845.000** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 884.557.863 | 872.235.254 | 155.000 | 1.000.000 | -845.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **15.186.974** | **14.263.388** | **0** | **1.000.000** | **-1.000.000** |
| 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 15.186.974 | 14.263.388 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| 2109 2004 0031 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *1.000.000* | *-1.000.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **3.008.926** | **2.971.477** | **155.000** | **0** | **155.000** |
| 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 3.008.926 | 2.971.477 | 155.000 | 0 | 155.000 |
| 2109 2011 0031 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 155.000 | 154.320 | 155.000 | 0 | 155.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *155.000* | *154.320* | *155.000* | *0* | *155.000* |
| **Unidade:** | **26239- Universidade Federal do Pará** | | | | | | | | | | **1.138.603.948** | **1.075.715.632** | **510.000** | **859.244** | **-349.244** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 606.013.328 | 602.687.117 | 510.000 | 859.244 | -349.244 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **6.438.480** | **6.057.153** | **0** | **859.244** | **-859.244** |
| 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 6.438.480 | 6.057.153 | 0 | 859.244 | -859.244 |
| 2109 2004 0015 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 859.244 | -859.244 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *859.244* | *-859.244* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **19.270.729** | **19.190.546** | **510.000** | **0** | **510.000** |
| 2109 2012 0015 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 19.270.729 | 19.190.546 | 510.000 | 0 | 510.000 |
| 2109 2012 0015 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 510.000 | 510.000 | 510.000 | 0 | 510.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *510.000* | *510.000* | *510.000* | *0* | *510.000* |
| **Unidade:** | **26240- Universidade Federal da Paraíba** | | | | | | | | | | **1.377.499.102** | **1.303.102.610** | **0** | **1.000.000** | **-1.000.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 752.700.427 | 743.851.888 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **12.157.947** | **11.686.956** | **0** | **1.000.000** | **-1.000.000** |
| 2109 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | | | *PLOA* | | | | | | | 12.157.947 | 11.686.956 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| 2109 2004 0025 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *1.000.000* | *-1.000.000* |
| **Unidade:** | **26241- Universidade Federal do Paraná** | | | | | | | | | | **1.360.030.972** | **1.254.621.474** | **270.000** | **776.384** | **-506.384** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 638.403.349 | 632.080.565 | 270.000 | 776.384 | -506.384 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 11.613.872 | 11.297.631 | **0** | 776.384 | **-776.384** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais FL 8770 X

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2004 0041 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná | | | PLOA | | | | | | | 11.613.872 | 11.297.631 | 0 | 776.384 | -776.384 |
| 2109 2004 0041 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 776.384 | -776.384 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 776.384 | -776.384 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | 1.038.953 | 1.020.904 | 220.000 | 0 | 220.000 |
| 2109 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | PLOA | | | | | | | 1.038.953 | 1.020.904 | 220.000 | 0 | 220.000 |
| 2109 2011 0041 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 220.000 | 203.335 | 220.000 | 0 | 220.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 220.000 | 203.335 | 220.000 | 0 | 220.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | 18.722.561 | 18.683.012 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| 2109 2012 0041 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | PLOA | | | | | | | 18.722.561 | 18.683.012 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| 2109 2012 0041 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 50.000 | 10.563 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 50.000 | 10.563 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| **Unidade:** | **26242- Universidade Federal de Pernambuco** | | | | | | | | | | **1.350.050.139** | **1.282.895.973** | **20.000** | **1.000.000** | **-980.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 728.489.383 | 727.391.225 | 20.000 | 1.000.000 | -980.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | 20 | | | | | | | | 10.748.106 | 10.640.952 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| 2109 2004 0026 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco | | | PLOA | | | | | | | 10.748.106 | 10.640.952 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| 2109 2004 0026 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | 3.370.261 | 3.289.408 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2011 0026 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | PLOA | | | | | | | 3.370.261 | 3.289.408 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2011 0026 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 20.000 | 0 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 20.000 | 0 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| **Unidade:** | **26245- Universidade Federal do Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **2.876.540.264** | **2.782.854.808** | **420.000** | **2.000.000** | **-1.580.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 1.479.912.457 | 1.477.757.822 | 420.000 | 2.000.000 | -1.580.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | 20 | | | | | | | | 13.720.707 | 13.326.264 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 13.720.707 | 13.326.264 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| 2109 2004 0033 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |



Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **20.873.399** | **20.380.231** | **420.000** | **0** | **420.000** |
| 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 20.873.399 | 20.380.231 | 420.000 | 0 | 420.000 |
| 2109 2011 0033 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 420.000 | 0 | 420.000 | 0 | 420.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *420.000* | *0* | *420.000* | *0* | *420.000* |
| **Unidade:** | **26246- Universidade Federal de Santa Catarina** | | | | | | | | | | **1.300.078.498** | **1.228.468.759** | **155.000** | **700.000** | **-545.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 687.396.417 | 677.331.110 | 155.000 | 700.000 | -545.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **11.772.679** | **11.351.507** | **0** | **700.000** | **-700.000** |
| 2109 2004 0042 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina | | | *PLOA* | | | | | | | 11.772.679 | 11.351.507 | 0 | 700.000 | -700.000 |
| 2109 2004 0042 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 700.000 | -700.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *700.000* | *-700.000* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **402.251** | **396.698** | **30.000** | **0** | **30.000** |
| 2109 2010 0042 | Assistencia Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | | | *PLOA* | | | | | | | 402.251 | 396.698 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 2109 2010 0042 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 30.000 | 25.068 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *30.000* | *25.068* | *30.000* | *0* | *30.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **19.427.980** | **19.387.450** | **125.000** | **0** | **125.000** |
| 2109 2012 0042 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | | | *PLOA* | | | | | | | 19.427.980 | 19.387.450 | 125.000 | 0 | 125.000 |
| 2109 2012 0042 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 125.000 | 116.033 | 125.000 | 0 | 125.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *125.000* | *116.033* | *125.000* | *0* | *125.000* |
| **Unidade:** | **26247- Universidade Federal de Santa Maria** | | | | | | | | | | **1.004.335.083** | **959.906.716** | **160.000** | **600.000** | **-440.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 526.645.618 | 523.861.225 | 160.000 | 600.000 | -440.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **6.298.343** | **6.103.500** | **0** | **600.000** | **-600.000** |
| 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 6.298.343 | 6.103.500 | 0 | 600.000 | -600.000 |
| 2109 2004 0043 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 120.072 | 120.020 | 0 | 600.000 | -600.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *120.072* | *120.020* | *0* | *600.000* | *-600.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **470.576** | **463.892** | **160.000** | **0** | **160.000** |
| 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 470.576 | 463.892 | 160.000 | | 160.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 878

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2011 0043 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 160.000 | 153.316 | 160.000 | 0 | 160.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *160.000* | *153.316* | *160.000* | *0* | *160.000* |
| **Unidade:** | **26248- Universidade Federal Rural de Pernambuco** | | | | | | | | | | **546.433.822** | **521.713.963** | **25.000** | **296.976** | **-271.976** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 327.921.111 | 323.103.594 | 25.000 | 296.976 | -271.976 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **3.931.554** | **3.825.779** | **0** | **296.976** | **-296.976** |
| 2109 2004 0026 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 3.931.554 | 3.825.779 | 0 | 296.976 | -296.976 |
| 2109 2004 0026 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 296.976 | -296.976 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *296.976* | *-296.976* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **298.167** | **286.147** | **5.000** | **0** | **5.000** |
| 2109 2010 0026 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 298.167 | 286.147 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| 2109 2010 0026 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 5.000 | 0 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *5.000* | *0* | *5.000* | *0* | *5.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **150.027** | **130.824** | **20.000** | **0** | **20.000** |
| 2109 2011 0026 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 150.027 | 130.824 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2011 0026 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 20.000 | 797 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *20.000* | *797* | *20.000* | *0* | *20.000* |
| **Unidade:** | **26250- Fundação Universidade Federal de Roraima** | | | | | | | | | | **200.560.463** | **175.623.901** | **180.000** | **0** | **180.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 124.406.984 | 122.091.053 | 180.000 | 0 | 180.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.604.364** | **1.418.796** | **140.000** | **0** | **140.000** |
| 2109 2004 0014 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima | | | *PLOA* | | | | | | | 1.604.364 | 1.418.796 | 140.000 | 0 | 140.000 |
| 2109 2004 0014 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 240.000 | 240.000 | 140.000 | 0 | 140.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *240.000* | *240.000* | *140.000* | *0* | *140.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **1.156.754** | **1.128.985** | **40.000** | **0** | **40.000** |
| 2109 2011 0014 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Roraima | | | *PLOA* | | | | | | | 1.156.754 | 1.128.985 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| 2109 2011 0014 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 40.000 | 17.825 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *40.000* | *17.825* | *40.000* | *0* | *40.000* |
| **Unidade:** | **26251- Fundação Universidade Federal do Tocantins** | | | | | | | | | | **308.332.287** | **281.359.976** | **810.000** | **0** | **810.000** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 19:25 Fls. 8743

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 201.095.589 | 197.585.027 | 810.000 | 0 | 810.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **258.167** | **246.686** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2011 0017 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Tocantins | | | *PLOA* | | | | | | | 258.167 | 246.686 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2011 0017 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 10.000 | 7.881 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *10.000* | *7.881* | *10.000* | *0* | *10.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **7.888.690** | **7.846.164** | **800.000** | **0** | **800.000** |
| 2109 2012 0017 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Tocantins | | | *PLOA* | | | | | | | 7.888.690 | 7.846.164 | 800.000 | 0 | 800.000 |
| 2109 2012 0017 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 800.000 | 799.932 | 800.000 | 0 | 800.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *800.000* | *799.932* | *800.000* | *0* | *800.000* |
| **Unidade:** | **26252- Universidade Federal de Campina Grande** | | | | | | | | | | **589.485.421** | **559.589.065** | **0** | **456.728** | **-456.728** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 363.768.576 | 356.942.760 | 0 | 456.728 | -456.728 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **5.112.250** | **4.843.283** | **0** | **456.728** | **-456.728** |
| 2109 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | | | *PLOA* | | | | | | | 5.112.250 | 4.843.283 | 0 | 456.728 | -456.728 |
| 2109 2004 0025 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 456.728 | -456.728 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *456.728* | *-456.728* |
| **Unidade:** | **26253- Universidade Federal Rural da Amazônia** | | | | | | | | | | **175.262.175** | **167.202.123** | **20.000** | **60.344** | **-40.344** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 105.744.497 | 103.581.100 | 20.000 | 60.344 | -40.344 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.278.796** | **1.164.391** | **0** | **60.344** | **-60.344** |
| 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 1.278.796 | 1.164.391 | 0 | 60.344 | -60.344 |
| 2109 2004 0015 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 60.344 | -60.344 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *60.344* | *-60.344* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **106.859** | **100.940** | **20.000** | **0** | **20.000** |
| 2109 2010 0015 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 106.859 | 100.940 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2010 0015 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 20.000 | 14.192 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *20.000* | *14.192* | *20.000* | *0* | *20.000* |
| **Unidade:** | **26254- Universidade Federal do Triângulo Mineiro** | | | | | | | | | | **307.633.610** | **273.313.252** | **110.000** | **0** | **110.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 157.053.423 | 154.332.187 | 110.000 | 0 | 110.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **762.461** | **734.295** | **80.000** | **0** | **80.000** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 0774

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 762.461 | 734.295 | 80.000 | 0 | 80.000 |
| 2109 2011 0031 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 80.000 | 51.834 | 80.000 | 0 | 80.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 80.000 | 51.834 | 80.000 | 0 | 80.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **4.993.716** | **4.967.847** | **30.000** | **0** | **30.000** |
| 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 4.993.716 | 4.967.847 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 2109 2012 0031 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 30.000 | 30.000 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 30.000 | 30.000 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| **Unidade:** | **26255- Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri** | | | | | | | | | | **215.683.977** | **196.979.871** | **445.000** | **0** | **445.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 144.690.187 | 142.319.436 | 445.000 | 0 | 445.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **2.399.473** | **2.049.162** | **180.000** | **0** | **180.000** |
| 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 2.399.473 | 2.049.162 | 180.000 | 0 | 180.000 |
| 2109 2004 0031 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 180.000 | 180.000 | 180.000 | 0 | 180.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 180.000 | 180.000 | 180.000 | 0 | 180.000 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **263.351** | **249.439** | **30.000** | **0** | **30.000** |
| 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 263.351 | 249.439 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 2109 2010 0031 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 30.000 | 30.000 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 30.000 | 30.000 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **21.204** | **19.028** | **5.000** | **0** | **5.000** |
| 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 21.204 | 19.028 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| 2109 2011 0031 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 5.000 | 4.500 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 5.000 | 4.500 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **5.561.517** | **5.537.813** | **230.000** | **0** | **230.000** |
| 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 5.561.517 | 5.537.813 | 230.000 | 0 | 230.000 |
| 2109 2012 0031 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 230.000 | 230.000 | 230.000 | 0 | 230.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 230.000 | 230.000 | 230.000 | 0 | 230.000 |
| **Unidade:** | **26256- Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca** | | | | | | | | | | **337.184.271** | **321.264.578** | **1.870.000** | **0** | **1.870.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 194.751.341 | 193.200.485 | 1.870.000 | 0 | 1.870.000 |



Câmara dos Deputados Coordenações Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **2.587.172** | **2.494.060** | **790.000** | **0** | **790.000** |
| 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 2.587.172 | 2.494.060 | 790.000 | 0 | 790.000 |
| 2109 2011 0033 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 790.000 | 790.000 | 790.000 | 0 | 790.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *790.000* | *790.000* | *790.000* | *0* | *790.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **6.329.475** | **6.306.485** | **1.080.000** | **0** | **1.080.000** |
| 2109 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 6.329.475 | 6.306.485 | 1.080.000 | 0 | 1.080.000 |
| 2109 2012 0033 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 6.329.475 | 6.306.485 | 1.080.000 | 0 | 1.080.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *6.329.475* | *6.306.485* | *1.080.000* | *0* | *1.080.000* |
| **Unidade:** | **26257- Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **400.043.310** | **379.838.535** | **450.000** | **117.096** | **332.904** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 257.930.559 | 256.927.055 | 450.000 | 117.096 | 332.904 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **3.699.345** | **3.667.344** | **0** | **117.096** | **-117.096** |
| 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 3.699.345 | 3.667.344 | 0 | 117.096 | -117.096 |
| 2109 2004 0031 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 117.096 | -117.096 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *117.096* | *-117.096* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **325.393** | **317.657** | **40.000** | **0** | **40.000** |
| 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 325.393 | 317.657 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| 2109 2010 0031 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 40.000 | 35.063 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *40.000* | *35.063* | *40.000* | *0* | *40.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **698.377** | **693.080** | **120.000** | **0** | **120.000** |
| 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 698.377 | 693.080 | 120.000 | 0 | 120.000 |
| 2109 2011 0031 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 120.000 | 115.556 | 120.000 | 0 | 120.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *120.000* | *115.556* | *120.000* | *0* | *120.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **8.415.443** | **8.369.666** | **290.000** | **0** | **290.000** |
| 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 8.415.443 | 8.369.666 | 290.000 | 0 | 290.000 |
| 2109 2012 0031 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 290.000 | 290.000 | 290.000 | 0 | 290.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *290.000* | *290.000* | *290.000* | *0* | *290.000* |
| **Unidade:** | **26258- Universidade Tecnológica Federal do Paraná** | | | | | | | | | | **848.166.865** | **767.063.659** | **1.872.000** | **500.000** | **1.372.000** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 574.180.893 | 570.111.874 | 1.872.000 | 500.000 | 1.372.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 9.204.089 | 8.983.736 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2109 2004 0041 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 9.204.089 | 8.983.736 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2109 2004 0041 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *500.000* | *-500.000* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 677.419 | 666.267 | 22.000 | 0 | 22.000 |
| 2109 2010 0041 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 677.419 | 666.267 | 22.000 | 0 | 22.000 |
| 2109 2010 0041 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 22.000 | 22.000 | 22.000 | 0 | 22.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *22.000* | *22.000* | *22.000* | *0* | *22.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 1.576.754 | 1.533.320 | 300.000 | 0 | 300.000 |
| 2109 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 1.576.754 | 1.533.320 | 300.000 | 0 | 300.000 |
| 2109 2011 0041 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 300.000 | 300.000 | 300.000 | 0 | 300.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *300.000* | *300.000* | *300.000* | *0* | *300.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 17.076.384 | 17.033.387 | 1.550.000 | 0 | 1.550.000 |
| 2109 2012 0041 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 17.076.384 | 17.033.387 | 1.550.000 | 0 | 1.550.000 |
| 2109 2012 0041 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 17.076.384 | 17.033.387 | 1.550.000 | 0 | 1.550.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *17.076.384* | *17.033.387* | *1.550.000* | *0* | *1.550.000* |
| **Unidade:** | **26260- Universidade Federal de Alfenas** | | | | | | | | | | 195.570.642 | 184.454.008 | 0 | 31.612 | -31.612 |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 122.118.786 | 119.316.850 | 0 | 31.612 | -31.612 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 1.806.131 | 1.704.277 | 0 | 31.612 | -31.612 |
| 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 1.806.131 | 1.704.277 | 0 | 31.612 | -31.612 |
| 2109 2004 0031 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 31.612 | -31.612 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *31.612* | *-31.612* |
| **Unidade:** | **26261- Universidade Federal de Itajubá** | | | | | | | | | | 188.908.883 | 176.928.115 | 10.000 | 74.348 | -64.348 |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 116.644.156 | 115.090.205 | 10.000 | 74.348 | -64.348 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 2.234.240 | 2.184.990 | 0 | 74.348 | -74.348 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 8777

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 2.234.240 | 2.184.990 | 0 | 74.348 | -74.348 |
| 2109 2004 0031 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 100.000 | 70.291 | 0 | 74.348 | -74.348 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 100.000 | 70.291 | 0 | 74.348 | -74.348 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **177.513** | **173.580** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 177.513 | 173.580 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2010 0031 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 10.000 | 6.376 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 10.000 | 6.376 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| **Unidade:** | **26262- Universidade Federal de São Paulo** | | | | | | | | | | **843.592.201** | **819.978.491** | **340.000** | **500.000** | **-160.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 495.505.391 | 485.116.534 | 340.000 | 500.000 | -160.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | 20 | | | | | | | | **4.652.024** | **3.771.501** | **0** | **500.000** | **-500.000** |
| 2109 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | PLOA | | | | | | | 4.652.024 | 3.771.501 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2109 2004 0035 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **454.293** | **441.388** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2010 0035 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | PLOA | | | | | | | 454.293 | 441.388 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2010 0035 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 10.000 | 0 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 10.000 | 0 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **3.432.094** | **3.287.517** | **330.000** | **0** | **330.000** |
| 2109 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | PLOA | | | | | | | 3.432.094 | 3.287.517 | 330.000 | 0 | 330.000 |
| 2109 2011 0035 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 330.000 | 229.524 | 330.000 | 0 | 330.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 330.000 | 229.524 | 330.000 | 0 | 330.000 |
| **Unidade:** | **26263- Universidade Federal de Lavras** | | | | | | | | | | **352.109.020** | **295.335.131** | **70.000** | **117.608** | **-47.608** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 185.325.166 | 182.336.890 | 70.000 | 117.608 | -47.608 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | 20 | | | | | | | | **3.252.094** | **3.180.899** | **0** | **117.608** | **-117.608** |
| 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontologica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 3.252.094 | 3.180.899 | 0 | 117.608 | -117.608 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 827

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2004 0031 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 100.000 | 44.240 | 0 | 117.608 | -117.608 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 100.000 | 44.240 | 0 | 117.608 | -117.608 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **214.921** | **204.976** | **25.000** | **0** | **25.000** |
| 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 214.921 | 204.976 | 25.000 | 0 | 25.000 |
| 2109 2010 0031 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 25.000 | 18.805 | 25.000 | 0 | 25.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 25.000 | 18.805 | 25.000 | 0 | 25.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **5.430.601** | **5.408.850** | **45.000** | **0** | **45.000** |
| 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 5.430.601 | 5.408.850 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| 2109 2012 0031 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 45.000 | 23.605 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 45.000 | 23.605 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| **Unidade:** | **26264- Universidade Federal Rural do Semi-Árido** | | | | | | | | | | **257.760.019** | **227.438.048** | **30.000** | **0** | **30.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 151.471.033 | 150.011.874 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **189.921** | **185.915** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2010 0024 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | | | PLOA | | | | | | | 189.921 | 185.915 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2010 0024 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 10.000 | 7.981 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 10.000 | 7.981 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **84.524** | **51.526** | **20.000** | **0** | **20.000** |
| 2109 2011 0024 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | | | PLOA | | | | | | | 84.524 | 51.526 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2011 0024 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 20.000 | 0 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 20.000 | 0 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| **Unidade:** | **26266- Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA** | | | | | | | | | | **267.783.754** | **247.995.108** | **591.000** | **62.988** | **528.012** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 190.160.114 | 189.045.593 | 591.000 | 62.988 | 528.012 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | 20 | | | | | | | | **1.713.368** | **1.620.422** | **0** | **62.988** | **-62.988** |
| 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 1.713.368 | 1.620.422 | 0 | 62.988 | -62.988 |
| 2109 2004 0043 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 62.988 | -62.988 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 62.988 | -62.988 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis,** | **12-** | 10 | | | | | | | | **313.351** | **279.390** | **60.000** | **0** | **60.000** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Empregados e Militares** | **331** | | | | | | | | | | | | | |
| 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 313.351 | 279.390 | 60.000 | 0 | 60.000 |
| 2109 2010 0043 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 60.000 | 48.312 | 60.000 | 0 | 60.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *60.000* | *48.312* | *60.000* | *0* | *60.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **141.654** | **105.114** | **51.000** | **0** | **51.000** |
| 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 141.654 | 105.114 | 51.000 | 0 | 51.000 |
| 2109 2011 0043 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 51.000 | 33.318 | 51.000 | 0 | 51.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *51.000* | *33.318* | *51.000* | *0* | *51.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **7.404.606** | **7.265.266** | **480.000** | **0** | **480.000** |
| 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 7.404.606 | 7.265.266 | 480.000 | 0 | 480.000 |
| 2109 2012 0043 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 480.000 | 480.000 | 480.000 | 0 | 480.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *480.000* | *480.000* | *480.000* | *0* | *480.000* |
| **Unidade:** | **26267- Universidade Federal da Integração Latino Americana** | | | | | | | | | | **145.920.656** | **124.920.295** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 81.976.807 | 80.912.527 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **107.633** | **103.846** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2010 0041 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | PLOA | | | | | | | 107.633 | 103.846 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2010 0041 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 10.000 | 9.500 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *10.000* | *9.500* | *10.000* | *0* | *10.000* |
| **Unidade:** | **26268- Fundação Universidade Federal de Rondônia** | | | | | | | | | | **256.768.329** | **230.378.749** | **390.000** | **0** | **390.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 157.906.699 | 155.972.751 | 390.000 | 0 | 390.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.944.015** | **1.935.861** | **60.000** | **0** | **60.000** |
| 2109 2004 0011 | Assistência Medica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia | | | PLOA | | | | | | | 1.944.015 | 1.935.861 | 60.000 | 0 | 60.000 |
| 2109 2004 0011 0001 | Assistência Medica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 60.000 | 51.846 | 60.000 | 0 | 60.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *60.000* | *51.846* | *60.000* | *0* | *60.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **5.467.433** | **5.452.272** | **330.000** | **0** | **330.000** |
| 2109 2012 0011 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | | | PLOA | | | | | | | 5.467.433 | 5.452.272 | 330.000 | 0 | 330.000 |
| 2109 2012 0011 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 330.000 | 330.000 | 330.000 | 0 | 330.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8780

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 330.000 | 330.000 | 330.000 | 0 | 330.000 |
| **Unidade:** | **26269- Fundação Universidade do Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **352.389.751** | **333.842.907** | **290.000** | **184.460** | **105.540** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 196.606.671 | 193.508.110 | 290.000 | 184.460 | 105.540 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.389.738** | **1.151.818** | **0** | **184.460** | **-184.460** |
| 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 1.389.738 | 1.151.818 | 0 | 184.460 | -184.460 |
| 2109 2004 0033 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 184.460 | -184.460 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *184.460* | *-184.460* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **2.647.591** | **2.644.305** | **290.000** | **0** | **290.000** |
| 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 2.647.591 | 2.644.305 | 290.000 | 0 | 290.000 |
| 2109 2011 0033 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 290.000 | 286.714 | 290.000 | 0 | 290.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *290.000* | *286.714* | *290.000* | *0* | *290.000* |
| **Unidade:** | **26270- Fundação Universidade do Amazonas** | | | | | | | | | | **625.248.609** | **577.617.456** | **0** | **478.256** | **-478.256** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 342.214.170 | 339.561.652 | 0 | 478.256 | -478.256 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **4.939.266** | **4.127.592** | **0** | **478.256** | **-478.256** |
| 2109 2004 0013 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas | | | *PLOA* | | | | | | | 4.939.266 | 4.127.592 | 0 | 478.256 | -478.256 |
| 2109 2004 0013 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 478.256 | -478.256 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *478.256* | *-478.256* |
| **Unidade:** | **26271- Fundação Universidade de Brasília** | | | | | | | | | | **1.822.218.875** | **1.518.522.486** | **0** | **800.000** | **-800.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 889.221.053 | 881.908.114 | 0 | 800.000 | -800.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **8.002.260** | **7.779.714** | **0** | **800.000** | **-800.000** |
| 2109 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 8.002.260 | 7.779.714 | 0 | 800.000 | -800.000 |
| 2109 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 184.984 | 184.916 | 0 | 800.000 | -800.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *184.984* | *184.916* | *0* | *800.000* | *-800.000* |
| **Unidade:** | **26272- Fundação Universidade Federal do Maranhão** | | | | | | | | | | **678.649.786** | **626.815.359** | **695.000** | **415.748** | **279.252** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 342.556.633 | 340.810.111 | 695.000 | 415.748 | 279.252 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 4.274.685 | 4.273.671 | 0 | 415.748 | -415.748 |



Câmara dos Deputados Comissão de Fiscalização Financeira e Controle 1843

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2004 0021 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão | | | PLOA | | | | | | | 4.274.685 | 4.273.671 | 0 | 415.748 | -415.748 |
| 2109 2004 0021 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 415.748 | -415.748 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 415.748 | -415.748 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **12.042.537** | **12.003.783** | **695.000** | **0** | **695.000** |
| 2109 2012 0021 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão | | | PLOA | | | | | | | 12.042.537 | 12.003.783 | 695.000 | 0 | 695.000 |
| 2109 2012 0021 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 695.000 | 695.000 | 695.000 | 0 | 695.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 695.000 | 695.000 | 695.000 | 0 | 695.000 |
| **Unidade:** | **26273- Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS** | | | | | | | | | | **443.882.486** | **402.220.487** | **245.000** | **141.864** | **103.136** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 219.112.395 | 216.517.500 | 245.000 | 141.864 | 103.136 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **4.008.596** | **3.968.549** | **0** | **141.864** | **-141.864** |
| 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 4.008.596 | 3.968.549 | 0 | 141.864 | -141.864 |
| 2109 2004 0043 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 141.864 | -141.864 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 141.864 | -141.864 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **206.126** | **196.191** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 206.126 | 196.191 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2010 0043 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 10.000 | 1.494 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 10.000 | 1.494 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **427.251** | **413.135** | **25.000** | **0** | **25.000** |
| 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 427.251 | 413.135 | 25.000 | 0 | 25.000 |
| 2109 2011 0043 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 25.000 | 14.518 | 25.000 | 0 | 25.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 25.000 | 14.518 | 25.000 | 0 | 25.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **7.094.606** | **7.065.820** | **210.000** | **0** | **210.000** |
| 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 7.094.606 | 7.065.820 | 210.000 | 0 | 210.000 |
| 2109 2012 0043 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 210.000 | 210.000 | 210.000 | 0 | 210.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 210.000 | 210.000 | 210.000 | 0 | 210.000 |
| **Unidade:** | **26274- Universidade Federal de Uberlândia** | | | | | | | | | | **892.970.786** | **856.972.029** | **35.000** | **500.000** | **-465.000** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais FL 87822

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 529.851.479 | 527.013.393 | 35.000 | 500.000 | -465.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **10.078.270** | **9.751.454** | **0** | **500.000** | **-500.000** |
| 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 10.078.270 | 9.751.454 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2109 2004 0031 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 277.120 | 227.120 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *277.120* | *227.120* | *0* | *500.000* | *-500.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **339.162** | **296.768** | **35.000** | **0** | **35.000** |
| 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 339.162 | 296.768 | 35.000 | 0 | 35.000 |
| 2109 2011 0031 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 35.000 | 3.577 | 35.000 | 0 | 35.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *35.000* | *3.577* | *35.000* | *0* | *35.000* |
| **Unidade:** | **26275- Fundação Universidade Federal do Acre** | | | | | | | | | | **338.445.632** | **278.375.425** | **165.000** | **176.228** | **-11.228** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 167.827.489 | 165.760.243 | 165.000 | 176.228 | -11.228 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.909.947** | **1.905.947** | **0** | **176.228** | **-176.228** |
| 2109 2004 0012 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre | | | *PLOA* | | | | | | | 1.909.947 | 1.905.947 | 0 | 176.228 | -176.228 |
| 2109 2004 0012 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 176.228 | -176.228 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *176.228* | *-176.228* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **14.963** | **11.149** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2011 0012 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Acre | | | *PLOA* | | | | | | | 14.963 | 11.149 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2011 0012 0001 | Auxilio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 10.000 | 6.186 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *10.000* | *6.186* | *10.000* | *0* | *10.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **6.399.187** | **6.395.932** | **155.000** | **0** | **155.000** |
| 2109 2012 0012 | Auxilio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Acre | | | *PLOA* | | | | | | | 6.399.187 | 6.395.932 | 155.000 | 0 | 155.000 |
| 2109 2012 0012 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 155.000 | 153.807 | 155.000 | 0 | 155.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *155.000* | *153.807* | *155.000* | *0* | *155.000* |
| **Unidade:** | **26276- Fundação Universidade Federal de Mato Grosso** | | | | | | | | | | **793.528.313** | **734.632.350** | **640.000** | **0** | **640.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 432.835.568 | 428.166.250 | 640.000 | 0 | 640.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **7.474.191** | **7.458.728** | **640.000** | **0** | **640.000** |
| 2109 2004 0051 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso | | | *PLOA* | | | | | | | 7.474.191 | 7.458.728 | 640.000 | 0 | 640.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8783

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2004 0051 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 640.000 | 639.991 | 640.000 | 0 | 640.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 640.000 | 639.991 | 640.000 | 0 | 640.000 |
| **Unidade:** | **26277- Fundação Universidade Federal de Ouro Preto** | | | | | | | | | | **376.475.905** | **359.745.813** | **0** | **262.736** | **-262.736** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 238.389.748 | 233.643.270 | 0 | 262.736 | -262.736 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 3.912.512 | 3.851.437 | **0** | **262.736** | **-262.736** |
| 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 3.912.512 | 3.851.437 | 0 | 262.736 | -262.736 |
| 2109 2004 0031 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 100.000 | 99.932 | 0 | 262.736 | -262.736 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 100.000 | 99.932 | 0 | 262.736 | -262.736 |
| **Unidade:** | **26278- Fundação Universidade Federal de Pelotas** | | | | | | | | | | **629.116.349** | **600.848.886** | **0** | **392.492** | **-392.492** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 352.430.495 | 347.836.709 | 0 | 392.492 | -392.492 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 5.683.768 | 5.534.919 | **0** | **392.492** | **-392.492** |
| 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 5.683.768 | 5.534.919 | 0 | 392.492 | -392.492 |
| 2109 2004 0043 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 392.492 | -392.492 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 392.492 | -392.492 |
| **Unidade:** | **26279- Fundação Universidade Federal do Piauí** | | | | | | | | | | **716.704.702** | **670.035.796** | **95.000** | **410.220** | **-315.220** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 394.921.516 | 392.265.665 | 95.000 | 410.220 | -315.220 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 5.863.852 | 5.431.575 | **0** | **410.220** | **-410.220** |
| 2109 2004 0022 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí | | | PLOA | | | | | | | 5.863.852 | 5.431.575 | 0 | 410.220 | -410.220 |
| 2109 2004 0022 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 410.220 | -410.220 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 410.220 | -410.220 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 365.026 | 346.096 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 2109 2010 0022 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí | | | PLOA | | | | | | | 365.026 | 346.096 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 2109 2010 0022 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 30.000 | 16.337 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 30.000 | 16.337 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 13.277.877 | 13.266.395 | 65.000 | 0 | 65.000 |
| 2109 2012 0022 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí | | | PLOA | | | | | | | 13.277.877 | 13.266.395 | 65.000 | 0 | 65.000 |
| 2109 2012 0022 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 65.000 | 65.000 | 65.000 | 0 | 65.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 5284

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 65.000 | 65.000 | 65.000 | 0 | 65.000 |
| **Unidade:** | **26280- Fundação Universidade Federal de São Carlos** | | | | | | | | | | **561.095.185** | **515.667.778** | **0** | **345.308** | **-345.308** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 348.044.635 | 342.889.879 | 0 | 345.308 | -345.308 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | 20 | | | | | | | | **5.522.093** | **5.311.939** | **0** | **345.308** | **-345.308** |
| 2109 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | PLOA | | | | | | | 5.522.093 | 5.311.939 | 0 | 345.308 | -345.308 |
| 2109 2004 0035 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 345.308 | -345.308 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 345.308 | -345.308 |
| **Unidade:** | **26281- Fundação Universidade Federal de Sergipe** | | | | | | | | | | **630.764.403** | **546.604.258** | **535.000** | **0** | **535.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 344.864.778 | 343.121.982 | 535.000 | 0 | 535.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **2.049.214** | **2.034.442** | **210.000** | **0** | **210.000** |
| 2109 2011 0028 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe | | | PLOA | | | | | | | 2.049.214 | 2.034.442 | 210.000 | 0 | 210.000 |
| 2109 2011 0028 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 210.000 | 210.000 | 210.000 | 0 | 210.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 210.000 | 210.000 | 210.000 | 0 | 210.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **11.532.537** | **11.522.894** | **325.000** | **0** | **325.000** |
| 2109 2012 0028 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe | | | PLOA | | | | | | | 11.532.537 | 11.522.894 | 325.000 | 0 | 325.000 |
| 2109 2012 0028 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 325.000 | 325.000 | 325.000 | 0 | 325.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 325.000 | 325.000 | 325.000 | 0 | 325.000 |
| **Unidade:** | **26282- Fundação Universidade Federal de Viçosa** | | | | | | | | | | **795.433.660** | **769.691.850** | **50.000** | **1.172.092** | **-1.122.092** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 459.594.567 | 455.615.872 | 50.000 | 1.172.092 | -1.122.092 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | 20 | | | | | | | | **16.823.556** | **16.244.961** | **0** | **672.092** | **-672.092** |
| 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 16.823.556 | 16.244.961 | 0 | 672.092 | -672.092 |
| 2109 2004 0031 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 672.092 | -672.092 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 672.092 | -672.092 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **546.335** | **524.111** | **50.000** | **0** | **50.000** |
| 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 546.335 | 524.111 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| 2109 2010 0031 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 50.000 | 32.266 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 50.000 | 32.266 | 50.000 | 0 | 50.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 8785

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **17.042.143** | **16.578.988** | **0** | **500.000** | **-500.000** |
| 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 17.042.143 | 16.578.988 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2109 2012 0031 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 17.042.143 | 16.578.988 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *17.042.143* | *16.578.988* | *0* | *500.000* | *-500.000* |
| **Unidade:** | **26283- Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul** | | | | | | | | | | **632.366.850** | **578.317.760** | **20.000** | **953.368** | **-933.368** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 364.232.260 | 360.097.494 | 20.000 | 953.368 | -933.368 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **25.041.231** | **24.865.034** | **0** | **453.368** | **-453.368** |
| 2109 2004 0054 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 25.041.231 | 24.865.034 | 0 | 453.368 | -453.368 |
| 2109 2004 0054 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 99.083 | 76.427 | 0 | 453.368 | -453.368 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *99.083* | *76.427* | *0* | *453.368* | *-453.368* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **336.414** | **331.505** | **20.000** | **0** | **20.000** |
| 2109 2010 0054 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 336.414 | 331.505 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2010 0054 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 20.000 | 15.451 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *20.000* | *15.451* | *20.000* | *0* | *20.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **12.228.793** | **12.001.726** | **0** | **500.000** | **-500.000** |
| 2109 2012 0054 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 12.228.793 | 12.001.726 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2109 2012 0054 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 12.228.793 | 12.001.726 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *12.228.793* | *12.001.726* | *0* | *500.000* | *-500.000* |
| **Unidade:** | **26284- Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre** | | | | | | | | | | **123.479.587** | **106.756.699** | **80.000** | **416** | **79.584** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 64.135.635 | 62.775.292 | 80.000 | 416 | 79.584 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **745.235** | **639.236** | **0** | **416** | **-416** |
| 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 745.235 | 639.236 | 0 | 416 | -416 |
| 2109 2004 0043 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 416 | -416 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *416* | *-416* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **107.859** | **88.841** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 107.859 | 88.841 | 10.000 | 0 | 10.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais FL 8326

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2010 0043 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 10.000 | 0 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *10.000* | *0* | *10.000* | *0* | *10.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **2.303.507** | **2.281.321** | **70.000** | **0** | **70.000** |
| 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 2.303.507 | 2.281.321 | 70.000 | 0 | 70.000 |
| 2109 2012 0043 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 70.000 | 47.814 | 70.000 | 0 | 70.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *70.000* | *47.814* | *70.000* | *0* | *70.000* |
| **Unidade:** | **26285- Fundação Universidade Federal de São João Del Rei** | | | | | | | | | | **283.038.546** | **265.199.271** | **390.000** | **0** | **390.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 183.011.002 | 180.888.494 | 390.000 | 0 | 390.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **3.108.823** | **3.031.468** | **160.000** | **0** | **160.000** |
| 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 3.108.823 | 3.031.468 | 160.000 | 0 | 160.000 |
| 2109 2004 0031 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 160.000 | 160.000 | 160.000 | 0 | 160.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *160.000* | *160.000* | *160.000* | *0* | *160.000* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **322.984** | **286.088** | **50.000** | **0** | **50.000** |
| 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 322.984 | 286.088 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| 2109 2010 0031 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 50.000 | 44.465 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *50.000* | *44.465* | *50.000* | *0* | *50.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **6.136.020** | **6.110.865** | **180.000** | **0** | **180.000** |
| 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 6.136.020 | 6.110.865 | 180.000 | 0 | 180.000 |
| 2109 2012 0031 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 180.000 | 180.000 | 180.000 | 0 | 180.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *180.000* | *180.000* | *180.000* | *0* | *180.000* |
| **Unidade:** | **26286- Fundação Universidade Federal do Amapá** | | | | | | | | | | **190.986.532** | **146.107.608** | **166.000** | **0** | **166.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 102.239.374 | 100.243.795 | 166.000 | 0 | 166.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.633.693** | **1.627.693** | **136.000** | **0** | **136.000** |
| 2109 2004 0016 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá | | | *PLOA* | | | | | | | 1.633.693 | 1.627.693 | 136.000 | 0 | 136.000 |
| 2109 2004 0016 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 136.000 | 136.000 | 136.000 | 0 | 136.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *136.000* | *136.000* | *136.000* | *0* | *136.000* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis,** | **12-** | *10* | | | | | | | | **116.859** | **116.126** | **30.000** | | **30.000** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 2787

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Empregados e Militares** | **331** | | | | | | | | | | | | | |
| 2109 2010 0016 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá | | | PLOA | | | | | | | 116.859 | 116.126 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 2109 2010 0016 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 30.000 | 30.000 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *30.000* | *30.000* | *30.000* | *0* | *30.000* |
| **Unidade:** | **26291- Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES** | | | | | | | | | | **7.433.665.299** | **7.768.096.784** | **40.000** | **0** | **40.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 133.963.141 | 128.352.960 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **120.654** | **91.338** | **40.000** | **0** | **40.000** |
| 2109 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 120.654 | 91.338 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| 2109 2010 0053 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 40.000 | 12.603 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *40.000* | *12.603* | *40.000* | *0* | *40.000* |
| **Unidade:** | **26294- Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA** | | | | | | | | | | **1.019.161.453** | **1.012.292.614** | **4.050.000** | **0** | **4.050.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 876.434.594 | 874.310.931 | 4.050.000 | 0 | 4.050.000 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *20* | | | | | | | | **1.090.000** | **1.006.303** | **150.000** | **0** | **150.000** |
| 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 1.090.000 | 1.006.303 | 150.000 | 0 | 150.000 |
| 2109 2010 0043 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 150.000 | 81.464 | 150.000 | 0 | 150.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *150.000* | *81.464* | *150.000* | *0* | *150.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *20* | | | | | | | | **29.300.000** | **29.159.967** | **3.900.000** | **0** | **3.900.000** |
| 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 29.300.000 | 29.159.967 | 3.900.000 | 0 | 3.900.000 |
| 2109 2012 0043 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 3.900.000 | 3.900.000 | 3.900.000 | 0 | 3.900.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *3.900.000* | *3.900.000* | *3.900.000* | *0* | *3.900.000* |
| **Unidade:** | **26298- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** | | | | | | | | | | **35.277.637.898** | **28.519.140.289** | **0** | **10.700** | **-10.700** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 303.757.565 | 260.285.486 | 0 | 10.700 | -10.700 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **2.085.340** | **1.704.022** | **0** | **10.700** | **-10.700** |
| 2109 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 2.085.340 | 1.704.022 | 0 | 10.700 | -10.700 |
| 2109 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 5.000 | 5.000 | 0 | 10.700 | -10.700 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *5.000* | *5.000* | *0* | *10.700* | *-10.700* |
| **Unidade:** | **26350- Fundação Universidade Federal da Grande Dourados** | | | | | | | | | | **193.997.928** | **179.333.723** | **290.000** | **83.852** | **206.148** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 131.692.584 | 130.389.451 | 290.000 | 83.85 | 206.148 |



Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 2.085.340 | 1.878.741 | 0 | 83.852 | -83.852 |
| 2109 2004 0054 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 2.085.340 | 1.878.741 | 0 | 83.852 | -83.852 |
| 2109 2004 0054 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 83.852 | -83.852 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *83.852* | *-83.852* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 22.408 | 11.851 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2011 0054 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 22.408 | 11.851 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2011 0054 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 10.000 | 1.133 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *10.000* | *1.133* | *10.000* | *0* | *10.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 4.891.098 | 4.773.299 | 280.000 | 0 | 280.000 |
| 2109 2012 0054 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 4.891.098 | 4.773.299 | 280.000 | 0 | 280.000 |
| 2109 2012 0054 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 280.000 | 280.000 | 280.000 | 0 | 280.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *280.000* | *280.000* | *280.000* | *0* | *280.000* |
| **Unidade:** | **26351- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia** | | | | | | | | | | **227.102.093** | **209.000.164** | **895.000** | **212.936** | **682.064** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 153.063.095 | 150.195.963 | 895.000 | 212.936 | 682.064 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 1.834.214 | 1.832.487 | 0 | 212.936 | -212.936 |
| 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 1.834.214 | 1.832.487 | 0 | 212.936 | -212.936 |
| 2109 2004 0029 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 212.936 | -212.936 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *212.936* | *-212.936* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 3.684.618 | 3.672.428 | 665.000 | 0 | 665.000 |
| 2109 2011 0029 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 3.684.618 | 3.672.428 | 665.000 | 0 | 665.000 |
| 2109 2011 0029 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 665.000 | 665.000 | 665.000 | 0 | 665.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *665.000* | *665.000* | *665.000* | *0* | *665.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 5.641.517 | 5.594.564 | 230.000 | 0 | 230.000 |
| 2109 2012 0029 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 5.641.517 | 5.594.564 | 230.000 | 0 | 230.000 |
| 2109 2012 0029 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 230.000 | 230.000 | 230.000 | 0 | 230.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *230.000* | *230.000* | *230.000* | *0* | *230.000* |
| **Unidade:** | **26352- Fundação Universidade Federal do ABC** | | | | | | | | | | **264.230.419** | **242.425.850** | **0** | **58.872** | **-58.872** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 161.929.271 | 160.117.429 | 0 | 58.872 | -58.872 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.750.005** | **1.737.317** | **0** | **58.872** | **-58.872** |
| 2109 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 1.750.005 | 1.737.317 | 0 | 58.872 | -58.872 |
| 2109 2004 0035 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 140.000 | 139.363 | 0 | 58.872 | -58.872 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *140.000* | *139.363* | *0* | *58.872* | *-58.872* |
| **Unidade:** | **26358- Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes** | | | | | | | | | | **108.943.809** | **99.981.395** | **0** | **33.740** | **-33.740** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 78.064.871 | 75.354.983 | 0 | 33.740 | -33.740 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **520.419** | **176.946** | **0** | **33.740** | **-33.740** |
| 2109 2004 0027 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas | | | *PLOA* | | | | | | | 520.419 | 176.946 | 0 | 33.740 | -33.740 |
| 2109 2004 0027 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 33.740 | -33.740 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *33.740* | *-33.740* |
| **Unidade:** | **26359- Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia** | | | | | | | | | | **158.132.970** | **129.038.386** | **0** | **150.560** | **-150.560** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 123.845.389 | 119.598.457 | 0 | 150.560 | -150.560 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.861.256** | **1.582.380** | **0** | **150.560** | **-150.560** |
| 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 1.861.256 | 1.582.380 | 0 | 150.560 | -150.560 |
| 2109 2004 0029 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 150.560 | -150.560 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *150.560* | *-150.560* |
| **Unidade:** | **26362- Hospital Universitário Valter Cantídio** | | | | | | | | | | **128.213.398** | **125.743.313** | **0** | **88.004** | **-88.004** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 104.508.389 | 102.366.503 | 0 | 88.004 | -88.004 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.761.989** | **1.499.659** | **0** | **88.004** | **-88.004** |
| 2109 2004 0023 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará | | | *PLOA* | | | | | | | 1.761.989 | 1.499.659 | 0 | 88.004 | -88.004 |
| 2109 2004 0023 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 88.004 | -88.004 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *88.004* | *-88.004* |
| **Unidade:** | **26363- Maternidade Assis Chateaubrian** | | | | | | | | | | **71.512.346** | **68.810.054** | **0** | **9.800** | **-9.800** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 58.731.044 | 56.113.714 | 0 | 9.800 | -9.800 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.154.712** | **929.022** | **0** | **9.800** | **-9.800** |
| 2109 2004 0023 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará | | | *PLOA* | | | | | | | 1.154.712 | 929.022 | 0 | 9.800 | -9.800 |
| 2109 2004 0023 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 9.800 | -9.800 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8790

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 9.800 | -9.800 |
| **Unidade:** | **26364- Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais** | | | | | | | | | | **112.039.150** | **109.298.618** | **0** | **90.512** | **-90.512** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 78.325.980 | 76.151.296 | 0 | 90.512 | -90.512 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | 20 | | | | | | | | **1.104.712** | **1.002.579** | **0** | **90.512** | **-90.512** |
| 2109 2004 0032 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo | | | PLOA | | | | | | | 1.104.712 | 1.002.579 | 0 | 90.512 | -90.512 |
| 2109 2004 0032 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 90.512 | -90.512 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 90.512 | -90.512 |
| **Unidade:** | **26365- Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás** | | | | | | | | | | **168.385.908** | **128.540.958** | **20.000** | **81.280** | **-61.280** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 113.743.482 | 111.045.679 | 20.000 | 81.280 | -61.280 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | 20 | | | | | | | | **2.016.340** | **1.743.155** | **0** | **81.280** | **-81.280** |
| 2109 2004 0052 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás | | | PLOA | | | | | | | 2.016.340 | 1.743.155 | 0 | 81.280 | -81.280 |
| 2109 2004 0052 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 81.280 | -81.280 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 81.280 | -81.280 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 20 | | | | | | | | **454.293** | **418.023** | **20.000** | **0** | **20.000** |
| 2109 2011 0052 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | | | PLOA | | | | | | | 454.293 | 418.023 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2011 0052 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 20.000 | 0 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 20.000 | 0 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| **Unidade:** | **26366- Hospital Universitário Antonio Pedro** | | | | | | | | | | **223.553.348** | **222.715.773** | **175.000** | **246.356** | **-71.356** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 221.151.843 | 220.643.776 | 175.000 | 246.356 | -71.356 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | 20 | | | | | | | | **998.670** | **897.491** | **0** | **246.356** | **-246.356** |
| 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 998.670 | 897.491 | 0 | 246.356 | -246.356 |
| 2109 2004 0033 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 100.000 | 99.862 | 0 | 246.356 | -246.356 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 100.000 | 99.862 | 0 | 246.356 | -246.356 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 20 | | | | | | | | **121.675** | **109.457** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 121.675 | 109.457 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2010 0033 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 10.000 | 4.566 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 10.000 | 4.566 | 10.000 | 0 | 10.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 1625

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *20* | | | | | | | | **2.320.776** | **2.294.111** | **165.000** | **0** | **165.000** |
| 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 2.320.776 | 2.294.111 | 165.000 | 0 | 165.000 |
| 2109 2011 0033 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 165.000 | 165.000 | 165.000 | 0 | 165.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *165.000* | *165.000* | *165.000* | *0* | *165.000* |
| **Unidade:** | **26368- Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **254.450.824** | **243.550.006** | **30.000** | **268.364** | **-238.364** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 161.301.933 | 156.909.899 | 30.000 | 268.364 | -238.364 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **4.242.931** | **3.806.889** | **0** | **268.364** | **-268.364** |
| 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 4.242.931 | 3.806.889 | 0 | 268.364 | -268.364 |
| 2109 2004 0031 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 268.364 | -268.364 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *268.364* | *-268.364* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *20* | | | | | | | | **1.568.986** | **1.508.096** | **30.000** | **0** | **30.000** |
| 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 1.568.986 | 1.508.096 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 2109 2011 0031 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 30.000 | 0 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *30.000* | *0* | *30.000* | *0* | *30.000* |
| **Unidade:** | **26369- Hospital Universitário João de Barros Barreto** | | | | | | | | | | **83.109.640** | **81.183.477** | **0** | **12.200** | **-12.200** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 78.322.387 | 76.815.213 | 0 | 12.200 | -12.200 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **819.319** | **573.599** | **0** | **12.200** | **-12.200** |
| 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 819.319 | 573.599 | 0 | 12.200 | -12.200 |
| 2109 2004 0015 0002 | Exames Periodicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 12.200 | -12.200 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *12.200* | *-12.200* |
| **Unidade:** | **26370- Hospital Universitário Betina Ferro Souza** | | | | | | | | | | **14.515.181** | **13.132.846** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 13.273.752 | 12.052.995 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *20* | | | | | | | | **62.115** | **55.854** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2011 0015 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 62.115 | 55.854 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2011 0015 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 10.000 | 3.739 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *10.000* | *3.739* | *10.000* | *0* | *10.000* |
| **Unidade:** | **26371- Hospital Universitário Lauro Wanderley** | | | | | | | | | | **182.153.861** | **177.708.202** | **0** | **123.500** | **-123.500** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 135.525.880 | 132.010.959 | 0 | 123.500 | -123.500 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 8290

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 2.121.832 | 1.782.946 | 0 | 123.500 | -123.500 |
| 2109 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | | | *PLOA* | | | | | | | 2.121.832 | 1.782.946 | 0 | 123.500 | -123.500 |
| 2109 2004 0025 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 123.500 | -123.500 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *123.500* | *-123.500* |
| **Unidade:** | **26372- Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná** | | | | | | | | | | **228.210.143** | **222.705.005** | **60.000** | **315.860** | **-255.860** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 218.311.813 | 214.766.721 | 60.000 | 315.860 | -255.860 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 4.008.638 | 3.894.380 | 0 | 315.860 | -315.860 |
| 2109 2004 0041 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 4.008.638 | 3.894.380 | 0 | 315.860 | -315.860 |
| 2109 2004 0041 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 415.860 | 415.860 | 0 | 315.860 | -315.860 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *415.860* | *415.860* | *0* | *315.860* | *-315.860* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *20* | | | | | | | | 742.461 | 728.246 | 60.000 | 0 | 60.000 |
| 2109 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 742.461 | 728.246 | 60.000 | 0 | 60.000 |
| 2109 2011 0041 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 60.000 | 45.785 | 60.000 | 0 | 60.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *60.000* | *45.785* | *60.000* | *0* | *60.000* |
| **Unidade:** | **26373- Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco** | | | | | | | | | | **207.581.248** | **202.850.746** | **0** | **746.968** | **-746.968** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 140.769.181 | 136.812.932 | 0 | 746.968 | -746.968 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 3.102.094 | 2.823.570 | 0 | 246.968 | -246.968 |
| 2109 2004 0026 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 3.102.094 | 2.823.570 | 0 | 246.968 | -246.968 |
| 2109 2004 0026 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 246.968 | -246.968 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *246.968* | *-246.968* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *20* | | | | | | | | 6.495.024 | 5.989.455 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2109 2012 0026 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 6.495.024 | 5.989.455 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2109 2012 0026 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 6.495.024 | 5.989.455 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *6.495.024* | *5.989.455* | *0* | *500.000* | *-500.000* |
| **Unidade:** | **26374- Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte** | | | | | | | | | | **137.165.545** | **125.485.326** | **0** | **125.876** | **-125.876** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 133.072.808 | 124.769.908 | 0 | 125.876 | -125.876 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 1.935.340 | 1.659.484 | 0 | 125.876 | -125.876 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2004 0024 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte | | | PLOA | | | | | | | 1.935.340 | 1.659.484 | 0 | 125.876 | -125.876 |
| 2109 2004 0024 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 125.876 | -125.876 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *125.876* | *-125.876* |
| **Unidade:** | **26378- Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **511.244.821** | **506.101.025** | **0** | **692.612** | **-692.612** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 500.309.521 | 499.530.861 | 0 | 692.612 | -692.612 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **3.078.010** | **2.900.512** | **0** | **692.612** | **-692.612** |
| 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 3.078.010 | 2.900.512 | 0 | 692.612 | -692.612 |
| 2109 2004 0033 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 692.612 | -692.612 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *692.612* | *-692.612* |
| **Unidade:** | **26385- Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados** | | | | | | | | | | **91.225.048** | **45.070.993** | **10.000** | **8.912** | **1.088** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 31.249.677 | 29.815.433 | 10.000 | 8.912 | 1.088 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **918.586** | **748.998** | **0** | **8.912** | **-8.912** |
| 2109 2004 0054 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | PLOA | | | | | | | 918.586 | 748.998 | 0 | 8.912 | -8.912 |
| 2109 2004 0054 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 8.912 | -8.912 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *8.912* | *-8.912* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *20* | | | | | | | | **11.241** | **2.042** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2011 0054 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | PLOA | | | | | | | 11.241 | 2.042 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2011 0054 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 10.000 | 801 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *10.000* | *801* | *10.000* | *0* | *10.000* |
| **Unidade:** | **26386- Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago** | | | | | | | | | | **207.456.085** | **195.138.456** | **0** | **183.740** | **-183.740** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 166.481.843 | 163.793.428 | 0 | 183.740 | -183.740 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **2.481.675** | **2.242.365** | **0** | **183.740** | **-183.740** |
| 2109 2004 0042 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina | | | PLOA | | | | | | | 2.481.675 | 2.242.365 | 0 | 183.740 | -183.740 |
| 2109 2004 0042 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 183.740 | -183.740 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *183.740* | *-183.740* |
| **Unidade:** | **26387- Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria** | | | | | | | | | | **168.527.254** | **164.077.317** | **0** | **168.788** | **-168.788** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais 0791

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 147.032.792 | 143.005.728 | 0 | 168.788 | -168.788 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.787.172** | **1.594.523** | **0** | **168.788** | **-168.788** |
| 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 1.787.172 | 1.594.523 | 0 | 168.788 | -168.788 |
| 2109 2004 0043 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 50.000 | 49.999 | 0 | 168.788 | -168.788 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *50.000* | *49.999* | *0* | *168.788* | *-168.788* |
| **Unidade:** | **26388- Hospital Universitário Alcides Carneiro** | | | | | | | | | | **68.996.332** | **67.258.168** | **180.000** | **26.864** | **153.136** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 66.065.245 | 64.420.966 | 180.000 | 26.864 | 153.136 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.104.712** | **931.563** | **0** | **26.864** | **-26.864** |
| 2109 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | | | *PLOA* | | | | | | | 1.104.712 | 931.563 | 0 | 26.864 | -26.864 |
| 2109 2004 0025 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 26.864 | -26.864 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *26.864* | *-26.864* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *20* | | | | | | | | **2.909.842** | **2.887.099** | **180.000** | **0** | **180.000** |
| 2109 2012 0025 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba | | | *PLOA* | | | | | | | 2.909.842 | 2.887.099 | 180.000 | 0 | 180.000 |
| 2109 2012 0025 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 180.000 | 157.257 | 180.000 | 0 | 180.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *180.000* | *157.257* | *180.000* | *0* | *180.000* |
| **Unidade:** | **26389- Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro** | | | | | | | | | | **143.430.468** | **135.067.804** | **0** | **99.498** | **-99.498** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 129.758.535 | 127.278.195 | 0 | 99.498 | -99.498 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.843.690** | **1.634.918** | **0** | **99.498** | **-99.498** |
| 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 1.843.690 | 1.634.918 | 0 | 99.498 | -99.498 |
| 2109 2004 0031 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 106.518 | 100.000 | 0 | 99.498 | -99.498 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *106.518* | *100.000* | *0* | *99.498* | *-99.498* |
| **Unidade:** | **26391- Hospital Universitário Gaffree e Guinle** | | | | | | | | | | **79.149.935** | **77.066.399** | **0** | **35.732** | **-35.732** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 71.129.577 | 69.546.090 | 0 | 35.732 | -35.732 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **670.419** | **520.419** | **0** | **35.732** | **-35.732** |
| 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 670.419 | 520.419 | 0 | 35.732 | -35.732 |
| 2109 2004 0033 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 35.732 | -35.732 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *35.732* | *-35.732* |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8795

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **26392- Hospital Getúlio Vargas** | | | | | | | | | | **87.862.370** | **84.584.663** | **90.000** | **0** | **90.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 60.824.317 | 59.214.453 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **968.555** | **968.555** | **90.000** | **0** | **90.000** |
| 2109 2004 0013 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas | | | *PLOA* | | | | | | | 968.555 | 968.555 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| 2109 2004 0013 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 90.000 | 90.000 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *90.000* | *90.000* | *90.000* | *0* | *90.000* |
| **Unidade:** | **26393- Hospital Universitário de Brasília** | | | | | | | | | | **93.585.483** | **75.303.708** | **0** | **49.028** | **-49.028** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 91.140.150 | 73.808.786 | 0 | 49.028 | -49.028 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **918.586** | **752.398** | **0** | **49.028** | **-49.028** |
| 2109 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 918.586 | 752.398 | 0 | 49.028 | -49.028 |
| 2109 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 49.028 | -49.028 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *49.028* | *-49.028* |
| **Unidade:** | **26394- Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão** | | | | | | | | | | **80.323.352** | **75.584.011** | **0** | **48.152** | **-48.152** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 77.984.416 | 74.153.254 | 0 | 48.152 | -48.152 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.513.089** | **1.172.086** | **0** | **48.152** | **-48.152** |
| 2109 2004 0021 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão | | | *PLOA* | | | | | | | 1.513.089 | 1.172.086 | 0 | 48.152 | -48.152 |
| 2109 2004 0021 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 48.152 | -48.152 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *48.152* | *-48.152* |
| **Unidade:** | **26396- Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia** | | | | | | | | | | **268.315.773** | **261.627.955** | **0** | **238.052** | **-238.052** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 184.293.192 | 180.030.126 | 0 | 238.052 | -238.052 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **4.219.580** | **4.006.342** | **0** | **238.052** | **-238.052** |
| 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 4.219.580 | 4.006.342 | 0 | 238.052 | -238.052 |
| 2109 2004 0031 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 100.000 | 100.000 | 0 | 238.052 | -238.052 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *100.000* | *100.000* | *0* | *238.052* | *-238.052* |
| **Unidade:** | **26401- Hospital Universitário Maria Pedrossian** | | | | | | | | | | **92.029.477** | **86.735.527** | **0** | **71.936** | **-71.936** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 90.984.854 | 86.011.867 | 0 | 71.936 | -71.936 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.811.256** | **1.527.523** | **0** | **71.936** | **-71.936** |



Câmara dos Deputados Fl. 8796

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2004 0054 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | PLOA | | | | | | | 1.811.256 | 1.527.523 | 0 | 71.936 | -71.936 |
| 2109 2004 0054 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 71.936 | -71.936 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 71.936 | -71.936 |
| **Unidade:** | **26402- Instituto Federal de Alagoas** | | | | | | | | | | **375.822.394** | **315.896.233** | **100.000** | **187.976** | **-87.976** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 201.012.463 | 200.516.090 | 100.000 | 187.976 | -87.976 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **3.023.926** | **3.023.926** | **0** | **187.976** | **-187.976** |
| 2109 2004 0027 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas | | | PLOA | | | | | | | 3.023.926 | 3.023.926 | 0 | 187.976 | -187.976 |
| 2109 2004 0027 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 187.976 | -187.976 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 187.976 | -187.976 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **266.126** | **249.004** | **80.000** | **0** | **80.000** |
| 2109 2011 0027 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | | | PLOA | | | | | | | 266.126 | 249.004 | 80.000 | 0 | 80.000 |
| 2109 2011 0027 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 80.000 | 80.000 | 80.000 | 0 | 80.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 80.000 | 80.000 | 80.000 | 0 | 80.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **6.934.606** | **6.912.678** | **20.000** | **0** | **20.000** |
| 2109 2012 0027 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | | | PLOA | | | | | | | 6.934.606 | 6.912.678 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2012 0027 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 20.000 | 1.399 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 20.000 | 1.399 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| **Unidade:** | **26403- Instituto Federal do Amazonas** | | | | | | | | | | **311.907.903** | **283.603.284** | **995.000** | **69.144** | **925.856** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 174.712.425 | 172.209.278 | 995.000 | 69.144 | 925.856 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.980.524** | **1.949.732** | **0** | **69.144** | **-69.144** |
| 2109 2004 0013 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas | | | PLOA | | | | | | | 1.980.524 | 1.949.732 | 0 | 69.144 | -69.144 |
| 2109 2004 0013 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 69.144 | -69.144 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 69.144 | -69.144 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **248.351** | **232.922** | **15.000** | **0** | **15.000** |
| 2109 2010 0013 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas | | | PLOA | | | | | | | 248.351 | 232.922 | 15.000 | 0 | 15.000 |
| 2109 2010 0013 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 15.000 | 0 | 15.000 | 0 | 15.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 15.000 | 0 | 15.000 | 0 | 15.000 |



Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais FL 8792

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **7.506.438** | **7.466.345** | **980.000** | **0** | **980.000** |
| 2109 2012 0013 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas | | | *PLOA* | | | | | | | 7.506.438 | 7.466.345 | 980.000 | 0 | 980.000 |
| 2109 2012 0013 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 980.000 | 889.907 | 980.000 | 0 | 980.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *980.000* | *889.907* | *980.000* | *0* | *980.000* |
| **Unidade:** | **26404- Instituto Federal Baiano** | | | | | | | | | | **243.242.746** | **222.909.291** | **125.000** | **153.620** | **-28.620** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 147.097.662 | 145.939.680 | 125.000 | 153.620 | -28.620 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.985.340** | **1.934.603** | **0** | **153.620** | **-153.620** |
| 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 1.985.340 | 1.934.603 | 0 | 153.620 | -153.620 |
| 2109 2004 0029 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 153.620 | -153.620 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *153.620* | *-153.620* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **2.078.298** | **2.049.984** | **125.000** | **0** | **125.000** |
| 2109 2011 0029 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 2.078.298 | 2.049.984 | 125.000 | 0 | 125.000 |
| 2109 2011 0029 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 145.000 | 118.888 | 125.000 | 0 | 125.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *145.000* | *118.888* | *125.000* | *0* | *125.000* |
| **Unidade:** | **26405- Instituto Federal do Ceará** | | | | | | | | | | **523.978.408** | **484.940.264** | **980.000** | **0** | **980.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 331.816.932 | 328.970.626 | 980.000 | 0 | 980.000 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **392.251** | **382.154** | **20.000** | **0** | **20.000** |
| 2109 2010 0023 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará | | | *PLOA* | | | | | | | 392.251 | 382.154 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2010 0023 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 20.000 | 17.209 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *20.000* | *17.209* | *20.000* | *0* | *20.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **11.610.783** | **11.512.378** | **960.000** | **0** | **960.000** |
| 2109 2012 0023 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará | | | *PLOA* | | | | | | | 11.610.783 | 11.512.378 | 960.000 | 0 | 960.000 |
| 2109 2012 0023 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 960.000 | 950.438 | 960.000 | 0 | 960.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *960.000* | *950.438* | *960.000* | *0* | *960.000* |
| **Unidade:** | **26406- Instituto Federal do Espírito Santo** | | | | | | | | | | **534.146.182** | **510.735.880** | **170.000** | **394.924** | **-224.924** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 341.556.244 | 340.429.175 | 170.000 | 394.924 | -224.924 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **4.974.308** | **4.919.669** | **0** | **394.924** | **-394.924** |



Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais Fl. 8795

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2004 0032 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo | | | PLOA | | | | | | | 4.974.308 | 4.919.669 | 0 | 394.924 | -394.924 |
| 2109 2004 0032 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 50.000 | 4.350 | 0 | 394.924 | -394.924 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 50.000 | 4.350 | 0 | 394.924 | -394.924 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **11.983.872** | **11.882.022** | **170.000** | **0** | **170.000** |
| 2109 2012 0032 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo | | | PLOA | | | | | | | 11.983.872 | 11.882.022 | 170.000 | 0 | 170.000 |
| 2109 2012 0032 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 270.000 | 170.647 | 170.000 | 0 | 170.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 270.000 | 170.647 | 170.000 | 0 | 170.000 |
| **Unidade:** | **26407- Instituto Federal Goiano** | | | | | | | | | | **267.794.431** | **243.050.963** | **660.000** | **0** | **660.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 156.557.617 | 155.283.956 | 660.000 | 0 | 660.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **5.663.140** | **5.612.948** | **660.000** | **0** | **660.000** |
| 2109 2012 0052 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | | | PLOA | | | | | | | 5.663.140 | 5.612.948 | 660.000 | 0 | 660.000 |
| 2109 2012 0052 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 660.000 | 660.000 | 660.000 | 0 | 660.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 660.000 | 660.000 | 660.000 | 0 | 660.000 |
| **Unidade:** | **26408- Instituto Federal do Maranhão** | | | | | | | | | | **453.535.948** | **413.372.744** | **995.000** | **276.028** | **718.972** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 253.870.322 | 252.085.142 | 995.000 | 276.028 | 718.972 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **3.892.470** | **3.888.166** | **0** | **276.028** | **-276.028** |
| 2109 2004 0021 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão | | | PLOA | | | | | | | 3.892.470 | 3.888.166 | 0 | 276.028 | -276.028 |
| 2109 2004 0021 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 276.028 | -276.028 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 276.028 | -276.028 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **1.286.575** | **1.277.732** | **45.000** | **0** | **45.000** |
| 2109 2011 0021 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão | | | PLOA | | | | | | | 1.286.575 | 1.277.732 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| 2109 2011 0021 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 45.000 | 45.000 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 45.000 | 45.000 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **10.646.281** | **10.630.763** | **950.000** | **0** | **950.000** |
| 2109 2012 0021 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão | | | PLOA | | | | | | | 10.646.281 | 10.630.763 | 950.000 | 0 | 950.000 |
| 2109 2012 0021 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 950.000 | 950.000 | 950.000 | 0 | 950.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 950.000 | 950.000 | 950.000 | 0 | 950.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8799

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **26409- Instituto Federal de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **319.678.404** | **292.893.713** | **455.000** | **0** | **455.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 193.839.109 | 193.316.177 | 455.000 | 0 | 455.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **3.592.303** | **3.323.927** | **180.000** | **0** | **180.000** |
| 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 3.592.303 | 3.323.927 | 180.000 | 0 | 180.000 |
| 2109 2011 0031 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 180.000 | 153.011 | 180.000 | 0 | 180.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *180.000* | *153.011* | *180.000* | *0* | *180.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **6.871.438** | **6.866.051** | **275.000** | **0** | **275.000** |
| 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 6.871.438 | 6.866.051 | 275.000 | 0 | 275.000 |
| 2109 2012 0031 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 275.000 | 275.000 | 275.000 | 0 | 275.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *275.000* | *275.000* | *275.000* | *0* | *275.000* |
| **Unidade:** | **26410- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **253.052.146** | **188.080.843** | **710.000** | **0** | **710.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 129.242.883 | 127.478.372 | 710.000 | 0 | 710.000 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **315.393** | **309.784** | **30.000** | **0** | **30.000** |
| 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 315.393 | 309.784 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 2109 2010 0031 0001 | Assistência Pre-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 30.000 | 27.766 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *30.000* | *27.766* | *30.000* | *0* | *30.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **5.341.098** | **5.292.594** | **680.000** | **0** | **680.000** |
| 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 5.341.098 | 5.292.594 | 680.000 | 0 | 680.000 |
| 2109 2012 0031 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 680.000 | 680.000 | 680.000 | 0 | 680.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *680.000* | *680.000* | *680.000* | *0* | *680.000* |
| **Unidade:** | **26411- Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **248.713.948** | **228.950.994** | **260.000** | **0** | **260.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 151.670.105 | 147.591.124 | 260.000 | 0 | 260.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **5.347.433** | **5.306.163** | **260.000** | **0** | **260.000** |
| 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 5.347.433 | 5.306.163 | 260.000 | 0 | 260.000 |
| 2109 2012 0031 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 260.000 | 232.957 | 260.000 | 0 | 260.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *260.000* | *232.957* | *260.000* | *0* | *260.000* |
| **Unidade:** | **26412- Instituto Federal do Sul de Minas Gerais** | | | | | | | | | | **255.697.705** | **229.761.814** | **230.000** | **39.213** | **190.788** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 133.017.550 | 131.480.514 | 230.000 | 39.212 | 190.788 |



Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais Fl.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 2.461.424 | 2.453.180 | 0 | 39.212 | -39.212 |
| 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 2.461.424 | 2.453.180 | 0 | 39.212 | -39.212 |
| 2109 2004 0031 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 160.000 | 159.999 | 0 | 39.212 | -39.212 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *160.000* | *159.999* | *0* | *39.212* | *-39.212* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 157.880 | 149.600 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 157.880 | 149.600 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| 2109 2011 0031 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 40.000 | 35.545 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *40.000* | *35.545* | *40.000* | *0* | *40.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 4.881.098 | 4.800.461 | 190.000 | 0 | 190.000 |
| 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 4.881.098 | 4.800.461 | 190.000 | 0 | 190.000 |
| 2109 2012 0031 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 190.000 | 185.069 | 190.000 | 0 | 190.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *190.000* | *185.069* | *190.000* | *0* | *190.000* |
| **Unidade:** | **26413- Instituto Federal do Triangulo Mineiro** | | | | | | | | | | **205.486.186** | **183.410.995** | **180.000** | **0** | **180.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 133.010.806 | 128.680.659 | 180.000 | 0 | 180.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 2.046.756 | 2.046.756 | 140.000 | 0 | 140.000 |
| 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 2.046.756 | 2.046.756 | 140.000 | 0 | 140.000 |
| 2109 2004 0031 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 140.000 | 140.000 | 140.000 | 0 | 140.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *140.000* | *140.000* | *140.000* | *0* | *140.000* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 193.309 | 193.309 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 193.309 | 193.309 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2010 0031 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *20.000* | *20.000* | *20.000* | *0* | *20.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 586.335 | 586.335 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | *PLOA* | | | | | | | 586.335 | 586.335 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2011 0031 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *20.000* | *20.000* | *20.000* | *0* | *20.000* |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 1025
31/08/2016

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **26414- Instituto Federal do Mato Grosso** | | | | | | | | | | **360.915.146** | **329.651.674** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 219.630.153 | 213.825.149 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **292.984** | **278.148** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2010 0051 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso | | | *PLOA* | | | | | | | 292.984 | 278.148 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2010 0051 0001 | Assistencia Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 10.000 | 1.000 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *10.000* | *1.000* | *10.000* | *0* | *10.000* |
| **Unidade:** | **26415- Instituto Federal do Mato Grosso do Sul** | | | | | | | | | | **112.038.236** | **100.602.955** | **130.000** | **0** | **130.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 69.410.597 | 69.065.149 | 130.000 | 0 | 130.000 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **147.880** | **132.641** | **20.000** | **0** | **20.000** |
| 2109 2010 0054 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 147.880 | 132.641 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2010 0054 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 20.000 | 11.755 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *20.000* | *11.755* | *20.000* | *0* | *20.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **415.026** | **315.886** | **70.000** | **0** | **70.000** |
| 2109 2011 0054 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 415.026 | 315.886 | 70.000 | 0 | 70.000 |
| 2109 2011 0054 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 70.000 | 44.154 | 70.000 | 0 | 70.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *70.000* | *44.154* | *70.000* | *0* | *70.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **3.058.010** | **3.048.288** | **40.000** | **0** | **40.000** |
| 2109 2012 0054 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 3.058.010 | 3.048.288 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| 2109 2012 0054 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 40.000 | 40.000 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *40.000* | *40.000* | *40.000* | *0* | *40.000* |
| **Unidade:** | **26416- Instituto Federal do Pará** | | | | | | | | | | **312.269.716** | **287.269.051** | **40.000** | **196.520** | **-156.520** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 172.108.393 | 170.817.404 | 40.000 | 196.520 | -156.520 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **2.531.675** | **2.349.233** | **0** | **196.520** | **-196.520** |
| 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 2.531.675 | 2.349.233 | 0 | 196.520 | -196.520 |
| 2109 2004 0015 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 196.520 | -196.520 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *196.520* | *-196.520* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **784.502** | **730.343** | **40.000** | **0** | **0** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. Sopenda

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2011 0015 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | PLOA | | | | | | | 784.502 | 730.343 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| 2109 2011 0015 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 40.000 | 0 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *40.000* | *0* | *40.000* | *0* | *40.000* |
| **Unidade:** | **26417- Instituto Federal da Paraíba** | | | | | | | | | | **442.824.813** | **403.357.222** | **540.000** | **241.896** | **298.104** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 290.468.487 | 277.038.597 | 540.000 | 241.896 | 298.104 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **3.951.596** | **3.870.926** | **0** | **241.896** | **-241.896** |
| 2109 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | | | PLOA | | | | | | | 3.951.596 | 3.870.926 | 0 | 241.896 | -241.896 |
| 2109 2004 0025 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 241.896 | -241.896 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *241.896* | *-241.896* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **305.576** | **291.322** | **20.000** | **0** | **20.000** |
| 2109 2010 0025 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba | | | PLOA | | | | | | | 305.576 | 291.322 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2010 0025 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 20.000 | 10.513 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *20.000* | *10.513* | *20.000* | *0* | *20.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **9.333.611** | **9.203.124** | **520.000** | **0** | **520.000** |
| 2109 2012 0025 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba | | | PLOA | | | | | | | 9.333.611 | 9.203.124 | 520.000 | 0 | 520.000 |
| 2109 2012 0025 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 520.000 | 392.869 | 520.000 | 0 | 520.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *520.000* | *392.869* | *520.000* | *0* | *520.000* |
| **Unidade:** | **26418- Instituto Federal de Pernambuco** | | | | | | | | | | **444.148.854** | **422.881.603** | **812.000** | **264.980** | **547.020** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 270.869.783 | 269.108.192 | 812.000 | 264.980 | 547.020 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **4.799.475** | **4.387.525** | **0** | **264.980** | **-264.980** |
| 2109 2004 0026 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco | | | PLOA | | | | | | | 4.799.475 | 4.387.525 | 0 | 264.980 | -264.980 |
| 2109 2004 0026 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 264.980 | -264.980 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *264.980* | *-264.980* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **1.477.879** | **1.453.114** | **145.000** | **0** | **145.000** |
| 2109 2011 0026 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | PLOA | | | | | | | 1.477.879 | 1.453.114 | 145.000 | 0 | 145.000 |
| 2109 2011 0026 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 145.000 | 120.235 | 145.000 | 0 | 145.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *145.000* | *120.235* | *145.000* | *0* | *145.000* |



Câmara dos Deputados

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **8.812.443** | **8.768.839** | **667.000** | **0** | **667.000** |
| 2109 2012 0026 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 8.812.443 | 8.768.839 | 667.000 | 0 | 667.000 |
| 2109 2012 0026 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 667.000 | 667.000 | 667.000 | 0 | 667.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *667.000* | *667.000* | *667.000* | *0* | *667.000* |
| **Unidade:** | **26419- Instituto Federal do Rio Grande do Sul** | | | | | | | | | | **329.118.764** | **305.014.548** | **1.110.000** | **223.048** | **886.952** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 221.934.909 | 218.778.451 | 1.110.000 | 223.048 | 886.952 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **2.715.759** | **2.694.642** | **0** | **223.048** | **-223.048** |
| 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 2.715.759 | 2.694.642 | 0 | 223.048 | -223.048 |
| 2109 2004 0043 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 223.048 | -223.048 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *223.048* | *-223.048* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **298.167** | **294.330** | **40.000** | **0** | **40.000** |
| 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 298.167 | 294.330 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| 2109 2010 0043 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 40.000 | 37.554 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *40.000* | *37.554* | *40.000* | *0* | *40.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **1.913.089** | **1.831.565** | **300.000** | **0** | **300.000** |
| 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 1.913.089 | 1.831.565 | 300.000 | 0 | 300.000 |
| 2109 2011 0043 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 300.000 | 251.559 | 300.000 | 0 | 300.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *300.000* | *251.559* | *300.000* | *0* | *300.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **8.066.857** | **8.054.936** | **770.000** | **0** | **770.000** |
| 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 8.066.857 | 8.054.936 | 770.000 | 0 | 770.000 |
| 2109 2012 0043 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 770.000 | 760.272 | 770.000 | 0 | 770.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *770.000* | *760.272* | *770.000* | *0* | *770.000* |
| **Unidade:** | **26420- Instituto Federal Farroupilha** | | | | | | | | | | **236.101.140** | **218.059.631** | **1.250.000** | **122.404** | **1.127.596** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 156.454.072 | 153.958.437 | 1.250.000 | 122.404 | 1.127.596 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.394.837** | **1.356.632** | **0** | **122.404** | **-122.404** |
| 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 1.394.837 | 1.356.632 | 0 | 122.404 | -122.404 |



Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais Fl. 804

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2004 0043 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 122.404 | -122.404 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 122.404 | -122.404 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **246.126** | **236.295** | **50.000** | **0** | **50.000** |
| 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 246.126 | 236.295 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| 2109 2010 0043 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 50.000 | 48.056 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 50.000 | 48.056 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **1.905.104** | **1.774.389** | **290.000** | **0** | **290.000** |
| 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 1.905.104 | 1.774.389 | 290.000 | 0 | 290.000 |
| 2109 2011 0043 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 290.000 | 290.000 | 290.000 | 0 | 290.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 290.000 | 290.000 | 290.000 | 0 | 290.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **5.799.266** | **5.776.621** | **910.000** | **0** | **910.000** |
| 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 5.799.266 | 5.776.621 | 910.000 | 0 | 910.000 |
| 2109 2012 0043 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 910.000 | 909.784 | 910.000 | 0 | 910.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 910.000 | 909.784 | 910.000 | 0 | 910.000 |
| **Unidade:** | **26421- Instituto Federal de Rondônia** | | | | | | | | | | **173.544.983** | **138.211.141** | **55.000** | **0** | **55.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 89.025.420 | 88.039.410 | 55.000 | 0 | 55.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **236.126** | **192.146** | **50.000** | **0** | **50.000** |
| 2109 2011 0011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | | | PLOA | | | | | | | 236.126 | 192.146 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| 2109 2011 0011 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 50.000 | 6.478 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 50.000 | 6.478 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | 10 | | | | | | | | **4.125.680** | **4.107.321** | **5.000** | **0** | **5.000** |
| 2109 2012 0011 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | | | PLOA | | | | | | | 4.125.680 | 4.107.321 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| 2109 2012 0011 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 5.000 | 0 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 5.000 | 0 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| **Unidade:** | **26422- Instituto Federal Catarinense** | | | | | | | | | | **283.593.937** | **260.065.103** | **1.360.000** | **0** | **1.360.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 181.840.140 | 181.302.223 | 1.360.000 | 0 | 1.360.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | 20 | | | | | | | | **2.595.331** | **2.595.109** | **220.000** | | 220.000 |



Câmara dos Deputados Comissão Especial Fl. 1205

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2004 0042 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina | | | PLOA | | | | | | | 2.595.331 | 2.595.109 | 220.000 | 0 | 220.000 |
| 2109 2004 0042 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 193.000 | 192.779 | 220.000 | 0 | 220.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *193.000* | *192.779* | *220.000* | *0* | *220.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **1.153.769** | **1.147.438** | **240.000** | **0** | **240.000** |
| 2109 2011 0042 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | | | PLOA | | | | | | | 1.153.769 | 1.147.438 | 240.000 | 0 | 240.000 |
| 2109 2011 0042 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 240.000 | 240.000 | 240.000 | 0 | 240.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *240.000* | *240.000* | *240.000* | *0* | *240.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **6.843.978** | **6.822.836** | **900.000** | **0** | **900.000** |
| 2109 2012 0042 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | | | PLOA | | | | | | | 6.843.978 | 6.822.836 | 900.000 | 0 | 900.000 |
| 2109 2012 0042 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 900.000 | 900.000 | 900.000 | 0 | 900.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *900.000* | *900.000* | *900.000* | *0* | *900.000* |
| **Unidade:** | **26423- Instituto Federal de Sergipe** | | | | | | | | | | **242.854.926** | **213.706.336** | **660.000** | **124.596** | **535.404** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 137.041.161 | 133.836.648 | 660.000 | 124.596 | 535.404 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **2.075.340** | **2.061.061** | **0** | **124.596** | **-124.596** |
| 2109 2004 0028 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe | | | PLOA | | | | | | | 2.075.340 | 2.061.061 | 0 | 124.596 | -124.596 |
| 2109 2004 0028 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 124.596 | -124.596 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *124.596* | *-124.596* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **680.864** | **589.597** | **20.000** | **0** | **20.000** |
| 2109 2011 0028 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe | | | PLOA | | | | | | | 680.864 | 589.597 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2011 0028 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 20.000 | 0 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *20.000* | *0* | *20.000* | *0* | *20.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **4.744.763** | **4.737.599** | **640.000** | **0** | **640.000** |
| 2109 2012 0028 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe | | | PLOA | | | | | | | 4.744.763 | 4.737.599 | 640.000 | 0 | 640.000 |
| 2109 2012 0028 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 640.000 | 639.999 | 640.000 | 0 | 640.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *640.000* | *639.999* | *640.000* | *0* | *640.000* |
| **Unidade:** | **26424- Instituto Federal do Tocantins** | | | | | | | | | | **205.844.229** | **186.775.337** | **450.000** | **36.268** | **413.732** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 125.748.074 | 124.760.565 | 450.000 | 36.268 | 413.732 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis,** | **12-** | *20* | | | | | | | | **1.858.607** | **1.778.390** | **0** | **36.268** | **80.068** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais FLS 8506

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Empregados, Militares e seus Dependentes** | **301** | | | | | | | | | | | | | |
| 2109 2004 0017 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins | | | PLOA | | | | | | | 1.858.607 | 1.778.390 | 0 | 36.268 | -36.268 |
| 2109 2004 0017 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 36.268 | -36.268 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *36.268* | *-36.268* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **4.937.015** | **4.931.310** | **450.000** | **0** | **450.000** |
| 2109 2012 0017 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Tocantins | | | PLOA | | | | | | | 4.937.015 | 4.931.310 | 450.000 | 0 | 450.000 |
| 2109 2012 0017 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 450.000 | 450.000 | 450.000 | 0 | 450.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *450.000* | *450.000* | *450.000* | *0* | *450.000* |
| Unidade: | 26425- Instituto Federal do Acre | | | | | | | | | | **96.744.356** | **80.531.298** | **270.000** | **35.904** | **234.096** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 52.562.942 | 52.018.365 | 270.000 | 35.904 | 234.096 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **460.251** | **449.119** | **0** | **35.904** | **-35.904** |
| 2109 2004 0012 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre | | | PLOA | | | | | | | 460.251 | 449.119 | 0 | 35.904 | -35.904 |
| 2109 2004 0012 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 35.904 | -35.904 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *35.904* | *-35.904* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **2.455.340** | **2.447.170** | **270.000** | **0** | **270.000** |
| 2109 2012 0012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Acre | | | PLOA | | | | | | | 2.455.340 | 2.447.170 | 270.000 | 0 | 270.000 |
| 2109 2012 0012 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 270.000 | 270.000 | 270.000 | 0 | 270.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *270.000* | *270.000* | *270.000* | *0* | *270.000* |
| Unidade: | 26427- Instituto Federal da Bahia | | | | | | | | | | **488.264.250** | **449.785.466** | **1.422.000** | **448.488** | **973.512** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 318.023.528 | 310.459.914 | 1.422.000 | 448.488 | 973.512 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **3.970.680** | **3.825.779** | **0** | **448.488** | **-448.488** |
| 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | | | PLOA | | | | | | | 3.970.680 | 3.825.779 | 0 | 448.488 | -448.488 |
| 2109 2004 0029 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 448.488 | -448.488 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *448.488* | *-448.488* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **422.251** | **416.073** | **40.000** | **0** | **40.000** |
| 2109 2010 0029 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | PLOA | | | | | | | 422.251 | 416.073 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| 2109 2010 0029 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 40.000 | 37.059 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *40.000* | *37.059* | *40.000* | *0* | *40.000* |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 607

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **3.411.424** | **3.356.012** | **1.082.000** | **0** | **1.082.000** |
| 2109 2011 0029 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 3.411.424 | 3.356.012 | 1.082.000 | 0 | 1.082.000 |
| 2109 2011 0029 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 3.261.424 | 3.217.560 | 1.082.000 | 0 | 1.082.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *3.261.424* | *3.217.560* | *1.082.000* | *0* | *1.082.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **11.677.537** | **11.672.756** | **300.000** | **0** | **300.000** |
| 2109 2012 0029 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 11.677.537 | 11.672.756 | 300.000 | 0 | 300.000 |
| 2109 2012 0029 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 300.000 | 300.000 | 300.000 | 0 | 300.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *300.000* | *300.000* | *300.000* | *0* | *300.000* |
| **Unidade:** | **26428- Instituto Federal de Brasília** | | | | | | | | | | **176.122.554** | **149.445.672** | **190.000** | **46.916** | **143.084** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 99.999.555 | 98.557.097 | 190.000 | 46.916 | 143.084 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.042.670** | **901.752** | **0** | **46.916** | **-46.916** |
| 2109 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 1.042.670 | 901.752 | 0 | 46.916 | -46.916 |
| 2109 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 46.916 | -46.916 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *46.916* | *-46.916* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **4.077.512** | **4.033.811** | **190.000** | **0** | **190.000** |
| 2109 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 4.077.512 | 4.033.811 | 190.000 | 0 | 190.000 |
| 2109 2012 0053 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 305.000 | 305.000 | 190.000 | 0 | 190.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *305.000* | *305.000* | *190.000* | *0* | *190.000* |
| **Unidade:** | **26429- Instituto Federal de Goiás** | | | | | | | | | | **351.376.188** | **335.913.494** | **130.000** | **176.192** | **-46.192** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 245.859.511 | 244.447.256 | 130.000 | 176.192 | -46.192 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **3.758.429** | **3.690.161** | **0** | **176.192** | **-176.192** |
| 2109 2004 0052 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás | | | *PLOA* | | | | | | | 3.758.429 | 3.690.161 | 0 | 176.192 | -176.192 |
| 2109 2004 0052 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 176.192 | -176.192 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *176.192* | *-176.192* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **8.855.862** | **8.825.152** | **130.000** | **0** | **130.000** |
| 2109 2012 0052 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | | | *PLOA* | | | | | | | 8.855.862 | 8.825.152 | 130.000 | 0 | 130.000 |
| 2109 2012 0052 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 130.000 | 99.290 | 130.000 | 0 | 130.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *130.000* | *99.290* | *130.000* | *0* | *130.000* |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **26430- Instituto Federal do Sertão Pernambucano** | | | | | | | | | | **145.235.394** | **130.059.546** | **430.000** | **79.952** | **350.048** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 96.522.220 | 95.870.764 | 430.000 | 79.952 | 350.048 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.861.256** | **1.601.887** | **0** | **79.952** | **-79.952** |
| 2109 2004 0026 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 1.861.256 | 1.601.887 | 0 | 79.952 | -79.952 |
| 2109 2004 0026 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 79.952 | -79.952 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *79.952* | *-79.952* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **505.622** | **489.489** | **90.000** | **0** | **90.000** |
| 2109 2011 0026 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 505.622 | 489.489 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| 2109 2011 0026 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 120.000 | 104.100 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *120.000* | *104.100* | *90.000* | *0* | *90.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **3.968.429** | **3.947.615** | **340.000** | **0** | **340.000** |
| 2109 2012 0026 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | *PLOA* | | | | | | | 3.968.429 | 3.947.615 | 340.000 | 0 | 340.000 |
| 2109 2012 0026 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 340.000 | 334.157 | 340.000 | 0 | 340.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *340.000* | *334.157* | *340.000* | *0* | *340.000* |
| **Unidade:** | **26431- Instituto Federal do Piauí** | | | | | | | | | | **337.514.272** | **301.865.721** | **2.755.000** | **0** | **2.755.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 210.086.178 | 206.519.099 | 2.755.000 | 0 | 2.755.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **3.595.634** | **3.577.225** | **355.000** | **0** | **355.000** |
| 2109 2004 0022 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí | | | *PLOA* | | | | | | | 3.595.634 | 3.577.225 | 355.000 | 0 | 355.000 |
| 2109 2004 0022 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 355.000 | 355.000 | 355.000 | 0 | 355.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *355.000* | *355.000* | *355.000* | *0* | *355.000* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **318.167** | **310.864** | **70.000** | **0** | **70.000** |
| 2109 2010 0022 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí | | | *PLOA* | | | | | | | 318.167 | 310.864 | 70.000 | 0 | 70.000 |
| 2109 2010 0022 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 70.000 | 70.000 | 70.000 | 0 | 70.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *70.000* | *70.000* | *70.000* | *0* | *70.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **8.480.103** | **8.437.874** | **2.330.000** | **0** | **2.330.000** |
| 2109 2012 0022 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí | | | *PLOA* | | | | | | | 8.480.103 | 8.437.874 | 2.330.000 | 0 | 2.330.000 |
| 2109 2012 0022 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 8.480.103 | 8.437.874 | 2.330.000 | 0 | 2.330.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8509

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *8.480.103* | *8.437.874* | *2.330.000* | *0* | *2.330.000* |
| **Unidade:** | **26432- Instituto Federal do Paraná** | | | | | | | | | | **277.116.773** | **253.198.401** | **1.415.000** | **0** | **1.415.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 184.801.113 | 182.073.323 | 1.415.000 | 0 | 1.415.000 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **309.555** | **304.185** | **60.000** | **0** | **60.000** |
| 2109 2010 0041 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 309.555 | 304.185 | 60.000 | 0 | 60.000 |
| 2109 2010 0041 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 60.000 | 59.377 | 60.000 | 0 | 60.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *60.000* | *59.377* | *60.000* | *0* | *60.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **544.293** | **532.153** | **110.000** | **0** | **110.000** |
| 2109 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 544.293 | 532.153 | 110.000 | 0 | 110.000 |
| 2109 2011 0041 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 110.000 | 103.647 | 110.000 | 0 | 110.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *110.000* | *103.647* | *110.000* | *0* | *110.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **7.599.187** | **7.574.550** | **1.245.000** | **0** | **1.245.000** |
| 2109 2012 0041 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | *PLOA* | | | | | | | 7.599.187 | 7.574.550 | 1.245.000 | 0 | 1.245.000 |
| 2109 2012 0041 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 7.519.187 | 7.519.187 | 1.245.000 | 0 | 1.245.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *7.519.187* | *7.519.187* | *1.245.000* | *0* | *1.245.000* |
| **Unidade:** | **26433- Instituto Federal do Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **323.513.785** | **292.213.571** | **24.000** | **205.568** | **-181.568** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 208.036.285 | 200.504.152 | 24.000 | 205.568 | -181.568 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **2.133.507** | **1.923.640** | **0** | **205.568** | **-205.568** |
| 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 2.133.507 | 1.923.640 | 0 | 205.568 | -205.568 |
| 2109 2004 0033 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 205.568 | -205.568 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *205.568* | *-205.568* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **282.167** | **276.050** | **24.000** | **0** | **24.000** |
| 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 282.167 | 276.050 | 24.000 | 0 | 24.000 |
| 2109 2010 0033 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 34.000 | 32.894 | 24.000 | 0 | 24.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *34.000* | *32.894* | *24.000* | *0* | *24.000* |
| **Unidade:** | **26434- Instituto Federal Fluminense** | | | | | | | | | | **356.062.247** | **326.761.316** | **1.100.000** | **209.080** | **890.920** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 212.254.979 | 209.586.510 | 1.100.000 | 209.080 | 890.920 |



Comissões Especiais Câmara dos Deputados FL 8810

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 2.705.759 | 2.705.565 | 0 | 209.080 | -209.080 |
| 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 2.705.759 | 2.705.565 | 0 | 209.080 | -209.080 |
| 2109 2004 0033 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 209.080 | -209.080 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *209.080* | *-209.080* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 279.555 | 270.053 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 279.555 | 270.053 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 2109 2010 0033 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 30.000 | 30.000 | 30.000 | 0 | 30.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *30.000* | *30.000* | *30.000* | *0* | *30.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 2.097.063 | 1.725.706 | 270.000 | 0 | 270.000 |
| 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 2.097.063 | 1.725.706 | 270.000 | 0 | 270.000 |
| 2109 2011 0033 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 538.469 | 538.469 | 270.000 | 0 | 270.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *538.469* | *538.469* | *270.000* | *0* | *270.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 8.516.810 | 7.190.749 | 800.000 | 0 | 800.000 |
| 2109 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 8.516.810 | 7.190.749 | 800.000 | 0 | 800.000 |
| 2109 2012 0033 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 1.512.623 | 1.221.032 | 800.000 | 0 | 800.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *1.512.623* | *1.221.032* | *800.000* | *0* | *800.000* |
| **Unidade:** | **26435- Instituto Federal do Rio Grande do Norte** | | | | | | | | | | **511.774.967** | **467.262.335** | **2.420.000** | **0** | **2.420.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 326.864.793 | 322.460.637 | 2.420.000 | 0 | 2.420.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | 6.919.160 | 5.582.996 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| 2109 2004 0024 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 6.919.160 | 5.582.996 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| 2109 2004 0024 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 90.000 | 0 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *90.000* | *0* | *90.000* | *0* | *90.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | 2.388.377 | 2.125.747 | 730.000 | 0 | 730.000 |
| 2109 2011 0024 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 2.388.377 | 2.125.747 | 730.000 | 0 | 730.000 |
| 2109 2011 0024 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 730.000 | 608.528 | 730.000 | 0 | 730.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *730.000* | *608.528* | *730.000* | *0* | *730.000* |



Comissões Especiais Câmara dos Deputados

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **12.267.537** | **12.003.048** | **1.600.000** | **0** | **1.600.000** |
| 2109 2012 0024 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | | | PLOA | | | | | | | 12.267.537 | 12.003.048 | 1.600.000 | 0 | 1.600.000 |
| 2109 2012 0024 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 12.267.537 | 12.003.048 | 1.600.000 | 0 | 1.600.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *12.267.537* | *12.003.048* | *1.600.000* | *0* | *1.600.000* |
| **Unidade:** | **26436- Instituto Federal Sul-rio-grandense** | | | | | | | | | | **357.482.997** | **338.752.212** | **315.000** | **83.292** | **231.708** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 236.393.331 | 232.907.738 | 315.000 | 83.292 | 231.708 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **3.155.968** | **3.009.452** | **0** | **83.292** | **-83.292** |
| 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 3.155.968 | 3.009.452 | 0 | 83.292 | -83.292 |
| 2109 2004 0043 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 83.292 | -83.292 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *83.292* | *-83.292* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **1.644.738** | **1.625.783** | **205.000** | **0** | **205.000** |
| 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 1.644.738 | 1.625.783 | 205.000 | 0 | 205.000 |
| 2109 2011 0043 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 245.000 | 226.045 | 205.000 | 0 | 205.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *245.000* | *226.045* | *205.000* | *0* | *205.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **7.952.092** | **7.932.355** | **110.000** | **0** | **110.000** |
| 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 7.952.092 | 7.932.355 | 110.000 | 0 | 110.000 |
| 2109 2012 0043 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 110.000 | 92.162 | 110.000 | 0 | 110.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *110.000* | *92.162* | *110.000* | *0* | *110.000* |
| **Unidade:** | **26437- Instituto Federal de Roraima** | | | | | | | | | | **113.155.551** | **104.005.399** | **90.000** | **0** | **90.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 72.155.214 | 70.359.427 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.042.696** | **1.033.233** | **90.000** | **0** | **90.000** |
| 2109 2004 0014 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima | | | PLOA | | | | | | | 1.042.696 | 1.033.233 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| 2109 2004 0014 0001 | Assistência Médica e Odontologica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 90.000 | 90.000 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *90.000* | *90.000* | *90.000* | *0* | *90.000* |
| **Unidade:** | **26438- Instituto Federal de Santa Catarina** | | | | | | | | | | **448.867.003** | **405.685.238** | **1.350.000** | **326.325** | **1.023.675** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 294.394.410 | 289.356.443 | 1.350.000 | 326.325 | 1.023.675 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **3.744.001** | **3.743.366** | **0** | **326.325** | **326.325** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 0212

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2004 0042 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina | | | PLOA | | | | | | | 3.744.001 | 3.743.366 | 0 | 326.325 | -326.325 |
| 2109 2004 0042 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 326.325 | -326.325 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *0* | *0* | *0* | *326.325* | *-326.325* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **1.896.754** | **1.868.434** | **750.000** | **0** | **750.000** |
| 2109 2011 0042 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | | | PLOA | | | | | | | 1.896.754 | 1.868.434 | 750.000 | 0 | 750.000 |
| 2109 2011 0042 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 780.000 | 751.706 | 750.000 | 0 | 750.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *780.000* | *751.706* | *750.000* | *0* | *750.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **10.090.364** | **10.057.785** | **600.000** | **0** | **600.000** |
| 2109 2012 0042 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | | | PLOA | | | | | | | 10.090.364 | 10.057.785 | 600.000 | 0 | 600.000 |
| 2109 2012 0042 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 600.000 | 578.415 | 600.000 | 0 | 600.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *600.000* | *578.415* | *600.000* | *0* | *600.000* |
| **Unidade:** | **26439- Instituto Federal de São Paulo** | | | | | | | | | | **629.612.135** | **586.420.074** | **5.620.000** | **0** | **5.620.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 411.291.456 | 408.236.391 | 5.620.000 | 0 | 5.620.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **4.513.649** | **4.475.994** | **565.000** | **0** | **565.000** |
| 2109 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | PLOA | | | | | | | 4.513.649 | 4.475.994 | 565.000 | 0 | 565.000 |
| 2109 2004 0035 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 565.000 | 537.819 | 565.000 | 0 | 565.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *565.000* | *537.819* | *565.000* | *0* | *565.000* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **576.335** | **563.779** | **70.000** | **0** | **70.000** |
| 2109 2010 0035 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | PLOA | | | | | | | 576.335 | 563.779 | 70.000 | 0 | 70.000 |
| 2109 2010 0035 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 70.000 | 70.000 | 70.000 | 0 | 70.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *70.000* | *70.000* | *70.000* | *0* | *70.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **4.149.921** | **3.935.294** | **2.685.000** | **0** | **2.685.000** |
| 2109 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | PLOA | | | | | | | 4.149.921 | 3.935.294 | 2.685.000 | 0 | 2.685.000 |
| 2109 2011 0035 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 4.149.921 | 3.935.294 | 2.685.000 | 0 | 2.685.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *4.149.921* | *3.935.294* | *2.685.000* | *0* | *2.685.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **18.181.771** | **16.912.130** | **2.300.000** | **0** | **3.569.641** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8813

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2012 0035 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | PLOA | | | | | | | 18.181.771 | 16.912.130 | 2.300.000 | 0 | 2.300.000 |
| 2109 2012 0035 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 18.181.771 | 16.912.130 | 2.300.000 | 0 | 2.300.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.739.832 | 2.490.481 | 507.273 | 0 | 507.273 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 15.441.939 | 14.421.649 | 1.792.727 | 0 | 1.792.727 |
| **Unidade:** | **26440- Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS** | | | | | | | | | | **254.267.919** | **207.042.298** | **630.000** | **151.000** | **479.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 144.041.582 | 140.863.829 | 630.000 | 151.000 | 479.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **1.735.883** | **1.687.482** | **0** | **151.000** | **-151.000** |
| 2109 2004 0040 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul | | | PLOA | | | | | | | 1.735.883 | 1.687.482 | 0 | 151.000 | -151.000 |
| 2109 2004 0040 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 752 | 730 | 0 | 151.000 | -151.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 752 | 730 | 0 | 151.000 | -151.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **156.859** | **125.687** | **50.000** | **0** | **50.000** |
| 2109 2011 0040 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Sul | | | PLOA | | | | | | | 156.859 | 125.687 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| 2109 2011 0040 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 50.000 | 18.828 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 50.000 | 18.828 | 50.000 | 0 | 50.000 |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **5.915.601** | **5.873.029** | **580.000** | **0** | **580.000** |
| 2109 2012 0040 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Sul | | | PLOA | | | | | | | 5.915.601 | 5.873.029 | 580.000 | 0 | 580.000 |
| 2109 2012 0040 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 580.000 | 537.987 | 580.000 | 0 | 580.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 580.000 | 537.987 | 580.000 | 0 | 580.000 |
| **Unidade:** | **26441- Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA** | | | | | | | | | | **170.546.662** | **144.218.797** | **1.180.000** | **0** | **1.180.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 98.925.720 | 94.243.817 | 1.180.000 | 0 | 1.180.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **964.426** | **914.683** | **90.000** | **0** | **90.000** |
| 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | | | PLOA | | | | | | | 964.426 | 914.683 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| 2109 2004 0015 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 90.000 | 62.836 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 90.000 | 62.836 | 90.000 | 0 | 90.000 |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **145.084** | **143.490** | **20.000** | **0** | **20.000** |
| 2109 2010 0015 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | PLOA | | | | | | | 145.084 | 143.490 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2109 2010 0015 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 21.000 | 19.456 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 21.000 | 19.456 | 20.000 | 0 | 20.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 819

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN Data Efetivação: 28/07/2015 Data Assinatura: 27/07/2015 Data Publicação: 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **4.277.565** | **4.228.278** | **1.070.000** | **0** | **1.070.000** |
| 2109 2012 0015 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 4.277.565 | 4.228.278 | 1.070.000 | 0 | 1.070.000 |
| 2109 2012 0015 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 4.277.565 | 4.228.278 | 1.070.000 | 0 | 1.070.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *4.277.565* | *4.228.278* | *1.070.000* | *0* | *1.070.000* |
| **Unidade:** | **26442- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira** | | | | | | | | | | **135.728.411** | **101.878.802** | **200.000** | **0** | **200.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 52.689.657 | 51.444.552 | 200.000 | 0 | 200.000 |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **706.979** | **682.966** | **40.000** | **0** | **40.000** |
| 2109 2011 0020 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Nordeste | | | *PLOA* | | | | | | | 706.979 | 682.966 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| 2109 2011 0020 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 483.000 | 464.057 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *483.000* | *464.057* | *40.000* | *0* | *40.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **2.318.879** | **2.249.934** | **160.000** | **0** | **160.000** |
| 2109 2012 0020 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Nordeste | | | *PLOA* | | | | | | | 2.318.879 | 2.249.934 | 160.000 | 0 | 160.000 |
| 2109 2012 0020 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 956.000 | 904.992 | 160.000 | 0 | 160.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *956.000* | *904.992* | *160.000* | *0* | *160.000* |
| **Unidade:** | **26443- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH** | | | | | | | | | | **2.284.875.196** | **2.180.651.122** | **17.890.000** | **3.339.204** | **14.550.796** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 1.576.653.093 | 1.568.389.782 | 17.890.000 | 3.339.204 | 14.550.796 |
| **2109 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | **12- 331** | *20* | | | | | | | | **0** | **0** | **0** | **21.204** | **-21.204** |
| 2109 00M1 0053 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 21.204 | -21.204 |
| 2109 00M1 0053 0001 | Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 21.204 | -21.204 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *21.204* | *-21.204* |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **14.511.877** | **13.829.733** | **0** | **3.318.000** | **-3.318.000** |
| 2109 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 14.511.877 | 13.829.733 | 0 | 3.318.000 | -3.318.000 |
| 2109 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 13.184.648 | 13.184.648 | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *13.184.648* | *13.184.648* | *0* | *3.000.000* | *-3.000.000* |
| 2109 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 123.136 | 129.019 | 0 | 318.000 | -318.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *123.136* | *129.019* | *0* | *318.000* | *-318.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *20* | | | | | | | | **88.138.812** | **86.719.362** | **17.890.000** | **0** | **17.890.000** |
| 2109 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 88.138.812 | 86.719.362 | 17.890.000 | | 17.890.000 |



Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais Fl. 85 15

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2109 2012 0053 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 76.638.812 | 76.638.812 | 17.890.000 | 0 | 17.890.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 112 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *76.638.812* | *76.638.812* | *17.890.000* | *0* | *17.890.000* |
| **Unidade:** | **26445- Hospital Universitário da UNIFESP** | | | | | | | | | | **265.090.021** | **258.156.007** | **185.000** | **291.860** | **-106.860** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 260.087.021 | 255.158.069 | 185.000 | 291.860 | -106.860 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **2.045.916** | **1.674.646** | **0** | **291.860** | **-291.860** |
| 2109 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 2.045.916 | 1.674.646 | 0 | 291.860 | -291.860 |
| 2109 2004 0035 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 50.000 | 49.999 | 0 | 291.860 | -291.860 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *50.000* | *49.999* | *0* | *291.860* | *-291.860* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *20* | | | | | | | | **3.603.358** | **3.541.576** | **185.000** | **0** | **185.000** |
| 2109 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 3.603.358 | 3.541.576 | 185.000 | 0 | 185.000 |
| 2109 2011 0035 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 185.000 | 123.218 | 185.000 | 0 | 185.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *185.000* | *123.218* | *185.000* | *0* | *185.000* |
| **Unidade:** | **26447- Universidade Federal do Oeste da Bahia** | | | | | | | | | | **80.777.653** | **63.045.924** | **150.000** | **44.000** | **106.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 41.580.204 | 37.169.132 | 150.000 | 44.000 | 106.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **422.251** | **164.405** | **0** | **44.000** | **-44.000** |
| 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 422.251 | 164.405 | 0 | 44.000 | -44.000 |
| 2109 2004 0029 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 50.000 | 0 | 0 | 44.000 | -44.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *50.000* | *0* | *0* | *44.000* | *-44.000* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **67.225** | **47.319** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2010 0029 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 67.225 | 47.319 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2010 0029 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 30.000 | 12.845 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *30.000* | *12.845* | *10.000* | *0* | *10.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **1.678.586** | **1.672.171** | **140.000** | **0** | **140.000** |
| 2109 2012 0029 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | *PLOA* | | | | | | | 1.678.586 | 1.672.171 | 140.000 | 0 | 140.000 |
| 2109 2012 0029 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 800.000 | 793.585 | 140.000 | 0 | 140.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *800.000* | *793.585* | *140.000* | *0* | *140.000* |
| **Unidade:** | **26448- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará** | | | | | | | | | | **96.887.783** | **78.313.100** | **720.000** | **140.000** | **580.000** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 848

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 46.549.289 | 44.871.839 | 720.000 | 140.000 | 580.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **376.251** | **246.784** | **0** | **140.000** | **-140.000** |
| 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 376.251 | 246.784 | 0 | 140.000 | -140.000 |
| 2109 2004 0015 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 140.000 | -140.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *112* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *140.000* | *-140.000* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **47.225** | **42.547** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2010 0015 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 47.225 | 42.547 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2010 0015 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 10.000 | 6.061 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *10.000* | *6.061* | *10.000* | *0* | *10.000* |
| **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **38.539** | **28.070** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2011 0015 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 38.539 | 28.070 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2011 0015 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 10.000 | 2.693 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *10.000* | *2.693* | *10.000* | *0* | *10.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **1.916.754** | **1.885.091** | **700.000** | **0** | **700.000** |
| 2109 2012 0015 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | *PLOA* | | | | | | | 1.916.754 | 1.885.091 | 700.000 | 0 | 700.000 |
| 2109 2012 0015 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 700.000 | 668.337 | 700.000 | 0 | 700.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *700.000* | *668.337* | *700.000* | *0* | *700.000* |
| **Unidade:** | **26449- Universidade Federal do Cariri** | | | | | | | | | | **91.488.808** | **72.878.124** | **795.000** | **0** | **795.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 50.111.453 | 48.635.141 | 795.000 | 0 | 795.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **625.355** | **561.335** | **45.000** | **0** | **45.000** |
| 2109 2004 0023 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará | | | *PLOA* | | | | | | | 625.355 | 561.335 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| 2109 2004 0023 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 45.000 | 45.000 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *45.000* | *45.000* | *45.000* | *0* | *45.000* |
| **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **2.172.079** | **2.096.609** | **750.000** | **0** | **750.000** |
| 2109 2012 0023 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará | | | *PLOA* | | | | | | | 2.172.079 | 2.096.609 | 750.000 | 0 | 750.000 |
| 2109 2012 0023 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 750.000 | 750.000 | 750.000 | 0 | 750.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *750.000* | *750.000* | *750.000* | | *750.000* |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 274

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **26450- Universidade Federal do Sul da Bahia** | | | | | | | | | | **67.757.029** | **56.791.909** | **465.000** | **0** | **465.000** |
| **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | | | | 37.791.096 | 36.032.657 | 465.000 | 0 | 465.000 |
| **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **12- 301** | *20* | | | | | | | | **563.251** | **290.207** | **455.000** | **0** | **455.000** |
| 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | | | PLOA | | | | | | | 563.251 | 290.207 | 455.000 | 0 | 455.000 |
| 2109 2004 0029 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 455.000 | 257.740 | 455.000 | 0 | 455.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *455.000* | *257.740* | *455.000* | *0* | *455.000* |
| **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **12- 331** | *10* | | | | | | | | **47.408** | **34.876** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2109 2010 0029 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | PLOA | | | | | | | 47.408 | 34.876 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2109 2010 0029 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 25.000 | 22.667 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *25.000* | *22.667* | *10.000* | *0* | *10.000* |
| **Órgão:** | **28000- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | | | | | | | | | | **3.352.701.600** | **1.945.913.005** | **960.200** | **397.844** | **562.356** |
| **Unidade:** | **28101- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | | | | | | | | | | **852.865.345** | **333.803.032** | **5.000** | **182.844** | **-177.844** |
| **2121** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | | | | | | | | | | 281.352.530 | 233.866.718 | 5.000 | 182.844 | -177.844 |
| **2121 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **22- 301** | *20* | | | | | | | | **2.208.000** | **1.482.526** | **0** | **182.844** | **-182.844** |
| 2121 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 2.208.000 | 1.482.526 | 0 | 182.844 | -182.844 |
| 2121 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 182.844 | -182.844 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *182.844* | *-182.844* |
| **2121 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **22- 331** | *10* | | | | | | | | **405.000** | **381.007** | **5.000** | **0** | **5.000** |
| 2121 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 405.000 | 381.007 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| 2121 2011 0053 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 405.000 | 381.007 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *405.000* | *381.007* | *5.000* | *0* | *5.000* |
| **Unidade:** | **28202- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro** | | | | | | | | | | **1.136.651.811** | **843.198.737** | **0** | **215.000** | **-215.000** |
| **2121** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | | | | | | | | | | 279.899.575 | 264.612.809 | 0 | 215.000 | -215.000 |
| **2121 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **22- 301** | *20* | | | | | | | | **2.964.736** | **2.675.130** | **0** | **215.000** | **-215.000** |
| 2121 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 2.964.736 | 2.675.130 | 0 | 215.000 | -215.000 |
| 2121 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 80.736 | 24.500 | 0 | 215.000 | -215.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *80.736* | *24.500* | *0* | *215.000* | *-215.000* |
| **Unidade:** | **28233- Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA** | | | | | | | | | | **823.768.830** | **428.685.024** | **955.200** | **0** | **955.200** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 5818

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2121** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | | | | | | | | | | 158.912.666 | 133.805.617 | 955.200 | 0 | 955.200 |
| **2121 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **22- 301** | *20* | | | | | | | | 1.348.524 | 1.328.593 | 180.000 | 0 | 180.000 |
| 2121 2004 0010 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 1.348.524 | 1.328.593 | 180.000 | 0 | 180.000 |
| 2121 2004 0010 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 1.348.524 | 1.328.593 | 180.000 | 0 | 180.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *174* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *1.348.524* | *1.328.593* | *180.000* | *0* | *180.000* |
| **2121 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **22- 331** | *10* | | | | | | | | 69.200 | 62.012 | 10.200 | 0 | 10.200 |
| 2121 2010 0010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 69.200 | 62.012 | 10.200 | 0 | 10.200 |
| 2121 2010 0010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 64.200 | 62.012 | 10.200 | 0 | 10.200 |
| | | | | | *3.3.90* | *174* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *64.200* | *62.012* | *10.200* | *0* | *10.200* |
| **2121 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **22- 331** | *10* | | | | | | | | 41.000 | 37.785 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| 2121 2011 0010 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 41.000 | 37.785 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| 2121 2011 0010 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 41.000 | 37.785 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *174* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *41.000* | *37.785* | *5.000* | *0* | *5.000* |
| **2121 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **22- 331** | *10* | | | | | | | | 2.560.000 | 2.533.293 | 760.000 | 0 | 760.000 |
| 2121 2012 0010 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Norte | | | *PLOA* | | | | | | | 2.560.000 | 2.533.293 | 760.000 | 0 | 760.000 |
| 2121 2012 0010 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 2.560.000 | 2.533.293 | 760.000 | 0 | 760.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *174* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *2.560.000* | *2.533.293* | *760.000* | *0* | *760.000* |
| **Órgão:** | **29000- Defensoria Pública da União** | | | | | | | | | | **532.037.156** | **467.911.259** | **1.796.000** | **0** | **1.796.000** |
| **Unidade:** | **29101- Defensoria Pública da União** | | | | | | | | | | **532.037.156** | **467.911.259** | **1.796.000** | **0** | **1.796.000** |
| **2020** | **Cidadania e Justiça** | | | | | | | | | | 517.504.156 | 454.330.765 | 1.796.000 | 0 | 1.796.000 |
| **2020 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **03- 301** | *20* | | | | | | | | 1.275.816 | 1.027.531 | 51.000 | 0 | 51.000 |
| 2020 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 1.275.816 | 1.027.531 | 51.000 | 0 | 51.000 |
| 2020 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 51.000 | 0 | 51.000 | 0 | 51.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *51.000* | *0* | *51.000* | *0* | *51.000* |
| **2020 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **03- 331** | *10* | | | | | | | | 2.088.368 | 2.065.422 | 575.000 | 0 | 575.000 |
| 2020 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 2.088.368 | 2.065.422 | 575.000 | 0 | 575.000 |
| 2020 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de | | | | | | | | | | 2.088.368 | 2.065.422 | 575.000 | 0 | 575.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 819

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Empregados | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.088.368 | 2.065.422 | 575.000 | 0 | 575.000 |
| **2020 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **03- 331** | *10* | | | | | | | | **10.187.456** | **10.036.779** | **1.170.000** | **0** | **1.170.000** |
| 2020 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 10.187.456 | 10.036.779 | 1.170.000 | 0 | 1.170.000 |
| 2020 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 10.187.456 | 10.036.779 | 1.170.000 | 0 | 1.170.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *10.187.456* | *10.036.779* | *1.170.000* | *0* | *1.170.000* |
| **Órgão:** | **30000- Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | **13.484.627.648** | **11.285.684.946** | **290.000** | **4.300.000** | **-4.010.000** |
| **Unidade:** | **30101- Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | **1.395.465.808** | **731.652.753** | **130.000** | **0** | **130.000** |
| **2112** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | 504.544.672 | 420.864.803 | 130.000 | 0 | 130.000 |
| **2112 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **14- 331** | *10* | | | | | | | | **9.010.372** | **8.955.072** | **130.000** | **0** | **130.000** |
| 2112 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 9.010.372 | 8.955.072 | 130.000 | 0 | 130.000 |
| 2112 2012 0053 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 9.010.372 | 8.955.072 | 130.000 | 0 | 130.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *9.010.372* | *8.955.072* | *130.000* | *0* | *130.000* |
| **Unidade:** | **30103- Arquivo Nacional** | | | | | | | | | | **99.276.220** | **95.792.903** | **15.000** | **0** | **15.000** |
| **2112** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | 64.587.203 | 63.601.510 | 15.000 | 0 | 15.000 |
| **2112 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | *10* | | | | | | | | **615.000** | **602.346** | **15.000** | **0** | **15.000** |
| 2112 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 615.000 | 602.346 | 15.000 | 0 | 15.000 |
| 2112 2011 0033 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 615.000 | 602.346 | 15.000 | 0 | 15.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *615.000* | *602.346* | *15.000* | *0* | *15.000* |
| **Unidade:** | **30107- Departamento de Polícia Rodoviária Federal** | | | | | | | | | | **3.541.442.839** | **3.465.975.419** | **0** | **1.500.000** | **-1.500.000** |
| **2112** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | 2.046.873.873 | 2.032.544.681 | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| **2112 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **06- 301** | *20* | | | | | | | | **38.225.148** | **37.178.711** | **0** | **1.500.000** | **-1.500.000** |
| 2112 2004 0001 | Assistência Médica e Odontologica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 38.225.148 | 37.178.711 | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| 2112 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *0* | *0* | *0* | *1.500.000* | *-1.500.000* |
| **Unidade:** | **30108- Departamento de Polícia Federal** | | | | | | | | | | **5.846.891.128** | **5.623.256.954** | **145.000** | **2.000.000** | **-1.855.000** |
| **2112** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | 3.662.783.568 | 3.621.036.860 | 145.000 | 2.000.000 | -1.855.000 |
| **2112 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **06- 301** | *20* | | | | | | | | **40.725.346** | **38.709.300** | **0** | **2.000.000** | **-2.000.000** |
| 2112 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 40.725.346 | 38.709.300 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 84

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2112 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 361.958 | 361.958 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *361.958* | *361.958* | *0* | *2.000.000* | *-2.000.000* |
| **2112 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **06- 331** | *10* | | | | | | | | **2.550.060** | **2.417.497** | **145.000** | **0** | **145.000** |
| 2112 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 2.550.060 | 2.417.497 | 145.000 | 0 | 145.000 |
| 2112 2011 0001 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 2.550.060 | 2.417.497 | 145.000 | 0 | 145.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *2.550.060* | *2.417.497* | *145.000* | *0* | *145.000* |
| **Unidade:** | **30202- Fundação Nacional do Índio - FUNAI** | | | | | | | | | | **653.323.371** | **539.834.180** | **0** | **800.000** | **-800.000** |
| **2112** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça** | | | | | | | | | | 388.464.902 | 369.312.109 | 0 | 800.000 | -800.000 |
| **2112 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **14- 331** | *10* | | | | | | | | 11.961.274 | 11.461.274 | 0 | 800.000 | -800.000 |
| 2112 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 11.961.274 | 11.461.274 | 0 | 800.000 | -800.000 |
| 2112 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 11.961.274 | 11.461.274 | 0 | 800.000 | -800.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *11.961.274* | *11.461.274* | *0* | *800.000* | *-800.000* |
| **Órgão:** | **32000- Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | | | | **4.532.093.237** | **2.810.575.753** | **5.689.000** | **606.636** | **5.082.364** |
| **Unidade:** | **32101- Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | | | | **1.077.370.296** | **283.187.712** | **0** | **203.484** | **-203.484** |
| **2119** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | | | | 207.202.455 | 185.591.668 | 0 | 203.484 | -203.484 |
| **2119 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **04- 301** | *20* | | | | | | | | 3.192.000 | 3.137.017 | 0 | 203.484 | -203.484 |
| 2119 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 3.192.000 | 3.137.017 | 0 | 203.484 | -203.484 |
| 2119 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 122.000 | 121.324 | 0 | 203.484 | -203.484 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *122.000* | *121.324* | *0* | *203.484* | *-203.484* |
| **Unidade:** | **32202- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM** | | | | | | | | | | **552.799.130** | **508.848.925** | **5.621.000** | **21.204** | **5.599.796** |
| **2119** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | | | | 439.556.853 | 424.316.347 | 5.621.000 | 21.204 | 5.599.796 |
| **2119 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | **22- 331** | *10* | | | | | | | | **0** | **0** | **0** | **21.204** | **-21.204** |
| 2119 00M1 0001 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 21.204 | -21.204 |
| 2119 00M1 0001 0001 | Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 21.204 | -21.204 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *0* | *0* | *0* | *21.204* | *-21.204* |
| **2119 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **22- 301** | *20* | | | | | | | | 15.452.400 | 15.392.660 | 1.660.000 | **0** | **1.660.000** |
| 2119 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 15.452.400 | 15.392.660 | 1.660.000 | 0 | 1.660.000 |
| 2119 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 2.751.311 | 2.751.268 | 1.660.000 | 0 | 1.660.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 1821

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *2.751.311* | *2.751.268* | *1.660.000* | *0* | *1.660.000* |
| **2119 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **22- 331** | *10* | | | | | | | | **17.258.800** | **17.258.799** | **3.961.000** | **0** | **3.961.000** |
| 2119 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 17.258.800 | 17.258.799 | 3.961.000 | 0 | 3.961.000 |
| 2119 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 17.258.800 | 17.258.799 | 3.961.000 | 0 | 3.961.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *17.258.800* | *17.258.799* | *3.961.000* | *0* | *3.961.000* |
| **Unidade:** | **32263- Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM** | | | | | | | | | | **489.354.657** | **305.832.313** | **0** | **381.948** | **-381.948** |
| **2119** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | | | | 278.739.108 | 263.620.774 | 0 | 381.948 | -381.948 |
| **2119 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **22- 301** | *20* | | | | | | | | **1.220.000** | **901.276** | **0** | **381.948** | **-381.948** |
| 2119 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 1.220.000 | 901.276 | 0 | 381.948 | -381.948 |
| 2119 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 20.000 | 6.449 | 0 | 381.948 | -381.948 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *20.000* | *6.449* | *0* | *381.948* | *-381.948* |
| **Unidade:** | **32265- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP** | | | | | | | | | | **736.668.733** | **487.876.077** | **8.000** | **0** | **8.000** |
| **2119** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | | | | 293.146.743 | 281.541.211 | 8.000 | 0 | 8.000 |
| **2119 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **25- 331** | *10* | | | | | | | | **96.000** | **91.476** | **8.000** | **0** | **8.000** |
| 2119 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 96.000 | 91.476 | 8.000 | 0 | 8.000 |
| 2119 2011 0001 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 18.000 | 15.150 | 8.000 | 0 | 8.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *18.000* | *15.150* | *8.000* | *0* | *8.000* |
| **Unidade:** | **32314- Empresa de Pesquisa Energética - EPE** | | | | | | | | | | **119.456.900** | **97.269.480** | **60.000** | **0** | **60.000** |
| **2119** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | | | | 104.371.900 | 93.022.872 | 60.000 | 0 | 60.000 |
| **2119 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **25- 331** | *10* | | | | | | | | **611.200** | **611.200** | **40.000** | **0** | **40.000** |
| 2119 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 611.200 | 611.200 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| 2119 2010 0033 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 611.200 | 611.200 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *611.200* | *611.200* | *40.000* | *0* | *40.000* |
| **2119 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **25- 331** | *10* | | | | | | | | **156.800** | **156.800** | **20.000** | **0** | **20.000** |
| 2119 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 156.800 | 156.800 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2119 2011 0033 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 156.800 | 156.800 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *156.800* | *156.800* | *20.000* | *0* | *20.000* |
| **Órgão:** | **33000- Ministério da Previdência Social** | | | | | | | | | | **455.320.787.501** | **455.049.432.370** | **0** | **39.483.000** | **-39.483.000** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **33201- Instituto Nacional do Seguro Social** | | | | | | | | | | **14.426.782.953** | **14.221.207.895** | **0** | **39.483.000** | **-39.483.000** |
| **2114** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social** | | | | | | | | | | 5.798.215.805 | 5.735.120.348 | 0 | 39.483.000 | -39.483.000 |
| **2114 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **09- 301** | *20* | | | | | | | | 134.374.748 | 133.932.743 | **0** | 21.483.000 | -21.483.000 |
| 2114 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 134.374.748 | 133.932.743 | 0 | 21.483.000 | -21.483.000 |
| 2114 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 132.500.000 | 132.485.405 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *132.500.000* | *132.485.405* | *0* | *15.000.000* | *-15.000.000* |
| 2114 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 1.874.748 | 1.447.339 | 0 | 6.483.000 | -6.483.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *1.874.748* | *1.447.339* | *0* | *6.483.000* | *-6.483.000* |
| **2114 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **09- 331** | *20* | | | | | | | | **36.300.000** | **35.526.521** | **0** | **3.000.000** | **-3.000.000** |
| 2114 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 36.300.000 | 35.526.521 | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| 2114 2011 0001 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 36.300.000 | 35.526.521 | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *36.300.000* | *35.526.521* | *0* | *3.000.000* | *-3.000.000* |
| **2114 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **09- 331** | *20* | | | | | | | | **171.600.000** | **168.183.974** | **0** | **15.000.000** | **-15.000.000** |
| 2114 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 171.600.000 | 168.183.974 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| 2114 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 171.600.000 | 168.183.974 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *171.600.000* | *168.183.974* | *0* | *15.000.000* | *-15.000.000* |
| **Órgão:** | **34000- Ministério Público da União** | | | | | | | | | | **5.994.361.998** | **5.703.700.864** | **397.746** | **0** | **397.746** |
| **Unidade:** | **34101- Ministério Público Federal** | | | | | | | | | | **3.454.616.432** | **3.274.708.199** | **216.344** | **0** | **216.344** |
| **0581** | **Defesa da Ordem Jurídica** | | | | | | | | | | 3.145.767.180 | 2.965.859.993 | 216.344 | 0 | 216.344 |
| **0581 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **03- 331** | *10* | | | | | | | | **19.897.541** | **19.897.541** | **61.656** | **0** | **61.656** |
| 0581 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 19.897.541 | 19.897.541 | 61.656 | 0 | 61.656 |
| 0581 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 19.897.541 | 19.897.541 | 61.656 | 0 | 61.656 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *19.897.541* | *19.897.541* | *61.656* | *0* | *61.656* |
| **0581 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **03- 331** | *10* | | | | | | | | **104.194.496** | **104.194.496** | **154.688** | **0** | **154.688** |
| 0581 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 104.194.496 | 104.194.496 | 154.688 | 0 | 154.688 |
| 0581 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 104.194.496 | 104.194.496 | 154.688 | 0 | 154.688 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *104.194.496* | *104.194.496* | *154.688* | *0* | *154.688* |
| **Unidade:** | **34102- Ministério Público Militar** | | | | | | | | | | **225.519.080** | **220.866.921** | **10.248** | **0** | **10.248** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8823

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0581** | **Defesa da Ordem Jurídica** | | | | | | | | | | 179.522.130 | 174.869.971 | 10.248 | 0 | 10.248 |
| **0581 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **03- 331** | *10* | | | | | | | | **882.314** | **882.314** | **2.840** | **0** | **2.840** |
| 0581 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 882.314 | 882.314 | 2.840 | 0 | 2.840 |
| 0581 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 882.314 | 882.314 | 2.840 | 0 | 2.840 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *882.314* | *882.314* | *2.840* | *0* | *2.840* |
| **0581 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **03- 331** | *10* | | | | | | | | **5.517.926** | **5.517.926** | **7.408** | **0** | **7.408** |
| 0581 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 5.517.926 | 5.517.926 | 7.408 | 0 | 7.408 |
| 0581 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 5.517.926 | 5.517.926 | 7.408 | 0 | 7.408 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *5.517.926* | *5.517.926* | *7.408* | *0* | *7.408* |
| **Unidade:** | **34103- Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios** | | | | | | | | | | **725.548.208** | **702.527.539** | **67.130** | **0** | **67.130** |
| **0581** | **Defesa da Ordem Jurídica** | | | | | | | | | | 656.740.675 | 633.720.006 | 67.130 | 0 | 67.130 |
| **0581 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **03- 331** | *10* | | | | | | | | **4.082.472** | **4.082.472** | **16.472** | **0** | **16.472** |
| 0581 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 4.082.472 | 4.082.472 | 16.472 | 0 | 16.472 |
| 0581 2010 0053 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 4.082.472 | 4.082.472 | 16.472 | 0 | 16.472 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *4.082.472* | *4.082.472* | *16.472* | *0* | *16.472* |
| **0581 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **03- 331** | *10* | | | | | | | | **21.442.530** | **21.442.530** | **50.658** | **0** | **50.658** |
| 0581 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 21.442.530 | 21.442.530 | 50.658 | 0 | 50.658 |
| 0581 2012 0053 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 21.442.530 | 21.442.530 | 50.658 | 0 | 50.658 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *21.442.530* | *21.442.530* | *50.658* | *0* | *50.658* |
| **Unidade:** | **34104- Ministério Público do Trabalho** | | | | | | | | | | **1.566.608.874** | **1.485.398.515** | **104.024** | **0** | **104.024** |
| **0581** | **Defesa da Ordem Jurídica** | | | | | | | | | | 1.397.671.176 | 1.316.460.817 | 104.024 | 0 | 104.024 |
| **0581 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **03- 331** | *10* | | | | | | | | **7.020.220** | **7.020.220** | **11.144** | **0** | **11.144** |
| 0581 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 7.020.220 | 7.020.220 | 11.144 | 0 | 11.144 |
| 0581 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 7.020.220 | 7.020.220 | 11.144 | 0 | 11.144 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *7.020.220* | *7.020.220* | *11.144* | *0* | *11.144* |
| **0581 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **03- 331** | *10* | | | | | | | | **38.253.444** | **38.253.444** | **92.880** | **0** | **92.880** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 582

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0581 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 38.253.444 | 38.253.444 | 92.880 | 0 | 92.880 |
| 0581 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 38.253.444 | 38.253.444 | 92.880 | 0 | 92.880 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *38.253.444* | *38.253.444* | *92.880* | *0* | *92.880* |
| **Órgão:** | **36000- Ministério da Saúde** | | | | | | | | | | **121.141.035.789** | **110.221.893.068** | **8.468.000** | **63.030.871** | **-54.562.871** |
| **Unidade:** | **36201- Fundação Oswaldo Cruz** | | | | | | | | | | **2.518.309.329** | **2.302.235.033** | **567.000** | **500.000** | **67.000** |
| **2115** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde** | | | | | | | | | | 1.271.102.811 | 1.253.915.028 | 567.000 | 500.000 | 67.000 |
| **2115 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **10- 301** | *20* | | | | | | | | 14.132.176 | 13.743.102 | **0** | **500.000** | **-500.000** |
| 2115 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 14.132.176 | 13.743.102 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2115 2004 0033 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 151 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *0* | *0* | *0* | *500.000* | *-500.000* |
| **2115 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **10- 331** | *20* | | | | | | | | **2.578.264** | **2.432.063** | **567.000** | **0** | **567.000** |
| 2115 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 2.578.264 | 2.432.063 | 567.000 | 0 | 567.000 |
| 2115 2011 0033 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 2.578.264 | 2.432.063 | 567.000 | 0 | 567.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 151 | 6 | 9999 | 1 | 1 | *2.578.264* | *2.432.063* | *567.000* | *0* | *567.000* |
| **Unidade:** | **36210- Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO** | | | | | | | | | | **1.116.848.494** | **1.107.803.101** | **3.436.000** | **0** | **3.436.000** |
| **2115** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde** | | | | | | | | | | 994.423.402 | 991.176.263 | 3.436.000 | 0 | 3.436.000 |
| **2115 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **10- 301** | *20* | | | | | | | | **3.017.264** | **3.016.887** | **31.000** | **0** | **31.000** |
| 2115 2004 5027 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Município de Porto Alegre - RS | | | PLOA | | | | | | | 3.017.264 | 3.016.887 | 31.000 | 0 | 31.000 |
| 2115 2004 5027 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 474.752 | 474.391 | 31.000 | 0 | 31.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 151 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *474.752* | *474.391* | *31.000* | *0* | *31.000* |
| **2115 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **10- 331** | *20* | | | | | | | | **3.655.289** | **3.640.366** | **610.000** | **0** | **610.000** |
| 2115 2010 5027 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Município de Porto Alegre - RS | | | PLOA | | | | | | | 3.655.289 | 3.640.366 | 610.000 | 0 | 610.000 |
| 2115 2010 5027 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 3.219.640 | 3.219.640 | 610.000 | 0 | 610.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 151 | 6 | 9999 | 1 | 1 | *3.219.640* | *3.219.640* | *610.000* | *0* | *610.000* |
| **2115 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **10- 331** | *20* | | | | | | | | **7.968.956** | **7.773.684** | **1.535.000** | **0** | **1.535.000** |
| 2115 2011 5027 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Município de Porto Alegre - RS | | | PLOA | | | | | | | 7.968.956 | 7.773.684 | 1.535.000 | 0 | 1.535.000 |
| 2115 2011 5027 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 7.968.956 | 7.773.684 | 1.535.000 | 0 | 1.535.000 |



Coordenação de Comissões Especiais Secretaria-Geral da Mesa Câmara dos Deputados

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *6* | *9999* | *1* | *1* | *7.968.956* | *7.773.684* | *1.535.000* | *0* | *1.535.000* |
| **2115 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **10- 331** | *20* | | | | | | | | **47.700.864** | **47.693.635** | **1.260.000** | **0** | **1.260.000** |
| 2115 2012 5027 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Município de Porto Alegre - RS | | | *PLOA* | | | | | | | 47.700.864 | 47.693.635 | 1.260.000 | 0 | 1.260.000 |
| 2115 2012 5027 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 43.288.864 | 43.288.864 | 1.260.000 | 0 | 1.260.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *6* | *9999* | *1* | *1* | *43.288.864* | *43.288.864* | *1.260.000* | *0* | *1.260.000* |
| **Unidade:** | **36211- Fundação Nacional de Saúde** | | | | | | | | | | **3.716.208.212** | **2.902.239.563** | **0** | **27.000.000** | **-27.000.000** |
| **2115** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde** | | | | | | | | | | 1.116.756.610 | 1.015.704.454 | 0 | 27.000.000 | -27.000.000 |
| **2115 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **10- 301** | *20* | | | | | | | | **59.083.036** | **59.083.036** | **0** | **8.000.000** | **-8.000.000** |
| 2115 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 59.083.036 | 59.083.036 | 0 | 8.000.000 | -8.000.000 |
| 2115 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 59.083.036 | 59.083.036 | 0 | 6.000.000 | -6.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *59.083.036* | *59.083.036* | *0* | *6.000.000* | *-6.000.000* |
| 2115 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *2.000.000* | *-2.000.000* |
| **2115 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **10- 331** | *20* | | | | | | | | **4.660.696** | **4.660.696** | **0** | **4.000.000** | **-4.000.000** |
| 2115 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 4.660.696 | 4.660.696 | 0 | 4.000.000 | -4.000.000 |
| 2115 2011 0001 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 4.660.696 | 4.660.696 | 0 | 4.000.000 | -4.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *6* | *9999* | *1* | *1* | *4.660.696* | *4.660.696* | *0* | *4.000.000* | *-4.000.000* |
| **2115 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **10- 331** | *20* | | | | | | | | **35.740.000** | **35.740.000** | **0** | **15.000.000** | **-15.000.000** |
| 2115 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 35.740.000 | 35.740.000 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| 2115 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 35.740.000 | 35.740.000 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *6* | *9999* | *1* | *1* | *35.740.000* | *35.740.000* | *0* | *15.000.000* | *-15.000.000* |
| **Unidade:** | **36212- Agência Nacional de Vigilância Sanitária** | | | | | | | | | | **842.328.348** | **758.448.106** | **0** | **500.000** | **-500.000** |
| **2115** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde** | | | | | | | | | | 581.498.088 | 554.933.746 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| **2115 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **10- 331** | *20* | | | | | | | | **9.812.704** | **9.046.024** | **0** | **500.000** | **-500.000** |
| 2115 2012 0001 | Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 9.812.704 | 9.046.024 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2115 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 9.812.704 | 9.046.024 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *6* | *9999* | *1* | *1* | *9.812.704* | *9.046.024* | *0* | *500.000* | *-500.000* |
| **Unidade:** | **36901- Fundo Nacional de Saúde** | | | | | | | | | | **112.663.430.094** | **102.885.375.348** | **4.465.000** | **35.030.871** | **-30.565.871** |
| **2115** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde** | | | | | | | | | | 7.548.564.332 | 7.361.265.102 | 4.465.000 | 35.030.871 | -30.565.871 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8256

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2115 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **10- 301** | *20* | | | | | | | | **267.330.097** | **264.680.551** | **0** | **30.030.871** | **-30.030.871** |
| 2115 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 267.330.097 | 264.680.551 | 0 | 30.030.871 | -30.030.871 |
| 2115 2004 0053 0001 | Assistência Médica e Odontológica Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 267.330.097 | 264.680.551 | 0 | 15.000.000 | -15.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *267.330.097* | *264.680.551* | *0* | *15.000.000* | *-15.000.000* |
| 2115 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 15.030.871 | -15.030.871 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *15.030.871* | *-15.030.871* |
| **2115 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **10- 331** | *20* | | | | | | | | **67.000.732** | **66.184.721** | **4.465.000** | **0** | **4.465.000** |
| 2115 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 67.000.732 | 66.184.721 | 4.465.000 | 0 | 4.465.000 |
| 2115 2011 0053 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 67.000.732 | 66.184.721 | 4.465.000 | 0 | 4.465.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *6* | *9999* | *1* | 1 | *67.000.732* | *66.184.721* | *4.465.000* | *0* | *4.465.000* |
| **2115 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **10- 331** | *20* | | | | | | | | **290.108.644** | **288.837.563** | **0** | **5.000.000** | **-5.000.000** |
| 2115 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 290.108.644 | 288.837.563 | 0 | 5.000.000 | -5.000.000 |
| 2115 2012 0053 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 290.108.644 | 288.837.563 | 0 | 5.000.000 | -5.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *151* | *6* | *9999* | *1* | 1 | *290.108.644* | *288.837.563* | *0* | *5.000.000* | *-5.000.000* |
| **Órgão:** | **38000- Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | | | | **86.683.256.512** | **84.043.335.746** | **5.000** | **5.200.000** | **-5.195.000** |
| **Unidade:** | **38101- Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | | | | **18.654.665.343** | **18.192.674.702** | **0** | **5.200.000** | **-5.200.000** |
| **2127** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | | | | 1.484.742.981 | 1.428.073.955 | 0 | 5.200.000 | -5.200.000 |
| **2127 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **11- 301** | *20* | | | | | | | | **31.537.552** | **29.056.220** | **0** | **3.200.000** | **-3.200.000** |
| 2127 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 31.537.552 | 29.056.220 | 0 | 3.200.000 | -3.200.000 |
| 2127 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 30.982.000 | 29.026.220 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *174* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *30.982.000* | *29.026.220* | *0* | *2.000.000* | *-2.000.000* |
| 2127 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 555.552 | 30.000 | 0 | 1.200.000 | -1.200.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *174* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *555.552* | *30.000* | *0* | *1.200.000* | *-1.200.000* |
| **2127 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **11- 331** | *10* | | | | | | | | **35.261.800** | **33.662.420** | **0** | **2.000.000** | **-2.000.000** |
| 2127 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 35.261.800 | 33.662.420 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| 2127 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 35.261.800 | 33.662.420 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *174* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *35.261.800* | *33.662.420* | *0* | *2.000.000* | *-2.000.000* |
| **Unidade:** | **38201- Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho** | | | | | | | | | | **113.375.608** | **107.749.081** | **5.000** | **0** | **5.000** |
| **2127** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | | | | 77.463.056 | 74.094.463 | 5.000 | 0 | |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 227

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2127 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **11- 331** | *10* | | | | | | | | **130.204** | **128.564** | **5.000** | **0** | **5.000** |
| 2127 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 130.204 | 128.564 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| 2127 2011 0035 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 130.204 | 128.564 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *130.204* | *128.564* | *5.000* | *0* | *5.000* |
| **Órgão:** | **39000- Ministério dos Transportes** | | | | | | | | | | **19.083.215.035** | **13.647.853.858** | **3.493.000** | **2.900.204** | **592.796** |
| **Unidade:** | **39101- Ministério dos Transportes** | | | | | | | | | | **3.300.433.073** | **3.235.974.404** | **171.000** | **2.378.300** | **-2.207.300** |
| **2126** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes** | | | | | | | | | | 320.381.944 | 274.735.265 | 171.000 | 2.378.300 | -2.207.300 |
| **2126 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **26- 301** | *20* | | | | | | | | **35.200.000** | **33.200.000** | **0** | **2.378.300** | **-2.378.300** |
| 2126 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 35.200.000 | 33.200.000 | 0 | 2.378.300 | -2.378.300 |
| 2126 2004 0053 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 34.900.000 | 32.900.000 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *34.900.000* | *32.900.000* | *0* | *2.000.000* | *-2.000.000* |
| 2126 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 378.300 | -378.300 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *378.300* | *-378.300* |
| **2126 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **26- 331** | *10* | | | | | | | | **3.075.000** | **2.982.279** | **171.000** | **0** | **171.000** |
| 2126 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 3.075.000 | 2.982.279 | 171.000 | 0 | 171.000 |
| 2126 2011 0053 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 3.075.000 | 2.982.279 | 171.000 | 0 | 171.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *3.075.000* | *2.982.279* | *171.000* | *0* | *171.000* |
| **Unidade:** | **39207- VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.** | | | | | | | | | | **2.368.735.590** | **1.949.047.113** | **3.305.000** | **39.756** | **3.265.244** |
| **2126** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes** | | | | | | | | | | 258.016.380 | 234.148.369 | 3.305.000 | 39.756 | 3.265.244 |
| **2126 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | **26- 331** | *10* | | | | | | | | **0** | **0** | **0** | **39.756** | **-39.756** |
| 2126 00M1 0001 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 39.756 | -39.756 |
| 2126 00M1 0001 0001 | Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 39.756 | -39.756 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *39.756* | *-39.756* |
| **2126 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **26- 301** | *20* | | | | | | | | **4.551.692** | **4.508.960** | **1.235.000** | **0** | **1.235.000** |
| 2126 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 4.551.692 | 4.508.960 | 1.235.000 | 0 | 1.235.000 |
| 2126 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 1.235.000 | 1.234.250 | 1.235.000 | 0 | 1.235.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *1.235.000* | *1.234.250* | *1.235.000* | *0* | *1.235.000* |
| **2126 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis,** | **26-** | *10* | | | | | | | | **420.000** | **386.980** | **20.000** | **0** | **20.000** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 822 Supervisão 31/08/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Empregados e Militares** | **331** | | | | | | | | | | | | | |
| 2126 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 420.000 | 386.980 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 2126 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 420.000 | 386.980 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *420.000* | *386.980* | *20.000* | *0* | *20.000* |
| **2126 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **26- 331** | *10* | | | | | | | | **6.258.828** | **6.254.541** | **2.050.000** | **0** | **2.050.000** |
| 2126 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 6.258.828 | 6.254.541 | 2.050.000 | 0 | 2.050.000 |
| 2126 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 6.258.828 | 6.254.541 | 2.050.000 | 0 | 2.050.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *6.258.828* | *6.254.541* | *2.050.000* | *0* | *2.050.000* |
| **Unidade:** | **39252- Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT** | | | | | | | | | | **11.605.125.902** | **7.388.422.666** | **17.000** | **452.944** | **-435.944** |
| **2126** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes** | | | | | | | | | | 1.280.272.778 | 1.203.106.858 | 17.000 | 452.944 | -435.944 |
| **2126 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **26- 301** | *20* | | | | | | | | **4.781.000** | **4.781.000** | **0** | **452.944** | **-452.944** |
| 2126 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 4.781.000 | 4.781.000 | 0 | 452.944 | -452.944 |
| 2126 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 452.944 | -452.944 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *452.944* | *-452.944* |
| **2126 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **26- 331** | *10* | | | | | | | | **457.000** | **442.510** | **17.000** | **0** | **17.000** |
| 2126 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 457.000 | 442.510 | 17.000 | 0 | 17.000 |
| 2126 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 457.000 | 442.510 | 17.000 | 0 | 17.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *457.000* | *442.510* | *17.000* | *0* | *17.000* |
| **Unidade:** | **39253- Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL** | | | | | | | | | | **166.076.216** | **62.619.983** | **0** | **29.204** | **-29.204** |
| **2126** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes** | | | | | | | | | | 164.394.216 | 62.619.983 | 0 | 29.204 | -29.204 |
| **2126 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | **26- 331** | *10* | | | | | | | | **0** | **0** | **0** | **21.204** | **-21.204** |
| 2126 00M1 0053 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 21.204 | -21.204 |
| 2126 00M1 0053 0001 | Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 21.204 | -21.204 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *0* | *0* | *0* | *21.204* | *-21.204* |
| **2126 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **26- 301** | *20* | | | | | | | | **962.500** | **294.826** | **0** | **8.000** | **-8.000** |
| 2126 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 962.500 | 294.826 | 0 | 8.000 | -8.000 |
| 2126 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 40.000 | 39.991 | 0 | 8.000 | -8.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *40.000* | *39.991* | *0* | *8.000* | *-8.000* |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **41000- Ministério das Comunicações** | | | | | | | | | | **11.203.057.174** | **2.133.058.625** | **206.000** | **800.000** | **-594.000** |
| **Unidade:** | **41101- Ministério das Comunicações** | | | | | | | | | | **2.091.643.571** | **1.631.190.543** | **6.000** | **800.000** | **-794.000** |
| **2117** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações** | | | | | | | | | | 169.935.985 | 154.752.884 | 6.000 | 800.000 | -794.000 |
| **2117 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **24- 301** | *20* | | | | | | | | **7.822.264** | **6.705.647** | **0** | **800.000** | **-800.000** |
| 2117 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 7.822.264 | 6.705.647 | 0 | 800.000 | -800.000 |
| 2117 2004 0053 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 7.619.898 | 6.705.647 | 0 | 800.000 | -800.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *7.619.898* | *6.705.647* | *0* | *800.000* | *-800.000* |
| **2117 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **24- 331** | *10* | | | | | | | | **90.000** | **79.287** | **6.000** | **0** | **6.000** |
| 2117 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 90.000 | 79.287 | 6.000 | 0 | 6.000 |
| 2117 2010 0053 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 90.000 | 79.287 | 6.000 | 0 | 6.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *90.000* | *79.287* | *6.000* | *0* | *6.000* |
| **Unidade:** | **41231- Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL** | | | | | | | | | | **5.695.099.515** | **449.781.268** | **200.000** | **0** | **200.000** |
| **2117** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações** | | | | | | | | | | 407.403.747 | 397.562.629 | 200.000 | 0 | 200.000 |
| **2117 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **24- 331** | *10* | | | | | | | | **7.520.000** | **7.375.267** | **200.000** | **0** | **200.000** |
| 2117 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 7.520.000 | 7.375.267 | 200.000 | 0 | 200.000 |
| 2117 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 7.520.000 | 7.375.267 | 200.000 | 0 | 200.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *7.520.000* | *7.375.267* | *200.000* | *0* | *200.000* |
| **Órgão:** | **42000- Ministério da Cultura** | | | | | | | | | | **3.364.096.163** | **1.921.558.980** | **98.500** | **20.000** | **78.500** |
| **Unidade:** | **42101- Ministério da Cultura** | | | | | | | | | | **536.755.200** | **346.721.131** | **12.000** | **10.000** | **2.000** |
| **2107** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | | | | 199.932.111 | 168.901.159 | 12.000 | 10.000 | 2.000 |
| **2107 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **13- 301** | *20* | | | | | | | | **1.643.432** | **1.345.149** | **0** | **10.000** | **-10.000** |
| 2107 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 1.643.432 | 1.345.149 | 0 | 10.000 | -10.000 |
| 2107 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 68.716 | 0 | 0 | 10.000 | -10.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *68.716* | *0* | *0* | *10.000* | *10.000* |
| **2107 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **13- 331** | *10* | | | | | | | | **118.000** | **105.374** | **12.000** | **0** | **12.000** |
| 2107 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 118.000 | 105.374 | 12.000 | 0 | 12.000 |
| 2107 2010 0053 0001 | Assistência Pre-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 118.000 | 105.374 | 12.000 | | 12.000 |

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8830
31/03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *118.000* | *105.374* | *12.000* | *0* | *12.000* |
| **Unidade:** | **42203- Fundação Cultural Palmares** | | | | | | | | | | **27.580.296** | **21.392.135** | **30.500** | **0** | **30.500** |
| **2107** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | | | | 17.128.122 | 16.455.627 | 30.500 | 0 | 30.500 |
| **2107 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **13- 301** | *20* | | | | | | | | **146.784** | **109.990** | **12.000** | **0** | **12.000** |
| 2107 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 146.784 | 109.990 | 12.000 | 0 | 12.000 |
| 2107 2004 0053 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 12.000 | 0 | 12.000 | 0 | 12.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *12.000* | *0* | *12.000* | *0* | *12.000* |
| **2107 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **13- 331** | *10* | | | | | | | | **58.700** | **50.948** | **11.500** | **0** | **11.500** |
| 2107 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 58.700 | 50.948 | 11.500 | 0 | 11.500 |
| 2107 2011 0053 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 58.700 | 50.948 | 11.500 | 0 | 11.500 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *58.700* | *50.948* | *11.500* | *0* | *11.500* |
| **2107 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **13- 331** | *10* | | | | | | | | **279.000** | **262.677** | **7.000** | **0** | **7.000** |
| 2107 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 279.000 | 262.677 | 7.000 | 0 | 7.000 |
| 2107 2012 0053 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 279.000 | 262.677 | 7.000 | 0 | 7.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *279.000* | *262.677* | *7.000* | *0* | *7.000* |
| **Unidade:** | **42204- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** | | | | | | | | | | **452.621.031** | **360.721.866** | **6.000** | **10.000** | **-4.000** |
| **2107** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | | | | 176.706.760 | 173.959.825 | 6.000 | 10.000 | -4.000 |
| **2107 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **13- 301** | *20* | | | | | | | | **3.304.460** | **2.829.967** | **0** | **10.000** | **-10.000** |
| 2107 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 3.304.460 | 2.829.967 | 0 | 10.000 | -10.000 |
| 2107 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 450.460 | 0 | 0 | 10.000 | -10.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *450.460* | *0* | *0* | *10.000* | *-10.000* |
| **2107 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **13- 331** | *10* | | | | | | | | **88.000** | **76.649** | **6.000** | **0** | **6.000** |
| 2107 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 88.000 | 76.649 | 6.000 | 0 | 6.000 |
| 2107 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 88.000 | 76.649 | 6.000 | 0 | 6.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *88.000* | *76.649* | *6.000* | *0* | *6.000* |
| **Unidade:** | **42205- Fundação Nacional de Artes** | | | | | | | | | | **139.542.049** | **124.202.755** | **45.000** | **0** | **45.000** |
| **2107** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | | | | 54.327.868 | 47.896.486 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| **2107 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e** | **13-** | *10* | | | | | | | | **505.000** | **496.643** | **45.000** | | **45.000** |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 8831
31/03/2016 19:22
suprimido

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Militares** | **331** | | | | | | | | | | | | | |
| 2107 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 505.000 | 496.643 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| 2107 2011 0033 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 505.000 | 496.643 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *505.000* | *496.643* | *45.000* | *0* | *45.000* |
| **Unidade:** | **42207- Instituto Brasileiro de Museus** | | | | | | | | | | **191.044.050** | **149.590.571** | **5.000** | **0** | **5.000** |
| **2107** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | | | | 93.894.314 | 88.573.218 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| **2107 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **13- 331** | *10* | | | | | | | | **75.000** | **63.765** | **5.000** | **0** | **5.000** |
| 2107 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 75.000 | 63.765 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| 2107 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 75.000 | 63.765 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *75.000* | *63.765* | *5.000* | *0* | *5.000* |
| **Órgão:** | **44000- Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | **3.331.061.237** | **2.779.691.621** | **874.000** | **70.000** | **804.000** |
| **Unidade:** | **44102- Serviço Florestal Brasileiro - SFB** | | | | | | | | | | **105.456.041** | **43.219.274** | **2.000** | **0** | **2.000** |
| **2124** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | 38.088.899 | 34.186.653 | 2.000 | 0 | 2.000 |
| **2124 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **18- 331** | *10* | | | | | | | | **26.000** | **23.782** | **2.000** | **0** | **2.000** |
| 2124 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 26.000 | 23.782 | 2.000 | 0 | 2.000 |
| 2124 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 26.000 | 23.782 | 2.000 | 0 | 2.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *26.000* | *23.782* | *2.000* | *0* | *2.000* |
| **Unidade:** | **44201- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA** | | | | | | | | | | **1.404.432.274** | **1.343.872.114** | **86.000** | **35.000** | **51.000** |
| **2124** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | 782.207.160 | 755.770.475 | 86.000 | 35.000 | 51.000 |
| **2124 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **18- 301** | *20* | | | | | | | | **14.214.636** | **13.403.864** | **0** | **35.000** | **-35.000** |
| 2124 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 14.214.636 | 13.403.864 | 0 | 35.000 | -35.000 |
| 2124 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 35.000 | -35.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *35.000* | *-35.000* |
| **2124 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **18- 331** | *10* | | | | | | | | **626.000** | **605.393** | **86.000** | **0** | **86.000** |
| 2124 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 626.000 | 605.393 | 86.000 | 0 | 86.000 |
| 2124 2011 0001 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 626.000 | 605.393 | 86.000 | 0 | 86.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *626.000* | *605.393* | *86.000* | | *86.000* |
| **Unidade:** | **44206- Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ** | | | | | | | | | | **66.176.277** | **63.676.920** | **6.000** | | **6.000** |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 2223 03/03/2016 11:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2124** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | 44.980.868 | 42.657.383 | 6.000 | 0 | 6.000 |
| **2124 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **18- 331** | *10* | | | | | | | | **282.000** | **273.371** | **6.000** | **0** | **6.000** |
| 2124 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 282.000 | 273.371 | 6.000 | 0 | 6.000 |
| 2124 2011 0033 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 282.000 | 273.371 | 6.000 | 0 | 6.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *282.000* | *273.371* | *6.000* | *0* | *6.000* |
| **Unidade:** | **44207- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade** | | | | | | | | | | **688.009.082** | **592.978.306** | **780.000** | **35.000** | **745.000** |
| **2124** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | | | | 386.118.294 | 377.587.352 | 780.000 | 35.000 | 745.000 |
| **2124 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **18- 301** | *20* | | | | | | | | **4.273.672** | **4.234.894** | **0** | **35.000** | **-35.000** |
| 2124 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 4.273.672 | 4.234.894 | 0 | 35.000 | -35.000 |
| 2124 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 35.000 | -35.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *35.000* | *-35.000* |
| **2124 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **18- 331** | *10* | | | | | | | | **260.000** | **252.428** | **60.000** | **0** | **60.000** |
| 2124 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 260.000 | 252.428 | 60.000 | 0 | 60.000 |
| 2124 2011 0001 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 260.000 | 252.428 | 60.000 | 0 | 60.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *260.000* | *252.428* | *60.000* | *0* | *60.000* |
| **2124 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **18- 331** | *10* | | | | | | | | **8.760.000** | **8.656.853** | **720.000** | **0** | **720.000** |
| 2124 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 8.760.000 | 8.656.853 | 720.000 | 0 | 720.000 |
| 2124 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 8.760.000 | 8.656.853 | 720.000 | 0 | 720.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *8.760.000* | *8.656.853* | *720.000* | *0* | *720.000* |
| **Órgão:** | **47000- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | **5.545.657.045** | **4.965.809.741** | **4.640.000** | **30.779.050** | **-26.139.050** |
| **Unidade:** | **47101- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | **3.329.840.656** | **2.793.764.535** | **1.170.000** | **28.979.050** | **-27.809.050** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 532.489 | 395.744 | 0 | 28.979.050 | -28.979.050 |
| **0909 0623** | **Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **1.000** | **0** | **0** | **28.979.050** | **-28.979.050** |
| 0909 0623 0001 | Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 1.000 | 0 | 0 | 28.979.050 | -28.979.050 |
| 0909 0623 0001 0000 | Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes | | | | | | | | | | 1.000 | 0 | 0 | 28.979.050 | -28.979.050 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *1.000* | *0* | *0* | *28.979.050* | *-28.979.050* |
| **2125** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | 2.485.313.853 | 2.090.272.670 | 1.170.000 | 0 | 1.170.000 |
| **2125 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **04- 301** | *20* | | | | | | | | **17.940.219** | **16.689.274** | **1.170.000** | | **1.170.000** |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
31/03/2016 19:2
Apensado

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2125 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 17.940.219 | 16.689.274 | 1.170.000 | 0 | 1.170.000 |
| 2125 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 1.170.000 | 0 | 1.170.000 | 0 | 1.170.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 1.170.000 | 0 | 1.170.000 | 0 | 1.170.000 |
| **Unidade:** | **47205- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** | | | | | | | | | | **2.164.274.464** | **2.124.904.087** | **3.470.000** | **1.800.000** | **1.670.000** |
| **2125** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | 1.218.037.526 | 1.184.422.449 | 3.470.000 | 1.800.000 | 1.670.000 |
| **2125 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **04- 301** | *20* | | | | | | | | **19.708.984** | **18.478.533** | **0** | **1.800.000** | **-1.800.000** |
| 2125 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 19.708.984 | 18.478.533 | 0 | 1.800.000 | -1.800.000 |
| 2125 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 1.800.000 | -1.800.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1.800.000 | -1.800.000 |
| **2125 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | *10* | | | | | | | | **1.070.000** | **1.069.771** | **40.000** | **0** | **40.000** |
| 2125 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 1.070.000 | 1.069.771 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| 2125 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 1.070.000 | 1.069.771 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 1.070.000 | 1.069.771 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| **2125 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | *10* | | | | | | | | **10.846.000** | **10.588.156** | **1.150.000** | **0** | **1.150.000** |
| 2125 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 10.846.000 | 10.588.156 | 1.150.000 | 0 | 1.150.000 |
| 2125 2011 0001 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 10.846.000 | 10.588.156 | 1.150.000 | 0 | 1.150.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 10.846.000 | 10.588.156 | 1.150.000 | 0 | 1.150.000 |
| **2125 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | *10* | | | | | | | | **49.500.000** | **49.262.651** | **2.280.000** | **0** | **2.280.000** |
| 2125 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 49.500.000 | 49.262.651 | 2.280.000 | 0 | 2.280.000 |
| 2125 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 49.500.000 | 49.262.651 | 2.280.000 | 0 | 2.280.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 49.500.000 | 49.262.651 | 2.280.000 | 0 | 2.280.000 |
| **Órgão:** | **49000- Ministério do Desenvolvimento Agrário** | | | | | | | | | | **6.118.401.247** | **4.138.820.055** | **500.000** | **3.000.000** | **-2.500.000** |
| **Unidade:** | **49101- Ministério do Desenvolvimento Agrário** | | | | | | | | | | **2.303.790.131** | **1.059.218.773** | **500.000** | **0** | **500.000** |
| **2120** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário** | | | | | | | | | | 217.678.321 | 162.429.160 | 500.000 | 0 | 500.000 |
| **2120 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **21- 301** | *20* | | | | | | | | **783.664** | **773.664** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2120 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 783.664 | 773.664 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2120 2004 0053 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 10.000 | 0 | 10.000 | 0 | 10.000 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 19:2

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 10.000 | 0 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| **2120 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **21- 331** | 10 | | | | | | | | **2.470.000** | **2.465.513** | **490.000** | **0** | **490.000** |
| 2120 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 2.470.000 | 2.465.513 | 490.000 | 0 | 490.000 |
| 2120 2012 0053 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 2.467.290 | 2.462.803 | 490.000 | 0 | 490.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.467.290 | 2.462.803 | 490.000 | 0 | 490.000 |
| **Unidade:** | **49201- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA** | | | | | | | | | | **3.814.611.116** | **3.079.601.282** | **0** | **3.000.000** | **-3.000.000** |
| **2120** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário** | | | | | | | | | | 774.209.382 | 762.553.269 | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| **2120 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **21- 301** | 20 | | | | | | | | **18.421.548** | **18.257.143** | **0** | **1.500.000** | **-1.500.000** |
| 2120 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 18.421.548 | 18.257.143 | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| 2120 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 17.978.524 | 17.978.524 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 17.978.524 | 17.978.524 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2120 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 304.624 | 140.219 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 304.624 | 140.219 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| **2120 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **21- 331** | 10 | | | | | | | | **24.300.000** | **24.300.000** | **0** | **1.500.000** | **-1.500.000** |
| 2120 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 24.300.000 | 24.300.000 | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| 2120 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 24.300.000 | 24.300.000 | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 24.300.000 | 24.300.000 | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| **Órgão:** | **52000- Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | **87.950.435.439** | **81.873.489.528** | **23.909.311** | **23.214.311** | **695.000** |
| **Unidade:** | **52111- Comando da Aeronáutica** | | | | | | | | | | **20.288.042.452** | **19.264.735.996** | **4.085.000** | **10.000.000** | **-5.915.000** |
| **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | 6.166.551.395 | 6.146.083.229 | 4.085.000 | 10.000.000 | -5.915.000 |
| **2108 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **05- 301** | 20 | | | | | | | | **158.206.156** | **153.919.985** | **0** | **1.000.000** | **-1.000.000** |
| 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 158.206.156 | 153.919.985 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| 2108 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 14.300.000 | 13.945.714 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 14.300.000 | 13.945.714 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| **2108 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **05- 301** | 10 | | | | | | | | **71.485.000** | **70.500.795** | **85.000** | **5.000.000** | **-4.915.000** |
| 2108 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 71.485.000 | 70.500.795 | 85.000 | 5.000.000 | -4.915.000 |
| 2108 2011 0001 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 5.718.378 | 5.644.840 | 85.000 | 0 | 85.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 5.718.378 | 5.644.840 | 85.000 | | 85.000 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 19:25 Fl. 835

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2108 2011 0001 0002 | Auxílio-Transporte de Militares | | | | | | | | | | 65.766.622 | 64.855.955 | 0 | 5.000.000 | -5.000.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 65.766.622 | 64.855.955 | 0 | 5.000.000 | -5.000.000 |
| **2108 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **05- 331** | *10* | | | | | | | | **260.568.253** | **258.401.533** | **4.000.000** | **4.000.000** | **0** |
| 2108 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 260.568.253 | 258.401.533 | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| 2108 2012 0001 0004 | Alimentação de Militares em Rancho | | | | | | | | | | 183.358.800 | 183.332.794 | 4.000.000 | 4.000.000 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 179.358.800 | 179.354.210 | 0 | 4.000.000 | -4.000.000 |
| | | | | | 4.4.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 4.000.000 | 3.978.584 | 4.000.000 | 0 | 4.000.000 |
| **Unidade:** | **52121- Comando do Exército** | | | | | | | | | | **35.870.074.962** | **34.748.330.672** | **0** | **2.000.000** | **-2.000.000** |
| **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | 13.587.175.587 | 13.546.091.710 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| **2108 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **05- 331** | *10* | | | | | | | | **654.766.975** | **653.223.897** | **0** | **2.000.000** | **-2.000.000** |
| 2108 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 654.766.975 | 653.223.897 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| 2108 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 28.394.000 | 26.893.987 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 28.394.000 | 26.893.987 | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| **Unidade:** | **52131- Comando da Marinha** | | | | | | | | | | **22.728.434.778** | **20.804.085.486** | **12.670.738** | **7.590.738** | **5.080.000** |
| **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | 6.823.005.700 | 6.802.868.650 | 12.670.738 | 7.590.738 | 5.080.000 |
| **2108 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **05- 301** | *20* | | | | | | | | **207.485.872** | **204.132.161** | **7.590.738** | **7.590.738** | **0** |
| 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 206.985.872 | 204.132.161 | 7.590.738 | 7.590.738 | 0 |
| 2108 2004 0001 0003 | Assistência Médica e Odontológica de Militares - Complementação da União | | | | | | | | | | 12.203.685 | 12.203.222 | 7.590.738 | 7.590.738 | 0 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 7.513.423 | 7.513.411 | 7.590.738 | 0 | 7.590.738 |
| | | | | | 4.4.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 4.690.262 | 4.689.812 | 0 | 7.590.738 | -7.590.738 |
| **2108 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **05- 331** | *10* | | | | | | | | **123.155.000** | **122.849.602** | **4.445.000** | **0** | **4.445.000** |
| 2108 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 123.155.000 | 122.849.602 | 4.445.000 | 0 | 4.445.000 |
| 2108 2011 0001 0002 | Auxílio-Transporte de Militares | | | | | | | | | | 116.615.000 | 116.312.146 | 4.445.000 | 0 | 4.445.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 114.204.200 | 113.901.346 | 2.034.200 | 0 | 2.034.200 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.410.800 | 2.410.800 | 2.410.800 | 0 | 2.410.800 |
| **2108 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **05- 331** | *10* | | | | | | | | **326.722.826** | **329.663.787** | **635.000** | **0** | **635.000** |
| 2108 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 326.722.826 | 329.663.787 | 635.000 | 0 | 635.000 |
| 2108 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 29.133.300 | 29.102.940 | 635.000 | 0 | 635.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 29.133.300 | 29.102.940 | 635.000 | 0 | 635.000 |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 856 31/03/2016 19:25 Secretaria

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade:** | **52221- Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL** | | | | | | | | | | **245.896.445** | **212.553.002** | **3.150.000** | **0** | **3.150.000** |
| **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | 147.620.827 | 144.069.286 | 3.150.000 | 0 | 3.150.000 |
| **2108 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **05- 301** | *20* | | | | | | | | 12.007.472 | 11.620.472 | **3.140.000** | **0** | 3.140.000 |
| 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 12.007.472 | 11.620.472 | 3.140.000 | 0 | 3.140.000 |
| 2108 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 4.365.005 | 4.365.005 | 3.140.000 | 0 | 3.140.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *4.365.005* | *4.365.005* | *3.140.000* | *0* | *3.140.000* |
| **2108 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **05- 331** | *10* | | | | | | | | **110.000** | **110.000** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 2108 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 110.000 | 110.000 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 2108 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 110.000 | 110.000 | 10.000 | 0 | 10.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *110.000* | *110.000* | *10.000* | *0* | *10.000* |
| **Unidade:** | **52902- Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas** | | | | | | | | | | **256.202.351** | **243.793.811** | **380.000** | **0** | **380.000** |
| **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | 231.279.578 | 219.015.281 | 380.000 | 0 | 380.000 |
| **2108 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **05- 331** | *20* | | | | | | | | **9.068.467** | **8.963.805** | **380.000** | **0** | **380.000** |
| 2108 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | *PLOA* | | | | | | | 9.068.467 | 8.963.805 | 380.000 | 0 | 380.000 |
| 2108 2012 0053 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 380.000 | 380.000 | 380.000 | 0 | 380.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *380.000* | *380.000* | *380.000* | *0* | *380.000* |
| **Unidade:** | **52931- Fundo Naval** | | | | | | | | | | **737.060.948** | **607.458.631** | **3.623.573** | **3.623.573** | **0** |
| **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | | | | 458.206.896 | 446.098.901 | 3.623.573 | 3.623.573 | 0 |
| **2108 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **05- 301** | *20* | | | | | | | | 290.700.358 | 291.185.185 | **3.623.573** | **3.623.573** | **0** |
| 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 290.700.358 | 291.185.185 | 3.623.573 | 3.623.573 | 0 |
| 2108 2004 0001 0007 | Atendimento Médico-Hospitalar - Participação do Militar | | | | | | | | | | 232.743.705 | 233.228.566 | 3.623.573 | 3.623.573 | 0 |
| | | | | | *3.3.90* | *250* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *212.439.132* | *212.924.340* | *0* | *3.623.573* | *-3.623.573* |
| | | | | | *4.4.90* | *250* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *20.304.573* | *20.304.227* | *3.623.573* | *0* | *3.623.573* |
| **Órgão:** | **53000- Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | | | | **9.038.678.914** | **5.563.783.268** | **6.125.000** | **521.204** | **5.603.796** |
| **Unidade:** | **53201- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF** | | | | | | | | | | **1.104.284.171** | **702.445.810** | **6.120.000** | **21.204** | **6.098.796** |
| **2111** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | | | | 405.885.078 | 399.780.323 | 6.120.000 | 21.204 | 6.098.796 |
| **2111 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | **04- 331** | *10* | | | | | | | | **0** | **0** | **0** | **21.204** | **-21.204** |
| 2111 00M1 0001 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 21.204 | -21.204 |



Câmara dos Deputados
Comissões Externas
Fl. 1284
31/03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2111 00M1 0001 0001 | Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 21.204 | -21.204 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 21.204 | -21.204 |
| **2111 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **04- 301** | 20 | | | | | | | | **8.988.944** | **8.988.253** | **2.810.000** | **0** | **2.810.000** |
| 2111 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 8.988.944 | 8.988.253 | 2.810.000 | 0 | 2.810.000 |
| 2111 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontologica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 2.810.000 | 2.810.000 | 2.810.000 | 0 | 2.810.000 |
| | | | | | 3.3.50 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.810.000 | 2.810.000 | 2.810.000 | 0 | 2.810.000 |
| **2111 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | 10 | | | | | | | | **20.640.000** | **20.339.928** | **3.310.000** | **0** | **3.310.000** |
| 2111 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 20.640.000 | 20.339.928 | 3.310.000 | 0 | 3.310.000 |
| 2111 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 20.640.000 | 20.339.928 | 3.310.000 | 0 | 3.310.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 20.640.000 | 20.339.928 | 3.310.000 | 0 | 3.310.000 |
| **Unidade:** | **53204- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS** | | | | | | | | | | **1.240.161.772** | **954.521.538** | **5.000** | **500.000** | **-495.000** |
| **2111** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | | | | 257.763.796 | 245.604.200 | 5.000 | 500.000 | -495.000 |
| **2111 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **04- 301** | 20 | | | | | | | | **6.960.256** | **5.691.877** | **0** | **500.000** | **-500.000** |
| 2111 2004 0020 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste | | | PLOA | | | | | | | 6.960.256 | 5.691.877 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 2111 2004 0020 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 6.960.256 | 5.691.877 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 6.960.256 | 5.691.877 | 0 | 500.000 | -500.000 |
| **2111 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | 10 | | | | | | | | **925.000** | **915.685** | **5.000** | **0** | **5.000** |
| 2111 2011 0020 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Nordeste | | | PLOA | | | | | | | 925.000 | 915.685 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| 2111 2011 0020 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 925.000 | 915.685 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 925.000 | 915.685 | 5.000 | 0 | 5.000 |
| **Órgão:** | **54000- Ministério do Turismo** | | | | | | | | | | **2.067.231.552** | **650.145.614** | **5.500** | **2.601** | **2.899** |
| **Unidade:** | **54201- EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo** | | | | | | | | | | **287.535.697** | **135.350.622** | **5.500** | **2.601** | **2.899** |
| **2128** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo** | | | | | | | | | | 42.836.469 | 39.568.715 | 5.500 | 2.601 | 2.899 |
| **2128 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **23- 301** | 20 | | | | | | | | 635.967 | 570.188 | 0 | 2.601 | -2.601 |
| 2128 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 635.967 | 570.188 | 0 | 2.601 | -2.601 |
| 2128 2004 0001 0002 | Exames Periodicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 2.601 | -2.601 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2.601 | -2.601 |
| **2128 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis,** | **23-** | 10 | | | | | | | | **29.500** | **28.074** | **5.500** | **0** | **5.500** |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais 31/03/2016 19:25 Hora 0538

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)

**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução

**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Empregados e Militares** | **331** | | | | | | | | | | | | | |
| 2128 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 29.500 | 28.074 | 5.500 | 0 | 5.500 |
| 2128 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 29.500 | 28.074 | 5.500 | 0 | 5.500 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *29.500* | *28.074* | *5.500* | *0* | *5.500* |
| **Órgão:** | **56000- Ministério das Cidades** | | | | | | | | | | **37.258.179.368** | **22.050.010.594** | **14.331.000** | **90.048** | **14.240.952** |
| **Unidade:** | **56101- Ministério das Cidades** | | | | | | | | | | **34.561.378.954** | **20.608.231.303** | **14.000** | **68.844** | **-54.844** |
| **2116** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades** | | | | | | | | | | 148.059.667 | 116.696.331 | 14.000 | 68.844 | -54.844 |
| **2116 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **04- 301** | *20* | | | | | | | | **750.000** | **720.000** | **0** | **68.844** | **-68.844** |
| 2116 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 750.000 | 720.000 | 0 | 68.844 | -68.844 |
| 2116 2004 0053 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 68.844 | -68.844 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *68.844* | *-68.844* |
| **2116 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | *10* | | | | | | | | **62.000** | **60.178** | **14.000** | **0** | **14.000** |
| 2116 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 62.000 | 60.178 | 14.000 | 0 | 14.000 |
| 2116 2010 0053 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 62.000 | 60.178 | 14.000 | 0 | 14.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *62.000* | *60.178* | *14.000* | *0* | *14.000* |
| **Unidade:** | **56201- Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB** | | | | | | | | | | **269.313.967** | **264.004.995** | **2.667.000** | **21.204** | **2.645.796** |
| **2116** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades** | | | | | | | | | | 238.286.659 | 234.403.951 | 2.667.000 | 21.204 | 2.645.796 |
| **2116 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | **15- 331** | *10* | | | | | | | | **0** | **0** | **0** | **21.204** | **-21.204** |
| 2116 00M1 0043 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 21.204 | -21.204 |
| 2116 00M1 0043 0001 | Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 21.204 | -21.204 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *0* | *0* | *0* | *21.204* | *-21.204* |
| **2116 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **15- 301** | *20* | | | | | | | | **6.509.703** | **6.369.160** | **2.192.000** | **0** | **2.192.000** |
| 2116 2004 0043 | Assistência Médica e Odontologica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 6.509.703 | 6.369.160 | 2.192.000 | 0 | 2.192.000 |
| 2116 2004 0043 0001 | Assistência Médica e Odontologica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 2.471.585 | 2.336.385 | 2.192.000 | | 2.192.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *188* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *2.471.585* | *2.336.385* | *2.192.000* | | *2.192.000* |
| **2116 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **15- 331** | *10* | | | | | | | | **533.000** | **522.872** | **65.000** | **0** | **65.000** |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 883 Assinatura 03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2116 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 533.000 | 522.872 | 65.000 | 0 | 65.000 |
| 2116 2010 0043 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 533.000 | 522.872 | 65.000 | 0 | 65.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 533.000 | 522.872 | 65.000 | 0 | 65.000 |
| **2116 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **15- 331** | 10 | | | | | | | | **9.731.537** | **9.731.537** | **410.000** | **0** | **410.000** |
| 2116 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | PLOA | | | | | | | 9.731.537 | 9.731.537 | 410.000 | 0 | 410.000 |
| 2116 2012 0043 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 9.731.537 | 9.731.537 | 410.000 | 0 | 410.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 9.731.537 | 9.731.537 | 410.000 | 0 | 410.000 |
| **Unidade:** | **56202- Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU** | | | | | | | | | | **1.262.275.006** | **991.199.066** | **11.650.000** | **0** | **11.650.000** |
| **2116** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades** | | | | | | | | | | 732.206.563 | 724.701.539 | 11.650.000 | 0 | 11.650.000 |
| **2116 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **15- 301** | 20 | | | | | | | | **15.355.090** | **15.037.100** | **3.020.000** | **0** | **3.020.000** |
| 2116 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 15.355.090 | 15.037.100 | 3.020.000 | 0 | 3.020.000 |
| 2116 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 3.020.000 | 3.012.905 | 3.020.000 | 0 | 3.020.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 3.020.000 | 3.012.905 | 3.020.000 | 0 | 3.020.000 |
| **2116 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **15- 331** | 10 | | | | | | | | **1.110.000** | **995.984** | **70.000** | **0** | **70.000** |
| 2116 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 1.110.000 | 995.984 | 70.000 | 0 | 70.000 |
| 2116 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 1.110.000 | 995.984 | 70.000 | 0 | 70.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 1.110.000 | 995.984 | 70.000 | 0 | 70.000 |
| **2116 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **15- 331** | 10 | | | | | | | | **42.015.896** | **42.015.896** | **8.560.000** | **0** | **8.560.000** |
| 2116 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 42.015.896 | 42.015.896 | 8.560.000 | 0 | 8.560.000 |
| 2116 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 42.015.896 | 42.015.896 | 8.560.000 | 0 | 8.560.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 42.015.896 | 42.015.896 | 8.560.000 | 0 | 8.560.000 |
| **Órgão:** | **63000- Advocacia-Geral da União** | | | | | | | | | | **3.250.639.541** | **3.137.078.296** | **0** | **1.000.000** | **-1.000.000** |
| **Unidade:** | **63101- Advocacia-Geral da União** | | | | | | | | | | **3.250.639.541** | **3.137.078.296** | **0** | **1.000.000** | **-1.000.000** |
| **2101** | **Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República** | | | | | | | | | | 1.915.126.541 | 1.909.822.176 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| **2101 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **03- 301** | 20 | | | | | | | | 13.021.772 | 12.810.299 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| 2101 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | PLOA | | | | | | | 13.021.772 | 12.810.299 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| 2101 2004 0001 0002 | Exames Periódicos - Civis | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |



Câmara dos Deputados Comissão Especial 31/03/2016 19:25

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| **Órgão:** | **73000- Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios** | | | | | | | | | | **243.684.156.450** | **217.794.928.676** | **881.700** | **0** | **881.700** |
| **Unidade:** | **73113- Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | **2.955.389.226** | **2.944.114.609** | **881.700** | **0** | **881.700** |
| **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | | | | 1.018.526.541 | 1.008.537.538 | 881.700 | 0 | 881.700 |
| **2110 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | **04- 331** | 10 | | | | | | | | **3.278.564** | **2.443.130** | **42.000** | **0** | **42.000** |
| 2110 00M1 0014 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Roraima | | | PLOA | | | | | | | 530.021 | 478.597 | 13.000 | 0 | 13.000 |
| 2110 00M1 0014 0001 | Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis | | | | | | | | | | 530.021 | 478.597 | 13.000 | 0 | 13.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *530.021* | *478.597* | *13.000* | *0* | *13.000* |
| 2110 00M1 0033 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 864.628 | 344.027 | 29.000 | 0 | 29.000 |
| 2110 00M1 0033 0001 | Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis | | | | | | | | | | 864.628 | 344.027 | 29.000 | 0 | 29.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *864.628* | *344.027* | *29.000* | *0* | *29.000* |
| **2110 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **04- 301** | 20 | | | | | | | | **16.169.258** | **14.653.427** | **412.500** | **0** | **412.500** |
| 2110 2004 0011 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia | | | PLOA | | | | | | | 2.881.713 | 2.739.948 | 44.000 | 0 | 44.000 |
| 2110 2004 0011 0001 | Assistência Médica e Odontologica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 4.000 | 4.000 | 4.000 | 0 | 4.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *4.000* | *4.000* | *4.000* | *0* | *4.000* |
| 2110 2004 0011 0003 | Assistência Médica e Odontológica de Militares - Complementação da União | | | | | | | | | | 40.000 | 0 | 40.000 | 0 | 40.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *40.000* | *0* | *40.000* | *0* | *40.000* |
| 2110 2004 0012 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre | | | PLOA | | | | | | | 411.086 | 139.298 | 35.500 | 0 | 35.500 |
| 2110 2004 0012 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 15.500 | 15.470 | 15.500 | 0 | 15.500 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *15.500* | *15.470* | *15.500* | *0* | *15.500* |
| 2110 2004 0012 0003 | Assistência Médica e Odontológica de Militares - Complementação da União | | | | | | | | | | 20.000 | 0 | 20.000 | 0 | 20.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *20.000* | *0* | *20.000* | *0* | *20.000* |
| 2110 2004 0014 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima | | | PLOA | | | | | | | 2.973.243 | 2.719.870 | 203.000 | 0 | 203.000 |
| 2110 2004 0014 0001 | Assistência Médica e Odontologica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 37.000 | 30.321 | 37.000 | 0 | 37.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *37.000* | *30.321* | *37.000* | *0* | *37.000* |
| 2110 2004 0014 0003 | Assistência Médica e Odontológica de Militares - Complementação da União | | | | | | | | | | 0 | 0 | 166.000 | 0 | 166.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *0* | *0* | *166.000* | *0* | *166.000* |



Câmara dos Deputados Comissão de Fiscalização Financeira Fl. 838

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2110 2004 0016 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá | | | PLOA | | | | | | | 9.319.688 | 9.053.445 | 106.000 | 0 | 106.000 |
| 2110 2004 0016 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 82.000 | 0 | 82.000 | 0 | 82.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *82.000* | *0* | *82.000* | *0* | *82.000* |
| 2110 2004 0016 0003 | Assistência Médica e Odontológica de Militares - Complementação da União | | | | | | | | | | 24.000 | 0 | 24.000 | 0 | 24.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *24.000* | *0* | *24.000* | *0* | *24.000* |
| 2110 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | PLOA | | | | | | | 583.528 | 866 | 24.000 | 0 | 24.000 |
| 2110 2004 0033 0003 | Assistência Médica e Odontológica de Militares - Complementação da União | | | | | | | | | | 24.000 | 289 | 24.000 | 0 | 24.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 188 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *24.000* | *289* | *24.000* | *0* | *24.000* |
| **2110 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | *10* | | | | | | | | **701.201** | **414.135** | **30.200** | **0** | **30.200** |
| 2110 2010 0011 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | | | PLOA | | | | | | | 46.697 | 46.697 | 6.200 | 0 | 6.200 |
| 2110 2010 0011 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 46.697 | 46.697 | 6.200 | 0 | 6.200 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *46.697* | *46.697* | *6.200* | *0* | *6.200* |
| 2110 2010 0014 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Roraima | | | PLOA | | | | | | | 293.836 | 156.681 | 11.500 | 0 | 11.500 |
| 2110 2010 0014 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 293.836 | 156.681 | 11.500 | 0 | 11.500 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *293.836* | *156.681* | *11.500* | *0* | *11.500* |
| 2110 2010 0016 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá | | | PLOA | | | | | | | 360.668 | 210.758 | 12.500 | 0 | 12.500 |
| 2110 2010 0016 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 360.668 | 210.758 | 12.500 | 0 | 12.500 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *360.668* | *210.758* | *12.500* | *0* | *12.500* |
| **2110 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **04- 331** | *10* | | | | | | | | **519.888** | **436.009** | **8.000** | **0** | **8.000** |
| 2110 2011 0011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | | | PLOA | | | | | | | 203.521 | 155.521 | 4.000 | 0 | 4.000 |
| 2110 2011 0011 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 203.521 | 155.521 | 4.000 | 0 | 4.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *203.521* | *155.521* | *4.000* | *0* | *4.000* |
| 2110 2011 0016 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá | | | PLOA | | | | | | | 301.959 | 267.153 | 4.000 | 0 | 4.000 |
| 2110 2011 0016 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 301.959 | 267.153 | 4.000 | 0 | 4.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | *301.959* | *267.153* | *4.000* | *0* | *4.000* |
| **2110 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e** | **04-** | *10* | | | | | | | | 44.215.117 | 42.823.273 | 389.000 | 0 | 389.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fls. 31/03/2016 19:25 Fabio Faria Deputado

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 44989

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Militares** | **331** | | | | | | | | | | | | | |
| 2110 2012 0011 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | | | PLOA | | | | | | | 7.761.346 | 7.424.346 | 27.000 | 0 | 27.000 |
| 2110 2012 0011 0005 | Auxílio-Alimentação ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art. 65) | | | | | | | | | | 422.800 | 285.800 | 27.000 | 0 | 27.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 422.800 | 285.800 | 27.000 | 0 | 27.000 |
| 2110 2012 0014 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Roraima | | | PLOA | | | | | | | 15.859.099 | 15.407.565 | 185.000 | 0 | 185.000 |
| 2110 2012 0014 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 14.928.499 | 14.480.578 | 14.000 | 0 | 14.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 14.928.499 | 14.480.578 | 14.000 | 0 | 14.000 |
| 2110 2012 0014 0005 | Auxílio-Alimentação ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art. 65) | | | | | | | | | | 930.600 | 926.987 | 171.000 | 0 | 171.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 930.600 | 926.987 | 171.000 | 0 | 171.000 |
| 2110 2012 0016 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá | | | PLOA | | | | | | | 20.594.672 | 19.991.361 | 177.000 | 0 | 177.000 |
| 2110 2012 0016 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 18.352.072 | 18.200.830 | 108.000 | 0 | 108.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 18.352.072 | 18.200.830 | 108.000 | 0 | 108.000 |
| 2110 2012 0016 0005 | Auxílio-Alimentação ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art. 65) | | | | | | | | | | 2.242.600 | 1.790.531 | 69.000 | 0 | 69.000 |
| | | | | | 3.3.90 | 100 | 0 | 9999 | 1 | 1 | 2.242.600 | 1.790.531 | 69.000 | 0 | 69.000 |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 1.324.878.507.611 | 1.205.804.266.181 | 213.771.584 | 213.771.584 | 0 |

**Justificativas Pedido: 44989**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Déficit apurado em razão do perfil de execução do período de jan a mai/15.

**Usuário:** MARCELA JACCOTTET LOPES

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não se aplica.

**Usuário:** MARCELA JACCOTTET LOPES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Impossibilidade de atendimento de despesas de natureza obrigatória.

**Usuário:** MARCELA JACCOTTET LOPES

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não se aplica.

**Usuário:** MARCELA JACCOTTET LOPES

**Acompanhamentos Pedido: 44989**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|



Câmara dos Deputados Comissões Fls. 846

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **44989**

| | | |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | NANCI QUIRINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | NANCI QUIRINO |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Orgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: Envio forçado devido aos pedidos 44989,44842 possuírem desbalanceamento de fontes, porém os mesmos vão compor uma mesma formalização. Solicitado pela Nanci por e-mail. | FERNANDO CASTRO DE MESQUITA |



Câmara dos Deputados Comissão Fl. 8844

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 131.656.030 | 46.403.622 | 85.252.408 |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 82.115.554 | 167.367.962 | -85.252.408 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **12000 Justiça Federal** | **7.060.399** | **0** | **7.060.399** |
| 12101 Justiça Federal de Primeiro Grau | 7.060.399 | 0 | 7.060.399 |
| **14000 Justiça Eleitoral** | **2.234.205** | **0** | **2.234.205** |
| 14101 Tribunal Superior Eleitoral | 215.300 | 0 | 215.300 |
| 14104 Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas | 434.044 | 0 | 434.044 |
| 14105 Tribunal Regional Eleitoral da Bahia | 189.157 | 0 | 189.157 |
| 14108 Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo | 10.785 | 0 | 10.785 |
| 14109 Tribunal Regional Eleitoral de Goiás | 146.363 | 0 | 146.363 |
| 14110 Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão | 13.434 | 0 | 13.434 |
| 14111 Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso | 112.267 | 0 | 112.267 |
| 14112 Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul | 14.405 | 0 | 14.405 |
| 14113 Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais | 193.384 | 0 | 193.384 |
| 14114 Tribunal Regional Eleitoral do Pará | 176.407 | 0 | 176.407 |
| 14115 Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba | 21.594 | 0 | 21.594 |
| 14116 Tribunal Regional Eleitoral do Paraná | 15.000 | 0 | 15.000 |
| 14117 Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco | 2.084 | 0 | 2.084 |
| 14119 Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 14120 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte | 74.817 | 0 | 74.817 |
| 14121 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul | 14.588 | 0 | 14.588 |
| 14122 Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia | 197.833 | 0 | 197.833 |
| 14123 Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina | 196.099 | 0 | 196.099 |
| 14124 Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo | 104.140 | 0 | 104.140 |
| 14128 Tribunal Regional Eleitoral do Amapá | 72.504 | 0 | 72.504 |
| **15000 Justiça do Trabalho** | **7.127.063** | **0** | **7.127.063** |
| 15102 Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro | 1.200.729 | 0 | 1.200.729 |
| 15103 Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo | 3.097.441 | 0 | 3.097.441 |
| 15104 Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais | 280.608 | 0 | 280.608 |
| 15105 Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul | 320.477 | 0 | 320.477 |
| 15106 Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia | 287.640 | 0 | 287.640 |
| 15110 Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná | 742.856 | 0 | 742.856 |
| 15116 Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP | 575.280 | 0 | 575.280 |
| 15117 Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão | 255.000 | 0 | 255.000 |
| 15118 Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo | 40.920 | 0 | 40.920 |
| 15119 Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás | 219.936 | 0 | 219.936 |
| 15124 Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso | 106.176 | 0 | 106.176 |
| **17000 Conselho Nacional de Justiça** | **726.960** | **0** | **726.960** |
| 17101 Conselho Nacional de Justiça | 726.960 | 0 | 726.960 |
| **20000 Presidência da República** | **6.691.000** | **136.248** | **6.554.752** |
| 20101 Presidência da República | 0 | 132.708 | -132.708 |
| 20204 Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI | 0 | 3.540 | -3.540 |
| 20415 Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC | 6.691.000 | 0 | 6.691.000 |
| **22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | **31.853.000** | **0** | **31.853.000** |
| 22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 1.153.000 | 0 | 1.153.000 |
| 22202 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA | 15.270.000 | 0 | 15.270.000 |
| 22211 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB | 15.430.000 | 0 | 15.430.000 |
| **24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | **4.817.000** | **373.636** | **4.443.364** |
| 24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação | 26.000 | 226.180 | -200.180 |
| 24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | 0 | 147.456 | -147.456 |
| 24206 Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB | 2.541.000 | 0 | 2.541.000 |
| 24207 Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP | 2.232.000 | 0 | 2.232.000 |
| 24209 Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC | 18.000 | 0 | 18.000 |
| **25000 Ministério da Fazenda** | **6.202.000** | **5.500.000** | **702.000** |
| 25101 Ministério da Fazenda | 368.000 | 1.000.000 | -632.000 |
| 25103 Secretaria da Receita Federal do Brasil | 66.000 | 4.000.000 | -3.934.000 |
| 25201 Banco Central do Brasil | 5.736.000 | 500.000 | 5.236.000 |
| 25203 Comissão de Valores Mobiliários | 32.000 | 0 | 32.000 |
| **26000 Ministério da Educação** | **74.390.000** | **32.345.931** | **42.044.069** |
| 26101 Ministério da Educação | 0 | 200.804 | -200.804 |
| 26104 Instituto Nacional de Educação de Surdos | 530.000 | 66.948 | 463.052 |
| 26105 Instituto Benjamin Constant | 342.000 | 0 | 342.000 |
| 26201 Colégio Pedro II | 360.000 | 330.560 | 29.440 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 26230 Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco | 0 | 29.756 | -29.756 |
| 26231 Universidade Federal de Alagoas | 395.000 | 540.240 | -145.240 |
| 26232 Universidade Federal da Bahia | 0 | 800.000 | -800.000 |
| 26233 Universidade Federal do Ceará | 6.000 | 700.000 | -694.000 |
| 26234 Universidade Federal do Espírito Santo | 165.000 | 492.000 | -327.000 |
| 26235 Universidade Federal de Goiás | 140.000 | 608.016 | -468.016 |
| 26236 Universidade Federal Fluminense | 640.000 | 0 | 640.000 |
| 26237 Universidade Federal de Juiz de Fora | 1.620.000 | 0 | 1.620.000 |
| 26238 Universidade Federal de Minas Gerais | 155.000 | 1.000.000 | -845.000 |
| 26239 Universidade Federal do Pará | 510.000 | 859.244 | -349.244 |
| 26240 Universidade Federal da Paraíba | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| 26241 Universidade Federal do Paraná | 270.000 | 776.384 | -506.384 |
| 26242 Universidade Federal de Pernambuco | 20.000 | 1.000.000 | -980.000 |
| 26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro | 420.000 | 2.000.000 | -1.580.000 |
| 26246 Universidade Federal de Santa Catarina | 155.000 | 700.000 | -545.000 |
| 26247 Universidade Federal de Santa Maria | 160.000 | 600.000 | -440.000 |
| 26248 Universidade Federal Rural de Pernambuco | 25.000 | 296.976 | -271.976 |
| 26250 Fundação Universidade Federal de Roraima | 180.000 | 0 | 180.000 |
| 26251 Fundação Universidade Federal do Tocantins | 810.000 | 0 | 810.000 |
| 26252 Universidade Federal de Campina Grande | 0 | 456.728 | -456.728 |
| 26253 Universidade Federal Rural da Amazônia | 20.000 | 60.344 | -40.344 |
| 26254 Universidade Federal do Triângulo Mineiro | 110.000 | 0 | 110.000 |
| 26255 Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri | 445.000 | 0 | 445.000 |
| 26256 Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca | 1.870.000 | 0 | 1.870.000 |
| 26257 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais | 450.000 | 117.096 | 332.904 |
| 26258 Universidade Tecnológica Federal do Paraná | 1.872.000 | 500.000 | 1.372.000 |
| 26260 Universidade Federal de Alfenas | 0 | 31.612 | -31.612 |
| 26261 Universidade Federal de Itajubá | 10.000 | 74.348 | -64.348 |
| 26262 Universidade Federal de São Paulo | 340.000 | 500.000 | -160.000 |
| 26263 Universidade Federal de Lavras | 70.000 | 117.608 | -47.608 |
| 26264 Universidade Federal Rural do Semi-Árido | 30.000 | 0 | 30.000 |
| 26266 Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA | 591.000 | 62.988 | 528.012 |
| 26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 26268 Fundação Universidade Federal de Rondônia | 390.000 | 0 | 390.000 |
| 26269 Fundação Universidade do Rio de Janeiro | 290.000 | 184.460 | 105.540 |
| 26270 Fundação Universidade do Amazonas | 0 | 478.256 | -478.256 |
| 26271 Fundação Universidade de Brasília | 0 | 800.000 | -800.000 |
| 26272 Fundação Universidade Federal do Maranhão | 695.000 | 415.748 | 279.252 |
| 26273 Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS | 245.000 | 141.864 | 103.136 |
| 26274 Universidade Federal de Uberlândia | 35.000 | 500.000 | -465.000 |
| 26275 Fundação Universidade Federal do Acre | 165.000 | 176.228 | -11.228 |
| 26276 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso | 640.000 | 0 | 640.000 |
| 26277 Fundação Universidade Federal de Ouro Preto | 0 | 262.736 | -262.736 |
| 26278 Fundação Universidade Federal de Pelotas | 0 | 392.492 | -392.492 |
| 26279 Fundação Universidade Federal do Piauí | 95.000 | 410.220 | -315.220 |
| 26280 Fundação Universidade Federal de São Carlos | 0 | 345.308 | -345.308 |
| 26281 Fundação Universidade Federal de Sergipe | 535.000 | 0 | 535.000 |
| 26282 Fundação Universidade Federal de Viçosa | 50.000 | 1.172.092 | -1.122.092 |
| 26283 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | 20.000 | 953.368 | -933.368 |
| 26284 Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre | 80.000 | 416 | 79.584 |
| 26285 Fundação Universidade Federal de São João Del Rei | 390.000 | 0 | 390.000 |
| 26286 Fundação Universidade Federal do Amapá | 166.000 | 0 | 166.000 |
| 26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES | 40.000 | 0 | 40.000 |
| 26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA | 4.050.000 | 0 | 4.050.000 |
| 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação | 0 | 10.700 | -10.700 |
| 26350 Fundação Universidade Federal da Grande Dourados | 290.000 | 83.852 | 206.148 |
| 26351 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia | 895.000 | 212.936 | 682.064 |
| 26352 Fundação Universidade Federal do ABC | 0 | 58.872 | -58.872 |
| 26358 Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes | 0 | 33.740 | -33.740 |
| 26359 Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia | 0 | 150.560 | -150.560 |
| 26362 Hospital Universitário Valter Cantídio | 0 | 88.004 | -88.004 |
| 26363 Maternidade Assis Chateaubrian | 0 | 9.800 | -9.800 |
| 26364 Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais | 0 | 90.512 | -90.512 |
| 26365 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás | 20.000 | 81.280 | -61.280 |
| 26366 Hospital Universitário Antonio Pedro | 175.000 | 246.356 | -71.356 |

Câmara dos Deputados
Fl. 8847
Comissões

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 26368 Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais | 30.000 | 268.364 | -238.364 |
| 26369 Hospital Universitário João de Barros Barreto | 0 | 12.200 | -12.200 |
| 26370 Hospital Universitário Betina Ferro Souza | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 26371 Hospital Universitário Lauro Wanderley | 0 | 123.500 | -123.500 |
| 26372 Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná | 60.000 | 315.860 | -255.860 |
| 26373 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco | 0 | 746.968 | -746.968 |
| 26374 Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte | 0 | 125.876 | -125.876 |
| 26378 Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro | 0 | 692.612 | -692.612 |
| 26385 Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados | 10.000 | 8.912 | 1.088 |
| 26386 Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago | 0 | 183.740 | -183.740 |
| 26387 Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria | 0 | 168.788 | -168.788 |
| 26388 Hospital Universitário Alcides Carneiro | 180.000 | 26.864 | 153.136 |
| 26389 Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro | 0 | 99.498 | -99.498 |
| 26391 Hospital Universitário Gaffree e Guinle | 0 | 35.732 | -35.732 |
| 26392 Hospital Getúlio Vargas | 90.000 | 0 | 90.000 |
| 26393 Hospital Universitário de Brasília | 0 | 49.028 | -49.028 |
| 26394 Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão | 0 | 48.152 | -48.152 |
| 26396 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia | 0 | 238.052 | -238.052 |
| 26401 Hospital Universitário Maria Pedrossian | 0 | 71.936 | -71.936 |
| 26402 Instituto Federal de Alagoas | 100.000 | 187.976 | -87.976 |
| 26403 Instituto Federal do Amazonas | 995.000 | 69.144 | 925.856 |
| 26404 Instituto Federal Baiano | 125.000 | 153.620 | -28.620 |
| 26405 Instituto Federal do Ceará | 980.000 | 0 | 980.000 |
| 26406 Instituto Federal do Espírito Santo | 170.000 | 394.924 | -224.924 |
| 26407 Instituto Federal Goiano | 660.000 | 0 | 660.000 |
| 26408 Instituto Federal do Maranhão | 995.000 | 276.028 | 718.972 |
| 26409 Instituto Federal de Minas Gerais | 455.000 | 0 | 455.000 |
| 26410 Instituto Federal do Norte de Minas Gerais | 710.000 | 0 | 710.000 |
| 26411 Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais | 260.000 | 0 | 260.000 |
| 26412 Instituto Federal do Sul de Minas Gerais | 230.000 | 39.212 | 190.788 |
| 26413 Instituto Federal do Triangulo Mineiro | 180.000 | 0 | 180.000 |
| 26414 Instituto Federal do Mato Grosso | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 26415 Instituto Federal do Mato Grosso do Sul | 130.000 | 0 | 130.000 |
| 26416 Instituto Federal do Pará | 40.000 | 196.520 | -156.520 |
| 26417 Instituto Federal da Paraíba | 540.000 | 241.896 | 298.104 |
| 26418 Instituto Federal de Pernambuco | 812.000 | 264.980 | 547.020 |
| 26419 Instituto Federal do Rio Grande do Sul | 1.110.000 | 223.048 | 886.952 |
| 26420 Instituto Federal Farroupilha | 1.250.000 | 122.404 | 1.127.596 |
| 26421 Instituto Federal de Rondônia | 55.000 | 0 | 55.000 |
| 26422 Instituto Federal Catarinense | 1.360.000 | 0 | 1.360.000 |
| 26423 Instituto Federal de Sergipe | 660.000 | 124.596 | 535.404 |
| 26424 Instituto Federal do Tocantins | 450.000 | 36.268 | 413.732 |
| 26425 Instituto Federal do Acre | 270.000 | 35.904 | 234.096 |
| 26427 Instituto Federal da Bahia | 1.422.000 | 448.488 | 973.512 |
| 26428 Instituto Federal de Brasília | 190.000 | 46.916 | 143.084 |
| 26429 Instituto Federal de Goiás | 130.000 | 176.192 | -46.192 |
| 26430 Instituto Federal do Sertão Pernambucano | 430.000 | 79.952 | 350.048 |
| 26431 Instituto Federal do Piauí | 2.755.000 | 0 | 2.755.000 |
| 26432 Instituto Federal do Paraná | 1.415.000 | 0 | 1.415.000 |
| 26433 Instituto Federal do Rio de Janeiro | 24.000 | 205.568 | -181.568 |
| 26434 Instituto Federal Fluminense | 1.100.000 | 209.080 | 890.920 |
| 26435 Instituto Federal do Rio Grande do Norte | 2.420.000 | 0 | 2.420.000 |
| 26436 Instituto Federal Sul-rio-grandense | 315.000 | 83.292 | 231.708 |
| 26437 Instituto Federal de Roraima | 90.000 | 0 | 90.000 |
| 26438 Instituto Federal de Santa Catarina | 1.350.000 | 326.325 | 1.023.675 |
| 26439 Instituto Federal de São Paulo | 5.620.000 | 0 | 5.620.000 |
| 26440 Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS | 630.000 | 151.000 | 479.000 |
| 26441 Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA | 1.180.000 | 0 | 1.180.000 |
| 26442 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira | 200.000 | 0 | 200.000 |
| 26443 Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH | 17.890.000 | 3.339.204 | 14.550.796 |
| 26445 Hospital Universitário da UNIFESP | 185.000 | 291.860 | -106.860 |
| 26447 Universidade Federal do Oeste da Bahia | 150.000 | 44.000 | 106.000 |
| 26448 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará | 720.000 | 140.000 | 580.000 |
| 26449 Universidade Federal do Cariri | 795.000 | 0 | 795.000 |
| 26450 Universidade Federal do Sul da Bahia | 465.000 | 0 | 465.000 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | **960.200** | **397.844** | **562.356** |
| 28101 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 5.000 | 182.844 | -177.844 |
| 28202 Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro | 0 | 215.000 | -215.000 |
| 28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA | 955.200 | 0 | 955.200 |
| **29000 Defensoria Pública da União** | **1.796.000** | **0** | **1.796.000** |
| 29101 Defensoria Pública da União | 1.796.000 | 0 | 1.796.000 |
| **30000 Ministério da Justiça** | **290.000** | **4.300.000** | **-4.010.000** |
| 30101 Ministério da Justiça | 130.000 | 0 | 130.000 |
| 30103 Arquivo Nacional | 15.000 | 0 | 15.000 |
| 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| 30108 Departamento de Polícia Federal | 145.000 | 2.000.000 | -1.855.000 |
| 30202 Fundação Nacional do Índio - FUNAI | 0 | 800.000 | -800.000 |
| **32000 Ministério de Minas e Energia** | **5.689.000** | **606.636** | **5.082.364** |
| 32101 Ministério de Minas e Energia | 0 | 203.484 | -203.484 |
| 32202 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM | 5.621.000 | 21.204 | 5.599.796 |
| 32263 Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM | 0 | 381.948 | -381.948 |
| 32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP | 8.000 | 0 | 8.000 |
| 32314 Empresa de Pesquisa Energética - EPE | 60.000 | 0 | 60.000 |
| **33000 Ministério da Previdência Social** | **0** | **39.483.000** | **-39.483.000** |
| 33201 Instituto Nacional do Seguro Social | 0 | 39.483.000 | -39.483.000 |
| **34000 Ministério Público da União** | **397.746** | **0** | **397.746** |
| 34101 Ministério Público Federal | 216.344 | 0 | 216.344 |
| 34102 Ministério Público Militar | 10.248 | 0 | 10.248 |
| 34103 Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios | 67.130 | 0 | 67.130 |
| 34104 Ministério Público do Trabalho | 104.024 | 0 | 104.024 |
| **36000 Ministério da Saúde** | **8.468.000** | **63.030.871** | **-54.562.871** |
| 36201 Fundação Oswaldo Cruz | 567.000 | 500.000 | 67.000 |
| 36210 Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO | 3.436.000 | 0 | 3.436.000 |
| 36211 Fundação Nacional de Saúde | 0 | 27.000.000 | -27.000.000 |
| 36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 36901 Fundo Nacional de Saúde | 4.465.000 | 35.030.871 | -30.565.871 |
| **38000 Ministério do Trabalho e Emprego** | **5.000** | **5.200.000** | **-5.195.000** |
| 38101 Ministério do Trabalho e Emprego | 0 | 5.200.000 | -5.200.000 |
| 38201 Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho | 5.000 | 0 | 5.000 |
| **39000 Ministério dos Transportes** | **3.493.000** | **2.900.204** | **592.796** |
| 39101 Ministério dos Transportes | 171.000 | 2.378.300 | -2.207.300 |
| 39207 VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. | 3.305.000 | 39.756 | 3.265.244 |
| 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT | 17.000 | 452.944 | -435.944 |
| 39253 Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL | 0 | 29.204 | -29.204 |
| **41000 Ministério das Comunicações** | **206.000** | **800.000** | **-594.000** |
| 41101 Ministério das Comunicações | 6.000 | 800.000 | -794.000 |
| 41231 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL | 200.000 | 0 | 200.000 |
| **42000 Ministério da Cultura** | **98.500** | **20.000** | **78.500** |
| 42101 Ministério da Cultura | 12.000 | 10.000 | 2.000 |
| 42203 Fundação Cultural Palmares | 30.500 | 0 | 30.500 |
| 42204 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional | 6.000 | 10.000 | -4.000 |
| 42205 Fundação Nacional de Artes | 45.000 | 0 | 45.000 |
| 42207 Instituto Brasileiro de Museus | 5.000 | 0 | 5.000 |
| **44000 Ministério do Meio Ambiente** | **874.000** | **70.000** | **804.000** |
| 44102 Serviço Florestal Brasileiro - SFB | 2.000 | 0 | 2.000 |
| 44201 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA | 86.000 | 35.000 | 51.000 |
| 44206 Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ | 6.000 | 0 | 6.000 |
| 44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade | 780.000 | 35.000 | 745.000 |
| **47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **4.640.000** | **30.779.050** | **-26.139.050** |
| 47101 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 1.170.000 | 28.979.050 | -27.809.050 |
| 47205 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | 3.470.000 | 1.800.000 | 1.670.000 |
| **49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário** | **500.000** | **3.000.000** | **-2.500.000** |
| 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário | 500.000 | 0 | 500.000 |
| 49201 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| **52000 Ministério da Defesa** | **23.909.311** | **23.214.311** | **695.000** |
| 52111 Comando da Aeronáutica | 4.085.000 | 10.000.000 | -5.915.000 |
| 52121 Comando do Exército | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| 52131 Comando da Marinha | 12.670.738 | 7.590.738 | 5.080.000 |
| 52221 Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL | 3.150.000 | 0 | 3.150.000 |
| 52902 Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas | 380.000 | 0 | 380.000 |

Câmara dos Deputados
Fl. 8849
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 52931 Fundo Naval | 3.623.573 | 3.623.573 | 0 |
| **53000 Ministério da Integração Nacional** | **6.125.000** | **521.204** | **5.603.796** |
| 53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF | 6.120.000 | 21.204 | 6.098.796 |
| 53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS | 5.000 | 500.000 | -495.000 |
| **54000 Ministério do Turismo** | **5.500** | **2.601** | **2.899** |
| 54201 EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo | 5.500 | 2.601 | 2.899 |
| **56000 Ministério das Cidades** | **14.331.000** | **90.048** | **14.240.952** |
| 56101 Ministério das Cidades | 14.000 | 68.844 | -54.844 |
| 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB | 2.667.000 | 21.204 | 2.645.796 |
| 56202 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU | 11.650.000 | 0 | 11.650.000 |
| **63000 Advocacia-Geral da União** | **0** | **1.000.000** | **-1.000.000** |
| 63101 Advocacia-Geral da União | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| **73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios** | **881.700** | **0** | **881.700** |
| 73113 Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 881.700 | 0 | 881.700 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 206.148.011 | 206.180.846 | -32.835 |
| 4 - Investimentos | 7.623.573 | 7.590.738 | 32.835 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 66.109.413 | 66.109.413 | 0 |
| 112 - Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 32.324.727 | 32.324.727 | 0 |
| 132 - Juros de Mora da Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF | 66.000 | 4.000.000 | -3.934.000 |
| 151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 8.468.000 | 102.513.871 | -94.045.871 |
| 174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 987.200 | 5.200.000 | -4.212.800 |
| 188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 102.192.671 | 0 | 102.192.671 |
| 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros | 3.623.573 | 3.623.573 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **12101 Justiça Federal de Primeiro Grau** | **7.060.399** | **0** | **7.060.399** |
| 100 Recursos Ordinários | 7.060.399 | 0 | 7.060.399 |
| **14101 Tribunal Superior Eleitoral** | **215.300** | **0** | **215.300** |
| 100 Recursos Ordinários | 215.300 | 0 | 215.300 |
| **14104 Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas** | **434.044** | **0** | **434.044** |
| 100 Recursos Ordinários | 434.044 | 0 | 434.044 |
| **14105 Tribunal Regional Eleitoral da Bahia** | **189.157** | **0** | **189.157** |
| 100 Recursos Ordinários | 189.157 | 0 | 189.157 |
| **14108 Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo** | **10.785** | **0** | **10.785** |
| 100 Recursos Ordinários | 10.785 | 0 | 10.785 |
| **14109 Tribunal Regional Eleitoral de Goiás** | **146.363** | **0** | **146.363** |
| 100 Recursos Ordinários | 146.363 | 0 | 146.363 |
| **14110 Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão** | **13.434** | **0** | **13.434** |
| 100 Recursos Ordinários | 13.434 | 0 | 13.434 |
| **14111 Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso** | **112.267** | **0** | **112.267** |
| 100 Recursos Ordinários | 112.267 | 0 | 112.267 |
| **14112 Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul** | **14.405** | **0** | **14.405** |
| 100 Recursos Ordinários | 14.405 | 0 | 14.405 |
| **14113 Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais** | **193.384** | **0** | **193.384** |
| 100 Recursos Ordinários | 193.384 | 0 | 193.384 |
| **14114 Tribunal Regional Eleitoral do Pará** | **176.407** | **0** | **176.407** |
| 100 Recursos Ordinários | 176.407 | 0 | 176.407 |
| **14115 Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba** | **21.594** | **0** | **21.594** |
| 100 Recursos Ordinários | 21.594 | 0 | 21.594 |
| **14116 Tribunal Regional Eleitoral do Paraná** | **15.000** | **0** | **15.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 15.000 | 0 | 15.000 |
| **14117 Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco** | **2.084** | **0** | **2.084** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.084 | 0 | 2.084 |
| **14119 Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro** | **30.000** | **0** | **30.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 30.000 | 0 | 30.000 |
| **14120 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte** | **74.817** | **0** | **74.817** |
| 100 Recursos Ordinários | 74.817 | 0 | 74.817 |
| **14121 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul** | **14.588** | **0** | **14.588** |
| 100 Recursos Ordinários | 14.588 | 0 | 14.588 |
| **14122 Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia** | **197.833** | **0** | **197.833** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 Recursos Ordinários | 197.833 | 0 | 197.833 |
| **14123 Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina** | **196.099** | **0** | **196.099** |
| 100 Recursos Ordinários | 196.099 | 0 | 196.099 |
| **14124 Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo** | **104.140** | **0** | **104.140** |
| 100 Recursos Ordinários | 104.140 | 0 | 104.140 |
| **14128 Tribunal Regional Eleitoral do Amapá** | **72.504** | **0** | **72.504** |
| 100 Recursos Ordinários | 72.504 | 0 | 72.504 |
| **15102 Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro** | **1.200.729** | **0** | **1.200.729** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.200.729 | 0 | 1.200.729 |
| **15103 Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo** | **3.097.441** | **0** | **3.097.441** |
| 100 Recursos Ordinários | 3.097.441 | 0 | 3.097.441 |
| **15104 Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais** | **280.608** | **0** | **280.608** |
| 100 Recursos Ordinários | 280.608 | 0 | 280.608 |
| **15105 Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul** | **320.477** | **0** | **320.477** |
| 100 Recursos Ordinários | 320.477 | 0 | 320.477 |
| **15106 Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia** | **287.640** | **0** | **287.640** |
| 100 Recursos Ordinários | 287.640 | 0 | 287.640 |
| **15110 Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná** | **742.856** | **0** | **742.856** |
| 100 Recursos Ordinários | 742.856 | 0 | 742.856 |
| **15116 Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP** | **575.280** | **0** | **575.280** |
| 100 Recursos Ordinários | 575.280 | 0 | 575.280 |
| **15117 Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão** | **255.000** | **0** | **255.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 255.000 | 0 | 255.000 |
| **15118 Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo** | **40.920** | **0** | **40.920** |
| 100 Recursos Ordinários | 40.920 | 0 | 40.920 |
| **15119 Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás** | **219.936** | **0** | **219.936** |
| 100 Recursos Ordinários | 219.936 | 0 | 219.936 |
| **15124 Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso** | **106.176** | **0** | **106.176** |
| 100 Recursos Ordinários | 106.176 | 0 | 106.176 |
| **17101 Conselho Nacional de Justiça** | **726.960** | **0** | **726.960** |
| 100 Recursos Ordinários | 726.960 | 0 | 726.960 |
| **20101 Presidência da República** | **0** | **132.708** | **-132.708** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 132.708 | -132.708 |
| **20204 Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI** | **0** | **3.540** | **-3.540** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 3.540 | -3.540 |
| **20415 Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC** | **6.691.000** | **0** | **6.691.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 5.740.000 | 0 | 5.740.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 951.000 | 0 | 951.000 |
| **22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | **1.153.000** | **0** | **1.153.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 425.367 | 0 | 425.367 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 727.633 | 0 | 727.633 |
| **22202 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA** | **15.270.000** | **0** | **15.270.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 15.270.000 | 0 | 15.270.000 |
| **22211 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB** | **15.430.000** | **0** | **15.430.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 15.430.000 | 0 | 15.430.000 |
| **24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | **26.000** | **226.180** | **-200.180** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 226.180 | -226.180 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 26.000 | 0 | 26.000 |
| **24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** | **0** | **147.456** | **-147.456** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 147.456 | -147.456 |
| **24206 Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB** | **2.541.000** | **0** | **2.541.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 2.541.000 | 0 | 2.541.000 |
| **24207 Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP** | **2.232.000** | **0** | **2.232.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 2.232.000 | 0 | 2.232.000 |
| **24209 Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC** | **18.000** | **0** | **18.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 18.000 | 0 | 18.000 |
| **25101 Ministério da Fazenda** | **368.000** | **1.000.000** | **-632.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 368.000 | 0 | 368.000 |
| **25103 Secretaria da Receita Federal do Brasil** | **66.000** | **4.000.000** | **-3.934.000** |
| 132 Juros de Mora da Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF | 66.000 | 4.000.000 | -3.934.000 |
| **25201 Banco Central do Brasil** | **5.736.000** | **500.000** | **5.236.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 5.736.000 | 0 | 5.736.000 |
| **25203 Comissão de Valores Mobiliários** | **32.000** | **0** | **32.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados Fl. 8891

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 174 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 32.000 | 0 | 32.000 |
| **26101 Ministério da Educação** | **0** | **200.804** | **-200.804** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 200.804 | -200.804 |
| **26104 Instituto Nacional de Educação de Surdos** | **530.000** | **66.948** | **463.052** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 66.948 | -66.948 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 530.000 | 0 | 530.000 |
| **26105 Instituto Benjamin Constant** | **342.000** | **0** | **342.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 342.000 | 0 | 342.000 |
| **26201 Colégio Pedro II** | **360.000** | **330.560** | **29.440** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 330.560 | -330.560 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 360.000 | 0 | 360.000 |
| **26230 Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco** | **0** | **29.756** | **-29.756** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 29.756 | -29.756 |
| **26231 Universidade Federal de Alagoas** | **395.000** | **540.240** | **-145.240** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 540.240 | -540.240 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 395.000 | 0 | 395.000 |
| **26232 Universidade Federal da Bahia** | **0** | **800.000** | **-800.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 800.000 | -800.000 |
| **26233 Universidade Federal do Ceará** | **6.000** | **700.000** | **-694.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 700.000 | -700.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 6.000 | 0 | 6.000 |
| **26234 Universidade Federal do Espírito Santo** | **165.000** | **492.000** | **-327.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 492.000 | -492.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 165.000 | 0 | 165.000 |
| **26235 Universidade Federal de Goiás** | **140.000** | **608.016** | **-468.016** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 608.016 | -608.016 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 140.000 | 0 | 140.000 |
| **26236 Universidade Federal Fluminense** | **640.000** | **0** | **640.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 640.000 | 0 | 640.000 |
| **26237 Universidade Federal de Juiz de Fora** | **1.620.000** | **0** | **1.620.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.620.000 | 0 | 1.620.000 |
| **26238 Universidade Federal de Minas Gerais** | **155.000** | **1.000.000** | **-845.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 155.000 | 0 | 155.000 |
| **26239 Universidade Federal do Pará** | **510.000** | **859.244** | **-349.244** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 859.244 | -859.244 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 510.000 | 0 | 510.000 |
| **26240 Universidade Federal da Paraíba** | **0** | **1.000.000** | **-1.000.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| **26241 Universidade Federal do Paraná** | **270.000** | **776.384** | **-506.384** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 776.384 | -776.384 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 270.000 | 0 | 270.000 |
| **26242 Universidade Federal de Pernambuco** | **20.000** | **1.000.000** | **-980.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 20.000 | 0 | 20.000 |
| **26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro** | **420.000** | **2.000.000** | **-1.580.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 420.000 | 0 | 420.000 |
| **26246 Universidade Federal de Santa Catarina** | **155.000** | **700.000** | **-545.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 700.000 | -700.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 155.000 | 0 | 155.000 |
| **26247 Universidade Federal de Santa Maria** | **160.000** | **600.000** | **-440.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 600.000 | -600.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 160.000 | 0 | 160.000 |
| **26248 Universidade Federal Rural de Pernambuco** | **25.000** | **296.976** | **-271.976** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 296.976 | -296.976 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 25.000 | 0 | 25.000 |
| **26250 Fundação Universidade Federal de Roraima** | **180.000** | **0** | **180.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 180.000 | 0 | 180.000 |
| **26251 Fundação Universidade Federal do Tocantins** | **810.000** | **0** | **810.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 810.000 | 0 | 810.000 |
| **26252 Universidade Federal de Campina Grande** | **0** | **456.728** | **-456.728** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 456.728 | -456.728 |
| **26253 Universidade Federal Rural da Amazônia** | **20.000** | **60.344** | **-40.344** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 60.344 | -60.344 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 20.000 | 0 | 20.000 |
| **26254 Universidade Federal do Triângulo Mineiro** | **110.000** | **0** | **110.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 110.000 | 0 | 110.000 |
| **26255 Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri** | **445.000** | **0** | **445.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 445.000 | 0 | 445.000 |
| **26256 Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca** | **1.870.000** | **0** | **1.870.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.080.000 | 0 | 1.080.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 790.000 | 0 | 790.000 |
| **26257 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais** | **450.000** | **117.096** | **332.904** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 117.096 | -117.096 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 450.000 | 0 | 450.000 |
| **26258 Universidade Tecnológica Federal do Paraná** | **1.872.000** | **500.000** | **1.372.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.550.000 | 500.000 | 1.050.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 322.000 | 0 | 322.000 |
| **26260 Universidade Federal de Alfenas** | **0** | **31.612** | **-31.612** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 31.612 | -31.612 |
| **26261 Universidade Federal de Itajubá** | **10.000** | **74.348** | **-64.348** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 74.348 | -74.348 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 10.000 | 0 | 10.000 |
| **26262 Universidade Federal de São Paulo** | **340.000** | **500.000** | **-160.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 340.000 | 0 | 340.000 |
| **26263 Universidade Federal de Lavras** | **70.000** | **117.608** | **-47.608** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 117.608 | -117.608 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 70.000 | 0 | 70.000 |
| **26264 Universidade Federal Rural do Semi-Árido** | **30.000** | **0** | **30.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 30.000 | 0 | 30.000 |
| **26266 Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA** | **591.000** | **62.988** | **528.012** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 62.988 | -62.988 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 591.000 | 0 | 591.000 |
| **26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 10.000 | 0 | 10.000 |
| **26268 Fundação Universidade Federal de Rondônia** | **390.000** | **0** | **390.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 390.000 | 0 | 390.000 |
| **26269 Fundação Universidade do Rio de Janeiro** | **290.000** | **184.460** | **105.540** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 184.460 | -184.460 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 290.000 | 0 | 290 000 |
| **26270 Fundação Universidade do Amazonas** | **0** | **478.256** | **-478.256** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 478.256 | -478.256 |
| **26271 Fundação Universidade de Brasília** | **0** | **800.000** | **-800.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 800.000 | -800.000 |
| **26272 Fundação Universidade Federal do Maranhão** | **695.000** | **415.748** | **279.252** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 415.748 | -415.748 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 695.000 | 0 | 695.000 |
| **26273 Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS** | **245.000** | **141.864** | **103.136** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 141.864 | -141.864 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 245.000 | 0 | 245.000 |
| **26274 Universidade Federal de Uberlândia** | **35.000** | **500.000** | **-465.000** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 500.000 | -500.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 35.000 | 0 | 35.000 |
| **26275 Fundação Universidade Federal do Acre** | **165.000** | **176.228** | **-11.228** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 176.228 | -176.228 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 165.000 | 0 | 165.000 |
| **26276 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso** | **640.000** | **0** | **640.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 640.000 | 0 | 640.000 |
| **26277 Fundação Universidade Federal de Ouro Preto** | **0** | **262.736** | **-262.736** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 262.736 | -262.736 |
| **26278 Fundação Universidade Federal de Pelotas** | **0** | **392.492** | **-392.492** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 392.492 | -392.492 |
| **26279 Fundação Universidade Federal do Piauí** | **95.000** | **410.220** | **-315.220** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 410.220 | -410.220 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 95.000 | 0 | 95.000 |
| **26280 Fundação Universidade Federal de São Carlos** | **0** | **345.308** | **-345.308** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 345.308 | -345.308 |
| **26281 Fundação Universidade Federal de Sergipe** | **535.000** | **0** | **535.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *UO/Fonte* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 535.000 | 0 | 535.000 |
| **26282 Fundação Universidade Federal de Viçosa** | **50.000** | **1.172.092** | **-1.122.092** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 1.172.092 | -1.172.092 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 50.000 | 0 | 50.000 |
| **26283 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul** | **20.000** | **953.368** | **-933.368** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 953.368 | -953.368 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 20.000 | 0 | 20.000 |
| **26284 Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre** | **80.000** | **416** | **79.584** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 416 | -416 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 80.000 | 0 | 80.000 |
| **26285 Fundação Universidade Federal de São João Del Rei** | **390.000** | **0** | **390.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 390.000 | 0 | 390.000 |
| **26286 Fundação Universidade Federal do Amapá** | **166.000** | **0** | **166.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 166.000 | 0 | 166.000 |
| **26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES** | **40.000** | **0** | **40.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 40.000 | 0 | 40.000 |
| **26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA** | **4.050.000** | **0** | **4.050.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 4.050.000 | 0 | 4.050.000 |
| **26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** | **0** | **10.700** | **-10.700** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 10.700 | -10.700 |
| **26350 Fundação Universidade Federal da Grande Dourados** | **290.000** | **83.852** | **206.148** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 83.852 | -83.852 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 290.000 | 0 | 290.000 |
| **26351 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia** | **895.000** | **212.936** | **682.064** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 212.936 | -212.936 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 895.000 | 0 | 895.000 |
| **26352 Fundação Universidade Federal do ABC** | **0** | **58.872** | **-58.872** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 58.872 | -58.872 |
| **26358 Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes** | **0** | **33.740** | **-33.740** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 33.740 | -33.740 |
| **26359 Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia** | **0** | **150.560** | **-150.560** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 150.560 | -150.560 |
| **26362 Hospital Universitário Valter Cantídio** | **0** | **88.004** | **-88.004** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 88.004 | -88.004 |
| **26363 Maternidade Assis Chateaubrian** | **0** | **9.800** | **-9.800** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 9.800 | -9.800 |
| **26364 Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais** | **0** | **90.512** | **-90.512** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 90.512 | -90.512 |
| **26365 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás** | **20.000** | **81.280** | **-61.280** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 81.280 | -81.280 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 20.000 | 0 | 20.000 |
| **26366 Hospital Universitário Antonio Pedro** | **175.000** | **246.356** | **-71.356** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 246.356 | -246.356 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 175.000 | 0 | 175.000 |
| **26368 Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais** | **30.000** | **268.364** | **-238.364** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 268.364 | -268.364 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 30.000 | 0 | 30.000 |
| **26369 Hospital Universitário João de Barros Barreto** | **0** | **12.200** | **-12.200** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 12.200 | -12.200 |
| **26370 Hospital Universitário Betina Ferro Souza** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 10.000 | 0 | 10.000 |
| **26371 Hospital Universitário Lauro Wanderley** | **0** | **123.500** | **-123.500** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 123.500 | -123.500 |
| **26372 Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná** | **60.000** | **315.860** | **-255.860** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 315.860 | -315.860 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 60.000 | 0 | 60.000 |
| **26373 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco** | **0** | **746.968** | **-746.968** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 746.968 | -746.968 |
| **26374 Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte** | **0** | **125.876** | **-125.876** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 125.876 | -125.876 |
| **26378 Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro** | **0** | **692.612** | **-692.612** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 692.612 | -692.612 |
| **26385 Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados** | **10.000** | **8.912** | **1.088** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 8.912 | -8.912 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 10.000 | 0 | 10.000 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **26386 Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago** | **0** | **183.740** | **-183.740** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 183.740 | -183.740 |
| **26387 Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria** | **0** | **168.788** | **-168.788** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 168.788 | -168.788 |
| **26388 Hospital Universitário Alcides Carneiro** | **180.000** | **26.864** | **153.136** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 26.864 | -26.864 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 180.000 | 0 | 180.000 |
| **26389 Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro** | **0** | **99.498** | **-99.498** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 99.498 | -99.498 |
| **26391 Hospital Universitário Gaffree e Guinle** | **0** | **35.732** | **-35.732** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 35.732 | -35.732 |
| **26392 Hospital Getúlio Vargas** | **90.000** | **0** | **90.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 90.000 | 0 | 90.000 |
| **26393 Hospital Universitário de Brasília** | **0** | **49.028** | **-49.028** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 49.028 | -49.028 |
| **26394 Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão** | **0** | **48.152** | **-48.152** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 48.152 | -48.152 |
| **26396 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia** | **0** | **238.052** | **-238.052** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 238.052 | -238.052 |
| **26401 Hospital Universitário Maria Pedrossian** | **0** | **71.936** | **-71.936** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 71.936 | -71.936 |
| **26402 Instituto Federal de Alagoas** | **100.000** | **187.976** | **-87.976** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 187.976 | -187.976 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 100.000 | 0 | 100.000 |
| **26403 Instituto Federal do Amazonas** | **995.000** | **69.144** | **925.856** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 69.144 | -69.144 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 995.000 | 0 | 995.000 |
| **26404 Instituto Federal Baiano** | **125.000** | **153.620** | **-28.620** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 153.620 | -153.620 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 125.000 | 0 | 125.000 |
| **26405 Instituto Federal do Ceará** | **980.000** | **0** | **980.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 980.000 | 0 | 980.000 |
| **26406 Instituto Federal do Espírito Santo** | **170.000** | **394.924** | **-224.924** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 394.924 | -394.924 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 170.000 | 0 | 170.000 |
| **26407 Instituto Federal Goiano** | **660.000** | **0** | **660.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 660.000 | 0 | 660.000 |
| **26408 Instituto Federal do Maranhão** | **995.000** | **276.028** | **718.972** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 276.028 | -276.028 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 995.000 | 0 | 995.000 |
| **26409 Instituto Federal de Minas Gerais** | **455.000** | **0** | **455.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 455.000 | 0 | 455.000 |
| **26410 Instituto Federal do Norte de Minas Gerais** | **710.000** | **0** | **710.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 710.000 | 0 | 710.000 |
| **26411 Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais** | **260.000** | **0** | **260.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 260.000 | 0 | 260.000 |
| **26412 Instituto Federal do Sul de Minas Gerais** | **230.000** | **39.212** | **190.788** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 39.212 | -39.212 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 230.000 | 0 | 230.000 |
| **26413 Instituto Federal do Triangulo Mineiro** | **180.000** | **0** | **180.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 180.000 | 0 | 180.000 |
| **26414 Instituto Federal do Mato Grosso** | **10.000** | **0** | **10.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 10.000 | 0 | 10.000 |
| **26415 Instituto Federal do Mato Grosso do Sul** | **130.000** | **0** | **130.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 130.000 | 0 | 130.000 |
| **26416 Instituto Federal do Pará** | **40.000** | **196.520** | **-156.520** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 196.520 | -196.520 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 40.000 | 0 | 40.000 |
| **26417 Instituto Federal da Paraíba** | **540.000** | **241.896** | **298.104** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 241.896 | -241.896 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 540.000 | 0 | 540.000 |
| **26418 Instituto Federal de Pernambuco** | **812.000** | **264.980** | **547.020** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 264.980 | -264.980 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 812.000 | 0 | 812.000 |
| **26419 Instituto Federal do Rio Grande do Sul** | **1.110.000** | **223.048** | **886.952** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados 8855 Comissões Especiais

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 223.048 | -223.048 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.110.000 | 0 | 1.110.000 |
| **26420 Instituto Federal Farroupilha** | **1.250.000** | **122.404** | **1.127.596** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 122.404 | -122.404 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.250.000 | 0 | 1.250.000 |
| **26421 Instituto Federal de Rondônia** | **55.000** | **0** | **55.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 55.000 | 0 | 55.000 |
| **26422 Instituto Federal Catarinense** | **1.360.000** | **0** | **1.360.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.360.000 | 0 | 1.360.000 |
| **26423 Instituto Federal de Sergipe** | **660.000** | **124.596** | **535.404** |
| 100 Recursos Ordinários | 640.000 | 0 | 640.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 124.596 | -124.596 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 20.000 | 0 | 20.000 |
| **26424 Instituto Federal do Tocantins** | **450.000** | **36.268** | **413.732** |
| 100 Recursos Ordinários | 450.000 | 0 | 450.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 36.268 | -36.268 |
| **26425 Instituto Federal do Acre** | **270.000** | **35.904** | **234.096** |
| 100 Recursos Ordinários | 270.000 | 0 | 270.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 35.904 | -35.904 |
| **26427 Instituto Federal da Bahia** | **1.422.000** | **448.488** | **973.512** |
| 100 Recursos Ordinários | 340.000 | 0 | 340.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.082.000 | 448.488 | 633.512 |
| **26428 Instituto Federal de Brasília** | **190.000** | **46.916** | **143.084** |
| 100 Recursos Ordinários | 190.000 | 0 | 190.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 46.916 | -46.916 |
| **26429 Instituto Federal de Goiás** | **130.000** | **176.192** | **-46.192** |
| 100 Recursos Ordinários | 130.000 | 0 | 130.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 176.192 | -176.192 |
| **26430 Instituto Federal do Sertão Pernambucano** | **430.000** | **79.952** | **350.048** |
| 100 Recursos Ordinários | 430.000 | 0 | 430.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 79.952 | -79.952 |
| **26431 Instituto Federal do Piauí** | **2.755.000** | **0** | **2.755.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 70.000 | 0 | 70.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 2.330.000 | 0 | 2.330.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 355.000 | 0 | 355.000 |
| **26432 Instituto Federal do Paraná** | **1.415.000** | **0** | **1.415.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 170.000 | 0 | 170.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.245.000 | 0 | 1.245.000 |
| **26433 Instituto Federal do Rio de Janeiro** | **24.000** | **205.568** | **-181.568** |
| 100 Recursos Ordinários | 24.000 | 0 | 24.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 205.568 | -205.568 |
| **26434 Instituto Federal Fluminense** | **1.100.000** | **209.080** | **890.920** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.100.000 | 0 | 1.100.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 209.080 | -209.080 |
| **26435 Instituto Federal do Rio Grande do Norte** | **2.420.000** | **0** | **2.420.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 730.000 | 0 | 730.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.600.000 | 0 | 1.600.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 90.000 | 0 | 90.000 |
| **26436 Instituto Federal Sul-rio-grandense** | **315.000** | **83.292** | **231.708** |
| 100 Recursos Ordinários | 315.000 | 0 | 315.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 83.292 | -83.292 |
| **26437 Instituto Federal de Roraima** | **90.000** | **0** | **90.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 90.000 | 0 | 90.000 |
| **26438 Instituto Federal de Santa Catarina** | **1.350.000** | **326.325** | **1.023.675** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.350.000 | 0 | 1.350.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 326.325 | -326.325 |
| **26439 Instituto Federal de São Paulo** | **5.620.000** | **0** | **5.620.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 577.273 | 0 | 577.273 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 4.477.727 | 0 | 4.477.727 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 565.000 | 0 | 565.000 |
| **26440 Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS** | **630.000** | **151.000** | **479.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 630.000 | 0 | 630.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 151.000 | -151.000 |
| **26441 Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA** | **1.180.000** | **0** | **1.180.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 20.000 | 0 | 20.000 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Exercício: 2015

Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.070.000 | 0 | 1.070.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 90.000 | 0 | 90.000 |
| **26442 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira** | **200.000** | **0** | **200.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 200.000 | 0 | 200.000 |
| **26443 Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH** | **17.890.000** | **3.339.204** | **14.550.796** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 21.204 | -21.204 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 17.890.000 | 3.318.000 | 14.572.000 |
| **26445 Hospital Universitário da UNIFESP** | **185.000** | **291.860** | **-106.860** |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 291.860 | -291.860 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 185.000 | 0 | 185.000 |
| **26447 Universidade Federal do Oeste da Bahia** | **150.000** | **44.000** | **106.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 150.000 | 0 | 150.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 44.000 | -44.000 |
| **26448 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará** | **720.000** | **140.000** | **580.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 720.000 | 0 | 720.000 |
| 112 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 0 | 140.000 | -140.000 |
| **26449 Universidade Federal do Cariri** | **795.000** | **0** | **795.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 750.000 | 0 | 750.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 45.000 | 0 | 45.000 |
| **26450 Universidade Federal do Sul da Bahia** | **465.000** | **0** | **465.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 455.000 | 0 | 455.000 |
| **28101 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | **5.000** | **182.844** | **-177.844** |
| 100 Recursos Ordinários | 5.000 | 182.844 | -177.844 |
| **28202 Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro** | **0** | **215.000** | **-215.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 215.000 | -215.000 |
| **28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA** | **955.200** | **0** | **955.200** |
| 174 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 955.200 | 0 | 955.200 |
| **29101 Defensoria Pública da União** | **1.796.000** | **0** | **1.796.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.745.000 | 0 | 1.745.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 51.000 | 0 | 51.000 |
| **30101 Ministério da Justiça** | **130.000** | **0** | **130.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 130.000 | 0 | 130.000 |
| **30103 Arquivo Nacional** | **15.000** | **0** | **15.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 15.000 | 0 | 15.000 |
| **30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal** | **0** | **1.500.000** | **-1.500.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 1.500.000 | -1.500.000 |
| **30108 Departamento de Polícia Federal** | **145.000** | **2.000.000** | **-1.855.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 145.000 | 2.000.000 | -1.855.000 |
| **30202 Fundação Nacional do Índio - FUNAI** | **0** | **800.000** | **-800.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 800.000 | -800.000 |
| **32101 Ministério de Minas e Energia** | **0** | **203.484** | **-203.484** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 203.484 | -203.484 |
| **32202 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM** | **5.621.000** | **21.204** | **5.599.796** |
| 100 Recursos Ordinários | 3.961.000 | 21.204 | 3.939.796 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.660.000 | 0 | 1.660.000 |
| **32263 Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM** | **0** | **381.948** | **-381.948** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 381.948 | -381.948 |
| **32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP** | **8.000** | **0** | **8.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 8.000 | 0 | 8.000 |
| **32314 Empresa de Pesquisa Energética - EPE** | **60.000** | **0** | **60.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 60.000 | 0 | 60.000 |
| **33201 Instituto Nacional do Seguro Social** | **0** | **39.483.000** | **-39.483.000** |
| 151 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 0 | 39.483.000 | -39.483.000 |
| **34101 Ministério Público Federal** | **216.344** | **0** | **216.344** |
| 100 Recursos Ordinários | 216.344 | 0 | 216.344 |
| **34102 Ministério Público Militar** | **10.248** | **0** | **10.248** |
| 100 Recursos Ordinários | 10.248 | 0 | 10.248 |
| **34103 Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios** | **67.130** | **0** | **67.130** |
| 100 Recursos Ordinários | 67.130 | 0 | 67.130 |
| **34104 Ministério Público do Trabalho** | **104.024** | **0** | **104.024** |
| 100 Recursos Ordinários | 104.024 | 0 | 104.024 |
| **36201 Fundação Oswaldo Cruz** | **567.000** | **500.000** | **67.000** |
| 151 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 567.000 | 500.000 | 67.000 |
| **36210 Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO** | **3.436.000** | **0** | **3.436.000** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

Câmara dos Deputados 8857 Fl. Comissões Especiais

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 151 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 3.436.000 | 0 | 3.436.000 |
| **36211 Fundação Nacional de Saúde** | **0** | **27.000.000** | **-27.000.000** |
| 151 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 0 | 27.000.000 | -27.000.000 |
| **36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária** | **0** | **500.000** | **-500.000** |
| 151 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 0 | 500.000 | -500.000 |
| **36901 Fundo Nacional de Saúde** | **4.465.000** | **35.030.871** | **-30.565.871** |
| 151 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas | 4.465.000 | 35.030.871 | -30.565.871 |
| **38101 Ministério do Trabalho e Emprego** | **0** | **5.200.000** | **-5.200.000** |
| 174 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais | 0 | 5.200.000 | -5.200.000 |
| **38201 Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho** | **5.000** | **0** | **5.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 5.000 | 0 | 5.000 |
| **39101 Ministério dos Transportes** | **171.000** | **2.378.300** | **-2.207.300** |
| 100 Recursos Ordinários | 171.000 | 2.378.300 | -2.207.300 |
| **39207 VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.** | **3.305.000** | **39.756** | **3.265.244** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.070.000 | 39.756 | 2.030.244 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.235.000 | 0 | 1.235.000 |
| **39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT** | **17.000** | **452.944** | **-435.944** |
| 100 Recursos Ordinários | 17.000 | 452.944 | -435.944 |
| **39253 Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL** | **0** | **29.204** | **-29.204** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 29.204 | -29.204 |
| **41101 Ministério das Comunicações** | **6.000** | **800.000** | **-794.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 6.000 | 800.000 | -794.000 |
| **41231 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL** | **200.000** | **0** | **200.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 200.000 | 0 | 200.000 |
| **42101 Ministério da Cultura** | **12.000** | **10.000** | **2.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 12.000 | 10.000 | 2.000 |
| **42203 Fundação Cultural Palmares** | **30.500** | **0** | **30.500** |
| 100 Recursos Ordinários | 18.500 | 0 | 18.500 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 12.000 | 0 | 12.000 |
| **42204 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** | **6.000** | **10.000** | **-4.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 6.000 | 10.000 | -4.000 |
| **42205 Fundação Nacional de Artes** | **45.000** | **0** | **45.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 45.000 | 0 | 45.000 |
| **42207 Instituto Brasileiro de Museus** | **5.000** | **0** | **5.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 5.000 | 0 | 5.000 |
| **44102 Serviço Florestal Brasileiro - SFB** | **2.000** | **0** | **2.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.000 | 0 | 2.000 |
| **44201 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA** | **86.000** | **35.000** | **51.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 86.000 | 35.000 | 51.000 |
| **44206 Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ** | **6.000** | **0** | **6.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 6.000 | 0 | 6.000 |
| **44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade** | **780.000** | **35.000** | **745.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 780.000 | 35.000 | 745.000 |
| **47101 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **1.170.000** | **28.979.050** | **-27.809.050** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 28.979.050 | -28.979.050 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.170.000 | 0 | 1.170.000 |
| **47205 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** | **3.470.000** | **1.800.000** | **1.670.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 3.470.000 | 1.800.000 | 1.670.000 |
| **49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário** | **500.000** | **0** | **500.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 490.000 | 0 | 490.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 10.000 | 0 | 10.000 |
| **49201 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA** | **0** | **3.000.000** | **-3.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 3.000.000 | -3.000.000 |
| **52111 Comando da Aeronáutica** | **4.085.000** | **10.000.000** | **-5.915.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 4.085.000 | 10.000.000 | -5.915.000 |
| **52121 Comando do Exército** | **0** | **2.000.000** | **-2.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 2.000.000 | -2.000.000 |
| **52131 Comando da Marinha** | **12.670.738** | **7.590.738** | **5.080.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 2.669.200 | 7.590.738 | -4.921.538 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 10.001.538 | 0 | 10.001.538 |
| **52221 Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL** | **3.150.000** | **0** | **3.150.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 10.000 | 0 | 10.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 3.140.000 | 0 | 3.140.000 |
| **52902 Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas** | **380.000** | **0** | **380.000** |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 380.000 | 0 | 380.000 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **52931 Fundo Naval** | **3.623.573** | **3.623.573** | **0** |
| 250 Recursos Próprios Não-Financeiros | 3.623.573 | 3.623.573 | 0 |
| **53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF** | **6.120.000** | **21.204** | **6.098.796** |
| 100 Recursos Ordinários | 3.310.000 | 21.204 | 3.288.796 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 2.810.000 | 0 | 2.810.000 |
| **53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS** | **5.000** | **500.000** | **-495.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 5.000 | 500.000 | -495.000 |
| **54201 EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo** | **5.500** | **2.601** | **2.899** |
| 100 Recursos Ordinários | 5.500 | 2.601 | 2.899 |
| **56101 Ministério das Cidades** | **14.000** | **68.844** | **-54.844** |
| 100 Recursos Ordinários | 14.000 | 68.844 | -54.844 |
| **56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB** | **2.667.000** | **21.204** | **2.645.796** |
| 100 Recursos Ordinários | 475.000 | 21.204 | 453.796 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 2.192.000 | 0 | 2.192.000 |
| **56202 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU** | **11.650.000** | **0** | **11.650.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 8.630.000 | 0 | 8.630.000 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 3.020.000 | 0 | 3.020.000 |
| **63101 Advocacia-Geral da União** | **0** | **1.000.000** | **-1.000.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 1.000.000 | -1.000.000 |
| **73113 Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **881.700** | **0** | **881.700** |
| 100 Recursos Ordinários | 469.200 | 0 | 469.200 |
| 188 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 412.500 | 0 | 412.500 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 2.810.000 | 0 | 2.810.000 |
| 90 - Aplicações Diretas | 210.961.584 | 213.771.584 | -2.810.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 205.334.584 | 189.271.584 | 16.063.000 |
| 6 - Recursos não destinados à contrapartida, para identificação dos recursos destinados à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde | 8.437.000 | 24.500.000 | -16.063.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 213.771.584 | 213.771.584 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 213.771.584 | 213.771.584 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 213.771.584 | 213.771.584 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 02 - Judiciária | 17.148.627 | 0 | 17.148.627 |
| 03 - Essencial à Justiça | 2.193.746 | 1.000.000 | 1.193.746 |
| 04 - Administração | 24.568.700 | 8.229.780 | 16.338.920 |
| 05 - Defesa Nacional | 23.909.311 | 23.214.311 | 695.000 |
| 06 - Segurança Pública | 145.000 | 3.500.000 | -3.355.000 |
| 09 - Previdência Social | 0 | 39.483.000 | -39.483.000 |
| 10 - Saúde | 8.468.000 | 63.030.871 | -54.562.871 |
| 11 - Trabalho | 5.000 | 5.200.000 | -5.195.000 |
| 12 - Educação | 74.390.000 | 32.345.931 | 42.044.069 |
| 13 - Cultura | 98.500 | 20.000 | 78.500 |
| 14 - Direitos da Cidadania | 130.000 | 800.000 | -670.000 |
| 15 - Urbanismo | 14.317.000 | 21.204 | 14.295.796 |
| 18 - Gestão Ambiental | 874.000 | 70.000 | 804.000 |
| 19 - Ciência e Tecnologia | 4.817.000 | 373.636 | 4.443.364 |
| 20 - Agricultura | 31.853.000 | 0 | 31.853.000 |
| 21 - Organização Agrária | 500.000 | 3.000.000 | -2.500.000 |
| 22 - Indústria | 6.581.200 | 800.996 | 5.780.204 |
| 23 - Comércio e Serviços | 5.500 | 2.601 | 2.899 |
| 24 - Comunicações | 206.000 | 800.000 | -594.000 |
| 25 - Energia | 68.000 | 0 | 68.000 |
| 26 - Transporte | 3.493.000 | 2.900.204 | 592.796 |
| 28 - Encargos Especiais | 0 | 28.979.050 | -28.979.050 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *Sub-Função* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 301 - Atenção Básica | 50.688.554 | 124.346.758 | -73.658.204 |
| 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 163.083.030 | 60.445.776 | 102.637.254 |
| 846 - Outros Encargos Especiais | 0 | 28.979.050 | -28.979.050 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| **02 Judiciária** | **17.148.627** | **0** | **17.148.627** |
| 301 Atenção Básica | 433.743 | 0 | 433.743 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 16.714.884 | 0 | 16.714.884 |
| **03 Essencial à Justiça** | **2.193.746** | **1.000.000** | **1.193.746** |
| 301 Atenção Básica | 51.000 | 1.000.000 | -949.000 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 2.142.746 | 0 | 2.142.746 |
| **04 Administração** | **24.568.700** | **8.229.780** | **16.338.920** |
| 301 Atenção Básica | 11.079.500 | 7.208.576 | 3.870.924 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 13.489.200 | 1.021.204 | 12.467.996 |
| **05 Defesa Nacional** | **23.909.311** | **23.214.311** | **695.000** |
| 301 Atenção Básica | 14.354.311 | 12.214.311 | 2.140.000 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 9.555.000 | 11.000.000 | -1.445.000 |
| **06 Segurança Pública** | **145.000** | **3.500.000** | **-3.355.000** |
| 301 Atenção Básica | 0 | 3.500.000 | -3.500.000 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 145.000 | 0 | 145.000 |
| **09 Previdência Social** | **0** | **39.483.000** | **-39.483.000** |
| 301 Atenção Básica | 0 | 21.483.000 | -21.483.000 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 0 | 18.000.000 | -18.000.000 |
| **10 Saúde** | **8.468.000** | **63.030.871** | **-54.562.871** |
| 301 Atenção Básica | 31.000 | 38.530.871 | -38.499.871 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 8.437.000 | 24.500.000 | -16.063.000 |
| **11 Trabalho** | **5.000** | **5.200.000** | **-5.195.000** |
| 301 Atenção Básica | 0 | 3.200.000 | -3.200.000 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 5.000 | 2.000.000 | -1.995.000 |
| **12 Educação** | **74.390.000** | **32.345.931** | **42.044.069** |
| 301 Atenção Básica | 3.608.000 | 30.824.727 | -27.216.727 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 70.782.000 | 1.521.204 | 69.260.796 |
| **13 Cultura** | **98.500** | **20.000** | **78.500** |
| 301 Atenção Básica | 12.000 | 20.000 | -8.000 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 86.500 | 0 | 86.500 |
| **14 Direitos da Cidadania** | **130.000** | **800.000** | **-670.000** |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 130.000 | 800.000 | -670.000 |
| **15 Urbanismo** | **14.317.000** | **21.204** | **14.295.796** |
| 301 Atenção Básica | 5.212.000 | 0 | 5.212.000 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 9.105.000 | 21.204 | 9.083.796 |
| **18 Gestão Ambiental** | **874.000** | **70.000** | **804.000** |
| 301 Atenção Básica | 0 | 70.000 | -70.000 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 874.000 | 0 | 874.000 |
| **19 Ciência e Tecnologia** | **4.817.000** | **373.636** | **4.443.364** |
| 301 Atenção Básica | 2.292.000 | 373.636 | 1.918.364 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 2.525.000 | 0 | 2.525.000 |
| **20 Agricultura** | **31.853.000** | **0** | **31.853.000** |
| 301 Atenção Básica | 10.530.000 | 0 | 10.530.000 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 21.323.000 | 0 | 21.323.000 |
| **21 Organização Agrária** | **500.000** | **3.000.000** | **-2.500.000** |
| 301 Atenção Básica | 10.000 | 1.500.000 | -1.490.000 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 490.000 | 1.500.000 | -1.010.000 |
| **22 Indústria** | **6.581.200** | **800.996** | **5.780.204** |
| 301 Atenção Básica | 1.840.000 | 779.792 | 1.060.208 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 4.741.200 | 21.204 | 4.719.996 |
| **23 Comércio e Serviços** | **5.500** | **2.601** | **2.899** |
| 301 Atenção Básica | 0 | 2.601 | -2.601 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 5.500 | 0 | 5.500 |
| **24 Comunicações** | **206.000** | **800.000** | **-594.000** |
| 301 Atenção Básica | 0 | 800.000 | -800.000 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 206.000 | 0 | 206.000 |
| **25 Energia** | **68.000** | **0** | **68.000** |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 68.000 | 0 | 68.000 |
| **26 Transporte** | **3.493.000** | **2.900.204** | **592.796** |
| 301 Atenção Básica | 1.235.000 | 2.839.244 | -1.604.244 |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 44989**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 2.258.000 | 60.960 | 2.197.040 |
| **28 Encargos Especiais** | **0** | **28.979.050** | **-28.979.050** |
| 846 Outros Encargos Especiais | 0 | 28.979.050 | -28.979.050 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc) | 213.771.584 | 213.771.584 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 213.771.584 | 213.771.584 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal | 7.060.399 | 0 | 7.060.399 |
| 0570 - Gestão do Processo Eleitoral | 2.234.205 | 0 | 2.234.205 |
| 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista | 7.127.063 | 0 | 7.127.063 |
| 0581 - Defesa da Ordem Jurídica | 397.746 | 0 | 397.746 |
| 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 0 | 28.979.050 | -28.979.050 |
| 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário | 726.960 | 0 | 726.960 |
| 2020 - Cidadania e Justiça | 1.796.000 | 0 | 1.796.000 |
| 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | 6.691.000 | 1.136.248 | 5.554.752 |
| 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 31.853.000 | 0 | 31.853.000 |
| 2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação | 4.817.000 | 373.636 | 4.443.364 |
| 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura | 98.500 | 20.000 | 78.500 |
| 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | 23.909.311 | 23.214.311 | 695.000 |
| 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | 74.390.000 | 32.345.931 | 42.044.069 |
| 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | 7.083.700 | 5.500.000 | 1.583.700 |
| 2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional | 6.125.000 | 521.204 | 5.603.796 |
| 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | 290.000 | 4.300.000 | -4.010.000 |
| 2114 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social | 0 | 39.483.000 | -39.483.000 |
| 2115 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde | 8.468.000 | 63.030.871 | -54.562.871 |
| 2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | 14.331.000 | 90.048 | 14.240.952 |
| 2117 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações | 206.000 | 800.000 | -594.000 |
| 2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia | 5.689.000 | 606.636 | 5.082.364 |
| 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário | 500.000 | 3.000.000 | -2.500.000 |
| 2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 960.200 | 397.844 | 562.356 |
| 2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente | 874.000 | 70.000 | 804.000 |
| 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 4.640.000 | 1.800.000 | 2.840.000 |
| 2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes | 3.493.000 | 2.900.204 | 592.796 |
| 2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego | 5.000 | 5.200.000 | -5.195.000 |
| 2128 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo | 5.500 | 2.601 | 2.899 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Temático | 1.796.000 | 0 | 1.796.000 |
| - Gestão e Manutenção | 211.975.584 | 184.792.534 | 27.183.050 |
| - Operações Especiais | 0 | 28.979.050 | -28.979.050 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade | 42.000 | 145.776 | -103.776 |
| 0623 - Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes | 0 | 28.979.050 | -28.979.050 |
| 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 50.688.554 | 124.346.758 | -73.658.204 |
| 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | 10.163.090 | 0 | 10.163.090 |
| 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | 29.392.008 | 12.000.000 | 17.392.008 |
| 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | 123.485.932 | 48.300.000 | 75.185.932 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 213.729.584 | 184.646.758 | 29.082.826 |
| - Operações Especiais | 42.000 | 29.124.826 | -29.082.826 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 44989 - Remanejamento benefícios - 2º/2015(Tipo 157a) | 213.771.584 | 213.771.584 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 213.771.584 | 213.771.584 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **213.771.584** | **213.771.584** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 45064

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **10000- Supremo Tribunal Federal** | | | | | | | | | | **623.205.678** | **558.649.244** | **300.000** | **0** | **300.000** |
| **Unidade:** | **10101- Supremo Tribunal Federal** | | | | | | | | | | **623.205.678** | **558.649.244** | **300.000** | **0** | **300.000** |
| **0565** | **Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal** | | | | | | | | | | 503.575.678 | 439.019.244 | 300.000 | 0 | 300.000 |
| **0565 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | 413.652 | 413.652 | **300.000** | **0** | **300.000** |
| 0565 00M1 5664 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Em Brasília - DF | | | *PLOA* | | | | | | | 413.652 | 413.652 | 300.000 | 0 | 300.000 |
| 0565 00M1 5664 0001 | Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis | | | | | | | | | | 413.652 | 413.652 | 300.000 | 0 | 300.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *413.652* | *413.652* | *300.000* | *0* | *300.000* |
| **Órgão:** | **13000- Justiça Militar da União** | | | | | | | | | | **475.802.032** | **467.252.173** | **48.000** | **0** | **48.000** |
| **Unidade:** | **13101- Justiça Militar da União** | | | | | | | | | | **475.802.032** | **467.252.173** | **48.000** | **0** | **48.000** |
| **0566** | **Prestação Jurisdicional Militar** | | | | | | | | | | 293.900.231 | 285.352.989 | 48.000 | 0 | 48.000 |
| **0566 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **440.000** | **440.000** | **48.000** | **0** | **48.000** |
| 0566 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 440.000 | 440.000 | 48.000 | 0 | 48.000 |
| 0566 2011 0001 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 440.000 | 440.000 | 48.000 | 0 | 48.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *440.000* | *440.000* | *48.000* | *0* | *48.000* |
| **Órgão:** | **14000- Justiça Eleitoral** | | | | | | | | | | **6.606.911.986** | **6.311.260.581** | **385.206** | **0** | **385.206** |
| **Unidade:** | **14104- Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas** | | | | | | | | | | **118.077.134** | **115.583.681** | **47.000** | **0** | **47.000** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 110.069.099 | 107.670.486 | 47.000 | 0 | 47.000 |
| **0570 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **107.715** | **87.625** | **47.000** | **0** | **47.000** |
| 0570 2011 0013 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas | | | *PLOA* | | | | | | | 107.715 | 87.625 | 47.000 | 0 | 47.000 |
| 0570 2011 0013 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 107.715 | 87.625 | 47.000 | 0 | 47.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *107.715* | *87.625* | *47.000* | *0* | *47.000* |
| **Unidade:** | **14110- Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão** | | | | | | | | | | **155.072.653** | **145.074.210** | **58.667** | **0** | **58.667** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 138.209.964 | 128.501.378 | 58.667 | 0 | 58.667 |
| **0570 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **02- 301** | *20* | | | | | | | | **2.890.623** | **2.890.614** | **58.667** | **0** | **58.667** |
| 0570 2004 0021 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão | | | *PLOA* | | | | | | | 2.890.623 | 2.890.614 | 58.667 | 0 | 58.667 |
| 0570 2004 0021 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 2.890.623 | 2.890.614 | 58.667 | 0 | 58.667 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *2.890.623* | *2.890.614* | *58.667* | *0* | *58.667* |
| **Unidade:** | **14115- Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba** | | | | | | | | | | **130.615.841** | **124.527.784** | **18.426** | **0** | **18.426** |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8861

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 45064

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 118.501.251 | 112.515.592 | 18.426 | 0 | 18.426 |
| **0570 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **02- 301** | *20* | | | | | | | | **3.007.087** | **2.998.379** | **18.426** | **0** | **18.426** |
| 0570 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | | | *PLOA* | | | | | | | 3.007.087 | 2.998.379 | 18.426 | 0 | 18.426 |
| 0570 2004 0025 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 2.812.551 | 2.803.843 | 18.426 | 0 | 18.426 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *2.812.551* | *2.803.843* | *18.426* | *0* | *18.426* |
| **Unidade:** | **14121- Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul** | | | | | | | | | | **250.504.000** | **247.362.789** | **23.633** | **0** | **23.633** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 211.057.497 | 208.037.185 | 23.633 | 0 | 23.633 |
| **0570 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **02- 301** | *20* | | | | | | | | **4.625.170** | **4.622.445** | **23.633** | **0** | **23.633** |
| 0570 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | *PLOA* | | | | | | | 4.625.170 | 4.622.445 | 23.633 | 0 | 23.633 |
| 0570 2004 0043 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 4.398.749 | 4.396.024 | 23.633 | 0 | 23.633 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *4.398.749* | *4.396.024* | *23.633* | *0* | *23.633* |
| **Unidade:** | **14124- Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo** | | | | | | | | | | **624.394.931** | **611.536.110** | **237.480** | **0** | **237.480** |
| **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | | | | 506.700.410 | 494.023.578 | 237.480 | 0 | 237.480 |
| **0570 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **02- 301** | *20* | | | | | | | | **14.781.710** | **14.757.218** | **237.480** | **0** | **237.480** |
| 0570 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | *PLOA* | | | | | | | 14.781.710 | 14.757.218 | 237.480 | 0 | 237.480 |
| 0570 2004 0035 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 14.761.710 | 14.750.773 | 237.480 | 0 | 237.480 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *14.761.710* | *14.750.773* | *237.480* | *0* | *237.480* |
| **Órgão:** | **15000- Justiça do Trabalho** | | | | | | | | | | **17.558.075.233** | **17.201.981.430** | **2.987.730** | **0** | **2.987.730** |
| **Unidade:** | **15102- Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro** | | | | | | | | | | **1.718.017.003** | **1.712.006.015** | **282.701** | **0** | **282.701** |
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 1.226.134.285 | 1.220.187.031 | 282.701 | 0 | 282.701 |
| **0571 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **1.767.701** | **1.767.701** | **282.701** | **0** | **282.701** |
| 0571 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | *PLOA* | | | | | | | 1.767.701 | 1.767.701 | 282.701 | 0 | 282.701 |
| 0571 2011 0033 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 1.767.701 | 1.767.701 | 282.701 | 0 | 282.701 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *1.767.701* | *1.767.701* | *282.701* | *0* | *282.701* |
| **Unidade:** | **15103- Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo** | | | | | | | | | | **2.263.866.539** | **2.234.283.993** | **1.886.000** | **0** | **1.886.000** |
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 1.774.924.640 | 1.745.342.094 | 1.886.000 | 0 | 1.886.000 |
| **0571 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis,** | **02-** | *20* | | | | | | | | 43.232.720 | 43.232.720 | 1.886.000 | 0 | 1.886.000 |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 31/03/2016 19

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2015

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 45064

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | E S F | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Empregados, Militares e seus Dependentes** | **301** | | | | | | | | | | | | | |
| 0571 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | PLOA | | | | | | | 43.232.720 | 43.232.720 | 1.886.000 | 0 | 1.886.000 |
| 0571 2004 0035 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 43.232.720 | 43.232.720 | 1.886.000 | 0 | 1.886.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *43.232.720* | *43.232.720* | *1.886.000* | *0* | *1.886.000* |
| **Unidade:** | **15104- Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais** | | | | | | | | | | **1.659.645.136** | **1.635.251.655** | **34.029** | **0** | **34.029** |
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 1.254.029.603 | 1.229.636.122 | 34.029 | 0 | 34.029 |
| **0571 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **88.577** | **88.577** | **34.029** | **0** | **34.029** |
| 0571 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | PLOA | | | | | | | 88.577 | 88.577 | 34.029 | 0 | 34.029 |
| 0571 2011 0031 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 88.577 | 88.577 | 34.029 | 0 | 34.029 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *88.577* | *88.577* | *34.029* | *0* | *34.029* |
| **Unidade:** | **15112- Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima** | | | | | | | | | | **412.195.431** | **406.665.351** | **740.000** | **0** | **740.000** |
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 317.023.513 | 311.498.259 | 740.000 | 0 | 740.000 |
| **0571 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **02- 301** | *20* | | | | | | | | **6.674.193** | **6.599.532** | **740.000** | **0** | **740.000** |
| 0571 2004 6019 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR | | | PLOA | | | | | | | 6.674.193 | 6.599.532 | 740.000 | 0 | 740.000 |
| 0571 2004 6019 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 6.674.193 | 6.599.532 | 740.000 | 0 | 740.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *6.674.193* | *6.599.532* | *740.000* | *0* | *740.000* |
| **Unidade:** | **15120- Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas** | | | | | | | | | | **216.580.735** | **214.941.099** | **45.000** | **0** | **45.000** |
| **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | | | | 198.738.167 | 197.098.531 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| **0571 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **02- 331** | *10* | | | | | | | | **149.400** | **149.400** | **45.000** | **0** | **45.000** |
| 0571 2011 0027 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | | | PLOA | | | | | | | 149.400 | 149.400 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| 0571 2011 0027 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 149.400 | 149.400 | 45.000 | 0 | 45.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *149.400* | *149.400* | *45.000* | *0* | *45.000* |
| **Órgão:** | **16000- Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** | | | | | | | | | | **2.319.178.335** | **2.291.466.294** | **509.950** | **0** | **509.950** |
| **Unidade:** | **16101- Tribunal de Justiça do Distrito Federal** | | | | | | | | | | **2.306.157.155** | **2.278.446.179** | **509.950** | **0** | **509.950** |
| **0567** | **Prestação Jurisdicional no Distrito Federal** | | | | | | | | | | 1.957.523.912 | 1.929.812.936 | 509.950 | 0 | 509.950 |
| **0567 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **02- 301** | *20* | | | | | | | | **59.650.450** | **59.650.450** | **509.950** | | **509.950** |
| 0567 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | PLOA | | | | | | | 59.650.450 | 59.650.450 | 509.950 | 0 | 509.950 |



Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 863
31/08/2016 19:20

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 45064

**Tipo de Crédito:** 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0567 2004 0053 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 58.834.525 | 58.834.525 | 509.950 | 0 | 509.950 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *58.834.525* | *58.834.525* | *509.950* | *0* | *509.950* |
| **Órgão:** | **17000- Conselho Nacional de Justiça** | | | | | | | | | | **283.317.325** | **151.233.960** | **140.000** | **0** | **140.000** |
| **Unidade:** | **17101- Conselho Nacional de Justiça** | | | | | | | | | | **283.317.325** | **151.233.960** | **140.000** | **0** | **140.000** |
| **1389** | **Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário** | | | | | | | | | | 282.935.782 | 151.233.960 | 140.000 | 0 | 140.000 |
| **1389 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | **02- 301** | *20* | | | | | | | | **1.538.656** | **1.538.656** | **140.000** | **0** | **140.000** |
| 1389 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 1.538.656 | 1.538.656 | 140.000 | 0 | 140.000 |
| 1389 2004 0001 0001 | Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União | | | | | | | | | | 1.538.656 | 1.538.656 | 140.000 | 0 | 140.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *1.538.656* | *1.538.656* | *140.000* | *0* | *140.000* |
| **Órgão:** | **47000- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | **5.545.657.045** | **4.965.809.741** | **0** | **4.370.886** | **-4.370.886** |
| **Unidade:** | **47101- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | | | | **3.329.840.656** | **2.793.764.535** | **0** | **4.370.886** | **-4.370.886** |
| **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | | | | 532.489 | 395.744 | 0 | 4.370.886 | -4.370.886 |
| **0909 0623** | **Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes** | **28- 846** | *10* | | | | | | | | **1.000** | **0** | **0** | **4.370.886** | **-4.370.886** |
| 0909 0623 0001 | Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 1.000 | 0 | 0 | 4.370.886 | -4.370.886 |
| 0909 0623 0001 0000 | Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes | | | | | | | | | | 1.000 | 0 | 0 | 4.370.886 | -4.370.886 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | 1 | *1.000* | *0* | *0* | *4.370.886* | *-4.370.886* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 33.412.147.634 | 31.947.653.422 | 4.370.886 | 4.370.886 | 0 |

**Justificativas Pedido: 45064**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

Necessidade de suplementação em benefícios, tendo em vista o perfil de execução verificado até maio de 2015.

**Usuário:** MARCELA JACCOTTET LOPES

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

Não há.

**Usuário:** MARCELA JACCOTTET LOPES

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

Prejuízo ao pagamento de despesas obrigatórias com benefícios ao servidor.

**Usuário:** MARCELA JACCOTTET LOPES

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não há.

Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais Fl. 8864 Supervisão

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **45064**

**Usuário:** MARCELA JACCOTTET LOPES

**Acompanhamentos Pedido: 45064**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | NANCI QUIRINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | NANCI QUIRINO |
| 30/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | NANCI QUIRINO |
| 29/06/2015 | Retorno do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central. Justificativa: Retornado para ajustes. | NANCI QUIRINO |
| 29/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Orgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização. Justificativa: Retornado para ajustes. | NANCI QUIRINO |



Câmara dos Deputados Comissões Especiais FL 0025

31/03/2016 19:20

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 45064**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 756.730 | 4.370.886 | -3.614.156 |
| 20 - Orçamento da Seguridade Social | 3.614.156 | 0 | 3.614.156 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **10000 Supremo Tribunal Federal** | **300.000** | **0** | **300.000** |
| 10101 Supremo Tribunal Federal | 300.000 | 0 | 300.000 |
| **13000 Justiça Militar da União** | **48.000** | **0** | **48.000** |
| 13101 Justiça Militar da União | 48.000 | 0 | 48.000 |
| **14000 Justiça Eleitoral** | **385.206** | **0** | **385.206** |
| 14104 Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas | 47.000 | 0 | 47.000 |
| 14110 Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão | 58.667 | 0 | 58.667 |
| 14115 Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba | 18.426 | 0 | 18.426 |
| 14121 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul | 23.633 | 0 | 23.633 |
| 14124 Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo | 237.480 | 0 | 237.480 |
| **15000 Justiça do Trabalho** | **2.987.730** | **0** | **2.987.730** |
| 15102 Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro | 282.701 | 0 | 282.701 |
| 15103 Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo | 1.886.000 | 0 | 1.886.000 |
| 15104 Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais | 34.029 | 0 | 34.029 |
| 15112 Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima | 740.000 | 0 | 740.000 |
| 15120 Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas | 45.000 | 0 | 45.000 |
| **16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** | **509.950** | **0** | **509.950** |
| 16101 Tribunal de Justiça do Distrito Federal | 509.950 | 0 | 509.950 |
| **17000 Conselho Nacional de Justiça** | **140.000** | **0** | **140.000** |
| 17101 Conselho Nacional de Justiça | 140.000 | 0 | 140.000 |
| **47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **0** | **4.370.886** | **-4.370.886** |
| 47101 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 0 | 4.370.886 | -4.370.886 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 4.370.886 | 4.370.886 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 4.370.886 | 4.370.886 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **10101 Supremo Tribunal Federal** | **300.000** | **0** | **300.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 300.000 | 0 | 300.000 |
| **13101 Justiça Militar da União** | **48.000** | **0** | **48.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 48.000 | 0 | 48.000 |
| **14104 Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas** | **47.000** | **0** | **47.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 47.000 | 0 | 47.000 |
| **14110 Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão** | **58.667** | **0** | **58.667** |
| 100 Recursos Ordinários | 58.667 | 0 | 58.667 |
| **14115 Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba** | **18.426** | **0** | **18.426** |
| 100 Recursos Ordinários | 18.426 | 0 | 18.426 |
| **14121 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul** | **23.633** | **0** | **23.633** |
| 100 Recursos Ordinários | 23.633 | 0 | 23.633 |
| **14124 Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo** | **237.480** | **0** | **237.480** |
| 100 Recursos Ordinários | 237.480 | 0 | 237.480 |
| **15102 Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro** | **282.701** | **0** | **282.701** |
| 100 Recursos Ordinários | 282.701 | 0 | 282.701 |
| **15103 Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo** | **1.886.000** | **0** | **1.886.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.886.000 | 0 | 1.886.000 |
| **15104 Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais** | **34.029** | **0** | **34.029** |
| 100 Recursos Ordinários | 34.029 | 0 | 34.029 |
| **15112 Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima** | **740.000** | **0** | **740.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 740.000 | 0 | 740.000 |
| **15120 Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas** | **45.000** | **0** | **45.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 45.000 | 0 | 45.000 |
| **16101 Tribunal de Justiça do Distrito Federal** | **509.950** | **0** | **509.950** |
| 100 Recursos Ordinários | 509.950 | 0 | 509.950 |
| **17101 Conselho Nacional de Justiça** | **140.000** | **0** | **140.000** |
| 100 Recursos Ordinários | 140.000 | 0 | 140.000 |

Câmara dos Deputados
Fl. 8867
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 45064**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **47101 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | **0** | **4.370.886** | **-4.370.886** |
| 100 Recursos Ordinários | 0 | 4.370.886 | -4.370.886 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 4.370.886 | 4.370.886 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 4.370.886 | 4.370.886 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 4.370.886 | 4.370.886 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 4.370.886 | 4.370.886 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 4.370.886 | 4.370.886 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 02 - Judiciária | 4.370.886 | 0 | 4.370.886 |
| 28 - Encargos Especiais | 0 | 4.370.886 | -4.370.886 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 301 - Atenção Básica | 3.614.156 | 0 | 3.614.156 |
| 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 756.730 | 0 | 756.730 |
| 846 - Outros Encargos Especiais | 0 | 4.370.886 | -4.370.886 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **02 Judiciária** | **4.370.886** | **0** | **4.370.886** |
| 301 Atenção Básica | 3.614.156 | 0 | 3.614.156 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 756.730 | 0 | 756.730 |
| **28 Encargos Especiais** | **0** | **4.370.886** | **-4.370.886** |
| 846 Outros Encargos Especiais | 0 | 4.370.886 | -4.370.886 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 57a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc) | 4.370.886 | 4.370.886 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 4.370.886 | 4.370.886 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0565 - Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal | 300.000 | 0 | 300.000 |
| 0566 - Prestação Jurisdicional Militar | 48.000 | 0 | 48.000 |
| 0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal | 509.950 | 0 | 509.950 |
| 0570 - Gestão do Processo Eleitoral | 385.206 | 0 | 385.206 |
| 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista | 2.987.730 | 0 | 2.987.730 |
| 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | 0 | 4.370.886 | -4.370.886 |
| 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário | 140.000 | 0 | 140.000 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 4.370.886 | 0 | 4.370.886 |
| - Operações Especiais | 0 | 4.370.886 | -4.370.886 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade | 300.000 | 0 | 300.000 |
| 0623 - Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes | 0 | 4.370.886 | -4.370.886 |
| 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | 3.614.156 | 0 | 3.614.156 |
| 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | 456.730 | 0 | 456.730 |

Câmara dos Deputados
Fl. 8868
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 45064**

**Tipo: 157a - Atendimento de benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, etc)**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Tipo de Ação* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 4.070.886 | 0 | 4.070.886 |
| - Operações Especiais | 300.000 | 4.370.886 | -4.070.886 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| 45064 - Copiado a partir de: Suplementação das ações de benefícios aos servidores(Tipo 157a) | 4.370.886 | 4.370.886 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | **Suplementação** | **Cancelamento** | **Diferença** |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 4.370.886 | 4.370.886 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **4.370.886** | **4.370.886** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** 43232

**Tipo de Crédito:** 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa
**Tipo Doc:** Portaria/Ato/Resolução
**Nº Doc:** SN **Data Efetivação:** 28/07/2015 **Data Assinatura:** 27/07/2015 **Data Publicação:** 28/07/2015

| Programática / P. O. | Programa/Ação/Produto/Localização/Plano Orçamentário | Func | ESF | Origem Loc. | Natureza | Fte | IU | IDOC | RP | RP Lei | Dot. Atual | Empenhado | Suplem. por Cancel. | Cancel. | Diferença |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **03000- Tribunal de Contas da União** | | | | | | | | | | **1.823.516.700** | **1.783.043.231** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |
| **Unidade:** | **03101- Tribunal de Contas da União** | | | | | | | | | | **1.823.516.700** | **1.783.043.231** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |
| **0550** | **Controle Externo** | | | | | | | | | | 1.267.678.047 | 1.227.204.645 | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **0550 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **01- 331** | *10* | | | | | | | | **4.445.000** | **4.445.000** | **305.000** | **0** | **305.000** |
| 0550 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 4.445.000 | 4.445.000 | 305.000 | 0 | 305.000 |
| 0550 2010 0001 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados | | | | | | | | | | 4.445.000 | 4.445.000 | 305.000 | 0 | 305.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *4.445.000* | *4.445.000* | *305.000* | *0* | *305.000* |
| **0550 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **01- 331** | *10* | | | | | | | | **46.800** | **46.800** | **10.800** | **0** | **10.800** |
| 0550 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 46.800 | 46.800 | 10.800 | 0 | 10.800 |
| 0550 2011 0001 0001 | Auxílio-Transporte - Civis | | | | | | | | | | 46.800 | 46.800 | 10.800 | 0 | 10.800 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *46.800* | *46.800* | *10.800* | *0* | *10.800* |
| **0550 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | **01- 331** | *10* | | | | | | | | **26.480.000** | **26.480.000** | **1.280.000** | **0** | **1.280.000** |
| 0550 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 26.480.000 | 26.480.000 | 1.280.000 | 0 | 1.280.000 |
| 0550 2012 0001 0001 | Auxílio-Alimentação de Civis | | | | | | | | | | 26.480.000 | 26.480.000 | 1.280.000 | 0 | 1.280.000 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *1* | *1* | *26.480.000* | *26.480.000* | *1.280.000* | *0* | *1.280.000* |
| **0550 4018** | **Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais** | **01- 032** | *10* | | | | | | | | **223.712.595** | **190.503.748** | **0** | **1.595.800** | **-1.595.800** |
| 0550 4018 0001 | Fiscalização da Aplicação dos Recursos Publicos Federais - Nacional | | | *PLOA* | | | | | | | 223.712.595 | 190.503.748 | 0 | 1.595.800 | -1.595.800 |
| 0550 4018 0001 0001 | Fiscalização da Aplicação dos Recursos Publicos Federais | | | | | | | | | | 134.125.046 | 109.382.252 | 0 | 1.595.800 | -1.595.800 |
| | | | | | *3.3.90* | *100* | *0* | *9999* | *2* | *2* | *134.125.046* | *109.382.252* | *0* | *1.595.800* | *-1.595.800* |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | 1.823.516.700 | 1.783.043.231 | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |

**Justificativas Pedido: 43232**

**Indique a necessidade da alteração orçamentária**

As dotações orçamentárias contidas na LOA 2015, não são suficientes para pagamento dos referidos benefícios até o encerramento do presente exercício financeiro, sendo os déficits orçamentários decorrentes dos seguintes motivos:
- Edição da Portaria Segedam nº 32, de 26 de fevereiro de 2015, que majorou o valor mensal do auxílio-alimentação;
- Edição da Portaria Segedam nº 33, de 26 de fevereiro de 2015, que majorou o dispêndio com a assistência-pré-escolar; e
- Aumento da tarifa de transporte público4.

**Usuário:** MARIA ESTELA RODRIGUES RIBEIRO DA ROCHA

**Descreva o impacto do cancelamento de dotações**

O cancelamento não causará prejuízo à programação do Órgão, haja vista a economia conquistada até o momento.

**Usuário:** MARIA ESTELA RODRIGUES RIBEIRO DA ROCHA

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 869

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Exercício: 2015**

**QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Pedidos:** **43232**

**Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

O não atendimento comprometerá o pagamento dos benefícios concedidos.

**Usuário:** MARIA ESTELA RODRIGUES RIBEIRO DA ROCHA

**Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da unidade orçamentária?**

Não se aplica.

**Usuário:** MARIA ESTELA RODRIGUES RIBEIRO DA ROCHA

**Acompanhamentos Pedido: 43232**

| Data | Acompanhamento do pedido de alteração | Nome do Usuário |
|---|---|---|
| 28/07/2015 | Pedido Efetivado | NANCI QUIRINO |
| 28/07/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Formalização para o Momento Alteração Orçamentária - Análise da Internalização | NANCI QUIRINO |
| 25/06/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central para o Momento Alteração Orçamentária - Formalização | NANCI QUIRINO |
| 07/05/2015 | Envio do Pedido do Momento Alteração Orçamentária - Órgão Setorial para o Momento Alteração Orçamentária - Órgão Central | MARIA ESTELA RODRIGUES RIBEIRO DA ROCHA |

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 850

Câmara dos Deputados
Fl. 8071
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 43232**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| *Esfera Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 10 - Orçamento Fiscal | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Órgão/Unidade Orçamentária* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **03000 Tribunal de Contas da União** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |
| 03101 Tribunal de Contas da União | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Grupo Natureza de Despesa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 3 - Outras Despesas Correntes | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 100 - Recursos Ordinários | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *UO/Fonte* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **03101 Tribunal de Contas da União** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |
| 100 Recursos Ordinários | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Modalidade de Aplicação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 90 - Aplicações Diretas | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Identificador de Uso (IDUSO)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0 - Recursos não destinados à contrapartida | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Identificador de Operação de Crédito (IDOC)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 9999 - OUTROS RECURSOS | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *RP de Lei* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 1.595.800 | 0 | 1.595.800 |
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 0 | 1.595.800 | -1.595.800 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Indicador de Resultado Primário(RP Atual)* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 1.595.800 | 0 | 1.595.800 |
| 2 - Primária discricionária, não PAC, considerada no cálculo do RP | 0 | 1.595.800 | -1.595.800 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 01 - Legislativa | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 032 - Controle Externo | 0 | 1.595.800 | -1.595.800 |
| 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 1.595.800 | 0 | 1.595.800 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Função/Sub-Função* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| **01 Legislativa** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |
| 032 Controle Externo | 0 | 1.595.800 | -1.595.800 |
| 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 1.595.800 | 0 | 1.595.800 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Tipo de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Tipo de Instrumento Legal* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| Portaria/Ato/Resolução | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 0550 - Controle Externo | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOP - Alterações Orçamentárias

**Quadro Resumo do(s) Pedido(s)**

**Exercício: 2015**

**Momento: Alteração Orçamentária - Análise da Internalização**

**Número(s) Formalização: 2194**

**Pedido(s): 43232**

**Tipo: 107 - Remanejamento de dotações entre subtítulos do mesmo programa**

| *Tipo de Programa* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Gestão e Manutenção | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | 305.000 | 0 | 305.000 |
| 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | 10.800 | 0 | 10.800 |
| 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | 1.280.000 | 0 | 1.280.000 |
| 4018 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais | 0 | 1.595.800 | -1.595.800 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Tipo de Ação* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Atividade | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Pedido de Alteração* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| 43232 - Crédito Adicional Suplementar - Auxílio-Alimentação, Assistência Pré-Escolar e Auxílio-Transporte(Tipo 107) | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

| *Tipo de Financiamento* | Suplementação | Cancelamento | Diferença |
|---|---|---|---|
| - Anulação | 1.595.800 | 1.595.800 | 0 |
| **TOTAL-GERAL** | **1.595.800** | **1.595.800** | **0** |

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Orçamento Federal
SEPN 516, Lote 8, Bloco D, 4º Andar, 70770-524, Brasília - DF
Telefone: 2020-2000 - E-mail: sof@planejamento.gov.br

Câmara dos Deputados
Fl. 8873
Comissões Especiais

Memorando nº 46/SOF/MP

Em 1º de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Assunto: **Projeto de Decreto que abre crédito suplementar em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.**

1. Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, Projeto de Decreto que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), crédito suplementar no valor de R$ 1.629.519.495,00 (um bilhão, seiscentos e vinte e nove milhões, quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

2. Cabe ressaltar que a solicitação em referência será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e de anulação parcial de dotações orçamentárias, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", IV, alíneas "b" e "c", VI, alíneas "a" e "b", XVI, alínea "c", e XXI, alíneas "a" e "c", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Em face do exposto, submeto à apreciação de Vossa Excelência o citado Projeto de Decreto, acompanhado de Exposição de Motivos, e respectivos Anexos.

Respeitosamente,

**ESTHER DWECK**
Secretária de Orçamento Federal

Documento assinado eletronicamente por **ESTHER DWECK**, **Secretária**, em 07/07/2015, às 11:29.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seimp.planejamento.gov.br/conferir], informando o código verificador **0427267** e o código CRC **7437B796**.

Criado por 11600381120, versão 5 por 39505588100 em 01/07/2015 13:25:27.

Câmara dos Deputados
Fl. 8874
Comissões Especiais

**Assunto:** Enc: RES: REUNIÃO JUIZ FEDERAL (SECRETÁRIO-GERAL DO CJF) COM SOF
**De:** Luiz Guilherme Pinto Henriques <luiz.henriques@planejamento.gov.br> [+] [x]
**Data:** 07/07/2015 14:26:25
**Destinatário:** patricia.lima@planejamento.gov.br [...]
**Anexos:** *image001.png* (13.1 KB) *image002.png* (13.2 KB) *image001.png* (13.1 KB) *image002.png* (13.2 KB) [Todos os anexos]
Oi Patricia,

Câmara dos Deputados
Fl. 8875
Comissões Especiais

Favor incluir mais esta para segunda-feira.

OK?

Obrigado.

--
Luiz Guilherme Pinto Henriques
Coordenador-Geral de Desenvolvimento Institucional
Secretaria de Orçamento Federal

-----Mensagem original-----
**Remetente:** Gustavo Bicalho Silva <gbicalho@cjf.jus.br>
**Para:** "luiz.henriques@planejamento.gov.br" <luiz.henriques@planejamento.gov.br>
**Assunto:** RES: REUNIÃO JUIZ FEDERAL (SECRETÁRIO-GERAL DO CJF) COM SOF
**Data:** 07/07/2015 13:46:19

Dr. Luiz Henrique,

Encaminho presente mensagem em razão de resposta automática do *email* do Dr. André Valle.

Tendo em vista reunião agendada com o DEPES para o dia 13/7 às 16h30 nessa SOF/MP para tratar de limites para PLOA 2016, que contará com a presença do Exmo. Juiz Federal Erivaldo Ribeiro dos Santos, Secretário-Geral deste Conselho da Justiça Federal, solicito seja verificada a possibilidade de participação da senhora Secretária da SOF, Esther Dweck.

Atenciosamente,

JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal

**Gustavo Bicalho Ferreira da Silva**
Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças
+55 61 3022-7131

Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, Trecho III - Polo 8 - Lote 9 - Brasília/DF. CEP: 70200-003

Câmara dos Deputados
Fl. 8876
Comissões Especiais

**De:** Gustavo Bicalho Silva
**Enviada em:** terça-feira, 7 de julho de 2015 13:43
**Para:** 'andre.valle@planejamento.gov.br'
**Assunto:** REUNIÃO JUIZ FEDERAL (SECRETÁRIO-GERAL DO CJF) COM SOF

Dr. André,

Tendo em vista reunião agendada com o DEPES para o dia 13/7 às 16h30 nessa SOF/MP para tratar de limites para PLOA 2016, que contará com a presença do Exmo. Juiz Federal Erivaldo Ribeiro dos Santos, Secretário-Geral deste Conselho da Justiça Federal, solicito seja verificada a possibilidade de participação da senhora Secretária da SOF, Esther Dweck.

Atenciosamente,

JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal

**Gustavo Bicalho Ferreira da Silva**
Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças
+55 61 3022-7131

Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, Trecho III - Polo 8 - Lote 9 - Brasília/DF. CEP: 70200-003

Esta mensagem do CONSELHO da JUSTIÇA FEDERAL - CJF e quaisquer arquivos transmitidos com ela, é enviada exclusivamente a seu(s) destinatário(s) e pode conter informações confidenciais, protegidas por sigilo profissional. Sua utilização desautorizada é ilegal e sujeita o infrator às penas da lei. Se você a recebeu indevidamente, queira, por gentileza, reenviá-la ao emitente, esclarecendo o equívoco.

Câmara dos Deputados
Fl. 8877
Comissões Especiais

EM nº /2015-MP

Brasília, de de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 1.629.519.495,00 (um bilhão, seiscentos e vinte e nove milhões, quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), conforme discriminado a seguir:

R$ 1,00

| Discriminação | Suplementação | Origem dos Recursos |
|---|---|---|
| Senado Federal | 1.500.000 | 1.500.000 |
| Tribunal de Contas da União | 1.595.800 | 1.595.800 |
| Supremo Tribunal Federal | 300.000 | |
| Superior Tribunal de Justiça | 500 | |
| Justiça Federal | 7.965.489 | |
| Justiça Militar da União | 48.000 | |
| Justiça Eleitoral | 2.619.411 | |
| Justiça do Trabalho | 10.114.793 | |
| Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | 6.914.575 | |
| Conselho Nacional da Justiça | 866.960 | |
| Presidência da República | 11.644.577 | 136.248 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 31.868.000 | |
| Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação | 7.074.452 | 373.636 |
| Ministério da Fazenda | 21.014.838 | 20.500.000 |
| Ministério da Educação | 403.978.998 | 35.345.931 |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 2.667.292 | 397.844 |
| Defensoria Pública da União | 1.796.000 | |
| Ministério da Justiça | 558.627 | 29.300.000 |
| Ministério de Minas e Energia | 8.129.456 | 606.636 |
| Ministério da Previdência Social | 275.045.871 | 39.483.000 |
| Ministério Público da União | 397.746 | |
| Ministério das Relações Exteriores | 31.156.197 | |
| Ministério da Saúde | 11.335.651 | 63.030.871 |
| Ministério do Trabalho e Emprego | 4.226.646 | 5.200.000 |
| Ministério dos Transportes | 21.751.758 | 2.900.204 |
| Ministério das Comunicações | 206.000 | 800.000 |

Câmara dos Deputados
Fl. 8878
Comissões Especiais

| | | |
|---|---|---|
| Ministério da Cultura | 98.500 | 20.000 |
| Ministério do Meio Ambiente | 6.493.964 | 70.000 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 4.640.000 | 953.904.290 |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário | 500.000 | 3.000.000 |
| Ministério da Defesa | 25.550.311 | 23.214.311 |
| Ministério da Integração Nacional | 7.625.000 | 5.530.609 |
| Ministério do Turismo | 5.500 | 2.601 |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 159.000.000 | |
| Ministério das Cidades | 114.161.954 | 90.048 |
| Advocacia-Geral da União | 18.270.923 | 1.000.000 |
| Secretaria de Políticas para as Mulheres | 2.296.482 | |
| Controladoria-Geral da União | 5.012.197 | |
| Encargos Financeiros da União | 161.657.651 | 377.657.651 |
| Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios | 259.429.376 | |
| Reserva de Contingência | | 7.309.715 |
| Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS | | 56.550.100 |
| **TOTAL** | **1.629.519.495** | **1.629.519.495** |

2. No que se refere ao reforço de dotações do Grupo de Natureza de Despesas "Pessoal e Encargos Sociais" das Justiças Federal e do Distrito Federal e dos Territórios, o presente crédito promoverá o remanejamento de dotações previstas na Reserva de Contingência para as despesas com o provimento de cargos criados por intermédio dos Projetos de Lei nº 6.231, de 2013, e nº 7.722, de 2014, transformados nas Leis nº 13.088, de 12 de janeiro de 2015, e nº 13.057, de 22 de dezembro de 2014, respectivamente.

3. Em relação aos diversos órgãos do Poder Executivo e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, reforçará dotações que se mostram insuficientes para o atendimento das despesas com a folha de pagamento projetadas até o mês de novembro de 2015, consideradas as despesas já liquidadas até maio, em vista de acréscimos autorizados e implantados em folha de pagamento, inclusive os reflexos sobre a Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público.

4. O crédito propiciará, também, o reforço de dotações específicas para benefícios aos servidores, empregados e seus dependentes, nos casos em que essas dotações se apresentam insuficientes para fazer face à projeção das respectivas despesas até o final do corrente exercício.

5. Além disso, o crédito viabilizará o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado devidas por empresas estatais dependentes, bem como, adequará dotações destinadas ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

6. Cabe ressaltar que a solicitação em referência será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e de anulação parcial de dotações orçamentárias, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", IV, alíneas "b" e "c", VI, alíneas "a" e "b", XVI, alínea "c", e XXI, alíneas "a" e "c", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei

Câmara dos Deputados
Fl. 8879
Comissões Especiais

nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

7. Esclareço, a propósito do que dispõe o *caput* do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, pois:

a) R$ 1.508.197.660,00 (um bilhão, quinhentos e oito milhões, cento e noventa e sete mil, seiscentos e sessenta reais) se referem a remanejamento entre despesas primárias obrigatórias;

b) R$ 3.095.800,00 (três milhões, noventa e cinco mil e oitocentos reais), a remanejamento entre despesas primárias do Poder Legislativo;

c) R$ 61.675.935,00 (sessenta e um milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais) a remanejamento entre despesas financeiras não consideradas no cálculo do mencionado resultado; e

d) R$ 56.550.100,00 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta mil e cem reais) a despesas primárias obrigatórias, atendidas com superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, que serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, relativa ao terceiro bimestre de 2015.

8. Finalmente, é importante salientar que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício, sendo oportuno destacar, no que se refere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estão sendo remanejados recursos centralizados com a finalidade de custear acréscimos de despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios ao servidor e sentenças judiciais, inclusive destinados à Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público.

9. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Decreto, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

**NELSON BARBOSA**
Ministro de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº , DE / /2015.

Câmara dos Deputados Fl. 8880 Comissão

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências

O crédito proposto reforçará dotações do Grupo de Natureza de Despesas "Pessoal e Encargos Sociais" das Justiças Federal e do Distrito Federal e dos Territórios, mediante remanejamento de dotações previstas na Reserva de Contingência para as despesas com o provimento de cargos criados pelas Leis nº 13.088, de 12 de janeiro de 2015, e nº 13.057, de 22 de dezembro de 2014, respectivamente.

E, também, no que tange a diversos órgãos do Poder Executivo e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, dotações que se mostram insuficientes para o atendimento das despesas com a folha de pagamento projetadas até o mês de novembro de 2015, consideradas as despesas liquidadas até maio, em vista de acréscimos autorizados e implantados em folha de pagamento, inclusive os reflexos sobre a Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público.

Propiciará, ainda, o reforço de dotações específicas para benefícios aos servidores, empregados e seus dependentes, nos casos em que essas dotações se apresentam insuficientes para fazer face à projeção das respectivas despesas relativas até o final do corrente exercício.

Além disso, o crédito suplementará dotações para o atendimento de despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado devidas por empresas estatais dependentes, bem como, adequará dotações destinadas ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta

Abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, mediante Decreto, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, *caput*, incisos I, alínea "a", IV, alíneas "b" e "c", VI, alíneas "a" e "b", XVI, alínea "c", e XXI, alíneas "a" e "c", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos

Esta é a alternativa mais adequada para a solução da questão.

4. Custos

R$ 1.629.519.495,00 (um bilhão, seiscentos e vinte e nove milhões, quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) dos quais:

a) R$ 56.550.100,00 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta mil e cem reais) oriundos de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS; e

b) R$ 1.572.969.395,00 (um bilhão, quinhentos e setenta e dois milhões, novecentos e sessenta e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais) de anulação parcial de dotações orçamentárias.

5. Razões que justificam a urgência a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência

6. Impacto sobre o meio ambiente sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo

7. Alterações propostas

| Texto atual | Texto proposto: |
|---|---|
| | |

8. Síntese do parecer do órgão jurídico

| |
|---|
| |

Câmara dos Deputados
Fl. 8881
Comissões Especiais

DECRETO DE DE DE 2015.

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 1.629.519.495,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, incisos I, alínea "a", IV, alíneas "b" e "c", VI, alíneas "a" e "b", XVI, alínea "c", e XXI, alíneas "a" e "c", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 1.629.519.495,00 (um bilhão, seiscentos e vinte e nove milhões, quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2014, no valor de R$ 56.550.100,00 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta mil e cem reais), relativo à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS; e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 1.572.969.395,00 (um bilhão, quinhentos e setenta e dois milhões, novecentos e sessenta e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

Câmara dos Deputados
Fl. 8883
Comissões Especiais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

**Pleito:** **1459/2015** **Cadastrado** 26/06/15 14:25 **Chancelado:** Não

**Departamento:** SEAFI **Proposto** 1.629.519.495
**Autorizado** 1.629.519.495

**Órgão/Unidade:** 99999 - SOF
02000 - Senado Federal
03000 - Tribunal de Contas da União

1 - Síntese do Problema

Insuficiência de dotações orçamentárias no âmbito de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, para o atendimento de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, com benefícios ao servidor e com sentenças judiciais.

2 - Causas do Problema

A necessidade de ajuste de dotações decorre principalmente da centralização de recursos em programações específicas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão destinados principalmente ao acréscimo de despesas com:

a) implementação na folha de pagamentos do mês de janeiro de 2015, de reestruturações remuneratórias concedidas aos servidores públicos federais;
b) publicação das Leis nº 13.088, de 12 de janeiro de 2015 e nº 13.057, de 22 de dezembro de 2014, que criam cargos no âmbito das Justiças Federal e do Distrito Federal e dos Territórios, respectivamente;
b) projeção dos efetivos gastos com benefícios ao servidor registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e a identificação de déficits até o final do corrente exercício; e
c) trânsito em julgado de sentenças judiciais devidas por empresas públicas dependentes .

3 - Alternativas Existentes

a) atendimento do pleito;
b) atendimento parcial do pleito; e
c) não atendimento do pleito.

4 - Alternativa Proposta

a) Atendimento do pleito.

5 - Justificativa da Alternativa Proposta

A abertura de crédito suplementar, no valor de R$ 1.629.519.495,00 (um bilhão, seiscentos e vinte e nove milhões, quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, viabilizará o atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais, até novembro de 2015, de benefícios aos servidores e seus dependentes aé o final do corrente exercício e com sentenças judiciais transitadas em julgado devidas por empresas públicas dependentes.

A solicitação em referência será viabilizada à conta de Superávit Financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e de anulação parcial de dotações orçamentárias, tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, incisos I, alínea "a", IV, alíneas "b" e "c", VI, alíneas "a" e "b", XVI, alínea "c", e XXI, alíneas "a" e "c", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 2015, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Cumpre informar que o valor do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2014, relativo à fonte de recursos acima mencionada, considerados os créditos adicionais já abertos e/ou reabertos (e/ou em tramitação), está em conformidade com o montante constante da Tabela

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
Módulo de Pleitos

Câmara dos Deputados
Fl. 8884
Comissões Especiais

4 a que se refere a Portaria SUCON/STN nº 176, de 30 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 1º de abril de 2015, sendo o saldo atual suficiente para atender o crédito suplementar em questão.

Esclareço, a propósito do que dispõe o caput do art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, pois:

a) R$ 1.508.197.660,00 (um bilhão, quinhentos e oito milhões, cento e noventa e sete mil, seiscentos e sessenta reais) se referem a remanejamento entre despesas primárias obrigatórias;

b) R$ 3.095.800,00 (três milhões, noventa e cinco mil e oitocentos reais), a remanejamento entre despesas primárias do Poder Legislativo;

c) R$ 61.675.935,00 (sessenta e um milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais) a remanejamento entre despesas financeiras não consideradas no cálculo do mencionado resultado; e

d) R$ 56.550.100,00 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta mil e cem reais) a despesas primárias obrigatórias, atendidas com superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, que serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, relativa ao terceiro bimestre de 2015.

É importante salientar que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício, sendo oportuno destacar, no que se refere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estão sendo remanejados recursos centralizados com a finalidade de custear acréscimos de despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios ao servidor e sentenças judiciais, inclusive destinados à Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público.

6 - Encaminhamento

Encaminhamento ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão dos atos necessários à abertura do crédito suplementar no valor de R$ 1.629.519.495,00 (um bilhão, seiscentos e vinte e nove milhões, quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), mediante Decreto.

Jangmar Barreto de Almeida
Coordenador-Geral
CGDPS/SEAFI/SOF/MP

George Soares
Secretário-Adjunto
Assuntos Fiscais
SEAFI/SOF/MP

Câmara dos Deputados Fl. 8885 Comissões Técnicas

**ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal**
**UNIDADE: 02101 - Senado Federal**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0551** | **Atuação Legislativa do Senado Federal** | | | | | | | **1.500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **01 301** | **0551 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **1.500.000** |
| 01 301 | 0551 2004 5664 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF | | | | | | | 1.500.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 150 | 1.500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.500.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.500.000** |

**ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União**
**UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0550** | **Controle Externo** | | | | | | | **1.595.800** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **01 331** | **0550 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **305.000** |
| 01 331 | 0550 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 305.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 305.000 |
| **01 331** | **0550 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.800** |
| 01 331 | 0550 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 10.800 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.800 |
| **01 331** | **0550 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **1.280.000** |
| 01 331 | 0550 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 1.280.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.280.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.595.800** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.595.800** |

**ÓRGÃO: 10000 - Supremo Tribunal Federal**
**UNIDADE: 10101 - Supremo Tribunal Federal**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0565** | **Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal** | | | | | | | **300.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **02 331** | **0565 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | | | | | | | **300.000** |
| 02 331 | 0565 00M1 5664 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Em Brasília - DF | | | | | | | 300.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 300.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **300.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **300.000** |

**ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça**
**UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça**

**Formalização: 2194**

SEAP/SSP/PMP

Câmara dos Deputados 8886 Comissões Especiais

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **500** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **500** |
| 09 274 | 0909 0536 5664 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Em Brasília - DF | | | | | | | 500 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 500 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **500** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **500** |

**ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal**
**UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0569** | **Prestação Jurisdicional na Justiça Federal** | | | | | | | **7.965.489** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0569 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **7.060.399** |
| 02 331 | 0569 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 7.060.399 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.060.399 |
| **02 122** | **0569 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **818.007** |
| 02 122 | 0569 20TP 0001 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional | | | | | | | 818.007 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 818.007 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **02 122** | **0569 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **87.083** |
| 02 122 | 0569 09HB 0001 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional | | | | | | | 87.083 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 87.083 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **7.965.489** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **7.965.489** |

**ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União**
**UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0566** | **Prestação Jurisdicional Militar** | | | | | | | **48.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0566 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **48.000** |
| 02 331 | 0566 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 48.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 48.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **48.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **48.000** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral**

**Formalização: 2194**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **215.300** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 301** | **0570 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **175.743** |
| 02 301 | 0570 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 175.743 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 175.743 |
| **02 331** | **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **39.557** |
| 02 331 | 0570 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | | | | | 39.557 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 39.557 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **39.557** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **175.743** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **215.300** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **481.044** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0570 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **47.000** |
| 02 331 | 0570 2011 0013 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas | | | | | | | 47.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 47.000 |
| **02 331** | **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **434.044** |
| 02 331 | 0570 2012 0013 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas | | | | | | | 434.044 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 434.044 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **481.044** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **481.044** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **189.157** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **128.730** |
| 02 331 | 0570 2010 0029 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | | | | | 128.730 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 128.730 |
| **02 331** | **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **60.427** |
| 02 331 | 0570 2012 0029 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | | | | | 60.427 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 60.427 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **189.157** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **189.157** |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados 8887 Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **10.785** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.785** |
| 02 331 | 0570 2012 0032 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 10.785 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.785 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **10.785** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.785** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **146.363** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **50.227** |
| 02 331 | 0570 2010 0052 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | | | | | | | 50.227 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 50.227 |
| **02 331** | **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **96.136** |
| 02 331 | 0570 2012 0052 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | | | | | | | 96.136 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 96.136 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **146.363** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **146.363** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **72.101** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 301** | **0570 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **58.667** |
| 02 301 | 0570 2004 0021 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão | | | | | | | 58.667 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 58.667 |
| **02 331** | **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **7.434** |
| 02 331 | 0570 2010 0021 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão | | | | | | | 7.434 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.434 |
| **02 331** | **0570 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **6.000** |
| 02 331 | 0570 2011 0021 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão | | | | | | | 6.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **13.434** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **58.667** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **72.101** |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 8889
Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **112.267** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **35.811** |
| 02 331 | 0570 2010 0051 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 35.811 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 35.811 |
| **02 331** | **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **76.456** |
| 02 331 | 0570 2012 0051 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 76.456 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 76.456 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **112.267** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **112.267** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **14.405** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **14.405** |
| 02 331 | 0570 2010 0054 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 14.405 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 14.405 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **14.405** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **14.405** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **193.384** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **193.384** |
| 02 331 | 0570 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 193.384 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 193.384 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **193.384** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **193.384** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2194**

SEAP/SOF/MP

| | | | SF | ND | P | OD | U | TE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **176.407** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **176.407** |
| 02 331 | 0570 2012 0015 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | | | | | 176.407 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 176.407 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **176.407** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **176.407** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **40.020** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 301** | **0570 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **18.426** |
| 02 301 | 0570 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | | | | | | | 18.426 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 18.426 |
| **02 331** | **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **21.594** |
| 02 331 | 0570 2010 0025 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba | | | | | | | 21.594 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.594 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **21.594** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **18.426** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **40.020** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **15.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0570 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **15.000** |
| 02 331 | 0570 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | | | | | 15.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **15.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **15.000** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **2.084** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0570 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **2.084** |
| 02 331 | 0570 2011 0026 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 2.084 |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 2.084 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **2.084** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **2.084** |

Câmara dos Deputados
Fl. 8891
Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **30.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0570 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **30.000** |
| 02 331 | 0570 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 30.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 30.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **30.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **30.000** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **74.817** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **14.472** |
| 02 331 | 0570 2010 0024 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 14.472 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 14.472 |
| **02 331** | **0570 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **2.655** |
| 02 331 | 0570 2011 0024 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 2.655 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.655 |
| **02 331** | **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **57.690** |
| 02 331 | 0570 2012 0024 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 57.690 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 57.690 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **74.817** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **74.817** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **38.221** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 301** | **0570 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **23.633** |
| 02 301 | 0570 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 23.633 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 23.633 |
| **02 331** | **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis,** | | | | | | | **14.588** |

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **Empregados e Militares** | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 14.588 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **14.588** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **23.633** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **38.221** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **197.833** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **197.833** |
| 02 331 | 0570 2012 0011 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | | | | | | | 197.833 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 197.833 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **197.833** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **197.833** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **196.099** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **28.715** |
| 02 331 | 0570 2010 0042 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 28.715 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 28.715 |
| **02 331** | **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **167.384** |
| 02 331 | 0570 2012 0042 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 167.384 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 167.384 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **196.099** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **196.099** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **341.620** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 301** | **0570 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **237.480** |
| 02 301 | 0570 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | | | | | 237.480 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 237.480 |
| **02 331** | **0570 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **79.140** |
| 02 331 | 0570 2010 0035 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | | | | | 79.140 |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 79.140 |
| **02 331** | **0570 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **25.000** |
| 02 331 | 0570 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | | | | | 25.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 25.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **104.140** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **237.480** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **341.620** |

**ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral**
**UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0570** | **Gestão do Processo Eleitoral** | | | | | | | **72.504** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0570 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **72.504** |
| 02 331 | 0570 2012 0016 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá | | | | | | | 72.504 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 72.504 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **72.504** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **72.504** |

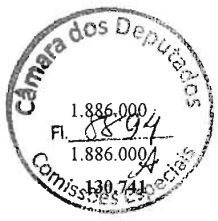
**ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho**
**UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | **1.483.430** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **376.161** |
| 02 331 | 0571 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 376.161 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 376.161 |
| **02 331** | **0571 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **282.701** |
| 02 331 | 0571 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 282.701 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 282.701 |
| **02 331** | **0571 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **824.568** |
| 02 331 | 0571 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 824.568 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 824.568 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.483.430** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.483.430** |

**ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho**
**UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | **4.983.441** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 301** | **0571 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **1.886.000** |

**Formalização: 2194**




| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 301 | 0571 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.886.000<br>1.886.000 |
| **02 331** | **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **130.741** |
| 02 331 | 0571 2010 0035 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 130.741<br>130.741 |
| **02 331** | **0571 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **330.000** |
| 02 331 | 0571 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 330.000<br>330.000 |
| **02 331** | **0571 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **2.636.700** |
| 02 331 | 0571 2012 0035 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.636.700<br>2.636.700 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.097.441** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.886.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.983.441** |

**ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho**
**UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | **314.637** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **280.608** |
| 02 331 | 0571 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 280.608<br>280.608 |
| **02 331** | **0571 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **34.029** |
| 02 331 | 0571 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 34.029<br>34.029 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **314.637** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **314.637** |

**ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho**
**UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | **320.477** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **151.680** |
| 02 331 | 0571 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 151.680<br>151.680 |
| **02 331** | **0571 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **48.029** |
| 02 331 | 0571 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 48.029<br>48.029 |
| **02 331** | **0571 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **120.768** |
| 02 331 | 0571 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 120.768 |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 120.768 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **320.477** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **320.477** |

Câmara dos Deputados
Fl. 8895
Coordenação de Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho**
**UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | **287.640** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0571 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **287.640** |
| 02 331 | 0571 2012 0029 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | | | | | 287.640 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 287.640 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **287.640** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **287.640** |

**ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho**
**UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | **742.856** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **289.060** |
| 02 331 | 0571 2010 0041 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | | | | | 289.060 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 289.060 |
| **02 331** | **0571 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **32.740** |
| 02 331 | 0571 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | | | | | 32.740 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 32.740 |
| **02 331** | **0571 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **421.056** |
| 02 331 | 0571 2012 0041 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | | | | | 421.056 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 421.056 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **742.856** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **742.856** |

**ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho**
**UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | **740.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 301** | **0571 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **740.000** |
| 02 301 | 0571 2004 6019 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR | | | | | | | 740.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 740.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |

**Formalização: 2194**

SEAPE/SCFIMS

| | |
|---|---|
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **740.000** |
| **TOTAL - GERAL** | **740.000** |

Câmara dos Deputados Coordenação de Comissões Especiais Fl. 8896

**ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho**
**UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | **575.280** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0571 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **575.280** |
| 02 331 | 0571 2012 0035 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | | | | | 575.280 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 575.280 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **575.280** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **575.280** |

**ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho**
**UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | **255.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 301** | **0571 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **255.000** |
| 02 301 | 0571 2004 0021 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão | | | | | | | 255.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 255.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **255.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **255.000** |

**ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho**
**UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | **40.920** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 301** | **0571 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **3.000** |
| 02 301 | 0571 2004 0032 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 3.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.000 |
| **02 331** | **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **37.920** |
| 02 331 | 0571 2010 0032 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 37.920 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 37.920 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **37.920** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **3.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **40.920** |

**ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho**
**UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás**

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

Câmara dos Deputados 8897 Comissões Especiais

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | **219.936** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **219.936** |
| 02 331 | 0571 2010 0052 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | | | | | | | 219.936 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 219.936 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **219.936** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **219.936** |

**ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho**
**UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | **45.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0571 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **45.000** |
| 02 331 | 0571 2011 0027 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | | | | | | | 45.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 45.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **45.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **45.000** |

**ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho**
**UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0571** | **Prestação Jurisdicional Trabalhista** | | | | | | | **106.176** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 331** | **0571 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **106.176** |
| 02 331 | 0571 2010 0051 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 106.176 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 106.176 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **106.176** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **106.176** |

**ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**
**UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0567** | **Prestação Jurisdicional no Distrito Federal** | | | | | | | **6.914.575** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 301** | **0567 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **509.950** |
| 02 301 | 0567 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 509.950 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 509.950 |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **02 122** | **0567 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **5.645.474** |
| 02 122 | 0567 20TP 0053 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.645.474 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **02 122** | **0567 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **759.151** |
| 02 122 | 0567 09HB 0053 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 759.151 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **6.404.625** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **509.950** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.914.575** |

**ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça**
**UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **1389** | **Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário** | | | | | | | **866.960** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **02 301** | **1389 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **140.000** |
| 02 301 | 1389 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 140.000 |
| **02 331** | **1389 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **151.680** |
| 02 331 | 1389 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 151.680 |
| **02 331** | **1389 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **575.280** |
| 02 331 | 1389 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 575.280 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **726.960** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **140.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **866.960** |

**ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República**
**UNIDADE: 20101 - Presidência da República**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2101** | **Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República** | | | | | | | **1.076** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **04 122** | **2101 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **1.076** |
| 04 122 | 2101 09HB 0001 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.076 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.076** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.076** |

**ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República**
**UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN**

**Formalização: 2194**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **2.452.501** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **2.452.501** |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | | | | | | | 2.452.501 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.452.501 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **2.452.501** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.452.501** |

**ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República**
**UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | **2.500.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | | | | | | | **2.500.000** |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | | | | | 2.500.000 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| | **2101** | **Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República** | | | | | | | **6.691.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 301** | **2101 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **951.000** |
| 04 301 | 2101 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 951.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 951.000 |
| **04 331** | **2101 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **690.000** |
| 04 331 | 2101 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 690.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 690.000 |
| **04 331** | **2101 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **490.000** |
| 04 331 | 2101 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 490.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 490.000 |
| **04 331** | **2101 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **4.560.000** |
| 04 331 | 2101 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 4.560.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.560.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **8.240.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **951.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **9.191.000** |

**ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
**UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2105** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | | | | | | | **1.153.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **20 331** | **2105 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis,** | | | | | | | **23.000** |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **Empregados e Militares** | | | | | | | | |
| 20 331 | 2105 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | | |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 23.000 |
| **20 331** | **2105 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | | **45.000** |
| 20 331 | 2105 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | | 45.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 45.000 |
| **20 331** | **2105 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | | **1.085.000** |
| 20 331 | 2105 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | | 1.085.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 357.367 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | | 727.633 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **1.153.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **1.153.000** |

**ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
**UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **15.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **15.000** |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | | | | | 15.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.000 |
| | **2105** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | | | | | | | **15.270.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **20 301** | **2105 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **6.270.000** |
| 20 301 | 2105 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 6.270.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 6.270.000 |
| **20 331** | **2105 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **1.950.000** |
| 20 331 | 2105 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 1.950.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.950.000 |
| **20 331** | **2105 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **7.050.000** |
| 20 331 | 2105 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 7.050.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 7.050.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **9.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **6.285.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **15.285.000** |

**ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
**UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2105** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** | | | | | | | **15.430.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **20 301** | **2105 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **4.260.000** |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 20 301 | 2105 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 4.260.000 |
| | | | | | | | | | 4.260.000 |
| **20 331** | **2105 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **1.560.000** |
| 20 331 | 2105 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.560.000 |
| | | | | | | | | | 1.560.000 |
| **20 331** | **2105 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **1.970.000** |
| 20 331 | 2105 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.970.000 |
| | | | | | | | | | 1.970.000 |
| **20 331** | **2105 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **7.640.000** |
| 20 331 | 2105 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 7.640.000 |
| | | | | | | | | | 7.640.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **11.170.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **4.260.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **15.430.000** |

**ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
**UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2106** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | **26.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **19 331** | **2106 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **26.000** |
| 19 331 | 2106 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 26.000 |
| | | | | | | | | | 26.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **26.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **26.000** |

**ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
**UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0089** | | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **251.452** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **251.452** |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 251.452 |
| | | | | | | | | | 251.452 |
| **0909** | | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **6.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **6.000** |
| 09 274 | 0909 0536 0033 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.000 |
| | | | | | | | | | 6.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **257.452** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **257.452** |

**ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
**UNIDADE: 24206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB**

**Formalização: 2194**

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0901** | | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | **2.000.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | | | | | | | **2.000.000** |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| **2106** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | **2.541.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **19 301** | **2106 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **2.220.000** |
| 19 301 | 2106 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.220.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.220.000 |
| **19 331** | **2106 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **321.000** |
| 19 331 | 2106 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 321.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 321.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.321.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **2.220.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.541.000** |

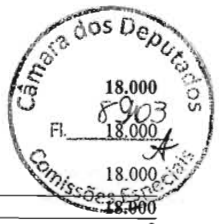
**ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
**UNIDADE: 24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2106** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | **2.232.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **19 301** | **2106 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **72.000** |
| 19 301 | 2106 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 72.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 72.000 |
| **19 331** | **2106 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **110.000** |
| 19 331 | 2106 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 110.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 110.000 |
| **19 331** | **2106 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **2.050.000** |
| 19 331 | 2106 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.050.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.050.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.160.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **72.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.232.000** |

**ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
**UNIDADE: 24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2106** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | **18.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |

**Formalização: 2194**




| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **19 331** | **2106 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **18.000** |
| 19 331 | 2106 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 18.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **18.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **18.000** |

**ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda**
**UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **30.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **30.000** |
| 09 274 | 0909 0536 0053 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 30.000 |
| | **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | **10.899.258** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 331** | **2110 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **53.000** |
| 04 331 | 2110 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 53.000 |
| **04 331** | **2110 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **315.000** |
| 04 331 | 2110 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 315.000 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **04 122** | **2110 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **10.531.258** |
| 04 122 | 2110 09HB 0053 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 10.531.258 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **10.899.258** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **30.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.929.258** |

**ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda**
**UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | **4.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 331** | **2110 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **66.000** |
| 04 331 | 2110 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 132 | 66.000 |
| **04 122** | **2110 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **3.934.000** |
| 04 122 | 2110 20TP 0001 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 132 | 3.934.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |

**Formalização: 2194**

| | |
|---|---|
| **TOTAL - GERAL** | **4.000.000** |

**ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda**
**UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **15.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **15.000** |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | | | | | 15.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.000 |
| | **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | **5.736.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 301** | **2110 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **5.736.000** |
| 04 301 | 2110 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 5.736.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 5.736.000 |

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **5.751.000** |
| **TOTAL - GERAL** | **5.751.000** |

**ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda**
**UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

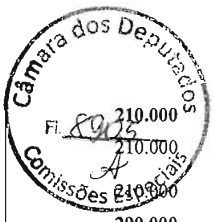
| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **302.580** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **302.580** |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | | | | | | | 302.580 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 302.580 |
| | **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | **32.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 331** | **2110 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **32.000** |
| 04 331 | 2110 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 32.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | 32.000 |

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | **32.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **302.580** |
| **TOTAL - GERAL** | **334.580** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **530.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **30.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 30.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 30.000 |

**Formalização: 2194**




| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **210.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 210.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 210.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **290.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 290.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 290.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **530.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **530.000** |

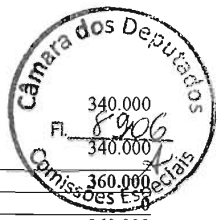
**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **1.034.835** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **32.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 32.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 32.000 |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 10.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **80.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 80.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 80.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **220.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 220.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 220.000 |
| **12 368** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **692.835** |
| 12 368 | 2109 20TP 0033 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 692.835 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 692.835 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.002.835** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **32.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.034.835** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **360.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 20.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **340.000** |

**Formalização: 2194**




| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 331 | 2109 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 340.000<br>340.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **360.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **360.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **46.643** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **46.643** |
| 12 122 | 2109 09HB 0020 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 46.643<br>46.643 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **46.643** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **46.643** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **395.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **50.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0027 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 50.000<br>50.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **215.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0027 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 215.000<br>215.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **130.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0027 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 130.000<br>130.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **395.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **395.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0909** | | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **3.600** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **3.600** |
| 09 274 | 0909 0536 0029 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação | | | | | | | 3.600 |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado da Bahia | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.600 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **3.600** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.600** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **6.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **6.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0023 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará | | | | | | | 6.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 6.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **6.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **500** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **500** |
| 09 274 | 0909 0536 0032 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 500 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 500 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **165.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **90.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0032 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 90.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 90.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **75.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0032 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 75.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 75.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **165.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **500** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **165.500** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **100** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **100** |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 09 274 | 0909 0536 0052 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Goiás | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 100 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **140.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **40.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0052 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **100.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0052 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 100.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **140.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **100** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **140.100** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **28.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **28.000** |
| 09 274 | 0909 0536 0033 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 28.000 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **640.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **120.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 120.000 |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **500.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **520.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **148.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **668.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **1.620.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **70.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 70.000 |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 70.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **1.550.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.550.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.550.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.620.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.620.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **155.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **155.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 155.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 155.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **155.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **155.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **510.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **510.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0015 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | | | | | 510.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 510.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **510.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **510.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **24.800** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **24.800** |
| 09 274 | 0909 0536 0041 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Paraná | | | | | | | 24.800 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 24.800 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **270.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **220.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | | | | | 220.000 |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 220.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **50.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0041 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | | | | | 50.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 50.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **270.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **24.800** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **294.800** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **400** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **400** |
| 09 274 | 0909 0536 0026 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 400 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 400 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **20.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0026 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 20.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **20.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **400** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **20.400** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **86.241** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **86.241** |
| 12 122 | 2109 09HB 0043 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 86.241 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 86.241 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **86.241** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **86.241** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **2.326.884** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **420.000** |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 420.000 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **1.906.884** |
| 12 122 | 2109 09HB 0033 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.906.884 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.326.884** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.326.884** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **759.087** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **759.087** |
| 09 272 | 0089 0181 0042 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 759.087 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **155.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **30.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0042 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 30.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **125.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0042 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 125.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **155.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **759.087** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **914.087** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **160.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **160.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 160.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **160.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **160.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**

**Formalização: 2194**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **25.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **5.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0026 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 5.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 5.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0026 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 20.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **25.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **25.000** |

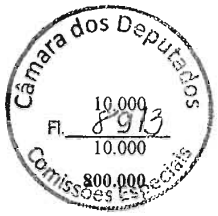
**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **78.431** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **78.431** |
| 09 272 | 0089 0181 0014 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Roraima | | | | | | | 78.431 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 78.431 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **180.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **140.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0014 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima | | | | | | | 140.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 140.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **40.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0014 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Roraima | | | | | | | 40.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **40.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **218.431** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **258.431** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **156.027** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **156.027** |
| 09 272 | 0089 0181 0017 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Tocantins | | | | | | | 156.027 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 156.027 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **810.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |

**Formalização: 2194**




| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 331 | 2109 2011 0017 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Tocantins | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000<br>10.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **800.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0017 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Tocantins | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 800.000<br>800.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **810.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **156.027** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **966.027** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **2.389.284** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **2.389.284** |
| 12 122 | 2109 09HB 0025 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 2.389.284<br>2.389.284 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.389.284** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.389.284** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **20.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0015 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000<br>20.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **20.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **20.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **1.238.984** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **1.238.984** |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.238.984<br>1.238.984 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **110.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | | **80.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | | 80.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | | **30.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | | 30.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **110.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **1.238.984** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **1.348.984** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26255 - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **1.300** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **1.300** |
| 09 274 | 0909 0536 0031 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.300 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **445.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **180.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 180.000 |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **30.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 30.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **5.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 5.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **230.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 230.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **265.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **181.300** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **446.300** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **2.194.972** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **790.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 790.000 |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 790.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **1.080.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.080.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.080.000 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **324.972** |
| 12 122 | 2109 09HB 0033 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 324.972 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 324.972 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.194.972** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.194.972** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **2.285.694** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **2.285.694** |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 2.285.694 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.285.694 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **450.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **40.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 40.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **120.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 120.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 120.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **290.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 290.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 290.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **450.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **2.285.694** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.735.694** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **828.643** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **828.643** |
| 09 272 | 0089 0181 0041 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná | | | | | | | 828.643 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 828.643 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **1.872.000** |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **22.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0041 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | | | | | 22.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 22.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **300.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | | | | | 300.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 300.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **1.550.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0041 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | | | | | 1.550.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.550.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.872.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **828.643** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.700.643** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **10.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 10.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **10.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **3.819.726** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **3.819.726** |
| 09 272 | 0089 0181 0035 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo | | | | | | | 3.819.726 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 3.819.726 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **340.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0035 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | | | | | 10.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **330.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | | | | | 330.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 330.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **340.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **3.819.726** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.159.726** |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 8917
Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **1.107.822** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **1.107.822** |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.107.822 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.107.822 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **70.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **25.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 25.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 25.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **45.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 45.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 45.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **70.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.107.822** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.177.822** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **30.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0024 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 10.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0024 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 20.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **30.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **30.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **591.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **60.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 60.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 60.000 |

**Formalização: 2194**

SEAFVSOFIMP

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **51.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 51.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 51.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **480.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 480.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 480.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **591.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **591.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **7.324.996** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0041 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | | | | | 10.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| **12 364** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **5.935.021** |
| 12 364 | 2109 20TP 0041 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 5.935.021 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 5.935.021 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **1.379.975** |
| 12 122 | 2109 09HB 0041 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná | | | | | | | 1.379.975 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.379.975 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **7.324.996** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **7.324.996** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **1.088.472** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **1.088.472** |
| 09 272 | 0089 0181 0011 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Rondônia | | | | | | | 1.088.472 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.088.472 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **390.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **60.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0011 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia | | | | | | | 60.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 60.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **330.000** |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 331 | 2109 2012 0011 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 330.000 |
| | | | | | | | | | 330.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **330.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.148.472** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.478.472** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **290.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **290.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 290.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 290.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **290.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **290.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **695.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **695.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0021 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão | | | | | | | 695.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 695.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **695.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **695.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **245.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 10.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **25.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 25.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 25.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **210.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 210.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 210.000 |

**Formalização: 2194**

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | **245.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | **245.000** |

Câmara dos Deputados
Fl. 8920
Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0089** | | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **962.999** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **962.999** |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 962.999 |
| | | | | | | | | | 962.999 |
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **35.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **35.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 35.000 |
| | | | | | | | | | 35.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **35.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **962.999** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **997.999** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **165.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0012 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Acre | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| | | | | | | | | | 10.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **155.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Acre | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 155.000 |
| | | | | | | | | | 155.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **165.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **165.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0909** | | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **3.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **3.000** |
| 09 274 | 0909 0536 0051 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Mato Grosso | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.000 |
| | | | | | | | | | 3.000 |
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **640.000** |

**Formalização: 2194**

SEAFVSOF/MP

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 640.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0051 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 640.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 643.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 643.000 |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 74.700 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 74.700 |
| 09 274 | 0909 0536 0043 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 74.700 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 74.700 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 74.700 |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 20.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 20.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0022 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Piauí | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 2.754.714 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0022 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 65.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0022 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 65.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 2.659.714 |
| 12 122 | 2109 09HB 0022 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 2.659.714 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 2.754.714 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 20.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.774.714 |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados Fl. 8922 Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0089** | | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **4.196.847** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **4.196.847** |
| 09 272 | 0089 0181 0035 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo | | | | | | | 4.196.847 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 4.196.847 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **4.196.847** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.196.847** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **535.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **210.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0028 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe | | | | | | | 210.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 210.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **325.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0028 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe | | | | | | | 325.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 325.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **535.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **535.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **50.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **50.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 50.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 50.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **50.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **50.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ES | GN | RP | MO | IU | FT | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2194**

SEAFVSOF/MP

Câmara dos Deputados Fl. 8923 Comissões Especiais

| | | | F | D | | D | | E | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **20.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0054 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **20.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **20.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **80.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **70.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 70.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **80.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **80.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João Del Rei**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **2.478.657** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **160.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 160.000 |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **50.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 50.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **180.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 180.000 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **2.088.657** |
| 12 122 | 2109 09HB 0031 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 2.088.657 |

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 2.088.657 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.318.657** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **160.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.478.657** |

Câmara dos Deputados Fl. 8924 Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **166.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **136.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0016 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá | | | | | | | 136.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 136.000 |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **30.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0016 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá | | | | | | | 30.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 30.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **30.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **136.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **166.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **523.851** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **523.851** |
| 09 272 | 0089 0181 0053 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal | | | | | | | 523.851 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 523.851 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **40.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **40.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | | | | | 40.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **40.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **523.851** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **563.851** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | **3.000.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0901 0625** | **Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor** | | | | | | | **3.000.000** |
| 28 846 | 0901 0625 0043 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 3.000.000 |

**Formalização: 2194**

SEAFUSO/MP

Câmara dos Deputados
Fl. 8935
Comissões Especiais

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.000.000 |
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **5.700** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **5.700** |
| 09 274 | 0909 0536 0043 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 5.700 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.700 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **4.050.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **150.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 150.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 150.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **3.900.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 3.900.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 3.900.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **7.055.700** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **7.055.700** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **69.496** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **69.496** |
| 09 272 | 0089 0181 0054 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 69.496 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 69.496 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **417.309** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0054 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 10.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **280.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0054 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 280.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 280.000 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **127.309** |
| 12 122 | 2109 09HB 0054 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 127.309 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 127.309 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **417.309** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **69.496** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **486.805** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

Câmara dos Deputados
Fl. 8926
Comissões Especiais

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **895.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **665.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0029 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | | | | | 665.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 665.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **230.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0029 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | | | | | 230.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 230.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **895.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **895.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **2.009.929** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **2.009.929** |
| 09 272 | 0089 0181 0027 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Alagoas | | | | | | | 2.009.929 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.009.929 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **2.009.929** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.009.929** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26362 - Hospital Universitário Valter Cantídio**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **1.198.957** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **1.198.957** |
| 09 272 | 0089 0181 0023 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará | | | | | | | 1.198.957 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.198.957 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.198.957** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.198.957** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26363 - Maternidade Assis Chateaubrian**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **1.225.660** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **1.225.660** |
| 09 272 | 0089 0181 0023 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará | | | | | | | 1.225.660 |

**Formalização: 2194**

SEAFUSO/FMP

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.225.660 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.225.660** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.225.660** |

Câmara dos Deputados
Fl. 8927
Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **1.325.422** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **1.325.422** |
| 09 272 | 0089 0181 0032 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 1.325.422 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.325.422 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.325.422** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.325.422** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **7.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **7.000** |
| 09 274 | 0909 0536 0052 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Goiás | | | | | | | 7.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.000 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **20.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0052 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | | | | | | | 20.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **27.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **27.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **175.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 10.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **165.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 165.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 165.000 |

**Formalização: 2194**

SEAFVISO/FIMP

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **175.000** |
| **TOTAL - GERAL** | **175.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **863.942** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **863.942** |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 863.942 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 863.942 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **863.942** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **863.942** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26368 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **687.911** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **687.911** |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 687.911 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 687.911 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **30.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **30.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 30.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 30.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **717.911** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **717.911** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **712.947** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **712.947** |
| 09 272 | 0089 0181 0015 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará | | | | | | | 712.947 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 712.947 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **712.947** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **712.947** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26370 - Hospital Universitário Betina Ferro Souza**

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados 8929 Comissão Especial

**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **10.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0015 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | | | | | 10.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **10.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0089** | | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **1.437.205** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **1.437.205** |
| 09 272 | 0089 0181 0025 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba | | | | | | | 1.437.205 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.437.205 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.437.205** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.437.205** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **60.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **60.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | | | | | 60.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 60.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **60.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **60.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0089** | | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **2.520.541** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **2.520.541** |
| 09 272 | 0089 0181 0026 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 2.520.541 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.520.541 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **2.520.541** |

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

| | |
|---|---|
| **TOTAL - GERAL** | **2.520.541** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **1.333.861** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **1.333.861** |
| 12 122 | 2109 09HB 0024 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 1.333.861 |
| | | | S | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.333.861 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.333.861** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.333.861** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **10.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0054 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 10.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **10.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0089** | | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **1.590.656** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **1.590.656** |
| 09 272 | 0089 0181 0042 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 1.590.656 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.590.656 |
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **973.829** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **973.829** |
| 12 122 | 2109 09HB 0042 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 973.829 |
| | | | S | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 973.829 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **2.564.485** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.564.485** |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 8931
Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26387 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0089** | | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **3.772.452** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **3.772.452** |
| 09 272 | 0089 0181 0043 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 3.772.452 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 3.772.452 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **3.772.452** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.772.452** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **2.513.230** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **180.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0025 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba | | | | | | | 180.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 180.000 |
| **12 302** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **2.333.230** |
| 12 302 | 2109 20TP 0025 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 2.333.230 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.333.230 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **2.513.230** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.513.230** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0089** | | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **176.598** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **176.598** |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 176.598 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 176.598 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **176.598** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **176.598** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26392 - Hospital Getúlio Vargas**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **90.000** |

**Formalização: 2194**

SEAFVSOFIMP

| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **90.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0013 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 90.000 |
| | | | | | | | | | 90.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **90.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **90.000** |

Câmara dos Deputados Fl. 9932 Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26395 - Hospital Universitário Miguel Riet Junior**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **1.217.717** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **1.217.717** |
| 09 272 | 0089 0181 0043 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 1.217.717 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.217.717 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.217.717** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.217.717** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26396 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **1.574** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **1.574** |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.574 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.574 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.574** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.574** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **11.148.663** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **80.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0027 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | | | | | | | 80.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 80.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0027 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | | | | | | | 20.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **9.758.851** |
| 12 363 | 2109 20TP 0027 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Alagoas | | | | | | | 9.758.851 |

**Formalização: 2194**

SEAFVSOFIAP

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 9.758.851 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | 1.289.812 |
| 12 122 | 2109 09HB 0027 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.289.812 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **11.148.663** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **11.148.663** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **18.320.048** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **15.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0013 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 15.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **980.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0013 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 980.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **13.807.460** |
| 12 363 | 2109 20TP 0013 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amazonas | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 13.807.460 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **3.517.588** |
| 12 122 | 2109 09HB 0013 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 3.517.588 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **18.320.048** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **18.320.048** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **125.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **125.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0029 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 125.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **125.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **125.000** |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados 8934 Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **21.455.114** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0023 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará | | | | | | | 20.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **960.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0023 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará | | | | | | | 960.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 960.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **19.638.483** |
| 12 363 | 2109 20TP 0023 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 19.638.483 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 19.638.483 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **836.631** |
| 12 122 | 2109 09HB 0023 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará | | | | | | | 836.631 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 836.631 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **21.455.114** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **21.455.114** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **4.642.922** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **170.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0032 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 170.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 170.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **4.472.922** |
| 12 363 | 2109 20TP 0032 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 4.472.922 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 4.472.922 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.642.922** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.642.922** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **10.422.453** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e** | | | | | | | **660.000** |

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **Militares** | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2012 0052 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 660.000<br>660.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **7.399.664** |
| 12 363 | 2109 20TP 0052 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 7.399.664<br>7.399.664 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **2.362.789** |
| 12 122 | 2109 09HB 0052 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 2.362.789<br>2.362.789 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **10.422.453** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.422.453** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **2.518.965** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **45.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0021 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 45.000<br>45.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **950.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0021 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 950.000<br>950.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **760.902** |
| 12 363 | 2109 20TP 0021 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Maranhão | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 760.902<br>760.902 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **763.063** |
| 12 122 | 2109 09HB 0021 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 763.063<br>763.063 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.518.965** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.518.965** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **172.475** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **172.475** |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 172.475 |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados Fl. 8936 Comissões Especiais

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 172.475 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **5.271.466** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **180.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 180.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 180.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **275.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 275.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 275.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **4.429.086** |
| 12 363 | 2109 20TP 0031 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 4.429.086 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 4.429.086 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **387.380** |
| 12 122 | 2109 09HB 0031 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 387.380 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 387.380 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.271.466** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **172.475** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.443.941** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **710.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **30.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 30.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 30.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **680.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 680.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 680.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **710.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **710.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **764.972** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **260.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 260.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 260.000 |

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **504.972** |
| 12 363 | 2109 20TP 0031 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 504.972 |
| | | | | | | | | | 504.972 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **764.972** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **764.972** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **1.069.634** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **40.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000<br>40.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **190.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 190.000<br>190.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **698.501** |
| 12 363 | 2109 20TP 0031 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 698.501<br>698.501 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **141.133** |
| 12 122 | 2109 09HB 0031 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 141.133<br>141.133 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.069.634** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.069.634** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triangulo Mineiro**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **180.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **140.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 140.000<br>140.000 |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000<br>20.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000<br>20.000 |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 9938
Comissões Especiais

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | **40.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **140.000** |
| **TOTAL - GERAL** | **180.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **262.396** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **262.396** |
| 09 272 | 0089 0181 0051 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 262.396 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 262.396 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **7.446.369** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0051 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 10.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **2.449.363** |
| 12 363 | 2109 20TP 0051 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 2.449.363 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.449.363 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **4.987.006** |
| 12 122 | 2109 09HB 0051 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 4.987.006 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 4.987.006 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **7.446.369** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **262.396** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **7.708.765** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **4.006.162** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0054 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 20.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **70.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0054 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 70.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 70.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **40.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0054 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 40.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **3.516.922** |
| 12 363 | 2109 20TP 0054 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 3.516.922 |

**Formalização: 2194**

SF/SUSOFIMP

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | do Sul | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 3.516.922 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **359.240** |
| 12 122 | 2109 09HB 0054 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 359.240 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.006.162** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.006.162** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **582.326** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **40.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0015 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **542.326** |
| 12 363 | 2109 20TP 0015 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 542.326 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **582.326** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **582.326** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **3.349.231** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0025 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **520.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0025 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 520.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **1.982.377** |
| 12 363 | 2109 20TP 0025 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.982.377 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **826.854** |
| 12 122 | 2109 09HB 0025 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 826.854 |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 8940
Comissões Especiais

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | **3.349.231** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | **3.349.231** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **9.515.674** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **145.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0026 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 145.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 145.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **667.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0026 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 667.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 667.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **6.358.899** |
| 12 363 | 2109 20TP 0026 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 6.358.899 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 6.358.899 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **2.344.775** |
| 12 122 | 2109 09HB 0026 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 2.344.775 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 2.344.775 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **9.515.674** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **9.515.674** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **1.110.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **40.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 40.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **300.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 300.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 300.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **770.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 770.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 770.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.110.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.110.000** |

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

Câmara dos Deputados 8941 Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **10.511.105** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **50.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 50.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 50.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **290.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 290.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 290.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **910.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 910.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 910.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **9.261.105** |
| 12 363 | 2109 20TP 0043 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 9.261.105 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 9.261.105 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **10.511.105** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.511.105** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **55.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **50.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | | | | | | | 50.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 50.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **5.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0011 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | | | | | | | 5.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 5.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **55.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **55.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **547.319** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **547.319** |
| 09 272 | 0089 0181 0042 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 547.319 |

**Formalização: 2194**

SEAFVSOF/MP

Câmara dos Deputados
Fl. 0942
Comissões Especiais

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 547.319 |
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **2.036.610** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **220.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0042 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 220.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 220.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **240.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0042 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 240.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 240.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **900.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0042 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 900.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 900.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **125.759** |
| 12 363 | 2109 20TP 0042 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 125.759 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 125.759 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **550.851** |
| 12 122 | 2109 09HB 0042 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 550.851 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 550.851 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.816.610** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **767.319** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.583.929** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **11.201.304** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0028 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe | | | | | | | 20.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **640.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0028 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe | | | | | | | 640.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 640.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **9.687.638** |
| 12 363 | 2109 20TP 0028 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Sergipe | | | | | | | 9.687.638 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 9.687.638 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **853.666** |
| 12 122 | 2109 09HB 0028 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe | | | | | | | 853.666 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 853.666 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **11.201.304** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |

**Formalização: 2194**

SSAFVSOFIMP

Câmara dos Deputados
Fl. 8943
Comissões

| | |
|---|---|
| **TOTAL - GERAL** | **11.201.304** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **10.196.346** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **450.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0017 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Tocantins | | | | | | | 450.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 450.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **8.879.902** |
| 12 363 | 2109 20TP 0017 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Tocantins | | | | | | | 8.879.902 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 8.879.902 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **866.444** |
| 12 122 | 2109 09HB 0017 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins | | | | | | | 866.444 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 866.444 |

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | **10.196.346** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | **10.196.346** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0089** | | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **2.806** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **2.806** |
| 09 272 | 0089 0181 0012 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Acre | | | | | | | 2.806 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.806 |
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **270.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **270.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Acre | | | | | | | 270.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 270.000 |

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | **270.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **2.806** |
| **TOTAL - GERAL** | **272.806** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26426 - Instituto Federal do Amapá**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **2.414.943** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **2.414.943** |
| 12 363 | 2109 20TP 0016 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.414.943 |
| | | | | | | | | | 2.414.943 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.414.943** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.414.943** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **1.422.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **40.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0029 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | | | | | 40.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 40.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **1.082.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0029 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.082.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.082.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **300.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0029 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | | | | | 300.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 300.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.422.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.422.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **190.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **190.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | | | | | 190.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 190.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **190.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **190.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **130.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **130.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0052 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | | | | | | | 130.000 |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 130.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **130.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **130.000** |

Câmara dos Deputados
Fl. 8245
Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano**
**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **430.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **90.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0026 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 90.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 90.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **340.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0026 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 340.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 340.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **430.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **430.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí**
**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **24.649.661** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **355.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0022 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí | | | | | | | 355.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 355.000 |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **70.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0022 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí | | | | | | | 70.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 70.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **2.330.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0022 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí | | | | | | | 2.330.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 2.330.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **20.671.770** |
| 12 363 | 2109 20TP 0022 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Piauí | | | | | | | 20.671.770 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.671.770 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **1.222.891** |
| 12 122 | 2109 09HB 0022 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí | | | | | | | 1.222.891 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.222.891 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **24.294.661** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **355.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **24.649.661** |

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

Câmara dos Deputados
Fl. 8946

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **17.272.514** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **60.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0041 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | | | | | 60.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 60.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **110.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | | | | | 110.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 110.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **1.245.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0041 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | | | | | | | 1.245.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.245.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **15.495.942** |
| 12 363 | 2109 20TP 0041 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 15.495.942 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 15.495.942 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **361.572** |
| 12 122 | 2109 09HB 0041 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná | | | | | | | 361.572 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 361.572 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **17.272.514** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **17.272.514** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **693.333** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **24.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 24.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 24.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **370.445** |
| 12 363 | 2109 20TP 0033 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 370.445 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 370.445 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **298.888** |
| 12 122 | 2109 09HB 0033 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 298.888 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 298.888 |

**Formalização: 2194**

SEAFUSO/FIMP

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | **693.333** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | **693.333** |

Câmara dos Deputados Fl. 8947 Coord. Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **10.691.890** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **30.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 30.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 30.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **270.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 270.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 270.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **800.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 800.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 800.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **9.591.890** |
| 12 363 | 2109 20TP 0033 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 9.591.890 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 9.591.890 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **10.691.890** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.691.890** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **20.382.603** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **90.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0024 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 90.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 90.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **730.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0024 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 730.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 730.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **1.600.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0024 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 1.600.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.600.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **15.362.491** |
| 12 363 | 2109 20TP 0024 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 15.362.491 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 15.362.491 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o** | | | | | | | **2.600.112** |

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

Câmara dos Deputados
Fl. 2.600.112
Comissão Especiais

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 122 | 2109 09HB 0024 | **Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**<br>Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 2.600.112 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **20.292.603** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **90.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **20.382.603** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **1.985.476** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **205.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 205.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **110.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 110.000 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **104.345** |
| 12 363 | 2109 20TP 0043 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 104.345 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **1.566.131** |
| 12 122 | 2109 09HB 0043 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.566.131 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.985.476** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.985.476** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26437 - Instituto Federal de Roraima**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **90.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **90.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0014 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 90.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **90.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **90.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **115.382** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **115.382** |
| 09 272 | 0089 0181 0042 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 115.382 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 115.382 |
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **1.350.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **750.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0042 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 750.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 750.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **600.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0042 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 600.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 600.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.350.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **115.382** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.465.382** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo**
**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **51.627.131** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **565.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | | | | | 565.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 565.000 |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **70.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0035 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | | | | | 70.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 70.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **2.685.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | | | | | 2.685.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 2.685.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **2.300.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0035 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | | | | | 2.300.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 507.273 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.792.727 |
| **12 363** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **40.373.909** |
| 12 363 | 2109 20TP 0035 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 40.373.909 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.373.909 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **5.633.222** |
| 12 122 | 2109 09HB 0035 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo | | | | | | | 5.633.222 |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados 8956 Fl. Comissões Especiais

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 09 272 | 0089 0181 0020 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Nordeste | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 400.000 |
| | | | | | | | | | 400.000 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.003.311 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0020 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Nordeste | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 160.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0020 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Nordeste | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 160.000 |
| 12 364 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 803.311 |
| 12 364 | 2109 20TP 0020 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Na Região Nordeste | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 803.311 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 1.003.311 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 400.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.403.311 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 160.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0022 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | | | | | | | 160.000 |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 160.000 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 17.890.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 17.890.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 17.890.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 18.050.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.050.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26445 - Hospital Universitário da UNIFESP
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 19.307.411 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 185.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 185.000 |
| 12 302 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 18.682.078 |
| 12 302 | 2109 20TP 0035 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 18.682.078 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |

Formalização: 2194

SF/SOF/MP

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **12 122** | **2109 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **440.333** |
| 12 122 | 2109 09HB 0035 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo | S | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 440.333 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **19.307.411** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **19.307.411** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **150.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0029 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | | | | | 10.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **140.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0029 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | | | | | 140.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 140.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **150.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **150.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **720.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0015 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | | | | | 10.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000 |
| **12 331** | **2109 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2011 0015 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | | | | | 10.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **700.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0015 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | | | | | | | 700.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 700.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **720.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **720.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2194**

| | | | SF | ND | P | OD | U | TE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **6.742.838** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **45.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0023 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará | | | | | | | 45.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 45.000 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **750.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0023 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará | | | | | | | 750.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 750.000 |
| **12 364** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **5.947.838** |
| 12 364 | 2109 20TP 0023 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 5.947.838 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 5.947.838 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **6.697.838** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **45.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.742.838** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **465.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **455.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | | | | | | | 455.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 455.000 |
| **12 331** | **2109 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 12 331 | 2109 2010 0029 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | | | | | | | 10.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **10.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **455.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **465.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26451 - Hospital de Ensino Dr. Washington Antonio de Barros**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **319.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 302** | **2109 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **319.000** |
| 12 302 | 2109 20TP 0026 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 319.000 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 319.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **319.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **319.000** |

**ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
**UNIDADE: 28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
VALOR
Fl. 8953
Comissões Especiais

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2121** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | | | | | | | **5.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **22 331** | **2121 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **5.000** |
| 22 331 | 2121 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | | | | | 5.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.000** |

**ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
**UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

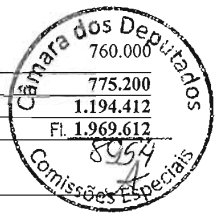
| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0089** | | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **692.680** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **692.680** |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 692.680 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 692.680 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **692.680** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **692.680** |

**ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
**UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0089** | | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **1.014.412** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **1.014.412** |
| 09 272 | 0089 0181 0010 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Norte | | | | | | | 1.014.412 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.014.412 |
| **2121** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | | | | | | | **955.200** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **22 301** | **2121 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **180.000** |
| 22 301 | 2121 2004 0010 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Norte | | | | | | | 180.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | 180.000 |
| **22 331** | **2121 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.200** |
| 22 331 | 2121 2010 0010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Norte | | | | | | | 10.200 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | 10.200 |
| **22 331** | **2121 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **5.000** |
| 22 331 | 2121 2011 0010 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Norte | | | | | | | 5.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | 5.000 |
| **22 331** | **2121 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **760.000** |
| 22 331 | 2121 2012 0010 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Norte | | | | | | | 760.000 |

**Formalização: 2194**

SEAP/SOF/MP




| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | | 760.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **775.200** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **1.194.412** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **1.969.612** |

**ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União**
**UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União**
**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2020** | **Cidadania e Justiça** | | | | | | | **1.796.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **03 301** | **2020 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **51.000** |
| 03 301 | 2020 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 51.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 51.000 |
| **03 331** | **2020 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **575.000** |
| 03 331 | 2020 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 575.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 575.000 |
| **03 331** | **2020 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **1.170.000** |
| 03 331 | 2020 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 1.170.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.170.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.745.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **51.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.796.000** |

**ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça**
**UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça**
**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2112** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça** | | | | | | | **130.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **14 331** | **2112 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **130.000** |
| 14 331 | 2112 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | | | | | 130.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 130.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **130.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **130.000** |

**ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça**
**UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional**
**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2112** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça** | | | | | | | **15.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 331** | **2112 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **15.000** |
| 04 331 | 2112 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 15.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **15.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 8955

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **15.000** |

**ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça**
**UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2112** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça** | | | | | | | **145.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **06 331** | **2112 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **145.000** |
| 06 331 | 2112 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 145.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 145.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **145.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **145.000** |

**ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça**
**UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0909** | | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **16.405** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **16.405** |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | | | | | 16.405 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 16.405 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **16.405** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **16.405** |

**ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça**
**UNIDADE: 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

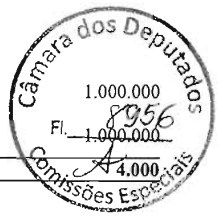
| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2112** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça** | | | | | | | **252.222** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **14 122** | **2112 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **252.222** |
| 14 122 | 2112 20TP 0053 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal | | | | | | | 252.222 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 252.222 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **252.222** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **252.222** |

**ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia**
**UNIDADE: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0901** | | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | **1.000.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | | | | | | | **1.000.000** |

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP




| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| | 0909 | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | 4.000 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **4.000** |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.000 |
| | 2119 | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | **5.621.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **22 301** | **2119 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **1.660.000** |
| 22 301 | 2119 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.660.000 |
| **22 331** | **2119 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **3.961.000** |
| 22 331 | 2119 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.961.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.961.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.664.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.625.000** |

**ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia**
**UNIDADE: 32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **1.178.829** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **1.178.829** |
| 09 272 | 0089 0181 0053 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.178.829 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.178.829** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.178.829** |

**ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia**
**UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **207.627** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **207.627** |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 207.627 |
| | 2119 | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | **8.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **25 331** | **2119 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **8.000** |
| 25 331 | 2119 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **8.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **207.627** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **215.627** |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 8957

**ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia**
**UNIDADE: 32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE**
**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | **50.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | | | | | | | **50.000** |
| 28 846 | 0901 0022 0033 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 50.000 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 50.000 |
| | **2119** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | **60.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **25 331** | **2119 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **40.000** |
| 25 331 | 2119 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 40.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 40.000 |
| **25 331** | **2119 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 25 331 | 2119 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 20.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **110.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **110.000** |

**ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social**
**UNIDADE: 33201 - Instituto Nacional do Seguro Social**
**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **94.045.871** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **94.045.871** |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | | | | | | | 94.045.871 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 151 | 94.045.871 |
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **116.000.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **116.000.000** |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | | | | | 116.000.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 59.449.900 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 353 | 56.550.100 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **210.045.871** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **210.045.871** |

**ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social**
**UNIDADE: 33904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social**
**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | **65.000.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **28 846** | **0901 0625** | **Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor** | | | | | | | **65.000.000** |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 65.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **65.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **65.000.000** |

**ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União**
**UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0581** | **Defesa da Ordem Jurídica** | | | | | | | **216.344** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **03 331** | **0581 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **61.656** |
| 03 331 | 0581 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 61.656 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 61.656 |
| **03 331** | **0581 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **154.688** |
| 03 331 | 0581 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 154.688 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 154.688 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **216.344** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **216.344** |

**ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União**
**UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0581** | **Defesa da Ordem Jurídica** | | | | | | | **10.248** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **03 331** | **0581 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **2.840** |
| 03 331 | 0581 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 2.840 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.840 |
| **03 331** | **0581 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **7.408** |
| 03 331 | 0581 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 7.408 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.408 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **10.248** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.248** |

**ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União**
**UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0581** | **Defesa da Ordem Jurídica** | | | | | | | **67.130** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **03 331** | **0581 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **16.472** |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 03 331 | 0581 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 16.472 |
| **03 331** | **0581 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | 50.658 |
| 03 331 | 0581 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 50.658 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **67.130** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **67.130** |

**ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União**
**UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0581** | **Defesa da Ordem Jurídica** | | | | | | | **104.024** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **03 331** | **0581 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **11.144** |
| 03 331 | 0581 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.144 |
| **03 331** | **0581 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **92.880** |
| 03 331 | 0581 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 92.880 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **104.024** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **104.024** |

**ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores**
**UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2118** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores** | | | | | | | **31.156.197** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **07 122** | **2118 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **31.156.197** |
| 07 122 | 2118 20TP 0001 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 31.156.197 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **31.156.197** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **31.156.197** |

**ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde**
**UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2115** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde** | | | | | | | **567.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **10 331** | **2115 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **567.000** |
| 10 331 | 2115 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 6 | 151 | 567.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |

**Formalização: 2194**

| | |
|---|---|
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **567.000** |
| **TOTAL - GERAL** | **567.000** |

**ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde**
**UNIDADE: 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2115** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde** | | | | | | | **3.436.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **10 301** | **2115 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **31.000** |
| 10 301 | 2115 2004 5027 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Município de Porto Alegre - RS | | | | | | | 31.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 31.000 |
| **10 331** | **2115 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **610.000** |
| 10 331 | 2115 2010 5027 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Município de Porto Alegre - RS | | | | | | | 610.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 6 | 151 | 610.000 |
| **10 331** | **2115 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **1.535.000** |
| 10 331 | 2115 2011 5027 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Município de Porto Alegre - RS | | | | | | | 1.535.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 6 | 151 | 1.535.000 |
| **10 331** | **2115 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **1.260.000** |
| 10 331 | 2115 2012 5027 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Município de Porto Alegre - RS | | | | | | | 1.260.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 6 | 151 | 1.260.000 |

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **3.436.000** |
| **TOTAL - GERAL** | **3.436.000** |

**ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde**
**UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0909** | | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **80.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **80.000** |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | | | | | 80.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 80.000 |

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **80.000** |
| **TOTAL - GERAL** | **80.000** |

**ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde**
**UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0089** | | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **2.787.651** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **2.787.651** |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | | | | | | | 2.787.651 |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | | 2.787.651 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **2.787.651** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **2.787.651** |

Câmara dos Deputados Fl. 8961 Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde**
**UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2115** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde** | | | | | | | **4.465.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **10 331** | **2115 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **4.465.000** |
| 10 331 | 2115 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | | | | | 4.465.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 6 | 151 | 4.465.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **4.465.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.465.000** |

**ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego**
**UNIDADE: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2127** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | **4.212.800** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **11 122** | **2127 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **4.212.800** |
| 11 122 | 2127 20TP 0001 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional | | | | | | | 4.212.800 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 174 | 4.212.800 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.212.800** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.212.800** |

**ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego**
**UNIDADE: 38201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **8.846** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **8.846** |
| 09 272 | 0089 0181 0035 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo | | | | | | | 8.846 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 8.846 |
| | **2127** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | **5.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **11 331** | **2127 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **5.000** |
| 11 331 | 2127 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | | | | | | | 5.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **8.846** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **13.846** |

**ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes**

**Formalização: 2194**

SEAP/SOF/MP

**UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes**
**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2126** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes** | | | | | | | **171.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **26 331** | **2126 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **171.000** |
| 26 331 | 2126 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | | | | | 171.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 171.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **171.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **171.000** |

**ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes**
**UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.**
**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | **6.465.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | | | | | | | **6.465.000** |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | | | | | 6.465.000 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.650.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.815.000 |
| | **2126** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes** | | | | | | | **3.305.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **26 301** | **2126 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **1.235.000** |
| 26 301 | 2126 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 1.235.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.235.000 |
| **26 331** | **2126 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **20.000** |
| 26 331 | 2126 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 20.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| **26 331** | **2126 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **2.050.000** |
| 26 331 | 2126 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 2.050.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.050.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **8.535.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.235.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **9.770.000** |

**ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes**
**UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT**
**ANEXO I** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **11.642.758** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **11.642.758** |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | | | | | | | 11.642.758 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 11.642.758 |
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **151.000** |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **151.000** |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 151.000 |
| | | | | | | | | | 151.000 |
| | **2126** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes** | | | | | | | **17.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **26 331** | **2126 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **17.000** |
| 26 331 | 2126 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 17.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 17.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **17.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **11.793.758** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **11.810.758** |

**ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações**
**UNIDADE: 41101 - Ministério das Comunicações**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2117** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações** | | | | | | | **6.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **24 331** | **2117 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **6.000** |
| 24 331 | 2117 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | | | | | 6.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **6.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.000** |

**ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações**
**UNIDADE: 41231 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2117** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações** | | | | | | | **200.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **24 331** | **2117 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **200.000** |
| 24 331 | 2117 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 200.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 200.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **200.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **200.000** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2107** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | **12.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **13 331** | **2107 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **12.000** |
| 13 331 | 2107 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | | | | | 12.000 |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 12.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **12.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **12.000** |

Câmara dos Deputados
Fl. 8964
Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42203 - Fundação Cultural Palmares**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2107** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | **30.500** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **13 301** | **2107 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **12.000** |
| 13 301 | 2107 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 12.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 12.000 |
| **13 331** | **2107 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **11.500** |
| 13 331 | 2107 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | | | | | 11.500 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.500 |
| **13 331** | **2107 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **7.000** |
| 13 331 | 2107 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | | | | | 7.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **18.500** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **12.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **30.500** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2107** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | **6.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **13 331** | **2107 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **6.000** |
| 13 331 | 2107 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 6.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **6.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **6.000** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2107** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | **45.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **13 331** | **2107 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **45.000** |
| 13 331 | 2107 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 45.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 45.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **45.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |

**Formalização: 2194**

SEC FMSOFTMP

Câmara dos Deputados
Fl. 8965
Comissões Especiais

| | |
|---|---|
| **TOTAL - GERAL** | **45.000** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2107** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | **5.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **13 331** | **2107 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **5.000** |
| 13 331 | 2107 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 5.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.000** |

**ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente**
**UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0089** | | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **424.518** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **424.518** |
| 09 272 | 0089 0181 0053 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal | | | | | | | 424.518 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 424.518 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **424.518** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **424.518** |

**ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente**
**UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

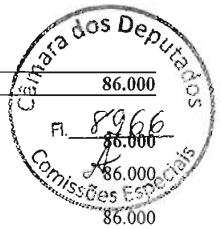
| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2124** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | **1.095.932** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **18 331** | **2124 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **2.000** |
| 18 331 | 2124 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 2.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.000 |
| **18 122** | **2124 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **1.093.932** |
| 18 122 | 2124 20TP 0001 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional | | | | | | | 1.093.932 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.093.932 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.095.932** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.095.932** |

**ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente**
**UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ES | GN | RP | MO | IU | FT | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2194**

SEAP/SOF/MP




| | | | F | D | | D | | E | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2124** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | **86.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **18 331** | **2124 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **86.000** |
| 18 331 | 2124 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 86.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 86.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **86.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **86.000** |

**ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente**
**UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **198.922** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **198.922** |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 198.922 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 198.922 |
| | **2124** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | **6.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **18 331** | **2124 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **6.000** |
| 18 331 | 2124 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 6.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **6.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **198.922** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **204.922** |

**ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente**
**UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **3.902.592** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **3.902.592** |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | | | | | | | 3.902.592 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 3.902.592 |
| | **2124** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | **780.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **18 331** | **2124 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **60.000** |
| 18 331 | 2124 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 60.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 60.000 |
| **18 331** | **2124 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **720.000** |
| 18 331 | 2124 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 720.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 720.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **780.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **3.902.592** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.682.592** |

**ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados 8967 Comissões Especiais

**UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2125** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | **1.170.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 301** | **2125 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **1.170.000** |
| 04 301 | 2125 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 1.170.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.170.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.170.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.170.000** |

**ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**
**UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2125** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | **3.470.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 331** | **2125 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **40.000** |
| 04 331 | 2125 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 40.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 40.000 |
| **04 331** | **2125 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **1.150.000** |
| 04 331 | 2125 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 1.150.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.150.000 |
| **04 331** | **2125 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **2.280.000** |
| 04 331 | 2125 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 2.280.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.280.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **3.470.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.470.000** |

**ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário**
**UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2120** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário** | | | | | | | **500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **21 301** | **2120 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **10.000** |
| 21 301 | 2120 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 10.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| **21 331** | **2120 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **490.000** |
| 21 331 | 2120 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | | | | | 490.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 490.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **490.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **10.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **500.000** |

**Formalização: 2194**

SEAE/SOF/MP

Câmara dos Deputados Fl. 8966 Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | **4.085.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **05 331** | **2108 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **85.000** |
| 05 331 | 2108 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 85.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 85.000 |
| **05 331** | **2108 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **4.000.000** |
| 05 331 | 2108 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 4.000.000 |
| | | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.085.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.085.000** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52121 - Comando do Exército**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **17.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **17.000** |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | | | | | 17.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 17.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **17.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **17.000** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **13.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **13.000** |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | | | | | 13.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 13.000 |
| | **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | **12.670.738** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **05 301** | **2108 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **7.590.738** |
| 05 301 | 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 7.590.738 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 7.590.738 |
| **05 331** | **2108 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **4.445.000** |
| 05 331 | 2108 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 4.445.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.034.200 |

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

Câmara dos Deputados
Fl. 635.000
8909
Comissões Especiais

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.410.800 |
| **05 331** | **2108 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | 635.000 |
| 05 331 | 2108 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 635.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 635.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.080.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **7.603.738** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **12.683.738** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0901** | | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | **1.600.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | | | | | | | **1.600.000** |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | | | | | 1.600.000 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.500.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| **0909** | | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **11.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **11.000** |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | | | | | 11.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.000 |
| **2108** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | **3.150.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **05 301** | **2108 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **3.140.000** |
| 05 301 | 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.140.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 3.140.000 |
| **05 331** | **2108 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **10.000** |
| 05 331 | 2108 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 10.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.610.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **3.151.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.761.000** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2108** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | **380.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **05 331** | **2108 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **380.000** |
| 05 331 | 2108 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | | | | | 380.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 380.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **380.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **380.000** |

**Formalização: 2194**

SEAUSOFIMP

Câmara dos Deputados
Fl. 8970
Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52931 - Fundo Naval**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | **3.623.573** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **05 301** | **2108 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **3.623.573** |
| 05 301 | 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.623.573 |
| | | | S | 4 | 1 | 90 | 0 | 250 | 3.623.573 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **3.623.573** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.623.573** |

**ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | **1.500.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | | | | | | | **1.500.000** |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | | | | | 1.500.000 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.500.000 |
| | **2111** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | **6.120.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 301** | **2111 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **2.810.000** |
| 04 301 | 2111 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 2.810.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 50 | 0 | 188 | 2.810.000 |
| **04 331** | **2111 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **3.310.000** |
| 04 331 | 2111 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 3.310.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.310.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **4.810.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **2.810.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **7.620.000** |

**ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2111** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | **5.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 331** | **2111 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **5.000** |
| 04 331 | 2111 2011 0020 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Nordeste | | | | | | | 5.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.000** |

**Formalização: 2194**

SEAP/SSOF/MP

Câmara dos Deputados
Fl. 8971
Comissões Externas

**ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo**
**UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2128** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo** | | | | | | | **5.500** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **23 331** | **2128 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **5.500** |
| 23 331 | 2128 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 5.500 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.500 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **5.500** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.500** |

**ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**
**UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | **159.000.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0901 0625** | **Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor** | | | | | | | **159.000.000** |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - Nacional | | | | | | | 159.000.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 159.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **159.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **159.000.000** |

**ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades**
**UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2116** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades** | | | | | | | **1.029.348** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 331** | **2116 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **14.000** |
| 04 331 | 2116 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | | | | | 14.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 14.000 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **15 122** | **2116 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **1.015.348** |
| 15 122 | 2116 09HB 0053 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal | | | | | | | 1.015.348 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.015.348 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.029.348** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.029.348** |

**ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades**
**UNIDADE: 56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**

**Formalização: 2194**

SEAFUSO/MP

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0909** | | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **500** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **500** |
| 09 274 | 0909 0536 0043 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 500 |
| **2116** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades** | | | | | | | **4.567.538** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **15 301** | **2116 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **2.192.000** |
| 15 301 | 2116 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.192.000 |
| **15 331** | **2116 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **65.000** |
| 15 331 | 2116 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 65.000 |
| **15 331** | **2116 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **410.000** |
| 15 331 | 2116 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 410.000 |
| **15 122** | **2116 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **1.900.538** |
| 15 122 | 2116 20TP 0043 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.900.538 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.375.538** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **2.192.500** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **4.568.038** |

**ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades**
**UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0901** | | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | **96.914.568** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | | | | | | | **96.914.568** |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | | | | | 96.914.568 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 84.572.289 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 12.342.279 |
| **2116** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades** | | | | | | | **11.650.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **15 301** | **2116 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **3.020.000** |
| 15 301 | 2116 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 3.020.000 |
| **15 331** | **2116 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **70.000** |
| 15 331 | 2116 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 70.000 |
| **15 331** | **2116 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **8.560.000** |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15 331 | 2116 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.560.000<br>8.560.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **105.544.568** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **3.020.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **108.564.568** |

**ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União**
**UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **18.270.923** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **18.270.923** |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 18.270.923<br>18.270.923 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **18.270.923** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **18.270.923** |

**ÓRGÃO: 65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres**
**UNIDADE: 65101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2104** | **Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres** | | | | | | | **2.296.482** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **14 122** | **2104 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **2.296.482** |
| 14 122 | 2104 20TP 0053 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.296.482<br>2.296.482 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.296.482** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.296.482** |

**ÓRGÃO: 66000 - Controladoria-Geral da União**
**UNIDADE: 66101 - Controladoria-Geral da União**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0089** | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | **5.012.197** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 272** | **0089 0181** | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | **5.012.197** |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 5.012.197<br>5.012.197 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **5.012.197** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.012.197** |

**ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União**
**UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 153.657.651 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0625 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor | | | | | | | 153.657.651 |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 153.657.651 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 153.657.651 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 153.657.651 |

**ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União**
**UNIDADE: 71901 - Fundo Contingente da Extinta RFFSA - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 8.000.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0022 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | | | | | | | 8.000.000 |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 8.000.000 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.000.000 |

**ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios**
**UNIDADE: 73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**
**ANEXO I** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 246.799.870 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0053 | Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios | | | | | | | 246.799.870 |
| 09 272 | 0089 0053 0011 | Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado de Rondônia | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 135.118.932 |
| 09 272 | 0089 0053 0014 | Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado de Roraima | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.688.611 |
| 09 272 | 0089 0053 0033 | Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado do Rio de Janeiro | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 100.992.327 |
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 11.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 11.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.000 |
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 12.618.506 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 301 | 2110 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 412.500 |
| 04 301 | 2110 2004 0011 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 44.000 |
| 04 301 | 2110 2004 0012 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 35.500 |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 8945
Comissões Especiais

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 04 301 | 2110 2004 0014 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 203.000 |
| | | | | | | | | | 203.000 |
| 04 301 | 2110 2004 0016 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 106.000 |
| | | | | | | | | | 106.000 |
| 04 301 | 2110 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 24.000 |
| | | | | | | | | | 24.000 |
| **04 331** | **2110 2010** | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **30.200** |
| 04 331 | 2110 2010 0011 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.200 |
| | | | | | | | | | 6.200 |
| 04 331 | 2110 2010 0014 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Roraima | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.500 |
| | | | | | | | | | 11.500 |
| 04 331 | 2110 2010 0016 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 12.500 |
| | | | | | | | | | 12.500 |
| **04 331** | **2110 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **8.000** |
| 04 331 | 2110 2011 0011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.000 |
| | | | | | | | | | 4.000 |
| 04 331 | 2110 2011 0016 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.000 |
| | | | | | | | | | 4.000 |
| **04 331** | **2110 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **389.000** |
| 04 331 | 2110 2012 0011 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 27.000 |
| | | | | | | | | | 27.000 |
| 04 331 | 2110 2012 0014 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Roraima | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 185.000 |
| | | | | | | | | | 185.000 |
| 04 331 | 2110 2012 0016 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 177.000 |
| | | | | | | | | | 177.000 |
| **04 122** | **2110 20TP** | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | **7.982.537** |
| 04 122 | 2110 20TP 0011 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Rondônia | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 7.982.537 |
| | | | | | | | | | 7.982.537 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **04 331** | **2110 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | | | | | | | **42.000** |
| 04 331 | 2110 00M1 0014 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Roraima | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 13.000 |
| | | | | | | | | | 13.000 |
| 04 331 | 2110 00M1 0033 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 29.000 |
| | | | | | | | | | 29.000 |
| **04 122** | **2110 09HB** | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | **3.754.269** |
| 04 122 | 2110 09HB 0011 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 3.150.723 |
| | | | | | | | | | 3.150.723 |
| 04 122 | 2110 09HB 0014 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 603.546 |
| | | | | | | | | | 603.546 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **12.206.006** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **247.223.370** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **259.429.376** |

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

Câmara dos Deputados
Fl. 8976
Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal**
**UNIDADE: 02101 - Senado Federal**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0551** | **Atuação Legislativa do Senado Federal** | | | | | | | **1.500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **01 031** | **0551 4061** | **Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política** | | | | | | | **1.500.000** |
| 01 031 | 0551 4061 5664 | Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF | | | | | | | 1.500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 1.500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.500.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.500.000** |

**ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União**
**UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0550** | **Controle Externo** | | | | | | | **1.595.800** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **01 032** | **0550 4018** | **Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais** | | | | | | | **1.595.800** |
| 01 032 | 0550 4018 0001 | Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais - Nacional | | | | | | | 1.595.800 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.595.800 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.595.800** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.595.800** |

**ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República**
**UNIDADE: 20101 - Presidência da República**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2101** | **Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República** | | | | | | | **132.708** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 301** | **2101 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **132.708** |
| 04 301 | 2101 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 132.708 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 132.708 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **132.708** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **132.708** |

**ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República**
**UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2101** | **Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República** | | | | | | | **3.540** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 301** | **2101 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **3.540** |

**Formalização: 2194**

SEAFUSO/IMP

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 04 301 | 2101 2004 5664 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.540 | 3.540 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **3.540** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **3.540** |

**ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
**UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2106** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | **226.180** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **19 301** | **2106 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **226.180** |
| 19 301 | 2106 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 226.180 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **226.180** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **226.180** |

**ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
**UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2106** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** | | | | | | | **147.456** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **19 301** | **2106 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **147.456** |
| 19 301 | 2106 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 147.456 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **147.456** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **147.456** |

**ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda**
**UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | **1.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 301** | **2110 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **1.000.000** |
| 04 301 | 2110 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |

**ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda**
**UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 8978
Comissão Especiais

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **15.000.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0909 00OM** | **Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)** | | | | | | | **15.000.000** |
| 28 846 | 0909 00OM 0001 | Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.000.000 |
| | **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | **4.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 301** | **2110 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **3.500.000** |
| 04 301 | 2110 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 132 | 3.500.000 |
| **04 331** | **2110 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **500.000** |
| 04 331 | 2110 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 132 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **15.500.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **3.500.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **19.000.000** |

**ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda**
**UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2110** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda** | | | | | | | **500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 331** | **2110 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **500.000** |
| 04 331 | 2110 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **500.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **500.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **200.804** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **200.804** |
| 12 301 | 2109 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 200.804 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **200.804** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **200.804** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**Formalização: 2194**

SEAFUSO/FMP

Câmara dos Deputados
Fl. 8970
Comissões Especiais

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **66.948** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **66.948** |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 66.948 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 66.948 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **66.948** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **66.948** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **330.560** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **330.560** |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 330.560 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 330.560 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **330.560** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **330.560** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **29.756** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **29.756** |
| 12 301 | 2109 2004 0020 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste | | | | | | | 29.756 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 29.756 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **29.756** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **29.756** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **540.240** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **540.240** |
| 12 301 | 2109 2004 0027 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas | | | | | | | 540.240 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 540.240 |

**Formalização: 2194**

SEAPI/SOF/MP

Câmara dos Deputados
Fl. 8980
Comissões Especiais

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **540.240** |
| **TOTAL - GERAL** | **540.240** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **800.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **800.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | | | | | | | 800.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 800.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **800.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **800.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **700.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **700.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0023 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará | | | | | | | 700.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 700.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **700.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **700.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **492.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **492.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0032 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 492.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 492.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **492.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **492.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2194**

SEAP/SOF/MP

Câmara dos Deputados
Fl. 8981
Comissões Especiais

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 608.016 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 608.016 |
| 12 301 | 2109 2004 0052 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 608.016 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 608.016 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 608.016 |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.000.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 859.244 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 859.244 |
| 12 301 | 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 859.244 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 859.244 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 859.244 |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.000.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 |

**Formalização: 2194**

SEAPVSOF/MP

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **776.384** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **776.384** |
| 12 301 | 2109 2004 0041 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná | | | | | | | 776.384 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 776.384 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **776.384** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **776.384** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **1.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **1.000.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0026 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |

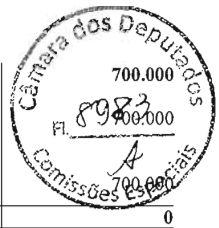
**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **2.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **2.000.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 2.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **2.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **700.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |

**Formalização: 2194**




| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | | **700.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0042 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | | 700.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **700.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **700.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **600.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **600.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 600.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **600.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **600.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **296.976** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **296.976** |
| 12 301 | 2109 2004 0026 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 296.976 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **296.976** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **296.976** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **456.728** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **456.728** |
| 12 301 | 2109 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 456.728 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **456.728** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **456.728** |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 7984
Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **60.344** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **60.344** |
| 12 301 | 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | | | | | | | 60.344 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 60.344 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **60.344** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **60.344** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **117.096** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **117.096** |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 117.096 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 117.096 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **117.096** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **117.096** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

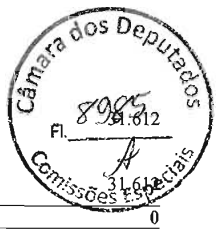
| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **500.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0041 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná | | | | | | | 500.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **500.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **500.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **31.612** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis,** | | | | | | | **31.612** |

**Formalização: 2194**

SEAFVSOFINP




| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 301 | 2109 2004 0031 | **Empregados, Militares e seus Dependentes**<br>Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 31.612 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **31.612** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **31.612** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **74.348** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **74.348** |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 74.348 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 74.348 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **74.348** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **74.348** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **500.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | | | | | 500.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **500.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **500.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **117.608** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **117.608** |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 117.608 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 117.608 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **117.608** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **117.608** |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 8986
Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **62.988** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **62.988** |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 62.988 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 62.988 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **62.988** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **62.988** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **184.460** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **184.460** |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 184.460 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 184.460 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **184.460** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **184.460** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **478.256** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **478.256** |
| 12 301 | 2109 2004 0013 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas | | | | | | | 478.256 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 478.256 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **478.256** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **478.256** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **800.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **800.000** |

**Formalização: 2194**

SEAFMSOFIMP

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 301 | 2109 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 800.000 |
| | | | | | | | | | Fl. 800.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **800.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **800.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **415.748** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **415.748** |
| 12 301 | 2109 2004 0021 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 415.748 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **415.748** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **415.748** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

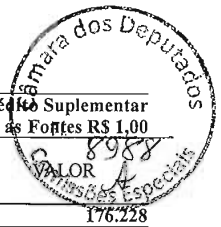
| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **141.864** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **141.864** |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 141.864 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **141.864** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **141.864** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **500.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **500.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **500.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre**

**Formalização: 2194**




**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **176.228** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **176.228** |
| 12 301 | 2109 2004 0012 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre | | | | | | | 176.228 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 176.228 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **176.228** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **176.228** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **262.736** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **262.736** |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 262.736 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 262.736 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **262.736** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **262.736** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **392.492** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **392.492** |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 392.492 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 392.492 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **392.492** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **392.492** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **410.220** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **410.220** |
| 12 301 | 2109 2004 0022 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí | | | | | | | 410.220 |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 410.220 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **410.220** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **410.220** |

Câmara dos Deputados 8980 Fl. Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **345.308** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **345.308** |
| 12 301 | 2109 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | | | | | 345.308 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 345.308 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **345.308** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **345.308** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **1.172.092** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **672.092** |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 672.092 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 672.092 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **500.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 500.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **500.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **672.092** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.172.092** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **953.368** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **453.368** |
| 12 301 | 2109 2004 0054 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 453.368 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 453.368 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **500.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0054 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 500.000 |

**Formalização: 2194**

SEAP/VISO/FIMP

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **500.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **453.368** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **953.368** |

Câmara dos Deputados Fl. 8990 Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **416** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **416** |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 416 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 416 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **416** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **416** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | **3.000.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0901 0005** | **Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)** | | | | | | | **3.000.000** |
| 28 846 | 0901 0005 0043 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 3.000.000 |
| | | | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **3.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.000.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **10.700** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **10.700** |
| 12 301 | 2109 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 10.700 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 10.700 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **10.700** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.700** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2194**

SEAFVSO/TMP

| | | | SF | ND | P | OD | U | TE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **83.852** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **83.852** |
| 12 301 | 2109 2004 0054 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 83.852 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 83.852 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **83.852** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **83.852** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **212.936** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **212.936** |
| 12 301 | 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | | | | | | | 212.936 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 212.936 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **212.936** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **212.936** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **58.872** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **58.872** |
| 12 301 | 2109 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | | | | | 58.872 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 58.872 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **58.872** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **58.872** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **33.740** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **33.740** |
| 12 301 | 2109 2004 0027 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas | | | | | | | 33.740 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 33.740 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **33.740** |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 899
Comissões Especiais

| | |
|---|---|
| **TOTAL - GERAL** | **33.740** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **150.560** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **150.560** |
| 12 301 | 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | | | | | | | 150.560 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 150.560 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **150.560** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **150.560** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26362 - Hospital Universitário Valter Cantídio**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **88.004** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **88.004** |
| 12 301 | 2109 2004 0023 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará | | | | | | | 88.004 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 88.004 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **88.004** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **88.004** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26363 - Maternidade Assis Chateaubrian**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

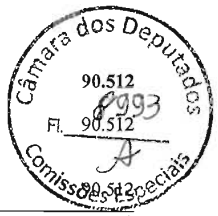
| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **9.800** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **9.800** |
| 12 301 | 2109 2004 0023 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará | | | | | | | 9.800 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 9.800 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **9.800** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **9.800** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **90.512** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |

**Formalização: 2194**

SEAPI/SOF/MP




| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | | **90.512** |
| 12 301 | 2109 2004 0032 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | | 90.512 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **90.512** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **90.512** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **81.280** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **81.280** |
| 12 301 | 2109 2004 0052 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 81.280 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **81.280** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **81.280** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **246.356** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **246.356** |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 246.356 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **246.356** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **246.356** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26368 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **268.364** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **268.364** |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 268.364 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **268.364** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **268.364** |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 8994
Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **12.200** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **12.200** |
| 12 301 | 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | | | | | | | 12.200 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 12.200 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **12.200** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **12.200** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **123.500** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **123.500** |
| 12 301 | 2109 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | | | | | | | 123.500 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 123.500 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **123.500** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **123.500** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **315.860** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **315.860** |
| 12 301 | 2109 2004 0041 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná | | | | | | | 315.860 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 315.860 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **315.860** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **315.860** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **746.968** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **246.968** |

**Formalização: 2194**

SEAFVSOFIMP

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 301 | 2109 2004 0026 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 246.968 |
| | | | | | | | | | Fl. 246.968 |
| **12 331** | **2109 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **500.000** |
| 12 331 | 2109 2012 0026 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **746.968** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **746.968** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **125.876** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **125.876** |
| 12 301 | 2109 2004 0024 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 125.876 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **125.876** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **125.876** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **692.612** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **692.612** |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 692.612 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **692.612** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **692.612** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **8.912** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **8.912** |
| 12 301 | 2109 2004 0054 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 8.912 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |

**Formalização: 2194**

| | |
|---|---|
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **8.912** |
| **TOTAL - GERAL** | **8.912** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **183.740** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **183.740** |
| 12 301 | 2109 2004 0042 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 183.740 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 183.740 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **183.740** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **183.740** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26387 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **168.788** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **168.788** |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 168.788 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 168.788 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **168.788** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **168.788** |

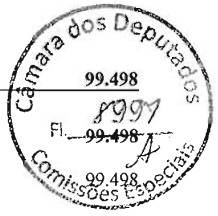
**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **26.864** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **26.864** |
| 12 301 | 2109 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | | | | | | | 26.864 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 26.864 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **26.864** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **26.864** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26389 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2194**




| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | | 99.498 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | | 99.498 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | | 99.498 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | | 99.498 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 99.498 |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 35.732 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 35.732 |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 35.732 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 35.732 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 35.732 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.732 |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26393 - Hospital Universitário de Brasília**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 49.028 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 49.028 |
| 12 301 | 2109 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 49.028 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 49.028 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 49.028 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 49.028 |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 48.152 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 48.152 |
| 12 301 | 2109 2004 0021 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão | | | | | | | 48.152 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 48.152 |
| TOTAL – FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL – SEGURIDADE | | | | | | | | | 48.152 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 48.152 |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 8998
Coordenação de Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26396 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **238.052** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **238.052** |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 238.052 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 238.052 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **238.052** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **238.052** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26401 - Hospital Universitário Maria Pedrossian**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **71.936** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **71.936** |
| 12 301 | 2109 2004 0054 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 71.936 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 71.936 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **71.936** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **71.936** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **187.976** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **187.976** |
| 12 301 | 2109 2004 0027 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas | | | | | | | 187.976 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 187.976 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **187.976** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **187.976** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **69.144** |

**Formalização: 2194**

SEAFVSOFIMP

| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **69.144** |
| 12 301 | 2109 2004 0013 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 69.144 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **69.144** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **69.144** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **153.620** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **153.620** |
| 12 301 | 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 153.620 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **153.620** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **153.620** |

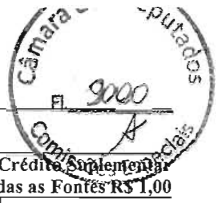
**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **394.924** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **394.924** |
| 12 301 | 2109 2004 0032 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 394.924 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **394.924** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **394.924** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **276.028** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **276.028** |
| 12 301 | 2109 2004 0021 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 276.028 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **276.028** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **276.028** |

**Formalização: 2194**



**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **39.212** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **39.212** |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 39.212 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 39.212 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **39.212** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **39.212** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **196.520** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **196.520** |
| 12 301 | 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | | | | | | | 196.520 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 196.520 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **196.520** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **196.520** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **241.896** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **241.896** |
| 12 301 | 2109 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | | | | | | | 241.896 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 241.896 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **241.896** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **241.896** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **264.980** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **264.980** |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 9001
Comissões Especiais

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 301 | 2109 2004 0026 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 264.980 |
| | | | | | | | | | 264.980 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **264.980** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **264.980** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **223.048** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **223.048** |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 223.048 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 223.048 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **223.048** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **223.048** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **122.404** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **122.404** |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 122.404 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 122.404 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **122.404** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **122.404** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **124.596** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **124.596** |
| 12 301 | 2109 2004 0028 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe | | | | | | | 124.596 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 124.596 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **124.596** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **124.596** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**

**Formalização: 2194**

SEAP/SOF/MP

Câmara dos Deputados 9002 Comissões Especiais

**UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **36.268** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **36.268** |
| 12 301 | 2109 2004 0017 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins | | | | | | | 36.268 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 36.268 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **36.268** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **36.268** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**

**UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **35.904** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **35.904** |
| 12 301 | 2109 2004 0012 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre | | | | | | | 35.904 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 35.904 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **35.904** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **35.904** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**

**UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **448.488** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **448.488** |
| 12 301 | 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | | | | | | | 448.488 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 448.488 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **448.488** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **448.488** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**

**UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2109** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **46.916** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **46.916** |
| 12 301 | 2109 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 46.916 |

**Formalização: 2194**

SEAPU/SOF/MP

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 46.916 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **46.916** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **46.916** |

Câmara dos Deputados 9003 Fl. Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **176.192** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **176.192** |
| 12 301 | 2109 2004 0052 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás | | | | | | | 176.192 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 176.192 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **176.192** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **176.192** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **79.952** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **79.952** |
| 12 301 | 2109 2004 0026 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 79.952 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 79.952 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **79.952** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **79.952** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **205.568** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **205.568** |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 205.568 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 205.568 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **205.568** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **205.568** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

**Formalização: 2194**

SEAFUSO/FIMP

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **209.080** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **209.080** |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 209.080 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 209.080 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **209.080** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **209.080** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **83.292** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **83.292** |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 83.292 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 83.292 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **83.292** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **83.292** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **326.325** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **326.325** |
| 12 301 | 2109 2004 0042 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 326.325 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 326.325 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **326.325** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **326.325** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **151.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **151.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0040 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul | | | | | | | 151.000 |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | | 151.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **151.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **151.000** |

Câmara dos Deputados Fl. 9005 Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **3.339.204** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **3.318.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.318.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 3.318.000 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **12 331** | **2109 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | | | | | | | **21.204** |
| 12 331 | 2109 00M1 0053 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal | | | | | | | 21.204 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.204 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **3.339.204** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.339.204** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26445 - Hospital Universitário da UNIFESP**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **291.860** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **291.860** |
| 12 301 | 2109 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | | | | | | | 291.860 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 291.860 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **291.860** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **291.860** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **44.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **44.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | | | | | | | 44.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 44.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **44.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **44.000** |

**Formalização: 2194**

SEAFUSO/IMP

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2109** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | **140.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **12 301** | **2109 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **140.000** |
| 12 301 | 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | | | | | | | 140.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 140.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **140.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **140.000** |

**ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
**UNIDADE: 28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2121** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | | | | | | | **182.844** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **22 301** | **2121 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **182.844** |
| 22 301 | 2121 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 182.844 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 182.844 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **182.844** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **182.844** |

**ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
**UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2121** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** | | | | | | | **215.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **22 301** | **2121 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **215.000** |
| 22 301 | 2121 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 215.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 215.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **215.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **215.000** |

**ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça**
**UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **10.000.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **28 846** | **0909 00OM** | **Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)** | | | | | | | | **10.000.000** |
| 28 846 | 0909 00OM 0001 | Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 10.000.000 |
| | **2112** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça** | | | | | | | | **1.500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | | |
| **06 301** | **2112 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | | **1.500.000** |
| 06 301 | 2112 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 1.500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **10.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **1.500.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **11.500.000** |

**ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça**
**UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **15.000.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0909 00OM** | **Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)** | | | | | | | **15.000.000** |
| 28 846 | 0909 00OM 0001 | Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.000.000 |
| | **2112** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça** | | | | | | | **2.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **06 301** | **2112 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **2.000.000** |
| 06 301 | 2112 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **15.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **2.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **17.000.000** |

**ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça**
**UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2112** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça** | | | | | | | **800.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **14 331** | **2112 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **800.000** |
| 14 331 | 2112 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 800.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **800.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **800.000** |

**ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia**
**UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2119** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | | **203.484** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | | |
| **04 301** | **2119 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | | **203.484** |
| 04 301 | 2119 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 203.484 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **203.484** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **203.484** |

Câmara dos Deputados Fl. 9008 Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia**
**UNIDADE: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2119** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | **21.204** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **22 331** | **2119 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | | | | | | | **21.204** |
| 22 331 | 2119 00M1 0001 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.204 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **21.204** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **21.204** |

**ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia**
**UNIDADE: 32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

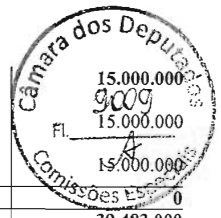
| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2119** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia** | | | | | | | **381.948** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **22 301** | **2119 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **381.948** |
| 22 301 | 2119 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 381.948 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **381.948** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **381.948** |

**ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social**
**UNIDADE: 33201 - Instituto Nacional do Seguro Social**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2114** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social** | | | | | | | **39.483.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **09 301** | **2114 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **21.483.000** |
| 09 301 | 2114 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 21.483.000 |
| **09 331** | **2114 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **3.000.000** |
| 09 331 | 2114 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 3.000.000 |

**Formalização: 2194**

SEAFUSO/SIMP




| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **09 331** | **2114 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | | **15.000.000** |
| 09 331 | 2114 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | | 15.000.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | | 15.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **39.483.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **39.483.000** |

**ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde**
**UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2115** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde** | | | | | | | **500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **10 301** | **2115 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **500.000** |
| 10 301 | 2115 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 500.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **500.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **500.000** |

**ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde**
**UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2115** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde** | | | | | | | **27.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **10 301** | **2115 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **8.000.000** |
| 10 301 | 2115 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 8.000.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 8.000.000 |
| **10 331** | **2115 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **4.000.000** |
| 10 331 | 2115 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 4.000.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 6 | 151 | 4.000.000 |
| **10 331** | **2115 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **15.000.000** |
| 10 331 | 2115 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 15.000.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 6 | 151 | 15.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **27.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **27.000.000** |

**ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde**
**UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2115** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde** | | | | | | | **500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **10 331** | **2115 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **500.000** |

**Formalização: 2194**

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 10 331 | 2115 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 6 | 151 | 500.000 |
| | | | | | | | | | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **500.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **500.000** |

Câmara dos Deputados Fl. 9010 Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde**
**UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2115** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde** | | | | | | | **35.030.871** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **10 301** | **2115 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **30.030.871** |
| 10 301 | 2115 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 30.030.871 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 30.030.871 |
| **10 331** | **2115 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **5.000.000** |
| 10 331 | 2115 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | | | | | | | 5.000.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 6 | 151 | 5.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **35.030.871** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **35.030.871** |

**ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego**
**UNIDADE: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2127** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego** | | | | | | | **5.200.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **11 301** | **2127 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **3.200.000** |
| 11 301 | 2127 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.200.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | 3.200.000 |
| **11 331** | **2127 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **2.000.000** |
| 11 331 | 2127 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | 2.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **3.200.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.200.000** |

**ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes**
**UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2126** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes** | | | | | | | **2.378.300** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **26 301** | **2126 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **2.378.300** |
| 26 301 | 2126 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 2.378.300 |

**Formalização: 2194**

SEAFVSO/SIMP

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.378.300 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **2.378.300** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.378.300** |

**ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes**
**UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2126** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes** | | | | | | | **39.756** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **26 331** | **2126 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | | | | | | | **39.756** |
| 26 331 | 2126 00M1 0001 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional | | | | | | | 39.756 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 39.756 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **39.756** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **39.756** |

**ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes**
**UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2126** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes** | | | | | | | **452.944** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **26 301** | **2126 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **452.944** |
| 26 301 | 2126 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 452.944 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 452.944 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **452.944** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **452.944** |

**ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes**
**UNIDADE: 39253 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2126** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes** | | | | | | | **29.204** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **26 301** | **2126 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **8.000** |
| 26 301 | 2126 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 8.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.000 |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **26 331** | **2126 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | | | | | | | **21.204** |
| 26 331 | 2126 00M1 0053 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal | | | | | | | 21.204 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.204 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **21.204** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **8.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **29.204** |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 9012

**ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações**
**UNIDADE: 41101 - Ministério das Comunicações**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2117** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações** | | | | | | | **800.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **24 301** | **2117 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **800.000** |
| 24 301 | 2117 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 800.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 800.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **800.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **800.000** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2107** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | **10.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **13 301** | **2107 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **10.000** |
| 13 301 | 2107 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 10.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **10.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.000** |

**ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura**
**UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2107** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura** | | | | | | | **10.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **13 301** | **2107 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **10.000** |
| 13 301 | 2107 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 10.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **10.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.000** |

**ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente**
**UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA**
**ANEXO II** — **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2124** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | **35.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **18 301** | **2124 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **35.000** |

**Formalização: 2194**

SEAP/SOF/MP

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18 301 | 2124 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 35.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **35.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **35.000** |

Câmara dos Deputados Fl. 9013 Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente**
**UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2124** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente** | | | | | | | **35.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **18 301** | **2124 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **35.000** |
| 18 301 | 2124 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 35.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 35.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **35.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **35.000** |

**ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**
**UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | **120.189.568** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0901 0022** | **Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais** | | | | | | | **120.189.568** |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | | | | | 120.189.568 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 50.189.568 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 70.000.000 |
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **816.934.722** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0909 00H7** | **Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações** | | | | | | | **60.829.701** |
| 28 846 | 0909 00H7 0001 | Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional | | | | | | | 60.829.701 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 60.829.701 |
| **28 846** | **0909 0623** | **Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes** | | | | | | | **33.349.936** |
| 28 846 | 0909 0623 0001 | Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 33.349.936 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 33.349.936 |
| **28 846** | **0909 0C04** | **Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações** | | | | | | | **722.755.085** |
| 28 846 | 0909 0C04 0001 | Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional | | | | | | | 722.755.085 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 722.755.085 |
| | **2125** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | **14.980.000** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **2125 0739** | **Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002** | | | | | | | **4.980.000** |

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 09 274 | 2125 0739 0001 | Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.980.000 |
| | | | | | | | | | 4.980.000 |
| **09 274** | **2125 0C01** | **Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006** | | | | | | | **10.000.000** |
| 09 274 | 2125 0C01 0001 | Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| | | | | | | | | | 10.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **937.124.290** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **14.980.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **952.104.290** |

Câmara dos Deputados Fl. 3019 Comissões Especiais

**ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**
**UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2125** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** | | | | | | | **1.800.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 301** | **2125 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **1.800.000** |
| 04 301 | 2125 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.800.000 |
| | | | | | | | | | 1.800.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.800.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.800.000** |

**ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário**
**UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2120** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário** | | | | | | | **3.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **21 301** | **2120 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **1.500.000** |
| 21 301 | 2120 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.500.000 |
| | | | | | | | | | 1.500.000 |
| **21 331** | **2120 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **1.500.000** |
| 21 331 | 2120 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.500.000 |
| | | | | | | | | | 1.500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **1.500.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.500.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **3.000.000** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2108** | | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | **10.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **05 301** | **2108 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **1.000.000** |
| 05 301 | 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 1.000.000 |

**Formalização: 2194**

SEAFI/SOF/MP

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 1.000.000 |
| **05 331** | **2108 2011** | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | | **5.000.000** |
| 05 331 | 2108 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | | 5.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 5.000.000 |
| **05 331** | **2108 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | | **4.000.000** |
| 05 331 | 2108 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | | 4.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 4.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | | **9.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | | **1.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **10.000.000** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52121 - Comando do Exército**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | **2.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **05 331** | **2108 2012** | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | **2.000.000** |
| 05 331 | 2108 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **2.000.000** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.000.000** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | **7.590.738** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **05 301** | **2108 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **7.590.738** |
| 05 301 | 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 7.590.738 |
| | | | S | 4 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.590.738 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **7.590.738** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **7.590.738** |

**ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**
**UNIDADE: 52931 - Fundo Naval**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2108** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa** | | | | | | | **3.623.573** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **05 301** | **2108 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **3.623.573** |
| 05 301 | 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.623.573 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 250 | 3.623.573 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **3.623.573** |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 9016
Comissões

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | | **3.623.578** |

**ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2111** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | **21.204** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **04 331** | **2111 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | | | | | | | **21.204** |
| 04 331 | 2111 00M1 0001 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional | | | | | | | 21.204 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.204 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **21.204** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **21.204** |

**ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional**
**UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0909** | **Operações Especiais: Outros Encargos Especiais** | | | | | | | **5.009.405** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **09 274** | **0909 0536** | **Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais** | | | | | | | **5.009.405** |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | | | | | | | 5.009.405 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.009.405 |
| | **2111** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional** | | | | | | | **500.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 301** | **2111 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **500.000** |
| 04 301 | 2111 2004 0020 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste | | | | | | | 500.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **5.509.405** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **5.509.405** |

**ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo**
**UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2128** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo** | | | | | | | **2.601** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **23 301** | **2128 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **2.601** |
| 23 301 | 2128 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 2.601 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.601 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **2.601** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **2.601** |

**ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades**
**UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades**

**Formalização: 2194**

SEAFVSO/PMP

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2116** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades** | | | | | | | **68.844** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **04 301** | **2116 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **68.844** |
| 04 301 | 2116 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | | | | | | | 68.844 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 68.844 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **68.844** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **68.844** |

**ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades**
**UNIDADE: 56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2116** | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades** | | | | | | | **21.204** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **15 331** | **2116 00M1** | **Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade** | | | | | | | **21.204** |
| 15 331 | 2116 00M1 0043 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 21.204 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.204 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **21.204** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **21.204** |

**ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União**
**UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2101** | **Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República** | | | | | | | **1.000.000** |
| | | **ATIVIDADES** | | | | | | | |
| **03 301** | **2101 2004** | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | **1.000.000** |
| 03 301 | 2101 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **1.000.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.000.000** |

**ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União**
**UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais**

**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0901** | **Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** | | | | | | | **377.657.651** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **28 846** | **0901 0625** | **Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor** | | | | | | | **377.657.651** |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - Nacional | | | | | | | 377.657.651 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 377.657.651 |

**Formalização: 2194**

| | |
|---|---|
| **TOTAL – FISCAL** | **377.657.651** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | **377.657.651** |

**ÓRGÃO: 90000 - Reserva de Contingência**
**UNIDADE: 90000 - Reserva de Contingência**
**ANEXO II** **Crédito Suplementar**
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

| FUNC | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **0999** | **Reserva de Contingência** | | | | | | | **7.309.715** |
| | | **OPERAÇÕES ESPECIAIS** | | | | | | | |
| **99 999** | **0999 0Z00** | **Reserva de Contingência - Financeira** | | | | | | | **846.234** |
| 99 999 | 0999 0Z00 6499 | Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos para atendimento do art. 169, § 1°, inciso II da Constituição Federal | | | | | | | 846.234 |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 846.234 |
| **99 999** | **0999 0Z01** | **Reserva de Contingência Fiscal - Primária** | | | | | | | **6.463.481** |
| 99 999 | 0999 0Z01 6499 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Reserva de Contingência - Recursos para atendimento do art. 169, § 1°, inciso II da Constituição Federal | | | | | | | 6.463.481 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.463.481 |
| **TOTAL – FISCAL** | | | | | | | | | **7.309.715** |
| **TOTAL – SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **7.309.715** |

**Formalização: 2194**

Câmara dos Deputados
Fl. 9019
Comissões Especiais

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 8º ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

**PARECER n. 00795/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU**

NUP: 03500.200762/2015-56

INTERESSADOS: Diversos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União, da Defensoria Pública da União e de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

ASSUNTOS: Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

EMENTA: I – Ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. II – Conformidade com: (a) as competências constitucionais do Presidente da República: (b) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares: e (c) as hipóteses de autorização para a abertura de créditos suplementares previstas na Lei Orçamentária Anual em vigor. III – Pelo encaminhamento à ASTEC/GM.

A Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM submeteu à análise e manifestação desta Consultoria Jurídica Projeto de Decreto que: "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 1.629.519.495.00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.".

De acordo com a Exposição de Motivos: (i) o objetivo da proposta é o de reforçar as dotações orçamentárias dos órgãos envolvidos (item 1 do Anexo à EM): (ii) os recursos necessários à abertura do crédito serão obtidos por meio de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, bem como de anulação parcial de dotações orçamentárias (item 6 da EM): e (iii) a proposta não afetará a meta de resultado primário para o presente exercício (item 7 da EM).

No âmbito deste Ministério, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento da proposta.

Câmara dos Deputados
Fl. 9020
Comissões Especiais

Em relação ao conteúdo, esta Consultoria Jurídica não identificou qualquer óbice ou risco de natureza jurídica capaz de interferir na efetivação dos objetivos da proposta. O Projeto de Decreto está em conformidade com: (i) a competência constitucional da Presidente da República para expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis (art. 84, IV, da Constituição Federal); (ii) as normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a abertura de créditos suplementares (art. 167, V, da Constituição Federal, arts. 40 a 46 da Lei nº 4.320/1964 e art. 4º, incisos I, alínea "a", IV, alíneas "b" e "c", VI, alíneas "a" e "b", XVI, alínea "c", e XXI, alíneas "a" e "c", e § 1º, da Lei no 13.115, de 20 de abril de 2015).

No tocante aos aspectos formais, o Projeto de Decreto está em conformidade com as normas que regulam a elaboração de atos normativos no âmbito da administração pública federal (Lei Complementar nº 95/1998 e Decreto nº 4.176/2002).

Do exposto, opina-se pela ausência de óbices ou riscos de natureza jurídica capazes de interferir na efetivação dos objetivos do Projeto de Decreto. Pelo encaminhamento à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

À consideração superior.

PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES JÚNIOR

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS

ADVOGADO DA UNIÃO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS, ECONÔMICOS E INTERNACIONAIS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 8º ANDAR - SALA 843 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

DESPACHO DE APROVAÇÃO DO CONSULTOR JURÍDICO

PROCESSO: 03500.200762/2015-56

INTERESSADO: Diversos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União, da Defensoria Pública da União e de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

ASSUNTO: Projeto de decreto que abre crédito suplementar em favor dos interessados.

1. Aprovo o PARECER n. 00795/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU.

2. Enviem-se os autos à Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro de Estado – ASTEC/GM.

WALTER BAERE DE ARAÚJO FILHO

Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 03500200762201556 e da chave de acesso d4de1c37

Documento assinado eletronicamente por PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3462743 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR. Data e Hora: 07-07-2015 17:16. Número de Série: 7160455948378289969. Emissor: AC CAIXA PF v2.

Documento assinado eletronicamente por WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3462743 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO. Data e Hora: 07-07-2015 21:53. Número de Série: 2150341798641688053. Emissor: AC CAIXA PF v2.

*Assinado eletronicamente por: Walter Baere de Araújo Filho*

Câmara dos Deputados
Fl. 9023
Comissões Especiais

2 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

| | | | |
|---|---|---|---|
| Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal | 17 | - | 17 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo | 2 | 53 | 55 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Goiás | 10 | 118 | 128 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão | 9 | 83 | 92 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso | 11 | 49 | 60 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul | 4 | 48 | 52 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais | 14 | 308 | 322 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Pará | 7 | 80 | 87 |
| Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba | 4 | 72 | 76 |
| Tribunal Regional Eleitoral da Paraná | 10 | 196 | 206 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco | 9 | 137 | 146 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Piauí | 4 | 93 | 97 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro | 97 | 145 | 242 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte | 4 | 64 | 68 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul | 10 | 163 | 173 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia | 7 | 25 | 32 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Roraima | 1 | 2 | 3 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina | 4 | 98 | 102 |
| Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo | 41 | 351 | 392 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe | 3 | 32 | 35 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins | 1 | 34 | 35 |
| TOTAL | 314 | 2.559 | 2.873 |

ANEXO III

(Art. 3º da Lei nº 13.150, de 27 de julho de 2015)

CRIAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DESTINADOS ÀS ZONAS ELEITORAIS

| Quadro de Pessoal | FC-1 |
|---|---|
| Tribunal Regional Eleitoral do Acre | 10 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas | 53 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Amapá | 11 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas | 67 |
| Tribunal Regional Eleitoral da Bahia | 201 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Ceará | 111 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal | 17 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo | 55 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Goiás | 128 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão | 92 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso | 60 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul | 52 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais | 322 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Pará | 87 |
| Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba | 76 |
| Tribunal Regional Eleitoral da Paraná | 206 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco | 146 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Piauí | 97 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro | 242 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte | 68 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul | 173 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia | 32 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Roraima | 3 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina | 102 |
| Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo | 392 |
| Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe | 35 |
| Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins | 35 |
| TOTAL | 2.873 |

## Atos do Poder Executivo

### DECRETO Nº 8.495, DE 27 DE JULHO DE 2015

Autoriza a integralização de cotas no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo.

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e no art. 1º da Lei nº 12.380, de 10 de janeiro de 2011,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizada a integralização de cotas pela União do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC, de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, mediante a transferência de ações ordinárias de sua titularidade e de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil RE excedentes ao necessário à manutenção da União no grupo de controle por acordo de votos.

§ 1º A integralização de cotas do FGEDUC será efetuada mediante a transferência das participações acionárias de que trata o **caput** e efetivada após a publicação de portaria editada pelo Ministro de Estado da Fazenda, que deverá conter o valor da subscrição e a quantidade de ações a serem transferidas.

§ 2º Para fins de atendimento ao disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.380, de 10 de janeiro de 2011, o valor das ações deverá ser o valor patrimonial calculado a partir do último balanço patrimonial publicado e auditado.

Art. 2º A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda adotará as providências para a transferência das ações e para assegurar que a operação não exclua a participação da União no grupo de controle do IRB Brasil RE.

Art. 3º Ficam excluídas do Fundo Nacional de Desestatização - FND as ações de emissão do IRB Brasil RE de titularidade da União.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
*Joaquim Vieira Ferreira Levy*

### DECRETO DE 27 DE JULHO DE 2015

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 1.629.519.495,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "a", inciso IV, alíneas "b" e "c", inciso VI, alíneas "a" e "b", inciso XVI, alínea "c", e inciso XXI, alíneas "a" e "c", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 1.629.519.495,00 (um bilhão, seiscentos e vinte e nove milhões, quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2014, no valor de R$ 56.550.100,00 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta mil e cem reais), relativo à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins; e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 1.572.969.395,00 (um bilhão, quinhentos e setenta e dois milhões, novecentos e sessenta e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
*Nelson Barbosa*

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**
**CASA CIVIL**
**IMPRENSA NACIONAL**

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**

**SEÇÃO 1**
Publicação de atos normativos

**SEÇÃO 2**
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

**SEÇÃO 3**
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

**A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas**
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

BERGMANN RODRIGUES TELES
Coordenador de Produção
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9024
Comissões Especiais

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 **Diário Oficial da União** - Seção 1 *ISSN 1677-7042* 3

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0551 | Atuação Legislativa do Senado Federal | | | | | | | 1.500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 01 301 | 0551 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.500.000 |
| 01 301 | 0551 2004 5664 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 150 | 1.500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.500.000 |

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0550 | Controle Externo | | | | | | | 1.595.800 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 01 331 | 0550 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 305.000 |
| 01 331 | 0550 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 305.000 |
| 01 331 | 0550 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.800 |
| 01 331 | 0550 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.800 |
| 01 331 | 0550 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 1.280.000 |
| 01 331 | 0550 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.280.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.595.800 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.595.800 |

ÓRGÃO: 10000 - Supremo Tribunal Federal
UNIDADE: 10101 - Supremo Tribunal Federal
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0565 | Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal | | | | | | | 300.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 02 331 | 0565 00M1 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade | | | | | | | 300.000 |
| 02 331 | 0565 00M1 5664 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Em Brasília - DF | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 300.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 300.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 300.000 |

ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça
UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 500 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 500 |
| 09 274 | 0909 0536 5664 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Em Brasília - DF | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 500 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 500 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 500 |

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0569 | Prestação Jurisdicional na Justiça Federal | | | | | | | 7.965.489 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0569 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 7.060.399 |
| 02 331 | 0569 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.060.399 |
| 02 122 | 0569 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 818.007 |
| 02 122 | 0569 20TP 0001 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 818.007 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 02 122 | 0569 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 87.083 |
| 02 122 | 0569 09HB 0001 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 87.083 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.965.489 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.965.489 |

ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União
UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0566 | Prestação Jurisdicional Militar | | | | | | | 48.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0566 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 48.000 |
| 02 331 | 0566 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 48.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 48.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 48.000 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 215.300 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 301 | 0570 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 175.743 |
| 02 301 | 0570 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 175.743 |
| 02 331 | 0570 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 39.557 |
| 02 331 | 0570 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 39.557 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 39.557 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 175.743 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 215.300 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 481.044 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 47.000 |
| 02 331 | 0570 2011 0013 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 47.000 |
| 02 331 | 0570 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 434.044 |
| 02 331 | 0570 2012 0013 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 434.044 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 481.044 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 481.044 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 189.157 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 128.730 |
| 02 331 | 0570 2010 0029 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 128.730 |
| 02 331 | 0570 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 60.427 |
| 02 331 | 0570 2012 0029 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 60.427 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 189.157 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 189.157 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 10.785 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.785 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 902
Comissões Especiais

4 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 331 | 0570 2012 0032 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.785 |
| | | | | | | | | | 10.785 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.785 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.785 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 146.363 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 50.227 |
| 02 331 | 0570 2010 0052 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 50.227 |
| 02 331 | 0570 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 96.136 |
| 02 331 | 0570 2012 0052 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 96.136 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 146.363 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 146.363 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 72.101 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 301 | 0570 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 58.667 |
| 02 301 | 0570 2004 0021 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 58.667 |
| 02 331 | 0570 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 7.434 |
| 02 331 | 0570 2010 0021 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.434 |
| 02 331 | 0570 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 6.000 |
| 02 331 | 0570 2011 0021 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 13.434 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 58.667 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 72.101 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 112.767 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 35.811 |
| 02 331 | 0570 2010 0051 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 35.811 |
| 02 331 | 0570 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 76.456 |
| 02 331 | 0570 2012 0051 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 76.456 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 112.267 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 112.267 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 14.405 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 14.405 |
| 02 331 | 0570 2010 0054 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 14.405 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.405 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.405 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 193.384 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 193.384 |
| 02 331 | 0570 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 193.384 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 193.384 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 193.384 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 176.407 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 176.407 |
| 02 331 | 0570 2012 0015 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 176.407 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 176.407 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 176.407 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 40.020 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 301 | 0570 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 18.426 |
| 02 301 | 0570 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 18.426 |
| 02 331 | 0570 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 21.594 |
| 02 331 | 0570 2010 0025 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.594 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 21.594 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 18.426 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 40.020 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 15.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 15.000 |
| 02 331 | 0570 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 15.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.000 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 2.084 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 2.084 |
| 02 331 | 0570 2011 0026 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.084 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.084 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.084 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 30.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 30.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9026
Comissão Mista

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 **Diário Oficial da União** - Seção 1 *ISSN 1677-7042* 5

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 331 | 0570 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 30.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 30.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 30.000 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 74.817 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 14.472 |
| 02 331 | 0570 2010 0024 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 14.472 |
| 02 331 | 0570 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 2.655 |
| 02 331 | 0570 2011 0024 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.655 |
| 02 331 | 0570 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 57.690 |
| 02 331 | 0570 2012 0024 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 57.690 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 74.817 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 74.817 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 38.221 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 301 | 0570 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 23.633 |
| 02 301 | 0570 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 23.633 |
| 02 331 | 0570 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 14.588 |
| 02 331 | 0570 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 14.588 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.588 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 23.633 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 38.221 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 197.833 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 197.833 |
| 02 331 | 0570 2012 0011 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 197.833 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 197.833 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 197.833 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 196.099 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 28.715 |
| 02 331 | 0570 2010 0042 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 28.715 |
| 02 331 | 0570 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 167.384 |
| 02 331 | 0570 2012 0042 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 167.384 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 196.099 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 196.099 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 541.620 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 301 | 0570 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 237.480 |
| 02 301 | 0570 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 237.480 |
| 02 331 | 0570 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 79.140 |
| 02 331 | 0570 2010 0035 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 79.140 |
| 02 331 | 0570 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 25.000 |
| 02 331 | 0570 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 25.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 104.140 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 237.480 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 541.620 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 72.504 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 72.504 |
| 02 331 | 0570 2012 0016 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 72.504 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 72.504 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 72.504 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 1.483.430 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0571 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 376.161 |
| 02 331 | 0571 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 376.161 |
| 02 331 | 0571 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 282.701 |
| 02 331 | 0571 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 282.701 |
| 02 331 | 0571 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 824.568 |
| 02 331 | 0571 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 824.568 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.483.430 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.483.430 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 4.983.441 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 301 | 0571 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.886.000 |
| 02 301 | 0571 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.886.000 |
| 02 331 | 0571 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 130.741 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9027
Comissões Especiais

6 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 331 | 0571 2010 0035 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 130.741 |
| 02 331 | 0571 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 330.000 |
| 02 331 | 0571 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 330.000 |
| 02 331 | 0571 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 2.636.700 |
| 02 331 | 0571 2012 0035 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.636.700 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.097.441 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.886.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.983.441 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 314.637 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0571 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 280.608 |
| 02 331 | 0571 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 280.608 |
| 02 331 | 0571 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 34.029 |
| 02 331 | 0571 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 34.029 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 314.637 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 314.637 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 320.477 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0571 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 151.680 |
| 02 331 | 0571 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 151.680 |
| 02 331 | 0571 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 48.029 |
| 02 331 | 0571 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 48.029 |
| 02 331 | 0571 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 120.768 |
| 02 331 | 0571 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 120.768 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 320.477 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 320.477 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 287.640 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0571 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 287.640 |
| 02 331 | 0571 2012 0029 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 287.640 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 287.640 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 287.640 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 742.856 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0571 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 289.060 |
| 02 331 | 0571 2010 0041 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 289.060 |
| 02 331 | 0571 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 32.740 |
| 02 331 | 0571 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 32.740 |
| 02 331 | 0571 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 421.056 |
| 02 331 | 0571 2012 0041 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 421.056 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 742.856 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 742.856 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 740.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 301 | 0571 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 740.000 |
| 02 301 | 0571 2004 6019 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 740.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 740.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 740.000 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 575.280 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0571 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 575.280 |
| 02 331 | 0571 2012 0035 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 575.280 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 575.280 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 575.280 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 255.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 301 | 0571 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 255.000 |
| 02 301 | 0571 2004 0021 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 255.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 255.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 255.000 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 40.920 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 301 | 0571 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.000 |
| 02 301 | 0571 2004 0032 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.000 |
| 02 331 | 0571 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 37.920 |
| 02 331 | 0571 2010 0032 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 37.920 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 37.920 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 40.920 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 7

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 219.936 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0571 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 219.936 |
| 02 331 | 0571 2010 0052 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 219.936 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 219.936 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 219.936 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 45.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0571 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 45.000 |
| 02 331 | 0571 2011 0027 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 45.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 45.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 45.000 |

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0571 | Prestação Jurisdicional Trabalhista | | | | | | | 106.176 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 331 | 0571 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 106.176 |
| 02 331 | 0571 2010 0051 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 106.176 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 106.176 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 106.176 |

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0567 | Prestação Jurisdicional no Distrito Federal | | | | | | | 6.914.575 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 301 | 0567 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 509.950 |
| 02 301 | 0567 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 509.950 |
| 02 122 | 0567 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 5.645.474 |
| 02 122 | 0567 20TP 0053 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.645.474 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 02 122 | 0567 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 759.151 |
| 02 122 | 0567 09HB 0053 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 759.151 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.404.625 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 509.950 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.914.575 |

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1389 | Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário | | | | | | | 866.960 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 301 | 1389 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 140.000 |
| 02 301 | 1389 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 140.000 |
| 02 331 | 1389 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 151.680 |
| 02 331 | 1389 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 151.680 |
| 02 331 | 1389 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 575.280 |
| 02 331 | 1389 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 575.280 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 726.960 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 140.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 866.960 |

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | 1.076 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 04 122 | 2101 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 1.076 |
| 04 122 | 2101 09HB 0001 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.076 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.076 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.076 |

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 2.452.501 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 2.452.501 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.452.501 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.452.501 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.452.501 |

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 2.500.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0022 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | | | | | | | 2.500.000 |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| | 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | 6.691.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 301 | 2101 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 951.000 |
| 04 301 | 2101 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 951.000 |
| 04 331 | 2101 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 690.000 |
| 04 331 | 2101 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 690.000 |
| 04 331 | 2101 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 490.000 |
| 04 331 | 2101 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 490.000 |
| 04 331 | 2101 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 4.560.000 |
| 04 331 | 2101 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.560.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.240.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 951.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.191.000 |

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2105 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | | | | | | | 1.153.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 20 331 | 2105 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 23.000 |
| 20 331 | 2105 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 23.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9029
Comissões Especiais



| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 20 331 | 2105 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 23.000 |
| 20 331 | 2105 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 45.000 |
| 20 331 | 2105 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 45.000 |
| 20 331 | 2105 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F<br>F | 3<br>3 | 1<br>1 | 90<br>90 | 0<br>0 | 100<br>188 | | 1.085.000<br>357.367<br>727.633 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 1.153.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 1.153.000 |

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 15.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 15.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.000 |
| | 2105 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | | | | | | | 15.270.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 20 301 | 2105 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 6.270.000 |
| 20 301 | 2105 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 6.270.000 |
| 20 331 | 2105 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 1.950.000 |
| 20 331 | 2105 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.950.000 |
| 20 331 | 2105 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 7.050.000 |
| 20 331 | 2105 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 7.050.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.285.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.285.000 |

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2105 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | | | | | | | 15.430.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 20 301 | 2105 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 4.260.000 |
| 20 301 | 2105 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 4.260.000 |
| 20 331 | 2105 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 1.560.000 |
| 20 331 | 2105 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.560.000 |
| 20 331 | 2105 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 1.970.000 |
| 20 331 | 2105 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.970.000 |
| 20 331 | 2105 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 7.640.000 |
| 20 331 | 2105 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 7.640.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 11.170.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.260.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.430.000 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2106 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | 26.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 19 331 | 2106 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 26.000 |
| 19 331 | 2106 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 26.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 26.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 26.000 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 251.452 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 251.452 |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 251.452 |
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 6.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 6.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0033 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 257.452 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 257.452 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 2.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0022 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | | | | | | | 2.000.000 |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | 2106 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | 2.541.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 19 301 | 2106 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.220.000 |
| 19 301 | 2106 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.220.000 |
| 19 331 | 2106 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 321.000 |
| 19 331 | 2106 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 321.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.321.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.220.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.541.000 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2106 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | 2.232.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 19 301 | 2106 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 72.000 |
| 19 301 | 2106 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 72.000 |
| 19 331 | 2106 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 110.000 |
| 19 331 | 2106 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 110.000 |
| 19 331 | 2106 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 2.050.000 |
| 19 331 | 2106 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.050.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.160.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 72.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.232.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9030
Comissões Especiais

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 **Diário Oficial da União** - Seção 1 *ISSN 1677-7042* 9

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2106 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | 18.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 19 331 | 2106 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 18.000 |
| 19 331 | 2106 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 18.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.000 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 30.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 30.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0053 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 30.000 |
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 10.899.258 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 331 | 2110 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 53.000 |
| 04 331 | 2110 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 53.000 |
| 04 331 | 2110 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 315.000 |
| 04 331 | 2110 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 315.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 04 122 | 2110 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 10.531.258 |
| 04 122 | 2110 09HB 0053 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 10.531.258 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.899.258 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 30.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.929.258 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 4.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 331 | 2110 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 66.000 |
| 04 331 | 2110 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 132 | 66.000 |
| 04 122 | 2110 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 3.934.000 |
| 04 122 | 2110 20TP 0001 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 132 | 3.934.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.000.000 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 15.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 15.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.000 |
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 5.736.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 301 | 2110 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 5.736.000 |
| 04 301 | 2110 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 5.736.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.751.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.751.000 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 302.580 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 302.580 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 302.580 |
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 32.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 331 | 2110 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 32.000 |
| 04 331 | 2110 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | 32.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 32.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 302.580 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 334.580 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 530.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 210.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 210.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 290.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 290.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 530.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 530.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.834.835 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 32.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 32.000 |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 80.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 80.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 220.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 220.000 |
| 12 368 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 692.835 |
| 12 368 | 2109 20TP 0033 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 692.835 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.802.835 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 32.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.834.835 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9031
Comissões Especiais



ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 360.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 340.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 340.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 360.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 360.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 46.643 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 46.643 |
| 12 122 | 2109 09HB 0020 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 46.643 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 46.643 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 46.643 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 395.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 50.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0027 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 50.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 215.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0027 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 215.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 130.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0027 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 130.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 395.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 395.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 3.600 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 3.600 |
| 09 274 | 0909 0536 0029 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado da Bahia | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.600 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.600 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.600 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 6.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 6.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0023 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 6.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 500 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 500 |
| 09 274 | 0909 0536 0032 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Espírito Santo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 500 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 165.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 90.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0032 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 90.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 75.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0032 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 75.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 165.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 500 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 165.500 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 100 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 100 |
| 09 274 | 0909 0536 0052 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Goiás | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 100 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 140.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0052 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 100.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0052 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 100.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 140.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 100 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 140.100 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 28.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 28.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0033 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 28.000 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 640.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 120.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 120.000 |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 500.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 903.2
Comissões Especiais

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 **Diário Oficial da União** - Seção 1 ISSN 1677-7042 11

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | | 500.000 |
| | | | | | | | | | | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 520.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 148.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 668.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.620.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 70.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 70.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 1.550.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.550.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.620.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.620.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 155.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 155.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 155.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 155.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 155.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 510.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 510.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0015 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 510.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 510.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 510.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 24.800 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 24.800 |
| 09 274 | 0909 0536 0041 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Paraná | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 24.800 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 270.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 220.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 220.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 50.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0041 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 50.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 270.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 24.800 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 294.800 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 400 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 400 |
| 09 274 | 0909 0536 0026 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Pernambuco | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 400 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 20.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0026 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 400 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.400 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 86.241 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 86.241 |
| 12 122 | 2109 09HB 0043 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 86.241 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 86.241 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 86.241 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 2.326.884 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 420.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 420.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 1.906.884 |
| 12 122 | 2109 09HB 0033 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.906.884 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.326.884 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.326.884 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 759.087 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 759.087 |
| 09 272 | 0089 0181 0042 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 759.087 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 155.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0042 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 125.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0042 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 125.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 155.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 759.087 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 914.087 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9033
Comissões Especiais

12 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 160.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 160.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 160.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 160.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 160.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 25.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 5.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0026 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 5.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0026 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 25.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 25.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 78.431 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 78.431 |
| 09 272 | 0089 0181 0014 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Roraima | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 78.431 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 180.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 140.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0014 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 140.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0014 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Roraima | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 40.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 218.431 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 258.431 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 156.027 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 156.027 |
| 09 272 | 0089 0181 0017 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Tocantins | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 156.027 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 810.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0017 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Tocantins | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 800.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0017 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Tocantins | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 810.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 156.027 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 966.027 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 2.389.284 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 2.389.284 |
| 12 122 | 2109 09HB 0025 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 2.389.284 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.389.284 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.389.284 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 20.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0015 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 1.238.984 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 1.238.984 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.238.984 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 110.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 80.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 80.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 30.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 110.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.238.984 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.348.984 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 1.300 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial ou Decisões Judiciais | | | | | | | 1.300 |
| 09 274 | 0909 0536 0031 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial ou Decisões Judiciais - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.300 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 445.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 180.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 180.000 |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 5.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 5.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 230.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 230.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 265.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 181.300 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 446.300 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 13

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 2.194.972 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 790.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 790.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 1.080.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.080.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 324.972 |
| 12 122 | 2109 09HB 0033 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro | F | 1 | 0 | 01 | 0 | 100 | 324.972 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.194.972 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.194.972 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 2.285.694 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 2.285.694 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | S | 1 | 3 | 90 | 0 | 188 | 2.285.694 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 450.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 120.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 120.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 290.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 290.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 450.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.285.694 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.735.694 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 828.643 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 828.643 |
| 09 272 | 0089 0181 0041 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 828.643 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.872.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 22.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0041 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 22.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 300.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 300.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 1.550.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0041 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.550.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.872.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 828.643 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.700.643 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 10.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 3.819.726 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 3.819.726 |
| 09 272 | 0089 0181 0035 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 3.819.726 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 340.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0035 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 330.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 330.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 340.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.819.726 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.159.726 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 1.107.822 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 1.107.822 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.107.822 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 70.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 25.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 25.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 45.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 45.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 70.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.107.822 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.177.822 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 30.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0024 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

14 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0034 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | | | 20.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | | 30.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | | 30.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 591.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 60.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 60.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 51.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 51.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 480.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 480.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 591.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 591.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 7.324.996 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0041 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| 12 364 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 5.935.021 |
| 12 364 | 2109 20TP 0041 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 5.935.021 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 1.379.975 |
| 12 122 | 2109 09HB 0041 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.379.975 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.324.996 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.324.996 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 1.088.472 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 1.088.472 |
| 09 272 | 0089 0181 0011 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Rondônia | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.088.472 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 390.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 60.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0011 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 60.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 330.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0011 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 330.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 330.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.148.472 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.478.472 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 290.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 290.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 290.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 290.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 290.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 695.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 695.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0021 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 695.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 695.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 695.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 245.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 25.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 25.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 210.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 210.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 245.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 245.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 962.999 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 962.999 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 962.999 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 35.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 35.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 35.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 35.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 962.999 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 997.999 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 165.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0012 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Acre | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 15

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | | | 155.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Acre | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | | | 155.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | | 165.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | | 165.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 3.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 3.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0051 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Mato Grosso | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.000 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 640.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 640.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0051 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 640.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 643.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 643.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 74.700 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 74.700 |
| 09 274 | 0909 0536 0043 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 74.700 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 74.700 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 74.700 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 20.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 20.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0022 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Piauí | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 2.754.714 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0022 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 65.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0022 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 65.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 2.659.714 |
| 12 122 | 2109 09HB 0022 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí | F | 3 | 0 | 91 | 0 | 100 | 2.659.714 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.754.714 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 20.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.774.714 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 4.196.847 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 4.196.847 |
| 09 272 | 0089 0181 0035 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 4.196.847 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.196.847 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.196.847 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 635.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 210.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0028 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 210.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 325.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0028 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 325.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 535.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 535.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 50.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 50.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 50.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 50.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 50.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 20.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0054 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 80.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 70.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 70.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 80.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 80.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9039
Comissões Especiais

16 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 2.478.657 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 160.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 160.000 |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 50.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 50.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 180.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 180.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HR | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 2.088.657 |
| 12 122 | 2109 09HR 0031 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 2.088.657 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.318.657 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 160.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.478.657 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 166.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 136.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0016 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 136.000 |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0016 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 30.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 30.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 136.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 166.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 523.851 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 523.851 |
| 09 272 | 0089 0181 0053 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 523.851 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 40.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 40.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 523.851 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 563.851 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 3.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0625 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor | | | | | | | 3.000.000 |
| 28 846 | 0901 0625 0043 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.000.000 |
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 5.700 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 5.700 |
| 09 274 | 0909 0536 0043 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.700 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 4.050.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 150.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 150.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 3.900.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 3.900.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.055.700 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.055.700 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26340 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 69.496 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 69.496 |
| 09 272 | 0089 0181 0054 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 69.496 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 417.309 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0054 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 280.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0054 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 280.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 127.309 |
| 12 122 | 2109 09HB 0054 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 127.309 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 417.309 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 69.496 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 486.805 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 895.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 665.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0029 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 665.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 230.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0029 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 230.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 895.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 895.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 2.009.929 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 2.009.929 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9038
Comissões Especiais

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 **Diário Oficial da União** - Seção 1 *ISSN 1677-7042* 17

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 09 272 | 0089 0181 0027 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Alagoas | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | | 2.009.929 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 2.009.929 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 2.009.929 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26362 - Hospital Universitário Valter Cantídio
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 1.198.957 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 1.198.957 |
| 09 272 | 0089 0181 0023 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.198.957 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.198.957 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.198.957 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26363 - Maternidade Assis Chateaubriand
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 1.225.660 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 1.225.660 |
| 09 272 | 0089 0181 0023 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.225.660 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.225.660 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.225.660 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 1.325.422 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 1.325.422 |
| 09 272 | 0089 0181 0032 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Espírito Santo | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.325.422 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.325.422 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.325.422 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 7.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 7.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0052 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Goiás | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.000 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 20.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0052 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 27.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 27.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 175.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 165.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 165.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 175.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 175.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 863.942 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 863.942 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 863.942 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 863.942 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 863.942 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26368 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 687.911 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 687.911 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 687.911 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 30.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 30.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 717.911 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 717.911 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 712.947 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 712.947 |
| 09 272 | 0089 0181 0015 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 712.947 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 712.947 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 712.947 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26370 - Hospital Universitário Betina Ferro Souza
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 10.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0015 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 1.437.205 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 1.437.205 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9039
Comissões Especiais

18 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 09 272 | 0089 0181 0025 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.437.205 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.437.205 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.437.205 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 60.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 60.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 60.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 60.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 60.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 2.520.541 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 2.520.541 |
| 09 272 | 0089 0181 0026 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.520.541 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.520.541 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.520.541 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.333.861 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 1.333.861 |
| 12 122 | 2109 09HB 0024 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte | S | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.333.861 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.333.861 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.333.861 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 10.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0054 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 1.590.656 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 1.590.656 |
| 09 272 | 0089 0181 0042 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.590.656 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 973.829 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 973.829 |
| 12 122 | 2109 09HB 0042 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina | S | 3 | 0 | 91 | 0 | 100 | 973.829 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.564.485 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.564.485 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26387 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 3.772.452 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 3.772.452 |
| 09 272 | 0089 0181 0043 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 3.772.452 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.772.452 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.772.452 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 2.513.230 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 180.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0025 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 180.000 |
| 12 302 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 2.333.230 |
| 12 302 | 2109 20TP 0025 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.333.230 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.513.230 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.513.230 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário Gaffrée e Guinle
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 176.598 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 176.598 |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 176.598 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 176.598 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 176.598 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26392 - Hospital Getúlio Vargas
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 90.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 90.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0013 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 90.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 90.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 90.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26395 - Hospital Universitário Miguel Riet Junior
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 1.217.717 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 1.217.717 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9040
Comissões Especiais

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 **Diário Oficial da União** - Seção 1 ISSN 1677-7042 19

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 09 272 | 0089 0181 0043 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.217.717 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.217.717 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.217.717 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26396 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 1.574 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 1.574 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.574 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.574 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.574 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 11.148.663 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 80.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0027 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 80.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0027 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 9.758.851 |
| 12 363 | 2109 20TP 0027 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Alagoas | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 9.758.851 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 1.289.812 |
| 12 122 | 2109 09HB 0027 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.289.812 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 11.148.663 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.148.663 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 18.320.048 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 15.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0013 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 15.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 980.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0013 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 980.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 13.807.460 |
| 12 363 | 2109 20TP 0013 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amazonas | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 13.807.460 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 3.517.588 |
| 12 122 | 2109 09HB 0013 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 3.517.588 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.320.048 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.320.048 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 125.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 125.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0029 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 125.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 125.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 125.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 21.455.114 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0023 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 960.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0023 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 960.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 19.638.483 |
| 12 363 | 2109 20TP 0023 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 19.638.483 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 836.631 |
| 12 122 | 2109 09HB 0023 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 836.631 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 21.455.114 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 21.455.114 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 4.642.922 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 170.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0032 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 170.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 4.472.922 |
| 12 363 | 2109 20TP 0032 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 4.472.922 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.642.922 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.642.922 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 10.427.453 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 660.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0052 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 660.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 7.399.664 |
| 12 363 | 2109 20TP 0052 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 7.399.664 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 2.367.789 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9041
Comissões Especiais

20 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 122 | 2109 09HB 0052 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | | 2.362.789 |
| | | | | | | | | | | 2.362.789 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 18.422.453 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 18.422.453 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 2.518.965 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 45.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0021 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 45.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 950.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0021 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 950.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 760.902 |
| 12 363 | 2109 20TP 0021 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Maranhão | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 760.902 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 763.063 |
| 12 122 | 2109 09HB 0021 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 763.063 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.518.965 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.518.965 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 172.475 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 172.475 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais | 5 | 1 | 3 | 90 | 0 | 188 | 172.475 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 5.271.466 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 180.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 180.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 275.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 275.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 4.429.086 |
| 12 363 | 2109 20TP 0031 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 4.429.086 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 387.380 |
| 12 122 | 2109 09HB 0031 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 387.380 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.271.466 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 172.475 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.443.941 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 710.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 680.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 680.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 710.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 710.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 764.972 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 260.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 260.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 504.972 |
| 12 363 | 2109 20TP 0031 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 504.972 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 764.972 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 764.972 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.069.634 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 190.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 190.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 698.501 |
| 12 363 | 2109 20TP 0031 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 698.501 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 141.133 |
| 12 122 | 2109 09HB 0031 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 141.133 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.069.634 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.069.634 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triangulo Mineiro
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 180.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 140.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | 5 | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 140.000 |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0031 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0031 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 180.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 140.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 182.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9042
Comissões Especiais

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 **Diário Oficial da União - Seção 1** ISSN 1677-7042 21

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26414 - Instituto Federal de Mato Grosso
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 262.396 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 262.396 |
| 09 272 | 0089 0181 0051 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 262.396 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 7.446.369 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0051 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 2.449.363 |
| 12 363 | 2109 20TP 0051 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.449.363 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 4.987.006 |
| 12 122 | 2109 09HB 0051 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 4.987.006 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.446.369 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 262.396 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.708.765 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26415 - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 4.986.162 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0054 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 70.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0054 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 70.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0054 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 3.516.922 |
| 12 363 | 2109 20TP 0054 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 3.516.922 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 359.240 |
| 12 122 | 2109 09HB 0054 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 359.240 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.086.162 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.086.162 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 582.326 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0015 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 542.326 |
| 12 363 | 2109 20TP 0015 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 542.326 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 582.326 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 582.326 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 3.349.231 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0025 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 520.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0025 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 520.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 1.982.377 |
| 12 363 | 2109 20TP 0025 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.982.377 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 826.854 |
| 12 122 | 2109 09HB 0025 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 826.854 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.349.231 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.349.231 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 9.515.674 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 145.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0026 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 145.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 667.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0026 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 667.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 6.358.899 |
| 12 363 | 2109 20TP 0026 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 6.358.899 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 2.344.775 |
| 12 122 | 2109 09HB 0026 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 2.344.775 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.515.674 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.515.674 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.110.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 300.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 300.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 770.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 770.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.110.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.110.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9043
Comissões Especiais

22 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 10.511.105 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 50.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 50.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 290.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 290.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 910.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 910.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 9.261.105 |
| 12 363 | 2109 20TP 0043 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 9.261.105 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.511.105 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.511.105 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 55.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 50.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 50.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 5.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0011 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 5.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 55.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 55.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 547.319 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 547.319 |
| 09 272 | 0089 0181 0042 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 547.319 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.036.610 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 220.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0042 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 220.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 240.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0042 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 240.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 900.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0042 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 900.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 125.759 |
| 12 363 | 2109 20TP 0042 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 125.759 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 550.851 |
| 12 122 | 2109 09HB 0042 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 550.851 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.816.610 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 767.319 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.583.929 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 11.201.304 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0028 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 640.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0028 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 640.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 9.687.638 |
| 12 363 | 2109 20TP 0028 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Sergipe | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 9.687.638 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 853.666 |
| 12 122 | 2109 09HB 0028 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 853.666 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 11.201.304 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.201.304 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 10.196.346 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 450.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0017 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Tocantins | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 450.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 8.879.902 |
| 12 363 | 2109 20TP 0017 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Tocantins | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 8.879.902 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 866.444 |
| 12 122 | 2109 09HB 0017 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 866.444 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.196.346 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.196.346 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 2.806 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 2.806 |
| 09 272 | 0089 0181 0012 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Acre | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.806 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 270.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 270.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Acre | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 270.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 270.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.806 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 272.806 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26426 - Instituto Federal do Amapá
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 2.414.943 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 2.414.943 |
| 12 363 | 2109 20TP 0016 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.414.943 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.414.943 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.414.943 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.422.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0029 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 1.082.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0029 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.082.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 300.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0029 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 300.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.422.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.422.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 190.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 190.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 190.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 190.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 190.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 130.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 130.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0052 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 130.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 130.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 130.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 430.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 90.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0026 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 90.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 340.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0026 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 340.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 430.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 430.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 24.649.661 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 355.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0022 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 355.000 |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 70.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0022 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 70.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 2.330.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0022 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 2.330.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 20.671.770 |
| 12 363 | 2109 20TP 0022 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Piauí | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 20.671.770 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 1.222.891 |
| 12 122 | 2109 09HB 0022 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.222.891 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 24.294.661 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 355.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 24.649.661 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 17.272.514 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 60.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0041 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 60.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 110.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0041 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 110.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 1.245.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0041 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.245.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 15.495.942 |
| 12 363 | 2109 20TP 0041 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 15.495.942 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 361.572 |
| 12 122 | 2109 09HB 0041 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 361.572 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 17.272.514 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 17.272.514 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 693.333 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 24.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 24.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 370.445 |
| 12 363 | 2109 20TP 0033 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 370.445 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 298.888 |
| 12 122 | 2109 09HB 0033 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 298.888 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 693.333 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 693.333 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 10.691.890 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 30.000 |

Câmara dos Deputados
Fl. 9045
Comissões Especiais

24 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 331 | 2109 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 30.000 |
| | | | | | | | | | 30.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | 270.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 270.000 |
| | | | | | | | | | 270.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | 800.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0033 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 800.000 |
| | | | | | | | | | 800.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | 9.591.890 |
| 12 363 | 2109 20TP 0033 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 9.591.890 |
| | | | | | | | | | 9.591.890 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **10.691.890** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **10.691.890** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte**

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | 20.382.603 |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | 90.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0024 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 90.000 |
| | | | | | | | | | 90.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | 730.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0024 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 730.000 |
| | | | | | | | | | 730.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | 1.600.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0024 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.600.000 |
| | | | | | | | | | 1.600.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | 15.362.491 |
| 12 363 | 2109 20TP 0024 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Norte | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 15.362.491 |
| | | | | | | | | | 15.362.491 |
| | | **Operações Especiais** | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | 2.600.112 |
| 12 122 | 2109 09HB 0024 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 2.600.112 |
| | | | | | | | | | 2.600.112 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **20.292.603** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **90.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **20.382.603** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense**

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | 1.985.476 |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | 205.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0043 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 205.000 |
| | | | | | | | | | 205.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | 110.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 110.000 |
| | | | | | | | | | 110.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | 104.345 |
| 12 363 | 2109 20TP 0043 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 104.345 |
| | | | | | | | | | 104.345 |
| | | **Operações Especiais** | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | 1.566.131 |
| 12 122 | 2109 09HB 0043 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.566.131 |
| | | | | | | | | | 1.566.131 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **1.985.476** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.985.476** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26437 - Instituto Federal de Roraima**

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | 90.000 |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | 90.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0014 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 90.000 |
| | | | | | | | | | 90.000 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **0** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **90.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **90.000** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina**

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | **Previdência de Inativos e Pensionistas da União** | | | | | | | 115.382 |
| | | **Operações Especiais** | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** | | | | | | | 115.382 |
| 09 272 | 0089 0181 0042 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 115.382 |
| | | | | | | | | | 115.382 |
| | 2109 | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | 1.350.000 |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | 750.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0042 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 750.000 |
| | | | | | | | | | 750.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | 600.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0042 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 600.000 |
| | | | | | | | | | 600.000 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **1.350.000** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **115.382** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **1.465.382** |

**ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**
**UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo**

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | **Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação** | | | | | | | 51.627.131 |
| | | **Atividades** | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes** | | | | | | | 565.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 565.000 |
| | | | | | | | | | 565.000 |
| 12 331 | 2109 2010 | **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | 70.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0035 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 70.000 |
| | | | | | | | | | 70.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | **Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | 2.685.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 2.685.000 |
| | | | | | | | | | 2.685.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | **Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares** | | | | | | | 2.300.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0035 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 507.273 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.792.727 |
| | | | | | | | | | 2.300.000 |
| 12 363 | 2109 20TP | **Pagamento de Pessoal Ativo da União** | | | | | | | 40.373.909 |
| 12 363 | 2109 20TP 0035 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 40.373.909 |
| | | | | | | | | | 40.373.909 |
| | | **Operações Especiais** | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | **Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** | | | | | | | 5.633.222 |
| 12 122 | 2109 09HB 0035 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 5.633.222 |
| | | | | | | | | | 5.633.222 |
| **TOTAL - FISCAL** | | | | | | | | | **51.062.131** |
| **TOTAL - SEGURIDADE** | | | | | | | | | **565.000** |
| **TOTAL - GERAL** | | | | | | | | | **51.627.131** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 **Diário Oficial da União** - Seção 1 ISSN 1677-7042 25

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 630.008 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 50.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0040 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 50.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 580.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0040 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 580.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 630.008 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 630.008 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.180.008 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 90.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 90.000 |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0015 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 1.070.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0015 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 117 | 1.070.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.090.008 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 90.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.180.008 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | USF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 400.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 400.000 |
| 09 272 | 0089 0181 0020 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Nordeste | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 400.000 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.083.311 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0020 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Nordeste | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 40.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 160.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0020 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Nordeste | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 160.000 |
| 12 364 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 803.311 |
| 12 364 | 2109 20TP 0020 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Na Região Nordeste | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 803.311 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.083.311 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 400.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.483.311 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 160.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0022 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | | | | | | | 160.000 |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | S | 3 | 5 | 90 | 5 | 100 | 160.000 |
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 17.890.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 17.890.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 163 | 17.890.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 18.050.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.050.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26445 - Hospital Universitário da UNIFESP
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 19.307.431 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 185.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 185.000 |
| 12 302 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 18.682.078 |
| 12 302 | 2109 20TP 0035 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 18.682.078 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 122 | 2109 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 440.333 |
| 12 122 | 2109 09HB 0035 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo | S | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 440.333 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 19.307.431 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 19.307.431 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 150.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0029 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 140.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0029 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 140.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 150.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 150.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 720.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0015 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2011 0015 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 700.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0015 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 700.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 720.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 720.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 6.742.838 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 45.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0023 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 45.000 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 750.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9049
Comissões Especiais

26 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 331 | 2109 2012 0023 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 750.000 |
| 12 364 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | | 5.947.838 |
| 12 364 | 2109 20TP 0023 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | | 5.947.838 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 6.697.838 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 45.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 6.742.838 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 465.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 455.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 455.000 |
| 12 331 | 2109 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 12 331 | 2109 2010 0029 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 455.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 465.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26451 - Hospital de Ensino Dr. Washington Antonio de Barros
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 319.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 302 | 2109 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 319.000 |
| 12 302 | 2109 20TP 0026 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 319.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 319.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 319.000 |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2121 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | | | | | | | 5.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 22 331 | 2121 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 5.000 |
| 22 331 | 2121 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.000 |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 692.680 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 692.680 |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 692.680 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 692.680 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 692.680 |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 1.014.412 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 1.014.412 |
| 09 272 | 0089 0181 0010 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Norte | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.014.412 |
| | 2121 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | | | | | | | 955.200 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 22 301 | 2121 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 180.000 |
| 22 301 | 2121 2004 0010 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Norte | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | 180.000 |
| 22 331 | 2121 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.200 |
| 22 331 | 2121 2010 0010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Norte | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | 10.200 |
| 22 331 | 2121 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 5.000 |
| 22 331 | 2121 2011 0010 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Norte | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | 5.000 |
| 22 331 | 2121 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 760.000 |
| 22 331 | 2121 2012 0010 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Norte | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | 760.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 775.200 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.194.412 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.969.612 |

ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União
UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | Cidadania e Justiça | | | | | | | 1.796.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 03 301 | 2020 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 51.000 |
| 03 301 | 2020 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 51.000 |
| 03 331 | 2020 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 575.000 |
| 03 331 | 2020 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 575.000 |
| 03 331 | 2020 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 1.170.000 |
| 03 331 | 2020 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.170.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.745.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 51.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.796.000 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | 130.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 14 331 | 2112 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 130.000 |
| 14 331 | 2112 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 130.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 130.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 130.000 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | 15.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 331 | 2112 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 15.000 |
| 04 331 | 2112 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 15.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9048
Comissões Especiais

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 27

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | 145.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 06 331 | 2112 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 145.000 |
| 06 331 | 2112 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 145.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 145.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 145.000 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 16.405 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 16.405 |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 16.405 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 16.405 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 16.405 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | 252.222 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 14 122 | 2112 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 252.222 |
| 14 122 | 2112 20TP 0053 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 252.222 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 252.222 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 252.222 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 1.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0022 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | | | | | | | 1.000.000 |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 4.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 4.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.000 |
| | 2119 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia | | | | | | | 5.621.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 22 301 | 2119 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.660.000 |
| 22 301 | 2119 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.660.000 |
| 22 331 | 2119 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 3.961.000 |
| 22 331 | 2119 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.961.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.961.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.664.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.625.000 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 1.178.829 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 1.178.829 |
| 09 272 | 0089 0181 0053 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.178.829 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.178.829 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.178.829 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 207.627 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 207.627 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 207.627 |
| | 2119 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia | | | | | | | 8.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 25 331 | 2119 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 8.000 |
| 25 331 | 2119 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 207.627 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 215.627 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 50.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0022 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | | | | | | | 50.000 |
| 28 846 | 0901 0022 0033 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado do Rio de Janeiro | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 50.000 |
| | 2119 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia | | | | | | | 60.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 25 331 | 2119 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 40.000 |
| 25 331 | 2119 2010 0033 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 40.000 |
| 25 331 | 2119 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 25 331 | 2119 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 110.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 110.000 |

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social
UNIDADE: 33201 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 94.045.871 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 94.045.871 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 151 | 94.045.871 |
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 116.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 116.000.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 59.449.900 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 353 | 56.550.100 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 210.045.871 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 210.045.871 |

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social
UNIDADE: 33904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Crédito Suplementar — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 65.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0625 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor | | | | | | | 65.000.000 |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 65.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 65.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 65.000.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9049
Comissões Especiais

28 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0581 | Defesa da Ordem Jurídica | | | | | | | 216.344 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 03 331 | 0581 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 61.656 |
| 03 331 | 0581 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 61.656 |
| 03 331 | 0581 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 154.688 |
| 03 331 | 0581 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 154.688 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 216.344 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 216.344 |

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0581 | Defesa da Ordem Jurídica | | | | | | | 10.248 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 03 331 | 0581 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 2.840 |
| 03 331 | 0581 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.840 |
| 03 331 | 0581 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 7.408 |
| 03 331 | 0581 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.408 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.248 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.248 |

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0581 | Defesa da Ordem Jurídica | | | | | | | 67.130 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 03 331 | 0581 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 16.472 |
| 03 331 | 0581 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 16.472 |
| 03 331 | 0581 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 50.658 |
| 03 331 | 0581 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 50.658 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 67.130 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 67.130 |

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0581 | Defesa da Ordem Jurídica | | | | | | | 104.024 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 03 331 | 0581 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 11.144 |
| 03 331 | 0581 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.144 |
| 03 331 | 0581 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 92.880 |
| 03 331 | 0581 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 92.880 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 104.024 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 104.024 |

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2118 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores | | | | | | | 31.156.197 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 07 122 | 2118 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 31.156.197 |
| 07 122 | 2118 20TP 0001 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 31.156.197 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 31.156.197 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.156.197 |

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2115 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde | | | | | | | 567.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 10 331 | 2115 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 567.000 |
| 10 331 | 2115 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 6 | 151 | 567.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 567.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 567.000 |

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2115 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde | | | | | | | 3.436.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 10 301 | 2115 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 31.000 |
| 10 301 | 2115 2004 5027 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Município de Porto Alegre - RS | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 31.000 |
| 10 331 | 2115 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 610.000 |
| 10 331 | 2115 2010 5027 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Município de Porto Alegre - RS | S | 3 | 1 | 90 | 6 | 151 | 610.000 |
| 10 331 | 2115 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 1.535.000 |
| 10 331 | 2115 2011 5027 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Município de Porto Alegre - RS | S | 3 | 1 | 90 | 6 | 151 | 1.535.000 |
| 10 331 | 2115 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 1.260.000 |
| 10 331 | 2115 2012 5027 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Município de Porto Alegre - RS | S | 3 | 1 | 90 | 6 | 151 | 1.260.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.436.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.436.000 |

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 80.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 80.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 80.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 80.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 80.000 |

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 2.787.651 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 2.787.651 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.787.651 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.787.651 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.787.651 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 29

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36501 - Funda Nacional de Saúde
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2115 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde | | | | | | | 4.465.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 10 331 | 2115 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 4.465.000 |
| 10 331 | 2115 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 4.465.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.465.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.465.000 |

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego
UNIDADE: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2127 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego | | | | | | | 4.212.800 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 11 122 | 2127 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 4.212.800 |
| 11 122 | 2127 20TP 0001 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 174 | 4.212.800 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.212.800 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.212.800 |

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego
UNIDADE: 38201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 8.846 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 8.846 |
| 09 272 | 0089 0181 0035 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 8.846 |
| | 2127 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego | | | | | | | 5.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 11 331 | 2127 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 5.000 |
| 11 331 | 2127 2011 0035 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 8.846 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 13.846 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2126 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes | | | | | | | 171.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 26 331 | 2126 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 171.000 |
| 26 331 | 2126 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 171.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 171.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 171.000 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 6.465.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0022 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | | | | | | | 6.465.000 |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.650.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.815.000 |
| | 2126 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes | | | | | | | 3.305.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 26 301 | 2126 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.235.000 |
| 26 301 | 2126 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.235.000 |
| 26 331 | 2126 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 20.000 |
| 26 331 | 2126 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| 26 331 | 2126 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 2.050.000 |
| 26 331 | 2126 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.050.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.535.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.235.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.770.000 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 11.642.758 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 11.642.758 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 11.642.758 |
| | 8909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 151.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 151.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 151.000 |
| | 2126 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes | | | | | | | 17.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 26 331 | 2126 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 17.000 |
| 26 331 | 2126 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 17.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 17.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.793.758 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.810.758 |

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41101 - Ministério das Comunicações
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2117 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações | | | | | | | 6.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 24 331 | 2117 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 6.000 |
| 24 331 | 2117 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.000 |

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41251 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2117 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações | | | | | | | 200.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 24 331 | 2117 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 200.000 |
| 24 331 | 2117 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 200.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 200.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 200.000 |

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2107 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura | | | | | | | 12.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 13 331 | 2107 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 12.000 |
| 13 331 | 2107 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 12.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9051
Comissões Especiais

30 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42203 - Fundação Cultural Palmares
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2107 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura | | | | | | | 30.500 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 13 301 | 2107 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 12.000 |
| 13 301 | 2107 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 12.000 |
| 13 331 | 2107 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 11.500 |
| 13 331 | 2107 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.500 |
| 13 331 | 2107 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 7.000 |
| 13 331 | 2107 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 7.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.500 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 12.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 30.500 |

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2107 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura | | | | | | | 6.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 13 331 | 2107 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 6.000 |
| 13 331 | 2107 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.000 |

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2107 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura | | | | | | | 45.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 13 331 | 2107 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 45.000 |
| 13 331 | 2107 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 45.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 45.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 45.000 |

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2107 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura | | | | | | | 5.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 13 331 | 2107 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 5.000 |
| 13 331 | 2107 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.000 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 424.518 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 424.518 |
| 09 272 | 0089 0181 0053 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 424.518 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 424.518 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 424.518 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2124 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente | | | | | | | 1.095.932 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 18 331 | 2124 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 2.000 |
| 18 331 | 2124 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.000 |
| 18 122 | 2124 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 1.093.932 |
| 18 122 | 2124 20TP 0001 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.093.932 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.095.932 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.095.932 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2124 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente | | | | | | | 86.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 18 331 | 2124 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 86.000 |
| 18 331 | 2124 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 86.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 86.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 86.000 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 198.922 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 198.922 |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 198.922 |
| | 2124 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente | | | | | | | 6.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 18 331 | 2124 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 6.000 |
| 18 331 | 2124 2011 0033 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 198.922 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 204.922 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 3.902.592 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 3.902.592 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 3.902.592 |
| | 2124 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente | | | | | | | 780.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 18 331 | 2124 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 60.000 |
| 18 331 | 2124 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 60.000 |
| 18 331 | 2124 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 720.000 |
| 18 331 | 2124 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 720.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 780.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.902.592 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.682.592 |

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2125 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | | | | | | | 1.170.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 301 | 2125 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.170.000 |
| 04 301 | 2125 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.170.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.170.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.170.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9052
Comissões

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 31

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2125 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | | | | | | | 3.470.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 331 | 2125 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 40.000 |
| 04 331 | 2125 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 40.000 |
| 04 331 | 2125 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 1.150.000 |
| 04 331 | 2125 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.150.000 |
| 04 331 | 2125 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 2.280.000 |
| 04 331 | 2125 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.280.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.470.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.470.000 |

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2120 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário | | | | | | | 500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 21 301 | 2120 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 10.000 |
| 21 301 | 2120 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.000 |
| 21 331 | 2120 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 490.000 |
| 21 331 | 2120 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 490.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 490.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 500.000 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Aeronáutica

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 4.085.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 331 | 2108 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 85.000 |
| 05 331 | 2108 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 85.000 |
| 05 331 | 2108 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 4.000.000 |
| 05 331 | 2108 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.085.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.085.000 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 17.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 17.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 17.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 17.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 17.000 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 13.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 13.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0003 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 13.000 |
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 12.670.738 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 301 | 2108 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 7.590.738 |
| 05 301 | 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 7.590.738 |
| 05 331 | 2108 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 4.445.000 |
| 05 331 | 2108 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.445.000 |
| 05 331 | 2108 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.034.200 |
| 05 331 | 2108 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.410.800 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 635.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.080.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.603.738 |
| | | | | | | | | | 12.683.738 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 1.600.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0022 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | | | | | | | 1.600.000 |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.500.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 11.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 11.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.000 |
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 3.150.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 301 | 2108 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.140.000 |
| 05 301 | 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 3.140.000 |
| 05 331 | 2108 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 10.000 |
| 05 331 | 2108 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.610.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.151.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.761.000 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 380.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 331 | 2108 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 380.000 |
| 05 331 | 2108 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 380.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 380.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 380.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

32 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 3.623.573 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 301 | 2108 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.623.573 |
| 05 301 | 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 4 | 1 | 90 | 0 | 250 | 3.623.573 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.623.573 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.623.573 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53701 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 1.500.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0022 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | | | | | | | 1.500.000 |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.500.000 |
| | 2111 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional | | | | | | | 6.120.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 301 | 2111 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.810.000 |
| 04 301 | 2111 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 50 | 0 | 188 | 2.810.000 |
| 04 331 | 2111 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 3.310.000 |
| 04 331 | 2111 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.310.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.810.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.810.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.620.000 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2111 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional | | | | | | | 5.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 331 | 2111 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 5.000 |
| 04 331 | 2111 2011 0020 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Nordeste | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.000 |

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2128 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo | | | | | | | 5.500 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 23 331 | 2128 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 5.500 |
| 23 331 | 2128 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.500 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.500 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.500 |

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 159.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0625 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor | | | | | | | 159.000.000 |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 159.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 159.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 159.000.000 |

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2116 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | | | | | | | 1.029.348 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 331 | 2116 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 14.000 |
| 04 331 | 2116 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 14.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 15 122 | 2116 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | | | | | | | 1.015.348 |
| 15 122 | 2116 09HB 0053 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 1.015.348 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.029.348 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.029.348 |

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 500 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 500 |
| 09 274 | 0909 0536 0043 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 500 |
| | 2116 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | | | | | | | 4.567.538 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 15 301 | 2116 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.192.000 |
| 15 301 | 2116 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.192.000 |
| 15 331 | 2116 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 65.000 |
| 15 331 | 2116 2010 0043 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 65.000 |
| 15 331 | 2116 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 410.000 |
| 15 331 | 2116 2012 0043 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 410.000 |
| 15 122 | 2116 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 1.900.538 |
| 15 122 | 2116 20TP 0043 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 1.900.538 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.375.538 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.192.500 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.568.038 |

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 96.914.568 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0022 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | | | | | | | 96.914.568 |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 84.572.289 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 12.342.279 |
| | 2116 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | | | | | | | 11.650.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 15 301 | 2116 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.020.000 |
| 15 301 | 2116 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 3.020.000 |
| 15 331 | 2116 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 70.000 |
| 15 331 | 2116 2010 0001 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 70.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15 331 | 2116 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 8.560.000 |
| 15 331 | 2116 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.560.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 105.544.568 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.020.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 108.564.568 |

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União
UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 18.270.923 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 18.270.923 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 18.270.923 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 18.270.923 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.270.923 |

ÓRGÃO: 65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
UNIDADE: 65101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2104 | Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres | | | | | | | 2.296.482 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 14 122 | 2104 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | | | 2.296.482 |
| 14 122 | 2104 20TP 0053 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 2.296.482 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.296.482 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.296.482 |

ÓRGÃO: 66000 - Controladoria-Geral da União
UNIDADE: 66101 - Controladoria-Geral da União
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 5.012.197 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis | | | | | | | 5.012.197 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 5.012.197 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.012.197 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.012.197 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 153.657.651 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0625 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor | | | | | | | 153.657.651 |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 153.657.651 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 153.657.651 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 153.657.651 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71901 - Fundo Contingente da Extinta RFFSA - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 8.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0022 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | | | | | | | 8.000.000 |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.000.000 |

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0089 | Previdência de Inativos e Pensionistas da União | | | | | | | 246.799.870 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0053 | Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios | | | | | | | 246.799.870 |
| 09 272 | 0089 0053 0011 | Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado de Rondônia | | | | | | | 135.118.932 |
| 09 272 | 0089 0053 0014 | Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado de Roraima | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 135.118.932 |
| 09 272 | 0089 0053 0033 | Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado do Rio de Janeiro | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 10.688.611 |
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 100.993.327 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | 11.000 |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 11.000 |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.000 |
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 12.618.506 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 301 | 2110 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 412.500 |
| 04 301 | 2110 2004 0011 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 44.000 |
| 04 301 | 2110 2004 0012 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 35.500 |
| 04 301 | 2110 2004 0014 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 203.000 |
| 04 301 | 2110 2004 0016 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 106.000 |
| 04 301 | 2110 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 24.000 |
| 04 331 | 2110 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 188 | 24.000 |
| 04 331 | 2110 2010 0011 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 30.200 |
| 04 331 | 2110 2010 0014 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Roraima | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.200 |
| 04 331 | 2110 2010 0016 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 11.500 |
| 04 331 | 2110 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 12.500 |
| 04 331 | 2110 2011 0011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | | | | | | | 8.000 |
| 04 331 | 2110 2011 0016 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.000 |
| 04 331 | 2110 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.000 |
| 04 331 | 2110 2012 0011 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia | | | | | | | 389.000 |
| 04 331 | 2110 2012 0014 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Roraima | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 27.000 |
| 04 331 | 2110 2012 0016 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 185.000 |
| 04 122 | 2110 20TP | Pagamento de Pessoal Ativo da União | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 185.000 |
| 04 122 | 2110 20TP 0011 | Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Rondônia | | | | | | | 177.000 |
| | | Operações Especiais | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 7.982.537 |
| 04 331 | 2110 00M1 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade | | | | | | | 7.982.537 |
| 04 331 | 2110 00M1 0014 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Roraima | | | | | | | 42.000 |
| 04 331 | 2110 00M1 0033 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 13.000 |
| 04 122 | 2110 09HB | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 29.000 |
| 04 122 | 2110 09HB 0011 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia | | | | | | | 3.754.269 |
| | | | F | 1 | 0 | 01 | 0 | 100 | 3.150.723 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9055
Comissões Especiais



| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 04 122 | 2110 09HB 0014 | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | | 603.546 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 12.206.006 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 247.223.370 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 259.429.376 |

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0551 | Atuação Legislativa do Senado Federal | | | | | | | 1.500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 01 031 | 0551 4061 | Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política | | | | | | | 1.500.000 |
| 01 031 | 0551 4061 5664 | Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 1.500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.500.000 |

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0550 | Controle Externo | | | | | | | 1.595.800 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 01 032 | 0550 4018 | Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais | | | | | | | 1.595.800 |
| 01 032 | 0550 4018 0001 | Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.595.800 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.595.800 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.595.800 |

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | 132.708 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 301 | 2101 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 132.708 |
| 04 301 | 2101 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 132.708 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 132.708 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 132.708 |

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | 3.540 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 301 | 2101 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.540 |
| 04 301 | 2101 2004 5664 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.540 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.540 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.540 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2106 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | 226.180 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 19 301 | 2106 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 226.180 |
| 19 301 | 2106 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 226.180 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 226.180 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 226.180 |

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2106 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | 147.456 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 19 301 | 2106 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 147.456 |
| 19 301 | 2106 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 147.456 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 147.456 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 147.456 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 1.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 301 | 2110 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.000.000 |
| 04 301 | 2110 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 15.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0909 00OM | Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) | | | | | | | 15.000.000 |
| 28 846 | 0909 00OM 0001 | Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.000.000 |
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 4.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 301 | 2110 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.500.000 |
| 04 301 | 2110 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 3.500.000 |
| 04 331 | 2110 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 132 | 500.000 |
| 04 331 | 2110 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 500.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 132 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 15.500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 19.000.000 |

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2110 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 331 | 2110 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 500.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 04 331 | 2110 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 500.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 200.804 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 200.804 |
| 12 301 | 2109 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 200.804 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 200.804 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 200.804 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 66.948 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 66.948 |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 66.948 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 66.948 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 66.948 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 330.560 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 330.560 |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 330.560 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 330.560 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 330.560 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 29.756 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 29.756 |
| 12 301 | 2109 2004 0020 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 29.756 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 29.756 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 29.756 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 540.240 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 540.240 |
| 12 301 | 2109 2004 0027 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 540.240 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 540.240 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 540.240 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 800.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 800.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 800.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 800.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 700.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 700.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0023 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 700.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 700.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 700.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 492.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 492.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0032 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 492.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 492.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 492.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 608.016 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 608.016 |
| 12 301 | 2109 2004 0052 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 608.016 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 608.016 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 608.016 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.000.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9057
Comissões Especiais

36 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | | 1.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 1.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 859.244 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 859.244 |
| 12 301 | 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 859.244 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 859.244 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 859.244 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.000.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 776.384 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 776.384 |
| 12 301 | 2109 2004 0041 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 776.384 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 776.384 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 776.384 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.000.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0026 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 1.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 2.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.000.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 2.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 700.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 700.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0042 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 700.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 700.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 700.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 600.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 600.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 600.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 600.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 600.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 296.976 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 296.976 |
| 12 301 | 2109 2004 0026 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 296.976 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 296.976 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 296.976 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 456.728 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 456.728 |
| 12 301 | 2109 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 456.728 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 456.728 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 456.728 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 60.344 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 60.344 |
| 12 301 | 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 60.344 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 60.344 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 60.344 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9058
Comissões Especiais

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 **Diário Oficial da União** - Seção 1 ISSN 1677-7042 37

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 117.096 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 117.096 |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 117.096 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 117.096 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 117.096 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 500.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0041 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 500.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 31.612 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 31.612 |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 31.612 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 31.612 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.612 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 74.348 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 74.348 |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 74.348 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 74.348 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 74.348 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 500.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 500.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 117.608 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 117.608 |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 117.608 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 117.608 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 117.608 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 62.988 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 62.988 |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 62.988 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 62.988 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 62.988 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 184.460 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 184.460 |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 113 | 184.460 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 184.460 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 184.460 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 478.256 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 478.256 |
| 12 301 | 2109 2004 0013 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 478.256 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 478.256 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 478.256 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 800.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 800.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 800.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 800.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9059
Comissões Especiais

38 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 415.748 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 415.748 |
| 12 301 | 2109 2004 0021 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 415.748 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 415.748 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 415.748 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 141.864 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 141.864 |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 141.864 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 141.864 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 141.864 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 500.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 500.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 176.228 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 176.228 |
| 12 301 | 2109 2004 0012 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 176.228 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 176.228 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 176.228 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 262.736 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 262.736 |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 262.736 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 262.736 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 262.736 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 392.492 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 392.492 |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 392.492 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 392.492 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 392.492 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 410.220 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 410.220 |
| 12 301 | 2109 2004 0022 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 410.220 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 410.220 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 410.220 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 345.308 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 345.308 |
| 12 301 | 2109 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 345.308 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 345.308 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 345.308 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 1.172.092 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 672.092 |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 672.092 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 500.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0031 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 672.092 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.172.092 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 953.368 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 453.368 |
| 12 301 | 2109 2004 0054 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 453.368 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 500.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0054 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 453.368 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 953.368 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9060
Comissões Especiais



ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 416 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 416 |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 416 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 416 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 416 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 3.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) | | | | | | | 3.000.000 |
| 28 846 | 0901 0005 0043 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 10.700 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 10.700 |
| 12 301 | 2109 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 10.700 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.700 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.700 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 83.852 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 83.852 |
| 12 301 | 2109 2004 0054 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 83.852 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 83.852 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 83.852 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 212.936 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 212.936 |
| 12 301 | 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 212.936 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 212.936 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 212.936 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 58.872 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 58.872 |
| 12 301 | 2109 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 58.872 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 58.872 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 58.872 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 33.740 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 33.740 |
| 12 301 | 2109 2004 0027 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 33.740 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 33.740 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 33.740 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 150.560 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 150.560 |
| 12 301 | 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 150.560 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 150.560 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 150.560 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26362 - Hospital Universitário Valter Cantídio
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 88.004 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 88.004 |
| 12 301 | 2109 2004 0023 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 88.004 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 88.004 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 88.004 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26363 - Maternidade Assis Chateaubrian
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 9.800 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 9.800 |
| 12 301 | 2109 2004 0023 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 9.800 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 9.800 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.800 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 90.512 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 90.512 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9061
Comissões Especiais

40 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 301 | 2109 2004 0032 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | | 90.512 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 90.512 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 90.512 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 81.280 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 81.280 |
| 12 301 | 2109 2004 0052 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 81.280 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 81.280 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 81.280 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 246.356 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 246.356 |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 246.356 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 246.356 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 246.356 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26368 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 268.364 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 268.364 |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 268.364 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 268.364 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 268.364 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 12.200 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 12.200 |
| 12 301 | 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 12.200 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 12.200 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.200 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 123.500 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 123.500 |
| 12 301 | 2109 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 123.500 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 123.500 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 123.500 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 315.860 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 315.860 |
| 12 301 | 2109 2004 0041 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 315.860 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 315.860 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 315.860 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 746.968 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 246.968 |
| 12 301 | 2109 2004 0026 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 246.968 |
| 12 331 | 2109 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 500.000 |
| 12 331 | 2109 2012 0026 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 746.968 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 746.968 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 125.876 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 125.876 |
| 12 301 | 2109 2004 0024 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 125.876 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 125.876 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 125.876 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 692.612 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 692.612 |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 692.612 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 692.612 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 692.612 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 8.912 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 8.912 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 301 | 2109 2004 0054 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | | 8.912 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 8.912 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 8.912 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 183.740 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 183.740 |
| 12 301 | 2109 2004 0042 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 183.740 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 183.740 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 183.740 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26387 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 168.788 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 168.788 |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 168.788 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 168.788 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 168.788 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 26.864 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 26.864 |
| 12 301 | 2109 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 26.864 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 26.864 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 26.864 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26389 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 99.498 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 99.498 |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 99.498 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 99.498 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 99.498 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 35.732 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 35.732 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | | 35.732 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 35.732 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 35.732 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26393 - Hospital Universitário de Brasília
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 49.028 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 49.028 |
| 12 301 | 2109 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 49.028 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 49.028 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 49.028 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 48.152 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 48.152 |
| 12 301 | 2109 2004 0021 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 48.152 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 48.152 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 48.152 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26396 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 238.052 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 238.052 |
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 238.052 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 238.052 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 238.052 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26401 - Hospital Universitário Maria Pedrossian
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 71.936 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 71.936 |
| 12 301 | 2109 2004 0054 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 71.936 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 71.936 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 71.936 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 187.976 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 187.976 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9063
Comissões Especiais



| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 301 | 2109 2004 0027 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | | 187.976 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 187.976 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 187.976 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 69.144 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 69.144 |
| 12 301 | 2109 2004 0013 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 69.144 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 69.144 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 69.144 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 153.620 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 153.620 |
| 12 301 | 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 153.620 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 153.620 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 153.620 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 394.924 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 394.924 |
| 12 301 | 2109 2004 0032 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 394.924 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 394.924 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 394.924 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 276.028 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 276.028 |
| 12 301 | 2109 2004 0021 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 276.028 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 276.028 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 276.028 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 39.212 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 39.212 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 301 | 2109 2004 0031 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | | 39.212 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 39.212 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 39.212 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 196.520 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 196.520 |
| 12 301 | 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 196.520 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 196.520 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 196.520 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 241.896 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 241.896 |
| 12 301 | 2109 2004 0025 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 241.896 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 241.896 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 241.896 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 264.980 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 264.980 |
| 12 301 | 2109 2004 0026 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 264.980 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 264.980 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 264.980 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 223.048 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 223.048 |
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 223.048 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 223.048 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 223.048 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 122.404 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 122.404 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9064
Comissões Especiais

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 **Diário Oficial da União - Seção 1** ISSN 1677-7042 43

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | | 122.404 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 122.404 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 122.404 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 124.596 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 124.596 |
| 12 301 | 2109 2004 0028 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 124.596 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 124.596 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 124.596 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 36.268 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 36.268 |
| 12 301 | 2109 2004 0017 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 36.268 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 36.268 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 36.268 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 35.904 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 35.904 |
| 12 301 | 2109 2004 0012 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 35.904 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 35.904 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.904 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 448.488 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 448.488 |
| 12 301 | 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 448.488 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 448.488 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 448.488 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 46.916 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 46.916 |
| 12 301 | 2109 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 46.916 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 46.916 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 46.916 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 176.192 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 176.192 |
| 12 301 | 2109 2004 0052 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 176.192 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 176.192 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 176.192 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 79.952 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 79.952 |
| 12 301 | 2109 2004 0026 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 79.952 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 79.952 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 79.952 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 205.568 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 205.568 |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 205.568 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 205.568 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 205.568 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 209.080 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 209.080 |
| 12 301 | 2109 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 209.080 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 209.080 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 209.080 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 83.292 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 83.292 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9065
Comissões Especiais



| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 301 | 2109 2004 0043 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | | | 83.292 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | | 83.292 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | | 83.292 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 326.325 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 326.325 |
| 12 301 | 2109 2004 0042 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 326.325 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 326.325 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 326.325 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 151.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 151.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0040 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 151.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 151.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 151.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 3.339.204 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.318.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 3.318.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 331 | 2109 00M1 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade | | | | | | | 21.204 |
| 12 331 | 2109 00M1 0053 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.204 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.339.204 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.339.204 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26445 - Hospital Universitário da UNIFESP
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 291.860 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 291.860 |
| 12 301 | 2109 2004 0035 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 291.860 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 291.860 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 291.860 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 44.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 44.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0029 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 44.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 44.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 44.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2109 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | 140.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 12 301 | 2109 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 140.000 |
| 12 301 | 2109 2004 0015 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 112 | 140.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 140.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 140.000 |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2121 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | | | | | | | 182.844 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 22 301 | 2121 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 182.844 |
| 22 301 | 2121 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 182.844 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 182.844 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 182.844 |

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2121 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | | | | | | | 215.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 22 301 | 2121 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 215.000 |
| 22 301 | 2121 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 215.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 215.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 215.000 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 10.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0909 00OM | Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) | | | | | | | 10.000.000 |
| 28 846 | 0909 00OM 0001 | Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| | 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | 1.500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 06 301 | 2112 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.500.000 |
| 06 301 | 2112 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.500.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 45

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 15.000.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0909 00OM | Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) | | | | | | | 15.000.000 |
| 28 846 | 0909 00OM 0001 | Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 15.000.000 |
| | 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | 2.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 06 301 | 2112 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.000.000 |
| 06 301 | 2112 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 15.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 17.000.000 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | | | 800.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 14 331 | 2112 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 800.000 |
| 14 331 | 2112 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 800.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 800.000 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2119 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia | | | | | | | 203.484 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 301 | 2119 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 203.484 |
| 04 301 | 2119 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 203.484 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 203.484 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 203.484 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2119 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia | | | | | | | 21.204 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 22 331 | 2119 00H1 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade | | | | | | | 21.204 |
| 22 331 | 2119 00H1 0001 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.204 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 21.204 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 21.204 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32203 - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2119 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia | | | | | | | 381.948 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 22 301 | 2119 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 381.948 |
| 22 301 | 2119 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 381.948 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 381.948 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 381.948 |

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social
UNIDADE: 33201 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2114 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social | | | | | | | 39.483.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 09 301 | 2114 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 21.483.000 |
| 09 301 | 2114 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 21.483.000 |
| 09 331 | 2114 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 3.000.000 |
| 09 331 | 2114 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 3.000.000 |
| 09 331 | 2114 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 15.000.000 |
| 09 331 | 2114 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 15.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 39.483.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 39.483.000 |

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2115 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde | | | | | | | 500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 10 301 | 2115 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 500.000 |
| 10 301 | 2115 2004 0033 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 500.000 |

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2115 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde | | | | | | | 27.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 10 301 | 2115 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 8.000.000 |
| 10 301 | 2115 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 8.000.000 |
| 10 331 | 2115 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 4.000.000 |
| 10 331 | 2115 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 4.000.000 |
| 10 331 | 2115 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 15.000.000 |
| 10 331 | 2115 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 15.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 27.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 27.000.000 |

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recursos de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2115 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde | | | | | | | 500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 10 331 | 2115 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 500.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9067
Comissões Especiais

46 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 10 331 | 2115 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 6 | 151 | | 500.000 |
| | | | | | | | | | | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 500.000 |

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2115 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde | | | | | | | 35.030.871 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 10 301 | 2115 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 30.030.871 |
| 10 301 | 2115 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 30.030.871 |
| 10 331 | 2115 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 5.000.000 |
| 10 331 | 2115 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 151 | 5.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 35.030.871 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.030.871 |

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego
UNIDADE: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2127 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego | | | | | | | 5.200.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 11 301 | 2127 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.200.000 |
| 11 301 | 2127 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | 3.200.000 |
| 11 331 | 2127 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 2.000.000 |
| 11 331 | 2127 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | 2.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.200.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.200.000 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2126 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes | | | | | | | 2.378.300 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 26 301 | 2126 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.378.300 |
| 26 301 | 2126 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.378.300 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.378.300 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.378.300 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2126 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes | | | | | | | 39.756 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 26 331 | 2126 00M1 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade | | | | | | | 39.756 |
| 26 331 | 2126 00M1 0001 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 39.756 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 39.756 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 39.756 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2126 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes | | | | | | | 452.944 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 26 301 | 2126 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 452.944 |
| 26 301 | 2126 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 452.944 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 452.944 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 452.944 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39253 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2126 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes | | | | | | | 29.204 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 26 301 | 2126 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 8.000 |
| 26 301 | 2126 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 8.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 26 331 | 2126 00M1 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade | | | | | | | 21.204 |
| 26 331 | 2126 00M1 0053 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.204 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 21.204 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 8.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 29.204 |

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41101 - Ministério das Comunicações
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2117 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações | | | | | | | 800.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 24 301 | 2117 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 800.000 |
| 24 301 | 2117 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 800.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 800.000 |

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2107 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura | | | | | | | 10.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 13 301 | 2107 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 10.000 |
| 13 301 | 2107 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.000 |

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2107 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura | | | | | | | 10.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 13 301 | 2107 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 10.000 |
| 13 301 | 2107 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.000 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | FSF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2124 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente | | | | | | | 35.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 18 301 | 2124 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 35.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9068
Comissões Especiais

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015 **Diário Oficial da União** - Seção 1 *ISSN 1677-7042* 47

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18 301 | 2124 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 35.000 |
| | | | | | | | | | 35.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 35.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.000 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2124 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente | | | | | | | 35.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 18 301 | 2124 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 35.000 |
| 18 301 | 2124 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 35.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 35.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.000 |

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 120.189.568 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0022 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais | | | | | | | 120.189.568 |
| 28 846 | 0901 0022 0001 | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional | | | | | | | |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 50.189.568 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 70.000.000 |
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 816.934.722 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0909 00H7 | Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações | | | | | | | 60.829.701 |
| 28 846 | 0909 00H7 0001 | Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional | | | | | | | |
| | | | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 60.829.701 |
| 28 846 | 0909 0623 | Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes | | | | | | | 33.349.936 |
| 28 846 | 0909 0623 0001 | Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 33.349.936 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 33.349.936 |
| 28 846 | 0909 0C04 | Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações | | | | | | | 722.755.085 |
| 28 846 | 0909 0C04 0001 | Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional | | | | | | | 722.755.085 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 188 | 722.755.085 |
| | 2125 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | | | | | | | 14.980.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 2125 0739 | Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 | | | | | | | 4.980.000 |
| 09 274 | 2125 0739 0001 | Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.980.000 |
| 09 274 | 2125 0C01 | Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 | | | | | | | 10.000.000 |
| 09 274 | 2125 0C01 0001 | Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 937.824.790 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 14.980.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 952.804.790 |

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2125 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | | | | | | | 1.800.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 301 | 2125 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.800.000 |
| 04 301 | 2125 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.800.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.800.000 |

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2120 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário | | | | | | | 3.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 21 301 | 2120 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.500.000 |
| 21 301 | 2120 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 1.500.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.500.000 |
| 21 331 | 2120 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 1.500.000 |
| 21 331 | 2120 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 1.500.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.000.000 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 16.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 301 | 2108 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.000.000 |
| 05 301 | 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| 05 331 | 2108 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 5.000.000 |
| 05 331 | 2108 2011 0001 | Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 5.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| 05 331 | 2108 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 4.000.000 |
| 05 331 | 2108 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 4.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 4.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.000.000 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 2.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 331 | 2108 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares | | | | | | | 2.000.000 |
| 05 331 | 2108 2012 0001 | Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.000.000 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 7.590.738 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 301 | 2108 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 7.590.738 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9069
Comissões Especiais



| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 05 301 | 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 4 | 1 | 90 | 0 | 100 | | 7.590.738 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 7.590.738 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 7.590.738 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2108 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa | | | | | | | 3.623.573 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 05 301 | 2108 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 3.623.573 |
| 05 301 | 2108 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 150 | 3.623.573 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.623.573 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.623.573 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2113 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional | | | | | | | 21.204 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 04 331 | 2111 00M1 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade | | | | | | | 21.204 |
| 04 331 | 2111 00M1 0001 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.204 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 21.204 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 21.204 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 5.009.405 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 09 274 | 0909 0536 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | | | 5.009.405 |
| 09 274 | 0909 0536 0001 | Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 5.009.405 |
| | 2115 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional | | | | | | | 500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 301 | 2115 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 500.000 |
| 04 301 | 2115 2004 0020 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.509.405 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.509.405 |

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2128 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo | | | | | | | 2.601 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 23 301 | 2128 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 2.601 |
| 23 301 | 2128 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.601 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.601 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.601 |

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2116 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | | | | | | | 68.844 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 301 | 2116 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 68.844 |
| 04 301 | 2116 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 68.844 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 68.844 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 68.844 |

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2116 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | | | | | | | 21.204 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 15 331 | 2116 00M1 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade | | | | | | | 21.204 |
| 15 331 | 2116 00M1 0043 | Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio Grande do Sul | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 21.204 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 21.204 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 21.204 |

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União
UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2101 | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | 1.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 03 301 | 2101 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes | | | | | | | 1.000.000 |
| 03 301 | 2101 2004 0001 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 377.657.651 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0625 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor | | | | | | | 377.657.651 |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - Nacional | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 377.657.651 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 377.657.651 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 377.657.651 |

ÓRGÃO: 90000 - Reserva de Contingência
UNIDADE: 90000 - Reserva de Contingência
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0999 | Reserva de Contingência | | | | | | | 7.309.215 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0700 | Reserva de Contingência - Financeira | | | | | | | 846.234 |
| 99 999 | 0999 0700 6499 | Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal | F | 1 | 0 | 91 | 0 | 100 | 846.234 |
| 99 999 | 0999 0701 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária | | | | | | | 6.463.481 |
| 99 999 | 0999 0701 6499 | Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Reserva de Contingência - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.463.481 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.309.715 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.309.715 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015072800048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9070
Comissões Especiais

EM BRANCO

Câmara dos Deputados
Fl. 9071
Comissões Especiais

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JÚNIOR E JANAÍNA CONCEIÇÃO PASCHOAL**

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015**

**Volume 25**

# TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, na Secretaria das Comissões Especiais da Câmara dos Deputados, certifico, para os devidos fins, que este volume de número **25** (**vinte e cinco**), com folhas numeradas de 8675 a 9071, pertencente à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Roussef, tem seguimento no volume de número 26 (vinte e seis). E, para constar, eu, ....., Claudia Maria Borges Matias, Secretária-Executiva da Comissão Especial, lavro e subscrevo a presente autuação.

Câmara dos Deputados
Fl. 9072
Comissões Especiais

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JÚNIOR E JANAÍNA CONCEIÇÃO PASCHOAL**

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015**

**Volume 26**

# AUTUAÇÃO

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, na Secretaria da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, autuo os documentos que se seguem, referentes à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, **em continuação ao volume número 25**. E, para constar, eu, .....,
Claudia Maria Borges Matias, Secretária-Executiva da Comissão Especial, lavro e subscrevo a presente autuação.

Câmara dos Deputados
Fl. 90 73
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 446/2016/SGM

Brasília, 04 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
Presidente da Comissão Especial destina a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Conceição Paschoal – CEDENUN.
Anexo II, Pavimento Superior, Sala 165-B
N E S T A

Assunto: **Recurso n. 118/2016.**

Senhor Deputado,

Encaminho a Vossa Excelência a decisão proferida por esta Presidência no Recurso n. 118/2016, interposto pelo Senhor Deputado Assis Carvalho contra decisão proferida em questão de ordem suscitada no âmbito dessa Comissão.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
**RECEBIDO**
Em 4 / 4 / 16, às 19 h 02
Assinatura 6942 Ponto

Documento : 69718 - 1

24.579 (JUN/13)

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl.
Câmara dos Deputados Fl. 9074 Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

## DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Trata-se do Recurso n. 118/2016, de autoria do Senhor Deputado ASSIS CARVALHO, fundado nos artigos 57, XXI e 96, parágrafo 2º, do Regimento Interno, interposto contra decisão em Questão de Ordem proferida pelo Senhor Deputado ROGÉRIO ROSSO -- Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República -- sobre a correta interpretação dos artigos 85 da Constituição Federal, 4º da Lei n. 1.079/50, e 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no que se refere à caracterização do crime de responsabilidade.

A questão foi resolvida no sentido de que não poderia aquela Presidência *delimitar previamente o que pode ou não ser considerado para fins de caracterização de crime de responsabilidade*. Caso contrário, haveria indevida invasão na atribuição do Relator, da Comissão e do próprio Plenário da Câmara dos Deputados na análise da admissibilidade da denúncia.

O recorrente, de forma sucinta, insiste com a sua alegação de que caberia à Presidência da Comissão Especial analisar a *eventual inexistência de justa causa para a imputação do crime de responsabilidade, sob pena de estar caracterizado um vácuo de competência que implicaria em irreparável prejuízo à defesa da Sra. Presidente da República.* Acrescenta que a *precisa delimitação dos contornos do suposto crime que se imputa à Chefe do Poder Executivo* seria condição essencial para a legalidade e a legitimidade do julgamento da denúncia por crime de responsabilidade.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados Fl. 9675 Comissões Especiais

É o relatório. **Decido**.

De fato, não compete à Presidência da Comissão Especial decidir sobre questões que digam respeito ao próprio objetivo para o qual foi criada a respectiva Comissão. Ora, a análise sobre a existência ou não de justa causa para a admissibilidade da denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República é justamente o escopo do trabalho daquela Comissão Especial.

Além disso, ao contrário do que sustentou o recorrente, haveria ilegalidade no procedimento e, consequentemente, prejuízo na defesa da Presidente da República, se o Presidente da Comissão, isoladamente, decidisse a respeito do conceito de justa causa e dos requisitos necessários para configuração do crime de responsabilidade, e não a própria Comissão e, posteriormente, o Plenário da Câmara dos Deputados.

Ante o exposto, **nego provimento** ao Recurso n. 118/2016, de autoria do ilustre Deputado ASSIS CARVALHO.

Publique-se.

Oficie-se.

Em 04 / 04 / 2016.

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

24.579 (JUN/13)

Câmara dos Deputados
Fl. 9676
Comissões Especiais

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Of. n. 448/2016/SGM

Brasília, 04 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal - CEDENUN
Anexo II , Pavimento Superior - Sala 165-B
Nesta

Assunto: **Recurso n. 120/2016.**

Senhor Presidente,

Encaminho em anexo cópia da decisão proferida no Recurso n. 120/2016, de autoria da Senhora Deputada JANDIRA FEGHALI.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
**RECEBIDO**
Em 4 / 4 / 16, às 13 h 02
Assinatura 6942 Ponto

Documento : 69736 - 1

Câmara dos Deputados
Fl. 3077
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

## DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Trata-se do Recurso n. 120/2016, de autoria da Senhora Deputada JANDIRA FEGHALI, fundado no artigo 57, XXI do Regimento Interno, interposto contra decisão em Questão de Ordem proferida pelo Senhor Deputado ROGÉRIO ROSSO -- Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República -- sobre a correta interpretação do artigo 20 da Lei n. 1.079/50, mais precisamente quanto ao momento adequado para a realização das "diligências" para esclarecimento da denúncia: se antes ou após a apresentação da manifestação pela Denunciada.

A questão foi resolvida no sentido de que, por se tratar de atos que visam o esclarecimento da denúncia, e não de instrução probatória, a sua realização antes da apresentação da manifestação da Denunciada seria legítima. Foi dito, ainda, que a interpretação do art. 20 da Lei n. 1.079/50, ao contrário do suscitado na questão de ordem, seria expresso no sentido de que dentro do período previsto para os trabalhos da Comissão é que seria permitida a realização de tais diligências, e não depois, no prazo previsto para o Relator apresentar o seu parecer. Por fim, foi registrado que o rito previsto para o caso *Collor* deve ser seguido o quanto possível, mas não a ponto de vedar a realização de diligências para esclarecimento da denúncia apenas porque naquela época a denúncia não precisou ser esclarecida.

A recorrente, de forma sucinta, insiste com as suas alegações de que qualquer diligência para esclarecimento da denúncia só poderia ser realizada após a apresentação da manifestação pela Denunciada, sob pena

Câmara dos Deputados
Fl. 9078
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

de violação dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. Diz que seria imprescindível conceder à Denunciada a oportunidade de contestar as afirmações feitas a seu respeito e indicar as provas e diligências cabíveis a sua defesa. Volta a dizer que no caso *Collor* nenhuma diligência foi realizada antes da manifestação do denunciado, e que proceder diferentemente nesse caso poderia ensejar a violação ao princípio da segurança jurídica. Por fim, requer *seja assegurada simetria e a proporcionalidade de diligências e oitivas, como instrumento de garantia do contraditório e da ampla defesa*.

É o relatório. **Decido**.

A decisão recorrida é expressa no sentido de que as diligências determinadas pela Comissão visam (e visaram, porque já realizadas) ao esclarecimento dos termos da denúncia, e não de instrução probatória propriamente dita, até porque, nessa fase da admissibilidade da denúncia, cuja competência é da Câmara dos Deputados, não há que se falar em produção de prova.

Assim, como não se trata de produção de prova, não há necessidade de se aguardar a apresentação da manifestação da denunciada para início dos trabalhos da Comissão. Se assim se entendesse, os trabalhos da Comissão seriam reduzidos a apenas 5 sessões, o que não tem qualquer razão de ser.

O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADPF n. 378-DF, foi claro no sentido de que compete à Câmara dos Deputados

Câmara dos Deputados
Fl. 3079
Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

*apenas autorizar ou não a instauração do processo (condição de procedibilidade), sem necessitar* (...) *desincumbir-se de grande ônus probatório.* O em. Ministro Barroso, relator designado desse julgado, deixou explícito que *toda a atuação da Câmara dos Deputados deve ser entendida como parte de um momento pré-processual, isto é, anterior à instauração do processo pelo Senado,* sendo que os artigos 20 e 21 da Lei n. 1.079/50 devem ser interpretados conforme a Constituição, *para que se entenda que as "diligências" referidas no art. 20 não se destinam a provar a (im)procedência da acusação, mas apenas a esclarecer a denúncia.*

Por tudo isso, não há que dizer que haveria (e que houve) prejuízo à manifestação (ainda a ser apresentada) da denunciada após a realização dessas diligências que visam (e visaram, porque já realizadas) apenas ao esclarecimento da denúncia.

Foram ouvidas quatro pessoas sobre os complexos conceitos financeiros que constam na denúncia, sendo dois deles na perspectiva da denúncia e outros dois, incluindo o Ministro da Fazenda e um Professor Universitário, para fazer o contraponto, apresentando outra perspectiva sobre a interpretação para esses mesmos conceitos fiscais, orçamentários, econômicos e financeiros.

O tempo concedido para cada convidado foi idêntico, tendo o Relator, inclusive, por cautela, realizado as mesmas perguntas para os quatro convidados, justamente para fazer esse contraponto entre as diversas interpretações sobre os mesmos conceitos do direito financeiro. O Presidente da Comissão Especial, por sua vez, também foi cauteloso ao alertar que

Câmara dos Deputados
Fl. 9080
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

qualquer opinião e juízo de valor que extrapolassem esta fase de esclarecimento da denúncia deveriam ser desconsiderados.

Houve, portanto, exatamente como postula a recorrente, simetria de procedimentos entre os convidados que apresentaram esclarecimentos na perspectiva da denúncia (os próprios denunciantes) e os outros dois que apresentaram esclarecimentos em sentido contrário aos conceitos constantes na denúncia.

Pode-se dizer, assim, que nada de novo foi apresentado nessa fase de "diligências" a eventualmente justificar a apresentação de nova manifestação pela denunciada ou mesmo a concessão de novo prazo para manifestação. E caso tenha havido alguma coisa de "novo", será desconsiderado pelo Relator por expressa determinação da Presidência da Comissão.

Não fosse isso tudo, segundo orientação unânime do Supremo Tribunal Federal e nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal, *o reconhecimento de nulidade dos atos processuais demanda, em regra, a demonstração do efetivo prejuízo causado à parte* (entre outros, HC n. 123.494-ES, DJe 02/03/2016, relator o Ministro TEORI ZAVASCKI). Vale dizer, compete à Denunciada, se for o caso, **alegar** e **demonstrar** que eventualmente teve prejuízo com a realização de diligências que visaram apenas ao esclarecimento da denúncia antes da apresentação de sua manifestação prévia quanto à admissibilidade da denúncia. Não se pode presumir genericamente, sem dados concretos, antes da própria Denunciada, que houve prejuízo à sua defesa.

Câmara dos Deputados
Fl. 9080-A
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por último, como esclarecido na decisão recorrida, a simetria recomendável com o rito adotado no caso *Collor* não pode chegar a ponto de vedar à Comissão que realize determinada diligência para esclarecimento da denúncia apenas porque naquela época a denúncia não precisou ser esclarecida. Ainda, também como entendeu a decisão recorrida, o Supremo Tribunal Federal, seja naquela época, seja agora, não proibiu a realização de diligências antes da manifestação da Denunciada. Ao contrário, expressamente autorizou esse procedimento.

Ante o exposto, **nego provimento** ao Recurso n. 120/2016, de autoria da ilustre Deputada JANDIRA FEGHALI.

Publique-se.

Oficie-se.

Em / / 2016.

EDUARDO CUNHA
Presidente

Câmara dos Deputados

**RECURSO N.º 118 , de 2016**

Câmara dos Deputados 9981 Comissões Especiais

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
Em 5/4/16, às ___h___
Assinatura 6942 Ponto

Contra a decisão do Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre Denúncia contra a Senhora Presidente da República, acerca de Questão de Ordem levantada pelo autor.

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado, com base nos artigos 57, XXI, e 96, §2º, do Regimento Interno, traz a Vossa Excelência, em grau de Recurso, Questão de Ordem levantada perante a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre Denúncia contra a Senhora Presidente da República na reunião do dia 29/03/2016, sobre a correta interpretação do artigo 85 da Constituição Federal, do artigo 4º da Lei n.º 1.079/1950, e do 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no que se refere à caracterização do crime de responsabilidade.

A questão foi resolvida pela presidência da referida Comissão, em suma, nos seguintes termos:

> "(...) não cabe a esta Presidência delimitar previamente o que pode ou não ser considerado para fins de caracterização de crime de responsabilidade. Caso fizesse isso, estaria invadindo indevidamente as atribuições do Relator, que deverá formar sua opinião e emitir o parecer ao analisar a admissibilidade da denúncia.
> Entendo, portanto, que o juízo sobre o conteúdo da Denúncia é, preliminarmente, do Presidente desta Casa, posteriormente, do colegiado da Comissão Especial e, definitivamente, do Plenário da Câmara dos Deputados. Dessa forma, uma eventual decisão da Presidência desta Comissão Especial que faça juízo de valor sobre o conteúdo da denúncia, decidindo se um ou outro ato pode vir ou não a ser caracterizado como crime de responsabilidade, estaria usurpando a competência de dois colegiados: desta Comissão Especial e do Próprio Plenário, ao qual cabe a efetiva decisão pela autorização ou não para o processamento e julgamento do Presidente da República".

*CD169288176467*

Câmara dos Deputados

Câmara dos Deputados
Fl. 9082
Comissão

Com a devida vênia, nosso entendimento é o de que, na situação em tela, ante a decisão de Vossa Excelência no sentido de que a competência para atos de saneamento, no atual estágio do processo de impeachment, cabe à Presidência da Comissão Especial, a autoridade recorrida deveria sim analisar a eventual inexistência de justa causa para a imputação do Crime de Responsabilidade, sob pena de estar caracterizado um vácuo de competência que implicaria em irreparável prejuízo à defesa da sra. Presidenta da República.

Com efeito, os supostos crimes orçamentários em que se baseia a denúncia em apreciação não teve sua caracterização assentada pela instância constitucionalmente competente para tanto, o Congresso Nacional. Evidencia-se aqui a falta de justa causa para o prosseguimento da ação correspondente ao crime de responsabilidade, consubstanciada aquela, segundo a doutrina penalista, "(...) na tipicidade da conduta, na não-incidência de causa de extinção de punibilidade, bem como na presença de indícios de autoria ou de prova de materialidade. Assim, além do lastro probatório mínimo de autoria ou materialidade, acrescenta-se ao conceito a tipicidade de conduta e a não-existência de causa extintiva da punibilidade".

Embora seja inconteste a intercorrência do juízo político no presente processo, a sua regência decorre do arcabouço normativo brasileiro, especialmente da Constituição Federal, em cujo rol de direitos e garantias fundamentais ressalta a de que "Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal" (artigo 5º, inciso XXXIX da Constituição Federal).

A precisa delimitação dos contornos do suposto crime que se imputa à Chefe do Poder Executivo é condição essencial para que a

*CD169288176467*

Câmara dos Deputados
Fl. 983
Comissões Especiais

**Câmara dos Deputados**

legalidade e a legitimidade do julgamento da Denúncia por Crime de Responsabilidade, e temos convicção de que tal providência é inafastável em quaisquer de suas etapas, mesmo agora quando a Câmara exerce seu juízo de procedibilidade.

Diante da divergência acima descrita, requeiro o reexame da matéria por Vossa Excelência.

29 MAR. 2016

Sala das Sessões, em 29 de março de 2016.

Deputado **Assis Carvalho**

*CD169288176467*

Câmara dos Deputados
Fl. 989
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

## DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Trata-se do Recurso n. 118/2016, de autoria do Senhor Deputado ASSIS CARVALHO, fundado nos artigos 57, XXI e 96, parágrafo 2º, do Regimento Interno, interposto contra decisão em Questão de Ordem proferida pelo Senhor Deputado ROGÉRIO ROSSO -- Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República -- sobre a correta interpretação dos artigos 85 da Constituição Federal, 4º da Lei n. 1.079/50, e 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no que se refere à caracterização do crime de responsabilidade.

A questão foi resolvida no sentido de que não poderia aquela Presidência *delimitar previamente o que pode ou não ser considerado para fins de caracterização de crime de responsabilidade*. Caso contrário, haveria indevida invasão na atribuição do Relator, da Comissão e do próprio Plenário da Câmara dos Deputados na análise da admissibilidade da denúncia.

O recorrente, de forma sucinta, insiste com a sua alegação de que caberia à Presidência da Comissão Especial analisar a *eventual inexistência de justa causa para a imputação do crime de responsabilidade, sob pena de estar caracterizado um vácuo de competência que implicaria em irreparável prejuízo à defesa da Sra. Presidente da República.* Acrescenta que a *precisa delimitação dos contornos do suposto crime que se imputa à Chefe do Poder Executivo* seria condição essencial para a legalidade e a legitimidade do julgamento da denúncia por crime de responsabilidade.

Câmara dos Deputados
Fl. 9085
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

É o relatório. **Decido**.

De fato, não compete à Presidência da Comissão Especial decidir sobre questões que digam respeito ao próprio objetivo para o qual foi criada a respectiva Comissão. Ora, a análise sobre a existência ou não de justa causa para a admissibilidade da denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República é justamente o escopo do trabalho daquela Comissão Especial.

Além disso, ao contrário do que sustentou o recorrente, haveria ilegalidade no procedimento e, consequentemente, prejuízo na defesa da Presidente da República, se o Presidente da Comissão, isoladamente, decidisse a respeito do conceito de justa causa e dos requisitos necessários para configuração do crime de responsabilidade, e não a própria Comissão e, posteriormente, o Plenário da Câmara dos Deputados.

Ante o exposto, **nego provimento** ao Recurso n. 118/2016, de autoria do ilustre Deputado ASSIS CARVALHO.

Publique-se.

Oficie-se.

Em 04 / 04 / 2016.

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

DESTINO:
RECEBI: [X] ORIGINAL [ ] CÓPIA [ ] FAX
Data: 4/4/16 Hora: 19:02
Nome: Ponto 6992

Câmara dos Deputados
PL 9086
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 446/2016/SGM

Brasília, 04 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
Presidente da Comissão Especial destina a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Conceição Paschoal – CEDENUN.
Anexo II, Pavimento Superior, Sala 165-B
N E S T A

Assunto: Recurso n. 118/2016.

Senhor Deputado,

Encaminho a Vossa Excelência a decisão proferida por esta Presidência no Recurso n. 118/2016, interposto pelo Senhor Deputado Assis Carvalho contra decisão proferida em questão de ordem suscitada no âmbito dessa Comissão.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Documento : 69718 - 1

DESTINO: GAB DEP
RECEBI: ORIGINAL
CÓPIA FAX
Data: 04 / 04 / 16 Hora: 19:21
Nome: Gabriela Motta Ponto 393769

Câmara dos Deputados
Fl. 3087
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 447/2016/SGM/P

Brasília, 04 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado ASSIS CARVALHO**
Anexo IV, Gabinete 909
N E S T A

Assunto: Recurso n. 118/2016.

Senhor Deputado,

Encaminho a Vossa Excelência a decisão proferida por esta Presidência no Recurso n. 118/2016, de sua autoria, contra decisão proferida em questão de ordem suscitada no âmbito da Comissão Especial destina a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Conceição Paschoal.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Documento : 69718 - 2

Câmara dos Deputados
Fl. 5088
Comissões Especiais

**RECURSO Nº 120/2016**
**(Da Sra. JANDIRA FEGHALI)**

Contra a decisão do Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia de crime de responsabilidade contra a Senhora Presidente da República que indefere questão de ordem levantada pela autora.

Senhor Presidente,

À luz dos art. 57, XXI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), recorro a Vossa Excelência contra o indeferimento de questão de ordem suscitada por mim na **Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia de crime de responsabilidade contra a Senhora Presidente da República.**

A decisão contra a qual esta parlamentar se insurge foi proferida na reunião da Comissão Especial mencionada no dia 30 de março de 2016 pelo presidente do colegiado, deputado Rogério Rosso. A Questão de Ordem se fundamenta no art. 218, § 4º e § 5º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e objetiva questionar atos da comissão que violavam o princípio da ampla defesa e do contraditório contra a denunciada com base nos seguintes fundamentos:

1. O § 4º do art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados dispõe que, após o recebimento da denúncia, o denunciado será notificado para se manifestar, querendo, no prazo de 10 sessões. Já o § 5º do mesmo diploma, por sua vez, dispõe que o parecer da comissão será emitido no prazo de 5 sessões, após a apresentação da defesa ou o transcurso daquele prazo. Portanto, da leitura de ambos os dispositivos, conclui-se que o prazo na comissão é dividido entre o prazo de defesa (10 sessões) e o prazo para a Comissão concluir o seu parecer (5 sessões).

*CD164125583018*

Câmara dos Deputados
Fl. 3089
Comissões Especiais

2. Nesse sentido, o art. 20 da Lei 1.079/1950, recepcionado pela Constituição nos termos do Acórdão STF ADPF 378, item IV, 3, estabelece que no prazo destinado à comissão é que deverão ser feitas as diligências necessárias, conforme transcrito abaixo :

*"Art. 20 (...) Dentro desse período poderá a comissão proceder às diligências que julgar necessárias ao esclarecimento da denúncia."*

Logo, pode-se perfeitamente concluir que diligências, decidindo a comissão por fazê-las, só podem ser realizadas no prazo de 5 sessões destinado à Comissão para apreciar a denúncia e não no prazo destinado à defesa, que lhe é anterior.

3. Esse entendimento coaduna com o respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa, já que não parece razoável a comissão proceder às diligências tomando como referência tão-somente sobre as mais de 6.000 páginas protocoladas pelos autores da denúncia, ignorando a manifestação da acusada na composição dessas diligências, ainda que em juízo de admissibilidade.

4. Destarte, o contraditório é inerente ao próprio direito de defesa, já que não se concebe um processo legal, buscando a verdade processual dos fatos, sem que se dê ao acusado a oportunidade de contestar as afirmações feitas a respeito dele e indicar as provas e diligências cabíveis à sua defesa. Portanto, no devido processo legal, as partes devem ter a garantia de igualdade de condições.

5. Como esta Comissão segue o rito da Comissão Especial destinada à apurar a denúncia contra o ex-Presidente Collor em 1992, verifica-se que no prazo para a defesa no âmbito daquela comissão não foram feitais quaisquer diligências. Aguardou-se, portanto, a defesa do Presidente da República antes de dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão.

*CD164125583018*

Câmara dos Deputados
Fl. 9090
Comissões Especiais

6. Inexistem motivos para que se inove a respeito. É imperioso que esta Comissão Especial obedeça a decisão da Suprema Corte sobre a tramitação do impeachment, atentando-se, outrossim, para o dever de paralelismo ao rito adotado em 1992, necessidade esta expressamente reconhecida pelo STF como uma derivação lógica do postulado da SEGURANÇA JURÍDICA.

7. São, portanto, inoportunas e inadequadas, por contrariarem a decisão do Supremo na ADPF nº 378, a realização de oitivas dos denunciantes e do Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União antes da apresentação da defesa da denunciada, conforme proposta de Plano de Trabalho apresentado pelo relator.

8. E, desde já, para os trabalhos da Comissão, após a apresentação da defesa, protestamos seja assegurada a simetria e a proporcionalidade de diligências e oitivas, como instrumento de garantia do contraditório e da ampla defesa, conforme confirmado pelo Supremo Tribunal Federal no bojo da ADPF nº 378.

Portanto, resta evidente que a decisão de indeferimento da questão de ordem levantada no âmbito daquele colegiado fere as garantias constitucionais da denunciada em relação ao princípio do contraditório e da ampla defesa no âmbito daquela comissão.

Ante o exposto, requeremos a Vossa Excelência o provimento do presente recurso no sentido de considerar que a as diligências só podem ser feitas no prazo de 5 sessões destinado à Comissão para apreciar a denúncia e não no prazo destinado à defesa, que é anterior.

30 MAR. 2016

Brasília-DF, 30 de março de 2016.

Deputada JANDIRA FEGHALI

*CD164125583018*

Câmara dos Deputados
Fl. 9091
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

## DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Trata-se do Recurso n. 120/2016, de autoria da Senhora Deputada JANDIRA FEGHALI, fundado no artigo 57, XXI do Regimento Interno, interposto contra decisão em Questão de Ordem proferida pelo Senhor Deputado ROGÉRIO ROSSO -- Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República -- sobre a correta interpretação do artigo 20 da Lei n. 1.079/50, mais precisamente quanto ao momento adequado para a realização das "diligências" para esclarecimento da denúncia: se antes ou após a apresentação da manifestação pela Denunciada.

A questão foi resolvida no sentido de que, por se tratar de atos que visam o esclarecimento da denúncia, e não de instrução probatória, a sua realização antes da apresentação da manifestação da Denunciada seria legítima. Foi dito, ainda, que a interpretação do art. 20 da Lei n. 1.079/50, ao contrário do suscitado na questão de ordem, seria expresso no sentido de que dentro do período previsto para os trabalhos da Comissão é que seria permitida a realização de tais diligências, e não depois, no prazo previsto para o Relator apresentar o seu parecer. Por fim, foi registrado que o rito previsto para o caso *Collor* deve ser seguido o quanto possível, mas não a ponto de vedar a realização de diligências para esclarecimento da denúncia apenas porque naquela época a denúncia não precisou ser esclarecida.

A recorrente, de forma sucinta, insiste com as suas alegações de que qualquer diligência para esclarecimento da denúncia só poderia ser realizada após a apresentação da manifestação pela Denunciada, sob pena

Câmara dos Deputados
Fl. 9092
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

de violação dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. Diz que seria imprescindível conceder à Denunciada a oportunidade de contestar as afirmações feitas a seu respeito e indicar as provas e diligências cabíveis a sua defesa. Volta a dizer que no caso *Collor* nenhuma diligência foi realizada antes da manifestação do denunciado, e que proceder diferentemente nesse caso poderia ensejar a violação ao princípio da segurança jurídica. Por fim, requer *seja assegurada simetria e a proporcionalidade de diligências e oitivas, como instrumento de garantia do contraditório e da ampla defesa*.

É o relatório. **Decido**.

A decisão recorrida é expressa no sentido de que as diligências determinadas pela Comissão visam (e visaram, porque já realizadas) ao esclarecimento dos termos da denúncia, e não de instrução probatória propriamente dita, até porque, nessa fase da admissibilidade da denúncia, cuja competência é da Câmara dos Deputados, não há que se falar em produção de prova.

Assim, como não se trata de produção de prova, não há necessidade de se aguardar a apresentação da manifestação da denunciada para início dos trabalhos da Comissão. Se assim se entendesse, os trabalhos da Comissão seriam reduzidos a apenas 5 sessões, o que não tem qualquer razão de ser.

O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADPF n. 378-DF, foi claro no sentido de que compete à Câmara dos Deputados

Câmara dos Deputados
Fl. 9093
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

*apenas autorizar ou não a instauração do processo (condição de procedibilidade), sem necessitar* (...) *desincumbir-se de grande ônus probatório*. O em. Ministro Barroso, relator designado desse julgado, deixou explícito que *toda a atuação da Câmara dos Deputados deve ser entendida como parte de um momento pré-processual, isto é, anterior à instauração do processo pelo Senado,* sendo que os artigos 20 e 21 da Lei n. 1.079/50 devem ser interpretados conforme a Constituição, *para que se entenda que as "diligências" referidas no art. 20 não se destinam a provar a (im)procedência da acusação, mas apenas a esclarecer a denúncia.*

Por tudo isso, não há que dizer que haveria (e que houve) prejuízo à manifestação (ainda a ser apresentada) da denunciada após a realização dessas diligências que visam (e visaram, porque já realizadas) apenas ao esclarecimento da denúncia.

Foram ouvidas quatro pessoas sobre os complexos conceitos financeiros que constam na denúncia, sendo dois deles na perspectiva da denúncia e outros dois, incluindo o Ministro da Fazenda e um Professor Universitário, para fazer o contraponto, apresentando outra perspectiva sobre a interpretação para esses mesmos conceitos fiscais, orçamentários, econômicos e financeiros.

O tempo concedido para cada convidado foi idêntico, tendo o Relator, inclusive, por cautela, realizado as mesmas perguntas para os quatro convidados, justamente para fazer esse contraponto entre as diversas interpretações sobre os mesmos conceitos do direito financeiro. O Presidente da Comissão Especial, por sua vez, também foi cauteloso ao alertar que

Câmara dos Deputados
Fl. 9094
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

qualquer opinião e juízo de valor que extrapolassem esta fase de esclarecimento da denúncia deveriam ser desconsiderados.

Houve, portanto, exatamente como postula a recorrente, simetria de procedimentos entre os convidados que apresentaram esclarecimentos na perspectiva da denúncia (os próprios denunciantes) e os outros dois que apresentaram esclarecimentos em sentido contrário aos conceitos constantes na denúncia.

Pode-se dizer, assim, que nada de novo foi apresentado nessa fase de "diligências" a eventualmente justificar a apresentação de nova manifestação pela denunciada ou mesmo a concessão de novo prazo para manifestação. E caso tenha havido alguma coisa de "novo", será desconsiderado pelo Relator por expressa determinação da Presidência da Comissão.

Não fosse isso tudo, segundo orientação unânime do Supremo Tribunal Federal e nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal, *o reconhecimento de nulidade dos atos processuais demanda, em regra, a demonstração do efetivo prejuízo causado à parte* (entre outros, HC n. 123.494-ES, DJe 02/03/2016, relator o Ministro TEORI ZAVASCKI). Vale dizer, compete à Denunciada, se for o caso, **alegar** e **demonstrar** que eventualmente teve prejuízo com a realização de diligências que visaram apenas ao esclarecimento da denúncia antes da apresentação de sua manifestação prévia quanto à admissibilidade da denúncia. Não se pode presumir genericamente, sem dados concretos, antes da própria Denunciada, que houve prejuízo à sua defesa.

Câmara dos Deputados
Fl. 2095
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por último, como esclarecido na decisão recorrida, a simetria recomendável com o rito adotado no caso *Collor* não pode chegar a ponto de vedar à Comissão que realize determinada diligência para esclarecimento da denúncia apenas porque naquela época a denúncia não precisou ser esclarecida. Ainda, também como entendeu a decisão recorrida, o Supremo Tribunal Federal, seja naquela época, seja agora, não proibiu a realização de diligências antes da manifestação da Denunciada. Ao contrário, expressamente autorizou esse procedimento.

Ante o exposto, **nego provimento** ao Recurso n. 120/2016, de autoria da ilustre Deputada JANDIRA FEGHALI.

Publique-se.

Oficie-se.

Em 04 / 04 / 2016.

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Câmara dos Deputados
Fl. 3096
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 448/2016/SGM

Brasília, 04 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal - CEDENUN
Anexo II , Pavimento Superior - Sala 165-B
Nesta

Assunto: Recurso n. 120/2016.

Senhor Presidente,

Encaminho em anexo cópia da decisão proferida no Recurso n. 120/2016, de autoria da Senhora Deputada JANDIRA FEGHALI.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

RECEBI O ORIGINAL
Em 4 / 4 / 16 às 19:02 Hs.
Nome: Viviane Ramos
Ponto: 6942

Documento : 69736 - 1

Câmara dos Deputados
Fl. 9097
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 449/2016/SGM

Brasília, 04 de abril de 2016.

A Sua Excelência a Senhora
**Deputada JANDIRA FEGHALI**
Gabinete: 622 - Anexo: IV
Nesta

Assunto: Recurso n. 120/2016.

Senhora Deputada,

Encaminho em anexo cópia da decisão proferida no Recurso n. 120/2016, de autoria de Vossa Excelência.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

RECEBI O ORIGINAL
Em 04/04/16 às 19:13 Hs.
Nome: Áurea Dias
Ponto: 169280

Documento : 69736 - 2

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9098
Comissões Especiais

**PRESIDÊNCIA/SGM**

Íntegra dos Recursos n. 118/2016, do Deputado ASSIS CARVALHO, e n. 120/2016, da Deputada Jandira Feghali, e das respectivas decisões da Presidência.

Em 04/04/2016.

Junte-se aos autos da DCR n. 1/2015. Publique-se.

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Documento : 69720 - 1

Câmara dos Deputados
Fl. 9699
Comissões Especiais

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Of. n. 462/2016/SGM/P

Brasília, 05 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal (CEDENUN)
Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
N E S T A

Assunto: **Eleição suplementar para o preenchimento de vagas na Comissão Especial.**

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Senhoria que o Plenário da Câmara dos Deputados elegeu, nesta data, por meio de eleição suplementar, os Deputados VICENTINHO JUNIOR (PR/TO), como membro titular, e ELIZIANE GAMA (PPS/MA), como membro suplente, para a "Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal", a fim de preencher as vagas anteriormente ocupadas pelos Deputados ZENAIDE MAIA (PR/RN) e SANDRO ALEX (PSD/PR).

Atenciosamente,

EDUARDO CUNHA
Presidente da Câmara dos Deputados

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
Em 5/4/16, às 20 h 30
Assinatura
6942
Ponto

Documento : 69768 - 1

Câmara dos Deputados
Fl. 9100
Comissões Especiais

**Câmara dos Deputados**
**Liderança do Partido Popular Socialista – PPS**

OF/LID/Nº 042/2016

Brasília, 05 de abril de 2016.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **Eduardo Cunha**
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação Comissão Especial

Senhor Presidente,

Em substituição ao deputado **Sandro Alex**, tendo em vista sua desfiliação do PPS, indico a Vossa Excelência a deputada **Eliziane Gama – PPS/MA**, para integrar como suplente a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior, Janaina Conceição Paschoal e Flávio Henrique Costa Pereira, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Secretaria-Geral da Mesa SEPRO 05/Abr/2016 11:33
Ponto: 1907 Ass.
Original

Atenciosamente,

Deputado ***Rubens Bueno***
Líder do PPS

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
Em 05/04/16, às 11h
Assinatura 6942 Ponto

Liderança do Partido Popular Socialista - PPS
Câmara dos Deputados – Anexo II Sala T-23 CEP: 70160-900
(61) 3215.9600 / 9603 Fax: (61) 3215.9616 e-mail: lid.pps@camara.leg.br

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal **Sandro Alex**

Câmara dos Deputados
Fl. 9101
Comissões Especiais

Ofício nº 011/2016

Brasília, 30 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Eduardo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: **Mudança de Partido.**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a minha desfiliação do Partido Popular Socialista – PPS, bem como a minha filiação ao Partido Social Democrático – PSD, conforme documentação em anexo.

Atenciosamente,

**SANDRO ALEX**
Deputado Federal

Secretaria-Geral da Mesa SEPRO 30/Mar/2016 19:56
Ponto: 143 Ass.:
Origem:

Câmara dos Deputados - Anexo IV - Gabinete 221 - 70160-900 Brasília DF - Tel (61) 3215-5221 - Fax (61) 3215-2221
dep.sandroalex@camara.leg.br - www.sandroalex.com.br

PSD Partido Social Democrático
Câmara dos Deputados 9102 Comissões Especiais

# DECLARAÇÃO DE DEFERIMENTO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

O PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO – PSD NACIONAL, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 13.629.827/0001-00, com sede no SAS, Quadra 1, Lote 1, Edifício Libertas, Sala 1101 (11º andar) – Brasília-DF, neste ato por seu Presidente Nacional e Representante legal Guilherme Campos Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador do RG SSP-SP nº 9.861300-5 e do CPF nº 048.880.978-30, DECLARA, para os fins de comunicação parlamentar de filiação partidária, a que alude o art. 1º do Ato da Mesa nº 73/2016, da Câmara dos Deputados, que foi deferida a filiação do Deputado **SANDRO ALEX,** posto que atendeu às regras estatutárias pertinentes, nos termos do art. 17, da Lei nº 9.096/95.

Brasília-DF, 16 de março de 2016.

Guilherme Campos Júnior
Presidente Nacional do PSD

Câmara dos Deputados
9103
Comissões Especiais

Ao Excelentíssimo Presidente do Diretório Municipal do Partido Popular Socialista no Paraná – LEOPOLDO CUNHA NETO

015ª Zona Eleitoral
Ponta Grossa - PR
Prot. SAPPWEB 142271/2016
Data: 16/03/2016 15:59
Servidor:
Assinatura:
Alessandra Kopp
Chefe de Cartório
15.ª Zona Eleitoral

SANDRO ALEX CRUZ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, Deputado Federal, portador do título de eleitor nº 055572910604, em conformidade com o art. 21 e 22, ambos da Lei 9.096/95, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, **informar a sua desfiliação do PPS e consequente filiação ao Partido Social Democrático (PSD), nos termos do art. 1º, da Emenda Constitucional nº 91, de 18 de Fevereiro de 2016**, por onde requer a exclusão de seu nome da lista de filiados a ser oportunamente enviada à justiça eleitoral.

4º TABELIONATO DE NOTAS - MESSIAS
RECONHECO a(s) firma(s) de
VETO
2016.
com.br

Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília, 15 de Março de 2016.

SANDRO ALEX
Deputado Federal

Recebi em 15/3/2016.

FIRMA RECONHECIDA
4º TABELIONATO

Câmara dos Deputados
9109
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PRESIDÊNCIA/SGM**

Ofício nº 011/2016, do Senhor Deputado SANDRO ALEX – comunica sua desfiliação do Partido Popular Socialista (PPS) e sua filiação ao Partido Social Democrático (PSD) conforme documentação em anexo.
Em 04/04/2016.

Registre-se a nova filiação partidária e encaminhe-se ao Diretor-Geral. Em consequência, declaro vagos os cargos de Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3968, de 1997 (Direitos Autorais); de Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI); de Terceiro Vice-Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 80, de 2015 (Procuradorias de Estados e Municípios); de Terceiro Vice-Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.406, de 2014 (Telecomunicações); e a suplência do Partido Popular Socialista - PPS na Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal. Oficie-se. Publique-se.

EDUARDO CUNHA
Presidente da Câmara dos Deputados

Documento : 69753 - 1

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
9105
Comissões Especiais

Of. n. 420/2016/SGM/P

Brasília, 04 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado SANDRO ALEX**
Gabinete 221 - Anexo IV
N E S T A

Assunto: **Ofício nº 11/2016 que comunica a desfiliação do Partido Popular Socialista (PPS) e a filiação ao Partido Social Democrático (PSD).**

Senhor Deputado,

Reportando-me ao expediente referido em epígrafe, informo a Vossa Excelência que exarei o seguinte despacho:

> Registre-se a nova filiação partidária e encaminhe-se ao Diretor-Geral. Em consequência, declaro vagos os cargos de Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3968, de 1997 (Direitos Autorais); de Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI); de Terceiro Vice-Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 80, de 2015 (Procuradorias de Estados e Municípios); de Terceiro Vice-Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.406, de 2014 (Telecomunicações); e a suplência do Partido Popular Socialista - PPS na Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal. Oficie-se. Publique-se.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Documento : 69753 - 2

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9106
Comissões Especiais

Of. n. 420/2016/SGM/P

Brasília, 04 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal (CEDENUN)
Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
N E S T A

Assunto: **Ofício nº 11/2016, do Dep. Sandro Alex, que comunica sua desfiliação do Partido Popular Socialista (PPS) e sua filiação ao Partido Social Democrático (PSD).**

Senhor Presidente,

Reportando-me ao expediente referido em epígrafe, informo a Vossa Excelência que exarei o seguinte despacho:

> Registre-se a nova filiação partidária e encaminhe-se ao Diretor-Geral. Em consequência, declaro vagos os cargos de Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3968, de 1997 (Direitos Autorais); de Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI); de Terceiro Vice-Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 80, de 2015 (Procuradorias de Estados e Municípios); de Terceiro Vice-Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.406, de 2014 (Telecomunicações); e a suplência do Partido Popular Socialista - PPS na Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal. Oficie-se. Publique-se.
> Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Documento : 69753 - 6

CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PRESIDÊNCIA/SGM**

Of. nº 42/2016, da Liderança do PPS - indica a Deputada Eliziane Gama como membro suplente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

Em 05/04/2016.

Proceda-se à eleição suplementar destinada ao preenchimento da vaga surgida com o comunicado de alteração de filiação partidária do Deputado Sandro Alex.

Publique-se.

EDUARDO CUNHA
Presidente da Câmara dos Deputados

Documento : 69753 - 71

24.579 (JUN/13)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
9108
Comissões Especiais

**PRESIDÊNCIA/SGM**

Of. nº 42/2016, da Liderança do PPS - indica a Deputada Eliziane Gama como membro suplente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

Em 05/04/2016.

Considerando a eleição da Deputada Eliziane Gama, junte-se aos autos da DCR n. 1/2015. Oficie-se. Publique-se.

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Documento : 69667 - 4

Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PR

Câmara dos Deputados
9109
Comissões Especiais

Of. nº 75/2016 – Lid-PR

Brasília, 30 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado Eduardo Cunha**
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o **Deputado Vicentinho Júnior (PR/TO)** como membro **titular** na Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal – CEDENUN.

Respeitosamente,

**Deputado Maurício Quintella Lessa**
Líder do Partido da República - PR

Secretaria-Geral da Mesa SEPRO 30/Mar/2016 16:31
Ponto: 6302 Ass.: Origem: LID.

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
em 05 / 04 / 16, às 11
Assinatura 6942 Ponto

CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PRESIDÊNCIA/SGM

Of. nº 75/2016, da Liderança do PR - indica o Deputado Vicentinho Júnior (PR/TO) como membro titular da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

Em 4/04/2016.

Proceda-se à eleição suplementar destinada ao preenchimento da vaga surgida com a renúncia da Deputada Zenaide Maia.

Publique-se.

EDUARDO CUNHA
Presidente da Câmara dos Deputados

Documento : 69654 - 31

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
9111
Comissões Especiais

**PRESIDÊNCIA/SGM**

Of. nº 75/2016, da Liderança do PR - indica o Deputado Vicentinho Júnior (PR/TO) como membro titular da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

Em 05/04/2016.

Considerando a eleição do Dep. Vicentinho Júnior, junte-se aos autos da DCR n. 1/2015. Oficie-se. Publique-se.

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Documento : 69667 - 3

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**
Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

Câmara dos Deputados
Fl. 9112
Comissões Especiais

**55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**ATA DA 9ª REUNIÃO - ORDINÁRIA - REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 2016.**

Às quinze horas do dia seis de abril de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, no Anexo II, Plenário 01 da Câmara dos Deputados. Registraram presença os Deputados Rogério Rosso - Presidente; Carlos Sampaio, Maurício Quintella Lessa e Fernando Coelho Filho - Vice-Presidentes; Jovair Arantes - Relator; Aguinaldo Ribeiro, Alex Manente, Aliel Machado, Arlindo Chinaglia, Bacelar, Bebeto, Benito Gama, Bruno Covas, Chico Alencar, Danilo Forte, Edio Lopes, Eduardo Bolsonaro, Elmar Nascimento, Eros Biondini, Evair de Melo, Fernando Francischini, Flavio Nogueira, Henrique Fontana, Jandira Feghali, Jerônimo Goergen, Jhonatan de Jesus, João Marcelo Souza, José Mentor, José Rocha, Júlio Cesar, Julio Lopes, Junior Marreca, Jutahy Junior, Leonardo Picciani, Leonardo Quintão, Lucio Vieira Lima, Luiz Carlos Busato, Marcelo Aro, Marcelo Squassoni, Marcos Montes, Mauro Mariani, Mendonça Filho, Nilson Leitão, Osmar Terra, Paulo Abi-Ackel, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Paulo Pereira da Silva, Paulo Teixeira, Pepe Vargas, Pr. Marco Feliciano, Roberto Britto, Rodrigo Maia, Ronaldo Fonseca, Shéridan, Tadeu Alencar, Valtenir Pereira, Vicente Candido, Vicentinho Júnior, Wadih Damous, Washington Reis, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zé Geraldo - Titulares; Aelton Freitas, Alessandro Molon, André Fufuca, Arnaldo Faria de Sá, Assis Carvalho, Benedita da Silva, Bohn Gass, Bruno Araújo, Carlos Marun, Carlos Zarattini, Cleber Verde, Eliziane Gama, Evandro Roman, Fábio Sousa, Flávia Morais, Francisco Floriano, Glauber Braga, Gorete Pereira, Goulart, Irajá Abreu, Izalci, JHC, João Fernando Coutinho, Jose Stédile, Laudivio Carvalho, Leandre, Lelo Coimbra, Luis Carlos Heinze, Luiz Sérgio, Mandetta, Manoel Junior, Mariana Carvalho, Marx Beltrão, Moroni Torgan, Odelmo Leão, Odorico Monteiro, Orlando Silva, Pastor Eurico, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Professor Victório Galli, Rocha, Rogério Marinho, Ronaldo Martins, Toninho Wandscheer, Valmir Assunção e Vitor Valim - Suplentes. Compareceram também os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Alexandre Baldy, Carlos Henrique Gaguim, Clarissa Garotinho, Delegado Edson Moreira, Efraim Filho, Fabio Garcia, Fernando Jordão, Flavinho, Givaldo Carimbão, Herculano Passos, Ivan Valente,

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fls. 9113

João Gualberto, Jorge Solla, Keiko Ota, Luciano Ducci, Magda Mofatto, Marcelo Aguiar, Moses Rodrigues, Nilto Tatto, Onyx Lorenzoni, Pauderney Avelino, Paulão, Paulo Martins, Rafael Motta, Raquel Muniz, Ricardo Tripoli, Rubens Bueno, Silvio Torres, Sóstenes Cavalcante, Vanderlei Macris e Vitor Lippi - não-membros. Deixou de comparecer o Deputado Silvio Costa. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da oitava reunião (extraordinária), realizada no dia quatro de abril de dois mil e dezesseis, cuja leitura foi dispensada. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** O Presidente informou haver recebido comunicado da Presidência da Casa sobre a eleição dos Deputados Vicentinho Júnior (PR/TO) e Eliziane Gama (PPS/MA) para membros titular e suplente da Comissão, respectivamente, para preenchimento de vagas existentes. Antes de dar início à Ordem do Dia, o Presidente informou que havia decidido adotar os seguintes procedimentos: a) os deputados que desejassem discutir a matéria deveriam inscrever-se antes do início da discussão; b) a única lista de inscrição válida seria a disponibilizada pela Secretaria da Comissão, aberta no horário do início da reunião; c) os deputados teriam a palavra na ordem de inscrição, alternadamente contra e a favor da matéria; d) durante a discussão, poderiam usar da palavra, desde que devidamente inscritos, o Relator, demais membros da Comissão e Líder, durante quinze minutos improrrogáveis, e, por dez minutos, deputados que a ela não pertencessem; e) seria permitida a permuta de inscrição entre os deputados inscritos, mas os que não se encontrassem presentes na hora da chamada perderiam definitivamente a inscrição; f) os deputados que desejassem apresentar voto em separado poderiam fazê-lo, se inscritos, respeitada a ordem de inscrição e no prazo já estabelecido; g) autores de voto em separado não inscritos poderiam encaminhar o voto à Mesa, a fim de que fosse dado conhecimento aos presentes e, posteriormente, publicado junto com a matéria; h) requerimento de encerramento de discussão poderia ser apresentado, após falarem dez deputados, subscrito por cinco centésimos dos membros do Colegiado ou líderes que representassem esse número; i) requerimentos de retirada de pauta, adiamentos de discussão e votação seriam recepcionados, a critério da presidência, observando o princípio da razoabilidade e o limite do prazo da Comissão Especial para proferir o parecer. **ORDEM DO DIA: Apresentação, discussão e votação do parecer do Relator, Deputado Jovair Arantes.** Anunciada a Ordem do Dia, houve tumulto no plenário em razão de o Advogado-Geral da União Substituto, Dr. Fernando Luiz de Albuquerque Faria, solicitar o direito de acompanhar e usar da palavra como representante da defesa. Em resposta, o Presidente informou que, visto tratar-se de reunião destinada à apresentação, discussão e votação do parecer do Relator, a palavra seria franqueada exclusivamente aos parlamentares, mas autorizaria a permanência de dois representantes da Advocacia-Geral da União junto à mesa de apoio da Secretaria apenas para acompanhar a reunião, especialmente porque a defesa já tivera oportunidade de manifestar-se anteriormente. O Deputado Júlio Lopes pediu a palavra para apresentar questão de ordem tendo como fundamento

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fls. 9119

o inciso XIV do art. 3º do Regimento Interno para tratar de esclarecimento de fato relevante ao Plenário. O Deputado JHC solicitou esclarecimentos sobre a lista de inscrição para discussão da matéria, sendo informado pelo Presidente que a inscrição - contra e a favor – se referia à denúncia. Apresentou, também, Questão de Ordem, contraditada pelo Deputado Paulo Pimenta, acerca do pedido de vista. Em resposta, o Presidente decidiu que caberia pedido de vista por duas sessões. Foram, ainda, apresentadas questões de ordem pelos Deputados Wadih Damous e José Rocha, contraditadas pelos Deputados Nilson Leitão e Marcelo Aro, sobre as preliminares apresentadas pela defesa da denunciada; pelo Deputado Valtenir Pereira, a respeito de voto em separado; pelo Deputado Luiz Carlos Busato, acerca do encerramento da discussão e da ordem e tempo de fala dos membros, não-membros e líderes. O Presidente respondeu que seria obedecida a ordem da lista de inscrição e os tempos regimentais. O Deputado Weverton Rocha reclamou sobre a falta de resposta às questões de ordem por ele apresentadas sobre o voto de suplente e de desempate. O Presidente recolheu as questões de ordem ainda não respondidas para posterior decisão e concedeu a palavra ao Relator para **leitura do parecer**. O Relator pediu a compreensão dos presentes, pois tratava-se de um relatório com mais de cento e trinta páginas, informou que passava às mãos do Presidente o relatório completo, que seria disponibilizado no sistema da Casa e, ao final da leitura, distribuído em cópias a todos os presentes, e, com a anuência do Plenário, deu início à leitura do voto. Houve manifestações de parlamentares solicitando cópia do parecer para que pudessem acompanhar a leitura. O Presidente, então, suspendeu a reunião por dez minutos, para que a Secretaria da Comissão pudesse providenciar as cópias. Retomados os trabalhos, o Relator prosseguiu a leitura por duas horas e meia ininterruptas. A reunião foi novamente suspensa por dezessete minutos para que o Relator pudesse recuperar a voz. Retomada, a leitura prosseguiu até vinte horas e trinta e nove minutos, quando foi encerrada, sucedendo-se vários pedidos de vista. Antes de conceder a vista, o Presidente passou a palavra ao Deputado Alessandro Molon, contraditada pelo Deputado Mendonça Filho, sobre a redução do prazo de vista. Também manifestou-se a respeito o Deputado Caio Narcio. Consultado, o colegiado, em sua maioria, manifestou-se contrário à proposta, razão pela qual o Presidente considerou superada a questão. Na sequência, foram apresentadas novas questões de ordem e reclamações. Reclamações dos Deputados Paulo Magalhães e Jandira Feghali, contraditadas pelos Deputados Carlos Sampaio e Danilo Forte, respectivamente, sobre matéria estranha ao objeto da denúncia constante no parecer do relator. Fez uso da palavra, como líder, o Deputado Ivan Valente. Questão de Ordem do Deputado Paulo Pimenta, contraditada pelo Deputado Nilson Leitão, sobre o conteúdo das manifestações no plenário. As referidas questões foram recolhidas para posterior decisão. Questão de Ordem do Deputado Fernando Coelho Filho, solicitando o encerramento da reunião em decorrência de pedido de vista já formulado, que foi imediatamente deferida pelo Presidente. Ao anunciar a concessão de vista aos primeiros deputados que se dirigiram à mesa solicitando -

Câmara dos Deputados
Fl. 3115
Comissões Especiais

Arnaldo Faria de Sá, Tadeu Alencar, Valtenir Pereira, José Rocha, Izalci, Alex Manente, Fernando Coelho Filho, Jandira Feghali, Mendonça Filho, sucederam-se diversos pedidos fora do microfone, razão pela qual, não sendo possível identificar todos os autores dos pedidos, o Presidente concedeu vista conjunta aos membros. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às vinte e uma horas e trinta e três minutos, antes, porém, convocando os senhores membros para reunião deliberativa extraordinária no dia oito de abril de dois mil e dezesseis, às quinze horas, no Anexo II, Plenário 1. E, para constar, eu _____, Claudia Maria Borges Matias, Secretária-Executiva, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão, Deputado Rogério Rosso _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados, juntamente com as notas taquigráficas. xxxxxxxxxxxxx

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Câmara dos Deputados
Fl. 9116
Comissões Especiais

## DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

## NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

## TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

***Versão para registro histórico***

***Não passível de alteração***

| COMISSÃO ESPECIAL - DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE | | | |
|---|---|---|---|
| EVENTO: Reunião Ordinária | REUNIÃO Nº: 0222/16 | | DATA: 06/04/2016 |
| LOCAL: Plenário 1 das Comissões | INÍCIO: 14h59min | TÉRMINO: 21h34min | PÁGINAS: 139 |

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**SUMÁRIO**

Apresentação, discussão e votação do parecer do Relator, Deputado Jovair Arantes, à seguinte proposição, sujeita à apreciação do Plenário: Denúncia por Crime de Responsabilidade nº 1, de 2015, do Sr. Hélio Pereira Bicudo e outros, em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff.

**OBSERVAÇÕES**

Houve tumulto no plenário.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve manifestação no plenário.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
A reunião foi suspensa e reaberta.

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fls. 3117

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Boa tarde! Eu gostaria de pedir a todos os Parlamentares que se posicionem em seus lugares.

Gostaria de pedir a atenção dos jornalistas, sempre muito bem-vindos, dos assessores, dos consultores, dos servidores desta Casa.

Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República, por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.

Sras. e Srs. Parlamentares, visitantes, jornalistas, assessores, todos aqueles que nos assistem pelas redes de televisão, pela Internet, pela *TV Câmara*, são os momentos de instabilidade que oferecem a oportunidade de superação e de fortalecimento da democracia do nosso País. A superação dos problemas apresentados a nós não se restringe apenas ao âmbito das instituições; pelo contrário, ela será uma vitória, acima de tudo, do povo brasileiro.

Temos que enfrentar este momento — dirijo-me ao Governo, à Oposição, a todos os partidos, a todos nós — de forma una, apesar das nossas divergências nesta Comissão, e com muita maturidade, para que nossas ações não agravem ainda mais as crises colocadas. Não podemos ceder a nenhuma pressão que possa colocar em risco a Constituição brasileira, a nossa democracia.

Muitos dos nobres colegas estão procurando soluções para encerrar a instabilidade política, econômica, institucional que paira sobre o País. Acho louváveis, legítimas, todas essas iniciativas de V.Exas., propostas de plebiscito, de mudança de sistema, de antecipação de eleições... Não enxergo isso como um golpe. Enxergo isso como a vontade do Parlamentar de resolver problemas. Mas sempre os princípios constitucionais precisam ser absolutamente observados, e a vontade popular.

Sinto em todo o Congresso, especialmente na Câmara, aqui nesta Comissão, uma vontade de encontrar a solução legal que atenda os anseios da nossa sociedade, respeitando-se sempre a Constituição.

Pode haver visões diversas, até divergentes, quanto à melhor saída para os problemas que enfrentamos, porém, o mais importante é que a busca incansável pelo retorno da estabilidade da Nação está presente na iniciativa de todos os

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 318

senhores e de todas as senhoras. E para isso, repito, precisamos ter serenidade e respeitar a Constituição. Apenas dessa forma poderemos fortalecer a democracia.

Hoje entramos em uma nova fase do trabalho desta Comissão. Daqui a muito pouco tempo, alguns minutos, o nobre Deputado Jovair Arantes, nosso Relator, vai apresentar o seu parecer. Iniciaremos a discussão do conteúdo desse documento, que não sabemos qual é, só saberemos a partir da sua leitura. É aqui que a democracia prevalece.

Este é o momento em que todos os Parlamentares terão espaço para expor a sua posição quanto ao que nos foi colocado até agora: a denúncia, os esclarecimentos da denúncia, a defesa da Exma. Presidente e, nesta sessão, a leitura do relatório, do parecer. É nesta fase que todos nós poderemos nos manifestar, e a opinião de cada Deputado deve ser preservada e respeitada.

E para que o papel desta Comissão seja cumprido, vejo a necessidade premente de mantermos o bom nível e o bom debate.

Será o voto da maioria que decidirá o parecer desta Comissão, mas, a todo momento, a opinião de todos, da minoria também, será respeitada.

Aqui eu firmo um compromisso com todos vocês, como tenho procurado fazer. Peço desculpas se não tenho conseguido isso na plenitude, mas é o que tenho procurado fazer. No limite dos prazos impostos pela lei e pelo Regimento, estarei disponível para escutar os que queiram se pronunciar e para garantir a V.Exas. a oportunidade de expor seus posicionamentos.

Mas faço também um apelo para que me ajudem a manter a ordem e o direito à fala e a cumprir o prazo que nos foi delimitado. Temos cinco sessões para apresentação, discussão e votação do relatório. A quinta sessão será na segunda-feira. Acredito que terei a compreensão e o auxílio de V.Exas. ao longo desta fase, como venho tendo desde o momento em que fui eleito pelas senhoras e pelos senhores para conduzir processo tão delicado.

Encontra-se à disposição dos Srs. Deputados cópia da ata da 8ª Reunião, realizada no último dia 4. Pergunto se há necessidade de leitura da referida ata. *(Pausa.)*

Não havendo discordância, fica dispensada a leitura.

Indago se algum membro quer retificá-la. *(Pausa.)*

Câmara dos Deputados
Fl. 9119
Comissões Especiais

Não havendo quem queira retificá-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico que recebemos os seguintes expedientes nesta Comissão:

Da Presidência da Casa, comunicando sobre eleição suplementar para preenchimento de vagas existentes. Foram eleitos os seguintes Deputados, que passam a integrar esta Comissão: Deputado Vicentinho Junior, titular, e Deputada Eliziane Gama, suplente.

Sobre decisão de questão de ordem... Isso já foi proferido.

Antes de dar início à Ordem do Dia, comunico que, para as reuniões de discussão e votação, observaremos o seguinte:

Os Deputados que desejarem discutir a matéria deverão inscrever-se — como já fizeram e estão fazendo — antes do início da discussão. A única lista de inscrição válida será disponibilizada por esta Comissão.

Conforme havia sido anunciado anteriormente, na reunião do dia 22, a lista de inscrição para discussão já foi aberta, hoje, às 14 horas, hora marcada para o início desta reunião. A referida lista encontra-se à disposição dos Srs. e das Sras. Deputadas que ainda desejarem inscrever-se na mesa de apoio (art. 57, inciso VII, com art. 171, *caput*).

Os Srs. e as Sras. Deputadas terão a palavra na ordem de inscrição, alternadamente a favor e contra matéria (art. 171, § 1º).

Durante a discussão, podem usar da palavra o Relator, demais membros da Comissão e Líder (conforme o art. 57, inciso VII, do Regimento) durante 15 minutos improrrogáveis, e, por 10 minutos, Deputados que a ela não pertençam, desde que devidamente inscritos.

Apenas a título de informação, fizemos uma reunião ontem com Líderes e membros da Comissão, e também hoje. Vamos aguardar até o final das inscrições, na sexta-feira, para aí sim, em definitivo, de forma colegiada, nós promovermos um encaminhamento mais objetivo, de bom senso, para que a palavra seja absolutamente garantida a todos e para que o bom debate, a boa discussão se dê.

Câmara dos Deputados
Fl. 312
Comissões Especiais

Os Deputados que desejarem apresentar voto em separado poderão fazê-lo, se inscritos, respeitada a ordem de inscrição e no prazo estabelecido (art. 57, VII, e art. 171).

Autores de voto em separado não inscritos poderão encaminhar o seu voto à Mesa a fim de que dele seja dado conhecimento aos presentes e também para que ele seja posteriormente publicado junto com a matéria (art. 57, XVIII).

Requerimento de encerramento de discussão poderá ser apresentado após falarem 10 Deputados, subscrito por 5/100 avos dos membros deste colegiado ou Líder.

Tudo será feito conforme o Regimento, é claro, sempre, mas esta Presidência dará a palavra, na medida do possível, com a maior boa vontade, porque o tema é de interesse nacional, a todos aqueles que quiserem falar. Nós vamos de alguma forma garantir essa fala, dada a circunstância desta Comissão.

Requerimentos de retirada de pauta e de adiamento de discussão e votação serão recepcionados a critério da Presidência, observado o princípio da razoabilidade e o limite do prazo da Comissão Especial para proferir parecer.

Ordem do Dia. Vamos dar início à Ordem do Dia.

Apresentação, discussão e votação do parecer do Relator, Deputado Jovair Arantes.

Concedo a palavra ao Relator, para a leitura do seu parecer.

*(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu gostaria de deixar bastante claro — Deputado Carlos Sampaio, obrigado — que estamos na fase de apresentação, discussão e votação do relatório. O momento de apresentação da defesa e as diligências para esclarecimento da denúncia foram absolutamente observadas. Aqui se encontram e merecem o nosso respeito — sendo bem-vindos — representantes da Advocacia-Geral da União, que representam a denunciada. Podem acompanhar esta sessão, mas questão de ordem, do ponto de vista regimental, em se tratando de uma Comissão que está analisando essencialmente a admissibilidade ou não da denúncia, se ela será julgada ou processada pelo Senado Federal, só poderá ser feita por membros desta Comissão. *(Palmas.)* Porquanto, questão de ordem...

Câmara dos Deputados
Fl. 9121
Comissões Especiais

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa., como advogado, é muito bem-vindo aqui. Se V.Exa. quiser passar sua questão de ordem para algum Parlamentar que queira absorvê-la e apresentá-la, está garantido o direito para os Parlamentares. V.Exa. fique à vontade.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Ministro José Eduardo Cardozo, ex-Deputado desta Casa, Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União, utilizou quase 2 horas do tempo que foi escolhido pela AGU para fazer considerações sobre a defesa. Portanto, V.Exa. pode permanecer, acompanhar, mas esta é uma Comissão...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Questão de ordem? Quem pediu questão de ordem? Deputado Julio Lopes, questão de ordem. Deputado Wadih Damous, questão de ordem depois.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - A Presidência autoriza a permanência aqui atrás de até dois defensores da Presidente, sentados, sem manifestação. Somente os Parlamentares...

Para questão de ordem, Deputado Julio Lopes.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - José Rocha...

**(Não identificado)** - Eu fui o primeiro a pedir o questionamento!

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, V.Exa. poderia pelo menos anunciar quais...

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Vão ter que parar aí um minuto.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Olha o desrespeito aí, Deputado Orlando! Vocês falam tanto em respeito. Olha aí!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Julio Lopes, sua questão de ordem, por favor.

Câmara dos Deputados
Fl. 3122
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Questão de ordem, inciso XIV, art. 3º, esclarecimento de fato relevante ao Plenário.

Hoje, o Presidente do PP deu uma declaração de que teriam 40 votos a favor do Governo.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Isso não é questão de ordem, Presidente!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - É fato relevante para o Plenário! Quarenta votos a favor do Governo não existem. Não existem 20 votos a favor do Governo, Sr. Presidente. Isso é fato relevante para conhecimento do Plenário.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Que questão de ordem é essa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Questão de ordem para o Deputado Wadih Damous, que está pedindo desde o início. Tem a palavra S.Exa. E tenham respeito, vamos ouvi-lo. Eu vou passar a palavra para todas as questões de ordem. Ele foi o primeiro a pedir. O Deputado José Rocha é o próximo.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Mande subir o som, Presidente. O som está muito baixo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu também acho. A sonorização desta Comissão... Das demais eu não poderia falar.

Agora melhorou. Pronto. É desta sonorização que a gente precisa.

Deputado Damous, sua questão de ordem está garantida. V.Exa. é o próximo.

Por favor, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JHC** - Sr. Presidente, o artigo é o 41, inciso XI, mas antes eu gostaria de um esclarecimento breve sobre a lista de oradores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Certo.

**O SR. DEPUTADO JHC** - A lista, ela faz uma divisão entre os oradores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Contra e a favor.

**O SR. DEPUTADO JHC** - Contra e a favor de quê? Do Relator? Porque a gente não sabe como vem o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Da denúncia.

Câmara dos Deputados
3123
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO JHC** - Da denúncia, tudo bem, até porque há Parlamentares que se inscreveram tanto como a favor quanto como contra, porque estão esperando, obviamente, para ver como é que vem o parecer do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Parabéns, Deputado. Muito importante a sua pergunta. É sobre a denúncia.

Questão de ordem, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JHC** - Questão de ordem dom base no art. 41, combinado com os arts. 57 e 157, § 1º.

Como se sabe dos autos da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 378, o Supremo Tribunal Federal entendeu pela possibilidade de utilização subsidiária do Regimento Interno da Câmara dos Deputados para bussolar os trabalhos desta Comissão.

Neste sentido, a questão de ordem ora proposta é sobre a oportunidade de pedidos de vista em relação ao parecer que hoje está sendo apresentado.

Nos termos do inciso XI do art. 41, cumulado com o inciso XVI, é possível ao membro da Comissão pedir vista pelo prazo de duas sessões, se não se tratar de matéria urgente. Ocorre, porém, que os prazos determinados para esta Comissão pelo STF são ainda mais exíguos que os dos materiais em regime de urgência desta própria Casa, quando o Regimento veda expressamente a possibilidade de concessão de vista.

De outro lado, o pedido de vista não pode ser usado para fins de frustrar a tramitação legal da matéria. Ou seja, na linha de defesa da própria AGU, a concessão do pedido de vista serviria apenas para retardar a análise do parecer, podendo resultar na violação do prazo de cinco sessões estabelecido pelo Supremo, que poderia anular todo o trabalho feito nesta Comissão.

Enquanto prerrogativas regimentais são utilizadas como forma de adiar o inevitável, o País convulsiona social e economicamente, o que não serve à Situação nem à Oposição.

O pedido de concessão de vista não se mostra compatível, portanto, com a exiguidade dos prazos que esta Comissão e este Parlamento possuem.

Assim, inquirimos V.Exa. no sentido de que, por analogia ao rito de urgência desta Casa, ou não conceda ou, como via alternativa, façamos um acordo para que

Câmara dos Deputados 3124 Comissões Especiais

o prazo de vista seja de apenas uma sessão, tempo mais do que suficiente para a análise do parecer, a fim de que não seja frustrada a apreciação da matéria no prazo legal.

A minha preocupação diz respeito a esse procedimento de apreciação, de votação do relatório desta Comissão. A Comissão foi feita para ser breve. Esta Comissão, apesar de ter função de CPI, ela não tem a mesma prerrogativa, não tem autoridade policial. Ela foi feita para ser breve.

Parabenizo o Presidente e o Relator desta Comissão pela forma célere e responsável como têm tratado a todos nós Parlamentares, de forma justa e igual. Mas tenho esta preocupação, para não fazermos de forma açodada essa avaliação *a posteriori*, portanto tendo que criar no Regimento Interno algo que a gente ainda não ventilou, ou seja, que ainda não houve o sabor e a apreciação desta Casa.

Por isso, eu peço que esta Casa, ou esta Comissão, possa neste momento analisar essa possibilidade, para nós podermos, de forma mais tranquila, vencer todas essas etapas, sob pena de estarmos também indo de encontro ao que o Supremo Tribunal Federal decidiu.

Outra questão de ordem, para aproveitar o ensejo, seria para caso de empate. Em caso de empate, se o Presidente puder...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Ok. Vou falar sobre isso.

Para contraditar, tem a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Em primeiro lugar, quero registrar a minha inconformidade com a reação de parte dos colegas que compõem esta Comissão. *(Aaaaaaah!)*

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Isso não é questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Vários deles inclusive usam palavras ofensivas e agressivas, como se V.Exa. não tivesse condições...

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Sr. Presidente, qual é o artigo da questão de ordem? Não tem artigo.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Então fica registrada a minha inconformidade.

Câmara dos Deputados
Fl. 9125
Comissões Especiais

O art. 57, Sr. Presidente, inciso XVI, não deixa nenhuma dúvida: *"ao membro da Comissão que pedir vista do processo, ser-lhe-á concedida esta por duas sessões, se não se tratar de matéria em regime de urgência..."*, e assim por diante.

É evidente que todos nós aqui sabemos que temos um prazo, até a próxima segunda-feira. Não há, de parte de ninguém desta Comissão, nenhuma intenção de criar obstáculos que impeçam que, dentro do tempo constitucional, legal, a análise do parecer ocorra. Mas não existe nenhuma possibilidade de que nós possamos abrir mão do direito regimental que nos assegura o pedido de vista por duas sessões.

Portanto eu peço a V.Exa., Sr. Presidente, que rejeite a questão de ordem apresentada pelo ilustre colega e nos garanta aquilo que está previsto no art. 57, XVI, que não deixa nenhuma dúvida a partir do momento em que diz, claramente, que o prazo é de duas sessões.

Acho que essa é uma questão líquida e certa e aguardo a decisão de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Decisão. Em relação ao cabimento ou não do pedido de vista ao parecer apresentado à denúncia contra a Presidente da República por crime de responsabilidade, cumpre ressaltar que a deliberação sobre a admissibilidade ou não da denúncia está prevista no título do Regimento Interno da Câmara dos Deputados destinado a, aspas, "Matérias Sujeitas a Disposições Especiais", cujos prazos impõem um ritmo célere aos trabalhos da Comissão Especial.

Posto isso, a concessão de vista por 2 sessões traz à colocação uma questão de razoabilidade, já que o citado prazo não é proporcional às 5 sessões de que a Comissão Especial dispõe para proferir o seu parecer. A observância do prazo de 2 sessões poderia, em tese — em tese —, comprometer a finalidade para a qual a Comissão ter-se-ia constituído.

Nessa esteira, cabe destacar que a opção do legislador ao dispor sobre a concessão de vista foi no sentido de concedê-la às proposições que dispõem de maior prazo, de que são exemplos projetos em regime de tramitação ordinária, 40 sessões; prioridade, 10 sessões.

Em contrapartida, em relação às proposições em regime de urgência, que dispõem de 5 sessões, entendeu o legislador sobre o não cabimento do pedido de

vista conforme disposto no art. 57, XVI, *in verbis*: *"ao membro da Comissão que pedir vista do processo, ser-lhe-á concedida esta por duas sessões, se não se tratar de matéria em regime de urgência (...)".*

Não se trata aqui, vale ressaltar, de matéria urgente, mas a analogia é pertinente apenas e tão somente no que se refere à celeridade que ambos os ritos impõem, especialmente se considerado o número de 5 sessões.

Assim, entendo que há cabimento no pedido de vista por 2 sessões e concluo que na concessão deste e definição do seu prazo a Presidência levará em conta a razoabilidade do prazo de que dispõe a Comissão Especial para a apresentação do seu parecer.

Decidi agora porque é claro que outras questões de ordem virão, mas o Relator, Deputado Jovair Arantes, informa que vai ler na íntegra 197 páginas. Isso vai demandar tempo de leitura. O Relator informa algo em torno de 4 horas, mas eu entendi 3.

Vou conceder a palavra ao Deputado Wadih Damous, para a próxima questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Eu vou ler o relatório inteiro, inclusive com a denúncia e com a defesa, se for necessário. Se não, leio só o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O.k. Então ele vai ler o relatório inclusive com a denúncia e com a defesa, e, se necessário, se a Comissão entender assim, ele lerá só o resumo e o voto.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Wadih Damous, já inscrito.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Sr. Presidente, com base no art. 95 do Regimento Interno, eu gostaria, primeiramente, de fazer uma ponderação. Acho que boa parte aqui dos Deputados, todos nós na verdade, temos que ter muito respeito pela defesa. Parece que tem gente que não entende direito isso, gente que precisa muito do exercício do amplo direito de defesa, que é o que está em jogo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Sempre será garantido por esta Presidência.

Câmara dos Deputados 9127 Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Então, eu quero primeiramente me solidarizar com o colega que quase foi escorraçado desta Casa. A defesa merece respeito e a advocacia merece respeito.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Para contraditar!

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Ao se negar a palavra — não basta admitir a presença — ao advogado da Exma. Sra. Presidenta da República, está-se vulnerando o art. 5º da Constituição da República, que assegura o amplo direito de defesa, e está-se violando o art. 7º, inciso X, do Estatuto da Advocacia, Lei nº 8.906, de 1994.

Por que eu digo isso, Sr. Presidente? Porque V.Exa., nas suas razões para negar a palavra ao advogado, disse que a defesa teve a sua vez, que o Ministro Eduardo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O julgamento será no Senado, e a defesa já se apresentou, em 10 sessões.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Desculpe, Deputado. Por favor.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Sr. Presidente, a Lei nº 8.906 estabelece que o advogado tem direito à palavra em qualquer tribunal. E isto aqui é um tribunal. *(Não!)*

Sr. Presidente, se eu puder encerrar...

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Presidente, se eu puder encerrar...

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado Wadih Damous está falando. Vamos respeitar a fala do Deputado.

O senhor dizia que isto aqui é um tribunal. Por gentileza.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Essa tentativa de desqualificação não vai me atingir. Isto é tribunal no sentido de que há um contencioso aqui. Há acusação e há defesa. Nesse sentido, a defesa tem o direito de se expressar, e está sendo negado à defesa nesta assentada o direito de se expressar.

Câmara dos Deputados 9128 Comissões Especiais

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, isso aí é um teatro, Sr. Presidente, é um teatro.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Veja só, Sr. Presidente, foram apresentadas preliminares. O Advogado-Geral da União, quando teve a oportunidade de oferecer a defesa, arrolou, formulou uma série de preliminares. Essas preliminares...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Essas preliminares...

**(Não identificado)** - Ele foi interrompido, Presidente.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Eu estou sendo interrompido toda hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Para concluir, Deputado, por gentileza.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Sr. Presidente, essas preliminares — é isso o que o colega quer sustentar aqui —, elas têm que ser apreciadas antes de o Sr. Relator adentrar na questão de mérito da admissibilidade.

Então, Sr. Presidente, essa é mais uma nulidade, mais uma vulneração à Constituição, mais uma...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Contradita, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Para contraditar, concedo a palavra ao Deputado Nilson Leitão.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Sr. Presidente, eu começo dizendo que aqui não é âmbito de dilação probatória. Isso é no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado Marcelo Aro é o segundo a contraditar.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - O que querem fazer aqui é tumultuar um processo. Veio aqui o Ministro José Eduardo Cardozo e falou por 2 horas, sem ser interrompido e sem ser interpelado. Teve todo o direito à ampla defesa. Antes dele, veio o Ministro do Planejamento, veio outro advogado, compadrio do PT, e fez toda a defesa política, jurídica... Não se pode reclamar disso. V.Exa. está dando espaço para todos os Deputados falarem. Todos falaram.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Só o Miguel falou, e se mandou, correu.

Câmara dos Deputados
Fl. 5125
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - O que aconteceu aqui hoje é que o advogado se exacerbou. Ele tentou falar sem o microfone, sem a permissão de V.Exa. Se houve falta de educação aqui nesta Casa, foi de quem veio representar a Presidente Dilma, não foi desta Casa. Esta é a nossa Casa. O respeito tem que começar por ele.

E quero cumprimentar V.Exa. por tê-lo deixado sentar ali. Na nossa opinião, ele deveria estar sentado aqui atrás. Cumprimento V.Exa. pelo equilíbrio, por tudo, mas deixando claro que este não é momento de defesa. O Relator nem apresentou seu relatório. É claro que estão querendo tumultuar e fazer com que demore mais esse prazo.

Presidente, por último...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Tem a palavra o Deputado Marcelo Aro, para a contradita.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, não há duas contraditas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Alessandro Molon, na sessão passada, vários Parlamentares solicitaram duas contraditas, ou aditas. O.k.

Questão de ordem do Deputado Busato. *(Pausa.)*

Desculpem, é o Deputado José Rocha agora. Desculpe, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Sr. Presidente, a minha questão de ordem tem fundamento no art. 5º, incisos LIV, LV e LVI, da Constituição Federal, nos arts. 95 e 218, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e também no que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 378, Distrito Federal.

Sr. Presidente, no dia 4 de abril, o Ministro da Advocacia-Geral da União, Sr. José Eduardo Cardozo, apresentou defesa da Presidente da República a esta Comissão Especial em que constam questões preliminares ao mérito.

Na primeira preliminar, a nulidade do recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em face de notório desvio de finalidade.

Câmara dos Deputados 313 Comissões Especiais

Na segunda preliminar, vícios procedimentais na tramitação do presente processo de admissibilidade da denúncia por crime de responsabilidade. Nesta preliminar, a defesa arrolou três possíveis vícios procedimentais:

1. A indevida juntada aos autos da delação premiada feita pelo Senador Delcídio do Amaral, com clara ofensa ao objeto delimitado para o regular processamento da presente denúncia de *impeachment*, em manifesto prejuízo dos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

2. A realização de oitivas dos denunciantes, para esclarecimento da denúncia.

3. A ausência de intimação regular da Sra. Presidenta da República para acompanhamento das oitavas de esclarecimento realizadas pelos denunciantes.

Certo é que algumas dessas preliminares já foram objeto de questões de ordem formuladas por Parlamentares membros desta Comissão, já decididas por V.Exa. Ocorre agora que tais questões são levantadas pela própria defesa da denunciada, que não teve a oportunidade de manifestar-se anteriormente, nem nesta reunião.

Portanto, estamos diante de alegações da defesa da denunciada de nulidades que podem invalidar atos do processo capazes de postergar ou até de prejudicar o julgamento do mérito.

Por esta razão, Sr. Presidente, entendo que esta Comissão deverá discutir e votar essas questões preliminares aventadas pela defesa antes da discussão e votação do mérito da denúncia...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Peço-lhe que finalize.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - ... pois, se este colegiado acatar alguma preliminar, deverá proceder a algum ato de saneamento do processo antes da análise do mérito propriamente dita, sob pena de violação dos princípios constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal.

Entendo que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Peço-lhe que finalize, Deputado José Rocha, por favor.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Vou finalizar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Por favor!

Câmara dos Deputados
Fl. 3131
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Vou finalizar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O.k., Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Entendo que, para manter a regularidade dos trabalhos, esta Comissão deverá discutir e votar o parecer do Relator em duas etapas: na primeira, preliminares aventadas pela defesa; na segunda, mérito da denúncia. Essa é a única forma de esta Comissão apreciar as preliminares informadas pela defesa da denunciada, patrocinada pela Advocacia-Geral...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Aro, para a contradita.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Sr. Presidente...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Marcelo Aro. Não. Está por escrito, pode encaminhar à Mesa.

Deputado Marcelo Aro.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Sr. Presidente, as duas últimas questões de ordem são teses semelhantes expostas de maneira distinta. É importante nós entendermos que esta Comissão não está julgando mérito. Esta Comissão decide sobre a admissibilidade do processo de *impeachment*.

Se nós pegarmos o nosso Regimento Interno, art. 57, inciso VII, veremos o seguinte:

> *"Art. 57 .....*
>
> *VII - durante a discussão na Comissão, podem usar da palavra o Autor do projeto, o Relator, demais membros e Líder, durante quinze minutos improrrogáveis, e, por dez minutos, Deputados que a ela não pertençam; é facultada a apresentação de requerimento de encerramento da discussão após falarem dez Deputados."*

É importante, Sr. Presidente e nobres colegas, nós termos aqui a tranquilidade de que foi respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório. Ao Advogado-Geral da União eu inclusive falei, quando ele esteve aqui, que eu discordava de ele defender a Sra. Presidente, porque a Sra. Presidente vai passar por um processo de *impeachment*, de investigação na Casa, após a admissibilidade,

Câmara dos Deputados
Fl. 9132
Comissões Especiais

e para mim não é razoável que alguém que deveria defender a União defenda alguém que usou da União para fins próprios. Então, coloquei que não deveria ser o Advogado-Geral da União a fazer a defesa da Presidente. Mas foi ele quem veio aqui, e fez a defesa da Presidente inclusive de maneira bem superficial, sem falar do rombo na PETROBRAS de mais 50 bilhões, de todo o desvio que o Governo do PT fez em nosso País. Eles ignoraram isso e ficaram defendendo de maneira superficial... E nós escutamos aqui, Sr. Presidente...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado Marcelo Aro está dentro do tempo ainda.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O.k. Estou dentro do tempo, Presidente.

A gente ficou aqui escutando aquele cidadão que veio fazer uma defesa completamente superficial, sem passar pelos pontos que deveria passar. E agora eles estão, mais uma vez, querendo não fazer a ampla defesa e o contraditório.

A gente vê que a base governista da Dilma aqui...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Não está havendo contraditório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vamos respeitar a palavra do Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - ... ela quer sabe o quê, Presidente? Ela quer postergar, para que dê tempo de o Lula comprar mais voto aqui dentro desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Para que dê tempo de oferecer, Presidente... *(Palmas. Manifestação no plenário.)* Eles estão tentando postergar, ganhar uma semana, duas semanas, para negociar com mais Deputados, para oferecer cargos, para oferecer dinheiro. É isso o que está sendo feito nesta Casa e que nós não podemos admitir.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Presidente, questão de ordem!

Câmara dos Deputados
Fl. 9133
Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Busato, para uma questão de ordem. Depois, o Deputado Valtenir Pereira.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Presidente, a minha questão de ordem, e eu vou respeitar aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Podem zerar o tempo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Eu vou respeitar o tempo de vocês, mas agora eu gostaria de começar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Pronto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Muito bem. A minha questão de ordem baseia-se em três perguntas, e eu vou respeitar plenamente o tempo, diferentemente do que estão fazendo os Deputados aqui, tentando fazer uma defesa dentro de uma questão de ordem. Não é hora. Isso deveria ter sido feito na sessão passada.

Trata-se do art. 57, inciso VII. Pergunto se cabe requerimento de encerramento de discussão, como reza o art. 7º, que diz que aos Deputados *"é facultada a apresentação de requerimento de encerramento da discussão após falarem dez Deputados".* Eu gostaria de saber do tempo de fala dos Líderes e dos membros, gostaria de saber se vai ser respeitada aquela ordem que foi dada na primeira reunião — fala um Líder, fala um membro...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Isso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - ... e o tempo que cada um vai falar. É a minha primeira pergunta, e V.Exa. já respondeu aqui quem falará durante essa discussão, ou seja, apenas Deputados. Não cabe aqui, neste momento, vir advogado da Presidente Dilma fazer defesa extemporânea. Não é o lugar nem o momento de se fazer isso. O momento foi na sessão passada, com o Advogado-Geral da União.

Era essa a minha pergunta, Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Valtenir.

Câmara dos Deputados
Fl. 3134
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Presidente, só para complementar, a lista de inscrição que foi aqui apresentada terá sua ordem obedecida?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Claro. Sempre.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - De membros e de não membros, a favor e contra? Ou só de membros, e depois de não membros? Porque ela...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Exatamente como está na lista.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Exatamente como está na lista. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Valtenir.

**O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Questão de ordem, artigo... Por favor.

**O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA** - Sr. Presidente, nobres pares, requeiro a palavra para formular questão de ordem, com fundamento nos arts. 95 e 218, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumulados com o arts. 51, inciso I, e 52, inciso I, da Constituição Federal.

Apresento esta questão de ordem para indagar a V.Exa. se será possível aos Deputados participantes desta Comissão Especial apresentar voto em separado após a leitura do parecer pelo Exmo. Sr. Relator, Deputado Jovair Arantes. É praxe desta Casa aceitar a apresentação de voto em separado por Deputado que tenha posicionamento divergente do apresentado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Valtenir, um minutinho.

Nós não estamos conseguir ouvir. E se puderem colocar mais cadeiras... Há vários Parlamentares em pé, inclusive membros.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - Isso é matéria vencida. V.Exa. já explicou sobre tudo isso que ele está falando.

**O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA** - Sr. Presidente, V.Exa. me assegura a palavra?

Câmara dos Deputados
Fl. 9135
Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Ao Deputado Valtenir está assegurada a palavra.

**O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA** - É praxe desta Casa aceitar a apresentação de voto em separado por Deputado que tenha posicionamento divergente do apresentado pelo Exmo. Relator.

Consta do art. 59 do Regimento Interno desta Casa a possibilidade de a Comissão acatar parecer diverso do voto do Relator, constituindo-se esse parecer em voto em separado, constituindo-se esse parecer em voto condutor.

O voto em separado é instrumento de grande valia, porque permite a apresentação formal de argumentos contrários àqueles apresentados pelo Relator da Comissão. Tais argumentos contrários poderão ser utilizados para fundamentar a tomada de decisão de Deputados ainda indecisos e constituir-se em documento formal que apresenta o posicionamento daqueles que não se consideram contemplados pelo parecer do Relator, além do potencial deliberativo do voto em separado, ao passo que permite que posições divergentes sejam confrontadas e até mesmo superadas.

É importante ressaltar que a apresentação de voto em separado não seria uma afronta à legitimidade do Deputado Relator eleito por esta Comissão Especial. Isto porque eleger um representante não significa que o eleito estará absolutamente adstrito ao posicionamento daqueles que o elegeram e tampouco que o eleitor está obrigado a concordar com todos os posicionamentos daquele em que votou. Reforça essa argumentação a possibilidade prevista no art. 57, XIV, do Regimento Interno desta Casa, de que os Deputados se manifestem favoráveis, com ressalvas, ou contrários à conclusão do Relator.

Igualmente, a apresentação de voto em separado tampouco significa uma banalização do procedimento de eleição do Relator desta Comissão. Isto porque as suas funções extrapolam a elaboração de parecer, sendo ele responsável por outras relevantes funções dentro da Comissão, como a elaboração do plano de trabalho.

Finalmente, Sr. Presidente, nobres pares, a apresentação de voto em separado se mostra relevante pela maior possibilidade, se confrontada com a declaração oral de voto, de as conclusões apresentadas influenciarem no debate parlamentar.

Câmara dos Deputados 3136 Comissões Especiais

Concluindo: diante de todo o exposto, solicito que V.Exa. assegure a já consagrada prerrogativa de apresentação de parecer divergente do Exmo. Relator, apresentado na forma de voto em separado.

**(Não identificado)** - É só votar "não".

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, é só votar "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Recolho a questão de ordem de V.Exa., importante questão de ordem, e vou me manifestar.

Eu gostaria de passar a palavra para o Deputado Weverton, para a sua questão de ordem, e dizer a V.Exas. o seguinte: vou recolher as demais questões de ordem por escrito e vou passar, logo após, a palavra ao Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - É importante! O povo brasileiro merece respeito e quer saber o que o Relator quer falar!

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Eu estou desde o início da sessão pedindo, e V.Exa. muda a regra...

*(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Esta Presidência não vai permitir nenhum tipo de protelação! Que encaminhe questão de ordem por escrito!

Tem a palavra o Deputado Weverton Rocha e, depois, eu passo ao Relator, para que profira o seu parecer.

*(Manifestação no plenário. Muito bem, Sr. Presidente! Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - Sr. Presidente, eu estou com uma questão de ordem. Numa das primeiras sessões, Sr. Presidente, eu fiz três questões de ordem em uma só...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa. tem toda a razão.

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - ... e, dessas três questões de ordem, V.Exa. respondeu a uma, agora há pouco, que foi a questão de ordem sobre o pedido de vista.

Eu queria aqui pedir a tolerância dos colegas, porque é importante. Vai ser apresentado agora o relatório, e nós precisamos ter as regras bem claras aqui quanto aos procedimentos.

Câmara dos Deputados 3137 Comissões Especiais

Sr. Presidente, a segunda questão de ordem que apresentei, sobre a qual eu ainda não obtive resposta, foi sobre o voto do suplente. Quem é que vota, no caso do suplente? Se ele é...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - Eu tenho duas questões de ordem recolhidas pela Mesa e acho importante V.Exa. se posicionar, porque o Relator vai começar a fazer a leitura do seu relatório final. Uma é sobre a questão do voto do suplente. Eu perguntei quem é que vota no caso do suplente: é o bloco ou o partido? Eu preciso da resposta de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa. a terá no prazo correto. São questões de ordem importantes.

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - A outra pergunta eu fiz para saber, porque não está no Regimento, se, no caso de empate, quem é que desempata, na votação do relatório final?

Termino, Sr. Presidente, fazendo esta questão de ordem a V.Exa. — e ela serve para todos — quanto às respostas imediatas às questões de ordem levantadas, mas eu não vou fazer a leitura dela, por causa do tempo.

Agora, gostaria de fazer este apelo a V.Exa.: que, quanto às questões de ordem, mesmo não sendo elas acatadas, V.Exa. as indefira, para que possamos recorrer. Elas estão sendo recolhidas, mas não estão sendo respondidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Corretíssimo, Deputado. V.Exa. está correto, e assim o farei.

Eu quero fazer uma consulta a esta Comissão. O Deputado Jovair Arantes coloca a seguinte questão — eu farei a consulta e decidimos visualmente aqui: ele dispensaria a leitura de parte do relatório e passaria ao voto, que, segundo o Deputado, vai demandar 1 hora e meia de leitura. Ler todo o relatório duraria aproximadamente 4 horas.

O Deputado está dispensado da leitura preliminar? S.Exa. já pode passar ao voto? Pode ser? *(Manifestação no plenário: Pode!)*

Deputado, eu gostaria que V.Exa., quando possível, entregasse cópia do seu relatório aos membros, por favor.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Em primeiro lugar, eu passo ao Presidente da Comissão o parecer, na sua integralidade, o qual já está incluído no sistema da Casa.

Cadê o Presidente? *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - O Presidente saiu.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Então, eu o passo ao Vice-Presidente, Deputado Fernando Bezerra Coelho.

Inicialmente, gostaria de informar...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Eu peço paciência aos colegas. Eu não vou, de maneira alguma, conceder aparte à minha fala. Eu não vou conceder aparte e não vou permitir questão de ordem, mas quero tranquilizá-los: se for preciso ficar aqui a noite inteira, eu fico. O Presidente, Deputado Rosso, já decidiu todas as questões. Eu vou fazer a leitura do que me foi delegado por esta Comissão sem nenhum açodamento, sem pressa. Portanto, se alguém achar que ficou prejudicado na minha leitura, que faça recurso ao órgão necessário.

Inicialmente, quero informar aos nobres colegas que a carga de trabalho nesses dias foi imensa e, desde já, aproveito para pedir desculpas pelo cansaço. Peço paciência durante a leitura. O parecer é extenso, tem mais de 130 páginas, entre relatório e voto.

Informo que a assessoria já está providenciando a publicação do parecer no *site* da Comissão, e também a impressão, para que seja entregue a todos os colegas da Comissão e a todos os colegas da Casa, que a ele também terão acesso através do *site* da Comissão.

Destaco que realizamos um exame profundo dos fatos contrapondo as alegações da acusação com as alegações da defesa, até chegarmos a este parecer.

Volto a informar que, ao final da minha leitura, todos terão acesso ao parecer, para, no período de pedido de vista, poderem fazer suas análises. *(Manifestação no plenário.)*

Passo à leitura:

"2. Voto do Relator

2.1. Introdução

Câmara dos Deputados
Fl. 9133
Comissões Especiais

É com sentimento de grande respeito e responsabilidade que encarei o desafio de ser o Relator desta Comissão Especial.

Agradeço, inicialmente, aos Senhores Parlamentares desta Comissão que aceitaram a escolha do meu nome para relatar um trabalho de extrema relevância para o presente e, principalmente, para o futuro do nosso país.

Em especial, peço licença" — e educação, Srs. Deputados — "aos colegas para fazer um agradecimento, com muito carinho e respeito, ao Presidente desta Comissão, Deputado Rogério Rosso, que também aceitou esse importantíssimo desafio que foi e é presidir uma Comissão de tamanha importância. S.Exa. soube conduzir os nossos trabalhos com brilhantismo, sendo firme quando necessário e paciente quando os ânimos estavam acirrados," como agora, "demonstrando ter uma experiência não encontrada constantemente em parlamentares de primeiro mandato. S.Exa. decidiu as questões de ordem de forma coerente, não deixando dúvidas sobre a interpretação ou questões procedimentais. Parabéns!

O presente trabalho", Sr. Presidente, Srs. Deputados, "certamente despertará as emoções de cada cidadão brasileiro, as piores ou as melhores. A missão não foi fácil. Alguns me chamaram de 'herói'; outros, de 'vilão e golpista'. Esses rótulos, contudo, não me preocupam. O meu maior cuidado foi o de realizar um trabalho imparcial, com a consciência tranquila, e em respeito ao povo de Goiás e do Brasil, sabedor da importância que é recomendar a aceitação ou não de uma denúncia por crime de responsabilidade do Presidente da República.

Relembro aos colegas que o objetivo desta Comissão é apenas o de analisar a admissibilidade da denúncia em seus aspectos técnicos, incluindo a análise de indícios mínimos de materialidade e de autoria, além da justa causa para a instauração do processo. Não é o momento de dizer se a Presidente cometeu ou não crime de responsabilidade ou se a denúncia procede ou não. Em caso positivo, essa competência é do Senado Federal, instância julgadora, à qual cabe a instrução probatória.

Outro ponto: embora aparentemente o trabalho da Câmara dos Deputados seja mais simples do ponto de vista técnico do que aquele que compete ao Senado Federal, conforme determinado pela Constituição Federal e referendado pelo Supremo Tribunal Federal, a importância da nossa decisão é incomparável. É aqui

Câmara dos Deputados
Fl. 3140
Comissões Especiais

que tudo começa. É aqui, na Casa do Povo, que se autoriza a instauração" de qualquer processo dessa natureza.

"Fazendo uso das palavras do Ministro Sepúlveda Pertence quando do julgamento do MS 20.941, o objetivo dessa análise preliminar pela Câmara dos Deputados é evitar justamente o prosseguimento de acusações abusivas, levianas, ineptas, formal ou substancialmente. Afinal, cuida-se de abrir um processo de imensa gravidade,..."

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Jovair Arantes, eu gostaria que V.Exa. parasse 10 minutos, tirasse cópia e distribuísse para todo mundo. *(Manifestação do plenário. Muito bom! Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Vou atender ao pedido do Presidente, mas quero lembrar — é importante lembrar, Presidente: nenhum grito vai calar a voz do Relator. Nenhum grito vai calar a voz do Relator. *(Manifestação no plenário. Muito bem! Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - É muito mais fácil e muito mais rápido...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Henrique Fontana, nós vamos colocar na Internet, porque é mais rápido, e vai se tirando cópia paralelamente. *(Pausa.)*

Eu solicito às amigas Parlamentares, aos amigos Parlamentares e a todos os demais que retomem os seus assentos.

O Presidente da Casa informa que hoje não haverá Ordem do Dia. Portanto, esta Comissão terá o tempo necessário para promover os debates.

Gostaria de informar que o relatório já está disponível na Internet, no terminal digital de V.Exas., na página da Comissão. E aqui, à medida que for sendo reproduzido em papel, nós vamos entregá-lo. A Secretaria já vai entregando cópias do relatório para os Parlamentares — para os Parlamentares.

Gostaria de pedir a atenção de todos. Deputados e assessores, por favor, vamos retomar os trabalhos. Gostaria que todos se sentassem, querida Deputada, Deputado.

Câmara dos Deputados
Fl. 9341
Comissões Especiais

Obrigado. Vamos retomar os trabalhos.

Está reaberta a sessão.

Deputado Nilson Leitão, por gentileza. Obrigado. Presidente Arlindo Chinaglia, V.Exa. está sempre elegante. Obrigado.

Vamos reiniciar todos os terminais de V.Exas. O Deputado Paulo Teixeira está gesticulando, dizendo que não consegue acessar o terminal. Peço a um técnico que vá até lá.

Deputado Paulo Teixeira, por gentileza, pegue aqui um relatório. Mande entregá-lo ao Deputado Paulo Teixeira, por favor.

Eu repasso a palavra ao Relator.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tendo em vista a interrupção, volto a ler o voto do Relator.

Eu queria pedir silêncio ao Plenário, porque, senão, nós teremos que ficar gritando aqui. Por favor. Se alguém quiser, em determinado momento, que eu pare a leitura, para fazermos um intervalo, eu paro. Nós temos todo o tempo do mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Não haverá sessão hoje com Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Não haverá sessão hoje com Ordem do Dia. Então, nós estamos tranquilos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Só amanhã às 9 horas.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Passo à leitura:

"2. Voto do Relator

2.1. Introdução

É com sentimento de grande respeito e responsabilidade que encarei o desafio de ser o Relator desta Comissão Especial.

Agradeço, inicialmente, aos Senhores Parlamentares desta Comissão que aceitaram a escolha do meu nome para relatar um trabalho de extrema relevância para o presente e, principalmente, para o futuro do nosso País.

Em especial, peço licença aos colegas para fazer um agradecimento, com muito carinho e respeito, ao Presidente desta Comissão, Deputado Rogério Rosso, que também aceitou esse importantíssimo desafio que foi e é presidir uma Comissão de tamanha importância. S.Exa. soube conduzir os nossos trabalhos com

Câmara dos Deputados
Fl. 5142
Comissões Especiais

brilhantismo, sendo firme quando necessário e paciente quando os ânimos estavam acirrados, demonstrando ter uma experiência não encontrada constantemente em parlamentares de primeiro mandato. S.Exa. decidiu as questões de ordem de forma coerente, não deixando dúvidas sobre a interpretação ou questões procedimentais. Parabéns", Deputado!

"O presente trabalho certamente" — volto a repetir — "despertará as emoções de cada cidadão brasileiro, as piores ou as melhores. A missão não é fácil. Alguns me chamarão de 'herói', outros, de 'vilão e golpista'. Esses rótulos, contudo, não me preocupam. O meu maior cuidado foi o de realizar um trabalho imparcial, com a consciência tranquila, e em respeito ao povo de Goiás e do Brasil, sabedor da importância que é recomendar a aceitação ou não de uma denúncia por crime de responsabilidade da Presidente da República.

Relembro aos colegas que o objetivo desta Comissão é apenas o de analisar a admissibilidade da denúncia em seus aspectos técnicos, incluindo a análise de indícios mínimos de materialidade e de autoria, além da justa causa para a instauração do processo. Não é o momento de dizer se a Presidente cometeu ou não crime de responsabilidade ou se a denúncia procede ou não. Em caso positivo, essa competência é do Senado Federal, instância julgadora, à qual cabe a instrução probatória.

Outro ponto: embora aparentemente o trabalho da Câmara dos Deputados seja mais simples do ponto de vista técnico do que aquele que compete ao Senado Federal, conforme determinado pela Constituição Federal e referendado pelo Supremo Tribunal Federal, a importância da nossa decisão é incomparável. É aqui" — é aqui! — "que tudo começa. É aqui, na Casa do Povo, que se autoriza a instauração do processo.

Fazendo uso das palavras do Ministro Sepúlveda Pertence quando do julgamento do MS 20.941, o objetivo dessa análise preliminar pela Câmara dos Deputados é evitar justamente o prosseguimento de acusações abusivas, levianas, ineptas, formal ou substancialmente. Afinal, cuida-se de abrir um processo de imensa gravidade, um processo cuja simples abertura, por si só, significa uma crise. Não se pode permitir a abertura de processo tão relevante sem um mínimo de

Câmara dos Deputados
Fl. 3193
Comissões Especiais

substrato fático e jurídico. Na recente história democrática, essa é a segunda vez que esta Casa discute a instauração de processo dessa natureza.

Ressalto que, aliado ao juízo técnico e jurídico sobre a admissibilidade da denúncia, cabe a esta Casa, também, analisá-la tendo como base um juízo político, assim entendido como a conveniência e a oportunidade de se instaurar um processo de tamanha magnitude. Esse juízo político é de cada um dos Senhores Parlamentares, mas tecerei considerações mais adiante a respeito disso, em capítulo específico.

Apenas para registrar mais uma vez a importância deste ato, o Ministro Paulo Brossard, talvez o doutrinador que mais se debruçou sobre o estudo do instituto do *impeachment*, chegou, inclusive, a defender a impossibilidade de haver controle judiciário sobre as decisões políticas tomadas nesse processo. Na ocasião do julgamento do referido MS nº 20.941, S.Exa. afirmou que o processo de responsabilidade começa e termina no âmbito parlamentar, acrescentando que *'as decisões podem ser as mais chocantes e delas não cabe recurso, não cabe recurso para tribunal algum'*. O Judiciário, segundo S.Exa., '*não pode condenar o absolvido, nem pode absolver o condenado, ou seja, não pode rever essas decisões parlamentares, como não pode determinar que o processo seja instaurado, ou que seja arquivado. São questões que fogem de sua competência. Em matéria de impeachment, tudo se passa, do início ao fim, no âmbito legislativo, convertido em juízo de acusação, ou de autorização, na linguagem da atual Constituição, e em tribunal de julgamento, exclusivo e irrecorrível'.*

Embora essa tese não tenha prevalecido, a ponto de considerar insuscetível de apreciação do Poder Judiciário toda e qualquer decisão proferida em processos dessa natureza, certo é que o pedido formulado naquele mandado de segurança foi denegado, por prevalecer o entendimento de que a revisão da decisão do Parlamento, pelo Poder Judiciário, só pode ocorrer em situações excepcionais, quando presente induvidosa ilegalidade e abuso do poder, aferível a partir de fatos absolutamente certos e inequívocos.

Ainda nesta fase introdutória, peço licença aos eminentes colegas para afirmar que a denúncia possui aspectos técnicos bem específicos, sobre os quais

Câmara dos Deputados
Fl. 9144
Comissões Especiais

não trabalhamos em nosso dia a dia. Essa circunstância, no entanto, não me impediu que fizesse uma análise vertical da denúncia e elaborasse este parecer.

Fui Vereador, Deputado Estadual, Vice-Prefeito e já estou no meu sexto mandato como Deputado Federal, passando por quase todas as Comissões desta Casa, várias delas relacionadas com orçamentos públicos, sistema financeiro e gestão pública. Fui também e ainda sou coordenador da bancada de Goiás na Comissão Mista de Orçamento, o que me habilita a firmar convicção a respeito da admissibilidade da denúncia com absoluta tranquilidade e precisão, sem contar, o que registro aqui também como elogio, que fui auxiliado por uma equipe altamente competente e prestativa composta por funcionários desta Casa.

É, portanto, com esse sentimento de coragem e responsabilidade e com a absoluta convicção de total respeito aos preceitos e mandamentos da Constituição Federal desta República, da legislação e do entendimento da Suprema Corte, que passo a proferir meu voto.

O voto é dividido em capítulos que, inicialmente, tratam do fundamento e da natureza do processo de *impeachment*, dos crimes de responsabilidade, da competência da Câmara dos Deputados, dos aspectos concernentes à admissibilidade da denúncia e das preliminares trazidas pela Defesa. Após, no mérito, são analisados item a item os supostos crimes praticados pela Presidente da República, com a realização de um contraponto entre o que foi dito pela denúncia e as razões de defesa. Por fim, teço considerações sobre a oportunidade e conveniência da instauração do processo do ponto de vista político e finalizo com a apresentação da minha conclusão.

2.2. Do fundamento e da natureza do processo de *impeachment* e dos crimes de responsabilidade.

A definição do fundamento do processo de *impeachment*, se predominantemente jurídico ou político, consiste em um ponto crucial para a devida compreensão desse processo, com repercussões importantes sobre a amplitude e o significado das deliberações a serem proferidas pelas Casas do Congresso Nacional. É necessário, portanto, que enfrentemos esse tema antes de seguirmos à análise do caso concreto.

Câmara dos Deputados
Fl. 9145
Comissões Especiais

Nos sistemas presidencialistas de governo, o processo de *impeachment* é o mecanismo que leva em consideração critérios jurídicos para propor a responsabilização do Presidente da República e a sua imediata destituição, antes de expirado o prazo do mandato presidencial, em razão da prática de infrações legais relacionadas com a violação dos deveres funcionais e com o mau uso do poder.

O *impeachment*, portanto, não pode ser confundido com os institutos da moção de desconfiança e da moção de censura, próprias dos sistemas parlamentaristas, pelos quais ocorre a responsabilização política do governo perante o Parlamento e a destituição do Primeiro-Ministro, mediante a simples retirada da confiança política da maioria parlamentar, que representa o fundamento necessário para a continuidade governamental nesses sistemas.

Dessa forma, o *impeachment* não pode ser considerado um processo exclusivamente político, imune a critérios jurídicos ou ao controle judicial da legalidade de sua tramitação, tendo em vista a própria lógica do sistema presidencialista de governo e a norma contida no art. 85 da Constituição Federal, a qual remete a uma lei especial a sua tipificação e as respectivas normas de processo e julgamento.

Do fundamento jurídico do *impeachment*, surge o dever de observância dos princípios gerais de qualquer direito punitivo, seja ele de natureza política, criminal, administrativa ou civil. Tais princípios são relacionados com a verificação da tipicidade dos fatos atribuídos ao acusado, da culpabilidade, do julgamento conforme as provas existentes no processo, bem como do respeito aos direitos subjetivos do Presidente da República e às garantias processuais da ampla defesa, do contraditório, da publicidade, da igualdade processual, da razoabilidade e de todos os demais postulados do devido processo legal formal e material.

Assim, desde que respeitadas as suas balizas democráticas, o processo do *impeachment* não é golpe de Estado, na exata medida em que ele objetiva preservar os valores ético-jurídicos e político-administrativos consagrados na Constituição Federal..."

Quero repetir:

"Assim, desde que respeitadas as suas balizas democráticas, o processo do *impeachment* não é golpe de Estado, na exata medida em que ele objetiva preservar

Câmara dos Deputados
Fl. 3146
Comissões Especiais

os valores ético-jurídicos e político-administrativos consagrados na Constituição Federal de 1988.

Na verdade, o *impeachment* resguarda a legitimidade do exercício do mandato político, cuja legitimidade de entrada residiu nas eleições populares. Nesse processo, cassa-se o mandato, se for comprovado que a legitimidade democrática do Presidente da República expirou, diante da prática de crime de responsabilidade tipificado na Lei nº 10.079, de 1950 *(sic)*.

É importante destacar que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não podem instaurar esse processo com base em razões de mera conveniência política ou desaprovação" popular, "governamental, assim como devem assegurar a máxima efetividade das garantias individuais e processuais do Presidente da República, diante da sensibilidade e da gravidade que envolve a tarefa de fazer sentar no 'banco dos réus' o Chefe do Poder Executivo nacional.

Por outro lado, devemos estar atentos ao alerta de Rui Barbosa, citado por Paulo Bonavides, para que rigores jurídicos formais" — aspas— *"'em excesso não provoquem um manejo difícil, lento e corruptor do impeachment e não transformem a respectiva punição em algo fictício, irrealizável e mentiroso, resultando daí um poder presidencial irresponsável, ilimitado, imoral e absoluto'.*

Com razão, a observância de aspectos jurídicos do processo de *impeachment*, em especial a obediência às garantias de ampla defesa e do contraditório, não lhe retiram a marcante conotação política. Segundo o Ministro do STF Luís Roberto Barroso, na ADPF nº 378: *'é equivocada a pretensão de transportar, acriticamente, garantias inerentes a processos criminais comuns para a esfera política dos crimes de responsabilidade, o que ensejaria tratamento idêntico a situações bastante diversas'.*

Aqui, vale lembrar", Srs. Deputados, "reforçando a índole política do julgamento, que o ex-Presidente Fernando Collor foi condenado pelos Senadores, mas depois foi absolvido pelo STF, em julgamento de caráter puramente jurisdicional. Assim, a natureza parcialmente política do *impeachment* impõe certa flexibilização dos rigores jurídico-formais próprios de um processo judicial ordinário.

Câmara dos Deputados
Fl. 9147
Comissões Especiais

Assentado que o *impeachment* pressupõe o respeito a critérios jurídicos e políticos, importa-nos analisar agora se a natureza do processo é predominantemente político-administrativa ou criminal.

Sob a égide da Constituição Imperial brasileira de 1824, o processo de *impeachment* foi adotado entre nós sob a influência direta da Inglaterra, onde o referido processo possui natureza criminal e não se limita a atingir politicamente a autoridade pública, mas abrange o castigo criminal do homem. A partir desse modelo inglês, o processo de *impeachment* no Império brasileiro possuía nítida índole criminal.

Com a adoção entre nós da forma republicana de governo, o Constituinte da Primeira República, em 1891, optou primordialmente pelo modelo norte-americano de *impeachment*, cuja índole é político-administrativa e cujo objetivo é afastar do poder quem dele faz mau uso, sem prejuízo da posterior responsabilização criminal do indivíduo no âmbito do Poder Judiciário.

Portanto, nas Constituições Republicanas brasileiras, o *impeachment* possui natureza político-administrativa, vez que é voltado para a aplicação da sanção política da perda do mandato presidencial, além da inabilitação temporária para o exercício de função pública.

Ocorre que, ao adaptar o modelo norte-americano para o Brasil, as Constituições Republicanas, desde 1891 até a atual de 1988, mantiveram a prática advinda do Império de sistematizar em uma lei especial os ilícitos que fundamentam o processo de *impeachment*, denominando-os de 'crimes de responsabilidade'.

Nesse ponto, o Brasil se afastou dos padrões inglês, norte-americano e francês, os quais associam a possibilidade de destituição do Presidente da República a conceitos vagos e imprecisos, tais como 'traição', 'corrupção', 'delitos graves' e 'má conduta'. Nos referidos países, não há necessidade de cometimento de ilícito penal ou de violação a lei especial para que ocorra o *impeachment*, pois o afastamento do Presidente fundamenta-se em graves desvios dos seus deveres funcionais que causem prejuízos aos interesses da nação. Assim, a versão brasileira do *impeachment* apresenta aspectos únicos, notadamente a previsão de uma lei especial que tipifique os denominados 'crimes de responsabilidade do Presidente da República'.

Câmara dos Deputados
Fl. 3148
Comissões Especiais

Resta-nos, ainda, enfrentar o problema da natureza das infrações praticadas pelo Presidente da República que embasam o processo de *impeachment*: os crimes de responsabilidade.

Sobre o tema, Pontes de Miranda e Aurelino Leal defendem o caráter criminal do instituto, por reconhecer, nas expressões legais ('admissibilidade', 'recebimento da denúncia', 'acusado' etc.) e nas fases previstas na Constituição Federal e na legislação, uma semelhança com os institutos do processo penal comum" do Brasil.

"O Supremo Tribunal Federal flerta com essa tese no âmbito do enunciado nº 46 de sua Súmula Vinculante, ao propor que apenas a União possa legislar sobre os crimes de responsabilidade. Entretanto, tal flerte se dá sob a ótica da competência legislativa.

Nada obstante, a grande maioria da doutrina, com a qual me alinho, considera que os crimes de responsabilidade são infrações de natureza político-administrativa, quer pela natureza da sua sanção (parte política consistente na perda do mandato presidencial; parte administrativa relacionada com a inabilitação para o exercício de qualquer função pública), quer pela sua tipificação aberta, caracterizada pela maior imprecisão e pluralidade de significados, exatamente a fim de permitir maior discricionariedade aos Parlamentares no momento da tipificação das condutas do Presidente da República.

Ao longo da decisão do STF proferida na ADPF nº 378, podemos observar nos votos de pelo menos quatro Ministros (Celso de Mello, Rosa Weber, Luiz Fux e Edson Fachin) a afirmação da natureza político-administrativa dos crimes de responsabilidade e sua proximidade com o instituto da improbidade administrativa. Nas palavras da eminente Ministra Rosa Weber" — aspas: *'Assim como nos Estados Unidos da América, no Brasil o impeachment é processo de natureza política, e não processo criminal, que visa mais à proteção do Estado do que à punição do que procedeu mal na gestão da coisa pública'.*

Em relação à tipificação, conforme abordado anteriormente, a doutrina há muito reconhece a natureza mista, parte criminal, parte político-constitucional do processo de impedimento. Tal característica traz como consequência a complexidade dos crimes de responsabilidade. Objetivamente, tais crimes visam a punir politicamente as mais altas autoridades estatais em virtude da prática de fatos

Câmara dos Deputados 3149 Comissões Especiais

típicos lesivos aos bens e valores mais caros à comunidade jurídica (muitos deles relacionados com crimes previstos na legislação penal). Porém, diante de sua indisfarçável natureza político-administrativo-constitucional, vieram também a ser tipificados na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

Um exame superficial coloca em evidência o fato de serem tipos abertos e permeados por conceitos jurídicos indeterminados, em lógica oposta à do Direito Penal, que é guiado pela precisão do tipo penal. Os tipos lá descritos são mais assemelhados aos tipos previstos na Lei de Improbidade Administrativa, que têm por objetivo aplicar sanções político-administrativas a condutas desviantes de deveres funcionais, muitas delas já caracterizadas como delitos na legislação criminal.

Em razão da proximidade das condutas previstas na Lei nº 1.079, de 1950, com aquelas contidas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 1992) parece-nos oportuno citar os ensinamentos de Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves acerca dos tipos abertos desta última norma e da utilização dos conceitos jurídicos indeterminados*: "A utilização dos conceitos jurídicos indeterminados exigirá do intérprete a realização de uma operação de valoração das circunstâncias periféricas ao caso (...). Diversamente de uma operação de mera subsunção (...) aqui será imprescindível a intermediação, entre a disposição normativa e o fato, de uma operação de índole valorativa".*

Dessa forma, conclui-se que não se trata somente de uma mera análise fria da adequação da letra da lei ao caso concreto, como no Direito Penal estrito, mas também de uma avalição de todo o contexto sociopolítico.

Além disso, deve ser feita a análise da gravidade da conduta praticada pelo Chefe do Executivo. Em nosso modelo de *impeachment*, que prevê a definição dos crimes de responsabilidade em lei especial, deve-se reconhecer que, em certa medida, o juízo de gravidade das ofensas e de sua aptidão para justificar o afastamento do Presidente da República, já foi feito pelo legislador constituinte e pelo legislador ordinário quando da promulgação da Lei nº 1.079, de 1950.

Além do enquadramento legal, não seria razoável, ao examinar os fatos narrados na denúncia, mesmo em sede de juízo político, ignorar a exigência de relevância para reconhecê-los como aptos a justificar o afastamento.

Câmara dos Deputados
9150
Comissões Especiais

E, nesse ponto, chego ao meu entendimento. Estou convicto de que, independentemente das divergências doutrinárias e jurisprudenciais, nós Parlamentares temos o dever de respeitar o processo democrático e os princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório, do devido processo legal e a tipicidade contida na Lei nº 1.079, de 1950.

Entendo também que, ainda que devam ser considerados os pressupostos jurídicos, o processo de *impeachment* possui essência política, uma vez que foi entregue às Casas do Poder Legislativo pelo Poder Constituinte originário, para que seja julgado à luz de maior sensibilidade política.

A razão de o processo de *impeachment* do Presidente da República ter sido entregue às Casas Legislativas, e não ao Poder Judiciário, não foi outra senão o reconhecimento de maior discricionariedade aos Parlamentares no momento da avaliação das condutas presidenciais. Esse juízo será feito à luz do momento sociopolítico e da maior percepção dos Parlamentares em aferir as altas e superiores razões de conveniência, oportunidade e utilidade políticas que levam um Presidente da República a tomar suas decisões.

Assim, caso reste comprovado que o Chefe do Poder Executivo praticou graves desvios aos deveres inerentes a sua função e desrespeitou os valores ético-jurídicos consagrados na Constituição Federal, será decretada a perda da legitimidade democrática do mandatário máximo da nação.

É disso que trata o presente processo jurídico-político.

2.3 O Processo de *impeachment* na CF/88 — competência da Câmara dos Deputados

A competência da Câmara dos Deputados em relação ao processo de *impeachment* foi bastante alterada com o advento da atual Constituição Federal.

Antes de 1988, a Câmara dos Deputados atuava como um verdadeiro "tribunal de pronúncia", à semelhança do juízo de pronúncia do Tribunal do Júri, tendo de se manifestar sobre a procedência ou improcedência da acusação. Na sistemática anterior, a Câmara realizava instrução probatória e, ao final, declarava a procedência da acusação, cabendo ao Senado realizar o julgamento.

Após 1988, com a nova Constituição, a Câmara deixou de ser órgão de acusação perante o Senado, passando a realizar apenas um juízo inicial de

Câmara dos Deputados
Fl. 9151
Comissões Especiais

admissibilidade. Ao fazê-lo, após a manifestação da defesa técnica do Denunciado e de eventuais diligências necessárias ao esclarecimento da denúncia, a Câmara aferirá as questões formais da denúncia popular, a viabilidade jurídica e política do seu pedido, o lastro probatório, a manifestação da Defesa e o enquadramento, em tese, dos fatos aos crimes de responsabilidade previstos em lei.

Assim, na hipótese de ilegitimidade ativa dos Denunciantes, da inépcia jurídica da peça acusatória ou da falta de justa causa, deverá esta Comissão Especial, cujo parecer tem caráter opinativo em relação ao Plenário da Casa, decidir pela inadmissibilidade jurídica e política da acusação e, consequentemente, pela não autorização de instauração de processo pelo Senado Federal.

Por outro lado, caso haja a constatação de admissibilidade jurídica e política da denúncia, considerada a manifestação da Defesa e configurados os fatos narrados, pelo menos em tese, como crimes de responsabilidade, deverá este colegiado decidir, por maioria simples, e o Plenário da Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros, pela admissibilidade da denúncia e pela autorização de instauração de processo de *impeachment* no Senado Federal.

Como dito, à Câmara não cabe, por determinação constitucional, debruçar-se sobre o mérito da acusação ou promover atos voltados à dilação probatória. Por essa razão, nessa fase de admissibilidade, as poucas diligências que podem ser realizadas devem voltar-se apenas para elucidar a denúncia, e não para complementar ou suprir o seu conteúdo. Registre-se que, no presente procedimento, as audiências públicas realizadas cumpriram o objetivo de esclarecer o conteúdo do processo aos membros da Comissão Especial e à sociedade.

O enfrentamento do mérito dar-se-á no Senado Federal, que é o foro constitucionalmente apropriado para que o Chefe do Poder Executivo se defenda, valendo-se, evidentemente, de todas as garantias que a Carta da República lhe assegura.

O rito do procedimento do *impeachment* contra o Presidente da República é regulado pela Constituição Federal, pela Lei nº 1.079/1950" — como já foi dito — "e, subsidiariamente, pelos Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Entretanto, várias lacunas nesses diplomas trouxeram no caso

Câmara dos Deputados
FL. 9152
Comissões Especiais

Collor, e continuam trazendo, no caso presente, desafios aos operadores do Direito, bem como ao Congresso Nacional, quando do exercício de suas prerrogativas.

Nessa esteira, algumas decisões do Supremo Tribunal Federal representam importantes balizas para o Parlamento. Várias decisões orientaram esta Casa no procedimento do caso Collor e continuam orientando neste procedimento, tais como as proferidas nos Mandados de Segurança nºs 20.941, 21.564, 21.623, 21.628, 21.633, 21.689 e, mais recentemente, na ADPF nº 378.

Finalizo as considerações sobre o papel da Câmara dos Deputados no processo do *impeachment* com um trecho da decisão do STF proferida no MS nº 21.564, que bem sintetiza a competência desta Casa, a saber: *"(...) na Câmara ocorre, apenas, a admissibilidade da acusação, a partir da edição de um juízo político, em que a Câmara verificará se a acusação é consistente, se tem ela base em alegações e fundamentos plausíveis, ou se a notícia do fato reprovável tem razoável procedência, não sendo a acusação simplesmente fruto de quizílias ou desavenças políticas".*

2.4. Da admissibilidade

2.4.1. Dos requisitos formais de admissibilidade

A análise inicial de admissibilidade de um processo punitivo, em linhas gerais, objetiva verificar se a ação é viável, séria e plausível, não sendo uma iniciativa meramente aventureira ou irresponsável.

No processo de *impeachment*, em especial, tal análise abrange a avaliação dos seguintes aspectos:

a) Legitimidade ativa do denunciante, que deve ser cidadão brasileiro, por força do art. 14 da Lei nº 1.079/50;

b) Permanência do denunciado no mandato presidencial, de acordo com o art. 15 da Lei nº 1.079/50;

c) Correção formal da denúncia, que, entre outros aspectos, deve estar devidamente assinada e com firma reconhecida de seus autores, conter a exposição dos fatos tidos como delituosos e tipificar os crimes de responsabilidade supostamente praticados;

d) Exame da justa causa — lastro probatório mínimo — que evidencie que o processo tem justa causa e apresenta indícios de conduta pessoal do Presidente da

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
9153

República que se enquadre, ao menos em tese, em crime de responsabilidade previsto na Lei nº 1.079/50. Tal conduta deve ser grave o suficiente a ponto de atentar contra a Constituição Federal, além de ser antijurídica e culpável. Na hipótese de ficar evidente que os fatos não se enquadram na referida lei, não atentam contra a Constituição, não são antijurídicos ou que não há culpabilidade do Chefe do Poder Executivo nacional, não haverá interesse público hábil à instauração do processo;

e) Conveniência e oportunidade política, assim entendida como "juízo político" na destituição do Presidente da República, a fim de se decidir se a sua permanência, apesar dos abusos e desmandos noticiados, contribuirá para a superação da crise política ou se a sua deposição é valiosa aos interesses nacionais.

A seguir, passo ao exame da admissibilidade jurídica do ponto de vista formal da denúncia que diz respeito aos itens "a", "b" e "c", acima referidos.

Para proceder a essa análise, principiamos pelos arts. 14 a 16 da Lei nº 1.079/50 e 218, *caput* e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que estabelecem três requisitos formais indispensáveis para que ela possa ser recebida, relacionados com a comprovação de que: 1) o Denunciante está no gozo de seus direitos políticos; 2) a Denunciada está na titularidade do cargo; e 3) a denúncia está assinada pelo Denunciante e com firma reconhecida.

Confrontando-se a presente denúncia com as exigências legais acima referidas, observa-se que foram cumpridos todos os requisitos formais, uma vez que a Presidente da República se encontra na titularidade do cargo e que os Denunciantes reconheceram devidamente as firmas de suas assinaturas, bem como fizeram prova de estar no gozo de seus direitos políticos, mediante a apresentação de certidão de quitação eleitoral expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Quanto à correção formal da denúncia, destaca-se que a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 378 e a Lei nº 1.079/50, em seu art. 38, também determinam que os Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e o Código de Processo Penal sejam os subsidiários da lei, naquilo em que lhe forem aplicáveis. Este último estatuto, por sua vez, estabelece os critérios para o recebimento de uma ação penal:

Câmara dos Deputados
FL. 3154
Comissões Especiais

> *"Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol de testemunhas."*

Verifico que os Denunciantes expuseram os fatos minuciosamente e apresentaram a qualificação da Denunciada. Também procederam à classificação dos crimes de responsabilidade que entenderam ter sido cometidos por ela, bem como apresentaram rol de testemunhas, razão pela qual a denúncia se mostra apta.

Em seguida, o Código de Processo Penal traz as seguintes exigências sobre o recebimento da denúncia:

> *"Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:*
>
> *I - for manifestamente inepta;*
>
> *II - faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou*
>
> *III - faltar justa causa para o exercício da ação penal."*

Quanto aos pressupostos processuais, a Denunciada é Presidente da República, e, nos termos do art. 51, I, da Constituição Federal, cabe a esta Casa proceder à autorização, por dois terços de seus membros, para instauração de processo contra o Chefe do Poder Executivo.

As condições da ação também se encontram presentes: possiblidade jurídica do pedido (as condutas imputadas são consideradas crime de responsabilidade por lei); interesse de agir (necessidade, adequação e utilidade para o processo de *impeachment*); e legitimidade para agir (é permitido a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República por crime de responsabilidade, nos termos do art. 14 da Lei nº 1.079/50).

2.4.2 Da admissibilidade total ou parcial da denúncia

Quero ressaltar neste tópico dois entendimentos importantíssimos deste Relator. O primeiro sobre a competência da Comissão para analisar o recebimento da denúncia em sua integralidade e o segundo sobre a possibilidade de o Presidente

Câmara dos Deputados
Fl. 9155
Comissões Especiais

da República ser responsabilizado por atos praticados em mandato imediatamente anterior, em caso de reeleição.

A despeito de possuir tal entendimento, conforme explicado a seguir, esse juízo não irá influenciar na conclusão e, portanto, não prejudicará a Defesa, uma vez que me ative" totalmente "à denúncia conforme supostamente recebida pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

2.4.2.1 Da apreciação da denúncia pela Comissão Especial

Questão jurídica relevante diz respeito aos limites de apreciação da denúncia aqui nesta Comissão. Quando o Presidente da Câmara dos Deputados recebeu a denúncia, S.Exa. afastou de plano, em sua fundamentação, os supostos crimes praticados pela Denunciada na vigência do mandato anterior, assim como aqueles relacionados com a probidade na administração.

Desde logo, registro que tenho entendimento firmado de que o juízo de admissibilidade realizado pelo Presidente da Câmara é meramente precário, sumário e não vinculante, o que autorizaria que esta Comissão analisasse a denúncia por inteiro, incluindo aqueles temas que, em um primeiro momento, foram afastados por falta de maiores indícios.

Ora, em sua parte dispositiva, a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados recebeu a denúncia por inteiro, e não parcialmente, o que significa dizer que sobre ela, em todos os seus aspectos, esta Comissão deveria se debruçar. A uma, porque esta fase não é de julgamento, mas apenas de admissibilidade da denúncia; a duas, porque a competência constitucional de analisar a denúncia é da Câmara dos Deputados (seu Plenário) e não do Presidente desta Casa ou mesmo da Comissão Especial, cujo parecer é opinativo.

Essa, aliás, é a doutrina específica de Paulo Brossard, que defende, inclusive, a possibilidade de o Senado Federal investigar e produzir provas livremente, sobretudo diante da verificação de fatos novos.

No mesmo sentido, guardadas as devidas proporções, colhem-se as seguintes afirmações do voto proferido pelo Ministro Edson Fachin, na ADPF nº 378, que me permitem concluir dessa forma:

*"Importante enfatizar que o ato do Presidente da Câmara, embora acarrete o recebimento da denúncia no*

Câmara dos Deputados
Fl. 3156
Comissões Especiais

*contexto do processo instaurado no âmbito daquela Casa Legislativa, não encerra de forma definitiva o juízo de admissibilidade da denúncia.* Se a denúncia for recebida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, incumbirá ao Plenário o juízo conclusivo quanto à viabilidade da denúncia.

*Essa sistemática também guarda similitude com a lógica do processo penal ordinário, em que o juiz recebe a denúncia e, à vista de defesa escrita, na fase prevista no artigo 397 do CPP, revisita a adequação da acusação a justificar a produção de provas voltadas a formar o juízo de mérito. É por isso que, embora não se reconheça a existência de dois recebimentos, parte da doutrina trata de* dupla admissibilidade da denúncia*:*

*Em suma,* teria o juiz duas oportunidades de verificar a admissibilidade da demanda: a primeira, *de modo* bem superficial, *apoiado tão somente nos elementos constantes do inquérito policial ou das peças de informação;* o segundo, já em grau de cognição mais vertical — mas ainda sumário — *com suporte não apenas no material colhido inquisitorialmente, mas também* nas alegações e nos documentos eventualmente apresentados pela defesa técnica do denunciado, *no prazo que lhe foi disponibilizado por força do comando do artigo 396 do Código de Processo Penal.*

*O propósito parece ter sido o de conferir* maior grau de proteção ao acusado contra acusações infundadas e até temerárias, *que, se não constituírem a regra, podem ocorrer como fruto do açodamento, errônea interpretação dos fatos apurados na investigação preliminar, ou quiçá de distorcida concepção dos fins do processo penal. (...)*

Câmara dos Deputados
Fl. 9157
Comissões Especiais

> *No processo instaurado na Câmara, a avaliação da Presidência deve ocorrer à luz da denúncia e das provas que a acompanham.* Em razão da natureza e gravidade do processo, também é razoável que esse juízo seja renovado pelo Plenário.
>
> *O traço distintivo entre o juízo de admissibilidade e o de mérito é simples. No caso do processo instaurado pela Câmara, se o juízo positivo não importar autorização de processamento do Presidente da República, trata-se de juízo de admissibilidade interno. Havendo autorização, a decisão resolve o mérito do processo instaurado na Câmara, com admissão da denúncia para fins de processamento no âmbito do Senado Federal."* (destacamos)

Dessa forma, insisto: é competência desta Comissão e, posteriormente, do Plenário, analisar a denúncia como um todo, não estando este colegiado vinculado ao recebimento precário do Presidente desta Casa.

2.4.2.2. Da responsabilização do Presidente da República (reeleito) por atos cometidos em mandato imediatamente anterior

Há que se considerar se há a possibilidade de um Presidente da República ser responsabilizado por atos cometidos no curso de mandatos imediatamente anteriores.

Grande parte da doutrina constitucionalista tem entendido que o Presidente da República reeleito pode responder por atos praticados no exercício da função durante seu mandato imediatamente anterior. Nesse sentido vale lembrar a lição Paulo Brossard, *in verbis*:

> *"Restabelece-se a jurisdição política, se o antigo governante ao cargo retornar. O impeachment pode então ser iniciado ou prosseguido. "Tem-se entendido — escreve Pontes de Miranda — que, se a pessoa volta ao cargo, se restaura a jurisdição política (...). Ainda mais. Embora não haja faltado quem alegasse que a eleição*

Câmara dos Deputados
Fl. 9158
Comissões Especiais

*popular tem a virtude de apagar as faltas pretéritas, a verdade é que infrações cometidas antes da investidura no cargo, estranhas ao seu exercício ou relacionadas com anterior desempenho, têm motivado o impeachment, desde que a autoridade seja reinvestida em função suscetível de acusação parlamentar."*

Além do mais, a Constituição Federal jamais disse que o Presidente da República não pode ser responsabilizado por atos praticados em mandato anterior. A Carta Magna usa, sabiamente, o termo "funções", e não "mandato atual". Senão vejamos:

*"Art. 86.....*

*§ 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas* funções."

Dessa forma, há que se considerar que a Constituição deve ser interpretada de maneira evolutiva, levando-se em conta as mudanças de seu texto e as transformações sociais. Inicialmente, o Constituinte originário, ao criar o § 4º do art. 86, não previa o instituto da reeleição. Dessa forma, o Presidente da República exercia suas funções pelo período de quatro anos apenas. Contudo, após a inserção do instituto da reeleição no Texto Magno pela Emenda Constitucional nº 16/1997, o Presidente da República passou a exercer suas funções pelo período de oito anos, caso reeleito, ainda que cada mandato seja de quatro anos.

Logo, em nosso entendimento, a interpretação mais fiel à vontade constitucional deve ser no sentido de possibilitar a responsabilização do Chefe do Poder Executivo por atos cometidos em qualquer um dos dois mandatos consecutivos, desde que ainda esteja no exercício das funções presidenciais.

Por fim, cabe observar que, guardadas as devidas peculiaridades, o processo de crime de responsabilidade do Presidente da República tem a mesma natureza do processo de perda de mandato parlamentar por falta de decoro. Considerando-se a mesma natureza de ambos os processos, consideradas as devidas proporções, poder-se-ia também aplicar no processo de *impeachment* o princípio da unidade de legislatura, que não impede a instauração de procedimento de cassação legislativa

Câmara dos Deputados
Fl. 9159
Comissões Especiais

por atos atentatórios ao decoro parlamentar cometido na legislatura anterior, conforme já decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

Ainda sobre o tema, traz-se a lume a lição do Ministro Celso de Mello:

> *"(...) que* o princípio da unidade de legislatura não representa obstáculo constitucional *a que as Casas Legislativas venham, ainda que por fatos anteriores à legislatura em curso, a instaurar — contra quem já era titular de mandato na legislatura precedente — procedimento de caráter político-administrativo, destinado a viabilizar a decretação da perda do mandato, por fato atentatório ao decoro parlamentar, cometido por quem então se achava investido na condição de membro de qualquer das Casas do Congresso Nacional (Constituição Federal, artigo 55, I, e §§ 1º e 2º)."*

Pelos argumentos defendidos pelos Ministros da Suprema Corte acima expostos, não nos parece, salvo melhor juízo, subsistir mais dúvidas quanto ao cabimento de responsabilização de um Presidente da República por atos cometidos no curso de mandatos imediatamente anteriores.

2.4.2.3. Do caso concreto

Não obstante meu entendimento pessoal, que, insisto, parece ser o mais acertado, tive o cuidado de considerar neste relatório, como fundamento para a sua conclusão, apenas os fatos narrados na denúncia supostamente admitidos pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Assim procedo por dois motivos. A primeira razão é o intuito de evitar eventual alegação de violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, até mesmo porque a Defesa nada disse sobre esses fatos. A segunda é porque, nos termos em que a denúncia foi supostamente recebida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, no entendimento deste Relator, já existem motivos suficientes para a formação de juízo desta Casa.

Ressalto que, caso esta Casa autorize a abertura de procedimento por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, cabe ao Senado Federal realizar um juízo de recebimento preliminar, conforme decidido pela ADPF nº 378.

Câmara dos Deputados
Fl. 916
Comissões Especiais

Cabe também ao Senado Federal, nesse juízo preliminar, se confirmar a eventual decisão da Câmara dos Deputados, decidir se a denúncia apresentada será julgada por inteiro, inclusive com a consideração de fatos novos, como defende a doutrina especializada, ou apenas parcialmente, naquilo que o Presidente da Câmara dos Deputados e esta Comissão consideraram como razão de decidir.

Digo isso porque a conclusão deste relatório deve ser apenas a de autorizar a instauração ou não do processo, nada mais do que isso. A fase realmente processual, com o recebimento da denúncia propriamente dito, com o seu processamento e julgamento, será feita no Senado Federal.

2.5. Das preliminares da Defesa

Antes de adentrarmos no exame da justa causa, passaremos à análise das duas questões preliminares trazidas pela Defesa. A primeira em relação à suposta nulidade do recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara dos Deputados em face de desvio de finalidade. A segunda questão preliminar se refere a questões procedimentais do presente processo de *impeachment* e se divide em três subitens:

a) Da juntada aos autos da delação premiada feita pelo Senador Delcídio do Amaral;

b) Da realização de etapa procedimental de diligências para o esclarecimento da denúncia;

c) Da ausência de intimação da Denunciada para acompanhamento das oitivas de esclarecimento.

A seguir, as referidas questões serão abordadas.

2.5.1. Da suposta nulidade do recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara dos Deputados em face de desvio de finalidade

Nesta primeira questão preliminar, a Defesa alega que:

1) o recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara dos Deputados ocorreu de maneira viciada, por indiscutível desvio de poder ou desvio de finalidade, pelo que deve ser reconhecida nula de pleno direito a decisão proferida e, consequentemente, os atos subsequentes;

2) o presente processo foi instaurado com base em premissas ilegais, ilegítimas, imorais e manifestamente injustas, a partir de um clamoroso abuso de poder no qual ninguém no exercício da Presidência da Câmara poderia ter incorrido.

Câmara dos Deputados
Fl. 3161
Comissões Especiais

Análise.

Essa questão já foi analisada e encontra-se superada pelo Supremo Tribunal Federal em duas oportunidades, restando fixado o entendimento de que não se aplicam ao processo político-jurídico de *impeachment* as regras de processo penal que tratam de impedimento/suspeição, por haver regra expressa no art. 36 da Lei nº 1.079/50, não presentes no caso.

No julgamento da ADPF nº 378-DF, pelo Supremo Tribunal Federal, foi decidido, por unanimidade, pela impossibilidade de aplicação subsidiária das hipóteses de impedimento e suspeição do CPP relativamente ao Presidente da Câmara dos Deputados. Do voto do Ministro Roberto Barroso colhe-se a seguinte passagem sobre o tema:

> *"Embora o art. 38 da Lei nº 1.079/1950 reconheça a aplicação subsidiária do Código de Processo Penal ao processo e julgamento do Presidente da República por crime de responsabilidade,* somente estarão impedidos de funcionar nesse processo os Parlamentares que se encontram em situações previstas no art. 36 da mesma lei, não se aplicando subsidiariamente as hipóteses de impedimento e suspeição previstas no CPP. *E isso por três razões. Em primeiro lugar, é incabível a equiparação entre magistrados, dos quais se deve exigir plena imparcialidade, e parlamentares, que devem exercer suas funções com base em suas convicções político-partidárias e pessoais e buscar realizar a vontade dos representados. Em segundo lugar, a aplicação subsidiária pressupõe ausência de previsão normativa na lei, o que não ocorre em relação à Lei nº 1.079/50, que estabelece os casos de impedimento no art. 36. Por fim, embora a Lei de Crimes de Responsabilidade não estabeleça hipóteses de suspeição, não há que se falar em lacuna legal. É compreensível que o legislador tenha fixado, apenas e excepcionalmente, casos de impedimento, dado o fato de*

Câmara dos Deputados
Fl. 9162
Comissões Especiais

> *que o processo de impeachment ocorre no âmbito do Legislativo, onde divergências, embates e acusações ganham lugar cotidianamente."*

Em outra decisão, também envolvendo o processo de *impeachment* da atual Presidente da República (MS 33.921-DF), o Ministro Gilmar Mendes indeferiu a liminar requerida em mandado de segurança impetrado por Parlamentares da base aliada, no qual também se sustentava desvio de poder ou de finalidade, sob o argumento de que o Presidente da Câmara dos Deputados se utilizou *"da gravíssima competência de admitir a instauração de processo de* impeachment *como instrumento para impedir a apuração de seus desvios éticos, chantagear adversários ou promover vingança política"*. Aduziram os impetrantes daquele processo que o Presidente da Câmara dos Deputados teria agido em defesa de seu interesse pessoal, qual seja evitar sua própria cassação. Da decisão referida, que afastou expressamente tais alegações, merecem atenção os seguintes trechos:

> *"Ressalte-se que eventuais interesses político-partidários divergentes da autoridade apontada como coatora em face da Presidente da República, que poderiam revelar, inclusive, a existência de inimizade, não significariam a violação das garantias decorrentes da organização e procedimento do processo vindouro, iniciado com o ato ora atacado.*
>
> *(...)*
>
> *Observando detidamente o ato apontado como coator, configura-se claro que houve apenas análise formal pelo Chefe da Câmara dos Deputados, devidamente fundamentada, no exercício do seu mister constitucional."*

Não bastasse a jurisprudência afastando do processo político as hipóteses de impedimento e suspeição previstas no CPP, nunca é demais lembrar que a competência para a análise do recebimento da denúncia é, afinal, do Plenário da Câmara dos Deputados. O Presidente da Casa apenas deflagra o procedimento. Além disso...".

Câmara dos Deputados
Fl. 9163
Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Peço um pouco mais de silêncio no plenário, para o Relator, o Deputado Jovair Arantes, continuar o seu pronunciamento.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - "Não bastasse a jurisprudência afastando do processo político as hipóteses de impedimento e suspeição previstas no CPP, nunca é demais lembrar que a competência para a análise do recebimento da denúncia é, afinal, do Plenário da Câmara dos Deputados. O Presidente da Casa apenas deflagra o procedimento. Além disso, a hipótese do cometimento de crimes de responsabilidade que expressam condutas afrontosas à Constituição praticadas pelo Chefe do Poder Executivo é motivo suficiente para a submissão da denúncia à análise desta Casa.

Por tudo isso, o só fato de o Presidente da Câmara dos Deputados ter divergência política com a Denunciada não é causa suficiente para afastar a validade do ato praticado, sem contar que se trata de matéria vencida, já analisada e rejeitada pela Suprema Corte deste País.

Rejeito, assim, a preliminar apresentada.

2.5.2. Das questões procedimentais

2.5.2.1. Da juntada aos autos da delação premiada feita pelo Senador Delcídio do Amaral"

Rejeito também.

"Na segunda questão preliminar, a Defesa alega:

1) o Presidente da Câmara dos Deputados, ao decidir anexar aos autos a íntegra da colaboração premiada do Senador Delcídio do Amaral, incorreu em desvio de poder e feriu o direito à ampla defesa da Denunciada;

2) o referido documento não guarda relação fática ou jurídica com o objeto delimitado para o presente procedimento e não guarda pertinência com o atual mandato da Presidente da República;

3) a decisão sobre a juntada dos documentos contraria a deliberação original do Presidente da Câmara quanto à admissibilidade apenas parcial da presente denúncia;

4) a Comissão Especial que cuida do presente procedimento discutiu sobre a matéria e que o requerimento de desentranhamento dos autos foi rejeitado, o que

Câmara dos Deputados
Fl. 3164
Comissões Especiais

fere os direitos de defesa e do devido processo legal da acusada, que não sabe de quais acusações deve se defender.

Por fim, a Defesa solicita: a) anulação dos atos desta Comissão a partir da juntada dos documentos; b) que seja afirmado que este processo se limita, exclusivamente, à apreciação dos crimes de responsabilidade objeto da denúncia originalmente recebida pelo Presidente da Câmara; c) que seja determinada a reabertura do prazo para a apresentação da manifestação de defesa; e d) que tanto a Defesa, como o Relator, bem como os Parlamentares, firmem suas manifestações sobre a matéria recebida parcialmente pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Análise.

Não é consistente a alegação de que a Denunciada não saberia de quais fatos deveria se defender, uma vez que a mesma foi, por duas vezes, regularmente notificada para que tomasse conhecimento do inteiro teor da denúncia. Tais fatos ocorreram nos dias 3/12/2015 e 17/3/2016.

Como já registrado, tenho o entendimento firmado de que o juízo de admissibilidade realizado pelo Presidente da Câmara é meramente precário, sumário e não vinculante, o que autoriza a esta Comissão analisar a denúncia por inteiro.

Também como já apontado, tais documentos não foram considerados como fundamento para a elaboração deste Relatório".

Quero reler: "Também como já apontado, tais documentos não foram considerados como fundamento para a elaboração deste Relatório.

Ademais, vale lembrar que o Supremo Tribunal Federal, por meio da ADPF nº 378, decidiu que o procedimento utilizado pelo Congresso Nacional no caso Collor deve ser utilizado como parâmetro para o presente procedimento. Ora, assim decidiu Nelson Jobim, Relator do caso Collor, quando da análise do argumento da Defesa que se investia contra o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito:

> *"Não é a Câmara dos Deputados, porque foro de admissibilidade da Denúncia e de autorização para a instauração do processo, competente para apreciar a consistência material das conclusões da CPI. É tema de*

Câmara dos Deputados
Fl. 9165
Comissões Especiais

*exclusiva órbita do Senado Federal, onde o contraditório de mérito deve ser instaurado. (...).*

*Por último, requer que sejam "carreados para os autos todos os documentos em que se fundou o relatório final da CPI para incriminar o defendente" (...).*

Quanto a essas provas e diligências, o eventual deferimento de sua produção ou de seu cumprimento não está afeto à competência desta Casa, que é, repita-se, restrita ao juízo prelibatório. (grifo nosso)

Portanto, o Senado Federal é competente para, ao realizar o novo juízo de admissibilidade, admitir a denúncia total ou parcialmente, bem como produzir as provas necessárias à elucidação dos fatos, entre elas, a juntada de quaisquer documentos, oitiva de testemunhas, perícias, etc.

Esse também foi o entendimento do Presidente desta Comissão Especial, ao decidir questões de ordem, no dia 31 de março de 2016, sobre o desentranhamento do documento:

*"O mais importante é que este documento não será considerado pelo relator desta Comissão Especial, conforme já assentado em decisão anterior. Caberá ao Senado Federal, em sua competência própria, se for o caso, fazer a instrução probatória conforme suas atribuições e como achar adequado. Ou seja, estar ou não o documento nos autos é irrelevante, já que o documento, insisto, não deverá ser considerado por esta Comissão, nem pelo Plenário."* Palavras do Presidente Rogério Rosso.

Em relação ao alegado prejuízo para a Defesa, também este não houve, uma vez que o presente Relatório, como dito anteriormente, limitou-se aos termos da Denúncia conforme supostamente recebida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, assim como o fez a Defesa.

Por essas razões, rejeito a preliminar apresentada.

Câmara dos Deputados
Fl. 9166
Comissões Especiais

2.5.2.2. Da realização de etapa procedimental de diligências para o esclarecimento da denúncia.

Quanto às audiências públicas realizadas nesta Comissão para a oitiva de convidados, a Defesa alega, em síntese:

1. que a Comissão Especial realizou etapa procedimental não prevista na legislação e no rito de *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor, que serviu de parâmetro decisório para o rito estabelecido pelo STF (...);

2. que, nas citadas audiências públicas, os convidados manifestaram-se sobre todo o conteúdo da denúncia, quando o Presidente da Câmara dos Deputados a recebeu parcialmente, o que teria ferido o direito à ampla defesa da Denunciada.

A Defesa requer, por fim, que: a) seja anulada a audiência de esclarecimento da denúncia realizada com a oitiva de seus autores, retirando-se dos autos todas as transcrições das suas falas; b) sejam anulados todos os atos processuais realizados após a realização desta etapa processual, com a reabertura de novo prazo para apresentação de defesa pela Denunciada; c) seja afirmado que o objeto em discussão neste procedimento limita-se exclusivamente aos fatos que caracterizam os crimes de responsabilidade objeto da denúncia originalmente recebida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, devendo a defesa e esta relatoria, em suas considerações se absterem exclusivamente em abordarem, em suas respectivas análises, estes fatos; e d) que sejam os membros desta Comissão orientados de que apenas deverão formar sua convicção a partir da análise da ocorrência ou não dos crimes de responsabilidade definidos no despacho do Presidente da Câmara dos Deputados que recebeu a denúncia.

Análise

Sobre a preliminar em consideração, cabe lembrar que o Presidente deste Colegiado, em decisão à questão de ordem formulada pela Deputada Jandira Feghali acerca da interpretação do art. 218, §§ 4º e 5º, combinado com o art. 20 da Lei nº 1.079, de 1950, esclareceu que tais audiências teriam apenas o caráter de esclarecimento da denúncia e não de instrução probatória.

Ao tomar a referida decisão, o Presidente da Comissão considerou o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, na ADPF nº 378. Naquela ocasião, o Ministro Luís Roberto Barroso deixou expressa a possibilidade de a Comissão

Câmara dos Deputados
Fl. 3167
Comissões Especiais

Especial adotar procedimentos para o esclarecimento da denúncia apresentada, ao declarar *'recepcionados pela CF/1988 os arts. 20 e 21 da Lei nº 1.079/1950, desde que interpretados conforme a Constituição, para que se entenda que as 'diligências' referidas no art. 20 não se destinam a provar a (im)procedência da acusação, mas apenas a esclarecer a denúncia'.*

Seguindo essa linha de entendimento, em estrita obediência à Lei nº 1.079, de 1950, e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o rito do processo de *impeachment*, as audiências públicas realizadas no âmbito desta Comissão Especial destinaram-se exclusivamente ao esclarecimento da denúncia, e não à produção de provas para elucidar a veracidade ou não dos fatos nela narrados, em conformidade com a competência da Câmara dos Deputados de autorizar ou não a instauração do processo (condição de procedibilidade).

Não houve, no caso, desrespeito ao rito do processo de *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor. O fato de o Supremo Tribunal Federal ter determinado que tal rito fosse seguido tanto quanto possível pelo Congresso Nacional não implica a conclusão de que nenhuma diligência de esclarecimento pudesse ser realizada por esta Comissão em razão de nada ter sido feito com esse objetivo naquela ocasião.

Note-se que o caso em análise é, em muitos aspectos, diverso do processo de 1992, eis que a denúncia contém vários fatos complexos, em especial, os relativos a matérias financeira e orçamentária. Daí, porque as audiências públicas não buscaram suprir ou preencher eventuais lacunas da denúncia, mas, ao invés, esclarecer os membros desta Comissão Especial e a sociedade sobre tais fatos. Tal conduta, a nosso ver, efetivamente contribuirá para a formação da convicção de cada parlamentar na discussão e votação deste parecer.

Acredito, ademais, que as audiências públicas aqui realizadas conferiram maior transparência aos trabalhos deste colegiado, em respeito aos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência.

Acrescente-se que não houve prejuízo para a Denunciada, eis que não se tratou de fatos novos, mas apenas aqueles já contidos na denúncia, da qual a Presidente da República foi notificada por duas vezes para apresentar sua defesa.

Não obstante o suposto recebimento parcial da Denúncia, não haveria como cercear a livre manifestação dos presentes às audiências sobre os fatos nela

Câmara dos Deputados
Fl. 5168
Comissões Especiais

contidos, tanto convidados quanto Parlamentares, em razão da liberdade de expressão dos Deputados, em opiniões, palavras e votos, e da publicidade da peça exordial.

Por essas razões, rejeito a preliminar apresentada.

2.5.2.3. Da ausência de intimação da Denunciada para acompanhamento das oitivas de esclarecimento.

A Defesa sustenta, em síntese, que:

1. ao realizar audiência pública com os Denunciantes sem intimar a Denunciada, a Comissão feriu frontalmente o princípio da 'paridade de armas', decorrente do princípio da isonomia e do princípio da ampla defesa;

2. que tal paridade deveria ser observada desde a fase pré-judicial até a fase executória do processo penal;

3. que, após tal oitiva, deveria ter sido aberto novo prazo de dez sessões para a sua manifestação, uma vez que os esclarecimentos de pontos obscuros sem a ciência da Denunciada prejudica sua defesa.

Por fim, pede: a) a decretação da nulidade da sessão de oitiva dos Denunciantes; b) caso seja mantida válida a referida sessão, seja reaberto o prazo de dez sessões para apresentação de nova defesa; e c) a intimação de todos os atos doravante praticados."

Quero lembrar aos colegas que estou na metade dos votos. Chegamos e já vencemos a metade da nossa estrada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vá em frente, Relator.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Vamos em frente. Vamos em frente.

"Análise

De início, conforme dito anteriormente, os Denunciantes foram convidados a comparecer a esta Casa, não porque a peça inicial fosse omissa, contraditória ou obscura, mas para 'prestar esclarecimentos' no sentido de apresentar a denúncia oralmente aos Deputados e, principalmente, ao povo brasileiro," — que assiste constantemente a todas as sessões da Casa — "que até o momento da realização desta audiência participava da discussão do processo de *impeachment* apenas por 'ouvir dizer'. Na verdade, o intuito desta Comissão foi o de dar maior transparência

Câmara dos Deputados
Fl. 9169
Comissões Especiais

ao processo de impedimento, conferindo ao cidadão instrumentos para que pudesse formar sua opinião e participar ativamente desse debate.

A realização das referidas audiências públicas nenhum prejuízo trouxe à Defesa e, consoante o art. 563 do CPP, *'nenhum ato será declarado nulo se da nulidade não resultar nenhum prejuízo para a defesa ou acusação'*. Também o art. 282, § 2º, do novo CPC determina que *'quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta'*.

Tal qual apontado pelo STF na ADPF nº 378, o procedimento instaurado perante a Câmara dos Deputados não comporta produção de provas, já que se trata de fase pré-processual. Nesse ponto, é imperioso que se distinga a fase pré-processual no processo de *impeachment* da fase pré-processual no processo penal, que é a do inquérito policial, onde há produção de provas.

Em que pese ter causado estranheza à Denunciada a realização do ato, a audiência pública é um instrumento com previsão regimental" — desta Casa — "(RICD. art. 24, III), muito utilizado pelo Parlamento, eis que lida diretamente com a sociedade civil. Tais audiências, de fato, não foram realizadas quando do processo de *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor. Porém, a sociedade brasileira hoje demanda muito mais participação na política do que naquela época, assim como a questão debatida é muito mais complexa e merece maiores esclarecimentos.

Há que se frisar que durante a realização deste ato não houve a produção de uma prova sequer. Os Denunciantes se ativeram à apresentação oral do conteúdo da denúncia, conforme se pode comprovar através das atas das audiências que constam dos autos. E porque não houve referência a fatos estranhos à denúncia, não se faz necessário abrir novo prazo para a Defesa.

Além do mais, não há que se falar em 'paridade de armas', uma vez que não se trata de dilação probatória. O que houve foi apenas o convite para que fosse feita a exposição oral do conteúdo da denúncia, bem como sua análise sob diferentes pontos de vista, tanto dos Denunciantes, quanto do Ministro de Estado da Fazenda e do Prof. Ricardo Lodi Ribeiro.

Por essas razões, rejeito a preliminar apresentada.

Câmara dos Deputados
Fl. 917
Comissões Especiais

Passemos, então, ao exame da justa causa e dos demais aspectos de admissibilidade em relação a cada uma das condutas atribuídas à Presidente da República pela denúncia. *(Manifestação na plateia.)*

2.6 Exame de Admissibilidade da DCR nº 1, de 2015 (justa causa).

O exame da justa causa refere-se à análise do suporte probatório mínimo que deve acompanhar qualquer procedimento punitivo. Tal exame deve verificar se há nos autos indícios de autoria e da existência material do cometimento de um ilícito, vale dizer se há indícios mínimos de que a ação é típica, antijurídica e culpável.

Na lição de Tourinho Filho, quando se propõe uma ação, *'não basta fazer referência ao caso concreto; é preciso que no limiar do processo a ser instaurado se mostre ao Juiz a seriedade do pedido, exibindo-lhe os elementos em que se esteia a acusação... Não é preciso que a prova seja esmagadora'*. Dessa forma, bastaria a fumaça do bom direito.

Em síntese, esta Comissão deve indagar:

1. Há na denúncia elementos informativos que indiquem atentado à Constituição, bem como o enquadramento nas hipóteses enumeradas na Lei nº 1.079, de 1950?

2. Há elementos mínimos de 'prova' que dão lastro à acusação e indicam, em tese, o cometimento de crime de responsabilidade, a ser eventualmente comprovado no âmbito do processo? (Observe-se que a prova, em sentido estrito, é aquela que resulta do contraditório.)

3. A acusação é vazia, temerária, infundada, abusiva, leviana, inepta, de caráter meramente partidário, lastreada tão somente na disputa política, a ponto de comprometer a viabilidade de eventual processo? Há plausibilidade para o prosseguimento do processo?"

São perguntas feitas.

"4. Seriam esses fatos de gravidade suficiente a justificar a instauração do processo, que poderá culminar no afastamento do Chefe do Poder Executivo, ou seriam meros atos ilegais, de pequena monta, irrelevantes e sem consequências, tendo em vista os deveres funcionais de uma gestão eficiente, proba e responsável do Estado e das finanças públicas?"

Câmara dos Deputados
Fl. 5171
Comissões Especiais

Vou repetir: "Seriam esses fatos de gravidade suficiente a justificar a instauração do processo, que poderá culminar no afastamento do chefe do Poder Executivo, ou seriam meros atos ilegais, de pequena monta, irrelevantes e sem consequências, tendo em vista os deveres funcionais de uma gestão eficiente, proba e responsável do Estado e das finanças públicas?

5. Considerados os argumentos da Defesa técnica da Denunciada, subsistem a gravidade dos fatos narrados e os elementos de prova que acompanham a denúncia, a ponto de merecer ser recebida e autorizada a instauração do processo pelo Senado Federal?

2.6.1. Dos decretos ilegais. Crime do art. 10, itens 4 e 6 da Lei n° 1.079, de 10 de abril de 1950.

Argumentos apresentados

Conforme a denúncia, a conduta da Presidente da República passível de caracterização como crime de responsabilidade seria a abertura de créditos suplementares, por decreto, sem autorização legislativa. Isso afrontaria o disposto no art. 167, V, da Constituição Federal, e nos itens 4 e 6 do art. 10 da Lei nº 1.079, de 1950, na medida em que não teria sido atendida a condição fixada no *caput* do art. 4º do texto da Lei Orçamentária de 2015 (compatibilidade com a obtenção da meta fiscal).

Os atos e fatos apontados na denúncia representariam atentado ao princípio da separação de poderes, ao controle parlamentar das finanças públicas, à lei orçamentária e à exigência constitucional de prévia autorização legislativa para a abertura de crédito orçamentário suplementar.

A denúncia destaca que a Presidente editou em 2015 os seguintes decretos de abertura de créditos suplementares, discriminados na tabela." Os senhores a terão no seu documento.

"(...)

Infere-se da denúncia que, estando comprometida a meta de superávit primário (conforme a Exposição de Motivos do PLN nº 5/2015), a abertura de créditos por decreto somente seria considerada compatível com a obtenção do resultado fiscal quando os acréscimos na programação orçamentária fossem

Câmara dos Deputados
Fl. 3172
Comissões Especiais

compensados pela anulação de outras dotações (créditos neutros, do ponto de vista fiscal).

Nesse sentido, os Denunciantes afirmam que o superávit financeiro e o excesso de arrecadação utilizados como fonte na abertura dos referidos decretos, na ordem de R$ 2,5 bilhões seriam 'artificiais' (...). Isso porque o Executivo tinha reconhecido que as metas vigentes, estabelecidas no art. 2º da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 — LDO 2015), estavam seriamente comprometidas.

Tal fato teria se tornado límpido com o envio da Mensagem Presidencial nº 269, de 22 de julho de 2015, que encaminhou o PLN 5/2015, cujo texto atestava que a meta não estava sendo atendida, pelo que o Governo propôs a sua redução. O mesmo se depreende do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre de 2015, de mesma data.

Diante disso, entendem os Denunciantes que, enquanto não fosse aprovado o PLN 5/2015, estaria vedada a edição de decretos incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário então vigente. Além disso, impunha-se a obrigação legal de limitar empenhos e pagamentos (...), com vistas à obtenção da referida meta.

Não obstante, ao invés de promover a correção dos limites de programação, a Denunciada editou os mencionados decretos de ampliação de despesa com base em uma meta de superávit primário ainda pendente de aprovação pelo Legislativo.

Ainda de acordo com a denúncia, a abertura de créditos por decreto, estando a meta fiscal comprometida, e enquanto não aprovada sua alteração, já havia sido considerada ilegal pelo TCU no parecer prévio das Contas de 2014. Os Denunciantes observam que a conduta ocorrida em 2015 é idêntica àquela verificada no ano anterior.

Enfim, assentam os Denunciantes: *'Inegável, portanto, que a infringência às leis orçamentárias é patente, contumaz e reiterada, o que perfaz o tipo do art. 10, 4, da Lei 1.079/50'* (...).

Segundo a manifestação da Presidente da República, os seus decretos não teriam violado a Constituição Federal ou as leis orçamentárias em vigor, tendo em vista que não houve descumprimento da meta de superávit primário, a qual somente poderia ser aferida ao final do exercício financeiro. Como o Congresso Nacional

Câmara dos Deputados
Fl. 9173
Comissões Especiais

aprovou o Projeto de Lei nº 5, de 2015, ao final daquele ano, teria ocorrido a convalidação dos atos praticados com base nessa nova meta fiscal.

Ainda segundo a manifestação de S.Exa (...), haveria, na denúncia, uma confusão entre gestão orçamentária e gestão financeira.

Pela primeira, os limites de gasto de cada despesa pública devem estar previamente autorizados nas leis orçamentárias (e nos decretos presidenciais que podem abrir créditos orçamentários, com base no já citado art. 4º da LOA), a fim de que haja a transparência de quais são as prioridades do Estado. A gestão financeira, por sua vez, diz respeito à real execução desses gastos, que podem não ser concretizados em sua integralidade, principalmente diante de variações na arrecadação das receitas públicas.

A partir dessa distinção, a Denunciada conclui que a abertura de créditos orçamentários por decreto, evento próprio da gestão orçamentária, não geraria impacto na obtenção da meta fiscal, pois esta última é medida de gestão financeira, a ser controlada por mecanismos como o contingenciamento de despesas, que impede que aquilo que foi autorizado do ponto de vista orçamentário seja efetivamente gasto do ponto de vista fiscal. Daí que a referida criação de crédito orçamentário não teria relação com o descumprimento da meta fiscal ou com o aumento de gastos públicos efetivos.

Sob outro aspecto, a Denunciada alega que o Tribunal de Contas da União (TCU) alterou a sua posição anterior de aceitar a abertura de crédito suplementar por decreto durante a tramitação de proposta legislativa de alteração da meta fiscal (págs. 133 e seguintes). Como a mudança da jurisprudência do TCU somente ocorreu em 2015, o princípio da segurança jurídica demandaria a aplicação de sanções aos administradores públicos para os fatos que viessem a ocorrer após a referida mudança de entendimento.

A Denunciada informa que os créditos suplementares foram demandados por diversos órgãos, a exemplo da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral e do Tribunal de Contas da União (...), e que muitos deles dizem respeito a despesas obrigatórias. Por essa razão, argumenta que estava no estrito cumprimento de dever legal e que não poderia lhe ser exigida conduta diversa (...).

Câmara dos Deputados
Fl. 3134
Comissões Especiais

Alega também que realidade semelhante aconteceu em vários Estados e Municípios, razão pela qual diversos Governadores e Prefeitos poderiam sofrer o mesmo processo de *impeachment*.

Finalmente, a Presidente da República aduz que mais de 20 técnicos participam do circuito de análise de um decreto de crédito suplementar, o que, acrescido à complexidade técnica da matéria, afastaria a má-fé e o dolo da conduta da Denunciada (...).

Feito um breve resumo da denúncia e da manifestação da Defesa, passo à análise da admissibilidade do caso concreto. E, inicialmente, esclareço que o farei à luz da competência constitucional da Câmara dos Deputados no processo de *impeachment*, que é a de proferir um mero juízo pré-processual de admissibilidade, a ser reavaliado pelo Senado Federal, conforme decidiu o STF nos autos da ADPF nº 378.

Nesse juízo inicial de admissibilidade, compete ao Plenário da Câmara dos Deputados avaliar se há, na denúncia e seus documentos anexos" — isso é repetitivo, mas é necessário que seja colocado — "e ante a manifestação da parte Denunciada, indícios mínimos de prova de conduta pessoal da Presidente da República que, revestidos de máxima gravidade, revelem atentados (...) à Lei (...) de 1950."

Volto a repetir: aqui nós repetimos muitas coisas que já foram lidas, objetivando exatamente dar segurança jurídica ao nosso Relatório.

"Autoria

Quanto à autoria, destaca-se, inicialmente, que decreto é ato de competência privativa dos Chefes do Poder Executivo (...), não podendo contrariar a lei — incluindo a lei orçamentária.

Nesse contexto, verifica-se que os decretos referidos na denúncia foram realmente assinados pela Presidente da República e publicados entre 27 de julho de 2015 e 20 da agosto de 2015.

O art. 40 da LDO para 2015 determina a submissão, à Presidente da República, das propostas de créditos suplementares autorizados pela lei orçamentária. Todos os órgãos de todos os Poderes e o Ministério Público submetem suas solicitações ao Poder Executivo (...), para que este verifique a

Câmara dos Deputados
Fl. 5675
Comissões Especiais

compatibilidade das alterações com a meta fiscal. Havendo compatibilidade, edita-se decreto; caso contrário, encaminha-se projeto de lei ao Congresso Nacional. Adicionalmente, tratando-se de despesas imprevisíveis e urgentes, edita-se medida provisória.

Abertura de créditos e autorização legislativa

Para essa análise de admissibilidade, deve-se verificar inicialmente qual a conduta vedada pela norma, passível de infringir dispositivo da lei orçamentária.

Pelo que se depreende da leitura do art. 4º da Lei Orçamentária de 2015, a conduta relaciona-se à mera 'abertura' do crédito, o que independe de sua execução (empenho e pagamento).

Examinando o inciso V do art. 167 da Constituição, vemos que é prerrogativa exclusiva do Legislativo o exercício da faculdade de autorizar a abertura de créditos orçamentários."

Vou reler: "Examinando o inciso V do art. 167 da Constituição, vemos que é prerrogativa exclusiva do Legislativo o exercício da faculdade de autorizar a abertura de créditos orçamentários. Quando o Legislativo aprova o projeto de lei orçamentária anual e os de créditos adicionais, a abertura desses créditos orçamentários dá-se automaticamente com a sanção e publicação da respectiva lei, observando-se os montantes e especificações do que foi analisado e aprovado pelo Congresso Nacional.

Paralelamente, o § 8º do art. 165 da Constituição, a título de exceção ao princípio da exclusividade da lei orçamentária, prevê a possibilidade de o Poder Legislativo conceder ao Poder Executivo, no próprio texto da lei orçamentária, autorização prévia e genérica para abrir, por decreto e durante o exercício financeiro, créditos suplementares, devendo-se observar os critérios, limites e condições fixados naquela lei.

Portanto, quem autoriza despesa pública é sempre o Legislativo. É certo que restrições de caixa e o contingenciamento fazem com que parte das programações autorizadas deixe de ser executada. No entanto, a discricionariedade do Executivo na eleição das programações a serem executadas está circunscrita às dotações autorizadas, que não podem ser ampliadas ou alteradas sem prévia autorização legislativa.

Câmara dos Deputados Fl. 9176 Comissões Especiais

Condição do art. 4º da LOA 2015

O art. 4º da LOA 2015 contém 29 incisos que refletem limites e situações permissivas para a abertura, pelo Executivo, de créditos suplementares por decreto. No entanto, o *caput* do referido artigo traz expressamente condição a ser observada em qualquer caso: que as *'alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2015'*."

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - A LOA que eu acabei de ler é de... Vou reler, não a seu pedido, é decisão minha:

"O art. 4º da LOA 2015 contém 29 incisos que refletem limites e situações permissivas para a abertura, pelo Executivo, de créditos suplementares por decreto. No entanto, o *caput* do referido artigo traz expressamente condição a ser observada em qualquer caso: que as *'alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2015'*.

Pode-se concluir *a priori* que a finalidade da inserção, nos textos das leis orçamentárias, da condição supracitada, foi a de compelir o Executivo a adotar, durante a execução do Orçamento, os meios necessários à obtenção da meta de resultado fiscal.

Comprometida a obtenção da meta fiscal, não poderia o Executivo se valer de decreto para abrir créditos nas situações especificadas pelos incisos do mesmo art. 4º. Neste caso, o Executivo perderia a faculdade de movimentar dotações diretamente, passando a depender da apreciação caso a caso pelo Poder Legislativo de proposições encaminhadas sob a forma de projeto de lei de crédito adicional ou medida provisória.

Essa preocupação do Legislativo com o cumprimento de metas fiscais existe desde a redação que deu origem ao atual dispositivo, incluída por emenda durante a apreciação do projeto de lei orçamentária para 2001, e inspirada pela entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal. Naquela oportunidade, a abertura de créditos por decreto foi condicionada à observância dos dispositivos relacionados ao

Câmara dos Deputados
Fl. 9177
Comissões Especiais

cumprimento do cronograma de desembolso e dos limites de programação orçamentária e financeira (arts. 8º, 9º e 13 da LRF)..

A LRF reduziu o poder discricionário do Executivo quanto à definição das metas fiscais, cabendo ao Legislativo dispor, na LDO e nas suas alterações, sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

Resta claro que a exigência do art. 4º da LOA 2015, de que a abertura de créditos deve estar de acordo com a obtenção da meta, tem a finalidade de retirar a flexibilidade orçamentária do Executivo se este não estiver cumprindo preceito da LRF relacionado à gestão fiscal.

(...)

O alcance da meta de resultado representa a síntese do esforço da política fiscal, definida pela LDO. A obtenção da meta de resultado primário condiciona tanto a elaboração como a execução dos orçamentos, bem como as alterações por créditos adicionais. Portanto, a gestão fiscal, voltada à obtenção da meta, vincula tanto a gestão orçamentária quanto a financeira, o que se manifesta, especialmente, durante a execução, na obrigatoriedade de limitação de empenho e pagamento.

Dada a exigência do art. 9º da LRF, a meta de resultado primário tem caráter vinculante para a administração.

Assim, os procedimentos para obtenção da meta se iniciam no campo do orçamento, adequando-se as autorizações de despesa ao alcance dos resultados fiscais implícitos na lei orçamentária.

Durante a execução, a meta de resultado condiciona a programação das despesas, à luz das receitas estimadas. Diante de alguma alteração na previsão de receitas, a despesa discricionária deve se acomodar a elas, via contingenciamento.

A obtenção da meta de superávit é fruto de um processo dinâmico que ocorre ao longo do ano, o que envolve instrumentos indicados pela (...)LRF: cronograma, avaliações periódicas e medidas de ajuste para correção de eventuais desvios que possam comprometer a obtenção da meta.

Fixado o cronograma inicial, o alcance das metas é monitorado por relatórios bimestrais e quadrimestrais, ao passo que a garantia de seu cumprimento depende basicamente da fixação e da manutenção de limites globais compatíveis com as despesas (...)."

Câmara dos Deputados 3178 Comissões Especiais

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Eu queria pedir principalmente aos visitantes que conversem lá fora, porque melhora o nosso trabalho. É evidente que não estou me dirigindo aos Deputados.

"Abertura de créditos e limites de programação

A Denunciada argumenta que a obtenção da meta de resultado se dá no campo específico da gestão financeira. Assim, o ato de abrir créditos, evento da gestão orçamentária, não teria impacto na obtenção das metas, sob o critério de caixa.

Nessa linha, a abertura de quaisquer créditos, independentemente da fonte, sempre seria compatível, porque não tem impacto financeiro imediato.

No entanto, aceita essa interpretação, restaria inócua a condição estabelecida pelo Legislativo no *caput* do art. 4º da LOA, de delegar ao Executivo maior flexibilidade na gestão orçamentária, desde que estivesse atuando na gestão fiscal de forma compatível com o alcance das metas fixadas. A interpretação que o Executivo faz sobre o referido dispositivo atenta contra sua eficácia e afasta o controle legislativo da execução do orçamento."

Repito: "A interpretação que o Executivo faz sobre o referido dispositivo atenta contra sua eficácia e afasta o controle Legislativo da execução do Orçamento."

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR** - Está impossível lá atrás. Ninguém consegue ouvir. É um cochicho o tempo todo, lá no fundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado José Mentor.

Realmente a leitura do relatório é um trabalho exaustivo — está evidente. Eu agradeço demais a compreensão a todos os Deputados. Mas, de fato, a parte mais ao fundo dá para ouvir daqui, inclusive detalhes das falas.

Então, eu solicito a gentileza de todos, falta o último terço do Relatório, para que possamos ajudar o Relator e ao Plenário a fazer esse término com o maior silêncio, por favor.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - "Todavia, esse parágrafo deve ser lido de forma integrada com o *caput* do mesmo artigo, o qual determina que os

Câmara dos Dep. Fl. 9179 Comissões Especiais

limites devem ser fixados com base no art. 9º da LRF. Ou seja, o contingenciamento deve ser suficiente para garantir o cumprimento da meta.

Se os limites da programação orçamentária e financeira não estavam assegurando a obtenção da meta vigente, frustrada estaria a garantia de compatibilidade.

A Defesa assevera que abrir créditos por decreto não implica 'aumento de nenhum centavo de gasto público', dada a segregação da gestão orçamentária em relação à financeira.

Esse argumento, entretanto, não é condizente com os princípios da LRF e da LDO, no sentido de que a obtenção do superávit primário deve orientar a elaboração, a execução e também as alterações do Orçamento. Vale assinalar que alterações da programação orçamentária, em geral, implicam anulação de dotações que se mostraram não realizáveis, para suplementar despesa que muito provavelmente será executada e que demandará recursos financeiros.

Além de ampliar o limite das despesas discricionárias (contingenciamento menor do que o necessário), o abandono unilateral da meta fiscal vigente, antes de aprovada sua alteração pelo Legislativo, contribui para adiar providências e decisões políticas urgentes para o País no campo do controle do gasto obrigatório.

(...)

Neste exame preliminar, constatou-se que o Poder Executivo reconheceu o comprometimento das metas estabelecidas na LDO 2015, na Exposição de Motivos anexa ao PLN nº 5/2015, que solicitava a redução da meta.

A Defesa alega que foi então promovido contingenciamento adicional de R$ 8,5 bilhões, e que essa limitação, pelo Governo, *'demonstrou cabalmente firme sua disposição de cumpri-la (...) por meio da redução de gastos'*.

Ocorre que o relatório do terceiro bimestre de 2015 fundamentou-se numa meta pendente de aprovação pelo Congresso, o que permitiu contingenciamento inferior aos 'montantes necessários' (art. 9º da LRF). Assim, os limites de programação, naquele momento, tornaram-se incompatíveis com a obtenção da meta.

Isso é constatado no exame preliminar do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre de 2015, citado pelas partes. Neste relatório o

Câmara dos Deputados 9180 Comissões Especiais

Executivo mostra o cenário macroeconômico adverso e o aumento da frustração da estimativa de receitas. E que, nesse contexto, foi enviado ao Congresso Nacional Projeto de Lei nº 5, de 22/07/2015, que altera a LDO-2015. Diante disso, o relatório de avaliação bimestral desconsidera a meta então vigente e passa a considerar desde já as metas alteradas de acordo com o referido projeto de lei, ainda que não aprovado.

O impedimento da abertura de créditos por decreto a partir de 22/7/2015, por incompatibilidade com a obtenção da meta de resultado fiscal, teria ocorrido pelo fato de o Executivo ter abandonado a meta fiscal então vigente — R$55,2 bilhões, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social —, passando a adotar limites globais de programação com base em uma meta de resultado menor, proposta no PLN 5/2015 — R$5,8 bilhões —, sem aguardar a aprovação do Legislativo.

Tal procedimento permitiu ampliar os limites de empenho e pagamento e reduzir a necessidade de maior contingenciamento. Ou seja, a avaliação do referido relatório permite concluir que, se adotada a meta então vigente — e não a do PLN 5/2015 —, maior teria sido o contingenciamento.

Alteração das metas fiscais durante o exercício.

É indiscutível, como aponta a Defesa, a possibilidade de alteração das metas fiscais, diante de mudanças da conjuntura econômica ao longo do tempo. Também procede a afirmação de que *'é correto e legítimo que o Poder Executivo envie a proposta de alteração quando, ao elaborar os relatórios bimestrais, constate alteração no quadro macroeconômico previsto no ano anterior para atender aos fins de transparência e planejamento'*.

No entanto, o mero envio de projeto de lei alterando a meta não afastaria a necessidade de aguardar sua aprovação, para fins de atendimento da condição estabelecida no dispositivo da Lei Orçamentária, nem de manter a trajetória de gastos fundamentada na meta então vigente.

A interpretação de que a 'obtenção' da meta somente é verificável no final do exercício esvazia o sentido da condição inserida no *caput* do art. 4º da LOA. Ademais, impede a aplicação do princípio da ação fiscal planejada da LRF, obstando a correção de desvios durante a execução.

Câmara dos Deputados
Fl. 9181
Comissões Especiais

Além disso, nos termos do art. 167, V, da Constituição, a autorização legislativa para a abertura de créditos deve ser prévia. Em decorrência, a verificação das condições para essa autorização também deve ser prévia.

Alterar a programação orçamentária e financeira com base num projeto de alteração da LDO intensifica a não obtenção da meta fiscal aprovada, numa espécie de profecia autorrealizadora. Essa conduta gera fato consumado, na medida em que, na hipótese de o Legislativo não aprovar a alteração, medidas tardias de contenção de gastos não deverão ter a mesma eficácia, se comparadas com aquelas preconizadas no art. 9º da LRF.

Procede a observação da Defesa de que o descumprimento da meta fiscal anual não enseja a configuração de crime de responsabilidade, nem mesmo punição administrativa. Por outro lado, a legislação responsabiliza o gestor quando deixa de adotar os meios necessários à sua obtenção, a exemplo do contingenciamento.

Exame preliminar da legalidade dos decretos.

Prosseguindo nesse exame de admissibilidade, é preciso verificar se os decretos citados na denúncia, no momento e na situação em que foram editados, atendiam objetivamente à condição do *caput* do art. 4º da Lei Orçamentária: *'desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2015'.*

O tema admite duas abordagens. Numa primeira acepção, mais restritiva, se e enquanto os limites globais da programação orçamentária estiverem incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário, afastada estaria a possibilidade de o Executivo abrir, por decreto, quaisquer créditos.

Aqui, um fato da gestão orçamentária — autorização para abrir crédito suplementar por decreto — depende da verificação de uma condição que ocorre no âmbito da gestão fiscal. Os limites de programação das despesas discricionárias são fixados pelos decretos de contingenciamento.

Nessa abordagem, todos os decretos citados na denúncia, independentemente da fonte utilizada, estariam desprovidos de autorização legislativa. Reitera-se que os limites de programação fixados a partir do Relatório de Avaliação do 3º bimestre (22/7/2015) estavam comprometidos, por terem considerado uma meta fiscal ainda não aprovada pelo Legislativo (...).

Câmara dos Deputados
Fl. 3172
Comissões Especiais

Ou seja, as alterações na programação orçamentária, no sentido de 'fixação de limites globais', ocorridas entre o envio do PLN (...) e a aprovação da nova meta (...), tornaram-se incompatíveis com a obtenção da meta de resultado fiscal da LDO vigente.

O contingenciamento menor do que o necessário (...) rompeu a condição incluída (...). Nesse sentido, nenhum dos decretos citados na denúncia poderia ter sido aberto, mesmo aqueles que ampliaram despesas com anulação de outras.

Em uma segunda acepção, menos restritiva, a verificação da compatibilidade dos créditos com o dispositivo da LOA dá-se pela análise das alterações promovidas por cada decreto, examinando-se sua repercussão individual quanto às despesas acrescidas e fontes utilizadas.

Nessa hipótese, mesmo diante de uma meta comprometida, ainda seria viável a abertura de créditos com impacto neutro no resultado fiscal. Isso inclui aqueles que aumentam despesa primária com anulação equivalente de despesa de mesma espécie.

Por outro lado, créditos que aumentam despesa primária com base em fonte financeira — a exemplo do superávit financeiro — não seriam compatíveis com a obtenção das metas fiscais. O uso do superávit financeiro do ano anterior afeta o resultado primário do ano em curso.

Em relação ao uso do excesso de arrecadação, estando as metas fiscais comprometidas, tais receitas, inclusive próprias ou vinculadas, deveriam ser mantidas em caixa, não ampliando gastos". *(Pausa.)*

Estamos terminando. Faltam só 2 horas.

"Na verificação preliminar da compatibilidade dos créditos abertos, pela análise das programações alteradas por cada decreto — ver quadro anexo (...) — , dos seis decretos indicados na denúncia, os dois primeiros associaram fontes financeiras a despesas financeiras, mostrando-se, portanto, neutros do ponto vista fiscal, como alega a Defesa. Os outros quatro decretos, no entanto, acrescentaram despesas primárias. Portanto, mesmo sob essa ótica, não poderiam ter sido abertos.

Não parece proceder, *a priori*, o argumento da Defesa de que o superávit financeiro e o excesso de arrecadação podem ser sempre utilizados como fontes para abertura de créditos, porque previstos na Lei nº 4.320, de 1964.

Câmara dos Deputados
Fl. 3383
Comissões Especiais

Óbvio que, em condições normais, é permitida sua utilização para atender créditos adicionais. Porém, comprometida a obtenção da meta fiscal (evento da gestão fiscal), perderia o Executivo a flexibilidade de movimentar dotações por Decreto (...). Também não cabe a interpretação de que a abertura de quaisquer créditos sempre seria permitida, por não impactarem as metas, leitura que esvazia o sentido da norma.

Conclui-se, neste juízo preliminar, que as duas abordagens possíveis não afastam, *a priori*, a hipótese de ter havido descumprimento de dispositivo do texto da Lei Orçamentária de 2015, seja pela constatação de que os limites globais das despesas discricionárias se encontravam comprometidos, seja pela verificação do impacto individual de cada decreto, contrastando-se as despesas acrescidas e as respectivas fontes de financiamento.

Abertura de créditos e despesas obrigatórias.

Também não merece prosperar, nesta avaliação preliminar, o argumento de que créditos destinados a despesas obrigatórias, que não requerem juízo de conveniência e oportunidade, possibilitaria sempre a abertura por decreto.

A condição estabelecida no *caput* do art. 4º da Lei Orçamentária aplica-se à abertura por decreto de todas as despesas, discricionárias ou não, de todos os Poderes e MPU, independentemente de seu mérito. Todas requerem autorização do Legislativo, a quem cabe decidir sobre sua aprovação. A questão não é a essencialidade da despesa aberta, mas o meio escolhido para a viabilização do crédito, porque afastou o Legislativo do controle prévio das despesas públicas.

Também não se considerou válido, neste juízo, o argumento da Defesa de que a abertura, por decreto, de créditos relativos a despesas obrigatórias estaria sempre legitimada pelos ajustes na avaliação bimestral. Isso porque o Relatório do 3º bimestre de 2015, e também o seguinte, não estava mais considerando a meta vigente, o que inviabiliza os pretensos ajustes.

O fato de as despesas obrigatórias não serem contingenciadas não significa que poderiam ser abertas necessariamente por Decreto. O Executivo deveria aguardar a aprovação da mudança da meta pelo Legislativo, sem prejuízo do contingenciamento. Ou enviar projeto de lei de crédito adicional ao Legislativo, ou mesmo editar medida provisória, nos casos previstos na Constituição.

Câmara dos Deputados
Fl. 5179
Comissões Especiais

Convalidação de atos pela aprovação da alteração da meta fiscal.

Alega a Denunciada que, ao final do exercício, a meta foi cumprida, o que representaria um atestado de regularidade da atuação governamental. Defende também que o atingimento das metas..." *(Pausa.)*

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Por favor, Deputado Paulo Teixeira.

Claro, V.Exa. está livre, mas essa conversa está realmente atrapalhando o Relator.

**(Não identificado)** - As outras também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - As outras, claro, mas essa especificamente está muito alta. Peço-lhe que converse um pouquinho mais baixo.

Obrigado.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Inclusive, vamos repetir, isso não serve para Deputados, serve para quem está assessorando e nos visitando.

"Alega a Denunciada que, ao final do exercício, a meta foi cumprida, o que representaria um atestado de regularidade da atuação governamental. Defende também que o atingimento das metas somente poderia ser aferido no encerramento do exercício fiscal, (...) de dezembro de 2015. Nesse ponto, invoca o princípio da anualidade, e conclui o atingimento da meta constitui 'condição resolutória' (e não suspensiva), o que tornaria possível a abertura de créditos.

É verdade que a Lei Orçamentária estima receitas e fixa despesas para todo o exercício financeiro, e que as metas de resultado fiscal previstas na LDO referem-se ao exercício. A Lei de Responsabilidade Fiscal, no entanto, para garantir a obtenção das metas durante a execução, exige seu desdobramento em metas quadrimestres (...), cronograma financeiro e relatórios de avaliação. A legalidade da execução orçamentária, portanto, está circunscrita a um conjunto de normas e procedimentos que devem ser verificados a cada passo e no momento da ação ou omissão.

É questionável a alegada convalidação de atos praticados durante o exercício de 2015, em decorrência da aprovação da nova meta pelo Congresso Nacional. Como visto, a Constituição Federal (art. 167, V) exige autorização prévia para a

Câmara dos Deputados
Fl. 9185
Comissões Especiais

abertura de créditos. Adicionalmente, a aprovação da nova meta pode ter repercussão distinta no campo administrativo-financeiro e no da responsabilização do agente público. *A priori*, o tempo do suposto crime de responsabilidade se dá no momento da ação, ou seja, na edição dos decretos sob análise.

A interpretação a favor da convalidação, aparentemente, anula o controle legislativo prévio na definição da política fiscal." *(Pausa.)*

Convenhamos, está muito difícil de ler. Eu preciso que, no mínimo, vocês nos ajudem com o silêncio. Acho que é a quinta ou sexta vez que eu estou falando isso.

Eu peço aos convidados, à imprensa — evidentemente não estou me dirigindo diretamente a nenhum —, no geral, a todos que aqui estão que, por favor, façam silêncio. Já estou sem voz de gritar aqui. E quem veio reclamar aqui foi o Deputado Mentor, que está lá atrás e não está conseguindo ouvir. Eu não posso ficar gritando sob pena de estourar a voz.

Continuo.

"A interpretação a favor da convalidação, aparentemente, anula o controle legislativo prévio na definição da política fiscal. Ademais, contraria princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal que limitaram o poder discricionário do Executivo na condução da política fiscal, e que exigem ação fiscal planejada e correção de desvios, com vistas ao atingimento das metas.

(...)

Também não vislumbramos, nessa etapa do processo, inexigibilidade de conduta diversa.

A elaboração de um decreto de crédito suplementar, conforme a Defesa, *'envolve uma complexa cadeia de atos administrativos, da qual se deriva a necessária supervisão interna de diversos órgãos administrativos, que envolve inclusive os órgãos demandantes das verbas de suplementação'.*

Assim, não parece razoável, nesse juízo preliminar, eximir a Denunciada de seu dever funcional de avaliar a compatibilidade das alterações com a meta fiscal e com a legislação vigente. Somente o Poder Executivo, em seus escalões mais elevados, detém as informações para aferir os requisitos das alterações, ao passo que os órgãos demandantes, com uma visão fragmentada do processo, apenas enviam suas propostas.

Câmara dos Deputados
Fl. 2186
Comissões Especiais

Feita a análise pelo Executivo, e atendidas as condições do art. 4º da Lei Orçamentária, poderia ser editado decreto. Em caso contrário, decretos citados na denúncia não poderiam ter sido editados. Deveria ter sido ser encaminhado projeto de lei ao Congresso Nacional. Ou, em caso de imprevisibilidade, relevância e urgência, editar medida provisória.

O argumento da Defesa sobre o fato de constar, nas exposições de motivos dos decretos, que *'as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário'* prova apenas que houve a declaração, mas não a verdade substancial. Naquelas condições, a meta encontrava-se comprometida, e os limites de empenho e pagamento, incompatíveis, por adotar uma meta menor, ainda não aprovada pelo Legislativo.

Em relação ao princípio da continuidade da administração pública, seu atendimento não afasta a efetiva e permanente verificação da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos praticados por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre as finanças públicas, nos termos do art. 70 da Carta Magna. Abrir crédito orçamentário implica na assunção perante a sociedade de obrigações de cunho fiscal pela Presidente da República.

Em relação ao argumento da grande dificuldade de alcançar os resultados fiscais originalmente previstos, caberia, ao invés de adotar procedimento unilateral, maior mobilização junto ao Legislativo e à sociedade na discussão das providências e decisões políticas urgentes para o País no campo do controle do gasto público e nas reformas estruturais.

Por reconhecer que havia conduta diversa a ser exigida da Presidente da República, o envio de projeto de lei de crédito adicional ou a edição de medida provisória, ao invés da edição de decretos, afasto, neste juízo preliminar, a alegação de inexigibilidade de conduta diversa.

Entendimento do Tribunal de Contas da União.

A Defesa alegou que houve mudança de entendimento do Tribunal de Contas da União (...), a partir do Acórdão nº 2.461/2015-TCU-Plenário, que aprovou parecer prévio em favor da rejeição das contas da Presidente da República relativas a 2014.

Câmara dos Deputados
Fl. 9487
Comissões Especiais

Nessa decisão, o Tribunal considerou a abertura de créditos incompatíveis com a meta fiscal como um dos *'fundamentos para a opinião adversa'.*

Afirma a Defesa que a abertura de créditos suplementares, na pendência de apreciação de projetos de lei alterando a meta de resultado primário, já teria ocorrido em exercícios anteriores, sem que isso tivesse sido caracterizado como ilegal ou irregular pelo TCU.

Ao que consta, no entanto, o Tribunal de Contas da União não teria se pronunciado sobre a matéria em anos anteriores, atestando expressamente sua regularidade. Ou seja, não teria havido mudança de entendimento, dado que inexiste aprovação tácita de atos e procedimentos não examinados em auditorias ou fiscalizações no passado.

Ademais, a apuração de crime de responsabilidade pelo Poder Legislativo independe de avaliações próprias do órgão auxiliar de controle externo. De acordo com a Constituição (art. 71, I), o Congresso Nacional, no exercício de atividades de controle, somente necessita aguardar parecer prévio do Tribunal no âmbito do processo de julgamento de contas do Presidente da República.

No processo de julgamento de crimes de responsabilidade (...), a lei específica (...) não prevê vinculação da Câmara dos Deputados, nem do Senado Federal, à prévia manifestação da Corte de Contas.

(...)

Pontua a Defesa que a Presidente da República jamais teve a intenção de burlar qualquer norma, tendo atuado apenas para garantir o funcionamento da máquina pública, de acordo com recomendações dos órgãos que a assessoram. Assim, mesmo que fosse constatada a ilegalidade, diz não ter havido ação dolosa, pela existência de pareceres jurídicos e técnicos, revisados pela Casa Civil, que teriam amparado a edição dos decretos, atos jurídicos presumivelmente válidos.

Alega ainda que o Poder Executivo parou de expedir decretos como os impugnados tão logo o TCU emitiu o Acórdão 2.461/2015, o que afastaria o dolo da conduta da Denunciada.

Adicionalmente, conforme a Defesa, a Lei nº 1.079, de 1950, tipifica a conduta de infringir 'patentemente' (e de qualquer modo) dispositivo da Lei Orçamentária, do que se deduz a necessidade de existência de fato evidente e vontade manifesta.

Ademais, junta demonstrativo dos Estados Federados em que, supostamente, se adotam práticas semelhantes, sem notícia de sanções.

Ainda que não caiba aprofundamento do tema nesta fase de juízo preliminar, não se pode descartar que, no exercício de 2015, já era de amplo conhecimento o caráter proibitivo da conduta. Isso porque os atos e fatos ocorridos neste exercício guardam similitude com aqueles do ano anterior" — ou seja, 2014 —, "os quais já haviam sido objeto de debate público.

Também é controversa a afirmação de que um grande número de técnicos, inclusive da Casa Civil, participaram das etapas que precederam à edição de tais decretos, o que afastaria a conduta dolosa da Denunciada. Nenhum gestor de recursos públicos pode eximir-se de sua responsabilidade pelos atos que celebra no âmbito de sua função pública. As tarefas podem até ser distribuídas, as competências, delegadas, mas o gerenciamento e a responsabilidade sobre os seus atos são indelegáveis. Como já disse a doutrina, *'o Governador não deixa de ser Governador, o Prefeito não deixa de ser Prefeito. É possível resguardar-se, é recomendável prevenir'*, mas a responsabilidade pela gestão da coisa pública recai sobre aquele que foi eleito, afinal, a eleição não se transfere.

Além disso, a alegação de que Governadores e Prefeitos sofreriam processos de *impeachment* por experimentarem realidades similares, além de não eximir a culpa, parece-nos precipitada. Registre-se que a condição constante do art. 4º da LOA 2015 é típica das leis orçamentárias federais, em vista da competência da União de conduzir a política fiscal macroeconômica.

(...)

Em síntese, quanto aos atos e fatos analisados nesse juízo de admissibilidade, podemos (...):

1. O que está sendo avaliado é se o Executivo poderia ou não ter aberto por decreto os créditos citados na denúncia, e se estava ou não autorizado pelo Legislativo (...) a obtenção da meta de resultado primário (...);

2. A condição estabelecida no *caput* do art. 4º aplica-se à abertura por decreto de todas as despesas orçamentárias, discricionárias ou não, de todos os Poderes e MPU, independentemente de seu mérito. Todas dependem autorização do Legislativo;

3. A multicitada condição do *caput* do art. 4º, surgida a partir da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, teve a finalidade de compelir o Executivo a adotar, durante a execução do Orçamento, os meios necessários à obtenção da meta de resultado fiscal;

4. A obtenção da meta de resultado é a síntese da política fiscal. Definida pela LDO, a meta fiscal condiciona a elaboração, a execução, bem como as alterações (créditos adicionais) do Orçamento. Durante a execução, o alcance da meta é fruto de um processo dinâmico que envolve cronograma, avaliações periódicas e medidas de ajuste para corrigir desvios."

Aos nossos assessores aqui da Mesa eu quero pedir que não ajudem na confusão do barulho, por favor. Eu quero só pedir desculpas, porque se não nós não vamos levar a cabo isso. É importante ler parágrafo por parágrafo.

"5. O impedimento da abertura de créditos por decreto teria sido desencadeado a partir do fato de o Executivo, na edição do relatório de avaliação do 3º bimestre de 2015 (...) ter abandonado a meta fiscal então vigente (R$ 55,2 bilhões), passando a adotar limites globais de programação com base na meta proposta no PLN 5/2015 (R$ 5,8 bilhões), sem aguardar a aprovação do Legislativo, o que permitiu menor contingenciamento.

6. O mero envio de projeto de lei alterando a meta, ainda que justificado, não afastaria a necessidade de aguardar sua aprovação pelo Legislativo; a interpretação de que a obtenção da meta somente é verificável no final do exercício esvazia o sentido da condição inserida no *caput* do art. 4º da LOA, e conflita com o controle legislativo do gasto público previsto no art. 167 (...) da Constituição, que exige autorização prévia; além disso, coloca em risco a obtenção da meta fiscal aprovada, porque gera fato consumado;

7. Os atos e fatos relatados não afastam a hipótese de descumprimento de dispositivo do texto da Lei Orçamentária. (...) O Executivo teria perdido a flexibilidade de movimentar dotações por decreto. Neste caso, deveria valer-se de projeto de lei de crédito adicional ou medida provisória.

Conclusão.

Os atos praticados pela Denunciada, se confirmados, representam condutas gravíssimas e conscientes de desrespeito a um Poder da República, em uma de

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
9990

suas missões mais nobres e relevantes para a função de representação popular e, portanto, consistem, à primeira vista, em um atentado à Constituição.

O indício de crime de responsabilidade indicado na denúncia decorreria do item 4 do art. 10 da Lei 1.079/1950 (...). Isso decorre do fato de que o *caput* do art. 4º (...) impõe condição inafastável para que créditos possam ser abertos por decreto, que não teria sido observada.

O tema orçamentário, com a correta gestão dos recursos públicos, é tão sensível para o regime republicano brasileiro que, em todas as Constituições do Brasil (exceto a Carta outorgada de 1937), constaram disposições expressas qualificando como crime de responsabilidade do Presidente da República os atos que atentem contra a Lei Orçamentária, demonstrando a relevância do cumprimento da norma orçamentária para o regime democrático.

A situação denunciada exibe, *a priori*, usurpação, pelo Poder Executivo, de prerrogativas do Poder Legislativo em matéria orçamentária, nos termos da Constituição Federal. A Lei Orçamentária, além de instrumento de planejamento e do equilíbrio fiscal, garante o controle político da sociedade sobre as despesas públicas.

As leis orçamentárias apresentam-se como instrumento do Estado moderno na conformação de sua gestão financeira e separação dos poderes constituídos. O poder decisório na matéria orçamentária encontra-se repartido, cabendo ao Legislativo autorizar despesas, e ao Executivo, sua execução. Essa divisão de poderes decorre de princípio fundamental da democracia (Constituição, art. 2º) (...). É grave seu descumprimento, na medida em que se colocam em risco princípios e valores constitucionais voltados à proteção do Estado Democrático de Direito.

E aqui eu peço a atenção dos ilustres cidadãos brasileiros e membros deste colegiado. Os fatos mostram sérios indícios de inconstitucionalidade, ilegalidade e irresponsabilidade fiscal, negando-se a vigência e eficácia do art. 4º da Lei Orçamentária, e, por consequência, atentando contra o Poder Legislativo, que se vê constrangido, diante do fato consumado e no intuito de evitar o colapso das contas públicas, a aprovar uma meta fiscal que passa a depender, em última instância, da vontade exclusiva da Presidente da República.

Câmara dos Deputados
Fl. 919
Comissões Especiais

Diante do exposto, para fins deste exame preliminar, os documentos citados na denúncia, cotejados com a manifestação da Defesa, permitem concluir pela existência de suporte mínimo de elementos de prova acerca dos fatos narrados.

Nesse contexto, as condutas atribuídas à Presidente da República, relativas à abertura de créditos orçamentários por decreto, sem a devida autorização do Congresso Nacional e em desrespeito à condição imposta pelo próprio Poder Legislativo no art. 4º da Lei Orçamentária Anual de 2015, se vierem a ser confirmadas pelo Senado Federal, não representam atos de menor importância, meros desvios de tecnicismo orçamentário, passível de correção pelos mecanismos usuais de controle, como pretendeu a Denunciada em sua manifestação.

Muito pelo contrário, a condução da política orçamentária do Estado brasileiro, à margem da Constituição e das leis orçamentárias em vigor, evidencia grave violação de valores ético-jurídicos que fundamentam e legitimam o exercício do poder estatal, entre eles, o controle democrático e popular do Legislativo sobre os limites da programação orçamentária dos gastos governamentais." *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, na iminência de o Relator perder a voz...

*(Manifestação no plenário: "Eu vou sugerir que ele tome um remédio.")*

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Em conclusão, quanto à condução de expedir decretos que abriram créditos suplementares em descumprimento à Lei Orçamentária de 2015, considero que há sérios indícios de conduta pessoal dolosa da Presidente da República que atentam contra a Constituição Federal, mais precisamente contra os princípios da separação de poderes, do controle parlamentar das finanças públicas e do respeito às leis orçamentárias, e que encontram tipificação estrita na Lei nº 1.079, de 1950, no item 4 do art. 10 e no item 2 do art. 11, o que, ao menos nesse juízo preliminar, revela gravidade suficiente e apta a autorizar o processo de *impeachment*." *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Bom, farei 5 minutinhos de suspensão. O Deputado Jovair Arantes vai ao toalete, vai recuperar um pouco o fôlego dessa leitura bastante extensa.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

Câmara dos Deputados
Fl. 9192
Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu perguntei se S.Exa. gostaria que alguém fizesse a leitura, mas S.Exa. prefere fazê-lo.

Está suspensa a reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu gostaria que as nobres Deputadas e os nobres Deputados pudessem tomar assento em seus lugares, por gentileza. O Deputado Jovair Arantes já fez uma rápida recuperação da sua voz.

Deputado Jovair Arantes, fique totalmente à vontade caso queira que alguém da Comissão proceda à parte da leitura final, caso V.Exa. tenha mais dificuldade com a voz. Fique à vontade.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Agradeço ao Presidente.

Vamos seguir com leitura:

"Crimes de responsabilidade pela contratação ilegal de operações de crédito" — as chamadas "pedaladas fiscais".

"Os Denunciantes narram diversos fatos supostamente capazes de comprovar a realização ilegal de operação de crédito pela União com a Caixa, o Banco do Brasil, o BNDES e o FGTS, uma vez que teriam sido efetivadas sem autorização legislativa, em desconformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Constituição Federal (...):

1 - operações com a Caixa Econômica Federal (...) para pagamento de benefícios sociais (...);

2 - adiantamentos concedidos pelo FGTS ao Ministério das Cidades no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida;

3 - repasses não realizados no Banco do Brasil relativos a equalização de taxas de juros realtivas ao Plano Safra , inclusive em 2015;

4. Utilização de recursos do BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento; e

5. Pagamento de dívidas pelo FGTS sem a devida autorização em lei orçamentária anual ou em lei de créditos adicionais, caracterizando a execução de despesa sem dotação orçamentária.

A Denunciada, por sua vez, limitou a defesa aos fatos presentes na denúncia relativos ao Plano Safra, ou seja, às transações financeiras realizadas

Câmara dos Deputados
Fl. 3193
Comissões Especiais

exclusivamente com o Banco do Brasil no exercício de 2015. Os principais argumentos da Defesa são:

1. A acusação relativa ao ano de 2015 mostra-se precipitada e até mesmo temerária, uma vez que mesmo no âmbito do TCU não existe qualquer manifestação com relação a possíveis irregularidades nas subvenções do Plano Safra;

2. No ano de 2015 houve mudança no entendimento do TCU com relação aos procedimentos adotados pelo Governo Federal.

3. Com base nas características do Plano Safra, inexiste ato da Presidente da República em sua operacionalização, descaracterizando, portanto, a autoria da Denunciada no ilícito apontado.

4. Ainda que houvesse qualquer conduta passível de ser atribuída à Presidente da República, não há tipicidade na conduta, uma vez que as medidas analisadas não são verdadeiras operações de crédito, diante do conceito estabelecido pelo art. 29, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Feito o breve relato dos fatos, passo à sua análise.

Dos elementos fáticos trazidos pela denúncia, parece evidente que persistentes atrasos no pagamento de compromissos financeiros do Tesouro Nacional junto ao Banco do Brasil ou qualquer outra instituição financeira controlada não se coadunam com o planejamento, a prevenção de riscos e a transparência, princípios basilares da gestão fiscal responsável e que devem ser observados pelos gestores públicos, nos termos do art. 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mais ainda, a história recente do País revela que a possibilidade de os entes públicos utilizarem instituições financeiras controladas para o financiamento de gastos sempre se revelou potencialmente causadora de déficits e desequilíbrios fiscais. A título de exemplo, vale lembrar as consequências do uso de bancos estaduais por parte dos respectivos Governos Estaduais."

Nessa parte eu fiz questão de colocar os bancos estaduais porque todos se lembram dos bancos que existiam em cada Estado brasileiro; todos quebraram por indevida ação dos Governos Estaduais. Essa prática não pode ser, agora, adotada nos bancos oficiais da Federação.

"Segundo dados da Associação Brasileira de Bancos Estaduais e Regionais, ASBACE, no ano de 1993 os bancos estaduais totalizavam 560 agências. Em 1996,

Câmara dos Deputados
9194
Comissões Especiais

pouco antes do início do processo de privatização dos bancos estaduais, essas instituições somavam ativos de R$ 123 bilhões, o que corresponderia a 17,6% do total de ativos do sistema financeiro nacional, contando, ainda, com 3.900 agências e aproximadamente 134 mil funcionários.

Salviano Junior lembra que praticamente todos os Estados tinham bancos. Os governos locais, usando o poder inerente aos controladores dessas instituições, passaram a financiar seus gastos, seja diretamente, por meio de empréstimos dos bancos a empresas estatais, seja indiretamente, intensificando a utilização de suas instituições bancárias para a execução de políticas públicas setoriais e sub-regionais.

Com essas operações de crédito, em 1992, em média, cada banco emprestava aos próprios governos o equivalente a 3,3 vezes o seu patrimônio contábil.

A partir de 1994, com a perda de receita do imposto inflacionário, que, de certo modo, mascarava os prejuízos decorrentes da concessão de empréstimos sem a observância das boas técnicas bancárias, restou evidente a péssima situação econômico-financeira dessas instituições. O reconhecimento dos efeitos deletérios das relações entre os entes federados e as instituições financeiras por eles controladas levou a União a criar o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES.

Por meio desse Programa, foram criados mecanismos com o objetivo de privatizar, extinguir ou transformar os bancos estaduais em instituições não financeiras, com o claro objetivo de impedir que fossem utilizadas pelos governos locais para alavancar recursos financeiros de forma incompatível com a sua capacidade fiscal e de endividamento.

Nesse contexto, em 4 de maio de 2000 sobreveio a Lei de Responsabilidade Fiscal para, terminantemente, proibir a realização de operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente controlador, nos termos do art. 36 daquele Estatuto. Em 20 de outubro daquele mesmo ano entrou em vigor a Lei nº 10.028, de 2000, que acresceu à Lei nº 1.079, de 1950, novos tipos de crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária.

Câmara dos Deputados
Fl. 9195
Comissões Especiais

A preocupação com o equilíbrio fiscal está longe de constituir mera tecnicalidade. Ao contrário, guarda estreita relação com valores caros à nossa sociedade e, especialmente, com a ideia de que o povo, de tempos em tempos, pode manifestar-se sobre os rumos do País e votar pela execução de projetos distintos daqueles concebidos por governos passados. Caso representantes eleitos para cumprir mandatos por prazos determinados violem regras de responsabilidade fiscal, darão perigosos passos rumo ao comprometimento de receitas futuras, para além do seu governo, e à desestabilização da economia.

Ocorre que governantes têm estímulos para perseguir a realização de projetos em prazos relativamente curtos, em busca de aprovação popular, de sucesso em campanhas eleitorais, entre outros resultados. Esse é um fato amplamente reconhecido por estudiosos de diversos campos do conhecimento. Ante tais considerações, a responsabilidade fiscal é vista como um pré-compromisso, que deve ser respeitado a fim de evitar que o viés de curto prazo, típico da atuação política, comprometa indevidamente a capacidade do povo de eleger novos projetos no futuro. Trata-se, em suma, de resguardar a possibilidade de gerações futuras exercerem participação democrática e de assegurar um mínimo de condições materiais para que possam ser executados projetos distintos daqueles defendidos pelos governos presentes.

Se um novo governo recebe do anterior uma série de débitos contraídos à margem da lei, parte do orçamento à sua disposição deverá ser destinada ao cumprimento de tais obrigações, e não poderá ser direcionado à execução da agenda política referendada pelo eleitorado. Em semelhante sentido, o descumprimento de normas fiscais e a falta de transparência nesse campo sinalizam a deterioração das contas públicas e, no limite, o risco de insolvência do País.

Em consequência, são esperados: aumento do custo da dívida pública e do crédito; redução de investimentos privados; diminuição do crescimento do produto nacional ou sua estagnação ou, em situações drásticas, sua contração. Todos esses resultados limitam a margem de atuação de eventuais governos futuros que representem a opção popular por mudanças na condução do País.

Há, portanto, estreita ligação entre a responsabilidade fiscal, a estabilidade econômica e o princípio democrático, de modo que mesmo governos

Câmara dos Deputados
Fl. 9196
Comissões Especiais

democraticamente eleitos devem zelar pela estabilidade financeiro-econômica do País. Caso não o façam, sacrificarão as possibilidades de escolha das gerações futuras em benefício de seus próprios projetos políticos. Daí que a execução de tais projetos apenas é válida nos limites impostos pela legislação fiscal e orçamentária. Essas são considerações que orientam movimentos em prol da responsabilidade fiscal, como aquele realizado a partir de meados da década de 1990 no Brasil.

Feito esse breve registro histórico com a finalidade de realçar a importância da legislação fiscal e a gravidade dos fatos narrados no que diz respeito à possível utilização indevida, pela União, de instituição financeira controlada, destaca-se que o ponto central da denúncia a ser analisado neste tópico reside em verificar se as transações financeiras com o Banco do Brasil enquadram-se no conceito legal de operação de crédito típica ou assemelhada estabelecido pelo art. 29, III, da LRF, do que poderá resultar a tipificação ou não em crime de responsabilidade fiscal, assim como verificar se há indícios de autoria da Denunciada dos atos apontados como ilegais.

Nessa linha, importa, além de verificar o enquadramento das transações financeiras no conceito jurídico de operação de crédito, analisar se os fatos narrados, pela magnitude dos valores envolvidos, comprometeram o planejamento, a transparência, a prevenção de riscos fiscais e o próprio equilíbrio das contas públicas, que é, em essência, o bem jurídico maior que a Lei de Responsabilidade Fiscal buscou proteger.

De início, é de se ter presente que as atribuições dos bancos públicos podem ser divididas em dois grupos. De um lado, tais entidades atuam como instituições financeiras privadas, isto é, captam dinheiro do público em geral e, assim, reúnem recursos para oferecer crédito a produtores e consumidores em condições livremente pactuadas. De outro lado, os bancos públicos federais atuam como agentes financeiros da União, hipótese em que prestam serviços de execução de programas de governo. Neste caso não deve haver intermediação financeira, as políticas públicas são custeadas com recursos de origem fiscal, como ocorre com o Programa Minha Casa, Minha Vida e o FGTS, tendo como agente operador a Caixa Econômica Federal, e a equalização de taxas de juros em operações de crédito rural no Plano Safra, tendo como operador o Banco do Brasil. Ao contratarem bancos

Câmara dos Deputados
Fl. 3197
Comissões Especiais

públicos como agentes financeiros, a administração pública e seus dirigentes valem-se da estrutura já montada daquelas instituições financeiras, de sua capilaridade e expertise no trato com recursos financeiros para obter ganhos de escala, ou seja, para tocar programas sem precisar constituir novas entidades, contratar pessoal, adquirir imóveis, etc.

Embora os dois tipos de atribuições acima identificadas possam ser realizadas pela mesma pessoa jurídica, a legislação determina a sua separação. Com efeito, se: a execução de programas governamentais é custeada com recursos fiscais; o contrato entre a União e os bancos é de prestação de serviço; e um ente da Federação não pode tomar crédito junto a instituição financeira estatal por si controlada (art. 36 da LRF), então, os recursos captados pelos bancos públicos via depósito ou outros instrumentos financeiros não podem ser utilizados para quitar despesas atinentes a políticas públicas, sob pena de as verbas orçamentárias inicialmente indicadas para o custeio dos projetos do governo serem irregularmente substituídas por recursos privados. Nesse caso, a instituição financeira estatal seria uma intermediária entre os depositantes e seu controlador. Em vez de emprestar a seus clientes o dinheiro captado em mercado, a instituição financeira estatal direcionaria tais recursos para a União, que passaria a ser devedora do banco público, assumindo a obrigação de restituir determinado valor nominal, somado à remuneração pelo uso do dinheiro.

Vê-se, então, que, quando captam dinheiro em mercado, as instituições financeiras estatais estão em exercício de atividade de intermediação financeira, típica dos bancos privados. Já quando se trata de programas de governo, não há intermediação financeira, mas simples prestação de serviços. Se os recursos captados dos clientes bancários forem usados para a quitação de despesas com políticas públicas, as duas atividades, de intermediação financeira e de prestação de serviços para a União, seriam conjugadas. O resultado dessa reunião seria o uso de recursos de origem privada — depósitos bancários, por exemplo — em programas que deveriam depender exclusivamente do orçamento público.

É sintomático que grande parte das discussões sobre as cognominadas "pedaladas" envolvam os bancos públicos, entidades com relativa facilidade para

Câmara dos Deputados
Fl. 9138
Comissões Especiais

captar recursos em mercado e suprir a falta de verbas orçamentárias para a execução de projetos do governo.

Primeiramente, sobre a alegação da Defesa de que ainda não existe manifestação do TCU sobre os fatos analisados neste tópico, cumpre registrar que nem o art. 85 da Constituição Federal nem a Lei nº 1.079, de 1950, preveem como condição objetiva para enquadramento de crime de responsabilidade que haja parecer prévio pela reprovação das Contas pelo TCU ou mesmo sua rejeição pelo Congresso Nacional.

É prerrogativa da Câmara dos Deputados e desta Comissão avaliar se os fatos narrados na denúncia são passíveis de enquadramento em crime de responsabilidade, não estando essa análise vinculada à existência de um exame prévio por parte do TCU, do Congresso ou de qualquer outro órgão. Por óbvio, a existência de tais condições dá maior peso a essa análise. No entanto, insisto, não são condições indispensáveis para que os atos do Presidente da República sejam considerados crime de responsabilidade.

Sobre a possível mudança de jurisprudência no âmbito do TCU no que se refere aos procedimentos adotados pelo Governo Federal, assim se pronunciou aquela Corte de Contas, em resposta à mesma alegação, no voto aprovado sobre o exame das contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2014, aspas:

> *"As decisões do Tribunal de Contas, por falta de disposição legal ou constitucional que o autorizem a assim proceder, não conferem salvaguarda à continuidade da prática de ato ilegal não abordado ou detectado por ocasião da análise fático-jurídica resultante de suas manifestações anteriores. (...)*
>
> *Assim, teria que sempre alertar ao agente público ou ao órgão ou entidade jurisdicionados, como uma espécie de "aviso prévio", antes de aplicar o que a Lei e a Constituição lhe determinam, o que caracterizaria ofensa máxima ao princípio da legalidade por parte deste Tribunal."*

Câmara dos Deputados
Fl. 9199
Comissões Especiais

Segundo a denúncia, a dívida do Tesouro Nacional com o Banco do Brasil referente à equalização de juros e taxas da safra agrícola, era de R$ 10,9 bilhões em 31 de dezembro de 2014. Em 30 de junho de 2015 esse montante havia evoluído para R$ 13,4 bilhões, conforme registram as demonstrações contábeis do Banco do Brasil do 1º semestre de 2015. Tal atraso consubstanciaria continuidade do ilegal financiamento do Governo Federal, não podendo a Denunciada alegar que desconhecia a irregularidade diante da notoriedade dos fatos desde o ano de 2014, com os apontamentos de irregularidades feitos pelo TCU no processo TC nº 021.643/2014.

De acordo com a Defesa, tratando especificamente das subvenções relativas ao Plano Safra *"a liquidação dos valores de equalização apurados pelo Banco após o término de cada período, a norma dispõe que os montantes devem ser atualizados, sem estabelecer prazo para que a Secretaria do Tesouro Nacional efetue o pagamento. A norma detalhou as formas de concessão, apuração, atualização dos valores e apresentação destes à Secretaria do Tesouro Nacional, mas não fixou prazo para a efetivação do pagamento. Dessa forma, ficaria afastada qualquer caracterização de atraso, concessão de prazo e financiamento para pagamento dos valores apurados"*.

Diverge a Defesa, ainda, sobre o enquadramento da transação com o Banco do Brasil no conceito de operação de crédito estabelecido pelo art. 29, III, da LRF e pelo art. 29 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal. Registra que a parte final do art. 29 da citada Resolução deixa claro que a enumeração dos negócios jurídicos não é exaustiva, pois também devem ser consideradas operações de crédito "outras operações assemelhadas". Tal abertura impõe ao intérprete a tarefa de investigar os elementos semelhantes entre as diversas espécies de operação de crédito expressamente previstas no inciso para que lhe seja possível compreender precisamente o que se deve entender por "outras operações assemelhadas".

Assinala ainda a Defesa que parece ser indiscutível que haja a necessidade de celebração de contrato para o cumprimento de obrigação de pagamento em moeda corrente (assunção de compromisso financeiro) para que fique caracterizada a realização de operação de crédito.

Câmara dos Deputados
Fl. 9200
Comissões Especiais

Sobre esse aspecto, a minuciosa análise realizada pelo TCU no processo das contas presidenciais de 2014 consolida a visão daquele Tribunal sobre as transações em comento. (...)

Releva destacar que os atrasos de pagamentos relativos a esse mesmo evento, ou seja, à equalização de taxas de juros da safra agrícola, no exercício de 2014, já haviam sido classificados pelo TCU como omissão de passivos da União das estatísticas da dívida pública, a teor do parecer prévio relativo às contas presidenciais de 2014.

Importa reconhecer, nesse sentido, que o atraso ou a postergação nos pagamentos das subvenções econômicas devidas ao Banco do Brasil no exercício de 2015 tem natureza e características praticamente idênticas aos atrasos verificados no pagamento das subvenções ao BNDES e ao FGTS. Isso porque, embora a prática tenha se dado em exercícios financeiros diferentes, e para atender a programas de governo distintos, seguem o mesmo *modus operandi*: atrasar, de forma sistemática, o ressarcimento dos altíssimos valores devidos a título de equalização de taxas de juros à instituição federal que atuou como agente financeiro do Governo — nesse caso, o Banco do Brasil.

Um exame minimamente atento dessa prática revela, com muita clareza, que ela ultrapassa em muito o plano da mera "prestação de serviços", como alega a Denunciada. A dinâmica dos fluxos financeiros, a sua reiteração e os exorbitantes valores a descoberto do Tesouro com o Banco do Brasil, nesse caso, evidenciam que a União, sob o comando da Denunciada, transformou em regra o que deveria ser absolutamente excepcional: durante meses a fio, usou recursos do próprio Banco do Brasil, e não do Tesouro, para bancar ações de governo.

É precisamente nesse ponto que se afirma a configuração de tal prática como a operação de crédito de que trata o art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal: o lastro sistemático, prolongado e descomunal de recursos do caixa da própria instituição financeira federal para bancar uma política de governo, que, na verdade, é de responsabilidade do Tesouro, e não da citada instituição. É importante frisar, mais uma vez, que não se está diante de descasamentos pontuais de fluxos financeiros, mas sim de algo reiterado, o que demonstra, de forma clara, que se está

Câmara dos Deputados
Fls. 9201
Comissões Especiais

diante de uma política deliberada de financiamento de ações governamentais pelo próprio Banco do Brasil.

Em termos substantivos, essa prática do Tesouro em muito se assemelha àquela adotada por milhões de pessoas físicas e jurídicas no País quando necessitam de recursos em caráter emergencial, valendo-se, para tanto, das operações de crédito rotativo, conhecidas como cheque especial. Com efeito, a prática atende aos mesmos propósitos — na medida em que provê recursos para atender a despesas do contratante —— e observa a mesma dinâmica — uma vez que o Banco do Brasil é remunerado pelos recursos que adianta.

Diante disso, é possível, em tese, afirmar que se está diante de uma autêntica operação de crédito, embora disfarçada sob o manto de prestação de serviço, sobejamente porque, no caso em tela, o Banco do Brasil não agiu apenas como agente financeiro ou executor do Plano Safra. Atuou, isso sim, como intermediário financeiro, provendo os recursos necessários a sua implementação.

Nessa linha, portanto, os fatos e atos denunciados poderiam, em tese, tipificar o crime de responsabilidade previsto no art. 11, item 3, da Lei nº 1.079, de 1950.

Os Denunciantes assentam que os indícios de irregularidades eram de conhecimento da Denunciada, pois foram amplamente *"noticiados em jornais e revistas de grande circulação no país, relacionados ao atraso no repasse às instituições financeiras dos valores destinados ao pagamento de despesas de responsabilidade da União, tais como o bolsa família, o abono salarial, o seguro-desemprego, os subsídios de financiamento agrícola e os benefícios previdenciários"*.

Quanto à autoria, afirmam que esta seria de natureza comissiva e omissiva da Denunciada. (...)

Neste exame preliminar, considerando os indícios de realização de operação de crédito ilegal, de forma sistemática e em volumes expressivos, não há como afastar a possibilidade de autoria da Denunciada. (...)

O mais importante, no entanto, é que a análise por nós empreendida dos fatos narrados e dos argumentos apresentados pela Defesa leva à conclusão inequívoca de que são fortes os indícios de que as transações financeiras relatadas constituíram um tipo de financiamento sobre o qual incidiria a vedação de

Câmara dos Deputados
Fl. 9202
Comissões Especiais

contratação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, configurando, portanto, os requisitos de tipicidade constantes da denúncia.

O só fato de existirem duas opiniões respeitáveis e fundamentadas sobre o real conceito de operação de crédito, como sobressai dos autos, já é fato suficiente, por si só, para justificar o recebimento da denúncia. A dúvida, nesse caso, opera em favor da admissibilidade da denúncia, diante da relevância e gravidade da questão.

Verifica-se, também, que a possibilidade de existência de volumosos débitos em atraso do Tesouro Nacional junto à instituição financeira controlada afrontaria os princípios da transparência, do planejamento e do próprio equilíbrio fiscal, valores caros do nosso ordenamento jurídico, tanto no plano constitucional quanto no estatuto de responsabilidade fiscal instituído pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

Com isso, concluímos que estão presentes os requisitos mínimos para a admissibilidade da denúncia, quais sejam a autoria e a tipicidade dos fatos narrados ante a hipótese prevista no art. 11, item 3, da Lei nº 1.079, de 1950, e da justa causa de pedir, no que se refere às irregularidades relacionadas aos repasses não realizados ou realizados com atraso pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, relativos à equalização de taxas de juros relativas ao Plano Safra no exercício de 2015.

2.6.3 Crime de responsabilidade pelo não registro de valores no rol de passivos da Dívida Líquida do Setor Público

Os Denunciantes listam, entre os crimes de responsabilidade supostamente praticados pela Presidente da República, a "omissão de registro de valores no rol de passivos da Dívida Líquida do Setor Público". Esses valores relacionam-se às práticas já referidas neste relatório e conhecidas como "pedaladas fiscais".

A denúncia assevera que a não contabilização desses valores na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) afrontaria a Lei Orçamentária Anual (LOA), visto que o acompanhamento das metas de superávit primário se transformaria em mera ficção.

O crime de responsabilidade residiria, primeiramente, no ato de *"mascarar o orçamento para dele fazer constar informações incorretas, com apresentação de um*

Câmara dos Deputados 9203 Comissões Especiais

*resultado fiscal, ao final de cada mês, superior ao que efetivamente seria adequado"* (p. 38).

Em segundo lugar, haveria crime no fato de a LDO e a LOA terem sido elaboradas com base em resultados e metas que não espelhavam a realidade (...).

Os Denunciantes reproduzem trecho de autoria do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público junto ao TCU, segundo quem o impacto das aludidas operações na dívida líquida *"só era captado pelo Bacen no momento do efetivo desembolso dos recursos federais, isto é, no momento em que os valores eram sacados da Conta Única do Tesouro Nacional em favor das instituições financeiras".* Desse modo, o resultado fiscal *"calculado pelo Bacen ao final de cada mês foi superior ao que efetivamente seria devido"* (p. 37). Os valores omitidos, segundo o Procurador, superariam a monta de 40 bilhões de reais.

Para os Denunciantes, tais condutas da Presidente da República afrontariam o item 4 do art. 10 da Lei nº 1.079/1950.

A Defesa não se manifestou especificamente sobre esse ponto da denúncia.

Preliminarmente, deve-se distinguir a suposta irregularidade anunciada no item 2.3 da denúncia (*"não registro de valores no rol de passivos da Dívida Líquida do Setor Público")* de outras, noticiadas de forma esparsa no texto, mas relacionadas ao item, a saber: o ato de mascarar o orçamento, nele inserindo informações incorretas sobre o resultado fiscal (p. 38) e, semelhantemente, o ato de assinar os projetos de LDO e de LOA, assumindo como reais números e estimativas sabidamente maquiados (p. 44-45).

A análise específica da "omissão de registro de valores" na DLSP exige considerar certas nuances da contabilização de passivos no cálculo desse indicador, bem como as competências institucionais envolvidas na matéria.

O Banco Central — BACEN conceitua a DLSP como o balanceamento entre as dívidas e os haveres do setor público não financeiro e do próprio BACEN junto ao setor público financeiro, ao setor privado financeiro, ao setor privado não financeiro e ao resto do mundo.

Além da DLSP, que é uma "variável de estoque", o BACEN também calcula, mensalmente, resultados fiscais (variáveis de fluxo).

A variação do endividamento líquido, sob a ótica da DLSP, corresponde ao resultado nominal do setor público, sob o critério conhecido como "abaixo da linha". Grosso modo, o resultado nominal indica quanto o setor público se socorre de recursos de terceiros para financiar suas atividades e rolar sua dívida. O resultado primário, a seu turno, equivale ao resultado nominal menos os juros nominais incidentes sobre dívidas e haveres.

Conforme o BACEN, as fontes de dados para esses cálculos são, regra geral, *"os detentores das dívidas do setor público, tendo como base as informações registradas na contabilidade do sistema financeiro, as informações gerenciais dos sistemas de liquidação e custódia de títulos públicos e os dados oriundos do balanço de pagamentos"*.

Vale considerar que os resultados nominal e primário também são apurados pelo critério "acima da linha". Trata-se de critério adotado pelo Tesouro Nacional, partindo da comparação entre os itens de receitas e despesas. (...)

Isto posto, constata-se a grande responsabilidade do BACEN, visto que, além de atender às necessidades próprias da política monetária, sua metodologia, constante de seu Manual de Estatísticas Fiscais, passou a fundamentar as metas fiscais da LDO e, em decorrência disso, a elaboração e a execução dos orçamentos.

Por tratar de metodologia estabelecida discricionariamente pelo BACEN, o Manual de Estatísticas Fiscais poderia, em tese, ser alterado a qualquer momento. No entanto, o Banco afirma que seus indicadores de dívida e necessidades de financiamento do setor público gozam de "*ampla aceitação por parte dos agentes econômicos e da sociedade em geral*", e que sua metodologia é utilizada desde 1991, de maneira uniforme.

A discussão sobre a contabilização das chamadas "pedaladas fiscais" entre os itens da DLSP foi travada, inicialmente, no processo TC, instaurado pelo TCU especificamente para tratar do tema. Posteriormente, o processo das contas de governo do exercício de 2014 também abordou essa problemática.

No Acórdão 825/2015-TCU-Plenário, prolatado no âmbito do mencionado TC, a Corte de Contas determinou ao Departamento Econômico do BACEN que considerasse no cálculo da DLSP os valores devidos pela União relacionados às situações alcunhadas de "pedaladas". Além disso, chamou em audiência o

Câmara dos Deputados
3205
Comissões Especiais

Presidente do BACEN, Alexandre Tombini, e o Chefe do Departamento Econômico, Túlio Maciel, para apresentarem as razões de justificativa a respeito das omissões desses passivos no cálculo da DLSP.

Todo esse arrazoado leva à constatação de que, especificamente, a omissão de passivos na Dívida Líquida do Setor Público é matéria estranha à esfera de atuação da Presidente da República, restringindo-se às competências do BACEN. Como visto, o cálculo da DLSP é realizado por aquele Banco; as informações utilizadas para apurar a dívida líquida e os resultados fiscais são oriundas principalmente da contabilidade do sistema financeiro, e capturadas pela autarquia; a inclusão de itens na DLSP depende da metodologia estabelecida no Manual de Estatísticas Fiscais. Além disso, o TCU, ao reputar necessária a inclusão do valor das "pedaladas" na DLSP, expediu determinação ao BACEN com esse teor, e responsabilizou seus dirigentes pela omissão.

Adicionalmente, a legislação que estabelece as competências do BACEN, em especial a Lei nº 4.595/1964, não evidencia submissão da autarquia ao poder decisório do Presidente da República. Ao contrário, o BACEN exerce a maioria de suas atribuições em decorrência direta da referida lei e, em outros casos, como braço executivo do Conselho Monetário Nacional.

Cotejados esses fatos e considerações, a análise quanto a indícios de autoria sobre o ponto específico da "omissão de passivos na DLSP" aponta para a inviabilidade de eventual processo de responsabilização da Presidente da República. Não se vislumbra como a ação ou a omissão da mandatária pudesse ter influenciado os procedimentos técnicos do BACEN, ainda mais diante da informação de que o arcabouço teórico empregado pela autarquia vigorava de maneira uniforme desde 1991.

Superada essa questão, passa-se ao exame das supostas condutas praticadas diretamente pela Presidente, nos termos do item 2.3 da denúncia.

Os Denunciantes argumentam que a Chefe do Executivo teria assinado os projetos de LDO e de LOA e encaminhado ao Congresso mesmo sabendo que deles constariam números e estimativas errôneas, ante o efeito das "pedaladas" sobre o resultado primário e a DLSP.

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 9206

Já se disse neste relatório que a discussão sobre a sensibilização da DLSP pelos passivos da União junto aos bancos públicos adentrou a esfera pública por ocasião da instauração, pelo TCU, do processo TC 021.643/2014-8.

Como noticiado no voto condutor do acórdão 825/2015-TCU-Plenário, o BACEN passou a considerar no cálculo da DLSP as obrigações contraídas junto à Caixa Econômica Federal a partir do final de agosto de 2014 (item 38). Além disso, o mesmo acórdão, com texto definitivo publicado em 9 de dezembro de 2015, determinou ao BACEN que considerasse na apuração da DLSP os passivos do Governo Federal para com outras instituições financeiras públicas.

Reconhecendo a autoridade do BACEN para estabelecer a metodologia de cálculo da DLSP e dos resultados fiscais, os usuários dessas informações só podem seguir entendimento diverso a partir de mudanças promovidas pelo próprio Banco naquela metodologia.

Em observância às datas supracitadas, constata-se que apenas as leis orçamentárias referentes ao exercício de 2017 poderão contar com parâmetros elaborados nos termos do novo entendimento da contabilização de passivos na dívida líquida e nos resultados fiscais.

Partindo dessa exposição, observa-se que as alegadas condutas atribuídas à Presidente da República de "mascarar o orçamento" e de assinar projetos de LDO e LOA fundamentados em números e estimativas incorretas não encontram respaldo nos fatos aqui listados. Adicionalmente, não há indícios de que tais condutas envolvam infração aos dispositivos da Lei nº 1.079, de 1950, apontados pelos Denunciantes, já que não se verifica desrespeito a qualquer dispositivo da lei orçamentária ou atuação incompatível com a dignidade, honra e decoro do cargo.

Considero, nesse ponto, que, apesar de o Poder Executivo federal ter se beneficiado do atraso de pagamentos relativos às "pedaladas fiscais", obtendo maior disponibilidade de recursos e resultados fiscais melhores do que os decorrentes do adimplemento fiel de suas obrigações, não se vislumbra indício de autoria da Presidente da República nas condutas denunciadas.

Assim, a análise efetuada neste parecer é pela inviabilidade de eventual processo de responsabilização direta da Presidente da República, com base nos supostos crimes arrolados no item 2.3. da denúncia, quais sejam: o "mascaramento"

Câmara dos Deputados
Fl. 3207
Comissões Especiais

do orçamento para dele fazer constar informações incorretas em termos de resultado fiscal e a assinatura da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual com resultados e metas que não espelhariam a realidade.

2.6.4. Dos crimes contra a probidade na administração

Em conformidade com a decisão do Presidente desta Comissão proferida no dia 22 de março de 2016 ao responder questões de ordem oferecidas pelos Deputados Paulo Teixeira, Arlindo Chinaglia e pela Deputada Jandira Feghali, a parte da denúncia ora analisada não foi considerada para a formação da convicção deste Relator.

Contudo, os fatos denunciados são extremamente graves e relevantes, sobretudo se considerados os desdobramentos da Operação Lava-Jato e o surgimento de fatos novos após o oferecimento da denúncia ora analisada e seu recebimento preliminar pelo Presidente desta Casa.

Conforme abordado anteriormente, o juízo de admissibilidade realizado pelo Presidente da Câmara é precário, sumário e não vinculante, o que autorizaria esta Comissão a analisar a denúncia por inteiro, incluindo os temas que, em um primeiro momento, foram afastados por falta de maiores indícios.

Cabe ao Senado Federal realizar um juízo de recebimento preliminar, conforme decidido pela ADPF nº 378. Cabe também ao Senado Federal, nesse juízo preliminar, se confirmar a eventual decisão da Câmara dos Deputados, decidir se a denúncia apresentada será julgada por inteiro, o que incluiria os fatos relativos a este ponto, ou apenas parcialmente, naquilo que o Presidente da Câmara dos Deputados e esta Comissão consideraram como razão de decidir.

Afinal, a conclusão deste relatório deve ser apenas a de autorizar a instauração ou não do processo. Nada mais do que isso. A fase realmente processual, com o recebimento da denúncia propriamente dito, com o seu processamento e julgamento, será feita no Senado Federal.

2.7. Da conveniência e oportunidade da instauração do processo de *impeachment* (juízo político)

Uma vez superados os aspectos jurídicos relativos à admissibilidade da acusação, faz-se necessária a análise de sua conveniência e oportunidade política.

Câmara dos Deputados
Fl. 3207
Comissões Especiais

O caráter híbrido (político-jurídico) da análise da atuação presidencial exige uma valoração que somente pode ser feita pelo Parlamento, utilizando-se de sua sensibilidade política de captar o momento vivido pela sociedade, bem como a gravidade das condutas imputadas à Presidente da República.

Muito se tem dito nos últimos dias que esse processo seria um "golpe" contra a democracia. Com todo o respeito, ao contrário! A previsão constitucional do processo de *impeachment* confirma os valores democráticos adotados por nossa Constituição. Se fosse "golpe" não estaria em nossa Lei Maior.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli assim definiu a questão, em entrevista divulgada pela imprensa: "*Não se trata de um golpe. Todas as democracias têm mecanismos de controle e o processo de impeachment é um tipo de controle*".

A Ministra Cármen Lúcia, por sua vez, em consideração às alegações da Presidente da República sobre o caráter golpista do *impeachment*, afirmou: "*Tenho certeza de que a Presidente deve ter dito que se não se cumprir a Constituição é que poderia haver algum desbordamento. Não acredito que ela tenha falado que impeachment é golpe. Acho que deve ter sido essa a fala dela; não vi. O impeachment é um instituto previsto constitucionalmente*".

Na mesma esteira, Eros Grau, Ministro aposentado da Corte Suprema, disse que *"quem procedeu, procedeu corretamente e não teme enfrentar o julgamento do Senado Federal.* (...) *Já o delinquente faz de tudo procurando escapar do julgamento. A simples adoção deste comportamento evidencia delinquência"*.

A título de exemplo, trago outros pedidos de *impeachment* formulados por correntes políticas que hoje dizem que se trata de "golpe", mas que no passado — legitimamente, diga-se de passagem — pediram o impedimento do Presidente da República daquela época, também eleito pelo voto popular.

Em um deles, apresentado em 1999, os então Deputados José Genoíno, Miro Teixeira, Luiza Erundina, Aldo Rebelo, Milton Temer, Vivaldo Barbosa e Alceu Collares apresentaram denúncia por crime de responsabilidade contra o Presidente em exercício à época apontando irregularidades na privatização do sistema TELEBRÁS. Ao final da petição os então Denunciantes fizeram uma afirmação que se aplica perfeitamente à situação vivida no momento atual:

Câmara dos Deputados
Fl. 9209
Comissões Especiais

> *"Temos um governo em que não apenas Ministros e autoridades do primeiro escalão estão envolvidos em escândalos e operações mal explicadas, mas o próprio Presidente participa de 'negociatas', verdadeiros ilícitos penais e de responsabilidade para a venda do Patrimônio Público.* Como nos lembram sempre, *'a corrupção existe em todos os países, a diferença é que lá os corruptos são punidos'. Pois bem, a esperança não morreu, mas se transfere neste momento para os membros do Congresso Nacional, do qual a Nação espera firmeza e imparcialidade para que possamos recuperar a confiança nas instituições, tão degradadas nesse Governo. Afinal, quando o Poder Legislativo se reúne para julgar atos de improbidade do Chefe do Poder Executivo, não é apenas a figura humana deste que está em julgamento, mas a honra e a dignidade da Nação brasileira e suas instituições, sobretudo a Presidência da República."*

Em 2001 o então Deputado Inácio Arruda e a Deputada Vanessa Grazziotin, ambos eleitos pelo PCdoB, requereram o impedimento do Presidente por não ter encaminhado ao Congresso Nacional o resultado da implementação relativamente aos preços ao consumidor de determinados produtos, como então previsto no art. 6º da Lei nº 10.147/2000. Nesse mesmo ano, o saudoso Deputado Luís Eduardo Greenhalgh também apresentou denúncia por crime..."

**(Não identificado)** -.Não morreu, não! Saudoso da Câmara!

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Se não morreu, melhor para nós. *(Risos. Palmas.)*

Claro! Está bom? *(Palmas.)* Que Deus dê saúde a ele, caso esteja vivo. E é importante dizer que ele é saudoso neste Parlamento.

"Apresentou denúncia por crime de responsabilidade."

Câmara dos Deputados
9210
FL
Comissões Especiais

Eu quero silêncio, por favor!

Vou repetir: "Nesse mesmo ano, o saudoso Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh também apresentou denúncia por crime de responsabilidade, por ter o então Presidente autorizado a instalação no País de um escritório do serviço secreto americano.

Não se deve mudar de opinião por conveniência, de acordo com os interesses momentâneos e apenas porque os atores são outros. Essa diversidade de pedidos de *impeachment*, em momentos distintos, formulados por correntes políticas antagônicas, só tem o condão de demonstrar que não se trata de golpe, mas sim de instrumento constitucionalmente previsto como forma de controle dos atos praticados pelo Presidente da República.

Quando um grupo político está no poder, diz que é golpe. Quando o mesmo grupo era oposição, tratava-se de um processo legítimo. É preciso coerência neste momento!

De fato, não há dúvida de que se trata de procedimento cuja abertura, por si só, pode acarretar uma crise institucional. Por outro lado, não podemos fugir de nossas responsabilidades apenas porque existe o risco de se aprofundar a crise. E também não é porque a denunciada foi eleita legitimamente, pelo voto popular de mais de 54 milhões de eleitores, que estaria ela beneficiada por um salvo conduto para praticar quaisquer atos, ainda que nocivos ao País e, principalmente, contrários à lei e à Constituição.

São nesses momentos de crise, aliás, que temos a oportunidade de trilhar um novo caminho. Como diz Chico Xavier: '*ninguém pode voltar atrás e fazer um novo começo, mas qualquer um pode recomeçar e fazer um novo fim'.*"

Ainda com relação ao saudoso Deputado, quero pedir desculpas. Se cometemos um erro aqui, peço que isso seja retirado do meu relatório.

Chico Xavier, sim, é saudoso. Vou repetir a frase de Chico Xavier: *"ninguém pode voltar atrás e fazer um novo começo, mas qualquer um pode recomeçar e fazer um novo fim".*

"O descumprimento, pelo Governo Federal, de normas técnicas e legais norteadoras da responsabilidade fiscal e o desvirtuamento de princípios no tocante à transparência e à fidedignidade dos relatórios e demonstrativos contábeis

configuraram gestão temerária das finanças públicas e contribuem para uma crise fiscal sem precedentes no País.

Não podemos esquecer, Srs. Deputados, com o propósito de contextualização, que o parecer prévio do Tribunal de Contas da União recomendou por unanimidade a rejeição das contas do Governo Federal de 2014.

São notórios os indícios de que o Governo se valeu de seu controle sobre os bancos oficiais, conduta proibida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

É desse período o acúmulo de críticas de analistas de diversos matizes ao que se convencionou chamar de contabilidade criativa, que permitiu ao Governo aumentar o volume de gastos em ano eleitoral. Ao mesmo tempo, mascarou a difícil situação das finanças públicas e postergou ao máximo, com fins eleitoreiros, o anúncio aos brasileiros da necessidade de promover urgentes ajustes estruturais.

O acúmulo dos atrasos nos repasses de recursos do Tesouro Nacional às instituições financeiras oficiais, chamados 'pedaladas fiscais', deve ser coibido por se tratar de uma prática condenável de gestão fiscal."

Os senhores aumentam a velocidade, e eu tenho que aumentar a minha. Por favor!

"O gráfico abaixo, extraído do Relatório do Tribunal de Contas da União sobre as contas de 2014, ilustra o volume e a frequência desses atrasos.

Gráfico 1 – Saldo da conta de suprimento para pagamento de benefícios sociais 2004-2014."

Está aqui. Este é um gráfico do Banco Central.

"Documentos oficiais, como o encaminhado ao Congresso Nacional pelo Ministro da Fazenda quando da tramitação do projeto de lei de alteração da meta primária da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO e, mais recentemente, o Resultado do Tesouro Nacional de 2015 registram que foram desembolsados 55 bilhões de reais para quitar passivos acumulados até 2014 junto a bancos públicos — Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal — e ao FGTS. A quitação somente ocorreu após acórdão do Tribunal de Contas da União, e após a Comissão Mista de Orçamentos, desta Casa e do Senado Federal, condicionar a aprovação da alteração da LDO de 2015 à divulgação do montante de tais passivos e ao uso do abatimento adicional da meta exclusivamente para o seu pagamento.

Câmara dos Deputados
Fl. 9212
Comissões Especiais

A regularização dos pagamentos devidos a tais instituições financeiras em 2016 parece, conforme noticiado, não ter garantido a normalização das relações financeiras entre o Tesouro e seus administradores de fundos e programas sociais. Ocorre que, desde 2013, fato que não foi objeto de auditoria do Tribunal de Contas da União, tramitam na Justiça Federal ações ajuizadas por bancos federais contra a União — Ministérios gestores desses programas —, para a cobrança de valores bilionários. O Governo da Presidente Dilma Rousseff tem buscado manter em sigilo os valores envolvidos, e não houve até agora acerto de contas espontâneo entre as partes, o que sugere que as pedaladas fiscais não foram completamente abolidas como mecanismo de financiamento do setor público.

São sinais da paralisia que tomou o País a recessão, o rápido crescimento do desemprego — 9,5% só em janeiro de 2016 —, o retorno da inflação — IPCA em 10,36% nos últimos 12 meses, a contar de fevereiro —, a trajetória crescente da dívida pública bruta — 67,6% do PIB, em fevereiro de 2016 —, a confiança dos investidores e consumidores em queda, a perda do grau de investimento e a elevação da taxa de juros SELIC, hoje em 14,25%. Além disso, é notória a falência dos serviços públicos, com a degradação nas áreas de saúde, educação, segurança, entre outras.

É fato que nos últimos anos o País avançou no âmbito social, com distribuição mais igualitária da renda — não podemos perder isso de vista —, resultado positivo, no entanto, que começa a ser revertido por conta da grave crise que se instalou. Importantes programas de Governo, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC, o Fundo de Financiamento Estudantil — FIES, o Ciência sem Fronteiras, entre outros, estão estagnados em decorrência do esgotamento financeiro que vive o Estado brasileiro.

Vale lembrar que avanços sociais, por mais louváveis que sejam, não podem, por si sós, justificar a prática de outros atos absolutamente nocivos à economia do País, tais como o expansionismo descontrolado das despesas do Governo, culminando com a revelação tardia de passivos antes acobertados por artifícios contábeis.

A edição de decretos de abertura créditos suplementares, no exercício de 2015, sem a devida autorização do Poder Legislativo, além de ferir a separação dos

Câmara dos Deputados Fl. 9213 Comissões Especiais

poderes consagrada na Constituição brasileira, revela um comportamento unilateral, com viés autoritário e afrontoso às instituições. É conduta gravíssima, que usurpa a competência do Poder Legislativo, fere a Constituição e gera consequências drásticas para a economia do País.

O exame dos decretos abertos sem autorização legislativa mostrou que o Governo abandona a meta fiscal aprovada pelo Legislativo e passa a se orientar por uma meta ainda não aprovada, o que lhe permite realizar menor contingenciamento. Esse comportamento, além de contrariar a lei, cria uma situação de risco fiscal, na medida em que providências tardias de contenção de gastos certamente não teriam a mesma eficácia."

Tenham paciência, Srs. Deputados!

"A conduta da Presidente da República aparenta ter violado valores fundamentais do nosso Estado Democrático de Direito, a exemplo do controle parlamentar, dos gastos públicos, da separação dos poderes, do equilíbrio das finanças do Estado, da condução proba, transparente e eficiente da política orçamentária e fiscal, entre outros valores político-administrativos de finanças públicas contidos na Constituição Federal, o que, ao menos neste juízo preliminar, revela gravidade suficiente e apta a autorizar a instauração deste processo.

Destarte, que reste evidente, nos argumentos que exponho a seguir, que não o faço, como apontei no início do meu parecer, apenas calcado em razões de mera avaliação política da conveniência da permanência da Presidente da República, em sua impopularidade ou na grave situação econômica, política e moral do presente momento histórico do Brasil.

Ressalto a dimensão histórica e fundante das democracias ocidentais, que nos remonta ao precedente da Magna Carta da Inglaterra de 1215, do controle popular sobre as finanças públicas a ser exercido pelo Poder Legislativo em proteção das finanças públicas e do cidadão. O orçamento é uma das funções mais nobres do Poder Legislativo, que serviu de alicerce para a sua própria existência. Tal função reside exatamente no controle da aplicação dos tributos, em prol da boa gestão dos impostos pagos pelo contribuinte.

Nesse contexto, as condutas atribuídas à Presidente da República, como a abertura de créditos orçamentários por decreto sem autorização do Congresso

Câmara dos Deputados
Fl. 9214
Comissões Especiais

Nacional e em desrespeito à condição imposta pelo próprio Poder Legislativo no art. 4º da Lei Orçamentária Anual de 2015, se vierem a ser confirmadas após o devido processo legal e a produção de todas as provas admitidas em direito no âmbito do Senado Federal, não representam atos de menor importância, destituídos de maior gravidade, meros desvios de tecnicismo orçamentário, passíveis de correção pelos mecanismos usuais de controle, como pretendeu a denunciada em sua manifestação.

Muito pelo contrário, a condução da política orçamentária do Estado brasileiro, à margem da Constituição e das leis orçamentárias em vigor, evidencia grave violação de valores ético-jurídicos que fundamentam e legitimam o exercício do poder estatal, entre eles o controle democrático e popular do Legislativo sobre os limites da programação orçamentária dos gastos governamentais.

Os atos praticados pela denunciada, se confirmados, representam condutas gravíssimas e conscientes de desrespeito a um Poder da República em uma de suas missões mais nobres e relevantes para a função de representação popular, e, portanto, consistem, à primeira vista, em um atentado à Constituição da República do Brasil.

Não foi à toa que todas as Constituições brasileiras, da Imperial de 1824 até a Cidadã de 1988, com a ressalva da Carta de 1937, bem como todas as leis especiais que regularam os crimes de responsabilidade do Presidente da República, quais sejam, a Lei de 15 de outubro de 1827, o Decreto nº 30, de 8 de janeiro de 1892, e a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, consagram os atentados contra as leis orçamentárias e contra a guarda e o emprego constitucional dos dinheiros públicos como crimes de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo nacional.

Em síntese, a verdadeira usurpação da prerrogativa histórica do Poder Legislativo de discutir e votar as leis orçamentárias para, ao final, autorizar previamente os limites e as prioridades dos gastos públicos, conferindo-lhe, a um só tempo, legitimidade e transparência, não representa uma questão de menor importância, como disse a denunciada em sua manifestação, mas um atentado a princípios constitucionais muito caros ao nosso Estado Democrático de Direito fundado na Constituição Federal de 1988.

Câmara dos Deputados
Fl. 9215
Comissões Especiais

O mais importante é que a gestão temerária das finanças públicas gerou uma crise de solução dolorosa, sem precedentes no País. A denunciada não pode se eximir de sua responsabilidade como condutora maior da política econômica e fiscal do País.

A profunda crise brasileira não é só econômica e financeira, mas também política e, principalmente, moral. O Governo perdeu sua credibilidade aos olhos da nossa sociedade e perante a comunidade internacional.

Esta Casa não pode se omitir diante desta situação. Em todos esses anos de minha vida política, não me lembro de ter vivenciado um momento tão conturbado como este, com a divulgação diária de resultados de investigações que envergonham todos os brasileiros.

Embora não tenha utilizado, como fundamento jurídico para a formulação deste parecer, as acusações de improbidade direcionadas contra a denunciada, não podemos desconsiderar a perplexidade da população com as constantes revelações das investigações da Operação Lava-Jato sobre o maior esquema de corrupção de que se tem notícia neste País e que atinge principalmente e diretamente a maior empresa brasileira de todos os tempos, a PETROBRAS.

O povo brasileiro demanda e merece uma resposta, e tal resposta somente pode ser dada pelo julgamento da Presidente pelo Senado Federal. Somente lá, com a devida produção de provas e o devido procedimento de acusação e defesa, poder-se-á comprovar se realmente houve ou não os aludidos crimes de responsabilidade e, se houve, qual a sua extensão.

No entanto, a hipótese de esta Casa se furtar a autorizar tal julgamento não vai contribuir para solucionar a crise. Ao contrário, a não autorização do processo somente irá aprofundar o sentimento de desconfiança nas instituições e a falta de transparência. Além disso, a autorização servirá para dirimir dúvidas quanto à responsabilidade da Presidente da República. Somente com a instauração do processo e a devida configuração do contraditório, a denunciada terá condições adequadas para exercer seu direito de defesa, com a devida produção de provas no foro estabelecido pela Constituição Federal: o Senado Federal.

Esperamos, sinceramente, que a Sra. Presidente, por quem tenho a maior consideração e respeito, consiga desfazer todas estas acusações, demonstrando

Câmara dos Deputados
Fl. 9216
Comissões Especiais

que não se desviou dos deveres inerentes ao cargo máximo da Nação, nem quebrou a grande confiança..."

Sr. Presidente, vou repetir, porque parece que não entenderam.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Por favor, Srs. Deputados!

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - "Eu espero, sinceramente, que a Sra. Presidente, por quem tenho a maior consideração e respeito, consiga desfazer todas estas acusações, demonstrando que não se desviou dos deveres inerentes ao cargo máximo da Nação, nem quebrou a grande confiança nela depositada pelo povo brasileiro.

Quando recebeu a denúncia contra o ex-Presidente Fernando Collor de Mello, o então Deputado e Relator do caso Nelson Jobim, ao justificar o seu voto, assinalou o seguinte, que bem se aplica ao momento que vivemos."

Passo a ler o voto do Relator Nelson Jobim, que poderia ser o meu voto:

> *"Note-se que a matéria posta em apreciação em muito extrapola os limites da simples qualificação jurídica desta ou daquela conduta, deste ou daquele personagem. O tema diz respeito, também, a uma crise política de sérios contornos, que tem conduzido o País a uma paralisia asfixiante.*
>
> *Acima dos partidos políticos, acima das facções, acima dos segmentos e muito acima de interesses individuais ou mesmo corporativos, posta-se a questão atinente à capacidade do Parlamento para a satisfatória superação das crises políticas.*
>
> *(...)"*

E continua:

> *"A indignação é com os fatos.*
>
> *A revolta é com a truculência utilizada para ocultá-los. Ou, quem sabe, com os expedientes empregados para a consagração da impunidade.*
>
> *(...)*

Câmara dos Deputados
Fl. 5217
Comissões Especiais

*Rotula-se o presente procedimento de 'golpe'* hoje.

*Invocam-se os 35 milhões de votos."*

Seguem as palavras de Nelson Jobim:

*"Rotula-se o presente procedimento de 'golpe'.*

*Invocam-se os 35 milhões de votos"* — obtidos pelo Presidente.

*"Bendito o golpe em que seu espectro se exaure na fiel observância de comandos constitucionais!*

*Maldita a democracia em que o voto popular possa constituir-se em cidadela da impunidade!*

*A Nação mais do que reclama, exige uma resposta, mesmo que lhe esteja a assolar um indisfarçável sentimento de ceticismo e de incredulidade.*

*Resposta para as suspeitas fundadas de desmandos, de desatinos, de deslizes éticos sem precedentes na história republicana.*

*(...)"*

Segue o voto:

"*Portanto, a autorização para a instauração de processo contra o Senhor Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade, mais do que uma conveniência política, constitui-se num imperativo ético.*

*Para que se resgaste a credibilidade nas instituições. Para que se estirpe do seio da sociedade a impunidade.*

*Para que cesse a ameaça de ingovernabilidade.*

*Para sermos respeitados no concerto geral das nações."*

Dessa forma, com a consciência tranquila, concluo que a autorização para a instauração do processo no Senado Federal é imperativa, também sob a luz da

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
FL. 9218

conveniência e oportunidade. Espero que a nossa coragem nesse momento seja maior que nossos medos e que nossa força seja tão grande quanto a nossa fé.

2.8. Conclusão.

Diante de todas as considerações jurídicas e políticas que trouxe neste Relatório, quero dizer aos membros desta Comissão Especial e a toda a sociedade brasileira que estou convicto de que as condutas atribuídas à Presidente da República por mim analisadas, se confirmadas, não representam atos de menor gravidade ou mero tecnicismo contábil, orçamentário ou financeiro."

Vou repetir: "(...) se confirmadas, não representam atos de menor gravidade ou mero tecnicismo contábil, orçamentário ou financeiro.

Pelo contrário, tais atos revelam sérios indícios de gravíssimos e sistemáticos atentados à Constituição Federal do Brasil, em diversos princípios estruturantes de nosso Estado Democrático de Direito, mais precisamente a separação de Poderes, o controle parlamentar das finanças públicas, a responsabilidade e equilíbrio fiscal, o planejamento e a transparência das contas do governo, a boa gestão dos dinheiros públicos e o respeito às leis orçamentárias e à probidade administrativa.

Quero deixar claro também que o Poder Legislativo, na qualidade de legítimo representante dos interesses da população, não permitirá a usurpação de sua função mais importante, conquistada historicamente à custa de muitas guerras e revoluções (...)." O controle político das finanças públicas tem que ser do Parlamento.

"Nós, Parlamentares, devemos nos manter como fiscais e guardiões do equilíbrio das contas do Estado, ao decidir, com responsabilidade, onde e quanto do dinheiro arrecadado do contribuinte pode ser gasto na execução de políticas públicas.

As condutas da Denunciada, a princípio, violentam exatamente essa missão constitucional do Poder Legislativo, em grave ruptura do basilar princípio constitucional da separação dos Poderes, além de pôr em risco o equilíbrio das contas públicas e a saúde financeira do País, com prejuízos irreparáveis para a economia e para os direitos mais fundamentais dos cidadãos brasileiros.

Enfim, segundo a minha análise, a magnitude e o alcance das violações praticadas pela Presidente da República constituíram grave desvio dos seus deveres

Câmara dos Deputados
Fl. 9219
Comissões Especiais

funcionais, com prejuízos para os interesses da Nação e com a quebra da confiança que lhe foi depositada. Tais atos justificam a abertura do excepcional mecanismo do *impeachment*.

Feitas essas considerações iniciais, passo à conclusão em relação a cada conduta analisada.

Abertura de créditos suplementares (...).

Em relação às supostas condutas atribuídas à Presidente da República relacionadas com a abertura de créditos orçamentários por decreto, sem a prévia autorização do Congresso (...), não se tratam de atos de menor gravidade, sanáveis pelos mecanismos normais de controle de legalidade dos atos do poder público.

Pelo contrário, no âmbito do juízo preliminar de admissibilidade proferido pela Câmara dos Deputados, os atos revelam sérios indícios de graves e sistemáticos atentados a princípios sensíveis da Constituição Federal, mais precisamente, a separação dos Poderes, o controle parlamentar das finanças públicas, a boa gestão dos dinheiros públicos e o respeito às leis orçamentárias.

Mostrou-se que a edição de decretos pela Presidente da República, ampliando despesas, somente seria admitida sob a condição inafastável de que a gestão fiscal e financeira estivesse orientada para a obtenção da meta fiscal aprovada pelo Legislativo. Essa condição, prevista no art. 4º da Lei Orçamentária Anual (...), surge logo após a edição da LRF, e tem a finalidade de compelir o Executivo a adotar, durante a execução do Orçamento, os meios necessários à obtenção da meta de resultado fiscal.

Como constou dos documentos oficiais, a meta fiscal em vigor na data de edição dos decretos estava comprometida, sendo que o Executivo decidiu, de forma unilateral, pelo abandono da meta de superávit primário de R$ 55 bilhões *(sic)*, passando a adotar limites globais de programação das despesas com base na meta (...).

Considerou-se ainda que a aprovação do projeto que alterou a meta, ao final daquele ano, não afasta a responsabilização da agente diante da Constituição.

O comportamento do Executivo Federal, ao afrouxar, por conta própria, os procedimentos de gestão fiscal, permite postergar a conscientização da sociedade

sobre a real situação das finanças públicas, e adia a discussão política de medidas estruturantes urgentes e necessárias ao País.

Ademais, para efeito da exigência constitucional de prévia autorização legislativa, é indiferente que a despesa seja discricionária ou obrigatória, ou que tenha sido solicitada por outro Poder. A conduta diversa exigida da Presidente da República era óbvia: o envio de projeto de lei de crédito adicional ou a edição de medida provisória, ao invés da edição desses decretos (...)" — que poderiam ser usados por ela.

"Os indícios de que a Denunciada tinha conhecimento do caráter proibitivo e da ilicitude da conduta decorrem do fato de já existir, em 2015 e antes da edição dos decretos, um debate público acerca do tema. Além disso, nenhum gestor de recursos públicos pode eximir-se de sua responsabilidade pelos atos que pratica no âmbito de sua função pública.

A magnitude e o alcance das violações praticadas pela Presidente da República, em grave desvio dos seus deveres funcionais e em quebra da grande confiança que lhe foi depositada, justifica a abertura do excepcional mecanismo presidencialista do *impeachment*, na medida em que resultou na usurpação" — volto a repetir — "usurpação de uma das funções mais importantes do Parlamento relativas à deliberação das leis orçamentárias e ao controle legislativo sobre os limites dos gastos (...), e que objetiva a proteção do Erário público.

Não foi à toa que todas as Constituições brasileiras, da Imperial (...) até a Cidadã (...), consagraram os atentados contra as leis orçamentárias como crimes de responsabilidade (...).

(...)

Em razão desses fatos, considero que há sérios indícios de conduta pessoal dolosa da Presidente da República que atentam de forma grave contra a Constituição Federal, mais precisamente contra os princípios da separação dos Poderes,"— volto a repetir, a separação dos Poderes ou a usurpação dos Poderes — "do controle parlamentar das finanças públicas e do respeito às leis orçamentárias, e que encontram tipificação estrita na Lei nº 1.079, de 1950 (...).

(...)

Câmara dos Deputados
Fl. 3221
Comissões Especiais

Com relação às supostas condutas atribuídas à Presidente da República, de realização de operação de crédito ilegal com instituição financeira controlada (no caso, o Banco do Brasil (...)), é evidente que persistentes atrasos no pagamento de compromissos financeiros do Tesouro Nacional junto ao Banco do Brasil ou qualquer outra instituição financeira controlada não se coadunam com o planejamento, a prevenção de riscos e a transparência, princípios basilares da gestão fiscal responsável e que devem ser observados pelos gestores públicos (...).

Nossa história recente revela que a possibilidade de os entes públicos utilizarem instituições financeiras controladas para o financiamento de gastos sempre se revelou como potencialmente causadora de déficits e desequilíbrios fiscais.

A título de contextualização, o relatório das contas presidenciais de 2014, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), revelou que as chamadas 'pedaladas fiscais' não eram apenas meros atrasos ou aceitáveis descompassos de fluxos de caixa, mas constituíram engenhoso mecanismo de ocultação de déficit fiscal, com valores muito expressivos a partir de 2013.

A continuidade e a magnitude da prática promovida pela Denunciada, bem como a notoriedade e a repercussão que os fatos tiveram desde as primeiras discussões no âmbito do TCU, podem caracterizar o dolo da sua conduta, assim como a prática de crime de responsabilidade, no decurso do atual mandato.

O pronunciamento do TCU também assevera que os atrasos sistemáticos no repasse de recursos do Tesouro Nacional às instituições financeiras estatais têm natureza jurídica de operação de crédito, independentemente da denominação que porventura lhe tenha sido atribuída. Nessa linha, portanto, os fatos e atos denunciados poderiam, em tese, tipificar o crime de responsabilidade (...).

Com isso, concluímos que estão presentes os requisitos mínimos para a admissibilidade da denúncia, quais sejam, a autoria e a tipicidade dos fatos narrados ante a hipótese prevista no art. 11 (...) e da justa causa de pedir, no que se refere às irregularidades relacionadas aos repasses não realizados ou realizados com atrasos pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, relativos a equalização de taxas de juros relativas ao Plano Safra, no exercício de 2015.

Omissão de valores no rol de passivos da Dívida Líquida do Setor Público."

Câmara dos Deputados
Fl. 9222
Comissões Especiais

Estamos quase acabando. A matéria é muito importante, e sua leitura tem que acabar no tempo certo.

"O exame preliminar por nós realizado indica que, no tocante às supostas condutas relacionadas ao 'mascaramento' do Orçamento e à assinatura da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária anual..."

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Faltam três páginas. Portanto, vamos, com atenção, aguardar o final do relatório, por favor.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - "O exame preliminar por nós realizado indica que, no tocante às supostas condutas relacionadas ao 'mascaramento' do Orçamento e à assinatura da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária anual com informações sabidamente incorretas, a responsabilidade pela contabilização de valores na Dívida Líquida do Setor Público é do Banco do Brasil *(sic)*.

Pode-se vislumbrar essa conclusão a partir do exame da legislação que trata das competências do Banco, bem como do processo autuado pelo Tribunal de Contas da União para apurar responsabilidades exatamente sobre essa irregularidade.

É verdade que o Poder Executivo usufruiu dessa contabilização equivocada, obtendo resultados fiscais melhores do que aqueles decorrentes do adimplemento fiel de suas obrigações. Mas isso não significa que haja indícios de autoria da Presidente da República sobre tais atos.

A denúncia é enfática quanto aos efeitos perniciosos da ausência de registro das chamadas 'pedaladas fiscais', com o que concordamos. Por se tratar de números que fundamentam tanto a fixação da meta de resultado primário quanto sua aferição posterior, há potencial para que toda a gestão fiscal se contamine dessa omissão.

Por outro lado, verificamos que o TCU expediu, recentemente, determinações ao Banco Central para que este passe a considerar os valores de compromissos a semelhantes às 'pedaladas' na dívida líquida. Com isso, espera-se que as estatísticas fiscais retratem de forma mais fidedigna as obrigações da União e a realidade das finanças públicas.

Diante disso, concluímos que não se fazem presentes os requisitos mínimos para a admissibilidade da denúncia, em vista da ausência de autoria, por parte da Presidente da República, quanto às irregularidades relacionadas à omissão do registro de valores no rol de passivos da Dívida Líquida do Setor Público.

Dos crimes contra a probidade na administração.

Em relação às acusações relacionadas à PETROBRAS apontadas na denúncia como crimes de responsabilidade contra a probidade na administração, apesar de não terem sido consideradas por este Relator, importa ressaltar que poderão, se for o caso, ser analisadas pelo Senado Federal, no exercício de sua competência para realizar o juízo de admissibilidade, conforme já abordado anteriormente.

2.9. Voto." *(Manifestação no plenário: Aí! Muito bem! Palmas.)*

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Alessandro Molon, depois de 4 horas de leitura do relatório, o Deputado Jovair Arantes irá concluir. E aí nós continuamos. Por favor!

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Eu queria silêncio, por favor. Eu pediria silêncio aos companheiros. *(Manifestação no plenário.)* Eu queria pedir silêncio, para nós concluirmos. A manifestação democrática feita pelos Srs. Deputados, com certeza...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.) (Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu peço que as manifestações dos Parlamentares... Deputado Paulo Pimenta, Deputado Marcelo Aro, por favor!

O povo brasileiro está acompanhando exatamente este momento, para saber o voto do Relator — voto este que esta Comissão vai ou não acompanhar. O povo brasileiro acompanha quem está atrapalhando o voto do Relator. Nós temos que manter o respeito.

É verdade, Deputado Paulo Pimenta, V.Exa. tem toda a razão. Da mesma forma que esta Presidência não restringiu, em nenhum minuto, mesmo com questões de ordem que apontam que funcionários não podem exercer outra

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
9224

atividade que não sejam as atribuições que lhes são competentes por contrato nesta Casa, esta Presidência tem procurado respeitar a democracia e, acima de tudo, respeitar as pessoas. Nós estamos a uma página para ouvir o voto do Relator e começar a discussão.

Portanto, com a palavra o Deputado Jovair Arantes, para finalizar o seu voto.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Isso é crime de injúria!

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Sr. Presidente, antes da leitura final do meu voto, eu queria agradecer o trabalho árduo que foi feito pela assessoria da Casa. Volto a repetir: a melhor assessoria que poderia ter um Deputado eu tive. E esta assessoria, toda ela, sem nenhuma exceção, trabalha na Casa, toda ela com absoluta competência, a quem eu agradeço, na figura de todos os seus Relatores.

Concluo:

"2.9. Voto

Da análise da admissibilidade jurídica e politica da Denúncia de que se cuida, verifica-se haver indícios mínimos de que a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, praticou atos que podem ser enquadrados nos seguintes crimes de responsabilidade:

- Abertura de créditos suplementares por decreto presidencial, sem autorização do Congresso Nacional; (Constituição Federal, art. 85, VI, e art. 167, V; e Lei nº 1.079, de 1950, art. 10, item 4 e art. 11, item 2);

- Contratação ilegal de operações de crédito. (Lei nº 1.079, de 1950, art. 11, item 3);

Constatou-se, outrossim, pelos elementos disponíveis, a inviabilidade de eventual processo de responsabilização da Presidente da República pelo não registro de valores no rol de passivos da dívida líquida do setor público.

Além disso, friso mais uma vez que, embora não tenha levado em consideração na formação de juízo deste parecer, existem outras questões de elevada gravidade, apresentadas na Denúncia, e que o Senado Federal, no exercício de sua competência de proceder a novo juízo de admissibilidade para instauração ou não do processo, isto é, de recebimento ou não da Denúncia autorizada pela Câmara, poderá eventualmente avaliá-las, se assim entender,

Câmara dos Deputados
Fl. 3225
Comissões Especiais

desempenhando sua função de forma livre e independente, como restou assentado na ADPF nº 378.

Pelas precedentes razões, uma vez que a Denúncia preenche todas as condições jurídicas e políticas relativas à sua admissibilidade, e que não são pertinentes as diligências, a oitiva das testemunhas e a produção de provas ao juízo preliminar desta Casa, sendo relacionadas ao juízo de mérito, vale dizer, à procedência ou improcedência da acusação, conclui o Relator pela admissibilidade jurídica e política da acusação *(Manifestação no plenário.)* e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, do processo por crime de responsabilidade promovido pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal contra a Sra. Presidente da República, Dilma Vana Rousseff." *(Manifestação no plenário: Parabéns! Golpista!)*

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** - Que Deus nos ajude! *(Manifestação no plenário: Golpistas! Golpistas! Impeachment! Impeachment!)*

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Questão de ordem, Presidente! *(Manifestação no plenário: Impeachment! Impeachment! Golpistas! Golpistas!)*

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Presidente, e a minha questão de ordem?

*(É entoado o Hino Nacional.)*

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu gostaria, dentro do possível... *(Manifestação no plenário: Golpistas! Acabou, PT! Brasil!)*

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, peço vista.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Estão usando o Hino indevidamente! Vergonha! Estão conspurcando o Hino Nacional! Não vai ter golpe! *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu gostaria que os Deputados e as Deputadas voltassem aos seus lugares, para continuarmos a reunião.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Não vai ter golpe! Não vai ter golpe! *(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Acabou, PT! Brasil!)*

Câmara dos Deputados
Fl. 9226
Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu gostaria que os Deputados e as Deputadas voltassem aos seus lugares, para a continuidade da reunião. *(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Golpistas!)*

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Fora, golpistas! Estão usando o Hino Nacional. É uso indevido do patrimônio nacional!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Esta Presidência...

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Peço vista do parecer...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Não podem usar o Hino para dar golpe!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Esta Presidência gostaria que os Deputados retornassem aos seus lugares.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Fora, farsa golpista!

Não podem usar o nosso patrimônio para dar golpe!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Por favor, vamos sentar. Por favor...

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Vamos derrubar esse golpe na rua e aqui! Vamos derrubar esse golpe na rua e no plenário!

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Está acabando! Fora!

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Fora, golpista! Fora, golpista!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vamos continuar, por favor, a reunião.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Peço vista, Presidente!

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Golpista! Fascista! Não passarão! *(Manifestação no plenário: Fora, PT! Golpista! Fascista! Não passarão!)*

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, há Deputado pedindo questão de ordem. Questão de ordem, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Esta Presidência informa que foi solicitada uma série de vista do relatório. *(Manifestação no plenário.)*

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, eu peço vista.

Câmara dos Deputados
Fl. 3227
Comissões Especiais

**(Não identificado)** - Vista conjunta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Já há vista conjunta.

O Deputado Alessandro Molon tem uma questão de ordem importante para todos nós ouvirmos. Sugestão por questão de ordem para um possível encaminhamento a partir deste momento.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Depois temos as questões de ordem em relação ao relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vamos aguardar a questão de ordem do Deputado Alessandro Molon.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Obrigado, Sr. Presidente. *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, uma questão de ordem para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado Paulo Magalhães também tem uma reclamação. Desculpe-me, Deputado.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Eu também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Alessandro Molon.

**O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR** - Vista ao Deputado Tadeu Alencar.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Caio Narcio, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado Alessandro Molon está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O Deputado Izalci também quer vista.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Eu queria pedir aos colegas...

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Vista conjunta para o Deputado Danilo Forte.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - É muito importante a questão de ordem do Deputado Alessandro Molon.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Obrigado.

Sr. Presidente, eu queria pedir a todos os colegas que me ouvissem com atenção, até o final da minha sugestão, com base no art. 57, inciso XVI. Esta é a minha questão de ordem.

Câmara dos Deputados 9228 Comissões Especiais

No ano de 1992, quando da votação do *impeachment* do ex-Presidente Collor, esta Casa fez um acordo de conceder vista por apenas 15 horas para que se cumprisse o prazo previsto na lei para votação do parecer do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Nas cinco sessões.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Nas cinco sessões.

O parecer do Relator Jovair Arantes acaba de ser apresentado, e já há inscritos num número de 110. São 28 não membros e 82 membros.

Esses inscritos, grande parte dos quais estão presentes aqui hoje...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Fora os Líderes, é claro.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Fora os líderes, mas dentre os inscritos há Líderes também.

Se todos falassem aquilo que está previsto no Regimento, isso significaria, respeitando 15 minutos para os membros e 10 minutos para os não membros, o total seria 1.510 minutos, o que dá um total de 25 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Um dia bruto.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Um dia bruto.

Diante da necessidade de se discutir esse parecer do Relator, eu queria fazer uma proposta a todos os colegas.

Que V.Exa. concedesse vista por 11 horas e que nós iniciássemos amanhã, pela manhã, a discussão em...

Sr. Presidente, eu gostaria de poder concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vamos aguardar a proposta do Deputado Alessandro Molon.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Mas ninguém está falando nada!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Onyx Lorenzoni, vamos aguardar.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Não atrapalha, não atrapalha!

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Querido Deputado Onyx Lorenzoni, vamos ouvir até o final.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Fique à vontade. Quem quiser contraditar, contradite, Sr. Presidente, mas para garantir a maior discussão possível,

Câmara dos Deputados
Fl. 9229
Comissões Especiais

que nós iniciemos amanhã, pela manhã, essa discussão. Sugiro a V.Exa. que nos convoque para as 9 horas. Podemos ir até às 21h30min em discussão direto. Faríamos a mesma coisa na sexta-feira.

Com essas 25 horas, concluiríamos os membros inscritos. Aqueles que ainda viessem a se inscrever teriam o dia de segunda-feira para discutir, e faríamos um acordo de votar no dia da segunda-feira. Um acordo de todos os Líderes, de todos os membros desta Comissão, um acordo assinado. Eu posso redigir esse acordo e propô-lo para todos. Faríamos, por acordo, a votação, na segunda-feira, ao fim do dia. Cumpriríamos o prazo e garantiríamos a mais ampla discussão do tema, respeitando a tradição da Casa, que é funcionar em dias úteis.

Dessa maneira, concilia-se a mais ampla discussão, em 2 dias, nós encerramos os já inscritos, temos mais 1 dia para os ainda não inscritos e acordamos de, ao fim da segunda-feira, todos, por acordo, sem procrastinação, votarmos ao fim da segunda-feira.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM -** Deputado Alessandro Molon, sem querer interromper, já interrompendo, porque não estica quinta-feira, de 9 horas em diante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) **-** Há uma contradita do Deputado Mendonça Filho, mas o Deputado Alessandro Molon tem hora para terminar.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Eu não me incomodo.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Começa às 9 horas sem hora para terminar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O primeiro a sinalizar foi o Deputado Mendonça Filho.

Conclua, Deputado Alessandro Molon.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Então, Sr. Presidente, dessa maneira, não abriríamos um precedente perigoso, porque esse rito, pela sua gravidade, deve seguir a tradição da Casa.

Não é o momento de nós inventarmos. Nós evitaríamos um precedente perigoso que não será aceito de tentar começar a discussão na sexta-feira para se avançar no fim de semana. Não há razão para isso. Quem quer discutir... Começamos amanhã.

Câmara dos Deputados
Fl. 9230
Comissões Especiais

Aceito a proposta do Deputado Vitor Valim. Vamos até a hora que der na quinta-feira, continuamos na sexta-feira e na segunda-feira concluímos.

**(Não identificado)** - Tem que se cumprir o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Está entendido, Deputado Alessandro Molon.

Para a contradita, com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Sr. Presidente, com todo o respeito ao Deputado Alessandro Molon, o Regimento Interno da Casa é muito claro e estabelece que o prazo de vista seja de duas sessões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado sugere um acordo.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Eu sei, mas me permita colocar que este quadro deste processo de *impeachment* tem sido judicializado quase que diariamente.

A posição das forças de oposição aqui do Congresso Nacional é cumprir, estritamente, aquilo que determina o texto constitucional brasileiro, o Regimento da Casa, a Lei nº 1.079, que é a Lei do Impeachment — que rege os chamados crimes de responsabilidade — e, mais, cumprir, rigorosamente, o rito que foi consolidado pela decisão do Supremo Tribunal Federal, recentemente, a partir de uma contestação formulada, inclusive, pelas forças governistas desta Casa.

Respeitando a posição do Deputado Alessandro Molon e compreendendo até a sua boa vontade no sentido de que nós possamos ter a maior celeridade possível, não dá para que nós possamos correr riscos. Eu creio que o Deputado Alessandro Molon não tem a intenção de judicializar o processo, mas qualquer outro Parlamentar pode discordar da tese à medida que o Regimento Interno venha a ser descumprido naquilo que está consagrado de forma muito clara e objetiva — de duas sessões de prazo de vista.

Então, a nossa posição — e eu quero aqui falar, espero, em nome da Oposição — é cumprir as duas sessões. São duas sessões, objetivamente. Depois das duas sessões, abrir-se-ia a oportunidade para os debates, para a discussão da matéria, no limite das inscrições que já foram formuladas.

Câmara dos Deputados
Fl. 3231
Comissões Especiais

No caso do Collor, do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, não havia prazo regimental estabelecido. E nós não vamos agora querer repetir, inclusive, pontos que foram reavaliados pelo próprio Supremo Tribunal Federal. A rigor, nós não estamos cumprindo, exatamente, aquilo que aconteceu no caso do ex-Presidente Fernando Collor.

Neste caso, eu insisto com V.Exa. que tenhamos sessões ao longo deste final de semana, no sábado e no domingo, se necessário, para discussão da matéria.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Vou concluir. Essa é a minha opinião. Eu ouvi o Deputado Alessandro Molon com paciência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Essa vai ser uma decisão da Presidência.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Que nós discutamos a matéria ao longo do final de semana e, na segunda-feira... *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não há sessão no final de semana.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - O Deputado Mendonça Filho tem razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Permita-me.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Presidente Rogério Rosso...

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Reuniões, reuniões.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - O Deputado Mendonça Filho tem razão. Eu quero reconhecer que o Deputado Mendonça Filho tem razão.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Quero só concluir, Deputado Alessandro Molon.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Pois não, vou ouvi-lo.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Então, eu peço a V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Conclua, Deputado Mendonça Filho.

Câmara dos Deputados
9232
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Que marque reuniões da Comissão para o final de semana e que nós possamos concluir o processo de discussão da matéria até segunda-feira...

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, só uma informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Está bem. Já entendi.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Essa matéria tem que ser deliberada até a quinta sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Está bom. Já entendi. Antes de passar a palavra para o Deputado Paulo Magalhães, eu quero só...

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Quero só dar razão ao Deputado Mendonça Filho. Ele está correto. Agora, se todos nós que pedirmos vista, e os membros apenas podem pedir vista, devolvermos a vista amanhã de manhã, não há nada de antirregimental nisso. Ninguém pode judicializar. Basta que se faça o acordo.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Nós não queremos correr esse risco, Deputado Alessandro Molon.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Agora, depende da boa vontade da Comissão.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Porque um advogado qualquer pode entrar com uma contestação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Alessandro Molon, eu faço a seguinte pergunta para facilitar. É mais fácil, até pela...

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Estou aqui há 12 anos e nunca vi esta Câmara trabalhar no sábado e no domingo. Não é possível que, agora, com o *impeachment*, vá trabalhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O.k., Deputado Zé Geraldo. Respeito V.Exa.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - O Brasil quer que nós trabalhemos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu faço aqui a necessária pergunta sobre este acordo sugerido pelo Exmo. Deputado Alessandro Molon. Ele é um homem sério que, claramente, com esse acordo bem intencionado, quer manter

os debates ao longo da semana, não excepcionalizar o final de semana e voltarmos na semana.

Existe acordo para essa proposta? *(Manifestação no plenário: Não! Não!)*

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Para nós, existe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O.k.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O.k.

**(Não identificado)** - Vamos seguir o Regimento Interno, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, eu tenho uma questão aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Paulo Magalhães, V.Exa. tem 3 minutos para a sua reclamação, já colocada à mesa aqui durante...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Eu tenho uma questão, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Eu estou inscrita, também, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Com fundamento nos arts. 96, *caput*, e 55, parágrafo único...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Fale um pouco mais alto, meu querido Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - E art. 55, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, eu apresento a seguinte reclamação:

"Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no relatório do eminente Deputado Jovair Arantes, constam análises e citações de elementos estranhos ao objeto da denúncia conforme delimitado na decisão de recebimento do Presidente desta Casa, Eduardo Cunha, em 2 de dezembro de 2015, publicada no dia seguinte.

Nesse sentido, o relatório apresentado à Comissão já às páginas 2 a 4 referencia-se a fatos de 2014. Às páginas 6 a 14 há fatos que não foram recebidos na decisão proferida pelo eminente Presidente da Casa.

Em seu voto, ao preferir o exame de admissibilidade da ADCR nº 1/2015, justa causa, item 2.6, volta a referenciar, no subitem 2.6.2, crime de

Câmara dos Deputados
Fl. 9234
Comissões Especiais

responsabilidade pela contratação ilegal de operações de crédito, pedaladas fiscais, enumera diversas operações ocorridas em 2014. E reproduz, nas páginas seguintes, diversas alegações contidas no processo de avaliação de contas de 2014.

Atentem bem, Sras. e Srs. Deputados. Nos itens 2.6.3 e 2.6.4, analisa outros itens igualmente não aceitos pelo despacho da Presidente da Casa. Consoante assentado em jurisprudência no Supremo Tribunal Federal — MS nº 23.885-2, MS nº 20.941-1 —, a decisão inicial de recebimento da denúncia do Presidente da Câmara dos Deputados delimita, define taxativamente o objeto de acusação a ser analisado pela Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre a questão."

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Vou concluir, com a sua tolerância, Sr. Presidente.

"No presente caso, a decisão proferida pelo Sr. Presidente da Câmara em dezembro de 2015 rejeitou grande parte das acusações constantes na notícia-crime de responsabilidade apresentada pelos Srs. Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal.

Restou, portanto, a esta Comissão Especial tão somente a análise que tange a fatos ocorridos em 2015:

1- a edição de decretos suplementares de crédito;

2 - as chamadas pedaladas fiscais de 2015 conforme a denúncia.

Por esta razão, o relatório desta Comissão deve se restringir única e exclusivamente ao exame de tais fatos. O art. 55, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, assim determina: *"considerar-se-á como não escrito o parecer, ou parte dele que se manifestar sobre o que não for de sua atribuição específica".*

Ora, manifestar-se sobre o objeto distinto do recebido pelo Presidente da Casa é manifestar-se sobre objeto fora da atribuição específica desta Comissão."

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O.k.

Para contraditar, com a palavra o nobre Deputado Carlos Sampaio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, estou inscrito.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Eu queria aditar...

Câmara dos Deputados
Fl. 235
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Vou usar meu tempo de Líder, então, Sr. Presidente.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Paulo Magalhães, V.Exa. pode submeter sua reclamação por escrito. Acabou o seu tempo.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, peço-lhe 1 minuto só para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa. tem 30 segundos, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Muito obrigado pela sua tolerância. Aliás, V.Exa. conduziu os trabalhos com tanto equilíbrio que não me surpreende esse atendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa. tem 30 segundos.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - "Vale lembrar que o erro em assim proceder, consubstanciado na análise de matéria estranha ao processo, conforme constatado no presente caso, implica a nulidade absoluta das decisões aqui proferidas.

Por vício caracterizado como julgamento *extra petita*, conforme reiteradas decisões dos Tribunais Superiores, fere-se de uma vez só as regras do devido processo legal e do direito de defesa, pois, sobre esses pontos, não foi a defesa chamada a se manifestar."

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado Paulo Magalhães.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - "Assim sendo, a presente reclamação objetiva justamente reputar como não escrita a parte do parecer estranha ao objeto..."

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado Paulo Magalhães.

O Deputado Carlos Sampaio tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, com toda a sinceridade, eu tenho um profundo respeito pelo Deputado Paulo Magalhães, mas

Câmara dos Deputados 9236 Comissões Especiais

esse tema já foi abordado por V.Exa., por mim e por outros em questões de ordem. E o que mais me estranha é que o parecer do Relator foi estritamente na linha delineada pelo próprio Deputado Paulo Magalhães.

Realmente o Presidente da Casa restringiu a denúncia a dois itens: títulos e créditos suplementares sem autorização da Casa; e pedaladas fiscais, a fraude fiscal.

O Relator, apesar de se referir-se aos fatos — porque ele tem que se referir aos fatos contidos na denúncia —, foi claro ao afirmar que ele estava se restringindo àquilo que foi objeto de deliberação da Presidência desta Casa. Não agiu em afronta a qualquer procedimento legal. Muito pelo contrário, mais do que isso, deu às partes o benefício de poder falar, quando, na verdade, isso nem sequer aconteceu no episódio do ex-Presidente Fernando Collor.

Portanto, não há razão para isso. E falar-se em nulidade sem prejuízo é desconhecer o Direito. Insisto na tese de que V.Exa. conduziu os trabalhos com todo o rigor técnico, jurídico, regimental que o caso exigia. E o Relator foi extremamente capaz na sua qualificação dos fatos tipificados, ao recepcionar a denúncia, entendendo-a como admissível.

Sendo assim, não há razão para a questão levantada pelo Deputado Paulo Magalhães.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Concedo a palavra, para uma questão de ordem, à Deputada Jandira Feghali. Depois falarão os Deputados Caio Narcio e Ivan Valente.

A Deputada Jandira Feghali tem a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, eu já tinha pedido a palavra para apresentar uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vou repetir: falarão a Deputada Jandira Feghali e, depois, os Deputado Caio Narcio e Ivan Valente.

Depois V.Exa., Deputado Paulo Pimenta, também usará da palavra.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, eu também me baseio no *caput* do art. 96 e no parágrafo único do art. 55, para esta reclamação, aditando...

Câmara dos Deputados 9237 Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - É um aditamento à reclamação?

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Á reclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O.k.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Coloco questões na mesma linha, mas com itens novos, em relação ao relatório do Deputado Jovair Arantes.

Na verdade, além dos itens já citados, eu agregaria os itens 2.4.2.1, 2.4.2.2, 2.7 e 2.9. Por que isso?

No 2.4.2.1, há um questionamento do Relator sobre a competência do Presidente da Casa em arquivar ou deferir parcialmente a denúncia.

No 2.4.2.2, ele inova criando uma nova jurisprudência de interpretação da Constituição neste momento — afrontando o Supremo, afrontando a lei, afrontando o próprio rito, a ADPF, o rito de 92 —, dizendo que está em análise o ano de 2014.

Em terceiro lugar, no ponto 2.7, ele adita questões políticas. E lerei, dentro do tempo, o que ele diz:

> *"Embora não tenha utilizado, como fundamento jurídico para a formulação deste Parecer, as acusações de improbidade direcionadas contra a Denunciada, não podemos desconsiderar a perplexidade da população com as constantes revelações das investigações da Operação Lava Jato sobre o maior esquema de corrupção de que se tem notícia neste país (...)."*

E, no item 2.9, da mesma forma, na página 142, ele também alude a um certo terrorismo do prognóstico político caso não haja a admissibilidade, ainda desconsiderando que o Plenário da Casa irá votar.

Isso tudo enseja dizer que há uma sequência de ilegalidades e inconstitucionalidades, o que nos coloca o seguinte: esse relatório como está não pode ir a debate e ir a voto. Ele se transformará em nulo pela soma de assuntos absolutamente estranhos à denúncia.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Posso contraditar, Sr. Presidente?

Câmara dos Deputados 9238 Comissões Especiais

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Ele nem sequer explicita qual foi o parecer do Deputado Eduardo Cunha, que itens estão escoimados e espancados da denúncia e que itens permanecem.

Portanto, é um relatório ilegal, inconstitucional e que não pode ir a debate e a voto dessa forma como está.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Concedo a contradita ao Deputado Danilo Forte. Depois já passo a palavra para o Deputado Caio Narcio, para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Sr. Presidente, isso mostra a fragilidade daqueles que querem defender a posição do Governo, porque a argumentação exaurida pelo Relator pode abranger todos os temas que estão abordados na denúncia.

Na justificativa do voto, ele pode fazer a interpretação de todos os fatos conjunturais que estão em volta do processo da acusação. No voto em si é que ele se limita às ações que foram pertinentes à aprovação por parte do Presidente.

E de forma brilhante, o Deputado Jovair Arantes conseguiu concatenar exatamente o sentimento da população brasileira nas ações continuadas do Governo. Existe um documento do Joaquim Levy, que eu entreguei na mão dele, que diz que houve ação continuada de pedaladas de 2014 para 2015, o que gerou um rombo nos bancos públicos e ocasionou o PLN que foi votado em dezembro de 2015 aqui, para cobrir uma conta irresponsável do Governo que ocasionou um déficit público no Orçamento de 2016.

Nós iniciamos 2016 devendo 96 bilhões de reais, só para cobrir conta de irresponsabilidade do Governo.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Ele não podia nem te envolver, Deputado Danilo Forte.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Além do que, hoje o Banco Central, no seu relatório, reconhece as pedaladas fiscais.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Isso é questão de mérito, Sr. Presidente. Isso não é questão de ordem nem é contradita.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Então, o Deputado Jovair Arantes, de forma brilhante e contundente, reconhece exatamente aquilo que foi habilitado pelo Presidente da Casa.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Isso não é contradita, Sr. Presidente. Isso é questão de mérito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Primeiro eu queria...

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Não se pode nem desenvolver uma denúncia...

*(Intervenções simultâneas inteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Esta Presidência gostaria, querida Deputada Jandira, de parabenizar todos pelo debate, porque é este o debate que o Parlamento, que a Constituição, que o povo brasileiro espera: o debate das ideias, o debate dos conceitos, e não "fulanizando" nas pessoas. É disso que nós precisamos.

O Deputado Caio Narcio tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Eu quero contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu queria dizer para V.Exa...

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Eu sei que não sou membro e não me assiste razão para apresentar questão de ordem, mas para a contradita, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - É isso. V.Exa. tem 3 minutos. Depois falará o Deputado Ivan Valente.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Já houve contradita, Sr. Presidente. Já houve contradita, Sr. Presidente. Serão três contraditas? Então, eu vou argumentar de novo.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Não é sobre esse assunto. A Deputada Jandira gosta muito de ter a palavra e o respeito, mas não respeita o direito de os outros Parlamentares fazerem o mesmo.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Não, mas, para a contradita, tem que haver uma questão de ordem para ser contraditada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Caio Narcio, V.Exa. tem a palavra.

Câmara dos Deputados
Fl. 3240
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, só há contradita para questão de ordem.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Obrigado, Sr. Presidente, por permitir a um Parlamentar a condição de usar da palavra.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Deixe o cara falar, Jandira!

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Ele vai contraditar quem?

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Ele está fazendo uma questão de ordem.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Tem que contraditar uma questão de ordem...

**(Não identificado)** - A Jandira foi nomeada Presidente da Comissão?

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Obrigado, Sr. Presidente, por permitir a um Parlamentar ter o direito a palavra.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Para contraditar, não, Sr. Presidente. Então, eu quero falar de novo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Caio Narcio, V.Exa. tem 3 minutos, por gentileza, porque eu vou fazer...

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, eu pedi a palavra para contraditar a sugestão...

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Para contraditar quem?

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - ...para contraditar a sugestão do Deputado Alessandro Molon.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Já houve a contradita.

**(Não identificado)** - Já houve a contradita, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O Deputado Mendonça Filho já fez isso.

Câmara dos Deputados
Fl. 9241
Comissões Especiais

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, o Deputado Mendonça Filho já fez a contradita.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Eu pediria a possibilidade, Sr. Presidente, de me garantir a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Caio Narcio...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**(Não identificado)** - O Deputado Mendonça Filho já fez a contradita do Alessandro Molon.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Que procedimento é esse de não me deixarem falar? Eu não estou entendendo o medo de deixarem um Parlamentar falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Caio Narcio, V.Exa., que tem o respeito da Casa, que tem o respeito desta Presidência,...

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - ... em razão da questão de não fazer parte da Comissão como membro titular, V.Exa. sabe que não pode formular uma questão de ordem.

**(Não identificado)** - Certo.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - E esta Comissão tem sido absolutamente, eu diria assim, muito tranquila — é claro, rigorosa no Regimento, mas tranquila nos embates.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Eu não vou fazer uma questão de ordem. Farei uma contradita.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa. está inscrito nos debates quando da discussão, a que tem todo o direito.

**(Não identificado)** - Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Para concluir, o Sr. Deputado Caio Narcio tem 30 segundos. Por favor, eu vou chamar a atenção de todos para uma decisão que eu vou ler daqui a pouquinho.

Por favor, Deputado Caio Narcio, V.Exa. tem 30 segundos.

Câmara dos Deputados
Fl. 3242
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, com relação à sugestão do Deputado Alessandro Molon, fica importante dizer que a questão está clara no Plenário. Existe, por parte dos governistas, uma vontade de judicializar a questão.

Portanto, não é provável da nossa parte manter...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Conclua, Deputado.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Contradita? Isso não é contradita!

*(Tumulto no plenário.)*

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Isso não é contradita! Isso não é contradita!

**(Não identificado)** - Sempre a Deputada Jandira está falando.

**(Não identificado)** - Saiba ouvir, Deputada Jandira!

**(Não identificado)** - Assim não, Sr. Presidente! Aí não dá!

**(Não identificado)** - Deixem o Deputado Caio Narcio falar!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Delegado Éder Mauro, nossos cumprimentos a V.Exa. Obrigado pela gentileza.

**(Não identificado)** - Já acabou o tempo!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Continue, Deputado Caio.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Portanto, Sr. Presidente, é importante seguirmos o Regimento à risca, cumprir as 48 horas do pedido de vista.

E não vejo problema de este Parlamento trabalhar por uma excepcionalidade. O Brasil inteiro está pedindo para os Parlamentares trabalharem um fim de semana.

Então, perguntem à população! Um fim de semana em favor do Brasil! *(Palmas.)* É isso o que nós estamos pedindo. Vamos trabalhar um fim de semana em favor do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - É só isto, Sr. Presidente, que eu gostaria: um fim de semana em favor do Brasil!

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Eu quero contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem garantida a palavra para a sua questão de ordem.

Câmara dos Deputados
FL. 9243
Comissões Especiais

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**(Não identificado)** - Falar em trabalho tortura o PT. Cuidado aí, Deputado Caio Narcio!

**(Não identificado)** - Vamos fazer isso também no Conselho de Ética, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Qual trabalho? Não trabalham nem às quartas-feiras, e vão trabalhar no sábado e no domingo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Falou-se em tortura, o Deputado já ficou faceiro, não é?

**(Não identificado)** - É o fim dos tempos ver esta Câmara trabalhar no sábado e no domingo. *(Riso.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Falou-se em tortura, o Deputado Bolsonaro já se apresentou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu só queria dar a minha opinião, como tenho feito.

Deputado Paulo Teixeira, respeito V.Exa., mas nós temos que procurar chegar a um entendimento, para que possamos garantir ao máximo a palavra na discussão, para votarmos na segunda-feira.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Como é que os adventistas vão trabalhar no sábado? Nós vamos proibir os adventistas de trabalhar no sábado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu tenho a impressão — utilizando as palavras e os termos do Exmo. Sr. Ministro-Chefe da AGU, José Eduardo Cardozo, em se tratando de uma questão excepcionalíssima, uma questão especial — de que não está escrito na Constituição que o Congresso Nacional não pode trabalhar no fim de semana. Não está escrito isso.

E por ser uma questão excepcional, nós tentamos fazer esse nosso entendimento anteontem, ontem e hoje pela manhã. Nós sabemos que não tem sido fácil.

Câmara dos Deputados
Fl. 9244
Comissões Especiais

O Deputado Alessandro Molon coloca uma questão, porque é um conciliador, para que possamos avançar a partir de amanhã. O Deputado Mendonça Filho, representando os partidos da Oposição, coloca: *"Não há acordo"*.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Nós também não temos.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - E eu vou entrar na Justiça. Eu vou entrar na Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Portanto, eu considero essa questão do acordo, infelizmente, superada.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. não pode fazer questão de ordem, mas tem o mesmo tempo do Deputado Caio Narcio: 30 segundos.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, o Deputado Paulo Teixeira, como V.Exa. mencionou...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, eu peço, regimentalmente, o meu tempo de Líder.

**(Não identificado)** - Mas aqui não existe tempo de Líder, não, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Existe. É regimental.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, tem gente que não está respeitando as religiões. Respeitem a religião aí!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu quero o meu tempo de 3 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa. tem 3 minutos, Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, tem gente desrespeitando religiões aí. É bom ter mais cuidado com o que fala!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - É verdade, são 3 minutos. Tem toda a toda a razão o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, eu, como Líder do Governo, também peço o meu tempo de Líder, para falar.

**(Não identificado)** - Aí, Sr. Presidente, a Comissão manda mais. Não tem jeito.

Câmara dos Deputados
9245
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Então, vamos trabalhar no fim de semana.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Então, vamos trabalhar no fim de semana. Aí todo mundo fala. Não tem problema!

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, convoca a Comissão para a sexta-feira.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Sr. Presidente Rogério Rosso, eu peço para usar o tempo de Líder também.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, ao final eu queria falar, porque fui citado.

**O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN** - Sr. Presidente, a Minoria pede o tempo de Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Hoje não há Ordem do Dia. O povo brasileiro está nos acompanhando com certeza. Então, nós temos o tempo que quisermos.

Já estou percebendo que não há acordo para que possamos avançar amanhã e depois de amanhã, porque a vista foi concedida.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Convoca para a sexta-feira, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. quer falar como Líder? É isso? Então V.Exa. tem a palavra como Líder, por 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu pediria só que V.Exa. garantisse a minha palavra.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - E eu não vou ficar interrompendo, como fez a Deputada Jandira Feghali.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - A Deputada Jandira Feghali não interrompe, ela sempre coloca questões com educação. Mas isso faz parte do Parlamento e do debate.

Câmara dos Deputados
Fl. 9246
Comissões Especiais

Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem 3 minutos a partir de agora.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, eu queria me dirigir a V.Exa. particularmente, para dizer o seguinte: V.Exa. tem convocado reuniões de Líderes seguidamente — só esta semana nós tivemos duas reuniões de Líderes —, para discutir procedimentos.

Na reunião de ontem, todos os Líderes acordaram, na prática, que nós discutiríamos na reunião de sexta-feira, até a noite, e na de segunda-feira. O prazo regimental será cumprido em acordo com todos os Líderes.

Hoje mudaram de posição. Vieram com uma posição de que tem que se discutir no fim de semana todo.

O Deputado Alessandro Molon fez uma proposta generosa: que a vista, por acordo, não precisa cumprir todo o tempo, uma vez que nós assinamos um documento para discutirmos amanhã, sexta-feira e segunda-feira. Isso certamente dará tempo suficiente para que façamos um grande debate de qualidade, que é o que importa, um debate de qualidade sobre o mérito do relatório do Deputado Jovair Arantes.

Eu acho que nós temos que entender o seguinte: criar excepcionalidades, criar atipicidade na discussão tem outros objetivos, porque, no sábado e no domingo aqui, na verdade, não haverá muitos Deputados. V.Exas. vão ver: a Comissão não ficará aberta o dia todo, e isso pode desmoralizar a própria Comissão, porque V.Exa. não vai encerrar os trabalhos.

Se chegar uma lista no final e se essa lista acabar, nós teremos que votar no sábado à noite ou no domingo, e não na segunda-feira, às 5 horas da tarde. Entende isso, Sr. Presidente?

Nós temos um problema político.

**(Não identificado)** - Ele pode interromper, sim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Acabou a discussão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa. tem mais 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu peço que me garanta a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Mas eu não estou fazendo nada. A palavra está garantida, absolutamente garantida, Deputado Ivan Valente.

Câmara dos Deputados
FL. 9247
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É porque eu tenho tempo ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Está garantida, Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu queria dizer o seguinte aos que querem debater: o PSOL não tem nenhum receio de trabalhar no sábado, no domingo, na segunda. Não podem acusar o PSOL de não querer trabalhar. O PSOL trabalha! *(Manifestação no plenário: Muito bem! Vamos trabalhar! Palmas.)*

Mas eu quero finalizar dizendo que o que nós estamos fazendo aqui é o seguinte: o que se está querendo é preparar o terreno, criar uma primeira necessidade para esse domingo, para o delinquente Eduardo Cunha marcar para o domingo que vem *(apupos),* esse delinquente que não devia presidir mais a Câmara dos Deputados!

Quem quiser ser sabujo do Sr. Eduardo Cunha que o seja! O PSOL não quer! O PSOL não quer e não será sabujo de Eduardo Cunha!

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Quem quiser ser puxadinho da Dilma pode ser. Quem quiser ser puxadinho da Dilma pode ser.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Paulo Pimenta...

**(Não identificado)** - O PT genérico é o PSOL.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - É o puxadinho do PT aí!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Paulo Pimenta, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que garanta a minha palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Está garantida como sempre.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, no art. 3º do nosso Código de Ética, no inciso VII, está escrito que:

> *"Art. 3º São deveres fundamentais do deputado:*
>
> .....
>
> *VII - tratar com respeito e independência os colegas..."*

Câmara dos Deputados
Fl. 3248
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Está cheio deles aqui.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vamos ouvir com atenção. Zerem o tempo do Deputado. Podem zerar. Voltem aos 3 minutos, por favor.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** -

> *"Art. 3º São deveres fundamentais do deputado:*
>
> .....
>
> *VII - tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar (...)"*

Cabe a V.Exa., como Presidente desta Casa, garantir o cumprimento deste Regimento.

A alusão feita aqui, de maneira injuriosa, ao ex-Presidente Lula e à ex... *(Manifestação no plenário. Opa! Palmas.)*

**(Não identificado)** - Ex-Presidente! Ex-Presidente! Ex-Presidente!

**(Não identificado)** - Finalmente há lucidez, Sr. Presidente! Acabou! Acabou!

*(Tumulto no plenário.)*

**A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO** - Excelentíssima! Excelentíssima!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado Paulo Pimenta...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO** - Excelentíssima! Excelentíssima! Excelentíssima! Excelentíssima!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputada Moema Gramacho, obrigado.

**A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO** - Excelentíssima!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado vai terminar o que ele estava querendo dizer. Por favor, Deputado.

**(Não identificado)** - O profeta Paulo Pimenta.

Câmara dos Deputados 3249 Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, as manifestações injuriosas ao ex-Presidente Lula e à Exma. Presidenta Dilma *(risos)* se constituem em crime, Sr. Presidente, em crime: o crime de injúria.

O crime de injúria por si só já é algo abominável. O crime de injúria cometido na ausência do injuriado é um crime covarde. O crime de injúria cometido contra uma mulher que é Presidente da República, na ausência desta pessoa, é um crime vergonhoso e condenável.

Eu solicito a V.Exa., com a sua função regimental, que garanta que não volte a ser cometido aqui esse crime de injúria contra o Presidente Lula e contra a Exma. Sra. Presidenta Dilma e que qualquer Parlamentar que cometer este crime aqui seja imediatamente advertido por V.Exa.

Nós não vamos tolerar que Parlamentares atuem aqui de maneira desrespeitosa, jocosa, covarde contra uma pessoa que nem sequer está presente para se defender.

Então, eu peço a V.Exa. — até porque nós temos pela frente vários dias de debate — que não tolere essa atitude criminosa e covarde de colegas dentro deste plenário, contra o ex-Presidente Lula e contra a nossa Presidenta da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Para a contradita, tem a palavra o Deputado Nilson Leitão.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Sr. Presidente, eu gostaria só de saber se a imunidade parlamentar foi revogada pelo Partido dos Trabalhadores. *(Manifestação no plenário. Palmas.)*

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vamos respeitar a contradita.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, quantos Presidentes existem aqui?

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Sr. Presidente, a Janaína Paschoal, quando esteve aqui, esses que estão cobrando respeito não respeitaram a jurista Janaína. Foram os primeiros a desrespeitá-la, foram os primeiros!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - E o crime que eles cometeram? E o crime que eles cometeram contra milhares de brasileiros?

Câmara dos Deputados
Fl. 925
Comissões Especiais

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Gostaria que V.Exas. respeitassem a contradita.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - E o crime que eles cometeram contra os brasileiros, roubando a PETROBRAS?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - E vamos manter o bom debate, em respeito ao povo brasileiro, ao Parlamento e à democracia.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Eu fui respeitoso e agi baseado no Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - A contradita à questão colocada pelo Deputado Paulo Pimenta é importante.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Sr. Presidente, eu quero aqui iniciar concordando com o Deputado Paulo Pimenta ao dizer que esta Casa tem que ser uma casa de respeito com todos.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Perfeito!

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - E quero aqui lembrar ao Deputado Paulo Pimenta e aos demais que eles já injuriaram Fernando Henrique, Janaína Paschoal, Miguel Reale Júnior.

**(Não identificado)** - É isso!

**(Não identificado)** - É mentira! É mentira!

**(Não identificado)** - O Papa João Paulo.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Eles cometem injúrias em todos os momentos com todos os seus adversários.

**(Não identificado)** - Quase bateram no Presidente Rogério Rosso.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Mas, se fosse só por isso, eu nada falaria. A pior injúria que estão fazendo é com aqueles que concordam com o *impeachment*. Todos os que concordam com o *impeachment,* o PT tem abominado, tem atropelado...

**(Não identificado)** - É verdade.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - ...tem xingado, tem humilhado, tem feito tudo contra todos.

**(Não identificado)** - Não é verdade, Sr. Presidente.

Câmara dos Deputados
Fl. 9251
Comissões Especiais

**(Não identificado)** - É verdade.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Pior do que isso...

**(Não identificado)** - Quem está atacando são os golpistas.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Golpistas!

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Pior do que isso..

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, eles interrompem!

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Estão anunciando que vai haver golpistas. Vamos parar com essa conversa de golpista! Aqui não tem golpe, não!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado Nilson Leitão está com a palavra.

**(Não identificado)** - Existem golpistas, sim.

**(Não identificado)** - No grito V.Exa. não ganha, não! Não vai ganhar no grito aqui, não!.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Cale a boca, golpista!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Para concluir, continua com a palavra o Deputado Nilson Leitão.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, é o Carlos Marun que está gritando. Eu fiz uma questão de ordem...

**(Não identificado)** - Golpista, sim!

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Golpe é o que eles fizeram com o povo brasileiro.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Petista pede respeito, mas é o primeiro a desrespeitar. São os primeiros.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, quanto ao Deputado Paulo Pimenta, eu pediria desligasse o microfone dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Não. O Deputado Paulo Pimenta fez uma questão de ordem avocando o Código de Ética.

Na verdade, ninguém é melhor do que ninguém nessa vida, sendo ou não Parlamentar. Portanto, é da natureza humana. Pelo menos, todos nós, graças a Deus, somos educados e estamos aqui respeitando o povo brasileiro, que é um povo educado.

Câmara dos Deputados
FL. 3252
Comissão Especiais

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - E é procedente a minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Para terminar...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Sr. Presidente, por favor, eu quero terminar.

**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Sr. Presidente, só quero pedir para registrar o meu nome. Eu quero falar também, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O.k. Está registrado.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, eu quero apresentar uma questão de ordem a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Sr. Presidente, veja quantos petistas interromperam o Deputado.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - A falta de educação também entra aí no código dele ou não?

**(Não identificado)** - O Código é da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Nilson Leitão, vamos continuar o bom trabalho.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Eu quero continuar dizendo o seguinte: só por chamar os Deputados que apoiam o *impeachment* de golpistas, ele também deveria entrar na mesma linha. *(Manifestação no plenário: Boa! É isso aí! Palmas.)*

Eles usam dois pesos e duas medidas, falam uma coisa e agem de forma diferente.

Quando o Relator acabou de ler, do que eles acusaram o Relator e todos aqui! Pelo que eles xingaram ali, se estiver gravado, todos teriam de ser cassados, então.

E agora eu vou me transportar daqui para o Palácio, onde levam chefes de organizações, como o MST, para incitar invasão de terra, para incitar invasão de gabinete de Deputado.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**(Não identificado)** - Isso! Esses não têm autoridade.

Câmara dos Deputados 3253 Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Isso é o quê? Incitação é crime!

**(Não identificado)** - Verdadeiros bandidos!

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Têm de estar presas essas pessoas!

V.Exas. não venham dar uma de moralistas, porque não têm moral pelas suas atitudes, pelo que fazem.

**(Não identificado)** - É isso aí!

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - E o *impeachment* vai falar mais alto pelo povo brasileiro!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado Fernando Coelho Filho tinha pedido, antes de todos, a palavra para uma questão de ordem. Ele estava aqui. Ele foi para lá para fazer a questão de ordem, o Deputado Fernando Coelho Filho.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - V.Exa. vai responder à minha questão de ordem, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vou. Recebi...

**(Não identificado)** - Não estou entendendo mais nada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Fernando Coelho Filho.

**(Não identificado)** - Isso aqui não está rendendo mais nada.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO COELHO FILHO** - Sr. Presidente, baseio-me no art. 57, inciso XVI, sobre o pedido de vista.

A pauta da reunião era para apresentação do relatório pelo Relator, leitura do mesmo e deliberação. Como está previsto, regimentalmente, o pedido de vista por 48 horas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Duas sessões.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO COELHO FILHO** - ... e como a vista foi solicitada — e pelo que me informa a assessoria, o pedido de vista sobrestá qualquer outra discussão —, não pode mais haver a discussão. Então, peço a V.Exa., que encerre a reunião. *(Manifestação no plenário: Aí!)*

**(Não identificado)** - Eu sugiro que V.Exa. encerre a reunião.

Câmara dos Deputados
Fl. 5259
Comissões Especiais

**(Não identificado)** - Vamos encerrar, Sr. Presidente!

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Não faça isso, Sr. Presidente! Essa é uma atitude autoritária!

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, não use o autoritarismo. Nós estamos debatendo democraticamente aqui.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Isso não é autoritarismo, não, Sr. Presidente ! É o Regimento!

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Fernando Coelho Filho...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sr. Presidente, o pedido de vista tem precedência.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Usar o Regimento não é autoritarismo, não!

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Uma vez aprovado o pedido de vista, Sr. Presidente, realmente não pode haver discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Fernando Coelho Filho, esta Presidência está observando quem não está deixando V.Exa. concluir. Portanto, conclua a sua questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO COELHO FILHO** - Pelo que diz o Regimento, o pedido de vista sobrestá a discussão.

V.Exa. convocou todos os Líderes para tentar um acordo — corrijam-me aqui, mas a maioria dos Líderes estava presente, assim como eu. Decidimos que, às 14 horas da sexta-feira, tendo a informação do número de inscritos para poder falar regimentalmente, como dispõe o Regimento — 15 minutos para cada membro e 10 minutos para os não membros —, a partir daí V.Exa., com o poder de Presidente, poderá tentar construir um acordo.

Se isso será na sexta-feira, no sábado ou no domingo, ou só sexta-feira e segunda-feira, essa é uma decisão que nós vamos tomar. E ficou acordado para ela ser tomada na sexta-feira, às 14 horas.

Câmara dos Deputados
Fl. 9255
Comissões Especiais

Como esse debate não mais pode ocorrer, porque foi pedida vista, por favor, encerre a sessão. *(Palmas.)*

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - É o Regimento! Encerra!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Decisão da Presidência. Foi pedida vista pelos Deputados Arnaldo Faria de Sá...

**(Não identificado)** - Isso não sobrestá a pauta, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - ... Rubens Bueno, Tadeu Alencar, por duas sessões...

**(Não identificado)** - Isso não sobrestá a pauta. Sr. Presidente, pedido de vista não sobrestá...

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - ... Valtenir Pereira, José Rocha, Izalci, Ivan Valente...

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Jandira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Concedo para todos, para a Deputada Jandira Feghali.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Zarattini.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Encerro esta reunião, convocando reunião para sexta-feira, às 15 horas, e uma reunião de Líderes amanhã, no meu gabinete, às 11 horas.

Muito obrigado.

À Secretaria da CEDENUN,
JUNTE-SE AOS AUTOS.
Em 06/04/16

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Câmara dos Deputados
9256

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTA DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL**

O **Advogado-Geral da União**, no exercício da representação da Excelentíssima Senhora **Presidenta da República**, nos termos do artigo 131 da Constituição e do inciso V do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, designa o Advogado-Geral da União Substituto, Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, para comparecer e acompanhar a Reunião Ordinária da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidenta da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, marcada para o dia 6 de abril de 2016, com a finalidade de apresentação, discussão e votação do parecer do Relator, Excelentíssimo Deputado Jovair Arantes.

Apesar de não ter havido intimação prévia para o regular exercício da ampla defesa e do contraditório, em respeito ao devido processo legal, entende-se,

Câmara dos Deputados 5257 Comissões Especiais

que, no comparecimento do designado Advogado-Geral da União Substituto, este se dará por intimado da referia reunião e está autorizado a exercer, para fins da defesa da Senhora Presidenta da República, os direitos previstos no artigo 7°, incisos VI, X, XI e XII, do Estatuto da Advocacia (Lei n° 8.906, de 4 de julho de 1994)[1], aplicável aos integrantes da Advocacia-Geral da União por força do § 1° do art. 3° do referido diploma normativo.

Brasília, 6 de março de 2016.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO
**ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

[1] Art. 7º São direitos do advogado:
(...)
VI - ingressar livremente:
a) nas salas de sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados;
b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, ofícios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso de delegacias e prisões, mesmo fora da hora de expediente e independentemente da presença de seus titulares;
c) em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado;
d) em qualquer assembléia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, desde que munido de poderes especiais;
(...)
X - usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe forem feitas;
XI - reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento;
XII - falar, sentado ou em pé, em juízo, tribunal ou órgão de deliberação coletiva da Administração Pública ou do Poder Legislativo;

Câmara dos Deputados
Fl. 9258
Comissões Especiais

**Questão de Ordem**
**artigo 41, inciso XI; artigo 57, inciso XVI e artigo 157, parágrafo primeiro**

Como se sabe, nos autos da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 378, o Supremo Tribunal Federal entendeu pela possibilidade de utilização subsidiária do Regimento Interno da Câmara dos Deputados para bussolar os trabalhos desta Comissão.

Nesse sentido, a Questão de Ordem ora proposta é sobre a oportunidade de pedido de vistas em relação ao Parecer que hoje será apresentado.

Nos termos do inciso artigo 41, inciso XI (11), cumulado com o artigo 57, inciso XVI (16), é possível ao membro da Comissão que realize pedido de vistas pelo prazo de duas sessões "se não se tratar de matéria de urgência"

Ocorre, porém, que os prazos determinados para esta Comissão pelo STF são ainda mais exíguos que os das matérias em regime de urgência, quando o Regimento veda expressamente a possibilidade de concessão de vistas.

De outro lado, o pedido de vistas não pode ser usado para fins de frustrar a tramitação legal da matéria. Ou seja, na linha de defesa da própria AGU, o pedido de vistas – e sua concessão – neste caso, serviria apenas para retardar a análise do parecer, podendo resultar na violação do prazo de cinco sessões estabelecido pelo Supremo, o que poderia anular todo o trabalho feito nesta Comissão.

Enquanto prerrogativas regimentais são utilizadas como forma de adiar o inevitável, o país convulsiona social e economicamente, o que não serve à situação ou oposição.

O pedido – e concessão – de vistas, não se mostra compatível, portanto, com a exiguidade de prazos que esta Comissão, e este Parlamento, possuem. Assim, inquirimos Vossa Excelência no sentido de, por analogia ao rito da urgência, não conceder as vistas pretendidas, ou, alternativamente, que façamos um acordo para que o prazo de vistas seja concedido apenas por uma sessão, tempo mais do que suficiente para análise do parecer, a fim de que não seja frustrada a apreciação da matéria no prazo legal.

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
em 06 / 04 / 16, às 15 h 17
Assinatura
6942
Ponto

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara dos Deputados
Fl. 9259
Comissões Especiais

# DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Em relação ao cabimento ou não do pedido de vista ao parecer apresentado à denúncia contra a Presidenta da República por crime de responsabilidade, cumpre ressaltar que a deliberação sobre a admissibilidade ou não da denúncia está prevista no título do Regimento Interno da Câmara dos Deputados destinado a "matérias sujeitas às disposições especiais", cujos prazos impõem um ritmo célere aos trabalhos da Comissão Especial.

Posto isso, a concessão de vista, por duas sessões, traz à colocação uma questão de razoabilidade, já que o citado prazo não é proporcional às cinco sessões de que a Comissão Especial dispõe para proferir o seu parecer. A observância do prazo de duas sessões poderia, em tese, comprometer a finalidade para o qual a Comissão ter-se-ia sido constituída.

Nessa esteira, cabe destacar que a opção do legislador ao dispor sobre a concessão de vista foi no sentido de concedê-las às proposições que dispõem de maior prazo, de que são exemplos, projetos em regime de tramitação ordinária, quarenta sessões, prioridade das sessões.

Câmara dos Deputados
Fl. 9260
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Em contrapartida, em relação às proposições em regime de urgência, que dispõe de cinco sessões, entendeu o legislador sobre o não cabimento do pedido de vista, conforme do disposto no art. 57, XVI *in verbis*: "ao membro da Comissão que pedir vista do processo ser-lhe-á concedida por duas sessões, se não se tratar de matéria em regime de urgência".

Não se trata aqui, vale ressaltar, de matéria urgente, mas a analogia é pertinente, apenas e tão somente no que se refere à celeridade que ambos os ritos impõem, especialmente, considerando o número de cinco sessões.

Assim, entendo que há cabimento de pedido de vista por duas sessões e concluo que a concessão deste e a definição do seu prazo, a Presidência levará em conta a razoabilidade e o prazo de que dispõe a Comissão Especial para apresentação do seu parecer.

Sala das Comissões, em 6 de abril de 2016.

**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
Presidente

Câmara dos Deputados
Fl. 9261
Comissões Especiais

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HELIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL**

QUESTÃO DE ORDEM Nº , DE 2016

Senhor Presidente, solicito a palavra para formular Questão de Ordem, com fundamento no art. 5º, incisos LIV, LV e LVI, da Constituição Federal, nos artigos 95 e 218, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e também no que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF n. 378/DF:

Senhor Presidente, no dia 4 de abril o ministro da Advocacia Geral da União, Sr. José Eduardo Cardozo, apresentou defesa da Presidente da República a esta Comissão Especial em que constam questões preliminares ao mérito:

**1ª Preliminar: A NULIDADE DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA EDUARDO CUNHA EM FACE DE NOTÓRIO DESVIO DE FINALIDADE.**



SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
em 06/04/16, às 15 h 35
Assinatura
6942
Ponto

**2ª Preliminar: VÍCIOS PROCEDIMENTAIS NA TRAMITAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO DE ADMISSIBILIDADE DA DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE**

Nesta preliminar a defesa arrolou três possíveis vícios procedimentais:

a) **A INDEVIDA JUNTADA AOS AUTOS DA DELAÇÃO PREMIADA FEITA PELO SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL, COM CLARA OFENSA AO OBJETO DELIMITADO PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DA PRESENTE DENÚNCIA DE "IMPEACHMENT", EM MANIFESTO PREJUÍZO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA;**

b) **A REALIZAÇÃO DE OITIVAS DOS DENUNCIANTES PARA "ESCLARECIMENTO DA DENÚNCIA".**

c) **A AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO REGULAR DA SRA. PRESIDENTA DA REPÚBLICA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OITIVAS DE ESCLARECIMENTO REALIZADAS PELOS DENUNCIANTES.**

Certo é que algumas dessas preliminares já foram objeto de Questões de Ordem formuladas por parlamentares membros desta Comissão e já decididas por Vossa Excelência. Ocorre que agora tais questões são levantadas pela própria defesa da denunciada, que não teve oportunidade de se manifestar anteriormente.

Portanto, estamos diante de alegações, da defesa da denunciada, de **nulidades que podem invalidar atos do processo capazes de postergar ou até prejudicar o julgamento do mérito.**

Por esta razão, Senhor Presidente, entendo que esta Comissão deverá discutir e **votar essas questões preliminares aventadas pela defesa antes da discussão e votação do mérito da denúncia**. Pois, se este colegiado acatar alguma preliminar, deverá se proceder a algum ato de saneamento do processo antes da análise do mérito propriamente dito, **sob pena de violação dos princípios constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal.**

**Entendo que, para manter a regularidade dos trabalhos, esta Comissão deverá discutir e votar o parecer do relator em duas etapas: 1ª) Preliminares aventadas pela defesa; 2ª) Mérito da denúncia. Esta é a única forma, de esta Comissão apreciar as preliminares informadas pela defesa da denunciada patrocinada pela Advocacia Geral da União.**

Câmara dos Deputados
Fl. 9264
Comissões Especiais

Reforça-se, ainda, que as regras de processo penal são aplicáveis ao presente processo, bem como as de processo civil, subsidiariamente, sendo necessário apreciar as questões preliminares suscitadas, que são prejudiciais ao exame do mérito, nos termos dos arts. 38 da lei 1.079, de 1950, 3º do Código de Processo Penal e 938 e 939 do Código de Processo Civil[1].

Requeiro, portanto, que o relator se manifeste sobre as preliminares antes de enfrentar o mérito das imputações e que os membros desta Comissão debatam e votem separadamente cada uma delas, o que deve, necessariamente, anteceder o procedimento de apreciação do mérito da acusação. Logo, não se deve iniciar a leitura, debate e votação do mérito sem que estejam resolvidas as questões preliminares.

[1] CPP:
Art. 3o A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
CPC:
Art. 938. A questão preliminar suscitada no julgamento será decidida antes do mérito, deste não se conhecendo caso seja incompatível com a decisão.
Art. 939. Se a preliminar for rejeitada ou se a apreciação do mérito for com ela compatível, seguir-se-ão a discussão e o julgamento da matéria principal, sobre a qual deverão se pronunciar os juízes vencidos na preliminar.

Câmara dos Deputados
9265

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HELIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL**

## QUESTÃO DE ORDEM Nº , DE 2016

Tema: Apresentação de Voto em Separado na Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia oferecida contra a Sra. Presidenta da República por crime de responsabilidade

Senhor Presidente,

Requeiro a palavra para formular questão de ordem com fundamento nos arts. 95 e 218, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumulado com os arts. 51, inciso I e 52, inciso I, da Constituição Federal.

Apresento esta questão de ordem para indagar se será possível aos Deputados participantes dessa Comissão Especial apresentar Voto em Separado após a leitura do parecer pelo Excelentíssimo relator, Deputado Jovair Arantes. É de praxe desta Casa aceitar a apresentação de voto em separado por Deputado que tenha posicionamento divergente ao do apresentado pelo Excelentíssimo relator.

Consta do art. 57 do Regimento Interno desta Casa a possibilidade de a Comissão aceitar parecer diverso do voto do relator, constituindo esse parecer um voto em separado. – vem voto condutor

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
Em 06/04/16, às 15 h 45
Assinatura
6942
Ponto

Câmara dos Deputados
Fl. 9266
Comissões Especiais

O Voto em Separado é instrumento de grande valia porque permite a apresentação formal de argumentos contrários àqueles apresentados pelo relator da Comissão. Tais argumentos contrários poderão ser utilizados para fundamentar a tomada de decisão de Deputados ainda indecisos e constituir em documento formal que apresenta o posicionamento daqueles que não se consideram contemplados pelo parecer do relator.

Além do potencial deliberativo do Voto em Separado, ao passo que permite que posições divergentes sejam confrontadas e até mesmo superadas, importante ressaltar que a apresentação de Voto em Separado não seria uma afronta à legitimidade do Deputado relator, eleito por esta Comissão Especial. Isto porque eleger um representante não significa que o eleito estará absolutamente adstrito ao posicionamento daqueles que o elegeram e tampouco que o eleitor está obrigado a concordar com todos os posicionamentos daquele em quem votou.

Reforça esta argumentação a possibilidade, prevista no art. 57, inciso XIV do Regimento Interno desta Casa, de que os Deputados se manifestem favoráveis, favoráveis com ressalvas ou contrários às conclusões do relator.

Igualmente, a apresentação de Voto em Separado tampouco significa uma banalização do procedimento de eleição do relator da comissão. Isto porque as suas funções extrapolam à elaboração de parecer, sendo

ele responsável por outras relevantes funções dentro da Comissão, como a elaboração do plano de trabalho.

Finalmente, a apresentação de Voto em Separado se mostra relevante pela maior possibilidade, se confrontado com a declaração oral de voto, de as conclusões apresentadas influenciarem no debate parlamentar.

Diante de todo o exposto, solicito que Vossa Excelência assegure a já consagrada prerrogativa de apresentação de parecer divergente do Excelentíssimo relator, apresentado na forma de voto em separado.

Sala das reuniões, 06 de abril de 2016.

Deputado

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9268
Comissões Especiais

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – CEDENUN**

## DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1, DE 2015

Denúncia por Crime de Responsabilidade em desfavor da Presidente da República Sra. DILMA VANA ROUSSEFF.

**Autores**: HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR e JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL

**Relator**: Deputado JOVAIR ARANTES

*CD162682679149*

## 1. RELATÓRIO

Trata-se de Denúncia por crime de responsabilidade oferecida pelos Senhores HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR e JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL, em desfavor da Presidente da República Sra. DILMA VANA ROUSSEFF, com base nos arts. 1º, II, e 5º, XXXIV, "a", da Constituição Federal e no art. 14 e seguintes da Lei nº 1.079/1950.

## 1.1. DA DENÚNCIA

Os fatos narrados na denúncia em análise e as respectivas condutas imputadas à Denunciada são a seguir descritos, em síntese.

### 1.1.1. Crimes de responsabilidade pela abertura de créditos suplementares por decreto presidencial, sem autorização do Congresso Nacional e quando já supostamente se sabia do descumprimento da meta fiscal prevista na LDO

Ao editar, nos anos de 2014 (entre 5 de novembro e 14 de dezembro) e de 2015 (entre 27 de julho e 20 de agosto), uma série de decretos sem número que resultaram na abertura de créditos suplementares, sem suporte na autorização do Congresso Nacional (art. 4º das Leis Orçamentárias Anuais de 2014 e 2015), porque já sabia da inexequibilidade das metas de superávit estabelecidas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e 2015, a Denunciada teria violado:

***- CONSTITUIÇÃO FEDERAL:*** *art. 85, VI, e art. 167, V;*

***- LEI Nº 1.079, DE 1950:*** *art. 10, itens 4 e 6 e art. 11, item 2;*

***- LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000:*** *art. 8º, parágrafo único, e art. 9º.*

EM RELAÇÃO AO ANO DE 2014

Houve a abertura de créditos suplementares, entre 5/11/2014 e 14/12/2014, por meio de Decretos não numerados (códigos 14028, 14029, 14041, 14042, 13060, 14062 e 14063), incompatíveis com a obtenção da meta de

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
3 9220
Comissão Especiais

resultado primário na LDO então vigente, em desacordo com o art. 4º da Lei nº 12.952, de 2014 (Lei Orçamentária Anual para o ano de 2014)[1].

Na época da edição desses Decretos não numerados (entre 5/11 e 14/12, de 2014), a meta fiscal aparentemente estava comprometida, o que poderia ser comprovado:

> a) nos Relatórios de Avaliação do 5º Bimestre e do 2º Quadrimestre de 2014, os quais reconheceram a gravidade das finanças públicas da União e expuseram a tendência de maior frustração de receitas e de considerável aumento das despesas obrigatórias, com o consequente reconhecimento da necessidade de redução do superávit primário;
>
> b) pelo envio de Projeto de Lei (PLN nº 36/2014) ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, em 11/11/2014, que pretendia a alteração da LDO-2014 (Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013) e que posteriormente foi convertido em lei (Lei nº 13.053, de 15 de dezembro de 2014). Segundo os Denunciantes, a propositura do PLN nº 36/2014 seria uma confissão de que a meta não estava e não seria cumprida.

A partir da aprovação da Lei nº 13.053, de 2014, a meta fiscal foi reduzida em até R$ 67 bilhões, como se pode verificar da mensagem ao PLN nº 36/2014, que diz:

> *(...) 3. Neste sentido,* ***a proposta encaminhada consiste em ampliar a possibilidade de redução do resultado primário no montante dos gastos***

*CD162682679149*

[1] *Art. 4º. Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, excluídas as alterações decorrentes de créditos adicionais,* ***desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2014*** *e sejam observados o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF e os limites e as condições estabelecidos neste artigo, vedado o cancelamento de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais apresentadas por parlamentares, para o atendimento de despesas: [...]. (Destacamos)*

Câmara dos Deputados 9271 Comissões Especiais

*relativos às desonerações de tributos e ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Para isto propõe-se a alteração da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências", que estabelece no caput do art. 3º que* ***a meta de superávit primário poderá ser reduzida em até R$ 67.000.000.000,00 (sessenta e sete bilhões de reais)****, valores esses relativos às desonerações de tributos e ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cujas programações serão identificadas no Projeto e na Lei Orçamentária de 2014 com identificador de Resultado Primário previsto na alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º desta Lei. (Destacamos)*

Para além da edição de Decretos não numerados, os Denunciantes alegam ainda as omissões da Denunciada na edição de decretos de contingenciamento ao longo do ano de 2014, notadamente após a edição dos supracitados Relatórios de Avaliação do 5º Bimestre e do 2º Quadrimestre de 2014, a fim de respeitar o art. 9º da LRF, anteriormente transcrito.

Diante do quadro financeiro apresentado ao longo do ano de 2014 em relação ao iminente descumprimento das metas de resultado primário, inclusive por arrecadação a menor em relação às receitas estimadas (como supostamente admitido no encaminhamento do PLN nº 36/2014), **a Denunciada teria a obrigação legal de limitar os empenhos e a movimentação financeira.**

EM RELAÇÃO AO ANO DE 2015

No ano de 2015, a Denunciada assinou quatro Decretos sem número em 27/07/2015, assim como dois Decretos sem número em 20/08/2015, todos eles indicando fontes de financiamento incompatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, em descumprimento ao *caput* do art. 4º da LOA, uma vez que a meta fiscal estaria comprometida no momento de sua edição. Os seis Decretos somados montam aproximadamente R$ 95,9 bilhões, sendo R$ 93,4

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados 9272 Comissões Especiais 5

bilhões de anulação de dotações orçamentárias, R$ 1,6 bilhão de superávit financeiro e R$ 863,6 milhões de excesso de arrecadação.

Os exames do Relatório de Avaliação do 3º bimestre de 2015 e do PLN nº 5/2015 e respectiva Mensagem (encaminhados ao Congresso Nacional em 22 de julho de 2015) revelariam o reconhecimento por parte do Poder Executivo de que as metas estabelecidas na LDO-2015 (Lei nº 13.080/2015) não estavam sendo nem seriam cumpridas.

Ainda, o art. 4º da Lei nº 13.115/2015 (Lei Orçamentária Anual de 2015) é expresso em exigir que a abertura de créditos suplementares seja compatível com a obtenção da meta de resultado primário, tal como previsto no art. 4º da LOA/2014[2].

Segundo os Denunciantes, a apresentação do PLN nº 5/2015 significaria que a meta fiscal prevista para o ano de 2015 não seria atendida, tendo em vista que o seu objeto é, exatamente, reduzir as metas estabelecidas na LDO. A confissão se encontraria na Mensagem ao Congresso deste PLN nº 05/2015, que diz:

> (...) 5. Nesse sentido, **propomos a revisão da meta fiscal originalmente definida**, associada à adoção de medidas de natureza tributária e de novo contingenciamento de despesas que, uma vez implementadas, propiciarão os meios necessários à continuidade do ajuste fiscal em curso. [...] *(Destacamos)*

À semelhança de 2014, no ano de 2015, os Decretos não numerados acima referidos foram editados e publicados em um momento (entre 27/07/2015 e 20/08/2015) em que a meta não estava, nem seria cumprida, como

*CD162682679149*

---

[2] *Art. 4º. Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, excluídas as alterações decorrentes de créditos adicionais,* ***desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2015*** *e sejam observados o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF e os limites e as condições estabelecidos neste artigo, vedado o cancelamento de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais, para o atendimento de despesas: [...].(Destacamos)*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
9273
6
Comissões Especiais

se depreende do referido PLN. **Ocorre que, segundo os Denunciantes, enquanto pendente a aprovação do PLN nº 05/2015 pelo Legislativo (protocolado no Congresso Nacional em 22/07/2015, e aprovado somente em 02/12/2015), estando os limites de programação da despesa comprometidos, não poderiam os créditos ter sido abertos por decreto.**

### 1.1.2. Crimes de responsabilidade pela contratação ilegal de operações de crédito ("pedaladas fiscais")

Ao supostamente autorizar ou deixar de promover o cancelamento de operação de crédito ilegal perante instituições financeiras públicas (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, FGTS), a Denunciada teria contrariado:

> *- **LEI Nº 1.079, DE 1950:** art. 10, itens 7, 8 e 9; art. 11, item 3;*
>
> *- **LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000:** art. 29, III; art. 32, § 1º, I; art. 36, caput e art. 38, caput, e inciso IV, b.*

Entre as supostas irregularidades elencadas na petição inicial, com base no parecer da Procuradoria do Ministério Público junto ao TCU, parcialmente transcrito na pág. 23 da exordial[3], se destacam:

> a) a realização de operações ilegais de crédito por meio da utilização de recursos da Caixa Econômica Federal para a realização de pagamentos de dispêndios de responsabilidade da União no âmbito do Programa Bolsa Família; do Seguro Desemprego e do Abono Salarial. Os saldos desses passivos eram, ao final de agosto de 2014, de: R$ 717,3 milhões para o Bolsa Família; R$ 936,2 milhões para o Abono Salarial; e de R$ 87 milhões para o Seguro Desemprego;

*CD162682679149*

3 Publicada no Diário da Câmara dos Deputados – SUPL., de 18 de março de 2016, TOMO I

Câmara dos Deputados
Fl. 9274
Comissões Especiais

b) adiantamentos concedidos pelo FGTS ao Ministério das Cidades no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. O saldo desse passivo era de R$ 7.666,3 milhões, ao final do mês de setembro de 2014 (TC 021.643/2014-8 - item 164);

c) a realização de operações ilegais de crédito pelos não repasses ao Banco do Brasil relativos à equalização de juros e taxas de safra agrícola. A dívida sob esta rubrica era de R$ 12,7 bilhões, em 31 de março de 2015, segundo consta das demonstrações contábeis do Banco do Brasil do 1º Trimestre de 2015; e

d) a realização de operações ilegais de crédito por meio da utilização de recursos do BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Em junho de 2014, o saldo dessa dívida seria de R$ 19,6 bilhões.

Nesses casos, a União teria realizado operações de crédito ilegais, a partir do não repasse de recursos da conta do Tesouro para o Banco do Brasil, a Caixa econômica Federal, o BNDES e o FGTS, **os quais teriam utilizado recursos próprios para o pagamento de diversos programas de responsabilidade do Governo Federal.**

**Tais adiantamentos de recursos realizados por entidades do sistema financeiro constituiriam operação de crédito (na modalidade de mútuo ou operação assemelhada), nos termos do art. 29, III, da LRF, em desrespeito ao art. 36 da mesma Lei, que proíbe a realização de operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controla, na qualidade de beneficiário do empréstimo**.

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados
Fl. 9275
Comissões Especiais

Ainda segundo os Denunciantes, especificamente em relação às supostas operações de crédito ilegais concernentes à equalização de juros do Plano Safra perante o Banco do Brasil, haveria prova das ditas "pedaladas fiscais" no ano de 2015, diante das demonstrações contábeis do Banco do Brasil do 1º Trimestre de 2015, em que consta a evolução dos valores devidos pelo Tesouro Nacional a tal instituição financeira em relação ao aludido Plano, que passaram de R$ 10,9 bilhões, no 4º balanço trimestral de 2014, para R$ 12,7 bilhões, em 31 de março de 2015, e R$ 13,4 bilhões em junho de 2015.

### 1.1.3. Crime de responsabilidade pelo não registro de valores no rol de passivos da dívida líquida do setor público

Ao não registrar valores devidos pela União no rol de Passivos da Dívida Líquida do Setor Público, inclusive os valores concernentes às supostas operações de crédito ilícitas descritas no item anterior (em mais de 40 bilhões de reais), a Denunciada teria ofendido:

- ***CONSTITUIÇÃO FEDERAL:*** *art. 85, VI;*

- ***LEI Nº 1.079, DE 1950:*** *art. 9º, item 7 e art. 10, item 4;*

- ***LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000:*** *art. 5º, I.*

Conforme os Denunciantes, não teriam sido registrados no rol da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) os valores devidos pela União:

a) ao BNDES relativos à equalização de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI);

b) ao Banco do Brasil relativos à equalização de juros e taxas de safra agrícola; a créditos a receber do Tesouro Nacional em razão

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 5276
Comissões Especiais

de títulos de créditos não contabilizados; e ao passivo da União junto ao FGTS em razão do Programa Minha Casa Minha Vida;

c) ao FGTS relativos ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Segundo os Peticionantes, tais atos afrontariam a Lei Orçamentária Anual – LOA, que deve retratar todas as despesas públicas, além de impedir o efetivo acompanhamento das contas de Governo, pois parte expressiva do passivo deixa de ser registrada, com o que o acompanhamento das metas de superávit primário passaria a ser uma ficção. Com isso, haveria violação também da LRF, que, no seu art. 5º, inciso I, exige que os programas dos orçamentos sejam compatíveis com as metas previstas no art. 4º, § 1º, dessa mesma Lei, ou seja, com a apuração dos resultados primário e nominal e com o montante da dívida pública.

Registre-se que, no caso das despesas referentes ao bolsa família, ao seguro desemprego e ao abono salarial, o TCU verificou que, ao longo do exercício de 2013 e dos sete primeiros meses do exercício de 2014, a Caixa Econômica Federal (Caixa) teria utilizado recursos próprios para o pagamento dos benefícios de responsabilidade da União, uma vez que esta última, em regra, só repassava os respectivos recursos financeiros à Caixa no início do mês subsequente ao do pagamento. Como tais despesas só estariam produzindo impacto sobre a dívida líquida no momento do desembolso dos recursos pela União, o resultado fiscal calculado pelo Bacen ao final de cada mês foi superior ao que efetivamente seria devido, supostamente comprometendo o cálculo do cumprimento efetivo das metas fiscais constantes da LDO.

**Com isso, desde a elaboração das leis orçamentárias, cujas metas e resultados foram alegadamente baseados em números que não espelhariam a realidade, até a execução da lei orçamentária anual e o atendimento às metas constantes da LDO, não haveria fidedignidade nas**

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados
Fl. 3277
Comissões Especiais

**informações, por ato do próprio Governo, em suposta violação à lei orçamentária e à probidade na administração**.

Segundo os Denunciantes, a situação teria se intensificado durante o ano eleitoral, com o suposto fim de iludir o eleitorado, em um cognominado "estelionato eleitoral".

Finalmente, em relação ao envolvimento e participação da Denunciada nas "pedaladas fiscais", os Denunciantes arguem que a Presidente da República é a responsável, por ser de sua iniciativa o projeto de lei orçamentária anual, nos termos do art. 84 da Constituição Federal. Tal fato também seria revelado por sua proximidade com o então Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, tido pelos Denunciantes como o principal autor das pedaladas fiscais.

### 1.1.4. Dos crimes contra a probidade na Administração

Em relação aos desvios de recursos públicos supostamente ocorridos na Petrobras, os Denunciantes alegam que a Denunciada teria praticado os seguintes crimes de responsabilidade:

***LEI Nº 1.079, DE 1950:*** *art. 9º, itens 3 e 7.*

Argumentam que **a conduta omissiva da Denunciada não se resumiria a mera conduta culposa, pelo simples descuido e negligência em não tomar as providências cabíveis, mas incidiria no dolo, na intenção deliberada de se omitir diante dos fatos**, tendo em vista que os desvios foram

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9278
Comissões Especiais

reiterados e prolongados no tempo; tiveram grande magnitude; ocorreram muito próximo à sua esfera de atuação institucional; a Denunciada foi avisada dos desvios por várias fontes; a Denunciada, economista por formação, já ocupou cargos umbilicalmente relacionados ao setor de energia e sempre se mostrou muito consciente de todas as questões afetas a este setor, bem como aquelas relacionadas à área econômica e financeira, não sendo possível negar sua personalidade centralizadora.

A configuração da omissão intencional da Denunciada estaria comprovada pelos fatos abaixo descritos:

1. A compra da Refinaria em Pasadena, prejudicial ao Brasil em mais de 700 milhões de reais e ocorrida enquanto a Denunciada era Presidente do Conselho de Administração da Petrobras, ainda que não sirva para a responsabilização em crime de responsabilidade, uma vez que é anterior ao mandato presidencial, evidencia que a tese do suposto desconhecimento se mostra insustentável. Fosse um único fato, até se poderia admitir tratar-se de um descuido, ou coincidência; porém, estando-se diante de uma suposta continuidade delitiva, seria difícil crer que a Presidente da República não soubesse o que estava se passando à sua volta.

   Apesar de, à época, ter sido alegada a justificativa de que o prejuízo para a estatal deveu-se a um equívoco relativo a uma cláusula contratual, a partir das colaborações premiadas de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, ter-se-ia revelado que a referida compra, entre outras obras e aquisições, não passava de meio para sangrar a Petrobras, cujos desvios de recursos superam, até agora, 6 bilhões de reais, conforme admitido pela estatal em balanço recentemente divulgado.

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9279
12 Comissões Especiais

2. A condição de Presidente do Conselho de Administração da Petrobras entre os anos de 2003 e 2010 não permitiria que a Denunciada negasse saber da corrupção existente, principalmente quando, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração da Petrobras, cláusula 3.1.3, é responsabilidade dos conselheiros realizar a fiscalização da gestão dos diretores, lembrando que foram em duas diretorias que os desvios ocorreram de forma contundente e vultosa.

O volume e a sistemática da corrupção, como afirmado por Alberto Youssef e Paulo Roberto da Costa em suas delações premiadas, bem como Pedro Barusco e outros, deixariam claro que o desconhecimento destes fatos por membros da diretoria da Petrobras ou pela Presidente do Conselho de Administração só poderia ser atribuído, na melhor das hipóteses, a uma "cegueira deliberada", o que ainda configuraria uma omissão dolosa. A Denunciada, se verdade fosse seu desconhecimento, teria se omitido em suas responsabilidades, e o teria feito de forma dolosa. (págs. 84 a 89 e 90 a 112 do DCD-Supl 18/03/2016)

Não seria admissível que alguém, que tem o conhecimento da contabilidade de uma empresa como a da Petrobras, não saiba avaliar, na qualidade de conselheira, a existência de superfaturamento em contratos que aprova.

3. Nas delações premiadas de Alberto Youssef, ficou claro que Lula e Dilma saberiam do esquema de propinas na Petrobras. (págs. 90 a 112 do DCD-Supl 18/03/2016)

4. Por força das constatações da Operação Lava Jato, foram presos o ex-Ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e

*CD162682679146*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9270
13 Comissões Especiais

o ex-dirigente da Petrobras Nestor Cerveró, pessoas que a Presidente fazia questão de reverenciar. Apesar das investigações em andamento e diante de fortes indícios de que muitas irregularidades haviam sido praticadas, a Denunciada seguiria reforçando a confiança nos dirigentes da estatal, como a ex-presidente da Petrobras Graça Foster, a qual só deixou o cargo em fevereiro de 2015, na constância do segundo mandato da Denunciada, quando a situação já seria insustentável.

5. Durante todo o processo eleitoral, a Denunciada teria negado que a situação da Petrobras, seja sob o ponto de vista moral, seja sob o ponto de vista econômico, era muito grave, sob a tese de que todas as notícias veiculadas seriam uma espécie de golpe, mera tentativa de fragilizar a Petrobras, sempre destacando sua expertise na área de economia e de energia; ou seja, a Presidente estaria dando o seu aval acerca da higidez da empresa.

6. A Operação Lava Jato jogou luz sobre uma suposta relação promíscua havida entre o ex-Presidente Lula e a maior empreiteira supostamente envolvida no escândalo (a Odebrecht) e a Presidente da República teria conhecimento desses fatos e participação nas referidas irregularidades.

7. As delações de executivos de algumas empreiteiras (a exemplo de Ricardo Ribeiro Pessoa, da UTC, e Gerson de Mello Almada, da Engevix) teriam revelado a existência de um esquema de cartelização nas obras e aquisições que envolveram a estatal, com superfaturamento, a fim de devolver grande parte dos valores por meio de propinas ou de doações aparentemente lícitas, inclusive ao Partido dos Trabalhadores.

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 9281 14

Nas delações premiadas, grande parte dos desvios teria sido direcionada ao Partido da Denunciada, beneficiando-a diretamente, inclusive em suas eleições presidenciais. O encaminhamento de dinheiro da corrupção para a sua campanha eleitoral em 2010 e para o Partido dos Trabalhadores – PT, agremiação partidária que sustentou e sustenta politicamente a Denunciada, já seria fato confirmado na Operação Lava Jato. Quanto às eleições de 2014, seu benefício com a doação ao PT e a partidos aliados de dinheiros oriundos de corrupção, entre os anos de 2011 e 2013, também já supostamente confessados, tornaria incontroverso que a própria reeleição da Denunciada foi contaminada.

**Não saber, a Presidente da República, que vultosas quantias em dinheiro foram desviadas dos cofres públicos do Governo Federal e que parte significativa desses recursos fora diretamente para as contas de seu partido seria decorrente de sua omissão em cumprir com seus deveres mínimos de gestora e de candidata responsável por sua arrecadação e despesa de campanha.**

Em entrevista concedida no ano de 2009, época em que ainda ocupava o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil, a Denunciada teria comprovado conhecer profundamente a contabilidade da Petrobras. Se o seu conhecimento sobre a empresa era tão profundo, a ponto de poder afirmar o grau de apuração de sua contabilidade, alegam os Denunciantes que a Denunciada não teria como negar aquilo que se passava em contratos realizados pela Petrobras, contratos esses que, como conselheira da referida empresa, aprovou supostamente concordando com os valores superfaturados.

*CD162982267146*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9282
Comissões Especiais

E, ante os fatos prejudiciais à Petrobras conhecidos no transcorrer dos últimos anos, sua omissão seria, a toda evidência, dolosa.

8. Com o vazamento de um relatório do COAF, soube-se que o ex-Presidente Lula teria recebido quase 30 milhões de reais, boa parte de empresas que contratam com o Governo Federal, por supostas palestras. Ao invés de mandar investigar os estranhos recebimentos, a Presidente da República teria mandado apurar o vazamento da informação.

9. Quando ainda era Ministra da Casa Civil, a Presidente tinha como seu braço forte a ex-ministra Erenice Guerra, que alegadamente já se envolveu em diversas situações questionáveis, a exemplo dos fatos apurados na Operação Zelotes, referentes à corrupção no CARF.

Seja com relação a Erenice Guerra, seja com relação a Graça Foster, seja com relação a Nestor Cerveró, ou Jorge Zelada, a Presidente agiu como se nada soubesse, como se nada tivesse ocorrido, mantendo seus assistentes intocáveis e operantes na máquina de poder instituída.

### 1.1.5. Solicitação de testemunhas e pedido de documentos

Os Denunciantes requereram ainda a intimação do Tribunal Superior Eleitoral, do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas da União, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR, para que esses órgãos remetessem cópia integral dos processos relacionados com os fatos referidos.

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 3283 16 Comissões Especiais

Por último, pleitearam a oitiva das seguintes testemunhas: Alberto Youssef, Ricardo Pessoa, o Representante do Ministério Público junto ao TCU Júlio Marcelo de Oliveira, o Auditor Fiscal Antônio Carlos Costa D´Avila Carvalho e o Auditor Fiscal Charles Santana de Castro.

## 1.2. DA TRAMITAÇÃO

Em 2/12/2015, o Presidente da Câmara dos Deputados recebeu a denúncia e determinou sua leitura no expediente da sessão seguinte à sua publicação, com consequente remessa à Comissão Especial (arts. 19 da Lei nº 1.079/50 e 218, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

Em 3/12/2015, em Plenário, o Presidente desta Casa constituiu Comissão Especial e procedeu à leitura da Mensagem nº 45/2015, a qual comunicou à Presidente da República o oferecimento de denúncia por crime de responsabilidade, bem como informou o prazo para manifestação da Denunciada, correspondente a 10 sessões, contadas da instalação desta Comissão Especial.

Na sequência, em 8/12/2015, foi eleita Comissão Especial para a apreciação da matéria em tela. Contudo, em 9/12/2015, o Supremo Tribunal Federal comunicou a esta Casa decisão liminar na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 378 MC/DF, no sentido de determinar *"a suspensão da formação e a não instalação da Comissão Especial, bem como a suspensão dos eventuais prazos, inclusive aqueles, em tese, em curso"*.

Julgando a citada ADPF nº 378, o Supremo Tribunal Federal, em 17/12/2015, proferiu decisão sobre o rito do processo de *impeachment.*

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados
Fl. 3284
Comissões Especiais
17

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Na sequência dos eventos, em 1º/2/2016, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados opôs Embargos de Declaração, ratificado em 8/3/2016, ao acórdão proferido nos autos da ADPF nº 378 MC/DF.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em 16/3/2016, rejeitou os referidos Embargos. No mérito, a maioria acompanhou o voto do relator, Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO, pela rejeição dos Embargos de Declaração, vencidos os Ministros DIAS TOFFOLI e GILMAR MENDES.

Em 17/3/2016, já no Plenário da Câmara dos Deputados, foi eleita a chapa única dos membros que compõem esta Comissão Especial. Nessa mesma data, a Presidência da Casa, a pedido dos Denunciantes, deferiu juntada de documento aos autos da Denúncia determinando, na mesma decisão, a realização de nova notificação da Denunciada para que tomasse conhecimento mais uma vez, por inteiro, da Denúncia e também desse novo documento.

Instalada a Comissão Especial, o prazo de 10 sessões para que a defesa se manifestasse iniciou-se a partir de 18/3/2016.

No decorrer dos trabalhos da Comissão Especial, foram decididas questões de ordem esclarecendo a interpretação de dispositivos regimentais e legais acerca da tramitação da denúncia neste Colegiado, entre as quais cabe destacar a decisão que determinou a desconsideração por este Colegiado do documento novo juntado em 17/3/2016.

A Comissão Especial, entendendo necessário promover esclarecimentos acerca da denúncia, não no sentido de supri-la ou de colmatar eventuais lacunas existentes, mas apenas de informar aos Parlamentares e à própria sociedade sobre os fatos nela narrados, aprovou requerimento do relator, fruto de acordo entre líderes, em consonância com o Plano de Trabalho, para

*CD162682679149*

trazer ao Colegiado convidados que pudessem expor suas visões sobre o teor da Denúncia.

Em primeiro lugar, compareceram os próprios autores da denúncia, Sr. Miguel Reale Júnior e Sra. Janaina Conceição Paschoal, em reunião realizada no dia 30 de março. Os convidados, limitando-se aos termos da peça, promoveram esclarecimentos dos fatos que motivaram sua apresentação.

Em seguida, na reunião de 31 de março, compareceram os Srs. Nelson Barbosa (Ministro de Estado da Fazenda) e Ricardo Lodi Ribeiro (Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro), indicados pelo Vice-Líder do Governo, Deputado Paulo Teixeira. Os convidados também expuseram, segundo ótica própria e em contraponto aos autores, seus entendimentos acerca dos fatos narrados na denúncia.

## 1.3. DA DEFESA

Passamos agora à breve síntese dos argumentos apresentados pela Denunciada através do Advogado-Geral da União, Ministro José Eduardo Cardozo, em audiência pública realizada no dia 4/4/2016, nesta Comissão Especial, bem como de sua manifestação escrita.

O Advogado-Geral da União, após tecer considerações sobre a natureza jurídica do processo de *impeachment* no sistema presidencialista, enfatiza que esta medida extrema só é possível na existência de atos que atentem contra a Constituição Federal.

Em seguida, adverte que somente os atos praticados diretamente pelo Presidente da República podem ser caracterizados como crime de responsabilidade. Aduz, ainda, ser necessária a tipificação legal da conduta a ele imputada.

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9286
19

Sustenta, ademais, que nesse procedimento não podem ser considerados atos praticados fora do exercício do mandato atual. Outra exigência para a caracterização do crime de responsabilidade seria a existência de ação dolosa do Presidente da República.

Sobre os termos do recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara dos Deputados, afirma que foi parcial, tendo sido rejeitada na parte referente aos supostos ilícitos ocorridos em 2014. Em razão disso, a Defesa foi limitada aos fatos ocorridos no decurso do atual mandato presidencial, também não contemplando os fatos relativos aos crimes contra a probidade na Administração (questões referentes à Operação Lava-Jato, Petrobras, etc).

Em seguida, argui as seguintes preliminares:

1. Considera ter havido desvio de finalidade no ato do Presidente da Câmara dos Deputados que recebeu a denúncia. Sustenta que ao fazê-lo o Presidente desta Casa teria agido movido por vingança pessoal e não com finalidade de interesse público;

2. Considera inadmissível, sob pena de nulidade, o exame de novos atos ou fatos posteriores ao recebimento da Denúncia;

3. Considera que a Comissão Especial desrespeitou o rito estabelecido pelo STF na ADPF nº 378, uma vez que realizou audiências públicas em que foram abordados temas que extrapolaram os termos do recebimento da Denúncia, em prejuízo da defesa da Presidente da República;

4. A Denunciada não foi intimada para acompanhamento das oitivas de esclarecimento realizadas pelos Denunciantes.

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 3287
Comissões Especiais

Quanto às alegações de mérito, apresento-as, em apertada síntese:

Sobre a distinção entre gestão orçamentária e gestão financeira, a Defesa apresenta os seguintes pontos:

1. A gestão orçamentária envolve *"atividades de planejamento das despesas e estimativa das receitas"*, ao passo que a gestão financeira está associada *"à rotina de execução do orçamento previsto (...), comparando-se, assim, o estimado e o realizado, bem como a própria limitação das despesas a serem pagas, por meio do controle de movimentação e empenho"* e ao *"cumprimento das denominadas metas fiscais"*;

2. A lei orçamentária seria *"uma peça prospectiva de caráter operacional"*,e , partindo desse raciocínio, os decretos de abertura de créditos seriam *"freios de rearranjo ou de rearrumação"*, pelos quais o poder público adapta seu planejamento à realidade;

3. O motivo para a abertura de créditos por decreto, ao invés do encaminhamento de projeto de lei, seria a existência de expressa autorização legal para a medida, nos termos do art. 4º da Lei Orçamentária de 2015. Essa permissão legal decorreria da compreensão, pelo Congresso, da necessidade de ampliação da autorização orçamentária em nome da regular prestação de serviços públicos;

4. Destaca o conjunto de atividades denominado "programação financeira", destinado a ajustar o ritmo da execução do orçamento ao fluxo provável de entrada de recursos;

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados 9288 Comissões Especiais 21

5. A LRF exige do Poder Executivo estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, o que se concretiza no chamado "decreto de contingenciamento". Conclui que a referida lei elegeu o decreto de contingenciamento como *"o instrumento apto a garantir o cumprimento da meta";*

6. A meta de resultado fiscal prevista na LDO tem natureza estritamente financeira, e não propriamente orçamentária. É apurada *"pelo efetivo ingresso de recursos nos cofres públicos e das efetivas despesas"*.

No tocante à compatibilidade entre os decretos de abertura de créditos e a meta fiscal, foram trazidos os argumentos abaixo:

1. A exigência do art. 4º da LOA 2015, de que a abertura de créditos deve estar de acordo com o cumprimento da meta fiscal, seria *"quase uma obviedade, já que a autorização é um primeiro passo para o gasto"*, mas reitera a existência de *"um outro passo essencial pela frente, como salientado: a realidade fiscal e fática do órgão"*;

2. Demonstrando a cronologia dos fatos ocorridos em 2015, listou a publicação do Relatório do 3º Bimestre (22/7), a edição de quatro decretos de abertura de créditos (27/7) e a expedição de novo decreto de contingenciamento (30/7), o qual limitou gastos em R$ 8,5 bilhões. Assevera a Defesa que a edição desse decreto pelo governo *"demonstrou cabalmente firme sua disposição de cumpri-la* [a meta fiscal] *por meio da redução de gastos",* ao passo que os créditos abertos nada teriam a ver com o atingimento da meta;

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 9285 22 Comissões Especiais

3. Para as despesas discricionárias, sustenta que "*autorizações previstas em um simples decreto de crédito suplementar, jamais poderão ter qualquer impacto sobre os limites fiscais e financeiros estabelecidos, visto que continuam submetidas aos mesmos parâmetros de movimentação e de empenho*". Em relação às despesas obrigatórias, diz ser *"insustentável a tese da alegada inadequação entre suplementação de despesa obrigatória e a obtenção da meta de superávit"*, já que, nesse caso, o procedimento *"conduzirá ao contingenciamento de despesas discricionárias suficientes para que se garanta o atingimento daquela meta";*

4. O decreto de contingenciamento, que trata dos limites de gastos, e, em decorrência, do alcance da meta fiscal, *"não é alterado nem guarda qualquer relação necessária com a autorização de novos créditos suplementares";*

5. Conforme o Voto do Senador Acir Gurgacz proposto às contas da Presidente da República do exercício de 2014, o mero ato de abertura de um crédito não é incompatível com a obtenção da meta de resultado primário, em vista da ausência de relação direta entre o crédito e a obtenção da meta;

6. Foi registrada *"a prática recorrente da edição de tais medidas, tanto por outros entes da federação, quanto pelo próprio Governo federal em anos anteriores, contando inclusive com o aval do Tribunal de Contas da União";*

7. Apresentou gráfico demonstrando a ocorrência de inobservâncias, no âmbito dos Estados federados, quanto ao cumprimento da respectiva meta fiscal nos últimos cinco anos, não havendo notícia *"de que, em quaisquer dos Estados da Federação, os Tribunais de*

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados 3290 Comissões Especiais 23

*Contas tenham rejeitado a prestação de contas dos governos estaduais, tampouco que, nesses Estados, haja a denúncia e a abertura de processo por crime de responsabilidade";*

8. Não teria havido crime de responsabilidade, *"por inocuidade da conduta, já que a meta de superávit, em nenhum momento, foi exposta a risco com a edição dos Decretos"*. Somente haveria incompatibilidade entre os decretos e a obtenção da meta *"se, além da abertura do crédito suplementar, fosse alterada a programação orçamentária, reduzindo-se o limite de empenho e movimentação financeira, de modo a permitir um gasto adicional de recursos"*.

A respeito da alteração da meta fiscal durante o exercício, constam da Defesa os seguintes argumentos:

1. É frequente que, em face de novas realidades macroeconômicas, ocorra a alteração da meta fiscal (como verificado nos anos de 2014, 2013, 2010, 2009, 2007 e 2001). Especificamente no exercício de 2001, *"ocorreu a edição de decretos de créditos suplementares em um ano que a meta fiscal da administração direta federal foi descumprida";*

2. A meta é definida para cada ano, "*de modo que o seu alcance só tem como ser efetivamente apurado com o encerramento do período, momento em que todas as expectativas consubstanciadas no planejamento orçamentário expressos na LOA se transmutam de expectativa para certeza"*;

3. Além de o resultado fiscal não ter sido afetado pela edição dos decretos questionados pela Denúncia, *"ao final do exercício a meta foi rigorosamente cumprida"*. O Congresso Nacional, ao aprovar o

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
3291
24

PLN 5/2015, *"proferiu verdadeiro atestado de regularidade e de compatibilidade acerca da atuação governamental";*

4. Apesar da necessidade de manifestação do Congresso para alteração da meta fiscal, *"é correto e legítimo que o Poder Executivo envie a proposta de alteração quando, ao elaborar os relatórios bimestrais, constate alteração no quadro macroeconômico previsto no ano anterior para atender aos fins de transparência e planejamento"*;

5. A alegação da Denúncia de que *"pouco importa a alteração da meta fiscal para caracterização do crime de responsabilidade"* encontraria obstáculo na impossibilidade *"de interpretação do regime de metas dissociado da noção de anualidade orçamentária"*, visto que o atingimento da meta só poderia ser revelado no encerramento do exercício;

6. O cumprimento da meta, tido como requisito de regularidade da edição dos decretos, apresentaria natureza jurídica de "condição resolutiva", submetida a um evento futuro e incerto. Entendimento diverso, segundo a Defesa, *"seria o mesmo que transmutar o regime anual de execução do orçamento previsto na Constituição, em um regime de metas bimestrais previstas apenas para atender a expectativa dos denunciantes";*

7. Refere-se novamente ao parecer do Senador Acir Gurgacz às contas de 2014, que diz, *"No âmbito da LDO, a meta é fixada para o exercício, considerando-se determinado cenário econômico. As estimativas bimestrais previstas têm a finalidade de monitorar o atingimento dessa meta, de tal modo que não há o que ser cumprido*

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 9292 25 35 Ass.

*antes do final do ano, haja vista inclusive o principio da anualidade orçamentária, não afastado pela LRF";*

8. Rejeita a ideia de que *"aferição do cumprimento da meta se impõe com a elaboração dos relatórios bimestrais de avaliação de receitas e despesas primárias"*, apesar da importância desses documentos. Transcreveu trecho de autoria de Ricardo Lodi Ribeiro, para o qual *"o argumento em sentido contrário, de que os relatórios bimestrais apontando o descumprimento parcial da meta já ensejariam o implemento da condição resolutória que cancelaria a autorização legal para a abertura de créditos suplementares, retirar-se-iam do Poder Executivo os instrumentos de atuação quando esses se fazem mais necessários para debelar os efeitos da crise econômica";*

9. Sustenta que *"nem mesmo o descumprimento da meta fiscal seria razão suficiente para a configuração de crime de responsabilidade",* porque, sendo a meta de natureza programática, sua observância dá-se *"conforme as circunstâncias do caso";*

10. Conclui dizendo que *"ainda que se desconsiderem todos os argumentos apresentados nos itens anteriores, a alteração legal da meta atuaria em benefício da avaliação da conduta da Presidenta, com efeitos retroativos, para fins de caracterização do crime de responsabilidade"*. A alteração da meta *"convalidaria qualquer situação que estivesse em desconformidade com o direito"* e *"afastaria qualquer tipicidade delituosa da conduta"*.

Sobre a utilização das fontes de recursos para abertura dos créditos suplementares e a diferença entre despesas obrigatórias e discricionárias, trouxe a Defesa os seguintes argumentos:

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 9293 26

1. Definida na LDO em termos de resultado primário, a meta *"exclui da sua apuração as receitas e as despesas financeiras, como os encargos da dívida pública"*;

2. Devem-se distinguir *"duas distintas modalidades de abertura de créditos adicionais: as referentes às despesas discricionárias e às despesas obrigatórias"*, sujeitas a regras diferentes. Diferentemente das despesas obrigatórias, imunes a qualquer limitação, as discricionárias estão sujeitas ao decreto de contingenciamento;

3. Contrariamente ao entendimento exposto na Denúncia, *"a abertura de crédito suplementar destinado ao pagamento de serviço da dívida reforça o compromisso de observância da meta, não ensejando qualquer irregularidade";*

4. O questionamento dos Denunciantes sobre os decretos, supostamente incompatíveis com a meta fiscal, reside não sobre o total de créditos abertos (R$ 95 bilhões), mas sobre a parte que teve, como fonte de recursos, excesso de arrecadação de receitas próprias ou superávit financeiro de anos anteriores (R$ 2,5 bilhões);

5. Nos Decretos questionados na Denúncia, o valor de R$ 708 milhões não entra no cálculo do resultado primário, vez que se refere ao pagamento de serviço da dívida, classificado entre as despesas financeiras;

6. A fonte de recursos utilizada para créditos de despesas discricionárias *"é absolutamente irrelevante, para fins de atingimento da meta de resultado primário, uma vez que elas são passiveis de serem contingenciadas, e, portanto, submetidas aos limites*

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9254
27
Comissões Especiais

*constantes do Decreto de limitação de movimentação de empenho e pagamento".*

Foram apresentadas alegações sobre a ausência de dolo da Presidente da República e sobre a fundamentação técnica e jurídica para emissão dos decretos, nos seguintes termos:

1. A Presidente da República *"jamais teve a intenção de burlar qualquer norma"*, tendo atuado apenas para garantir o funcionamento da máquina pública, de acordo com recomendações técnicas e jurídicas dos órgãos que a assessoram;

2. A edição de decretos de abertura de créditos *"envolve uma complexa cadeia de atos administrativos, da qual se deriva a necessária supervisão interna desses diversos órgãos administrativos, que envolve inclusive os órgãos demandantes das verbas de suplementação"*. Isso afastaria de pronto *"qualquer dolo da Sra. Presidenta da República"*, diante de hipotética ilegalidade, em vista da complexidade técnica da elaboração das medidas e do número de apreciações técnicas empreendidas por servidores de diversos órgãos, todos atos dotados *"de inquestionada 'presunção de legitimidade'";*

3. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é reconhecida *"a ausência de dolo e o erro de tipo"* em caso de consulta, por chefe do Executivo, junto à Procuradoria Jurídica. Assim, que não se pode falar *"em ação dolosa dos Chefes dos Executivos em casos em que tenham sido levados à prática de atos jurídicos, a partir de solicitações, pareceres, e manifestações jurídicas, expressas em atos administrativos expedidos, por servidores de órgãos técnicos, e que se encontram inteiramente ao*

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 3295
28
Comissões Especiais

*abrigo da presunção de legitimidade que envolve todos os atos administrativos em geral";*

4. A Lei 1.079/1950, ao tipificar como crime de responsabilidade a conduta de infringir, patentemente, dispositivo da lei orçamentária, direciona ao entendimento de que a infração deve ser *"'manifesta', 'evidente', 'visível'"*. Essa condição não teria se verificado na circunstância, ante a quantidade de órgãos com manifestações favoráveis à abertura dos créditos;

5. *"Não se pode exigir da Presidenta da República conduta diversa da edição do Decreto de crédito suplementar"*, ante as obrigações legais e constitucionais que dão suporte às despesas obrigatórias. Conclui haver, no caso, *"pela inexigibilidade de conduta adversa, uma evidente causa excludente de ilicitude";*

6. A abertura de créditos suplementares não seria algo anômalo e atribuído apenas ao Poder Executivo. O orçamento autoriza gastos para os três Poderes do Estado, todos passíveis de ampliação mediante os referidos créditos. Assim, pedidos de complementação são realizados por gestores de todos os Poderes, embora a abertura se dê por ato da Presidente da República.

Concernente a uma alegada mudança de entendimento do TCU sobre a questão, listaram-se os seguintes argumentos:

1. *"A mesma conduta ora discutida, quando praticada em exercícios anteriores, não vinha sendo considerada irregular pelo Tribunal de Contas da União"*, de modo que as contas da Presidência da República vinham sendo seguidamente aprovadas;

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 9296 29

2. O apontamento, pelo TCU, de irregularidade quanto à edição dos decretos que abriram créditos suplementares, supostamente incompatíveis com a obtenção da meta fiscal, *"contrariou o entendimento até então consolidado no âmbito do próprio Tribunal, quando do exame de casos similares, como os ocorridos nos exercícios de 2001 e 2009"*;

3. Os decretos publicados entre 27/7/2015 e 20/8/2015 *"observaram a prática orçamentária consolidada ao longo dos anos, bem como ratificada até então pelo Tribunal de Contas da União, inexistindo, pois, qualquer irregularidade apta a configuração de crime de responsabilidade"*;

4. Diante da *"radical mudança de interpretação"* do TCU, na superveniência do Acórdão 2461/2015--Plenário, *"a Presidência da República, formalmente, ciente da nova compreensão do TCU sobre a necessidade de observância da meta efetivamente vigente, impôs o contingenciamento de todo o limite disponível para execução financeira das despesas discricionárias dos Ministérios, tudo a revelar extrema cautela fiscal"*. O descontingenciamento só ocorreria em 3/12/2015, após a alteração da meta fiscal pela Lei n 13.199/2015.

Sobre a alegação de que a Denunciada teria cometido crime de responsabilidade pela contratação ilegal de operação de crédito com o Banco do Brasil, relativa ao Plano Safra, no exercício de 2015, sustenta que:

1. Não há qualquer conduta (comissiva ou omissiva) descrita como tendo sido praticada pela Presidente da República;

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
9297
30

2. As subvenções referentes ao Plano Safra são autorizadas por lei, que confere a regulamentação e a execução das políticas aos Ministérios e instituições financeiras responsáveis por sua gestão, não sendo prevista conduta a ser praticada pela Presidente da República;

3. A concessão de subvenção ocorre diariamente até o limite definido anualmente em portaria do Ministério da Fazenda para o ano safra;

4. A metodologia de apuração dos saldos a serem pagos ao banco operador do Plano Safra também é definido em portaria e, em geral, é semestral;

5. Para a contabilidade do banco, em regime de competência, os saldos a serem repassados pela União são apurados no momento da concessão da subvenção. Isso não significa que esses valores devem ser pagos imediatamente;

6. A necessidade de lapso de tempo entre o momento da contratação do crédito rural junto à instituição financeira e o efetivo pagamento de subvenção à instituição financeira decorre do tempo necessário para a verificação e fiscalização do emprego adequado do programa;

7. Sendo assim, é incorreto afirmar que a variação do saldo de subvenção do Banco do Brasil é decorrente de novas operações em 2015, uma vez que essas deveriam ser pagas apenas nos semestres subsequentes;

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
9238
31

8. Os artigos de lei que supostamente teriam sido violados são artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, para que se configurasse crime de responsabilidade seria necessária alegação de violação de lei orçamentária;

9. Ainda que se pudesse considerar a LRF como bem jurídico protegido desse crime, também a ela não houve infração, pois essas subvenções não constituem operação de crédito, nos termos de seu art. 26, nem a elas podem ser equiparadas. Além de se tratar de contratos de prestação de serviços entre a União e o Banco do Brasil, no ano de 2015 não houve sequer atraso de repasse ao Banco do Brasil. Assim, se conduta houvesse, ela seria atípica;

10. Não se pode admitir a aplicação retroativa de novo entendimento do TCU em matéria de crime de responsabilidade;

11. Não se fazem presentes elementos fundamentais para a configuração de crime de responsabilidade, sendo absolutamente incabível o processo de *impeachment*. Não existe fato típico uma vez que os atos praticados não constituem operação de crédito.

No tocante à suposta "criminalização da política fiscal", foram trazidas as seguintes alegações:

*CD162682679149*

1. O debate atual sobre o papel do Estado e da política fiscal em duas posições: de um lado, situa-se a posição daqueles que defendem o papel restrito do Estado e o uso da política fiscal com o objetivo fundamental de garantir a sustentabilidade da dívida pública, e, de outro lado, situam-se aqueles que acreditam que os gastos públicos têm papel relevante na transformação da sociedade em direção a

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 9299 Comissões Especiais 32

uma sociedade mais igualitária e na criação de um ambiente favorável, capaz de sustentar as expectativas de empresários e consumidores e de promover o crescimento econômico;

2. A crença no papel do Estado perdeu força nas décadas de 80 e 90 do século XX, período de predomínio da visão neoliberal. Esse quadro de regras fiscais rígidas sofreu alteração após a crise econômica mundial de 2008, quando diversos países fizeram uso intenso da política fiscal para estimular a demanda agregada e evitar o aprofundamento da crise;

3. No Brasil, a adoção de uma regra fiscal de curto prazo, bem como outros tipos de limite de gastos, foi introduzida pela LRF. As leis de responsabilidade fiscal, que disciplinaram regras importantes para a administração pública, em nenhum momento, suplantaram a responsabilidade social dos governos;

4. Com a desaceleração econômica nos últimos anos, o governo brasileiro teve que fazer sucessivas revisões da meta fiscal previamente estabelecida, via envio de projeto de lei para aprovação do Poder Legislativo, especialmente pela forte frustração das receitas, causada pela desaceleração da atividade econômica;

5. Os Denunciantes desconsideram que os resultados fiscais menos robustos, após a introdução de políticas anticíclicas, são consequência da real desaceleração econômica e não a causa. A experiência internacional mostrou que a redução do gasto público num momento de crise levaria ao aprofundamento da crise econômica e não o contrário;

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

6. A política fiscal, que até então era um tema meramente econômico, passou a ser criminalizada, ao ser usada para embasar um pedido de *impeachment* com o argumento de que supostas infrações à LOA e à LRF, que concorreriam para o não cumprimento da meta fiscal, poderiam ser caracterizadas como crime de responsabilidade da Denunciada;

7. Ao interpretar o art. 9º da LRF de maneira restrita e defender que, a cada bimestre, o governo seja forçado a realizar cortes abruptos de gastos fiscal em caso de eventual frustração de receita, independentemente do cenário econômico, é obstruir sua liberdade de exercer o direito, para o qual foi democraticamente eleito de atuar na economia, preservando, no tempo, o compromisso com a estabilidade fiscal;

8. A política fiscal brasileira dos últimos anos, quando avaliada sob todos os seus matizes, tem se mostrado sustentável e em linha com as melhores práticas internacionais.

Por fim, requer:

1. O reconhecimento da nulidade do ato de instauração do presente processo de *impeachment* determinado pelo Presidente da Câmara dos Deputados e de todos os seus atos subsequentes, com a extinção do presente processo;

2. Seja afirmado juridicamente, para todos os fins de direito, que o objeto do processo de *impeachment* se limita, exclusivamente, à apreciação dos crimes de responsabilidade objeto da denúncia originalmente recebida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, e

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9301
34 Comissões Especiais

por conseguinte, que seja também determinada a reabertura do prazo para a apresentação da manifestação de defesa da Denunciada;

3. Que a Defesa, este Relator e os parlamentares, ao firmarem suas manifestações sobre a matéria sob exame, considerem, em sua análise sobre a ocorrência ou não de crimes de responsabilidade, unicamente as acusações que determinaram efetivamente a abertura do presente procedimento pela decisão original do Presidente da Câmara dos Deputados. Requerem também o desentranhamento dos documentos relativos às delações;

4. Que seja decretada, de plano, nulidade da realização da sessão de oitiva dos denunciantes, com o desentranhamento dos presentes autos de tudo o que diga respeito à sua indevida realização sem a intimação da Denunciada ou de seu representante legal;

5. Que, caso seja mantida como válida a sessão em que foram ouvidos os denunciantes para o esclarecimento dos fatos pertinentes à sua denúncia, seja reaberto o prazo de 10 sessões para que se possa fazer a apresentação da defesa da Denunciada;

6. A determinação de que, doravante, de todos os atos a serem praticados ao longo do procedimento sejam regularmente expedidas intimações formais à Denunciada ou a seu representante legal;

7. Caso sejam realizadas quaisquer outras sessões ou diligências destinadas ao esclarecimento dos fatos denunciados, seja reaberto o prazo de 10 sessões para o aditamento da defesa, ou a apresentação de novas razões;

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9302
35
Comissões Especiais

8. No mérito, seja rejeitada a denúncia, não prosseguindo o processo de *impeachment*.

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
9303
36

# 2. VOTO DO RELATOR

## 2.1. INTRODUÇÃO

É com sentimento de grande respeito e responsabilidade que encarei o desafio de ser o Relator desta Comissão Especial.

Agradeço, inicialmente, aos Senhores Parlamentares desta Comissão que aceitaram a escolha do meu nome para relatar um trabalho de extrema relevância para o presente e, principalmente, para o futuro do nosso país.

Em especial, peço licença aos colegas para fazer um agradecimento, com muito carinho e respeito, ao Presidente desta Comissão, Deputado Rogério Rosso, que também aceitou esse importantíssimo desafio que foi e é presidir uma Comissão de tamanha importância. S. Exa. soube conduzir os nossos trabalhos com brilhantismo, sendo firme quando necessário e paciente quando os ânimos estavam acirrados, demonstrando ter uma experiência não encontrada constantemente em parlamentares de primeiro mandato. S. Exa. decidiu as questões de ordem de forma coerente, não deixando dúvidas sobre a interpretação ou questões procedimentais. Parabéns!

O presente trabalho certamente despertará as emoções de cada cidadão brasileiro, as piores ou as melhores. A missão não foi fácil. Alguns me chamarão de "herói", outros, de "vilão e golpista". Esses rótulos, contudo, não me preocupam. O meu maior cuidado foi o de realizar um trabalho imparcial, com a consciência tranquila, e em respeito ao povo de Goiás e do Brasil, sabedor da importância que é recomendar a aceitação ou não de uma denúncia por crime de responsabilidade do Presidente da República.

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 9304 37

Relembro aos colegas que o objetivo desta Comissão é apenas o de analisar a admissibilidade da denúncia em seus aspectos técnicos, incluindo a análise de indícios mínimos de materialidade e de autoria, além da justa causa para a instauração do processo. Não é o momento de dizer se a Presidente cometeu ou não crime de responsabilidade ou se a denúncia procede ou não. Em caso positivo, essa competência é do Senado Federal, instância julgadora, à qual cabe a instrução probatória.

Outro ponto: embora aparentemente o trabalho da Câmara dos Deputados seja mais simples do ponto de vista técnico do que aquele que compete ao Senado Federal, conforme determinado pela Constituição Federal e referendado pelo Supremo Tribunal, a importância da nossa decisão é incomparável. É aqui que tudo começa. É aqui, na Casa do Povo, que se autoriza a instauração do processo.

Fazendo uso das palavras do Ministro Sepúlveda Pertence quando do julgamento do MS nº 20.941, o objetivo dessa análise preliminar pela Câmara dos Deputados é evitar justamente o prosseguimento de acusações abusivas, levianas, ineptas, formal ou substancialmente. Afinal, cuida-se de abrir um processo de imensa gravidade, um processo cuja simples abertura, por si só, significa uma crise. Não se pode permitir a abertura de processo tão relevante sem um mínimo de substrato fático e jurídico. Na recente história democrática, essa é a segunda vez que esta Casa discute a instauração de processo dessa natureza.

Ressalto que, aliado ao juízo técnico e jurídico sobre a admissibilidade da denúncia, cabe a esta Casa, também, analisá-la tendo como base um juízo político, assim entendido como a conveniência e a oportunidade de se instaurar um processo de tamanha magnitude. Esse juízo político é de cada um dos Senhores Parlamentares, mas tecerei considerações mais adiante a respeito disso, em capítulo específico.

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 3305 38

Apenas para registrar mais uma vez a importância deste ato, o Ministro Paulo Brossard, talvez o doutrinador que mais se debruçou sobre o estudo do instituto do *impeachment*, chegou, inclusive, a defender a impossibilidade de haver controle judiciário sobre as decisões políticas tomadas nesse processo. Na ocasião do julgamento do referido MS nº 20.941, S. Exa. afirmou que o processo de responsabilidade começa e termina no âmbito parlamentar, **acrescentando que "*as decisões podem ser as mais chocantes e delas não cabe recurso, não cabe recurso para tribunal algum*"**. O Judiciário, segundo S. Exa., "***não pode condenar o absolvido, nem pode absolver o condenado, ou seja, não pode rever essas decisões parlamentares, como não pode determinar que o processo seja instaurado, ou que seja arquivado. São questões que fogem de sua competência. Em matéria de impeachment, tudo se passa, do início ao fim, no âmbito legislativo, convertido em juízo de acusação, ou de autorização, na linguagem da atual Constituição, e em tribunal de julgamento, exclusivo e irrecorrível***".

Embora essa tese não tenha prevalecido, a ponto de considerar insuscetível de apreciação do Poder Judiciário toda e qualquer decisão proferida em processos dessa natureza, certo é que o pedido formulado naquele mandado de segurança foi denegado, por prevalecer o entendimento de que a revisão da decisão do Parlamento, pelo Poder Judiciário, só pode ocorrer em situações excepcionais, quando presente induvidosa ilegalidade e abuso do poder, aferível a partir de fatos absolutamente certos e inequívocos.

Ainda nesta fase introdutória, peço licença aos eminentes colegas para afirmar que a denúncia possui aspectos técnicos bem específicos, sobre os quais não trabalhamos em nosso dia-a-dia. Essa circunstância, no entanto, não me impediu que fizesse uma análise vertical da denúncia e elaborasse esse parecer.

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fui Vereador, Deputado Estadual, Vice-Prefeito, e já estou no meu sexto mandato como Deputado Federal, passando por quase todas as Comissões desta Casa, várias delas relacionadas com orçamentos públicos, sistema financeiro e gestão pública. Fui também e ainda sou coordenador da bancada de Goiás na Comissão Mista de Orçamento, o que me habilita a firmar convicção a respeito da admissibilidade da denúncia com absoluta tranquilidade e precisão, sem contar, o que registro aqui também como elogio, que fui auxiliado por uma equipe altamente competente e prestativa composta por funcionários desta Casa.

É, portanto, com esse sentimento de coragem e responsabilidade e com a absoluta convicção de total respeito aos preceitos e mandamentos da Constituição Federal desta República, da legislação e do entendimento da Suprema Corte, que passo a proferir meu voto.

O voto é dividido em capítulos que, inicialmente, tratam do fundamento e da natureza do processo de *impeachment*, dos crimes de responsabilidade, da competência da Câmara dos Deputados, dos aspectos concernentes à admissibilidade da denúncia e das preliminares trazidas pela Defesa. Após, no mérito, são analisados item a item os supostos crimes praticados pela Presidente da República, com a realização de um contraponto entre o que foi dito pela denúncia e as razões de defesa. Por fim, teço considerações sobre a oportunidade e conveniência da instauração do processo do ponto de vista político e finalizo com a apresentação da minha conclusão.

## 2.2. DO FUNDAMENTO E DA NATUREZA DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* E DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE

A definição do fundamento do processo de *impeachment*, se predominantemente jurídico ou político, consiste em um ponto crucial para a devida compreensão desse processo, com repercussões importantes sobre a amplitude e o significado das deliberações a serem proferidas pelas Casas do

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
9306-A
40

Congresso Nacional. É necessário, portanto, que enfrentemos esse tema antes de seguirmos à análise do caso concreto.

Nos sistemas presidencialistas de governo, o processo de *impeachment* é o mecanismo que leva em consideração **critérios jurídicos** para propor a responsabilização do Presidente da República e a sua imediata destituição, antes de expirado o prazo do mandato presidencial, em razão da prática de infrações legais relacionadas com a violação dos deveres funcionais e com o mau uso do poder.

O *impeachment*, portanto, não pode ser confundido com os institutos da moção de desconfiança e da moção de censura, próprias dos sistemas parlamentaristas, pelos quais ocorre a responsabilização política do governo perante o Parlamento e a destituição do Primeiro-Ministro, mediante a simples retirada da confiança política da maioria parlamentar, que representa o fundamento necessário para a continuidade governamental nesses sistemas.

Dessa forma, o *impeachment* não pode ser considerado um processo exclusivamente político, imune a critérios jurídicos ou ao controle judicial da legalidade de sua tramitação, tendo em vista a própria lógica do sistema presidencialista de governo e a norma contida no art. 85 da Constituição Federal, a qual remete a uma lei especial a sua tipificação e as respectivas normas de processo e julgamento.

*CD162682679149*

Do fundamento jurídico do *impeachment*, surge o dever de observância dos princípios gerais de qualquer direito punitivo, seja ele de natureza política, criminal, administrativa ou civil. Tais princípios são relacionados com a verificação da tipicidade dos fatos atribuídos ao acusado, da culpabilidade, do julgamento conforme as provas existentes no processo, bem como do respeito aos direitos subjetivos do Presidente da República e às garantias processuais da ampla defesa, do contraditório, da publicidade, da igualdade processual, da

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 9306-B 41

razoabilidade e de todos os demais postulados do devido processo legal formal e material.

Assim, **desde que respeitadas as suas balizas democráticas, o processo do *impeachment* não é golpe de Estado**, na exata medida em que ele objetiva preservar os valores ético-jurídicos e político-administrativos consagrados na Constituição Federal de 1988.

Na verdade, o *impeachment* resguarda a legitimidade do exercício do mandato político, cuja legitimidade de entrada residiu nas eleições populares. Nesse processo, cassa-se o mandato, se for comprovado que a legitimidade democrática do Presidente da República expirou, diante da prática de crime de responsabilidade tipificado na Lei nº 1.079, de 1950.

É importante destacar que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não podem instaurar esse processo com base em razões de mera conveniência política ou desaprovação governamental, assim como devem assegurar a máxima efetividade das garantias individuais e processuais do Presidente da República, diante da sensibilidade e da gravidade que envolve a tarefa de fazer sentar no "banco dos réus" o chefe do Poder Executivo nacional.

Por outro lado, devemos estar atentos ao alerta de Rui Barbosa, citado por Paulo Bonavides[4] para **que rigores jurídicos formais em excesso não provoquem um manejo difícil, lento e corruptor do *impeachment* e não transformem a respectiva punição em algo fictício, irrealizável e mentiroso, resultando daí um poder presidencial irresponsável, ilimitado, imoral e absoluto**.

*CD162682679149*

[4] BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 17ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010, p.336

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 9307 42

Com razão, a observância de aspectos jurídicos do processo de *impeachment*, em especial a obediência às garantias de ampla defesa e do contraditório, **não lhe retiram a marcante conotação política**. Segundo o Ministro do STF Luis Roberto Barroso, na ADPF nº 378: ***"é equivocada a pretensão de transportar, acriticamente, garantias inerentes a processos criminais comuns para a esfera política dos crimes de responsabilidade, o que ensejaria tratamento idêntico a situações bastante diversas".***

Aqui, vale lembrar, reforçando a índole política do julgamento, que o ex-Presidente Fernando Collor foi condenado pelos Senadores, mas depois foi absolvido pelo STF, em julgamento de caráter puramente jurisdicional. Assim, **a natureza parcialmente política do *impeachment* impõe certa flexibilização dos rigores jurídico-formais próprios de um processo judicial ordinário.**

Assentado que o *impeachment* pressupõe o respeito a critérios jurídicos e políticos, importa-nos analisar agora se a natureza do processo é predominantemente político-administrativa ou criminal.

Sob a égide da Constituição Imperial brasileira de 1824, o processo de *impeachment* foi adotado entre nós sob a influência direta da Inglaterra, onde o referido processo possui natureza criminal e não se limita a atingir politicamente a autoridade pública, mas abrange o castigo criminal do homem[5]. A partir desse modelo inglês, **o processo de *impeachment* no Império brasileiro possuía nítida índole criminal**.

Com a adoção entre nós da forma republicana de governo, o Constituinte da Primeira República, em 1891, optou primordialmente pelo modelo norte-americano de *impeachment*, cuja índole é político-administrativa e cujo objetivo é afastar do poder quem dele faz mau uso, sem prejuízo da posterior

*CD162682679149*

[5] Brossard, Paulo. *O Impeachment*. 2ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 1992, p. 21 e seguintes.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 9307 43 Comissões Especiais

responsabilização criminal do indivíduo no âmbito do Poder Judiciário. Portanto, **nas Constituições Republicanas brasileiras, o *impeachment* possui natureza político-administrativa**, vez que é voltado para a aplicação da sanção política da **perda do mandato** presidencial, além da inabilitação temporária para o exercício de função pública.

Ocorre que, ao adaptar o modelo norte-americano para o Brasil, as Constituições Republicanas, desde 1891 até a atual de 1988, mantiveram a prática advinda do Império de sistematizar em uma lei especial os ilícitos que fundamentam o processo de *impeachment*, denominando-os de "crimes de responsabilidade".

Nesse ponto, o Brasil se afastou dos padrões inglês, norte-americano e francês, os quais associam a possibilidade de destituição do Presidente da República a conceitos vagos e imprecisos, tais como "traição", "corrupção", "delitos graves" e "má conduta". **Nos referidos Países, não há necessidade de cometimento de ilícito penal ou de violação a lei especial para que ocorra o *impeachment***, pois o afastamento do Presidente fundamenta-se em graves desvios dos seus deveres funcionais que causem prejuízos aos interesses da nação. Assim, a versão brasileira do *impeachment* apresenta aspectos únicos, notadamente a previsão de uma lei especial que tipifique os denominados "crimes de responsabilidade do Presidente da República".

Resta-nos, ainda, enfrentar o problema da natureza das infrações praticadas pelo Presidente da República que embasam o processo de *impeachment*: os crimes de responsabilidade.

Sobre o tema, Pontes de Miranda[6] e Aurelino Leal[7] defendem o caráter criminal do instituto, por reconhecer, nas expressões legais

*CD162682679149*

[6] MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição de 1946*. Rio de Janeiro: Henrique Cahem, 1946, v. 2, p. 138.

[7] AURELINO LEAL. *Teoria e Prática da Constituição Federal Brasileira*, Primeira Parte, 1925, p. 480.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9309
Comissões Especiais
44

("admissibilidade", "recebimento da denúncia", "acusado", etc.) e nas fases previstas na Constituição Federal e na legislação, uma semelhança com os institutos do processo penal comum brasileiro.

O Supremo Tribunal Federal flerta com essa tese no âmbito do enunciado nº 46 de sua Súmula Vinculante, ao propor que apenas a União possa legislar sobre os crimes de responsabilidade. **Entretanto, tal flerte se dá sob a ótica da competência legislativa.**

Nada obstante, **a grande maioria da doutrina[8], com a qual me alinho, considera que os crimes de responsabilidade são infrações de natureza político-administrativa,** quer pela natureza da sua sanção (parte política, consistente na perda do mandato presidencial, parte administrativa, relacionada com a inabilitação para o exercício de qualquer função pública), quer pela sua tipificação aberta, caracterizada pela maior imprecisão e pluralidade de significados, exatamente a fim de permitir maior discricionariedade aos parlamentares no momento da tipificação das condutas do Presidente da República[9].

Ao longo da decisão do STF proferida na ADPF nº 378, podemos observar nos votos de pelo menos quatro Ministros (Celso de Mello, Rosa Weber, Luiz Fux e Edson Fachin) a afirmação da natureza político-administrativa dos crimes de responsabilidade e sua proximidade com o instituto da improbidade administrativa. Nas palavras da eminente Ministra Rosa Weber: *"Assim como nos Estados Unidos da América,* ***no Brasil o impeachment é processo de natureza***

*CD162682679149*

[8] Em defesa do caráter político-administrativo dos crimes de responsabilidade, podemos citar na doutrina: Paulo Brossard (*O Impeachment...*, p. 69 e seguintes), José Frederico Marques (*Da competência em matéria penal*. São Paulo: Saraiva, 1953, p. 154), Gilmar Mendes (*Curso de Direito Constitucional*. 6ª edição revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 958), Manoel Gonçalves Ferreira Filho (*Curso de Direito Constitucional*, 32ª ed. São Paulo: Saraiva, p. 163), Uadi Lammêgo Bulos. (*Constituição Federal anotada*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 916), Luiz Alberto David Araújo e Vidal Serrano Nunes Júnior (*Curso de Direito Constitucional*, 2004, p. 293), Alexandre de Moraes (*Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 1.201), Luiz Flávio Gomes (*Crimes de responsabilidade fiscal: Lei n. 10.028/00*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 23), Damásio de Jesus (*Direito Penal: Parte geral*, v. I, 2003, p. 222), Eugênio Pacelli (*Curso de Processo Penal*, 17ª edição revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2013, p. 122-123); Fernando Whitaker da Cunha (*O Impeachment*. Revista da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Ano VII, n. 4, Rio de Janeiro, 2º semestre de 1993, p. 168), entre outros.

[9] BROSSARD, Paulo. *O Impeachment...*, p. 142.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 93 Jo
25

***política, e não processo criminal****, que visa mais à proteção do Estado do que à punição do que procedeu mal na gestão da coisa pública"* [10].

Em relação à tipificação, conforme abordado anteriormente, a doutrina há muito reconhece a natureza mista, parte criminal, parte político-constitucional do processo de impedimento. Tal característica traz como consequência a complexidade dos crimes de responsabilidade. Objetivamente, tais crimes visam a punir politicamente as mais altas autoridades estatais em virtude da prática de fatos típicos lesivos aos bens e valores mais caros à comunidade jurídica (muitos deles relacionados com crimes previstos na legislação penal). Porém, diante de sua indisfarçável natureza político-administrativo-constitucional, vieram também a ser tipificados na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

Um exame superficial coloca em evidência o fato de serem tipos abertos e permeados por conceitos jurídicos indeterminados, em lógica oposta à do Direito Penal, que é guiado pela precisão do tipo penal. Os tipos lá descritos são mais assemelhados aos tipos previstos na Lei de Improbidade Administrativa, que têm por objetivo aplicar sanções político-administrativas a condutas desviantes de deveres funcionais, muitas delas já caracterizadas como delitos na legislação criminal.

Em razão da proximidade das condutas previstas na Lei nº 1.079, de 1950, com aquelas contidas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 1992) parece-nos oportuno citar os ensinamentos de Emerson Garcia e

*CD162682679149*

[10] Em razão da proximidade das condutas previstas na Lei nº 1.079, de 1950, com aquelas contidas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 1992) parece-nos oportuno citar os ensinamentos de Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves acerca dos tipos abertos desta última norma e da utilização dos conceitos jurídicos indeterminados: ***"A utilização dos conceitos jurídicos indeterminados exigirá do intérprete a realização de uma operação de valoração das circunstâncias periféricas ao caso, o que permitirá a densificação do seu conteúdo e a correlata concretização da norma. Diversamente de uma operação de mera subsunção, (...), aqui será imprescindível a intermediação, entre a disposição normativa e o fato, de uma operação de índole valorativa"*** (*Improbidade Administrativa. 5a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 294).*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9311
Comissões Especiais

Rogério Pacheco Alves[11] acerca dos tipos abertos desta última norma e da utilização dos conceitos jurídicos indeterminados: ***"A utilização dos conceitos jurídicos indeterminados exigirá do intérprete a realização de uma operação de valoração das circunstâncias periféricas ao caso,*** *(...)*. ***Diversamente de uma operação de mera subsunção,*** *(...)*, ***aqui será imprescindível a intermediação, entre a disposição normativa e o fato, de uma operação de índole valorativa".***

Dessa forma, conclui-se que não se trata somente de uma mera análise fria da adequação da letra da lei ao caso concreto, como no Direito Penal estrito, mas também de uma avalição de todo o contexto sócio-político.

Além disso, deve ser feita a análise da gravidade da conduta praticada pelo Chefe do Executivo. Em nosso modelo de *impeachment*, que prevê a definição dos crimes de responsabilidade em lei especial, deve-se reconhecer que, em certa medida, o juízo de gravidade das ofensas e de sua aptidão para justificar o afastamento do Presidente da República, já foi feito pelo legislador constituinte e pelo legislador ordinário quando da promulgação da lei n° 1.079, de 1950.

Além do enquadramento legal, não seria razoável, ao examinar os fatos narrados na Denúncia, mesmo em sede de juízo político, ignorar a exigência de relevância para reconhecê-los como aptos a justificar o afastamento.

E nesse ponto, chego ao meu entendimento. Estou convicto de que, independentemente das divergências doutrinárias e jurisprudenciais, nós parlamentares temos o dever de respeitar o processo democrático e os princípios

*CD162682679149*

[11] Em razão da proximidade das condutas previstas na Lei nº 1.079, de 1950, com aquelas contidas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 1992) parece-nos oportuno citar os ensinamentos de Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves acerca dos tipos abertos desta última norma e da utilização dos conceitos jurídicos indeterminados: ***"A utilização dos conceitos jurídicos indeterminados exigirá do intérprete a realização de uma operação de valoração das circunstâncias periféricas ao caso, o que permitirá a densificação do seu conteúdo e a correlata concretização da norma. Diversamente de uma operação de mera subsunção, (...), aqui será imprescindível a intermediação, entre a disposição normativa e o fato, de uma operação de índole valorativa"*** (*Improbidade Administrativa*. 5a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 294).

Câmara dos Deputados
Fl. 9312
47

constitucionais da ampla defesa, do contraditório, do devido processo legal e a tipicidade contida na Lei nº 1.079, de 1950.

Entendo também que, ainda que devam ser considerados os pressupostos jurídicos, **o processo de *impeachment* possui essência política, uma vez que foi entregue às Casas do Poder Legislativo pelo poder constituinte originário, para que seja julgado à luz de maior sensibilidade política**[12].

A razão de o processo de *impeachment* do Presidente da República ter sido entregue às casas legislativas, e não ao Poder Judiciário, não foi outra senão o reconhecimento de maior discricionariedade aos parlamentares no momento da avaliação das condutas presidenciais. Esse juízo será feito à luz do momento sócio-político e da maior percepção dos parlamentares em aferir as altas e superiores razões de conveniência, oportunidade e utilidade políticas que levam um Presidente da República a tomar suas decisões.

Assim, caso reste comprovado que o chefe do Poder Executivo praticou graves desvios aos deveres inerentes a sua função e desrespeitou os valores ético-jurídicos consagrados na Constituição Federal, será decretada a perda da legitimidade democrática do mandatário máximo da nação.

É disso que trata o presente processo jurídico-político.

*CD162682679149*

## 2.3. O PROCESSO DE *IMPEACHMENT* NA CF/88 – COMPETÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

[12] Afeitos à aplicação da lei, consoante métodos estritamente jurídicos, é induvidoso que, de ordinário, os juízes tenham condições para decidir acerca de fatos que, por vezes, transcendem a esfera da pura legalidade, inserem-se em realidades políticas, vinculam-se a problemas de governo, insinuam-se em planos nos quais a autoridade é levada a agir segundo juízos de conveniência e oportunidade e utilidade, sob o império de circunstâncias imprevistas e extraordinárias. Conforme lição de Story, os deveres cuja violação enseja o impeachment "são facilmente compreendidos por estadistas e raramente conhecidos dos juízes". O tribunal que fosse chamado a intervir nessas questões, ou correria o risco de decidir de maneira inadequada, se preso a critérios de exclusiva legalidade, ou, para decidir bem, talvez tivesse de recorrer a critérios metafísicos e extrajudiciais; e não teria nenhum sentido o recurso ao Judiciário. Brossard, Paulo. O Impeachment. 3ª Ed. 1992, p. 142.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Câmara dos Deputados
9313
48

A competência da Câmara dos Deputados em relação ao processo de *impeachment* foi bastante alterada com o advento da atual Constituição Federal.

Antes de 1988, a Câmara dos Deputados atuava como um verdadeiro "tribunal de pronúncia", à semelhança do juízo de pronúncia do Tribunal do Júri, tendo de se manifestar sobre a procedência ou improcedência da acusação. Na sistemática anterior, a Câmara realizava instrução probatória e, ao final, declarava a procedência da acusação, cabendo ao Senado realizar o julgamento.

Após 1988, com a nova Constituição, a Câmara deixou de ser órgão de acusação perante o Senado, passando a realizar apenas um juízo inicial de admissibilidade. Ao fazê-lo, após a manifestação da defesa técnica do denunciado e de eventuais diligências necessárias ao esclarecimento da denúncia, a Câmara aferirá as questões formais da denúncia popular, a viabilidade jurídica e política do seu pedido, o lastro probatório, a manifestação da defesa e o enquadramento, em tese, dos fatos aos crimes de responsabilidade previstos em lei.

Assim, na hipótese de ilegitimidade ativa dos denunciantes, da inépcia jurídica da peça acusatória ou da falta de justa causa, deverá esta Comissão Especial, cujo parecer tem caráter opinativo em relação ao Plenário da Casa, decidir pela inadmissibilidade jurídica e política da acusação e, consequentemente, pela não autorização de instauração de processo pelo Senado Federal.

*CD162682679146*

Por outro lado, caso haja a constatação de admissibilidade jurídica e política da Denúncia, considerada a manifestação da defesa e configurados os fatos narrados, pelo menos em tese, como crimes de responsabilidade, deverá este colegiado decidir, por maioria simples, e o Plenário da Câmara dos

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Deputados, por dois terços de seus membros, pela admissibilidade da denúncia e pela autorização de instauração de processo de *impeachment* no Senado Federal.

Como dito, à Câmara não cabe, por determinação constitucional, debruçar-se sobre o mérito da acusação ou promover atos voltados à dilação probatória. Por essa razão, nessa fase de admissibilidade, as poucas diligências que podem ser realizadas devem voltar-se apenas para elucidar a denúncia, e não para complementar ou suprir o seu conteúdo. Registre-se que, no presente procedimento, as audiências públicas realizadas cumpriram o objetivo de esclarecer o conteúdo do processo aos membros da Comissão Especial e à sociedade.

O enfrentamento do mérito dar-se-á no Senado Federal, que é o foro constitucionalmente apropriado para que o Chefe do Poder Executivo se defenda, valendo-se, evidentemente, de todas as garantias que a Carta da República lhe assegura.

O rito do procedimento do *impeachment* contra o Presidente da República é regulado pela Constituição Federal, pela Lei nº 1.079/1950 e, subsidiariamente, pelos Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Entretanto, várias lacunas nesses diplomas trouxeram, no caso Collor, e continuam trazendo, no caso presente, desafios aos operadores do Direito, bem como ao Congresso Nacional quando do exercício de suas prerrogativas.

Nessa esteira, algumas decisões do Supremo Tribunal Federal representam importantes balizas para o Parlamento. Várias decisões orientaram esta Casa no procedimento do caso Collor e continuam orientando neste procedimento, tais como as proferidas nos mandados de segurança números

Câmara dos Deputados
Fl. 9315
50

20.941, 21.564, 21.623, 21.628, 21.633, 21.689 e, mais recentemente, na ADPF nº 378.

Finalizo as considerações sobre o papel da Câmara dos Deputados no processo do *impeachment* com um trecho da decisão do STF proferida no MS nº 21.564, que bem sintetiza a competência desta Casa, a saber: ***"(...) na Câmara ocorre, apenas, a admissibilidade da acusação, a partir da edição de um juízo político, em que a Câmara verificará se a acusação é consistente, se tem ela base em alegações e fundamentos plausíveis, ou se a notícia do fato reprovável tem razoável procedência, não sendo a acusação simplesmente fruto de quizílias ou desavenças políticas".***

## 2.4. DA ADMISSIBILIDADE

### 2.4.1. Dos requisitos formais de admissibilidade

A análise inicial de admissibilidade de um processo punitivo, em linhas gerais, objetiva verificar se a ação é viável, séria e plausível, não sendo uma iniciativa meramente aventureira ou irresponsável.

No processo de *impeachment*, em especial, tal análise abrange a avaliação dos seguintes aspectos:

a) **Legitimidade ativa do denunciante**, que deve ser cidadão brasileiro, por força do art. 14 da Lei n.º 1.079/50;

b) **Permanência do denunciado no mandato presidencial**, de acordo com o art. 15 da Lei n.º 1.079/50;

c) **Correção formal da denúncia**, que, entre outros aspectos, deve estar devidamente assinada e com firma reconhecida de seus

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9316
Comissões Especiais

autores, conter a exposição dos fatos tidos como delituosos e tipificar os crimes de responsabilidade supostamente praticados;

d) **Exame da justa causa – lastro probatório mínimo** – que evidencie que o processo tem justa causa e apresenta indícios de conduta pessoal do Presidente da República que se enquadre, ao menos em tese, em crime de responsabilidade previsto na Lei n.º 1.079/50. Tal conduta deve ser grave o suficiente a ponto de atentar contra a Constituição Federal, além de ser antijurídica e culpável.

Na hipótese de ficar evidente que os fatos não se enquadram na referida Lei, não atentam contra a Constituição, não são antijurídicos ou que não há culpabilidade do chefe do Poder Executivo nacional, não haverá interesse público hábil à instauração do processo;

e) **Conveniência e oportunidade política,** assim entendido como "juízo político" na destituição do Presidente da República, a fim de se decidir se a sua permanência, apesar dos abusos e desmandos noticiados, contribuirá para a superação da crise política ou se a sua deposição é valiosa aos interesses nacionais.

A seguir, passo ao exame da admissibilidade jurídica do ponto de vista formal da denúncia que diz respeito aos itens "a", "b" e "c", acima referidos.

Para proceder à essa análise, principiamos pelos arts. 14 a 16 da Lei nº 1.079/50 e 218, *caput* e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que estabelecem três requisitos formais indispensáveis para que ela possa ser recebida, relacionados com a comprovação de que: 1) o Denunciante está no gozo de seus direitos políticos; 2) a Denunciada está na titularidade do cargo; e 3) a denúncia está assinada pelo Denunciante e com firma reconhecida.

*CD162682679149*

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Confrontando-se a presente denúncia com as exigências legais acima referidas, observa-se que foram cumpridos todos os requisitos formais, uma vez que a Presidente da República se encontra na titularidade do cargo e que os Denunciantes reconheceram devidamente as firmas de suas assinaturas, bem como fizeram prova de estar no gozo de seus direitos políticos, mediante a apresentação de certidão de quitação eleitoral expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Quanto à correção formal da denúncia, destaca-se que a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 378 e a Lei nº 1.079/50, em seu art. 38, também determinam que os Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e o Código de Processo Penal sejam os subsidiários da Lei, naquilo em que lhe forem aplicáveis. Este último estatuto, por sua vez, estabelece os critérios para o recebimento de uma ação penal:

> *"Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol de testemunhas.*

Verifico que os Denunciantes expuseram os fatos minuciosamente e apresentaram a qualificação da Denunciada. Também procederam à classificação dos crimes de responsabilidade que entenderam ter sido cometidos por ela, bem como apresentaram rol de testemunhas, razão pela qual a denúncia se mostra apta.

Em seguida, o Código de Processo Penal traz as seguintes exigências sobre o recebimento da Denúncia:

> *Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:*
>
> *I – for manifestamente inepta;*

Câmara dos Deputados
Fl. 9318
53
Comissões Especiais

*II – faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou*

*III – faltar justa causa para o exercício da ação penal.*

Quanto aos pressupostos processuais, a Denunciada é Presidente da República e, nos termos do art. 51, I, da Constituição Federal, cabe a esta Casa proceder à autorização, por dois terços de seus membros, para instauração de processo contra o Chefe do Executivo.

As condições da ação também se encontram presentes: possiblidade jurídica do pedido (as condutas imputadas são consideradas crime de responsabilidade por lei); interesse de agir (necessidade, adequação e utilidade para o processo de *impeachment*); e legitimidade para agir (é permitido a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República por crime de responsabilidade, nos termos do art. 14 da Lei nº 1.079/50).

**2.4.2. Da admissibilidade total ou parcial da Denúncia**

Quero ressaltar neste tópico dois entendimentos importantíssimos deste Relator. O primeiro sobre a competência da Comissão para analisar o recebimento da Denúncia em sua integralidade e o segundo sobre a possibilidade de o Presidente da República ser responsabilizado por atos praticados em mandato imediatamente anterior, em caso de reeleição.

A despeito de possuir tal entendimento, conforme explicado a seguir, esse juízo não irá influenciar na conclusão e, portanto, não prejudicará a Defesa, uma vez que me ative à Denúncia conforme supostamente recebida pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
54 9319
Comissões Especiais

**2.4.2.1. Da apreciação da Denúncia pela Comissão Especial**

Questão jurídica relevante diz respeito aos limites de apreciação da Denúncia por esta Comissão. Quando o Presidente da Câmara dos Deputados recebeu a denúncia, S. Exa. afastou de plano, em sua fundamentação, os supostos crimes praticados pela Denunciada na vigência do mandato anterior, assim como aqueles relacionados com a probidade na administração.

Desde logo, registro que tenho entendimento firmado de que **o juízo de admissibilidade realizado pelo Presidente da Câmara é meramente precário, sumário e não vinculante, o que autorizaria que esta Comissão analisasse a denúncia por inteiro, incluindo aqueles temas que, em um primeiro momento, foram afastados por falta de maiores indícios**.

Ora, em sua parte dispositiva, a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados recebeu a denúncia por inteiro e não parcialmente, o que significa dizer que sobre ela, em todos os seus aspectos, esta Comissão deveria se debruçar. A uma, porque esta fase não é de julgamento, mas apenas de admissibilidade da denúncia; a duas, porque **a competência constitucional de analisar a Denúncia é da Câmara dos Deputados (seu Plenário)** e não do Presidente desta Casa ou mesmo da Comissão Especial, cujo parecer é opinativo.

Essa, aliás, é a doutrina específica de Paulo Brossard, que defende, inclusive, a **possibilidade de o Senado Federal investigar e produzir provas livremente, sobretudo diante da verificação de fatos novos**[13].

*CD162682679149*

[13] Brossard, Paulo. O Impeachment. 3ª Ed. 1992.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 9320 55 Comissões Especiais

No mesmo sentido, guardadas as devidas proporções, colhem-se as seguintes afirmações do voto proferido pelo Ministro Edson Fachin, na ADPF nº 378, que me permitem concluir dessa forma:

> *"Importante enfatizar que o ato do Presidente da Câmara, embora acarrete o recebimento da denúncia no contexto do processo instaurado no âmbito daquela Casa Legislativa, não encerra de forma definitiva o juízo de admissibilidade da denúncia.* ***Se a denúncia for recebida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, incumbirá ao Plenário o juízo conclusivo quanto à viabilidade da denúncia.***
>
> *Essa sistemática também guarda similitude com a lógica do processo penal ordinário, em que o juiz recebe a denúncia e, à vista de defesa escrita, na fase prevista no artigo 397 do CPP, revisita a adequação da acusação a justificar a produção de provas voltadas a formar o juízo de mérito. É por isso que, embora não se reconheça a existência de dois recebimentos, parte da doutrina trata de* ***dupla admissibilidade da denúncia****:*
>
> *"Em suma,* ***teria o juiz duas oportunidades de verificar a admissibilidade da demanda****:* ***a primeira****, de modo* ***bem superficial****, apoiado tão somente nos elementos constantes do inquérito policial ou das peças de informação;* ***o segundo****,* ***já em grau de cognição mais vertical - mas ainda sumário*** *– com suporte não apenas no material colhido inquisitorialmente mas também* ***nas alegações e nos documentos eventualmente apresentados pela defesa técnica do denunciado,*** *no prazo que lhe foi disponibilizado por força do comando do artigo 396 do Código de Processo Penal.*
>
> *O propósito parece ter sido o de conferir* ***maior grau de proteção ao acusado contra acusações infundadas e até temerárias,*** *que, se não constituírem a regra, podem ocorrer como fruto do açodamento, errônea interpretação dos fatos apurados na investigação preliminar, ou quiçá, de distorcida concepção dos fins do processo penal." (CRUZ, Rogerio Schietti Machado. O juízo de admissibilidade após a reforma processual de 2008. In: CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas; PELELLA, Eduardo (Orgs.). Garantismo Penal Integral, 2. ed. Salvador: Juspodium, 2013. p. 204, grifei).*
>
> *No processo instaurado na Câmara, a avaliação da Presidência deve ocorrer à luz da denúncia e das provas que a acompanham.* ***Em razão da natureza e***

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados
Fl. 9321
Comissões Especiais
56

> ***gravidade do processo, também é razoável que esse juízo seja renovado pelo Plenário.***
>
> *O traço distintivo entre o juízo de admissibilidade e o de mérito é simples. No caso do processo instaurado pela Câmara, se o juízo positivo não importar autorização de processamento do Presidente da República, trata-se de juízo de admissibilidade interno. Havendo autorização, a decisão resolve o mérito do processo instaurado na Câmara, com admissão da denúncia para fins de processamento no âmbito do Senado Federal". (destacamos)*

Dessa forma, insisto: é competência desta Comissão e, posteriormente, do Plenário, analisar a Denúncia como um todo, não estando este colegiado vinculado ao recebimento precário do Presidente desta Casa.

### 2.4.2.2. Da responsabilização do Presidente da República (reeleito) por atos cometidos em mandato imediatamente anterior

Há que se considerar se há a possibilidade de um Presidente da República ser responsabilizado por atos cometidos no curso de mandatos imediatamente anteriores.

Grande parte da doutrina constitucionalista tem entendido que o Presidente da República reeleito pode responder por atos praticados no exercício da função durante seu mandato imediatamente anterior. Nesse sentido vale lembrar a lição Paulo Brossard[14], *in verbis*:

> *Restabelece-se a jurisdição política, se o antigo governante ao cargo retornar. O impeachment pode então ser iniciado ou prosseguido. "Tem-se entendido – escreve Pontes de Miranda – que, se a pessoa volta ao cargo, se restaura a jurisdição política (...). Ainda mais. Embora não haja faltado quem alegasse que a eleição popular tem a virtude de apagar as faltas pretéritas, a verdade é que infrações cometidas antes da investidura no cargo, estranhas ao seu exercício ou relacionadas com anterior desempenho, têm motivado o impeachment, desde*

*CD162682679149*

[14] Brossard, Paulo. O Impeachment. 3ª Ed. 1992, p. 136-137.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9322
57

*que a autoridade seja reinvestida em função suscetível de acusação parlamentar.*

Além do mais, a Constituição Federal jamais disse que o Presidente da República não pode ser responsabilizado por atos praticados em mandato anterior. A Carta Magna usa, sabiamente, o termo "***funções***", e não "*mandato atual*". Senão vejamos:

> *Art. 86, § 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas **funções**.*

Dessa forma, há que se considerar que a Constituição deve ser interpretada de maneira evolutiva, levando-se em conta as mudanças de seu texto e as transformações sociais. Inicialmente, o constituinte originário, ao criar o § 4º do art. 86, não previa o instituto da reeleição. Dessa forma, o Presidente da República exercia suas **funções** pelo período de quatro anos apenas. Contudo, após a inserção do instituto da reeleição no texto magno pela Emenda Constitucional nº 16/1997, o Presidente da República passou a exercer suas **funções** pelo período de **oito anos**, caso reeleito, ainda que cada mandato seja de quatro anos.

**Logo, em nosso entendimento, a interpretação mais fiel à vontade constitucional deve ser no sentido de possibilitar a responsabilização do Chefe do Poder Executivo por atos cometidos em qualquer um dos dois mandatos consecutivos, desde que ainda esteja no exercício das funções presidenciais.**

Por fim, cabe observar que, guardadas as devidas peculiaridades, o processo de crime de responsabilidade do Presidente da República tem a mesma natureza do processo de perda de mandato parlamentar por falta de decoro. Considerando-se a mesma natureza de ambos os processos, consideradas as devidas proporções, poder-se-ia também aplicar no processo de *impeachment* o princípio da unidade de legislatura, que não impede a instauração de

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados
Fl. 9323
Comissões Especiais
58

procedimento de cassação legislativa por atos atentatórios ao decoro parlamentar cometido na legislatura anterior, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal[15].

Ainda sobre o tema, traz-se a lume a lição do Ministro Celso de Mello[16]:

> *(...) que* ***o princípio da unidade de legislatura não representa obstáculo constitucional*** *a que as Casas Legislativas venham, ainda que por fatos anteriores à legislatura em curso, a instaurar - contra quem já era titular de mandato na legislatura precedente – procedimento de caráter político-administrativo, destinado a viabilizar a decretação da perda do mandato, por fato atentatório ao decoro parlamentar, cometido por quem então se achava investido na condição de membro de qualquer das Casas do Congresso Nacional (Constituição Federal, artigo 55, I, e, §§ 1° e 2°).*

Pelos argumentos defendidos pelos Ministros da Suprema Corte acima expostos, não nos parece, salvo melhor juízo, subsistir mais dúvidas quanto ao cabimento de responsabilização de um Presidente da República por atos cometidos no curso de mandatos imediatamente anteriores.

**2.4.2.3. Do caso concreto**

Não obstante meu entendimento pessoal que, insisto, parece ser o mais acertado, tive o cuidado de considerar neste relatório, como fundamento para a sua conclusão, apenas os fatos narrados na denúncia supostamente admitidos pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Assim procedo por dois motivos. A primeira razão é o intuito de evitar eventual alegação de violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, até mesmo porque a Defesa nada disse sobre esses fatos. A segunda é

*CD162682679149*

[15] STF – MS 23.388/DF – Relator: Ministro Neri da Silveira.

Câmara dos Deputados
Fl. 9324
CSD
Comissões Especiais

porque, nos termos em que a Denúncia foi supostamente recebida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, no entendimento deste Relator, **já existem motivos suficientes para a formação de juízo desta Casa**.

Ressalto que, caso esta Casa autorize a abertura de procedimento por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, cabe ao Senado Federal realizar um juízo de recebimento preliminar, conforme decidido pela ADPF nº 378. **Cabe também ao Senado Federal**, nesse juízo preliminar, se confirmar a eventual decisão da Câmara dos Deputados, **decidir se a denúncia apresentada será julgada por inteiro,** inclusive com a consideração de fatos novos, como defende a doutrina especializada, **ou apenas parcialmente**, naquilo que o Presidente da Câmara dos Deputados e esta Comissão consideraram como razão de decidir.

Digo isso porque a conclusão deste relatório deve ser apenas a de autorizar a instauração ou não do processo. Nada mais do que isso. A fase realmente processual, com o recebimento da denúncia propriamente dito, com o seu processamento e julgamento, será feita no Senado Federal.

## 2.5. DAS PRELIMINARES DA DEFESA

Antes de adentrarmos no exame da justa causa, passaremos à análise das duas questões preliminares trazidas pela Defesa. A primeira em relação à suposta nulidade do recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara dos Deputados em face de desvio de finalidade. A segunda questão preliminar se refere a questões procedimentais do presente processo de *impeachment* e se divide em três subitens:

a) Da juntada aos autos da delação premiada feita pelo Senador Delcídio do Amaral;

*CD162682679149*

[16] MS nº 24458-5/DF – MC/DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9325
60
Comissões Especiais

b) Da realização de etapa procedimental de diligências para o esclarecimento da denúncia;

c) Da ausência de intimação da Denunciada para acompanhamento das oitivas de esclarecimento.

A seguir, as referidas questões serão abordadas.

**2.5.1. Da suposta nulidade do recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara dos Deputados em face de desvio de finalidade**

Nesta primeira questão preliminar, a Defesa alega que:

1. o recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara dos Deputados ocorreu de maneira viciada, por indiscutível desvio de poder ou desvio de finalidade, pelo que deve ser reconhecida nula de pleno direito a decisão proferida e, consequentemente, os atos subsequentes;

2. o presente processo foi instaurado com base em premissas ilegais, ilegítimas, imorais e manifestamente injustas, a partir de um clamoroso abuso de poder no qual ninguém no exercício da Presidência da Câmara poderia ter incorrido.

*CD162682679149*

Análise

Essa questão já foi analisada e encontra-se superada pelo Supremo Tribunal Federal em duas oportunidades, restando fixado o entendimento de que

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9326
Comissões Especiais
61

não se aplica ao processo político-jurídico de *impeachment* as regras de processo penal que tratam de impedimento/suspeição, por haver regra expressa no art. 36[17] da Lei n° 1.079/50, não presentes no caso.

No julgamento da ADPF n° 378-DF, pelo Supremo Tribunal Federal, foi decidido, por unanimidade, pela *impossibilidade de aplicação subsdidiária das hipóteses de impedimento e suspeição do CPP relativamente ao Presidente da Câmara dos Deputados*. Do voto do Ministro ROBERTO BARROSO, colhe-se a seguinte passagem sobre o tema:

> *Embora o art. 38 da Lei n° 1.079/1950 reconheça a aplicação subsidiária do Código de Processo Penal ao processo e julgamento do Presidente da República por crime de responsabilidade,* ***somente estarão impedidos de funcionar nesse processo os parlamentares que se encontram em situações previstas no art. 36 da mesma lei, não se aplicando subsidiariamente as hipóteses de impedimento e suspeição previstas no CPP****. E isso por três razões. Em primeiro lugar, é incabível a equiparação entre magistrados, dos quais se deve exigir plena imparcialidade, e parlamentares, que devem exercer suas funções com base em suas convicções político-partidárias e pessoais e buscar realizar a vontade dos representados. Em segundo lugar, a aplicação subsidiária pressupõe ausência de previsão normativa na lei, o que não ocorre em relação à Lei n° 1.079/50, que estabelece os casos de impedimento no art. 36. Por fim, embora a Lei de Crimes de Responsabilidade não estabeleça hipóteses de suspeição, não há que se falar em lacuna legal. É compreensível que o legislador tenha fixado, apenas e excepcionalmente, casos de impedimento, dado o fato de que o processo de impeachment ocorre no âmbito do Legislativo, onde divergências, embates e acusações ganham lugar cotidianamente.*

Em outra decisão, também envolvendo o processo de *impeachment* da atual Presidente da República (MS 33.921-DF), o Ministro GILMAR MENDES indeferiu a liminar requerida em mandado de segurança impetrado por

*CD162682679149*

[17] Art. 36. Não pode interferir, em nenhuma fase do processo de responsabilidade do Presidente da República ou dos Ministros de Estado, o deputado ou senador; a) que tiver parentesco consangüíneo ou afim, com o acusado, em linha reta; em linha colateral, os irmãos cunhados, enquanto durar o cunhado, e os primos co-irmãos; b) que, como testemunha do processo tiver deposto de ciência própria.

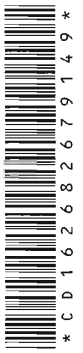
CÂMARA DOS DEPUTADOS

parlamentares da base aliada, **no qual também se sustentava desvio de poder ou de finalidade**, sob o argumento de que o Presidente da Câmara dos Deputados se utilizou *"da gravíssima competência de admitir a instauração de processo de impeachment como instrumento para impedir a apuração de seus desvios éticos, chantagear adversários ou promover vingança política"*. Aduziram os impetrantes daquele processo que o Presidente da Câmara dos Deputados teria agido em defesa de seu interesse pessoal, qual seja, evitar sua própria cassação. Da decisão referida, que afastou expressamente tais alegações, merece atenção os seguintes trechos:

> ***Ressalte-se que eventuais interesses político-partidários divergentes da autoridade apontada como coatora em face da Presidente da República, que poderiam revelar, inclusive, a existência de inimizade, não significariam a violação das garantias decorrentes da organização e procedimento do processo vindouro, iniciado com o ato ora atacado.***
>
> *(...)*
>
> ***Observando detidamente o ato apontado como coator, configura-se claro que houve apenas análise formal pelo Chefe da Câmara dos Deputados, devidamente fundamentada, no exercício do seu mister constitucional.***

Não bastasse a jurisprudência afastando do processo político as hipóteses de impedimento e suspeição previstas no CPP, nunca é demais lembrar que a competência para a análise do recebimento da Denúncia é, afinal, do Plenário da Câmara dos Deputados. O Presidente da Casa apenas deflagra o procedimento. Além disso, a hipótese do cometimento de crimes de responsabilidade que expressam condutas afrontosas à Constituição praticadas pelo Chefe do Poder Executivo é motivo suficiente para a submissão da Denúncia à análise desta Casa.

Por tudo isso, o só fato de o Presidente da Câmara dos Deputados ter divergência política com a Denunciada não é causa suficiente para afastar a



Câmara dos Deputados 9328 Comissões Especiais 63

validade do ato praticado, sem contar que se trata de matéria vencida, já analisada e rejeitada pela Suprema Corte.

Rejeito, assim, a preliminar apresentada.

**2.5.2. Das questões procedimentais**

**2.5.2.1. Da juntada aos autos da delação premiada feita pelo senador Delcídio do Amaral**

Na segunda questão preliminar, a Defesa alega:

1. o Presidente da Câmara dos Deputados, ao decidir anexar aos autos a íntegra da colaboração premiada do Senador Delcídio do Amaral, incorreu em desvio de poder e feriu o direito à ampla defesa da Denunciada que;

2. o referido documento não guarda relação fática ou jurídica com o objeto delimitado para o presente procedimento e não guarda pertinência com o atual mandato da Presidente da República;

3. a decisão sobre a juntada dos documentos contraria a deliberação original do Presidente da Câmara quanto a admissibilidade apenas parcial da presente denúncia;

4. a Comissão Especial que cuida do presente procedimento discutiu sobre a matéria e que o requerimento de desentranhamento dos autos foi rejeitado, o que fere os direitos de defesa e do devido processo legal da acusada, que não sabe de quais acusações deve se defender;

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
9329
64
Comissões Especiais

Por fim, a Defesa solicita: a) anulação dos atos desta Comissão a partir da juntada dos documentos; b) que seja afirmado que este processo se limita, exclusivamente, à apreciação dos crimes de responsabilidade objeto da denúncia originalmente recebida pelo Presidente da Câmara; c) que seja determinada a reabertura do prazo para a apresentação da manifestação de defesa; e d) que tanto a defesa, como o Relator, bem como os parlamentares, firmem suas manifestações sobre a matéria recebida parcialmente pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Análise

Não é consistente a alegação de que a Denunciada não saberia de quais fatos deveria se defender, uma vez que a mesma foi, por duas vezes, regularmente notificada para que tomasse conhecimento do inteiro teor denúncia. Tais fatos ocorreram nos dias 3/12/2015 e 17/3/2016.

Como já registrado, tenho o entendimento firmado de que **o juízo de admissibilidade realizado pelo Presidente da Câmara é meramente precário, sumário e não vinculante, o que autoriza a esta Comissão analisar a denúncia por inteiro.**

Também como já apontado, tais documentos não foram considerados como fundamento para a elaboração deste Relatório.

Ademais, vale lembrar que o Supremo Tribunal Federal, por meio da ADPF nº 378, decidiu que o procedimento utilizado pelo Congresso Nacional no caso Collor deve ser utilizado como parâmetro para o presente procedimento. Ora, assim decidiu Nelson Jobim, Relator do caso Collor, quando da análise do argumento da Defesa que se investia contra o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito:

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9330
65
Comissões Especiais

> *Não é a Câmara dos Deputados, porque foro de admissibilidade da Denúncia e de autorização para a instauração do processo, competente para apreciar a consistência material das conclusões da CPI.* ***É tema de exclusiva órbita do Senado Federal****, onde o contraditório de mérito deve ser instaurado. (...).*
>
> *Por último, requer que sejam "carreados para os autos todos os documentos em que se fundou o relatório final da CPI para incriminar o defendente" (...).*
>
> ***Quanto a essas provas e diligências, o eventual deferimento de sua produção ou de seu cumprimento não está afeto à competência desta Casa, que é, repita-se, restrita ao juízo prelibatório.*** **(grifo nosso)**

Portanto, o Senado Federal é competente para, ao realizar o novo juízo de admissibilidade, admitir a denúncia total ou parcialmente, bem como produzir as provas necessárias à elucidação dos fatos, entre elas, a juntada de quaisquer documentos, oitiva de testemunhas, perícias, etc.

Esse também foi o entendimento do Presidente desta Comissão Especial, ao decidir Questões de Ordem, no dia 31/03/2016, sobre o desentranhamento do documento:

> *"O mais importante é que este documento não será considerado pelo relator desta Comissão Especial, conforme já assentado em decisão anterior. Caberá ao Senado Federal, em sua competência própria, se for o caso, fazer a instrução probatória conforme suas atribuições e como achar adequado.* ***Ou seja, estar ou não o documento nos autos é irrelevante,*** *já que o documento, insisto, não deverá ser considerado por esta Comissão, nem pelo Plenário".*

Em relação ao alegado prejuízo para a Defesa, também este não houve, uma vez que o presente Relatório, como dito anteriormente, limitou-se aos termos da Denúncia conforme supostamente recebida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, assim como o fez a Defesa.

Por essas razões, rejeito a preliminar apresentada.

*CD162982697146*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9331
Comissão Especial

**2.5.2.2. Da realização de etapa procedimental de diligências para o esclarecimento da denúncia**

Quanto às audiências públicas realizadas nesta Comissão para a oitiva de convidados, a defesa alega, em síntese:

1. que a Comissão Especial realizou etapa procedimental não prevista na legislação e no rito de *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor, que serviu de parâmetro decisório para o rito estabelecido pelo STF na ADPF nº 378;

2. que, nas citadas audiências públicas, os convidados manifestaram-se sobre todo o conteúdo da denúncia, quando o Presidente da Câmara dos Deputados a recebeu parcialmente, o que teria ferido o direito à ampla defesa da Denunciada.

A defesa requer, por fim, que: a) seja anulada a audiência de esclarecimento da denúncia realizada com a oitiva de seus autores, retirando-se dos autos todas as transcrições das suas falas; b) sejam anulados todos os atos processuais realizados após a realização desta etapa processual, com a reabertura de novo prazo para apresentação de defesa pela Denunciada; c) seja afirmado que o objeto em discussão neste procedimento limita-se exclusivamente aos fatos que caracterizam os crimes de responsabilidade objeto da denúncia originalmente recebida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, devendo a defesa e esta relatoria, em suas considerações se absterem exclusivamente em abordarem, em suas respectivas análises, estes fatos; e d) que sejam os membros desta Comissão orientados de que apenas deverão formar sua convicção a partir da análise da ocorrência ou não dos crimes de responsabilidade definidos no despacho do Presidente da Câmara dos Deputados que recebeu a denúncia.

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
67 Fl. 9332
Comissão Especial

Análise

Sobre a preliminar em consideração, cabe lembrar que o Presidente deste Colegiado, em decisão à Questão de Ordem formulada pela Deputada Jandira Feghali acerca da interpretação do art. 218, §§ 4º e 5º c/c o art. 20 da Lei nº 1.079/50, **esclareceu que tais audiências teriam apenas o caráter de esclarecimento da denúncia e não de instrução probatória**.

Ao tomar a referida decisão, o Presidente da Comissão considerou o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, na ADPF nº 378. Naquela ocasião, o Ministro Luís Roberto Barroso deixou expressa a possibilidade de a Comissão Especial adotar procedimentos para o esclarecimento da denúncia apresentada, ao declarar "*recepcionados pela CF/1988 os arts. 20 e 21 da Lei nº 1.079/1050, desde que interpretados conforme a Constituição, para que se entenda que as "diligências" referidas no art. 20 não se destinam a provar a (im)procedência da acusação, mas apenas a esclarecer a denúncia*".

Seguindo esta linha de entendimento, em estrita obediência à Lei nº 1.079/1950 e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o rito do processo de impeachment, **as audiências públicas realizadas no âmbito desta Comissão Especial destinaram-se exclusivamente ao esclarecimento da denúncia**, e não à produção de provas para elucidar a veracidade ou não dos fatos nela narrados, em conformidade com a competência da Câmara dos Deputados de autorizar ou não a instauração do processo (condição de procedibilidade).

Não houve, no caso, desrespeito ao rito do processo de *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor. O fato de o Supremo Tribunal Federal ter determinado que tal rito fosse seguido tanto quanto possível pelo Congresso Nacional, não implica a conclusão de que nenhuma diligência de

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados
Fl. 9333
Comissões Especiais
68

esclarecimento pudesse ser realizada por esta Comissão em razão de nada ter sido feito com esse objetivo naquela ocasião.

Note-se que o caso em análise é, em muitos aspectos, diverso do processo de 1992, eis que a denúncia contém vários **fatos complexos, em especial os relativos a matérias financeira e orçamentária.** Daí, porque as audiências públicas não buscaram suprir ou preencher eventuais lacunas da Denúncia, mas, ao invés, esclarecer os membros desta Comissão Especial e a sociedade sobre tais fatos. Tal conduta, a nosso ver, efetivamente contribuirá para a formação da convicção de cada parlamentar na discussão e votação deste parecer.

Acredito, ademais, que as audiências públicas aqui realizadas conferiram maior **transparência aos trabalhos deste colegiado**, em respeito aos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência.

Acrescente-se que **não houve prejuízo para a Denunciada**, eis que não se tratou de fatos novos, mas apenas aqueles já contidos na Denúncia, da qual a Presidente da República foi **notificada por duas vezes para apresentar sua Defesa.**

Não obstante o suposto recebimento parcial da Denúncia, não haveria como cercear a livre manifestação dos presentes às audiências sobre os fatos nela contidos, tanto convidados quanto parlamentares, em razão da **liberdade de expressão dos Deputados, em opiniões, palavras e votos, e da publicidade da peça exordial**.

Por essas razões, rejeito a preliminar apresentada.

*CD162682679149*

**2.5.2.3. Da ausência de intimação da Denunciada para acompanhamento das oitivas de esclarecimento**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9334
Comissões Especiais

A Defesa sustenta, em síntese, que:

1. ao realizar audiência pública com os Denunciantes sem intimar a Denunciada, a Comissão feriu frontalmente o princípio da "paridade de armas", decorrente do princípio da isonomia e do princípio da ampla defesa;

2. que tal paridade deveria ser observada desde a fase pré-judicial até a fase executória do processo penal;

3. que, após tal oitiva, deveria ter sido aberto novo prazo de 10 sessões para a sua manifestação, uma vez que os esclarecimentos de pontos obscuros sem a ciência da Denunciada prejudica sua defesa.

Por fim, pede a) a decretação da nulidade da sessão de oitiva dos Denunciantes; b) caso seja mantida válida a referida sessão, seja reaberto o prazo de 10 sessões para apresentação de nova defesa; e c) a intimação de todos os atos doravante praticados.

Análise

De início, conforme dito anteriormente, os Denunciantes foram convidados a comparecer a esta Casa não porque a peça inicial fosse omissa, contraditória ou obscura, mas para "prestar esclarecimentos" no sentido de apresentar a denúncia oralmente aos Deputados e, principalmente, ao povo brasileiro que, até o momento da realização desta audiência, participava da discussão do processo de *impeachment* apenas por "ouvir dizer". Na verdade, o intuito desta Comissão foi o de dar maior **transparência** ao processo de

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9335
Comissões Especiais
70

impedimento, conferindo ao cidadão instrumentos para que pudesse formar sua opinião e participar ativamente desse debate.

A realização das referidas audiências públicas nenhum prejuízo trouxe à defesa e, consoante o art. 563 do CPP, "*nenhum ato será declarado nulo se da nulidade não resultar nenhum prejuízo para a defesa ou acusação*". Também o art. 282, § 2º, do novo CPC determina que "*quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.*"

Tal qual apontado pelo STF na ADPF nº 378, o procedimento instaurado perante a Câmara dos Deputados não comporta produção de provas já que se trata de fase pré-processual. Nesse ponto, é imperioso que se distinga a fase pré-processual no processo de *impeachment* da fase pré-processual no processo penal, que é a do inquérito policial, onde há produção de provas.

Em que pese ter causado estranheza à Denunciada a realização do ato, a audiência pública é um instrumento com previsão regimental (RICD, art. 24, III), muito utilizado pelo Parlamento, eis que lida diretamente com a sociedade civil. Tais audiências, de fato, não foram realizadas quando do processo de *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor. Porém, a sociedade brasileira hoje demanda muito mais participação na política do que naquela época, assim como a questão debatida é muito mais complexa e merece maiores esclarecimentos.

Há que se frisar que durante a realização deste ato não houve a produção de uma prova sequer. Os Denunciantes se ativeram a apresentação oral do conteúdo da denúncia, conforme se pode comprovar através das atas das audiências que constam dos autos. E porque não houve referência a fatos estranhos à denúncia, não se faz necessário abrir novo prazo para a Defesa.

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados 71 Fl. 9336 Comissões Especiais

Além do mais, não há que se falar em "paridade de armas", uma vez que não se trata de dilação probatória. O que houve foi apenas o convite para que fosse feita a exposição oral do conteúdo da Denúncia, bem como sua análise sob diferentes pontos de vista, tanto dos Denunciantes, quanto do Ministro de Estado da Fazenda e do Professor Ricardo Lodi Ribeiro.

Por essas razões, rejeito a preliminar apresentada.

Passemos então ao exame da justa causa e dos demais aspectos de admissibilidade em relação a cada uma das condutas atribuídas à Presidente da República pela Denúncia.

## 2.6. EXAME DE ADMISSIBILIDADE DA DCR Nº 1/2015 (JUSTA CAUSA)

O exame da justa causa refere-se à análise do suporte probatório mínimo que deve acompanhar qualquer procedimento punitivo. Tal exame deve verificar se há nos autos indícios de autoria e da existência material do cometimento de um ilícito, vale dizer se há indícios mínimos de que a ação é típica, antijurídica e culpável.

Na lição de Tourinho Filho[18], quando se propõe uma ação, "*não basta fazer referência ao caso concreto; é preciso que no limiar do processo a ser instaurado se mostre ao Juiz a seriedade do pedido, exibindo-lhe os elementos em que se esteia a acusação... **Não é preciso que a prova seja esmagadora**".* Dessa forma, bastaria *a fumaça do bom Direito.*

Em síntese, esta Comissão deve indagar:

*CD162682679149*

[18] Tourinho Filho, Fernando da Costa. Processo Penal, Vol. 04, 35ª edição, Ed. Saraiva, 2013, fl. 74.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
72 9337

1. Há na denúncia elementos informativos que indiquem atentado à Constituição, bem como o enquadramento nas hipóteses enumeradas na Lei nº 1.079, de 1950?

2. Há **elementos mínimos** de "prova" que dão lastro à acusação e indicam, em tese, o cometimento de crime de responsabilidade, a ser eventualmente comprovado no âmbito do processo? (Observe-se que a prova, em sentido estrito, é aquela que resulta do contraditório).

3. A acusação é vazia, temerária, infundada, abusiva, leviana, inepta, de caráter meramente partidário, lastreada tão-somente na disputa política, a ponto de comprometer a viabilidade de eventual processo? Há plausibilidade para o prosseguimento do processo?

4. Seriam esses fatos de gravidade suficiente a justificar a instauração do processo, que poderá culminar no afastamento do Chefe do Poder Executivo? Ou seriam meros atos ilegais, de pequena monta, irrelevantes e sem consequências, tendo em vista os deveres funcionais de uma gestão eficiente, proba e responsável do Estado e das finanças públicas?

5. Considerados os argumentos da defesa técnica da denunciada, subsistem a gravidade dos fatos narrados e os elementos de prova que acompanham a denúncia, a ponto de merecer ser recebida e autorizada a instauração do processo pelo Senado Federal?

*CD162682679149*

**2.6.1. Dos decretos ilegais. Crime do art. 10, itens 4 e 6 da Lei n° 1.079, de 10 de abril de 1950**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Câmara dos Deputados 9338 73 Comissões Especiais

Argumentos apresentados

Conforme a Denúncia, a conduta da Presidente da República passível de caracterização como crime de responsabilidade seria a abertura de créditos suplementares, por decreto, **sem autorização legislativa**. Isso afrontaria o disposto no art. 167, V, da Constituição Federal, e nos itens 4 e 6 do art. 10 da Lei 1.079/1950, na medida em que não teria sido atendida a condição fixada no *caput* do art. 4º do texto da Lei Orçamentária de 2015 (compatibilidade com a obtenção da meta fiscal)[19].

Os atos e fatos apontados na Denúncia representariam **atentado ao princípio da separação de poderes, ao controle parlamentar das finanças públicas, à lei orçamentária** e à exigência constitucional de prévia autorização legislativa para a abertura de crédito orçamentário suplementar.

A Denúncia destaca que a Presidente editou em 2015 os seguintes decretos de abertura de créditos suplementares, discriminados na Tabela:

Tabela 1 – Decretos listados pela Denúncia

---

[19] **Constituição Federal:** *Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: (...)* ***VI - a lei orçamentária;*** (grifo nosso) *(...)*

*Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em* ***lei especial****, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.* (grifo nosso)

*Art. 167. São* ***vedados****: (...) V -* ***a abertura de crédito suplementar*** *ou especial* ***sem prévia autorização legislativa*** *e sem indicação dos recursos correspondentes;* (grifo nosso)

***Lei 1.079, de 10 de abril de 1950:*** *"Art. 10. São crimes de Responsabilidade contra a lei orçamentária: (...)*

***4) Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária;*** *(...)*

*6) Ordenar ou* ***autorizar a abertura de crédito*** *em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal,* ***sem fundamento na lei orçamentária*** *ou na de* ***crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal****".* (grifo nosso)

***Lei Orçamentária 2015 - Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015:*** *Art. 4º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, excluídas as alterações decorrentes de créditos adicionais,* ***desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2015*** *e sejam observados o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF e os limites e as condições estabelecidos neste artigo, vedado o cancelamento de valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais, para o atendimento de despesas:* (grifo nosso)

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 9339 74 Comissões Especiais

| Data | Decreto | Tipo de Financiamento – R$ | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Superávit Financeiro (A) | Excesso de Arrecadação (B) | Anulação de dotações orçamentárias (C) |
| 27/07/2015 | s/nº | 703.465.057,00 | 7.000.000,00 | 36.048.917.463,00 |
| 27/07/2015 | s/nº | 56.550.100,00 | - | 1.572.969.395,00 |
| 27/07/2015 | s/nº | 666.186.440,00 | 594.113.666,00 | 441.088.922,00 |
| 27/07/2015 | s/nº | - | 365.726,00 | 29.557.106,00 |
| 20/08/2015 | s/nº | 1.370.419,00 | - | 55.236.212.150,00 |
| 20/08/2015 | s/nº | 231.412.685,00 | 262.173.117,00 | 106.683.043,00 |
| SUBTOTAL | | 1.658.984.701,00 | 863.652.509,00 | 93.435.428.079,00 |
| SUBTOTAL (A+B) | | 2.522.637.210,00 | | |
| TOTAL (A+B+C) | | 95.958.065.289,00 | | |

Fonte: Denúncia (p. 18)

Infere-se da Denúncia que, estando comprometida a meta de superávit primário (conforme a Exposição de Motivos do PLN 5/2015), a abertura de créditos por decreto somente seria considerada compatível com a obtenção do resultado fiscal quando os acréscimos na programação orçamentária fossem compensados pela anulação de outras dotações (créditos neutros, do ponto de vista fiscal).

Nesse sentido, os denunciantes afirmam que o superávit financeiro e o excesso de arrecadação utilizados como fonte na abertura dos referidos decretos, na ordem de R$ 2,5 bilhões[20], seriam "artificiais" (p. 19). Isso porque o Executivo tinha reconhecido que as metas vigentes, estabelecidas no art. 2º da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 – LDO 2015), estavam seriamente comprometidas.

Tal fato teria se tornado límpido com o envio da Mensagem Presidencial nº 269, de 22 de julho de 2015, que encaminhou o PLN nº 5 de 2015, cujo texto atestava que a meta não estava sendo atendida, pelo que o governo

*CD162682679149*

[20] Diferença entre R$ 95,9 bilhões (total de créditos assinados pela denunciada) e R$ 93,4 bilhões (decretos que se valeram da anulação de dotações orçamentárias).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9340
Comissões Especiais

propôs a sua redução. O mesmo se depreende do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2015[21], de mesma data.

Diante disso, entendem os Denunciantes que, **enquanto não fosse aprovado o PLN 5/2015, estaria vedada a edição de decretos incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário então vigente**. Além disso, **impunha-se a obrigação legal de limitar empenhos e pagamentos (contingenciamento),** com vistas à obtenção da referida meta.

Não obstante, ao invés de promover a correção dos limites de programação, **a Denunciada editou os mencionados decretos de ampliação de despesa com base em uma meta de superávit primário** ainda pendente de aprovação pelo Legislativo.

Ainda de acordo com a Denúncia, a abertura de créditos por decreto, estando a meta fiscal comprometida, e enquanto não aprovada sua alteração, já havia sido considerada ilegal pelo TCU no parecer prévio das Contas de 2014. Os Denunciantes observam que **a conduta ocorrida em 2015 é idêntica àquela verificada no ano anterior.**

Enfim, assentam os denunciantes: *"Inegável, portanto, que a infringência às leis orçamentárias é patente, contumaz e reiterada, o que perfaz o tipo do art. 10, 4, da Lei 1.079/50"* (p. 22).

Segundo a manifestação da Presidente da República, os seus decretos **não teriam violado a Constituição Federal ou as leis orçamentárias em vigor**, tendo em vista que não houve descumprimento da meta de superávit primário, a qual somente poderia ser aferida ao final do exercício financeiro. Como o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei nº 5, de 2015, ao final

*CD162682679149*

[21] Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/arquivos-relatorio-avaliacao-fiscal/Relatorio_3oBimestre.pdf>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9341
76 Comissões Especiais

daquele ano, teria ocorrido a convalidação dos atos praticados com base nessa nova meta fiscal.

Ainda segundo a manifestação de Sua Excelência (fls. 86 e seguintes), haveria, na Denúncia, uma confusão entre gestão orçamentária e gestão financeira.

Pela primeira, os limites de gasto de cada despesa pública devem estar previamente autorizados nas leis orçamentárias (e nos decretos presidenciais que podem abrir créditos orçamentários, com base no já citado art. 4º da LOA), a fim de que haja a transparência de quais são as prioridades do Estado. A gestão financeira, por sua vez, diz respeito à real execução desses gastos, que podem não ser concretizados em sua integralidade, principalmente diante de variações na arrecadação das receitas públicas.

A partir dessa distinção, a Denunciada conclui que a abertura de créditos orçamentários por decreto, evento próprio da gestão orçamentária, **não geraria impacto na obtenção da meta fiscal**, pois esta última é medida de gestão financeira, a ser controlada por mecanismos como o contingenciamento de despesas, que impede que aquilo que foi autorizado do ponto de vista orçamentário, seja efetivamente gasto do ponto de vista fiscal. Daí que a referida criação de crédito orçamentário não teria relação com o descumprimento da meta fiscal ou com o aumento de gastos públicos efetivos.

Sob outro aspecto, a Denunciada alega que o Tribunal de Contas da União (TCU) alterou a sua posição anterior de aceitar a abertura de crédito suplementar por decreto, durante a tramitação de proposta legislativa de alteração da meta fiscal (págs. 133 e seguintes). Como a mudança da jurisprudência do TCU somente ocorreu em 2015, o princípio da segurança jurídica demandaria a aplicação de sanções aos administradores públicos para os fatos que viessem a ocorrer após a referida mudança de entendimento.

*CD162682679149*

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Câmara dos Deputados
Fl. 9342
Comissões Especiais

A Denunciada informa que os créditos suplementares foram demandados por diversos órgãos, a exemplo da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral e do Tribunal de Contas da União (págs. 96, 97 e 105 a 107), e que muitos deles dizem respeito a despesas obrigatórias. Por essa razão, argumenta que estava no estrito cumprimento de dever legal e que não poderia lhe ser exigida conduta diversa (pág. 116).

Alega também que realidade semelhante aconteceu em vários estados e municípios, razão pela qual diversos governadores e prefeitos poderiam sofrer o mesmo processo de *impeachment*.

Finalmente, a Presidente da República aduz que mais de vinte técnicos participam do circuito de análise de um decreto de crédito suplementar, o que, acrescido à complexidade técnica da matéria, afastaria a má-fé e o dolo da conduta da Denunciada (págs. 100 e 101).

Feito um breve resumo da denúncia e da manifestação da defesa, passo à análise da admissibilidade do caso concreto. E, inicialmente, esclareço que o farei à luz da competência constitucional da Câmara dos Deputados no processo de *impeachment*, que é a de proferir um mero juízo pré-processual de admissibilidade, a ser reavaliado pelo Senado Federal, conforme decidiu o STF nos autos da ADPF nº 378.

Nesse juízo inicial de admissibilidade, compete ao Plenário da Câmara dos Deputados avaliar se há, na denúncia e seus documentos anexos, e ante a manifestação da parte denunciada, indícios mínimos de prova de conduta pessoal da Presidente da República que, revestidos de máxima gravidade, revelem atentados à Constituição Federal e à Lei nº 1.079, de 1950.

*CD162682679149*

Autoria

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9343
Comissões Técnicas

78

Quanto à Autoria, destaca-se inicialmente que decreto é **ato de competência privativa** dos Chefes do Poder Executivo (CF, art. 84, IV), não podendo contrariar a lei – incluindo a lei orçamentária.

Nesse contexto, verifica-se que os decretos referidos na Denúncia foram realmente assinados pela Presidente da República e publicados entre 27/7/2015 e 20/8/2015.

O art. 40 da LDO para 2015[22] determina a submissão, à Presidente da República, das propostas de créditos suplementares autorizados pela lei orçamentária. Todos os órgãos de todos os Poderes e o Ministério Público submetem suas solicitações ao Poder Executivo (excetuados aquelas que tenham indicação de recursos compensatórios[23]), para que este verifique a compatibilidade das alterações com a meta fiscal. Havendo compatibilidade, edita-se decreto; caso contrário, encaminha-se projeto de lei ao Congresso Nacional. Adicionalmente, tratando-se de despesas imprevisíveis e urgentes, edita-se medida provisória.

Abertura de créditos e autorização legislativa

[22] Art. 40. As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2015, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 5º, **serão submetidas ao Presidente da República**, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações, observado o disposto no § 5º do art. 39. (grifo nosso)

[23] Art. 40 (...) § 1º Os créditos a que se refere o caput, **com indicação de recursos compensatórios** dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, nos termos do inciso III do §º1º do art. 43 *da* Lei nº 4.320, de 1964, serão abertos, no âmbito desses Poderes e Órgãos, observados os procedimentos estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o disposto no § 2º deste artigo, por atos: (grifo nosso)

I - dos Presidentes da *Câmara* dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União;

II - dos Presidentes do *Supremo* Tribunal Federal, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; e

III - do Procurador-*Geral* da República, do Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e do Defensor Público-Geral Federal.

*CD162682679146*

Câmara dos Deputados 3349 79

Para essa análise de admissibilidade, deve-se verificar inicialmente qual a conduta vedada pela norma, passível de infringir dispositivo da lei orçamentária.

Pelo que se depreende da leitura do art. 4º da Lei Orçamentária de 2015, a conduta relaciona-se à mera "**abertura**" do crédito, o que independe de sua execução (empenho e pagamento).

Examinando o inciso V do art. 167 da Constituição, vemos que **é prerrogativa exclusiva do Legislativo o exercício da faculdade de autorizar a abertura de créditos orçamentários.** Quando o Legislativo aprova o projeto de lei orçamentária anual e os de créditos adicionais, a abertura desses créditos orçamentários dá-se **automaticamente** com a sanção e publicação da respectiva lei[24], observando-se os montantes e especificações do que foi analisado e aprovado pelo Congresso Nacional.

Paralelamente, o § 8º do art. 165 da Constituição[25], a título de exceção ao princípio da exclusividade da lei orçamentária, prevê a possibilidade de o Poder Legislativo conceder ao Poder Executivo, no próprio texto da lei orçamentária, **autorização prévia e genérica** para **abrir**, **por decreto** e **durante o exercício financeiro**, créditos suplementares, devendo-se observar os critérios, limites[26] e condições fixados naquela lei.

*CD162682679149*

[24] Nos termos do § 10 do art. 38 da Lei 13.080, de 2015 (LDO 2015), "os créditos de que trata este artigo, aprovados pelo Congresso Nacional, serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei."

[25] Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a **autorização para abertura de créditos suplementares** e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. (grifo nosso)

[26] A necessidade de fixação de limites decorre da vedação do art. 167, VII da Constituição, que impede a concessão ou utilização de **créditos ilimitados**; (**grifo nosso**).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 3345
Comissões Especiais

Portanto, **quem autoriza despesa pública é sempre o Legislativo**. É certo que restrições de caixa e o contingenciamento fazem com que parte das programações autorizadas deixe de ser executada. No entanto, a discricionariedade do Executivo na eleição das programações a serem executadas está circunscrita às dotações autorizadas, que não podem ser ampliadas ou alteradas sem prévia autorização legislativa.

Condição do art. 4º da LOA 2015

O art. 4º da LOA 2015 contém 29 incisos que refletem limites e situações permissivas para a abertura, pelo Executivo, de créditos suplementares por decreto. No entanto, o *caput* do referido artigo traz expressamente condição a ser observada em qualquer caso: que as "*alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2015*".

Pode-se concluir *a priori* que a finalidade da inserção, nos textos das leis orçamentárias, da condição supracitada, foi a de **compelir o Executivo a adotar, durante a execução do orçamento, os meios necessários à obtenção da meta de resultado fiscal**.

Comprometida a obtenção da meta fiscal, **não poderia o Executivo se valer de decreto para abrir créditos nas situações especificas pelos incisos do mesmo art. 4º**. Neste caso, o Executivo perderia a faculdade de movimentar dotações diretamente, passando a depender da apreciação caso a caso pelo Poder Legislativo de proposições encaminhadas sob a forma de projeto de lei de crédito adicional ou medida provisória.

Essa preocupação do Legislativo com o cumprimento de metas fiscais existe desde a redação que deu origem ao atual dispositivo, incluída por

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9346
Comissões Especiais
81

emenda durante a apreciação do projeto de lei orçamentária para 2001[27], é inspirada pela entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal. Naquela oportunidade, a abertura de créditos por decreto foi condicionada à observância dos dispositivos relacionados ao cumprimento do cronograma de desembolso e dos limites de programação orçamentária e financeira (arts. 8º, 9º e 13 da LRF).

**A LRF reduziu o poder discricionário do Executivo quanto à definição das metas fiscais**, cabendo ao Legislativo dispor, na LDO e nas suas alterações, sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

Resta claro que a exigência do art. 4º da LOA 2015, de que a abertura de créditos deve estar de acordo com a obtenção da meta, tem a finalidade de **retirar a flexibilidade orçamentária do Executivo** se este não estiver cumprindo preceito da LRF relacionado à gestão fiscal.

Processo de obtenção da meta de superávit primário

O alcance da meta de resultado representa a **síntese** do esforço da política fiscal, definida pela LDO. **A obtenção da meta de resultado primário condiciona tanto a elaboração como a execução dos orçamentos, bem como as alterações por créditos adicionais**[28]. Portanto, **a gestão fiscal**, voltada à obtenção da meta, vincula tanto a gestão orçamentária quanto a financeira, o que se manifesta especialmente, durante a execução, na obrigatoriedade de limitação de empenho e pagamento.

Dada a exigência do art. 9º da LRF, a meta de resultado primário tem caráter vinculante para a Administração.

*CD162682679149*

[27] "Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, **observados os arts. 8º, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000**" (grifo nosso - a parte negritada foi incluída durante a tramitação que levou à aprovação da Lei 10.171, de 2001 – LOA 2001).

[28] LRF, arts. 4º, 5º, I, 8º, 9º, 15; LDO 2016, arts. 2º, 52; LOA 2016, art. 4º

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 9347 82

Assim, os procedimentos para **obtenção da meta** se iniciam no campo do orçamento, adequando-se as autorizações de despesa ao alcance dos resultados fiscais implícitos na lei orçamentária.

Durante a execução, a meta de resultado condiciona a programação das despesas, à luz das receitas estimadas. Diante de alguma alteração na previsão de receitas, a despesa discricionária deve se acomodar a elas, via contingenciamento.

A **obtenção da meta de superávit é fruto de um processo dinâmico que ocorre ao longo do ano, o que envolve instrumentos indicados pela própria LRF: cronograma, avaliações periódicas e medidas de ajuste para correção de eventuais desvios** que possam comprometer a obtenção da meta.

Fixado o cronograma inicial, o alcance das metas é monitorado por relatórios bimestrais e quadrimestrais[29], ao passo que a garantia de seu cumprimento depende basicamente da fixação e da manutenção de limites globais compatíveis para as despesas discricionárias (LRF, art. 9º).

Abertura de créditos e limites de programação

A Denunciada argumenta que a obtenção da meta de resultado se dá no campo específico da gestão financeira. Assim, o ato de abrir créditos, evento da gestão orçamentária, não teria impacto na obtenção das metas, sob o critério de caixa.

Nessa linha, a abertura de quaisquer créditos, independentemente da fonte, sempre seria compatível, porque não tem impacto financeiro imediato.

*CD162682679149*

[29] LRF arts. 8º e 9º; LDO, art. 52

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
83 3348

No entanto, aceita essa interpretação, **restaria inócua a condição estabelecida pelo Legislativo** no *caput* do art. 4º da LOA, de delegar ao Executivo maior flexibilidade na gestão orçamentária, **desde que estivesse atuando na gestão fiscal de forma compatível com o alcance das metas fixadas**. A interpretação que o Executivo faz sobre o referido dispositivo atenta contra sua eficácia e afasta o controle legislativo da execução do orçamento.

A Defesa alega que o § 13 do art. 52 da LDO 2015[30] teria amparado a edição dos decretos sob as circunstâncias verificadas. Segundo esse dispositivo, a execução de despesas primárias discricionárias decorrentes da abertura de créditos é **condicionada aos limites globais de empenho e pagamento**, o que seria uma espécie de garantia da compatibilidade da abertura de créditos durante o exercício.

Todavia, esse parágrafo deve ser lido de forma integrada com o *caput* do mesmo artigo, o qual determina que os limites devem ser fixados com base no art. 9º da LRF. Ou seja, **o contingenciamento deve ser suficiente para garantir o cumprimento da meta.**

Se os limites da programação orçamentária e financeira[31] não estavam assegurando a obtenção da meta vigente, **frustrada estaria a garantia de compatibilidade**.

*CD162682679149*

[30] Lei 13.080/2015, Art. 52, § 13. A execução das despesas primárias discricionárias dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, decorrente da abertura de créditos suplementares e especiais e da reabertura de créditos especiais, no exercício de 2015, fica condicionada aos limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos nos termos deste artigo, exceto, no caso dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, quando as referidas abertura e reabertura ocorrerem à conta de excesso de arrecadação de recursos próprios financeiros e não financeiros, apurado de acordo com o § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964.

[31] LDO 2015, Art. 52. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9349
84

A Defesa assevera que abrir créditos por decreto não implica "aumento de nenhum centavo de gasto público", dada a segregação da gestão orçamentária em relação à financeira.

Esse argumento, entretanto, não é condizente com os princípios da LRF e da LDO, no sentido de **que a obtenção do superávit primário deve orientar a elaboração, a execução e também as alterações do orçamento**. Vale assinalar que alterações da programação orçamentária, em geral, implicam anulação de dotações que se mostraram não realizáveis, para suplementar despesa que muito provavelmente será executada e que demandará recursos financeiros.

Além de ampliar o limite das despesas discricionárias (contingenciamento menor do que o necessário), **o abandono unilateral da meta fiscal vigente, antes de aprovada sua alteração pelo Legislativo**, contribui para adiar providências e decisões políticas urgentes para o País no campo do controle do gasto obrigatório.

Comprometimento da meta de resultado primário em 2015

Neste exame preliminar, constatou-se que o Poder Executivo reconheceu o comprometimento das metas estabelecidas na LDO 2015, na Exposição de Motivos anexa ao PLN nº 5/2015[32], que solicitava a redução da meta.

A Defesa alega que foi então promovido contingenciamento adicional de R$ 8,5 bilhões, e que essa limitação, pelo governo, *"demonstrou*

*CD162682679146*

[32] Exposição de Motivos à Presidente da República - EMI nº 00105/2015 MP MF Brasília, 22 de Julho de 2015: Disponível em: http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C96BA8242AFCD8D0C62AAADEF65F6C38.proposicoesWeb2?codteor=1365242&filename=PLN+5/2015+CN

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9350
Comissões Especiais

*cabalmente firme sua disposição de cumpri-la* [a meta fiscal] *por meio da redução de gastos".*

Ocorre que o relatório do 3º bimestre de 2015 fundamentou-se numa **meta pendente de aprovação pelo Congresso**, o que permitiu contingenciamento **inferior aos "montantes necessários"** (art. 9º da LRF). Assim, os limites de programação, naquele momento, **tornaram-se incompatíveis com a obtenção da meta.**

Isso é constatado no exame preliminar do **Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre de 2015**, citado pelas Partes. Neste Relatório o Executivo mostra o cenário macroeconômico adverso e o aumento da frustração da estimativa de receitas. E que, nesse contexto, foi enviado ao Congresso Nacional Projeto de Lei nº 5, de 22/07/2015, que altera a LDO-2015. Diante disso, o Relatório de avaliação bimestral desconsidera a meta então vigente e passa a considerar desde já as metas alteradas de acordo com o referido projeto de lei, ainda que não aprovado.

O impedimento da abertura de créditos por decreto a partir de 22/7/2015, por incompatibilidade com a obtenção da meta de resultado fiscal, teria ocorrido pelo fato de o **Executivo ter abandonado a meta fiscal então vigente** (R$ 55,2 bilhões, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Social), passando a adotar limites globais de programação **com base em uma meta de resultado menor, proposta no PLN 5/2015 (R$ 5,8 bilhões), sem aguardar a aprovação do Legislativo.**

Tal procedimento permitiu **ampliar os limites de empenho e pagamento e reduzir a necessidade de maior contingenciamento**. Ou seja, a avaliação do referido Relatório permite concluir que, se adotada a meta então vigente (e não a do PLN nº 5/2015), maior teria sido o contingenciamento.

*CD162682679149*

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Câmara dos Deputados
Fl. 9351
Comissões Especiais

Alteração das metas fiscais durante o exercício

É indiscutível, como aponta a Defesa, a possibilidade de alteração das metas fiscais, diante de mudanças da conjuntura econômica ao longo do tempo.

Também procede a afirmação de que *"é correto e legítimo que o Poder Executivo envie a proposta de alteração quando, ao elaborar os relatórios bimestrais, constate alteração no quadro macroeconômico previsto no ano anterior para atender aos fins de transparência e planejamento"*.

No entanto, **o mero envio de projeto de lei alterando a meta não afastaria a necessidade de aguardar sua aprovação, para fins de atendimento da condição estabelecida no dispositivo da lei orçamentária, nem de manter a trajetória de gastos fundamentada na meta então vigente.**

**A interpretação de que a "obtenção" da meta somente é verificável no final do exercício esvazia o sentido da condição inserida no *caput* do art. 4º da LOA**. Ademais, impede a aplicação do princípio da ação fiscal planejada da LRF, obstando a correção de desvios durante a execução.

Além disso, nos termos do art. 167, V da Constituição, **a autorização legislativa para a abertura de créditos deve ser prévia.** Em decorrência, a verificação das condições para essa autorização também deve ser prévia.

**Alterar a programação orçamentária e financeira com base num projeto de alteração da LDO intensifica a não obtenção da meta fiscal aprovada,** numa espécie de profecia **autorrealizadora.** Essa conduta gera **fato consumado**, na medida em que, na hipótese de o Legislativo não aprovar a

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados
FL. 5352
87 Comissões Especiais

alteração, medidas tardias de contenção de gastos não deverão ter a mesma eficácia, se comparadas com aquelas preconizadas no art. 9º da LRF.

Procede a observação da Defesa de que o descumprimento da meta fiscal anual não enseja a configuração de crime de responsabilidade, nem mesmo punição administrativa. Por outro lado, **a legislação responsabiliza o gestor quando deixa de adotar os meios necessários à sua obtenção**, a exemplo do contingenciamento.

Exame preliminar da legalidade dos decretos

Prosseguindo nesse exame de admissibilidade, é preciso verificar se os decretos citados na Denúncia, **no momento e na situação em que foram editados**, atendiam objetivamente à condição do *caput* do art. 4º da Lei Orçamentária: *"desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2015"*.

O tema admite duas abordagens. Numa primeira acepção, mais restritiva, **se e enquanto** os limites globais da programação orçamentária estiverem incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário, afastada estaria a possibilidade de o Executivo abrir, por decreto, **quaisquer créditos**.

Aqui, um fato da **gestão orçamentária** – autorização para abrir crédito suplementar por decreto – depende da verificação de uma condição que ocorre no âmbito da **gestão fiscal**. Os limites de programação das despesas discricionárias são fixados pelos decretos de contingenciamento.

*CD162682679149*

Nessa abordagem, todos os decretos citados na Denúncia, independentemente da fonte utilizada, estariam **desprovidos de autorização legislativa.** Reitera-se que os limites de programação fixados a partir do Relatório

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9353
88
Comissões Especiais

de Avaliação do 3º bimestre (22/7/2015) estavam comprometidos, por terem considerado uma meta fiscal ainda não aprovada pelo Legislativo (PLN nº 5/2015).

Ou seja, as alterações na programação orçamentária, no sentido de "fixação de limites globais", ocorridas entre o envio do PLN 5/2015 (22/7/2015) e a aprovação da nova meta (3/12/2015), tornaram-se incompatíveis com a obtenção da meta de resultado fiscal da LDO vigente.

O contingenciamento menor do que o necessário (baseado na meta do PLN 5/2015) rompeu a condição incluída no art. 4º da LOA. Nesse sentido, **nenhum dos decretos citados na Denúncia poderia ter sido aberto, mesmo aqueles que ampliaram despesas com anulação de outras**.

Em uma segunda acepção, menos restritiva, a verificação da compatibilidade dos créditos com o dispositivo da LOA dá-se pela análise das alterações promovidas por cada decreto, examinando-se sua repercussão individual quanto às despesas acrescidas e fontes utilizadas[33].

Nessa hipótese, mesmo diante de uma meta comprometida, **ainda seria viável a abertura de créditos com impacto neutro no resultado fiscal**. Isso inclui aqueles que aumentam despesa primária com anulação equivalente de despesa de mesma espécie.

Por outro lado, créditos que aumentam despesa primária com base em fonte financeira (a exemplo do **superávit financeiro)**, não seriam compatíveis com a obtenção das metas fiscais. O uso do superávit financeiro do ano anterior afeta o resultado primário do ano em curso.

*CD162682679149*

[33] Créditos suplementares, abertos por decreto ou decorrentes de aprovação de projeto de lei, promovem alterações nas dotações que integram as programações orçamentárias. Viabilizam aumento de despesas caso as dotações do orçamento se mostrem insuficientes, sendo que sempre devem indicar os recursos correspondentes, conforme art. 167, V, *in fine* da Constituição Federal.

Câmara dos Deputados
Fl. 9354
Comissões Especiais

Em relação ao uso do **excesso de arrecadação**, estando as metas fiscais comprometidas, tais receitas, inclusive próprias ou vinculadas, deveriam ser mantidas em caixa, não ampliando gastos.

Na verificação preliminar da compatibilidade dos créditos abertos, pela **análise das programações alteradas por cada decreto** (ver quadro **anexo** a esse item), dos seis decretos indicados na Denúncia, os dois primeiros associaram fontes financeiras a despesas financeiras, mostrando-se, portanto, neutros do ponto vista fiscal, como alega a Defesa[34]. Os outros quatro decretos, no entanto, acrescentaram despesas primárias. Portanto, mesmo sob essa ótica, **não poderiam ter sido abertos**.

Não parece proceder, *a priori*, o argumento da Defesa de que o superávit financeiro e o excesso de arrecadação podem ser sempre utilizados como fontes para abertura de créditos, porque previstos na Lei nº 4.320/64.

Óbvio que, em condições normais, é permitida sua utilização para atender créditos adicionais. Porém, comprometida a obtenção da meta fiscal (evento da gestão fiscal), **perderia o Executivo a flexibilidade de movimentar dotações por Decreto** (gestão orçamentária). Também não cabe a interpretação de que a abertura de quaisquer créditos sempre seria permitida, por não impactarem as metas, leitura que esvazia o sentido da norma.

Conclui-se, neste juízo preliminar, que **as duas abordagens possíveis não afastam, *a priori*, a hipótese de ter havido descumprimento de dispositivo do texto da Lei Orçamentária de 2015**, seja pela constatação de que os limites globais das despesas discricionárias se encontravam comprometidos, seja pela verificação do impacto individual de cada decreto,

*CD162682679149*

[34] O pagamento de despesas financeiras não é considerado na apuração do resultado primário (art. 7º, § 4º, da Lei nº 13.080, de 2015).

Câmara dos Deputados 9355 Comissões Especiais 90

contrastando-se as despesas acrescidas e as respectivas fontes de financiamento.

Abertura de créditos e despesas obrigatórias.

Também não merece prosperar, nesta avaliação preliminar, o argumento de que créditos destinados a **despesas obrigatórias**, que não requerem juízo de conveniência e oportunidade, possibilitaria sempre a abertura por decreto.

A condição estabelecida no *caput* do art. 4º da Lei Orçamentária aplica-se à abertura por decreto de **todas as despesas, discricionárias ou não, de todos os Poderes e MPU, independentemente de seu mérito. Todas requerem autorização do Legislativo**, a quem cabe decidir sobre sua aprovação. A questão não é a essencialidade da despesa aberta, mas o meio escolhido para a viabilização do crédito, porque afastou o Legislativo do controle prévio das despesas públicas.

Também não se considerou válido, neste juízo, o argumento da Defesa de que a abertura, por decreto, de créditos relativos a **despesas obrigatórias** estaria sempre legitimada pelos ajustes na avaliação bimestral[35]. Isso porque o Relatório do 3º bimestre de 2015, e também o seguinte, não estava mais considerando a meta vigente, o que inviabiliza os pretensos ajustes.

O fato de as despesas obrigatórias não serem contingenciadas não significa que poderiam ser **abertas** necessariamente por Decreto. O Executivo deveria aguardar a aprovação da mudança da meta pelo Legislativo, sem prejuízo do contingenciamento. Ou enviar projeto de lei de crédito adicional ao Legislativo, ou mesmo editar medida provisória, nos casos previstos na Constituição.

*CD162682679149*

[35] A suplementação de despesa obrigatória não seria incompatível com a obtenção da meta de resultado, porque quando executado o crédito haveria a redução equivalente de limite para despesa discricionária.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
3356
91

Convalidação de atos pela aprovação da alteração da meta fiscal

Alega a Denunciada que, ao final do exercício, a meta foi cumprida, o que representaria um atestado de regularidade da atuação governamental. Defende também que o atingimento das metas somente poderia ser aferido no encerramento do exercício fiscal, 31 de dezembro de 2015. Nesse ponto, invoca o princípio da anualidade, e conclui o atingimento da meta constitui "condição resolutória" (e não suspensiva), o que tornaria possível a abertura de créditos.

É verdade que a lei orçamentária estima receitas e fixa despesas para todo o exercício financeiro, e que as metas de resultado fiscal previstas na LDO referem-se ao exercício. A LRF, no entanto, para garantir a obtenção das metas durante a execução, exige seu desdobramento em metas quadrimestres (art. 9º, § 4º), cronograma financeiro e relatórios de avaliação. A legalidade da execução orçamentária, portanto, está circunscrita a um conjunto de normas e procedimentos que devem ser verificados a cada passo e no momento da ação ou omissão.

É questionável a alegada **convalidação** de atos praticados durante o exercício de 2015, em decorrência da aprovação da nova meta pelo Congresso Nacional. Como visto, a Constituição Federal (art. 167, V) exige autorização **prévia** para a abertura de créditos. Adicionalmente, a aprovação da nova meta pode ter repercussão distinta no campo administrativo-financeiro e no da responsabilização do agente público. *A priori*, o tempo do suposto crime de responsabilidade se dá **no momento da ação, ou seja, na edição dos decretos sob análise.**

A interpretação a favor da convalidação, aparentemente, **anula o controle legislativo prévio na definição da política fiscal.** Ademais, contraria princípios da LRF que limitaram o poder discricionário do Executivo na condução

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9357
Comissões Técnicas

da política fiscal, e que exigem ação fiscal planejada e correção de desvios, com vistas ao atingimento das metas.

Inexigibilidade de conduta diversa

Também não vislumbramos, nessa etapa do processo, **inexigibilidade de conduta diversa**.

A elaboração de um decreto de crédito suplementar, conforme a Defesa, *"envolve uma complexa cadeia de atos administrativos, da qual se deriva a necessária supervisão interna de diversos órgãos administrativos, que envolve inclusive os órgãos demandantes das verbas de suplementação"*.

Assim, não parece razoável, nesse juízo preliminar, eximir a Denunciada de seu dever funcional de avaliar a compatibilidade das alterações com a meta fiscal e com a legislação vigente. **Somente o Poder Executivo, em seus escalões mais elevados, detém as informações para aferir os requisitos das alterações,** ao passo que os órgãos demandantes, com uma visão fragmentada do processo, apenas enviam suas propostas.

Feita a análise pelo Executivo, e atendidas as condições do art. 4º da Lei Orçamentária, poderia ser editado decreto. Em caso contrário, decretos citados na Denúncia não poderiam ter sido editados. Deveria ter sido ser encaminhado projeto de lei ao Congresso Nacional. Ou, em caso de imprevisibilidade, relevância e urgência, editar medida provisória.

*CD162682679149*

O argumento da Defesa sobre o fato de constar, nas exposições de motivos dos decretos, que *"as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário"*, prova apenas que **houve**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9358
Comissões Especiais

**a declaração, mas não a verdade substancial.** Naquelas condições, a meta encontrava-se comprometida, e os limites de empenho e pagamento, incompatíveis, por adotar uma meta menor, ainda não aprovada pelo Legislativo.

Em relação ao princípio da continuidade da administração pública, seu atendimento não afasta a efetiva e permanente verificação da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos praticados por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre as finanças públicas, nos termos do art. 70 da Carta Magna. Abrir crédito orçamentário implica na assunção perante a sociedade de obrigações de cunho fiscal pela Presidente da República.

Em relação ao argumento da grande dificuldade de alcançar os resultados fiscais originalmente previstos, caberia, ao invés de adotar procedimento unilateral, maior mobilização junto ao Legislativo e à sociedade na discussão das providências e decisões políticas urgentes para o País no campo do controle do gasto público e nas reformas estruturais.

**Por reconhecer que havia conduta diversa a ser exigida da Presidente da República, o envio de projeto de lei de crédito adicional ou a edição de medida provisória, ao invés da edição de decretos**, afasto, neste juízo preliminar, a alegação de inexigibilidade de conduta diversa.

Entendimento do Tribunal de Contas da União

A Defesa alegou **que houve mudança de entendimento do TCU sobre a matéria**, a partir do Acórdão nº 2461/2015-TCU-Plenário, que aprovou parecer prévio em favor da rejeição das contas da Presidente da República relativas a 2014. Nessa decisão, o Tribunal considerou a abertura de créditos incompatíveis com a meta fiscal como um dos "fundamentos para a opinião adversa".

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
9359
Fl. 94
Comissões Especiais

Afirma a Defesa que a abertura de créditos suplementares, na pendência de apreciação de projetos de lei alterando a meta de resultado primário, já teria ocorrido em exercícios anteriores, sem que isso tivesse sido caracterizado como ilegal ou irregular pelo TCU.

Ao que consta, no entanto, o TCU não teria se pronunciado sobre a matéria em anos anteriores, atestando expressamente sua regularidade. Ou seja, não teria havido mudança de entendimento, dado que inexiste aprovação tácita de atos e procedimentos não examinados em auditorias ou fiscalizações no passado.

Ademais, **a apuração de crime de responsabilidade pelo Poder Legislativo independe de avaliações próprias do órgão auxiliar de controle externo**. De acordo com a Constituição (art. 71, I), o Congresso Nacional, no exercício de atividades de controle, somente necessita aguardar parecer prévio do Tribunal no âmbito do processo de julgamento de contas do Presidente da República.

No processo de julgamento de crimes de responsabilidade (Constituição Federal, art. 85), a lei específica (Lei 1.079/1950) não prevê vinculação da Câmara dos Deputados, nem do Senado Federal, à prévia manifestação da Corte de Contas.

*CD162682679149*

Discussão sobre a presença de dolo

Pontua a Defesa que a Presidente da República jamais teve a intenção de burlar qualquer norma, tendo atuado apenas para garantir o funcionamento da máquina pública, de acordo com recomendações dos órgãos que a assessoram. Assim, mesmo que fosse constatada a ilegalidade, diz não ter havido ação dolosa, pela existência de pareceres jurídicos e técnicos, revisados

Câmara dos Deputados
PL 3360
95

pela Casa Civil, que teriam amparado a edição dos Decretos, atos jurídicos presumivelmente válidos.

Alega ainda que o Poder Executivo parou de expedir decretos como os impugnados tão logo o TCU emitiu o Acórdão 2.461/2015, o que afastaria o dolo da conduta da Denunciada.

Adicionalmente, conforme a Defesa, a Lei nº 1.079, de 1950, tipifica a conduta de infringir "patentemente" (e de qualquer modo), dispositivo da lei orçamentária, do que se deduz a necessidade de existência de fato evidente e vontade manifesta.

Ademais, junta demonstrativo dos Estados federados em que, supostamente, se adotam práticas semelhantes, sem notícia de sanções.

Ainda que não caiba aprofundamento do tema nesta fase de juízo preliminar, não se pode descartar que, no exercício de 2015, **já era de amplo conhecimento o caráter proibitivo da conduta**. Isso porque os atos e fatos ocorridos neste exercício guardam similitude com aqueles do ano anterior, os quais já haviam sido objeto de debate público.

Também é controversa a afirmação de que um grande número de técnicos, inclusive da Casa Civil, participaram das etapas que precederam à edição de tais decretos o que afastaria a conduta dolosa da Denunciada. **Nenhum gestor de recursos públicos pode eximir-se de sua responsabilidade pelos atos que celebra no âmbito de sua função pública**. As tarefas podem até ser distribuídas, as competências, delegadas, mas **o gerenciamento e a responsabilidade sobre os seus atos são indelegáveis.** Como já disse a doutrina, *"o governador não deixa de ser governador, o prefeito não deixa de ser prefeito. É possível resguardar-se, é recomendável prevenir"*, mas **a**

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados
Fl. 9361
96
Comissões Especiais

**responsabilidade pela gestão da coisa pública recai sobre aquele que foi eleito, afinal, a eleição não se transfere**[36].

Além disso, a alegação de que governadores e prefeitos sofreriam processos de *impeachment* por experimentarem realidades similares, além de não eximir a culpa, parece-nos precipitada. Registre-se que a condição constante do art. 4º da LOA 2015 é típica das leis orçamentárias federais, em vista da competência da União de conduzir a política fiscal macroeconômica.

Síntese do item

Em síntese, quanto aos atos e fatos analisados nesse juízo de admissibilidade, podemos afirmar:

1. O que está sendo avaliado é se o Executivo poderia ou não ter aberto por decreto os créditos citados na Denúncia, e se estava ou não autorizado pelo Legislativo para tanto. Existe no *caput* do art. 4º da LOA uma condição geral para a abertura: compatibilidade com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida;

2. A condição estabelecida no *caput* do art. 4º aplica-se à abertura por decreto de **todas as despesas orçamentárias, discricionárias ou não, de todos os Poderes e MPU, independentemente de seu mérito. Todas dependem autorização do Legislativo;**

3. A multicitada condição do caput do art. 4º, surgida a partir da edição da LRF, teve a finalidade de **compelir o Executivo** a adotar, **durante a execução** do orçamento, os meios necessários à obtenção da meta de resultado fiscal;

*CD162682679149*

[36] FERNANDES. Jorge Ulisses Jacoby e MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *Responsabilidade Fiscal: Lei Complementar n. 101 de 04/05/2000.* 2a ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 201-202.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9362
Comissões Especiais

4. A obtenção da meta de resultado é a **síntese** da política fiscal. Definida pela LDO, **a meta fiscal condiciona a elaboração, a execução, bem como as alterações (créditos adicionais) do orçamento. Durante a execução, o alcance da meta é fruto de um processo dinâmico que envolve cronograma, avaliações periódicas e medidas de ajuste para corrigir desvios;**

5. O impedimento da abertura de créditos por decreto teria sido desencadeado a partir do fato de o Executivo, na edição do relatório de avaliação do 3º bimestre de 2015 (22/7/2015), ter **abandonado a meta fiscal** então vigente (R$ 55,2 bilhões), passando a adotar limites globais de programação com base na meta proposta no PLN 5/2015 (R$ 5,8 bilhões), sem aguardar a aprovação do Legislativo, o que permitiu menor contingenciamento;

6. O **mero envio de projeto de lei** alterando a meta, ainda que justificado, não afastaria a necessidade de aguardar sua aprovação; a interpretação de que a obtenção da meta somente é verificável no final do exercício esvazia o sentido da condição inserida no caput do art. 4º da LOA, e conflita com o controle legislativo do gasto público previsto no art. 167, V, da Constituição, que exige autorização prévia; além disso, coloca em risco a obtenção da meta fiscal aprovada, porque gera fato consumado;

7. Os atos e fatos relatados **não afastam a hipótese de descumprimento de dispositivo do texto da lei orçamentária.** Diante do abandono da meta vigente, o Executivo teria **perdido a flexibilidade de movimentar dotações por decreto**. Neste caso, deveria valer-se de projeto de lei de crédito adicional ou medida provisória.

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
98
Fl. 9363
Comissões Especiais

Conclusão

Os atos praticados pela Denunciada, se confirmados, representam condutas gravíssimas e conscientes de desrespeito a um Poder da República, em uma de suas missões mais nobres e relevantes para a função de representação popular, e, portanto, consistem, à primeira vista, em um atentado à Constituição.

O indício de **crime de responsabilidade** indicado na Denúncia decorreria do item 4 do art. 10 da Lei 1.079/1950 (infringência de dispositivo da lei orçamentária). Isso decorre do fato de que o *caput* do art. 4º da Lei Orçamentária de 2015 impõe condição inafastável para que créditos possam ser **abertos** por decreto, que não teria sido observada.

O tema orçamentário, com a correta gestão dos recursos públicos, é tão sensível para o regime republicano brasileiro que, em todas as Constituições do Brasil (exceto a Carta outorgada de 1937), constaram disposições expressas qualificando como crime de responsabilidade do Presidente da República os atos que atentem contra a lei orçamentária, demonstrando a relevância do cumprimento da norma orçamentária para o regime democrático.

A situação denunciada exibe, *a priori*, **usurpação, pelo Poder Executivo, de prerrogativas do Poder Legislativo** em matéria orçamentária, nos termos da Constituição Federal. A lei orçamentária, além de instrumento de planejamento e do equilíbrio fiscal, garante o controle político da sociedade sobre as despesas públicas.

As leis orçamentárias apresentam-se como instrumento do Estado moderno na conformação de sua gestão financeira e separação dos poderes constituídos. O poder decisório na matéria orçamentária encontra-se repartido, cabendo ao Legislativo autorizar despesas, e ao Executivo, sua execução. Essa

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados
9364
99
Comissões Especiais

divisão de poderes decorre de princípio fundamental da democracia (Constituição, art. 2º), necessária, em última instância, para proteger o cidadão. É grave seu descumprimento, na medida em que se colocam em risco princípios e valores constitucionais voltados à proteção do Estado Democrático de Direito.

E aqui eu peço a atenção dos ilustres cidadãos brasileiros e membros deste Colegiado. Os fatos mostram sérios indícios de inconstitucionalidade, ilegalidade e irresponsabilidade fiscal, negando-se a vigência e eficácia do art. 4º da Lei Orçamentária, e, por consequência, atentando contra o Poder Legislativo, que se vê constrangido, diante **do fato consumado** e no intuito de evitar o colapso das contas públicas, a aprovar uma meta fiscal que passa a depender, em última instância, da vontade exclusiva da Presidente da República.

Diante do exposto, para fins deste exame preliminar, os documentos citados na Denúncia, cotejados com a manifestação da Defesa, permitem concluir pela existência de suporte mínimo de elementos de prova acerca dos fatos narrados.

Nesse contexto, as condutas atribuídas à Presidente da República, relativas à abertura de créditos orçamentários por decreto, sem a devida autorização do Congresso Nacional e em desrespeito à condição imposta pelo próprio Poder Legislativo no art. 4º da Lei Orçamentária Anual de 2015, se vierem a ser confirmadas pelo Senado Federal, não representam atos de menor importância, meros desvios de tecnicismo orçamentário, passível de correção pelos mecanismos usuais de controle, como pretendeu a Denunciada em sua manifestação.

Muito pelo contrário, a condução da política orçamentária do Estado brasileiro, à margem da Constituição e das leis orçamentárias em vigor, evidencia grave violação de valores ético-jurídicos que fundamentam e legitimam o

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9365
Comissões Especiais

exercício do poder estatal, entre eles, o controle democrático e popular do Legislativo sobre os limites da programação orçamentária dos gastos governamentais.

Em conclusão, quanto à conduta de expedir decretos que abriram créditos suplementares em descumprimento à lei orçamentária de 2015, considero que há sérios indícios de conduta pessoal dolosa da Presidente da República que atentam contra a Constituição Federal, mais precisamente contra os princípios da separação de poderes, do controle parlamentar das finanças públicas e do respeito às leis orçamentárias, e que encontram tipificação estrita na Lei nº 1.079, de 1950, no item 4 do art. 10 e no item 2 do art. 11,, o que, ao menos nesse juízo preliminar, revela gravidade suficiente e apta a autorizar a instauração do processo de *impeachment*.

*CD162269677146*

CÂMARA DOS DEPUTADOS



# SUBSÍDIO PARA EXAME DE ADMISSIBILIDADE DE DECRETOS ABRINDO CRÉDITOS SUPLEMENTARES CITADOS NA DENÚNCIA
## (compatibilidade com a obtenção da meta de resultado fiscal)

R$ 1,00

| Data | Órgãos | Página DOU | Despesa acrescida - Indicador de Resultado Primário da despesa | | | | Fonte de Financiamento | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Financeira | Primária Obrigatória | Primária Discricionária | Total | Superávit financeiro | Excesso de arrecadação | Anulação de despesa | Total |
| 27/7/2015 (pub 28/7/2015) | Executivo, EFU e Refinanciamento | 65 - Seção I | 36.687.241.595 | - | 72.140.925 | **36.759.382.520** | 703.465.057 | 7.000.000 | 36.048.917.463 | **36.759.382.520** |
| 27/7/2015 (pub 28/7/2015) | Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo | 02 - Seção I | 61.675.935 | 1.567.843.560 | - | **1.629.519.495** | 56.550.100 | - | 1.572.969.395 | **1.629.519.495** |
| 27/7/2015 (pub 28/7/2015) | Educação, Prev, Trabalho, Cultura | 49 - Seção I | 3.359.418 | - | 1.698.029.610 | **1.701.389.028** | 666.186.440 | 594.113.666 | 441.088.922 | **1.701.389.028** |
| 27/7/2015 (pub 28/7/2015) | diversos órgãos do Executivo | 68 - Seção I | 120.000 | - | 29.802.832 | **29.922.832** | - | 365.726 | 29.557.106 | **29.922.832** |
| 20/8/2015 (pub 21/8/2015) | MAPA, Fazenda, Cidades e EFU | 14 - Seção I | 55.200.582.569 | - | 37.000.000 | **55.237.582.569** | 1.370.419 | - | 55.236.212.150 | **55.237.582.569** |
| 20/8/2015 (pub. 21/8/2015) | Judiciário e Executivo | 04 - Seção I | - | - | 600.268.845 | **600.268.845** | 231.412.685 | 262.173.117 | 106.683.043 | **600.268.845** |
| **Total** | | | **91.952.979.517** | **1.567.843.560** | **2.437.242.212** | **95.958.065.289** | **1.658.984.701** | **863.652.509** | **93.435.428.079** | **95.958.065.289** |

*Fonte: Diário Oficial da União; e SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento*

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados Comissões Especiais PL 9366

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9367
Comissões Especiais

102

**2.6.2. Crimes de responsabilidade pela contratação ilegal de operações de crédito ("pedaladas fiscais")**

Os Denunciantes narram diversos fatos supostamente capazes de comprovar a realização ilegal de operação de crédito pela União com a Caixa, o Banco do Brasil, o BNDES e o FGTS, uma vez que teriam sido efetivados sem autorização legislativa, em desconformidade com a LRF e com a Constituição Federal, a saber:

1. Operações com a Caixa Econômica Federal - Caixa para pagamento de benefícios sociais (Bolsa-Família, Seguro Desemprego e Abono Salarial);

2. Adiantamentos concedidos pelo FGTS ao Ministério das Cidades no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV);

3. Repasses não realizados ao Banco do Brasil relativos a equalização de taxas de juros relativas ao Plano Safra, inclusive em 2015;

4. Utilização de recursos do BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI); e

5. Pagamento de dívidas pelo FGTS sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais, caracterizando a execução de despesa sem dotação orçamentária.

A Denunciada, por sua vez, limitou a defesa aos fatos presentes na Denúncia relativos ao Plano Safra, ou seja, às transações financeiras realizadas exclusivamente com o Banco do Brasil, no exercício de 2015. Os principais argumentos da Defesa são:

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
103
9368

1. A acusação relativa ao ano de 2015 mostra-se precipitada e até mesmo temerária, uma vez que, mesmo no âmbito do TCU, não existe qualquer manifestação com relação a possíveis irregularidades nas subvenções do Plano Safra;

2. No ano de 2015, houve mudança no entendimento do TCU com relação aos procedimentos adotados pelo governo federal;

3. Com base nas características do Plano Safra, inexiste ato da Presidente da República em sua operacionalização, descaracterizando, portanto, a autoria da Denunciada no ilícito apontado; e

4. Ainda que houvesse qualquer conduta passível de ser atribuída à Presidente da República, não há tipicidade na conduta, uma vez que as medidas analisadas não são verdadeiras operações de crédito, diante do conceito estabelecido pelo art. 29, III, da LRF.

Feito o breve relato dos fatos passo a sua análise.

Dos elementos fáticos trazidos pela Denúncia, parece evidente que persistentes atrasos no pagamento de compromissos financeiros do Tesouro Nacional junto ao Banco do Brasil ou qualquer outra instituição financeira controlada não se coadunam com o planejamento, a prevenção de riscos e a transparência, princípios basilares da gestão fiscal responsável e que devem ser observados pelos gestores públicos, nos termos do art. 1º da LRF e do art. 37 da Constituição Federal.

*CD162682679149*

Mais ainda, a história recente do País revela que **a possibilidade de os entes públicos utilizarem instituições financeiras controladas para o**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9369
104
Comissões Especiais

**financiamento de gastos sempre se revelou como potencialmente causadora de déficits e desequilíbrios fiscais.** A título de exemplo, vale lembrar as consequências do uso de bancos estaduais por parte dos respectivos Governos Estaduais.

Segundo dados da Associação Brasileira de Bancos Estaduais e Regionais (ASBACE), no ano de 1993, os bancos estaduais totalizavam 560 agências. Em 1996, pouco antes do início do processo de privatização dos bancos estaduais, estas instituições somavam ativos de R$ 123 bilhões, o que corresponderia a 17,6% do total de ativos do sistema financeiro nacional, contando, ainda, com 3.900 agências e aproximadamente 134 mil funcionários.

Salviano Junior[37] lembra que praticamente todos os Estados tinham bancos. Os governos locais, usando o poder inerente aos controladores dessas instituições, passaram a financiar seus gastos, seja diretamente, por meio de empréstimos dos bancos a empresas estatais, seja indiretamente, intensificando a utilização de suas instituições bancárias para a execução de políticas públicas setoriais e sub-regionais.

Com essas operações de crédito, em 1992, em média, cada banco emprestava aos próprios governos o equivalente a 3,3 vezes o seu próprio patrimônio contábil.

A partir de 1994, com a perda de receita do imposto inflacionário, que, de certo modo, mascarava os prejuízos decorrentes da concessão de empréstimos sem a observância das boas técnicas bancárias, restou evidente a péssima situação econômico-financeira dessas instituições. O reconhecimento dos efeitos deletérios das relações entre os entes federados e as instituições

*CD162682679146*

[37] SALVIANO JUNIOR, C. *Bancos Estaduais: dos* Problemas *Crônicos ao Proes*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9370
105

financeiras por eles controladas levou a União a criar o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES[38].

Por meio desse Programa, foram criados mecanismos com o objetivo de privatizar, extinguir ou transformar os bancos estaduais em instituições não financeiras, com o claro objetivo de impedir que fossem utilizadas pelos governos locais para alavancar recursos financeiros de forma incompatível com a sua capacidade fiscal e de endividamento.

Nesse contexto, em 4 de maio de 2000, sobreveio a Lei de Responsabilidade Fiscal para, terminantemente, proibir a realização de operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente que a controle, nos termos do art. 36 daquele Estatuto. E, em 20 de outubro daquele mesmo ano, entrou em vigor a Lei nº 10.028, de 2000, que acresceu à Lei nº 1.079, de 1950, novos tipos de crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária.

**A preocupação com o equilíbrio fiscal está longe de constituir mera tecnicalidade.** Ao contrário, ela guarda estreita relação com valores caros à nossa sociedade e, especialmente, com a ideia de que o povo, de tempos em tempos, pode manifestar-se sobre os rumos do País e votar pela execução de projetos distintos daqueles concebidos por governos passados[39]. Caso representantes eleitos para cumprir mandatos por prazos determinados violem regras de responsabilidade fiscal, darão perigosos passos rumo ao comprometimento de receitas futuras, para além do seu governo, e à desestabilização da economia.

Ocorre que governantes têm estímulos para perseguir a realização de projetos em prazos relativamente curtos, em busca de aprovação popular, de sucesso em campanhas eleitorais, entre outros resultados. Esse é um fato

*CD162682679149*

[38] *Instituído pela Medida Provisória nº 1.514, de 7 de agosto de 1996.*

Câmara dos Deputados
Fl. 9372
Comissões Especiais
106

amplamente reconhecido por estudiosos de diversos campos do conhecimento[40]. Ante tais considerações, **a responsabilidade fiscal é vista como um pré-compromisso, que deve ser respeitado a fim de evitar que o viés de curto prazo, típico da atuação política, comprometa indevidamente a capacidade de o povo eleger novos projetos no futuro**. Trata-se, em suma, de resguardar a possibilidade de gerações futuras exercerem participação democrática e de assegurar um mínimo de condições materiais para que possam ser executados projetos distintos daqueles defendidos pelos governos presentes.

Se um novo governo recebe do anterior uma série de débitos contraídos à margem da lei, parte do orçamento à sua disposição deverá ser destinada ao cumprimento de tais obrigações, e não poderá ser direcionado à execução da agenda política referendada pelo eleitorado. Em semelhante sentido, o descumprimento de normas fiscais e a falta de transparência nesse campo sinalizam a deterioração das contas públicas e, no limite, o risco de insolvência do País. Em consequência, são esperados: aumento do custo da dívida pública e do crédito; a redução de investimentos privados; diminuição do crescimento do produto nacional ou sua estagnação ou, em situações drásticas, sua contração. Todos esses resultados limitam a margem de atuação de eventuais governos futuros que representem a opção popular por mudanças na condução do País.

**Há, portanto, estreita ligação entre a responsabilidade fiscal, a estabilidade econômica e o princípio democrático, de modo que, mesmo governos democraticamente eleitos, devem zelar pela estabilidade financeiro-econômica do País**. Caso não o façam, sacrificarão as possibilidades de escolha das gerações futuras em benefício de seus próprios projetos políticos.

*CD162682679149*

---

[39] Segundo o art. 1º parágrafo único, da Constituição de 1988, "Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".

[40] Por todos, v. Alan Blinder . Bancos centrais: teoria e prática. Trad. Maria Abrama Caldeira Brant. São Paulo: Editora 34, 1999. Blinder argumenta a necessidade de instituição de mecanismos de isolamento político para proteger os responsáveis pela política monetária de pressões de ocupantes de cargos eletivos e que atuem com viés de curto prazo, comprometendo a estabilidade futura dos países; e Robert Baldwin, Martin Cave e Martin Lodge. Undestanding Regulation; theory, Strategy, and Practice, Oxford University Press, 2012, especialmente pp. 15-23 e 40-48, Baldwin, Cave e Lodge apontam que não deve haver dissociação imediata entre a intervenção estatal na economia e a preservação do interesse público, pois agentes públicos podem agir para perseguir seus próprios interesses.

Câmara dos Deputados
Fl. 9372
Comissões Especiais

Daí que a execução de tais projetos apenas é válida nos limites impostos pela legislação fiscal e orçamentária. Essas são considerações que orientam movimentos em prol da responsabilidade fiscal, como aquele realizado a partir de meados da década de 1990 no Brasil.

Feito esse breve registro histórico, com a finalidade de realçar a importância da legislação fiscal e a gravidade dos fatos narrados, no que diz respeito à possível utilização indevida, pela União, de instituição financeira controlada, destaca-se que **o ponto central da Denúncia a ser analisado neste tópico reside em verificar se as transações financeiras com o Banco do Brasil enquadram-se no conceito legal de operação de crédito típica ou assemelhada estabelecido pelo art. 29, III, da LRF,** do que poderá resultar na tipificação ou não em crime de responsabilidade fiscal, **assim como verificar se há indícios de autoria da Denunciada dos atos apontados como ilegais.**

Nessa linha, importa, além de verificar o enquadramento das transações financeiras no conceito jurídico de operação de crédito, também analisar se os fatos narrados, pela magnitude dos valores envolvidos, comprometeram o planejamento, a transparência, a prevenção de riscos fiscais e o próprio equilíbrio das contas públicas, que é, em essência, o bem jurídico maior que a LRF buscou proteger.

De início, é de se ter presente que as atribuições dos bancos públicos podem ser divididas em dois grupos. De um lado, tais entidades atuam como instituições financeiras privadas, isto é, captam dinheiro do público em geral e, assim, reúnem recursos para oferecer crédito a produtores e consumidores, em condições livremente pactuadas. De outro lado, os bancos públicos federais atuam como agentes financeiros da União, hipótese em que prestam serviços de execução de programas de governo. Neste caso, não deve haver intermediação financeira: as políticas públicas são custeadas com recursos de origem fiscal, como ocorre com o Programa Minha Casa Minha Vida e o FGTS, tendo como

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9373
108

agente operador a Caixa Econômica Federal, e a equalização de taxas de juros em operações de crédito rural no Plano Safra, tendo como operador o Banco do Brasil. Ao contratarem bancos públicos como agentes financeiros, a Administração Pública e seus dirigentes valem-se da estrutura já montada daquelas instituições financeiras, de sua capilaridade e expertise no trato com recursos financeiros, para obter ganhos de escala, ou seja, para tocar programas sem precisar constituir novas entidades, contratar pessoal, adquirir imóveis, etc.

Embora os dois tipos de atribuições acima identificadas possam ser realizadas pela mesma pessoa jurídica, a legislação determina a sua separação. Com efeito, se: (i) a execução de programas governamentais é custeada com recursos fiscais; (ii) o contrato entre a União e os bancos é de prestação de serviço; e (iii) um ente da Federação não pode tomar crédito junto a instituição financeira estatal por si controlada (art. 36 da LRF), então, os recursos captados pelos bancos públicos, via depósito ou outros instrumentos financeiros, não podem ser utilizados para quitar despesas atinentes a políticas públicas, sob pena de as verbas orçamentárias inicialmente indicadas para o custeio dos projetos do governo serem irregularmente substituídas por recursos privados. Nesse caso, a instituição financeira estatal seria uma intermediária entre os depositantes e seu controlador. É dizer, em vez de emprestar a seus clientes o dinheiro captado em mercado, a instituição financeira estatal direcionaria tais recursos para a União, que passaria a ser devedor do banco público, assumindo a obrigação de restituir determinado valor nominal, somado à remuneração pelo uso do dinheiro.

*CD162682679149*

Vê-se, então, que, quando captam dinheiro em mercado, as instituições financeiras estatais estão em exercício de atividade de intermediação financeira, típica dos bancos privados. Já quando se trata de programas de governo, não há intermediação financeira, mas simples prestação de serviços. Se os recursos captados dos clientes bancários forem usados para a quitação de despesas com políticas públicas, as duas atividades, de intermediação financeira e de prestação de serviços para a União seriam conjugadas. O resultado dessa reunião seria o uso de recursos de origem privada – depósitos bancários, por

Câmara dos Deputados 9374 109

exemplo – em programas que deveriam depender, exclusivamente, do orçamento público.

É sintomático que grande parte das discussões sobre as cognominadas "pedaladas" envolvam os bancos públicos, entidades com relativa facilidade para captar recursos em mercado e suprir a falta de verbas orçamentárias para a execução de projetos do governo.

Primeiramente, sobre a alegação da Defesa de que ainda não existe manifestação do TCU sobre os fatos analisados neste tópico, cumpre registrar que nem o art. 85 da Constituição Federal, nem a Lei nº 1.079, de 1950, preveem como condição objetiva para enquadramento de crime de responsabilidade que haja parecer prévio pela reprovação das Contas pelo TCU ou mesmo sua rejeição pelo Congresso Nacional. É prerrogativa da Câmara dos Deputados e desta Comissão avaliar se os fatos narrados na Denúncia são passíveis de enquadramento em crime de responsabilidade, não estando essa análise vinculada à existência de um exame prévio por parte do TCU, do Congresso ou de qualquer outro órgão. Por óbvio, a existência de tais condições dá maior peso a essa análise. No entanto, insisto, não são condições indispensáveis para que os atos do Presidente da República sejam considerados crime de responsabilidade.

Sobre a possível mudança de jurisprudência, no âmbito do TCU, no que se refere aos procedimentos adotados pelo Governo Federal, assim se pronunciou aquela Corte de Contas, em resposta à mesma alegação, no voto aprovado sobre o exame das contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2014[41]:

> *As decisões do TCU, por falta de disposição legal ou constitucional que o autorizem a assim proceder, não conferem salvaguarda à continuidade da*

*CD162682679149*

[41] Acórdão nº 2.461, de 7 de outubro de 2015, nos autos do processo 005.335/2015-9, que emitiu parecer sobre as contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9375
Comissões Especiais

*prática de ato ilegal não abordado ou detectado por ocasião da análise fático-jurídica resultante de suas manifestações anteriores. (...)*

*Assim, teria que sempre alertar ao agente público ou ao órgão ou entidade jurisdicionados, como uma espécie de "aviso prévio", antes de aplicar o que a Lei e a Constituição lhe determinam, o que caracterizaria ofensa máxima ao princípio da legalidade por parte deste Tribunal.*

Segundo a Denúncia, a dívida do Tesouro Nacional para com o Banco do Brasil, referente à equalização de juros e taxas da safra agrícola, era de R$ 10,9 bilhões em 31/12/2014. Em 30/6/2015, esse montante havia evoluído para R$ 13,4 bilhões, conforme registram as demonstrações contábeis do Banco do Brasil do 1º Semestre de 2015. Tal atraso consubstanciaria continuidade do ilegal financiamento do Governo Federal, não podendo a Denunciada alegar que desconhecia a irregularidade diante da notoriedade dos fatos desde o ano de 2014, com os apontamentos de irregularidades feitos pelo TCU, no processo TC 021.643/2014.

De acordo com a Defesa, tratando especificamente das subvenções relativas ao Plano Safra: "a liquidação dos valores de equalização apurados pelo Banco após o término de cada período, a norma dispõe que os montantes devem ser atualizados, sem estabelecer prazo para que a Secretaria do Tesouro Nacional efetue o pagamento. A norma detalhou as formas de concessão, apuração, atualização dos valores e apresentação destes à Secretaria do Tesouro Nacional, mas não fixou prazo para a efetivação do pagamento. Dessa forma, ficaria afastada qualquer caracterização de atraso, concessão de prazo e financiamento para pagamento dos valores apurados".

Diverge a Defesa, ainda, sobre o enquadramento da transação com o Banco do Brasil no conceito de operação de crédito estabelecido pelo art. 29, III, da LRF e pelo art. 29 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal. Registra que a parte final do art. 29 da citada Resolução deixa claro que a enumeração dos negócios jurídicos não é exaustiva, pois também devem ser consideradas

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados
FL. 9376
111

operações de crédito "outras operações assemelhadas". Tal abertura impõe ao intérprete a tarefa de investigar os elementos semelhantes entre as diversas espécies de operação de crédito expressamente previstas no inciso para que lhe seja possível compreender precisamente o que se deve entender por "outras operações assemelhadas".

Assinala ainda a Defesa que parece ser indiscutível que haja a necessidade de celebração de contrato para o cumprimento de obrigação de pagamento em moeda corrente (assunção de compromisso financeiro) para que fique caracterizada a realização de operação de crédito.

Sobre esse aspecto, a minuciosa análise realizada pelo TCU no processo das contas presidenciais de 2014 consolida a visão daquele Tribunal sobre as transações em comento[42]:

> *"18. É certo que nem toda dívida relaciona-se a uma operação de crédito. Contudo,* ***as dívidas do Tesouro com os bancos oficiais, destacadas na fiscalização do Tribunal, possuem todas as características de empréstimo, como a permanência por longo prazo e a incidência de encargos****. Afinal, representam a assunção, pelos bancos, de compromissos de terceiro (a União), quando eles deveriam, em vez de custear a despesa pública, canalizar seus recursos para transações com o setor privado normalmente previstas nas suas carteiras de negócios, que lhes renderiam juros.* ***Ou seja, os bancos estão tendo que cortar parte das suas disponibilidades para empréstimos tradicionais, a fim de poder emprestar para o Tesouro.****"* (grifo nosso)

O mencionado Voto acrescenta ainda que:

> *"23. (...)* ***Está caracterizado, pois, o fato de que a aludida movimentação financeira*** *(atrasos sistemáticos no repasse de recursos do Tesouro Nacional às instituições financeiras estatais, que acabam por arcar com o pagamento de despesas de responsabilidade da União)* ***tem natureza jurídica de operação de crédito, independentemente do nomen juris que porventura lhe tenha sido***

*CD162682679149*

[42] Acórdão nº 2.461, de 7 de outubro de 2015, nos autos do processo 005.335/2015-9, que emitiu parecer sobre as contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9377
Comissões Especiais

***atribuída, o qual obviamente não tem o condão de modificar a sua essência."*** (grifo nosso)

Releva destacar que os atrasos de pagamentos relativos a esse mesmo evento, ou seja, à equalização de taxas de juros da safra agrícola, no exercício de 2014, já haviam sido classificados pelo TCU como omissão de passivos da União das estatísticas da dívida pública, a teor do Parecer Prévio relativo às contas presidenciais de 2014.

Importa reconhecer, nesse sentido, que o **atraso ou a postergação nos pagamentos das subvenções econômicas devidas ao Banco do Brasil, no exercício de 2015, tem natureza e características praticamente idênticas aos atrasos verificados no pagamento das subvenções ao BNDES e ao FGTS. Isso porque, embora a prática tenha se dado em exercícios financeiros diferentes, e para atender a programas de governo distintos, seguem o mesmo *modus operandi*: atrasar, de forma sistemática, o ressarcimento dos altíssimos valores devidos a título de equalização de taxas de juros à instituição federal que atuou como agente financeiro do governo – nesse caso, o Banco do Brasil.**

Um exame minimamente atento dessa prática revela, com muita clareza, que ela ultrapassa, em muito, o plano da mera "prestação de serviços", como alega a Denunciada. A dinâmica dos fluxos financeiros, a sua reiteração e os exorbitantes valores a descoberto do Tesouro com o Banco do Brasil, nesse caso, evidenciam que a União, sob o comando da Denunciada, transformou em regra o que deveria ser absolutamente excepcional: durante meses a fio, usou recursos do próprio Banco do Brasil, e não do Tesouro, para bancar as ações de governo.

*CD162682679149*

É precisamente nesse ponto que se afirma a configuração de tal prática como a operação de crédito de que trata o art. 36 da LRF: o lastro sistemático, prolongado e descomunal de recursos do caixa da própria instituição

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9378
113
Comissões Especiais

financeira federal para bancar uma política de governo, que, na verdade, é de responsabilidade do Tesouro, e não da citada instituição. É importante frisar, mais uma vez, que não se está diante de descasamentos pontuais de fluxos financeiros, mas sim de algo reiterado, o que demonstra, de forma clara, que se está diante de uma política deliberada de financiamento de ações governamentais pelo próprio Banco do Brasil.

Em termos substantivos, essa prática do Tesouro em muito se assemelha àquela adotada por milhões de pessoas físicas e jurídicas no País quando necessitam de recursos em caráter emergencial, valendo-se, para tanto, das operações de crédito rotativo (usualmente conhecidas como "cheque especial"). Com efeito, a prática atende aos mesmos propósitos – na medida em que provê recursos para atender a despesas do contratante – e observa a mesma dinâmica – uma vez que o Banco do Brasil é remunerado pelos recursos que adianta.

Diante disso, é possível, em tese, afirmar que se está diante de uma autêntica operação de crédito, embora disfarçada sob o manto de "prestação de serviço", sobejamente porque, no caso em tela, o Banco do Brasil não agiu apenas como agente financeiro ou executor do plano safra. Atuou, isto sim, como intermediário financeiro, provendo os recursos necessários à sua implementação.

Nessa linha, portanto, os fatos e atos denunciados poderiam, em tese, tipificar o crime de responsabilidade previsto no art. 11, item 3, da Lei nº 1.079, de 1950.

*CD162682679149*

Os Denunciantes assentam que os indícios de irregularidades eram de conhecimento da Denunciada, pois foram amplamente *"noticiados em jornais e revistas de grande circulação no país (peça 3), relacionados ao atraso no repasse às instituições financeiras dos valores destinados ao pagamento de despesas de responsabilidade da União, tais como o bolsa família, o abono salarial, o seguro-*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
9379
Comissões Especiais
114

*desemprego, os subsídios de financiamento agrícola e os benefícios previdenciários"* (p. 45).

Quanto à autoria, afirmam que esta seria de natureza comissiva e omissiva da Denunciada, pois:

> *A conduta da denunciada, Dilma Rousseff, na concretização destes crimes, é de natureza comissiva, pois se reunia, diariamente, com o Secretário do Tesouro Nacional, determinando-lhe, agir como agira.(...).*
>
> *Ainda que a Presidente não estivesse ativamente envolvida nesta situação, restaria sua responsabilidade omissiva, pois descumpriu seu dever de gestão da administração pública federal, conforme art. 84, II, da Constituição Federal.. (p. 36)*

Neste exame preliminar, considerando os indícios de realização de operação de crédito ilegal, de forma sistemática e em volumes expressivos, não há como afastar a possibilidade de autoria da Denunciada.

Nesse contexto, seria pertinente o aprofundamento da análise dos fatos narrados na exordial, inclusive mediante a realização de diligências, com vistas a melhor compreender as transações financeiras relatadas com o objetivo de enquadrá-las, ou não, no conceito jurídico (e não apenas econômico) de operação de crédito, dado pela LRF. Mas, como se sabe, não é possível a realização de tais diligências ou produção de provas nesta fase processual.

O mais importante, no entanto, é que a análise por nós empreendida dos fatos narrados e dos argumentos apresentados pela Defesa leva à conclusão inequívoca de que são fortes os indícios de que as transações financeiras relatadas constituíram um tipo de financiamento sobre a qual incidiria a vedação de contratação prevista na LRF, configurando, portanto, os requisitos de tipicidade constantes da Denúncia.

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados
115 Fl. 938
Comissões Especiais

O só fato de existirem duas opiniões respeitáveis e fundamentadas sobre o real conceito de "operação de crédito", como sobressai dos autos, já é fato suficiente por si só para justificar o recebimento da denúncia. A dúvida, nesse caso, opera em favor da admissibilidade da denúncia, diante da relevância e gravidade da questão.

Verifica-se, também, que a possibilidade da existência de **volumosos débitos em atraso do Tesouro Nacional** junto a instituição financeira controlada **afrontaria os princípios da transparência, do planejamento e do próprio equilíbrio fiscal,** valores caros no nosso ordenamento jurídico, tanto no plano constitucional quanto no estatuto de responsabilidade fiscal instituído pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

Com isso, concluímos que estão presentes os requisitos mínimos para a admissibilidade da Denúncia, quais sejam, a autoria e a tipicidade dos fatos narrados ante a hipótese prevista no art. 11, item 3, da Lei nº 1.079, de 1950, e da justa causa de pedir, **no que se refere às irregularidades relacionadas aos repasses não realizados ou realizados com atrasos pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, relativos a equalização de taxas de juros relativas ao Plano Safra, no exercício de 2015.**

### 2.6.3. Crime de responsabilidade pelo não registro de valores no rol de passivos da Dívida Líquida do Setor Público

Os Denunciantes listam, entre os crimes de responsabilidade supostamente praticados pela Presidente da República, a "omissão de registro de valores no rol de passivos da Dívida Líquida do Setor Público". Esses valores relacionam-se às práticas já referidas neste Relatório e conhecidas como "pedaladas fiscais".

*CD162682679149*

A Denúncia assevera que a não contabilização desses valores na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) afrontaria a Lei Orçamentária Anual (LOA), visto que o acompanhamento das metas de superávit primário se transformaria em mera ficção.

O crime de responsabilidade residiria, primeiramente, no ato de "mascarar o orçamento para dele fazer constar informações incorretas, com apresentação de um resultado fiscal, ao final de cada mês, superior ao que efetivamente seria adequado" (p. 38).

Em segundo lugar, haveria crime no fato de a LDO e a LOA terem sido elaboradas com base em resultados e metas que não espelhavam a realidade. Ao assinar esses diplomas, a Presidente assumiria como reais os respectivos números e estimativas, "explicitando todo seu conhecimento sobre a matéria" (p. 44).

Os Denunciantes reproduzem trecho de autoria do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público junto ao TCU, segundo quem o impacto das aludidas operações na dívida líquida "só era captado pelo Bacen no momento do efetivo desembolso dos recursos federais, isto é, no momento em que os valores eram sacados da Conta Única do Tesouro Nacional em favor das instituições financeiras". Desse modo, o resultado fiscal "calculado pelo Bacen ao final de cada mês foi superior ao que efetivamente seria devido" (p. 37). Os valores omitidos, segundo o Procurador, superariam a monta de R$ 40 bilhões.

Para os Denunciantes, tais condutas da Presidente da República afrontariam o item 4 do art. 10 da Lei nº 1.079/1950.

A Defesa não se manifestou especificamente sobre esse ponto da Denúncia.

*CD162682679149*

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Preliminarmente, deve-se distinguir a suposta irregularidade anunciada no item 2.3 da Denúncia ("*não registro de valores no rol de passivos da Dívida Líquida do Setor Público*") de outras, noticiadas de forma esparsa no texto, mas relacionadas ao item, a saber: **o ato de "mascarar" o orçamento, nele inserindo informações incorretas sobre o resultado fiscal** (p. 38), e, semelhantemente, o ato de assinar os projetos de LDO e de LOA, **assumindo como reais números e estimativas sabidamente "maquiados"** (p. 44-45).

A análise específica da "omissão de registro de valores" na DLSP exige considerar certas nuances da contabilização de passivos no cálculo desse indicador, bem como as competências institucionais envolvidas na matéria.

O Banco Central (Bacen) conceitua a DLSP como o balanceamento entre as dívidas e os haveres do setor público não financeiro e do próprio Bacen, junto (1) ao setor público financeiro; (2) ao setor privado financeiro; (3) ao setor privado não financeiro; e (4) ao resto do mundo.

Além da DLSP, que é uma "variável de estoque", o Bacen também calcula, mensalmente, resultados fiscais (variáveis de fluxo).

A variação do endividamento líquido, sob a ótica da DLSP, corresponde ao resultado nominal do setor público, sob o critério conhecido como "abaixo da linha". Grosso modo, o resultado nominal indica quanto o setor público se socorre de recursos de terceiros para financiar suas atividades e rolar sua dívida. O resultado primário, a seu turno, equivale ao resultado nominal menos os juros nominais incidentes sobre dívidas e haveres.

Conforme o Bacen, as fontes de dados para esses cálculos são, regra geral, "*os detentores das dívidas do setor público, tendo como base as informações registradas na contabilidade do sistema financeiro, as informações*

Câmara dos Deputados 118 9383

*gerenciais dos sistemas de liquidação e custódia de títulos públicos e os dados oriundos do balanço de pagamentos*".[43]

Vale considerar que os resultados nominal e primário também são apurados pelo critério "acima da linha". Trata-se de critério adotado pelo Tesouro Nacional, partindo da comparação entre os itens de receitas e despesas.

Os critérios de resultado deveriam, em tese, chegar aos mesmos números. Entretanto, os resultados calculados "abaixo da linha" pelo Bacen são reconhecidos como oficiais, para fins de gestão fiscal do setor público. Isso porque não há ainda legislação que estabeleça "metodologia de apuração dos resultados primário e nominal", como previsto no art. 30, § 1º, inciso IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ante a lacuna normativa, desde 2000 dispositivos da LDO e da LOA, na esfera federal, legitimam a metodologia do Bacen para esse fim[44].

Isso posto, constata-se a grande responsabilidade do Bacen, visto que, além de atender as necessidades próprias da política monetária, sua metodologia, constante de seu Manual de Estatísticas Fiscais, passou a fundamentar as metas fiscais da LDO e, em decorrência disso, a elaboração e a execução dos orçamentos.

Por tratar de metodologia estabelecida discricionariamente pelo Bacen, o Manual de Estatísticas Fiscais poderia, em tese, ser alterado a qualquer momento. No entanto, o Banco afirma que seus indicadores de dívida e necessidades de financiamento do setor público gozam de "*ampla aceitação por*

*CD162682679149*

[43] Manual de Estatísticas Fiscais, p. 5 (disponível em www.bcb.gov.br/ftp/infecon/Estatisticasfiscais.pdf)

[44] Por exemplo, art. 10, inciso IV, da Lei 13.242/2015 – LDO 2016 e Mensagem do PLOA 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
PL 9384
119

*parte dos agentes econômicos e da sociedade em geral*"[45], e que sua metodologia é utilizada desde 1991, de maneira uniforme[46].

A discussão sobre a contabilização das chamadas "pedaladas fiscais" entre os itens da DLSP foi travada, inicialmente, no processo TC 021.643/2014-8, instaurado pelo TCU especificamente para tratar do tema. Posteriormente, o processo das Contas de Governo do exercício de 2014 também abordou essa problemática.

No Acórdão 825/2015-TCU-Plenário, prolatado no âmbito do mencionado TC, a Corte de Contas determinou ao Departamento Econômico do Bacen que considerasse, no cálculo da DLSP, os valores devidos pela União relacionados às situações alcunhadas de "pedaladas". Além disso, chamou em audiência o Presidente do Bacen, Alexandre Tombini, e o Chefe do Departamento Econômico, Túlio Maciel, para que apresentassem razões de justificativa a respeito das omissões desses passivos no cálculo da DLSP.

**Todo esse arrazoado leva à constatação de que, especificamente, a omissão de passivos na Dívida Líquida do Setor Público é matéria estranha à esfera de atuação da Presidente da República, restringindo-se às competências do Bacen.** Como visto, o cálculo da DLSP é realizado por aquele Banco; as informações utilizadas para apurar a dívida líquida e os resultados fiscais são oriundas principalmente da contabilidade do sistema financeiro, e capturadas pela autarquia; a inclusão de itens na DLSP depende da metodologia estabelecida no Manual de Estatísticas Fiscais. Além disso, o TCU, ao reputar necessária a inclusão do valor das "pedaladas" na DLSP, expediu determinação ao Bacen com esse teor, e responsabilizou seus dirigentes pela omissão.

*CD162682679149*

[45] Manual de Estatísticas Fiscais, p. 5 (disponível em www.bcb.gov.br/ftp/infecon/Estatisticasfiscais.pdf)

[46] Parecer Prévio sobre as Contas da Presidente da República, item 8.5.1.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Adicionalmente, a legislação que estabelece as competências do Bacen, em especial a Lei 4.595/1964, não evidencia submissão da autarquia ao poder decisório do Presidente da República. Ao contrário, o Bacen exerce a maioria de suas atribuições em decorrência direta da referida lei, e, em outros casos, como braço executivo do Conselho Monetário Nacional.

Cotejados esses fatos e considerações, **a análise quanto a indícios de autoria sobre o ponto específico da "omissão de passivos na DLSP" aponta para a inviabilidade de eventual processo de responsabilização da Presidente da República.** Não se vislumbra como a ação ou a omissão da mandatária pudesse ter influenciado os procedimentos técnicos do Bacen, ainda mais diante da informação de que o arcabouço teórico empregado pela autarquia vigorava de maneira uniforme desde 1991.

Superada essa questão, passa-se ao exame das supostas condutas praticadas diretamente pela Presidente, nos termos do item 2.3 da Denúncia.

Os Denunciantes argumentam que a Chefe do Executivo teria assinado os projetos de LDO e de LOA e encaminhado ao Congresso mesmo sabendo que deles constariam números e estimativas errôneas, ante o efeito das "pedaladas" sobre o resultado primário e a DLSP.

Já se disse neste Relatório que a discussão sobre a sensibilização da DLSP pelos passivos da União junto aos bancos públicos adentrou a esfera pública por ocasião da instauração, pelo TCU, do processo TC 021.643/2014-8.

Como noticiado no Voto condutor do Acórdão 825/2015-TCU-Plenário, o Bacen passou a considerar no cálculo da DLSP as obrigações contraídas junto à Caixa Econômica Federal a partir do final de agosto de 2014 (item 38). Além disso, o mesmo Acórdão, com texto definitivo publicado em

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9386
Comissões Especiais

9/12/2015, determinou ao Bacen que considerasse na apuração da DLSP os passivos do governo federal para com outras instituições financeiras públicas[47].

Reconhecendo a autoridade do Bacen para estabelecer a metodologia de cálculo da DLSP e dos resultados fiscais, os usuários dessas informações só podem seguir entendimento diverso a partir de mudanças promovidas pelo próprio Banco naquela metodologia.

Em observância às datas supracitadas, constata-se que apenas as leis orçamentárias referentes ao exercício de 2017 poderão contar com parâmetros elaborados nos termos do novo entendimento da contabilização de passivos na dívida líquida e nos resultados fiscais.

Partindo dessa exposição, observa-se que as alegadas condutas atribuídas à Presidente da República, de "mascarar o orçamento" e de assinar projetos de LDO e LOA fundamentados em números e estimativas incorretas, não encontram respaldo nos fatos aqui listados. Adicionalmente, não há indícios de que tais condutas envolvam infração aos dispositivos da Lei 1.079/1950 apontados pelos Denunciantes, já que não se verifica desrespeito a qualquer dispositivo da lei orçamentária, ou atuação incompatível com a dignidade, honra e decoro do cargo.

Considero, nesse ponto, que, apesar de o Poder Executivo federal ter se beneficiado dos atrasos de pagamentos relativos às "pedaladas fiscais", obtendo maior disponibilidade de recursos e resultados fiscais melhores do que aqueles decorrentes do adimplemento fiel de suas obrigações, não se vislumbra indício de autoria da Presidente da República nas condutas denunciadas.

**Assim, a análise efetuada neste parecer é pela inviabilidade de eventual processo de responsabilização direta da Presidente da República,**

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
122 9387

**com base nos supostos crimes arrolados no item 2.3. da Denúncia, quais sejam: o "mascaramento" do orçamento, para dele fazer constar informações incorretas em termos de resultado fiscal, e a assinatura da leis de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual com resultados e metas que não espelhariam a realidade.**

**2.6.4. Dos crimes contra a probidade na Administração**

Em conformidade com a Decisão do Presidente desta Comissão, proferida no dia 22 de março de 2016, ao responder Questões de Ordem oferecidas pelos Deputados Paulo Teixeira (PT/SP), Arlindo Chinaglia (PT/SP) e pela Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), **a parte da Denúncia ora analisada não foi considerada para a formação da convicção deste Relator.**

Contudo, os fatos denunciados são extremamente graves e relevantes, sobretudo se considerados os desdobramentos da "Operação Lava Jato" e o surgimento de fatos novos após o oferecimento da Denúncia ora analisada e seu recebimento preliminar pelo Presidente desta Casa.

Conforme abordado anteriormente, o juízo de admissibilidade realizado pelo Presidente da Câmara é meramente precário, sumário e não vinculante, o que autorizaria que esta Comissão analisasse a denúncia por inteiro, incluindo aqueles temas que, em um primeiro momento, foram afastados por falta de maiores indícios.

Cabe ao Senado Federal realizar um juízo de recebimento preliminar, conforme decidido pela ADPF nº 378. **Cabe também ao Senado Federal**, nesse juízo preliminar, se confirmar a eventual decisão da Câmara dos Deputados, **decidir se a denúncia apresentada será julgada por inteiro,** o que incluiria os fatos relativos a este ponto, **ou apenas parcialmente**, naquilo que o

*CD162682679149*

[47] Item 9.1.2, com redação dada pelo item 9.4.3 do Acórdão 3.297/2015-TCU-Plenário.

Câmara dos Deputados 9388 123

Presidente da Câmara dos Deputados e esta Comissão consideraram como razão de decidir.

Afinal, a conclusão deste relatório deve ser apenas a de autorizar a instauração ou não do processo. Nada mais do que isso. A fase realmente processual, com o recebimento da denúncia propriamente dito, com o seu processamento e julgamento, será feita no Senado Federal.

## 2.7. DA CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* (JUÍZO POLÍTICO)

Uma vez superados os aspectos jurídicos relativos à admissibilidade da acusação, faz-se necessária a análise de sua conveniência e oportunidade política[48].

O caráter híbrido (político-jurídico) da análise da atuação presidencial exige uma valoração que somente pode ser feita pelo Parlamento, utilizando-se de sua sensibilidade política de captar o momento vivido pela sociedade, bem como a gravidade das condutas imputadas ao Presidente da República.

Muito se tem dito nos últimos dias que esse processo seria um "golpe" contra a democracia. Com todo o respeito, ao contrário! A previsão constitucional do processo de *impeachment* confirma os valores democráticos

*CD162682679149*

[48] Nelson Jobim, no parecer adotado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados no caso Collor, brilhantemente, escolheu o seguinte trecho da obra do Professor SAMPAIO DÓRIA para explicar o alcance e extensão do juízo político conferido a esta Casa:

*"... a declaração de procedência ou improcedência da acusação é discricionário. **Não é o imperativo da lei o que decide. Mas a conveniência aos interesses da Nação**, a oportunidade da deposição, ainda que merecida. Entre o mal da permanência no cargo de quem tanto mal causou e poderá repeti-lo, além do exemplo da impunidade, e o mal da deposição, numa atmosfera social e política carregada de ódios, ainda que culpado o Presidente, poderá a Câmara dos Deputados isentá-lo do julgamento, dando por improcedente a acusação.*

*Nisto consiste o elemento essencialmente político do processo de impedimento" (in Dir. Const. Vol 3, págs. 388/389, 1960).*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
9389
Comissões Especiais
124

adotados por nossa Constituição. Se fosse "golpe" não estaria em nossa Lei Maior.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli assim definiu a questão, em entrevista divulgada pela imprensa: "*Não se trata de um golpe. Todas as democracias têm mecanismos de controle e o processo de* impeachment *é um tipo de controle*".

A Ministra Cármen Lúcia, por sua vez, em consideração às alegações da Presidente da República sobre o caráter golpista do *impeachment*, afirmou: "*Tenho certeza que a presidente deve ter dito que se não se cumprir a Constituição é que poderia haver algum desbordamento. Não acredito que ela tenha falado que* impeachment *é golpe. Acho que deve ter sido essa a fala dela, não vi. O* impeachment *é um instituto previsto constitucionalmente*".

Na mesma esteira, Eros Grau, Ministro aposentado da Corte Suprema, disse que "*Quem procedeu, procedeu corretamente e não teme enfrentar o julgamento do Senado Federal. (...) Já o delinquente faz de tudo procurando escapar do julgamento. A simples adoção deste comportamento evidencia delinquência*".

A título de exemplo, trago outros pedidos de *impeachment* formulados por correntes políticas que, hoje, dizem que se trata de "golpe", mas que, no passado, legitimamente, pediram o impedimento do Presidente da República daquela época, também eleito pelo voto popular. Em um deles, apresentado em 1999, os então Deputados José Genoíno, Miro Teixeira, Luiza Erundina, Aldo Rebelo, Milton Temer, Vivaldo Barbosa e Alceu Collares apresentaram denúncia por crime de responsabilidade contra o Presidente em exercício à época, apontando irregularidades na privatização do sistema Telebrás. Ao final da petição, os então Denunciantes fizeram uma afirmação que se aplica perfeitamente à situação vivida no momento atual:

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
125 339
Comissões Especiais

*Temos um governo em que não apenas Ministros e autoridades do primeiro escalão estão envolvidos em escândalos e operações mal explicadas, mas o próprio Presidente participa de 'negociatas', verdadeiros ilícitos penais e de responsabilidade para a venda do Patrimônio Público.*

*Como nos lembram sempre, 'a corrupção existe em todos os países, a diferença é que lá os corruptos são punidos'. Pois bem, a esperança não morreu, mas se transfere nesse momento para os membros do Congresso Nacional, do qual a nação espera firmeza e imparcialidade para que possamos recuperar a confiança nas instituições, tão degradadas nesse Governo. Afinal, quando o Poder Legislativo se reúne para julgar atos de improbidade do Chefe do Poder Executivo, não é apenas a figura humana deste que está em julgamento, mas a honra e a dignidade da Nação brasileira e suas instituições, sobretudo a Presidência da República".*

Em 2001, o então Deputado Inácio Arruda e a Deputada Vanessa Grazziotin, ambos eleitos pelo PCdoB, requereram o impedimento do Presidente por não ter encaminhado ao Congresso Nacional o resultado da implementação relativamente aos preços ao consumidor de determinados produtos, como então previsto no art. 6º da Lei nº 10.147/2000. Nesse mesmo ano, o saudoso Deputado Luís Eduardo Greenhalgh também apresentou denúncia por crime de responsabilidade, por ter o então Presidente autorizado a instalação no país de escritório do serviço secreto americano.

**Não se deve mudar de opinião por conveniência, de acordo com os interesses momentâneos e apenas porque os atores são outros.** Essa diversidade de pedidos de *impeachment*, em momentos distintos, formulados por correntes políticas antagônicas, só tem o condão de demonstrar que não se trata de golpe, mas sim de instrumento constitucionalmente previsto como forma de controle dos atos praticados pelo Presidente da República.

Quando um grupo político está no poder, diz que é golpe. Quando o mesmo grupo era oposição, tratava-se de um processo legítimo. É preciso coerência nesse momento!

*CD162682679149*

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Câmara dos Deputados
Fl. 9391
126
Comissões Especiais

De fato, não há dúvida de que se trata de procedimento cuja abertura, por si só, pode acarretar uma crise institucional. Por outro lado, não podemos fugir de nossas responsabilidades apenas porque existe o risco de se aprofundar a crise. E também não é porque a Denunciada foi eleita legitimamente, pelo voto popular, com mais de 54 milhões de eleitores, que estaria ela beneficiada por um salvo conduto para praticar quaisquer atos, ainda que nocivos ao País e, principalmente, contrários à lei e à Constituição.

São nesses momentos de crise, aliás, que temos a oportunidade de trilhar um novo caminho. Como diz Chico Xavier, *"ninguém pode voltar atrás e fazer um novo começo. Mas qualquer um pode recomeçar e fazer um novo fim*".

O descumprimento, pelo governo federal, de normas técnicas e legais norteadoras da responsabilidade fiscal e o desvirtuamento de princípios no tocante à transparência e à fidedignidade dos relatórios e demonstrativos contábeis configuraram **gestão temerária das finanças públicas** e contribuíram para uma crise fiscal sem precedentes no País.

Não podemos esquecer, com o propósito de contextualização, que o parecer prévio do TCU recomendou por unanimidade a rejeição das contas do governo federal de 2014.

São notórios os indícios de que o governo se valeu de seu controle sobre os bancos oficiais, conduta proibida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

É desse período o acúmulo de críticas de analistas de diversos matizes ao que se convencionou chamar de contabilidade criativa, que permitiu ao governo aumentar o volume de gastos em ano eleitoral. Ao mesmo tempo, mascarou a difícil situação das finanças públicas e postergou ao máximo, com

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

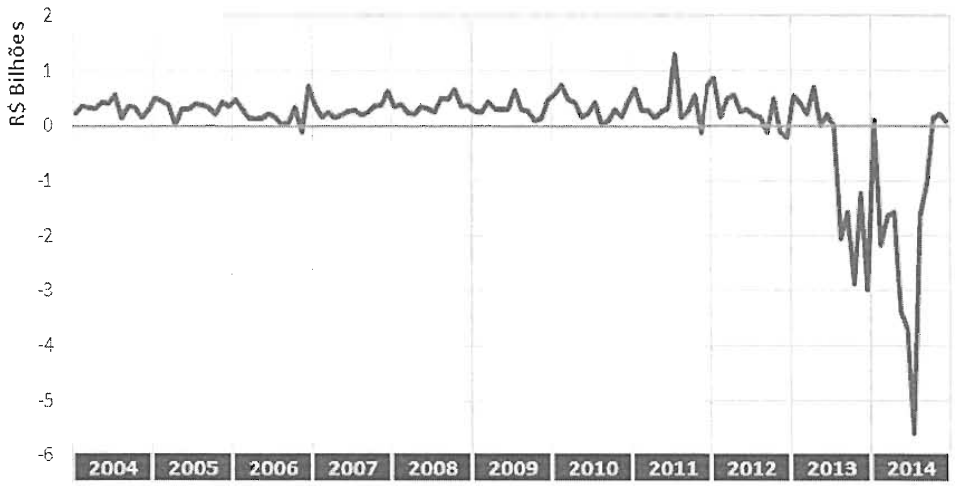
Câmara dos Deputados 9392 127 Comissões Especiais

fins eleitoreiros, o anúncio aos brasileiros e da necessidade de promover urgentes ajustes estruturais.

O acúmulo dos atrasos nos repasses de recursos do Tesouro Nacional às instituições financeiras oficiais, chamados "pedaladas fiscais", deve ser coibido por se tratar de uma prática condenável de gestão fiscal.

O gráfico abaixo, extraído do Relatório do TCU sobre as contas de 2014, ilustra o volume e a frequência desses atrasos.

**Gráfico 1 – Saldo da conta de suprimento para pagamento de benefícios sociais 2004 - 2014**




Fonte: Ofício 0014/2015/DEFAB, de 17/9/2015 (peças 251 e 252)

*CD162682679149*

Documentos oficiais, como o encaminhado ao Congresso Nacional pelo Ministro da Fazenda quando da tramitação do projeto de lei de alteração da meta primária da LDO e, mais recentemente, o Resultado do Tesouro Nacional de 2015 registram que foram desembolsados R$ 55,6 bilhões para quitar passivos acumulados até 2014 junto a bancos públicos (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal) e ao FGTS. A quitação somente ocorreu após Acórdão do

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
128 9393

TCU, e a Comissão Mista de Orçamento condicionar a aprovação da alteração da LDO de 2015, a divulgação do montante de tais passivos e ao uso do abatimento adicional da meta exclusivamente para o seu pagamento.

A regularização dos pagamentos devidos a tais instituições financeiras em 2016 parece, conforme noticiado, não ter garantido a normalização das relações financeiras entre o Tesouro e seus administradores de fundos e programas sociais. Ocorre que desde 2013, fato que não foi objeto da auditoria do TCU, tramitam na Justiça Federal ações ajuizadas por bancos federais contra a União (ministérios gestores desses programas), para cobrança de valores bilionários. O governo da Presidente Dilma Rousseff tem buscado manter em sigilo os valores envolvidos e não houve até agora acerto de contas espontâneo entre as partes, o que sugere que as "pedaladas fiscais" não foram completamente abolidas como mecanismo de financiamento do setor público.

São sinais da paralisia que tomou o País a recessão, o rápido crescimento do desemprego (9,5% em janeiro de 2016), o retorno da inflação (IPCA em 10,36% nos últimos 12 meses, a contar de fevereiro), a trajetória crescente da dívida pública bruta (67,6 % do PIB, em fevereiro de 2016), a confiança dos investidores e consumidores em queda, a perda do grau de investimento e a elevação da taxa de juros (Selic hoje em 14,25%). Além disso, é notória a falência dos serviços públicos, com a degradação nas áreas de saúde, educação, segurança, dentre outros.

É fato que nos últimos anos o país avançou no âmbito social, com uma distribuição mais igualitária da renda, resultado positivo, no entanto, que começa a ser revertido por conta da grave crise que se instalou. Importantes programas de governo como Pronatec, FIES, Ciência sem Fronteiras, entre outros, estão estagnados em decorrência do esgotamento financeiro que vive o Estado brasileiro.

*CD162682679149*

Vale lembrar, que avanços sociais, por mais louváveis que sejam, não podem, por si só, justificar a prática de outros atos absolutamente nocivos à economia do país, tais como o expansionismo descontrolado das despesas do governo culminando com a revelação tardia de passivos antes acobertados por artifícios contábeis.

A edição de decretos de abertura créditos suplementares, no exercício de 2015, sem a devida autorização do Legislativo, além de ferir a separação dos Poderes consagrada na Constituição brasileira, revela um comportamento unilateral, com viés autoritário e afrontoso às instituições. É conduta gravíssima, que usurpa a competência do Poder Legislativo, fere a Constituição e gera consequências drásticas para a economia do país.

**O exame dos decretos abertos sem autorização legislativa mostrou que o governo abandona a meta fiscal aprovada pelo Legislativo e passa a se orientar por uma meta ainda não aprovada, o que lhe permite realizar menor contingenciamento. Esse comportamento, além de contrariar a lei, cria uma situação de risco fiscal** na medida em que providências tardias de contenção de gastos certamente não teriam a mesma eficácia.

A conduta da Presidente da República aparenta ter violado valores fundamentais de nosso Estado Democrático de Direito, a exemplo do controle parlamentar dos gastos públicos, da separação dos Poderes, do equilíbrio das finanças do Estado, da condução proba, transparente e eficiente da política orçamentária e fiscal, entre outros valores político-administrativos de finanças públicas contidos na Constituição Federal, o que, ao menos nesse juízo preliminar, revela gravidade suficiente e apta a autorizar a instauração desse processo.

*CD162682679149*

Destarte, que reste evidente, nos argumentos que exponho a seguir, que não o faço, como apontei no início do meu parecer, apenas calcado em

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9395
130
Comissões Especiais

razões de mera avaliação política da conveniência da permanência da Presidente da República, em sua impopularidade ou na grave situação econômica, política e moral do presente momento histórico.

Ressalto a dimensão histórica e fundante das democracias ocidentais, que nos remonta ao precedente da Magna Carta da Inglaterra, de 1215, do controle popular sobre as finanças públicas, a ser exercido pelo Poder Legislativo em proteção das finanças públicas e do cidadão. O orçamento é uma das funções mais nobres do Poder Legislativo, que serviu de alicerce para a sua própria existência.

Tal função reside exatamente no controle da aplicação dos tributos, em prol da boa gestão dos impostos pagos pelo contribuinte.

Nesse contexto, as condutas atribuídas à Presidente da República, a saber: a abertura de créditos orçamentários por decreto, sem a autorização do Congresso Nacional e em desrespeito à condição imposta pelo próprio Poder Legislativo no art. 4º da Lei Orçamentária Anual de 2015, se vierem a ser confirmadas após o devido processo legal e a produção de todas as provas admitidas em Direito no âmbito do Senado Federal, não representam atos de menor importância, destituídos de maior gravidade, meros desvios de tecnicismo orçamentário, passível de correção pelos mecanismos usuais de controle, como pretendeu a Denunciada em sua manifestação.

Muito pelo contrário, a condução da política orçamentária do Estado brasileiro, à margem da Constituição e das leis orçamentárias em vigor, evidencia uma grave violação de valores ético-jurídicos que fundamentam e legitimam o exercício do poder estatal, entre eles, o controle democrático e popular do Legislativo sobre os limites da programação orçamentária dos gastos governamentais.

*CD162682679149*

Câmara dos Deputados
FL. 9396
131
Comissão Especial

Os atos praticados pela Denunciada, se confirmados, representam condutas gravíssimas e conscientes de desrespeito a um Poder da República, em uma de suas missões mais nobres e relevantes para a função de representação popular, e, portanto, consistem, à primeira vista, em um atentado à Constituição.

Não foi à toa que todas as Constituições brasileiras, da Imperial de 1824[49] até a Cidadã de 1988, com a ressalva da Carta de 1937, bem como todas as leis especiais que regularam os crimes de responsabilidade do Presidente da República (quais sejam: a Lei de 15 de outubro de 1827, o Decreto nº 30, de 8 de janeiro de 1892, e a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950), consagraram os atentados contra as leis orçamentárias e contra a guarda e o emprego constitucional dos dinheiros públicos como crimes de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo nacional.

Em síntese, a verdadeira usurpação da prerrogativa histórica do Poder Legislativo de discutir e votar as leis orçamentárias para, ao final, autorizar previamente os limites e as prioridades dos gastos públicos, lhes conferindo, a um só tempo, legitimidade e transparência, não representa uma questão de menor importância, como disse a Denunciada em sua manifestação, mas **um atentado a princípios constitucionais muito caros ao nosso Estado Democrático de Direito fundado na Constituição Federal de 1988**.

O mais importante é que a gestão temerária das finanças públicas gerou uma crise de solução dolorosa, sem precedentes no país. A Denunciada não pode se eximir de sua responsabilidade, como condutora maior da política econômica e fiscal do País.

*CD162682679149*

[49] Ver art. 138 da Constituição de 1824 e art. 6º da Lei de 15 de outubro de 1827.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Câmara dos Deputados
Fl. 9397
132

A profunda crise brasileira não é só econômica e financeira, mas também política, e, principalmente, moral. O governo perdeu sua credibilidade aos olhos de nossa sociedade e perante a comunidade internacional.

Esta Casa não pode se omitir diante dessa situação. Em todos esses anos de minha vida política não me lembro de vivenciar um momento tão conturbado como este, com a divulgação diária de resultados de investigações que envergonham todos os brasileiros.

Embora não tenha utilizado, como fundamento jurídico para a formulação deste Parecer, as acusações de improbidade direcionadas contra a Denunciada, não podemos desconsiderar a perplexidade da população com as constantes revelações das investigações da Operação Lava Jato sobre o maior esquema de corrupção de que se tem notícia neste país e que atinge principal e diretamente a maior empresa brasileira, a Petrobras.

O povo brasileiro demanda e merece uma resposta! E tal resposta somente pode ser dada pelo julgamento da Presidente pelo Senado Federal. Somente lá, com a devida produção de provas e com o devido procedimento de acusação e defesa, poder-se-á comprovar se realmente houve ou não os aludidos crimes de responsabilidade e, se houve, qual a sua extensão.

No entanto, a hipótese de esta Casa se furtar a autorizar tal julgamento não vai contribuir para solucionar a crise. Ao contrário, a não autorização do processo somente irá aprofundar o sentimento de desconfiança nas instituições e a falta de transparência! Além disso, a autorização servirá para dirimir dúvidas quanto à responsabilidade da Presidente da República. Somente com a instauração do processo e a devida configuração do contraditório, a Denunciada terá condições adequadas de exercer seu direito de defesa, com a devida produção de provas no foro estabelecido pela Constituição Federal: o Senado Federal.

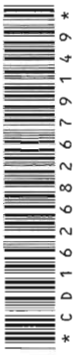
*CD162682679149*

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

E, esperamos sinceramente, que a Senhora Presidente, por quem tenho a maior consideração e respeito, consiga desfazer todas essas acusações, demonstrando que não se desviou dos deveres inerentes ao cargo máximo da Nação, nem quebrou a grande confiança nela depositada pelo povo brasileiro.

Quando se recebeu a denúncia contra o Ex-Presidente Collor, o então Relator do caso, o Deputado Nelson Jobim, ao justificar seu voto, assinalou o seguinte, que bem se aplica ao momento que vivemos:

> *(...)* ***Note-se que a matéria posta em apreciação em muito extrapola os limites da simples qualificação jurídica desta ou daquela conduta, deste ou daquele personagem. O tema diz respeito também, a uma crise política de sérios contornos, e que tem conduzido o País a uma paralisia asfixiante****.*
>
> *Acima dos partidos políticos, acima das facções, acima dos segmentos, e muito acima de interesses individuais ou mesmo corporativos, posta-se a questão atinente à capacidade do Parlamento para a satisfatória superação das crises políticas.*
>
> *(...)*
>
> *A indignação é com os fatos.*
>
> *A revolta é com a truculência utilizada para ocultá-los. Ou, quem sabe, com os expedientes empregados para a consagração da impunidade. (...)*
>
> ***Rotula-se o presente procedimento de 'golpe'.***
>
> ***Invocam-se os 35 milhões de votos.***
>
> ***Bendito o golpe em que seu espectro se exaure na fiel observância de comandos constitucionais!***
>
> ***Maldita a democracia em que o voto popular possa constituir-se em cidadela da impunidade!***
>
> ***A Nação mais do que reclama, exige uma resposta, mesmo que lhe esteja a assolar um indisfarçável sentimento de ceticismo e de incredulidade.***



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
9399
134

*Resposta para as suspeitas fundadas de desmandos, de desatinos, de deslizes éticos sem precedentes na história republicana.*

*(...)*

*Portanto, a autorização para a instauração de processo contra o Senhor Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade, mais do que uma conveniência política, constitui-se num imperativo ético.*

*Para que se resgaste a credibilidade nas instituições.*

*Para que se estirpe do seio da sociedade a impunidade.*

*Para que cesse a ameaça de ingovernabilidade.*

*Para sermos respeitados no concerto geral das nações.*

Dessa forma, com a consciência tranquila, concluo que a autorização para a instauração do processo no Senado Federal é imperativa, também sob a luz da conveniência e oportunidade. Espero que a nossa coragem nesse momento seja maior que nossos medos e que nossa força seja tão grande quanto a nossa fé.

## 2.8. CONCLUSÃO

Diante de todas as considerações jurídicas e políticas que trouxe neste Relatório, quero dizer aos membros desta Comissão Especial e a toda a sociedade brasileira que estou convicto de que as condutas atribuídas à Presidente da República por mim analisadas, se confirmadas, não representam atos de menor gravidade ou mero tecnicismo contábil, orçamentário ou financeiro.

*CD162682679149*

Pelo contrário, **tais atos revelam sérios indícios de gravíssimos e sistemáticos atentados à Constituição Federal, em diversos princípios**

Câmara dos Deputados
Fls. 340
135

**estruturantes de nosso Estado Democrático de Direito**, mais precisamente a separação de Poderes, o controle parlamentar das finanças públicas, a responsabilidade e equilíbrio fiscal, o planejamento e a transparência das contas do governo, a boa gestão dos dinheiros públicos e o respeito às leis orçamentárias e à probidade administrativa.

Quero deixar claro também que **o poder legislativo,** na qualidade de legítimo representante dos interesses da população, **não permitirá a usurpação de sua função mais importante,** conquistada historicamente à custa de muitas guerras e revoluções: o **controle político das finanças públicas**.

Nós, parlamentares, devemos nos manter como fiscais e guardiões do equilíbrio das contas do Estado, ao decidir, com responsabilidade, onde e quanto do dinheiro arrecadado do contribuinte pode ser gasto na execução de políticas públicas.

As condutas da Denunciada, a princípio, **violentam exatamente essa missão constitucional do Poder Legislativo, em grave ruptura do basilar princípio constitucional da separação dos Poderes**, além de por em risco o equilíbrio das contas públicas e a saúde financeira do País, com prejuízos irreparáveis para a economia e para os direitos mais fundamentais dos cidadãos brasileiros.

Enfim, segundo a minha análise, a magnitude e o alcance das violações praticadas pela Presidente da República constituíram **grave desvio dos seus deveres funcionais, com prejuízos para os interesses da Nação e com a quebra da confiança que lhe foi depositada. Tais atos justificam a abertura do excepcional mecanismo do *impeachment*.**

*CD162682679149*

Feitas essas considerações iniciais, passo à conclusão em relação a cada conduta analisada.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9401
136 Comissões Especiais

Abertura de créditos suplementares, por decreto, sem autorização legislativa

Em relação às supostas condutas atribuídas à Presidente da República relacionadas com a abertura de créditos orçamentários por decreto, sem a prévia autorização do Congresso Nacional e em desrespeito à condição imposta pelo Poder Legislativo na Lei Orçamentária Anual de 2015, não se trata de atos de menor gravidade, sanáveis pelos mecanismos normais de controle de legalidade dos atos do Poder Público.

Pelo contrário, no âmbito do juízo preliminar de admissibilidade proferido pela Câmara dos Deputados, **os atos revelam sérios indícios de graves e sistemáticos atentados a princípios sensíveis da Constituição Federal**, mais precisamente a separação dos Poderes, o controle parlamentar das finanças públicas, a boa gestão dos dinheiros públicos e o respeito às leis orçamentárias.

Mostrou-se que a edição de decretos pela Presidente da República, ampliando despesas, somente seria admitida sob a **condição inafastável** de que a gestão fiscal e financeira estivesse orientada para a obtenção da meta fiscal aprovada pelo Legislativo. Essa condição, prevista no art. 4º da Lei Orçamentária Anual de 2015, surge logo após a edição da LRF, e tem a finalidade de compelir o Executivo a adotar, durante a execução do orçamento, os meios necessários à obtenção da meta de resultado fiscal.

*CD162682679149*

Como constou dos documentos oficiais, a meta fiscal em vigor na data de edição dos decretos estava comprometida, sendo que o Executivo decidiu, de forma unilateral, pelo abandono da meta de superávit primário de R$ 55,2 bilhões, passando a adotar limites globais de programação das despesas com base na meta proposta no PLN nº 5/2015, de R$ 5,8 bilhões, ainda pendente de aprovação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
137 5902
Comissões Especiais

Considerou-se ainda que a aprovação do projeto que alterou a meta, ao final daquele ano, não afasta a responsabilização do agente, diante da Constituição.

O comportamento do Executivo federal, ao afrouxar, por conta própria, os procedimentos de gestão fiscal, permite postergar a conscientização da sociedade sobre a real situação das finanças públicas, e adia a discussão política de medidas estruturantes urgentes e necessárias ao País.

Ademais, para efeito da exigência constitucional de prévia autorização legislativa, é indiferente que a despesa seja discricionária ou obrigatória, ou que tenha sido solicitada por outro Poder. A conduta diversa exigida da Presidente da República era óbvia: o envio de projeto de lei de crédito adicional ou a edição de medida provisória, ao invés da edição desses decretos.

Os indícios de que a Denunciada tinha conhecimento do caráter proibitivo e da ilicitude da conduta decorrem do fato de já existir, em 2015 e antes da edição dos decretos, um debate público acerca do tema. Além disso, nenhum gestor de recursos públicos pode eximir-se de sua responsabilidade pelos atos que pratica no âmbito de sua função pública.

A magnitude e o alcance das violações praticadas pela Presidente da República, em grave desvio dos seus deveres funcionais e em quebra da grande confiança que lhe foi depositada, justifica a abertura do excepcional mecanismo presidencialista do *impeachment*, na medida em que resultou na usurpação de uma das funções mais importantes do Parlamento relativas à deliberação das leis orçamentárias e ao controle legislativo sobre os limites dos gastos públicos, e que objetiva a proteção do erário público.

*CD162682976146*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
9403
138

Não foi à toa que todas as Constituições brasileiras, da Imperial de 1824 até a Cidadã de 1988, com a ressalva da Carta de 1937, consagraram os atentados contra as leis orçamentárias como crimes de responsabilidade do Presidente da República.

Portanto, em relação aos decretos não numerados assinados pela Presidente da República e publicados entre 27/7/2015 e 20/8/2015, em uma análise preliminar de admissibilidade, há indícios de que a Chefe do Poder Executivo nacional atentou contra o art. 167, inciso V, da Constituição e o art. 4º da Lei Orçamentária Anual de 2015, em razão de não haver autorização legislativa prévia para a abertura de créditos orçamentários.

Em razão desses fatos, considero que há sérios indícios de conduta pessoal dolosa da Presidente da República que atentam de forma grave contra a Constituição Federal, mais precisamente contra os princípios da separação dos Poderes, do controle parlamentar das finanças públicas e do respeito às leis orçamentárias, e que encontram tipificação estrita na Lei nº 1.079, de 1950, no item 4 do art. 10 e no item 2 do art. 11.

Contratação ilegal de operações de crédito

Com relação às supostas condutas atribuídas à Presidente da República, de **realização de operação de crédito ilegal com instituição financeira controlada** (no caso o Banco do Brasil, em 2015), é evidente que persistentes atrasos no pagamento de compromissos financeiros do Tesouro Nacional junto ao Banco do Brasil ou qualquer outra instituição financeira controlada não se coadunam com o planejamento, a prevenção de riscos e a transparência, princípios basilares da gestão fiscal responsável e que devem ser observados pelos gestores públicos, nos termos do art. 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal e do art. 37 da Constituição Federal.

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9404
139
Comissões Especiais

Nossa história recente revela que a possibilidade de os entes públicos utilizarem instituições financeiras controladas para o financiamento de gastos sempre se revelou como potencialmente causadora de déficits e desequilíbrios fiscais.

A título de contextualização, o Relatório das contas presidenciais de 2014, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), revelou que as chamadas "pedaladas fiscais" não eram apenas meros atrasos ou aceitáveis descompassos de fluxos de caixa, mas **constituíram engenhoso mecanismo de ocultação de déficit fiscal, com valores muito expressivos a partir de 2013**.

A continuidade e a magnitude da prática promovida pela Denunciada, bem como a notoriedade e a repercussão que os fatos tiveram desde as primeiras discussões no âmbito do TCU, podem caracterizar o dolo da sua conduta, assim como a prática de crime de responsabilidade, no decurso do atual mandato.

O pronunciamento do TCU também assevera que os atrasos sistemáticos no repasse de recursos do Tesouro Nacional às instituições financeiras estatais têm natureza jurídica de operação de crédito, independentemente da denominação que porventura lhe tenha sido atribuída. Nessa linha, portanto, os fatos e atos denunciados poderiam, em tese, tipificar o crime de responsabilidade previsto no art. 11, item 3, da Lei nº 1.079, de 1950.

*CD162682679149*

Com isso, concluímos que estão presentes os requisitos mínimos para a admissibilidade da Denúncia, quais sejam, a autoria e a tipicidade dos fatos narrados ante a hipótese prevista no art. 11, item 3, da Lei nº 1.079, de 1950, e da justa causa de pedir, **no que se refere às irregularidades relacionadas aos repasses não realizados ou realizados com atrasos pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, relativos a equalização de taxas de juros relativas ao Plano Safra, no exercício de 2015.**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9405
140
Comissões Especiais

Omissão de valores no rol de passivos da Dívida Líquida do Setor Público

O exame preliminar por nós realizado indica que, no tocante às **supostas condutas relacionadas ao "mascaramento" do orçamento** e à assinatura da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual com informações sabidamente incorretas, **a responsabilidade pela contabilização de valores na Dívida Líquida do Setor Público é do Banco Central do Brasil**.

Pode-se vislumbrar essa conclusão a partir do exame da legislação que trata das competências do Banco, bem como do processo autuado pelo Tribunal de Contas da União para apurar responsabilidades exatamente sobre essa irregularidade.

É verdade que o Poder Executivo usufruiu dessa contabilização equivocada, obtendo resultados fiscais melhores do que aqueles decorrentes do adimplemento fiel de suas obrigações. Mas isso não significa que haja indícios de autoria da Presidente da República sobre tais atos.

A Denúncia é enfática quanto aos efeitos perniciosos da ausência de registro das chamadas "pedaladas fiscais", com o que concordamos. Por se tratar de números que fundamentam tanto a fixação da meta de resultado primário quanto sua aferição posterior, há potencial para que toda a gestão fiscal se contamine dessa omissão.

Por outro lado, verificamos que o TCU expediu recentemente determinações ao Banco Central para que este passe a considerar os valores de compromissos a semelhantes às "pedaladas" na dívida líquida. Com isso, espera-se que as estatísticas fiscais retratem de forma mais fidedigna as obrigações da União e a realidade das finanças públicas.

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
FL. 5406
241
Comissões Especiais

Diante disso, concluímos que não se fazem presentes os requisitos mínimos para a admissibilidade da Denúncia, em vista da ausência de autoria, por parte da Presidente da República, quanto às irregularidades relacionadas à omissão do registro de valores no rol de passivos da Dívida Líquida do Setor Público.

Dos crimes contra a probidade na Administração

Em relação às acusações relacionadas à Petrobras apontadas na Denúncia como crimes de responsabilidade contra a probidade na Administração, apesar de não terem sido consideradas por este Relator, importa ressaltar que poderão, se for o caso, ser analisadas pelo Senado Federal, no exercício de sua competência para realizar o juízo de admissibilidade, conforme já abordado anteriormente.

*CD162682679149*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
142
Fl. 9407
Comissões Especiais

## 2.9. VOTO

Da análise da admissibilidade jurídica e politica da Denúncia de que se cuida, verifica-se haver indícios mínimos de que a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, praticou atos que podem ser enquadrados nos seguintes crimes de responsabilidades:

> - **Abertura de créditos suplementares por decreto presidencial, sem autorização do Congresso Nacional;** (Constituição Federal, art. 85, VI, e art. 167, V; e Lei nº 1.079, de 1950, art. 10, item 4 e art. 11, item 2);
>
> **- Contratação ilegal de operações de crédito.** (Lei nº 1.079, de 1950, art. 11, item 3);

Constatou-se, outrossim, pelos elementos disponíveis, a inviabilidade de eventual processo de responsabilização da Presidente da República pelo não registro de valores no rol de passivos da dívida líquida do setor público.

Além disso, friso mais uma vez que, **embora não tenha levado em consideração na formação do juízo deste parecer**, existem outras questões de elevada gravidade, apresentadas na Denúncia, e que o Senado Federal, no exercício de sua competência de proceder a novo juízo de admissibilidade para instauração ou não do processo, isto é, de recebimento ou não da Denúncia autorizada pela Câmara, poderá eventualmente avaliá-las, se assim entender, desempenhando sua função de forma livre e independente, como restou assentado na ADPF nº 378.

*CD162682679149*

Pelas precedentes razões, uma vez que a Denúncia preenche todas as condições jurídicas e políticas relativas à sua admissibilidade, e que não são

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
5403
143

pertinentes as diligências, a oitiva das testemunhas e a produção de provas ao juízo preliminar desta Casa, sendo relacionadas ao juízo de mérito, vale dizer, à procedência ou improcedência da acusação, **conclui o Relator pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, do processo por crime de responsabilidade promovido pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal contra a Sra. Presidente da República, Dilma Vana Rousseff.**

Sala da Comissão, em 6 de abril de 2016.

Deputado **JOVAIR ARANTES**

Relator

*CD162682679149*

EM BRANCO

# COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HELIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL

## RECLAMAÇÃO N. , DE 2016

Senhor Presidente, solicito a palavra para formular Reclamação, com fundamento nos artigos 96, caput, e 55, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados:

Senhor Presidente,

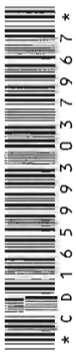
No relatório do Deputado Jovair Arantes, consta análise de **elementos estranhos** ao objeto da denúncia, conforme delimitado na decisão de recebimento do Presidente desta Casa, Eduardo Cunha, em 2 de dezembro de 2015, publicada no dia seguinte.

Nesse sentido, no Relatório apresentado à Comissão, já nas p. 2 a 4 referencia-se a fatos de 2014; nas p. 6 a 14, a fatos que não foram recebidos na Decisão Proferida pelo Presidente da Casa.

No item 2.4.2.2, extrapola a decisão do Presidente da Câmara ao postular a tese de possibilidade de responsabilização constitucional do Chefe do Poder executivo por atos cometidos em qualquer um dos dois mandatos consecutivos.

Ainda em seu voto, ao proferir o "Exame de Admissibilidade da DCR nº 1/2015 (justa causa)" – item 2.6, volta a se referenciar no subitem 2.6.2 *Crimes de responsabilidade pela Contratação ilegal de operações de crédito ("pedaladas fiscais")* enumera diversas operações ocorridas em 2014. E reproduz, nas páginas seguintes, diversas alegações contidas no processo de avaliação de contas de 2014.

Nos itens 2.6.3 *Crime de responsabilidade pelo não registro de valores no rol de passivos da Dívida Líquida do Setor Público;* 2.6.4 *Dos crimes contra a probidade na Administração*; 2.7 *Da Conveniência e oportunidade da instalação do processo de impeachment (juízo político); 2.8 Conclusão* e 2.9 *Voto* analisa outros itens igualmente não aceitos pelo despacho do Presidente da Casa.



Câmara dos Deputados
3411
Comissões Especiais

Consoante assentado em jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (MS nº 23.885-2; MS nº 20.941-1), a decisão inicial de recebimento da denúncia do Presidente da Câmara dos Deputados **delimita definitivamente** o objeto de acusação a ser analisado pela Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre a questão.

No presente caso, a decisão proferida pelo Sr. Presidente da Câmara em dezembro de 2015 **rejeitou grande parte das acusações** constantes da notícia de crimes de responsabilidade apresentada pelos Senhores Helio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Paschoal.

**Restaram, portanto, a esta Comissão Especial tão somente** a análise que tange aos fatos ocorridos em 2015: (1) a edição de decretos suplementares de crédito; e (2) as chamadas "pedaladas fiscais", de 2015, conforme a denúncia.

Por essa razão, o relatório desta Comissão deve se restringir – **única e exclusivamente** – ao exame de tais fatos.

O art. 55, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa assim determina: "**considerar-se-á como não escrito o parecer, ou parte dele**" que se manifestar "**sobre o que não for de sua atribuição específica**".

Ora, manifestar-se sobre objeto distinto do recebido pelo Presidente da Casa é manifestar-se sobre objeto fora da atribuição específica desta Comissão.

Vale lembrar que o *error in procedendo*, consubstanciado na análise de matéria estranha ao processo, conforme constatado no presente caso, implica a nulidade absoluta das decisões aqui proferidas, por vício caracterizado como julgamento extra petita, conforme reiteradas decisões dos tribunais superiores. Fere-se de uma só vez as regras do devido processo legal e do direito de defesa, pois sobre esses pontos **não foi a defesa chamada a se manifestar**.

Além disso, o Relator, Deputado Jovair Arantes, manifestou-se sobre matéria que não é de sua competência, sequer de atribuição desta Comissão, quando asseverou que cabe ao Plenário se pronunciar sobre toda a denúncia apresentada e não apenas sobre a parte recebida pelo Presidente da Casa (p. 48).

Seja na legislação especial, seja no Regimento Interno desta Casa, seja na ADPF 378, a competência do Plenário da Câmara é clara. O que é submetido à sua análise não é a denúncia (completa ou recebida), mas sim o relatório desta Comissão. Mesmo se assim não fosse, a dúvida deveria ser respondida mediante Questão de Ordem submetida ao Presidente da Câmara ou ao Presidente da Comissão Especial.

Constata-se, desse modo, novamente no relatório violação ao art. 55 do Regimento.

*CD165993037967*

Câmara dos Deputados
9412
Comissões Especiais

Assim sendo, a presente Reclamação objetiva justamente reputar como não escrita a parte do parecer estranha ao objeto de acusação delimitado pelo Sr. Eduardo Cunha e estranha à atribuição do relator e da Comissão Especial, declarando-se sua nulidade e desentranhamento. Há que se ressaltar que a apreciação de tais elementos estranhos implica prejuízo à garantia constitucional ao devido processo legal e ao direito, também constitucional, da Sra. Presidenta ao contraditório e à ampla defesa.

Nestes termos,

Pedimos deferimento.

Sala das reuniões, 06 de abril de 2016.

Deputada JANDIRA FEGHALI

*CD165993037967*

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HELIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL**

**RECLAMAÇÃO N. , DE 2016**

Senhor Presidente, solicito a palavra para formular Reclamação, com fundamento nos artigos 96, caput, e 55, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados:

Senhor Presidente,

No relatório do Deputado Jovair Arantes, consta análise de **elementos estranhos** ao objeto da denúncia conforme delimitado na decisão de recebimento do Presidente desta Casa, Eduardo Cunha, em 2 de dezembro de 2015, publicada no dia seguinte.

Nesse sentido, no Relatório apresentado à Comissão, já às p. 2 a 4 referencia-se a fatos de 2014; às p. 6 a 14, a fatos que não foram recebidos na Decisão Proferida pelo Presidente da Casa.

Em seu voto, ao proferir o "Exame de Admissibilidade da DCR nº 1/2015 (justa causa)" – item 2.6, volta a se referenciar no subitem 2.6.2 Crimes de responsabilidade pela Contratação ilegal de operações de crédito ("pedaladas fiscais") enumera diversas operações ocorridas em 2014. E reproduz, nas

Câmara dos Deputados
9414
Comissões Especiais

páginas seguintes, diversas alegações contidas no processo de avaliação de contas de 2014.

Nos itens 2.6.3 e 2.6.4, analisa outros itens igualmente não aceitos pelo despacho do Presidente da Casa.

Consoante assentado em jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (MS nº 23.885-2; MS nº 20.941-1), a decisão inicial de recebimento da denúncia do Presidente da Câmara dos Deputados **delimita definitivamente** o objeto de acusação a ser analisado pela Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre a questão.

No presente caso, a decisão proferida pelo Sr. Presidente da Câmara em dezembro de 2015 **rejeitou grande parte das acusações** constantes da notícia de crimes de responsabilidade apresentada pelos Senhores Helio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Paschoal.

**Restaram, portanto, a esta Comissão Especial tão somente** a análise que tange aos fatos ocorridos em 2015: (1) a edição de decretos suplementares de crédito; e (2) as chamadas "pedaladas fiscais", de 2015, conforme a denúncia.

Por essa razão, o relatório desta Comissão deve se restringir – **única e exclusivamente** – ao exame de tais fatos.

O art. 55, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa assim determina: "**considerar-se-á como não escrito o parecer, ou parte dele**" que se manifestar "**sobre o que não for de sua atribuição específica**".

Ora, manifestar-se sobre objeto distinto do recebido pelo Presidente da Casa é manifestar-se sobre objeto fora da atribuição específica desta Comissão.

Vale lembrar que o error in procedendo, consubstanciado na análise de matéria estranha ao processo, conforme constatado no presente caso, implica a nulidade absoluta das decisões aqui proferidas, por vício caracterizado como julgamento extra petita, conforme reiteradas decisões dos tribunais superiores. Fere-se de uma só vez as regras do devido processo legal e do direito de defesa, pois sobre esses pontos **não foi a defesa chamada a se manifestar**.

Assim sendo, a presente Reclamação objetiva justamente reputar como não escrita a parte do parecer estranha ao objeto de acusação delimitado pelo Sr. Eduardo Cunha, declarando-se sua nulidade e desentranhamento. Há que se ressaltar que a apreciação de tais elementos estranhos implica prejuízo à garantia constitucional ao devido processo legal e ao direito, também constitucional, da Sra. Presidenta ao contraditório e à ampla defesa.

Nestes termos,
Pedimos deferimento.

Sala das reuniões, 6 de abril de 2016.

Deputado

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REC. 121/2016

Câmara dos Deputados
Fl. 9916
Comissões Especiais

**RECURSO À QUESTÃO DE ORDEM APRESENTADA NA COMISSÃO ESPECIAL**

(Do Sr. Dep. Alex Manente)

*Sobre a não observância de mandamento constitucional e legal que trata sobre a irregularidade da representação do Advogado-Geral da União como defensor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, denunciada por crime de responsabilidade.*

Senhor Presidente:

Formulo a V. Exa., nos termos do art. 95, § 8º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, recurso à decisão da presidência da Comissão Especial que trata sobre a Denúncia por Crime de Responsabilidade, que não acatou Questão de Ordem oferecida nesta data acerca da irregularidade da representação do Senhor Advogado-Geral da União para defender a Excelentíssima Senhora Presidente da República, denunciada por crime de responsabilidade.

A Questão de ordem apresentada tinha por fundamento a impossibilidade de o Advogado-Geral da União (AGU) representar a Presidente Dilma Rousseff em sua defesa, no processo de impeachment, junto à Comissão Especial pelos seguintes fundamentos:

1. A Lei Complementar nº 73, de 1993, institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e estabelece que a AGU representa a União, judicial e extrajudicialmente (Art. 1º). A Presidente da República é Chefe do Poder Executivo, um dos três Poderes que integram a União, assim como dispõe o art. 101 da Constituição Federal.

*CD160124242977*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9417
Comissões Especiais

2. Entre as atribuições do Advogado-Geral da União definidas no art. 4º da mesma Lei encontra-se a de assessorar o Presidente da República em assuntos de natureza jurídica (Art.4º, inciso VII). No entanto, a interpretação mais consentânea é a de que a AGU pode assessorá-la em assuntos de natureza jurídica quando do interesse da União e não quando o interesse for pessoal, como é o caso.

3. Na hipótese de impeachment por crime de responsabilidade, na forma da Denúncia, a AGU deveria defender a União judicial e extrajudicialmente e não a pessoa da Presidente da República a quem é atribuído o cometimento do crime justamente contra a União.

4. Considerando que, se apresentada pela AGU, a Defesa não pode ser considerada inepta, mas o vício se expressa na irregularidade de representação do seu defensor, para não causar prejuízo ao andamento do processo, foi requerido que o Presidente da Comissão Especial indicasse um advogado dativo que deveria recair na pessoa de um deputado membro da Comissão Especial que acumulasse o perfil profissional de advogado.

5. Assim, seria assegurada a defesa da Presidente da República, na forma do disposto nos artigos 261 e 263 do Código de Processo Penal, que é aplicado subsidiariamente na forma do disposto no art. 38 da Lei nº 1079, de 1950 (Lei do Impeachment), que dispõem:

> *"Art. 38. No processo e julgamento do Presidente da República e dos Ministros de Estado, serão subsidiários desta lei, naquilo em que lhes forem aplicáveis, assim os regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como o Código de Processo Penal."*

Artigos do Código de Processo Penal:

> *"Art. 261 – Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.*
>
> *(...)*

*CD160124242977*

Câmara dos Deputados 9418 Comissão Especial

*Art. 263. Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação."*

No entanto, o entendimento do Presidente da Comissão Especial foi pelo indeferimento da referida Questão de Ordem, com fundamento no art. 22 da Lei 9.028, de 12 de abril de 1995, que dispõe:

"Art. 22. A Advocacia-Geral da União e os seus órgãos vinculados, nas respectivas áreas de atuação, **ficam autorizados a representar judicialmente os titulare**s e os membros dos Poderes da República, das Instituições Federais referidas no Título IV, Capítulo IV, da Constituição, bem como os titulares dos Ministérios e demais órgãos da Presidência da República, de autarquias e fundações públicas federais, e de cargos de natureza especial, de direção e assessoramento superiores e daqueles efetivos, inclusive promovendo ação penal privada ou representando perante o Ministério Público, **quando vítimas de crime,** quanto a atos praticados no exercício de suas atribuições **constitucionais, legais ou regulamentares**, no interesse público, especialmente da União, suas respectivas autarquias e fundações, ou das Instituições mencionadas, podendo, ainda, quanto aos mesmos atos, impetrar habeas corpus e mandado de segurança em defesa dos agentes públicos de que trata este artigo.

...

§ 2º O Advogado-Geral da União, em ato próprio, poderá disciplinar a representação autorizada por este artigo."

Portanto, o próprio dispositivo legal utilizado para rejeitar a Questão de Ordem deve ser utilizado para fundamentar o presente Recurso, visto que a sua

*CD160124242977*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
9479
Comissão Especial

redação é incontroversa: não cabe ao AGU efetuar a representação judicial da Excelentíssima Senhora Presidente da República, justamente porque a hipótese é diametralmente oposta à previsão legal. Ressaltamos que à denunciada, neste caso, é atribuído o cometimento de crime de responsabilidade que ensejaria o impeachment e a Lei autoriza ao Advogado Geral da União representá-la judicialmente, exclusivamente, quando **for vítima de crime, quanto a atos praticados no exercício de suas atribuições constitucionais, legais ou regulamentares, no interesse público**, o que não é caso.

Requeremos, portanto, em razão da violação aos dispositivos regimental, constitucional e infraconstitucional, que o representante da Advocacia-Geral da União seja destituído da função de defensor da denunciada.

Sala das Comissões, 04 de abril de 2016.

04 ABR. 2016

**Dep. Alex Manente**
**PPS/SP**

*CD160124242977*

Câmara dos Deputados
9920
Comissão Especial

CÂMARA DOS DEPUTADOS

# DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Trata-se do Recurso n. 121/2016, de autoria do Senhor Deputado ALEX MANENTE, interposto contra decisão em Questão de Ordem proferida pelo Senhor Deputado ROGÉRIO ROSSO, Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal – CEDENUN, que, na reunião do dia 04/04/2016, resolveu que não caberia à Comissão decidir concretamente a respeito da (ir)regularidade do uso da Advocacia-Geral da União na defesa da Presidente.

O ilustre Deputado Recorrente, de forma sucinta, defende a tese de que a interpretação mais correta em relação ao art. 4º, VII, da Lei Complementar n. 73/93 é a de que a AGU pode assessorar a Presidente em assuntos de natureza jurídica quando do interesse da União, e não quando o interesse for pessoal, como no caso. Acrescenta que *na hipótese de impeachment por crime de responsabilidade, na forma da Denúncia, a AGU deveria defender a União judicial e extrajudicialmente e não a pessoa da Presidente da República a quem é atribuído o cometimento do crime de responsabilidade*.

É o relatório. **Decido**.

Primeiramente, registro que a decisão do Deputado Rogério Rosso **não** foi no sentido de considerar **correta**, com fundamento no art. 22 da Lei n. 9.028/95, a representação da Presidente da República na Comissão Especial, mas sim que **não competiria** àquela Presidência

Câmara dos Deputados
9421
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

decidir a respeito, se esmiuçando em assuntos que, naquele momento, não lhe diziam respeito. Na verdade, entendeu o ilustre Presidente da Comissão que seria *prerrogativa da denunciada indicar sua representação junto a esta Comissão na apresentação de sua manifestação*, não cabendo à Comissão *impedir que a denunciada se pronuncie através de quem por bem entender que deva fazê-lo*. Não houve, portanto, análise do mérito em si da questão de ordem, considerando correta e indiscutível a representação da Denunciada pela AGU.

E, de fato, em linha de princípio, parece-me razoável entender que aquela Comissão Especial não tinha nem tem competência para decidir sobre a regularidade na representação da Presidente, adentrando em questões que não lhe dizem respeito neste momento, já que a fase atual de admissibilidade da denúncia é *pré-processual*, o que significa dizer que ainda não há processo propriamente dito, nem, por consequência, defesa técnica propriamente dita.

Mas, por outro lado, não posso deixar de registrar que a questão de fundo envolve tema complexo, que certamente será objeto de análise pelo Senado Federal -- caso autorizada a instauração do processo pela Câmara dos Deputados -- quando, então, haverá o processamento e julgamento em si da denúncia e aquela Casa Legislativa deverá decidir sobre a regularidade da futura apresentação de defesa da Denunciada por intermédio do órgão de representação judicial da União.

A princípio, no entanto, salvo melhor juízo, causa realmente estranheza a participação da AGU nesse processo, como representante pessoal da Denunciada. Digo isso porque a AGU é órgão de representação do Estado e não de representação política do Governo. Não é demais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

lembrar que a consequência de eventual condenação da Denunciada em processo de *impeachment* é induvidosamente de natureza pessoal, por ensejar a perda do cargo. Não há envolvimento nem interesse jurídico da União nessa discussão, mas sim, insisto, interesse jurídico pessoal da Denunciada em não perder o cargo para o qual foi eleita. Não há como confundir a pessoa física da Denunciada com a pessoa jurídica da União.

Ante o exposto, com essas ressalvas, **nego provimento** ao Recurso n. 121/2016, de autoria do ilustre Deputado ALEX MANETE.

Publique-se.

Oficie-se.

Em 06 / 04 / 2016.

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Câmara dos Deputados
3423
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 472/2016/SGM/P

Brasília, 6 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015
Anexo II, Pavimento Superior, Ala B, Sala 165
N E S T A

Assunto: Recurso n. 121/2016.

Senhor Presidente,

Encaminho-lhe cópia da decisão proferida por esta Presidência no Recurso n. 121/2016, de autoria do Senhor Deputado Alex Manente, interposto contra decisão em questão de ordem proferida por Vossa Excelência na reunião de 4 de abril de 2016 da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Documento : 69794 - 2

Câmara dos Deputados
Fl. 9424
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 474/2016/SGM/P

Brasília, 6 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado ALEX MANENTE**
Gabinete 245 - Anexo IV
N E S T A

Assunto: **Recurso n. 121/2016.**

Senhor Deputado,

Encaminho a Vossa Excelência cópia da decisão proferida por esta Presidência no Recurso n. 121/2016, de sua autoria, interposto contra decisão em questão de ordem proferida pelo Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015, na reunião de 4 de abril de 2016.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Documento : 69794 - 1

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9425
Comissões Especiais

**RECURSO N.º 122 /2016**
**(Dos Srs. Pepe Vargas e Wadih Damous)**

Contra a decisão do Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia de crime de responsabilidade contra a Senhora Presidente da República que indefere questão de ordem levantada pelos autores.

Senhor Presidente,

À luz dos art. 57, XXI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), recorremos a Vossa Excelência contra o indeferimento de questão de ordem por nós suscitada perante a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia de crime de responsabilidade contra a Senhora Presidenta da República. A decisão contra a qual estes parlamentares se insurgem foi proferida na reunião da Comissão Especial realizada nesta tarde do dia 04 de abril de 2016 pelo presidente do colegiado, deputado Rogério Rosso. A referida Questão de Ordem se fundamenta no art. 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e nos artigos 49, 71 e 166, da Constituição Federal e objetiva sustar os trabalhos da Comissão até que as contas da Presidência da República relativas ao exercício de 2015 sejam apreciadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, uma vez que a denúncia oferecida baseia-se em decretos assinados naquele exercício e ainda pendentes de apreciação no Congresso Nacional, para que então se verifique a existência ou não das irregularidades apontadas no pedido de impeachment, com os seguintes fundamentos:

Considerando o disposto nos artigos 49, 71 e 166, da Constituição Federal, a saber:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:
...
IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:
I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

*CD161553502977*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9426
Comissões Especiais

§ 1° Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:
I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

Considerando que a denúncia apresentada contra a Exma. Sra. Presidenta da República, Dilma Rousseff, objeto de análise na Comissão Especial, faz referência a possíveis irregularidades na execução do orçamento de 2015.

Considerando que ainda não foi oferecido o parecer prévio do Tribunal de Contas da União relativo às contas prestadas pela presidência da República do exercício orçamentário de 2015, conforme exigência dos art 71 já referido.

Considerando que, em consequência da inexistência do mencionado parecer prévio, não iniciou o rito do julgamento das contas do exercício orçamentário de 2015 no âmbito do Congresso Nacional.

Considerando que a continuidade dos trabalhos da comissão, antes de cumprido o rito previsto nos artigos da Constituição Federal acima citados, significa flagrante ofensa à constituição quanto às competências para o julgamento das contas da presidência da República.

Portanto, resta evidente que a decisão de indeferimento da questão de ordem levantada no âmbito daquele colegiado fere os pressupostos consagrados nos diplomas legais acima, subvertendo as competências do Congresso Nacional na sua função constitucional de julgamento das contas apresentadas pela Presidência da República, após o parecer recomendativo do Tribunal de Contas da União, passando-as, deste modo, à decisão da Comissão Especial ora recorrida.

Ante o exposto, requeremos a Vossa Excelência o provimento do presente recurso no sentido de considerar que os trabalhos da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre crime de responsabilidade contra a Senhora Presidenta da República sejam sustados até que haja a conclusão da apreciação e julgamento das contas da Presidência da República referentes ao exercício de 2015, conforme está determinado pela Constituição Federal.

04 ABR. 2016

Sala das Sessões, 04 de abril de 2016.

**PEPE VARGAS**
**Deputado Federal – PT/RS**

**WADIH DAMOUS**
**Deputado Federal – PT/RJ**

*CD161553502970*

Câmara dos Deputados
Fl. 3427
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

## DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Trata-se do Recurso n. 122/2016, de autoria dos Senhores Deputados PEPE VARGAS e WADIH DAMOUS, fundado nos artigos 57, XXI do Regimento Interno, interposto contra decisão em Questão de Ordem proferida pelo Senhor Deputado ROGÉRIO ROSSO em 04/04/2016 -- Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República -- sobre a correta interpretação dos artigos 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e 49, 71 e 166 da Constituição Federal, e tem como objetivo sustar os trabalhos da referida Comissão *até que as contas da Presidência da República relativas ao exercício de 2015 sejam apreciadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalilzação – CMO*, tendo em vista, segundo os Recorrentes, *que a denúncia baseia-se em decretos assinados naquele exercício e ainda pendentes de apreciação no Congresso Nacional, para que então se verifique a existência ou não das irregularidades apontadas no pedido de impeachment*.

A questão foi resolvida no sentido de que se tratava de **matéria vencida**, diante de decisão proferida em questão de ordem no mesmo sentido formulada pelo Deputado ASSIS CARVALHO. Não obstante, em acréscimo, foi dito que não caberia a Presidência daquela Comissão Especial delimitar previamente o que deve ou não ser considerado para fins de caracterização de crime de responsabilidade e que essa específica questão quanto à necessidade de prévia análise das contas do Governo pelo Tribunal de Contas da União para fins de configuração do crime de responsabilidade se constituiria como matéria de mérito, a ser tratada pelo

Câmara dos Deputados
Fl. 3428
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relator, por aquela Comissão e posteriormente pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

É o relatório. **Decido**.

De fato, trata-se de **matéria vencida**, já decidida em questão de ordem anterior, inclusive objeto de recurso a esta Presidência (Recurso n. 118/2016).

Além disso, o fundamento da decisão recorrida de que se tratava de matéria vencida, não passível de nova questão de ordem, sequer foi impugnado, mesmo indiretamente, pelos Deputados Recorrentes (o recurso só insiste com a tese de fundo, de que seria necessário o parecer do Tribunal de Contas da União para continuidade dos trabalhos da Comissão).

Ante o exposto, pelos dois motivos apresentados, **nego provimento** ao Recurso n. 122/2016, da autoria dos ilustres Deputados PEPE VARGAS e WADIH DAMOUS.

Publique-se.

Oficie-se.

Em 06 / 04 / 2016.

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Câmara dos Deputados
Fl. 5429
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 473/2016/SGM/P

Brasília, 6 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal - CEDENUN
Anexo II , Pavimento Superior - Sala 165-B

Assunto: **Recurso n. 122/2016.**

Senhor Presidente,

Encaminho em anexo cópia da decisão proferida no Recurso n. 122/2016, de autoria do Senhor Deputado PEPE VARGAS e outro.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Documento : 69763 - 2

Câmara dos Deputados
Fl. 9430
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 475/2016/SGM/P

Brasília, 6 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado PEPE VARGAS**
Gabinete: 858 - Anexo: IV

Assunto: **Recurso n. 122/2016.**

Senhor Deputado,

Encaminho a Vossa Excelência cópia da decisão exarada por esta Presidência no Recurso n. 122/2016, de sua autoria.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Documento : 69763 - 1

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9431
Comissões Especiais

**PRESIDÊNCIA/SGM**
Íntegras dos Recursos n. 121/2016, do Dep. Alex Manente, e n. 122/2016, do Deputado PEPE VARGAS, e das respectivas decisões da Presidência.
Em 06/04/2016.

Junte-se aos autos da DCR n. 1/2015. Publique-se.

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Documento : 69763 - 3

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 9432

Of. n. 472/2016/SGM/P

Brasília, 6 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015
Anexo II, Pavimento Superior, Ala B, Sala 165
N E S T A

Assunto: **Recurso n. 121/2016.**

Senhor Presidente,

Encaminho-lhe cópia da decisão proferida por esta Presidência no Recurso n. 121/2016, de autoria do Senhor Deputado Alex Manente, interposto contra decisão em questão de ordem proferida por Vossa Excelência na reunião de 4 de abril de 2016 da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
Em 06/04/16, às 19h58
Assinatura 6942 Ponto

Documento : 69794 - 2

Câmara dos Deputados
Fl. 9433
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

## DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Trata-se do Recurso n. 121/2016, de autoria do Senhor Deputado ALEX MANENTE, interposto contra decisão em Questão de Ordem proferida pelo Senhor Deputado ROGÉRIO ROSSO, Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal – CEDENUN, que, na reunião do dia 04/04/2016, resolveu que não caberia à Comissão decidir concretamente a respeito da (ir)regularidade do uso da Advocacia-Geral da União na defesa da Presidente.

O ilustre Deputado Recorrente, de forma sucinta, defende a tese de que a interpretação mais correta em relação ao art. 4º, VII, da Lei Complementar n. 73/93 é a de que a AGU pode assessorar a Presidente em assuntos de natureza jurídica quando do interesse da União, e não quando o interesse for pessoal, como no caso. Acrescenta que *na hipótese de impeachment por crime de responsabilidade, na forma da Denúncia, a AGU deveria defender a União judicial e extrajudicialmente e não a pessoa da Presidente da República a quem é atribuído o cometimento do crime de responsabilidade*.

É o relatório. **Decido**.

Primeiramente, registro que a decisão do Deputado Rogério Rosso **não** foi no sentido de considerar **correta**, com fundamento no art. 22 da Lei n. 9.028/95, a representação da Presidente da República na Comissão Especial, mas sim que **não competiria** àquela Presidência

Câmara dos Deputados
Fl. 9434
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

decidir a respeito, se esmiuçando em assuntos que, naquele momento, não lhe diziam respeito. Na verdade, entendeu o ilustre Presidente da Comissão que seria *prerrogativa da denunciada indicar sua representação junto a esta Comissão na apresentação de sua manifestação*, não cabendo à Comissão *impedir que a denunciada se pronuncie através de quem por bem entender que deva fazê-lo*. Não houve, portanto, análise do mérito em si da questão de ordem, considerando correta e indiscutível a representação da Denunciada pela AGU.

E, de fato, em linha de princípio, parece-me razoável entender que aquela Comissão Especial não tinha nem tem competência para decidir sobre a regularidade na representação da Presidente, adentrando em questões que não lhe dizem respeito neste momento, já que a fase atual de admissibilidade da denúncia é *pré-processual*, o que significa dizer que ainda não há processo propriamente dito, nem, por consequência, defesa técnica propriamente dita.

Mas, por outro lado, não posso deixar de registrar que a questão de fundo envolve tema complexo, que certamente será objeto de análise pelo Senado Federal -- caso autorizada a instauração do processo pela Câmara dos Deputados -- quando, então, haverá o processamento e julgamento em si da denúncia e aquela Casa Legislativa deverá decidir sobre a regularidade da futura apresentação de defesa da Denunciada por intermédio do órgão de representação judicial da União.

A princípio, no entanto, salvo melhor juízo, causa realmente estranheza a participação da AGU nesse processo, como representante pessoal da Denunciada. Digo isso porque a AGU é órgão de representação do Estado e não de representação política do Governo. Não é demais

Câmara dos Deputados
Fl. 3435
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

lembrar que a consequência de eventual condenação da Denunciada em processo de *impeachment* é induvidosamente de natureza pessoal, por ensejar a perda do cargo. Não há envolvimento nem interesse jurídico da União nessa discussão, mas sim, insisto, interesse jurídico pessoal da Denunciada em não perder o cargo para o qual foi eleita. Não há como confundir a pessoa física da Denunciada com a pessoa jurídica da União.

Ante o exposto, com essas ressalvas, **nego provimento** ao Recurso n. 121/2016, de autoria do ilustre Deputado ALEX MANETE.

Publique-se.

Oficie-se.

Em 06 / 04 / 2016.

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

Câmara dos Deputados
Fl. 9436
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 473/2016/SGM/P

Brasília, 6 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal - CEDENUN
Anexo II , Pavimento Superior - Sala 165-B

Assunto: **Recurso n. 122/2016.**

Senhor Presidente,

Encaminho em anexo cópia da decisão proferida no Recurso n. 122/2016, de autoria do Senhor Deputado PEPE VARGAS e outro.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
Em 06 / 04 / 16, às 19 h 58
Assinatura
6942
Ponto

Documento : 69763 - 2

Câmara dos Deputados
Fl. 9437
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA**

Trata-se do Recurso n. 122/2016, de autoria dos Senhores Deputados PEPE VARGAS e WADIH DAMOUS, fundado nos artigos 57, XXI do Regimento Interno, interposto contra decisão em Questão de Ordem proferida pelo Senhor Deputado ROGÉRIO ROSSO em 04/04/2016 -- Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República -- sobre a correta interpretação dos artigos 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e 49, 71 e 166 da Constituição Federal, e tem como objetivo sustar os trabalhos da referida Comissão *até que as contas da Presidência da República relativas ao exercício de 2015 sejam apreciadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalilzação – CMO*, tendo em vista, segundo os Recorrentes, *que a denúncia baseia-se em decretos assinados naquele exercício e ainda pendentes de apreciação no Congresso Nacional, para que então se verifique a existência ou não das irregularidades apontadas no pedido de impeachment.*

A questão foi resolvida no sentido de que se tratava de **matéria vencida**, diante de decisão proferida em questão de ordem no mesmo sentido formulada pelo Deputado ASSIS CARVALHO. Não obstante, em acréscimo, foi dito que não caberia a Presidência daquela Comissão Especial delimitar previamente o que deve ou não ser considerado para fins de caracterização de crime de responsabilidade e que essa específica questão quanto à necessidade de prévia análise das contas do Governo pelo Tribunal de Contas da União para fins de configuração do crime de responsabilidade se constituiria como matéria de mérito, a ser tratada pelo

Câmara dos Deputados
Fl. 9438
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relator, por aquela Comissão e posteriormente pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

É o relatório. **Decido**.

De fato, trata-se de **matéria vencida**, já decidida em questão de ordem anterior, inclusive objeto de recurso a esta Presidência (Recurso n. 118/2016).

Além disso, o fundamento da decisão recorrida de que se tratava de matéria vencida, não passível de nova questão de ordem, sequer foi impugnado, mesmo indiretamente, pelos Deputados Recorrentes (o recurso só insiste com a tese de fundo, de que seria necessário o parecer do Tribunal de Contas da União para continuidade dos trabalhos da Comissão).

Ante o exposto, pelos dois motivos apresentados, **nego provimento** ao Recurso n. 122/2016, da autoria dos ilustres Deputados PEPE VARGAS e WADIH DAMOUS.

Publique-se.

Oficie-se.

Em 06 / 04 / 2016.

**EDUARDO CUNHA**
Presidente

07/04/16
16:04

**Câmara dos Deputados**
**Partido dos Trabalhadores**
**Gabinete da Liderança**

36 ANOS

Câmara dos Deputados
9439
Comissões Especiais

**OF nº 135/GAB-LidPT**

Brasília - DF, 07 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**ROGÉRIO ROSSO**
Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Excelentíssima Senhora Presidenta da República

Senhor Presidente,

Inicialmente, cumprimento Vossa Excelência pela condução dos trabalhos à frente da Presidência da da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Excelentíssima Senhora Presidenta da República. Além da cortesia no trato aos nossos pares, e a quem assiste às reuniões, resta destacado o esforço na busca de conciliações e de acordos, tendo como norte os limites constitucionais, legais e regimentais.

Esse cuidado na busca por consensos ficou ainda mais evidente nesta semana, quando procurou, em três oportunidades, reunir os Líderes para definir se a discussão do parecer apresentado pelo Senhor Relator deveria avançar pelo fim de semana.

Quero enfatizar que não é prática desta Câmara dos Deputados a realização de reuniões de Comissões aos fins de semana. Qualquer decisão que fuja ao regular funcionamento da Casa deve ser tomada por amplo consenso – amplo não no sentido de ser majoritário, mas no de ser unânime.

Destaco, aqui, que a busca por acordos unânimes é uma característica que sobressalta do perfil de Vossa Excelência e que fica (e ficará) como marca da condução dos trabalhos da Comissão Especial. Tanto que não foi possível admitir vistas por tempo inferior a duas sessões, nem permitir tempo de fala inferior a 15 e 10 minutos, quando se tratar de membro ou não membro, respectivamente. Por que isso? Porque os acordos propostos não foram acolhidos pela totalidade dos Líderes ou dos membros da Comissão.

Em minhas intervenções, deixei clara a preocupação com eventual decisão de Vossa Excelência no sentido de a discussão avançar o sábado e/ou o domingo.

Câmara dos Deputados
Fl. 9439-A
Comissões Especiais

Permitir o funcionamento da Comissão Especial nesses dias figuraria como um precedente perigoso para que a discussão do parecer no Plenário da Casa também assim ocorresse.

O processo de *impeachment* em curso tem gerado manifestações apaixonadas em toda a sociedade, em seus diversos segmentos, sejam eles contrários ou favoráveis ao processo. Permitir que um número incomensurável de pessoas, com opiniões divididas, compartilhe o mesmo espaço público, é favorecer que elas entrem em confronto e que, desse embate, surjam consequências de natureza também incalculável.

Sobre nós – e, acima de tudo, sobre Vossa Excelência – recai um conjunto de responsabilidades que não se esgota na presença nas sessões da Casa ou no exercício do voto nas proposições, mas que se estende a uma série de condutas, inclusive nas que possam impactar na promoção da paz social ou repercutir na segurança e na vida das pessoas.

Nesse sentido, reforço o meu posicionamento, enquanto Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, de não anuir com qualquer tipo de acordo que permita o funcionamento da Comissão Especial neste fim de semana, tendo em conta os diversos desdobramentos dessa decisão, sendo alguns expostos aqui.

Por último, reitero o meu apelo a Vossa Excelência para que sua decisão considere nossas preocupações e que leve em conta a enorme repercussão decorrente dela e que ultrapassa os limites físicos desta Casa.

Atenciosamente,

**Dep. Afonso Florence - PT/BA**
Líder da Bancada

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara dos Deputados
Fls. 5940

Ofício nº 11/16-Sec Brasília, 7 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado EDUARDO CUNHA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: **Solicita publicação de convocação de reunião extraordinária no Diário da Câmara dos Deputados**

Senhor Presidente,

De ordem do Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, Deputado Rogério Rosso, solicito autorizar, nos termos regimentais, a publicação no Diário da Câmara dos Deputados da anexa convocação de reunião extraordinária deste colegiado para sexta-feira, dia 8 do corrente, às 15h, no Plenário 1.

Respeitosamente,

Secretaria-Geral da Mesa SEPRO 07/Abr/2016 11:20
Ponto: 6740 Ass.:
Origem:

**Cláudia Maria Borges Matias**
**Secretária-Executiva da Comissão**

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pavimento Superior, Sala 165-B - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6235 | Fax: (61) 3216-6225 | ce.denunciacrimederesponsabilidade@camara.leg.br

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara dos Deputados 9441 Comissão Especial

Brasília, 7 de abril de 2016.

**CONVOCAÇÃO**

O Senhor Deputado Rogério Rosso, Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, convoca os senhores deputados membros a comparecerem à reunião extraordinária que será realizada **em 08/04/2016, sexta-feira**, **às 15h**, no Anexo II, **Plenário 1** da Câmara dos Deputados, para discussão do parecer do Relator.

**Cláudia Maria Borges Matias**
**Secretária-Executiva da Comissão**

Publicado no Suplemento
ao **DCD** n. 48 , p. 3
de 08 / 04 / 2016

Recebido
07/04/16
14h39
6790

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pavimento Superior, Sala 165-B - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6235 | Fax: (61) 3216-6225 | ce.denunciacrimederesponsabilidade@camara.leg.br

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara dos Deputados
Fl. 5442
Especiais

Ofício nº 12/16-Pres Brasília, 07 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado EDUARDO CUNHA**
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Solicitação de segurança pessoal a deputado e familiares

Senhor Presidente,

O Deputado Rogério Rosso (PSD/DF), na condição de Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, ocupa posição proeminente, de grande visibilidade, sujeito, portanto, a situações imprevisíveis nesse momento delicado por que atravessa o País.

Assim, considerando a manifesta preocupação do Presidente com sua segurança, e tendo em vista o disposto no art. 17, inciso VI, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência as providências necessárias para que seja efetuada a segurança pessoal do Deputado Rogério Rosso e de seus familiares, no estado, em Brasília e nos deslocamentos do parlamentar.

Na certeza de contar com a prestimosa atenção de Vossa Excelência à presente solicitação, antecipadamente agradeço.

Atenciosamente,

Deputado **ROGÉRIO ROSSO**

**Presidente**

PRESTADO CÂMARA 07/ABR/2016 14:15 005772

5862

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pavimento Superior, Sala 165-B - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6235 | Fax: (61) 3216-6225 | ce.denunciacrimederesponsabilidade@camara.leg.br

Câmara dos Deputados
Fl. 9443
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JÚNIOR E JANAÍNA CONCEIÇÃO PASCHOAL

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015**

**Volume 26**

# TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, na Secretaria das Comissões Especiais da Câmara dos Deputados, certifico, para os devidos fins, que este volume de número **26 (vinte e seis)**, com folhas numeradas de 9072 a 9443, pertencente à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, tem seguimento no volume 27 (vinte e sete). E, para constar, eu, ....., Claudia Maria Borges Matias, Secretária-Executiva da Comissão Especial, lavro e subscrevo a presente autuação.

Neste volume, constam as páginas 9080-A, 9306-A, 9306-B e 9439-A.

Câmara dos Deputados
Fl. 9444
Comissões Especiais

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JÚNIOR E JANAÍNA CONCEIÇÃO PASCHOAL**

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015**

**Volume 27**

# AUTUAÇÃO

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, na Secretaria da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, autuo os documentos que se seguem, referentes à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, **em continuação ao volume número 26**. E, para constar, eu, .....,
Claudia Maria Borges Matias, Secretária-Executiva da Comissão Especial, lavro e subscrevo a presente autuação.

Câmara dos Deputados
Fl. 9445
Comissões Especiais

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**
Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

**55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**ATA DA 10ª REUNIÃO - EXTRAORDINÁRIA - REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2016.**

Às quinze horas e trinta e nove minutos do dia oito de abril de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, no Anexo II, Plenário 1 da Câmara dos Deputados. Registraram presença os Senhores Deputados Rogério Rosso - Presidente; Carlos Sampaio e Fernando Coelho Filho - Vice-Presidentes; Jovair Arantes - Relator; Aguinaldo Ribeiro, Alex Manente, Arlindo Chinaglia, Bacelar, Bebeto, Benito Gama, Bruno Covas, Chico Alencar, Danilo Forte, Eduardo Bolsonaro, Elmar Nascimento, Evair de Melo, Fernando Francischini, Henrique Fontana, Jandira Feghali, Jerônimo Goergen, Jhonatan de Jesus, João Marcelo Souza, José Mentor, Júlio Cesar, Julio Lopes, Jutahy Junior, Leonardo Picciani, Leonardo Quintão, Lucio Vieira Lima, Marcelo Aro, Marcelo Squassoni, Mauro Mariani, Mendonça Filho, Nilson Leitão, Osmar Terra, Paulo Abi-Ackel, Paulo Teixeira, Pepe Vargas, Pr. Marco Feliciano, Rodrigo Maia, Ronaldo Fonseca, Shéridan, Silvio Costa, Tadeu Alencar, Valtenir Pereira, Vicente Candido, Vicentinho Júnior, Wadih Damous, Washington Reis, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zé Geraldo - Titulares; Alessandro Molon, Aluisio Mendes, Assis Carvalho, Benedita da Silva, Bruno Araújo, Carlos Marun, Carlos Zarattini (registro pelo uso da palavra), Evandro Roman, Fábio Sousa, Goulart, Izalci, JHC, Laudivio Carvalho, Lelo Coimbra, Luis Carlos Heinze, Mariana Carvalho, Moroni Torgan, Odelmo Leão, Odorico Monteiro, Orlando Silva, Paulo Pimenta, Professor Victório Galli, Rocha (registro pelo uso da palavra), Rogério Marinho e Valmir Assunção - Suplentes. Compareceram também os Deputados Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, Ivan Valente, José Carlos Aleluia, Marcelo Aguiar, Marcos Rogério, Mauro Pereira, Onyx Lorenzoni, Pauderney Avelino, Paulo Martins, Sóstenes Cavalcante, Vanderlei Macris (registro pelo uso da palavra) e Victor Mendes - não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Aliel Machado, Edio Lopes, Eros Biondini, Flavio Nogueira, José Rocha, Junior Marreca, Luiz Carlos Busato, Marcos Montes, Maurício Quintella Lessa, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Paulo Pereira da Silva e Roberto Britto. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da nona reunião, ordinária, realizada no dia seis de abril de dois mil e dezesseis, cuja leitura foi dispensada. Em votação, a Ata foi aprovada. O Presidente, então, esclareceu os termos do acordo firmado entre os líderes

Câmara dos Deputados
Fl. 9446
Comissões Especiais

partidários naquela manhã: 1) os deputados inscritos para a discussão da matéria teriam a palavra na ordem da inscrição, alternadamente contra e a favor do voto do Relator, sequência esta invertida por solicitação do Deputado Wadih Damous, com a anuência do Plenário; 2) a lista de inscrição seria encerrada no início da discussão, vedadas novas inscrições; 3) a reunião se prolongaria até às três horas de sábado, quando seria apresentado requerimento de encerramento da discussão assinado por todos os líderes, votado pelo processo simbólico, sem pedido de verificação de votação; 4) naquela reunião, os líderes partidários não usariam o tempo de liderança, que seria concedido na reunião de segunda-feira, dia onze de abril. Em decorrência do acordo, o Presidente solicitou o funcionamento de todos os serviços administrativos da Casa de modo a viabilizar a realização da reunião durante a madrugada. Em seguida, informou os procedimentos que havia decidido adotar. 1) Os deputados que desejassem apresentar voto em separado poderiam fazê-lo, se inscritos, mas em hipótese alguma seria submetido à apreciação como alternativa ao voto do Relator e, conforme assentado na terceira reunião da Comissão, no caso de rejeição do parecer, não seria designado Relator do parecer vencedor, sendo que o parecer da Comissão refletiria a decisão do colegiado em autorizar ou não o processo. Nesses termos, o Presidente deu por respondidas as questões de ordem dos Deputados Pr. Marco Feliciano e Valtenir Pereira sobre o tema. 2) Requerimentos de destaque, de retirada da matéria de pauta e de adiamentos de discussão e de votação não seriam recebidos, em razão do prazo de que dispunha a Comissão para atingir o objetivo para o qual fora constituída, bem como não seriam admitidas emendas, subemendas ou substitutivos ao parecer do Relator. Assim, o Presidente declarou resolvida a outra parte da questão de ordem do Deputado Pr. Marco Feliciano. 4) Nas votações, seria considerado, em caso de ausência do titular, o voto do suplente do Bloco de formação da Comissão, observado o registro de presença no painel. Dessa forma, o Presidente deu por resolvida a questão de ordem do Deputado Weverton Rocha. 5) Quanto ao uso da palavra por Líder: conceder de acordo com a relação oficial da Secretaria-Geral da Mesa, conforme a configuração atual dos Blocos e Partidos; exigir a delegação escrita da concessão do tempo de líder a vice-líder; permitir a orientação de votação por membro do partido na ausência de líder ou vice-líder. Após, o Presidente **respondeu às Questões de Ordem dos Deputados Wadih Damous e José Rocha**, apresentadas no último dia seis de abril, sobre a manifestação oral dos representantes da denunciada e a arguição acerca das preliminares levantadas pelo Ministro Chefe da Advocacia-Geral da União durante a apresentação da manifestação da denunciada. O Presidente indeferiu as questões de ordem por entender que, em síntese, foi garantido o direito da denunciada manifestar-se, inclusive via defesa oral, e que as preliminares suscitadas pela defesa em sua manifestação foram resolvidas em decisões anteriores daquela Presidência e tratadas de forma explícita no parecer do Relator. O Deputado Wadih Damous informou que recorreria da decisão ao Presidente da Câmara dos Deputados. Em seguida, o Presidente informou que consentia que a Advocacia-Geral da União se manifestasse ao final da discussão, por até quinze minutos. Ato contínuo, o

Câmara dos Deputados
Fl. 9947
Comissões Especiais

Presidente **respondeu à Reclamação do Deputado Paulo Magalhães, aditada pela Deputada Jandira Feghali,** apresentada no último dia seis de abril, a respeito de constar no voto do Relator análise de "elementos estranhos" ao objeto da denúncia. Em sua decisão, o Presidente rejeitou a reclamação por entender, em resumo, que o voto do Relator foi explícito ao afirmar que não considerara em sua conclusão os fatos inadmitidos pelo Presidente da Câmara dos Deputados. A Deputada Jandira Feghali comunicou que recorreria da decisão e solicitou, em conjunto com os Deputados Paulo Teixeira e Orlando Silva, contraditada pelos Deputados Mendonça Filho e Rodrigo Maia, que o Presidente reconsiderasse a decisão da questão de ordem acerca da votação dos suplentes em substituição aos titulares ausentes. O **Deputado Alex Manente** apresentou **Questão de Ordem, aditada pelo Deputado Carlos Marum e contraditada pelo Deputado Pepe Vargas**, sobre a votação nominal pelo processo de chamada. O Presidente recolheu a questão de ordem para responder em momento oportuno. O Deputado Leonardo Picciani solicitou cópias das decisões das questões de ordem, cuja distribuição foi imediatamente determinada pelo Presidente. O Deputado Aguinaldo Ribeiro solicitou que as próximas questões de ordem fossem apresentadas somente por escrito. **ORDEM DO DIA: Discussão do parecer do Relator, Deputado Jovair Arantes.** O Presidente, ao iniciar a discussão, declarou encerrada a lista de inscrição. Discutiram a matéria os Deputados Evair de Melo, Arlindo Chinaglia, Rogério Marinho, Jandira Feghali, JHC, Pepe Vargas, Lelo Coimbra, Wadih Damous, Vanderlei Macris, Ivan Valente, Benito Gama, Henrique Fontana, Onyx Lorenzoni, Chico Alencar, Elmar Nascimento, Weverton Rocha, Goulart, Carlos Zarattini, Evandro Roman, Paulo Pimenta, Izalci, Silvio Costa, Mariana Carvalho, Benedita da Silva, Fábio Sousa, Orlando Silva, Laudivio Carvalho, Alessandro Molon, Julio Lopes, Paulo Teixeira e Jhonatan de Jesus. O Presidente concedeu a palavra aos Deputados Sóstenes Cavalcante e Danilo Forte por terem sido citados pelo Deputado Silvio Costa. Considerando o atraso havido para o começo da discussão e o número de parlamentares inscritos e ainda presentes no início da madrugada de sábado, considerando ainda o que fora sugerido mais cedo pelos Deputados Jutahy Junior e Afonso Florence, o Presidente propôs estender o horário de discussão até quatro horas e trinta minutos. Sobre essa questão, manifestaram-se os Deputados Paulo Pimenta e Alessandro Molon. Dando prosseguimento à discussão, fizeram uso da palavra os Deputados José Mentor, Rocha, Assis Carvalho, Pr. Marco Feliciano, Zé Geraldo, Marcos Rogério, Vicente Candido, Marcelo Aro, Bebeto, Sóstenes Cavalcante e Leonardo Picciani. O Presidente concedeu a palavra ao Deputado Pr. Marco Feliciano por ter sido citado pelo Deputado Zé Geraldo. Em seguida, o Deputado Nilson Leitão apresentou proposta de redução do tempo de fala, oito minutos para os membros, e cinco minutos para os não-membros. O Deputado Alessandro Molon registrou que propusera acordo semelhante há três dias, em conjunto com o Deputado Fernando Coelho Filho, sem êxito, mas apoiou o entendimento. Manifestou-se também acerca do assunto o Deputado Caio Narcio, que propôs que fosse concedido o prazo previsto no Regimento Interno mas que os oradores reduzissem voluntariamente a duração de seus discursos. Durante a discussão,

Câmara dos Deputados
Fl. 9448
Comissões Especiais

assumiram temporariamente a direção dos trabalhos os Deputados Carlos Sampaio e Fernando Coelho Filho, Primeiro e Terceiro Vice-Presidentes, respectivamente. Retomada a discussão do parecer, manifestaram-se os Deputados Bruno Covas, Luis Carlos Heinze, Jerônimo Goergen, Caio Narcio, Mendonça Filho, Rodrigo Maia, Osmar Terra, José Carlos Aleluia, Danilo Forte, Mauro Mariani e Shéridan. Por volta das quatro horas e vinte e cinco minutos, com a aquiescência do Plenário, o Presidente concedeu a palavra aos últimos inscritos por até três minutos: Deputados Nilson Leitão, Paulo Abi-Ackel, Jutahy Junior, Carlos Marun, Marcelo Aguiar, Mauro Pereira, Professor Victório Galli e Carlos Henrique Gaguim. Por fim, o Presidente concedeu a palavra ao Deputado Paulo Pimenta para considerações. Não havendo mais oradores escritos, o Presidente declarou encerrada a discussão. **ENCERRAMENTO:** O Presidente informou que o Relator faria a réplica na reunião seguinte, quando também seria permitida a manifestação da Advocacia-Geral da União, e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos às quatro horas e quarenta e três minutos do dia nove de abril de dois mil e dezesseis, antes, porém, convocando os senhores membros para reunião deliberativa extraordinária no dia onze de abril de dois mil e dezesseis, às dez horas, no Anexo II, Plenário 1, para votação do parecer. E, para constar, eu _____, Claudia Maria Borges Matias, Secretária-Executiva, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão, Deputado Rogério Rosso _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados, juntamente com as notas taquigráficas. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fl. 9449 Comissões Especiais

# DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

## NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

## TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

| COMISSÃO ESPECIAL - DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE | | | |
|---|---|---|---|
| EVENTO: Reunião Extraordinária | REUNIÃO Nº: 0247/16 | | DATA: 08/04/2016 |
| LOCAL: Plenário 1 das Comissões | INÍCIO: 15h36min | TÉRMINO: 4h43min | PÁGINAS: 313 |

| DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO |
|---|
| |

| SUMÁRIO |
|---|
| Discussão do parecer do Relator, Deputado Jovair Arantes, à Denúncia por Crime de Responsabilidade nº 1, de 2015, do Sr. Hélio Pereira Bicudo e outros, em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff. |

| OBSERVAÇÕES |
|---|
| Houve intervenções ininteligíveis.<br>Houve intervenções inaudíveis.<br>Há oradores não identificados em breves intervenções.<br>Houve manifestações no plenário.<br>Houve tumulto no plenário.<br>Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. |

Câmara dos Deputados
Fl. 9450
Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu queria cumprimentar todas as Deputadas e todos os Deputados, membros ou não desta Comissão.

Inicio esta reunião pedindo a Deus que nos ilumine neste momento tão importante que o País, que a democracia, que as instituições vivem. Tudo o que está sendo feito aqui é com a maior cautela com o texto constitucional, com o ordenamento jurídico, em homenagem ao povo brasileiro.

Eu queria agradecer aos Líderes que, nos últimos 4 dias, foram absolutamente zelosos na tentativa de busca de um acordo de procedimentos para otimizar os trabalhos. Otimizar significa dar maior produtividade ao tempo que temos para cumprir a legislação. E, depois de quatro importantes encontros, acalorados ou não, mas todos respeitosos, eu queria dizer que, na reunião de hoje, sexta-feira, nós fizemos um acordo, já assinado pelos Líderes, de que iremos hoje até às 3 horas da madrugada. E, já por consenso, haverá um requerimento de encerramento da discussão, para então, apenas na segunda-feira, com convocação a partir das 10 horas, iniciarmos a reunião, dando a palavra para as Lideranças. E vamos seguir todos os procedimentos que antecedem à votação deste relatório. Vamos nos dedicar, na segunda-feira, à votação do relatório.

Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

Encontra-se à disposição das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados cópias da ata da 9ª Reunião, realizada no último dia 6. Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Não havendo discordância, fica dispensada a leitura.

Indago se algum membro deseja retificar a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira retificá-la, coloco-a em votação.

Câmara dos Deputados
Fl. 9451
Comissões Especiais

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Gostaria de esclarecer os termos do acordo que fizemos hoje. Reitero os nossos agradecimentos a V.Exas., principalmente pelo aprendizado que este Parlamentar está tendo com todos.

Independentemente do posicionamento de cada um de V.Exas., o que eu presenciei hoje naquela sala de reunião é motivo de muito orgulho para todos nós. Todos apontam para uma não obstrução ou não protelação, e sim para a obediência à Constituição, à Lei nº 1.079, ao Regimento, à decisão do Supremo, para, dentro do prazo regimental, termos o desfecho deste processo o mais rápido possível, porque é o que o povo brasileiro deseja.

Na reunião de hoje, os Deputados inscritos para discussão da matéria terão a palavra na ordem de inscrição, alternadamente, contra e a favor do relatório.

A lista de inscrição será encerrada no início da discussão — ou seja, está aberta, neste momento —, sendo vedadas novas inscrições, quando do início da fala do primeiro orador.

Às 3 horas do dia 9 será apresentado requerimento de encerramento da discussão, assinado por todos os Líderes, o qual será votado pelo processo simbólico de votação, sem verificação.

Na reunião de hoje, os Líderes partidários não usarão o tempo de Liderança. Eles o farão na reunião da segunda-feira. Esse tempo será concedido, na reunião da segunda-feira, a partir das 10 horas.

Para tanto, solicito à Mesa Diretora o funcionamento de todos os serviços da Casa necessários à realização desta...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - É. E vou tornar pública a lista, assim que se encerrar a inscrição, quando o primeiro orador começar a falar. É claro que a lista será tornada pública.

Queria já antecipar que existe uma questão de ordem do Deputado Arlindo Chinaglia, ex-Presidente da Casa, sobre a possibilidade de alternância

Câmara dos Deputados
Fl. 9458
Comissões Especiais

ou troca negociada entre inscritos. Na questão de ordem, S.Exa., que tem sempre uma sabedoria ampliada, solicitou que essa troca seja possível até o início da discussão.

Este Presidente gostaria de aproveitar a questão de S.Exa., não digo que para ser mais benevolente, porque o Deputado Arlindo Chinaglia já o é, mas para ser um pouco mais compreensível. Assim, se dois Deputados que ainda não falaram quiserem fazer uma substituição, que o façam sem nenhuma dificuldade. Desde que não tenham falado, é óbvio e evidente.

O nosso acordo também é para evitar as questões de ordem para que possamos iniciar a discussão. Existe um pedido para questão de ordem, do Deputado Alex Manente, sobre os procedimentos da votação. Antes de dar a palavra a S.Exa., eu gostaria...

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - E meu também. E há uma reclamação também, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - E com relação ao voto de suplente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - É, exatamente. Sobre o voto de suplente...

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Há a reclamação também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu vou falar um monte de procedimentos que podem até reduzir as questões de ordem.

Os Deputados que desejarem apresentar voto em separado poderão fazê-lo, se inscritos, respeitada a ordem de inscrição — arts. 57, VII, e 171. Mas devo acrescentar que, em hipótese alguma, serão submetidos à apreciação como alternativa de voto ao do Relator.

Conforme assentado na 3ª Reunião desta Comissão, na hipótese de rejeição do parecer, não será designado Relator do parecer vencedor. O parecer da Comissão refletirá decisão do colegiado em autorizar ou não o processo.

Assim, dou por respondidas as questões de ordem dos Deputados Pr. Marco Feliciano e Valtenir Pereira.

Câmara dos Deputados
Fl. 9453
Comissões Especiais

Deixo bem claro que não serão recebidos requerimentos de destaque. Não serão recebidos requerimentos de retirada da matéria de pauta nem os de adiamento da discussão e da votação, em razão do prazo de que dispõe a Comissão para atingir o objetivo para o qual foi constituída e do acordo, como bem lembrado pela nossa Secretária Cláudia, feito nesta manhã.

Não são cabíveis emendas, subemendas ou substitutivos ao parecer do Relator, pois, como proposições acessórias, são admitidos apenas nos casos previstos no art. 118 *caput*, combinado com *art. 138*, § 1º, ambos do Regimento Interno da Câmara. Portanto, não há que se falar de emendas, subemendas ou substitutivos ao parecer do Relator, o Deputado Jovair Arantes.

Assim, tenho por resolvida outra questão de ordem do Exmo. Sr. Deputado Pr. Marco Feliciano.

Nas votações será considerado, em caso de ausência do titular, o voto do suplente do bloco de formação da Comissão, observado registro de presença no painel.

Assim, tenho por resolvida a questão de ordem do Deputado Weverton Rocha sobre o tema.

Uso da palavra por Líder.

O tempo de Líder será concedido de acordo com a relação oficial da Secretaria-Geral da Mesa, conforme a configuração oficial e atual de blocos e partidos — eu proporia por partido, porém, vamos na benevolência de V.Exas. —, e não da época da composição da Comissão.

Será exigida a delegação por escrito da concessão do tempo de Líder a Vice-Líderes. Será permitida a orientação de votação por membro do partido, claro, na ausência do Líder ou Vice-Líder.

Passo agora a responder às questões de ordem ainda pendentes.

Levantaram questão de ordem na última sessão os Exmos. Srs. Deputados Wadih Damous e José Rocha, contraditadas pelos Deputados Marcelo Aro e Nilson Leitão, acerca da manifestação oral dos representantes da denunciada durante a sessão de leitura do relatório, bem como da arguição

Câmara dos Deputados
Fl. 9454
Comissões Especiais

acerca das preliminares suscitadas pelo Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União na defesa escrita da Sra. Presidente da República.

Decido.

O instituto da ampla defesa deve ser realizado dentro dos limites legais. Não há previsão na Lei nº 1.079, de 1950, de manifestação da defesa no momento da leitura do relatório.

O art. 5º, inciso LV, da Constituição, os termos da decisão do STF na ADPF 378 e o art. 218, § 4º, do Regimento Interno da Câmara garantem o direito de a denunciada manifestar-se, o que foi admitido por esta Comissão, inclusive via defesa oral, sustentada pelo Exmo. Sr. Advogado-Geral da União, o Ministro José Eduardo Cardozo, por aproximadamente 2 horas.

O art. 27 da referida Lei nº 1.079, de 1950, a rigor, permite intervenção do advogado no Senado, que é a instância competente para processar e julgar a denúncia, ocasião em que as provas deverão ser produzidas amplamente, caso, por óbvio, o processo seja instaurado por aquela Casa.

Ademais, o art. 7º, inciso X, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil não permite ao advogado que se manifeste em julgamento realizado por colegiado em um tribunal a partir da leitura do voto do Relator durante a fase de deliberação, salvo para esclarecimento de questão fática. Todavia, esta Comissão não é um tribunal propriamente dito. Estamos em uma fase pré-processual. Não há processo instaurado sem admissibilidade prévia. A função de tribunal, no sentido de instaurar, processar e julgar, como dito nesta decisão e reiterado por diversas vezes por esta Presidência, é privativa do Senado Federal.

Acrescento, por fim, que o Regimento Interno desta Casa, aplicável ao processo de *impeachment*, subsidiariamente, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal, somente permite o uso da palavra durante a fase de discussão, e apenas por Deputado inscrito, na forma estabelecida no seu art. 57, inciso VII, combinado com o art. 171.

Autorizei, entretanto, a presença dos advogados de defesa da denunciada durante aquela reunião para que pudessem acompanhar os

Câmara dos Deputados
Fl. 9455
Comissões Especiais

trabalhos desta Comissão. Enfatizo que os trabalhos desta Comissão são abertos para acompanhamento.

Agradeço aqui a cobertura da imprensa de todo o País, que tem possibilitado ainda mais o conhecimento a todo Município brasileiro do que vem acontecendo neste colegiado.

Já quanto ao outro ponto da questão de ordem, registro que quase todas as preliminares suscitadas pela defesa, em sua manifestação, já foram resolvidas em decisões anteriores desta Presidência, tratando-se, assim, de matéria vencida. Não obstante, foram novamente tratadas de forma explícita no voto do Relator. E é justamente o voto do Relator, por inteiro, e não em partes, que será submetido à deliberação e votação por esta Comissão.

A resposta a ser dada por esta Comissão é se autoriza ou não a instauração do processo por crime de responsabilidade contra a Exma. Sra. Presidente da República, conforme a conclusão do voto do Relator, que será, insisto, objeto de votação por esta Comissão e, depois, pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Assim decido.

Antes de decidir a outra questão de ordem, eu gostaria de convidar — eu gostaria de ter a atenção da Comissão — para acompanhar esta sessão de discussão a Advocacia-Geral da União. Ao final da discussão, se assim o quiser, ela terá 15 minutos para utilizar da palavra de forma excepcional. Em homenagem à ampla defesa, terá a palavra, ao final da discussão — impossível que fosse antes —, imagino eu, de madrugada. Mas já fica antecipado o convite para o advogado substabelecido conforme a legislação — ou os advogados —, a fim de que o faça, com todo o respeito desta Comissão.

Decisão da Presidência.

Na última sessão, após a leitura do voto do Relator, o Exmo. Sr. Deputado Paulo Magalhães apresentou reclamação, aditada pela Exma. Sra. Deputada Jandira Feghali, com conteúdo idêntico, sustentando que no voto do Relator consta a análise de "elementos estranhos" ao objeto da denúncia, diferentemente do que restou delimitado na decisão de recebimento da denúncia pelo Presidente desta Casa. Apontam os trechos do relatório que, na

Câmara dos Deputados FL. 9456 Comissões Especiais

perspectiva de S.Exas., estariam em desconformidade com a decisão de recebimento da denúncia. Defendem que o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento dos Mandados de Segurança nºs 23.885 e 20.941, firmou a tese de que a decisão inicial de recebimento da denúncia do Presidente da Câmara delimita em definitivo o objeto de acusação a ser analisado pela Comissão Especial. Por isso, segundo os ilustres Deputados, o relatório desta Comissão deveria se restringir, única e exclusivamente, ao exame daqueles fatos admitidos pela Presidência da Câmara dos Deputados, em sua decisão inicial, sob pena de nulidade, já que a defesa não foi chamada para se manifestar sobre eles. Dizem que foi descumprido o art. 55, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa. Ao final, no pedido, requerem os ilustres Deputados que seja considerada "não escrita" a parte do parecer estranha ao objeto da acusação delimitado pelo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

À presente reclamação e ao respectivo aditamento houve a contradita dos Deputados Carlos Sampaio e Danilo Fortes, os quais contra argumentam os fundamentos da reclamação, dizendo que o nobre Relator, em seu voto, se ateve ao objeto da decisão de recebimento inicial proferida pelo Presidente da Câmara dos Deputados e que as manifestações acerca dos demais aspectos da denúncia se deram em sua análise política individual, a título de argumentos acessórios e retóricos, que não foram utilizados como fundamentação na formação de sua decisão.

Decido.

Com todo o respeito que tenho aos ilustres Deputados autores desta reclamação, o Vice-Líder Paulo Magalhães e a querida amiga Deputada Jandira Feghali, não há fundamento para a pretensão posta.

O voto do Relator, em diversas passagens, foi explícito, de forma reiterada inclusive, ao dizer que não estava levando em consideração, para sua conclusão, os fatos articulados pela denúncia, que, segundo os autores dessa reclamação, não foram admitidos pelo Presidente da Câmara dos Deputados em sua decisão inicial.

É verdade que S.Exa., o Deputado Jovair Arantes, chegou a externar o seu entendimento pessoal no sentido de que seria possível a esta Comissão

Câmara dos Deputados
Fl. 9457
Comissões Especiais

adentrar em todas as questões apontadas na denúncia, mas fez isso apenas a título de registro, deixando ainda mais claro, em item específico do seu relatório, que, embora graves na sua perspectiva e visão parlamentar individual, não seria considerar tais fatos para a conclusão que V.Exa. tomou.

As referências que constam no documento lido pelo Relator a esses tais fatos não admitidos pela Presidência da Câmara dos Deputados são absolutamente naturais, porque S.Exa. precisa fazer um resumo da denúncia como um todo. Não se pode confundir "relatório dos fatos" com "fundamento do voto". O mais importante, insisto, é que esses fatos tidos por "estranhos" não foram levados em consideração pelo Relator como fundamento jurídico para sua conclusão.

Quanto ao juízo político, denominado pelo Relator como conveniência e oportunidade, as suas considerações são meramente subjetivas, não vinculantes aos membros desta Comissão. Se houve ou não alguma referência a eventual fato que não conste na denúncia, o que digo apenas em tese, essa referência é meramente subjetiva, desimportante para o convencimento individual de cada Parlamentar sobre esse aspecto. Cada um de nós pode e deve firmar um juízo político, pessoal, sobre a conveniência e oportunidade de abertura deste processo de *impeachment*.

Por tudo isso, não há "elemento estranho" no documento, o que me autoriza a dizer, sem sombra de dúvidas, que não há razão para se extrair qualquer trecho do relatório ou mesmo para considerar "não escrito" parte dele, o que afasta a aplicação do art. 55, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa.

Nem houve nulidade ou cerceamento de defesa, justamente porque o voto se ateve *exclusivamente* — em grifo — aos fatos que teriam sido admitidos pelo Presidente da Câmara dos Deputados. O Relator foi cuidadoso ao dizer que não iria tratar desses temas exatamente porque a defesa deles não teria tratado.

Por fim, apenas em respeito, por amizade e consideração aos colegas que apresentaram esta reclamação, e exclusivamente a título de esclarecimento, ressalto que, das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal

Câmara dos Deputados Fl. 4458 Comissões Especiais

Federal quando do julgamento dos Mandados de Segurança nº 23.885 e 20.941, não é possível se aferir que teria aquela Corte efetivamente decidido que "o recebimento da denúncia do Presidente da Câmara dos Deputados delimita definitivamente o objeto de acusação a ser analisado por esta Comissão Especial".

Terminando, esse tema — limitação da análise da denúncia pela Comissão Especial por eventual restrição imposta pelo Presidente da Casa na decisão inicial que recebe a denúncia — não foi objeto de apreciação pela Suprema Corte nesses julgados.

Ante o exposto, respeitosamente, rejeito a presente reclamação.

Passo a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado Alex Manente e, logo a seguir, passarei a palavra à Deputada Jandira Feghali.

**O SR. DEPUTADO ALEX MANENTE** - Sr. Presidente, eu quero apresentar uma questão de ordem sobre requerimento para apreciação desta Comissão Especial, para que seja adotado o procedimento de votação nominal por chamada.

Sr. Presidente, formulo a V.Exa. questão de ordem, nos termos do art. 95 do Regimento da Câmara dos Deputados, e *caput* do art. 117, para apreciação desta Comissão, sobre o procedimento de votação do relatório, para que seja nominal, por chamada.

A Constituição Federal dispõe que a publicidade dos atos legislativos é regra, uma vez que, ressalvadas as exceções, a coletividade deve conhecer os atos praticados pelo Estado, por analogia à Lei nº 1.079, de 1950, que regra o processo de impedimento.

O princípio da publicidade facilita o exercício do controle social da administração pública, abrangendo toda a atuação do Estado. É notório que, no Direito Público, o valor moral só terá força e relevância quando exposto à coletividade. É preciso, portanto, tornar público o voto de cada membro desta Comissão.

A discussão e a votação do relatório ocorrerão mediante a deliberação desta Comissão e do Plenário. É importante que o requerimento seja aprovado nesses termos, para garantir que a votação seja oral e que os brasileiros

Câmara dos Deputados
FL. 9459
Comissões Especiais

saibam como os Deputados, os seus representantes, votaram neste momento crucial para a história do Brasil.

Nesses termos, peço deferimento.

Sr. Presidente, quero falar da importância histórica que nós vivemos. Neste momento, a sociedade brasileira tem os olhos voltados para esta Comissão Especial e seria fundamental que os 65 membros pudessem expor sua opinião publicamente, por chamada feita por V.Exa., para que nós tenhamos claramente a posição do que ocorrerá no plenário da Câmara dos Deputados no dia da votação da admissibilidade do pedido de *impeachment*. Que nós tenhamos essa posição aqui, para que esta Comissão cumpra o seu papel e finalize, no dia da votação, com a mais ampla divulgação e publicidade de tudo o que foi aqui realizado.

Todos os Deputados terão a oportunidade de expor o seu posicionamento para todo o País, que nos acompanha. E é muito importante que nós tenhamos de fato esta avaliação por parte da Mesa e de V.Exa., que tem feito um brilhante trabalho e que, certamente, fecharia com chave de ouro, fazendo com que, pela publicidade, todos os Deputados tenham o seu voto exposto para a sociedade brasileira, para que possam ser cobrados por seus representantes e, além de serem cobrados, divulgar aquilo que o povo brasileiro espera.

Por isso, solicito o deferimento da nossa questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Concedo a palavra para contradita ao Deputado Pepe Vargas.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou contraditar o Deputado Alex Manente, tomando como base o art. 186 e o art. 218, ambos do Regimento Interno.

Preliminarmente, quero dizer aqui, Sr. Presidente, que esta contradita não tem a intenção de fazer que os Deputados escondam a posição que defendem em torno do relatório do Deputado Jovair Arantes. A sociedade brasileira tem o direito de saber como cada Parlamentar aqui vai se comportar e como será o seu voto. Não se trata disso.

Câmara dos Deputados
Fl. 9460
Comissões Especiais

Trata-se de agilizarmos o procedimento de votação. Tão somente é por isso que eu contradito a questão de ordem que o eminente Deputado Alex Manente sustentou aqui. Por quê? O art. 186, do Regimento Interno, trata das modalidades de processo de votação quando fala dos casos em que a votação será nominal. E V.Exa., Sr. Presidente, no início dos trabalhos desta sessão, já excepcionalizou, porque disse que o voto nominal deveria ser requerido. A rigor, seria simbólica a votação. Mas V.Exa., bem no início dos trabalhos, disse: *"Não. Vamos fazer simbólica"*. Mas teria que haver o requerimento de uma votação nominal. Isso já foi excepcionado.

Quando o Deputado Alex Manente levanta que, a exemplo do plenário, o voto teria que ser por processo de chamada dos Deputados, basta uma simples leitura do art. 218 que nós vamos ver que o voto por chamada dos Deputados ocorre quando se trata do plenário. Até porque o § 6º, que é anterior ao § 8º do art. 218, diz o seguinte: *"O parecer da Comissão Especial será lido no expediente da Câmara dos Deputados e publicado na íntegra, juntamente com a denúncia no Diário da Câmara dos Deputados e avulsos"*. O § 7º fala do prazo de 48 horas. O § 8º diz o seguinte: *"Encerrada a discussão do parecer, será o mesmo submetido à votação nominal, pelo processo de chamada dos Deputados"*. Então, isso é lá no plenário. Aqui, na Comissão, não há necessidade da chamada, é a votação nominal, que ficará registrada no painel, e a sociedade brasileira vai ficar sabendo como cada Deputado ou cada Deputada aqui votou.

Portanto, o princípio da publicidade, o princípio de a sociedade ter o direito de saber como os Deputados e Deputadas votaram, está preservado. Mas assim nós agilizamos a votação, à luz, inclusive, do que preconiza o Regimento Interno desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu vou recolher a questão de ordem, idêntica à questão de ordem do Deputado Alex Manente, de 92. Eu vou recolher, é claro, decidir no tempo correto. A contradita do Deputado Pepe Vargas também é inteligente. Ninguém aqui quer esconder o voto, muito pelo contrário, acho que todo mundo quer publicizar. É o que o povo brasileiro espera, e é o que todos nós Parlamentares também queremos.

Câmara dos Deputados
Fl. 9461
Comissões Especiais

Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

Em seguida, concederei a palavra ao Deputado Orlando.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, eu quero recorrer da sua decisão da Reclamação. Ela é parecida com a do Deputado Paulo Magalhães, mas agrega dois outros itens, baseado no art. 126, parágrafo único, em que diz que o parecer em voto inclui relatório e voto. Portanto, analisar no relatório matérias que não estiveram restritas à denúncia deferida e não à parte arquivada foge da competência desta Comissão.

Portanto, quero recorrer de sua decisão por considerar que o relatório comete inconstitucionalidade e ilegalidade, diante da sua competência baseada no art. 56. Além disso, Presidente, eu gostaria apenas de levantar a ponderação sobre a questão do suplente, porque esta Comissão não é eleita pelos blocos, a proporcionalidade é feita pelos partidos, inclusive a lei é clara ao dizer que todos os partidos — todos — têm que ter pelo menos um membro na Comissão. Então, a eleição foi feita pelos partidos.

Eu sei que o rito de 92 — eu não era da Comissão do Impeachment, apesar de ter votado em plenário — considerou o bloco. Mas é importante a ponderação porque isso aqui não é eleito pelos blocos, não há proporcionalidade por bloco. Aqui, cada um foi indicado pelo Líder, titular e suplente, para garantir a presença de todos os partidos na Comissão. Portanto, parece-me correto que o voto do suplente seja pelo partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Apenas a título de informação.

Encontra-se em tramitação na Casa um projeto de resolução quanto à proporcionalidade ainda não enfrentado por nós em plenário. O Regimento é claro em relação a isso. Se tivesse sido aprovado, eu acompanharia de forma cristalina. Mas só a título de informação.

Com a palavra, para contraditar, o Deputado Mendonça Filho.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Sr. Presidente, eu só quero aqui ler o que diz o § 1º do art. 12 do Regimento Interno da Casa. Diz o seguinte: *"O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa".*

Câmara dos Deputados
Fl. 946
Comissões Especiais

Então, não faz sentido a argumentação apresentada pela Deputada Jandira Feghali, porque a decisão de V.Exa. vem ao encontro daquilo que estabelece o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Eu queria acrescentar, Presidente, só para concluir minha posição, o art. 44, para o qual chamo a sua atenção, que diz o seguinte: *"Sempre que um membro de Comissão não puder comparecer às reuniões, deverá comunicar o fato ao seu Presidente, que fará publicar em ata a escusa".*

Por que estou frisando o art. 44 do Regimento Interno da Casa, Presidente Rosso? Porque, na verdade, os rumores são muito intensos de manobras do Governo para retirar da Comissão titulares que têm o direito prioritário ao voto para serem substituídos por suplentes, o que seria um absurdo. Quer dizer, o Brasil todo aguarda a definição com relação ao processo do *impeachment* da Presidente Dilma, os Líderes indicaram membros, de acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal, a Casa elegeu esses membros, e, no dia da votação da Comissão Especial do Impeachment, o sujeito toma um chá de sumiço: some, e quem vem votar aqui é o suplente.

Então, eu não quero aqui fazer acusação contra quem quer que seja. Eu quero apenas dizer o seguinte: eu respeito o voto e a posição de cada um. Há gente autêntica defendendo o *impeachment* da Presidente Dilma e defendendo a posição inversa.

Agora, aquele que se omite, que, porventura, é pressionado ou participa de uma negociata, foge, tem de ser exposto à opinião pública. Ou ele tem atestado de óbito ou tem de comparecer aqui ou apresentar atestado de uma junta médica, para não estar aqui presente se posicionando diante do Brasil.

Não podemos tolerar artimanha, artifício, pressão do Governo, para inviabilizar a votação do *impeachment*, tendo em vista manobras de última hora.

Então, queremos ter conhecimento em relação à posição de cada um.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

Câmara dos Deputados
Fl. 9463
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Vamos acelerar os trabalhos, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu só gostaria de fazer uma observação.

Em respeito ao acordo, em respeito ao povo brasileiro, em respeito a todos nós que estamos aqui, e teremos uma sessão longa, entrando pela madrugada, querido Deputado Aloysio, eu vou recolher, claro, a Reclamação regimental do Deputado Orlando Silva, depois ouvirei os Deputados Wadih Damous, Leonardo Picciani, Paulo Teixeira, e vou iniciar...

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Sr. Presidente, a questão de ordem que V.Exa. respondeu foi a minha.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Sr. Presidente, não fizemos um acordo agora há pouco de que não haveria questão de ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Nós fizemos um acordo. Eu vou esperar mais algumas questões de ordem para observar...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Eles estão fazendo questão de ordem, e isso estava no acordo. Eles fazem acordo igual fazem com o Governo deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O rompimento desse acordo se dará exatamente na exaustão das questões de ordem, e eu já estou....

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Acabaram de combinar com a gente que não fariam questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Já está exaustivo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu já estou credenciado por vocês para convocar sessão sábado e domingo, caso haja a rompimento desse acordo.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - É isso mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Portanto, eu tenho que observar o Regimento.

Câmara dos Deputados
Fl. 9469
Comissões Especiais

Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - Sr. Presidente, inscreva-me, por favor!

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Sr. Presidente, faço um apelo para que V.Exa. acompanhe a minha participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Em primeiro lugar, o senhor respondeu questões de ordem apresentadas por vários Parlamentares, e a resposta a essas questões de ordem ensejou dúvidas, e o que se dá neste momento é o esclarecimento dessas dúvidas. Então, peço paciência aos nossos colegas, porque nós entramos na fase decisiva desse processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Claro.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - O Presidente Rogério Rosso conduziu de maneira serena o trabalho até aqui. Nós não podemos errar neste momento, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Isso. Obrigado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - No que diz respeito à questão da suplência, de como votar, Sr. Presidente, uma primeira preocupação: há uma definição explícita na Lei nº 1.079, de 1950, determinando que todos os partidos com representação na Casa devem ter participação nesta Comissão.

Na resposta da ADPF do PCdoB, esse conceito foi reafirmado pelo Supremo. Na medida em que, na votação da Comissão, os partidos não tenham garantida a sua expressão, Sr. Presidente, o que pode acontecer é a adulteração da decisão do Plenário e a violação da Lei nº 1.079 e da resposta do Supremo à ADPF do PCdoB.

Eu, por exemplo, sou suplente da Deputada Jandira Feghali. Se a Deputada não estiver presente, é legítimo que o meu partido tenha expressão na votação.

O Regimento da Casa, Sr. Presidente, no seu art. 44, § 1º, também é explícito quando fala da ausência de membro efetivo:

*"Art. 4.....*

Câmara dos Deputados 9465 Comissões Especiais

> *§ 1º Se, por falta de comparecimento de membro efetivo, ou de suplente preferencial* — que deve ser do partido —, *estiver sendo prejudicado o trabalho de qualquer Comissão, o Presidente da Câmara, a requerimento do Presidente da Comissão ou de qualquer Deputado, designará substituto para o membro faltoso, por indicação do Líder da respectiva bancada."*

Qual é a lógica? É sustentar a representação do partido.

Por isso, Sr. Presidente, para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão, nós chegamos aqui com polêmica, com diferença, com enfrentamento, mas nós precisamos fazer como V.Exa. disse quando abriu os trabalhos: que a inspiração é a Constituição da República, é a Lei nº 1.079, subsidiariamente o Código de Processo Penal, e mesmo o Regimento da Casa. Mas o Regimento é subsidiário. Ele não pode ser aplicado à revelia do que a lei estabelece.

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo para que V.Exa. reconsidere essa resposta dada à questão de ordem, de modo que possamos garantir a representação dos partidos, garantir a democracia do Plenário e, sobretudo, garantir o cumprimento da lei neste processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Orlando, eu recolhi essa questão. Para uma contradita, tem a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA** - Essa questão de ordem, V.Exa. já respondeu na largada, e a representação partidária é feita pela representação dos blocos, por decisão dos partidos no início da Legislatura.

Agora, o que me estranha, Sr. Presidente, é que, no Plenário, essa mesma tese utilizada pela base aqui é uma esperteza do Presidente Eduardo Cunha. Agora, deixa de ser esperteza do Eduardo Cunha e passa ser esperteza, então, da base do Governo. Nós temos que ter uma posição única aqui e no plenário.

Do meu ponto de vista, o Deputado Mendonça já respondeu essa questão de ordem e V.Exa. também. A representação é do Bloco, e o suplente é do Bloco, senão nós vamos começar já a entender que tem Deputado mesmo vendendo, trocando votos por cargo, por qualquer outra coisa no Governo ou no Golden Tulip. Agora, pelo jeito, como o Presidente Lula não vai poder mais ser Ministro, vamos ter que transferir o Governo, se a Presidente Dilma continuar, para o hotel ao lado. O Governo do Brasil vai ter que ser montado e construído lá.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Sr. Presidente, V.Exa. me concede a palavra?

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vou seguir a ordem que está aqui.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Eu estou pedindo a palavra!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Vamos começar a discussão, Sr. Presidente!

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Nós achamos importante a votação do parágrafo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu quero fazer uma pergunta... Os Deputados Leonardo Picciani, Paulo Teixeira, Wadih Damous, Aguinaldo e Weverton...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**(Não identificado)** - Rompeu o acordo! Domingo a gente está aqui, Presidente. Domingo, aqui, todo mundo. Romperam o acordo; domingo aqui!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Sr. Presidente, quero fazer uma solicitação à Mesa. Não gastarei mais de 15 segundos.

**(Não identificado)** - Só para lembrar a todos, o Brasil tem pressa!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - São 15 segundos.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Eu quero solicitar a V.Exa...

Câmara dos Deputados 9467 Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Sr. Presidente, por favor, se for atendê-lo, atenda-me também!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu vou iniciar o processo de discussão. V.Exa. tem toda a razão.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - V.Exa. tem que contar o tempo, já que nós concordamos em encerrar às 3 da manhã. Então, V.Exa. vai ter que também... vai até às 4... o tempo para começar a discussão.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Sr. Presidente, eu quero solicitar à Mesa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa. pode solicitar.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Nós temos uma sessão longa, com muitos oradores inscritos. No momento em que V.Exa. encerrar as inscrições, se V.Exa. entender viável, eu pedirei que V.Exa. autorize que os membros e as lideranças tenham cópias das inscrições.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Imediatamente. Imediatamente.

Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, gostaria de pedir que V.Exa. lesse quais são os 10 primeiros oradores, para que eles se preparassem para isso.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, essa questão trazida pela Deputada Jandira Feghali é uma questão central na votação de segunda-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu vou decidir.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - E vou encaminhá-la...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Já recolhi e vou decidi-la.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - E vou encaminhá-la igualmente, em apoio à Deputada Jandira Feghali, por escrito, tendo em vista o fato de alterar a natureza dessa intenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Está claro, Deputado Paulo.

Câmara dos Deputados Fl. 9468 Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - E, por último, quero falar uma coisa, Sr. Presidente. Nesta Comissão poderão, na ausência dos titulares, votar os suplentes. Agora, a definição dos suplentes é que nós estamos discutindo aqui. Portanto, não admitimos qualquer insinuação em relação a qualquer dos votos, mas não pode haver uma modificação da representação partidária nessa definição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado Paulo Teixeira. Deputado Wadih Damous, por favor, se V.Exa. puder ser breve...

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Não é questão de ordem, estou apenas recorrendo da decisão que desconsiderou o cerceamento do direito de defesa. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Claro, V.Exa. tem toda razão.

Tem a palavra o Deputado Aguinaldo Ribeiro

**O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO** - Sr. Presidente, eu gostaria, em homenagem ao acordo que nós fizemos — 4 dias discutindo para que chegássemos aqui e pudéssemos ter um consenso —, de pedir a V.Exa. que recolhesse questões de ordem, a partir de agora, por escrito e que pudéssemos agora iniciar o processo de discussão da matéria. Acho isso fundamental.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Jutahy, que presidiu a sessão de escolha, V.Exa. tem 30 segundos.

**O SR. DEPUTADO JUTAHY JUNIOR** - Sr. Presidente, quero fazer só uma sugestão: como a sessão estava programada para começar às 15 horas já com debate e já são 16 horas e 20 minutos, eu gostaria que nós tivéssemos a possibilidade de que todos os oradores falassem até às 4 horas e 20 minutos da manhã.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Pelo menos até 4 da manhã, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O.k..

Câmara dos Deputados
Fl. 0469
Comissões Especiais

Vamos dar início à discussão da matéria.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Sr. Presidente, eu quero fazer uma observação a respeito da questão de ordem do Deputado.

O art. 218, inciso VIII, é claro ao estabelecer, para a sessão no plenário do *impeachment*, o voto declarado por chamada. Ora, trata-se do mesmo caso. Não existe nada que impeça esse voto de ser declarado aqui. Por analogia, é isso que cabe. A sociedade pede transparência e a maior visibilidade possível em relação às nossas decisões.

Está correto e acobertado pelo Regimento o Deputado Alex Manente ao apresentar a sua questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado Carlos Marun.

Vamos dar início à discussão da matéria.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - Sr. Presidente, eu lhe fiz uma questão de ordem. Na questão de ordem que V.Exa. acabou de responder, eu gostaria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Weverton Rocha.

**(Não identificado)** - Vamos às inscrições, Sr. Presidente! Vamos às inscrições, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu estou tentando.

Faço um apelo ao Deputado Weverton Rocha. É uma questão de ordem, Deputado?

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - É questão de ordem. V.Exa. respondeu a minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Sim, respondi.

**SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - E eu gostaria de fazer uma questão de ordem em cima da resposta que V.Exa. deu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Não. Terá de ser por escrito.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

Câmara dos Deputados
Fl. 970
Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Declaro encerrada a inscrição.

Vamos dar início à discussão da matéria.

O primeiro inscrito, para falar contra, é o Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia.

V.Exa. tem 15 minutos, nos termos regimentais, improrrogáveis.

Eu acho que o tempo de 15 minutos é suficiente, pela experiência de todos.

Se alguém, de certa forma, atrapalhar a fala do Deputado, vai-se suspender o tempo. Não há jeito!

O Deputado Arlindo Chinaglia tem a palavra.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Em primeiro lugar, fala-se a favor do relatório? *(Pausa.)* O.k.

Com a palavra o Deputado Evair de Melo. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - Sr. Presidente, V.Exa. fez um acordo aqui com os Lideres, e eu não estava na reunião. Eu quero cumprir...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA** - Sr. Presidente, é questão de ordem ou é o quê?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Evair de Melo... Não, tem a palavra o Deputado Weverton Rocha. Vamos ter respeito. Obrigado e parabéns, Deputado Evair de Melo.

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - Eu vou participar do acordo, porque a maioria participou. Agora é o seguinte: o Líder não poder fazer uma questão de ordem a V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Pode por escrito! Por escrito!

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - Abre-se um precedente aqui, para dizer que eu não participei e começar a questionar.

Câmara dos Deputados
Fl. 947
Comissões Especiais

Então não adianta, porque, no grito aqui, o meu colega, o Deputado Carlos Marun, falou. V.Exa. falou alto e fez uma pergunto agora. Aí eu não posso fazê-lo? Eu só quero registrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Weverton, V.Exa. tem razão. Eu recolho por escrito e peço desculpas.

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - Então, V.Exa. só me esclareça: eu não vou poder apresentar voto em separado? É só isso que eu quero saber. Eu posso apresentar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu já falei sobre isso.

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - Não, não. V.Exa. disse que não iria ler. Eu estou perguntando: vai-se poder apresentar voto em separado?

**(Não identificado)** - É porque V.Exa. chegou atrasado.

**(Não identificado)** - V.Exa. tem que chegar na hora.

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - Pronto. Além de os colegas monitorarem quem é suplente ou deixa de ser, para estar aqui, agora vão monitorar o horário que eu chego? Cada um vai cuidar do seu mandato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado, em homenagem à disciplina de V.Exa...

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - Era só o que faltava, o suplente agora, se o titular faltar, vai ter que dar satisfação, porque, senão, ele se vendeu ou foi lá pegar um cargo. Aí, agora, vão monitorar o horário...

**(Não identificado)** - Ah, é provável.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Os Deputados que desejarem apresentar voto em separado poderão fazê-lo, se inscritos, respeitada a ordem de inscrição, nos termos dos arts. 57, VII, e 171.

Com a palavra o Deputado Evair de Melo.

Eu peço silencio.

Deputado Evair de Melo, V.Exa. tem 15 minutos.

Vamos respeitar, em nome do povo brasileiro, que quer entender, nos detalhes, o posicionamento desta Casa, desta Comissão, quanto ao voto proferido pelo Relator.

Câmara dos Deputados
Fl. 9472
Comissões Especiais

Deputado Evair de Melo, V.Exa. tem 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO** - Sem silêncio, eu não começo. Perdoem-me! Eu preciso de compreensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu peço silêncio.

V.Exa. tem todo o direito.

**O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiras e brasileiros que nos veem e nos escutam neste momento, foi com muita responsabilidade que a bancada do Partido Verde me convocou para ocupar a titularidade na Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade.

Nosso Direito Positivo, que é fundamentado na necessidade de as coisas estarem gravadas em leis, nos códigos e na Constituição, é imperfeito. Então, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Direito positivo é o conjunto de princípios e regras que regem a vida social de determinado povo em determinada época. Tudo isso é preciso estar escrito em leis. O direto positivo, portanto, é imperfeito, já que as normas e leis estão sujeitas aos desgastes com a evolução da sociedade.

A Presidente do Brasil, além de inúmeros processos em que é acusada, não tem, por suas falas, expressões, gestos e pelos caminhos percorridos, mostrado carinho, compromisso e até alguma felicidade em estar no cargo, o que provavelmente faz-lhe omissa nas decisões que esse Governo toma. Prova disso foi o seu desespero em terceirizar o seu Governo, forçando uma tentativa desesperada de se esconder na sombra do ex-Presidente.

Reputação ilibada é pedra fundamental para o bom combate e para legitimar moralmente o poder. As últimas eleições numericamente deram a ela essa envergadura. Porém, hoje o já escancarado caminho que foi percorrido e a reputação moral totalmente destruída não nos permitem, usando os rigores da lei, deixá-la onde está.

A denúncia oferecida contra a Sra. Presidente da República mostrou-se apenas a ponta de um *iceberg* monstruoso, gigantesco e — por que não dizer? — vergonhoso dos porões da política brasileira.

Câmara dos Deputados
Fl. 473
Comissões Especiais

Dizer que não há crime é querer brincar com a honra dos brasileiros. Estou convencido do crime e digo mais: o corpo, mesmo em estágio avançado de putrefação, permite-nos convencer que foi intencional, premeditado, conspirado, planejado e até — no pior dos mundos —, em alguns momentos, comemorado.

Apesar das condutas dolosas graves que mancharão a história deste País, nada disso nos tirará a vontade, nos rigores da lei e nas prerrogativas constitucionais, de recomeçarmos o Brasil.

A magnitude e o alcance das violações praticadas pela Presidente em grave desvio dos seus deveres fundamentais e a quebra de confiança nela depositada não nos deixam dúvidas de que o melhor para o Brasil é o seu afastamento.

Tudo isso será o oxigênio de que os brasileiros de bem precisam para seguir em frente.

Não há nenhum mal, quando caracterizado o rompimento da harmonia entre Governo e o povo, em trocar-se o Governo. É preciso calçar as sandálias da humildade e deixar a história seguir.

Vejam a história recente, Sras. e Srs. Deputados: Joseph Ratzinger, o Papa Bento XVI — com dez títulos de doutorado no currículo, Chefe de Estado e líder religioso de grau máximo —, reconhecendo sua incapacidade de continuar diante dos enormes desafios que lhe pesavam sobre os ombros, optou pela renúncia e permitiu ao mundo legitimar o seu sucessor, o Papa Francisco, que com certeza é um dos líderes do mundo atual. Não fosse a sabedoria, a inteligência e a humildade de Ratzinger, o mundo não teria a oportunidade de seguir Francisco.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o caos na política, que também passa por esta Casa, e os impactos por ela deixados precisam ser por nós analisados. Ao longo da história, cresci ouvindo histórias dos porões desta Casa.

Aqui cheguei, Sr. Presidente, pela determinação e coragem dos capixabas. Aqui sou cristão novo. Não aceito discussões fáceis, nem mera discussão dialética. Isso pouco tem ajudado o Brasil. Estou enojado. Para os

Câmara dos Deputados 9474 Comissões Especiais

fins justificarem os meios, homens e mulheres se escondem na sombra de um Regimento que, com peças imperfeitas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - A culpa foi minha. Foi o celular.

**O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO** - Sr. Presidente, retomo meu pronunciamento.

Estou enojado. Para os fins justificarem os meios, homens e mulheres se escondem na sombra de um Regimento, com peças imperfeitas que em nada ajudam o processo para termos um Brasil melhor.

A matéria apreciada, pela exposição do nosso Relator, extrapola os limites da simples qualificação jurídica desta ou daquela conduta. O tema diz respeito também a essa crise política, seus contornos e consequências O crime cometido e caracterizado está asfixiando o Brasil que trabalha e produz.

Acima de qualquer segmento, facção, partidos, interesses individuais ou coletivos, este Parlamento deverá ter a atitude jurídica e política para superar a crise. Não há como negar uma total indignação com esses fatos.

São Tomás de Aquino nos ensina: *"Se a meta principal de um capitão fosse preservar o barco, ele o conservaria no porto para sempre"*.

Sra. Presidente, o primeiro degrau para a sabedoria é a humildade. E aí Santo Agostinho nos contempla: *"Prefiro os que me criticam, porque me corrigem, aos que me elogiam, porque me corrompem"*.

E mais, a necessidade, Sr. Presidente, não precisa conhecer a lei. Vale lembrar Rui Barbosa, que nos contempla: *"De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto"*.

Aqui vale caminhar pelas palavras de Barão de Itararé: *"O homem que se vende sempre recebe muito mais do que vale"*.

A Presidente da República descaradamente usa a máquina pública para se defender. E vou recorrer a Nietzche, que, em 1885, disse: *"Quem advoga em causa própria sempre terá um idiota como cliente"*.

Câmara dos Deputados Fl. 9475 Comissões Especiais

Quero lembrar também Charles Tocqueville: *"O momento mais perigoso para um mau governo é aquele em que começa a remodelar-se"*. Assim foi em 2005, quando o Governo fortemente ameaçado, seus dirigentes descaradamente abriram mão de um sistema de coalizão para um escabroso sistema de cooptação, e hoje o que nós estamos ouvindo, sabendo e lendo é a aplicação máxima dessa estratégia. E, para nossos horrores, dizem fazer parte do sistema democrático.

Os gregos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao ouvirem tal aberração, devem estar se contorcendo em seus túmulos, porque lá surgiu o debate e o início da democracia.

Uma engenhoca montada para salvar o poder em 2005 desmoronou 10 anos após.

Além do meu parecer favorável nesta Comissão pela admissibilidade, trago o registro de manifestação de toda a bancada do Partido Verde, Deputados, Deputadas e Senador, que, diante dos fatos, com comprovada participação ou omissão da Sra. Presidente da República, reconhece o final dessa desastrosa gestão.

Aos brasileiros o nosso compromisso da manutenção de todas as garantias sociais já conquistadas. O nosso compromisso é de continuar sendo um defensor das garantias constitucionais do povo brasileiro.

Em especial, fica o meu compromisso com o rural brasileiro: o rural que produz alimento, produz água, é mantenedor da biodiversidade e também de muitas riquezas.

Esse Governo que terminará não teve nem coragem, nem atitude para preservar o setor que alimenta o Brasil e traz superávit para a balança comercial. Na verdade, enquanto a economia pela agricultura produzia sombra, esse Governo ali se escondia, ali se refrescava; quando, no arder do sol, se desmanchou, não teve a competência e a capacidade de encontrar caminhos.

A primeira grande reforma neste País acontecerá quando aqueles pequenos, médios e até grandes detentores de títulos de terra tiverem condições plenas de serem bem-sucedidos nos seus direitos de propriedade.

Câmara dos Deputados
Fl. 9446
Comissões Especiais

Queremos um Brasil, Sr. Presidente, nobre Relator, nobres colegas Deputados e Deputadas, com segurança jurídica, garantias de direitos e que cumpra acordos, não quebrando as correntes de credibilidade. Não há nada mais abominável na história do que um povo que perde a credibilidade.

E, assim, Sr. Presidente, que se fizer um novo Governo, este novo Governo que saiba: não terá vida fácil, encontrará um país mobilizado, decidido a exigir valores e princípios. Precisamos de um país mais cooperativo e mais sustentável, no qual o princípio da transparência prevaleça e seja a base para a construção da legalidade.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que me manifesto, em nome dos capixabas, pela admissibilidade da denúncia e posterior punição exemplar a este Governo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra, como membro, o Deputado e Presidente Arlindo Chinaglia.

**O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO** - Sr. Presidente, distribua a lista para nós, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu já pedi que a lista fosse distribuída.

Há algumas alterações finais, as permutas que alguns Parlamentares enviaram por escrito, e ela já será distribuída.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Pelo menos, os dez primeiros, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais pares, ao cumprimentá-los, penso ser meu dever fazer um registro para nós mesmos e também para a sociedade.

Durante todo o trabalho desta Comissão e até mesmo em plenário, é muito comum os Parlamentares, por dificuldades, até de compreensão, se apoiarem em pareceres — é aquilo que a gente pode concluir — formulados por advogados.

Nesse sentido, há outro movimento que acompanha. Por quê? Se nós precisamos de parecer de advogados é porque os fatos não são claros. Se os fatos não são claros, eles não são suficientes para que se faça desta Comissão e desse processo aquilo que nós poderemos caracterizar, ou poderíamos, como uma tentativa que começou do final para o começo.

Parte também desse processo são as análises, aparentemente desinteressadas, que parte da mídia faz, que os analistas, com ou sem aspas, fazem, dizendo o seguinte: *"Quando chegar a hora do voto, os Parlamentares terão medo das ruas"*.

Pois bem, primeiro, nós aqui temos que agir com a convicção da legalidade da Constituição. Segundo, eu não consigo conceber um Parlamentar com medo, porque ele tem um mandato popular. Eu acho que o nosso medo é de não honrar a nossa história, é de não honrar os nossos amigos, é de não honrar a nossa história, é de não honrar aqueles que votaram em nós. Falo até por mim, especialmente por mim. Eu tive votos de gente que não gosta do PT e é filiado ao PSDB, por exemplo. Eu aproveito, então, para homenagear especialmente aqueles que, não sendo do PT, através das suas convicções democráticas, colocam-se contra o *impeachment*.

Dito isso, eu queria começar com um chiste, até porque, através da sátira, através do humor, faz-se, eu diria, uma caricatura da sociedade. Tem aquela história da professora que chega ao aluno, filho de um matemático, e pergunta: *"Quanto é dois mais dois?"* Ele diz: *"É quatro"*. Pergunta para o filho do físico: *"Quanto é dois mais dois?"* Ele responde: *"Depende do referencial, professora"*. Aí — e reitero que é um chiste — pergunta para o filho do advogado: *"Quanto é dois mais dois?"* Ele responde: *"Quanto é que a senhora quer que dê, professora?"*

Pois bem, é exatamente o que está acontecendo, porque esse é um processo que vem de trás para frente.

A bandeira do *impeachment* começou sem nenhum fato determinado, era uma bandeira no ar. Mas, antes dela, houve a iniciativa do Coordenador Jurídico da campanha do Sr. Aécio Neves — e pasmem os senhores! —, que reivindicou, protocolou uma auditoria no TSE sobre as eleições de 2014, que

Câmara dos Deputados Fl. 9478 Comissões Especiais

mereceu do Corregedor, o Ministro Otávio de Noronha, a seguinte resposta: *"Participaram de todos os passos, tiveram toda a oportunidade e não questionaram. Não pode agora, depois de perder as eleições, apresentar esse tipo de questionamento e não apresentar nenhum fato"*.

Pois bem, sendo assim, eu queria, de pronto, entrar nos dois itens que foram aceitos pelo Presidente da Câmara e que, portanto, compõem aquilo que é essencial no parecer do Relator.

São dois itens. Primeiro, as supostas operações de crédito irregulares. Quanto às supostas operações de crédito irregulares, o relatório do Relator é claro ao dizer que: *"Seria pertinente o aprofundamento da análise dos fatos narrados na exordial, inclusive mediante a realização de diligências."* Ora, depois de praticamente 1 ano discutindo o *impeachment*, depois de várias audiências nas quais falaram aqueles que fizeram a representação e aqueles que fizeram a defesa, se o Relator, com a assessoria de que dispõe, nesse item fala que é preciso, que é pertinente o aprofundamento da análise, cabendo, inclusive, diligência, o óbvio tem que ser estabelecido.

Ele não conseguiu estabelecer aí um crime de responsabilidade. E eu o parabenizo nesse aspecto. Por que eu o parabenizo? Ele nem poderia ter feito de forma diferente. Por que não poderia? É que, nesse ponto, o crime seria mesmo impossível, na medida em que a própria lei que cria a subvenção econômica, no âmbito do Plano Safra, a Lei nº 8.427/1992, atribui exclusiva competência do Conselho Monetário Nacional, do Ministério da Fazenda, do Ministério Planejamento, do MAPA, do MDA e dos bancos públicos para regulamentação, gestão e execução dos programas.

Não é ocioso lembrar que, para caracterizar crime de responsabilidade, tem que ser um ato do Presidente ou da Presidente, e tem que ser um ato que envolva dolo. Portanto, não é ato da Presidente. Portanto, nem haveria como ter dolo.

O segundo item do parecer do Relator diz respeito...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Arlindo, só 1 minutinho.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Pois não.

Câmara dos Deputados Fl. 9479 Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Pare o tempo. É impossível. Eu não estou conseguindo ouvir.

É o momento da discussão de um parecer que pode ou não ser aprovado, que será submetido ao Plenário. Vamos escutar neste momento tão importante do debate, de alto nível. Eu gostaria, na medida do possível, que a gente pudesse ouvir com bastante respeito os Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Obrigado, Sr. Presidente.

Quanto ao segundo ponto, que trata de créditos por decreto, é preciso lembrar que não só são expressamente admitidos pelo art. 4º da Lei Orçamentária, como, por exemplo, em 2001, na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, houve pelo menos 27 decretos de abertura de créditos, utilizando-se fonte de excesso de arrecadação, ano, inclusive, este, em que o Governo do PSDB, de então, não cumpriu as metas de superávit primário.

Pois bem, isso não significa que nós estamos fazendo uma acusação tardia ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Estamos fazendo uma referência para dizer que ele não cometeu, nem a Presidente Dilma cometeu nenhum crime de responsabilidade. O que de fato aconteceu? É uma prática comum, desde sempre. A defesa aqui, através do Ministro da AGU, José Eduardo Cardoso, quando veio a esta Comissão, fez referência, e ninguém contestou — e foi só para fazer um ponto de apoio —, ao Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que fez exatamente a mesma coisa.

Bom, nesse sentido, eu quero agora fazer também aquilo que era um chiste, mas o Tribunal de Contas da União transformou numa realidade trágica. O ex-Ministro Pedro Malan, da Fazenda, do Governo Fernando Henrique Cardoso, certa feita disse, com presença de espírito, com acuidade: *"No Brasil, nem o passado é seguro"*. Pois bem, o Tribunal de Contas da União entendeu que aquilo era uma ordem, entendeu que isso era uma verdade absoluta. Por que entendeu? Porque, em todos os tempos, o Tribunal de Contas da União deu como correta esse tipo de iniciativa.

Câmara dos Deputados
Fl. 9480
Comissões Especiais

Na análise das contas de 2014, o Tribunal de Contas da União levantou 13 pontos de esclarecimento, e esse não era um ponto de esclarecimento. Ou seja, o pente-fino não chegou lá, mas precisava chegar.

Pois bem, foram editados os decretos em julho e agosto. O Tribunal de Contas da União publicou o acórdão somente em outubro. É por isso que no Brasil, se depender do Tribunal de Contas da União e do seu Procurador, nem o passado é seguro. E aqui também foi dito: a partir do momento em que o Tribunal de Contas da União exarou o acórdão, imediatamente o Governo deixou de editar esses decretos.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu quero, uma vez analisando nesses aspectos, que são de difícil compreensão, fazer uma consideração um pouco mais ampla.

Se nós estivermos discutindo o resultado de um Governo... Governo ruim, no presidencialismo, não pode sofrer *impeachment,* só com crime de responsabilidade; Presidente impopular, *idem*; desemprego, *idem*; acusações genéricas de corrupção, menos ainda. São todos temas que nos preocupam.

Nós estamos passando, portanto, por um momento crítico da vida nacional. Crítico, porque o Brasil, de fato, passa por dificuldades, e o mundo está em desaceleração econômica. Na verdade, nós estamos vendo manifestações de professores, de alunos de Direito, de grandes juristas dizendo: *"Não há crime de responsabilidade"*. A sociedade está dividida.

É por isso que, até para legitimar as nossas opiniões, nós temos o direito e o dever de defender aquilo em que acreditamos. Pois bem, nesse sentido, eu já fiz referência à representação do coordenador jurídico da campanha do Senador Aécio junto ao TSE. A resposta do TSE foi dura: gastaram cerca de 1 milhão para que aquilo resultasse numa contradição insanável. De lá para cá, foram praticamente 530 dias no Congresso Nacional e na mídia de acusações, de discursos inflamados, mas só faltam duas coisas: ideias e propostas.

Nós não queremos resumir o assunto e dizer que o Brasil não tem problemas graves. Temos. O Governo errou? Errou. Eu vou dar um exemplo: eu sempre fui contra a desoneração da folha, até porque os mesmos empresários que têm uma prática de sempre mamar nas tetas do Estado são

aqueles que pedem perdão de dívida, são aqueles que normalmente não dão retorno para a sociedade e agora se isentam.

Aí já houve quem... Não vou citar o nome, até porque eu não quero trazê-lo para a minha opinião, mas trata-se de um professor qualificado do INSPER. Ele falou: *"As dificuldades do Governo atual são consequências de uma cumplicidade também da iniciativa privada"*. Então, na minha opinião, houve erros, e estamos pagando por erros na condução econômica.

Portanto, o desafio para qualquer governante, para qualquer Parlamento é exatamente o esforço para tentar encontrar saídas, porque as vítimas sempre são os mais pobres.

É claro que qualquer um pode atacar o Governo, tem o direito de fazê-lo; qualquer um pode questionar os partidos que apoiam o Governo, a começar pelo PT, tem o direito de fazê-lo. Agora, em relação ao tema corrupção, que embala as ruas, é bom lembrar que, na luta contra Getúlio, feita especialmente pela UDN, o centro era a corrupção. Depois, no golpe de 64, era para combater a corrupção, a inflação e a subversão. Depois, veio o próprio Juscelino Kubitschek, e assim sucessivamente. Portanto, nós temos compromisso em combater a corrupção. Nós não temos nenhum compromisso com erro de quem quer que seja.

Agora, é preciso alertar para o fato de que esse acordo de elites, se houver, de fato, a vitória no processo de *impeachment,* que, na minha opinião, respeitosamente, traduz-se em fraude à Constituição, indica, por aquilo que eles não conseguem a partir das urnas, que vão aplicar um programa de ajuste em que, mais uma vez, os pobres serão penalizados.

E aqueles que prometeram que continuariam com os programas sociais, que continuariam a fazer o reajuste do salário mínimo, agora dizem... Aqui a advogada, uma mulher serena, que deu demonstrações públicas da sua serenidade, falou assim: "*Todo mundo sabia...*" Mentira! Se alguém soubesse, teria sido apontado durante a eleição, que foi o momento mais agudo de uma disputa dura.

Câmara dos Deputados Fl. 9432 Comissões Especiais

E, aí, eu quero encerrar, dentro do meu tempo, para mais uma vez cumprimentar os nossos companheiros aqui de Comissão; cumprimentar o Presidente; cumprimentar o Relator.

Finalizo dizendo o seguinte: a Constituição brasileira representou, ao mesmo tempo, o encerramento de um ciclo e a transição para a normalidade democrática. Ferir a normalidade democrática não é algo qualquer. Vamos abrirmos mão das regras. E, quando não se é justo com todos — porque existe a lei, o império da lei —, nós abrimos e estimulamos a possibilidade tanto para a força quanto para a violência, com consequências imprevisíveis.

Portanto, em defesa da democracia, em defesa da legalidade, em defesa de mudanças no Brasil, para melhorar a vida do povo, nós aqui registramos a nossa opinião contrária ao parecer do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado Arlindo Chinaglia.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho, pelo prazo de 15 minutos regimentais, para falar a favor.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero dizer que estou alegre com o conteúdo do parecer. Alegria por ver um parecer lúcido, sóbrio e que retrata a realidade do que ocorreu no Brasil. Inclusive porque V.Exa., Deputado Jovair Arantes, não adentrou em certos aspectos, como todos nós sabemos, claros quanto à violação da lei, para evitar processo de nulidade, para evitar a judicialização desta Comissão.

Aliás, eu gostaria de, pedindo vênia aos nossos pares, me reportar ao patrono desta Comissão, o Deputado Djalma Marinho, e ler um pequeno trecho a respeito do valor do Parlamento. Ele dizia, na época de uma das grandes crises nacionais em nosso País, o seguinte:

> *"Acredito na virtude do Parlamento, que é múltiplo, e, por desconfiar dos homens predestinados e dos sistemas impessoais, que transformam os povos em sujeitos passivos do processo histórico de que deveriam ser*

Câmara dos Deputados Fl. 9483 Comissões Especiais

*protagonistas centrais, recuso a curvar-me diante dos que se fazem porta-vozes iluminados do povo e que manipulam e se autointitulam condutores da sociedade."*

Srs. Deputados, é evidente que nós estamos passando por um processo extremamente grave em nosso País. E quero dizer que, em 125 anos de República, este é o momento econômico mais grave do nosso País; desde a Proclamação da República.

O segundo Presidente da República, Floriano Peixoto, assumiu após a renúncia do primeiro Presidente, no meio de uma guerra civil em mais de 14 ou 15 Províncias, inclusive, com a própria revolução que acontecia no interior da Bahia. O crédito no Brasil havia sido retirado, porque o empréstimo tinha sido feito à Monarquia, e não à República. O Brasil estava insolvente. E, mesmo naquela época, nós não tivemos o quadro de degradação econômica e moral que temos hoje.

Tivemos problemas com a queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1929; com 2 anos consecutivos de queda de PIB no início da década de 30; com o problema que ocorreu em 2008; e até com o Governo Collor. Mas esta é uma situação ímpar. Não há registro na história do Brasil de tal degradação moral e econômica de um Governo, com tudo o que isso pode significar para os mais humildes, para os mais pobres, para aqueles que esse Governo diz representar e defender, quando, na verdade, surrupia principalmente a esperança das pessoas.

Ações fisiológicas, intervenção, aparelhamento são palavras de ordem e método desse Governo.

Nada escapa à sanha do aparelhamento do Partido dos Trabalhadores. Nenhum fisiologista, por mais genuíno que seja, consegue se igualar a esta situação. Estabeleceu-se um bazar a céu aberto, para descrédito e desonra do nosso País. O PT, hoje, é um polvo cheio de tentáculos: MST, UNE, sindicatos, organizações não governamentais, todas aparelhadas e financiadas pelo Governo.

Câmara dos Deputados Fl. 9484 Comissões Especiais

O respeito, nos primeiros anos, aos fundamentos macroeconômicos — que foi para inglês ver —, foi substituído, logo no primeiro mandato, por uma política irresponsável e equivocada de aumento da presença do Estado na economia. A pretensão era, e é, dominar os principais agentes econômicos, e o descontrole do gasto público foi se agigantando ao longo do tempo, sem nenhuma providência. Pelo contrário, hoje estamos num processo crescente de desindustrialização.

Nas estatais, a atual gestão foi a mais desastrosa e criminosa da história do nosso País. É impressionante o que foi feito nas estatais brasileiras! Os fundos de pensão, o setor elétrico, a VALEC e tantas outras estatais estão em petição de miséria, aparelhadas e afrontadas e surrupiadas, infelizmente, com o apanágio e com o patrocínio do Governo Central.

E, vejam, a atual Presidente foi Ministra de Minas e Energia, foi Presidente do Conselho da PETROBRAS. Sob sua gestão, a empresa foi saqueada e levada praticamente à falência. Era a joia da coroa do Brasil. E, aqui, nós escutamos o discurso formal — esta é uma Casa política, senhores —, o discurso formal de que não há crime, de que não há dolo.

Ora, querem tapar o sol com a peneira, e nisso o PT é muito competente, porque utiliza o discurso da repetição com a capacidade de conseguir transmitir aos seus ventríloquos, espalhados por todo o País, um mantra que tem que ser repetido, repetido, repetido, para se tornar verdadeiro: "É golpe".

Golpe? O Brasil hoje é um país inseguro. Entre 194 países, ele é o 11º colocado. É a nação mais violenta do mundo, em números absolutos de assassinatos. As nossas fronteiras estão desguarnecidas, são vítimas das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia — FARC e dos acordos que foram feitos com as nações bolivarianas, todas elas oriundas do Foro de São Paulo. Não há repressão nas fronteiras, e o contrabando consegue vitimar a população e fortalecer o crime organizado.

Na educação, a doutrinação é o método. Nós temos quase 50% das crianças da 5ª série do ensino fundamental analfabetas ou semianalfabetas. O MEC sofreu o maior corte financeiro da sua história. A receita dos livros

Câmara dos Deputados
Fl. 1785
Comissões Especiais

didáticos é a receita de Gramsci, da hegemonia cultural, e da Escola de Frankfurt, da doutrina do gênero, numa tentativa de destruir a família, aplicando uma cartilha que só interessa a um partido de ocasião.

Este País tem dono, e o dono é o povo brasileiro, e não um partido, uma facção política.

Na saúde, as epidemias de zika, de febre amarela, doenças do século passado, do princípio do século passado, o que mostra a incompetência, a ineficiência e a falta de zelo com a coisa pública; o surto de microcefalia, a paralisia do Governo Federal, os hospitais universitários e os hospitais regionais sucateados e abandonados, os cortes no Orçamento do Ministério da Saúde... E mais: a desfaçatez do Governo, que, inclusive, coloca o Ministério da Saúde como uma das joias da Coroa para ser negociado em troca de voto para se livrar do *impeachment*, não respeitando sequer a saúde do povo brasileiro.

Dilma cometeu crime, sim. A Presidente da República desrespeita a Constituição brasileira, desrespeita a separação dos Poderes, edita decretos de suplementação à margem da lei, passando por cima do nosso Legislativo, do nosso Parlamento. Isso quebra o equilíbrio entre os Poderes. Dilma rasgou a Lei de Responsabilidade Fiscal e fez isso de forma sistemática.

Mas não é surpresa nenhuma, porque o Partido dos Trabalhadores não votou a Constituição de 1988, não votou o Plano Real, não votou a Lei de Responsabilidade Fiscal, não votou sequer o Bolsa Escola, de Fernando Henrique Cardoso. O Partido dos Trabalhadores não pode exercer o que não acredita e não pode trabalhar o que não aceita.

*(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Por favor, Deputados! Vamos respeitar o direito de cada um. É a única fala do Parlamentar. Cada um vai ter o direito de falar.

Por favor, Deputado Rogério Marinho.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - De forma reiterada, o Partido dos Trabalhadores votou contra a modernização do País quando estava na Oposição. E quem não votou a Constituição brasileira hoje a levanta como

Câmara dos Deputados Fl. 9486 Comissões Especiais

escudo, mas se esquece de que aqueles do PT que votaram favoráveis foram expulsos do partido.

O PT possui todas as características dos regimes totalitários: fascista, nazista, stalinista, culto ao líder — é o culto ao líder —, apologia de Lula, como se ele fosse o grande pai da Pátria — é a mesma coisa com Stalin, com Hitler —, aparelhamento do Estado, fim da separação dos Poderes, controle da imprensa livre.

Quantas vezes nós estamos vendo aqui tentativas do Governo Federal de tentar manietar a imprensa, amordaçar a imprensa, e uma máquina de propaganda azeitada, que cria uma fantasia ilusória, ludibriando a população, como nos ensinamentos de Joseph Goebbels.

Por isso, há uma competência muito grande no Partido dos Trabalhadores, e vamos escutar aqui vários discursos iguais, parecidos, repetitivos, monocórdios, para dar o tom na militância, para dizer a eles o seguinte: *"Nós estamos sendo injustamente golpeados; nós infringimos a lei, mas todos também o fizeram; nós ultrapassamos o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas outros antes de nós o fizeram, então, estamos isentos; nós temos a condição e a possibilidade de passar por cima da lei, porque para nós isso é permitido, para o Partido dos Trabalhadores, em nome de uma causa e de uma revolução bolivariana".*

Em 1990, o PT, representado pelo seu grande líder, Lula, junto com Fidel Castro, montou o Foro de São Paulo, instituição encarregada de estabelecer as estratégias de expansão do pseudossocialismo na América Latina. Partidos, movimentos sociais, grupos terroristas, como as FARC, passaram a se reunir no afã de pactuar a implantação desses regimes de exceção, regimes com características do regime cubano, que era a grande referência. Dilma segue o mesmo viés, patrocinando, com recursos públicos, governos antidemocráticos e ditaduras sanguinárias na África.

A política exterior brasileira deixou de ter o viés do pragmatismo comercial e passou a ter um viés só ideológico.

O PT montou o maior esquema de corrupção já visto, transformou a estrutura estatal em estrutura de partido. Há uma clara confusão entre o

Câmara dos Deputados Fl. 9487 Comissões Especiais

público e o privado, entre o que é dele e o que é nosso. Tudo voltado unicamente para garantir um projeto de perpetuação de poder. Saqueou cofres públicos, como se o dinheiro lhe pertencesse. A Operação Lava-Jato não deixa dúvidas quanto à formação de uma organização criminosa, como os próprios delatores confirmam.

A todo momento, o PT tenta subjugar o Poder Judiciário, desafia Ministros e promotores e ameaça a Polícia Federal, não respeita instituições. Tratam a coisa pública como se deles fosse e riem dos demais brasileiros. A lista de crimes não para de crescer. Tratam o Judiciário com desprezo, cobrando favores, como se credores de algum tipo de obrigação. Rasgam a Lei e a Constituição, deturpam os seus ditames, justificam o injustificável e tentam esconder os crimes que cometeram com palavras de ordem. A pauta do PT, senhores, é acabar com a democracia!

E, concluo, o *impeachment* é imperativo. A Presidente não tem legitimidade, não governa, não orienta, não determina, titubeante e desconexa, fecha-se no Palácio do Planalto, promovendo, com recursos públicos, *shows* diários de autopromoção, com organizações chapa-branca e movimentos pelegos. E, de lá, manda recados ameaçadores e confusos à Nação brasileira. Chega! O País não suporta mais. A mais alta mandatária da Nação, após corromper e aviltar a sua administração, continua se comportando como um Hugo Chávez tupiniquim de saias.

Todos nós Parlamentares temos o dever e a responsabilidade de virar essa página infeliz da nossa história.

E para o bem do Brasil: *impeachment* já!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado Rogério Marinho.

Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali. S.Exa. dispõe de 15 minutos regimentais.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, esta Comissão foi instalada para analisar dois fatos concretos. Eu até lamento dizer, mas, desde o primeiro dia, eu já imaginava o relatório que viria, porque

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 1433

conhecemos a posição do Relator. Então, não me surpreende nem me decepciona, porque eu já esperava o conteúdo do relatório.

Mas não esperava tamanha ilegalidade e inconstitucionalidade nesse relatório; esperava uma manobra um pouco menos explícita no texto desse relatório.

Em primeiro lugar, quero dizer que eu fui assídua em todas as reuniões desta Comissão e ficarei até o final do processo de votação, não apenas aqui como também no plenário. E quero dizer que a minha primeira consideração quanto à ilegalidade do relatório se caracteriza por algo chamado cerceamento de defesa. Explico por quê.

Eu olhei esse relatório inteiro duas vezes, li detalhadamente, e já aponto claramente, antes de ler a página 54 do relatório impresso, o despacho do Presidente Eduardo Cunha. Aliás, é surreal que ele seja o comandante desse processo na Câmara dada à sua situação absolutamente chocante para a sociedade brasileira.

No seu despacho, no item 10, ele diz claramente: *"Não há dúvida de que todas as acusações formuladas pelos denunciantes são gravíssimas, mas, por outro lado, é igualmente certo também que muitas delas estão embasadas praticamente em ilações e suposições, especialmente quando os denunciantes falam da corrupção na PETROBRAS, dos empréstimos do BNDES e do suposto lobby do ex-Presidente da República. Não se pode permitir abertura de um processo tão grave, como é o processo de impeachment, com base em mera suposição".*

No item 11, claramente, ele diz o que fica na denúncia. Ele espanca, ele escoima da denúncia todas aquelas partes que falam de PETROBRAS, BNDES, medidas provisórias ou contas de 2014 e diz, no item, que só ficam na denúncia a edição dos decretos chamados não numerados, os decretos orçamentários suplementares, e também a relação Banco do Brasil e Governo na questão do Plano Safra, mesmo assim chamada de "alegada pedalada". Sequer ele reafirma isso.

Portanto, o que cabia ao Presidente da Câmara era deferir ou arquivar. Ele arquivou a maior parte da denúncia e deferiu apenas esses dois itens.

Câmara dos Deputados
Fl. 9429
Comissões Especiais

Assim, o relatório do Deputado Jovair Arantes não poderia sequer analisar uma denúncia arquivada, não poderia dispor em 12 páginas — eu contabilizei 12 páginas —, situando item a item da parte arquivada da denúncia. Obviamente que isso induz o raciocínio. Aqui não tem menino, não tem criança — são 12 páginas analisando uma denúncia que não foi deferida, foi arquivada.

Ele diz, na página 54, o seguinte: *"...registro que tenho entendimento firmado de que o juízo de admissibilidade realizado pelo Presidente da Câmara é meramente precário, sumário e não vinculante, o que autoriza que esta Comissão analise a denúncia por inteiro, incluindo aqueles temas que, em um primeiro momento, foram afastados por falta de maiores indícios".*

Aliás, ele diz, lá na página 132, que as atitudes da Presidente são gravíssimas e, na conclusão, na página 142, diz que são indícios mínimos. Ele precisa decidir se são indícios mínimos ou se são faltas gravíssimas.

Em segundo lugar, há uma preliminar da defesa que eu quero aqui reiterar. Preliminar da defesa foi o desvio de finalidade do Presidente da Casa ao deferi-la logo após Deputados do PT terem votado no Conselho de Ética contra ele. E, pior, por terem deferido a denúncia contra o Vice-Presidente Michel Temer pelas mesmas razões em que ele defere a Comissão de Impeachment para a Presidente da República, que são os decretos. Aliás, há 2 dias que o Vice-Presidente Michel Temer foi ao jornal, a um *Jornal Nacional*, a um telejornal nacional para dizer o seguinte: "*Não entendo qual crime que eu cometi, eu apenas assinei os decretos de orçamentos suplementares, o que é uma conduta absolutamente regular, a não ser que eu tenha que voltar para os bancos do primeiro ano da faculdade*". Ou seja, o Vice-Presidente Michel Temer considera que os 4 decretos que ele assinou como Presidente interino, exatamente iguais aos decretos que a Presidente Dilma assinou, não constituem crime, no entanto, ele conspira pelo *impeachment* dentro desta Casa.

O Presidente Eduardo Cunha é réu no Supremo Tribunal Federal. Claro, ele não é um condenado, mas não tem autoridade política para desenvolver e comandar um processo de votação dentro da Câmara dos Deputados, até

Câmara dos Deputados Fl. 0490 Comissões Especiais

porque ele se utiliza do cargo para acelerar o *impeachment*, indeferir outros que lhe interessa — aliás, sua aliança com Michel Temer é muito explícita —, e atrasa o seu processo no Conselho de Ética.

Quero aqui me pautar também por um conceito fundamental que o Relator, em algumas páginas, afirma e, em outras, ele anula. Ele afirma, em algumas páginas da análise de 1992, que o processo de *impeachment* é jurídico predominantemente, porque de fato há que haver o crime constatado juridicamente para que depois se analise se politicamente os agentes políticos, que vão votar, devem avaliar a conveniência ou não de interromper um governo num determinado momento político.

Ora, logo à frente, na página 132 do voto impresso, ele faz uma página inteira de análise política, e diz: "*a profunda crise brasileira não é só econômica e financeira, mas também política, e, principalmente, moral. O Governo perdeu sua credibilidade aos olhos de nossa sociedade e perante a comunidade internacional*". Parece-me que agredir uma Presidente eleita e o ex-Presidente da República é que detrata a imagem no campo internacional.

Aí, ele diz: *"Embora não tenha utilizado, como fundamento jurídico para a formulação deste parecer, as acusações de improbidade, com as constantes revelações das investigações da Operação Lava-Jato, não podemos desconsiderar as investigações da Operação Lava-Jato"*. Ele não tem direito nesta Comissão de abordar a Operação Lava-Jato, como também não tem o direito de dar um prognóstico terrorista da política ao dizer que, se não houver admissibilidade, este País não terá solução.

Eu explicito isso para dizer que os fatos concretos a que a defesa se ateve não podia aguardar um relatório que abordasse questões em que a defesa não pode mais abordar. Ele cerceou o direito de defesa porque colocou aqui matérias que a defesa não pode mais se pronunciar.

Então, esse relatório é ilegal e inconstitucional. E reafirmo que os créditos suplementares orçamentários estão absolutamente autorizados na Lei Orçamentária Anual, porque inclusive eles não ultrapassam a meta fiscal, que foi garantida por 12 decretos de contingenciamento, e foram publicados de

Câmara dos Deputados Fl. 9491 Comissões Especiais

janeiro a dezembro de 2015. Portanto, não há nenhuma violação à Lei Orçamentária Anual, que significaria crime de responsabilidade.

E a relação Governo-Banco do Brasil não constitui operação de crédito. Vamos parar de ludibriar e confundir a opinião pública. É um contrato de prestação de serviço absolutamente regular, e não é a Presidente da República que assina.

Afirmo novamente que não há crime de responsabilidade na denúncia deferida pelo Presidente da Casa, que está em objeto de análise nesta Comissão. As defesas de Nelson Barbosa e de José Eduardo Cardozo foram absolutamente competentes e brilhantes por desnudar a manobra, a manipulação e a tentativa de criar uma Comissão para depois inventar o fato e o crime.

Gostaria de, no tempo que me resta, abordar algumas questões mais amplas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - À vontade.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Nós aqui não estamos analisando nesta Comissão a crise econômica ou questões das políticas públicas. Aliás, se fosse por crise econômica, os Presidentes do mundo inteiro teriam que ser impedidos porque é a maior crise capitalista desde o século XX, basta olhar os dados econômicos e sociais do mundo inteiro, inclusive de países que cresceram 10%, 11%, 12% do PIB não passam de 6%, de 7%, neste momento.

Se formos analisar as dificuldades do Governo, teremos que considerar os 12 anos de conquistas do povo brasileiro, e o que este governo ilegítimo, que quer herdar um Governo eleito por 54 milhões de votos, vai fazer. Basta ver a agenda que foi feita pelo programa *A Ponte para o Futuro*, em que até a valorização do salário mínimo é simplesmente extirpada da possiblidade, a soberania nacional, e a terceirização do trabalho e tantas outras matérias de retiradas de direitos e conquistas do povo brasileiro.

Portanto, esse governo que tentam fazer chegar, que tem Eduardo Cunha como seu Vice, de fato, será ilegítimo e terá muita dificuldade de governar. Pode não durar 100 dias, pelas delações que envolvem o nome de

Câmara dos Deputados Fl. 9492 Comissões Especiais

Michel Temer e de seus aliados, como também abraçados que estão com a Oposição, em que há muitos investigados também.

Por fim, quero dizer o seguinte: o Brasil não está majoritariamente apoiando o *impeachment*. É bom que se diga isso. *(Manifestação no plenário.)* É ruim ouvir a verdade! É ruim ouvir a verdade!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputada Jandira, da mesma forma que o Deputado Rogério Marinho...

Parem o tempo.

A Deputada Jandira tem todo o direito de se expressar da forma que lhe foi garantida pela Constituição.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Eu estou sendo educada, Sr. Presidente, dentro da análise política, não estou agredindo ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa. está com a palavra.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - É bom que se diga que as manifestações de domingo, ou as expressões de absoluta intolerância que hoje vivenciamos em redes sociais e nas ruas, as manifestações que deixam torturador do DOI-CODI acessar o microfone, que pedem intervenção militar, que expulsam inclusive Deputados da Oposição de suas manifestações, que criticam e falam: *"Fora, comunista! Fora, Esquerda!"* e agridem pessoas de vermelho, que são intolerantes na rua e nas redes sociais, inclusive ameaçando de morte — eu, por exemplo, já fui ameaçada de morte em rede social —, porque telefonam...

*(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deixem a Deputada... Por favor, gente.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Com a publicação de meu telefone, alguns grupos começaram a me ligar de madrugada para fazer ameaças. É essa intolerância fascistizante que essas manifestações provocam e que a Oposição sequer consegue capitalizar.

E, pior, fazem manifestações melhorzinhas, em termos de número, muitas vezes, e só no domingo. Não é à toa que o Deputado Eduardo Cunha

Câmara dos Deputados
Fl. 0493
Comissões Especiais

quer botar a votação no domingo, porque há o apoio do Sistema Globo de Televisão, há o dinheiro da FIESP, e essas entidades têm dinheiro internacional.

Nas nossas manifestações, todos falam. Elas são multicoloridas: há negros, há povo, há trabalhadores, há mulheres, há representantes do movimento LGBT, há pessoas de todas as idades, e nenhum partido é agredido ou impedido de falar. São manifestações de tolerância, de solidariedade e de defesa da democracia.

Nós podemos passar rapidamente de uma fase do Estado Democrático de Direito para uma fase de Estado de exceção. É isso o que estamos tentando evitar, porque, se não há crime de responsabilidade... Diferentemente de 1992, quando havia o enriquecimento direto do Presidente da República nas provas que a CPI produziu, hoje não há nenhuma acusação direta sobre a Presidência da República. Portanto, é uma mulher que se comporta honestamente no exercício de sua função.

E se não há crime de responsabilidade, reafirmo, é golpe. Com arma ou sem arma, é golpe, e é golpe institucional.

E digo mais: cada um aqui escolhe o seu tamanho e escolhe o seu lado na história da República brasileira. Eu lamento, Deputado Jovair Arantes, que V.Exa. tenha escolhido esse lugar na história do Brasil, porque, neste momento, o que se trata aqui é do risco da democracia brasileira, porque, se forem colocados 100 votos, o Governo é ilegítimo tendo Eduardo Cunha na Vice, repito: formal. Eu digo que nós teremos uma agenda de absoluto cerceamento da democracia e de cerceamento dos direitos e conquistas deste País.

O Ministro Nelson Barbosa explicitou claramente dividindo os conceitos: *"Não há crime, a Constituição está sendo violada. Não há atentado à Constituição, não há dolo, não há excepcionalidade"*. Todos esses decretos são absolutamente regulares. Não há operação de crédito com banco público, isso é mentira, é confusão para a opinião pública.

É um absurdo afirmar uma questão como essa sem olhar objetivamente a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Orçamentária e a Constituição. É

Câmara dos Deputados Fl. 9494 Comissões Especiais

mentira que há crime. São mentiras as afirmações que foram feitas nesse relatório e que misturam questões políticas, matérias estranhas, e tentam inviabilizar a compreensão correta do povo.

Sr. Presidente, eu sou militante de um partido onde a liberdade é um valor essencial. Nós já perdemos muita gente. E digo mais: a imprensa brasileira não foi cerceada em momento algum.

Aliás, acho, Sr. Presidente, que estamos errando nisso, porque a imprensa brasileira fala, mas muitos órgãos de comunicação não conseguem falar, porque sequer têm o apoio do Governo. Nós precisamos ter pluralidade na informação. Essa é uma dívida com a sociedade brasileira. É preciso dar espaço para a pluralidade da comunicação. Que ninguém saia do ar, que todos permaneçam, mas que outros também tenham o direito de dar sua visão e sua interpretação da sociedade brasileira.

Hoje existe uma verdade única na grande mídia. Lamentavelmente, é assim que se faz golpe. Aliás, a *TV Globo*, que apoiou a ditadura e que já deu tantos apoios a golpes neste País, não faltou agora neste momento. Portanto, *impeachment* sem crime é golpe!

Nós ganharemos, e a sociedade comemorará a democracia brasileira.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado JHC.

Como membro, V.Exa. tem 15 minutos para fazer seu pronunciamento.

**O SR. DEPUTADO JHC** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui para promover justiça, e não vingança.

Aqueles que, há muito tempo, pregaram a democracia participativa — Schumpeter fala sobre democracia participativa e democracia eleitoral — agora se veem usando argumentos eleitorais. Trazem a esta Comissão única e exclusivamente o fato de terem sido depositados nas urnas os votos suficientes para terem a chefia do Poder maior desta Nação.

A democracia participativa se faz ao longo do mandato, durante os 4 anos. Por isso, é importante observar o que as ruas têm a dizer. Neste

Câmara dos Deputados Fl. 9495 Comissões Especiais

momento, não pode jamais um Presidente da República, um Parlamentar qualquer que seja ignorar o que as ruas estão dizendo.

Aqui nós não vamos dividir o País; nós vamos fazer um debate democrático, respaldado tecnicamente, fundamentado juridicamente e, obviamente, com um contexto político, até porque a política veio muito antes, inclusive, do Direito. É isso que nós estamos exercitando aqui, o Direito.

Todas as instituições, quando utilizam a sua prerrogativa, são legítimas. Mas, se esta Casa e o Congresso Nacional usam sua prerrogativa, é colocada em xeque a legitimidade. Talvez nós tenhamos a maior legitimidade possível, pelo nosso papel legiferante, pelo nosso poder de elaborar as leis e de fiscalizar as próprias leis. Foi-se desconstruindo isso, ao longo de anos, por falta de altivez deste Parlamento. E talvez seja este momento a hora de reafirmamos de novo o nosso posicionamento como órgão independente.

Quando Montesquieu, na sua teoria tripartite, pensou em divisão dos Poderes, foi para dividi-los com independência, mas que eles estivessem em harmonia. Então, quando um Poder se sobrepõe a outro, significa dizer que nós estamos indo de encontro ao próprio Estado Democrático de Direito.

Nós estamos aqui tratando da nossa Constituição. E para chegar onde nós estamos, vamos voltar ao passado.

Em 1824, nós tivemos a nossa Constituição imperial, que, em seu art. 99, trazia o chefe maior como um ser inviolável e sagrado. Ou seja, ele não era passível de nenhuma responsabilização.

Se nós formos para a primeira Constituição inglesa, quando se iniciou o constitucionalismo; se nós formos observar a Magna Carta, para a qual propus uma sessão nesta Casa, para homenagear seus 800 anos... Estiveram aqui o Embaixador do Reino Unido e um dos maiores constitucionalistas deste País e do planeta, o Ministro Gilmar Mendes. De forma bem clara, foi destacada como esta Constituição se sobrepôs ao poder absoluto ao colocar o rei abaixo das leis, à época, o Rei João.

Quando nós vamos à Constituição de 1891, vemos o seu art. 53 elencar o rol de responsabilidade do Presidente da República, recepcionado também na nossa Constituição de 1988, no seu art. 85.

Câmara dos Deputados
Fl. 0496
Comissões Especiais

Quando vamos para a legislação complementar, se nós formos analisar os decretos e o trabalho que nós fazemos nesta Casa, nós temos historicamente também o Bill of Rights, que foi do governo de Guilherme de Orange e da Rainha Ana, onde apareceu a primeira vez a palavra *tax* — imposto. Esse documento consolidou a instituição parlamentarista e a regra de que a arrecadação da receita real deveria ser previamente autorizada pelo Parlamento, a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns.

Pela primeira vez você paga, mas você cobra. Então, quem está tomando conta do seu dinheiro tem, sim, que se responsabilizar, se desviar a sua conduta.

Com todo o respeito ao Ministro José Eduardo Cardozo, a quem tenho o maior apreço, por ter dedicado o seu tempo para ir, por diversas vezes, ao Estado de Alagoas... Enquanto Ministro da Justiça, lançou lá o plano Brasil Mais Seguro. Eu acompanhei toda essa trajetória e tive a oportunidade — eu era Deputado Estadual — de reencontrá-lo agora, estando eu como Deputado Federal. Mas foram utilizados alguns argumentos sofísticos, que não têm muita responsabilidade com a tecnicidade. Ou, então, foram mais para confundir do que efetivamente para se explicar, porque em nenhuma defesa que foi feita, em nenhum momento, categoricamente ou taxativamente o Governo disse: *"Eu não cometi uma fraude fiscal. Eu não cometi as pedaladas"*.

E, por falar em pedaladas, isso foi o que fizeram com os pés; imaginem quando isso acabar e descobrirem tudo o que fizeram com as mãos!

Este País tem que ser passado a limpo!

Dizem aqui que o Presidente Eduardo Cunha não tem autoridade. *"Fora, Cunha!"* Também concordo. E o *"Fora, Renan!"*? Por que o Presidente do Congresso Nacional, quando S.Exa., em alguns momentos, em conversas particulares com membros da cúpula do Governo — e saem dali manobras ou tramas para que possa, de certa maneira, perpetuar-se no poder —, por que isso é legítimo, é legal, não é golpe?

Quero ver quando esta matéria chegar ao Senado! Porque, se for por manobra, o próprio Presidente se livrou da cassação numa sessão secreta, etc. e tal.

Câmara dos Deputados
Fl. 9497
Comissões Especiais

Sr. Presidente, o que quero demonstrar aqui é que — isto não está em xeque — nós não podemos personificar este debate. Nós temos que observar o ordenamento jurídico vigente e nós temos que observar a lei positivada. Portanto, o que fizeram do art. 4º da LOA — Lei Orçamentária Anual, já que o decreto foi posterior ao PLN 5 e anterior à aprovação, isso fica configurado, desde já, que eles sabiam que não tinha como cumprir com a meta. Então, isso é um crime de mera conduta, obviamente. E quando nós vamos também falar no art. 11 da Lei nº 1.079, de 1950, vê-se claramente no art. 11 a legislação complementar tipificada ali; ou seja, já está, de forma clara e transparente, a reponsabilidade do Presidente da República.

Pois bem, foi dito que o Presidente da República teria que confrontar a Constituição de forma grave, gravíssima, quando na verdade isso é um engodo. O Presidente da República tem que ter, nos seus atos, imensuravelmente uma conduta transparente, cristalina, ética e honrada com a Constituição. Não pode descumprir uma vírgula, porque senão ele é responsabilizado. Então, se você vai de encontro ao art. 37, que tem os princípios basilares da administração pública, se vai de encontro ao art. 85 e se vai de encontro ao art. 167, da Constituição Federal, você está flagrantemente descumprindo a Lei Maior deste País.

O que foi que fizeram com os nossos bancos no início da década de 90, os nossos bancos estaduais? As pedaladas. Quase que acaba este País!

E o risco deste País? A Nação está sendo colocada em risco, porque milhares de pessoas outorgaram um poder maior, a sua confiança, a alguém que pudesse representá-las na chefia desta Nação.

Lamentavelmente, nós não podemos viver com o brocardo *"The king can't do no wrong"*, que significa dizer: *"O rei nunca erra"*. Nós temos, sim, que vier com o *"The rule of law"*, que é: *"O império da lei"*, segundo o qual todos estão abaixo da lei, inclusive a Sra. Presidente da República.

Nós não podemos deixar de cumprir com o nosso mister, e, amanhã — e já há parecer da Procuradoria, do PGR, dizendo que houve obstrução da Justiça —, haver uma condenação no Supremo, e nós termos deixado de fazer a nossa parte. Já basta o relatório final da CPI da PETROBRAS, que

Câmara dos Deputados Fl. 9498 Comissões Especiais

transformou o maior escândalo deste País e um dos maiores do planeta em nada, virando as costas para a sociedade, desmoralizando esta Casa e desacreditando o próprio Estado Democrático de Direito.

Eu, como jovem — nasci em 1987, quando estava sendo elaborada a nossa Constituição de 1988, com a condução de Ulysses Guimarães e toda a movimentação pela redemocratização do País —, não acompanhei, talvez, o início da década de 90, ainda muito conturbado, mas nós estamos vivendo um pouco daquele momento, com inflação, alta de juros, desemprego. Nós, jovens, talvez ainda não tenhamos sentido aquilo na pele, mas eu não quero, pelo que leio, pelo que escuto e pelo que sei, que nós voltemos a viver como naqueles tempos, porque o povo brasileiro não merece.

A Constituição, a nossa Lei Maior, faz com que nós tenhamos a consciência tranquila para tomar essa decisão, assim como os milhares de pensadores e juristas que elaboraram as leis que eu citei e que sempre colocaram a execução da Lei Orçamentária, uma peça pública que define o uso do dinheiro do povo brasileiro, como algo que deve ser minuciosamente publicado, com audiências, com o acompanhamento da sociedade. Por isso, talvez, agora não queiram a democracia participativa. Querem afastar uma parcela da população, e esse é um erro muito grave — esse é um erro muito grave.

Se nós formos levar em consideração, Sr. Presidente, o número de votos pelo *impeachment* que foi divulgado pelo *Estadão*, ontem e hoje, já há 271 votos, maioria absoluta. Portanto, este Governo já não governa mais. Imaginar um cenário em que a Presidente não saia significaria dizer que os partidos que saíram da base, assim como o PMDB, teriam que recompô-la, do mesmo modo que outros partidos que já declararam que são a favor do *impeachment* porque acham que este Governo é criminoso. Como é que vão se aliar, depois, a um governo criminoso? Isso não é lógico, não é coerente. Se cometeu crime de responsabilidade; se rasgou a nossa LRF; se rasgou a nossa Constituição; se acabou com a credibilidade que tinha; e se tirou a esperança de milhares de brasileiros, eu acredito que esses partidos, mais a frente, não

Câmara dos Deputados
Fl. 9499
Comissões Especiais

vão recompor a base do Governo. Portanto, é preocupante o que está acontecendo.

O povo já impichou a Presidente. Eu, que sou jovem, se Deus me permitir o curso natural da vida, estarei vivo para a história me julgar. Mas, se me omitisse e negligenciasse a situação, por qualquer coisa que fosse, deixaria de ser político. É muito triste ver partidos políticos, Deputados, Parlamentares praticando fisiologismo, "toma lá, dá cá", numa contraprestação totalmente desmoralizante para esta Casa.

O momento agora é de profunda reflexão. Nós não estamos falando em âmbito individual, nós estamos falando de mais de 200 milhões de pessoas, nós estamos falando de Nação, nós estamos de País, nós estamos falando do futuro de todos nós. Por isso, eu peço que ponham a mão na consciência.

O que fizeram com os fundos de pensão — FUNCEF, PETROS, entre outros fundos de pensão —, o duto que foi para a Sete Brasil, isso é uma coisa escandalosa, Presidente! Diante disso, em nenhum lugar do mundo, o Governo ainda estaria de pé!

Sr. Presidente, eu só queria, com a benevolência de V.Exa., mais 30 segundos para concluir e mandar meu profundo apreço ao meu querido Estado de Alagoas, que me honrou e que me outorgou este mandato. Agradeço por ter sido, numa eleição histórica, contra os poderosos de Alagoas, o Deputado eleito mais jovem e o mais votado do meu Estado.

Contem com o Deputado JHC! E Deus abençoe, sobretudo, este grande País, esta grande Nação!

Muito obrigado. *(Palmas. Muito bem!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Pepe Vargas.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadãos e cidadãs que assistem à reunião pela *TV Câmara*, vou começar dizendo o seguinte: um governo eleito pelo voto popular não é simplesmente um fato; é o fato primordial numa democracia. A soberania popular do voto é que constitui um governo eleito.

Câmara dos Deputados Fl. 9500 Comissões Especiais

Muito se falou aqui sobre se *impeachment* é golpe ou não é golpe. *Impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe; *impeachment* com comprovação de crime de responsabilidade não é golpe. Mas *impeachment* de um governo eleito pelo voto popular, no caso específico do qual estamos falando aqui, de 54 milhões de brasileiros, sem crime de responsabilidade cometido pela Presidenta, que sequer responde a um processo judicial, sem a comprovação desse crime, que não existe, é golpe. Com todo o respeito a quem queria aqui dizer o contrário: é golpe.

O art. 85 da Constituição Federal define os crimes de responsabilidade que acarretam perda do mandato presidencial. Não está dito lá no art. 85 que crise econômica é considerada crime de responsabilidade. Não está dito lá no art. 85 que ter baixa aprovação popular é considerado crime de responsabilidade. Não está dito lá no art. 85 que ter minoria no Congresso é considerado crime de responsabilidade.

Aliás, essa tese de querer dizer que o *impeachment* é uma questão política gera grande insegurança jurídica em todos os níveis da Federação brasileira. Se um governo que não detém maioria numa Casa Legislativa pode ser deposto sem comprovação de crime de responsabilidade, o que acontecerá Brasil afora? Um Prefeito que não tem maioria na Câmara será deposto; um Governador que não tem maioria na Assembleia Legislativa será deposto; e um Presidente da República também será deposto.

É por isso que a Constituição brasileira, que estabelece o regime presidencialista, diz que a perda do mandato presidencial é uma questão excepcionalíssima que exige o cometimento de crime de responsabilidade, que, neste caso, não existe, por uma razão muito simples: as razões alegadas para o crime de responsabilidade — crime contra a Lei Orçamentária, pedaladas fiscais, através de operações de crédito não autorizadas, sobre as quais falarei a seguir — não têm sustentação jurídica.

Portanto, os argumentos que justificam a deposição da Presidenta por meio do *impeachment* são argumentos de natureza política, que estão sendo esgrimidos aqui por Deputados que me antecederam e que sequer abordam

Câmara dos Deputados Fl. 950 Comissões Especiais

fatos concretos sobre a denúncia apresentada que o Presidente da Casa acatou e é objeto desta Comissão. Quero deixar isso muito claro.

Eu também sou daqueles que acham, por exemplo, que este Congresso Nacional, junto com o Governo Federal, devia fazer uma grande discussão, por conta da crise econômica internacional real, sobre a melhor alternativa de política econômica aqui; devia fazer, inclusive, uma discussão sobre eventuais erros que o Governo possa ter cometido.

O Deputado Arlindo aqui falou das excessivas desonerações fiscais que foram empreendidas nos últimos anos. Eu sou daqueles que também acha que o ex-Ministro Levy, pessoa honrada, íntegra, errou ao fazer uma política econômica que retirou todos os estímulos da economia. Isso aprofundou a recessão. Esse debate é legítimo. Não estamos aqui dizendo que o Governo acertou em 100%. A questão não é essa. A questão é se a Sra. Presidenta da República cometeu algum crime de responsabilidade ou não. E não cometeu.

Os decretos que são citados como comprovação de que a Presidenta cometeu crime contra a Lei Orçamentária são semelhantes aos também assinados pelo Vice-Presidente da República, que seria o próximo da cadeia de sucessão presidencial. Então, também vai ter que sofrer *impeachment*. Significa que o Sr. Eduardo Cunha vai virar Presidente da República? É isso?

Esses decretos também foram assinados, no mesmo modelo, pelos Presidentes que antecederam a Sra. Dilma Rousseff na Presidência da República — Presidente Fernando Henrique, Presidente Lula —, e o Tribunal de Contas nunca os considerou irregulares, porque não o são. Estão previstos num artigo que vem sendo repetido desde 2001 nas Leis Orçamentárias. No caso da presente Lei Orçamentária, é o art. 4º, que autoriza a suplementação por decreto, quando há excesso de arrecadação, quando há superávit financeiro do exercício anterior, ou quando anula uma despesa para alocar os recursos em outra despesa.

De mais a mais, esses decretos não revogaram o decreto de contingenciamento. Portanto, a meta fiscal foi cumprida. Não houve descumprimento da meta fiscal. *"Ah, mas ela foi modificada. Ela tinha sido definida no início do ano, e depois a modificaram."* Nenhuma novidade na

Câmara dos Deputados Fl. 9502 Comissões Especiais

história da República. Em anos anteriores também a meta fiscal foi modificada, porque a meta fiscal, a exemplo das leis orçamentárias — a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual ou o próprio Plano Plurianual de Investimentos —, é parte do planejamento e exige comprovação da vida real, da execução, da arrecadação, da despesa. Portanto, a meta fiscal pode ser modificada, desde que com autorização do Congresso Nacional. E o Congresso autorizou a mudança da meta fiscal, como autorizou no ano de 2001, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e isso também não foi considerado ilegal.

A operacionalização dos programas sociais e das linhas de crédito subsidiadas para a indústria e para a agricultura, as chamadas pedaladas fiscais, operações de crédito não autorizadas, também foram operacionalizadas da mesma forma em exercícios de Governos anteriores, do Presidente Fernando Henrique, do Presidente Lula, e nunca o Tribunal de Contas da União entendeu que isso era uma irregularidade.

Até pode o Tribunal de Contas mudar a sua concepção, mas, por um princípio basilar do Direito, que é o princípio da segurança jurídica e da irretroatividade de uma lei, se mudou a sua concepção, vale para frente, não se aplica para o passado, em cima de questões já realizadas. Então, se o Tribunal de Contas quer mudar o seu entendimento, a sua "jurisprudência" — entre aspas —, é um direito que tem, mas vale para frente. E já foi dito aqui que o Governo, inclusive a partir da decisão final do Tribunal de Contas, mudou os seus procedimentos, e o fez de forma preventiva, porque o Tribunal de Contas não é a instância que julga as contas da Presidência da República. Essa prerrogativa é do Congresso Nacional.

O Tribunal de Contas tão somente faz um parecer prévio, que serve de embasamento para análise do Congresso Nacional. O Congresso Nacional ainda não julgou as contas da Sra. Presidente da República. Mesmo assim, a partir da mudança de entendimento do Tribunal de Contas, o Governo ajustou os seus procedimentos e está defendendo aqui, nesta Casa, na Comissão Mista de Orçamento, a correção dos procedimentos adotados.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais

E por que não é operação de crédito a operacionalização dos programas sociais? Por uma razão muito simples: é uma conta-suprimento. É impossível calcular o fluxo diário de recursos necessários de uma conta dessa que operacionaliza milhões de benefícios — seguro-desemprego, abono salarial, Bolsa Família. Então, o Governo faz depósitos periódicos. Consequentemente, há dias em que o saldo em conta é positivo, e há dias em que o salto em conta é negativo. Quando é positivo, a Caixa Econômica Federal remunera com juros o Governo, quando é negativo o Governo remunera a Caixa.

Lamentavelmente, o Relator, o nobre Deputado Jovair Arantes, não examinou o saldo médio anual dessas contas-suprimento. Se ele tivesse examinado ele isso, ele teria visto que o saldo médio anual dessas contas é positivo e que ao fim do exercício financeiro esse saldo é positivo. Assim, não houve operação de crédito que o Governo tenha tomado. Portanto, não há o crime de responsabilidade.

Dizer aqui que a equalização das taxas de juros do Programa de Sustentação do Investimento para a indústria e do crédito subsidiado, seja para a agricultura familiar, seja para o agronegócio de escala empresarial, é uma operação de crédito não tem a menor sustentação jurídica, nem no art. 29 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz o que é uma operação de crédito, nem no Direito Financeiro, nem em doutrina alguma, em jurisprudência alguma, em tribunal algum deste País, por uma razão muito simples: quem toma o crédito são os particulares. Os bancos públicos o operacionalizam, e o Governo cobre a diferença de juros.

E as leis — não é uma lei só — votadas por esta Casa e pelo Senado autorizam o Poder Executivo, através de portaria do Ministério da Fazenda, a definir qual é o fluxo de pagamentos dessas equalizações das taxas de juros, que levam em consideração, nas portarias que há muitos e muitos anos vêm sendo adotadas, a média tanto do prazo de pagamento dessas linhas de crédito que particulares tomam como dos prazos de carência. Portanto, esses são procedimentos que sempre foram adotados, procedimentos inclusive definidos no âmbito do Conselho Monetário Nacional.

Câmara dos Deputados
Fl. 9504
Comissões Especiais

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, não há pedalada fiscal. O que existe aqui é uma pedalada jurídica para tentar justificar o injustificável, que é a proposta de um *impeachment* ilegal, anticonstitucional e contra a democracia. É disso que nós estamos aqui falando!

Querem falar de corrupção? Não há problema algum. A Presidenta Dilma tem ajudado a combater a corrupção neste País. Vamos lembrar que ela reconduziu o Sr. Rodrigo Janot para o Ministério Público Federal. Vamos lembrar que ela sancionou a Lei de Combate às Organizações Criminosas, a lei que permite a delação premiada. Só a palavra do delator premiado não basta. Ele tem que provar materialmente a acusação que ele faz, porque senão a delação é mera tentativa de redução do seu tempo de prisão.

Nós não queremos só que aqueles que cometeram corrupção sejam condenados e presos exemplarmente. Nós queremos principalmente que eles devolvam para as empresas públicas os valores que eles roubaram delas. Essa é uma questão central, da qual nós não abrimos mão.

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, integrado por várias instituições, inclusive pela Ordem dos Advogados do Brasil, faz o *ranking* da corrupção. E o *ranking* da corrupção, que lista aqueles partidos que têm políticos cassados por terem cometido algum ato de corrupção, em todos os níveis da Federação brasileira, está lá disponível.

O partido que mais políticos cassados teve por corrupção foi o DEM.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Mentira!

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Depois, vem o PSDB.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Mentira! É mentira!

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Eu peço que V.Exa. assegure a minha palavra, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Vamos ouvir com calma! A mentira e a verdade são da opinião de cada um. *(Ininteligível.)* Vamos ouvir democraticamente!

*(O Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Está mentindo!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Suspenda o tempo.

Câmara dos Deputados
Fl. 9505
Comissões Especiais

**(Não identificado)** - Até os autores desse mapa já revogaram as suas posições!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Pauderney, Deputado Mendonça...

**(Não identificado)** - V.Exa. não pode permitir isso, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado. Claro.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Isto aqui não é opinião!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa. tem a palavra, Deputado Pepe Vargas. Vamos continuar.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Isso não é opinião, isso são fatos. Basta pegar os documentos do Movimento de Combate à Corrupção.

Mas quero deixar claro, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Pepe, esta Presidência queria registrar que o nível do debate até o momento está engrandecendo a democracia. Todas as falas aqui — do Deputado JHC, de V.Exa., do Deputado Marinho, do Deputado Arlindo, de todos os que falaram — engrandecem a democracia. Portanto, V.Exa., da mesma forma, conclua, para continuar engrandecendo e homenageando o povo brasileiro.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Eu quero dizer que este *ranking* que o Movimento de Combate à Corrupção faz também inclui cassação de políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores. Isso são fatos. O que eu quero dizer é que gente desonesta, infelizmente, existe em todos os partidos, assim como existe gente honrada em todos os partidos políticos.

O que não dá é tentar fazer aqui a criminalização de um único partido. O que não dá é dizer que as doações legais feitas pelas empresas investigadas na Operação Lava-Jato para a candidatura da Presidente Dilma são propina. Doaram 56 milhões de reais para a Presidenta Dilma; doaram 53 milhões de reais para o Aécio; doaram para o PMDB, para o PSDB, para o DEM, para todos os partidos. Foram doações legais — legais! Isso não pode ser considerado propina. É preciso deixar isso muito claro. E o que não dá é ter dois pesos e duas medidas!

Essas questões são essenciais para nós reafirmarmos aqui questões fundamentais em relação ao que é o processo de doações eleitorais.

Da mesma forma, essas empresas investigadas na Operação Lava-Jato também têm obras nos Estados. Vamos ver no Estado de São Paulo: 92% das doações eleitorais feitas pelas empresas investigadas na Lava-Jato foram para a candidatura de Geraldo Alckmin. Isso quer dizer que Geraldo Alckmin é corrupto? Não estou dizendo isso, não! Eu só estou fazendo constatações e refutando aqui a ideia de criminalização exclusiva de um partido.

Vamos combater a corrupção de forma exemplar! Nós queremos que quem roubou vá para a cadeia. Mas isto é uma coisa; outra coisa são as questões que estão sendo levantadas aqui relacionadas a crime de responsabilidade da Presidência da República.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, não há crime de responsabilidade. Nós vamos ver aqui — é por isso que nós queremos que os votos fiquem registrados no painel — quem defende a democracia como valor fundamental e quem defende a democracia como mero instrumento de seus interesses políticos: quando lhe interessa, é democrata; quando não lhe interessa, não é democrata.

Não vai haver golpe, porque a Constituição é muito clara: *impeachment*, sem crime de responsabilidade, é golpe! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Tem a palavra, como membro, o Deputado Lelo Coimbra. S.Exa. dispõe de 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas da Comissão, membros da imprensa que nos acompanham aqui, cidadãos e cidadãs que estão em casa a nos acompanhar, nosso País vive dias de turbulências com a profunda crise ética, política e econômica que se abate sobre todos nós e, de maneira mais severa, atinge os mais pobres e os mais jovens: os mais pobres, que veem a inflação corroer seus salários; os mais jovens, que são os mais afetados pelo desemprego.

Nosso papel, como lideranças políticas, com responsabilidades públicas, é buscar saídas, em caráter de urgência, para estancar esta tragédia que invade a casa de milhões de brasileiros. Neste momento histórico, já formamos

Câmara dos Deputados
Fl. 9507
Comissões Especiais

alguns consensos na sociedade civil. O mais importante deles é que a saída para reverter o quadro de paralisa da economia passa, necessariamente, por resolvermos a crise política.

A Presidente Dilma Rousseff não reúne mais condições para governar. Não há mais legitimidade no seu Governo, que se esvai desde o golpe eleitoral, quando apresentou um Brasil que ela sabia já não existir. Além disso, já há fartas evidências de que os mecanismos de financiamento de sua eleição e de suas campanhas foram fruto de corrupção, ou parte foi fruto de corrupção operada em empresas com íntima relação com a PETROBRAS.

Neste momento, deixou de governar, subordinando a instituição da Presidência da República ao seu exclusivo interesse de continuidade no cargo, montando um permanente palanque político-partidário dentro do Palácio do Governo, fato causador de grave distorção institucional, que compromete, isto sim, perigosamente a democracia.

No ambiente palaciano, lidera sucessivos comícios, tentando construir uma paradoxal narrativa de golpe, de desmoralização da Operação Lava-Jato, colocando nas ações do Juiz Sérgio Moro a culpa pelo desemprego e pela paralisia da economia. Seu Governo perdeu a confiança da população, a credibilidade dos mercados e o apoio da base política.

Entre 2015 e 2016, foram perdidos quase 3,5 milhões de vagas com carteira assinada, vagas que estão sendo destruídas. O drama se estende, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, inclusive aos empregos informais, que estão desaparecendo. A renda dos brasileiros desaba, as empresas reduzem salários para não demitirem ou fecharem as suas portas. Todas as projeções apontam que o desemprego ganhará contornos ainda mais alarmantes, sem perspectivas de retomada dos investimentos nas empresas em cujo horizonte só há demissões.

Diante deste cenário, eu quero fazer um registro especial sobre as discussões que os economistas fazem — eu não sou economista, mas acompanho este debate, e esta Casa tem trazido ou repercutido este debate que se faz no ambiente da academia ou da sociedade. Os efeitos internacionais sobre a economia brasileira, sobre a crise e a desaceleração da

Câmara dos Deputados Fl. 9503 Comissões Especiais

economia brasileira representam em torno de um terço da nossa desaceleração. Quanto ao restante da nossa desaceleração, a responsabilidade exclusiva pela nossa crise, por este desastre, está na conta deste Governo: está assinado, está chancelado com o nome Dilma Rousseff, sob a sua liderança.

Esta é a realidade nua e crua do que se passa na economia brasileira. A Presidente Dilma arruinou a economia brasileira.

Na luta contra o seu afastamento, a Presidente compromete ainda mais o País, chutando o "balde" fiscal, promovendo a maior xepa dos cargos públicos. Para quem não conhece o termo ou não está habituado com ele, xepa é o final da feira. Trata-se da maior xepa já vista nos últimos tempos.

Essa feira é tão grande e tão estranha, que até mesmo o Deputado Paulo Maluf demonstrou espanto com o tema e manifestou para os Deputados, aqui e no plenário, que iria mudar o seu voto, pelo afastamento da Presidente, porque não conseguiu compreender a natureza deste assunto, após as negociações com o seu partido. Até o Deputado Paulo Maluf estranhou a natureza dessa xepa, a forma como essa xepa está se estabelecendo neste momento.

Por que chegamos a este ponto? É importante registrar isso porque aqueles que dizem que não vale a pena ou que não devemos tratar deste tema, que não vale a pena ou que não devemos tratar desta discussão na dimensão que eu trouxe até este momento, não querem tratar das consequências que foram os equívocos cometidos pela Presidência, definidos como crime no relatório do nosso Relator Jovair Arantes.

Somados aos grandes equívocos da política econômica, nós passamos a conviver, especialmente nos anos de 2013, 2014 e 2015, com a fraude fiscal, que foi denominada pedalada; com o "maquiamento" da contabilidade pública, chamado de contabilidade criativa; com a usurpação de prerrogativas do Congresso Nacional; com os decretos de abertura de créditos suplementares sem autorização legislativa; com a gestão temerária das finanças públicas, que gerou uma crise de soluções dolorosas sem precedente neste País.

Câmara dos Deputados Fl. 9509 Comissões Especiais

A Presidente não pode se eximir de sua responsabilidade como condutora da política econômica e fiscal do nosso País.

Eu não tenho dúvida, ninguém aqui tem dúvida, de que o cenário para resgatar a condição da economia, o restauro dos empregos, o restauro da credibilidade econômica, a reinserção do País em um novo momento nacional e internacional vai requerer muito esforço dos brasileiros, seja qual for o resultado que nós tenhamos aqui nos próximos 10 ou 12 dias.

Mas a responsabilidade, a culpa, a "chancelada", que está dada, na crise que estamos vivendo tem um nome, tem uma direção, tem uma responsabilidade principal na figura da Presidente, na figura da Sra. Dilma Rousseff.

De maneira competente e precisa, o Deputado e Relator Jovair Arantes apresentou todos os elementos para a nossa avaliação, para o nosso debate e para o nosso voto, seja nesta Comissão, seja no plenário da Câmara.

Não bastassem os fatos referentes à fraude fiscal, temos todas as denúncias de corrupção, tentativas de obstrução da Justiça, condutas e comportamentos inaceitáveis de alguém que ocupa o mais alto posto de direção do País. Da mesma forma que a anterior, este não é o tema que motivou a denúncia, mas é o tema que está no ambiente em que nós estamos discutindo a crise do País, e nós não podemos aqui fazer quaisquer discussões, nem na Comissão, nem no plenário, sem abordarmos o descalabro do que foi visto, o descalabro do que vivemos, o descalabro do que acompanhamos.

Algumas manifestações de desconforto da Presidente sobre este tema lembram muito aquele comentário de que é preferível jogar o sofá fora a se discutir o que se passou naquele ambiente em que o sofá estava. É como se esta discussão não tivesse sentido.

Mas os brasileiros e as brasileiras viram e ouviram tudo o que ocorreu, tudo o que foi trazido a público. O maior incômodo foi o chamado vazamento seletivo, como se vê até hoje, nos jornais e na imprensa, de uma delação premiada que foi homologada. Como disseram alguns que me antecederam, se foi homologada, é porque há comprovação para que ela possa ser

Câmara dos Deputados
Fl. 9570
Comissões Especiais

homologada. O vazamento é que é o problema, não o conteúdo daquilo que lá está.

Portanto, este quadro deliberadamente feito representou um golpe cruel nas esperanças do povo brasileiro, um golpe que enganou a sociedade no processo eleitoral, que enganou especialmente aqueles que deram o voto à Presidente Dilma.

É importante este registro, porque aqueles que não deram o voto à Presidente Dilma não o deram porque não acreditavam no que ela falava, não o deram porque não acreditavam nas suas proposições, não o deram porque não concordavam com o que ela apresentava à sociedade brasileira.

Aqueles que deram o voto a ela acreditaram. Aqueles que deram o voto a ela esperavam que o Fundo de Financiamento Estudantil — FIES continuasse na plenitude em que estava sendo oferecido. Aqueles que deram o voto a ela confiavam na plenitude do controle da inflação. Os que deram o voto a ela confiavam em várias questões que estavam sendo apontadas como impossibilidades de continuarem evoluindo de 2015 em diante.

Estes, sim, foram profundamente golpeados e enganados naquele processo eleitoral, mais do que os que se opuseram.

Portanto, a sociedade sofreu um golpe. Especificamente aqueles que votaram na Presidente Dilma sofreram especialmente um golpe profundo na sua confiança, no seu gesto de confiar em alguém que pudesse levá-los a um porto seguro.

Este é um golpe que se estende ao longo desses 15 meses, numa dura agonia e sofrimento impostos às famílias brasileiras, golpe que agora se agrava ainda mais, pela desfaçatez com que se tratam as denúncias de corrupção evidenciadas, investigadas e punidas pela Operação Lava-Jato, cujas evidências, cada vez mais insofismáveis, devem se prolongar e ir até o fim, atingindo todos aqueles que tenham crimes constituídos, que tenham denúncias evidenciadas e que tenham provas constituídas para as suas punições.

Este golpe em diversos princípios estruturantes do nosso Estado Democrático de Direito, que estão bem redigidos e explicitados no relatório do

Câmara dos Deputados
Fl. 9511
Comissões Especiais

nosso Relator Jovair Arantes: separação dos poderes, controle parlamentar das finanças públicas, responsabilidade e equilíbrio fiscal, planejamento e transparência das contas de Governo, boa gestão do dinheiro público, respeito às leis orçamentárias e à probidade administrativa.

Estes princípios estruturantes do nosso Estado Democrático de Direito sofreram um profundo golpe, golpe em nossa jovem democracia, golpe nas eleições com proposições ilusionistas e mentirosas, golpe na esperança que fragiliza a confiança da sociedade em suas instituições.

Este golpe, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Relator, que se prolonga e se acentua precisa ser interrompido. A interrupção desse golpe deve ser feita dentro do ambiente democrático e do Estado Democrático de Direito, previstos na nossa Constituição Federal.

É isso que estamos fazendo nesse momento, usando os instrumentos do Estado Democrático de Direito, usando os instrumentos da Constituição Federal, usando os instrumentos que a sociedade, por meio do Parlamento, constituiu para que, em momentos de crise como este, pudessem ser adotados, para que a sociedade, protegida por esses instrumentos, por meio dos seus representantes, pudesse se reconstituir para o seu caminho.

Por isso, eu voto no relatório apresentado. Eu voto neste relatório, em defesa do povo brasileiro. Eu voto neste relatório, contra o golpe que se prolonga em agonia. Eu voto neste relatório, pelo resgate da credibilidade das instituições. Eu voto neste relatório, pela apuração, até o fim, das denúncias feitas pela Operação Lava-Jato. Eu voto neste relatório, para que cesse a ameaça de ingovernabilidade no País. Eu voto neste relatório, pela restauração dos caminhos do Brasil na política, na ética e na economia.

Por este motivo, eu defendo neste momento e me posiciono nesta Comissão, como o farei no plenário desta Casa, a favor do *impeachment*. Eu me posiciono a favor do afastamento da Presidente Dilma Rousseff das suas funções de Presidente da República. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado Lelo Coimbra.

Com a palavra o Deputado Wadih Damous.

Câmara dos Deputados Fl. 9512 Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, Srs. Deputados, membros desta Comissão, primeiramente, eu tenho o dever de saudá-lo, Sr. Presidente, porque esta Casa às vezes reflete, no seu interior, o clima de hostilidade, de intolerância e, às vezes, até de xingamentos que passa na sociedade, e são raros os reconhecimentos de condutas corretas, como tem sido a de V.Exa. à frente da Presidência desta Comissão na condução dos trabalhos.

Então, eu quero, pessoalmente, saudá-lo pela conduta reta, pelo equilíbrio, pela democracia com que V.Exa. vem conduzindo, até o momento, os trabalhos desta Comissão.

Mas, Sr. Presidente, infelizmente, isso não basta para conferir juridicidade e legalidade ao que nós estamos debatendo aqui. Na primeira sessão, num gesto simbólico muito importante, V.Exa., corretamente, distribuiu cópias da Constituição, mas é insuficiente distribuir a Constituição se ela não é lida, se ela não é corretamente debatida, se ela não é estudada, e fica apenas como capa de um livro impresso numa gráfica, quando o que importa são os seus valores, os seus princípios, as suas regras, que, infelizmente, têm sido desrespeitadas diuturnamente, inclusive dentro desta Comissão e dentro desta Casa.

Eu tenho todo o respeito pelo Relator. Como este é o meu primeiro mandato, não tive a oportunidade de conviver, nos debates legislativos, com S.Exa. Portanto, tudo o que eu disser aqui quanto ao relatório não significa desmerecimento do papel e da conduta do Relator, mas eu tenho que dizer que o relatório integra o jogo político que está em voga hoje no País: o jogo político rasteiro e, como peça jurídica, imprestável, de cabo a rabo. Mistura conceitos, não domina conceitos que deveria dominar, porque fazem parte do debate.

Aliás, Sr. Presidente, eu ouvi com muita atenção todos os colegas e todas as colegas — uma colega só — que me antecederam aqui. Se eu estivesse no lugar de V.Exa., eu nomearia um defensor dativo para o relatório, porque até agora ninguém aqui pegou o microfone para defender o relatório, para discorrer sobre o relatório, para destacar os pontos mais importantes do relatório, para dizer por que o relatório é válido.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais

O que nós ouvimos aqui foram discursos sobre bolivarianismo, sobre o MST, sobre a inflação, sobre relatórios da Operação Lava-Jato, sobre isso, sobre aquilo, enfim, tudo aquilo que não consta ou não deveria constar do relatório. Foi só isso que nós ouvimos na coluna destinada a falar a favor do relatório.

Portanto, Sr. Presidente, fica esta sugestão: talvez seja necessário nomear um defensor dativo para o relatório, porque ninguém está defendendo o relatório aqui. O relatório está sendo atacado, e o que nós estamos ouvindo aqui são discursos de matérias absolutamente estranhas ao que deveria estar sendo debatido nesta assentada.

Por que eu digo, Sr. Presidente, e repito, e o faço com todo o respeito, que o relatório é ruim, que o relatório é fraco?

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Sr. Presidente, eu ouço, com atenção e em silêncio, todo mundo que fala aqui. É uma falta de respeito impressionante!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa. tem razão.

Por favor, peço aos amigos Deputados e Deputadas que prestem atenção ao pronunciamento do Deputado Wadih Damous.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Eu não xingo ninguém aqui, não faço ataques pessoais a ninguém aqui. É impressionante isso!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa. tem toda a razão.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Sr. Presidente, o relatório, primeiro, contém uma série de nulidades. Eu não vou me deter em cada uma delas, porque já foram bem destacadas aqui pelo Ministro José Eduardo Cardozo e constam da defesa que foi protocolada nesta Mesa pelo Advogado-Geral da União.

Por conta da minha trajetória pessoal, da minha trajetória institucional, uma dessas nulidades me chama muito a atenção e acaba, infelizmente, dialogando com o momento que nós vivemos no País hoje. Em nome de um chamado combate à corrupção, que eu diria um hipócrita combate à corrupção

Câmara dos Deputados Fl. 9514 Comissões Especiais

em voga no País, há uma série de princípios e valores constitucionais que estão sendo, hoje em dia, vilipendiados, desrespeitados. São os valores, são os princípios que constituem os pilares da nossa democracia: o princípio da presunção de inocência, o princípio do contraditório, o princípio reitor do devido processo legal e o princípio, Srs. Deputados — eu volto a alertar, e eu disse isso numa das minhas intervenções aqui —, o princípio da ampla defesa, sobretudo o tratamento que se dispensa aos advogados. A maior parte aqui tem advogado contratado.

O que se viu aqui? No dia em que o Vice-Advogado-Geral da União tentou fazer uso da palavra, foi quase que escorraçado aqui de dentro desta Comissão. Não fosse a intervenção pronta e democrática de V.Exa., Sr. Presidente, o colega teria sido escorraçado aqui. Isso diz muito com o momento que nós estamos vivendo.

O Advogado não teve direito à palavra, e isso, Sr. Presidente, é aquele velho ditado, e me permitam talvez uma certa informalidade: *"Pau que dá em Chico dá em Francisco"*. Hoje é o advogado que defende a outra parte; amanhã pode ser o nosso advogado, vítima de arbitrariedade, vítima de tentativa de calar a defesa.

O relatório fala mais, é mais eloquente naquilo que ele não contém do que naquilo que ele contém. No relatório não se ouve a voz da defesa! No relatório não se ouve a voz da defesa, e isto também está em voga nos dias de hoje, em que não há mais distinção entre juiz e acusador. Todo mundo é acusador. E quem sofre com isso é a defesa. Eu repito: nós vivemos um momento em que quem está sendo prejudicado com isso é um lado da relação política; amanhã pode vir a ser o outro lado, a não ser que tudo isso que esteja acontecendo hoje só valha para hoje.

Nós não estamos construindo uma jurisprudência, estamos construindo uma série de violações, de hostilidades ao texto constitucional, mas que só valem aqui para a Presidenta Dilma, só valem para o PT, só valem para o ex-Presidente Lula. Tudo isso vai ficar enclausurado só para eles. Se não for assim, é bom prestar atenção, porque o vento que venta lá venta cá.

Câmara dos Deputados
Fl. 9515
Comissões Especiais

O relatório é eloquente em não se ouvir a voz da defesa, e as poucas manifestações aqui hoje que fizeram menção ao relatório fizeram menção a questões que não deveriam estar no relatório e que, aliás, constituem outro item de nulidade. Não basta — e aqui não há ingênuos — dizer: *"Não, o relatório acolheu apenas os dois itens que foram delimitados pelo Presidente da Casa Eduardo Cunha"*.

Aliás, eu quero abrir aqui um rápido parêntese. O Presidente Eduardo Cunha é corretamente muito criticado e com muita veemência, e com muita contundência, mas, no despacho, ele agiu corretamente. Agora, agiu corretamente por quê? Ele tem apego ao ordenamento jurídico? Ele tem apego à ordem jurídica? Obviamente, não. Se há alguém aqui inimigo da ordem jurídica, é o Deputado Eduardo Cunha. O Deputado Eduardo Cunha, inteligentemente, delimitou o pedido aos atos praticados no curso do atual mandato. Quando ele fez isso, estava pensando nele, Eduardo Cunha. Mas, de qualquer maneira, fechado esse parêntese, ele agiu corretamente. Agiu corretamente, ao delimitar o pedido naquilo que ele poderia configurar como crime de responsabilidade.

Aliás, o pedido como um todo é outro alinhavado, com todo respeito também, de baboseiras, de inconsistências e do jogo politico rasteiro. Foi o que se viu aqui na defesa, aliás, um relatório que precisa de 150 páginas para mostrar que houve indícios de crime de responsabilidade. Não poderia entrar no mérito, mas o Relator entrou no mérito o tempo todo, o tempo todo. E foi preciso que os autores viessem esclarecer o que era o pedido, coisa que também não conseguiram fazer.

Isso mostra absoluta inconsistência tanto do pedido quanto daquilo que o Deputado Eduardo Cunha delimitou para ser caracterizado como crime de responsabilidade, que não há. E é por isso que nós dizemos que é golpe, porque não há, não basta estar na Constituição. Basta ver a desatenção daqueles que estão inscritos aqui a favor do relatório com o próprio relatório. Ninguém se debruça aqui, Sr. Presidente, para dizer: *"Olha, houve crime de responsabilidade aqui por isso, por isso, por isso, por aquilo"*. Por desrespeito à meta fiscal?

Câmara dos Deputados Fl. 9516 Comissões Especiais

Sr. Presidente, eu fico imaginando um cidadão estrangeiro que, porventura, resolva acompanhar o jogo político, a vida política aqui no País. Aí poderemos vir a ter uma Presidenta da República impedida de continuar a exercer o seu mandato, porque não cumpriu aquilo que se chama de meta fiscal, quando quem abriu o processo contra ela é réu no Supremo Tribunal Federal por crime de corrupção e lavagem de dinheiro.

Sr. Presidente, o povo não vai entender isso. O povo entende o pagamento do Bolsa Família, o pagamento dos programas sociais. E se a Presidenta fez o que fez para honrar o pagamento do Bolsa Família, do FGTS, dos programas sociais, ela tem de ser aplaudida, e não impedida. Aliás, isso mostra o preconceito ideológico da Oposição com os programas sociais. Isso deixa um alerta ao povo brasileiro do que advirá caso esse golpe...

*(O Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu queria pedir atenção, por favor, ao pronunciamento do Deputado.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - ... caso esse golpe que se tenta perpetrar aqui nesta Casa venha a ter sucesso. Eu afirmo a V.Exa. e afirmo para quem quiser ou não quiser ouvir: nós teremos um cenário de barbárie social, barbárie...

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Está ameaçando? Está ameaçando?

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Querida Comissão, Deputados, vamos aguardar. O Deputado merece respeito.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Mas, Presidente, ameaçar? Ameaçar? Já basta o que fazem no Palácio do Planalto. Agora querem ameaçar aqui? Isso é um desrespeito, isso é antidemocrático.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Sóstenes, a palavra parlamentar do Deputado Wadih Damous está garantida pela Constituição.

Por favor, Deputado, V.Exa. tem a palavra.

Câmara dos Deputados Fl. 9517 Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Sr. Presidente, entra por um ouvido e sai pelo outro; eu só quero a minha palavra assegurada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Está garantida.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Será uma barbaridade em termos de direitos sociais, que serão, com toda certeza, revogados; programas sociais que, com toda certeza, serão revogados. Basta ver esse tal programa para o futuro aí, que é o cenário da barbárie. Não precisa fazer guerrilha para ter barbárie, não. Barbárie é o que eles vão implantar aqui se esse golpe se perpetrar.

Então, Sr. Presidente, o que nós temos, o que o relatório deveria ter apontado e não conseguiu apontar — e, por isso, deveria ter opinado pelo arquivamento disso que nós estamos apelidando aqui de "denúncia" — é: não houve prática de crime de responsabilidade.

Os decretos suplementares que a Presidenta editou estão absolutamente autorizados pelo art. 4º da Lei Orçamentária. Aliás, a confusão que se faz entre Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Orçamentária não se deve simplesmente a ignorância jurídica. Acho que isso decorre de má-fé. Confundir conceitos, conceitos técnicos que, muitas vezes, o cidadão comum não acompanha? Por isso, esse debate deveria ser travado com o rigor que a complexidade desses assuntos exige, e não mediante discursos de bolivarianismo, de inflação.

Isto cabe lá no parlamentarismo. No parlamentarismo, pode-se afastar o gabinete, pode-se afastar o primeiro-ministro, por questionamentos políticos, por causa de crise econômica, porque o governo não agrada mais, porque o governo está impopular. Aqui, não pode.

E só há mais uma questão, Presidente. Falando das ausências aqui no relatório do Deputado Jovair Arantes, ele deveria ter enfrentado também o fato de que todos os governadores das Unidades da Federação praticam aquilo de que é acusada a Presidenta Dilma. Todos! E não se enfrenta, em uma linha do relatório, essa questão.

Então, este é o País onde o Sr. Presidente desta Casa, que abriu o processo de *impeachment*, em claro desvio de finalidade, que já tem uma

Câmara dos Deputados
Fl. 9518
Comissões Especiais

nulidade também na sua origem; onde um determinado governo de Unidade da Federação, a sua alta cúpula, é acusado de promover roubo de merenda; e nós estamos aqui querendo golpear a Presidenta?! Não, isso é golpe!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris, como não membro, pelo prazo regimental de 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, eu acabo de ver uma incoerência tamanha numa manifestação, que me deixa pasmado! Há uma tentativa de transformar isto num debate, como se aqui fosse o Supremo Tribunal Federal: a questão jurídica. Fixa-se nisso, e, no final da história, criticando o conjunto da obra, a crítica se apresenta, mas, ao final, apresenta impropérios e, mais do que isso, aleivosias sobre ações que a Oposição aqui critica nesse Governo.

Acabam de falar de governos estaduais. Especialmente um dos Deputados fala que o Governo de São Paulo edita decretos. O Governo de São Paulo não tem banco público para assaltar. O Governador Alckmin edita decretos, e não tem banco público para sustentar as malandragens orçamentárias que foram feitas aqui nesse Governo.

E tem mais, tem mais ainda: falam bastante na tentativa de transformar isto aqui num tribunal de debate jurídico. É verdade. Será preciso, sim, um mínimo de apresentação de crime de responsabilidade para justificar a admissibilidade do pedido de *impeachment*.

Eu vou dar aqui um conceito. Não importa a abertura de crédito suplementar em si; o que importa é se ele está dentro da meta que foi anteriormente autorizada pelo Legislativo. A meta verifica-se a cada bimestre. A Presidente já sabia que não estava dentro da meta e continuou a emitir decretos. Aí está o crime praticado pela Presidente da República Dilma Rousseff.

E a Constituição, que aqui foi reivindicada como presença no debate, diz claramente da responsabilidade do Presidente da República no art. 85, inciso VI:

Câmara dos Deputados Fl. 9519 Comissões Especiais

*"Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:*

.....

*VI - a lei orçamentária..."*

Está aí, Deputado Jovair Arantes. V.Exa., que foi tão bem do ponto de vista dos preceitos que defendeu, para mostrar o crime de responsabilidade, diz, num determinado momento do seu relatório, na página 129:

*"O exame dos decretos abertos sem autorização legislativa mostrou que o Governo abandona a meta fiscal aprovada pelo Legislativo e passa a se orientar por uma meta ainda não aprovada pelo Legislativo, usurpando um dos direitos básicos do Poder Legislativo, que é aprovar a meta fiscal."*

Portanto, V.Exa. tem todo o meu apoio neste relatório. É um relatório, inclusive, baseado em algumas posições muito claras do ponto de vista jurídico, estabelecidas aqui pelo Prof. Hélio Bicudo. O Prof. Hélio Bicudo talvez traz boas lembranças aos petistas aqui desta Casa, como fundador do PT, que, por sinal, é respeitado como jurista; Miguel Reale Júnior, professor de Direito, é respeitado internacionalmente pelos seus livros, pelas suas publicações; e Janaina Conceição Paschoal deu aqui uma demonstração clara de competência, quando argumentou claramente sobre essa questão.

Sr. Presidente, eu estou sendo impedido de falar aqui ou, pelo menos, incomodado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Por favor!

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Eu gostaria de dizer claramente: a Janaina Paschoal esteve aqui e deu uma demonstração clara de competência, com argumento jurídico, para justificar essa posição de crime praticado pela Presidente da República.

O processo que discutimos aqui hoje é o principal fato do País. Pelo desgoverno instalado no Palácio do Planalto e pela enorme crise por que

Câmara dos Deputados Fl. 9520 Comissões Especiais

passam os brasileiros, é o grande e mais importante fato que aqui debatemos. O interesse da Presidente Dilma Rousseff neste momento não é governar, como não foi nos últimos meses, como não foi nos últimos anos. Aqui há um gráfico que mostra a sua incapacidade, a tragédia dessa má gestão da Presidente Dilma. Isso também foi trazido pelo relatório, o que foi afirmado aqui que não se discutiu. Mostra claramente os governos anteriores, a partir de 2004, inclusive o próprio Governo do PT, mas, quando chega ao Governo da Presidente Dilma, há essa queda no saldo da conta de suprimento para o pagamento de benefícios sociais.

Sr. Presidente, nós estamos diante da maior rejeição de um governo da República. A rejeição é imensa! Eu diria até que isso nunca foi visto na história deste País. Isso nunca visto na história deste País. Nós temos hoje, Sr. Presidente, na verdade, uma situação em que a Presidente Dilma foi eleita em cima de uma campanha de ficção, e os brasileiros sabem disso e estão nos acompanhando neste momento. Para quem não tem boa memória, basta buscar na Internet o que ela prometia em campanha e o que realizou como Presidente da República, principalmente neste primeiro ano, quando demonstrou claramente o seu total descompromisso com os interesses da sociedade brasileira que ela defendeu na campanha. Ela foi vitoriosa em cima de uma ficção. Alguém preparou para ela essa ficção e hoje está respondendo criminalmente ao Juiz Sérgio Moro, está preso. Por sinal, esse Governo está farto de gente na cadeira para poder responder pelas malandragens da corrupção praticadas neste País ao longo desses últimos anos.

Quero dizer mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados: a Presidente Dilma foi incapaz de dialogar e desenvolver ações que edificassem o Brasil e melhorassem as condições da população. É difícil afirmar que a Presidente Dilma foi completamente incompetente. Ela foi competente, sim; foi competente no comando do Conselho de Administração da PETROBRAS. Aí ela foi competente! Aí ela atuou de maneira muito competente! Nesse aspecto, sim, tem que se dar a mão à palmatória.

Se a Presidente do Conselho não analisou relatórios de contratos da PETROBRAS que eram de sua responsabilidade, foi porque confiava nos seus

Câmara dos Deputados Fl. 9521 Comissões Especiais

assessores, confiava naqueles que ela indicou para a PETROBRAS e que hoje estão presos respondendo por crime de corrupção, formação de quadrilha e tantos outros crimes mais. É isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que está em jogo neste momento.

A Presidente tenta comprar apoio político para não cair, mesmo sabendo que o povo não confia mais nela. Como pensar em um Brasil melhor se a Presidente da República age mostrando que vale tudo para ficar no poder, sustentada e assessorada pelo ex-Presidente Lula?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é um tribunal político-jurídico. A base jurídica está aí, e a questão política mais importante que nós defendemos neste momento é a sociedade nas ruas. A sociedade nas ruas pede a instauração do impedimento da Presidente Dilma, porque é um imperativo ético. Mais do que isso, a credibilidade ausente e a necessidade de recuperar a credibilidade e resgatar as instituições.

O fim da impunidade é o que reivindica a sociedade brasileira; a recuperação da governabilidade, porque ela não tem apoio. E o pior que pode acontecer neste País é a Presidente Dilma continuar no Palácio do Planalto! Esse é o pior dos mundos para a sociedade brasileira, para este País, para o nosso País verde- amarelo.

E, por sinal, nesta última Sessão Legislativa, no plenário, fomos impedidos de usar o símbolo nacional, a Bandeira Brasileira, nos eventos que estamos fazendo aqui. Um Deputado que esteve na tribuna disse: "*Por que estão usando o símbolo nacional, cantando o Hino Nacional?*". Porque o nosso coração é brasileiro, é verde- amarelo, não é vermelho! É por isso que nós estamos cantando o Hino Nacional. É por isso que temos o verde-amarelo.

E é isso que a sociedade está pedindo, em todos os rincões, nesta situação trazida aqui pelo pedido de *impeachment*.

Para concluir, Sr. Presidente, o crescimento do desemprego — 9,5% —, o retorno da inflação, a desconfiança...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Infelizmente, Deputado, o seu tempo acabou.

Câmara dos Deputados Fl. 9522 Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Eu quero agradecer a V.Exa. Falaremos no Plenário sobre esse incômodo do PT com na aprovação dessa admissibilidade. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, eu queria dizer, em primeiro lugar, que o PSOL é um partido de oposição programática, democrática, ideológica ao Governo que está aí, o Governo Dilma.

Nós repudiamos a política econômica tocada por esse Governo, que também é de ajuste fiscal, é de privatizações e tem tirado direitos dos trabalhadores.

As pessoas poderiam dizer: *"Poxa, mas seria muito mais fácil para o PSOL votar pelo* impeachment*, uma vez que uma maioria circunstancial é favorável ao* impeachment*."* Seria confortável para nós, mas não é da nossa índole.

Nós procuramos coerência e verdade. Nós queremos argumentos políticos que justifiquem uma posição política. E, neste momento, eu queria dizer o seguinte: qualquer um que suceda Dilma Rousseff, entre os que estão previstos aí — Michel temer ou uma nova eleição em que ganhe o Aécio Neves —, têm um programa mais liberal, que retirará mais direitos dos trabalhadores. E quem vai pagar a conta da crise é o povo trabalhador. Essa é uma premissa que eu quero fazer.

Em segundo lugar, quero fazer uma preliminar, que é a presença, ainda, de quem deu início ao processo de *impeachment* na Presidência da Câmara dos Deputados. É uma vergonha nacional, é um escândalo internacional que alguém com esse somatório de acusações, réu no Supremo, detentor de 11 contas na Suíça, conte ainda com a anuência dos Parlamentares para permanecer à frente deste processo.

Nós, do PSOL, repudiamos isso. E teve que partir do PSOL — um partido de apenas seis Deputados — entrar no Conselho de Ética contra Eduardo Cunha, e há 6 meses ele está protelando isso. E agora ele quer determinar o calendário do *impeachment*. Vergonha!

Câmara dos Deputados
Fl. 0523
Comissões Especiais

Nós, do PSOL, não toleramos isto: quem preside o processo de *impeachment* é uma pessoa corrupta, que o Supremo Tribunal Federal deveria afastar imediatamente do cargo, porque impede as investigações contra ele próprio no Conselho de Ética.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, nós queremos falar da luta contra a corrupção, porque esse é o tema que está na cabeça das pessoas, não são as pedaladas fiscais, razão do voto do Relator. O que está na cabeça das pessoas é que existe muita corrupção e que alguma coisa precisa mudar, mas não sabem como.

E eu só queria dizer que é óbvio que grandes manifestações foram de repúdio à Dilma, outras, de apoio. As grandes foram de repúdio. Mas é preciso lembrar que Aécio Neves e o Governador Alckmin também foram hostilizados na Avenida Paulista. E isso tem um significado político: as pessoas não sabem que projeto querem.

E eu quero perguntar a quem nos ouve e assiste: qual é a diferença de política econômica que existe entre Pedro Malan, Antonio Palocci, Joaquim Levy, Armínio Fraga, Henrique Meirelles, Pérsio Arida? Todos eles serviram ao PSDB e ao PT? Qual é a diferença que existe? Nenhuma. Todos fizeram política de ajuste fiscal.

Está escrito na Constituição Brasileira que é preciso fazer a auditoria da dívida pública. Existem ilegalidades enormes na constituição da dívida pública, que consome uma parcela enorme do orçamento brasileiro. Ninguém discute, porque aí nós vamos bater de frente com o capital financeiro, com os rentistas. E é por isso que o Brasil tem a maior taxa de juros do mundo. Quem discute isso? Por que os partidos, os presidentes que se sucederam não foram cassados por desrespeitar a Constituição, por não fazerem a auditoria da dívida? Essa é que a questão. Porque o modelo é o mesmo. Esse modelo é excludente.

O que se quer fazer é outra reforma. Vai haver agora a reforma trabalhista, a reforma previdenciária. Para quê? Para retirar direitos dos trabalhadores. Quem vai pagar a conta da crise são os trabalhadores. Não se

Câmara dos Deputados Fl. 9524 Comissões Especiais

está entendendo isso. Então a questão é só afastar o Governo, não é ver as consequências depois.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer que os membros do PSOL, a maioria esmagadora, saiu do PT, sim, porque o PT se atolou em corrupção, fez a mesma coisa que os outros partidos. Mas não foi só por isso. Foi por causa também do projeto econômico, com que nós não concordamos. Então, quando se pensa em corrupção...

Eu estou lendo aqui, Deputado Jovair Arantes, trechos do seu relatório. Eu quero dizer o seguinte: um professor universitário me procurou. Ele fez uma enquete em uma sala de universidade: *"Quem sabe o que é pedalada fiscal?"* Ninguém levantou a mão. Ninguém sabia. Todo mundo tem uma posição contra ou a favor da saída da Presidente, mas não sabe o que é pedalada fiscal. Sabe por quê? É difícil. Não é porque o povo não sabe e é ignorante, não. É porque essa questão orçamentária e fiscal...

O Sr. Miguel Reale veio aqui defender que o ajuste fiscal é a pedra angular da economia, que sem ajuste fiscal não existe economia. Mentira! Precisa ler Celso Furtado, precisa ler economista que pensa o Brasil, e não quem consulta os *dealers* do mercado de madrugada, que são os Sardenbergs da vida, da *TV Globo*. Nós queremos economistas de verdade.

Sabe qual deve ser a meta da economia? Fazer distribuição de renda, gerar emprego, conduzir o Brasil a um sistema de igualdade, de produção, de equidade. Essa deve ser a meta da economia. Não é fazer ajuste. Ninguém aqui quer defender o perdularismo ou o gasto inútil, muito menos a corrupção, mas política econômica é algo mais complexo. Os professores que vieram aqui são de Direito Penal, e queriam entender de economia. É um erro grave.

Aqui está escrito *"crime de responsabilidade pelo não registro de valores no rol de passivos da Dívida Líquida do Setor Público"*. O que o povo entende desse processo? Na verdade, se falar mesmo que teve dinheiro que não foi reposto a tempo, que era para o Banco do Brasil, para a Caixa Econômica passar para o Bolsa Família, para o Minha Casa, Minha Vida, é capaz de a Dilma sair por cima nessa questão. Vai sair por cima! Não tem nada a ver!

Câmara dos Deputados Fl. 9525 Comissões Especiais

Crime de responsabilidade, de responsabilidade fiscal? Isso que está aqui não é crime de responsabilidade, pedalada fiscal e tal.

Mais: o TCU não é tribunal de julgamento, porque quem julga mesmo é o Congresso Nacional. E é o parecer do TCU que foi feito. Não teve! Nós aqui é que temos o poder de julgar legais ou ilegais as contas. Então, isso tudo é uma grande fantasia, um grande álibi para fazer uma transição em nome do combate à corrupção. É verdade que a população está "de saco cheio". E tinha mesmo de estar. A Operação Lava-Jato começou muito bem, denunciando a trama de corruptores e corruptos. Só que acabou enveredando por uma saída política, infelizmente.

Eu fui membro da CPI da PETROBRAS; interroguei muitos dos que estão aí listados. E digo que era preciso ter mais consciência do que se iniciou com essa operação.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que vingança do Sr. Eduardo Cunha, impopularidade, obras da Copa, como a OAB quis colocar, tudo isso pode fazer parte de um conjunto da obra. Aliás, foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, que falou, num primeiro momento, que era contra o *impeachment* por pedalada fiscal, porque o povo podia entender, sei lá, como uma infração de trânsito da Presidente, que anda muito de bicicleta. E agora ele disse: *"É pelo conjunto da obra. É porque as ruas querem"*. Só que as ruas podem cometer erros também. As ruas podem querer, mas é preciso ter materialidade criminal. É preciso ter foco no que nós queremos.

Sr. Presidente, é evidente que os grandes erros cometidos são da ingovernabilidade. Alguns dos Parlamentares...

Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu queria pedir a atenção da Comissão.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Alguns dos Parlamentares disseram o seguinte: *"Quem tem minoria no Congresso, na Câmara ou numa Assembleia Legislativa deveria renunciar."* Essa é uma grande mentira.

Eu quero lembrar o Governo da Deputada Luiza Erundina, em 1988. Votavam com o Governo cinco dos 55 Vereadores. Ela governou e foi a melhor

Prefeita que São Paulo teve em todo o último período — com cinco Vereadores.

A governabilidade conservadora, o toma lá, dá cá, a troca, tudo isso que o PT acabou adotando como método foi a razão do seu afundamento.

Financiamento empresarial de campanha gera corrupção. Este Congresso não foi capaz de dar conta disso. O Congresso não acabou com o financiamento empresarial de campanha. Foi o STF que acabou com esse sistema. Foi o STF que acabou, neste ano, com o financiamento empresarial de campanha, Sr. Presidente.

Eu li e acompanhei atentamente a apresentação do relatório do Deputado Jovair Arantes. Talvez ele pudesse ter feito um relatório em cima das pedaladas e das operações de crédito. Ele poderia ter feito um texto de 20 páginas, mas ele preencheu o relatório com respostas ao Advogado-Geral da União, incluindo, além disso, todos os outros pontos — Pasadena, a questão política geral — e dizendo que o Senado é que vai julgar o *impeachment*, que nós só julgamos a sua admissibilidade.

Isso, Relator, na verdade, não é real. Nós estamos julgando questões econômicas de grande incompreensão social e que não são crime de responsabilidade. É fácil detonar isso. Tem de incluir todo o resto, o conjunto da obra, a insatisfação popular, para então dizer que há crime de responsabilidade.

E é por isso que eu acho que nós temos de entender que há um grande debate. Está aí, está nos cartazes: *"Impeachment* já!" "*Impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe!" Por que essa questão incomoda tanto?

Em seu relatório, várias vezes, o Deputado Jovair Arantes diz: *"Vou ser herói ou vou ser golpista"*. Depois ele responde várias vezes porque isso não é golpe, porque aquilo não é golpe e porque aqueles que estão defendendo o *impeachment* se sentem tão incomodados com o golpe.

É esta a razão — preste atenção —: os meios de comunicação foram atrás dos Ministros do STF. Pegavam um no supermercado, pegavam um ali na esquina do STF e perguntavam: *Crime de responsabilidade é golpe?"* É óbvio. O Sr. Ministro falava o quê? Crime de responsabilidade é constitucional.

Inclusive, há a Lei do Crime de Responsabilidade Fiscal. É que a pergunta a ser feita é outra: existe crime de responsabilidade? Aí o Ministro do STF não iria responder, porque ele vai responder nos autos. Ele não respondeu. Mas daí a dizer que todos os Ministros acham que é crime de responsabilidade e não é golpe?!

A questão que incomoda tanto, Sr. Presidente, é outra. Em 1964 nós tivemos uma profunda crise no Brasil. E a crise era a seguinte: as Forças Armadas botaram os tanques nas ruas. Não é o caso agora, não é a mesma coisa, mas há o epíteto. Os revolucionários de 1964, quer dizer, os militares golpistas, se esforçaram, historicamente, para dizer que tinham feito a Revolução de 64. Mas o que ficou para a história foi o golpe de 64. E é essa a dúvida histórica que nós vivemos aqui.

Nós estamos fazendo história. E esta questão é a seguinte: quando o Senador Auro de Moura Andrade declarou, lá de cima da Presidência, que o cargo de Presidente da República estava vago, enquanto o Presidente João Goulart ainda estava no Brasil, o Senador Tancredo Neves se levantou e gritou: *"Canalhas!"* Foi isto o que o Senador Tancredo Neves gritou: *"Canalhas!"* E é disso que eu acho que ninguém quer levar o epíteto.

Por isso, nós temos aqui que discutir política, sem crime de responsabilidade materializado. Governo Temer, para mim, é uma farsa, é a continuidade do que está aí, muito piorada, com...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Concedo a palavra ao Deputado Benito Gama.

**O SR. DEPUTADO BENITO GAMA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhoras e senhores, Sr. Vice-Presidente, companheiros desta Comissão e do Congresso Nacional, eu não esperava nunca na minha vida participar pela segunda vez de um processo de *impeachment* de um Presidente da República.

Em 1992 eu presidi a CPI que culminou no *impeachment* do ex-Presidente Collor. E hoje, 24 anos depois, estamos aqui, nesta Casa, discutindo, lutando, buscando a verdade. Evidentemente, embora não possa entrar com muitos detalhes, posso dizer que o que se viu em 1992, Sr.

Câmara dos Deputados
Fl. 952
Comissões Especiais

Presidente, comparado com o atual momento político, administrativo, de gestão, foi uma festa de boneca.

Hoje nós temos, no Brasil, uma degradação em todos os sentidos da sociedade, do Governo. E nós estamos sendo levados ao caos, não somente nacional, mas internacional.

Sr. Relator, Deputado Jovair Arantes, quero dizer do meu orgulho de ser seu liderado no partido. O seu relatório, apresentado na sessão de quarta-feira, cumpriu tudo o que o Presidente, a lei, a Constituição preveem neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Benito Gama, vamos parar o tempo. Por favor, aí atrás, por gentileza!

**O SR. DEPUTADO BENITO GAMA** - Hoje, Sr. Relator — tenho muito orgulho disso — V.Exa. escolhe o seu lado na história e, como alguém disse antes de mim, estão tentando diminuir a sua posição. Mas V.Exa. escolhe o lado da dignidade, do respeito, o lado do povo brasileiro. Tenha certeza disso.

Nós temos orgulho de estar ao seu lado defendendo esse relatório.

No início dos trabalhos desta Comissão a base do Governo lutou muito para que não considerássemos sobretudo a delação premiada do Senador Delcídio do Amaral. Foi uma luta muito grande naquele momento. Conseguiu retirar a delação e outras ações, como a nomeação do ex-Presidente Lula, e deixar somente o que significa transgressão da Lei Orçamentária.

V.Exa. se limitou, conforme a lei, conforme a determinação da Comissão, simplesmente a isto, e tudo isto: cuidar da ineficiência na administração fiscal do País.

O crime de responsabilidade, previsto em lei e na Constituição, além de vários outros, é muito claro com relação, especificamente, ao que V.Exa. colocou em seu relatório:

> *"Art. 4º São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra:*
>
> .....
>
> *V - A probidade na administração;"*

Câmara dos Deputados
Fl. 9529
Comissões Especiais

Essas pedaladas fiscais têm a ver com improbidade na administração. É balela dizer que se trata só de gasto com programa social. Não é verdade. Foram utilizados quase 100 bilhões de reais somente em 1 ano, e o Bolsa Família custa apenas 25 bilhões de reais no ano.

Além da probidade na administração, o inciso VI diz: *"A lei orçamentária"*.

Incorre em crime de responsabilidade o Presidente que não cumpre a Lei Orçamentária.

O inciso VII vai além: *"A guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos*".

Isso não está havendo neste País, Sr. Relator, Sr. Presidente. Essa guarda legal e com probidade do dinheiro público, além da questão orçamentária, não está sendo preservada. Isso seria razão muito maior para *impeachment* da Presidente da República do que o não cumprimento da Lei Orçamentária.

Mas o Orçamento tem que ser cumprido na sua integridade, porque o dinheiro do Orçamento não é público, é dinheiro privado que, quando entra na Secretaria do Tesouro Nacional, se transforma em orçamento público, que tem que ser zelado pela Presidente, pelos seus Ministros, pelos funcionários de confiança que ela nomeia e pela máquina estatal permanente, que é o Governo permanente do Brasil.

Hoje nós temos um péssimo Governo provisório, que está destruindo também o Governo permanente, porque as carreiras de Estado no Brasil estão sendo contaminadas, é claro que ainda muito levemente, pelo exercício da questão funcional do Governo provisório.

Quando V.Exa. se restringe ao que era a Lei Orçamentária, às pedaladas fiscais — até não gosto desse nome —, aos gastos do Orçamento com fraude, gastando-se com o que não está autorizado...

Imaginem, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores brasileiros que nos ouvem neste momento, a Presidente gastar 100 bilhões de reais sem autorização do Congresso Nacional, que foi eleito inclusive para isso, e nós

Câmara dos Deputados Fl. 9530 Comissões Especiais

ficarmos de braços cruzados, ouvindo advogados, porque são da OAB ou passaram pela OAB e pensam que são os deuses da república? Não.

O Advogado-Geral da União, que aqui esteve, Sr. Relator, ficou quase 3 horas ali, explicando. Por isso o relatório de V.Exa. foi maior. Se ele não tivesse feito aquela defesa tão grande, o relatório de V.Exa., eu tenho certeza, seria menor.

Mas ele se resumiu, simplesmente, no final, ao levantar e abrir os braços e dizer: *"O impeachment foi aberto por vingança",* vingança do Presidente da Câmara. Coisa nenhuma! O povo não é bobo!

Essa questão de dizer que 54 milhões de eleitores votaram na Presidente... E os 110 milhões que hoje estão contra ela? Noventa por cento da população brasileira hoje está contra a Presidente, em todos os sentidos. Essa questão da manifestação de rua é uma coisa, mas a urna deu-lhe 54 milhões de votos e deu 50 milhões ao outro candidato. Quatro milhões de votos separam a Presidente e o não eleito. Hoje, 110 milhões de brasileiros são contra a maneira como a Presidente governa este País.

Por isso, Sr. Relator, dou apoio total ao seu relatório, um relatório brilhante. V.Exa. não é advogado — eu o conheço —, V.Exa. é dentista, mas com esse relatório, pelo assessoramento dos advogados da Casa, V.Exa. se tornou um "adventista", advogado e dentista *(risos)*, trazendo essa questão muito bem para todos nós. Eu espero que agora derive um pouco e continue sua luta.

Dinheiro público não é dinheiro público, é dinheiro privado, é dinheiro do imposto que o cidadão paga, do Imposto de Renda, do preço da gasolina. Esse é o dinheiro que se diz público, mas é o dinheiro que a população paga, que saiu do bolso de cada brasileiro. E nós, como fiscais do Governo, como fiscais da República, temos que olhar para isso com muita determinação.

Outra falácia que se diz muito aqui — os amigos do Governo da Presidente Dilma — é que Estados e Municípios também praticam as peladas fiscais e, inclusive, transgridem o orçamento. Mentira! Não é verdade. Nenhum Governador, nenhum Prefeito deste País, de todos os partidos, transgride a Lei Orçamentária — nenhum! O Presidente Rogério Rosso foi Governador de

Câmara dos Deputados
Fl. 9521
Comissões Especiais

Brasília e sabe disso. Um centavo a mais que passa numa contabilidade, ele é autuado, é multado, é inclusive julgado pelos Tribunais de Contas e Tribunais Superiores deste País. Então, essa falácia de que Estados e Municípios... Não é verdade. Tudo isso não é verdade. E eles sabem disso. Mas, repetindo as mentiras, eles querem transformar isso na verdade deles. Mas nós não vamos permitir que isso aconteça, meu caro Deputado Izalci.

Diz-se também que impopularidade não é motivo para *impeachment*. Claro! Impopularidade não é motivo para *impeachment*. Todo governo pode ser popular e pode ser impopular desde que tome as medidas certas para consertar e assumir a sua impopularidade. Então, o que nós estamos avaliando agora é a derivação da impopularidade. Como nós podemos julgar que a impopularidade tenha havido somente do não cumprimento de um orçamento com as omissões nas estatais, as omissões na administração central, a negligência, a improbidade administrativa na administração pública? É a PETROBRAS, a Operação Lava-Jato — está nos provando todo dia —, o sistema elétrico, o BNDES. Nessas famosas peladas fiscais, o BNDES recebeu mais dinheiro do que o Bolsa Família. O "bolsa-patrão", o "bolsa-empresário", o "bolsa-multinacional", o "bolsa-países bolivarianos" receberam dinheiro dessas pedalas, sim. Não foi dinheiro somente do Bolsa Família.

Ninguém vai acabar, quer acabar e precisa acabar com o Bolsa Família. Nós precisamos é melhorá-lo cada dia mais, para que o povo, o cidadão que precisa seja bem cuidado, e não falsamente cuidado em nome de roubalheira, de improbidade administrativa e de gestão fraudulenta.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Jovair Arantes, seu relatório me orgulha muito, já lhe disse isso, como seu liderado, como seu amigo. Mas quero lhe dizer ainda que ele chega num momento importante para o Brasil. Ele chega no momento em que a Presidente da República está com 90% de rejeição — isso é pesquisa do IBOPE; 69% dos entrevistados julgam a administração ruim ou péssima; 82% desaprovam a maneira como a Presidente Dilma governa; 80% não confiam na Presidente. Isso me lembra de uma pesquisa que eu vi nos Estados Unidos algum tempo atrás, sobre quem não confiava no diabo, que seriam 15% das pessoas. A Presidente aqui está

Câmara dos Deputados
Fl. 0532
Comissões Especiais

com 20%. Está chegando aos níveis de uma veiculação como esta: 85% não acreditavam e 15% acreditavam. Então, apenas 20% dos brasileiros confiam na Presidente; 69% desaprovam a política de combate à fome e à pobreza. Essas são as famosas ações sociais que eles dizem que qualquer futuro Presidente vai extinguir. Não vai extingui-las, vai melhorá-las. Dos entrevistados, 74% desaprovam a política de educação, isto é, três quartos da população brasileira desaprova a educação. E o lema do Governo é *Pátria Educadora*. E mais: 68% não concordam com o controle do meio ambiente, 87% em relação à saúde. Hoje, o Brasil é um país doente, infelizmente. Não vou citar as epidemias, porque eu não quero trabalhar com essa possibilidade, mas 87% não gostam como o Governo trabalha a questão da saúde; 83%, o combate à inflação. E o que é mais grave agora: 83% não concordam com o fato de a Presidente conduzir a economia gerando o desemprego que aí está.

Esta, sim, é uma função social: cuidar dos desempregados. Esse negócio de Bolsa Família é muito importante, nós queremos ampliá-lo. O Congresso não pode se afastar disso. E programas sociais medem-se pelas saídas e não pela entrada, porque tem que entrar, proteger, treinar e depois ele voltar para o trabalho. Infelizmente, no Brasil não é assim. Mesmo com esses erros, nós temos que continuar dando total e integral apoio a essa questão.

Mas nós temos que olhar, Sr. Relator, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os 10 milhões de desempregados que há neste País hoje. São 10 milhões de desempregados, quase o número de beneficiados pelo Bolsa Família! É muita coisa, Sr. Relator, Sr. Presidente, senhoras e senhores. Cito ainda a violência urbana, a questão da tributação. E a corrupção, nem se fala.

Sobre essa questão da Lava-Jato, ainda ontem o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, mudou de opinião com relação à nomeação do ex-Presidente Lula. Mudou de opinião com relação à nomeação ou não de Ministro. Enfim, hoje veio a questão do INCRA, um absurdo. Vereadores, políticos, partidos, todos errados. Isso é responsabilidade da Presidência da República. Não é o INCRA somente, porque está lá um Presidente que é responsável. A Presidente tem que ter olhos para isso, tem que ter olhos para essa questão.

Câmara dos Deputados
Fl. 6533
Comissões Especiais

Então, essa questão maior de improbidade administrativa, de pedaladas fiscais, de não cumprir o Orçamento, nós temos que dar um basta nisso. Se estava certo, por que pararam? Se a Presidente tem tanta convicção de que estava certo o fato de ela não cumprir o Orçamento, porque ela parou agora? Por que ela pagou as contas nos bancos oficiais? O Brasil precisa de respostas. Nós somos representantes do povo brasileiro e precisamos de respostas.

Mas eu penso que a Presidente, nos próximos 10 dias, vai ter aqui uma resposta desse processo de *impeachment*. Eu espero que seja pró-*impeachment* a maioria absoluta, a maioria necessária para tirar a Presidente.

Ela tem ainda 10 dias para pensar. Ela ainda pode renunciar e dar esse alívio aos brasileiros e até aos seus aliados. Eu sinto que muitos estão constrangidos. Ela precisa saber, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, que não existe ocaso ascendente. Todo ocaso é descendente. O Brasil não tem Governo. Já acabou. Está passando da hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado Benito Gama.

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, eu faço esta fala com enorme convicção das minhas posições. Não posso aqui responder a alguns questionamentos do Deputado que me antecedeu, mas uma frase eu colocarei: não são pesquisas de opinião pública que podem substituir a Constituição e o voto do cidadão brasileiro.

Nosso debate, na minha avaliação, não é de Governo contra Oposição. Nós estamos debatendo nesta Comissão o respeito ou não à democracia que este País tem construído a duras penas ao longo de diversas gerações. O que se debate aqui, com todo o respeito às opiniões divergentes, são projetos de poder. Por mais que o Presidente se esforce, e eu quero cumprimentá-lo pelo equilíbrio na condução, isto aqui é um tribunal puramente político. O que se está disputando aqui, na posição de muitos colegas, é a tentativa de se chegar ao Governo do País sem votos, Presidente; é a tentativa de se chegar ao

Câmara dos Deputados
Fl. 9534
Comissões Especiais

Governo do País através de um grande acordão de elite que substitua o voto do cidadão. Porque governos bons ou ruins, com maior ou menor popularidade, já tivemos diversos.

Eu, por exemplo, penei muito vendo o descalabro da economia brasileira durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, quando foi congelado o valor do câmbio de forma absolutamente irresponsável. O País quebrou três vezes e foi ao Fundo Monetário Internacional pedir dinheiro emprestado, mas eu esperei a eleição seguinte. Eu achei que aquilo tinha sido um estelionato — manter o dólar igual ao real, talvez a maior mentira econômica da história do Brasil —, mas aquilo não era crime de responsabilidade. E eu esperei.

Sr. Presidente, a questão que movimenta a crise política no País hoje é que boa parte da Oposição, desde outubro de 2014, não respeita o resultado legítimo das eleições. São dezenas de alternativas diferentes, desde a urna eletrônica, que colocaram em questionamento. Querem dizer que o dinheiro de uma mesma empreiteira, quando contribui legalmente com a campanha de Dilma, é propina, e essa mesma empreiteira, quando contribui com Aécio, seria dinheiro legítimo e legal. Essas teses não param de pé, Sr. Presidente.

E essa aposta da Oposição no "quanto pior, melhor" está prejudicando enormemente a economia brasileira. A origem deste processo, por mais que V.Exa. se esforce na Presidência, e o Relator, na minha opinião, embarcou nas teses do grande Líder deste golpe, que se chama Eduardo Cunha. E aqui vamos deixar claro: o Deputado Eduardo Cunha entrará, seguramente, para a história do Brasil como um dos políticos mais corruptos da história do nosso País. Foi denunciado depois de longa investigação pelo Ministério Público. Foi transformado em réu por 10 a 0, depois de longa análise do Supremo Tribunal Federal — não uma análise partidária, como fazem aqui os adversários políticos do Governo, que querem julgar politicamente a Presidenta Dilma, mas em julgamento, para tornar réu o Deputado Eduardo Cunha, por 10 a 0, na mais alta Corte da Justiça brasileira. E aí a Oposição, interessada no golpe, não se importa com isso. Alguns mais envergonhados, outros mais abertamente, fazem um acordo com o Deputado Eduardo Cunha e dizem:

Câmara dos Deputados
Fl. 9535
Comissões Especiais

*"Toque esse* impeachment *para a frente e nós depois veremos como lhe proteger"*. O Brasil está acompanhando.

Eu sei que o nosso Governo tem defeitos, eu sei que ocorreram casos de corrupção durante o nosso Governo, mas eu tenho convicção de que a Presidenta Dilma é uma mulher honesta, que procura enfrentar os casos de corrupção. Porém, não me digam que um dos políticos mais corruptos da história do Brasil terá legitimidade para liderar e conduzir a votação de uma tentativa de cassação de um mandato conferido por 54 milhões de votos a uma Presidenta honesta. Seria a inversão total da lógica democrática. Na democracia, o pilar fundamental é: quero chegar ao Governo, preciso ter os votos da maioria da população.

O Deputado Eduardo Cunha não tem condição ético-moral nem de continuar Deputado Federal. Pensem bem, Sras. e Srs. Deputados, mesmo V.Exas. que são críticos em relação ao Governo, V.Exas. vão assinar a cassação de um mandato através de um golpe, numa sessão conduzida pelo Deputado Eduardo Cunha, que nem Deputado mais deveria ser, e quer manobrar para conduzir esta votação de 513 Deputados no Plenário?

Eu digo mais, Sr. Presidente: não há crime de responsabilidade. Eu ouço opiniões políticas sobre o Governo — são legítimas, fazem parte da democracia —, mas eu não posso transformar a opinião, por exemplo, de um Líder do PSDB para que ele venha a um tribunal dizer: *"Como eu não quero este Governo, eu vou cassar este Governo com meu voto"*, substituindo o voto de 54 milhões de eleitores. Não há isenção, Presidente!

Quando ocorreu o único *impeachment* da história do Brasil, havia uma grande convergência social. Não é o que acontece hoje. As forças que defendem a manutenção da ordem democrática são enormemente representativas. São artistas, intelectuais, pessoas sem partido, juristas, que não querem ver a Constituição rasgada; que sabem que a Presidenta assinou — e este é o motivo pelo qual querem cassar o mandato da Presidenta, Deputada Benedita da Silva — seis decretos de suplementação orçamentária idênticos a dezenas de decretos assinados pelos Presidentes que a antecederam, inclusive pelo Vice-Presidente Michel Temer.

Câmara dos Deputados
Fl. 9536
Comissões Especiais

Presidente, dois pesos e duas medidas é algo que divide a sociedade; é algo que tensiona as relações; é algo que desestabiliza a democracia; é algo que dissemina ódio e intolerância. Nós temos que respeitar a regra democrática. E *impeachment* sem crime de responsabilidade, como é este pedido de *impeachment*...

E não estou falando dos dois artigos que estão escritos na Constituição. Eu estou dizendo, Deputado Jovair Arantes — que neste momento não está aqui —, que no seu relatório é defendido um golpe de Estado, porque não há crime de responsabilidade para justificar a cassação do mandato da Presidenta.

Vamos falar sobre corrupção. É obvio que nós não estamos aqui para dizer que... Um quer defender, outro quer combater. Esse maniqueísmo, essa instrumentalização do uso do debate sobre a corrupção o povo brasileiro conhece sobejamente, Presidente. Quando Getúlio Vargas e João Goulart conduziam mudanças sociais profundas na história do País, melhorando o salário mínimo, melhorando as leis trabalhistas, distribuindo renda, ampliando oportunidades de educação para o povo mais pobre, eles também foram golpeados. Também se inventou um mar de lama.

Eu, por exemplo, tenho um sonho, Srs. Deputados. Eu quero ver julgado o mensalão tucano, para que não haja dois pesos e duas medidas. Não é o Supremo o culpado por não ter julgado o mensalão tucano. Os culpados são os tucanos que mandaram o então Deputado Eduardo Azeredo renunciar ao mandato de Deputado Federal para fugir do Supremo e não deixá-lo julgar o mensalão tucano.

Eu acho que a corrupção, quando atinge um quadro do PT, é tão grave quanto a corrupção que atinge um quadro do PSDB e é tão grave quanto a corrupção que atinge grandes empresários, como as grandes empreiteiras que montaram um cartel para roubar dinheiro público e encontraram guarida, sim, no ambiente político e em alguns servidores de empresas públicas que aderiram a esse esquema de corrução.

Eu defendo investigações sobre corrupção de forma republicana, Presidente. Que investiguem todos os partidos com equilíbrio, que investiguem

quem não tem partido, e que as punições sejam aplicadas de acordo com a lei, sem justiçamento, sem luta política que bote na linha da intolerância, na linha do ódio. Sem que botem, por exemplo, um cartaz como este que está aqui ao meu lado, dizendo *"Fora, PT!"*.

Que programa é esse, Presidente? Esse é o programa da intolerância. Essa é a posição dos fascistas. Querem eliminar um partido, querem cassar uma Presidenta, mas não querem combater de forma republicana a corrupção que atinge pessoas sem partido e pessoas de outros partidos que não o PT.

E eu não digo isso, jamais, para justificar qualquer caso de corrupção. Dentro da lei, respeitado o devido processo legal na Justiça brasileira — não aqui, conforme a opinião política de Deputados que querem fazer um tribunal de exceção, para atacar a imagem dos seus adversários políticos...

Tem mais, Sr. Presidente. Eu fico pensando na forma como se têm proposto soluções para o nosso País, porque eu acabei de ouvir alguns Deputados dizerem: *"Mas o Governo está com dificuldade de governar"*. É evidente! A crise econômica é séria no mundo inteiro! Mas o que é pior, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros que nos acompanham, é que a Oposição resolveu aproveitar a crise econômica global e, desde outubro de 2014, aposta na crise política, alimenta a crise política, trabalha com base no "quanto pior, melhor" para criar um ambiente de golpismo que pudesse justificar a votação da cassação de um mandato na mão grande, fora da lei, fora da Constituição, através de um golpe. Tudo isso, para levar ao Governo quem? Michel Temer. Com quem de aliado? Eduardo Cunha, que seria o novo Vice-Presidente da República.

Vejam bem, Eduardo Cunha, nesta tese do golpe, seria o segundo homem da República. Alguém acredita que vai melhorar o combate à corrupção, colocando Eduardo Cunha na segunda mais importante função da República brasileira? Eu não acredito.

Por que a FIESP apoia o golpe, Deputado Silvio Costa? Porque a FIESP quer outro programa. Ela quer votar regressões na distribuição de renda; ela quer a terceirização; ela quer precarizar condições de trabalho. Mas ela não conseguiu ganhar as eleições. Paulo Skaf disputou eleições, inclusive, e não

Câmara dos Deputados Fl. 9539 Comissões Especiais

ganhou, e ele quer agora, através do golpe, fazer a aliança que levaria ao Governo, como eu digo, Temer, Eduardo Cunha, Bolsonaro, Aécio, todos no mesmo Governo. Fazendo o quê pelo Brasil? Se querem governar, se preparem para ganhar eleições.

Por falar em crise econômica, eu encerro dizendo: quando terminou o governo Fernando Henrique Cardoso, a dívida sobre o PIB era de 60% — hoje, é de 36,8%; a taxa de desemprego era de 12,3% — hoje, é de 7,2%; a inflação era 12,5% — hoje, é 9,3%. Estamos com dificuldade, mas o Brasil de hoje é melhor do que o dos tempos de V.Exas.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO** - O Bolsonaro tem escrúpulo. Nunca estará no Governo do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

V.Exa. tem 15 minutos, conforme determina o Regimento.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, um velho pastor da Igreja Luterana, quando ia fazer a sua pregação, via ali a série de passagens bíblicas e achava que o argumento não era bom, dizia: *"Grite"*. Parece que foi exatamente o que ouvimos aqui: uma gritaria sem fundamento, sem nenhuma razão e sem sustentação, quer constitucional, quer jurídica.

Mas hoje de manhã, Sr. Presidente, eu fui atrás, lá na Biblioteca do Senado, deste livro aqui: *O Impeachment*, escrito há 50 anos pelo Paulo Brossard de Souza Pinto. É uma obra extraordinária, Sr. Presidente.

Eu quero lembrar que o instituto do *impeachment*...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Só um pouquinho, Deputado.

Eu queria pedir silêncio, por gentileza.

Agradeço.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - É só repor o tempo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Muito obrigado. Fique à vontade.

Câmara dos Deputados Fl. 9539 Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Neste trabalho, ele lembra que o instituto do *impeachment* se consolida ainda lá nas Ilhas Britânicas, depois chega aos Estados Unidos, vem para o Brasil na Independência e, com a configuração atual, é recepcionado a partir da República, igual ao que existe no processo americano, onde não é um processo criminal, mas um processo essencialmente político.

O interesse maior do processo de *impeachment* na versão americana, que é igual à versão brasileira, é, na verdade, afastar o Presidente que cometeu crime de responsabilidade, e não puni-lo.

Eu quero ajudar no brilhante relatório o Deputado Jovair Arantes, lembrando o seguinte — palavras do Dr. Paulo Brossard:

> *"A autoridade do Congresso Nacional em matéria de impeachment é terminante, não porque o processo seja 'questão exclusivamente política', no sentido jurídico, mas porque a Constituição reservou ao Congresso a competência originária e final para conhecer e julgar, de modo incontrastável e derradeiro, tudo quanto diga à responsabilidade política do Presidente da República."*

E aí eu vou, Presidente, ao brilhante relatório do Deputado Jovair Arantes — que sugiro, inclusive, que S.Exa. transforme num livro, porque poderá ajudar, em muito, as futuras gerações brasileiras — e lembro que no *impeachment* de Collor o PT aplaudia de pé as manifestações de Nelson Jobim. Depois, o PT pediu o *impeachment* de Fernando Henrique e de tudo quanto era Presidente que andava por aí. E nada era golpe. E nós entendemos que era um direito que ele tinha.

E o que diz Nelson Jobim? Nelson Jobim diz que o tema, o *impeachment*, diz respeito, também, "*a uma crise política de sérios contornos, e que tem conduzido o País a uma paralisia asfixiante*". Havia indignação com os fatos. Rotulava-se o procedimento de golpe. Invocavam-se os 35 milhões de votos, exatamente como está sendo feito agora com os 54 milhões de votos — acabou de ser feito.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais

> *"Bendito o golpe"* — dizia Jobim — *"que em que seu espectro se exaure na fiel observância de comandos constitucionais! Maldita a democracia em que o voto popular"* — aqui arguido — *"possa constituir-se em cidadela da impunidade!"*

E aí Jobim conclui, dizendo que:

> *"A autorização para a instauração de processo contra o Senhor Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade, mais do que uma conveniência política, constitui-se num imperativo ético, porque resgata a credibilidade nas instituições, se estirpa do seio da sociedade a impunidade, para que se cesse* — como disse o Deputado Benito Gama — *a ameaça de ingovernabilidade e para voltarmos a sermos respeitados no concerto geral das nações."*

E aí o nobre Relator sustenta sob dois pilares importantíssimos o seu relatório, que começa novamente a voltar à Inglaterra, na Carta Magna.

O que é a grande evolução do mundo ocidental a partir da Carta Magna, de 1215? É a limitação pela população, pelo povo, dos limites do Rei, do Príncipe e, hoje, do Presidente e é a transferência para o Parlamento dessa inarredável responsabilidade.

E aí, fiscalizar e controlar o Orçamento Público, nas democracias ocidentais, é um patrimônio da humanidade que o PT não entende nem quer entender. E quebrou esse princípio. Por isso, o crime de responsabilidade.

O outro aspecto é a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Brasil, os países da América Latina, são países irresponsáveis fiscalmente. Pelo gestor, tudo podia ser feito, e as pessoas que pagassem a conta. No Brasil, nos anos 2000, estabelece-se a Lei de Responsabilidade Fiscal, que passa a ser um patrimônio público. E isso, esse patrimônio público, Presidente, passa a ser flagrantemente desrespeitado pela Presidente, que não teve limite nas suas ações.

Câmara dos Deputados
Fl. 924
Comissões Especiais

Portanto, nós devemos levar em conta o conjunto da obra criminosa do Governo Dilma Rousseff, que se valeu de crimes para chegar ao poder, se valeu de crimes para exercer o poder e se valeu de crimes de responsabilidade e claramente tipificados no Código Penal para tentar se manter no poder. Basta ver o episódio da PETROBRAS, que é o maior escândalo de corrupção do planeta, da humanidade — não há parâmetro em lugar algum do mundo. Além disso, há as obstruções da Justiça, a delação do Líder do Governo, o homem que fazia as conversinhas no ouvido da Presidente. Ele diz que a Presidente agiu para interferir nos Tribunais Superiores. Lá isso não é crime de responsabilidade?

E o pior: a Presidente está tentando dar um drible na Justiça — o que o Procurador-Geral da República está impedindo, com o seu relatório de ontem —, ao dar um cargo ao ex-Presidente Lula, investigado e, na minha visão, o chefe desta máfia da estrela que se estabeleceu no Brasil desde 2003, o grande *capo* desta organização criminosa. Ele está num hotel de Brasília fazendo o que sabe fazer melhor: traficando. Traficando interesses. Ele é um traficante de interesses internos e externos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vamos ouvir com respeito.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, votar contra o *impeachment* é concordar com os crimes.

Cada um tem a sua turma. Quando o chefe da quadrilha pediu ajuda, ele não pediu ajuda para os trabalhadores brasileiros; ele pediu ajuda para a milícia. E quem tem milícia é bandido. Quem cuida de quadrilheiro é milícia. Foi isso que ele fez.

A resposta deste Parlamento, baseado na Constituição, baseado no instituto do *impeachment*, que é secular, deve ser dada pelo afastamento da Presidente da República. A cada dia que esta senhora permanece no poder, ela está desvalorizando as imagens interna e externa do Brasil.

O Sr. Relator fez um apontamento preciso, dentro dos seus limites, mas nós devemos lembrar que cabe à Câmara dos Deputados apenas estabelecer o juízo de admissibilidade e autorizar a abertura de um processo investigativo

Câmara dos Deputados Fl. 9542 Comissões Especiais

lá no Senado Federal, onde, sabiamente, essa Constituição, que o PT despreza no seu dia a dia, no exercício do poder, estabelece que dois Poderes se reúnam para julgar a Presidente da República: o Poder Legislativo, comandado pelo Presidente da mais Alta Corte do Brasil e do Poder Judiciário.

Portanto, os petistas fiquem tranquilos. A quadrilha vai ter o que merece, na Justiça e no julgamento do Senado, porque, quando o *impeachment* cruzar do Salão Verde para o Azul, todas as questões que envolvem a delação do Delcídio, os crimes da PETROBRAS, as interferências na Justiça farão parte — farão parte! — da análise que será feita no Senado Federal.

Na hora de votar, tenhamos todos a clareza de que o dever de cada um de nós aqui é representar a sociedade brasileira e proteger a Constituição, porque nós nos comprometemos e juramos que assim faríamos.

Na hora de votar, cada um de nós escolherá como quer ver seu nome gravado na história: ao lado da decência ou ao lado do crime. Este é o voto: o "sim" é ficar ao lado da verdade e da decência; o "não" ao *impeachment* é ficar ao lado da quadrilha, ficar ao lado do crime, ficar ao lado daqueles que não querem que o Brasil tenha um Governo honesto, limpo e que respeite a sua sociedade.

Governos devem servir ao povo, como já lembrava Paulo Brossard de Souza Pinto, e não se servir da população.

Nós perdemos uma grande oportunidade quando esta gente chegou ao poder e encontrou uma economia estabilizada e com condições de fazer o Brasil crescer. Tudo o que se viu foi roubalheira, crise política, ética e moral.

Que o *impeachment* seja o capítulo final de uma tragédia chamada petismo, e que o Brasil, com o "sim" ao *impeachment*, diga: *"Fora, Dilma! Fora PT!" (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

V.Exa. tem 15 minutos, como membro da Comissão.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Deputadas, Deputados, servidores, todos os que acompanham esta reunião, o que acontece aqui é

Câmara dos Deputados Fl. 9543 Comissões Especiais

grave — não é trivial —, é raro e merece de cada um de nós toda a responsabilidade.

Destituir um Presidente da República, depois que conquistamos a democracia, ainda que limitada, que temos no Brasil — e quem lutou contra a ditadura sabe disto —, é algo que tem que ser feito com muito critério. O *impeachment* é a definição constitucional mais grave do nosso ordenamento político.

Por isso o PSOL traz aqui as suas razões, inclusive entregando um voto em separado, tentando ir além da simplificação maniqueísta que divide o mundo brasileiro entre linchadores e adoradores, "coxinhas" e "petralhas", o bem absoluto e o mal total. Isso é ridículo, é estreito, não ajuda a construção de uma civilização política digna desse nome.

Queria dizer que o pedido do *impeachment* está com alguns defeitos congênitos. O primeiro deles é ter sido aceito após uma longa barganha por parte do Presidente e réu Eduardo Cunha, seja com o Governo e o PT, seja com os partidos da Oposição conservadora, para acatá-lo ou não. Ele próprio declarou isso. E mais, quem diz isso é ninguém menos que Miguel Reale Júnior. Diz o doutor:

> *"Não foi coincidência que Cunha tenha decidido acolher o impeachment no momento em que Deputados do PT"* — como custaram! — *"decidiram votar favoravelmente à sua cassação no Conselho de Ética. Foi uma chantagem explícita"* — está escrito aqui pelo Dr. Miguel Reale Júnior — *"mas Cunha escreveu certo por linhas tortas."*

Ou seja, rigor ético de ocasião do Dr. Reale Junior, na apreciação desse fato.

Segundo lugar, quanto ao próprio conteúdo do pedido, sinceramente, meu caro Jovair Arantes — que já foi cuidar da sua voz e da sua saúde, no que faz muito bem, para que não seja chamado de saudoso aqui tão cedo, como nenhum de nós —, decreto de crédito suplementar, que, aliás, Michel Temer assinou, e também, em dezembro, Cunha, quando recebeu um pedido similar

Câmara dos Deputados Fl. 0544 Comissões Especiais

de *impeachment,* engavetou? Eles estão respaldados na legislação, as Leis nºs 13.080 e 13.115, ambas de 2015. Nós somos legisladores e sabemos disso.

As tais pedaladas, aqueles recursos de contratação de prestação de serviços com bancos públicos, para garantir não só o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, não, mas o Bolsa Empresário, do BNDES — que este Governo praticou com muita generosidade, agradando a esses que agora, nas federações empresariais, o traem —, e o Plano Safra, que beneficia também grandes agricultores. Está aí a CNA e outras entidades, a despeito da Ministra Kátia Abreu, também pedindo a destituição da Presidente.

Mas, olhem, tais fatos não se enquadram nos arts. 36 e 38 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que precisa ser revista à luz da responsabilidade social neste País. Os pobres são sempre os que pagam os patos, os gansos, as falcatruas e a corrupção sistêmica que há neste País.

Infelizmente, os Governos do PT, desde 2003, com Henrique Meirelles no Banco Central — ele que foi eleito pelo tucanato —, assimilaram o dogma do superávit primário, afetando inclusive os direitos sociais. Essa ideia de superávit primário, que o FMI tanto cultua, não vale para os países centrais, só para os periféricos.

E, olhem, nós temos o dever e a obrigação de não aplicar golpes na verdade. Eu tenho visto aqui, sinceramente, sessões extraordinárias de cinismo! Vale dizer, vejo zelo orçamentário espetacular agora, para quem, na verdade — para uma maioria, diria eu —, só se preocupa fundamentalmente com as suas emendas orçamentárias individuais, para garantir reprodução de mandatos. Vejo zelo com as contas públicas por quem diz aí, nos corredores, que, em boa parte — e sabemos disso, porque é verdade —, Orçamento no Brasil é peça de ficção. Vejo preocupação com o dinheiro público, com o dinheiro da população, por quem não questiona jamais os ganhos dos bancos, dos grandes rentistas, e com o cumprimento do art. 26 das Disposições Transitórias da nossa Constituição, que fala sobre a nunca efetuada auditoria da dívida.

Ainda no cinismo, no golpe contra a verdade, vejo repúdio à corrupção por quem é acusado — e há muitos de nós nessa situação — de ser

Câmara dos Deputados Fl. 9595 Comissões Especiais

beneficiário dela. Os registros da nossa Justiça estão aí para confirmar. Vejo clamor pela moralidade pública para quem naturaliza as práticas nefastas, inclusive autoritárias, de Eduardo Cunha, o Presidente real desta Casa.

Dilma praticou estelionato eleitoral, sim. Está fazendo ou tentou fazer no seu Governo, que, a rigor, ainda nem conseguiu começar, o contrário do que ela prometeu na campanha, em especial no segundo turno. Agora, o estelionato eleitoral também é daqueles que, adeptos do programa neoliberal — o Levy, inclusive, foi da assessoria econômica de Aécio —, rejeitaram todas as suas propostas no ano passado, do ajuste puro e duro. Isso não deixa de ser estelionato eleitoral. De tudo o que é lado, meu Deus?

Nós estamos correndo o risco aqui de praticar mais um golpe, que é o golpe do imediatismo, o golpe da absolutização do presente. Sabem por quê? Todo ato político, toda decisão do Congresso vale por si e por suas consequências.

A linha sucessória neste País, reconheçamos, vai da má aos piores.

E mais: quem diz que tirar a Dilma, numa grave decisão, raríssima, pesada e traumática, ainda que com previsão constitucional, para colocar Michel Temer, seu sócio do PMDB desde 2003, vai mudar muito o País, vai transformá-lo, está enganando a população. Nosso problema é sistêmico, como, aliás, disse o Ministro Luís Roberto Barroso. S.Exa., recentemente, numa conversa franca de bom professor que é, com jovens, disse que que o sistema político brasileiro carece de legitimidade democrática e que:

> *"(...) deu uma centralidade imensa ao dinheiro e à necessidade de financiamento e se tornou um espaço de corrupção generalizada.*
>
> *(...)*
>
> *Quando anteontem o jornal exibia que o PMDB desembarcou do governo e mostrava as pessoas que erguiam as mãos, eu olhei e disse: 'Meu Deus do céu! Essa é nossa alternativa de poder.'"*

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 9546

Ele falou ainda que não iria "fulanizar", mas disse o essencial: que é preciso mudar tudo, sob pena de enganarmos... O PMDB de Cunha e de Temer não é solução, é parte pesada do problema.

E aí eu não quero citar nenhum cientista político, não, vou ao sábio Albert Einstein, numa frase conhecida dele: *"Loucura é querer resultados diferentes fazendo tudo exatamente igual."*

Não temos ilusão com esse *impeachment*, inclusive porque ele está fundado objetivamente — o que temos que examinar isso aqui no Plenário — em questões orçamentárias. Não há um elemento sobre corrupção, aliás, curiosamente. Olhem, eu acho que a Dilma é leniente e deixou o barco correr. Mas, na delação de Delcídio do Amaral, caso leram com atenção as 250 páginas, a pessoa menos acusada por ele é a Dilma. Ele cita uma série de grandes raposas políticas do PT e de vários outros partidos, como PSDB, DEM e PP.

As menções que ele faz a Dilma também incorporam o seguinte: o ódio que Cunha tem a ela, porque ela desmontou o esquema em Furnas. E nós lá do Rio de Janeiro sabemos bem as operações junto ao fundo Real Grandeza. A dissensão de Dilma com Michel Temer era porque ela não manteve na PETROBRAS supostos apadrinhados por ele, como o João Augusto Henrique.

Então, é evidente que aí há um elemento para se imolar em praça pública, como expiação, por um corpo político que está adoentado, gravemente enfermo, moribundo, entregando-se à queimação pública um indivíduo que, como sabemos — e inclusive o pessoal do PT —, não é orgânico desse sistema apodrecido.

O que se arma é um novo pacto das elites — o alto empresariado, parte da mídia, os setores mais conservadores da sociedade —, porque Dilma e o PT deixaram de ser funcionais. Eu ouço coisas horrorosas nessas manifestações — massivas, é verdade — em relação a ódio e antipolítica. Olhem o perigo!

Há um golpe em curso também na Lava-Jato. A nossa operação mãos limpas pode ficar maneta, não apenas por arbitrariedades que promotores e juízes venham a cometer, como alertou, em boa hora, o Supremo Tribunal

Federal. O Ministro Teori pode anular tudo, essa sanha de vingador e de grande herói.

Mas o que se pretende, segundo se diz, é dar um basta na Lava-Jato. Ela já cumpriu a sua função, colocou o carimbo de corrupto no PT, que fez por merecê-lo em boa parte. E agora ela não pode ir além.

Só que a Odebrecht, na sua nota — ela que financiou muitos Parlamentares, muitos candidatos aos governos —, diz que a Operação Lava-Jato revela, na verdade, a existência de um esquema ilegal e ilegítimo de financiamento do sistema partidário e eleitoral do País.

Por fim, o nosso "não" aqui está carregado de "sins".

"Sim" para um novo modelo econômico a ser construído com as forças sociais vivas da sociedade brasileira, superando esse modelo liberal periférico. Boa parte da nossa crise econômica, se não fosse aguda, não respaldaria, inclusive, nem a insatisfação popular nem mesmo esse pedido de *impeachment*. Mas dizemos "sim" a um modelo econômico que supere a nossa condição histórica, liberal e periférica.

"Sim" para uma reforma tributária progressiva, que tenha a coragem de gravar as grandes heranças, os altos bens patrimoniais, as grandes fortunas. Nós nunca tivemos coragem de fazer isso neste Congresso. Há outra reforma fundamental, diante da qual nós não nos colocamos. Inclusive, a suposta reforma aqui foi também manipulada por Cunha, que destituiu até o Relator da Comissão da Reforma Política.

"Sim" para que a economia não continue colonizando a política; para que o tamanho do bolso não seja mais preponderante do que o tamanho das ideias e causas; para que os partidos — e mais de cem Parlamentares trocaram de partido agora, muitos, não diria todos, por interesses meramente paroquial e eleitoral, de oportunidades — possam ser doutrinários, programáticos, ideológicos, tenham conteúdo e sustentabilidade; para que possamos enfrentar o que é elemento da corrupção histórica, larvar e sistêmica na sociedade brasileira, e que não é apontado aqui contra a atual Presidente da República, que é o clientelismo, que é fisiologismo, que é o patrimonialismo.

Câmara dos Deputados Fl. 9548 Comissões Especiais

Por fim, Sr. Presidente, quero entregar aqui o nosso voto específico do PSOL. Nós queremos, ao dizer "não" a esse *impeachment* sem fundamento, onde se misturam alhos com bugalhos e se fala de um Orçamento sobre o qual nós temos responsabilidade, inclusive para fiscalizá-lo efetivamente, de pedaladas que foram praticadas por vários governantes, desde Fernando Henrique Cardoso. Mas nós queremos é avançar, queremos ver, no hoje, as perspectivas de futuro e, no agora, como será o amanhã.

Este País precisa ser passado a limpo. E só o poder instituinte, que é o povo, pode fazê-lo, inserindo-se na Política com "P" maiúsculo, que é bem diferente da "puliticagem" e da politicagem. O nosso "não" a esse *impeachment* é um "sim" a mais direitos.

Os mais pobres neste País são os que são sempre privados de direitos. E um eventual Governo Michel Temer já tem aquela ponte para o futuro que é uma pinguela para o passado, com supressão de direitos de trabalhadores. Até Paulinho da Força, insuspeito de qualquer intenção de votar contra esse *impeachment,* disse que não dá para segurar isso junto aos trabalhadores.

Mais democracia, mais direitos, mais organização do povo, mais cidadania, mais transparência!

É preciso arrancar alegrias ao futuro!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Antes de passar a palavra ao Deputado Elmar Nascimento, esta Presidência informa que a lanchonete da Casa está aberta até as 21 horas e que está mandando comprar pão, manteiga e queijo, que ficarão disponíveis aqui após esse horário, para quem quiser.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Pão, manteiga e queijo.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

Mortadela, só se o Deputado Carlos Zarattini quiser providenciar e bancar. Este Presidente vai comprar pão, manteiga e queijo.

Obrigado.

Câmara dos Deputados Fl. 9549 Comissões Especiais

Com a palavra o Deputado Elmar Nascimento. S.Exa. tem 15 minutos regimentais.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Sr. Presidente, eu tenho só uma questão antes do Deputado Elmar Nascimento falar. V.Exa. vai retroagir e voltar aos que está pulando, que não estão sendo chamados, ou não? No caso do Deputado Onyx Lorenzoni, V.Exa. retroagiu.

É bom que o Plenário saiba. Não vai haver retroação. Quem não está aqui perdeu a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu estou acompanhando absolutamente a lista. E, caso haja uma chamada e o Parlamentar esteja ausente, por obrigação regimental, eu já tenho que chamar o próximo.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Ele perdeu a vez, não é?

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - Sr. Presidente, o Deputado que V.Exa. chamou está no lugar do Deputado Francisco Floriano, é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado Elmar Nascimento está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - O Deputado Elmar Nascimento está no lugar do Deputado Francisco Floriano, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Por favor, vamos respeitar a palavra do Deputado Elmar Nascimento!

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - Eu quero só saber, Sr. Presidente!

**O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com a responsabilidade que me outorgaram milhares de baianos, com o senso de responsabilidade, porque o meu partido me designou para cumprir um mister nesta Comissão, para exercer o dever de fiscalizar e julgar, ao mesmo tempo, a Sra. Presidente da República, eu quero centrar o meu pronunciamento em duas partes.

Na primeira parte, registro o brilhante relatório do Deputado Jovair Arantes, diga-se de passagem, Deputado que tem composto a base do Governo ao longo dos 6 anos do Governo da Presidente Dilma e foi eleito por

unanimidade por esta Comissão, exatamente pela credibilidade que dispõe e pela sua conduta durante os sete mandatos em que está aqui nesta Casa.

Quero falar que ouvi diversos pronunciamentos ao longo de todo o processo nesta Comissão, em que se cobra e se defende que não se faça o *impeachment,* por conta de que, eventualmente, um *impeachment* sem crime seria golpe.

E basta ler o art. 85 da Constituição Federal, nos seus incisos de I a VII — quem vive num mundo real e que está acompanhando o que existe e acontece no nosso País —, para ver que, em pelo menos cinco dos incisos, foram cometidos pela Presidente crimes de responsabilidade, o que é passível de afastamento: atentar contra o livre exercício do Poder Judiciário, inciso II; atentar contra a probidade na administração, inciso V; atentar contra a Lei Orçamentária, inciso VI; atentar contra o cumprimento das leis como um todo, inciso VII. Ou seja, há no mínimo cinco incisos.

E, se formos nos ligar à tecnicidade do processo que estamos julgando, haveremos de convir que os dois pontos recebidos na denúncia pelo Presidente da Câmara e confirmados pelo Relator Jovair Arantes, por si só, bastam para concluir pelo descumprimento da Lei Orçamentária e das leis como um todo, o que incide na existência de indícios suficientes para o processamento, perante o Senado Federal, do julgamento da Presidente da República.

Quais são as razões técnicas para o *impeachment* neste processo? Houve a chamada fraude fiscal ou pedaladas fiscais, como queiram. O que a defesa diz? Que elas sempre ocorreram e que não ocorreram em 2015. Mentira! Eventuais saldos negativos da operacionalização de certos programas decorrem da impossibilidade de se prever o exato valor devido até o momento do efetivo pagamento aos beneficiários. São flutuações compreensíveis dentro da dinâmica dos programas.

A evolução mostra que, em 2014 e 2015, o que ocorreu foi bastante diferente. Em dezembro de 2015 — pasmem, senhores! —, havia um saldo de 55,6 bilhões de reais referente a pedaladas até 2014, a ser quitado junto a bancos públicos e FGTS. O Governo se beneficiou do financiamento ao longo

do ano, e a prova inequívoca de tal fato é que a União pagou juros por disso. O gráfico mostra aqui a grande evolução que houve nos anos de 2014 e 2015.

Diz a defesa que elas foram atrasos na remuneração pela prestação de serviço. Mentira! As pedaladas foram atrasos do repasse da União aos bancos, para que estes fizessem os recursos públicos chegarem aos beneficiários finais. Como o Tesouro não fez o repasse, os bancos executaram com recursos privados políticas públicas, e o Tesouro pagou juros por isso. Uma operação de crédito é como um cheque especial: se há saldo, aplica-se o dinheiro na conta e se recebe crédito; se é devedor, paga-se juro. Portanto, é óbvio que é uma operação de crédito.

Diz a defesa: *"Foram feitas para financiar programas sociais"*. Acabei de ouvir isso aqui de um Deputado do PT. Mentira! Dos R$55,6 bilhões devidos em dezembro relativos a 2014, somente 1,58% era destinado a programas sociais.

Diz a defesa: *"O TCU mudou a jurisprudência"*. Mentira! O fato de o TCU nunca ter se manifestado pela ilegalidade de eventuais atrasos não significa que os aprovava. A materialidade e a relevância dos valores levaram o TCU a abrir o processo e analisar a conta do Governo.

O segundo tópico é sobre decretos de abertura de crédito suplementar. Diz a defesa que decretos de suplementação não aumentaram o limite de gastos, logo não impactaram a meta de primário.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, o próprio envio do PLN 5 é prova cabal de que o Governo sabia que a meta constante da LDO não estava sendo cumprida, descumprindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Depois, o dia 27 de setembro é prova de que nem a meta do próprio PLN 5 estava sendo cumprida. O Governo passou mais de um terço do ano trabalhando numa meta que não era lei, desrespeitando esta Casa e o Congresso Nacional como um todo.

A aprovação do PLN 5, segundo a defesa, regularizou a edição dos decretos. Mentira! A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê, no seu art. 9º, ações preventivas a serem tomadas quando se verifica que a meta não está sendo atingida. A iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo em matérias

orçamentárias não pode ser usada para inverter a lógica, fazendo a meta se ajustar ao resultado.

Alega a defesa que 17 Estados da Federação tiveram condutas semelhantes. É a última mentira! Leis orçamentárias estaduais não possuem redação que condicione a abertura de crédito, via decreto, à compatibilidade das metas fiscais.

Portanto, é de uma clareza absurda o relatório do Deputado Jovair Arantes ao configurar indícios mais do que suficientes à autorização de abertura do processo de *impeachment* a ser remetida ao Senado Federal.

Na segunda parte, necessário se faz contextualizar a política dos últimos tempos, contextualizá-la sobre a crise ética, moral, política e também econômica que o nosso País vive.

Apesar de naquele tempo eu ser Deputado Estadual e, por isso, não ter estado aqui na Câmara dos Deputados, eu quero fazer um mea-culpa, em nome da Oposição, porque numa democracia verdadeiramente amadurecida, meu caro companheiro Deputado Jutahy Magalhães, a tolerância com o crime e com a corrupção tem que ser zero.

Lá atrás, se nós da Oposição, como fazia o PT em todas as situações, inclusive quando não cabia o *impeachment*, tivéssemos pedido o *impeachment* do Presidente Lula quando houve a Ação Penal 470, comprovada pelo Supremo Tribunal Federal, que demonstrou que dinheiro público estava sendo utilizado para comprar apoio parlamentar, talvez não estivéssemos chegando a esse julgamento de *impeachment* que estamos aqui a tratar hoje.

Nós da Oposição, que queríamos a estabilidade, temos essa dívida com o povo brasileiro, fato que não iremos repetir com a nossa omissão. A Oposição errou no mensalão. Eu ouvi aqui vários Deputados do PT falarem em criminalização do PT.

Meu caro e recente companheiro Deputado Marcos Rogério, o PT chegou ao poder dizendo que tinha o monopólio da ética, da honestidade, da verdade, e se lambuzou quando chegou ao poder. Ao se lambuzar, montando uma verdadeira organização criminosa no seio do poder central do Brasil, quer dizer agora que todos são iguais.

Câmara dos Deputados
9553
Comissões Especiais

E então eu replico veementemente, dizendo que nós não somos iguais ao PT. Qualquer partido pode ter no seu seio, porque é composto de seres humanos, alguém em desvio de conduta, mas os procedimentos e as consequências de quando se pega alguém em desvio de conduta é que separam o joio do trigo. Eu tenho orgulho de dizer que pertenço ao Democratas.

Quando pegamos em desvio de conduta, cometendo um ilícito, o Governador Arruda, que era o Governador mais bem avaliado do Brasil, nós o expulsamos do partido. Quando nós pegamos em desvio de conduta, num grampo telefônico em que ele não era a autoridade grampeada, o Senador Demóstenes, nós não fizemos como o PT faz com o Lula, que diz que o grampo é ilegal. Nós constatamos a realidade, enfrentamos o mérito e convidamos o Senador Demóstenes Torres a sair do nosso partido, porque no nosso partido não cabe corrupto.

O que nos separa do PT, de tantos e tantos Deputados, todos eles honrados — eu aprendi a admirar os Deputados do PT que compõem esta Casa —, é que infelizmente eles perderam a capacidade de se indignar com a corrupção da maneira como se indigna a população brasileira. Eles perderam essa capacidade e vêm aqui, num processo como este, em que a população brasileira inteira sabe, por sucessivas notícias, delações dos maiores empreiteiros do Brasil que têm relação com doação legal e ilegal com o PT, dos meandros da corrupção em que se meteu esse partido, querer fazer defesa técnica do que é indefensável.

Não há como se separar a defesa, restringindo-a simplesmente às pedaladas fiscais, que por si só já justificariam o afastamento da Presidente do grande esquema de corrupção em que o PT meteu o nosso País junto a grandes empreiteiros e às maiores empresas de construção civil do Brasil. Se não olharmos isso como um todo, se não aprovarmos o seguimento deste *impeachment,* outro será aberto. Está aqui na fila o *impeachment* promovido e requerido pela OAB. Então a OAB também é golpista? Os elementos trazidos no requerimento de *impeachment* da OAB não são suficientes para o afastamento da Presidente?

Câmara dos Deputados
9554
Comissões Especiais

Assisti hoje a uma manifestação do Procurador-Geral da República, conduzido e reconduzido pela Sra. Presidente Dilma Rousseff, o Dr. Rodrigo Janot, em que ele dizia que dissera, da Suíça, que o decreto da Sra. Presidente de nomeação do ex-Presidente Lula para a Casa Civil era um ato formalmente perfeito e que não havia o que se questionar, mas que, ao chegar ao Brasil e compulsar os autos, ficou absoluta a demonstração do desvio de finalidade do decreto.

Ou seja, em outras palavras, Sr. Presidente, ele constatou, não por parte do ex-Presidente Lula, que era apenas o beneficiário, mas, por parte da Sra. Presidente, o cometimento de crime contra o funcionamento da Justiça, previsto na nossa Constituição, no art. 85, § 2º, a justificar por si só o impedimento. Eu tenho a absoluta convicção de que, nessa linha que seguiu o Procurador, ele está obrigado a representar contra a Sra. Presidente também por crime de responsabilidade por conta dessa reprovável conduta.

Por fim, logo que veio à luz o esclarecimento, para a indignação de todos os brasileiros, assisti à matéria sobre o grampo do telefonema do Presidente Lula dizendo que é preciso cuidar da "República de Curitiba". Eu quero dizer aos brasileiros que assistem ao meu pronunciamento neste instante que do que o Brasil precisa é trazer aqui a "República de Curitiba", onde é conduzida pelo excelente Juiz Sérgio Moro e por procuradores a Operação Lava-Jato, para que o Brasil inteiro seja passado a limpo. Ao tempo em que eles querem segurar a conduta da "República de Curitiba", nós do Democratas queremos é trazer e expandir a "República de Curitiba" para o Brasil inteiro.

Portanto, Sr. Presidente, resta a saciedade, demonstrados os indícios mínimos. Aliás, não são indícios mínimos, meu caro Relator Jovair, são provas cabais do cometimento de crime. Aqui, depois de exercido o direito de defesa, se nos coubesse julgar a Sra. Presidente, já haveria elementos para que ela fosse condenada e cassada, quanto mais para que se instaure um processo com indícios mínimos, que é o que se exige, neste momento, nesta Casa.

Concluo minhas palavras para dizer que, com muito orgulho, representando, como disse quando iniciei o meu pronunciamento, milhares de

Câmara dos Deputados Fl. 9555 Comissões Especiais

baianos que me deram a condição de estar a representá-los na Câmara dos Deputados, representando o meu partido, o Democratas, nesta Comissão e no Plenário, eu vou votar pela admissibilidade do recurso, juntando-me a milhares de brasileiros que querem essa organização criminosa fora do poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Weverton Rocha.

V.Exa. tem 15 minutos regimentais.

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - Sr. Presidente, colegas Deputados, eu gostaria de cumprimentar, neste momento, todos os Parlamentares, o Relator, o Presidente, os telespectadores e ouvintes da *TV Câmara* e da *Rádio Câmara* e todos os que estão transmitindo ao vivo esta sessão e dizer, nobre Relator, que nós do PDT respeitamos a posição de V.Exa., mas, apesar de respeitá-la, nós não concordamos, e pedimos licença ao colega para que o partido apresente o seu voto em separado, do qual eu começo aqui a fazer a leitura.

Apesar de caber a esta Casa política a decisão acerca da admissibilidade da denúncia, lembro a todos que hoje esta Comissão tem a função de julgar. Por isso, antes de qualquer discussão de cunho político, essencial a este colegiado, tem-se que ter a convicção e a existência dos pressupostos jurídicos mínimos para a admissão da denúncia. Não vejo estarem presentes esses pressupostos, pelos fatos que se seguem.

"II - Das Preliminares

Primeiramente, cabe destacar que, no despacho que decidiu pelo recebimento da peça acusatória, o Presidente da Câmara dos Deputados rejeitou as denúncias embasadas praticamente em ilações e suposições, sobretudo quando os denunciantes falam da corrupção na PETROBRAS, dos empréstimos do BNDES e do suposto lobby do ex-Presidente da República, com alegações de que a Presidente teria sido conivente com esses atos de corrupção.

O Presidente também rejeitou a parte da denúncia que cita crimes eventualmente praticados pela denunciada contra a Lei Orçamentária Anual de

Câmara dos Deputados Fl. 9556 Comissões Especiais

2014, os quais foram mencionados em decisão do TCU relativa às contas prestadas pelo Poder Executivo, referentes àquele ano. S.Exa. argumentou que tal decisão constituiu-se em parecer prévio daquela Corte de contas sujeito a julgamento final no Congresso Nacional, a quem é atribuída a competência exclusiva para decidir sobre a questão, consoante estabelece o art. 49 da Constituição Federal.

Além disso, o Presidente desta Casa ressaltou que tais fatos são anteriores ao mandato vigente, sendo inafastável a aplicação do art. 86, § 4º da Constituição Federal.

De fato, não devem prosperar as alegações colecionadas na denúncia relativas ao mandato anterior para fins de processo de *impeachment*, posto que, na vigência do seu mandato, não pode o Presidente da República ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, conforme o art. 86, § 4º da Carta Magna.

Trata-se de imunidade processual que visa garantir o regular exercício funcional das atribuições do Chefe do Poder Executivo, assegurando, por conseguinte, a proteção do regime presidencialista adotado pelo nosso País.

Ademais, a impossibilidade de *impeachment*, em razão de mandato anterior, se fundamenta no princípio republicano, que é assinalado pela eletividade, responsabilidade e, essencialmente, pela periodicidade dos mandatos.

Destaque-se que os atos a que se reporta o art. 85 são os de natureza funcional, praticados no exercício de um mandato presidencial corrente, atual, em curso e não vencido, encerrado. Mandato presidencial vencido sem a instauração de processo de *impeachment* é página virada.

Não se pode olvidar que a Presidenta está no seu desempenho de novo mandato, obtido por uma segunda vez para o mesmo cargo. Para o segundo mandato, são necessárias novas eleições, diplomação, posse, assim como o novo exercício.

O exercício desse novo mandato não se intercala com o precedente, pelo contrário, se intervala, posto que mandato novo é exercício que se abre para uma autonomia, prova de fidelidade governamental à Constituição, a partir

Câmara dos Deputados Fl. 0557 Comissões Especiais

de um compromisso feito perante a Constituição e a composição do Congresso Nacional. Não se pode fazer dos dois mandatos uma coisa só.

Diferentemente ocorre quanto a eventual cometimento de infrações penais comuns, de outra natureza, ainda não prescritos, a demandar processo e julgamento sob formato jurídico inconfundível com aquele concebido pela Constituição para os crimes de responsabilidade do Presidente da República.

Sendo assim, ao adentar o mérito, serão desconsideradas as partes rejeitadas pelo Presidente da Câmara quando de recebimento da denúncia. Antes, porém, cabe tecer considerações iniciais relativas à admissibilidade da denúncia.

A indevida juntada aos autos da delação premiada do Senador Delcídio não guarda nenhuma relação fática ou jurídica com os fatos relatados nesta inicial. O Presidente da Câmara dos Deputados, em decisão completamente equivocada, determinou a anexação nesses documentos, a despeito de ter proferido decisão anterior sobre o objeto da denúncia, quando de seu despacho de recebimento da peça inicial.

Fica claro que tal anexação se deveu ao fato do reconhecimento da fragilidade dos argumentos narrados nesse inconsistente pedido de cassação do mandato da Presidente.

Assim, os novos documentos anexados à denúncia inquinam de vício o processo a partir de sua juntada, posto que a defesa se faz em relação aos fatos objetivamente imputáveis.

Embora questionado pelo Deputado Paulo Teixeira, o Presidente da Comissão asseverou que não seria realizado o desentranhamento dos novos documentos anexados à denúncia. Tanto o ato que anexou quanto o que decidiu pelo não desentranhamento ofendem os direitos da denunciada, dado que violam o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Outro aspecto a ser considerado trata-se da proposta do Relator a realizar reuniões para o esclarecimento da denúncia. Como já salientado na questão de ordem por nós apresentada, promover reuniões para esclarecimento de aspectos da denúncia é o reconhecimento de que a

Câmara dos Deputados Fl. 9559 Comissões Especiais

denúncia não está clara o suficiente, ferindo o devido processo legal e levando à inépcia da inicial.

Além disso, este fato atinge um dos postulados mais basilares da garantia à ampla defesa: o de que a denúncia deve conter específica e precisamente os fatos sobre os quais o acusado deve se manifestar.

Em resposta à nossa questão de ordem, o Presidente da Comissão argumentou que a realização das audiências teve por finalidade auxiliar os Deputados a construir entendimento pessoal sobre a admissibilidade ou não da denúncia apresentada, não porque a denúncia não seria clara. Diverge, portanto, Sr. Presidente, o Relator no plano de trabalho que apresentou, onde mencionou que as reuniões se destinariam a esclarecer a denúncia.

Não bastasse tal improcedência no plano de trabalho do nobre Relator, durante a reunião em que foram ouvidos os autores da denúncia, o Presidente da Comissão permitiu-lhes pronunciar-se sobre todos os aspectos da inicial, até mesmo sobre aqueles que o Presidente da Câmara já havia declarado que ferem o devido processo legal por não atenderem aos pressupostos processuais do processo de *impeachment* no que se refere a crimes praticados em mandato anterior ao vigente.

Mais uma vez, o processo foi inquinado de vício que gera a sua nulidade, sendo aplicáveis, neste caso, as normas do Código de Processo Penal, como lei assessória do processo de *impeachment*, reconhecida por decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 378, ao recepcionar o art. 38 da Lei nº 1.079, de 1950.

III - Do mérito.

Tratando especificamente do mérito, e considerando as partes da denúncia rejeitadas por decisão do Presidente da Câmara dos Deputados, restam dois atos alegados pelos denunciantes como caracterizadores do crime de responsabilidade, quais sejam: o primeiro, a edição de seis decretos não numerados nos meses de julho e agosto, fundamentados nas Leis nºs 13.080, de 2015, e 13.115, de 2015, a Lei Orçamentária Anual — LOA; e o segundo, o inadimplemento financeiro da União com o Banco do Brasil, em razão de atraso no pagamento de subvenções econômicas no âmbito do crédito rural,

Câmara dos Deputados Fl. 9559 Comissões Especiais

inadimplemento esse que não se caracteriza como mútuo, financiamento ou operação de crédito para efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto à primeira alegação, cabe esclarecer inicialmente que o crédito suplementar é instrumento que serve para atender políticas públicas já existentes na Lei Orçamentária Anual, mas que não possuem dotações suficientes para serem executadas.

Além disso, a abertura de crédito suplementar por meio de decreto possui expressa previsão legal e constitucional, não se verificando irregularidade quanto a essa questão. Assim, o art. 4º da LOA autoriza o uso de decretos para garantir maior facilidade no manejo orçamentário em ações consideradas urgentes e essenciais, que não poderiam aguardar o trâmite legislativo para a aprovação de um projeto de lei para tal finalidade.

E mais, a abertura de crédito suplementar para despesas obrigatórias constitui estrito cumprimento do dever legal da Presidente, sendo absolutamente inexigível conduta diversa.

A esse respeito, na análise dos fatos concretos, cabe averiguar a real ilicitude dos atos praticados, eventual contrariedade ao direito dos atos atribuídos à denunciada. Assim, para que essa contrariedade ao Direito se materialize, a conduta típica não poderá ter sido praticada em decorrência do estrito cumprimento do dever legal. Tal situação jurídica se caracteriza como causa de justificação ou descriminante putativa, isto é, causa que transforma uma conduta, em tese, ilícita em comportamento lícito e adequado ao Direito.

Diante disso, cabe arguir se, diante da situação fática com que se deparou a denunciada, caberia a adoção de conduta diversa da empreendida, sem que se violasse o interesse público, sem prejuízo à ordem social e econômica. Em caso afirmativo, restaria configurada a tipificação da conduta. Do contrário, estaria descaracterizada como ilícito.

Analisando-se a situação concreta, percebe-se que a Presidente agiu em estrito cumprimento do dever legal ao editar os decretos para atender a despesas urgentes e essenciais, conduta que se exigiria do ocupante do cargo nas situações que se apresentaram.

Câmara dos Deputados Fl. 9560 Comissões Especiais

Vale lembrar que os decretos de crédito suplementar e ações na LOA têm caráter autorizativo. Ele não aumenta o gasto, posto que o limite fiscal continua o mesmo. Ademais, permite que o Estado reprograme uma determinada política pública de acordo com uma possível mudança de cenário econômico-social, de forma a melhor atender ao interesse público. Por fim, autorizar o gasto não significa que ele se efetivará, seja por motivos financeiros, como a falta de recursos, ou práticos, como ter destinado recursos para prejuízos com enchente em ano de seca.

Importante salientar que a abertura de créditos suplementares para o atendimento de despesas discricionárias sequer expôs a risco o cumprimento da meta. Isso porque tais despesas estão condicionadas à disponibilidade de recursos para se concretizar. O Governo contingenciou 80 bilhões de reais em despesas discricionárias em 2015 e cumpriu a meta. Além disso, o TCU considerou adequado esse tipo de prática nos exercícios de 2001, 2009 e 2010.

Some-se a isso o fato de que tais suplementações não guardam qualquer relação com o atingimento da meta, já que não resultaram em aumento de gasto.

Não se pode olvidar que o atingimento da meta é auferido em 31 de dezembro, final do exercício financeiro a que se refere a denúncia. Esta, apresentada em outubro de 2015, alega o descumprimento da meta antes mesmo do fim do exercício financeiro. E ao encerrar-se, repita-se, o governo cumpriu a meta fiscal. Logo, resta totalmente infundado essa alegação dos denunciantes.

Por fim, eu gostaria de passar direto ao voto, por conta do tempo. Eu ainda tenho 2 minutos e vou ler o meu voto separado:

É inadmissível que em um regime presidencialista, sob a égide de um Estado Democrático de Direito, situações episódicas de impopularidade de Governo possam ensejar a perda de seu mandato, por faltar-lhes os atributos da legalidade e da legitimidade. Acusações desprovidas de gravidade extrema, incapazes de atingir os alicerces centrais da ordem jurídica democrática

poderiam resultar em abalos à estabilidade institucional que decorre do exercício do mandato presidencial.

A denunciada está sendo processada com claras e indiscutíveis violações aos princípios constitucionais, especialmente ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, posto que as denúncias são inconsistentes, juridicamente insustentáveis e de improcedência manifesta.

Autorizar o início do processo de crime de responsabilidade, Sr. Presidente, embasado em denúncias sem nenhum amparo constitucional ou jurídico, resultará em verdadeira ruptura da ordem jurídica democraticamente estabelecida. Qualificará verdadeiro e indisfarçável "golpe de Estado". Será imperdoável tal ruptura constitucional após anos de luta por um Estado Democrático de Direito.

Em face ao exposto, voto pela inadmissibilidade política e jurídica de tal acusação e pela não autorização da instauração do processo por crime de responsabilidade no âmbito do Senado Federal.

Sr. Presidente, eu encerro as minhas palavras apresentando esse meu voto em separado e pedindo aos eleitores do Maranhão, aos eleitores do Brasil, que neste momento difícil que vive o povo brasileiro, a política — a crise não é em um partido, mas em todos — nós precisamos, aqui nesta Comissão, fazer este debate, e a política, lá no plenário, teremos tempo suficiente...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Acabou o tempo.

Obrigado, Deputado Weverton.

Com a palavra o Deputado Goulart, pelo prazo regimental de 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO GOULART** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, a imprensa brasileira publicou, nos últimos anos, artigos sobre a contabilidade criativa do Governo Federal, atingindo o ápice nos casos das chamadas pedaladas fiscais e dos créditos suplementares (decretos não numerados).

Em 21 de agosto de 2014, o jornal *Valor Econômico* publicou artigo sobre acontecimentos que vieram a ser batizados como pedaladas fiscais.

Câmara dos Deputados Fl. 956 Comissões Especiais

Esse artigo foi utilizado como base pelo Ministério Público para apresentar junto ao Tribunal de Contas da União, na mesma data, representação solicitando a realização de inspeções.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. DEPUTADO GOULART** - Em 15 de abril de 2015, o TCU editou o Acórdão nº 825, de 2015, em que considerou irregulares as operações de crédito do Tesouro Nacional junto à Caixa Econômica Federal (em razão dos aditamentos feitos no âmbito dos Programas Bolsa Família, Seguro-Desemprego e Abono Salarial); junto ao BNDES (devido ao Programa de Sustentação de Investimento — PSI); junto ao Banco do Brasil (para a equalização de juros no Plano Safra e Plano Agrícola); e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.

No segundo semestre de 2015, a totalidade dos Ministros do TCU aprovou parecer pela rejeição das contas da Presidente da República referentes ao ano de 2014, tendo nessa decisão forte influência das irregularidades apuradas pelas questões das pedaladas e dos créditos suplementares não autorizados.

Essas operações tinham como objetivo expandir despesas públicas, via financiamento, por fontes não autorizadas, no Orçamento da União, como recursos próprios da Caixa Econômica Federal e, assim, fraudar dados fiscais como resultados primários da dívida da União.

No caso da Caixa, fica facilmente evidenciada a abertura de crédito quando as contas de suprimentos não tinham recursos financeiros da Caixa Econômica Federal, mesmo assim, com recursos próprios e seus depositantes, pagava os benefícios. Quando isso acontecia, a União deixava de ter obrigação com o cidadão (beneficiários dos programas do Governo), mas com o banco, em razão do empréstimo.

Destaco que essas operações não foram de curta duração, ou de baixa monta. No caso dos pagamentos das equalizações dos juros junto ao BNDES, a União, por exemplo, chegou a ficar 4 anos sem pagar 1 centavo, acumulando quase R$ 20 bilhões de dívidas. Esses atrasos configuram abertamente o uso do poder controlador, no caso da União, sobre o BNDES e o Banco do Brasil.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 0563

Eles ficaram longos meses e até anos sem receber, por uma única e exclusiva vontade da União, tanto é que as equalizações devidas a bancos privados eram pagas religiosamente.

Frise-se que o art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a operação de crédito entre a instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controla. Essas operações não estavam previstas na Lei Orçamentária e algumas nem poderiam estar lá previstas, pela exposta vedação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, para efeito de embasamento do *impeachment*, foram violados: o art. 167, II, da Constituição Federal, que veda a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários; o art. 37, *caput*, da Constituição — princípio da legalidade —; art. 10, item 6; e art. 11, itens 1 e 2, da Lei 1.079/50 — este último estabelece, principalmente, ser crime contrair empréstimo sem autorização legal.

Peça silêncio, Sr. Presidente, por favor.

Ressalto que a operacionalização das pedaladas exigiu o envolvimento da alta cúpula de diversos órgãos dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, do Desenvolvimento Social, além da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e do Conselho Curador do FGTS. Uma operação dessa magnitude, Sr. Presidente...

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Goulart, peço a V.Exa. 1 minuto. Solicito que o tempo seja interrompido, por favor.

Apenas quero pedir a todos um pouco mais de silêncio, porque V.Exa. está lendo e proferindo importante pronunciamento.

**O SR. DEPUTADO GOULART** - Uma operação dessa magnitude, envolvendo bilhões de reais e diversos órgãos poderosos da República, exige uma coordenação superior. Quem, senão o Palácio do Planalto, reúne condições para alinhar tantos entes poderosos em uma operação claramente ilegal?

Quanto aos créditos suplementares (decretos não numerados), pelo art. 4º da LOA/2015, o Poder Executivo somente poderia abri-los caso fossem compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário de 2015.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 9564

O Governo encaminhou ao Congresso Nacional o PLN nº 5/2015, de 22/07/2015, solicitando ao Congresso a redução da meta de superávit para aquele ano, passando a meta original de 55,28 bilhões para 5,8 bilhões.

Somente em 03/12/2015, o PLN nº 5/2015 foi convertido em lei. Desta forma, em 22/07, o Governo já sabia que não atingiria a meta de resultado primário no ano de 2015, tanto que solicitou alteração ao Congresso.

Assim, o Governo atentou contra o art. 4º da Lei Orçamentária, na medida em que abriu, por meio de seis decretos, suplementação de crédito, quando deveria reduzir ainda mais as despesas.

Afrontou, também, o art. 10, item 2, da Lei nº 1.079/50, o qual afirma que é crime de responsabilidade contra a Lei Orçamentária *"exceder ou transportar, sem autorização legal, as verbas do orçamento"*.

O argumento do Governo de que a aprovação do PLN nº 5/2015, o qual reduziu a meta de 2015, absorveu a emissão de tais decretos durante o ano de 2015 não prospera.

Afirmar, também, que os procedimentos orçamentários não têm qualquer ligação com a perseguição da meta também não tem qualquer ligação com a realidade.

Friso que a Lei de Responsabilidade Fiscal — lei que é uma grande conquista do povo brasileiro — estabelece em seu art. 1º, §1º, que: *"A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios (...)"*. Por isso, o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, combinado com os arts. 51 e 52 da LDO de 2015, estabelece que o Poder Executivo deve, bimestralmente, avaliar o comportamento das receitas e, em havendo ameaça ao atingimento da meta, deve efetuar *"limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias"*.

Além disso, o Poder Executivo deve promover relatórios quadrimestrais para avaliar o atingimento da meta.

Só a título de curiosidade, Sr. Presidente, em 2014, no segundo relatório quadrimestral, o próprio Executivo atestou que tinha alcançado menos de 1%

da meta, mesmo assim ele continuou aumentando despesas, quando deveria diminuí-las.

Voltando ao caso de 2015, não se discute que o Governo tenha ou não atingido a meta, tendo em vista que esta foi enormemente reduzida no final do ano. Contudo, pelos relatórios bimestrais e quadrimestrais, o Governo já tinha fortes indicativos de que a meta não seria atingida e não promoveu as limitações orçamentárias e financeiras, como exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, caso semelhante ao de 2014.

Para finalizar, eu gostaria de registrar o enorme respeito que tenho pelo Advogado-Geral da União, meu ex-colega, Vereador da Câmara Municipal de São Paulo, José Eduardo Martins Cardozo. Ele possui brilhante carreira jurídica, contudo, recebeu a ingrata tarefa de defender o indefensável. São fortes os indícios e gravíssimas as irregularidades na gestão das contas públicas federais. E isso não podemos desconsiderar.

Um dos mais graves problemas enfrentados, hoje, pelo Brasil é o descontrolado crescimento da dívida pública. O Poder Executivo, ao fraudar as contas públicas e fugir de maneira proposital da obrigação legal de perseguir a meta, contribuiu para que a situação fiscal do País se agravasse, com certeza. Essa falta de compromisso foi um fator determinante, para que nossa economia perdesse o grau de investimento e tivesse corroída sua credibilidade ante os agentes econômicos internos e externos.

Além disso, o País vive uma situação caótica do ponto de vista econômico e social. Só no último ano, mais de 4 mil empresas encerraram suas atividades. A inoperância e a falta de credibilidade do Governo Federal levam o povo às ruas a clamar por mudanças. A afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal e o uso de dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, conquistas do povo brasileiro, são imperdoáveis. O caso das pedaladas e os créditos suplementares não autorizados foram extremamente graves.

Por tudo isso, sou favorável à autorização da abertura do processo de *impeachment*, sabendo que só no Senado Federal é que ele será julgado.

Câmara dos Deputados
Fl. 9566
Comissões Especiais

Faço esse voto em nome dos cidadãos paulistas e paulistanos da Zona Sul, dos nossos parceiros da Associação Comercial de São Paulo, da minha família, em especial, em nome dos meus filhos Rodrigo e Fábio Goulart.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini, pelo tempo regimental de 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos assistem, muitos que aqui vêm debater buscam discutir um conjunto de questões da conjuntura, questões políticas, questões ideológicas, que não estão colocadas nessa ação, nesse processo de *impeachment*, e que têm o objetivo claro de confundir a opinião pública, de querer colocar que houve um crime de responsabilidade, quando isso, em nenhum momento, aparece.

O relatório do Deputado Jovair Arantes não levou em consideração os argumentos da defesa. Por exemplo, ele não disse que os decretos de crédito suplementar e as ações na LOA têm caráter autorizativo, não aumentam o gasto. O limite fiscal continua o mesmo. Não existe aumento. Não existiu aumento de gastos por conta do decreto de crédito suplementar, que é um tipo de decreto realizado em todas as Prefeituras e Governos de Estados, também conhecidos como Decretos de Remanejamento. Trata-se de decretos que autorizam o gasto, mas não quer dizer que eles vão ocorrer por motivos financeiros, porque existem os limites fiscais.

Eles permitem que os Estados reprogramem uma determinada política pública de acordo com a realidade. Ou seja, se um programa exige maior recurso, então, são deslocados recursos para esse programa. É isso que o decreto suplementar permite. E, apesar de editados pela Presidência, decretos de créditos suplementares servem a todos os Poderes e são requeridos pelos respectivos gestores. Inclusive, existem, nesses decretos, alguns requeridos pelo Poder Judiciário.

Portanto, não há como acusar esses decretos de serem ilegais, de não estarem obedecendo à Lei Orçamentária.

Câmara dos Deputados Fl. 9567 Comissões Especiais

Esses decretos não alteraram o contingenciamento de 80 bilhões de reais em despesas discricionárias no ano de 2015 e não impediram o cumprimento da meta fiscal.

A denúncia feita em outubro de 2015 alega o descumprimento da meta fiscal do ano de 2015 a mais de 75 dias antes do exercício financeiro acabar. Ou seja, ela diz, antes de acabar o exercício, que não foi cumprida a meta fiscal...

E o TCU entendeu que a prática foi adequada nos exercícios de 2001, 2009 e 2010. Só agora o TCU vem dizer que isso não é correto.

E, a partir desse momento que ele diz que não é correto, apesar da discordância do Governo, o Governo passou a cumprir.

Da mesma forma as pedaladas fiscais, que aqui são apontadas como crime de responsabilidade. As operações realizadas no âmbito do Plano Safra, decorrentes de subvenções econômicas, chamada "equalização da taxa de juros" — porque existe um subsídio, uma espécie de subsídio às taxas de juros — não se enquadram nas operações de crédito indicadas nos arts. 36 e 38 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ou seja, em nenhum desses pontos aqui se comprova a acusação de crime de responsabilidade como prevê a Constituição, para justificar o *impeachment*.

O Relator colocou algumas questões no seu Relatório que ele mesmo ficou de responder, mas não respondeu, particularmente uma que diz — no Item 3, pág. 72 — o seguinte: *"A acusação é vazia, temerária, infundada, abusiva, leviana, inepta, de caráter meramente partidário, lastreada tão somente na disputa política, a ponto de comprometer a viabilidade de eventual processo?"*

Não foi respondida a referida questão. Mas eu respondo: a acusação é vazia; a acusação tem caráter meramente partidário; está lastreada tão somente na disputa política. E basta ver o que está acontecendo hoje: a mídia — e, particularmente, a grande mídia — desesperadamente tenta criar uma versão da história. A Rede Globo de Televisão, particularmente, é a que atua

Câmara dos Deputados Fl. 9568 Comissões Especiais

de forma principal para criar essa versão da história, forçando a mão numa visão unilateral.

Um setor da Justiça vem atuando de forma a partidarizar e a buscar atacar exclusivamente o PT, o Governo da Presidenta Dilma e o Ex-Presidente Lula. Ou seja, é uma atuação da Justiça que tem um único objetivo, o objetivo de atingir o nosso partido, o objetivo de tentar incriminar o nosso partido.

Portanto, não se fala aqui em delações de forma geral, fala-se de delação direcionada, como foi agora essa delação apresentada antes de ontem pela construtora Andrade Gutierrez, que disse que houve propina na obra de Belo Monte, uma obra que foi licitada e na qual o preço vencedor foi 6% menor do que o preço determinado pelo Tribunal de Contas da União. E digo isso porque quem determinou o preço ali foi o Tribunal de Contas, esse cujos números são muito usados para justificar as ações da Oposição.

Basta ver que as mobilizações, hoje, são sustentadas por entidades patronais, como a FIESP, entidades que gastam milhões de reais para promover esse golpe, milhões de reais em anúncios na televisão, milhões de reais na Internet, através de robôs que disseminam boatos e falsas versões. Isso nós temos que denunciar — e vamos denunciar.

Por que isso ocorre? Ocorre porque a Oposição não conseguiu ganhar as últimas quatro eleições. Fracassou nas urnas. Não conseguiu convencer o povo, porque não é capaz de expor o seu programa real — aliás, não pode expor o seu programa real. Esse programa não pode ser tornado público, porque, se a Oposição disser o que realmente quer fazer, de fato, ela vai continuar perdendo muitas eleições.

Ela traveste o seu programa não publicável de combate à corrupção. Ora, é uma Oposição que, como já foi dito aqui, é campeã no número de cassações, que tem um partido com o maior número de Prefeitos cassados, que é o DEM; que teve José Roberto Arruda, que teve Agripino Maia, que teve Demóstenes Torres. Também na Oposição, o PSDB nunca é incomodado pelo Ministério Público. E já foi declarado claramente que o Sr. Sérgio Guerra, Presidente do PSDB, recebeu 10 milhões de reais; também o Sr. Aécio Neves já foi cinco vezes citado e não foi sequer incomodado pelo Ministério Público.

Câmara dos Deputados
Fl. 9569
Comissões Especiais

Em São Paulo, onde houve o escândalo da merenda, onde houve o escândalo do metrô e dos trens, nada leva ao incômodo o Governador Geraldo Alckmin. E ninguém fala sobre a lista de Furnas.

Ora, essa Oposição vem falar em corrupção... Essa Oposição quer falar em corrupção. Por quê? Porque todas as vezes na história do Brasil em que se derrubou um Governo popular, não foi com base no debate político; foi com base no denuncismo. Foi assim com Getúlio Vargas, em 1954, quando se falava que existia um mar de lama neste País, e nunca apareceu qualquer prova concreta contra o então Presidente Getúlio Vargas; foi assim no golpe de 64, quando se falava da corrupção no Governo João Goulart; foi assim durante o Governo Juscelino Kubitschek, que depois foi cassado pela ditadura militar, porque, com certeza, ganharia as eleições, mas foi acusado de corrupção tantas e tantas vezes nas suas obras, como ocorreu na construção de Brasília.

Ora, a Oposição quer dar um golpe, quer tomar o poder sem voto. Sem ter voto, ela quer levar o poder, quer fazer da votação no plenário uma eleição indireta.

E aí, Sr. Relator, o seu relatório costuma dizer — e diz isso em vários momentos: *"Nós não estamos julgando, nós estamos só discutindo a admissibilidade."* Ora, o que se pretende fazer na próxima semana é um golpe, sim. É retirar do poder, retirar da Presidência da República uma Presidenta legitimamente eleita pela maioria dos votos do povo brasileiro, uma Presidenta que está sendo interditada no seu direito de governar, que está sendo impedida de governar pelo boicote, pela agitação dos meios de comunicação, pela agitação comandada por uma parte da Oposição e por uma parte dos partidos da base. Isso tem que ser falado.

Qual é o objetivo dessa Oposição? Qual é o objetivo desse golpe? O objetivo desse golpe, como diziam alguns há algum tempo, é "acabar com a raça do PT" — e eles não esqueceram esse objetivo.

Mas muito mais criminoso do que acabar com o PT é reduzir os direitos dos trabalhadores; é impor um programa que aprove uma lei de terceirização que já foi votada nesta Casa e que está parada no Senado, uma lei de terceirização para precarizar a relação de trabalho; é impedir a reforma agrária,

Câmara dos Deputados Fl. 9570 Comissões Especiais

na lei ou na marra — aliás, como fizeram em Quedas do Iguaçu, matando dois trabalhadores e ferindo centenas de outros trabalhadores no dia de ontem. Essa é a reforma agrária de que eles falam — e a querem impedi-la, na lei ou na marra.

O objetivo do golpe é também impor a idade mínima para a aposentadoria de homens e mulheres, ou seja, acabar com a aposentadoria por tempo de serviço e fazer com que o trabalhador mais simples, o trabalhador de menor renda trabalhe muito mais anos para poder se aposentar; é cometer o crime de entregar as jazidas do pré-sal para as multinacionais.

Aliás, nisto a Operação Lava-Jato tem sido certeira, quebrando as pernas da PETROBRAS, impedindo a PETROBRAS de investir, quebrando as empresas do setor de petróleo e fazendo com que, efetivamente, paremos de aumentar a nossa produção de petróleo. Dessa forma, as multinacionais podem entrar alegremente no Brasil, explorando uma das mais produtivas jazidas do mundo, fruto da nossa pesquisa.

Eu sei que incomoda muito à Oposição ouvir isso, mas vai ter que ouvir, vai ter que ouvir. E nós vamos falar isso nas praças e nas ruas deste País pelo tempo que for necessário para derrotar esse golpe.

Eles querem restringir as conquistas democráticas; querem impedir que a democracia avance neste País, por meio da participação popular; querem retroagir em tantas conquistas de direitos democráticos e civis alcançadas pelo povo brasileiro; querem também acabar com os programas sociais.

Não venham aqui dizer que querem melhorar o Bolsa Família, porque o objetivo claro e confesso da Oposição sempre foi acabar com o Programa Bolsa Família, porque não suportam ver o povo melhorar de vida, não suportam ver o povo estudar em uma faculdade através de um programa como o PROUNI, através de um programa como o FIES.

Essa Oposição é uma Oposição elitista, que vem usando esses argumentos falsos para tentar convencer o povo brasileiro de que votou errado na última eleição. Mas o povo brasileiro está abrindo os olhos. São milhares e milhares que se manifestam. São intelectuais, são artistas, são juristas, são pessoas como o fundador do PSDB, Bresser Pereira, fundador e ex-Ministro do

Câmara dos Deputados
Fl. 0571
Comissões Especiais

Governo Fernando Henrique Cardoso, que acusa o golpe ao dizer claramente: *"É golpe, sim, o que se tenta fazer contra a Presidenta Dilma Rousseff"*.

Por isso, nós vamos lutar até o fim para denunciá-los. Nós vamos derrotá-los aqui no plenário e vamos derrotá-los nas ruas deste País, mostrando que o povo brasileiro não quer retrocesso, não quer voltar ao passado, não quer diminuição de direitos. O povo brasileiro quer avanços. O povo brasileiro quer igualdade, distribuição de renda, emprego — e é isso o que nós vamos conquistar.

Parem de boicotar o Brasil! Parem de boicotar o povo brasileiro! Parem de impedir o Brasil de avançar! Nós vamos vencer, e não vai haver golpe neste País!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Evandro Roman. S.Exa. tem 15 minutos regimentais.

**O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN** - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só gostaria de fazer um breve comentário em relação ao que disse o Exmo. Deputado que me antecedeu sobre a questão de Quedas do Iguaçu.

Eu, que sou daquela região, digo que essa era uma tragédia anunciada. Era realmente algo previsível pela situação de litígio que existe naquela região. Mas eu não vou usar de leviandade. Eu estou aqui a semana toda, como acredito que o nobre Parlamentar também. Nós não temos daqui como saber o que houve.

Portanto, os fatos serão apurados com muita tranquilidade, muita serenidade, para que nós possamos saber realmente o que ocorreu lá em Quedas do Iguaçu. Podem ter certeza de que pessoas competentes estão em uma linha como essa.

Eu inicio a minha fala dizendo que eu acredito que, em alguns momentos, nós sofremos aqui da chamada "Síndrome de Lampião", que é a síndrome do justiceiro. Parece-me que nós estamos na função de ouvir as partes, de julgar, de sentenciar, de condenar. Não! A nossa função é apenas a de analisar a admissibilidade, ou seja, submeter o processo à análise — e

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 957

ponto. É isso. Levaremos ou não levaremos esse processo à análise de quem irá julgá-lo. Este é o nosso único objetivo.

Isso é o mínimo para um Parlamento que tem como função fiscalizar — é o mínimo. Eu diria que, se nós não tomarmos essa decisão de remeter o processo para o local em que realmente se fiscaliza, porque o julgamento não é de nossa competência, estamos fazendo o que aqui, senhores? Esta é a nossa função: análise de admissibilidade.

Às vezes eu me pergunto como um único homem conseguiu acordar uma Nação com 205 milhões de pessoas — Sérgio Moro. Parafraseio o ex-Presidente Lula, quando ele fala sobre a "República Federativa do Paraná", que tem como capital de todos os paranaenses a bela Curitiba — e hoje é a verdadeira Alcatraz do Governo.

Orgulho-me do Juiz Sérgio Moro, paranaense, que faz parte da minha geração, pois temos quase a mesma idade. Ele, com ações retas, tem feito o Brasil respirar ares de um futuro melhor. Essa geração nascida após 1970 chegou e está aqui. Como eu já falei em outros momentos, não nasci naquele Estado, mas tenho orgulho de fazer parte de um Estado que tem 2,3% de todo o território nacional e é o maior recordista da produção de grãos. Conforme eu já falei em outro em momento, é um povo que acredita em Deus e na força do seu trabalho.

Como o Juiz Sérgio Moro, podem ter certeza de que "*verás que um filho teu não foge a luta*". É dessa forma que nós vamos enfrentar cada momento.

Em 2013, o povo foi às ruas. E, nessa ida às ruas, ficou aquele sentimento da falta de entendimento em relação ao que estava acontecendo. Não havia lideranças, ninguém entendia completamente os fatos. Situação ou oposição, ideologia de esquerda ou de direita, havia o seguinte o prenúncio: *"algo está acontecendo..."* E o que está acontecendo não está bom. Por quê? Começou a chamada inflação. A partir do momento em que o cidadão vai ao supermercado e percebe que o que ele ganhava há 2, 3 ou 4 anos já não compra a mesma quantidade de comida, existe um incômodo. Foi esse o sentimento, e não houve uma bela leitura, claro, pelas lideranças políticas.

Câmara dos Deputados Fl. 9523 Comissões Especiais

Falando sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, muitos se lembram da hiperinflação de março de 1990, em que a inflação alcançou o recorde de 84,23% ao mês e um índice acumulado nos 12 meses anteriores de 4.853%. Uma das principais causas era a chamada conta movimento do Banco do Brasil. Era como se a instituição fosse uma autoridade monetária paralela, que tinha o poder de emitir moeda toda vez que Governo Central assim o determinasse.

Para cumprir seus objetivos de política econômica, sem necessidade de permissão do Congresso e à revelia do Banco Central do Brasil, o Governo escondia a dívida pública. Será que isto que estamos vivendo agora é semelhante ao que aconteceu em 1990? Os Governos Estaduais mandavam também os seus bancos estaduais pagar as suas contas. Todos os bancos quebraram, e o povo pagou a conta, através do Tesouro Nacional, com aumento da inflação, que fugiu ao controle. No meu Estado do Paraná, houve o caso BANESTADO, que é de conhecimento de muitos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada como principal arma na luta contra a hiperinflação, acabou com essa farra. Foram dois os principais pontos dessa lei: primeiro, proibição aos Governos Estaduais e Federal de pegarem empréstimos em bancos controlados por eles; segundo, controle do Orçamento Público, via Congresso Nacional.

Essa lei possibilitou que o País vivesse um período de bonança econômica, atingindo novos patamares de desenvolvimento econômico e social e adquirindo credibilidade internacional. As classes sociais menos favorecidas tinham reais possibilidades de ascensão social.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é, pois, o maior patrimônio do povo brasileiro, porque mantém o equilíbrio fiscal, o alicerce de uma economia, a garantia do povo contra o jogo político sujo e contra os desmandos dos poderosos de plantão.

O Governo Dilma, ao afrontar a Lei de Responsabilidade Fiscal, atentou contra um bem público, uma economia sadia, equilibrada. Pegou empréstimo com os bancos que ela controla, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES, e tanto fez isso que, no final de 2015, pagou 72 bilhões a essas

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 9574

instituições, por determinação do TCU. Podem chamar isso de pedalada fiscal, fraude, enganação e outros adjetivos maiores, mas o seu nome verdadeiro é crime de responsabilidade, porque não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, no mínimo, é um Governo irresponsável que errou por omissão, de largada.

O descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal levou ao descontrole dos gastos públicos, a principal causa da crise econômica. A crise econômica foi deflagrada e alimentada pela desobediência a essa lei.

As consequências da crise na vida da Nação são devastadoras: longa e brutal recessão, nunca vista na história deste País, parafraseando alguém que conhecemos; inflação que corrói o salário dos trabalhadores; fechou fábricas; dizimou o comércio; quebrou milhares de empresas; roubou empregos de pais de família; roubou o sonho de ascensão social dos mais pobres, da casa própria, da escola do filho; roubou o futuro das próprias gerações; eliminou ou retardou possibilidades de desenvolvimento e incorporação dos jovens no mercado de trabalho, pensando em um projeto político, não pensando, como estadista, em um projeto para as futuras gerações; roubou a credibilidade do Brasil no cenário internacional.

A Presidente Dilma ficou em primeiro lugar na lista de líderes que mais decepcionaram em 2015, segundo a revista *Fortune*.

Essa crise econômica tem mãe, pais, endereço, DNA e causa.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Muito bem!

**O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN** - Mãe: Dilma Vana Rousseff; pais: Guido Mantega e Arno Augustin, do Tesouro Nacional; endereço: Palácio do Planalto; DNA: socialismo bolivariano e Foro de São Paulo; causa: desobediência flagrante à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, não é um crime menor ou um mero probleminha fiscal ou contábil, mas um crime inominável contra o povo brasileiro, especialmente os trabalhadores e pais de família. É a vida das pessoas que está colocada em risco.

Importância da condenação pelo crime de responsabilidade.

Câmara dos Deputados
Fl. 9575
Comissões Especiais

Sem a punição prevista na lei, estaremos jogando a Lei de Responsabilidade Fiscal na lata do lixo. Nenhum governante do futuro terá qualquer cuidado com os recursos públicos. Será a crise econômica permanente tragédia anunciada. A possibilidade de um futuro melhor para o Brasil também irá para a lata do lixo. A instabilidade econômica dominará os avanços sociais também. Vários Prefeitos e até Governadores já foram condenados pelo descumprimento dessa lei. Se queremos uma democracia efetiva, a lei deve valer para todos, inclusive e especialmente para o Presidente da República.

Objetivos pelos quais foi criado o Parlamento. Na Inglaterra, para cuidar do Orçamento e fiscalizar... Desde 1091, passando por 1822, 1968, enfim, a história nos conta. No Brasil, para que fosse criado o Parlamento e para que ele fosse retirado da mão de ferro da Monarquia, muitas revoltas aconteceram, dentre elas a Inconfidência Mineira, em 1789, e a Revolução Farroupilha, em 1820, que marcaram devido ao descontentamento dos cidadãos em relação ao princípio da legalidade e do consentimento.

Hoje vivemos o mesmo dilema: o Governo autorizou gastos extraordinários sem passar pelo Congresso — decretos não remunerados.

Nós estamos num momento entre o certo e o duvidoso, e eu aprendi que nunca se troca o certo pelo duvidoso. Mas o certo hoje está sem credibilidade, o certo está sem governabilidade, o certo, hoje, está sem respeito. Então, é o momento do duvidoso, porque o duvidoso, pelo menos, dá a mim esperança, porque o que está aí eu não quero.

Não somos mais ou menos que ninguém, mas não podemos ter medo do que somos. Nós seremos totalmente julgados pela história. A história irá avaliar cada um dos senhores e senhoras pelos seus procedimentos.

Eu cito uma frase sobre o comunismo, dita por Lenin. Ele dizia: use o idiota útil na linha de frente, incite o ódio entre as classes, acuse os adversários do que você faz, chame-os do que você é, destrua sua base moral, fale sernpre em democracia, mas, assim que haja oportunidade, assuma o poder sem nenhum escrúpulo.

Câmara dos Deputados Fl. 9576 Comissões Especiais

O Governo, hoje, comercializa fumaça. E eu falo que o Governo hoje comercializa fumaça porque oferece aos Deputados Ministérios, verbas, muitas verbas, diga-se, em muitos momentos. Mas é o momento de reiniciarmos um Brasil do povo brasileiro e não um Brasil bolivariano.

Recomeçar. Esta é a palavra para mais de 92% dos brasileiros. E mais uma vez parafraseio o Marquês de Pombal, que, após o terremoto que devastou Lisboa, em 1755, disse o seguinte, em meio a todo aquele caos, semelhante ao de hoje: neste momento, temos que fechar os portos, enterrar os mortos e cuidar dos vivos.

É dessa forma que 92% dos brasileiros que ainda estamos vivos representamos 190 milhões.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta. V.Exa. tem 15 minutos, nos termos regimentais.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu entendo que nós talvez estejamos vivendo o período mais importante da democracia brasileira nas últimas décadas. Todos os senhores e as senhoras sabem que nós — não só o Partido dos Trabalhadores, mas também os brasileiros e brasileiras que, ao longo dos últimos anos, têm construído os Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma — fazemos isso por convicção.

Acreditamos, desde o início, que era possível construir um Brasil diferente, um Brasil onde a grande maioria da população, que nunca tinha tido oportunidade de ter voz nem vez, pudesse ser sujeito.

E nós nos dedicamos, Sr. Presidente, com todas as nossas forças, com toda a nossa dedicação, a transformar este País — e acreditamos que tivemos muito êxito. As universidades, as escolas, o Luz para Todos, os programas de reforma agrária, o Bolsa Família, são exemplos de programas e de iniciativas que mudaram a vida de pessoas que nunca, na história deste País, em quase 500 anos, tinham tido a oportunidade de ser tratadas, por diferentes Governos, como cidadãos.

Câmara dos Deputados
Fl. 9577
Comissões Especiais

E quero aqui, Sr. Presidente, dedicar esta minha manifestação a todas aquelas pessoas que acreditam nesse projeto, especialmente aos três trabalhadores sem terra, lá do Paraná, de Quedas do Iguaçu, lideranças dos trabalhadores rurais sem terra que estavam vindo para Brasília e que foram barbaramente assassinados, e a tantos outros que estão feridos. Em nome desses lutadores e lutadoras, eu quero dedicar a minha manifestação e as opiniões e ideias que quero aqui expressar nesta noite para todo o Brasil. Nós temos a convicção, Sr. Presidente, de que esse processo de tentativa de impedimento de uma Presidente da República, democraticamente eleita, é um processo ilegal e é um processo eivado de vícios.

O primeiro deles, Sr. Presidente, é o desvio de finalidade que está na origem desse processo de *impeachment*. Observem os senhores e as senhoras que estão nos acompanhando que, no dia 24 de novembro do ano passado, os Líderes do PSDB, do Democratas, do PPS — alguns desses que estavam aqui de maneira radical hoje discursando — sucederam-se na tribuna da Câmara dos Deputados para afirmar que o Presidente Eduardo Cunha não reunia mais condições políticas, morais, jurídicas, éticas para continuar à frente da Câmara dos Deputados, e anunciaram, naquele dia 24 de novembro, que entrariam em obstrução e que não sairiam de obstrução até que o Presidente Eduardo Cunha fosse afastado da Presidência desta Casa.

Senhores e senhoras, essa atitude ética e corajosa da Oposição não demorou uma semana, não durou uma semana. No dia 3 de dezembro — 3 de dezembro! —, o Presidente Eduardo Cunha, quando percebeu que não tinha voto suficiente no Conselho de Ética para salvar o seu mandato, anunciou para o Brasil que abriria o processo de *impeachment*.

Havia dezenas de pedidos acumulados, todos eles arquivados. Por que naquele momento Eduardo Cunha muda de posição? Porque esse foi o preço cobrado pela Oposição. Eduardo Cunha abre o processo de *impeachment* e, no mesmo dia, senhoras e senhores, no mesmo dia, a Oposição retira a obstrução. No mesmo dia, a Oposição não achava mais, Deputado Zé Geraldo, que o Eduardo Cunha não reunia condições de continuar na Presidência.

Câmara dos Deputados Fl. 9578 Comissões Especiais

No dia em que Eduardo Cunha abre o processo de *impeachment*, ele passa a ser o novo ídolo da Oposição, o novo modelo, passa a ser o juiz do processo de cassação de uma Presidenta eleita de maneira democrática, que não responde a nenhum processo; de uma Presidenta sobre a qual não pesa qualquer denúncia de crime; que tem uma trajetória honrada; que não tem conta no exterior; de uma Presidenta que, em todos os lugares por onde passou durante a sua vida, reuniu admiração e respeito. Muito diferente do Presidente Eduardo Cunha e de vários Líderes desse processo golpista.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esse processo tem um vício original; ele é um gesto de vingança, em que não há interesse público; ele é uma estratégia de defesa para salvar o mandato de um Presidente que já deveria ter sido afastado há muito tempo. Alguém como Eduardo Cunha presidir a Câmara dos Deputados envergonha o Brasil.

Mas vamos adiante. Quem são os grandes aliados do golpe? Quem financia o golpe? Quem é o principal financiador? Lá está a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP. A FIESP, que esteve lá em 1964, a FIESP que financia grandes mobilizações, boa parte com o dinheiro público do Sistema S. E por que a FIESP quer o golpe? Por que interessa à FIESP tirar a Dilma, tirar o PT? Porque nós somos um entrave para o modelo de Brasil que interessa à FIESP, para refazer a legislação trabalhista diminuindo o direito dos trabalhadores, para rever a legislação previdenciária, para ampliar o processo de privatizações, não só com a PETROBRAS, mas com o Banco do Brasil, com os Correios, com a Caixa Econômica Federal, com as universidades.

E a FIESP sabe que nós, do Partido dos Trabalhadores, que a CUT, que os movimentos sociais, que o MST, que a UNE, que nós somos, sim, um entrave, porque queremos outro modelo do Brasil e, enquanto formos Governo, esse tipo de proposta não avançará.

Mas quem são os outros aliados do golpe? A narrativa do golpe é dada pela Rede Globo, a Rede Globo que estava lá no Golpe de 1964, que se tornou um império durante a ditadura militar. E hoje é quem faz a narrativa do golpe; é no *Jornal Nacional*, é no jornal da noite. É a Globo que diz o que é certo e o que é errado, o que o Ministério Público pode fazer e o que não pode. É a

Globo que justifica: "*essa delação é válida*"; "*não é o momento de acusar aqueles que são oposição, porque a investigação agora é só na PETROBRAS*".

Chegamos ao ponto de ver a delação da Andrade Gutierrez ontem, uma empresa que tem uma história de ligação com o PSDB, com Aécio Neves, com Minas Gerais. Faz uma delação premiada: doou 308 milhões de reais nos últimos anos para 19 partidos, todo o dinheiro numa mesma conta. E a Andrade Gutierrez diz: "*Cento e quarenta milhões do PT e do PMDB é dinheiro de propina; os outros 160 milhões que nós doamos foi fruto do lucro dos nossos contratos.*" E a Rede Globo tenta vender ao Brasil que uma ideia como essa tem o mínimo de seriedade.

É a Globo que tenta convencer a população que fazer uma condução coercitiva criminosa, como foi feita contra o Lula, tem justificação. É a Globo que tenta convencer a população de que uma Interceptação telefônica criminosa de uma Presidente da República, que foi captada à 1 hora e 34 minutos da tarde e às 5 horas da tarde foi divulgada de maneira ilegal, não compromete a soberania do País, não atenta contra a Presidência da República. Mas é a Globo que faz a narrativa do golpe, a *Veja*, a *ISTOÉ*, porque têm interesse em construir um projeto para o Brasil, ao qual nós somos opositores, com financiamento da FIESP e de grandes interesses nacionais e internacionais, que financiam esse projeto.

Mas não é uma questão central, Sr. Presidente. Podem ser contra o nosso projeto, podem ser contra o nosso partido. Disputamos uma eleição, ganhamos a eleição. A Constituição prevê a possibilidade de *impeachment* do Presidente da República, está lá na Constituição. Mas essa mesma Constituição é clara. E o Ministro José Eduardo Cardozo esteve aqui, deu uma aula, silenciou a Oposição, o Brasil acompanhou. O Relator não conseguiu desconstituir os argumentos apresentados pelo Ministro José Eduardo Cardozo. O que diz a Constituição? Para um processo de impedimento de uma Presidência da República, é preciso que haja crime de responsabilidade.

Senhoras e senhores, crime de responsabilidade é algo diferente de crime de responsabilidade fiscal. Responsabilidade fiscal é uma coisa, crime de responsabilidade — quando a Constituição fala isso, ela fala de crimes que

Câmara dos Deputados Fl. 9580 Comissões Especiais

atentem contra a Constituição. Está lá na Lei nº 1.079, um Presidente da República só pode ser impedido nessa circunstância. E para que ocorra crime de responsabilidade, é preciso que exista dolo. Dolo significa intenção, intenção de cometer um crime.

E vejam os senhoras e senhores de que a Presidenta esta sendo acusada: 6 decretos de créditos suplementares que não aumentaram a receita do Orçamento, que realocaram receitas.

Vejam, senhoras e os senhores, são créditos que acontecem em todas as Prefeituras dos Estados. Há 15 anos, o Tribunal de Contas tem uma jurisprudência que os considera adequados. Cada um desses créditos chegou à mesa da Presidenta Dilma Rousseff com anexos de mais de 20 pareceres de juristas, de advogados, de consultores, de técnicos de carreira dos Ministérios, atestando que aquele crédito era regular, com pareceres baseados em jurisprudência do Tribunal de Contas. E a Presidenta autorizou o crédito, remanejando uma verba da saúde, remanejando uma verba do Tribunal Superior do Trabalho.

Alguém de sã consciência pode afirmar que o fato de uma Presidenta da República, que recebe um pedido de remanejamento de verba de um Ministério, algo corriqueiro da administração pública, com 20 pareceres favoráveis atestando a legalidade daquele ato, o fato de ela ter assinado esse crédito pode ser caracterizado como dolo, senhoras e senhores? Pode ser caracterizado como intenção de cometer um crime? É evidente que não, senhoras e senhores! Isso é absolutamente frágil! Isso é absolutamente insustentável!

E é por isso que os senhores fazem um exercício de retórica. Falam em bolivariano, falam na Venezuela. Agora, um falava em Lênin, outros falavam em Nietzsche e Tocqueville. Eu vi citado aqui todo tipo de autor. Mas por que não falam da denúncia? Porque, se forem falar da denúncia, têm que falar dos decretos. E, se falarem dos decretos, desmoralizam-se, porque 17 Governadores assinaram igual, porque Prefeitos assinaram, porque o Temer assinou, porque o Fernando Henrique Cardoso assinou, porque todos os Presidentes fizeram a mesma coisa.

Câmara dos Deputados Fl. 9581 Comissões Especiais

E é por isso que nós não temos outro adjetivo. Não insistam no golpe! Não rasguem a Constituição! Defendam a democracia e vamos às urnas! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fernando Coelho Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Izalci, por 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Primeiramente, eu gostaria de elogiar o grande trabalho realizado pelo Deputado Jovair Arantes. E aproveito para parabenizar toda a assessoria da Câmara, que é de alto nível e tem muita competência. Apresentou-nos uma peça juridicamente consistente, que politicamente representa a posição da sociedade.

No entanto, Sr. Relator, eu gostaria de expor a minha discordância num ponto específico do relatório, que não considerou como crime de responsabilidade a ausência de registro de valores no rol de passivos da dívida líquida do setor público. A Constituição Federal é clara ao listar como crime de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra o cumprimento das leis. E a ausência de tais registros na dívida afronta diretamente os princípios estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que a gestão fiscal deve ser pautada em uma ação planejada e transparente em que se previnam riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. A prática de não registrar os passivos das pedaladas fiscais na dívida faz com que as despesas, na ordem de bilhões de reais, não sejam captadas no momento em que foram realizadas, acarretando distorções significativas no resultado fiscal primário e no montante da dívida pública.

O que eu observo nessa situação é um total descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, já que temos um completo descaso com o equilíbrio das contas públicas. O efeito nocivo dessa prática foi apontado pelo Tribunal de Contas da União no parecer prévio sobre as contas da Presidenta no ano de 2014, que continuou ocorrendo ao longo de 2015, conforme os dados publicados pelo próprio Banco Central, que atendeu a uma determinação do Tribunal de Contas para incluir no valor na dívida as pedaladas, que se

Câmara dos Deputados Fl. 9683 Comissões Especiais

aproximou de 60 bilhões ao final de 2015, o que corresponde aproximadamente a 1% do PIB do ano passado.

Percebam que 1% do PIB do nosso País vinha sendo escondido das contas públicas. Isso é claramente uma violação a tudo que está escrito na realidade fiscal. E sabemos que no Brasil o Banco Central não age de forma completamente independente. Inclusive, no começo deste ano, pudemos perceber que o Banco Central teve a sua credibilidade abalada, quando, em uma reunião fora da agenda oficial do Presidente do banco com a Presidente Dilma, determinou uma taxa diferente da sinalizada ao mercado.

Tenho completa convicção de que a Presidente tinha exata noção do impacto dessas manobras da dívida e no seu resultado. Sabia que as pedaladas seriam mascaradas pelo Banco Central e que, por isso mesmo, conseguia manter o volume de gasto, sem impactar o caixa da União. Ela foi a grande beneficiária dessa maquiagem das contas públicas, visto que isso permitiu o estelionato eleitoral de que tenho conhecimento, Sr. Presidente, ocorrido nas eleições de 2014, quando foi passada à Nação uma imagem que não era correspondente à realidade e que mostrou uma completa fantasia.

Na verdade, vemos que essa irresponsabilidade fiscal deteriorou completamente o equilíbrio das contas públicas, conquistado a duras penas ao longo dos anos.

Diante de tais constatações, eu venho pedir a V.Exa., Sr. Relator, que reconsidere a sua posição e inclua no processo de responsabilização da Presidente da República a ausência dos registros de valores no rol do passivo da dívida líquida do setor público.

E quero agora, Sr. Presidente, num segundo momento, esclarecer algumas mentiras que foram plantadas aqui e ditas como mentiras. Primeiro, ficou demonstrado pelo TCU — o TCU fez um parecer prévio em 2001 — que as metas foram alcançadas, diferentemente do que afirmou aqui os Deputados da base do Governo. O próprio Tribunal de Contas da União atestou o cumprimento da meta. A meta foi perseguida durante o exercício, não abandonada, como fez o Governo atual.

Câmara dos Deputados
Fl. 9583
Comissões Especiais

O diferencial dos decretos editados em 2001 é que todos atendiam à restrição da Lei Orçamentária para a sua alteração sem a ausência do Congresso. Foram editados em momentos em que a meta bimestral estava alcançada. E, para isso, os decretos e portarias que contingenciavam o Orçamento foram seguidamente editados, conforme acórdão do próprio Tribunal de Contas da União. No caso do Governo atual, no momento da edição do decreto, a condição de cumprimento da meta que autorizava editar o decreto, reconhecidamente não existia. E aí o primeiro crime de responsabilidade fiscal.

Não há como praticar um crime por tanto tempo sem dolo. É igual intenção de fazer. E vou dizer por quê.

Em julho de 2013 foi feito um diagnóstico, por técnicos da Fazenda Nacional, de 97 páginas, sobre a situação fiscal e econômica do País. No final de 2015, o Tesouro Nacional, na previsão deles, de 97 páginas, era que em 2015 estaria com um passivo de 41 bilhões, chamado então de contabilidade criativa. Quando foi apresentado ao Tesouro — e foi apresentado ao Arno Agostinho — a cúpula do Ministério da Fazenda tratou como ato de rebelião dos escalões inferiores. O Coordenador-Geral Otávio Ladeira abriu a reunião, e Arno interferiu dizendo que era uma rebelião contra a política econômica.

A Presidente sabia de tudo isso. Ela foi avisada. Ela foi avisada, por diversas vezes, que não poderia fazer o que ela estava fazendo.

Outra coisa repetida aqui várias vezes, a mentira repetida várias vezes, por vários Deputados: os Governos Estaduais teriam que ser todos cassados. Ora, é muita ignorância técnica! Os Governadores não estão condicionados a isso. Essa questão do art. 4º da Lei Orçamentária é típica das leis federais. É competência da União conduzir a política econômica. Não é do Estado. Então não é crime o Governador fazer os decretos, ao contrário do que acontece com a União. Essa mentira repetida diversas vezes é para enganar a população.

Outra enganação: as pedaladas fiscais pagas de 16 bilhões, de 2014. Dezesseis bilhões! Sabem quanto era a do salário-família? Setecentos e dezessete milhões. Sabem quanto era a do seguro-desemprego? Oitenta e sete milhões. Ou seja, não chegavam a 5% do pagamento das pedaladas de

Câmara dos Deputados Fl. 9584 Comissões Especiais

2014. É enganação, é jogar à população dizendo que nós somos contra os programas sociais. Não somos não.

Este Governo colocou 450 bilhões no BNDES para atender aos amigos do rei — os amigos aqui e lá de fora: da África, da Venezuela, da Bolívia, da Colômbia —, sem contar os pagamentos que foram feitos no exterior ao primeiro-ministro deste Governo, chamado João Santana. Quem comandou este Governo, durante muitos anos, foi o marqueteiro, porque este Governo vive de *marketing*, de propaganda, de enganação.

Falar que a PETROBRAS é um boicote da Oposição, a esta altura do campeonato? Saquearam a PETROBRAS, quebraram a PETROBRAS.

E para mim, Sr. Presidente, tem um motivo muito especial: eu acreditei, até porque sou atleticano, e participei, durante 5 anos, aqui nesta Casa, debatendo o Plano Nacional de Educação, na esperança de que o pré-sal seria o resgate da educação brasileira. Discutiu-se aqui durante anos os *royalties* do pré-sal. E hoje está aí: não se cumpriu uma meta; muito pelo contrário: não se cumprirá a meta do Plano Nacional de Educação. Vai ficar na intenção. E nós cometemos um erro grave, afinal, éramos Minoria: não colocamos a responsabilização, a penalização pelo descumprimento da lei. Vai ficar uma mera intenção o maior e melhor projeto para o País, que era o Plano Nacional de Educação.

Quebraram a PETROBRAS, destruíram o sonho desta juventude de realmente poder estudar com igualdade de oportunidade e ter uma educação de qualidade.

Foram explicadas as mentiras ditas aqui por diversas vezes. Vou falar de uma mentira maior do Advogado-Geral da União, Ministro da AGU, que nem deveria estar aqui. De qualquer forma, ao dar a explicação, ele leu o art. 85 pela metade, parou na vírgula, e depois da vírgula tem o seguinte: *"...e, especialmente, contra (...) a probidade na administração; (...) a lei orçamentária..."* Está no art. 85 da Constituição.

E o que é a improbidade? É tudo aquilo que é ilegal, que é contrário aos princípios básicos da administração pública. É tudo o que esta Presidente fez. Está claro no art. 85.

O art. 36, Sr. Presidente, é muito claro: *"É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo"*. Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES quem controla é a União. Eles usaram bilhões de reais e vão dizer que não é operação de crédito?

O art. 29 é claro: *"Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições: — o* que é operação de crédito? — (...) *III operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo. (...) e outras operações assemelhadas..."*.

Há alguma dúvida? Não há.

Mais grave ainda: o art. 38 da lei diz que, principalmente, nem com as instituições financeiras sobre as quais não tem controle, no último ano de mandato é proibido, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, contrair qualquer empréstimo.

Outra mentira dita aqui, por diversas vezes, é sobre o art. 4º da LOA, da Lei Orçamentária. Eles só leem a introdução. Eles não conseguem ler completamente o artigo. O que diz o *caput*? Diz que fica autorizada a abertura de crédito suplementar, desde que as alterações promovidas na programação sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário. Está na lei.

Quando é que essa meta foi desobedecida? Houve a própria confissão do crime. A Mensagem do PL 5 encaminhada a esta Casa — e foi encaminhada em julho — já dizia que não seria atingida a meta. E sabe quando é que aprovaram isso? Em dezembro, no final de dezembro. Portanto, o crime foi cometido quando foi emitido o decreto, em julho e agosto. Essa conversa fiada de que aprovaram no final do ano exime a culpa não existe. O crime foi cometido na origem da emissão dos decretos.

Mas eu quero dizer ainda, Sr. Presidente, que, além da prova do crime na mensagem, existe a prova do crime do pagamento das pedaladas: foram pagos R$ 72 bilhões em pedaladas. É a confissão do crime!

E agora vou falar sobre o mais grave: o golpe. Hoje se percebe claramente o sentimento do povo de frustração, de enganação. O povo foi iludido, ludibriado, enganado, com proposta demagógica, populista. Mesmo

sabendo que não conseguiriam cumprir as promessas, fizeram o que disseram que iriam fazer: o diabo. Fizeram o diabo, e estão aí as consequências. Acabaram com o sonho da nossa juventude. O carro-chefe da campanha é o PRONATEC, mas onde está o PRONATEC? Onde está o FIES? Onde está o Ciência sem Fronteiras? Os jovens hoje estão recebendo notificação de que não há mais dinheiro para o FIES.

Com a irresponsabilidade deste Governo, ressuscitaram a inflação. Só quem vivia com a inflação sabe que é o maior mal que existe, principalmente para o trabalhador brasileiro. Mas, além da inflação, ressuscitaram o desemprego, a recessão!

Eu quero, Sr. Presidente, dizer que realmente não haverá golpe, haverá *impeachment*. E esse *impeachment* tem que ser já, para o bem deste País.

Eu espero que as pessoas que ainda estão indecisas possam analisar esse voto brilhante do Relator, que foi muito bem fundamentado pela assessoria desta Casa.

*Impeachment* já! Fora, PT! Fora, Dilma! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Silvio Costa, que dispõe, nos termos regimentais, de 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiras e brasileiros, com todo o respeito aos juristas desta Comissão e também aos políticos, eu acho que quem fez a melhor desqualificação do parecer do relatório do Deputado Jovair Arantes foi a OAB. Por que foi a OAB? A OAB deu entrada em um novo pedido de *impeachment*. Ora, se a OAB entendesse que este atual pedido de *impeachment*, que todos estamos debatendo aqui, tivesse alguma consistência jurídica, alguma substância jurídica, é evidente que a OAB não teria entrado com outro pedido de *impeachment*.

Então, para mim foi a melhor defesa jurídica e a melhor desqualificação do relatório do Deputado Jovair Arantes. E a melhor defesa política, na minha opinião, não foi nenhum de nós aqui, com todo o respeito aos defensores da chapa "Temo-Cunha" — o povo está chamando por aí chapa "Temo-Cunha".

Câmara dos Deputados
Fl. 9587
Comissões Especiais

*(Riso.)* Para os defensores da chapa "Temo-Cunha" a maior defesa política que eu vi foi do Ministro Barroso. O Ministro Barroso, dando aula numa faculdade, sem saber que estava sendo gravado, disse: *"Que País é este? A que ponto nós chegamos? Vocês viram a foto daquele jornal? Vocês viram a quem corremos o risco de entregar este País se eventualmente ocorrer o* impeachment*?"* Essa para mim foi definitiva, foi a melhor defesa que eu vi na política em relação à Presidente Dilma.

Mas quero dirigir-me ao senhor, à senhora, a você, jovem, para preparar vocês, para conversar um pouco com vocês sobre a votação que ocorrerá provavelmente no próximo domingo. Não estou preocupado com a votação aqui. Daqui a pouco, vou explicar por que não estou preocupado com essa votação aqui. Eu queria começar falando sobre a confraria do golpe. Mas eu pensei o seguinte: confraria do golpe não pode ser, porque confraria é uma reunião de amigos piedosos que querem efetivamente fazer o bem. Então, não pode ser confraria. Aí, eu fui olhar no dicionário qual era o antônimo de "confraria", mas não existe. Por incrível que pareça, não existe antônimo de "confraria". Como eu não queria usar "gangue do golpe" ou "bando do golpe", eu vou continuar usando "confraria do golpe".

Começa com Augusto Nardes. Quem é Augusto Nardes? É um ex-Deputado Federal, que virou Ministro do TCU, que tem ódio à Presidente Dilma, até por uma questão política local, porque ele também é do Rio Grande do Sul. Esse cidadão, depois de saber que nos Anais do TCU existem pedaladas do ex-Presidente Fernando Henrique, pedaladas de todo mundo, pensou assim: *"Como é que eu posso pegar essa Presidente?"* Inventou a pedalada e a mandou para cá.

Pasmem, brasileiros e brasileiras: o TCU é um órgão auxiliar desta Casa — aliás, quem comanda lá recebe o nome de Ministro. Não eram para ser chamados de Ministro, mas de Conselheiros do Tribunal de Contas da União, esse seria o nome correto. Bom, mandaram para cá o documento. Quem julga a conta da Presidente, quem diz que o TCU está ou não certo somos nós aqui do Congresso. Pois bem, sequer nós julgamos essas contas. Nós não as julgamos, nós não as analisamos. Aí, meu irmão, este é o primeiro confrade do

Câmara dos Deputados Fl. 9588 Comissões Especiais

golpe: Augusto Nardes, que bolou essa história. Segundo confrade: Deputado Eduardo Cunha. Esse dispensa apresentações.

Mas eu quero dizer uma coisa a vocês que estão em casa agora: sabem por que Eduardo Cunha está sem dormir? Por um motivo muito simples: a chapa "Temo-Cunha", brilhante Deputado JHC, de Alagoas. Vai que amanhã — Deus me livre! — o golpe vença. Aí, o Vice-Presidente Michel vira Presidente, muito bem, e o Deputado Eduardo Cunha vira Vice-Presidente. Deus me livre — Deus me livre! —, acontece um problema com Michel, Eduardo Cunha vira Presidente da República. Se isso acontecer, ele não pode ser preso. Se ele virar Presidente, não pode ser preso. Eu quero dizer a V.Exas.: se Eduardo Cunha virar Presidente, ele não pode ser preso. É por isso que ele está sem dormir. Por quê? Porque ele está sendo penalizado atualmente pela corrupção que ele fez enquanto Deputado. Na hora em que ele virar Presidente, Deputado Paulo Teixeira, morreu o assunto. Não pode ser preso. Então, a viagem dele para Curitiba vai demorar. Vai demorar a viagem dele para Curitiba. Esse é o segundo confrade do golpe.

O terceiro, lamentavelmente, é Michel Temer. Eu não vou ter o prazer de ser oposição ao senhor, Michel, porque o senhor não vai ser Presidente. Para mim, Michel, o senhor foi uma decepção. Rasgou até a Constituição! O senhor quis desafiar, Michel, o Ministro Marco Aurélio Mello, dizendo que Vice-Presidente não pode sofrer *impeachment.* Leia, Michel Temer, o art. 52 da Constituição, que diz que o senhor pode sofrer *impeachment*. A sua ânsia de chegar ao Poder é tão grande que o senhor esqueceu o Direito Constitucional.

Já falei de três confrades do golpe. O quarto é Aécio Neves.

A melhor frase que ouvi sobre Aécio Neves, Deputado Chico Alencar, foi na coluna do Simão, na *Folha de S.Paulo.* O Simão, o "Macaco Simão", disse o seguinte: *"Aécio Neves tem dois problemas: urnas e Furnas!"* Em relação às urnas, porque perdeu a eleição em Minas, não pode reclamar. Por que perdeu em Minas? Porque o povo de Minas o conhecia, o homem vive em Ipanema tomando uísque e tal. O povo de Minas disse: *"Você não vai ganhar, e o derrotaram lá"*. Aí, ele ficou zangadinho. O menininho, o mauricinho ficou

Câmara dos Deputados
Fl. 9589
Comissões Especiais

zangadinho. E em relação a Furnas, porque, em todas as listas de delação premiada de Furnas, ele está no meio. Aí sobrou para quem?

Numa noite, eu tenho que contar isso ao povo do Brasil, o Eduardo Cunha chamou Jovair Arantes — *"Olhe para mim agora, Jovair, vou falar com você!"* — e Rogério Rosso, que quer ser Governador de novo do DF — *"Está pensando que com essas fotos na Globo, esse rolo todo, você vai ser? Não é assim que a banda toca, não". (Risos.)* Ele chamou Jovair até a casa dele, e a história não me deixa mentir, fizeram uma reunião, fizeram acertos e aprontaram um pacote lá: Rogério Presidente, Jovair Relator. Eu quero dizer que Jovair é leal, ele é leal a Eduardo Cunha. Esse defeito ele não tem, ele é leal a Eduardo Cunha.

No outro dia, pela manhã, procuraram a Oposição. A Oposição requentou o namoro com Eduardo Cunha. Todo o Brasil viu que, um dia, a Oposição se retirou do plenário, dizendo: *"Fora, Cunha! Fora, Cunha!"* Todo mundo viu isso. Mas agora estão namorando de novo. Aí fizeram um acerto no outro dia, pela manhã. Qual foi o acerto? Rosso Presidente, Jovair Relator. E a Oposição concordou. À noite, estou lá na reunião dos Líderes, e vem a proposta. Quando olhei a proposta, eu disse: *"Como é, rapaz? Primeiro: vocês estão respeitando a tese da proporcionalidade. O Presidente teria que ser do PT ou do PMDB, os maiores partidos. Segundo: esse acordo tem um cheiro de Eduardo Cunha. Aliás, cheiro não, o mau cheiro de Eduardo Cunha. Eu não vou aceitar esse acordo".* Alguém lá decidiu aceitar. Eu me retirei. Não participei desse acordo espúrio. Saí, vim aqui, registrei presença. E podem procurar nos Anais, não tem meu voto nessa chapa. Nessa chapa, eu não votei.

Eduardo Cunha não se contentou. Nomeou... Não confiava em Jovair? Ele não confiou em Jovair. Pegou um advogado, que não quero nem citar o nome dele para não divulgar, senão amanhã ele não vai arrumar mais cliente, porque cliente aqui, em Brasília, é o que não falta. *(Risos.)* Moral da história: pegou o advogado e mandou preparar o parecer para o Jovair ler. Há foto do advogado de Eduardo Cunha em tudo quanto é jornal. E como Jovair é leal, é leal a Eduardo Cunha, fez um serviço bem feito para Eduardo Cunha. Essa

Câmara dos Deputados Fl. 9590 Comissões Especiais

qualidade você tem. O advogado preparou, e ele leu esse pedido de *impeachment* da Presidente.

Meus amigos que acreditam na democracia, meus amigos que acreditam que o Brasil é, sim, uma das maiores economias do mundo, eu quero dizer uma coisa a vocês: aqui, na Comissão, nós já perdemos. Nós vamos.... Nós crescemos a votação... *(Manifestação no plenário.)*

Presidente, eu estou com a palavra.

Nós crescemos a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - A palavra está garantida a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Naquele acordão, havia uma agenda. A agenda era assim: PMDB rompe na terça-feira; partido A rompe na quarta-feira. Era para acabar com o nosso Governo. Armaram tudo, mas deu tudo errado.

Naquela ocasião, nós tínhamos 23 votos. Nós vamos ter de 29 a 31 votos. Então, você, que acredita na Presidente Dilma, fique tranquilo. Sabe por quê? Vamos agora para a matemática. Eles precisam colocar 342 votos no plenário, lá no plenário. Se eles tivessem a capacidade de colocar 342 votos lá, eles teriam que ter 60 votos aqui, e nós só teríamos que ter cinco.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Fugiu da escola?

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Na hora em que tivermos 29 ou 30 votos aqui, significa que ele não tem força de painel...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA** - Sr. Presidente, ele está com a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado Silvio Costa está com a palavra. Está garantida a palavra ao Deputado Silvio Costa.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O Deputado Weverton...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado Silvio Costa está com a palavra.

Deputado Silvio Costa, por gentileza, V.Exa. tem a palavra.

Câmara dos Deputados
Fl. 9591
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Por favor, Sr. Presidente, devolva o meu minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O tempo está parado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Devolva o meu minuto. Dê ré no relógio.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Libera o relógio. Assim ele para de falar bobagem mais rápido.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Pelo amor de Deus, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Silvio Costa, V.Exa. está com a palavra.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Sóstenes Cavalcante, vamos lá.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Não, não. Tem sido assim.

Com a palavra o Deputado Silvio Costa.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vá, Silvio. Vá, Silvio.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Deixem-no falar. Calem a boca!

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. Presidente, o problema com o qual fico preocupado é que o meu amigo, o Deputado Sóstenes Cavalcante, ainda é pastor. Imaginem, esse homem é pastor e é mal-educado desse jeito. Todo pastor que eu conheço é educado.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Eu fui citado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O pessoal que é pastor é educado. O primeiro pastor mal-educado que conheço é o Deputado Sóstenes Cavalcante.

Eu quero continuar dizendo o seguinte: vocês, que acreditam na democracia, fiquem tranquilos. Eles não colocarão 342 votos no painel no

Câmara dos Deputados Fl. 9592 Comissões Especiais

próximo domingo. Aqui, eles podem ganhar. Eu não estou nem ligando para isso aqui. Sabem por que eu vou votar? Eu só vou votar por um motivo. Eu não queria nem votar, para não convalidar essa armação. Eu não queria ser maestro dessa orquestra de Eduardo Cunha. Mas eu vou ter que votar, porque senão vão dizer que eu corri. Eu votarei "não" evidentemente. Terei que convalidar esse danado desse parecer, que não existe. Foi a peça jurídica mais esdrúxula que já vi na minha vida.

Então, aqui fiquem tranquilos. O Governo está fazendo o seu papel aqui. Nós vamos ter uns 30 ou 31 votos. Eles vão pensar que ganharam. Esta é a melhor ilusão: a de que ganharam. E vão comemorar. Mas se esqueceram de combinar com os russos.

Outra coisa: sabem por que Collor caiu? Porque não tinha partido, não tinha base social e havia corrupção. Dilma não vai cair, porque não é corrupta. Ela é digna, honrada, honesta, tem partido e tem base social.

O Sr. Eduardo Cunha vai ter que dividir. No dia, se houver 2 mil no plenário, tem que ser mil de um lado e mil do outro. Tem que dividir. Vamos fazer este acordo aqui: mil para cada lado.

Não vai ter golpe! Brasil, confie, porque não vai ter golpe!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Antes de passar a palavra ao Deputado Sóstenes Cavalcante, gostaria de ressaltar e exaltar a capacidade criativa do nosso nobre e querido Deputado Silvio Costa — mais uma característica de S.Exa.—, que teve a oportunidade de realmente criar.

Deputado Silvio Costa, lembro-me de que, quando jovem, eu lia muito o Millôr Fernandes, especialmente seu livro *Fábulas Fabulosas*. E V.Exa. faz um pronunciamento citando vários Deputados, citando questões que, na minha avaliação, prefiro dizer que são questões da criatividade de V.Exa., mas o respeito. V.Exa. tem o meu respeito.

Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Sóstenes, porque nós fizemos este combinado, Sílvio.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Claro, diga.

Câmara dos Deputados
Fl. 9593
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu só queria agradecer o seu elogio.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Pelo amor de Deus!

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Isso é achincalho. Não achincalhe, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - O Brasil está assistindo à televisão, botando todo mundo no mesmo nível aqui, desqualificando os Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante, por 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Você é um palhaço!

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Silvio Costa é animador de picadeiro!

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - *(Inaudível)* a pior qualidade de imbecil *(inaudível)*.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Danilo Forte, Deputado Silvio Costa, obrigado.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado Danilo Forte tem mantido o altíssimo nível de debate, como todos aqui, sem exceção. Todos aqui, sem exceção, têm mantido um belo debate, um bom debate, seja da Oposição, seja do Governo. Infelizmente, teremos sempre que aceitar as opiniões, sob pena de cerceamento da palavra.

Deputado Danilo Forte, V.Exa. tem o nosso apreço.

Passo a palavra, por 3 minutos, ao Deputado Sóstenes Cavalcante, que foi citado. A todos aqueles que foram citados, eu preciso dar a possibilidade da resposta.

Câmara dos Deputados Fl. 0594 Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Sr. Presidente, primeiro, eu quero agradecer a V.Exa., somar-me aos elogios feitos a V.Exa. pela condução dos trabalhos e repudiar todas as infâmias declaradas, recentemente, em relação a V.Exa. e ao Relator, proferidas pelo ilustre e nobre Deputado Silvio Costa.

Eu gostaria de, neste meu direito de resposta, me dirigir ao Deputado Silvio Costa com uma frase célebre: *"A arma dos incompetentes e medíocres é a calúnia, a difamação, os xingamentos. Destila o ódio e a inveja todo aquele perdedor"*. V.Exa. não respeita sequer a fé dos seus colegas.

Eu sou pastor, sim. Sou pastor lá na minha igreja, mas aqui eu estou legitimado pelos votos para estar em pé de igualdade com V.Exa. Mas V.Exa. não aprende a respeitar a fé dos outros.

A minha oração é para que, algum dia, V.Exa. possa comungar da mesma fé que eu comungo. Aliás, está aqui o convite, nesta oportunidade, para a sua conversão a Jesus Cristo.

Jesus Cristo, um dia, encontrou-se com um grupo de ladrões e não foi até eles com palavras elogiosas, não foi até eles com cargos, não foi até eles com oferecimento. Jesus Cristo foi para cima dos ladrões com um chicote. E este é o chicote que nós estamos dando aqui para este Governo de ladrões: *impeachment* já! *(Palmas.)*

Portanto, Deputado Silvio Costa, respeite a minha fé, respeite a fé da maioria do povo brasileiro, que ou é evangélico ou é católico. Este é um país de maioria cristã. E V.Exa. insiste em atacar a minha fé. Só fiz isso aqui hoje porque eu sou tolerante, eu sou cristão. E não é a primeira, a segunda ou a terceira vez que V.Exa. vem atacar a minha fé por eu ser cristão e pastor.

Respeite a fé alheia, porque isso lhe fará muito bem na vida. Eu lhe desejo toda a sorte do mundo. Espero que, um dia, V.Exa. tenha um encontro com Cristo, que é o único que é capaz de livrar o País dessa roubalheira e dessa pilantragem que aqui foi instaurada. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Muito bem!

Câmara dos Deputados
Fl. 9595
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Sr. Presidente, primeiramente, faz 6 anos que eu saí da FUNASA. Não tenho uma condenação. Reviraram a minha vida para frente e para trás.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa. tem todo o direito de se defender.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Fui eu quem decidiu sair do Governo. Fui eu quem decidiu sair do PMDB para ter uma postura clara de oposição. Fui muito bem recebido no PSB e agradeço o abrigo que eu tenho lá.

Pelo contrário, da FUNASA eu tirei 38 ONGs por malversação de recursos públicos, a grande maioria delas, inclusive, com problemas até hoje na Justiça. Saí da FUNASA elogiado pelo Ministério Público Federal, pela gestão que fiz lá, e pelo Tribunal de Contas, que reconheceu a diminuição da sangria que fiz naquela instituição. Tenho um grande apreço por aquela instituição e por todos os funcionários daquela casa e sempre tratei todos os meus colegas com muito respeito. Eu nunca faltei ao respeito com nenhum dos companheiros, apesar de muitas vezes não ter o mesmo ponto de vista, nem a mesma posição.

Então, eu tenho me primado exatamente pelo zelo e pelo decoro parlamentar. Falta de decoro é agredir os colegas, falta de decoro é achincalhar os colegas, falta de decoro é expor os colegas a uma situação ridícula, que denigre a imagem dos homens públicos no Brasil. E isso eu não faço.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra a Deputada Mariana Carvalho. S.Exa. tem, nos termos regimentais, 15 minutos.

**A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO** - Obrigada, Sr. Presidente, Deputado Rogério Rosso. Quero saudar o nosso Relator, Deputado Jovair Arantes.

Antes, para acalmar um pouco os ânimos aqui desta Comissão, eu recebi um poema e gostaria de lê-lo. Quem sabe assim as pessoas sintam um pouco este momento que vivemos. É um poema de 1985...

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

Câmara dos Deputados Fl. 9596 Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Só um pouquinho, Deputada Mariana Carvalho. *(Pausa.)*

Pare o tempo, por favor.

Em homenagem às mulheres, que infelizmente estão em menor quantidade aqui nesta Comissão — a Senadora, a Deputada Jandira Feghali — , vamos ouvir com atenção a Deputada Mariana Carvalho.

**A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO** - Obrigada, Sr. Presidente, do escritor poeta Eduardo Alves da Costa, de 1985, intitulado *No Caminho com Maiakóvski.*

*"(...)*
*Na primeira noite eles se aproximam*
*e roubam uma flor*
*do nosso jardim.*
*E não dizemos nada.*
*Na segunda noite, já não se escondem;*
*pisam as flores,*
*matam nosso cão,*
*e não dizemos nada.*
*Até que um dia,*
*o mais frágil deles*
*entra sozinho em nossa casa,*
*rouba-nos a luz e,*
*conhecendo nosso medo,*
*arranca-nos a voz da garganta.*
*E já não podemos dizer nada.*
*(...)"*

Isso reflete o que vivemos e os motivos que nos levam a estar nesta Comissão hoje.

Ou nós, que estamos aqui, fazemos justiça ao povo brasileiro, que somos todos nós, ou amanhã não teremos nem o nosso povo nem o nosso País.

Câmara dos Deputados Fl. 9597 Comissões Especiais

Primeiro, quero saudar o nosso ilustre Deputado Jovair Arantes, que eu tive a honra de poder conhecer no ano passado, a partir do início do meu mandato. E disse em outra reunião que acreditava que S.Exa. seria a favor do *impeachment* e estaria do lado do povo brasileiro. S.Exa. mostrou, sim, a sua lealdade, a lealdade à maioria das pessoas que querem um país melhor, um país que luta pelo bem e um país de qualidade.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO** - E, graças a isso, S.Exa. conseguiu mostrar que a denúncia preencheu todas as condições jurídicas e políticas relativas a sua admissibilidade e que seriam esses os motivos que nos trouxeram a falar sobre *impeachment*. E, com isso, acredito que todos os brasileiros sentem um suspiro de esperança neste momento, a partir do seu parecer.

E podem reclamar, chiar, gritar, falar o que quiserem, porque o que fizeram com o nosso País foi acabar com os nossos sonhos, foi acabar com tudo aquilo que foi dito em programas eleitorais, apenas para poder ganhar as eleições. E esse suspiro faz com que os brasileiros resgatem sua autoestima pelo nosso País.

Assim, eu me lembro de um fato que aconteceu. A Presidente fala, com muito orgulho por onde anda, em seus discursos, de um fato que a emocionou. Certa vez uma criança, uma menina chamada Vitória, no Aeroporto de Guarulhos disse para ela: *"Eu não sabia que uma mulher poderia ser Presidente"*. E isso fez com que a Presidente dissesse a ela que as mulheres conquistaram muitos espaços em nosso País. Mas eu acredito que essa criança hoje — e já deve ser uma adolescente — deve se envergonhar da Presidente que nos representa. Ela se envergonha porque as mulheres hoje estão desempregadas e o desemprego só aumenta em nosso País. E, naquele momento em que mostrou os valores que as mulheres tinham, ela não pensou no que ela estava tramando para o nosso País e para o nosso povo brasileiro.

O futuro das nossas gerações foi deixado para trás, colocado em risco, a partir do momento em que pensaram neles próprios, como o Governo faz, tem feito e continua fazendo, acabando com os nossos sonhos.

Câmara dos Deputados Fl. 9598 Comissões Especiais

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO** - Transformaram o nosso País em um país de guerra, e esta guerra deixando muitas e muitas feridas, a ferida da corrupção.

E nós estamos aqui tentando tratar dessa ferida que muitos brasileiros sentem no seu dia a dia, sentem com uma simples ida aos supermercados. Conseguiram trazer a instabilidade econômica ao nosso País, e as pessoas puderam ter oportunidade de ter casa própria e o seu carro próprio por meio de ações populistas do Governo. Ou seja, por trás disso, estava roubando a Nação e as pessoas.

Assim, nós percebemos que ultimamente a própria Presidente usa o Palácio do Planalto para comícios praticamente diários naquele recinto. Todos os dias temos notícias e mais notícias de novas falas que ameaçam as pessoas que são a favor do Brasil.

Recentemente, certa pessoa — para não precisar falar de nomes aqui — mandou invadirem as casas de quem é a favor do Brasil. Isso é um absurdo, isso é uma vergonha! Mais triste ainda é vermos que ela mesma aplaude isso.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO** - Eu respeitei aqui, mais de uma vez, o tempo de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Parem o tempo, por favor.

Deputado, por favor, vamos respeitar a fala da Deputada Mariana. Por favor, gente.

**A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO** - Obrigada, Sr. Presidente.

Assim, nós percebemos que ela aplaude os discursos, achando-os maravilhosos. Ela vai fazendo os discursos que cada vez mais separam a população. Quem faz isso, eu já disse, é o próprio Governo.

Preocupa-se tanto com eles, com os seus cargos e com as pessoas aliadas, que estão ao seu lado, que quiseram dar um Ministério ao ex-Presidente Lula para fazer com que ele tivesse foro privilegiado. Que vergonha! Que decepção! Isto, sim, é decepcionante para nosso País: termos

Câmara dos Deputados Fl. 9599 Comissões Especiais

um ex-Presidente envolvido em coisas que nós percebemos que cada vez mais só aumentam.

Eu ouvi o discurso da Presidente de ontem, por meio do qual ela afirmou que o vazamento de informações passou de todos os limites. O que passou dos limites, Sra. Presidente, foi o que vocês fizeram com o nosso País. Isso, sim, passou dos limites. Passou dos limites nós termos que aguentar quase 14 anos de tanta corrupção, de tanta vergonha e ter que respeitá-la como Presidente.

Mas isso está chegando ao fim — ao fim —, porque a população, graças a Deus, reconheceu as condições do caminho pelo qual o País está sendo levado.

Nós cansamos de ouvir todos os dias vários discursos dizendo que é golpe, golpe para lá, golpe para cá! Antigamente, nós cansávamos de ouvir: *"não sabíamos de nada" e "nunca na história deste País."* Na verdade, são vocês que fazem o golpe todos os dias — todos os dias.

O golpe existiu quando a Presidente foi à televisão, no período eleitoral, e disse que o valor da energia iria diminuir. Pois é, só houve aumento aumentou. E, além de aumentar, o mais triste é que nós temos uma grande parcela da população que hoje não nos assiste porque a sua luz foi cortada, por não ter condição de pagar a conta de energia. Isso, sim, é golpe. É golpe o que vocês fizeram com o nosso País.

Havia o discurso de que iriam diminuir o preço da gasolina, e o preço da gasolina aumentou. Isso, sim, é golpe, Sra. Presidente. É golpe o que vocês fizeram com o nosso País.

Falaram que haveria mais oportunidades de estudo para os brasileiros. Infelizmente, foram vocês que deram o golpe ao cortar o sonho dos nossos estudantes. Cada dia vemos nos noticiários que mais e mais cortes relacionados à área educacional acontecem no nosso País. Muitos alunos que entraram na faculdade por meio do FIES não puderam dar continuidade aos seus estudos, porque até hoje não houve o resgate do FIES dado para a sociedade brasileira. Infelizmente, foram promessas de campanha.

Câmara dos Deputados
Fl. 96000
Comissões Especiais

Eu confesso que realmente são emocionantes todos os programas eleitorais, mas esse País que vocês mostram nos seus programas eleitorais não é o País de verdade, nem o País que vocês governam.

Eu escuto falarem da reforma agrária. Golpe é o que vocês fizeram com a reforma agrária. Golpe é haver mais de mil políticos envolvidos e beneficiados no ganho de terras no nosso País, enquanto aqueles que precisam de terra não as têm. Isso, sim, é golpe. E aí falam: *"que bonita foi a reforma agrária!"* Foi bonita no bolso e da forma como entrou na vida e na realidade de muitos políticos, aliados, amigos, companheiros e companheiras do partido. Depois nós vemos tantas mentiras — tantas mentiras —, e o País se afundando.

Eu gostaria de deixar esta pergunta principalmente àqueles que defendem tanto esse Governo: em que país vocês estão vivendo? Que realidade vocês enxergam? Vocês não cruzam com as pessoas no dia a dia? As pessoas não cobram? Vocês não veem nos sinais, todos os dias, o aumento do número de pedintes nas ruas, de pessoas que precisam de oportunidade de emprego, de pessoas que precisam da expectativa de um futuro melhor, de mães com crianças no colo pedindo ajuda para ter condições de dar o leite para o seu filho? Isso, sim, revolta! Em que mundo V.Exas. estão vivendo que não conseguem enxergar o que acontece no nosso País? Não consigo entender!

Essa defesa toda que V.Exas. fazem deste Governo me entristece, porque é apenas pelo apego ao poder, apenas pela necessidade de que seus cargos sejam mantidos em seus Estados, para que assim V.Exas. continuem se perpetuando no poder, não deixando que exista a democracia de uma forma verdadeira.

V.Exas. não aceitam quando a Oposição fala e mostra a sua vontade de mudança. Isso não é por questões partidárias, não é porque eu sou do PSDB, é porque eu sou a favor do Brasil, eu sou a favor dos brasileiros. A partir do momento em que pensamos na Nação, não podemos estar focados nos nossos interesses.

Câmara dos Deputados
9601
Comissões Especiais

A gente percebe que muitos discutem dizendo que o *impeachment* é sem fundamento, é apenas por uma questão de impopularidade da Presidente ou por um Governo ruim. Que absurdo! Não é só isso! É só pegar a Constituição Federal e ver quantas coisas estão aí em desacordo com ela. Eu acredito que a Presidente não tem conhecimento da Constituição Federal e nem sabe o que é isso. É triste de ver.

E quando falam da impopularidade? Pensar que uma Presidente da República não pode sair às ruas, pois o povo não a aplaude, pois ela tem medo do que a população pensa. O que população pensa é reflexo do seu Governo. Assim, entristece-me saber que não temos uma representante que merecemos, não temos uma representante que lute por nossos anseios.

Quando eu escuto, em alguns discursos, falarem que, se houver esse golpe, as pessoas vão para as ruas, eu me pergunto: que tipo de intimidação é essa? As pessoas realmente têm ido para as ruas a favor do Governo, mas a grande maioria são comissionados. O Governo tem mais de 30 mil comissionados no nosso País, e muitos dos que vão é só pela bagunça ou pelo pão com mortadela que vocês dão. Isso realmente é o que nos choca. *(Manifestação no plenário.)*

Mais uma vez, respeitei a fala de todos.

Assim, eu gostaria de saber o que essa população pensa? O que faz pensarem em ir para as ruas? Nós tentamos fazer com que este País vá para frente, lutando por todas as instituições e, de repente, eu percebo que há um tipo de intimidação que querem fazer, principalmente à Polícia Federal.

Desde 2007, quando houve o caso do mensalão, a Polícia Federal não teve mais reajustes, não teve abertura para novas vagas. Por que será? O que será que já pensaram a respeito da Polícia Federal, de que ela poderia prejudicar tanto este Governo? O mais curioso é um decreto de 2012 que determina que todas as deslocações da Polícia Federal em grande massa para outro lugar têm que ser avisadas ao Ministério da Justiça. Por quê? Deixo essa pergunta. É muito estranho. Será que já estavam preparando o País para isso, com tantas críticas à imprensa, querendo fazer com que as pessoas não soubessem o que acontece no nosso País?

Câmara dos Deputados
Fl. 9602
Comissões Especiais

Nós temos pressa de resgatar a nossa dignidade, pressa de resgatar a dignidade do País. Estamos na luta pela ética, pela moral e pelos bons costumes.

Há pouco, no meio da nossa Comissão, vi a notícia da revista *Isto é*. É um absurdo ver que está sendo feito balcão de negócios todos os dias pelo voto do *impeachment*. Vergonhoso é saber que estão oferecendo 50 bilhões em emendas para quem se indignar a votar contra o *impeachment*. Enquanto isso, estão faltando recursos para a produção de vacinas contra o surto de doenças, como a zika e H1N1, no nosso País, e as pessoas estão morrendo nos hospitais.

Precisamos estar atentos a isso. Que toda a população continue lutando e pedindo a seus representantes que sejam a favor do povo e que não se vendam por coisa pouca, porque precisamos lutar pelo futuro do nosso País. É preciso que os interesses do País estejam acima dos interesses de um grupo pequeno em licitações, cargos, Ministérios e dinheiro, como o que está sendo distribuído, envergonhando principalmente o nosso Parlamento, porque aqui tem muita gente boa, muita gente do bem, muita gente honesta e muita gente com caráter. Isso a gente tem que deixar bem claro, porque caráter a gente não troca, a gente não vende e a gente não muda. Se esses estão se vendendo é porque nunca tiveram caráter.

Quero dizer a todos os Deputados: nós somos os juízes para a decisão do futuro do nosso País. Eu espero que 342 Deputados sejam a favor do povo brasileiro, sejam a favor da democracia, sejam a favor de um país que dê saúde, que dê segurança, que dê qualidade de vida e não faça o que está fazendo, envergonhando não apenas aqui, mas também fora, com as notícias.

Estamos cansados de saber, todos os dias, de mais, mais e mais casos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores.

Estou com o povo brasileiro! Estou com o nosso Relator, Deputado Jovair Arantes!

Quero agradecer principalmente ao povo de Rondônia, que me deu a oportunidade de poder estar aqui sendo a voz deles, mostrando o sentimento

Câmara dos Deputados Fl. 9603 Comissões Especiais

de cada um que vai às ruas e a todas as manifestações de luta pelo País que queremos e que acreditamos.

Deixo aqui o meu apoio e o meu voto a favor do *impeachment*, a favor do Brasil e a favor dos brasileiros!

Muito obrigada, Sr. Presidente! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Muito obrigado.

Antes de passar a palavra à Deputada Senadora Benedita da Silva, esta Presidência informa aos Assessores, ao pessoal da imprensa, aos jornalistas e Parlamentares que aqui, do meu lado direito, nesse corredor — lado esquerdo de vocês —, tem um pequeno lanchinho.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Sr. Presidente, têm uns ativistas fazendo uma vigília aqui fora, e também tem pão com mortadela. Se alguém preferir, está à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Tudo bem.

Independente disso, tem alimento para todos.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - A Casa Civil pagou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Orlando, vamos lá. Obrigado.

Com a palavra a Senadora Deputada Benedita da Silva.

V.Exa. tem 15 minutos, nos termos regimentais.

**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Sr. Presidente, só pediria silêncio, por favor.

**(Não identificado)** - Foi falar de lanche, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu falei de lanche, porque já são 22h08min, e há muitos assessores, jornalistas, Parlamentares, o pessoal da imprensa e os câmeras. Podem vir aqui rapidamente, em 5 minutinhos, tem um lanche simples, mas de bom grado.

Com a palavra a Senadora Deputada Benedita da Silva.

**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Sr. Presidente, Rogério Rosso, Sr. Secretário, Jovair Arantes, eu gostaria de cumprimentá-los pelo esforço, pela condução dos trabalhos e por nos dar a oportunidade de fazer um debate que não seja rasteiro, mas que contribua para que o País que estiver

Câmara dos Deputados Fl. 9604 Comissões Especiais

nos assistindo possa ver a qualidade dos nossos debates e contribuir conosco em nossas decisões.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Parem o tempo da Deputada, por favor. *(Pausa.)* Obrigado.

Deputada, com a palavra.

**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Sr. Presidente, eu estou assistindo atentamente a esta presente Comissão, e V.Exa. sabe que sempre espero com muita tranquilidade para me manifestar. No entanto, eu vejo que preciso dizer algumas coisas antes da minha manifestação.

Ouvimos aqui dizer que a gente deve ter ética, deve ter caráter, e muitas das vezes, Sr. Presidente, nos faltam com respeito e com o direito de divergir. Isso, nesta Casa política, é intolerável, porque nós devemos ouvir os contrários e respondê-los no nosso devido tempo. Penso que esta é a melhor forma de nos tratarmos com respeito, inclusive pelo Sr. Presidente e pelo Relator, que pôde produzir uma peça em que nós pudéssemos fazer o comentário aqui.

Sr. Presidente, sou a favor, muito a favor, de que Dilma Rousseff fique. Por que sou a favor? Porque entendo, Sr. Presidente, que não é meramente uma questão de ordem jurídica, é também uma questão de ordem política, e, não havendo uma sustentação jurídica, segundo o meu ponto de vista, eu tenho a certeza de que a Presidenta não pode, de forma nenhuma, ser afastada porque ela tem baixa popularidade, porque ela tem minoria no Congresso, porque cometeu um erro na política econômica. Isso é muito pouco, sabe por que, Sr. Presidente? Porque tudo o que dizem da Presidenta Dilma, nem o relatório, nem os acusadores podem atestar, são apenas suposições.

Nós estamos lendo o que as revistas, o que os jornais, o que os meios de comunicação têm dito a respeito da Presidenta da República. No entanto, Sr. Presidente, até agora, nem a Presidenta, nem o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram presos porque cometeram realmente algum crime. E eu acredito que a Presidenta Dilma terá como se defender desse crime de responsabilidade. O Brasil estará defendendo a Presidenta Dilma.

Câmara dos Deputados
Fl. 9605
Comissões Especiais

Sr. Presidente, dói-me muito ouvir chamarem-nos de quadrilha, de bando, de ladrões. Eu, como sou uma pessoa cristã e evangélica, sei muito bem o que os ladrões fizeram, na calada da noite, com as prostitutas. Durante o dia, chamavam os seus familiares para pedir a Jesus justiça, mas na calada da noite eles as usavam.

Não há, de forma nenhuma, corrupção sem corruptores, e foi realmente o Governo da Presidenta Dilma, começando com o do ex-Presidente Lula, que deu à nossa polícia a segurança necessária para que ela pudesse, com toda a independência, trabalhar. Nunca foi cerceada qualquer in*ves*tigação que a Polícia Federal pudesse fazer, e ela fez muitas, inclusive apreendendo toneladas e toneladas de cocaína e de maconha. Se ela apreendeu isso, é porque há um comércio, infelizmente, que não é feito por nenhum pobrezinho da favela.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer que nós estamos defendendo a Constituição. Eu estava nesta Casa quando a Constituição foi aqui elaborada. O ex-Presidente Lula também estava, e isso, talvez, fez com que ele pudesse olhar para aquilo que nós tínhamos colocado na Constituição e tínhamos deixado como letra morta, na medida em que nós não fomos capazes de executar ou de regulamentar uma série de direitos da sociedade brasileira.

Ouçam com muita atenção: eu não me envergonho de ser do Partido dos Trabalhadores, nem me envergonho de estar defendendo a Presidenta Dilma, nem me envergonho do pão com mortadela, porque ele faz parte da vida de milhares e milhares de pessoas que nunca tiveram nada para comer. *(Palmas.)* Para essas pessoas, num momento de desespero, quem chegasse com uma mortadela estava chegando com um presunto Parma. Então, quando aqui, jocosamente, as pessoas citam a simbologia da mortadela, é porque elas nunca ficaram com fome, nunca botaram seu pé na lama para saber que este Governo, com os defeitos que só vemos aqui, foi capaz de incluir 36 milhões de miseráveis que não almoçavam, não jantavam e tinham seu pé na lama, mas passaram a ter a possibilidade de ter a sua casa.

Sr. Presidente, é preciso dizer que nós não desprezamos o Judiciário. Pelo contrário, nós queremos que o Judiciário tenha toda a força, toda a

independência e não seja seletivo, porque nós queremos combater a corrupção, e combater a corrupção não é apontar, pura e simplesmente, para um partido ou para um Governo. Combater a corrupção é, nesta Casa, poder colocar todos os projetos que possam combater a corrupção, a sonegação de impostos, Sr. Presidente.

Sabe aquelas gorjetinhas que a gente dá para passar na frente? Então, a nossa sociedade usa de hipocrisia quando ela canta o Hino Nacional para dizer: *"Eu sou brasileiro"*.

Eu sou brasileira com muito orgulho e com muito amor, filha de pobre, filha de empregada doméstica, mas eu sou brasileira e eu também ajudei a fazer o meu País crescer. Eu tenho 74 anos de idade. Então, eu ajudei a construir este País com as minhas mãos dignas, as minhas mãos pesadas de carregar pesos, panelas e latas d'água na cabeça.

Então, para mim é muito difícil ouvir as pessoas falarem que nós somos uma quadrilha. Para mim é indigno, é insuportável, até porque, nesta Casa, eu nunca dei um tratamento desses a nenhum dos Parlamentares, mesmo conhecendo a vida de alguns muito próximos, muito próximos, Sr. Presidente.

Dizendo isso, Sr. Presidente, eu quero falar que defendemos sim a democracia. É a democracia que está em jogo, Sr. Presidente. É um atentado à Constituição, Sr. Presidente. É um ato de muita gravidade. Não é com sorrisos, não é com uma fala melhor ou maior, não são com palma. Nós estamos aqui fazendo um debate para destituir de um cargo legítimo, com 54 milhões de votos — e ninguém gosta de ouvir isso — uma Presidenta da República que, no jogo democrático, jogou e ganhou.

Sr. Presidente, a vida é dura, a vida é dura para todo mundo, mas ela é bela quando podemos fazê-la com transparência e com dignidade. Eu não quero de forma nenhuma romper com a Constituição brasileira porque eu ajudei a fazer essa Constituição brasileira.

Haverá consequências, Sr. Presidente, porque quando nesta Casa se abre a boca e diz *"o povo quer"*, eu queria perguntar *"que povo?"* Será que o meu zé povinho que come mortadela também quer isso? Será que o meu zé povinho que come mortadela, que está lutando anos e anos, que está lutando

como trabalhador, como trabalhadora rural, como doméstica, que está no seu dia a dia para colocar o filho na escola, tendo a sua primeira oportunidade de colocar o seu filho na escola, na faculdade, de andar de avião, de poder ter um médico de família, Sr. Presidente, será que essas pessoas não sabem fazer uma leitura política do que verdadeiramente está acontecendo neste País? Claro que sabem, Sr. Presidente, claro que sabem!

E é por isso que eu estou aqui, Sr. Presidente, para dizer que sem, verdadeiramente sem crime é um golpe. Não gostam de ouvir isso e dizem para nós que nós do PT falamos a mesma coisa para isso se tornar uma verdade. Quem diz a mesma coisa todo dia, toda hora não é o PT, é a Oposição.

Não há uma palavra que possa garantir a interlocução entre seres humanos, porque não vem absolutamente nada, nem o Governo nem o partido, que não é da clandestinidade, porque nós lutamos para criar esse partido.

Podemos ter defeitos, Sr. Presidente, o Governo também pode ter, mas eu quero dizer que muita gente da minha raça, muita gente da minha classe, da qual agora já não sou mais — não sou demagoga, daquela classe lá da favela, eu não sou demagoga —, muita gente do meu povo espera muito que a Presidenta Dilma fique e que nós, o Congresso Nacional, possamos olhar com carinho para esse lado que não é o lado empresarial, Sr. Presidente, que não é o lado dos bancos, Sr. Presidente, mas dessas pessoas que querem cultivar o que elas mesmas plantaram quando acreditaram que era possível haver mudanças neste País.

A Presidenta Dilma é uma mulher íntegra, é uma mulher honesta, e não há nada contra a Presidente Dilma. Eu tenho absoluta certeza de que não haverão de encontrar absolutamente nada a respeito da Presidenta. Se ela não representa para esta Casa absolutamente nada, para essas pessoas do lugar de onde eu vim representa muito, porque significa a continuidade de lutas que fizemos: a luta dos Guararapes, a luta de Zumbi dos Palmares, a luta na Revolta dos Malês. São lutas irreconhecíveis pela história brasileira, mas que nos deram a consciência necessária para que nos pudéssemos lutar pela democracia.

Câmara dos Deputados
Fl. 9608
Comissões Especiais

Só quem viu a ditadura, passou pela ditadura, como nós passamos, sabe muito bem o que significa um golpe na Constituição brasileira, o que significa um golpe nos sonhos, na esperança, porque do lado de cá, Sr. Presidente, temos alguém também que tem sonho, que tem esperança e que se organiza. E não são pelegos! Vão à luta para se organizar enquanto moradores, enquanto sindicalistas, enquanto mulheres, enquanto negros, enquanto religiosos, seja como for. Existe uma sociedade também organizada do outro lado.

Não somos nós que estamos dividindo esta Nação. O que nós queremos é unir esta Nação. Não seria este o discurso que faria aqui, Sr. Presidente, iria me ater — e aqui tenho como fazer isso — apenas à questão do relatório. Mas, como nós estamos num espaço eminentemente político e aqui foram colocadas coisas que eu considero relevantes do ponto de vista ideológico, do ponto de vista de quem pretende ir para o poder, é preciso que se conheça a civilização brasileira; é preciso que se conheçam os dois lados deste Brasil, que ainda não conseguiram se unir de uma só vez.

Mas nós temos a esperança de que essas pessoas farão a diferença. Nós queremos democracia! Nós não queremos golpe a esta democracia. Nós queremos que a Presidenta Dilma fique na Presidência e que nós continuemos trabalhando. Nós queremos que este Congresso possa dar resposta a este País, àquelas pessoas que confiaram em nós, que não estão aqui e sequer leram a Constituição brasileira para reconhecer os seus direitos e poder fazer com o Relator, com o Presidente e os demais pares um contexto em que possam se posicionar.

Por isso, Sr. Presidente, eu falo com muita emoção, porque eu tenho as minhas emoções. Eu sou gente, eu sou humana. Mas eu quero dizer que é muito importante que entre nós haja o respeito. Se respeito é bom, eu também gosto disso, porque é assim que eu trato as pessoas.

Não ao golpe! Fica, Dilma! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputada, V.Exa. tem o respeito de toda esta Casa. O seu povo é o nosso povo, o povo brasileiro.

Câmara dos Deputados
Fl. 9609
Comissões Especiais

Eu gostaria de passar a palavra para o Deputado Fábio Sousa, que, regimentalmente, tem 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - Boa noite a todos os Srs. e Sras. Deputados e Deputadas.

Sr. Presidente, cumprimento-o pela brilhante condução desta Comissão. V.Exa. tem tratado todos com uma grande fineza, muita educação, muita democracia. Merece de todos nós reconhecimento pela condução que V.Exa. tem tido neste trabalho, bem como toda a sua equipe. E assim vai ser sempre lembrado na nossa história.

Eu quero começar esta minha fala dividindo-a em duas partes. Eu vou fazer primeiro um apanhado histórico do momento que nós estamos vivendo no País e depois eu vou falar exatamente sobre o processo de *impeachment* que nós estamos enfrentando na Comissão e que irá *a posteriori* ao Plenário.

Nós estamos vivendo, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos assistem, a maior crise política já vista, na minha concepção, pelo menos no que diz respeito ao relacionamento entre Poderes. Os Poderes não se relacionam mais. O Poder Legislativo e o Poder Executivo não se relacionam mais. O Poder Judiciário é chamado muitas vezes a intervir em assuntos que não lhe são cabíveis. Mesmo assim o faz, porque exatamente nesse quesito está faltando relacionamento entre os Poderes, naquilo que foi constituído como República.

Nós estamos vivendo uma crise de autoridade no Brasil. Nós temos um sistema presidencialista em que a Presidente não governa, não manda, não conduz, não faz, não é escutada. Quando é escutada, a grande maioria da população não a entende, porque muitas vezes fala de uma forma incompreensível.

Nós estamos vivendo um momento de crise econômica. A nossa economia está se esfacelando, a população não só está vendo isso com seus olhos, mas já está sentindo no seu bolso. A situação é de total estagnação econômica. Nós estamos entrando e vamos entrar, no final deste ano, tecnicamente, em depressão econômica, algo que não acontecia há décadas no nosso País — serão 3 anos de retração econômica.

Câmara dos Deputados Fl. 9610 Comissões Especiais

Nós estamos vivendo um momento de tanta violência econômica, no modo de dizer, que hoje a crise gerou mais de 10 milhões de desempregados no Brasil — e vamos chegar a 11 milhões até o mês de junho. Cem mil lojas foram fechadas! Isso quer dizer que há mais desemprego aí, menos pessoas pagando impostos, menos recursos entrando. E a crise só vai aumentando, só vai aumentando, só vai aumentando. O endividamento público é histórico, nunca se deveu tanto. Não só o Governo está devendo muito; o povo está devendo muito também. Recente pesquisa mostrou que mais de 50% da população está devendo no crediário, está devendo em um bocado de coisas. Está todo mundo vivendo de crédito hoje no Brasil, seja de cheque especial, seja de financiamento de carro, seja de financiamento de alguma coisa.

Há crise moral. Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Deputadas, nós estamos vivendo a nossa maior crise moral da nossa história, o maior escândalo de corrupção da história brasileira, chamado petrolão. Bilhões e bilhões foram desviados da nossa que era a principal empresa, a maior empresa da América Latina até pouco tempo atrás.

Eu disse isto na tribuna uns dias atrás: há 15 anos ninguém pensava que a PETROBRAS poderia chegar aonde chegou, à beira da falência. Ninguém pensava isso. Muito pelo contrário, todo mundo falava: *"Pode investir na PETROBRAS, porque ela vai continuar"*. E olhem aonde nós chegamos com a PETROBRAS!

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - Eu respeitei todo mundo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Por favor, colegas, peço silêncio para ouvirmos com respeito o Deputado.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - Talvez, Sr. Presidente, nós estejamos vivendo o maior escândalo da história da humanidade, porque não há registro, em nenhum lugar, do montante desviado como o que foi desviado agora nesta crise.

E aí o processo chega a esta Casa com uma denúncia apresentada por três brilhantes juristas, Janaína Paschoal, Miguel Reale Júnior e Hélio Bicudo,

no alto de seus 90 anos, fundador do PT, do Partido dos Trabalhadores. Instalamos esta Comissão, sendo Relator o Deputado Jovair Arantes.

E lhe rendo homenagens, Deputado Jovair, porque V.Exa. fez um trabalho que é digno de receber elogios por todos nós e também por todos aqueles que entendem um pouco daquilo que está acontecendo no Brasil. Eu lhe disse que V.Exa. entrou na história.

É bom dizer que o Deputado Jovair Arantes, por mais que tenha feito comentários pertinentes, na minha concepção, ateve-se restrito àquilo que foi denunciado. Isso está no seu relatório, que nós estamos discutindo aqui. Mas esse relatório, Sr. Presidente, é bom que se diga, e que a população que está nos assistindo saiba, poderia ser maior, porque, se verificarmos a Lei nº 1.079, de 1950, e a Constituição Federal, vamos ver que muitos outros artigos poderiam ser muito bem encaixados nele, e não o foram porque não estavam na denúncia.

Estão dizendo que, com a decisão do eminente Ministro Marco Aurélio, poderão se abrir outros processos de *impeachment* nesta Casa. Eu, com toda sinceridade, acho que o Brasil não aguenta isso. Haveria mais embasamento jurídico, ou, melhor dizendo, mais informações, porque embasamento jurídico este tem — haveria as informações que vieram depois que a denúncia chegou aqui. Por exemplo, cito o pedido que foi apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil.

É bom lembrarmos algumas frases importantes, pelo menos alguns textos importantes. Nós temos um jurista brasileiro respeitado por todos, Ives Gandra. Eu peguei um trecho de um parecer que ele deu sobre a PETROBRAS:

> *"Em outras palavras, a demonstração da lesão ao cidadão (no caso da Petrobrás, por exemplo, todos os acionistas privados foram lesados) ou à sociedade (a sociedade como um todo, pagadora de tributos e acionista, através da União, da referida estatal), é suficiente para conformar a aplicação do dispositivo*

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 9612

> *infraconstitucional de crime contra a probidade da administração, estatuído no art. 9º, inciso III, da Lei 1.079. Mesmo que não houvesse o dispositivo infraconstitucional — que diz menos que a própria lei suprema — seria a Lei Maior auto-aplicável e os crimes contra a probidade de administração, culposos ou dolosos, praticados por quem está no comando da Nação, poderiam dar causa à abertura de eventual processo — que, reitero, é mais político que jurídico — do* impeachment*."*

Continuando, nós não podemos, aqui, Sr. Presidente, deixar de considerar todas essas informações que foram apresentadas na hora de fazermos o nosso voto, por mais que o processo possa e deva se ater àquilo que foi apresentado no relatório do ilustre Relator Jovair Arantes.

Nós somos pessoas pensantes, somos entes políticos, somos cidadãos que, de certa forma, também fomos lesados e precisamos nos ater não só ao que aconteceu conosco, mas também ao que está afligindo toda a sociedade de um modo geral, em especial aqueles que confiaram em nós e nos colocaram aqui. E eu rendo a minha homenagem aos meus eleitores de Goiás.

Há, evidentemente, quesitos políticos que têm que ser considerados também. É o que eu quero fazer e acho que todo mundo deve fazer, como bem falou o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Eros Grau — se eu não me engano, o Deputado Jovair Arantes o mencionou em seu relatório —, diga-se de passagem, indicado no Governo do Presidente Lula. Abre aspas:

> *"Quem procedeu, procedeu corretamente e não teme enfrentar o julgamento do Senado Federal. (...) Já o delinquente faz de tudo procurando escapar do julgamento. A simples adoção desse comportamento evidencia a delinquência."*

Quem está falando é Eros Graus.

Em suma, a conduta tendente a impedir o espírito rigoroso de cumprimento do que dispõe a Constituição do Brasil substancia desabrida

confissão da prática de crime de responsabilidade pela Presidente da República. Cai, como uma luva, no caso, a afirmação de que quem não deve não teme. Apenas o delinquente esbraveja, grita, buscando encontrar o apoio para evitar que a Constituição...

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Por favor, parem! Por favor, por favor!

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - Eu não estou entendendo!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Pare o tempo do Deputado, por favor.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - Sr. Presidente, isso é uma falta de respeito comigo, que estou desde as 3 horas da tarde sentado aqui esperando para falar. E eu ouvi todos!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - É muito interessante observar... O povo brasileiro está observando isso com atenção. Não seria um cartaz, uma placa ou uma mensagem que mudariam a convicção já formada ou não de cada Parlamentar.

Deputado Nilson Leitão, Deputado Paulo Pimenta, Deputado Zé Geraldo, Deputado Orlando Silva, Deputado Julio Lopes, Deputado Carlos Marun, Deputado Paulo Abi-Ackel...

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Já estamos aqui há mais de 7 horas e temos mais de 7 horas de reunião pela frente, pelo visto. Deputado Nilson Leitão...

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Vamos tocar, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Volte 2 minutos no tempo do Deputado, por favor. Foram, no mínimo, 2 minutos. O tempo vai para 8 minutos e 16 segundos, por favor.

V.Exa. pode continuar com o seu pronunciamento.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 9014

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Muito obrigado, Deputado Zé Geraldo, Deputado Paulo Pimenta. Muito obrigado pela gentileza de respeitar a fala do Parlamentar. Eu vou dar mais 2 minutos a ele.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - Perfeitamente, Sr. Presidente. Srs. Deputados, eu respeitei quando o Deputado Paulo Pimenta falou, respeitei quando os outros Deputados falaram...

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V.Exa. tem a conduta absolutamente respeitável, sempre respeitando, o tempo inteiro, todos os pronunciamentos.

E V.Exa., Deputado... Está bem. Se V.Exa. quer falar, o.k. V.Exa. está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - Não! Por que, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - É que ele não quer parar de falar... Isso! Vamos até quando o povo brasileiro merecer respeito, ou seja, infinitamente.

Nobre Deputado, por favor.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - Eu queria só mencionar que concordei com a Deputada Benedita da Silva quando ela disse que temos que aprender a nos virar com quem pensa diferente de nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vamos lá, Deputado.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - Vamos lá, Sr. Presidente, vamos lá.

Dito o que o Eros Grau disse, Ministro do Supremo Tribunal Federal, nós temos a certeza de que não há um golpe sendo formado. Muito pelo contrário, o processo do *impeachment* obedece a todos os preceitos legais. Foi determinado o rito pelo Supremo Tribunal Federal, e o que nós vamos decidir e votar é algo que está totalmente dentro da proteção constitucional do nosso País.

É bom lembrar também, Sr. Presidente, que, no caso do impedimento, que é o que nós estamos discutindo e debatendo aqui, quem assume é o Vice-Presidente da República, que não recebeu um voto das pessoas que fazem parte do meu partido ou que votaram no outro candidato. Quem votou no Vice-Presidente da República — e ele foi eleito para isso — foi exatamente quem votou na Presidente Dilma. Como assim está acontecendo um processo de golpe e outras coisas mais que nós escutamos tanto falar?

Mas, vamos pensar mais adiante, Sr. Presidente. Está na hora de nós começarmos a pensar no pós. É sério. Está na hora de buscarmos uma união nacional, porque a onça vai beber água, não tem jeito. O processo vai se concretizar daqui a uma semana, alguns dias, e nós temos que pensar o que vai vir depois. É hora de buscarmos uma união nacional, buscarmos construir pontes, buscarmos unir a população, buscarmos projetos que construam a realidade que a sociedade brasileira quer viver.

Sr. Presidente, este *impeachment* que está sendo discutido e debatido aqui nesta Casa pelos nobres Deputados, sempre muito educados, não pode ser interpretado apenas como deste Governo, do Governo da Presidente Dilma. E estou falando aqui como uma pessoa que tem total consciência de que o partido que ora está no Governo não inventou a corrupção. Isso já acontece há muito tempo, em vários lugares do mundo, tanto é que nós temos agora uma tal de Panamá Papers demonstrando isso.

O que nós precisamos derrubar, Sr. Presidente, com esse impedimento, é o sistema político que ele representa, esse sistema de cooptação, esse sistema de fazer coisas escusas, esse sistema de se eleger fazendo o diabo. É isso que nós precisamos combater. Esse impedimento tem que ser visto dessa forma, porque nós precisamos pensar o pós — porque vem o pós aí.

Acho que a sociedade brasileira acordou com isso.

Quando instituímos aqui — e eu não fazia parte do Congresso Nacional ainda, eu era Deputado Estadual —, por força de um projeto popular, a Lei da Ficha Limpa, foi o começo disso. E agora já está nesta Casa o projeto que acho que vai ser o próximo passo dessa limpeza, que é o projeto das dez medidas contra a corrupção, apresentadas pelo Ministério Público Federal, que

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 9616

nós vamos discutir e vamos ter que aprovar. Não tem jeito. A população vai ficar no nosso pé para isso.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero, respeitosamente com aqueles que pensam diferente de mim... Aquela máxima tem que valer: eu sou totalmente favorável à liberdade de expressão, 100%, você pode falar, eu posso não concordar, mas eu vou lutar até o fim para você ter o direito de falar, mesmo eu não concordando, mesmo às vezes achando até que é besteira o que você está falando, mas eu vou lutar para isso, respeitosamente.

Então, mesmo sabendo que alguns Deputados vão divergir da minha opinião, eu darei meu voto favorável a este relatório. Meu voto é favorável ao impedimento da Presidente Dilma, favorável ao *impeachment,* favorável, Sr. Presidente, a um futuro, pelos meus filhos, a quem amo de paixão — aliás, eu não morro de paixão por partido, por ninguém, eu morro de paixão pelos meus filhos e pela minha mulher, mais ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Acho que convergimos.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - Sr. Presidente, muitos aqui citaram o nosso Mestre Jesus, e eu queria citar uma frase que ele disse. V. Exa. está com as Sagradas Escrituras aí o tempo todo. Eu percebi que V. Exa., o tempo todo, esteve com elas aí. Ele, na sua pregação das bem-aventuranças, no evangelho de Mateus, fala que bem-aventurados são aqueles que têm fome e sede de justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - No sermão da montanha.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA** - No sermão da montanha. Ele fala que bem-aventurados são aqueles que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos.

Eu termino, Sr. Presidente, dizendo: Deus abençoe o meu País e que o sol da justiça brilhe nos quatro cantos desta Nação, em todos os Estados, levando-nos, como Congresso Nacional, a construir um país melhor.

Meu voto é "sim", pelo impedimento, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

Câmara dos Deputados
Fl. 9617
Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) Concedo a palavra ao Ministro, Deputado Orlando Silva, pelo tempo regimental de 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me, antes de falar sobre o relatório, tecer algumas observações políticas. A primeira é que esta reunião, este debate e a votação desse relatório não começaram, Sr. Presidente, no dia da sua eleição; esse processo de *impeachment* começou no dia 26 de outubro de 2014, no dia em que a Presidenta Dilma conquistou o apoio da maioria dos brasileiros para exercer o mandato de Presidente da República.

Muitos aqui devem se recordar da expressão de espanto do candidato derrotado. Já avançada a apuração, ele não acreditava naquele resultado.

Antes do *impeachment*, foi tentado o questionamento das urnas eletrônicas e do processo eleitoral, um questionamento que caiu no ridículo, pela força e consistência do sistema eleitoral do Brasil.

Antes do *impeachment*, foi tentada a cassação da chapa vencedora no Tribunal Superior Eleitoral. Sem sinalização positiva daquela Corte, sem andamento do processo, com a aprovação das contas da Presidenta, aqueles que pretendiam encurtar o caminho ao poder pelo Tribunal ou pela desmoralização da eleição encontraram um caminho, que era o caminho do *impeachment*.

Um pouco antes do *impeachment*, a Oposição fez — e ainda faz — uma luta cega no Parlamento, uma oposição sistemática ao Brasil, um questionamento de todas as medidas aqui apresentadas pelo Governo, independentemente do mérito e da relevância para enfrentar a crise econômica e criar melhores condições de vida para o povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, considero que esta etapa é parte desse processo, que infelizmente contou com, talvez, um dos maiores danos à democracia que vivemos no período recente. E, na minha opinião, credito à Oposição a responsabilidade central desse dano, que é a difusão de uma cultura de ódio e de intolerância política.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 9618

Eu vivo na cidade de São Paulo. Na última Páscoa, a Catedral da Sé, que é a sede do Arcebispo de São Paulo, assistiu a uma cena inacreditável: D. Odilo Scherer, Cardeal de São Paulo, foi atacado por uma mulher, que foi à igreja fazer uma manifestação, acusar a CNBB de ser pró-Governo, acusar D. Odilo de ser comunista. E — pasmem, colegas! — aquela mulher atacou fisicamente um cardeal que celebrava uma missa de Páscoa.

Eu poderia falar de inúmeros exemplos. Circularam pela Internet desenhos de crianças escrevendo "morte à Dilma". São cada vez mais frequentes as agressões a pessoas que estão usando camiseta vermelha. As cenas de vandalismo nas sedes de partidos como o meu são cada vez mais recorrentes. Essa semana, em São Paulo, aconteceu mais uma vez: *"Fora, comunistas!"* — é isso o que picham nas sedes dos nossos partidos. E a intolerância é tamanha que atingiu o Ministro Teori Zavascki. Familiares do Ministro Teori sofreram vandalismo nas suas casas.

Portanto, Sr. Presidente, eu percebo que esse esforço, essa busca desesperada da Oposição pelo poder, de qualquer jeito, a qualquer preço, produziu esse ambiente de ódio e de intolerância no Brasil. É como se o gênio do fascismo saísse da lâmpada. Talvez, precisemos de gerações para devolvê-lo ao seu lugar, como foram necessárias gerações para lutar pela retomada da democracia no Brasil.

Portanto, o debate que delimita fronteiras aqui, inclusive quanto ao voto do relatório, é, de um lado, uma defesa radical da democracia; de outro lado, aqueles que fazem de tudo para chegar ao poder, atropelam tudo, todos, rasgam a Constituição, para alcançar o seu objetivo.

Sou daqueles que defendem que, diante de uma crise desse tamanho, seria importante um pacto nacional, um diálogo, a busca de uma saída democrática, e não encurtar o caminho para o poder.

Portanto, eu considero que é um momento de extrema gravidade da vida nacional, e nós temos muita responsabilidade para enfrentar este momento.

Quanto ao processo que vivemos, eu me filio à tese apresentada pelo Advogado-Geral da União, Ministro José Eduardo Cardozo, sobre o início do

Câmara dos Deputados
Fl. 9619
Comissões Especiais

processo, mais precisamente sobre o acolhimento da denúncia por parte do Presidente Eduardo Cunha.

É evidente que o primeiro ato de vingança de Eduardo Cunha foi o acolhimento da denúncia feita a esta Casa. É evidente que foi uma cortina de fumaça que ele procurou construir para ocultar as dificuldades que ele próprio vive. Todos sabemos disso. Ele criou um problema maior do que o dele — pelo menos com aparência de maior do que o deles — para ocultar e tirar do foco as dificuldades que ele procura enfrentar.

Respeito muito o Deputado Jovair Arantes, considero-o um amigo, mas li com tristeza a assinatura do Deputado Jovair Arantes nesse relatório, até porque, ao lado da referida assinatura, percebi nitidamente as digitais de Eduardo Cunha.

Sr. Presidente, sobre o trabalho desta Comissão eu me inspiro no Ministro Sepúlveda Pertence, quando, no julgamento do Mandato de Segurança nº 20.941, fala do papel da Comissão e da Casa. Nosso papel, segundo o Ministro Sepúlveda, é a análise preliminar, para evitar justamente o prosseguimento de acusações abusivas, levianas, ineptas, formal ou substancialmente.

Trata-se, portanto, de uma denúncia abusiva, leviana e inepta, formal e substancialmente.

Quem assistiu ao discurso da senhora que esteve aqui sustentando a tese de acusação percebeu que não passou de proselitismo político. Infelizmente, houve acolhimento no relatório desse panfleto da Oposição, que é a peça acusatória da Presidenta Dilma.

Evidentemente, é importante que esta Comissão não ultrapasse os limites do que foi definido na constituição da Comissão, sob pena de se praticar uma ilegalidade.

Infelizmente, o relatório, quando aqui e acolá faz remissões a outros temas que não são objeto da Comissão, revela claramente a tentativa de desinformar a população brasileira, fazendo-a crer que a votação pelo *impeachment* é por aquelas razões e não pelas razões que objetivamente devem ser tratadas na Comissão e no Plenário desta Casa. Assim como é

Câmara dos Deputados
FL. 9620
Comissões Especiais

evidente que as acusações não podem ultrapassar o período do presente mandato. Não faz sentido retroagir a outro mandato presidencial, ainda que exercido pelo mesmo mandatário.

Considero que esse relatório se converteu numa peça para uso de uma gigantesca máquina de propaganda, talvez uma das maiores máquinas de propaganda que o mundo já viu, produzida para destruir um partido, um Governo e um campo político. Mas a Câmara dos Deputados não pode servir a esse interesse menor, partidário, de grupo; a Câmara dos Deputados tem que se colocar à altura do interesse nacional.

Sobre o mérito, não há justa causa para impedimento da Presidenta da República. Francamente, não há justa causa, Deputado Jovair Arantes, para o impedimento da Presidente. Os decretos de créditos suplementares foram realizados pela Presidenta da República, cumprindo estritamente o que está definido na lei. A própria Lei Orçamentária de 2015 prevê circunstâncias e momentos em que cabe ao Executivo exercer essa função, que, em verdade, originalmente é do Poder Legislativo. O crédito orçamento, a Lei Orçamentária é uma função do Poder Legislativo, mas a lei delega em alguma circunstância esse exercício para o Poder Executivo. Isso se deu historicamente no Brasil, isso se dá no Brasil de hoje.

O art. 4º da LOA estabelece quando é possível que isso aconteça. E a Presidenta assim fez, assim cumpriu.

Há referência à meta fiscal? Sim, há que se cumprir a meta fiscal. E, no Orçamento de 2015, cumpriu-se a meta fiscal. A meta fiscal deve ser medida pelo exercício do ano orçamentário que se concluiu em dezembro.

Portanto, a aprovação do Congresso Nacional do PLN nº 5 ajustou a meta fiscal e permitiu o pleno cumprimento da lei por parte da Presidenta da República.

É evidente que nós sabíamos das dificuldades para o cumprimento daquelas metas de receita ao longo de 2015. Por isso o Brasil viveu um dos maiores contingenciamentos da história, mais de 80 bilhões de reais foram contingenciados na busca de cumprir a meta fiscal, por isso chegou aqui em julho.

Câmara dos Deputados
Fl. 9021
Comissões Especiais

Como disse no começo, a Oposição faz uma luta cega pelo poder. E eu vivi na Comissão Mista de Orçamento a obstrução permanente por conta da Oposição, a obstrução irracional, para que não votássemos o PLN 5, de 2015, com o objetivo de criar as condições de acusar a Presidenta de crime por ferir a Lei Orçamentária. Mas nós o aprovamos na Comissão, aprovamos no Plenário e esvaziamos a intentona da Oposição.

Por isso, Sr. Presidente, no que diz respeito aos créditos suplementares, não há justa causa. Aliás, descumprir meta fiscal nem sequer seria motivo para crime de responsabilidade.

Sobre operações de crédito, as chamadas pedaladas fiscais, Presidente, francamente! É risível, é risível a acusação da Oposição. O que houve entre o Governo e os bancos oficiais foi contrato de prestação de serviços. O povo brasileiro precisa saber que a Presidenta Dilma está sendo acusada por lutar para manter o Bolsa Família, para garantir o abono salarial, para efetivar o Seguro-Desemprego, para manter o Programa Minha Casa, Minha Vida. É este o crime que está sendo imputado à Presidenta da República: lutar para garantir os direitos do nosso povo! Essa é que é a realidade!

É risível o argumento de pedalada fiscal, da operação de crédito. Mais do que isso: o parecer do TCU não vincula, o parecer do TCU não é decisivo. Aliás, lá para as tantas do relatório, o Relator falou: *"Se a Presidenta assina o decreto, não importa o que o técnico escreveu no parecer, porque é renunciável a sua competência"*. Só que o pau que bate em Chico bate em Francisco. Se o TCU é órgão auxiliar, o que vale é o voto do Plenário do Congresso Nacional. Enquanto não houver voto, não vale essa posição preliminar e nitidamente política do TCU.

Aliás, esse parecer do TCU não resistiu a um primeiro olhar do Senador Acir Gurgacz, à época Relator desta matéria na Comissão Mista de Orçamento, que desqualificou de pronto esse relatório. Infelizmente, não tivemos a oportunidade de votar, mas neste ano as contas serão votadas e serão aprovadas.

Portanto, Presidente, eu concluo falando sobre o chamado juízo político. No relatório do Deputado Jovair Arantes, ele exauriu o que considerou os

Câmara dos Deputados
Fl. 9022
Comissões Especiais

aspectos técnico e jurídicos, e falou do juízo político. Eu assisti, durante os últimos dias, a um grande esforço, a um grande esforço de constranger os Ministros da Corte Suprema do Brasil. Várias TVs perguntavam: *"Mas, Ministro, impeachment é golpe?"* Óbvia a resposta: *"Não, impeachment é um preceito constitucional. O impeachment é um remédio jurídico secular no Direito Constitucional brasileiro"*. Mas ninguém perguntava ao Ministro do Supremo: *"Ministro, impeachment sem fato jurídico é golpe?"* A resposta, seguramente, seria: *"Sim"*, e será "sim", se perpetrar esse encaminhamento, essa violação ao Direito brasileiro.

Eu concluo, Presidente. Quando avaliei o juízo jurídico, como o Relator colocou, que é da conveniência, da necessidade, da possibilidade, eu diria que não há juízo político, não há adequação política, porque votar *impeachment* da Presidenta Dilma significa fraturar o Brasil, significa dividir o Brasil em dois. Não imaginem V.Exas. que vamos assistir aplaudindo a um bloco do golpe passar sobre a nossa frente. Do lado da Presidenta Dilma há trabalhadores organizados, há povo organizado, há partidos políticos organizados que têm história, que vieram de longe, que têm coragem de enfrentar... Já tiveram coragem de enfrentar momentos mais duros, dos mais diversos, e não vão se calar diante de se rasgar a Constituição, diante de se violar a democracia. Arrancar a Presidenta da República da cadeira de Presidente à força não tem outra palavra: é golpe!

Por isso, eu peço aos meus colegas que reflitamos sobre a construção de uma saída democrática que combata a intolerância, que combata o ódio, que procure valorizar as pontes, valorizar o diálogo, pactuar saídas para a crise econômica e política que o Brasil vive, de modo que possamos, respeitando a regra do jogo, construir dias melhores para o Brasil. E que sigamos na luta política, que sigamos na polêmica política, mas seguindo a regra do jogo. O ano de 2018 vem aí, meus amigos. Querem governar o Brasil? Inscrevam a chapa, disputem a eleição e ganhem no voto, porque, se vacilar, nós vamos para a quinta vitória em 2018.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Câmara dos Deputados Fl. 9623 Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Laudivio Carvalho, por 15 minutos regimentais.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este Congresso está dando hoje um grande passo na construção do Brasil.

Esta semana, o nosso colega Deputado Jovair Arantes, a quem eu parabenizo pelo belíssimo trabalho feito, apresentou um parecer que dá continuidade ao trabalho desempenhado pela Comissão que está dando andamento ao processo de *impeachment* da Presidente Dilma.

É preciso dizer, Sr. Presidente, que a oposição à Presidente Dilma não contém vingadores nem justiceiros; contém, sim, homens comprometidos com a verdade deste País, homens comprometidos com a voz das ruas.

Na tarde de ontem, nós caminhamos até o Palácio do Planalto e lá realizamos um ato simbólico de entrega do aviso prévio à Presidente Dilma Rousseff. Ela foi eleita pelo povo brasileiro para tomar conta do nosso País, e quando você elege um síndico para o seu condomínio, ele tem que dar conta de tudo que acontece no condomínio, e o Brasil é um grande País, é um grande condomínio. Se esse síndico não dá conta, ele tem que ser retirado do poder, tem que ser substituído. Nós não podemos aceitar as coisas que estão acontecendo em nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Espere um pouco, Deputado Laudivio, por favor. Só 1 minuto.

Queria solicitar a gentileza de fazermos silêncio e escutarmos o pronunciamento importante do Deputado Laudivio, por favor.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Posso continuar, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Só 1 minuto. *(Pausa.)* V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Muito bem. Depois que o Partido dos Trabalhadores, na pessoa da Presidente Dilma, protagonizou os maiores escândalos de corrupção de que se tem notícia neste País, depois de se reeleger a custa de um glamoroso estelionato eleitoral, depois de o atual

Câmara dos Deputados Fl. 9624 Comissões Especiais

Governo Federal provocar a pior recessão da história do País, a Sra. Presidente está colhendo o que merece: a saída pela porta dos fundos do Palácio do Planalto. É assim que vai acontecer.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

Sr. Presidente, gostaria que meu tempo fosse respeitado pelos colegas. Eu ouvi todos e gostaria de ser ouvido por todos.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O que está acontecendo? Está todo mundo quieto...

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Sras. e Srs. Deputados, senhores e senhoras que nos acompanham pela *TV Câmara*, pela *Rádio Câmara* e por outras emissoras de todo o País, mesmo que o Governo venha insistindo em denominar de golpe, eu quero afirmar com todas as letras: não é golpe! Será *impeachment*, será cassação. A Constituição prevê o *impeachment* e o que não faltam aqui são indícios de má conduta administrativa.

As pedaladas fiscais são apenas um dos graves erros da gestão da Presidente Dilma. Além disso, o povo brasileiro clama pelo fim desse trágico Governo. A Presidente perdeu completamente a confiança da população e se mantém na corda bamba, levando nosso País para o fundo do poço.

Gostaria que os meus colegas Deputados Federais que são do partido do Governo, por favor, respeitassem...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Companheiro, o Deputado Izalci falou comigo e eu o respondi para ele. Na hora de criticar, critica a mim. Que fixação no PT!

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Por favor, por favor...

Sr. Presidente, gostaria de ter meu tempo recontado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fernando Coelho Filho) - Pois não, Deputado Laudivio Carvalho.

**O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO** - Vou prosseguir. Diante das incertezas provocadas pela grave crise econômica e moral que projeta gravíssimas consequências sociais sobre o País, uma coisa é absolutamente certa: do jeito que está não pode continuar. É possível criar condições

Câmara dos Deputados
Fl. 9625
Comissões Especiais

melhores para o Brasil. A situação econômica, da mesma forma: hoje, nós estamos vendo apenas dados negativos. A recessão aumenta, o desemprego chega a escalas exorbitantes, e nós não podemos resolver essas questões sem resolver a questão política do Brasil.

Na minha opinião, no meu entendimento, a hora já chegou. É hora de ter votos suficientes aqui nesta Comissão Especial para tirar a Presidente Dilma e para que possamos vencer, em plenário, essa guerra em nome do povo.

Sobram crimes para o *impeachment*, afinal a responsabilidade fiscal não existiu neste Governo. Votaremos pelo *impeachment* em consonância com o desejo do povo brasileiro, em obediência à Constituição e respeitando o processo democrático. Mas nós não vamos perder a esperança, vamos reconstruir o nosso País e vamos fazer de maneira política, de maneira séria. Afinal, nós não queremos mudar do Brasil, queremos, sim, mudar o Brasil, queremos fazer um país justo e perfeito para os nossos filhos, para as próximas gerações, e livre de corrupção.

Sr. Presidente, a maior crise que estamos vivendo neste País é uma crise de caráter. E eu pergunto: como confiar em um Governo que não governa? O pedido de *impeachment* apresentado pelo Jurista Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Flávio Henrique Costa contra a Presidente está fundamentado em denúncias que implicam crime de responsabilidade sim. O Relator Jovair Arantes colocou muito bem isso na leitura da sua peça. A publicação de decretos, sem números, que aumentaram despesas sem autorização do Congresso Nacional, a prática das chamadas pedaladas fiscais, o não reconhecimento das dívidas do Governo com os bancos sociais e a possível omissão da Presidente no esquema de corrupção na PETROBRAS.

Na justificativa da decisão de dar andamento ao processo contra a Presidente, o Presidente da Casa ateve-se aos fatos que, de acordo com os juristas, continuaram em 2015: as pedaladas e o aumento de despesas, sem aval do Congresso.

O texto aceito é a segunda da versão do pedido encabeçado pelo ex-petista Hélio Bicudo e pelo tucano Miguel Reale Júnior. A nova petição foi

Câmara dos Deputados Fl. 9026 Comissões Especiais

entregue no mês de outubro, para incluírem na denúncia os dados relativos ao ano de 2015. Essa foi, sim, a forma encontrada pelos juristas para enfrentar a discussão jurídica sobre a validade de um pedido de *impeachment*, com base em fatos atribuídos ao mandato anterior.

Eu tomo a liberdade, Srs. Deputados, de ler pequenos trechos de *e-mails* que recebi, nas últimas horas, mostrando como o povo vê o Governo atual. Uma senhora me disse o seguinte: *"Estou desempregada, tenho filhos para criar, tenho 57 anos de idade. A população não aguenta e não merece tanta corrupção, tanta mentira e tanta impunidade"*. Ela diz mais: *"A minha filha se formou há 1 ano, depois de ter passado madrugadas inteiras estudando para passar no vestibular, e agora não consegue sequer um emprego. Sabe o que ela está fazendo? Está vendendo churros nas ruas de Belo Horizonte para conseguir alguma renda e sustentar a sua família"*. Não que vender churros na rua seja vergonhoso, mas uma pessoa que estudou 5 anos, para se formar em Engenharia, merece pelo menos uma chance de conseguir emprego.

Tem mais aqui. Outro *e-mail* diz: *"Estou desempregado há 5 anos. Resolvi investir um pouquinho do dinheiro que me sobrou do Fundo de Garantia na abertura de uma pequena loja. Fui assaltado. Não aguento pagar impostos, e hoje vejo tudo indo à ruína, inclusive minha loja, que não tem mais clientes. Muitos perderam empregos, nem quitaram suas compras realizadas dentro da minha loja"*.

Olhe, o Brasil é um dos países mais violentos do mundo. Entre as 50 cidades, nas quais o crime impera, 24 estão no Brasil. O Governo não consegue, senhoras e senhores, frear a violência, porque ele é omisso e incompetente. Hoje, nós temos mais de 10 milhões de desempregados no País, e esse número pode aumentar ao longo deste ano. Em 2014, foram quase 60 mil assassinatos no Brasil por pura falta de planejamento e políticas públicas, por parte deste Governo que ocupa o Palácio.

Hospitais estão sendo fechados todos os dias no País em função do descaso deste Governo. Milhões têm sido desviados das contas públicas, e quem paga essa mesma conta é o povo, que não tem médicos, não tem medicamentos, para salvar a própria vida. Escolas estão sendo fechadas por

Câmara dos Deputados
Fl. 9627
Comissões Especiais

falta de professores, e, muitas vezes, não há sequer merenda para alunos que são filhos de pais desempregados, crianças que, muitas vezes, só têm a merenda escolar como único alimento do dia. Meus senhores e minhas senhoras, isso é um crime.

Querem outro absurdo? Ouçam bem o que eu vou dizer, é a cara do Governo que está aí. Enquanto um trabalhador gasta 30 dias para ganhar 880 reais, a família de um assassino recebe todos os meses 915 reais, com o chamado Auxílio-Reclusão. Um trabalhador recebe 880 reais para suar a camisa todos os meses, enquanto a família de um bandido, que tira a vida desse mesmo pai de família, recebe 915 reais. Para o Governo Federal, um bandido vale mais que um pai de família, vale mais do que um cidadão de bem neste País.

Eu pergunto: qual é a intenção do Governo Dilma ao querer enfiar na goela do povo brasileiro a CPMF? O Governo pretende apenas buscar recursos para cobrir os rombos da roubalheira que o nosso País vive. Roubalheira que não é praticada, senhoras e senhores, pelo trabalhador, pelo pai de família, pelo povo do meu País.

Eu digo mais: dizer "não" nesta Comissão e dizer "não" no plenário da Casa é ficar ao lado daqueles que roubam a nossa paz, que desviam o dinheiro das empresas estatais e recebem propina de empresas particulares.

Dizer "sim", que é o que nós vamos fazer, é ficar ao lado do povo, da lei e da ordem. Eu devo ressaltar, senhoras e senhores, que eu voto com o Relator. O Brasil não aguenta mais ver a saúde na CTI, a insegurança nas ruas, as escolas abandonadas pelo Governo Federal.

Seis milhões de brasileiros foram às ruas exigindo a saída da Presidente. A nossa obrigação é dar resposta à sociedade. Temos que ter orgulho do nosso País. Hoje, o que o povo tem, no Brasil, é vergonha dos constantes escândalos e das várias denúncias.

Para finalizar, senhoras e senhores, eu quero aqui, de público, registrar o meu respeito pela condução dos trabalhos que o Presidente Rogério Rosso vem fazendo desde o primeiro dia, desde o primeiro momento.

Câmara dos Deputados Fl. 9628 Comissões Especiais

Eu quero dizer mais. Eu quero dizer que a nossa bandeira não é vermelha. A nossa bandeira tem as cores verde e amarela.

Portanto, nós entregamos o aviso prévio à Presidente Dilma, ontem, na hora do almoço, no Palácio. O recado foi dado. Se ela não ouviu os 6,5 milhões de brasileiros que foram às ruas, nós aqui estamos ouvindo os gritos das pessoas, das vítimas, daqueles que foram abandonados pelo Governo Federal, daqueles que confiaram na Presidente, votaram e não tiveram essa confiança retribuída, através do trabalho que ela deveria fazer.

A síndica do prédio tem que sair, a síndica desse condomínio tem que sair, a Presidente do País tem que pedir a sua renúncia e, educadamente, sair ou será retirada por esta Casa, pelos Deputados que têm compromisso com o povo, pelos Deputados que têm compromisso com a verdade.

Eu quero ver no plenário daquela Casa, porque, aqui, nós venceremos. Iremos para uma segunda etapa. Eu quero ver quem é o Deputado que terá coragem de dizer "não" ao povo, descer no aeroporto da sua cidade e olhar nos olhos dos seus eleitores e do povo do seu bairro, da sua rua, da sua comunidade. E digo até mais: quero ver aquele que apoiar a permanência da Presidente Dilma olhar nos olhos dos seus filhos, da sua esposa e dos seus familiares.

Eu vou votar pela saída da Presidente e tenho certeza de que esta Casa dará a resposta que as ruas merecem.

Fora, Presidente Dilma!

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, senhoras e senhores. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Rosso) -** Com a palavra o Deputado Alessandro Molon. V.Exa. dispõe de 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON -** Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V.Exa., o Relator e os demais colegas.

Sr. Presidente, estou aqui há 8 horas ouvindo os colegas e procurei ouvir todos com respeito, procurando absorver, sobretudo, os argumentos que devem presidir essa decisão que nós vamos tomar.

Câmara dos Deputados
9629
Comissões Especiais

Eu quero trazer a minha contribuição aqui, olhando esse processo como ele é: um processo jurídico-político. E vou explicar o porquê dessa observação.

Antes de mais nada, algumas premissas são fundamentais. A primeira delas e a mais fundamental, a mais essencial de todas, é que numa democracia a medida mais grave que existe, a mais grave, é a desconstituição de uma decisão tomada pelo soberano, que é o povo brasileiro. Para desfazer uma decisão manifestada nas urnas, é preciso que não se tenha dúvida sobre a razoabilidade dessa decisão. Por quê, Sr. Presidente? Porque esse é um fundamento da nossa República. O parágrafo único do art. 1º da nossa Constituição Federal diz: *"Todo o poder emana do povo (...)"*

Essa não deve ser uma afirmação tomada como vazia, mas deve ser levada a sério, em especial por quem também só está aqui porque foi eleito. Nenhum de nós tem direito natural ou divino para estar aqui; fomos todos eleitos. Por isso, há necessidade desse respeito, o maior possível, ao voto.

E é por essa razão que a Constituição brasileira prevê, de forma muito clara e muito delimitada, quais são as possibilidades para se desconstituir uma decisão dessas, tomada nas urnas. E essas possibilidades estão previstas no art. 85 da Constituição Federal, que enumera as hipóteses. O art. 85 diz explicitamente:

> *"Art. 85. São crimes de responsabilidade atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:*
>
> *I - a existência da União;*
>
> *II - o livre exercício do Poder Legislativo (...)"*

E assim vai, até chegar ao inciso VI, que trata da Lei Orçamentária.

Sr. Presidente, o art. 85 da Constituição não diz que um dos elementos para se avaliar crime de responsabilidade deva ser, por exemplo, popularidade. Até porque, Sr. Presidente, esse seria um juízo muito perigoso: ele é fluido, ele é medido por um instrumento de pequena precisão, que são as pesquisas de opinião.

E se nós formos, de fato, levá-las como última palavra sobre decisões que temos de tomar, o mais correto seria todos renunciarmos, porque o ótimo e

Câmara dos Deputados 9630 Comissões Especiais

bom desta Casa é inferior ao último ótimo e bom da Chefe do Poder Executivo, por mais baixo que seja. Portanto, popularidade não é aqui um elemento que deve ser tomado como indicador de uma decisão a ser tomada.

Alguém aqui ao lado me lembra: imaginem a popularidade do Presidente desta Casa, réu criminal no Supremo, por corrupção e lavagem de dinheiro, esse que pretende presidir esse processo e que o quer defender!

O instituto do *impeachment*, Sr. Presidente, na nossa Constituição, vem sobretudo da Constituição norte-americana. É da Constituição norte-americana que tomamos emprestado esse instituto. Foi ela que nos inspirou a adotar esse instituto. Na Constituição norte-americana, ao contrário da nossa, os casos específicos de crime de responsabilidade não estão enumerados, eles não são descritos. O Constituinte americano deu uma liberdade maior para o Congresso julgar crime de responsabilidade. Ainda assim, pela solidez da democracia americana, não é comum que se faça isso. Veja V.Exa., naquele caso do ex-Presidente Bill Clinton, o processo todo era por mentir, embora isso não estivesse explicitamente previsto. Na nossa Constituição, os casos estão expressamente previstos.

E agora eu passo para o argumento de que se trata de um julgamento jurídico-político.

Um colega aqui mais cedo disse que era um julgamento político. Sr. Presidente, engana-se: é um julgamento jurídico, feito por um órgão político. Ele é jurídico-político porque quem julga não é o Supremo, é o Congresso Nacional. Mas é um julgamento jurídico, ou seja, para que seja alguém condenado por crime de responsabilidade, é fundamental que os fatos descritos na denúncia estejam claramente caracterizados e se encaixem nas previsões constitucionais.

Portanto, não é um julgamento político, como alguém aqui deu a entender, como se o Congresso pudesse fazer uma avaliação política e dizer: *"Bem, esse Governo deu!"* O Congresso não pode fazer isso. Isso se chama parlamentarismo, isso não se chama presidencialismo. O sistema em que o Congresso toma a decisão política de derrubar um governo de forma livre e incondicionada, simplesmente porque entende que o governo acabou, esse

Câmara dos Deputados
Fl. 9631
Comissões Especiais

sistema não é presidencialismo: esse sistema é o parlamentarismo. Há que se diferenciar aqui, porque senão não faz sentido se discutir mandato.

Terceiro ponto: nós somos obrigados a examinar tão somente o parecer do Relator, Deputado Jovair Arantes. Como juízes, nós só podemos apreciar aquilo que foi recebido na denúncia, sobre o que o Governo apresentou defesa e que foi acolhido ou não pelo Relator, nada fora disso! Se nós aceitarmos avaliar qualquer coisa que não esteja no processo, estamos violando o princípio do devido processo legal e o direito ao contraditório e à ampla defesa. Não é possível julgar alguém sobre o qual não se pediu defesa.

Eu fico perplexo, Sr. Presidente, porque eu vi grandes lideranças políticas dizendo que o julgamento seria pelo conjunto da obra. Eu diria a V.Exa. que procurei muito na Constituição essa expressão, e ela não existe na Constituição. Em momento nenhum a Constituição permite um julgamento pelo conjunto da obra. Quem julga pelo conjunto da obra é o eleitor quando vota. Em crime de responsabilidade, o Parlamentar julga pela denúncia, pela defesa e pelo parecer.

Portanto, por favor, que não se fale aqui de qualquer coisa que não esteja nos autos, porque, se nós considerarmos isso... E o parecer do Relator é muito infeliz quando diz que, embora eu não vá condená-la por isso, é preciso considerar o que não está nos autos. Presidente, isso não é razoável! Isso fere as mais básicas regras do devido processo legal!

Esta Casa não pode ser conivente com isso. Se se trata de crime de responsabilidade, é preciso verificar se os princípios do Direito Penal estão presentes. Por exemplo, é preciso verificar se há tipicidade, ou seja, se os fatos narrados se encaixam ou não no tipo penal descrito; se há irretroatividade, pois a mudança da norma não pode abranger fatos pretéritos a ela, ela só vale dali para a frente; e também o princípio ou a ideia de autoria, porque tem que se configurar autoria para que alguém possa ser condenado por esses crimes de responsabilidade.

Então, vamos ao parecer. Duas são as acusações. A primeira, a edição de seis decretos em 2015, abrindo créditos suplementares. Isso, diz o Relator, violaria o art. 4º da Lei Orçamentária de 2015, que condicionou a abertura ao

cumprimento da meta. Sr. Presidente, o cumprimento da meta só pode ser verificado ao final do ano, porque ao final de exercício financeiro é que se verifica se a meta foi cumprida ou não.

O entendimento de que relatórios bimestrais teriam o condão de permitir a verificação do cumprimento ou não da meta pode até passar a ser adotado — não era à época dos fatos. É uma mudança jurisprudencial que é legítima do Tribunal de Contas da União, mas só pode ter efeitos prospectivos.

Por exemplo, no ano de 2001, mais de cem decretos de abertura de crédito suplementar foram publicados. Não se alcançou a meta fiscal no ano e não houve *impeachment* por isso — é verdade, é verdade, basta ler! No ano de 2001, não foi cumprida a meta. Houve mais de cem decretos de abertura de crédito suplementar, e não se provocou ou não promoveu um *impeachment* por isso.

Sr. Presidente, nós precisamos ser juízes justos! Este é um julgamento. Nós não temos o direito de julgar com as conveniências e nem com cálculos, nem mesmo eleitorais!

Muitos me disseram que defender uma posição impopular, como a que eu defendo aqui, traria a mim prejuízo de votos. Se eu não for corajoso para votar com a minha consciência, eu não sou digno de estar nesta Casa, eu não sou digno de estar nesta Casa!

Eu não quero dizer que quem vota a favor do *impeachment* está contrariando a sua consciência. Eu não acuso ninguém aqui. Mas vou votar de acordo com a minha convicção, porque, se não o fizer, aí sim, ao contrário do que disse alguém que me antecedeu, aí sim eu não teria coragem de olhar nos olhos dos meus filhos, da minha família.

Foi por fazer o que acredito que cheguei até aqui hoje, Presidente, e não pretendo mudar, ainda que não possa continuar nesta Casa. Mas quero continuar me olhando no espelho com autorrespeito, com autoestima. Quero continuar sendo respeitado por defender aquilo em que eu acredito, mesmo que seja uma posição minoritária; mesmo que não seja compreendido hoje; mesmo que demore uma década para que isso fique claro; mesmo que sejam necessários inúmeros retrocessos a direitos sociais e trabalhistas no próximo

Câmara dos Deputados
Fl. 9633
Comissões Especiais

Governo, para que as pessoas entendam o perigoso precedente que se quer abrir aqui.

Acrescento, então: a edição de decretos não é causa para impedimento, porque não há crime de responsabilidade, não há crime de responsabilidade!

O segundo e último argumento do Relator: a utilização de contas de suprimento no âmbito do Plano Safra. Presidente, para chamar isso de operação de crédito é preciso desconhecer a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, aliás — abro outro parêntese — não se confunde com a Lei Orçamentária Anual. Gente graúda confundindo Lei de Responsabilidade Fiscal com Lei Orçamentária! Quem não é do ramo, não tem a obrigação de saber, mas quem já foi Presidente da República?!

O conceito de operação de crédito na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução nº 43, de 2001, do Senado, não permite que se encaixe a utilização das contas de suprimento no âmbito do Plano Safra neste conceito. Não é operação de crédito.

Segundo ponto: a incidência de juros por inadimplemento não transforma algo em operação de crédito. Basta que alguém atrase o pagamento de uma conta sua para entender que é isso.

Por fim, a utilização dessas contas não se encaixa no *caput* do art. 85, por quê? Porque o *caput* que eu li diz *"atos do Presidente"*. O Relator não conseguiu demonstrar minimamente que os atos são da Presidente, porque a gestão do Plano Safra não era dela!

A denúncia, Presidente, é extremamente fraca. Assusta, porque não é compatível com os nomes que a assinam. Eu diria que, para efeito de acusação, é imprestável. E o parecer não consegue corrigir essas falhas, que são originais da denúncia. Teve o Presidente da Casa que fazer um grande esforço para recebê-las.

Aqui, também, a mudança tem que ser de entendimento do TCU, porque é legítima, de 2015 para a frente. Retroagir para prejudicar é uma afronta ao princípio da proteção da confiança legítima e também ao princípio democrático. Usar isso para desconstituir o resultado de eleições não é aceitável.

Câmara dos Deputados 9634 Comissões Especiais

Eu termino dizendo o seguinte, Presidente: por tudo isso, é impossível, do ponto de vista jurídico, aprovar o parecer do Relator, no meu entendimento pessoal. Não consigo! Honestamente, não consigo!

Alguns me disseram: *"Mesmo assim, Molon, o que importa, independentemente de haver crime de responsabilidade ou não, é tirar o Governo que está aí!"* Tem gente que diz: *"Eu também acho que não tem crime de responsabilidade, mas isso é outro problema"*.

Presidente, mas não é justamente a lógica de que os fins justificam os meios o que nós precisamos combater neste País? Será que adotá-la aqui não vai, em vez de nos salvar, condenar-nos, afundar-nos ainda mais?

Não adotarei essa lógica, Sr. Presidente. Farei uma análise jurídica, constitucional, legal, e a defenderei por convicção, mesmo que seja difícil, mesmo que seja contra a maioria, em respeito à minha consciência e à retidão que tenho buscado em minha vida. Ser honesto com a sua consciência, eu acho isso é o que mais as pessoas neste País querem, ainda que possam divergir da nossa posição. Honestidade e retidão de intenção!

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado Alessandro Molon.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Lopes, que tem 15 minutos, nos termos regimentais.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar V.Exa. pela brilhante condução dos trabalhos, o Deputado Jovair pelo Relatório, e todos os colegas e as colegas, sobretudo aqueles que aqui representam a Situação, em oposição às minhas convicções.

Tenho profundo respeito pelo Deputado Molon, que me precedeu, mas quero dele discordar na íntegra. Toda vez, Deputado Carlos Sampaio, que vou fazer um discurso político, que chego a algum lugar onde não sou conhecido, a primeira coisa que eu gosto de falar para os meus ouvintes e interlocutores é: "*Meu amigo, eu vim aqui para me apresentar como candidato, para tentar fazer uma parceria contigo. Mas eu já quero me adiantar dizendo que ninguém poderá fazer por você mais do que você mesmo movido pela vontade de mudar*

*a sua vida, mudar o seu futuro, mudar o futuro dos seus filhos e de sua família e de seu País*". Ninguém poderá fazer por um cidadão ou por uma cidadã mais do que o próprio cidadão ou cidadã imbuído da vontade de mudar e de construir um novo País, uma nova vida e legar a seus filhos um novo e melhor futuro.

Quero dizer, Deputado Molon, com todo respeito que V.Exa. merece, que os que estão aqui são homens e mulheres que vão julgar, sim, de acordo com suas consciências, de acordo com seu conhecimento e seu dever cívico, assim como o fazem os membros de um tribunal, cidadãs e cidadãos que se reúnem para julgar um fato, uma ocorrência, um crime ou o que quer que seja. É fato supremo da Justiça, como V.Exa. que é advogado bem sabe, que ninguém pode contrariar um tribunal de júri e não pode o fato ser levado a júri por duas vezes.

O que somos nós, senão homens e mulheres cheios de ignorância, de imperfeições, de falta de saber e de conhecimento? O que somos, senão homens e mulheres desejosos de dar apenas uma pequena contribuição? Pois bem, vamos julgar sim, mas vamos julgar fatos interpretados e analisados sob a ótica de nossas consciências e convicções. Não poderemos jamais fazer nada diferente.

E quero aqui dizer a cada cidadão e a cada cidadã que nos assiste que ninguém poderá fazer mais pelo senhor ou pela senhora do que o próprio movimento que os senhores fazem hoje nas ruas do Brasil.

Saúdo aqui não só os membros do movimento Vem pra Rua ou do movimento brasileiro MBL, quero saudar também aqueles que se posicionam pela situação, aqueles que se posicionam a favor do PT e a favor da Presidente Dilma, porque é assim que se constrói uma nação: confrontando ideias, confrontando princípios e convicções, e não confrontando pessoas, estabelecendo guerras e dividindo a Nação — como tem feito a Presidente Dilma Rousseff, como tem feito o Presidente Lula.

E aqui faço um parêntese, Sr. Presidente, para dizer que admiro profundamente a trajetória e a biografia do Presidente Lula, da mesma forma

Câmara dos Deputados Fl. 9636 Comissões Especiais

que lamento profundamente os episódios recentes que comprometem essa mesma biografia.

Enche-me de orgulho ouvir uma negra pobre e favelada, como o é a Deputada Benedita. Excelência, sim; mais excelente do que nós, porque se somos Excelências, é porque excelente é o povo que nos elege. Excelências somos porque decorremos de eleições, mas excelentes são esses 6 milhões que foram às ruas e nelas se colocam todos os dias. Nesse contexto está, sim, a Deputada Benedita, que merece aqui todo o nosso respeito, todo o nosso orgulho. Assim como o próprio Presidente Lula, que, um dia, de operário chegou a Presidente da República.

Eu tenho muito orgulho deste País, que permitiu um operário chegar à Presidência da República. Eu tenho muito orgulho dessa mulher favelada, que falou aqui e que nos precedeu, apesar de muito dela discordar, por confrontar com as minhas ideias e as minhas convicções.

Eu pensei bastante, Sr. Presidente. Eu acho que nós estamos numa enorme confusão na Pátria. E o que mais nos prejudica é exatamente essa noção de guerra entre pobres e ricos, entre esquerda e direita. Isso não faz o menor sentido, sabem por quê? Porque o maior motor de uma economia são homens e mulheres capazes de lutar por um novo futuro; são homens e mulheres capazes de construir as suas próprias vidas e, em competição sadia, erguer uma economia. É isso o que diz Conway. E por que ele diz isso? Porque não existe força maior do que cada um com a vontade de melhorar e de se superar. Mas, para que homens e mulheres tenham uma competição, é fundamental isto, que haja um regramento, que haja um conjunto de regras sobre as quais esta sociedade compete, age e diverge. Não podemos divergir sem regras. Não podemos nos confrontar sem regras, da mesma forma que não podemos aqui destituir a Presidente ou o que quer que seja, sem observar o mais absoluto regramento legal, Deputado Rogério Rosso.

E é exatamente o que fazemos. Que golpe é esse que tem todas as previsões constitucionais e que se dá dentro da Casa do Povo, com S.Exas. eleitos pelo povo, parametrizado, julgado e observado pelo Supremo Tribunal Federal, onde seus membros são indicados pelo próprio Presidente da

Câmara dos Deputados
Fl. 9637
Comissões Especiais

República, que ora julgamos? E todos sabem, os que nos assistem e não, que sete membros deste próprio colegiado de 11 foram eleitos por esse Governo que aí está.

Portanto, que golpe é esse, Deputado Carlos Sampaio? Que golpe é esse, Deputado Paulo Abi-Ackel? Onde, Deputado Carlos Marun? Não há golpe algum. O que há é uma conversa fiada, de muita incompetência, de muita falta de gestão, de querer jogar a população ao temor de que qualquer governo que se sucederá acabará com os benefícios sociais.

E aí quero fazer um parêntese e chamar a atenção para o seguinte: um dos maiores problemas do Brasil hoje, Sr. Presidente, são os subsídios; os subsídios que o PT descobriu serem uma grande moeda eleitoral e os distribuiu à sua vontade política, fazendo valer e crescer uma enorme inércia na população trabalhadora do Brasil. Foram esses subsídios mal distribuídos e desperdiçados que fizeram a inflação crescer e convidaram à leniência milhares de brasileiros que se serviram erradamente desses benefícios pagos irregularmente.

Quero aqui citar, amigos, um relatório do Tribunal de Contas da União, de setembro de 2014 — viu, Deputado Fernando? —, que dizia que, dos 36 milhões analisados, eles fizeram uma auditoria, Deputado Carlos, em 1 milhão e 600 mil. Descobriram 400 mil irregularidades, Deputado! Descobriram mais de 300 mil proprietários rurais recebendo Bolsa Família! Só naquele grupo analisado, 577 Vereadores receberam o Bolsa Família, Deputado Rogério Rosso! Nesse contexto, donos de automóveis, de fazendas, aquinhoados pelo seu esforço, cidadão e cidadã trabalhadores que estão em casa nos assistindo!

Foi assim que se drenou a riqueza deste País. Eu não sei se a senhora e o senhor sabem, mas hoje nós temos 20 milhões de brasileiros pagando Imposto de Renda. São 40 milhões de declarantes, 20 milhões de pagantes e 78 milhões recebendo na sua conta algum tipo de benefício pago pelo Governo Federal. Se fossem benefícios justos ou corretamente aplicados, eu aqui saudaria. Eu aqui diria: nós temos de garanti-los. Mas não é o caso, Sr. Presidente. Pelo menos 20%, 25% de todos esses subsídios drenam pelas

Câmara dos Deputados Fl. 9638 Comissões Especiais

mãos sujas e porcas da corrupção daqueles que não têm ética, daqueles que não têm o sentimento de servir.

Eu quero dizer, Deputado, que eu só entrei na política... Eu sou professor. Talvez não tenha uma titulação tão exuberante como o professor que aqui defendeu a Presidente Dilma, mas a minha titulação muito inferior não me faz um imbecil, ou um idiota. O que faz a verdadeira essência é a dedicação, é a forma como nós trabalhamos. E, quando eu aqui disse ao professor que ele não era o chefe da cadeira, de forma alguma quis diminui-lo, porque tenho por ele enorme respeito. Mas o que eu quis dizer aqui foi que o que ele colocava era indevido, era impróprio. Assim, também, tenho enorme respeito por S.Exa. o grande Ministro José Eduardo Cardozo. Ele é um cara muito importante. Deu dignidade ao Ministério da Justiça, permitiu à Polícia Federal agir. Mas aqui cometeu um equívoco grave. Ele pegou a Constituição do Brasil, no art. 85, este livrinho aqui, onde está dito — olhem como é fácil entender qual é o crime de S.Exa. a Presidente da República, como esclareço, Deputado Molon:

> *"Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal, e especialmente contra:*
>
> .....
>
> *VI - a lei orçamentária..."*

*E aí eu lembro que o meu amigo José Eduardo Cardozo disse que atentado seria no sentido de atentado a bomba ou de atentado por armas. Não é esse o caso em nenhum dicionário do vernáculo português. A palavra "atentar" aqui se refere exatamente ao termo "infringir" ou "não observar". É exatamente não cumprir a lei. Que lei? A Lei Orçamentária, que está aqui. E aí eu uso um livro de um professor, doutor, colega do Prof. Ricardo Lodi, que esteve aqui. Esse professor é outro tão brilhante quanto ele, no meu entendimento até mais, porque o contraria e diz o seguinte — está claro aqui: que artigos a Presidente contrariou? O art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal; o art. 359-D — vejam como é duro o crime aqui —, que prevê, inclusive, pena de detenção, Deputado Carlos Sampaio, de 1 a 4 anos àquele que o*

Câmara dos Deputados Fl. 9639 Comissões Especiais

*cometer, sendo ele Presidente da República, Ministro, o que quer que seja. Está escrito aqui, no livro do professor, à página 385. Mas não é só porque está escrito aqui, não, porque está escrito em dezenas de livros. É o que está escrito na Constituição Federal. É porque temos aqui a obrigação de interpretar corretamente o vernáculo que usamos, porque aqui se permite qualquer adaptação, não é?*

*Todos esses meus caros colegas aqui, reputo ilustres, falam esse termo impróprio "Presidenta". Não é. É "Presidente". São essas permissividades que acabam tumultuando tudo. É essa confusão entre o que é público e o que é privado que faz com que o País esteja nesta situação. No meu entendimento, não poderia nem a CGU aqui fazer a defesa da Presidente, porque é impróprio, porque não é correto. Não é a AGU. Não deveria, por um princípio moral e ético.*

*Eu fui Secretário de Transportes no Estado do Rio e jamais usei o cargo de Secretário, o telefone de Secretário ou a gasolina do Estado. E isso não me faz um homem mais probo ou menos probo do que ninguém, mas apenas atuei de acordo com a minha convicção. E aí vejo a toda hora o uso do Palácio, situação maior da República, sendo usado para defesa da pessoa, porque o crime, senhoras e senhores, aqueles nos ouvem, tem natureza pessoal. A Presidente da República quis, sim, cometer dolosamente, ou de forma culposa, aquele ato, que visava iludir a sociedade brasileira quanto aos brilhantes números da Nação, números fictícios de uma verdade absolutamente inexistente. E foi aí que residiu o crime, Deputado Molon. E é por isso que ela será deposta, sim, de acordo com o que prevê a Constituição brasileira. E será deposta por este* Congresso Nacional, composto por V.Exas., eleitos pelo povo e parametrizados, observados e analisados por aquele Tribunal ali, do outro lado da rua, cujos homens e mulheres foram indicados por S.Exas. os Presidentes da República Lula e Dilma Rousseff.

Portanto, estamos na mais absoluta ordem constitucional no Brasil, na mais absoluta ordem desta República, que tem que se vangloriar do momento que vive, porque, a partir de agora, nós que somos excelências nada excelentes teremos que nos postar de uma nova maneira, teremos que agir de

Câmara dos Deputados Fl. 9640 Comissões Especiais

uma nova maneira, porque o povo está nos cobrando isso. E daqui, tenho certeza, seguirá um futuro diferente, onde homens e mulheres poderão ir às ruas mostrar as suas forças, as suas ideias e convicções, mas certos de que a regra está estabelecida e que o jogo será jogado dentro dessa regra.

Por que estamos nessa enorme confusão? Porque a Presidente achou que entendia de tudo. Aí se meteu nos preços da energia, nos preços do petróleo. E aqui Paulo Roberto Costa disse que o maior dano da PETROBRAS não foi o enorme e bilionário rombo que fizemos, foi a má gestão feita pela Sra. Presidente da República, ao drenar 100 bilhões de reais na contenção do preço da gasolina, o que queria fazer de novo, senhoras e senhores.

Estou próximo de encerrar minha fala. E quero dizer a cada cidadão, a cada cidadã: acredite que é o senhor e a senhora que vão mudar este País agora, no dia 17, na frente deste Congresso Nacional, ou na rua, ou na porta da sua casa. Acredite que é você que vai mudar este País com o seu grito de *impeachment* da Dilma! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira.

V.Exa. dispõe de 15 minutos regimentais.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todo o povo brasileiro que acompanha esta reunião, inicialmente quero dizer que estou protocolando um voto em separado para divergir frontalmente do voto oferecido pelo Relator Jovair Arantes.

Por que divirjo do voto do Relator Jovair Arantes? Em primeiro lugar, porque não tem justa causa. Querer cassar uma presidente da República porque baixou seis decretos cuja finalidade foram recursos para melhorar o trabalho da Polícia Federal, recursos de gastos obrigatórios para expandir as universidades federais, recursos destinados a outros Poderes, como a Justiça do Trabalho, querer fazê-lo desta forma, sem nenhuma base legal, sem que esses decretos tenham contrariado a legislação, carece de fundamento jurídico.

Esses decretos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando foram editados, eles foram editados no mesmo momento em que houve um imenso

contingenciamento. Eles não feriram a disciplina fiscal, não feriram o superávit fiscal. Foram autorizados pela Lei Orçamentária Anual e, a seu tempo, nós conseguimos, no fechamento do ano de 2015, aprovar o PLN 5, em que modificamos as metas fiscais.

Portanto, carece de justa causa esse relatório, no que tange a esses seis decretos. E carece de justa causa também quando se discute a conta de suprimentos do Plano Safra. Essa conta de suprimentos igualmente é legal. Ela é como um contrato de aluguel. Se no dia do vencimento do contrato de aluguel, o locador não paga, ele sofre algumas penalidades pelo inadimplemento naquele dia. Portanto, esses contratos são absolutamente legais. Esse Plano Safra não era da competência da Presidente da República. Ela não tem nenhuma responsabilidade direta pelo Plano Safra.

Portanto, nós estamos aqui a condenar uma Presidente da República por conceder subsídios à agricultura familiar para produção de alimentos. Nós estamos aqui querendo cassar uma Presidente da República por ter destinado recursos para ampliação dos *campi* das universidades federais. Nós estamos aqui querendo cassar uma Presidente da República por destinar recursos para melhorar a investigação da Polícia Federal ou por destinação de recursos para outros Poderes.

Esses decretos tramitam em quase 35 repartições públicas e em toda a burocracia estatal. É fundamental dizer que as contas de 2014 da Presidente da República não foram votadas, e para as contas de 2015 nem sequer há um relatório do Tribunal de Contas da União.

Se alguma irresponsabilidade fora cometida, é de autoria do Deputado Jovair Arantes, irresponsabilidade em oferecer para o Brasil um relatório inepto, sem nenhuma condição jurídica de sobrevivência. E a consciência política e jurídica haverá de derrotá-lo nesta Comissão e, posteriormente, no Plenário.

Ouvi atentamente inúmeros Deputados aqui. Todos eles, quando falam do *impeachment*, apresentam um rol de divergências com o Governo. Mas não os vejo falar da Presidente. Sobre ela, neste momento em que todo o Brasil está sendo revirado, nenhuma pessoa pôde falar da honestidade, da sua probidade, do seu compromisso com a sociedade brasileira.

Câmara dos Deputados
Fl. 9642
Comissões Especiais

Então, além de um relatório inepto, sem justa causa, sem base jurídica, também sobre a Presidente da República não há qualquer acusação que possa atingi-la. Ele tem que ser e será derrotado. Ele tem que ser derrotado para não fazer jurisprudência, porque amanhã, quando algum desses Deputados aqui for Prefeito, algum Tribunal de Contas haverá de tirar o voto que foi proferido e dizer: *"Olha como você votou tema igual!"*.

Portanto, se permitirmos que alguma jurisprudência seja feita nesse tema, será uma irresponsabilidade desta Casa. E também os senhores e as senhoras não poderão colocar na sua biografia a condenação ou o julgamento de uma pessoa honesta e inocente, sem base jurídica.

Este relatório e esta tentativa são uma violência à democracia e à Constituição Federal. O Brasil, o povo brasileiro, em referendo, derrotou o parlamentarismo em 1993 e escolheu o presidencialismo, porque não quis transferir o seu poder de escolher o Chefe de Estado e o Chefe de Governo no Brasil. O nosso sistema de governo é presidencialista. Só se pode retirar algo que foi concedido pelo povo nas condições que a Constituição prevê. E nenhuma dessas condições está prevista na Constituição brasileira.

Portanto, *impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe. E acredito que aqui não passará. Nem o povo brasileiro permitirá, nem esta Casa aceitará isso.

Qual é a origem desse processo? Um dos originários está nesta mesa. Foi ele autor da ação que pediu a recontagem de votos das eleições de 2014. Inconformado com a sua derrota, representando o candidato de oposição derrotado Aécio Neves, propôs uma ação, uma AIME — Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, para anular a posse da Presidenta da República. E, como vivandeira, esteve perto, estimulando a formação desta proposta e este pedido de *impeachment*.

Além do inconformismo da Oposição, para esta Oposição hoje no Brasil, como diz Bauman na obra *Modernidade Líquida*, a democracia é líquida. Ela não tem um valor permanente, é algo que pode ser atacado a qualquer momento. Essa é a visão da Oposição sobre a democracia. Em segundo lugar, vêm os efeitos da crise internacional na economia brasileira; em terceiro, os

Câmara dos Deputados Fl. 9643 Comissões Especiais

impasses para sair da crise. Aqui dois Deputados do PT colocaram divergências entre si. Eu já estive com o Deputado Rosso muitas vezes em que ele expressou divergências também em relação à economia e em relação ao Ministro passado, Joaquim Levy. E, por último, há o processo de conspiração que está em curso.

O Deputado Silvio falou do Ministro Augusto Nardes como uma das peças do processo de conspiração. O outro é o Presidente da Câmara, que chantageou o Governo. Não conseguindo o resultado da chantagem, por vingança, instalou esse processo. E conseguiu, a quatro mãos, fazer esse relatório pelas mãos do Deputado Jovair Cunha, oferecendo inclusive o seu...

**(Não identificado)** - Jovair Cunha, não.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Jovair Cunha. Perdão, mas é a síntese desse relatório. Oferecendo inclusive o seu advogado para fazê-lo.

Animaram o Temer e o Temer se apressou e, com seu *staff*, junto com Padilha e o Moreira Franco, fez um programa que nunca ganharia eleição nas urnas no Brasil. E propuseram uma coalizão de forças junto com essa composição derrotada, na qual o Serra vislumbrou a possiblidade de ser Primeiro-Ministro. Ele chamou o Armínio Fraga para apresentar um programa de desconstrução de direitos, de retrocesso na reforma política para desfazer a decisão do Supremo Tribunal Federal, que proibiu financiamento privado empresarial de campanha. E querem flexibilizar as leis trabalhistas brasileiras.

Esse conluio o povo brasileiro já percebeu que representa retrocesso, representa desconstrução, representa o fantasma, como foi dito aqui tão bem pelo Deputado Orlando Silva. Por isso, esse *impeachment* será derrotado nas próximas semanas. Chamo a atenção dos Deputados que têm formação democrática para que não coloquem tamanha nódoa em suas biografias.

Depois dessa derrota, tratar-se-á de refundar o Governo, com um Ministério denso, com a proposta de uma pauta de retomada do crescimento, garantindo a proteção do emprego e da renda das pessoas, lutando por mais direitos e mais mudanças e contra o retrocesso; estabelecendo o diálogo com a sociedade brasileira, para uni-la novamente, para acabar com a intolerância que penetra as relações interpessoais e as relações políticas.

Câmara dos Deputados
Fl. 9644
Comissões Especiais

Precisamos fazer as reformas reivindicadas pela sociedade brasileira, como é o caso da reforma política. Todo o problema da crise política está no sistema político. O financiamento empresarial de campanha e o alto custo das campanhas contaminaram o conjunto dos partidos que exercem o poder de fato no Brasil.

Vejam que o vestal da honestidade neste momento, que foi o candidato da Oposição, já foi citado na sexta delação premiada. A última foi a lista de Furnas, em que o delator dizia que ele era muito ganancioso, muito ansioso e fominha. Por isso, é preciso fazer uma reforma política. A proibição do Supremo andou pela metade.

Todo o sistema político tem que ser revisto para que seja contemporâneo desta sociedade em que nós estamos vivendo, uma sociedade atuante. Quarenta milhões de pessoas saíram da situação de miséria e fome, conquistaram a cidadania e querem participar da política num outro sistema, que garantirá a sua participação política.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, nós não podemos aqui perpetrar o que disse o Ministro José Eduardo Martins Cardozo. Nós não podemos aceitar que um processo de vingança, um processo de retaliação possa ofender a Constituição brasileira no que lhe é mais caro, que é a soberania popular, que concede o mandato presidencial.

Os derrotados e os divergentes podem disputar eleição. E a data da eleição é 2018. Esse que retaliou a Presidenta com a abertura deste processo não tem tido desta Casa o tratamento que merece. O seu advogado fica à mesa na Conselho de Ética. Como não pôde aqui falar, o advogado dele fica à mesa no Conselho de Ética. Nós temos que cassá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Jhonatan de Jesus, pelo tempo regimental de 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já estou aqui há quase 9 horas ouvindo todos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Um minuto, por favor. Peço que volte o tempo do Deputado, por favor.

Câmara dos Deputados
Fl. 9645
Comissões Especiais

Silêncio, para podermos escutar o orador. Faltam 4 minutos para a meia-noite e a sessão vai ser bastante longa.

**O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS** - Sr. Presidente, nós já estamos aqui há quase 9 horas debatendo e discutindo o parecer.

Eu, no meu discurso, vou falar e olhar para o Deputado Jovair Arantes: *"Parabéns pelo seu relatório!"*. Eu não tinha me pronunciado até o momento, era uma das pessoas que estava indecisa. Eu ouvi a defesa, ouvi os advogados de acusação, Dr. Hélio Bicudo, Dr. Miguel Reale Júnior e Dra. Janaína Paschoal, que estiveram aqui — o Dr. Hélio Bicudo não veio, mas mandou a filha.

Nesta Comissão já vi três votos em separado. Eu acho que a base do Governo ainda sabe qual é o verdadeiro voto deles, porque já apresentaram três votos em separado.

O fato de o Governo ter editado esses decretos, que não foram mandados para o Congresso, mostra que o Governo sabia o que estava fazendo às contas públicas. Portanto, houve dolo. Tanto é que esses créditos não vieram para cá e somam quase 12 bilhões de reais. É preciso ficar claro que estamos tratando de bilhões de reais.

Isso fez com que a Caixa Econômica e o Banco do Brasil emprestassem dinheiro ao Governo Federal, prática vedada pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nós não estamos aqui discutindo o mérito da questão ainda. Quem vai discutir e dar continuidade à ação é o Senado Federal. Nós estamos aqui apenas admitindo o processo de *impeachment*.

As chamadas pedaladas fiscais aconteceram, sim. Eu vou mostrar no decorrer do meu discurso que elas aconteceram. Esses empréstimos, essas operações se caracterizam como empréstimo à União, o que é vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Mesmo assim, o Governo vem negando que elas possam ter acontecido.

O Tribunal de Contas da União, por unanimidade, emitiu um parecer reprovando as contas do Governo. É a segunda vez na história deste País que as contas de um Presidente da República são rejeitadas.

Câmara dos Deputados
Fl. 9646
Comissões Especiais

Em 2014 ainda, o Governo mandou para esta Casa a proposta de redução da meta fiscal, que se transformou na Lei nº 13.053, de 2014, que era a meta do superávit primário fixada pela LDO de 2014.

Se o que se diz é que a Presidenta não sabia, eu aqui digo que ela já sabia, sim. No dia 22 de julho ela já sabia dessas contas. Tanto é que na Exposição de Motivos que acompanhou o PLN 5, que resultou na Lei nº 13.199, de 2015, ela mostrou para esta Casa que já sabia que a meta do superávit não seria atingida.

No que se refere aos decretos não autorizados pelo Congresso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, no seu art. 39, afirma que esses créditos suplementares, que o projeto de lei suplementar, o instrumento deveria ser utilizado e encaminhado para esta Casa até o dia 15 de outubro de 2015. Isso impõe a obrigatoriedade de o Governo informar que o resultado primário, na sua exposição de motivos, não seria atingido. Também o § 4º da LDO exige que as alterações promovidas no programa orçamentário sejam compatíveis com a obtenção da meta do resultado estabelecido para o exercício.

Observa-se que, inicialmente, em 2015, a meta do superávit primário era de 55 bilhões, e isso acabou sendo alterado, como eu disse, pela Lei nº 13.199, de 2015, para permitir um déficit de aproximadamente 120 bilhões. Inegavelmente, esse terrível resultado das finanças públicas levou o Brasil ao rebaixamento e à perda do grau de investimento.

O art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal demanda claramente que se deve verificar, no fim do bimestre, a realização da receita no período e observar se ela vai comportar o cumprimento das metas do resultado primário e nominal. Isso não foi obedecido pelo Governo. O desequilíbrio das contas públicas continuou. A ação mais conveniente, conforme os parâmetros normativos, para o Governo seria restringir ou obstar essa suplementação.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é bem clara; a Lei de Responsabilidade Fiscal, também. Se analisarmos o seu art. 29, que define como operação de crédito abrangente, entre outras, as operações assemelhadas...

Câmara dos Deputados
Fl. 9647
Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Jhonatan, peço só um minutinho.

Eu queria pedir, por gentileza, a atenção de todos. Já passa da meia-noite, nós compreendemos, é claro. Eu agradeço e acho que a demonstração que esta Comissão está dando ao povo brasileiro é maravilhosa.

O Deputado Jhonatan é sempre brilhante.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Está todo o mundo quieto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Nós gostaríamos de escutar o Deputado com mais tranquilidade.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, está todo o mundo quieto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Não, não. Então eu estou escutando outros sons.

**O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS** - Então, Sr. Presidente, se analisarmos o art. 29 da Lei de Responsabilidade, que define como operação de crédito abrangente, entre outras, as operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros...

Já em seu art. 36 dispõe que é proibida a operação de crédito entre as instituições financeiras estatais e o ente federativo que a controle. É clara a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós estamos mostrando aqui que houve, sim, dolo.

Para um completo entendimento, nós precisamos analisar aqui três ciências: a ciência contábil, a ciência da gestão pública ou da administração pública e a ciência jurídica. Os efeitos das duas primeiras resultam na jurídica, que é a que nós estamos fazendo ao discutir o *impeachment* ou o seu processo de admissibilidade, para que o Senado passe a julgá-lo depois.

A partir dessa análise dos preceitos dessas ciências envolvidas, nós vamos julgar os atos e os fatos contábeis no âmbito da administração pública e verificá-los tecnicamente, o que restou incontestável por demonstração e tipificação feitas pelo Relator.

Câmara dos Deputados Fl. 96 Comissões Especiais

Eu não vejo aqui nada do que o Relator disse em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal nem com a LDO. A Lei do *Impeachment*, Lei nº 1.079, de 1950, define em seu art. 4º, inciso VI, que é crime de responsabilidade atentar contra a Lei Orçamentária. Mais uma vez nós estamos vendo aqui que houve infração à lei.

Por fim, o colega Deputado Alessandro Molon, que eu admiro muito, citou a Constituição Federal, art. 85, inciso VI, que define como crime de responsabilidade do Presidente da República tudo o que atentar contra a lei orçamentária.

Ora, Sr. Presidente, então aqui já está provado: Constituição Federal, LDO e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Colegas Deputados, diante de todos esses fatos, nós temos agora que assumir a responsabilidade de apurar as denúncias. Nós estamos aqui apreciando as denúncias num contexto nacional, verificando a existência de indícios para motivar a admissibilidade do pedido de *impeachment*. A Nação brasileira está pedindo nas ruas a aprovação da admissibilidade do pedido nesta Casa.

Se nada ficar comprovado, caberá à Presidente da República reaver a sua credibilidade perante a Nação brasileira e provar a sua inocência. Ao contrário, se forem provados os fatos, o Senado Federal agirá de conformidade com os preceitos constitucionais, que nós conhecemos — o Supremo já deu a sua decisão.

Até o momento eu não quis antecipar o meu voto por querer analisar os fatos, já repassados por mim. Eu faço um voto responsável, fundamentado, mostrando todos os artigos que foram infringidos. Não se trata apenas de destituir uma Presidente eleita por motivos reles. No caso que ora apreciamos, sem dúvida, há farta documentação que comprova o envolvimento da Presidente da República nas infrações que motivaram o pedido de *impeachment*.

Eu cito o ilustríssimo Deputado Ulysses Guimarães, que, em momento similar a este, durante o processo de *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor, disse que quem dá a palavra final em uma democracia e diz se é

Câmara dos Deputados
Fl. 9649
Comissões Especiais

necessário haver um processo para apuração dos fatos é o povo. E o povo foi para as ruas. O povo está indo para as ruas.

Disse Ulysses Guimarães:

> *"(...) quem diz isso e, irrevogavelmente, lavrou essa sentença, é o povo porque ele* — o Presidente — *foi eleito, mas a dimensão de uma eleição é menor do que a de um plebiscito. A da praça pública é maior do que na urna. Você sabe que, na praça pública — e as praças estão cheias —, nós temos lá a infância, o velho, com o seu bastão, os estrangeiros... Portanto, se ele foi eleito, ele foi agora repudiado pela praça pública."*

Quero agradecer a todos, Sr. Presidente.

Procurei fazer um discurso coerente, mostrando a verdade e mostrando que a população só está pedindo aquilo que é de direito, está lutando por justiça, para acabar com a corrupção.

Nós estamos aqui para representar o povo, e eu estou representando o povo do meu Estado, que me confiou um segundo mandato. Eu vou fazer de tudo para não decepcionar meus eleitores nesta Casa.

Pelo povo do Estado de Roraima, eu digo "sim" à admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente Dilma. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra, nos termos regimentais...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, já passou da meia-noite. As falas estão muito repetitivas. Será que não dá para encerrar a discussão?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Não.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Claro que não! Ele já falou, não é, Sr. Presidente?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Estão muito repetitivas as falas.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - É muito engraçado! Só porque os Deputados do PT já foram embora ele está querendo encerrar a discussão.

Câmara dos Deputados 9650 Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu, inclusive, queria fazer uma consulta.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Fica-se repetindo a mesma coisa, a mesma coisa.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Só porque os Deputados do PT estão indo embora ele está querendo encerrar a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu queria fazer uma consulta.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - É um apelo, Sr. Presidente. É um apelo ao bom senso.

**A SRA. DEPUTADA SHÉRIDAN** - Se é por falta de adeus...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu queria fazer uma consulta. Por favor!

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Então, parem de repetir as mesmas coisas todo o tempo.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Se ele quiser levanta-se e vai embora. Deixe as pessoas falarem.

**A SRA. DEPUTADA SHÉRIDAN** - Se é por falta de adeus, tchau!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Queria fazer uma consulta. Eu tenho aqui o requerimento de encerramento da discussão a partir das 3 horas, assinado pelos Líderes. Eu pergunto...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Vamos votar agora, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Que votar agora o quê!

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - O Pimenta está de brincadeira! Eu nem falei ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Não, não. Ao contrário, eu consulto... Alguns que já falaram se retiraram. Outros ficaram. E a minha intenção é cumprir o acordo sempre. A sessão começou um pouco mais tarde. E a minha percepção, Líder Afonso Florence, é de que teria dificuldade de encerrar esta sessão às 3 horas sem contemplar a todos os Parlamentares que estão aqui com tanta boa vontade. *(Palmas.)*

Câmara dos Deputados
9651
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Isso mesmo! Muito bem, Presidente! O Brasil está nos assistindo!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Consulto V.Exas.: eu posso estender a reunião para 5, 6, 7 horas das manhã, de forma a escutar todos? *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - É isso aí, Sr. Presidente! Muito bem, Presidente! Todo o mundo tem direito à fala.

**A SRA. DEPUTADA SHÉRIDAN** - Parabéns, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Só que com o compromisso de todos de que, quando eu apresentar o requerimento, a votação seja simbólica...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Como é, Presidente? A reunião não vai ser encerrada às 3 horas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - É isso que estou dizendo. Porque às 3 horas e às 6 horas, Deputado Paulo Pimenta... Quando eu vejo os Deputados do Governo, da Oposição...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Concordo com V.Exa., mas queria só fazer um apelo: parem de repetir os mesmos argumentos. Apresentem algum argumento novo.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Nós estamos aqui há 2 horas ouvindo o mesmo argumento. Agora quer trocar o argumento.

**O SR. DEPUTADO OSMAR TERRA** - O Deputado Paulo Pimenta tem que cuidar do discurso dele e não se meter no discurso do outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Afonso Florence, depois o Deputado Nilson Leitão.

Deputado Afonso Florence, V.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente, por unanimidade, construímos o acordo até as 3 horas. Como houve postergação no início dos trabalhos, V.Exa. encaminhou, na abertura dos trabalhos, que fôssemos até as 4h20min...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - E eu estou fazendo esse apelo para...

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - E eu acho que ali, por unanimidade, aprovamos e vamos levar até as 4h20min a reunião. Acho que está mantido o acordo. Quem quiser ir embora, vai; quem puder ficar... Eu não estou inscrito. Estou aqui para ouvir os meus colegas. Até quando for possível, eu ficarei, se possível até o término.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - E se eu não falar até as 3 horas?

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente, o acordo era até as 3 horas, e eu entendi que V.Exa. o renovou até as 4h20min...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Sr. Presidente, vamos tocar a sessão.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Vamos passar para 20 minutos cada um.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - ...que é o limite combinado por unanimidade na oportunidade em que estavam todos presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vamos tocar a reunião.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Vamos diminuir o tempo então. Vamos diminuir o tempo de cada um para 5 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Nilson Leitão, por 1 minuto, só para irmos rápido.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Sr. Presidente, eu quero três petistas para me ouvir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Paulo Pimenta, os próximos a falar — digo próximos, porque há muitos outros, já aumentou a lista — são os Deputados Rocha, Washington Reis, Pr. Marco Feliciano, Assis Carvalho, Marcos Rogério, Flávio Nogueira, Marcelo Aro, Zé Geraldo, Sóstenes Cavalcante, Vicente Cândido, Bruno Covas, e há mais uma lista de seis, sete Parlamentares.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Só falta agora eles quererem dar pedalada na discussão aqui, Presidente.

Câmara dos Deputados
Fl. 3653
Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Está bom, Caio, vamos lá.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Só para deixar bem claro que a reunião começou atrasada por mais de 1 hora. O acordo foi feito exatamente para tentar fazer com que todos falassem. Agora, essa proposta do Deputado Paulo Pimenta, é claro que ele está fazendo uma gozação, está brincando, como eles têm brincado no Governo.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Brincando com o Brasil.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Fui citado, Presidente.

**O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM** - Sr. Presidente, a minha inscrição é a 159, a última, vou ficar esperando.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, eu fui citado.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Foi citado nada. Para de avacalhar!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado José Mentor, pelo prazo de 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o tempo vai passando, as pessoas vão ficando cansadas, os argumentos, como disse o Deputado Paulo Pimenta, vão sendo repetitivos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado José Mentor está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR** - Sr. Presidente, quero ver se consigo contribuir com o debate, pegando dois ou três pontos que foram aparecendo durante as discussões e para os quais ainda não encontrei a resposta devida.

O primeiro deles é com relação a essa questão do superávit, quando alguns disseram que o Tribunal de Contas não alterou o seu procedimento, porque ele não se manifestou outrora sobre as questões que dizem respeito a essa matéria. E isso me chamou a atenção, porque matéria orçamentária é matéria de planejamento, de previsão, as coisas estão previstas para acontecer de certa maneira e, na medida em que elas não vão acontecendo, há os mecanismos orçamentários para que, aquele que gerencia a coisa pública, possa se adequar à realidade que está planejada e àquilo que é real.

Câmara dos Deputados
9654
Comissões Especiais

Em 2001, 2006 e 2009, aconteceram fatos exatamente iguais aos de 2014, 2015, com uma diferença: em 2014, o Tribunal de Contas, analisando as contas, levantou o problema das chamadas pedaladas, fez um estudo, deu um parecer, que deveria ser submetido ao Congresso Nacional. Esse parecer é distinto daquilo que ele vinha trazendo até então, porque, embora não tenha uma manifestação expressa, Deputado Alessandro Molon, ele aprovou as contas de 2001, 2006 e 2009. Quer dizer o quê? Ele tinha uma opinião contrária aos dados de 2014. Então, é evidente que o Tribunal de Contas mudou de opinião. Ele tinha uma opinião quando analisou as contas de 2001, não há problema. Em 2006, não há problema. Em 2009, está em ordem. Mas aconteceram exatamente as pedaladas em 2001, 2006 e 2009. Ele concordou que não havia problema com as pedaladas.

Portanto, o Tribunal de Contas mudou de opinião. A jurisprudência foi alterada pelo Tribunal de Contas. Isso é uma coisa relevante. Como já foi dito aqui por outros especialistas, a norma não retroage *in pejus*, não retroage para prejudicar.

Neste caso, nós estamos vendo uma situação em que alguns defendem a retroatividade da norma para prejudicar aqueles que tomaram medidas anteriormente, quando a norma era inexistente, quando a punição era inexistente, quando a irregularidade era inexistente. Então, eu acho que esse é um ponto que precisaria ficar claro.

Quanto ao segundo ponto, eu já falei sobre isso em intervenção anterior, mas o tempo foi muito curto e não tive a oportunidade de precisar. Eu disse, naquela ocasião, quando estiveram presentes aqui dois ilustres advogados criminalistas, especialistas em Direito Penal... Eu conheci o Prof. Miguel Reale Júnior quando era novo, com 19, 20 anos de idade. Ele advogava na Auditoria Militar, defendendo presos políticos. Ele é um dos homenageados no livro que o meu gabinete organizou, que homenageia advogados que defenderam presos políticos na Ditadura. Portanto, tenho o maior carinho, o maior apreço pelo Prof. Miguel Reale Júnior.

Mas tanto ele quanto a Dra. Janaína são especialistas em Direito Penal, conhecedores e militantes da Justiça Criminal. Vieram aqui dar opinião, com o

Câmara dos Deputados
Fls. 3655
Comissões Especiais

conhecimento vultoso que têm, sobre matérias penais e criminais. O Dr. Hélio Bicudo foi Promotor Público, conhecedor da ação penal, titular da ação penal. Eles vieram aqui expressar a opinião deles, como nós vimos. Com franqueza, também não é uma novidade para nós, porque a matéria orçamentária é delicada e cheia de palavras que muitos de nós não entendemos, como eu, é lei orçamentária para cá, é decreto para lá, mas foi uma tremenda confusão a exposição dos grandes criminalistas que vieram aqui falar.

No dia seguinte, nós recebemos um ex-Ministro do Planejamento, o atual Ministro da Fazenda, e um professor de Direito Tributário da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Estes, sim, especialistas em matérias orçamentária e tributária.

Quando qualquer advogado, que tem especialidade em qualquer área do Direito, precisa se socorrer de outra área, ele vai procurar um especialista; ele vai procurar um contador, ele vai procurar um economista. Foi o que fizemos aqui. Nós ouvimos os criminalistas, que deram opinião como tal, como denunciantes. No dia seguinte, ouvimos técnicos, especialistas, que mostraram para nós que Lei Orçamentária é uma coisa, Lei de Responsabilidade Fiscal é outra coisa.

Hoje aqui eu vi, de novo, a mesma confusão, porque o crime de responsabilidade fiscal só ocorre quando se infringe a Lei Orçamentária. A Lei de Responsabilidade Fiscal não tem nada a ver com isso. A Lei de Responsabilidade Fiscal se resolve com multa. Não tem crime de responsabilidade na lei, não existe. A Lei Orçamentária, sim, leva ao crime de responsabilidade.

Nós precisamos escolher o que nós queremos fazer: nós queremos apenar com a multa, porque houve alguma infração à Lei de Responsabilidade Fiscal, ou nós queremos apenar com a cassação da Presidente da República, porque infringiu a Lei Orçamentária? E vamos caracterizar para ver se houve ou não.

Novamente, o Advogado-Geral da União trouxe a fundamentação de todos os atos praticados nos decretos, o cumprimento da Lei Orçamentária. Não há um deslize, não há uma ressalva, não há nada que possa ser

Câmara dos Deputados
Fl. 5656
Comissões Especiais

questionado. Até brinquei agora há pouco com um companheiro nosso da Oposição: nas outras vezes, em 2001, em 2006 e em 2009, como é que se resolveu? Resolveu-se com a apresentação de PLN. Foi assim que foi resolvido. Em 2015, como é que se resolveu? Com PLN. Foi assim que foi resolvido. Quando se chega à conclusão de que o Orçamento não vai conseguir definir o superávit, o que se faz? Manda um PLN. O que fez a Presidenta? Mandou um PLN para a Casa. Por que não se votou em julho? Porque a Oposição, dentro dos limites dela, opôs-se, obstruiu, foi encaminhando a obstrução até dezembro. Está dentro da lógica. Agora, não dá para quem deu causa querer se beneficiar. Quem deu causa à não votação em julho, agosto, setembro, outubro, novembro? Quem obstruiu.

Portanto, acho que aqui também fica uma situação para deixar mais claro o que nós estamos falando.

Por último, chamou-me bastante a atenção na fala do Prof. Miguel Reale Júnior quando se referiu a 2001. Vejam que, na ocasião também, eu disse que a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 2000, foi aprovada no Governo Fernando Henrique Cardoso e é tida com louros, mas o primeiro a desobedecê-la foi o próprio Fernando Henrique Cardoso, em 2001. Em 2002, o Prof. Miguel Reale Júnior foi Ministro da Justiça e nada fez sobre os atos praticados em 2001, como não deveria mesmo, porque não tinha nada a fazer. Eu ainda brinquei: *"Será que nós vamos buscar o Ministro para processá-lo por prevaricação?"* Não, porque não tinha nada mesmo para se fazer, estava corrigido. O déficit orçamentário é anual. Ao se aprovar o PLN, corrigiu-se o déficit orçamentário, acabou, está resolvido. Agora, o que me surpreendeu? Foi quando o professor disse o seguinte: *"Não, mas lá em 2001 foi um superavitizinho, uma porcariazinha"*. Quando é um negócio pequenininho pode? Quando o valor é... Não, espera um pouco, vamos ver.

É verdade que o nosso PIB nominal, em 2001, era de 1 trilhão e 315 bilhões. Em 2015, era de 6 trilhões e 79 bilhões — poxa, cinco vezes mais, uma coisa muito maior. É verdade que, em 2002, nós tínhamos 60 bilhões de reservas, mas devia-se para o Fundo Monetário Internacional e para o Fundo de Paris. Agora, em 2015, nós tínhamos 375 bilhões de dólares de reserva. É

Câmara dos Deputados
Fl. 9657
Comissões Especiais

outro país, é outra economia, mas não vamos falar que, só porque o valor era menorzinho lá, pode. Quando é menorzinho pode? A pedalada, quando é no tico-tico, pode? Quando é numa Caloi não pode?

Esta contribuição fica para V.Exas., para dizer que nós temos que fazer uma escolha com profundidade.

Meus últimos minutos, Sr. Presidente, são para uma análise de ordem mais geral, porque tenho também ouvido pacientemente considerações de alguns colegas que se aproveitam deste momento muito conturbado, que nós sabemos que é difícil, em que várias situações apontam, deliberadamente, seletivamente, ostensivamente para o PT, para o Governo do Presidente Lula, para a Presidente Dilma, mas eu queria relembrar que cada um de nós aqui tem as suas experiências profissionais, sua família, pai, avô, enfim, cada um teve as suas experiências e a sua tradição. Eu tenho a consciência de afirmar, sem medo de errar, que não foi o PT que inventou o caixa dois. Eu tenho certeza absoluta que não foi, nem na empresa nem na campanha política. Eu tenho certeza, sem medo de errar, que não foi o PT que inventou conta legal ou conta ilegal no exterior. Isso vem acontecendo nos últimos 60 anos, e o PT não tem 60 anos.

Todo mundo sabe, de ouvir falar pelo menos, como é que era para uma empresa se cadastrar na PETROBRAS há 50 anos e, depois de cadastrada, o que tinha de fazer para ser convidada a participar de uma licitação; mais do que isso, o que tinha de fazer para ganhar um pedido e poder fornecer alguma coisa. Todo mundo sabe disso! Isso não foi o PT que inventou.

Quando se fala em cartel... Cartel, no mundo, é do time armamentista. Cartel, no mundo, é da OPEP e das Sete Irmãs, que baixaram o valor barril do petróleo de 120 dólares, 130 dólares, para 30 dólares. Isso é cartel. Na nossa história, nós sabemos como é que as coisas aconteceram. Todo mundo conhece o cartel do cimento, e não foi o PT que o inventou. Todo mundo sabe que há o cartel do alumínio, do cabo de transmissão de energia, do cobre. Todo mundo sabe disso! O Juscelino trouxe para cá a General Motors, a Volkswagen e a Ford, um cartel das montadoras.

Câmara dos Deputados
9658
Comissões Especiais

Então, eu só queria fazer esse chamamento a todas V.Exas. para dizer que cada um conhece um pouco a própria história. Vamos ver que doações a empresas não começaram com o PT e não começaram com o Governo do Presidente Lula. Anteriormente, as mesmas empresas já doavam aos partidos, inclusive nos Estados, e também havia obras federais e estaduais. Acho que era bom cada um olhar para si um pouco, para saber o que pode fazer daqui para a frente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Rocha. V.Exa. dispõe de 15 minutos regimentais.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Presidente, eu queria iniciar fazendo um registro sobre o meu Estado, que hoje está de luto. Faleceu uma das maiores lideranças religiosas da minha cidade, Sena Madureira, o Padre Paolino Baldassari, alguém que dedicou a vida à evangelização e aos pobres. Eu queria aproveitar para fazer esse registro aqui.

Sr. Presidente, eu queria parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. V.Exa. tem conduzido as reuniões com toda a isenção possível, de forma a, muitas vezes, trazer o equilíbrio a um debate mais acirrado. De igual forma, eu quero parabenizar o Relator. Se, antes do seu relatório, eu já não tinha dúvidas da prática dos diversos crimes apontados na denúncia, essa certeza aumentou após o seu relatório.

E aí, para que não pairem dúvidas, eu queria ler uma parte da Constituição Federal, para responder ou para tentar desfazer um mal-entendido que os petistas tentam incutir nas pessoas, aproveitando-se da máxima de Goebbels, que diz que uma mentira dita por várias vezes se transforma em uma verdade. Eu quero me reportar ao art. 85 da Constituição Federal, Seção III, *Da Responsabilidade do Presidente da República*, que diz o seguinte:

> *"Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:*
>
> .....
>
> *VI - a lei orçamentária;"*

Câmara dos Deputados
Fl. 9659
Comissões Especiais

Reiteradas vezes, Sr. Presidente, Sr. Relator, os petistas tentam confundir a população, tentando levar isso para a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na falta de argumentos para combater a denúncia, criaram — João Santana, certamente — o falso argumento do golpe. E aí, depois, como esse argumento não convenceu, até porque o PT não tem mais crédito com a população brasileira... O PT é o partido que tem a marca da mentira hoje, *vide* a eleição passada, com o que a Presidente prometeu na eleição e o que fez após a eleição, quando disse que não ia aumentar a tarifa de energia elétrica e aumentou, quando disse que não ia aumentar o preço de combustível e aumentou, quando disse que não ia aumentar os impostos e aumentou, quando disse que não ia retirar direitos dos trabalhadores e retirou, com o apoio do seu partido, o Partido dos Trabalhadores. Então, essa marca da mentira faz com que o PT tenha perdido a credibilidade junto ao povo brasileiro. Perdeu! E hoje a sua estratégia é tentar vencer pelo cansaço, repetir a mentira várias vezes, para ver se ela cola. Não cola!

E não adianta, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, o PT tentar apontar para os outros, tentar encontrar erros nos outros, para justificar os seus.

Ora, o PT está no poder há mais de 13 anos. Quando eu cheguei a esta Casa, o PT tinha quase 400 Deputados. Ele sempre teve a maioria! Ele sempre teve a maioria! Assim também quase todos os Ministros do Supremo foram indicados pelos petistas, assim também o Procurador-Geral da República, como prevê a Constituição Federal, foi indicado pelos petistas.

E eu não vi o PT tentar fazer uma CPI, propor uma investigação para apurar os governos anteriores. Agora, quando foi pego com a boca na botija, como se diz no linguajar popular, foi pego com a mão na massa, aí tenta encontrar justificativas, atribuindo erros aos outros. Não vai colar! Não vai colar!

Eu ouvi também, Sr. Presidente que o pedido da OAB vem para tentar remendar uma denúncia que foi feita pelos juristas que apresentaram o primeiro pedido, que foi aceito. Diversos fatos novos vieram ao conhecimento do público após a denúncia — e fatos muito mais graves, muito mais graves!

Câmara dos Deputados
Fl. 3660
Comissões Especiais

Embora eles não queiram reconhecer, a Presidente Dilma é, sim, investigada. A Presidente Dilma foi beneficiada, a Presidente Dilma expediu salvo-conduto para o ex-Presidente Lula, para que ele não fosse preso, porque o Ministério Público de São Paulo pediu a prisão do Lula.

O ex-Presidente também não é santo, também é investigado. E pesam contra os dois denúncias graves!

Por que os petistas não querem falar do conteúdo das gravações que foram reveladas? *"Ah, foram ilegais." "Ah, porque foi 1 hora antes ou 1 hora depois."* Mas o conteúdo traz fatos graves: a tentativa de obstruir o trabalho da Justiça, a tentativa de obstaculizar ou de cobrar do Ministério Público uma postura não republicana. Esse é o PT.

Aliás, é bom falar da ética petista, porque, há tempos atrás, o PT vendia a imagem de pai da ética, pai da moralidade no Brasil. E essa bandeira se perdeu há muito, *vide* mensalão, petrolão, gravações e outras tantas.

A ética, Sr. Presidente, tem de estar associada à pratica. Os petistas são bons de ética no discurso, mas, na prática, criaram o mensalão, que replicam até hoje. Está aí na capa da revista *ISTOÉ*, na capa da *Veja*.

Não satisfeitos com as dezenas de condenações no mensalão, para comprar apoio político na base do balcão de negócios, agora a Presidente Dilma Rousseff e o ex-Presidente Lula, de forma cínica, de forma indecorosa, aplicando a ética petista, transformaram a República num balcão de negócios. Liquidação de cargos! Essa é a ética petista, essa é a ética de quem nos governa hoje, de quem envergonha o nosso País.

Hoje, Sr. Presidente, pouco importa a competência, pouco importa o mérito, pouco importa o trabalho, pouco importa o passado, desde que se tenha voto para manter a estrutura de poder que se tem hoje.

E eu queria aqui parabenizar a minha amiga Mariana Carvalho pelo belo discurso, porque muitos dos que aqui levantam a voz, na verdade estão brigando por poder, para não perderem as estruturas que têm dentro desse Governo corrupto. E o povo brasileiro Sr. Presidente, cansou de pagar essa conta. É por isso que ele está indo às ruas. Ele não está indo às ruas com dinheiro financiado pela CUT, como dezenas e dezenas de pessoas que eu

Câmara dos Deputados Fl. 9661 Comissões Especiais

encontrei no aeroporto aqui de Brasília, voltando para as suas casas após a manifestação do PT. Ele não está vindo para cá com o dinheiro da UNE. Ele está vindo às suas próprias custas, porque não aguenta mais ser espoliado, não aguenta mais pagar um dos combustíveis mais caros do mundo, não aguenta mais pagar a conta de energia, uma das mais caras do mundo, não aguenta mais o desemprego, não aguenta mais o desgoverno e a corrupção — e o PT hoje leva essa marca.

O PT não pode apontar o dedo para ninguém, não. As mãos dos petistas estão sujas com a lama da corrupção que eles mesmos criaram. A Operação Lava-Jato — que os petistas tanto contestam, a ponto de o ex-Presidente Lula tentar apontá-la como causa da crise que nós vivemos ou como causa dessa desordem que se tornou a PETROBRAS — levou para a cadeia mais de cem condenados. E a grande maioria desses condenados é ligada ao Partido dos Trabalhadores.

Chega! Chega de discurso dissociado da prática! Ética não se pode ter só no discurso. Chega de tentar continuar mentindo para a população brasileira! Chega de tentar continuar enganando o povo brasileiro! Está bom! O povo se cansou. Nós queremos um novo País.

E aí, Sr. Presidente, por esse balcão em que se transformou o Governo Dilma, por esse balcão em que a Dilma transformou a nossa República, ela em que ser investigada pela polícia, porque, lá no o art. 37 da Constituição Federal, que traz os princípios da administração pública, isso é imoral, isso é ilegal.

Existe uma frase célebre de um personagem da literatura brasileira, o Barão de Itararé, que diz o seguinte — e ela é para aqueles que vão se vender ou que se venderam: *"O homem que se vende recebe sempre mais do que vale".*

E eu não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que o povo brasileiro está acompanhando tudo o que se passa nesta Casa. A *TV Câmara* e a imprensa têm dado uma cobertura muito grande ao que está acontecendo. E eu sei que aqueles que optarem pelo caminho da negociata vão ser cobrados nas ruas. Eu posso andar de cabeça erguida no meu Estado e em qualquer lugar. Muitos

Câmara dos Deputados Fl. 3662 Comissões Especiais

petistas não podem fazer isso mais. E quando eu falo em petistas, isso serve também para quem é dos partidos aliados, como o PCdoB e aqueles que se dizem oposição, mas que fazem a defesa do Governo aqui dentro, o PSOL, a Rede, os "puxadinhos do PT".

Eu posso andar de cabeça erguida no meu Estado. Eu posso olhar para os meus filhos e tenho certeza de eles vão se orgulhar de mim. Eu sou a favor do *impeachment*, eu quero um Brasil melhor.

E eu não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que, neste momento histórico que nós vivemos hoje, esta Casa vai dar a resposta que o povo pede, porque urna não dá salvo-conduto para ninguém roubar o Brasil *(palmas)*, urna não dá salvo-conduto para ninguém espoliar a nossa população, que já é sofrida.

Então, Sr. Presidente, eu quero encerrar, não vou nem utilizar o meu tempo todo. Quero dizer para V.Exa. que eu acredito muito nos homens de bem e nas mulheres de bem que foram eleitos legitimamente pelo povo brasileiro, não naqueles que têm as mãos sujas com o dinheiro da PETROBRAS, com o dinheiro das empreiteiras, e que chegaram aqui para defender um projeto de poder que hoje mostra a sua cara na Operação Lava-Jato e nas outras investigações que estão em curso.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O Deputado Washington Reis está na Casa? *(Pausa.)* Não?

O Deputado Assis Carvalho está presente?

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Assis Carvalho, V.Exa. tem 15 minutos regimentais. Após V.Exa., o Deputado Pr. Marco Feliciano falará por 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, eu inicio reiterando o que tenho dito aqui desde o início, inclusive com a minha questão de ordem apresentada aqui e o recurso referente à minha questão de ordem. Ambos foram negados, mas nem por isso são menos legítimos. Por isso, não tenho dúvida de que *impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe.

Câmara dos Deputados Fl. 3663 Comissões Especiais

Eu poderia aqui registrar novamente, mas já foi lido, em alguns momentos, o que dispõe o art. 85 da Constituição Federal, como também o que dispõe a Lei nº 1.079, de 1950. Em nenhum desses dois princípios legais, nós encontramos esse termo "pedalada". Portanto, "pedalada" é uma invenção midiática, um modelo de Adolf Hitler, de repetir tantas mentiras para transformá-las em verdades.

Mais uma vez, é possível ver claramente que não há qualquer referência ao termo "pedalada fiscal", que é o que se alega aqui, nem no art. 85 da Constituição Federal e nem na Lei nº 1.079, de 1950. E no mundo jurídico, o fato tem que se subsumir à norma, ou seja, o fato tem que se enquadrar perfeitamente na lei. Só assim os efeitos jurídicos poderão incidir sobre o fato. O fato seria pedalada fiscal ou algo que a descreva. E nós não temos nem um caso nem outro.

O parecer técnico do TCU diz que a Presidenta Dilma teria descumprido parcialmente o item 6 do art. 10 da Lei nº 1.079, a chamada Lei do *Impeachment*, que tipifica os crimes de responsabilidade contra a Lei Orçamentária. O item que seria parcialmente descumprido seria este — vou reler aqui para efeito de registro:

> *"Art. 10.....*
>
> *6) ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal"*

Volto a dizer: o que temos é um parecer técnico do TCU, e não uma decisão do Tribunal Superior. O TCU não é superior ao Congresso. O parecer emitido pelo TCU é um subsídio, tanto para o parecer da CMO quanto para o julgamento do Congresso Nacional.

Vejamos o que diz a Constituição no art. 49, inciso IX:

> *"Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:*
>
> .....

Câmara dos Deputados Fl. 9664 Comissões Especiais

*IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;"*

Como é do conhecimento de todos aqui, o julgamento anual das contas da Presidente Dilma ao qual se refere o TCU não foi feito ainda por este Congresso Nacional. E mais: ainda que o Congresso Nacional aceite esse parecer do TCU e rejeite as contas da Presidenta, é fato que tais contas se referem ao Governo anterior. E, segundo o art. 86, § 4º, da Constituição, não pode haver responsabilização no mandato por conduta eventualmente ocorrida em mandato anterior.

Olhem o que diz o art. 86 da Constituição, lá no seu § 4º:

*"Art. 86.....*

*§ 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções."*

O legislador constituinte excluiu a hipótese de responsabilização do Presidente por atos que não tenham sido praticados no exercício do mandato que ele exerça atualmente. Mesmo que o Presidente em exercício hoje seja o mesmo do mandato anterior, isso não interfere na aplicação do preceito do § 4º.

A Presidente não pode ser impedida por algo eventualmente ocorrido em mandato anterior. Então, as chamadas pedaladas fiscais não foram consideradas no despacho de admissibilidade feito pelo Presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Ele foi corretamente orientado de que se tratava de fato afeto ao mandato anterior.

Afastada a possibilidade legal do impedimento da Presidenta Dilma, vem o argumento da denúncia de que houve, em 2015, essa edição de seis decretos de suplementação orçamentária, em julho e agosto de 2015, supostamente sem autorização legal, em ofensa à meta do superávit primeiro. Definiram isso por analogia ao parecer do TCU, como reincidência da pedalada fiscal, afirmando que, neste mandato, teria se repetido o suposto crime e, então, a Presidenta poderia ser impedida.

Câmara dos Deputados
Fl. 9665
Comissões Especiais

Primeiro, o Governo já esclareceu que isso não ocorreu. Segundo, isso é um exercício de futurologia. Ora, as contas de 2015 nem sequer foram apresentadas ainda pelo Governo ao TCU. Quando o forem, ainda serão analisadas e julgadas pelo TCU, que emitirá um parecer técnico que será analisado pelo Parlamento. Só então, haverá votação no Congresso e, só então, poderia ser configurado crime de responsabilidade. Logo, esse processo de *Impeachment* não tem base legal.

Dito isso Sr. Presidente, passada a questão jurídica e verificada a falta de base legal, passemos ao real significado dessa tentativa de impedimento.

É golpe de Estado, sim! Isso aqui não é um ato de representantes do povo dispostos a analisar com isenção uma denúncia feita por cidadãos isentos. Isso aqui é um espetáculo montado para banir do Brasil um projeto de Governo que prioriza os mais pobres e cria condições de qualidade de vida para todos os brasileiros. Isso aqui é um jogo político sujo, no qual se procura confundir os brasileiros com a citação de leis, para mascarar um golpe. Isso aqui é tradução da ira da elite, que se investe de uma suposta legalidade para tirar do poder uma Presidenta legitimamente eleita por 54 milhões de brasileiros e brasileiras.

O que está por trás disso é a elite raivosa, aliada a setores da grande mídia, a grandes empresários e a setores do Judiciário e do Ministério Público, para inflar artificialmente o clima de instabilidade, potencializar a crise econômica, paralisar o País e fabricar deduções ilógicas de que o Brasil é inviável.

Eles estão loucos porque perderam nas urnas por uma, duas, três, quatro vezes. E agora, no próximo domingo ou em outro dia, vão perder pela quinta vez, porque serão derrotados novamente. E eles sabem que é real e enorme a possibilidade de perder, pela quinta vez também, em 2018.

Eles sabem disso porque o povo brasileiro provou e aprovou os benefícios do Governo que tirou 36 milhões de brasileiros e brasileiras da miséria; do Governo em que os pobres têm direito a tomar café, almoçar e jantar; do Governo que ampliou o ensino superior, criando novas universidades

Câmara dos Deputados
Fl. 9666
Comissões Especiais

e ampliando o acesso ao FIES e ao o PROUNI e, ainda, ao Ciência sem Fronteiras.

O povo brasileiro teve acesso, finalmente, às casas benfeitas do Programa Minha Casa, Minha Vida; aos mais de 19 milhões de empregos gerados neste Governo; ao atendimento de urgência do SAMU; e ao direito de sorrir e mastigar comida após o atendimento odontológico do Brasil Sorridente. Para quem nasce com bons dentes e tem bons médicos, talvez isso não valha nada, mas, para os pobres, tem um valor muito grande.

Foi este Governo que instalou a Comissão Nacional da Verdade, para escancarar os crimes cometidos na ditadura; que tirou 15,6 milhões de brasileiros da era da lamparina, com o Luz para Todos; que levou água ao Semiárido; e que reduziu a mortalidade de crianças.

Sabem o que significa isso na vida das pessoas? Sabem o que é ser mãe de família, ser pai de família, ser jovem, e não ter escola, trabalho e nem perspectiva de vida? Sabem o que é não ter direito de se manifestar? Muita gente não sabe o que é isso, porque, felizmente, é coisa do passado. Mas a elite quer trazer de volta esse passado.

A Direita não suporta que o filho do pedreiro seja doutor. A Direita não admite que o pobre viaje de avião. Eles acham que favela é lixo. A Direita não aceita que a empregada doméstica tenha direitos trabalhistas. A Direita quer reduzir os direitos dos trabalhadores, quer reduzir salário, quer aumentar a jornada de trabalho. A Direita não perdoa ser rejeitada nas urnas. A elite raivosa decidiu ir à forra e quer chegar ao poder na marra. Eles são fascistas, não toleram democracia. É essa elite que quer voltar ao poder.

Quanto ao desejo das elites, nada podemos fazer. Mas há algo que me preocupa. Eu cito aqui uma frase atribuída a Luther King, que diz: *"O que me preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons"*. E o que me preocupa não é nem o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos, dos sem caráter e sem ética; o que me preocupa é o silêncio dos bons.

Foi o grito dos maus na Inconfidência Mineira que levou ao esquartejamento de Tiradentes. Ou alguém acha que os que hoje pedem o golpe não são os mesmos daquela época que condenaram um brasileiro do

Câmara dos Deputados Fl. 9667 Comissões Especiais

qual temos muito orgulho? O grito dos corruptos conduziu Getúlio Vargas ao suicídio. Ou alguém acha, ainda, que os golpistas de hoje não são os mesmos que o pressionaram, repetindo incessantemente que ele estava envolvido em corrupção, acuando o Presidente, levando-o ao suicídio? Será que ele realmente estava envolvido no que disseram na época? Foram as mentirosas vozes que, na ditadura militar, inviabilizaram a volta de Juscelino Kubitschek para a Presidência da República. Depois, um acidente nunca bem explicado o tirou do cenário político.

As vozes que gritaram para derrubar o gaúcho João Goulart, em 1964, eram as mesmas vozes de hoje. Ou V.Exas. acham que ele estava envolvido com o que diziam que ele estava envolvido naquela época?

Leonel Brizola, uma das maiores lideranças democráticas deste País, conduzido ao exílio pelas vozes do mal que não o aceitavam, poderia, se tivesse sido candidato na época, ter sido Presidente deste País.

Depois de dolorosa ditadura, tivemos a abertura democrática, com outro mineiro, Tancredo Neves, que, de forma não tão bem explicada, saiu da cena um dia antes da sua posse.

Coincidência? Estes que acabei de citar eram todos mineiros e gaúchos, e a Presidente Dilma Rousseff é uma mineira-gaúcha. A elite paulista odeia o que não é espelho. É como se fosse uma maldição.

Diz Karl Marx que a história acontece, primeiro, como tragédia, depois se repete como farsa. A bola da vez é Dilma Rousseff, a Presidente mineiro-gaúcha, com a qual pretendem repetir a história de Tiradentes, Jango, JK, Brizola, Getúlio Vargas. Coincidentemente, quem se levanta contra ela são as mesmas vozes da mesma elite paulista.

Não vamos permitir a tragédia, não vamos permitir a farsa, não vamos permitir que sacrifiquem Dilma, mulher de vida limpa, honrada e decente.

O que é a farsa? Sãos os objetivos dos golpistas que não ousam dizer, objetivos que eles não assumem, que eles escondem por trás da camisa da Seleção, por trás da Bandeira do Brasil, que eles abafam sussurrando, enquanto outros cantam o Hino Nacional.

Câmara dos Deputados Fl. 9668 Comissões Especiais

São farsantes. Prometem que vão combater a corrupção e limpar o País, mas já estiveram no poder e, quando estiveram no poder, engavetaram os processos e engessaram os órgãos de investigação e de controle, como a Polícia Federal e o Ministério Público, que não podiam funcionar naquela época.

Eles prometem incrementar a economia no Brasil, mas, quando estavam no poder, viviam de joelhos diante do FMI e na lanterna do desenvolvimento. Era um país subdesenvolvido. Eles dizem que vão retomar o crédito do Brasil no mundo, mas, quando estavam no poder, eram motivo de chacota internacional.

Há uma forte pressão de empresários, de caciques políticos, da mídia, todos golpistas, tentando intimidar os Deputados deste Parlamento.

Eu repito: sob o silêncio de pessoas decentes, grandes crimes foram praticados. E isso vai acontecer novamente, se não erguermos a nossa voz em defesa da democracia.

Não vamos permitir que os fascistas nos silenciem. Vamos erguer nossa voz contra a injustiça, contra o retrocesso, contra a ditadura, contra o golpe. Vamos erguer nossa voz em defesa da democracia. Não há vida depois do golpe. O que vem no dia seguinte ao golpe é censura, pobreza, morte.

É por tudo isso que o meu voto é contra este golpe travestido de processo de *impeachment*.

Eu ainda diria, Sr. Presidente, que o relatório feito pela assessoria de Eduardo Cunha e assinado, à fidelidade, por Jovair Arantes causa nojo. É um relatório sem nenhuma consistência, sem base legal. É um relatório puramente político. É um relatório golpista. É um relatório que, como não tem base jurídica nenhuma, começa a discutir a impopularidade.

Se assim é, vamos mudar a Constituição, vamos discutir o Parlamentarismo, mas vamos deixar de hipocrisia, porque nós sabemos que o que está em debate aqui não é nenhuma fundamentação jurídica. O que está em debate aqui é o ódio e o desespero de uma elite que sabe que, nas urnas, perderá a eleição outra vez.

Câmara dos Deputados
Fl. 3669
Comissões Especiais

Pode até não ser para nós, mas eu espero que seja para um projeto mais evoluído e maior, não um projeto atrasado que nós já conhecemos e sabemos que não serve para a nossa Nação.

É por isso, Sr. Presidente, que o meu voto é declarado: eu voto pela democracia, eu voto contra o golpe, eu voto a favor do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Pr. Marco Feliciano. S.Exa. dispõe de 15 minutos, conforme o Regimento.

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Brasil, que nos acompanha agora, mundo, que nos acompanha via Internet — hoje a mídia social nos leva ao mundo —, como muitos Deputados já disseram aqui, eu também tenho um sonho. O meu sonho é ver o meu País se tornar uma grande Nação, porque infelizmente ainda não o é.

O Brasil vive uma democracia, uma democracia muito jovem. Mas, durante essa pequena democracia, já estamos no segundo *impeachment*. Sinceramente, eu não gostaria de estar aqui neste momento votando este assunto, principalmente nesta Comissão, templo onde votamos as matérias mais importantes, como o fazemos na Comissão de Constituição e Justiça. Poderíamos estar fazendo outra coisa, mas neste momento estamos aqui para tentar dar vez e voz às ruas.

Este período em que passamos aqui foi uma grande aula para mim. Talvez tenha sido o período em que mais me dediquei a ouvir e aprender não apenas questões regimentais, mas também questões sobre leis e principalmente a Lei nº 1.079, de 1950.

Ouvi aqui juristas, dos dois lados: a favor e contra. Li também o relatório do Deputado Jovair Arantes, a quem eu parabenizo e já antecipo que vou votar com o Relator: vou votar pela democracia, vou votar pela voz do povo. Vou votar, não por vingança, mas por saber que de fato houve crimes, e crimes não prescrevem, pelo menos não neste momento e nesta atuação.

Eu poderia citar da primeira página à página 15 do relatório, onde estão as denúncias graves, denúncias de crime de responsabilidade fiscal.

Câmara dos Deputados Fl. 967 Comissões Especiais

Tecnicamente falando, é muito difícil até compreender, porque eu não sou jurista, não sou economista e não sou bufão. Aqui hoje nós já ouvimos de tudo. Nós ouvimos juristas, ouvimos pessoas que falam e ouvimos bufões. Para quem não conhece o termo, bufão é o palhaço da corte, aquele que humilha as pessoas, que debocha das pessoas. Eu não sou nenhuma destas três coisas.

Eu sou um cidadão. Como cidadão brasileiro, fui ungido por 400 mil votos — eu acho que isso deve valer alguma coisa. Eu falo aqui hoje não pela totalidade, mas por um grupo de quase 40 milhões de evangélicos deste País, a maioria deles das classes C, D e E. Repito: classes C, D e E.

Eu conheço 4 mil cidades do meu País, onde eu estive pessoalmente, e quase 80 países, onde eu já estive pregando, dando palestras. Nos últimos anos, viajando pelo Brasil, é triste e notória a angústia que há no coração do brasileiro pobre.

Eu ouvi aqui também o discurso de pessoas que nos emocionaram falando do seu período de pobreza. Isso não é mérito de um ou de outro. Outros também passaram por isso. Eu também passei fome. Minhas mãos ainda carregam calos da época em que eu cortava cana. Não sei se vocês conhecem o que é corte de cana, mas eu cortei cana, apanhei laranja, apanhei algodão, engraxei sapato.

Sou filho numa família pobre. Nós éramos 12 e morávamos em 2 cômodos. Minha mãe não sabe ler nem escrever até hoje. Minha mãezinha, que eu visito de vez em quando, me pergunta, falando tudo errado, assim: *"Meu 'fio', quando é que as 'coisa vai miorá'? Quando é que a gente vai tirar essa mulher que aí está?"* Ela não consegue explicar o motivo, mas ela sente no bolso quando vai ao supermercado, ela sente a fragilidade das suas amigas e das suas vizinhas que estão ficando desempregadas.

Existem problemas gravíssimos no nosso País, problemas que advêm do alto, da Presidente da República.

Eu poderia citar, como outros Deputados o fizeram, textos e leis e fazer tantas outras coisas, mas isso já foi feito pelo nobre Relator. Como disse um Deputado que me antecedeu há pouco, neste momento não é mais o mérito que apenas importa. É o clamor das ruas!

Câmara dos Deputados
Fl. 5671
Comissões Especiais

Eu queria citar também a Constituição Federal, mas não o art. 85, que já foi exaustivamente citado aqui. Eu queria citar parte do art. 1º da Constituição Federal, parágrafo único: *"Todo o poder emana do povo (...)"*. É esse povo que nós estamos representando aqui. Estão dizendo que o povo está dividido. Não há divisão: são 90 contra 10. Noventa por cento da população brasileira pedem o que está acontecendo aqui agora.

É preciso abrirmos a nossa mente. É claro que nós não vamos ser aqui néscios a ponto de dizer que só houve coisas ruins nesses últimos anos. Não! No início, eu acreditei no Governo do PT. Eu também acreditei na música, na empolgação do momento do "Lula lá". Eu era adolescente. As coisas começaram bem, mas depois degringolaram.

Se hoje formos a um hospital e pegarmos um médico que fez mil operações e salvou mil pessoas, ele tem que ser aplaudido. Mas e se a milésima primeira pessoa que ele, por inépcia ou descuido, atender morrer? Ele vai ser perdoado pelas outras mil pessoas que ele curou? Não. Ele tem que ser criminalizado e julgado pelo erro que cometeu. Por quê? Porque um médico não pode errar. A Presidente da República não pode errar. É só isso que nós estamos vendo aqui.

A Presidente da República está proibida de errar. Ela não errou apenas nos crimes de responsabilidade fiscal. Eu posso enumerar aqui uma centena de crimes que eu também vejo. Alguém pode discordar de mim, mas eu quero citá-los.

Depois de 125 anos, nós vivemos hoje a pior crise econômica da história do Brasil. Nós estamos num período de recessão e estamos caminhando para um período de depressão. Quem não sabe o que é depressão estude a história e lembre o que aconteceu, na crise de 1929, com o mundo, diante da Grande Depressão americana.

Nós estamos caminhando para um período de recessão. É isso que estamos vivendo agora. Não há confiança no Governo da Presidente Dilma internacionalmente, nem dentro do nosso País. Não há mais confiança.

Hoje nós vivemos a Nação mais violenta do mundo. Sessenta mil pessoas morrem, por ano, assassinadas. Isso é culpa de quem? Minha? Isso é

Câmara dos Deputados Fl. 9672 Comissões Especiais

culpa do Governo que aí está, que não consegue investir em segurança pública, nem cuidar dos cidadãos.

Eu poderia falar das nossas crianças que estão sendo doutrinadas nas escolas a irem contra os seus pais em seus princípios de foro íntimo, que deveriam ser ensinadas pelo pai e pela mãe, por meio das ideologias de gênero e outras coisas mais que estão na escola.

Eu poderia falar das nossas fronteiras que estão desguarnecidas e do narcotráfico que domina o nosso País, levando nossas crianças, nossos meninos, a viver uma vida à beira das cidades, nos redutos escondidos, como se fossem verdadeiros zumbis. É uma verdadeira "zumbilândia" aquilo que eles chamam de cracolândia!

Eu poderia falar aqui do nosso Exército, que está sucateado.

Eu poderia falar ainda da atuação do PT na construção do fórum de São Paulo, assunto no qual ninguém gosta de tocar.

Eu poderia falar da interferência de países da América do Sul na nossa governabilidade.

Eu poderia falar também, Sr. Presidente, dos tentáculos do PT e das suas marionetes. Perdoem-me a expressão talvez um pouco pesada, mas eu sei o que é sofrer nas mãos de marionetes como a UNE, o MST, os movimentos LGBT, abastecidos por este Governo. Trata-se de soldados que andam pelas ruas atrás de todas as pessoas que são contrárias ao pensamento deles, humilhando, rechaçando, como aconteceu aqui na semana passada, quando eu e alguns Deputados saíamos daqui — meninos da UNE gritavam contra nós, como se fôssemos loucos, como se fôssemos bandidos.

Existem, Sr. Presidente, inúmeros crimes, senão ação direta, mas cumplicidade deste Governo.

Eu poderia ainda falar, como já falei, da prática de crime fiscal; do Orçamento, que foi maquiado; dos empréstimos escusos; da movimentação financeira a países totalitários, repito, países totalitários e, detalhe, sem anuência deste nosso Parlamento.

Eu poderia falar da vergonha — se eu fosse Presidente da República, eu teria vergonha — de emprestar dinheiro a um país para a construção, por

Câmara dos Deputados
FL. 9673
Comissões Especiais

exemplo, do porto de Mariel, em Cuba, país que dizem ser democrático. Se é democrático, por que os líderes de Cuba nunca foram eleitos por voto popular? Onde está a democracia? São ditaduras, totalitarismos, Sr. Presidente!

Eu poderia ainda citar o grande filósofo brasileiro, que está exilado, chamado Olavo de Carvalho, a quem eu mando um grande abraço. Ele tem aberto a mente de um sem-número de pessoas no Brasil que começam a enxergar aquilo que há muito tempo nós vimos falando aqui: existe uma ditadura branca dentro do nosso País, em que as ideologias, as ideologias de gênero e coisas mais, atacam a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, eu poderia ainda lembrar aqui que o PT hoje é vítima daquilo que ele não quis votar no passado, como a Lei de Responsabilidade Fiscal. O PT, que aqui levanta e defende a Constituição de 1988, também não votou a favor dela, como podemos ver.

Eu poderia dizer, Sr. Presidente, que o PT ataca todo mundo dizendo que a Oposição não aceitou o voto das urnas. E os partidos que não eram oposição, que eram situação, do Governo, e agora se tornaram oposição? Eles também não aceitaram os votos das urnas? Será que isso significa subestimar a inteligência de todos nós que estamos aqui?

Eu me lembro das palavras do jurista José Eduardo Cardozo, nosso ex-companheiro de Parlamento, que veio aqui defender a Presidente Dilma Rousseff. Ele falou duas coisas que eu marquei num papel — não sei se os Deputados vão se lembrar.

O defensor da Presidente Dilma afirmou que o Presidente da Câmara já tinha um plano para vencer o *impeachment.* Agindo como um vidente, ele diminui o Parlamento e subestima a nossa inteligência. Como é que Eduardo Cunha pode ter um plano para vencer o *impeachment* no plenário? Não foi só isso. Ele também ameaçou esta Casa, dizendo: *"Ainda que vocês votem aqui e votem lá, o Supremo vai decidir"*. Ele ameaçou "judicializar".

É assim que trabalha o Partido dos Trabalhadores: ameaçando, coagindo, rotulando, destruindo a reputação das pessoas, como já aconteceu comigo algumas vezes.

Câmara dos Deputados
Fl. 3674
Comissões Especiais

Sr. Presidente, se V.Exa. permitir, vou passar a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro. Antes, porém, deixe-me falar uma coisinha, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Eu tenho aqui alguns erros do Governo da Presidente Dilma Rousseff que eu cataloguei nos últimos anos. V.Exas. podem achar que não são erros, mas, para mim, são.

Ela ignorou a crise econômica, mesmo ouvindo diariamente, todos os dias, os jornais televisivos e escritos. Ela não quis ouvi-los. Ela não seguiu o conselho de políticos como Fernando Henrique Cardoso, estadista de nível mundial. Ela nunca o chamou para uma reunião.

A Bíblia Sagrada diz que, na multidão de conselhos, existe a sabedoria. Arrogância, por não chamar pessoas que funcionaram e fizeram dar certo, acaba nisso, Sr. Presidente.

Nossa Presidente, de maneira ruim, deixou nosso País em maus lençóis diante do mundo, quando ela, fazendo um papelão, se negou a se encontrar com Barack Obama, figura mais importante do mundo.

Como assim, Sr. Presidente?

Ela desprezou este Parlamento, com a arrogância de um ditador, medindo estes Parlamentares, por meio da mentira, com emendas que sempre são colocadas na hora das votações, mas nunca são pagas. É isso que acontece aqui, Sr. Presidente, com este Parlamento.

Eu termino dizendo que, se nós não pudermos "impeachmar" a Presidente Dilma pelos crimes de responsabilidade fiscal, devemos "impeachmá-la" pelos erros que eu citei aqui acima. Se não for possível "impeachmá-la" assim, devemos, então, "impeachmá-la" por nos envergonhar e por virar coisa ruim na boca das nossas crianças. Nossas crianças debocham da Presidente: *"Deveríamos 'impeachmá-la' pela saudação à mandioca; deveríamos 'impeachmá-la' por ela ter dito que sempre há uma figura oculta atrás de uma criança, como um cachorro; ou ainda, quem sabe, deveríamos 'impeachmá-la' por ela ter dito que existe uma tal de 'mosquita'"*.

Sr. Presidente, ela obstruiu a Justiça e, por isso, meu voto é com o Relator.

Câmara dos Deputados Fl. 9675 Comissões Especiais

Eu voto a favor do povo brasileiro. Eu voto hoje pela admissibilidade do voto do Relator e, no dia 17, votaremos o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, e o Brasil vai ficar livre, se Deus quiser!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Eduardo Bolsonaro, Deputado Pr. Marco Feliciano, eu tenho pelo Deputado Eduardo Bolsonaro o maior respeito, a maior alegria.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO** - Não é um aparte. V.Exa. está falando dentro do tempo do Deputado Pr. Marco Feliciano.

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Então eu vou continuar!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Pois é... Deputado Eduardo Bolsonaro, V.Exa. está inscrito. Nós estamos fazendo o cálculo: muitos, mas muitos Parlamentares — V.Exas. podem ver a partir de agora — não estão mais na Casa.

Deputado Pr. Marco Feliciano, como já tinha sido pedido antes, e eu tinha negado, seria injusto autorizar. Portanto, V.Exa. tem mais 2 minutos e meio.

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, eu gostaria, portanto, que V.Exa. voltasse o tempo para 3 minutos e meio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O.k. V.Exa. dispõe de 3 minutos e meio.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Já faz 1 minuto que ele está falando! Deputado Chico Alencar, eu ouvi V.Exa. com tanto carinho!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Pr. Marco Feliciano, V.Exa. tem a palavra por mais 1 minuto.

Não tem mais como voltar.

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Voltou. Tem, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O.k.

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, V.Exa. precisa conhecer um pouco mais da Casa. Já falamos sobre isso hoje.

Câmara dos Deputados 9676 Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - É verdade. V.Exa. tem toda a razão.

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Nobre Deputado Eduardo Bolsonaro, a presença de V.Exa. no nosso partido nos ilumina, bem como a do seu pai. Quem sabe, no futuro, seu pai não presida o País.

Sr. Presidente, o *impeachment* não é golpe. O *impeachment* é legal. O *impeachment* é constitucional. Podem gritar, podem fazer o que quiserem. A Nação brasileira tem este direito — eu li na Constituição Federal.

A Constituição Federal diz que *"Todo o poder emana do povo"*, e é esse povo que está na rua, é esse povo que está gritando.

Eu quero aproveitar esses minutinhos para fazer um convite a todo esse povo. Eu vou transformar isto aqui num vídeo. No meu Facebook, eu tenho quase 4 milhões de seguidores e, em todas as minhas mídias sociais, 5,5 milhões de seguidores.

Nação brasileira toda, principalmente de Brasília, do Entorno e de Goiás, venha para a Esplanada no dia 17! Venha lutar pelo seu direito!

Este é um momento histórico para o País.

É um momento único na nossa história.

É o momento de livrar o Brasil de um mal.

É o momento de trazer de volta a esperança.

É o momento de trazer de volta a alegria.

É o momento de trazer de volta para o brasileiro aquela vontade de ir para as ruas e fazer aquilo que geralmente faz.

O brasileiro é alegre, mas, nos últimos anos, ficou muito chato ser brasileiro: virou cria desse partido que aí está, com as suas ideologias; cria de tudo aquilo que foi ensinado nas escolas.

Hoje nós somos tolhidos do direito de pensar. Se eu não posso pensar, eu não posso existir.

Eu vi aqui tantas pessoas nos acusarem de coisas que elas fazem! Vi pessoas nos chamarem daquilo que elas são. A hipocrisia dita tem que ser, de uma vez por todas, arrancada.

Câmara dos Deputados Fl. 9677 Comissões Especiais

No dia 17, o Brasil todo estará nas ruas. Estes Parlamentares que aqui estão estarão aqui também. Espero que logo após a aprovação do *impeachment* nós possamos sair por aquela porta da frente, para a Esplanada, e gritar para o Brasil inteiro.

Eu acabo de receber a informação de que a Rede Globo vai interromper toda a programação e vai filmar a votação inteira aqui. Isso vai ser muito bom! Todos os Deputados mostrarão o rosto para o Brasil inteiro ver, tendo que dizer o seu nome e aquilo que vão fazer.

Eu disse algo esses dias e repito aqui: "*Houve um homem, e este homem traiu o seu salvador, vendeu o seu salvador. Infelizmente, ele terminou em uma forca, porque não suportou o peso da traição e se suicidou*".

Talvez esse seja o exemplo mais claro do que acontecerá com os nossos Deputados que votarem contra o *impeachment*: eles se suicidarão, politicamente falando. É por aí.

Pode falar, Deputado Chico Alencar.

E tem mais: eu fico imaginado os seus filhos, quando chegarem à escola, no dia seguinte: "*O seu pai votou contra o impeachment. O que vai acontecer conosco?*" Sr. Presidente, os meus filhos não vão passar por isso. Já foram constrangidos na escola por outras coisas, mas o pai deles tinha uma bandeira, que era a família, e esse partido não tem bandeira nenhuma.

Chega de PT! Fora, Dilma! *Impeachment* já!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Flavio Nogueira. Ele está aqui? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo. S.Exa. dispõe de 15 minutos, de acordo com o Regimento.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - O que está acontecendo aí atrás?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Voltem o tempo do Deputado Zé Geraldo, por favor.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Esse negócio de misturar política com religião...

Câmara dos Deputados Fl. 3678 Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputados Pr. Marco Feliciano e Chico Alencar, eu sei que já é 1h12min, e eu parabenizo a todos, sem exceção, pela homenagem que V.Exas. estão fazendo à democracia e ao povo brasileiro.

Deputado Zé Geraldo, V.Exa. tem 15 minutos, de acordo com o Regimento.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero agradecer a minha bancada do Partido dos Trabalhadores por ter me dado a oportunidade de participar desta Comissão Especial.

Eu estou aqui, como Deputado Federal, desde 2003. Cheguei aqui junto com o Presidente Lula — antes, fui Deputado Estadual lá no Pará por 8 anos, e lá eu era oposição ao PSDB. Desde que cheguei aqui, eu tenho analisado a qualidade dos períodos do Poder Legislativo e vou ser muito sincero com o povo brasileiro que está me ouvindo e com V.Exas.: eu acho que esta Legislatura perdeu muito a qualidade. Eu acho muito ruim o debate político aqui na Câmara. Eu acho muito ruim e pouca a nossa produção legislativa da Câmara dos Deputados para o Brasil.

Eu, sinceramente, não vou me deter neste relatório, porque, como já disseram meus companheiros, ele foi preparado exatamente para "impeachmar" a Presidenta da República. Portanto, tem endereço este relatório. E nós não estávamos iludidos de que iria aparecer um relatório de qualidade, um relatório diferente. Isso daí tem a cara do Eduardo Cunha. É a cara do Eduardo Cunha esse relatório.

Quem é Eduardo Cunha? É o político que, em toda a história deste País, recebeu, de uma vez só, a maior propina individual, que ultrapassa os 16 milhões de reais. Se o debate aqui é sobre corrupção, se o debate é sobre a Lava-Jato, se querem afastar a Presidente Dilma, se querem prender o Lula, se querem prender políticos do PT, como já prenderam...

Iniciaram pelo mensalão. Queriam derrubar o Presidente Lula. Nossa vida nunca foi fácil. Para o Lula chegar à Presidência da República, teve que disputar quatro vezes. E qual era a ofensiva contra nós naquelas eleições? *"É*

Câmara dos Deputados
Fl. 3675
Comissões Especiais

*porque é comunista; é porque vai matar os velhos para fazer salsicha; é porque vai fechar as Igrejas Evangélicas; é porque vai trocar a bandeira do Brasil." "Se o Lula ganhar, os empresários do Brasil todos vão embora." "Quem tinha duas casas ia perder uma."* Era isso! Era esse medo terrível!

Até que eles não tiveram mais o que fazer e inventaram o Plano Real! Houve um tempo que era plano em cima de plano: Plano Bresser Pereira, Plano 1, Plano 2, Plano Collor. E durante todos esses anos, nós não vimos este País se desenvolver.

Vou dizer aqui o que disse hoje na tribuna da Câmara: nunca, na história deste País, em 12 anos, fez-se o que nós fizemos, que foi o nosso projeto dirigido pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma, com o apoio de outros partidos — nós não ganhamos sozinhos as eleições e não governamos sozinhos nesses 12 anos. Ganhamos com outros partidos e estamos governando com outros partidos! Muito me admiro quando um Deputado vem aqui e fala da segurança! Ora! Quem governa os 27 Estados deste País? Quantos Governadores o PT tem nos 27 Estados? Quem é responsável por cuidar da segurança pública nos Estados? A Polícia Militar e a Polícia Civil. E quem comanda a Polícia Civil e a Polícia Militar? Os Governadores dos Estados.

Dizem: *"Ah! A energia está cara!"* Perguntem se algum Governador do PSDB tem coragem de mandar um projeto de lei à Assembleia Legislativa do seu Estado para baixar o ICMS sobre a energia. Lá, no Pará, há 27% de ICMS, e o PSDB não tem coragem de mandar o projeto. Agora, estão criando uma taxa hídrica em Tucuruí, e vão receber 400 milhões. E já criaram uma taxa minerária, com a qual recebem 900 milhões por ano. E lá não há nada.

Se a impopularidade e a baixo índice de aprovação nas pesquisas forem motivos para derrubar Presidente, Prefeitos, Governadores, eu pergunto aos senhores, às senhoras e ao povo brasileiro: dos mais de 4 mil Prefeitos, quantos estão com boa popularidade? Não passam de 400. Então, 4 mil têm que ser cassados, porque não estão bem. Dos 27 Governadores, quem está bem? Não chegam a 7. Então, 20 têm que ser cassados, porque não estão bem. E tem que começar por São Paulo.

Câmara dos Deputados 9680 Comissões Especiais

Ora, nenhum Deputado, nenhum Senador, nenhum analista político, ninguém tem coragem de ir à televisão, de ir à mídia, ou vir aqui para dizer que, se a Dilma sair, o Brasil vai melhorar, porque V.Exas. sabem que não vai melhorar. Vai piorar! Se V.Exas. fossem bons, o Aécio Neves não teria perdido a eleição no primeiro turno e no segundo turno em Minas Gerais.

Minas Gerais e São Paulo detêm 70% do ICMS nacional. Vocês estão há 20 anos lá e, em 20 anos, nunca houve CPI nesses dois Estados para fiscalizar V.Exas., porque V.Exas. abortam todas elas. Essa é a verdade! V.Exas. perderam a eleição para a Dilma também em Minas Gerais; não foi só no Nordeste!

Aliás, o grande ódio de V.Exas. é porque, quando a apuração de votos estava lá na casa dos 84%, 86%, 87%, alguém do TSE vazou a informação de que V.Exas. já podiam comemorar. Aí ligaram para Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, tomaram seus aviões e foram todos para Minas Gerais. Antes de pousar — alguns nem pousaram; deram a volta no aeroporto e retornaram —, souberam que tinham perdido as eleições.

V.Exas. não engoliram isso até hoje, e a Dilma, o PT e nós não tivemos paz. Nós não conseguimos governar este País até agora. Esta Câmara não produziu nada, além de pautas-bombas! Temos uma reforma política que não reformou nada e deixou tudo pior do que era. Esse é o nosso resultado.

Não estou aqui para ficar discutindo técnica jurídica, porque o nosso Ministro da Fazenda e o nosso Ministro da Justiça já vieram aqui e deram aula sobre isso. A advogada pode saber Direito, mas sobre orçamento ela demonstrou saber muito pouco — e também não é obrigada a saber. Mas ela demonstrou ser, realmente, mais uma golpista. Essa é a verdade.

Então, nós temos a certeza de que aqui, nesta Câmara dos Deputados, ainda existe um grupo de Parlamentares que tem juízo, que vai defender a democracia e que vai segurar a barrar; não vai deixar a peteca cair.

Eu quero dizer aos meus colegas que me antecederam que o meu maior orgulho... Eu já participei de muitas votações importantes aqui, mas esta vai ser a mais importante, porque no tempo do Collor eu não estava; eu não era Deputado Federal; eu não pude votar.

Câmara dos Deputados
Fl. 3681
Comissões Especiais

V.Exas. estão se enganados, porque achavam que derrubar a Dilma ia ser como foi derrubar o Collor. Acontece que o Collor chegou lá porque V.Exas. não tinham alternativa. *"Ah, o caçador de marajás!"* Aí, V.Exas. o botaram lá, porque não tinha alternativa e V.Exas. mesmos tiveram que se reunir para tirá-lo de lá — naturalmente, com o nosso apoio; se fosse depender só do PT, ele não ia cair. Foram V.Exas. que não tinham alternativa e tiveram que botá-lo e derrubá-lo, está certo?

Quero dizer ao povo brasileiro que o que a ditadura fez em 20 anos e o que a Nova República fez em 20 anos — são 40 anos: o período da ditadura e o da Nova República — nós fizemos três, quatro vezes mais em 12 anos.

*"Ah, vamos lá, para Belo Monte, porque lá teve propina."* Agora, ninguém tem coragem de dizer que Belo Monte passou 30 anos sendo estudada. Começou no Governo Emílio Garrastazu Médici e passou pelo José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, e Belo Monte nunca teria sido construída. A Dilma e o Lula construíram Belo Monte. No mês que vem, Belo Monte será inaugurada e já está jogando energia no sistema interligado. Belo Monte vai gerar energia para 60 milhões de habitantes, o que equivale à população da França. Vai mandar energia para 27 Estados.

Além disso, pegamos a energia de Tucuruí, passamos por cima da floresta amazônica, e Manaus, que queimava 1 milhão de litros de óleo *diesel* por dia, agora tem energia fornecida pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, graças ao linhão que custou mais de 4,5 bilhões para passar por cima da Floresta Amazônica, sem depredá-la.

Diziam que o Lula não asfaltaria a Cuiabá-Santarém, a Transamazônica. São 2.100 quilômetros no PAC, e já há 1.400 asfaltadas. A produção de soja do Centro-Oeste já chega a Itaituba nos portos e já ganha o mundo por lá.

V.Exas. sem lembram que aqui em Brasília, quando Lula assumiu, era um tratoraço que parecia que iam derrubar o Congresso Nacional. Isso aqui vivia sempre cheio de tratores para renegociar dívidas. Hoje existe tratoraço, mas é no campo, produzindo, e nenhum produtor que compra uma colheitadeira financiada pelo BNDES por mais de 1 milhão de reais perde as

Câmara dos Deputados
Fl. 9682
Comissões Especiais

máquinas para o banco. Aí, vem a advogada dizer que o BNDES financiou os afilhados. O BNDES financiou para empresários do PSDB, da Oposição, que usaram, inclusive, sua economia para fazer campanha contra a Dilma.

Os Programas do Governo Federal — o Minha Casa, Minha Vida, o Luz para Todos, o Mais Médicos —, as creches, as quadras de esportes chegaram a todas as Prefeituras do Brasil: do PSDB, do PPS, do Democratas. Não houve essa história, não.

As máquinas: 2.300 Prefeituras neste País que nunca tinham recebido uma máquina do Governo Federal receberam quatro máquinas do MDA, independentemente de cor partidária. Ninguém perguntou: *"Essa Prefeitura é do PSDB? Essa é do Democratas? Essa é Oposição?"*

Muitos Prefeitos inauguram mil casas, inauguram obras, e, às vezes, nem colocam a placa para fazer propaganda do Governo Federal. Ainda capitalizam, ainda engarupam nessas obras. E não estão errados, não, mas deveriam dizer: *"Esta é uma obra do Governo Federal"*.

Hoje mesmo deixei de ir a uma inauguração de mais de mil casas no Município de Canaã dos Carajás e deixei de estar no Município de Eldorado dos Carajás para o pré-lançamento de uma candidatura do PT, com uma festa com mais de 2 mil pessoas, porque as pessoas lá estão acreditando que essa farsa do *impeachment* não passa aqui na semana que vem.

Então, meus amigos, essa peça, esse *impeachment*, é ilegal e é imoral também. Ele já nasceu sujo — já nasceu sujo —, porque nasce das mãos exatamente do Presidente da Câmara dos Deputados, que nos chantageou. Fui eu que disse para a mídia, para a imprensa, quando me perguntaram: *"Vocês estão com a faca no pescoço?"* Eu disse: *"Não, nós não estamos só com a faca; nós estamos com a metralhadora na cabeça!"*

E aí nós não demos os dois votos. À noite, Cunha reuniu o seu time e colocou o *impeachment*. Quer dizer, se tivéssemos votado para beneficiá-lo, livrá-lo, estaria tudo certo: a Dilma seria boazinha, não haveria pedaladas fiscais, não haveria crime, estaria tudo legal, e V.Exas. não estariam aqui! Nós não estaríamos aqui hoje!

Câmara dos Deputados
Fl. 3683
Comissões Especiais

Que vergonha! Que vergonha! Esta Comissão é pautada pelo Eduardo Cunha, o político que recebeu em uma propina só mais de 16 milhões de reais! Da Lava-Jato! Que vergonha! Um poder ilegal, um poder que foi financiado pela Lava-Jato. O Presidente Eduardo Cunha virou Presidente desta Câmara com dinheiro da Lava-Jato. Era tanto dinheiro, que gastou, gastou e ainda sobrou dinheiro nas contas da Suíça para ser repatriado para o Brasil. E não sei por que o Supremo ainda não agiu. Não sei se vai esperar passar o *impeachment*.

Então, quero dizer que se alguém quiser colocar *outdoor*, eu fico orgulhoso. Se o Pr. Marco Feliciano quiser me financiar uns 500 *outdoors* para colocar no Pará, para dizer *"Zé Geraldo é a favor da Presidente, é contra o impeachment"...*

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Concedo a palavra, por 3 minutos, ao Deputado Pr. Marco Feliciano.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Tem, sim. Foi citado. É assim que tenho procedido, dessa forma.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, ele não foi ofendido...

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Eu só quero agradecer ao Deputado Zé Geraldo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Tenho agido dessa forma desde a primeira reunião. Foi citado, tem a oportunidade de falar.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Mas eu fui citado pelo...

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, o Deputado Paulo está elétrico. Dê um pouco de café a ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Café, não. Café piora.

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - O pão com mortadela fez mal a ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Chá de camomila.

Câmara dos Deputados
Fl. 9684
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Eu queria agradecer ao Deputado Zé Geraldo, com quem nós fizemos uma grande amizade nas últimas semanas. Gravei um vídeo com ele, e ele ficou famoso no mundo inteiro. Então, toda vez que pode, ele me cita, para ver se sai na Internet de novo.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O Deputado Feliciano não foi ofendido.

**O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO** - Deputado Paulo, é o outro aqui; não é V.Exa., não. É o Deputado Zé Geraldo.

Deputado Zé, se eu tivesse dinheiro, eu investiria em tantas coisas! Eu cuidaria de crianças, aquelas que o Governo abandonou; ajudaria os alunos do FIES que perderam sua escola, e tantas coisas mais. *(Palmas.)* Mas eu não posso, infelizmente, fazer para V.Exa. os seus *outdoors*. Mas o Brasil todo já viu. V.Exa. já fez seu *outdoor* aqui. Todo o povo do Pará viu.

E lá nasceu a Assembleia de Deus, a maior igreja pentecostal do mundo. Só dentro de Belém do Pará, a Assembleia de Deus tem milhares de pessoas, que estão assistindo agora, e elas vão dar o recado para V.Exa. nas urnas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Concedo a palavra ao Deputado Marcos Rogério.

V.Exa. dispõe de 10 minutos regimentais.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Brasil vive um momento decisivo em sua história, uma página certamente impensada por muitos que aqui estão e que acompanham estupefatos o desenrolar dos fatos jurídicos, políticos, econômicos e sociais que ora vivemos.

Há muito pouco tempo, foi-nos dito que a esperança havia vencido o medo. Mas veja que, às vezes, o medo é um mal necessário, pois nos torna cautelosos, mais cuidados, mais reflexivos, menos ousados. O medo nos faz menos abusados, menos arrogantes, menos prepotentes, menos presunçosos, menos tanta coisa que agora se vê como nunca antes na história deste País.

Câmara dos Deputados
Fl. 9685
Comissões Especiais

O medo nos faz temer a lei e suas consequências. O medo não nos deixa nos iludirmos com a sensação da impunidade e ignorar as instituições. Não é tão simples assim prescindir do medo.

Parece-me que neste momento o País volta novamente a ter que se debruçar sobre essa dicotomia — esperança e medo; medo e esperança.

O medo, agora, é o de que não venhamos a dar vazão à esperança de que este País possa sair da crise que ora enfrentamos. É com essa esperança que participo desta reunião, grato pela oportunidade de me manifestar perante V.Exas., que ora se debruçam sobre o voto do ilustre Relator, o Deputado Jovair Arantes.

Aliás, não há como deixar de destacar o acerto do Deputado Jovair na confecção do seu voto, que, de forma didática e muito técnica, apreciou o conteúdo da denúncia, a defesa apresentada e todos os contornos jurídicos e políticos que cercam o tema.

Peço licença, todavia, para fazer algumas considerações pontuais que considero relevantes. Principio por verificar que o digno Relator concluiu o seu voto pela admissibilidade jurídica e política da acusação e consequente envio ao Senado Federal para autorização da instauração do processo de *impeachment* da Presidente da República Dilma Rousseff.

O voto detalha com maestria a tipificação de cada conduta: abertura de crédito suplementares por decreto sem autorização legislativa; contratação ilegal de contratações de crédito; crimes contra a probidade da administração. Assim, do ponto de vista jurídico, não resta dúvida da tipicidade da denúncia autorizando seu processamento nesta Casa. Não por acaso a imputação está prevista na lei do crime de responsabilidade, a Lei nº 1.079, de 1950, que trata do tema. Tal previsão decorre da norma constitucional da Carta Republicana de 1988, no seu art. 85, com as previsões dos incisos V e VI da Constituição.

Observo, desde logo, e sem desprezo às opiniões divergentes, que, tanto na Constituição Federal como na Lei Especial, trata-se de rol exemplificativo. Não se trata de rol taxativo, seja na Carta Maior ou na Lei do Impeachment, nós temos rol exemplificativo. Digo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para demonstrar principalmente que o cabimento da denúncia

Câmara dos Deputados
Fl. 9686
Comissões Especiais

deve considerar não somente a estrita capitulação nela contida, mas os contornos gerais da Carta da República, direta ou reflexamente. Ou seja, as condutas imputadas à Presidente da República, além da tipicidade objetiva, a par da lei especial, desbordam-se para um espectro maior que é a Constituição Federal da República.

Portanto, o presente juízo de admissibilidade há de ser o mais amplo possível na esteira do que bem disse o douto Relator em seu voto. Disse ele: *"aliado ao juízo técnico e jurídico sobre a admissibilidade da denúncia, cabe a esta Casa, também, analisá-la tendo como base um juízo político, assim entendido como a conveniência e a oportunidade de se instaurar um processo de tamanha magnitude".*

Exatamente isso. No processo de *impeachment* não se cuida de examinar somente a conduta em si, o ato antijurídico, mas todas as consequências dele decorrentes e, como apontei acima, não somente com base no rol exemplificativo da lei dos crimes de responsabilidade, mas a partir de uma visão geral da própria Constituição Federal.

Mas nesse processo de impedimento, há um impedimento moral, político, social, além da questão econômica que atravessamos diante da atual mandatária deste Governo.

Além de tecnicamente provado, Dilma e seu Governo já admitiram a prática dos atos imputados, como diferente não poderia ser, somente buscando se justificarem pelo fato de que, em outras épocas, atos semelhantes teriam sido praticados. Sem adentrar no mérito, basta dizer primeiro que um crime não justifica outro; segundo, que os crimes também são examinados à luz das suas circunstâncias.

No caso em exame, as circunstâncias são as mais graves possíveis, em detrimento da denunciada. O aspecto político envolvido revela verdadeiro estelionato eleitoral, porque se vendeu ao País uma economia sólida, um governo de gestão responsável, com todo o afã de se buscar legitimidade nas urnas, ou seja, a eleição para a manutenção do *status quo* político-administrativo.

Câmara dos Deputados
Fl. 9687
Comissões Especiais

Ora, a legitimidade das urnas fica fragilizada uma vez que, sabidamente, milhões de eleitores decidiram abonar o sistema econômico, o sistema político-administrativo vigente, acreditando em sua higidez, na correção dos seus mandatários, notadamente, da Presidente da República. Uma vez demonstrado que a realidade era outra, é insofismável concluir que houve fraude eleitoral. Há também este viés, perfeita justa causa para o processo de impedimento.

Desnecessário repetir as violações à Lei Orçamentária, mas gostaria de fazer breves considerações sobre a prática de ato atentatório contra a probidade da administração, como prescreve o inciso V do art. 85 da Constituição Federal.

Aliás, a melhor definição é a que está no art. 11 da Lei de Improbidade e que diz que crime de responsabilidade é atentar contra a Constituição Federal. É ato de improbidade! É ato de improbidade! Pois bem, são princípios da administração pública, os capitulados no art. 37 da Constituição: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A Sra. Presidente ofendeu, infringiu, violou os cinco princípios da administração pública. Os cinco princípios!

Sr. Presidente, a ilegalidade é flagrante diante da contratação ilegal de operações de crédito, pedaladas fiscais e dos demais atos antijurídicos bem descritos na peça inaugural.

A impessoalidade reside na má fé, ou seja, na intenção de beneficiar a si e a seu Governo no viés político-eleitoral, além de se furtar pessoalmente às sanções penais. Deixou de cuidar do interesse coletivo pensando em si. Pintou um cenário positivo, todavia falso, uma máscara grotesca.

Dito isso, também temos um estelionato moral, ofensa à publicidade e ofensa à eficiência. Não preciso falar da ineficiência absoluta deste Governo, do desgoverno que nós temos.

Por tudo isso, Sr. Presidente, o que este Congresso está a fazer é somente processar este impedimento, a par das fortes razões jurídicas e políticas que dão lastro ao presente processo.

Câmara dos Deputados Fl. 9688 Comissões Especiais

Golpe é fazer com o Brasil e com os brasileiros o que estão fazendo: desemprego, violência, falta de investimento e mais do mesmo: mentira, enganação.

Pelo *impeachment* e por um Brasil cheio de esperança voto com o Relator na Comissão e no Plenário.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Passo a palavra ao Deputado Vicente Candido, por 15 minutos regimentais.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO** - Sr. Presidente Rogério Rosso, a quem eu cumprimento neste momento pelo trabalho perseverante, de paciência, de coordenação. Cumprimento o Deputado Jovair Arantes, que não está na Mesa neste momento. Quero registrar o meu respeito e a minha admiração por ele, mas também ao registrando aqui a minha profunda discordância com o conteúdo do seu relatório. Cumprimento os demais Deputados e Deputadas e os telespectadores que nos assistem neste momento.

Eu, desde o primeiro dia aqui nesta Comissão, tenho prestado muita atenção aos discursos proferidos aqui e no Plenário e, especialmente, às exposições dos autores da denúncia que é objeto do nosso trabalho.

Eu vim aqui na expectativa de assistir a uma aula do Professor Miguel Reale Júnior, inspirado no seu pai, que todos nós admiramos como doutrinador no Direito Civil. Vim aqui para assistir à jurista Dra. Janaína, advogada, e também ao Dr. Hélio Bicudo, que foi representado pela sua irmã no dia. Mas tive o desprazer de assistir aqui, naquele dia, a dois ex-funcionários do PSDB, a dois ex-militantes do PSDB: ao Dr. Miguel Reale, que foi Ministro de Justiça do Presidente Fernando Henrique, e à Dra. Janaína, que foi Subsecretária de Justiça no Governo do PSDB em São Paulo.

O Dr. Hélio Bicudo, um dos autores dessa peça, nós do PT conhecemos bem: durante todo o período em que ele foi agraciado com cargos na administração do Partido ou na direção do Partido, ele nunca levantou a voz, uma palavra sequer, contra o Partido dos Trabalhadores. Bastou negar-lhe um pleito para ocupar um cargo em organismo internacional que o Dr. Hélio Bicudo

Câmara dos Deputados FL. 3689 Comissões Especiais

se virou contra o PT, demonstrando, nessa peça, o seu ressentimento, uma atuação ressentida contra o Partido dos Trabalhadores.

O currículo dos autores na área penal é de ser respeitado, mas o currículo dos autores em matéria orçamentária, em matéria econômica, não merece nenhuma consideração de respeito por todos nós. O currículo do escritório dos autores também não tem nenhuma *expertise* nessa matéria.

Tenho o material que eles protocolaram nesta Casa — estou aqui com um dos seis volumes. Chegou-me a informação nesse período de que isso não foi, nada mais, nada menos, do que um ajuntamento de funcionários do Tribunal de Contas da União coordenado por dois membros que, quando foram para o Tribunal de Contas, já foram com o objetivo, com a meta, de perseguir o Governo do Presidente Lula, de perseguir o Governo da Presidente Dilma, de ranço contra o Partido dos Trabalhadores.

Eu não vou me ater muito à tecnicidade — nem vai dar tempo também — e nem vou discorrer muito sobre o relatório do Deputado Jovair Arantes, porque ele já foi aqui exaustivamente debatido, mas queria fazer alguns comentários sobre a denúncia em si.

Como uma denúncia, que é um ajuntamento de anexos, de documentos de funcionários do Tribunal de Contas, entregue aos advogados, no dia 15 de outubro de 2015, denunciava o descumprimento da Lei Orçamentária de 2015?

Na folha 67 desse primeiro volume, está uma solicitação dos autores pedindo para que a Câmara Federal solicitasse e enviasse a eles várias informações e documentos, documentos ainda de posse do Tribunal de Contas, que, até o momento, está analisando a peça orçamentária da despesa da Presidente Dilma.

A Câmara não entregou esses documentos que estão na página 67, porque não tinha com entrega-los. O Presidente Eduardo Cunha defere esse pedido no dia 9 de dezembro ou no dia 2 de dezembro, se não me falha a memória. Também não havia acabado o ano orçamentário, a gestão daquele ano. Ora, como uma peça dessa natureza requer credibilidade, se feita por militantes do PSDB, por ex-funcionários do PSDB, no meio do exercício? Não foram entregues a eles vários documentos e informações solicitados à Câmara

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 969

Federal, e eles fazem a denúncia com a tal consistência do descumprimento da Lei Orçamentária.

O dia em que o Presidente Eduardo Cunha deferiu o processo de *impeachment* — todos nós nos lembramos do momento — foi exatamente o dia em que a Câmara, por 385 votos, votou o PLN 5/15. Se havia alguma ilegalidade, ela foi sanada naquele momento, com a aprovação daquela lei, por ampla maioria desta Casa.

Então a peça jurídica não requer credibilidade. A origem da peça, os autores da peça, os funcionários do Tribunal de Contas que entregaram para os autores os anexos, os documentos, esse ajuntamento de documentos, não merecem consideração e não merecem o nosso respeito nesse processo.

Indo para o campo político, tentando aqui me defender um pouco, como fizeram aqui todos os membros do Partido dos Trabalhadores, fica aqui uma grande indagação. Muitos que discursaram aqui e defenderam o *impeachment* disseram que estão tentando se sintonizar com as ruas. Mas que sintonia é essa com as ruas em que a Oposição desta Casa não consegue falar, acompanhar um ato nas praças públicas de São Paulo? Quem vai governar o Brasil caso o processo do *impeachment* seja vitorioso aqui? Vão ser os donos dos meios de comunicação que estão promovendo esses atos ou serão os partidos de oposição que estão aqui dizendo que estão promovendo esses atos?

Mobilização por mobilização, povo por povo, eu faço um desafio aqui: juntem todos os partidos de oposição desta Casa e vamos para qualquer praça de São Paulo ou do Brasil contra o Partido dos Trabalhadores, sem que se use o poder da mídia, a influência da mídia, o ódio da mídia, e vamos medir quem é que tem capacidade de mobilizar neste País.

Nós tivemos a mídia contra os nossos atos. Chamamos pelos carros de som, pelas mídias sociais, pelas portas de fábricas e colocamos tanta gente nas ruas quanto colocou a Oposição, que fez chamados pelos grandes meios de comunicação do Brasil. Então, se isso é sintonia com as ruas, nós também temos gente para se sintonizar com esta Casa aqui. E nós vamos ver aqui, no

Câmara dos Deputados
Fl. 9691
Comissões Especiais

dia 17, se a votação se der no domingo, quem é que vai colocar mais gente em volta do Congresso Nacional.

É bom que aqueles que, enganados pela mídia, influenciados pela mídia — não pelos partidos de oposição, que não têm capacidade de mobilizar, não têm credibilidade para mobilizar, não conseguem falar nos atos em que vão e que dizem ser deles —, façam uma reflexão: se o nosso Governo está mal, se o nosso partido está mal, está sendo acusado de tudo quanto é situação neste momento, quem é que deveria estar, neste momento, disparado nas pesquisar para ser o próximo Presidente da República? Deveria ser aquele que perdeu as eleições, que teve 48% dos votos no segundo turno. Qual é a situação do nosso grande opositor hoje, aqui no Brasil? Quem é da Oposição que pode se vangloriar de estar bem neste momento, já que toda carga de preconceito, de ódio, de mentiras é para cima do Partido dos Trabalhadores? Quem é que está ganhando com isso na política brasileira? Quem é que vai conduzir o Brasil, caso passe aqui o processo de *impeachment?* Quem é que está com moral, com autoridade para construir o chamado governo de união nacional que, vira e mexe, eu ouço ser mencionado aqui pelos corredores do Congresso?

Terá muito mais condições, Deputado, aquele que está mobilizando as pessoas que têm consciência política, as entidades que têm história neste Brasil, que prega a decência, que não prega o ódio, que implantou aqui neste País a dignidade, a civilidade; aquele partido que tirou milhares de pessoas da miséria, que colocou um monte de jovens negros pobres da periferia dentro das melhores universidades do Brasil; aquele que recuperou o salário mínimo — e hoje nós temos o melhor salário mínimo da história do Brasil —; aquele que deu dignidade aos trabalhadores, que colocou milhares de trabalhadores para fazerem política no Brasil — mulheres, negros, homens, índios. Foi para isso que nasceu o Partido dos Trabalhadores. Aqueles que, às vezes, hoje, induzidos pela mídia brasileira, estão nos vaiando, estão nos agredindo, poderão ser aqueles que, daqui a 3 ou 4 meses, no caso de um afastamento da Presidente Dilma, vão sentir saudade do Partido dos Trabalhadores.

Câmara dos Deputados
Fl. 3692
Comissões Especiais

Foi assim em muitos momentos da história. Foi assim com o Presidente Getúlio Vargas. Muitos, no dia da morte do Presidente Getúlio Vargas, que faziam protesto contra ele, no dia seguinte já estavam chorando a sua morte.

Aqueles que sabem da história, do compromisso, que conhecem a nossa história, sabem com quem contar na hora H. Quando se colocar na pauta do plenário desta Casa o projeto de reforma tributária, taxando as grandes fortunas, taxando as altas rendas, tirando tributo do salário dos trabalhadores, saberão que podem contar com o Partido dos Trabalhadores e com os partidos aliados historicamente. Aqueles que estão hoje sendo induzidos pela mídia sabem que, na hora de votar no plenário desta Casa a reforma política contra a influência do poder econômico no processo eleitoral, podem contar com o Partido dos Trabalhadores pela sua história, pela sua inserção social, pelas suas lutas. Então, vamos ver que popularidade baixa não é motivo para impichar qualquer Presidente, qualquer Prefeito, qualquer Governador.

Nós hoje estamos nessa situação. Mas, a partir de 2003, quando pegamos este Brasil com a inflação nas nuvens, com juros estratosféricos, com o maior desemprego da história do Brasil — muito maior do que hoje —, esse partido consertou o Brasil, deu dignidade ao País e aos trabalhadores. Sabem dessa história, sabem com quem podem contar.

Não serão aqueles que tiveram oportunidade de ganhar as eleições, mas perderam. Perderam quando compararam a história do nosso adversário com a história da nossa candidata, da nossa Presidente e do nosso partido e perceberam que não era ali que teria melhores salários, que não era ali que teria mais jovens negros dentro das universidades, que não era ali que teria dignidade para os índios, para o povo pobre deste País e para classe média trabalhadora deste Brasil.

É por isso que nós não temos vergonha, não temos medo de dizer que somos contra o golpe, contra o *impeachment* da Presidente Dilma e do Partido dos Trabalhadores.

Um abraço a todos.

Muito obrigado.

Câmara dos Deputados
Fl. 9693
Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Rosso) -** Obrigado, Deputado.

À 1h54min da manhã, passo a palavra ao Deputado Marcelo Aro.

Nos termos regimentais, V.Exa. tem 15 minutos para seu pronunciamento.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO -** Sr. Presidente, nobres colegas, é importante, neste momento, lembrar a todos que aqui estão e àqueles que estão nos acompanhando em casa o motivo que nos trouxe até aqui.

Quando tomei a decisão de viver a vida pública, eu tinha mais ou menos 17 anos. A convite de um amigo que havia passado em um concurso, em Januária, norte do meu Estado, Minas Gerais, fui conhecer aquela cidade, a realidade daquelas pessoas. Lá, durante a minha estadia, o meu amigo me levou para conhecer uma família, uma mãe, cujo marido havia deixado a casa por problema de alcoolismo. Essa mãe cuidava de três crianças. Aquela casa me lembrava aquela música que diz que a casa não tinha teto, não tinha nada. Era uma casa sem estrutura nenhuma. Estrutura essa que falta hoje em inúmeras casas no nosso País. Era o horário do almoço. Eu olhei para aquelas crianças assentadas no chão, comendo só arroz no prato, com colher, quando uma das crianças começou a urinar perto do seu prato. Eu olhei para aquilo — a criança com deficiência mental —, olhei para a mãe e ela me disse: *"Olhe, eu não consegui comprar o remédio que ela tinha que tomar. Não tinha no posto de saúde. E é por isso que ela está nesta situação, que ela está fazendo isso".*

Aquilo tocou o meu coração. Eu saí dali disposto a trabalhar para mudarmos a realidade daquela família. De imediato, eu pensava em voltar à minha cidade natal, Belo Horizonte, Capital, fazer um evento beneficente e mandar recursos para aquela família. À noite, eu perguntei para aquele meu amigo como eu poderia mudar a vida daquela família. Ele falou: *"Marcelinho, eu tenho estudado muito. E chego à conclusão, a cada dia mais que estudo, de que a forma que nós temos para mudar essa realidade é através da política".*

Aquela foi a primeira vez que a palavra política entrou no meu coração sem nenhuma rejeição. Eu disse: *"Então, se é assim, eu quero seguir essa vida. Eu quero ser político. Eu quero trabalhar pelas pessoas".* E, logo depois,

Câmara dos Deputados
FL. 9694
Comissões Especiais

estudando, descobri que o Papa Pio XII também falou algo muito parecido. Ele falou: *"A maior forma de se promover caridade é através da política"*.

Em 2014, o povo mineiro, os mineiros e as mineiras, me deu uma procuração para representá-lo nesta Casa, na Câmara dos Deputados. E eu vim aqui, nobres colegas, para discutir assuntos importantes para o nosso País, como por exemplo, a segurança. Nós somos um dos dez países mais violentos do mundo. São 60 mil homicídios por ano. Vim aqui também para discutir saneamento básico, esgoto, energia elétrica, água potável — segundo a ONU, hoje, mais de 50% dos brasileiros ainda não têm saneamento básico adequado —, e vim, sobretudo, trabalhar para nós, juntos, combatermos, de maneira eficaz, a corrupção no nosso País.

Mas 1 ano e meio se passou, e nós falamos muito pouco sobre esses assuntos. Não fizemos aquilo que tínhamos que fazer. Sabem por quê? Porque o Brasil, hoje, só tem uma pauta: a crise política, a má gestão do Governo Federal e os inúmeros casos de corrupção. E aqui vale a pena citar alguns, que não podem passar despercebidos nesta Comissão, a começar pela PETROBRAS, que, num esquema de corrupção, já teve desviados, hoje, calcula-se, 50 bilhões de reais. Nós, que estávamos acostumados com o mensalão, que movimentou algo em torno de cento e poucos bilhões, ficamos chocados com um escândalo de corrupção de 50 bilhões de reais na PETROBRAS. A Presidente Dilma Rousseff era a Presidente do Conselho Administrativo e sabia, sim, do que estava acontecendo lá. Ela tinha conhecimento de tudo e servia disso para si própria, para o seu partido e o seu projeto de poder.

Não posso deixar aqui de falar da delação de alguém que era nada mais, nada menos do que o Líder do Governo no Senado, Delcídio do Amaral, em que ele afirma que Lula e a Presidente Dilma sabiam de tudo. O Ministro da Educação — pasmem-se! —, o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, tenta obstruir as investigações da Lava-Jato. Também assistimos, recentemente, à Presidente Dilma mandar o "Bessias" entregar um documento ao ex-Presidente Lula para que tomasse posse como Ministro da Casa Civil, um dos principais Ministérios do nosso País, a fim de que ele não fosse preso.

Câmara dos Deputados
Fl. 9695
Comissões Especiais

E, como ele bem disse lá atrás: *"O pobre, quando rouba no País, vai para a prisão; o rico, quando rouba, vira Ministro".*

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Tinha que falar sobre a CBF, sobre o escândalo da CBF.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - E ele estava profetizando.

Podem atacar. Esse é o papel do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - Vamos respeitar! A palavra está com o orador.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Esse é o papel do PT. Mas eu não vou me calar.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Tinha que falar sobre o escândalo da CBF.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - Deputado Paulo Pimenta, peço a V.Exa. silêncio. Todo mundo ouviu todos os oradores aqui com toda a educação.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - É que ele falou de maneira injuriosa sobre o Presidente Lula.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Peço tempo. O tempo, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - Ele tem o direito de falar...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - Ele tem o direito de dizer aquilo que quiser no tempo dele. V.Exa. toma a medida que quiser, juridicamente, depois, mas aqui, não; aqui está resguardado o direito dele de falar, e ele vai continuar falando.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Não! Sai para lá! Deixe o Deputado falar!

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

Câmara dos Deputados
Fl. 9696
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Que questão de ordem?! Deixe o Deputado falar!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - Não há questão de ordem.

Com a palavra o orador.

Eu peço, por favor, Deputado Paulo Pimenta, que V.Exa. respeite esta Presidência e os seus pares.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - Não vai haver questão de ordem, porque V.Exa. está querendo única e exclusivamente tumultuar uma reunião que está sendo seguida de forma correta e adequada. *(Manifestação no plenário.)* V.Exa. não vai tumultuar esta reunião, porque não tem, regimentalmente, respaldo o seu pedido. Não tem nenhum respaldo.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - V.Exa. não vai tumultuar. Não vai tumultuar. V.Exa. não vai tumultuar.

A palavra continua com o orador, o Deputado Marcelo Aro.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, eu vou citar o artigo que embasa a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - Não há artigo nenhum a ser citado, porque o Deputado está no meio da sua fala. V.Exa. faz a questão de ordem após o término da fala do orador inscrito.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - Com a palavra o orador.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Agradeço a devolução da minha fala...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

Câmara dos Deputados 3697 Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Quero dizer que não vão me intimidar.

Eu sei, Deputado, que a verdade dói, mas eu não deixarei de dizê-la aqui. *(Palmas.)* Não adianta tentar me intimidar, Deputado. V.Exa. vai escutar a verdade.

Como se não bastasse, não aprenderam com a nomeação do ex-Presidente Lula e continuam na tentativa de comprar votos de Deputados no processo de *impeachment*, agora, dando cargos, dando outras coisas. Não aprendem!

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - E eu quero dizer a você que está nos assistindo que, nesta semana, eu trouxe a esta Comissão um boneco com a roupa de presidiário e a imagem do ex-Presidente Lula. E não fiz isso com alegria...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, não se pode permitir injúria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - Esta Presidência acaba de decidir que vai retornar ao orador mais 1 minuto e meio do seu tempo, porque ele está sendo interrompido a todo segundo. *(Palmas.)* Esta Presidência não vai admitir isso.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Eu quero fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - Enquanto ele estiver sendo interrompido, o tempo vai ficar parado. E eu vou retornar o tempo dele.

V.Exa. não vai tumultuar aqui. Faça a questão de ordem por escrito. Enquanto ele estiver falando, V.Exa. não vai falar.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - Então, V.Exa. acione a Justiça.

*(Tumulto no plenário.)*

Câmara dos Deputados 3698 Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - Eu estou como Presidente em exercício e não pergunto a ninguém. Eu me reporto a V.Exa. Eu estou como Presidente em exercício. V.Exa., se quiser, que acione a Justiça.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - Enquanto V.Exa. estiver tumultuando, mais tempo vai ser dado ao orador. Que fique muito claro. Que fique muito claro isso.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - O tempo vai ser dado ao orador.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - V.Exa. sabe muito bem que está tumultuando...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Injúria é crime.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Sampaio) - V.Exa. está tumultuando a reunião sem nenhuma razão para isso.

Concedo mais 1 minuto e meio para o orador.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Ele quer tumultuar, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Agradeço, Sr. Presidente.

Continuando a linha de raciocínio, eu não trouxe a imagem do ex-Presidente Lula com roupa de presidiário com alegria. Não. Foi com tristeza. Com muita tristeza, aliás.

O que eu estou fazendo aqui nesta Comissão é uma função atípica, como aprendi nas minhas aulas de Direito. A minha função típica não é essa. Se eu gostasse de julgar alguém, estaria do outro lado da Praça dos Três Poderes. Mas o fato é que aqui estou e tenho que falar das pedaladas fiscais do Governo Federal, da Presidente Dilma Rousseff, pedaladas que são um apelido para algo muito sério, uma verdadeira fraude, um crime que a Presidente cometeu ao pegar dinheiro de bancos públicos para sustentar um Governo falido; um dinheiro usado para a corrupção. E alguns podem dizer: *"Não. Era para pagar programas"*. Não. Dinheiro havia. Tanto havia que da

Câmara dos Deputados
Fl. 3695
Comissões Especiais

PETROBRAS eles desviaram mais de 50 bilhões. Dinheiro havia: dinheiro usado para financiar campanhas eleitorais e a corrupção.

E sabem o que mais me deixa indignado com essa situação, neste momento? É escutar Deputados da base governista tentando minimizar o crime que a Presidente cometeu, tentando dizer que era coisa pequena. Não. Não era coisa pequena, não foi coisa pequena. O que o Governo fez impacta na vida de milhões de brasileiros, pois deixa milhões de desempregados, leva à recessão, à inflação. E é por isso que hoje nós estamos aqui para dizer que sim, ela cometeu um crime de responsabilidade.

Mas agora eu peço vênia aos colegas aqui presentes e quero me dirigir a você que está nos escutando em casa: olha, falta muito pouco; falta isso aqui, isso aqui para nós conseguirmos aprovar o *impeachment* na Câmara dos Deputados. São 2 horas da manhã. Faltam exatamente 8 dias para julgarmos o processo de *impeachment* na Câmara Federal. Pelas minhas contas, hoje nós temos 305 votos favoráveis ao *impeachment*, temos 124 votos contrários e temos 84 indecisos. Ou seja, precisamos de 37 votos desses indecisos.

E aí vai o meu apelo a você que está nos escutando até agora: vá para as ruas. Não perca o poder de se indignar; mobilize os seus amigos, os seus familiares, os seus vizinhos; ocupem as praças, cantem o Hino Nacional e mostrem que nesta Terra de Santa Cruz não há homem acima da nossa lei. Mesmo o PT, que não votou com a nossa Constituição, também agora tem que obedecê-la.

Vamos mostrar que eles não estão acima da nossa Carta Maior. Vamos todos mostrar que nós acreditamos num País melhor, num País que nos encha de orgulho, num País que dê condições iguais para os seus filhos, num País que cresça econômica e socialmente.

Mas, para terminar as minhas palavras, eu quero me dirigir à Sra. Presidente da República, Dilma Rousseff. Sigo o que aprendi antes de entrar na vida pública, lá na minha Paróquia Nossa Senhora Rainha — muito antes de entrar na vida pública. Aprendi que ou nós vivemos de acordo com aquilo em que acreditamos, ou nós acabamos acreditando naquilo que vivemos. A senhora falhou, Presidente. A senhora falhou como líder. A senhora falhou

como exemplo. A senhora falhou como Presidente. A senhora falhou ao deixar que essas coisas acontecessem com esse povo tão sofrido. A senhora falhou, e continua falhando, ao não abrir mão desse projeto eterno de poder que a senhora e seu partido construíram. E o mais grave de tudo: a senhora falha ao querer nos convencer daquilo que a senhora tem vivido: um mar de lama. E isso, Presidente, isso nós não podemos admitir.

Mas eu credito que, assim como a escuridão da noite sempre é muito mais escura e sombria do que o amanhecer, o seu *impeachment* Presidente, será a nova alvorada para todos nós. Eu acredito que o seu *impeachment* será a nova luz, o renascer do sol, da claridade, da verdade na vida das pessoas deste País.

Não vão me intimidar, Sr. Presidente! Eu direi as verdades que precisam ser ditas nesta Casa, porque foi o trabalho que o povo de Minas me confiou.

Chega, Presidente! *Impeachment* já! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu gostaria de chamar os próximos oradores.

Deputado Jorge Solla. *(Pausa).*

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Eu tenho direito a uma questão de ordem. É regimental. Eu tenho direito a uma questão de ordem ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Imaginemos algumas questões de ordens formuladas aqui. Como havíamos acordado, todas as questões de ordens serão feitas por escrito. Senão, nós não sairíamos antes da 10 horas da manhã.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Mas é uma questão de ordem que tem a ver com o andamento dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Portanto, V.Exa., que tem todo o nosso respeito, traga a questão de ordem por escrito, e é claro que eu a lerei.

Eu gostaria de chamar o Deputado Jorge Solla. Ele está presente?

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Não está. Vai passando.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O senhor não vai me deixar fazer a questão de ordem.

Câmara dos Deputados
Fl. 9701
Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Claro. Vou deixar.

O Deputado Edmilson Rodrigues está presente? *(Pausa.)*

O Deputado Valmir Prascidelli? (*Pausa.*)

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - É porque ele está abandonado, sozinho. O PT foi embora e o deixou sozinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputada Maria do Rosário (*Pausa).*

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Concedo a palavra ao Deputado Bebeto.

V.Exa. dispõe de 15 minutos, conforme prevê o Regimento.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vai poder, sim, senhor. Claro que pode! Vou abrir para V.Exa. já, já. Vamos só avançar mais um pouco.

Deputado Bebeto, V.Exa. dispõe de 15 minutos, conforme o Regimento.

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Eu quero inicialmente registrar, Presidente, que, quando da inscrição de cada um dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas na lista para realizar uma intervenção nesta Comissão, cada um dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas, a seu juízo, expressando como parte da sua crença, do seu compromisso político...

Quero lamentar a forma que esta Mesa estabeleceu como precondição para inscrição nas listas, previamente estabelecendo aqueles que falariam favoravelmente ou contrariamente, quando, na verdade, os membros natos desta Comissão poderiam ter a liberdade de aqui se expressar e tecer comentários, independentemente de uma prévia condição favorável ou contrária à matéria.

Esta é uma forma que nós não podemos aceitar. Ela é uma condição que valora previamente a posição da Deputada ou do Deputado, e sem este registro nós não poderíamos seguir à frente. Portanto, faço este registro, até

Câmara dos Deputados Fl. 9702 Comissões Especiais

porque nós precisamos ter a liberdade de opinar e estabelecer claramente as nossas posições, sem esta condição que nos foi apresentada previamente.

Eu digo isto, Sr. Presidente, com a tranquilidade e com a clareza de que aqui a imprensa está realizando seu trabalho com toda a liberdade. É fundamental que a própria imprensa fiscalize a posição dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas com liberdade, como um importante esteio da democracia, e produza as informações com segurança para a própria sociedade.

Mas ali, ainda há pouco, verificou-se que... E eu, por prudência, fiz, como tantos outros Deputados, minha inscrição na lista dos que falariam a favor e na dos que falariam contra a matéria, porque esta não poderia ser uma condição prévia para a inscrição e a fala das dos Srs. Deputados e da Sras. Deputadas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Conforme o § 1º do art. 172 do Regimento Interno. Esta Presidência não abrirá mão do Regimento.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - V.Exa. teria que garantir a liberdade, Sr. Presidente. E faço este registro...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Esta Presidência não abrirá mão do Regimento.

V.Exa. dispõe de mais 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Entendo. O tema já está superado. Mas V.Exa. não pode me interromper. V.Exa. poderia falar depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - V. Exa. tem mais 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - V.Exa. tem sido tão cordato, tão respeitoso com os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - É que V.Exa. coloca de uma forma...

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Mas eu posso fazer isso, com o direito à inviolabilidade da minha palavra, que V.Exa. deve respeitar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O.k. V.Exa. tem o meu respeito e pode continuar.

Câmara dos Deputados Fl. 9703 Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Disto isto, Sr. Presidente, eu quero, distintamente de tantos outros Deputados, mas com a responsabilidade que caracteriza a posição de cada um de nós, dizer que sobre esta Comissão repousa uma importante decisão não apenas sobre o fato de tirar ou não a Presidenta, de mantê-la ou não, mas sobre a condição de cada um de nós decidirmos sobre o destino do nosso País.

Aqui nós temos teses para todos os gostos. E isso não é um mal; não é um crime. Esse cipoal jurídico em que se transformou este debate em torno das condições ensejadoras da tipificação da conduta do crime de responsabilidade da Sra. Presidenta da República reúne teses que, à luz do comportamento, do perfilamento político, do contexto e dos próprios entendimentos legítimos que cada um aqui defende, vão ganhando emoções e, de acordo com o território e as trincheiras nas quais se perfilam aqueles que as defendem, vão eles, objetivamente, apresentando as suas razões. E essas razões, para uns, são substantivas e, para outros, são razões que falseiam, portanto, a própria condição substantiva que enseja o crime de responsabilidade, por uma absoluta ausência de fundamento jurídico.

Respeito essas teses de modo profundo, democrático, como deve ser. No entanto, na minha opinião, essas teses, por mais que cada lado as defenda, não podem — não há essa possibilidade — fugir daquilo que tem sido, no imaginário coletivo, o que povoa, pelo menos pelo que eu tenho visto, as intervenções e os debates, que é sobretudo a compreensão, o juízo político, independentemente da condição jurídica em que se deveria assentar o relatório final. A condição é muito mais política, de acordo com as decisões, do que efetivamente jurídica, como tantos outros têm dito.

Sr. Presidente, nesse sentido, eu gostaria de considerar algumas condições. Obviamente, o *impeachment* deve ser parte — e ele é — do ordenamento jurídico. Eu não me somo, não me perfilo — e aqui, com todo o respeito aos companheiros amigos do PT, do PCdoB — a essa ideia de que o *impeachment* é golpe. Não! Ele está no ordenamento jurídico. Ele está, portanto, como um valor conquistado pela sociedade na Constituição de 1988, no limite do que deve ser a responsabilidade imputada a um Presidente.

Câmara dos Deputados
Fl. 3704
Comissões Especiais

E esta Casa — o Constituinte originário, sobretudo — fez com que as suas ações se associassem a um esforço de um novo ciclo da política e de uma nova compreensão da sociedade, para não permitir que o Presidente agisse livremente, sem um poder controlador, sem condições legais que pudessem indicar-lhe os limites do que a lei estabelece como uma condição para a sua atuação.

Assim, a Constituição estabeleceu claramente quais são esses limites e, porquanto, não posso eu aceitar a tese de que o *impeachment* é um golpe. Não a aceito. Ele é sobejamente reconhecido pela sociedade, por todos nós, como um valor, porque as suas condições estão na própria Constituição, e a legislação é esteio fundamental da democracia brasileira. E nós precisamos considerar esse valor.

No entanto, ao não considerar o *impeachment* um golpe, também não posso considerar que ele, o *impeachment*, possa estar dissociado do fundamento que a própria democracia reclama, que é o respeito ao processo legal, o respeito à própria legislação que nós temos neste País.

E, para mim, Sr. Presidente, é muito caro... Eu não sou desse mundo jurídico; não sou versado, não pertenço ao mundo das ciências jurídicas, mas, como cidadão, como trabalhador e como Deputado que estou, tenho a devida responsabilidade com o cumprimento da legislação, até pela minha vivência numa área de atuação, que é o mundo sindical. Esta Casa, ao estabelecer, como parte do ordenamento jurídico, condições para que os próprios trabalhadores, ao exercerem o direito de greve, levassem em consideração, como uma condição primeira, o respeito à legislação, para não adotarem qualquer atitude à revelia desse ordenamento jurídico, eu aprendi que, às vezes, nós pagamos um preço muito alto quando inobservamos os aspectos de que trata a lei para condicionar e legitimar inclusive o meu direito de reivindicar. Por exemplo, esta Casa aprovou uma lei de greve. Se eu não a observar, eu tenho, portanto, a severidade da lei, que atinge não apenas as instituições de trabalhadores, mas atinge os trabalhadores que inobservarem e fizerem uma greve distante do que a lei estabelece.

Câmara dos Deputados
Fl. 9705
Comissões Especiais

Esse, para mim, é o fundamento da democracia; é o fundamento que todos nós devemos respeitar. Se para mim e se para os trabalhadores vale — e esta Casa foi esteio —, por que não pode valer para todos, inclusive para a Presidente e para esta Casa, para cada um de nós, respeitado o devido processo legal? Temos que respeitar o devido processo legal.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é fácil decidir apenas em função da existência ou não de fundamento legal. Por isso, na minha opinião, este é um processo que foge à regra, e, pelas falas, tem uma natureza muito mais política, é pautado muito mais pela situação que nós vivemos neste País.

E os contornos deste processo de *impeachment* estão, na minha opinião, estabelecidos com alguns indicadores. Quais são esses indicadores? Indicadores da crise econômica que nós vivemos, com forte retração do processo econômico, com a desconfiança de parte do mercado em relação ao momento político que o Brasil vive, com baixo nível de investimentos — alimentado por essa desconfiança —, com a corrupção que nós temos neste País.

Deste ponto de vista, há que separarmos o que é a corrupção — e queremos o aprofundamento das investigações pela Lava-Jato —, porque não se pode confundir o trabalho da Justiça, o que ela realiza, com o que nós aqui estamos a analisar como parte do fundamento para levar à frente a possibilidade de aceitarmos, na Câmara, a admissibilidade desse processo, no âmbito do Parlamento. Uma coisa é uma coisa, e outra coisa é outra coisa. Há de se separar.

Nós temos a clareza de que os contornos desse *impeachment* relacionados a esses índices econômicos, com baixo investimento, desemprego e alta inflação, vão formando na subjetividade de cada um — e eu não posso valorar aquilo que subjetivamente cada um entende e que leva à formação do seu juízo de valor —, nesse universo, uma condição, na minha opinião, distanciada do que, do ponto de vista constitucional, nós temos como garantia, como fato ensejador para tipificar um crime cometido pela Presidência. Dessa forma, nós vamos muito mais numa linha, na minha

Câmara dos Deputados
FL. 9706
Comissões Especiais

opinião, da formação de um juízo político — é jurídico-político, mas ele tem uma prevalência maior política neste momento.

Por isso, Sr. Presidente, é uma decisão de caráter político a que aqui está se adotando e entendo — e, para ficar no tempo, vou encerrar — que nós, sinceramente...

E aqui eu quero falar da minha posição. O PSB e eu, particularmente, como membro desta Comissão indicado pelo partido, temos a clareza de que a Presidenta cometeu erros; a clareza de que a Presidenta tem baixo índice de popularidade; a clareza de que, do ponto de vista econômico, nós vivemos um drama neste País; a clareza de que nós temos um desemprego galopante; a clareza de que nós devemos, sem sombra de dúvidas, considerar a responsabilidade fiscal como uma conquista da sociedade — ela é uma conquista pública da sociedade; são valores que nós não podemos deixar de considerar. Mas, Sr. Presidente, o fato mais objetivo diante de tudo isso é: o nosso julgamento será exclusivamente político ou será um julgamento em que nós teremos que nos valer e nos lastrear em dados jurídicos que deverão formar o nosso juízo político da decisão, porque esta é uma Casa política?

E aí existe uma dúvida. Se entre os juristas há uma dúvida; se entre membros desta Comissão — não falo da totalidade deles — prevalecem dúvidas ainda, há que se considerar que não está completamente pacificada, sob o ponto de vista geral desta Casa, ou mesmo da sociedade, a ideia de que os crimes já estão clara e robustamente identificados, a ponto de nos conduzirem à posição de que esta Casa assuma a decisão da admissibilidade deste processo e o encaminhe ao Senado.

Portanto, eu tenho uma posição. No nosso partido nós temos refletido, e construímos uma curva de amadurecimento desse processo no longo debate entre os Deputados que compõem a nossa bancada, Deputados experientes, Deputados até com mais de oito mandatos nesta Casa, Deputados que têm e que devotam valor à democracia. Dizer valor à democracia não é dizer valor daquilo que estão defendendo como golpe. Valor à democracia na acepção plena da palavra — plena da palavra! — de que é um valor do qual não

Câmara dos Deputados
Fl. 9707
Comissões Especiais

podemos de forma nenhuma nos afastar, seja qual for o resultado do que vamos enfrentar como decisão no dia 17.

Mas mais do que isso, a pergunta que se impõe e a inferência que cada um de nós devemos fazer é: feito esse processo, tomando como hipótese a possibilidade de esta Casa decidir, o que vamos encontrar no dia seguinte? Aí, Sr. Presidente, tenho preocupações, não com o Sr. Michel Temer ganhar e assumir, mas com o que vamos, no *day after* a esse processo, realizar.

Eu, como trabalhador, tenho uma preocupação. A FIESP faz uma ofensiva muito grande ao ouvir o Sr. *Benjamin Steinbruch dizer o seguinte: "É preciso desregulamentar o mercado de trabalho. No Brasil nós temos muitos direitos para os trabalhadores." E apresentou em vídeo um país onde um trabalhador come, com marmita na mão, e tem 15 minutos para repouso e refeição, e aqui no Brasil tem 1 hora para repouso e refeição. É inadmissível alguém que defende essa posição, ou que se soma a um esforço da FIESP colocar como primeira condição a desregulamentação do mercado de trabalho. Isso coloca em dúvida até aqueles que têm a boa vontade de dar um passo à frente para ajudar na construção de um governo de união nacional, saber quem vai prevalecer, que modelagem teremos no interior desse possível — possível, porque não está definido — novo governo.*

*Portanto, preocupa-nos. Tenho a clareza como homem de partido. Encerro dizendo que não definimos nossa posição. Na segunda-feira nosso partido terá reunião da Executiva. Eu, que tenho ouvido e aprendido muito nesta Casa, por certo haverei de adotar com mais segurança, com debate político no nosso partido, uma posição para apresentar na reunião da segunda-feira, em relação ao nosso voto. (Palmas.)*

***O SR. PRESIDENTE*** *(Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado.*

*Com a palavra o Sr. Deputado Sóstenes Cavalcante. Nos termos do Regimento, V.Exa. tem 10 minutos.*

***O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE*** *- Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, às 2h29min, depois de 10 horas e 29 minutos do início dos trabalhos, tenho a oportunidade, como o 46º inscrito, de falar numa reunião histórica para o País, histórica porque no Brasil uma das coisas que mais*

Câmara dos Deputados
Fl. 9708
Comissões Especiais

*valorizamos é a democracia, outras coisas a que também damos muito valor são nossos símbolos pátrios, tal como nossa Bandeira. E é em nome do civismo, da democracia, da legalidade, da nossa regra máxima — Pátria, Constituição Federal —, que estamos nesta reunião histórica, que irá na próxima semana para o plenário, simplesmente porque existe neste País uma Constituição.*

*Os Constituintes estabeleceram no art. 85, o seguinte texto:*

> *"Art. 85. São crimes"* — crimes, repito, bem claro — *"de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e,"* — vírgula — *"especialmente,"* — vírgula — *"contra:*
>
> .....
>
> *V - a probidade na administração;*
>
> *VI - a lei orçamentária."*

Portanto, você brasileiro que está em casa, nós ouvimos aqui inúmeros argumentos expostos por vários colegas, a favor e contrários, no campo jurídico. Eu quero tentar ser mais didático e pedagógico com o pedreiro que nos assiste em casa, com a dona de casa, com a pessoa mais simples. Normalmente, quando se vai a uma loja comprar um eletrodoméstico, junto com esse eletrodoméstico vem um manual, escrito: *"Você não pode ligar dessa forma; a energia dele é 110 volts ou 220 volts"*. Ali vêm todas as orientações.

O manual do nosso País é a Constituição. Quando um Presidente da República ou qualquer um de nós Deputados, que temos função pública, assume o cargo, juramos cumprir o que está no texto constitucional. Portanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal é existente.

Vou dar outro exemplo prático para entender o que aconteceu com a Presidente Dilma, e não adianta ela se fazer de vítima, nem seus colegas partidários. É o mesmo que você passar por um semáforo vermelho, na sua cidade, dez vezes. Passou uma, duas, três, dez vezes. Ninguém viu, não havia guarda, não havia radar. De repente, a Prefeitura colocou um guarda ou um radar, você passou e o radar fotografou ou o guarda anatou sua placa. A multa

Câmara dos Deputados
Fl. 9709
Comissões Especiais

vai chegar a sua casa. Você não vai poder falar: *"Ah, eu passei dez vezes, ninguém viu e agora chegou a multa?"* Agora o radar viu!

Presidente Dilma, agora este Congresso viu. Se outros Presidentes, Prefeitos, Governadores cometeram crime de responsabilidade fiscal e ninguém viu, o problema é deles. Agora a 55ª Legislatura do Congresso Nacional detectou: V.Exa. cometeu crime sim! Nós não estamos julgando ainda, porque quem julga é o Senado. Aqui só vamos dar ou não a admissibilidade. É o que vamos fazer. Eu tenho convicção de que vai ser aprovado aqui sim. Tenho convicção de que faltam muito poucos votos dos indecisos para aprovarmos no plenário. V.Exa. cometeu crime sim!

Vou só dizer mais uma coisa para ser prático, didático e pedagógico. Dizem aqueles que já estão começando a aceitar que ela pedalou ou cometeu crime que foi por causa do Bolsa Família, do Minha Casa, Minha Vida. Mentirosos! Só de diárias pagas ao Executivo — está no Portal da Transparência —, em 2015, quando ela pedalou, foram R$698.736.690,70. Foram quase R$700 milhões só em diárias pagas para viagem!

Quer mais? Publicidade, vamos lá, está no SIAFI, arredondando os números: Orçamento Fiscal e Seguridade Social, R$ 462 milhões; Caixa, R$ 752 milhões; Banco do Brasil, R$ 380 milhões; PETROBRAS, R$ 340 milhões; Correios, até agora está sem balanço, não sei por quê. Soma: 1 bilhão e 934 milhões. A dona de casa sabe como faz para pagar as contas: quando não dá para gastar, economiza. Será que se economizasse isso, S.Exa. não teria evitado as pedaladas? Brasil, isto é o jurídico.

Agora quero falar rapidamente do político. Não se faz esse julgamento sem olhar o mérito político. O discurso do Governo, dos seus representantes e defensores é: *"Os que estão querendo tirar a Presidente Dilma são intolerantes e fascistas"*. Eu vou dizer o que é ser intolerante e fascista: intolerante e fascista é jogar Norte contra Sul, é jogar negros contra brancos, é jogar ateus contra religiosos, é jogar heterossexuais contra homossexuais; intolerante e fascista é escolher seletivamente um órgão de imprensa para falar mal, como estão falando da Rede Globo.

Câmara dos Deputados
Fl. 971
Comissões Especiais

Eu gostaria de dizer uma coisa: falem mal de toda a imprensa, porque nós sabemos o que vocês querem fazer. Vocês sim são fascistas: querem calar a boca da imprensa. Mas enquanto aqui estiverem Deputados e Deputadas com altivez, a imprensa no Brasil sempre será livre, até para falar mal de nós. Esse é um princípio basilar da democracia. Fascistas são esses que querem calar a imprensa, que querem colocar rótulo na imprensa. Esses são os verdadeiros fascistas.

Quero falar mais um pouquinho sobre política. Nós estamos chegando bem próximo da votação. Uma tática muito grande do partido do Governo é querer se limpar da sua sujeira, chamada corrupção, com a lama dos outros. Querem enlamear todo mundo aqui. Eu quero dizer para o Brasil que sou Deputado de primeiro mandato, estou chegando aqui agora, e aqui não é todo mundo enlameado não. Eu não posso precisar a quantidade, mas há muita gente séria e honesta aqui dentro. Agora, a tática dos verdadeiros fascistas é enlamear todo mundo para fazer de conta que todo mundo é igual. Fascistas!

Vou terminar dizendo: está chegando a hora da votação. Ontem algumas coisas me chamaram a atenção. Não sei o que Janot ouviu ou viu, mas mudou. Se Janot mudou, Deputado Leitão, eu tenho certeza de que muitos Deputados indecisos vão mudar. Ele deve ter ouvido alguma coisa que o Brasil ainda não ouviu. O que o Brasil já ouviu são palavras do mais baixo calão. É uma baixaria total a forma como esse Governo conversa em seus telefones.

Eu termino dizendo, Sr. Presidente, que, pelo conjunto da obra, como alguns aqui não gostam de ouvir, tinha que haver para este Governo cadeia coletiva, para todos. Para todos!

Hoje o coitado do zelador do prédio Solaris acabou sendo demitido. Minha homenagem a ele. Que ele seja contratado. Viva o Brasil! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu gostaria, antes de passar a palavra aos próximos oradores, não de fazer um comunicado, mas de informar os termos do acordo que fizemos com todos os partidos — o que mostrou a maturidade desta Casa — de nós encerrarmos às 3 horas da

Câmara dos Deputados
Fl. 9711
Comissões Especiais

manhã. Porém, dadas as questões de ordem, o atraso da reunião, o início da fala, realmente, nós vamos até às 4h30min.

Eu só gostaria de fazer um encaminhamento...

**A SRA. DEPUTADA SHÉRIDAN** - Quem vai conseguir falar e quem não vai?

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - ...um encaminhamento para reduzir o tempo de fala...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Não, Presidente Rosso. Só faltam 10 pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - ...para que nós possamos ouvir o maior número possível de pessoas até as 4h30min. Eu faço esse apelo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM** - Eu sou o 157º. Será que eu tenho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu vou chamá-los agora.

**(Não identificado)** - Faltam quantos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu vou chegar lá.

Deputado Valmir Assunção. *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputada Luciana Santos? *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Glauber Braga? *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - Não.

Deputado Leo de Brito? *(Pausa.)*

Deputado Bohn Gass. *(Pausa.)*

Deputado João Carlos Bacelar. *(Pausa.)*

Deputada Moema Gramacho. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Sérgio. *(Pausa.)*

Câmara dos Deputados
Fl. 9712
Comissões Especiais

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu tenho que chamar na ordem, contra e a favor.

Deputado Maurício Quintella Lessa. *(Pausa.)*

Deputado Aliel Machado. *(Pausa.)*

Deputado João Daniel. *(Pausa.)*

Deputado José Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Givaldo Carimbão. *(Pausa.)*

Deputado Aluisio Mendes. *(Pausa.)*

Deputado Leonardo Picciani.

**(Não identificado)** - Foi embora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Não, o Deputado Leonardo Picciani está aqui, atento durante toda a sessão.

V.Exa. tem 15 minutos regimentais.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Presidente, rapidamente, só quero esclarecer que o Deputado Aliel Machado não pode estar aqui hoje e vai usar o tempo de Liderança da Rede na segunda-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O.k.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Vai falar pela Rede na segunda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O.k.

Deputado Leonardo Picciani.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Presidente Rosso, Relator Jovair, Deputados, Deputadas, eu fiz questão de me inscrever e aguardar até este momento para fazer minha fala. Os Líderes falarão na segunda-feira. E falarei na condição de Líder do PMDB, quando expressarei aquilo que pensa o conjunto da bancada, na sua diversidade, nas suas convergências, como deve ser.

Portanto, neste momento, eu não falo como Líder do PMDB, falo como Deputado no exercício do meu mandato, num momento de extrema gravidade da vida do País, num momento de extrema seriedade, durante um processo

Câmara dos Deputados
Fl. 97/3
Comissões Especiais

que tem contornos históricos, que certamente será julgado no presente, e certamente será julgado no futuro pelo curso da história.

Então, fazendo esta introdução, Presidente, e hoje ouvi muitos argumentos, eu quero dizer que, relevando-se algumas poucas exceções, na grande maioria, as falas aqui, tanto de uma parte quanto de outra, contribuíram para o engrandecimento do debate. Nós devemos fazer este debate sernpre em alto nível. Nós não estamos tratando de algo menor. Nós estamos tratando de algo de gravidade extrema, de gravidade ímpar no nosso ordenamento jurídico.

Portanto, cabe-nos estar à altura de fazer este debate e também de ser exemplo para a sociedade, que também o faz nas ruas, nas redes sociais, nos locais de trabalho. Em todo canto onde as pessoas conversam se faz este debate. E nós devemos incentivar que seja feito na sociedade em alto nível e não com argumentos que não deveriam ser usados para este tipo de discussão.

Sr. Presidente, indo ao fato, eu creio que nós temos a obrigação de, ao analisar o processo de impedimento da Presidente da República, levar em consideração o que prevê o nosso ordenamento jurídico. O nosso presidencialismo, escolhido pelo Constituinte originário de 88 e referendado pela população no plebiscito de 1993, pressupõe estabilidade. A regra é que um mandato se cumpra com data certa para começar e data certa para terminar, porque ele advém justamente de um dos principais pilares do texto constitucional que é a definição de que todo poder emana do povo e é exercido por meio de representantes, ou diretamente, na forma que a Constituição estabelece.

Sendo assim, Presidente Rosso; sendo assim, Deputado Jovair, nós devemos primeiro começar pelo exame da peça inicial, que deu origem ao processo, à denúncia feita pelos Srs. Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Eu tive oportunidade de examinar a peça e confesso — esta é a única e exclusiva razão motivadora do meu posicionamento: não encontrei na peça, na argumentação de seus autores, fundamento que nos levasse a formar a convicção de que a Presidente, em algum momento, tenha cometido

Câmara dos Deputados
Fl. 9714
Comissões Especiais

crime de responsabilidade. Eu tenho convicção, Presidente, de que ela não cometeu. E, tendo convicção de que ela não cometeu crime de responsabilidade, pergunto: haveria qualquer outra razão aceitável para que a estabilidade republicana do presidencialismo pátrio fosse rompida? Haveria qualquer outra razão, já que há esse convencimento? Na minha opinião, não seria nem justo, nem de fidelidade intelectual que se agisse dessa forma.

Eu ouvi aqui falar em *"visando o conjunto da obra"*. Desculpem-me, mas o conjunto da obra não preenche a lacuna legal para que o princípio democrático do voto popular possa ser rompido neste momento ou num momento futuro.

Eu tenho uma amizade grande pelo Relator, o Deputado Jovair Arantes. Assim que cheguei a esta Casa, há quatro Legislaturas, e me tornei membro da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, um dos primeiros Parlamentares com quem eu tive contato foi justamente o Deputado Jovair Arantes, com quem mantenho até hoje a mais cordial e positiva das relações. No entanto, deixo absolutamente claro que também não concordo com o seu parecer.

Deputado Jovair, seu parecer é melhor do que a peça inicial, ele é melhor do que a denúncia formulada pelos três advogados que a apresentaram, mas, mesmo assim, não me convenceu de que, em algum momento, tenha havido crime de responsabilidade.

Eu assisti à pregação dos autores da denúncia, e saí mais convencido de que não havia crime de responsabilidade, por uma razão muito simples, Deputado Carlos Sampaio — uma razão muito simples me convenceu: a advogada Janaína, assim como os juristas que aqui vieram, não se restringiu a falar sobre sua peça, mas fez um discurso político que qualquer um de nós aqui poderia ter feito, que qualquer um de nós poderia ter levado adiante.

Portanto, se quem escreveu a denúncia para fazer crer, para convencer esta Casa e a sociedade de que houve crime de responsabilidade, ao falar sobre isso, não insistiu no ponto, precisou buscar tantos e tantos outros pontos de fundamentação que não estavam na peça original, certamente não estava tão convicto, tão seguro de que a peça era completa em si só.

Câmara dos Deputados
Fl. 9715
Comissões Especiais

Então, eu pergunto novamente: se há alguma dúvida de que tenha havido crime de responsabilidade, será que nós temos que ir adiante e romper o pilar republicano que é o do exercício do mandato? A meu juízo, não. A meu juízo, isso é um erro. Por isso falei dos contornos históricos do processo que estamos vivendo.

Talvez não agora — não sei qual vai ser o desfecho —, mas, na minha opinião, certamente no futuro ficará demonstrado o equívoco, se nós viermos a autorizar que o Senado delibere sobre a abertura do processo. Se nós viermos a fazer isso, eu tenho muita convicção de que, no futuro — agora, talvez sim, talvez não —, certamente o julgamento da história ocorrerá.

Sr. Presidente e Deputado Alessandro Molon, os argumentos que me convencem são os argumentos de legalidade. Nós estamos adstritos a cumprir os preceitos legais, por mais que esta seja uma Casa política, por mais que seja evidente que o ambiente político nos influencie — aliás, ele deve nos influenciar: esta Casa não deve ser distante do ambiente político.

A sociedade brasileira é diversa, ela não tem um pensamento único, e é bom que seja assim — já que citaram tantas frases de cientistas políticos, de grandes pensadores, por que não citar Nelson Rodrigues: *"Toda unanimidade é burra"*. Então, ainda bem que a sociedade brasileira é diversa, e essa diversidade deve ser respeitada. Eu respeito absolutamente as opiniões diversas. Respeito integralmente aqueles que pensam diferente e me dou ao respeito para defender a minha posição.

Recebi, hoje, dezenas de mensagens, tanto daqueles que são contrários quanto daqueles que são favoráveis a este procedimento de *impeachment*. Com os que trouxeram argumentos de debate eu debati; aos que trouxeram argumentos sem qualificação eu não respondi. Ameaças não vão me sensibilizar, pelo menos não a mim, nem mudar minhas convicções, aquilo que defendo e defendi ao longo de meus quatro mandatos nesta Casa e dos 10 anos em que atuo como membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, Comissão que já tive a honra de presidir.

Sr. Presidente, neste meu minuto final quero fazer a todos um chamamento à reflexão: na próxima semana, talvez ao fim da próxima semana,

Câmara dos Deputados
Fl. 9716
Comissões Especiais

nós tenhamos o desfecho desse processo. Seja ele qual for, é grande a nossa responsabilidade com o dia seguinte. Chegamos à situação em que estamos porque quem ganhou a eleição não teve a humildade de reconhecer que ganhou uma eleição dividida e a disposição de chamar o País à conciliação e porque quem perdeu não teve a resignação de aceitar o resultado e a preocupação de pensar no País — preferiu contestar, pensando apenas em sua ambição política.

Essa página sim, seja qual for o resultado, ela tem que ser virada. O País tem que andar pra frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Sr. Presidente, quero fazer uma proposta. Ainda há 18 Deputados para falar e já são 3 horas da manhã. Como V.Exa. quer encerrar a reunião às 4h30min, não vai dar tempo de todos falarem. Eu, que sou membro titular, teria direito, mas V.Exa. foi excessivamente democrático. Enfim, eu sugiro que, de agora em diante, falem os membros da Comissão por 8 minutos e os não membros por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Espera aí! Nós estamos aqui aguardando todo mundo.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Caio, a proposta do Deputado Nilson Leitão é uma só. Pelo acordo, nós estaríamos quase encerrando, mas V.Exa. está aqui, o Deputado Bruno está aqui, a Deputada Shéridan, o Deputado Danilo, o Deputado Gaguim estão aqui, todos nós estamos aqui desde o início.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Parabéns, Deputado!

Então, posso fazer assim: 8 e 5 minutos, e todos falam? *(Pausa.)*

Parabéns!

Deputado Bruno Covas, V.Exa. tem 8 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, peço 1 minuto, por favor.

Câmara dos Deputados
Fl. 9717
Comissões Especiais

Sr. Presidente, para demonstrar boa vontade e respeito aos colegas, eu vou concordar com a proposta, embora durante 3 dias eu tenha feito essa mesma proposta, junto com o Deputado Fernando Filho, e os mesmos que agora estão defendendo que o tempo seja reduzido tenham dito que não era possível fazer isso, sob pena de haver judicialização.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Presidente, eu só quero registrar, só vou gastar 1 minuto e eu vou terminar de falar, porque eu fui por 3 dias à sala de V.Exa. fazer essa proposta. O Deputado Fernando Filho também a defendeu — aliás, por dever de lealdade e de honestidade, devo dizer que foi dele a primeira proposta. No entanto, ela foi recebida como se fosse de má-fé, como se quiséssemos com ela criar motivos para ir à Justiça, quando não era nada disso.

Portanto, Presidente, eu vou concordar com a proposta feita agora em respeito a todos os que estão aqui, porque eu quero que todos tenham o direito de manifestar sua posição. Poderíamos ter chegado a essa conclusão mais cedo, por acordo, mas V.Exa. tem o meu apoio, para que todos falem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado Molon.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, peço 1 minuto para fazer um encaminhamento da situação.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - A reunião se encerrará às 4h30min, Presidente?

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Por favor, eu gostaria de ser ouvido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - É claro, Deputado Caio.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, eu acredito que cada um pode fazer o seu gesto de falar menos. Agora, no último momento, dizer a uma pessoa que se preparou para este momento único do País e que está aqui esperando há 10 horas, como eu e tantos outros estamos, que ela só vai ter 5 minutos para falar no momento mais importante da história do Brasil...

Câmara dos Deputados
9718

O que eu quero dizer é o seguinte: se as pessoas tiverem o bom senso de falar por menos tempo — eu tentarei fazer isso na minha fala —, acho que temos tudo correto para ser feito. Agora, a duas falas de chegar a vez da pessoa, após 10 horas de preparação e espera, dizer que a pessoa não vai poder falar não está correto.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - V.Exa. tem o poder de síntese, companheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado, nós não íamos chegar até às 3 horas da manhã, não íamos ter essa oportunidade. Para prestigiar todos que estão aqui — repito: o povo brasileiro hoje se orgulha desta Comissão —, eu acredito que a proposta do Deputado Nilson Leitão é a melhor para que possamos dar oportunidade a todos.

Tem a palavra o Deputado Bruno Covas.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Sr. Presidente, por favor, tenho uma questão de ordem.

O Vice-Líder Nilson Leitão está ao telefone com o Líder Antonio Imbassahy. Há a preocupação, por parte da Liderança do PSDB, no sentido de que a quebra do acordo previamente firmado com os outros Líderes possa, eventualmente, levar a desfechos inesperados.

Então, eu peço a V.Exa. que considere que a proposta formulada pelo ilustre Vice-Líder tem, na bancada do PSDB, algum questionamento e, assim, que aguarde mais alguns minutos para informar...

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Sr. Presidente, faço uma contribuição: todos têm direito a 10 ou 15 minutos. Eu posso abrir mão do meu tempo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Presidente, V.Exa. pode me dar 15 minutos, mas eu vou falar por menos tempo que 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Eu abro mão do meu tempo: 7 minutos.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

Câmara dos Deputados 9719 Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Tem a palavra o Deputado Bruno Covas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero iniciar minha fala com um diálogo que se tornou público recentemente:

> *"— Lula, deixa eu te falar uma coisa.*
>
> *— Fala querida. Hã?*
>
> *— Seguinte: eu tô mandando o Bessias junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?*
>
> *— Ahã. Tá bom, tá bom.*
>
> *— Só isso. Você espera aí que ele tá indo aí.*
>
> *— Tá bom. Eu estou aqui, eu fico aguardando."*

Esse diálogo entre o Presidente Lula e a Presidente Dilma mostra por que a Presidente Dilma relutou tanto em diminuir o número de Ministérios: porque usa o Governo para dar guarida àqueles que podem ser presos pela polícia, porque usa o Governo não em prol de um projeto para o País, mas em prol de um projeto político-partidário.

Eu vou votar favoravelmente ao parecer do Relator, o Deputado Jovair Arantes, que disseca muito bem a defesa e a acusação apresentada e conclui pela admissibilidade da denúncia apresentada.

Espero que todos os Deputados, independentemente de acharem a Presidente Dilma inocente ou culpada — eu, por exemplo, acho que ela é uma criminosa contumaz, como ficou muito bem esclarecido pela denúncia —, possam votar favoravelmente à admissibilidade, porque, ao votar favoravelmente à admissibilidade, nós vamos permitir que o Senado Federal possa processar e julgar a Presidente da República. Nós vamos ver o Senado Federal exercer o que se chama de jurisdição, que é quando se busca fazer justiça, e nós vamos ter, aí sim, o julgamento da Presidente com base nesses crimes de responsabilidade.

Câmara dos Deputados
Fl. 9720
Comissões Especiais

Eu sou daqueles, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que acreditam que Governo sério procura a Justiça, Governo malandro é procurado pela Justiça. Se a Presidente e os seus apoiadores se acham um Governo sério, que permitam serem avaliados, processados e julgados pelo Senado Federal.

Eu não tenho a menor dúvida quanto aos crimes que foram aqui colocados, sendo o primeiro deles a edição de decretos sem autorização legislativa. A Lei de Diretrizes Orçamentárias dizia que o Governo poderia abrir crédito por decreto, desde que não fosse comprometida a meta de superávit.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Pois bem, mesmo sabendo que não conseguiria cumprir a meta de superávit, o Governo editou decretos que abriram créditos da ordem de 2 bilhões e 500 milhões de reais. Nós tivemos um Presidente cassado, porque o "batom na cueca" foi um Fiat Elba, que hoje valeria em torno de 30 mil reais, e nós estamos falando aqui de decretos que abriram créditos, sem autorização legislativa, da ordem de 2 bilhões e 500 milhões de reais.

Fica claro, portanto, que a Presidente atentou contra a Constituição porque desrespeitou o princípio consagrado no seu art. 2º, relativo à separação e à independência dos Poderes. Atentou contra ela porque pisou as prerrogativas do Parlamento previstas nos seus arts. 165 e 167. Esses crimes, previstos na legislação, em especial no art. 10 da Lei nº 1.079, de 1950, foram praticados pela Presidente da República neste mandato. Portanto, não há que se dizer que não há nenhuma previsão de crime cometido pela Presidente da República.

Além da edição de decretos não autorizados, nós tivemos as chamadas pedaladas fiscais. O que são essas pedaladas? Para a população entender com muita facilidade, digo que são o financiamento das despesas do Governo por meio da utilização dos recursos da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do BNDES. O Governo, que não tinha dinheiro, que não tinha recursos para honrar seus compromissos, fez com que esses bancos pagassem os seus compromissos, maquiando as contas públicas.

Câmara dos Deputados
Fl. 9721
Comissões Especiais

Antigamente, era fácil: havia a inflação; com ela, o Governo deixava para pagar no mês seguinte, e o imposto inflacionário permitia que o Governo honrasse suas dívidas. Havia então as malfadadas AROs, as Antecipações de Receitas Orçamentárias, que acabaram com as contas dos Estados e que hoje são expressamente proibidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 36, proíbe operação de crédito entre instituição financeira controlada e o ente da Federação que a controla. Ora, foi exatamente isso o que o Governo Federal fez: de 2011 a 2015, foram mais de 70 bilhões de reais em pedaladas fiscais; só em 2015, foram mais de 17 bilhões de reais.

O que diz a defesa? *"Outros Governos também não cumpriram as metas."* Nós não estamos falando aqui sobre cumprir metas, estamos falando sobre a edição de decretos sem autorização legislativa. E pouco importa o que outros fazem — isso não exime a Presidente de sua responsabilidade.

Dizem que o Tribunal de Contas da União mudou o seu entendimento. Mentira! Nunca na história deste País nós tivemos tanto desrespeito à legislação. O TCU nunca tinha enfrentado essa questão.

Dizem que esses são crimes menores, que não justificam *impeachment*. O que dizer? Na verdade, eles são aqueles que não quiseram votar a Constituição de 1988, que não quiseram votar o Plano Real e não quiseram votar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pouco lhes importa a finalidade a que se prestaram esses recursos.

No Estado Democrático de Direito, um dos princípios basilares é o da legalidade. Além disso, Sr. Presidente — já concluo, para que se conceda a palavra aos outros oradores —, nós não podemos tapar o sol com a peneira: o mesmo Governo que pisou o Parlamento ao editar esses decretos quer calar a voz dos Deputados, não quer que digamos aqui que o País vive uma crise política, uma crise econômica, uma crise social e uma crise moral. Sabemos que há muito clima para que esse processo seja aprovado.

Sr. Presidente, o golpe real foi ter mentido para a população na eleição de 2014, foi tentar subjugar o Poder Legislativo, é tentar calar a imprensa, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Câmara dos Deputados
Fl. 9722
Comissões Especiais

Esse golpe não passará. *Impeachment* já!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Tem a palavra o Deputado Marco Maia. *(Pausa.)*

Deputado Odorico Monteiro. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Magalhães. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

**O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE** - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, cumprimento V.Exas. e também o Relator, o Deputado Jovair Arantes, a quem quero elogiar pelo excelente trabalho que está fazendo.

Parabéns, Deputado Jovair Arantes!

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, tudo isso foi criado para maquiar as contas públicas. Desde o final do Governo passado da Presidente Dilma, além das pedaladas fiscais, a que eu não vou me referir aqui, porque muitos já falaram sobre elas, houve também o dinheiro mal-empregado.

Deputado José Carlos Aleluia, V.Exa. conhece as questões das empresas elétricas. Abaixaram artificialmente o preço da energia e, para compensar o preço, que não podia subir antes das eleições, colocaram mais de 60 bilhões de reais a fundo perdido. Financiaram geradoras e distribuidoras de energia do Brasil inteiro, porque a energia só poderia subir em 2015, depois das eleições.

Por causa do preço gasolina e do combustível, causaram um rombo homérico na PETROBRAS. Parte do rombo na PETROBRAS foi causada pela roubalheira, pela corrupção; mas parte foi causada pela má-gestão. Seguraram o preço da gasolina, seguraram o preço do *diesel* e quebram mais de 100 usinas de etanol, pela irresponsabilidade da Presidente Dilma Rousseff e de sua equipe econômica.

Nada disso está contabilizado, Deputado Jovair Arantes. Parte do rombo que deixaram para 2015 está nas pedaladas, mas poderíamos citar outras tantas coisas.

Quanto à PETROBRAS, especificamente, o que nós temos que ver? Vou lhes falar e peço que os colegas prestem atenção. O que montaram dentro

Câmara dos Deputados
9723
Comissões Especiais

da PETROBRAS? Vejamos só os esquemas das refinarias. Peguemos a Refinaria Abreu e Lima especificamente. O Presidente Lula, eleitoreiramente, lançou essa obra por 2,5 milhões de dólares. Eram ele e Hugo Chávez: Chávez ia ser dono de uma metade, o Brasil dono de outra. O Chávez caiu fora quando viu o tamanho do rombo: 2,5 milhões de dólares. Sabe quanto já gastaram? Vinte bilhões de dólares, e a obra vai custar mais de 25 bilhões.

Deputado Rogério Rosso, V.Exa. foi Governador interinamente deste Estado. Pergunte aos Governadores, aos Prefeitos e aos empresários se alguém erraria um orçamento em 1.000%. Ninguém! Houve roubo no processo da Refinaria de Abreu e Lima e de tantas outras que há aqui — roubo declarado!

A maior refinaria do mundo fica na Índia. Ela já está produzindo quase o dobro do que produz a Abreu e Lima. Sabe quanto eles gastaram? Sete bilhões de dólares. Aqui, vamos para os 25 bilhões.

Peguemos o caso de Pasadena: os belgas desembolsaram 42,5 milhões, mas a refinaria custou para a PETROBRAS, no frigir dos ovos, a bagatela de 1 bilhão e 180 milhões de reais.

Pelo amor de Deus, quem era o Presidente da República? Lula. Quem era a Presidente do Conselho de Administração? Dilma Rousseff, que não sabia nada. não via nada, não conhecia nada, e agora diz que foi enganada. Quem pagou essa conta? A sociedade brasileira e a PETROBRAS.

Podemos falar de outros projetos eleitoreiros. Chegaram ao Maranhão e anunciaram uma refinaria, Deputado Mendonça Filho. Gastaram 2 bilhões, e a obra parou. Chegaram ao Ceará e construíram outra refinaria, a Premium II. Gastaram mais de 1 bilhão de reais, e a obra está parada. Agora o Lula, com sua cara de tacho, com sua cara de lata foi lá dizer: *"Agora vamos recomeçar a obra"*.

Pelo amor de Deus! Eu queria ver os colegas Parlamentares se fosse o oposto: qualquer partido dos nossos no poder e o PT na Oposição. O mundo já teria acabado.

Estou citando algumas coisas que são a realidade do Brasil, por isso nós estamos nesta situação praticamente falimentar. Falaram aqui tanto em Getúlio

Câmara dos Deputados
Fl. 5724
Comissões Especiais

Vargas, que foi quem criou a PETROBRAS. Ele deve estar se remexendo no caixão, ao ver a bandalheira que fizeram. Usaram o nome dele para coisas que lhes interessavam. Por que não falaram que Getúlio foi o criador da PETROBRAS? Por que não falaram do orgulho que era para o Brasil dizer: *"Estamos criando nossa empresa de petróleo"?* O que fizeram? Acabaram com a PETROBRAS.

Em 2014, a PETROBRAS teve um rombo de 22 bilhões de reais. Em 2015, teve um rombo de 35 bilhões de reais. Outro dia ouvi um Deputado dizer que agora ela desempregou 170 mil. Por causa do rombo que causaram na PETROBRAS, 170 mil ficaram desempregados, e agora parece que mais 10 mil ou 12 mil irão para o olho da rua. A PETROBRAS era uma das 10 maiores empresas do mundo. Hoje, sua posição é a de a mais endividada do mundo.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é extremamente importante que estejamos atentos a esta questão. Falam que tentamos um golpe, mas golpe é roubar da população brasileira, golpe é montar um projeto de poder com partidos políticos e fazer o rateio dos Ministérios, fazer o rateio das estatais, fazer o rateio dos fundos de pensão e tudo mais.

Por falar nisso, sabem de quanto foi o prejuízo, em 2015, dos fundos de pensão da Caixa, FUNCEF, do Banco do Brasil, PREVI, e também da PETROBRAS, PETROS? Está na imprensa: 49 bilhões de reais. Sabem por quê? Eu ouvi um Deputado aqui falar em Belo Monte. Porque aplicaram em Belo Monte, aplicaram em aeroporto. Quem mandava aplicar? O Lula e a Dilma mandavam aplicar. Aplicaram, e os fundos de pensão tiveram 49 bilhões de prejuízos. Pelo amor de Deus! É fundo de pensão, é PETROBRAS...

O rombo no fundo de pensão dos Correios, o POSTALIS, é de mais de 5 bilhões, por causa da roubalheira que fizeram. Quem está pagando o prejuízo? Os carteiros, que ganham 1 ou 2 mil reais por mês. Vão pagar 34% do seu salário para cobrir o rombo que alguém causou. Mas ninguém viu nada! Quem era Presidente? Lula. Quem era Presidente? Dilma. Foi nesse período que fizeram tudo isso aí.

Falaram aqui na agricultura. O Tribunal de Contas mostrou ontem que quase 600 mil assentados da reforma agrária são suspeitos de fraude, num

Câmara dos Deputados
Fl. 9725
Comissões Especiais

prejuízo de quase 3 bilhões. Roubaram! Há Deputados, Ministros, Prefeitos e Vice-Prefeitos. São mais de mil donos de propriedades rurais, pequenos produtores rurais. Estão enrolando os assentados da reforma agrária.

Vejam a questão indígena. Ouvi dizer aqui que mataram dois produtores em Quedas do Iguaçu. Os dois produtores que foram mortos tinham invadido uma propriedade. Haviam botado fogo em uma área florestal, e a Polícia Ambiental foi lá tomar providências. Eles não a deixaram entrar: começaram a atirar na Polícia Ambiental, que havia ido lá para acabar com o fogo. Por que eles tinham invadido a propriedade, Deputado Nilson Leitão? Porque, no Palácio do Planalto, na semana passada, na frente da Presidente da República, na frente do Ministro da Justiça, na frente da Ministra Kátia Abreu, que defende a agricultura, estava o cara pregando invasão de propriedade. O ex-Presidente Lula e a Presidente Dilma dizem *"vou usar o meu exército"*. Qual é o exército? O MST.

Criticam Sérgio Moro. Ora, ele tem de ser elogiado, assim como a Polícia Federal do Paraná e o Ministério Público Federal. Lula os chamou de *"a República de Curitiba."* Pelo amor de Deus, eles estão prestando um serviço para o País! Não interessam os partidos políticos, já que há diversos Deputados envolvidos, assim como diversos Senadores, Ministros, Presidente, ex-Presidente, além de banqueiros e donos de grandes empresas. Todos vão pagar pelo crime que cometeram. Se alguém pensa que nós vamos perdoar seja quem for, do meu partido ou de qualquer partido, está enganado: não vamos. Os cacos existem no meu e em qualquer partido, assim como os cacos existem no PT. Eles têm de reconhecer isso.

Portanto, vamos fazer uma faxina. É isso que nós precisamos fazer pelo Brasil.

Parabéns, Juiz Sérgio Moro! *Impeachment* já! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Tem a palavra o Deputado Jerônimo Goergen.

**O SR. DEPUTADO JERÔNIMO GOERGEN** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sociedade brasileira que nos acompanha, já é de madrugada, e eu nunca havia visto tanta falta de convicção por parte muitos que aqui

Câmara dos Deputados
Fl. 9726
Comissões Especiais

falaram ao longo do dia e que, aliás, nem aqui estão mais. Eles já foram embora porque cumprem um papel. A falta de convicção foi tanta, que alguns aqui até sono deram na plateia que nos assiste e que nos manda mensagens pedindo que este momento...

Srs. Deputados, peço que o silêncio que fiz quando outros falaram eu o possa receber dos colegas. Sei que o cansaço pesa sobre todos nós.

Sr. Presidente Rogério Rosso, quando esta Comissão começou, o PT e seus aliados chegaram a dizer, com a velha arrogância de sempre, que o processo tinha de ser rápido: *"Vamos tocar rápido, que nós vamos ganhar"*. Agora ouvimos alguns dizendo que tem que judicializar o processo, usando o Regimento e atacando.

Eu vou dizer muito claramente: se o problema é o crime de responsabilidade, eu cito outros dois, para constar no meu voto, que tem, sim, um conteúdo político. Eu cito a irresponsabilidade de Dilma como Ministra, como chefe, como comandante da PETROBRAS: quando havia a necessidade e ela tinha condições de denunciar, nada fez. Esse é um ponto. Outro ponto são as pedaladas fiscais que o Tribunal de Contas apontou: estão claras, estão evidentes.

Este ponto de vista jurídico, para mim, passou. Vou votar porque há embasamento jurídico, mas vou votar politicamente, levando em conta o que a sociedade nos diz nas ruas por onde andamos. Na prática, não há golpe nenhum, mas o PT é craque em mentir o tempo inteiro para tornar verdade um absurdo como esse.

Na prática, Presidente Rosso, o que nós tivemos com as pedaladas foi o fim dos programas de mecanização no campo, programas como o PSI, o FINAME e o MODERFROTA. Desamparou-se o produtor rural, que ainda é quem sustenta este País desgovernado, gerando-se desemprego na indústria, de cujos trabalhadores o PT se diz defensor, Deputado Carlos Sampaio.

Eu, que fui o propositor do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior — PROIES, que transformou a dívida das universidades em bolsas de estudo, fico impressionado quando vejo que os estudantes brasileiros não conseguem

Câmara dos Deputados
Fl. 9727
Comissão Especial

terminar a faculdade, porque o FIES não tem mais dinheiro. O dinheiro foi usado para pedaladas fiscais, para sustentar as mentiras da campanha.

Não é que não se aceitou o resultado das urnas. O PT não ganhou a eleição; o PT mentiu a eleição, e — o que é o pior — com o apoio de vários partidos, inclusive do meu, que insiste em errar.

O meu partido, de tanta tradição lá no meu Rio Grande e em outros Estados, sofreu conosco quando, por integrar uma sigla, vimos nossos nomes citados na Operação Lava-Jato. Eu não vou deixar isso passar em branco, porque, a cada fala minha, recebo uma mensagem, uma cobrança, como se não tivesse legitimidade para falar porque estou sendo investigado.

Agora falo ao Lula: eu estou sendo investigado. Eu estive várias vezes no Ministério Público, por minha vontade. Quando me chamou o Ministério Público, lá fui. E fui o primeiro a depor, a abrir sigilo, a fazer todo o necessário para que tudo se esclareça. Sou o maior interessado nisso, e tudo logo se esclarecerá.

Você, Luiz Inácio, comprou o meu partido, comprou gente que usou o nome de outros, de vários partidos, mas você não vai fugir da Justiça. Você não tem o direito de comprar a esperança do brasileiro, que viu a PETROBRAS se esfacelar.

Deputado Nilson Leitão, o mar do meu Rio Grande hoje tem petróleo sendo jogado fora, porque, além de roubar, sucatearam a estrutura da empresa. Não há mais aparelho que funcione. E, agora, as distribuidoras, conforme lei de mercado, buscam o petróleo fora, o que vai quebrar ainda mais a PETROBRAS, que não pode mexer no preço. Quando estava alto o preço, ela vendia barato; agora que ele está baixo, ela vende caro. Ela pauta o mercado do povo brasileiro, que produz o seu petróleo e que não pode consumi-lo a preço justo.

É por isto que estamos aqui até de madrugada, Deputado Izalci: para bradar, para falar. Não estão nos assistindo todos os que eu gostaria que estivessem, mas amanhã isso repercutirá. Estamos aqui para defender a agricultura, porque vimos roubar a PRONAF um partido que se diz defensor dos agricultores familiares, ocultando provas para que não fossem presos

Câmara dos Deputados Fl. 9728 Comissões Especiais

todos aqueles que deveriam ser presos por desviar o dinheiro da agricultura familiar.

Nós poderíamos falar tanto e de tantas coisas. O mais importante é a velocidade que esta Comissão deu ao trabalho, mesmo tendo sido muitas vezes questionada: *"Será que não está tudo muito rápido?"*. Não está. Estamos convictos disso há muito tempo. O meu voto, com todas as falas aqui proferidas, não mudaria nunca.

O ano passado, nós o perdemos com desemprego e queda da renda por não decidirmos. Temos, sim, que ser rápidos. Domingo da próxima semana, terei o maior orgulho, Deputado Sampaio e Deputado Fernando, de ter que dar meu voto. É lamentável — eu não queria que esse momento existisse —, mas darei um voto convicto, um voto sereno, um voto em que vou expressar num "sim" a confiança e a certeza que tenho num Brasil melhor, mas, principalmente, um voto que dou por ser honesto e lutar por essa gente que eu tanto tenho orgulho de aqui representar.

Sofri, sofro ainda, mas quero dizer aqui que, se o preço, meu querido Deputado Mariani, de poder dar a minha contribuição ao Brasil, de mostrar que não tem ninguém acima da lei, de ter sido investigado e estar sendo investigado, é esse, é um preço que eu pago de cabeça erguida. O Brasil pertence a todos, e nós não somos a elite, como aqui foi dito. A favela é a favela que nossa colega deixou, que muitos de nós deixamos. E muitas vezes fizemos piorar a vida dos de lá por omissão ou por fazer mal nosso trabalho nesta Casa.

É esse o sentimento que eu quero reforçar a todos os progressistas e à sociedade, que viu os desmandos acontecidos com o nosso partido nesses dias. Tenho certeza, Deputado Sampaio, de que os progressistas são a grande maioria. Prometeram 40 votos para o Governo, mas não têm 12 para entregar. E, na hora, eu tenho certeza de que a maioria virá, ou de que a totalidade virá, porque basta andar pelas ruas e ter alguma sensibilidade — não a sensibilidade falsa do PT e de seus aliados, que acham que os que vão para a Paulista pagos pela CUT e pela CGT são o povo. Não são o povo, são capachos que não fazem bem para o Brasil e usam o dinheiro público para

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
Fl. 9729

serem manipulados e manter um poder ridículo como esse que nós temos na Nação brasileira.

Eu aqui ouvi alguém falando sobre as emendas Parlamentares — não vou citar o nome, até porque não está aqui o Deputado do PSOL. Quando o procurei, para que assinasse a minha PEC, para acabar com as emendas e o dinheiro ser passado diretamente aos Municípios, ele se negou a fazê-lo, alegando que tinha que fazer a análise técnica. Estou aguardando por isso até hoje. Chega de hipocrisia! O Brasil se cansou não só da Dilma, o Brasil se cansou dos políticos que aqui agem como se lá nada existisse.

Temos uma tarefa, temos uma lição, e eu espero que não tenhamos que aguentar o Governo de hoje virar oposição, uma oposição raivosa que continue atrapalhando, como fez no passado, o crescimento do Brasil.

Presidente Rosso e queridos colegas, estive ontem na CNI — eu vou falar um pouquinho mais porque ainda estou dentro do tempo — e ouvi Fernando Collor de Mello, aliado da Dilma, junto com Sarney e com tantos outros, dar uma aula — lição de moral ele não pode dar — de comparação. No Governo dele, não havia crise e não havia déficit; havia superávit. Havia corpo ministerial — palavras dele —, e não havia: no momento em que ele soube que ia cair, não havia lá um balcão de negócios como o que Dilma montou dentro do Palácio, incitando, comprando votos, paralisando o Brasil e gerando o desemprego, o que é o mais doído, vindo de um Governo do PT.

Sras. e Srs. Deputados, nós vamos agora nos encaminhar para votar. Para este momento, eu trago aqui, da tradição gaúcha, três pequenas estrofes de uma poesia maior do pajador Jayme Caetano Braun, cidadão de São Luiz Gonzaga, em homenagem ao Movimento Sangue Farrapo, que nos lembra do movimento das Diretas Já da seguinte forma:

*"Meu Brasil grande, fogão*
*De pátria e de nativismo*
*No altar de gauchismo*
*Da crioula tradição*
*Na hora do chimarrão*
*Enquanto escuta a chaleira*

Câmara dos Deputados Fl. 973 Comissões Especiais

*Meu cusco baio coleira*
*Como sentinela amigo*
*Fica pensando comigo*
*Na situação brasileira.*

*(...)*

*É a derrocada suprema*
*De um sistema que se esvai*
*Para quem vende, para quem trai*
*Que importa que o povo gema*
*Que importa que o povo trema*
*Ou se a Pátria se desune*
*O grupo que manda imune*
*A problemas de consciência*
*Prossegue na inconsequência*
*Porque se acredita impune*

*(...)*

*E como pode o Brasil*
*Viver assim ante o mundo*
*Mostrando esse quadro imundo*
*Tão deplorável, tão vil*
*Pobre País, teu perfil*
*Precisa ser recomposto*
*Deixar de ser entreposto*
*Do explorador estrangeiro*
*Pra que o povo brasileiro*
*De novo, mostrar o rosto*
*(...)"*

Câmara dos Deputados
Fl. 9731
Comissões Especiais

Viva o Brasil! Viva o *impeachment*! E vamos mudar esta Nação, que é um orgulho para todos nós!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Rosso) - Tem a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

V.Exa. deseja fazer uma questão de ordem?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, na hora em que eu achar que alguma intervenção afrontou o que dispõe o art. 3º, inciso VII, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, eu vou falar. Mas, até agora, não. Com exceção do Parlamentar que aquela hora tinha sido ofensivo e usou de injúria, os demais colegas têm atuado de maneira adequada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado pela sua compreensão, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, caros amigos, então chegamos ao dia mais importante da história do Brasil — para a minha geração, nós o estamos vivendo.

Num momento como este de hoje, a grande verdade é que os homens se perfilam numa encruzilhada. E todos esses que ouvi aqui terão de mim, sempre, o respeito pela divergência. E mais ainda respeito aqueles que se posicionam, mesmo contra a minha posição. Aqueles que claramente se posicionam com suas convicções terão de mim sempre respeito.

O Brasil, neste momento, está se encaminhando para uma encruzilhada. Daqui a pouco, vamos ter que dividir o Brasil, numa decisão clara e serena sobre o que queremos construir para o nosso Brasil, sobre qual é o país que queremos fazer para as pessoas que virão depois de nós.

Aqui, durante toda a noite, acompanhei todos os argumentos jurídicos, políticos, éticos e morais, e algo ficou muito claro no momento em que discutíamos: ficaram claros o contorcionismo e as alegações do Governo para tentar explicar o inexplicável.

Câmara dos Deputados
Fl. 9732
Comissões Especiais

O fato é que, do ponto de vista jurídico, muito bem explicado aqui por tantos juristas, houve, sim, a usurpação do direito do Legislativo de cumprir o seu papel de legislar quanto ao Orçamento. Isso é crime de responsabilidade. Houve, sim, não o empréstimo por parte de bancos, porque... Eu entendo que empréstimo há quando uma instituição tem a opção de escolher se vai ou não emprestar e, nesse caso, nem isso foi dado às instituições que foram vítimas das pedaladas. Não foi dada a possibilidade ao Banco do Brasil, à Caixa e ao BNDES de emprestar dinheiro ao Governo sem prazo, simplesmente foi tomado deles aquele valor e, quando o Governo pôde, quando deu. Foi o momento em que se pagaram as pedaladas.

Portanto, do ponto de vista jurídico, não há nenhuma dúvida de que o crime de responsabilidade está previsto e comprovado. Não há dúvidas.

Para alguns, há pontos de vista diferentes e as explicações mais diversas possíveis. O que assistimos aqui, por parte do Governo, com todo o respeito, foram explicações desesperadas e até patéticas, dizendo: *"Nós fizemos, mas foi pouco. Nós fizemos, mas os outros fizeram também."*

Ora, que Brasil é esse que vamos construir? *"Eu cometi um crime, mas pequeno, não é tão grande assim!"* Ora! Ou é crime ou não é! Se eu matar pouquinho, não vale, eu não vou para a cadeia?! Que país é esse que vamos construir agora? As pessoas têm que assumir suas responsabilidades. Um Presidente é eleito para gerir um país.

Pare de dizer: *"Não sei. Não sabia."* Pare de fingir que não era com você mesmo.

A Presidente da República pega o telefone para ligar para o ex-Presidente e diz: *"Estou mandando o seu habeas corpus adiantado."* E depois: *"Não. Não era bem isso."* Ficou claro o dolo, a má intenção e, acima de tudo, a ciência do crime. A ciência do crime premeditado! E prova-se que foi premeditado quando o Governo faz o PLN 5. Reconhecendo que cometeu crime, ele tem que limpar a cena do crime com o PLN 5. Agora, limpar a cena do crime não quer dizer que o crime deixou de existir.

Sem sombra de dúvida, o crime, do ponto de vista jurídico, foi cometido. Isso é inquestionável. Mas a discussão que eu quero fazer com o Brasil hoje,

Câmara dos Deputados
Fl. 9733
Comissões Especiais

que nos está ouvindo nas ruas, que botou 6 milhões de brasileiros na ruas, essa discussão será do ponto de vista moral, ético: qual é o Brasil que nós vamos construir? Qual é a história que eu vou contar para o meu filho, para a minha filha? *"Olha, meu querido, eu não votei pelo impeachment, com crime comprovado." "Por quê?" "Porque, no Brasil, a Constituição não vale nada. Porque no país que a gente tem a Constituição está escrita, mas ninguém precisa respeitá-la."* Não é essa a mensagem que nós podemos passar para as pessoas que estão lá fora até às 4 horas da manhã ouvindo a gente aqui dentro.

Eu peço desculpas por insistir tanto para ter direito a falar aqui. É que estou ouvindo há 10 horas argumentos dos mais completos homens públicos do Brasil — e é importante que se diga —, muito preparados, inclusive os que divergem das minhas ideias, que terão de mim sempre o respeito. Porque nas encruzilhadas há homens de direita e de esquerda, mas há também os homens do muro, e esses não merecem o meu respeito. Desses o vento cuidará de levar as opiniões. Esses não têm o meu respeito.

Eu sei o que vou fazer no domingo: eu vou votar a favor da construção de um país decente. E o que virá depois depende de nós, de cada um que está aqui. O País que nós vamos construir depois disso depende de cada um que está aqui até às 4 horas da manhã, trabalhando, no final de semana, em favor do nosso País.

Não venham com ameaças para cima de nós. Aqui sempre haverá, de nossa parte, serenidade e, acima de tudo, coragem. Não vai faltar coragem. Não adianta nos intimidar e muito menos dizer que o Brasil que vem depois desse escárnio é pior do que está agora. Não há jeito de ser pior! Não há jeito de ser pior.

Eu digo a vocês que eu tenho amigos que estão no PT e amigos que são aliados do PT, e eu vejo o sofrimento dos homens decentes que ainda estão lá, porque eles defendem hoje o que eles viveram uma vida combatendo. Eles se tornaram o que eles nasceram para acabar. A corrupção, a luta pelo trabalho, a honra do trabalhador, de quem tiraram os direitos trabalhistas e as

Câmara dos Deputados
Fl. 9734
Comissão Especial

oportunidades que foram garantidas... Jogaram no lixo a história e não conseguem chegar em casa de cabeça erguida.

Acima de tudo, meus amigos, o maior desafio é sair na rua. Sair na rua e andar de cabeça erguida não é possível, hoje, porque vocês estão traindo a sua história.

Eu entendo que um homem honrado que ajudou a construir a história de um partido, que era bonita — e precisamos respeitá-la...

É bonito ver um operário chegar à Presidência da República. É bonito garantir a eles o direito de ter acesso ao ensino público, acesso a casa própria, mas isso não lhes dá o direito de nos assaltarem a mãos armadas!

Eles não têm o direito de fazer isso!

Nós não podemos criar um país em que se dá esmolas para a população e em que isso lhes dá o direito de assaltar o país. Não é esse o país que nós precisamos construir.

Eu digo a vocês com muita tranquilidade: no próximo domingo haverá um encontro nosso com a história — com a história! —, e o que nós queremos construir, o que nós queremos saber é como nós vamos agir do ponto de vista ético e moral. São as escolhas que nós vamos fazer que vão delinear o lado para o qual nós vamos.

Eu digo a vocês: eu vou dizer não às mentiras; eu vou dize não à corrupção, eu vou dizer não à indecência. E vou dizer a vocês: eu vou dizer sim ao Brasil dos homens de bem, como os que estão aqui até agora!

Vocês estão aqui até agora, e não estão dormindo, porque acreditam no nosso País! É por isso que o Brasil ainda tem esperança.

Eu vou estar ao lado do povo, da multidão que estará nas ruas, não porque eu estou pedindo, mas porque acreditam no nosso País.

Eu vou estar ao lado do Brasil!

Sr. Presidente, encerro com a frase do grande Millôr Fernandes: *"O Brasil é um país condenado à esperança"*.

Vivam o verde-amarelo e os homens de bem!

Muito obrigado. *(Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)*

Câmara dos Deputados
Fl. 9735
Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente Carlos Sampaio, Relator Jovair Arantes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, chega-se a um momento importante desse processo que teve uma longa caminhada, o qual, a rigor, vai oferecer ao Parlamento a oportunidade de fazer história.

Na prática, eu posso dizer que o impedimento da Presidente Dilma já está dado, já está consagrado. E esse impedimento pode se dar por dois caminhos: o impedimento à manutenção dela no poder, e, nesse caso, ela estaria impedida de exercer o cargo de Presidente da República — cargo que, na prática, ela não mais exerce; quem ocupa o comando do País é o ex-Presidente Lula, Ministro nomeado, mas que está *sub judice*, que comanda o País de um hotel aqui de Brasília, numa situação desmoralizante para qualquer nação democrática do mundo —; ou o impedimento de direito e de fato, a partir do atendimento à Constituição Federal brasileira, que, objetivamente, estabelece critérios jurídicos e políticos para que o Parlamento, o Congresso, destitua democraticamente quem cometeu crime de responsabilidade.

Eu tenho a convicção de que a Presidente Dilma cometeu crimes de responsabilidade. E o pior: ela continua cometendo crimes de responsabilidade.

Como se sabe, estamos a apreciar aqui uma representação formulada pelos juristas Janaina Paschoal, Miguel Reale Júnior e Hélio Bicudo. É bastante densa essa peça, que foi muito bem trabalhada pelo Relator Jovair Arantes.

V.Exa. fez história, Relator. Não leve em consideração as críticas, o menosprezo e as colocações daqueles que estão aqui apenas para salvar o Governo a qualquer custo. A substância jurídica do seu relatório, que já é peça da história do nosso País, sustenta, com clareza e objetividade, a existência dos crimes de responsabilidade, um vez que a Presidente Dilma fraudou a Constituição, por exemplo, ao decretar, sem autorização do Congresso Nacional, suplementação orçamentária, o que é uma coisa absolutamente

Câmara dos Deputados
Fl. 9736
Comissões Especiais

proibida; e ao realizar empréstimos, de 10 meses, 11 meses, superando a casa dos 50 bilhões de reais, junto a bancos oficiais, com um único propósito: financiar ilegalmente o seu Governo; inflar programas sociais com o objetivo de facilitar a sua reeleição — fato que foi determinante, inclusive, para a vitória da Presidente Dilma nas eleições presidenciais de 2014.

Eles não cansam de cometer ilegalidades. Eles não cansam de vender o País. Eles não cansam de produzir malfeitos.

A PETROBRAS, empresa que era o orgulho do povo brasileiro, foi saqueada, quatro de seus diretores foram presos, outros quatro foram indiciados, e ela foi transformada na empresa mais endividada do mundo: 500 bilhões de reais!

A PETROBRAS hoje é uma empresa quebrada, e foi quebrada pelo Governo da Presidente Dilma Rousseff — vergonha para o Brasil, aqui e lá fora, essa é a verdade.

O Brasil não terá jeito enquanto a Presidente Dilma estiver no poder. Felizmente, a consciência desses fatos tomou conta da sociedade brasileira, na sua esmagadora maioria. A pressão popular se faz ouvir aqui dentro da Casa.

Alguns temem. Alguns se veem intimidados pela pressão do Governo. Alguns são cantados a se desviarem da rota do interesse público com mecanismos aéticos, troca de cargos. Oferta-se até do Ministério da Saúde para conquistar a permanência no poder, a todo custo, da Presidente Dilma Rousseff. No entanto, quem tem o povo ao seu lado tem, por certo, uma vantagem extraordinária.

O PT acusa todos de praticarem golpe. Ridículo! Logo o PT, que foi autor de propostas de impedimento de todos os últimos Presidentes da República que antecederam a Presidente Dilma Rousseff. Ele não tem autoridade política, não tem autoridade moral para se posicionar desta maneira.

Eu venho aqui na madrugada deste dia histórico reforçar a minha posição de luta obstinada, ao lado de diversos colegas, amigos no Parlamento, porque nossa luta tem como único propósito oferecer um horizonte novo ao Brasil.

Câmara dos Deputados 9737 Comissões Especiais

Vivenciamos hoje, por conta da incompetência, da irresponsabilidade e da falta de compromisso deste Governo, a pior recessão da história econômica do Brasil. Desde 1901 até hoje, o Brasil não vive uma situação tão crítica como essa. E só há uma solução: a retirada do PT do poder, a destituição democrática e constitucional da Presidente Dilma Rousseff.

Há essa consciência entre os empresários, pequenos, médios e grandes. Há essa consciência entre a classe média e há essa consciência inclusive junto aos trabalhadores, aos mais pobres, sacrificados com a inflação de dois dígitos e a maior recessão da história, retirando renda e poder de compra de todos os trabalhadores do nosso País.

A todos vocês que nos acompanham, aos membros desta Comissão, eu digo: vamos nos mobilizar, nesta reta final, para fazer ecoarem dentro do Parlamento as vozes das ruas, as vozes do povo, que quer mudança. E a mudança passa pelo Fora, PT!; Fora, Dilma!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Paulo Martins. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou tentar usar menos que os 15 minutos, conforme o combinado.

Se nós sairmos daqui, passarmos na banca e comprarmos o jornal *O Globo* de sábado, há uma foto do Presidente e do Relator meio exaustos, mas, em cima da foto, há uma manchete que mostra o crime continuado do Governo: *Caixa ignorou recomendação de Conselho contra pedaladas.*

**(Não identificado)** - Como é?

**O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA** - *Caixa Ignorou Recomendação de Conselho Contra Pedalada*. É um documento sigiloso da Caixa, tratando de pedalada.

Eu fico observando a defesa do Governo em relação aos crimes cometidos por ele — vou me ater aqui à fraude fiscal, menos que aos decretos — e fico pensando: se a lei veda que um banco público possa emprestar

Câmara dos Deputados Fl. 9738 Comissões Especiais

recursos para o seu controlador, para a União, qualquer real que seja utilizado pelo Governo, de forma que a lei vede, o crime está caracterizado. Eu fico tentando entender como é que o Governo, Deputado Julio, depois de pegar 74 bilhões de reais emprestados dos bancos públicos, vem dizer que não é empréstimo.

O Ministro José Eduardo Cardozo... aliás, não vi ninguém trazer a planilha dele da feira. A xepa dele ninguém trouxe aqui para explicar os decretos. Olhem que ele tentou diminuir o Parlamento, mostrar de forma bem didática. Só que eu acho que ninguém achou aquela forma didática. Acharam-na desrespeitosa. Aquela frutinha, cenourinha, tira uma, põe duas, ninguém entendeu direito, nem eu. Então, não posso nem ajudar o Governo a tentar colaborar com vocês.

Mas, no caso das pedaladas, é óbvio que o crime é continuado e é gravíssimo, porque o descontrole fiscal gerou uma inflação sem controle, taxa de juros sem controle, desemprego crescente. Então é óbvio que este crime tem impacto na vida das pessoas, por mais que o Governo tente minimizar esse problema. É óbvio que o descontrole fiscal não é um problema menor. É um problema grave e relevante. Tenho certeza de que esses dois crimes, o dos decretos e o da pedalada, da fraude fiscal, caracterizam já crime suficiente para o afastamento da Presidente da República.

Eu fiquei observando também os discursos do Governo. E eu aprendi hoje, Deputado Nilson. Eu aprendi mais uma vez, hoje, que *impeachment* sem crime é golpe. Aprendi, estou aprendendo com eles. Aliás, repetiram umas 10 vezes. E o único culpado de copiar o relatório é o pobre coitado do Deputado Jovair, que copiou o relatório do Deputado Eduardo Cunha. Eles repetiram aqui o mesmo discurso do Palácio, um atrás do outro: *"É uma conspiração da FIESP, das elites e da Direita. Esse relatório é do pau mandado do Eduardo Cunha".*

E descobri que nós temos culpa na morte de Tiradentes. Hoje eu descobri isso. *(Risos.)* Nós temos culpa na morte de Tiradentes. É uma coisa muito interessante. E, claro, nós somos fascistas. Eu quero saber qual é a caracterização de fascista lidar com um partido congressual como o DEM,

Câmara dos Deputados
Fl. 9739
Comissões Especiais

como o PP. Fascista está muito mais para o Lula do que para qualquer um de nós; porque o Lula é um líder de massas, menor hoje. É um líder que chega ao poder e se alia ao grande capital. E é um líder que governa acima das leis. O Lula é fascista. Nós não somos fascistas. Nós somos democráticos.

Nós queremos, dentro do processo democrático, o afastamento de uma Presidente que já não governa mais o País. A cada dia é um problema atrás do outro. Ontem, a decisão do Janot, Deputado Carlos Sampaio, que é o nosso consultor número 1 nesta área, é de uma gravidade brutal. Ele vai ter que denunciar a Presidente da República por crime. Não há dúvida de que ele vai ter que fazê-lo. E como é que ela pode continuar governando o Brasil com uma maioria de 185 votos? Maioria para eles. O Senador Lindbergh, outro dia, disse: *"Vamos vencer com 200 votos"*. Não sabe fazer conta. Ganhar é com 257, com 200 perdeu. Não saiu do cargo, mas perdeu.

Então, eu acho que o momento é grave. Eu acho que nós deveríamos... Nós não estamos aqui, de forma nenhuma, pedindo golpe, querendo golpe, querendo tirar ninguém. O crime e a irresponsabilidade estão caracterizados.

E aproveito para citar algumas palavras de um Parlamentar cujo nome não vou citar, porque não está aqui presente, mas estava presente em 1992. São algumas pérolas, para nós vermos como se muda o discurso conforme a ocasião. Na época do Collor... Vejam como são as coisas: o Michel não pode ser Presidente, não é uma alternativa para eles. Mas um dos Parlamentares desta Comissão que estava em 1992 aqui dizia o seguinte:

> *"Queremos responder a eles e àqueles que querem pescar em águas turvas, com o parlamentarismo já, com soluções de cúpula. Nós queremos respeitar a Constituição, e ela nos dá o direito de apelar para o* impeachment. *O Sr. Presidente da República que renuncie, se perder a sustentação político-partidária e não for capaz de governar o País. Há um Vice-Presidente para assumir, há o Congresso e há partidos políticos, e*

Câmara dos Deputados
Fl. 9740
Comissões Especiais

*haverá de ter uma alternativa econômica, um plano de reformas."*

Isso foi dito por Parlamentar desta Comissão, que estava em 1992 aqui. O Vice-Presidente era o legítimo sucessor no caso de impedimento. Agora não é mais! Na época, o Brizola e o Collor eram o sindicato do golpe, porque, como nós temos menos competência na vocalização, de fato, a Esquerda dizia que os golpistas eram o Brizola e o Collor, se fossem mantidos no poder depois de caracterizados os crimes.

Então, Sr. Presidente, para aproveitar e usar um tempo menor para que todos possam participar, eu não tenho dúvida de que há o crime, eu não tenho dúvida de que a melhor alternativa para o Brasil é que o Vice-Presidente Michel Temer possa fazer essa transição.

Eu sempre apostei nisso. Apesar de alguns dizerem aqui que nós sempre apostamos no pior para o Brasil, eu, em maio, votei aqui... Eu, Aleluia e outros ajudamos o Governo, ajudamos Joaquim Levy a aprovar parte do ajuste fiscal nas medidas provisórias. Fui cobrado, fui cobrado, mas eu dizia: *"Preferi não pisar em uma Presidente que do fundo do poço não sai mais"*.

No ano passado, nós já sabíamos que este Governo tinha acabado. Começou já no seu fim.

Eu tenho certeza de que esse é o encaminhamento correto, que a Comissão aprove na segunda-feira e que no domingo, ao vivo, para o Brasil inteiro, nós possamos dar uma resposta.

Para encerrar, quero dizer que outro dia, no interior do Rio de Janeiro, fui a um quiosque tomar um suco, e o rapaz do quiosque me disse o seguinte: *"Deputado, antigamente, pelo menos, quando tinha crise, aparecia um plano. Tinha o Plano Bresser, o Plano Real, o Plano Collor. Agora não tem nada!"* Aí um outro rapaz disse: *"Tem, sim. Se essa mulher continuar, só tem um plano, que é o plano de fuga"*.

Por isso, *impeachment* já! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Paulo Maluf. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Osmar Terra.

Câmara dos Deputados
Fl. 9741

**O SR. DEPUTADO OSMAR TERRA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, eu queria pontuar algumas questões que eu considero fundamentais para o meu posicionamento em relação à questão do *impeachment*.

Primeiro, discordando do pronunciamento de alguns Deputados que representam as forças pró-Governo, que estão contra o *impeachment*, quero dizer que esta Casa representa o conjunto da sociedade brasileira. Nós temos um peso político, o conjunto do Parlamento tem um peso político igual ao da Presidente da República. Os votos que nos trouxeram aqui, somados, e pela representatividade social que tem o Parlamento, são tão importantes quanto e nos colocam no mesmo patamar para fazer esse tipo de avaliação.

Portanto, é a democracia que está sendo discutida aqui. Aqui não tem golpe, aqui é a democracia que está sendo exercida nesta Casa. Podemos julgar, sim, mas o nosso julgamento, Sr. Presidente, é de uma natureza diferente da do julgamento do Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal julga a constitucionalidade das leis e se atém ao texto estrito das leis. Às vezes, podemos até discordar, mas é isso o que ele tem que fazer. Nós, não. Nós trazemos o interesse da sociedade para analisar o que acontece e também discutir a questão jurídica. Não é só a questão jurídica, senão nós não precisaríamos estar reunidos aqui, senão deixaríamos o Supremo Tribunal Federal resolver. Para quê? Para ficar discutindo só a firula da lei, se é constitucional ou não, não precisa reunir esta Casa! Esta Casa está reunida, com o grande peso político que ela tem, democrático, eleito pela sociedade brasileira, para decidir jurídica e politicamente o futuro do Brasil. E é um momento histórico.

O relatório do Deputado Jovair Arantes foi muito importante, foi bem feito.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que muitos Prefeitos, dezenas, centenas de Prefeitos no Brasil já foram punidos por muito menos do que essas pedaladas do Governo. E as pedaladas do Governo Dilma, na verdade, são frutos de uma série de erros que a obrigaram a fazer pedaladas,

Câmara dos Deputados
Fl. 9742
Comissões Especiais

e as pedaladas são a ponta do *iceberg* do desarranjo político-administrativo colossal.

O Governo gasta muito mais do que arrecada há muito tempo. E no final engana o Congresso; burla o Congresso, o que é crime, para arrumar dinheiro para pagar a conta, usando os bancos oficiais.

Setenta e dois bilhões foram gastos assim, Sr. Presidente! Gastou-se mais do que o Orçamento e a meta permitiam. Os bancos pagaram com crédito, o que não é permitido pela lei. A contabilidade foi falsa. O Governo fez uma contabilidade paralela falsa, de que o Congresso não sabia. Gastou mais em ano eleitoral, gastou para se reeleger. Autorizou gastos extras sem o Parlamento autorizar. Isso está no relatório do Deputado Jovair Arantes. Isso é crime! E isso custou ao povo muito mais.

A face perversa, Sr. Presidente, desse desarranjo administrativo que levou às pedaladas: cortaram 20 milhões de reais do dinheiro da saúde, e não temos hoje, Deputado Rogério Rosso, dinheiro para pagar a vacina da gripe; as crianças recém-nascidas não estão recebendo a vacina da tuberculose. Não existe nenhum programa do Governo para enfrentar o zika, só discurso; só houve uma mobilização do Exército por 1 dia, este ano. Os bancos de sangue estão transfundindo sangue sem saber se nele há o vírus da zika ou não, não é só o mosquito que está transmitindo o zika. O zika afeta as crianças com 7 anos, dá tetraplegia, não são só os fetos. Trinta por cento das crianças que nascem com lesão neurológica grave por causa do zika não têm microcefalia, mas o Ministério não sabe disso. Nós não estamos conseguindo acompanhar uma epidemia!

Além disso, Sr. Presidente, há o FIES, a traição aos estudantes; há insegurança, porque é o País onde mais se mata gente no mundo, e o Governo trata isso como uma coisa natural, é incapaz de criar uma reação a esse crime; o repasse aos Estados e Municípios minguou, os Municípios nunca estiveram tão mal na sua história — bilhões de reais foram retirados dos cofres municipais pela incompetência, pelo desgoverno, pela administração. A pedalada é só a ponta do *iceberg*, Sr. Presidente!

Câmara dos Deputados 9793 Comissões Especiais

E é mentira que fizeram a pedalada para pagar o Bolsa Família, é mentira! O Bolsa Família foi 2 bilhões dos 72 bilhões; quase 20 bilhões foram para o Bolsa Empresário do BNDES, foram para outros gastos do Governo, não foram para a área social.

Não é neoliberalismo que sucateia o público, é a irresponsabilidade fiscal. Um chefe de família que gasta mais do que ganha empobrece toda a família, dilapida o patrimônio, empobrece a todos na sua casa! É o que está acontecendo no Brasil: maquiar contabilidade, esconder rombos. São mais de 160 bilhões de déficit. É disso que nós estamos tratando aqui, não é só de uma pedalada.

E ainda há mais, Sr. Presidente, a corrupção sistêmica nunca vista na história do Brasil. Nunca se roubou tanto na história do Brasil. Nunca houve tanto dirigente partidário preso! O PT tem tesoureiros, mais de um, dirigentes, presidentes, Ministros, enfim, figuras importantes. Nunca se roubou tanto no País como se roubou agora. Tudo isso se juntou, é uma conjunção de fatores que nos leva a uma profunda reflexão. A sociedade brasileira nos cobra essa reflexão.

E a última coisa, Sr. Presidente, eu queria dizer para a Esquerda brasileira, que dizem que está sustentando o seu Governo. Essa Esquerda, que no meu tempo não ganhava salário, que no meu tempo vivia clandestina, que no meu tempo de estudante era uma Esquerda que morria por um ideal, que acreditava numa causa, não pode mais acreditar em nada, está saindo à rua para defender os mimos das empreiteiras do seu Lula, está saindo à rua para defender a corrupção. Não falam em corrupção, estão proibidos! Os militantes que saem de vermelho, assalariados das ONGS, que recebem subvenção, do CCs e DAS do Governo que estão na rua hoje são uma sombra do que foi a militância política de esquerda neste País. A Esquerda foi traída! Foi traída! Pessoas morreram, deram a vida para mudar o Brasil, para ter um País justo, para ter um País ético, e terminou no mensalão, no petrolão, nessa vergonha que é essa mixórdia de negociação de cargos que existe neste País, que enoja qualquer brasileiro e que, muito mais, deveria enojar esta Casa.

Câmara dos Deputados
Fl. 9744
Comissões Especiais

Então, Sr. Presidente, não existe golpe; existe um Congresso consciente da sua responsabilidade. *Impeachment* já!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Tem a palavra o Deputado Eduardo Bolsonaro. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras que estão nos ouvindo nesta madrugada, eu quero, primeiramente, fazer uma sugestão ao Relator, Deputado Jovair Arantes, no sentido de que S.Exa., junto com a assessoria, e com a participação do Presidente, produzam, com a ajuda de um editor, um livro para que nós tenhamos registrado este momento histórico e este trabalho relevante.

Eu fiz questão, Sr. Presidente, de falar para trazer a experiência do processo de afastamento do Presidente Collor.

Eu quero agradecer ao meu pai, Coronel Nivaldo; à minha mãe, D. Nina; à minha esposa, Luiza, e aos meus cinco filhos, que não me deixaram cometer o erro de manter o Collor no Governo.

Com a saída do Collor, o Brasil começou um ciclo de crescimento, que seguiu pelo Governo Itamar, pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e ainda permitiu que o Lula desfrutasse de algum proveito, utilizando o ciclo internacional de prosperidade.

Portanto, a experiência que eu trago serve de lição para aqueles que estão indecisos: entre divergir do seu partido e divergir dos seus eleitores, da sua família, fiquem com os eleitores e com a família; entre divergir do Governo e divergir dos seus eleitores, do seus vizinhos, dos seus *supporters*, fiquem com a sua consciência e fiquem com o Brasil.

Eu não tenho dúvida de que o Brasil que sair desse processo será um Brasil diferente, um Brasil que vai construir uma nova história, um Brasil que vai recuperar o Estado que nós receberemos quebrado das mãos do PT. Foram 13 anos de destruição do Estado, de destruição das empresas estatais, de

Câmara dos Deputados
Fl. 9745
Comissões Especiais

destruição da PETROBRAS, uma empresa hoje literalmente quebrada. Os ativos da PETROBRAS não conseguem sequer pagar 15% da sua dívida.

Mantido o atual processo de desmonte da PETROBRAS, o PT está promovendo um processo de privatização, meu amigo Líder Mendonça Filho, meu amigo Rodrigo Maia, um processo de desmonte sem nenhum planejamento estratégico, muito parecido com o que aconteceu com o setor de petróleo da União Soviética logo após a queda do regime comunista. Estão vendendo os terminais, vendendo os gasodutos, vendendo as distribuidoras de gás, vendendo monopólios. Portanto, nós teremos que recuperar o Brasil, e o Brasil será recuperado.

O novo Governo não é algo estranho. Eu conheço o Vice-Presidente, eu trabalhei com o Vice-Presidente, fui colega do Vice-Presidente na Câmara e posso assegurar que ele tem muito mais condições de reunir apoio político do que tinha o Presidente Itamar.

O Brasil vai se juntar em torno de um novo Governo, o Brasil vai se juntar em torno de um novo projeto. Não tenho dúvida de que nós vamos recuperar o Brasil, que a quadrilha que Lula montou fez com que fosse destruído. Lula, ao atingir o Governo, entendeu que a única forma de governar era comprando mandatos, e por isso surgiu o mensalão; depois do mensalão, ele continuou com o petrolão.

Portanto, eu quero, só para encerrar, Sr. Presidente, dizer que a Presidente Dilma não é inocente e não é honrada. Foi ela quem montou o escândalo, de que se sabe hoje, de Belo Monte. Foi ela quem montou a falcatrua de Belo Monte, com a "Dilma" de Dilma, chamada Erenice, que extorquiu as empresas em 150 milhões de reais para sua campanha e mais uns trocados para o bolso dela.

*Impeachment* já! Novo Brasil! Fora, Dilma! Fora, PT! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Squassoni. *(Pausa.)* Ele não se encontra.

Tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

Câmara dos Deputados
Fl. 9746
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Sr. Presidente, Deputado Rogério Rosso, obrigado.

Quero parabenizar o nosso Relator, Deputado Jovair Arantes.

Esse Governo é réu confesso. Eu acho que o debate que fluiu nesta virada de noite, já quase de manhã, foi muito bom para tirar qualquer dúvida sobre o desenvolvimento das ações do Governo que fizeram com que o Brasil tivesse esse momento que estamos vivendo hoje.

Ele é réu confesso no documento que o Levy nos entregou aqui no ano passado para justificar o PLN 5, em que ele reconhecia o rombo das contas públicas e as pedaladas fiscais assinadas por ele, pelo Saintive, que era o Secretário do Tesouro Nacional na época. Inclusive eu entreguei esse documento ao nosso Relator, Deputado Jovair Arantes.

As ações judiciais que a Caixa fez contra o Tesouro comprovam o descasamento dos repasses do Tesouro Nacional para a Caixa Econômica Federal, provocando inclusive um rombo nas contas públicas da Caixa, que foi obrigada a entrar na Justiça Federal para reavê-lo.

O relatório do Banco Central dessa semana, que mostra não só as pedaladas fiscais e o rombo das contas públicas dos bancos usadas pelo Governo, mas também o desdobramento do reflexo que elas tiveram nocivamente em nossa economia, tem base legal no art. 51, I, da Constituição Federal de 1988; no art. 14 da Lei nº 1.079, de 1950; no art. 11, item 3, da Lei nº 1.079, de 1950.

O de que nós precisamos agora é exatamente ter uma compreensão muito clara: esse Governo está ingovernável. Exauriu-se toda a capacidade gerencial administrativa desse Governo, e nós temos, como bem disse o Deputado José Carlos Aleluia, que nos prepararmos para a construção do novo; um novo que seja capaz de construir um Governo de unidade, um Governo que possibilite o diálogo na politica, e esta Casa tem um papel histórico neste momento.

Por isso aproveito o momento para pedir desculpas aos meus companheiros — e fiquei aqui até esta hora para isto — pelo entrevero, pelo momento triste que eu tive hoje aqui, num debate aberto com um Deputado

Câmara dos Deputados
Fl. 5747
Comissões Especiais

desta Casa, que tem trazido momentos de deboche, momentos de achincalhamento da atividade parlamentar.

Esta Casa tem que tomar providências com relação a essas situações. Não se pode ir à imprensa achincalhar os colegas em detrimento de uma Casa legislativa que configura o respeito e a base da democracia. O fascismo começa exatamente na deterioração do Parlamento, no achincalhe do Parlamento, na desconsideração do Parlamento, e isso é muito manipulado. O Poder Executivo no Brasil abusou por diversas vezes, principalmente na história recente, de macular a história do Parlamento, como se todas as crises, todas as mazelas da política estivessem no Parlamento.

Graças a este momento, em que o Brasil está sendo passado a limpo, graças à atitude corajosa de segmentos do Ministério Público Federal, da Justiça Federal, que têm colocado, com muita veemência, a postura da construção de um novo Brasil, nós estamos identificando as raízes do problema. A solução está no Parlamento, e é o Parlamento que precisa ser reconhecido e precisa ser fortalecido.

Aqui peço a compreensão dos companheiros e desculpas por esse momento triste, porque eu também não queria ter participado disso, mas eu fico muito chateado quando um colega debocha dos demais, como se nós estivéssemos numa mesa de bar ou num convescote, em que não se tivesse obrigação e responsabilidade com o povo brasileiro.

Eu tenho responsabilidade com o povo do Ceará: foi o povo do Ceará que me trouxe para cá. É o povo do Ceará que não aguenta mais sobreviver num Governo de mentiras e de invenções, que muito prometeu desde a refinaria, que aqui já foi comentada, projeto em que o Ceará perdeu 657 milhões do seu curto tesouro de Estado pobre, até todas as obras... Inclusive, o *Diário do Nordeste* traz hoje, na sua manchete principal, a Transnordestina, que não faz um metro de trilho no Ceará — todo o trecho está abandonado —, além da transposição, que é a obra mais importante para salvar vidas no Sertão do Semiárido cearense.

Câmara dos Deputados
Fl. 9748
Comissões Especiais

Então, tudo isso é fruto exatamente de um Governo que foi construído na mentira e na falsidade. A sua incompetência nos trouxe a este momento, em que o povo brasileiro quer virar essa página.

A coragem, a firmeza desta Comissão, o trabalho dirigido pelo Deputado Rogério Rosso, o relatório feito pelo Deputado Jovair Arantes e o apoio do conjunto da Casa farão com que o Brasil entenda que o Parlamento não é isso que pregam de nós.

O Parlamento não é essa deturpação que querem fazer desta Casa parlamentar. O Parlamento é, sim, a Casa de solução, para resolver os problemas do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Mariani.

**O SR. DEPUTADO MAURO MARIANI** - Sr. Presidente, eu estou aqui desde as 2 horas e meia da tarde, pacientemente, ouvindo todos. Passaram do meu nome agora, botaram dois oradores na minha frente. Não tem problema nenhum. Fiquei aqui porque sou o único catarinense nesta Comissão e tenho uma obrigação. Se precisasse ficar aqui até as 10 horas da manhã, eu ficaria, porque tenho que traduzir aqui, nesta Comissão, o sentimento da nossa gente lá de Santa Catarina.

Santa Catarina é o Estado em que a Presidente Dilma teve a menor votação do Brasil, em que hoje ela colhe a maior rejeição. Santa Catarina sempre foi um Estado que deu exemplos para o País. E, talvez Santa Catarina, novamente à frente, perceba que este Governo não tem mais condições de tirar o Brasil da mais profunda crise da sua história. Isso não é fala, não é discurso que muitos já fizeram aqui. Isso é uma constatação da mais dura realidade.

E essa crise — o Deputado Osmar Terra já falou —, as pedaladas fiscais foram a ponta do *iceberg* da má condução da política econômica por parte do Governo, especialmente da Presidente Dilma.

E essa má condução, em muitas vezes, Deputado Osmar, teve a intenção inclusive de colher dividendos políticos, de manter um projeto

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 9749

hegemônico de poder. Basta analisar as contas externas. Cito, por exemplo, o incentivo exagerado e exacerbado ao consumo, e não à produção, acabando com as indústrias nacionais, praticamente acabando com o parque fabril brasileiro; a inflação, com a qual não se tomou cuidado e da qual se perdeu o controle, utilizando tarifas públicas, especialmente de energia, para segurá-la, mas que depois veio com muito mais força e causou um prejuízo grande à sociedade brasileira.

Quanto às contas públicas, os números falam por si só. Em 2004, a dívida pública era de 1,1 trilhão de reais; no ano passado, foi de 2,8 trilhões de reais. Não precisa dizer mais nada: ela passou de 1,1 trilhões de reais para 2,8 trilhões de reais. E neste ano ela vai para 3, 3 trilhões de reais. Só em 2015, foi de 500 bilhões de reais o aumento na dívida pública. Ou seja, está claro o total descontrole da economia brasileira.

Então, o momento que nós vivemos hoje, aqui nesta Comissão, não é apenas para dar prosseguimento ao processo de impedimento da Presidente, mas, sim, para escolher um novo caminho para o Brasil. Nós temos essa responsabilidade e não temos como abrir mão dela. Aqui cada um tem que demonstrar, claramente, aquilo que quer para o País. E principalmente lá no plenário, ao declarar o seu voto, cada um vai dizer se quer que o Brasil continue com essa política que nos empurrou nesse profundo poço e nessa crise, ou se nós temos outro caminho a seguir.

É por isso que eu acredito que a maioria do Parlamento brasileiro vá optar pelo *impeachment*. Lá em Santa Catarina os números são claros: são 16 Deputados e Deputadas, sendo 14 votos pró-*impeachment*, e 2 votos contra o *impeachment*. *(Palmas.)* E em relação aos dois que votam contra o *impeachment*, nós até entendemos as suas razões e os respeitamos, porque são pessoas de bem, mas cumprem o seu compromisso partidário.

E lá no Senado, Srs. Deputados, são 3 a 0 pró-*impeachment*. *(Palmas.)* Os três Senadores de Santa Catarina votarão pelo *impeachment*. É dessa forma que nós vamos e queremos contribuir com o nosso País.

Então, colegas Deputados e Deputadas, nós queremos parabenizar o relatório do Jovair Arantes, que deixou demonstrado, de forma inequívoca, o

Câmara dos Deputados Fl. 9750 Comissões Especiais

crime de responsabilidade, sim, que é apenas a ponta do *iceberg* desse total desmando que ocorreu nos últimos anos no País.

Registro isso com tristeza, porque eu fui um dos brasileiros que votaram naquele país do pleno emprego, naquele país da *Pátria Educadora*, Deputado Osmar, naquele país que tinha financiamento para todos os estudantes, naquele país que enganou cinquenta e tantos milhões de brasileiros. Eu fui um deles e, por isso, quero pedir desculpa aos catarinenses.

Mas agora é hora de corrigir esse erro. E nós vamos corrigi-lo. Por isso, *impeachment* já, sem dúvida alguma! E o Brasil para frente! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado.

Esta Presidência informa que vai cumprir o acordo de encerrar às 4h30min.

Antes de passar a palavra ao Nilson Leitão, queria fazer um apelo aos demais Deputados. Faço isso realmente com muito pesar, mas os acordos têm que ser cumpridos nesta Casa, sob pena de esta Casa perder o respeito.

**O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM** - Sr. Presidente Rogério Rosso, peço só 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu faço um apelo: se nós poderíamos ouvir a Deputada Shéridan, a única mulher que ficou aqui e não foi escutada. Ela está desde as 2 horas da tarde aqui. A Deputada Mariana Carvalho falou, as outras Deputadas...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM** - Sr. Presidente, o Deputado Carlos Henrique Gaguim vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Muito obrigado, Deputado Gaguim.

**O SR. DEPUTADO MARCELO AGUIAR** - Peço 1 minuto, Sr. Presidente, 1 minuto, pelo menos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Nilson Leitão, V.Exa. tem 3 minutos e a Deputada Shéridan tem 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO MARCELO AGUIAR** - Sr. Presidente, peço pelo menos 1 minuto. O Deputado Marcelo Aguiar aqui pede pelo menos 1 minuto.

Câmara dos Deputados Comissões Especiais Fl. 9751

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Vou dar 1 minuto para o Deputado Paulo Abi-Ackel e 1 minuto para o Deputado Paulo Pimenta, para terminar. Aí eu entro com o requerimento de encerramento da discussão.

**O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA** - Sr. Presidente Rogério Rosso, eu estou aqui desde as 2 horas. Eu não vou conseguir falar?

**A SRA. DEPUTADA SHÉRIDAN** - Eu vou ser bem breve.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Mas, às 4h30min, meu amigo Deputado, eu tenho que encerrar, pelo acordo. Não tem jeito.

**A SRA. DEPUTADA SHÉRIDAN** - Só para não perder tempo, eu não vou me demorar. Eu quero agradecer...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Não dá ação judicial nenhuma! Qual é a ação judicial que dá?

**A SRA. DEPUTADA SHÉRIDAN** - Deixa eu só concluir, Deputado Carlos Marun. Será, rapidinho, amigo.

Eu só quero agradecer, inclusive, a delicadeza, a gentileza de todos vocês meus colegas, aos aliados à nossa posição e aos que não o são.

Eu sou de Roraima e vim com a missão de defender os interesses da população do meu Estado, do Norte do Brasil e das mulheres brasileiras. São quase 5 horas da manhã. Nesta vida que eu escolhi, nesta carreira que eu escolhi — ser política e defender os meus ideais, defender o que eu entendo como certo —, eu abri mão de muita coisa, sobretudo da convivência com as minhas duas filhas. E não foi nem em uma ou duas vezes que as minhas filhas lamentaram o fato de eu estar muito ausente.

E hoje, neste dia tão simbólico, estamos defendendo o relatório da admissibilidade do *impeachment* que vai mudar o futuro do meu País. E, nas incontáveis vezes em que a minha filha... Eu tenho duas filhas, e uma delas é uma criança de 8 anos que me cobra muito a minha ausência. E eu sempre digo a ela que a minha causa é a causa que vai cuidar do futuro dela e do futuro de milhares de crianças do Brasil que não têm pessoas que falem por elas. *(Palmas.)*

Câmara dos Deputados
Fl. 9752
Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Peço que conclua, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA SHÉRIDAN** - E eu teria muita vergonha, Sr. Presidente e meus amigos, de chegar em casa, como eu chego às vezes do plenário, à meia-noite, 1 hora ou 2 horas da manhã — hoje eu vou chegar às 5 horas —, olhar para a minha filha que tem 8 anos e dizer: *" Minha filha, eu fiquei até agora na Câmara defendendo um partido que está acabando com o Brasil e acabando não só com o seu futuro, mas com o de milhares de crianças deste País".*

Então, é pela minha filha, pelas minhas duas filhas, pelas crianças brasileiras, que precisam de futuro digno e decente, que eu sou a favor do *impeachment*, porque eu sou a favor do Brasil. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado Nilson Leitão, V.Exa. tem a palavra para uma pequena comunicação, por favor. Serão 5 minutos divididos para três ou quatro.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Sr. Presidente, V.Exa. está nos expondo ao ridículo, V.Exa. está expondo os seus colegas ao ridículo. Eu estou me sentindo exposto ao ridículo. Eu estou aqui desde as duas da tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Eu sei, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Não, V.Exa. está me expondo ao ridículo.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Sr. Presidente, eu apelo para que V.Exa. nos dê mais 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Sr. Presidente, nos dê mais 10 minutos. Quantos faltam falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Se o Deputado Alessandro Molon, o Deputado Paulo Pimenta, o Deputado Marcelo Aguiar...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, em nenhum momento eu me opus a que os outros colegas pudessem fazer o registro.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Sr. Presidente, dê 5 minutos para cada um. Vamos por mais 20 ou 30 minutos. Quem falta falar aqui?

Câmara dos Deputados
Fl. 9753
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, eu estou de acordo para que se possa ceder mais 10 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Acordo é para ser cumprido.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - V.Exa. está certo. O problema...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Deixem só que eu fale em defesa do Presidente. Deixem-me falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Só 1 minutinho, Carlos Marun. Não quis jamais expor V.Exa. ao ridículo.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Eu só quero falar em defesa do Presidente. O problema não é quem está aqui, o problema é quem não está.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Isso.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - De minha parte, Sr. Presidente, não há problema em estendermos a reunião mais um pouco. Agora, V.Exa. tem uma situação difícil nas mãos, que foi o acordo que nós fizemos. E muitos foram embora contando que ele seria cumprido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - É claro.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - De minha parte, não vejo problema em estendermos a reunião um pouco mais, para os colegas terminarem. Agora, é uma situação difícil. Mas, por 5 minutos ou 10 minutos, eu acho que ninguém vai contestar V.Exa. por causa disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - O.k., Deputado Paulo Pimenta.

Deputado Nilson Leitão, por favor.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Sr. Presidente, eu já falarei em nome de três Deputados, eu, o Paulo Abi-Ackel e o Deputado Jutahy Junior

**(Não identificado)** - Desculpe-me, Deputado Nilson Leitão, mas eu quero registrar apenas o meu voto.

Câmara dos Deputados
Fl. 9754
Comissões Especiais

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Com isso, já são três Deputados a menos.

Eu vou iniciar minha fala em cima do que ouvi da base do Governo, que sustentou com muita força, atacando a Oposição, que o *impeachment* começou no dia 26 de outubro de 2014, logo após as eleições. E é fato! É fato! Começou lá, sim.

Falam que não descemos do palanque. O caso não é que não descemos do palanque. Atacaram o Deputado Carlos Sampaio, que foi o autor da ação contra o PT logo após as eleições.

É bom lembrar algumas coisas. Falaram e insistiram que a Presidente Dilma ganhou de forma legítima nas urnas. Não é verdade: ela não ganhou de forma legítima. Ela ganhou com dinheiro de caixa dois. A sua declaração oficial era de 380 milhões de reais. Só de caixa dois que já apareceu na Lava-Jato — para campanha eleitoral, não estou dizendo que é para sítio, para apartamentos ou para outras coisas — só para isso, já são 700 milhões de reais nas campanhas eleitorais.

Então, é óbvio que foi uma campanha desigual, desequilibrada. A Presidente Dilma usou da máquina; usou dos contratos; usou de dinheiro de corrupção; usou dinheiro para comprar voto, sim; usou dos Correios; usou da estrutura toda que o Governo tinha.

Portanto, a Presidente Dilma não ganhou de forma legítima as eleições de 2014. Não se trata apenas de um clamor de um derrotado, de um *jus sperniandi*, como estão falando aí. Ao contrário, nós entendemos a nossa derrota, mas entendemos também que ela não ganhou de forma legítima.

O *impeachment* aparece pouco tempo depois disso. O *impeachment* aparece porque outras coisas vieram: as promessas falsas, além do caixa dois; o estelionato eleitoral; a contabilidade criativa, que não foi apenas nas pedaladas de 157 bilhões de reais, mas também ao mentir na sua prestação de contas e enganar a sociedade como se fosse o Governo fosse um mercadinho sem CNPJ, como se fosse uma empresa de fundo de quintal. Foi tratado assim o nosso País.

Câmara dos Deputados
Fl. 9755
Comissões Especiais

A Presidente Dilma também só chegou a esta situação, e eu vou encerrar em 1 minuto...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Deputado, eu vou encerrar com certeza.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Eu vou encerrar em 1 minuto, Sr. Presidente. Eu não falei nos meus 3 minutos.

O que fez a Presidente Dilma? Ela demonstrou que não tinha competência para governar. Como Ministra de Minas e Energia, ela quebrou o setor elétrico, como Conselheira da PETROBRAS, ela quebrou e levou a PETROBRAS à bancarrota. E não é apenas pela popularidade baixa, como disseram, não é apenas por tantas razões que falaram, mas porque ela faliu o Brasil.

E *o impeachment* não é mais uma vontade de alguns, é a vontade de 80% dos brasileiros.

Em nome do meu partido, do meu Estado e da minha dignidade, nós vamos votar a favor *do impeachment*, porque o Brasil merece mais. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o deputado Paulo Abi-Ackel.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, são 4h29min. Nesta madrugada, eu não posso deixar de registrar, para todos os que nos assistem, para todo o povo brasileiro, o nosso enorme esforço. Quero parabenizar V.Exa. na Presidência dos trabalhos e o ilustre Relator Jovair Arantes.

Quero dizer a toda a Nação brasileira que nós estamos aqui, numa longa marcha, numa longa caminhada, lutando por um Brasil mais ético, com mais moral, sem corrupção, com um presidente da República que tenha condições efetivas de gerir e gerenciar o nosso País, algo que a Presidente Dilma Rousseff demonstrou não ter. S.Exa. não tem a capacidade nem mesmo de se comunicar com a Nação brasileira.

É por essa razão que eu aqui faço questão de registrar, nesta madrugada, o meu voto favorável ao *impeachment*. É algo que faço com

Câmara dos Deputados Fl. 9756 Comissões Especiais

enorme satisfação, certo de que estou cumprindo com o meu dever de Parlamentar e representante do povo de Minas Gerais.

"Sim" ao *impeachment. (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o Deputado Jutahy Junior.

**O SR. DEPUTADO JUTAHY JUNIOR** - Sr. Presidente, não há saída para o Brasil sem o *impeachment.* Nós não sairemos desse atoleiro moral, político, econômico e social sem contarmos com 342 votos no próximo domingo. Tenho absoluta convicção de que faremos maioria nesta Comissão.

E não quero encerrar minhas palavras sem parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos e o Deputado Jovair Arantes pelo brilhante parecer que proferiu. Eu assino embaixo o parecer do Jovair e reproduzo, através desse parecer, as minhas palavras de convencimento de que o Brasil tem esperança em relação ao futuro.

Eu já tive a oportunidade de participar de duas votações de *impeachments*: uma do Collor, que a população unanimemente desejou; e outra quando o PT fez um pedido de *impeachment* logo depois da posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 18 de maio de 1999 — a posse foi em 1º de janeiro —, que a Câmara dos Deputados rejeitou.

E agora, com o apoio da opinião pública, com um fato jurídico, com um fato político e com o apoio popular, nós vamos conseguir esse *impeachment*, que é fundamental, como eu já disse, para sairmos desse atoleiro.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Rosso) -** Com a palavra o Deputado Carlos Marun.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN -** Sr. Presidente, nobres pares, eu faço questão de falar porque a minha voz não é minha. Eu não cheguei aqui por mim. Hoje eu sou a voz de Mato Grosso do Sul nesta Comissão. Eu até poderia abrir mão de falar, mas Mato Grosso do Sul não abre mão de dizer o que pensa neste momento histórico que vive a nossa Pátria.

Câmara dos Deputados
Fl. 9757
Comissões Especiais

Quero destacar, nos 3 minutos que possuo, primeiro, que a defesa da Presidente Dilma e a argumentação do PT e de seus aliados nesse caso é basicamente alicerçada em mentiras. Mentiras, mentiras e mentiras!

Destaco algumas. Foi dito aqui que José Eduardo Cardozo nos deu uma aula e silenciou a Oposição. Na verdade, o Ministro José Eduardo Cardozo veio aqui e fez uma defesa vazia, desprovida de argumentos, até chula, falando em ir à feira, em voltar da feira. Ele confundiu o respeito que tivemos por ele com o silêncio, como se tivéssemos sido silenciados. E o José Eduardo Cardozo até não está podendo dar muita aula, a partir do momento em que aconselhou a Presidente a convidar para ser Ministro da Justiça um membro do Ministério Público, coisa que qualquer estagiário do 2º ano de Direito sabe que é impossível.

*"A Lava-Jato quebrou a PETROBRAS"*. Ouvi isto aqui: *"A Lava-Jato quebrou a PETROBRAS"*. Isso faz parte dos argumentos da defesa do Partido dos Trabalhadores.

A luta dos ricos contra os pobres também foi destacada, quando, na verdade, nós sabemos que são os mais humildes os mais enxovalhados e entristecidos, em função da crise que estabeleceram em nosso País.

E por fim, falam nesse tal golpe contra uma mulher honesta. Não é golpe e nem a mulher é tão honesta, porque, se for honesta, é incapaz. Se a Presidente Dilma é uma mulher honesta, ela é uma completa incapaz por não ter visto tudo o que se passava ao seu redor, por ter assinado atos como o da compra de Pasadena. Por desonesta ou por incapaz, ela não tem mais condições de gerir o Brasil.

Em segundo lugar, quanto à juricidade, é brilhante o relatório do colega Deputado Jovair Arantes, em relação ao qual muitos já se manifestaram. Não sinto necessidade de avançar nesse sentido.

Por fim, o PMDB, Sr. Presidente, não desejou esse desfecho. Ele não desejou, mas não teme esse desfecho. Ele está pronto para cumprir, neste momento, o seu dever constitucional e convida todos os brasileiros e brasileiras de bem para, juntos, construirmos um novo momento para a nossa Pátria.

Fora, Dilma! *Impeachment* já!

Câmara dos Deputados
Fl. 9758
Comissões Especiais

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Rosso)** - Com a palavra o Deputado Marcelo Aguiar.

**O SR. DEPUTADO MARCELO AGUIAR** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, por presidir, com tanta excelência, esta Comissão. Também parabenizo o Relator Jovair Arantes pelo belíssimo relatório, cuja excelência também reconhecemos.

Este momento é igualmente importante porque, talvez no domingo, os Secretários de Estado de São Paulo voltem à Brasília, para manter o nosso voto, que é "sim" ao *impeachment*.

Eu quero, nesta noite, confirmar a nossa posição. Nós reconhecemos os crimes de responsabilidade fiscal da Presidente Dilma, deste Governo. E nós sabemos que o País é ingovernável sem uma alternância de poder.

Portanto, votamos "sim" e falamos "sim" ao *impeachment*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Rosso)** - Tem a palavra o Deputado Mauro Pereira.

**O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA** - Sr. Presidente Rogério Rosso, primeiramente quero parabenizar V.Exa. e o nosso Relator Jovair Arantes pela gentileza, pela amizade, pelo respeito e pela maneira correta com que vêm conduzindo esta Comissão.

São 4h30min da manhã. Nós estamos acordados, recebemos um salário para cumprir a nossa missão. Mas há muitas pessoas acordadas neste exato momento, que não conseguem dormir por estarem com depressão, porque não têm emprego e não sabem aonde ir amanhã.

Em Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, lugar de prosperidade, nós estamos vivendo um desemprego total, uma depressão, uma tristeza. A esperança está indo embora. Nós, as pessoas e os Deputados de bem, precisamos, sim, fazer com que se faça justiça.

A que nós estamos assistindo? À Polícia Federal fazendo o trabalho dela, ao Ministério Público Federal fazendo o trabalho dele, ao Supremo Tribunal Federal fazendo o trabalho dele. E nós temos que fazer o nosso trabalho. Se nós não nos unirmos para fazer com que o *impeachment*

Câmara dos Deputados
Fl. 9759
Comissões Especiais

aconteça, o ex-Presidente Lula, com todas as suas artimanhas e com toda a sua habilidade, oferecendo coisas que ele não vai cumprir, pode até convencer algum Deputado a votar contra o *impeachment*.

Então, nós temos a missão de continuar trabalhando, mostrando para cada colega Deputado que hoje o Rio Grande do Sul está parcelando os salários dos servidores em 9 meses, e que o Estado do Rio de Janeiro está em igual situação, tendo que parcelar os salários porque a economia está afundando.

Aqui eu gostaria de pedir aos Deputados Federais do Rio de Janeiro: pensem bem ao olhar todo o desemprego que existe no Rio de Janeiro! O maior número de Deputados contra o *impeachment* está no Rio de Janeiro. Onde já se viu uma coisa desta? Não podem fazer isso! Não podem, de jeito nenhum, trair a confiança do povo brasileiro!

Nós temos, sim, que valorizar quem é do bem. E a quem está prejudicando a sociedade brasileira, a Presidenta Dilma, nós temos que dar o *impeachment*. E temos que dar os parabéns ao Ministério Público, à Polícia Federal e ao Rodrigo Janot pelo trabalho que vêm fazendo.

Lugar de bandido é na cadeia! Vamos votar pelo *impeachment*, pelo bem do nosso País!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Com a palavra o penúltimo inscrito o Professor Victório Galli. Em seguida, falará o Deputado Carlos Henrique Gaguim e o Deputado Paulo Pimenta, para terminar.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR VICTÓRIO GALLI** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, diz um versículo bíblico nos Provérbios 29:2: "*Quando o justo governa, o povo se alegra; mas, quando o ímpio domina, o povo geme*".

Quero parabenizar o Sr. Presidente pelos serviços prestados e pela boa condução dos trabalhos, bem como o Relator, Deputado Jovair Arantes.

Quero fazer uma reflexão do ponto de vista constitucional. Em primeiro lugar, digo que sou Parlamentar do Mato Grosso e, de forma cristã, um defensor assíduo da família, que preza pelos bons costumes.

Câmara dos Deputados Fl. 976 Comissões Especiais

Sr. Presidente, o Brasil está na UTI. E o paciente que numa UTI, numa Unidade de Terapia Intensiva, não pode esperar mais. É mister tomarmos uma decisão que venha pôr ordem em nossa Pátria, sob pena de passarmos todo este mandato num balão de oxigênio.

Primeiro, é importante refletirmos que a autoridade máxima de um país é a constituição — e a ela todos devem se submeter. A Presidenta Dilma incorreu, a meu ver, em vários crimes à luz da Constituição e de várias leis deste País, como, por exemplo, o que atenta contra a probidade administrativa pública, previsto no inciso V do art. 85 da Constituição Federal, bem como os crimes culposos de omissão, negligência e imperícia que caracterizam sua conduta de Presidente.

Segundo, o grande jurista, o Dr. Ives Gandra, autor de um parecer que defere o impedimento da Presidenta Dilma, disse que não há necessidade de discutir o dolo. Nesse caso, não se discute se a pessoa é honesta ou se houve a má-fé, o que se discute são se os atos contra a probidade da administração são culposos ou dolosos. Para ele, esses tipos de atos que atentam contra a probidade podem gerar processo político do *impeachment*.

Quero registar uma situação interessante: as pedaladas fiscais. E tudo isso quer ressuscitar a CPMF. É complicado!

Deixo aqui mais um versículo bíblico, nos Provérbios 29:4: "*Quando o governo é justo, o país tem segurança; mas, quando o governo cobra impostos demais, a nação acaba na desgraça*".

*Impeachment* já! O PT deu "PT" no Brasil em tudo! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim, último inscrito. Para finalizar, falará o Deputado Paulo Pimenta. Muito obrigado pela gentileza.

**O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM** - Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de ser o 159º orador, o último. Parabenizo V.Exa. em nome do Tocantins.

Como ex-Governador de Tocantins, registro que, dos oitos Deputados do Estado, seis deles são pelo *impeachment*. *(Palmas.)*

Registro para o povo do Tocantins que o Deputado Carlos Henrique Gaguim vota "sim".

Que Deus possa iluminar todos nós!

Muito obrigado a todos.

**(Não identificado)** - Grande Gaguim!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Tem a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Para contraditar.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, ouvi atentamente diversas manifestações e digo a V.Exa. que, ao fim dos debates, ouvi aqui Parlamentares falarem que são a favor do *impeachment* para homenagear a família, outros porque estão arrependidos do voto, outros porque estão preocupados com o desemprego.

Todos são motivos justos, Sr. Presidente. Mas a Constituição só prevê a possibilidade de *impeachment* de um presidente da República havendo crime de responsabilidade.

Em todas as últimas intervenções, nenhuma delas nem sequer fez referência ao relatório do Deputado Jovair Arantes. Entendo e respeito as manifestações dos colegas. No entanto, todas elas só reforçam a nossa convicção de que *impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe. E nós precisamos levar isso ao povo brasileiro e chamar a atenção dos senhores, porque rasgar a Constituição não é a solução para o fato de que os senhores não gostam do Governo, têm divergências ou querem mudanças na política econômica.

Respeito todos, mas registro aqui que reforçaram a minha convicção de que a tese dos senhores e das senhoras é um golpe à Constituição, é um golpe contra o Estado Democrático de Direito.

**(Não identificado)** - *Impeachment* já!

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Viva o *impeachment! (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rogério Rosso) - Um momentinho! Queria registrar que todos os inscritos falaram.

Câmara dos Deputados
Fl. 9762
Comissões Especiais

Portanto, não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

O Relator Jovair Arantes fará uso da palavra, para sua réplica, na próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião extraordinária para segunda-feira, dia 11 de abril, às 10 horas, para réplica do Relator, nos termos do inciso IX do art. 57 do Regimento Interno, e votação do parecer do Relator.

Está encerrada a reunião.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados
Fl. 9763
Comissões Especiais

**QUESTÃO DE ORDEM**
**APRESENTADA NA COMISSÃO ESPECIAL**
(Do Sr. Dep. Alex Manente)

*Sobre Requerimento apresentado à Comissão Especial para que seja adotado o procedimento de votação nominal por chamada.*

Senhor Presidente,

Formulo a V. Exa. questão de ordem, nos termos do art. 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do caput do Art. 117, para apreciação do Requerimento, apresentado por mim a esta Comissão, solicitando que o procedimento de votação do Relatório seja nominal, por chamada.

A Constituição Federal dispõe que a publicidade dos atos legislativos é regra, uma vez que, ressalvadas as exceções, a coletividade deve conhecer os atos praticados pelo Estado. Por analogia à Lei 1.079/1950 que regra o processo de impedimento.

O princípio da publicidade facilita o exercício do controle social da Administração Pública, abrangendo toda a atuação do Estado. É notório que no direito público o valor moral só terá força e relevância quando exposto à coletividade. É preciso, portanto, tornar público o voto de cada membro desta Comissão.

A discussão e a votação do relatório ocorrerão mediante a deliberação desta Comissão e do Plenário. É importante que seja aprovado o nosso Requerimento para garantir que a votação seja oral, e os brasileiros saibam

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Câmara dos Deputados
Fl. 3769
Comissões Especiais

como os deputados, seus representantes, votaram neste momento crucial para a História do Brasil.

Nesses termos, peço e espero deferimento do Requerimento que se encontra sobre a mesa.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2016.

**Dep. Alex Manente**
**PPS/SP**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara dos Deputados
Fl. 9765
Comissões Especiais

# DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Na última sessão, após a leitura do voto do Relator, o deputado **Paulo Magalhães** apresentou Reclamação, aditada pela deputada **Jandira Feghali** com conteúdo idêntico, sustentando que no voto do Relator consta a análise de "elementos estranhos" ao objeto da denúncia, diferente do que restou delimitado na decisão de recebimento do Presidente desta Casa. Apontam os trechos do relatório que, na perspectiva de Suas Excelências, estariam em desconformidade com a decisão de recebimento da denúncia. Defendem que o STF, quando do julgamento dos MS n. 23.885 e 20.941, firmou a tese de que a decisão inicial de recebimento da denúncia do Presidente da Câmara delimita definitivamente o objeto de acusação a ser analisado pela Comissão Especial. Por isso, segundo os ilustres deputados, o relatório desta Comissão deveria se restringir – única e exclusivamente – ao exame daqueles fatos admitidos pela Presidência da Câmara dos Deputados, em sua decisão inicial, sob pena de nulidade, já que a defesa não foi chamada para se manifestar sobre eles. Dizem que foi descumprido o art. 55, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa. Ao final, no pedido, requerem os ilustres deputados que seja

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara dos Deputados
Fl. 9766
Comissões Especiais

considerada "não escrita" a parte do parecer estranha ao objeto da acusação delimitado pelo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

À presente Reclamação e ao respectivo aditamento, houve a contradita dos deputados **Carlos Sampaio** e **Danilo Fortes**, os quais contra argumentam os fundamentos da Reclamação, dizendo que o nobre Relator, em seu voto, se ateve ao objeto da decisão de recebimento inicial proferida pelo Presidente da Câmara dos Deputados e que as manifestações acerca dos demais aspectos da denúncia se deram em sua análise política individual, a título de argumentos acessórios e retóricos, que não foram utilizados como fundamentação na formação de sua decisão.

**Decido.**

Com todo o respeito que tenho aos ilustres deputados autores desta Reclamação, deputado **Paulo Magalhães** e deputada **Jandira Feghali**, não há fundamento para a pretensão posta.

O voto do Relator, em diversas passagens, foi explícito -- **de forma reiterada, inclusive** -- que não estava levando em consideração para a sua conclusão os fatos articulados pela denúncia que, segundo os autores desta Reclamação, não foram

Câmara dos Deputados
Fl. 9767
Comissões Especiais

admitidos pelo Presidente da Câmara dos Deputados em sua decisão inicial.

É verdade que Sua Excelência, deputado **Jovair**, chegou a externar seu entendimento pessoal no sentido que seria possível a essa Comissão adentrar em todas as questões apontadas na denúncia. **Mas fez isso apenas a título de registro**, deixando claro, no entanto, **em item específico**, que, embora graves na sua perspectiva, não iria considerar tais fatos para a conclusão que tomou.

As referências que constam no documento lido pelo Relator a esses tais fatos não admitidos pela Presidência da Câmara dos Deputados é absolutamente natural, porque Sua Excelência precisa fazer um resumo da denúncia como um todo. Não se pode confundir "relatório dos fatos" com "fundamento do voto". O mais importante, insisto, é que esses fatos tidos por "estranhos" não foram levados em consideração pelo Relator como **fundamento jurídico** para a sua conclusão.

Quanto ao **juízo político**, denominado pelo Relator como conveniência e oportunidade, as suas considerações são meramente subjetivas, não vinculantes aos membros desta Comissão. Se houve ou não alguma referência a eventual fato que não conste na denúncia, o que digo apenas em tese, essa

9768

referência é meramente subjetiva, desimportante para o convencimento individual de cada parlamentar sobre esse aspecto. Cada um de nós pode e dever firmar um **juízo político** pessoal sobre a conveniência e oportunidade de abertura deste processo de *impeachment*.

Por tudo isso, não há "elemento estranho" no documento, o que me autoriza dizer, sem dúvida alguma, que não há razão para se extrair qualquer trecho do relatório ou mesmo para considerar "não escrito" parte dele, o que afasta a aplicação do art. 55, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa.

Nem houve nulidade ou cerceamento de defesa, justamente porque o voto se ateve, **exclusivamente**, aos fatos que teriam sido admitidos pelo Presidente da Câmara dos Deputados. O Relator foi cuidadoso ao dizer que não iria tratar desses temas exatamente porque a defesa deles não teria tratado.

Por fim, apenas em respeito aos colegas que apresentaram esta Reclamação e exclusivamente a título de esclarecimento, ressalto que das decisões proferidas pelo STF quando do julgamento dos MS 23.885 e 20.941 **não** é possível se aferir que teria aquela Corte **efetivamente** decidido que "o recebimento da denúncia do Presidente da Câmara dos Deputados delimita definitivamente o objeto de acusação a ser analisado pela

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara dos Deputados
Fl. 9769
Comissões Especiais

Comissão Especial". Esse tema – **limitação da análise da denúncia pela Comissão Especial por eventual restrição imposta pelo Presidente da Casa na decisão inicial que recebe a denúncia** -- não foi objeto de apreciação pela Suprema Corte nesses julgados.

Ante o exposto, **rejeito** a presente Reclamação.

Sala das Comissões, em 8 de abril de 2016.

**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
**Presidente**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara dos Deputados
Fl. 977
Comissões Especiais

# DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Levantaram Questão de Ordem, na última sessão, os deputados **Wadih Damous** e **José Rocha**, contraditadas pelos deputados **Marcelo Aro** e **Nilson Leitão**, acerca da manifestação oral dos representantes da denunciada durante a sessão de leitura do relatório, bem como da arguição acerca das preliminares suscitadas pelo Ministro Chefe da Advocacia Geral da União na defesa escrita da Sra. Presidente da República.

Decido:

O instituto da ampla defesa deve ser realizado dentro dos limites legais. Não há previsão na Lei 1.079 de 1950 de manifestação da defesa no momento da leitura do relatório/voto desta Comissão.

O artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal, os termos da ADPF 378 do Supremo Tribunal Federal e o artigo 218, §4º do Regimento Interno da Câmara garantem o direito da denunciada manifestar-se, o que foi admitido por essa Comissão, inclusive via defesa oral, sustentada pelo Advogado Geral da União, José Eduardo Cardozo, por duas horas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara dos Deputados 9771

O artigo 27 da referida Lei n. 1.079/50, a rigor, permite a intervenção do Advogado no Senado, que é a instância competente para processar e julgar a denúncia, ocasião em que as provas deverão ser produzidas amplamente, caso, por óbvio, o processo seja instaurado por aquela Casa.

Ademais, o artigo 7º, inciso X do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil não permite ao advogado que se manifeste, em julgamento realizado por colegiado, em um tribunal, a partir da leitura do voto do Relator, durante a fase de deliberação, salvo para esclarecimento de questão fática.

Todavia, esta Comissão não é um tribunal propriamente dito. Estamos em uma fase pré-processual, não há processo instaurado sem admissibilidade prévia. A função de tribunal, no sentido de instaurar, processar e julgar, como dito nesta decisão e reiterado por diversas vezes por esta Presidência, é privativa do Senado.

Acrescento, por fim, que o Regimento Interno desta Casa, aplicável ao processo de *impeachment* subsidiariamente, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal, somente permite o uso da palavra durante a fase de discussão e apenas por deputado inscritos, na forma estabelecida no seu artigo 57, inciso VII, combinado com o artigo 171.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara dos Deputados
Fls. 9772
Comissões Especiais

Autorizei, entretanto, a presença dos advogados da defesa da denunciada durante aquela reunião, para que pudessem acompanhar os trabalhos desta Comissão. Enfatizo que os trabalhos desta Comissão são abertos para acompanhamento.

Já quanto ao outro ponto da Questão de Ordem, registro que quase todas as preliminares suscitadas pela defesa em sua manifestação (à exceção de uma) já foram resolvidas em decisões anteriores desta Presidência, tratando-se, assim, de matéria vencida.

Não obstante, foram novamente tratadas de forma explícita no voto do relator. E é justamente o voto do relator, por inteiro, e não em partes, que será submetido à deliberação e votação por esta Comissão. A resposta a ser dada por esta Comissão é se autoriza ou não a instauração do processo por crime de responsabilidade contra a Presidente da República. A conclusão do voto do Relator que será, insisto, objeto de votação por esta Comissão e, depois, pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 8 de abril de 2016.

**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
**Presidente**

Câmara dos Deputados
Fl. 9771
Comissão

**Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal**

## VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO WEVERTON ROCHA

### I – Relatório

Oferecida denúncia pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Pachoal por suposto crime de responsabilidade imputado à Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados em despacho datado de 2 de dezembro de 2015 a recebeu, rejeitando parcialmente as acusações constantes da *notitia criminis*.

Constituída por ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 3 de dezembro de 2015, a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade foi eleita e instalada em dezessete de março de 2016.

Apresentada a defesa pela denunciada em 4 de abril de 2016, cabe a esta Comissão emitir parecer sobre a admissibilidade do processo de denúncia por crime de responsabilidade atribuído à Presidente da República, a ser submetido ao Plenário da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

*CD164725037183*

### II - Das Preliminares

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
Em 08/04/16, às 16h34
Assinatura
7160
Ponto

Primeiramente cabe destacar que, no despacho que decidiu pelo recebimento da peça acusatória, o Presidente da Câmara dos Deputados rejeitou as denúncias embasadas praticamente em ilações e suposições, sobretudo quando os denunciantes falam da corrupção na PETROBRÁS, dos empréstimos do BNDES e do suposto lobby do ex-Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, com alegações de que a Presidente teria sido conivente com atos de corrupção.

O Presidente também rejeitou a parte da denúncia que cita crimes eventualmente praticados pela denunciada contra a lei orçamentária anual de 2014, os quais foram mencionados em decisão do TCU relativa às contas prestadas pelo Poder Executivo referentes àquele ano. Sua Excelência argumentou que tal decisão constitui-se em parecer prévio daquela Corte de Contas, sujeito a julgamento final do Congresso Nacional, a quem é atribuída competência exclusiva para decidir sobre a questão, consoante estabelece o art. 49 da Constituição Federal.

Além disso, o Presidente desta Casa ressaltou que tais fatos são anteriores ao mandato vigente, sendo inafastável a aplicação do art. 86, § 4º da Constituição Federal.

De fato, não devem prosperar as alegações colacionadas na denúncia relativas ao mandato anterior para fins de processo de *impeachment*, posto que, na vigência do seu mandato, não pode o Presidente da República ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, conforme disposto no art. 86, § 4º, da Carta Magna.

Trata-se de imunidade processual que visa garantir o regular exercício funcional das atribuições do Chefe do Poder Executivo, assegurando, por conseguinte, a proteção do regime presidencialista adotado no País.

Ademais, a impossibilidade de *impeachment* em razão de mandato anterior se fundamenta no princípio republicano, que é assinalado pela eletividade, responsabilidade e, essencialmente, pela periodicidade dos mandatos.

*CD164725037183*

Câmara dos Deputados
Fl. 9775
Comissões Especiais



Destaque-se que os atos a que se reporta o art. 85 são os de natureza funcional praticados no exercício de um mandato presidencial corrente, atual, em curso e não vencido, encerrado. Mandado presidencial vencido, sem a instauração de processo de *impeachment*, é página virada.

Não se pode olvidar que a Presidente está no desempenho de novo mandato, obtido por uma segunda vez para o mesmo cargo. Para o segundo mandato, são necessários novas eleição, diplomação e posse, assim como novo exercício.

O exercício deste novo mandato não se intercala com o precedente, pelo contrário, se intervala, posto que mandato novo é exercício que se abre para uma autônoma prova de fidelidade governamental à Constituição, a partir de um compromisso feito perante a composição do Congresso Nacional. Não se pode fazer dos dois mandatos uma coisa só.

Diferentemente ocorre quanto a eventual cometimento de infrações penais comuns, de outra natureza, ainda não prescritos, a demandar processo e julgamento sob formato jurídico inconfundível com aquele concebido pela Constituição para os crimes de responsabilidade do Presidente da República.

Sendo assim, ao adentrar no mérito, serão desconsideradas as partes rejeitadas pelo Presidente da Câmara quando do recebimento da denúncia.

Antes, porém, cabe tecer considerações iniciais relativas à admissibilidade da denúncia.

A indevida juntada aos autos da delação premiada do Senador Delcídio do Amaral não guarda nenhuma relação fática ou jurídica com os fatos relatados na inicial. O Presidente da Câmara dos Deputados, em decisão completamente equivocada, determinou a anexação desses documentos, a despeito de ter proferido decisão anterior sobre o objeto da denúncia quando de seu despacho de recebimento da peça inicial.

*CD164725037183*

Câmara dos Deputados
9776
Comissões Especiais



Fica claro que tal anexação se deveu ao fato do reconhecimento da fragilidade dos argumentos narrados nesse inconsistente pedido de cassação do mandato da Presidente Dilma.

Assim, os novos documentos anexados à denúncia inquina de vício o processo a partir da sua juntada, posto que a defesa se faz em relação aos fatos objetivamente imputáveis. Embora questionado pelo Deputado Paulo Teixeira, o Presidente da Comissão asseverou que não seria realizado o desentranhamento dos novos documentos anexados à denúncia. Tanto o ato que anexou quanto o que decidiu pelo não desentranhamento ofendem os direitos da denunciada, dado que violam o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Outro aspecto a se considerar trata-se da proposta do relator de realizar reuniões para o esclarecimento da denúncia. Como já salientado na questão de ordem por nós apresentada, promover reuniões para esclarecimento de aspectos da denúncia é o reconhecimento de que a denúncia não está clara o suficiente, ferindo o devido processo legal e levando à inépcia da inicial.

Além disso, este fato atinge um dos postulados mais basilares da garantia da ampla defesa de que a denúncia deve conter, específica e precisamente, os fatos sobre os quais o acusado deve se manifestar.

Em resposta à nossa questão de ordem, o Presidente da Comissão argumentou que a realização das audiências teve por finalidade auxiliar os deputados a construir entendimento pessoal sobre a admissibilidade ou não da denúncia apresentada, não porque a denúncia não seria clara. Diverge, portanto, o Sr. Presidente do Relator no plano de trabalho que apresentou, onde mencionou que as reuniões se destinariam a esclarecer a denúncia.

Não bastasse tal improcedência no plano de trabalho do Relator, durante a reunião em que foram ouvidos os autores da denúncia, o Presidente da Comissão permitiu-lhes pronunciar-se sobre todos os aspectos da inicial, até mesmo sobre aqueles que o Presidente da Câmara já havia declarado que ferem o devido processo legal, por

*CD164722503718 3*

9777



não atenderem aos pressupostos processuais do processo de *impeachment,* no que se refere a crimes praticados em mandato anterior ao vigente.

Mais uma vez o processo foi inquinado de vício, que gera a sua nulidade, sendo aplicáveis neste caso as normas do Código de Processo Penal, como lei acessória do processo de *impeachment*, reconhecida por decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 378 ao recepcionar o art. 38 da Lei nº 1.079/1950.

**III – Do Mérito**

Tratando especificamente do mérito, e considerando as partes da denúncia rejeitas por decisão do Presidente da Câmara dos Deputados, restaram dois atos alegados pelos denunciantes como caracterizadores do crime de responsabilidade, quais sejam:

1) a edição de seis decretos não-numerados nos meses de julho e agosto/2015, fundamentados nas Leis nº 13.080/2015 (LDO de 2015) e nº 13.115/2015 (LOA de 2015);
2) o inadimplemento financeiro da União com o Banco do Brasil S/A em razão de atraso no pagamento de subvenções econômicas no âmbito do crédito rural, inadimplemento esse que não se caracteriza como mútuo, financiamento ou operação de crédito para efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto à primeira alegação, cabe esclarecer inicialmente que o crédito suplementar é instrumento que serve para atender políticas públicas já existentes na Lei Orçamentária Anual, mas que não possuem dotações suficientes para serem executadas.

Além disso, a abertura de crédito suplementar por meio de decreto possui expressa previsão legal e constitucional, não se verificando irregularidade quanto a essa questão. Assim, o art. 4º da LOA autoriza o uso de decretos para garantir maior facilidade no

*CD164725037183*

manejo orçamentário em ações consideradas urgentes e essenciais, que não poderiam aguardar o trâmite legislativo para a aprovação de um projeto de lei para tal finalidade.

E mais, a abertura de crédito suplementar para despesas obrigatórias constitui estrito cumprimento do dever legal da Presidente, sendo absolutamente inexigível conduta diversa.

A esse respeito, na análise dos fatos concretos, cabe averiguar a real ilicitude dos atos praticados, eventual contrariedade ao direito dos atos atribuídos à denunciada. Assim, para que essa contrariedade ao direito se materialize, a conduta típica não poderá ter sido praticada em decorrência do estrito cumprimento do dever legal. Tal situação jurídica se caracteriza como causa de justificação ou descriminante putativa, isto é, causa que transforma uma conduta, em tese, ilícita em comportamento lícito e adequado ao direito.

Diante disso, cabe arguir se, diante da situação fática com que se deparou a denunciada, caberia a adoção de conduta diversa da empreendida, sem que se violasse o interesse público, sem prejuízo à ordem social e econômica. Em caso afirmativo, restaria configurada a tipificação da conduta. Do contrário, estaria descaracterizada como ilícito.

Analisando-se a situação concreta, percebe-se que a Presidente agiu em estrito cumprimento do dever legal ao editar os decretos para atender a despesas urgentes e essenciais, conduta que se exigiria do ocupante do cargo nas situações que se apresentaram.

Vale lembrar que os decretos de crédito suplementar e ações na LOA têm caráter autorizativo. Ele não aumenta o gasto, posto que o limite fiscal continua o mesmo. Ademais, permite que o Estado reprograme uma determinada política pública de acordo com uma possível mudança de cenário econômico-social, de forma a melhor atender ao interesse público. Por fim, autorizar o gasto não significa que ele se efetivará, seja por motivos financeiros, como a falta de recursos, ou práticos, como ter destinado recursos para prejuízos com enchente em ano de seca.

*CD164725037183*

Câmara dos Deputados
9775
Comissões Especiais



Importante salientar que a abertura de créditos suplementares para o atendimento de despesas discricionárias sequer expôs a risco o cumprimento da meta. Isso porque tais despesas estão condicionadas à disponibilidade de recursos para se concretizar. O Governo contingenciou R$ 80 bilhões em despesas discricionárias em 2015 e cumpriu a meta. Além disso, o TCU considerou adequado esse tipo de prática nos exercícios de 2001, 2009 e 2010.

Some-se a isso o fato de que tais suplementações não guardam qualquer relação com o atingimento da meta, já que não resultaram em aumento de gasto.

Não se pode olvidar que o atingimento da meta é auferido em 31 de dezembro, final do exercício financeiro. A denúncia, apresentada em outubro de 2015, alega o descumprimento da meta antes mesmo de findo o exercício financeiro. E ao encerrar-se, repita-se, o governo cumpriu a meta fiscal. Logo, resta totalmente infundado esta alegação dos denunciantes.

Por fim, ainda que haja divergência quanto aos argumentos expostos, a aprovação da alteração da meta fiscal pelo Congresso Nacional afasta a tipicidade da conduta.

Por tudo isso, constata-se que, em relação à edição dos seis decretos não- numerados, não se fazem presentes os elementos fundamentais para a configuração do crime de responsabilidade, por ausência de fato típico, ilicitude e culpabilidade, sendo absolutamente incabível o processo de *impeachment*.

Com relação às operações realizadas no âmbito do Plano Safra, resta demonstrado que não há qualquer conduta da Presidente, omissiva ou comissiva, que possa ser caracterizada como crime de responsabilidade, consoante os argumentos a seguir.

Essas subvenções foram autorizadas por lei, que conferiu a regulamentação e a execução das políticas aos Ministérios responsáveis por sua gestão, não tendo havido, pois, ato da Presidente a elas relacionadas.

*CD164725037183*

Especificamente em relação ao Plano Safra, a concessão de subvenção ocorre diariamente até o limite definido anualmente em portaria do Ministério da Fazenda. Também é por esse instrumento legal que é definida a metodologia de apuração dos saldos a serem pagos ao banco operador do Plano Safra.

Cabe esclarecer que é necessário lapso de tempo entre o momento da contratação do crédito rural junto à instituição financeira e o efetivo pagamento de subvenção, em razão do tempo necessário à verificação e fiscalização do emprego adequado do programa. Dessa forma, não se pode afirmar que a variação do saldo de subvenção do Banco do Brasil é decorrente de novas operações em 2015, uma vez que essas deveriam ser pagas apenas nos semestres subsequentes.

Além disso, os dispositivos legais supostamente violados referem-se a artigos da LRF. Contudo, o descumprimento da lei orçamentária é que configura crime de responsabilidade. Logo, o bem jurídico supostamente violado está incorreto, o que resulta na atipicidade da conduta.

Ainda que a LRF fosse bem jurídico protegido, não se poderia imputar crime de responsabilidade à Presidente, dado que esta lei não foi violada, pois essas subvenções não constituem operações de crédito, consoante estabelece o disposto no art. 26 da Lei, nem a elas se equiparam. Além de se tratar de contratos de prestação de serviços entre a União e o Banco do Brasil, no ano de 2015, não houve sequer atraso no repasses ao Banco do Brasil, sendo este mais um argumento que demonstra a atipicidade da conduta.

Por fim, é inconstitucional admitir a aplicação retroativa de novo entendimento do TCU em matéria de crime de responsabilidade conforme pretendem os denunciantes.

Diante desses argumentos, verifica-se que não se fazem presentes os elementos fundamentais para a configuração do crime de responsabilidade, sendo incabível o processo.

9781



## IV – Voto do Deputado Weverton Rocha

É inadmissível que em um regime presidencialista, sob a égide de um Estado Democrático de Direito, situações episódicas de impopularidade do governante possam ensejar a perda de seu mandato, por faltar-lhes os atributos da legalidade e da legitimidade. Acusações desprovidas de gravidade extrema, incapazes de atingir os alicerces centrais da ordem jurídica democrática poderiam resultar em abalos à estabilidade institucional que decorre do exercício do mandato presidencial.

A denunciada está sendo processada com claras e indiscutíveis violações aos princípios constitucionais, especialmente ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, posto que as denúncias são inconsistentes, juridicamente insustentáveis e de improcedência manifesta.

Autorizar o início do processo de crime de responsabilidade, embasado em denúncias sem nenhum amparo constitucional ou jurídico, resultará em verdadeira ruptura com a ordem jurídica democraticamente estabelecida. Qualificará verdadeiro e indisfarçável "golpe e Estado". Será imperdoável tal ruptura constitucional será após anos de luta por um Estado Democrático de Direito.

Em face do exposto, voto pela inadmissibilidade política e jurídica da acusação e pela não autorização da instauração do processo por crime de responsabilidade no âmbito do Senado Federal.

Sala da Comissão, em 8 de abril de 2016.

**Deputado Weverton Rocha**
**(PDT/MA)**

*CD164725037185*

28/04
17:20
Câmara dos Deputados
Fl. 9782
Comissões Especiais

**Questão de Ordem - Suplência**

Senhor Presidente,

Suscito questão de ordem com fundamento no art. 12, caput, do Regimento Interno c/c art. 17, § 1°, da Constituição Federal.

Senhor Presidente,

A presente questão de ordem versa sobre o procedimento de votação do parecer da Comissão Especial e, em particular, sobre o critério de substituição de membro titular em caso de ausência.

Preliminarmente, deve-se rememorar que o Supremo Tribunal Federal, ao ser questionado sobre a validade do art. 19, caput, da Lei n° 1.079/1950, reconheceu a existência de **equiparação normativa dos blocos parlamentares aos partidos políticos, *tanto quanto for possível*, nas circunstâncias passíveis de legítimo alvedrio por parte do Legislativo**, *in verbis*:

> "**A PROPORCIONALIDADE NA FORMAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PODE SER AFERIDA EM RELAÇÃO A BLOCOS (ITEM D DO PEDIDO CAUTELAR):** O art. 19 da Lei n° 1.079/1950, no ponto em que exige proporcionalidade na Comissão Especial da Câmara dos Deputados com base na participação dos partidos políticos, sem mencionar os blocos parlamentares, foi superado pelo regime constitucional de 1988. Este estabeleceu expressamente: (i) a possibilidade de se assegurar a representatividade por bloco (art. 58, § 1°) e (ii) a delegação da matéria ao Regimento Interno da Câmara (art. 58, *caput*). A opção pela aferição da proporcionalidade por bloco foi feita e vem sendo aplicada reiteradamente pela Câmara dos Deputados na formação de suas diversas Comissões, tendo sido seguida, inclusive, no caso Collor. Improcedência do pedido." (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF n° 378).

Câmara dos Deputados
Fl. 9783
Comissões Especiais

**Questão de Ordem - Suplência**

O alcance da decisão do Pretório Excelso é cristalino: a proporcionalidade atinge a **formação** do Colegiado, e **pode ser aferida em relação a blocos**, na esteira do que dispõe o art. 12 do Regimento Interno.

Referida interpretação, todavia, não permite concluir que a suplência de membros já designados para compor a Comissão Especial resolver-se-á internamente, no seio do bloco. É que, nada obstante este possuir as mesmas prerrogativas dadas às organizações partidárias, se está, no caso concreto, diante de um processo de impedimento presidencial, fato de extrema excepcionalidade e antítese máxima ao princípio que eleva a República Federativa do Brasil em um Estado Democrático de Direito, previsto no art. 1º, caput, da Constituição de 1988. Neste caso, destarte, todos os partidos possuem a prerrogativa de firmar orientação, ainda que organizados sob a forma de um bloco parlamentar. E acrescento: tais posições podem ser, inclusive, antagônicas.

Noutros termos, o art. 12, § 1º, do Regimento, resta inaplicável em virtude do mandamento constitucional positivado no art. 17, § 1º, da Carta Magna, que estatui a **autonomia partidária**. Interpretação em sentido contrário, Senhor Presidente, permitiria a utilização circunstancial e direcionada de substituições, fundadas na formação de resultados pré-determinados. Ademais, a própria regra regimental em epígrafe possui eficácia limitada, pois deve ser incidir somente "no que couber".

Há de se entender, desta forma, que a suplência – no caso particular e excepcionalíssimo de processo de impeachment – deve resolver-se na seara do partido político, ainda que este componha bloco parlamentar, porquanto exaurida a incidência do princípio da representação proporcional. Pugna-se, assim, pelo conhecimento da questão de ordem, no sentido de validar a interpretação supradita, reconhecendo que, no processo de votação do parecer, a ausência de membro titular será suprida por suplente integrante do **mesmo partido político**.

Sala de Comissões, em 08 de abril de 2016.

**Dep. PAULO TEIXEIRA**
PT-SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
PRL 9784

Ofício nº 14/16-Pres Brasília, 8 de março de 2016.

Ao Senhor
**RÔMULO DE SOUSA MESQUITA**
Diretor-Geral da Câmara dos Deputados

Assunto: **Plantão em serviços de apoio**

Senhor Diretor-Geral,

Solicito a Vossa Senhoria, em virtude das reuniões desta Comissão Especial previstas para realizarem-se nos dias 9 e 10 de abril, sábado e domingo próximos, adotar as providências necessárias para o funcionamento, sob regime de plantão, dos seguintes órgãos desta Casa Legislativa:

- Centro de Informática – CENIN
- Departamento de Polícia Legislativa – DEPOL
- Departamento Técnico – DETEC (copa, limpeza, eletricidade, hidráulica, obras, ar-condicionado, telefonia, ascensoristas de elevadores)

Além desses, outros órgãos e serviços que V.Sa. julgue necessários ao bom funcionamento desta Casa e ao suporte adequado aos trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão Especial nas referidas datas.

Na certeza de contar com a prestimosa atenção de Vossa Senhoria à presente solicitação, antecipadamente agradeço.

Atenciosamente,

**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
**Presidente**

Recebi em 08/04/16
Luiz de Sousa Neto
Coordenador Administrativo

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pavimento Superior, Sala 165-B - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6235 | Fax: (61) 3216-6225 | ce.denunciacrimederesponsabilidade@camara.leg.br

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara dos Deputados 9785 Comissão Especial

Ofício nº 15/16-Pres Brasília, 08 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**JOSÉ EDUARDO CARDOZO**
Advogado-Geral da União
Nesta

Assunto: **Comunica *nova* decisão da Presidência da Comissão Especial**

Senhor Ministro,

Em atenção ao Ofício nº 13/16, comunico a Vossa Excelência que esta Presidência resolveu conceder à **Advocacia-Geral da União**, em caráter excepcional e em homenagem à ampla defesa, o direito de escolha quanto ao momento de exercer o **uso da palavra, por 15 minutos**: **ou** ao final da discussão do parecer do Relator, prevista para encerrar-se no início do dia 09/04, **ou** antes da fase de votação, prevista para a segunda-feira, dia 11/04.

Registro ainda que o conteúdo de todas as reuniões da Comissão Especial está disponível para consulta no endereço eletrônico: http://www2.camara.leg.br/cedenun.

Solicito, por fim, para o bom andamento dos trabalhos, a comunicação a esta Presidência da opção de Vossa Excelência, por meio de contato junto à Secretaria desta Comissão, cujos dados encontram-se no rodapé deste expediente.

Atenciosamente,

**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
**Presidente**

AGU/PGU/DSDE 1/DR 9785/2016 08/ABR/2016 17:28

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pavimento Superior, Sala 165-B - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6235 | Fax: (61) 3216-6225 | ce.denunciacrimederesponsabilidade@camara.leg.br

08/04/16
19:46

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Câmara dos Deputados
Fl. 9786
Comissões Especiais

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – CEDENUN**

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE nº 1/2015**

**VOTO EM SEPARADO**

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
Em 08/04/16, às 19 h 50
Assinatura
7416
Ponto

## I - RELATÓRIO

Para analisar a crise brasileira com alguma profundidade, na perspectiva de um futuro transformado, é preciso ir além da simplificação maniqueísta, que divide o mundo entre linchadores e adoradores, 'coxinhas' e 'petralhas'.

O intenso debate sobre o impeachment, no qual a paixão tem superado a racionalidade, com seguidas cenas de intolerância explícita, não abre espaço para uma questão fundamental: há mesmo dois projetos antagônicos de organização da sociedade brasileira em disputa? A prática dos governos de Lula e Dilma diferenciou-se decisivamente da era FHC? Sem dúvida, os programas sociais e as iniciativas para ampliar o consumo interno nos anos do lulopetismo foram mais significativos, mas há uma complementaridade entre as gestões. FHC consolidou o controle da inflação e avançou nas privatizações; Lula (e Dilma, em menor escala), cuidou do 'andar de baixo', costurando políticas para setores marginalizados sem afetar o 'andar de cima'. Em ambas as épocas, o capital financeirizado (sobretudo os grandes bancos) teve lucros extraordinários. Sequer uma reforma tributária que gravasse operações financeiras, patrimônio e herança dos mais ricos foi implementada.

No plano da política, não se fez nenhuma reforma profunda desde a promulgação da Constituição Cidadã. A chamada 'Nova República', apesar dos princípios de democracia participativa da Carta Magna, derivado do ascenso dos movimentos populares nos anos 80, consolidou um padrão clientelista, patrimonialista e

*CD160271683503*

Câmara dos Deputados
Fl. 9786
Comissões Especiais

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

corrompido de fazer política. Tanto o PSDB, que nasceu de um questionamento ao fisiologismo genético do PMDB, quanto o PT, que cresceu buscando renovar os costumes políticos do Brasil, não mudaram o sistema: adaptaram-se a ele, inclusive à sua corrupção estrutural, endêmica. No oceano do Estado Oligárquico de Direito as marés de lama são sucessivas. A destituição de Dilma, liderada pelo bloco social e político que até há pouco a apoiava, é mera disputa de poder, para controlar a máquina do Estado sem fazer qualquer mudança estrutural. Michel Temer, claro, tem pauta regressiva, de evidente retrocesso.

A iniciativa política do impeachment não prosperaria se não tivéssemos inflação (10,5%), desemprego (9,5%), com 1,3 milhão de trabalhadores com carteira assinada sendo despedidos nos últimos 12 meses (8,5% na indústria) e redução de programas sociais. Um em cada cinco jovens brasileiros entre 18 e 24 anos está desempregado. Dados da PNAD/IBGE revelam que a renda do trabalho caiu (- 3,2% em 2015) e a histórica desigualdade social brasileira, que vinha sendo reduzida paulatinamente desde 2000, voltou a crescer (- 3,7% na taxa de Bem Estar, segundo a FGV Social). A perda média de arrecadação dos entes estatais foi de 13% no ano passado. Vale lembrar que nossa economia liberal-periférica é vulnerável às oscilações do mercado, e a queda dos preços das commodities tem forte impacto na realidade econômica nacional.

Também no enfrentamento dessa crise as propostas econômicas de Dilma e Temer se assemelham (não por acaso têm o mesmo principal conselheiro: Delfim Netto): redução do gasto público, manutenção de altas taxas de juros (as maiores do mundo!), inclusive para o consumidor (o que multiplica no crediário por 2,4 vezes o preço à vista), redução de direitos trabalhistas, com prioridade do negociado sobre o legislado, fim das vinculações constitucionais orçamentárias para Educação e Saúde e privatização de tudo o ainda que for possível.

Reconheçamos: as duas forças que disputaram o segundo turno do pleito presidencial de 2014, o PT e o PSDB, praticaram estelionato eleitoral. Dilma por ter apresentado propostas, no primeiro ano de seu segundo governo, que negara na campanha, e muito aproximadas do ideário de seu adversário, o tucano Aécio Neves. Lembre-se que Joaquim Levy, seu poderoso Ministro da Fazenda, tinha sido consultor econômico do programa do PSDB, e vinha da banca privada. Por outro lado, os projetos que chegaram ao Congresso, rigorosamente dentro do arcabouço da contenção de gastos públicos e incidindo, de imediato, sobre os trabalhadores, enfrentaram forte resistência, entre outros, do... PSDB, que na campanha defendera exatamente essas medidas.

A Operação Lava-Jato tem um enorme mérito: pela primeira vez o conluio histórico entre grandes empresas corruptoras e partidos e políticos corruptos está

*CD160271683503*

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Câmara dos Deputados
Fl. 9787

sendo desnudado. Pela primeira vez os 'colarinhos brancos', tidos como intocáveis, foram para a cadeia. A famosa lista da Odebrecht, que o juiz Moro se apressou em colocar sob sigilo, atingiu praticamente todas as legendas partidárias. Entre doações legais de campanha e ocultas, está a exigir que nada menos que 316 figuras públicas se expliquem. Está sendo escancarado um *modus-operandi* de três décadas, dos idos dos anos 80, como revela a ex-secretária Conceição Andrade, aos tempos atuais, como descreve a atual secretária Maria Lúcia Tavares, apontadoras das planilhas da empreiteira, antes anotadas à mão, agora digitadas.

Como reconhece a Odebrecht, em Nota divulgada em 23/3/2016, *"a Operação Lava-Jato revela na verdade a existência de um sistema ilegal e ilegítimo de financiamento do sistema partidário-eleitoral do país".* O seu 'Departamento de Operações Estruturadas', isto é, setor de propinas, teve apreendido cópia de emails de funcionários pedindo 'pagamento via bônus' a políticos e partidos de nada menos que sete siglas: PSDB, PMDB, PT, DEM, PPS, PDT E PTB. Isso só durante a campanha eleitoral municipal de 2012. O grupo tem várias empresas, como a ETH Bioenergia, e também já são investigadas organizações laranjas, que igualmente repassaram recursos para "campanhas amigas".

Também é forçoso reconhecer que, de todos os figurões da política indicados na Lava-Jato, ou citados nas delações, Dilma é das menos referidas. Delcídio, inclusive, chegou a considerar que o fato dela desmontar o esquema de Cunha em Furnas está na origem do ódio deste a ela. Ainda segundo a delação de Delcídio, Dilma resistiu às nomeações de João Henrique e Jorge Zelada na Petrobras, que seriam "apadrinhadas" por Michel Temer.

É de se destacar que muitos políticos têm contas em *offshores*, e operam nesses esquemas internacionais ocultos e milionários. A Operação 'Panamá Papers' aí está, a revelar esses esquemas, que vão de Putin a Eduardo Cunha, sempre ele.

Impeachment tem previsão constitucional. É o ato mais grave do nosso ordenamento político, por isso deve ser utilizado com muito critério. Este, de Dilma, tem vários defeitos congênitos: foi acatado por um presidente da Câmara ilegítimo, réu no Supremo por corrupção passiva e lavagem de dinheiro (por enquanto). Cunha deu continuidade ao pedido de advogados ligados aos derrotados de 2014 por mero espírito de vingança, por retaliação ao PT, que não o defendeu no Conselho de Ética da Casa, que analisa representação do PSOL e da Rede contra ele. Também não há fato objetivo doloso que incrimine a presidente, que, até aqui, sequer é investigada na Justiça por qualquer acusação. Mesmo nesse canhestro pedido de impeachment não há menção a corrupção, com a qual parte significativa do Congresso que a julgará tem intimidade.

*CD160271683503*

Câmara dos Deputados
Fl. 9787
Comissões Especiais

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

O conteúdo da denúncia para destituir a presidente – decretos de suplementação orçamentária e 'pedaladas' fiscais – não caracterizam objetivamente crime de responsabilidade. Há insuficiência jurídica, portanto. Janaína Pascoal, uma das autoras do pedido de impeachment, disse que *"as manobras fiscais criaram um ambiente ilusório que favoreceu a presidente na sua reeleição"*. Ora, em sendo assim o correto seria pedir igualmente a destituição do vice Michel Temer, beneficiário na chapa dessa "maquiagem enganosa". Como já aconteceu, aliás, e Cunha engavetou. Agora o STF examina esta situação, sendo que o ministro Marco Aurélio determinou que a Câmara examine este pedido. Observe-se o que o Relator Jovair Arantes colocou no Relatório, dizendo que esta "maquiagem" não caracteriza crime de responsabilidade.

Derrubar a presidente através de um Congresso tão questionado para que seu vice assuma não significará nenhuma alteração substantiva. Em alguns aspectos, aliás, representará retrocesso. Portanto, o impeachment é instrumento legal que poderá ser utilizado de maneira ilegítima, pelos interesses que seus efeitos abrigam. Trata-se de uma repactuação das elites econômicas e políticas, para quem Dilma deixou de ser funcional.

Não basta dizer 'não' a essa armação e seus condutores. É preciso denunciar o sistema que a produz e operar por mudanças de fato. Elas não virão tão já, pelo que indica a atual correlação de forças. Na sociedade brasileira, ainda tão injusta e desigual. Mas precisam ser anunciadas, sob pena de se consolidar o embuste. Os que, com compreensível indignação, clamam contra a corrupção, não podem ser enganados mais uma vez.

De imediato, é preciso repetir que as saídas da crise não podem prescindir do protagonismo popular. Este é o único antídoto para mais um arranjo das elites, para mais uma transição intransitiva em nossa história.

As forças que reagem ao impeachment de Dilma, em defesa não de seu péssimo governo, mas da democracia, precisam se manter articuladas. Mudar de governo, por si só, não muda a realidade. A luta é longa: comecemos já!

*CD160271683503*

**Análise dos elementos financeiro-orçamentários do Relatório**

A Denúncia elenca dois itens principais: as ditas "pedaladas fiscais", e a edição de decretos de créditos suplementares supostamente ilegais. Em sua decisão, o Presidente Eduardo Cunha acatou somente as denúncias referentes ao ano de 2015, pois a Presidente da República não poderia ser denunciada por

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Câmara dos Deputados
Fl. 9788
Comissões Especiais

crimes cometidos fora do atual mandato.

**a) "Pedaladas Fiscais"**

As ditas "pedaladas fiscais" significam, em termos simples, o atraso no repasse, pelo governo federal, de recursos para os bancos públicos arcarem com benefícios sociais (como o Bolsa Família) e subsídios a taxas de juros para empréstimos desses bancos (como Banco do Brasil e BNDES), inclusive para grandes empresários.

Segundo os denunciantes, tal atraso caracterizaria uma dívida da União com os bancos públicos, o que violaria a chamada "Lei de Responsabilidade Fiscal" (LRF), em seu artigo 36, que assim diz: "*É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.*"

Em seu parecer, o Relator assim se pronunciou:

> *"Verifica-se, também, que a possibilidade da existência de volumosos débitos em atraso do Tesouro Nacional junto a instituição financeira controlada afrontaria os princípios da transparência, do planejamento e do próprio equilíbrio fiscal, valores caros no nosso ordenamento jurídico, tanto no plano constitucional quanto no estatuto de responsabilidade fiscal instituído pela Lei Complementar nº 101, de 2000. Com isso, concluímos que estão presentes os requisitos mínimos para a admissibilidade da Denúncia, quais sejam, a autoria e a tipicidade dos fatos narrados ante a hipótese prevista no art. 11, item 3, da Lei nº 1.079, de 1950, e da justa causa de pedir, no que se refere às irregularidades relacionadas aos repasses não realizados ou realizados com atrasos pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, relativos a equalização de taxas de juros relativas ao Plano Safra, no exercício de 2015."*

Porém, tais atrasos já ocorrem há muito tempo, e jamais foram questionados anteriormente pelo TCU ou pelo Congresso. Em sua defesa, o governo argumenta que tal atraso nos repasses não caracteriza uma operação de empréstimo, mas apenas algo já previsto nos contratos de prestação de serviços entre o governo e os bancos públicos. Argumenta também a defesa que as "pedaladas" já eram feitas durante o governo FHC, são praticadas por diversos governos estaduais, inclusive do PSDB, e que "*Esse tipo de contrato de prestação de serviços é adotado há vários anos e não foi objeto de questionamento por parte do TCU em gestões anteriores*"[1]. Integrantes do PSDB reconhecem que

*CD160027168350 3*

[1] http://www.agu.gov.br/pdf/principais_argumentos.pdf

Câmara dos Deputados 9788 Fl. 10 Comissões Especiais

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

FHC fez "pedaladas".[2]

Portanto, estamos diante de um jogo estritamente político, onde as teses jurídicas são construídas de acordo com a conveniência. A tese defendida pelos defensores do impeachment é que, para respeitar a LRF, o governo deveria ter cortado ainda mais gastos sociais para poder ressarcir os bancos públicos. Porém, cabe ressaltar que a LRF foi criada por inspiração do FMI, exatamente para criar travas aos gastos sociais, de modo a privilegiar o pagamento da dívida pública, que beneficia principalmente os grandes bancos e investidores. Portanto, a nosso ver, a LRF é que deveria ser revista, por desrespeitar o princípio da Soberania Nacional, e da prioridade dos direitos sociais. Ela rendeu a concessão de empréstimos do FMI nos anos 90.

Tal disputa entre o PT e o PSDB/DEM, como sempre, deixa de lado a principal ilegalidade das contas de todos os governos, que é o pagamento de uma dívida pública repleta de indícios de irregularidades, que consome mais de 40% do orçamento público, e jamais foi auditada, em clara violação ao art. 26 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Este artigo assim dispõe:

> "*No prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de Comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.*

Passados mais de 27 anos da promulgação da Carta Magna, os grandes partidos continuam praticando esta grave ilegalidade, ou seja, o pagamento da dívida sem a formação da comissão mista de sua auditoria.

Esta é a verdadeira "pedalada": a destinação da maior parte do orçamento para o setor financeiro privado. A pedalada da dívida pública, feita tanto pelo PSDB/DEM como também pelo PT, enche os bolsos dos banqueiros e grandes investidores.

**b) Decretos de créditos suplementares**

Os defensores do impedimento de Dilma alegam também que ela não poderia editar decretos permitindo a abertura de créditos suplementares, incompatíveis com a meta de superávit primário definido no início do ano, violando-se o art. 4º da Lei Orçamentária.

Em seu parecer, o Relator assim se pronunciou:

> *"O que está sendo avaliado é se o Executivo poderia ou não ter aberto por decreto os créditos citados na Denúncia, e se estava ou não*

*CD160271683503*

[2] http://www.portalindependente.com/noticias/vernoticia.php?cod=11894

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados 9789 Fl. Comissão

*autorizado pelo Legislativo para tanto. Existe no caput do art. 4º da LOA uma condição geral para a abertura: compatibilidade com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida; (...) O impedimento da abertura de créditos por decreto teria sido desencadeado a partir do fato de o Executivo, na edição do relatório de avaliação do 3º bimestre de 2015 (22/7/2015), ter abandonado a meta fiscal então vigente (R$ 55,2 bilhões), passando a adotar limites globais de programação com base na meta proposta no PLN 5/2015 (R$ 5,8 bilhões), sem aguardar a aprovação do Legislativo, o que permitiu menor contingenciamento; O mero envio de projeto de lei alterando a meta, ainda que justificado, não afastaria a necessidade de aguardar sua aprovação; a interpretação de que a obtenção da meta somente é verificável no final do exercício esvazia o sentido da condição inserida no caput do art. 4º da LOA, e conflita com o controle legislativo do gasto público previsto no art. 167, V, da Constituição, que exige autorização prévia; além disso, coloca em risco a obtenção da meta fiscal aprovada, porque gera fato consumado"*

Os argumentos colocados pelo relator são subjetivos, pois, se a meta fiscal foi alterada pelo Congresso, então a edição de tais decretos foi plenamente compatível com a meta definida pelo próprio Legislativo. O PLN 5/2015, aprovado ao final de 2015, adequou tal meta, e portanto legalizou tais decretos. Mas os denunciantes insistem que, então, tais decretos teriam de ter aguardado a efetiva aprovação do PLN.

Não há lei esclarecendo expressamente que seria necessária a aprovação do PLN 5/2015 para que tais decretos pudessem ser editados. Na realidade, a meta de superávit é anual, e deve ser avaliada ao final do exercício.

Se a meta foi alterada, isto significa que o Congresso Nacional concordou com isso, e desta forma, de fato, tornou legais tais decretos, que eram necessários para que o governo executasse seus gastos sociais.

Estranho que os defensores do impeachment, tão ávidos para cobrar o cumprimento de metas de superávit primário - ou seja, o corte de gastos sociais para o pagamento da questionável dívida pública - não tenham o mesmo empenho em criticar o gasto absurdo com juros e amortizações dessa dívida.

Portanto, mais uma vez, estamos diante de um jogo político, onde cada lado constrói sua tese jurídica. O que se passa, usando-se o preceito constitucional drástico da destituição de uma presidente da República, é mera disputa pelo poder. O PMDB de Temer e Cunha, parceiro do PT na administração há mais de uma década, não é solução, e sim parte pesada do problema. Como ensina Albert Einstein, "loucura é querer resultados diferentes fazendo tudo exatamente igual". Sem alteração radical de nosso sistema político e do modelo econômico não haverá perspectivas de superarmos a crise, que é estrutural.

*CD160271683503*

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## II - VOTO

Pelos motivos expostos, **VOTAMOS PELA REJEIÇÃO** da DCR 1/2016, ou seja, pelo indeferimento do pedido de autorização para instauração de processo contra a Presidente da República, a cujo mandato continuaremos a fazer oposição, programática, de esquerda. Por mais direitos, mais democracia, mais justiça e igualdade.

Sala da Comissão, em 8 de abril de 2016.

CHICO ALENCAR
PSOL-RJ

GLAUBER BRAGA
PSOL-RJ

*CD160271683503*

Câmara dos Deputados
Fl. 9790
Comissões Especiais

Ofício nº 075/AGU

Brasília, 08 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal ROGÉRIO ROSSO
Presidente da CESP – Denúncia por Crime de Responsabilidade
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pavimento Superior, Sala 165-B
70.160-900 – Brasília/DF

Assunto: **Uso da palavra perante a Comissão**

Senhor Presidente,

Em atenção aos Ofícios 13/16-Pres e 15/16-Pres, de 08 de abril de 2016, informo a Vossa Excelência que opto por fazer uso da palavra, perante a Comissão, no dia 11/04, segunda-feira, pelo tempo disponibilizado, no horário a ser designado por Vossa Excelência.

Coloco-me à disposição para o que for neeessário.

Atenciosamente,

JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Advogado-Geral da União

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
Em 08 / 04 / 16 às 20 h 55
Assinatura
7703
Ponto

22abr-of/mcbs

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara dos Deputados
Fl. 9791
Comissão Especial

Ofício nº 12/16-Sec Brasília, 8 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Deputado EDUARDO CUNHA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: **Solicita publicação de convocação de reunião extraordinária no Diário da Câmara dos Deputados**

Senhor Presidente,

De ordem do Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, Deputado Rogério Rosso, solicito autorizar, nos termos regimentais, a publicação no Diário da Câmara dos Deputados da anexa convocação de reunião extraordinária deste colegiado para segunda-feira, dia 11 do corrente, às 10h, no Plenário 1.

Respeitosamente,

**Cláudia Maria Borges Matias**
**Secretária-Executiva da Comissão**

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pavimento Superior, Sala 165-B - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6235 | Fax: (61) 3216-6225 | ce.denunciacrimederesponsabilidade@camara.leg.br

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara 9792

Brasília, 8 de abril de 2016.

**CONVOCAÇÃO**

O Senhor Deputado Rogério Rosso, Presidente da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, convoca os senhores deputados membros a comparecerem à reunião extraordinária que será realizada **em 11/04/2016, segunda-feira**, **às 10h,** no Anexo II, **Plenário 1** da Câmara dos Deputados, para votação do parecer do Relator.

**Cláudia Maria Borges Matias**
**Secretária-Executiva da Comissão**

Publicado no Suplemento
ao **DCD** n. 49 , p. 3
de 09/04/2016

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pavimento Superior, Sala 165-B - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6235 | Fax: (61) 3216-6225 | ce.denunciacrimederesponsabilidade@camara.leg.br

Câmara dos Deputados
Fl. 3793

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**
Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

**55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**ATA DA 11ª REUNIÃO - EXTRAORDINÁRIA - REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2016.**

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia onze de abril de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, no Anexo II, Plenário 1 da Câmara dos Deputados. Registraram presença os Senhores Deputados Rogério Rosso - Presidente; Carlos Sampaio e Fernando Coelho Filho - Vice-Presidentes; Jovair Arantes - Relator; Aguinaldo Ribeiro, Alex Manente, Aliel Machado, Arlindo Chinaglia, Bacelar, Bebeto, Benito Gama, Bruno Covas, Chico Alencar, Danilo Forte, Edio Lopes, Eduardo Bolsonaro, Elmar Nascimento, Eros Biondini, Evair de Melo, Fernando Francischini, Flavio Nogueira, Henrique Fontana, Jandira Feghali, Jerônimo Goergen, Jhonatan de Jesus, João Marcelo Souza, José Mentor, José Rocha, Julio Lopes, Junior Marreca, Jutahy Junior, Leonardo Picciani, Leonardo Quintão, Lucio Vieira Lima, Luiz Carlos Busato, Marcelo Aro, Marcelo Squassoni, Marcos Montes, Mauro Mariani, Mendonça Filho, Nilson Leitão, Osmar Terra, Paulo Abi-Ackel, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Paulo Pereira da Silva, Paulo Teixeira, Pepe Vargas, Pr. Marco Feliciano, Roberto Britto, Rodrigo Maia, Ronaldo Fonseca, Shéridan, Silvio Costa, Tadeu Alencar, Valtenir Pereira, Vicente Candido, Vicentinho Júnior, Wadih Damous, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zé Geraldo - Titulares; Alberto Filho, Alessandro Molon, Aluisio Mendes, André Fufuca, Arnaldo Faria de Sá, Assis Carvalho, Benedita da Silva, Bohn Gass, Bruno Araújo, Carlos Marun, Carlos Zarattini, Cleber Verde, Eliziane Gama, Evandro Roman, Fábio Sousa, Fernando Monteiro, Fernando Torres, Francisco Floriano, Genecias Noronha, Glauber Braga, Gorete Pereira, Goulart, Hildo Rocha, Izalci, JHC, João Fernando Coutinho, Jose Stédile, Laudivio Carvalho, Leandre, Lelo Coimbra, Luis Carlos Heinze, Luiz Sérgio, Mandetta, Manoel Junior, Mariana Carvalho, Marx Beltrão , Moroni Torgan, Odelmo Leão, Odorico Monteiro, Orlando Silva, Padre João, Pastor Eurico, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Professor Victório Galli, Rocha, Rogério Marinho, Ronaldo Martins, Toninho Wandscheer, Valmir Assunção e Vitor Valim - Suplentes. Compareceram também os Deputados Afonso Florence, Andre Moura, Antonio Imbassahy, Carlos Henrique Gaguim, Carmen Zanotto, Daniel Almeida, Delegado Edson Moreira, Dr. João, Flavinho, Givaldo Carimbão, Givaldo Vieira, Ivan Valente, Jorge Solla, José Carlos Aleluia, Luciana Santos, Marcelo Aguiar, Margarida Salomão, Mauro Pereira, Moema Gramacho, Moses Rodrigues, Nelson Marchezan Junior, Onyx

Câmara dos Deputados 9794 Comissões Especiais

Lorenzoni, Pauderney Avelino, Rafael Motta, Reginaldo Lopes, Rubens Bueno, Silas Câmara, Sóstenes Cavalcante, Vanderlei Macris e Victor Mendes - não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Júlio Cesar, Maurício Quintella Lessa e Washington Reis. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da décima reunião, extraordinária, realizada no dia oito de abril de dois mil e dezesseis, cuja leitura foi dispensada. Em votação, a Ata foi aprovada. **ORDEM DO DIA: Votação do parecer à seguinte proposição sujeita à apreciação do Plenário: TRAMITAÇÃO ESPECIAL - DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1/15** - do Sr. Hélio Pereira Bicudo e outros - que trata de "denúncia por Crime de Responsabilidade em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff". RELATOR: Deputado JOVAIR ARANTES. PARECER: pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, do processo por crime de responsabilidade promovido pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal contra a Sra. Presidente da República, Dilma Vana Rousseff. Anunciada a Ordem do Dia, o Presidente concedeu a palavra ao Relator para réplica, nos termos do art. 57, IX, do Regimento Interno, e, em seguida, conforme anunciara na reunião anterior, concedeu a palavra ao Advogado-Geral da União, Ministro José Eduardo Cardozo, pelo mesmo tempo concedido ao Relator – quarenta minutos. Encerrada a manifestação, e após os cumprimentos do Presidente, o Ministro retirou-se. Ato contínuo, o Presidente respondeu às questões de ordem ainda pendentes de decisão. A primeira delas, do Deputado Alex Manente, apresentada na última reunião, relativa à votação nominal pelo processo de chamada, foi indeferida, uma vez que, em regra, a previsão regimental era de votação ostensiva e simbólica, sem prejuízo da possibilidade de apresentação de requerimento de votação pelo processo nominal. Em consequência, o Presidente declarou prejudicado o requerimento do mesmo autor propondo a votação por chamada nominal. Em relação à questão de ordem do Deputado Weverton Rocha, apresentada no último dia vinte e dois de março, a respeito do procedimento a ser seguido em caso de empate na votação do parecer do Relator e a respeito do voto do suplente no caso de ausência do titular, o Presidente decidiu pela aplicabilidade do § 2º do art. 56 do Regimento Interno, que estabelece que a prevalência do voto do relator em caso de empate, e que, na ausência do titular, a vaga caberia ao suplente do bloco parlamentar, respeitada a ordem do registro de presença no painel eletrônico. Os Deputados Weverton Rocha e Jandira Feghali afirmaram que recorreriam da decisão ao Presidente da Casa. Na sequência, foram apresentadas novas questões de ordem. A Deputada Eliziane Gama apresentou questão de ordem, contraditada pelo Deputado Weverton Rocha, solicitando que fosse desconsiderada a participação do Advogado-Geral da União naquela reunião, que foi indeferida pelo Presidente. O Deputado Moroni Torgan apresentou questão de ordem, contraditada pelo Deputado Paulo Pimenta, solicitando que fosse respeitada a ordem de chegada do suplente ao plenário para votar no lugar do titular ausente e questionando qual seria o critério a ser

Câmara dos Deputados
Comissões Especiais
3195

seguido quando houvesse o registro simultâneo da presença. O Presidente respondeu que seria observado o registro de presença do painel, que considera os segundos e milésimos de segundo, e determinou a disponibilização da lista com os horários de registro de presença. O Presidente concedeu a palavra aos Deputados Julio Lopes, Shéridan, Jandira Feghali, Bohn Gass, Francisco Floriano, José Guimarães e Danilo Forte para considerações, e aos Deputados Fernando Coelho Filho e Jovair Arantes por terem sido citados pelo Deputado José Guimarães. O Deputado Alex Manente pediu esclarecimento acerca das Comunicações de Liderança. O Presidente, em resposta, propôs a concessão de dez minutos para todos os partidos, tempo esse que poderia ser dividido por até dois deputados, com o quê aquiesceu o Plenário. O Deputado Eduardo Bolsonaro apresentou questão de ordem, contraditada pelo Deputado Wadih Damous, sobre voto em separado. O Presidente afirmou que a questão de ordem já havia sido decidida anteriormente, ratificando que poderiam ser apresentados, mas em hipótese alguma os votos em separado seriam submetidos à apreciação como alternativa ao voto do Relator. O Deputado Leonardo Picciani apresentou questão de ordem, aditada pelos Deputados Carlos Marun, Orlando Silva, Rodrigo Maia e JHC, contraditada pelos Deputados Bruno Araújo, Luiz Sérgio e Paulo Abi-Ackel, acerca da decisão quanto ao voto do suplente. O Deputado Nilson Leitão apresentou questão de ordem, aditada pelos Deputados Arnaldo Faria de Sá e Pr. Marco Feliciano, contraditada pelos Deputados Leonardo Picciani, Paulo Pimenta e Bohn Gass, solicitando a exclusão do registro taquigráfico de trechos da manifestação do Advogado-Geral da União. O Deputado Zé Geraldo apresentou questão de ordem, solicitando a exclusão do registro taquigráfico de trechos das manifestações dos autores da denúncia, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, na reunião de Audiência Pública do último dia trinta de março. A Deputada Benedita da Silva apresentou questão de ordem, contraditada pelo Deputado Izalci, solicitando a exclusão do registro taquigráfico de trechos que desrespeitaram a Presidente da República. Durante a apresentação das questões de ordem, assumiu temporariamente a direção dos trabalhos o Deputado Carlos Sampaio, Primeiro Vice-Presidente. Tendo reassumido a presidência, o Presidente anunciou que, conforme acordo estabelecido, concederia a palavra aos líderes por dez minutos. Manifestaram-se os Deputados Leonardo Picciani, pelo PMDB; Afonso Florence, pelo PT; Miguel Haddad, Líder da Minoria, que informou que estava cedendo cinco minutos, dos dez a que teria direito, ao PSDB; Antônio Imbassahy, pelo PSDB; Aguinaldo Ribeiro, pelo PP; Marcos Montes e Paulo Magalhães, pelo PSD; Fernando Coelho Filho, pelo PSB; Pauderney Avelino, pelo DEM; Marcelo Squassoni e Márcio Marinho, pelo PRB; Flavio Nogueira e Weverton Rocha, pelo PDT; Arnaldo Faria de Sá e Luiz Carlos Busato, pelo PTB; Fernando Francischini, pelo SD; Aluisio Mendes e Bacelar, pelo PTN; Luciana Santos e Daniel Almeida, pelo PCdoB; André Moura e Eduardo Bolsonaro, pelo PSC; Rubens Bueno e Alex Manente, pelo PPS; Givaldo Carimbão e Pastor Eurico, pelo PHS; Leandre e Evair de Melo, pelo PV; Glauber Braga e Ivan Valente, pelo PSOL; Odorico Monteiro, pelo PROS; Aliel Machado, pelo Rede; Silvio Costa, pelo PTdoB; Dâmina Pereira, pelo PSL; Junior Marreca,

Câmara dos Deputados
Fl. 1736
Comissões Especiais

pelo PEN; Weliton Prado, pelo PMB; e José Guimarães, pelo Governo. Manifestaram-se os Deputados Marcelo Aro e Givaldo Carimbão, este último por ter sido citado pelo primeiro. Quanto às questões de ordem que tratavam da exclusão de trechos de registros taquigráficos, o Presidente as indeferiu alegando que a exclusão de qualquer parte da manifestação do Advogado-Geral da União poderia ser considerada cerceamento de defesa e que não havia identificado nos demais pronunciamentos nada fora do embate técnico-político que se travava na Comissão. O Presidente também indeferiu as demais questões de ordem apresentadas naquela reunião por já terem sido objeto de decisão anterior. A seguir, o Presidente anunciou requerimento sobre a mesa, assinado por todos os líderes, requerendo a votação do parecer do Relator pelo processo nominal. Submetido a votação, o requerimento foi aprovado. Ato contínuo, o Presidente anunciou a **votação do parecer pelo processo nominal**, no painel eletrônico. Encaminharam a votação os Deputados Carlos Sampaio, Jandira Feghali, Mendonça Filho e Paulo Teixeira, alternadamente a favor e contra o parecer. Em orientação de Bancada, manifestaram-se os Deputados Leonardo Picciani, pelo PMDB - Liberado; Henrique Fontana, pelo PT - Não; Paulo Abi-Ackel, pelo PSDB - Sim; Aguinaldo Ribeiro, pelo PP - Liberado; Edio Lopes, pelo PR - Não; Paulo Magalhães, pelo PSD - Não; Fernando Coelho Filho, pelo PSB - Sim; Rodrigo Maia, pelo DEM - Sim; Márcio Marinho, pelo PRB - Sim; Weverton Rocha, pelo PDT - Não; Benito Gama, pelo PTB - Sim; Genecias Noronha, pelo SD - Sim; Aluísio Mendes, pelo PTN – Não; Orlando Silva, pelo PCdoB - Não; Pr. Marco Feliciano, pelo PSC - Sim; Alex Manente, pelo PPS - Sim; Givaldo Carimbão, pelo PHS - Liberado; Evair de Melo, pelo PV - Sim; Chico Alencar, pelo PSOL - Não; Odorico Monteiro, pelo PROS - Liberado; Aliel Machado, pelo REDE - Não; Silvio Costa, pelo PTdoB - Não; Junior Marreca, pelo PEN - Não; Weliton Prado, pelo PMB - Sim; Moroni Torgan, pela Minoria - Sim; e José Guimarães, pelo Governo - Não. O Presidente, então, declarou aberta a votação. Encerrada a votação e procedida à apuração no painel eletrônico, votaram a favor do parecer os deputados: Alex Manente, Benito Gama, Bruno Covas, Carlos Sampaio, Danilo Forte, Eduardo Bolsonaro, Elmar Nascimento, Eros Biondini, Evair de Melo, Fernando Coelho Filho, Fernando Francischini, Jerônimo Goergen, Jhonatan de Jesus, Jovair Arantes, Julio Lopes, Jutahy Junior, Leonardo Quintão, Lucio Vieira Lima, Luiz Carlos Busato, Marcelo Aro, Marcelo Squassoni, Marcos Montes, Mauro Mariani, Mendonça Filho, Nilson Leitão, Osmar Terra, Paulo Abi-Ackel, Paulo Maluf, Paulo Pereira da Silva, Pr. Marco Feliciano, Rodrigo Maia, Rogério Rosso, Ronaldo Fonseca, Shéridan, Tadeu Alencar, Weliton Prado – Titulares; Bruno Araújo e Laudivio Carvalho – Suplentes. Votaram contra o parecer os deputados: Aguinaldo Ribeiro, Aliel Machado, Arlindo Chinaglia, Bacelar, Chico Alencar, Edio Lopes, Flavio Nogueira, Henrique Fontana, Jandira Feghali, João Marcelo Souza, José Mentor, José Rocha, Junior Marreca, Leonardo Picciani, Paulo Magalhães, Paulo Teixeira, Pepe Vargas, Roberto Britto, Silvio Costa, Valtenir Pereira, Vicente Candido, Vicentinho Junior, Wadih Damous, Weverton Rocha, Zé Geraldo - Titulares; Benedita da Silva e Orlando Silva - Suplentes. O Presidente, então, proclamou o resultado: **APROVADO O PARECER, com trinta**

**e oito votos a favor e vinte e sete votos contrários.** O Deputado Weverton Rocha passou às mãos do Presidente Reclamação acerca do "desentranhamento" do processo da delação premiada do Senador Delcídio do Amaral, que já fora objeto de decisão em questão de ordem anterior pelo indeferimento. Antes de encerrar a reunião, nos termos do art. 164, I, do Regimento Interno, o Presidente declarou prejudicados todos os Requerimentos pendentes de deliberação, por haverem perdido a oportunidade. E, considerando tratar-se da última reunião da Comissão, submeteu à votação a presente Ata, que foi aprovada. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às vinte horas e quarenta e um minutos. E, para constar, eu _____, Claudia Maria Borges Matias, Secretária-Executiva, lavrei a presente Ata, que, por ter sido aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão, Deputado Rogério Rosso _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados, juntamente com as notas taquigráficas. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

ABRAPOFIL
Associação Brasileira dos Políticos Ficha Limpa

CÂMARA DOS DEPUTADOS
APR 2016 001619
COLG

Câmara dos Deputados
Fl. 9798
Comissões Especiais

Prezado Deputado Rogério Schumann Rosso;

D.D. Presidente da Comissão Especial de Impeachment.

À Secretaria da CEDENUN,
JUNTE-SE AOS AUTOS.
Em 11/04/16

**ABRAPOFIL – Associação Brasileira dos Políticos Ficha Limpa**, CNPJ – 20.188.989/0001-16, com endereço à Rua Olímpio Rolla nº 29 – Jardim Coragem, Guaxupé – MG, CEP – 37-800-000, vem mui respeitosamente à presença de V. Excelência para encaminhar a MOÇÃO DE APOIO (anexo) ao pedido de afastamento em face da Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Viana Roussef, apresentado pelos juristas, Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal em análise pela presente Comissão.

Solicitamos que a mesma seja lida na Comissão Especial de Impeachment e anexada ao processo em curso.

Sem mais para o momento desde já agradeço.

Atenciosamente.

Guaxupé – MG, em 05 de abril de 2016.

Jorge Batista Bento
Presidente da ABRAPOFIL
Associação Brasileira dos Políticos Ficha Limpa

A sua Senhoria o Senhor
Rogério Schumann Rosso
Presidente da Comissão Especial de Impeachment
Câmara dos Deputados

Rua Olímpio Rolla nº 29 – Jardim Coragem – Guaxupé – MG – CEP – 37800-000
CNPJ – 20.188.989/0001-16 / Telefone: (35) 98849-0102 / e-mail: abrapofil@gmail.com

CODEC/SEPOG
Folha 09
Rubrica

ABRAPOFIL
Associação Brasileira dos Políticos Ficha Limpa

Câmara dos Deputados
Fl. 9799
Comissões Especiais

# Moção de Apoio

**ABRAPOFIL – Associação Brasileira dos Políticos Ficha Limpa**, CNPJ – 20.188.989/0001-16, com endereço à Rua Olímpio Rolla nº 29 – Jardim Coragem, Guaxupé – MG, CEP – 37-800-000 vem mui respeitosamente à presença dos Parlamentares integrantes da Comissão Especial de Impeachment e de todos os demais parlamentares que integram a 55º Legislatura da Câmara Federal, apresentar a presente **MOÇÃO DE APOIO** ao pedido de afastamento em face da Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Viana Roussef, apresentado pelos juristas, Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal em análise pela presente Comissão.

A ABRAPOFIL entende que o pedido de afastamento contém robusto material probatório quanto às infrações cometidas pela Presidência da República em face da Lei de Responsabilidade Fiscal que ocasionaram as conhecidas 'pedaladas fiscais', configurando assim o Crime de Responsabilidade previsto no art. 85 da Constituição Federal e na Lei Federal 1.079/50 e que justificam o seu afastamento.

Somada a tais regularidades, entendemos que atual Governo também vem na contra mão dos princípios constitucionais basilares que regem a administração pública que são os contidos no caput do art. 37 da Constituição Federal, quais sejam os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e principalmente o da Eficiência.

A ABRAPOFIL entende que o atual governo, envolvido em tantos escândalos de corrupção e com o atual modelo falido de governança, tem sido o maior responsável pela grande recessão econômica, crise política e ética pelo qual o país vem sofrendo, prejudicando todas as classes sociais, piorando a qualidade de vida da população e acabando com a esperança de toda uma nação.

A Comissão Especial do Impeachment assim como a Câmara Federal tem nesse momento a oportunidade histórica de encerrar esse ciclo falido, fazendo justiça e ao mesmo tempo devolvendo a esperança e o estímulo da população brasileira que não aguenta mais o atual modelo.

Contando com apoio dos nobres congressistas em favor do impeachment.

Atenciosamente.

Guaxupé-MG em 05 de abril de 2016.

**Jorge Batista Bento**
Presidente da ABRAPOFIL

Rua Olímpio Rolla nº 29 – Jardim Coragem – Guaxupé – MG – CEP – 37800-000
CNPJ – 20.188.989/0001-16 / Telefone: (35) 98849-0102 / e-mail: abrapofil@gmail.com

Câmara dos Deputados
Fl. 9800
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

# DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Trata-se de Questão de Ordem, apresentada pelo Senhor Deputado Alex Manente, nos termos do art. 57, XXI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), na reunião desta Comissão Especial, realizada no dia 8 de abril de 2016.

Em seus questionamentos, nos termos do art. 117, "caput" e inciso XII, do RICD, o autor solicita a apreciação de Requerimento para que a votação do parecer do Relator seja nominal pelo processo de chamada.

É o breve relatório. Passo a decidir.

A Constituição Federal estabelece em seu art. 47 que "salvo disposição em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos seus membros", mandamento reiterado em nosso Regimento Interno, em seu art. 56 §2º.

Para cumprimento desse dispositivo, o processamento das votações ocorre, via de regra, de maneira ostensiva e simbólica, conforme art. 185 "caput" do Regimento Interno. Entretanto, é possível a realização de votação por processo nominal nas seguintes hipóteses:

Câmara dos Deputados
Fl. 9801
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

1. Quando for exigido quórum especial de votação;
2. Por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer deputado;
3. Quando houver pedido de verificação de votação, nos termos do art. 185; e
4. Nos demais casos previstos no Regimento Interno.

Portanto, à votação do parecer oferecido pelo relator desta Comissão Especial aplica-se a regra geral da votação ostensiva e simbólica, sem prejuízo da possibilidade de apresentação de requerimento de votação pelo processo nominal, nos termos do artigo 186, inciso II do Regimento Interno.

Por fim, afirmo que, para esta Comissão Especial, não poderá ser invocada a chamada nominal prevista no §4º do art. 187 combinado com o §8º do art. 218, pois estes dispositivos referem-se ou à votação no Plenário da Câmara ou à indisponibilidade do sistema eletrônico de votação da Comissão.

Nesses termos, indefiro a presente questão de ordem.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 2016.

**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
**Presidente**

Câmara dos Deputados
Fl. 9802
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

# DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Trata-se de Questão de Ordem formulada pelo Deputado Weverton Rocha, em reunião do dia 22 de março, sobre o procedimento a ser seguido em caso de empate na votação do parecer do Relator no âmbito desta Comissão Especial. Em seu entendimento, o § 2º do art. 56 do RICD estaria eivado de inconstitucionalidade, porque em conflito com o art. 47 da Constituição Federal.

É o breve relatório. Passo a decidir:

De início, vale registrar que o Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da ADPF 378, decidiu, por unanimidade, que é possível a aplicação subsidiária dos Regimentos Internos da Câmara e do Senado ao processo e julgamento de crime de responsabilidade, desde que as normas regimentais fossem compatíveis com os preceitos legais e constitucionais pertinentes, limitando-se a disciplinar questões *interna corporis*.

É importante reconhecer que o rito deste processo, assim como o de qualquer outro no âmbito desta Casa, carece de

Câmara dos Deputados
Fl. 9803
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

regras regimentais para que seja viabilizado, por isso mesmo é que a própria Constituição previu a elaboração do Regimento Interno.

Neste ponto, desde sua edição em 1989, a regra regimental do §2º do artigo 56 é prática consolidada da Câmara, aplicada reiteradamente em todas as Comissões Permanentes e Temporárias.

Reitero que a esta Comissão cabe a relevante missão de aprovar o parecer que será votado no Plenário da Casa e que as regras para a votação do parecer, ato *interna corporis*, estão disciplinadas pelo art. 56, §2º, do Regimento. É importante ressaltar que a decisão final, por quórum qualificado de dois terços dos deputados, nos termos do art. 51 da Constituição será observado no Plenário.

Não cabe a esta Presidência, em um rito tão relevante para o país, inovar em ponto consolidado nesta Casa e de tamanha importância para a sequência do processo. Dessa forma, não há alternativa que não seja seguir o rito regimental.

Apenas para reforçar o entendimento de que estamos diante de matéria de natureza regimental e, portanto, *interna corporis*, vale lembrar que o STF também adota o voto de

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara dos Deputados
Fl. 0804
Comissões Especiais

qualidade, de forma expressa, em seu Regimento Interno (art. 13, inciso IX), justamente para dar uma solução prática às votações empatadas.

Por fim, considerando ser matéria de âmbito interno a solução regimental para desempatar a votação desta Comissão Especial, além de não haver qualquer violação a preceitos constitucionais ou legais, decido pela aplicabilidade do § 2º do art. 56 do RICD, caso ocorra empate na votação do parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 2016.

**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
**Presidente**

Câmara dos Deputados
Fl. 9805
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

# DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Trata-se de Questão de Ordem, apresentada pelo Senhor Deputado Weverton Rocha, nos termos do art. 57, XXI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), na reunião desta Comissão Especial, realizada no dia 22 de março de 2016.

Em seus questionamentos, nos termos do § 1º do art. 26 do RICD, o autor pergunta se, nas votações, não tendo votado o titular, caberá o voto do suplente do partido ou bloco parlamentar ao qual pertence o titular ausente.

É o breve relatório. Passo a decidir.

Em relação aos suplentes eventuais serem do bloco partidário ou do partido, a própria questão de ordem citou que o Acórdão da ADPF 378 decidiu que o princípio constitucional da proporcionalidade pode ser aferido em relação aos partidos ou blocos parlamentares, embora a Lei 1.079, de 1950, em seu artigo 19, tenha feito referência apenas a partidos. Em seu voto vencedor, o Ministro Barroso afirma que "*no ponto em que exige proporcionalidade na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, com base na participação dos partidos políticos, sem mencionar os blocos parlamentares, foi superado pelo regime*

Câmara dos Deputados
Fl. 9806
Comissões Especiais

*Constitucional de 1988*". O mesmo Acórdão também prevê a aplicação subsidiária do Regimento Interno da Câmara dos Deputados quando a Lei e a Constituição forem silentes em relação à questão.

Em seu art. 12, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados trata dos Blocos Parlamentares e afirma que, enquanto eles perdurarem, serão suspensos os efeitos das atribuições e prerrogativas regimentais das lideranças partidárias que os integram, passando a serem exercidas pelos respectivos Blocos.

Por outro lado, o § 8º do mesmo art. 12, combinado com o art. 26, ambos do RICD, asseguram que os Blocos Parlamentares formados e comunicados à Mesa até o dia 1º de fevereiro do primeiro ano da Legislatura valerão por toda esta no que tange à distribuição das vagas nas comissões. Importante lembrar que a decisão da Presidência da Câmara dos Deputados de respeitar os blocos parlamentares formados antes do dia 2 de Fevereiro de 2015 tem sido reiteradamente aplicada às diversas comissões da Casa na presente Legislatura.

Cabe salientar que, no processo de Crime de Responsabilidade de 1992, havia um Bloco Parlamentar na Casa e, no momento da apreciação do parecer do relator na Comissão Especial, o Presidente do Colegiado, Excelentíssimo Deputado

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Câmara dos Deputados
Fl. 9807
45
Comissões Especiais

Gastone Righi, chamou os suplentes do Bloco para que proferissem seus votos na ausência dos titulares, conforme registros taquigráficos da Reunião de 24 de setembro de 1992.

Diante do exposto, consoante à decisão da Suprema Corte, ao precedente histórico adotado no processo de 1992 e às regras regimentais sobre o assunto, informo que será aplicada a prática consolidada em todas as comissões da Casa de se observar a ordem do registro da presença dos suplentes **dentro de cada bloco parlamentar para o cômputo dos votos em caso de ausência de titulares**.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 2016.

**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
**Presidente**

Câmara dos Deputados
Fl. 9809
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

# DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Trata-se da Questão de Ordem levantada pela Deputada Eliziane Gama, contraditada pelo Deputado Paulo Pimenta, para que seja desconsiderada a manifestação da defesa na reunião de hoje, por ausência de previsão regimental.

É o breve relatório. Passo a decidir.

O princípio da ampla defesa tem assento constitucional e pode ser exercido ainda que sem previsão regimental.

Dado o alto grau de complexidade que o assunto ora analisado envolve, esta Presidência decidiu permitir a manifestação da Defesa para alcançar a melhor formação da convicção dos nobres membros desta Comissão.

Uma vez que não houve prejuízo, mas ampliação do direito de defesa, indefiro a Questão de Ordem.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 2016.

**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
Presidente

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pavimento Superior, Sala 165-B - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6235 | Fax: (61) 3216-6225 | ce.denunciacrimederesponsabilidade@camara.leg.br

RECEBEU HOJE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DECISÃO

Câmara dos Deputados Fl. 9809 Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Carlos Marun** - PMDB/MS

Ao Sr. Presidente
Deputado **ROGÉRIO ROSSO**
**Comissão Especial do Impeachment**

Sr. Presidente,

Baseado no Artigo 26 § 1º do nosso Regimento Interno e nos costumes da Ética da população brasileira, apresento a seguinte:

**QUESTÃO DE ORDEM** PARA RECORRER DE DECISÃO PROFERIDA, SOLICITANDO VOSSA RECONSIDERAÇÃO.

Que seja observada para chamada de suplentes, no caso de vacância de titulares, a ordem de chegada estabelecida na lista de presença em anexo, composta por parlamentares das diversas tendências políticas existentes nesta casa, respeitadas, obviamente, as suplências indicadas pelos blocos parlamentares.

Peço que seja considerado o fato de que a lista já foi utilizada em outros momentos dos trabalhos desta Comissão, brilhantemente presidida por Vossa Excelência.

Nestes termos, peço **deferimento**.

Brasília, 11 de abril de 2016.

**CARLOS MARUN**
PMDB/MS

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
Em 11/04/16 às 12h00
Assinatura Ponto

*CD168101224083*

Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 372 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5372/3372 - Fax (61) 3215-2372 | dep.carlosmarun@camara.leg.br

Câmara dos Deputados
Fl. 9810
Comissões Especiais

# COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HELIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL

## Voto em Separado
## (Da Sra. Deputada JANDIRA FEGHALI)

**I - Relatório**

Trata-se de Declaração de Voto dessa Parlamentar na Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidenta da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, nos termos do art. 218, §5º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

A denúncia contra a Presidenta da República foi lida em 3 de dezembro de 2015. A decisão exarada pelo Presidente da Câmara dos Deputados circunscreve a denúncia tão somente aos itens relacionados aos decretos orçamentários emitidos em 2015 e à "alegação de reiteração da prática das chamadas pedaladas fiscais". A decisão descarta as acusações formuladas pelos denunciantes que foram embasadas em ilações e suposições, como corrupção da Petrobras, empréstimos do BNDES; a suposição de que a Presidenta tenha sido conivente com atos de corrupção; os fatos relacionados às contas de 2014; e os fatos supostamente praticados em momento anterior ao atual mandato.

A Comissão Especial foi constituída em 17 de março de 2016 e os seus representantes eleitos nos termos do decidido nos autos da ADPF 378 pelo STF, com a indicação dos líderes partidários.

*CD168335449252*

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
Em 11/04/16, às 13 h 42
Andrea 6495
Assinatura Ponto

Câmara dos Deputados
Fl. 9811
Comissões Especiais

Na referida decisão do STF, também foram definidas as linhas gerais do rito do impeachment, ficando estabelecido, entre outros elementos, o modo de votação para a escolha da Comissão Especial (aberto), os papéis da Câmara dos Deputados (análise de admissibilidade) e do Senado Federal (julgamento) no rito e o momento do afastamento da Presidenta em caso de sua aceitação.

Esta Comissão se encontrou por sete vezes entre reuniões administrativas e diligências. Na quarta-feira, dia 30 de março, foram ouvidos os denunciantes Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, que, destaca-se desde já, não se ativeram aos limites da denúncia aceita pelo Presidente da Casa em suas falas. Já na quinta-feira, dia 31 de março, o Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas (FGV- EESP) e Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Ministro da Fazenda Nelson Barbosa e Professor Adjunto e Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro Ricardo Lodi Ribeiro foram ouvidos para esclarecer imprecisões técnicas da denúncia.

A defesa da Presidente não foi informada dessas reuniões e das apresentações dos denunciantes.

Por fim, no dia 4 de abril, o Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União, após as dez sessões estabelecidas para o rito de impeachment, apresentou a defesa da Presidenta da República.

A defesa da Presidenta Dilma Rousseff aponta preliminarmente o desvio de finalidade no recebimento da denúncia. O recebimento determinado pelo presidente da Casa foi em resposta ao Partido dos Trabalhadores, já que os deputados dessa bancada votaram favoravelmente à abertura de processo contra ele na Comissão de Ética da Casa.

Contesta a existência de crime de responsabilidade, que exige a obrigatoriedade de o ato ter sido praticado dolosamente pela Presidenta da República e de atentar contra a CF (art. 85) e a necessidade de o ato ter ocorrido durante o mandato presidencial (art. 86, §4º da CF). Solicita que o Pedido de Impedimento seja rejeitado por falta de fundamentos jurídicos.

*CD168335449252*

Câmara dos Deputados
Fl. 9812
Comissões Especiais

E, em relação aos fatos aceitos pela decisão do presidente da Câmara dos Deputados afirma que os decretos de crédito suplementar foram editados com base em autorização legal (art. 38 da Lei nº 13.080/2015 e art. 4º da Lei nº 13.115/2015); que estavam fundamentados na manifestação de equipes técnicas, além de estarem amparados por análise jurídica de órgão da Advocacia-Geral da União. Que não há, nas alegadas "pedaladas fiscais", ato da Presidenta da República que possa ser configurado como crime de responsabilidade (alegações genéricas); e que não constituem ou se configuram como operações de crédito, são contratos de prestação de serviços. Essas foram operações realizadas no âmbito do Plano Safra, decorrentes de subvenções econômicas (equalização de taxa de juros), não se enquadram às operações de crédito indicadas nos arts. 36 e 38 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em contraposição às afirmações condidas na denúncia, demonstra que a edição de decretos de crédito suplementar está de acordo com as determinações da Lei Orçamentária Anual. Que os decretos de crédito suplementar e ações na LOA têm caráter autorizativo, não aumentam o gasto, já que os limites fiscais continuam os mesmos e que não são dispostos pelos decretos de crédito adicional.

**O Voto do Relator**

O relator, Deputado Jovair Arantes, conclui pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração do processo de crime de responsabilidade.

Mas, é preciso ressaltar que, da sua análise constam elementos estranhos ao objeto da denúncia, conforme delimitado na decisão de recebimento do Presidente desta Casa, Eduardo Cunha, em 2 de dezembro de 2015, publicada no dia seguinte.

Nesse sentido, no Relatório apresentado à Comissão, já nas p. 2 a 4 referencia-se a fatos de 2014; nas p. 6 a 14, a fatos que não foram recebidos na Decisão proferida pelo Presidente da Casa.

*CD168335449252*

Câmara dos Deputados
Fl. 9813
Comissões Especiais

No item 2.4.2.2, extrapola a decisão do Presidente da Câmara ao postular a tese de possibilidade de responsabilização constitucional do Chefe do Poder Executivo por atos cometidos em qualquer um dos dois mandatos consecutivos.

Ainda em seu voto, ao proferir o "Exame de Admissibilidade da DCR nº 1/2015 (justa causa)" – item 2.6, volta a se referenciar no subitem 2.6.2 Crimes de responsabilidade pela contratação ilegal de operações de crédito ("pedaladas fiscais") enumera diversas operações ocorridas em 2014. E reproduz, nas páginas seguintes, diversas alegações contidas no processo de avaliação de contas de 2014.

Nos itens 2.6.3 Crime de responsabilidade pelo não registro de valores no rol de passivos da Dívida Líquida do Setor Público; 2.6.4 Dos crimes contra a probidade na Administração; 2.7 Da Conveniência e oportunidade da instalação do processo de impeachment (juízo político); 2.8 Conclusão e 2.9 Voto analisa outros itens igualmente não aceitos pelo despacho do Presidente da Casa.

**II - VOTO**

Em relação às condições de admissibilidade da ação, não estão preenchidas as condições constitucionais e jurídicas para essa ação.

Na Constituição Federal só se admite interrupção do mandato presidencial se houver crime de responsabilidade. Sem crime de responsabilidade, não há condições de falar em impeachment. E, para o impeachment, seria preciso que a presidente da República tivesse praticado um crime de responsabilidade no curso do atual governo. Na ausência dessa conduta tipificada como crime de responsabilidade, não há impeachment, mas golpe.

O impeachment não pode ser usado porque o país vive uma crise econômica; porque o desemprego cresce; porque há uma crise política ou desgoverno; porque se acha que a Presidenta é incompetente ou impopular; porque uma parte dos deputados quer depor a presidenta. Mesmo se pesquisas apontarem que a

*CD168335449252*

Câmara dos Deputados
Fl. 9814
Comissões Especiais

maioria da população deseja afastar o governo, o processo de impeachment não pode ser usado para revogar a vontade manifesta das urnas.

Se não há crime de responsabilidade praticado no mandato, trata-se de um golpe, com aparência de legalidade, mas, um golpe.

A análise do processo de impeachment que tramita na Câmara dos Deputados não aponta crimes cometidos pela Presidenta Dilma, praticados por ela desde a sua posse em 2015 capazes de retirá-la do cargo. A Lei n.º 1.079, de 1950, elenca quais são os crimes que poderiam motivar o impeachment. Ao contrário do que é divulgado pela mídia, o atual processo de impeachment não está baseado em alegações de corrupção, Lava Jato, Petrobras, BNDES, nem as razões do TCU no julgamento das contas de 2014. Querem cassar Dilma por seis decretos publicados em 2015. Ocorre que todos esses decretos são legais e atenderam fielmente às previsões da Lei Orçamentária.

**Do desvio de finalidade da decisão do Presidente da Câmara dos Deputados**

Desde que passou a ser denunciado por seus crimes vinculados às ações da "Lava-Jato", até muito antes da abertura do atual processo de impeachment, o Sr. Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, já evidenciava a trilha do seu desvio de poder. Buscava obstar as investigações da denominada operação "Lava-Jato" contra ele e seus familiares, barrar o processo de cassação de seu mandato na Câmara dos Deputados. Usou – como continua a usar – de todos os expedientes e de todas as artimanhas possíveis e imagináveis na busca de seus reprováveis interesses. Ameaçou com iniciativas legislativas que poderiam desestabilizar o governo. Foi o principal incentivador da construção de um clima de aparente ingovernabilidade, amplamente articulou com setores oposicionistas que, explicitamente ou de forma oculta, a ele se aliavam, para a construção de um processo de impeachment. A ideia do "quanto pior melhor", orientava as ações. Utilizou do seu poder para criar regras que criaram um processo de impeachment sumário, como votações sigilosas e sem direito de defesa legítimo, no que foi rechaçado por corretas decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de ações propostas por parlamentares e por partidos políticos. Decidiu abrir o

*CD168335449252*

Câmara dos Deputados
Fl. 0815
Comissões Especiais

atual processo de impeachment em bases reconhecidamente infundadas. Só não acolheu a todos os argumentos lançados na denúncia original, porque indeferimentos anteriores já o vinculavam a esta decisão.

Cumpre observar, ainda, que não bastasse o desvio de poder que maculou de forma insanável o ato de recebimento parcial da presente denúncia, a cada dia o inesgotável "animus belligerendi" do Presidente da Câmara reforça ainda mais a convicção de que o mal uso da sua competência é contínuo, ininterrupto e obsessivo. Um "desvio de poder" permanente emerge de seus atos e de suas condutas, poder-se-ia dizer sem risco de se incorrer em qualquer equívoco.

De fato, não ignorando a fragilidade das acusações constantes da denúncia que parcialmente acatou, de forma canhestra e na calada da noite, determinou o Sr. Presidente Eduardo Cunha a juntada a estes autos da delação premiada do Senador Delcídio do Amaral. Como será exposto em tópico subsequente, nenhuma pertinência estes depoimentos guardam com os fatos que esta mesma autoridade parlamentar definiu como objeto do presente processo de impeachment. Qual seria então a sua intenção ao determinar esta estranha juntada? Tenta dissimuladamente "reforçar", com ofensa ao direito de defesa e ao devido processo legal, os argumentos retóricos que poderiam justificar o tão desejado – por ele – afastamento da Sra. Presidenta da República.

Assim, deve ser reconhecida a nulidade da decisão que recebeu parcialmente a denúncia por crime de responsabilidade que motiva o presente procedimento. Nulos são seus atos subsequentes, seja porque não poderiam ser validamente praticados a partir de uma primeira decisão procedimental viciada, seja porque o desvio de poder permanece contínuo e inalterável no exercício de vários outros atos praticados pelo Sr. Presidente da Câmara neste processo.

*CD168335449252*

**Dos limites da denúncia**

Os termos da decisão de admissibilidade exarada pelo Presidente da Câmara dos Deputados rejeitou a maior parte da denúncia, especialmente aquela referente aos supostos ilícitos ocorridos em 2014. Restaram tão-somente os fatos ocorridos

Câmara dos Deputados
Fl. 9816
Comissões Especiais

no ano de 2015, notadamente (I) edição de seis decretos não numerados nos meses de julho e agosto, todos fundamentados no art. 38 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 – LDO de 2015) e no art. 4º da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (Lei Orçamentária Anual de 2015), e (II) o alegado inadimplemento financeiro da União com o Banco do Brasil S/A em virtude do atraso no pagamento de subvenções econômicas no âmbito do crédito rural, inadimplemento esse que não se caracteriza como mútuo, financiamento ou operação de crédito para efeitos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

**Os decretos orçamentários elencados no pedido de impeachment**

No pedido de impeachment, foram listados seis decretos orçamentários, que segundo os denunciantes, estariam irregulares. São quatro decretos de 27 de julho e dois de 20 de agosto, todos de 2015.

A autorização legislativa para edição desses decretos está no art. 4º da Lei nº 13.115, de 2015 – a lei orçamentária de 2015. Nenhum desses decretos abusou dos limites estabelecidos no art. 4º, seus incisos e alíneas. Não há alegações quanto ao abuso desses limites.

A alegação contida no pedido de impeachment é de que a edição desses decretos era incompatível com a obtenção das metas de superávit primário para o exercício de 2015 e que não foi observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF. Mas, a edição dos decretos também não afrontou essas duas condições.

A obtenção da meta resulta dos decretos de contingenciamento. São eles que limitam o que cada ministério pode empenhar e o que pode ser pago, mensalmente. Somente em 2015, foram editados 12 desses decretos. Os decretos orçamentários elencados no pedido de impeachment modificam as dotações orçamentárias, trocam fontes de recursos, mas não têm o poder de ampliar o que pode ser efetivamente gasto pelo setor publico. Eles dispõem sobre dotações orçamentárias, não interferem nos limites de gasto ou de pagamentos.

*CD168335449252*

Câmara dos Deputados
Fl. 9817
Comissões Especiais

Em maio de 2015, logo depois da sanção da lei orçamentária, o governo editou o Dec. 8.456, que "dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2015, e dá outras providências". É exatamente essa programação orçamentária e financeira, com o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo que constrói o resultado primário. Os decretos orçamentários podem até aumentar o volume de dotações, mas não permitem aos diversos órgãos gastar mais. Cada órgão recebe com a programação financeira limites para realizar empenhos (realizar despesas) e outros para efetuar pagamentos (todos, inclusive os de restos a pagar).

Periodicamente, a cada bimestre, o governo reavalia as condições de receitas e despesas para ampliar ou diminuir os contingenciamentos, adequando a sua programação orçamentária e financeira (LRF, Art. 9º).

Afirmar-se que "um impeachment nunca será um golpe porque está previsto na Constituição" é, sem sombra de dúvida, ignorar com pretensa ingenuidade que um texto constitucional vigente pode ser respeitado ou não.

A abertura de créditos suplementares para despesas discricionárias sequer expôs a risco o cumprimento da meta, porque tais despesas estão condicionadas à disponibilidade de recursos para se concretizar.

Não há, pois, que se falar em ação dolosa da Presidenta da República por prática de atos jurídicos, a partir de solicitações, pareceres, e manifestações jurídicas, expressas em atos administrativos expedidos, por servidores de órgãos técnicos, e que se encontram inteiramente ao abrigo da presunção de legitimidade que envolve todos os atos administrativos em geral.

Um golpe dessa natureza, caso prospere, seguramente, jamais será esquecido ou perdoado pela história democrática de um povo.

**As subvenções do Plano Safra:**

*CD168335449252*

Câmara dos Deputados
Fl. 9818
Comissões Especiais

Na denúncia ou no voto do Relator não há qualquer conduta descrita como tendo sido praticada pela Presidenta da República e nem mesmo omissão. As subvenções referentes ao plano Safra são autorizadas por lei, que confere a regulamentação e a execução das políticas aos Ministérios responsáveis por sua gestão, não sendo prevista conduta a ser praticada pela Presidenta da República.

A concessão de subvenção ocorre diariamente até o limite definido anualmente em portaria do Ministério da Fazenda para o ano safra. A metodologia de apuração dos saldos a serem pagos ao banco operador do Plano Safra também é definido em portaria e, em geral, é semestral. Para a contabilidade do banco, em regime de competência, os saldos a serem repassados pela União são apurados no momento da concessão da subvenção. Isto não significa que esses valores devam ser pagos imediatamente.

A necessidade de lapso de tempo entre o momento da contratação do crédito rural junto à instituição financeira e o efetivo pagamento de subvenção à instituição financeira decorre do tempo necessário para a verificação e fiscalização do emprego adequado do programa. Sendo assim, é incorreto afirmar que a variação do saldo de subvenção do Banco do Brasil é decorrente de novas operações em 2015, uma vez que essas deveriam ser pagas apenas nos semestres subsequentes.

Segundo a denúncia e o voto do relator, os artigos de lei que supostamente teriam sido violados são artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, para que se configurasse crime de responsabilidade seria necessária alegação de violação de lei orçamentária. Assim, até mesmo o bem jurídico apontado pelos denunciantes está errado. Sem ofensa ao bem jurídico, a conduta é atípica. Ainda que se pudesse considerar a LRF como bem jurídico protegido desse crime, também a ela não houve infração, pois essas subvenções não constituem operações de crédito, nos termos de seu art. 26, nem a elas podem ser equiparadas. Além de se tratar de contratos de prestação de serviços entre a União e o Banco do Brasil, no ano de 2015 não houve sequer atraso de repasses ao Banco do Brasil. Assim, se conduta houvesse, ela seria atípica.

*CD168335449252*

Câmara dos Deputados
Fl. 9819
Comissões Especiais

Ademais, não se pode admitir a aplicação retroativa de novo entendimento do TCU em matéria de crime de responsabilidade.

Assim, não se fazem presentes elementos fundamentais para a configuração de crime de responsabilidade, sendo absolutamente incabível o processo de impeachment.

Não existe fato típico porque seria inconstitucional a aplicação retroativa de entendimento do TCU quanto à natureza jurídica dos instrumentos de implementação do Plano Safra; inexiste conduta delitiva, comissiva ou omissiva, da Presidenta, pois a ela nada se imputa; não estão preenchidos os elementos específicos do tipo relacionados ao atentado contra a Constituição e infração patente da lei orçamentária (suposta violação da LRF); os atos apontados não constituem operação de crédito.

**A criminalização da política fiscal não pode ser aceita em prejuízo da responsabilidade social do governante**

No Brasil, a adoção de uma regra fiscal de curto prazo (meta de superávit primário), bem como outros tipos de limite de gastos, foi introduzida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2001, um dos adventos importantes da década de 1990. As leis de responsabilidade fiscal, que disciplinaram regras importantes para a administração pública, em nenhum momento suplantaram a responsabilidade social dos governos, em especial, no Brasil, o dever de cumprir com as determinações da Constituição Cidadã.

A posição dos denunciantes implica, na prática, que eles estão impondo ao Poder Executivo que não cumpra com os seus deveres constitucionais, em razão de visões ideológicas que colocam o equilíbrio fiscal estrito, acima do bem estar da população. Os argumentos dos denunciantes distorcem a realidade. Os denunciantes invertem a causalidade dos fatos, desconsideram que os resultados fiscais menos robustos, após a introdução de políticas anticíclicas, são consequência da real desaceleração econômica e não a causa. A experiência

*CD168335449252*

Câmara dos Deputados
Fl. 9820
Comissões Especiais

internacional mostrou que a redução do gasto público num momento de crise levaria ao aprofundamento da crise econômica e não o contrário.

A partir de tal postura dos denunciantes, a política fiscal, que até então era um tema meramente econômico, passou a ser criminalizada, ao ser usada para embasar um pedido de impeachment com o argumento de que supostas infrações à LOA e à LRF, que concorreriam para o não cumprimento da meta fiscal, poderiam ser caracterizadas como crime de responsabilidade da Presidenta.

Ao interpretar o art. 9º da LRF de maneira restrita e defender que, a cada bimestre, o governo seja forçado a realizar cortes abruptos de gastos fiscais em caso de eventual frustração de receita, independentemente do cenário econômico, é obstruir sua liberdade de exercer o direito, para o qual foi democraticamente eleito, de atuar na economia, preservando, no tempo, o compromisso com a estabilidade fiscal.

A LRF deve ser entendida como guardiã do compromisso com a estabilidade fiscal, sem retirar do Executivo as condições de atuar na defesa da renda e do emprego.

É muito perigoso que prescrições de políticas com forte apoio na experiência internacional como resposta a mudanças na realidade econômica mundial, respaldadas por reconhecida instituição multilateral como o FMI, passem a ser criminalizadas. A criminalização da política fiscal ora em curso no Brasil não encontra paralelo na experiência internacional e se constitui em um perigoso retrocesso, seja no campo do livre debate e da evolução das ideias econômicas, seja no campo da aplicação destas às políticas públicas, por governos democraticamente eleitos, com o objetivo de buscar o bem-estar geral da população com a manutenção da renda e do emprego em momentos de adversidade econômica.

*CD168335449252*

**Conclusão**

Câmara dos Deputados
Fl. 9821
Comissões Especiais

Desde a vitória eleitoral para o seu segundo mandato, setores oposicionistas se mostraram insatisfeitos com a reeleição da Sra. Presidenta da República, Dilma Rousseff. Sucederam-se pedidos de recontagem de votos, acusações infundadas de que teriam ocorrido fraudes na apuração eletrônica dos votos, impugnações das contas eleitorais regularmente prestadas pela candidata vitoriosa, e muitos outros expedientes foram e vêm sendo utilizados na busca da desqualificação de um resultado eleitoral legitimamente obtido pelo voto direto de milhões de brasileiros e de brasileiras.

Neste momento, busca-se um fundamento para o impeachment da Sra. Presidenta da República como uma estratégia política. Parte-se de um desejo político de cassação do mandato presidencial para se conseguir, a qualquer preço, um fato que possa justificar esta medida.

Mas, a abertura do presente processo de impeachment ofende absolutamente a Constituição vigente em nosso país. A decisão preferida pelo Presidente da Câmara dos Deputados foi ilegal e viciada, em claro e notório desvio de poder, concorrente a ameaças e chantagens não atendidas pela Sra. Presidenta da República e pelos membros do seu governo.

Como demonstrado, nenhum crime de responsabilidade foi praticado pela Sra. Presidenta da República. Não houve ilicitude nos seus comportamentos. Não houve dolo nos atos que praticou. Não houve ação direta sua em atos que lhe são imputados. Cumpriu com o seu dever de governar, fazendo o que deveria ser feito, a partir de pareceres e manifestações técnicas dos órgãos competentes que integram a Administração Pública Federal. Cumpriu a lei e a Constituição. Não desviou recursos públicos. Não se locupletou. Não enriqueceu indevidamente. Ao contrário do que dizem os cidadãos denunciantes, jamais "atentou" contra o texto constitucional, como seria exigido para que tivesse contra si julgado como procedente um pedido de impeachment.

*CD168335449252*

A hipótese de aceitação destas denúncias, portanto, em face de não terem nenhum embasamento constitucional ou jurídico, qualificarão, indiscutivelmente, uma verdadeira ruptura com a nossa ordem jurídica democraticamente

Câmara dos Deputados
Fl. 9822
Comissões Especiais

estabelecida. Qualificarão um verdadeiro e indisfarçado "golpe de Estado", independentemente da justificação retórica que se pretenda constituir para a sua explicação. Tal ruptura constitucional será imperdoável aos olhos da vocação democrática atual do nosso país, da opinião pública internacional, e da nossa própria história. Afinal, "a constituição de um país não é um ato do seu governo, mas do povo que constitui um governo".

Assim, compõe esse voto:

a) o reconhecimento da nulidade do ato de instauração do presente processo de impeachment determinado pelo Sr. Presidente da Câmara Eduardo Cunha e de todos os seus atos subsequentes, com a extinção do presente processo, em razão do manifesto desvio de poder que definitivamente o viciou, sem que, em bom direito, seja possível a ocorrência de qualquer possibilidade jurídica plausível de convalidação;

b) no mérito, a rejeição da denúncia, e pelo não prosseguimento do processo de impeachment, tendo em vista a ausência de qualquer conduta imputável à Presidenta da República, a atipicidade das condutas descritas e a presença de excludentes de ilicitude e de culpabilidade.

Sala da Comissão, 11 de abril de 2016

Deputada **JANDIRA FEGHALI**
PCdoB/RJ

Deputado **Orlando Silva**
PCdoB/ SP (suplente)

*CD168335449252*

Câmara dos Deputados
Fl. 9823
Comissões Especiais

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – CEDENUN**

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE nº 1/2015**

**VOTO EM SEPARADO**

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
Em 11/04/16, às 14h04
Assinatura
7416
Ponto

**RELATÓRIO**

Trata-se de Voto em Separado na Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidenta da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, nos termos do art. 218, §5º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

A denúncia contra a Presidenta da República foi lida em 3 de dezembro de 2015. Em 17 de março de 2016, constituiu-se a Comissão Especial, tendo seus representantes sido eleitos nos termos do decidido nos autos da ADPF 378 pelo Supremo Tribunal Federal, com a indicação dos líderes partidários.

Na referida decisão do STF, também foram definidas as linhas gerais do rito do impeachment, ficando estabelecido, entre outros elementos, o modo de votação para a escolha da Comissão Especial (aberto), os papéis da Câmara dos Deputados (análise de admissibilidade) e do Senado Federal (julgamento), e o momento do afastamento da Presidenta em caso de sua aceitação.

Até a presente data, esta Comissão se encontrou por dez vezes entre reuniões administrativas e ***diligências***. Na quarta-feira, dia 30 de março, foram ouvidos os denunciantes Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, que, destaca-se desde já, não se ativeram aos limites da denúncia aceita pelo Presidente da Casa em suas falas. Já na quinta-feira, dia 31 de março, o Professor Titular da Fundação Getúlo Vargas (FGV- EESP) e Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, e, o Professor Adjunto e Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Ricardo Lodi Ribeiro foram ouvidos para esclarecer imprecisões técnicas da denúncia.

*CD164952044557*

No dia 4 de abril, o Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União, José Eduardo Cardozo, após as dez sessões estabelecidas para o rito de impeachment,

Câmara dos Deputados
Fl. 9824
Comissões Especiais

apresentou a defesa da Presidenta da República. No dia 6, o relator, Deputado Jovair Arantes, apresentou relatório pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, do processo por crime de responsabilidade.

Por discordância com o voto do relator, em todos os seus aspectos, apresento este Voto em Separado.

## DA NATUREZA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT E DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE

Em primeiro lugar, é fundamental abordar a natureza do processo de impeachment e dos crimes de responsabilidade como pressuposto para toda a análise que se segue.

No ponto 2.2 (*Do fundamento e da natureza do processo de impeachment e dos crimes de responsabilidade*) de seu Relatório, o Deputado Jovair defende a natureza híbrida do processo de impeachment, concluindo que "a *Câmara dos Deputados e o Senado Federal não podem instaurar esse processo com base em razões de mera conveniência política ou desaprovação governamental*" (p. 36 do Relatório).

Na sequência, assevera que as constituições brasileiras têm um erro de procedimento histórico, qual seja, a Constituição Imperial de 1824 teria assentado a natureza criminal do processo de impeachment, com inspiração inglesa. As Constituições Republicanas, por sua vez, a partir de 1891, teriam se inspirado no instituto de impeachment no modelo estadunidense, no qual o processo tem natureza político-administrativo. Todavia, parte da doutrina teria mantido a compreensão de que se tratava de um instituto de natureza criminal, não atentando para a raiz norte-americana do instituto no período republicano.

*CD164952044557*

Afirma, a partir disso, que o STF teria "flertado" com a tese da natureza criminal do instituto do impeachment por meio da edição da Súmula Vinculante nº 46. Não obstante a posição do STF, o relator teria se alinhado à compreensão de que no impeachment a infração é de natureza político-administrativa. Conclui, assim, que a sua "*tipificação é aberta, caracterizada pela maior imprecisão e*

Câmara dos Deputados
Fl. 9825
Comissões Especiais

*pluralidade de significados, exatamente a fim de permitir maior discricionariedade aos parlamentares no momento da tipificação das condutas do Presidente da República."*

**Os argumentos agitados pelo relator para dar forma ao voto no qual talhou nova modalidade de tipo de crime de responsabilidade não se sustentam, seja na compreensão histórica do instituto, seja na jurisprudência do STF.**

Ora, **não parece apropriado, antes de tudo, buscar inspiração na Constituição Imperial para tentar caracterizar um tema relativo ao processo de impeachment no sistema presidencialista**. O art. 133 da Constituição Imperial (1824), como seria óbvio de imaginar, previa apenas a responsabilização de Ministros de Estados, não do chefe do Executivo, que era o Imperador. Até mesmo porque não seria sequer pertinente cogitar, dentro de um regime imperialista, do impedimento do Chefe de Estado indicado por Deus.

Erra também o relatório quando aponta que o STF teria apenas "flertado" com uma compreensão restrita da tipologia relativa aos crimes de responsabilidade quando editou a Súmula Vinculante n. 46 ("*A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União*"). **Ignora o relatório uma distinção fundamental: o processo é misto, jurídico e político, mas a tipologia dos crimes de responsabilidade sempre foi compreendida de forma estrita, e não aberta.** Bem por isso, o STF utilizou no tema o mais grave instrumento de fixação de jurisprudência, justamente a Súmula Vinculante, que justamente vincula toda a Administração Pública, toda o Judiciário, bem como o Legislativo quando não está no exercício da competência legislativa típica. Não se trata de "flerte" com uma determinada compreensão, mas a consolidação da jurisprudência pelo Supremo Tribunal Federal em forma de súmula vinculante.

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 9826
Comissões Especiais

Não por outra razão, no julgamento da ADPF 378, o STF ratificou a compreensão, como se observa de trecho do voto do Min. Edson Fachin:

> **A indicação da tipicidade é pressuposto da autorização de processamento, na medida em que não haveria justa causa na tentativa de responsabilização do Presidente da República fora das hipóteses prévia e taxativamente estabelecidas.**
>
> **Se assim não fosse, o processamento e o julgamento teriam contornos exclusivamente políticos e, do ponto de vista prático, equivaleria à moção de desconfiança que, embora tenha sua relevância própria no seio parlamentarista, não se conforma com o modelo presidencialista**, cujas possibilidades de impedimento reclamam a prática de crime de responsabilidade previsto em lei específica. Inobservada a limitação da possibilidade de responsabilização às hipóteses legais, todo o devido processo cairia por terra. (grifos nossos)
>
> (STF, ADPF 378, trecho do Voto do Min. Edson Fachin, vencedor quanto ao tema)

A propósito, lembre-se que o voto do Min. Roberto Barroso, relator para acórdão, indicou penas os pontos nos quais dissentia do Min. Edson Fachin. Veja-se:

> Eu tenho basicamente quatro divergências em relação ao voto de Sua Excelência, e as destacarei antecipadamente e brevemente fundamentarei cada um delas. A minha primeira divergência diz respeito ao papel da Câmara e do Senado no procedimento. A minha segunda divergência diz respeito ao rito na Câmara e no Senado. A minha terceira divergência diz respeito à questão do voto aberto. E a minha quarta divergência diz respeito à legitimidade das candidaturas avulsas. **Nas demais matérias, estou acompanhando o voto do Ministro Luiz Edson Fachin. Distribuirei o dispositivo do meu voto, que facilitará essa comparação.** (grifos nossos)
>
> (STF, ADPF 378)

*CD164952044557*

Portanto, não há dúvida quanto ao tema - até porque, doutrinariamente, o Min. Roberto Barroso já havia se pronunciado expressamente sobre o tema: "*É possível afirmar, por via de consequência, que os crimes de responsabilidade se submetem, no direito brasileiro, a um regime de tipologia constitucional estrita,*

Câmara dos Deputados
Fl. 9827
Comissões Especiais

*cabendo ao legislador ordinário tão-somente explicitar e minudenciar práticas que se subsumam aos tipos constitucionais*"[1].

Destaca-se que, mesmo que o Supremo Tribunal apenas flertasse "*sob a ótica da competência legislativa*" com a tese do caráter criminal do impeachment, como enunciou o Relator, não se poderia jamais falar na possibilidade de sua tipificação aberta.

É entendimento consolidado na jurisprudência desse país que crimes de responsabilidade constituem, pelo menos para efeitos legislativos, matéria de Direito Penal (ADI nº 834). Assim sendo, aplicam-se a essas figuras as regras de de técnica legislativa referentes à lei penal, que exigem definição clara e objetiva das condutas puníveis, diametralmente opostas à imprecisão e pluralidade de significados que ora se tenta aplicar para o caso.

Portanto, não se admite esse pressuposto lançado pelo relatório no sentido de que há possibilidade de compreensão extensivas sobre a forma de configuração do crime de responsabilidade. Há, em boa verdade, uma compreensão bastante estrita sobre o tema. Daí que **não se admite qualquer juízo político sobre a tipologia do crime**. Essa compreensão, como se passa a demonstrar interfere em toda a compreensão da matéria e afasta as conclusões de que houve crime de responsabilidade no caso praticado pela Presidenta da República.

Então, por que o Relator defende de forma tão veemente e até maliciosa a tipificação aberta das condutas, deturpando até mesmo precedentes jurisprudenciais? Porque somente assim é possível se cogitar da admissibilidade da denúncia nos termos do relatório. **O pressuposto de uma tipologia aberta está por trás da compreensão que permite, nas chamadas pedaladas, o prosseguimento da denúncia de crime de responsabilidade da Presidenta**

*CD164952044557*

[1] BARROSO, Luís Roberto. "Crime de responsabilidade e processo de impeachment: descabimento contra secretário de Estado que deixou o cargo". Revista de Processo. São Paulo, vol. 95, p. 85 a 96, jul.-set., 1999.

Câmara dos Deputados
Fl. 9828
Comissões Especiais

**sem que esta tenha praticado qualquer ato comissivo. Também é essa permissividade que está no fundo da tentativa de condenação da Presidenta mesmo diante da mudança de jurisprudência do Tribunal de Contas da União**. Vê-se, portanto, que uma vez reconhecida a natureza penal legislativa dos crimes (tipos) de responsabilidade, como já firmado pela Suprema Corte, cai por terra toda a denúncia que se aprecia.

## PRELIMINARES

Dito isso, segue-se para a análise das diversas preliminares apresentadas pela defesa e que, logicamente, precisam ser apreciadas antes de se adentrar ao mérito da denúncia, pois são prejudiciais em relação à configuração ou não de crimes de responsabilidade.

## 1. A NULIDADE DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA

O primeiro pedido da defesa está relacionado ao recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara, Dep. Eduardo Cunha. Alega-se que esse ato foi praticado com desvio de poder ou desvio de finalidade.

De fato, **todos nós parlamentares pudemos presenciar e acompanhar que o Deputado Eduardo Cunha agiu neste processo todo o tempo com a clara intenção de vingança**, proferindo ameaças na imprensa. O senhor Presidente desta Câmara **vinga-se do fato de que o Governo federal não compactuou com seus estratagemas para tentar se livrar do seu processo de cassação na Câmara dos Deputados.** Eis a razão verdadeira deste processo de impeachment, cuja decisão de admissibilidade foi proferida com claro desvio de poder ou desvio de finalidade.

Ninguém menos que o próprio subscritor da denúncia, o advogado Miguel Reale Júnior, é categórico e, por isso, afiançou, sem qualquer cerimônia, aos veículos de comunicação da imprensa brasileira que o recebimento da denúncia foi um ato de "*chantagem explícita*". Mais especificamente, segundo a reportagem públicada pelo *O Estado de S. Paulo*, a declaração teria sido a seguinte: *"**Não foi uma coincidência** que Cunha tenha decidido acolher o impeachment no momento que deputados do PT decidiram votar favoravelmente à sua cassação no Conselho*

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 9829
Comissões Especiais

*de Ética.* ***Foi uma chantagem explícita****, mas Cunha escreveu certo por linhas tortas*"[2]. Ora, se não foi coincidência a decisão de recebimento da denúncia no dia em que definido o não alinhamento dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores com as propostas escusas do senhor Eduardo Cunha, teria sido, então, o quê? Desvio de poder.

Como se não bastasse, foi perante esta Comissão produzida prova inconteste do desvio de poder. Pois bem, era intenção desses parlamentares que se tivesse tido a oportunidade de questionar ao nobre professor se poderia confirmar a declaração que já havia prestado à imprensa nacional. Porém, como também fez questão de destacar a própria defesa apresentada, o Presidente Eduardo Cunha não interrompeu os atos de revanche ao Partido dos Trabalhadores e à Presidenta da República com o simples recebimento da denúncia. Em verdade continou e continua a atuar para fazer com que este processo seja conduzido às pressas (**enquanto seu processo no Conselho de Ética caminha a passo de tartaruga, faz de tudo para empregar o ritmo da lebre ao presente processo**). Daí que, com nítido propósito de evitar o constrangimento da formulação de perguntas aos autores do pedido de impeachment, que poderia evidenciar o total desconhecimento do Direito Financeiro dos autores, determinou ao Presidente desta Comissão que - contrariando acordo anteriormente firmado entre os lideres partidários - determinou fosse interrompida sessão desta Comissão para atender ao chamado da ordem do dia do Plenário da Câmara. Mais uma vez - agora para fazer prova perante esta Comissão - o senhor Presidente desta Câmara, cuja presença no Plenário, o Supremo Tribunal Federal em breve deverá proibir, seja decretando a prisão, seja determinando cautelarmente seu afastamento, mais uma vez atuava para interferir no trabalho desta Comissão e retaliava a Presidenta da República que não permitiu a negociação de votos no Conselho de Ética da Câmara. Protegia os denunciantes do constrangimento da arguição e evitava, ainda, que pudesse confirmar a declaração de que o recebimento da denúncia era apenas um ato de vingança.

É de conhecimento público que o Deputado Eduardo Cunha é réu em um processo no STF, além ser investigado em outro processo também no STF. Daí os expedientes que tem empregado para acelerar um processo de impeachment, completamente carente de fundamento, para desviar a atenção da opinião pública para a apuração dos crimes do qual é acusado. A intenção é clara - não há qualquer

*CD164952044557*

[2] (Disponível em http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,autores-do-impeachment-defendem-processo,10000003726. Acesso em 5 abr. 2016)

Câmara dos Deputados
Fl. 9830
Comissões Especiais

intenção de atender ao interesse público. Move-lhe apenas o interesse de se livrar do processo no Conselho de Ética.

Daí por que todos os dias há notícias de que o Presidente da Câmara procura influenciar a atuação dessa comissão e do próprio plenário. Outros atos virão, já antecipou a *Folha de S. Paulo*, com a publicação da reportagem "*Cunha vai votar no impeachment e rito terá 'arapucas'*".

Não há mais razão para que esta Comissão continue ela também a ceder às chantagens do senhor Eduardo Cunha, atuando como instrumento de perseguição à Presidenta da República. Daí a indisputável certeza de que é preciso decretar a nulidade deste processo.

Dessa forma, parece claro a todas as luzes que o Deputado Cunha agiu com desvio de poder, abusando de sua posição de Presidente da Casa para tentar mascarar seus próprios desvios e, portanto, esse ato inicial de fato é ilegal e nulo.

O relatório apresentado, no entanto, afastou a preliminar com dois argumentos:

(i) conforme a ADPF 378, não se aplicam as regras de impedimento e suspeição previstas no CPP, já que o art. 36 da Lei nº 1079/50 prevê regras específicas para o processo de impeachment, não aplicáveis ao caso:

> Art. 36. Não pode interferir, em nenhuma fase do processo de responsabilidade do Presidente da República ou dos Ministros de Estado, o deputado ou senador;
>
> a) que tiver parentesco consangüíneo ou afim, com o acusado, em linha reta; em linha colateral, os irmãos cunhados, enquanto durar o cunhado, e os primos co-irmãos;
>
> b) que, como testemunha do processo tiver deposto de ciência própria.

(ii) a questão está sendo discutida no MS 33.921, tendo sido inferido o pedido de medida liminar.

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 9831
Comissões Especiais

Em resumo, o relator afirma que "*o só fato de o Presidente da Câmara dos Deputados ter divergência política com a Denunciada não é causa suficiente para afastar a validade do ato praticado, sem contar que se trata de matéria vencida, já analisada e rejeitada pela Suprema Corte*".

Os argumentos para o afastamento desta preliminar não se sustentam.

A defesa não sustenta a nulidade do ato com base em impedimento ou suspeição do Presidente da Câmara, ou mesmo porque ele tem divergência política com a Presidenta da República (o que, ademais, é fato notório).

A defesa não embasa seu requerimento na inimizade do autor do ato para com a Denunciada, mas, sim, sustenta sua nulidade porque **o ato em si foi praticado para atender a interesse pessoal do Presidente da Câmara**. É dizer, não se alega que o Presidente está impedido ou é suspeito de praticar qualquer ato no processo, mas, sim, que o **ato concreto** foi praticado para atender a interesses escusos, próprios do Presidente e alheios à finalidade legal (vingança e retaliação, conforme amplamente divulgado pela imprensa e **expressamente reconhecido por um dos autores da denúncia, o advogado Miguel Reale Jr.**).

Tampouco se sustenta o argumento de que o ato viciado "*apenas deflagra o procedimento*", sendo do Plenário da Câmara dos Deputados a competência para a análise do recebimento da denúncia. Esse argumento apenas afirma que o Plenário da Câmara também poderá analisar o vício apontado quando se manifestar, o que não exclui o dever que a Comissão Especial tem de o fazer. Trata-se de ato administrativo que, como tal, deve atender aos requisitos legais, o que não é o caso.

*CD164952044557*

**O desvio de poder ou finalidade não é elemento do ato administrativo que possa ser convalidado.** Constitui vício de legalidade de nulidade absoluta. Por essa razão, mesmo consistindo no mero deflagramento do processo, como diz o relator, macularia todo o ato, não podendo prosseguir em sua existência.

Câmara dos Deputados
Fl. 9832
Comissões Especiais

De outro lado, é incorreto afirmar que se trata de matéria "*vencida, já analisada e rejeitada pela Suprema Corte*". A ADPF 378 decidiu quanto à alegação de impedimento e suspeição do Presidente da Câmara para oficiar no processo, matéria estranha à alegada nesta preliminar, **não tendo o STF se manifestado, naquela ação, quanto à nulidade do ato que deflagrou o processo de impeachment**. Quanto ao MS 33.921, que tem como pedido a declaração de nulidade do ato, o Min. Relator apenas indeferiu o pedido de liminar, estando a matéria *sub judice*.

A judicialização da questão, contudo, não é suficiente para que a Comissão Especial deixe de analisar o ato sob a ótica da validade, já que **a própria existência da Comissão, criada com o ato que deflagrou o processo, depende de sua higidez.**

**Voto, dessa forma, pela nulidade do ato de instauração desse processo e pela sua extinção.**

## 2. DOS VÍCIOS PROCEDIMENTAIS

Além da nulidade do ato de recebimento, a defesa também tem razão com relação às demais alegações de nulidade, a demonstrar que todo esse processo está viciado.

## 2.A) JUNTADA AOS AUTOS DA DELAÇÃO PREMIADA FEITA PELO SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL

De fato, absurda a decisão do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados que deferiu o pedido dos denunciantes de anexar aos autos a íntegra da delação premiada, celebrada entre a Procuradoria-Geral da República e o Senador da República Delcídio do Amaral.

Esses fatos não guardam absolutamente nenhuma relação com o objeto deste processo, que já foi delimitado pelo próprio Presidente da Casa.

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 0833
Comissões Especiais

Além de as alegações da delação serem aburdas e fantasiosas, sem base em nenhuma prova, em nada são relacionadas ao mandato da Presidenta da República. E demonstram ainda novamente os argumentos de desvio de finalidade. Basta ler a delação que nenhuma prova concreta acompanha os termos da delação, trouxe-se apenas comprovantes de agendas públicas e registros de chamadas de ligações.

Claramente a juntada desses documentos visou a tumultuar o processo e a dificultar a defesa da Presidenta, expondo ainda a fragilidade dos argumentos que estamos a discutir.

Não há fundamento para a juntada do documento após o ato de recebimento de Eduardo Cunha. A decisão é de flagrante contraditoriedade. Por um lado, afirma textualmente que não teria mais competência para decidir sobre o tema. De outro lado, em atitude de completa contradição primeira, decreta a juntada aos autos da delação. Com suporte em que dispositivo legal teria o Presidente da Câmara para determinar a juntada de documento após o esvaziamento de sua competência para a matéria? Apenas o revanchismo poderia explicar atitude tão contraditória.

É apenas meia verdade a afirmação constante do relatório de que "*o juízo de admissibilidade realizado pelo Presidente da Câmara é meramente precário, sumário e não vinculante*". Isso apenas significa que ele não condiciona as decisões da Comissão Especial e do Plenário quanto à admissibilidade da denúncia, mas vincula sim esses órgãos no tocante a quais pontos da denúncia podem ser apreciados. Dizer que a Comissão, o Plenário da Câmara ou mesmo o Senado estariam autorizados a "*analisar a denúncia por inteiro*" é um completo disparate, que viola os mais básicos direitos que emergem da cláusula do devido processo legal. O próprio Presidente da Comissão Especial, em trecho referido pelo Relatório (p. 58), afirma, quanto ao documento de que se requereu o desentranhamento, que ele "*não deverá ser considerado por esta Comissão, nem pelo Plenário*".

*CD164952044557*

O **princípio da estabilidade do objeto do processo** é fundamental para que as partes saibam do que se está a tratar durante todo o andamento do processo, sem que haja surpresas ou inovações não autorizadas pela lei. Não é por outro motivo que o CPC trata expressamente do aditamento à inicial,

Câmara dos Deputados
Fl. 9834
Comissões Especiais

estabelecendo requisitos e prazo máximo para que ocorra, garantido sempre o direito de defesa (art. 329), assim como o faz o CPP, ao tratar sobre a *emendatio libeli* em seu art. 384.

Nesse sentido, a regular notificação da Presidenta não supre a preliminar aventada, dado que o conhecimento do inteiro teor da denúncia não aduz à delimitação do objeto desta peça e, consequentemente, a que fatos deve se manifestar a defesa.

O precedente do caso Collor (relatório do Dep. Nelson Jobim na Comissão Especial, p. 686 dos autos) refere-se unicamente à produção de provas, que realmente à Câmara não é dado fazer. Não tem relação com a delimitação do objeto da denúncia pela decisão inicial. O que é trazido pelo precedente é o mesmo que o STF decidiu na ADPF 378, que é tão somente que a Câmara não faz juízo sobre a procedência das alegações da denúncia. Isso não exclui seu papel de fazer análise de indícios de autoria e materialidade - justa causa -, como também reconhece o STF no mesmo acórdão.

Não procede ainda a afirmação de que não há prejuízo ao direito de defesa por ter o relatório se limitado aos fatos constantes do objeto da denúncia tal como recebida pelo Presidente da Câmara, porque a permanência nos autos de elementos estranhos a tal objeto permite, como já reconhecido pelo próprio Presidente Rogério Rosso, que deputados sejam influenciados por tais elementos ao formar sua convicção.

Ressalte-se ainda que os descontentes com a delimitação do objeto como definitivamente realizada pelo ato do Presidente da Câmara poderiam ter se insurgido contra o afastamento parcial da denúncia mediante interposição de recurso para o Plenário da Câmara, nos termos do art. 218, § 3º, do RICD, o que não ocorreu. A eventual complementação do objeto da denúncia, portanto, constitui matéria preclusa, do ponto de vista processual, ou ato jurídico perfeito, do ponto de vista administrativo.

*CD164952044557*

Câmara dos Depu
Fl. 9835
Comissões Especi

Por esses motivos e porque se aplicam as garantias da Constituição Federal, não podem ser considerados esses fatos na deliberação dessa Comissão e nem do Plenário dessa Casa, sob pena de nulidade de todas as decisões que viermos a tomar! Além disso, para que esses documentos não influenciem essas decisões, impõe-se que eles sejam desentranhados desse processo, bem como riscadas quaisquer referências a tema estranho à competência desta Comssão.

De outra parte, maculada todas as deliberações desta Comissão a partir da orientação firmada pelo Presidente desta Comissão de que a delação não poderia ser objeto de consideração, mas que não poderia, de toda sorte, impedir que os senhores parlamentares, na formação de seu juízo substantivo pudessem considerar a delação, eis que seria "um documento público". Isso é um indicativo claro gritante. É praticamente, com a devida licença, que Vossa Excelência está orientando os senhores poderiam considerar o conteúdo das delações na formação do juízo subjetivo. Portanto, qualquer deliberação que tomemos serão nulas. Eis as razões pelas quais, a partir desta perspectiva, de, n**a forma do voto que apresento, que seja decretada a nulidade das sessões e reiniciado o prazo da Presidenta.**

## 2.B) A REALIZAÇÃO DE OITIVAS NA COMISSÃO ESPECIAL

A realização de diligências no âmbito dessa Comissão, travestidas de "esclarecimentos", claramente burlou a decisão proferida pelo STF na ADPF 378, quando determinou que fosse seguido rito tanto quanto possível idêntico àquele do processo impeachment do então Presidente Fernando Collor, ferindo os princípios constitucionais do devido legal, do contraditório e da ampla defesa.

Apesar de ser louvável a iniciativa do ilustre Relator de tentar conferir maior transparência ao processo e esclarecer deputados e cidadãos sobre as complexas matérias tratadas na denúncia, tal intuito foi desvirtuado em razão de (i) terem sido chamados os próprios denunciantes a fazer os referidos esclarecimentos e (ii) terem os denunciantes tratado, ao contrário do que aduz o Relator, de fatos estranhos ao objeto da denúncia recebida. Explica-se.

*CD164952044557*

A convocação daqueles que redigiram a peça acusatória inicial para prestar esclarecimentos inevitavelmente faz com que as discussões exponham, aprofundem e até ampliem elementos da acusação, o que não é legítimo a não ser

Câmara dos Deputados
Fl. 9836

que sobre tais elementos possa se manifestar, em seguida, a defesa. A obediência ao rito adotado no impeachment do ex-Presidente Fernando Collor não é um fim em si mesmo a ser perseguido cegamente, mas serve justamente a garantir a segurança jurídica no processo e a ampla defesa da acusada. Nesta toada, a inovação em relação ao rito de 1992 no sentido de permitir maior tempo de fala à acusação, sem que seja dada à defesa a mesma oportunidade, consiste sim em violação ao princípio da ampla defesa, sendo nula de pleno direito.

Para além disso, os discursos dos denunciantes efetivamente excederam o objeto da denúncia recebida, tratando, entre outros temas estranhos ao processo, de fatos narrados na delação premiada do Senador Delcídio do Amaral, que sequer poderia constar do processo, e relativos ao primeiro mandato da Presidenta, os quais não podem ser objeto de deliberação por imperativo constitucional (art. 86, § 4º da Constituição Federal), conforme reconhecido pelo próprio Presidente da Câmara. Nesse sentido, citam-se aqui trechos da fala do jurista e denunciante Miguel Reale Júnior nesta Comissão em 30 de março (extraídos das notas taquigráficas):

> "Portanto, aqui está o crime. Tanto perguntam onde está o crime? Está aqui no art. 359-A, está no art. 359-C: ordenar ou autorizar a assunção de obrigação nos dois últimos quadrimestres. Foi o que aconteceu em 2014, nos últimos quadrimestres, durante o processo eleitoral, e está também na Lei de Responsabilidade, no art. 10, 9 e 10."

De igual modo se manifestou a jurista e denunciante Janaína Paschoal (fragmentos constantes das notas taquigráficas):

> "Há também o comportamento omissivo doloso da Presidente diante do envolvimento de pessoas muito próximas a ela no episódio do petrolão. Isso não se pode negar. Isso está na denúncia. Isso abre a denúncia.E eu não abro mão desta parte porque entendo que isso tudo faz um conjunto."

> "O comportamento da nossa Presidente se encaixa direitinho no 359-A e no 359-C. No 359-A, por ter feito operação de crédito

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 9837
Comissões Especiais

> proibida e no 359-C, porque fez isso às vésperas das eleições e depois continuou. Aliás, fez isso para garantir a reeleição, para criar uma falsa sensação de estabilidade, para poder subir no palanque e dizer que as contas estavam hígidas, como o fez com relação à PETROBRAS, negando os fatos até quando não era mais possível negar."

Ressalta-se que a impossibilidade de realizar tais audiências por representarem ofensa ao direito de defesa foi suscitada nas questões de ordem n. 8, apresentada pela Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e n. 11, do Deputado Weverton Rocha (PDT-MA), em que os parlamentares advertiram ao Presidente da Comissão que os esclarecimentos não poderiam exceder o objeto da denúncia. A admissão de que os denunciantes tratassem de fatos relativos a anos anteriores a 2015 e à delação do Senador Delcídio do Amaral, portanto, tratou-se de omissão consciente do ilustre Presidente, que se recusou a orientar adequadamente aqueles que estavam sendo ouvidos.

Afirma o relator, ademais, que não teria havido prejuízo à defesa em decorrência da realização das audiências, já que seu relatório teria se limitado ao objeto da denúncia conforme recebida pelo Presidente da Câmara. Conforme se detalhará adiante, entretanto, o relator excede os limites da denúncia inúmeras vezes, fazendo alusões tanto a eventos ocorridos em 2014 e anos anteriores quanto a ilações constantes da delação do Senador Delcídio do Amaral.

Resta claramente configurada, portanto, a violação ao direito de defesa da acusada.

*CD164952044557*

Assim, **é imperativa a anulação das "oitivas" realizadas e a reabertura de prazo para a manifestação da Presidenta da República, sendo ainda fundamental que os fatos tratados nessas audiências não sejam considerados nas votações dessa Comissão e na do Plenário.**

## 2.C) A AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO

Câmara dos Deputados
Fl. 9838
Comissões Especiais

É inegável que as garantias da ampla defesa e do contraditório devam ser respeitadas nesse processo, como aliás decidiu o STF na ADPF 378.

O elemento mais básico para que isso aconteça é que seja cientificada a defesa da realização de todos os atos do processo e que a ela seja oferecida a oportunidade de acompanhar, diretamente ou por meio de seu representante, a realização desses atos e quanto a eles se manifestar.

No entanto, não houve intimação da defesa sobre a realização das diligências de esclarecimento realizadas. Se a denúncia não estava clara para os membros dessa Comissão, não poderia estar para a defesa. Dessa forma, esta seria a oportunidade para que pudesse também esclarecer suas dúvidas com relação a essa peça que, como bem ficou demonstrado, contém erros tão grosseiros que impedem a sua compreensão.

Agrava-se ainda a situação pelo fato de, além de a defesa não ter sido intimada, não ter sio reaberto o prazo para sua manifestação. Isso quer dizer que a defesa dispôs somente de 3 dias após a realização das diligências para fazer sua defesa e não 10, conforme determina a lei.

O relatório afastou a alegação defensiva, sob os argumentos de que a audiência foi realizada para "*apresentar a denúncia oralmente aos Deputados e, principalmente, ao povo brasileiro*". Justificou a realização da sessão impugnada, que não encontra similitude ao processo que culminou no afastamento do Presidente Collor, na idéia de que "*a sociedade brasileira hoje demanda muito mais participação na política do que naquela época, assim como a questão debatida é muito mais complexa*". Sustentou-se, também, que não se tratou de diligência probatória, pois os "*denunciantes se ativeram à apresentação oral do conteúdo da denúncia*", não tendo havido referência a fatos estranhos" a ela. Por fim, sustenta que não houve prejuízo à defesa.

Os argumentos para o afastamento da preliminar não convencem.

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar ser louvável a pretensão de conferir condições à participação popular em processo que tem como objetivo justamente o

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 9839
Comissões Especiais

de invalidar a manifestação popular nas eleições diretas. Ocorre que o objetivo da sessão não poderia ser apenas o de "*apresentar a denúncia oralmente*" aos Deputados e ao povo: a decisão da ADPF 378 foi bastante clara ao definir que que tais sessões poderiam ocorrer para "*esclarecer a denúncia*". E esclarecer a denúncia interessa a todos: ao povo (que pode ter sua manifestação de vontade cassada por decisão do Parlamento), aos deputados integrantes da Comissão (que decidirão sobre a abertura do processo) **e, principalmente, à denunciada** (que tem o direito fundamental de se defender das acusações). Não se questiona, nesta preliminar, a realização da sessão; questiona-se tão somente a ausência de intimação da defesa para também ter participação ativa nos esclarecimentos sobre a acusação de que tem de se defender.

Pouco importa, aqui, que não tenha havido "*a produção de uma prova sequer*", já que "*os denunciante se ativeram à apresentação oral do conteúdo da denúncia*". Como reconhecido pelo Relatório em várias passagens, a imputação é complexa e demanda esclarecimentos. Qual o motivo, então, de excluir a defesa desse momento? Não integra o conteúdo mínimo do direito fundamental à ampla defesa ver esclarecida a denúncia e, mais, colaborar, com questionamentos, para esse esclarecimento? Reitera-se que o primeiro direito do acusado é saber do que está sendo acusado. A denúncia é complexa para o povo, para os juízes (os Deputados) e também para a denunciada. Não há razão alguma para impedir a defesa de participar de momento tão salutar para a democracia e para o exercício de um direito fundamental.

Já, então, restaria configurado o prejuízo à defesa. Não bastasse, os denunciantes manifestaram-se sobre todo o conteúdo da denúncia, inclusive e principalmente sobre a parte não recebida pelo Presidente da Câmara. Manifestaram-se sobre pontos estranhos ao objeto do processo, conforme apontado anteriormente, o que causa prejuízo não só à defesa, por influir de maneira ilegal no convencimento dos membros da Comissão, mas também ao povo, iludido quanto ao objeto da denúncia que recai sobre a Presidenta que elegeu.

*CD164952045457*

Câmara dos Deputados
Fl. 9840
Comissões Especiais

Concluo assim por **devolver o prazo à defesa para que ela se manifeste inclusive com relação aos esclarecimentos prestados nesse período que digam respeito ao objeto desse processo.**

## 2.D) DA EXTRAPOLAÇÃO DO OBJETO PELO RELATÓRIO

Para além das preliminares aventadas pela Defesa, pronuncio-me ainda sobre fato que considero nova preliminar a ser resolvida.

No relatório do Deputado Jovair Arantes, consta análise de elementos estranhos ao objeto da denúncia conforme delimitado na decisão de recebimento do Presidente desta Casa, Eduardo Cunha, em 2 de dezembro de 2015, publicada no dia seguinte.

Ao proferir o "Exame de Admissibilidade da DCR nº 1/2015 (justa causa)" – item 2.6, referencia-se a fatos de 2014 no subitem 2.6.2 *Crimes de responsabilidade pela Contratação ilegal de operações de crédito ("pedaladas fiscais")*, enumerando diversas operações ocorridas no mencionado ano e reproduzindo diversas alegações contidas no processo de avaliação de contas de 2014.

Nos itens *2.6.3 Crime de responsabilidade pelo não registro de valores no rol de passivos da Dívida Líquida do Setor Público* e *2.6.4 Dos crimes contra a probidade na Administração*, analisa outros itens igualmente não aceitos pelo despacho do Presidente da Casa.

De igual modo, na página 118 do Relatório, assim se expressa o Deputado Jovair "*não podemos desconsiderar a perplexidade da população com as constantes revelações das investigações da Operação Lava Jato sobre o maior esquema de corrupção de que se tem notícia neste país e que atinge principal e diretamente a maior empresa brasileira, a Petrobras*".

Consoante assentado em jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (MS nº 23.885-2; MS nº 20.941-1), a decisão inicial de recebimento da denúncia do Presidente da Câmara dos Deputados delimita definitivamente o objeto de acusação a ser analisado pela Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre a questão.

Tendo isso em vista, restaram a esta Comissão Especial tão somente a anális e que tange aos fatos ocorridos em 2015: (1) a edição de decretos

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 9841
Comissões Especiais

suplementares de crédito; e (2) as chamadas "pedaladas fiscais", de 2015, conforme a denúncia. Por essa razão, o relatório desta Comissão deve se restringir – única e exclusivamente – ao exame de tais fatos.

O art. 55, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa assim determina: "considerar-se-á como não escrito o parecer, ou parte dele" que se manifestar "sobre o que não for de sua atribuição específica". Ora, manifestar-se sobre objeto distinto do recebido pelo Presidente da Casa é manifestar-se sobre objeto fora da atribuição específica desta Comissão.

Vale lembrar que o *error in procedendo*, consubstanciado na análise de matéria estranha ao processo, conforme constatado no presente caso, implica a nulidade absoluta das decisões aqui proferidas, por vício caracterizado como julgamento extra petita, conforme reiteradas decisões dos tribunais superiores. Fere-se de uma só vez as regras do devido processo legal e do direito de defesa, pois sobre esses pontos não foi a defesa chamada a se manifestar.

Além disso, o Relator manifestou-se sobre matéria que não é de sua competência, sequer de atribuição desta Comissão, quando asseverou que cabe ao Plenário se pronunciar sobre toda a denúncia apresentada e não apenas sobre a parte recebida pelo Presidente da Casa (págs. 48 e 127). Constata-se, desse modo, mais uma patente violação ao art. 55 do Regimento.

Seja na legislação especial, seja no Regimento Interno desta Casa, seja na ADPF 378, a competência do Plenário da Câmara é clara. O que é submetido à sua análise não é a denúncia (completa ou recebida), mas sim o relatório desta Comissão. Mesmo se assim não fosse, a dúvida deveria ser respondida mediante Questão de Ordem submetida ao Presidente da Câmara ou ao Presidente da Comissão Especial.

*CD164952044557*

Há que se ressaltar que a apreciação de tais elementos estranhos, com o único propósito de influenciar os deputados na formação de sua convicção de modo incompatível com os fatos sob análise, implica prejuízo à garantia constitucional ao devido processo legal e ao direito, também constitucional, da Sra. Presidenta ao contraditório e à ampla defesa.

Por esse motivo, faz-se premente **reputar como não escrita a parte do parecer estranha ao objeto de acusação delimitado pelo Sr. Eduardo Cunha e**

Câmara dos Deputados
Fl. 9842
Comissões Especiais

**estranha à atribuição do relator e da Comissão Especial**, declarando-se sua nulidade e desentranhamento.

## MÉRITO

## 3. DECRETOS DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

Em relação à conduta de expedir decretos para abertura de créditos suplementares no exercício de 2015, o Relator concluiu o seguinte:

> "Em conclusão, quanto à conduta de expedir decretos que abriram créditos suplementares em descumprimento à lei orçamentária de 2015, considero que há **sérios indícios de conduta pessoal dolosa da Presidente da República que atentam contra a Constituição Federal**, mais precisamente contra os princípios da separação de poderes, do controle parlamentar das finanças públicas e do respeito às leis orçamentárias, e que encontram tipificação estrita na Lei nº 1.079, de 1950, no item 4 do art. 10 e no item 2 do art. 11, o que, ao menos nesse juízo preliminar, revela gravidade suficiente e apta a autorizar a instauração do processo de *impeachment*." (grifamos)

Em verdade e como demonstraremos neste ponto, o Relatório só é preciso quando assevera que "**procede a observação da Defesa de que o descumprimento da meta fiscal anual não enseja a configuração de crime de responsabilidade**" (p.77). Não há, pois, crime de responsabilidade!

O relatório se apega à uma interpretação completamente equivocada do texto do art. 4º da Lei Orçamentária Anual, utilizando-se de distinções imprecisas e equivocadas das normas orçamentárias. Deste modo, tenta colher alguma fumaça de argumentos, com o único propósito de sustentar alegação de crime de responsabilidade, de todo inexistente, conforme demonstrado exaustivamente nas mais de duzentas páginas da peça de defesa apresentada pela Exma. Sra. Presidenta da República.

Como se verá, o Relator, ao desenvolver seu raciocínio e tentar demonstrar seu entendimento, incorre em equívocos, contradições, omissões, confusão entre conceitos, principalmente no tocante à diferenciação entre gestão orçamentária e gestão fiscal; ignora o princípio da anualidade orçamentária e a regra referente às metas anuais, fazendo, ainda, suposições descabidas, tudo, diga-se à exaustão, para induzir os demais parlamentares em erro e fazer crer que a conduta adotada configura crime de responsabilidade.

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 9343
Comissões Especiais

Conforme brilhantemente abordado na defesa da Presidenta Dilma Rousseff, restou clara que a **abertura dos créditos suplementares por meio de decreto possui expressa previsão legal e constitucional** não havendo que se falar em qualquer irregularidade nesse tema. A prática, conforme claramente evidenciado, é apenas um instrumento que facilita a execução de políticas públicas, como as investigações da polícia federal, as necessidades da Justiça do Trabalho a transferência de recursos para Estados e Municípios e autorizações para a realocação de valores para educação.

Ficou bastante claro que **essa suplementação não guarda qualquer relação direta com o atingimento da meta, já que não significa o gasto de nenhum centavo.** Isso, porque, os decretos de créditos suplementares são meras **autorizações** de gastos, não implicando o efetivo dispêndio de valores, pois isso está relacionado a elementos fáticos, como a disposição de recursos (i.e. arrecadação de tributos) e da necessidade ou não de implementação das políticas (i.e. gasto com enchentes que não ocorre em decorrência de uma seca em determinado ano). Nesse sentido, destacamos o excerto da defesa da Presidenta da República:

> Ora, como visto anteriormente, o ***crédito***, em razão da sua natureza estritamente orçamentária, ***refere-se apenas à dotação ou "autorização" de gasto***. **Assim sendo, ao promover a abertura de crédito suplementar, por meio de decreto, a Presidência da República apenas confere à Administração maior liberdade na alocação de gastos em políticas públicas distintas, o que, entretanto, só será possível de se materializar se acompanhado da *contrapartida financeira correspondente***. Ou seja: ***o crédito orçamentário é uma fase intermediária do gasto efetivo, de modo que ele, por si só, não é uma condição suficiente para o desembolso***.
> (grifos nossos)

Frise-se que quando se fala em decreto de créditos suplementares inexiste capacidade de isso implicar um gasto automático e, portanto, é impossível se falar em descumprimento de meta fiscal. Aqui, deve-se atentar a uma diferenciação básica que os denunciantes parecem desconhecer: a diferença entre **gestão orçamentária** e **gestão financeira**.

*CD164952044557*

No primeiro caso, a que estão vinculados os **decretos de créditos suplementares**, a lógica é de **planejamento futuro** para a Administração (a Lei Orçamentária Anual, por exemplo, é enviada no ano anterior a sua execução) e

Câmara dos Deputados
Fl. 9844
Te
Comissões Especiais

**transparência** ao cidadão e a palavra-chave é **autorização** de novos limites orçamentários.

Já a **gestão financeira** está vinculada à realidade que ocorre quando da **execução orçamentária**_ e, essas sim, que se relacionam com a meta fiscal. Como demonstrado essas dependem de situações fáticas no presente e o instrumento jurídico por excelência dessa gestão são os **decretos de contingenciamento** ou **atos autonômos**, exarado a cada dois meses pelos órgãos públicos de acordo com sua situação fiscal e a necessidade de políticas públicas. Frise-se que esses **decretos de contingenciamento,** estes sim vinculados à meta fiscal, **significaram a economia de R$ 80 bilhões de reais apenas em 2015.**

Do que se extrai da defesa já apresentada, não há qualquer impacto dos Decretos que abrem créditos orçamentários na meta fiscal, visto que os créditos pertencem à dimensão orçamentária da contabilidade pública, enquanto que a meta de resultado primário, apurada pelo pagamento, é da dimensão financeira.

Os limites de pagamento, que são a componente essencial para apuração do resultado primário, não se alteraram em função da edição de créditos suplementares.

Contudo, o Relatório confunde conceitos distintos e trata ambos como um todo indistinto, conforme inferimos da leitura do seguinte trecho:

> ***"Aqui, um fato da gestão orçamentária – autorização para abrir crédito suplementar por decreto – depende da verificação de uma condição que ocorre no âmbito da gestão fiscal. Os limites de programação das despesas discricionárias são fixados pelos decretos de contingenciamento." (p. 78)***

Em verdade, a solução para a confusão interpretativa posta pelo Relatório decorre de simples análise da norma, sem nunca esvaziar seu conteúdo. Assim sendo, não pode o Executivo abrir crédito suplementar caso estes valores não estejam sujeitos ao decreto de contingenciamento.

*CD164952044557*

De outro lado, em sua abordagem, o Relatório também confunde a fonte de receita para os créditos (cancelamento de dotação, superávit financeiro e excesso de arrecadação) com a própria despesa. A despesa, independentemente da fonte legal utilizada para a abertura de créditos, que é o fator determinante para o

Câmara dos Deputados
Fl. 9845
Comissões Especiais

atingimento ou não da meta. E como bem lembrado pelo Relatório, são as despesas que se submetem ao decreto de contingenciamento.

No ano de 2015, **a abertura de créditos suplementares pelo Executivo restou autorizada pela LOA** (Lei nº 13.115, de 20 de abril) em seu art. 4º, *in verbis:*

> *"Art. 4º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, excluídas as alterações decorrentes de créditos adicionais, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2015 e sejam observados o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF e os limites e as condições estabelecidos neste artigo, vedado o cancelamento de valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais, para o atendimento de despesas:*

O ponto central da discussão e onde reside um dos equívocos do Relatório é a interpretação que se dá à condição imposta pelo legislador para a abertura de créditos suplementares, qual seja, a sua compatibilidade com a obtenção da meta de resultado primário.

Ao utilizar a expressão "sejam compatíveis com a obtenção da meta" o legislador impôs uma condição resolutória para a sua autorização. Assim sendo, vincula um evento futuro como requisito de validade, qual seja, a verificação ao final do exercício da obtenção da meta de resultado primário prevista na lei de diretrizes orçamentárias.

Desta feita, o Decreto é compatível com a meta desde que o Executivo utilize, ao longo de todo o restante do exercício financeiro, os instrumentos necessários para a perseguição e atingimento da meta, neles incluída a própria possibilidade de alteração legislativa da lei de diretrizes orçamentárias, estabelecendo uma nova meta de resultado primário.

Isto foi exatamente o que aconteceu no exercício de 2015: foi encaminhado ao crivo do Congresso Nacional o PLN nº 5/2015, que redundou na edição da Lei nº 13.199/2015, com meta de resultado cumprida integralmente pelo Executivo.

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 9946
Comissões Especiais

Entender de forma contrária seria o mesmo que esvaziar de sentido normativo a possibilidade de **alteração da própria meta anual pelo Legislativo**, o que não só não é raro como aconteceu por diversas vezes no passado.

A interpretação mais correta do art.4º da LOA 2015 é justamente a de que a verificação da compatibilidade do **decreto com a meta de resultado primário só pode ocorrer ao final do exercício**.

Isto decorre do **texto literal do §1º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal ao prever que "serão estabelecidas metas anuais"** na lei de diretrizes orçamentárias. Não é possível, pois, entender pela existência de metas bimestrais ou quadrimestrais sem violar flagrantemente o texto da lei, como quer fazer o relatório.

Na verdade, há clara confusão pelo Relator entre os relatórios de avaliação fiscal - com papel precípuo de analisar o quadro fiscal e projetar o resultado - com a meta de resultado. Os relatórios até fazem alguma projeção de meta de resultado a ser perseguida, mas com esta não se confundem.

**Ao criar artificialmente uma meta bimestral e quadrimestral inexistente na legislação, alterando a realidade dos fatos, o Relatório incorre em grave erro que traduz na conclusão igualmente equivocada de que os decretos deveriam estar em linha com uma pseudo meta parcial**. Repita-se, não existe em toda a legislação qualquer referência a meta outra que não a meta anual de resultado primário prevista pelo citado §1º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Isto porque, o legislador, em conformidade com o **princípio da anualidade orçamentária**, que diz que as metas também são anuais, ou seja, verificáveis ao final do exercício financeiro, estipulou que podem ser abertos créditos suplementares que sejam compatíveis com a obtenção da meta anual. O que, por decorrência lógica, implica na verificação desta condição de validade apenas ao final do exercício financeiro, ou seja, em 31 de dezembro de 2015.

Outra questão interessante para entender os desdobramentos jurídicos da atécnica acusação, é a separação que existe entre despesas obrigatórias (decorrente de obrigação legal ou constitucional) e despesas discricionárias.

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 9847
Comissões Especiais

A abertura de créditos suplementares para **despesas discricionárias** sequer expôs a risco o cumprimento da meta, porque **tais despesas estão condicionadas à disponibilidade de recursos para se concretizar**, o que esteve atrelado aos decretos de contingenciamento, conforme já visto. Já a abertura de créditos suplementares para **despesas obrigatórias** constituiram **estrito cumprimento de dever legal pela Presidenta**, sendo absolutamente inexigível conduta diversa de sua parte e, portanto, não tendo que se falar em qualquer crime.

Além disso, esses decretos são instrumentos demandados por gestores orçamentários de outros poderes. Não há, pois, que se falar em ação dolosa da Presidenta da República por prática de atos jurídicos, a partir de solicitações, pareceres, e manifestações jurídicas, expressas em atos administrativos expedidos, por servidores de órgãos técnicos, e que se encontram inteiramente ao abrigo da ***presunção de legitimidade que envolve todos os atos administrativos em geral***. Em resumo, como punir a Presidenta da República por uma solicitação de maior flexibiidade no orçamento, que não causou o gasto de nenhum centavo a mais e que foi pedida por um setor técnico, inclusive, de outro Poder, como a Justiça do Trabalho. **Se for assim, imputaremos os Presidentes de Tribunais também como participes do crime?**

Ainda que se entenda o contrário de todos os pontos acima, **a aprovação da alteração da meta fiscal por lei** (Lei 13.199, de 2015)_aprovada pelo Congresso Nacional **afasta a tipicidade da conduta**. Ou seja, estamos discutindo que decretos que em nada tem a ver com **aumento de gastos** teriam supostamente descumprido uma meta que **foi cumprida.**

Frise-se nesse tema o **princípio da anualidade orçamentária**: o cumprimento da meta só pode ser observada ou não ao final do ano. Curiosamente, a denúncia foi feita 75 dias antes do fim de 2015, configurando-se em verdadeiro exercício de futurologia por parte dos denunciantes e, para desespero do Presidente da Camara, que apressou a aceitação do pedido de impeachment no dia em que o Senado acatou a alteração da meta fiscal enviada meses antes pelo Executivo.

*CD164952044557*

**Por fim, é importantíssimo entender que a compreensão sobre a possibilidade de a Administração atuar considerando a proposta de meta enviada ao Congresso sempre contou com o respaldo de precedentes do TCU. Não se pode admitir a aplicação retroativa em matéria de crime de responsabilidade**. Em suma, é como se você sempre dirigisse a 60 km/h em uma via cuja velocidade permitida fosse 60 km/h e viesse uma regra que abaixasse a

Câmara dos Deputados
Fl. 9348
Comissões Especiais

velocidade permitida para 40km/h, sendo que você passou a cumprir a nova regra, mas quisesssem te multar por ter andado a 60km/h quando o limite era outro.

O relatório apresentado em 6 de abril pareceu se ocupar da função de aprimorar a denúncia, explicando-a de forma melhor do que ela mesma o fez, consistindo mais em uma peça de acusação do que em um relatório propriamente dito. Ademais, trouxe diversas impropriedades e incorreções técnicas. Serão contraditados aqui vários desses pontos.

Na página 67 consta que o TCU teria considerado ilegal a abertura de créditos por decreto, estando a meta fiscal comprometida no parecer prévio das Contas de 2014. **Todavia, não constava do parecer nem das recomendações finais qualquer menção à edição de decretos de crédito suplementar.**

Resumidamente, não se fazem presentes elementos fundamentais para a configuração de crime de responsabilidade, sendo absolutamente incabível o processo de impeachment.

## 4. A REALIZAÇÃO DE SUBVENÇÕES COM O BANCO DO BRASIL COM RELAÇÃO AO PLANO SAFRA

Nesse tópico da denúncia, trato do que incorretamente se chamou por "pedaladas fiscais". As acusações nesse ponto são tão lacônicas e desconexas, que há de se confessar até mesmo a dificuldade de entender corretamente quais os fatos estão sendo imputados à Presidenta da República.

Desde já, é necessário ressaltar que a denúncia parte de um equívoco conceitual, mal caracterizando os contratos de prestação de serviços entre a União e o Banco do Brasil como operações de crédito.

Além da péssima descrição dos fatos, a má-fé da confusão entre os institutos conduz à inafastável constatação da manipulação deste processo, para tentar caracterizar como crimes fatos que não constitutem nenhum tipo de infração.

O primeiro ponto que causa espanto é que não há nenhuma manifestação com relação a essas subvenções por parte do Tribunal de Contas da União.

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 9849
Comissões Especiais

Além disso, as subvenções econômicas nas operações rurais foram autorizadas pela Lei nº 8.427, de 1992, e desde essa data, frise-se, desde 1992, sua operacionalização segue regras semelhantes às atuais. Seus limites, condições e critérios são estabelecidos por Portarias dos Ministérios envolvidos, em especial do Ministério da Fazenda.

Percebe-se aqui a questão mais surreal desta denúncia: nada, **nenhum ato sequer foi praticado pela Presidenta da República.** Nem na regulamentação do programa, nem em sua execução. Parece desafiar as mais simples noções de punição que alguém possa ser penalizado por algo que não tenha praticado. E é isso que ocorrerá caso haja qualquer tipo de punição por esses fatos.

Além disso, a caracterização das subvenções como operações de crédito não sobrevive a uma análise um pouco mais detida. O financiamento ocorre entre o cidadão ou empresa com uma instituição financeira, ficando o Estado fora dessa relação contratual. Ademais, a periodicidade dos pagamentos é definida em portaria, levando em consideração as dificuldades de operacionalização do programa.

Isso conduz a outro erro da denúncia, ao interpretar o balanço do Banco do Brasil confundindo questões contábeis com valores que deveriam ser realmente pagos pelo Banco.

O Artigo 29 da LRF define o que são operações de crédito e as subvenções não se encaixam em sua definição.

Além disso, indica-se dispositivo da LRF como sendo ofendido, quando, na verdade, a lei orçamentária é o verdadeiro bem jurídico defendido pela Lei de Crime de Responsabilidade, sendo também por isso atípica a conduta imputada à Presidenta.

*CD164952045457*

Frise-se ainda que esta confusão conceitual foi provocada por manifestação equivocada do TCU, que levou em consideração o volume e a frequencia dos pagamentos para dizer que as subvenções são operações de crédito, quando esses são fatores que não se prestam à finalidade de descaracterizar esse instituto. Ademais, são fatos que não se verificaram durante o ano de 2015. Por fim, essa mudança de entendimento ocorreu no final de 2015, ou seja, após a realização dos atos ora imputados à Presidenta, não sendo possível sequer conceber que sej m punidos fatos considerados lícitos e regulares, quando praticados, por mudança

Câmara dos Deputados
Fl. 9850
Comissões Especiais

posterior de entendimento de um órgão que os considerou irregulares. Aplica-se aqui, o princípio da irretroatividade da lei penal incriminadora.

Analisada a denúncia, passa-se a confrontar o relatório. Nele, o Deputado Jovair Arantes insiste na tese de que houve atrasos persistentes nos compromissos financeiros do Tesouro junto ao Banco do Brasil que "*não se coadunam com o planejamento, a prevenção de riscos e a transparência, princípios basilares da gestão fiscal responsável e que devem ser observados pelos gestores públicos, nos termos do art. 1º da LRF e do art. 37 da Constituição Federal*".

Traz dados sobre gastos de bancos estaduais e tece comentários de caráter geral, fazendo de maneira descontextualizada uma média de gastos de cada banco com relação aos governos estaduais, que em nada impactam o entendimento dos fatos narrados ou garantem a caracterização dos atos imputados à Presidenta como ilícitos.

Tece ainda longos comentários sobre o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal e a importância do equilíbrio fiscal e a responsabilidade fiscal.

Feitas essas digressões, delimita inicialmente a questão "*em verificar se as transações financeiras com o banco do Brasil enquadram-se no conceito legal de operação de crédito típica ou assemelhada estabelecido pelo art. 29, III, da LRF*". Assim, o ponto central consistiria em saber se haveria tipificação de crime de responsabilidade e se há indícios de autoria.

*CD164952044557*

Especificamente sobre as subvenções, afirma que "*quando se trata de programas de governo, não há intermediação financeira, mas simples prestação de serviços. Se os recursos captados dos clientes bancários forem usados para a quitação de despesas com políticas públicas, as duas atividades, de intermediação financeira e de prestação de serviços para a União seriam conjugadas. O resultado dessa reunião seria o uso de recursos de origem privada – depósitos*

Câmara dos Deputados
Fl. 9851
Comissões Especiais

*bancários, por exemplo – em programas que deveriam depender, exclusivamente, do orçamento público*" (p.97). Esta afirmação foi longamente debatida pela defesa, demonstrando-se que não se trata de dinheiro"adiantado" pelos bancos, uma vez que não há qualquer relação, no caso das subvenções, entre o Estado e o beneficiário.

Afasta ainda o relator a necessidade de manifestação prévia do TCU e tenta rebater, sem sucesso, os argumentos relativos à impossibilidade de retroatividade da mudança de entendimento do TCU. Reproduz para tanto trechos do Acórdão TCU nº 2.461/2015, relativo à análise das contas de 2014, especificamente quanto ao argumento de que a ausência de manifestação do TCU sobre determinada irregularidade não seria uma "*salvaguarda*" à continuidade da prática desses atos.

Ora, falaciosa essa afirmação em virtude das circunstâncias do caso concreto. Aqui, não se trata de continuação do cometimento de irregularidades, mas da continuidade da execução de atos que o TCU sempre considerou legais e regulares. Não foi a atuação do Estado que se tornou diferente, mas o entendimento do TCU. Inconcebível que alguém possa ser punido por um crime, quando, à época dos fatos, praticou ações que eram consideradas lícitas pelo próprio tribunal que agora o quer penalizar.

Assim, não afasta o relatório essa alegação da defesa.

Continua o relatório afirmando terem havido atrasos nos pagamentos das subvenções do Plano Safra, sem no entanto, mostrar qualquer evidência de que tais atrasos teriam ocorrido e o motivo pelos quais os dados levantados pela defesa estariam errados.

*CD164952044557*

Quanto à caracterização das subvenções como operações de crédito, limita-se a repisar os argumentos expendidos pelo TCU, justificando que os atrasos constantes e o volume dos valores alteraria a natureza do instituto. Essas características não são capazes de alterar a natureza de um contrato de prestação

Câmara dos Deputados
Fl. 9852
Comissões Especiais

de serviço em operação de crédito. Ainda que o TCU considerasse que a prática no pagamento de subvenções devesse ser modificada, jamais poderia descaracterizar a natureza do contrato. Ainda mais se essa descaracterização tem por hipótese a tipificação de crime de responsabilidade.

De toda sorte, não se pode imaginar que se tenha no caso uma operação de crédito. Com efeito, os recursos deixam a instituição financeira e são entregues ao produtor rural. O fluxo de recursos, portanto, se dá entre o tomador do financiamento (produtor rural) e instituição financeira.

A responsabilidade da União é pela chamada equalização de juros, ou seja, a diferença entre o preço de mercado e o valor da operação realizada. Daí que, necessariamente, o aporte de recursos pela União acontece após a apuração da regularidade da operação pela União, que verifica se os valores foram empregados na finalidade específica prevista em Lei.

Portanto, trata-se de um mecanismo no qual há uma relação triangular na qual fica a União responsável pelo pagamento da subvenção. Não há recursos que são disponibilizados pela instituição financeira controlada pela União, não para o controlador, mas para o produtor rural.

Trata-se, dessa forma, de uma conceituação de operação de crédito que não tem respaldo doutrinário algum, bem como não é concebida sequer pelo órgão regulador do sistema fnanceiro nacional.

*CD164952044557*

No tocante à demonstração da autoria da Presidenta da República, o relatório reproduz os absurdos argumentos da denúncia, imputando a ela "*conhecimento*" dos indícios de irregularidade porque a imprensa teria noticiado os atrasos de pagamento (pp.101-102). Tentar imputar a alguém a autoria de crime com base nessa afirmação subverte não só qualquer conceito mínimo do Direito, não só penal, como o sendo comum! Qual o ato praticado pela Presidenta da

Câmara dos Deputados
Fl. 9853
Comissões Especiais

República? Saber de atrasos de pagamento de subvenções, que sempre aconteceram?

Incorre, desta forma, nos mesmos erros da denúncia, não afastando a irrefutável realidade de que não há elementos para identificar uma ação, um ato positivo que seja para fundamentar a acusação. As subvenções tratadas não contemplam nenhum ato assinado pela Presidenta da República, sendo toda a sua regulamentação, gestão e operacionalização realizada por meio dos Ministérios relacionados ao Plano Safra.

Além disso, fundamentar provável omissão em um dever genérico de gestão revela-se abstrato ao ponto de conduzir ao absurdo de que a Presidenta devesse responder, por exemplo, pelo dano a um bem ocorrido nas dependências de um órgão público federal em uma cidade do interior de São Paulo.

O exercício da Presidência da República será impossível sem a delegação de funções e tarefas, não sendo viável atribuir ao chefe de Governo e de Estado a responsabilidade por todo e qualquer ato praticado por seus delegados ou subordinados, notadamente para fins de criminalização da conduta. Ainda mais aqueles atos legalmente praticados.

Reconhece o relatório a necessidade de realização de diligências para que se possa ou não enquadrar as subvenções como transações financeiras:

> "Nesse contexto, seria pertinente o aprofundamento da análise dos fatos narrados na exordial, inclusive mediante a realização de diligências, com vistas a melhor compreender as transações financeiras relatadas com o objetivo de enquadrá-las , ou não , no conceito jurídico (e não apenas econômico) de operação de crédito, dado pela LRF. Mas, como se sabe, não é possível a realização de tais diligências ou produção de provas nesta fase processual." (p. 114 do relatório)

Seria a primeira a vez na História que seria realizada uma diligência para apurar a natureza jurídica de uma determinada subvenção. Se há necessidade de que esclarecimentos acerca da própria caracterização de elementar do tipo sejam realizados, a conclusão é a de que não se tem configurada figura típica e, portanto, falta elemento indispensável para a continuidade da acusação, por absoluta ausência de justa causa.

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 9854
Comissões Especiais

Conclui no entanto, à míngua da prova que considerou necessária, estarem presentes requisitos mínimos para a admissibilidade da denúncia, ou seja, autoria e materialidade, enquadrando os fatos no art. 11, 3, da Lei nº 1079, de 1950:

> Art. 11. São crimes contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos:
>
> 3 - Contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal;

Frise-se desta forma que, com relação às alegações das subvenções do plano Safra, a denúncia, a ser seguido o parecer do relator, deverá ser recebida somente com relação a esse tipo, ficando afastada a aplicação das condutas previstas no art.10 da Lei de crime de responsabilidade inicialmente imputadas na denúncia, tendo em vista que nem mesmo o relator teve sucesso em verificar a existência dos elementos daqueles tipos.

Por fim, cabe afirmar que esta imputação feita pelo relator não se sustenta, pois deve ser feita análise de demonstração de materialidade e de indícios de autoria, sendo a conclusão forçosa de que não existem os elementos mínimos aptos à admissibilidade da acusação porque:

a) não há indícios de autoria porque não há nem mesmo ato imputado à Presidenta da República. A delimitação da conduta é o mais basilar elemento a possibilitar o exercício da ampla defesa;

b) não há demonstração de materialidade, porque até mesmo o relator considerou a necessidade de aprofundamento das diligências para que se pudesse até mesmo ser caracterizado elemento essencial do tipo.

Desta forma, discordo do parecer do relator e, pelos motivos expendidos, **voto pela rejeição da denúncia.**

## 5. DO JUÍZO POLÍTICO

O relatório assevera que, por ter o processo de impeachment caráter político-jurídico, cabe juízo político, a ser feito pelo Parlamento, que tem sensibilidade para captar o momento vivido pela sociedade e a gravidade das condutas imputadas à Presidenta.

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 9855
Comissões Especiais

Sobre isso, ressalto que impeachment é procedimento inquestionavelmente previsto na Constituição Federal, sendo que, para seu processamento, é imprescindível a caracterização de crime de responsabilidade e, para seu andamento e julgamento, o cumprimento do devido processo legal. Ambos requisitos não verificados no presente processo. A evidente ausência desses pressupostos é que caracterizam o procedimento atual como verdadeiro golpe institucional e afronta direta à Constituição.

A diferença em relação ao procedimento de 92 é justamente a inexistência de qualquer indício de crime de responsabilidade. À época, uma CPI havia produzido provas e demonstrado reais indícios de cometimento de crimes para conferir legitimidade ao início do processo de impeachment

Ademais, há que se evidenciar o desvirtuamento dos fatos que embasam o juízo político apresentado na peça. A crise econômica, desde 2009, não se restringe ao Brasil, mas afeta o mundo inteiro. O Governo implementou políticas anticíclicas justamente para manter e ampliar as conquistas sociais da população brasileira dos últimos 12 anos, como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Pronatec, etc. Para tanto, não adotou nenhum procedimento orçamentário, financeiro ou contábil, que não vinha sendo utilizado por todos os governos (FHC, Lula) e aprovado (TCU, Congresso) desde a aprovação da LRF, há 15 anos.

Apesar de discordar dos fundamentos da mudança de jurisprudência do TCU em outubro de 2015, desde o primeiro momento, o Governo alterou por inteiro os procedimentos para cumprir as novas orientações

O relatório faz especulação e acusações, sem descrição mínima ou qualquer respaldo fático, sobre suposta manutenção de procedimentos que entende se caracterizarem como pedaladas fiscais (p. 114, último parágrafo). E traz novamente elementos estranhos ao processo, com acusações não constantes da denúncia, dificultando a defesa da PR e influenciando inistentemente a convicção dos parlamentares.

Como pode o relatório afirmar que a edição dos decretos de crédito suplementar são atos "*com viés autoritário e afrontoso às instituições*" e ignorar 15 anos de anuência por parte dos governantes anteriores, de todos os ministros do TCU, dos mandatários no Congresso Nacional, os dirigentes do Judiciário,

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 9356
Comissões Especiais

Ministério Público e Legislativo que solicitaram os créditos, da cadeia complexa de técnicos concursados e preparados que analisavam todos esses procedimentos?

Atendado à constituição é ignorar seus preceitos mais basilares e relevantes de garantia de igualdade e justiça, de um país com distribuição de renda, de acesso às riquezas, aos serviços públicos de qualidade, de oportunidade. Foi a isso que o Governo se dedicou ao longo dos últimos 12 anos, mesmo enfrentando uma crise internacional sem precedentes, que afetou, inclusive e de forma profunda, fonte importante de divisas ao país (petróleo e minério).

Por fim, destaco que, em meio a tantos procedimentos investigatórios sobre desvio de condutas e apropriação de recursos públicos no Brasil, não há uma linha sequer que aponte para qualquer conduta inapropriada da PR.

## 6. CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA

Por fim, um dos pontos centrais que é preciso dizer sem meias palavras é: o que os denunciantes e a oposição que não teve votos para ganhar as eleições em 2015 estão tentando fazer é a criminalização da política fiscal.

Conforme se observou, a completa insubsistência da denúncia deixa demonstrado que a sua intenção é buscar formas de criminalizar um modelo econômico em que os acusadores não acreditam. Não se venha dizer, com isso, que é um atestado de descumprimento das leis de orçamentárias e de responsabilidade fiscal, mas de efetivamente entendermos a sua lógica.

Nesse sentido, eles estão impondo ao governo que abra mão de direitos sociais, em razão de visões ideológicas que colocam o equilíbrio fiscal estrito, acima do bem estar da população. Os argumentos dos denunciantes distorcem a realidade. Os denunciantes invertem a causalidade dos fatos, desconsideram que os resultados fiscais menos robustos, após a introdução de políticas anticíclicas, **são consequência da real desaceleração econômica e não a causa.** A experiência internacional mostrou que a redução do gasto público num momento de crise levaria ao aprofundamento da crise econômica e não o contrário.

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 9857
Comissões Especiais

Assim, é importante compreender o relevante papel que cumpre a LRF e as leis orçamentárias em nosso ordenamento. **A LRF deve ser entendida como guardiã do compromisso com a estabilidade fiscal, sem retirar do Executivo as condições de atuar na defesa da renda e do emprego.** E, neste sentido, a política fiscal brasileira dos últimos anos, quando avaliada sob todos os seus matizes, tem se mostrado sustentável e em linha com as melhores práticas internacionais.

Apenas no Brasil, entretanto, as dificuldades em conciliar regras fiscais rígidas com a necessidade de ação rápida por parte do governo levou à criminalização da política fiscal, e consequentemente a criminalização de uma posição que se consolidou em todo o mundo no contexto pós-crise de 2008.

É muito perigoso que prescrições de políticas com forte apoio na experiência internacional como resposta a mudanças na realidade econômica mundial, respaldadas por reconhecida instituição multilateral como o FMI, passem a ser criminalizadas. A criminalização da política fiscal ora em curso no Brasil não encontra paralelo na experiência internacional e se constitui em um perigoso retrocesso, seja no campo do livre debate e da evolução das ideias econômicas, seja no campo da aplicação destas às políticas públicas, por governos democraticamente eleitos, com o objetivo de buscar o bem-estar geral da população com a manutenção da renda e do emprego em momentos de adversidade econômica.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, independentemente de avaliação sobre o mérito das alegações da denúncia neste momento, é inafastável a conclusão de que são nulos todos os atos que se seguiram à instalação da Comissão Especial, em decorrência de sucessivas violações ao direito de defesa da denunciada. O caráter jurídico-político do processo de impeachment não implica que ele possa seguir ao alvedrio da Constituição, da lei e, portanto, do devido processo legal, mas, muito ao contrário, impõe que seja analisado com rigor sob ambas as perspectiva - política e jurídica.

*CD164952044557*

Em decorrência da permanência nos autos de documento que extravasa o objeto da denúncia, da realização de audiências que igualmente excedem os limites da acusação e da ausência de intimação da Presidenta para acompanhar tais discussões, o processo atualmente padece de vícios insanáveis do ponto de vista jurídico, devendo:

Câmara dos Deputados
Fl. 9858
Comissões Especiais

1. Ser desentranhada a delação do Sen. Delcídio do Amaral;
2. Ser desconsiderados todos os documentos e parte das oitivas que não guardem relação com o objeto deste processo;
3. Ser anulados os atos praticados nesta comissão; e
4. Ser reaberto o prazo para manifestação da Presidenta.

**OU, caso vencidas as preliminares:**

Tendo em vista a flagrante nulidade do recebimento da denúncia, bem como a inépcia da acusação inicial, tendo em vista a atipicidade das condutas narradas, **voto pela rejeição da denúncia e imediato arquivamento do processo.**

Sala das Comissões, 11 de abril de 2016.

**Deputado Paulo Teixeira**
PT-SP

**Deputado Orlando Silva**
PCdoB – SP

**Deputado Afonso Florence**
PT-BA

**Deputada Jandira Feghali**
PCdoB-RJ

**Deputado Silvio Costa**
PTdoB-PE

*CD164952044557*

Câmara dos Deputados
Fl. 9859
Comissões Especiais

## Pedido de reconsideração

Senhor Presidente:

Formulo o presente pedido de reconsideração, por entender que esta Comissão não possui tempo hábil para esperar a resposta a um recurso que, por força regimental, será decidido por outra autoridade.

Além disso, o tempo para esta Comissão deliberar é curto (até o fim do dia) e a questão é de máxima importância.

Assim, para ser bem breve, peço que ouça com atenção duas breves considerações que passo a :

**Ponto 1.** Uma das principais motivações dos autores da ADPF 378 perante o Supremo Tribunal Federal foi o de prestigiar as indicações dos Líderes partidários para a composição desta Comissão Especial. Assim, em respeito máximo ao princípio da representação partidária, e ao que fora definido pela Lei 1.079/1950, o STF decidiu ser impossível tanto a formação de candidaturas avulsas, quanto a indicação de membros pelo Presidente desta Casa, caso qualquer Líder não o faça em tempo razoável ou se recuse a fazê-lo.

Ora, se para ter assento na Comissão – e assim, poder votar pelo seu partido – é preciso que o Deputado seja indicado por seu Líder, não faz o menor sentido computar como o voto de um determinado partido o voto manifestado por parlamentar de outra agremiação. A lógica da representação partidária, que o STF disse ser de observância obrigatória e manifestada pela escolha dos Líderes, ficaria absolutamente esvaziada.

Ponto 2. A regra segundo a qual se deve considerar o Bloco, não o partido, para a definição da suplência não decorre de previsão expressa do Regimento Interno. Quando o artigo 44 fala de suplente, traz apenas a expressão "suplente preferencial", sem estabelecer critério algum para se estabelecer as regras de preferencia. É a prática rotineira da Casa que combinou esse artigo 44 com o artigo 12 (que trata de Blocos) para definir que o referido suplente preferencial deveria ser o primeiro suplente do Bloco a registrar presença em determinada comissão.

Assim, conjugando a Lei 10.79/1950 com a decisão do STF, a melhor interpretação de "suplente preferencial" para os efeitos desta Comissão é aquele que exige que esse suplente pertença ao mesmo partido que o titular ausente

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
Em 11/04/16, às 14h20
Assinatura
74/6
Ponto

Câmara dos Deputados
Fl. 9860
Comissões Especiais

Cabe destacar, ainda, o disposto no § 3º do artigo 44, segundo o qual, "Em caso de matéria urgente ou relevante, caberá ao Líder, mediante solicitação do Presidente da Comissão, indicar membro DA SUA BANCADA para substituir, em reunião, o membro ausente.".

Ora: a matéria tem caráter **urgente** porque só temos hoje para deliberar sobre ela; é **relevante**, porque o país espera com apreensão uma resposta de nós; e o **substituto** já foi indicado pelo Líder quando ele submeteu à eleição do Plenário uma relação de suplentes.

Com base nessas ponderações, Senhor Presidente, solicito que reconsidere sua decisão, de modo a não permitir que essa questão possa ser judicializada sem necessidade. Antes, contudo, peço que reflita novamente sobre essa questão considerando a seguinte situação hipotética:

- Imagine, por exemplo, que todos os 4 membros titulares de um determinado partido *PA* se ausentem na reunião de hoje. Imagine, depois, que todos os suplentes eleitos deste partido tenham registrado presença depois de 4 outros suplentes de um partido *PB*, integrante do mesmo bloco que o *PA*. Assim, conforme a decisão lida ainda há pouco, os 4 suplentes do *PA* presentes na reunião, e eleitos como tal por força da Lei 1.079/1950, não poderão votar pelo seu partido, porque os suplentes do *PB* registraram presença antes deles.

Senhor Presidente, com esse exemplo fica claro que a decisão de Vossa Excelência conduz a uma situação não razoável e violadora do princípio da representação partidária, fundamental para os trabalhos desta Comissão, conforme sacramentado na Lei 1.079/1950 e referendado pelo STF.

Assim, peço que Vossa Excelência reconsidere sua decisão, pontuando antes que não existe problema técnico, de sistema, capaz de suprimir comandos constitucionais, legais, regimentais ou decorrentes de decisão judicial.

Sala das reuniões,

JANDIRA FEGHALI
PCdoB

CÂMARA DOS DEPUTADOS
**Deputado Federal WELITON PRADO**
Líder na Câmara dos Deputados

Câmara dos Deputados
Fl. 9861
Comissões Especiais

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL – CEDENUN**

## DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1/2015
## VOTO EM SEPARADO DO SR. WELITON PRADO

Em frase atribuída a Ésquilo, dramaturgo grego nascido no ano 525 antes de Cristo, **"Na guerra, a primeira vítima é a verdade"**.

Pois é o que se tem no momento presente vivido no Brasil: população se divide e se combate, lançando mão dos artifícios mais condenáveis, porque uns entendem haver razão para os denunciantes que acusam a Presidente da República de cometer crime de responsabilidade e outros veem tentativa de golpear a democracia representativa com tal denúncia.

Onde está a verdade dos fatos? Quais são os interesses que movem os atores sociais envolvidos no processo de *impeachment*?

O que é melhor para o Brasil, incendiado pelas manifestações de lado a lado e paralisado pela disputa entre grupos políticos tradicionais?

O presente Voto busca apresentar a nossa contribuição para o desate do *imbróglio* inaugurado pelos grupos de oposição. Contudo, de longe, há defesas do interesse popular, seja do lado dos que defendem o governo ou daqueles que fazem oposição.

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
Em 11 / 04 / 2016 às 19 h 23
Assinatura 5390
Ponto

*CD164566966180*

*Gabinete Brasília:* Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gab. 862, Anexo IV, CEP 70160-900 - Brasília – DF
Site: www.welitonprado.com.br – E-mail: falecomwelitonprado@gmail.com – Fone: (61) 3215 5862 ou (31) 9 9956 6491

Câmara dos Deputados
Fl. 9862
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
**Deputado Federal WELITON PRADO**
Líder na Câmara dos Deputados

## A CONDUTA IMPUTADA À PRESIDENTE: "PEDALADAS FISCAIS"

A conduta imputada é que a Presidente teria aberto créditos suplementares ao Orçamento de 2014 e 2015, sem suporte e sem autorização do Congresso Nacional, o que corroborava a inexequibilidade das metas fiscais de *superávit* preconizadas nas Leis Orçamentárias dos respectivos exercícios. Ainda, que por vias tortuosas, contraiu operações ilegais de crédito, praticando o que vulgarmente se denominou "pedaladas fiscais".

As "pedaladas fiscais", explicam os denunciantes, seriam:

"a) a realização de operações ilegais de crédito por meio da utilização de recursos da Caixa Econômica Federal para a realização de pagamentos de dispêndios de responsabilidade da União no âmbito do Programa Bolsa Família; do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. Os saldos desses passivos eram, ao final de agosto de 2014, de: R$ 717,3 milhões para o Bolsa Família; R$ 936,2 milhões para o Abono Salarial; e de R$ 87 milhões para o Seguro-Desemprego;

b) adiantamentos concedidos pelo FGTS ao Ministério das Cidades no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. O saldo desse passivo era de R$ 7.666,3 milhões, ao final do mês de setembro de 2014 (TC 021.643/2014-8 - item 164);

c) a realização de operações ilegais de crédito pelos não repasses ao Banco do Brasil relativos à equalização de juros e taxas de safra agrícola. A dívida sob esta rubrica era de R$ 12,7 bilhões, em 31 de março de 2015, segundo consta das demonstrações contábeis do Banco do Brasil do 1º Trimestre de 2015; e

d) a realização de operações ilegais de crédito por meio da utilização de recursos do BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Em junho de 2014, o saldo dessa dívida seria de R$ 19,6 bilhões. " (Conforme voto do Relator Jovair Arantes)

Por isso teria infringido, sim, a Constituição do Brasil, art. 85, VI e art. 167, V; bem como a Lei 1.079, art. 10, itens 4 e 6 e art. 11, item 2; por fim, a Lei de

*CD164566966180*

*Gabinete Brasília:* Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gab. 862, Anexo IV, CEP 70160-900 - Brasília – DF
Site: www.welitonprado.com.br – E-mail: falecomwelitonprado@gmail.com – Fone: (61) 3215 5862 ou (31) 9 9956 6491

Câmara dos Deputados
Fl. 9863
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
**Deputado Federal WELITON PRADO**
Líder na Câmara dos Deputados

Responsabilidade Fiscal, art. 8º, parágrafo único e art. 9º.

Os denunciantes explicam, ainda, que a denunciada sabia das ilegalidades desde apresentação dos Relatórios de Avaliação do 5º Bimestre e do 2º Quadrimestre de 2014, frustrando o dever de contingenciamento vez que a situação impunha sua atuação imediata, já que era patente o descumprimento das metas de resultado primário, inclusive por arrecadação a menor em relação às receitas estimadas.

Da mesma forma teria se comportado em 2015, chegando mesmo a enviar o Projeto de Lei nº 36/2014, confissão do quadro caótico das finanças públicas federais, que acabou se convertendo na Lei nº 13.053/2015, reduzindo o *superávit* em R$ 67 bilhões.

Ainda assim, não reduziu a movimentação financeira, não apresentou medidas de redução de despesas da máquina pública, não se propôs a discutir os juros e amortizações da dívida pública e nem limitou o empenho de despesas como se deveria. A crise econômica se agravou. E, de forma mais grave, essa situação só foi assumida após as eleições. Isso é fato e é real. A crise e as irresponsabilidades de gestões passaram a ser assumidas somente após as eleições de 2014.

## A DEFESA APRESENTADA

A defesa assevera, firmada pelo Ministro Advogado Geral da União, que ao receber a denúncia, o Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, limitou o objeto da questão ao exercício de 2015, ano em que a crise econômica, política e social no Brasil se agravou e foi assumida.

É fato verdadeiro também que o ato do Presidente da Câmara dos Deputados que recebeu a denúncia foi motivado por vingança pessoal e não com finalidade de interesse público.

No mérito, a defesa ressaltou:

1. a gestão orçamentária é distinta da gestão financeira, a primeira envolvendo planejamento, a segunda execução do orçamento;

*CD164566966180*

*Gabinete Brasília:* Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gab. 862, Anexo IV, CEP 70160-900 - Brasília – DF
Site: www.welitonprado.com.br – E-mail: falecomwelitonprado@gmail.com – Fone: (61) 3215 5862 ou (31) 9 9956 6491

Câmara dos Deputados
Fl. 9864
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
**Deputado Federal WELITON PRADO**
Líder na Câmara dos Deputados

2. o orçamento é "peça prospectiva de caráter operacional", servindo os decretos suplementares como "freio de rearranjo ou de rearrumação"

3. há expressa autorização legal para manejo dos decretos de suplementação, nos termos do art. 4º da LOA de 2015;

4. que houve o contingenciamento em 2015 com ordens expressas da denunciada para contenção de gastos, como se tornou público;

5. a LRF exige programação financeira e cronograma mensal de desembolso, os quais, realizados em 2015, redundaram no contingenciamento mencionado, objetivando o cumprimento da meta;

6. as providências adotadas pela denunciada era "prática recorrente (...) tanto por outros entes da federação, quanto pelos próprios Governo Federal em anos anteriores, contando inclusive com o aval do Tribunal de Contas da União";

7. é frequente, diante de novas realidades, a alteração da meta fiscal, como sucedeu em momentos precedentes, exemplificando 2001;

8. a meta é definida para cada ano, não sendo possível aferi-la sem o encerramento do exercício, tendo havido aprovação da gestão em 2015, pelo Congresso, quando da aprovação do PLN 5/2015, não se admitindo o argumento dos denunciantes de que pouco importa o rearranjo da meta com alteração legislativa posterior à edição dos decretos, mas dentro do exercício, porque viola o princípio da anualidade do orçamento;

9. prosseguiu afirmando que "nem mesmo o descumprimento da meta fiscal seria razão suficiente para a configuração de crime de responsabilidade", porque,

*CD164566966180*

*Gabinete Brasília:* Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gab. 862, Anexo IV, CEP 70160-900 - Brasília – DF
Site: www.welitonprado.com.br – E-mail: falecomwelitonprado@gmail.com – Fone: (61) 3215 5862 ou (31) 9 9956 6491

CÂMARA DOS DEPUTADOS
**Deputado Federal WELITON PRADO**
Líder na Câmara dos Deputados

Câmara dos Deputados
Fl. 9865
Comissões Especiais

sendo a meta de natureza programática, sua observância dá-se "conforme as circunstâncias do caso", tecendo inúmeras outras considerações, a cardeal sendo aquela que aponta a Lei 13.199/2015, como o corretivo dado pelo próprio Congresso Nacional diante da nova realidade.

## O INTERESSE DO POVO

Quanto às preliminares, de fato, é patente a descoordenação impressa à Casa, sob a batuta do Deputado Eduardo Cunha, a ele mesmo imputadas condutas criminosas, desmoralizando a atual escorreita e ética da Casa Parlamentar do Povo.

Não sem razão se tem intensa manifestação púbica, cerca de 77% dos consultados na Pesquisa do Instituto Datafolha divulgada pelo jornal "Folha de São Paulo" neste domingo, 10 de abril, defendendo que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha seja cassado por esta Casa.

Noutro ângulo, sabe-se que no processo político de cassação de mandatos os Parlamentares se transformam, momentaneamente, em juízes, devendo, como eles, cumprir todas as limitações e garantias que lhes são deferidas para o mister judicacional imparcial.

Por isso, não podem atuar se impedidos ou suspeitos (inimigo de uma das partes, como se tem, claramente, o Presidente Eduardo Cunha em relação à Presidente Dilma Rousseff e seu partido), em desvio de finalidade (objetivando outros fins que não a aplicação das leis e da Constituição), movidos por ânimos alheios à democracia, coluna mestra do Estado de Direito etc.

Também há de se destacar que o principal assessor do relator desse processo na elaboração do relatório em que opinou pelo acolhimento da denúncia de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff já advogou para o presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Por outro lado, não podemos ignorar a situação de carestia pública, de caos gerencial e institucional, de ausência de boas práticas éticas, morais e gerenciais na

*CD164566966180*

*Gabinete Brasília:* Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gab. 862, Anexo IV, CEP 70160-900 - Brasília – DF
Site: www.welitonprado.com.br – E-mail: falecomwelitonprado@gmail.com – Fone: (61) 3215 5862 ou (31) 9 9956 6491

Câmara dos Deputados
Fl. 9866
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
**Deputado Federal WELITON PRADO**
Líder na Câmara dos Deputados

gestão pública federal, inclusive dos fatos denunciados.

Desde as primeiras eleições para deputado federal, registrei em cartório meus compromissos como parlamentar. E, assim, o segui e o sigo com coerência e não voto a favor de aumento de impostos para a população mais pobre e contra direitos dos trabalhadores, aposentados e servidores públicos.

Durante o ano de 2014, o governo não assumiu as "pedaladas fiscais" e sequer o agravamento da crise econômica em nosso país. Postergou ao máximo o conhecimento da séria situação fiscal.

Como resultado, na quase virada do ano de 2014, fomos surpreendidos com decisões polêmicas que contrariam os trabalhadores, as centrais sindicais e outros setores da sociedade.

Vimos com indignação e revolta aumentos ilegais na conta de energia elétrica que chegaram a cerca de 50%, com o único objetivo de se garantir arrecadação aos cofres públicos; aumentos de impostos que resultaram até mesmo no fechamento de diversas empresas e postos de trabalho; alterações prejudiciais aos direitos dos trabalhadores e aposentados. Ajustes fiscais que, na verdade, foram arrochos sociais que só penalizam os trabalhadores e pequenas empresas. E que continuam. Estamos lutando agora no Congresso contra a proposta que pode levar ao congelamento dos salários dos servidores públicos por tempo indeterminado. O Projeto de Lei 257/2016 está tramitando em regime de urgência e coloca na conta dos servidores públicos a fatura da má gestão do governo. O projeto alonga por mais 20 anos o pagamento das dívidas dos Estados junto à União. Mas, impõe restrições de despesas como, por exemplo, reajustes de servidores.

A crise econômica se aprofunda e com isso temos índices alarmantes de inflação, desemprego e falta de crédito.

Os mesmos questionamentos que fragilizam a presidente Dilma, devem ser feitos também ao vice-presidente Michel Temer. O governo "Dilma/Temer" é responsável pela crise econômica e pelo arrocho social que vive o país e, por isso, a melhor solução seria o afastamento de ambos e a convocação de novas eleições.

Ora, por que não enfrentaram o debate e apresentaram medidas para revisar os

*CD164566966180*

*Gabinete Brasília:* Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gab. 862, Anexo IV, CEP 70160-900 - Brasília – DF
Site: www.welitonprado.com.br – E-mail: falecomwelitonprado@gmail.com – Fone: (61) 3215 5862 ou (31) 9 9956 6491

CÂMARA DOS DEPUTADOS
**Deputado Federal WELITON PRADO**
Líder na Câmara dos Deputados

Câmara dos Deputados
Fl. 9867
Comissões Especiais

pagamentos dos juros e amortizações da dívida pública; para garantir investimentos nas Administrações Fazendárias; na cobrança dos grandes sonegadores de impostos; na instituição de impostos para as mineradoras - que já não pagam ICMS e o royalties é baixíssimo, de apenas 2% (apenas para exemplificar, na Índia, a alíquota do minério de ferro chega a 10% e, na Austrália, 7,5%); na cobrança do imposto sobre grandes fortunas - já previsto na Constituição Federal, art. 153, mas não aplicado; na tributação do lucro dos bancos - setor da economia que têm lucros estratosféricos, inclusive, em plena crise econômica, e que mais concentra riqueza e renda no país.

Conclui-se que, não há que se abrigar condutas vingativas e afastadas do interesse público para sustentar o *impeachment* da Presidente como fez presidente da Casa, mas não se pode ignorar os indícios de desrespeito à Constituição Federal e à legislação brasileira com a realização das "pedaladas fiscais" e a edição de decretos permitindo a abertura de créditos suplementares, incompatíveis com a meta de superávit primário definido no início do ano, violando a Lei Orçamentária que agravaram a crise econômica, bem como o clamor do povo pela reforma política e alteração na condução do governo.

Há de se considerar ainda a completa descredibilidade dos políticos brasileiros, exigindo que, havendo ou não impedimento da Presidente, é preciso que sejam realizadas novas eleições. Se tivéssemos a previsão desse instrumento, o povo decidiria pelas eleições gerais, como bem demonstram as últimas pesquisas divulgadas pelo Instituto Data Folha.

*"(...)*

***Saída de Dilma***

*O Datafolha perguntou aos entrevistados se eles achavam que os deputados deveriam votar a favor ou contra o afastamento da presidente Dilma Rousseff:*

*- A favor: 61%;*

*- Contra: 33%.*

*CD164566966180*

CÂMARA DOS DEPUTADOS
**Deputado Federal WELITON PRADO**
Líder na Câmara dos Deputados

Câmara dos Deputados
Fl. 9868
Comissões Especiais

*Com relação a uma possível renúncia da petista, os entrevistados responderam se Dilma deveria ou não renunciar. Veja os resultados da pesquisa Datafolha:*

*- Deveria renunciar: 60%*

*- Não deveria renunciar: 37*

*- Não souberam responder: 3%*

***Saída de Temer***

*O instituto também perguntou se os entrevistados eram a favor ou contra o impeachment do vice-presidente Michel Temer. Os resultados foram:*

*- A favor: 58%*

*- Contra: 28%*

*- Não sabem: 9%*

*- Indiferente: 5%*

*Sobre uma possível renúncia do vice-presidente da República, os entrevistados responderam:*

*- Deveria renunciar: 60%;*

*- Não deveria renunciar: 30%*

*- Não souberam responder: 10%*

***Novas eleições***

*Os pesquisadores questionaram se os entrevistados são a favor ou contra a realização de novas eleições caso Dilma e Temer saiam dos atuais cargos. O resultado foi:*

*- A favor: 79%*

*- Contra: 16%*

*- Indiferente: 2%*

*- Não sabe: 2%*

*CD164566966180*

*Gabinete Brasília:* Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gab. 862, Anexo IV, CEP 70160-900 - Brasília – DF
Site: www.welitonprado.com.br – E-mail: falecomwelitonprado@gmail.com – Fone: (61) 3215 5862 ou (31) 9 9956 6491

Câmara dos Deputados
Fl. 9869
Te
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
**Deputado Federal WELITON PRADO**
Líder na Câmara dos Deputados

*(...)"*

*(grifos nossos)*

*http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/61-apoiam-impeachment-de-dilma-e-58-de-temer-diz-datafolha.html*

Tal medida tem a soberania popular, paradigma inafastável da democracia brasileira, como norte.

Como fazer? O que fazer? Quando fazer?

É preciso realizar os procedimentos para realização de plebiscito para indagar ao povo se deseja novas eleições, como apontam as pesquisas.

E o fará com apoio na Lei 9.709/98, desta forma:

> Art. 1o A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta Lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante:
> I – plebiscito;
> (...)
> Art. 2o Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.
> § 1o O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.
> (...)
> Art. 3o Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso do § 3o do art. 18 da Constituição Federal, o plebiscito **e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional, de conformidade com esta Lei.**
> (...)
> Art. 8o Aprovado o ato convocatório, o Presidente do Congresso Nacional dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:
> I – fixar a data da consulta popular;
> II – tornar pública a cédula respectiva;
> III – expedir instruções para a realização do plebiscito ou

*CD164566966180*

Câmara dos Deputados
Fl. 9870
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
**Deputado Federal WELITON PRADO**
Líder na Câmara dos Deputados

> referendo;
> IV – assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.
> (...)
> Art. 10. O plebiscito ou referendo, convocado nos termos da presente Lei, será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.
> (...)
> Art. 12. A tramitação dos projetos de plebiscito e referendo obedecerá às normas do Regimento Comum do Congresso Nacional. (g.)

A partir da resposta ao plebiscito, deve ser iniciada a construção de consensos para a renúncia geral dos eleitos, com a edição de emenda constitucional para convocação de novas eleições gerais no Brasil, a se realizarem ainda neste ano de 2016.

Para concluir nosso voto, como defende a Constituição da República, o poder emana do povo. E seguindo a coerência em nossa atividade parlamentar e o que emana a Constituição da República (o mandato pertence ao povo) nos termos do parágrafo único do art. 1º da CR/88), decidimos ouvir os anseios da sociedade e votar em conformidade com a opinião de larga parcela da população revelada em pesquisas de Institutos e em participação ao nosso mandato.

Registro que, mais de 80% dos contatos por telefone feitos ao nosso gabinete nas últimas semanas pediram que nosso voto fosse "sim" à admissibilidade do processo. E votar favoravelmente a admissibilidade desse processo, nada mais representa a abertura da investigação e não uma condenação sem julgamento. O processo de julgamento deverá ser feito pelo Senado Federal.

Temos alertado que, somente o afastamento da presidente Dilma Rousseff, como tem cobrado grande parte da população brasileira, não resolverá a grave crise em nosso país. A população tem feito essa análise e se manifestado também favoravelmente a realização de novas eleições. Contudo, não houve até o momento um

*CD164566966180*

Câmara dos Deputados
Fl. 9871
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
**Deputado Federal WELITON PRADO**
Líder na Câmara dos Deputados

ato da presidente e do vice-presidente Michel Temer de renúncia dos seus cargos para a realização das eleições.

Finalizo, então, favorável à admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente Dilma, assim como manifestamos publicamente pela admissibilidade do processo de *impeachment* também do vice-presidente Michel Temer e pelo afastamento do presidente desta Casa, deputado Eduardo Cunha.

Assim, defendemos a construção de consenso para a realização de novas eleições, com a edição de emenda constitucional para tal, e a realização de Plebiscito da Constituinte Exclusiva e Soberana para efetuar reforma no sistema político do País. Essas ações são urgentes!

É como voto.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2016.

**WELITON PRADO**
**DEPUTADO FEDERAL – PMB/MG**

*CD164566966180*

*Gabinete Brasília:* Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gab. 862, Anexo IV, CEP 70160-900 - Brasília – DF
Site: www.welitonprado.com.br – E-mail: falecomwelitonprado@gmail.com – Fone: (61) 3215 5862 ou (31) 9 9956 6491

Câmara dos Deputados
Fl. 9872
Comissões Especiais

# REQUERIMENTO DE VOTAÇÃO NOMINAL
**(DOS SENHORES LÍDERES)**

Requeremos, nos termos do art. 117, XII, do Regimento Interno, a realização de processo nominal na votação do parecer do Relator sobre a Denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, único item da pauta do dia 11/04/16.

Sr. Líderes

Líder do PMDB

Líder do PRB

Líder do PT

Líder do PDT

Líder do PSDB

Líder do PTB

Líder do PP

Líder do SD

Líder do PR

Líder do PTN

Líder do PSD

Líder do PCdoB

Líder do PSB

Líder do PSC

Líder do DEM

Líder do PPS

Câmara dos Deputados
Fl. 9873
Comissões Especiais

# REQUERIMENTO DE VOTAÇÃO NOMINAL (DOS SENHORES LÍDERES)

Requeremos, nos termos do art. 117, XII, do Regimento Interno, a realização de processo nominal na votação do parecer do Relator sobre a Denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, único item da pauta do dia 11/04/16.

Sala das Reuniões, em de de 2016

Srs. Líderes

Líder do PHS

Líder do PTdoB

Líder do PV

Líder do PSL

Líder do PSOL

Líder do PEN

Líder do PROS

Líder do PMB

Líder da REDE

Câmara dos Deputados
Fl. 9874
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

# DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Quanto ao questionamento sobre a votação dos suplentes por bloco, informo, pela última vez, que se trata de matéria vencida. Assim sendo, **indefiro as questões de ordem** dos deputados Leonardo Picciani, Carlos Marun, Orlando Silva, Benedita da Silva e Aguinaldo Ribeiro, e contraditadas pelos deputados Rodrigo Maia e JHC.

Quanto aos questionamentos sobre o não apanhamento de discurso pela taquigrafia, houve várias questões de ordem: os deputados Nilson Leitão e Arnaldo Faria de Sá – contraditados pelos deputados Leonardo Picciannni e Paulo Pimenta – solicitaram a exclusão de parte da fala do Ministro da AGU, José Eduardo Cardoso; o deputado Zé Geraldo solicitou a exclusão dos registros taquigráficos de trechos das manifestações dos autores da denúncia; e a deputada Benedita da Silva – contraditada pelo deputado Izalci – solicitou a exclusão de trechos que teriam desrespeitado a Presidente da República. **Indefiro todas as questões de ordem**, pois a exclusão de qualquer parte das notas taquigráficas poderia ser considerada como cerceamento da defesa – no caso da AGU –, bem como por não identificar nos discursos proferidos nada que fuja do embate técnico-político que acontece nesta Comissão Especial.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 2016.

**Deputado ROGÉRIO ROSSO**
Presidente

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pavimento Superior, Sala 165-B - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6235 | Fax: (61) 3216-6225 | ce.denunciacrimederesponsabilidade@camara.leg.br

Câmara dos Deputados
Fl. 9875
Comissões Especiais

# RECLAMAÇÃO

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 96, *caput*, do Regimento Interno, peço a palavra para fazer uma Reclamação.

Quero registrar, Senhor Presidente, que, embora a decisão de Vossa Excelência, em sede de Questão de Ordem, tenha sido pelo desentranhamento do aditamento da colaboração premiada do Senhor Delcídio do Amaral à DCR 1/2015 e, por conseguinte, contra a utilização de fatos alheios ao que fora aceito pelo Presidente da Casa, Vossa Excelência deixou de proceder ao efetivo desentranhamento da sobredita colaboração, que verificamos ainda fazer parte do processo original, constante das folhas 5.043 a 5.292, o qual se encontra neste Plenário. Cumpre ressaltar que o desentranhamento não foi levado a efeito apesar de solicitação por escrito a Vossa Excelência, conforme documento anexo, subscrito pelo Senhor Deputado Paulo Teixeira.

Dessa forma, solicito que conste da ata da presente reunião a Reclamação que ora faço a Vossa Excelência.

**Deputado Weverton Rocha**
Líder do PDT

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Paulo Teixeira - PT/SP

Câmara dos Deputados
Fl. 986
Comissões Especiais

Of. nº 89

Brasília, 28 de março de 2016.

À Comissão Especial - DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

Senhor Presidente,

Considerando-se a decisão da Ilustre Presidência desta Comissão Especial, em sede de Questão de Ordem suscitada pelos Deputados Paulo Teixeira (PT-SP) e Arlindo Chinaglia (PT-SP) e pela Deputada Jandhira Feghali (PCdoB-RJ), no sentido de **desconsiderar o documento juntado no dia 17 de março de 2016 como objeto de análise** e, ato contínuo, de delimitar o alcance dos trabalhos do colegiado à denúncia admitida e seus documentos iniciais, com fulcro no art. 55 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito: (i) o **desentranhamento** dos autos de toda e qualquer matéria nova, mantendo-se, apenas, a denúncia original (e seus anexos) lida no Plenário da Câmara dos Deputados, na esteira do que restou decidido na sobredita Questão de Ordem; e (ii) a devolução dos documentos novos para a Secretaria Geral da Mesa, para os devidos fins.

Atenciosamente,

Dep. Paulo Teixeira
PT/SP

30/03/16

Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 281 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5281/3281 - Fax (61) 3215-2281 | dep.pauloteixeira@camara.leg.br

Câmara dos Deputados
Fl. 9077
Comissões Especiais

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR SUPOSTA PRÁTICA DE CRIME DE RESPONSABILIDADE**

"Denúncia por crime de responsabilidade em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff"

**Autores:** Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal.

**Relator:** Deputado Jovair Arantes

## VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO VALTENIR PEREIRA

### I. DOS FATOS

O objeto da Comissão Especial ora instituída versa sobre a denúncia por crime de responsabilidade apresentada pelo Sr. Hélio Pereira Bicudo, Sr. Miguel Reale Júnior e pela Sra. Janaína Conceição Paschoal, contra a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, tendo por fundamento os artigos 1º, inciso II, e 5º, inciso XXXIV, "a", da Constituição da República e o artigo 14 e seguintes da Lei nº 1.079/1950.

Em 02/12/2015, o Presidente da Câmara Federal, Deputado Eduardo Cunha, recebeu a denúncia e, em 08/12/2015, foi eleita a Comissão Especial, todavia, em 09/12/2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) expediu liminar na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 378 MC/DF, determinando a suspensão da formação e a não instalação da referida Comissão.

Em 17/12/2015, julgado o mérito da ADPF nº 378, o Supremo Tribunal Federal decidiu o rito do processo de *impeachment*, e nova Comissão teve que ser formada. Neste mesmo dia, foi eleita em chapa única os membros que compõem a presente Comissão Especial.

A Comissão Especial aprovou requerimento do relator, permitindo o comparecimento de convidados para falarem, contra e a favor, do processo de *impeachment*.

Em 30/03/2016, dentro do rito do devido processo legal, falaram primeiro os autores da denúncia, Sr. Miguel Reale Júnior e Sra. Janaina Conceição Paschoal. No dia seguinte, 31/03/2016, falando contra o *impeachment*, foi a vez do Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Nelson Barbosa e do Prof. Ricardo Lodi Ribeiro.

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS
RECEBIDO
Em 11 / 04 / 16 às 20h37
Assinatura 7416 Ponto

*CD162119441464*

Câmara dos Deputados
Fl. 9878
Comissão Especial

Em 06/04/2016, o nobre Deputado Jovair Arantes, na qualidade de relator, leu o seu relatório e, ao final, manifestou-se favorável à abertura do processo de *impeachment*.

Eis, de modo resumido, a ordem dos fatos.

## II. VOTO

Quando fui designado pelo meu partido, o PMDB, para compor a presente Comissão Especial aceitei sabendo o tamanho, bem como o grau de responsabilidade do desafio, quer seja em razão da complexidade da matéria, quer seja pela comoção social e pelos riscos políticos da decisão.

De início, fui pressionado (e a palavra correta é essa) por todos os lados, situação e oposição, para que declarasse meu voto. Sofri (e venho sofrendo) verdadeiro *bullying* social. *Outdoors* foram espalhados nas cidades com a minha fotografia informando meu voto, pasmem, antes mesmo de eu ter decidido.

Tenho recebido inúmeros *e-mails* com ameaças, veladas e explícitas, sobre o voto que devo proferir. No *whatsapp*, poderosa e perigosa rede de comunicação, onde todos podem manifestar, até mesmo os inconsequentes e os irresponsáveis, são espalhadas charges e caricaturas que denigrem a minha imagem. Irresponsáveis

Mas, tudo bem! Ossos do ofício. O Estado Democrático de Direito garante a livre manifestação. Eu respeito e defendo a liberdade de expressão, tanto do cidadão quanto da impressa.

Todavia, não fugirei ao meu dever e, para tanto, lembro a todos o juramento que fizemos quando aqui tomamos posse, quando assim solenemente dissemos: "**Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil**".

Sou Defensor Público de carreira. Todos meus 4 (quatro) irmãos são advogados. Por muito tempo fui professor na área jurídica. Portanto, conheço e tenho profundo respeito pelo devido processo legal.

Essa ladainha de que o *impeachment* é um processo "político" não se sustenta. Ele é um processo. Ponto! E, como tal, deve obediência estrita aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Não se concebe pré-julgamentos antes de ler e, sobretudo, compreender os autos do processo.

A tripartição de poderes não é absoluta. O que existe são predominâncias de atividades. Ao Judiciário, cabe fazer a prestação jurisdicional, porém, ele também ora legisla (p. ex., quando faz seu Regimento Interno) ora administra (quando executa o orçamento). O Poder Executivo não é diferente, pois, apesar de sua atividade principal ser a administração da coisa pública, também legisla (quando, p. ex., edita medida provisória) e julga (p. ex., nos casos de processo tributário).

*CD162119441464*

Câmara dos Deputados
9819
Fl. 7e
Comissão Especiais

O Poder Legislativo não foge à regra, vez que sua função maior é legislar, mas em alguns momentos também administra e também julga. Este é um desses momentos. Estamos na posição de julgadores. Somos, tecnicamente, magistrados. E, é assim, que pretendo atuar.

Quando fui designado para a Comissão Especial, não tinha opinião formada. Não fiz pré-julgamento. Quem declarou voto antes, mesmo sem ler o processo, das duas uma: ou é demagogo, querendo jogar com a plateia; ou é subserviente, apoiando o Governo apenas porque "é governo".

Não sendo demagogo e tampouco subserviente, decidi, antes de tomar qualquer decisão, ler atentamente a petição inicial, ouvir os convidados (pró e contra o *impeachment*) e entender minuciosamente os termos do voto do Relator.

Também dialoguei com a sociedade civil organizada. Ouvi discursos inflamados, contra e a favor do *impeachment*. Cada um com sua razão. Ouvi pessoas da minha querida Capital Cuiabá. Ouvi cidadãos das cidades do interior de Mato Grosso. Ouvi, até mesmo, bêbado exaltado em mesa de bar.

Hoje, formei algumas convicções. Com as vênias de estilo, **DIGO QUE, NESTE MOMENTO AQUI NA COMISSÃO ESPECIAL, SOU CONTRA A ABERTURA DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT***. Tenho dúvidas razoáveis sobre dois pontos que, eventualmente, podem ou não ser considerados crime de responsabilidade.

O Brasil não é um país de regime parlamentarista. Até poderia ter sido, mas o povo, via plebiscito, rechaçou essa possibilidade em 1993. O país optou, para o bem ou para o mal, pelo sistema presidencialista.

Neste sistema, as possiblidades de retirar do poder o presidente de plantão são restritas, basicamente, apenas por crime de responsabilidade, nos termos da Lei 1.079, datada do distante ano de 1950, mas recepcionada pela Constituição da República de 1988.

Um presidente não pode ser deposto, p.ex., porque o País vai mal economicamente. Porque não tem bom relacionamento com o Congresso Nacional. Porque perdeu popularidade. Não existe essa de "perder legitimidade". A legitimação derivou das urnas. Só as urnas podem tirá-lo. Excepcionalmente, também se pode retirar o presidente pelo processo de *impeachment*, desde que, obviamente, esteja configurado o crime de responsabilidade.

A população pode até não gostar da presidente de plantão, porém, ela somente pode sair dentro das regras do jogo constitucional democrático. Caso contrário, haverá uma séria ruptura do estado democrático de direito. Opção perigosa para um país que, apesar dos seus mais de 500 anos, tem pouco tempo somado de democracia plena.

Enfim, **O PROCESSO DE *IMPEACHMENT* NÃO É GOLPE, EM SEU ASPECTO FORMAL, VEZ QUE É INSTRUMENTO LEGAL E CONSTITUCIONAL QUE PODE SER USADO SIM PELA SOCIEDADE SEMPRE QUE ELA DESEJAR, PORÉM, SOMENTE PODERÁ PROSPERAR, SE (E SOMENTE SE)**

*CD162119441464*

Câmara dos Deputados
Fl. 9980
Comissões Especiais

**DEMONSTRADO CLARAMENTE O CRIME DE RESPONSABILIDADE, DO CONTRÁRIO PODE SER CONSIDERADO GOLPE.**

Por outro lado, enquanto magistrado, posição que nos encontramos agora, somente podemos decidir com base nos autos, dentro dos limites da denúncia apresentada pelos autores.

A sociedade também há que entender que não podemos aqui agregar outros fatos, ainda que possam eventualmente existir ou mesmo configurar crime de responsabilidade. Não se pode, por exemplo, discutir neste processo, a nomeação do ex-Presidente Lula para a Casa Civil, vez que esse assunto não faz parte do objeto principal desta denúncia.

Portanto, **AQUI SÓ POSSO ATER-ME AOS ASSUNTOS TRATADOS NA DENÚNCIA. E, ASSIM, FAREI**.

Feitas estas ponderações, passo aos fatos contidos na denúncia e que foram colocados como possíveis de serem configurados como crime de responsabilidade.

**PRIMEIRA DENÚNCIA: "Abertura de créditos suplementares por decreto presidencial, sem autorização do Congresso Nacional e quando já supostamente se sabia do descumprimento da meta fiscal prevista na LDO".**

A conduta, segundo os denunciantes, estaria tipificada no artigo 85, VI, e no artigo 167, V, ambos da Constituição da República; bem como, no artigo 10, itens 4 e 6, e no artigo 11, item 2, ambos da Lei 1.079/1950 e no artigo 8º, parágrafo único, e 9º, da Lei Complementar 101/2000.

Aqui há que separar os atos praticados em 2014 e em 2015, vez que contemplam análises e soluções jurídicas diversas.

Em 2014, houve a abertura de créditos suplementares, no período compreendido entre novembro e dezembro, com edição de Decretos não numerados (códigos 14028, 14029, 14041, 14042, 13060, 14062 e 14063).

Pela denúncia, os citados decretos eram incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente à época do fato, em confronto com o artigo 4º, da Lei nº 12.952/2014 (Lei Orçamentária Anual para o ano de 2014).

Neste caso, todavia, não há que adentrar a qualquer análise, pois o fato narrado ocorreu em mandato anterior ao atual. Se esse fato fosse crime de responsabilidade, ele somente poderia repercutir na perda do primeiro mandato da presidente ora denunciada, no período compreendido entre 2011 a 2014.

Os mandatos não se comunicam para efeito de apuração de crime de responsabilidade. Imagina se Fernando Henrique Cardoso fosse novamente eleito para presidente, pergunto: nós iríamos reativar os fatos dos seus mandatos nos anos de 1995 a 2002 para propor *impeachment*? É óbvio ululante que não.

*CD162119441464*

Câmara dos Deputados
9881
Fl. 12
Comissões Especiais

O fato de ser mandato sucessivo não muda nada. São mandatos distintos. Ponto!

E não se venha argumentar que há "jurisprudência" para sustentar tese tão absurda, alegando que esta Casa, em época pretérita, já cassou mandato de deputados que cometeram impropriedades em legislatura anterior. Ora, uma coisa é dar cabo ao mandato por falta de "decoro parlamentar". Outra, bem diferente, é cassar o mandato por crime de responsabilidade. São processos distintos que nenhum vaso comunicante de ordem jurídica possui. Usar a solução de um para aplicar em outro, não passa de "ginástica" de hermenêutica.

Portanto, **AS SUPLEMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE 2014 NÃO PODEM, JURIDICAMENTE, SER UTILIZADAS PARA QUALQUER REPERCUSSÃO NO NOVO MANDATO INICIADO EM 2015 E, LEGITIMAMENTE, OBTIDO NAS URNAS. NESTE PONTO, NÃO TENHO DÚVIDAS E NÃO ACOMPANHO O RELATOR.**

Em 2015, por sua vez, o Governo editou igualmente Decretos não numerados de suplementação orçamentária, no período de julho a agosto.

A edição desses decretos, segundo a denúncia, ocorreu num momento em que a meta fiscal não poderia ser cumprida e que ainda se encontrava pendente de aprovação pelo legislativo o PLN nº 05/2015, protocolado no Congresso Nacional em 22/07/2015, e aprovado somente em 02/12/2015, quando o Congresso Nacional autorizou um monumental déficit orçamentário, alterando radicalmente a meta do superávit primário.

A *prima facie*, o uso de decretos para suplementação de créditos tem autorização expressa no art. 4º da Lei Orçamentária de 2015. Também não pode descurar que a meta de resultado fiscal prevista na LDO tem natureza estritamente financeira, e não propriamente orçamentária.

Sobre a existência dos decretos, nada há para discutir. Eles existiram. A dúvida jurídica que aqui reside é se o Poder Executivo poderia ter editado esses decretos sabendo-se de antemão que a meta fiscal não seria cumprida e que, portanto, não haveria, por exemplo, a figura de "excesso de receita".

Ocorre que, em anos anteriores, sem nenhuma restrição do Tribunal de Contas da União (TCU) e do próprio Congresso Nacional, permitiu-se que o Governo fizesse suplementações enquanto se aprovava leis autorizativas de alteração da meta fiscal, como foi o caso do PLN nº 05/2015.

E por que essa não restrição? Simples. Se o Governo fosse esperar a aprovação do Congresso, o **PAÍS PARARIA**. Veja que o PLN foi protocolado em julho/2015 e, somente aprovado, em dezembro/2015, quase no apagar das luzes. Temos culpa nesse "cartório".

Ocorre que, conforme assinalou a denunciada em sua defesa, **DIANTE DA RADICAL "MUDANÇA DE INTERPRETAÇÃO DO TCU"**, com a edição do Acórdão 2461/2015-Plenário, "a Presidência da República, formalmente, **CIENTE DA NOVA COMPREENSÃO DO TCU** sobre a necessidade de observância

*CD162119441464*

Câmara dos Deputados
Fl. 9882
Comissões Especiais

da meta efetivamente vigente, impôs o contingenciamento de todo o limite disponível para execução financeira das despesas discricionárias dos Ministérios, **TUDO A REVELAR EXTREMA CAUTELA FISCAL**". Nesse diapasão, o descontingenciamento só veio a ocorrer em 03/12/2015, após a alteração da meta fiscal pela Lei n 13.199/2015 (PLN 05/2015).

Nesse meio tempo, foi necessário fazer suplementações, inclusive para os Poderes, sob pena de solução de continuidade, **em conformidade com o PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO**.

Enfim, se era fato de que o Governo sabia do déficit, também era fato que ele já trabalhava com essa perspectiva, **quando, em julho de 2015**, enviou o PLN nº 05/2015 para aprovação do Congresso Nacional, **bem como quando igualmente baixou DECRETOS DE CONTINGENCIAMENTO.**

Outro ponto que suscita dúvidas é se, ao aprovar o PLN nº 05/2015, o Congresso Nacional não tenha feito uma espécie de "**convalidação**" dos atos, vez que a execução orçamentária é julgada pelo seu fechamento no exercício e não pelos atos praticados ao longo dos meses. Em outras palavras, A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2015, **no seu fechamento,** diga-se, **OCORREU dentro da meta fiscal AUTORIZADA pelo Poder Legislativo.**

**De todo modo**, em relação a este ponto específico tenho dúvidas jurídicas razoáveis sobre a matéria. Preciso responder as seguintes indagações: **a)** o entendimento do TCU teria o condão de incidir sobre os atos já praticados? **b)** ao enviar o PLN nº 05/2015 ao Congresso Nacional e baixando concomitantemente decretos de contingenciamento, o Governo poderia, em nome da continuidade administrativa e do princípio da supremacia do interesse público, já fazer suplementações orçamentárias, nos termos autorizados pelo artigo 4º da LOA/2015? **c)** o fato de o Congresso Nacional aprovar o PLN nº 05/2015, fez incidir o fenômeno jurídico de convalidação dos atos?

Diante dessas indagações, **EXCLUSIVAMENTE EM RELAÇÃO ÀS SUPLEMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE 2015, VOTO CONTRA A ABERTURA DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT*, POIS NÃO ME SINTO SEGURO SE, JURIDICAMENTE, HOUVE OU NÃO CRIME DE RESPONSABILIDADE FISCAL, MAS DEIXAREI PARA FIRMAR MINHA CONVICÇÃO DEFINITIVA NA VOTAÇÃO EM PLENÁRIO**.

**SEGUNDA DENÚNCIA: "Crimes de responsabilidade pela contratação ilegal de operações de crédito ("pedaladas fiscais")".**

Novamente, há que dividir a questão sobre os fatos ocorridos em 2014 e 2015.

No que concerne aos fatos de 2014, conforme já assinalei anteriormente, eles não têm o condão de repercutir neste novo mandato da Presidente da República, portanto, **NESTE PONTO, VOTO CONTRÁRIO AO RELATOR**.

*CD162119441464*

Câmara dos Deputados
Fl. 9883
Comissões Especiais

Em relação às operações de créditos, popularmente alcunhadas de "pedaladas fiscais", ocorridas em 2015, nenhuma dúvida há de que elas existiram. Isso está comprovado nos autos.

**Todavia, a dívida existente**, inclusive de anos anteriores, **foi integralmente quitada ao final do exercício de 2015**. Novamente, há que se indagar se as contas devem ser apreciadas pelo fechamento do exercício ou por atos praticados no seu transcurso? Também cabe questionar se, o pagamento ocorrido ao final do ano não tenha tido o condão jurídico de corrigir a impropriedade.

Importante aqui registrar que a prática de "pedaladas fiscais" **É ANTIGA**, vez que remonta ao Governo FHC, conforme bem demonstra os dados recentemente divulgados pelo Banco Central, por imposição do TCU.

No período de 1999 a 2002, no governo FHC, a "pedalada" chegou a R$ 918 milhões, tendo como "carro-chefe" os gastos com seguro desemprego. Nos dois mandatos do ex-presidente Lula, de 2003 a 2010, a "pedalada" chegou a R$ 750 milhões, basicamente para pagar o abono salarial.

Ora, não existe "pedaladinha" ou "pedaladona". É pedalada, ponto! **E foi praticada de 1999 até o ano passado.** Somente em 2015 é que o TCU passou a questionar o procedimento. **Como pode, agora, de uma hora para outra virar motivo de *impeachment***, caracterizando o fato como crime de responsabilidade?

Outra dúvida que assola é a discussão se o ato é ou não um empréstimo bancário, feito junto a bancos oficiais, prática vedada pelo ordenamento jurídico pátrio. Neste ponto, cumpre esclarecer que os Governos, sucessivamente, mantêm uma "**conta suprimento**" para ser, mensalmente abastecida, visando permitir aos bancos (CEF, Banco do Brasil e BNDES) que paguem os programas, numa relação contratual de prestação de serviços.

A questão é que, no dia previsto para pagamento, em várias oportunidades, não havia saldo na conta suficiente para honrar os compromissos, e os bancos, utilizando-se de recursos de terceiros (correntistas), pagavam os valores devidos aos credores do benefício. Para o TCU, o procedimento caracteriza-se como operação de crédito junto a banco oficial, prática vedada pelo artigo 36, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na defesa, o Governo diz que os bancos foram contratados como "prestadores de serviços" e, como tal, tinham a obrigação de honrar os pagamentos, percebendo a devida remuneração pelos serviços quando houvesse crédito na conta suprimento.

**À primeira vista**, quer me parecer que efetivamente o ato configura-se como uma espécie de operação de crédito, **mas que por muito tempo foi tolerada pelo TCU e pelo próprio Congresso Nacional**, NUNCA TENDO SIDO QUESTIONADO O PROCEDIMENTO, basta dizer que as contas do Sr. Fernando Henrique Cardoso e também as do ex-Presidente Lula, **foram aprovadas**. **EU MESMO FUI RELATOR DE UMA DELAS.**

*CD162119441464*

Câmara dos Deputados
Fl. 9884
Comissões Especiais

Não quero aqui dizer que um erro justifica o outro. Não! **O que estou dizendo é que não havia entendimento anterior de que o ato era ilegal**. Esta interpretação de que é uma operação de crédito somente vem a ocorrer em 2015, por manifestação do TCU.

Fato que chamou a atenção foi que as "pedaladas" fiscais, via de regra, foram usadas para mantença de políticas públicas na área social, como os Programas "Minha Casa, Minha Vida", Seguro Desemprego, Bolsa Família e Abono Salarial, **mas as maiores quantias foram relacionadas ao setor produtivo**, através do "**Programa de Equalização de Juros e Taxas de Safra Agrícola**" (13,4 bilhões em março/2015) e do "**Programa Sustentação do Investimento – PSI**" (R$ 19,6 bilhões em junho/2014). **Fica aqui o registro**.

Assim, por restar para mim dúvida razoável de que o pagamento integral da dívida, ao final do exercício, tenha corrigido juridicamente o ato, bem como ao fato de que as "pedaladas" fiscais deixaram de existir após o TCU ter firmado entendimento diverso sobre a matéria, **POSICIONO-ME, EM RELAÇÃO ÀS "PEDALADAS" FISCAIS DE 2015, CONTRA A ABERTURA DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT*, MAS DEIXAREI PARA FIRMAR MINHA CONVICÇÃO DEFINITIVA NA VOTAÇÃO EM PLENÁRIO**.

**TERCEIRA DENÚNCIA: "Crime de responsabilidade pelo não registro de valores no rol de passivos da dívida líquida do setor público".**

Sobre este ponto da denúncia, pouco há para se falar, vez que o próprio Relator constatou que a "omissão de passivos na Dívida Líquida do Setor Público é matéria estranha à esfera de atuação da Presidente da República, restringindo-se às competências do Bacen. Como visto, o cálculo da DLSP é realizado por aquele Banco; as informações utilizadas para apurar a dívida líquida e os resultados fiscais são oriundas principalmente da contabilidade do sistema financeiro, e capturadas pela autarquia; a inclusão de itens na DLSP depende da metodologia estabelecida no Manual de Estatísticas Fiscais".

O Relator também destacou que o próprio TCU, ao considerar como necessária a inclusão do valor das "pedaladas" na Dívida Líquida do Setor Público - DLSP, expediu determinação ao Bacen com esse teor, e responsabilizou os dirigentes daquela instituição pela omissão.

Portanto, **RELATIVAMENTE A ESTE FATO, ACOMPANHO O VOTO DO RELATOR DA MATÉRIA, VEZ QUE INVIÁVEL A ABERTURA DE PROCESSO DE *IMPEACHMENT* PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**.

**QUARTA DENÚNCIA: "Prática de crimes contra a probidade na Administração".**

Neste ponto, a denúncia é extremamente frágil, vez que tenta fazer uma suposta ligação da Presidente com desvios de recursos ocorridos na Petrobras.

*CD162119441464*

Câmara dos Deputados
Fl. 9885
Comissão Especial

Argumentam, sem nenhuma prova, que a conduta omissiva da Presidente, "não se resumiria a mera conduta culposa, pelo simples descuido e negligência em não tomar as providências cabíveis, mas incidiria no dolo, na intenção deliberada de se omitir diante dos fatos, tendo em vista que os desvios foram reiterados e prolongados no tempo".

Na tentativa de demonstrar esse dolo, os denunciantes partem para o campo subjetivo das ilações, numa espécie de aplicação da famigerada teoria do "domínio do fato", ao dizerem que os desvios "ocorreram muito próximo" da esfera de atuação institucional da denunciada, que, enquanto "economista por formação, já ocupou cargos umbilicalmente relacionados ao setor de energia e sempre se mostrou muito consciente de todas as questões afetas a este setor, bem como aquelas relacionadas à área econômica e financeira, não sendo possível negar sua personalidade centralizadora".

Aqui, os denunciantes fazem um verdadeiro "**samba de gente doida**". Misturam fatos. Misturam alhos com bugalhos. Revisitam a lava jato. Falam do ex-Presidente Lula e dos seu Instituto. Fazem menção à Erenice Guerra e sua ligação com a Operação Zelotes. Falam da compra da Refinaria em Pasadena.

Todavia, de modo contraditório, reconhecem que os fatos ocorreram "enquanto a Denunciada era Presidente do Conselho de Administração da Petrobras, ainda que não sirva para a responsabilização em crime de responsabilidade, uma vez que é anterior ao mandato presidencial, evidencia que a tese do suposto desconhecimento se mostra insustentável".

Desculpem-me, mas a denúncia, neste ponto, é pura ilação. Nenhum fato narrado tem prova concreta de participação direta da denunciada em razão do exercício de sua função de Presidente do Brasil. Ademais, nem mesmo a Operação Lava Jato chegou a essa conclusão.

Não há, na espécie, indícios de materialidade e de autoria e, principalmente, de justa causa para a instauração do processo de *impeachment*, pois, como bem assinalou o nobre Relator, Deputado Jovair Arantes, "não se pode permitir a abertura de processo tão relevante sem um mínimo de substrato fático e jurídico".

Cumpre consignar que, embora o Relator tenha dito que não utilizou, como fundamento jurídico para a formulação do seu Parecer esta parte da denúncia, ele insistiu por várias vezes que elas são graves e merecem ser analisadas, no mérito, pelo Senado. Fica aqui o registro do comportamento contraditório do nobre Relator.

Assim, **NESTE PONTO**, **NÃO CONSIGO VISLUMBRAR NENHUMA PRÁTICA DE CRIME DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DA DENUNCIADA, NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PRESIDENCIAL. PORTANTO, NÃO HÁ COMO ADMITIR, REPITO NESTE PONTO, A ABERTURA DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT***.

Diante do exposto, entendo que não cabe abertura de processo de *impeachment* relativamente a fatos ocorridos em 2014, bem como no que concerne à terceira e quarta denúncias aqui relatadas.

*CD162114744964*

Câmara dos Deputados
Fl. 9886
Comissão Especial

Também entendo, por subsistir dúvidas jurídicas razoáveis, que não cabe abertura de processo de *impeachment* em relação às suplementações orçamentárias e às "pedaladas" fiscais de 2015.

Isto posto, **neste momento, voto contra a abertura do processo de *impeachment*, deixando, porém, para fazer o juízo de valor definitivo na votação em Plenário, quando então já terei estudado com maior profundidade os dois pontos que me suscitaram dúvidas jurídicas razoáveis sobre a matéria**.

Sala da Comissão ....., abril de 2016.

Deputado **VALTENIR PEREIRA**

(PMDB/MT)

*CD162119441464*

Câmara dos Deputados Fl. 9887 Comissões Especiais

# Votação do Parecer do Relator à DCR 01/2015

Relator(a): -

Votação Encerrada em 11/04/2016 20:36:25

# CEDENUN

| Titular | Voto/Hr.Presença | Suplente | Voto/Hr.Presença |
|---|---|---|---|
| PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB (28 vagas) | | | |
| ■Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) | Não [E] 13:14:53 | 1º) ●Laudivio Carvalho (SD-MG) | Sim [E] 10:00:24 |
| ■Bacelar (PTN-BA) | Não [E] 10:31:59 | 2º) ■Alberto Filho (PMDB-MA) | Não* [E] 10:00:25 |
| ●Benito Gama (PTB-BA) | Sim [E] 10:02:43 | 3º) ■Hildo Rocha (PMDB-MA) | Não* [E] 10:00:27 |
| ●EduardoBolsonaro (PSC-SP) | Sim [E] 10:03:55 | 4º) ●Ronaldo Martins (PRB-CE) | Sim* [E] 10:00:28 |
| ●Elmar Nascimento (DEM-BA) | Sim [E] 10:16:18 | 5º) ●Vitor Valim (PMDB-CE) | Sim* [E] 10:00:28 |
| ●Francischini (SD-PR) | Sim [E] 11:11:39 | 6º) ●Moroni Torgan (DEM-CE) | Sim* [E] 10:00:29 |
| ●Jerônimo Goergen (PP-RS) | Sim [E] 10:02:04 | 7º) ●Lelo Coimbra (PMDB-ES) | Sim* [E] 10:00:33 |
| ●Jhonatan de Jesus (PRB-RR) | Sim [E] 10:32:57 | 8º) Aluisio Mendes (PTN-MA) | |
| ■João Marcelo S. (PMDB-MA) | Não [E] 12:21:56 | 9º) ●Carlos Marun (PMDB-MS) | Sim* [E] 10:00:48 |
| ●Jovair Arantes (PTB-GO) | Sim [E] 11:00:26 | 10º) ●Odelmo Leão (PP-MG) | Sim* [E] 10:00:56 |
| ●Julio Lopes (PP-RJ) | Sim [E] 10:00:37 | 11º) ■Pedro Fernandes (PTB-MA) | Não* [E] 10:01:53 |
| ■Junior Marreca (PEN-MA) | Não [E] 12:34:21 | 12º) ●Francisco Floriano (DEM-RJ) | Sim* [E] 10:17:23 |
| ■Leonardo Picciani (PMDB-RJ) | Não [E] 10:02:33 | 13º) ●Arnaldo Faria Sá (PTB-SP) | Sim* [E] 10:22:13 |
| ●Leonardo Quintão (PMDB-MG) | Sim [E] 10:42:51 | 14º) ●Luis Carlos Heinze (PP-RS) | Sim* [E] 10:26:52 |
| ●Lucio Vieira Lima (PMDB-BA) | Sim [E] 10:01:19 | 15º) Mandetta (DEM-MS) | |
| ●Luiz Carlos Busato (PTB-RS) | Sim [E] 10:00:35 | 16º) Manoel Junior (PMDB-PB) | |
| ●Marcelo Aro (PHS-MG) | Sim [E] 13:01:23 | 17º) ●Pastor Eurico (PHS-PE) | Sim* [E] 10:53:09 |
| ●Marcelo Squassoni | Sim [E] 10:00:42 | 18º) Fernando | |

**Quórum Votação**

**65**

**Resultado Final**

| | |
|---|---|
| ● Sim | 38 |
| ■ Não | 27 |
| ♦ Abstenção | 0 |
| Total | 65 |
| * Obstrução | 0 |
| Total Votantes | 65 |

**Início da Votação**
11/04/2016 20:29:07

**Término**
11/04/2016 20:36:25

**Duração**
00:07:18

| | | | |
|---|---|---|---|
| (PRB-SP) | | Monteiro (PP-PE) | |
| ●Mauro Mariani (PMDB-SC) | Sim [E] 10:08:02 | 19º) Cleber Verde (PRB-MA) | |
| ●Mendonça Filho (DEM-PE) | Sim [E] 10:00:36 | 20º) André Fufuca (PP-MA) | |
| ●Osmar Terra (PMDB-RS) | Sim [E] 10:01:42 | 21º) ●Prof VictorioGalli (PSC-MT) | Sim* [E] 17:08:35 |
| ●Paulo Maluf (PP-SP) | Sim [E] 13:49:26 | 22º) Marx Beltrão (PMDB-AL) | |
| ●Paulo Pereira (SD-SP) | Sim [E] 11:07:58 | 23º) Genecias Noronha (SD-CE) | |
| ●Pr Marco Feliciano (PSC-SP) | Sim [E] 10:39:52 | Elcione Barbalho (PMDB-PA) | |
| ■Roberto Britto (PP-BA) | Não [E] 14:40:54 | Erivelton Santana (PEN-BA) | |
| ●Rodrigo Maia (DEM-RJ) | Sim [E] 10:11:30 | Irmão Lazaro (PSC-BA) | |
| ■Valtenir Pereira (PMDB-MT) | Não [E] 10:53:16 | Macedo (PP-CE) | |
| Washington Reis (PMDB-RJ) | | Paes Landim (PTB-PI) | |
| **PT/PSD/PR/PROS/PCdoB (19 vagas)** | | | |
| ■Arlindo Chinaglia (PT-SP) | Não [E] 10:10:17 | 1º) ■Benedita da Silva (PT-RJ) | Não [E] 10:00:29 |
| ■Edio Lopes (PR-RR) | Não [E] 11:25:34 | 2º) ■Orlando Silva (PCdoB-SP) | Não [E] 10:00:32 |
| ●Eros Biondini (PROS-MG) | Sim [E] 10:41:29 | 3º) ■Valmir Assunção (PT-BA) | Não* [E] 10:00:35 |
| ■Henrique Fontana (PT-RS) | Não [E] 11:35:52 | 4º) ●Goulart (PSD-SP) | Sim* [E] 10:00:43 |
| ■Jandira Feghali (PCdoB-RJ) | Não [E] 10:00:56 | 5º) Odorico Monteiro (PROS-CE) | |
| ■José Mentor (PT-SP) | Não [E] 10:48:38 | 6º) ■Luiz Sérgio (PT-RJ) | Não* [E] 10:00:52 |
| ■José Rocha (PR-BA) | Não [E] 10:01:16 | 7º) ■Padre João (PT-MG) | Não* [E] 10:01:08 |
| Júlio Cesar (PSD-PI) | | 8º) ■Paulo Pimenta (PT-RS) | Não* [E] 10:01:13 |
| ●Marcos Montes (PSD-MG) | Sim [E] 10:19:59 | 9º) ToninhoWandscheer (PROS-PR) | |
| Maurício Quintella (PR-AL) | | 10º) ■Carlos Zarattini (PT-SP) | Não* [E] 10:05:59 |
| ■Paulo Magalhães | | 11º) ■Assis Carvalho | |

Câmara dos Deputados
Fl. 9889
Comissões Especiais

| | | | |
|---|---|---|---|
| (PSD-BA) | Não [E] 10:02:52 | (PT-PI) | Não* [E] 10:21:54 |
| ■Paulo Teixeira (PT-SP) | Não [E] 10:01:05 | 12º) ■Bohn Gass (PT-RS) | Não* [E] 10:24:35 |
| ■Pepe Vargas (PT-RS) | Não [E] 10:11:41 | 13º) ●Evandro Roman (PSD-PR) | Sim* [E] 10:30:35 |
| ●Rogério Rosso (PSD-DF) | Sim [E] 11:08:14 | 14º) Gorete Pereira (PR-CE) | |
| ●Ronaldo Fonseca (PROS-DF) | Sim [E] 13:27:45 | 15º) Fernando Torres (PSD-BA) | |
| ■Vicente Candido (PT-SP) | Não [E] 10:00:40 | Aelton Freitas (PR-MG) | |
| ■Vicentinho Júnior (PR-TO) | Não [E] 10:00:45 | Irajá Abreu (PSD-TO) | |
| ■Wadih Damous (PT-RJ) | Não [E] 10:00:56 | João C. Bacelar (PR-BA) | |
| ■Zé Geraldo (PT-PA) | Não [E] 13:25:17 | Wellington (PR-PB) | |
| **PSDB/PSB/PPS/PV (12 vagas)** | | | |
| ●Alex Manente (PPS-SP) | Sim [E] 10:01:34 | 1º) ●Bruno Araújo (PSDB-PE) | Sim [E] 10:00:25 |
| Bebeto (PSB-BA) | | 2º) ●Izalci (PSDB-DF) | Sim* [E] 10:00:26 |
| ●Bruno Covas (PSDB-SP) | Sim [E] 10:52:00 | 3º) ●JHC (PSB-AL) | Sim* [E] 10:00:27 |
| ●Carlos Sampaio (PSDB-SP) | Sim [E] 11:54:46 | 4º) ●Mariana Carvalho (PSDB-RO) | Sim* [E] 10:00:28 |
| ●Danilo Forte (PSB-CE) | Sim [E] 10:14:35 | 5º) ●Rogério Marinho (PSDB-RN) | Sim* [E] 10:00:55 |
| ●Evair de Melo (PV-ES) | Sim [E] 13:35:36 | 6º) ●Eliziane Gama (PPS-MA) | Sim* [E] 10:18:45 |
| ●Fernando Coelho (PSB-PE) | Sim [E] 10:15:15 | 7º) ●Rocha (PSDB-AC) | Sim* [E] 10:21:02 |
| ●Jutahy Junior (PSDB-BA) | Sim [E] 10:02:14 | 8º) Jose Stédile (PSB-RS) | |
| ●Nilson Leitão (PSDB-MT) | Sim [E] 10:15:04 | 9º) ●Fábio Sousa (PSDB-GO) | Sim* [E] 11:16:09 |
| ●Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) | Sim [E] 12:25:37 | 10º) ●Leandre (PV-PR) | Sim* [E] 14:11:37 |
| ●Shéridan (PSDB-RR) | Sim [E] 10:09:59 | 11º) João Fernando (PSB-PE) | |
| ●Tadeu Alencar (PSB-PE) | Sim [E] 10:14:51 | 12º) Paulo Foletto (PSB-ES) | |
| **PDT (2 vagas)** | | | |
| ■Flavio Nogueira | Não [E] 10:01:57 | Flávia Morais | |
| ■Weverton Rocha | Não [E] 10:15:01 | Roberto Góes | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **PMB (1 vaga)** | | | |
| ●Weliton Prado | Sim [E] 11:45:58 | | |
| **PSOL (1 vaga)** | | | |
| ■Chico Alencar | Não [E] 11:10:08 | 1º) Glauber Braga | |
| **PTdoB (1 vaga)** | | | |
| ■Silvio Costa | Não [E] 10:52:59 | | |
| **REDE (1 vaga)** | | | |
| ■Aliel Machado | Não [E] 10:13:30 | 1º) ■Alessandro Molon | Não* [E] 10:57:54 |

V = Voto contabilizado no quórum;
V* = Voto não contabilizado por ultrapassar o total de vagas do partido/bloco

Câmara dos Deputados
9891
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão Especial destinada a dar Parecer sobre a Denúncia Contra a Senhora Presidente da República por Crime de Responsabilidade oferecida pelos senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal – CEDENUN

## PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade – DCR 1/15, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, em reunião extraordinária realizada hoje, opinou pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para instauração, pelo Senado Federal, de processo de crime de responsabilidade contra a Senhora Presidente da República Dilma Vana Rousseff, nos termos do parecer do Relator, Deputado Jovair Arantes, contra os votos dos Deputados Aguinaldo Ribeiro, Aliel Machado, Arlindo Chinaglia, Bacelar, Benedita da Silva, Chico Alencar, Edio Lopes, Flavio Nogueira, Henrique Fontana, Jandira Feghali, João Marcelo Souza, José Mentor, José Rocha, Junior Marreca, Leonardo Picciani, Orlando Silva, Paulo Magalhães, Paulo Teixeira, Pepe Vargas, Roberto Britto, Silvio Costa, Valtenir Pereira, Vicente Candido, Vicentinho Junior, Wadih Damous, Weverton Rocha e Zé Geraldo. Foram apresentados seis votos em separado de autoria dos Deputados Weverton Rocha; Chico Alencar; Jandira Feghali e Orlando Silva; Paulo Teixeira, Afonso Florence, Jandira Feghali, Orlando Silva e Silvio Costa; Weliton Prado e Valtenir Pereira.

Participaram da votação os Senhores Deputados:

Rogério Rosso - Presidente, Carlos Sampaio e Fernando Coelho Filho - Vice-Presidentes, Jovair Arantes – Relator, Aguinaldo Ribeiro, Alex

Câmara dos Deputados
Fl. 9892
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão Especial destinada a dar Parecer sobre a Denúncia Contra a Senhora Presidente da República por Crime de Responsabilidade, oferecida pelos senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal – CEDENUN

Manente, Aliel Machado, Arlindo Chinaglia, Bacelar, Benito Gama, Bruno Covas, Chico Alencar, Danilo Forte, Edio Lopes, Eduardo Bolsonaro, Elmar Nascimento, Eros Biondini, Evair de Melo, Fernando Francischini, Flavio Nogueira, Henrique Fontana, Jandira Feghali, Jerônimo Goergen, Jhonatan de Jesus, João Marcelo Souza, José Mentor, José Rocha, Julio Lopes, Junior Marreca, Jutahy Junior, Leonardo Picciani, Leonardo Quintão, Lucio Vieira Lima, Luiz Carlos Busato, Marcelo Aro, Marcelo Squassoni, Marcos Montes, Mauro Mariani, Mendonça Filho, Nilson Leitão, Osmar Terra, Paulo Abi-Ackel, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Paulo Pereira da Silva, Paulo Teixeira, Pepe Vargas, Pr. Marco Feliciano, Roberto Britto, Rodrigo Maia, Ronaldo Fonseca, Shéridan, Silvio Costa, Tadeu Alencar, Valtenir Pereira, Vicente Candido, Vicentinho Junior, Wadih Damous, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zé Geraldo – Titulares; Benedita da Silva, Bruno Araújo, Laudivio Carvalho e Orlando Silva – Suplentes.

Sala da Comissão, em 11 de abril de 2016.

Deputado Rogério Rosso
Presidente

Deputado Jovair Arantes
Relator

Câmara dos Deputados
Fl. 9893
Comissões Especiais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JÚNIOR E JANAÍNA CONCEIÇÃO PASCHOAL

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015**

**Volume 27**

# TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, na Secretaria das Comissões Especiais da Câmara dos Deputados, certifico, para os devidos fins, que este volume de número **27** (**vinte e sete**), com folhas numeradas de 9444 a 9893, pertencente à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Roussef, foi encerrado nesta data. E, para constar, eu, ....., Claudia Maria Borges Matias, Secretária-Executiva da Comissão Especial, lavro e subscrevo a presente autuação.

Neste volume constam as páginas 9786-A, 9787-A, 9788-A e 9789-A.

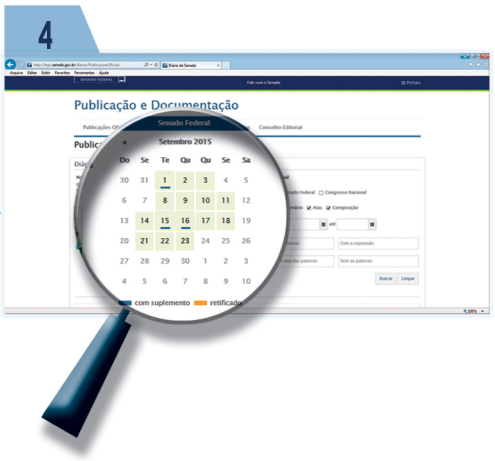
# Já sabe pesquisar o diário na Internet?

## **Siga o passo a passo!**

Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.

Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.




Selecione a **data da sessão** publicada no diário.

Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211